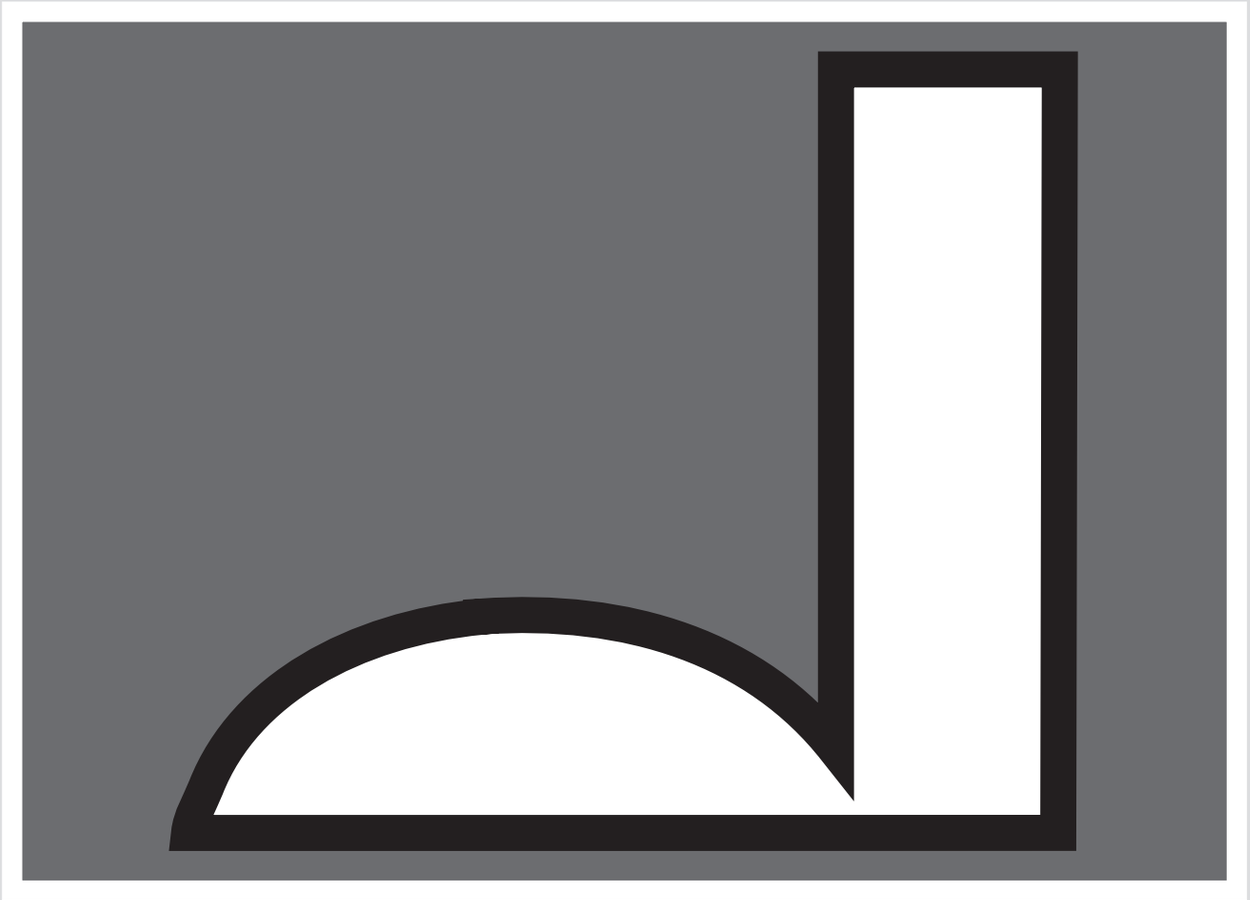
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

CONGRESSO NACIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Exercício Financeiro – 2012

GOVERNO FEDERAL
(Mensagem nº 25/2013-CN – nº 117/2013, na origem)

ANO LXVIII – SUP. "A" AO Nº 44 – TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,69)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,69)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (106)
Romero Jucá (40,105)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,89)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (85,88)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,61,86)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,59,60)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,67)
Eduardo Amorim (17,47,48,73)
João Costa (82,83)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,59,60)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,67)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (93)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,73)

Líder do PPL - 1

João Costa (82,83)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (25,71,92)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,101,107)
Rodrigo Rollemberg (68,94)
Inácio Arruda (90,102)
Eduardo Lopes (37,44,65,103)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (25,71,92)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,26,97)
Anibal Diniz (27,98)
Paulo Paim (99)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,101,107)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (87)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (68,94)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (30,39,84)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (90,102)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44,65,103)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,77)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (38)

Vice-Líderes
Gim (56,59,60)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (30,39,84)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (32,62)

Vice-Líderes
Wilder Morais (104)
Ataídes Oliveira (96)
Cyro Miranda (33,95)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,63)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (75)
Alvaro Dias (79)
Paulo Bauer (5,31,80,81)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46,78)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

MCN 25/2013

Mensagem nº 117

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossas Excelências os volumes anexos que compreendem as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2012.

Brasília, 4 de abril de 2013.

00001.001136/2013-50

EM nº 00008/2013 CGU

Brasília, 4 de Abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a Prestação de Contas do Poder Executivo Federal, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, organizada em um volume contendo o Relatório sobre os Orçamentos e Atuação Governamental e os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União.

2. Saliento, por fim, que as Contas relativas ao exercício de 2012 devem ser submetidas ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV art. 84 da Constituição da República, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jorge Hage Sobrinho

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

EXERCÍCIO DE 2012

BRASÍLIA-DF

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA EXERCÍCIO DE 2012

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

Dilma Roussef
Presidenta da República Federativa do Brasil

Jorge Hage Sobrinho
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Guido Mantega
Ministro da Fazenda

Miriam Belchior
Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA EXERCÍCIO DE 2012

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
Setor de Autarquias Sul, Quadra 01 – Bloco A, 8º andar, Edifício Darcy Ribeiro
Brasília – DF
Tel.: (61) 2020-7115 / 2020-7116 – Fax: (61) 2020-7129

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A
Brasília – DF
Tel.: (61) 3412-2222 – Fax: (61) 3412-1717

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS
Esplanada dos Ministérios, Bloco K – 3º e 8º andares – salas 331 e 864
Brasília – DF
Tel.: (61) 2020-4080 – Fax: (61) 2020 4498 e (61) 2020-4326 – Fax: (61) 2020 5049

PLANO DA OBRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA / 2012

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
BALANÇO GERAL DA UNIÃO

APRESENTAÇÃO

A presente Prestação de Contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República foi organizada pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU) para encaminhamento ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias contados da abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao que determina o artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal.

As informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação do Poder Executivo Federal no exercício de 2012, sendo estruturadas em sete partes, assim compreendidas:

PARTE	I	Política Econômico-Financeira e Social
PARTE	II	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE	III	Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE	IV	Atuação por Setor Governamental
PARTE	V	Balanço Geral da União
PARTE	VI	Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2011
PARTE	VII	Sistema de Custos do Governo Federal

A Parte I evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta Prestação de Contas possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

A Parte II contempla uma visão consolidada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2012.

As informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, produzidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão contempladas na Parte III.

A Parte IV – Atuação por Setor Governamental contempla a ação governamental em cada área de atuação do Poder Executivo, privilegiando a informação por função de governo, com vistas a apresentar à sociedade prestação de contas com foco no desempenho da Administração Pública, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2012.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte V, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão do Ministério da Fazenda, e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

A Parte VI retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido, quando da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2011.

A última parte apresenta informações sobre o Sistema de Custos do Governo Federal e relatórios de custos, por função de governo, programa e órgão superior, segundo a perspectiva do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM contendo informações adicionais referentes à execução orçamentária e balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República (PCPR) é atribuída majoritariamente a três órgãos, com as respectivas responsabilidades a seguir descritas:

ÓRGÃO	RESPONSABILIDADE
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO *Secretaria Federal de Controle Interno – SFC*	Coordenação do processo de elaboração da PCPR, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 5.683/2006.
MINISTÉRIO DA FAZENDA *Secretaria do Tesouro Nacional - STN*	Elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da seguridade social.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO *Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais* *Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI*	Elaboração das informações sobre as empresas estatais e respectivo orçamento de investimento, bem como dados sobre a execução física das ações governamentais.

As informações que compõem a PCPR referente ao exercício de 2012 foram elaboradas seguindo diretrizes do contínuo aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior organicidade, transparência e qualidade à Prestação de Contas Presidencial.

Todo o conteúdo da PCPR encontra-se organizado neste único volume, contemplando: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo, tais como ministérios, secretarias e bancos oficiais, e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços contábeis dos três Poderes da República, exigidos pela Lei nº 4.320/64 com as evidenciações necessárias à sua melhor compreensão.

No tocante à atuação de cada Pasta Ministerial, a elaboração dos relatórios teve como diretriz a evidenciação da execução das políticas públicas por função de governo com ênfase nos resultados alcançados no exercício de 2012.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.cgu.gov.br e em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas da Presidenta da República.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas ao Congresso Nacional ou ao Tribunal de Contas da União, mas, sobretudo ao cidadão, como meio de transparência e prestação de contas à sociedade brasileira pela confiança e recursos depositados junto ao Governo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA - PCPR
EXERCÍCIO DE 2012

PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2012 1
1.1.1. Inflação 2
1.1.2. Política Monetária, Cambial e de Crédito 2
1.1.3. Mercado de Trabalho, Nível de Empregos e Salários 3
1.1.4. Metas Fiscais e Necessidade de Financiamento do Setor Público 3
1.2. MOEDA E CRÉDITO 7
1.2.1. Aspectos Gerais 7
1.2.2. Agregados Monetários 7
1.2.3. Títulos Públicos Federais 7
1.2.4. Operações de Crédito 7
1.2.5. Sistema Financeiro Nacional 9
1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO 11
1.3.1. Política de Comércio Exterior 11
1.3.2. Política Cambial 16
1.3.3. Movimento de Câmbio 18
1.3.4. Balanço de Pagamentos 19
1.3.5. Reservas Internacionais 29
1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional 29
1.3.7. Dívida Externa 30
1.3.8. Indicadores de Endividamento 35
1.3.9. Captações Externas 36
1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII) 36
1.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS 38
1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público 38
1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público 38
1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos 38
1.4.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001) 39
1.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais 39
1.4.6. Outros Haveres 39
1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL 41
1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira 41
1.5.2. Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios 41
1.5.3. Recebimentos de Créditos 43
1.5.4. Haveres Mobiliários 44
1.5.5. Capitalização de Fundos 48
1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA 49
1.6.1. Variações do Estoque da Dívida Pública Federal (DPF) 49
1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida 52
1.6.3. Tesouro Direto 54
1.6.4. Avanços Institucionais 54
1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS 55
1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação 55
1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal 55
1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas(MP 2185-35/2001) 56
1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real - RLR 56
1.7.5. Cálculo da Capacidade de Pagamento 56
1.7.6. Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/96 e 115/02 60
1.7.7. Cálculos dos Valores Referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores 61

1.8. OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO 62
1.8.1. Aspectos Gerais 62
1.8.2. Financiamentos 62
1.8.3. Subvenções Econômicas 62
1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas 67
1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS 68
1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens 68
1.9.2. Concessão de Garantias Externas 68
1.9.3. Concessão de Garantias Internas 70
1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias 73
1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito 74
1.9.6. Securitização de Dívidas 75
1.10. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS 76
1.11. CRESCIMENTO INCLUSIVO 84

PARTE II - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2012 117
2.1.1. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício 117
2.1.2. Execução Financeira 117
2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 124
2.2.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita 124
2.2.2. Análise da Execução da Despesa Orçamentária 146
2.2.3. Resultado Orçamentário 171
2.2.4. Política de Restos a Pagar 172
2.2.5. Parcelamento de Créditos 173
2.2.6. Dívida Ativa 178
2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 195
2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE 195
2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde 200
2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 204
2.4. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) 206
2.4.1. Despesas com Pessoal da União 206
2.4.2. Dívida Consolidada Líquida 207
2.4.3. Garantias e Contragarantias de Valores 208
2.4.4. Operações de Crédito 209
2.4.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa 210

PARTE III - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

3.1. ASPECTOS GERAIS 213
3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS 216
3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 229
3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO 232
3.4.1. Reserva Global de Reversão - RGR 233
3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE 234
3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC 235
3.5. METODOLOGIA E PAPÉIS DE TRABALHO PARA QUALIFICAÇÃO DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO 236

PARTE IV - ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

4.1. FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO 239
4.1.1. Presidência da República 239
4.1.2. Controladoria-Geral da União 252
4.1.3. Ministério da Fazenda 263
4.1.4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 273
4.2. FUNÇÃO AGRICULTURA 281
4.2.1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 281
4.2.2. Ministério da Pesca e Aquicultura 289
4.3. FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL 297
4.3.1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 297
4.4. FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA 308
4.4.1. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 308
4.5. FUNÇÃO COMUNICAÇÕES 318
4.5.1. Ministério das Comunicações 318
4.6. FUNÇÃO CULTURA 329
4.6.1. Ministério da Cultura 329
4.7. FUNÇÃO DEFESA NACIONAL 337
4.7.1. Ministério da Defesa 337
4.8. FUNÇÃO DESPORTO E LAZER 358
4.8.1 Ministério do Esporte 358
4.9. FUNÇÃO EDUCAÇÃO 362
4.9.1. Ministério da Educação 362
4.10. FUNÇÃO ENERGIA 389
4.10.1. Ministério de Minas e Energia 389
4.11. FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA 394
4.11.1. Presidência da República 394
4.12. FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL 397
4.12.1 Ministério do Meio Ambiente 397
4.13. FUNÇÕES HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO 407
4.13.1 Ministério das Cidades 407
4.14. FUNÇÕES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS 422
4.14.1. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 422
4.14.2. Ministério do Turismo 432
4.14.3. Ministério de Minas e Energia 438
4.15. FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA 441
4.15.1. Ministério do Desenvolvimento Agrário 441
4.16. FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL 454
4.16.1. Ministério da Previdência Social 454
4.17. FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES 466
4.17.1. Ministério das Relações Exteriores 466
4.18. FUNÇÃO SAÚDE 475
4.18.1. Ministério da Saúde 475
4.19. FUNÇÕES SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS DA CIDADANIA 487
4.19.1. Ministério da Justiça 487
4.19.2. Presidência da República 495
4.20. FUNÇÃO TRABALHO 505
4.20.1 Ministério do Trabalho e Emprego 505
4.21. FUNÇÃO TRANSPORTE 514
4.21.1. Ministério dos Transportes 514
4.21.2. Presidência da República 522
4.22. ATUAÇÃO – INTEGRAÇÃO NACIONAL 528
4.22.1. Ministério da Integração Nacional 528

PARTE V - BALANÇO GERAL DA UNIÃO

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 539
5.1.1. Balanço Patrimonial 539
5.1.2. Demonstrações das Variações Patrimoniais 541
5.1.3. Balanço Financeiro 543
5.1.4. Balanço Orçamentário 545
5.1.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 547

5.2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 548
5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis 548
5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis 549
5.2.3. Inclusão, Exclusão, Alteração e Reclassificação de Itens de Balanço 552
5.2.4. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos 552
5.2.5. Procedimentos Especiais 553
5.2.6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações 557
5.2.7. Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis 582

PARTE VI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTAS DE 2011

6.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES / CONTAS 2011 589
6.2. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES / ACÓRDÃO Nº 1.979/2012-TCU-PLENÁRIO 642
6.3. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES / ACÓRDÃO Nº 1.891/2012-TCU-PLENÁRIO 644

PARTE VII – SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL

7.1. CONTEXTO 645
7.1.1. Posição Atual do Processo de Implantação das Setoriais de Custos no Âmbito do Governo Federal 645
7.1.2. Relatórios 646

ANEXOS

ANEXOS DA REALIZAÇÃO DA RECEITA - OFSS 663
ANEXOS DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DA DESPESA - OFSS 685
ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - OI 755
ANEXOS – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS 763

PARTE I

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

Nesta parte, apresenta-se o desempenho da economia brasileira, bem como o contexto e as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública, abordando-se aspectos relativos à inflação, política monetária, cambial e de crédito, mercado de trabalho, nível de empregos e salários, metas fiscais e necessidade de financiamento do setor público.

1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2012

No primeiro semestre de 2012, o desempenho da atividade econômica brasileira foi influenciado pelo agravamento da crise internacional, que abalou o ânimo dos investidores e tornou os consumidores mais cautelosos. A retração de vários mercados consumidores afetou as exportações dos países emergentes, inclusive da China e do Brasil. Ao mesmo tempo, intensificou-se o fluxo de exportações para a economia brasileira, acirrando ainda mais a disputa com a indústria doméstica.

O Governo Federal, verificando a importância dos investimentos como estratégia de desenvolvimento do País, lançou, em agosto de 2011, o Plano Brasil Maior, que objetiva, empregando medidas relacionadas à política industrial, estimular a produção, o investimento, a inovação e as exportações, em defesa da indústria e do mercado interno. Assim, ampliou os setores beneficiados com a desoneração da folha de pagamentos, além de anunciar medidas para reduzir o custo da energia e de reforçar e ampliar o programa de financiamento com baixos custos por meio do PSI/BNDES, permitindo prorrogações das condições especiais para financiamentos, no âmbito do PSI 4, com taxas de juros de 2,5%, para caminhões, máquinas e equipamentos e proengenharia, de 5,5% para ônibus e de 8% para bens de capital (grandes empresas).

Dentre outras, destacam-se as seguintes medidas: benefícios fiscais relacionados a produtos industriais; política de compras governamentais, com prioridade para os bens produzidos no País, em especial, máquinas, equipamentos, fármacos e medicamentos; financiamento do comércio exterior; defesa comercial com operações que visam a evitar fraudes e triangulações (*circumvention*); financiamento para a produção, investimento e inovação; e o novo regime automotivo, com incentivos para pesquisa, desenvolvimento e inovação da indústria automobilística nacional, que podem alcançar um desconto de até 30 pontos percentuais no IPI para automóveis produzidos e vendidos no País (Programa Inovar-Auto).

O governo adotou, também, medidas com vistas a aumentar os investimentos de longo prazo e ao mesmo tempo incentivar a desindexação com base em taxas de curtíssimo prazo das aplicações financeiras, mediante o estabelecimento de maiores prazos médios para as carteiras dos fundos administrados pelas entidades de previdência aberta, estimulando, também, maior demanda por ativos de longo prazo, remunerados a taxas mais adequadas a esse tipo de investimento.

Como medida de estímulo ao crescimento econômico mediante inovação e expansão do parque industrial do País, foi instituído o regime de depreciação acelerada incentivada de bens de capital, aplicável a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados ao ativo imobilizado da pessoa jurídica adquirente, tributada com base no lucro real, adquiridos entre 15 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, o que possibilitará maior dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica a partir de 12 de janeiro de 2013, pela redução do prazo de depreciação de dez para cinco anos. Com o mesmo propósito, foi instituída a depreciação acelerada incentivada de caminhões e vagões, aplicando-se o dobro do percentual normal de depreciação (25 %), que reduz a depreciação de 48 para 24 meses.

Como medidas de incentivos fiscais destinadas a promover a inclusão social pela democratização do acesso à tecnologia e à informação, destacam-se (i) a criação do Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp) que prevê a isenção do Imposto de Importação e a redução para 0% das taxas de IPI, PIS/Pasep e Cofins na fabricação de computadores portáteis para uso educacional e de isenção do IPI na comercialização destes equipamentos; e (ii) a criação do Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL-Redes) para desonerar os equipamentos nacionais e as obras civis dos investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações com suporte a serviços de internet em banda larga, com o propósito de acelerar os investimentos na infraestrutura do serviço de banda larga e baratear os preços dos serviços de acesso, contribuindo para a redução das desigualdades para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Ainda no tocante às medidas de natureza fiscal, o Governo Federal, em 2012, avançou na reforma do federalismo fiscal brasileiro. Destacam-se, em especial, as iniciativas para mudança do ICMS, dentre as quais: a redução das alíquotas interestaduais deste imposto (deslocando a tributação do estado de origem para estado de destino dos produtos); a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Regional para o financiamento de ações de investimento e desenvolvimento produtivo, a prestação de auxílio financeiro às unidades federadas que constatarem efetiva perda de arrecadação em decorrência da mencionada redução das alíquotas interestaduais; alteração dos encargos das dívidas estaduais; e a redução, no âmbito do Confaz, do quórum para aprovação de convênio que tenha por objeto a concessão de remissão dos créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros, com a finalidade de por fim à *guerra fiscal* e à insegurança jurídica que tem dificultado o ambiente de negócios, os investimentos e, por consequência, o próprio crescimento econômico.

Noutro diapasão, é de se realçar que a economia brasileira passou a vislumbrar um cenário de significativa queda na taxa de juros. Assim é que, de agosto de 2011 a outubro de 2012, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros em 525 pontos-base, de modo que as taxas reais e nominais atingiram seu menor nível histórico, com redução de 12,5% para 7,25% a.a. A redução da taxa real de juros foi significativa nos últimos dez anos, saindo de 14% em dezembro de 2002 para se situar em 1,8% em novembro

de 2012. E esse movimento repercutiu na redução dos *spreads* bancários e das taxas de juros cobradas nos empréstimos.

A adoção de novos critérios de remuneração da poupança tornou-se uma condição necessária para a continuidade da redução da taxa básica de juros – Selic, sem criar desequilíbrio no mercado financeiro. Pelas novas regras, que passaram a valer a partir de 04 de maio de 2012, e que valerão apenas para os novos depósitos, o rendimento da aplicação em caderneta de poupança passou a ser calculado em 70% da Selic mais TR (Taxa Referencial), sempre que a Selic estiver em 8,5% ao ano ou menos. Se a taxa básica de juros estiver acima de 8,5% a.a., nada muda e a rentabilidade continua em 0,5% ao mês mais TR.

Essa mudança econômica histórica não só reduz os custos financeiros da economia, mas também estimula os empresários a investirem e os poupadores a procurarem alternativas de investimentos que vão financiar a produção. Isto é promissor para o investimento, a produção e o emprego, com taxas de juros baixas, custos financeiros reduzidos para empresas e famílias, taxa de câmbio mais competitiva e sólidos resultados fiscais.

Alinhado a essa transformação estrutural, o Governo estimulou os investimentos por meio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que em 2012 foi ampliado com o PAC - Equipamentos e com o anúncio de novas concessões em rodovias e ferrovias, conforme o Plano de Investimentos em Logística.

Na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), cerca de R$ 1 trilhão estava previsto para investimento em diversos setores, com ênfase em projetos de energia e no programa Minha Casa, Minha Vida. Em 2012, os investimentos públicos, incluindo o programa MCMV, no conceito de pagamento efetivo, foram 13% acima do registrado no mesmo período do ano de 2011 (de R$ 52,6 bilhões para R$ 59,4 bilhões).

Ademais, para que essa iniciativa pudesse contar com a ação dos governos estaduais, o Governo Federal lançou o Programa de Investimento dos Estados (Proinveste), com crédito de R$ 20 bilhões, para aplicação imediata em despesas de capital, viabilizando o aumento do investimento público.

Além da importância dos investimentos públicos, os investimentos privados também cumprem um papel fundamental para o crescimento econômico, o que explica a relevância do incentivo às parcerias público-privadas para viabilizar o investimento em grandes projetos de infraestrutura, a exemplo dos setores de telecomunicações, energia e transporte. Nos próximos anos, espera-se que os investimentos em infraestrutura no Brasil, especialmente nos setores de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias, venham a se solidificar com a participação ativa da iniciativa privada.

Dessa forma, a forte ampliação das concessões em infraestrutura se alinha com os estímulos ao desenvolvimento de mercado de crédito privado de longo prazo. Outra medida importante para o fomento dos investimentos em infraestrutura relaciona-se com os benefícios fiscais concedidos às debêntures emitidas com a finalidade de financiar projetos desta natureza, com reflexos positivos na dinamização do mercado de capitais brasileiro.

Ao final de 2012, as medidas de impulso adotadas pelo Governo Federal começaram a dar sinais de efetividade e tendem a se intensificar em 2013. A recuperação da atividade econômica é observada no resultado do PIB no 3º trimestre de 2012, superior aos trimestres anteriores, atingindo 0,6% de crescimento trimestral, com ajuste sazonal.

Os investidores reconhecem a tendência do crescimento do mercado consumidor brasileiro e, a despeito da crise internacional, o Brasil segue como um dos maiores destinos para investimentos em diversos setores, como automóveis, alimentos e bebidas, vestuário, aviação doméstica, computadores e motos.

1.1.1. Inflação

A inflação apresentou trajetória de desaceleração em 2012, comparativamente a 2011, resultado associado a menores reajustes de preços administrados e a comportamento mais favorável no segmento dos preços livres, apesar de pressões pontuais ocorridas no grupo "alimentação" e da reversão no movimento descendente dos preços de serviços a partir de meados do ano. Após registrar recuo no primeiro semestre, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em doze meses acelerou a partir de julho, como consequência de pressões inflacionárias no segmento de alimentação. Essas pressões foram, na maior parte, decorrentes de choques nos preços de produtos *in natura* e de grãos. Ainda assim, no ano, a variação do IPCA atingiu 5,84%, dentro do intervalo fixado pelo CMN, de 2,5% a 6,5%, o que configura o nono ano consecutivo de cumprimento da meta pelo Banco Central do Brasil (BCB).

1.1.2. Política Monetária, Cambial e de Crédito

O Comitê de Política Monetária (Copom) realizou oito reuniões no ano. Nas sete primeiras reuniões, a taxa de juros básica foi reduzida, enquanto na última reunião do ano optou-se por manter a taxa em 7,25% ao ano. A redução de 375 pontos básicos na taxa de juros (de janeiro a novembro de 2012) ocorreu em linha com um cenário de persistência de riscos limitados para a inflação, na medida em que a utilização de capacidade produtiva se encontrava abaixo da tendência de longo prazo e os mecanismos de transmissão das incertezas do cenário externo contribuíam para a moderação da atividade interna.

As operações de mercado aberto são o principal instrumento utilizado pelo BCB para regular a disponibilidade de reservas bancárias, com vistas à consecução da meta para a taxa Selic estabelecida pelo Copom. Essas operações consistem na compra ou venda, de forma definitiva ou com compromisso de revenda ou recompra (operação compromissada), no mercado secundário, de títulos públicos federais custodiados no Selic.

No período, o BCB continuou a lidar com excedentes de liquidez no sistema bancário, de forma que se utilizou de operações de venda com compromisso de recompra de curto prazo, de um a 35 dias úteis, e de prazos mais longos, de três e seis meses.

Um dos instrumentos de política monetária usado pelo BCB é o recolhimento compulsório. Para assegurar níveis adequados de liquidez no mercado interbancário, o BCB reformulou as regras sobre a dedução no recolhimento

compulsório sobre recursos a prazo. O potencial máximo de dedução no recolhimento passou de 36% para 50% da exigibilidade, o que promoveu aumento potencial de R$8,0 bilhões para novas operações de captação por parte das instituições elegíveis. Concomitantemente à revisão das regras dos recolhimentos compulsórios, foi promovida uma revisão do rol de operações válidas à dedução no compulsório, com intuito de estimular o alongamento do passivo das instituições depositárias.

Para prover recursos às linhas de crédito no mercado de automóveis e motocicletas, o BCB incluiu os novos financiamentos para aquisição desses bens no rol das operações dedutíveis. Em setembro, após o recorde histórico na venda mensal de veículos atingido no mês anterior, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o estímulo concedido à aquisição de automóveis foi descontinuado pelo BCB.

Cabe o registro de que foi regulamentada a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, por meio do Decreto 7.829, de 18 de outubro de 2012, e da Resolução do CMN nº 4.172, de 20 de dezembro de 2012, de forma a incentivar a troca lícita de informações pertinentes ao crédito e às transações comerciais, com o objetivo de reduzir a assimetria de informações e, assim, proporcionar novos meios de redução das taxas de juros e de ampliação das relações comerciais, com a adequada proteção da privacidade das pessoas (cadastro positivo).

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) apresentaram evolução moderada, em linha com o arrefecimento da atividade econômica, potencializado pela perspectiva de baixo crescimento da economia global por período prolongado, com impactos nas decisões de investimento, consumo e produção. A dinâmica do crédito foi sustentada pela tendência de expansão mais intensa no segmento de recursos direcionados, beneficiada pelo vigor do crédito habitacional e pelos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltados a projetos de infraestrutura.

A evolução do mercado de crédito transcorreu em ambiente de acentuado declínio das taxas de juros, que alcançaram os níveis mais baixos das séries históricas. Esse movimento refletiu as ações de flexibilização da política monetária, bem como a expressiva redução dos *spreads* bancários, em cenário de estabilização dos índices de inadimplência.

O volume total de crédito bancário, compreendidas as operações com recursos livres e direcionados, atingiu R$ 2.360 bilhões em dezembro de 2012. Em consequência, a relação crédito/PIB alcançou 53,5%. No crédito direcionado, os empréstimos totalizaram R$ 873 bilhões, registrando crescimento de 23% em relação a dezembro de 2011, impulsionados pelo crédito habitacional e pelos financiamentos com recursos do BNDES, cujos saldos expandiram-se, atingindo R$ 257 bilhões e R$ 472 bilhões, respectivamente.

As perspectivas econômicas globais no início do ano eram ruins em função da crise soberana de países europeus e da desaceleração no ritmo de crescimento da China. No entanto, as medidas emergenciais adotadas pelo BCB refletiram em melhoria do cenário financeiro ainda em janeiro, o que permitiu ao BCB reiniciar o processo de acumulação de reservas internacionais em fevereiro.

As baixas taxas de crescimento econômico ao redor do mundo e a falta de uma solução definitiva à crise europeia levaram a uma nova deterioração das condições financeiras globais no primeiro semestre do ano e à interrupção do processo de acumulação de reservas do BCB a partir do mês de abril. Nesse mês, o estoque das reservas alcançou o montante de US$ 374 bilhões.

Ao final de dezembro, as reservas atingiram US$ 378 bilhões, elevação de US$ 26 bilhões em relação a dezembro de 2011. Desse aumento, US$ 22 bilhões foram provenientes da compra de moeda estrangeira via intervenções no mercado de câmbio doméstico e US$ 4 bilhões, em decorrência do retorno dos investimentos.

1.1.3. Mercado de Trabalho, Nível de Empregos e Salários

Em 2012, uma das características marcantes da economia do País foi o mercado de trabalho que continuou demonstrando forte dinamismo. A taxa de desemprego de dezembro de 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 4,6% e foi a mais baixa da série histórica para o mês. No acumulado do ano até novembro, a geração de novos postos de trabalho alcançou 1,30 milhão. A continuidade das contratações em termos líquidos reforça que a economia retoma o crescimento.

A política de valorização do salário mínimo segue aumentando o poder de compra do trabalhador. Em 2013, o valor do salário mínimo passou de R$ 622,00 para R$ 678,00 a partir do dia 1° de janeiro, perfazendo reajuste de 9%, considerados a variação real do crescimento da economia e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Nesse sentido, registre-se, também, a mudança das regras na tributação dos valores recebidos a título de participação nos lucros (PLR), que aumentará a renda disponível dos trabalhadores e a parcela da remuneração relacionada aos ganhos de produtividade, estimulando-a. Nesse contexto, o crescimento do rendimento real do brasileiro foi significativo no período de 2004 a 2012, alcançando 29% na média total, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Empregos – PME/IBGE. Ainda mais relevante foi o crescimento do rendimento para os 20% mais pobres, cujo crescimento da renda atingiu cerca de 70%. No mesmo período, a queda da desigualdade de renda, medida pelo índice de GINI, foi resultado do aumento da escolaridade dos mais pobres, da inclusão produtiva e da expansão dos programas de transferência de renda. Ressalte-se ainda o papel fundamental na ampliação do mercado interno que representa o crescimento das classes A/B/C e conseqüente redução das classes D/E, ou seja, redução da pobreza e da desigualdade de renda. De acordo com a projeção do IPEA, em 2014 a classe C representará cerca de 59% da população (115,2 milhões de pessoas).

1.1.4. Metas Fiscais e Necessidade de Financiamento do Setor Público

O superávit primário do setor público em 2012 alcançou R$ 105 bilhões (2,38% do PIB), comparativamente a R$ 128,7 bilhões (2,11% do PIB) em 2011. Com esse resultado, a meta de superávit estabelecida para o ano foi cumprida, após o desconto de despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - RESULTADO PRIMÁRIO

Segmento	2010		2011		2012	
	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB
Governo Central	-78,7	-2,1	-93,0	-2,2	-86,1	-2,0
Governos regionais	-20,6	-0,5	-33,0	-0,8	-21,5	-0,5
Empr. estatais	-2,3	-0,1	-2,7	-0,1	2,6	0,1
TOTAL	**-101,7**	**-2,7**	**-128,7**	**-3,1**	**-105,0**	**-2,4**

Fonte: Banco Central do Brasil.

Todos os segmentos do setor público registraram redução no resultado primário em 2012, com destaque para os governos regionais, cujo superávit reduziu-se 0,31 p.p. do PIB, e para o Governo Central, com redução de 0,29 p.p. No âmbito das empresas estatais, o superávit de 0,07% do PIB registrado em 2011 passou para déficit de 0,06% em 2012.

No caso do Governo Central, contribuiu para a redução do superávit o impacto da desaceleração do ritmo da atividade econômica sobre as receitas públicas, associado às desonerações de impostos e contribuições. Assinale-se o crescimento do déficit da Previdência Social, que passou de 0,86% do PIB em 2011 para 0,93% em 2012, evolução decorrente do crescimento maior das despesas com benefícios relativamente às receitas líquidas.

Os juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro alcançaram 4,85% do PIB em 2012, reduzindo-se 0,87 p.p. em relação ao total apropriado no ano anterior. Essa redução foi influenciada, sobretudo, pela trajetória de queda da taxa Selic e pela menor variação observada no IPCA, indicadores que incidem sobre parcela expressiva da dívida mobiliária, componente mais importante do endividamento líquido.

No âmbito do Governo Central os juros nominais apropriados passaram de 4,36% do PIB em 2011 para 3,34% em 2012. Além da queda da taxa Selic e do IPCA acumulados no ano, contribuiu também para essa redução a maior receita de juros apropriados sobre os ativos da União junto aos governos regionais. Esses ativos representam a contrapartida de dívidas dos estados e municípios com a União, resultando dos acordos de refinanciamento e assunção de dívidas realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990. Parcela significativa dessas dívidas é corrigida pelo IGP-DI, índice que registrou variação de 8,11% em 2012, comparativamente a 5,01% em 2011, contribuindo para elevar os juros apropriados dos governos regionais e reduzir os juros líquidos apropriados do Governo Central.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, que incluem o resultado primário e os juros nominais apropriados, encerraram o ano de 2012 registrando déficit de 2,47% do PIB, inferior em 0,14 p.p. do PIB ao déficit registrado no ano anterior. No caso do Governo Central, houve redução do déficit nominal equivalente a 0,73 p.p. do PIB, passando para 1,39% do PIB em 2012. No âmbito dos governos regionais, o déficit nominal elevou-se de 0,48% do PIB em 2011 para 0,96% em 2012, refletindo o aumento dos juros nominais apropriados e a queda no superávit primário. No segmento da empresas estatais, o resultado deficitário elevou-se 0,11 p.p. do PIB no período.

O déficit nominal do setor público em 2012 foi financiado com expansões de R$ 311,4 bilhões na dívida mobiliária e de R$ 27,8 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, compensadas, parcialmente, pelas reduções de R$ 207,7 bilhões na dívida bancária líquida e de R$ 22,6 bilhões no financiamento externo líquido.

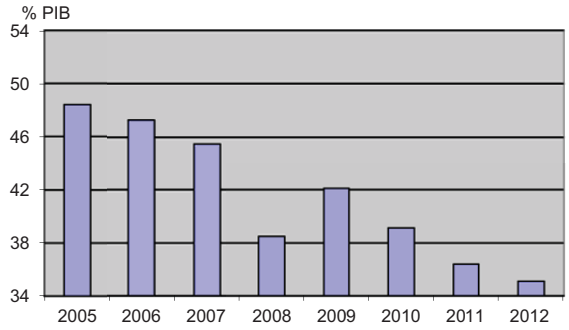
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Discriminação	2011		2012	
	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB
Usos	108,0	2,6	108,9	2,5
Primário	-128,7	-3,1	-105,0	-2,4
Juros	236,7	5,7	213,9	4,8
Fontes	108,0	2,6	108,9	2,5
Financiamento interno	214,4	5,2	131,5	3,0
Dívida mobiliária	223,8	5,4	311,4	7,1
Dívida bancária	-21,0	-0,5	-207,7	-4,7
Outros	11,6	0,3	27,8	0,6
Financiamento externo	-106,5	-2,6	-22,6	-0,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em 2012 a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou 35,1% do PIB, reduzindo-se 1,3 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Os principais fatores que contribuíram favoravelmente para essa evolução foram o superávit primário, o crescimento do PIB e a desvalorização cambial de 8,9% registrada no ano, tendo em vista que a parcela da DLSP atrelada ao câmbio registra posição credora líquida. Esses fatores mais do que compensaram os juros nominais apropriados.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Fonte: Banco Central do Brasil.

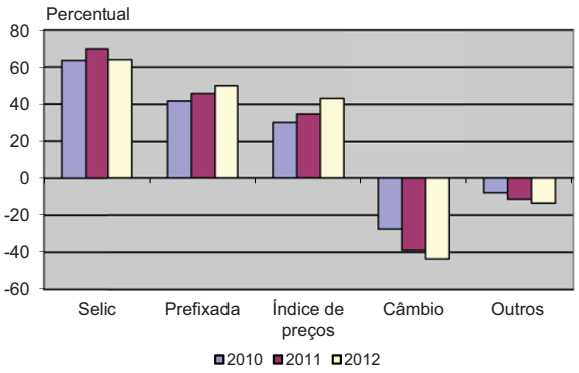
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO – FATORES CONDICIONANTES

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011		2012	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
Dívida líquida total – Saldo	1475 820	39,1	1508 547	36,4	1550 083	35,1
Fluxos	**Acumulados no ano**					
Var. DLSP	113 109	-2,9	32 727	-2,7	41 536	-1,3
Fatores	113 109	3,0	32 727	0,8	41 536	0,9
NFSP	93 673	2,5	107 963	2,6	108 912	2,5
Primário	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1	-104 951	-2,4
Juros	195 369	5,2	236 673	5,7	213 863	4,8
Ajuste cambial	17 677	0,5	-66 626	-1,6	-56 560	-1,3
Dív. interna[1/]	1 513	0,0	-3 405	-0,1	-3 171	-0,1
Dív. externa	16 163	0,4	-63 221	-1,5	-53 389	-1,2
Outros[2/]	1 533	0,0	-9 097	-0,2	-5 011	-0,1
Reconhecimento de dívidas	2 969	0,1	487	0,0	-5 805	-0,1
Privatizações	-2742	-0,1	0	0,0	0	0,0
Efeito crescimento **PIB**		**-5,9**		**-3,5**		**-2,2**

Fonte: Banco Central.
1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar.
2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

A composição da DLSP alterou-se ao longo do ano, com destaque para o aumento da parcela vinculada a índices de preços, da parcela credora vinculada à TJLP e da parcela credora vinculada ao câmbio, cujo crescimento foi influenciado pela elevação das reservas internacionais e pela desvalorização cambial. A existência de saldo credor líquido vinculado ao câmbio permite maior segurança na administração da DLSP, sobretudo em momentos de turbulência nos ambientes interno e externo. Também houve elevação da parcela pré-fixada. O prazo médio dos títulos federais, que compõem o maior percentual da DLSP, elevou-se de 41,8 meses ao final de 2011 para 46,1 meses ao final de 2012, mostrando que permanece a confiança na sustentabilidade da política fiscal.

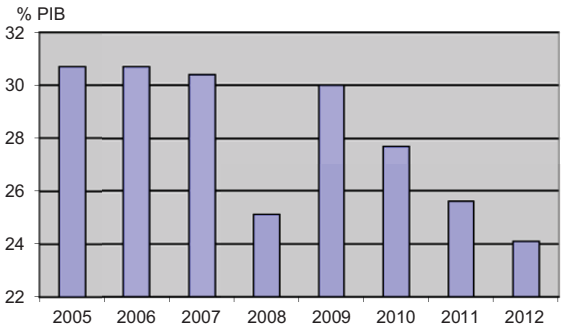
DLSP – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida líquida do Governo Federal alcançou 24,1% do PIB em 2012, reduzindo-se 1,6 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. A dívida mobiliária federal em mercado, componente mais importante da dívida líquida federal, alcançou 43% do PIB, elevando-se 0,4 p.p. em relação ao ano anterior. Destaque-se, por outro lado, o aumento dos créditos concedidos às instituições financeiras federais, que cresceram 1,5% do PIB no período, bem como das aplicações em fundos e programas do Governo Federal, que passou de 2,5% do PIB em 2011 para 2,7% em 2012.

DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL

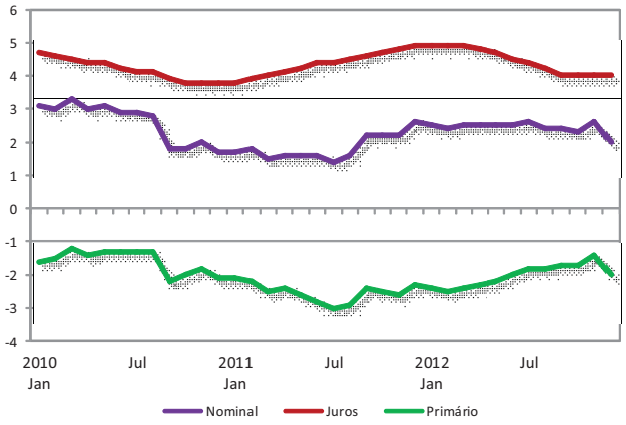


Fonte: Banco Central do Brasil.

Assinale-se que a evolução do déficit nominal do setor público, que registrou queda de 0,14 p.p. do PIB em 2012, segue com perspectivas favoráveis no médio e longo prazo, apontando também para a continuidade da redução dos níveis de endividamento. No que se refere especificamente ao Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o déficit nominal reduziu-se de R$ 107,5 bilhões em 2011 para R$ 88,9 bilhões em 2012. Como proporção do PIB, o resultado foi deficitário em 2,01% em 2012, reduzindo-se 0,58 p.p. no período, redução em linha com queda dos juros apropriados do Governo Federal, de 4,85% do PIB em 2011 para 3,98% em 2012.

O financiamento do déficit nominal do Governo Federal em 2012 ocorreu, principalmente, mediante expansões de R$ 129,3 bilhões na dívida mobiliária e de R$ 104,7 bilhões no relacionamento com o Banco Central, contrabalançadas, parcialmente, pela elevação de R$ 123,2 bilhões nos ativos líquidos junto ao sistema financeiro e pela redução de R$ 21,7 bilhões nos ativos decorrentes de renegociações de dívidas com os governos estaduais e municipais.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
% PIB



Fonte: Banco Central do Brasil.
(+) Déficit / (-) Superávit
Fluxos acumulados em 12 meses.

1.2. MOEDA E CRÉDITO

1.2.1. Aspectos Gerais

A evolução dos agregados de moeda e crédito em 2012 mostrou-se consistente com a moderação da atividade econômica, refletindo as incertezas advindas dos mercados financeiros internacionais. O comportamento positivo dos indicadores relativos a renda e emprego, conjugado com o significativo ingresso de moeda estrangeira condicionaram favoravelmente a trajetória de expansão dos agregados monetários, sobretudo, nos conceitos mais amplos. As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) mantiveram trajetória de expansão em 2012, assinalando, porém, crescimento moderado em relação aos dois anos anteriores, desempenho condizente com a desaceleração da atividade econômica. O mercado de crédito registrou expressivo declínio das taxas de juros, que alcançaram mínimas históricas, em linha com o ciclo de reduções da taxa básica de juros. Nesse cenário, os índices de inadimplência apresentaram-se estáveis, após período de elevação que perdurou até os primeiros meses do ano.

1.2.2. Agregados Monetários

O comportamento dos agregados monetários restritos em 2012 refletiu o crescimento moderado da atividade econômica e o conseguinte arrefecimento na expansão das operações de crédito, contrabalançado pela elevação da massa salarial, ao passo que os agregados mais amplos foram afetados, em particular, pelo expressivo ingresso de moeda estrangeira. Nesse cenário, a média dos saldos diários dos meios de pagamento, no conceito restrito (M1), atingiu R$ 313,1 bilhões ao final de dezembro, com avanço anual de 11,6%, correspondente aos acréscimos de 12,9% no papel-moeda em poder do público e de 10,5% nos depósitos à vista. Observados dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o M1 cresceu 5,5%, em linha com a evolução do produto nominal. Compatível com esses resultados, a velocidade renda do M1, definida como a relação entre o PIB a valores correntes e o saldo médio do agregado, encerrou o ano em patamar inferior ao de 2011.

A base monetária restrita alcançou saldo médio diário de R$ 230,9 bilhões em dezembro, apresentando elevação anual de 12,1%. Essa evolução traduziu incrementos de 12,6% no papel-moeda emitido e de 10,1% na posição de reservas bancárias.

Considerados saldos de final de período, a base monetária totalizou R$ 233,4 bilhões no final de 2012. A expansão anual de R$ 19,1 bilhões refletiu, principalmente, o impacto expansionista de R$ 121,6 bilhões relativo aos compulsórios ao longo do ano, decorrente, sobretudo, da elevação do limite de dedução de 36% para 50% do compulsório sobre recursos a prazo, simultâneo à limitação da remuneração dos valores recolhidos, e de flexibilizações das exigibilidades adicionais sobre recursos à vista e a prazo, cujas alíquotas foram reduzidas de 12% para zero e de 12% para 11%, respectivamente. As compras líquidas de divisas realizadas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio e os resgates líquidos de títulos do Tesouro Nacional resultaram em expansões respectivas de R$ 25,9 bilhões e R$ 5,7 bilhões. Em contraponto, a movimentação na conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos, foi contracionista em R$ 121,6 bilhões, influenciada pela arrecadação tributária de R$ 771,6 bilhões.

A base monetária ampliada, que agrega a base restrita, os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do BCB registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) alcançou R$ 2,9 trilhões ao final de dezembro, acumulando crescimento de 7,9% em 2012. Tal evolução refletiu, em grande parte, a atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados registrou crescimento de 8,8% no ano, contra 18,7% verificado no período anterior. O saldo de títulos privados expandiu-se 3,5%, ante 30,6% em 2011, refletindo resgates líquidos de R$ 125,3 bilhões em depósitos a prazo, ante captações líquidas de R$ 30 bilhões em 2011. Por sua vez, os depósitos de poupança aumentaram 17% em 2012, após crescimento de 10,9% no ano anterior, com captações líquidas de R$ 49,7 bilhões.

O agregado M3 elevou-se 15,9% no ano. As quotas de fundos de investimento cresceram 20,6% no período, comparativamente à expansão de 18,8% em 2011. As captações líquidas alcançaram R$ 96,1 bilhões, ante R$ 64,7 bilhões em 2011. O M4, que corresponde ao M3 mais os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou expansão de 15,5%, atingindo saldo de R$4,1 trilhões no final de 2012.

As projeções estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados monetários foram devidamente cumpridas no ano de 2012.

1.2.3. Títulos Públicos Federais

Em 2012, as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais registraram resgates líquidos de R$ 134 bilhões, correspondentes aos resgates de R$ 526,3 bilhões e colocações de R$ 392,3 bilhões. As operações de trocas realizadas no período totalizaram R$ 74 bilhões, com resgates antecipados de R$ 1 bilhão. O Banco Central, visando à manutenção da taxa Selic próxima à meta determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), realizou operações compromissadas com o saldo médio diário atingindo R$ 562,7 bilhões ao longo do último mês do ano, superando em 65,1% o montante verificado em dezembro de 2011.

As operações compromissadas tiveram seus prazos alterados ao longo do ano. As operações de duas semanas a três meses passaram de 44% em 2011 para 48% em 2012, ao passo que aquelas com prazo de seis meses recuaram de 51% para 42%. As operações de curtíssimo prazo, por sua vez, encerraram o ano com participação de 10%.

1.2.4. Operações de Crédito

O saldo total das operações de crédito do sistema financeiro, compreendidas as operações com recursos livres e direcionados, atingiu R$ 2.360 bilhões em dezembro de 2012, após elevação de 16,2% no ano, comparativamente às expansões de 19% em 2011 e 20,6% em 2010. Em consequência, a relação crédito/PIB alcançou 53,5%, ante 49% e 45,2% nos finais de períodos mencionados.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO

R$ bilhões

Discriminação	2010	2011	2012	Variação %	
				2011	2012
TOTAL	**1 705,9**	**2 029,8**	**2 359,6**	**19,0**	**16,2**
Recursos livres	1 116,1	1 304,6	1 485,9	16,9	13,9
Direcionados	589,8	725,2	873,8	23,0	20,5
Participação %:					
Total/PIB	45,2	49,0	53,5		
Recursos livres/PIB	29,6	31,5	33,7		
Recursos direcionados/PIB	15,6	17,5	19,8		

Fonte: Banco Central do Brasil.

A participação relativa dos bancos públicos no total das operações do sistema financeiro, impulsionada pelo desempenho das operações com recursos direcionados, atingiu 47,6% em dezembro de 2012, ante 43,5% ao final do ano anterior. Em sentido inverso, as instituições privadas nacionais e estrangeiras tiveram suas representatividades reduzidas em 3,1 p.p. e 1 p.p., situando-se em 36,1% e 16,3%, nessa ordem.

As operações de crédito com recursos livres, que responderam por 33,7% do PIB, somaram R$ 1.486 bilhões, após expansão de 13,9% em doze meses, a partir dos acréscimos de 11,2% nas operações para pessoas físicas e de 16,5% nos financiamentos a pessoas jurídicas. No crédito direcionado, equivalente a 19,8% do PIB, os empréstimos cresceram 20,5% no ano, ao totalizarem R$ 874 bilhões, impulsionados pelo vigor do crédito habitacional e pelos financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos saldos de R$ 257 bilhões e R$ 472 bilhões registraram incrementos respectivos de 37,6% e 12,4%.

CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS

R$ bilhões

Discriminação	2010	2011	2012	Variação %	
				2011	2012
TOTAL	**589,8**	**725,2**	**873,8**	**23,0**	**20,5**
BNDES	357,8	419,8	471,8	17,3	12,4
Direto	178,0	214,4	252,5	20,4	17,7
Repasses	179,8	205,4	219,3	14,3	6,8
Rural	86,8	102,8	127,0	18,4	23,6
Bancos e agências	81,9	96,9	117,9	18,3	21,7
Cooperativas	4,9	5,9	9,0	20,4	53,4
Habitação	131,4	186,6	256,7	42,0	37,6
Outros	13,8	16,1	18,4	16,7	14,2

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os desembolsos realizados pelo BNDES totalizaram R$ 156 bilhões em 2012, superando em 12,3% o valor concedido em 2011. Esse resultado refletiu o aumento de 13,7% nas concessões ao segmento de comércio e serviços, volume de R$ 97 bilhões, com ênfase para os setores de eletricidade e gás, comércio e administração pública. Os financiamentos concedidos à indústria, impulsionados por créditos aos ramos de papel e celulose e de coque, petróleo e combustível, elevaram-se 8,7%, somando R$ 48 bilhões, enquanto os recursos para o setor agropecuário cresceram 16,4%, ao atingirem R$ 11 bilhões. Os créditos destinados a micro, pequenas e médias empresas, que responderam por 32% do total de desembolsos, cresceram 0,9% em 2012.

As consultas formuladas ao BNDES, que representam potenciais desembolsos, expandiram-se 60% em 2012, alcançando o montante de R$ 312 bilhões. Contribuíram para essa evolução, os incrementos respectivos de 71,7% e 52,1% na demanda da indústria e do segmento de comércio e serviços, sinalizando perspectiva positiva para os investimentos do setor produtivo em 2013.

O crédito ao setor privado totalizou R$ 2.241 bilhões em 2012, após elevação anual de 15%, e correspondeu a 95% do total das operações do sistema financeiro. Em termos setoriais, o saldo de empréstimos para o segmento outros serviços atingiu R$ 405 bilhões, registrando expansão de 16,6%, com destaque para os ramos de energia, transportes e telecomunicações. O volume das operações contratadas com a indústria, impulsionadas pelos setores de agroindústria, energia e extração mineral, alcançou R$ 462 bilhões, avançando 10,5%. Os créditos destinados ao comércio cresceram 9%, ao atingir R$22 bilhões, com relevância para as contratações dos segmentos de automóveis, supermercados e máquinas e equipamentos.

Os financiamentos habitacionais, realizados com recursos livres e direcionados, destinados à aquisição e construção de moradias, cresceram 38,2% em doze meses, totalizando R$ 277 bilhões ao final de 2012, passando a representar 6,3% do PIB, ante 4,8% em 2011 e 3,7% em 2010. Relativamente às operações com recursos da caderneta de poupança, os desembolsos somaram R$ 56 bilhões em 2012, montante 20,2% superior ao ocorrido em 2011, e corresponderam a 299 mil moradias financiadas. Do total desembolsado, 81,5% representaram contratos regulamentados pelo SFH, e o restante, a taxas de juros livremente pactuadas.

As operações de crédito rural somaram R$171 bilhões ao final de 2012, avançando 21,4% no ano. Esse desempenho foi impulsionado, basicamente, pelas elevações respectivas de 21,9% e 21,2% nas contratações relativas a investimento e custeio agrícolas da safra 2012/2013.

Os financiamentos ao setor público alcançaram saldo de R$ 119 bilhões em dezembro, após crescimento anual de 45,5%. As operações ao governo federal, saldo de R$ 63 bilhões, apresentaram elevação de 52,9%, com ênfase em créditos destinados aos segmentos de petróleo e gás, ao passo que os financiamentos a estados e municípios, que somaram R$ 56 bilhões, cresceram 37,9%, destacando-se os desembolsos relacionados à infraestrutura urbana e energia elétrica.

Os créditos com recursos livres representaram 63% do volume total de crédito do sistema financeiro, correspondendo a R$ 1.486 bilhões em dezembro de 2012, após acréscimo anual de 13,9%, ante 16,9% em 2011. Os empréstimos a pessoas físicas alcançaram saldo de R$ 724 bilhões em 2012, assinalando elevação de 11,2%, comparativamente a 16,3% no ano anterior. Contribuíram para a desaceleração, os desempenhos dos financiamentos de veículos, do crédito pessoal e do cartão de crédito, que registraram expansões respectivas de 8,2%, 14,9% e 4,1%, comparativamente a 23,5%, 19,2% e 22,2% em 2011.

CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES

R$ bilhões

Discriminação	2010	2011	2012	Variação %	
				2011	2012
TOTAL	**1116,1**	**1304,6**	**1485,9**	**16,9**	**13,9**
Pessoa jurídica	556,1	653,5	761,6	17,5	16,5
Referencial[1/]	462,7	554,8	638,5	19,9	15,1
Recursos domésticos	413,9	493,2	565,7	19,2	14,7
Recursos externos	48,9	61,6	72,8	26,0	18,2
Leasing[2/]	41,3	33,6	25,9	-18,8	-22,9
Rural[2/]	3,1	3,7	4,8	19,0	31,5
Outros[2/]	49,0	61,5	92,3	25,6	50,1
Pessoa física	560,0	651,1	724,3	16,3	11,2
Referencial[1/]	417,3	505,7	567,2	21,2	12,2
Cooperativas	25,3	32,1	39,4	27,1	22,8
Leasing	45,6	27,7	14,1	-39,3	-48,9
Outros	71,8	85,6	103,5	19,2	20,9

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular nº 2.957, de 30/12/1999.
2/ Operações lastreadas em recursos domésticos.

Os financiamentos com recursos livres a pessoas jurídicas atingiram R$ 762 bilhões em 2012, após incremento de 16,5% em 2012, comparativamente a 17,5% em 2011. Os empréstimos de capital de giro registraram aceleração, com elevação de 18,7%, ante 17,9% no ano anterior. No sentido oposto, os saldos das carteiras de conta garantida e de adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC) registraram variações respectivas de -3,4% e 18% em 2012, comparativamente a 11,8% e 30,9% em 2011.

A taxa média de juros das modalidades que compõem o crédito referencial, acompanhando a trajetória de redução da taxa básica de juros, recuou 9 p.p. em doze meses, situando-se em 28,1% em dezembro de 2012. No segmento de pessoas físicas, a taxa média atingiu 34,6%, após declínio de 9,2 p.p., com destaque para as reduções respectivas de 46,1 p.p., 9,3 p.p. e 6,3 p.p. em cheque especial, crédito pessoal e aquisição de veículos. No tocante a pessoas jurídicas, a taxa média atingiu 20,6%, registrando recuo de 7,6 p.p., com ênfase para as quedas de 21 p.p. e 6,4 p.p. em conta garantida e capital de giro, nessa ordem.

O *spread* bancário situou-se em 21,1 p.p. em dezembro de 2012, após registrar decréscimo de 5,8 p.p. no ano. Os indicadores correspondentes a pessoas físicas e pessoas jurídicas diminuíram, na ordem, 6,3 p.p. e 4,2 p.p., alcançando 27,4 p.p. e 13,7 p.p., respectivamente.

A inadimplência do crédito referencial, consideradas as operações com atrasos superiores a noventa dias, elevou-se 0,3 p.p. no ano, posicionando-se em 5,8% ao final de 2012. As taxas correspondentes aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas atingiram, na ordem, 7,9% e 4%, denotando crescimentos respectivos de 0,5 p.p. e 0,1 p.p. no período.

O prazo médio das operações no âmbito do crédito referencial alcançou 526 dias em dezembro de 2012, representando ampliação de 29 dias relativamente ao ano anterior. No segmento de pessoas físicas, o prazo aumentou 32 dias, e no de pessoas jurídicas, 30 dias, alcançando 632 dias e 432 dias, nessa ordem.

1.2.5. Sistema Financeiro Nacional

Ao longo de 2012, o SFN manteve condições adequadas de liquidez, rentabilidade e capital para cobertura dos riscos inerentes a suas operações, a despeito da persistência do cenário de instabilidade nos mercados internacionais. A solidez do sistema financeiro está associada à manutenção de adequados níveis de alavancagem e de qualidade dos ativos, à estabilidade macroeconômica do País e à atuação contínua da autoridade monetária no aperfeiçoamento da regulamentação prudencial. Destaque-se, adicionalmente, a atuação do Banco Central na promoção da melhoria dos

serviços financeiros e da ampliação do processo de inclusão financeira.

O Banco Central autorizou o funcionamento do sistema Central de Cessões de Crédito (C3), a partir de 30 de janeiro de 2012, visando estender às operações de cessão de créditos a bem-sucedida experiência de registros de ativos, tais como as operações compromissadas e o mercado de derivativos. O sistema objetiva registrar parcelas de operações de crédito para efeito de cessões interbancárias, possibilitando a transferência definitiva do ativo negociado simultaneamente à liquidação financeira definitiva, de modo a conferir maior segurança às operações de cessões de crédito interbancárias. O sistema tende a contribuir para a redução do risco operacional e para o aumento da liquidez no mercado de cessões de crédito interbancário, representando, dessa forma, importante aprimoramento na estabilidade e na eficiência do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

A Circular nº 3.616, de 30/11/2012, de modo a conferir maior segurança às operações de financiamento e arrendamento mercantil, estabeleceu condições de registro das garantias constituídas sobre os veículos automotores objetos dessas operações.

Objetivando adequar as condições de liquidez do sistema bancário para concessões de crédito, o Banco Central editou a Circular nº 3.594, de 21/05/2012, permitindo às instituições financeiras sujeitas ao recolhimento compulsório sobre recursos a prazo deduzir o saldo dos financiamentos e arrendamentos mercantis de automóveis e veículos comerciais leves, contratados a partir daquela data e até setembro de 2012, quando a Circular nº 3.609 passou a permitir a dedução dos valores referentes a financiamentos de motocicletas.

As regras que disciplinam a contratação de correspondentes bancários no País foram revisadas com o propósito de estabelecer a obrigatoriedade de as instituições contratantes adotarem política de remuneração dos contratados compatível com a política de gestão de riscos da instituição financeira. A fim de evitar distorções no uso do modelo de correspondentes, foi proibido, ainda, que as instituições financeiras façam uso de serviços de correspondentes em suas próprias dependências (agências e postos).

O Conselho Monetário Nacional aprovou resolução que estabelece requisitos e parâmetros para o funcionamento de um fundo garantidor para as cooperativas singulares de crédito e para os bancos cooperativos. O fundo deverá ser constituído na forma de entidade privada sem fins lucrativos e terá como associados as cooperativas singulares de crédito que captam recursos de seus associados e os bancos cooperativos. Uma vez associados ao novo fundo, os bancos cooperativos serão desfiliados do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O objetivo do novo fundo é garantir créditos de clientes das entidades do sistema cooperativista e realizar operações de assistência e suporte financeiro com estas instituições.

Por intermédio da Resolução nº 4.115, de 26/07/2012, o BCB alterou e consolidou as normas que dispõem sobre a captação de depósitos a prazo, com garantia especial proporcionada pelo FGC. A medida autorizou a captação desses depósitos com alienação fiduciária de recebíveis de operações de crédito e de arrendamento mercantil, originadas pela instituição emitente, em favor do FGC.

1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

1.3.1. Política de Comércio Exterior

A balança comercial brasileira registrou saldo positivo em 2012, embora com retração da corrente de comércio, associada a uma conjuntura de baixo dinamismo da economia mundial, com recessão acentuada na Zona do Euro, de forte concorrência de produtos chineses, alavancada por moeda desvalorizada, e de maior protecionismo em países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo nítida a repercussão das iniciativas de controle de importações da Argentina sobre o comércio exterior brasileiro. Nesse contexto, a ação de governo no âmbito da política industrial e de comércio exterior deu continuidade ao Plano Brasil Maior, reforçado por um amplo conjunto de medidas em prol da maior competitividade da produção nacional, do incentivo ao investimento para aumento de capacidade e adensamento da cadeia produtiva e de defesa comercial.

O Plano Brasil Maior, instituído em 2011, foi reforçado e teve sua abrangência ampliada. A Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, convertida na Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, instituiu ou ampliou o alcance de programas de apoio setorial e de mecanismos de desoneração previdenciária e fiscal para fortalecimento da competitividade da produção interna e do comércio exterior:

- Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto): novo regime para o setor automotivo, com vigência de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, o qual concede benefício tributário aos produtores internos, condicionado ao investimento na produção local;

- Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD): incentivo fiscal a ações e serviços de atenção oncológica e de reabilitação da pessoa com deficiência;

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS): ampliação de programa instituído pela Lei nº 11.484/2007 para incluir as atividades de corte, encapsulamento e teste de dispositivos semicondutores;

- Plano Nacional de Banda Larga (PNBL): instituição do Regime Especial de Tributação do PNBL para Implantação de Redes de Telecomunicações, vigente até 2016, o qual suspende a cobrança de PIS e Cofins na produção de equipamentos nacionais para investimentos na rede de banda larga e de PIS, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais e serviços de obras civis, condicionada ao cumprimento de regras do Processo Produtivo Básico e de desenvolvimento nacional de tecnologia;

- Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp): restabelecimento do Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e habilitação de empresas fabricantes de equipamentos para fins de benefício de suspensão do PIS, Cofins e IPI, condicionada ao cumprimento de regras de Processo Produtivo Básico;

- Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto): ampliação do programa de desoneração de IPI, PIS, Cofins e Imposto de Importação (II), já vigente para atividades de armazenagem e movimentação de carga para inclusão de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens sem similar nacional, quando adquiridos ou importados por beneficiários – operadores ou concessionários de portos ou arrendatários ou empresas autorizadas – para execução de serviços de apoio operacional, proteção ambiental, sistemas de segurança, dragagem e treinamento de trabalhadores;

- Alteração da Lei nº 10.865/2004, para ampliar em um ponto percentual alíquota de Cofins-Importação incidente sobre os produtos importados, a qual passa de 7,6% para 8,6%;

- Alteração da Lei nº 12.546/2011, referente à desoneração da folha de pagamento de salários da contribuição previdenciária patronal das empresas, que substituiu a contribuição de 20% sobre a folha de pagamentos por contribuição sobre a receita, para incluir entre os beneficiários empresas de serviços, *call center,* hotelaria e transporte rodoviário de passageiros[1];

- Alteração do conceito de empresa "preponderantemente exportadora": redução de 70% para 50% a percentagem das exportações na receita bruta total de bens e serviços exigida para que uma empresa seja assim considerada, conforme definido pela Lei nº 10.637/2002. A nova regra aumenta o número de empresas beneficiadas com a suspensão do pagamento de IPI, PIS e Cofins na aquisição de insumos para produção, e deve contemplar boa parte das empresas exportadoras que até então acumulavam crédito fiscal e comprometiam capital de giro. Sendo uma empresa "preponderantemente exportadora", a cobrança do IPI, PIS e Cofins fica suspensa já no processo de aquisição dos insumos[2].

O Programa Inovar-Auto, regulamentado pelo Decreto nº 7.716, de 3 de abril de 2012, e pelo Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, concede benefício tributário às empresas instaladas no País que produzam automóveis, às empresas que comercializam tais produtos e às empresas que tenham projetos de investimento para instalação de fábricas desses produtos no País, condicionado ao cumprimento de exigências de conteúdo local e à realização de atividades de tecnologia. As empresas devem cumprir ao menos três dos quatro requisitos a seguir, conforme valores e cronogramas especificados nos Decretos: 1) Realizar no País um número mínimo de etapas de produção em pelo menos 80% dos veículos por ela fabricados, com cronograma de

[1] O Decreto nº 7.711, também de 3 de abril, instituiu a Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamentos, regulamentando disposição da Lei nº 12.546/2011.

[2] O recolhimento de IPI, PIS e Cofins sobre compra de insumos no mercado interno gera crédito fiscal utilizado para abater débito fiscal gerado na venda. A exportação, contudo, não gera débito fiscal, de maneira que o crédito do insumo usado em produto exportado só pode ser abatido do débito gerado por venda no mercado interno. As empresas com grande parcela do faturamento advinda de exportações não conseguiam abater todo o crédito de tributos federais gerado e assim passavam a acumular créditos e a ter que pedir o ressarcimento em espécie desse crédito excedente. O ressarcimento, no entanto, demanda um prazo para trâmite administrativo no âmbito da Receita Federal.

aumento gradual partindo de oito atividades fabris em 2013; 2) Realizar no País dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que, em termos percentuais sobre a receita bruta na venda de bens e serviços, devem aumentar de um mínimo de 0,15% em 2012 para 0,5% em 2017; 3) Realizar dispêndios em engenharia, tecnologia industrial e desenvolvimento de fornecedores, num percentual mínimo sobre a receita obtida da venda de bens e serviços; e 4) Aderir ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do Inmetro, referente a padrões de eficiência energética, nos percentuais mínimos de 25% em 2013 até 100% em 2017.

As empresas montadoras que cumprirem os requisitos descritos poderão usufruir do benefício de isenção do aumento de 30% do IPI promovido pelo Decreto nº 7.567/2011 e do direito a crédito presumido do IPI, proporcional ao gasto em P&D e engenharia. O Decreto nº 7.716/2012 também determinou, para as empresas habilitadas com projetos industriais a instalar no País, restrição quantitativa para a importação de veículos com direito ao benefício, definindo como quantidade de referência o percentual de 50% da capacidade de produção anual prevista no projeto aprovado. O Decreto nº 7.819/2012, ajustou o percentual, que passou a ser de 1/24 da capacidade de produção anual prevista no projeto, multiplicado pelo número de meses restantes no ano.

A Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, estabeleceu apoio a mais um setor produtivo e incorporou novos ajustes e acréscimos, conforme segue:

- Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF): suspende os pagamentos de PIS, Cofins e IPI incidentes sobre máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, serviços e materiais de construção a serem utilizados ou incorporados a projeto de investimento para implantação ou aumento de produção de fertilizantes e de seus insumos. A suspensão do pagamento de tributos converte-se em alíquota zero depois da utilização ou incorporação do bem ou material no projeto. A empresa que não o fizer fica obrigada a pagar os tributos suspensos, conforme a legislação. A fruição do benefício, vigente por prazo de cinco anos, fica condicionada à regularidade fiscal da empresa em relação a tributos federais e ao cumprimento de requisitos mínimos de conteúdo local em relação ao valor do projeto e de investimento em P&D e inovação tecnológica;

- Nova alteração na Lei nº 12.546/2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços, para incluir na norma, a partir de 1º de janeiro de 2013, produtos das indústrias de alimentos, produtos minerais, químicos, plásticos, couro, madeira, papéis, têxteis, cimento, produtos cerâmicos, vidro, metais, máquinas e equipamentos, material de transporte, aparelhos óticos e brinquedos, com alíquota de contribuição equivalente a 1% do faturamento;

- Possibilidade de depreciação acelerada de bens de capital para apuração do Imposto de Renda.

Na esfera tributária, ademais, a Resolução do Senado Federal n° 13, de 25 de abril de 2012, promoveu relevante mudança no sistema de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A decisão, vigente desde 1º de janeiro de 2013, diminui a alíquota interestadual do ICMS de 12% para 4% e a unifica nesse nível, estabelecendo a harmonização tributária entre os estados da federação. A modificação, na prática, acaba com isenções na cobrança de ICMS sobre importados, concedidas por alguns estados brasileiros, situação que favorecia produtos importados na concorrência com produtos domésticos. Produtos fabricados no exterior ou produtos que tenham mais de 40% de conteúdo de importação, ainda que submetidos a processos de agregação de valor após o desembaraço aduaneiro (por exemplo, montagem, transformação, beneficiamento, acondicionamento ou recondicionamento), terão alíquota única de ICMS de 4% quando transitarem de um estado para outro. Mesmo os produtos que não alcançarem a marca de 40% deverão informar ao fisco a fatia de importação.

Ao final do ano, pela Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012, o governo incluiu na política de desoneração da folha de pagamentos os setores de construção civil, comércio varejista e serviços navais. A medida também prorrogou, de 31 de dezembro de 2012 para 31 de dezembro de 2013, a validade do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). O regime tem por objetivo reintegrar valores referentes a custos tributários residuais incidentes nas vendas de produtos manufaturados brasileiros ao mercado externo[3].

O regime de ex-tarifários para bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT), e suas partes e componentes, que concede redução temporária das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação quando não exista produção nacional da máquina ou equipamento, prosseguiu sendo efetivo mecanismo de desoneração tributária do investimento, mas os requisitos e procedimentos foram revistos pela Resolução Camex nº 17, de 5 de abril. O prazo de vigência de ex-tarifários foi limitado a dois anos e vedou-se a concessão do benefício para bens usados, remanufaturados, recondicionados ou reformados, passando a ser exigida a "condição de novo". A Resolução definiu novo disciplinamento administrativo no âmbito do Comitê de Análise de Ex-Tarifários e proibiu a concessão do benefício para "sistemas integrados" (agrupamentos de equipamentos com controle de processo centralizado), o que fez aumentar o número de pedidos de concessão de ex-tarifários, pois os pleitos passaram a ser desmembrados em produtos. A maior parte dos ex-tarifários concedidos diz respeito a bens de capital demandados pelo investimento nos setores de automóveis e autopeças; madeiras e móveis; naval; siderúrgico; petrolífero; gráfico; e de construção civil.

3 O Reintegra, criado pela Lei nº 12.546/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.633/2011, permite à empresa exportadora de bens apurar valor para fins de ressarcimento do resíduo de tributos indiretos existente na sua cadeia de produção, mediante compensação com débitos próprios ou mediante ressarcimento em espécie. O valor é calculado pela aplicação de percentual entre zero e 3% sobre a receita decorrente da exportação de bens, podendo ser diferenciado por setor econômico e atividade exercida. Como regra, podem ser beneficiados os produtos cujos custos dos insumos importados não forem superiores a 40% do preço de exportação; para bens de alta tecnologia - produtos farmacêuticos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e eletrônicos e partes, aeronaves e partes, instrumentos, aparelhos e partes, e aparelhos de relojoaria e partes, esse limite sobe para 65%, uma vez que esses setores apresentam maior necessidade de importação de componentes para garantir a competitividade. A regulamentação prevê que um grupo técnico, formado pelo Ministério da Fazenda e pelo MDIC, examine propostas de alterações do percentual de reintegração, do percentual máximo de insumos importados e da lista de produtos elegíveis ao regime.

MEDIDAS DE EX-TARIFÁRIOS

Medida	Resolução Camex	Descrição
Criação de ex-tarifários BK, e prorrogação, alteração, suspensão e revogação de ex-tarifários anteriores.	01, de 12/01/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	10, de 10/02/2012	Altera, até 30 de junho de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	28, de 25/05/2012	Altera, até 30 de junho de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	34, de 17/05/2012	Altera, até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários. Suspensa pela Resolução nº 78, de 31/10/2012.
	37, de 11/06/2012	Altera, até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	48, de 05/07/2012	Altera, até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	60, de 20/08/2012	Altera, até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	68, de 20/08/2012	Altera, até 30 de junho de 2014, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários. Retificada em 11/10/2012.
	74, de 29/10/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2014, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	82, de 13/11/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2014, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
	78, de 31/10/2012	Suspende a redução para 2% (dois por cento) da alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação concedida pela Resolução CAMEX nº 34, de 17 de maio de 2012.
	88, de 17/12/2012	Altera a lista de autopeças constante no Anexo da Resolução CAMEX nº 71, de 14 de setembro de 2010.
	91, de 17/12/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.
Criação de ex-tarifários BIT, e prorrogação, alteração e revogação de ex-tarifários anteriores.	02, de 12/01/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	09, de 10/02/2012	Altera, até 30 de junho de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	17, de 03/04/2012	Dispõe sobre a redução temporária da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital e bens de informática e de telecomunicações sem produção nacional equivalente e sobre o Comitê de Análise de Ex-tarifários - CAEx.
	18, de 04/04/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	33, de 17/05/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	36, de 11/06/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	47, de 05/07/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	61, de 20/08/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	69, de 21/08/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2014, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	75, de 29/10/2012	Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2014, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	81, de 13/11/2012	Altera para 2% e 0% (dois por cento e zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
	90, de 17/12/2012	Altera para 2% (dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.

Fonte: http://www.camex.gov.br/legislacao.

Os instrumentos de financiamento público ao comércio exterior também receberam reforço em 2012, com expansão dos aportes do Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), criação de novas linhas de financiamento e de novas facilidades na concessão de tais financiamentos, e redução de taxas de juros. Já em 3 de fevereiro, a Portaria MDIC nº 26 ampliou a lista de exportações passíveis de contar com a concessão de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE). Esse instrumento de financiamento, antes restrito a mercadorias, passou a ser permitido para serviços associados a construção, engenharia, mineração, energia, P&D, tecnologia da informação, logística e proteção

ambiental[4]. Nessa área de financiamento e garantia às exportações, a Medida Provisória nº 564, de 3 de abril de 2012, convertida na Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e regulamentada pela Portaria Ministério da Fazenda nº 122, de 10 de abril de 2012, definiu, dentre outras providências:

- Financiamento BNDES e Finep destinado a exportação, inovação tecnológica e aquisição e produção de bens de capital: ampliação do volume de recursos disponíveis, com aumento dos recursos destinados à subvenção nos programas oficiais, inclusive operações de equalização da taxa de juros, e concessão de crédito da União ao BNDES, no valor de R$ 45 bilhões, por meio de emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal;

- Programa Revitaliza, do BNDES: inclusão de novos setores produtivos na linha de financiamento, pela alteração da Lei nº 11.529/2007 para tornar elegíveis os setores de fabricação de calçados (de materiais distintos do couro), instrumentos e materiais para uso médico e odontológico, artigos óticos, equipamentos de informática e periféricos, material eletrônico e de comunicações, transformados plásticos, brinquedos e jogos recreativos, móveis, e artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado;

- Conceito de exportação indireta: já adotado no quesito fiscal, o conceito foi estendido também para o quesito financeiro, mediante legislação sobre financiamento da exportação indireta para extensão das linhas ACC de financiamento à exportação às empresas que realizam suas vendas via empresas comerciais exportadoras (tradings), situação típica de pequenas e médias empresas;

- Novo mecanismo para garantia a operações de comércio exterior e projetos de infra-estrutura de grande vulto: o Poder Executivo Federal fica autorizado a participar, com aportes do Tesouro Nacional, até o limite de R$ 25 bilhões, em fundos dedicados a oferecer esse tipo de garantia, e a criar empresa pública, denominada Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. (ABGF), para administração desses fundos garantidores e prestação de garantias contra riscos comerciais em operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a dois anos, e contra riscos políticos e extraordinários. Pela proposta, a ABGF deverá criar o Fundo Garantidor de Comércio Exterior (FGCE) e o Fundo Garantidor de Projetos de Infra Estrutura de Grande Vulto (FGIE).

Ainda em reforço à ação de governo para estímulo às exportações, a Lei n° 12.699, de 30 de julho de 2012, concedeu crédito adicional do Tesouro Nacional ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) no montante de R$ 1,355 bilhão. Na modalidade Proex Equalização, que arca com parte dos encargos financeiros cobrados ao exportador por instituições financeiras estabelecidas no País ou no exterior, de maneira a equalizar as taxas de juros incidentes com as praticadas internacionalmente, os recursos foram ampliados de R$ 445 milhões para R$ 1 bilhão. As condições de crédito da modalidade também foram flexibilizadas: antes aplicáveis apenas à fase pós-embarque, passaram a abarcar a fase pré-embarque; os prazos de financiamento aumentaram de 10 para 15 anos e os percentuais para equalização subiram de 85% para 100% do financiamento. Na modalidade Proex Financiamento, que concede empréstimo - o exportador brasileiro recebe o valor da operação à vista e oferece ao importador prazo para o pagamento -, e atende pequenas e médias empresas exportadoras de bens e serviços, com faturamento anual de até R$ 600 milhões, a verba aumentou de R$ 800 milhões para R$ 1,6 bilhão.

No financiamento à exportação direcionado à micro, pequena e média empresa, a Resolução Camex nº 20, de 3 de abril, flexibilizou diretrizes e regras para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). O limite máximo de faturamento bruto das empresas que podem ser atendidas pelo seguro passou de R$ 60 milhões para R$ 90 milhões, com limite de exportação anual de até US$ 1 milhão. A garantia da União pode agora ser concedida na fase pré-embarque e pode ser encadeada com financiamentos pós-embarque, inclusive com o Proex Financiamento. Já a Resolução Camex nº 21, de mesma data, flexibilizou as garantias aceitas pelo Banco do Brasil para concessão de financiamentos Proex para exportações de até US$ 50 mil realizadas por empresas com faturamento anual até R$ 3,6 milhões.

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no intuito de dar maior competitividade ao exportador brasileiro, promoveu novas simplificações das exigências e procedimentos relacionados às exportações. A Portaria Secex nº 23, de 20 de julho, alterou a Portaria Secex n° 23/2011 e simplificou o procedimento utilizado para *drawback* integrado, alterando prazos para comprovação fiscal e embarque das mercadorias de modo a evitar repetição de procedimentos na hipótese de atraso.

A Portaria Secex n° 43, de 22 de novembro, simplificou o trâmite da exportação para países que aplicam o Sistema Geral de Preferências (SGP) a produtos de origem brasileira, e exigem o Formulário A (Form A) para obtenção dessa preferência tarifária, caso da União Europeia, Rússia, Japão, Suíça, Turquia e Noruega. Pela Portaria, o Banco do Brasil passa a ter prazo máximo de até quatro dias para emissão do Form A e o exportador brasileiro, ao solicitar a emissão do Form A, fica dispensado de apresentar três documentos (Registro de Exportação, Conhecimento de Embarque e Declaração de Transporte). Serão necessários apenas a Fatura Comercial e a Declaração de Origem do Fabricante, para que não se perca a identificação da origem necessária à concessão do benefício ao amparo do SGP. Por fim, a Portaria Secex n° 44, de 7 de dezembro, eliminou a exigência de documentos comprobatórios de pagamento de tributos ou de outras medidas no caso de liquidação do regime de *drawback* em que não ocorre a exportação. Basta à empresa declarar os fatos no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), ficando sujeita à fiscalização posterior da Receita Federal e da Secex. No caso dos financiamentos privados à exportação, deixa de existir a autorização prévia da Secex e eliminam-se restrições aos prazos para pagamento dessas operações

O governo brasileiro adotou diversas medidas de proteção à produção doméstica e de defesa comercial, as quais

[4] A Portaria MDIC nº 210, de 31 de agosto, ajustou a Portaria MDIC nº 26/2012 ao estabelecer que os serviços passíveis de concessão de ACC e ACE devem ser classificados com base na Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS), instituída pelo Decreto nº 7.708/2012.

complementaram o estímulo ao aumento da competitividade do setor produtivo. No âmbito do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, os representantes dos países membros do bloco estabeleceram a possibilidade de elevação unilateral temporária de alíquotas do Imposto de Importação fixadas na Tarifa Externa Comum (TEC) para mitigação de efeitos adversos causados pela conjuntura econômica internacional.

O Decreto nº 7.734, de 25 de maio de 2012, internalizou no Brasil a Decisão CMC nº 39/11, que havia permitido aos países incluir 100 posições tarifárias na Lista de Exceção à TEC (LETEC) em vigor, com vistas a elevar suas alíquotas tarifárias *ad valorem* até o nível consolidado na Organização Mundial do Comércio (OMC) - em geral, 35% para produtos industrializados e 55% para produtos agrícolas. As Resoluções Camex nº 70, de 28 de setembro, e nº 89, de 18 de dezembro, discriminaram a lista de exceção brasileira, amparada na decisão do Mercosul, com mercadorias classificadas em códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que incluem insumos químicos e siderúrgicos, obras de ferro ou aço, talheres, alguns tipos de papéis, partes e peças para bens de capital, calçados e outros produtos, além de batatas. O aumento das alíquotas do Imposto de Importação, vigente por um período de 12 meses, eleva a tarifa aplicada aos produtos da lista para uma faixa de 12% a 25%. A Decisão CMC nº 25/12 aprovada em 29 de julho de 2012, ampliou a abrangência da Decisão CMC nº 39/11, alterando de 100 para 200 o número de posições tarifárias que podem ser adicionadas à Lista de Exceção à TEC. A Lista de Exceção à TEC (LETEC) sofreu outras alterações, conforme descrito a seguir.

MEDIDAS DE ALTERAÇÃO DA LISTA DE EXCEÇÃO À TARIFA EXTERNA COMUM

Medida	Resolução Camex	Descrição
Altera LETEC, no que trata o Anexo II da Resolução Camex nº 94/2011	15, de 29/02/2012 29, de 25/05/2012 40, de 19/06/2012 62, de 23/08/2012 83, de 13/11/2012	Altera Lista de Exceções à TEC para excluir isômeros de diissocianatos de tolueno, chapas e filmes para raios-x, acido sulfúrico, resinas amínicas, com elevação tarifária, e ar condicionado do tipo *split-system*, com redução tarifária, e para incluir moto niveladores, tijolos para fornos de siderúrgicas e indústria do vidro, coco sem casca, papel para impressão de papel-moeda, com elevação tarifária, e veículos de combate a incêndio, com redução tarifária.
Altera a Lista de Exceções de Bens de Informática e de Telecomunicações	59, de 20/08/2012	Altera a Lista de Exceções à TEC para incluir equipamentos de alimentação ininterrupta de energia, cartões de memória e Circuitos impressos, com elevação tarifária.
Altera a LETEC, ao amparo da Resolução GMC nº 08/08, relativa a reduções tarifárias pontuais por razões de desabastecimento	19, de 03/04/2012 23,de 19/04/2012 51,de 24/07/2012 58,de 20/08/2012 72, de 02/10/2012 73, de 17/10/2012 84, de 30/11/2012 85, de 30/11/2012 86, de 30/11/2012 95, de 19/12/2012	As alíquotas ad valorem do Imposto de Importação foram reduzidas para 0% e 2%, por período determinado de até 12 meses, conforme quotas discriminadas, para as mercadorias classificadas nos códigos NCM mencionados, dentre elas chapas grossas de aço carbono, produtos químicos e da área de saúde, sardinhas, anchovetas e palmiste.

Fonte: http://www.camex.gov.br/legislacao.

O País também negociou alterações no Acordo Automotivo Brasil-México, acordo bilateral relativo a comércio de veículos leves e autopeças, formalizado pelo Acordo de Complementação Econômica n° 55, de maneira a estabelecer um limite para a importação de veículos leves realizada com benefício de isenção tarifária (redução total do Imposto de Importação).

O documento bilateral definiu um sistema de quotas de comércio anuais baseado no valor médio verificado nos três anos anteriores: US$ 1,45 bilhão para o período de 19 de março de 2012 a 18 de março de 2013; US$ 1,56 bilhão para o período de 19 de março de 2013 a 18 de março de 2014; e US$ 1,64 bilhão para o período de 19 de março de 2014 a 18 de março de 2015.

O Decreto nº 7.706, de 29 de março de 2012, ratificou as mudanças e definiu que as importações brasileiras de automóveis mexicanos que excederem tais limites ficarão sujeitas a tributação sem tratamento preferencial. O Decreto alterou a fórmula de cálculo e o Índice de Conteúdo Regional dos veículos comercializados entre os dois países da seguinte maneira: 30%, a partir de 19 de março de 2012; 35%, a partir de março de 2013; e 40%, a partir de março de 2016.

A Portaria Secex nº 10, de 2 de abril, definiu a distribuição das quotas anuais a comercializar, por empresa, levando em conta o histórico de exportações das empresas para o País nos três anos anteriores. Assim, 60% do valor da quota foi distribuído às empresas em proporção às vendas realizadas no período. Para viabilizar aumento de exportações e participação de empresas que não exportaram ao México no período prévio, 20% do valor foi distribuído por igual para todas as empresas exportadoras. Os 20% restantes foram apartados como reserva técnica a ser distribuída conforme solicitação de novos exportadores ou de empresas beneficiadas que tenham encerrada a parcela inicial.

O País também prosseguiu ativo na defesa comercial da produção doméstica, mediante análise de pleitos e investigação de práticas ilegais e desleais e consequente aplicação de medidas antidumping e compensatórias provisórias (prazo de até seis meses) e definitivas (prazo de até cinco anos), com foco na importação de determinados produtos de determinada origem, e também de partes e componentes desses produtos e de importações realizadas a partir de terceiros países na tentativa de escapar da penalidade estabelecida (a chamada circunvenção).

Com o objetivo de aprimorar a análise das implicações das medidas antidumping e compensatórias para os consumidores e o conjunto da atividade econômica do País, foi instituído o Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP), o qual pode propor a não aplicação, suspensão ou alteração dessas medidas por razões de interesse público, conforme exposto nas Resoluções Camex nº 13, de 29 de fevereiro, nº 38, de 11 de junho e nº 50, de 5 de julho.

MEDIDAS DE APLICAÇÃO DE DIREITO ANTI-DUMPING

Medida	Resolução Camex	Descrição
Direito *antidumping* provisório	6, de 25/01/2012	Importações de ácido cítrico, citratos de sódio, potássio e cálcio e misturas, originárias da China, na forma de alíquotas específicas fixadas em dólares por tonelada.
	27, de 25/04/2012	Importações de MDI polimérico, originárias dos Estados Unidos e da China, na forma de alíquota específica fixada em dólares por tonelada.
Direito *antidumping* definitivo	12, de 13/02/2012	Estende direito antidumping definitivo em vigor, às importações de cobertores de fibras sintéticas, originárias do Uruguai e Paraguai, na forma de alíquota específica fixada em dólares por quilograma, e às importações de tecidos de felpa de fibras sintéticas, originárias da China, na forma de alíquota ad valorem.
	14, de 29/02/2012	Importações de filmes, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas de politereftalato de etileno (PET), originárias dos Emirados Árabes, México e Turquia, na forma de alíquotas específicas fixadas em dólares por tonelada.
	25, de 19/04/2012	Importações de papel cuchê leve, originárias dos Estados Unidos, Finlândia, Suécia, Bélgica, Canadá e Alemanha, na forma de alíquotas específicas fixadas em dólares por tonelada.
	42, de 03/07/2012	Estende medida estabelecida para importações de calçados originárias da China, para importações de cabedais e de solas de calçados, originárias do mesmo país, na forma de alíquota ad valorem de 182%.
	52, de 24/07/2012	Importações de ácido cítrico e sais do ácido cítrico, originárias da China, na forma de alíquotas específicas fixadas em dólares por tonelada.
	77, de 29/10/2012	Importações de MDI polimérico, originárias da China e Estados Unidos, na forma de alíquota específica fixada em dólares por tonelada.
	87, de 05/12/2012	Importações de talheres fabricados em aço inoxidável, originárias da China, na forma de alíquota específica.

Fonte: http://www.camex.gov.br/legislacao.

A preferência nas compras governamentais também foi acionada no sentido da defesa da produção nacional. Vários Decretos, descritos a seguir, estabeleceram a aplicação de margem de preferência nas licitações públicas realizadas no âmbito da Administração Federal para aquisição de produtos manufaturados no País, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

MEDIDAS DE PREFERÊNCIA NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Decreto	Percentuais e Produtos Beneficiados pela Preferência
7.709, de 03/04/2012 7.841, de 12/11/2012	Preferência de 15% para retroescavadeiras e 25% para motoniveladoras
7.713, de 03/04/2012	Preferência de 8% ou 20% para fármacos e medicamentos
7.756, de 14/06/2012	Preferência de 20% para itens de vestuário, calçados e acessórios
7.767, de 27/06/2012	Preferência de 8% a 25% para materiais e equipamentos de uso em saúde
7.816, de 28/09/2012	Preferência de 14% a 17% para caminhões, furgões e implementos rodoviários

Fonte: Sítio da Presidência da República.

Por fim, o Decreto nº 7.859, de 6 de dezembro de 2012, promulgou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, firmado pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Venezuela, em Caracas, em 2006. Com o ingresso no Mercosul, a Venezuela passa a integrar as instituições e a participar das negociações externas do bloco.

1.3.2. Política Cambial

No início de 2012, em razão da expressiva entrada de divisas no País, impulsionada pelo excesso de liquidez nos mercados internacionais, a atuação do BCB no mercado de câmbio foi orientada para absorver a liquidez excedente, o que explica a retomada, no período de fevereiro a maio, dos leilões de compra de divisas, que somaram US$ 11,2 bilhões no mercado a vista e US$ 7,0 bilhões no mercado a termo. Além disso, pelo Decreto nº 7.683, de 29 de fevereiro de 2012, para desestimular a entrada de capitais de curto prazo, foi estendida, de 720 para 1080 dias, a aplicação da alíquota de 6% do IOF exigida nos empréstimos externos. Na sequência, conforme estabelecido pelo Decreto nº 7.698, de 9 de março, esse prazo médio foi ampliado para 1800 dias. Ainda no sentido de adequar o ingresso de recursos no mercado de câmbio à situação de maior liquidez no mercado internacional, foram modificadas as regras para operações de recebimento antecipado das exportações brasileiras, mecanismo que permite financiar a produção a ser direcionada ao mercado externo. Pela Circular nº 3.580, também de 1° de março, somente passou a ser considerado recebimento antecipado de exportação o financiamento feito no máximo em até 360 dias antes do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço. Na regra anterior, não havia prazo formal para o envio. Além disso, passou a ser exigido que tais recursos fossem provenientes da empresa importadora do produto ou

serviço, ou seja, não mais se permitiu a participação de instituições financeiras ou de outras empresas no pagamento antecipado de exportações. Caso o financiamento tenha prazo superior a 360 dias ou tenha recursos de terceiros - uma instituição financeira, por exemplo -, deve ser tratado como empréstimo comum, havendo incidência de tributos, como imposto de renda e, se tiver prazo de até 5 anos, IOF à alíquota de 6%. O objetivo da medida foi direcionar o recebimento antecipado de exportação, e benefícios decorrentes, exclusivamente ao financiamento da produção. Para adequar essas mudanças no pagamento antecipado a situações específicas de contratos de câmbio já celebrados e ainda pendentes de embarque ou de prestação de serviços, o Banco Central, pela Circular nº 3.589, de 5 de abril, ampliou o prazo para a realização do embarque ou para a prestação do serviço, relativamente aos contratos de câmbio celebrados antes da entrada em vigor da referida norma. O prazo adicional visou evitar eventos de interrupção na oferta de linhas de crédito internacionais, desistências de pedidos firmes, renegociação de quantidades, preços e prazos, bem como quebras de contratos comerciais de importadores, semelhantes aos ocorridos à época da crise financeira internacional. A prerrogativa é válida desde que o período entre a contratação e a liquidação do contrato de câmbio não ultrapasse 1.500 dias, como já previa a regulamentação então vigente. Para as operações de câmbio contratadas após a entrada em vigor da Circular, o prazo de embarque deve obedecer à regulamentação estabelecida, ou seja, 360 dias após a contratação, além do prazo máximo de 750 dias entre a contratação e a liquidação do câmbio.

Com relação ao IOF aplicado nas operações relativas a derivativos cujo ativo objeto é câmbio, pelo Decreto nº 7.699, de 15 de março de 2012, foi reduzida a zero a alíquota desse imposto nos casos em que o valor total da exposição cambial vendida diária fosse inferior a 1,2 vez o valor total das operações com exportação realizadas no ano anterior pelo exportador. Como as operações de derivativos afetam a taxa de câmbio, o objetivo da medida é a correção de parte dos efeitos de medida anterior, visando a cobertura de riscos, inerentes à oscilação de preço da moeda estrangeira, decorrentes de contratos de exportação firmados.

Na sequência dessas medidas de política cambial, verificou-se efetiva redução no fluxo cambial financeiro de curto prazo. A partir de maio, porém, e até o final de 2012, os mercados financeiros internacionais passaram a apresentar maior aversão ao risco, e a contração do fluxo cambial do País recrudesceu, conjuntura que demandou a gradual flexibilização das medidas aplicadas no início do ano. Com efeito, no tocante à incidência do IOF conforme o prazo médio de captação externa, o Decreto nº 7.751, de 13 de junho de 2012, reduziu, de 1800 para 720 dias, o prazo mínimo médio para a aplicação da alíquota de 6% do imposto exigida nos empréstimos externos. Do mesmo modo, pelo Decreto nº 7.853, de 5 de dezembro, esse prazo foi reduzido para 360 dias, o mesmo prazo vigente em março de 2011. Ademais, em 28 de junho, pela Circular nº 3.604, o Banco Central reviu a proibição da possibilidade de antecipação de recursos para financiamento às exportações definida pela Circular nº 3.580 para instituições financeiras e pessoas jurídicas distintas do importador. Foi mantido o limite do prazo das antecipações de recursos às exportações em 360 dias entre a contratação de câmbio e o embarque da mercadoria ou a prestação de serviços.

Com relação à flexibilização nas medidas de cunho macroprudenciais, pela Circular nº 3.619, de 18 de dezembro, o Banco Central determinou que a alíquota de 60% dos depósitos compulsórios, sem remuneração, incidente sobre posição vendida (vendas de dólares pelos bancos), que era de US$ 1 bilhão, ou limitada pelo patrimônio de referência das instituições financeiras, passasse, a partir de 20 de dezembro, para US$ 3 bilhões. Na prática, os bancos ampliaram sua capacidade de vender mais dólares sem incidência do compulsório, contribuindo para aumentar a liquidez no mercado de câmbio.

Em dezembro, pela primeira vez desde maio de 2009, foram realizados leilões de venda com recompra conjugada de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio. Esses leilões de venda somaram US$ 5,5 bilhões, e a recompra foi escalonada até março de 2013. Ao longo do ano também foram realizadas operações de *swap* tradicional e *swap* reverso, na qual a autoridade monetária assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxas de juros doméstica cambial, e a exposição cambial líquida ao final de dezembro de 2012 alcançou valor positivo de US$ 2,1 bilhões.

Alinhado à diretriz de Governo de simplificar e modernizar o mercado de câmbio, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu medidas de simplificação das operações de câmbio. Pela Resolução nº 4.051, de 26 de janeiro, alterou as regras que tratam da participação das corretoras e distribuidoras de valores no mercado de câmbio, buscando propiciar mais concorrência entre os agentes nas operações cambiais de menor valor, e a consequente redução de custos de transação, no interesse de pequenas e médias empresas e, além disso, consolidou a regulamentação em vigor sobre exportações. Pela nova norma, as corretoras e distribuidoras de valores poderão realizar quaisquer operações de câmbio com clientes, independentemente da sua natureza, desde que para liquidação pronta e limitadas a US$ 100 mil por operação, sendo permitidas inclusive aquelas relativas a capitais internacionais sujeitas a registro no Banco Central.

Nesse mesmo sentido, o CMN, pela Resolução nº 4.113, de 26 de julho, proporcionou nova alternativa de acesso e maior capilaridade ao mercado de câmbio ao autorizar o uso de terminais de auto-atendimento para operações de câmbio manual, preservada a segurança da exigência de identificação do cliente, e simplificou as operações de câmbio de pequeno valor, ao estabelecer a dispensa de guarda de cópia de documentos de identificação do cliente. Já a Resolução nº 4.114, também de 26 de julho, eliminou a restrição quanto ao tipo de empresa que pode ser contratada como correspondente para executar operações de câmbio manual. As medidas propiciam a criação de rede compatível com centros turísticos de portes variados, com vistas a atender ao aumento no turismo esperado nos eventos esportivos que o Brasil sediará nos próximos anos.

O CMN também alterou e consolidou normativos sobre penalidades por infrações às normas que regulam os registros de capitais estrangeiros e o Censo de Capitais Estrangeiros no País. Pela Resolução nº 4.104, de 28 de junho, irregularidades relacionadas a informações prestadas no registro e na declaração do Censo de Capitais Estrangeiros passarão a ter penalidades similares às previstas para irregularidades na declaração de Capitais Brasileiros no Exterior. O objetivo foi uniformizar os critérios para aplicação de penalidades e multas, de

maneira a estabelecer uma gradação uniforme das penalidades aplicáveis e a corrigir assimetrias entre os valores das multas.

Ainda com relação ao Censo de Capitais Estrangeiros no País, pela Circular nº 3.602, de 25 de junho, o Banco Central instituiu o censo anual, que será realizado nos anos em que não houver censo quinquenal. A coleta anual de informações sobre o estoque de investimentos estrangeiros na economia brasileira permitirá a compilação tempestiva de estatísticas econômicas do setor externo, em especial da Posição Internacional de Investimentos, alinhada ao padrão harmonizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Por fim, o BCB alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) para adequá-lo aos procedimentos inerentes ao novo Sistema Câmbio, sistema informatizado que incorpora a sistemática de mensageria como meio de transmissão e recepção das operações de câmbio negociadas diariamente no mercado. O desenvolvimento do sistema teve início em 2010, o módulo destinado ao registro de operações de câmbio no mercado primário foi implementado em outubro de 2011 e o módulo para registro de operações de câmbio interbancárias entrou em funcionamento em julho de 2012. A Circular nº 3.591, de 2 de maio, alterou o tópico do RMCCI referente aos comandos para transmissão de dados relativos às operações interbancárias. A modernização trazida pelo sistema se dá em três níveis: i) base de dados; ii) processamento das informações; e iii) forma de troca de informações entre o Banco Central e as instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio (160 instituições participaram do projeto). A mudança de plataforma e a adoção da mensageria possibilitam a redução das tarifas de serviços pagos pelas instituições financeiras ao Banco Central e facilitam a padronização de tarifas e a comparação dos preços praticados pelas instituições financeiras no mercado de câmbio manual. Em complemento, a Circular nº 3.605, de 29 de junho, permitiu que a liquidação da moeda nacional das operações interbancárias também seja feita via débito ou crédito em contas das instituições compradoras e vendedoras de câmbio. A mudança beneficiou as instituições financeiras de menor porte que não possuem contas de liquidação no Sistema de Transferências de Reservas (STR).

1.3.3. Movimento de Câmbio

O mercado de câmbio contratado foi superavitário em US$ 16,8 bilhões em 2012, em comparação a US$ 65,3 bilhões no ano anterior. A balança comercial cambial registrou superávit de US$ 8,4 bilhões, ante US$ 44 bilhões de déficit em 2011, resultado decorrente de recuo de 10,6% nas contratações de exportações e elevação de 4,3% nas importações.

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO

US$ milhões

Período		Comercial			Financeiro			Saldo Global (C) (C) = (A) + (B)
		Exportações	Importações	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)	
2009		176 590	178 240	-1 650	378 355	352 351	26 004	24 354
2011	Jan	15 072	13 995	1 077	42 675	28 240	14 435	15 513
	Fev	14 670	15 169	- 498	32 125	24 208	7 918	7 419
	Mar	20 800	17 137	3 663	37 969	28 972	8 997	12 660
	Abr	18 811	15 501	3 310	34 902	36 671	-1 769	1 541
	Mai	24 313	17 050	7 263	29 860	31 867	-2 007	5 256
	Jun	19 432	18 054	1 378	33 382	37 316	-3 934	-2 556
	Jul	23 668	17 415	6 253	39 316	29 745	9 571	15 825
	Ago	25 855	19 188	6 667	28 381	30 893	-2 512	4 155
	Set	26 228	17 469	8 758	26 030	26 304	- 274	8 484
	Out	21 552	19 684	1 868	27 266	29 268	-2 002	- 134
	Nov	20 177	17 649	2 528	21 599	25 069	-3 470	- 942
	Dez	20 606	18 924	1 681	40 492	44 117	-3 625	-1 943
	Ano	251 185	207 236	43 950	393 997	372 669	21 329	65 279
2012	Jan	19 284	18 903	381	34 063	27 162	6 902	7 283
	Fev	18 835	15 315	3 520	32 925	30 741	2 185	5 705
	Mar	22 719	16 687	6 032	32 538	32 830	- 291	5 740
	Abr	25 138	17 611	7 527	37 764	38 702	- 939	6 588
	Mai	22 180	18 544	3 636	28 457	34 784	-6 327	-2 691
	Jun	17 254	18 216	- 962	28 902	27 622	1 280	318
	Jul	16 756	17 156	- 400	28 980	27 639	1 341	942
	Ago	17 704	18 378	- 674	26 569	26 791	- 222	- 896
	Set	16 393	18 132	-1 739	32 099	30 895	1 205	- 534
	Out	17 507	19 793	-2 285	35 281	36 819	-1 537	-3 823
	Nov	15 388	17 774	-2 386	33 020	25 758	7 262	4 876
	Dez	15 454	19 730	-4 276	40 950	43 429	-2 479	-6 755
	Ano	224 612	216 238	8 373	391 550	383 170	8 380	16 753

Fonte: Banco Central do Brasil.

O segmento financeiro apresentou decréscimo de 60,7% na comparação com 2011, com ingressos líquidos de US$ 8,4 bilhões, ante US$ 21,3 bilhões registrados no ano anterior, refletindo o decréscimo de 0,6% nas compras e o aumento de 2,8% nas vendas de moeda estrangeira. As condições do crédito externo e o comportamento do fluxo cambial

justificaram a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio. Durante 2012, comparativamente a US$ 50,1 bilhões registrados em 2011, as intervenções efetuadas pelo Banco Central do Brasil totalizaram compras líquidas de US$ 12,7 bilhões, dos quais US$ 11,2 bilhões no mercado *spot* de câmbio, US$ 7 bilhões relativos a aquisições a termo e US$ 5,5 bilhões em operações de linhas de venda de moeda estrangeira com compromisso de recompra. A posição dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário de câmbio e as intervenções do Banco Central do Brasil, passou de vendida em US$ 1,6 bilhão, ao final de 2011, para US$ 6,1 bilhões, ao encerrar 2012.

1.3.4. Balanço de Pagamentos

Pelo décimo segundo ano consecutivo, o resultado do balanço de pagamentos foi positivo, em 2012, propiciando excedente de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de IED, de US$ 11 bilhões no ano, equivalentes a 0,49% do PIB, ante US$ 14,2 bilhões, 0,57% do PIB, em 2011.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	12 954	16 840	29 794	7 062	12 368	19 431
Exportações	118 304	137 736	256 040	117 214	125 366	242 580
Importações	105 349	120 897	226 246	110 151	112 998	223 149
Serviços	-17 993	-19 938	-37 932	-19 575	-21 500	-41 075
Receitas	18 179	20 030	38 209	19 985	19 879	39 864
Despesas	36 172	39 969	76 141	39 560	41 379	80 939
Rendas	-22 577	-24 742	-47 319	-14 178	-21 269	-35 448
Receitas	5 758	4 994	10 753	7 400	3 487	10 888
Despesas	28 335	29 736	58 072	21 579	24 757	46 335
Transferências unilaterais	1 576	1 408	2 984	1 446	1 400	2 846
Receitas	2 481	2 435	4 915	2 343	2 283	4 626
Despesas	- 905	-1 027	-1 931	- 897	- 883	-1 780
Transações correntes	-26 040	-26 433	-52 473	-25 245	-29 002	-54 246
Conta capital e financeira	69 347	43 033	112 380	46 131	26 631	72 762
Conta capital	666	907	1 573	926	-2 803	-1 877
Conta financeira	68 680	42 127	110 807	45 205	29 433	74 639
Investimento direto (líquido)	34 986	32 703	67 689	34 731	33 362	68 093
No exterior	2 484	-1 455	1 029	5 001	-2 180	2 821
Participação no capital	-14 597	-4 936	-19 533	-2 810	-4 745	-7 555
Empréstimos intercompanhias	17 081	3 481	20 562	7 811	2 565	10 377
No país	32 502	34 158	66 660	29 730	35 542	65 272
Participação no capital	25 827	28 955	54 782	24 469	28 369	52 838
Empréstimos intercompanhias	6 675	5 203	11 878	5 261	7 173	12 434
Investimentos em carteira	25 146	10 165	35 311	2 364	5 909	8 273
Ativos	12 711	4 147	16 858	-5 143	-3 117	-8 260
Ações	6 841	1 961	8 801	-1 453	- 822	-2 275
Títulos de renda fixa	5 871	2 186	8 057	-3 690	-2 295	-5 986
Passivos	12 435	6 018	18 453	7 507	9 026	16 534
Ações	3 865	3 309	7 174	2 897	2 703	5 600
Títulos de renda fixa	8 570	2 709	11 278	4 611	6 323	10 934
Derivativos	- 9	12	3	- 16	41	25
Ativos	170	82	252	39	111	150
Passivos	- 179	- 70	- 249	- 55	- 70	- 125
Outros investimentos[1/]	8 558	- 753	7 804	8 126	-9 879	-1 753
Ativos	-20 564	-18 441	-39 005	-4 241	-20 037	-24 278
Passivos	29 122	17 688	46 809	12 367	10 158	22 525
Erros e omissões	- 397	- 874	-1 271	891	- 507	384
Resultado do balanço	42 910	15 727	58 637	21 778	-2 878	18 900
Memo:						
Transações correntes/PIB			-2,12%			-2,40%

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos.

O déficit em transações correntes, que atingira US$ 52,5 bilhões em 2011, ampliou-se no decorrer de 2012, acumulando US$ 54,2 bilhões. Essa trajetória decorreu da redução do saldo comercial e da elevações nas despesas líquidas serviços. Em 2012, o déficit em conta corrente representou -2,40% do PIB, ante -2,12% do PIB, no ano anterior, comportamento associado, fundamentalmente, à redução de US$ 10,4 bilhões no superávit comercial e à elevação de US$ 3,1 bilhões, no déficit da conta de serviços, uma vez que o déficit da conta de rendas apresentou recuo de US$ 11,9 bilhões, na comparação com 2011. As receitas líquidas relativas a transferências unilaterais apresentaram ligeira redução, situando-se em US$ 2,8 bilhões. As contas capital e financeira foram

positivas em US$ 72,8 bilhões em 2012. O resultado global do balanço de pagamentos foi superavitário em US$ 18,9 bilhões no ano. A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US$ 41,1 bilhões, em 2012, comparativamente a déficit de US$ 37,9 bilhões em 2011. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas de aluguel de equipamentos, viagens internacionais, transportes, computação e informação e royalties e licenças.

SERVIÇOS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-17 993	-19 938	-37 932	-19 575	-21 500	-41 075
Receitas	18 179	20 030	38 209	19 985	19 879	39 864
Despesas	36 172	39 969	76 141	39 560	41 379	80 939
Transportes	-3 558	-4 776	-8 335	-4 180	-4 588	-8 769
Receitas	3 025	2 794	5 819	2 775	2 647	5 422
Despesas	6 584	7 570	14 154	6 956	7 235	14 191
Viagens	-6 969	-7 741	-14 709	-7 231	-8 357	-15 588
Receitas	3 273	3 282	6 555	3 471	3 174	6 645
Despesas	10 242	11 023	21 264	10 702	11 531	22 233
Seguros	- 654	- 559	-1 212	- 580	- 414	- 994
Receitas	148	357	505	231	309	541
Despesas	802	915	1 717	812	723	1 535
Financeiros	284	575	858	386	323	709
Receitas	1 161	1 500	2 662	1 272	1 412	2 684
Despesas	878	926	1 804	886	1 089	1 975
Computação e informações	-2 107	-1 692	-3 800	-1 963	-1 887	-3 850
Receitas	106	130	236	354	242	596
Despesas	2 213	1 822	4 036	2 317	2 129	4 447
Royalties e licenças	-1 252	-1 458	-2 710	-1 428	-1 728	-3 156
Receitas	282	309	591	267	243	511
Despesas	1 534	1 767	3 301	1 695	1 971	3 666
Aluguel de equipamentos	-7 833	-8 853	-16 686	-9 351	-9 389	-18 741
Receitas	34	35	69	29	35	64
Despesas	7 867	8 888	16 755	9 380	9 424	18 804
Serviços governamentais	- 639	- 752	-1 391	- 627	- 819	-1 446
Receitas	872	902	1 774	896	846	1 742
Despesas	1 511	1 654	3 164	1 523	1 665	3 188
Demais serviços	4 735	5 319	10 054	5 400	5 359	10 759
Receitas	9 278	10 722	19 999	10 689	10 970	21 659
Despesas	4 543	5 403	9 946	5 289	5 611	10 900

Fonte: Banco Central do Brasil.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US$ 18,7 bilhões em 2012, ante US$ 16,7 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de intensa utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes, com desdobramentos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia. Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais, em 2012, são os maiores da série histórica, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. Foram registradas saídas líquidas de US$ 15,6 bilhões, devido, fundamentalmente, ao crescimento de 4,6% nas despesas efetuadas por brasileiros no exterior, que atingiram US$ 22,2 bilhões, ante US$ 21,3 bilhões, em 2011. Os dispêndios de estrangeiros no País, por sua vez, cresceram 1,4%, atingindo US$ 6,6 bilhões em 2012. A conta de transportes registrou saídas líquidas de US$ 8,8 bilhões, 5,2% acima do resultado de 2011, consistente com o comportamento de viagens internacionais e da corrente de comércio. As despesas com passagens apresentaram aumento de 4,3% em 2012 na comparação com o ano anterior. O desempenho de exportações e de importações de bens acarretou elevação de 1,5% das despesas líquidas com fretes no ano.

OUTROS SERVIÇOS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	5 051	5 648	10 699	5 810	5 742	11 552
Crédito	8 448	9 899	18 346	9 933	10 133	20 067
Encomendas postais	1	1	2	1	1	2
Honorário de profissional liberal	1 462	1 669	3 131	1 800	1 563	3 363
Serviços administrativos e aluguel imóveis	3 228	3 434	6 662	3 197	3 380	6 577
Participação em feiras e exposições	35	38	73	45	46	91
Passe de atleta profissional	96	142	239	61	120	181
Publicidade	235	286	521	264	347	610
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	3 311	3 962	7 273	4 431	4 530	8 962
Serviços de projeto técnico-econômico	79	366	445	135	147	282
Despesa	3 397	4 250	7 647	4 124	4 391	8 515
Encomendas postais	36	58	94	32	31	63
Honorário de profissional liberal	432	520	953	492	489	982
Serviços administrativos e aluguel imóveis	560	710	1 269	871	892	1 762
Participação em feiras e exposições	38	40	78	52	44	96
Passe de atleta profissional	32	21	53	32	30	63
Publicidade	280	397	678	406	418	825
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 013	2 503	4 516	2 236	2 484	4 720
Serviços de projeto técnico-econômico	6	1	7	3	2	5

Fonte: Banco Central do Brasil.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US$ 3,9 bilhões, ante US$ 3,8 bilhões em 2011. As despesas alcançaram US$ 4,4 bilhões, 10,2% acima do resultado do ano anterior, enquanto as receitas cresceram 152,7%, alcançando US$ 596 milhões. Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US$ 3,2 bilhões em 2012, com acréscimo de 16,4% frente ao registrado no ano anterior.

O déficit da conta de rendas apresentou redução de 25,1% no ano, recuando para US$ 35,4 bilhões. Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US$ 11,8 bilhões, refletindo diminuição de 30% e de 2%, respectivamente, nas receitas e nas despesas. Ressalte-se que o observado decréscimo nas receitas é consistente com o comportamento das taxas de juros internacionais, ainda que tenha ocorrido aumento no estoque de reservas internacionais.

Ao longo de 2012, pelo sétimo ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e ações, sobre o estoque do endividamento externo, na composição do passivo externo. Em 2012, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US$ 24,1 bilhões, inferiores em US$ 14,1 bilhões ao resultado de 2011. A redução de 36,8% desse saldo está relacionada ao comportamento da taxa de câmbio e à redução da lucratividade das empresas, ainda que tenha havido crescimento do estoque de investimentos externos no Brasil.

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US$ 511 milhões, com redução de 9,8% sobre o resultado de 2011.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada pelas remessas líquidas de rendas de investimento direto, conforme padrão observado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto registraram US$ 20 bilhões, recuo de 32,6% na comparação com 2011. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos somaram US$ 17,2 bilhões, redução de 37,2%. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias cresceram 23,3%, atingindo US$ 2,8 bilhões.

RENDAS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-22 577	-24 742	-47 319	-14 178	-21 269	-35 448
Receitas	5 758	4 994	10 753	7 400	3 487	10 888
Despesas	28 335	29 736	58 072	21 579	24 757	46 335
Salários e ordenados	272	294	567	274	237	511
Receitas	316	349	665	313	280	593
Despesas	43	55	98	39	43	82
Renda de investimentos	-22 850	-25 036	-47 886	-14 452	-21 507	-35 959
Receitas	5 443	4 646	10 088	7 087	3 208	10 295
Despesas	28 292	29 682	57 974	21 539	24 714	46 254
Renda de investimento direto	-13 965	-15 666	-29 631	-6 549	-13 412	-19 960
Receitas	873	1 212	2 085	4 092	512	4 603
Despesas	14 838	16 878	31 716	10 640	13 923	24 564
Lucros e dividendos	-13 041	-14 338	-27 379	-5 591	-11 592	-17 183
Receitas	690	1 113	1 804	4 026	462	4 488
Despesas	13 731	15 452	29 183	9 617	12 054	21 672
Juros de empréstimos intercompanhias	- 924	-1 328	-2 252	- 957	-1 820	-2 777
Receitas	183	99	282	66	49	115
Despesas	1 107	1 426	2 533	1 023	1 869	2 892
Renda de investimento em carteira	-5 566	-6 598	-12 164	-5 284	-4 627	-9 911
Receitas	4 039	3 007	7 046	2 527	2 242	4 769
Despesas	9 605	9 605	19 210	7 810	6 870	14 680
Lucros e dividendos	-5 727	-5 060	-10 787	-4 390	-2 539	-6 929
Receitas	0	0	1	3	1	4
Despesas	5 727	5 061	10 788	4 393	2 539	6 933
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	161	-1 538	-1 377	- 893	-2 089	-2 982
Receitas	4 039	3 007	7 046	2 524	2 242	4 765
Despesas	3 878	4 545	8 423	3 417	4 330	7 747
Renda de outros investimentos1/	-3 319	-2 772	-6 091	-2 620	-3 468	-6 088
Receitas	530	427	956	469	454	922
Despesas	3 849	3 198	7 047	3 089	3 921	7 010
Memo:						
Juros	-4 082	-5 638	-9 719	-4 471	-7 376	-11 847
Receitas	4 752	3 532	8 284	3 058	2 745	5 803
Despesas	8 834	9 169	18 003	7 529	10 121	17 649
Lucros e dividendos	-18 768	-19 398	-38 166	-9 981	-14 131	-24 112
Receitas	690	1 114	1 804	4 029	463	4 492
Despesas	19 458	20 512	39 971	14 011	14 594	28 604

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US$ 9,9 bilhões, redução de 18,5% em relação a 2011. Esse resultado deve-se, principalmente, ao comportamento das remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento que totalizaram US$ 6,9 bilhões, recuo de 35,8% no período. A conta de juros de títulos de renda fixa apresentou despesas líquidas de US$ 3 bilhões, ante US$ 1,4 bilhão no ano anterior. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US$ 6,1 bilhões, estável na mesma base de comparação.

As transferências unilaterais líquidas sofreram ligeira redução em 2012, com ingressos líquidos em US$ 2,8 bilhões. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas líquidas registraram recuo de 11,2%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US$ 1,2 bilhão. A receita bruta de manutenção de residentes representou 43% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 33,7%, e Japão, 17,8%.

As transferências unilaterais líquidas sofreram ligeira redução em 2012, com ingressos líquidos em US$ 2,8 bilhões. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas líquidas registraram recuo de 11,2%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US$ 1,2 bilhão. A receita bruta de manutenção de residentes representou 43% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 33,7%, e Japão, 17,8%.

TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 576	1 408	2 984	1 446	1 400	2 846
Receitas	2 481	2 435	4 915	2 343	2 283	4 626
Despesas	905	1 027	1 931	897	883	1 780
Transferências correntes governamentais	- 149	- 155	- 305	- 183	- 106	- 289
Receitas	27	64	92	33	51	84
Despesas	177	220	397	216	156	373
Transferências correntes privadas	1 725	1 564	3 289	1 630	1 505	3 135
Receitas	2 453	2 370	4 824	2 311	2 232	4 543
Despesas	728	807	1 535	681	727	1 408
Manutenção de residentes	654	668	1 322	612	562	1 174
Receitas	1 058	1 076	2 134	1 019	971	1 990
Estados Unidos	293	310	603	346	336	682
Japão	194	211	406	200	173	373
Demais países	570	555	1 125	472	462	934
Despesas	404	408	811	407	409	815
Outras transferências	1 071	896	1 967	1 018	943	1 961
Receitas	1 395	1 295	2 690	1 292	1 261	2 553
Despesas	324	399	723	274	318	592

Fonte: Banco Central do Brasil.

SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR EXTERNO

US$ milhões

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses
2003	Dez	343	4177	0,75	1409	10144	1,83	-1752	-14321	-2,59
2006	Dez	438	13 643	1,25	2 457	18 822	1,73	-2 896	-32 465	-2,98
2007	Dez	- 498	1 551	0,11	886	34 585	2,53	- 388	-36 136	-2,64
2008	Dez	-3 119	-28 192	-1,71	8 115	45 058	2,73	-4 997	-16 866	-1,02
2009	Dez	-5 950	-24 302	-1,49	5 109	25 949	1,60	841	-1 646	-0,10
2010	Dez	-3 495	-47 273	-2,2	15 374	48 506	2,26	-11880	-1 233	-0,06
2011	Jan	-5 572	-49 015	-2,26	2 953	50 874	2,34	2 619	-1 859	-0,09
	Fev	-3 469	-49 403	-2,25	7 795	55 826	2,54	-4 326	-6 423	-0,29
	Mar	-5 738	-50 136	-2,25	6 787	60 530	2,72	-1 048	-10 393	-0,47
	Abr	-3 600	-49 118	-2,18	5 520	63 821	2,83	-1 920	-14 703	-0,65
	Mai	-4 182	-51 292	-2,25	3 973	64 204	2,81	209	-12 911	-0,57
	Jun	-3 478	-49 493	-2,14	5 475	68 912	2,98	-1 997	-19 419	-0,84
	Jul	-3 559	-48 463	-2,07	5 982	72 260	3,09	-2 423	-23 797	-1,02
	Ago	-4 841	-50 319	-2,12	5 596	75 434	3,18	- 755	-25 115	-1,06
	Set	-2 235	-48 595	-2,03	6 305	76 315	3,18	-4 071	-27 720	-1,16
	Out	-3 154	-48 052	-1,98	5 574	75 075	3,10	-2 420	-27 023	-1,11
	Nov	-6 637	-49 960	-2,04	4 057	75 391	3,08	2 580	-25 431	-1,04
	Dez	-6 007	-52 473	-2,12	6 644	66 660	2,69	- 636	-14 188	-0,57
2012	Jan	-7 050	-53 950	-2,20	5 405	69 112	2,81	1 644	-15 162	-0,62
	Fev	-1 729	-52 210	-2,14	3 646	64 963	2,66	-1 917	-12 753	-0,52
	Mar	-3 283	-49 755	-2,05	5 897	64 074	2,64	-2 614	-14 319	-0,59
	Abr	-5 368	-51 523	-2,14	5 243	63 797	2,65	125	-12 274	-0,51
	Mai	-3 424	-50 765	-2,12	3 716	63 540	2,66	- 291	-12 775	-0,53
	Jun	-4 390	-51 677	-2,18	5 822	63 888	2,70	-1 432	-12 210	-0,52
	Jul	-3 742	-51 860	-2,21	8 440	66 345	2,82	-4 698	-14 485	-0,62
	Ago	-2 551	-49 570	-2,13	5 035	65 784	2,82	-2 484	-16 214	-0,70
	Set	-2 600	-49 935	-2,16	4 393	63 872	2,76	-1 794	-13 937	-0,60
	Out	-5 431	-52 212	-2,27	7 730	66 027	2,88	-2 299	-13 815	-0,60
	Nov	-6 265	-51 841	-2,28	4 587	66 558	2,92	1 679	-14 717	-0,65
	Dez	-8 413	-54 246	-2,40	5 358	65 272	2,88	3 055	-11 025	-0,49

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido.

Os investimentos brasileiros diretos no exterior somaram retornos líquidos de US$ 2,8 bilhões, ante US$ 1 bilhão em 2011. Em 2012, US$ 7,6 bilhões referiram-se a aumento de participações no capital, comparadas aos US$ 19,5 bilhões registrados em 2011. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior representaram amortizações líquidas de US$ 10,4 bilhões, comparadas a US$ 20,6 bilhões em 2011.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	2 484	-1 455	1 029	5 001	-2 180	2 821
Retornos	20 364	7 416	27 780	14 076	6 631	20 707
Saídas	17 880	8 871	26 751	9 075	8 811	17 886
Participação no capital	-14 597	-4 936	-19 533	-2 810	-4 745	-7 555
Retornos	1 967	1 962	3 928	4 248	1 915	6 163
Saídas	16 564	6 898	23 462	7 058	6 660	13 718
Empréstimos intercompanhias	17 081	3 481	20 562	7 811	2 565	10 377
Ingressos	18 398	5 454	23 852	9 828	4 716	14 544
Saídas	1 317	1 973	3 289	2 017	2 151	4 168

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os fluxos líquidos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) somaram US$ 65,3 bilhões, comparados ao maior valor da série histórica, US$ 66,7 bilhões ocorridos em 2011. Em 2012, a participação no capital de empresas no País somou US$ 52,8 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US$ 12,4 bilhões, frente a US$ 11,9 bilhões, em 2011.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	32 502	34 158	66 660	29 730	35 542	65 272
Ingressos	49 480	52 239	101 719	37 666	46 590	84 256
Saídas	16 978	18 081	35 058	7 936	11 048	18 984
Participação no capital	25 827	28 955	54 782	24 469	28 369	52 838
Ingressos	32 170	37 360	69 530	27 036	33 507	60 543
Saídas	6 343	8 405	14 747	2 567	5 137	7 705
Empréstimos intercompanhias	6 675	5 203	11 878	5 261	7 173	12 434
Ingressos	17 310	14 879	32 189	10 629	13 083	23 713
Saídas	10 635	9 676	20 311	5 369	5 910	11 279

Fonte: Banco Central do Brasil.

No ano, o setor serviços foi o maior receptor dos fluxos de IED, participação no capital, absorvendo US$ 31,4 bilhões, ou 51,9% do total dos ingressos anuais, com destaque para o comércio, os serviços financeiros e seguros. O setor indústria absorveu US$ 22,2 bilhões, 36,7% dos fluxos de IED, participação no capital, em 2012, tendo como segmentos mais representativos a metalurgia e produtos alimentícios. O setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral recebeu US$ 6,5 bilhões, 10,8% do total anual dos ingressos na forma de participação do capital, com destaque para as atividades de extração de petróleo e gás natural, seguidas da extração de minerais metálicos.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS - POR PAÍS
Participação - Distribuição por país do investidor imediato

US$ milhões

País	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	32 170	37 360	69 530	27 036	33 507	60 543
Estados Unidos	4 992	3 918	8 909	4 218	8 093	12 310
Países Baixos	9 637	7 945	17 582	5 118	7 095	12 213
Luxemburgo	790	1 077	1 867	4 031	1 935	5 965
Suíça	487	707	1 194	496	3 836	4 333
Espanha	5 184	3 409	8 593	1 010	1 513	2 523
França	648	2 437	3 086	1 071	1 084	2 155
Chile	239	591	830	1 323	690	2 013
Reino Unido	1 499	1 251	2 749	1 121	832	1 953
Canadá	813	975	1 789	839	1 110	1 950
Japão	2 337	5 200	7 536	777	694	1 471
Cingapura	27	225	252	50	949	999
Itália	149	309	457	565	422	986
Noruega	234	840	1 073	664	272	936
Ilhas Virgens Britânicas	444	694	1 138	713	168	881
Coréia do Sul	319	757	1 075	678	198	875
Alemanha	398	727	1 125	315	511	826
Bélgica	150	270	420	519	137	656
Ilhas Cayman	349	263	612	201	417	619
Antilhas Holandesas	2	2	4	4	576	580
Uruguai	121	180	301	476	91	567
Portugal	216	275	491	362	185	547
Austrália	357	722	1 079	274	244	518
Hong Kong	18	2 058	2 077	65	443	508
Dinamarca	98	53	151	336	148	483
Suécia	96	371	467	167	309	476
Irlanda	14	170	184	413	14	426
México	227	70	297	92	292	384
Argentina	30	67	97	223	39	262
Panamá	32	216	248	56	172	228
Angola	99	29	128	11	192	203
China	137	42	179	42	142	185
Colômbia	24	23	47	109	46	156
Bermudas	117	682	800	96	55	151
Bahamas	37	59	96	27	110	138
Chipre	45	89	134	41	79	120
Peru	77	64	141	83	33	115
Áustria	1 442	66	1 508	50	58	108
Turquia	0	1	2	2	53	55
Israel	37	32	69	29	20	50
Ucrânia	0	81	81	26	20	46

Fonte: Banco Central do Brasil.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS POR SETOR
Participação - Distribuição por setor

US$ milhões

Setor	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	32 170	37 360	69 530	27 036	33 507	60 543
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	4 243	6 054	10 297	3 714	2 819	6 532
Extração de petróleo e gás natural	1 947	4 029	5 976	1 885	1 795	3 679
Extração de minerais metálicos	1 527	862	2 389	1 064	588	1 652
Atividades de apoio à extração de minerais	455	508	964	375	223	597
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	246	295	541	237	149	386
Extração de minerais não-metálicos	20	48	68	104	32	136
Demais	47	312	359	50	32	82
Indústria	9 694	17 143	26 837	12 904	9 340	22 243
Metalurgia	3 332	3 882	7 215	4 161	1 150	5 311
Produtos alimentícios	1 270	1 793	3 064	2 844	2 249	5 094
Produtos químicos	469	1 757	2 226	763	1 107	1 871
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	101	202	303	1 185	390	1 575
Veículos automotores, reboques e carrocerias	441	954	1 395	595	660	1 256
Máquinas e equipamentos	222	394	616	562	397	959
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	199	408	607	584	197	781
Celulose, papel e produtos de papel	18	370	387	53	694	747
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	417	558	975	185	528	713
Produtos de borracha e de material plástico	414	688	1 102	321	369	689
Produtos minerais não-metálicos	1 374	177	1 551	239	386	625
Bebidas	23	4 242	4 265	8	503	511
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	894	906	1 801	247	137	384
Outras indústrias	521	810	1 331	1 154	574	1 729
Serviços	18 006	13 981	31 987	10 234	21 169	31 403
Comércio, exceto veículos	2 221	3 480	5 701	2 185	3 516	5 701
Serviços financeiros e atividades auxiliares	1 388	1 797	3 184	750	4 081	4 832
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	715	1 688	2 403	252	4 407	4 659
Atividades imobiliárias	1 004	1 191	2 195	898	2 786	3 684
Eletricidade, gás e outras utilidades	2 779	562	3 341	1 266	795	2 061
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	218	159	377	153	1 076	1 229
Transporte	177	355	532	823	265	1 088
Construção de edifícios	588	576	1 164	668	292	959
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	331	520	851	440	375	815
Serviços de arquitetura e engenharia	131	325	456	294	433	727
Serviços de tecnologia da informação	181	495	676	565	139	704
Obras de infra-estrutura	643	142	785	188	500	689
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	218	262	479	322	364	687
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	232	234	466	267	328	595
Atividades de entrega	0	117	117	46	495	541
Telecomunicações	5 973	697	6 670	41	304	345
Demais	1 209	1 380	2 588	1 075	1 012	2 088
Aquisição e venda de imóveis	226	182	409	184	179	364

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram aplicações líquidas de US$ 8,3 bilhões, comparados a retornos líquidos de US$ 16,9 bilhões em 2011, ressaltando-se a demanda de residentes por títulos estrangeiros que resultou em aplicações líquidas de US$ 6 bilhões, em 2012, comparados a retornos líquidos de US$ 8,1 bilhões em 2011. As aplicações em ações de empresas estrangeiras somaram US$ 2,3 bilhões, comparadas a retornos líquidos de US$ 8,8 bilhões no ano anterior.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 711	4 147	16 858	-5 143	-3 117	-8 260
Receitas	20 179	8 704	28 883	4 699	3 239	7 938
Despesas	7 468	4 557	12 025	9 842	6 356	16 198
Investimentos em ações	6 841	1 961	8 801	-1 453	- 822	-2 275
Receitas	7 414	2 699	10 112	356	165	521
Despesas	573	738	1 311	1 809	987	2 796
Títulos de renda fixa	5 871	2 186	8 057	-3 690	-2 295	-5 986
Receitas	12 766	6 005	18 771	4 343	3 074	7 416
Despesas	6 895	3 819	10 714	8 033	5 369	13 402

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US$ 16,5 bilhões, ante US$ 18,5 bilhões em 2011. As ações de empresas brasileiras registraram ingressos líquidos de US$ 5,6 bilhões, com redução na comparação com o ano anterior, US$ 7,2 bilhões. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram ingressos líquidos de US$ 5,1 bilhões, ante saídas líquidas de US$ 61 milhões no ano anterior.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 435	6 018	18 453	7 507	9 026	16 534
Receitas	73 349	55 022	128 371	79 873	75 377	155 250
Despesas	60 915	49 004	109 919	72 366	66 350	138 716
Investimentos em ações	3 865	3 309	7 174	2 897	2 703	5 600
Receitas	46 556	38 416	84 972	64 331	58 518	122 849
Despesas	42 691	35 107	77 798	61 435	55 814	117 249
Negociadas no país	3 046	3 199	6 245	2 938	2 982	5 920
Receitas	45 538	38 160	83 699	64 166	58 488	122 654
Despesas	42 492	34 962	77 454	61 227	55 506	116 734
Negociadas no exterior (DRs)	819	111	930	- 42	- 279	- 320
Receitas	1 018	256	1 274	165	30	195
Despesas	199	145	344	207	308	515
Títulos de renda fixa	8 570	2 709	11 278	4 611	6 323	10 934
Receitas	26 793	16 606	43 399	15 542	16 859	32 401
Despesas	18 223	13 897	32 121	10 931	10 536	21 467
Negociados no país	135	- 196	- 61	2 119	2 932	5 051
Médio e longo prazos	86	- 265	- 179	1 891	2 864	4 755
Receitas	5 633	6 159	11 792	6 868	7 277	14 145
Despesas	5 547	6 425	11 972	4 978	4 413	9 390
Curto prazo	49	70	119	228	68	296
Receitas	628	420	1 047	548	305	853
Despesas	578	350	929	320	237	557
Negociados no exterior	8 434	2 904	11 339	2 492	3 391	5 883
Bônus	-3 381	- 686	-4 067	113	- 55	58
Privados	- 2	-1 002	-1 004	- 48	0	- 48
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	2	1 002	1 004	48	0	48
Públicos	-3 379	315	-3 063	160	- 55	106
Desembolsos	0	1 650	1 650	2 517	1 350	3 867
Amortizações	3 379	1 335	4 713	2 357	1 405	3 762
Valor de face	2 981	1 159	4 140	2 054	1 367	3 422
Descontos	398	175	573	303	37	340
Notes e commercial papers	14 860	6 800	21 659	2 504	3 446	5 950
Desembolsos	17 081	8 377	25 458	5 608	7 927	13 536
Amortizações	2 221	1 577	3 799	3 104	4 481	7 585
Títulos de curto prazo	-3 045	-3 209	-6 253	- 125	0	- 125
Desembolsos	3 452	0	3 452	0	0	0
Amortizações	6 496	3 209	9 705	125	0	125

Fonte: Banco Central do Brasil.

Houve ingressos líquidos de bônus soberanos de US$ 106 milhões, em 2012, como conseqüência de captações de US$ 3,9 bilhões – Global 21, US$ 825 milhões; BRL 24, US$ 1,7 bilhão, Global 23, US$ 1,4 bilhão – e amortizações, incluindo recompras no mercado secundário, de US$ 3,8 bilhões. As operações de notes e commercial papers apresentaram ingressos líquidos de US$ 6 bilhões, ante US$ 21,7 bilhões em 2011. Os títulos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US$ 125 milhões, comparados a US$ 6,3 bilhões em 2011. Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US$ 24,3 bilhões em 2012, contra US$ 39 bilhões no ano

anterior, compreendendo a concessão líquida de empréstimos de curto prazo, US$ 16,6 bilhões no ano; a constituição no exterior de depósitos de bancos brasileiros, US$ 4 bilhões, e aumento de ativos dos demais setores, US$ 2,8 bilhões. Os outros ativos totalizaram aplicações líquidas de US$ 620 milhões, dos quais US$ 464 milhões de curto prazo.

OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-20 564	-18 441	-39 005	-4 241	-20 037	-24 277
Empréstimos	-20 344	-15 305	-35 649	-1 166	-15 727	-16 893
Longo prazo	- 97	- 81	- 179	- 77	- 210	- 287
Amortizações	38	43	81	114	150	264
Desembolsos	136	124	259	190	360	551
Curto prazo (líq.)	-20 247	-15 223	-35 471	-1 089	-15 517	-16 606
Moeda e depósitos	- 306	-4 135	-4 442	-2 830	-3 935	-6 765
Bancos	1 783	- 896	887	-4 736	729	-4 007
Demais setores	-2 089	-3 240	-5 329	1 905	-4 664	-2 758
Outros ativos	86	999	1 086	- 244	- 375	- 620
Longo prazo	- 179	- 116	- 295	- 97	- 58	- 155
Amortizações	56	33	90	13	45	58
Desembolsos	235	150	385	110	103	213
Curto prazo (líquido)	265	1 115	1 380	- 147	- 317	- 464

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os outros investimentos estrangeiros no País apresentaram ingressos líquidos de US$ 22,5 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos líquidos de US$ 14,7 bilhões, ante US$ 21,4 bilhões em 2011. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram amortizações líquidas de US$ 458 milhões, enquanto os de curto prazo somaram ingressos líquidos de US$ 15,2 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US$ 12,6 bilhões, compostos por desembolsos líquidos de empréstimos diretos, US$ 13 bilhões; de organismos, US$ 3,2 bilhões; e de agências, US$ 2,4 bilhões. Os empréstimos de compradores totalizaram amortizações líquidas de US$ 6 bilhões no ano. Os empréstimos de curto prazo alcançaram amortizações líquidas de US$ 1,7 bilhão, comparativamente a ingressos líquidos de US$ 2,3 bilhões, ocorridos em 2011.

OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

US$ milhões

Discriminação	2011			2012		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	29 122	17 688	46 809	12 367	10 158	22 525
Crédito comercial (de fornecedores)	7 311	14 087	21 399	11 439	3 280	14 719
Longo prazo	- 946	- 219	-1 166	- 280	- 178	- 458
Desembolsos	711	878	1 589	608	644	1 252
Amortizações	1 657	1 097	2 754	889	822	1 710
Curto prazo (líquido)	8 257	14 307	22 564	11 719	3 458	15 177
Empréstimos	23 922	7 819	31 741	2 636	8 219	10 855
Autoridade monetária	0	0	0	0	0	0
Demais setores	23 922	7 819	31 741	2 636	8 219	10 855
Longo prazo	12 632	16 827	29 459	3 231	9 358	12 590
Desembolsos	26 415	28 474	54 889	13 831	25 326	39 158
Organismos	1 059	2 706	3 765	2 207	3 505	5 712
Agências	1 333	1 486	2 819	736	2 857	3 593
Compradores	6 241	6 010	12 251	2 120	878	2 998
Empréstimos diretos	17 783	18 272	36 054	8 768	18 087	26 855
Amortizações	13 783	11 647	25 430	10 600	15 968	26 568
Organismos	4 245	3 591	7 836	1 004	1 538	2 542
Agências	1 241	780	2 021	653	547	1 200
Compradores	3 480	3 523	7 002	3 901	5 115	9 016
Empréstimos diretos	4 817	3 753	8 570	5 041	8 768	13 809
Curto prazo	11 290	-9 008	2 282	- 595	-1 139	-1 734
Moeda e depósitos	-2 115	-4 200	-6 315	-1 710	-1 351	-3 060
Outros passivos	4	- 19	- 16	1	10	10
Longo prazo	0	0	0	0	0	0
Curto prazo	4	- 19	- 16	1	10	10

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.3.5. Reservas internacionais

O consistente influxo de recursos externos no primeiro semestre de 2012 permitiu ao BCB comprar liquidamente US$ 18,2 bilhões no mercado doméstico de câmbio no período, dos quais US$ 11,2 bilhões em operações à vista e US$ 7 bilhões em operações a termo. Porém, no último mês de 2012, para prover liquidez ao mercado, o BCB disponibilizou US$ 5,5 bilhões em operações de linhas com recompra, que se caracterizam por vendas no mercado interno à vista, com o compromisso de recompra futura. Ao final de 2012, as reservas internacionais eram US$ 373,1 bilhões no conceito caixa, elevando-se US$ 21,1 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra, houve acréscimo de US$ 26,6 bilhões no mesmo período, atingindo US$ 378,6 bilhões. No ano, os principais fatores de variação das reservas internacionais foram suas receitas de remuneração, de US$ 4,4 bilhões, e as variações por preços de títulos e por paridades, de US$ 1,4 bilhão e de US$ 820 milhões, respectivamente.

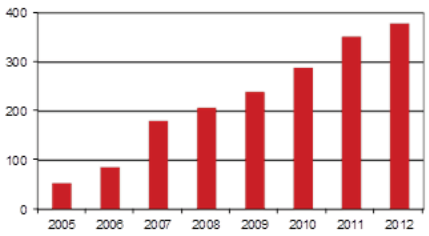
DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

US$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	238 520	288 575	352 012
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	41 952	50 107	12 691
A termo	-	2 199	7 005
Pronto	41 417	47 908	11 152
Linhas com recompra	-	-	- 5 466
Empréstimos em moeda estrangeira	535	-	-
2. Operações externas do Banco Central	8 103	13 331	8 444
Desembolsos	1 205	500	-
Bônus	1 205	-	-
Organismos	-	500	-
Juros	4 070	6 342	4 351
Organismos	-	-	-
Remuneração das reservas	4 070	6 342	4 351
Demais[1/]	2 828	6 489	4 094
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	50 055	63 437	21 135
III - Posição das reservas - conceito caixa	288 575	352 012	373 147
IV - Saldo de linhas com recompra	-	-	5 466
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	-	-
VI - Posição das reservas - conceito liquidez[2/]	288 575	352 012	378 613

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, alocações de DES e variação de derivativos financeiros (*forwards*).
2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

RESERVAS INTERNACIONAIS - US$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil.

1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2012, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações em mercado somaram US$ 6,6 bilhões, dos quais US$ 3,4 bilhões foram referentes a principal e US$ 3,2 bilhões a juros. Entre os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos seguintes bônus: *Euro 12* (US$ 1,1 bilhão), *Global 12* (US$ 736 milhões) e *Global 18/A-Bond* (US$ 165 milhões).

COMPRAS DO TESOURO NACIONAL[1/]

US$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2012						
Jan	874	961	1 836	1 836	-	1 836
Fev	103	211	314	314	-	314
Mar	98	89	188	188	-	188
Abr	876	186	1 062	1 062	-	1 062
Mai	84	130	214	214	-	214
Jun	18	80	99	99	-	99
Jul	94	881	975	975	-	975
Ago	40	154	194	194	-	194
Set	1 140	175	1 315	1 315	-	1 315
Out	27	156	183	183	-	183
Nov	38	129	166	166	-	166
Dez	28	35	64	64	-	64
Ano	3 422	3 188	6 609	6 609	-	6 609

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Ainda em 2012, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, manteve a política de abranger todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados US$ 1,8 bilhões no mercado interno, dos quais US$ 1,4 bilhões em amortizações, correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa, US$ 43 milhões em juros decorridos e US$ 340 milhões em despesas de ágio.

RECOMPRAS DO TESOURO NACIONAL[1/]

US$ milhões

Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
2012				
Jan	52	1	13	67
Fev	103	3	23	129
Mar	83	1	21	106
Abr	876	31	222	1 129
Mai	84	2	18	105
Jun	18	1	5	24
Jul	15	1	3	19
Ago	40	0	6	47
Set	39	1	9	48
Out	27	1	6	34
Nov	38	1	7	46
Dez	28	1	6	35
Ano	1 404	43	340	1 788

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Pela data de liquidação.

1.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2012, a dívida externa total alcançou US$ 309,5 bilhões, elevando-se US$ 11,3 bilhões em relação a dezembro de 2011. Neste período, a dívida externa de longo prazo cresceu US$ 14,8 bilhões, chegando a US$ 272,8 bilhões; enquanto a dívida de curto prazo caiu US$ 3,5 bilhões, para US$ 36,7 bilhões. Por último, os empréstimos intercompanhia subiram US$ 13 bilhões, atingindo US$ 118,9 bilhões.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO

US$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	2011	Set 2012
A. Dívida total (B+C)[1/]	198 340	198 192	256 804	298 204	309 491
B. Dívida de longo prazo	161 896	167 220	199 497	258 055	272 830
Governo geral	62 538	64 372	65 127	57 838	60 072
Títulos de dívida	41 562	43 773	41 042	37 776	37 803
Empréstimos	19 158	18 844	22 908	18 428	20 323
Crédito comercial	1 318	1 319	763	1 075	1 385
Outros passivos de dívida	501	436	414	559	560
Autoridade monetária	10	4 513	4 446	4 433	4 452
Empréstimos	10	3	-	-	-
Outros passivos de dívida	-	4 510	4 446	4 433	4 452
Bancos	39 294	35 126	52 063	100 184	105 464
Títulos de dívida	19 932	18 168	30 036	47 535	48 278
Empréstimos	17 558	16 102	21 350	51 998	56 642
Outros passivos de dívida	1 804	856	677	650	545
Outros setores	60 054	63 209	77 860	95 601	102 842
Títulos de dívida	23 640	24 623	24 017	25 794	31 827
Empréstimos	16 764	18 470	27 641	36 355	41 487
Crédito comercial	14 830	18 163	24 224	31 147	28 218
Outros passivos de dívida	4 820	1 952	1 978	2 305	1 309
C. Dívida de curto prazo	36 444	30 972	57 307	40 149	36 661
Governo geral	17	-	-	-	-
Crédito comercial	17	-	-	-	-
Bancos	34 943	28 497	51 079	38 066	35 084
Títulos de dívida	3 148	2 432	7 225	354	-
Empréstimos	30 764	25 261	42 332	36 979	34 004
Moeda e depósitos	467	642	392	592	892
Outros passivos de dívida	565	162	1 130	140	188
Outros setores	1 484	2 475	6 228	2 083	1 577
Títulos de dívida	320	517	476	114	-
Empréstimos	483	785	4 412	861	15
Crédito comercial	447	363	589	870	1 317
Outros passivos de dívida	233	809	751	238	245
D. Empréstimos intercompanhia	64 570	79 372	95 137	105 913	118 891
E. Dívida total, inclusive empréstimos intercompanhia (A+D)	262 910	277 563	351 941	404 117	428 382

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Exclui empréstimos intercompanhia.

Do estoque da dívida externa de longo prazo apurado em setembro de 2012, 43,4% referiam-se empréstimos, 43,2% a títulos, 10,9% a crédito comercial, e 2,5% a outros passivos de dívida, cujo principal componente são as alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) do FMI. No período em análise, as principais variações na dívida externa de longo prazo resultaram das elevações das operações de títulos do setor não financeiro, US$ 6 bilhões; e de empréstimos do setor não financeiro, de bancos e do governo, US$ 5,1 bilhões, US$ 4,6 bilhões e US$ 1,9 bilhão, respectivamente; e pela redução das operações de crédito comercial do setor não financeiro, de US$ 2,9 bilhões. Ainda no mesmo período, a redução da dívida de curto prazo foi influenciada, em sua maior parte, pelo desempenho das operações de empréstimos de bancos e do setor não financeiro, que caíram US$ 3 bilhões e US$ 846 milhões, respectivamente.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA

US$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos[1/]	Bancos	*Notes*[2/]
A. Total	37 803	35 963	92 621	79 760
B. Longo prazo	37 803	35 963	90 822	79 760
Setor público	37 803	30 348	14 695	9 406
Setor público não-financeiro	37 803	25 044	2 908	4 129
Tesouro Nacional	37 803	3 576	1 307	-
Banco Central do Brasil	-	4 452	-	-
Estatais	-	2 028	63	4 129
Estados e municípios	-	14 987	1 538	-
Setor financeiro	-	5 304	11 787	5 277
Setor privado	-	5 614	76 127	70 354
Não-financeiro	-	3 290	46 322	27 665
Financeiro	-	2 324	29 805	42 689
C. Curto prazo	-	-	1 799	-
Empréstimos	-	-	94	-
Não-financeiro	-	-	17	-
Financeiro	-	-	77	-
Financiamento de importações	-	-	1 704	-
Não-financeiro	-	-	1 516	-
Financeiro	-	-	188	-
D. Empréstimos intercompanhia	46	-	-	3 426
E. Dívida total, inclusive emp. intercompanhia (A+D)	37 849	35 963	92 621	83 186

Fonte: Banco Central do Brasil.

(continua)

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA (continuação)

Posição: 30/09/2012 US$ milhões

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	16 378	2 999	9 149	274 672
B. Longo prazo	16 378	2 962	9 142	272 830
Setor público	10 707	36	-	102 995
Setor público não-financeiro	9 241	36	-	79 161
Tesouro Nacional	343	30	-	43 058
Banco Central do Brasil	-	-	-	4 452
Estatais	8 411	7	-	14 637
Estados e municípios	488	-	-	17 013
Setor financeiro	1 465	-	-	23 834
Setor privado	5 671	2 926	9 142	169 835
Não-financeiro	5 570	2 917	2 440	88 205
Financeiro	101	9	6 702	81 630
C. Curto prazo	-	36	7	1 842
Empréstimos	-	-	7	102
Não-financeiro	-	-	7	24
Financeiro	-	-	-	77
Financiamento de importações	-	36	-	1 741
Não-financeiro	-	36	-	1 553
Financeiro	-	0	-	188
D. Empréstimos intercompanhia	-	-	115 419	118 891
E. Dívida total, inclusive emp. intercompanhia (A+D)	16 378	2 999	124 567	393 563

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui FMI.
2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

Em setembro de 2012, considerando-se somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 88,7% da dívida externa total, o setor privado figurava como maior devedor, 62,5%, acumulando US$ 169,8 bilhões em recursos de longo prazo e US$ 1,8 bilhão em recursos de curto prazo. A dívida externa do setor público, 37,5% da dívida externa registrada, era praticamente em sua totalidade recursos de longo prazo.

Ainda em setembro de 2012, a dívida externa de longo prazo do setor público não financeiro totalizou US$ 79,2 bilhões. Deste total, 54,4% se referiam ao Tesouro Nacional, concentrados na modalidade bônus, enquanto 21,5% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, com destaque em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, por sua vez, somava 18,5% do total, majoritariamente composta de créditos de agências governamentais. Por último, a dívida do BCB, que correspondia a 5,6% do setor público não financeiro, era composta, exclusivamente, pelas alocações de DES do FMI.

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA REGISTRADA - Composição do principal por devedor e avalista

US$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012-Set
Governo federal (contratada diretamente)	58 991	54 373	54 779	51 888	42 789	43 058
Estados e municípios	7 055	8 199	9 593	13 239	15 048	17 013
Direta	41	27	5	3	2	1
Com aval	7 013	8 172	9 588	13 235	15 047	17 012
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	14 700	17 147	26 850	35 872	39 791	43 002
Direta	8 619	10 946	15 474	23 587	27 547	31 070
Com aval	6 081	6 201	11 377	12 285	12 244	11 932
Setor privado (com aval do setor público)	436	450	891	1 578	1 828	1 944
Total geral	81 182	80 169	92 113	102 577	99 456	105 018
Direta	67 652	65 346	70 258	75 478	70 338	74 129
Com aval	13 530	14 823	21 855	27 099	29 118	30 889
Pelo governo federal	13 454	14 688	21 234	25 684	27 409	29 037
Pelos estados e municípios	8	7	5	0	-	-
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	67	127	616	1 414	1 709	1 852

Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu, em setembro de 2012, US$ 30,9 bilhões, dos quais apenas US$ 1,9 bilhão constituía dívida do setor privado.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA - POR DEVEDOR
Esquema de amortização

US$ milhões

Discriminação	Estoque	2012 (Out-Dez)	2013	2014	2015	2016
A. Dívida total (B+C)	274 672	13 717	42 767	30 765	35 367	23 445
B. Dívida de médio e longo prazos	272 830	13 072	41 569	30 765	35 367	23 445
Setor público não-financeiro	79 161	526	3 172	2 795	6 301	5 130
Governo central	47 511	252	1 625	1 296	2 587	2 083
Demais	31 650	274	1 547	1 499	3 714	3 046
Setor público financeiro	23 834	180	2 687	1 061	1 055	1 815
Setor privado	169 835	12 367	35 710	26 910	28 011	16 501
C. Dívida de curto prazo	1 842	645	1 197	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	79	22	57	-	-	-
Setor privado	1 764	623	1 141	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	118 891	3 723	15 426	15 489	13 835	9 335
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	393 563	17 440	58 193	46 255	49 202	32 780

Fonte: Banco Central do Brasil.

(continua)

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA - POR DEVEDOR (continuação)
Esquema de amortização

Posição: 30/09/2012

US$ milhões

Discriminação	2017	2018	2019	2020	2021	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	20 095	10 080	14 584	15 205	9 789	58 858
B. Dívida de médio e longo prazos	20 095	10 080	14 584	15 205	9 789	58 858
Setor público não-financeiro	6 310	3 057	7 283	2 071	5 897	36 620
Governo central	3 458	392	3 704	638	3 216	28 259
Demais	2 852	2 665	3 579	1 433	2 680	8 360
Setor público financeiro	2 268	1 637	1 892	3 438	1 124	6 677
Setor privado	11 518	5 385	5 409	9 696	2 768	15 561
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	11 862	10 560	5 698	6 819	4 172	21 972
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	31 958	20 639	20 282	22 024	13 962	80 830

Fonte: Banco Central do Brasil.

O esquema de amortização da dívida externa registrada de longo prazo, de acordo com a posição de setembro de 2012, revelava concentração de 44,3% de seus vencimentos no período de outubro de 2012 a dezembro de 2015. Neste período, 85,3% das amortizações previstas concentravam-se no setor privado, enquanto a dívida do setor público não financeiro somava outros 10,6%.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR CREDOR
Esquema de amortização

US$ milhões

Discriminação	Estoque	2012 (Out-Dez)	2013	2014	2015	2016
A. Dívida total (B+C)	274 672	13 717	42 767	30 765	35 367	23 445
B. Dívida de médio e longo prazos	272 830	13 072	41 569	30 765	35 367	23 445
Organismos internacionais	35 963	748	2 641	2 912	2 917	2 535
Agências governamentais	16 378	275	1 269	1 343	2 813	2 666
Compradores	29 203	2 166	7 425	5 953	4 817	3 061
Fornecedores	2 962	166	847	494	493	249
Empréstimos em moeda	150 520	9 717	28 544	19 515	22 451	13 364
Notes[1/]	79 760	2 614	7 100	6 282	13 021	8 891
Empréstimo diretos	70 761	7 103	21 444	13 234	9 429	4 473
Bônus	37 803	-	842	548	1 876	1 569
C. Dívida de curto prazo	1 842	645	1 197	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	118 891	3 723	15 426	15 489	13 835	9 335
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	393 563	17 440	58 193	46 255	49 202	32 780

Fonte: Banco Central do Brasil.

(continua)

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR CREDOR
Esquema de amortização

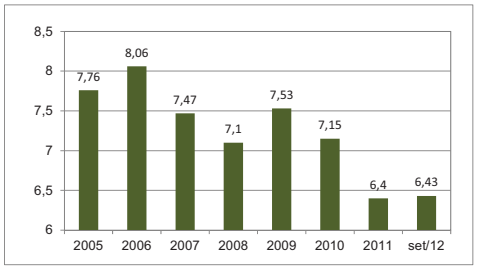
Posição: 30/09/2012 US$ milhões

Discriminação	2017	2018	2019	2020	2021	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	20 095	10 080	14 584	15 205	9 789	58 858
B. Dívida de médio e longo prazos	20 095	10 080	14 584	15 205	9 789	58 858
Organismos internacionais	2 217	1 958	1 800	1 768	1 399	15 066
Agências governamentais	2 283	2 176	1 998	461	359	734
Compradores	1 935	1 473	1 133	616	263	363
Fornecedores	145	134	106	120	69	139
Empréstimos em moeda	10 459	4 280	6 156	11 867	4 711	19 455
Notes[1/]	6 646	3 365	5 145	9 497	3 760	28 516
Empréstimo diretos	3 813	915	1 012	2 370	951	6 016
Bônus	3 055	60	3 391	373	2 988	23 101
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	11 862	10 560	5 698	6 819	4 172	21 972
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	31 958	20 639	20 282	22 024	13 962	80 830

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui *commercial papers e securities*.

Analisando-se o esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, verifica-se que, dos pagamentos de longo prazo previstos para o período de outubro de 2012 a dezembro de 2015, 66,4% concentravam-se em empréstimos em moeda, enquanto compradores e organismos internacionais somavam 16,9% e 7,6%, respectivamente.

PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO REGISTRADO



Fonte: Banco Central do Brasil.

PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO
Dívida externa registrada[1/]

US$ milhões

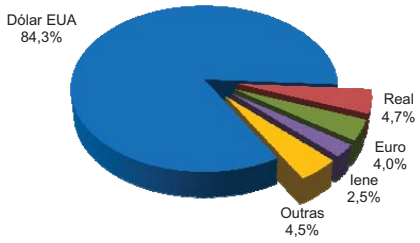
Discriminação	2012-Set	Prazo médio (anos)
A. Total	273 938	6,43
Organismos internacionais	35 945	9,25
Agências governamentais	16 370	4,95
Fornecedores	29 009	3,06
Compradores	2 880	3,28
Empréstimos em moeda + curto prazo	70 672	3,32
Notes e *commercial papers*	79 700	6,27
Bônus	37 803	13,59
BIB	31	1,25
Global/Euro	37 772	13,60
Outros	0	0,00
Curto prazo	1 559	0,84
B. Empréstimos intercompanhias	118 044	5,48
C. Total + intercompanhia	391 982	6,14

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Exclui vencidos.

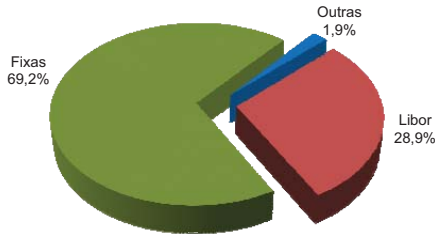
O prazo médio da divida externa registrada manteve-se estável em 6,4 anos entre a posição de dezembro de 2011 e setembro de 2012. A modalidade fornecedores era a que detinha o menor prazo médio, 3 anos, enquanto aquela referente a bônus apresentava o prazo médio mais dilatado, 13,6 anos.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA
Setembro de 2012

DISTRIBUIÇÃO POR MOEDA



DISTRIBUIÇÃO POR MODALIDADE DE TAXAS DE JUROS



Na composição por moedas da dívida externa registrada, a participação das operações denominadas em dólares estadunidenses reduziu de 85,8%, em dezembro de 2011 para 84,3%, em setembro de 2012. Neste período, as parcelas da dívida registradas em euro e iene caíram de 4,4% para 4,0% e de 3% para 2,5%, respectivamente. O real manteve sua participação em 4,7% no período analisado, sendo a segunda principal moeda de denominação da dívida externa registrada. Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes caiu de 40,0% do total, em dezembro de 2011, para 38,3%, em setembro de 2012. Consequentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas aumentou para 69,2%. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a *Libor* permaneceu como principal indexador, com participação de 28,9%.

1.3.8. Indicadores de Endividamento

Na comparação da posição de setembro de 2012 com dezembro de 2011, houve melhora nos indicadores de endividamento externo relacionados ao serviço da dívida e à dívida externa líquida, enquanto houve piora daqueles relacionados à dívida externa total. A dívida externa total em relação ao PIB subiu de 12% para 13,4%, devido à elevação de 3,8% da dívida externa total, e uma diminuição de 6,6% do PIB medido em dólares. Já o serviço da dívida diminuiu 11,4%, e o valor da receita de exportações dos últimos doze meses diminuiu 3,7%, reduzindo a participação do serviço da dívida nas exportações, de 20,5% para 18,9%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB diminuiu de 2,1 para 2,0 no período. O indicador da dívida externa total em relação às exportações subiu de 116,5% para 125,5%. Já a dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2011 tinha posição superavitária de US$ 72,9 bilhões, e representava -28,5% do valor das exportações, elevou esta participação superavitária para -36,8% em setembro de 2012, enquanto, em percentagem do PIB, também aumentou sua participação superavitária de -2,9% para -3,9%, no período analisado.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO[1/]

US$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012-Set
Serviço da dívida[2/]	52 028	37 638	43 561	46 320	52 596	46 611
Amortizações[3/]	36 687	22 065	29 639	32 864	37 126	32 556
Juros brutos	15 342	15 573	13 922	13 457	15 470	14 055
Dívida de médio e longo prazos (A)	154 318	161 896	167 220	199 497	258 055	272 830
Dívida de curto prazo (B)	38 901	36 444	30 972	57 307	40 149	36 661
Dívida total (C)=(A+B)	193 219	198 340	198 192	256 804	298 204	309 491
Intercompanhia	47 276	64 570	79 372	95 137	105 913	118 891
MLP	43 080	59 093	70 560	86 973	103 922	118 701
CP	4 196	5 477	8 812	8 164	1 991	189
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	180 334	206 806	239 054	288 575	352 012	378 726
Reservas internacionais - conceito caixa	180 334	193 783	238 520	288 575	352 012	378 726
Créditos brasileiros no exterior (E)[4/]	2 894	2 657	2 435	2 227	2 194	2 114
Haveres de bancos comerciais (F)	21 938	16 560	18 474	16 630	16 866	19 329
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	-11 948	-27 683	-61 771	-50 628	-72 868	-90 678
Exportações[1/]	160 649	197 942	152 995	201 915	256 040	246 637
PIB[1/]	1366 544	1650 897	1625 636	2143 921	2475 066	2312 404
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida/exportações	32,4	19,0	28,5	22,9	20,5	18,9
Serviço da dívida/PIB	3,8	2,3	2,7	2,2	2,1	2,0
Dívida total/exportações	120,3	100,2	129,5	127,2	116,5	125,5
Dívida total/PIB	14,1	12,0	12,2	12,0	12,0	13,4
Dívida total líquida/exportações	- 7,4	- 14,0	- 40,4	- 25,1	- 28,5	- 36,8
Dívida total líquida/PIB	- 0,9	- 1,7	- 3,8	- 2,4	- 2,9	- 3,9

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.
2/ Para setembro de 2012, acumulado em 12 meses.
3/ Exclui amortizações refinanciadas.
4/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

1.3.9. Captações Externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2012 somou US$ 3,9 bilhões. Houve três operações de captação no mercado internacional no segundo semestre do ano, a reabertura do *Global 21*, título com prazo de dez anos, com prêmio de risco de 150 p.b.; a colocação do *Global BRL 24*, título de doze anos; e a colocação do Global 23, título com prazo de 10 anos, com prêmio de risco de 110 p.b.

EMISSÕES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US$ milhões	Cupom % a.a.	*Spread* sobre *US Treasury* (p.b.)[1/]
Global 21 (Reabertura)	06.01.2012	22.01.2021	10	825	4,875	150
Global BRL 24	27.4.2012	05.1.2024	12	1 692	8,500	-
Global 23	12.9.2012	05.01.2023	10	1 350	2,625	110

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Sobre *US Treasury*, no lançamento.

1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)

Entre dezembro de 2011 e setembro de 2012, o passivo líquido da PII caiu 6,6%, passando de US$ 738 bilhões para US$ 689 bilhões. A redução da posição devedora da PII foi resultado do aumento de US$ 16,1 bilhões do passivo, inferior à elevação de US$ 64,9 bilhões do ativo. Os fatores que mais contribuíram para a elevação do passivo externo foram os aumentos nos estoques de investimento direto, investimento em carteira e outros investimentos, de US$ 5,9 bilhões, US$ 5,8 bilhões e US$ 4,9 bilhões, respectivamente. Relativamente ao investimento em carteira, houve queda de US$ 16,2 bilhões nos estoques de investimento em ações, e aumento de US$ 22 bilhões nos títulos de renda fixa. O principal fator para o crescimento observado em outros investimentos foi o aumento de US$ 7,9 bilhões nas operações de empréstimos. Já o incremento dos ativos externos foi resultante, principalmente, dos aumentos de US$ 26,7 bilhões das reservas internacionais e de US$ 28,1 bilhões de investimento direto brasileiro no exterior. Houve ainda elevação de US$ 9,1 bilhões no crédito comercial de curto prazo, e de US$ 4 bilhões nos empréstimos concedidos por bancos brasileiros a não residentes.

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL

US$ milhões

Discriminação	2010	2011	2012-Set
Posição de investimento internacional (A-B)	- 882 205	- 738 211	- 689 376
Ativo (A)	617 552	722 930	787 823
Investimento direto brasileiro no exterior	188 637	202 586	230 648
Participação no capital	169 066	192 933	216 914
Empréstimos intercompanhia	19 572	9 654	13 734
Investimentos em carteira[2/]	38 203	28 485	24 414
Investimentos em ações	14 731	16 903	15 028
Bancos	1 331	2 050	3 291
Demais setores	13 399	14 853	11 737
Títulos de renda fixa	23 472	11 581	9 386
Longo prazo	8 620	6 036	3 436
Bancos	7 331	4 093	2 730
Demais setores	1 288	1 944	705
Curto prazo	14 853	5 545	5 951
Bancos	1 525	1 874	2 815
Demais setores	13 327	3 671	3 136
Derivativos	797	668	829
Outros investimentos	101 340	139 179	153 206
Crédito comercial	53 111	88 557	98 073
Longo prazo	95	246	661
Curto prazo	53 017	88 311	97 412
Empréstimos	13 458	14 523	18 421
Governo	2 061	2 028	1 949
Bancos	10 536	11 699	15 678
Demais setores	861	796	795
Moeda e depósitos	27 026	26 093	26 583
Bancos	12 707	12 433	13 715
Demais setores	14 319	13 660	12 868
Outros ativos	7 745	10 007	10 130
Ativos de reservas	288 575	352 012	378 726
Passivo (B)	1 499 757	1 461 141	1 477 199
Investimento estrangeiro direto	674 764	669 670	675 601
Participação no capital	579 627	563 757	556 710
Empréstimos intercompanhia	95 137	105 913	118 891
Investimentos em carteira	667 145	600 118	605 962
Investimentos em ações	441 618	360 783	344 614
No país	254 194	217 987	218 309
No exterior	187 424	142 796	126 305
Títulos de renda fixa	225 528	239 335	261 349
No país	122 732	127 763	143 441
No exterior	102 795	111 573	117 908
Longo prazo	95 095	111 105	117 908
Curto prazo	7 700	468	-
Derivativos	3 781	4 678	4 021
Outros investimentos	154 067	186 675	191 615
Crédito comercial	25 576	33 093	30 920
Longo prazo	24 987	32 222	29 603
Curto prazo	589	870	1 317
Empréstimos	118 644	144 622	152 472
Autoridade monetária	-	-	-
Governo	22 908	18 428	20 323
Bancos	63 682	88 978	90 646
Longo prazo	21 350	51 998	56 642
Curto prazo	42 332	36 979	34 004
Demais setores	32 053	37 216	41 502
Longo prazo	27 641	36 355	41 487
Curto prazo	4 412	861	15
Moeda e depósitos	450	636	924
Autoridade monetária	58	44	32
Bancos	392	592	892
Outros passivos	9 397	8 324	7 299
Autoridade monetária	4 446	4 433	4 452
Governo	414	559	560
Bancos	1 807	790	733
Demais setores	2 729	2 543	1 554

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui lucros reinvestidos.
2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

1.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público

Lei nº 8.727/1993 - Refinanciamento pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos estados e dos municípios junto à União e sua administração indireta.

LEI Nº 8.727/1993

R$ mil

RECEBIMENTOS AO AMPARO DA LEI Nº 8.727/93	VALORES RECEBIDOS
RECEITAS DA UNIÃO - FONTE 159	3.839.871
DEMAIS CREDORES - FONTE 173	3.718.235
TOTAL	**7.558.106**

Fonte: MF/STN

Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União.

No exercício de 2012 foram recebidos R$ 7.558.106 mil, distribuídos conforme disposto no quadro anterior. Cabe destacar a amortização extraordinária de R$ 171.043 mil do Estado do Piauí em julho/2012, sendo que com tal pagamento a administração direta do estado teve suas obrigações no programa em vista quitadas com a União.

Lei nº 9.496/1997 - Consolidação, assunção e refinanciamento pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos estados. Considerando que os valores financiados pela União aos estados, no âmbito do PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Medida Provisória nº 2.192-70/2001), integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamento firmados ao amparo da Lei no 9.496/1997, durante o exercício de 2012 a União recebeu o total de R$ 28.281.323 mil (fonte 173).

Cabe ressaltar as amortizações extraordinárias de R$ 967.824 mil, em setembro/2012, e de R$ 1.478.127 mil, em dezembro/2012, efetuadas, respectivamente, pelos Estados do Mato Grosso e de Santa Catarina, destinadas à quitação integral dos estoques de resíduos de limite de comprometimento vinculados ao programa, e, também à amortização extraordinária do saldo devedor da parcela de principal das dívidas. Além disso, o estado do Piauí efetuou a amortização extraordinária de R$ 93.669 mil em junho/2012, a qual resultou na quitação de suas obrigações com a União no programa em vista.

Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores) - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2012 a União recebeu R$ 4.081.618 mil como prestações do refinanciamento (fonte 173).

Medida Provisória nº 2.179-36, de 2001 - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (BANERJ), cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998. No exercício de 2012 foram recebidos pelo Tesouro Nacional R$ 1.180.045 mil (fonte 173).

1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: Brazil Investment Bond Exchange Agreement (BIB), para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos (DMLP), para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994. Foram ressarcidos no exercício de 2012 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os montantes apresentados no quadro a seguir.

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA

R$ mil

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	RECEBIMENTOS
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	15.003
DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	677.133
TOTAL	**692.137**

Fonte: MF/STN

Destacamos também a baixa de haveres nos valores de R$ 69.953 mil (DMLP) e R$ 1.500 mil (BIB), relativos a crédito junto à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT). Os haveres baixados foram objetos da Cláusula Segunda do Termo de Acordo, firmado no âmbito de Acordo Judicial (Processo nº 2006.71.00.047783-2).

Finalmente, destacamos que o programa BIB tem a última parcela semestral de pagamentos prevista para setembro/2013, sendo este o motivo para o reduzido saldo restante do programa.

1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços, e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). Ao longo do exercício de 2012, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional pelos devedores os montantes apresentados no quadro seguinte. No caso do Acordo Brasil-França, destacamos a amortização extraordinária de R$ 103 mil em janeiro/2012 pelo Estado de São Paulo.

No caso, com o referido pagamento o estado efetuou a quitação dos contratos dos Hospitais das Clínicas de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE), da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP), todos ao amparo do Protocolo Financeiro Brasil-França II.

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS

R$ mil

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS	RECEBIMENTOS
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	4.033
PNAFE	73.552
TOTAL	77.585

Fonte: MF/STN

1.4.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001)

Créditos adquiridos pela União, relativos a contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento. Durante o exercício de 2012 foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União, relativamente aos ativos em foco, o montante de R$ 470.912 mil (fonte 159).

1.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais (royalties) devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e devidos aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União.

Ao longo do exercício de 2012 foram transferidos ao Tesouro Nacional R$ 2.096.253 mil (fonte 159), distribuídos conforme disposto no quadro:

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

R$ mill

ESTADO DE ORIGEM	RECEBIMENTOS
Espírito Santo	413.231
Mato Grosso do Sul	33.569
Paraná	261.439
Rio de Janeiro	1.388.014
TOTAL	**2.096.253**

Fonte: MF/STN.

1.4.6. Outros Haveres

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): Crédito contratual da União junto ao BNDES decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em 15/12/2015.

Crédito junto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): Reestruturação de dívidas de médio e longo prazos (DMLP) do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União. Débito em processo de cobrança finalizado no exercício de 2012 com o recebimento do valor total exigível, correspondente a R$ 90.676 mil.

Conta de Resultados a Compensar - CRC: Débito ressarcido pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) à União em 2012, relativo a créditos indevidos realizados na Conta de Resultados a Compensar. O valor em questão foi recebido em dez/2012 no montante total de R$ 403.162 mil.

Honra de Garantia – Operação Externa: Ressarcimento à União de dispêndios referentes à cobertura de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional em operações externas de crédito, mediante a utilização da sistemática prevista no Aviso MF nº 87, de 15/02/1985 e sucedâneos, e em operações de crédito internas.

A empresa devedora dos dispêndios em questão – a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) – está em processo de inventariança. Não há previsão de recebimentos, pois o Decreto nº 6.018/2007 estabelece que essas obrigações financeiras contraídas pela extinta RFFSA serão transferidas à STN (União). Por conseguinte, conforme previsão do referido Decreto, após manifestação da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU) sobre a exatidão dos valores devidos, as dívidas de R$ 217.714 mil (créditos sub-rogados) e R$ 15.123 mil (referente ao Acordo Brasil/França I) foram baixadas em 08/03/2012 do Siafi, conforme disposto na Nota nº 159/2012/ COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 05/03/2012.

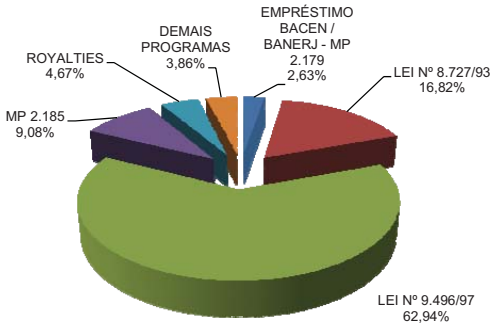
HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2012 – CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES

R$ mil

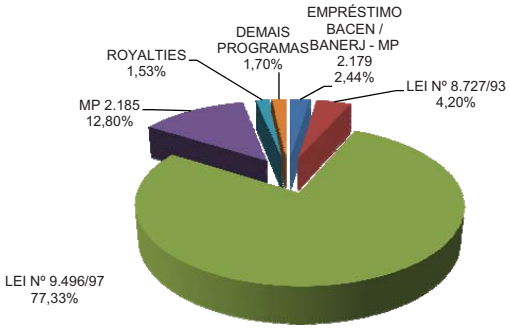
PROGRAMAS	RECEBIMENTOS	ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2012
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	4.033	22.270
BNDES	0	1.629.629
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	15.003	14.463
CARTEIRA DE SANEAMENTO	470.912	1.583.286
CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR CRC (**)	403.162	0
DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	677.133	5.059.274
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	90.676	0
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179	1.180.045	12.398.873
HONRA DE GARANTIA – OP. EXTERNA	0	0
LEI Nº 8.727/93	7.558.106	21.309.053
LEI Nº 9.496/97	28.281.323	392.536.675
MP 2.185	4.081.618	64.961.977
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - *ROYALTIES*	2.096.253	7.745.035
PNAFE	73.551	313.359
TOTAL	**44.931.817**	**507.573.894**

Fonte: MF/STN

ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2012



DISTRIBUIÇÃO DO ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL EM 31/12/2012



1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira

Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN)

A Lei nº 11.786, de 25/09/2008, autorizou a União a participar no Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), no limite global de R$1 bilhão para a formação de seu patrimônio. A Lei nº 12.058, de 13/10/2009, aumentou esse limite para R$ 5 bilhões. No exercício de 2012 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 50 mil, para a ação 00EC – Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado. No caso, a integralização de cotas foi feita mediante a transferência de ações de propriedade da União, conforme faculta a Lei nº 12.058/09, e foi autorizada pelo Decreto nº 7.731, de 25 de maio de 2012. Já a efetiva transferência de ações, no valor de R$ 2,5 bilhões, foi autorizada pela Portaria nº 299, de 27 de agosto de 2012.

Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (FGMPE)

A Medida Provisória nº 464, de 09/06/2009, convertida na Lei no 12.087, de 11/11/2009, autorizou a União a participar nos Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (FGMPE), no limite global de R$ 4 bilhões para formação de seu patrimônio. No exercício de 2012 foi consignado crédito orçamentário para o Fundo Garantidor de Operações (FGO), no valor de R$ 50 mil, sob a ação 00EE – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - Banco do Brasil, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado.

No caso, a integralização de cotas foi feita mediante a transferência de ações de propriedade da União, conforme faculta a Lei nº 12.087/09, e foi autorizada pelo Decreto nº 7.732, de 25 de maio de 2012. Já a efetiva transferência de ações, no valor de R$ 181,6 milhões, foi autorizada pela Portaria nº 221, de 13 de junho de 2012. Não foi solicitado crédito orçamentário para o Fundo Garantidor para Investimento (FGI), sob a ação 00ED – Integralização o FGI, de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - BNDES, relativa ao mesmo programa, tendo em vista que recursos aportados no referido Fundo são suficientes até o presente momento.

Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)

A Lei nº 11.977, de 07/07/2009, autorizou a União a participar, até o limite de R$ 2 bilhões, do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab). No exercício de 2012 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 80 milhões para a ação 00CZ – Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. O valor total foi empenhado em agosto de 2012.

1.5.2. Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31/12/2012:

HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS
SALDOS DEVEDORES EM 31/12/2012

R$ 1,00

GRUPOS DE HAVERES	SALDO Dez/2011
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.757.935.625,00
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	67.135.364.777,39
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES	9.076.379.001,24
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	425.419.289.196,45
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL	15.573.576.505,35
TOTAL	522.962.545.105,43

Fonte: STN/COFIS/GERAT.

Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12/04/1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram transferidos para controle da STN os ativos provenientes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), extinta em 30/06/2006. Os montantes recebidos em 2012 pela União, referentes aos Encargos de Aquisição Emergencial (EAE) e de Capacidade Emergencial (ECE) totalizaram R$ 11.527,97 e R$ 5.189.089,42, respectivamente.

Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal. Dentre os créditos em questão, destacam-se aqueles decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, há os créditos provenientes da aquisição, pela

União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), bem como créditos a serem pagos pela ITAIPU, resultantes dos Contratos no 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional, e, por fim, créditos decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) junto a Instituições Financeiras.

Deve-se ressaltar que os contratos com o INSS, proveniente dos contratos celebrados entre aquela instituição com diversos Bancos, teve seu vencimento em 2009, que resta não quitado. A STN encaminhou ao INSS o Ofício nº 124/2011/GERAT/COFIS/SUPOF/STN/MF-DF, de 12.8.2011, informando o total do débito em questão que, atualizado até 31/12/2012, atingia a quantia de R$ 3.441.972.574,71.

Relativamente aos contratos de cessão de arrendamentos celebrados com a extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), como já tem ocorrido em exercícios anteriores, os valores referentes às suas parcelas não têm sido transferidos em sua integralidade à STN, devido à existência de penhoras judiciais trabalhistas e à apresentação de Cartas Fiança como forma de pagamento. Vale lembrar que, conforme Nota Interna no 001/PGU/AGU/DEJUT, encaminhada pela Advocacia-Geral da União (AGU) por meio do Ofício no 858/2007-PGU/AGU, de 18/06/2007, as perspectivas de reversão judicial dos créditos penhorados são mínimas. Dessa forma, do montante total de R$ 454.026.684,40 previsto para recebimento em 2012, relativo aos arrendamentos oriundos da extinta RFFSA, o total recebido pela STN foi de R$ 422.333.949,08.

Por fim, dos contratos celebrados entre a União e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás, sua situação é de normalidade, inclusive aqueles pagamentos referentes ao Ativo Regulatório decorrente da retirada do fator de reajuste, autorizado pela Lei nº 11.480, de 30/05/2007. Os créditos Eletrobrás geraram o recebimento de R$ 1.582.645.826,61 em 2012 para o Tesouro Nacional.

Haveres Oriundos de Privatizações

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND). Nesse grupo destacam-se os ativos referentes às transferências ao BNDES das ações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ocorridas por meio dos Contratos de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (BNDES-FCVS, de 29/12/2000 e BNDES-FCVS II-CT 264, de 11/07/2006), celebrados entre a União e o BNDES com base na Lei no 9.491, de 09/09/1997. Para pagamento das transferências efetuadas, foram realizados dois contratos de assunção de dívidas pelo BNDES cujas condições são semelhantes às dos títulos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para pagamento do débito originário do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Para as citadas operações, o saldo total em 31/12/2012 era de R$ 9.076.379.001,24 e encontra-se em situação de normalidade.

Haveres Originários de Legislação Específica

Configura-se como o grupamento de haveres mais relevante tanto em termos de saldo devedor como no que se refere ao fluxo de arrecadação de juros e principal. Estão caracterizados dentro deste grupo, os contratos oriundos de operações do Tesouro Nacional autorizadas em diversas legislações específicas.

Dentre os haveres contemplados nessa categoria, encontram-se os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, e da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na Empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu.

Durante o exercício de 2012, merecem destaques as operações de financiamento realizadas com o BNDES e formalizadas por meio dos seguintes contratos: (i) nº 738/PGFN/CAF, de 21 de junho de 2012; (ii) nº 755/PGFN/CAF, de 15 de outubro de 2012; e nº 807/PGFN/CAF, de 28 de dezembro de 2012. Por meio de tais contratos, todos amparados na Lei nº 12.453/2011, a União concedeu crédito ao BNDES no montante total de R$ 45 bilhões, com o intuito de prover o Banco de recursos adicionais para fazer frente ao aumento da demanda por crédito para investimentos na economia.

Ainda no mesmo exercício e com respaldo nas autorizações oriundas da Medida Provisória nº 581/2012, foram firmados com o Banco do Brasil e a CAIXA os seguintes contratos de concessão de crédito enquadrados como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – Nível I: (a) BB IHCD CT 753/PGFN/CAF; (b) Caixa IHCD CT 752 - PFGN/CAF; e (c) Caixa IHCD CT 754 – PGFN/CAF. Tais operações, além de viabilizarem a elevação do Patrimônio de Referência das Instituições em questão, tiveram seus recursos direcionados aos setores agrícola, habitacional e de infraestrutura.

CONTRATOS FIRMADOS COM O BNDES, CAIXA E BB EM 2012

Contrato nº	Data da Celebração	Base Legal	Valor (R$)
BNDES CT 738/PGFN/CAF	21.06.2012	Lei 12.453/2011	9.999.999.928,78
BNDES CT 755/PGFN/CAF	15.10.2012	Lei 12.453/2011	19.999.999.702,57
BNDES CT 807/PGFN/CAF	28.12.2012	Lei 12.453/2011	15.000.000.000,00
BB CT 753/PGFN/CAF	26.09.2012	MP 581/2012	8.099.999.763,10
CAIXA CT 752 - PGFN/CAF	26.09.2012	MP 581/2012	6.799.999.790,27
CAIXA CT 754 - PGFN/CAF	26.09.2012	MP 581/2012	6.199.997.874,72

Fonte: STN/COFIS/GERAT.

Haveres Originários do Crédito Rural

Estão compreendidos no presente grupo, os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

Securitizaçâo: créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/95 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

Programa Especial de Saneamento de Ativos (**Pesa):** operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do Pesa do Banco do Brasil.

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II (Prodecer II): consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28/06/2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

Empréstimos do Governo Federal - Especial (EGF – Especial): créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992, de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01/10/1998, nos termos do Decreto-Lei nº79, de 29/12/1966, na Lei nº 8.427, de 27/05/1992, na Lei nº 9.138, de 29/11/1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28, de 28/09/1998, no Decreto nº 1.647, de 11/01/1995, no Decreto nº 1.785, de 11/01/1996, e no Decreto nº 2.762, de 31/08/1998, e em 15/06/1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29/12/1966, na Lei nº 8.427, de 27/05/1992, na Lei nº 9.138, de 29/11/1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02/06/1999, no Decreto nº 1.647, de 11/01/1995, no Decreto nº 1.785, de 11/01/1996 e no Decreto nº 2.762, de 31/08/1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

Para os citados programas, o saldo devedor, com posição em 31/12/2012, foi de R$ 15.573.576.505,35, tendo sido recebido o montante de R$ 190.413.804,82 no exercício de 2012.

Cabe citar que nos termos da Lei nº 11.775, de 17/09/2008, e da Resolução CMN nº 3950, de 24/02/2011, os prazos finais de renegociação ou pagamento antecipado da dívida se encerraram em junho de 2011, prazo final também para a renegociação dos valores inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Nesse contexto, vale destacar que, somente nas operações originárias do Pesa, foi inscrito em DAU, no exercício de 2012, o montante de R$ 212.753.265,46.

Atividades Gerais

Em 2012 a União realizou pagamentos ao Banco do Brasil para administração de seus créditos, conforme os seguintes contratos relacionados:

- Contrato de Administração de Créditos celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram adquiridos e desonerados de risco pela União. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2012 foi de R$ 22.677.421,60, referente ao período de dezembro/2011 a agosto/2012.

- Contrato celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., referente ao ressarcimento, ao Banco, de despesas judiciais necessárias à condução das ações relativas aos processos de Empréstimo do Governo Federal (EGF-Especial). Não houve necessidade de ressarcimento ao Banco do Brasil em 2012.

- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC). O valor total pago ao Banco do Brasil, em 2012, foi de R$ 11.606,69.

Adicionalmente, considerando os princípios contábeis da Oportunidade, Competência e da Prudência, em 07/01/2013, foi efetuado o lançamento do valor de R$ 3.948.399.826,14 a título de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD). Assim, a conta 12.239.0000 – PROVISÃO P/PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, atingiu o montante de R$70.458.247.167,06 após o lançamento.

Vale ressaltar que os haveres que tiveram maior participação na PDD foram os contratos relacionados ao INSS e à RFFSA, uma vez que eles apresentaram menor probabilidade de recebimento, e os valores ajuizados do BNCC, que não possuem previsão de recebimento. Os valores do INSS respondem por R$51,6 bilhões, os da RFFSA alcançam o valor de R$13,3 bilhões e os haveres ajuizados do BNCC dizem respeito a R$ 4,9 bilhões do valor total provisionado. A constituição dessa provisão implicou na redução do estoque de haveres e consequente aumento na Dívida Líquida do Tesouro Nacional, não afetando, porém, o Resultado Primário do Setor Público.

Ressalte-se que a Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Banco Central do Brasil (BCB), também não sofreu alterações, uma vez que os dados necessários ao seu cálculo são obtidos junto ao Sistema Financeiro Nacional e os haveres provisionados não estão registrados naquele sistema.

1.5.3. Recebimentos de Créditos

Os recebimentos ocorridos no exercício de 2012 relativos aos Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se discriminados nos quadros:

HAVERES FINANCEIROS – RECEBIMENTOS EM 2012

CONTRATO	VALOR RECEBIDO (R$) – Dez/2012
BNCC	340.712,02
BNDES	13.316.062.215,05
CAIXA – INSTRUMENTO HÍBRIDO	400.134.804,46
CDRJ	26.834.842,14
EFG-ESPECIAL	852.218,63
ELETROBRÁS	1.582.645.826,81
RFFSA	422.333.949,08
VOTO CMN – ANDE	12.217.200,00
CBEE	5.769.513,37
CEASA AMAZONAS	2.636,28
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA LEI Nº 9.138/95 (EXCETO BANCO DO BRASIL - BB)	12.795.716,55
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA MP Nº 2.196/01 (BB)	72.722.478,08
PESA	104.043.391,56

Fonte: STN/COFIS/GERAT.

HAVERES MOBILIÁRIOS

dez/2012

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR		
FGHab	930.497.942,46	1,31	1.220.590.392	811.901.250	1.065.019.942	87,25%	1.220.590.392
FGI*	682.695.384	1,04	715.294.061	580.308.078	608.017.766	85%	715.294.061
FGCN	2.576.498.167	1,36	3.504.037.508	2.570.284.837	3.495.587.378	99,75%	3.504.037.508
FGO	1.533.434	498,33	764.156.293	1.002.345	499.498.583	65,37%	764.156.293

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional (Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF)).
FGHAB- Fundo Garantidor da Habitação Popular
*FGI- Fundo Garantidor para Investimento - posição em novembro/2012
FGCN- Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGO- Fundo Garantidor de Operações

1.5.4. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2012, a União possuía participação societária majoritária em 47 empresas (23 sociedades de economia mista e 24 empresas públicas) e minoritária em 55 empresas, além de participação em uma empresa binacional. As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. A posição acionária de 31/12/2012 é preliminar e só estará confirmada após a aprovação dos balanços patrimoniais do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2013.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL		VOTO	TOTAL
BASA	2.873.357.979	-	2.873.357.979	1.874.687.369	96,92%	96,92%
BB	1.483.734.063	-	1.483.734.063	30.109.692.977	51,87%	51,87%
BNB	46.595.279	35.373.190	81.968.469	2.192.973.876	96,10%	94,21%
CASEMG	37.380.952.565	-	37.380.952.565	24.926.553	97,73%	92,96%
CBTU	10.643.250.980.411	-	10.643.250.980.411	2.449.098.680	100,00%	100,00%
CDC	2.663.061.838	2.663.061.839	5.326.123.677	231.197.906	99,70%	99,70%
CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	378.592.592	100,00%	100,00%
CEAGESP	34.403.576	-	34.403.576	11.398.361	100,00%	100,00%
CEASA-MG	4.994.632	-	4.994.632	22.495.446	99,57%	99,57%
CODEBA	15.217.347.132	15.217.347.131	30.434.694.263	269.671.681	98,19%	98,19%
CODERN	68.054.079.505	68.054.079.505	136.108.159.010	246.423.735	99,99%	99,99%
CODESA	1.735.793.166	-	1.735.793.166	208.765.798	99,45%	99,45%
CODESP	110.687.091.877	110.707.742.615	221.394.834.492	1.208.486.643	99,96%	99,97%
CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	178.138.289	99,97%	99,97%
ELETROBRÁS	591.968.382	2.252	591.970.634	31.599.835.247	54,45%	43,76%
IRB	500.000	-	500.000	515.000.000	100,00%	50,00%
PETROBRÁS	3.740.470.811	-	3.740.470.811	95.222.479.134	50,26%	28,67%
TELEBRÁS	88.462.641	1.147	88.463.788	88.951.831	90,79%	74,69%
TRENSURB	4.038.800.585	-	4.038.800.585	1253.007.162	99,79%	99,79%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.
(1) O quadro contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$100 mil. Desse modo, as empresas Hospital Cristo Redentor - HR, Hospital Fêmina - HF, Hospital Nossa Senhora Conceição – HNSC, e Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ não estão retratadas no quadro.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL

EMPRESA	INVESTIMENTO 2011 R$	INVESTIMENTO 2012 R$	VARIAÇÃO %
ALCÂNTARA CYCLONE	240.845.170	365.580.650	51,80%

Fonte: Siafi

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL		VOTO	TOTAL
BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	61.012.425.000	100,00%	100,00%
BRASIL 2016	-	-	-	10.000.000	100,00%	100,00%
EBSERH (1)	-	-	-	5.000.000	100,00%	100,00%
CEF	-	-	-	27.460.444.000	100,00%	100,00%
CEITEC	42.000	-	42.000	78.917.000	100,00%	100,00%
CMB	-	-	-	963.801.199	100,00%	100,00%
CODEVASF	40.128.673	-	40.128.673	743.917.700	100,00%	100,00%
CONAB	1.859.907	-	1.859.907	339.214.000	100,00%	100,00%
CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	745.359.888	98,08%	97,33%
DATAPREV	-	-	-	171.918.960	51,00%	51,00%
EBC	200.000	-	200.000	305.700.178	100,00%	100,00%
ECT	-	-	-	3.869.538.000	100,00%	100,00%
EMBRAPA	-	-	-	1.133.685.248	100,00%	100,00%
EMGEA	-	-	-	9.057.993.000	100,00%	100,00%
EMGEPRON	-	-	-	84.821.000	100,00%	100,00%
EPE	-	-	-	26.415.335	100,00%	100,00%
EPL (1)	-	-	-	10.000.000	100,00%	100,00%
FINEP	-	-	-	1.102.257.000	100,00%	100,00%
HCPA	-	-	-	432.965.000	100,00%	100,00%
HEMOBRÁS	-	-	-	295.769.361	100,00%	100,00%
IMBEL	-	-	-	166.122.000	100,00%	100,00%
INFRAERO	7.136.773	-	7.136.773	1.102.743.331	97,31%	97,31%
SERPRO	-	-	-	931.904.234	100,00%	100,00%
VALEC	8.090.009	-	8.090.009	8.479.012.131	100,00%	100,00%

Fonte: Informações das empresas e Siafi
(1) O valor previsto está sujeito à integralização pelo Ministério supervisor.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL		VOTO	TOTAL
AGESPISA	595.964	1.193.342	1.789.306	8.430.490	0,39%	1,1750%
BRASAGRO	1.854.795	-	1.854.795	3.792.598	35,4939%	35,4939%
CAEMA	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,0701%	0,0701%
CAERN	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1259%	0,1500%
CAGECE	-	17.970	17.970	182.494	0,0000%	0,0150%
CAGEPA	41.987.615	281.445.419	323.433.034	138.849	0,0043%	0,0328%
CASAL	694.302	42.056.682	42.750.984	108.801	0,0005%	0,0323%
CEPASA	-	1.608	1.608	110.646	0,0000%	0,0523%
CHESF	-	193.837	193.837	28.995.805	0,0000%	0,3800%
COPENOR	-	58.045.040	58.045.040	984.523	0,0000%	0,8716%
DESO	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	0,0000%	0,3100%
DETEN	-	562.449.039	562.449.039	1.254.184	0,0000%	0,5700%
ELETROPAULO	13.342.384	258	13.342.642	84.326.770	20,0322%	7,9730%
EMBASA	33.333	336.939	370.272	2.621.527	0,097%	0,0700%
ENERGISAPB	364	1.435	1.799	619.822	0,0587%	0,1958%
ICC (2)	-	490	490	245.003	0,0000%	0,1306%
METROBUS	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499%	0,8492%
METRO-RJ (2)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655%	6,4862%
NOVACAP	219.400	-	219.400	6.874.696	43,8800%	43,8800%
RENAVE	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426%	0,7426%
RIOTRILHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655%	6,4862%
SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,0000%	10,0000%
TBM	37.526	0	37.526	2.282.034	1,6855%	1,4003%
TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	531.121.788	49,0000%	49,0000%

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes e Siafi
(1) O quadro contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$100 mil.
(2) Em liquidação.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme quadros a seguir.

PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS

FUNDOS	INVESTIMENTO (R$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$ mil)
FINAM	2.901	271.396
FINOR	2.703	373.914
FGP	362.162.117	475.690
FGEDUC	94.978.265	105.351
FGHAB	292.950.868	425.564
FGI	673.925.519	757.331
FGCN	1.148.210.931	1.400.154
FGO	518.674.991	764.156

Fonte: Siafi e Balanços.
Notas:
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - Posição dez/2011
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - Posição dez/2011
FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - Posição fev/2011
FGP- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - Posição set/2012
FGHAB- Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - Posição dez/2011
FGI- Fundo Garantidor para Investimento - Posição dez/2012
FGO- Fundo Garantidor de Operações - Posição dez/2012
FGCN- Fundo de Garantia para a Construção Naval - Posição dez/2011
FINAM e FINOR avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial

PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

R$ 1,00

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	2011	2012	VARIAÇÃO (%)	PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO PODER DE VOTO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	BAD	25.360.941	29.137.799	1,15%	0,47	31/12/2012
	BAD-fundo	-			-	31/12/2012
	BDC	-			-	31/12/2012
	BDC-fundo	-			-	31/12/2012
	BID	1.634.044.623	1.707.725.471	1,05%	-	31/12/2012
	-BID-CO	839.108.916	902.837.334	1,08%	10,75	31/12/2012
	-BID-FOE	794.935.707	804.888.137	1,01%	5,56	31/12/2012
	CAF	249.155.095	249.155.095	0,00%	N.d.	31/12/2012
	CII	193.759.043	193.759.043	0,00%	11,02	31/12/2012
	FAD	324.668.155	325.588.155	1,0028%	0,42	31/12/2012
	FIDA (1)	96.929.076	96.929.076	0,00%	0,92	31/12/2012
	FONPLATA	174.620.244	174.620.244	0,00%	20	31/12/2012
	FUMIN	41.072.829	41.072.829	0,00%	2,04	31/12/2012
Ministério da Fazenda	BIRD	451.136.699	544.756.779	1,21%	1,88	31/12/2012
	AID	1.341.027.636	1.638.976.326	1,22%	1,42	31/12/2012
	CFI	77.165.653	101.768.753	1,320%	1,60	31/12/2012
	MIGA	8.147.487	8.147.487	0,00%	1,31	31/12/2012

Fonte: MP/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais. Siafi

Principais variações nas participações societárias da União em 2012

Aumento de capital de empresas: Em 2012, foram efetuados aumentos de capital no montante de R$ 10,18 bilhões, decorrentes, em grande parte dos créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) e de capitalização da Caixa Econômica Federal (CEF), mediante a transferência de ações da Petrobrás S.A. e de Sociedades Anônimas, conforme discriminado no quadro a seguir.

AUMENTO DE CAPITAL EM 2012

EMPRESA	VALOR R$ mil	ORIGEM DOS CRÉDITOS
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA		
CBTU	155.262	AFAC
CDC	107.100	AFAC
CDP	31.718	AFAC
CODEBA	47.021	AFAC
CDRJ	222.481	AFAC
CODERN	45.150	AFAC
CODESA	63.110	AFAC
CODESP	133.990	AFAC
TELEBRAS	20.020	AFAC
TRENSURB	215.809	AFAC
PÚBLICAS		
CEF (1)	1.499.999	Transferência de ações de emissão da Petrobras
CEF(2)	5.399.999	Transferência de ações de emissão da Petrobrás e de Sociedades Anônimas
CPRM	294.167	AFAC
EBSERH	5.000	AFAC
EMBRAPA	149.430	AFAC
EPL	10.000	AFAC
CODEVASF	592.982	AFAC
SERPRO	66.000	AFAC
VALEC	1.037.187	AFAC
BINACIONAL		
ALCANTARA CYCLONE	135.000	AFAC
TOTAL	**10.181.425**	

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.
Notas: (1) Registro realizado no Siafi em janeiro de 2013, conforme Nota de Lançamento NL2013000037.
(2) Registro realizado no Siafi em janeiro de 2013, conforme Nota de Lançamento NL2013000040.

Constituição de Empresas

Foi criada, mediante a Lei nº 12.743, de 19/12/2012, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), estatal cujo objetivo será promover o desenvolvimento do sistema de transporte no País.

1.5.5. Capitalização de Fundos

A União integralizou cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), nos termos do Decreto nº 7.733, de 25/05/2012, no valor de cerca de R$ 135 milhões.

A União integralizou cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO), nos termos do Decreto nº 7.732, de 25/05/2012, no valor de cerca de R$ 182 milhões.

A União capitalizou o Fundo de Garantia da Construção Naval (FGCN), nos termos do Decreto nº 7.731, de 25/05/2012 e da Portaria MF nº 299, de 27/08/2012, no valor de R$ 2,49 bilhões.

Ademais, a União integralizou cotas no Fundo Garantidor da Habitação (FGhab), nos termos do Decreto n.º 7.366, de 25/11/2010 e da Portaria MF nº 562, de 02/12/2010, no valor de R$ 550 milhões[1].

Transferência de cotas e ações para a União:

Foram transferidas para a União, em 25 de maio de 2012, 139.400.000 ações ON de emissão do Banco do Brasil, de propriedade do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), conforme autorização contida no Decreto nº 7.731, de 25.05.2012, e posteriormente utilizadas para integralizar cotas de capital no FGCN.

Empresas em liquidação:

Continua em processo de liquidação a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. – ICC, que entrou em liquidação após aprovação na Assembléia Geral Extraordinária de 28.03.1994.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União:

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro nacional, pelo critério de caixa, em 2012, atingiu o montante de R$ 27,7 bilhões, um crescimento em relação à arrecadação no exercício de 2011, que foi de R$ 19,7 bilhões. O valor arrecadado superou o valor previsto na Lei Orçamentária Anual de 2012, estimado em R$ 20,4 bilhões. Do total arrecadado pelo Tesouro Nacional, R$ 13,3 bilhões foram depositados diretamente na Conta Única do Tesouro e R$ 14,3 bilhões foram pagos em títulos públicos federais.

ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2008 a 2012

R$ milhões

TIPO DE EMPRESA	EXERCÍCIO				
	2008	2009	2010	2011	2012
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	4.311,17	8.549,74	7.247,58	6.892,12	5.939,73
EMPRESA PÚBLICA	8.617,98	17.570,55	14.365,98	12.710,08	21.608,22
MINORITÁRIA	105,67	125,02	164,52	143,38	67,60
FND	26,77	24,88	66,03	-	-
TOTAL	**13.061,59**	**26.270,18**	**21.844,11**	**19.745,58**	**27.651,78**

Fonte: Siafi

Recebimento de Prêmio de Debêntures:

Em 2012, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures da Vale – Vale S.A, a importância total de R$ 7,2 milhões.

[1] Registro realizado no SIAFI em fevereiro de 2013, conforme Nota de Lançamento NL2013000114.

1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

1.6.1. Variações do Estoque da Dívida Pública Federal (DPF)

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF), em mercado, apresentou aumento nominal de 8,1%, passando de R$ 1.885,9 bilhões, em dezembro de 2011, para R$ 2.038,5 bilhões no mesmo mês em 2012. Em termos reais, essa variação corresponde a um crescimento de 0,3%, deflacionada pelo IGP-M, que no acumulado do ano teve uma variação de 7,8%. As principais siglas e suas variações são discriminadas no quadro a seguir:

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, EM MERCADO,
DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

ESTOQUE DA DPF			
	dez/11	dez/12	Variação
DPF EM PODER DO PÚBLICO	***1.885.917***	***2.038.485***	***8,1%***
DPMFi	***1.801.069***	***1.945.659***	***8,0%***
LFT	548.681	424.958	-22,5%
LTN	402.855	553.799	37,5%
NTN-B	465.849	622.126	33,5%
NTN-C	63.998	67.469	5,4%
NTN-F	283.770	242.839	-14,4%
Dívida Securitizada	9.719	8.217	-15,4%
TDA	4.008	3.456	-13,8%
Demais	22.188	22.794	2,7%
DPFe	***84.848***	***92.826***	***9,4%***
Dívida Mobiliária	***73.278***	***79.470***	***8,5%***
Global USD	57.178	63.440	11,0%
Euro	4.193	2.311	-44,9%
Global BRL	11.788	13.655	15,8%
Reestruturada	119	65	-45,3%
Dívida Contratual	***11.570***	***13.356***	***15,4%***
Organismos Multilaterais	6.913	7.425	7,4%
Credores Privados/Ag. Gov.	4.657	5.930	27,3%

Fonte: STN/CODIV/GEEST.
Obs.:
1.A divergência entre o estoque informado no "Relatório Anual da Dívida Pública – 2012", publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e o quadro acima decorre da metodologia contábil usada neste relatório, em contraposição à metodologia econômica daquele.
2.Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US$/R$ 1,8758 (dez/2011) e 1 US$/R$ 2,0435 (dez/2012).

Os principais fatores desta variação são discriminados no quadro a seguir:

INDICADORES	R$ milhões	"% do estoque inicial"
Estoque em 31/dez/11	1.885.917	
Estoque em 31/dez/12	2.038.485	
Variação Nominal (I + II)	152.568	8,1%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	152.738	8,1%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(66.182)	-3,5%
I.1.1 - Emissões	417.045	22,1%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) 1	321.897	17,1%
- Emissões Diretas (DPMFi) 2	85.493	4,5%
- Trocas Líquidas (DPMFi) 3	0	0,0%
- Emissões (DPFe) 4	9.655	0,5%
I.1.2 - Resgates	(483.227)	-25,6%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) 5	(467.475)	-24,8%
- Pagamentos Correntes (DPFe) 6	(12.494)	-0,7%
- Resgates Antecipados (DPFe) 7	(3.257)	-0,2%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	218.921	11,6%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi 8	204.846	10,9%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe 9	14.075	0,7%
II - Operação do Banco Central	(171)	0,0%
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras 10	(171)	0,0%

Fonte: STN/CODIV/GEEST.
1 Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.
2 Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.
3 Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).
4 Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.
5 Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.
6 Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.
7 Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.
8 Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.
9 Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.
10 Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Analisando a Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em particular, verifica-se aumento nominal de 8,0% em seu estoque ao longo do ano. Pesaram nesse resultado as emissões diretas realizadas em favor dos bancos públicos, BNDES, BB e CEF, as quais serão descritas no subitem emissões diretas.

Já em relação à Dívida Pública Federal externa (DPFe), esta elevou-se de R$ 84,8 bilhões (US$ 45,2 bilhões) ao final de 2011 para R$ 92,8 bilhões (US$ 45,4 bilhões) em dezembro de 2012. Este resultado pode ser explicado principalmente pela desvalorização cambial do período.

Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi)

A estratégia adotada pelo Tesouro Nacional seguiu as diretrizes enunciadas no PAF 2012. Em relação às emissões, estas estiveram em linha com a diretriz de substituir gradualmente os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços. Para os títulos prefixados, a estratégia executada consistiu na emissão de quatro pontos de referência de LTN, de curto e médio prazos, de até quatro anos. Para as NTN-F, títulos prefixados de médio e longo prazos, foram ofertados dois novos vencimentos, o 2018 e o 2023, representando referências de 5 e 10 anos.

Em relação às emissões de títulos remunerados por índices de preços (NTN-B), foi mantida a estratégia de emissão de seis benchmarks, dos quais três com prazos até 10 anos e três entre 20 e 40 anos, bem como a realização dos leilões de troca.

Quanto aos títulos indexados a taxas flutuantes, o Tesouro permaneceu com sua política de redução dos lotes ofertados das LFT, realizando refinanciamento líquido inferior a 100% desses títulos. Diferentemente dos anos anteriores, em 2012 foi ofertado apenas um vencimento de LFT em cada leilão, que passou a ter regularidade mensal, em contraste com as ofertas quinzenais realizadas em 2011.

O ano de 2012 permitiu a substituição de forma gradual das emissões de títulos prefixados de curto prazo por prefixados de médio e longo prazo. As emissões tradicionais das LTN mais longas (2 a 4 anos) representaram 90,2% das colocações desses títulos em 2012. No tocante às NTN-F, o volume ofertado dos novos

vencimentos desse título em leilões tradicionais atingiu R$ 26,4 bilhões em 2012, superando o volume ofertado em 2011. Ao final, a emissão líquida de títulos prefixados foi de R$ 32,7 bilhões, com emissões de R$ 351,0 bilhões, ante resgates de R$ 318,3 bilhões.

Quanto às NTN-B, o volume emitido em leilões tradicionais em 2012 foi de R$ 66,6 bilhões, o que contribuiu para o aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços na DPF. O Tesouro Nacional manteve ainda a realização de leilões mensais de recompra das NTN-B com vencimento após 2030, dando aos seus detentores uma possibilidade adicional de liquidez em relação ao mercado secundário. As emissões totais de títulos remunerados por índices de preços foram de R$ 211,6 bilhões, com resgates de R$ 138,7 bilhões. Como resultado, houve emissão líquida de R$ 73,0 bilhões. A diferença entre as emissões totais e o volume emitido em leilões tradicionais deve-se, em sua maior parte, às operações de troca de títulos com os Fundos Extramercado e com o FGTS, além de concessão de crédito para o BNDES, a Caixa e o Banco do Brasil.

Em relação aos títulos indexados a taxas flutuantes, foram emitidos apenas 34,5% do total vendido em 2011. Nos leilões tradicionais, o volume emitido para este indexador representou apenas 3,8% do volume total ofertado vendido em colocações tradicionais em 2012. Em consequência, houve resgate líquido de cerca de R$ 165,2 bilhões em títulos a taxas flutuantes, resultado das emissões de R$ 23,8 bilhões e resgates de R$ 189,0 bilhões.

Emissões Diretas

Em 2012, as emissões diretas de títulos (fora de leilões competitivos), realizadas com o objetivo de atender a finalidades específicas definidas em lei, totalizaram R$ 191,2 bilhões. Em termos de volume financeiro, as emissões mais significativas foram àquelas referentes às operações de troca de títulos com os Fundos Extramercado e com o FGTS, seguidas das relativas às operações de concessão de crédito para o BNDES, a Caixa e o Banco do Brasil, conforme ilustra o quadro a seguir:

EMISSÕES DIRETAS EM 2012

Programa	Instrumento Legal	Títulos Emitidos	Total Emitido (R$ milhões)
1. Operações com Contrapartida Financeira e Impacto no Estoque			
Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES	Lei nº 10.260/01	CFT-E	2,20
Total			2,20
2. Operações sem Contrapartida Financeira			
2.1 Sem Impacto no Estoque			
Permuta de Títulos - EMGEA	M.P. nº 2.196/01	NTN-B/NTN-F	0,09
Permuta de Títulos - FUNDO PÁTRIA CREDIT E HEDGE	Lei nº 10.179/01	NTN-F	0,14
Permuta de Títulos - FUNDOS EXTRAMERCADO	Lei 10.179/01 - Res. CMN 4034/11	LTN/NTN-B/NTN-F	61,20
Permuta de Títulos - FGTS	Lei 10.179/01 - Res. CCFGTS 687/12	LTN/NTN-B/NTN-F	44,14
Sub-Total			**105,57**
2.2 Com Impacto no Estoque			
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Lei nº 10.150/00	CVS	1,34
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX	Lei nº 10.184/01	NTN-I	0,55
Reforma Agrária	Decreto nº 578/92 e M.P. nº 2.183/01	TDA	0,38
Concessão de Crédito - CAIXA	MP nº 581, DE 20/09/2012	LTN/NTN-B	13,00
Concessão de Crédito - BANCO DO BRASIL	MP nº 581, DE 20/09/2012	LTN-NTN-F	8,10
Concessão de Crédito - BNDES	Lei nº 12.453/11	LTN/LFT/NTN-B/NTN-F	55,00
Substituição de ativos - FGE	Decreto nº 7.731/12	NTN-F	2,91
Acordo Judicial - CEEE	Leis nºs 9.469/97 e 10.179/01	NTN-B	2,13
Securitização - ELETROBRÁS/CEMIG	MP 2.209/01 e Lei 8.029/90	NTN-B	0,00
Sub-Total			**83,41**
TOTAL			**191,18**

Fonte: STN/CODIV/GEPRE.

As operações de troca com fundos geridos pelo governo tiveram papel fundamental na expressiva melhora da composição da dívida pública registrada em 2012, uma vez que proporcionaram a retirada de cerca de R$ 105 bilhões em títulos flutuantes. Em relação às emissões diretas para o BNDES, a primeira operação ocorreu em janeiro, no valor de R$ 10 bilhões, volume remanescente do limite autorizado pela Medida Provisória nº 526, de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 12.453, de 2011. Outras três operações foram realizadas em junho, outubro e dezembro, nas quais foram emitidos R$ 10 bilhões, R$ 20 bilhões e R$ 15 bilhões, respectivamente, permitidos pela Medida Provisória n° 564, de 2012, convertida na Lei nº 12.712, de 2012. Tal qual vem ocorrendo desde 2009, as operações entre o Tesouro Nacional e o BNDES têm sido caracterizadas por empréstimos, celebrados por contratos, sob os quais ocorrem emissões de títulos pelo lado do governo federal e, por onde são definidas as condições de pagamento pelo lado do banco. Os fluxos de recebimentos desses

contratos seguem as mesmas características das operações realizadas no ano anterior. O prazo é de 40 anos, com carência de 20 anos para amortização do principal, que será calculada pelo valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações não vencidas. Quanto às taxas de juros, nos primeiros 15 anos esta será de 1/3 da TJLP (os 2/3 restantes serão incorporados ao principal), limitada a 6% ao ano e, após esse período, a taxa corresponderá à TJLP, também limitada a 6% ao ano. Em caso de a TJLP superar esse limite, a diferença não integrará o fluxo mensal de pagamento de juros, sendo incorporada ao saldo devedor. Além das emissões ao referido banco de fomento, o Tesouro Nacional, por meio da Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, realizou concessão de crédito para ampliação dos limites operacionais da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil S.A. (BB), nos valores de R$ 13,0 bilhões e R$ 8,1 bilhões, respectivamente.

Por esses empréstimos do Tesouro Nacional, as referidas instituições pagarão, em contrapartida, juros perpétuos sobre o principal da dívida. Foram firmados ao total 3 contratos, sendo 2 com a Caixa e um com o BB. O Tesouro receberá juros correspondentes à taxa de 5,5% ao ano, sobre o principal – para o caso dos títulos prefixados (LTN e NTN-F), e de 4,47% ao ano para o caso dos títulos indexados ao IPCA (NTN-B).

Dívida Pública Federal externa (DPFe)

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do Plano Anual de Financiamento (PAF) 2012 se apoiava nas seguintes diretrizes:

- Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros, por meio de emissões qualitativas em dólares ou em reais;
- Manutenção do programa de resgate antecipado (BuyBack) para títulos denominados em dólares (USD), euros (EUR) e reais (BRL); e
- Possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa; e
- Acompanhamento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentassem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Considerando essas diretrizes de atuação e, também, as condições vigentes no mercado internacional em 2012, o Tesouro Nacional efetuou duas operações externas em dólares e uma em reais, captando US$ 3,8 bilhões. As emissões em dólares se referiram às operações com o benchmark de 10 anos, consistindo na reabertura do Global 2021 e na emissão de um novo título, com vencimento em 2023. Com relação à operação em reais, a emissão do novo título, o BRL 2024, foi feita de forma associada à operação de *tender offer*, que incluiu os títulos Globais BRL 2016 e 2022. No caso do instrumento de 10 anos em dólares, o início de ano positivo no mercado externo permitiu que o Brasil realizasse, já em janeiro, a reabertura do Global 2021, marcando a primeira emissão de mercados emergentes do ano. Essa operação obteve taxa de retorno de 3,45% a.a., a menor registrada para uma emissão de títulos soberanos brasileiros em dólares para esse prazo, até então. A demanda pelo título alcançou cinco vezes o volume inicialmente ofertado, confirmando a percepção positiva dos investidores sobre o País. O Tesouro estendeu a oferta ao mercado asiático, por meio do *Green Shoe* levando o volume final em mais 10%. O volume total emitido do Global 2021 alcançou US$ 825 milhões, fazendo com que o estoque total em mercado desse título se elevasse para US$ 2,987 bilhões.

Em abril, foi a vez de o Tesouro acessar o mercado de títulos em reais, com a abertura do Global BRL 2024, aproveitando a elevação da demanda dos investidores internacionais por títulos denominados em moeda local emitidos por países emergentes. A emissão alcançou valor de R$ 3,15 bilhões, incluindo a oferta do *Green Shoe* no mercado asiático, e foi associada à recompra dos títulos BRL 2016 e 2022. Em setembro, o Tesouro realizou a emissão do Global 2023, novo benchmark de 10 anos no mercado de dólares. A emissão somou US$ 1,35 bilhão, sendo US$ 1,25 bilhão nos mercados europeu e norte-americano e US$ 100 milhões no mercado asiático. O título foi emitido a uma taxa de juros de 2,69% ao ano, inferior à obtida na reabertura do Global 2021 e, portanto, a menor historicamente paga por um título brasileiro em dólares com esse prazo.

Outro ponto de atuação do Tesouro Nacional no mercado externo foi a manutenção do Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa, que é um importante instrumento para aprofundar o processo de aprimoramento da curva de juros. Em 2012, foram recomprados, em valor de face, US$ 675,36 milhões de títulos denominados em dólares, US$ 12,50 milhões de títulos denominados em euros e US$ 706,32 milhões denominados em reais, somando US$ 1,39 bilhão, montante equivalente a US$ 1,78 bilhão em valor financeiro. Por fim, dentre as ferramentas usadas no gerenciamento da dívida externa, destaca-se a compra antecipada de dólares pelo Tesouro Nacional ao longo de 2012, totalizando US$ 4,6 bilhões ao final de dezembro. Esta quantia é suficiente para pagar 51% de toda a dívida externa a vencer até 2016.

1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida

O objetivo primário da gestão da Dívida Pública Federal é o levantamento de recursos suficientes para o atendimento da necessidade de financiamento do governo federal, sendo este o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.

Evolução dos Indicadores da DPF

A evolução dos indicadores da DPF ao longo dos últimos anos está apresentada no quadro abaixo, com destaque para a comparação entre os dados de 2012 e os limites assinalados pelo PAF do mesmo ano. Os resultados foram bastante satisfatórios, em linha com a gradual e contínua melhora do perfil da dívida pública. Observaram-se pequenos desvios sobre a projeção inicial do PAF 2012. A participação de títulos com taxas de juros flutuantes na DPF ficou ligeiramente abaixo do limite mínimo indicado (22%) e o prazo médio da DPF fechou em 4,0 anos contra o máximo indicado de 3,8 anos. Entretanto, nos dois casos, a evolução do indicador se deu em linha com as diretrizes do planejamento de longo prazo da dívida.

RESULTADOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL – DPF

Indicadores	2011	2012	PAF - 2012	
			Mínimo	Máximo
Estoque (R$ Bilhões)	**1.885,9**	**2.038,5**	**1.950,0**	**2.050,0**
Composição (%)				
Prefixados	37,2	40,0	37,0	41,0
Índices de Preços	28,3	33,9	30,0	34,0
Taxa Flutuante	30,1	21,7	22,0	26,0
Câmbio	4,4	4,4	3,0	5,0
Estrutura de Vencimentos				
Prazo Médio	3,6	4,0	3,6	3,8
% Vincendo em 12 meses	21,9	24,4	22,0	26,0

Fonte: STN/CODIV/GEEST.

Composição da DPF

A gestão da dívida nos últimos anos tem seguido diretrizes no sentido de avançar paulatinamente na mudança da composição da DPF. Em 2012 o Tesouro deu mais um passo em direção à substituição de dívida remunerada por taxas de juros flutuantes, particularmente a Selic, por títulos prefixados ou remunerados por índices de preços, reduzindo, assim, o risco de taxa de juros.

A queda na parcela flutuante foi fruto de uma menor emissão ao longo do ano e, principalmente, de duas grandes operações de troca de títulos ocorridas no primeiro semestre. Em fevereiro, houve a troca de LFT das carteiras dos fundos extramercado e, em junho, a troca de títulos da carteira do FGTS.

A contrapartida foi a emissão de títulos prefixados e remunerados por índices de preços, o que contribuiu consideravelmente em 2012 para a mudança do perfil da dívida pública.

O percentual da DPF relativo aos títulos prefixados elevou-se de 37,2%, em dezembro de 2011, para 40,0%, em dezembro de 2012, percentual que respeita os limites do PAF 2012, entre 37% e 41%.

Ao longo do ano, o percentual de refinanciamento dos vencimentos de prefixados situou-se próximo a 110%, com destaque para os títulos emitidos com vencimentos entre 3 e 4 anos, que representaram aproximadamente 39% do volume total de prefixados emitidos no ano. Importante observar que a queda nas taxas de juros de mercado, a ação paulatina da autoridade monetária contribuiu para que os agentes de mercado aumentassem sua disposição em aumentar sua exposição a títulos prefixados, movimento que contribuiu para o resultado de 2012.

A dívida remunerada por índices de preços também aumentou sua participação na DPF, saindo de 28,3% ao final de 2011 para 33,9% ao final de 2012, também dentro dos limites do PAF, que indicavam uma participação entre 30% e 34%. Já a dívida remunerada por taxas de juros flutuantes atingiu, ao final de 2012, 21,7% da DPF, proporção situada ligeiramente abaixo do limite inferior do PAF, que apontava para uma participação entre 22% e 26%, mas fortemente abaixo do percentual registrado no fim ano anterior, quando esta parcela representava 30,1% da DPF.

Por fim, a dívida com remuneração pela variação da taxa de câmbio, representada quase exclusivamente pela dívida externa, também teve sua participação mantida constante, em 4,4% ao final de 2012, ficando praticamente no centro das bandas do PAF 2012, entre 3% e 5% da DPF.

Prazo Médio

Em 2012, verificou-se extensão do prazo médio da DPF, que chegou a 3,9 anos, ligeiramente acima do limite superior do PAF 2012 (mínimo de 3,6 e máximo de 3,8 anos), um aumento relevante em relação ao ano anterior, 3,6 anos. As operações de troca realizadas ao longo do ano com os fundos extramercado e o FGTS contribuíram para este resultado, com destaque para o prazo médio das NTN-B emitidas para o FGTS.

Outro fator preponderante foi a busca por prazos médios mais elevados por parte do mercado, dada a redução da taxa de juros de curto prazo, conforme destacado.

Percentual da dívida a vencer nos próximos 12 meses

Outro importante indicador da estrutura de vencimentos analisado pelo PAF é o percentual da dívida vincendo em 12 meses. Este indicador terminou o ano em 24,5% ante 21,9% em 2011. Esta elevação já era esperada devido aos fortes vencimentos de prefixados e de LFT previstos para 2013. Os limites do PAF de 2012 (mínimo de 22% e máximo de 26%) já tinham este volume de vencimento como referência. Apesar da elevação, valores inferiores a 25% são considerados historicamente confortáveis, assegurando a manutenção de baixo risco de refinanciamento da dívida.

O risco de refinanciamento é o risco de o Tesouro Nacional, ao ter que acessar o mercado para refinanciar sua dívida vincenda, encontrar condições de mercado adversas que impliquem elevação em seus custos de emissão ou, no limite, incapacidade de levantar recursos no volume necessário para fazer seus pagamentos.

Da própria definição, pode-se concluir que a estrutura de maturação da dívida está diretamente relacionada a este risco. Quanto maior a concentração de vencimentos da dívida em um determinado período, maior é o risco de refinanciamento.

A principal medida para avaliação desse risco é o percentual da dívida a vencer nos próximos 12 meses. Esse é o indicador mais imediato de concentração de vencimentos da dívida no curto prazo.

Custo da Dívida Pública

Além dos riscos acima descritos, o custo de financiamento da DPF também é um indicador que o Tesouro Nacional considera relevante ao elaborar sua estratégia de financiamento.

O mix entre dívida prefixada, remunerada por índices de preços e flutuante garantiu ao Tesouro Nacional, por um lado, o amortecimento do custo médio da dívida durante os ciclos monetários e, por outro, a convergência desse custo para níveis mais baixos, em linha com a tendência declinante dos juros básicos da economia observada nos últimos anos. O custo médio acumulado nos últimos doze meses da DPF encerrou o ano em 11,55% a.a. A esse respeito, destaca-se a adoção de uma estratégia gradualista na substituição dos títulos indexados a taxas flutuantes por prefixados ou remunerados por índices de preços. Por suas características, os títulos flutuantes (Selic) trazem consigo um claro trade-off entre custo e risco. Desde 2005 a taxa básica de juros (Selic) tem mostrado tendência de redução e o custo médio da dívida acompanhou bem de perto esse movimento.

Importante realçar que o custo da dívida em cada momento é a combinação dos custos de financiamento do estoque (incorporando taxas de momentos pretéritos) e dos custos das novas emissões (incorporando taxas mais recentes).

O peso do estoque é relevante no resultado geral, sobretudo à medida que ocorre redução da proporção de dívida a vencer no curto prazo, o que faz com que este indicador sofra uma inércia maior, tornando-o menos sensível a recentes reduções da taxa Selic. O impacto da dívida mais longa no custo total é equivalente ao de um amortecedor, evitando grandes oscilações de um ano para outro, mas transmitindo o custo de dívida emitida no passado para os períodos mais recentes. Isso não significa que a DPF não esteja se beneficiando do movimento recente de queda das taxas de juros no Brasil. Ao avaliarmos apenas o custo das emissões mais recentes de títulos, observamos uma aderência maior entre o custo de captação e a evolução da política monetária.

1.6.3. Tesouro Direto

O Tesouro Direto (TD), programa que permite a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas diretamente pela internet, completou em 2012 seu décimo ano de funcionamento. Desde sua implantação, em janeiro de 2002, fruto de uma parceria entre o Tesouro Nacional e a BM&FBOVESPA, ele vem apresentando forte demanda por parte dos mais diversos tipos de investidores, atraídos pela possibilidade de aplicação de seus recursos em títulos públicos de renda fixa com características de prazo e rendimento mais adequadas a seus perfis, menores custos de intermediação e 100% de garantia do Tesouro Nacional.

Em 2012, 52.466 investidores se cadastraram no TD, alcançando um total de 328.839 aplicadores, o que representa aumento de 19% sobre o total acumulado até o fim do ano anterior. Esse aumento consistente é reflexo da consolidação do TD como uma eficiente opção para quem quer investir com baixo custo, alta rentabilidade, boa liquidez e segurança.

No ano, as vendas de títulos públicos por meio do Tesouro Direto totalizaram R$ 3.660,04 milhões, constituindo o melhor resultado desde o início do programa. Esse montante representou aumento de 3,4% em relação ao volume vendido em 2011.

Em 2012, vale destacar a elevada demanda por títulos indexados ao IPCA (NTN-B e NTN-B Principal), cuja participação atingiu 67%, seguidos por títulos prefixados (LTN e NTN-F), que representaram 27,6% das vendas.

Quanto às faixas de aplicação, em 2012, vendas de até R$ 5.000,00 representaram 60,3% das aplicações realizadas. Essa expressiva participação do pequeno e médio investidor demonstra que o Tesouro Direto tem conseguido democratizar o acesso dos cidadãos ao investimento em títulos públicos.

Em relação ao prazo de vencimento, as vendas de títulos com prazo entre 1 e 5 anos corresponderam a 40,9% do total, enquanto os títulos com prazo acima 5 anos representaram 57,8%. Esses dados indicam que o Tesouro Direto é bem sucedido na consecução de estimular a formação de poupança de médio e longo prazos. Nessa linha, é importante ressaltar que a partir de julho o Tesouro deixou de ofertar títulos com vencimentos inferiores a 1 ano.

Os avanços implantados no Tesouro Direto em 2012 buscaram aumentar a praticidade e comodidade junto aos investidores, com a alteração dos limites de compra e venda bem como o desenvolvimento das Compras Programadas, em parceria com a BMF&BOVESPA. Além disso, o Tesouro Direto desenvolveu um novo sítio, mais interativo e mais eficaz na busca de informações sobre o programa. Por fim, desenvolveu-se uma nova plataforma de precificação dos títulos públicos, que fez com que reduzisse drasticamente os riscos operacionais do Tesouro Direto.

1.6.4. Avanços Institucionais

Em 2012, o Tesouro Nacional continuou seu esforço de aprimoramento da gestão da DPF através de iniciativas destinadas a aperfeiçoar seus próprios mecanismos operacionais, bem como seu relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros nacional e internacional, organismos multilaterais e demais representantes da sociedade. Em relação aos instrumentos, merecem destaque os avanços obtidos no projeto de desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida (SID). Do ponto de vista do relacionamento institucional, são dignas de nota as participações em eventos para investidores e as visitas de técnicos nacionais e internacionais interessados na experiência brasileira em gestão de dívida pública.

Por fim, cabe destacar a implementação do novo sítio do Tesouro Nacional, que foi desenvolvido sob uma plataforma mais amigável, tornando o acesso e a navegação mais simples e eficiente para os usuários.

1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação

Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000, e as Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

Beneficiários

Entre janeiro e dezembro de 2012, a Secretaria do Tesouro Nacional concluiu a análise de 1.213 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. Destes, 272 pleitos foram arquivados, três foram indeferidos, 82 encaminhados para a análise de concessão de garantia da União e em 856 pleitos foi verificado o cumprimento dos limites legais para a contratação das operações.

O valor das operações de crédito interno sem concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites determinados pelo Senado Federal totalizou R$ 11.742.721.358,25. Houve ainda uma operação de crédito externo sem concessão de garantia da União no valor de R$ 126.500.000,00. Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais.

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A edição da Resolução nº 3.751/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou novas normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos entes federativos.

A partir daquela data, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000. A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas por esta Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. Foi mantida, no sítio da STN, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação (https://www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios).

A STN, por meio da COPEM, trabalhou na manutenção e no aperfeiçoamento do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de estados e municípios.

1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos. Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, onde estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento.

Neste contexto foi editada a Lei nº 9.496, de 11/09/1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9.496/1997 com 24 Estados e o Distrito Federal, apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas. A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual.

Os Estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com possibilidade e ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando o incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc., traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real - RLR, resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos.

Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas de ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e

negocia a sua revisão. Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados, desenvolveu em 2012 uma série de atividades, que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2011.

Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/1997, desobrigando-se de manter metas e compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP 2185-35/2001)

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual MP 2.185/2001, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de ARO; c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração direta municipal previamente assumida pelos municípios. Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Foram firmados contratos com 180 municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas 9 capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

A partir de 2010, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, regulamentado pela Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, o acompanhamento dos indicadores se restringiu aos municípios que utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do artigo 2º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou que tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, bem como aqueles que apresentaram pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas realizado ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35/2001. Diante disso, o acompanhamento abrangeu apenas 12 municípios em 2011, conforme avaliação registrada na Nota n.º 1023/2012/COREM/STN, de 13/12/2012.

1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, com redação dada pela Lei nº 11.533/2007, no art. 83 da Lei nº 12.249/2010, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004, e desta forma foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

1.7.5. Cálculo da Capacidade de Pagamento

A Nota n° 386/2012/COREM/STN, de 18 de maio de 2012 propôs nova metodologia de análise da Capacidade de Pagamento em substituição àquela prevista na Portaria MF nº 89, de 24 de abril de 1997. Assim, a partir 10 de setembro de 2012, as análises passaram a observar a metodologia estabelecida por intermédio da Portaria nº 306, de 2012, que revogou a Portaria MF nº 89, de 1997.

Além disso, as análises realizadas passaram a observar os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 543 de 18 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ser estruturada em duas etapas: 1ª Etapa – classifica a situação fiscal associada ao risco de crédito; e 2ª Etapa – enquadra a operação de crédito pleiteada na situação fiscal do correspondente ente, tendo como parâmetros o indicador de endividamento e o indicador de serviço da dívida.

1ª Etapa – classificação da situação fiscal

- A classificação da situação fiscal de estados e de municípios é associada a um risco de crédito e é obtida tendo como parâmetros o comportamento de oito indicadores fiscais nos últimos três exercícios financeiros, conforme critérios a seguir:

INDICADORES FISCAIS

NOMENCLATURA	PESOS
Endividamento	10
Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida	9
Resultado Primário Servindo a Dívida	8
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida	7
Capacidade de Geração de Poupança Própria	4
Participação dos Investimentos na Despesa Total	3
Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	2
Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	1

ESTRUTURA DE PESOS DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

T	t-1	t-2	t-3	TOTAL
PESO	0,50	0,30	0,20	1,00

- Considerando a Pontuação obtida, a classificação da situação fiscal e do risco de crédito observa os seguintes intervalos:

CLASSIFICAÇÃO	INTERVALO	SITUAÇÃO FISCAL E RISCO DE CRÉDITO
A+	0,00 ≤ Pontuação ≤ 0,50	Situação Fiscal é excelente – risco de crédito é quase nulo
A	0,50 < Pontuação ≤ 1,00	Situação Fiscal é muito forte – risco de crédito é muito baixo
A-	1,00 < Pontuação ≤ 1,50	
B+	1,50 < Pontuação ≤ 2,00	Situação Fiscal é forte – risco de crédito é baixo
B	2,00 < Pontuação ≤ 2,50	
B-	2,50 < Pontuação ≤ 3,00	Situação Fiscal é boa – risco de crédito é médio
C+	3,00 < Pontuação ≤ 3,50	Situação Fiscal é fraca – risco de crédito é relevante
C	3,50 < Pontuação ≤ 4,00	Situação Fiscal é muito fraca – risco de crédito é muito alto
C-	4,00 < Pontuação ≤ 4,50	
D+	4,50 < Pontuação ≤ 5,00	Situação de Desequilíbrio Fiscal
D	5,00 < Pontuação ≤ 5,50	
D-	5,50 < Pontuação ≤ 6,00	

2ª Etapa – enquadramento da operação de crédito

- Parâmetros: I - Indicador de endividamento; e II - Indicador de serviço da dívida.

I – Indicador de Endividamento

A média do nível de endividamento da operação a contratar para os próximos cinco anos deve ser inferior à relação entre o fator de ponderação e o "espaço" para o nível de endividamento médio projetado para os próximos cinco anos atingir 1. O Fator de Ponderação – está associado à classificação fiscal do Estado ou Município:

QUADRO - FATOR DE PONDERAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO FISCAL	FATOR DE PONDERAÇÃO
A+	100%
A	85%
A-	70%
B+	55%
B	40%
B-	25%

II – Indicador de Serviço da Dívida

A média do nível do serviço da dívida da operação a contratar para os próximos cinco anos deve ser inferior à relação entre o fator de ponderação e o "espaço" para o nível de serviço da dívida médio projetado para os próximos cinco anos atingir 10%.

Classificação da Capacidade de Pagamento

O Estado ou Município terá manifestação favorável quanto a sua capacidade de pagamento, se atender aos seguintes requisitos, concomitantemente:

I - A classificação da situação fiscal for uma das seguintes:

A+	EXCELENTE – risco de crédito é quase nulo
A	MUITO FORTE – risco de crédito é muito baixo
A-	MUITO FORTE – risco de crédito é muito baixo
B+	FORTE – risco de crédito é baixo
B	FORTE – risco de crédito é baixo
B-	BOA – risco de crédito é médio

II - O cronograma de desembolso de recursos da nova operação de crédito atender ao Indicador de Endividamento;

III - O cronograma de pagamento do serviço da dívida da nova operação atender ao Indicador de Serviço da dívida.
Se o Estado ou Município atender ao item "I" (classificação A+, A, A-, B+, B, ou B-), mas não atender ao indicador de Endividamento ou ao Indicador de serviço da Dívida, ou a ambos, será classificado como C*, e terá seguintes denominações:

I – C1* - não atende ao Indicador de Endividamento;
II – C2* - não atende ao indicador de Serviço da Dívida;
III – C3* - não atende ao indicador de Endividamento e ao indicador de Serviço da Dívida.

Análises Efetuadas para Capacidade de Pagamento

No período em questão foram realizadas análises para 102 operações de crédito, sendo 28 de Municípios e 74 de Estados. Segue abaixo, a listagem das Notas referentes às análises de capacidade de pagamento para as operações pleiteadas.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS ANÁLISADAS EM 2012

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
AC	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – 2ª Fase	BID
AC	Programa Proinveste BNDES	BNDES
AC	Programa Proinveste BB	B. BRASIL
AC	Projeto Saneamento Ambiental dos Municípios do Acre – SANEAC	BNDES
AL	PROFISCO BID – Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária de Alagoas (PROFISCAL)	BID
AL	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE – BNDES	BNDES
AL	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE – CAIXA	CAIXA
AM	Programa de Saneamento Integrado de Maués – PROSAIMAUES	BID
AM	Programa Proinveste	B. BRASIL
AP	Programa de Modernização da Administração Fiscal da Secretaria da Receita Estadual do Amapá (PROMOSER-AP)	BID
AP	Aporte de capital na Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e pagamento de obrigações objeto de instrumento de novação entre o Estado e a CEA	CAIXA
BA	Programa de Inclusão e Desenvolvimento Sócio Econômico do Estado da Bahia - PROINCLUSÃO	BIRD
BA	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia – PDRS/BA	BIRD
BA	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida da Bahia – Pró-Semiárido	FIDA
CE	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 1º Fase	BIRD
CE	Programa de Apoio ao Produtor – PAP – Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – PDPC – Projeto Paulo Freire	FIDA
CE	Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais	BID
CE	Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental	BIRD
CE	Programa de Apoio ao Produtor – PAP – Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – PDPC – Projeto Paulo Freire	FIDA
CE	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BB
CE	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE – REFINANCIAMENTO PEF I	BNDES
CE	Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste	CAF
DF	Projeto PROCIDADES – Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, bem como a implantação de novas Áreas de Desenvolvimento Urbano – ADEs	BID
ES	Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem do Espírito Santo	BIRD
ES	PROEDES	BNDES
ES	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	CAIXA
GO	PROGRAMA RODOVIDA PAVIMENTADA/NÃO PAVIMENTADA	BNDES
GO	PROFISCO	BID
MA	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BNDES
MG	Reestruturação de dívidas do Estado de MG	AFD, BIRD e Credit Suisse
MG	2º Programa de Desenvolvimento Integrado de MG (PDI II)	BNDES
MG	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BNDES
MG	Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais (PDMG)	B. BRASIL
MS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Mato Grosso do Sul - PROINVESTE	BNDES
MT	PROFISCO	BID
MT	Mato Grosso Integrado, Sustentável e Competitivo e CPAC	BB e CEF
PA	Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado	BID
PA	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BNDES

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
PB	Programa Paraíba Sustentável	BNDES
PB	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BNDES
PE	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	CAIXA
PE	Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca – PSA	BID
PE	Programa Multissetorial de Apoio à Interiorização do Desenvolvimento II	BNDES
PI	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido – Viva o Semi-Árido	FIDA
PI	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BNDES
PR	O Novo Paraná	BIRD
PR	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BANCO DO BRASIL
RJ	DPL III – Fase I – Programa de Desenvolvimento Econômico Social e de sustentabilidade Fiscal II do Estado do RJ – PRODESF II	BIRD
RJ	Riorural – Adicional – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Rio Rural/FA)	BIRD
RJ	Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – PMU – Fase I	AFD
RJ	Procopa II – CAF – Projeto de Reforma e Adequação do Complexo Esportivo do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014	CAF
RJ	Programa Arco Metropolitano	CAF
RJ	Programa de Obras Emergenciais - Recuperação das Cidades da Região Serrana atingidas pelas fortes chuvas ocorridas em janeiro de 2011	CAF
RJ	Malha Rodoviária Estadual - Pró-Vias	CAF
RJ	Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro - Inclusão Social - SEASDH-BID - Fase I	BID
RJ	Programa Arco Metropolitano	CAF
RJ	Riorural – Adicional – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Rio Rural/FA)	BIRD
RJ	Procopa II – Projeto de Reforma e Adequação do Complexo Esportivo do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014	CAF
RJ	Operação Estruturada – obras de infraestrutura da malha rodoviária estadual, do Programa Pró-Moradia, Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã, de recuperação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá e da Construção de Unidades de Segurança Pública	CAIXA
RJ	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BB
RJ	Riorural – Adicional – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Rio Rural/FA)	BIRD
RN	Programa de Desenvolvimento do Turismo	BID
RN	Programa de Financiamentos de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento (CPAC)	CAIXA
RO	Programa de Reforço ao Desenvolvimento Social e da Infraestrutura (PRODESIN)	B. BRASIL
RR	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	B. BRASIL
RR	Saneamento Econômico-Financeiro da CERR	CAIXA
RS	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do RS- PROCONFIS	BID
SC	Caminhos do Desenvolvimento (PROINVESTE)	BNDES
SC	BID VI - Rodovias	BID
SE	Programa de Fortalecimento das Redes de Inclusão Social e de Atenção à Saúde	BID
SP	Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde	BID
SP	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados – PROINVESTE	BNDES
TO	Projeto de Infraestrutura Rodoviária – PIER	BBVA
TO	Projeto de Desenvolvimento Regional e Sustentável do Estado do Tocantins - PDRIS	BIRD

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE MUNICÍPIOS ANÁLISADAS EM 2012

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
Alagoinhas/BA	Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e de Promoção Social de Alagoinhas	CAF
Aparecida de Goiânia/GO	Programa de Reestruturação Viária da Bacia do Ribeirão de Santo Antônio de Aparecida de Goiânia	CAF
Araraquara/SP	Projeto de requalificação urbana e recuperação ambiental do leito da via férrea e de áreas de proteção ambiental na área central do Município de Araraquara	BID
Belém/PA	Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova Suplementar	BID
Belo Horizonte/MG	Programa de Recuperação da Lagoa da Pampulha	BID
Belo Horizonte/MG	Programa de Desenvolvimento Urbano e Integração com a Região Metropolitana - Para pagamento de dívidas	BIRD
Belo Horizonte/MG	Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte - DRENURBS - Suplementar à 1ª Etapa	BID
Blumenau/SC	Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau	BID
Canoas/RS	Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas - Canoas para todos	CAF
Cascavel/PR	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI	BID

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
Colatina/ES	Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina	BID
Contagem/MG	Projeto de Sustentabilidade Fiscal do Município de Contagem	CAF
Florianópolis/SC	Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis	BID
Fortaleza/CE	Programa de Aceleração do Crescimento da Mobilidade Urbana (PAC) para execução das ações necessárias para a Copa do Mundo 2014 - Fortaleza - Trecho Raul Barbosa	CAIXA
Goiânia/GO	Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional - PRODETUR NACIONAL GOIÂNIA	BID
Jundiaí/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano de Jundiaí	BID
Jundiaí/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano de Jundiaí	BID
Londrina/PR	Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Londrina	BID
Manaus/AM	Programa Nacional de Turismo no Município de Manaus (PRODETUR)	CAF
Novo Hamburgo/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo	BID
Recife/PE	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife (PROCIDADES)	BID
Recife/PE	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife (PROCIDADES)	BID
Rio de Janeiro/RJ	Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro	BIRD
São Bernardo do Campo/SP	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê	BIRD
São Bernardo do Campo/SP	Execução da 2ª etapa do Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo - PTUSBC	BID
São Luís/MA	Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís	BID
Sorocaba/SP	Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba	CAF
Toledo/PR	Programa de Desenvolvimento Ambiental e Sustentável do Município de Toledo	AFD

1.7.6. Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/1996 e 115/2002

Em 2012 foram transferidos pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo da Lei Complementar nº 115/2002, os valores abaixo detalhados por Estado (incluindo a cota parte dos Municípios).

LEI COMPLEMENTAR Nº115/2002 – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2012

R$ 1,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	1.775.280,00	1.331.460,00	443.820,00
AL	16.384.290,00	12.288.217,56	4.096.072,44
AP	7.926.360,00	5.944.770,00	1.981.590,00
AM	19.653.660,00	14.740.245,00	4.913.415,00
BA	72.474.870,00	54.356.152,56	18.118.717,44
CE	31.761.795,00	23.821.346,28	7.940.448,72
DF	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
ES	83.134.740,00	62.351.055,00	20.783.685,00
GO	26.027.040,00	19.520.280,00	6.506.760,00
MA	32.736.600,00	24.552.450,00	8.184.150,00
MT	37.846.965,00	28.385.223,72	9.461.741,28
MS	24.075.675,00	18.056.756,28	6.018.918,72
MG	251.630.730,00	188.723.047,56	62.907.682,44
PA	85.092.345,00	63.819.258,72	21.273.086,28
PB	5.606.250,00	4.204.687,56	1.401.562,44
PR	196.609.920,00	147.457.440,00	49.152.480,00
PE	28.970.175,00	21.727.631,28	7.242.543,72
PI	5.882.175,00	4.411.631,28	1.470.543,72
RJ	114.368.085,00	85.776.063,72	28.592.021,28
RN	7.061.730,00	5.296.297,56	1.765.432,44
RS	195.866.970,00	146.900.227,56	48.966.742,44
RO	4.863.105,00	3.647.328,72	1.215.776,28
RR	745.680,00	559.260,00	186.420,00
SC	70.030.545,00	52.522.908,72	17.507.636,28
SP	607.265.100,00	455.448.825,00	151.816.275,00
SE	4.884.555,00	3.663.416,28	1.221.138,72
TO	1.535.235,00	1.151.426,28	383.808,72
TOTAL	**1.950.000.000,00**	**1.466.447.531,64**	**483.552.468,36**

A cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação da distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet.

1.7.7. Cálculos dos Valores Referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

A Medida Provisória Nº 585, de 23 de outubro de 2012, autorizou o repasse de R$ 1.950.000.000,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta milhões de reais) da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no ano de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País. A Secretaria do Tesouro Nacional foi responsável pelos cálculos para determinar os montantes concernentes aos entes federativos, cuja distribuição anual foi a seguinte:

AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS EXPORTADORES – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2012

R$ 1,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	2.083.965,00	1.562.973,75	520.991,25
AL	25.002.315,00	18.751.736,25	6.250.578,75
AM	19.331.520,00	14.498.640,00	4.832.880,00
AP	1.479.075,00	1.109.306,25	369.768,75
BA	73.696.935,00	55.272.701,25	18.424.233,75
CE	8.134.230,00	6.100.672,50	2.033.557,50
DF	0,00	0,00	0,00
ES	156.385.515,00	117.289.136,25	39.096.378,75
GO	101.795.460,00	76.346.595,00	25.448.865,00
MA	38.048.205,00	28.536.153,75	9.512.051,25
MG	483.875.535,00	362.906.651,25	120.968.883,75
MS	44.766.930,00	33.575.197,50	11.191.732,50
MT	237.564.600,00	178.173.450,00	59.391.150,00
PA	196.901.640,00	147.676.230,00	49.225.410,00
PB	6.308.445,00	4.731.333,75	1.577.111,25
PE	10.501.335,00	7.876.001,25	2.625.333,75
PI	3.955.965,00	2.966.973,75	988.991,25
PR	89.294.595,00	66.970.946,25	22.323.648,75
RJ	109.717.725,00	82.288.293,75	27.429.431,25
RN	9.913.215,00	7.434.911,25	2.478.303,75
RO	14.368.185,00	10.776.138,75	3.592.046,25
RR	555.945,00	416.958,75	138.986,25
RS	127.451.610,00	95.588.707,50	31.862.902,50
SC	59.037.810,00	44.278.357,50	14.759.452,50
SE	7.435.350,00	5.576.512,50	1.858.837,50
SP	104.645.385,00	78.484.038,75	26.161.346,25
TO	17.748.510,00	13.311.382,50	4.437.127,50
TOTAL	**1.950.000.000,00**	**1.462.500.000,00**	**487.500.000,00**

1.8. OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

1.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito (OOC) aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado. Estas operações podem ser apresentadas na forma de financiamentos, subvenções econômicas, indenizações, aquisições e remissões de operações de credito rural.

No exercício de 2012, estes recursos sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec), foram contempladas pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012), com o montante de R$ 11.082.764 mil, dos quais R$ 1.150.000 mil destinados à concessão de empréstimos e R$ 9.755.764 mil às subvenções econômicas e R$ 177.000 mil às demais atividades. Ao longo do exercício estes orçamentos registraram suplementações e cancelamentos que elevaram as rubricas para um total de R$ 13.652.088 mil.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R$ 3.679.093 mil, sendo R$ 2.718.685 mil em subvenções econômicas e outros encargos; R$ 788.409 mil em operações de financiamento e R$ 172.000 mil na rubrica destinada a indenizações. Registra-se a transferência ocorrida em 2012 no valor de R$ 1.000.096 mil, destinada a emissão de NTN-I vinculada às operações de equalização do Programa de Financiamento as Exportações (PROEX). O valor inscrito em Restos a Pagar foi de R$ 10.366.106 mil, dos quais R$ 4.031.391 mil foram executados. Foram inscritos R$ 14.098.751 mil em Restos a Pagar 2012, englobando saldos remanescentes de 2010/2011, com base no Decreto nº 7.654, de 23/12/2011.

Durante o período de 2012, as Operações Oficiais de Crédito registraram R$ 3.457.932 mil de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento e de alienação de estoques públicos.

1.8.2. Financiamentos

Financiamento para Agricultura Familiar (Pronaf) - Lei nº 10.186, de 2001

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do Pronaf que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recurso do crédito rural junto às instituições financeiras.

Em 2012, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R$ 350 milhões, além de R$ 22.275 mil de Restos a Pagar/2011, dos quais foram cancelados R$ 20.093 mil. Foram executados financeiramente R$ 130.734 mil do orçamento de 2012 e R$ 2.181 mil de Restos a Pagar 2011. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012 R$ 22.366 mil com previsão de execução ao longo de 2013. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para efetuar esta prestação de serviço.

Financiamento para Promoção das Exportações (Proex) - Lei nº 10.184, de 2001

O Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos a exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2012, foi inicialmente consignada a dotação orçamentária de R$ 800.000 mil. Em abril, quando do anúncio das novas medidas do Plano Brasil Maior, o Executivo enviou proposta de suplementação do PROEX/Financiamento em mais R$ 800.000 mil, que foi aprovada em 30 de Julho de 2012, com a publicação da Lei nº 12.699, ampliando o Orçamento para R$ 1.600.000 mil. As despesas pagas totalizaram R$ 837.187 mil, dos quais R$ 657.675 mil foram realizadas com o Orçamento de 2012.

Do valor total de R$ 600.796 mil inscrito em Restos a Pagar 2011, R$ 179.512 mil foram executados, o que resultou no saldo remanescente de R$ 421.284 mil, que foi reinscrito conforme o Decreto nº 7.654/2011. Quanto aos Restos a Pagar 2010, foram inscritos R$ 135.067 mil e integralmente cancelados. Já em relação aos Restos a Pagar 2012, R$ 942.325 mil foram inscritos com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

1.8.3. Subvenções Econômicas

Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros

Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário - Lei nº 8.427, de 1992

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de

exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.312.513 mil, que durante o ano teve cancelamento no valor de R$ 110 milhões, dos quais foram executados financeiramente R$ 461.837 mil. Além destes recursos, esta ação contou com R$ 451.240 mil de Restos a Pagar/2010, dos quais foram pagos R$ 345.419 mil e de R$ 1.010.201 mil de Restos a Pagar 2011, dos quais foram pagos R$ 509.361 mil. Os saldos dos Restos a Pagar de 2010 e 2011, nos valores de R$ 105.821 mil e R$ 500.841 mil respectivamente, foram reinscritos em 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011), além de R$ 740.676 mil de Restos a Pagar 2012, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

A dotação orçamentária, além de honrar com as obrigações já assumidas (decorrente de operações contratadas em planos safras de exercícios anteriores, bônus de adimplência e rebates nos saldos devedores), possibilitou, em conjunto com a ação orçamentária de Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF), a disponibilização de R$ 19,67 bilhões de limite equalizável (sobre a média dos saldos das aplicações) para financiamento de operações de custeio e/ou comercialização (EGF) no âmbito do Plano Safra para a Agricultura Empresarial 2011/2012.

Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF) - Lei nº 8.247, de 1992

As operações de comercialização possuem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 82.620 mil, além de R$ 90 milhões suplementados, dos quais foram executados R$ 69.913 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010, R$ 30.507 mil e executados R$ 27.674 mil, além de R$ 151.579 mil inscritos em Restos a Pagar/2011 e executados R$ 76.115 mil. Os saldos dos Restos a Pagar 2010 e 2011 nos valores de R$ 2.833 mil e 75.464 mil respectivamente foram reinscritos em Restos a Pagar 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011), além de R$ 102.707 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

Equalização de Juros para Agricultura Familiar (Pronaf) - Lei nº 8.247, de 1992

Esta ação visa prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária Financiamento para Agricultura Familiar.

Em 2012 contou com dotação orçamentária inicial de R$ 2.388.659 mil, além de R$ 528.500 mil suplementados durante o exercício. A execução foi de 1.022.030 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2011 R$ 2.029.510 mil e pagos R$ 1.303.687 mil. O saldo de R$ 725.822 mil foram reinscritos em 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011). Também houve inscrição em Restos a Pagar/2012 de R$ 1.895.129 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. A dotação orçamentária, além de honrar com as obrigações já assumidas (decorrente de operações contratadas em planos safras de exercícios anteriores), dos bônus e rebates concedidos e da remuneração contratual, possibilitou a disponibilização de R$ 9,78 bilhões de limite equalizável (sobre a média dos saldos das aplicações) para o financiamento de operações de custeio e investimento no âmbito do Plano Safra para a Agricultura Familiar 2011/2012.

Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial - Lei nº 8.427, de 1992

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial tem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 805.587 mil, além de R$ 80.500 mil suplementados. Foram executados em 2012, R$ 53.995 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010, R$ 215.750 mil e em Restos a Pagar/2011, R$ 396.146 mil, dos quais foram executados R$ 69.292 mil. Os saldos de Restos a Pagar 2010 e 2011, nos valores de R$ 215.750 mil e R$ 326.854 mil foram reinscritos em 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011). Foram também inscritos em Restos a Pagar/2012, R$ 832.092 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. A dotação orçamentária, além de honrar com as obrigações já assumidas (decorrente de operações contratadas em planos safras de exercícios anteriores, bônus de adimplência e rebates nos saldos devedores), possibilitou a disponibilização de R$ 8,8 bilhões de limite equalizável (sobre a média dos saldos das aplicações) para o financiamento de operações de investimento no âmbito do Plano Safra da Agricultura Empresarial 2011/2012.

Equalização de Juros decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural - Lei nº 9.866, de 1999

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros

sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até cinco pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nos. 9.866/1999 e 10.437/2002. Este benefício integra a segunda etapa do programa de alongamento de dívidas de operações rurais, instituído pela Lei nº 9.138/1995.

No exercício de 2012, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 161.597 mil, executados integralmente ao longo do exercício. 89,8% do orçamento foram pagos ao Banco do Nordeste do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco Bradesco, Banco Rural, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Itaú, ficando 10,2% para os demais bancos.

Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25/04/2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03/02/2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de agricultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17/09/2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13/04/2009 e n° 12.058, de 13/10/2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29/11/1995.

No orçamento de 2012, foram previstos recursos da ordem de R$ 170 mil para atender a equalizações de juros. Adicionalmente, havia a disponibilidade de R$ 2 milhões referentes a valores inscritos em Restos a Pagar 2010, dos quais apenas R$ 288 mil foram executados, e em Restos a Pagar 2011 foram inscritos R$ 270 mil, dos quais R$ 140 mil foram executados. Os saldos dos Restos a Pagar 2010 e 2011, nos valores de R$ 1.712 mil e 130 mil respectivamente foram reinscritos em Restos a Pagar 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011). A execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações.

Equalização de Juros para Promoção das Exportações (Proex) - Lei nº 10.184, de 2001

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) também equaliza taxa de juros com a finalidade de tornar os encargos financeiros dos financiamentos à exportação, concedidos pelas instituições financeiras, compatíveis com os praticados no mercado internacional, contribuindo, para a competitividade das exportações brasileiras. Esta subvenção varia de 0,5% a 2,5% a.a., em função do prazo de financiamento.

No exercício de 2012, foram consignadas dotações orçamentárias de R$ 445.096 mil para equalização e R$ 40.000 mil para remuneração do agente financeiro, totalizando R$ 485.096 mil. Em abril, quando do anúncio das novas medidas do Plano Brasil Maior, o Executivo enviou proposta de suplementação do Proex/Equalização em R$ 555.000 mil, totalizando R$ 1.040.096 mil. Em 2012, foram descentralizados o total de R$ 1.000.096 mil da Equalização NTN-I e pagos R$ 28.051 mil da remuneração do agente financeiro. Foram inscritos em Restos a Pagar 2011 R$ 7.800 mil para remuneração do agente financeiro, dos quais R$ 6.584 mil foram executados. Quanto aos Restos a Pagar 2012, foram inscritos R$ 7.800 mil da remuneração do agente financeiro para a possível execução ao longo de 2013.

Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações - Lei nº 11.529, de 2007

A Lei nº 11.529/2007 autorizou a União a conceder subvenção, na forma de equalização de taxas e de bônus de adimplência sobre juros nas operações de financiamento com recursos do BNDES, a empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, móveis de madeira, fertilizantes e defensivos agrícolas, frutas *in natura* e processadas, cerâmicas, *software* e prestação de serviços de tecnologia da informação, ajudas técnicas e tecnologias assistivas às pessoas com deficiência, autopeças e bens de capital, exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias. Além disso, também contaram com a subvenção às micro, pequenas e médias empresas e empresas de aquicultura e pesca de municípios do Estado de Santa Catarina atingidos pelas fortes chuvas ocorridas nos últimos meses de 2008.

No exercício de 2012, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 14.010 mil, dos quais foram executados R$ 6.807 mil. A inscrição em Restos a Pagar 2010 foi de R$ 25 milhões, pagos integralmente e em Restos a Pagar 2011, R$ 55.259 mil e utilizados apenas R$ 25.505 mil. Foram reinscritos em 2012, R$ 29.754 mil, referentes ao saldo de Restos a Pagar 2011 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011), além de R$ 7.203 mil de Restos a Pagar 2012, com previsão de execução ao longo de 2013.

Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos Destinados à Estocagem de Álcool Etílico Combustível - Lei nº 11.922/2009

Esta ação tem como objetivo o pagamento de equalização em empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do BNDES, contratados em 2009 e 2010, destinados à estocagem de álcool etílico combustível, com o intuito de buscar regularidade no abastecimento nacional e estabilidade de preços para o setor sucroalcooleiro.

No exercício de 2012, foram consignadas dotações orçamentárias de R$ 2 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2011, R$ 1.347 mil dos quais foram pagos, R$ 716 mil. O saldo de R$ 631 mil foi reinscrito em Restos a Pagar 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011) com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

Pela conjuntura das taxas de juros em 2012 (queda na TJLP) não houve gastos com subvenção econômica para as operações de estocagem de álcool neste ano uma vez que o custo de captação dos recursos eram inferiores às taxas cobradas dos tomadores do crédito.

Encargos Financeiros da União – Subvenção Econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em Operações de Financiamento - Lei nº 12.096, de 2009, e Lei nº 12.409, de 2011

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica e à inovação tecnológica.

A União foi originalmente autorizada a conceder a referida subvenção econômica por meio da Medida Provisória nº 465, de 29/6/2009, a qual foi convertida na Lei nº 12.096, de 24/11/2009. A MP nº 513/2010, convertida na Lei nº 12.409, de 25/05/2011, e a MP nº 523, de 20 de janeiro de 2011, autorizaram a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a empresas e micro empreendedores individuais e produtores rurais localizados em municípios atingidos por calamidades nos Estados de Alagoas, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, respectivamente. A regulamentação das medidas de apoio aos estados atingidos foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital.

Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 2.693.413 mil, registrando-se suplementação de R$ 267.914 mil, dos quais R$ 14.274 mil foram executados ao longo do exercício. O valor inscrito em Restos a Pagar 2011 foi de R$ 4.122.112 mil, dos quais R$ 737.387 mil foram utilizados. Do saldo residual, foram reinscritos em 2012 R$ 3.384.725 mil, (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011). Foram também inscritos R$ 2.947.053 mil em Restos a Pagar 2012, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

A Medida Provisória n° 564, de 3 de abril de 2012, ampliou o limite de financiamentos subvencionáveis pela União em R$ 18 bilhões, totalizando R$ 227 bilhões, para o Programa. Além disso, o prazo para contratação desses financiamentos foi prorrogado para 31 de dezembro de 2013. Ainda, tendo em vista os objetivos governamentais de estimular a expansão da competitividade da indústria brasileira por meio da modernização do parque industrial e do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor nas cadeias produtivas foram reduzidas temporariamente as taxas de juros das operações de financiamento na maior parte dos subprogramas que integram o Programa de Sustentação do Investimento. Durante todo o período de sua vigência, essas medidas foram eficazes e ajudaram a alavancar o crescimento da economia nacional.

Encargos Financeiros da União - Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular - Lei n° 11.977, de 2009 - Programa Minha Casa, Minha Vida

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida. Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 5 milhões.

Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência - MP nº 550, de 2011

Esta ação orçamentária é destinada a conceder Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para aquisição de bens e serviços destinados a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Para o exercício de 2012, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R$ 16.900 mil. As despesas pagas totalizaram R$ 13 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R$ 200 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

Equalização de Preços e Outros Encargos

Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - Lei nº 8.247, de 1992

Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto, que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque. A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) através do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF).

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal (AGF) contou com dotação orçamentária inicial de R$ 270 milhões, que posteriormente foi suplementada em R$ 125 milhões e executados R$ 382.164 mil. A ação contou ainda com R$ 104.259 mil de Restos a Pagar 2011, dos quais foram executados R$ 102.792 mil e cancelados R$ 1.468 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R$ 12.836 mil, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. Durante o ano houve grande necessidade de venda dos estoques públicos, principalmente no intuito de abastecer as regiões norte e sul, em virtude dos efeitos de intempéries climáticas. Tais

vendas demandaram a utilização de praticamente todo o orçamento de equalização em vista de cobrir o déficit entre o preço de compra, acrescido com os demais custos de carregamento, e o preço de venda.

Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - Agricultura Familiar (AGF-AF) - Lei nº 8.247, de 1992

Esta ação visa resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF), cuja produção seja feita por agricultores familiares, através da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal da Agricultura Familiar (AGF-AF) contou com dotação orçamentária de R$ 30 milhões, além de R$ 16.990 mil inscritos em Restos a Pagar 2011 e cancelados integralmente. A execução desta ação depende, exclusivamente, da realização de aquisições (AGF) e vendas de produtos adquiridos na Ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF) a cargo da Conab. Tendo em vista que não ocorreu demanda para aquisições de produtos da agricultura familiar no decorrer do exercício, consequentemente não houve necessidade de equalização nesta ação.

Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (GSPCPA) - Lei nº 8.247, de 1992

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da PGPM, por meio de instrumentos de equalização de preços: Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (PEPRO), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (PROP) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda, no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2012 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R$ 1.000.097 mil, dos quais R$ 125 milhões foram cancelados. Foram executados financeiramente R$ 251.283 mil do orçamento de 2012. Dos Restos a Pagar 2010, R$ 191.700 mil, foram cancelados R$ 55.500 mil e pagos R$ 20 milhões, além de R$ 213.801 mil de inscrição de Restos a Pagar/2011, dos quais foram cancelados R$ 7.901 mil e pagos R$ 170 milhões. Os saldos dos Restos a Pagar 2010 e 2011, nos valores de R$ 116.200 mil e R$ 35.900 mil respectivamente foram reinscritos em 2012 (prorrogados, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011), além de R$ 169.300 mil inscritos, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela Conab. Desta forma, os valores executados/inscritos em restos a pagar foram suficiente para atender a demanda, pois os preços da maioria dos produtos integrantes da PGPM se situaram acima dos preços mínimos fixados.

Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (GSPCPA) Agricultura Familiar - Lei nº 8.247, de 1992:

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado; ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços: Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda, no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 67 milhões. Não houve execução nesta ação devido os preços de mercado dos produtos amparados pela PGPM situarem acima dos preços mínimos fixados, não necessitando de intervenção do Governo Federal para escoamento de parte da produção. Os Restos a Pagar de 2011, no valor de R$ 152.760 mil, foram cancelados integralmente.

Outras subvenções Econômicas

Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado - MP nº 543, de 2011

Esta ação orçamentária foi criada para conceder subvenção econômica às instituições financeiras sob a forma de equalização de parte dos custos em operações de microcrédito produtivo orientado. Para o exercício de 2012, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R$ 345.100 mil, houve suplementação nesta linha de crédito de R$ 20 milhões. As despesas pagas totalizaram R$ 227.206 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R$ 94.446 mil, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas

Aquisições de Operações do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf)

Aquisições de Operações de Crédito Rural enquadradas no grupo A/C do Pronaf, contratadas com risco do Banco do Brasil S/A, Banco da Amazônia ou Banco do Nordeste do Brasil. As operações serão adquiridas nas condições estabelecidas pelo Ministério da Fazenda e poderão ser liquidadas ou refinanciadas na forma do Art. 18 da Lei nº 11.775, de 2008. Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 5 milhões integralmente inscritos em Restos a Pagar 2012, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013, pois a aquisição das operações está sob análise dos aspectos jurídicos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) - Decreto nº 175, de 1991

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11/12/1973, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei n° 8.171 de 14/01/1991) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29/09/2004.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do Proagro, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23/08/2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil (Bacen), na condição de gestor do programa.

No exercício de 2012, foram alocados R$ 172 milhões para a complementação das despesas do Proagro, além de suplementação de R$ 329.610 mil. Foram executados durante o exercício R$ 172 milhões. A inscrição em Restos a Pagar 2010, foi de R$ 121.800 mil e em Restos a Pagar 2011, R$ 307.937 mil ambos utilizados integralmente. O saldo orçamentário foi inscritos em Restos a Pagar 2012 no valor de R$ 329.610 mil, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

De acordo com a previsão de gastos realizada pelo Banco Central para o Proagro, em decorrência do elevado índice de intempéries climáticas por que passou o País em 2012, com destaque para a seca ocorrida na Região Sul do Brasil (que afetou a safra agrícola de verão 2011/2012), os valores inicialmente incluídos na proposta orçamentária de 2012 não foram suficientes para cobrir as solicitações de pagamento no âmbito do Programa, gerando uma necessidade de suplementação.

Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural - Lei nº 12.249, de 2010

Ação orçamentária destinada ao ressarcir às Instituições Financeiras dos valores correspondentes a Remissão de Dívidas de operações do Pronaf enquadradas no art. 69 da Lei nº 12.249, de 2010, art. 69, § 7º. Este artigo autoriza a União a assumir os ônus das operações efetuadas com recursos de outras fontes no âmbito do Pronaf e às demais operações efetuadas com risco da União.

No exercício de 2012, foram alocados R$ 78 milhões nesta ação, houve suplementação de R$ 7.800 mil. A execução durante o exercício foi de R$ 39.515 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R$ 46.285 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. Os pagamentos foram realizados conforme os bancos conseguiram levantar os valores das dívidas remitidas.

1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2012, operações de crédito externo no valor total de US$ 93 milhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2012

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US$)
BID	30/01/2012	Programa de Modernização de Instrumentos e Sistema de Gestão da Administração Pública Federal – PROSIS (MP)	28.600.000,00
BID	01/03/2012	Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia Mineral – Projeto Meta (MME)	49.504.127,00
BID	26/03/2012	Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	15.000.000,00
TOTAL			**93.104.127,00**

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31/12/2012.

No quadro abaixo seguem as Doações recebidas no ano de 2012.

DOAÇÕES – 2012

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US$)
BID	17/04/2012	Projeto de Diagnóstico e fortalecimento dos judiciários estaduais por meio do CNJ (Doação).	450.000,00
TOTAL			**450.000,00**

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2012.

Segue abaixo quadro constando a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2012, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2004 A 2012

US$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	**93,1**
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	**0,45**
TOTAL	**1.190,97**	**2.355,76**	**1.310,38**	**732,44**	**8,44**	**3.125,46**	**1.315,00**	**416,67**	**93,55**

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2012.

1.9.2. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2012 foram concedidas garantias externas no montante de US$ 11.266,72 milhões destinados aos Estados (87,68%), Municípios (5,3%) e Entidades Controladas (7,02%).

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2012

US$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 a 2008	2009	2010	2011	2012
GARANTIAS CONCEDIDAS	**8.411,22**	**4.085,01**	**7.401,63**	**2.188,93**	**11.266,72**
GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	2.060,00	1.018,47	1.060,00	673,66	0,00
GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	6.351,22	3.066,54	6.341,63	1.515,27	11.266,72

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2012.

O quadro a seguir apresenta a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2012, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

CONTRATOS DE GARANTIA EXTERNA - ASSINADOS EM 2012

Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado equivalente em USD	Descrição
JICA BZ-P19	SABESP	23/2/2012	JPY	389.831.688,91	Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética
2646/OC-BR	Governo do Estado do RJ	20/3/2012	USD	451.980.000,00	Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM
2586/OC-BR	Município São Bernardo do Campo	21/3/2012	USD	21.600.000,00	Programa de Modernização e Humanização da Saúde do Município São Bernardo do Campo
CAF-HORTOLAN	Município Hortolândia	9/4/2012	USD	22.132.000,00	Programa de Infra-Estrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia
8142-BR	Governo do Estado de PE	13/4/2012	USD	500.000.000,00	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco
2676/OC-BR	Governo do Estado do AM	16/3/2012	USD	280.000.000,00	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM III - Bacia do Igarapé do São Raimundo
CAF-FORT-PRO	Município de Fortaleza	14/5/2012	USD	50.000.000,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional Fortaleza
CAF-FORT-DRE	Município de Fortaleza	14/5/2012	USD	45.100.000,00	Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza
8128-BR	Governo do Estado do PI	15/5/2012	USD	350.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí
2370/OC-BR	Governo do Estado de RO	25/5/2012	USD	6.231.000,00	Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial do Estado de Rondônia - PROFISCO-RO
8135-BR	Governo do Estado de PE	18/6/2012	USD	100.000.000,00	Projeto Pernambuco Rural Sustentável
2295/OC-BR	Governo do Estado da BA	27/6/2012	USD	10.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia - PDA
2482/OC-BR	Município do Rio de Janeiro	5/7/2012	USD	150.000.000,00	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - PROAP III
AFD 1031	Município de Toledo	31/7/2012	EUR	7.174.918,49	Programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo
2746/OC-BR	Município de Blumenau - SC	22/8/2012	USD	59.000.000,00	Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau
2438/OC-BR	Governo do Estado do TO	30/8/2012	USD	99.000.000,00	Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Tocantins - PRODOESTE
CAF-APG-VIA	Município de Aparecida de Goiânia	31/8/2012	USD	35.000.000,00	Programa de Reestruturação Viária da Bacia do Ribeirão do Santo Antonio de Aparecida de Goiânia
JICA BZ-P20	Governo do Estado do PA	4/9/2012	JPY	190.493.325,59	Projeto Ação Metrópole - segunda etapa
8117-BR	Governo do Estado do RJ	5/9/2012	USD	600.000.000,00	Adicional ao Programa Estadual de Transportes - PET 2
BANKAMERI-MT	Governo do Estado de MT	10/9/2012	USD	478.958.330,51	Reestruturação de parte das dívidas do Estado de Mato Grosso oriundas de leis federais
8155-BR	Governo do Estado do RS	11/9/2012	USD	480.000.000,00	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul
8113-BR	Governo do Estado de SE	13/9/2012	USD	70.275.000,00	Programa Águas de Sergipe
CAF-RJN-PRV	Governo do Estado do RJ	13/9/2012	USD	319.675.000,00	Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro - Pro-Vias
CAF-RJN-NAT	Governo do Estado do RJ	13/9/2012	USD	100.000.000,00	Facilidade Regional de Financiamento para o Atendimento Imediato a Emergências Ocasionadas por Fenômenos Naturais
2700/OC-BR	CEEE-D	19/9/2012	USD	130.556.650,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE-D
AFD CBR 1045	CEEE-D	26/9/2012	USD	87.457.986,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE-DISTRIBUIÇÃO
8124-BR	Governo do Estado do CE	3/10/2012	USD	100.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III
AFD CBR 1042	Governo do Estado do RJ	9/10/2012	USD	394.500.000,00	Apoio ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - PMU
FIDA I798-BR	Governo do Estado da PB	17/10/2012	SDR	24.690.429,22	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó - PROCASE
2784/OC-BR	Governo do Estado do TO	19/10/2012	USD	40.431.000,00	Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins (PMF/TO) - PROFISCO-TO
2752/OC-BR	Município de Novo Hamburgo - RS	26/10/2012	USD	23.910.000,00	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo - RS
2751/OC-BR	Município de Colatina - ES	26/10/2012	USD	11.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina - ES
8149-BR	Município de São Bernardo do Campo	29/10/2012	USD	20.820.000,00	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Programa Mananciais - São Bernardo do Campo Project
8191-BR	Governo do Estado do RJ	30/10/2012	USD	300.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal II do Estado do Rio de Janeiro - PRODESF II
8168-BR	Município de Recife	31/10/2012	USD	130.000.000,00	Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município de Recife
KFW - ELETRO	ELETROBRAS / ELETROSUL	1/11/2012	EUR	34.838.195,25	Complexo São Bernardo Tranches II e III
CAF-MAN-PRO	Município de Manaus	13/11/2012	USD	21.512.846,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional Manaus
BBVA/DEUT-TO	Governo do Estado	19/11/2012	USD	143.198.163,00	Projeto de Infraestrutura Rodoviária – PIER

Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado equivalente em USD	Descrição
	do TO				
CAF-RJN-COP	Governo do Estado do RJ	22/11/2012	USD	120.666.000,00	Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo 2014
8187-BR	Governo do Estado de MG	26/11/2012	USD	450.000.000,00	Terceiro Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais
CREDISUIS-MG	Governo do Estado de MG	28/11/2012	USD	1.300.000.000,00	Programa de Reestruturação da Dívida da CEMIG
AFD CBR 1046	Governo do Estado de MG	3/12/2012	EUR	227.462.279,17	Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos no Estado de Minas Gerais - CRC-CEMIG
CAF-RJN-ARC	Governo do Estado do RJ	5/12/2012	USD	200.000.000,00	Programa Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
8185-BR	Governo do Estado do TO	6/12/2012	USD	300.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável no Estado do Tocantins - PDRIS
8177-BR	Governo do Estado da BA	18/12/2012	USD	700.000.000,00	Programa de Inclusão e Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado da Bahia - PROINCLUSÃO
2324/OC-BR	Governo do Estado de MT	20/12/2012	USD	15.032.000,00	Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária - PROFISCO-MT
2850/OC-BR	Governo do Estado do RS	21/12/2012	USD	200.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - PROCONFIS
2841/OC-BR	Governo do Estado da BA	21/12/2012	USD	600.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS II
AFD CBR 1043	CEEE-GT	21/12/2012	USD	59.103.957,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência da CEEE-GT
BANKAMERI-SC	Governo do Estado de SC	27/12/2012	USD	726.441.566,00	Refinanciamento do Resíduo da Dívida do Estado de Santa Catarina
2813/OC-BR	CEEE-GT	28/12/2012	USD	88.655.996,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência da CEEE-GT
TOTAL (EQUIVALENTE EM USD)				**11.266.728.331,16**	

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2012.

1.9.3. Concessão de Garantias Internas

Quanto aos grupos de garantias e contragarantias internas, foram concedidas (formalizadas) no montante de R$ 26.412,80 milhões para cada grupo, sendo que, desse valor, 98,64% foram destinados a Estados e 1,36% a Municípios. Destaque para o Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), que recebeu 29,25% do total contratado.

CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2012

R$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2012
GARANTIAS CONCEDIDAS	**26.412,80**
- GARANTIAS A ESTADOS	26.053,59
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	359,21

CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2012

Contrato Nº	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
0723 PGFN-CAF	Estado de Rondônia	25/4/2012	BNDES	168.936.000,00	Programa Emergencial de Financiamento - PEF II
0725 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	26/4/2012	BNDES	1.085.704.200,00	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul - PROREDES RS.
0727 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	CAIXA	19.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0729 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	CAIXA	21.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0731 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	CAIXA	23.700.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0735 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	14/6/2012	BANCO DO BRASIL	3.645.563.000,00	PRÓ-CIDADES - Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodioviária, Urbana e da Mobilidade das Cidades do Estado do Rio de Janeiro
0747 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/8/2012	CAIXA	415.372.248,98	Programa Saneamento para Todos
0756 PGFN-CAF	Estado de Goiás	23/10/2012	BNDES	1.500.000.000,00	Programa Especial de Apoio aos Estados – PROPAE
0763 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	5/12/2012	BNDES	500.000.000,00	Programa Paraíba Sustentável
0765 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	10/12/2012	BNDES	611.000.000,00	Programa Caminhos do Desenvolvimento - PROINVESTE e BNDES-ESTADOS
0769 PGFN-CAF	Estado do Rio de	14/12/2012	BANCO DO	940.956.773,22	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados

Contrato Nº	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
	Janeiro		BRASIL		e Distrito Federal - PROINVESTE.
0772 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BANCO DO BRASIL	69.389.583,10	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0774 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BNDES	383.202.882,73	PROINVESTE BNDES- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0776 PGFN-CAF	Município de Natal-RN	26/12/2012	CAIXA	293.000.000,00	Contrato de Financiamento nº319.162-00 - Melhoria e Ampliação do sistema de Mobilidade Urbana
0778 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	CAIXA	415.559.740,08	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0780 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	BNDES	3.000.000.000,00	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0782 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	26/12/2012	CAIXA	1.069.073.425,71	Programa Art 9º N
0786 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	785.018.812,50	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0784 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	553.367.668,70	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0788 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BNDES	1.326.389.531,69	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0790 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	3.653.733.000,00	Programa de Ajuste Fiscal
0792 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BNDES	469.773.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI II
0794 PGFN-CAF	Estado do Piauí	27/12/2012	BNDES	624.639.291,59	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0796 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	838.902.376,67	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0798 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BNDES	250.677.416,44	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0800 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	517.493.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0802 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.416.670.000,00	Programa Mato Grosso Integrado, Sustentável e Competitivo
0805 PGNF-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	460.068.420,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0810 PGNF-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	365.496.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0812 PGFN-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	CAIXA	260.000.000,00	Contrato de Financiamento nº0401.394-40/12 - Saneamento Econômico da CERR - Companhia de Energética de Roraima
0815 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	CAIXA	727.920.000,00	Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC
TOTAL EM REAIS				**26.412.806.371,41**	

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2012.

CONCESSÃO DE CONTRAGARANTIAS INTERNAS – 2012

Contrato Nº	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
0724 PGFN-CAF	Estado de Rondônia	25/4/2012	BNDES-BANCO DO BRASIL	168.936.000,00	Programa Emergencial de Financiamento - PEF II
0726 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	26/4/2012	BANCO DO BRASIL-BANRISUL	1.085.704.200,00	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul - PROREDES RS.
0728 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	BANCO DO BRASIL	19.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0730 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	BANCO DO BRASIL	21.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0732 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	BANCO DO BRASIL	23.700.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0736 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	14/6/2012	BANCO DO BRASIL-BRADESCO	3.645.563.000,00	PRÓ-CIDADES - Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodioviária, Urbana e da Mobilidade das Cidades do Estado do Rio de Janeiro
0748 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/8/2012	BANCO DO BRASIL-BRADESCO	415.372.248,98	Programa Saneamento para Todos
0757 PGFN-CAF	Estado de Goiás	23/10/2012	BANCO DO BRASIL-CAIXA	1.500.000.000,00	Programa Especial de Apoio aos Estados – PROPAE
0764 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	5/12/2012	BANCO DO BRASIL	500.000.000,00	Programa Paraíba Sustentável
0766 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	10/12/2012	BANCO DO BRASIL	611.000.000,00	Programa Caminhos do Desenvolvimento - PROINVESTE e BNDES-ESTADOS
0769 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	14/12/2012	BANCO DO BRASIL	940.956.773,22	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE.
0773 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BANCO DO BRASIL	69.389.583,10	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0775 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BANCO DO BRASIL	383.202.882,73	PROINVESTE BNDES- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e

Contrato Nº	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
					Distrito Federal
0777 PGFN-CAF	Município de Natal-RN	26/12/2012	BANCO DO BRASIL	293.000.000,00	Contrato de Financiamento nº319.162-00 - Melhoria e Ampliação do sistema de Mobilidade Urbana
0779 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	BANCO DO BRASIL - BANESTES	415.559.740,08	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0781 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	BANCO DO BRASIL - BANESTES	3.000.000.000,00	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0783 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	26/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.069.073.425,71	Programa Art 9º N
0787 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	26/12/2012	BANCO DO BRASIL - BANRISUL	785.018.812,50	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0785 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	553.367.668,70	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0789 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.326.389.531,69	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0791 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	3.653.733.000,00	Programa de Ajuste Fiscal
0793 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	469.773.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI II
0795 PGFN-CAF	Estado do Piauí	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	624.639.291,59	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0797 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BANCO DO BRASIL-CAIXA-BANEB	838.902.376,67	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0799 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BANCO DO BRASIL-CAIXA-BANEB	250.677.416,44	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0801 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	517.493.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0803 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.416.670.000,00	Programa Mato Grosso Integrado, Sustentável e Competitivo
0806 PGNF-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	460.068.420,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0811 PGNF-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	365.496.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0813 PGFN-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	260.000.000,00	Contrato de Financiamento nº0401.394-40/12 - Saneamento Econômico da CERR - Companhia de Energética de Roraima
0816 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	727.920.000,00	Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC
TOTAL EM REAIS				**26.412.806.371,41**	

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2012.

1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

Os quadros a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2012, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), o Seguro de Crédito à Exportação - IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade (FGPC), o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) e o Excedente Único de Riscos Extraordinários (EURE/IRB). Os saldos das Garantias e das Contragarantias a seguir relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012.

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS
(valores em Reais)

Externa	**48.640.267.902,94**
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	**48.640.267.902,94**
Agências Governamentais	**2.987.597.863,43**
Banco Federal	2.510.727,33
Empresas Privatizadas	5.371.238,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.099.941.331,43
Estatais Federais	879.774.565,79
Bancos Privados	**2.455.040.354,02**
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.091.881.211,20
Estatais Federais	363.159.142,82
Organismos Multilaterais	43.197.629.685,49
Banco Federal	255,43750
Empresas Privatizadas	1.459.642,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas	31.979.372.017,89
Estatais Federais	11.216.542.587,22
Interna	**84.324.523.564,07**
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	**44.409.122.433,41**
Banco Federal	**22.589.608.370,50**
Banco Federal	4.866.858.573,94
Estados e Municípios e Entidades Controladas	15.639.142.495,08
Estatais Federais	2.083.607.301,48
Estatais Federais	**11.288.158.915,66**
Estados e Municípios e Entidades Controladas	328.133.820,32
Itaipu Binacional	10.960.025.095,34
Fundos Credores	**10.531.355.147,25**
Estatais Federais	10.531.355.147,25
Outras Garantias nos Termos da LRF	**39.915.401.130,66**
Exportadores	**23.475.329.315,33**
Estatais Federais	600.234.034,59
Fundos Devedores	22.875.095.280,74
Fundos Credores	**14.354.852.414,82**
Estatais Federais	8.956.796.452,30
Fundos Devedores	648.832.298,22
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	4.229.071.602,30
Seguros Garantias	520.152.062,00
Outros Países	**2.085.219.400,52**
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond	2.085.219.400,52
TOTAL GERAL	**132.964.791.467,01**

DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS
(Valores em Reais)

Externa	**39.935.048.964,65**
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	**39.935.048.964,65**
Agências Governamentais	**2.516.736.511,36**
Banco Federal	2.510.727,33
Empresas Privatizadas	5.371.238,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.099.941.331,43
Estatais Federais	408.913.213,72
Bancos Privados	**2.259.448.211,20**
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.091.881.211,20
Estatais Federais	167.567.000,00
Organismos Multilaterais	35158864242
Banco Federal	255,43750
Empresas Privatizadas	1.459.642,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas	31.979.372.017,89
Estatais Federais	3.177.777.143,82
Interna	**41.254.565.148,57**
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	**33.877.767.286,16**
Banco Federal	**22.589.608.370,50**
Banco Federal	4.866.858.573,94
Estados e Municípios e Entidades Controladas	15.639.142.495,08
Estatais Federais	2.083.607.301,48
Estatais Federais	**11.288.158.915,66**
Estados e Municípios e Entidades Controladas	328.133.820,32
Itaipu Binacional	10.960.025.095,34
Outras Garantias nos Termos da LRF	**7.376.797.862,42**
Fundos Credores	**5.291.578.461,90**
Fundos Devedores	542.354.797,60
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no ambito da Lei nº 8.036/90	4.229.071.602,30
Seguros Garantias	520.152.062,00
Outros Países	**2.085.219.400,52**
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond	2.085.219.400,52
TOTAL GERAL	**81.189.614.113,22**

1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Ressalte-se que em 2012 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos oito anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no País, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO – 2004 A 2012

US$ milhões

Mutuário	Garantias Honradas pela União		Evolução (%)
	2004	2005 a 2012	2004/2012
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-
Dívida em Processo de Assumção	-	-	-
TOTAL	**11,86**	**-**	**-**

Fonte: STN/CODIV.

1.9.6. Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados passivos contingentes da União vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, o pagamento, aos credores, em títulos da dívida pública federal, após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão dos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País.

As chamadas dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como demonstra o quadro a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, feitas ao final dos dois últimos exercícios:

DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOURO NACIONAL

ORIGEM	POSIÇÃO EM 31/12/2011		POSIÇÃO EM 31/12/2012	
	R$ MILHÕES	%	R$ MILHÕES	%
LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO	**5.633,11**	**5,37**	**9.060,66**	**8,41**
DÍVIDA DIRETA	**6.542,62**	**6,24**	**7.231,22**	**6,71**
DIVERSOS	2.657,74	2,53	3.243,66	3,01
VAF3	1.440,71	1,37	1.177,11	1,09
CRIAÇÃO ESTADOS	2.444,17	2,33	2.810,44	2,61
SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	**92.700,82**	**88,39**	**91.447,89**	**84,88**
NOVAÇÃO FCVS	84.049,06	80,14	86.208,98	80,02
VAF4	8.651,77	8,25	5.238,91	4,86
TOTAL	**104.876,56**	**100,00**	**107.739,77**	**100,00**

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.
Nota 1: Os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10.150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001.
Nota 2: Os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

Os valores do quadro correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária está descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados por índices de preços, acrescidos de juros;
- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no Sisbacen;
- Os saldos da dívida do FCVS assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal – Caixa, na qualidade de Administradora do FCVS. A estimativa atuarial da obrigação do FCVS é informada com defasagem de alguns meses e, por essa razão, as últimas novações celebradas em 2012 não são deduzidas do estoque apresentado, refletindo-se nos meses seguintes.

Contribuíram para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita anteriormente, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2012.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda. Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos órgãos/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Caixa Econômica Federal, Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com os agentes financeiros do setor de habitação.

O processo assim constituído tramita, então, no Ministério da Fazenda (STN e PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica. Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.

Cumpriram esse rito, e foram concluídos, no exercício de 2012:

- Vinte e dois processos de securitização, que resultaram na emissão de ativos CVSA, CVSB, CVSC e CVSD, no valor de R$ 670,4 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como “VAF3”, “Novação FCVS” e “VAF4”.
- Dois processos de securitização, que resultaram na emissão de Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B com vencimento em 15/5/2017, no valor de R$ 127 mil, as quais foram utilizadas na quitação de dívidas referidas como “DÍVIDA DIRETA/DIVERSOS”.

1.10. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

Empréstimos e Doações junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil executou projetos no ano de 2012 foram:

- BIRD - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
- BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
- CONSÓRCIO DE BANCOS
- GRUPO SOCIETÉ GENERALE (BANCO FRANCÊS)
- CREDIT SUISSE
- CAF - CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO
- AFD – AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO
- JICA - JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (AGÊNCIA JAPONESA)
- BEI – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
- BBVA – BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA. S.A.
- BAML – BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH
- JBIC - JAPAN BANK FOR INTERNATIONAL COOPERATION (BANCO JAPONÊS)
- BNP PARIBAS (BANCO FRANCÊS)
- KFW - KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU (BANCO ALEMÃO)
- GEF - GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY
- FONPLATA - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
- MLW - MLW INTERMED – NEGOCIAÇÃO E CONSULTORIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS NA SAÚDE E EDUCAÇÃO
- FIDA - FUNDO INTERNACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
- PPG7 – FUNDO DO G7 PARA O PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
- COMUNIDADE EUROPEIA
- WWF - FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA
- CITIES ALLIANCE.

Projetos em execução

Estiveram em execução no ano de 2012, nos âmbitos federal, estadual e municipal 294 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

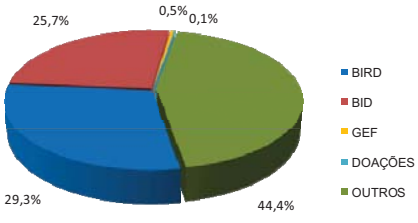
PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2012 - POR ORGANISMO

Organismo	Participação em Número de Projetos (%)	Participação no Volume de Recursos (%)
BIRD	32,31%	25,71%
BID	24,49%	29,25%
GEF	9,18%	0,51%
Outros	21,09%	44,43%
Doações	12,93%	0,10%
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**

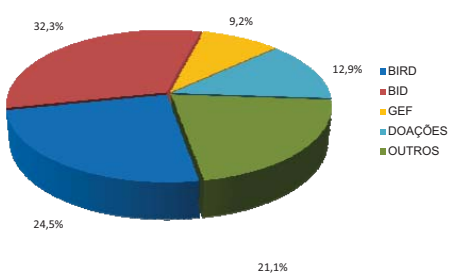
Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP).

Essa carteira de projetos em execução no exercício de 2012 contabiliza um volume de recursos dos Organismos de US$ 40.594.539.646,99, que somados a US$ 39.795.255.289 de contrapartida, totalizam US$ 80.389.794.936.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2012
(Em Volume de Recursos – US$)



CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2012
(Em Número de Projetos)



Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP).

Discriminando-se o total de projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito por ente federativo, são evidenciadas as seguintes participações relativas:

PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2012 - POR ENTE FEDERATIVO

Ente Federativo	Participação em Número de Projetos (%)	Participação no Volume de Recursos (%)
Municipal	20,07%	4,71%
Estadual	52,72%	55,12%
Federal	27,21%	40,17%
TOTAL	**100%**	**100%**

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP).

Considerando-se a carteira ativa de projetos da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP) em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, além dos 294 projetos em execução, existem 123 em preparação, 21 em negociação de contrato, 25 aguardando assinatura do contrato e 37 projetos em análise pela Cofiex, totalizando 500 projetos.

Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2012, 255 projetos em execução.

COOPERAÇÃO MULTILATERAL – PROJETOS POR ORGANISMO COOPERANTE (2012)

Organismo Internacional	Nº de Projetos	Percentual
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	96	37,65%
UNESCO - Organizacão das Nacões Unidas para a Educação,Ciência e Cultura	74	29,02%
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	23	9,02%
OEI - Organização dos Est. Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	14	5,49%
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	11	4,31%
ITTO - International Tropical Timber Organization	6	2,35%
UNODC - Nações Unidas Escritório Contra Drogas E Crime Unodc	6	2,35%
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma	5	1,96%
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	3	1,18%
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas	3	1,18%
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe	2	0,78%
OTCA - Organização do Tratado de Coop. Amazônica – Otca	2	0,78%
OEA - Organizacão dos Estados Americanos – OEA	2	0,78%
UNDESA - Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais	1	0,39%
UNICEF - Fundo das Nacões Unidas para a Infância	1	0,39%
UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher	1	0,39%
OIT - Organizacão Internacional do Trabalho	1	0,39%
OMM - Organizacão Meteorologica Mundial	1	0,39%
OMPI - Organizacão Mundial de Propriedade Intelectual	1	0,39%
UN - Habitat - Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos	1	0,39%
UIT - União Internacional de Telecomunicações	1	0,39%
TOTAL	**255**	**100,00%**

Fonte: ABC (MRE).

A cooperação técnica multilateral (CTI) é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar e/ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil. Materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções. Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

CARTEIRA DE PROJETOS
DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL POR SETOR – 2012

SETOR DE ATUAÇÃO	Nº DE PROJETOS	PERCENTUAL
Meio Ambiente	52	20,39%
Educação	45	17,65%
Administração Pública	32	12,55%
Desenvolvimento Social	29	11,37%
Agricultura	16	6,27%
Saúde	15	5,88%
Cultura	13	5,10%
Indústria e Comércio	8	3,14%
Justiça	8	3,14%
Ciência e Tecnologia	7	2,75%
Minas e Energia	5	1,96%
Segurança Pública	5	1,96%
Cidades	4	1,57%
Pesca	4	1,57%
Comunicações	3	1,18%
Esporte	2	0,78%
Legislativo	2	0,78%
Planejamento	2	0,78%
Transportes	2	0,78%
Trabalho e Emprego	1	0,39%
TOTAL	**255**	**100,00%**

Fonte: ABC (MRE).

Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2012

Em relação aos projetos com financiamento externo/doação tramitados em 2012, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) efetuou recomendações favoráveis para a preparação, negociação, assinatura ou execução de operações, com os respectivos organismos financiadores, vinculadas a 46 cartas-consulta, representando US$ 10,6 bilhões (US$ 8,4 bilhões referentes a recursos externos e US$ 2,2 bilhões referentes a contrapartida). A esfera estadual destacou-se com 32 cartas-consulta aprovadas, das quais 27 passaram à fase de preparação (81,81% do total). Em 2012 a Cofiex recebeu um total de 56 cartas-consulta relativas a financiamentos e doações para análise, assim distribuídas por ente federativo:

DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2012 POR ENTE FEDERATIVO

ENTE FEDERATIVO	NÚMERO DE PROJETOS	VOLUME DE RECURSOS (US$)
Municipal	5	153.202.000
Estadual	34	9.273.608.498
Federal	17	956.344.405
Total	56	10.383.154.903

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP).

De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, que exerce o papel de Secretaria-Executiva da Cofiex, um dos fatores que explica a prevalência dos pleitos estaduais é a melhoria nas condições financeiras e fiscais dos estados, devido, principalmente, à implementação de programas de ajuste fiscal e aumentos na arrecadação tributária.

DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2012 POR FONTE DE FINANCIAMENTO

FONTE RESUMIDA	NÚMERO DE PROJETOS	VOLUME DE RECURSOS (US$)
BID	25	4.879.748.023
BIRD	9	1.833.085.500
CAF	6	1.034.000.000
Outros	16	2.636.321.380
Total	**56**	**10.383.154.903**

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP).

Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação em 2012

As operações de financiamento/doação referentes a projetos federais recomendadas pela Cofiex para contratação, junto a organismos multilaterais, ao longo do exercício de 2012, encontram-se discriminadas no quadro abaixo.

RECOMENDAÇÃO COFIEX 2012 - PROJETOS FEDERAIS
(Em US$ 1,00)

Projeto	Beneficiário	Fonte	Empréstimo / Doação	Contrapartida
Fortalecimento da Capacidade Institucional da Procuradoria Especial da Mulher	Câmara dos Deputados	BIRD	305.500,00	0,00
Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil	Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP	BIRD	300.000,00	300.000,00
Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - 2ª Fase/2ª Etapa	Ministério da Fazenda - MF	BID	150.000.000,00	16.700.000,00
Cooperação Técnica não reembolsável para a Elaboração dos Estudos do Programa de Desenvolvimento Produtivo do Nordeste - PRODEPRO NE	Banco do Nordeste	BID	500.000,00	500.000,00
Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado - CAR/FIP	Ministério do Meio Ambiente - MMA	BIRD	32.480.000,00	17.500.000,00
Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado	Caixa Econômica Federal - CEF	KfW	7.571.400,00	0,00
Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda	Ministério da Fazenda - MF	BID	19.800.000,00	2.200.000,00
Total	**-**	**-**	**210.956.900,00**	**37.200.000,00**

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP).

O quadro a seguir discrimina as operações de financiamento/doação referentes a projetos estaduais e municipais recomendadas pela Cofiex, ao longo do exercício de 2012.

RECOMENDAÇÃO COFIEX 2012 - PROJETOS ESTADUAIS/MUNICIPAIS (Em US$ 1,00)

Projeto	Beneficiário	Fonte	Empréstimo / Doação	Contrapartida
Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense	Estado do Paraná	BID	60.000.000,00	40.000.000,00
Programa Paraná Seguro	Estado do Paraná	BID	67.200.000,00	44.800.000,00
Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus - Igarapés do Bindá, SESC, SHARP e São Sebastião	Estado do Amazonas	CAF	52.500.000,00	22.500.000,00
Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará	Estado do Pará	BID	200.810.000,00	106.650.000,00
Programa de Melhorias e Expansão do Sistema Viário de Manaus - Amazonas	Município de Manaus - AM	CAF	127.500.000,00	54.643.000,00
Apoio à Preparação do Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS	Estado do Amazonas	BID	600.000,00	0,00
Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro	Município do Rio de Janeiro - RJ	BIRD	16.200.000,00	16.200.000,00
Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo	Estado de São Paulo	BID	1.440.531.000,00	618.046.000,00
Construindo o Caminho para os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo: Aliança pelo Esporte para o Desenvolvimento	Município do Rio de Janeiro - RJ	BID	760.000,00	200.000,00
Programa de Oportunidades e Direitos - RS	Estado do Rio Grande do Sul	BID	50.000.000,00	6.000.000,00
Trem de Guarulhos - Implantação da Linha 13 JADE da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM	Estado de São Paulo	AFD	651.650.000,01	43.551.074,41
Projeto de Requalificação Urbana e Recuperação Ambiental Parque dos Trilhos do Município de Araraquara	Município de Araraquara - SP	BID	26.980.000,00	27.000.000,00
Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha	Município de Belo Horizonte - MG	BANCO DO BRASIL	75.000.000,00	75.000.000,00
Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba	Município de Sorocaba - SP	CAF	70.000.000,00	70.000.000,00
Programa de Fortalecimento da Segurança	Estado de Minas Gerais	BID	80.000.000,00	10.000.000,00

Projeto	Beneficiário	Fonte	Empréstimo / Doação	Contrapartida
Cidadã				
Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre	Estado do Acre	BIRD	150.000.000,00	37.500.000,00
Programa Caminhos de Minas	Estado de Minas Gerais	CAF	300.000.000,00	75.000.000,00
Programa de Infraestrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará- Sanear III	Estado do Ceará	BID	90.000.000,00	70.000.000,00
Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu	Estado de São Paulo	CAF	204.000.000,00	27.664.866,16
Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem do Espírito Santo	Estado do Espírito Santo	BIRD	225.000.000,00	98.100.000,00
Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Programa Brasília Sustentável II	Distrito Federal	BID	100.000.000,00	50.000.000,00
Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas	Estado do Amazonas	BID	151.182.000,00	121.826.000,00
Projeto de Apoio à Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Acre	Estado do Acre	BID	22.500.000,00	2.500.000,00
Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova II	Município de Belém - PA	BID	125.000.000,00	125.000.000,00
Programa de Fortalecimento das Redes de Inclusão Social e de Atenção à Saúde	Estado de Sergipe	BID	100.000.000,00	40.000.000,00
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - PDRS/BA	Estado da Bahia	BIRD	150.000.000,00	110.000.000,00
Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará	Estado do Ceará	BIRD	350.000.000,00	0,00
Refinanciamento do resíduo da dívida do Estado com a União - Lei Federal 9.496/1997	Estado de Santa Catarina	BAML	726.441.565,95	0,00
Programa de Consolidacao do Equilibrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - II	Estado do Rio Grande do Sul	BID	480.000.000,00	0,00
Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas	Estado de Alagoas	BID	250.000.000,00	0,00
Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde	Estado de São Paulo	BID	270.000.000,00	108.709.727,00
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida da Bahia - PRÓ-SEMIÁRIDO	Estado da Bahia	FIDA	50.000.000,00	50.000.000,00
Construção da Arena da Amazônia - Cobertura, fachada e membrana	Estado do Amazonas	KfW	50.000.000,00	2.526.291,93
Refinanciamento E Recomposição Do Principal De Dívidas Do Estado De Mato Grosso No Âmbito Do Contrato Pela Lei Federal Nº. 9.496/1997	Estado de Mato Grosso	Credit Suisse	942.231.212,47	0,00
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Acidentes Ambientais, Fiscalização e Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente	Estado do Tocantins	EDC	41.039.696,27	7.242.299,34
Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul - Corredor Turístico Grande Porto Alegre - Serra Gaúcha	Estado do Rio Grande do Sul	BID	27.000.000,00	18.000.000,00
Programa de Consolidação do equilíbrio Fiscal para o desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco	Estado de Pernambuco	BID	400.000.000,00	0,00
DOAÇÃO - Apoio à Preparação do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Programa Brasília Sustentável II	Distrito Federal	BID	600.000,00	0,00
Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas - Canoas para Todos	Município de Canoas - RS	CAF	50.000.000,00	50.000.000,00
TOTAL	**-**	**-**	**8.399.725.474,70**	**2.298.147.258,84**

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP).

Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

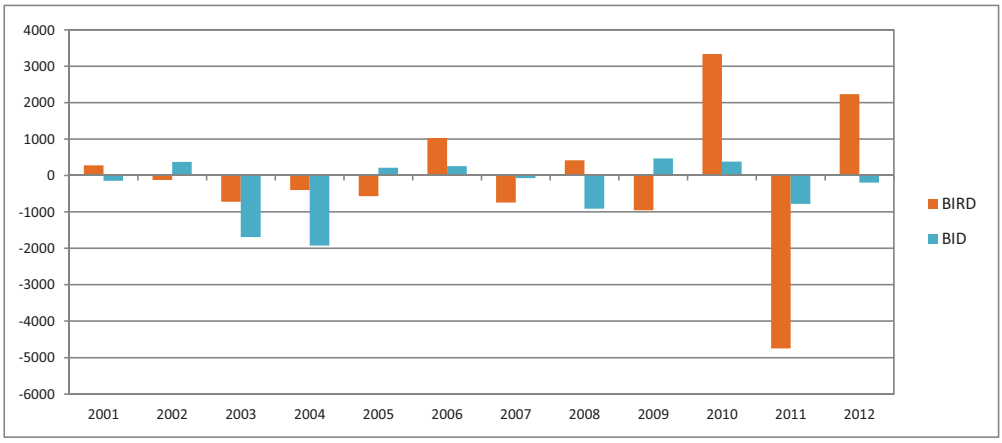
Em relação à análise de gastos dos projetos em execução no âmbito do Governo Federal, a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU-PR) acompanha a execução das despesas e a consecução das metas previstas nos acordos. Em 2012, foram desembolsados em favor do Brasil recursos da ordem de US$ 3.987 milhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

BANCO MUNDIAL E BID (EM US$ milhões)

ANO	FLUXO FINANCEIRO – ANO CALENDÁRIO				APROVAÇÕES E CONTRATAÇÕES	
	DESEMBOLSO (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	JUROS E COMISSÕES (C)	TRANSF. LÍQUIDA [A-(B+C)]	APROVAÇÃO	CONTRATAÇÃO
2000	4.542	1.205	1.271	2.065	2.037,7	2.166,9
2001	2.662	1.156	1.372	134	3.507,2	2.223,7
2002	3.585	2.166	1.170	250	2.109,0	3.901,4
2003	2.383	3.665	1.126	(2.408)	1.399,4	1.305,1
2004	1.928	3.423	839	(2.333)	3.155,0	1.699,8
2005	2.203	1.760	799	(356)	1.844,8	2.895,6
2006	3.744	1.505	954	1.286	1.721,1	1.976,1
2007	1.956	1.634	1.142	(821)	1.847,0	2.811,6
2008	2.299	1.708	1.087	(496)	5.491,7	3.432,9
2009	3.209	2.816	885	(492)	5.408,3	3.988,4
2010	6.345	1.972	659	3.713	6.802,9	8.690,2
2011	2.715	7.620	621	(5.526)	2.913,7	2.074,7
2012	3.987	1.423	530	2.034	6.551,8	7.597,8

Fonte: SISPRO/SEAIN (MP).

FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID
(em US$ milhões)



ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BIRD	277	-121	-719	-404	-567	1.028	-747	417	-956	3.332	-4.748	2.231
BID	-143	371	-1.690	-1.929	211	257	-74	-912	464	382	-778	-197

Fonte: SISPRO/SEAIN (MP).

A situação do fluxo líquido negativo foi invertida durante o exercício de 2006, voltando ao fluxo negativo em 2007, 2008, 2009, demonstrando que ainda persiste o pagamento elevado de taxas de permanência (taxa de compromisso ou comissão de crédito) em face à demora na implementação dos projetos financiados. Em 2010, houve inversão do fluxo, em virtude do alto volume de desembolso frente aos volumes de pagamento de amortização, juros e comissões. Em 2011, o fluxo líquido voltou a ficar negativo em função do alto volume de amortização em relação ao desembolso e pagamento de juros e comissões. Em 2012, volta a inversão do fluxo também pelo maior volume de desembolso frente aos volumes de pagamento de amortização, juros e comissões.

Agentes de Governo e Etapas de Aprovação de Acordos de Financiamento com Recursos Externos

As etapas de aprovação dos projetos identificam as responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas e os trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases são:

1ª fase: Identificação - Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto;

2ª fase: Preparação - Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento;

3ª fase: Avaliação Prévia - (Appraisal no BIRD e Informe Inicial no BID): A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (Staff Appraisal Report ou Informe Inicial);
4ª fase: Negociação - Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias);
5 ª fase: Execução ou Implementação - O Tomador executa as atividades do projeto;
6ª fase: Avaliação Posterior - Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Ao longo da realização das fases de um projeto e para a consecução das mesmas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, tal como descrito a seguir:

1. Executor Nacional apresenta Carta Consulta à SEAIN/MP;
2. Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da Cofiex;
3. Executor Nacional procede à identificação e preparação dos documentos do Projeto;
4. Executor Nacional procede à avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
5. Executor Nacional apresenta documentação para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), ambas do Ministério do Planejamento;
6. Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto;
7. Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI/MP, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, SOF/MP, PGFN, Órgão Executor);
8. São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN, sobre a operação de crédito e o aval da União;
9. Documento é encaminhado à Diretoria do Banco para aprovação;
10. Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (a quem compete privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
11. Senado aprova e devolve à STN para providências;
12. Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
13. Executor Nacional e o Banco financiador assinam documento final;
14. Executor Nacional procede à publicação do extrato do contrato;
15. Executor Nacional começa a executar o projeto.

No âmbito dos projetos com recursos externos, os procedimentos relativos às licitações e aos processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

Resultados Alcançados pelo Controle Interno

A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal.

Em relação às operações contratadas junto ao BID, BIRD e KfW, no caso de financiamentos externos, e PNUD, UNODC, OIMT, FAO, OEI, OPAS E UNESCO, no caso de cooperação técnica internacional, tendo por base os Protocolos de Entendimentos ou Termos de Referência firmados junto a esses organismos, são conduzidas auditorias anuais sobre a execução dos projetos, observados os critérios de seleção acordados com os respectivos entes externos.

Nas operações firmadas junto aos demais organismos internacionais, a atuação da CGU é realizada de forma integrada aos procedimentos de auditoria de contas anuais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, tendo em vista os critérios de materialidade, relevância e criticidade de cada operação no conjunto da execução das ações de governo de cada pasta.

Em ambos os casos, busca-se a convergência dos procedimentos e a análise dos Projetos Externos na perspectiva de sua contribuição à execução e alcance dos objetivos das Ações e Programas de Governo aos quais estão vinculados.

Nos últimos seis anos, 877 projetos foram acompanhados, com a realização de 1.898 auditorias (realizadas a cada ano, tendo como escopo principalmente a execução dos projetos no exercício anterior), conforme destacado a seguir:

ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NOS PROJETOS FEDERAIS DE RECURSOS EXTERNOS

ASSUNTO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de Projetos Federais Auditados	202	175	153	131	91	70	55
Nº de Auditorias Realizadas	432	440	301	264	184	142	135

Fonte: SISREX/CGU-PR.

Conforme demonstrado no quadro acima, em 2012 foram acompanhados um total de 55 projetos, com a realização de 135 auditorias. Existe uma diferença entre o número de projetos componentes da carteira e as auditorias efetivamente realizadas, uma vez que existem projetos que demandam a realização de auditorias descentralizadas. Além disso, um projeto pode ser auditado mais de uma vez por exercício, como é o caso, por exemplo, de alguns projetos do BID que demandam, além da auditoria anual, as revisões "ex-post".

As auditorias realizadas em 2012 resultaram nos seguintes apontamentos mais recorrentes nos relatórios:

TIPOS DE CONSTATAÇÕES MAIS FREQUENTES NOS 369 RELATÓRIOS DE PROJETOS

TIPO DE CONSTATAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIAS
Falhas nos processos de seleção/contratação de fornecedores	88
Deficiências no controle/gerenciamento de bens patrimoniais	38
Falhas em processos de seleção/contratação de consultores	36
Falhas na concessão/utilização de diárias, passagens e reembolso de viagens	35
Ausência/inadequação dos controles sobre a execução do projeto	29
Falhas na execução/gerenciamento de contratos	29
Baixa execução física/financeira do projeto	17
Falhas em processos de liquidação/pagamento de fornecedores	16
Falhas em processos de liquidação/pagamento de consultores	11
Aquisição antieconômica/superfaturada ou gastos desnecessários	9
Falhas na classificação orçamentária/contábil das despesas	6
TOTAL	**314**

Fonte: Controladoria-Geral da União (CGU).

Em geral, as recomendações formuladas pela CGU focaram a necessidade de implementação de melhorias na gestão dos projetos, com destaque para os seguintes aspectos:

- aprimoramento dos controles sobre a execução física/financeira do projeto, focando o atingimento dos objetivos e metas finalísticos;
- readequação no planejamento das aquisições, de sorte a propiciar garantia de que os bens e serviços contratados guardam conformidade com as condições de elegibilidade e são adequados às finalidades e méritos de cada projeto;
- aprimoramento da sistemática de contratação de consultores, com reforço do acompanhamento sobre os produtos entregues, de modo a garantir que estejam conformes às necessidades identificadas e que não estejam relacionados à realização de atividades típicas do Órgão Executor;
- reforço no controle da concessão e prestação de contas de Convênios/Cartas de Acordo, mecanismos de descentralização da intervenção pretendida com o Projeto.

Além das auditorias realizadas sobre a execução dos Projetos de Cooperação Técnica ou Financiamento Externo, a CGU também atuou em ações direcionadas ao apoio à gestão dos projetos, por meio das seguintes iniciativas, dentre outras:

- participação em Reuniões Tripartites de avaliação em junto aos Organismos Internacionais de Cooperação, Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e Órgão/Entidade Executora do projeto;
- participação nas reuniões periódicas do Grupo Técnico da Comissão de Financiamento Externo (Cofiex) da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja finalidade é a avaliação e monitoramento de projetos de financiamento externo;
- participação em eventos e reuniões com gestores, organismos internacionais e órgãos de governo com vistas a esclarecer condutas relativas a temas de maior complexidade ou inovadores no âmbito da gestão e execução de projetos e, ainda, para construir boas práticas de gestão;
- capacitação de gestores, com destaque à realização de um treinamento em 2012 na modalidade de Educação à Distância, contemplando o universo de 77 treinandos dentre gestores, executores de projetos e funcionários de organismos internacionais;
- publicação eletrônica de perguntas e respostas sobre temas de grande relevância relacionados à gestão de projetos de Cooperação Técnica Internacional.

1.11. CRESCIMENTO INCLUSIVO

Para o exercício de 2012, o Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 2.317/2012-TCU-Plenário, definiu como uma das diretrizes para a elaboração do Relatório sobre as Contas da Presidenta o levantamento de dados e informações sobre aspectos da atuação governamental, relacionados ao objetivo central do PPA 2012-2015, referente ao crescimento inclusivo, abrangendo programas temáticos das seguintes áreas: Educação, Proteção Social, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional, Saúde e Previdência. O crescimento inclusivo garante que todos possam participar do processo de crescimento econômico e do compartilhamento equitativo de seus benefícios. Pressupõe ainda, crescimento sustentável, em termos sociais, ambientais e econômicos, aliando crescimento econômico ao combate à pobreza e à desigualdade. Neste sentido, apresentamos a seguir informações acerca das principais intervenções e iniciativas das políticas públicas conduzidas pela Presidência da República e pelos Ministérios, que resultaram na inclusão de indivíduos, grupos sociais e regiões, e contribuíram, por conseguinte, para o crescimento nacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Portos

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sob a égide da Secretaria de Portos, tais como, Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui/MA, Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí/SC, obra de Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória/ES, geraram empregos diretos na execução das obras e indiretos na cadeia produtiva da construção civil e de operação de equipamentos, como dragas, guindastes e gruas. Salientamos também, como ação inclusiva, o adestramento da tropa do Exército Brasileiro na obra de recuperação do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul/SC, pois estando essa ação sob a gestão do 10º Batalhão de Engenharia de Construção, esse comando militar realizou treinamentos de soldados e cabos para trabalharem com a operação de máquinas e equipamentos utilizados na obra.

Secretaria de Aviação Civil

Observa-se aderência da política do setor de aviação civil, latente na redução dos valores reais das tarifas aéreas superior a 50% de 2003 a 2012, o que permite maior acesso da população, além do "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos", que garante recursos para 270 aeroportos regionais, o que contribuirá para a criação de emprego e a interiorização do desenvolvimento do País, reduzindo tempos de deslocamento e distâncias entre localidades em todo o território nacional.

Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

Muitos são os avanços alcançados na redução das desigualdades sociais no Brasil, que se expressam em melhorias da qualidade de vida da população brasileira em geral, nas diversas dimensões da vida social. Entretanto, a despeito dessas conquistas, persistem as desigualdades raciais, cuja superação em muito depende da adoção de ações afirmativas. Em 2012, o trabalho da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi centrado na ampliação do envolvimento dos ministérios e outros órgãos no processo de inclusão da população negra nos benefícios do desenvolvimento.

Com a aprovação da Lei n° 12.711, de 20 de agosto de 2012, que estabeleceu a reserva mínima de 50% das vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, torna-se obrigatória a adoção de um modelo nacional uniforme de política de cotas, que tem como parâmetro primeiro a procedência de escola pública e como critérios complementares a renda familiar e a origem étnico-racial. Dessa forma, as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, e, deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita.

A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para negros, pardos e índios. Somada aos resultados do Programa Universidade para Todos (Prouni), esta Lei de Cotas possibilitará mudanças efetivas no lugar socialmente ocupado pela juventude negra.

Em relação aos povos e comunidades tradicionais, verificaram-se progressos significativos, especialmente pelo desenvolvimento de ações integradas entre vários ministérios para os povos de cultura cigana e povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Além do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana com quatro eixos de atuação, estas já estão inseridas na Ação de Distribuição de Alimentos, agora reforçada pela cooperação entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a SEPPIR, tendo sido atendidas, em 2012, 14,7 mil famílias, com 49.707 cestas de alimentos.

Com o estimulo da SEPPIR, os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário passaram a executar um conjunto de ações que, além do aumento de beneficiários deste segmento no Bolsa Família, asseguraram o Programa Água para Todos nas comunidades quilombolas do Semiárido; a ampliação de emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para que os quilombolas acessem este Programa. Estabeleceu-se, ainda, articulação entre o Selo Quilombos do Brasil e o Selo da Agricultura Familiar, com o objetivo de ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecer a qualificação dos produtos quilombolas junto ao mercado nacional e articular a produção com redes da agricultura familiar. Foram distribuídas, em 2012, sementes de diversas hortaliças, além de grãos como feijão, arroz e milho para agricultores quilombolas de 17 Territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em beneficio de 5.726 famílias.

Secretaria de Direitos Humanos

As políticas públicas de direitos humanos são, por princípio, baseadas na inclusão dos indivíduos e das coletividades, em termos sociais, políticos, econômicos e, principalmente, de cidadania.

O crescimento nacional deve ser visto como um meio de inclusão, não um fim em si mesmo. A ampliação dos índices de riqueza do País não pode estar desconectada da realidade de milhões de brasileiros excluídos.

Nesse sentido, sendo a temática da inclusão um objetivo constante de todas as ações e os programas de direitos humanos, atingindo crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, LGBT, idosos e os demais segmentos sociais cujos direitos humanos são violados, pode-se afirmar que os resultados apresentados pela Presidência da República na Parte IV – Atuação por Setor Governamental desta PCPR, no âmbito dos Programas 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência e 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos contemplam a ideia do crescimento inclusivo, por meio da garantia de direitos, cidadania e participação social.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Iniciativas governamentais na área de educação estão sendo desenvolvidas em consonância com dez diretrizes principais: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional e de gênero; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, valorização dos profissionais da educação e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade, e à sustentabilidade socioambiental.

Como principais medidas adotadas com vistas à inclusão social, podemos citar a substituição do antigo Fundef, restrito ao ensino fundamental, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como mecanismo de financiamento de toda a educação básica – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e a educação de jovens e adultos, o que representou um marco na mudança de enfoque da política educacional.

O Fundeb foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos para manutenção da educação básica, visando garantir o acesso à educação, além de concorrer para a inclusão socioeducacional, com valorização do magistério e melhoria qualitativa da educação. O fundo impõe à União a responsabilidade de complementação aos estados em que o valor por aluno se mostrar inferior ao valor mínimo por aluno definido nacionalmente, contribuindo, dessa forma, para equalizar o investimento por aluno nos diferentes estados do Brasil.

Para atender a educação infantil e contribuir para a ampliação do acesso à educação desde a primeira infância, o Governo Federal implementa o Programa ProInfância, que prevê a construção e a aquisição de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas públicas, por meio de assistência financeira aos municípios e Distrito Federal. Desde sua criação, foi aprovada a construção de 5.678 unidades, o que contribui para a melhoria da qualidade da educação das crianças e para a autonomia da mulher.

Ressalta-se, ainda, o importante papel desempenhado pelo MEC, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Brasil Carinhoso, plano desenvolvido no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Houve um aumento significativo no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil. Destaca-se, ainda, a transferência de recursos suplementares da União para manutenção, visando elevar o atendimento de crianças em creches públicas ou conveniadas com o poder público, de cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação ao valor anual mínimo por aluno do Fundeb para educação infantil.

Em relação à educação integral, o Programa Mais Educação promove ampliação da jornada escolar por meio de atividades socioeducativas complementares, com vistas à ampliação do tempo e do espaço educativo das redes de ensino públicas. São priorizadas para atendimento as escolas que apresentaram menor Ideb e estão localizadas em áreas de vulnerabilidade social, ou que possuem 50% ou mais de alunos do Programa Bolsa Família, entre outros critérios. Em 2012 houve a expansão do Programa Mais Educação, com a adesão de 32.074 escolas, abrangendo 4,8 milhões de alunos.

Nos últimos anos, houve o fortalecimento das iniciativas voltadas à educação intercultural para os povos indígenas, o atendimento às especificidades das populações do campo, das comunidades remanescentes de quilombo e demais povos e comunidades tradicionais, bem como a educação para as relações étnico-raciais, a sustentabilidade socioambiental, as questões de gênero e diversidade sexual, a educação de jovens e adultos e a educação especial na perspectiva inclusiva.

Com relação à população do campo, o grande objetivo do Governo Federal é garantir uma educação básica comprometida com um modelo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito. Atualmente, 23,18% da população do campo com mais de

15 anos é analfabeta e 50,95% não concluiu o ensino fundamental. O Pronacampo, lançado em 2012, constitui um dos eixos estratégicos do governo para promoção de mais oportunidades às gerações futuras do campo. Um dos seus objetivos é formar agricultores para que apliquem os conhecimentos adquiridos em ações que elevam a produtividade nas pequenas propriedades e garantir a distribuição de renda. Nesse sentido, trabalha a educação contextualizada, promovendo a interação entre conhecimento científico e os saberes das comunidades.

Entre as ações previstas no programa estão o fortalecimento da escola do campo e quilombola, que em 2013 receberá material pedagógico adequado às especificidades da vida do campo. Mais de 3 milhões de estudantes receberão material didático específico, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Campo). Já o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE) atenderá professores e estudantes, ao oferecer obras de referência sobre as especificidades do campo e das comunidades remanescentes de quilombos. Destaca-se, ainda, que em 2012, 10 mil escolas do campo receberam recursos para oferecer atividades complementares no âmbito do Mais Educação, incluindo atividades de acompanhamento pedagógico, práticas vinculadas a agroecologia, iniciação científica, direitos humanos, cultura e arte popular, esporte, lazer, memória e história das comunidades tradicionais. Em relação às escolas do campo, no âmbito do PAR, foram aprovadas para construção 308 escolas.

O Projovem Campo oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo. Em 2012, 9.094 estudantes concluíram o ensino fundamental.

A fim de manter os esforços necessários ao aperfeiçoamento da gestão das políticas voltadas a população negra, visando a equiparação de escolaridades entre negros e não negros, o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores para eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas. Ressalta-se que, em 2012, foram desenvolvidas ações voltadas ao cumprimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 7,7 anos em 2005 para 8,9 anos em 2011, enquanto da população não negra passou de 9,6 em 2005 para 10,4 em 2011, o que demonstra que a escolaridade média da população negra está evoluindo mais rapidamente do que a escolaridade média da população não negra. A política de cotas na educação superior, mencionada mais adiante, também contribuirá para reduzir a diferença de nível de escolaridade entre negros e não negros.

Com o objetivo de promover a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência, eliminando barreiras e permitindo o acesso a bens e serviços, foi lançado em 2011 o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que reúne ações estratégicas em educação, saúde, inclusão social e acessibilidade, implementando novas iniciativas e intensificando as que atualmente já são desenvolvidas pelo governo em benefício deste público-alvo. Algumas das iniciativas desenvolvidas pelo MEC no âmbito do Plano são a aquisição de ônibus acessíveis para promover o transporte escolar, a implantação de salas de recursos multifuncionais em escolas de rede pública, a adequação arquitetônica de prédios escolares, acessibilidade na educação superior e a formação de professores.

Outra ação com vistas à inclusão escolar de pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, é o programa BPC na Escola, que tem por objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada (BPC). O principal objetivo da ação é criar condições para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência, assegurando que o beneficiário tenha garantida sua matrícula na escola mais próxima de sua residência. Com vistas a eliminar uma das principais barreiras ao seu acesso e permanência na escola, os municípios com maior número de beneficiários fora da escola tiveram prioridade no recebimento de recursos financeiros para a aquisição de veículos de transporte escolar acessível. Por meio destas e outras ações de inclusão escolar, chegou-se ao patamar de 74,2% de pessoas com deficiência matriculadas em classes comuns do ensino regular e 69% das crianças beneficiárias do BPC matriculadas na escola.

Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil passou por inúmeras mudanças, expressas por diferentes programas, ações e iniciativas que revelam uma concepção política preocupada com a reconfiguração dessa modalidade de ensino, o que demanda uma grande capacidade de articulação entre os entes federados e a sociedade civil para garantir o avanço do atendimento da escolarização de jovens e adultos numa perspectiva de política pública, fator de grande importância para o crescimento inclusivo.

Os dados da PNAD 2011 expressam os esforços despendidos nas reformulações mais recentes das Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: em 2009, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, era de 9,7 e em 2011, é de 8,6%, apontando que, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Esse resultado pode ser creditado ao esforço conjunto dos entes federados, principalmente na implementação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que em 2012, beneficiou 1,4 milhão de alfabetizandos. Ressalta-se que o público beneficiário do PBA é, em sua maioria, oriundo da zona rural e das Regiões Nordeste e Norte, que foram as que apresentaram quedas mais significativas nas taxas de analfabetismo entre os anos 2000 e 2010: 7,13% e 5,15%, respectivamente (Censo IBGE, 2010). Com a mobilização nacional ao ingresso no programa de alfabetização de jovens e adultos e a melhoria da efetividade, tem-se a possibilidade do cumprimento da meta de 6,5% estabelecida para 2015. Outro resultado de destaque foi a queda na taxa de analfabetismo das mulheres, entre 2009 e 2011. Os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011 o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%. O percentual de analfabetismo absoluto para a população negra também apresentou recuo considerável ao comparar os dados de 2009 e 2011. Nesse período, o

analfabetismo da população negra caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. O recuo da taxa de analfabetismo da população negra e entre as mulheres foi superior ao recuo da taxa de analfabetismo da população brasileira total.

Visando contribuir para a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, destaca-se a implementação do Sisu, que é um sistema informatizado para seleção de candidatos às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permite que os estudantes concorram a várias instituições públicas de ensino superior do País sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição.

Cabe ressaltar as mudanças efetuadas no Enem, a partir de 2009. Com isso, o acesso de jovens de baixa renda a vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) aumentou significativamente. Em 2012, 4,1 milhões de pessoas realizaram as provas. Nesse mesmo ano, o Exame foi aplicado para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade e para os adolescentes sob medidas socioeducativas. Portanto, é consenso que proporcionando aos alunos do ensino público a oportunidade de competirem de forma igualitária com os demais por uma vaga nas universidades públicas e privadas do País, o Enem constitui-se na forma mais democrática de acesso dos brasileiros ao ensino superior.

No contexto da Educação Superior, em 2012, cabe destacar a aprovação da Lei nº 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, cuja aplicação do sistema de cotas já se inicia em 2013. As instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para negros, pardos e índios. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados da Pnad apontam que em 2009, 2,3% das pessoas até o 1º quintil de renda frequentam o ensino superior. Em 2011, esse percentual era de 4,4. Ressalta-se ainda que se considerarmos os três primeiros quintis, em 2009 esse percentual era de 21,1 e em 2011, 25,7, o que representa um aumento da população das faixas menores de renda com acesso à educação superior. Esta tendência tende a se intensificar quando os resultados da recente lei de cotas puder ser observado.

No âmbito das políticas de inclusão, o Programa Universidade para Todos (ProUni) consiste numa política pública voltada à garantia do acesso e permanência de estudantes de baixa renda em cursos de instituições privadas de ensino superior, a partir da concessão de bolsas de estudo, em contrapartida à isenção de impostos.

Em 2012, o ProUni alcançou a marca de 1,1 milhão de estudantes atendidos, sendo 49% negros e indígenas. Um total de 268 mil alunos que utilizaram bolsas do Programa já se formaram.

Um dos principais desafios do Programa é a permanência do estudante e para enfrentar essa barreira foi implementada a Bolsa Permanência, que é um benefício concedido a estudantes que possuem bolsa integral, matriculados em cursos presenciais com carga horária média igual ou superior a seis horas diárias de aula, com no mínimo seis semestres de duração, de acordo com os dados cadastrados pelas instituições de ensino junto ao MEC. Assim, a bolsa é uma forma de garantir a permanência de jovens que não tem condições de conciliar o trabalho com o estudo em razão dos cursos, que exigem dedicação integral.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas, podendo ser acessado também por beneficiários de bolsas parciais do ProUni. Em 2012, o Fies propiciou acesso a mais de 350 mil estudantes ao ensino superior, representando um crescimento da ordem de 127% em relação ao ano anterior. Dos estudantes beneficiados por esse programa, 95% pertencem às classes C, D e E. Em 2013, está prevista a concessão de financiamento estudantil a 450 mil estudantes matriculados em instituições privadas, alcançando, assim, a marca de um milhão de universitários atendidos em quatro anos.

Outra iniciativa que visa ampliar o acesso e a permanência na educação superior é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Com esse programa, o Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelo aumento significativo do número de vagas anuais em graduação presencial oferecidas nos processos seletivos de ingresso das universidades, passando de 140 mil vagas ofertadas, em 2007, ano de seu lançamento, para aproximadamente 240 mil vagas em 2012. Ressalta-se que a interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Nesse sentido, destaca-se a criação de 47 novos câmpus até 2014, dos quais 13 já iniciaram suas atividades.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) visa combater as desigualdades sociais e regionais, bem como ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, por meio de assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, creche e apoio pedagógico, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir, assim, para a melhoria do desempenho acadêmico. O Pnaes apoia, a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais. Entre 2008, ano da criação do Programa

Nacional de Assistência Estudantil, e 2012, o volume destinado ao programa quadruplicou — passou de R$ 126,3 milhões para R$ 503,8 milhões.

Criado em 2011, o Pronatec tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica, com a meta de ofertar 8 milhões de vagas até 2014.

Desde o seu lançamento, já foram atendidos mais de 2,5 milhões de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, dentre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados populações do campo e trabalhadores de setores do turismo, com prioridade de atendimento a pessoas com deficiência.

Os cursos são oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, redes estaduais de educação profissional e tecnológica e o Sistema S.

Importantes iniciativas do Governo Federal com vistas à inclusão social estão voltadas para formação e qualificação profissional de jovens e adultos, objetivando ampliar as suas condições de ingresso no mercado de trabalho.

Uma das ações inovadoras do Pronatec é a Bolsa-Formação Estudante, que oferta vagas gratuitas em cursos técnicos, e o Bolsa-Formação Trabalhador, que oferta vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada. Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos e 541 mil em cursos de formação inicial e continuada. Na Bolsa-Formação Trabalhador, destacam-se o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil segurados matriculados, e o Bolsa-Formação Inclusão Produtiva no âmbito do Brasil Sem Miséria, que oferta cursos de formação inicial e continuada para beneficiários do Programa Bolsa-Família. Em 2012 foram 266,7 mil matrículas.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada com elevação de escolaridade para mulheres de 16 a 70 anos em situação de vulnerabilidade social.

Os projetos são implantados pelos câmpus dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para 210 unidades da Rede Federal, beneficiando mais de 17 mil mulheres.

Para isso, grandes investimentos foram direcionados para a oferta de novas vagas, ampliação e reforma da infraestrutura das redes de ensino técnico e novos recursos pedagógicos, com o objetivo de fortalecer o trabalho das redes de educação profissional e tecnológica. Em 2012, foram inauguradas 35 unidades da rede federal em 19 estados, que quando estiverem em pleno funcionamento terão capacidade de ofertar 1,2 mil vagas, cada uma. Atualmente, encontram-se em funcionamento 76 unidades.

A expansão da Rede Federal atende a três dimensões: universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania; atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100, que é o grupo de cidades brasileiras com receita per capita inferior a R$ 1 mil e com mais de 80 mil habitantes; e municípios com percentual elevado de extrema pobreza. As três dimensões da expansão refletem o foco desta política no crescimento inclusivo e diminuição das desigualdades regionais.

Ressalta-se que por meio do Acordo de Gratuidade com o Sistema S, SENAI e SENAC investiram parcela expressiva de suas receitas líquidas na formação de estudantes de baixa renda e de trabalhadores, permitindo que mais de 680 mil pessoas fizessem cursos de qualificação profissional.

Além disso, em 2012, o Programa Brasil Profissionalizado permitiu que 64 mil jovens ingressassem em cursos técnicos, nas redes estaduais. O Programa também investe na ampliação e reforma de unidades escolares.

Em face do exposto destacam-se as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo Governo Federal nos últimos anos, tanto na educação básica quanto no ensino superior, norteadas pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade.

Os resultados registrados indicam uma significativa melhora da situação educacional do País, relacionada ao esforço de expansão da educação infantil, dos ensinos fundamental, médio e superior, além da educação profissional e tecnológica.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Proteção Social

A incidência da pobreza vem sendo, ao longo das décadas, um dos grandes problemas da sociedade brasileira e sua superação um dos maiores desafios enfrentados no País. No Brasil, historicamente, os ciclos de crescimento econômico não tiveram como contrapartida ganhos comparáveis em termos de desenvolvimento social. Nas décadas de 50, 60 e 70 o PIB cresceu, em média, mais de 7% ao ano, tendo culminado nos anos de 1968 a 1973, período denominado “milagre econômico”, em que o índice foi superior a 10% anuais. Mesmo assim, o Brasil continuou apresentando um quadro persistente de pobreza.

Em linhas gerais, os principais elementos que contribuem para a redução da pobreza são o crescimento econômico e a redução da desigualdade social, no entanto, uma das principais características do desenvolvimento brasileiro, e de forma mais acentuada nos anos 70, tem sido o

crescimento econômico associado à concentração de renda, transferindo para as gerações futuras a responsabilidade pelo enfrentamento das desigualdades sociais.

Importante linha de pensamento econômico assegura que o crescimento econômico é um relevante indutor da redução da pobreza, já que promove a elevação do nível de emprego e dos salários.

Porém, no Brasil, por diversos motivos, ao longo do período de maior crescimento ocorreu acentuado aumento na concentração de renda que amenizou seu efeito sobre a redução da pobreza.

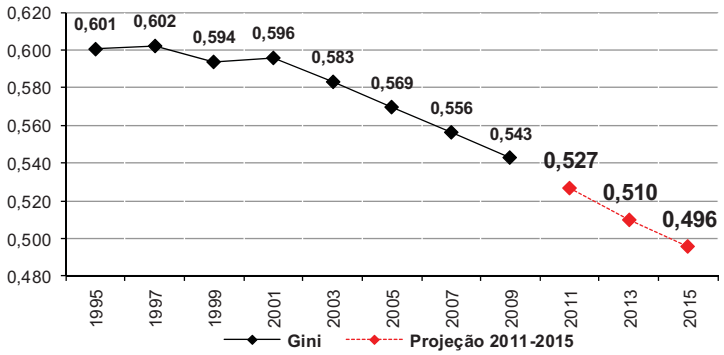
De 1960 a 1980, o índice de desigualdade social, medida pelo coeficiente de Gini, aumentou de 0,535 para 0,589, lembrando que quanto menor o índice menor a desigualdade.

Essa concentração de renda continuou crescendo até 1990, quando atinge o ápice na série histórica, de 0,607.

Portanto, baseado na experiência brasileira, depreende-se que o crescimento econômico, de forma isolada, é condição necessária, mas não suficiente para a redução da pobreza. Seria necessário atacar o outro determinante imediato: a desigualdade social.

A partir do início deste século, um dos aspectos mais relevantes verificados no cenário socioeconômico brasileiro foi o processo de redução das desigualdades sociais. Mais precisamente a partir de 2001, o coeficiente de Gini vem apresentando, ano a ano, uma redução consistente, sendo o índice verificado em 2012 o mais baixo desde o início da década de 60, quando começou a ser calculado no Brasil, demonstrando o crescimento relativo mais que proporcional da renda das classes sociais menos favorecidas. O quadro a seguir mostra que mantida a tendência atual o índice deverá ficar abaixo de 0,5 por volta de 2015.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI: 1995 - 2015



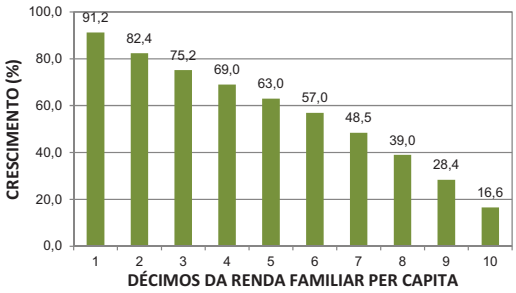
Fonte: Ipea Data.
Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Essa mitigação das desigualdades ocorreu de forma generalizada quando comparada à evolução da renda de diversos grupos populacionais nos últimos dez anos. Do ponto de vista regional, por exemplo, a distância entre as rendas dos residentes nas regiões Nordeste e Sudeste se reduziu, assim como entre negros e brancos, entre analfabetos e pessoas com escolaridade elevada, entre os moradores das áreas rurais pobres e das metrópoles[1]. Além do processo redistributivo, em que se verifica um crescimento mais acentuado da renda nas classes mais pobres em relação às classes média e alta, houve um percentual crescente da população que ultrapassou as linhas da pobreza e da pobreza extrema. Ou seja, vivemos um momento em que a redução da desigualdade ocorre concomitantemente com a redução da pobreza, explicado principalmente pelo aumento dos rendimentos do trabalho e crescimento do emprego.

Essa tendência de desconcentração da renda e de inclusão social da população pobre permaneceu em 2011 e 2012, anos de baixo crescimento econômico, em que tiveram significativa importância o desenvolvimento de políticas de proteção social, com maior abrangência e efetividade, bem como a política de aumentos reais do salário mínimo. O gráfico a seguir demonstra que, ao longo da última década, o índice de crescimento da renda ocorreu de forma mais acentuada na base da pirâmide social.

[1] Comunicado Ipea nº 158, de 18 de dezembro de 2012.

CRESCIMENTO DA RENDA POR DECIS DE RENDA PER CAPITA, BRASIL (2001/2011)



Média = 57,0
Fonte: Ipea a partir de microdados da PNAD.
Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Além de proporcionar melhores condições de vida para a população da baixa renda, as políticas redistributivas potencializam os efeitos gerados pelo crescimento da economia e do emprego formal e, por outro lado, contribuem para que os efeitos do baixo crescimento econômico sejam minimizados em termos de impacto social. Para ilustrar a importância dessas políticas, a redução da desigualdade teria sido 36% menor na última década sem tais políticas, segundo o Ipea[2]. Além disso, há de se destacar o impulso que a transferência de renda com condicionalidades oferece para o alcance do objetivo da superação da pobreza nas gerações futuras.

O Plano Brasil sem Miséria (BSM) foi um avanço na busca pela maior efetividade da política social, desta feita com o objetivo declarado de erradicar a pobreza extrema no País. Estruturado em três eixos de atuação, transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, o Brasil sem Miséria tem por meta o combate à pobreza e às desigualdades, bem como a consolidação dos direitos sociais e da rede de proteção social. Assim, o BSM se propõe a promover um conjunto integrado de intervenções dos poderes públicos e da sociedade, de modo a assegurar o efetivo acesso a direitos e oportunidades sociais aos grupos mais vulneráveis da população brasileira, mais afastados do estado e das políticas públicas.

Em 2012, o lançamento da Ação Brasil Carinhoso, no âmbito do BSM, consistiu num aprofundamento das políticas públicas voltadas para a parcela mais pobre da população que, por diversos fatores, é a mais difícil de ser alcançada. Com o Brasil Carinhoso foi instituído este ano o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), que visa retirar da extrema pobreza as famílias que possuem crianças entre 0 e 15 anos, assegurando para as mesmas renda mínima de R$ 70 per capita. Dados do Censo 2010 apontavam que a incidência de extrema pobreza entre os brasileiros de até 15 anos era quatro vezes aquela observada entre pessoas com mais de 60 anos. No caso dos idosos, a reduzida taxa de miséria é resultado de uma extensa e já consolidada rede de proteção social, que envolve elementos contributivos e não contributivos: aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria rural. O Programa Brasil Carinhoso, ao considerar o hiato de renda que atingia 3,4% das famílias beneficiárias que ainda se encontrava em extrema pobreza, aperfeiçoou sua focalização e diminuiu esse número para apenas 1,7% de famílias extremamente pobres.

Como resultado, foram retiradas 2,8 milhões de crianças entre 0 e 6 anos da situação de extrema pobreza, reduzindo a miséria nesta faixa etária em 62%.

Em novembro de 2012, por intermédio de Medida Provisória, o BSP foi ampliado para as famílias do Programa Bolsa Família em extrema pobreza com pelo menos um filho de até 15 anos. Com essa ação, mais 7,3 milhões de pessoas superaram a situação de miserabilidade, sendo 2,9 milhões na faixa etária de 7 a 15 anos. Essa importante ampliação resultou na diminuição de 1,7% para 0,8% o percentual de famílias beneficiárias na extrema pobreza. Com isso, um total de 16,4 milhões de pessoas superou a extrema pobreza em termos de renda[3].

Ainda com relação à primeira infância, a Ação Brasil Carinhoso, para além da temática da renda, funda-se também em ações focadas na temática da educação e saúde. Com relação à educação, buscou-se ampliar o número de vagas em creches, públicas ou conveniadas com o poder público. Na área da saúde, ampliou-se a distribuição de suplementos alimentícios visando garantir o pleno desenvolvimento das capacidades físicas e cognitivas das crianças mais vulneráveis.

O eixo da inclusão produtiva do BSM é uma das principais prioridades do atual governo, no intuito de aliar crescimento econômico com inclusão social. Para além dos programas de transferência de renda busca-se a inserção produtiva e econômica das populações mais pobres, além de facilitar o acesso aos serviços sociais.

[2] Comunicado Ipea nº 155, de 25 de setembro de 2012.

[3] Nota Técnica IPEA n°14, dezembro de 2012.

Por intermédio de ações voltadas para grupos e populações em situação de vulnerabilidade, são fomentadas atividades produtivas em consonância com as potencialidades de cada região. Nesse sentido, a estratégia governamental tem sido atuar em duas frentes, diferenciando-se a inclusão produtiva rural da inclusão produtiva urbana, cujos territórios contam com determinadas especificidades que devem ser consideradas visando ao aumento da efetividade da ação do Estado.

No caso da inclusão produtiva urbana, o propósito tem sido qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho e renda para os mais pobres. Os cursos, voltados à inserção no mercado de trabalho, são realizados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Brasil sem Miséria (Pronatec – BSM) e operacionalizados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema "S" e os Institutos Federais de Ensino Técnico e Tecnológico, que ofertam gratuitamente mais de 200 tipos de cursos de formação inicial e continuada. Em convênio com os municípios, o Programa é articulado com outras políticas públicas de inserção profissional do Plano Brasil Sem Miséria, como ações de intermediação pública de mão-de-obra, de economia solidária e de apoio ao microcrédito e ao empreendedorismo individual.

O Pronatec BSM tem como um dos principais objetivos o aumento da empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade, haja vista que a juventude é a que mais sente os efeitos perversos do desemprego: de acordo com o IBGE, em março de 2012 o desemprego foi de 6,2% ao passo que entre jovens de 18 a 24 anos foi de 14,5% e entre 15 e 17 anos foi de 24,6%. O Programa, além de atacar o elevado índice de desemprego que atinge diretamente a juventude brasileira, ainda aproveita o bônus demográfico e garante o ingresso de mais indivíduos contribuintes na atualidade, diminuindo a relação entre contribuintes e aposentados e garantindo a diminuição de futuros déficits no sistema previdenciário.

No caso das áreas rurais, que concentram 47% do público do Brasil Sem Miséria, objetiva-se o fortalecimento da capacidade produtiva e de comercialização da agricultura familiar, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

Na perspectiva da produção, o propósito das ações tem sido promover o acesso desses públicos às técnicas mais avançadas de cultivo, além de sementes e créditos de fomento a fundo perdido. Em parceria do MDS com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, são oferecidos assistência técnica e extensão rural (ATER), com a disponibilização de técnicos de nível superior e médio, além de parcerias com a Embrapa e Universidades, facilitando o desenvolvimento de tecnologias apropriadas a cada família.

Ainda no âmbito da inclusão na área rural, merecem destaque também as ações relacionadas à promoção do acesso à água. O Programa Cisternas (Primeira Água), em parceria com o Ministério da Integração Nacional, tem como objetivo garantir o acesso à água potável para consumo humano das populações de áreas rurais. No intuito de promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional, são construídas cisternas para armazenamento de água da chuva, com capacidade de 16 mil litros. O sucesso dessa ação reside no baixo custo da tecnologia de cisternas de placas, além de sua socialização e da mobilização em torno da construção desses equipamentos, utilizando mão-de-obra local, com treinamento e capacitação dos beneficiários.

O Programa Segunda Água, por sua vez, é voltado para a captação de água para utilização em atividades agropecuárias, com a produção de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização de excedentes. A captação é feita por meio de cisternas com capacidade para 52 mil litros, localizadas nos espaços das propriedades e depois armazenadas em um reservatório específico. Com a diversificação de suas atividades, essas populações passam a contar com maior variedade de nutrientes e mais fontes de proteína animal, garantindo assim melhorias na segurança alimentar e nutricional.

Em complemento às ações voltadas especificamente para a produção agrícola, verificou-se a necessidade de também fomentar a comercialização dos excedentes da produção, inserindo novos canais de distribuição, facilitando principalmente o acesso às compras governamentais. Com isso, promove-se a geração de renda por intermédio da venda desses excedentes, além da formação de estoques públicos reguladores de preços. Nesse sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se mostrado duplamente importante, tanto para a comercialização dos excedentes quanto para a disponibilização de alimentação saudável e nutritiva para beneficiários atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Ainda em 2012, o MDS instituiu no âmbito do PAA uma nova modalidade de aquisição de alimentos, chamada Compra Institucional, permitindo que órgãos públicos das esferas federal, estadual ou municipal, com demandas regulares de consumo de gêneros alimentícios – como a rede pública de educação básica e superior, forças armadas, unidades de saúde e sistema prisional – possam adquirir produtos com dispensa de licitação, diretamente da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais.

Com isso, ampliou as possibilidades de canais de distribuição para produtos da agricultura familiar e comunidades tradicionais, corroborando ainda mais para a geração de renda para esses públicos.

Por fim, merece destaque a estratégia de intersetorialidade que vem sendo delineada a partir das ações do governo federal.

Partindo da premissa fundamental de que a formulação e a execução das ações de proteção social não podem ficar isoladas em apenas um Ministério, novas formas de atuação colaborativa entre as diversas pastas têm sido implementadas com grande êxito. Conforme ficou explícito, a coordenação do MDS e a atuação em conjunto com outras pastas – como Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário, Trabalho e Emprego, Meio Ambiente, Integração Nacional – tem favorecido tal ação em prol da diminuição da desigualdade e do crescimento inclusivo. Dessa forma, o poder público passa a atender aos cidadãos em sua integralidade, evitando ações pontuais e compensatórias e alcançando o paradigma da emancipação e da autonomia das parcelas mais vulneráveis da população.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Desenvolvimento Regional

Uma política regional efetiva busca garantir acesso justo e equilibrado aos bens e serviços públicos e contribuir para a redução da desigualdade de oportunidades no próprio local de nascimento e moradia das populações beneficiárias. No âmbito do Ministério da Integração Nacional - MI, merecem destaque, como ações indutoras do crescimento inclusivo, a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos e as Rotas de Integração Nacional.

A realização da CNDR pode ser apontada como um dos caminhos para elevação da política regional à Política de Estado, com maior articulação entre as diversas políticas setoriais. Propõe mudanças para viabilizar as estratégias a serem adotadas para sustentar a trajetória de reversão das desigualdades inter e intra regionais do Brasil, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. Ainda que a etapa nacional aconteça em março de 2013, já se realizaram, em 2012, as 27 etapas estaduais e as cinco macrorregionais, que envolveram cerca de 10 mil pessoas. Um momento de sinergia entre Governo, sociedade civil, setor empresarial e instituições de ensino, pesquisa e extensão para as discussões dos vetores do crescimento e do desenvolvimento social brasileiro.

Com a gestão participativa da política regional, fica reiterado o compromisso do Governo Federal com a retomada plena da questão regional como prioridade do Estado Brasileiro. Trata-se de um olhar detalhado para a redução das desigualdades regionais e a missão institucional do Ministério de "Promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do País, assegurando inclusão socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população".

Outro destaque foi a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos, instituído por meio do Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, e concebido no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Seu objetivo é promover a universalização do acesso à água para as famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem em comunidades rurais, tanto para consumo humano, quanto para a produção agrícola e alimentar. São diretrizes do Programa a priorização das populações em situação de extrema pobreza; o fomento à utilização de tecnologias, infraestruturas e equipamentos para captação, armazenamento, tratamento e distribuição de águas pluviais, corpos d'água, poços ou nascentes; a otimização de seu uso e a articulação das ações promovidas pelos órgãos e instituições federais competentes.

Tais diretrizes deixam claro o viés do Programa, de articular oferta de água com desenvolvimento produtivo, crescimento econômico e preservação do meio ambiente. São adotadas, como tecnologias, as cisternas de acumulação de água pluvial, os sistemas coletivos de abastecimento e os barreiros para dessedentação animal, com a meta de atender a 750 mil famílias até 2014. Além das populações rurais, serão priorizados povos indígenas, comunidades tradicionais e escolas rurais, sem prescindir da abordagem de convivência com a seca e de um trabalho social de conscientização e de envolvimento das famílias beneficiárias.

Por fim, aponta-se o Programa Rotas de Integração Nacional, cujo objetivo é promover a estruturação produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do País aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento. No âmbito desse Programa, foram definidos como prioritários os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de ovinocaprinocultura, fruticultura, apicultura, piscicultura, vitivinicultura e economia criativa. Trata-se de espaços de articulação, convergência e coordenação das diversas iniciativas de fomento ao desenvolvimento socioeconômico e de superação da pobreza conduzidas por órgãos públicos, empresas privadas e organizações da sociedade civil em um território comum.

As Rotas apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção: o recorte territorial define o espaço comum a ser trabalhado e o modelo de governança adotado, enquanto o recorte setorial sinaliza o conteúdo das ações a serem definidas e trabalhadas de modo integrado e cooperativo. O projeto busca criar consistência e complexidade nos APLs identificados, por meio da aproximação e envolvimento dos atores relevantes, de modo a equacionar os gargalos da cadeia produtiva priorizada, seja no campo da produção, do crédito, da infraestrutura, da inovação, da formação profissional ou da comercialização. Dada a dimensão da proposta, a estruturação das Rotas de Integração Nacional deverá contar com esforço conjunto das diversas instituições de fomento à inclusão produtiva e ao desenvolvimento econômico em curso no País, em consonância com as diretrizes dos planos Brasil sem Miséria e Brasil Maior, que também visam a integração e a coordenação das ações públicas e privadas com vistas ao desenvolvimento inclusivo e sustentável do País.

Infraestrutura

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do MI envolve ações dinamizadoras do desenvolvimento que promovem o crescimento inclusivo. Nesse contexto, o Ministério é responsável por ações estruturantes de oferta de água, com destaque para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (CE, PB, PE e RN), o Eixão das Águas (CE) e o Sistema de Barragens do Rio Grande do Sul (Barragem Arroio Passo da Ferraria, Barragem Arroio São Sepé, Barragem Rio Soturno, Barragem Sarandi).

Esses empreendimentos de infraestrutura buscam oferecer segurança hídrica às comunidades, tanto para o consumo humano digno, quanto para o desenvolvimento de atividades econômicas que ampliem a renda das populações beneficiadas, reduzindo desigualdades regionais e impulsionando o desenvolvimento. Os variados investimentos do PAC em Sistemas Integrados de Abastecimento de Água multiplicam a capacidade de

investimento de municípios e estados na área de saneamento, melhorando a salubridade dos ambientes habitados e reduzindo a pressão sobre os sistemas de saúde. Os investimentos da União são, via de regra, associados a aportes dos outros entes federativos em obras complementares que movimentam a economia local.

No que se refere à implantação de perímetros públicos de irrigação, o MI vem gerindo propostas inovadoras para a política do setor, com a intenção de maximizar no longo prazo o retorno econômico dos investimentos e permitir a apropriação por amplas parcelas da população desses ganhos. Os investimentos no PAC têm buscado alinhamento com essa nova Política. Nesse sentido, foi lançado em novembro de 2012 o Programa Mais Irrigação, que incorporou 31 novos empreendimentos à carteira. Mais importante, modificou-se a forma como o MI trata esses empreendimentos, de forma a organizar as diferentes tipologias e envolver parceiros privados na implantação e na gestão das infraestruturas produtivas, quando for o caso.

O MI tem promovido intensos esforços na revitalização de bacias hidrográficas, por intermédio de ações de saneamento básico, que reduzem as cargas orgânicas dispensadas nos efluentes dos recursos hídricos. Acoplados a esses investimentos, existem esforços também no âmbito do PAC para controle de processos erosivos. Esse conjunto de intervenções melhora a capacidade de rios em manter variada ictiofauna com valor para exploração econômica e reduz custos gerais de tratamento de águas, tanto para o setor de saneamento quanto para atividades produtivas.

Em adendo, o portfólio de empreendimentos PAC do MI recebeu novos projetos destinados a reduzir a vulnerabilidade das populações aos extremos climáticos.

Para enfrentar os efeitos da forte seca do biênio 2012-2013, foram incorporados 74 empreendimentos para ampliar a oferta de água no Semiárido Brasileiro.

Trata-se de obras estruturantes, capazes de ampliar a oferta de água e a segurança hídrica da população, tanto para seu próprio consumo, como para o das atividades econômicas que lhe darão renda e trabalho. Para evitar prejuízos causados pelas chuvas, foram incluídos no portfólio 47 novos empreendimentos de prevenção de cheias ou de contenção de erosões fluviais, espalhados por todo o território nacional. Foram selecionados com base nas regiões críticas sob o ponto de vista de mortes e prejuízos materiais causados por esses eventos.

Por fim, cabe realçar que foram concluídos 19 empreendimentos da carteira PAC-2 no biênio 2011-2012 e que outros 32 têm previsão de conclusão em 2013. Esses esforços traduzem o compromisso do MI de fomentar o desenvolvimento e o aprimoramento de uma rede de infraestruturas moderna e capaz de alavancar o desenvolvimento das regiões mais pobres, reduzindo as desigualdades regionais.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

O Ministério dos Transportes tem aprimorado continuamente a gestão ambiental de seus empreendimentos. Toda implantação de uma obra de infraestrutura de transporte sob a responsabilidade da Pasta, conta com a elaboração do denominado Plano Básico Ambiental (PBA).

O Plano é composto por programas com cuidados com a fauna e a flora da área de abrangência de uma obra. Pode abranger ainda o gerenciamento de resíduos sólidos, a prevenção de acidentes, a educação ambiental, o controle da saúde pública, da segurança nacional e proteção à vida, como determinado pelas diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente, Política Ambiental do Ministério dos Transportes e Política Nacional de Transportes.

O legado dos investimentos em infraestrutura rodoviária.

Nessa linha de atuação, a construção da BR-448/RS destacou-se em 2012. No empreendimento, 599 famílias, que viviam em situação precária, foram incluídas em um processo de reassentamento, com a construção de moradias e equipamentos urbanos, ocorrendo, assim, sua reinserção social.
No campo da educação ambiental, ressalta-se o premiado projeto artístico/educativo vinculado à BR-448/RS denominado “A semente que plantamos, os frutos que colhemos - Gestão Ambiental BR-448”, que trata do descarte irregular de resíduos sólidos nas rodovias. A exposição foi vista por mais de 3,8 milhões de pessoas estando presente no estande do estado do Rio Grande do Sul - RIO+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável).

O legado dos investimentos em infraestrutura ferroviária.

Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Transportes, projetos ferroviários importantes como o da Ferrovia Norte-Sul (FNS) e o da Ferrovia Oeste-Leste (FIOL), foram concebidos com a finalidade de unir, econômica e socialmente, regiões do Brasil, conectando o Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Leste do País. Estima-se que as duas ferrovias criarão aproximadamente 70 mil empregos diretos e 200 mil empregos indiretos, minimizando custos de transporte de longa distância e estabelecendo novo marco para a inclusão social e o desenvolvimento da economia brasileira.

Ao interligar as regiões Norte e Centro-Oeste ao Sudeste do Brasil, com a oferta de uma moderna infraestrutura de transporte ferroviário, a FNS permitirá a integração de importantes regiões.

São esperados ganhos econômicos logísticos distribuídos entre a produção e o transporte dentro da cadeia produtiva agropecuária, agroindustrial, mineral e de transformação.

Espera-se que possam orientar o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo de uma parcela de 15% de nossa população situada no cerrado brasileiro a ser alcançada pelo traçado das ferrovias, em uma área de influência equivalente a 21,84% da área territorial do País.

A Extensão Sul da FNS, com 680 quilômetros de extensão, possibilitou à ferrovia cruzar todo o estado de Goiás, integrando regiões de acentuada produção de grãos e cana de açúcar a centros agroindustriais localizados na região de Quirinópolis, Jataí e Rio Verde.

A articulação de diferentes ramos de negócios proporcionada pela implantação e prolongamento da FNS está contribuindo para o aumento da renda dos municípios abrangidos. A melhor distribuição da riqueza nacional, geração de divisas e abertura de novas frentes de trabalho permitirão a diminuição de desequilíbrios econômicos entre as regiões brasileiras, resultando em melhoria significativa da qualidade de vida de suas populações.

Destaca-se o desenvolvimento de ações educativas junto às comunidades e demais setores da sociedade no entorno do empreendimento, com a finalidade de contribuir para a busca de melhoria da qualidade ambiental e de vida.

Por meio de métodos e técnicas de cunho educativo, procura-se o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, tornando o cidadão capaz de discernir sobre questões de proteção e conservação do meio ambiente. Da mesma forma que a FNS, a construção da FIOL permitirá a dinamização do escoamento da produção entre os polos oeste e leste do País, com conexão com a Ferrovia Norte-Sul. Serão 1.527 quilômetros de extensão, dos quais aproximadamente 1,1 mil quilômetros no estado da Bahia, com investimentos estimados em R$ 6 bilhões.

Como principal benefício inclusivo, além da geração de novos empregos na região, restará o legado dos demais frutos que serão disseminados por esta importante obra estratégica. Atualmente, foram criadas 800 vagas diretas e estima-se um montante que pode chegar a 10 mil trabalhadores quando for alcançado o ápice da execução das obras.

A criação de novas oportunidades permite que os jovens permaneçam na região, evitando a migração para outras localidades do País em busca de colocação profissional. Esses jovens e demais profissionais demandam qualificação, assim, o Estado tende a investir mais recursos na educação para suprir essa nova necessidade, valorizando a mão de obra local. Além disso, por ter parte da economia voltada para o turismo, existe uma sazonalidade no mercado de trabalho local caracterizada por períodos de baixa temporada quando há um aumento no número de demissões, o que reforça a necessidade de abertura da economia regional para novos nichos.

Outro aspecto importante é a construção do Porto Sul no extremo leste da FIOL. Esse empreendimento portuário terá capacidades nominais de exportações anuais de 75 milhões de toneladas e de importação de 5 milhões de toneladas, com previsão de movimentação de produtos como minério de ferro, clínquer, soja, etanol e fertilizantes, além de outros granéis sólidos e líquidos.

A conjugação das novas linhas do modal ferroviário às rodovias já existentes e ao novo Aeroporto Internacional de Ilhéus redefinirá em novo patamar os corredores de transporte existentes, sendo fundamental para a região Nordeste, que passará a contribuir para o aumento da competitividade dos produtos agrícolas e industriais nacionais.

A produção de soja, a produção de algodão, a mineração na região de Caetité, a colheita de cacau em Itabuna e adjacências e as atividades do agronegócio terão seu desenvolvimento potencializado a partir dessa integração multimodal.

A ferrovia contribuirá para a criação de novos polos atrativos para os diversos ramos industriais que se beneficiam da redução no valor do transporte de matérias-primas, insumos e mão de obra local.

Permitirá que o setor privado se sinta estimulado a contribuir com investimentos, melhorando a arrecadação de tributos, movimentando uma política de investimentos privados e públicos cíclica que, espera-se, contribuirá para que estados deem sua parcela de contribuição em um esforço de gestão pública estratégica concentrada nas regiões alcançadas pela Ferrovia.

Assim as construções da FNS e da FIOL trarão recursos econômicos e financeiros que podem permitir o crescimento inclusivo regional da população. Para tanto, deverá ser prevista, por meio das políticas públicas, o direcionamento de parcela dos ganhos econômicos, oriundos da melhoria na cadeia logística de transportes, para a inclusão social com investimentos em educação, tecnologia, saneamento e infraestrutura em geral.

O legado dos investimentos do Fundo da Marinha Mercante.

O crescimento da indústria naval no Brasil aquece a geração de empregos no setor. Até 2015, está prevista a geração de mais de 30.000 postos de trabalho, caracterizando um cenário onde a demanda por profissionais é maior do que a oferta. Assim, os principais estaleiros financiados pelo Fundo da Marinha Mercante possuem programas de qualificação de mão de obra, e investiram em 2012 na formação de pessoal, contribuindo para o crescimento inclusivo da população brasileira. Em 2012, a construção Naval em Pernambuco gerou 5.968 empregos diretos, injetando mais de R$ 12 milhões na economia local, qualificando a mão de obra e gerando uma cultura tecnológica.

A atenção importante para parcela de nossa população.

O Programa Passe Livre, relevante trabalho de política social, criado pela Lei nº 8.899/1994, tem o objetivo de garantir o deslocamento de pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, nos sistemas de transportes coletivos interestaduais de passageiros, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário. Em 2012, foram emitidas 53.392 credenciais, totalizando 490.004 desde a criação do Passe Livre, em 2001.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

As ações do Ministério das Comunicações ao longo de 2012 em suas diferentes áreas de competência – Radiodifusão, Telecomunicações, Inclusão Digital e Serviços Postais – estiveram alinhadas com os seguintes objetivos estratégicos:

- Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.
- Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.
- Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.
- Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.
- Ampliar a transparência e a participação social nas políticas de comunicação.
- Promover a modernização e o fortalecimento institucional do Ministério das Comunicações.

Na área das comunicações, houve avanços importantes no ano de 2012. O Governo deu continuidade à implementação do Programa Nacional de Banda Larga, com significativos impactos na expansão da infraestrutura de telecomunicações.

Entre janeiro e outubro de 2012, o número de conexões ativas de Internet cresceu 44%, atingindo mais de 85 milhões de usuários.

Em outubro de 2012, cerca de 15,7 milhões de domicílios brasileiros contavam com serviço de TV por Assinatura, o que indica a oferta do serviço em 26,4 de cada 100 domicílios do País. Nos dez primeiros meses de 2012 o setor acumula um crescimento de 23,19%, com a adição de 2,96 milhões de novos assinantes em relação a 2011.

Considerando-se o número médio de pessoas por domicílio estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 3,3 pessoas, os serviços de TV por Assinatura são distribuídos, atualmente, para mais de 51 milhões de brasileiros.

Adicionalmente, em junho de 2012, foi realizada a licitação para as redes de telefonia móvel de quarta geração (4G) e as redes de telefonia móvel voltadas à área rural (faixa de 450 MHz), e também foram implementadas medidas fiscais e regulatórias com o objetivo de aumentar o investimento privado na expansão de redes de telecomunicações, tais como o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, instituído pela Lei nº 12.715, de 17/09/2012.

No que se refere a Inclusão digital, o Ministério das Comunicações deu início ao processo de implementação do Projeto de Cidades Digitais com a seleção pública dos 80 primeiros municípios a serem beneficiados. O projeto dota as prefeituras de infraestrutura de conexão à internet, de aplicativos na área de TIC, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil.

Na área de radiodifusão, destacam-se as inciativas voltadas ao processo de digitalização da TV. Durante o ano foram consignados mais de 1.700 canais para operação de TV em tecnologia digital.

Com isso, o ritmo de consignação de canais superou em quase dez vezes a média dos anos anteriores. Além disso, foi divulgado o Plano Nacional de Outorgas 2012-2013 para rádios comunitárias, que pretende levar o serviço para todos os municípios brasileiros ao final do biênio.

O Ministério das Comunicações tem trabalhado para reduzir o estoque de processos de radiodifusão, ao romper as barreiras que impedem ganhos de eficiência em sua análise. Destaca-se a adesão do Ministério das Comunicações à ata de registro de preços da Telebrás para mapeamento de processos, e a automação dos processos de radiodifusão, que será implementada com o apoio do Movimento Brasil Competitivo, por meio da Câmara de Gestão da Presidência da República.

Ademais, o Ministério, ao lado de diversos órgãos do Governo Federal, iniciou em 2012, a formulação de um conjunto de ações que devem resultar na proposição de uma Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos.

O objetivo maior é criar condições para aproveitar, de maneira sustentável, a oportunidade econômica gerada pelo investimento nas cadeias produtivas e em arranjos produtivos locais dos setores do audiovisual, jogos eletrônicos, visualização, música/som e aplicativos de tecnologia da informação e comunicação como forma de desenvolver e fortalecer os segmentos produtores destes conteúdos no Brasil. As atividades iniciais incluíram um contrato com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa para estimular o uso e a disponibilização do middleware Ginga na TV Digital e a inclusão de uma ação orçamentária específica voltada ao fomento do setor na LOA 2013.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Educação

O primeiro curso à distância da área de geofísica (Magnetismo da Terra) ofertado pelo Observatório Nacional (ON) teve 8.139 inscrições, com a proposta de promover, junto ao público não especializado, a divulgação de temas científicos relacionados à atuação do ON. Já foram realizadas nove edições do curso de Astronomia.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) alcançou mais de 200.000 teses e dissertações disponíveis em acesso aberto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), após dez anos de funcionamento. Esse número é resultado dos esforços das 97 instituições de ensino e pesquisa brasileiras parceiras do projeto. A BDTD é, hoje, a maior base de dados nacional de teses e dissertações e a segunda maior do mundo, segundo o site da *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD).

O IMPA expandiu seu Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio, constituído de cursos intensivos de curta duração, direcionados aos professores de Matemática do ensino médio no estado do Rio de Janeiro. Agora transmitidos via Internet a outros 33 centros em todo o País, nos quais foram montadas equipes de apoio formadas por professores universitários treinados para esse fim. Outro destaque do IMPA na área de educação foi a Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas (Obmep), que em 2012 teve 19.990.242 alunos inscritos.

A RNP desenvolveu no âmbito do programa Brasil Mais TI, a implantação de um sistema de ensino à distância intermediado para a formação de programadores. Criação do Portal de Vagas, com cadastramento de candidatos e alunos, pesquisa de perfil com filtros e hospedagem em sistema. Capacitação de alunos em linguagens de programação, Java, Dot Net e Cobol, além do curso de comunicação com ênfase em mídias sociais (1.000 vagas ofertadas).

Saúde

O LNBio/CNPEM desenvolveu fármacos para o tratamento de doenças parasitárias negligenciadas, que poderá levar ao desenvolvimento de uma nova classe de agentes antiparasitários para uso direto em humanos. Esse laboratório também desenvolve promissora pesquisa "Neks em câncer", na qual experimentos *in vivo* estão sendo realizados para obter informações sobre a atividade da enzima quinase, no contexto da sua função relacionada com o conserto de danos ao DNA.

O INT e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) inauguraram o Laboratório de Tabaco e Derivados (Latab). É o sexto laboratório público no mundo e o primeiro da América Latina voltado exclusivamente para análises de produtos derivados do tabaco. A inauguração consolidou a liderança mundial do Brasil nas políticas de controle do tabaco e colabora para a redução dos impactos da epidemia tabagista e das doenças a ela relacionadas.

Em 2012, foi assinado o acordo de transferência da tecnologia desenvolvida pelo INPA para a Água Box, empresa *Hightech* Componentes da Amazônia. A pesquisa dedicou-se a estudar método para desinfecção da água por meio de radiação ultravioleta tipo C. Trata-se de um sistema capaz de tornar águas sujas de rios e lagos em água potável, livre de germes e já foi testado com sucesso em aldeias na Região Amazônica.

Desenvolvimento Regional

Foi concluído o projeto Tecnologia Avançada para a Mineração de Quartzitos. O trabalho do CETEM resultou no desenvolvimento, junto com empresários da região do Seridó Paraibano, de uma máquina de corte de disco diamantado para melhorar a produtividade e qualidade dos produtos finais, redução dos impactos ambientais, melhorias para a segurança e saúde dos trabalhadores e, consequentemente, geração de empregos e renda para a população local.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) foi selecionado pelo Governo Federal para participar das gravações de um vídeo que apresenta a Reserva Mamirauá como modelo de desenvolvimento sustentável em unidades de conservação. O filme retrata as atividades de pesquisa para a conservação da biodiversidade amazônica, manejo de recursos naturais e promoção da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas. Foi produzido pela O2 Filmes, narrado pelo poeta amazonense Thiago de Mello e foi apresentado na Rio + 20 e está disponível no sitio www.pavilhaobrasil.rio20.gov.br./#!/asa_1. O IDSM ganhou o prêmio Finep na categoria Tecnologias Sociais, pelo desenvolvimento de um sistema inovador de bombeamento de água por energia solar.

O programa de interiorização da RNP (Veredas Novas) teve grande impulso devido aos acordos de cooperação RNP/Telebrás, montando um plano de trabalho para interligação de 164 instituições no interior do Brasil a pelo menos 100 Mbits/s e RNP/ETICE, prevendo em plano a ligação de 40 instituições no interior do Ceará a pelo menos 100 Mbits/s. Também é destaque no âmbito de cada localidade, a conclusão do ambicioso projeto de Redes Metropolitanas de Dados para Ensino e Pesquisa – Redecomep, promovido pela RNP, com a integralização da implantação nas 27 capitais do País, bem como sua extensão para outros 15 centros de relevância do interior.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)

Em 2012, a SNCT registrou 26.823 atividades em 701 municípios de todos os estados brasileiros, um aumento de 65% no número de atividades e 10% no número de cidades atingidas em relação a 2011. O tema da SNCT 2012 foi "Sustentabilidade, Economia Verde e Erradicação da pobreza".

Popularização da Ciência na Rio + 20

Durante a Rio + 20, o MCTI organizou e coordenou atividades de popularização da C&T no Pier Mauá (Porto do Rio de Janeiro). O Armazém 4 do Píer Mauá se transformou num grande armazém de popularização de ciência, tecnologia e inovação com a realização de um conjunto de atividades de divulgação científica. Cerca de 71 mil pessoas visitaram e mais de 50 instituições estiveram presentes desenvolvendo atividades, sobre sustentabilidade, energia, erradicação da pobreza, meio ambiente etc. Na arena de debates, foram apresentadas

cerca de 80 palestras e outras atividades de divulgação da ciência, inclusive internacionais.

Olimpíada em Ciências

Em 2012, participaram da primeira fase da competição 19,2 milhões de alunos, 46.728 escolas, envolvendo 99,42% dos municípios brasileiros. Na segunda fase da Obmep, foram aproximadamente 824 mil participantes. Estes números fazem da Obmep a maior Olimpíada de Matemática do mundo.

Centros Vocacionais Tecnológicos

O MCTI elaborou o Documento de Referência para Apresentação, Habilitação e Seleção de Projetos com as diretrizes para a elaboração e submissão de propostas de implantação ou modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos. Das propostas submetidas, 46 foram habilitadas. Dos habilitados, apoiou-se 8 projetos, entre eles a criação do primeiro CVT no estado do Amazonas.

Implantação da Rede de CVTs em Agroecologia e Produção Orgânica, em Parceria com o MEC, o MAPA e o CNPq, atendendo ao Plano Brasil Agroecológico que prevê a implantação de 40 Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e 20 CVTs até 2014. Em 2012, por meio do Edital 46/2012, o CNPq recebeu um total de 58 propostas, sendo 48 submetidas para a Linha 1 (NEAs), 8 propostas para a Linha 2 (CVT – UF) e duas propostas submetidas na Linha 3 (CVT – Bioma). Das 58 propostas, foram aprovados 22 projetos de apoio à implantação da Rede de Agroecologia, sendo 17 NEAs e 5 CVTs. NEAs - 1 PR, 5 MG, 1 CE, 2 PB, 2 RS, 1 MA, 1 DF, 1 ES, 1 PA, 1 SC, 1 RN. CVTs - (um em cada estado) RJ, PE, PA, SP, AC.

Inclusão Digital

O Programa de Inclusão Digital apoiou diversos projetos com foco em estruturação de cidades digitais e no fortalecimento de espaços públicos de inclusão digital, que tem como objetivo a priorização da convergência das ações do Governo nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliando a cidadania e popularizando a ciência e a arte.

Foram apoiados 13 projetos, em 9 estados, totalizando R$ 21 milhões, beneficiando diretamente e indiretamente 35 mil pessoas.

Tecnologia Assistiva (TA)

O Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA) foi instituído pela Portaria MCTI nº 139/2012, na forma de uma rede cooperativa de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O CNRTA está instalado no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI-Renato Archer), unidade de pesquisa do MCTI, sediada em Campinas (SP). O Centro deverá atuar como coordenador de uma rede cooperativa de pesquisa, desenvolvimento e inovação, mobilizando agentes de diferentes setores em torno das demandas da sociedade. Constitui em importante observatório tecnológico e social e realiza atividades de prospecção tecnológica, mantendo-se permanentemente atualizado sobre as demandas da sociedade.

Criada a Rede Nacional de Núcleos em Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, coordenada pelo CNRTA. A Rede Nacional promove a pesquisa, desenvolvimento e inovação em TA, constituindo-se da interação de núcleos de TA de universidades, Institutos Federais, Unidades de Pesquisa, CNRTA e MCTI. A Rede conta com 29 núcleos, com representação em todos os estados brasileiros, atuando nas seguintes áreas: comunicação alternativa, órteses e próteses, recursos de acessibilidade ao computador, dispositivos de orientação, acessibilidade na internet, reconhecimento de voz, cadeiras de roda, novos produtos para pessoas com paralisia cerebral e AVC, entre outros.

O Programa de Inovação Tecnológica em Tecnologia Assistiva, lançado pela FINEP, destinará, entre 2012 e 2014, R$ 150 milhões para pesquisa e desenvolvimento em Tecnologia Assistiva. Desses recursos, R$ 90 milhões serão concedidos em forma de crédito subvencionado a empresas que queiram desenvolver produtos, metodologias, estratégicas, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos. Outros R$ 60 milhões serão aplicados na forma de recursos não reembolsáveis voltados para universidades e institutos de pesquisa. O programa prevê ainda a destinação de R$ 20 milhões em Subvenção Econômica para o desenvolvimento de equipamentos para a prática de treinamento de esportes paraolímpicos.

A estruturação e manutenção do Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (http://assistiva.mct.gov.br) é importante ação a área de TA. A lista traz informações sobre mais de 1.500 produtos fabricados, ou distribuídos no País, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e é atualizada pelo menos uma vez por ano. Com esse catálogo virtual, feito em parceria com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), o Brasil ingressa na Aliança Internacional de Provedores de Informação sobre Tecnologia Assistiva, rede que conta com a participação de dez países que mantêm catálogos virtuais de produtos nessa área: EUA, Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Irlanda, Espanha e França.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O MCTI, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizaram o Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN), da Universidade de Brasília (UnB). Participaram do seminário cerca de 100 pessoas, entre eles pesquisadores, gestores públicos e membros dos Conseas estaduais e nacional. Como resultados, destacam-se a organização dos pesquisadores da área e a criação de uma comissão pró-rede (rede nacional de pesquisadores em SAN), e a construção de uma proposta preliminar de agenda de pesquisa em SAN a ser colocada em consulta pública. Foi proposta, ainda, a criação de comitês avaliativos interdisciplinares permanentes e de novas áreas de conhecimento, além de sugestões para a constituição de Centros Vocacionais Tecnológicos em SAN.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

No caso da Educação Profissional e Tecnológica para a área rural, o MDA estabeleceu como meta no Plano Safra 2012/2013, no âmbito do Pronatec, 30 mil vagas para trabalhadores e estudantes, sendo 27 mil vagas para cursos de formação inicial e continuada, e 3 mil vagas para cursos técnicos. Em 2012 foram formados os Comitês Estaduais do Pronatec em todas as Unidades da Federação com apoio e participação das entidades representativas da agricultura familiar.

Além disso, há a participação do MDA no acompanhamento da execução de 47 projetos apoiados pela linha temática de Desenvolvimento Rural no Edital MEC/PROEXT/2011 de extensão universitária cujos temas estão alinhados com as principais temáticas da agricultura familiar.

O MDA/SAF tem pautado grande parte de sua atuação pela busca da redução das desigualdades regionais e desenvolvimento regional. Ações como o Garantia-safra, voltado exclusivamente para o semiárido, são um exemplo disso. É uma ação dos governos municipais, estaduais e federal, coordenada pelo MDA, para agricultores familiares que tenham renda bruta mensal de até 1,5 salário mínimo, que cultivem áreas não irrigadas de arroz, de feijão, de milho, de mandioca ou de algodão, entre 0,60 e 10 hectares, e que esteja em municípios localizados na região Nordeste, no norte do estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do estado do Espírito Santo. O benefício é pago para os agricultores que aderiram e que comprovem perda de, no mínimo, 50% da produção média dos últimos cinco anos, segundo dados do IBGE, nas lavouras em questão, em função da estiagem ou de excesso hídrico.

Nos nove anos de implementação do Garantia-Safra, observa-se um contínuo crescimento da participação e de interesse dos municípios e dos agricultores familiares. Iniciou-se em 2002, com 333 municípios participantes, 550 mil cotas distribuídas e 201 mil agricultores cobertos.

O ano agrícola 2011/2012 foi marcado por severa seca com impacto vivenciado pelas famílias dos estados Nordestinos e Região Semiárida de Minas Gerais. Este fato justifica o aumento da participação e da busca por programas e ações públicas, como o Garantia Safra que atendem as famílias em situações de perda de produção por motivo da vulnerabilidade climática.

Até dezembro de 2012, foram contemplados pela safra 2011/2012 99% (767.835) dos agricultores aderidos (771.343). Dos 1.035 municípios participantes tiveram perda confirmada 1.014 municípios. Durante o período, de 2003 a 2012, 4.651.793 adesões foram feitas ao Programa e o Fundo Garantia-Safra atendeu 2.265.423 agricultores que tiveram perda comprovada.

Outro exemplo é a ação fomento à participação da agricultura familiar na cadeia do Biodiesel, que também prioriza a inclusão de agricultores das Regiões Norte e Nordeste. O MDA/SAF trabalha em parceria com diversos atores da cadeia produtiva, além de atuar em conjunto com vários programas estaduais que tenham o mesmo interesse de inclusão social.

No Brasil, existem inúmeras iniciativas e programas de governos estaduais, sejam eles específicos do biodiesel ou mais abrangentes para o setor de biocombustíveis ou voltados para a agroenergia. Nas regiões N e NE, pode-se citar o Programa Biodiesel do Ceará, a Rede Baiana de Biocombustíveis, o Programa Biodiesel de Pernambuco e a Câmara Técnica Estadual da Palma de Óleo do Pará. Com todos eles, o MDA, por meio da articulação do Projeto Polos de Biodiesel, busca qualificar suas ações no sentido de inclusão de agricultores familiares e alinhar estratégias e instrumentos para facilitar esse esforço.

Cabe ressaltar que, sem o apoio e o esforço despendido pelos programas estaduais de biodiesel ou relacionados, muitas das ações realizadas pelo MDA no sentido de organização da base produtiva de oleaginosas pela agricultura familiar seriam muito mais difíceis.

Além disso, a criatividade de políticas, de alternativas de instrumentos e de benefícios criados nos níveis estaduais, associada ao constante diálogo com a Coordenação de Biocombustíveis da SAF/MDA, é uma fonte muito importante de reorientação estratégica das ações de inclusão social e de geração de renda para agricultores familiares no PNPB.

Na Região Nordeste, uma das regiões prioritárias, são cerca de 30 mil famílias produtoras de mamona e girassol que participam do Programa recebendo assistência técnica e comercializando sua produção via contratos com a indústria. Na Região Norte, o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, criado em 2010, beneficia aproximadamente 700 famílias contratadas por empresas para o fornecimento de cachos frescos de palma de óleo e com acesso a linhas de financiamento do Pronaf. Com isso, o programa funciona como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda.

O Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais se insere no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial sustentável e Economia Solidária. Desta forma as ações destinadas à promoção do desenvolvimento territorial contribuem de forma efetiva para a inclusão sócio produtiva das comunidades rurais nos territórios, e beneficiam indiretamente uma população da ordem de 55 milhões de habitantes.

Neste sentido, é importante ressaltar que em 2012 houve um aumento no número e no valor total dos projetos contratados/empenhados, por meio do Pronat. Isso se deve ao trabalho de articulação feito em 2012, no qual foi enfatizada a integração das ações que privilegiam a redução da pobreza extrema no meio rural, a exemplo do Plano Brasil Sem Miséria - PBSM.

Neste âmbito houve um grande esforço na contratação de projetos para municípios com menos de 50.000 habitantes e que são integrantes dos Territórios da Cidadania, atendendo consequentemente o público-alvo do PBSM que estão nestes territórios.

No tocante ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2, o MDA efetuou a entrega de 1161 máquinas retroescavadeiras entre janeiro e julho, beneficiando um universo de 1,3 milhão de agricultores familiares em 1173 municípios.

Essas máquinas estão contribuindo para a melhoria das estradas vicinais, facilitando o escoamento da produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, bem como o deslocamento das populações residentes nas áreas rurais. Por determinação da Presidência, a Ação foi ainda ampliada, com a compra de mais 3394 retroescavadeiras e 1937 moto niveladoras, que serão entregues no primeiro semestre de 2013, superando a meta inicial do PPA. Além de conseguir uma economia média de aproximadamente 40% em relação ao valor de mercado, as licitações promovidas pelo MDA garantiram a aquisição de bens fabricados no Brasil, contribuindo para a manutenção e geração de milhares de empregos.

A criação e a estruturação de assentamentos rurais, por meio da política de Reforma Agrária, são meios essenciais para superação das condições de pobreza no campo e incremento da produção, renda, sustentabilidade e integração de políticas públicas para a agricultura familiar. Em 2012, o Incra deu início a grandes mudanças nas ações desenvolvidas junto aos assentamentos da Reforma Agrária. Reconhecendo que os assentamentos guardam diferenças entre si, assim como os territórios em que estão inseridos oferecem dinâmicas próprias, adota a estratégia de atuação em rotas diferenciadas de desenvolvimento, em três grandes eixos: (i) a rota de integração ao Plano Brasil Sem Miséria, para todos os assentamentos novos e recentes que ainda estejam em situação de pobreza; (ii) a rota de combate, prevenção e construção de alternativas ao desmatamento ilegal, para assentamentos situados na Amazônia Legal e em outros territórios ambientalmente relevantes; e (iii) rota da produção e da integração à dinâmica territorial da agricultura familiar, para assentamentos em fase de estruturação e consolidação como comunidades autônomas social e economicamente.

As diferentes rotas articulam instrumentos para garantia de condições de vida (infraestrutura básica de água, luz, habitação e estradas de acesso), condições de produção e geração de renda (assistência técnica, financiamento, estruturação produtiva e acesso a mercados) e regularização fundiária e ambiental (demarcação topográfica, Cadastro Ambiental Rural e contratação de uso ou domínio). Destaca-se a antecipação da inserção dos 50 mil assentados na rota de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), inicialmente prevista para ser completada em 2014. Foi definido o conjunto de 770 assentamentos, com 50,6 mil famílias assentadas que passam a ter acompanhamento minucioso da implementação das ações do PBSM. Dessas famílias, 31,4 mil estão cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CAD-Único) e 25 mil recebem ajuda do Programa Bolsa Família. Cerca de 40% já estão recebendo Assistência Técnica contratada pelo Incra. Os assentamentos da Reforma Agrária também participam do PBSM por meio do Programa Bolsa Verde. São outras 41,8 mil famílias, em 956 assentamentos com ativos ambientais indicados para o programa, sendo que 20 mil já estão recebendo os recursos.

Mesmo com as articulações em curso na área de infraestrutura visando à integração com outros programas governamentais, como o acordo de cooperação com o Ministério da Integração Nacional para atender 31 mil famílias de 575 assentamentos situados na região do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, pelo Programa Água para Todos, e o encaminhamento da demanda por construção de habitações de assentados para o Programa Minha Casa Minha Vida, as ações do Incra de investimento em infraestrutura e crédito para habitação continuam sendo implementadas, no processo de transição, a fim de garantir o atendimento.

Somente em 2012, foram cerca de 19 mil famílias beneficiadas com a construção ou recuperação de estradas, 4.277 famílias com a implantação de sistemas de abastecimento de água e foram construídas ou reformadas 17,5 mil casas.

Ações de apoio e estruturação da produção estão sendo articuladas com vistas a acelerar a rota dos assentamentos em fases mais avançadas de desenvolvimento. Foi aberta chamada para constituição de um banco de projetos de agroindústrias em assentamentos. Os primeiros selecionados já serão atendidos por financiamento da Fundação Banco do Brasil e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os demais ficarão em carteira para acessarem outros recursos de apoio a projetos produtivos do próprio Incra e de outras instituições. Essa iniciativa está articulada com o atendimento por assistência técnica à liberação das modalidades do crédito instalação vinculadas à produção e às estratégias conjuntas MDA/MDS/INCRA para ampliar a integração dos assentamentos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

A assistência Técnica (ATER) também foi priorizada como ferramenta de qualificação dos agricultores assentados neste ciclo de geração de cidadania e renda. Esta ação traz melhor produtividade e qualidade de produção, se traduzindo em mais alimentos saudáveis à população, além de gerar diretamente três mil empregos para os profissionais contratados envolvidos diretamente da prestação do serviço.

No âmbito da educação e formação profissional, o Incra fortaleceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), garantindo a participação de assentados no Pronatec Campo. Resultado de uma parceria INCRA/MDA/CNPq foi realizada uma chamada pública para residência agrária inédita, que vai possibilitar a transferência de tecnologia e de conhecimento a centenas de famílias. A chamada vai beneficiar até 1.500 alunos, que terão bolsas de R$ 550,0 por dois anos para estudarem e trabalharem nos assentamentos. Cada projeto terá financiamento de até R$ 500 mil para seu custeio.

Em 2012 cerca de 15 mil pessoas acessaram as ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Capacitação de Nível Médio e Superior nos Assentamentos do Pronera.

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Educação

Tendo como planejamento a continuidade e o fortalecimento da parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação, que consiste em desenvolver o Programa Segundo Tempo (PST) nas escolas que participam do Programa Mais Educação, essa ação foi ampliada, o que possibilitou uma maior abrangência do atendimento e da democratização do acesso ao esporte (como direito fundamental), pautando-se em uma proposta pedagógica consistente e emancipadora, e garantindo a efetividade da Política de Esporte Educacional nas escolas, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes da rede pública de ensino fundamental de todo o País. É importante registrar que em 2012 o PST alcançou mais de cinco mil escolas da Educação Básica.

Proteção Social

Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o Ministério do Esporte participou em 2012 em várias instâncias de deliberação das políticas públicas, tendo sido representado em Conselhos (Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conjuve – Conselho Nacional da Juventude, Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente, CNPI – Conselho Nacional da Pessoa Idosa e CNPIR – Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial); em Comissões (Sinase – Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes e Conaeti – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil); em Comitês (CIAMPRua – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional de População em Situação de Rua e Comitê Gestor de Ações Indigenistas); em Grupos de Trabalhos (GT Juventude Viva, GT Juventude Rural e GT Direito Humano à moradia adequada); e no Projeto Rondon. A participação do Ministério nessas representações visa garantir a inclusão do Esporte em políticas públicas, com atenção especial à parcela da população que é historicamente excluída da proteção social.

Saúde

Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte e o da Saúde, ao Plano Nacional de Atividade Física, ao DCNT – Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, cuja construção teve contribuição do Ministério do Esporte, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, atribuindo maior significado ao planejamento inicialmente realizado, por meio da criação do GT para as discussões de Esporte e Saúde, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Vida Saudável do ME, Academia da Saúde, e o Programa Saúde na Escola (PSE) do MS. Além disso, foi estabelecida uma parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) envolvendo diversas instituições: Serviço Social da Indústria (SESI), Autoridade Pública Olímpica (APO), Associação Cristã de Moços (ACM), Ministério da Saúde, Atletas da Cidadania, por meio do lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer do Brasil. No que tange ao ME, a promoção dar-se-á, especialmente, por intermédio do PELC, mobilizando em diferentes momentos todos os participantes, de todas as idades dos núcleos distribuídos pelo Brasil.

Infraestrutura Esportiva

O investimento em infraestrutura esportiva faz parte de um movimento de fortalecimento do esporte no País, que culmina com a realização de megaeventos esportivos, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O objetivo é deixar como legado para a população brasileira uma grande oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer. Dessa forma, o ME empenha-se em qualificar seus programas e ações, garantir infraestrutura adequada, financiamento e constante participação e controle social, bem como produzir conhecimento e condições favoráveis para tornar o esporte fator de desenvolvimento humano.

Em 2012, o ME aplicou R$ 583,4 milhões na modernização, ampliação e construção de espaços destinados à prática de esporte, em mais de 700 cidades brasileiras.

Deste total de recursos, R$ 353,5 milhões, equivalente a 60%, tiveram como origem emendas parlamentares individuais.

Para equipamentos na área de esporte e lazer foram destinados daquele total R$ 478,3 milhões. Para a área de esporte de rendimento foram investidos R$ 105,1 milhões na melhoria de estádios e Centros de Treinamento para Seleções e na implantação ou modernização de infraestrutura voltada à prática do esporte de alto rendimento com vistas à preparação de atletas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 em 26 cidades brasileiras.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça, com o objetivo de promover o crescimento inclusivo, desenvolveu no ano de 2012 políticas públicas relacionadas às temáticas da Educação, Infraestrutura e Saúde, beneficiando principalmente a população carcerária e os povos indígenas.

Saúde

Para organizar a assistência à saúde ligada ao sistema prisional, em 2012, totalizou-se 25 estados qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário, com intuito de estender o modelo SUS ao público penitenciário e consolidar uma Política Nacional. Destaca-se ainda, a inclusão de toda a população carcerária no Programa Nacional de Imunização, ações para incluir a população sob custódia no Cartão do SUS, na Rede Cegonha e ampliar o número de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em Prisões totalizando 41 em todo o País. No que tange aos Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em Prisões, foram financiados em 2012, 30 novos Centros em 13 Unidades da Federação, totalizando mais de R$ 2 milhões em equipamentos com o intuito de prestar atenção básica à mulher presa e seus filhos.

Educação

Em 2012 foram apoiados 25 projetos educativos comunitários voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Foram apoiados, também, cerca de 2.200 estudantes indígenas regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) no País.

O Programa de Pesquisa e Documentação de Línguas, Culturas e Acervos dos Povos Indígenas, desenvolvidos pelo Museu do Índio, órgão científico e cultural da Funai, voltou-se principalmente para a capacitação e formação de pesquisadores indígenas. Esse programa, em seu quarto ano de execução, estende-se a 105 aldeias de norte a sul do Brasil com a participação e intervenção direta dos índios, possibilitando o registro de aspectos específicos de 39 culturas e beneficiando uma população superior a 27 mil índios. O efeito multiplicador do programa e as perspectivas de sustentabilidade e reprodução da experiência a médio e longo prazo são viabilizados na medida em que se propicia a instrumentalização de um número crescente de jovens indígenas em oficinas e treinamentos em técnicas e processos inovadores, habilitando-os para a pesquisa e a documentação das línguas, saberes e práticas das culturas de seus povos.

No âmbito do Sistema Prisional, destaca-se a implementação do Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (Procap).

Foram investidos R$ 6 milhões para a realização de cursos e implantação de oficinas de capacitação em estabelecimentos penais de 19 estados, alcançando mais de 36 mil beneficiários.

O Projeto é voltado à implantação de oficinas permanentes de capacitação em estabelecimentos penais e oferecimento de cursos de capacitação para pessoas em cumprimento de pena, fazendo com que as pessoas em cumprimento de pena possam ter mais uma opção no sentido de aliar a remição do trabalho e do estudo. Neste primeiro ciclo de financiamento poderão ser financiados oficinas permanentes e cursos voltados às áreas de construção civil e áreas específicas às seguintes oficinas: Oficina de Artefatos de Concreto; Oficina de Blocos e Tijolos Ecológicos; Oficina de Padaria e Panificação; Oficina de Corte e Costura Industrial. Poderão ser oferecidos cursos como padeiro e confeiteiro; assentador de piso/ceramista; pintor e eletricista predial; ajudante/auxiliar construção civil; artífice em artefatos de concreto e blocos e tijolos ecológicos; corte e costura industrial e outros.

Proteção Social

A fim de possibilitar uma melhor infraestrutura comunitária para os povos indígenas, foram emitidas autorizações para implantação de 300 unidades habitacionais em terras indígenas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Foram empreendidos esforços para a implantação de abrigos provisórios para famílias indígenas em situação de vulnerabilidade, bem como alocados recursos para manutenção e reforma de casas tradicionais e implantação de unidades habitacionais nas terras indígenas Kaingang e Maraiwatsede.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Para assegurar a inclusão social das famílias que exercem atividades de conservação dos recursos naturais em áreas com cobertura vegetal, vivendo em situação de extrema pobreza, o Governo Federal instituiu, por meio da Lei nº 12.512, de 14/10/2011, o Programa Bolsa Verde, que está inserido no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, lançado em 2011, cujo objetivo é retirar da extrema pobreza 16,2 milhões de pessoas com renda mensal per capita de até setenta reais. A instituição do Programa Bolsa Verde é um diferencial por aliar aspectos sociais e ambientais, procurando reconhecer e compensar os serviços ambientais prestados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares. O programa prevê a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 300,00 às famílias beneficiárias, com periodicidade trimestral, por um prazo de dois anos, podendo ser prorrogado a critério do poder público, de acordo com o regulamento.

Em 2012, o Bolsa Verde beneficiou cerca de 34.000 famílias localizadas em diferentes biomas, unidades de conservação de uso sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos ou em assentamentos ambientalmente diferenciados.

Outra iniciativa que merece destaque refere-se ao Programa de Dessalinização da Água no Semiárido – Água Doce. Suas ações já beneficiaram cerca de 100 mil pessoas em 152 localidades rurais do semiárido brasileiro. Desde 2011, o Água Doce passou a integrar o Programa Água para Todos, também inserido no Plano Brasil sem Miséria, tendo como meta a recuperação, a implantação e a gestão de 1.200 sistemas de dessalinização até 2014, beneficiando aproximadamente 500 mil pessoas. Durante o ano de 2012, foram firmadas parcerias com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, para a implantação de 1.030 sistemas de dessalinização que beneficiarão cerca de 400 mil pessoas com acesso à água de qualidade para consumo humano.

Ressalta-se ainda o fortalecimento das comunidades extrativistas de todo o Brasil em 2012, com a realização de ações conjuntas entre as áreas de desenvolvimento agrário e meio ambiente. Entre as ações de apoio às comunidades extrativistas, destacam-se: 1) a criação do núcleo de articulação e monitoramento da pauta extrativista e 2) a aplicação de R$ 35 milhões até 2013, em subvenção para a política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Em 2012, foram publicados novos preços mínimos e incluídos novos produtos na PGPM-Bio, passando 11 produtos extrativistas não madeireiros a serem contemplados: açaí, babaçu, baru, borracha natural extrativa, castanha do Brasil, cera da carnaúba, mangaba, piaçava, pequi, pó cerífero tipo B e umbu. Outra iniciativa de destaque refere-se a criação do Sistema de Cadastramento Ambiental Rural (SiCAR) para imóveis coletivos, além da realização de acordos de cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) e entidades representativas dessas populações, para capacitar as comunidades na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O Ministério de Minas e Energia tem como competências os seguintes assuntos:

a) Geologia, recursos minerais e energéticos;
b) Aproveitamento da energia hidráulica;
c) Mineração e metalurgia;
d) Petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear;
e) Energização rural e agroenergia, inclusive eletrificação rural, quando custeada com recursos vinculadas ao Sistema Elétrico Nacional; e
f) Zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País.

A execução de suas ações é essencial para a atividade econômica, uma vez que praticamente todos os setores necessitam de energia, seja a elétrica seja sob a forma de combustíveis. Do bom funcionamento do setor energético depende a capacidade produtiva nacional.

Energia Elétrica

Entraram em operação várias novas usinas, proporcionando um incremento de 3.983 MW de capacidade instalada em 2012, sendo 1.857 MW de fonte hidráulica, 1.670 MW de fonte térmica e 456 MW de fonte eólica.

Dos empreendimentos que entraram em operação em 2012, destacam-se: UHE Santo Antônio, na qual entraram em operação 626,4 dos 3.150,4 MW da Usina, localizada no estado de Rondônia; UHE Estreito, onde entraram em operação mais 407,7 MW dos 1.087 MW previstos para a Usina; UHE Mauá, no Paraná, onde entraram em operação 357,6 MW dos 363,1 MW totais; UHE Passo São João (77 MW), localizada no estado do Rio Grande do Sul; e UTE Porto de Pecém, localizada no estado do Ceará, onde entraram em operação 360 MW (metade da capacidade total instalada).

As linhas de transmissão da Rede Básica (sistema de transporte de energia elétrica de tensão 230 kV ou superior) alcançou, ao final de 2012, a extensão de 106.874 km. Entre 2003 e o final de outubro de 2012 foram construídos no Brasil 31.267 km de linhas de transmissão na Rede Básica, com incremento de 43,1% sobre o sistema existente ao final do ano de 2002. Esse crescimento proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de eletricidade entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente da diversidade hidrológica do País. Além disso, foi promovida a melhoria das condições de suprimento energético, com a elevação da qualidade e da confiabilidade de atendimento à demanda do País, proporcionando assim maior robustez ao Sistema Interligado Nacional – SIN, do qual a Rede Básica faz parte. Em 2012 foram incorporados à Rede Básica um total de 2.779 km de novas linhas (acréscimo cerca de 2% maior que o registrado em 2011) e 16.724 MVA de novos transformadores de alta tensão em 2012.

Luz para Todos

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural até 2008, o Programa Luz para Todos foi prorrogado para ser encerrado em 2011 para possibilitar o atendimento às novas demandas surgidas durante a execução do Programa. Porém, o Censo do IBGE, de 2010, aponta ainda um contingente ainda sem acesso à eletricidade, majoritariamente localizadas nas regiões Norte e Nordeste, motivando a edição de novo decreto instituindo uma nova fase do Luz para Todos, até o ano de 2014. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), operacionalizado pela Eletrobrás e realizado pelas concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais. Até dezembro de 2012 foram executadas 3.022.529 ligações, beneficiando cerca de 14,7 milhões de pessoas do meio rural brasileiro, conforme detalhamento a seguir:

ACUMULADO-ATENDIMENTO		
Região	**Famílias**	**Pessoas**
Norte	610.192	2.945.758
Nordeste	1.498.250	7.310.035
Sudeste	498.082	2.438.130
Sul	212.339	1.051.663
Centro-Oeste	203.666	999.066
TOTAL	**3.022.529**	**14.744.652**

Fonte: LpT/MME

Os contratos assinados entre o Governo Federal e as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em todo o País totalizaram R$ 14,373 bilhões, tendo sido liberados R$ 11,915 bilhões para a execução das obras.

As obras do Programa Luz para Todos também geram externalidades positivas e incrementam a economia. Estima-se que mais de 7,58 milhões de postes já foram instalados, 1,11 milhão de transformadores, 1,46 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 453 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, tenham sido criados. Também merece destaque o efeito multiplicador advindo do Programa LPT notadamente ao ensejar aumento das vendas do segmento industrial de eletrodomésticos nas comunidades beneficiadas. O surgimento desse nicho de mercado tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural.

Também merece destaque o incremento no segmento industrial de eletrodomésticos, que devido à chegada do LPT, nas comunidades, tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural. Em pesquisa realizada pelo MME, no início de 2009, verificou-se, por exemplo, que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras e 24,1% compraram bomba d'água. Num universo de 3.022.529 famílias atendidas, esses percentuais representam a comercialização de 2,3 milhões de aparelhos de TV, 2,2 milhões de geladeiras e cerca de 728 mil bombas d'água.

No ano de 2012 o Programa beneficiou aproximadamente 480.524 pessoas com a realização de 120.131 ligações.

No contexto, o Programa atendeu 151% de sua meta inicial de 2 milhões de ligações e 102% da meta estabelecida até 2011 que corresponde a 2,9 milhões de ligações.

ANO	LIGAÇÕES EFETUADAS	VALOR (em R$)
2005	378.046	700.082.497
2006	590.013	1.804.411.772
2007	397.877	1.908.741.679
2008	441.427	1.681.157.097
2009	357.970	1.319.514.867
2010	419.204	2.010.690.658
2011	247.862	1.303.002.029
2012	120.131	778.190.748

Petróleo e Gás Natural

A produção de petróleo, em 2012, ficou na média de 2,15 milhões de barris/dia. A produção média de gás natural brasileira, no mesmo ano, totalizou 70,6 milhões de m³/dia, um incremento de 4,63 milhões m³/dia (7,03% maior) em relação à média diária do ano anterior, decorrente do aumento da produção dos campos de Lula, Manati, Marlim Sul e Mexilhão. Somadas as produções de petróleo e de gás natural, esta média representou em 2012 a produção de 2,6 milhões de boe/dia, valores estes praticamente idênticos ao do ano anterior.

Na área do Pré-sal, a produção, no mês de novembro, foi de 227,6 mil barris/dia de petróleo e 7,1 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 272,26 mil boe/dia. Esta produção é oriunda de 13 poços, dos quais oito estão entre os 30 maiores produtores no País.

Transportes Especiais

De 2008 a 2012 a Petrobras concluiu importantes projetos de infraestrutura, tanto no que se refere a gasodutos como a Gás Natural Liquefeito (GNL), dando continuidade ao processo de expansão da oferta de gás natural no País.

Em 2012 ocorreram investimentos destinados a adequação e manutenção da malha de gasodutos, destacando-se os encerramentos de contratos e desmobilizações. Além disso, foram efetuadas obras de construção e montagem do Projeto Rota Cabiúnas - Ampliação do TECAB, e do projeto do Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, que estão dentro do prazo previsto para início de operação.

Refino

O objetivo é a ampliação e a modernização do parque de refino no País, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional. Embora o Brasil tenha alcançado a auto-suficiência líquida na produção de petróleo, o País ainda importa derivados. Dentre estes derivados encontram-se o óleo diesel e o Querosene de Aviação (QAV), cujos consumos tem forte relação com o desenvolvimento econômico do País.

Para tanto se adotou a estratégia de produzir e comercializar derivados ao invés de óleo bruto. Neste sentido, o refino tanto pode ser feito em território nacional quanto em outros países. No primeiro caso, a agregação de valor ao produto precisa ser vista, além do ponto de vista econômico, como indutora de desenvolvimento regional e social. Como justificativas para a primeira opção busca-se implantação de projetos próximos ao mercado a ser atendido, que está se expandindo fortemente e por se tratar do mercado preferencial. Além do citado, haverá a geração de empregos em toda a cadeia de valor, desde o fornecimento industrial até a prestação de serviços.

No que tange à ampliação da capacidade nacional de refino, estão sendo implantados os seguintes empreendimentos:

a) Refinaria Abreu e Lima (RNEST) em Pernambuco, com capacidade de processamento de 230 mil barris/dia de petróleo pesado, produzirá até 162 mil bpd de diesel com baixíssimo teor de enxofre (atendendo às especificações internacionais), além de produção de GLP, nafta petroquímica, óleo combustível para navios e coque de petróleo, tendo sua entrada em operação prevista para 2014;

b) Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), tendo como primeira fase o trem 1 da refinaria, com

capacidade de processamento de 165 mil barris/dia de petróleo pesado. Produzirá GLP, nafta, querosene, diesel, coque e enxofre, para atendimento ao mercado nacional além de fornecer matérias primas para unidades petroquímicas;

c) Refinarias Premium I e II a serem instaladas nos estados de Maranhão e Ceará respectivamente.

Ambas deverão processar petróleo nacional, tanto os da Bacia de Campos, mais pesados, como aqueles oriundos das reservas do pré-sal. Deverão produzir derivados de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre, agregando mais 900 mil barris/dia à capacidade do parque de refino nacional, além de adicionar valor ao petróleo brasileiro e adequar a qualidade dos produtos aos padrões exigidos nos mercados nacional e internacional.

A crescente demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade adequadas exige a adoção de ações visando garantir o seu atendimento. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental e maximizando o uso de matéria prima nacional, representam uma oportunidade de desenvolvimento para o País, decorrendo, assim, deste programa ganhos para a balança comercial brasileira principalmente com a redução da importação.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Considerando a importância do programa Trabalho, Emprego e Renda, faz-se relevante destacar algumas das ações relativas à proteção social que direta ou indiretamente contribuem para o crescimento do País, não só no aspecto econômico, mas também promovendo a inclusão social do trabalhador brasileiro.

Nos últimos anos, pode-se observar um desempenho significativamente positivo dos principais indicadores do mercado de trabalho: crescimento da ocupação e do emprego, aumento da formalização, acompanhados por significativo aumento da massa salarial e da renda, fatores que se tornaram estratégicos para a dinâmica do crescimento socioeconômico.

O comportamento do mercado de trabalho formal celetista, medido pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostrou, no período de janeiro a dezembro de 2012, um crescimento de 3,43% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada de dezembro de 2011, o que representou a geração de 1,3 milhão de empregos. Embora esse aumento esteja sinalizando uma desaceleração no ritmo de crescimento em relação aos resultados obtidos nos dois últimos anos, verifica-se que o mercado de trabalho vem apresentando um desempenho mais dinâmico do que o Produto Interno Bruto do País.

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2011, divulgada em 2012, registrou 70,971 milhões de vínculos empregatícios declarados, incluindo ativos e inativos, o que representa um aumento de 6,33%, comparativamente ao resultado de 2010 (66,747 milhões). Em 2011, foram gerados 2,026 milhões de empregos formais. Este resultado constitui a terceira maior geração de empregos de toda a série histórica iniciada em 1985, sendo menor apenas que os saldos ocorridos em 2010 (2,861 milhões) e 2007 (2,452 milhões). Tal comportamento deu continuidade à trajetória de crescimento de empregos no País, sinalizando, contudo, um arrefecimento no ritmo de expansão, quando comparado com o resultado do ano anterior.

Dentre as políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho, é essencial destacar o Programa do Seguro-Desemprego, importante instrumento do governo federal para a promoção do direito ao trabalho, uma vez que além da concessão do benefício ao trabalhador desempregado, facilita também ao trabalhador desempregado ou em busca de um novo emprego o acesso às oportunidades. Assim, visa promover a (re)inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, constituindo, portanto, efetiva medida do governo em prol do crescimento inclusivo da sociedade brasileira. No ano de 2012, foram beneficiados, nas diversas modalidades do Seguro-Desemprego, mais de 8 milhões de trabalhadores (8.440.400).

O Governo Federal implantou em 2012 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), visando à qualificação do trabalhador brasileiro, num esforço conjunto entre diversos Ministérios, dentre eles o Ministério do Trabalho e Emprego, para uma atuação integrada do Pronatec ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Por meio do Sistema MTE Mais Emprego, torna-se possível a integração da concessão do benefício do Seguro-Desemprego à qualificação social e profissional e à intermediação de mão de obra, de modo que a concessão do benefício do Seguro-Desemprego passou a ser operacionalizada de modo integrado com o Pronatec, sendo que todo trabalhador reincidente na solicitação do benefício será encaminhado a cursos de qualificação ofertados pelo Ministério da Educação, via Pronatec, sob pena do cancelamento do beneficio.

Também merece destaque a política de criação de oportunidades e melhoria na renda focada em ações continuadas de incremento e criação de boas oportunidades para os pequenos empresários, que são responsáveis pela maioria dos empregos gerados na economia brasileira. Essa política vem proporcionando aumento dos percentuais de formalização e criação de pequenos negócios e tem fortalecido o crescimento econômico e incentivado o empreendedorismo. Nessa linha, o Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger tem como escopo estimular, através de um conjunto de linhas de crédito, investimento produtivo a micro e pequenos empreendedores, bem como garantir o acesso a investimento em Inovação Tecnológica e em empreendimentos próprios do setor de Turismo e Exportação. Para o ano de 2012, o Conselho Deliberativo do FAT autorizou a alocação de novos recursos no valor de até R$ 3,5 bilhões, que inclui ainda a utilização de R$ 3 bilhões referentes a recursos alocados em anos anteriores nos bancos.

A Economia Solidária na Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável e na Superação da Pobreza Extrema: Crescimento com Inclusão Social

No contexto do enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, a economia solidária expressa uma estratégia sustentável e solidária de organização da produção de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação, priorizando a distribuição equitativa das riquezas socialmente produzidas. Nesse sentido, na promoção do desenvolvimento local, territorial e regional sustentável, as iniciativas econômicas solidárias vêm apontando soluções estruturantes para dinamização de cadeias produtivas e de arranjos econômicos setoriais com o adensamento e a verticalização da produção a partir da integração dos chamados empreendimentos econômicos solidários em redes de cooperação.
Considerando essas potencialidades, no ano de 2012, o governo federal apoiou ações de economia solidária em 650 municípios brasileiros, parte deles localizados em 44 territórios da cidadania. Nos territórios priorizados, estão sendo implantados espaços multifuncionais de economia solidária com agentes comunitários de desenvolvimento que atuarão na formação e no assessoramento técnico para fomento à produção e à comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários. Também foram apoiados projetos que visam à criação e ao fortalecimento de redes de produção e comercialização.

Considerando-se os projetos apoiados, verifica-se que houve um esforço de desconcentração regional com 59% dos recursos comprometidos em projetos que estão sendo executados nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Do total de pessoas diretamente beneficiadas, 63% residem naquelas regiões, conforme o quadro a seguir.

Distribuição Regional das Ações de Economia Solidária em 2012

Região	Recursos Comprometidos (R$ milhões)	Pessoas Beneficiadas Diretamente
NO	21,676	12.537
NE	52,563	27.311
CO	10,971	4.500
SE	38,661	19.459
SU	20,494	22.411
Brasil	**144,365**	**86.218**

Fonte: SENAES. Atualização: 31/12/2012.

As ações apoiadas pelo governo federal contribuem para o fomento e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários com a ampliação do acesso aos serviços financeiros, de infraestrutura, de conhecimentos e de incremento à comercialização, contribuindo para o crescimento inclusivo por meio da geração de oportunidades de trabalho e renda para setores excluídos do mercado formal de trabalho, em sua maioria em situação de pobreza extrema.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Vários projetos industriais foram aprovados para instalação em Zonas de Processamento de Exportação - ZPE, que atenderam ao requisito no que concerne à agregação de valor aos produtos primários já desenvolvidos na área de implantação de cada empreendimento, incentivando uma maior integração das ZPE com a economia local e regional, além de possibilitar o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões de influência.

Com a implantação da siderúrgica, que será instalada na ZPE de Pecém-CE, estimam-se impactos relevantes no desenvolvimento regional. Os indicadores projetados revelam um aumento de 12% no Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Ceará, enquanto seu PIB industrial sofrerá um incremento de 48%. Por ocasião da entrada em operação da empresa, serão criados aproximadamente 21 mil novos empregos diretos e indiretos. Já a empresa que fornecerá o minério, que também irá se instalar na ZPE, criará 172 empregos diretos, com alta ou média qualificação técnica. Ambas as empresas irão preencher a maioria dessas vagas com mão-de-obra regional ou local.

Na ZPE do Acre, a instalação e o funcionamento de uma empresa especializada em fabricação de artigos plásticos contribuirão para o desenvolvimento econômico da região mediante o fortalecimento e crescimento de empresas ou abertura de novos negócios de apoio à organização do empreendimento, tais como: transporte de mercadorias e insumos; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; negócios financeiros (financiamento e adiantamento de câmbio); fornecimento de refeições e lanches; dentre outros. No primeiro ano de funcionamento, o empreendimento criará 31 empregos diretos e, a partir do segundo ano, mais 46.

Por fim, ressaltam-se os projetos aprovados para instalação na ZPE de Parnaíba-PI, um de concentrados de frutas e outro de indústria farmacêutica. A respeito da contribuição do primeiro empreendimento para o crescimento econômico e geração de emprego, a estimativa é que sejam gerados 58 empregos diretos e 3.720 empregos indiretos provenientes de sua instalação e operação. Na indústria farmacêutica, a estimativa é de gerar 80 empregos diretos e indiretos provenientes da instalação da referida empresa. O perfil de qualificação dos recursos humanos terá predominância técnica, sendo farmácia e química as qualificações necessárias ao funcionamento. A ZPE de Parnaíba apresenta as condições para o aproveitamento das vocações regionais, principalmente devido à localização do empreendimento nas proximidades do Distrito Irrigado dos Tabuleiros Litorâneos do Piauí.

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), desenvolveu o programa para certificar produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia. A primeira certificação foi para o pirarucu, lançada em julho de 2012, abordando questões de legalidade, qualidade, saúde, segurança,

sociedade, meio ambiente, desenvolvimento econômico e procedência da matéria-prima. A certificação é voluntária e abrange produtos fitoterápicos, fitofármacos, biocosméticos, joias, embalagens sustentáveis, alimentos, entre outros.

As ações de política industrial tendem a ter um impacto significativo sobre a inclusão social por meio da geração de emprego e renda. Há evidências de que o deslocamento da base tributária dos encargos trabalhistas da folha de pagamentos para o faturamento tem afetado o emprego de forma significativa. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que para as desonerações têm chegado a gerar crescimento de mais de 6% na receita e de mais de 11% no emprego em setores que já vêm sendo beneficiados há mais tempo.

Cabe destaque ao regime automotivo, que permitiu uma descentralização significativa das atividades das grandes montadoras em direção a regiões de menor densidade econômica e maior exclusão social.

Pode-se estimar que as renúncias fiscais referentes a essa política gerou, entre outros resultados, 21,9 mil empregos diretos nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

O Modelo Zona Franca de Manaus, promove e potencializa o crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, mediante o desenvolvimento e a execução de políticas regionais voltadas para o desenvolvimento de APLs. A viabilização e implantação desses arranjos permite, sobretudo a geração de oportunidades de emprego, estágio e treinamento para a sociedade local, inclusive outros aportes oriundos do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

Em 2012, as ações desenvolvidas pela Suframa que permeiam a política de economia solidária se traduzem na celebração de um convênio com ampla abrangência na lógica de APL, que permitirá a integração de um conjunto de ações de caráter estratégico. Este convênio prevê a capacitação de recursos humanos por meio da realização de cursos de Especialização em Gestão da Inovação; Empreendedorismo Inovador e Gestão de Negócios; e Gestão Estratégica com Foco em Inovação e Governança em APLs. Abrange também a implantação do Núcleo de Gestão Estratégica e Inovação Tecnológica da Suframa (NGEI/Suframa); o Aprimoramento do Modelo de Gestão do Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Ocidental (NIT-AMOC); e a estruturação dos Núcleos de Inovação no âmbito das Instituições de Ensino e Pesquisa. O Projeto prevê também uma atuação na Área de Livre Comércio de Tabatinga no Amazonas, visando implantar um Projeto-Piloto para o fortalecimento e o desenvolvimento produtivo com foco em inovação e APLs. Após implementado, este projeto-piloto poderá ser replicado nas demais Áreas de Livre Comércio administradas pela SUFRAMA, em convergência com as ações de desenvolvimento nos demais municípios da Faixa de Fronteira na Amazônia.

Destaca-se, ainda, a formalização de 4 convênios , sendo 2 para o estado do Acre e 2 para o estado do Amazonas. No Acre, um convênio tem por finalidade a aquisição de equipamentos para marcenarias, visando o desenvolvimento das atividades de pequenos empreendimentos vinculadas ao programa de fortalecimento do setor moveleiro e marceneiro do estado do Acre. O outro convênio visa a aquisição de equipamentos agrícolas, destinados ao fortalecimento da produção rural de pequenos e médios produtores localizados no município de Cruzeiro do Sul.

Em relação ao estado do Amazonas, os dois convênios celebrados com a Universidade do Estado do Amazonas – UEA /AM vão possibilitar a aquisição de materiais permanentes (receptores GNSS) para ampliar a rede local de apoio às atividades de levantamento topográfico, visando a dinamização do processo de regularização cadastral e documental, bem como de inscrição no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR de todas as propriedades rurais do estado, principalmente aquelas localizadas nos municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Boa Vista do Ramos e Tabatinga. Vão viabilizar também a realização da construção e montagem de unidades de beneficiamento de novos e tradicionais produtos oriundos do pescado, nos municípios de Itacoatiara, Maués e Tefé; a promoção da capacitação contínua de profissionais, técnicos, alunos, pescadores e piscicultores inseridos na área de tecnologia do pescado; e o suporte para pesquisa e ensino do Curso de Tecnologia em Produção Pesqueira.

Cabe destacar também as diversas ações do MDIC para fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs):
(i) Lançamento da 2ª Geração de Políticas para APL tendo como base a convergência com 3 Programas: Plano Brasil Maior (PBM), com foco na inovação; Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com foco na inclusão produtiva; e Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com foco na redução das desigualdades regionais.
(ii) Lançamento do Observatório Brasileiro de APL, composto por 3 plataformas – um Banco de Dados Nacional (BDN), um Portal de *Internet* e uma Rede Social – cujo objetivo principal é ampliar a interação entre os atores dos diferentes níveis de governança. Realizou capacitação de membros de Núcleos Estaduais e do Grupo Técnico Permanente (GTP) APL para inserção de dados no BDN e na Rede Social.
(iii) Lançamento do Estudo de Taxonomia e Indicadores, com a proposta de um Sistema de Classificação para a Formulação, Execução e Avaliação de Políticas para APLs.
(iv) Participação, em 26 Unidades da Federação, nas Conferências Estaduais de Desenvolvimento Regional, coordenadas pelo Ministério da Integração Nacional (MI), apresentando o Plano Brasil Maior (PBM) e, em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a proposta de territorialização do PBM.
(v) Elaboração, no âmbito do Comitê Temático de Capacitação/GTP APL, do Plano Nacional de Capacitação em Gestão de APLs, que será lançado em 2013 simultaneamente ao lançamento da turma - piloto de multiplicadores em gestão de APLs.
(vi) Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, que apoia projetos de construção de infraestrutura para instalação de empresas, aprovação em 2012 de 12 propostas que estão em trâmite para a celebração, com a finalidade de construção de 15 Barracões Industriais para geração de emprego e renda, das quais 3 propostas do estado de Minas Gerais, 2 do estado de Pernambuco e 7 do estado do Paraná.
(vii) na área da cooperação internacional, coordenação de ações no âmbito do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia, tais como: lançamento do Estudo de Perspectivas de Cooperação Técnica Cluster-Cluster;

realização da Missão de Estudos sobre Governança de Arranjos Produtivos Locais no Brasil; apresentação do Diagnóstico de Integração de Dados e Ferramentas dos Observatórios brasileiro e europeu; organização do 1º Workshop de Cooperação Cluster-Cluster Brasil e U.E.; e, no âmbito da Cooperação APL/*Poles de Competitivité* Brasil-França, organização de 3 Encontros entre empresários e governança de APLs e Polos do Brasil e da França, dos setores Metalomecânico, Naval, Petróleo e Gás, em parceria com a Ubifrance.

MINISTÉRIO DO TURISMO

Regionalização, Ordenamento e Segmentação Turística

O Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivos o mapeamento de regiões turísticas brasileiras e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para alcançar padrão de qualidade internacional. Em 2012, o Programa esteve em fase de reformulação, tendo sido realizadas avaliações com interlocutores estaduais do Programa e com atores institucionais da cadeia turística. Atualmente o novo modelo encontra-se em fase de consulta pública.

No âmbito do Programa Ordenamento e Garantia de Qualidade dos Serviços Turísticos, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) visa promover a concorrência justa entre os meios de hospedagem e auxiliar os turistas, brasileiros e estrangeiros, em suas escolhas. Em setembro de 2012, foram entregues as primeiras placas de identificação e certificação por meio da metodologia de estrelas. O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, flat, resort, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e cama & café. Cada um é classificado de acordo com a infraestrutura, os equipamentos e os serviços oferecidos aos hóspedes.

Em 2012 foi disponibilizado o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos. O SNRHos armazenará, em meio eletrônico, as fichas preenchidas pelos hóspedes no check-in. O objetivo é modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas. O novo sistema online foi disponibilizado para as cidades-sede da Copa das Confederações 2013, as primeiras a começarem a transmissão da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes por meio do novo processo. Para o próximo ano, o sistema será disponibilizado para outros municípios, a começar pelas demais cidades-sede da Copa 2014.

A Segmentação do Turismo é entendida como uma forma de organizar o produto turístico para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. Atualmente, os segmentos prioritários trabalhados pelo Ministério do Turismo são: Sol e Praia; Ecoturismo; Aventura; Pesca; Saúde; Náutico; Estudos e Intercâmbio; Social; Cultural; Negócios e Eventos; e Rural. Em 2012, alguns dos projetos/ações desenvolvidos foram: (i) Plano de Ação do Turismo de Pesca, elaborado em conjunto entre os Ministérios do Turismo e da Pesca; (ii) Projeto Talentos do Brasil Rural – diagnósticos e assistência técnica a roteiros do turismo rural; (iii) Realização do III Fórum Nacional das Cidades Históricas – Turismo Cultural; (iv) Pesquisa qualitativa sobre o perfil do turista com deficiência ou mobilidade reduzida, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Infraestrutura Turística

Dadas às características geográficas, às belezas naturais, à grande extensão da costa atlântica, o Brasil tem vantagens comparativas para o turismo. O crescimento continuado desta atividade nesta última década foi implementado com diversificação regional, consubstanciando-se em crescimento inclusivo, com expansão da geração do emprego e da renda. As cadeias produtivas que integram os diversos serviços associados ao turismo, incluindo-se hotelaria, alimentação, transportes, diversão e lazer, e vestuário empregam grandes contingentes de trabalhadores, especialmente aqueles egressos das classes D e E.

Nesse cenário de crescimento da demanda de serviços associados ao turismo, faz-se necessário o fomento constante de melhoria qualitativa e quantitativa da infraestrutura pública, também para atendimento ao turista.

Em 2012 foram apoiados projetos de infraestrutura turística envolvendo implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura em mais de 900 destinos turísticos, incluindo-se obras envolvendo acessibilidade, sinalização turística, mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos, centros de informações turísticas, saneamento básico, pavimentação e urbanização de orlas marítimas e fluviais.

No exercício de 2012 foram celebrados novos contratos de repasse envolvendo implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura turística em mais de 1.000 destinos turísticos, incluindo-se investimentos em acessibilidade, sinalização turística, mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos, centros de informações turísticas, saneamento básico, pavimentação e urbanização de orlas marítimas e fluviais, resultando no investimento de recursos da ordem de R$ 780 milhões.

O legado e as repercussões esperados relacionados à Copa do Mundo 2014, em conjunto com os das Olimpíadas 2016 e os de outros grandes eventos, deverão estabelecer novo patamar de movimento do turismo no Brasil, gerando expressivos aumentos de receitas do setor.

Daí a necessidade da implantação de componentes da infraestrutura, visando dar suporte à oferta de serviços, com sustentabilidade, possibilitando a consolidação do Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais.

Nessa preparação para os grandes eventos esportivos, foram celebrados 36 contratos de repasse, envolvendo recursos da ordem de R$ 116 milhões, para obras de acessibilidade, sinalização turística e centros de atendimento ao turista, nas 12 cidades sede da Copa do Mundo 2014.

Foi identificado aumento substancial da demanda de novos centros de convenções e de eventos, centros de atendimento ao turista, sinalização turística, parques de exposições e de lazer, mercados e feiras, terminais de passageiros, praças, obras de acessibilidade para deficientes físicos e pode ser destacada a necessidade de dar maior atenção às praias, atrativo mais procurado pelos turistas, mediante ações de urbanização, despoluição, limpeza e educação ambiental.

Exemplificação tipológica de obras contratadas em 2012: Centros de Eventos, Convenções, Culturais, 90 obras, no valor de R$ 19.103.960,17; Centros de Atendimento ou de informação aos Turistas, 96 unidades, com custo da ordem de R$ 24,4 milhões; Sinalização Turística, 32 obras apoiadas, destacando-se a Sinalização turística de 8 cidades-sede da Copa do Mundo, recursos da ordem de R$ 36 milhões; Acessibilidade, foram apoiadas 12 obras em 8 cidades-sede, beneficiando 58 atrativos turísticos, no valor de R$ 55,6 milhões; Portais e Pórticos, 46 obras apoiadas no valor de R$ 22.130.431,00; Infraestrutura Viária (pavimentações), 152 obras no valor de R$ 116.477.937,70; Construção/Reforma de Praças, 45 obras no valor de R$ 35.038.336,00.

Destaque para algumas obras contratadas em 2012: Infraestrutura para operação do trem turístico em Santa Maria/RS – R$ 1.764.102,56; Revitalização e requalificação do Parque Estoril – 2ª etapa; Sinalização turística do município de Canoas/RS – 1ª etapa – R$ 1.930.584,62; Construção do espaço de multieventos de Porto Velho – 2ª etapa – R$ 4.102.564,10; Construção do anel viário de Gramado/RS – 1º trecho – R$ 5.000.000,00; Implantação do sistema de esgotamento sanitário visando melhoria das condições de balneabilidade das praias do Calhau e Olho Dágua - São Luís (MA) - etapa 1 – R$ 10.256.410,26; Duplicação de trecho da rodovia SC 403, para acesso ao Balneário dos Ingleses, no Norte da Ilha de Florianópolis – R$ 6.153.846,15; Pavimentação e drenagem da ligação entre a Avenida Luiz Viana Filho e o Complexo Esportivo Manoel Barradas em Salvador/BA- 1ª etapa - R$ 5.070.358,97; Implantação do sistema de climatização do Centro de Feiras e Exposições de Maceió e sua interligação com a instalação do centro de convenções – R$ 5.000.000,00; Reestruturação da Orla Marítima Urbana, no trecho da Praia de Areia Preta/Praia do Forte, e na orla da Praia de Ponta Negra em Natal – R$ 13.305.600,00; reforma e ampliação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães - 1ª Etapa - R$ 10.000.000,00 em Brasília/DF.

Recursos financeiros liberados para obras em andamento: O Ministério do Turismo registrou, em 2012, substancial elevação no pagamento de obras em execução, destinando R$ 874,7 milhões para o pagamento de 4.933 contratos de repasse, o que representa aumento de 85% de repasses financeiros em relação ao ano anterior, quando foram pagos 2.728 contratos, com custo de R$ 469 milhões. Os dados se referem às obras que tiveram medição pela Caixa Econômica Federal. Algumas já foram concluídas e outras ainda estão em execução.

Exemplificação tipológica de obras beneficiadas com a liberação de recursos financeiros: Centros de eventos e similares: 260 obras; Sinalização turística em 90 municípios; Acessibilidade e requalificação em 24 municípios; Portais e Pórticos: 10 municípios; Urbanização e pavimentação: 102 obras; Praças: 1193 0bras.

Destaque de algumas obras beneficiadas com a liberação de recursos financeiros: Construção da Ponte Estância/Indiaroba – 3ª etapa - contrato no valor de R$ 39.000.000,00 – liberados R$ 8.265.292,52; Construção do Centro de Convenções de João Pessoa /PB – 1ª Etapa – contrato no valor de R$ 14.625.000,00 – liberados R$ 6.476.950,00; Restauração da AL 220/225 – Trecho Arapiraca/Piranhas - valor total do contrato R$ 14.625.000,00 - liberados R$ 5.360.000,00; Construção do Centro de Convenções de Manaus/AM – 3ª etapa - valor do contrato R$ 5.947.500,00 – liberados R$ 1.666.490,00; Construção do Teatro Municipal de Boa Vista/RR – Valor do contrato R$ 9.750.000,00 – liberados R$ 3.710.000,00; Requalificação urbana do molhe de Brasília Teimosa com acesso ao Parque das Esculturas - Valor do contrato R$ 7.312.500,00 – liberados R$ 731.250,00; Requalificação da Praia de Iracema em Fortaleza/CE – Valor total do contrato: R$ 18.325.000,00 - liberados R$ 820.960,00; Requalificação dos mercados Paripe e Rio Vermelho em Salvador/BA –Valor total do contrato R$ 21.450.000,00 – liberados R$ 675.675,00; Revitalização da Estrada Parque Pantanal 3ª etapa em Corumbá/MS - Valor do contrato R$ 2.184.000,00 – liberados R$ 1.590.825,60.

Outras atividades de Infraestrutura: Foram, também, desenvolvidos novos projetos para ações estruturantes nos 65 destinos indutores de turismo, como forma de disponibilizar projetos de qualidade para melhoria do atendimento ao turista, visando à implantação de banco de projetos, a ser consolidado nos próximos exercícios.

Também foi realizada a reunião da Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico, integrante do modelo de governança das ações de preparação do Brasil para a Copa do Mundo de 2014 e para os outros grandes eventos esportivos a serem realizados nos próximos anos. Nesta reunião foram consolidados os entendimentos para execução de 36 contratos de repasse, referentes às obras envolvidas, as quais foram incluídas na matriz de responsabilidades das cidades-sede, por decisão do Grupo Executivo de Preparação Para a Copa do Mundo de Futebol – GECOPA, envolvendo sinalização turística, acessibilidade nos atrativos turísticos e centros de atendimento ao turista.

Também foram realizadas 12 reuniões tripartites, envolvendo representantes das cidades-sede, do MTur e da Caixa, para agilização de medidas necessárias à execução dos 36 contratos celebrados.

O Prodetur Nacional, por condições específicas do programa, celebrou contrato de empréstimo, em 2012, para o município de Fortaleza junto à Corporação Andina

de Fomento (CAF). Tal cooperação somada a dos estados do Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco que já estão em execução totalizam US$ 387 milhões. Outras 20 cartas-consulta foram aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos encontrando-se em diferentes estágios de preparação. Entre essas propostas destaca-se a do município de Manaus, negociada junto à CAF, atualmente em fase de assinatura do seu contrato e as dos estados do Rio Grande do Norte e do Pará.

Promoção de Investimentos Turísticos

No ano de 2012, as ações de fomento aos projetos turísticos da iniciativa privada se concentraram na execução de políticas de estímulo aos investimentos nacionais e internacionais e no desenvolvimento e na adequação de linhas de crédito voltadas para o financiamento às empresas prestadoras de serviços turísticos e aos turistas. Nesse intuito, o Ministério atuou em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo no Brasil e no exterior, tais como: *Russia Hotel Investment Conference, ADIT Invest, Grand Pavois e Arabian Hotel Investment Conference.*

Com relação às ações de fortalecimento ao crédito, foi mantida a parceria com as instituições financeiras federais, promovendo a criação e o aperfeiçoamento de produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Em 2012, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R$ 11,2 bilhões, em operações de capital de giro e investimento, expressando incremento de 30,1% em relação aos financiamentos realizados no exercício anterior, assim a meta para 2012, que foi da ordem de R$ 8,3 bilhões, foi superada em 34,9%.

Foram financiadas 200 operações de crédito, por meio dos agentes financeiros federais, no montante de R$ 2,2 bilhões para investimentos totais da ordem de R$ 3,1 bilhões em projetos para construção, expansão e modernização de hotéis e pousadas em função da Copa do Mundo de 2014. Os valores investidos deverão viabilizar a reforma de 6,7 mil unidades habitacionais e promover o acréscimo de 10 mil quartos na capacidade hospedeira do País.

Qualificação e Produção associada ao Turismo

As ações do Programa de Qualificação e de Produção Associada ao Turismo em 2012 visaram contribuir com a qualificação de roteiros e destinos turísticos e agregar valor por meio da adequação e qualificação de atividades turísticas. Foram firmadas parcerias com duas secretarias de estado: a do Distrito Federal e a da Bahia. Os objetivos foram: elaborar e produzir um catálogo da produção associada ao turismo; e promover o desenvolvimento e a integração da produção associada ao turismo nas regiões turísticas. O valor total dos projetos é de R$ 1.267.863,00. Foi considerada como estratégica a disseminação e a aplicação de metodologias voltadas à integração da produção associada à atividade turística em busca do fortalecimento e da consolidação de iniciativas apoiadas pelo Ministério do Turismo.

No Turismo de Base Comunitária foram apoiadas ações de disseminação e intercâmbio de conhecimento em 2 seminários: (i) II Seminário de Turismo de Base Comunitária, realizado no destino turístico de Nova Olinda – CE; e (ii) Seminário de Turismo de Base Comunitária Ambientalmente Sustentável na Amazônia, realizado em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Houve também iniciativas de articulações no sentido de estabelecer parcerias de cooperação técnica nacional com o Sebrae, e outra de cooperação trilateral, entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e Comunidade do Caribe (CARICOM) envolvendo os países de Belize e Granada.

Na Qualificação e Certificação, no intuito de preparar o Brasil para a realização das Copas das Confederações 2013 e da Copa do Mundo 2014, o Ministério do Turismo em parceria com o Ministério da Educação instituiu o Pronatec Copa. Este formado por cursos de aperfeiçoamento tem a finalidade de contribuir na melhoria da qualidade da prestação de serviços ofertados aos turistas durante os megaeventos esportivos nas cidades-sede, no entorno, e nas cidades consideradas destinos turísticos consolidados, nacional e internacionalmente.

Também foi desenvolvido o Pronatec Copa na Empresa, para incentivar os empresários do setor a proporcionarem cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados e colaboradores. Os cursos na Empresa são em geral ministrados no próprio local de trabalho, cedido pelo empregador, na frequência e horários que mais lhe convier. No caso de empresas de pequeno porte, cujo número de alunos não seja suficiente para completar uma turma, as empresas podem se organizar por representação ou não. A organização das turmas e a realização de pré-matrícula no Sistema Sistec fica a cargo das Secretarias Estaduais de Turismo, que são as demandantes junto ao MTur.

Em complementação às ações do Pronatec Copa e Pronatec Copa na Empresa, entre janeiro e dezembro de 2012 foram celebradas parcerias com governos estaduais e municipais, por meio das secretarias de turismo, no montante de R$ 9.484.987,52, com o objetivo de qualificar aproximadamente 24 mil pessoas para prestarem serviços de apoio ao turismo. Esse contingente deverá ser qualificado até meados de 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Habitação

Historicamente, a falta de alternativas habitacionais, gerada por fatores como o intenso processo de urbanização, baixa renda das famílias, apropriação especulativa de terra urbanizada e inadequação das políticas de habitação, levou um contingente significativo da população a viver em assentamentos precários.

O déficit habitacional, acumulado ao longo de décadas e a demanda habitacional futura representam um desafio ao Governo. Buscando enfrentar essa situação, a Constituição de 1988 e, sobretudo, o Estatuto da Cidade, marco legal da reforma urbana brasileira, lançaram instrumentos urbanísticos que contribuíram para o avanço na definição de ferramentas e diretrizes para o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

Somando-se a criação do MCidades em 2003 e do Conselho das Cidades em 2004, avançou-se no fortalecimento de políticas e programas para o enfrentamento de carências urbanas em escala nacional. Destaca-se como marco legal – da estruturação atual do setor habitacional – a Política Nacional de Habitação (PNH), elaborada em 2004.

Um dos grandes desafios do Governo na implementação dessa Política, a PNH, está relacionado à produção de moradias dotadas de infraestrutura para as populações de baixa renda pertencentes aos grupos 1 e 2 definidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

No grupo 1 encontram-se as famílias sem renda ou com renda líquida abaixo da mínima necessária à capacidade de assumir um compromisso de retorno regular e estruturado de longo prazo. No grupo 2 estão as famílias com renda que permitem assumir algum compromisso de pagamento (mensal) regular e estruturado de longo prazo, e, portanto, capazes de acessar financiamento imobiliário desde que a reduzidas taxas de juros e com subsídio para complementar a diferença entre o custo da moradia adequada e sua capacidade de crédito.

A produção de moradias para esses grupos apresenta dificuldades em relação à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo, aos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias e a passivo financeiro elevado.

Diante da complexidade e da escala dos desafios postos nesse setor, é preciso garantir a continuidade dos recursos e dos principais programas habitacionais. Dessa forma, o Programa Moradia Digna foi construído visando ser um modelo mais efetivo e sustentável de recursos e subsídios para as famílias de baixa renda que ainda não conseguem acessar financiamento pelos meios tradicionais do mercado.

O Programa Moradia Digna foi planejado para atender o modelo de desenvolvimento inclusivo do Governo Federal, que busca o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Esse modelo é baseado na retomada dos investimentos em infraestrutura econômica e social; na ampliação das políticas de proteção social; e na qualificação e expansão dos serviços públicos.

Nesse contexto o Programa Moradia Digna integrante do Plano Plurianual (PPA 2012 – 2015 – Plano Mais Brasil) faz parte do conjunto de estratégias do Governo para alcançar o macro desafio: “expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade”. O Programa é viabilizado por meio de investimentos robustos, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A Política Habitacional adotada pelo Governo Federal tem impressionado pelos números obtidos com os resultados da execução dos seus programas, com destaque para o PMCMV. Os números são grandiosos porque enfrentam, com isonomia de proporções, o profundo atraso das condições de moradia até pouco tempo visto no Brasil. O PMCMV apresenta-se como uma estratégia para recuperar o passivo social relacionado ao déficit habitacional acumulado, e à demanda futura estimada até 2022.

Além de buscar eliminar a precariedade e a coabitação, levando à população de baixa renda condições dignas de moradia, o PMCMV ainda tem impacto significativo na economia do País, movimentando cerca de R$ 24 bilhões por ano, em média, no segmento da habitação.

No mês de outubro de 2012, o Programa Minha Casa Minha Vida atingiu a marca de 2 milhões de unidades habitacionais contratadas. Isso representa a viabilização do direito à moradia para cerca de 8 milhões de pessoas. Dessas contratações, destaca-se também a entrega de 1 milhão de unidades habitacionais pelo Programa.

A atuação do Programa está direcionada ao crescimento sustentável e à redução das desigualdades sociais e regionais no Brasil. Os recursos do PMCMV foram divididos por regiões do País seguindo as estimativas aproximadas do déficit habitacional em cada uma dessas regiões: 37% para o Sudeste; 34% para o Nordeste; 12% para o Sul; 10% para o Norte; e 7% para o Centro-Oeste.

De 2009 a maio de 2012, as contratações do PMCMV concentraram-se nos estados de São Paulo (19%), Minas Gerais (9,5%), Bahia (8%), Rio Grande do Sul (7,4%), Paraná (7,0%), Rio de Janeiro (6,0%) e Goiás (6,0%).

Nesse mesmo período, o PMCMV desembolsou, no período, mais de R$ 71 bilhões. Desse total, 31,3% (R$ 22,2 bilhões) corresponderam a subsídios. Quanto às faixas de renda do programa, o direcionamento do desembolso foi de R$ 14,8 bilhões para a primeira faixa (até R$ 1.600,00); R$ 48,6 bilhões para a segunda faixa (até R$ 3.275,00); e R$ 7 bilhões para a terceira faixa (acima de R$ 3.275,00 até R$ 5.000,00).

Os efeitos esperados pelo PMCMV sobre a atividade econômica brasileira são muito significativos. As estimativas indicam que o programa gerou uma média anual de 864 mil empregos diretos e indiretos entre 2008 e o fim de 2012. Isso significa que, a cada R$ 1 milhão desembolsado pelo programa, a atividade econômica

brasileira criou aproximadamente 36 novos postos de trabalho.

Em termos de renda, a perspectiva é que os desembolsos totais do Programa causaram, até o final de 2012, renda adicional média (direta e indireta) de R$ 21,5 bilhões por ano. Em outros termos, a cada R$ 1 milhão desembolsado pelo programa, outros R$ 890 mil são gerados em renda adicional.

Nos mercados de materiais e serviços voltados à construção, estima-se que o PMCMV tenha sido responsável direto por fomentar novos negócios da ordem de R$ 13,6 bilhões por ano, em média. Isso equivale a uma movimentação de R$ 560 mil nesses mercados para cada R$ 1 milhão desembolsado pelo programa.

Os resultados socioeconômicos[4] apresentados acima demonstram que o Programa continua influenciando positivamente a economia brasileira, assim como, o desenvolvimento social. Apesar dos excelentes resultados alcançados, o Governo ainda tem muitos desafios pela frente na promoção da Moradia Digna a todos os cidadãos, conforme assegurado pela Constituição em seu artigo 6º.

Dessa forma, é importante a continuidade da permanente interlocução do Governo com a sociedade brasileira, assim como a análise constante dos resultados, buscando aprimorar a execução dos programas e com isso alcançar a promoção do desenvolvimento com igualdade, reconhecendo o papel do Estado, das políticas públicas e do planejamento enquanto ingredientes fundamentais no processo de mudança e de igualdade social.

Saneamento Básico

O Governo Federal brasileiro adotou como linha de orientação de sua atuação, para os próximos anos, a consolidação de um desenvolvimento econômico sustentável conjugado à inclusão social, como ressaltado na Mensagem Presidencial do Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Uma das condições para a promoção de um processo de crescimento econômico, em que os benefícios gerados sejam compartilhados por todos consiste em viabilizar a universalização do acesso a serviços públicos essenciais, entre os quais se destacam os serviços de saneamento básico, diante dos impactos benéficos sobre a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população decorrentes da estruturação de redes de abastecimento de água potável, de sistemas de coleta e de tratamento dos esgotos sanitários, de sistemas de drenagem urbana sustentável e da disposição adequada de resíduos sólidos.

A política de saneamento, que tem sido implementada por meio de ações que conferem ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios localizados em bolsões de pobreza, desempenha papel essencial na indução do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O MCidades, tem buscado promover um significativo avanço, no menor prazo possível, rumo à universalização dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de saneamento básico, mediante atendimento aos requisitos de qualidade e regularidade, com controle social.

Cabe destacar que um dos grandes desafios relacionados à gestão do saneamento básico diz respeito à formulação da política pública setorial pelos titulares desses serviços. A aprovação da Lei nº 11.445/2007 trouxe uma série de mudanças para o setor, dentre elas a separação das funções de planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços. Entre os seus instrumentos estão a elaboração dos planos de saneamento básico, a definição da forma de prestação dos serviços, a definição dos entes responsáveis pela regulação e fiscalização, o estabelecimento de mecanismos de participação e controle social e a fixação dos direitos e deveres dos usuários.

Alinhada a essas diretrizes, vem sendo implementada uma série de ações que buscam não somente atender aos preceitos estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, mas também promover a inclusão socioeconômica da população e contribuir para o crescimento sustentável do País. Uma das ações a se destacar é a elaboração da Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que além de um amplo diagnóstico da situação do saneamento no País, propõe diretrizes, metas e estratégias voltadas para a universalização dos serviços. A proposta do Plansab foi objeto de uma consulta pública em âmbito nacional em 2012, que contou com ampla participação da sociedade. Com a finalização dessa etapa foi iniciada a revisão do texto, considerando não apenas o resultado da consulta pública, mas também a atualização de dados em razão das pesquisas recentemente publicadas.

A expectativa é de que a versão final do Plano Nacional de Saneamento Básico seja publicada em 2013, e, a partir de então, seja dado o início à sua execução, com o monitoramento e a avaliação dos resultados e impactos decorrentes de sua implementação. Cabe registrar que o Plansab foi construído dentro de uma lógica que muito tem a contribuir para um fluxo regular e consistente dos investimentos em saneamento básico. Essa lógica caracteriza os investimentos em medidas estruturais, constituídas por intervenções físicas em infraestrutura de saneamento básico, e estruturantes, aquelas que, além de garantir iniciativas para a modernização e reorganização de sistemas, dão suporte político e gerencial à sustentabilidade dos serviços, suscitando o aperfeiçoamento da gestão. Essa caracterização parte da premissa de que a consolidação das ações em medidas estruturantes trará benefícios duradouros às medidas estruturais, assegurando a eficiência e a eficácia dos investimentos realizados.

Ainda sob a ótica de apoiar o planejamento no setor, tem sido dado prosseguimento ao monitoramento dos contratos resultantes das propostas selecionadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a elaboração de Planos Municipais e Planos Regionais de Saneamento Básico. Está em curso, em decorrência dessa seleção, a elaboração de Planos de Saneamento Básico que abrangerão um total de 154 municípios. Tais Planos estão sendo concebidos sob uma ótica participativa, pautado em ações sustentáveis, com o envolvimento da sociedade no diagnóstico do setor e nas discussões que subsidiarão o prognóstico e o estabelecimento de metas e diretrizes para os respectivos Planos.

[4] Os indicadores econômicos foram calculados com base nos dados das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo por referência a metodologia de multiplicadores de emprego e renda da Teoria de Matriz Insumo – Produto.

Durante o ano, foi iniciado o processo de construção conjunta e participativa, incluindo uma consulta pública via *internet*, de uma instrução normativa única para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação. Esse normativo tem por diretriz fundamental a atuação cidadã, de modo a garantir à população beneficiária o direito à informação sobre o projeto e a participação nas decisões sobre o empreendimento, assim como o direito de receber educação sobre a funcionalidade e a preservação do serviço implantado.

Mobilidade Urbana

A atuação do governo federal vem se concentrando, de forma a beneficiar as populações que utilizam o transporte público coletivo urbano, seguindo os princípios da Política Nacional de Mobilidade Urbana, entre eles: acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; segurança nos deslocamentos das pessoas; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

A Lei n° 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana define a infraestrutura de mobilidade urbana como sendo as vias e demais logradouros públicos, inclusive metroferrovias, hidrovias e ciclovias; os estacionamentos; terminais, estações e demais conexões; pontos para embarque e desembarque de passageiros e cargas; sinalização viária e de trânsito; equipamentos e instalações; e instrumentos de controle, fiscalização, arrecadação de taxas e tarifas e difusão de informações.

O apoio à execução de obras de infraestrutura de mobilidade urbana garante os deslocamentos de pessoas e cargas no território do município, integrando os diferentes modos de transporte e propiciando melhoria da acessibilidade, com inclusão socioeconômica da população.

O estímulo à gestão democrática e ao controle social do planejamento e da avaliação dessa Política Nacional de Mobilidade Urbana e a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços fornece subsídios à inclusão dos indivíduos.

O foco em investimentos de sistemas de transporte público coletivo de média e alta capacidade em regiões urbanas estabelecidos nos eixos Grandes Cidades e Média Cidades do PAC 2, as obras de mobilidade urbana vinculadas à Copa do Mundo FIFA 2014 e a pavimentação e qualificação de vias urbanas em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, melhora as condições de circulação, de qualidade de vida e inclui socialmente os indivíduos. Esses investimentos possibilitam que mais indivíduos participem do processo de crescimento econômico e do compartilhamento dos seus benefícios, reduzindo as desigualdades sociais.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

No contexto da inclusão e fidelização, em 2012 continuaram repercutindo positivamente as alterações promovidas na legislação, como a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 que, dentre outras medidas, reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual (MEI) e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as “Donas de Casa de Família de Baixa Renda”. Importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, refere-se à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R$ 36 mil para R$ 60 mil anual.

Ainda em relação ao MEI, o programa conta atualmente com 2,665 milhões de trabalhadores inscritos, conforme dados de dezembro de 2012. Em relação às donas de casa, que puderam contribuir com a alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015.

No mês de dezembro de 2012, 372 mil segurados realizaram essa contribuição simplificada de 5% do salário mínimo. O perfil dos contribuintes em 2011 foi predominantemente de pessoas do sexo feminino.

Houve em 2011, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a inserção de 19,3 mil pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho que, somadas às 306 mil existentes no final do ano de 2010, representam um total de 325,3 mil contribuintes inseridos no sistema, ou seja, um incremento de 6,3% de um ano para o outro.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Em um contexto de crescimento inclusivo, a Função Saúde tem participação destacada por meio de iniciativas com impacto imediato sobre a população e de ampliação do acesso a ações e serviços de saúde. Entre outras, destacam-se aquelas de grande abrangência populacional.

Objetivo Estratégico - Atenção básica e especializada em média e alta complexidade

a) Atenção básica

Na atenção básica, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) apresenta, ao final de 2012, cobertura de 55% da população brasileira, contando com 33.404 equipes implantadas. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

O Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), instituído em 2011 com o objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de atenção básica, beneficiou, no ano de 2012, 3.872 municípios, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS.

O Programa já habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 555 propostas de construção de UBS. Foram ainda construídas nesse exercício mais 263 novas UBS e estão em construção 2.015 unidades, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011.

Destaca-se, também, o cadastramento de 62 propostas de UBS Fluviais, das quais 15 unidades foram contempladas do ano de 2012.

b) Atenção básica e especializada em média e alta complexidade

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) contam com estrutura simplificada (Raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação) de disponibilização ininterrupta, e tem contribuído para a redução das filas nos prontos-socorros dos hospitais.

No Plano de Aceleração do Crescimento - PAC2 2011 a 2014 - está prevista a habilitação de novas 500 UPAs. Até o final de 2012, havia 791 UPAs habilitadas sendo 270 em funcionamento, 170 em construção, 351 obras concluídas em compra de equipamentos ou em fase inicial de construção. Das UPAs em funcionamento, 7 delas já são do programa PAC2.

As 117 unidades habilitadas em 2011 apresentam a seguinte situação: 7 entraram em funcionamento; 29 estão em obras e 81 estão em fase de projetos e licitação. Em 2012 foram selecionadas outras 158 UPA para implantação, sendo 26 ampliações de unidades de saúde para transformação em UPA e 132 novas construções. Dessas, 27 UPAs já estão em obras e uma em funcionamento.

O Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU 192) tem contribuído na redução do número de óbitos, do tempo de internação em hospitais e das sequelas decorrentes da falta de socorro.

Estão em funcionamento 178 Centrais de Regulação empenhadas na regulação de cerca de 2.528 municípios, alcançando 134,3 milhões de pessoas com acesso ao SAMU 192, correspondendo a uma cobertura populacional de 70,4%.

No ano, o SAMU 192 operou com 2.851 unidades móveis, sendo 2.152 (75,5%) Unidades de Suporte Básico (USB), 520 (18,2%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 169 (5,9%) Motolâncias, 7 Equipes de Embarcação e 3 Equipes de Aeromédico. Foram repassados R$ 487,3 milhões para custeio e efetivada a compra de mil ambulâncias para renovação de frota e expansão do serviço.

Objetivo Estratégico - Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Na área do Programa Brasil sem Miséria, a atuação setorial buscou ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços de saúde ofertados, bem como sensibilizar e mobilizar os envolvidos, a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Por meio do Programa Brasil Carinhoso, lançado em 2012, foi viabilizado a 2.179 municípios aumento da oferta de sulfato ferroso e suplementação com megadoses de vitamina A, administradas não apenas durante as campanhas de vacinação, como na rotina da puericultura, com objetivo de prevenir e controlar anemias e a hipovitaminose A.

Além disso, 402 mil pacientes foram beneficiados com a distribuição gratuita de medicamentos para asma através das farmácias populares.

Outras contribuições do setorial aos municípios com maior incidência de extrema pobreza incluem a implantação de 82 novas equipes de consultório na rua, equipes da atenção básica compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e disponibilizar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua. Também foram cadastrados 2.752 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

O Projeto Olhar Brasil viabilizou 93.030 consultas até novembro de 2012, bem como a compra e distribuição de 32.463 óculos aos beneficiários do Programa Saúde na Escola e Programa Bolsa Família (PBF). Destaque também aos 1.569 municípios que aderiram ao pré-natal da Rede Cegonha e a implantação de 1.728 novos consultórios odontológicos, 33 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e a entrega de 335 mil próteses dentárias.

No semiárido brasileiro, dentro do Projeto Água para Todos, foram contratadas 13.647 cisternas para consumo humano, contratados sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas e para 218

comunidades rurais, contratada a elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água para 154 comunidades rurais e contratados estudos geofísicos e de perfuração de poços para implantação de 122 sistemas simplificados.

O Programa "Aqui Tem Farmácia Popular" ampliou a rede credenciada mapeada pelo plano Brasil Sem Miséria, passando a 1.278 municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa, atingindo 85,14% da meta prevista para o ano de 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

No âmbito do MP, destaca-se como política inclusiva nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento regional, a regularização fundiária de interesse social de quinze áreas totalizando cerca de 5,2 milhões de m², para atendimento de, aproximadamente, 26 mil famílias em nove estados da Federação.

Destas, três áreas com aproximadamente 600 mil m² foram destinadas a empreendimentos do PAC nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Em relação à provisão habitacional de interesse social (Programa Minha Casa Minha Vida), foram expedidas portarias autorizativas para transferência para entes federativos e entidades privadas sem fins lucrativos de catorze áreas, com cerca de 3,8 milhões de m², para atendimento de aproximadamente 37 mil famílias.

Em apoio à regularização fundiária e ao desenvolvimento local na Amazônia foram incorporadas quatro glebas urbanas e rurais, que totalizam 3.223 hectares de áreas oriundas da extinta Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), situadas no município de Barcarena/PA.

No contexto do Projeto "Nossa Várzea: Cidadania e Sustentabilidade na Amazônia" foram concedidos 6.352 Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para famílias ribeirinhas agroextrativistas, que vivem nas várzeas das ilhas e dos rios federais, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão e Pará.

Visando à integração com o Plano Brasil Sem Miséria, foram concedidos 4.000 Termos de Adesão ao Programa Bolsa Verde (programa de apoio à conservação ambiental) para famílias ribeirinhas que vivem em áreas da União e promovem o uso sustentável de recursos naturais, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão e Pará.

Para reforma agrária, cabe ressaltar a transferência de sete áreas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos estados de Amapá, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, destacando-se que parte dessas transferências ocorreu sob o regime de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), para regularização de projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Amapá.

Na área de Educação, no âmbito dos cursos de Graduação em Estatística e Geociências, para propiciar condições de permanência do aluno carente, foram ofertadas dez bolsas auxílio por semestre, de R$ 300,00, mantidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MINISTÉRIO DA DEFESA

Educação

O Projeto Soldado Cidadão tem por objetivo oferecer aos jovens brasileiros, incorporados às Forças Armadas, oportunidade de formação complementar, que lhes permitam melhores condições para o ingresso no mercado de trabalho, após a prestação do serviço militar.

O Projeto, de abrangência nacional, é desenvolvido mediante convênios e contratos firmados pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica com diversas entidades parceiras, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional da Indústria (SESI). Desde o lançamento, ocorrido no exercício de 2004, até o final de 2012, o Projeto beneficiou cerca de 180.000 jovens incorporados nas três Forças Singulares.

Em 2012, o Projeto Soldado-Cidadão qualificou 14.655 jovens, durante a prestação do serviço militar, nas áreas de automobilística, construção civil, artes gráficas, logística e transporte, Informática, segurança e engenharia.

Saúde

As ações de sáude realizadas pelas Forças Armadas, ao longo do ano, em prol de comunidades ribeirinhas, são denominadas Operações de Assistência Hospitalar (ASHOP) e Ações Cívico Sociais (ACISO).

Nessas operações, os profissionais de saúde realizam procedimentos ambulatoriais e emergenciais, inclusive curativos; aplicação de vacinas; consultas médicas; tratamentos dentários e distribuição de medicamentos. Além disso, ministram palestras sobre higiene bucal, pessoal, doenças sexualmente transmissíveis e prevenção quanto ao uso de drogas.

Os atendimentos promovidos nesta área são de grande importância para a população, tendo em vista a dificuldade de acesso pela comunidade assistida a tais serviços de saúde e são oferecidos por ocasião das Operações Ágata, que tem por objetivo combater ilícitos nas áreas de fronteira.

Durante a operação Ágata 4 (que ocorreu no período de 02 a 17 de maio de 2012), as Forças Armadas realizaram, também, Operações ASHOP e ACISO.

Para tanto, foi instalado um hospital de campanha, dotado de modernos equipamentos para a realização de exames como Raios-X, ultrassom e hemograma, com objetivo de oferecer atendimento à população ribeirinha no distrito de Moura e no município de Barcelos.

A população também teve acesso a consultas nas especialidades de clínica médica, dermatologia, ortopedia, pediatria, ginecologia e odontologia.

Na operação Ágata 5, foram realizadas 122 Ações Cívico-Sociais, dentre as quais se destacaram: 7.617 atendimentos médico-odontológicos e 15.638 atendimentos diversos aos cidadãos, como, por exemplo, a entrega de medicamentos e roupas. A parceria entre os Ministérios da Defesa e da Saúde possibilitou, também, o atendimento em reservas indígenas.

No decorrer da Operação Ágata 6, as Ações Cívico-Sociais foram atendidos 19.510 moradores de regiões carentes, das cidades situadas na área de fronteira, os quais receberam atendimento médico e odontológico.

Na oportunidade foi possível oferecer à população medicamentos e encaminhamentos, que permitem a continuidade do tratamento em unidades de saúde próximas.

Por fim, ainda durante a Operação Ágata 6, na região de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, o navio-hospitalar Tenente Maximiano atuou no atendimento aos ribeirinhos.

Proteção Social

Alinhado ao Programa Segundo Tempo, o Ministério da Defesa, por intermédio das Forças Armadas, implantou, no ano de 2003, o Programa Forças no Esporte (Profesp), destinado ao oferecimento de atividades esportivas e reforço escolar para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente, da rede pública, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Além das atividades de prática esportiva e reforço escolar, o Programa também oferece ao seu público-alvo aulas de música, inclusão digital e capacitação profissional nas áreas de padaria, pizzaiolo, jardinagem e alfaiataria. Dessa forma, o Profesp contribui para a inclusão social e a prevenção da violência e da marginalidade, por meio da utilização de mecanismos de valorização da cidadania e de preparação para o mercado de trabalho.

Em 2012, o Programa atendeu 12.000 crianças, recepcionadas em 86 organizações militares distribuídas em todo território nacional. Destaca-se como resultados marcantes do Profesp a preparação de atletas adolescentes, já selecionados para os Jogos Olímpicos de 2016, e também o encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como no meio militar.

Desenvolvimento Regional

O Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social, que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população. A realização do Projeto se dá por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários, chamados "rondonistas".

As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento humano, e já beneficiaram, desde a criação do projeto, 864 municípios, com a participação de mais de 14.700 voluntários, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Em 2012 participaram das operações do Projeto 1.944 rondonistas, que atuaram em 57 municípios dos estados de Maranhão, Pará e Tocantins. Para 2013, está prevista a participação de mais 2.400 universitários, que atuarão nos estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

- Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas pelo Exército Brasileiro.

Quanto à contribuição das Forças Armadas com o desenvolvimento regional, em 2012, o Exército Brasileiro manteve empenhada toda a força de trabalho das suas Unidades de Engenharia de Construção, em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As principais realizações do período foram: a duplicação da BR-101, no Nordeste; o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; o complexo aeroportuário da grande Natal; a pista do Aeroporto de São Luís; a BR-135, de Mato Grosso e Pará; a BR-163 e BR-230; a BR-242; o Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina; e a ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos, no estado de São Paulo.

Ações do Programa Calha Norte - PCN

O desenvolvimento regional da área de atuação do Programa Calha Norte configura-se como importante diretriz da política nacional. Apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, a região ainda apresenta-se como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos.

Com foco no alcance dos objetivos do Programa, no que se refere às ações voltadas para o desenvolvimento regional, foram estabelecidas diretrizes estratégicas, visando implantar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, saúde, educação, transporte e desenvolvimento econômico e social, nos municípios da área de atuação do PCN, a fim de criar as condições necessárias para a fixação do homem na região, bem como melhorar a qualidade de vida da população.

Nesse sentido, em 2012, foram celebrados pelo PCN e municípios abrangidos pelo Programa, um total de 243 convênios, envolvendo objetos de cunho social, de

fundamental importância para a população municipal, e cujas demandas encontravam-se amparadas pelas Diretrizes do Programa Calha Norte.

Garantia da Lei e da Ordem

O Ministério da Defesa, no período de 06 a 29 de junho de 2012, coordenou o emprego temporário das Forças Armadas, para a garantia da lei e da ordem, na implementação das medidas de segurança necessárias para o evento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio+20, realizada, no município do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana. Essa operação contou, também, com a participação dos demais meios de segurança pública do Estado.

Em continuação ao processo integrado de pacificação do estado do Rio de Janeiro, o efetivo das Forças Armadas permaneceu nos Complexos da Penha e do Alemão até a data de 09 de julho de 2012, tendo a saída das tropas ocorrido de forma gradativa.

Ao Ministério da Defesa coube contribuir para a regularidade do processo eleitoral, com o emprego de meios das Forças Armadas, em apoio ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante as eleições municipais em 2012, nas localidades onde esse apoio foi solicitado.

A atuação das Forças Armadas se deu por meio da prestação de apoio logístico e pelo auxílio na manutenção da garantia da lei e da ordem, nos processos de votação e apuração de resultados.

Infraestrutura

Os trabalhos de fortalecimento da infraestrutura de aeródromos da Região Norte, levados a efeito por meio de diversas obras de engenharia executadas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), vêm permitindo o aumento da presença do Estado e das Forças Armadas em localidades remotas e carentes de recursos.

Em 2012, a Comara deu prosseguimento a importantes obras em localidades fronteiriças, como Iauaretê, Palmeiras do Javari e Tiriós, realizando, ainda, trabalhos em aeródromos nas localidades de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Maués e Manicoré. Ressalta-se, ainda, a atuação dos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército em obras de construção e recuperação da infraestrutura nacional, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

PARTE II

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PARTE II – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Apresenta-se, nesta parte, a análise do orçamento fiscal e da seguridade social, abordando os aspectos da programação financeira, da realização da receita e da dotação e execução da despesa, evidenciando, entre outros, os limites iniciais e finais de pagamento por órgão, as despesas executadas segundo o grupo de natureza de despesa, a receita orçamentária líquida, as despesas por tipo de crédito, modalidade de aplicação, função e subfunção.

Também, demonstra-se o montante de restos a pagar no âmbito do Poder Executivo sujeito a contingenciamento, valores efetivamente pagos, valores cancelados e valores a pagar.

Ainda, são demonstrados os valores arrecadados e o montante de créditos em estoque relativos a cada programa de parcelamento (Convencional, Refis, Paex, Paes, Timemania, Simples Nacional, outros), bem como os valores arrecadados e o montante de créditos em estoque da dívida ativa da União sob a administração da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Por fim, apresenta-se análise sucinta, com respectivos demonstrativos, dos recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos serviços públicos de saúde e dos valores vinculados às transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2012

2.1.1. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício

Nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, LRF, foi publicado o Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 tendo como referência os valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

Ao longo do exercício de 2012, o Decreto nº 7.680/2012 foi alterado pelos decretos abaixo relacionados:

Decreto nº 7.707, de 29 de março de 2012;
Decreto nº 7.740, de 30 de maio de 2012;
Decreto nº 7.781, de 1º de agosto de 2012;
Decreto nº 7.814, de 28 de setembro de 2012;
Decreto nº 7.847, de 23 de novembro de 2012.

As principais características do decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

a) a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;

b) os valores globais autorizados para empenho e pagamento das despesas de custeio e investimento constaram, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 7.680/2012;

c) os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;

d) os valores estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 7.680/2012 foram detalhados pela Portaria MPOG nº 49 de 28 de fevereiro de 2012;

e) os valores estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 7.680/2012 foram detalhados pela Portaria MF nº 40, de 23 de fevereiro de 2012;

f) as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 7.680/2012 no valor de R$ 42.557.397 mil.

Ao longo do exercício de 2012, foram efetuados vários remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para pagamento.

Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.1.2. Execução Financeira

A atuação da Coordenação-Geral de Programação Financeira (Cofin) esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

De acordo com o Quadro 1, a execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2012, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R$ 43.118 milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R$ 1.123.911 milhões e de liberações de R$ 1.167.029 milhões.

Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de

garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central. Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi superavitário em R$ 184.104 milhões.

QUADRO 1 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

Discriminação	2011	2012
FLUXO FISCAL		
A. RECEITAS	**1.004.106**	**1.123.911**
A.1 - Recolhimento Bruto	715.740	806.456
A.2 - (-) Incentivos Fiscais	(274)	(144)
A.3 - Outras Operações de Crédito	22.857	19.788
A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito	2.790	3.458
A.5 - Salário Educação - INSS	14.384	16.375
A.6 - Arrecadação Líquida INSS	248.610	277.978
A.7 - Remuneração de Disponibilidades - BB	-	-
B. DESPESAS	**(1.059.960)**	**(1.167.029)**
B.1 - Transferências a Estados e Municípios	(180.293)	(190.083)
B.1.1 - FPM/FPE/IPI - Est. Export.	(130.172)	(133.912)
B.1.2 - FCO / FNE / FNO	(8.384)	(8.645)
B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87	(3.900)	(3.900)
B.1.4 - FUNDEB (complementação da União)	(8.850)	(10.372)
B.1.5 - Salário-Educação	(7.770)	(8.788)
B.1.6 - Compensações Financeiras	(18.497)	(22.614)
B.1.7 - CIDE-Combustíveis	(2.110)	(1.118)
B.1.8 - Demais	(609)	(735)
B.2 - Pessoal e Encargos Sociais	(196.834)	(204.828)
B.2.1 - Executivo	(158.754)	(165.675)
B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU	(38.080)	(39.153)
B.3 - Juros e Encargos da Dívida	(90.178)	(83.481)
B.3.1. Dívida Contratual Interna	(1.759)	(1.004)
B.3.2. Dívida Externa	(6.539)	(6.195)
B.3.3 .DPMF - Mercado	(81.881)	(76.282)
B.4 - Benefícios Previdenciários	(286.595)	(322.863)
B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital	(299.878)	(358.863)
B.5.1 .PIS/PASEP	(32.910)	(43.117)
B.5.2 .Demais	(266.968)	(315.746)
B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito	(6.181)	(6.911)
C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)	**(55.853)**	**(43.118)**
D. RESULTADO FISCAL (2) (C- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6)	**14.860**	**24.028**
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
E. RECEITAS	**396.072**	**457.274**
E.1 - Emissão de Títulos - Mercado	376.990	431.999
E.2 - Outras Operações de Crédito	19.082	25.275
F. DESPESAS	**(376.594)**	**(391.763)**
F.1 - Amortização da Dívida	(376.594)	(391.763)
F.1.1 - Dívida Contratual Interna	(2.966)	(2.778)
F.1.2 - Dívida Externa	(12.296)	(7.026)
F.1 3 - DPMF - Mercado	(361.332)	(381.959)
F.2 - Aquisição de Garantias	-	-
F.3 - Outras Liberações	-	-
G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)	**15.658**	**50.039**
H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**25.143**	**161.711**
FLUXO DE CAIXA TOTAL (C)+(E)+(F)+(H)	**(11.233)**	**184.104**

Fonte: Siafi.

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 7.680/2012, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos I, II e III detalhados pela Portaria MF nº 40, de 23 de fevereiro de 2012, e alterações.

O Quadro 2 apresenta os limites financeiros por órgão inicialmente fixados para o exercício de 2012. No Quadro C.3, temos os limites financeiros finais do exercício de 2012, após alterações por decretos e portarias publicados no decorrer do exercício.

QUADRO 2 - LIMITES INICIAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO, SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA MF Nº 40/2012, QUE DETALHOU O DECRETO Nº 7.680/2012

R$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Total
20000 Presidência da República	1.224.751	291.449	-	1.516.200
20102 Vice-Presidência da República	4.852	-	-	4.852
20114 Advocacia-Geral da União	267.900	-	-	267.900
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.196.611	143.839	-	1.340.450
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4.169.939	753.178	45.383	4.968.500
25000 Ministério da Fazenda	1.866.631	930.169	-	2.796.800
26000 Ministério da Educação	28.122.503	1.266.257	208.637	29.597.397
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	246.418	437.989	2.443	686.850
30000 Ministério da Justiça	2.771.337	31.000	5.863	2.808.200
32000 Ministério de Minas e Energia	275.794	101.029	-	376.823
33000 Ministério da Previdência Social	1.704.846	23.204	-	1.728.050
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.114.959	2.241	-	1.117.200
36000 Ministério da Saúde	63.566.806	4.362.777	372.120	68.301.703
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	879.314	686	36.750	916.750
39000 Ministério dos Transportes	889.254	75.430	-	964.684
41000 Ministério das Comunicações	447.450	-	-	447.450
42000 Ministério da Cultura	731.715	20.601	11.009	763.325
44000 Ministério do Meio Ambiente	663.106	111.144	-	774.250
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	862.651	36.049	-	898.700
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.091.461	43.189	-	2.134.650
51000 Ministério do Esporte	681.150	-	-	681.150
52000 Ministério da Defesa	9.991.926	2.553.774	-	12.545.700
53000 Ministério da Integração Nacional	1.358.794	80.753	2.211	1.441.758
54000 Ministério do Turismo	572.850	-	-	572.850
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	23.430.635	3.388	31.247	23.465.270
56000 Ministério das Cidades	304.165	229.500	-	533.665
58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura	203.684	1.516	-	205.200
71000 Encargos Financeiros da União	554.215	-	-	554.215
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	82.054	-	-	82.054
74902 Recursos sob Supervisão do FIES/MEC	130.770	-	-	130.770
74912 Recursos sob Supervisão do FNC/MinC	760	-	-	760
TOTAL	**150.409.301**	**11.499.162**	**715.663**	**162.624.126**

Fontes de Recursos:
Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
Anexo III: 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

QUADRO 3 - LIMITES FINAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO, SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA DE DETALHAMENTO

R$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Total
20000 Presidência da República	1.257.476	291.449	-	1.548.925
20102 Vice-Presidência da República	4.852	-	-	4.852
20114 Advocacia-Geral da União	305.700	-	-	305.700
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.782.559	143.839	-	1.926.398
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4.524.763	753.178	45.383	5.323.324
25000 Ministério da Fazenda	2.286.631	930.169	-	3.216.800
26000 Ministério da Educação	28.148.016	1.266.257	208.637	29.622.910
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	402.630	697.989	2.443	1.103.062

R$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Total
30000 Ministério da Justiça	2.778.453	31.000	5.863	2.815.316
32000 Ministério de Minas e Energia	308.794	106.029	-	414.823
33000 Ministério da Previdência Social	1.899.596	24.204	-	1.923.800
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.265.959	2.241	-	1.268.200
36000 Ministério da Saúde	62.384.868	3.684.845	209.699	66.279.412
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	915.397	686	36.750	952.833
39000 Ministério dos Transportes	1.029.254	75.430	-	1.104.684
41000 Ministério das Comunicações	447.450	-	-	447.450
42000 Ministério da Cultura	792.440	20.601	11.009	824.050
44000 Ministério do Meio Ambiente	663.106	121.144	-	784.250
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	862.651	36.049	-	898.700
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.213.873	43.189	-	2.257.062
51000 Ministério do Esporte	935.497	-	-	935.497
52000 Ministério da Defesa	11.820.069	2.923.774	-	14.743.843
53000 Ministério da Integração Nacional	1.665.254	80.753	2.211	1.748.218
54000 Ministério do Turismo	1.498.879	-	-	1.498.879
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	24.630.635	6.388	31.247	24.668.270
56000 Ministério das Cidades	1.413.193	281.706	-	1.694.899
58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura	263.029	1.516	-	264.545
71000 Encargos Financeiros da União	1.718.299	-	-	1.718.299
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	82.054	-	-	82.054
74902 Recursos sob Supervisão do FIES/MEC	230.770	-	-	230.770
74912 Recursos sob Supervisão do FNC/MinC	760	-	-	760
TOTAL	**158.532.907**	**11.522.436**	**553.242**	**170.608.585**

Fontes de Recursos:
Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
Anexo III: 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

O Quadro 4 apresenta os valores iniciais e finais dos limites de movimentação e empenho fixados para o Poder Executivo. Os limites iniciais de movimentação e empenho correspondem aos valores definidos no Decreto nº 7.680/2012. Os limites finais foram definidos pela Portaria MP nº 1, de 8 de janeiro de 2013.

QUADRO 4 - LIMITES INICIAIS E FINAIS DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO FIXADOS PARA O PODER EXECUTIVO, POR ÓRGÃO

R$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Iniciais	Finais
20000 Presidência da República	2.544.000	3.427.050
20102 Vice-Presidência da República	5.107	4.602
20114 Advocacia-Geral da União	282.000	313.373
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.411.000	2.234.818
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.230.000	5.282.588
25000 Ministério da Fazenda	2.944.000	3.768.556
26000 Ministério da Educação	33.360.581	33.670.827
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	723.000	1.124.445
30000 Ministério da Justiça	3.135.000	3.928.308
32000 Ministério de Minas e Energia	819.000	800.733
33000 Ministério da Previdência Social	1.819.000	2.218.338
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.176.000	1.193.145
36000 Ministério da Saúde	72.109.729	71.478.348
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	965.000	973.022
39000 Ministério dos Transportes	17.065.000	16.278.971
41000 Ministério das Comunicações	471.000	565.056
42000 Ministério da Cultura	1.104.000	1.155.724
44000 Ministério do Meio Ambiente	815.000	849.481
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	948.000	637.537
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.447.000	2.569.417
51000 Ministério do Esporte	717.000	1.207.567

R$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Iniciais	Finais
52000 Ministério da Defesa	13.206.000	15.637.578
53000 Ministério da Integração Nacional	4.451.000	4.508.147
54000 Ministério do Turismo	603.000	1.203.622
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	24.191.000	25.708.796
56000 Ministério das Cidades	17.461.000	17.901.908
58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura	216.000	224.058
71000 Encargos Financeiros da União	663.384	1.715.733
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	86.373	68.329
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES/MEC	137.653	176.536
74912 Recursos sob Supervisão do FNC/MinC	800	3.200
TOTAL	**211.106.626**	**220.829.812**

Fonte: Siafi.

O Quadro 5 apresenta os valores das dotações orçamentárias do Poder Executivo que foram sujeitas ao contingenciamento no exercício de 2012. Na sequência, o Quadro 6 demonstra a base contingenciável dos demais Poderes e Ministério Público da União no exercício de 2012.

QUADRO 5 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INICIAIS E FINAIS DO PODER EXECUTIVO SUJEITAS AO CONTINGENCIAMENTO, NO EXERCÍCIO DE 2012, POR ÓRGÃO[1]

R$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Iniciais [2]	Finais [3]
20000 Presidência da República	3.060.309	4.114.654
20102 Vice-Presidência da República	5.107	5.107
20114 Advocacia-Geral da União	291.281	314.451
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.369.448	3.512.006
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	6.716.290	6.893.750
25000 Ministério da Fazenda	3.670.985	4.199.000
26000 Ministério da Educação	35.298.472	38.169.233
28000 Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	1.284.963	1.396.938
30000 Ministério da Justiça	5.382.287	5.588.550
32000 Ministério de Minas e Energia	1.037.597	978.613
33000 Ministério da Previdência Social	2.311.819	2.389.431
35000 Ministério das Relações Exteriores (**)	1.024.727	1.306.752
36000 Ministério da Saúde	77.582.287	78.371.407
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.244.093	1.247.393
39000 Ministério dos Transportes	19.041.085	18.797.412
41000 Ministério das Comunicações	816.202	863.355
42000 Ministério da Cultura	1.544.085	1.692.036
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.012.121	1.106.414
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.068.190	758.158
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.641.251	3.435.934
51000 Ministério do Esporte	2.519.039	3.215.544
52000 Ministério da Defesa	16.525.047	18.139.606
53000 Ministério da Integração Nacional	6.644.376	6.772.306
54000 Ministério do Turismo	2.612.911	2.613.063
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	25.122.185	26.653.718
56000 Ministério das Cidades	20.783.250	20.321.328
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	292.294	286.195
71000 Encargos Financeiros da União	1.967.282	2.590.918
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	108.370	97.569
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIEES-MEC	138.453	205.453
74912 Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	800	3.200
TOTAL	**246.116.605**	**256.039.497**

Fonte: Siafi.

[1] Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

QUADRO 6 - BASE CONTINGENCIÁVEL DOS DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO EXERCÍCIO DE 2012[2]

R$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Base Inicial	Base Atualizada
01000 Câmara dos Deputados	1.184.396	1.173.667
02000 Senado Federal	1.093.292	1.085.588
03000 Tribunal de Contas da União	447.598	444.513
10000 Supremo Tribunal Federal	143.632	142.290
11000 Superior Tribunal de Justiça	252.280	249.861
12000 Justiça Federal	1.069.935	1.049.308
13000 Justiça Militar	181.620	180.919
14000 Justiça Eleitoral	1.191.326	1.176.646
15000 Justiça do Trabalho	3.792.584	3.760.596
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	365.031	360.462
17000 Conselho Nacional de Justiça	163.441	163.178
34000 Ministério Público da União	728.995	718.290
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	19.040	18.859
TOTAL	**10.633.171**	**10.524.177**

Fonte: Siafi.

As despesas executadas, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2012, pelos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias, segundo Grupo de Natureza da Despesa são apresentadas no Quadro abaixo.

QUADRO 7 - DESPESAS EXECUTADAS, POR ÓRGÃO, SEGUNDO GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA[3]

R$ milhares

Órgão Superior da UO	Pessoal	Custeio	Investimento e Inversão Financeira	Juros e Amortização	Total
01000 Câmara dos Deputados	3.416.355	658.737	36.791	-	4.111.884
02000 Senado Federal	2.878.517	485.616	19.047	388	3.383.567
03000 Tribunal de Contas da União	1.176.225	152.343	35.534	-	1.364.102
10000 Supremo Tribunal Federal	296.233	137.880	14.170	-	448.283
11000 Superior Tribunal de Justiça	708.521	210.461	13.691	-	932.673
12000 Justiça Federal	5.764.595	1.328.712	234.232	-	7.327.538
13000 Justiça Militar	331.820	56.283	11.733	-	399.836
14000 Justiça Eleitoral	3.546.592	1.504.492	260.731	-	5.311.815
15000 Justiça do Trabalho	11.574.672	1.590.306	389.768	-	13.554.746
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.426.011	269.620	91.785	-	1.787.417
17000 Conselho Nacional de Justiça	25.051	63.949	45.134	-	134.134
20000 Presidência da República	4.203.252	1.615.912	2.183.049	388	8.002.602
22000 Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	5.187.448	1.468.317	4.170.563	5.836	10.832.164
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.906.262	4.131.441	2.232.924	-	8.270.626
25000 Ministério da Fazenda	27.738.141	159.349.387	3.337.318	754.635.688	945.060.533
26000 Ministério da Educação	30.165.992	42.386.195	18.012.905	491	90.565.583
28000 Minist. do Desenv., Ind. e Comércio Exterior	512.830	1.010.553	111.171	-	1.634.553
30000 Ministério da Justiça	6.760.501	2.110.211	1.630.167	37.084	10.537.964
32000 Ministério de Minas e Energia	935.963	24.578.217	81.668	624	25.596.471
33000 Ministério da Previdência Social	10.178.906	321.303.278	197.124	2.898	331.682.206
34000 Ministério Público da União	2.970.598	694.033	210.292	-	3.874.923
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.193.951	1.293.367	85.627	-	2.572.946
36000 Ministério da Saúde	15.258.185	66.390.012	5.163.699	5.006	86.816.903
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	2.505.031	43.826.257	15.105.518	-	61.436.806
39000 Ministério dos Transportes	3.691.821	1.224.393	18.733.884	-	23.650.099
41000 Ministério das Comunicações	1.291.965	348.684	410.734	-	2.051.383
42000 Ministério da Cultura	456.525	718.521	864.315	6.103	2.045.465
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.249.312	968.722	478.523	1.244	2.697.801
47000 Ministério do Planej., Orçamento e Gestão	7.193.636	3.663.355	1.844.134	4.815	12.705.940

[2] Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas da União.
[3] Inclui recursos de todas as fontes, as transferências constitucionais e legais para estados e municípios e as despesas com benefícios previdenciários.

R$ milhares

Órgão Superior da UO	Pessoal	Custeio	Investimento e Inversão Financeira	Juros e Amortização	Total
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	887.097	1.834.981	3.869.369	305	6.591.753
51000 Ministério do Esporte	98.891	613.131	723.067	-	1.435.089
52000 Ministério da Defesa	47.270.886	8.206.660	10.221.972	848.764	66.548.283
53000 Ministério da Integração Nacional	1.023.534	1.644.420	16.659.562	-	19.327.516
54000 Ministério do Turismo	62.015	295.422	917.818	81	1.275.336
55000 Minist. do Desenv. Social e Combate à Fome	45.759	55.544.914	934.993	-	56.525.666
56000 Ministério das Cidades	503.462	4.407.650	14.047.217	30.588	18.988.916
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	31.635	153.387	67.279	-	252.301
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	33.398	23.415	2.890	-	59.703
TOTAL	**204.501.587**	**756.263.233**	**123.450.399**	**755.580.303**	**1.839.795.522**

Fonte: Siafi.

2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2.2.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), cuja edição válida para o exercício de 2012 foi aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 20 de junho de 2011, conceitua a receita orçamentária como "disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público".

De acordo com a disposição constante do art. 74 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e com o Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na realização das receitas da União é utilizada a via bancária.

Os recursos são recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional em cumprimento ao artigo 164, § 3º, da Constituição Federal e na forma da Instrução Normativa n° 4, de 30 de agosto de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Receita Orçamentária arrecadada é classificada por meio de códigos de natureza de receitas. Ainda segundo o MCASP, esses códigos "visam identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita no cofre público. Assim, a natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas; por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias".

Para melhor compreensão de alguns aspectos deste texto, é interessante mencionar a estrutura do código de natureza de receita, código numérico de 8 dígitos, representando 6 níveis, da seguinte forma:

C	O	E	R	AA	SS
CATEGORIA ECONÔMICA	ORIGEM	ESPÉCIE	RUBRICA	ALÍNEA	SUBALÍNEA

Visão Geral

A Receita Orçamentária é arrecadada pelo seu valor bruto, registrando-se separadamente os valores deduzidos e o valor arrecadado líquido. Dessa forma, a Receita Orçamentária Líquida – ou seja, já descontada de deduções – alcançou o montante de R$ 1.949.297 milhões, apresentando um crescimento nominal de 14,6% em relação ao valor líquido arrecadado em 2011.

É importante ressaltar que esse valor, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 1964, contempla as operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública federal, como será evidenciado mais adiante.

A arrecadação da receita ficou abaixo da previsão orçamentária atualizada, como se pode inferir da tabela a seguir, que apresenta a parte do Balanço Orçamentário que trata das receitas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS DE DEDUÇÕES – 2012

R$ milhões

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (EXCETO OPERAÇÕES DE REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA)	1.494.973	1.572.553	(77.580)
1 - Receitas Correntes	1.175.025	1.134.717	40.308
11 - Receita Tributária	403.725	347.752	55.973
12 - Receitas de Contribuições	607.837	590.425	17.412
13 - Receita Patrimonial	67.481	81.047	(13.566)
14 - Receita Agropecuária	26	25	2
15 - Receita Industrial	833	756	77
16 - Receita de Serviços	47.376	47.920	(544)
17 - Transferências Correntes	683	844	(161)
19 - Outras Receitas Correntes	47.063	65.949	(18.885)
2 - Receitas de Capital	304.747	419.906	(115.159)
21 - Operações de Crédito	191.280	174.699	16.581
22 - Alienação de Bens	5.376	14.218	(8.842)
23 - Amortização de Empréstimos	28.917	34.287	(5.370)
24 - Transferências de Capital	681	220	461
25 - Outras Receitas de Capital	78.492	196.482	(117.989)
7 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	15.178	15.536	(358)
71 - Receita Tributária	0	0	(0)
72 - Receitas de Contribuições	14.972	13.477	1.495
73 - Receita Patrimonial	2	14	(12)
75 - Receita Industrial	140	162	(21)
76 - Receita de Serviços	60	55	5
79 - Outras Receitas Correntes	4	1.827	(1.824)
8 - Receitas de Capital Intraorçamentárias	23	2.394	(2.371)
81 - Operações de Crédito	23	2.384	(2.361)
82 - Alienação de Bens	-	-	-

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
85 - Outras Receitas de Capital	-	10	(10)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (DESTINADAS AO REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA)	655.486	376.744	278.742
2 - Receitas de Capital	655.486	376.744	278.742
21 - Operações de Crédito	655.486	376.744	278.742
TOTAL	**2.150.459**	**1.949.297**	**201.162**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Ainda na tabela, estão destacados os valores das Receitas Correntes e de Capital Intraorçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos.

Além disso, estão destacadas das Receitas de Capital as receitas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R$ 376.744 milhões.

As tabela e gráficos a seguir comparam a arrecadação orçamentária líquida dos exercícios de 2012 e 2011, detalhando e ilustrando as variações no nível de origem.

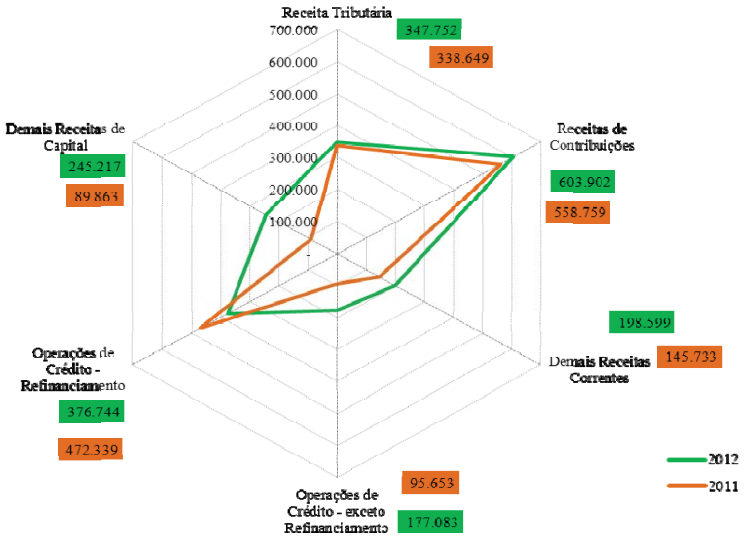
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS – 2012 e 2011

R$ milhões

RECEITAS	2012	2011	% 2012 / 2011
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (EXCETO OPERAÇÕES DE REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA)	1.572.553	1.228.657	28%
1 - Receitas Correntes	1.134.717	1.029.613	10%
11 - Receita Tributária	347.752	338.649	3%
12 - Receitas de Contribuições	590.425	545.487	8%
13 - Receita Patrimonial	81.047	65.709	23%
14 - Receita Agropecuária	25	21	18%
15 - Receita Industrial	756	562	34%
16 - Receita de Serviços	47.920	47.976	0%
17 - Transferências Correntes	844	451	87%
19 - Outras Receitas Correntes	65.949	30.759	114%
2 - Receitas de Capital	419.906	184.042	128%
21 - Operações de Crédito	174.699	94.202	85%
22 - Alienação de Bens	14.218	1.936	634%
23 - Amortização de Empréstimos	34.287	28.945	18%
24 - Transferências de Capital	220	112	97%
25 - Outras Receitas de Capital	196.482	58.847	234%
7 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	15.536	13.528	15%
71 - Receita Tributária	0	0	-5%
72 - Receitas de Contribuições	13.477	13.273	2%
73 - Receita Patrimonial	14	5	171%
75 - Receita Industrial	162	169	-4%
76 - Receita de Serviços	55	40	37%
79 - Outras Receitas Correntes	1.827	41	4390%
8 - Receitas de Capital Intraorçamentárias	2.394	1.474	62%
81 - Operações de Crédito	2.384	1.451	64%
82 - Alienação de Bens	-	23	-100%
85 - Outras Receitas de Capital	10	-	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (DESTINADAS AO REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA)	376.744	472.339	-20%
2 - Receitas de Capital	376.744	472.339	-20%
21 - Operações de Crédito	376.744	472.339	-20%
TOTAL	**1.949.297**	**1.700.997**	**15%**

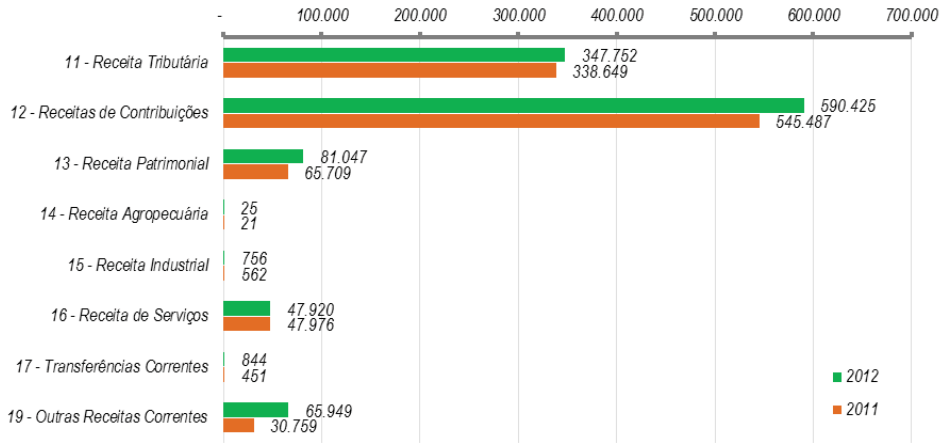
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS ARRECADADAS LÍQUIDAS – 2012 e 2011
R$ milhões



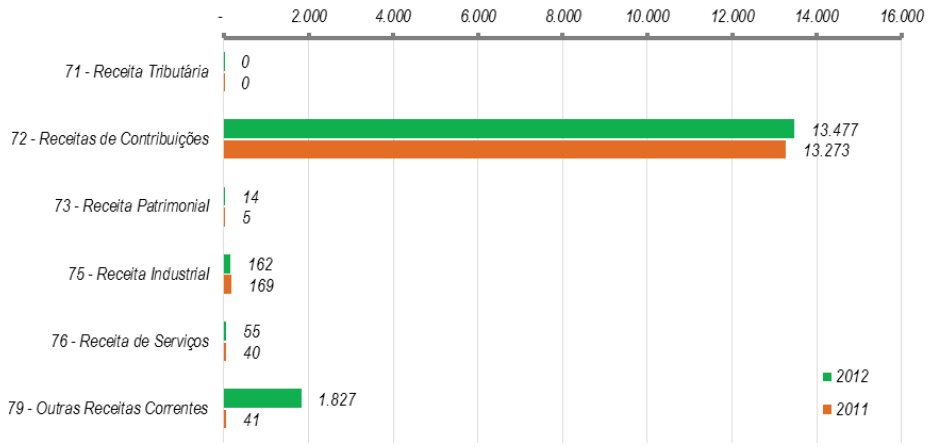
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS CORRENTES – 2012 e 2011
R$ milhões



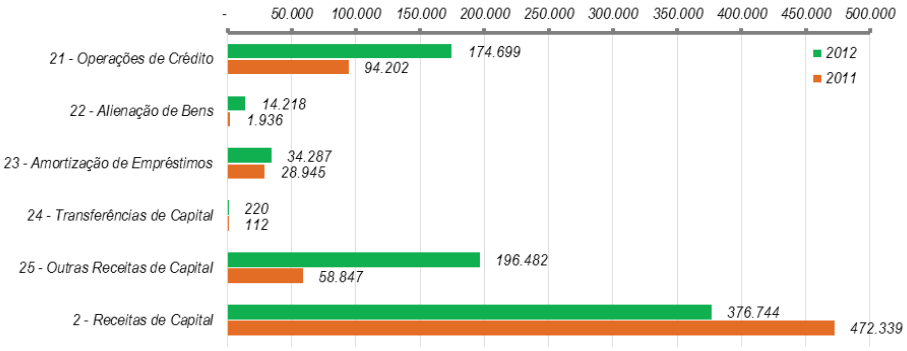
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos
Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS 2012 e 2011
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

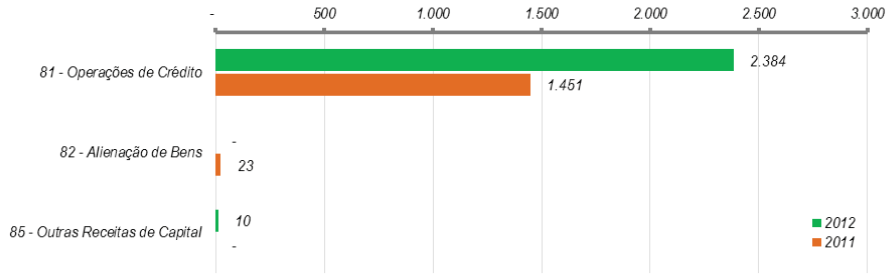
EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS DE CAPITAL 2012 e 2011
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

EXECUÇÃO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS DE CAPITAL 2012 e 2011
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Novamente deve-se ressaltar que as Receitas Orçamentárias foram analisadas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R$ 36.906 milhões, ou 1,9 % do valor bruto arrecadado – R$ 1.986.203 milhões. A tabela seguinte discrimina as deduções da receita orçamentária.

DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA – 2012

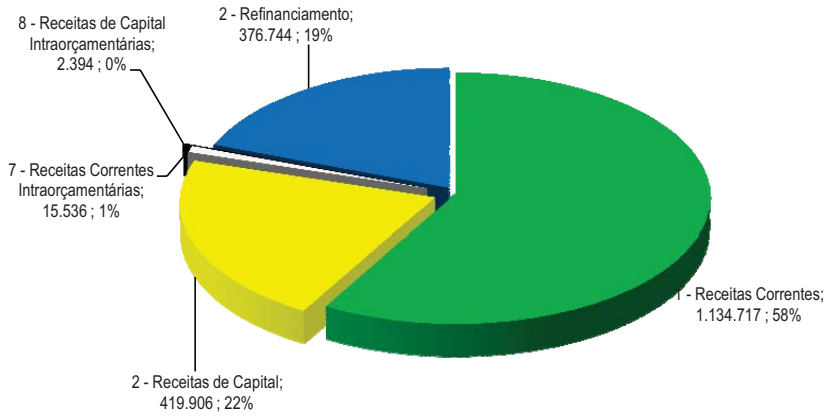
R$ milhões

DEDUÇÃO	VALOR
Incentivos Fiscais	55
Restituições	21.031
Descontos Concedidos	70
Deduções da Receita de Vendas e Serviços	206
ICMS	2
Pasep	0
Cofins	2
Imposto sobre Serviços	0
Encargos sobre Arrecadação	201
Cheques Devolvidos	0
Compensações	1.231
Deduções Receitas Diversas	9
Cofins sobre Outras Receitas	7
PIS/Pasep sobre Outras Receitas	2
Retificações	10.184
Outras Deduções	4.120
TOTAL	**36.906**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

O gráfico a seguir ilustra a participação de cada categoria econômica no total da arrecadação, destacando os valores das operações intraorçamentárias e das de refinanciamento da dívida pública.

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Receita Corrente

A tabela e o gráfico seguintes demonstram a arrecadação comparativa das Receitas Correntes nos exercícios de 2011 e 2012, evidenciando também a participação percentual de cada origem no total.

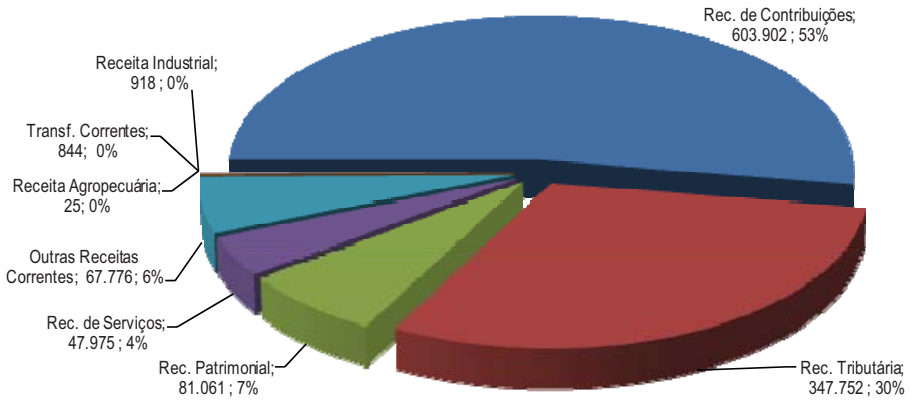
DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES DA UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

RECEITAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL	
	2012	2011	2012	2011
Receitas de Contribuições	603.902	558.759	52,5%	53,6%
Receita Tributária	347.752	338.649	30,2%	32,5%
Receita Patrimonial	81.061	65.714	7,0%	6,3%
Receita de Serviços	47.975	48.016	4,2%	4,6%
Outras Receitas Correntes	67.776	30.800	5,9%	3,0%
Receita Industrial	918	731	0,1%	0,1%
Transferências Correntes	844	451	0,1%	0,0%
Receita Agropecuária	25	21	0,0%	0,0%
TOTAL	**1.150.253**	**1.043.141**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

A seguir analisam-se cada uma das origens que compõem a categoria econômica das receitas correntes.

Receita Tributária

A Receita Tributária – que, no conceito da Lei 4.320, de 1964, não inclui as contribuições – a despeito de essas prestações serem hoje também consideradas tributos – representa a segunda maior origem das receitas correntes. Seu valor bruto, excluindo os valores das receitas intraorçamentárias, atingiu R$ 347.752 milhões.

Como visto na tabela e no gráfico anteriores, a Receita Tributária representou 30% da arrecadação de Receitas Correntes no exercício de 2012. A arrecadação líquida dessas receitas foi nominalmente 2,7% superior ao do exercício anterior. Verificou-se arrecadação de receitas intraorçamentárias no valor de R$ 444,9 mil nessa origem – especialmente referentes a taxas pagas por unidades da Administração Pública Federal (APF) a outras unidades da APF. Um resumo da arrecadação líquida das receitas tributárias de 2012 e 2011 é apresentado a seguir.

ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA POR ESPÉCIE E RUBRICA – 2012 E 2011

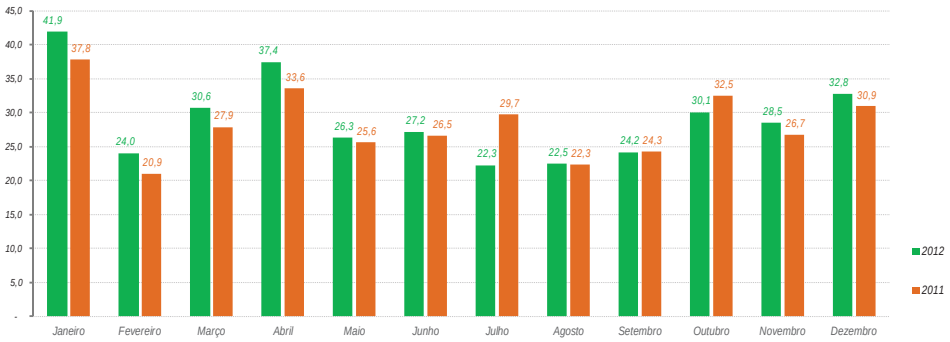
R$ milhões

RECEITAS TRIBUTÁRIAS	VALOR		% DO TOTAL		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
Impostos	340.901	331.501	98,0%	97,9%	2,8%
Impostos sobre o Comércio Exterior	31.085,49	26.644,49	8,9%	7,9%	16,7%
Impostos sobre o Patrimônio e Renda	236.250,81	231.845,69	67,9%	68,5%	1,9%
Impostos sobre a Produção e Circulação	73.565,18	73.010,55	21,2%	21,6%	0,8%
Taxas	6.851	7.148	2,0%	2,1%	-4,2%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.441,11	1.173,73	0,4%	0,3%	22,8%
Taxas pelo Prestação de Serviços	5.409,44	5.974,36	1,6%	1,8%	-9,5%
TOTAL	**347.752**	**338.649**	**100,0%**	**100,0%**	**2,7%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

O próximo gráfico ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas tributárias em 2012 e 2011. Observa-se que, do total da Receita Tributária, 98% correspondem a impostos e apenas 2% a taxas.

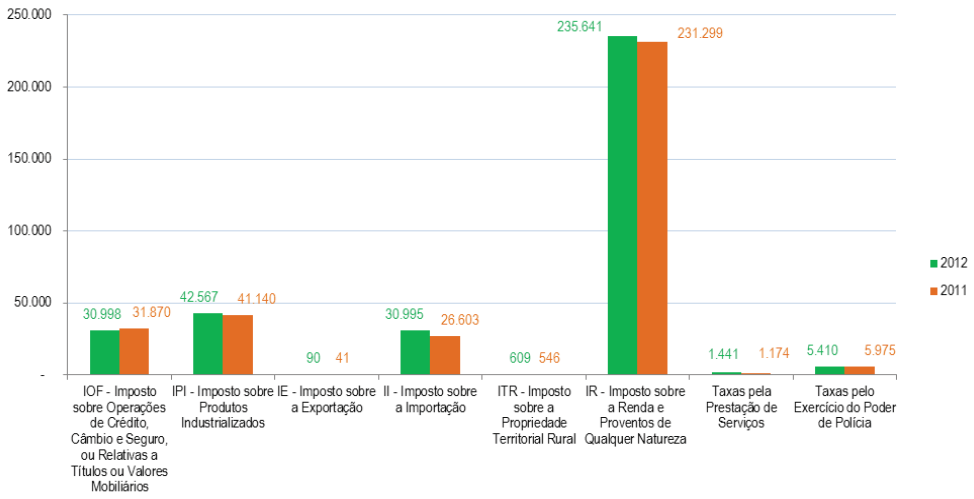
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA MENSAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA – 2012 E 2011
R$ bilhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

O gráfico seguinte compara os valores arrecadados referentes a cada um dos impostos e tipos de taxas em 2012 e 2011.

RECEITA TRIBUTÁRIA POR IMPOSTO E TIPO DE TAXAS – 2012 E 2011
R$ milhões

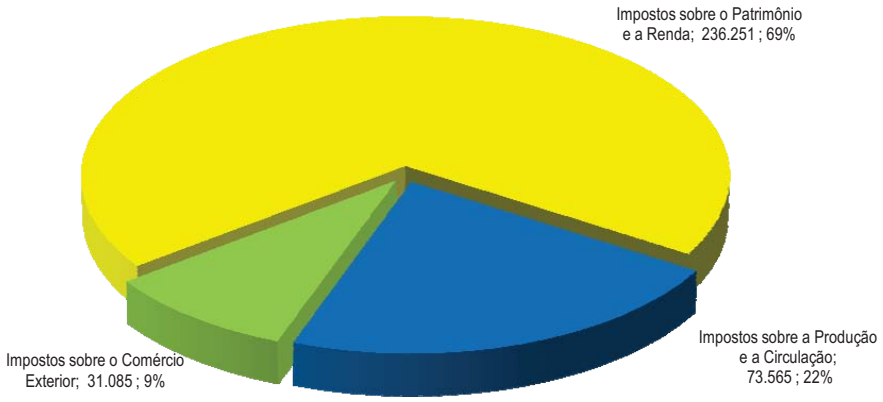


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício de 2012 somaram R$ 340.901 milhões, correspondendo a 98% da Receita Líquida Tributária, demonstrando um acréscimo nominal de 2,8% em relação ao ano anterior. O próximo gráfico demonstra a participação de cada rubrica na composição da arrecadação de impostos. A tabela subsequente apresenta essas informações de forma mais detalhada, além de trazer os respectivos valores do exercício de 2011.

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE IMPOSTOS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

IMPOSTOS – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

IMPOSTOS	VALOR		% DO TOTAL	
	2012	2011	2012	2011
Impostos sobre a Produção e a Circulação	73.565	73.011	21,6%	22,0%
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	30.998	31.870	9,1%	9,6%
Imposto sobre as Demais Operações	30.859	31.864	9,1%	9,6%
Imposto sobre Comercialização do Ouro	11	6	0,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	128	0	0,0%	0,0%
Imposto sobre Produtos Industrializados	42.567	41.140	12,5%	12,4%
Imposto sobre os Produtos Industrializados do Fumo	4.079	3.746	1,2%	1,1%
Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Federal e Nacional	378	335	0,1%	0,1%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Automóveis	4.380	7.147	1,3%	2,2%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Bebidas	3.217	2.991	0,9%	0,9%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Importação	15.930	13.717	4,7%	4,1%
Outros Produtos	13.429	13.183	3,9%	4,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Produtos Industrializados	1.154	22	0,3%	0,0%
Impostos sobre o Comércio Exterior	31.085	26.644	9,1%	8,0%
Imposto sobre a Exportação	90	41	0,0%	0,0%
Imposto sobre a Importação	30.995	26.603	9,1%	8,0%
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	236.251	231.846	69,3%	69,9%
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	609	546	0,2%	0,2%
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	235.641	231.299	69,1%	69,8%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Federal e Nacional	2.136	2.023	0,6%	0,6%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital	33.297	35.151	9,8%	10,6%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	64.513	58.824	18,9%	17,7%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	7.542	6.755	2,2%	2,0%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Remessa de Recursos ao Exterior	15.202	13.867	4,5%	4,2%
Pessoa Jurídica – Líquida de Incentivos	86.562	94.157	25,4%	28,4%
Pessoas Físicas	22.259	20.432	6,5%	6,2%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda – Pessoas Físicas	6	6	0,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas	3.487	74	1,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	636	11	0,2%	0,0%
TOTAL GERAL	**340.901**	**331.501**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

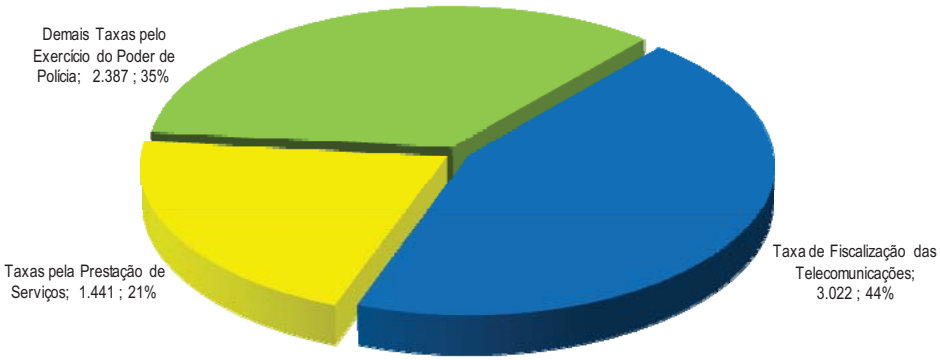
Observa-se um acréscimo na arrecadação das três espécies de impostos federais. A arrecadação do Imposto de Renda ficou 1,9% superior em relação a 2011, com destaque para o IR retido na fonte sobre os rendimentos do trabalho, que cresceu 9,7%. Observa-se, mais uma vez, a grande importância desse imposto para o financiamento dos gastos

federais, uma vez que sua arrecadação representou 69,1% das Receitas de Impostos e 20,4% de todas as Receitas Correntes da União em 2012.

Taxas

As taxas classificam-se em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços. A arrecadação das taxas apresentou decréscimo em relação aos valores de 2011, tendo apresentado variação nominal negativa de 4,2%. O montante arrecadado nessa origem totalizou R$ 6.851 milhões – o que representa 2% da Receita Tributária. A arrecadação da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações correspondeu a 42 % de toda a arrecadação de taxas, e, por essa razão, essa rubrica encontra-se destacada:

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE TAXAS– 2012
R$ milhões

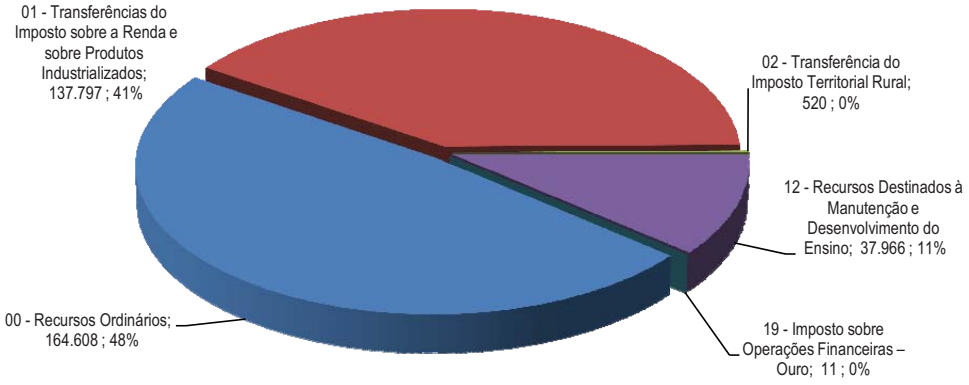


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Destinação das Receitas Tributárias

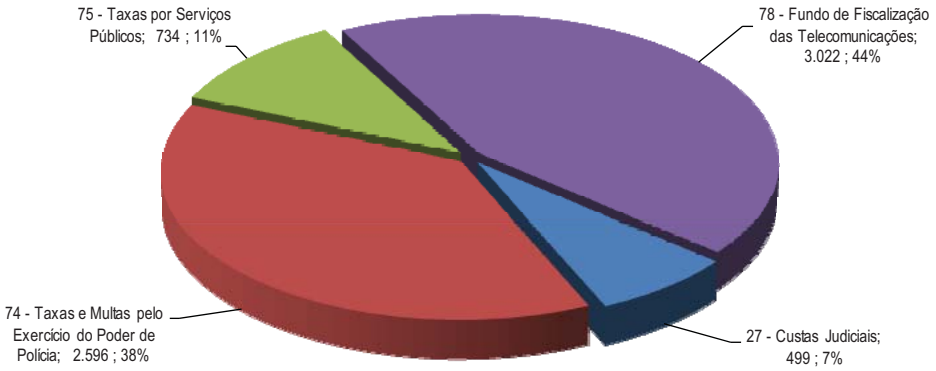
Os gráficos a seguir demonstram a destinação dos recursos arrecadados a título de Receitas Tributárias. Observa-se que, apesar de ser vedada a vinculação das receitas de impostos a despesas específicas, as várias exceções estabelecidas na legislação vinculam aproximadamente a metade de todos os recursos oriundos da arrecadação de impostos. Esses recursos são destinados em sua maior parte a transferências obrigatórias para outras unidades da federação e a despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – IMPOSTOS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – TAXAS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Ainda no que diz respeito às destinações da receita tributária, é importante destacar que essa origem de receitas é responsável por 68,2% dos recursos ordinários, recursos não vinculados à disposição da Administração.

Receita de Contribuições

A arrecadação das Receitas de Contribuições líquidas respondeu pelo ingresso de R$ 603.902 milhões (incluindo as receitas intraorçamentárias), equivalendo a 52,5% das Receitas Correntes e 38,4% de todas as receitas arrecadadas pela União em 2012, excetuando-se as operações de crédito para refinanciamento da dívida pública. Assim, essas receitas constituíram a principal fonte de recursos correntes da União, e sua arrecadação apresentou crescimento de 8,1% em relação ao exercício anterior, como evidenciado na tabela abaixo.

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE CONTRIBUIÇÕES POR ESPÉCIE – 2012

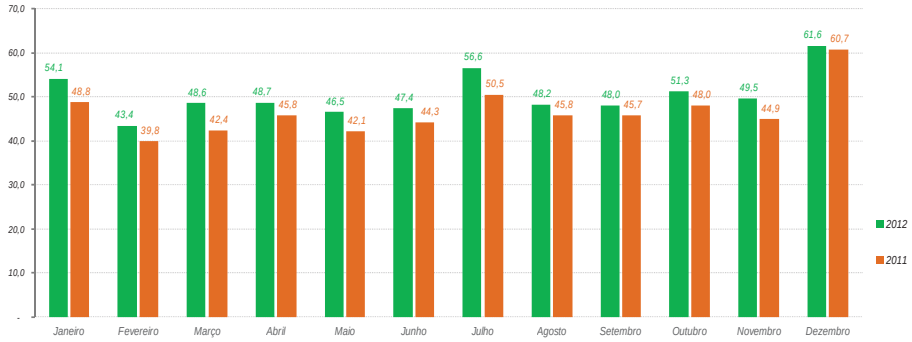
R$ milhões

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR		% DO TOTAL		% 2012/2011
	2012	2011	2012	2011	
121 - Contribuições Sociais	578.861	529.789	95,9%	94,8%	9,3%
122 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	11.564	15.698	1,9%	2,8%	-26,3%
721 - Contribuições Sociais	13.477	13.273	2,2%	2,4%	1,5%
722 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0	0	0,0%	0,0%	-3,8%
TOTAL	**603.902**	**558.759**	**100,0%**	**100,0%**	**8,1%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

O gráfico seguinte ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas contribuições em 2012 e 2011.

ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – 2012 E 2011
R$ bilhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

As Receitas de Contribuições estruturam-se em duas grandes espécies: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas, conforme demonstrado na tabela a seguir, que também evidencia as receitas intraorçamentárias com Contribuições Sociais, em que se inserem os valores da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público recolhidos pelos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. As discriminações da Receita de Contribuições podem ser verificadas a seguir.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – UNIÃO – 2012

R$ milhões

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR		% DO TOTAL		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
Contribuições Sociais	**578.861**	**529.789**	**95,9%**	**94,8%**	**9,3%**
Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	174.626	158.167	28,9%	28,4%	10,4%
Contribuição Social do Salário-Educação	14.775	13.115	2,4%	2,4%	12,7%
Cota-Parte da Contribuição Sindical	476	442	0,1%	0,1%	7,7%
Contribuição para o Ensino Aeroviário	112	124	0,0%	0,0%	-9,6%
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	123	97	0,0%	0,0%	26,8%
Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	(262)	(4)	0,0%	0,0%	7263,4%
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	2.001	2.025	0,3%	0,4%	-1,2%
Contribuições sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	3.763	3.414	0,6%	0,6%	10,2%
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	9.501	9.337	1,6%	1,7%	1,8%
Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	267.782	241.148	44,3%	43,3%	11,0%
Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	21	19	0,0%	0,0%	7,8%
Contribuições Rurais	1.203	1.067	0,2%	0,2%	12,7%
Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	46.352	41.154	7,7%	7,4%	12,6%
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	55.608	56.964	9,2%	10,2%	-2,4%
Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	2.388	60	0,4%	0,0%	3911,3%
Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	391	2.658	0,1%	0,5%	-85,3%
Demais Contribuições Sociais*	1	2	0,0%	0,0%	-28,6%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	**11.564**	**15.698**	**1,9%**	**2,8%**	**-26,3%**
Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	351	357	0,1%	0,1%	-1,7%
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	907	55	0,2%	0,0%	1559,9%
Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.878	2.455	0,5%	0,4%	17,2%
Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica	893	826	0,1%	0,1%	8,2%
Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia	1.962	1.507	0,3%	0,3%	30,2%
Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	1.520	1.395	0,3%	0,3%	9,0%
Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante	2.879	8.941	0,5%	1,6%	-67,8%
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia	37	32	0,0%	0,0%	16,8%
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões	132	126	0,0%	0,0%	4,3%
Demais Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico**	5	5	0,0%	0,0%	2,9%
Contribuições Sociais Intraorçamentárias	**13.477**	**13.273**	**2,2%**	**2,4%**	**1,5%**
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	13.477	13.273	2,2%	2,4%	1,5%
TOTAL	**603.902**	**558.759**	**100,0%**	**100,0%**	**8,1%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

* Inclui: Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas, Outras Contribuições Sociais, Contribuição sobre Jogos de Bingo, Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)

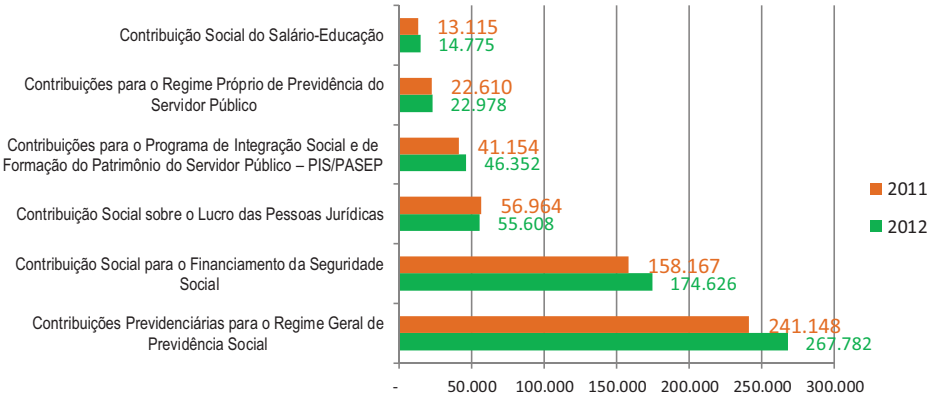
** Inclui: Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas, Contribuição para o Programa de Integração Nacional – PIN, Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA, Outras Contribuições Econômicas, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Intraorçamentária

Note-se que o valor negativo na rubrica “Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira” decorre da ocorrência de restituições dessas receitas, as quais se configuram como “deduções da receitas”, cujo montante é subtraído da arrecadação bruta no exercício para se obter a arrecadação líquida.

Uma vez que as Contribuições Sociais representam (considerando as receitas intraorçamentárias) 98,1% do total dessa origem, o seu crescimento de 9% foi essencialmente o responsável pelo crescimento das receitas de contribuições. Por outro lado, as Contribuições Econômicas tiveram uma redução de 26,3% em 2012.

Cabe observar, ainda, que a soma dos valores arrecadados apenas com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e com as Contribuições Previdenciárias para o RGPS é 27,2% superior ao total arrecadado em todas as Receitas Tributárias. O gráfico seguinte evidencia os montantes arrecadados das principais contribuições, em 2012 e 2011.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES – 2012 E 2011
R$ milhões

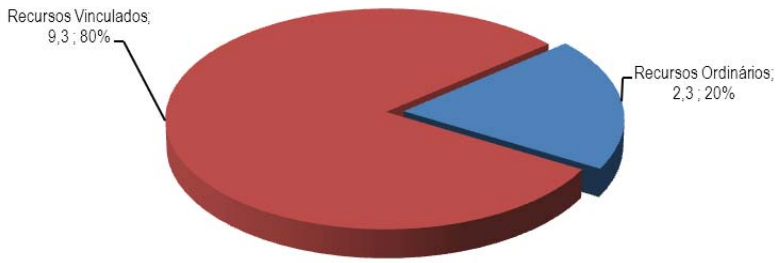


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Destinação das Receitas de Contribuições

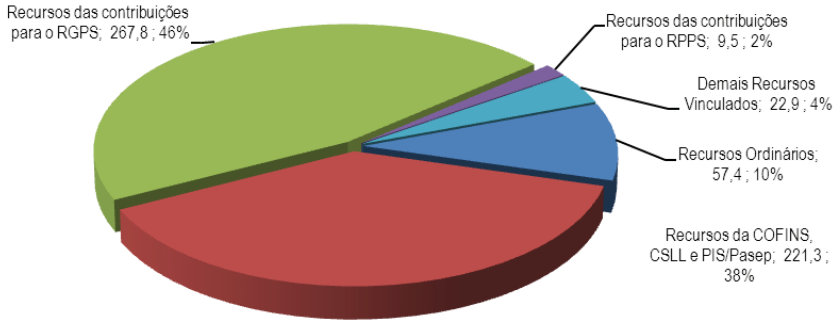
Ao contrário dos impostos, a arrecadação das receitas de contribuições é plenamente vinculada a fim específico. No entanto, com o advento da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), uma parcela de 20% da arrecadação de algumas contribuições é desvinculada. Os gráficos seguintes ilustram a destinação dos recursos arrecadados nessa origem de receitas.

DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS – 2012
R$ bilhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – 2012
R$ bilhões

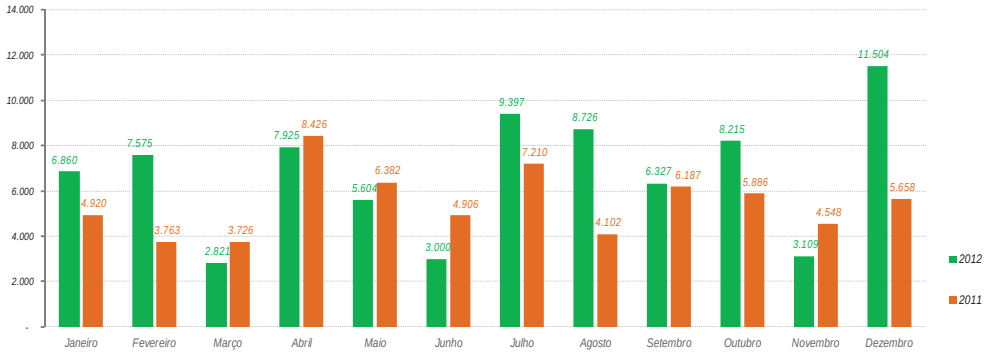


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Receitas Patrimoniais

As Receitas Patrimoniais somaram R$ 81.061 milhões e participaram com 7% das Receitas Correntes (incluindo receitas intraorçamentárias). A arrecadação dessas receitas teve crescimento de 23,4% em relação a 2011. A comparação entre as arrecadações mensais em 2012 e 2011 dessa receita pode ser visualizada no gráfico a seguir.

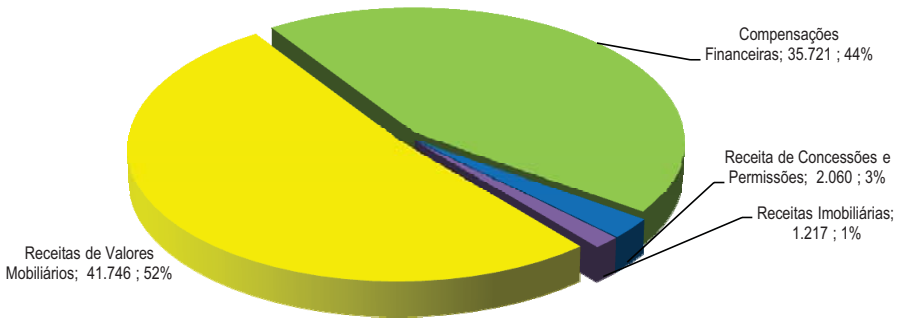
ARRECADAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2012 e 2011
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

O próximo gráfico ilustra a composição dessas receitas por espécie.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2012
R$ milhões



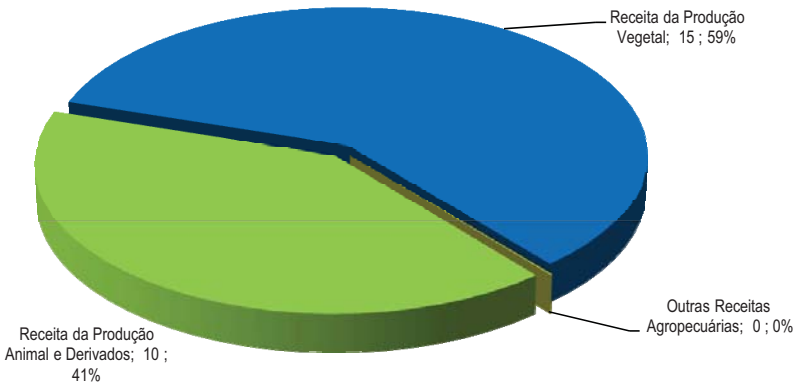
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Com um montante arrecadado de R$ 28.028 milhões, os Dividendos corresponderam a 67,1 % das "Receitas de Valores Mobiliários", tendo um crescimento de 40,4% em relação ao ano de 2011, sendo a principal responsável pelo aumento de 23,4% das Receitas Patrimoniais em relação ao exercício anterior.

Receitas Agropecuárias

As Receitas Agropecuárias somaram R$ 25 milhões, valor 17,7% superior à arrecadação do exercício anterior, mantendo uma tendência de pequenas variações de um exercício em relação ao anterior (sua participação percentual no montante das receitas correntes é desprezível). Esses valores foram arrecadados em sua maior parte pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e por universidades e institutos federais (escolas agrotécnicas) do Ministério da Educação. Todos os recursos arrecadados foram destinados à fonte 50 – "Recursos Próprios não-Financeiros". Não se registraram receitas intraorçamentárias nessa origem. O gráfico seguinte ilustra a composição dessas receitas.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Receitas Industriais

As Receitas Industriais somaram uma arrecadação de R$ 917 milhões, integralmente classificados na espécie "Receitas da Indústria de Transformação". Seu detalhamento pode ser visualizado na tabela seguinte.

RECEITAS INDUSTRIAIS LÍQUIDAS – UNIÃO – 2012

R$ milhares

RECEITAS INDUSTRIAIS	VALOR		% DO TOTAL		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
15 - Receita Industrial	**756.044**	**562.500**	**82,4%**	**76,9%**	**34,4%**
Receita da Indústria Mecânica	573.323	396.967	62,5%	54,3%	44,4%
Receita da Indústria Química	32.485	32.565	3,5%	4,5%	-0,2%
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	86.744	77.890	9,5%	10,7%	11,4%
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	1.160	1.257	0,1%	0,2%	-7,7%
Receita da Indústria de Produtos Alimentares	2.234	2.237	0,2%	0,3%	-0,1%
Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	297	318	0,0%	0,0%	-6,4%
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	58.570	49.271	6,4%	6,7%	18,9%
Receita da Indústria Eletrônica	190	-	0,0%	0,0%	-
Outras Receitas da Indústria de Transformação	1.039	1.995	0,1%	0,3%	-47,9%
Receita da Indústria Mecânica	573.323	396.967	62,5%	54,3%	44,4%
Receita da Indústria Química	32.485	32.565	3,5%	4,5%	-0,2%
75 - Receita Industrial Intraorçamentária	**161.665**	**168.580**	**17,6%**	**23,1%**	**-4,1%**
Receita da Indústria Mecânica	31.459	61.069	3,4%	8,4%	-48,5%
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	4.618	3.921	0,5%	0,5%	17,8%
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	8	19	0,0%	0,0%	-58,4%
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	124.257	101.003	13,5%	13,8%	23,0%
Outras Receitas da Indústria de Transformação	1.323	2.567	0,1%	0,4%	-48,5%
TOTAL	**917.708**	**731.080**	**100,0%**	**100,0%**	**25,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Apenas as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB responderam por 56,3% das Receitas Industriais externas (que não são intraorçamentárias), com arrecadação de R$ 516,9 milhões. Incluindo-se outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social relacionadas à energia nuclear (Nuclebras Equipamentos Pesados S/A e Comissão Nacional de Energia Nuclear), observa-se que o setor foi responsável por 62% das Receitas Industriais externas, auferindo R$ 570 milhões.

Nota-se a importante participação das receitas intraorçamentárias no total das Receitas Industriais (23,1%). A maior parte desses valores se refere a receitas da "Indústria Editorial e Gráfica", arrecadadas pela Imprensa Nacional e pela Gráfica do Senado Federal.

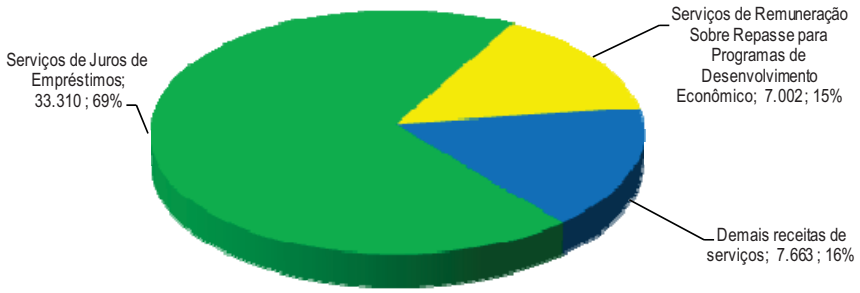
Assim como acontece com as Receitas Agropecuárias, todos os recursos arrecadados nessa origem em 2012 foram considerados recursos próprios (fonte "50") das unidades que os arrecadaram.

Receitas de Serviços

Com R$ 47.975 milhões executados – o que corresponde a uma participação de 4,2% nas Receitas Correntes líquidas de deduções – as Receitas de Serviços decresceram 0,1% em relação a 2011.

Do total dessa origem, uma única natureza de receita foi responsável por 69% (R$ 33.310 milhões): os Serviços de Juros de Empréstimos. Essa natureza, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, registra: *o valor total da arrecadação de receitas de serviços financeiros relativas ao resultado das taxas de juros aplicadas a empréstimos concedidos. Difere dos juros classificados na receita patrimonial por se tratar de receita operacional das instituições financeiras.* A composição dessa origem de receita em 2012 encontra-se sumarizada a seguir.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE SERVIÇOS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Transferências Correntes

As Transferências Correntes somaram R$ 844.445 mil, valor 87,4% superior ao do exercício anterior, especialmente em razão do aumento em Transferências de Convênios e em Transferências de Instituições Privadas. A tabela seguinte detalha os valores arrecadados nessa origem.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – UNIÃO – 2012

R$ milhares

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL		% 2012/2011
	2012	2011	2012	2011	
Transferências de Convênios	764.048,56	411.899,68	90,5%	91,4%	85,5%
Transferências de Instituições Privadas	68.920,09	24.323,68	8,2%	5,4%	183,3%
Transferências de Pessoas	542,36	508,41	0,1%	0,1%	6,7%
Transferências do Exterior	9.680,26	13.705,42	1,1%	3,0%	-29,4%
Transferências Intergovernamentais	588,40	-	0,1%	0,0%	-
Transferências para o Combate à Fome	665,19	241,86	0,1%	0,1%	175,0%
TOTAL GERAL	**844.445**	**450.679**	**100,0%**	**100,0%**	**87,4%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes somaram R$ 67.776 milhões, valor 120% superior ao de 2011. Tal crescimento foi impulsionado pelo forte crescimento da Receita de Dívida Ativa (219,4%), Multas e Juros de Mora (100,7%) e Receitas Diversas (135,8%).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – UNIÃO – 2012

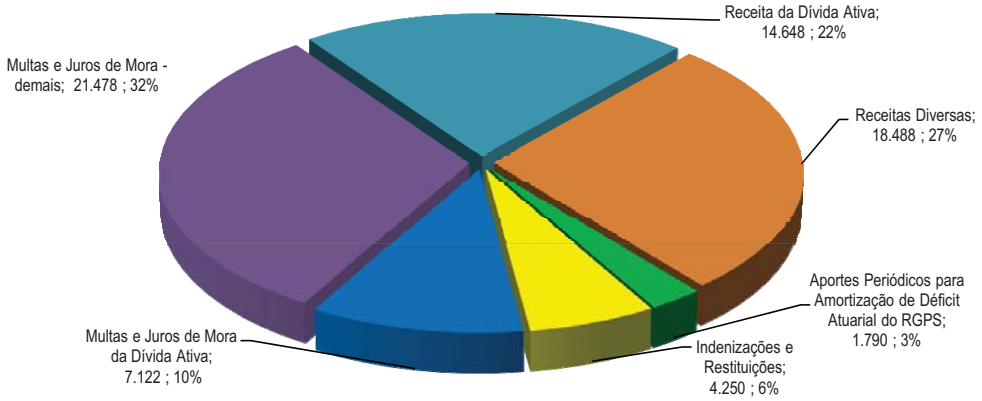
R$ milhões

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL		% 2012/2011
	2012	2011	2012	2011	
Indenizações e Restituições	4.250	4.124	6,3%	13,4%	3,1%
Multas e Juros de Mora	28.600	14.250	42,2%	46,3%	100,7%
Receita da Dívida Ativa	14.648	4.586	21,6%	14,9%	219,4%
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RGPS	1.790	-	2,6%	0,0%	-
Receitas Diversas	18.488	7.840	27,3%	25,5%	135,8%
TOTAL GERAL	**67.776**	**30.800**	100,0%	100,0%	120,1%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Essa origem representou 5,9% do total das Receitas Correntes. A composição dessas receitas encontra-se a seguir.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Receita de Capital

As Receitas de Capital responderam por 41% das receitas orçamentárias líquidas contabilizadas em 2012. Essa participação percentual é ligeiramente superior à observada em 2011, quando a rubrica representava um percentual de 39%. Destaca-se a redução significativa nas operações de crédito para refinanciamento da dívida pública e o crescimento expressivo das alienações de bens e outras receitas de capital. A tabela e os gráficos seguintes ilustram a distribuição da arrecadação nessa categoria econômica.

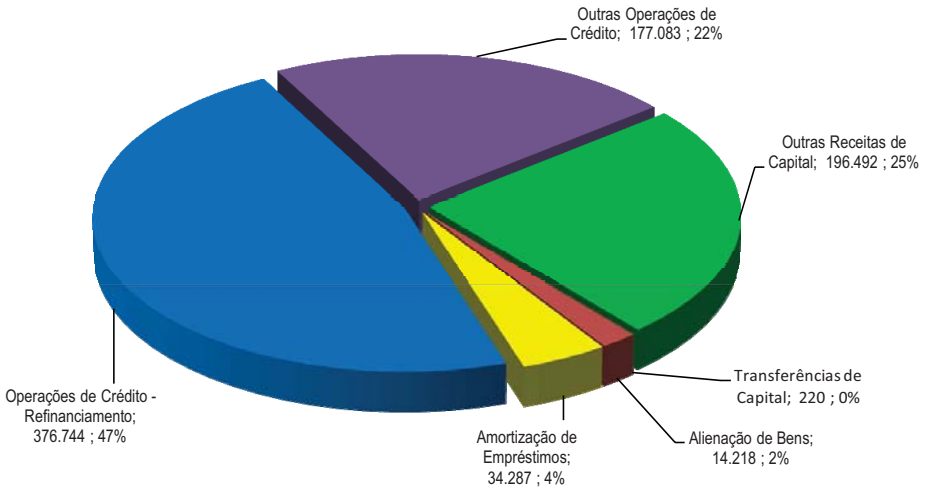
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DAS RECEITAS DE CAPITAL –2012 E 2011

R$ milhões

RECEITAS DE CAPITAL	VALOR		% DO TOTAL		% 2012/2011
	2012	2011	2012	2011	
Alienação de Bens	14.218	1.960	1,8%	0,3%	625,5%
Amortização de Empréstimos	34.287	28.945	4,3%	4,4%	18,5%
Operações de Crédito	553.827	567.992	69,3%	86,3%	-2,5%
Refinanciamento	376.744	472.339	47,1%	71,8%	-20,2%
Outras Operações de Crédito	177.083	95.653	22,2%	14,5%	85,1%
Outras Receitas de Capital	196.492	58.847	24,6%	8,9%	233,9%
Transferências de Capital	220	112	0,0%	0,0%	97,0%
TOTAL	**799.044**	**657.855**	**100,0%**	**100,0%**	**21,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

RECEITAS DE CAPITAL – 2012
R$ milhões

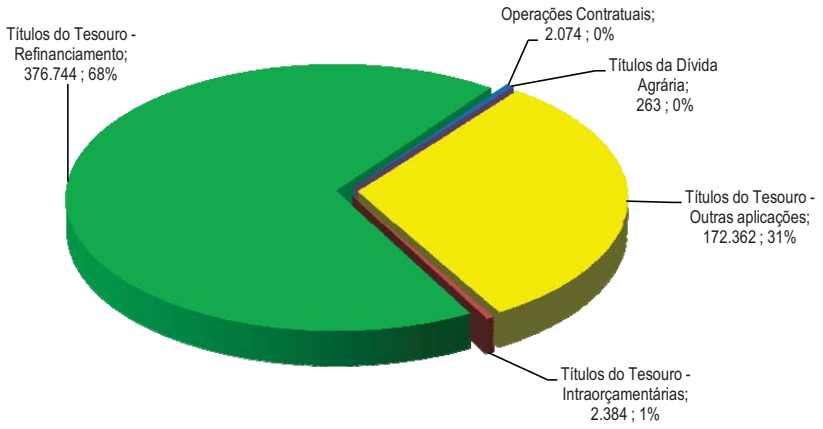


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Operações de Crédito

O valor total das operações de crédito diminuiu 2,5% em relação a 2011. Embora tenha havido um acréscimo na emissão de títulos para outras aplicações, houve um decréscimo de 20% na emissão de títulos destinados ao refinanciamento da dívida pública, que corresponderam a 68% das receitas de operações de crédito em 2012, contra um percentual de 83,2% em 2011. O gráfico seguinte demonstra a composição das receitas de operações de crédito em 2012.

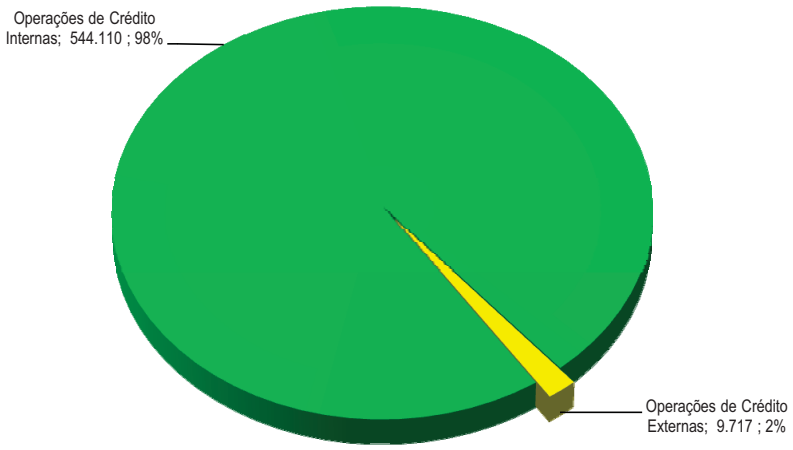
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Interessante observar o perfil das receitas de operações de crédito em relação a operações externas e internas. O gráfico a seguir ilustra a composição das operações sob essa ótica.

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – INTERNAS E EXTERNAS – 2012
R$ milhões

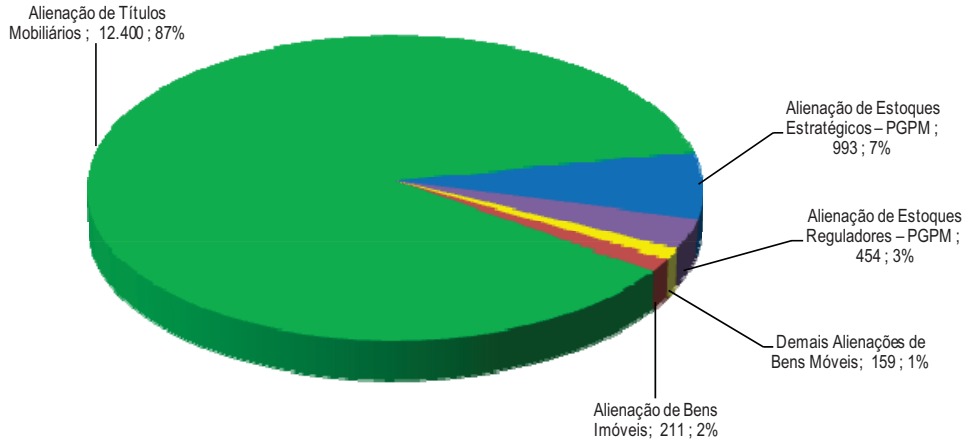


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Alienação de Bens

As Receitas de Alienações de Bens somaram R$14,2 bilhões, o que representa um aumento de 625,5% em relação a 2011, com participação percentual de apenas 1,8% no total das Receitas de Capital. Observou-se um relevante crescimento da participação das alienações de Bens Móveis no total dessa origem, passando de 89,7% do total, em 2011, para 98,5% do total, 2012. Isso se deve, principalmente, às receitas de Alienação de Títulos Mobiliários, que saltou de algumas dezenas de reais em 2011 para R$12,4 bilhões em 2012. O gráfico e a tabela seguintes demonstram a composição das receitas de alienação de bens em 2012.

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

ALIENAÇÕES DE BENS – UNIÃO – 2012

R$ milhões

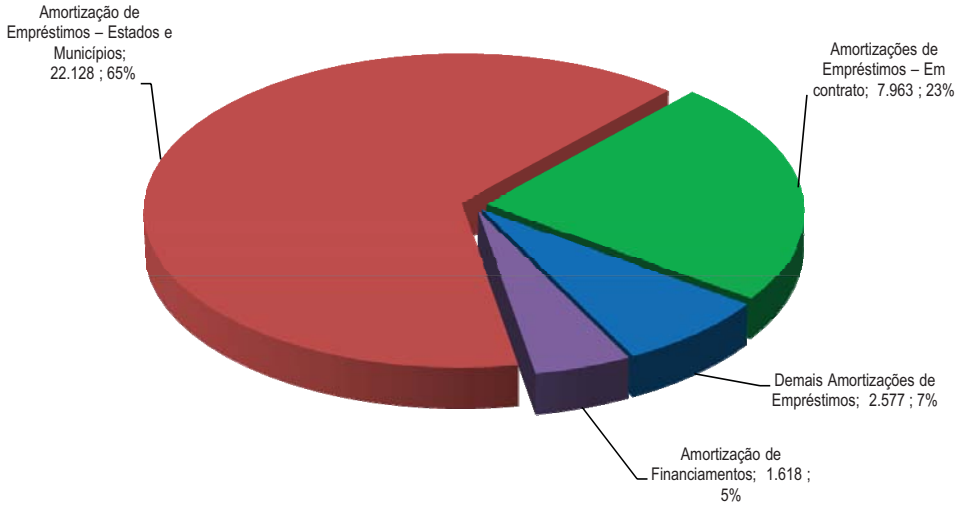
ALIENAÇÃO DE BENS	VALOR		% DO TOTAL		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	211	202	1,5%	10,3%	4,7%
Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União	103	75	0,7%	3,8%	37,6%
Alienação de Embarcações	-	0	0,0%	0,0%	-
Alienação de Imóveis Rurais	2	5	0,0%	0,3%	-56,5%
Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária	26	29	0,2%	1,5%	-9,9%
Alienação de Imóveis Urbanos	80	93	0,6%	4,8%	-13,7%
Alienação de Outros Bens Imóveis	(0)	(0)	0,0%	0,0%	-83,2%
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	14.006	1.758	98,5%	89,7%	696,8%
Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes	2	3	0,0%	0,2%	-42,8%
Alienação de Equipamentos	1	2	0,0%	0,1%	-40,4%
Alienação de Estoques	1.578	1.733	11,1%	88,4%	-9,0%
Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM	1.447	1.655	10,2%	84,5%	-12,6%
Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão – PGPM	-	45	0,0%	2,3%	-100,0%
Alienação de Estoques Estratégicos – PGPM	993	1.159	7,0%	59,1%	-14,3%
Alienação de Estoques Reguladores – PGPM	454	451	3,2%	23,0%	0,7%
Alienação de Estoques de Café – FUNCAFÉ	86	23	0,6%	1,2%	266,4%
Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	45	55	0,3%	2,8%	-17,7%
Alienação de Móveis e Utensílios	2	1	0,0%	0,1%	114,8%
Alienação de Outros Bens Móveis	1	1	0,0%	0,1%	-5,6%
Alienação de Títulos Mobiliários	12.400	0	87,2%	0,0%	-
Alienação de Veículos	22	17	0,2%	0,9%	29,7%
TOTAL	**14.218**	**1.960**	**100,0%**	**100,0%**	**625,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Amortização de Empréstimos / Financiamentos

Nessa origem, estão incluídos os recebimentos de amortizações decorrentes das operações de refinanciamento das dívidas dos estados, Distrito Federal e municípios (observa-se que os juros referentes a essas operações são registrados como receitas de serviços, como descrito anteriormente; nesta origem, registram-se os recebimentos do principal dos empréstimos concedidos). Tais recebimentos foram registrados na natureza de receita “Amortização de Empréstimos – Estados e Municípios”, que respondeu por 65% dos valores arrecadados nessa origem no exercício de 2012, conforme gráfico.

RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Transferências de Capital

As Transferências de Capital somaram cerca de R$220 milhões em 2012, valor 97% superior ao de 2011. A tabela demonstra a composição dessas transferências.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2012

R$ milhares

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	VALOR		% DO TOTAL		% 2012/2011
	2012	2011	2012	2011	
Transferência de Outras Instituições Públicas	5.104	4.519	2,3%	4,0%	12,9%
Transferências de Convênios	214.760	107.068	97,7%	96,0%	100,6%
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	*51.636*	*62.446*	23,5%	56,0%	-17,3%
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	*160.406*	*38.081*	73,0%	34,1%	321,2%
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	*1.524*	*3.221*	0,7%	2,9%	-52,7%
Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	*1.194*	*3.319*	0,5%	3,0%	-64,0%
TOTAL	**219.863**	**111.586**	**100,0%**	**100,0%**	**97,0%**

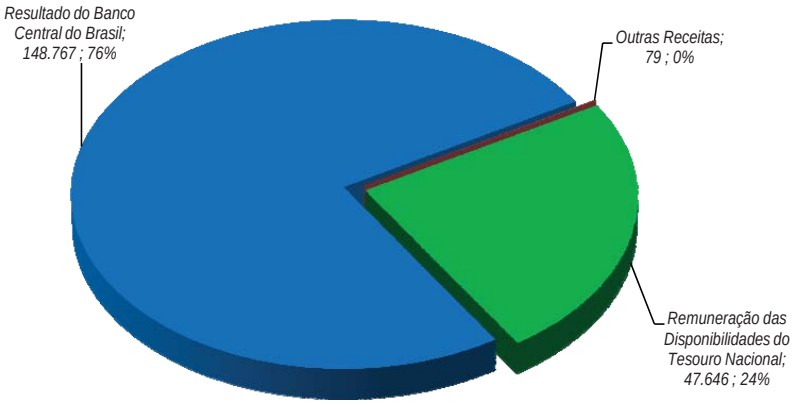
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Outras Receitas de Capital

As Outras Receitas de Capital apresentaram crescimento de 234%, com participação nas Receitas de Capital de 25%.

Essa origem é composta, como ilustrado no próximo gráfico, essencialmente (99,9%), de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional e Resultado do Banco Central.

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

2.2.2. Análise da Execução da Despesa Orçamentária

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R$ 1.839.796 milhões, representando 81,5% do total dos créditos autorizados para o período, um percentual inferior aos 83,3% observados em 2011. O valor total executado teve um crescimento nominal de 9,7% em relação a 2011. Nesse total executado estão incluídas as despesas relacionadas ao serviço da dívida, ou seja, Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa, que totalizaram R$ 298.990, o que representou 16,3% das despesas da União em 2012. Esse valor é 37,6% inferior ao do exercício anterior. O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado:

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

CRÉDITOS	2012			2011		
	Dotação	Execução	% Executado	Dotação	Execução	% Executado
Iniciais e Suplementares	2.193.835	1.823.131	83,1%	2.007.593	1.673.039	83,3%
Especiais	3.806	3.045	80,0%	2.659	978	36,8%
Extraordinários	59.076	13.620	23,1%	3.419	2.815	82,3%
TOTAL	**2.256.717**	**1.839.796**	**81,5%**	**2.013.672**	**1.676.831**	**83,3%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A tabela seguinte demonstra a execução da despesa por instituição (órgão superior), segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados. O montante da despesa executada contempla inclusive os valores não liquidados referentes à inscrição de restos a pagar não processados do exercício, ao contrário da despesa efetivamente liquidada. Destacamos que, em termos contábeis, a liquidação representa o fato gerador da despesa pública.

DESPESAS POR ÓRGÃO SUPERIOR – UNIÃO – 2012

R$ milhões

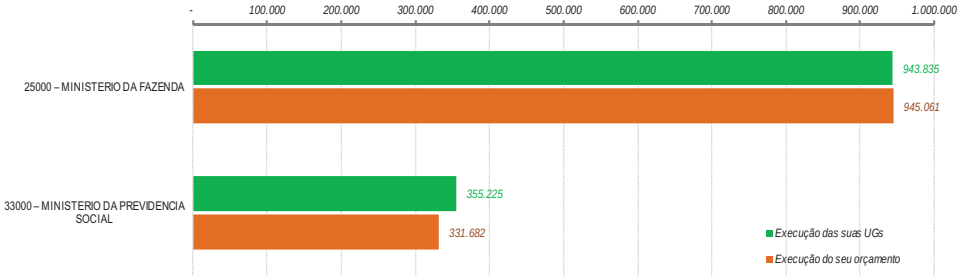
ÓRGÃO SUPERIOR	Despesa Efetivamente Liquidada (A)	Despesa Executada Total (B)	% (A) / (B)	(B) % Do Total
01000 – Câmara dos Deputados	3.983	4.112	96,9%	0,2%
02000 – Senado Federal	3.321	3.384	98,2%	0,2%
03000 – Tribunal de Contas da Uniao	1.312	1.363	96,2%	0,1%
10000 – Supremo Tribunal Federal	419	449	93,3%	0,0%
11000 – Superior Tribunal De Justica	938	991	94,7%	0,1%
12000 – Justica Federal	20.398	20.917	97,5%	1,1%
13000 – Justica Militar	386	399	96,9%	0,0%
14000 – Justica Eleitoral	4.809	5.288	90,9%	0,3%
15000 – Justica do Trabalho	13.571	14.121	96,1%	0,8%
16000 – Justica do Distrito Federal e dos Territórios	1.660	1.787	92,9%	0,1%
17000 – Conselho Nacional de Justica	76	131	58,3%	0,0%
20000 – Presidência da Republica	5.993	7.753	77,3%	0,4%
20113 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestao	4.339	4.730	91,7%	0,3%
22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9.590	11.496	83,4%	0,6%
24000 – Ministério da Ciencia, Tecnologia e Inovação	6.834	8.433	81,0%	0,5%
25000 – Ministério da Fazenda	924.559	943.835	98,0%	51,3%
26000 – Ministério da Educacao	75.899	93.544	81,1%	5,1%
28000 – Ministério do Desenv,Ind. e Comercio Exterior	1.480	1.633	90,7%	0,1%
30000 – Ministério da Justica	8.792	10.505	83,7%	0,6%
32000 – Ministério de Minas E Energia	24.266	25.934	93,6%	1,4%
33000 – Ministério da Previdencia Social	354.529	355.225	99,8%	19,3%
34000 – Ministério Publico da Uniao	3.595	3.875	92,8%	0,2%
35000 – Ministério das Relações Exteriores	2.536	2.618	96,9%	0,1%
36000 – Ministério da Saúde	76.856	84.440	91,0%	4,6%
38000 – Ministério do Trabalho e Emprego	58.212	62.001	93,9%	3,4%
39000 – Ministério dos Transportes	13.795	23.418	58,9%	1,3%
41000 – Ministério das Comunicações	1.728	2.053	84,2%	0,1%
42000 – Ministério da Cultura	988	2.012	49,1%	0,1%
44000 – Ministério do Meio Ambiente	1.994	2.645	75,4%	0,1%
49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrario	2.280	6.128	37,2%	0,3%
51000 – Ministério do Esporte	478	1.331	35,9%	0,1%
52000 – Ministério da Defesa	60.646	68.578	88,4%	3,7%
53000 – Ministério da Integração Nacional	11.705	19.028	61,5%	1,0%
54000 – Ministério do Turismo	325	1.273	25,5%	0,1%
55000 – Ministério do Desenv. Social e Combate a Fome	24.089	25.106	95,9%	1,4%
56000 – Ministério das Cidades	4.699	18.996	24,7%	1,0%
58000 – Ministério da Pesca e Aquicultura	92	208	44,5%	0,0%
59000 – Conselho Nacional do Ministério Publico	43	58	74,7%	0,0%
TOTAL	**1.731.217**	**1.839.796**	**94,1%**	**100,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública

Cabe destacar que no Siafi, a expressão “despesas por órgão” pode dar origem a duas informações distintas. Sob a ótica do consignatário do orçamento, as despesas executadas se referem à execução do orçamento daquele órgão, incluindo as parcelas executadas por unidades de outro órgão, que tenham recebido créditos orçamentários do órgão consignatário da dotação original (visão do “órgão da unidade orçamentária”); e sob a ótica do Órgão Executor, que evidencia o total das despesas executadas pelas unidades gestoras executoras de determinado órgão, sejam as despesas originadas de orçamento próprio ou de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (visão do “órgão da unidade executora”). Os gráficos seguintes (segregados para fins de apresentação) demonstram os valores executados segundo os dois critérios.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2012

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2012

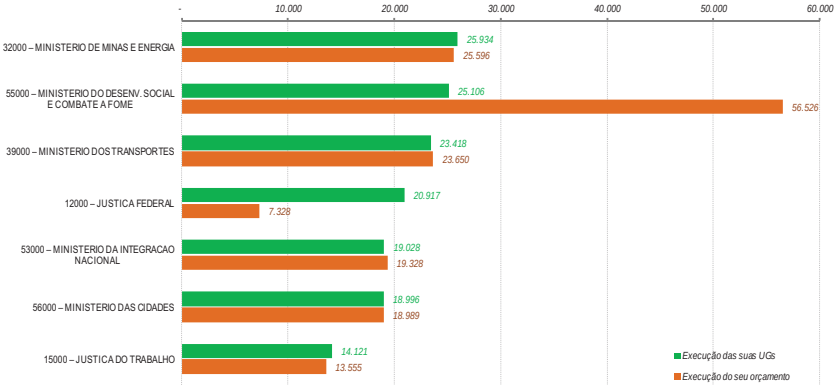
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2012

R$ milhões



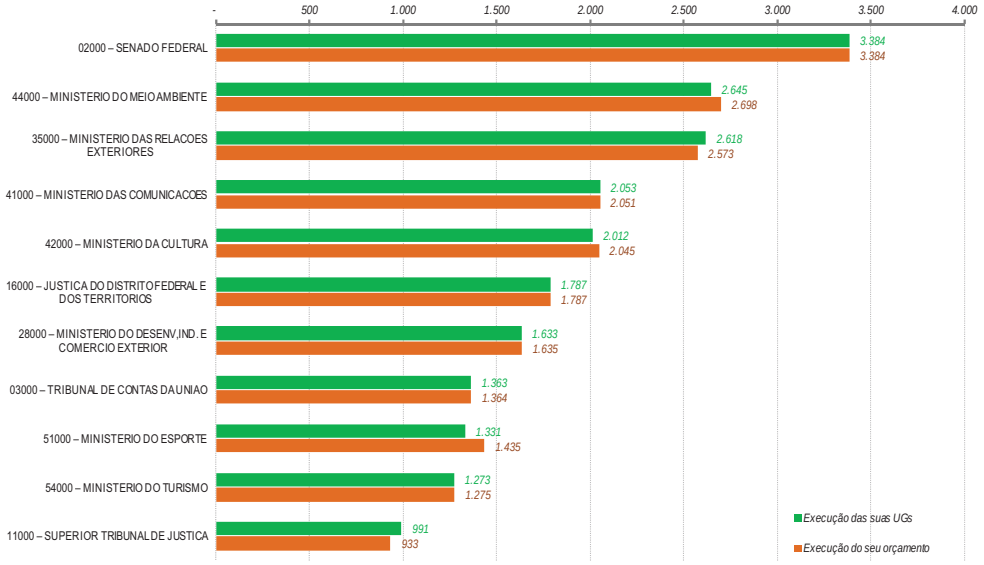
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

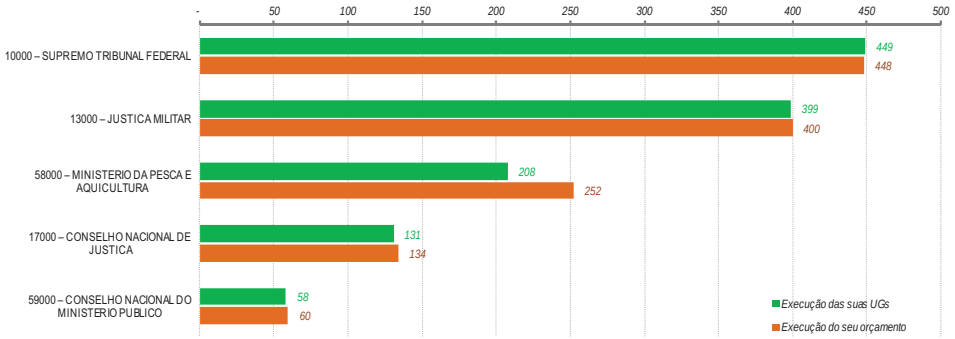
DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2012

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

Na próxima tabela, pode-se analisar a estrutura geral da execução das despesas da União, identificadas por Poder, sendo que as relativas ao Executivo foram detalhadas em seus principais agrupamentos.

DESPESAS POR PODER – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

DESPESAS POR PODER	VALOR		%	
	2012	2011	2012	2011
LEGISLATIVO	8.859	8.671	0,5%	0,5%
JUDICIÁRIO	44.083	42.445	2,4%	2,5%
EXECUTIVO	1.786.854	1.625.715	97,1%	97,0%
Pessoal e Encargos Sociais	159.819	153.956	8,7%	9,2%
Juros e Encargos da Dívida	135.057	131.122	7,3%	7,8%
Amortização da Dívida	321.533	97.970	17,5%	5,8%
Refinanciamento da Dívida Pública	298.989	479.368	16,3%	28,6%
Transferências Constitucionais	183.854	171.147	10,0%	10,2%
Benefícios Previdenciários	312.279	275.969	17,0%	16,5%
Demais Despesas	375.322	316.183	20,4%	18,9%
TOTAL	**1.839.796**	**1.676.831**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional
Notas: nas Transferências Constitucionais também estão sendo consideradas as transferências voluntárias.

Nos Poderes Legislativo e Judiciário, o grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais somou R$ 35.666 milhões, registrando um crescimento de 0,04%. Essas despesas representaram 67,4% da despesa desses Poderes. Por sua vez, as Outras Despesas Correntes responderam por 29,7% das despesas.

Em relação às Outras Despesas Correntes, no Judiciário, ressaltam-se as despesas com pagamento de sentenças judiciais e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, 63,45% e 13,4% do total do grupo, respectivamente. No Legislativo, foram relevantes as despesas com auxílio-alimentação (R$ 216 milhões, ou 16,7%), locação de mão-de-obra (R$ 272 milhões, ou 21%) e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (R$ 341 milhões, ou 26,3%).

No Poder Executivo, o item Demais Despesas da União totalizou R$ 375.322 milhões. Destacaram-se as concessões de transferências voluntárias (elemento de despesa "contribuições", no grupo de despesa "outras despesas correntes"), no valor de R$ 73.699 milhões, Investimentos, com R$ 65.371 milhões, Inversões Financeiras com R$ 56.274 milhões, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica com R$ 25.980 milhões, e Outros Benefícios de Natureza Social e Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso, que juntos somaram R$ 70.272 milhões. Mais adiante neste relatório serão analisadas as despesas segundo a classificação econômica.

Modalidade de Aplicação – União 2012

Outra forma de observar os gastos do governo federal é por meio da Modalidade de Aplicação que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo governo federal ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo instituições privadas. Tal observação pode ser feita por meio da tabela:

DESPESAS POR MODALIDADES DE APLICAÇÃO

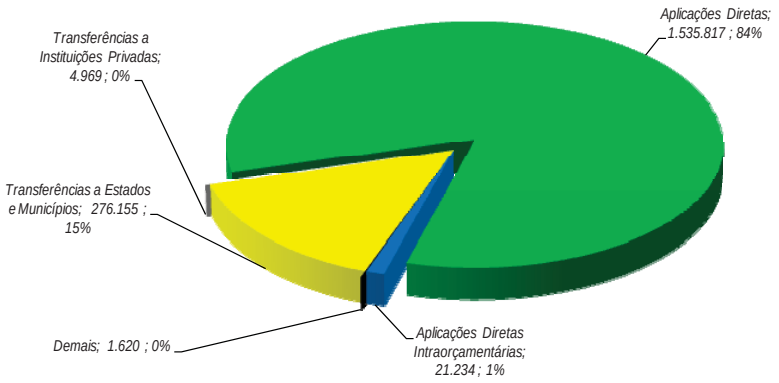
R$ milhões

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR		%	
	2012	2011	2012	2011
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	106.029	97.077	5,8%	5,8%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	15.089	13.719	0,8%	0,8%
32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	2.529	-	0,1%	0,0%
40 – Transferências a Municípios	113.204	102.432	6,2%	6,1%
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	39.080	35.175	2,1%	2,1%
42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios	224	-	0,0%	0,0%
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	4.818	3.354	0,3%	0,2%
60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	151	328	0,0%	0,0%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	10	41	0,0%	0,0%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	150	66	0,0%	0,0%
80 – Transferências ao Exterior	1.460	1.172	0,1%	0,1%
90 – Aplicações Diretas	1.535.817	1.405.634	83,5%	83,8%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	21.234	17.834	1,2%	1,1%
TOTAL	**1.839.796**	**1.676.831**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida

Note-se a criação das modalidades de aplicação de execução orçamentária delegada a estados, ao Distrito Federal e a municípios, de códigos 32 e 42, de maneira a evidenciar de forma mais detalhada as transferências aos demais entes da Federação que se deram por meio de delegação. Segundo a tabela, em 2012 os valores diretamente gastos pelo governo federal atingiram 83,5% do orçamento. No gráfico a seguir observa-se que dos gastos realizados indiretamente a grande parte foi destinada aos municípios e aos estados (por meio de transferências constitucionais, legais e voluntárias).

DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – UNIÃO – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida

Classificação Funcional

Conforme conceito do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2013, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a classificação funcional busca "*responder basicamente à indagação 'em que' área de ação governamental a despesa será realizada*". A tabela a seguir demonstra a despesa executada em cada função, em ordem decrescente de valores. Mais adiante, os gráficos (segregados para fins de apresentação) ilustram essas mesmas informações.

DESPESAS POR FUNÇÃO – UNIÃO – 2012 e 2011

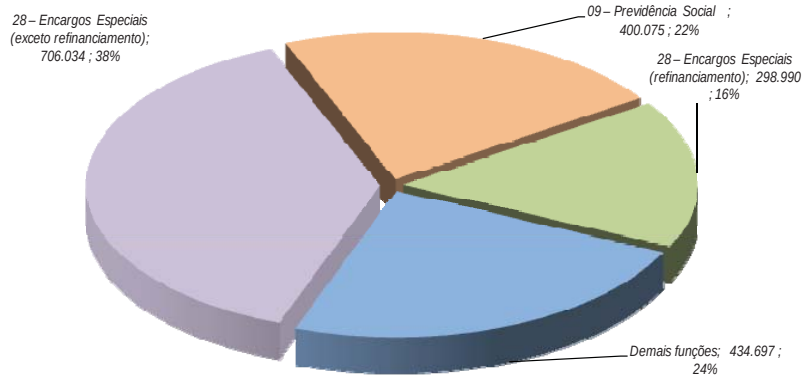
R$ Milhões

Função	2012		2011		Variação 2012/2011
	Despesa Executada	% do Total	Despesa Executada	% do Total	%
28 – Encargos Especiais	1.005.023	54,6%	941.139	56,1%	6,8%
09 – Previdência Social	400.075	21,7%	360.040	21,5%	11,1%
10 – Saúde	79.917	4,3%	72.241	4,3%	10,6%
12 – Educação	72.576	3,9%	58.454	3,5%	24,2%
08 – Assistência Social	56.634	3,1%	45.571	2,7%	24,3%
11 – Trabalho	42.502	2,3%	36.449	2,2%	16,6%
05 – Defesa Nacional	36.977	2,0%	32.327	1,9%	14,4%
02 – Judiciária	24.381	1,3%	22.520	1,3%	8,3%
26 – Transporte	22.414	1,2%	19.169	1,1%	16,9%
04 – Administração	22.149	1,2%	19.155	1,1%	15,6%
20 – Agricultura	16.474	0,9%	15.851	0,9%	3,9%
06 – Segurança Pública	8.647	0,5%	7.690	0,5%	12,5%
19 – Ciência e Tecnologia	7.811	0,4%	7.000	0,4%	11,6%
01 – Legislativa	6.054	0,3%	6.046	0,4%	0,1%
21 – Organização Agrária	5.836	0,3%	4.239	0,3%	37,7%
18 – Gestão Ambiental	5.530	0,3%	3.751	0,2%	47,4%
15 – Urbanismo	4.722	0,3%	4.276	0,3%	10,4%
03 – Essencial à Justiça	4.020	0,2%	5.810	0,3%	-30,8%
23 – Comércio e Serviços	3.961	0,2%	3.707	0,2%	6,9%
17 – Saneamento	2.654	0,1%	1.653	0,1%	60,5%
07 – Relações Exteriores	2.314	0,1%	1.924	0,1%	20,3%
22 – Indústria	2.175	0,1%	1.863	0,1%	16,7%
13 – Cultura	1.905	0,1%	1.414	0,1%	34,7%
14 – Direitos da Cidadania	1.330	0,1%	1.408	0,1%	-5,5%
27 – Desporto e Lazer	1.257	0,1%	1.153	0,1%	9,1%
24 – Comunicações	1.096	0,1%	846	0,1%	29,6%
25 – Energia	796	0,0%	626	0,0%	27,2%
16 – Habitação	565	0,0%	508	0,0%	11,3%
TOTAL	**1.839.796**	**100,0%**	**1.676.831**	**100,0%**	**9,7%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

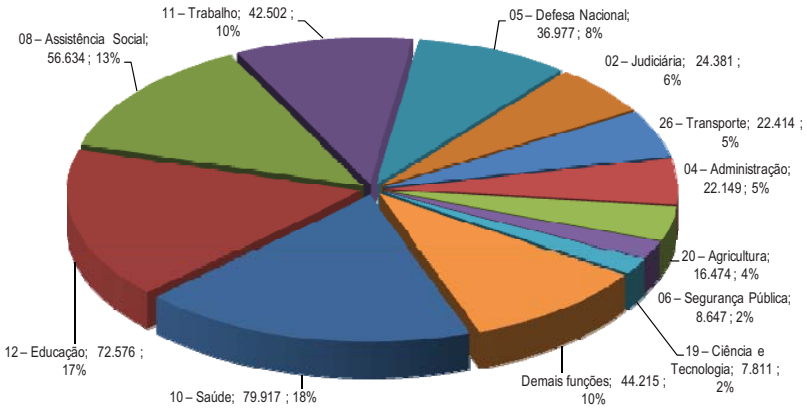
DISTRIBUIÇÃO GERAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2012

R$ Milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2012
(EXCLUÍDAS AS FUNÇÕES 28 – ENCARGOS ESPECIAIS E 09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL)
R$ Milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda a respeito da classificação funcional, o MTO 2012 esclarece:

> *"Os dois primeiros referem-se à função, que pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.*
> *[...]*
> *Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação."*

Assim, a classificação por funções tende a coincidir com a classificação institucional. Além da função, a classificação funcional também é composta pela subfunção. A esse respeito, consta no MTO 2012:

> *"A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estão relacionadas na Portaria no 42, de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção."*

As subfunções, portanto, representam um importante agregador das ações e, desse modo, fornecem informações sobre a execução orçamentária da despesa sob uma ótica diferente. No entanto, cada subfunção possui uma função típica. Desse modo, é possível compilar a despesa executada nas funções típicas das subfunções, o que revela de fato o quanto foi gasto em ações finalísticas de cada área da atuação governamental. A tabela seguinte revela o valor total da execução por funções e suas respectivas subfunções.

DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO – UNIÃO – 2012

R$ Milhões

FUNÇÃO	EXECUÇÃO NA FUNÇÃO	EXECUÇÃO NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO	DIFERENÇA
01 – Legislativa	6.054	863	5.191
02 – Judiciária	24.381	3.443	20.938
03 – Essencial à Justiça	4.020	89	3.931
04 – Administração	22.149	113.534	(91.385)
05 – Defesa Nacional	36.977	12.088	24.888
06 – Segurança Pública	8.647	3.549	5.098
07 – Relações Exteriores	2.314	2.601	(287)
08 – Assistência Social	56.634	55.520	1.113
09 – Previdência Social	400.075	394.325	5.750
10 – Saúde	79.917	81.602	(1.685)
11 – Trabalho	42.502	56.532	(14.030)
12 – Educação	72.576	40.414	32.162
13 – Cultura	1.905	669	1.236
14 – Direitos da Cidadania	1.330	1.670	(339)
15 – Urbanismo	4.722	4.217	505
16 – Habitação	565	278	287
17 – Saneamento	2.654	4.600	(1.947)
18 – Gestão Ambiental	5.530	4.279	1.251
19 – Ciência e Tecnologia	7.811	7.414	396
20 – Agricultura	16.474	12.682	3.792
21 – Organização Agrária	5.836	2.022	3.815
22 – Indústria	2.175	9.161	(6.987)
23 – Comércio e Serviços	3.961	9.657	(5.696)
24 – Comunicações	1.096	334	763
25 – Energia	796	491	305
26 – Transporte	22.414	15.995	6.419
27 – Desporto e Lazer	1.257	1.322	(65)
28 – Encargos Especiais (Demais)	706.034	701.454	4.580
28 – Encargos Especiais (Refinanciamento)	298.990	298.990	-
TOTAL	**1.839.796**	**1.839.796**	**0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

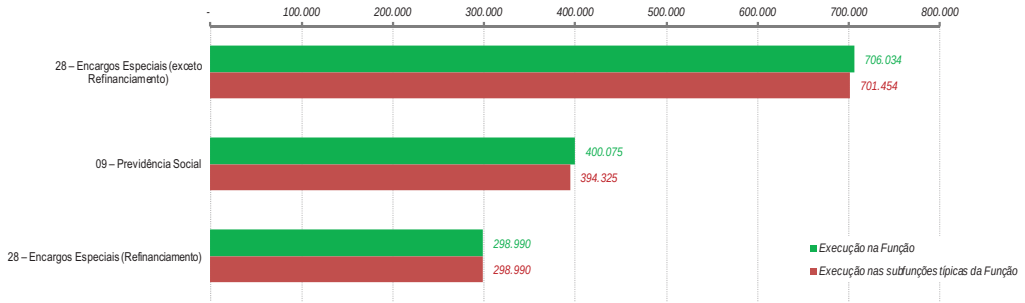
Essas informações sugerem que, com algumas exceções, em geral as despesas nas áreas governamentais efetivas foram menores do que o indicado pelas funções. Isso decorre do fato de a classificação por função estar na verdade relacionada à área de atuação do órgão responsável pela despesa, e não com a efetiva área da atuação governamental em que se insere a ação orçamentária.

O exemplo mais claro dessa situação são as subfunções típicas da função Administração, que estão presentes nas despesas de praticamente todas as demais funções – especialmente a subfunção Administração Geral. Por esse motivo, as despesas registradas em subfunções típicas da função Administração são superiores às despesas registradas na função Administração.

Os gráficos seguintes (segregados para fins de apresentação) abaixo demonstram melhor essa característica do orçamento federal. Observa-se que o total dos gastos nas subfunções típicas da "Administração" é superior aos gastos das funções Saúde e Educação. Em outras palavras, isso significa que as ações das subfunções típicas da função "Administração" estão presentes em todos os gastos das demais funções.

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO

R$ milhões



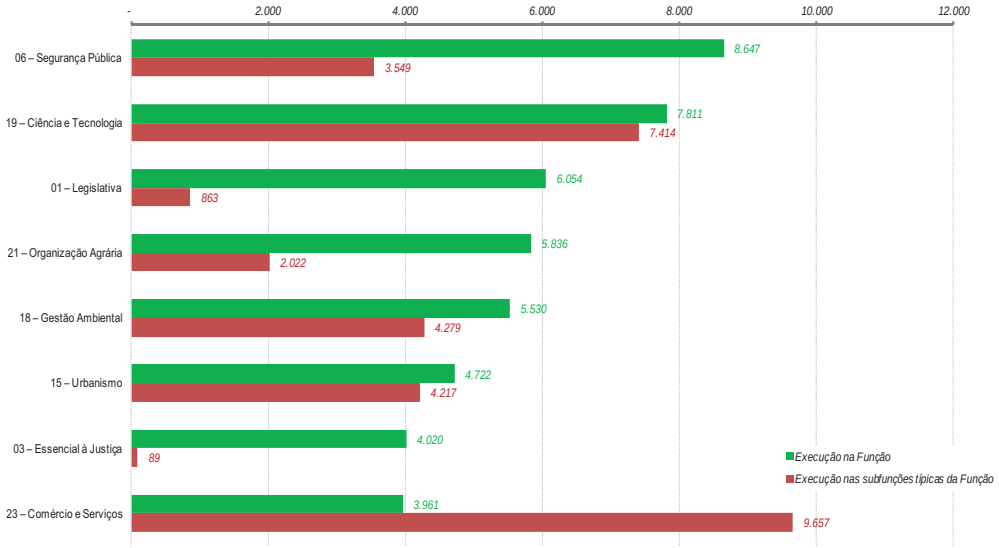
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO
R$ milhões



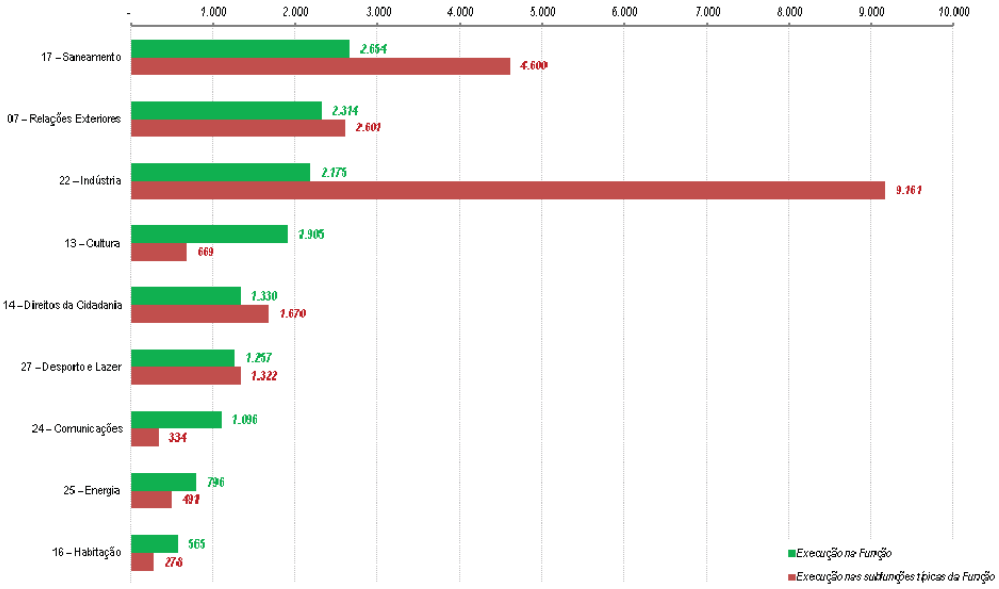
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO
R$ milhões

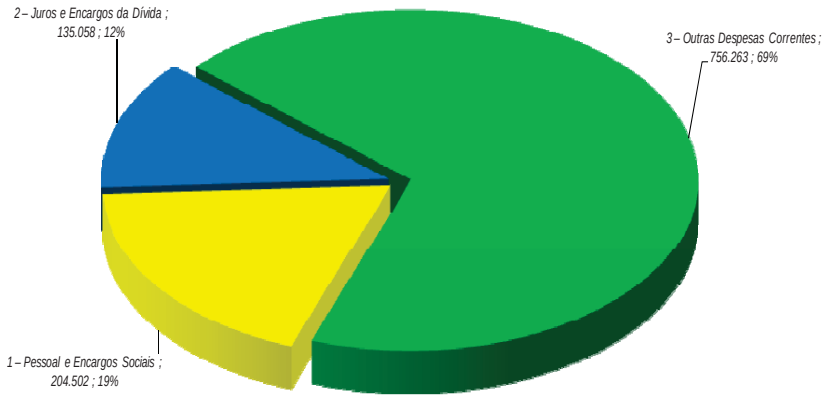


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Despesas Correntes

As Despesas Correntes referem-se aos gastos com Salários, Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa e com o custeio básico da União, também denominado Outras Despesas Correntes. As Transferências a Estados, DF e Municípios somaram R$ 248.436 milhões e referem-se aos Fundos Constitucionais (FCO, FNO E FNE), Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Transferências do Imposto Territorial Rural (ITR), IOF, outras transferências definidas na Constituição Federal, como Salário-Educação e Fundeb, e também a transferências voluntárias. O gráfico seguinte demonstra a composição das Despesas Correntes nos diversos grupos de despesa. A tabela seguinte detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2012
R$ milhões



Fonte – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

DESPESAS CORRENTES	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
1 – Pessoal e Encargos Sociais	**204.502**	**197.481**	**18,7%**	**19,6%**	**3,6%**
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	40	41	0,0%	0,0%	-2,1%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	74	7	0,0%	0,0%	
90 – Aplicações Diretas	189.212	182.393	17,3%	18,1%	3,7%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	15.176	15.040	1,4%	1,5%	0,9%
2 – Juros e Encargos da Dívida	**135.058**	**131.122**	**12,3%**	**13,0%**	**3,0%**
90 – Aplicações Diretas	135.058	131.122	12,3%	13,0%	3,0%
3 – Outras Despesas Correntes	**756.263**	**681.077**	**69,0%**	**67,5%**	**11,0%**
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	96.261	90.257	8,8%	8,9%	6,7%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	14.739	13.510	1,3%	1,3%	9,1%
32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	671		0,1%	0,0%	
40 – Transferências a Municípios	99.907	92.710	9,1%	9,2%	7,8%
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	37.489	33.875	3,4%	3,4%	10,7%
42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios	14		0,0%	0,0%	
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.718	2.485	0,3%	0,2%	49,6%
60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	151	328	0,0%	0,0%	-54,0%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	1	3	0,0%	0,0%	-64,0%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	35	16	0,0%	0,0%	123,3%
80 – Transferências ao Exterior	1.449	1.171	0,1%	0,1%	23,8%
90 – Aplicações Diretas	499.106	445.908	45,5%	44,2%	11,9%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.722	814	0,2%	0,1%	234,4%
TOTAL	**1.095.822**	**1.009.681**	**100,0%**	**100,0%**	**8,5%**

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Pessoal e Encargos Sociais

Conforme definição do MTO 2012, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são:

> *Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da LRF*

As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram nominalmente 3,6% em relação a 2011. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

DESPESAS DE PESSOAL POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2012 E 2011

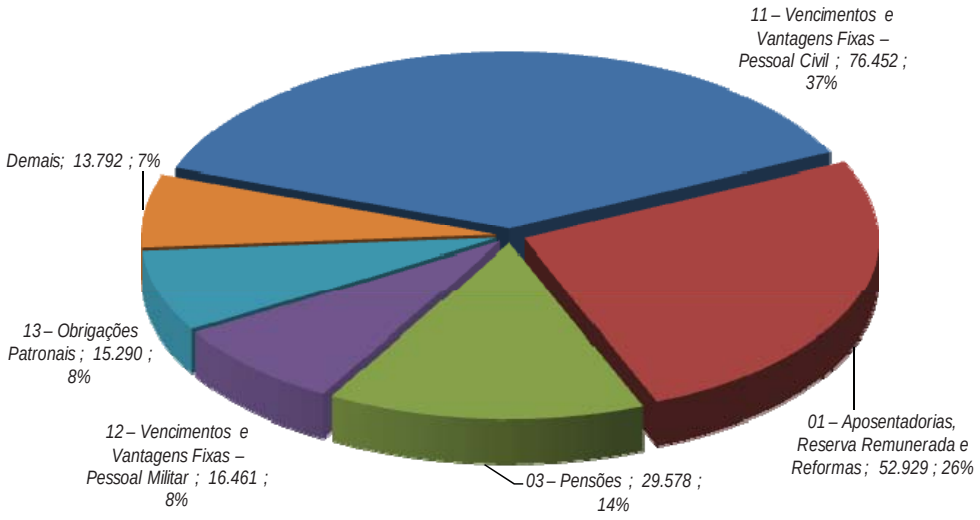
R$ milhões

DESPESAS DE PESSOAL	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	76.452	73.830	37,4%	37,4%	3,6%
01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	52.929	50.660	25,9%	25,7%	4,5%
03 – Pensões	29.578	28.481	14,5%	14,4%	3,8%
12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	16.461	16.148	8,0%	8,2%	1,9%
13 – Obrigações Patronais	15.290	15.028	7,5%	7,6%	1,7%
91 – Sentenças Judiciais	6.097	7.317	3,0%	3,7%	-16,7%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	3.001	2.180	1,5%	1,1%	37,7%
17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar	1.562	1.383	0,8%	0,7%	12,9%
16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	1.053	847	0,5%	0,4%	24,4%
04 – Contratação por Tempo Determinado	692	548	0,3%	0,3%	26,4%
96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	564	474	0,3%	0,2%	19,0%
07 – Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	331	186	0,2%	0,1%	77,9%
08 – Outros Benefícios Assistenciais	160	171	0,1%	0,1%	-6,1%
67 – Depósitos Compulsórios	131	72	0,1%	0,0%	82,4%
94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	85	114	0,0%	0,1%	-25,9%
70 – Rateio pela participação em Consórcio Público	74		0,0%	0,0%	
41 – Contribuições	40	41	0,0%	0,0%	-2,1%
09 – Salário-Família	1	1	0,0%	0,0%	-3,3%
TOTAL	**204.502**	**197.481**	**100,0%**	**100,0%**	**3,6%**

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

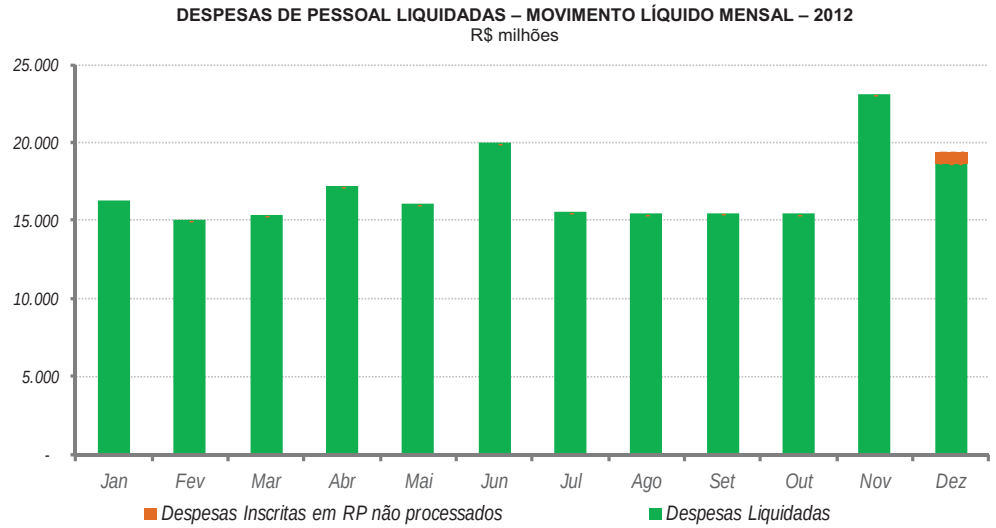
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO – 2012

R$ milhões



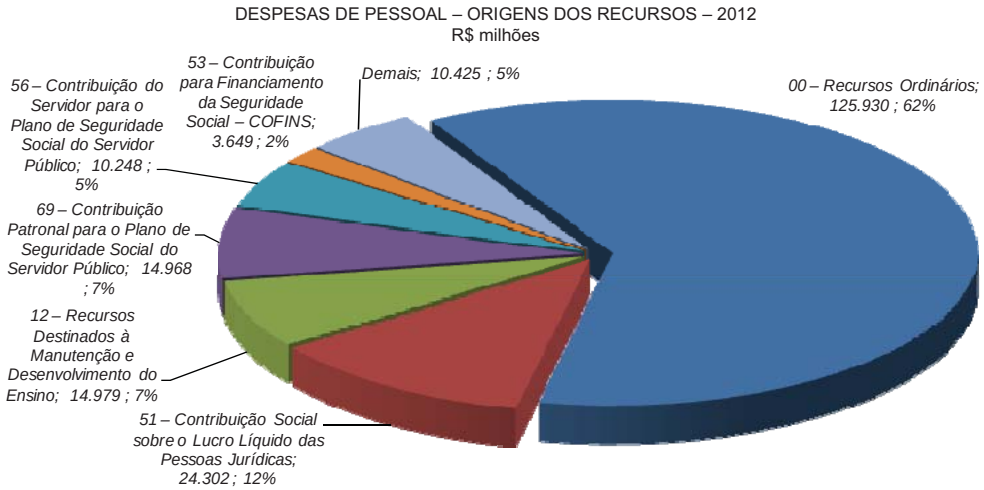
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Em geral, a liquidação é a fase em que se registra efetivamente a despesa pública. No entanto, conforme as normas da Lei nº 4.320, de 1964, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas por ocasião do encerramento do exercício são consideradas também executadas, havendo o registro da despesa pública. Tais despesas, consideradas executadas, mas ainda não liquidadas de fato, são inscritas em restos a pagar não-processados. A liquidação mensal das despesas de pessoal encontra-se ilustrada no gráfico seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de pessoal.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Juros e Encargos da Dívida

Conforme definição do MTO 2012, as despesas com Juros e Encargos da Dívida são:

> *Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 135.058 milhões, o que representa 12,3% das despesas correntes da União. Esse valor é 3% superior ao de 2011. A tabela seguinte mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

DESPESAS DE JUROS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2012 E 2011

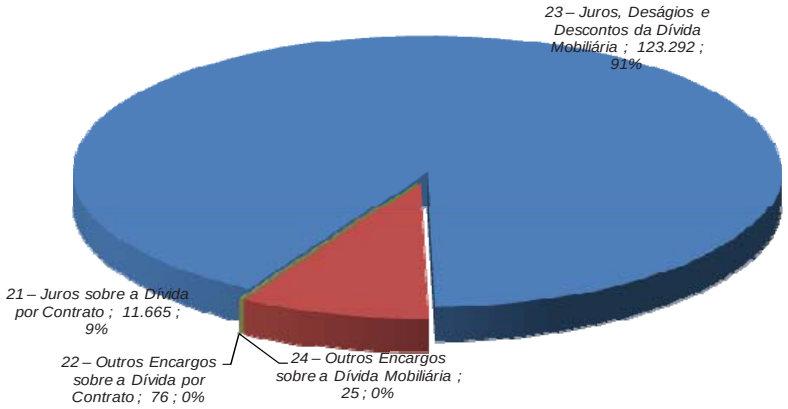
R$ milhões

DESPESAS DE JUROS	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
23 – Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	123.292	128.378	91,3%	97,9%	-4,0%
21 – Juros sobre a Dívida por Contrato	11.665	2.569	8,6%	2,0%	354,0%
22 – Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	76	161	0,1%	0,1%	-52,9%
24 – Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	25	14	0,0%	0,0%	74,4%
TOTAL	**135.058**	**131.122**	**100,0%**	**100,0%**	**3,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE JUROS DA UNIÃO – 2012

R$ milhões

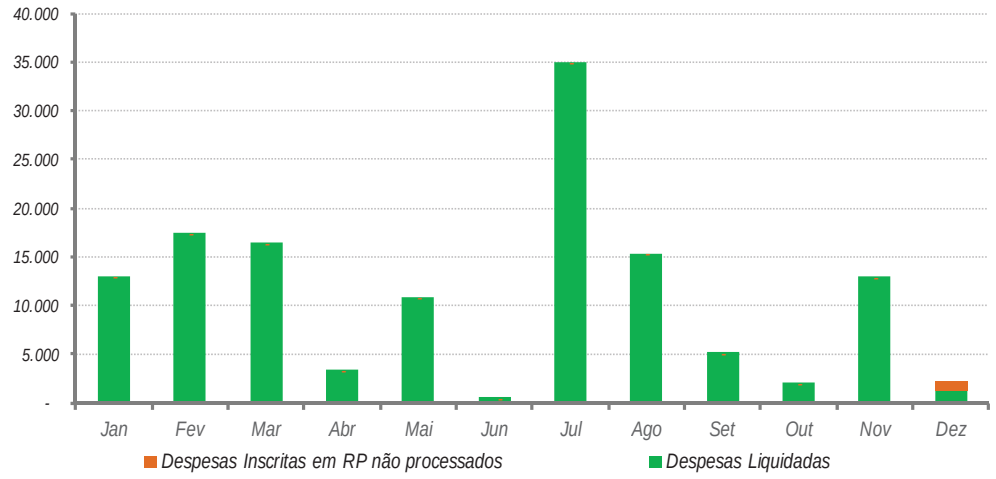


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das despesas de juros encontra-se ilustrada no gráfico seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

DESPESAS DE JUROS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2012

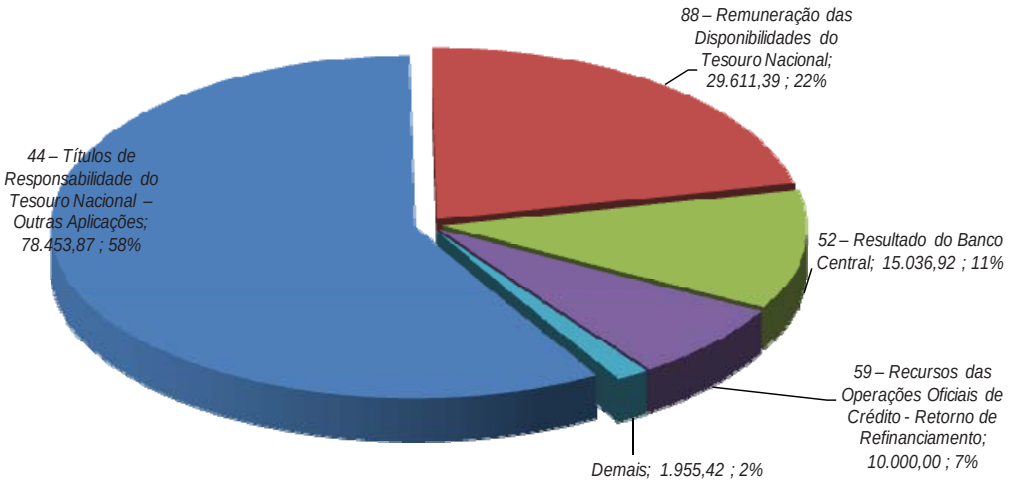
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de juros.

DESPESAS DE JUROS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2012
R$ milhões



Fonte – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Outras Despesas Correntes

Conforme definição do MTO 2012, as despesas com Outras Despesas Correntes são:

> *Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 756.263 milhões, o que representa 69% das despesas correntes da União. Esse valor foi 11% superior ao de 2011. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

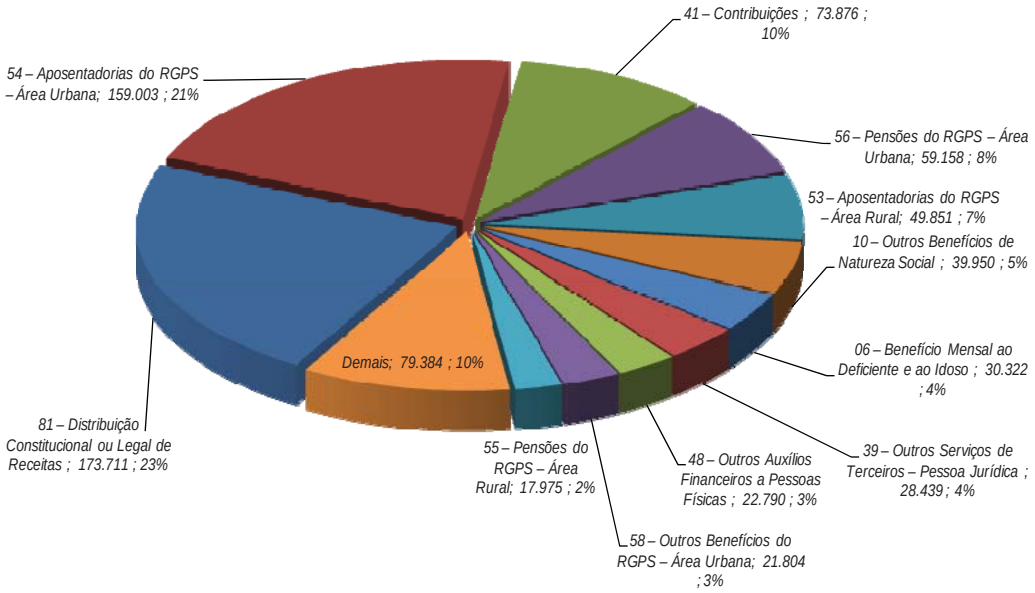
OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
81 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	173.711	162.259	23,0%	23,8%	7,1%
54 – Aposentadorias do RGPS – Área Urbana	159.003		21,0%	0,0%	
41 – Contribuições	73.876	64.616	9,8%	9,5%	14,3%
56 – Pensões do RGPS – Área Urbana	59.158		7,8%	0,0%	
53 – Aposentadorias do RGPS – Área Rural	49.851		6,6%	0,0%	
10 – Outros Benefícios de Natureza Social	39.950	34.173	5,3%	5,0%	16,9%
06 – Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	30.322	25.114	4,0%	3,7%	20,7%
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	28.439	25.479	3,8%	3,7%	11,6%
48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	22.790	18.377	3,0%	2,7%	24,0%
58 – Outros Benefícios do RGPS – Área Urbana	21.804		2,9%	0,0%	
55 – Pensões do RGPS – Área Rural	17.975		2,4%	0,0%	
45 – Subvenções Econômicas	16.478	23.744	2,2%	3,5%	-30,6%
30 – Material de Consumo	12.824	11.381	1,7%	1,7%	12,7%
91 – Sentenças Judiciais	10.022	9.504	1,3%	1,4%	5,4%
93 – Indenizações e Restituições	8.301	7.587	1,1%	1,1%	9,4%
37 – Locação de Mão-de-Obra	5.395	4.576	0,7%	0,7%	17,9%
18 – Auxílio Financeiro a Estudantes	4.864	3.520	0,6%	0,5%	38,2%
46 – Auxílio-Alimentação	3.504	3.262	0,5%	0,5%	7,4%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	2.720	4.385	0,4%	0,6%	-38,0%
57 – Outros Benefícios do RGPS – Área Rural	2.216		0,3%	0,0%	
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.079	1.611	0,3%	0,2%	29,0%
32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.902	1.867	0,3%	0,3%	1,8%
98 – Investimentos – Orçamento de Investimentos	1.790		0,2%	0,0%	
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	1.116	654	0,1%	0,1%	70,5%
43 – Subvenções Sociais	930	509	0,1%	0,1%	82,7%
14 – Diárias – Civil	848	683	0,1%	0,1%	24,1%
49 – Auxílio-Transporte	780	756	0,1%	0,1%	3,1%
20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores	728	643	0,1%	0,1%	13,3%
04 – Contratação por Tempo Determinado	545	496	0,1%	0,1%	10,0%
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	475	463	0,1%	0,1%	2,6%
35 – Serviços de Consultoria	444	307	0,1%	0,0%	44,5%
03 – Pensões	398	68.699	0,1%	10,1%	-99,4%
08 – Outros Benefícios Assistenciais	356	282	0,0%	0,0%	26,5%
34 – Outras Desp. de Pessoal decorr. de Contratos de Terceirização	349	310	0,0%	0,0%	12,7%
15 – Diárias – Militar	177	137	0,0%	0,0%	28,5%
31 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	62	123	0,0%	0,0%	-49,3%
70 – Rateio pela participação em Consórcio Público	35		0,0%	0,0%	
19 – Auxílio-Fardamento	25	25	0,0%	0,0%	-0,6%
67 – Depósitos Compulsórios	11	21	0,0%	0,0%	-47,4%
95 – Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	9	11	0,0%	0,0%	-20,4%
27 – Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	5	0	0,0%	0,0%	899,7%
38 – Arrendamento Mercanti	0		0,0%	0,0%	
29 – Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes		3	0,0%	0,0%	-100,0%
01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		182.716	0,0%	26,8%	-100,0%
05 – Outros Benefícios Previdenciários		22.784	0,0%	3,3%	-100,0%
TOTAL	**756.263**	**681.077**	**100,0%**	**100,0%**	**11,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

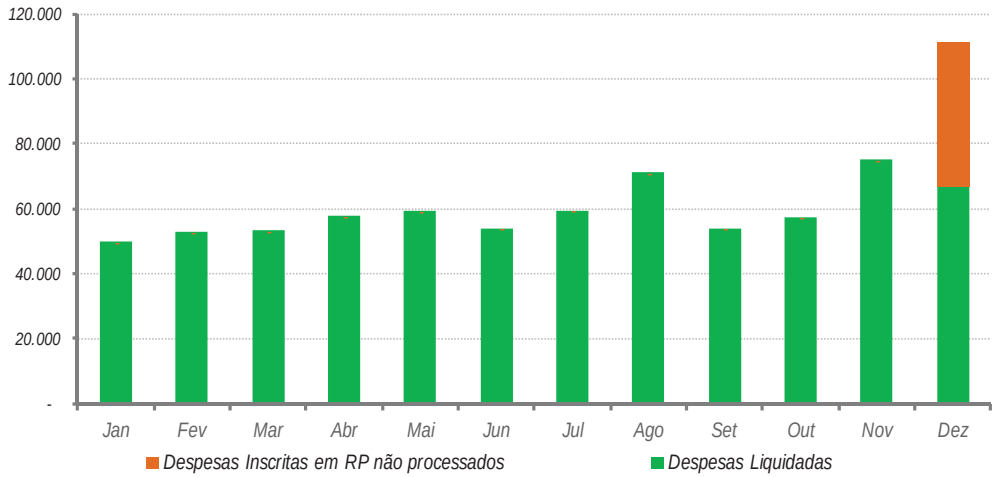
COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

A liquidação mensal das outras despesas correntes encontra-se ilustrada no gráfico a seguir, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

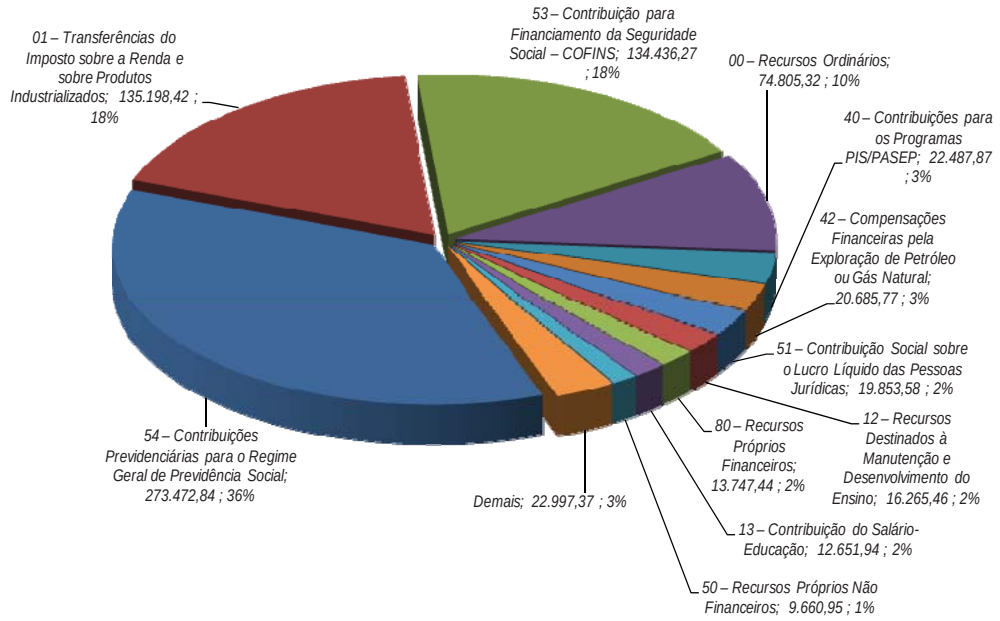
OUTRAS DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das outras despesas correntes.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ORIGENS DOS RECURSOS – 2012
R$ milhões

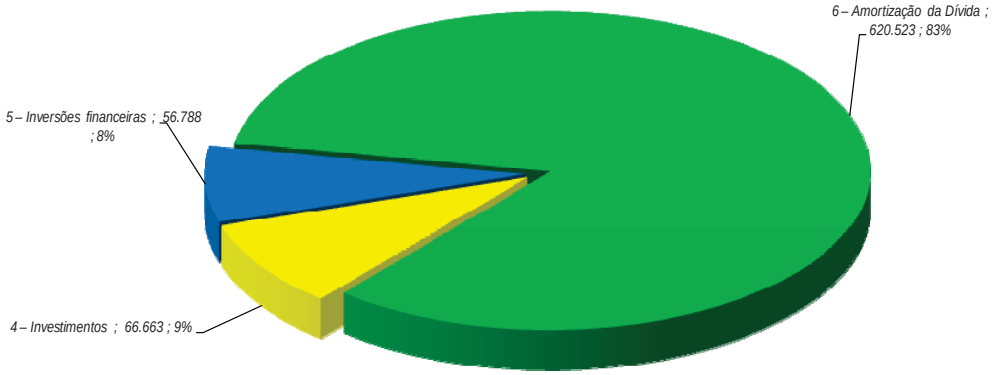


Fonte – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Despesas de Capital

As Despesas de Capital, que representaram 40,4% do montante total das despesas do Governo Federal, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. No gráfico seguinte, demonstra-se a composição das Despesas de Capital nos seus três grupos de despesa. A tabela seguinte detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA UNIÃO – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Na tabela a seguir, os grupos de despesas de capital foram detalhados em seus respectivos grupos de despesa e modalidades, visando identificar com transparência a aplicação dos recursos orçamentários efetuados pelo Governo Federal.

DESPESAS DE CAPITAL POR MODALIDADE – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
4 – Investimentos	66.663	48.434	9,0%	7,3%	37,6%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	9.727	6.753	1,3%	1,0%	44,0%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	350	209	0,0%	0,0%	67,6%
32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	1.858	-	0,2%	0,0%	
40 – Transferências a Municípios	13.297	9.722	1,8%	1,5%	36,8%
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	1.590	1.299	0,2%	0,2%	22,4%
42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios	211	-	0,0%	0,0%	
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.100	869	0,1%	0,1%	26,6%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	9	38	0,0%	0,0%	-76,4%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	41	43	0,0%	0,0%	-5,2%
80 – Transferências ao Exterior	11	1	0,0%	0,0%	872,0%
90 – Aplicações Diretas	38.410	29.447	5,2%	4,4%	30,4%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	57	52	0,0%	0,0%	10,4%
5 – Inversões financeiras	56.788	41.377	7,6%	6,2%	37,2%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	-	25	0,0%	0,0%	-100,0%
90 – Aplicações Diretas	53.509	39.424	7,2%	5,9%	35,7%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.279	1.928	0,4%	0,3%	70,1%
6 – Amortização da Dívida	620.523	577.339	83,4%	86,5%	7,5%
90 – Aplicações Diretas	620.523	577.339	83,4%	86,5%	7,5%
TOTAL	**743.973**	**667.151**	**100,0%**	**100,0%**	**11,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Investimentos

Conforme definição do MTO 2012, as despesas com Investimentos são:

> *Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 66.663 milhões, o que representa 9% das despesas de capital da União. Esse valor foi 37,6% maior do que o montante aplicado em 2011. A tabela seguinte mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

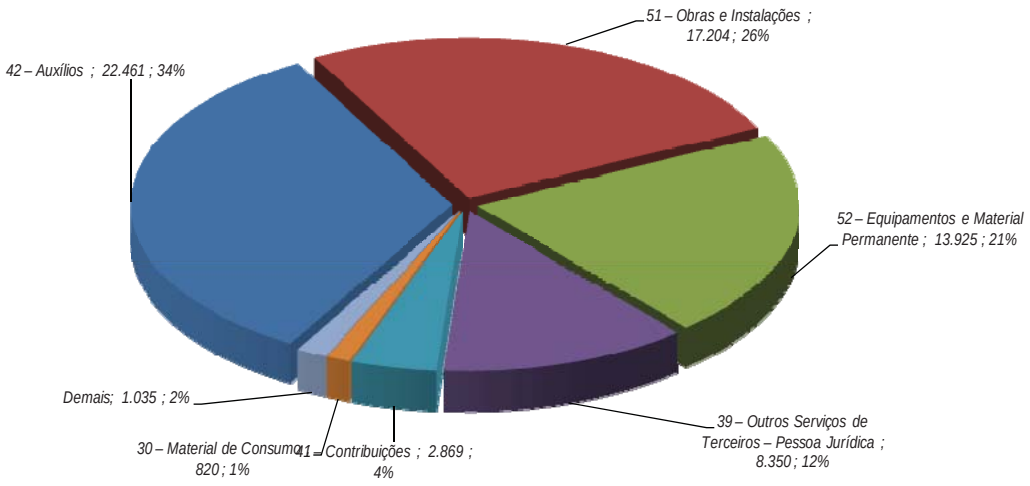
INVESTIMENTOS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

DESPESAS DE INVESTIMENTOS	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
42 – Auxílios	22.461	14.332	33,7%	29,6%	56,7%
51 – Obras e Instalações	17.204	17.394	25,8%	35,9%	-1,1%
52 – Equipamentos e Material Permanente	13.925	6.715	20,9%	13,9%	107,4%
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.350	5.526	12,5%	11,4%	51,1%
41 – Contribuições	2.869	2.228	4,3%	4,6%	28,7%
30 – Material de Consumo	820	1.186	1,2%	2,4%	-30,9%
61 – Aquisição de Imóveis	242	346	0,4%	0,7%	-30,2%
35 – Serviços de Consultoria	238	247	0,4%	0,5%	-4,0%
20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores	201	268	0,3%	0,6%	-25,0%
93 – Indenizações e Restituições	115	92	0,2%	0,2%	24,4%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	107	20	0,2%	0,0%	446,1%
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	30	33	0,0%	0,1%	-8,5%
70 – Rateio pela participação em Consórcio Público	29	-	0,0%	0,0%	
37 – Locação de Mão-de-Obra	27	6	0,0%	0,0%	389,4%
04 – Contratação por Tempo Determinado	23	23	0,0%	0,0%	-0,5%
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	13	9	0,0%	0,0%	40,6%
15 – Diárias – Militar	5	5	0,0%	0,0%	5,0%
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3	1	0,0%	0,0%	175,3%
14 – Diárias – Civil	3	2	0,0%	0,0%	13,9%
18 – Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	0,0%	0,0%	13,5%
91 – Sentenças Judiciais		1	0,0%	0,0%	-100,0%
TOTAL	**66.663**	**48.434**	**100,0%**	**100,0%**	**37,6%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

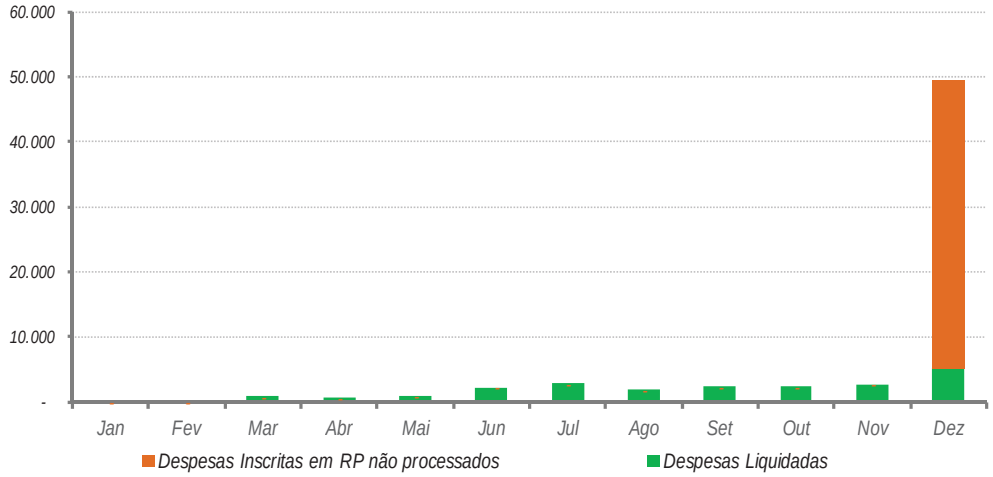
COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA UNIÃO – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

A liquidação mensal dos investimentos encontra-se ilustrada no próximo gráfico, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados. Percebe-se o alto valor de inscrição de despesas em restos a pagar não-processados, ou seja, despesas consideradas executadas, por terem sido empenhados no exercício, mas não liquidadas até 31 de dezembro.

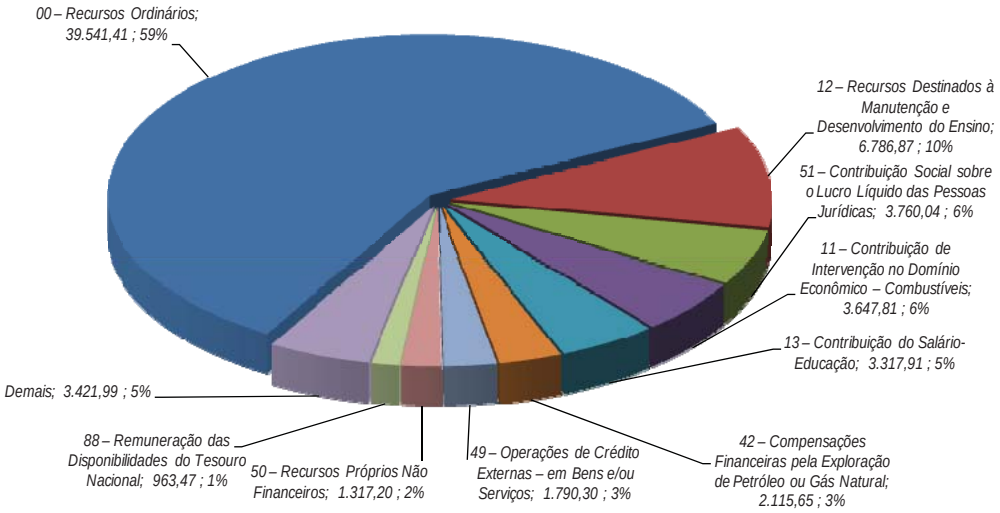
DESPESAS DE INVESTIMENTOS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução dos investimentos.

INVESTIMENTOS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2012
R$ milhões



Fonte – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Inversões Financeiras

Conforme definição do MTO 2012, as despesas com Inversões Financeiras são:

> *Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.*

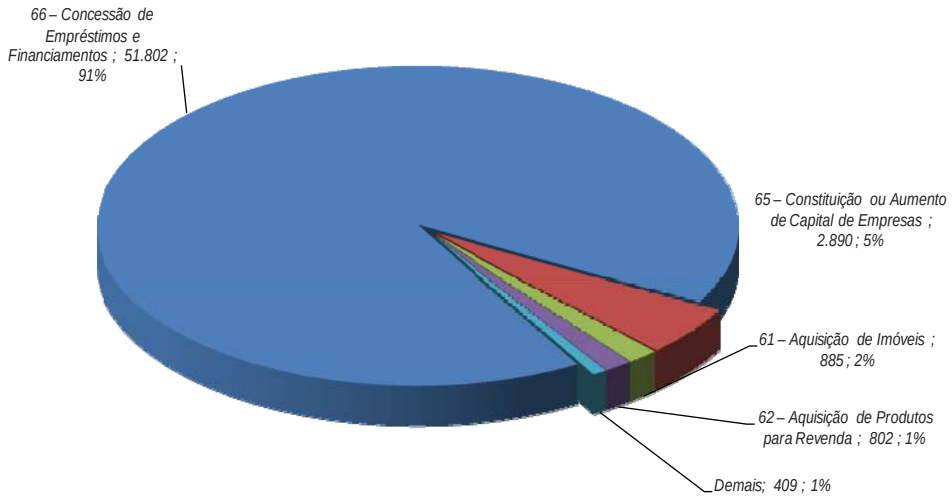
Essas despesas alcançaram o montante de R$ 56.788 milhões, o que representa 7,63% das despesas de capital da União. Esse valor foi 37,2% superior ao de 2011. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

INVERSÕES FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2012 E 2011
R$ milhões

DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
66 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos	51.802	37.089	91,2%	89,6%	39,7%
65 – Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	2.890	1.516	5,1%	3,7%	90,7%
61 – Aquisição de Imóveis	885	1.136	1,6%	2,7%	-22,1%
62 – Aquisição de Produtos para Revenda	802	1.271	1,4%	3,1%	-36,9%
91 – Sentenças Judiciais	403	331	0,7%	0,8%	21,8%
63 – Aquisição de Títulos de Crédito	5	-	0,0%	0,0%	
93 – Indenizações e Restituições	0	33	0,0%	0,1%	-99,6%
41 – Contribuições	-	1	0,0%	0,0%	-100,0%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	-	0	0,0%	0,0%	-100,0%
TOTAL	**56.788**	**41.377**	**100,0%**	**100,0%**	**37,2%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

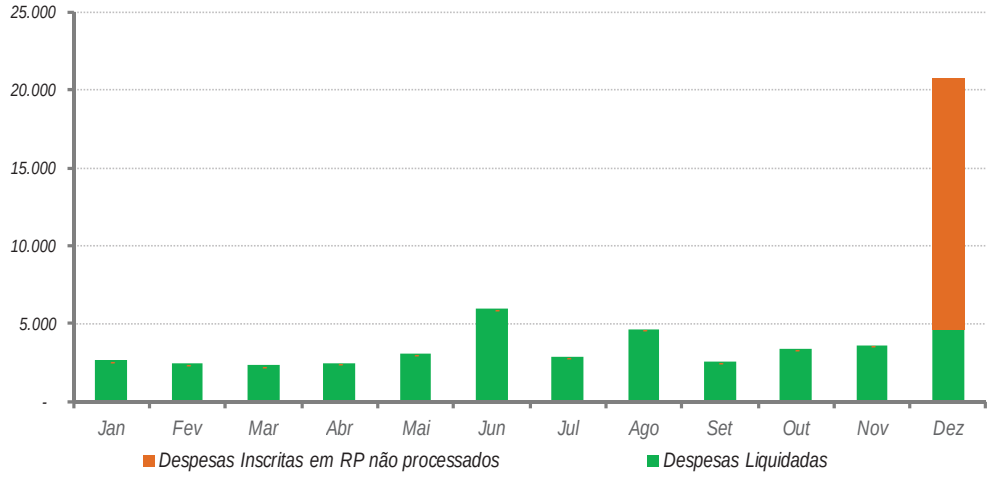
COMPOSIÇÃO DAS INVERSÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

A liquidação mensal das inversões financeiras encontra-se ilustrada no próximo gráfico, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

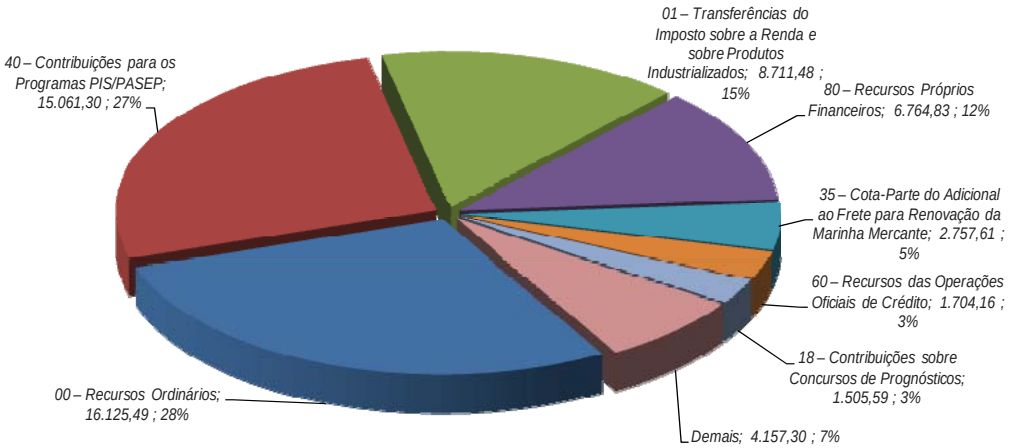
DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das inversões financeiras.

INVERSÕES FINANCEIRAS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias

Amortização da Dívida

Conforme definição do MTO 2012, as despesas com Amortização da Dívida são:

> *Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 620.523 milhões, o que representa 83,4% das despesas de capital da União. Esse valor foi 7,5% superior ao de 2011. A amortização da dívida interna vem, ao longo dos anos, sendo o mais expressivo grupo das Despesas de Capital, em função da rolagem da dívida interna e externa. No exercício em análise as despesas com refinanciamento somaram R$ 310.167 milhões. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

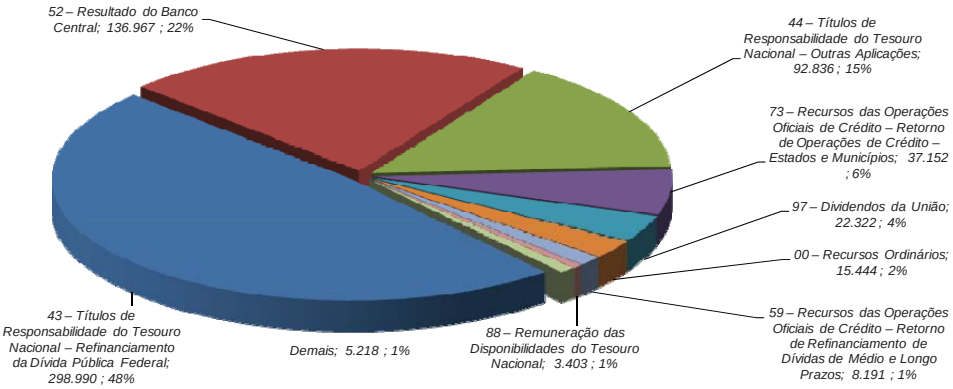
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2012 E 2011

R$ milhões

DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS	VALOR		%		%
	2012	2011	2012	2011	2012/2011
76 – Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	297.165	467.814	47,9%	81,0%	-36,5%
72 – Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	211.291	81.774	34,1%	14,2%	158,4%
71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado	97.240	5.771	15,7%	1,0%	1585,0%
74 – Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	13.002	10.426	2,1%	1,8%	24,7%
77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	1.825	11.554	0,3%	2,0%	-84,2%
TOTAL GERAL	**620.523**	**577.339**	**100,0%**	**100,0%**	**7,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

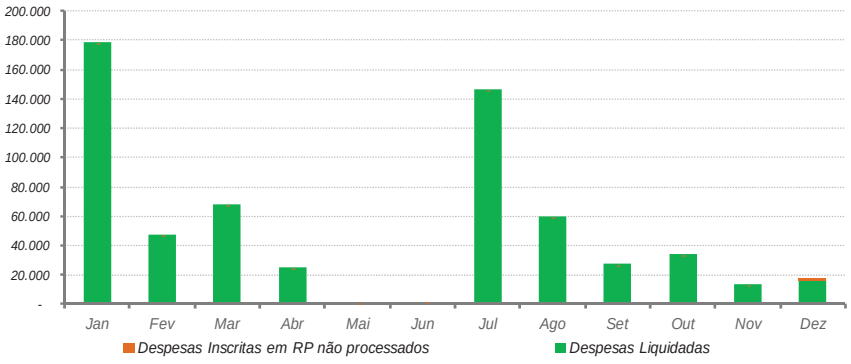
COMPOSIÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA UNIÃO – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das amortizações da dívida encontra-se ilustrada no gráfico seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

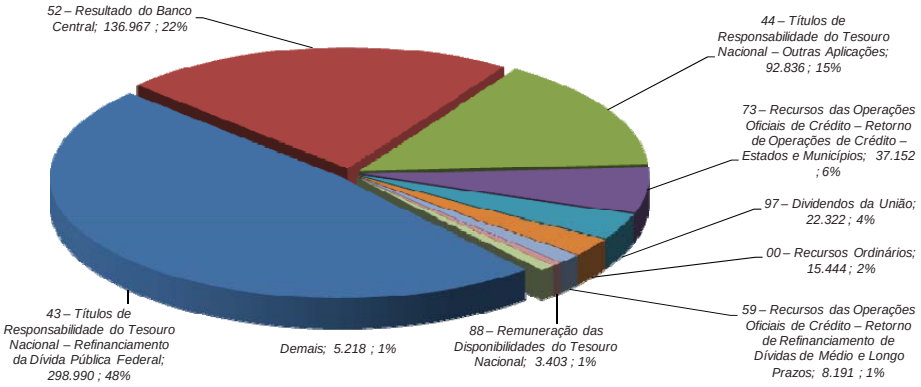
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das amortizações da dívida.

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA – ORIGENS DOS RECURSOS – 2012
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

2.2.3. Resultado Orçamentário

A seguir, apresenta-se uma síntese da execução orçamentária do exercício de 2012.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2012

R$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREV./DOT. ATUALIZ.	REALIZ./ EXEC.	EXCESSO/INSUF.
I – RECEITAS	**2.150.459**	**1.949.297**	**201.162**
Receitas Correntes	1.190.203	1.150.253	39.950
Receitas de Capital	960.256	799.044	161.212
II – DESPESAS	**2.237.843**	**1.839.796**	**398.048**
Despesas Correntes	1.150.592	1.095.822	54.770
Despesas de Capital	1.087.251	743.973	343.278
III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**18.874**	**0**	**18.874**
IV – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE		**54.431**	
V – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL		**55.070**	
VI – SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II)		**109.501**	

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O total da dotação atualizada das despesas, adicionado à reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas, em razão dos créditos adicionais abertos ao longo do exercício (às custas de superávit financeiro do exercício de 2011, por exemplo).

Em 2012, o balanço orçamentário aponta para uma insuficiência de arrecadação de R$ 201.162 milhões e uma economia na execução da despesa de R$ 398.048 milhões.

A tabela demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi superior à execução das Despesas Correntes gerando um superávit corrente de R$ 54.431 milhões, enquanto as Receitas de Capital superaram as Despesas de Capital em R$ 55.070 milhões.

No cômputo global da execução orçamentária, houve um superávit orçamentário de R$ 109.501 milhões.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2012

R$ milhões



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

2.2.4. Política de Restos a Pagar

O Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, tomou como base os valores fixados na Lei Orçamentária Anual e estabeleceu para os órgãos do Poder Executivo, respectivamente, os limites de movimentação e empenho e de pagamento, em R$ 211.106.626 mil e R$ 205.181.523 mil, bem como definiu uma reserva que permite ampliar o limite de pagamento até o montante de R$ 5.925.103 mil, projetando a inscrição de restos a pagar ao final do exercício em montante equivalente ao inscrito no exercício anterior.

Ao longo do ano foram promovidas alterações nos valores inicialmente disponibilizados, encerrando o exercício com os limites de movimentação e empenho e de pagamento, respectivamente, em R$ 220.829.812 mil e R$ 212.324.935 mil. O total de despesas empenhadas, sujeitas ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, ao final de 2012, foi de R$ 218.651.240 mil e o total pago foi de R$ 153.508.961 mil, o que provocou um impacto de R$ 65.142.279 mil no estoque de restos a pagar a serem inscritos para 2013.

Além disso, do montante de R$ 85.779.107 mil de restos a pagar inscritos em 2011 e exercícios anteriores, apenas R$ 45.303.162 mil foram pagos em 2012, sendo R$ 7.209.532 mil cancelados, o que gerou a reinscrição de restos a pagar em R$ 33.266.412 mil para 2012.

Com a edição do Decreto nº 7.654, de 23/12/2011, o Poder Executivo alterou as regras para os restos a pagar não-processados. O prazo de validade dos restos a pagar inscritos na condição de não-processados e não liquidados posteriormente passam a ter seu prazo de validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvadas as despesas relativas: ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; ao Ministério da Saúde; ao Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção de Desenvolvimento do Ensino; e àquelas que sejam executadas diretamente pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal ou mediante transferência ou descentralização aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com execução iniciada até dia 30 de junho do segundo ano subsequente ao da inscrição.

Para fins de cumprimento do prazo de validade estabelecido acima, o Poder Executivo efetuará o bloqueio dos saldos de restos a pagar não-processados e não liquidados. As unidades gestoras executoras responsáveis pelos empenhos bloqueados providenciarão os referidos desbloqueios, desde que atendam as ressalvas acima mencionadas. A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda providenciará o posterior cancelamento no Siafi dos saldos que permanecerem bloqueados. O quadro a seguir apresenta os valores de execução dos restos a pagar sujeitos à programação financeira em 2012.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2012, SUJEITOS A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA[1]

R$ milhões

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	RP Inscritos e Reinscritos	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar
20000 Presidência da República	1.391.015	219.010	741.721	430.284
20102 Vice-Presidência da República	473	122	346	5
20114 Advocacia-Geral da União	34.502	2.863	27.648	3.992
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.286.937	74.626	888.389	323.922
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.848.594	329.682	1.588.491	930.421
25000 Ministério da Fazenda	854.863	39.125	393.136	422.601
26000 Ministério da Educação	9.339.943	479.534	6.411.669	2.448.741
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	144.886	12.890	98.939	33.057
30000 Ministério da Justiça	1.220.493	130.171	711.261	379.060
32000 Ministério de Minas e Energia	258.963	26.501	127.407	105.055
33000 Ministério da Previdência Social	363.789	58.489	263.995	41.306
35000 Ministério das Relações Exteriores	28.987	8.969	16.157	3.862
36000 Ministério da Saúde	13.257.398	1.091.432	6.278.471	5.887.495
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	551.765	57.715	268.776	225.275
39000 Ministério dos Transportes	11.114.951	1.087.442	6.257.519	3.769.990
41000 Ministério das Comunicações	211.986	21.666	148.286	42.034
42000 Ministério da Cultura	901.763	242.811	397.727	261.225
44000 Ministério do Meio Ambiente	175.630	16.232	121.809	37.589
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	267.385	44.822	168.763	53.800
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.732.286	218.134	933.775	580.376
51000 Ministério do Esporte	1.822.063	231.140	514.699	1.076.224
52000 Ministério da Defesa	4.943.961	161.728	3.863.191	919.042
53000 Ministério da Integração Nacional	4.651.180	842.297	1.674.853	2.134.030
54000 Ministério do Turismo	3.501.965	449.997	1.031.955	2.020.014
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	657.239	83.243	479.538	94.458
56000 Ministério das Cidades	23.181.542	1.227.714	11.095.202	10.858.626
58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura	162.470	22.669	80.093	59.708
71000 Encargos Financeiros da União	722.210	27.409	610.902	83.899
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	318	118	189	12
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	148.407	984	108.255	39.169
74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	1.140	-	-	1.140
Total	**85.779.107**	**7.209.532**	**45.303.162**	**33.266.412**

Fonte: Siafi.

[1] Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

2.2.5. Parcelamento de Créditos

Créditos Parcelados Administrados pela Receita Federal do Brasil

Os parcelamentos são instrumentos de cobrança dos créditos tributários, podendo ser classificados de acordo com a natureza dos créditos que os compõem: fazendários (não-previdenciários), previdenciários ou conjuntos. É possível, ainda, classificar os parcelamentos de acordo com a entidade responsável pela administração dos créditos. Neste caso, há duas categorias: créditos sob a administração da RFB, e créditos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), oriundos da dívida ativa. Para os parcelamentos fazendários, e os convencionais e ordinários previdenciários, serão tratados somente os parcelamentos administrativos, isto é, aqueles que ainda se encontram no âmbito da RFB e que ainda não foram encaminhados para inscrição em Divida Ativa da União (DAU). Para os demais parcelamentos previdenciários, são tratados os débitos administrados por ambas instituições, uma vez que os parcelamentos foram consolidados conjuntamente e há delegação de competência à RFB para a administração desses parcelamentos especiais previdenciários. São apresentadas, a seguir, as informações de arrecadação e estoque dos créditos parcelados.

ARRECADAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB

R$ 1,00

PROGRAMA		VALORES ARRECADADOS		VARIAÇÃO (a/b) %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2011 (a)	2012 (b)		2011	2012
Convencional e Ordinário * (Lei nº 8.212/1991 e Lei nº 10.522/2002)	Previdenciária	402.959.889	2.578.647.938	539,9	3,87	20,90
	Fazendária	4.907.449.640	6.429.688.883	31,0	20,73	31,22
	Total	5.310.409.529	9.008.336.821	69,6	15,58	27,35
REFIS (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	119.728.929	123.088.201	2,8	1,15	1,00
	Fazendária	203.600.479	205.118.555	0,7	0,86	1,00
	Total	323.329.408	328.206.756	1,5	0,95	1,00
PAEX (MP nº 303/2009)	Previdenciária	137.493.320	136.756.608	-0,5	1,32	1,11
	Fazendária	260.489.444	253.760.729	-2,6	1,10	1,23
	Total	397.982.765	390.517.337	-1,9	1,17	1,19
PAES (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	361.672.206	375.070.816	3,7	3,47	3,04
	Fazendária	844.730.081	827.500.347	-2,0	3,57	4,02
	Total	1.206.402.287	1.202.571.163	-0,3	3,54	3,65
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	19.999.585	25.898.985	29,5	0,19	0,21
	Fazendária	17.721.646	24.202.993	36,6	0,07	0,12
	Total	37.721.231	50.101.978	32,8	0,11	0,15
Simples (Lei Complementar nº 123/2006 e nº 128/2008)	Previdenciária	5.520.254	4.737.804	-14,2	0,05	0,04
	Fazendária	192.710.500	135.637.374	-29,6	0,81	0,66
	Total	198.230.754	140.375.178	-29,2	0,58	0,43
Órgãos do Poder Público (Lei nº 9.639/1998 e Lei nº 11.196/2005)	Previdenciária	1.198.024.939	1.147.829.019	-4,2	11,50	9,30
	Fazendária	0	0	0,0	0,00	0,00
	Total	1.198.024.939	1.147.829.019	-4,2	3,51	3,49
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	3.907.218.863	4.320.860.297	10,6	37,51	35,02
	Fazendária	17.111.857.443	12.599.519.296	-26,4	72,30	61,18
	Total	21.019.076.306	16.920.379.593	-19,5	61,67	51,38
Lei nº 11.960/2009 e Parcelamento Ordinário **	Previdenciária	4.263.556.008	3.623.980.913	-15,0	40,93	29,37
	Fazendária	0	0	0,0	0,00	0,00
	Total	4.263.556.008	3.623.980.913	-15,0	12,51	11,00
Outros ***	Previdenciária	610.623	625.331	2,4	0,01	0,01
	Fazendária	129.916.362	119.506.714	-8,0	0,55	0,58
	Total	130.526.985	120.132.045	-8,0	0,38	0,36
TOTAL	**Previdenciária**	**10.416.784.617**	**12.337.495.913**	**18,44**	**100,00**	**100,00**
	Fazendária	**23.668.475.596**	**20.594.934.891**	**-12,99**	**100,00**	**100,00**
	Total	**34.085.260.213**	**32.932.430.804**	**-3,38**	**100,00**	**100,00**

Fontes: *Data Warehouse* - DW Arrecadação e Informar.
* Convencional Previdenciário - Lei nº 8.212/91; Ordinário Fazendário e Previdenciário - Lei nº 10.522/02. Ordinário Previdenciário consolidado.
** Lei nº 11.960/09 ainda não consolidado; Ordinário Previdenciário ainda não consolidado (código GPS 4103)
*** Previdenciária = Instituições de Ensino Superior (IES) (Lei nº 10.260/2001) e Parcelamento Clubes de Futebol (Lei nº 8.641/1993, art. 2º).
Fazendária = MP nº 449/2008, MP nº 470/2009, IES (Lei nº 10.260/2001) e Simples Federal.
Obs: Parcelamento convencional, Lei nº 11.941/2009 e outros (fazendários) = métrica: Arrecadação bruta classificada.

ESTOQUE DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB

R$ milhões

MODALIDADE	ORIGEM	CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		VARIAÇÃO (a/b) %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2011 (a)	2012 (b)		2011	2012
Convencional / Ordinário*	Previdenciária	3.536,85	15.189,19	329,5		
	Fazendária	16.272,82	19.640,86	20,7	13,0	21,1
	Total	19.809,67	34.830,05	75,8		
REFIS	Conjunta	21.011,41	18.701,38	-11,0	13,8	11,3
PAEX	Previdenciária	978,86	478,39	-51,1		
	Fazendária	1.316,05	837,79	-36,3	1,5	0,8
	Total	2.294,91	1.316,18	-42,6		
PAES	Previdenciária	2.880,40	2.356,39	-18,2		
	Fazendária	6.901,76	5.261,99	-23,8	6,4	4,6
	Total	9.782,16	7.618,38	-22,1		
Timemania	Previdenciária	495,32	496,38	0,2		
	Fazendária	688,51	431,01	-37,4	0,8	0,6
	Total	1.183,83	927,39	-21,7		
Simples Nacional	Previdenciária	357,68	48,57	-86,4		
	Fazendária	3.508,50	527,30	-85,0	2,5	0,3
	Total	3.866,18	575,87	-85,1		
Lei nº 11.941/2009 e MP nº 449/2008	Conjunta	81.195,67	76.881,91	-5,3	53,3	46,5
Órgãos do Poder Público**	Previdenciária	11.209,33	11.017,74	-1,7	7,4	6,7
Outros***	Previdenciária	1.945,94	13.499,40	593,7		
	Fazendária	82,26	8,13	-90,1	1,3	8,2
	Total	2.028,20	13.507,54	566,0		
TOTAL	**Previdenciária**	**21.404,38**	**43.086,07**	**101,3**	**14,0**	**26,1**
	Fazendária /Conjunta	**130.976,98**	**122.290,37**	**-6,6**	**86,0**	**73,9**
	TOTAL	**152.381,36**	**165.376,44**	**8,5**	**100,0**	**100,0**

Fontes: Sistema INFORMAR (Parcelamentos Previdenciários) e Sistemas SINCOR, REFIS, PAES e PAEX (Parcelamentos Fazendários).
* Convencional Previdenciário - Lei nº 8.212/1991 (revogada), Convencional Fazendário Lei nº 10.522/2002 (redação original); Ordinário Fazendário e Previdenciário - Lei nº 10.522/2002 com alterações da Lei nº 11.941/2009.
** OPP - Lei nº 9.639/1998 e suas reedições, e Lei nº 11.196/2005.
*** Outros - Times de Futebol Previdenciário (Lei nº 8.641/1993), IES Fazendário e Previdenciário (Lei nº 10.260/2001), Lei nº 11.960/2009, Santas Casas de Misericórdia, Ingresso no Simples Nacional 2009 Previdenciário e estoque residual do Ordinário Previdenciário.

Análise da arrecadação

A grande variação na arrecadação dos parcelamentos ordinários decorre-se da implementação a partir de dezembro de 2011 do sistema de consolidação de parcelamentos ordinários e simplificados de débitos previdenciários (sistema ParcWeb Prev), disponível, inclusive, para o contribuinte no Centro Virtual de Atendimento no sítio da Receita Federal do Brasil na Internet (e-CAC).

Créditos Administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

O detalhamento da arrecadação com parcelamentos foi apresentado à PGFN pela Receita Federal do Brasil e pela Dataprev, conforme disposto nas tabelas a seguir.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

R$ 1,00

MODALIDADE	VALORES ARRECADADOS		VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
	2011 (a)	2012 (b)		2011	2012
REFIS (LEI 9.964/2000)	33.884.230,61	35.177.661,26	3,82	0,3743	0,5194
PAEX (MP 303/2009)	101.459.448,37	109.482.788,87	7,91	1,1208	1,6164
PAES (LEI 10.684/2003)	121.921.302,33	124.552.911,97	2,16	1,3469	1,8389
TIMEMANIA (LEI 11.345/2009)	15.072.718,64	19.839.842,29	31,63	0,1665	0,2929
SIMPLES NACIONAL (LEI COMPLEMENTAR 123/206 E LEI 128/2008)	49.497.871,31	45.215.435,98	-8,65	0,5468	0,6676
LEI 11.941/2209	8.729.863.102,44	6.438.723.956,39	-26,24	96,4402	95,0599
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (LEI 10.260/2001)	257.503,78	146.050,44	-43,28	0,0028	0,0022
MP 470/2009	142.721,28	194.326,96	36,16	0,0016	0,0029
TOTAL	**9.052.098.898,76**	**6.773.332.974,16**	**-25,17%**	**100,00**	**100,00**

DATAPREV

R$ 1,00

MODALIDADE	VALORES ARRECADADOS		VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
	2011 (A)	2012 (B)		2011	2012
PARCELAMENTOS ORDINÁRIOS	50.694.244,99	37.271.218,58	-26,48	12,6669	9,3722
CLUBE DE FUTEBOL	64.929,30	28.657,59	-55,86	0,0162	0,0072
ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	220.883.550,50	239.479.397,66	8,42	55,1917	60,2192
LEI 10.684/2003	95.568.814,32	83.168.706,12	-12,98	23,8796	20,9135
LEI 11.196/2005	2.952.205,24	9.594.626,48	225,00	0,7377	2,4127
MP 303/2006	30.048.135,75	28.137.046,02	-6,36	7,5081	7,0753
TOTAL	**400.211.880,10**	**397.679.652,45**	**-0,63**	**100,00**	**100,00**

Depreende-se das informações dos parcelamentos descritos na tabela “Receita Federal do Brasil” que houve decréscimo da arrecadação, no patamar de 25,17%, o que representa o montante de R$ 2.278.765.924,60. Parte significativa do referido decréscimo pode ser atribuída à arrecadação com o parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009. Embora isso tenha ocorrido, o referido parcelamento continua tendo participação majoritária na arrecadação dos créditos parcelados, com representação de 95,05% do total, como se depreende da mesma planilha em questão.

DETALHAMENTO ESTOQUES – PROGRAMAS DE PARCELAMENTO
ESTOQUE DE CRÉDITOS PARCELADOS
(parcelamentos ordinário e especiais registrados no DW – recolhimentos por meio de DARF)

R$ 1,00

MODALIDADE	VALORES ESTOQUE		VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
	2011 (a)	2012 (b)		2011	2012
CONVENCIONAL (LEI Nº 10.522/2002)	3.541.669.478,42	7.596.880.511,54	114,5000	3,1964	6,5136
REFIS (LEI Nº 9.964/2000)	4.167.868.477,83	4.810.658.375,98	15,4225	3,7615	4,1247
PAES (LEI Nº 10.684/2003	2.682.780.937,72	2.282.777.760,47	-14,9100	2,4212	1,9573
PAEX (MP 303/2006)	1.154.892.495,08	916.932.005,16	-20,6046	1,0423	0,7862
TIMEMANIA (LEI Nº 11.345/2009)	779.899.387,68	786.670.923,84	0,8683	0,7039	0,6745
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL 2007	1.483.577.542,96	227.128.243,46	-84,6905	1,3389	0,1947
PARCELAMENTO CRÉDITO RURAL (LEI Nº 11.775/2008)	1.923.991.170,40	1.669.466.278,56	-13,2290	1,7364	1,4314
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL 2009	48.111.720,28	48.648.654,69	1,1160	0,0434	0,0417
LEI Nº 11.941/2009	91.585.529.108,45	94.906.798.933,16	3,6264	82,6568	81,3732
MP Nº 470/2009	3.253.694.367,06	3.002.007.466,99	-7,7354	2,9365	2,5739
PARCELAMENTO IES (LEI Nº 10.260/2001)	180.203.346,39	177.140.396,46	-1,6997	0,1626	0,1519
PASEP (MP Nº 574/2012)	0,00	206.343.048,50	-	0,0000	0,1769
TOTAL	**110.802.218.032,27**	**116.631.452.598,81**	**5,2609**	**100,00**	**100,00**

ESTOQUE DE CRÉDITOS PARCELADOS (PARCELAMENTOS ORDINÁRIOS E ESPECIAIS REGISTRADOS NO INFORMAR)[1]

R$ 1,00

MODALIDADE	VALORES ESTOQUE		VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
	2011 (a)	2012 (b)		2011	2012
PARCELAMENTOS CONVENCIONAIS	188.723.754,84	123.035.682,54	-34,8065	0,4423	0,2953
PRÉ - PARCELAMENTO[2]	7.116.220,12	5.137.148,49	-27,8107	0,0167	0,0123
PRÉ - PARCELAMENTO SIMPLIFICADO[3]	15.964,10	6.810,00	-57,3418	0,000037	0,000016
LEI Nº 11.196/2005	56.583.716,64	42.383.822,47	-25,0954	0,1326	0,1017
LEI Nº 11.941/2009	37.614.664.614,29	37.266.316.826,39	-0,9261	88,1638	89,4533
PAES (LEI Nº 10.684/2003)	751.407.793,90	615.114.902,60	-18,1383	1,7612	1,4765
PAEX (MP Nº 303/2006)	143.952.173,70	92.384.643,69	-35,8227	0,3374	0,2218
PARCELAMENTO DE ÓRGÃO PÚBLICO	4.710.310,25	2.825.100,00	-40,0231	0,0110	0,0068
PARCELAMENTO MUNICÍPIO	19.753,17	19.753,17	0,0000	0,000046	0,000047
PARCELAMENTO PREFEITURAS (MP 1.571/97)	1.420.104.299,00	1.294.763.132,00	-8,8262	3,3285	3,1079
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL 2007	15.057.103,47	9.233.948,15	-38,6738	0,0353	0,0222
REFIS (LEI Nº 9.964/2000)	2.452.780.301,00	2.199.443.176,00	-10,3286	5,7490	5,2795
TIMES DE FUTEBOL (LEI Nº 8.641/93)	9.366.062,81	9.419.891,18	0,5747	0,0220	0,0226
TOTAL	**42.664.502.067,29**	**41.660.084.836,68**	**-2,3542**	**100,00**	**100,00**

Quanto ao estoque de créditos parcelados, a tabela “Estoque de créditos parcelados (parcelamentos ordinário e especiais registrados no banco de dados *Data Warehouse* - DW – recolhimentos por meio de DARF”) detalha um crescimento de 5,26% de créditos parcelados que são quitados por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e a tabela “Estoque de créditos parcelados (parcelamentos ordinários e especiais registrados no Sistema INFORMAR”) apresenta uma pequena redução de 2,35% do estoque de créditos que são quitados por meio de GPS.

Medidas Adotadas para Melhora na Sistemática de Recuperação de Créditos

No que se refere às ações de recuperação de créditos e às medidas para incremento das receitas adotadas pela PGFN, cumpre registrar que durante o ano de 2012 trabalhou-se na implementação do protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União. O prazo de conclusão estava previsto para o final de dezembro do mesmo ano. Entretanto, a complexidade operacional que envolve a medida impediu a conclusão e adoção do protesto ainda em 2012. Atualmente, a previsão é que o primeiro lote de certidões sejam encaminhadas aos tabelionatos ainda no primeiro bimestre de 2013.

Outra medida que merece menção é a relativa ao aprimoramento da lista de devedores. No ano de 2012, a PGFN mudou o entendimento que estava em vigor quanto ao sigilo fiscal e passou a publicar na Internet, no sítio eletrônico da Procuradoria, o nome dos devedores e o valor das dívidas inscritas em Dívida Ativa da União - DAU.

Após a divulgação dos nomes dos devedores e do valor das dívidas inscritas, criou-se novo serviço no âmbito do atendimento integrado, a fim de que os devedores pudessem requerer a exclusão do nome da publicação ou a retificação dos dados, desde que algum erro fosse detectado em eventual publicação indevida. Registre-se, ainda, que os trabalhos de depuração continuaram a ser desenvolvidos pela PGFN durante o ano de 2012. Embora relativos ao estoque, há relação com a arrecadação, visto que a depuração dos créditos influencia positivamente a arrecadação, visto que a procuradoria passa a cobrar mais consistentemente os créditos que inscreve em DAU.

Há que se mencionar, também, a publicação da Portaria Conjunta PGFN e SE/MTE nº 02, de março de 2012. A norma em questão estabeleceu regras para a remessa de débitos originários de autos de infração lavrados por agentes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) às unidades da PGFN. O mérito da norma foi regulamentar o envio de créditos de multas trabalhistas para inscrição em DAU, com objetivo, portanto, de melhorar a arrecadação destes créditos.

Com base na mencionada portaria, especificamente diante da determinação do art. 9º, a PGFN e o MTE passaram a trabalhar em conjunto para possibilitar a transmissão eletrônica dos créditos de multa trabalhista para inscrição em DAU. A expectativa é que ainda no primeiro semestre de 2013 sejam encaminhados eletronicamente os primeiros lotes de créditos, o que conferirá celeridade da cobrança com possíveis efeitos positivos à arrecadação.

[1] A tabela reflete os parcelamentos que compõem o parâmetro “parcelado” do sistema Informar. Os números constantes desta tabela necessitam de ajustes, pois não foi possível contabilizar o estoque de créditos que estão nas fases 781 (“Parcelamento convencional manual”) e 782 (“Indicado Inclusão Parc.Lei 11941”). O sistema Informar considera essas fases como de créditos inativos e não possibilita extração de informações históricas do estoque para os anos de 2011 e 2012. Também não foram contabilizados créditos de outras fases, como a 766 (“Parcelamento Manual’), pois não se tem certeza de quais tipos de créditos estão abrangidos. As inconsistências precisam, portanto, ser tratadas no sistema gerencial para que a informação de estoque seja mais precisa.

[2] Os dados de pré-parcelamento não significam que os créditos estejam parcelados. Todavia, como não é possível excluir os dados do indicador de parcelamentos, o caminho foi mantê-los na planilha, até que o sistema Informar possa ser alterado.

[3] Os dados de pré-parcelamento não significam que os créditos estejam parcelados. Todavia, como não é possível excluir os dados do indicador de parcelamentos, o caminho foi mantê-los na planilha, até que o sistema Informar possa ser alterado.

Valores Acumulados da Arrecadação dos Parcelamentos no Siafi

O quadro a seguir demonstra os valores acumulados da arrecadação dos Parcelamentos: Ingressos no Simples Nacional, Timemania, Fies – Lei 10.260/200 e MP 49/2008, nas contas contábeis no Siafi que ainda não foram classificadas por espécie tributária, em cada exercício no período de 2008 a 2012.

R$ 1,00

PARCELAMENTOS	CONTA CONTÁBIL	EXERCÍCIO				
		2008	2009	2010	2011	2012
TIMEMANIA	211491111	15.268.117,74	20.332.104,18	31.525.110,36	49.246.756,83	73.449.749,46
FIES	211491112	10.990.306,67	9.008.578,49	10.447.650,93	12.475.733,30	13.935.390,49
MP 449/2008	211491113	-	28.530.842,85	33.308.168,50	36.736.710,91	36.807.081,73
SIMPLES NACIONAL	211491114	-	66.367.364,94	99.344.453,12	140.310.584,19	182.650.422,64
TOTAL	**-**	**26.258.424,41**	**124.238.890,46**	**174.625.382,91**	**238.769.785,23**	**306.842.644,32**

2.2.6. Dívida Ativa

Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN

A arrecadação da PGFN dos anos de 2011 e de 2012 encontra-se detalhada a seguir.

ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PGFN

R$ 1,00

ANO	PREVIDENCIÁRIOS + PARC. INFORMADOS PELA DATAPREV	Ñ-PARCELADOS + PARCELAMENTOS CONVENCIONAIS CONTROLADOS PELO SIDA (C/ DEPÓSITOS)	PARCELAMENTOS ESPECIAIS RECOLHIDOS EM DARF	TOTAL
2011	601.136.736,32	4.111.761.377,51	9.052.098.898,76	13.764.997.012,59
2012	629.523.176,42	6.182.745.833,75	6.773.332.974,16	13.585.601.984,33
TOTAL	**1.230.659.912,74**	**10.294.507.211,26**	**15.825.431.872,92**	**27.350.598.996,92**

Verifica-se que a arrecadação total da PGFN de 2012 teve uma leve queda frente à registrada no ano de 2011. A variação foi de R$ 179.395.028,26, o que representa um decréscimo de 1,30%.

Quanto à arrecadação com depósitos judiciais, destaca-se que os registros de arrecadação estão somados aos valores constantes da coluna "Ñ-PARCELADOS + PARCELAMENTOS CONVENCIONAIS CONTROLADOS PELO SIDA (C/DEPÓSITOS)" da tabela acima.

Os valores da referida coluna são extraídos de dois relatórios de arrecadação do sistema SIDA (Sistema Integrado da Dívida Ativa), denominados "Dívida Ativa da União" e "Conversão de Depósito Judicial".

O segundo relatório, "Conversão de Depósito Judicial", registra os recolhimentos feitos pelos contribuintes por meio de guias de depósito judicial. Embora o relatório possua o nome em questão, não se trata de conversão em renda, procedimento não mais em vigor após a edição da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998. A sistemática atual é a transformação em pagamento definitivo e não mais conversão em renda. Desse modo, o relatório leva em consideração os depósitos efetivados, sem que a posterior devolução ao contribuinte ou a transformação em pagamento definitivo tenham relevância para o registro da arrecadação.

A seguir, apresenta-se a arrecadação detalhada referente aos mencionados depósitos judiciais, segregando-os do total arrecadado.

ANO	VALOR ARRECADADO (R$)
2011	1.686.312.324,95
2012	2.196.422.672,63

Como se depreende, os recolhimentos de depósitos judiciais em 2012 somaram R$ 2.196.422.672,63, com acréscimo, portanto, de R$ 510.110.347,68 em relação ao ano de 2011, o que significa incremento de 30,25% na arrecadação.

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PGFN
ESTOQUE PREVIDENCIÁRIO PARCELADO E NÃO-PARCELADO

R$ 1,00

NATUREZA DOS CRÉDITOS	2011			
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
TRIBUTÁRIOS PREVIDENCIÁRIOS	42.664.502.066,71		146.894.271.466,80	25.810.211.889,20
TOTAL	**42.664.502.066,71**		**146.894.271.466,80**	**25.810.211.889,20**

NATUREZA DOS CRÉDITOS	2012			
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
TRIBUTÁRIOS PREVIDENCIÁRIOS	41.660.084.835,99		174.990.806.016,68	15.023.248.792,37
TOTAL	**41.660.084.835,99**		**174.990.806.016,68**	**15.023.248.792,37**

VARIAÇÃO - ESTOQUE PREVIDENCIÁRIO PARCELADO E NÃO PARCELADO

R$ 1,00

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO%
2011	215.368.985.422,71	7,57
2012	231.674.139.645,04	

Quanto ao estoque de créditos previdenciários, conforme dados apresentados nas tabelas acima, verifica-se que houve acréscimo de R$ 16,3 bilhões, o que corresponde a um incremento de 7,57%. Nota-se, também, que a PGFN elevou o montante de créditos previdenciários ajuizados que não são objeto de parcelamentos. Comparativamente ao ano de 2011, o montante ajuizado foi elevado em 19,13%. A justificativa para que o valor do estoque previdenciário parcelado não esteja segregado em ajuizado e não ajuizado, é que o sistema Informar ainda não permite o cruzamento do indicativo de parcelamento com o indicativo de ajuizamento.

ESTOQUE DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS
VALOR CONSOLIDADO DO ESTOQUE

R$ 1,00

Natureza Dos Créditos	Exercício de 2011			
	Parcelados		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Não Tributários	5.429.894.631,04	762.735.156,47	55.856.978.419,78	5.395.201.826,48
Tributários não previdenciários	92.308.324.831,47	12.301.263.413,29	560.222.289.909,99	51.116.594.670,34
TOTAL	**97.738.219.462,51**	**13.063.998.569,76**	**616.079.268.329,77**	**56.511.796.496,82**

R$ 1,00

Natureza Dos Créditos	Exercício de 2012			
	Parcelados		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Não Tributários	5.452.269.152,11	840.840.198,74	63.556.909.796,01	5.002.850.470,35
Tributários não previdenciários	96.362.891.421,24	13.975.451.826,72	691.526.184.687,17	38.231.646.020,27
TOTAL	**101.815.160.573,35**	**14.816.292.025,46**	**755.083.094.483,18**	**43.234.496.490,62**

R$ 1,00

	Estoque 2011	Estoque 2012	VARIAÇÃO(%)
NAO TRIBUTARIO	67.444.810.033,77	74.852.869.617,21	10,9839%
TRIBUTARIO	715.948.472.825,09	840.096.173.955,40	17,3403%
TOTAL	**783.393.282.858,86**	**914.949.043.572,61**	**16,7931%**

Quanto ao estoque não previdenciário, conforme demonstra a tabela de variação acima, houve incremento de 16,79%, alcançando o montante total de R$ 914,95 bilhões.

Dívida Ativa de Autarquias e Fundações Públicas Federais

Procuradoria-Geral Federal - PGF

Nos termos do art. 10 da Lei n.º 10.480/2002 e do art. 22 da Lei n.º 11.457/2007, compete à Procuradoria-Geral Federal (PGF) apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades de autarquias e fundações públicas federais, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

DÍVIDA ATIVA GERIDA POR AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R$ 1,00

ENTES		2011				2012			
		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
		AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
ANA	ARREC.	-	16.670,82	-	24.968,45	48.106,43	25.276,70	2.829.887,02	657.001,05
	EST.	-	1.854.705,19	-	-	-		-	-
DNOCS	ARREC.								
	EST.	2.599,75		8.784.533,00			88.331,60	4.714.435,00	
UFRGS	ARREC.								
	EST.			3.649.725,28	96.151,70			3.376.457,57	84.856,35
EMBRATUR	ARREC.		50.848,56	219.927,72	3.805,30			491.670,17	240.820,15
	EST.								
ANCINE	ARREC.		44.265,61		59.135,80		500.342,92		82.038,69
	EST.		516.609,20		9.103.244,32		949.794,28	6.628.359,20	3.510.127,94
IFSul	ARREC.							316.084,00	
	EST.							316.084,00	
FUNASA	ARREC.		283.338,95	132.770.671,65	17.822.457,72	51.246,30	1.320.004,78		56.160,84
	EST.				173.644.239,45				40.489.019,05
CNPq	ARREC.			11.745,07		59.733,39		62.080,40	
	EST.			202.277.229,82	5.996.386,95	326.585,41		16.530.172,92	15.142.285,69
IBAMA	ARREC.	598.569,57	5.904.722,97	2.681.680,27	7.081.239,36	1.258.530,76	2.326.952,18	14.359.909,79	2.467.514,84
	EST.	17.412.160,77	24.286.009,80	1.092.202.361,80	1.509.466.072,64	21.984.250,92	24.186.697,62	1.391.258.499,88	1.705.636.244,58
FNDE	ARREC.	222.468,90		394.580,26		333.314,79			
	EST.	119.253.347,14		119.253.347,14		136.227.373,90		136.227.373,90	
ANAC	ARREC.	1.036.000,77		1.558.565,81	550.347,72	1.264.801,13		1.942.732,44	1.123.919,04
	EST.	5.120.909,64		11.175.237,95	4.739.438,93	6.256.553,81		20.014.440,30	2.978.042,49
DNPM	ARREC.		2.178.245,38		3.348.593,23		5.061.276,22		4.318.657,48
	EST.		2.201.615,20		18.511.629,54		5.515.502,08		689.437.594,86

Cont.

Cont.

ENTES		2011				2012			
		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
		AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
PREVIC	ARREC.	-	-	-	267.205,25	-	-	-	3.150.886,23
	EST.	-	-	76.825,00	1.734.764,00	-		821.647,94	3.278.953,43
SUFRAMA	ARREC.	-	253.902,09	-	22.919,52	-	223.082,81	-	26.852,82
	EST.	-	213.262,02	44.567,78	143.156,32	-	60.643,10	-	18.632,98
ICMBio	ARREC.								
	EST.								28.826.154,52
ANEEL	ARREC.		13.903.864,23		2.527.781.715,16		33.421.782,20		2.770.191.377,24
	EST.	13.062.746,21	-	28.155.851,62	101.151.904,69	46.820.175,12		14.577.398,29	141.654.131,69
SUSEP	ARREC.	98.899,21	41.912,80	423.073,97		60.360,38		63.764,13	
	EST.			712.972,00	9.077.302,70			7.152.859,53	8.355.514,10
ANS	ARREC.			5.140.375,34				13.850.024,14	
	EST.			357.043.484,40				720.816.392,20	
ANP	ARREC.	171.780.000,00				186.820.000,00			
	EST.	39.420.000,00		100.220.000,00	181.690.000,00	38.500.000,00		171.780.000,00	208.500.000,00
ANATEL	ARREC.	1.589.554,11	200.909,24	73.195,98	26.447,16	1.843.499,20	784.851,80	3.226.415,16	840.755,32
	EST.	7.976.509,90	808.898,51	328.564.920,78	407.008.339,37	5.502.106,72	2.461.851,01	1.307.502.230,85	228.137.776,78
ANVISA	ARREC.	278.602,24	170.217,75		203.632,00	338.679,16	735.362,15	43.452,00	138.972,99
	EST.	221.307,96	22.282,12	4.903.511,20	270.289,54	543.272,36	833.079,76	3.493.847,22	4.018.418,75
ANTAC	ARREC.	-	-	-	576.930,00	-	165.276,33	-	608.207,42
	EST.				229.210,00	-	187.223,30	-	1.714.839,26
CVM	ARREC.	-	3.895,07	10.133,92	18.838,80	-	-	113.256,39	78.821,96
	EST.	-	43.909,94	2.367.249,83	5.357.555,51	-	-	3.838.113,30	163.157.987,63
IPHAN	ARREC.								
	EST.								1.837,64
INMETRO	ARREC.	18.189.751,95	30.904.667,05	9.331.857,94	7.089.966,91	20.846.568,36	10.381.465,86	37.897.539,65	10.762.832,05
	EST.	28.717.589,72	18.538.977,62	231.790.410,97	27.444.176,70	1.399.308,35	422.995,03	166.110.652,75	16.804.716,90

R$ 1,00

		2011				2012			
		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
		AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
TOTAL	ARREC.	193.793.846,75	53.957.460,52	152.615.807,93	2.564.878.202,38	212.924.839,90	54.945.673,95	75.196.815,29	2.794.744.818,12
	EST.	231.187.171,09	48.486.269,60	2.491.222.228,57	2.455.663.862,36	257.559.626,59	34.706.117,78	3.975.158.964,85	3.261.747.134,64

Fonte: Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Implantação do Sistema de Dívida Ativa – SISDAT

Dentre os projetos da Procuradoria-Geral Federal (PGF), destaca-se o Sistema de Dívida Ativa da PGF para a gestão dos créditos inscritos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. O fundamento do sistema é o gerenciamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, possibilitando à PGF conhecer a realidade da dívida ativa de todas as entidades representadas com base nas informações contidas em um único banco de dados.

Por meio da sistemática anterior, todo o acompanhamento do crédito era feito de forma individualizada em cada um dos vários sistemas das entidades, ou de forma manual, por meio do contato direto com as autarquias e fundações públicas federais. Com o SISDAT todos os créditos serão inscritos e acompanhados em um só sistema de dívida ativa.

O sistema está na REDEAGU e já conta com alguns módulos em funcionamento. Assim já é possível o cadastramento de créditos pelas entidades, na fase chamada de pré-inscrição (momento em que o crédito é inserido no sistema para a posterior análise da procuradoria). Os módulos para inclusão de usuários e de Manutenção de Tabelas (fundamentos legais, tipos de receitas, etc.) já estão concluídos. É possível, inclusive, a efetivação da inscrição em dívida ativa com emissão do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, Certidão de Inscrição em Dívida Ativa, possibilitando o ajuizamento da ação.

Também estão prontos os módulos emissão de histórico do débito, memória de cálculo, de emissão de GRU para pagamento e recebimento de arquivos retorno que são as confirmações do efetivo pagamento dos boletos por meio de arquivos do Banco do Brasil.

Dentre os pontos positivos de maior destaque pode-se citar:

- Possibilidade de emissão de certidão positiva ou negativa de débitos com a Administração Pública Indireta Federal (auxiliando inclusive a arrecadação indireta);
- Efetivo controle de toda a dívida ativa da administração pública federal indireta, com a possibilidade de emissão de relatórios de créditos inscritos em dívida ativa, ajuizados, pagos, parcelados, protestados, etc;
- Maior facilidade no efetivo uso do sistema, que passará a ser único e padronizado para todos os tipos de créditos da administração indireta;
- Integração com os Sistemas Integrados de Cobrança (Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria-Geral Federal);
- Viabilização técnica para a expansão de projetos como o das conciliações prévias e protestos de certidões de dívida ativa.

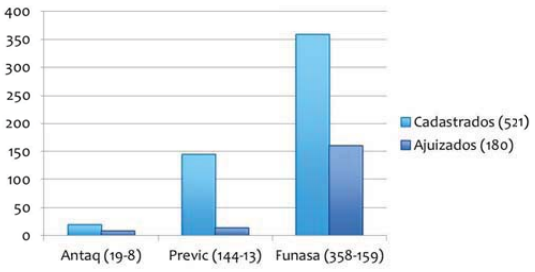
O ponto final do projeto será justamente a integração com os Sistemas Integrados de Cobrança que possibilitará a centralização numa só base de dados de todas as dívidas da administração federal direta e indireta inscritas em dívida ativa. Numa só base será possível a consulta e emissão de Certidões Negativas de Débitos de toda a administração pública federal, sendo de fundamental importância para a cobrança indireta dos créditos das autarquias e fundações públicas federais.

Todas as 155 entidades representadas pela PGF foram treinadas para o início do cadastramento de créditos no Sistema. As rotinas para adesão das entidades ao sistema e a fase de cadastramento dos créditos foram os principais objetivos do ano de 2011, visando à efetiva inscrição em dívida ativa e a implementação dos demais módulos nos anos de 2012 e 2013.

O panorama atual é o seguinte:

- Entidades que já possuem créditos no SISDAT: FUNASA, PREVIC e ANTAQ;
- Entidades que já estão aptas a cadastrar créditos no SISDAT: ANP e ICMBio;
- Entidades em procedimento final para iniciar o cadastramento: UFG, UFPB, INCRA, DNIT, CNPq, UFABC, IPEA, UFFS e SUFRAMA.

Os resultados atingidos até hoje são os seguintes:



O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) da Advocacia-Geral da União apresentou cronograma para a conclusão e entrega do SISDAT com o prazo final de outubro de 2013. Quanto a esse ponto, eventuais alterações no cronograma estipulado pelo DTI serão oportunamente informadas à Controladoria-Geral da União.

Protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDAs)

O projeto de protesto de certidões de dívida ativa (CDAs) consiste em, antes de ingressar com a execução fiscal, a procuradoria responsável pela análise e inscrição em dívida ativa encaminhar para protesto extrajudicial por falta de pagamento, no domicílio do devedor, as certidões de dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. O referido procedimento encontra-se previsto na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, recentemente alterada pela Lei nº 12.767, de 27/12/2012, para constar expressamente a possibilidade de protesto de CDAs.

Cabe esclarecer que a PGF só realiza o protesto de CDAs junto aos tabelionatos que dispensam o pagamento de despesas por parte da entidade protestante. Dessa forma, o projeto do protesto é desenvolvido sem que haja qualquer custo adicional aos cofres públicos.

Em relação aos resultados obtidos, constata-se o sucesso do projeto, sobretudo quando comparado com o meio tradicional de cobrança dos créditos públicos, que é a execução fiscal.
Nesse sentido, seguem os dados de 2011 e 2012[1]:.

[1] Atualizado até outubro de 2012.

2011:

- 3.616 CDAs enviadas para protesto;
- 2.442 CDAs protestadas;
- 1.071 foram pagas, atingindo-se um percentual superior a 29% de recuperação referente ao total de títulos enviados para protesto;
- Em valores, R$ 9.513.986,39 foram enviados para protesto, R$ 5.929.790,88 foram efetivamente protestados, e R$ 3.195.734,30 foram pagos, atingindo-se um percentual superior a 33% sobre o total enviado para protesto.

2012:

- 7.170 CDAs enviadas para protesto;
- 5.026 CDAs protestadas;
- 2.245 foram pagas, atingindo-se um percentual superior a 31% de recuperação referente ao total de títulos enviados para protesto;
- Em valores, R$ 17.938.588,37 foram enviados para protesto, R$ 8.408.892,90 foram efetivamente protestados, e R$ 9.485.714,92 foram pagos, atingindo-se um percentual superior a 52% sobre o total enviado para protesto.

Comparando esse percentual aos índices apresentados pelo IPEA no estudo sobre o custo unitário do processo de execução fiscal[2], o qual constatou que um processo de execução fiscal dura, em média, oito anos e dois meses para ser concluído, com um custo de aproximadamente de R$ 4.400,00, revela-se acertada a opção pela via extrajudicial, tendo em vista a celeridade e a menor onerosidade para os cofres públicos.

O projeto se iniciou em 2010, com a Procuradoria Regional Federal (PRF) da 2º e 3º Regiões, com os créditos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em 2011 foram incluídos no projeto do protesto as PRFs da 1ª e da 5ª Região, bem como duas importantes entidades representadas pela PGF: a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Em 2012 já foram incluídas outras unidades estaduais da PGF, tais quais, a PF/MG, PF/TO, PF/SC, PF/AM, PF/PB, PF/RR, PF/MA, PF/CE, PF/RN, PF/RO e PF/AC além do IBAMA e da ANTAQ.

A próxima meta para o ano de 2013 no projeto do protesto das CDAs será incluir todas as unidades estaduais da PGF em que haja a dispensa do pagamento dos emolumentos por parte da PGF, bem como acrescentar outras autarquias e fundações públicas federais.

Com esses resultados, justifica-se a priorização na utilização dos meios alternativos de cobrança visando à recuperação dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, ganhando destaque o protesto, que atualmente mostra-se a ferramenta mais célere e eficaz na recuperação dos valores devidos às entidades representadas pela PGF.

Projeto Das Conciliações Prévias e em Execuções Fiscais

A PGF apresentou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho de Justiça Federal (CJF) um projeto de conciliações prévias e em execuções fiscais.

As vantagens da realização de conciliações podem ser assim sintetizadas: baixo custo para todas as partes envolvidas e rapidez na conclusão dos processos, cumprimento mais ágil da obrigação, além de proporcionar um sentimento de justiça para a sociedade.

O projeto de conciliações prévias e em execuções fiscais apresentado ao CNJ e ao CJF pretendeu acrescentar uma fase de tentativa de conciliação antes da propositura da execução fiscal. Dessa forma, após os créditos das autarquias e fundações públicas federais serem inscritos em dívida ativa e, antes da propositura da execução fiscal, foi solicitado que o Judiciário notificasse os devedores a fim de que comparecessem à justiça federal para uma tentativa de conciliação.

Na hipótese do comparecimento do devedor, seria oferecida a ele a oportunidade de quitação ou parcelamento do crédito, com a redução de 10% (dez por cento) dos valores devidos a título de encargos legais. Esclareça-se que a cobrança dos encargos legais com redução ocorreria nos termos do §1º do art. 37-A da Lei 10.522/2002 c/c o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.569/77, que prevê a incidência dos referidos encargos na importância de 20% (vinte por cento) sobre o valor do crédito quando da sua inscrição em dívida ativa, percentual que é reduzido para 10% (dez por cento) caso o débito seja pago antes de ajuizada a ação de execução fiscal.

Nesse ponto, a PGF pretendeu realizar o projeto de conciliações antes do ingresso do executivo fiscal justamente no intuito de viabilizar o que, na prática, representa para o devedor um "desconto" de 10% (dez por cento) da dívida e, dessa forma, tornar mais atrativo o projeto.

Além da possibilidade da concessão do desconto de 10% nos encargos legais, era admissível ainda a prática de acordos de parcelamento dos créditos, nos termos do art. 37-B da Lei nº 10.522/2002, regulamentado pela Portaria PGF nº 954/2009.

Tendo em vista a inovação da medida, a PGF sugeriu a realização inicial de um projeto-piloto com quatro autarquias federais, em duas localidades, ainda no ano de 2011. De acordo com os dados levantados pela PGF, foram escolhidas as seguintes entidades: Ibama, Anatel, ANP e Inmetro. A escolha dessas autarquias se deu em virtude dos seguintes critérios: existência de sistema de inscrição em dívida ativa, com possibilidade de parcelamento, expressividade dos créditos e estrutura organizacional.

Inicialmente, o projeto apresentado não englobava créditos cuja execução fiscal já havia sido proposta. Entretanto, em reuniões no CNJ, este sugeriu a realização do projeto-piloto na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), tendo em vista facilidade em relação à logística e a notória experiência daquela seção judiciária em matéria de conciliações. Além disso, foi requerida, por parte dos

[2] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2011/livro_custounitario.pdf. Acesso em 18 de agosto de 2011, p. 22-25.

magistrados da SJDF e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª Região), a inclusão no mutirão de processos cuja execução fiscal já havia sido ajuizada.O projeto "Mutirão em Execução Fiscal" foi institucionalizado pelo CNJ por meio da Portaria nº 132, de 10 de outubro de 2011, da Corregedora Nacional de Justiça.

No âmbito da Advocacia-Geral da União, estudou-se ainda a possibilidade de concessão de descontos no intuito de tornar mais atrativo o projeto. Nesse contexto, o Despacho nº 137/2011/CGCOB/PGF/AGU apresentou uma minuta de portaria ao Advogado-Geral da União que viabiliza a concessão de descontos, com base no art. 1º da Lei nº 9.469/97.

Antes da edição da referida portaria, a PGF questionou aos presidentes das quatro autarquias envolvidas no projeto (IBAMA, Anatel, ANP e Inmetro) se haveria algum óbice à inclusão de seus créditos no mutirão e todos aquiesceram com essa iniciativa.

Dessa forma, em 24/10/2011, foi publicada a Portaria AGU nº 449 que permitiu a realização de acordos.

O mutirão de conciliação realizou-se entre os dias 24 a 27 de outubro de 2011 na SJDF e contou com a participação de oito magistrados, oito procuradores federais, além de servidores de apoio. Foram selecionados 146 processos judiciais e 134 processos administrativos já inscritos em dívida ativa, mas ainda não ajuizados. As audiências de tentativa de conciliação foram realizadas em oito mesas, quatro pré-processuais e quatro processuais. Os resultados obtidos foram bastante positivos:

a) No âmbito pré-processual compareceram 42 contribuintes e todos realizaram acordos, representando um índice de 100% de conciliação. O valor original da dívida objeto de conciliação era de R$ 258.462,74 e foi reduzido para R$ 201.217,17.

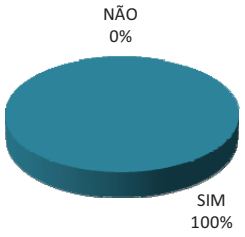
EXTRAJUDICIAL

ACORDOS	SIM	42
	NÃO	0
	FALTAS	92
	TOTAL	**134**

R$ 1,00

VALORES	Valor Original da Dívida (com 20% de encargos legais)	Valor Acordado (se parcelamento é o valor sem os encargos legais)
À VISTA	173.097,83	124.457,18
PARCELADOS	85.364,91	76.759,99
TOTAL	**258.462,74**	**201.217,17**

EXTRAJUDICIAL - % DE ACORDOS



b) Na seara judicial se fizeram presentes 65 executados e 56 fizeram acordo, o que demonstra um percentual de 88% de conciliação. O valor original da dívida objeto de conciliação era de R$ 817.707,02, o qual foi reduzido para R$ 641.404,11.

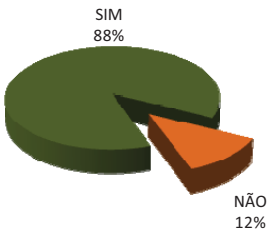
JUDICIAL

ACORDOS	SIM	65
	NÃO	9
	FALTAS	72
	TOTAL	**146**

R$ 1,00

VALORES	Valor Original da Dívida (com 20% de encargos legais)	Valor Acordado (se parcelamento é o valor sem os encargos legais)
À VISTA	386.521,80	289.797,32
PARCELADOS	431.185,22	351.606,79
TOTAL	817.707,02	641.404,11

JUDICIAL - % DE ACORDOS



c) No total, foram realizadas 116 audiências e 107 acordos, o que representa um índice de conciliação de 92%.

Em termos de valores, o total da dívida originária acordada representava R$ 1.076.169,76 e, com a possibilidade de desconto, esse valor foi reduzido em RS 842.621,28.

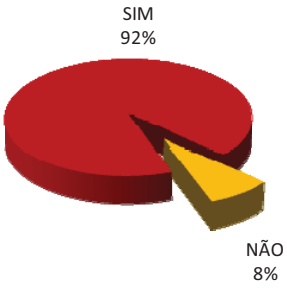
TOTAL GERAL

ACORDOS	SIM	107
	NÃO	9
	FALTAS	164
	TOTAL	**280**

R$ 1,00

VALORES	Valor Original da Dívida (com 20% de encargos legais)	Valor Acordado (se parcelamento é o valor sem os encargos legais)
À VISTA	559.619,63	414.254,50
PARCELADOS	516.550,13	428.366,78
TOTAL	1.076.169,76	842.621,28

TOTAL GERAL - % DE ACORDOS

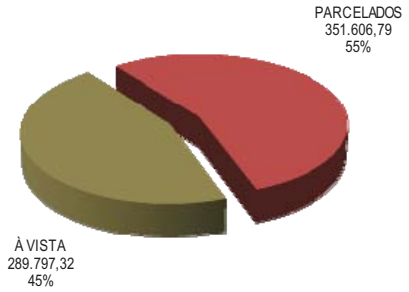


A maneira como foram acordados esses valores, se pagos à vista ou parcelados, pode ser discriminada da seguinte forma:

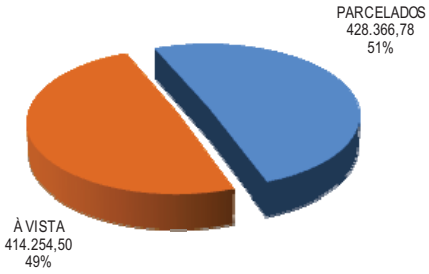
EXTRAJUDICIAL – VALORES ACORDADOS



JUDICIAL – VALORES ACORDADOS



TOTAL GERAL



Percebe-se, assim, que em apenas quatro dias recuperou-se quase R$ 850.000, 00 ao erário, o que demonstra o acerto da medida.

Nesse sentido, conforme se observa dos dados apresentados, o projeto-piloto pode ser considerado um sucesso para as partes envolvidas, indo ao encontro do interesse público. Afinal, recuperou-se o patrimônio público de forma bastante eficaz, desburocratizada e com a participação efetiva do devedor, que pode compreender o motivo de estar respondendo a um processo de cobrança, participar das discussões e, ao final, em 92% dos casos de comparecimento, perceber que a melhor solução era regularizar a sua situação perante o Poder Público.

Com esses resultados, o interesse da PGF é estender a ferramenta da conciliação para outras unidades, acrescentando outras entidades representadas.

Em paralelo, também trabalharemos em um Projeto de Lei para modificar o artigo 1º da Lei nº 9469/97, a fim de deixar mais clara as hipóteses de concessão de desconto aos créditos não tributários.

Ações Propostas E Expectativa De Ressarcimento

As atividades desempenhadas pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB, bem como os valores subjacentes à atuação da Coordenação, podem ser demonstradas a seguir:

R$ 1,00

	AÇÕES	VALOR
EXECUÇÕES FISCAIS 2011	40520	2.133.136.191,47
EXECUÇÕES FISCAIS 2012	40246	1.929.554.309,95
INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA 2011	38222	1.539.793.167,40
INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA 2012	56809	1.232.395.805,80
EXECUÇÕES FISCAIS – TCU (HISTÓRICO)	1429	787.689.173,55
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (HISTÓRICO)	985	484.020.381,21
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA – TCU (HISTÓRICO)	539	798.629.959,59
PARCELAMENTOS - PORTARIAS NºS 954 E 915 (HISTÓRICO)	14097	335.300.341,38
PARCELAMENTOS - LEI Nº 12.249/2010 (HISTÓRICO)	3448	79.843.968,19
AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS (HISTÓRICO)	2389	124.743.479,00
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – INSS (HISTÓRICO)	3834	213.776.263,63
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – OUTRAS (HISTÓRICO)	61	7.178.291,25
INSCRIÇÕES DIVIDA ATIVA - TCE (HISTÓRICO)	200	2.337.849,05
EXECUÇÕES FISCAIS – TCE (HISTÓRICO)	31	29.959.420,66

Grupo de cobrança dos grandes devedores das autarquias e fundações públicas federais

Por meio da Portaria AGU nº 204, de 24/05/2012, foi criado o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD), ao qual se atribuiu competência para monitorar a cobrança administrativa e judicial relativa aos grandes devedores das autarquias e Fundações Públicas Federais.

Regulamentando dispositivos da Portaria AGU nº 204/2012, a Portaria PGF nº 469, de 08 de junho de 2012, instituiu, em todas as Procuradorias Regionais Federais, Representações do GCGD, vinculadas diretamente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) e definiu as autarquias e fundações públicas federais que terão seus créditos monitorados pelo GCGD, quais sejam: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Por meio da Portaria PGF 469/2012 foi fixado o valor mínimo da dívida consolidada por devedor a ser monitorado pelo Grupo, havendo sido fixados patamares variáveis por Representação do GCGD:

Representação do GCGD	Patamares
1ª Região	30 milhões
2ª Região	10 milhões
3ª Região	10 milhões
4ª Região	5 milhões
5ª Região	5 milhões

Atualmente constam da lista de grandes devedores 342 pessoas físicas e jurídicas, assim distribuídas por entidade e Região:

REGIÃO	ENTIDADE	TOTAL
1ª	ANATEL	5
	ANEEL	4
	DNPM	18
	IBAMA	24
TOTAL		51
2ª	ANATEL	60
	ANEEL	2
	DNPM	5
	IBAMA	14
TOTAL		81
3ª	ANATEL	43
	ANEEL	3
	DNPM	36
	IBAMA	25
TOTAL		107
4ª	ANATEL	7
	ANEEL	5
	DNPM	8
	IBAMA	28
TOTAL		48
5ª	ANATEL	4
	ANEEL	2
	DNPM	18
	IBAMA	31
TOTAL		55
TOTAL GERAL		342

São 626 os processos judiciais acompanhados pelo GCGD, conforme discriminado:

Representação do GCGD	Número de Ações Judiciais Acompanhadas	Total
1ª Região	IBAMA: 100 ANATEL: 34 DNPM: 55 ANEEL: 31	220
2ª Região	IBAMA: 16 ANATEL: 150 ANEEL: 04	170
3ª Região	IBAMA: 13 ANATEL: 47 ANEEL: 05 DNPM: 07	72
4ª Região	ANEEL: 40 DNPM: 01 ANATEL: 59 IBAMA: 22	122
5ª Região	IBAMA: 13 ANEEL: 08 DNPM: 21	42
TOTAL		**626**

Os créditos monitorados pelo CGGD totalizam R$ 33.723.723.192,64, assim distribuídos por entidade credora:

ENTIDADE	VALOR DA DÍVIDA (R$)
ANATEL	25.196.322.755,09[3]
ANEEL	563.363.367,53[4]
DNPM	3.388.283.304,79[5]
IBAMA	4.575.753.765,23[6]
TOTAL	**33.723.723.192,64**

Apesar do pouco tempo de criação, o GCGD já alcançou resultados positivos, tendo sido identificados depósitos judiciais realizados pelo Grupo OI S/A (Telemar Norte Leste S/A e Brasil Telecom S/A) durante os anos de 2011 e 2012 que alcançam a expressiva cifra de 1 bilhão de reais.

O valor corresponde a demandas que envolvem aproximadamente 280 Processos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO`s), bem como a defesa judicial em 61 ações ordinárias e 35 ações cautelares.

A empresa vem nestes dois anos realizando os depósitos judiciais visando à suspensão da exigibilidade de créditos relativos a sanções por infrações administrativas.

[3] Atualizados até novembro/2012.
[4] Atualizado até outubro/2012.
[5] Atualizado até fevereiro/2012.
[6] Atualizado até janeiro/2013

Nas ações acompanhadas pelo GCGD foram identificados depósitos judiciais que correspondem a R$ 1.334.660.581,33, conforme tabela a seguir:

REPRESENTAÇÃO DO GCGD	ENTIDADE	DEPÓSITOS JUDICIAIS
1ª REGIÃO	IBAMA	2.373.999,05
1ª REGIÃO	ANEEL	64.831.318,30
1ª REGIÃO	DNPM	2.213.003,03
2ª REGIÃO	IBAMA	16.381.660,95
2ª REGIÃO	ANATEL	1.234.773.697,34
3ª REGIÃO	ANATEL	82.968,98
4ª REGIÃO	ANATEL	2.297.022,11[7]
4ª REGIÃO	ANEEL	8.244.971,18
5ª REGIÃO	ANEEL	3.461.940,39
TOTAL		**1.334.660.581,33**

A criação do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD) foi mencionada em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) que destacou a atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) no combate à corrupção e na recuperação de ativos. Referido relatório resultou dos trabalhos desenvolvidos durante a 6ª Reunião do Grupo Internacional de Recuperação de Ativos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ocorrida em Viena, evento que contou com a participação de representante da AGU, por meio do Departamento Internacional da Procuradoria-Geral da União (DPI/PGU). Além do Brasil, apenas outros três países – Estados Unidos, França e Indonésia – já receberam menção semelhante por parte da ONU.

Acórdãos do Tribunal De Contas Da União e Ações de Improbidade Administrativa: Criação de Códigos de Arrecadação

Diante da necessidade de um melhor acompanhamento quanto à efetiva recuperação de valores aos cofres das entidades representadas pela PGF em relação aos pagamentos efetuados em decorrência de decisão do Tribunal de Contas da União e de ações de improbidade administrativa, foram criados, no segundo semestre de 2012, códigos de receita específicos para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia (CNPq), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Verificou-se, por meio de consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que os códigos, embora de maneira ainda incipiente, já vem sendo utilizados. Desse modo, pesquisa junto ao Siafi indicou ingresso nos cofres das autarquias e fundações, a título de ressarcimento decorrente de condenações em acórdãos do TCU e ações de improbidade, de valores correspondentes a aproximadamente trezentos mil reais (R$ 293.912,00).

[7] Desse montante, o valor de R$ 2.156.398,76 corresponde à caução mediante carta fiança bancária.

Dívida Ativa do Banco Central do Brasil, sob a responsabilidade da Procuradoria Geral do Bacen

Descrição dos Créditos	Arrecadação da Dívida Ativa do Banco Central do Brasil em R$							
	Exercício de 2011[1]				Exercício de 2012[2]			
	Parcelados		Não Parcelados		Parcelados		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Multas, contratos e outros	9.588,34	0,00	861.237,13	0,00	37.786.860,97	443.238,26	51.139.280,84	0,00

1. Valores retirados do Memo PGBC-51/2012.
2. Valores apropriados pela Autarquia no exercício de 2012.

Descrição dos Créditos	Estoque da Dívida Ativa do Banco Central do Brasil em R$							
	Exercício de 2011[1]				Exercício de 2012[3]			
	Parcelados***		Não Parcelados		Parcelados[4]		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Multas, contratos e outros	37.311,55	0,00	102.638.569,31	2.190.329,80	512.204.921,42	89.581.581,54	38.661.188.695,22	79.399.172,57

3. Valores atualizados para dezembro de 2012.
4. Saldo devedor apurado subtraindo-se os pagamentos do valor da dívida atualizado.

Quanto às medidas adotadas para melhora na sistemática de recuperação de créditos do Bacen, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000, ressalta-se que a Procuradoria-Geral, desde 2006, vem adotando medidas visando o incremento da eficiência da cobrança e da efetividade da arrecadação das multas inscritas em dívida ativa que estão sob sua responsabilidade. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Projeto Recuperação de Créditos e o recente estudo elaborado sobre as rotinas de cobrança adotadas pela Procuradoria-Geral.

O Projeto Recuperação de Créditos (PRC) do Banco Central, aprovado nos termos do Voto BCB nº 103/2006, de 31 de março de 2006, foi iniciado, em 14 de agosto daquele ano, com o objetivo de aprimorar a cobrança de valores devidos a esta Autarquia, contemplando inclusive o exame de todas as suas execuções fiscais e a adoção das providências administrativas e judiciais cabíveis em relação a cada uma delas.

Concluído em 14 de novembro de 2011, o projeto permitiu recuperar, como decorrência direta da sua execução, cerca de R$ 300 milhões, de 2006 a 2011, com um investimento total de aproximadamente R$ 3 milhões. Além disso, o legado da iniciativa, que otimizou, de modo permanente os procedimentos de cobrança, contribuiu para a arrecadação de mais de R$ 1,5 bilhão após seu encerramento. Antes do PRC, o Banco Central havia arrecadado apenas R$ 2 milhões, entre 2000 e 2005.

Ao longo do projeto, várias atividades foram desenvolvidas, com destaque para as seguintes:

- visitas – foram visitadas todas as 316 comarcas da Justiça Federal, sede de execuções fiscais de responsabilidade do Banco Central. Todas as execuções fiscais (2.987, em data-base de 2006) foram examinadas, com especial atenção àquelas dotadas de garantia, e, para cada uma delas, foram resumidas informações dos processos judiciais em formulário para subsidiar subsequentes atividades do projeto;
- adoção de diligências para a realização de citações pendentes em execuções fiscais, com prioridade para processos próximos de completar 5 anos de trâmite e ações com mais tempo de ajuizamento e impulso de processos parados por mais de 6 meses, com prioridade para execuções com maior probabilidade de retorno financeiro;
- contato com outras Procuradorias arrecadadoras – foram visitados dirigentes de outras Procuradorias arrecadadoras, com reconhecida experiência na recuperação de créditos, para análise dos seus métodos e do sucesso de procedimentos que poderiam ser adotados pela PGBC;
- criação de um componente com coordenação especializada, no âmbito da PGBC, para cuidar dos processos administrativos destinados à apuração da liquidez e da certeza de créditos a serem inscritos em dívida ativa, bem como para promover sua cobrança amigável ou judicial;
- elaboração e adoção de manual de procedimentos para as execuções fiscais do Banco Central que estabeleceu diretrizes iniciais, discriminou diligências a serem adotadas nos processos de execução fiscal, e criou rotinas aplicáveis ao pagamento e ao parcelamento da Dívida Ativa;
- identificação de bens e localização de devedores – empresa especializada foi contratada para dar suporte à atuação da PGBC nesse particular; e
- estabelecimento de regras para declaração de inexequibilidade – regulamentação do art. 14 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, definindo critérios para verificação do enquadramento de créditos em inexequíveis ou considerados de pequeno valor.

Como resultado dos esforços decorrentes da execução do Projeto, obteve-se volume de arrecadação considerável, além dos ganhos permanentes relacionados à mudança no padrão de acompanhamento das execuções fiscais do Banco Central e de gestão de sua Dívida Ativa.

Mais recentemente foi elaborado um estudo sobre os procedimentos atualmente adotados para a cobrança

judicial e extrajudicial dos créditos do Banco Central, o qual apontou algumas oportunidades de melhoria com a implantação de novas rotinas de trabalho e a alteração de outras já existentes.

Dentre as principais propostas do mencionado estudo, destacam-se: (i) centralização da cobrança dos créditos na PGBC, mesmo antes da eventual deliberação por sua cobrança em juízo; (ii) adoção de rotina para protestar créditos extrajudicialmente e incluir o registro do devedor em cadastros como SPC e SERASA; (iii) celebração de convênios com diversas instituições para acesso a bancos de dados visando a obter informações sobre os devedores, sobretudo em relação a sua capacidade de pagamento do crédito; (iv) ênfase na realização de pesquisas em momento anterior à propositura da execução fiscal, tal como hoje já previsto, em certa medida, no Manual de Procedimentos para as Execuções Fiscais do Banco Central, visando à obtenção de informações que auxiliem a definição de estratégias processuais mais eficazes e a promoção de execuções fiscais somente quando houver potencial de resultado efetivo; e (v) desenvolvimento de sistema para acompanhamento das novas rotinas de trabalho, integrando-se com sistemas externos para coleta de dados e automatização de procedimentos.

Cumpre pontuar que a adoção de algumas dessas novas práticas depende da aprovação de medidas pela Diretoria Colegiada desta Autarquia, consoante o especificado no mencionado estudo, com vistas a prover a PGBC da estrutura material e de pessoal necessária ao cumprimento dos consequentes encargos adicionais.

Com a implantação das medidas propostas, o desempenho da cobrança judicial e extrajudicial de créditos desta Autarquia tende a seguir evoluindo para patamares crescentes de efetividade.

A PGBC vem conduzindo também o projeto denominado BCJUR II, cujo escopo é o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros (BCJUR 2) que substituirá o atual sistema utilizado, com módulos específicos, contendo mais recursos que o atual: a) Módulo Consultoria Legal; b) Módulo Feitos Judiciais, c) Provisão, Contabilidade e Atualização de Valores; d) Módulo Gestão de Créditos; e e) Módulo Precatórios.

Quando concluído o módulo de Gestão de Créditos, será possível apurar de modo consistente, preciso e atualizado, os valores do estoque dos créditos do Banco Central inscritos em Dívida Ativa, inclusive aquelas inscrições provenientes de multas.

O módulo contemplará: (i) possibilidade de vincular a cada crédito, com a necessária flexibilidade, diante da heterogênea composição do estoque de Dívida Ativa desta Autarquia, a metodologia de cálculo de atualização correspondente ao respectivo regime de correção monetária, juros, encargos etc.; (ii) apuração consistente do saldo devedor de créditos pagos parcialmente, com vinculação da metodologia de amortização cabível; e (iii) sensibilização contábil eficaz em decorrência de eventos de inscrição, pagamento, parcelamento e cancelamento, mediante automatização de procedimentos e vinculação de ações do sistema à realização adequada de etapas do fluxo de trabalho relacionado àqueles eventos. A conclusão do referido Módulo Gestão de Créditos está prevista para o segundo semestre de 2013.

Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Contabilização da Dívida Ativa da União

As informações apresentadas pela PGFN têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa. Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), a Coordenação Geral Contabilidade (CCONT/STN/MF) procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas Siafi/Siafi Gerencial, estruturados em colunas, a saber:

• Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;

• Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo, sendo este dividido em Dívida Ativa Não-tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00) e Dívida Ativa Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.03.00) em 31 de dezembro de 2011;

• Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.10.01 e 6.2.3.1.7.11.01) e os valores registrados em juros e multa da Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.02 e 6.2.3.1.7.11.03);

• Incorporação por fusão, cisão ou extinção – demonstra os valores absorvidos ou extintos por fusão, cisão ou extinção (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.34 e 5.2.3.1.7.10.34);

• Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e Não-tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00), a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00) e ainda as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de amortização de Empréstimos e Financiamentos (conta contábil 4.2.5.5.0.00.00) e as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de alienação de Estoques de Café - FUNCAFE (conta contábil 4.2.5.6.0.00.00);

• Valores Recebidos Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados das contas contábeis de inscrição de créditos da Dívida Ativa (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00) por meio das contas contábeis 5.1.3.1.2.02.00, 5.1.3.1.2.03.00, 5.1.3.1.2.11.01, 5.1.3.1.2.11.02, 5.1.3.1.2.11.03, 5.1.3.1.2.11.04 e 5.1.3.1.2.12.00, que registram a baixa da dívida devido a recebimento;

• Cancelamento e Anulação de Créditos da Dívida Ativa – registra o cancelamento e a anulação dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2012 (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.30, 5.2.3.1.7.10.01, 5.2.3.1.7.10.30, 5.2.3.1.7.10.33, 5.2.3.1.8.01.00, 5.2.3.1.9.01.00 e 5.2.3.1.9.04.00);

• Atualização Monetária da Dívida Ativa – corresponde aos valores registrados como atualização monetária dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.04 e 6.2.3.2.3.04.11) e Não Tributária (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.2.3.04.01 e 5.2.3.2.3.04.01 e conta contábil 6.2.3.2.3.05.09);

• Ajustes Financeiros e Não Financeiros da Dívida Ativa – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10), os registros dos ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.2.02.00 e 5.2.3.8.2.02.00) e os ajustes nos saldos dos Créditos Tributários (5.2.3.1.7.10.09);

• Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão, abatimentos/descontos e anistia/remissão da Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.31, 5.2.3.1.7.01.32, 5.2.3.1.7.10.32, 5.2.3.1.7.10.31, 5.2.3.1.9.02.00, 5.2.3.1.9.08, 5.2.3.1.9.09, 5.2.3.1.9.10, 5.2.3.1.9.11, 5.2.3.1.9.12 e 5.2.3.1.9.13) e Não Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.8.02 e 5.2.3.1.8.03);

• Adjudicação, Prescrição e Desmembramento de Créditos da Dívida Ativa – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de adjudicação (conta contábil 5.2.3.1.9.03.00), prescrição intercorrente (conta contábil 5.2.3.1.9.05.00), extinção (conta contábil 5.2.3.1.9.06.00) e desmembramento de inscrição da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 5.2.3.1.9.07.00);

• Variações Extraordinárias da Dívida Ativa – compreende os ajustes que alteram o estoque da dívida ativa, decorrentes de variações extraordinárias negativas e positivas. São todas as ocorrências que provocam variação no estoque da dívida ativa que não são inclusões, exclusões ou variações ordinárias (diferença entre as contas 6.2.3.2.3.10.00 e 5.2.3.2.3.08.00), como, por exemplo, a transferência de unidade responsável pela administração da dívida; e

• Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2012, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00).

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS
(R$ mil)

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORP. POR FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO	RECEB. DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAM. E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZ. DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (4)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIM. E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
JUSTICA FEDERAL	5,88	77,36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83,24
JUSTICA DO TRABALHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	23.122,18	8.488,68	-	3.973,75	(339,26)	(374,06)	-	3.567,03	-	-	-	-	31.578,20
MIN. DO PLANEJ., ORCAMENTO E GESTAO	829,82	215,84	-	-	-	51,01	-	62,00	-	-	-	-	1.056,66
MIN. DA AGRIC., PECUARIA E ABASTECIM.	-	-	-	1.571,58	68,16	(1.571,58)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	-	-	-	49,45	(0,10)	(49,45)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DA FAZENDA	1.110.742.087,21	148.085.689,00	-	18.208.753,17	(660.495,50)	(13.374.160,00)	61.058.395,37	104.572.205,39	-	706.064,23	807.225,12	(11.755.364,22)	1.284.238.339,49
MIN. DA EDUCACAO	775.855,22	27.622,51	-	10,01	(9,44)	196,36	445,60	118.723,19	-	-	-	-	921.548,95
MIN. DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	282.439,15	-	-	45.944,25	(327,69)	(45.859,81)	746,72	2.582,96	-	-	-	-	284.190,96
MIN. DA JUSTICA	2.424,95	4.860,28	-	1.768,65	117,21	(1.768,65)	43,23	-	-	-	-	-	7.242,00
MIN. DE MINAS E ENERGIA	383.930,12	127.183,59	-	28.968,39	(510,63)	(22.710,40)	736,30	2.829,40	-	-	-	-	506.948,82
MIN. DA PREVIDENCIA SOCIAL	1.291.139,09	1.413,30	-	4.136.255,69	4.767,59	(4.116.035,74)	-	13.889,11	-	-	-	-	1.286.221,54
MIN. DA SAUDE	363.062,26	225.074,79	-	641,77	55,97	(641,77)	-	147.714,02	-	-	-	-	735.851,07
MIN. DOS TRANSPORTES	12.442,93	91,59	-	3,18	-	382,33	1,80	6.739,79	-	-	-	-	18.887,00
MIN. DAS COMUNICACOES	24.849,84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.849,84
MIN. DA CULTURA	8.012,98	-	-	53,17	-	(46,38)	-	167,72	-	-	-	-	8.173,91
MIN. DO MEIO AMBIENTE	2.661.192,47	447.046,45	-	10,21	-	9.624,77	22.999,67	126.453,09	-	-	-	-	3.202.057,35
MIN. DO DESENVOLV. AGRARIO	27.251,69	6.237,64	-	20,69	-	(20,69)	-	-	-	-	-	-	33.489,33
MIN. DA INTEGRACAO NACIONAL	4.958,44	286,01	-	-	-	3,21	-	604,28	-	-	-	-	5.845,52
TOTAL	**1.116.603.604,22**	**148.934.287,05**	**-**	**22.428.023,99**	**(656.673,68)**	**(17.552.980,87)**	**61.083.368,69**	**104.995.537,99**	**-**	**706.064,23**	**807.225,12**	**(11.755.364,22)**	**1.291.306.363,89**

Fonte: SIAFI Gerencial
(1) Foram considerados os valores brutos;
(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
(3) O valor da linha "JUSTICA DO TRABALHO" foi ajustado em R$ 274,19, devido a lançamentos equivocados feitos pela UG/Gestão 080026/00001, do órgão superior "Justiça do Trabalho";
(4) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOURO
(R$ mil)

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORP. POR FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO	RECEB. DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAM. E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZ. DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (4)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
JUSTICA FEDERAL	5,88	77,36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83,24
JUSTICA DO TRABALHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	-	-	-	23,79	(1,73)	(23,79)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-	-	1.571,58	68,16	(1.571,58)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DA CIENCIA E TECNOLOGIA	-	-	-	46,61	-	(46,61)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DA FAZENDA	1.108.633.913,52	148.002.911,70	-	18.192.316,58	(660.491,05)	(13.360.145,54)	61.013.850,63	104.530.063,32	-	706.064,23	807.225,12	(11.755.364,22)	1.282.052.213,31
MIN. DA JUSTICA	1,88	-	-	1.768,65	117,21	(1.768,65)	-	-	-	-	-	-	1,88
MIN. DE MINAS E ENERGIA	1,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,21
MIN. DA SAUDE	-	-	-	641,77	55,97	(641,77)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DOS TRANSPORTES	-	-	-	3,18	-	(3,18)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DA CULTURA	-	-	-	53,17	-	(53,17)	-	-	-	-	-	-	-
MIN. DO MEIO AMBIENTE	-	-	-	5,55	-	(5,55)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DO DESENVOLV. AGRÁRIO	-	-	-	2,79	-	(2,79)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**1.108.633.922,49**	**148.002.989,07**	**-**	**18.196.433,68**	**(660.251,44)**	**(13.364.262,63)**	**61.013.850,63**	**104.530.063,32**	**-**	**706.064,23**	**807.225,12**	**(11.755.364,22)**	**1.282.052.299,64**

Fonte: SIAFI Gerencial
(1) Foram considerados os valores brutos;
(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
(3) O valor da linha "JUSTICA DO TRABALHO" foi ajustado em R$ 274,19, devido a lançamentos equivocados feitos pela UG/Gestão 080026/00001, do órgão superior "Justiça do Trabalho";
(4) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS
(R$ mil)

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORP. POR FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZ. DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (4) (5)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIM. E DESCONTOS	ADJUDIC., PRESCRIÇÃO E DESMEMBR. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
AC	1.276.448,55	89.716,81	-	1.912,00	-	9.854,45	9.186,01	134.360,43	-	29,87	518,17	423,42	1.479.448,71
AL	8.486.655,61	409.620,45	-	77.613,61	-	(38.416,67)	165.230,53	530.205,75	-	27.690,01	1.029,86	(43.312,53)	9.150.021,94
AM	12.071.535,21	1.004.956,63	-	12.671,73	-	44.982,63	250.742,81	923.492,76	-	2.205,65	67.902,74	(32.820,50)	13.588.658,54
AP	1.509.271,23	123.245,56	-	4.567,64	-	7.519,16	35.685,13	152.515,04	-	-	116,26	(15.220,31)	1.721.923,34
BA	34.451.776,51	2.142.822,99	-	83.454,44	-	65.282,94	224.669,27	2.561.886,03	-	303.381,50	34.040,92	10.566,18	38.456.222,63
CE	19.257.086,48	1.015.774,48	-	23.865,09	-	90.913,12	141.182,42	1.231.745,65	-	785,57	3.996,12	(793.104,30)	20.450.759,99
DF	20.865.245,14	1.361.453,89	-	20.611.130,99	(656.332,31)	(20.459.592,58)	301.999,86	1.497.284,60	-	985,64	8.784,07	(21.951,83)	23.238.723,83
ES	16.896.144,76	1.472.670,60	-	49.513,18	-	354.278,08	544.259,53	1.409.242,41	-	1.525,32	4.633,63	(111.907,14)	18.711.940,90
GO	21.495.328,24	1.105.973,55	-	147.824,51	-	20.175,49	28.135,07	2.839.541,10	-	9.142,82	3.689,56	(26.819,72)	25.205.055,73
MA	7.900.685,81	546.656,65	-	25.695,18	-	34.238,60	59.328,30	1.682.268,25	-	4.878,47	8.965,54	(1.151,83)	9.995.352,79
MG	57.391.478,29	4.377.919,90	-	94.482,63	-	261.045,69	1.494.187,63	4.354.281,12	-	65.867,07	39.321,18	(256.571,17)	63.912.203,94
MS	8.551.233,49	442.233,37	-	19.450,49	-	34.432,02	55.830,94	485.214,46	-	3.029,61	7.897,60	(24.565,24)	9.333.475,42
MT	102.792.829,66	1.202.323,05	-	34.108,34	-	72.431,01	125.718,25	1.094.156,74	-	1.630,37	1.710,79	(28.755,88)	104.824.954,82
PA	15.593.443,14	1.643.189,08	-	42.586,27	-	52.880,26	102.029,98	1.656.425,44	-	70,58	3.256,10	(44.511,96)	18.647.722,51
PB	6.514.919,97	596.859,23	-	14.867,09	-	36.691,46	31.984,98	442.724,05	-	6.822,22	38.946,18	3.476,31	7.428.667,62
PE	29.107.229,85	2.623.035,07	-	57.748,72	-	70.545,96	2.893.092,54	2.212.961,14	-	8.756,16	7.569,24	1.732.172,25	32.637.685,69
PI	3.745.329,61	409.068,05	-	15.306,59	-	14.829,53	19.671,71	378.523,58	-	841,66	88,44	2.313,79	4.484.497,11
PR	42.365.957,63	2.801.617,84	-	77.215,46	-	219.680,35	509.963,01	2.753.923,62	-	39.870,79	47.923,52	(101.842,53)	46.925.003,42
RJ	125.464.911,98	49.985.611,28	-	261.285,63	(332,14)	283.262,58	2.638.667,14	33.914.630,71	-	4.286,15	141.006,23	(239.074,83)	205.797.571,41
RN	7.079.420,21	508.827,57	-	12.105,30	-	38.194,38	122.564,04	481.378,71	-	110,03	9.558,70	(23.183,53)	7.863.910,50
RO	4.880.277,27	356.984,68	-	7.760,97	-	20.788,71	36.934,55	337.651,05	-	390,34	2.893,04	(469,62)	5.505.675,78
RR	1.388.373,44	90.210,00	-	54.429,68	-	(43.585,31)	49.607,32	114.432,28	-	-	3.117,68	346,79	1.529.793,13
RS	50.940.827,97	2.473.756,68	-	137.215,61	-	219.999,73	470.276,23	7.272.834,01	-	109.658,23	197.493,54	(569.376,21)	58.983.399,10
SC	27.343.486,87	1.850.821,01	-	69.744,37	(9,23)	98.636,25	384.216,59	3.378.186,99	-	9.853,21	45.158,88	12.830,70	31.977.716,28
SE	4.033.512,72	243.969,99	-	7.869,22	-	30.891,44	60.786,03	483.478,11	-	56,42	10.763,53	(1.321,84)	4.649.272,36
SP	482.056.628,39	67.473.083,06	-	470.915,67	-	889.474,80	50.289.372,66	32.233.187,07	-	104.196,56	115.813,26	(8.585.950,67)	521.307.174,90
TO	3.143.566,21	2.581.885,57	-	12.683,58	-	17.585,06	38.046,18	439.006,91	-	-	1.030,35	(2.595.582,02)	3.499.531,50
TOTAL	**1.116.603.604,22**	**148.934.287,05**	**-**	**22.428.023,99**	**(656.673,68)**	**(17.552.980,87)**	**61.083.368,69**	**104.995.537,99**	**-**	**706.064,23**	**807.225,12**	**(11.755.364,22)**	**1.291.306.363,89**

Fonte: SIAFI Gerencial
(1) Foram considerados os valores brutos;
(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
(3) O valor da linha "MS" foi ajustado em R$ 274,19, devido a lançamentos equivocados feitos pela UG/Gestão 080026/00001, localizada no Mato Grosso do Sul, do órgão superior "Justiça do Trabalho";
(4) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOURO
(R$ mil)

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORP. POR FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO	RECEB. DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZ. DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANC. E NÃO FINANC. DA DÍVIDA ATIVA (4)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBR. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
AC	1.228.192,68	74.673,70	-	-	-	11.234,50	9.186,01	134.360,43	-	29,87	518,17	423,42	1.416.681,67
AL	8.483.531,84	409.476,98	-	-	-	39.178,27	165.127,39	530.184,98	-	27.690,01	1.029,86	(43.312,53)	9.146.855,73
AM	11.801.988,56	974.104,78	-	-	-	57.228,84	242.467,84	913.310,86	-	2.205,65	67.902,74	(32.820,50)	13.286.778,64
AP	1.459.503,49	123.245,56	-	-	-	12.080,86	35.680,40	152.515,04	-	-	116,26	(15.220,31)	1.672.166,27
BA	34.232.221,04	2.109.478,28	-	-	-	148.549,13	221.129,26	2.561.883,19	-	303.381,50	34.040,92	10.566,18	38.207.047,88
CE	18.697.986,66	1.008.680,81	-	-	-	114.490,35	141.168,84	1.225.266,80	-	785,57	3.996,12	(793.104,30)	19.878.389,09
DF	19.586.617,15	1.146.987,02	-	18.196.383,89	(660.251,44)	(18.055.238,13)	301.218,53	1.365.719,74	-	985,64	8.784,07	(21.951,83)	21.625.238,10
ES	16.850.172,25	1.468.693,05	-	-	-	403.435,47	543.981,65	1.409.242,41	-	1.525,32	4.633,63	(111.907,14)	18.662.624,51
GO	21.384.427,04	1.079.482,09	-	-	-	167.556,79	27.838,36	2.839.541,10	-	9.142,82	3.689,56	(26.819,72)	25.068.402,98
MA	7.687.711,06	529.626,83	-	-	-	58.793,57	59.328,30	1.667.938,21	-	4.878,47	8.965,54	(1.151,83)	9.752.158,40
MG	57.092.574,07	4.349.621,17	-	-	-	354.610,99	1.492.999,64	4.277.510,21	-	65.867,07	39.321,18	(256.571,17)	63.510.335,39
MS	8.448.035,82	441.846,62	-	-	-	53.815,12	55.190,85	485.214,35	-	3.029,61	7.897,60	(24.565,24)	9.230.598,38
MT	102.605.038,10	1.199.126,60	-	-	-	106.516,14	125.648,35	1.090.762,76	-	1.630,37	1.710,79	(28.755,88)	104.630.665,93
PA	15.394.348,42	1.643.183,97	-	-	-	95.457,00	101.984,34	1.656.425,41	-	70,58	3.256,10	(44.511,96)	18.448.677,83
PB	6.457.150,25	589.776,71	-	-	-	51.112,31	31.515,01	442.723,91	-	6.822,22	38.946,18	3.476,31	7.364.731,47
PE	29.077.564,37	2.622.913,59	-	-	-	128.113,02	2.893.092,54	2.212.954,99	-	8.756,16	7.569,24	1.732.172,25	32.608.074,24
PI	3.713.719,27	405.995,09	-	-	-	29.974,61	19.671,71	375.146,14	-	841,66	88,44	2.313,79	4.446.597,87
PR	42.199.222,15	2.733.887,94	-	-	-	296.574,38	509.910,85	2.753.922,03	-	39.870,79	47.923,52	(101.842,53)	46.690.910,05
RJ	122.324.154,75	49.680.735,45	-	49,79	-	525.289,93	2.593.621,70	33.710.665,70	-	4.286,15	141.006,23	(239.074,83)	202.212.227,27
RN	7.041.085,99	504.955,71	-	-	-	48.974,53	122.564,04	481.378,59	-	110,03	9.558,70	(23.183,53)	7.823.029,46
RO	4.454.168,84	268.411,78	-	-	-	28.528,50	36.266,26	326.658,61	-	390,34	2.893,04	(469,62)	4.980.691,47
RR	1.357.647,62	90.209,96	-	-	-	10.827,11	49.570,56	114.432,28	-	-	3.117,68	346,79	1.499.121,30
RS	50.854.031,19	2.469.260,81	-	-	-	356.046,83	469.152,25	7.268.450,88	-	109.658,23	197.493,54	(569.376,21)	58.890.015,80
SC	27.219.901,23	1.834.914,18	-	-	-	165.357,44	384.216,59	3.378.186,84	-	9.853,21	45.158,88	12.830,70	31.841.246,84
SE	4.018.674,02	243.969,99	-	-	-	38.746,80	60.636,04	483.478,11	-	56,42	10.763,53	(1.321,84)	4.634.597,50
SP	481.832.894,18	67.417.844,82	-	-	-	1.358.220,84	50.282.986,59	32.233.182,85	-	104.196,56	115.813,26	(8.585.950,67)	521.036.753,94
TO	3.131.360,43	2.581.885,57	-	-	-	30.262,19	37.696,72	439.006,91	-	-	1.030,35	(2.595.582,02)	3.487.681,63
TOTAL	**1.108.633.922,49**	**148.002.989,07**	**-**	**18.196.433,68**	**(660.251,44)**	**(13.364.262,63)**	**61.013.850,63**	**104.530.063,32**	**-**	**706.064,23**	**807.225,12**	**(11.755.364,22)**	**1.282.052.299,64**

Fonte: SIAFI Gerencial
(1) Foram considerados os valores brutos;
(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
(3) O valor da linha "MS" foi ajustado em R$ 274,19, devido a lançamentos equivocados feitos pela UG/Gestão 080026/00001, localizada no Mato Grosso do Sul, do órgão superior "Justiça do Trabalho";
(4) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Recursos Aplicados: No exercício de 2012, a União executou o montante de R$ 56.036 milhões com despesas típicas de ensino, utilizando recursos provenientes da arrecadação de impostos, a qual atingiu o montante de R$ 353.646 milhões. Para se chegar à base de cálculo do limite mínimo de despesas com MDE, foram deduzidos R$ 134.827 milhões, referentes às transferências constitucionais a estados, municípios e Distrito Federal, o que resultou em uma base de cálculo R$ 218.819 milhões. Ressalta-se que, a partir de 2011, por força da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, não são mais deduzidas da base de cálculo a Desvinculação de Receitas da União – DRU. Assim, chega-se a um percentual de aplicação de 25,61%, o que caracteriza, portanto, o cumprimento do limite mínimo constitucional. O quadro abaixo demonstra as receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MDE – UNIÃO – 2012

R$ milhões

RECEITAS COM MDE					
RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	400.247.272	400.247.272	62.293.794	353.645.938	88,36
1.1 - RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II	33.967.850	33.967.850	5.389.982	31.265.886	92,05
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II	33.882.739	33.882.739	5.366.171	31.036.862	91,60
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DO II	68.915	68.915	22.253	192.035	278,66
DÍVIDA ATIVA DO II	7.360	7.360	630	27.277	370,62
MULTA, JUROS DE MORA, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO II	8.837	8.837	1.059	37.238	421,39
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DO II			-129	-27.525	
1.2 - RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO - IE	46.272	46.272	15.347	109.670	237,01
IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO - IE	45.810	45.810	5.542	31.864	69,56
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DO IE	36	36	538	7.533	21.019,14
DÍVIDA ATIVA DO IE	409	409	278	3.515	858,57
MULTA, JUROS DE MORA, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO IE	17	17	655	7.511	44.789,88
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DO IE			8.334	59.246	
1.3 - RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO SOBRE RENDAS - IR	274.973.521	274.973.521	43.622.168	245.544.649	89,30
IMPOSTO SOBRE RENDAS - IR	270.330.870	270.330.870	44.204.943	259.563.425	96,02
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DO IR	3.354.390	3.354.390	635.824	5.522.853	164,65
DÍVIDA ATIVA DO IR	700.947	700.947	143.617	1.646.651	234,92
MULTA, JUROS DE MORA, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO IR	587.313	587.313	167.456	1.485.687	252,96
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DO IR			-1.529.672	-22.673.966	
1.4 - RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR	623.839	623.839	105.995	673.593	107,98
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR	544.469	544.469	91.436	609.469	111,94
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DO ITR	37.803	37.803	8.135	41.818	110,62
DÍVIDA ATIVA DO ITR	21.551	21.551	4.539	9.621	44,64
MULTA, JUROS DE MORA, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO ITR	20.015	20.015	1.885	12.716	63,53
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DO ITR			0	-30	
1.5 - RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI	51.452.741	51.452.741	7.952.565	44.786.936	87,04
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI	51.033.773	51.033.773	7.678.998	45.361.780	88,89
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DO IPI	268.152	268.152	94.264	1.034.576	385,82
DÍVIDA ATIVA DO IPI	79.199	79.199	43.020	660.851	834,42
MULTA, JUROS DE MORA, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO IPI	71.617	71.617	35.188	428.039	597,68
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DO IPI			101.095	-2.698.310	

Cont.

RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
1.6 - RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF	39.174.528	39.174.528	5.205.475	31.253.754	79,78
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF	39.096.152	39.096.152	5.158.063	30.721.996	78,58
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DO IOF	75.883	75.883	11.136	163.306	215,21
DÍVIDA ATIVA DO IOF	1.168	1.168	964	70.607	6.047,11
MULTA, JUROS DE MORA, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO IOF	1.326	1.326	1.414	20.604	1.553,68
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DO IOF			33.898	277.242	
1.7 - RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM OURO - IOF-OURO	8.521	8.521	2.262	11.449	134,37
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM OURO - IOF-OURO	8.521	8.521	2.134	10.831	127,11
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DO IOF-OURO	0	0	127	619	-
DÍVIDA ATIVA DO IOF-OURO	0	0	0	0	-
MULTA, JUROS DE MORA, ATUALIZAÇÃO MONET. E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO IOF-OURO	0	0	0	0	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DO IOF-OURO			0	-0	-
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS*		
			No Bimestre	Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	70.181.646	70.181.646	9.459.279	49.564.486	70,62
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS[1] (23,5% de (1.3 + 1.5))	76.710.172	76.710.172	12.776.280	54.746.847	71,37
4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	5.145.274	5.145.274	630.569	3.393.529	65,95
5 - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB				5.050.050	26.673.810
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS[2] (1.7)	8.521	8.521	2.143	10.546	123,77
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	311.919	311.919	81.110	437.427	140,24
8 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 +6 + 7)	152.357.532	152.357.532	27.999.429	134.826.646	88,49
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	247.889.740	247.889.740	34.294.365	218.819.292	88,27
RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	15.553.468	15.553.468	2.451.201	14.775.014	94,99
11 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0	0	0	0	-
12 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	0	0	702.678	0	-
13 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (10 + 11 + 12)	15.553.468	15.553.468	3.153.879	14.775.014	94,99

Fonte – Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO – Dezembro/2012.
1 CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".
2 CF, art. 153 §5º.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM MDE – UNIÃO – 2012
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
RREO - Anexo X (Lei nº 9.394/96, art. 72)

R$ milhões

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100	
14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	44.620.153	44.620.153	6.172.986	39.387.473	88,27	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% ((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até Dezembro (e)		
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	5.176.709	7.400.017	258.136	5.626.598	1.773.419	100,00
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	988.059	1.618.335	44.884	82.908	653.424	45,50
17 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.719	3.719	464	3.503	211	99,86
18 - ENSINO MÉDIO	4.871	4.871	498	3.609	788	90,27
19 - ENSINO SUPERIOR	19.473.538	22.186.939	4.115.766	16.904.987	2.930.782	89,40
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	7.353.831	8.755.006	1.407.916	5.629.843	1.776.384	84,59
21 - OUTRAS	19.375.732	23.562.214	5.001.945	16.521.198	4.128.209	87,64
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	52.376.458	63.531.101	10.829.609		56.035.863	88,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
24 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37 p)**						300.425
25 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS						0
26 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (23 + 24 + 25)*						0
27 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO[3] [(22-26) / (9)] x 100%						25,61

Fonte – Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO – Dezembro/2012.
3 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Aplicação por Programas

Garantidos os mínimos constitucionais das receitas para aplicação em educação, resta verificar em quais programas os recursos destinados à Educação foram aplicados. A maior aplicação foi no "Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação" que obteve 42,20% de todos os recursos aplicados, seguido dos programas "Educação Básica", com 32,80% e "Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão", com 15,38%. O quadro a seguir demonstra os percentuais de cada programa dos recursos da educação.

DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR PROGRAMA – 2012

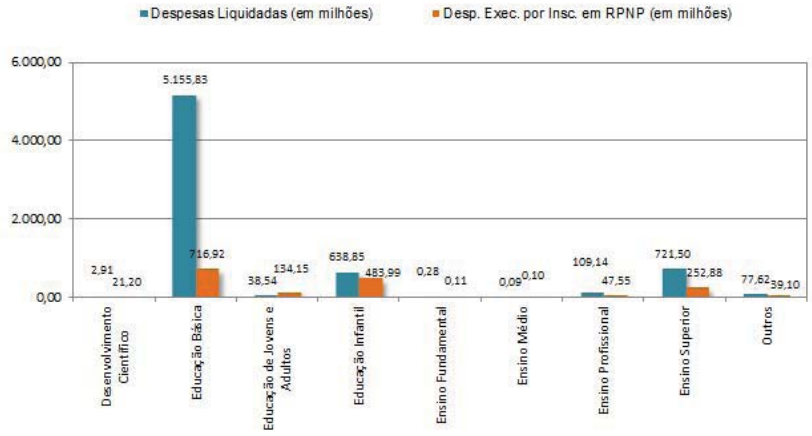
R$ milhões

Programa	Descrição do Programa	Despesas Empenhadas (em R$ milhares)[4]	% do Total
0903	Oper. Especiais: Transf. Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	1.046.078,00	1,87
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	927,04	0,00
1073	Brasil Universitário	15.000,00	0,03
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	14.978,70	0,03
2030	Educação Básica	18.381.983,44	32,80
2031	Educação Profissional e Tecnológica	4.247.123,97	7,58
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	8.619.020,23	15,38
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	48.683,40	0,09
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	4.987,62	0,01
2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	167,06	0,00
2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	8.110,79	0,01
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	23.648.802,23	42,20
TOTAL		**56.035.862,48**	**100,00**

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.
[4] Valores compreendem as despesas liquidadas durante o exercício e as inscritas como restos a pagar não processados.

O gráfico abaixo demonstra as despesas executadas com MDE por subfunção orçamentária, destacando os valores não liquidados que foram inscritos em restos a pagar não processados.

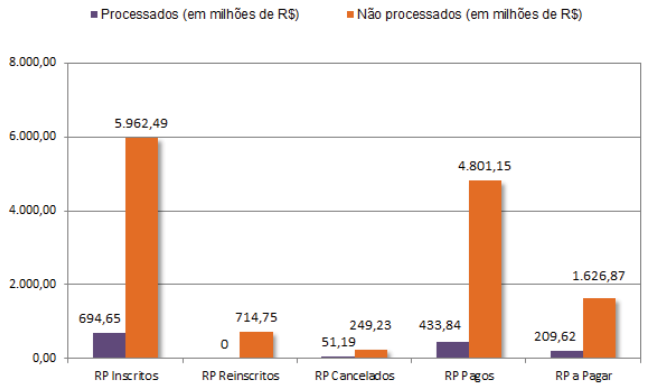
DESPESAS COM MDE POR SUBFUNÇÃO



Fonte: Siafi.

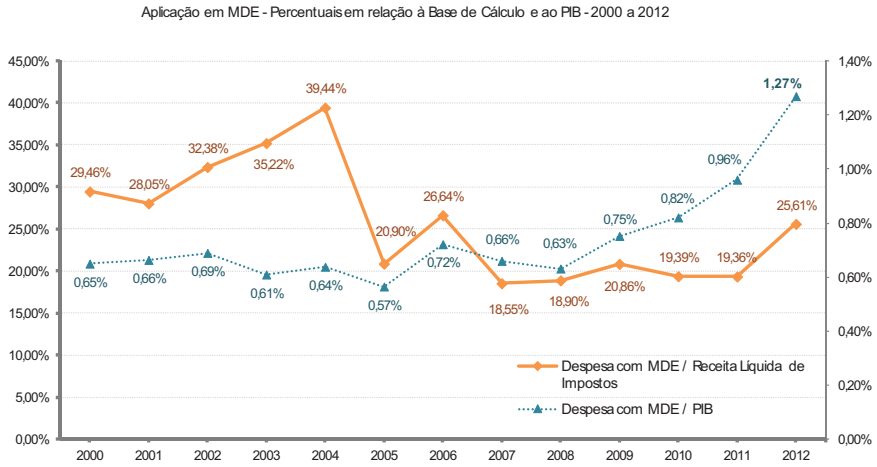
O gráfico a seguir demonstra as despesas consideradas para fins de cálculo da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, evidenciando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR - MDE



Fonte: Siafi.

Destaca-se que as despesas empenhadas com MDE cresceram ao longo da década passada em relação ao PIB. No ano 2000, a relação era de apenas 0,65%, enquanto em 2012 essas despesas chegaram a 1,27%. Ou seja, quase dobraram sua participação no PIB. Por outro lado, as despesas empenhadas com MDE não têm acompanhado de uma forma retilínea ou crescente a evolução da Receita Líquida de Impostos. Como pode se ver no gráfico abaixo, a relação despesas com MDE/Receita Líquida de Impostos era de 29,46% no ano 2000, pulou para 39,44% em 2004 e caiu para 25,61% em 2012.



Execução dos Restos a Pagar inscritos em 2011 e contabilizados para fins de cumprimento do limite com MDE naquele exercício

Em 2011, foram computadas, para fins de cumprimento do limite mínimo com MDE, despesas empenhadas, mas não liquidadas, no valor de R$ 5.962 milhões, que foram inscritas, portanto, em restos a pagar não processados. Outros R$ 714,7 milhões foram reinscritos em 2012 em RP não-processados. Desse total, R$ 249,2 milhões foram cancelados em 2012. Dos valores exclusivamente inscritos em 2011, foram cancelados R$ 138,1 milhões, sendo R$ 0,9 milhões processados e R$ 137,2 milhões não-processados. A dedução desses valores do cálculo das despesas para fins de cumprimento do limite mínimo do exercício de 2011 está prevista no Manual de Elaboração dos Demonstrativos Fiscais, publicado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No entanto, em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 2.316/08 TCU – Plenário, essa dedução não foi considerada no cálculo da aplicação da União em MDE. Ressalta-se que, para fins de transparência, a STN continua evidenciando os valores cancelados no demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, publicado mensalmente. Assim, dado que o valor total de despesas com ações típicas de MDE em 2011 foi de R$ 39.793 milhões, é necessário descontar os valores cancelados de R$ 138,1 milhões para averiguar se foi cumprida a exigência de investimento mínimo de 18% das receitas resultantes de impostos. Como o total de receita líquida de impostos foi de R$ 205.492 milhões, temos que foram

investidos 19,30% das receitas em ações de MDE, de modo que mesmo considerando os cancelamentos, a meta seria cumprida. A execução desses restos a pagar encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

EXECUÇÃO DOS RP INSCRITOS E REINSCRITOS EM 2011 E CONTABILIZADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE COM MDE NESSE EXERCÍCIO

R$ milhões

Restos a Pagar Processados	TOTAL (em milhões de R$)	%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	**645,47**	**100,00%**
Restos a Pagar Processados Cancelados	22,93	3,55%
RP Processados Pagos	414,31	64,19%
RP Processados a Pagar	208,23	32,26%
Restos a Pagar Não Processados	**TOTAL (em milhões de R$)**	**%**
RP Inscritos e Reincritos	**6.677,24**	**100,00%**
Inscritos	5.962,49	89,30%
Reinscritos	714,75	10,70%
RP não-Processados Cancelados	249,23	3,73%
RP não-Processados Pagos	4.801,15	71,90%
RP não-Processados a Pagar	1.626,87	24,36%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Por meio do artigo 198, da Constituição Federal, e do artigo 77, do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguram-se recursos mínimos que devem ser aplicados pela União no financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), em seu artigo 48, §1º, define o conceito de "ações e serviços públicos":

> Art. 48 [...] § 1º - Para os efeitos do inciso II deste artigo, consideram-se exclusivamente como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do órgão Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, as transferências de renda a famílias e as despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, da Constituição.

No quadro seguinte estão demonstrados os montantes empenhados nos programas referentes às ações e serviços públicos de saúde, cujo total foi de R$ 86,8 bilhões no ano de 2012.

DEMONSTRATIVO DE EMPENHOS EMITIDOS NAS AÇÕES E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE JANEIRO A DEZEMBRO – 2012

R$ milhões

Programa	Descrição do Programa	Despesas Empenhadas (em R$ milhões)	%
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	6.738,12	7,76
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	156,72	0,18
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	5,01	0,01
2015	Aperfeiçoamento do Sistema único de Saúde (SUS)	67.562,36	77,82
2055	Desenvolvimento Produtivo	435,06	0,50
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	763,74	0,88
2067	Resíduos Sólidos	2,24	0,00
2068	Saneamento Básico	1.089,50	1,25
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	32,08	0,04
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	10.032,09	11,56
TOTAL		**86.816,90**	**100,00**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Execução dos Restos a Pagar inscritos em 2011 e contabilizados para fins de cumprimento do limite em Ações e Serviços Públicos de Saúde naquele exercício

No encerramento do exercício de 2011, do total da despesa orçamentária enquadrada no conceito de "Ações e Serviços Públicos de Saúde" (ASPS) para fins de cumprimento do mínimo constitucional com Saúde, R$ 8.283 milhões correspondiam a valores empenhados e não liquidados – inscritos, portanto, em restos a pagar (RP) não processados. Desse montante, R$ 511 milhões, ou 6,2%, foram cancelados ao longo de 2012, enquanto R$ 5.128 milhões (61,9%) foram pagos e R$ 2.644 milhões (31,9%) ainda não haviam sido pagos até o encerramento desse exercício.

Além de despesas do exercício de 2011, inserem-se no conceito de restos a pagar não processados valores que já estavam na situação de restos a pagar na abertura desse exercício, ou seja, valores referentes a empenhos anteriores a 2011 que não haviam sido liquidados até o encerramento desse exercício: são os restos a pagar não processados "reinscritos", que alcançaram a soma de R$ 2.469 milhões. Em 2012, desses restos a pagar não processados reinscritos, R$ 227 milhões (9,2%) foram cancelados, R$ 562 milhões (22,8%) foram pagos e R$ 1.679 milhões (68%) permaneceram a pagar. Todas essas informações podem ser inferidas do quadro abaixo. Em seguida, o gráfico ilustra os percentuais de cancelamento, pagamento e não pagamento em 2012 dos restos a pagar não processados, por ano do empenho.

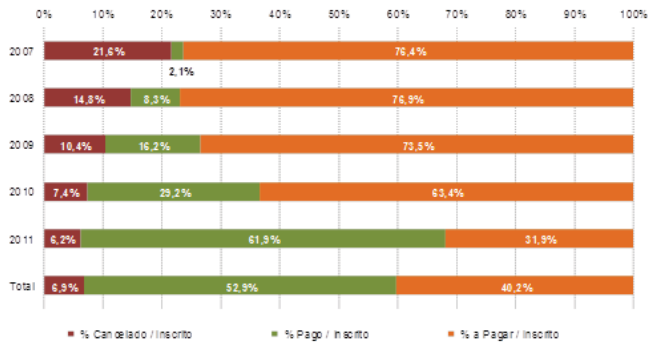
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2012

R$ milhões

Ano do Empenho	Inscritos em 2011	Reinscritos em 2011	Cancelados em 2012	Pagos em 2012	a Pagar ao final de 2012
2007		62,3	13,4	1,3	47,5
2008		134,8	19,9	11,2	103,7
2009		875,5	90,6	141,4	643,5
2010		1.396,1	103,2	408,3	884,7
2011	8.283,2		510,6	5.128,3	2.644,3
TOTAL	**8.283,2**	**2.468,7**	**737,8**	**5.690,5**	**4.323,6**

Fonte: Siafi.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2012



Fonte: Siafi.

Além disso, dentre os valores de ASPS do orçamento de 2011 que foram empenhados e liquidados, um montante de R$ 143 milhões não fora pago até o encerramento de exercício, tendo sido, dessa forma, inscritos em restos a pagar processados. Em 2012, desse montante, R$ 2 milhões foram cancelados (1,3%), R$ 136 milhões foram pagos (95,2%) e R$ 5 milhões restaram a pagar (3,5%). Também fazem parte do estoque de restos a pagar processados despesas referentes a empenhos anteriores a 2011 já liquidadas, mas não pagas até o encerramento desse exercício. Em 2012, esses restos a pagar processados de empenhos anteriores a 2011 somaram R$ 3.169 milhões, dos quais R$ 518 milhões (16,3%) foram cancelados, R$ 623,6 milhões (19,7%) foram pagos, e R$ 2.028 milhões permaneceram na situação de a pagar (64%). Esses valores constam do quadro abaixo. A seguir, o gráfico representa, para os restos a pagar processados de cada exercício, os percentuais de cancelamento, pagamento e não pagamento em 2012.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2012

R$ milhões

Ano do Empenho	Inscritos em 2011	Cancelados em 2012	Pagos em 2012	a Pagar ao final de 2012
2003	24,7	1,6	0,3	22,8
2004	75,4	11,1	3,8	60,4
2005	121,1	19,4	10,5	91,2
2006	167,5	29,1	18,0	120,3
2007	846,3	158,0	138,2	550,2
2008	595,9	122,2	107,5	366,2
2009	849,2	106,6	217,6	525,0
2010	489,3	69,7	127,7	291,9
2011	143,0	1,8	136,1	5,0
TOTAL	**3.312,4**	**519,6**	**759,7**	**2.033,1**

Fonte: Siafi

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2012

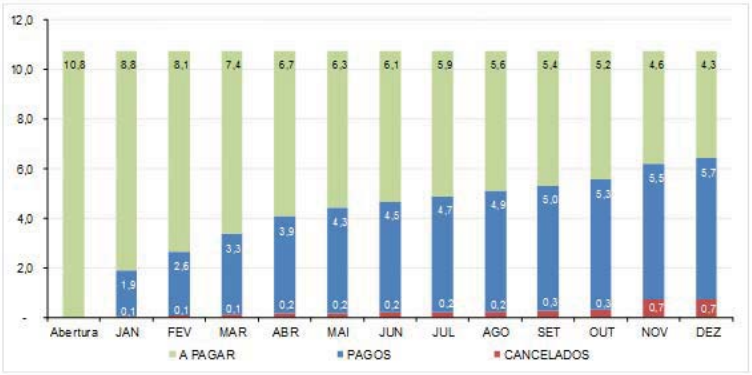


Fonte: Siafi.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução dos valores acumulados dos cancelamentos, pagamentos e estoque a pagar dos restos a pagar não processados e processados mês a mês ao longo do exercício de 2012, a partir dos saldos da abertura.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS
VALORES ACUMULADOS – 2012

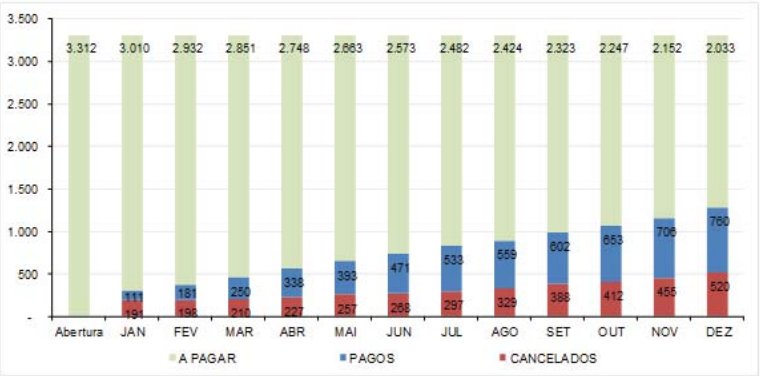
R$ bilhões



Fonte: Siafi.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS
VALORES ACUMULADOS – 2012

R$ milhões



Fonte: Siafi.

Com relação ao impacto dos cancelamentos de restos a pagar no cumprimento do mínimo constitucional com ASPS em 2011, é preciso lembrar que esse mínimo é definido como a despesa empenhada no exercício anterior acrescida da variação percentual do PIB. Ou seja, o valor mínimo para a despesa empenhada com ASPS em 2011 correspondia ao valor da despesa empenhada de 2010 acrescido da variação percentual do PIB. Assim, como se trata de comparar despesas empenhadas, para verificar o impacto dos cancelamentos de restos a pagar – que, ressalte-se, foram computados como parte da despesa empenhada no exercício dos respectivos empenhos – é preciso considerar os cancelamentos referentes a empenhos dos dois exercícios em questão: 2011 e 2010. Em outras palavras, deve-se ajustar tanto a despesa empenhada de 2011 pelos cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2011, quanto a despesa empenhada de 2010 (que era a base de cálculo para definição do mínimo de 2011) pelos cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2010.

O quadro a seguir demonstra os cancelamentos de restos a pagar, conforme o exercício em que os respectivos empenhos foram emitidos (ou seja, o exercício em que o empenho inscrito em restos a pagar foi considerado despesa com ASPS), ocorridos ao longo dos exercícios de 2011 e 2012.

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM ASPS
POR EXERCÍCIO DO EMPENHO – UNIÃO – 2011 e 2012

R$ milhões

Exercício do Empenho	Cancelados em 2011	Cancelados em 2012	Total de cancelamentos de RP referentes a empenhos do exercício
2010	486,8	172,9	659,7
2011		512,4	512,4
TOTAL	**486,8**	**737,8**	**1.224,6**

Fonte: Siafi.

Ou seja, das despesas empenhadas com ASPS em 2010 e inscritas em restos a pagar nesse exercício, R$ 659,7 milhões foram cancelados em 2011 e 2012. Além disso, do montante empenhado com ASPS em 2011 que foi inscrito em restos a pagar, R$ 512,4 milhões foram cancelados em 2012. Com essas informações, podemos verificar o cumprimento do mínimo constitucional com Saúde em 2011, atualizando as despesas empenhadas nos exercícios de 2010 e 2011 com os respectivos cancelamentos de restos a pagar ocorridos desde então:

IMPACTO DOS CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO LIMITE COM ASPS DE 2011 – UNIÃO

R$ milhões

(A.I)	Despesa empenhada em 2010	61.976.698
(A.Canc)	Cancelamentos de RP não processados referentes a empenhos de 2010	659.733
(A.II) = (A.I) - (A.Canc)	Despesa empenhada de 2010 atualizada	61.316.965
(PIB)	Variação nominal do PIB	16,38%
(M.I) = (A.I)*[1 + (PIB)]	Mínimo original para a Despesa empenhada de 2011	72.128.481
(M.II) = (A.II)*[1 + (PIB)]	Mínimo atualizado para a Despesa empenhada de 2011	71.360.684
(B.I)	Despesa empenhada em 2011	72.356.648
(B.Canc)	Cancelamentos de RP não processados referentes a empenhos de 2011	512.396
(B.II) = (B.I) □ (B.Canc)	Despesa empenhada de 2011 atualizada	71.844.252
(VAR.I) = (B.I) / (A.I) □	Despesa empenhada de 2011 / Despesa empenhada de 2010	16,75%
(VAR.II) = (B.II) /	Despesa empenhada de 2011 atualizada / Despesa empenhada de 2010	17,17%

Fonte: Siafi e Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União de dezembro de 2011, Anexo XV.

Da análise do quadro acima, percebe-se que os cancelamentos de restos a pagar das despesas com ASPS não prejudicaram o cumprimento do limite constitucional de que trata a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no exercício de 2011. Na verdade, levando-se em conta os cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2010 e 2011 – que foram, à época, computados entre as despesas desses exercícios consideradas no cálculo do mínimo constitucional com Saúde em 2011 –, o cumprimento da aplicação mínima em Saúde em 2011 seria até mesmo mais amplo do que com os valores originais: a variação da aplicação, ou seja, o crescimento das despesas empenhadas com ASPS de 2010 para 2011 foi de 16,75% (o mínimo exigido era a variação do PIB, que foi de 16,38%), enquanto que a variação do valor das despesas empenhadas de 2010, descontado dos cancelamentos de restos a pagar de empenhos de 2010, para o das despesas empenhadas de 2011, descontado dos cancelamentos de restos a pagar de empenhos de 2011, foi de 17,17%. Essa situação ocorre em razão de terem sido cancelados, no período considerado, mais restos a pagar referentes a empenhos de 2010 do que a empenhos de 2011.

2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, para vigorar por 14 (quatorze) anos com o objetivo de assegurar recursos à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação. A Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, regulamentaram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A Portaria Interministerial[1] nº 1.495, de 28 de dezembro de 2012, divulgou os parâmetros anuais de operacionalização do Fundeb, fixou o valor anual mínimo nacional por aluno para 2012 em R$ 1.867,15 e a diferenciação do custo anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, bem como o cronograma mensal de repasse da complementação da União no montante de R$ 9.413.038.083,68 (nove bilhões, quatrocentos e treze milhões, trinta e oito mil e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos), considerando o valor de R$ 941.303.808,37 - 10%, conforme artigo 4º da Lei nº 11.738/2008 e também o montante de 15% a ser distribuído em janeiro de 2013.

ORIGENS DOS VALORES DO FUNDEB

R$ milhões

Receitas	Valor
1. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS-FPE (20,0%)	12.391.121
2. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS-FPM (20,0%)	12.967.451
3. IPI-EXPORTAÇÃO (20,0%)	848.382
4. RECURSOS - LEI KANDIR (20,0%)	390.000
5. ITR (20,0%)	109.356
6. ICMS (20,0%)	63.444.315
7. IPVA (20,0%)	5.357.977
8. ITCMD (20,0%)	737.431
SUBTOTAL	**96.246.033**
9. COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	10.372.208
TOTAL	**106.618.241**

Fonte: Siafi.

[1] A Portaria Interministerial nº 1.495, de 28 de dezembro de 2012 revogou os parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para o ano de 2012, publicados por meio da Portaria Interministerial MEC/MF nº 1360-A, de 19 de novembro de 2012.

QUADRO – VALORES DO FUNDEB, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO ORIGEM E DESTINO DOS RECURSOS

R$ milhões

UF	Origem dos Recursos									TOTAL	Destino dos Recursos		Origem dos Recursos		Distribuição entre as UF
	FPE	FPM	IPI	COUN	LC8796	ITR	ICMS	IPVA	ITCMD		Estados	Municípios	Transferências da União	Tributos Estaduais	
AC	423.900	64.337	81	-	355	59	153.701	7.950	270	**650.653**	64%	36%	75%	25%	0,6%
AL	515.483	308.658	1.185	447.716	3.277	268	488.812	30.907	1.184	**1.797.490**	31%	69%	71%	29%	1,7%
AM	345.762	191.816	6.136	445.802	3.931	200	1.333.973	41.357	1.058	**2.370.036**	46%	54%	42%	58%	2,2%
AP	422.785	46.107	1.443	-	1.585	106	140.763	9.978	96	**622.863**	71%	29%	76%	24%	0,6%
BA	1.164.295	1.179.259	44.204	2.662.720	14.495	5.354	2.726.208	153.624	8.106	**7.958.265**	32%	68%	64%	36%	7,5%
CE	909.124	676.390	5.557	1.115.409	6.352	435	1.441.591	91.036	9.048	**4.254.942**	26%	74%	64%	36%	4,0%
DF	85.524	21.794	832	-	3.158	116	-	-	-	**111.424**	100%	0%	100%	0%	0,1%
ES	185.867	228.592	51.880	-	16.627	767	1.600.040	76.741	6.263	**2.166.777**	36%	64%	22%	78%	2,0%
GO	352.292	473.129	14.087	-	5.205	9.149	2.245.717	139.555	33.755	**3.272.890**	48%	52%	26%	74%	3,1%
MA	894.416	539.391	8.384	2.205.555	6.547	574	733.211	48.973	1.286	**4.438.336**	26%	74%	82%	18%	4,2%
MG	551.963	1.698.829	128.387	-	50.326	14.472	6.390.555	623.127	111.826	**9.569.484**	56%	44%	26%	74%	9,0%
MS	165.050	196.888	11.823	-	4.815	16.741	1.104.645	53.699	17.937	**1.571.598**	46%	54%	25%	75%	1,5%
MT	285.975	236.655	9.807	-	7.569	9.955	1.110.211	73.505	9.071	**1.742.749**	56%	44%	32%	68%	1,6%
PA	757.345	477.011	54.601	2.305.642	17.018	1.575	1.402.494	64.467	2.992	**5.083.146**	31%	69%	71%	29%	4,8%
PB	593.398	418.940	904	171.170	1.121	242	646.073	33.376	2.251	**1.867.475**	42%	58%	63%	37%	1,8%
PE	855.012	650.379	4.006	533.303	5.794	540	2.074.315	115.879	11.057	**4.250.286**	42%	58%	48%	52%	4,0%
PI	535.470	343.748	191	456.902	1.176	781	451.157	28.322	2.289	**1.820.038**	34%	66%	74%	26%	1,7%
PR	357.261	880.927	64.013	-	39.322	10.554	3.596.371	357.827	39.520	**5.345.795**	56%	44%	25%	75%	5,0%
RJ	189.299	390.876	152.193	-	22.874	1.010	5.483.877	376.946	107.415	**6.724.490**	37%	63%	11%	89%	6,3%
RN	517.689	326.640	709	27.989	1.412	304	712.634	40.158	2.733	**1.630.269**	42%	58%	54%	46%	1,5%
RO	348.884	109.779	1.170	-	973	424	530.600	17.072	499	**1.009.402**	56%	44%	46%	54%	0,9%
RR	307.387	35.687	53	-	149	114	91.898	3.285	210	**438.784**	66%	34%	78%	22%	0,4%
RS	291.786	878.391	72.130	-	39.173	11.290	4.226.823	355.470	54.286	**5.929.350**	52%	48%	22%	78%	5,6%
SC	158.582	504.811	44.288	-	14.006	1.624	2.587.631	227.292	25.218	**3.563.451**	48%	52%	20%	80%	3,3%
SE	514.888	193.449	305	-	977	206	451.395	22.744	3.022	**1.186.987**	42%	58%	60%	40%	1,1%
SP	123.911	1.710.740	169.676	-	121.453	21.128	21.421.099	2.341.838	284.462	**26.194.307**	54%	46%	8%	92%	24,6%
TO	537.775	184.228	335	-	307	1.368	298.519	22.849	1.574	**1.046.956**	57%	43%	69%	31%	1,0%
Totais	12.391.121	12.967.451	848.382	10.372.208	390.000	109.356	63.444.315	5.357.977	737.431	**106.618.241**	46%	54%	35%	65%	100%
Partic.	11,6%	12,2%	0,8%	9,7%	0,4%	0,1%	59,5%	5,0%	0,7%	**100,0%**					

Fonte: SIA.

2.4. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LFR)

2.4.1. Despesas com Pessoal da União

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

R$ milhões

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas Jan/2011 a Dez/2011	Despesas Executadas Jan/2012 a Dez/2012	2012/2011
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.724.141	160.426.826	3,02%
Pessoal Ativo	86.248.662	88.370.573	2,46%
Pessoal Inativo e Pensionistas	69.240.503	71.810.303	3,71%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	234.977	245.950	4,67%
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.508.961	26.964.878	19,80%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21.103	12.456	-40,98%
Decorrentes de Decisão Judicial	6.687.809	5.326.934	-20,35%
Despesas de Exercícios Anteriores	342.947	712.257	107,69%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.457.102	20.913.231	35,30%
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	0	0	0,00%
Contribuições Patronais	0	0	0,00%
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	133.215.180	133.461.948	0,19%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	558.706.387	616.933.349	10,42%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL [(IV / V) x 100]	23,84%	21,68%	-9,07%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	211.749.721	233.817.739	10,42%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	201.190.170	222.157.699	10,42%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2012 e de 2011/STN.

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 37,90% da Receita Corrente Líquida (RCL) na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei. Da análise da tabela anterior, constata-se que os limites referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo mencionados no artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal foram cumpridos no período de janeiro a dezembro de 2012. Destaca-se que a relação entre despesa com pessoal e RCL sofreu uma pequena queda em 2012 comparado com 2011, passando de 23,84% para 21,68%. Esse decréscimo pode ser explicado pelo incremento nominal da RCL (10,42%) vis-a-vis as despesas com pessoal terem se mantido praticamente constantes (aumento de 0,19%).

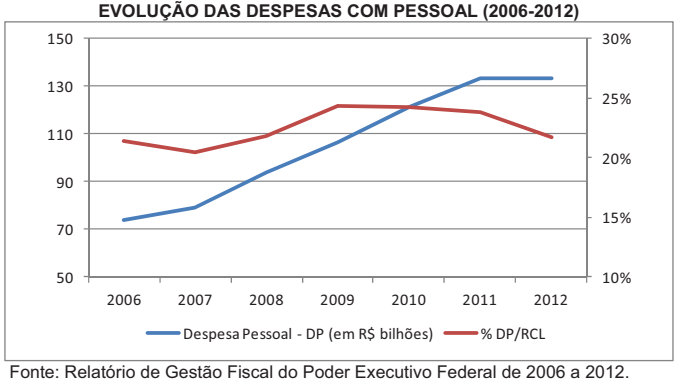
COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2006-2012)

R$ milhões

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesa Pessoal - DP	73.958.766	79.128.842	93.730.272	106.430.148	121.054.382	133.215.180	133.461.948
% DP/RCL	21,45%	20,46%	21,87%	24,34%	24,22%	23,84%	21,68%
Limite permitido	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2006-2012)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

2.4.2. Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.735.390.104	2.757.328.391	2.751.697.430	2.948.430.464
Dívida Mobiliária	2.594.070.699	2.702.365.299	2.703.391.376	2.891.113.532
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	92.835.834	4.119.614	0	9.900.595
Dívida Contratual	37.947.800	38.626.914	40.433.914	41.120.388
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	80.944	3.008.236	130.931	84.766
Outras Dívidas	10.454.826	9.208.328	7.741.209	6.211.183
DEDUÇÕES (II)	1.663.262.097	1.731.494.086	1.684.369.310	1.865.716.318
Ativo Disponível	476.761.167	547.829.049	477.965.465	619.400.956
Haveres Financeiros	1.210.593.295	1.203.698.735	1.233.020.501	1.272.591.137
(-) Restos a Pagar Processados*	(24.092.365)	(20.033.699)	(26.616.656)	(26.275.774)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.072.128.007	1.025.834.305	1.067.328.120	1.082.714.146
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	558.706.387	581.850.483	600.187.795	616.933.349
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	489,59%	473,89%	458,47%	477,92%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	191,89%	176,31%	177,83%	175,50%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[1]	-	-	-	-

FONTE: GEINC/SIAFI

[1] Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

*O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre/2012.

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o exercício de 2012 em R$ 1.082,7 bilhões, contra R$ 1.072,1 bilhões observados no exercício anterior. Em proporção da Receita Corrente Líquida, houve redução no período, passando de 191,89% em 2011 para 175,50% em 2012. Os números mostram que a melhora do endividamento em 2012 deu-se por um aumento da RCL proporcionalmente maior à DCL no período.

No entanto, deve-se ressaltar que a partir de 2010 houve uma importante alteração metodológica na elaboração desse demonstrativo, uma vez que sua apuração passou a ser feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, a partir dos dados do Siafi, em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara. Desse modo, os dados até 2009 têm por fonte o Banco Central do Brasil; a partir de 2010, o Siafi.

O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem nº 154/2000 e Aviso nº 1.354 - Casa Civil, de 2000.

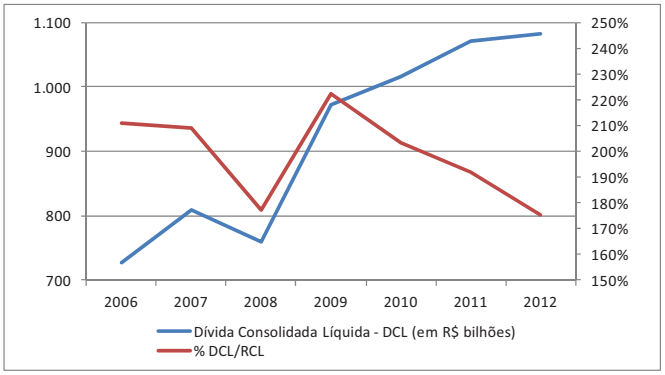
COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2006-2012)

R$ milhões

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida Consolidada Líquida - DCL	727.320.544	808.097.114	760.312.587	971.868.925	1.015.544.388	1.072.128.007	1.082.714.164
% DCL/RCL	210,98%	208,98%	177,41%	222,29%	203,16%	191,89%	175,50%
Limite permitido	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

EVOLUÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2006-2012)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

2.4.3. Garantias e Contragarantias de Valores

A Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União. Para fins de análise, apresentamos a seguir o Limite de Garantias apurado nos termos da citada Resolução nº 48/2007:

LIMITE DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

R$ milhões

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício De 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	114.359.888	115.520.547	123.465.575	132.964.791
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	558.706.387	581.850.483	600.187.795	616.933.349
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	20,47%	19,85%	20,57%	21,55%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	335.223.832	349.110.290	360.112.677	370.160.009

R$ milhões

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício De 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	87.416.533	88.052.120	98.614.385	114.359.888
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	499.866.613	524.379.492	552.733.063	558.706.387
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	17,49%	16,79%	17,84%	20,47%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	299.919.968	314.627.695	331.639.838	335.223.832

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2012/STN.

O saldo das garantias concedidas pela União até 3º quadrimestre de 2012 apresentou acréscimo de cerca de R$ 18,6 bilhões em relação ao exercício de 2011. Quando comparado o total das garantias com a RCL, nota-se um aumento de 1,08% em relação ao exercício anterior.

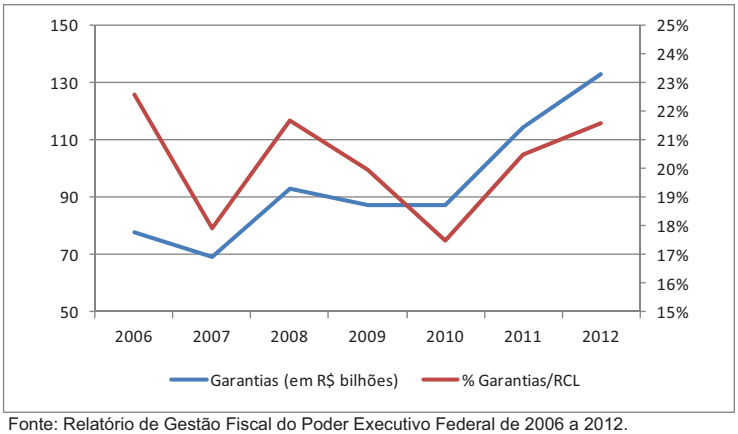
COMPARATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2006-2012)

R$ milhões

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Garantias	77.753.042	69.331.565	92.786.846	87.335.930	87.416.533	114.359.888	132.964.791
% Garantias/RCL	22,55%	17,93%	21,65%	19,98%	17,49%	20,47%	21,55%
Limite permitido	-	-	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2006-2012)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

2.4.4. Operações de Crédito

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

R$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR 3º Quadrimestre de 2012
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	814.411.167
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	616.933.349
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS (IV)	620.522.695
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (V)	179.914.519
(-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	179.914.519
(-) Aporte Bacen MP 435/2008	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (Ia) + (III) – (IV) – (V)	2,27%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS – 60%	370.160.009

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2012/STN.

Em 2012, o Tesouro Nacional realizou operações de crédito concernentes à dívida pública no montante de R$ 814,4 bilhões. É importante observar que esse montante inclui operações orçamentárias e extra-orçamentárias, que passaram a ser consideradas na apuração do limite a partir do exercício de 2010. Além disso, a Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009 ampliou as operações dedutíveis para fins de apuração do limite, que passaram a incluir as emissões de títulos destinadas:

a) ao pagamento de resultado negativo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil, de que trata o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;

b) ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço semestral, de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

c) a assegurar ao Banco Central do Brasil a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária, de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

Assim, considerando as devidas deduções, as operações de crédito representaram 2,27% da Receita Corrente Líquida (RCL). Dessa forma, cumpriu-se o limite para operações de crédito externas e internas, ficando o percentual abaixo do estabelecido pelo Senado Federal, que é de 60%.

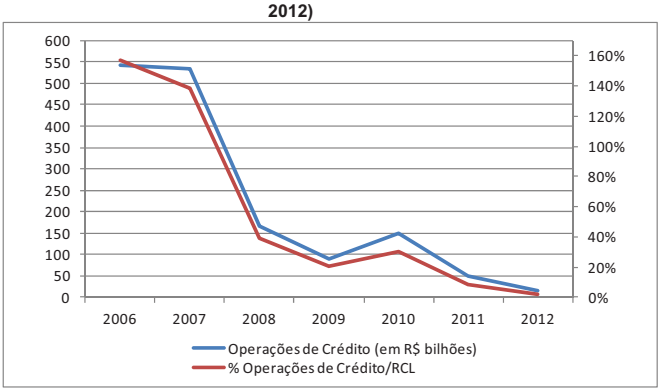
COMPARATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2006-2012)

R$ milhões

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Operações de Crédito	542.168.242	535.239.592	165.781.175	88.522.719	149.619.577	48.250.233	13.973.953
% Operações de Crédito/RCL	157,27%	138,42%	38,68%	20,25%	29,93%	8,64%	2,27%
Limite permitido	-	-	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – VALORES CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE (2006-2012)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

2.4.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Dessa forma, com a finalidade de se observar a disponibilidade real de caixa, diante de um orçamento extremamente vinculado, a patir de 2011 foi implementado um novo modelo que separa por Grupo de Destinação os recursos da Disponibilidade de Caixa.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA 2012

R$ milhões

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida
	(A)	(B)	(C) = (A – B)
1. Recursos vinculados à Educação	16.864.630	2.582.695	14.281.936
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	30.392.079	7.847.650	22.544.429
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	274.422.980	3.197.946	271.225.034
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	24.831	3.917	20.914
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	8.782.734	140.318	8.642.416
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	12.601.907	12.633.399	-31.492
7. Recursos de Doações	168.852	8.040	160.811
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	104.855.329	3.334.707	101.520.622
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	28.020.875	1.397.636	26.623.240
10. Recursos do Tesouro Nacional	104.138.998	35.640.025	68.498.973
11. Recursos a Classificar	9.184.908	-	9.184.908
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	**589.458.126**	**66.786.333**	**522.671.793**
Disponibilidades dos Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO)	10.657.461	-	10.657.461
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE	34.442.691	-	34.442.691
Aplicações Financeiras - FCVS	8.937.979	-	8.937.979
Aplicações Financeiras - Recursos para compra antecipada de câmbio	17.220.145	-	17.220.145
Aplicações Financeiras - Demais	1.608.048	-	1.608.048
Outras obrigações do Tesouro Nacional (tributos a decompor, incentivos a liberar, depósitos compulsórios etc.)	-	7.924.669	-7.924.669
Receitas a Classificar	-	974.587	-974.587
Recursos da conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica	781.607	781.607	-
Recursos da conta única a liberar para os Poderes Legislativo e Judiciário e para o MPU	8.624.182	8.624.182	-
Outras Disponibilidades e Outras Obrigações	3.393.710	9.033.128	-5.639.418
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	**85.665.822**	**27.338.172**	**58.327.650**
TOTAL (III) = (I + II)	**675.123.948**	**94.124.505**	**580.999.443**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2012/STN.

Esse demonstrativo visa evidenciar as disponibilidades de caixa existentes no último dia do exercício sergregando-as por destinação de recursos.

COMPARATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2006-2012)

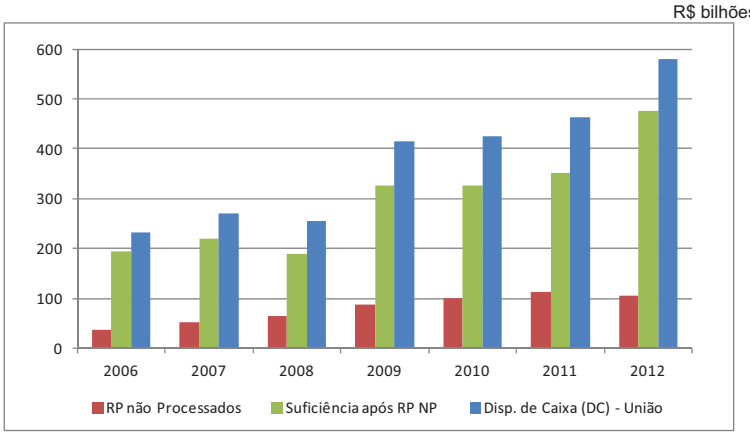
R$ milhões

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Disp. de Caixa (DC) - União	231.918.016	270.623.944	254.428.768	416.032.420	424.998.287	464.278.214	580.999.443
RP não Processados	36.731.067	52.322.709	64.954.529	88.622.517	99.511.591	113.489.604	106.215.397
Suficiência após RP NP	195.186.949	218.301.235	189.474.239	327.409.903	325.486.696	350.788.610	474.784.046

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.
Nota: A partir de 2012, a metodologia foi alterada.

EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2006-2012)

R$ bilhões



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2012.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR – 2012

R$ milhões

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade De Caixa Líquida (antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)	Empenhos Não Liquidados Cancelados (não Inscritos por Insuficiência Financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
1. Recursos vinculados à Educação	368.977	311.824	1.901.894	8.903.928	14.281.936	899
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	1.929.357	1.893.526	4.024.767	10.374.775	22.544.429	41
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	39.877	163.404	2.994.665	7.558.249	271.225.034	7
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	35	-	3.882	-	20.914	-
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	-	14	140.304	7.575.298	8.642.416	-
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	1	12.633.398	-	126.289	-31.492	-
7. Recursos de Doações	295	538	7.207	147.443	160.811	-
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	243.521	673.024	2.418.161	10.048.759	101.520.622	1.261
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	665.514	236.658	495.463	1.643.649	26.623.240	-
10. Recursos do Tesouro Nacional	3.832.918	3.129.608	28.677.500	59.837.006	68.498.973	5.070
11. Recursos a Classificar	-	-	-	-	9.184.908	-
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	7.080.495	19.041.995	40.663.843	106.215.397	522.671.793	7.278
Disponibilidades dos Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO)					10.657.461	
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE					34.442.691	
Aplicações Financeiras - FCVS					8.937.979	
Aplicações Financeiras - Recursos para compra antecipada de câmbio					17.220.145	
Aplicações Financeiras - Demais					1.608.048	
Outras obrigações do Tesouro Nacional (tributos a decompor1, incentivos a liberar, depósitos compulsórios etc.)					-7.924.669	
Receitas a Classificar					-974.587	
Recursos da conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica					0	
Recursos da conta única a liberar para os Poderes Legislativo e Judiciário e para o MPU					0	
Outras Disponibilidades e Outras Obrigações					-5.639.418	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS[1] (II)	-	-	-	-	58.327.650	
TOTAL (III) = (I + II)	**7.080.495**	**19.041.995**	**40.663.843**	**106.215.397**	**580.999.443**	**7.278**

Fonte: Siafi e STN/CCONT/GEINF.

PARTE III

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO EMPRESAS ESTATAIS

PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2012 foi aprovado pela Lei nº 12.595, de 19/01/2012 – Lei Orçamentária Anual – LOA. Após alterações, houve uma redução no valor inicialmente previsto resultando em uma dotação final de R$ 105.592.223.003,00 (cento e cinco bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil e três reais).

Nesta parte, apresenta-se uma análise quanto ao Orçamento de Investimento, evidenciando os créditos adicionais abertos em 2012 e os valores previstos no orçamento cancelados para fins desta abertura, a execução orçamentária por órgão/unidade, por programa do Plano Plurianual 2012-2015 e por função e subfunção, a especificação das fontes de financiamento dos investimentos por natureza e demonstrativo da despesa realizada por setor/grupo e por empresa e demonstrativo da distribuição geográfica dos investimentos realizados em 2012.

Especifica-se também, os empréstimos e financiamentos concedidos, por região, em 2012 pelas agências oficiais de fomento por porte do tomador, setor de atividade e origem dos recursos. Da mesma forma, são especificados os recebimentos de empréstimos e financiamentos.

Ainda, detalha-se a fonte e uso dos recursos dos Fundos do Setor Elétrico e a metodologia e papéis de trabalho do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP) para a qualificação das estatais não dependentes e sua contribuição para o resultado primário.

3.1. ASPECTOS GERAIS

Os investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, são descritos no Orçamento de Investimento, conforme previsto no art. 165, § 5º, II da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12/08/2011 – LDO/2012), restringe a previsão constitucional, ao determinar, em seu art. 6º, que as empresas que recebam recursos do Tesouro Nacional terão as suas receitas e despesas compreendidas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Excluem-se dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme art. 6º, § 1º, III da LDO/2012, aquelas empresas que recebam recursos da União apenas em virtude de:

a) participação acionária;
b) fornecimento de bens ou prestação de serviços;
c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e
d) transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", e 239, § 1º, da Constituição.

Assim, o Orçamento de Investimento abrange todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não incluídas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e que tenham investimentos programados para o exercício, independentemente da fonte de financiamento utilizada, conforme art. 51, caput e § 5º da LDO/2012.

São considerados investimentos, nos termos do Art. 51, § 1º da LDO, as despesas com:

I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou destinados a terceiros;
II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e
III - benfeitorias necessárias a infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2012 foi aprovado pela Lei nº 12.595, de 19/01/2012 – Lei Orçamentária Anual – LOA , publicada no Diário Oficial da União de 20/01/2012, com uma dotação inicial de R$ 106.830.455.030,00 (cento e seis bilhões, oitocentos e trinta milhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco mil e trinta reais), englobando as programações de 73 empresas estatais federais.

Por meio da Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, foram inseridas no Orçamento de Investimento de 2012 as dotações orçamentárias das seguintes empresas: Alberto Pasqualini - REFAP S.A., Termoceará Ltda., Energética Camaçari Muricy I S.A. - ECM 1 e Arembepe Energia S.A.. Nessa mesma MP foram canceladas dotações na sua totalidade nas seguintes Empresas: Petrobras International Finance Company - PIFCo, Comperj Estirênicos S.A. - CPRJEST, Comperj Meg S.A. - CPRJMEG, Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL e Breitener Energética S.A. – BREITENER. Com isso, passou para 72 o número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento.

Após uma série de alterações, discriminadas no quadro seguinte, houve uma redução de R$ 1.238.232.027,00 (um bilhão, duzentos e trinta e oito milhões e duzentos e trinta e dois mil, vinte e sete reais), ao valor inicialmente previsto resultando em uma dotação final de R$ 105.592.223.003,00 (cento e cinco bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil e três reais). Destaque para a incorporação da empresa Petrobras Química S.A. – Petroquisa, pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27/01/2012.

CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
Dotação Inicial (Lei nº 12.595, de 19.01.2012)			**106.830.455.030**
Decreto de 14.02.2012 (reabertura de crédito especial)	**179.484.620**	**0**	**179.484.620**
Companhia Docas do Pará - CDP	1.444.943	0	1.444.943
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	4.239.041	0	4.239.041
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	65.257.134	0	65.257.134
Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE	96.464.222	0	96.464.222
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	12.079.280	0	12.079.280
Decreto de 27.06.2012 (crédito suplementar)	**27.550.000**	**8.300.000**	**19.250.000**
Companhia Docas do Ceará - CDC	1.000.000	0	1.000.000
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	10.250.000	0	10.250.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	4.000.000	0	4.000.000
Companhia Docas do Pará - CDP	8.300.000	0	8.300.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	4.000.000	8.300.000	-4.300.000
Decreto de 23.08.2012 (crédito especial)	1.000.000	0	1.000.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	1.000.000	0	1.000.000
Decreto de 30.08.2012 (crédito suplementar)	32.700.000	32.700.000	0
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	300.000	300.000	0
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	32.400.000	32.400.000	0
Decreto de 29.10.2012 (crédito suplementar)	25.500.000	0	25.500.000
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	25.500.000	0	25.500.000
Decreto de 14.11.2012 (crédito suplementar)	247.683.776	0	247.683.776
Companhia Docas do Ceará - CDC	29.243.217	0	29.243.217
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	51.890.992	0	51.890.992
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	18.221.902	0	18.221.902
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	55.343.188	0	55.343.188
Companhia Docas do Pará - CDP	18.151.889	0	18.151.889
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	14.293.950	0	14.293.950
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	60.538.638	0	60.538.638
Decreto de 13.12.2012 (crédito suplementar)	63.700.000	0	63.700.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	32.000.000	0	32.000.000
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	20.000.000	0	20.000.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	6.000.000	0	6.000.000
Companhia Docas do Pará - CDP	3.700.000	0	3.700.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	2.000.000	0	2.000.000
Decreto de 13.12.2012 (crédito suplementar)	3.372.303.056	2.011.800.634	1.360.502.422
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	176.634.618	176.634.618	0
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	224.820	224.820	0
IRB - Brasil Resseguros S.A.	3.500.000	3.095.196	404.804
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	267.500	267.500	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	2.720.881.000	1.761.261.000	959.620.000
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	16.278.000	16.278.000	0
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	2.000.000	2.000.000	0
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	15.000.000	15.000.000	0
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	357.710.000	0	357.710.000
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	36.668.500	36.668.500	0
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	200.000	200.000	0
Stratura Asfaltos S.A.	171.000	171.000	0
Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE	42.767.618	0	42.767.618

Cont.

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
MP nº 598, de 27.12.2012 (crédito extraordinário)	**18.303.411.058**	**21.438.763.903**	**-3.135.352.845**
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	0	5.028.540	-5.028.540
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	7.005.000	7.125.680	-120.680
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	50.959.700	24.159.700	26.800.000
Companhia Docas do Pará - CDP	12.165.000	26.573.082	-14.408.082
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	0	16.529.071	-16.529.071
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	125.002.826	408.030.636	-283.027.810
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	2.677.611	702.578	1.975.033
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	0	1.071.649	-1.071.649
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	250.000	250.000	0
Banco da Amazônia S.A. - BASA	0	12.042.194	-12.042.194
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	41.343.941	7.272.092	34.071.849
Casa da Moeda do Brasil - CMB	0	95.500.000	-95.500.000
IRB - Brasil Resseguros S.A.	619.434	619.434	0
Caixa Econômica Federal - CAIXA	178.931.038	178.931.038	0
COBRA Tecnologia S.A.	7.050.757	10.047.517	-2.996.760
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	500.000	1.000.000	-500.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	3.137.545	47.648.890	-44.511.345
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	7.922.517	0	7.922.517
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	0	1.053.690.666	-1.053.690.666
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	0	86.085.691	-86.085.691
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	392.500	34.669.000	-34.276.500
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	209.495.409	107.621.811	101.873.598
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	32.000.000	32.000.000	0
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	261.223.126	501.211.328	-239.988.202
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	10.805.879.000	15.687.410.000	-4.881.531.000
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	88.546.000	123.940.000	-35.394.000
Petrobras Química S.A. - PETROQUISA	0	511.599	-511.599
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR	133.318	0	133.318
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	1.046.910	50.923.969	-49.877.059
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	0	132.777.487	-132.777.487
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	68.614	131.681.569	-131.612.955
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	0	84.758.191	-84.758.191
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	3.503.000	3.454.000	49.000
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	1.003.192	17.403.209	-16.400.017
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	226.717.651	345.082.388	-118.364.737
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	231.636.000	530.614.000	-298.978.000
Fronape International Company - FIC	298.437.000	0	298.437.000
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	28.451.086	55.567.659	-27.116.573
Petrobras International Finance Company - PIFCo	0	3.071.000	-3.071.000
Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	415.428.000	0	415.428.000
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	1.258.149.000	460.753.000	797.396.000
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	653.607.000	57.769.000	595.838.000
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	1.392.276.000	24.860.000	1.367.416.000
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	3.604.000	3.604.000	0
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	1.285.000	0	1.285.000
Termoceará Ltda.	2.016.000	0	2.016.000

Cont.

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	903.926.000	0	903.926.000
Stratura Asfaltos S.A.	0	3.401.000	-3.401.000
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	13.949.000	71.156.000	-57.207.000
Comperj Estirenicos S.A. - CPRJEST	0	43.932.000	-43.932.000
Comperj Meg S.A. - CPRJMEG	0	30.329.000	-30.329.000
Comperj Participações S.A. - CPRJPAR	0	24.000	-24.000
Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL	0	270.268.000	-270.268.000
Companhia Integrada Textil de Pernambuco - CITEPE	362.253.000	0	362.253.000
Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUÍMICA SUAPE	484.869.000	0	484.869.000
Breitener Energética S.A. - BREITENER	0	100.000	-100.000
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE	52.673.362	0	52.673.362
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	30.440.382	451.363	29.989.019
Innova S.A.	2.808.000	260.644.000	-257.836.000
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	24.761.000	0	24.761.000
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	11.456.014	0	11.456.014
Energetica Camacari Muricy I S.A. - Ecm 1	301.000	0	301.000
Arembepe Energia S.A.	3.394.000	0	3.394.000
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	45.000.000	15.000.000	30.000.000
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	0	231.973.117	-231.973.117
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	15.117.125	139.493.755	-124.376.630
Resumo dos Créditos	**22.253.332.510**	**23.491.564.537**	**-1.238.232.027**
DOTAÇÃO FINAL			**105.592.223.003**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Ao final do exercício, as empresas estatais federais constantes do Orçamento de Investimento, investiram R$ 97.968.010.025,00 (noventa e sete bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões, dez mil e vinte e cinco reais), correspondentes a 92,8% do valor autorizado. Em comparação ao exercício anterior, os investimentos realizados pelas empresas estatais apresentaram alta de 18,8%. A execução do Orçamento de Investimento foi registrada pelas empresas no Sistema de Informações das Empresas Estatais.

3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

As empresas estatais realizaram investimentos no âmbito de 15 programas do Plano Plurianual 2012/2015, sendo que 82,5% dos valores dispendidos em 2012 estiveram concentrados em dois programas: “Petróleo e Gás” e “Combustível”. O desempenho médio da realização dos investimentos ficou em 92,8%, sendo que cinco programas executaram menos da metade dos valores disponibilizados.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA

R$ mil

PROGRAMA	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Desemp. % (d/c)
Petróleo e Gás	46.200.690	2.598.661	48.799.351	48.720.980	99,8
Combustíveis	34.540.367	-1.261.501	33.278.866	32.106.703	96,5
Energia Elétrica	10.199.941	-1.820.935	8.379.005	6.104.175	72,9
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	5.516.661	-52.907	5.463.754	4.406.562	80,7
Desenvolvimento Produtivo	4.202.654	-705.387	3.497.267	3.125.375	89,4
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.641.110	8.189	2.649.299	1.590.499	60,0
Aviação Civil	1.801.137	-371.214	1.429.923	1.132.963	79,2
Transporte Marítimo	1.070.246	321.647	1.391.893	382.938	27,5
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	106.827	71.425	178.252	144.652	81,2

PROGRAMA	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Desemp. % (d/c)
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	407.176	-155.038	252.138	135.151	53,6
Política Nacional de Defesa	141.959	-26.757	115.202	51.590	44,8
Energia na Região Sul	0	44.026	44.026	41.779	94,9
Energia na Região Norte	0	108.544	108.544	23.882	22,0
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	0	3.016	3.016	759	25,2
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	1.687	0	1.687	2	0,1
TOTAL	**106.830.455**	**-1.238.232**	**105.592.223**	**97.968.010**	**92,8**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Considerando o período compreendido entre os anos 2008 e 2012, em valores nominais, os investimentos das empresas estatais federais cresceram 82,3%. O programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais federais registrou crescimento proporcional no período, de 92,1% e o programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Federais Oficiais, apresentou crescimento de 81,0%. Vale registrar que os programas do PPA 2008 – 2011 foram reformulados, dando lugar, no PPA 2012 – 2015, aos Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A área de infraestrutura concentra parte de recursos dos Programas Temáticos, que estão distribuídos, entre outros, os Programas Petróleo e Gás, Energia Elétrica e Combustíveis.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2008 / 2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROGRAMA

R$ mil

PROGRAMA	2008	2009	2010	2011	2012
Petróleo e Gás	0	0	0	0	48.720.980
Combustíveis	0	0	0	0	32.106.703
Energia Elétrica	0	0	0	0	6.104.175
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	2.294.253	2.893.508	3.015.925	2.648.784	4.406.562
Desenvolvimento Produtivo	0	0	0	0	3.125.375
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	878.697	987.793	1.254.855	1.256.060	1.590.499
Aviação Civil	0	0	0	0	1.132.963
Transporte Marítimo	0	0	0	0	382.938
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	0	0	0	0	144.652
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	0	0	0	0	135.151
Política Nacional de Defesa	0	0	0	0	51.590
Energia na Região Sul	849.207	1.001.493	1.061.038	1.023.408	41.779
Energia na Região Norte	219.529	273.260	422.601	1.191.989	23.882
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	351.257	359.562	529.943	1.045.327	759
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	0	0	0	0	2
Oferta de Petróleo e Gás Natural	24.290.491	29.720.965	35.567.672	32.940.707	0
Refino de Petróleo	8.221.007	12.485.803	18.581.354	20.713.940	0
Atuação Internacional na Área de Petróleo	5.797.612	4.730.895	4.700.972	4.456.490	0
Indústria Petroquímica	158.701	2.119.264	3.445.565	3.274.455	0
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	1.792.694	2.929.863	3.596.051	2.988.160	0
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	1.771.176	2.734.039	2.075.714	2.491.896	0
Brasil com Todo Gás	2.629.235	5.387.535	4.075.611	2.190.517	0
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.555.813	2.012.953	1.786.896	2.060.298	0
Energia na Região Nordeste	741.024	1.018.689	921.399	1.270.891	0
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	498.732	587.880	799.076	880.588	0
Luz para Todos	208.528	336.180	633.547	503.234	0
Energia nos Sistemas Isolados	396.418	506.331	368.366	427.641	0
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	39.495	225.224	244.279	202.287	0
Aprimoramento dos Serviços Postais	124.065	179.756	183.170	149.055	0

PROGRAMA	2008	2009	2010	2011	2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	17.774	43.856	103.885	139.741	0
Eficiência Energética	101.092	79.206	109.466	107.911	0
Vetor Logístico Centro-Norte	7.398	27.606	23.712	79.460	0
Inclusão Digital	0	0	0	72.372	0
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	6.096	6.724	13.649	66.038	0
Energia Alternativa Renovável	1.786	2.218	23.237	62.847	0
Gestão da Política de Previdência Social	23.306	98.635	96.130	53.051	0
Gestão da Política de Energia	32.229	47.211	52.638	43.240	0
Vetor Logístico Centro-Sudeste	60.063	52.746	130.352	34.345	0
Vetor Logístico Leste	72.240	43.316	20.051	29.666	0
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	40.094	25.452	28.950	21.961	0
Desenvolvimento da Agroenergia	256.717	203.442	68.377	21.233	0
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	7.812	9.603	28.556	15.306	0
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.134	1.648	2.078	2.601	0
Vetor Logístico Amazônico	147	451	2.023	1.238	0
Vetor Logístico Nordeste Meridional	14.451	12.285	6.030	614	0
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	362	775	2.735	562	0
Produção de Material Bélico	360	0	0	0	0
TOTAL	**53.461.994**	**71.146.164**	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**

Fonte: MP/Dest/Siest.

O Ministério de Minas e Energia, responsável pela supervisão dos Grupos Petrobras e Eletrobrás, respondeu, sozinho, por 93,8% dos investimentos realizados no exercício. Apenas a *holding* Petrobras foi responsável por 59,7% dos valores executados no Orçamento de Investimento. Em seguida, ficou o Ministério da Fazenda, com participação de 3,6% nos investimentos, com destaque para o Banco do Brasil S/A, com participação de 2,1% no total de investimentos das empresas estatais federais em 2012.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE

R$ mil

ÓRGÃO / UNIDADE	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/tb)	Desemp. % (b/a)
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	3.163.065	1.709.457	1,7	54,0
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	108.921	18.367	0,0	16,9
Companhia Docas do Ceará - CDC	172.543	81.352	0,1	47,1
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	192.317	95.254	0,1	49,5
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	377.139	116.144	0,1	30,8
Companhia Docas do Pará - CDP	98.349	43.254	0,0	44,0
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	375.480	4.923	0,0	1,3
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	109.419	34.990	0,0	32,0
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.728.896	1.315.173	1,3	76,1
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	20.171	18.914	0,0	93,8
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	8.433	7.796	0,0	92,4
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	461	309	0,0	67,1
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	11.277	10.808	0,0	95,8
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	28.680	2.047	0,0	7,1
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	28.680	2.047	0,0	7,1
MINISTÉRIO DA FAZENDA	4.972.803	3.550.326	3,6	71,4
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	2.415	2.172	0,0	89,9
Banco da Amazônia S.A. - BASA	46.822	16.030	0,0	34,2
Banco do Brasil S.A. - BB	3.027.649	2.086.019	2,1	68,9
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	91.698	42.027	0,0	45,8
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	2.300	1.171	0,0	50,9
Caixa Econômica Federal - CAIXA	1.264.047	930.052	0,9	73,6
Casa da Moeda do Brasil - CMB	264.500	233.923	0,2	88,4
COBRA Tecnologia S.A.	15.511	8.378	0,0	54,0
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	1.168	994	0,0	85,1
IRB - Brasil Resseguros S.A.	31.193	23.458	0,0	75,2
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	225.500	206.103	0,2	91,4

Cont.

ÓRGÃO / UNIDADE	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/tb)	Desemp. % (b/a)
MINISTÉRIO DO DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	49.206	29.259	0,0	59,5
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	49.206	29.259	0,0	59,5
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	96.066.043	91.908.326	93,8	95,7
GRUPO ELETROBRAS	*8.549.575*	*5.924.110*	*6,0*	*69,3*
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	966.560	750.954	0,8	77,7
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	31.415	26.727	0,0	85,1
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	246.505	209.704	0,2	85,1
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	565.724	348.011	0,4	61,5
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	43.914	14.447	0,0	32,9
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	25.075	20.173	0,0	80,4
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	78.933	52.904	0,1	67,0
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	82.822	64.861	0,1	78,3
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	153.092	104.962	0,1	68,6
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	353.421	314.648	0,3	89,0
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.865.871	1.152.264	1,2	61,8
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR	150	11	0,0	7,1
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	1.619.734	740.940	0,8	45,7
Emp. de Transm. de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	125.335	81.560	0,1	65,1
Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE	399.401	300.705	0,3	75,3
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	530.000	469.683	0,5	88,6
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.276.840	1.147.868	1,2	89,9
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE	103.710	59.340	0,1	57,2
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	81.074	64.348	0,1	79,4
GRUPO PETROBRAS	*87.516.468*	*85.984.216*	*87,8*	*98,2*
Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	415.428	415.427	0,4	100,0
Arembepe Energia S.A.	3.394	509	0,0	15,0
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	1.310.264	1.308.812	1,3	99,9
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	545.002	544.576	0,6	99,9
Comperj Participações S.A. - CPRJPAR	20	1	0,0	3,9
Energética Camacari Muricy I S.A. - Ecm 1	301	31	0,0	10,2
Fronape International Company - FIC	316.602	310.368	0,3	98,0
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	38.761	24.231	0,0	62,5
Innova S.A.	18.310	9.718	0,0	53,1
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	185.000	184.938	0,2	100,0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	83.532	25.708	0,0	30,8
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	843.359	842.207	0,9	99,9
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	4.733.139	5.067.244	5,2	107,1
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	6.347.376	6.138.017	6,3	96,7
Petrobras Química S.A. - PETROQUISA (*)	26	26	0,0	100,0
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.350.800	1.311.522	1,3	97,1
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	59.859.498	58.526.602	59,7	97,8
Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	9.458.141	9.367.648	9,6	99,0
Stratura Asfaltos S.A.	3.231	3.204	0,0	99,2
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	3.781	3.825	0,0	101,2
Termoceará Ltda.	2.016	2.019	0,0	100,1
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	1.940.300	1.846.808	1,9	95,2
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	58.187	50.774	0,1	87,3
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	130.000	122.977	0,1	94,6
Empresa de Tecnol. e Informações da Previdência Social - DATAPREV	130.000	122.977	0,1	94,6
MINISTÉRIO DA SAÚDE	263.839	76.652	0,1	29,1
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	263.839	76.652	0,1	29,1
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	390	31	0,0	8,1
Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	390	31	0,0	8,1
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	890.851	543.177	0,6	61,0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	615.556	404.528	0,4	65,7
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	275.295	138.649	0,1	50,4

ÓRGÃO / UNIDADE	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/tb)	Desemp. % (b/a)
MINISTÉRIO DA DEFESA	7.175	6.844	0,0	95,4
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	7.175	6.844	0,0	95,4
TOTAL	**105.592.223**	**97.968.010**	**100,0**	**92,8**

(*) Petroquisa foi incorporada pelo Petrobras, por decisão da AGE realizada em 27/01/2012.
Fonte: MP/DEST/Siest.

Dentre os investimentos realizados pelas empresas estatais federais em 2012, 91,9% pertencem à função “Energia”, com destaque para a subfunção “Combustíveis Minerais”, que respondeu por 76,8% do realizado. “Defesa Nacional”, “Indústria”, “Energia”, “Previdência Social” e “Agricultura” foram as funções com melhores desempenhos, com realização de 99,9%, 98,5%, 95,6%, 94,6% e 93,8% sobre os valores previstos, respectivamente.

Das 9 funções com realização no período, 1 teve desempenho abaixo de 50%, “Saúde” com 29,1% sobre o disponível. Com relação às subfunções, além da já citada “Combustíveis Minerais”, destacam-se os investimentos nas seguintes rubricas: “Energia Elétrica”, com 6,5%, e “Transportes Especiais” da função “Energia”, com 4,8%. Registraram desempenho superior a 95,0% as seguintes subfunções: “Comercialização” 100,0%, “Administração Geral” da função “Defesa Nacional”, com 99,9%, “Produção Industrial” da função “Indústria”, com 99,6%, “Combustíveis Minerais” 98,9%, “Transporte Hidroviário” da função “Energia”, com 97,1% e “Tecnologia de Informação” da função “Previdência Social”, com 96,6%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012
INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

R$ mil

Função e Subfunção	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)	Desemp. % (d/c)
Agricultura	**19.268**	**903**	**20.171**	**18.914**	**0,0**	**93,8**
Administração Geral	18.653	509	19.161	17.964	0,0	93,7
Tecnologia da Informação	615	395	1.010	950	0,0	94,1
Comércio e Serviços	**4.786.263**	**-74**	**4.786.189**	**3.347.709**	**3,4**	**69,9**
Administração Geral	702.575	-35.129	667.446	480.886	0,5	72,0
Serviços Financeiros	2.641.110	8.189	2.649.299	1.590.499	1,6	60,0
Tecnologia da Informação	1.442.578	26.866	1.469.445	1.276.324	1,3	86,9
Comunicações	**1.245.361**	**-363.621**	**881.740**	**542.703**	**0,6**	**61,5**
Administração Geral	228.763	-51.016	177.747	113.399	0,1	63,8
Comunicações Postais	431.500	-112.745	318.755	217.614	0,2	68,3
Tecnologia da Informação	231.789	-88.001	143.789	81.785	0,1	56,9
Telecomunicações	353.309	-111.859	241.450	129.906	0,1	53,8
Defesa Nacional	**6.335**	**0**	**6.335**	**6.330**	**0,0**	**99,9**
Administração Geral	6.335	0	6.335	6.330	0,0	99,9
Energia	**95.830.085**	**-1.654.535**	**94.175.550**	**90.024.390**	**91,9**	**95,6**
Administração Geral	437.958	331.738	769.696	614.194	0,6	79,8
Biocombustíveis	139.039	-57.206	81.833	24.310	0,0	29,7
Combustíveis Minerais	75.076.760	1.061.903	76.138.663	75.265.361	76,8	98,9
Comercialização	841.298	-58.401	782.897	782.723	0,8	100,0
Conservação de Energia	100.118	-26.646	73.472	57.370	0,1	78,1
Energia Elétrica	10.360.566	-1.573.313	8.787.253	6.369.357	6,5	72,5
Produção Industrial	843.285	-527.415	315.870	278.211	0,3	88,1
Tecnologia da Informação	1.353.904	-228.785	1.125.119	996.969	1,0	88,6
Transporte Hidroviário	1.347.506	-422.363	925.143	898.493	0,9	97,1
Transportes Especiais	5.329.651	-154.046	5.175.605	4.737.402	4,8	91,5
Indústria	**1.368.144**	**751.622**	**2.119.766**	**2.087.312**	**2,1**	**98,5**
Administração Geral	50.000	-18.500	31.500	22.616	0,0	71,8
Produção Industrial	1.288.144	774.622	2.062.766	2.053.934	2,1	99,6
Tecnologia da Informação	30.000	-4.500	25.500	10.762	0,0	42,2
Previdência Social	**100.000**	**30.000**	**130.000**	**122.977**	**0,1**	**94,6**
Administração Geral	40.000	-15.000	25.000	21.566	0,0	86,3
Tecnologia da Informação	60.000	45.000	105.000	101.411	0,1	96,6
Saúde	**263.839**	**0**	**263.839**	**76.652**	**0,1**	**29,1**
Administração Geral	2.800	0	2.800	695	0,0	24,8
Suporte Profilático e Terapêutico	259.692	0	259.692	75.779	0,1	29,2
Tecnologia da Informação	1.347	0	1.347	178	0,0	13,2

Função e Subfunção	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)	Desemp. % (d/c)
Transporte	**3.211.161**	**-2.528**	**3.208.632**	**1.741.023**	**1,8**	**54,3**
Administração Geral	45.121	117.832	162.954	79.403	0,1	48,7
Tecnologia da Informação	62.667	7.750	70.418	62.823	0,1	89,2
Transporte Aéreo	1.943.097	-394.956	1.548.141	1.185.312	1,2	76,6
Transporte Hidroviário	1.070.246	321.647	1.391.893	382.938	0,4	27,5
Transportes Especiais	90.030	-54.803	35.227	30.547	0,0	86,7
TOTAL	**106.830.455**	**-1.238.232**	**105.592.223**	**97.968.010**	**100,0**	**92,8**

Fonte: MP/Dest/Siest.

A tabela seguinte apresenta a evolução da execução do Orçamento de Investimento entre os anos de 2008 a 2012, por função e subfunção, em valores nominais. O crescimento acumulado dos valores investidos no período foi de 83,2%, com destaque para função “Indústria”, que apresentou crescimento de 4.008,2%. Outro destaque foi para a função “Energia”, responsável pela maior parte dos investimentos das empresas estatais no ano de 2012, que ficou em 91,9% do total dos investimentos. Considerando apenas as funções com investimentos em todos os anos do período, os maiores crescimentos foram verificados nas funções “Indústria”, já citado acima e “Saúde” 1.002,3%, e os menores, nas funções “Comércio e Serviços” 86,3% e “Energia” 77,2%. Com relação às subfunções, considerando apenas aquelas com valores em todos os anos do período analisado, os maiores crescimentos foram verificados na “Produção Industrial” 6.079,7%, “Administração Geral” da função Transporte 1.339,8% e “Suporte Profilático e Terapêutico” da função Saúde 1.143,1%. As subfunções “Biocombustíveis“, “Tecnologia de Informação” e “Conservação de Energia” registraram recuo nos investimentos realizados, de 90,5%, 51,8% e 43,2%, respectivamente.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2008 / 2012
INVESTIMENTO REALIZADO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

R$ mil

Função e Subfunção	2008	2009	2010	2011	2012
Administração	**28**	**72.352**	**18**	**13**	**0**
Administração Geral	28	72.352	18	13	0
Agricultura	**4.916**	**6.918**	**7.167**	**14.569**	**18.914**
Administração Geral	4.745	6.848	5.513	11.715	17.964
Tecnologia da Informação	172	70	1.654	2.854	950
Comércio e Serviços	**1.796.693**	**2.150.681**	**2.582.893**	**2.353.668**	**3.347.709**
Administração Geral	272.128	430.653	346.816	327.250	480.886
Serviços Financeiros	878.697	987.793	1.254.855	1.256.060	1.590.499
Tecnologia da Informação	645.869	732.235	981.222	770.358	1.276.324
Comunicações	**214.253**	**234.805**	**243.998**	**269.319**	**542.703**
Administração Geral	33.718	24.193	27.344	8.935	113.399
Comunicações Postais	124.065	179.756	183.170	149.055	217.614
Tecnologia da Informação	56.470	30.856	33.484	38.956	81.785
Telecomunicações	0	0	0	72.372	129.906
Defesa Nacional	**0**	**8.495**	**7.188**	**0**	**6.330**
Administração Geral	0	8.495	7.188	0	6.330
Energia	**50.808.877**	**67.190.770**	**78.102.233**	**75.587.948**	**90.024.390**
Administração Geral	282.459	212.062	411.557	358.434	614.194
Biocombustíveis	256.717	203.442	96.283	52.160	24.310
Combustíveis Minerais	41.396.752	51.412.057	62.554.834	60.957.148	75.265.361
Comercialização	379.287	475.643	633.347	741.081	782.723
Conservação de Energia	101.092	79.206	109.466	107.911	57.370
Energia Elétrica	4.125.904	5.798.992	5.519.483	6.939.149	6.369.357
Irrigação	134.086	145.766	142.299	119.093	0
Produção Industrial	0	0	0	191.875	278.211
Tecnologia da Informação	971.003	1.303.574	1.025.034	951.642	996.969
Transporte Hidroviário	171.755	464.186	561.344	623.391	898.493
Transportes Especiais	2.989.822	7.095.843	7.048.584	4.546.064	4.737.402
Indústria	**50.809**	**751.813**	**1.965.856**	**2.566.806**	**2.087.312**
Administração Geral	13.871	17.521	15.047	29.622	22.616
Mineração	2.134	1.648	2.078	2.601	0
Produção Industrial	33.237	732.275	1.948.731	2.534.583	2.053.934
Tecnologia da Informação	1.568	368	0	0	10.762
Previdência Social	**25.399**	**111.277**	**101.441**	**59.427**	**122.977**
Administração Geral	2.093	12.641	5.311	6.377	21.566
Tecnologia da Informação	23.306	98.635	96.130	53.051	101.411
Saúde	**6.954**	**7.812**	**17.124**	**66.809**	**76.652**

Função e Subfunção	2008	2009	2010	2011	2012
Administração Geral	127	78	18	178	695
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	362	775	2.735	562	0
Suporte Profilático e Terapêutico	6.096	6.724	13.649	66.038	75.779
Tecnologia da Informação	369	236	722	31	178
Transporte	**554.064**	**611.241**	**947.986**	**1.549.354**	**1.741.023**
Administração Geral	5.515	9.068	37.576	46.657	79.403
Combustíveis Minerais	0	0	0	65.410	0
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueo	0	0	0	570	0
Tecnologia da Informação	17.406	49.767	58.233	49.155	62.823
Transporte Aéreo	359.069	369.165	558.499	1.060.633	1.185.312
Transporte Hidroviário	172.074	180.260	285.753	284.438	382.938
Transportes Especiais	0	2.981	7.625	42.437	30.547
Vigilância Epidemiológica	0	0	300	55	0
TOTAL	**53.461.994**	**71.146.164**	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Os recursos próprios não só constituíram a principal fonte de financiamento do Orçamento de Investimento; 81,7% dos investimentos foram financiados com geração própria de recursos pelas empresas estatais; como também tiveram o melhor desempenho, sendo efetivamente gastos 95,1% dos valores previstos. A captação de recursos de longo prazo, exclusive em instituições financeiras, também foi importante em 2012, representando 3,6% do total das fontes utilizadas, com um desempenho de 84,8% em relação à dotação prevista.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA

R$ mil

Fontes de Financiamento	Dotação Inicial (a)	Compos. % (a/Ta)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Compos. % (c/Tc)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)
Recursos Próprios	**87.840.527**	**82,2**	**-3.755.786**	**84.084.741**	**79,6**	**80.005.035**	**81,7**
Geração Própria	87.840.527	82,2	-3.755.786	84.084.741	79,6	80.005.035	81,7
Recursos p/ aumento do PL	**11.422.018**	**10,7**	**3.411.483**	**14.833.500**	**14,0**	**12.109.347**	**12,4**
Tesouro	1.617.577	1,5	1.165.457	2.783.035	2,6	621.250	0,6
Direto	1.217.919	1,1	570.449	1.788.368	1,7	141.514	0,1
Saldos de Exercícios Anteriores	399.658	0,4	595.008	994.667	0,9	479.737	0,5
Controladora	9.804.440	9,2	2.246.025	12.050.466	11,4	11.488.096	11,7
Op. de Crédito de Longo Prazo	**4.991.677**	**4,7**	**-882.743**	**4.108.933**	**3,9**	**3.485.179**	**3,6**
Internas	2.916.986	2,7	-836.371	2.080.615	2,0	1.438.795	1,5
Externas	2.074.691	1,9	-46.372	2.028.319	1,9	2.046.384	2,1
Outros Rec. de Longo Prazo	**2.576.234**	**2,4**	**-11.186**	**2.565.048**	**2,4**	**2.368.450**	**2,4**
Debêntures	76.284	0,1	71.454	147.738	0,1	49.042	0,1
Controladora	1.647.008	1,5	-584.016	1.062.991	1,0	858.336	0,9
Outras Fontes	852.942	0,8	501.377	1.354.319	1,3	1.461.072	1,5
TOTAL	**106.830.455**	**100,0**	**-1.238.232**	**105.592.223**	**100,0**	**97.968.010**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Ao analisar o comportamento das fontes de financiamento entre os anos de 2008 a 2012, nota-se que os recursos próprios praticamente dobraram desde 2008, apesar da atipicidade do ano de 2009 em decorrência dos impactos da crise financeira internacional. Em relação aos recursos para aumento de patrimônio de 2012, houve uma evidente alta de 510,2% em relação ao ano anterior. Outro ponto em destaque é a redução de 56,3% entre os anos de 2011 e 2012 nas operações de crédito de longo prazo internas, que passou de 4,0% no ano de 2011 para 1,5% no ano de 2012.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2008 / 2012
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS, POR NATUREZA

R$ mil

Fontes de Financiamento	2008	2009	2010	2011	2012
Recursos Próprios	**43.883.987**	**34.056.687**	**61.634.558**	**73.526.713**	**80.005.035**
Geração Própria	43.883.987	34.056.687	61.634.558	73.526.713	80.005.035
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	**2.163.048**	**3.185.844**	**3.833.220**	**1.984.644**	**12.109.347**
Tesouro	303.111	235.721	350.893	346.129	621.250
Direto	205.759	160.302	86.377	217.224	141.514
Saldos de Exercícios Anteriores	97.352	75.419	264.516	128.905	479.737
Controladora	1.859.937	2.950.123	3.479.458	1.638.515	11.488.096
Outras Estatais	0	0	2.870	0	0

Fontes de Financiamento	2008	2009	2010	2011	2012
Operações de Crédito de Longo Prazo	**1.377.998**	**22.835.567**	**2.816.851**	**4.830.177**	**3.485.179**
Internas	66.305	16.673.811	2.816.851	3.295.243	1.438.795
Externas	1.311.693	6.161.755	0	1.534.934	2.046.384
Outros Recursos de Longo Prazo	**6.036.962**	**11.068.067**	**15.691.273**	**2.126.379**	**2.368.450**
Debêntures	0	0	0	105.609	49.042
Controladora	3.955.421	1.152.524	1.397.339	1.333.301	858.336
Outras Estatais	1.983.318	9.778.578	0	0	0
Outras Fontes	98.223	136.965	14.293.935	687.469	1.461.072
TOTAL	**53.461.994**	**71.146.164**	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Das 72 empresas com programações no Orçamento de Investimento, sete pertenciam ao setor financeiro e 65 ao setor produtivo. No setor produtivo, 23 empresas pertenciam ao Grupo Petrobras, 19 ao Grupo Eletrobrás e 23 ao Grupo das Demais Empresas que não dependem de recursos do Tesouro Nacional, sendo:

- Três, na área de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- Oito, na área de administração portuária;
- Uma, na área de serviços postais;
- Uma, na área de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao vôo e segurança do tráfego aéreo;
- Três, na área industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e
- Sete, na área de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR / GRUPO

R$ mil

Setor / Grupo	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)
Setor Produtivo Estatal	**102.269.083**	**-1.216.155**	**101.052.927**	**94.839.119**	**96,8**
Grupo Petrobras	86.824.352	692.116	87.516.468	85.984.216	87,8
Grupo Eletrobrás e Federalizadas	10.103.907	-1.554.332	8.549.575	5.924.110	6,0
Demais Empresas do Setor Produtivo	5.340.824	-353.940	4.986.884	2.930.793	3,0
Setor Financeiro	**4.561.372**	**-22.077**	**4.539.296**	**3.128.891**	**3,2**
TOTAL	**106.830.455**	**-1.238.232**	**105.592.223**	**97.968.010**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siest.

A participação do Setor Produtivo Estatal cresceu 83,2% entre os anos de 2008 e 2012, o mesmo percentual foi apresentado no total de todas as empresas entre o mesmo período. O Grupo Petrobras, apesar da redução de 4,4% em 2011, cresceu 83,2%, no período entre 2008 a 2012, conforme tabela apresentada a seguir. O Grupo Eletrobras recuou sua participação de 8,2%, em 2011, para 6,0% em 2012. Já as Demais Empresas elevaram suas participações de 2,7% em 2011, para 3,0% em 2012, junto com o setor financeiro que passou de 2,7%, em 2011 para 3,2%, em 2012.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2008 / 2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR SETOR / GRUPO

R$ mil

Setor / Grupo	2008	2009	2010	2011	2012
Setor Produtivo Estatal	**51.771.269**	**69.131.188**	**81.512.943**	**80.259.131**	**94.839.119**
Grupo Petrobras	46.941.437	62.530.070	74.552.101	71.285.370	85.984.216
Grupo Eletrobrás e Federalizadas	3.878.140	5.190.283	5.279.352	6.775.177	5.924.110
Demais Empresas do Setor Produtivo	951.691	1.410.835	1.681.491	2.198.583	2.930.793
Setor Financeiro	**1.690.726**	**2.014.977**	**2.462.960**	**2.208.782**	**3.128.891**
TOTAL	**53.461.994**	**71.146.164**	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**

Fonte: MP/Dest/Siest.

A seguir, tabelas com a execução dos investimentos e a participação no total, por grupo e empresa, no período de 2008 a 2012, em valores nominais.

GRUPO PETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2008 / 2012

R$ mil

EMPRESA	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Petrobras	33.196.188	70,7	41.818.998	66,9	47.382.143	63,6	45.895.590	64,4	58.526.602	68,1
Rnest	473.960	1,0	946.703	1,5	3.075.113	4,1	6.673.304	9,4	9.367.648	10,9
PNBV	4.873.827	10,4	6.942.181	11,1	9.389.548	12,6	6.934.934	9,7	6.138.017	7,1
PIB BV	5.789.357	12,3	4.716.098	7,5	4.693.044	6,3	4.427.039	6,2	5.067.244	5,9
TAG	1.385.277	3,0	4.258.009	6,8	3.657.968	4,9	1.952.244	2,7	1.846.808	2,1
Transpetro	323.643	0,7	776.304	1,2	1.081.674	1,5	916.180	1,3	1.311.522	1,5
Citepe	0	0,0	70.026	0,1	904.874	1,2	1.110.905	1,6	1.308.812	1,5
BR	409.568	0,9	508.781	0,8	672.732	0,9	791.245	1,1	842.207	1,0
Petroquímicasuape	0	0,0	454.152	0,7	814.624	1,1	1.251.012	1,8	544.576	0,6
Refap	169.659	0,4	256.308	0,4	618.229	0,8	668.858	0,9	415.427	0,5
FIC	8.255	0,0	14.797	0,0	7.928	0,0	29.451	0,0	310.368	0,4
Liquigás	126.040	0,3	117.644	0,2	173.341	0,2	145.201	0,2	184.938	0,2
TBG	142.460	0,3	273.943	0,4	176.034	0,2	45.531	0,1	50.774	0,1
Pbio	0	0,0	1.771	0,0	70.271	0,1	25.972	0,0	25.708	0,0
Gás Brasiliano GBD	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2.349	0,0	24.231	0,0
Stratura Asfaltos	849	0,0	966	0,0	1.792	0,0	5.137	0,0	3.204	0,0
Termoceará	164	0,0	936	0,0	400	0,0	3.156	0,0	2.019	0,0
Arembepe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	509	0,0
ECM 1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	31	0,0
CPRJPAR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	28	0,0	1	0,0
CPRJPOL	0	0,0	136.691	0,2	160.768	0,2	311.520	0,4	0	0,0
Innova	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15.876	0,0	9.718	0,0
SFE	92	0,0	440	0,0	2.163	0,0	3.278	0,0	3.825	0,0
Mangue Seco 2	0	0,0	0	0,0	21.628	0,0	60.082	0,1	0	0,0
CPRJEST	0	0,0	31.932	0,1	41.270	0,1	9.978	0,0	0	0,0
Innova	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15.876	0,0	9.718	0,0
SFE	92	0,0	440	0,0	2.163	0,0	3.278	0,0	3.825	0,0
Mangue Seco 2	0	0,0	0	0,0	21.628	0,0	60.082	0,1	0	0,0
CPRJEST	0	0,0	31.932	0,1	41.270	0,1	9.978	0,0	0	0,0
PIFCo	2.338	0,0	653	0,0	199	0,0	1.035	0,0	0	0,0
Termomacaé	72	0,0	39	0,0	488	0,0	548	0,0	0	0,0
Breitener	0	0,0	0	0,0	199.084	0,3	0	0,0	0	0,0
CPRJMEG	0	0,0	39.932	0,1	33.869	0,0	0	0,0	0	0,0
Brasoil	3.400	0,0	10.009	0,0	5.563	0,0	0	0,0	0	0,0
Termobahia	2.270	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Petroquisa (1)	24	0,0	1	0,0	42.973	0,1	248	0,0	26	0,0
Fafen Energia (2)	30	0,0	4.875	0,0	3.322	0,0	3.895	0,0	0	0,0
Termorio (3)	6.894	0,0	1.028	0,0	1.893	0,0	488	0,0	0	0,0
Utejf (4)	0	0,0	73	0,0	573	0,0	287	0,0	0	0,0
CPRJBAS (5)	0	0,0	1.011.001	1,6	1.188.392	1,6	0	0,0	0	0,0
CPRJPET (6)	0	0,0	129.617	0,2	130.198	0,2	0	0,0	0	0,0
Alvo (7)	0	0,0	5.398	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Triunfo (8)	8.538	0,0	763	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TNS (9)	17.832	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TCG (10)	700	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	**46.941.437**	**100,0**	**62.530.070**	**100,0**	**74.552.101**	**100,0**	**71.285.370**	**100,0**	**85.984.216**	**100,0**

1) Petroquisa incorporada pela Petrobras em 27/01/2012 / 2) Fafen Energia Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011 / 3) Termorio Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011 / 4) Utejf Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011 / 5) CPRJBAS incorporada pela Petrobras em 31/01/2011 / 6) CPRJPET incorporada pela Petrobras em 31/01/2011 / 7) Alvo incorporada pela BR em 31/01/2009 / 8) Triunfo Privatizada em 05/05/2009 / 9) TNS Incorporada pela TAG em 30/01/2008 / 10) TCG Incorporada pela TAG em 30/01/2008.
Fonte: MP/DEST/Siest.

GRUPO ELETROBRAS - DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2008 / 2012

R$ mil

EMPRESA	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Chesf	589.820	15,2	749.310	14,4	789.568	15,0	1.145.713	16,9	1.152.264	19,5
Furnas	1.087.215	28,0	1.433.258	27,6	1.245.290	23,6	987.845	14,6	1.147.868	19,4
AmE	231.917	6,0	311.332	6,0	489.909	9,3	503.822	7,4	750.954	12,7
Eletronuclear	299.048	7,7	545.455	10,5	531.331	10,1	1.273.044	18,8	740.940	12,5
Eletrosul	412.434	10,6	552.738	10,6	627.868	11,9	620.258	9,2	469.683	7,9
Eletronorte	423.793	10,9	491.258	9,5	418.341	7,9	391.742	5,8	348.011	5,9
Cepisa (*)	86.977	2,2	144.154	2,8	275.916	5,2	299.974	4,4	314.648	5,3
ETE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	503.914	7,4	300.705	5,1
Ceron (*)	68.556	1,8	148.611	2,9	144.881	2,7	154.359	2,3	209.704	3,5
Ceal (*)	89.388	2,3	132.999	2,6	138.032	2,6	86.110	1,3	104.962	1,8
RS Energia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	31.484	0,5	81.560	1,4
CGTEE	422.101	10,9	422.700	8,1	438.159	8,3	258.775	3,8	64.861	1,1
RBTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	119.119	1,8	64.348	1,1
PVTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	297.431	4,4	59.340	1,0
Eletroacre (*)	52.064	1,3	176.613	3,4	58.112	1,1	39.786	0,6	52.904	0,9
BVenergia	51.302	1,3	9.893	0,2	10.266	0,2	32.680	0,5	26.727	0,5
Cepel	28.134	0,7	17.921	0,3	16.115	0,3	14.096	0,2	20.173	0,3
Eletrobras	31.294	0,8	54.030	1,0	95.545	1,8	15.013	0,2	14.447	0,2
Eletropar	28	0,0	14	0,0	18	0,0	13	0,0	11	0,0
Ceam (**)	4.071	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	**3.878.140**	**100,0**	**5.190.283**	**100,0**	**5.279.352**	**100,0**	**6.775.177**	**100,0**	**5.924.110**	**100,0**

(*) Empresas federalizadas / (**) Ceam incorporada pela AmE em 28/03/2008.
Fonte: MP/Dest/Siest.

DEMAIS EMPRESAS DO SPE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2008 / 2012

R$ mil

EMPRESA	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Infraero	376.218	39,5	421.257	29,9	643.621	38,3	1.144.749	52,1	1.315.173	44,9
ECT	214.253	22,5	234.805	16,6	242.047	14,4	194.737	8,9	404.528	13,8
CMB	39.495	4,2	225.224	16,0	244.279	14,5	202.287	9,2	233.923	8,0
Serpro	98.660	10,4	131.320	9,3	110.935	6,6	133.030	6,1	206.103	7,0
Telebrás	0	0,0	0	0,0	3.883	0,2	76.195	3,5	138.649	4,7
Dataprev	25.399	2,7	183.615	13,0	101.441	6,0	59.427	2,7	122.977	4,2
Codesp	61.181	6,4	55.198	3,9	131.831	7,8	35.534	1,6	116.144	4,0
Codesa	2.565	0,3	886	0,1	8.528	0,5	17.931	0,8	95.254	3,3
CDC	1.970	0,2	5.644	0,4	14.691	0,9	19.224	0,9	81.352	2,8
Hemobrás	6.954	0,7	7.812	0,6	17.124	1,0	66.809	3,0	76.652	2,6
CDP	10.167	1,1	30.327	2,1	29.006	1,7	85.148	3,9	43.254	1,5
Codern	16.894	1,8	38.849	2,8	89.736	5,3	121.074	5,5	34.990	1,2
Codeba	14.574	1,5	12.690	0,9	6.673	0,4	1.945	0,1	18.367	0,6
Ceagesp	3.371	0,4	568	0,0	3.457	0,2	7.400	0,3	10.808	0,4
Cobra	5.002	0,5	2.992	0,2	7.354	0,4	8.816	0,4	8.378	0,3
Ceasaminas	827	0,1	6.248	0,4	3.026	0,2	6.967	0,3	7.796	0,3
Emgepron	0	0,0	8.495	0,6	7.188	0,4	568	0,0	6.844	0,2
CDRJ	70.484	7,4	43.404	3,1	14.344	0,9	13.716	0,6	4.923	0,2
Ativos S.A.	125	0,0	49	0,0	33	0,0	59	0,0	2.172	0,1
BB Turismo	1.517	0,2	542	0,0	1.025	0,1	1.925	0,1	1.171	0,0
Emgea	664	0,1	802	0,1	585	0,0	833	0,0	994	0,0
Casemg	718	0,1	101	0,0	685	0,0	202	0,0	309	0,0
Codomar	10	0,0	6	0,0	0	0,0	6	0,0	31	0,0
Imbel (*)	642	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	**951.692**	**100,0**	**1.410.835**	**100,0**	**1.681.491**	**100,0**	**2.198.583**	**100,0**	**2.930.793**	**100,0**

(*) Imbel passou para o Grupo das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional a partir de 2009.
Fonte: MP/Dest/Siest.

SETOR FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2008 / 2012

R$ mil

EMPRESA	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
BB	1.148.253	67,9	1.349.439	67,0	1.770.674	71,9	1.572.161	71,2	2.086.019	66,7
Caixa	438.023	25,9	462.342	22,9	584.621	23,7	498.563	22,6	930.052	29,7
BNB	14.356	0,8	37.471	1,9	21.142	0,9	27.799	1,3	42.027	1,3
BNDES	37.816	2,2	17.408	0,9	52.873	2,1	47.938	2,2	29.259	0,9
IRB-Brasil Re	11.908	0,7	5.269	0,3	13.134	0,5	21.346	1,0	23.458	0,7
Basa	15.184	0,9	5.589	0,3	19.353	0,8	38.865	1,8	16.030	0,5
Finep	337	0,0	6.847	0,3	1.163	0,0	2.109	0,1	2.047	0,1
BNC (1)	0	0,0	130.611	6,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Besc (2)	24.508	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
BEP (3)	342	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	**1.690.726**	**100,0**	**2.014.977**	**100,0**	**2.462.960**	**100,0**	**2.208.782**	**100,0**	**3.128.891**	**100,0**

1) BNC incorporado pelo BB em 30/11/2009.
2) Besc Incorprado pelo BB em 30/09/2008.
3) BEP Incorporado pelo BB em 28/11/2008.
Fonte: MP/Dest/Siest.

A Região Sudeste concentrou 24,2% dos dispêndios realizados por meio do Orçamento de Investimentos em 2012, e quando descontados os investimentos sob a rubrica “Nacional” e “Exterior”, sua participação passa para 44,8%. A participação apenas do estado de Pernambuco foi de 11,6% e superou a verificada nas Regiões Sul (7,9%), Norte (2,5%) e Centro-Oeste (0,6%), em grande medida, devido aos investimentos da Petrobras através das Refinarias Abreu e Lima - RNEST, Petroquímicasuape e Citepe. Na tabela a seguir, informações sobre a programação e realização do Orçamento de Investimento em 2012, por região e Unidade Federada:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS

R$ mil

MACRORREGIÃO Região / Estado	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Compos. % (c/Tc)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)	Desemp. % (d/c)
Nacional	**38.952.956**	**-2.470.940**	**36.482.016**	**34,9**	**34.150.559**	**34,9**	**93,6**
Exterior	**8.961.557**	**1.828.562**	**10.790.119**	**11,1**	**10.907.667**	**11,1**	**101,1**
Região Norte	**3.666.796**	**-521.952**	**3.144.844**	**2,5**	**2.413.010**	**2,5**	**76,7**
Região Norte	1.268.526	-330.170	938.355	0,8	744.183	0,8	79,3
Acre	137.503	-51.191	86.313	0,1	56.406	0,1	65,4
Amapá	17.237	-1.186	16.051	0,0	8.758	0,0	54,6
Amazonas	1.435.396	-163.307	1.272.089	1,1	1.041.553	1,1	81,9
Pará	179.381	-10.321	169.060	0,1	61.505	0,1	36,4
Rondônia	568.172	48.402	616.574	0,5	467.432	0,5	75,8
Roraima	52.116	-13.687	38.429	0,0	29.949	0,0	77,9
Tocantins	8.465	-492	7.973	0,0	3.223	0,0	40,4
Região Nordeste	**19.595.786**	**578.175**	**20.173.961**	**18,8**	**18.464.987**	**18,8**	**91,5**
Região Nordeste	4.386.497	330.972	4.717.469	4,2	4.134.855	4,2	87,6
Alagoas	295.104	-126.878	168.226	0,1	113.008	0,1	67,2
Bahia	1.817.509	-312.015	1.505.494	1,2	1.152.672	1,2	76,6
Ceará	461.796	36.897	498.692	0,4	347.641	0,4	69,7
Maranhão	1.777.582	-971.618	805.964	0,8	783.691	0,8	97,2
Paraíba	10.578	2.482	13.059	0,0	6.674	0,0	51,1
Pernambuco	9.867.252	1.787.019	11.654.271	11,6	11.354.712	11,6	97,4
Piauí	505.949	-136.374	369.575	0,3	320.999	0,3	86,9
Rio Grande do Norte	301.872	-61.001	240.871	0,2	163.112	0,2	67,7
Sergipe	171.646	28.692	200.339	0,1	87.622	0,1	43,7
Região Sudeste	**31.353.035**	**-5.487.007**	**25.866.028**	**24,2**	**23.686.136**	**24,2**	**91,6**
Região Sudeste	11.090.978	685.589	11.776.567	12,0	11.796.996	12,0	100,2
Espírito Santo	223.098	272.777	495.875	0,4	381.776	0,4	77,0
Minas Gerais	1.357.865	-353.585	1.004.280	0,9	929.710	0,9	92,6
Rio de Janeiro	12.846.697	-4.487.549	8.359.148	7,0	6.904.908	7,0	82,6
São Paulo	5.834.397	-1.604.240	4.230.157	3,7	3.672.746	3,7	86,8

MACRORREGIÃO Região / Estado	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Compos. % (c/Tc)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)	Desemp. % (d/c)
Região Sul	**3.467.833**	**4.955.473**	**8.423.307**	**7,9**	**7.730.323**	**7,9**	**91,8**
Região Sul	96.795	-38.303	58.492	0,0	27.400	0,0	46,8
Paraná	1.414.496	502.458	1.916.954	1,9	1.822.062	1,9	95,0
Rio Grande do Sul	1.739.494	4.535.088	6.274.583	5,9	5.743.060	5,9	91,5
Santa Catarina	217.048	-43.769	173.278	0,1	137.800	0,1	79,5
Região Centro-Oeste	**832.492**	**-120.543**	**711.950**	**0,6**	**615.328**	**0,6**	**86,4**
Região Centro-Oeste	8.097	7.141	15.238	0,0	13.790	0,0	90,5
Distrito Federal	574.909	-206.207	368.701	0,3	309.742	0,3	84,0
Goiás	91.296	-37.076	54.220	0,0	33.805	0,0	62,3
Mato Grosso	53.569	-30.271	23.298	0,0	15.656	0,0	67,2
Mato Grosso do Sul	104.622	145.871	250.493	0,2	242.335	0,2	96,7
TOTAL	**106.830.455**	**-1.238.232**	**105.592.223**	**100,0**	**97.968.010**	**100,0**	**92,8**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Entre os anos de 2008 e 2012, o estado de Santa Catarina foi o que registrou maior crescimento nominal nos investimentos (3.201,4%), seguido dos estados de Pernambuco (2.256,7%), Sergipe (2.129,0%), e Mato Grosso do Sul (1.388,2%). No período analisado, os investimentos realizados pelas empresas estatais federais registraram queda, em valores nominais, em cinco estados: Espírito Santo (59,2%), Roraima (49,8%), Ceará (8,6%), Acre (5,0%) e Pará (2,7%). Nas Regiões Norte, Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Nacional os investimentos mais do que dobraram, entre 208 e 2012, com consequente aumento da participação dessas regiões nos investimentos totais, a exceção das Regiões Sudeste e Exterior que apresentaram queda na participação total.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2008 / 2012
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

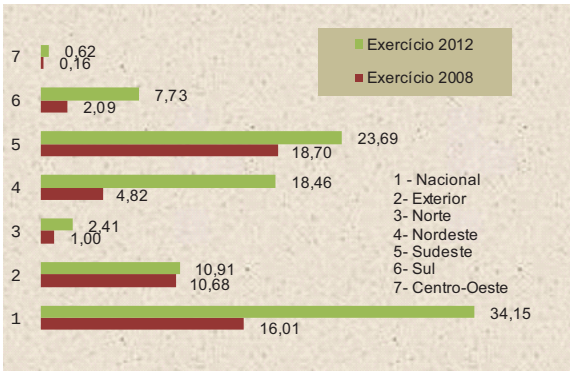
R$ mil

MACRORREGIÃO	2008		2009		2010		2011		2012	
Região / Estado	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nacional	**16.011.277**	**29,9**	**17.485.295**	**24,6**	**19.260.296**	**22,9**	**22.130.251**	**26,8**	**34.150.559**	**34,9**
Exterior	**10.677.177**	**20,0**	**11.683.738**	**16,4**	**11.340.703**	**13,5**	**11.392.290**	**13,8**	**10.907.667**	**11,1**
Região Norte	**1.004.881**	**1,9**	**1.472.962**	**2,1**	**1.991.285**	**2,4**	**2.597.867**	**3,2**	**2.413.010**	**2,5**
Região Norte	471.022	0,9	568.942	0,8	585.510	0,7	762.162	0,9	744.183	0,8
Acre	59.361	0,1	177.325	0,2	62.200	0,1	41.924	0,1	56.406	0,1
Amapá	7.507	0,0	4.142	0,0	10.588	0,0	11.676	0,0	8.758	0,0
Amazonas	273.686	0,5	498.335	0,7	1.117.318	1,3	884.993	1,1	1.041.553	1,1
Pará	63.234	0,1	61.922	0,1	54.016	0,1	104.468	0,1	61.505	0,1
Rondônia	69.074	0,1	149.170	0,2	147.630	0,2	755.254	0,9	467.432	0,5
Roraima	59.652	0,1	12.058	0,0	12.275	0,0	34.845	0,0	29.949	0,0
Tocantins	1.346	0,0	1.068	0,0	1.749	0,0	2.545	0,0	3.223	0,0
Região Nordeste	**4.822.161**	**9,0**	**8.553.510**	**12,0**	**12.057.875**	**14,4**	**15.909.775**	**19,3**	**18.464.987**	**18,8**
Região Nordeste	3.157.684	5,9	4.649.166	6,5	4.089.666	4,9	3.585.315	4,3	4.134.855	4,2
Alagoas	90.341	0,2	134.660	0,2	140.169	0,2	86.907	0,1	113.008	0,1
Bahia	532.733	1,0	1.612.161	2,3	2.036.558	2,4	1.822.165	2,2	1.152.672	1,2
Ceará	380.181	0,7	237.616	0,3	75.572	0,1	168.751	0,2	347.641	0,4
Maranhão	59.284	0,1	155.004	0,2	230.626	0,3	494.925	0,6	783.691	0,8
Paraíba	501	0,0	771	0,0	1.650	0,0	2.205	0,0	6.674	0,0
Pernambuco	481.802	0,9	1.530.970	2,2	4.875.183	5,8	9.195.158	11,1	11.354.712	11,6
Piauí	93.112	0,2	157.374	0,2	279.356	0,3	303.957	0,4	320.999	0,3
Rio G. do Norte	22.592	0,0	58.912	0,1	312.961	0,4	228.622	0,3	163.112	0,2
Sergipe	3.931	0,0	16.875	0,0	16.135	0,0	21.770	0,0	87.622	0,1
Região Sudeste	**18.696.981**	**35,0**	**28.250.238**	**39,7**	**33.496.013**	**39,9**	**24.867.102**	**30,2**	**23.686.136**	**24,2**
Região Sudeste	10.175.508	19,0	14.321.984	20,1	20.345.204	24,2	13.606.055	16,5	11.796.996	12,0
Espírito Santo	936.417	1,8	1.722.467	2,4	796.700	0,9	520.394	0,6	381.776	0,4
Minas Gerais	566.728	1,1	761.583	1,1	764.335	0,9	663.109	0,8	929.710	0,9
Rio de Janeiro	3.680.652	6,9	6.018.606	8,5	5.384.395	6,4	5.684.532	6,9	6.904.908	7,0
São Paulo	3.337.675	6,2	5.425.598	7,6	6.205.379	7,4	4.393.012	5,3	3.672.746	3,7
Região Sul	**2.091.324**	**3,9**	**3.516.661**	**4,9**	**5.391.884**	**6,4**	**5.054.580**	**6,1**	**7.730.323**	**7,9**
Região Sul	263.417	0,5	285.376	0,4	170.559	0,2	218.774	0,3	27.400	0,0
Paraná	1.001.088	1,9	2.368.850	3,3	4.009.396	4,8	3.495.053	4,2	1.822.062	1,9
Rio Grande do Sul	822.646	1,5	859.351	1,2	1.206.539	1,4	1.329.734	1,6	5.743.060	5,9
Santa Catarina	4.174	0,0	3.084	0,0	5.390	0,0	11.019	0,0	137.800	0,1

MACRORREGIÃO	2008		2009		2010		2011		2012	
Região / Estado	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Região Centro-Oeste	**158.193**	**0,3**	**183.760**	**0,3**	**437.846**	**0,5**	**516.048**	**0,6**	**615.328**	**0,6**
Região Centro-Oeste	41.003	0,1	63.295	0,1	110.038	0,1	112.520	0,1	13.790	0,0
Distrito Federal	92.295	0,2	69.943	0,1	32.907	0,0	17.044	0,0	309.742	0,3
Goiás	2.350	0,0	3.080	0,0	8.593	0,0	13.568	0,0	33.805	0,0
Mato Grosso	6.261	0,0	2.065	0,0	2.813	0,0	9.129	0,0	15.656	0,0
Mato Grosso do Sul	16.284	0,0	45.378	0,1	283.495	0,3	363.787	0,4	242.335	0,2
TOTAL	**53.461.994**	**100,0**	**71.146.164**	**100,0**	**83.975.903**	**100,0**	**82.467.913**	**100,0**	**97.968.010**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siest

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS – 2008 / 2012 - Valores em R$ bilhões correntes



Em 2012, 17 ações tiveram realização superior à dotação aprovada no Orçamento de Investimento, conforme discriminado na tabela:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012
PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA

R$ mil

Empresa / Código de ação	Título / localizador de gasto	Dotação Final (a)	Realizado no ano (b)	Excesso % (b/a)
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE				
14L1 0012	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AC) - No Estado do Acre	12.384	15.166	22,5
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV				
4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional	20.000	20.099	0,5
Petrobras *International* Braspetro B.V. - PIB BV				
4102 0002	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Exterior	521	601	15,4
8019 0002	Adequação da Infraestrutura de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, no Exterior - No Exterior	4.253.354	4.649.421	9,3
Petrobras *Netherlands* B.V. - PNBV				
1I72 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (Período 2007-2020) - No Exterior	1.476.187	1.576.337	6,8
146Q 0001	Construção de Unidades Estacionárias de Produção V (Período 2012-2020) - Nacional	606.199	608.056	0,3
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS				
10WJ 0035	Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP) - No Estado de São Paulo	52.900	57.125	8,0
130L 0001	Implantação de Unidade Embarcada de Processamento de Gás Natural Liquefeito (GNLE) - Nacional	2.321	2.409	3,8
14LC 0030	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Sudeste - Na Região Sudeste	184.159	308.167	67,3
14UH 0033	Implantação do Gasoduto Cachoeiras - Comperj, com Aproximadamente 5 Km de Extensão e Capacidade de 17 MM m3/dia (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	1.640	4.318	163,3
146F 0001	Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Marítimas - Nacional	9.775.276	10.299.325	5,4
146G 0001	Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Terrestres - Nacional	1.317.325	1.367.094	3,8
20OU 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste	4.362.482	5.273.837	20,9

Empresa / Código de ação	Título / localizador de gasto	Dotação Final (a)	Realizado no ano (b)	Excesso % (b/a)
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.				
1C63 0033	Modernização e Adequação do Sistema de Geração da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt), com 390 MW (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	3.781	3.825	1,2
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS				
12OF 0010	Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga - Na Região Norte	5.591	21.013	275,9
12OF 0020	Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga - Na Região Nordeste	33.641	58.442	73,7
Termoceará Ltda.				
1I58 0023	Modernização e Adequação do Sistema de Geração da Usina Termelétrica Senador Carlos Jereissati (Termoceará), com 225 MW - em Pecém (CE) - No Estado do Ceará	2.016	2.019	0,1

Fonte: MP/Dest/Siest.

Dessas 17 ações, 10 excederam o programado em menos de 10%, 5 excederam o programado entre 10,1% e 100%, e as outras 2 ações tiveram excesso acima de 100%. Considerando o conjunto acima, foram gastos R$ 2.157,5 mil além do programado, um excesso de 9,8% do total autorizado para essas ações, sendo R$ 2.114,4 mil apenas em ações sob responsabilidade do Grupo Petrobras.

3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos em 2012, 58,0% foram destinados a microempresas ou pessoas físicas, 27,0% a grandes empresas, 9,1% a pequenas empresas, 4,4% a empresas de porte médio e 1,5% a empresas de porte médio grande.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2012
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

R$ milhões

Operações Realizadas							
Região Geográfica	Programação Anual		Porte do Tomador				
		Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Norte	46.588	50.769	27.486	5.910	3.322	614	13.436
Nordeste	123.087	145.504	98.349	19.317	9.620	1.799	16.419
Sudeste	428.296	556.190	267.455	40.793	18.404	7.184	222.355
Sul	147.085	192.346	130.050	21.162	11.291	4.829	25.014
Centro-Oeste	73.039	133.196	101.551	11.324	4.676	1.671	13.975
TOTAL	**818.095**	**1.078.005**	**624.891**	**98.506**	**47.312**	**16.097**	**291.200**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Considerando os empréstimos concedidos por setor de atividade, “Habitação” teve participação de 21,5%, em seguida ficou o setor “Outros Serviços” com 19,8%. Na sequência, com 18,4%, ficou “Outros”, seguido de “Intermediários Financeiros” com 15,8%, setor “Industrial” com 10,3%, “Comércio”, com 9,3% e, por último, o setor “Rural”, com participação de 4,9% sobre o valor total.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2012
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

R$ milhões

Operações Realizadas									
Região Geográfica	Programação Anual	Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Norte	46.588	50.769	2.939	4.412	6.142	8.519	10.052	8.773	9.933
Nordeste	123.087	145.504	4.658	12.453	23.204	10.107	25.746	35.088	34.247
Sudeste	428.296	556.190	16.985	68.156	38.860	116.851	111.095	117.614	86.630
Sul	147.085	192.346	16.361	18.037	20.668	26.406	35.922	43.013	31.939
Centro-Oeste	73.039	133.196	11.901	8.348	11.284	8.514	30.675	26.756	35.718
TOTAL	**818.095**	**1.078.005**	**52.845**	**111.405**	**100.157**	**170.398**	**213.490**	**231.244**	**198.466**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Os empréstimos concedidos foram financiados, em sua maior parte, por recursos próprios 70,7%. A participação de recursos do Tesouro Nacional foi de 7,9%, e os outros 21,4% foram financiados por outras fontes. A Região Sudeste recebeu 51,6% do valor total concedido, seguida pelas Regiões Sul 17,8%, Nordeste 13,5%, Centro-Oeste 12,4% e Norte 4,7%. Considerando os valores disponíveis para empréstimos e financiamentos, 131,8% foram efetivamente realizados e as principais Regiões responsáveis por este desempenho foram Centro-Oeste com 182,4%, Sul, com 130,8% e Sudeste com 129,9%.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2012
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

R$ milhões

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Norte	46.588	50.769	34.272	7.254	9.243
Nordeste	123.087	145.504	101.202	10.893	33.409
Sudeste	428.296	556.190	402.017	52.118	102.055
Sul	147.085	192.346	133.882	7.101	51.363
Centro-Oeste	73.039	133.196	91.100	7.865	34.232
TOTAL	**818.095**	**1.078.005**	**762.472**	**85.230**	**230.303**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Do total dos recebimentos em 2012, 59,8% foram provenientes de microempresas e/ou pessoas físicas, 26,5% de grandes empresas, 8,4% de pequenas empresas, 4,0% de empresas de porte médio e 1,3% de empresas de porte médio grande.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2012
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

R$ milhões

Região Geográfica	Operações Realizadas						
	Programação Anual	Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Norte	31.622	34.880	19.661	4.986	1.904	234	8.095
Nordeste	93.687	108.983	72.740	14.844	6.680	1.149	13.570
Sudeste	282.410	421.047	211.013	25.756	13.272	5.105	165.902
Sul	105.932	147.896	102.675	14.437	7.391	2.774	20.619
Centro-Oeste	49.050	102.080	81.276	8.149	3.410	1.102	8.144
TOTAL	**562.700**	**814.887**	**487.365**	**68.171**	**32.657**	**10.364**	**216.331**
- amortizacoes	399.741	607.993	349.699	50.639	24.748	7.685	175.222
- encargos	162.959	206.894	137.666	17.532	7.909	2.679	41.109

Fonte: MP/Dest/Siest.

Considerando os recebimentos por setor de atividade, a maior participação foi de “Outros Serviços”, com 22,5%, seguido pelo setor “Habitação”, com 21,6%. Na sequência, com 20,4%, ficou “Outros”, seguida de “Intermediação financeira”, com 11,9%, “Industrial”, com 9,9%, seguida de “Comércio”, com 9,5% e, por último, “Rural”, com 4,2% sobre o valor total de recebimentos no período.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2012
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

R$ milhões

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas							
		Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Norte	31.622	34.880	2.100	3.520	4.524	3.842	6.832	6.609	7.454
Nordeste	93.687	108.983	2.436	10.052	19.314	5.917	18.340	26.247	26.678
Sudeste	282.410	421.047	10.604	48.311	28.671	64.596	103.003	90.810	75.051
Sul	105.932	147.896	11.613	13.458	15.550	17.485	30.981	32.035	26.775
Centro-Oeste	49.050	102.080	7.405	5.194	9.292	5.671	24.295	20.109	30.115
TOTAL	**562.700**	**814.887**	**34.158**	**80.534**	**77.352**	**97.512**	**183.450**	**175.809**	**166.073**
- amortizacoes	399.741	607.993	25.335	59.383	56.082	83.348	141.627	123.067	119.151
- encargos	162.959	206.894	8.824	21.151	21.270	14.164	41.823	52.742	46.922

Fonte: MP/Dest/Siest.

Dos recebimentos registrados em 2012, 74,6% foram destinados a amortizações e os outros 25,4% para fazer frente a encargos. Desses recursos, 69,6% foram provenientes de operações de crédito financiadas com recursos próprios,

20,9% com outras fontes e 9,5% com recursos do Tesouro Nacional. A Região Sudeste respondeu por 51,7% dos recebimentos no período, seguida pelas Regiões Sul 18,1%, Nordeste 13,4%, Centro-Oeste 12,5% e Norte 4,3%. Considerando os valores previstos de recebimentos, 144,8% foram efetivamente realizados, ultrapassando o valor previsto em todas as regiões.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2012
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

R$ milhões

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Rescursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Norte	31.622	34.880	23.318	6.100	5.462
Nordeste	93.687	108.983	77.820	8.093	23.069
Sudeste	282.410	421.047	288.640	52.843	79.564
Sul	105.932	147.896	104.928	5.615	37.353
Centro-Oeste	49.050	102.080	72.462	4.572	25.046
TOTAL	**562.700**	**814.887**	**567.170**	**77.223**	**170.495**
- amortizacoes	399.741	607.993	415.933	64.437	127.623
- encargos	162.959	206.894	151.237	12.786	42.871

Fonte: MP/Dest/Siest.

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações, tem-se o fluxo das aplicações. Em 2012, 52,3% do valor total do fluxo das aplicações foram provenientes de operações com microempresas ou pessoas físicas, 28,4% com grandes empresas, 11,5% com pequenas empresas, 5,6% com empresas de porte médio e 2,2%, com empresas de porte médio grande.

FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2012
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

R$ milhões

Região Geográfica	Operações Realizadas						
	Programação Anual	Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Norte	14.966	15.888	7.825	924	1.418	380	5.341
Nordeste	29.400	36.521	25.608	4.474	2.939	650	2.850
Sudeste	145.886	135.143	56.442	15.037	5.132	2.079	56.453
Sul	41.154	44.450	27.375	6.726	3.899	2.055	4.395
Centro-Oeste	23.989	31.116	20.275	3.175	1.266	569	5.831
TOTAL	**255.395**	**263.118**	**137.526**	**30.335**	**14.655**	**5.733**	**74.869**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Considerando fluxo por setor de atividade, 27,7% do total apurado foram provenientes de “Intermediações Financeiras” e 21,1% de “Habitação”. Na sequência, com 12,3%, ficou “Outros”, seguida de “Industrial” 11,7%, “Outros Serviços” 11,4%, “Comércio” 8,7% e, por último, o setor rural, com participação de 7,1% sobre o fluxo total.

FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2012
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

R$ milhões

Região Geográfica	Operações Realizadas								
	Programação Anual	Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Norte	14.966	15.888	839	892	1.617	4.677	3.220	2.165	2.478
Nordeste	29.400	36.521	2.222	2.402	3.890	4.190	7.406	8.842	7.569
Sudeste	145.886	135.143	6.381	19.846	10.188	52.255	8.091	26.804	11.579
Sul	41.154	44.450	4.748	4.579	5.118	8.921	4.942	10.978	5.164
Centro-Oeste	23.989	31.116	4.496	3.154	1.992	2.843	6.380	6.647	5.603
TOTAL	**255.395**	**263.118**	**18.686**	**30.872**	**22.805**	**72.886**	**30.040**	**55.436**	**32.394**

Fonte: MP/Dest/Siest.

Do fluxo total, 74,2% foram provenientes de operações financiadas com recursos próprios, 22,7% com recursos de outras fontes e 3,1% com recursos do Tesouro Nacional.

FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2012
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

R$ milhões

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Norte	14.966	15.888	10.953	1.154	3.781
Nordeste	29.400	36.521	23.382	2.800	10.340
Sudeste	145.886	135.143	113.377	-725	22.491
Sul	41.154	44.450	28.953	1.486	14.010
Centro-Oeste	23.989	31.116	18.638	3.293	9.185
TOTAL	**255.395**	**263.118**	**195.303**	**8.007**	**59.808**

Fonte: MP/Dest/Siest.

A Região Sudeste respondeu por 51,4% do total do fluxo das aplicações, seguida pelas Regiões Sul 16,9%, Nordeste 13,9%, Centro-Oeste 11,9% e Norte, 6,0%. Considerando os valores previstos, foram efetivamente realizados 103,0%.

3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás é a responsável pela gestão de recursos setoriais que atendem a diversas áreas do Setor Elétrico, representados pela Reserva Global de Reversão – RGR, utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, o Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) e o Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos municípios brasileiros, pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinada a promover o desenvolvimento energético dos Estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos Estados que ainda não possuem rede canalizada, e pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do país.

Os três fundos observam as seguintes características que determinam os procedimentos adotados na sua gestão:

- a RGR, a CDE e a CCC são decorrentes de leis específicas e têm como finalidades o desenvolvimento e a melhoria do serviço público de energia elétrica, pela promoção da modicidade tarifária, da universalização dos serviços e pelo desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia elétrica;
- sua principal fonte de receitas decorre do recolhimento de recursos pelas concessionárias, provenientes de pagamento de encargos financeiros realizados pelos usuários dos serviços, embutidos nas tarifas de energia elétrica, sendo vinculada a sua utilização aos fins específicos previstos nas Leis que criaram os referidos fundos;
- a arrecadação dos recursos composta pelos fundos não observa o ano civil; e
- são geridos por determinação legal pela Eletrobrás.

Para o exercício de 2012 foram previstas receitas de R$ 15.238,2 milhões, tendo sido atingida uma arrecadação de R$ 15.944,8 milhões. A RGR, a CDE e a CCC, obtiveram desempenho de 99,2%; 98,3% e 115,34%; respectivamente, na arrecadação de recursos.

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRÁS – 2012

R$ mil

Discriminação	Fonte de Recursos			Uso dos Recursos		
	Previsto (a)	Realizado (b)	Desempenho (c = b/a)	Previsto (d)	Realizado (e)	Desempenho (f= e/d)
RGR	4.951.976,1	4.912.308,4	99,2	3.663.633,5	958.459,6	26,2
CDE	4.886.266,1	4.803.949,5	98,3	3.501.557,9	3.292.983,6	94,0
CCC	5.400.000,0	6.228.526,1	115,34	5.400.000,0	5.446.905,7	100,9
TOTAL	**15.238.242,2**	**15.944.784,0**	**104,64**	**12.565.191,4**	**9.698.348,9**	**77,2**

Fonte: Eletrobrás.

O Plano de aplicação da RGR, a CDE e a CCC, para o exercício de 2012, previu investimentos da ordem de R$ 12.565,2 milhões. Desse montante foram aplicados R$ 9.698,3 milhões em financiamentos, repasses, subvenções, aquisição de combustíveis e outros dispêndios vinculados às finalidades previstas na legislação, ou seja, desempenho médio de 77,2%, com 26,2% para a RGR; 94,0% para a CDE e 100,9 % para a CCC. No exercício de 2012, o fluxo financeiro das receitas e das aplicações de cada um dos respectivos fundos registrou saldos de R$ 3.953,8 milhões para a RGR; R$ 1.511,0 milhões para a CDE e saldo devedor de R$ 218,4 milhões para a CCC.

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS– 2012

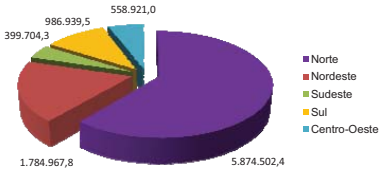
R$ mil

Discriminação Fundos	Macrorregiões					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
RGR	287.192,5	229.592,1	70.377,9	208.176,0	90.119,9	**885.458,4**
CDE	140.404,2	1.555.375,7	329.326,4	778.763,5	468.801,1	**3.272.670,9**
CCC	5.446.905,7	0,0	0,0	0,0	0,0	**5.446.905,7**
TOTAL	**5.874.502,4**	**1.784.967,8**	**399.704,3**	**986.939,5**	**558.921,0**	**9.605.035,0**

Fonte: Eletrobrás.

Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a Região Norte recebeu 61,2% dos investimentos, vindo em seguida a Região Nordeste com 18,6%, a Região Sul com 10,3 %, a Região Centro-Oeste com 5,8% e a Região Sudeste com 4,2%.

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO – RGR, CDE e CCC
Distribuição Regional – 2012
Valores em R$ mil



3.4.1 - Reserva Global de Reversão (RGR)

A RGR foi criada pelo Decreto nº. 41.019/1957. A Lei nº. 9.648/98, definiu que a RGR seria extinta em 01/12/2002, entretanto, a Lei nº. 10.438, de 26/04/2002, estendeu sua vigência até 2010. No dia 30/12/2010, a Medida Provisória nº 517, de acordo com seu Art. 16, altera o Art. 8º da Lei nº 9.648 que passa ter a seguinte redação:

> *"Art. 8º - A cota anual da Reserva Global de Reversão – RGR ficará extinta ao final do exercício de 2035, devendo a ANEEL proceder à revisão tarifária de modo que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo." (NR)*

A RGR tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos, e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

Seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual.

A Quota de RGR, sua principal fonte de recursos, fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica às Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

RGR – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2012

R$ mil

Fontes de Financiamento	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)	Diferença (e =b-a)
Arrecadação de Quotas	2.406.290,8	2.288.850,3	46,6	95,1	(117.440,5)
Juros de Reversão	11.594,5	11.595,0	0,2	100,0	0,5
Parcelamentos	14.549,4	11.092,9	0,2	76,2	(3.456,5)
Amortizações Efetuadas pela ELETROBRÁS	1.167.071,6	1.314.251,2	26,8	112,6	147.179,6
Rendimento das Aplicações Financeiras	1.352.469,9	1.283.385,3	26,1	94,9	(69.084,6)
Outras	0,0	3.133,7	0,1	0,0	3.133,7
TOTAL	**4.951.976,1**	**4.912.308,4**	**100,0**	**117,7**	**(39.667,7)**

Fonte: Eletrobrás.

Foram arrecadados R$ 4.912,3 milhões em 2012, onde 46,6% referem-se à Arrecadação de Quotas, 26,8% às Amortizações efetuadas pela Eletrobrás e 26,1% aos Rendimentos das Aplicações Financeiras. Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobrás aplicou, no exercício financeiro de 2012, o montante de R$ 958,5 milhões. Nas tabelas abaixo, encontra-se detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global e regional da RGR em 2012.

RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS – 2012

R$ mil

Aplicação dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)	Diferença (e =b-a)
Financiamentos	**3.091.008,3**	**885.458,4**	**92,4**	**28,6**	**(2.205.549,9)**
Programa LUZ PARA TODOS	629.498,0	203.165,1	21,2	32,3	(426.332,9)
Programa RELUZ	108.414,4	29.819,0	3,1	27,5	(78.595,4)
Obras em Geração de Energia	769.899,5	56.343,5	5,9	7,3	(713.556,0)
Obras em Transmissão de Energia	1.106.791,0	425.678,4	44,4	38,5	(681.112,6)
Obras em Distribuição de Energia	405.019,2	170.396,8	17,8	42,1	(234.622,4)
Recuperação de Parques Térmicos	71.386,2	55,6	0,0	0,1	(71.330,6)
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repasses – MME	**72.625,2**	**68.667,5**	**7,2**	**94,6**	**(3.957,7)**
Transferência para CDE - Subvenção Econômica - Programa LUZ PARA TODOS	**500.000,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**(500.000,0)**
Outras Aplicações	**0,0**	**4.333,7**	**0,5**	**0,0**	**4.333,7**
TOTAL	**3.663.633,5**	**958.459,6**	**100,0**	**26,2**	**(2.705.173,9)**

Fonte: Eletrobrás.

Dentro das aplicações da RGR, destacam-se os Financiamentos para as Obras em Transmissão de Energia, equivalente a 44,4% do realizado, seguidos dos Financiamentos para o Programa LUZ PARA TODOS e para as Obras em Distribuição de Energia que realizaram, respectivamente, 21,2% e 17,8% dos recursos aplicados no exercício. A região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações da RGR, 32,4% dos recursos, com ênfase nos financiamentos para as Obras em Transmissão de Energia e para as Obras em Distribuição de Energia. Em seguida, encontra-se a Região Nordeste, com 25,9% dos recursos aplicados, basicamente, em Obras de Transmissão de Energia e no Programa LUZ PARA TODOS.

RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS – 2012 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

R$ mil

Aplicação dos Recursos	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Financiamentos	**287.192,5**	**229.592,1**	**70.377,9**	**208.176,0**	**90.119,9**	**885.458,4**
Programa LUZ PARA TODOS	5.567,8	66.244,8	56.672,5	16.155,9	58.524,2	203.165,1
Programa RELUZ	11.294,0	2.340,2	6.987,5	4.282,2	4.915,2	29.819,0
Obras em Geração de Energia	49.150,9	0,0	0,0	4.617,5	2.575,1	56.343,5
Obras em Transmissão de Energia	170.911,7	102.538,8	5.306,7	127.374,1	19.547,2	425.678,4
Obras em Distribuição de Energia	50.212,5	58.468,4	1.411,2	55.746,4	4.558,3	170.396,8
Recuperação de Parques Térmicos	55,6	0,0	0,0	0,0	0,0	55,6
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	**287.192,5**	**229.592,1**	**70.377,9**	**208.176,0**	**90.119,9**	**885.458,42**

Fonte: Eletrobrás.

3.4.2 - Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE foi criada pela Lei nº. 10.438/2002, cujo valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de prover recursos para: o desenvolvimento energético dos Estados; garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A CDE, cuja duração é de 25 anos, é fixada anualmente e paga mensalmente pelas concessionárias a Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim. Foram arrecadados R$ 4.803,9 milhões em 2012, 95,3% da previsão para o exercício, com destaque para a Arrecadação de Quotas, que representa 75,6% desse montante, vindo em segundo lugar as Quotas da UBP, com 8,7% do previsto, seguidos das Multas da Aneel, com 6,3%.

CDE – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2012

R$ mil

Fontes de Financiamento	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)	Diferença (e =b-a)
Arrecadação de Quotas	3.659.386,1	3.630.164,5	75,6	99,2	(29.221,6)
Quotas da UBP	513.577,0	417.120,7	8,7	81,2	(96.456,3)
Multas da ANEEL	154.567,6	301.840,5	6,3	195,3	147.272,9
Parcelamentos/Restituição LPT	58.735,4	263.524,5	5,5	448,7	204.789,1
Transferência da RGR - Subvenção para Programa LUZ PARA TODOS	500.000,0	0,0	0,0	0,0	(500.000,0)
Rendimento das Aplicações Financeiras	155.546,6	166.977,9	3,5	107,3	11.431,3
Outras fontes	0,0	24.321,4	0,5	0,0	24.321,4
TOTAL	**5.041.812,7**	**4.803.949,5**	**100,0**	**95,3**	**(237.863,2)**

Fonte: Eletrobrás.

Em 2012 foram liberados R$ 3.293,0 milhões, sendo R$ 1.910,5 milhões para as concessionárias de energia elétrica de todo o país, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda; R$ 709,6 milhões repassados para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional e R$ 652,5 milhões para universalização do serviço de energia elétrica no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS. Atendendo a uma das suas finalidades, a de promover a universalização do serviço de energia elétrica, a aplicação apresentou desempenho de 94,0% dos recursos previstos. Do total dos recursos aplicados, 58,0% são referentes à aplicação no Programa BAIXA RENDA e 21,5% na aquisição de Carvão Mineral, a fim de garantir a competitividade da energia produzida a partir dessa fonte de energia nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados. O restante dos recursos foi aplicado no Programa LUZ PARA TODOS, 19,8%, e em Outras Fontes, 0,6 %, cujas aplicações referem-se basicamente a regularizações efetuadas e transferências para a conta de RO (Recursos Ordinários).

CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2012

R$ mil

Aplicação dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)	Diferença (e =b-a)
Subvenção para o Programa BAIXA RENDA	1.851.667,3	1.910.548,3	58,0	103,2	58.881,0
Carvão Mineral	761.147,7	709.586,5	21,5	93,2	(51.561,2)
Subvenção para Programa LUZ PARA TODOS	888.742,9	652.536,1	19,8	73,4	(236.206,8)
Outras Fontes	0,0	20.312,7	0,6	0,0	20.312,7
TOTAL	**3.501.557,9**	**3.292.983,6**	**100,0**	**94,0**	**(208.574,3)**

Fonte: Eletrobrás.

A aplicação dos recursos da CDE atendeu com maior ênfase a Região Nordeste, com 47,5% dos recursos, vindo, em seguida, a Região Sul com 23,8%. Juntas, as demais perfizeram 28,7% do total aplicado.

CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS – 2012 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

R$ mil

Aplicação dos Recursos	Macrorregiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Subvenção para o Programa BAIXA RENDA	71.724,6	1.113.648,6	284.260,3	65.759,0	375.155,8	1.910.548,3
Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	709.586,5	0,0	709.586,5
Subvenção Econômica - Programa LUZ PARA TODOS	68.679,6	441.727,1	45.066,1	3.418,0	93.645,3	652.536,1
Outras Fontes[1]						20.312,7
TOTAL	**140.404,2**	**1.555.375,7**	**329.326,4**	**778.763,5**	**468.801,1**	**3.292.983,6**

Fonte: Eletrobrás.
[1] Não segregado por macrorregiões.

3.4.3 - Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)

A CCC foi criada pelo Decreto nº. 73.102, de 07 de novembro de 1973. Refere-se ao rateio dos ônus e vantagens do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia termoelétrica. Esse tipo de geração de energia apresenta custos superiores à geração hidroelétrica, na medida em que requer a utilização de combustíveis, como óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão mineral. A geração termoelétrica se faz necessária quando as condições de geração de energia hidroelétrica nos Sistemas Interligados são insuficientes para o atendimento ao mercado. Além disso, a geração termoelétrica também se faz necessária nas regiões do país localizadas fora da área de atendimento pelo sistema interligado, como na região Norte, nos denominados

sistemas isolados. Os custos da geração termoelétrica nos Sistemas Isolados são rateados por todos os consumidores do país, mediante a fixação de valores anuais para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade maior ou menor do uso das usinas termoelétricas. A Lei nº. 9.648/98 e a Resolução Aneel n.º 261, de 13 de agosto, estabeleceram a extinção a partir de 1º de janeiro de 2006, da sistemática de rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados. A Lei nº. 9.648/2002 e, posteriormente, a Lei n.º 10.438/2002, mantiveram até 2022 a sistemática de rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados. Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel com base nas informações prestadas pela Eletrobrás com relação às condições previstas de hidraulicidade, à taxa esperada de crescimento do consumo para o ano corrente e aos preços esperados dos combustíveis. A Quota da CCC é recolhida mensalmente pelas concessionárias à Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim. As receitas apresentaram realização de 92,7% da previsão orçamentária para o exercício de 2012, onde a principal fonte de receita da CCC foi a Arrecadação de Quotas, com participação de 92,5% dos recursos realizados, seguida dos Rendimentos das Aplicações Financeiras, com percentual de 4,1%.

CCC – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2012

R$ mil

Fontes de Financiamento	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)	Diferença (e =b-a)
Arrecadação de Quotas	5.400.000,0	4.837.070,0	92,5	89,6	(562.930,0)
Parcelamento	0,0	171.042,0	3,3	0,0	171.042,0
Rendimento das Aplicações Financeiras	241.983,5	1.216.798,8	4,1	89,6	(25.184,7)
Outras Fontes	0,0	3.615,3	0,1	0,0	3.615,3
TOTAL	**5.641.983,5**	**6.228.526,1**	**100,0**	**92,7**	**(413.457,4)**

Fonte: Eletrobrás.

Cabe destacar que durante o exercício de 2012 a aplicação nas demais fontes apresentou desempenho de 79,3% em relação à previsão orçamentária.

CCC – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2012

R$ mil

Aplicação dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)	Diferença (e =b-a)
Combustíveis	5.200.000,0	5.288.272,9	97,1	101,7	88.272,9
Outras (inclusive pagamentos à Petrobras e Sub-rogação)	200.000,0	158.632,8	2,9	79,3	(41.367,2)
TOTAL	**5.400.000,0**	**5.446.905,7**	**100,0**	**100,9**	**46.905,7**

Fonte: Eletrobrás.

3.5. METODOLOGIA E PAPÉIS DE TRABALHO PARA QUALIFICAÇÃO DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO

Empresa Estatal não Dependente – Conceito

Empresa estatal federal não dependente é aquela constituída para exploração de atividade econômica, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de empresa pública ou de sociedade anônima, que não recebe da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluído neste caso os aportes provenientes de aumento de participação acionária.

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais Metodologia de Cálculo

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito "acima da linha", é calculado com base no regime de caixa, onde são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos.

Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o "regime de competência", para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", onde são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber", "Contas a Pagar" e "Receitas e Despesas Financeiras".

Para a apuração inicial do resultado primário das empresas estatais federais para 2012, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.465, de 12.8.2011 (LDO/2012), não foram considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobrás.

Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2012, a programação orçamentária das empresas estatais federais indica a geração de superávit primário em equilíbrio, ou seja, "zero real" (Tabela 1).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais.

São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com “Pessoal e Encargos Sociais” estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2012.

A rubrica “Materiais e Produtos” representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com “Serviços de Terceiros” resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica “Tributos e Encargos Parafiscais”, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionadas aos demais encargos fiscais.

Os “Demais Custeios” contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante da Lei Orçamentária para 2012.

Na rubrica “Outros Dispêndios de Capital” estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE.

Na rubrica “Ajuste Metodológico” além de registrar a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos – Emgea, no exercício de 2012, nas renegociações dos contratos imobiliários, e as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil como despesas primárias, registra-se também as amortizações de obrigações por Itaipu Binacional com entidades fora do sistema financeiro nacional, que também não são captadas pela metodologia de apuração do resultado “abaixo da linha” do Banco Central, além do registro da exclusão do grupamento todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das “Demais Empresas”, uma vez que o Banco Central considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais.

TABELA 1 – RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS PARA 2012
CONSOLIDADO – INICIAL

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	42.936	0,95
- Operacionais	36.971	0,82
. Venda de Bens/serviços	35.310	0,78
. Demais Operacionais	1.661	0,04
- Financeiras	2.094	0,05
- Demais Não Operacionais	2.135	0,05
- Outras Receitas	519	0,01
- Transferências do Tesouro Nacional	1.218	0,03
II - DESPESAS TOTAIS	45.634	1,01
- Pessoal e Encargos Sociais	11.791	0,26
- Encargos Financeiros	2.979	0,07
- Outros Custeios	19.441	0,43
. Materiais e Produtos	1.341	0,03
. Serviços de Terceiros	11.040	0,24
. Utilidades e Serviços	838	0,02
. Tributos e Encargos Parafiscais	2.657	0,06
. Demais Custeios	3.566	0,08
- Investimentos	5.382	0,12
- Outros Dispêndios de Capital	1.574	0,03
- Ajuste Metodológico	4.468	0,10
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	1.476	0,03
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	2.668	0,06
- Variação de Contas a Receber (vincendo)	854	0,02
- Variação Receitas/Despesas Financeiras	-337	-0,01
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	-1.222	-0,03
V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)	-1.222	-0,03
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	0	0,00

OBS.: a) Valores positivos = superávit / b) Exclusive empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobrás. / PIB considerado: R$ 4.537.477 milhões.

TABELA II - RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS PARA 2012
CONSOLIDADO – FINAL

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Reprogramação	
	R$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	**37.343**	**0,83**
- Operacionais	30.319	0,68
. Venda de Bens/serviços	28.463	0,63
. Demais Operacionais	1.856	0,04
- Financeiras	2.674	0,06
- Demais Não Operacionais	1.958	0,04
- Outras Receitas	45	0,00
- Transferências do Tesouro Nacional	2.347	0,05
II - DESPESAS TOTAIS	**37.479**	**0,84**
- Pessoal e Encargos Sociais	11.472	0,26
- Encargos Financeiros	852	0,02
- Outros Custeios	18.265	0,41
. Materiais e Produtos	1.249	0,03
. Serviços de Terceiros	10.884	0,24
. Utilidades e Serviços	865	0,02
. Tributos e Encargos Parafiscais	2.922	0,07
. Demais Custeios	2.344	0,05
- Investimentos	4.987	0,11
- Outros Dispêndios de Capital	1.483	0,03
- Ajuste Metodológico	420	0,01
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	**1.249**	**0,03**
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	1.855	0,04
- Variação de Contas a Receber (vincendo)	-102	0,00
- Variação Receitas/Despesas Financeiras	-708	-0,02
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	**1.113**	**0,02**
V – JUROS LÍQUIDOS (RECEITA – DESPESA)	**1.113**	**0,02**
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	**0**	**0,00**

OBS.: a) Valores positivos = superávit / b) Exclusive empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobrás. / PIB considerado: R$ 4.483.169 milhões.

PARTE IV

ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

PARTE IV – ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Os Relatórios da atuação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal evidenciam, de forma sintética, o resultado das ações realizadas, no exercício de 2012, destacando as principais ações que compõem os objetivos e iniciativas dos programas temáticos do PPA 2012-2015, especificando a execução e os resultados alcançados.

Os relatórios contemplam informações dos órgãos e entidades integrantes da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios e encontram-se organizados por função de governo.

4.1. FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO

4.1.1. Presidência da República

CASA CIVIL

A Casa Civil da Presidência da República tem como principal competência a assistência e o assessoramento direto à Presidenta da República no desempenho de suas atribuições, em especial na coordenação e na integração das ações do governo.

A Casa Civil atua ainda como Secretaria-Executiva da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC). A Câmara tem por objetivo formular políticas e medidas específicas destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos, ao controle e aperfeiçoamento da gestão pública, bem como a coordenação e articulação da implementação das políticas públicas e projetos, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão.

A atuação da Câmara foi segmentada em três eixos:

i) melhoria da competitividade e do ambiente de negócios, abordando questões tributárias e de infraestrutura;

ii) aumento da eficiência e melhoria da qualidade do gasto público; e

iii) aumento de produtividade do governo federal, com ações transversais de melhoria de processos, redesenho organizacional e otimização da execução das prioridades do governo com criação de mecanismos de monitoramento e controle do desempenho dos projetos prioritários.

No cumprimento de suas competências merece destaque o monitoramento periódico e sistemático de ações, atividades, prazos e resultados de importantes projetos e programas do Governo federal. Abaixo são apresentados os principais:

Viver sem Limite: O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite, lançado em novembro de 2011, tem o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,91% da população brasileira.

Crack, é Possível Vencer: O Programa "Crack, é possível vencer" foi lançado em dezembro de 2011, com vistas a estruturação de redes para prevenção do uso, tratamento e à reinserção social de usuários, além de estratégias e ações para o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas. O projeto articula ações intersetoriais e interfederativas nas áreas de saúde, justiça, educação, direitos humanos e desenvolvimento social.

SOS Emergências: Lançado pelo Governo Federal em novembro de 2011, o programa SOS Emergências tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do país que integram o Sistema Único de Saúde. Para tanto, o programa se propõe a qualificar a gestão dos hospitais, por meio da implantação de novas tecnologias de informação, mecanismos de classificação de risco, monitoramento do tempo de permanência dos pacientes, controle, articulação e ampliação de leitos de retaguarda, além de reformar e equipar as unidades. Os hospitais que aderem ao programa que recebem incentivo anual para custear a ampliação e qualificação da assistência nos prontos-socorros, além de recursos para aquisição de equipamentos e a realização de obras e reformas na área física do pronto-socorro.

Rio + 20: A Conferência Rio+20, em que 188 países renovaram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável, ocorreu entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Durante os nove dias da Conferência, milhares de eventos foram realizados, incluindo mais de 500 eventos oficiais. A Rio+20 teve ampla participação de líderes de empresas, governos e sociedade civil, totalizando 45.381 participantes, entre eles 88 Chefes de Estado e de Governo.

Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014: Em conjunto com os Governos Municipais e Estaduais, o Governo Federal firmou compromissos para a entrega dos projetos relevantes para a realização da Copa e para o legado nas cidades sede até o início da competição. São projetos de melhorias na infraestrutura do país, como aeroportos, portos, mobilidade urbana, entre outros. Em preparação aos 64 jogos da Copa do Mundo, que ocorrerão entre 12 de Junho e 13 de Julho de 2014, o Brasil sediará, entre 15 e 30 de junho de 2013, os 16 jogos da Copa das Confederações, que acontecerão nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: O Rio de Janeiro se prepara para receber atletas e visitantes no maior evento esportivo do planeta, a ser realizado pela primeira vez na América do Sul. A realização dos Jogos é uma excelente oportunidade para todo o país no que refere ao crescimento econômico sustentável e para a imagem do Brasil como um país acolhedor, moderno, seguro e autêntico. Foram assinados convênios com o Governo Estadual para Construção do Complexo Esportivo de Deodoro. Essas parcerias irão garantir o sucesso do evento em 2016. A Casa Civil realiza, junto com o Ministério do Esporte e a Autoridade Pública Olímpica, o monitoramento e articulação das ações

necessárias para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelo país.

Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais: Para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, em agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. Seu objetivo é promover o mapeamento das áreas de risco e estruturar o sistema de prevenção, monitoramento e alerta e resposta a desastres naturais. Até 2014, serão realizados novos investimentos, distribuídos em quatro eixos: prevenção, mapeamento, monitoramento e alerta e resposta. As ações do Plano são executadas por oito ministérios e sua coordenação é do Ministério da Integração. A Casa Civil realiza monitoramento e articulação das ações, garantindo sinergia e celeridade em sua implementação.

Programa Nacional de Melhoria do Sistema Prisional: O Governo Federal lançou em 2011, o Programa Nacional de Melhoria do Sistema Prisional. Sua finalidade é apoiar os Estados na construção e ampliação de unidades prisionais a fim de reduzir o déficit carcerário, tanto para unidades masculinas, quanto femininas. Os Estados poderão utilizar os recursos do Programa em projetos de construções e ampliações próprios, assim como se utilizar de projeto completo a ser fornecido pelo Ministério da Justiça.

Importa salientar também outros planos, políticas e programas coordenados pela Casa Civil:

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm: A Casa Civil coordena o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI). Para os biomas Amazônia e Cerrado já existem planos de ação sendo implantados. O principal resultado alcançado em 2012 foi a redução da taxa de desmatamento da Amazônia de 27,8 mil km² por ano (agosto de 2003 a julho de 2004) para cerca de 4,6 mil km² por ano (estimativa preliminar do Inpe para o período de agosto de 2011a julho de 2012).

Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima: Com vistas ao cumprimento voluntário de metas para redução das emissões de gases de efeito estufa até 2020, além do acompanhamento dos demais que já haviam sido iniciados em 2011, foram elaborados os seguintes planos setoriais: Plano de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação, Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima; Plano Setorial de Mineração de Baixa Emissão de Carbono; e Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu: O Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu realizou nove reuniões ordinárias em Altamira e Uruará, as quais definiram orientações para as políticas públicas, bem como a aplicação de cerca de R$ 30 milhões em projetos públicos e privados escolhidos voltados à promoção da saúde e à múltiplas iniciativas de desenvolvimento para a região abrangida pelos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG: Além do apoio aos seis projetos-pilotos em Análise de Impacto Regulatório (AIR) já em execução, foram criados mais quatro projetos-pilotos, envolvendo a ANAC, a ANA, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará e a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manteve-se o intercâmbio com organismos internacionais, tais como o *Better Regulation Executive do Reino Unido, o Office of Information and Regulatory Affairs, dos EUA,* a *Comisión Federal de Mejora Regulatória, do México*. Foram capacitados 1.137 servidores, sendo: 21 turmas, parceria entre a Escola Nacional de Administração Pública, a Casa Civil e Agências Reguladoras; duas turmas do curso Avançado em Regulação ministrado pelo *Institute of Brazilian Business and Public Management Issues – George Washington University*; Curso Regulação e Defesa do Consumidor; e Curso Regulação: Teoria e Prática, conduzido por professores da *London School of Economics and Political Science* e da *HertieSchoolof Governanceof Berlin*.

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB): A Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB), coordenada pela Casa Civil, dedicou-se à elaboração de proposta técnica de aperfeiçoamento do marco regulatório do biodiesel. Além disso, a CEIB acompanhou a definição e a implantação de medidas na área do selo Combustível Social, de aperfeiçoamento dos leilões de compra de biodiesel, dando ainda continuidade à interlocução com os *stakeholders* envolvidos na cadeia de produção, armazenagem e distribuição de biodiesel e à aplicação de ferramenta de análise de impacto regulatório no PNPB, com a finalidade de avaliar esse programa e propor subsídios para a definição do novo marco regulatório.

A Casa Civil promove o acompanhamento da produção normativa federal, além de coordenar o Centro de Estudos Jurídicos, que visa a promoção da capacitação de profissionais de direito da Presidência da República

O Centro de Estudos Jurídicos promoveu em 2012 a 7ª e 8ª edição do Programa de Intercâmbio da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. A 7ª edição do Programa aconteceu entre janeiro e fevereiro de 2012. A 8ª edição do Programa SAL/SAJ aconteceu entre os dias 23/07e 03/08. Em 2012, a Casa Civil elaborou 6.451 pareceres jurídicos. No acompanhamento da produção normativa federal, a atuação da Casa Civil junto aos demais órgãos do Governo Federal e ao Congresso Nacional resultou na edição, aprovação, encaminhamento, sanção dos seguintes tipos de atos:

Encaminhados ao Congresso Nacional:	
Projetos de Lei	19
Projetos de Lei Complementar	2
Publicados:	
Medidas Provisórias	56
Leis Ordinárias	196
Leis Complementares	1
Decretos Presidenciais	234
Decretos Não-numerados	356
Total	864

Fonte: Subchefia para Assuntos Jurídicos - SAJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	98,9	114,9	114,9	113,6	113,6	1,3
0999	Reserva de Contingência	74,7	74,7	0,0	0,0	0,0	0,0
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	29,7	28,2	24,6	17,6	17,6	7,0
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	68,6	78,8	73,9	67,1	67,1	6,7

Fonte: Siafi Gerencial em 22.01.2013.
Obs.: Dados consolidados: IN, ITI e Casa Civil

Já as despesas da função 04 - Administração, nas subfunções de Normatização e Fiscalização e Cooperação Internacional, alcançaram R$ 1,61 milhão.

VALORES LIQUIDADOS – FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO - 2008 A 2012

R$ milhões

Função 04-ADMINISTRAÇÃO		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012
OFSS	No Exercício	125 - Normatização e Fiscalização	0,12	1,64	1,90	1,57	1,28
		212 - Cooperação Internacional	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00
	RPNP	125 - Normatização e Fiscalização	0,00	0,60	0,44	0,13	0,33
		212 - Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			**0,21**	**2,24**	**2,33**	**1,70**	**1,61**

Fonte: Siafi Gerencial em 22.01.2013.
Obs: Dados consolidados: IN, ITI e Casa Civil

SECRETARIA-GERAL

Participação e Diálogos Sociais - A participação social e o protagonismo da sociedade civil são essenciais para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da atuação do Estado, além de contribuir para a disseminação de valores de cidadania, elementos que fortalecem e consolidam a democracia no Brasil. Com o objetivo de avançar na construção de novos ambientes de interação entre o Governo e a sociedade, o ano de 2012 teve importantes destaques.

O primeiro foi a consolidação de Planos de Mobilização e Participação Social, metodologia que viabiliza a participação da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de programas e iniciativas prioritárias do Governo. Essa estratégia permite aprofundar o diálogo e a interação entre o Governo Federal e a sociedade civil na construção das políticas públicas, qualificando a atuação do Governo ao assegurar maior convergência dos programas às necessidades e demandas da sociedade e maior aderência à sua implementação. O primeiro Plano, realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolveu aproximadamente 300 pessoas entre governo e sociedade para dialogar sobre a implementação do Brasil sem Miséria. O segundo Plano de Mobilização resultou na elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e na constituição de sua Comissão Nacional, por meio da publicação do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. O terceiro contribuiu para a construção do Plano Juventude Viva, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que reúne iniciativas de nove ministérios para prevenir a violência contra jovens negros no Brasil.

Dando continuidade ao processo de participação social no Sistema Federal de Planejamento e Orçamento, foi realizado em novembro o III Fórum Interconselhos, com a presença de aproximadamente 200 representantes de conselhos e entidades, para debate e definição quanto ao monitoramento do Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Como resultado, foi definida metodologia para monitoramento de agendas transversais de políticas públicas do Governo Federal. O evento foi precedido por um curso de formação sobre Noções Básicas de Planejamento, Orçamento e Participação Social para os representantes da sociedade civil, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Além do PPA, as propostas de alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA) foram objeto de pactuações entre a Secretaria-Geral, o MP e a sociedade civil. O debate resultou em um Plano de Mobilização e Participação Social em torno do Ciclo Orçamentário que prevê o acompanhamento pela sociedade civil da execução orçamentária relacionadas às políticas transversais, por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).

A Participação Social também foi a marca de importantes eventos internacionais sediados pelo Brasil em 2012 como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e a Cúpula Social do Mercosul. O Governo Federal articulou-se junto às organizações da sociedade civil e aos movimentos sociais para assegurar a participação em todas as etapas da Rio+20. Essas ações garantiram que o encontro oficial recebesse mais de 45 mil participantes credenciados, dos quais mais de 18 mil representavam a sociedade civil. O Riocentro foi palco de mais de 500 eventos simultâneos à Conferência. Ocorreram ainda reuniões de empresários, cientistas e prefeitos. No total, foram realizados mais de três mil

eventos, segundo a Organização das Nações Unidas. A Cúpula dos Povos, realizada paralelamente ao encontro oficial, foi organizada pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, grupo plural composto pela sociedade civil, com suporte do Governo Federal. O encontro, que reuniu representantes da sociedade civil nacional e internacional, registrou a presença de mais de 30 mil pessoas por dia. A série de debates intitulada "Diálogos Sociais: Rumo à Rio+20", realizada em Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro, foi outra iniciativa de destaque que teve como objetivo aprofundar previamente a discussão sobre temas da Conferência nos diversos setores da sociedade. Todas essas atividades tornaram a Rio+20 o evento da ONU com maior participação social.

A Cúpula Social do Mercosul, por sua vez, foi realizada em Brasília/DF em dezembro de 2012, na abrangência da Presidência Pró-tempore brasileira. O evento contou com a presença de cerca de 500 representantes dos países membros do bloco e mais de 65 mil acessos à transmissão online do evento ao logo dos quatro dias. Significou o ápice de um processo de reflexão e diálogo social sobre a integração regional e a participação social no bloco, e suas recomendações foram apresentadas à Cúpula de Chefes de Estado. Ademais, de um compromisso político informal, a Cúpula foi institucionalizada como instância prevista no Mercosul.

Como processo inovador no âmbito do controle interno e da participação social, foram realizadas ações de Auditoria Participativa junto aos Comitês Populares da Copa do Mundo FIFA 2014, com a finalidade de ouvir a opinião da sociedade civil sobre os impactos das grandes obras de portos e aeroportos, fomentando o diálogo e o controle social nas comunidades atingidas por empreendimentos vinculados ao evento esportivo. Foram ouvidos os Comitês de Natal, Belo Horizonte e Porto Alegre e, em 2013, serão ouvidos Comitês de mais nove cidades.

Com o objetivo de construir uma proposta de marco regulatório das organizações da sociedade civil e qualificar a atuação do grupo de trabalho instituído pelo Decreto 7.568/11, integrado por vários Ministérios e pela sociedade civil, foram realizadas diversas reuniões bilaterais com órgãos executores de políticas finalísticas, acadêmicos e entidades, e ouviu mais de 250 gestores públicos para a elaboração de propostas e recomendações relacionadas ao arcabouço jurídico vigente, à promoção de estudos e pesquisas, à abertura de novas frentes de capacitação, à uniformização de entendimentos e à revisão de classificações orçamentárias e jurídicas. O novo marco regulatório facilitará a interação entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil, balizada no aperfeiçoamento dos mecanismos de fomento e no apoio à diversidade e autonomia da sociedade civil organizada.

Merece destaque, ainda, a pesquisa "Valores e Estrutura Social no Brasil", produto do Fórum Direitos e Cidadania em parceria com o IPEA, que estudou o impacto da mobilidade social sobre a estrutura de valores dos brasileiros, relacionando-os com variáveis como renda, mobilidade social, geração e outros recortes. A pesquisa teve abrangência nacional e abordou valores relativos à democracia, participação, igualdade racial, igualdade de gênero e sustentabilidade. Os seus resultados foram debatidos no seminário "Valores e Cidadania", realizado em novembro.

Por fim, o ano de 2012 foi marcado pela estruturação do Serviço de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto (SIC-PP), responsável pelo atendimento dos pedidos da Lei de Acesso à Informação (LAI) direcionados à Secretaria-Geral, à Casa Civil, à Secretaria de Relações Institucionais, à Secretaria de Comunicação Social, ao Gabinete de Segurança Institucional e à Vice-Presidência da República. Nesse ano inaugural da LAI, o SIC-PP recebeu 980 pedidos, sendo que 916 foram respondidos ainda em 2012.

No âmbito das Mesas de Diálogo, que são metodologia para aprofundar temas de grande relevância para o Governo e para a sociedade, dois destaques podem ser mencionados. O primeiro foi o selo "Empresa Compromissada", concedido pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e entregue a 180 empresas do setor consideradas cumpridoras de todas as práticas empresariais estabelecidas no Compromisso, o qual, a propósito, figurou entre as dez iniciativas vencedoras do 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O segundo foi a assinatura do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil e a aprovação do Regimento da Representação Sindical no Local de Trabalho, que estabelece as regras básicas para a atuação de representantes dos trabalhadores nas obras da indústria da construção. Em nove meses de vigência, 20 empresas com 22 obras aderiram. Oito dessas obras já receberam visitas técnicas de membros da Mesa Nacional Permanente. Na ocasião, foram firmados acordos para implementação do Compromisso pelas empresas responsáveis e comissões de trabalhadores tomaram posse.

A Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais discutiu, em 2012, isenção de imposto de renda sobre a participação nos lucros e resultados (pauta atendida pela edição da Medida Provisória nº 597, de 26 de dezembro de 2012); indústria automobilística; greves do funcionalismo público; desoneração da folha de pagamentos; política industrial; Acordo Coletivo Específico; Programa Nacional de Proteção ao Emprego; programa de concessões para rodovias e ferrovias; Convenção 151 da OIT (organização sindical e processo de negociação dos trabalhadores do serviço público); Convenção 158 da OIT (garantia do emprego contra a dispensa imotivada); fator previdenciário; rotatividade e terceirização.

Tendo em vista todas essas pautas apresentadas ao Governo, foi implantada a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais, com o objetivo de aperfeiçoar as estratégias de negociação, avaliação e acompanhamento das respostas às demandas apresentadas pelos movimentos. Desde 2011, 1.022 demandas dos movimentos sociais foram recebidas, correspondendo a 461 ações efetivas requeridas aos órgãos públicos federais. Destas, 189 foram levadas à avaliação da Mesa de Monitoramento, da qual participam os Secretários-Executivos de todos os Ministérios.

Reconhecendo a importância do diálogo com a sociedade, o Governo Federal tem trabalhado no processo de regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002. Entre outras obrigações, os países signatários dessa Convenção se comprometem a consultar os povos

indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, por meio de procedimentos adequados, quando sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, garantindo a efetiva participação desses grupos na tomada de decisões. Foi criado um grupo de trabalho interministerial, com participação de representantes dos grupos sociais sujeitos de direito da Convenção, para encaminhar ações voltadas à efetivação do mecanismo de consulta prévia no país. Com base nas decisões e encaminhamentos do referido grupo, foram realizadas, em 2012, reuniões com os grupos indígenas e comunidades tradicionais para disseminar conhecimentos sobre a Convenção e debater a construção do instrumento.

Sobre a mobilização social e a municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2012, foi realizada a 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil, criado para incentivar, valorizar e dar visibilidade às práticas que contribuem para o alcance dos ODM. Nessa edição, de 1.638 práticas inscritas, 20 iniciativas foram premiadas. Ademais, no âmbito do projeto ODM Brasil 2015, uma parceria entre Governo Federal, empresas públicas e organismos internacionais com vistas a dar maior celeridade ao processo de municipalização dos ODM, foram realizadas dezenas de atividades e encontros junto à sociedade civil – para incentivar sua participação no monitoramento dos ODM em nível local – e junto aos municípios – para articular prefeitos e secretários em atividades voltadas ao cumprimento dos ODM e adesão à Agenda de Compromisso.

Juventude - A Política Nacional de Juventude passou por importantes avanços, sendo o ano de 2012 marcado pelo início da implementação de programas focados na autonomia e emancipação do jovem e pela busca de marcos legais que garantam os seus direitos. No ano, foi lançado o programa Estação Juventude, previsto no objetivo 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento, do PPA 2012-2015, cuja meta final é implantar 150 Unidades para promover a inclusão e emancipação dos jovens, com a ampliação do acesso às políticas públicas. Neste primeiro ano, 12 municípios firmaram convênios voltados à implementação das Estações – instaladas em equipamentos públicos já existentes – e oito estados conveniaram para viabilizar as unidades itinerantes. Destaque também para o 1º Seminário Nacional de Juventude Rural, que estabeleceu diretrizes de uma política nacional voltada para este segmento.

Com relação à meta de elevação do grau de escolaridade, conforme previsto no objetivo 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social, houve a conclusão do processo de transição do ProJovem Urbano da Secretaria-Geral para o Ministério da Educação. E, em 2012, foram matriculados cerca de 104 mil jovens em 309 municípios, o que demonstra o sucesso desta nova fase do programa.

No tema da participação social da juventude, objetivo 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social, houve três momentos importantes. O primeiro foi a eleição dos novos membros da sociedade civil para o Conselho Nacional de Juventude, iniciando mais um ciclo de dois anos. O segundo foi a mobilização de jovens na Rio+20 - Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Por fim, a participação social teve grande incidência na construção do projeto Participatório: Observatório Participativo da Juventude, que irá, a partir de 2013, produzir e disseminar conteúdo sobre políticas públicas de juventude com participação social e interatividade. Além disso, também no objetivo 0276, na agenda internacional, o Brasil se consolidou como uma referência de políticas públicas de juventude. Além da liderança dessa pauta durante a Rio+20 e das discussões sobre a criação de uma Assessoria Especial e de um Fórum de Juventude da Secretaria-Geral das Nações Unidas, o país sediou o Juvensur (Seminário Permanente de Integração Regional); a 9ª Reunião Especializada de Juventude, ambos do Mercosul; e a 16ª Conferência de Ministros, Ministras e Responsáveis da Organização Iberoamericana de Juventude, em que o Brasil foi eleito presidente do Conselho Diretivo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO "ADMINISTRAÇÃO"

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Proc.
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**36,95**	**36,95**	**31,85**	**9,26**	**8,76**	**22,60**
2025	Comunicações para o Desenvolv. a Inclusão e a Democracia	0	0	0	0	0	0
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	7,15	7,15	6,84	3,26	3,16	3,59
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	29,8	29,8	25,01	6,00	5,60	19,01
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**128,69**	**127,85**	**118,74**	**89,55**	**87,16**	**30,19**
2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		128,69	127,85	118,74	89,55	87,16	30,19
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)							
D208,2EMAIS PROGRAMAS (IV)							
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**165,64**	**164,80**	**150,59**	**98,81**	**95,92**	**52,79**

Fonte: Siafi Gerencial. Data da extração: 21/01/2013.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A execução orçamentária ocorreu da seguinte maneira:

VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO		SUBFUNÇÃO	2010	2011	2012	TOTAL
OFSS	No Exercício	122 - Administração Geral	0,52	0,43	0,76	1,71
	RPNP	122 - Administração Geral	0	0,05	0	0,05
OI		Total Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			**0,52**	**0,48**	**0,76**	**1,76**

Fonte: Siafi Gerencial. Data da extração: 23/01/2013.
OBS: a ação orçamentária 20D5 foi criada em 2010. Anteriormente as despesas eram executadas nas despesas global da PR.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**3,17**	**3,17**	**1,09**	**0,76**	**0,76**	**0,33**
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	3,17	3,17	1,09	0,76	0,76	0,33
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		–	–	–	–	–	–
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		–	–	–	–	–	–
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		–	–	–	–	–	–
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**3,17**	**3,17**	**1,09**	**0,76**	**0,76**	**0,33**

Fonte: Siafi Gerencial. Data da extração: 23/01/2013.

Seguem as principais realizações da SRI/PR:

Articulação com o Poder Legislativo

As ações governamentais promovidas em 2012 tiveram como norte os objetivos propostos no programa "Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública" e, dessa forma, buscaram fortalecer o diálogo do Governo com o Congresso Nacional e com os partidos políticos, com vistas a viabilizar projetos e políticas públicas.

Nesse sentido, desempenhou-se intenso trabalho de articulação e acompanhamento legislativo, que resultou na aprovação de 36 medidas provisórias e 59 proposições legislativas, consideradas prioritárias em razão de sua abrangência e relevância político-social, bem como seu impacto orçamentário e financeiro.

Na área econômica, destacam-se a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu a previdência complementar para os servidores públicos federais, bem como a Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, que alterou as regras de remuneração da poupança, permitindo a queda histórica da taxa de juros do país.

No âmbito do Plano Brasil Maior, foi aprovada uma série de medidas de extrema relevância para o aumento da competitividade da indústria brasileira. A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, ampliou os Programas de Sustentação do Investimento (PSI) e Revitaliza, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e criou a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF). Já a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, esta aperfeiçoou e ampliou para outros segmentos da economia a desoneração da folha de pagamento, criou o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (INOVAR-AUTO) e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes).

Nas áreas de infraestrutura e meio ambiente, a produção legislativa trouxe significativos avanços. A aprovação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e da Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, promoveu uma ampla revisão na legislação ambiental, resultando na edição de um novo Código Florestal para o país. Destacam-se ainda a Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, que alterou o Adicional de Tarifas Aeronáuticas (ATAERO) e outros dispositivos legais com o objetivo de viabilizar o processo de concessão de exploração da infraestrutura aeroportuária, e a Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Saneamento e promove alterações no Programa Minha Casa Minha Vida. Merecem registro ainda a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), e a Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012), parte integrante do esforço de preparação para os grandes eventos desportivos que o Brasil sediará.

São igualmente significativos os avanços da área social. As Leis nº 12.613, de 18 de abril de 2012, e nº 12.649, de 17 de maio de 2012, são eixos centrais do Plano Viver sem Limites, voltado às pessoas com deficiência. No mesmo sentido, editou-se a Lei nº 12.764, de 27 dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Releva ressaltar ainda a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que instituiu o "Brasil Carinhoso", ação integrante do Plano Brasil sem Miséria, a

Lei nº 12.653, de 28 de maio de 2012, que tipificou o crime de condicionar o atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia (Lei Duvanier), bem como a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo (DNV).

Em relação aos setores educacional e cultural, merece destaque a aprovação de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com a sanção da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, bem como a instituição do Programa de Cultura do Trabalhador e a criação do vale-cultura pela Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012.

Por fim, na área de justiça e cidadania, vale mencionar a edição da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que aperfeiçoou a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, bem como da Lei nº 12.720, de 27 de setembro de 2012, que tipificou os crimes de extermínio cometidos por milícias privadas.

Articulação Federativa

No tocante ao relacionamento do Governo com os entes federados, em consonância com o programa temático "Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública", as ações voltaram-se para o fortalecimento da relação federativa, de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado.

Dentre as medidas de destaque do ano, estão o aperfeiçoamento do **Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (**CAUC) e a adaptação do Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv) para operar o procedimento simplificado previsto na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, que regulamentou a desburocratização do processo de transferências voluntárias aos estados e municípios.

Destaca-se também a promoção dos seminários "Diálogos Federativos Rumo à Rio+20", realizados por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, com vistas a ampliar o debate sobre o desenvolvimento sustentável e promover a atuação conjunta da União, dos estados e dos municípios.

No âmbito do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF), onze reuniões trataram de assuntos como a Rio+20, a XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, as condutas vedadas aos Agentes Públicos Federais nas eleições, a preparação do Governo Federal para a recepção dos novos prefeitos, o apoio ao desenvolvimento industrial e o Programa de Concessões de Rodovias, Ferrovias e Trem de Alta Velocidade.

No tocante à participação na XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), destacam-se a apresentação no evento do Plano Brasil sem Miséria e a Ação Brasil Carinhoso, que preveem uma intensa cooperação entre os entes federativos.

Em relação ao PAC, foram anunciadas novas seleções para ações de infraestrutura urbana e rural, além de máquinas e equipamentos para estradas vicinais direcionados aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Ressalte-se ainda o anúncio da seleção do PAC Prevenção, os processos de seleção da terceira etapa do PAC 2 Saneamento, bem como do PAC Mobilidade Médias Cidades.

Outro programa que merece destaque, pela intensa parceria com estados e municípios, é o Programa Minha Casa Minha Vida, que, em sua segunda fase, atendeu cidades com até 50 mil habitantes.

Na esfera internacional, o Brasil assumiu a Presidência Pro-Tempore do Mercosul e coordenou os esforços do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) voltados ao preparo e à aprovação de seu plano de ação para o biênio 2012-2014. Esse planejamento visa dar sustentabilidade às atividades dos membros nos eixos cooperação entre cidades e regiões, cidadania regional, integração produtiva e integração fronteiriça. Ainda nessa esfera, é importante mencionar o lançamento do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul, no qual foram selecionadas quatro propostas de até 200 mil dólares para atividade de cooperação técnica com países em desenvolvimento.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O objetivo principal do órgão é o de tornar as mudanças promovidas pelas políticas de governo perceptíveis pela população e informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo Executivo Federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado, em harmonia com a necessidade de democratizar e universalizar o acesso à informação.

As atividades de comunicação são realizadas em consonância com o princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida, e mediante o acesso da população à informação sobre atos, obras e programas governamentais, suas metas e resultados, as políticas públicas, os direitos do cidadão, os serviços colocados à sua disposição. A essas atividades se soma a de promoção do Brasil no cenário internacional.

Para garantir o acesso à informação, o Executivo estimulou a participação social, ampliou e aperfeiçoou canais de informação, com o objetivo de consolidar o diálogo estabelecido com a sociedade. No conjunto das ações de comunicação, sobressai o esforço de utilizar, de forma integrada e convergente, as diferentes ferramentas (imprensa, publicidade, patrocínios, eventos) e canais governamentais de comunicação (TV, rádio, internet, mídias sociais) como forma de difundir informações de interesse público. Essa prática propicia condições para a criação de ambiente de entendimento, sinergia e otimização de ações e recursos, reduz o risco de fragmentação da comunicação e permite que planejamento, acompanhamento e avaliação das ações sejam também efetuados de forma integrada.

O Executivo Federal preza a informação clara e célere, sendo o sigilo de informações a exceção. Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação, o Brasil deu grande passo para fortalecer a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, pilares da democracia. Buscou-se

aperfeiçoar o relacionamento com a mídia e também pluralizá-lo, sempre considerando as especificidades de cada veículo. Mais de cinco mil jornalistas nacionais e estrangeiros foram cadastrados no Palácio do Planalto ou quando de viagens presidenciais, no Brasil e no exterior. As ações de divulgação, ativas ou sob demanda de interessados, são efetuadas de variadas formas: entrevistas da Presidenta, coluna Conversa com a Presidenta, publicação da agenda da Presidenta, distribuição de discursos, notas oficiais, comunicados, esclarecimentos e atendimentos telefônicos. Informações também são divulgadas via Boletim de Notícias, Notícias do Dia, Bom Dia Ministro e entrevistas de suporte com técnicos de altos escalões federais.

Foi intensificada a interação direta com os públicos, porque às vezes é preciso apontar o caminho das informações primárias a quem necessita de detalhes sobre as políticas públicas que não estão disponíveis em meios convencionais de comunicação, caso de investidores, estudantes e pesquisadores acadêmicos. A internet e as mídias sociais vêm sendo usadas intensamente. O contato mais ágil com os profissionais de imprensa ocorre via twitter, enquanto o Blog do Planalto é o instrumento de comunicação mais aberto com a sociedade, que divulga os eventos da Presidenta Dilma e vídeos em que ministros, empresários e colaboradores servem de fonte para aprofundar o esclarecimento dos temas abordados.

VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Administração"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	128 - Formação de Recursos Humanos	0	0	0	0	0	**0**
		131 - Comunicação Social	78	114	133	106	117	**548**
		722 - Telecomunicações	44	18	6	16	22	**106**
	RPNP	128 - Formação de Recursos Humanos	0	0	0	0	0	**0**
		131 - Comunicação Social	41	50	55	43	56	**245**
		722 - Telecomunicações	0	0	0	6	9	**15**
OI		Total Subfunções	0	0	0	0	0	**0**
TOTAL			**163**	**182**	**194**	**171**	**204**	**914**

Fonte: Siafi Gerencial. Data da extração: 23/01/2013. Obs.: 1 – Subfunção 722-Telecomunicações até 2009 referia-se a contrato firmado com a ACERP, cuja responsabilidade da SECOM foi até março/2009. A partir de 2010, referida subfunção refere-se aos contratos firmados com a EBC.2- A subfunção 128 – Formação de RH foi inserida no orçamento da SECOM desde 2009, cuja execução tem sido inferior a um milhão.

Na comunicação publicitária, destacam-se as campanhas alusivas a importantes políticas públicas, a exemplo do Plano Viver sem Limite, que divulgou as políticas integradas do Plano e orientações sobre como fazer uso dos benefícios; do Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, esforço de comunicação que se repete há dez anos; do Brasil Carinhoso, que divulgou umas das mais importantes estratégias do Plano Brasil sem Miséria para tirar da extrema pobreza famílias com filhos de até seis anos, beneficiárias do programa Bolsa Família; do Programa 'Crack, é possível vencer'', com o objetivo de informar e mobilizar a sociedade para assumir atitudes de prevenção, além de disseminar a ideia de que é possível vencer o crack e a importância do compromisso e participação de todos; da Rio+20, que buscou posicionar o Brasil como referência mundial na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de ações e políticas públicas integradas, voltadas ao crescimento econômico com inclusão social e proteção ao meio ambiente. Sobressai ainda a campanha de prestação de contas dos investimentos do Executivo nas unidades da federação, demonstrando os benefícios concretos na vida das pessoas e no desenvolvimento local e nacional. Destaque para a evolução no processo de qualificação nos investimentos publicitários em veículos de comunicação, com ampliação dos critérios técnicos para cadastramento e programação de veículos, tendo em vista a cobertura de amplas camadas da população em todo o país.

Os eventos de governo, início do processo de comunicação com a sociedade, ocorrem de maneira integrada com as demais ferramentas de comunicação - publicidade, mídia e internet - e têm como foco o lançamento de programas e ações interministeriais, tais como PAC, Minha Casa, Minha Vida, Plano Viver sem Limite, Plano Brasil Carinhoso, Programa 'Crack, é possível vencer'', Rio+20 e Programa de Investimentos em Logística.

Nos projetos de patrocínio, a comunicação incorporou componente educativo-ambiental, orientando, incentivando e monitorando a utilização dessas ações como ferramenta de fomento a políticas públicas. Intensificou-se o uso de critérios compensatórios dos impactos causados ao meio ambiente, como a formação de parcerias com cooperativas e entidades para a reciclagem dos resíduos gerados. Atitudes de sustentabilidade mitigaram impactos ambientais decorrentes de eventos patrocinados e contribuíram para a divulgação de práticas cidadãs com envolvimento das comunidades alcançadas e do público-alvo da ação de comunicação. Os canais governamentais de comunicação são instrumentos fundamentais para a difusão das ações de interesse social, sobretudo de utilidade pública. Com foco no cidadão, o desafio é realçar de forma clara, objetiva e precisa motivações, objetivos e resultados esperados das políticas públicas propostas pelo Governo Federal. Em ambiente de convergência, integração e diálogo aberto com a sociedade, os canais investem no aprimoramento do conteúdo ao lançar mão de diferentes formatos (vídeos, áudios, textos, infográficos e imagens).

O desafio diário é fazer com que o conteúdo seja útil ao cidadão. É dessa forma que a TV NBR se apresenta como opção de acesso às informações de governo em mais de 30 milhões de residências em todo o país. No rádio, as notícias são veiculadas de segunda a sexta-feira no programa A Voz do Brasil. O programa é transmitido ao vivo pela internet. É também na rede mundial de computadores que os portais Brasil (www.brasil.gov.br) e

Planalto (www.planalto.gov.br) sobressaem como referência de conteúdo governamental.

Outro destaque é a evolução constante dos diferentes canais como premissa de ampliação do acesso à informação. Exemplo recente é a adaptação dos portais internet para dispositivos móveis (*smartphones* e *tablets*) e os projetos de reformulação dos sites do Executivo. O objetivo é criar identidade visual comum e padronizar a navegação, facilitando o acesso e a compreensão dos diferentes conteúdos e serviços, garantindo experiência digital com qualidade.

No plano internacional, a comunicação deu seguimento a seu projeto de divulgação do Brasil no exterior com vistas a reforçar a percepção de que o país mudou de patamar no cenário internacional. Busca-se difundir informações e promover o entendimento a respeito das credenciais do Brasil nos planos econômico, social, ambiental e político-institucional, no intuito de neutralizar e contextualizar, com credibilidade, eventuais percepções negativas. Esse programa está baseado em quatro grupos de mensagens-chave: economia (estabilidade, infraestrutura, energia, agronegócios, ciência e tecnologia e inovação); estabilidade político-institucional (estabilidade social, transparência, cultura de tolerância e relações exteriores); inclusão social (mitigação da pobreza, educação, direitos humanos); meio ambiente (Amazônia e mudanças climáticas, adoção de fontes renováveis de energia). Em 2012, destacaram-se os trabalhos alusivos às conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), de Biodiversidade (COP11 - Hyderabad, Índia) e Mudança do Clima (COP18 - Doha, Catar).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCICIO 2012 - FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	239	237	233	140	140	93

Fonte: SIAFI Gerencial e PPA 2012-2015

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI), por intermédio da Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) e da Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (SCAAM), garantiu a Segurança Institucional da Presidência da República, atuando com eficiência e eficácia na segurança da Excelentíssima Senhora Presidenta da República e do Vice-Presidente e seus familiares, contribuindo decisivamente para o sucesso das diversas atividades nacionais e compromissos internacionais que contavam com a presença das mais altas autoridades do Poder Executivo Federal, utilizando em grande parte os recursos alocados em 2012, na subfunção Administração Geral (122), da Função Administração (04).

O GSI, ainda, iniciou as atividades relativas à transferência da SPR para novas instalações, com o objetivo de aprimorar a coordenação e execução da segurança da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, do Vice-Presidente e seus familiares, bem como dos palácios presidenciais e residências, e propiciar melhores condições à capacitação dos servidores para exercer a atividade de segurança pessoal e de instalações.

A SCAAM, também, assessorou o emprego das Forças Armadas durante as eleições municipais de 2012, conforme solicitação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e em três eventos internacionais realizados no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, nos quais havia a participação de vários Chefes de Estado e de Governo.

No campo da Segurança da Informação e Comunicações, priorizou-se a segurança das redes de governo, com a melhoria e manutenção da infraestrutura de gerenciamento dos incidentes das redes governamentais em uso na Administração Pública Federal (APF), bem como da infraestrutura necessária ao funcionamento do Núcleo de Segurança e Credenciamento, instituído em 2011 e regulamentado em 2012. Foram concluídos os programas iniciados em exercícios anteriores, destinados à formação e ao aprimoramento dos recursos humanos no Governo Federal, necessários à implementação e manutenção da Política de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos e entidades da APF.

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI) do GSI, realizou, com o emprego do Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (GeoPR), o monitoramento diário de 668 “cenários” do Mosaico de Segurança Institucional, com vistas a subsidiar a Excelentíssima Senhora Presidenta da República em seu processo decisório e na devida adoção de medidas de prevenção a crises.

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), coordenado pela SAEI, promoveu ações visando manter a permanente capacidade para a pronta resposta a situações de emergência nuclear no país e para a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados ao setor nuclear. Iniciou-se o aprimoramento da geração de cenários e da metodologia de avaliação dos exercícios de emergência nuclear, bem como foi criado o Comitê de Articulação nas Áreas de Segurança e Logística (Caslon), voltado mormente às atividades relacionadas ao transporte de material nuclear. Todas as ações do Sipron foram desenvolvidas com os recursos alocados na Subfunção Defesa Civil (182), da Função Administração (04).

A SAEI, como Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CND), concedeu cerca de 230 atos de assentimento ou de anuência prévios, para autorizar atividades de exploração mineral, radiodifusão, construção

de aeródromos, destinação de terras públicas e pesquisas científicas, sem comprometer a segurança nacional.

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) atuou em ações de cooperação técnica em Inteligência no âmbito do acordo firmado entre os governos do Brasil e do Timor Leste, integrou o Fórum de Serviços de Informações e Inteligência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Fórum de Serviços de Inteligência dos países Ibero-americanos (FOSSI). Paralelamente, manteve relações bilaterais com mais de 80 serviços de Inteligência estrangeiros. Realizou avaliações de risco destinadas à Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio+20), para a Cúpula do MERCOSUL, e reavaliações de risco de diversas estruturas estratégicas nacionais, em benefício dos órgãos governamentais encarregados da segurança dos chamados grandes eventos, como Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Copa do Mundo FIFA 2014, participou efetivamente das operações Sinop, Amparo e Àgata (versões IV, V e VI), coordenando as ações operacionais de Inteligência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). No contexto do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento (PNPC) foram realizados diagnósticos e relatórios sobre instituições públicas e privadas que demandaram a assessoria da ABIN. Essas atividades foram desenvolvidas com os recursos alocados nas Subfunções Administração Geral (122), Informação e Inteligência (183) e Tecnologia da Informação (572), da Função Segurança Pública (06).

VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Administração"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	122 – Administração Geral	6,019	10,212	14,762	16,039	16,390	63,422
		182 – Defesa Civil	0	1,000	0,509	0,599	0,392	2,500
		Demais subfunções	0,208	0,132	0,726	0,231	0	1,097
	RPNP[2]	122 – Administração Geral	0,078	2,764	8,209	14,059	9,932	35,042
		182 – Defesa Civil	0		0,158	0,355	0,028	1,079
		Demais subfunções	0,240	0,178	0,311	0,893	0,001	1,085
OI[3]		Total Subfunções	0	0	0	0	0	0
TOTAL			**6,546**	**14,288**	**24,677**	**32,178**	**26,744**	**104,225**

Fonte: SIAFI Gerencial, consolidado os dados do GSI e da ABIN. Data da extração: 21/01/2013

R$ milhões

Função "Segurança Pública"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	122 – Administração Geral	180,50	228,14	271,06	313,07	318,75	1.311,52
		183 – Informação e Inteligência	9,44	9,19	13,55	12,86	15,19	60,23
		572 – Tecnologia da Informação	0,84	0,72	1,37	0,99	0,90	4,82
		Demais subfunções	79,37	93,67	108,98	126,91	133,50	542,43
	RPNP	122 – Administração Geral	3,50	6,63	3,68	6,52	5,17	25,50
		183 – Informação e Inteligência	9,07	0,64	0,55	2,17	0,34	12,77
		572 – Tecnologia da Informação	0,02	0,38	0,01	0,06		0,47
		Demais subfunções	2,48	3,09	1,35	1,66	2,35	10,93
OI		Total Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			**285,22**	**342,46**	**400,55**	**464,24**	**476,20**	**1.968,67**

Fonte: SIAFI Gerencial, consolidado os dados do GSI e da ABIN. Data da extração: 21/01/2013

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**41,165**	**41,165**	**30,114**	**16,782**	**16,609**	**13,331**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)							
DEMAIS PROGRAMAS (IV)							
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**41,165**	**41,165**	**30,114**	**16,782**	**16,609**	**13,331**

Fonte: SIAFI Gerencial, consolidado os dados do GSI e da ABIN. Data da extração: 21/01/2013

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		-	-	-	-	-	-
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		396,47	367,24	350,09	341,46	341,46	8,63
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		-	-	-	-	-	-
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		131,25	136,10	126,88	126,88	126,88	-
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		527,72	503,34	476,97	468,34	468,34	8,63

Fonte: SIAFI Gerencial, consolidado os dados do GSI e da ABIN. Data da extração: 21/01/2013

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), trabalhou no sentido de apresentar propostas de políticas estratégicas para o país e de construir um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Uma das iniciativas nesse sentido foi o projeto que trata de proposição de mecanismos não judiciais de solução de controvérsias entre entes federados e de instrumentos para tratamento das assimetrias intrafederativas. Como medida inicial, parceria da SAE/PR com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) viabilizou, em novembro, o Seminário: "*Desafios Federativos: mecanismos para solução de controvérsias*". O evento contou com diversos especialistas no tema, focados em identificar espaços que proporcionem o diálogo permanente entre os entes federados, com vistas à obtenção de soluções negociadas para os conflitos federativos.

Entre as atividades realizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) em 2012, foi marcante a participação na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O CDES organizou atividades preparatórias, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, e contribuiu para a posição do Governo Brasileiro. Durante a Rio+20, o CDES recebeu representantes de Conselhos da América Latina, Ásia, África e Europa e um amplo conjunto de instituições e profissionais brasileiros e internacionais, para debater estratégias para o desenvolvimento sustentável, fortalecendo a rede de diálogo e o compromisso com o tema. Na posse dos conselheiros para o mandato 2012/2014, foram estabelecidos os seguintes temas prioritários para o trabalho do Conselho no período: i) novos rumos da educação; ii) competitividade para acelerar o desenvolvimento; iii) ciência, tecnologia e inovação para a economia do conhecimento e sustentabilidade; iv) infraestrutura para o desenvolvimento: integração territorial, equidade e competitividade; v) justiça fiscal: arrecadação e aplicação dos recursos públicos para o desenvolvimento; e vi) desenvolvimento sustentável.

Na esfera internacional em 2012, O CDES avançou em parcerias bilaterais com instituições similares da União Europeia, Rússia, Congo, Argélia, e como membro da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais (AICESIS). Reafirmou o trabalho de incentivo à criação de conselhos congêneres em outros países, notadamente na América Latina e Caribe, esforço também replicado dentro do Brasil. O Observatório da Equidade (OE) prosseguiu o trabalho acompanhando os debates e alterações nas políticas tributária e educacional e prepara o acompanhamento de indicadores de desenvolvimento sustentável e de competitividade.

O IPEA tem aprofundado suas relações com diversos Ministérios, a começar por projetos com a SAE/PR e, potencialmente, com todo o conjunto de Ministérios. Complementarmente, buscando melhor identificar a demanda por políticas públicas, o IPEA está desenvolvendo um sistema de pesquisas de percepções da população a partir de trabalho de campo próprio. Em 2012 foi criada a Plataforma IPEA de Pesquisa em Rede, que implementou redes de pesquisa em âmbito nacional, promovendo apoio técnico e o intercâmbio do IPEA com instituições congêneres, universidades e secretarias estaduais. A iniciativa selecionou 53 instituições e abrange 25 unidades da federação com o apoio a 13 projetos e a concessão de 149 bolsas. O Sistema de Apoio à Pesquisa contemplou cerca de 780 bolsistas em 274 projetos de pesquisa, realizando 123 chamadas públicas, apoiando, inclusive, a realização de 27 eventos técnicos científicos. Outra atividade importante, que diz respeito à disseminação do conhecimento sob a perspectiva regional, foi a realização, ao fim de 2012, das Conferências para o Desenvolvimento (Codes), promovidas em cada um dos vinte e sete estados brasileiros. Buscou-se, de um lado, o fortalecimento de um sistema nacional de planejamento para políticas públicas e, de outro, a aproximação com as realidades locais sobre potencialidades e desafios existentes nas várias porções do território nacional.

No ano de 2012, o Governo Federal empreendeu iniciativas em várias frentes na área da Defesa Nacional. Inserem-se entre essas iniciativas as propostas de atualização da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), bem como a participação na construção do Livro Branco de Defesa Nacional. Destaque-se também o XII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (XII ENEE), realizado em novembro, na Escola Naval, no Rio de Janeiro, o qual teve como temática geral: "O Setor Espacial brasileiro: cenário atual e perspectivas". O Encontro faz parte do *Projeto Fortalecimento do Setor Espacial Brasileiro*, que visa colher subsídios para a elaboração de uma proposta de Política Nacional.

O Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (*Pró-Estratégia*), lançado em parceria formada pela SAE/PR e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), contemplou, em 2012, 19 projetos de diversas regiões e instituições brasileiras. Em 2012 ocorreu também a terceira edição do Prêmio Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro Filho, que premia estudos e pesquisas que concorram para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, nos setores estratégicos: cibernético, nuclear e espacial. Outro destaque foi a publicação do livro "Segurança da Amazônia", obra que resultou do seminário de mesmo nome, que compila as apresentações e discussões mais relevantes do evento.

Na área social, seis temas foram o foco maior dos esforços da SAE/PR em 2012: classe média, infância, juventude, imigração, fronteiras e desenvolvimento inclusivo nos estados.

O projeto *Vozes da Classe Média*, desenvolvido pela SAE/PR em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), busca, a partir de uma definição conceitualmente sólida de classe média, estabelecida por comissão ministerial instituída para esse fim, e por meio de estudos publicados bimestralmente, compreender valores, mecanismos de ascensão, atitudes, comportamentos e anseios da classe média brasileira e, em especial, o que ela espera em termos de serviços do Estado. O Caderno Marco Zero do *Vozes da Classe Média* foi lançado no dia 20 de setembro, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, e a segunda edição do Caderno foi lançada no dia 12 de novembro em São Paulo. O Governo Federal também atuou no desenvolvimento de políticas de educação e inclusão financeira. Parceria entre a SAE/PR e o Banco Central do Brasil (Bacen) viabilizou a concepção de um questionário referente a conhecimento, acesso e uso de serviços financeiros, que servirá como base para a construção de indicador de inclusão financeira no Brasil. No eixo temático da primeira infância, a proposta desenvolvida pela SAE/PR para integrar as políticas e programas voltados para garantir a atenção integral na primeira infância foi importante insumo no desenho do *Brasil Carinhoso*.

Em 2012, o Governo Federal, por meio da SAE/PR, deu início a importante mapeamento de características da juventude, que envolvem diferentes situações e trajetórias nessa faixa etária, tais como: escolaridade, trabalho, renda, saúde, mortalidade, desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas. Além disso, está em fase de elaboração o marco lógico de programas e projetos voltados a jovens, de maneira a subsidiar o desenho de uma política de atenção integral e customizada às juventudes, em sua heterogeneidade e particularidades. Um dos principais eixos na área é a inovação em políticas públicas dirigidas aos jovens em situação de pobreza, com pouca ou nenhuma oportunidade, com ênfase na valorização do ensino médio e na redução do abandono e da evasão escolar. Nesse sentido, os resultados promissores revelados na avaliação do Jovem de Futuro, feita pela SAE/PR em parceria com o Instituto Unibanco, permitiram credenciamento da tecnologia utilizada no programa pelo Ministério da Educação, dando origem ao ProEMI-Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro, ora ofertado no âmbito das ações do MEC a seis estados brasileiros. Da mesma forma, está em andamento a avaliação experimental do Protejo (Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável), iniciativa voltada a jovens em situação de risco ou vulnerabilidade social, e produto de Termo de Cooperação com o Ministério da Justiça.

Tendo em vista o potencial de atração do Brasil nos próximos anos e reconhecendo que novas levas de imigrantes podem contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento do país, criou-se no âmbito da SAE/PR o Grupo de Trabalho sobre Imigração (GTIm), composto por especialistas da academia, cujo objetivo é fazer um levantamento das informações e análises existentes e realizar estudos estratégicos sobre: *i)* a relevância da imigração para o Brasil; *ii)* o potencial do país para atrair imigrantes; *iii)* o mercado de imigrantes no mundo; *iv)* as alternativas de trabalho para o estrangeiro no Brasil (requisitos e legislação migratória); e *v)* o procedimento atual para imigrar para o Brasil (fortalezas e debilidades da política migratória). Desde sua criação em julho de 2012, o GTIm vem discutindo os temas estratégicos sobre imigração com atores-chave nesta área, do Governo Federal e de outras organizações, produzindo diversos estudos, informações, dados e números serviram de insumo para a elaboração de documentos preliminares sobre cada um dos cinco temas estratégicos sobre imigração, os quais subsidiarão um relatório, a cargo da SAE/PR, a partir do qual pretende-se discutir uma proposta de política de imigração para o Brasil que seja receptiva à entrada de trabalhadores estrangeiros de forma ordenada e benéfica ao desenvolvimento do país.

Por solicitação da vice-presidência da República, decidiu-se, no âmbito do *Plano Estratégico de Fronteiras*, lançado pelo Governo Federal em junho de 2011, por elaborar um programa social para comunidades rurais que vivem isoladas em área de fronteira amazônica. A SAE/PR vem trabalhando no desenho deste programa, que tem como objetivo melhorar as condições de vida da população, promover a soberania, facilitar o controle do fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira como também preservar e proteger o meio ambiente. Em 2012, foi produzida uma primeira versão da proposta a fim de ser debatida e aprimorada junto aos demais órgãos do governo que trabalham com o tema. Fez-se também um primeiro mapeamento das tecnologias sociais e programas direcionados para estas populações nas áreas temáticas concernentes a esta proposta, que são: educação, saúde, habitação, saneamento e tratamento de resíduos sólidos, apoio à produção e comercialização, comunicação, energia, e documentação. O desenho desta proposta foi apresentado para a Presidenta da República, em 14 de março de 2012, que sugeriu que os serviços concernentes às propostas fossem prioritariamente providos pelas escolas rurais situadas nas áreas de fronteira.

O Projeto de Desenvolvimento Inclusivo nos estados, desenvolvido no âmbito da SAE/PR, avançou em sua parceria de construção de um plano de redução da extrema pobreza no Maranhão. Estudos do governo subsidiaram o Governo do Maranhão na formulação do programa *Viva Oportunidades*, recentemente lançado pelo estado. O projeto também está em vias de concluir parceria com o estado do Piauí, cujo objetivo será a criação de um plano para acelerar ainda mais a redução da pobreza naquele estado. A parceria com o Piauí pretende focar nos pequenos empreendimentos como ferramenta da inclusão produtiva no combate à pobreza. Uma parceria semelhante também está sendo construída com o Amapá. Além dessas parcerias, o governo tem tentado contribuir para o intercâmbio de conhecimento

sobre as melhores práticas de inclusão produtiva nos estados. Em outubro de 2012, foi realizado um seminário sobre *Políticas de inclusão produtiva no combate à pobreza rural*, cujo objetivo foi refletir sobre os programas federais e estaduais de inclusão produtiva no campo. O seminário contou com a presença de representantes de oito estados e de nove instituições do Governo Federal, que discutiram o marco lógico de seus programas, as melhores práticas e seus principais resultados.

Na área de desenvolvimento sustentável, foram concentrados esforços nas seguintes atividades: *i)* criação do Núcleo de Inteligência Territorial (NIT), em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de propor inovações e a modernização dos procedimentos de formulação de política agrícola brasileira; *ii)* coordenação do Eixo de Desenvolvimento a Atividades Sustentáveis 2012-2015 no âmbito do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), com o objetivo de promover atividades que contribuam na redução do desmatamento, com inclusão produtiva e inserção social; *iii)* retomada da discussão de uma Política Nacional de Florestas Plantadas voltada a ampliar a atração de investimentos no setor, com diversificação produtiva; e *iv)* participação, por meio de estudos específicos, na elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. No que tange ao PPCDAm, as principais estratégias estão focadas no fomento à produção sustentável; na assistência técnica e extensão rural e florestal; e na difusão de inovação tecnológica, mecanismos de financiamento, mecanismos de apoio à comercialização e arranjos produtivos locais (APLs).

VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Administração"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	121 – Planejamento e Orçamento	3,87	3,46	3,76	4,88	2,68	18,65
		122 – Administração Geral	114,80	129,75	157,52	156,97	142,37	701,41
		126 – Tecnologia da Informação	0,49	3,18	2,80	0,82	0,00	7,29
		128 – Formação de Recursos Humanos	0,00	0,30	0,31	0,20	0,28	1,09
		301 – Atenção Básica	0,95	1,13	1,44	1,54	1,30	6,36
		306 – Alimentação e Nutrição	0,90	0,98	2,07	1,95	1,74	7,64
		571 – Desenvolvimento Científico	1,39	7,30	10,54	19,93	19,72	58,88
		573 – Difusão do Conhec. Científ. e Tecnológico	1,43	1,63	0,00	0,00	0,00	3,05
		Demais funções	1,01	0,09	2,34	1,45	0,20	5,10
	RPNP	121 – Planejamento e Orçamento	0,00	0,15	1,40	1,06	0,46	3,07
		122 – Administração Geral	1,28	2,56	2,55	2,38	2,41	11,19
		126 – Tecnologia da Informação	0,32	0,49	0,78	0,63	0,32	2,56
		Demais funções	0,04	0,18	0,26	0,12	0,13	0,72
	OI	Total Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			**126,48**	**151,20**	**185,77**	**191,94**	**171,62**	**827,01**

Fonte: Siafi Gerencial, consolidando os dados da SAE e do IPEA – Em 21.01.2013

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**29,46**	**132,41**	**25,13**	**21,26**	**21,24**	**3,86**
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	29,46	132,41	25,13	21,26	21,24	3,86
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**172,57**	**177,21**	**172,49**	**164,45**	**164,37**	**8,04**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**119,45**	**121,03**	**120,11**	**120,11**	**120,11**	**0,00**
TOTAL (I) + (II) + (III)		**321,48**	**430,65**	**317,73**	**305,83**	**305,72**	**11,90**

Fonte: Siafi Gerencial, consolidado os dados do GSI e da ABIN. Data da extração: 21/01/2013

4.1.2. Controladoria-Geral da União

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU) integra no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o *Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República (2101)*, com a totalidade dos recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Para execução das suas atividades, a CGU detém quatro ações orçamentárias vinculadas diretamente às suas competências institucionais, além daquelas ações de caráter essencialmente administrativo, cujos resultados estão consubstanciados na sequencia deste relatório. A execução no exercício de 2012 restou assim demonstrada:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS PRINCIPAIS AÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – EXERCÍCIO 2012

R$ 1,00

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Proc
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (I)							
2101	Programa de gestão e manutenção da Presidência da República	637.349.599,00	644.068.344,00	633.972.670,73	618.439.488,27	617.462.637,71	15.533.182,46
	Pagamento de pessoal ativo da União	458.724.336,00	454.724.336,00	451.198.279,38	450.641.257,40	450.218.054,13	557.021,98
	Ações de prevenção à corrupção e de promoção da transparência governamental*	9.988.633,00	11.702.986,00	11.355.444,46	10.926.068,34	10.884.684,80	429.376,12
	Correição no Poder Executivo Federal*	2.500.000,00	2.750.000,00	2.644.093,03	2.209.510,85	2.194.670,30	434.582,18
	Fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos federais*	12.081.512,00	13.289.663,00	13.217.180,06	12.896.137,05	12.580.254,96	321.043,01
	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	1.500.000,00	1.500.000,00	1.432.148,95	1.340.443,50	1.322.809,60	91.705,45
	Gestão do sistema federal de ouvidorias*	500.000,00	550.000,00	547.385,51	492.187,17	486.225,77	55.198,34
	Benefícios	13.875.121,00	13.416.621,00	12.831.664,01	12.831.664,01	12.831.664,01	0,00
	Outros projetos/atividades	138.179.997,00	146.134.738,00	140.746.475,33	127.102.219,95	126.944.274,14	13.644.255,38
DEMAIS PROGRAMAS (II)							
0089	Previdência de inativos e pensionistas da União	48.750.000,00	62.812.846,00	62.708.975,81	62.708.975,81	62.708.975,81	
TOTAL (I) + (II)		**686.099.599,00**	**706.881.190,00**	**696.681.646,54**	**681.148.464,08**	**680.171.613,52**	**15.533.182,46**

Fonte: Diretoria de Gestão Interna - extraído do SIAFI Gerencial em 05/02/2013
Obs.: *Ações orçamentárias vinculadas diretamente às competências institucionais da CGU.

Conforme quadro acima, foram executados R$ 62.708.975,81 no âmbito do programa 0089, na função Previdência, contudo os dispêndios ocorrem praticamente em sua totalidade na Função de Governo Administração, sendo a maior concentração de recursos na subfunção Administração Geral. O quadro a seguir representa os valores liquidados por função e subfunção no período de 2008 a 2012, bem como os resultantes da execução dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO – VALORES LIQUIDADOS 2008 A 2012

R$ 1,00

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO		SUBFUNÇÃO		2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
OFSS	No Exerc.	122	Administração Geral	420.860.127,22	526.137.220,48	581.157.563,76	585.092.074,27	578.235.664,52	**2.691.482.650,25**
		124	Controle Interno	16.759.189,11	11.087.516,07	21.597.946,86	16.463.336,68	26.031.716,24	**91.939.704,96**
		128	Formação de Recursos Humanos	727.150,77	923.954,66	1.420.982,61	1.232.994,07	1.340.443,50	**5.645.525,61**
		301	Atenção Básica	2.238.242,18	3.337.469,08	3.881.832,21	3.811.628,23	3.827.103,17	**17.096.274,87**
		306	Alimentação e Nutrição	4.390.020,29	4.781.840,02	9.367.322,57	8.894.745,08	8.601.842,52	**36.035.770,48**
		331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	568.441,86	107.550,22	56.408,26	32.042,19	32.640,04	**797.082,57**
		365	Educação Infantil	374.371,40	363.823,44	378.019,09	400.024,16	370.078,28	**1.886.316,37**
		Demais Funções		311.124,05	5.253.739,15	152.059,45	205.581,72	0,00	**5.922.504,37**
	RPNP	122	Administração Geral	5.980.717,76	9.967.013,51	7.281.985,46	8.898.402,16	10.238.566,79	**42.366.685,68**
		124	Controle Interno	302.036,66	1.001.641,94	1.134.431,37	1.343.601,31	2.669.111,98	**6.450.823,26**
		128	Formação de Recursos Humanos	19.445,42	54.869,85	700,00	34.485,40	191.966,64	**301.467,31**
		Demais Funções		80.259,84	106.263,57	2.280.644,32	3.480,40	0,00	**2.470.648,13**
TOTAL				**452.611.126,56**	**563.122.901,99**	**628.709.895,96**	**626.412.395,67**	**631.539.133,68**	**2.902.395.453,86**

Fonte: Controladoria Geral da União - Siafi Gerencial - Extraído em 5/02/2013

No que tange a subfunção 124 - Controle Interno, a unidade, foi contemplada na LOA 2012 com um montante de R$ 24.570.145,00, sendo que deste valor R$ 2.100.000,00 são referentes a emendas parlamentares. Esta dotação inicial foi, no final de 2012, complementada com a abertura de créditos suplementares no valor de R$ 3.784.004,00. Tal fato, juntamente com os valores inscritos em restos a pagar/2012, corroboraram no incremento dos valores liquidados, entre os exercícios de 2011 e 2012. A CGU tem a seu cargo, três iniciativas no PPA 2012-2015, integrantes do *Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (2038)*, relativas a objetivos sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Presidência da República sem, entretanto, restar a elas vinculadas ações orçamentárias específicas para execução, quais sejam:

INICIATIVAS SOB-RESPONSABILIDADE DA CGU NO PPA 2012-2015 - PROGRAMA 2038

Objetivo	0579 – Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Objetivo	0609 – Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.
Órgão Responsável	Presidência da República.
Iniciativa	02DK – Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação.

Objetivo	0605 – Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

As ações da Controladoria-Geral da União (CGU), executadas em sintonia com sua missão institucional de *prevenir e combater a corrupção e aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social* - e orientadas pelos objetivos estratégicos estabelecidos para o triênio 2012-2014 - continuaram avançando em muitas áreas ao longo de 2012.

A iniciativa *029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal*, é executada mediante financiamento proveniente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo projeto denominado *Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine)*. Durante o exercício de 2012, foram concluídos todos os procedimentos burocráticos necessários à celebração do contrato de financiamento, restando, apenas, a aprovação do Senado Federal.

Quanto às demais iniciativas, os resultados alcançados estão inseridos no contexto da atuação governamental da CGU em 2012, a qual está a seguir contextualizada.

Como parte do objetivo 0609 – do Plano Plurianual 2012-2015, a iniciativa sob a responsabilidade da CGU, *02DK - Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação*, tem seu destaque. Em 2012 foi instituída no Brasil a LAI (Lei de Acesso à Informação) – instrumento fundamental para a ampliação da transparência em todos os seus aspectos, para além das questões orçamentárias e financeiras, onde o Brasil já era referência mundial com o Portal da Transparência. Em 16 de maio de 2012, foi publicado o Decreto nº 7.724, que regulamentou a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo Federal.

Os seis meses compreendidos entre a publicação da Lei e sua entrada em vigor foram de intensos trabalhos no âmbito do Poder Executivo Federal que, sob a coordenação da Casa Civil e da Controladoria-Geral da União, elaborou um plano de ação– cronograma de providências imediatas – a ser adotado por todos os órgãos e entidades, a fim de garantir que na entrada em vigor da LAI, todos tivessem condições de atender aos pedidos dos cidadãos.

Em paralelo ao cumprimento do cronograma de providências imediatas, ações da CGU possibilitaram a capacitação presencial de cerca de 700 servidores de 38 órgãos superiores, de 80 entidades vinculadas e 52 estatais, indicados para atuar nos Serviços de Informações ao Cidadão (SICs). Além do curso presencial, foram capacitados, também, em quatro edições do curso virtual "Rumo a uma cultura de acesso à Informação: a Lei 12.527/2011", 6.026 servidores e empregados públicos.

Com o propósito de conscientizar e capacitar os servidores públicos, inclusive nas demais esferas de governo, foi também confeccionada a Cartilha "Acesso à Informação Pública: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011", que teve 261.600 exemplares distribuídos ao longo de 2012.

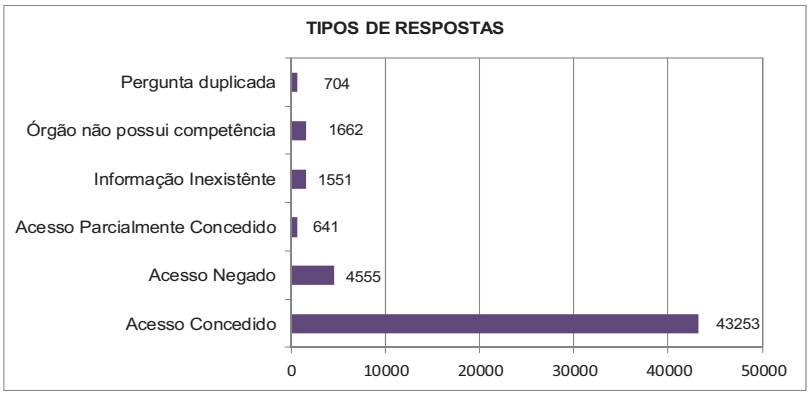
Ainda como parte da estratégia de implementação da Lei de Acesso a Informação, a CGU lançou o Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão, o e-SIC. A ferramenta, disponível na Internet, permite ao cidadão solicitar informações, acompanhar pedidos e entrar com recursos. Esses pedidos e recursos são respondidos pelos órgãos por meio do mesmo sistema, que gerencia os prazos e procedimentos previstos na Lei e no decreto que a regulamenta.

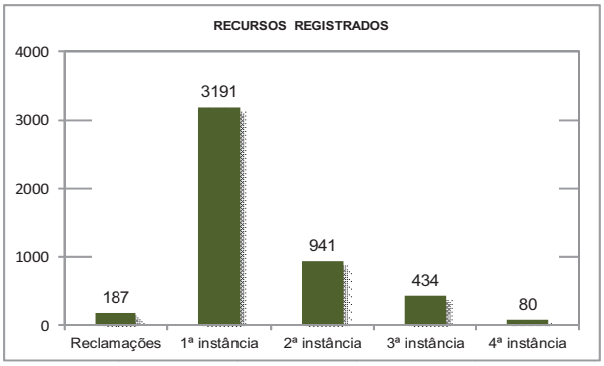
Seja no campo da Transparência Ativa (divulgação espontânea daqueles dados de interesse geral que a lei impõe a todos os órgãos públicos, independentemente de pedido), seja na Transparência Passiva (a transparência mediante demanda, mediante solicitação), os resultados podem ser vistos, medidos e quantificados.

Por meio de monitoramento a cargo da Controladoria, é possível verificar que no campo da transparência por solicitação, a Administração Federal Brasileira recebeu, nos últimos oito meses de 2012, mais de 55 mil pedidos, e respondeu a mais de 95% deles num prazo médio de dez dias, quando a lei previa 20 dias, com a possibilidade de prorrogação por mais dez. Ou seja, os órgãos públicos brasileiros estão mostrando que são capazes de operar num nível de eficiência, quando se trata de área inteiramente nova, onde não havia nenhuma cultura anterior de abertura de informação para o cidadão, superando as expectativas mais otimistas.

E-SIC – BALANÇO 2012

INFORMAÇÃO	QUANTIDADE
Número de pedidos registrados	55.214
Numero de pedidos respondidos	52.366
Número de usuários (perfil cidadão) cadastrados	95.386
Número de servidores cadastrados	2574
Número de SICs cadastrados	278

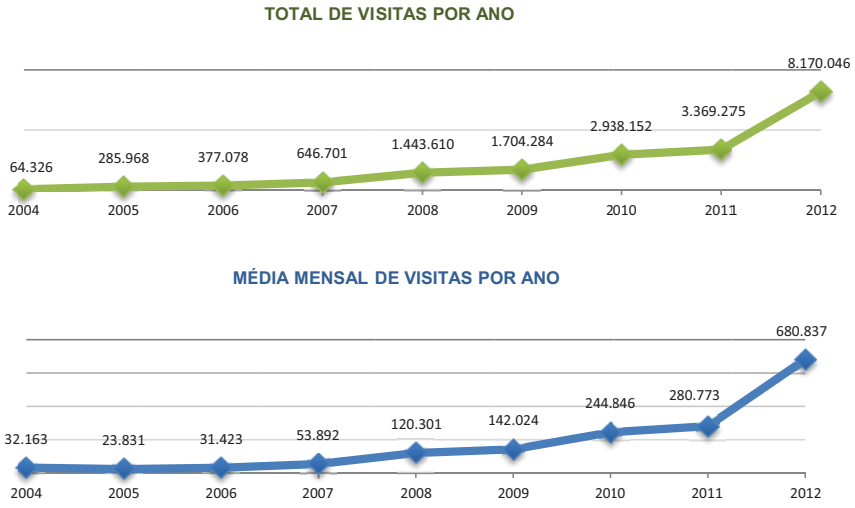




Fonte: Sec. de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

No que toca, ainda, às ações de transparência por solicitação, a Controladoria realiza, sempre que instada pelo cidadão, o reexame de decisões de negativa de acesso proferidas pelos dirigentes máximos dos diversos órgãos e entidades da Administração. No desempenho dessa competência, a CGU concluiu, ao final de 2012, a análise de 261 recursos, dos quais 23% (60 recursos) tiveram os pedidos de reforma de decisão providos ou parcialmente providos, sendo assinalado prazo para o acesso à informação.

Outro ponto de destaque nos resultados da CGU é a contínua *reestruturação do Portal da Transparência*, instrumento que é referência por divulgar todas as despesas federais em base diária e que passou a apresentar novas funções e utilidades para o usuário no ano de 2012. Foram diversas as inovações que contribuíram para esse resultado, destacando-se dentre elas: i) a publicação do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim); ii) publicação da remuneração individualizada dos servidores do Governo Federal; iii) publicação do Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF); e iv) publicação de informações sobre imóveis funcionais de propriedade da União. Mais importante é o volume de acessos que passou de 285 mil por ano em 2005, primeiro ano integral de existência do portal, para a média mensal em 2012 de 680 mil acessos, superando oito milhões por ano. Isso indica que o usuário passou de um público especializado para o cidadão comum que está utilizando essa ferramenta, portanto, participando ativamente da vida pública de nosso País.



Fonte: Sec. da Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Realce para mais dois importantes instrumentos de acompanhamento social das atividades públicas, que controlam a efetividade das sanções aplicadas a pessoas e a empresas pelos órgãos que combatem a corrupção. O CEAF, que exibe os nomes de todos os agentes públicos que foram punidos com penalidades expulsivas, e o Cepim, que constitui cadastro das entidades, ditas sem fins lucrativos, as conhecidas ONG's, que foram punidas e hoje estão ali expostas e impedidas de celebrar novos convênios com outros órgãos públicos.

Tais medidas espelham-se num modelo já existente no Portal, que se refere ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (Ceis), que congrega informações de punições administrativas aplicadas a pessoas físicas e jurídicas pela Controladoria-Geral da União e também por outros órgãos públicos nas esferas federal e estadual. O Ceis registrou o total de 5.790 penalidades em 2012.

Ações da CGU também refletiram na seção Copa do Mundo de 2014, com outras funcionalidades, outras formas de expor os projetos e os empreendimentos nacionais relacionados à Copa do Mundo. Destaque para a unificação da entrada de dados para os Portais da CGU, do Senado, do TCU, da Câmara, e de tantos outros portais que começaram a se criar no País, possibilitada pela celebração de um termo de compromisso entre a Controladoria, Senado, Câmara, assistidos também pelo TCU, que permitiu às cidades e aos estados o fornecimento das informações de modo tempestivo e consistente, portanto alinhado com a necessidade dos usuários.

Quanto à iniciativa *02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal*, integrante do objetivo 0605 do PPA, tendo em vista a busca pela integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal, foi desenvolvido e disponibilizado, por meio de parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o *Sistema de Gestão de Ouvidorias*. Este Sistema garante adaptabilidade e viabilidade econômica e técnica às ouvidorias, permitindo a emissão de relatórios gerenciais, apresentando estatísticas dos dados consolidados e possibilitando seu uso por ouvidorias com diferentes estruturas.

Com a finalidade de alcançar a *resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos* destaca-se a execução de um diagnóstico das ouvidorias do Poder Executivo Federal, que permitiu, entre outros, detectar uma indefinição quanto ao conceito de resolutividade das demandas de ouvidoria. A uniformização de conceitos propiciará a obtenção de dados consolidados precisos, assim como a orientação adequada das ações das Ouvidorias Públicas Federais.

Entre os produtos já obtidos que contribuem para este objetivo destacamos o lançamento da Politica de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco), que define as diretrizes para o desenvolvimento de atividades de formação e capacitação em ouvidoria, orientada pelos princípios da participação e da cooperação. Cita-se, também, o lançamento da Coleção OGU que já conta com duas cartilhas públicas, onde entre os temas abordados estão orientações para a gestão de ouvidorias e para a padronização de conceitos referentes aos diferentes tipos de manifestação.

Ainda, foi lançada em 2012, a *Casoteca de Ouvidoras Públicas,* uma parceria da CGU com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que expõe estudos de caso com o objetivo de fortalecer a gestão organizacional e apoiar a capacitação e o compartilhamento de conhecimento organizacional no âmbito das ouvidorias da Administração Pública Federal, além de valorizar a experiência das ouvidorias no tratamento de reclamações, denúncias, informações, elogios e sugestões encaminhados pelos cidadãos. O objetivo é estimular profissionais a transmitir seus conhecimentos para servir de experiência a outros que buscam em suas histórias uma forma de enfrentar problemas e desafios. A Casoteca está disponível no endereço eletrônico: www.cgu.gov.br/Ouvidoria/Casoteca.

Cabe ressaltar, também, a iniciativa de facilitar o acesso pelo cidadão aos serviços de ouvidoria pública, em especial das ouvidorias dos estados, municípios e Distrito Federal, com a definição, em conjunto com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da utilização exclusiva do tridígito de utilidade pública 162 para referidos serviços.

Em 2012, foi realizada a 1ª Consocial (Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social) – promovida pela Controladoria-Geral da União, com o tema *A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública*, que mobilizou quase hum milhão de brasileiros, em 2.750 municípios – incluindo as capitais – de todos os estados e do Distrito Federal, que realizaram suas conferências de base, seguidas das conferências estaduais chegando à conferência nacional em Brasília.

Além de uma etapa virtual, que contou com a participação de quase 3.000 internautas, foram também realizadas mais de 300 conferências livres, que ampliaram e estimularam a participação de grupos até então distantes dos processos conferenciais. Esses encontros permitiram o acolhimento de ideias vindas de todo o País. Elas ocorreram nos mais distintos espaços, como em associações de classe, colônias de imigrantes, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, sindicatos, em universidades, escolas, no exterior, entre outros.

Participaram diretamente da conferência mais de 150 mil pessoas e foram produzidas e selecionadas 80 diretrizes e propostas para o incremento das políticas públicas de transparência, acesso à informação, fortalecimento do controle social e prevenção e combate à corrupção. As propostas e diretrizes finais são fruto da extensa participação popular obtida pela 1ª Consocial. Esta pode ser traduzida pelo número expressivo de propostas e diretrizes que vieram sendo construídas ao longo do processo conferencial. As 80 propostas finais são resultantes do debate e da depuração de mais de 20.000 diretrizes e propostas, desenvolvidas nas etapas preparatórias, submetidas às instâncias posteriores de deliberação.

PROPOSTAS E DIRETRIZES DA 1ª CONSOCIAL

EIXO	NÚMERO DE PROPOSTAS	PERCENTUAL
Transparência e Acesso à Informação	4.895	24%
Fortalecimento do Controle Social	5.056	25%
Conselhos de Políticas Públicas	4.802	23%
Prevenção e Combate à Corrupção	5.734	28%
TOTAL	**20.487**	**100%**

Fonte: Comissão Organizadora Nacional da 1ª Consocial

Essas propostas poderão compor agendas de governo em âmbito municipal, estadual e nacional, além de servirem de base para construção de políticas públicas e projetos de lei. As propostas e diretrizes aprovadas podem ser consultadas no portal da 1ª Consocial, em www.consocial.cgu.gov.br. Também em 2012, foi

realizada a 1ª Conferência Anual da OGP (A conferência da parceria para o Governo Aberto), organizada pela CGU, que contou com a presença da Presidenta da República. Realizada em Brasília, a Conferência reuniu representantes de governos e da sociedade civil de vários países e apresentou os resultados alcançados em relação às metas de Governo Aberto fixadas nos compromissos de cada País. Nessa oportunidade também foram dadas as boas vindas a 48 novos países, que apresentaram seus respectivos Planos de Ação e aderiram à Parceria. A adesão à Parceria para Governo Aberto gera comprometimento dos países membros quanto à adoção de medidas concretas voltadas ao fortalecimento da transparência das informações e atos governamentais, ao combate à corrupção, ao fomento a participação cidadã, à gestão dos recursos públicos e ao fortalecimento da integridade nos setores público e privado.

O Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto Brasileiro, instituído por meio do Decreto de 15 de setembro de 2011, destinado a promover ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública; à melhoria na prestação de serviços públicos; e ao fortalecimento da integridade pública. Em outubro de 2012, o Brasil foi o primeiro País da iniciativa a publicar um balanço sobre a implementação do Plano de Ação. No total, foram 32 compromissos assumidos por cinco órgãos do Governo Federal, dos quais 21 já foram concluídos. Analisando-se a tabela a seguir, verifica-se que aproximadamente 80% dos compromissos assumidos estão seguindo o cronograma estabelecido.

BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO BRASIL NA OGP

SITUAÇÃO DOS COMPROMISSOS	NÚMEROS	%
Concluído	21	65,6%
Em andamento conforme cronograma	4	12,5%
Não iniciado	2	6,3%
Atrasado	5	15,6%

Fonte: Sec. de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

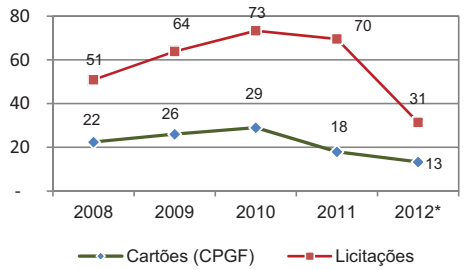
Ao final de 2012, foi iniciado o processo de revisão do plano de ação atual, contando com ampla participação da sociedade civil, em duas etapas: virtual e presencial. Pretende-se, até março de 2013, fechar as propostas apresentadas pela sociedade. Concomitantemente, estabeleceu-se discussão com órgãos do Governo Federal, objetivando a identificação de novos compromissos do Governo, que irão compor o novo Plano de Ação para a Parceria para Governo Aberto (OGP).

Ainda na esfera de representativos eventos, em novembro de 2012, realizou-se no Brasil a maior Conferência Mundial contra a Corrupção (IACC), considerada o mais importante evento dedicado ao debate e à troca de experiências sobre prevenção e combate à corrupção no mundo, que acontece a cada dois anos em um País específico. A décima quinta *International Anti-Corruption Conference*, aberta pela Presidenta da República, coordenada pela Transparência Internacional, contou com o apoio da CGU. A escolha do Brasil para sediá-la decorreu do reconhecido avanço em relação às práticas de prevenção e combate à corrupção que vêm sendo adotadas pelo País nos últimos anos. O evento reuniu mais de 1.900 representantes dos setores público e privado e de organizações sem fins lucrativos de 140 países, quando o recorde anterior não passava de 1.500 participantes.

A Conferência debateu o tema *Mobilizando as Pessoas: Conectando Agentes de Mudança*, distribuído em cinco desafios principais: i) extinguindo a impunidade; ii) governança limpa; iii) prevenindo fluxos financeiros ilícitos; iv) transições políticas levando a governos estáveis e transparentes; e v) esportes limpos. Mais de 50 sessões abordaram novas formas de conectar cidadãos para manter os líderes de ambos os setores público e privado alertas, com ênfase especial para o uso de novas tecnologias e de mídias sociais, bem como no apoio às novas gerações. A Declaração de Brasília, documento que reúne os principais achados da Conferência, indica os desafios a serem enfrentados e traz caminhos possíveis que podem ser trilhados para o avanço do combate à corrupção e à impunidade.

O Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade da CGU especializada no monitoramento preventivo de riscos relativos aos gastos governamentais, que opera com análises mais avançadas em grandes bancos de dados, não só como apoio a gestão, mas também para a identificação de novas trilhas de auditoria, deu continuidade aos projetos de monitoramento das licitações públicas e dos gastos com Cartões de Pagamento, Diárias e Passagens e Terceirização. Durante o ano de 2012, foram gerados mais de 45 mil alertas de transações que se enquadram em alguma das mais de 40 tipologias de ilícito mapeadas. Além dessas e outras ações de monitoramento, iniciaram-se estudos específicos sobre os gastos diretos do governo (quando não existe licitação) e sobre as aquisições realizadas mediante o Sistema de Registro de Preços. Também está em curso um mapeamento de situações que indicam conflito de interesses envolvendo servidores ligados a empresas contratadas pelo governo. O gráfico abaixo demonstra a evolução anual dos alertas gerados pelo ODP referentes a licitações e gastos com Cartões de Pagamento (CPGF):

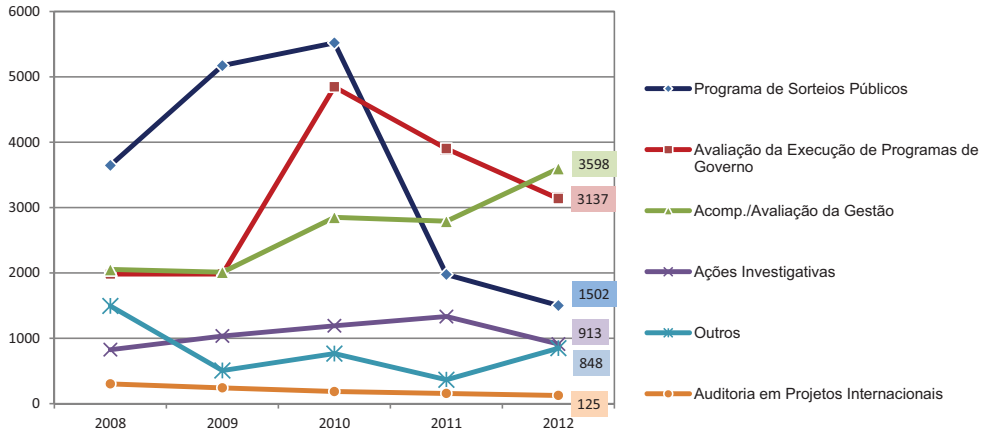
QUANTIDADE DE ALERTAS POR ANO (em milhares)



Fonte: Sec. da Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Na área de Controle *stricto sensu* as atividades foram implementadas sobre quatro linhas de atuação: i) Avaliação da Execução de Programas de Governo, ii) Avaliação da Gestão dos Administradores; iii) Ações Investigativas; e iv) Orientação Preventiva aos Gestores Federais. No exercício de 2012, foram realizadas 10.123 ações de controle que contribuíram para o aprimoramento da gestão e da execução das políticas publicas. A figura a seguir, apresenta a evolução das ações de controle no período de 2008-2012.

AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2008 A 2012



Fonte: Sec. Federal de Controle Interno / Sistema Novo Ativa

Na linha de Avaliação da Execução de Programas de Governo, realizou-se 31 avaliações de políticas públicas, tendo sido publicados em 2012, no sítio da CGU, relatórios de avaliação da execução dos seguintes programas de governo: Concessão de Licenças de Importação, Fiscalização da Concessão de Rodovias, Construção de Cisternas, Concessão de Bolsa Formação a Policiais (Ministério da Justiça), Cursos do Cozinha Brasil (SESI), Inclusão Digital – Manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Programa Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Programa Saúde da Família (Ministério da Saúde).

Por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, que tem como objetivo, além de acompanhar a execução dos programas de Governo, fomentar o controle social dos gastos públicos e de inibir e combater a corrupção em todas as esferas, a CGU manteve a sistemática fiscalização dos recursos federais descentralizados aos Municípios, especialmente no tocante aos programas governamentais da área social. No ano de 2012, foram realizados dois eventos de sorteio, para fiscalização de 84 Municípios, envolvendo um montante estimado de recursos fiscalizados em valores superiores a R$ 1,36 bilhão.

Entre os resultados dos trabalhos realizados para a Avaliação da Execução de Programas de Governo, destacam-se: i) exclusão de 664 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, como resultado do processo de revisão dos dados cadastrais do CADÚnico, o que permitiu a inclusão de quantitativo igual de novas famílias sem que houvesse a necessidade de aporte financeiro adicional; ii) destinação de 3% dos recursos transferidos aos municípios pelo IGD (Índice de Gestão Descentralizada) para financiamento das atividades realizadas pelas Instâncias de Controle Social; iii) proposta de alteração do atual Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT); iv) elaboração pela Ministério da Educação (SETEC/MEC) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito da ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de "projeto-padrão" para confecção de projeto básico e modelos de edital e contrato, para aplicação nas instituições que participarão da Fase III do Projeto de Expansão 2011-2014; e v) distribuição de cadernos que orientam de forma abrangente a execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), dotando os municípios de informações essenciais para o bom desempenho das ações socioeducativas.

Na vertente de Avaliação da Gestão dos Administradores, no ano de 2012, auditorias anuais de contas foram realizadas em 550 órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como aproximadamente 2.000 auditorias/fiscalizações de acompanhamento com foco nos seguintes temas, entre outros: análise preventiva de editais; acompanhamento das determinações e recomendações do controle externo e interno; regularidade das transferências voluntárias, das renúncias tributárias, e das compras (incluindo as sustentáveis e por meio do uso do CPGF); avaliação da gestão do patrimônio imobiliário.

Entre os efeitos positivos sobre a gestão pública, resultantes dessa atividade, destacam-se: i) evitação de superfaturamento de aproximadamente R$ 2,5 milhões em licitação conduzida pela Superintendência de Trens Urbanos de Maceió; ii) publicação da Resolução da Antaq nº 2.386/2012, adequada especialmente à Lei nº 8.630/93, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, eliminando o risco de prorrogações de contratos de arrendamento além dos prazos neles estabelecidos; iii) providências, no âmbito do Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, decorrentes de renegociação de preços de serviços de apoio administrativo, evitando prejuízo no valor de R$ 2,46 milhões, bem como a não homologação de pregão, que evitou o superfaturamento no montante de R$ 1,15 milhão; e iv) publicação da Portaria MTur nº 248, de 11/06/2012, que estabelece procedimentos e critérios relativos à prestação de contas de instrumentos de transferência

voluntária de recursos celebrados no âmbito do Ministério do Turismo.
Ainda, na linha de Avaliação da Gestão dos Administradores, a CGU acompanhou 47 operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional; realizou auditoria em mais de 1.600 processos de Tomadas de Contas Especiais, dos quais a grande maioria foi certificada e encaminhada ao TCU para julgamento, representando um retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 1,4 bilhão; e analisou mais de 105 mil atos de pessoal (aposentadoria, pensão e admissão). Ainda sobre os gastos com pessoal, cabe registrar o trabalho desenvolvido de cruzamento de dados a partir das trilhas de auditoria de pessoal.

Em 2012, no âmbito das Ações Investigativas, destacam-se: i) realização de auditoria especial em seis Hospitais Federais localizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, perfazendo aproximadamente R$ 887 milhões fiscalizados, com identificação de prejuízo potencial na ordem de R$ 96 milhões; ii) auditoria especial no Banco do Nordeste, que demonstrou a existência de esquema de captação fraudulenta de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); iii) auditoria especial na Companhia Nacional de Abastecimento, com prejuízo potencial de R$ 12 milhões e apuração de responsabilidade; iv) apuração de aproximadamente 680 denúncias de cidadãos ou da imprensa e representações do Ministério Público, Polícia Federal, parlamentares e outras autoridades, onde foram fiscalizados mais de 280 municípios, envolvendo exames sobre a execução de diversos programas governamentais, tais como: Brasil Escolarizado, Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, entre outros.

Em termos de parcerias nessa área, é crescente o número de Operações com o Departamento de Policia Federal (DPF), assim como as ações de controle demandadas pelo Ministério Público da União (MPU). Do mesmo modo que cresce o volume de Relatórios da CGU espontaneamente encaminhados ao Ministério Público, sempre que há uma irregularidade mais grave que possa, a critério dos procuradores, gerar uma ação de improbidade administrativa ou criminal contra agentes públicos. O mesmo se dá, em outra medida com a Advocacia Geral da União, naquilo que se refere ás possibilidades de Ações de Ressarcimento ou de ações também de Improbidade Administrativa, para as quais a AGU é igualmente legitimada.

A partir da parceria com o DPF e o MPU, foram realizados 25 trabalhos de operações especiais, quais sejam: A Ordem dos Pegadores (PA) , Alien (MA) , Amaltéia (PB) , Serra Talhada (PE), Boca de Lobo (BA), Operação em Clínicas Radiológicas (RO), Decoada (MS) , Desvelação (TO) , Gabarito (PB), Gaia (MS), Gaia II (MS) , Gangrena (PI), Insônia (AM), Lee Oswald (ES) , Liceu - IFPA (PA), LogOff (PB) , Nosferatu (PI) , Pão e Circo (PB), Pão e Circo II (PB), Resgate (PE) , Saneamento (TO), Boca de Lobo – Tucumã (PA), Gol de Mão (SP), Fonte Seca (PA), Endemia (RO) - que permitiram a adoção de medidas de responsabilização e de ressarcimento ao Erário Público.

A CGU buscou, em 2012, por meio da oferta contínua de orientações e capacitações - inclusive mediante a distribuição de manuais e cartilhas sobre diferentes temas - fortalecer o controle preventivo, valorizar as iniciativas de interação com os gestores públicos federais e promover a melhoria da gestão de recursos públicos. Foram capacitados 1.220 servidores federais em Direito Disciplinar, 13.448 servidores, entre eles 1.048 auditores internos, em temas sensíveis para o Controle Interno, como Licitações e Contratos, Transferências Voluntárias, Prestações de Contas e Aposentadorias e Pensões e, ainda, pela Escola Virtual da CGU, por meio da educação a distância (EaD), 4.265 pessoas em temas afetos à promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção. Além disso, foram distribuídas 10.775 cartilhas de orientação sobre temas como Sistema de Registro de Preços, Diárias e Passagens, Contratação de Consultorias e Licitações e Contratos Administrativos.

Em 2012, a Controladoria-Geral da União passou a adotar metodologia de mensuração e registro dos benefícios trazidos à gestão pública pela atuação do controle interno. Foram registrados R$ 2,3 bilhões em benefícios financeiros e 117 benefícios não financeiros. Entre esses benefícios, destacam-se os seguintes:

BENEFÍCIOS FINANCEIROS RESULTANTES DAS AÇÕES DE CONTROLE

Órgão	Valor do Benefício (R$ milhões)	Benefício Financeiro
Ministério da Fazenda	679,5	Devolução pelo IRB-Brasil Resseguros S/A de recursos ao Tesouro Nacional, em função da extinção em 2010 do Fundo Excedente Único de Riscos Extraordinários - Garantia do Governo Federal (EURE-GGF), conforme recomendado pela Auditoria Anual de Contas realizada pela CGU-R/RJ em 2005 e reiterações posteriores.
Ministério da Fazenda	417,4	Recolhimento realizado pela CAIXA ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), em função de contribuições não realizadas por este agente financeiro no período de 1975 a 1991, conforme ressalvado pela SFC/CGU nos pareceres do processo de novação de dívidas do FCVS.
Todos (Exceto MRE, MD e PR)	264,1	Suspensão de benefícios irregulares, decorrente do acompanhamento da folha de pagamento do Poder Executivo Federal por trilhas de auditoria de pessoal (cruzamento efetuados no sistema SIAPE em busca de irregularidades).
Ministério da Previdência Social	209,7	Suspensão de pagamento de 14.461 benefícios previdenciários irregulares, detectados por cruzamentos de dados existentes no Sistema de Benefícios do INSS com os de outros sistemas corporativos e operacionais da Administração Pública.
Ministério da Previdência Social	179,4	Recuperação de valores pagos indevidamente como benefícios previdenciários, detectados por cruzamentos dos dados existentes no Sistema de Benefícios do INSS com os de outros sistemas corporativos e operacionais da Administração Pública.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

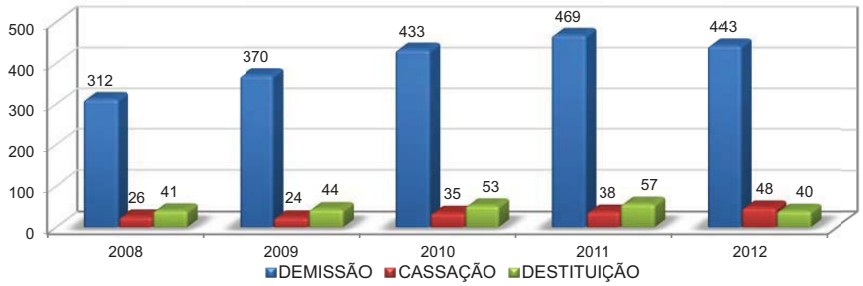
BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS RESULTANTES DAS AÇÕES DE CONTROLE

Órgão	Benefícios Não Financeiros
Ministério da Educação e Ministério da Saúde	Publicação do Decreto 7.507/2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência dos apontamentos e das recomendações da SFC/CGU que identificaram fragilidades no acompanhamento do dinheiro federal quando se trata das chamadas transferências do SUS, Fundeb e Merenda Escolar.
Ministério da Saúde	Lançamento do Portal Saúde com mais Transparência, em novembro de 2011, produto do grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Saúde e pela SFC/CGU. Neste portal são disponibilizadas informações sobre a execução dos programas de governo financiados por meio de repasses fundo a fundo, incluindo os valores e identificando os beneficiários finais dos pagamentos efetuados com recursos do Fundo Nacional de Saúde; situação das prestações de contas dos municípios recebedores dos recursos da saúde e relatórios anuais de gestão apresentados pelos entes federados.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Redução do valor orçado para contratação de serviços de georreferenciamento em glebas públicas localizadas na Amazônia Legal, mediante Pregão Eletrônico da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, decorrente de recomendação ao gestor para que se procedesse à readequação dos custos orçados, considerando a identificação de impropriedades no orçamento inicial. Com isso, o orçamento de referência constante da licitação foi reduzido em R$ 31,5 milhões (35% do orçamento estimado inicialmente).
Ministério da Pesca e Aquicultura	Em decorrência de recomendação da SFC/CGU, o Ministério passou a realizar as contratações de TI de acordo com o modelo contido no Termo de Referência elaborado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP), bem como adequou as cláusulas contratuais que tratam de política de aquisição e substituição de equipamentos em conformidade com o § 2º do art. 7º da IN nº 01/SLTI/MP, de 19/01/10.
Ministério da Fazenda	Após verificação pela SFC/CGU de que o Governo do Distrito Federal (GDF) pagava, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), por uma carreira de apoio da Polícia Civil do Distrito Federal sem amparo em Lei Federal, em 2012, foram previstos no projeto de lei de orçamento do Distrito Federal para 2013 os valores retroativos pagos indevidamente (R$ 43,3 milhões).
Ministério do Planejamento	Implementação do PDTI 2012-2013 para todo o Ministério do Planejamento, incorporando análise de riscos e detalhamento suficiente, alinhado à recomendação emitida pela SFC/CGU à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação decorrente da identificação de fragilidades no Plano Diretor de TI anterior.
Ministério do Trabalho e Emprego	Suspensão preventiva das adesões à Ata de Registro de Preços nº 41/2012, devido aos exames realizados pela equipe de auditoria que apontaram impropriedades e irregularidades na execução do Contrato nº 25/2011, celebrado com a Garden Turismo e Eventos Ltda. O Ministério ainda notificou todos os órgãos que já haviam aderido à ata, no sentido de evitar a propagação das falhas na execução do contrato.
Ministério da Ciência e Tecnologia	Edição do Plano Anual de Fiscalização de Transferências Voluntárias, Acompanhamento e Avaliação dos Programas em Parceria com o CNPq em abril de 2012, como resultado do atendimento das recomendações constantes em relatório de auditoria da SFC/CGU.
Ministério da Integração Nacional	Implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), que confere maior transparência e controle (governamental e social) aos gastos realizados com recursos federais repassados a estados, ao Distrito Federal (DF) e a municípios para ações emergenciais de Defesa Civil. A criação do CPDC resultou de iniciativa do Ministério da Integração, em parceria com a CGU e o Banco do Brasil. Os dados do cartão são publicados, de forma detalhada, no Portal da Transparência.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

No exercício de 2012, a CGU aprimorou os mecanismos de responsabilização administrativa, mediante a maximização do uso dos instrumentos legais disponíveis para sancionar condutas ilícitas ou irregulares prejudiciais ao erário ou aos princípios que regem a administração pública, contribuindo para o combate à impunidade, independente das vias judiciais, explorando ao máximo as possibilidades de punição na esfera administrativa. Em 2012, a responsabilização administrativa de agentes públicos do regime estatutário alcançou 531 apenações expulsivas, sendo 443 demissões, 48 cassações de aposentadoria e 40 destituições de cargo em comissão. As ações de correição já resultaram na expulsão de mais de 4 mil agentes públicos, de 2003 a 2012, sendo que o percentual proporcional de penalidades aplicadas é maior em agentes públicos que ocupam posições mais elevadas (DAS ou equivalentes) do que em servidores comuns.

PUNIÇÕES ADMINISTRATIVAS EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS POR ANO



Fonte: Corregedoria-Geral da União

Com vistas à apuração de irregularidades cometidas por agentes públicos, no ano de 2012 foram instaurados e conduzidos diretamente pela CGU 56 procedimentos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Sindicâncias Punitivas e Investigativas. Neste mesmo período, foram realizadas 36 inspeções correcionais e foram instaurados 1.037 processos de acompanhamento de procedimentos disciplinares.

As estratégias de correição não se esgotam nesse tipo de trabalho. Elas também se dão como resultado da parceria com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), cujas informações subsidiam as sindicâncias patrimoniais realizadas pela CGU, que visam identificar situações em que o patrimônio do agente público seja incompatível com a sua remuneração legítima e conhecida, e que tem se constituído num instrumento da maior importância nas atividades de combate à corrupção. Desde o ano de 2005, a CGU instaurou o total de 126 sindicâncias patrimoniais, e, no ano de 2012, foram instauradas 03 sindicâncias patrimoniais.

No tocante à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas, objetivando punir os agentes privados que cometem fraudes de grande repercussão em procedimentos licitatórios, a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF), vinculada à CGU, já propôs a declaração de inidoneidade a 18 pessoas jurídicas.

Além disso, alinhada às tecnologias que permitem modernizar a atuação correcional, implementou-se em 2012, em todas as unidades regionais da Controladoria-Geral da União, o sistema de teleaudiências, que permite a realização de oitivas à distância, sem necessidade de deslocamento das comissões disciplinares, promovendo economia em diárias e passagens.

No que diz respeito ao campo internacional, a CGU manteve em 2012 o acompanhamento sistemático relativo ao cumprimento das três Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de prevenção e combate à corrupção, quais sejam: i) a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU); ii) a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA); e iii) a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

Na Convenção da OEA, na 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da Organização dos Estados Americanos contra a Corrupção (Mesicic), realizada em Washington/EUA no período de 10 a 14 de setembro de 2012, foram analisadas a estrutura, a atuação e os resultados de cinco dos principais órgãos brasileiros responsáveis pela prevenção, detecção, punição e erradicação de práticas de corrupção: Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Departamento de Polícia Federal (DPF), Ministério Público Federal (MPF) e Supremo Tribunal Federal (STF). Entre os aspectos destacados pela OEA na avaliação estão a atuação preventiva da CGU – sobretudo pela ampliação da transparência – e também a ação repressiva – com o aumento do número de sanções administrativas por ela aplicadas tanto a funcionários como a empresas privadas. Tiveram também destaque a aprovação da Lei brasileira de Acesso à Informação e o crescimento do número de investigações e punições de atos de corrupção.

Ainda, como representativa ação de prevenção da corrupção adotada em 2012, destacam-se duas rodadas de avaliação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética), que foi desenvolvido com o objetivo de divulgar lista de empresas que adotam um conjunto de medidas de integridade e ética, contribuindo para a conscientização de gestores de empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção e que contou, ao término de 2012, com14 empresas cadastradas, tais como organizações de grande porte, tanto do setor público, quanto do setor privado.

Adicionalmente, em 2012, ações para promoção da ética e da consciência cidadã foram intensificadas junto ao público infanto juvenil, com destaque para: i) a modernização do Portalzinho da Criança Cidadã, que passou a contar com novos personagens, histórias e jogos educativos; ii) Concursos Culturais realizados pelas Unidades Regionais da CGU junto com parceiros nos estados e municípios; iii) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e nos estados; e iv) Projeto Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania, iniciado em 2009, em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa. Ao término de 2012, tais ações já haviam atingido mais de 1,5 milhão de alunos e 50 mil professores de 8 mil escolas de todo o Brasil.

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (FGP), são realizadas ações de capacitação, presencial e a distância, para agentes públicos municipais e distribuídos acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública. Apenas em 2012, 162 municípios foram contemplados e 1.881 servidores públicos capacitados pelo Programa.

Após as eleições municipais, a CGU realizou ações de orientação aos gestores públicos em fim de mandato, com vistas a contribuir para o processo de transição governamental nos municípios brasileiros, promovendo sua institucionalização junto a prefeitos, secretários, vereadores e agentes públicos em geral.

EVOLUÇÃO DO FGP – SORTEIOS PÚBLICOS

ANO	AÇÕES	MUNICÍPIOS	AGENTES CAPACITADOS	MUNICÍPIOS POR AÇÃO	AGENTES POR AÇÃO
2006	5	9	256	1,8	51,2
2007	22	94	1.115	4,3	50,7
2008	21	131	1.404	6,2	66,9
2009	40	342	3.711	8,6	92,8
2010	55	343	4.400	6,2	80,0
2011	25	96	1.214	3,8	48,6
2012	26	162	1.881	6,2	72,3
TOTAL	**194**	**1.177**	**13.981**	**6,1**	**72,1**

Fonte: Secretaria da Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

E, por fim, sob o aspecto da prevenção contra a inadequada prestação de serviço público, a CGU recebeu e processou, em 2012, 7.558 demandas provenientes de pessoas físicas e jurídicas, sendo 5.869 (78%) classificadas como denúncias; 1.112 (15%) como manifestações de ouvidoria, englobando reclamações, elogios e sugestões; 558 (7%) revisões de respostas a pedidos de acesso à informação amparados pela Lei nº 12.527/2011; e 19 respostas produzidas a pedidos de informação direcionados à Ouvidoria-Geral.

4.1.3. Ministério da Fazenda

O Ministério da Fazenda é o órgão responsável pela formulação e execução da política econômica. No decorrer do ano de 2012, as medidas de política econômica adotadas foram consistentes com o objetivo de consolidar o modelo de desenvolvimento alicerçado na inclusão social, no fortalecimento do mercado interno e na sustentabilidade do crescimento econômico de longo prazo, buscando consolidar os princípios do desenvolvimento sustentável, inflação controlada e equilíbrio fiscal, além de perseverar na mudança estrutural, representada pela redução das taxas de juros para níveis normais de uma economia sólida e com baixo risco. As ações empreendidas em 2012 tiveram também a preocupação de evitar que as dificuldades do cenário internacional tivessem maiores impactos no âmbito interno, sem prejudicar a manutenção do equilíbrio dos fortes fundamentos fiscais e monetários da economia brasileira.

Para fomentar a geração de empregos e de novos negócios e estimular o empreendedorismo, o Ministério da Fazenda participa de várias ações de inclusão produtiva no âmbito do Governo Federal, com destaque para a coordenação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Crescer), voltado a atender às necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de emprego e renda.

O Programa Crescer é parte fundamental do projeto de inclusão produtiva, que tem como objetivo propiciar o acesso da população a oportunidades de ocupação e renda com o estímulo (i) ao aumento da produção no campo e (ii) à inserção no mercado de trabalho na cidade. No campo, a proposta é fortalecer as atividades realizadas pelas famílias pobres da agricultura familiar, aumentando a capacidade produtiva e a entrada de produtos nos mercados consumidores através de orientação e acompanhamento técnico, oferta de insumos e de água. Já a inclusão produtiva urbana visa a ampliar o microcrédito produtivo e orientado, com redução da taxa de juros, aumento da oferta de linhas de crédito e ampliação do apoio técnico aos empreendimentos de economia solidária e ao cooperativismo, além de incluir ações de estímulo ao empreendedorismo, em especial o fortalecimento do microempreendedor individual (MEI).

No ano de 2012, cerca de 3,1 milhões de operações foram realizadas no Programa Crescer, com desembolso de R$ 3,9 bilhões e gasto de subvenção de R$ 250 milhões. Do valor concedido, 86% foram destinados a pessoas físicas, 8% a micro empresas e 6% a empreendedores individuais, sendo que 64% das pessoas atendidas foram mulheres. Em relação à distribuição geográfica dos valores desembolsados, 71% foram destinados para a região Nordeste, 17% para a região Sudeste, 7% para a região Sul, 3% para o Centro-Oeste e 2% para a região Norte. Além disso, grande parte dos beneficiários - pessoa física - do Programa Crescer está registrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em especial o público do Brasil sem Miséria. Em 2012, no que tange ao desempenho dos bancos públicos, a carteira ativa do Programa Crescer atingiu o volume de R$ 2,2 bilhões, com 1,8 milhão de clientes ativos. Esses resultados são superiores à meta determinada para 2012 em 19,1% e 8,0% respectivamente.

Em 2012, o Governo Federal estabeleceu a continuidade da política de desoneração tributária da folha de pagamentos. Com efeito, a ampliação dos setores que foram beneficiados com a nova sistemática de contribuição previdenciária, mediante substituição da base folha pelo faturamento, consolidou a orientação estratégica da política econômica no que tange à definição de bases sólidas para promover a melhoria do ambiente produtivo e fortalecer a indústria nacional, em consonância com as diretrizes delineadas no âmbito do Plano Brasil Maior.

Nesse sentido, ampliou-se o rol de produtos e serviços desonerados, que agora contempla os setores de têxteis, móveis, plásticos, material elétrico, bens de capital, ônibus, autopeças, naval, aviação, hotéis, *call centers e design houses*. Foi ampliado também o rol de beneficiários da desoneração, que agora inclui: criação de aves e suínos, pescado, equipamentos médicos e odontológicos; bicicletas, pneumáticos, papel e celulose, vidros, fogões e refrigeradores, cerâmicas, tintas e vernizes, construção metálica, equipamento ferroviário, fabricação de ferramentas, fabricação de forjados de aço, parafusos, porcas, trefilados e equipamentos óticos.

Merece destaque a edição da Lei nº 12.618, de 2 de maio de 2012, que instituiu regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e autorizou a criação de 3 entidades fechadas de previdência complementar, para viabilizar a recomposição do equilíbrio da previdência pública e sua solvência no longo prazo.

Enfim, a atuação do Ministério da Fazenda foi marcada pela preocupação de assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio de medidas consistentes de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito, além de preservar a manutenção de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, sem abrir mão de combinar crescimento econômico com inclusão social.

Execução Orçamentária

No período de 2008 a 2012, o Ministério da Fazenda executou seus Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em cinco funções, bem como o Orçamento de Investimento em três funções, como se vê no quadro a seguir:

VALORES LIQUIDADOS 2008 / 2012

R$ milhões

	FUNÇAO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL GERAL
OFSS	04 ADMINISTRACAO	9.205,4	10.592,2	11.859,0	11.913,6	12.173,2	55.743,4
	05 DEFESA NACIONAL	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2
	07 RELACOES EXTERIORES	3,3	0,7	0,0	0,0	0,0	4,0
	09 PREVIDENCIA SOCIAL	4.859,2	5.552,2	6.058,9	6.915,5	7.612,1	30.997,9
	28 ENCARGOS ESPECIAIS	346,3	76,8	80,4	255,5	119,8	878,8
	SUBTOTAL	14.414,2	16.221,9	17.998,3	19.084,7	19.905,0	87.624,3
OI	04 ADMINISTRACAO	1.482,5	1.683,4	1.793,5	1.807,3	1.724,0	8.490,7
	22 INDÚSTRIA	679,2	1.456,0	2.119,2	2.350,7	2.259,3	8.864,4
	23 COMÉRCIO E SERVICOS	-	-	-	133,0	206,1	339,1
	SUBTOTAL	**2.161,7**	**3.139,4**	**3.912,7**	**4.291,0**	**4.189,4**	**17.694,2**
TOTAL GERAL		**16.575,9**	**19.361,3**	**21.911,0**	**23.375,7**	**24.094,4**	**105.318,5**

Fonte: Siafi Gerencial/inclui Restos a Pagar não Processados Liquidados

Como se observa, preponderou no período, a Função Administração, com valores liquidados em 2012 no montante de R$ 12,2 bilhões, sendo que R$ 9,2 bilhões foram executados na subfunção Administração Geral e R$ 1,43 bilhão, na subfunção Tecnologia da Informação. Tais subfunções representaram juntas aproximadamente 87,7% do montante líquido executado naquela função de governo. Registre-se que do total dos gastos computados nessas subfunções, 67,1% correspondem a recursos utilizados no âmbito da Receita Federal do Brasil, conforme quadro indicado a seguir:

VALORES LIQUIDADOS DAS SUBFUNÇÕES 122 E 126
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - OFSS

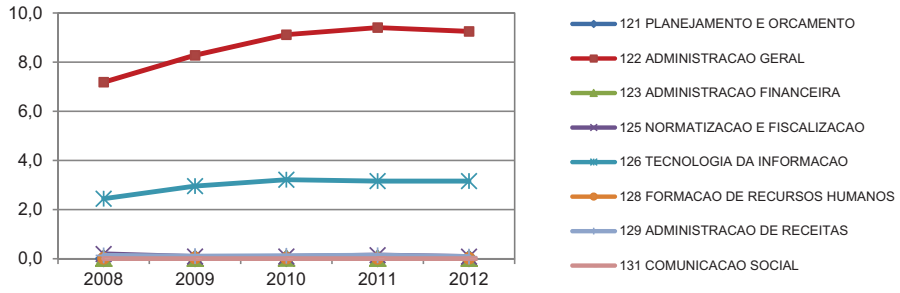
R$ milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	UO	EXERCÍCIOS					
			2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL GERAL
04 ADMINISTRACAO	122 ADMINISTRACAO GERAL	25101 MF	672,0	931,5	1.083,7	1.098,7	784,0	4.569,9
		25103 RFB	4.963,0	5.620,8	6.154,9	6.337,0	6.167,6	29.243,3
		25104 PGFN	276,9	308,9	341,2	386,6	711,3	2.024,9
		25201 BACEN	1.129,6	1.256,0	1.336,9	1.362,4	1.333,3	6.418,2
		25203 CVM	77,6	90,7	107,8	103,8	124,7	504,6
		25208 SUSEP	65,3	70,8	80,1	104,1	108,4	428,7
		25913 FUNTREDE	2,6	3,2	13,4	16,5	20,5	56,2
		SUBTOTAL	**7.187,0**	**8.281,9**	**9.118,0**	**9.409,1**	**9.249,8**	**43.245,8**
	126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	25101 MF	140,9	156,6	161,5	160,5	213,3	832,8
		25103 RFB	677,4	987,0	1.044,8	1.023,1	1.005,9	4.738,2
		25104 PGFN	55,8	38,5	100,2	79,3	110,6	384,4
		25201 BACEN	77,6	76,1	96,1	83,7	83,0	416,5
		25203 CVM	6,8	9,5	13,9	13,7	15,2	59,1
		25208 SUSEP	1,7	1,5	6,1	6,9	4,9	21,1
		25913 FUNTREDE	-	3,0	0,0	-	-	3,0
		SUBTOTAL	**960,2**	**1.272,2**	**1.422,6**	**1.367,2**	**1.432,9**	**6.455,1**
	TOTAL ADMINISTRAÇÃO		**8.147,2**	**9.554,1**	**10.540,6**	**10.776,3**	**10.682,7**	**49.700,9**
07 RELACOES EXTERIORES	122 ADMINISTRACAO GERAL	25101 MF	3,3	0,7	-	-	-	4,0
	SUBTOTAL		**3,3**	**0,7**	**-**	**-**	**-**	**4,0**
09 PREVIDENCIA SOCIAL	126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	25103 RFB	10,2	-	-	-	-	10,2
	SUBTOTAL		**10,2**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10,2**
TOTAL GERAL			**8.160,7**	**9.554,8**	**10.540,6**	**10.776,3**	**10.682,7**	**49.715,1**

Fonte: Siafi Gerencial/inclui Restos a Pagar não Processados Liquidados

O Gráfico a seguir destaca o comportamento das principais subfunções da função Administração, Administração Geral e Tecnologia da Informação. As demais subfunções (Planejamento e Orçamento, Administração Financeira, Normatização e Fiscalização, Formação de Recursos Humanos, Administração de Receitas e Comunicação Social) representaram em seu conjunto cerca de 12% dos dispêndios orçamentários do Ministério da Fazenda no ano de 2012.

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO
VALORES REALIZADOS EM SUBFUNÇÕES TÍPICAS
R$ bilhões



Relativamente ao Orçamento de Investimento - OI, a despesa realizada no período de 2008 a 2012 atingiu a cifra de R$ 17,7 bilhões, representados pela Casa da Moeda do Brasil (R$ 8,9 bilhões) e Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados (R$ 8,8 bilhões). O quadro seguinte contém a execução orçamentária de 2012 da Função 04 – Administração. Nota-se que 89,3% da execução orçamentária desta Função pertence ao Programa 2110 – Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda, programa que mais contribui para o alcance dos objetivos estratégicos da pasta e que teve uma execução de 90,6% da Dotação Inicial.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

R$ milhões

PROGRAMA / DESCRIÇÃO		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**12.094,4**	**12.985,3**	**11.930,6**	**10.937,4**	**10.852,2**	**993,2**
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	11.641,8	12.471,8	11.533,3	10.552,3	10.494,8	981,0
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	20,8	20,8	20,8	20,8	20,80	0,0
2024	Comércio Exterior	12,5	12,5	0,0	0,00	0,00	0,0
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	14,3	45,2	12,6	7,2	7,2	5,4
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	403,0	433,9	363,9	357,1	329,4	6,8
DEMAIS PROGRAMAS TEMÁTICOS		**2,0**	**1,1**	**0,00**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (II)		**512,9**	**1.292,5**	**926,9**	**877,2**	**461,9**	**49,7**
TOTAL (I) + (II)		**12.607,3**	**14.277,8**	**12.857,5**	**11.814,6**	**11.314,1**	**1.042,9**

Fonte: Siafi

Política Fiscal e Endividamento Público

As despesas na função Encargos Especiais espelharam a Política de Gestão da Dívida Pública e de Administração Financeira e Contábil da União conduzidas pelo Ministério da Fazenda. O gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF), em 2012, foi guiado pelas diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento - PAF. Em observância a essas diretrizes e, ao mesmo tempo, as condições vigentes no mercado de títulos públicos, o PAF apresentou a estratégia do Tesouro Nacional para a condução da política de financiamento interno e externo, bem como um conjunto de metas para os indicadores da DPF. Os principais resultados são apresentados a seguir.

A dívida prefixada ao final de 2012 representava 40% da DPF, valor que está enquadrado dentro dos limites do PAF 2012, entre 37% e 41%. A parcela da dívida remunerada por índices de preços também aumentou sua participação na composição da DPF, saindo de 28,3% em 2011 para 33,9% ao final de 2012, também dentro dos limites do PAF 2012, entre 30% e 34%. Dessa forma, a parcela da dívida referente à soma dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços elevou-se para 73,9% da DPF, contra 66,5% em 2011, sendo o maior resultado da série, iniciada em 1990. Esse resultado está plenamente alinhado com o planejamento de longo prazo da gestão da dívida e tem contribuído para a redução do risco de mercado da DPF. A dívida remunerada por taxas de juros flutuantes ao final de 2012 atingiu 21,7% da DPF, proporção situada pouco abaixo do limite inferior estipulado no PAF 2012, entre 22% e 26%, e inferior aos 30,1% observados ao final de 2011.

Finalmente, a parcela referente aos títulos com remuneração atrelada à variação da taxa de câmbio permaneceu estável, com 4,4% da DPF, o mesmo valor de 2011, e dentro dos limites do PAF 2012, entre 3% e 5%.

O custo médio acumulado em 12 meses da DPF passou de 12,83% em dezembro de 2011 para 11,55 % no último mês de 2012. O prazo médio é uma das estatísticas da estrutura de vencimentos da DPF monitorada por meio de limites indicativos no PAF. Esse indicador apresentou aumento, passando de 3,6 anos, ao final de 2011, para 3,9 anos em dezembro de 2012. Ainda que o resultado final tenha ficado um pouco acima do intervalo definido no PAF 2012, que era de 3,6 a 3,8 anos, ele está em linha com a diretriz de alongamento da dívida pública federal.

Com referencia à execução financeira, em 2012, cerca de 67,6% dos valores empenhados e liquidados na função Encargos Especiais representam a Gestão da Dívida Pública Federal. Destaque para o percentual da Dívida Interna de 69,9%, sendo 34,4% relativos ao Refinanciamento da Dívida Interna e 35,5% ao Serviço da Dívida Interna. O Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (Subfunção 841) diminuiu R$ 168,1 bilhões em relação ao ano anterior e o Serviço da Dívida Interna (Subfunção 843) aumentou em R$ 124,3 bilhões.

A diminuição total da despesa nas referidas subfunções se deu principalmente pelo menor volume de vencimentos (Mercado e BACEN) ocorridos em 2012, com destaque para vencimentos junto ao BACEN que em 2011 foi no montante de R$ 225 bilhões, enquanto que em 2012 o volume foi de R$ 159,6 bilhões. Com referência à Dívida Externa, os valores executados para o serviço e refinanciamento da dívida externa, representaram apenas 1,64% do total de Encargos Especiais. O refinanciamento diminuiu R$ 2,6 bilhões em 2012 em relação ao período anterior, ocasionado pelo menor volume de recompras de títulos públicos federais externos, bem como volume menor em vencimentos em relação a 2011. O Serviço da Dívida Externa diminuiu R$ 8,6 bilhões em 2012.

R$ 1,00

SUBFUNÇÕES RELACIONADAS À DÍVIDA PÚBLICA	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO		
	2011	2012	Variação %
841 - Refinanciamento da dívida interna	460.942.733.083,28	292.875.234.658,45	-36,5
842 - Refinanciamento da dívida externa	6.871.016.700,52	4.289.762.378,57	-37,6
843 - Serviço da Dívida Interna	218.105.666.068,72	342.451.342.575,24	57,0
844 - Serviço da dívida externa	20.108.858.451,31	11.499.570.452,90	-42,8
TOTAL	**706.028.274.303,83**	**651.115.910.065,16**	**-7,8**

Fonte: Siafi

Política de Administração Financeira e Contábil da União

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2012) estabeleceu, para 2012, meta de superávit primário para o setor público consolidado de R$ 139,8 bilhões. Do valor da meta, foi alocado, à época, R$ 97,0 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central). A LDO 2012 também previu que a meta de superávit poderia ser reduzida em até R$ 40,6 bilhões, para amparar despesas no âmbito do PAC.

Ao final do ano, as despesas no âmbito do PAC atingiram o montante de R$ 39,3 bilhões, o que resultou num valor de meta de superávit primário, para fins de cumprimento do dispositivo legal de R$ 57,7 bilhões para o Governo Federal e de R$ 100,5 bilhões para o Setor Público Consolidado.

O resultado primário do Governo Central acumulado até dezembro de 2012, na ótica abaixo da linha, atingiu R$ 86,1 bilhões. Já os Governos Regionais (Estados e Municípios) apresentaram superávit de R$ 21,5 bilhões, enquanto as Empresas Estatais tiveram déficit de R$ 2,6 bilhões. Com isso, até dezembro, o resultado consolidado do Setor Público foi de R$ 105,0 bilhões.

Em relação à dívida líquida do Setor Público, os dados do Banco Central informam que, até dezembro, essa dívida atingiu o montante de R$ 1,550 trilhão, equivalendo a

35,1% do PIB, portanto, com trajetória declinante, quando comparada com o PIB. Isto é, em dezembro de 2011, este indicador somava R$ 1,509 trilhão, equivalente a 36,4% do PIB. Logo, percebe-se uma adequada gestão da política fiscal, comprovada pela redução da relação entre a dívida e o PIB.

No que tange à Gestão dos Haveres da União, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais relativas aos contratos de refinanciamento e de reestruturação de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas. No total, foi recebido, até dezembro/2012, o valor de R$ 44,9 bilhões para uma previsão inicial de R$ 42,3 bilhões orçados para todo o exercício.

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 30.12.2012:

HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS - SALDOS DEVEDORES EM 30.12.2012

GRUPOS DE HAVERES	SALDO (R$)			
	Dez/11	Dez/12	Variação	Variação (%)
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.710.180.889,16	5.757.935.625,00	47.754.735,84	0,84
Haveres Originários de Operações Estruturadas	59.978.552.529,57	67.135.364.777,39	7.156.812.247,82	11,93
Haveres Originários de Privatizações	8.191.436.170,22	9.076.379.001,24	884.942.831,02	10,80
Haveres Originários de Legislação Específica	336.405.045.699,72	425.419.289.196,45	89.014.243.496,73	26,46
Haveres Originários do Crédito Rural	14.789.437.403,74	15.573.576.505,35	784.139.101,61	5,30
TOTAL	**425.074.652.692,41**	**522.962.545.105,43**	**97.887.892.413,02**	**23,03**

Fonte: STN/COFIS/GERAT

A variação total no período considerado foi de aproximadamente R$ 97,8 bilhões, representados principalmente por variações nos saldos de haveres originários de Legislação Específica (R$ 89 bilhões) e de Operações Estruturadas (R$ 7,1 bilhões). Da variação total no Grupo de Haveres Originários de Legislação Específica, R$ 66,1 bilhões decorrem de seis novos contratos firmados ao longo do exercício de 2012: BB - Instrumento Híbrido - CT 753/PGFN/CAF, BNDES - CT 738-PGFN/CAF, BNDES - Instrumento Híbrido - CT 755 - PGFN/CAF, BNDES - CT 807 - PGFN/CAF; CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 752 e CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 754.

Administração Financeira e Contábil da União

No ano de 2012, o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, deu continuidade ao Programa SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), visando à estruturação de procedimentos e metodologias para transmissão e tratamento de dados contábeis, financeiros e fiscais dos Entes da Federação, bem como a criação de sistema informatizado que venha substituir o atual SISTN (sistema de coleta de dados contábeis para transmissão de informações intergovernamentais).

O programa tem como finalidade aprimorar a transparência da gestão pública e prover informação aos gestores para subsidiar a tomada de decisão na aplicação de recursos públicos. Esta atualização tecnológica encontra amparo nas experiências internacionais bem sucedidas de adoção do padrão Extensible Business Reporting Language – XBRL para transferência de dados.

Dentre as atividades desenvolvidas ao longo de 2012 destacam-se: i) validação da primeira etapa de desenvolvimento do sistema, onde foi desenvolvido o protótipo da página do Portal SICONFI na internet; ii) definição da arquitetura da taxonomia em linguagem XBRL que permitirá a coleta de dados contábeis, financeiros e fiscais; iii) definição do processo de trabalho para construção da taxonomia; (iv) estruturação da primeira versão da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, modelo de coleta de dados a ser seguido por todos os Entes, alinhado com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP; e v) início da etapa de construção de taxonomia, em padrão XBRL, para o conjunto de dados, relatórios e demonstrativos que compõem o programa.

Contabilidade Pública

Ao longo do exercício de 2012, o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, deu continuidade ao processo de reforma da contabilidade pública federal, visando a estabelecer padrões de comparabilidade das demonstrações brasileiras com as de outros países.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – Projeto PCASP, cujo desenvolvimento está a cargo do Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal – SERPRO, encontra-se na fase de especificações de requisitos. Seu objetivo primordial é a adoção de uma nova estrutura do Plano de Contas, que será um forte instrumento para aproximar conceitualmente a contabilidade aplicada ao setor público à contabilidade patrimonial.

Cabe destaque, ainda, para outros trabalhos executados, tais como a melhoria significativa na tempestividade da geração dos dados pelo SIC; avaliação e melhoria das métricas atinentes a este sistema; refinamento metodológico; capacitação de usuários; construção de relatórios com simulação de pessoal para o dissídio coletivo 2012; o fortalecimento e disseminação da cultura de mensuração de custos no âmbito da administração pública.

Em cumprimento à exigência estabelecida no artigo 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi elaborado o Balanço do Setor Público Nacional – BSPN referente ao exercício de 2011, acompanhado dos demonstrativos baseados na Lei nº 4.320, de 1964, anterior à Portaria nº 749, de 2009, da STN, e no modelo adaptado às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, além das tabelas de detalhes de itens de balanço, referentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial, a situação patrimonial e o resultado das operações do setor público. A edição deste exercício possui estrutura composta de demonstrações contábeis, notas explicativas e análise, contribuindo para a evolução dos instrumentos de transparência e gestão das contas públicas.

Política de administração tributária e aduaneira

Em 2012, a arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R$ 992,1 bilhões. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2011, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de cerca de 0,27%. Esse resultado decorreu, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: (i) redução da lucratividade das empresas que apuram o IRPJ/CSLL, pelo lucro real, evidenciada pela queda real de 8,28% na arrecadação desses tributos; ii) desonerações tributárias; (iii) crescimento de 8,0% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2011 a novembro de 2012 em relação ao período de dezembro de 2010 a novembro de 2011; (iv) aumento nominal de 13,38% na massa salarial quando considerado o mês de dezembro de 2011 a novembro de 2012 em relação ao período de dezembro de 2010 a novembro de 2011 - (PME/IBGE); v) aumento do salário mínimo; vi) elevação de 17,20% na taxa média de câmbio; (vi) queda na produção industrial de bens de 2,53%.

Dentre as medidas de desoneração tributária estabelecidas no ano de 2012 destacaram-se: a) prorrogação da redução da alíquota específica da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina e diesel; b) redução do IOF sobre crédito da pessoa física; c) ampliação da desoneração da folha de pagamentos para setores específicos; d) desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre Automóveis; e) prorrogação da desoneração de IPI sobre Bens de Capital, Caminhões, Veículos Comerciais Leves, Materiais de Construção, Refrigeradores, Fogões de cozinha e Máquinas de lavar.

Quanto à fiscalização dos tributos internos, a RFB concluiu, até 18/12/2012, 290.448 ações fiscais, assim consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrentes das malhas fiscais. O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou R$ 88,7 bilhões, cifra que após o encerramento da totalidade de ações fiscais previstas para o exercício deverá ter aumento significativo. No decorrer de 2012, foi mantida a ênfase nas ações de fiscalização em segmentos importantes, tais como: indústria, prestação de serviços e comércio, destacando-se lançamentos expressivos no segmento de serviços financeiros.

Especificamente na área de revisão de declarações, destaca-se, especialmente, a utilização das informações prestadas pelas Entidades de Previdência Privada, para cruzamento automático com os dados sobre dedução de previdência privada pleiteadas nas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física. Da mesma forma, foram desenvolvidos estudos e aperfeiçoados sistemas visando à seleção de sujeitos passíveis de serem fiscalizados, mediante o cruzamento eletrônico de informações, de forma a permitir a identificação de casos de indícios de planejamento tributário abusivo em grandes operações de reorganizações societárias.

Também, foi concluída a instalação do Sistema de Controle da Produção de Bebidas (Sicobe) em mais 58 fábricas de bebidas, totalizando assim 280 estabelecimentos controlados e operando com normalidade, o que tornou possível o controle da produção de cerca de 13,5 bilhões de litros de cerveja, 16 bilhões de litros de refrigerante e 2,5 bilhões de litros de outras bebidas.

Na área de acompanhamento dos maiores contribuintes, foi realizado o controle permanente sobre 12.600 pessoas jurídicas de alta capacidade contributiva e de 4.863 pessoas físicas de alta renda, os quais respondem por aproximadamente 66% da arrecadação dos tributos federais. Por meio dessa atividade, foram analisados processos, débitos vinculados e declarações de compensação no montante de R$ 308 bilhões. Além disso, com o intuito de identificar indícios de evasão tributária, foram investigadas distorções de arrecadação no valor de R$ 32,7 bilhões.

Em 2012, o esforço relacionado a essas ações, resultou na recuperação de créditos tributários da ordem de R$ 5,2 bilhões." Ainda no aspecto de monitoramento e recuperação de crédito tributário, foi identificada a mudança de comportamento tributário de contribuintes que passaram a ser monitorados pelo acompanhamento diferenciado, o que resultou num montante de R$ 1,6 bilhão, materializados por recolhimentos relativos a débitos em atraso de exercícios anteriores, aumento da arrecadação espontânea de tributos ou adesão a novos processos de parcelamento convencional.

O tempo médio bruto de desembaraço na importação e na exportação teve ligeira elevação em 2012, em relação a 2011: para a importação, o tempo bruto de desembaraço foi 2,01 dias em 2012, contra 1,71 dia em 2011; para a exportação, o tempo bruto passou de 0,43 dia em 2011, para 0,46 em 2012. No entanto, houve um aumento de 3,61% no grau de fluidez das importações (mercadorias cujo desembaraço ocorreu em menos de 1 dia), passando de 77,45% em 2011 para 81,06% em 2012 no mesmo período.

A atuação da RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior na apreensão de mercadorias totalizou R$ 2,03 bilhões, o que representa um crescimento de 37% em relação ao resultado registrado no mesmo período em 2011 (R$ 1,48 bilhão). Entre as mercadorias apreendidas, encontram-se inúmeros produtos falsificados, tóxicos, medicamentos e outros produtos sensíveis, inclusive armas e munições, que possuem grande potencial lesivo.

No que se refere aos Projetos Estratégicos da RFB na área de comércio exterior, destacam-se a entrega da primeira fase do projeto de modernização do Siscomex Importação na plataforma Web, bem como a implementação do Cadastro Aduaneiro de Despachantes e Ajudantes o Sistema de Controle do Regime de Tributação Unificada e do Centro Nacional de Gestão de Risco. Em processo de desenvolvimento há outros

projetos, como o de modernização da plataforma do Siscomex Exportação o de melhoria da seleção fiscal aduaneira, através do Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina.

Cabe realçar o sistema de acompanhamento e controle administrativo do crédito tributário que, entre janeiro e outubro/2012, efetuou, por intermédio do mecanismo de fluxo automático, cobranças a 1.535.893 contribuintes devedores, no total de R$ 19.816,6 milhões. Já em relação à inadimplência de contribuições previdenciárias, foram emitidas 182.957 cartas de cobrança, no período de janeiro a novembro/2012, no valor total de R$ 11.705,6 milhões.

Foi disponibilizada, em março de 2012, nova funcionalidade no sítio da RFB na Internet, ambiente e-CAC, de parcelamento simplificado de contribuições previdenciárias, permitindo que o próprio contribuinte visualize seus débitos previdenciários e efetue o parcelamento sem a necessidade de se dirigir a um atendimento presencial da RFB, nos moldes do parcelamento de débitos não-previdenciários já existente.

Outro importante trabalho conduzido pela RFB diz respeito à inclusão e à manutenção do cadastro de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, com destaque para o Redesim (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), pelo impacto positivo no ambiente de negócios do País em face da simplificação do processo de registro e legalização das atividades mercantis no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com previsão de implantação para 2013.

Arrecadação da Dívida Ativa da União

O Ministério da Fazenda, com o intuito de racionalizar a cobrança de débitos públicos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU), editou a Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n.º 75, de 22 de março de 2012, para disciplinar os atos relativos à inscrição de débitos em DAU, determinando o não ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente a débitos cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R$ 20 mil. A medida foi adotada considerando o custo unitário médio de uma ação de execução fiscal e teve o objetivo de evitar a movimentação da máquina judiciária para cobrança de créditos cujo valor não supera o custo do processo judicial.

No compromisso de reduzir o grau de litigiosidade, foi editada a Portaria Conjunta MF/AGU Nº 249/2012, de 23 de julho de 2012, autorizando a PGFN a não opor embargos em execução contra a Fazenda Nacional, quando o valor pleiteado pelo exeqüente for inferior a R$ 20 mil, iniciativa que, além de estar pautada em relação custo-benefício para o Erário, permitiu economia substancial de mão-de-obra alocada para realização dessa atividade, haja vista que a demanda para realização de cálculos judiciais e impugnação de seus valores reduziu em torno de 65%.

Somado a isso, estão sendo implementadas novas medidas de recuperação para os créditos não sujeitos ao ajuizamento de execução fiscal, como o protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa da União e as melhorias no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN).

Acompanhamento dos Mercados sujeitos à Regulação Econômica

Em 2012, o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), intensificou suas ações de regulação econômica de mercados e de advocacia da concorrência, participando da formulação de diretrizes políticas setoriais e da estruturação de programas de investimento em infraestrutura de transportes e logística, no setor de energia, no setor de combustíveis, bem como de iniciativas de equacionamento das políticas vinculadas ao Pré-Sal.

Opinou sobre propostas de edição de normas pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e sobre proposta de regulamentação com vistas a incentivar a maior concorrência na prestação de serviço de TV por assinatura e a popularização da internet. Compôs, também, as instâncias de monitoramento e de gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse contexto, contribuiu para a definição das modelagens da concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV); da modelagem da realização do leilão de concessão dos aeroportos de Campinas, Brasília e Guarulhos, cujos contratos já foram assinados; da metodologia de revisão das tabelas tarifárias das concessionárias de ferrovias; bem como dos novos modelos ferroviário (que prevê a separação das atividades de exploração da infraestrutura e a prestação dos serviços de transporte ferroviário de cargas) e portuário (com diretrizes sobre a exploração de portos e instalações portuárias, e as atividades previstas para os operadores portuários).

No setor de energia elétrica, participou das avaliações que resultaram na edição da MP nº 579/12, que trata da renovação das concessões nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e da diminuição de encargos cobrados na tarifa de energia elétrica. Participou, igualmente, da definição da regulamentação dos leilões de biodiesel referentes ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, com mecanismos de incentivos aos fornecedores de produto de melhor qualidade e à maior competição entre os agentes que atuam no setor.

Teve participação relevante na formatação do modelo de contrato de partilha da produção vinculada ao Pré-Sal, a ser firmado entre o consórcio vencedor da licitação do bloco a ser explorado e a União, no contexto do novo modelo de exploração e produção de petróleo, em conjunto com a Casa Civil, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Participação em Negociações, Reuniões Técnicas e Fóruns Internacionais

Em 2012, o Ministério, por intermédio da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), teve participação ativa em negociações, reuniões técnicas, fóruns, encontros e seminários, em face do preponderante papel que o Brasil passou a ostentar nos fóruns internacionais, estreitando laços com representantes de alto nível de Ministérios de Finanças e Relações Exteriores de outros países, com vistas a fortalecer o diálogo em assuntos macroeconômicos e financeiros, colaborar em questões

que dizem respeito às instituições financeiras internacionais e aprofundar mecanismos específicos de cooperação, em reuniões com Alemanha, Canadá, Coréia do Sul, China, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Indonésia, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e União Europeia, além daquelas no âmbito do Mercosul, da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac).

No campo da regulação financeira, a SAIN/MF é titular de uma das três cadeiras do Brasil no Conselho de Estabilidade Financeira (FSB). Em 2012, a instituição concentrou seus trabalhos na implementação dos compromissos já assumidos, no que diz respeito aos acordos de Basileia III.

Além disso, propôs a definição de regras adicionais para bancos sistemicamente importantes em nível nacional, com recomendações para regulação e supervisão do sistema bancário paralelo e para a resolução de insolvência de instituições financeiras "grandes demais para falir", além de recomendar a inclusão e a educação financeira.

Destaca-se ainda, no ano de 2012, a atuação do Ministério (i) no âmbito do Grupo dos BRICS nas discussões sobre proposta de criação de um novo banco de desenvolvimento e de um fundo de reservas; (ii) no âmbito do Mercosul, na apresentação e aprovação de um fundo de garantias para Pequenas e Médias Empresas envolvidas em processos de integração produtiva; (iii) no âmbito da Unasul, na organização de dois seminários que resultaram na formulação de propostas com vistas a promover e estimular o comércio intrarregional, nas discussões para o desenvolvimento de um sistema de pagamentos regional e na avaliação de alternativas para a mobilização e manejo de reservas na região para proteger as economias sul-americanas contra choques em seus balanços de pagamentos; (iv) no âmbito do G-20, contribuindo para a formulação do Plano de Ação de Los Cabos, atinente a compromissos sobre políticas fiscais, monetárias, financeiras, prosseguimento das reformas estruturais, rebalanceamento da demanda global, resistência ao protecionismo e maximização do crescimento potencial e da resiliência econômica dos países em desenvolvimento; e iv) na coordenação do processo de formatação do Banco do Sul (BdS, atualmente em fase pré-operacional), envolvendo o desenho e desenvolvimento dos instrumentos básicos para o funcionamento dessa nova instituição financeira regional, sobretudo em suas políticas financeira, creditícia e de riscos; e (vi) no âmbito do Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial, no aprofundamento da discussão sobre reformas de quotas e na coordenação da edição 2012 do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), abrangendo os setores de supervisão bancária, regulação de seguros, regulação de mercado de capitais, sistemas de pagamentos, contabilidade e insolvência e direitos dos credores, em linha com o compromisso assumido no FSB; e (vii) acompanhamento das atividades da OCDE, com destaque para o crescente envolvimento da SAIN/MF com temas de responsabilidade social.

O Fundo de Garantia à Exportação - FGE aprovou garantias para exportações de bens e serviços brasileiros no montante de US$ 8,9 bilhões em 2012, o que permitiu a ampliação das exportações brasileiras para países como Angola, Argentina, Canadá, Cazaquistão, Colômbia, Cuba, Equador, EUA, Gana, Honduras, Indonésia, México, Moçambique, Panamá, Peru, Portugal, Quênia e República Dominicana.

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deu seqüência à gestão de suas atividades de supervisão do mercado de valores mobiliários, segundo o modelo de supervisão baseada em risco, determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN), conferindo maior atenção a mercados, produtos e entidades que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários. Nesse sentido, as ações de supervisão preventiva ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários.

Outra importante prática da CVM em 2012 foi a continuidade das ações conjuntas com o Ministério Público Federal (MPF) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), intensificadas a partir da celebração de convênios de cooperação em 2008 e 2010, respectivamente, principalmente com relação aos casos de '*insider trading*' e possíveis manipulações do mercado de capitais, que, uma vez confirmadas, provocam prejuízos não apenas para os participantes envolvidos, mas também para a coletividade de investidores e para a sociedade em geral.

No decorrer de 2012, a CVM realizou inspeções em 238 instituições jurisdicionadas, sendo que 170 foram fiscalizações de rotina e 68, por força de demandas, ou seja quando há indícios de infrações. Desse total, destacam-se as 128 inspeções realizadas em fundos de investimentos e 36 em seus respectivos administradores/gestores.

Foram instaurados 84 processos sancionadores e julgados 35 processos, com a aplicação de 112 multas, 10 advertências e 5 inabilitações, enquanto que 17 processos sancionadores foram arquivados por meio de celebração de termo de compromisso. No âmbito internacional, a CVM: (i) assinou o Memorando de Supervisão com a *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador dos Estados Unidos da América, que estende a cobertura assegurada pelo *Multilateral Memorandum of Understanding* (MMoU) da IOSCO; (ii) assinou Acordo de Supervisão sobre agências classificadoras de risco com a ESMA (*European Securities Markets Authority*) e conduziu negociação com o mesmo órgão europeu para assinatura de acordo de supervisão abrangendo fundos de investimento.

A respeito das atividades de regulamentação do mercado em 2012, merecem destaque as edições das Instruções nº 520, 521, 522 e 523, disciplinando: i) o envio de informações trimestrais sobre as operações securitizadas; ii) a classificação de risco de crédito, no âmbito do mercado de valores mobiliários, inclusive em linha com a regulamentação da Comunidade Européia; iii) o aperfeiçoamento das informações divulgadas aos investidores de fundos de investimento no Brasil; iv) a adequação do sistema normativo brasileiro às recomendações internacionais, no que diz respeito ao sistema de identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a

responsabilidade administrativa, referentes aos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens.

Vale ainda ressaltar que a CVM colocou em audiência pública oito projetos de reforma normativa em 2012, com destaque para a alteração da Instrução CVM nº 356/01, visando ao aperfeiçoamento dos controles por parte do administrador e do custodiante, com a definição mais clara da atuação e de responsabilidades dos atores desse mercado, e a mitigação de estruturas que propiciem a ocorrência de conflito de interesses, em que a concentração indevida de funções por um mesmo participante ou por partes a ele relacionadas compromete a boa governança do FIDC.

Finalmente, com relação às atividades de educação financeira e de investidores, a CVM inaugurou em 2012 o seu ambiente virtual de aprendizagem, oferecendo ao público quatro cursos. Entre os meses de março e outubro, os quatro cursos tiveram 28.673 acessos e resultaram em 1.673 alunos inscritos.

Desenvolvimento e supervisão do Sistema Financeiro Nacional

O Banco Central do Brasil (BACEN), como órgão responsável pela supervisão do Sistema Financeiro Nacional, no decorrer de 2012, baixou normativos, seja por iniciativa própria seja por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN), com o objetivo de: i) garantir maior segurança aos clientes e usuários do Sistema Financeiro Nacional; ii) padronizar a cobrança de tarifas sobre os serviços de cartões de crédito, de forma a reduzir o número de tarifas cobradas e a dar possibilidade de comparação entre os valores praticados pelo mercado; iii) aprimorar o sistema de portabilidade das operações de crédito, permitindo a liquidação antecipada, com redução de encargos; iv) obrigar a explicitação do valor efetivo total da operação de cambio manual, praticado pela instituição financeira; v) aperfeiçoar a regulamentação sobre correspondentes cambiais, a fim de permitir a contratação de sociedades, empresários, prestadores de serviços notariais e de registro de empresa, para atuar como correspondentes, na prestação de serviços de câmbio manual, até o limite de US 3 mil; vi) criar condições para a padronização de tarifas no mercado de câmbio, facilitando a comparação de preços pelos clientes e a escolha da instituição.

Na área da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, foram estabelecidas regras prudenciais e operacionais, com o objetivo de: i) aperfeiçoar regulamentação das participações societárias de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, de modo a permitir somente a participação em entidades que exerçam atividades complementares ou subsidiárias às da instituição; ii) tornar mais rigorosos os requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições financeiras que especifica.

Em outubro de 2012, foi instituído o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), pela Resolução CMN nº 4.150, de 30 de outubro de 2012, a ser constituído na forma de entidade privada sem fins lucrativos, tendo como objetivo garantir créditos de clientes das entidades do sistema cooperativista e, num segundo momento, conceder assistência e suporte financeiro às cooperativas filiadas. Essa iniciativa fortalecerá a rede de proteção já existente, consolidando o setor de cooperativas de crédito como alternativa para os usuários de produtos e serviços do sistema financeiro, aumentando, assim, a inclusão financeira.

O Banco Central do Brasil vem se alinhando às melhores práticas internacionais para realização de uma supervisão eficaz e eficiente, tendo desenvolvido no decorrer do ano de 2012 nova metodologia, a ser implementada a partir de 2013, para a supervisão de assuntos de *compliance* (supervisão de conduta), em consonância com os Princípios de Basiléia, combinando ações que têm como principal parâmetro o perfil de risco das entidades supervisionadas, com o objetivo principal de identificar situações de risco à estabilidade e ao regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse sentido, em março de 2012, uma missão do FMI e do Banco Mundial (BM) considerou, após avaliação no âmbito do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), que o sistema financeiro brasileiro é estável e apresenta baixo risco, tendo destacado os seguintes pontos positivos, dentre outros: i) o elevado estoque das reservas internacionais combinado com um regime de câmbio flexível; ii) a adoção de medidas prudenciais destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do SFN introduzidas pela Resolução CMN nº 4.019, de 29 de setembro de 2011; iii) a forte regulação e supervisão do País e a sua adequação aos Princípios de Basileia.

Em novembro de 2012, o Banco Central do Brasil implementou o Projeto Sanea, mediante processo sistematizado de identificação e encaminhamento de solução para as entidades supervisionadas que deixaram de apresentar condições de continuar em operação, em razão de: i) incapacidade patrimonial; ii) inatividade; iii) grave violação das normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição, e das determinações do CMN ou do BCB; ou iv) atuação abaixo da expectativa, sem cumprir as finalidades que justificaram sua autorização para atuar no mercado. Com isso, o Banco Central cancelou a autorização para funcionamento de 177 instituições financeiras.

Para a supervisão das operações de crédito rural, o Banco Central do Brasil implantou o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), para registro das operações de crédito rural, com entrada em vigor a partir de 2013, o que possibilitará a implementação de políticas públicas voltadas para o setor rural com mais segurança.

O BACEN adotou medidas regulatórias com o objetivo de aprimorar a prevenção à lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento do terrorismo no Sistema Financeiro Nacional, com ações em quatro frentes: i) realização de estudos e participação em fóruns sobre o assunto, com o objetivo de conhecer as melhores práticas; ii) divulgação do tema para agentes que possam coibi-lo; iii) edição de novas normas; e iv) inspeções em instituições financeiras.

Finalmente, cabe destaque para a continuidade à modernização das cédulas do real, no intuito de torná-las ainda mais seguras e assim evitar falsificações, além de zelar para haja dinheiro em quantidade suficiente e de boa qualidade disponível no País. Nesse sentido, a par de aumentar a segurança, a modernização trouxe mecanismos mais confiáveis para verificação da

autenticidade das cédulas por todos os segmentos da sociedade, inclusive os deficientes visuais, o que diminui o risco de prejuízo individual para o cidadão.

Desenvolvimento do Mercado de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

O Ministério da Fazenda, por intermédio da Superintendência de Seguros Privados (Susep), no exercício de sua atribuição de desenvolver os mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização e, assim, proteger os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade, estabeleceu como meta exigir o aumento em 30% das reservas desses mercados, no período 2012-2015.

De janeiro a agosto de 2012, constatou-se que houve um crescimento de 15% no total das reservas das instituições que atuam no setor.

Com o objetivo de reduzir a assimetria de informação em relação aos consumidores dos serviços e produtos regulados pela Susep, foram adotadas as seguintes iniciativas: (i) elaboração de norma que torna obrigatório o atendimento ao consumidor por meio de Ouvidoria no âmbito das entidades supervisionadas; (ii) criação do Registro Eletrônico de Produtos – REP, para agilizar o processo de aprovação dos produtos e possibilitar aos consumidores um instrumento de consulta aos seus contratos; e (iii) elaboração de norma que estabelece novas exigências para distribuição e publicidade dos produtos comercializados pelas entidades supervisionadas.

Além disso, foi editada norma que proíbe, a partir de janeiro de 2013, a cobrança do custo de emissão de apólice, fora do valor do prêmio. Essa medida tem impacto direto no preço pago pelos consumidores.

As ações de fiscalização empreendidas pela Susep em 2012 tiveram um crescimento de 47% em relação ao número de fiscalizações realizadas no ano anterior, com destaque para: i) os riscos de conglomerados financeiros; ii) as operações com indícios de lavagem de dinheiro; iii) o atendimento ao consumidor, especialmente no segmento de seguro garantia estendida; iv) as seguradoras que atuam com seguro garantia, especialmente em razão das grandes obras de infraestrutura em andamento no País; v) a repressão às empresas que atuam sem autorização da Susep, especialmente nos segmentos de seguros automóvel, transporte e funeral.

No que tange às medidas voltadas ao fomento do mercado, destacam-se: i) a edição de regra que possibilita que Fundos de Investimento em Participações (FIP), cujos cotistas sejam Entidades de Previdência Complementar (EFPC), invistam nos mercados de seguros; e (ii) o estabelecimento de regras que propiciem o desenvolvimento do segmento de microsseguro no Brasil, bem como a comercialização de produtos com rede de distribuição a preços acessíveis à população de baixa renda.

Cabe, finalmente, destacar que a consolidação do processo de abertura do mercado de resseguros propiciou maior capacidade de subscrição ao mercado segurador nacional, disponibilização de produtos mais abrangentes e o incremento da competição entre resseguradores, com efeitos positivos no custo do seguro para o consumidor final.

4.1.4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Os resultados alcançados em 2012, na função Administração, apresentados a seguir mostram-se aderentes aos objetivos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) no programa temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, constante do PPA 2012-2015.

Em relação ao objetivo Fortalecer a Governança e Ampliar a Capacidade Institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado, o ano de 2012 foi caracterizado pela coleta de referenciais nacionais e internacionais para subsidiar o estudo e a proposição de modelo de gestão por resultados para a Administração Pública Federal (APF).

Como forma de induzir, fomentar e apoiar os órgãos e entidades públicos para aperfeiçoar e inovar no campo da gestão teve início em janeiro de 2012 o Contrato de Empréstimo nº 2192/OC-BR, assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apoiar o Programa de Modernização dos Instrumentos e Sistemas da Gestão da Administração Pública Federal (PROSIS). Este Programa tem o objetivo de modernizar os sistemas de planejamento e orçamento do Governo Federal; aperfeiçoar a gestão de tecnologia de informação e comunicação; melhorar a qualidade dos projetos de investimento público; tornar mais eficientes os programas governamentais, com base no aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo e de apoio à execução do gasto público; e melhorar a coordenação interna do Governo Federal. Para isso, já foram realizadas quatro contratações que totalizaram cerca de R$ 28 milhões, para aquisição de licenças de software de modelagem de dados, de ativos de rede e de solução de software de backup.

Foi publicada a MP nº 568, convertida na Lei nº 12.702/2012, que dispõe sobre gratificações e adicionais de diversas carreiras com o objetivo de atrair, valorizar e reter profissionais qualificados na APF, com impacto direto em mais de 600 mil servidores. Além disso, foram atendidas demandas de 28 órgãos relativas a solicitações de reformulação de estrutura organizacional que resultaram na formulação de 37 decretos.

Visando ao fortalecimento institucional da APF, destaca-se a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-Exe), por meio do Decreto nº 7.808/2012, em atendimento à Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais previsto na Constituição Federal, com o objetivo principal de recompor o equilíbrio da previdência pública de modo a garantir sua solvência a longo prazo. A implantação do regime de previdência complementar dos servidores civis da União promoverá uma gradual desobrigação da União, considerando que o ente deixará de recolher a contribuição patronal na alíquota de 22% sobre o total da remuneração do servidor, passando a recolher tão somente sobre a parcela da remuneração igual ou inferior ao teto previdenciário, e na alíquota de 7,5%, 8% ou 8,5% sobre a parcela da remuneração que exceder esse limite.

No que diz respeito à utilização do patrimônio imobiliário como recurso estratégico a ser aplicado no apoio às políticas públicas, foram destinados 417 imóveis, em apoio ao desenvolvimento local e a grandes empreendimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em especial, àqueles voltados à atividade portuária e às indústrias navais, aquecidas pelo setor petrolífero, assim como foram destinados terrenos da União no estado do Rio de Janeiro para a implantação de equipamentos esportivos e estruturas de apoio para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Foram adotadas ações voltadas à modernização da sistemática de arrecadação de receitas patrimoniais, como a implantação do código de barras nos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e do DARF eletrônico (e-DARF), em parceria com a Receita Federal do Brasil e desenvolvida, ainda, rotina de cobrança administrativa de créditos inadimplidos e o devido encaminhamento para fins de execução fiscal, o que resultará na eliminação do instituto da prescrição de créditos patrimoniais.

Deu-se início à reestruturação dos Núcleos de Atendimento ao Público (NAPs), nas Superintendências do Patrimônio da União nos estados e no Distrito Federal, cuja regulamentação e execução de projeto piloto serão realizadas em 2013. Quanto à universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais, encerrou em 2012, o calendário da disseminação da série de informações do Censo Demográfico 2010. Importante também mencionar o lançamento da publicação “Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo”, com informações inéditas sobre o pertencimento étnico, a língua falada e as terras indígenas.

Foram divulgados, também, os resultados da Pesquisa de Meios de Hospedagem – 2011, que forneceu um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos municípios das capitais, nas regiões metropolitanas das capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE); e da Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas – 2010 (TIC-Empresa).

Em 2012, prosseguiu a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) com informações sobre as condições socioeconômicas da população brasileira e participação de órgãos especializados e da sociedade em geral, por meio da institucionalização de fórum de discussão. As informações que refletem a realidade do Brasil em seus múltiplos aspectos foram disponibilizadas por meio de livrarias, bibliotecas, telefone, correspondência, e-mail e serviço *on line* na Internet, com atendimentos à sociedade no patamar de 30 milhões de usuários no ano de 2012.

No âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), foi criado o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), com o objetivo não só de ampliar sua utilização, mas também de agregar mais produtores de informações geoespaciais; e lançado o novo visualizador da Infraestrutura, *www.visualizador.inde.gov.br*, contendo indicadores nacionais.

Com vistas a ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação, destaca-se a Carta de Serviços, instituída pelo Decreto nº 6.932/2009, oportunidade para que os órgãos e as repartições federais comecem a se organizar de forma a garantir aos brasileiros o direito de obter e exigir atendimento público de qualidade, com o objetivo de informar quais são os serviços prestados ao cidadão por uma determinada organização pública. Em 2012, sua metodologia de elaboração foi reformulada, transformando-se em ferramenta de análise e melhoria de processos, para o alcance de novos padrões de atendimento, alinhados às expectativas e necessidades dos usuários.

No que tange à iniciativa de implementação de ações para melhorar o ambiente de negócios e o atendimento às empresas e às demais organizações da sociedade civil, destacam-se a elaboração de propostas para a regulamentação do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, que trata da garantia da observância do principio constitucional da isonomia, com a edição dos Decretos nºs 7.709/2012; 7.713/2012; 7.756/2012, 7.767/2012, que estabeleceram a aplicação de margem de preferência nas licitações para aquisição de diversos materiais; e o estabelecimento de critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração.

Para o aperfeiçoamento e a ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (E-Gov), houve a implementação de novos recursos no portal Governo Eletrônico (www.governoeletronico.gov.br), destacando-se a criação de uma área voltada à presença do Governo nas redes sociais e a relação de todos os Serviços de Informação aos Cidadãos (SIC) do Governo Federal. O portal está em fase de atualização, com prazo de término previsto para o final de 2013, definindo uma nova aparência, um espaço para discussão dos Comitês de Governo Eletrônico e a implementação da acessibilidade em toda sua estrutura.

Foi lançado, também, o Guia de Serviços Públicos do Governo Federal (www.servicos.gov.br), que visa disponibilizar aos cidadãos informações sobre os serviços prestados pelos órgãos e entidades da APF. Relevantes também são a massificação e o aperfeiçoamento da Certificação Digital (ICP-Brasil), e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital, necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos estados, dos municípios e da sociedade.

O ano de 2012 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão serviços que facilitem sua vida e a desburocratizem, com segurança da informação, a partir do uso do Certificado Digital. Neste sentido, foram emitidos 5.814 certificados digitais para acesso a sistemas estruturadores das atividades administrativas do Governo. O MP, em conjunto com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), atuou na concepção dos marcos normativos para a implantação do Plano Nacional da Administração Sem Papel, que proporcionará a implantação de processos de trabalho totalmente informatizados. A proposta do Decreto de criação do Plano acha-se em tramitação no âmbito dos ministérios para posterior envio à assinatura presidencial, e está em elaboração a Instrução Normativa para nortear a APF quanto aos padrões e tecnologias a serem utilizados. Ao longo de 2012, o Portal do Software Público Brasileiro (SPB), que se encontra com mais de 150.000 usuários, publicou seis novas soluções, a exemplo: Central de Atendimento ao Usuário (CAU), Tucunaré Sistema de Telecentro, Sistema de Vacinação (SIVAC), dentre as 64 disponíveis para uso por órgãos públicos e pela sociedade, todas desenvolvidas em plataforma livre.

Com o objetivo de melhorar a acessibilidade do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) e ampliar a transparência das informações relativas às transferências voluntárias da União, foi iniciado o processo de reformulação do Portal de Convênios e a evolução do Sistema DW-Siconv para o aperfeiçoamento da análise de grandes volumes de dados e a ampliação do volume de informações na geração dos relatórios, com a agregação de dados de empenhos, ordens bancárias e dos cadastros dos entes e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

No contexto do objetivo Aperfeiçoar a gestão de pessoas na Administração Pública Federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas, foi avaliada a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, que visa à melhoria na eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; desenvolvimento permanente do servidor público; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições. Os principais resultados da PNDP, no exercício foram a implantação do Sistema de Capacitação, cuja função é estruturar programas de treinamento a partir do mapeamento das competências dos servidores; a elaboração do Guia Operacional para as unidades de gestão usuárias do Sistema; e a consolidação e análise dos relatórios de execução dos Planos Anuais de Capacitação dos órgãos do SIPEC para avaliar o estágio e a forma de implementação da Política e colher subsídios para o seu aperfeiçoamento. Além disso, foi iniciado o projeto de mapeamento de processos nas Unidades de Gestão de Pessoas e a identificação dos requisitos dos postos de trabalho dos órgãos setoriais da Administração Pública.

No que tange a gestão do desempenho, em 2012, iniciou-se o projeto "Instrumento Integrado de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Pessoas", cujo objetivo é a construção de um instrumento informatizado para dar suporte à implementação das políticas de avaliação de desempenho e desenvolvimento dos servidores do Poder Executivo Federal. Foi realizado trabalho de qualificação dos setoriais de recursos humanos no processo de gestão do desempenho, sendo convidadas 86 instituições, das quais 61 participaram do treinamento.

No âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), merecem destaque o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação em Saúde e Segurança, com três módulos já implantados por meio do SIAPE-SAÚDE (perícia, exames médicos periódicos e promoção da saúde) e dois módulos em desenvolvimento a serem implantados em 2014 (investidura/exame admissional e vigilância), e a estruturação da Rede Nacional de Unidades do SIASS. Atualmente, esta Rede já dispõe de 56 Unidades com Acordos de Cooperação assinados e de 48 Unidades com o Sistema de Informação implantado. Vale destacar,

ainda, a realização do IV Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor (ENASS); a instituição da unidade de referência do SIASS e do Núcleo de Atenção à Saúde Mental em Brasília; a instituição das Diretrizes em Saúde Bucal para a Promoção da Saúde do Servidor Público Federal; a disponibilização no Portal SIASS de consulta pública sobre as Diretrizes de Promoção à Saúde do Servidor; o desenvolvimento do Módulo de Vigilância para fins de concessão dos adicionais ocupacionais e o desenvolvimento do Módulo de Perícia Oficial em Saúde; além da inclusão no PLOA 2013 do reajuste dos valores de recuperação da assistência à saúde suplementar.

Quanto ao planejamento da força de trabalho, estudos preliminares desenvolvidos pelo Ministério indicam que cerca de 40% do atual quadro de pessoal da Administração Pública Federal estará em condições de requerer aposentadoria nos próximos cinco anos. Para enfrentar esse desafio foi estruturado um projeto denominado de "Planejamento Estratégico da Força de Trabalho", com conclusão prevista para o final de 2014, que fornecerá ferramentas para seu dimensionamento por parte dos órgãos e entidades, parâmetros para a tomada de decisões relativas à composição e recomposição da força de trabalho por parte do MP, e diretrizes para a reorganização da arquitetura de carreiras da APF. Foi firmada parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a realização de diagnósticos da força de trabalho; de aposentadorias; e de carreiras.

Outros dois projetos merecem destaque: a Revisão da Sistemática de Recrutamento e Seleção e o Programa Nacional de Serviço Público Cidadão. Ainda neste sentido, foram capacitados aproximadamente 36 mil servidores públicos, em apoio às iniciativas de desenvolvimento dos dirigentes para melhoria da gestão das políticas públicas e ao aperfeiçoamento técnico e gerencial da Administração.

Dentro da perspectiva de consolidação do processo e da criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho, destacam-se: a publicação do Decreto nº 7.674/2012, que dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT), relacionado ao tratamento de conflitos decorrentes das relações de trabalho e à negociação de termos e condições de trabalho entre a APF direta, autárquica e fundacional e as entidades representativas dos servidores públicos federais e o Termo de Cooperação firmado entre o MP e a Fundação Universidade de Brasília, para o Desenvolvimento do Protótipo do Sistema de Relações de Trabalho no Serviço Público, vinculado ao Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT), e da ferramenta de *Bussines Intelligence* (BI) para a gestão das informações produzidas nas mesas de negociações e funcionalidades correlacionadas, com previsão de finalização em dezembro de 2015.

Em 2012, foram realizadas 295 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente e firmados 32 Termos de Acordo com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos do Poder Executivo, beneficiando 97,5% dos servidores públicos, com reajustes remuneratórios em torno de 15,8%, parcelados de 2013 a 2015 e reestruturação de carreiras e planos de cargos.

Em cumprimento ao objetivo Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas, destacam-se a publicação da Lei nº 12.593/2012 que institui o PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, que reflete a concepção de planejamento influenciada pela formulação e pela implementação das principais agendas de políticas públicas atuais como o PAC, o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida, bem como a elaboração do Decreto nº 7.866/2012, que institui os parâmetros para o seu monitoramento.

Para respaldar e operacionalizar o monitoramento do PPA e o acompanhamento do orçamento, em paralelo à elaboração e publicação dos normativos legais, foram desenvolvidos e colocados em operação os módulos de monitoramento dos programas temáticos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e de Acompanhamento da execução física e financeira das ações orçamentárias.

No que tange ao processo orçamentário foi realizada revisão das ações orçamentárias para 2013, com o intuito de fazer com que o orçamento passe a evidenciar o que o Estado entrega à sociedade em contraprestação à sua arrecadação e seus arranjos de gestão. Nesse contexto, foi criado o Plano Orçamentário (PO), vinculado à ação orçamentária, que permite que a elaboração do orçamento e o acompanhamento físico e financeiro da sua execução ocorram em nível mais detalhado.

No sentido de prover e organizar as informações para auxiliar no processo alocativo dos recursos orçamentários foi editada a segunda versão do Resumo Gerencial do Orçamento (RGO), com a introdução de um capítulo denominado "Estudo sobre o Impacto Orçamentário dos Investimentos".

Com vistas a melhorar a qualidade do gasto público foram desenvolvidas iniciativas voltadas à redução do custeio administrativo do Governo. Uma das principais ações diz respeito ao Projeto Esplanada Sustentável (PES) que resultou da integração entre quatro iniciativas já existentes no Governo Federal, quais sejam: Programa de Eficiência do Gasto (PEG); Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); Coleta Seletiva Solidária; e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

O PES, por meio do Sistema do Programa de Eficiência do Gasto (SisPEG), vem promovendo sustentabilidade ambiental e social das despesas de energia elétrica, água e esgoto, vigilância, limpeza e telefonia dentre outros. O resultado global dos primeiros seis meses de projeto mostra que houve estabilidade nesses gastos, que apresentavam crescimento de cerca de 10% ao ano. Além disso, os 21 órgãos aderentes ao PES, somente nas suas instalações localizadas em Brasília, conseguiram economizar, isoladamente e por despesa, R$ 2,6 milhões. A metade desse valor, cerca de R$ 1,3 milhão, será destinada, já em 2013, como recurso extra, para que os órgãos possam aplicar em ações que propiciem ainda mais as medidas de economicidade e de sustentabilidade no âmbito das respectivas Pastas.

No que se refere à gestão dos empreendimentos do PAC, destacam-se a extensão do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e a edição da MP nº 575, que possibilita o aporte de investimentos por parte da União nas Parcerias Público Privada.

No sentido do aprimoramento da governança corporativa das empresas federais estatais foram incorporadas melhorias nas áreas administrativa, processual e relacionamento institucional, o que permitiu aumento de 75% nos números de pleitos das empresas analisados no ano em relação a 2011. Dentre estas, destacam-se o desenvolvimento de metodologia própria para análise de criação de estatais; promoção do Seminário para os Conselheiros de Administração com a participação da *Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD)*, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil e participação em reunião da OECD, onde foi possível discutir experiências das estatais na América Latina.

Em relação às compras governamentais, destacam-se, o aprimoramento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), no Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), o desenvolvimento dos sistemas para dar suporte ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e a nova versão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). No sentido de redução dos custos de comunicação foi realizada licitação para aquisição de servidores com o objetivo de atualizar o Serviço de Voz da rede Infovia Brasília, que tem como principal diferencial o aumento da segurança no serviço de telecomunicações, dado que as ligações telefônicas entre os órgãos governamentais conectados trafegam exclusivamente dentro da rede Infovia Brasília, sem passar pela rede pública de telefonia. Ademais, foram realizadas 21 obras de expansão e adequação do *backbone* e dos acessos da rede ótica, número superior à média dos últimos anos, que foi de quinze obras por ano.

Com o objetivo de promover a redução de custos na aquisição de equipamentos e de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), uma maior padronização e melhor planejamento das necessidades dos órgãos integrantes da Administração Pública, deu-se continuidade ao processo de contratações conjuntas, de ativos de rede para 34 órgãos e de desktops e notebooks para mais de oitenta órgãos, bem como aquisições de 94.375 mídias criptográficas (tokens) para oito órgãos. O resultado do certame gerou uma economia para a APF de 43,75%, tendo em vista que a licitação resultou em um custo unitário de R$ 19,69 por mídia, quando o valor estimado era de R$ 45,00.

Dentre as iniciativas relativas ao objetivo Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade**,** destaca-se o projeto Agenda Federativa (União/Estados) que envolve o MP, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração e o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Planejamento, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Agenda Federativa tem como objetivo pactuar compromisso político que atualize e aprofunde a pauta da "Carta de Brasília" com definição de diretrizes, estratégias e prioridades de ações comuns de melhoria, fortalecimento e inovação da gestão pública, entre União e Estados da Federação de forma a promover a colaboração institucional intra e intergovernamental, concentrar esforços, evitar pulverização de investimentos e conceder maior visibilidade aos resultados obtidos. Adicionalmente, foi criada a Rede Nacional de Planejamento e Orçamento Público (ReNOP), que tem como missão promover a coordenação entre os órgãos de planejamento e orçamento federal e estadual, de forma a avançar na integração, no alinhamento e na coerência da ação federativa.

Para o processo de implementação da ReNOP, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Planejamento e Orçamento Público, com a participação de 78 representantes dos órgãos de planejamento e orçamento estaduais, representando 22 Estados e o Distrito Federal. No sentido de promover a participação no planejamento público, foi realizado o III Fórum Interconselhos, com a participação de 120 representantes de 37 Conselhos Nacionais que atuam na formulação e avaliação de políticas públicas, além de representantes de entidades nacionais da sociedade civil.

No apoio aos estados e municípios, merece destaque o fortalecimento da gestão dos estados por meio do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal e do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros, que apoia 28 Tribunais de Contas, contemplando 3.282 servidores capacitados das cinco macrorregiões brasileiras. Em se tratando de capacitação de agentes públicos, foram abertas cinco turmas de educação orçamentária com atendimento a 228 alunos, por meio da Escola Virtual SOF, distribuídos 70 mil exemplares da Cartilha "Sofinha e sua Turma" em mais de quinze estados e municípios.

No que diz respeito às ações de governo eletrônico (e-Gov Federativo) dedicadas aos municípios, destaca-se o Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios Brasileiros, 4CMBr (Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios Brasileiros), que auxilia a melhoria da gestão das prefeituras por meio do uso da tecnologia da informação, utilizando-se do Portal do Software Público Brasileiro (SPB), que disponibiliza soluções, tais como: i-Educar, que visa centralizar informações do sistema de gestão educacional; e-Cidade que é a integração informatizada dos órgãos municipais; e-Nota destinado para emissão de notas fiscais eletrônicas; e-ISS voltado para a modernização da gestão tributária; I-3Geo que possibilita a geração de mapas e dados geográficos; SGF para a gestão de frotas; GP-Web sistema integrado de gestão de projetos; e Siprev para a gestão de Regime Próprio de Previdência Social.

Indicadores utilizados no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Os indicadores utilizados pelo Ministério do Planejamento foram estabelecidos com o intuito de promover a melhor gestão do sistema de avaliação de desempenho institucional, preconizado pelo Decreto nº 6.693/2008. O quadro abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores utilizados no processo de avaliação dos resultados do MP.

APURADO UNIDADE	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PREVISTO 2012	APURADO 2012	APURADO 2011
SPU	Arrecadação Patrimonial (R$mil)	Receitas oriundas da cobrança de créditos patrimoniais da União	751.634	808.590	573.390
SOF	Avaliação Externa do Processo de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA (unidade)	Percepção dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal quanto à performance da SOF no que tange à coordenação do principal processo sob sua responsabilidade: a elaboração do PLOA.	7,73	7,5	7,73
SRT	Percentual das atividades da mesa de negociação registradas (%)	(Número de atividades da mesa de negociação que foram registradas/número de atividades da mesa de negociação)x100	100	100	100
SLTI	Número de centrais telefônicas conectadas ao Serviço de Voz da INFOVIA Brasília. (unidade)	Novos pontos do serviço de voz da INFOVIA Brasília.	50	50	44
SEAIN	Aumento da produtividade média da SEAIN, nas atividades de âmbito interno relacionadas aos processos de análise de pleitos.(%)	Média aritmética do percentual do indicador de cada Coordenação Geral da Secretaria.	80	95,79	90,25
SEGEP	N° de ministérios com unidades de gestão de pessoas mapeadas (unidade)	Somatório do nº de Ministérios com unidades de Gestão de Pessoas mapeadas(*)	24	24	-
	N° de matérias de legislação de pessoal na APF normatizadas (unidade)	Contabilização do número de matérias normatizadas no período (*)	5	7	-
	Percentual de servidores do sistema de Pessoal Civil cobertos pelo sistema SIAPE saúde. (%)	N° de servidores do SIPEC cobertos pelo SIAPE saúde/n° total de servidores do SIPEC(*)	65	62,47	-
DEST	Tempo Médio de Análise de Processos Relacionados a Empresas Estatais (dia)	Prazo médio, máximo para expedição de manifestações, por meio de ofícios de resposta, sobre os pleitos encaminhados.	36	34,03	17,2
IBGE	Taxa de Resultados Alcançados (RA) **%**	Média aritmética do conjunto de resultados obtidos.	100%	99,11%	100%
	Taxa de Satisfação do Usuário (S)%	Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço,	100	116,61	116,62

(*) implantado em 2012

Os indicadores previstos no PPA 2012-2015, sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), para o programa temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, encontram-se em fase de reformulação.

Ações que apresentaram resultados relevantes para o alcance dos objetivos e das iniciativas do Programa Temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

No que diz respeito à área de tecnologia da informação, três ações apresentaram resultados relevantes: 1) A ação –"Desenvolvimento do Sistema Integrado de Relação de Trabalho", por meio da qual foi firmado Termo de Cooperação entre o MP e a Fundação Universidade de Brasília, para realização de pesquisa aplicada e transferência de tecnologias com vistas ao desenvolvimento e implantação do sistema de informação, denominado SISRT, para apoio à mesa de negociações; 2) A ação "Sistemas Estruturantes e Corporativos", que além de investimentos em aquisições em tecnologia da informação, foram realizados gastos de hospedagem, desenvolvimento de melhorias e manutenção dos sistemas estruturantes (Siape, Siapa, Comprasnet, Siconv, SIOP, Sispac, entre outros) e corporativos no âmbito do Ministério; e 3) A ação "Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe.gov)" com a contratação de consórcio entre o Serpro e a Dataprev para o desenvolvimento do Sistema, que contemplará novas disciplinas como provisão da força de trabalho, capacitação e desenvolvimento, avaliação de desempenho e evolução funcional, além da gestão do cadastro e da folha de pagamento.

No que tange ao desenvolvimento dos servidores da APF, em 2012, na ação "Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública" foram realizadas 34.230 capacitações destacando-se, entre outras, as oficinas de Planejamento Estratégico para 668 participantes de quinze órgãos; capacitação de 28 servidores no curso Noções Básicas de Gerenciamento de Processos de Negócio, e, de cinquenta Analistas em Tecnologia da Informação que atuam como consultores externos no âmbito do Sistema Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, dentre outros.

Na modalidade de ensino a distância, foram realizados cursos para 20.602 participantes nos cursos: Atendimento ao Cidadão; Legislação aplicada à Gestão de Pessoas;

Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos; Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira; Análise e Melhoria de Processos; Gerência de Projetos: Teoria e Prática; Tutoria On-Line em Organizações Públicas; Gestão de Convênios para Convenentes; e Ética e Serviço Público.

No escopo do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, foram ofertadas 21 turmas, capacitando 631 servidores públicos, além da realização do curso "Desenho e Facilitação de Processos Conversacionais - Planejamento Participativo em Saúde". Ademais, na ação –"Capacitação dos Dirigentes e Técnicos no âmbito dos Sistemas de Organização e Inovação Institucional (Siorg) e de Pessoal Civil (Sipec)" foram capacitados 2.851 servidores, sendo 1.453 no âmbito do Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas, por meio de parceria com órgãos da APF, e 1.398 em capacitações resultantes de oficinas de trabalho, dos Encontros Regionais nas cinco regiões do País, e do III Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, com a participação de órgãos e entidades do Sipec de todas as regiões do País.

No âmbito das ações "Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)" e "Gestão da Geoinformação", que tem como principal objetivo congregar todos os dados geoespaciais produzidos pelo governo federal em um único portal na Internet, permitindo o uso racional das informações geográficas e a disseminação de cultura de visualização das políticas públicas no território, os principais resultados foram a capacitação para trinta órgãos do Governo Federal que já estão em processo de adesão à INDE, e o trabalho de sensibilização e divulgação da INDE, por meio de participação em eventos como: o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação, em Brasília (DF); MundoGEO#Connect, em São Paulo (SP); Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias de Informação – SIMGEO, em Recife (PE), ministrando cursos e realizando palestras; participação na 2ª Conferência e Exibição Anual Latino Americana em Informação Geoespacial, Tecnologia e Aplicações, realizada no Rio de Janeiro (RJ) e no evento Compartilhando Dados Ambientais na América Latina, realizado em Porto Alegre (RS).

Merece destaque, também, a parceria com o Ministério do Meio Ambiente, para aquisição compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano 2011, as quais, poderão fazer uso, todos os órgãos públicos das três esferas de Poder.

No que se refere às informações estatísticas, a execução da ação "Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais" permitiu, em 2012, a continuidade da produção de informações sobre os temas geologia, vegetação, geomorfologia, solos, uso da terra e recursos hídricos, visando a constituir o Banco de Dados e Informações Ambientais, e viabilizou a análise das informações sobre a organização do território, subsídio fundamental para as atividades de planejamento atendendo às demandas de informações espaciais.

Dentre os trabalhos produzidos tem relevância a divulgação do Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Amazonas, tanto em formato pdf como em formato shape e a elaboração do Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Amazonas, em formato shape. Destaca-se o lançamento da publicação "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2012", que disponibiliza à sociedade informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional e a elaboração do volume Fluxos Aéreos da Série Redes e Fluxos no Território.

Além disso, a ação "Pesquisas Estruturais da Área Econômica" apresentou como principal resultado a divulgação de quinze resultados, com vistas ao acompanhamento da evolução estrutural da economia do País, destacando-se as Pesquisas Anual de Serviços (PAS), Anual do Comércio (PAC), Industrial Anual (PIA)/Empresa e Produto, Anual da Indústria da Construção (PAIC), da Produção Agrícola Municipal (PAM), da Pecuária Municipal (PPM), da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), e de Serviços de Hospedagem. Ademais, foram divulgadas as Contas Nacionais do Brasil e as Contas Regionais do Brasil, contemplando, entre outras informações, o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil, dos estados e dos municípios.

No âmbito da gestão, os gastos efetuados na ação "Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Governo, Gestão e Revisão do Plano Plurianual (PPA)" permitiram a realização das atividades relativas ao desenvolvimento e a operacionalização do módulo de monitoramento do PPA, possibilitando o efetivo acompanhamento dos compromissos de Governo materializados nos atributos do Plano. Outrossim, a execução da ação "Fomento à Melhoria da Gestão Pública" priorizou projetos como: oficinas de Planejamento Estratégico para o triênio 2012/2015; projetos de apoio metodológico e realização de estudos preliminares de melhoria da gestão pública; elaboração de subsídios e diretrizes no contexto do projeto "Planejamento Estratégico da Força de Trabalho", e o mapeamento e análise das ações de modernização da APF.

Quanto à gestão do patrimônio da União, as atividades relativas à ação "Destinação de Imóveis da União" foram dirigidas ao apoio de políticas públicas prioritárias do Governo Federal, como Minha Casa Minha Vida, PAC, Bolsa Verde, Brasil sem Miséria, entre outros.

Neste sentido, foram destinados 417 imóveis em apoio à Administração e ao desenvolvimento local em todo o País, 350 terrenos da União no Rio de Janeiro para a implantação de equipamentos esportivos. Foram também destinados 267 imóveis, com titulação direta às famílias, que totalizaram 61 mil m², em seis municípios nos estados da BA, CE, PI e RN.

Ademais, foram destinadas à União áreas para regularização de Reservas Extrativistas, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com vistas ao fortalecimento da Política Nacional de Meio Ambiente, totalizando 780.214,5 ha, contemplando sete Unidades de Conservação, como por exemplo, a Reserva Biológica Serra do Cachimbo no Pará, a Floresta Nacional Jacundá em Rondônia e a Resex Delta do Parnaíba no Piauí e no Maranhão.

Com vistas a atender as atividades do governo eletrônico, a ação "Rede de Comunicação do Governo Federal (INFOVIA Brasília)" apresentou, em 2012, 87 órgãos conectados, em mais de 168 pontos, distribuídos em mais de 125 km de fibras óticas passadas na cidade de Brasília. Com vistas a expandir o número de órgãos conectados

foram firmados acordos de cooperação técnica entre o MP com a Fundação Universidade de Brasília, com a Telebrás e com o Governo do Distrito Federal. Dentre os serviços prestados na rede, destacam-se o Serviço de Voz da INFOVIA Brasília que segue as melhores práticas e tendências do mercado de comunicação multimídia, incluindo sua implementação no padrão *Session Initiation Protocol* (SIP), a fim de garantir a interoperabilidade com outras soluções baseadas em Voz sobre IP (VoIP), e o serviço de videoconferência, com mais de 121 pontos conectados em 22 órgãos, sendo que em 2012 foram adicionados mais 13 pontos de videoconferência na rede.

VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012 - FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO

R$ milhões

FUNÇÃO ADMINSTRAÇÃO		SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012
OFSS	No Exerc.	121 - Planejamento e Orçamento	20,13	63,52	1.122,92	24,99	17,06
		122 - Administração Geral	1.259,52	1.523,58	1.709,33	1.742,10	1.819,76
		125 - Normalização e Fiscalização	0,53	1,60	1,24	0,90	5,67
		126 - Tecnologia da informação	116,34	143,19	139,77	163,71	201,98
		127 - Ordenamento Territorial	1,71	3,70	3,94	6,93	12,09
		128 - Formação de Recursos Humanos	8,44	10,46	12,93	11,41	8,50
		129 - Administração de Receitas	1,85	1,70	1,55	1,84	1,78
		131 - Comunicação Social	0,00	0,28	35,43	0,73	3,05
		Demais Subfunções	88,29	79,19	129,21	160,11	124,91
	RPNP	121 - Planejamento e Orçamento	15,28	5,97	98,33	37,19	3,15
		122 - Administração Geral	17,52	62,54	51,46	38,62	26,85
		125 - Normalização e Fiscalização	0,00	0,21	0,42	0,46	0,44
		126 - Tecnologia da informação	20,20	21,85	26,71	45,34	43,51
		127 - Ordenamento Territorial	0,26	0,16	0,51	0,44	1,66
		128 - Formação de Recursos Humanos	0,70	2,50	0,78	0,83	2,32
		129 - Administração de Receitas	0,61	0,15	0,06	1,02	0,24
		131 - Comunicação Social	0,64	2,00	1,40	5,13	2,85
		Demais Subfunções	570,99	36,36	155,59	220,78	83,76
TOTAL			**2.123,01**	**1.958,96**	**3.491,58**	**2.462,53**	**2.359,58**

Fonte: Siafi

A análise ora apresentada restringe-se a variação percentual verificada no exercício de 2012 em relação a 2011, tendo em vista que as variações relativas aos demais exercícios foram informadas nos relatórios de Prestação de Contas dos anos anteriores.

Na função Administração, entre os exercícios de 2012 e 2011 houve decréscimo de 32% nos valores de despesas liquidadas, na subfunção Planejamento e Orçamento, decorrente, sobretudo, da redução das atividades do Censo Demográfico 2010, cujas ações se encontram na fase de conclusão da divulgação final dos dados coletados.

Quanto à subfunção Normatização e Fiscalização, a variação de 530% refere-se à contratação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de melhorias da qualidade de gastos da folha de pagamento e do Termo de cooperação firmado com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico para dar continuidade à realização do desenvolvimento do protótipo do Sistema de Inteligência e Gestão da Auditoria (SIGA).

No que tange à subfunção de Tecnologia da Informação, o crescimento de 23% refere-se ao ajuste no valor do contrato firmado com o Serviço de Processamento de Dados (SERPRO), visando à prestação de serviços estratégicos de tecnologia da informação, no âmbito do MP. A subfunção Ordenamento Territorial, também apresentou acréscimo de 74% decorrente das ações voltadas para o desenvolvimento local, alinhadas aos empreendimentos previstos no PAC. Outra variação relevante ocorreu na subfunção de Comunicação Social com crescimento de 318% devido à veiculação de grandes campanhas, tais como: Compras Públicas Sustentáveis, PAC 2, E-MAG, PAC-DIGITAL, E-DARF e FUNPRESP.

VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012 - FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL

R$ milhões

FUNÇÃO PREVIDENCIA SOCIAL		SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012
OFSS	No Exerc.	272 - Previdência do Reg. Estatutário	742,87	863,55	976,98	1.044,09	1.106,06
		274 - Previdência Especial	384,73	499,81	497,99	557,71	622,40
	RPNP	272 - Previdência do Reg. Estatutário	0,00	0,02	0,26	0,00	0,43
		274 - Previdência Especial	7,74	10,60	10,70	17,43	5,69
TOTAL			**1.135,33**	**1.373,98**	**1.485,93**	**1.619,24**	**1.734,58**

Fonte: Siafi

VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012 - FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS

R$ milhões

FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS		SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012
OFSS	No Exercício	212 - Cooperação Internacional	0,00	371,90	370,22	381,42	444,17
		844 - Serviço da Dívida Externa	6,82	5,02	1,58	3,35	4,81
		845 -Outras transferências	0,00	0,00	0,00	68,18	0,00
		846 - Outros Encargos Especiais	4,29	11,88	24,01	15,35	21,09
	RPNP	212 - Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,99	23,97	35,14
		844 - Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		845 -Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		846 - Outros Encargos Especiais	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL		**11,15**	**388,81**	**396,82**	**492,28**	**505,21**

Fonte: Siafi

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 - FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO NICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	INSCRIÇAO EM RP NÃO-PROCESSADOS
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**266,95**	**253,53**	**140,76**	**97,54**	**96,71**	**1,75**
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	265,91	252,49	140,15	96,96	96,13	1,75
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1,04	1,04	0,61	0,58	0,58	0,01
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**3.581,88**	**4.234,91**	**3.909,11**	**2.096,35**	**2.095,55**	**111,17**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**1.973,95**	**593,09**	**55,63**	**0,92**	**0,92**	**5,88**
DEMAIS PROGRAMAS DO MP (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**5.822,78**	**5.081,53**	**4.105,51**	**2.194,81**	**2.193,18**	**118,80**

Fonte: Siafi

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012 - FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	INSCRIÇAO EM RP NÃO-PROCESSADOS
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		766,19	874,78	670,12	470,07	466,78	94,50
TOTAL		**766,19**	**874,78**	**670,12**	**470,07**	**466,78**	**94,50**

Fonte: Siafi
OBS: Não existem programas temáticos e de gestão na função Encargos Especiais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012 - FUNÇÃO PREVIDENCIA SOCIAL

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	INSCRIÇAO EM RP NÃO-PROCESSADOS
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**572,32**	**662,22**	**622,40**	**622,40**	**622,40**	**111,17**
DEMAIS PROGRAMAS DO MP (IV)		**1.598,24**	**1.158,23**	**1.106,47**	**1.106,06**	**1.106,06**	**0,00**
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.598,24	1.158,23	1.106,47	1.106,06	1.106,06	
TOTAL (II) + (IV)		**2.170,56**	**1.820,45**	**1.728,87**	**1.728,46**	**1.728,46**	**111,17**

Fonte: Siafi

4.2. FUNÇÃO AGRICULTURA
4.2.1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A agricultura brasileira atingiu novos patamares de produção e exportação em 2012. Os mais de cinco milhões de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais produziram 166,2 milhões de toneladas de grãos, superando em 2,03% o volume de 162,9 milhões da safra 2010/2011, correspondendo a uma participação do agronegócio no PIB nacional da ordem de 22%. Esses resultados são alcançados por meio da implementação das políticas públicas de estímulo à produção e de medidas que visam garantir a qualidade dos produtos brasileiros.

Apesar desse desempenho de referência nacional e internacional, a agropecuária ainda terá, nos próximos anos, desafios a enfrentar que dependerão de inúmeros fatores, dentre os quais as novas soluções tecnológicas, reforçando, desta forma, o papel de destaque da pesquisa. Além disso, é importante o incentivo governamental para o uso de tecnologias e práticas sustentáveis, como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.

A crescente demanda por alimentos tendo em vista o crescimento populacional mundial, a busca por novas e mais eficientes fontes renováveis e limpas de energia, a necessidade de reequilibrar a dinâmica global em termos de usos adequados de seus recursos naturais e o atendimento às novas demandas por alternativas tecnológicas para fazer frente aos cenários de mudanças climáticas são exemplos dos desafios a enfrentar.

Indicadores Utilizados na Avaliação

O conjunto de objetivos e metas do PPA 2012-2015 convergem para o alcance dos objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade constantes do Mapa Estratégico[1] do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam: aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos; ampliar a participação da agroenergia na matriz energética; garantir a segurança alimentar e impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio. Esses Objetivos Estratégicos representam os resultados que o MAPA espera entregar à sociedade. Para isso, são desenvolvidos processos e projetos diversos em todas as áreas de atuação, como política agrícola, defesa, fomento e pesquisa agropecuária.

Os indicadores relacionados aos objetivos estratégicos citados possuem estimativas para 2015, reportados à Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA. Tais números foram definidos por ocasião da definição dos indicadores estratégicos, e, quando possível, serão confrontados com o previsto para 2015.

[1] O Mapa Estratégico é a representação gráfica do Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura. Pela metodologia Balanced Scorecard, o mapa estratégico é composto por perspectivas. As ações do Mapa são desenvolvidas por meio de projetos e processos, contidos na Perspectiva de Processos Internos e na Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento.

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos

O indicador de desempenho associado a esse objetivo é o índice composto da safra de produtos não-alimentares e não-energéticos. O acompanhamento dos principais produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos sinaliza se as ações desenvolvidas para a manutenção de níveis adequados de abastecimento e preço desses produtos atendem ao que é preconizado neste objetivo estratégico.

Apesar de não se dispor dos dados consolidados de produção dos produtos que compõem o indicador, em 2012, estima-se que o índice se mantenha no mesmo nível de 2011. Os produtos considerados para sua contabilização são: borracha, madeira, couro, algodão e fibras.

O valor projetado para 2015 é de 208%, conforme cálculo realizado em dezembro de 2009. Observa-se, entretanto, que esse índice foi ultrapassado em 2011. Caso se confirmem as projeções atuais, o índice em 2015 deverá alcançar 279%.

ÍNDICES AFERIDOS

INDICADOR	2009	2010	2011	2012
Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos	120	164	228	228*

Fonte: IBGE / * Dados preliminares

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

O indicador de desempenho associado a este objetivo estratégico é a Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira e avalia os resultados obtidos com as atividades e ações para a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética.

ÍNDICES AFERIDOS

INDICADOR	2009	2010	2011	2012
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira*	32,0%	31,5%	29,5%	ND**

Fonte: Balanço Energético Nacional 201 2 da Empresa de Pesquisa Energética – EPE / * Inclui outras fontes renováveis, onde há uma pequena participação de energia solar e eólica. / ** ND = Não disponível / Dados oficiais da EPE para o ano de 2012 deverão ser divulgados em julho/2013.

Garantir a Segurança Alimentar

Este objetivo estratégico é composto por iniciativas constantes do Programa Defesa Agropecuária, que gera resultados, como o aumento das fiscalizações e análises de produtos de origem animal e vegetal, buscando a eliminação de resíduos e contaminantes em toda a sua cadeia produtiva.

Indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial:

(a) Volume de Produção Agropecuária Per Capita;
(b) Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal

Os dados preliminares de 2012 referentes ao volume de produção agropecuária per capita apontam para uma expectativa de 1.103 kg de produtos por habitante/ano, um aumento de 5,7% em relação a 2011, principalmente pelo crescimento da safra de milho. O valor projetado para o Volume de Produção Agropecuária per Capita,

inicialmente, para 2015 foi de 991 kg/hab/ano. Esse valor foi ultrapassado em 2011. De acordo com os dados atuais e mantendo-se taxas de crescimento atuais, em 2015, o índice será de 1.089 kg/hab/ano.

Em relação ao Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal, o prognóstico é positivo para o alcance da meta do indicador em 2015, que é de 0,88.

ÍNDICES AFERIDOS

INDICADOR	2009	2010	2011	2012
Volume de Produção Agropecuária Per Capita	963 kg *per capita*	989 kg *per capita*	1043 kg per capita	1103 kg per capita*
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal	0,82	0,75	0,84	0,86

Fonte: SPA e SDA/MAPA
* Dados estimativos

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

Este objetivo setorial é estratégico e especialmente relevante na perspectiva da sociedade, que sintetiza os resultados esperados da ação global e demanda uma série de iniciativas. Os indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial são:

a) Variação do PIB do Agronegócio: considera o fato de que o desenvolvimento do país é alcançado com crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio é uma medida de crescimento econômico e, se reflete na qualidade de vida da população por meio da geração de renda e empregos.

b) Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio: repercute a contribuição do agronegócio para o aumento das exportações brasileiras, como reflexo das ações desenvolvidas pelo MAPA na criação e na manutenção de novos mercados para produtos brasileiros.

ÍNDICES AFERIDOS

INDICADOR	2009	2010	2011	2012
Variação do PIB do Agronegócio	-5,84%	5,37%	4,38%	-1,91%*
Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio	-9,8%	18%	23,7%	0,9%*

Fonte: MDIC, SRI/MAPA e CEPEA/ESALQ/USP
* Dados atualizados em agosto de 2012

Resultados alcançados nos Programas Temáticos do PPA 2012-2015

Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Este programa temático incluído no PPA 2012-20115 tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento e sustentabilidade da atividade agropecuária por intermédio da implementação de instrumentos destinados a apoiar a produção, a comercialização e ao abastecimento, observando a preservação do meio ambiente. Dentre as atividades desenvolvidas em 2012, destacam-se:

- Mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários, utilizando-se dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), da Aquisição do Governo Federal (AGF) e de Contrato de Opção, foram adquiridos 565,8 mil toneladas de produtos, com a aplicação de R$ 655 milhões;

Ainda em apoio à comercialização foram utilizados outros instrumentos de política pública, como: Prêmio para o Escoamento do Produto – PEP; Valor de Escoamento de Produtos – VEP; Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO, que permitiram negociações de produtos da ordem de 2,2 milhões de toneladas, com a aplicação de R$ 340 milhões.

- Mecanismo de prevenção ao risco e minimização de seus efeitos na atividade agropecuária:

- Com o objetivo de mitigar os efeitos climáticos o MAPA dispõe de uma rede meteorológica composta de 768 estações, das quais 465 automáticas;
- O zoneamento agrícola é um importante instrumento que tem por objetivo dimensionar os riscos climáticos inerentes à atividade agrícola. O zoneamento contempla 44 culturas das quais 20 de ciclo anual e

24 permanentes. No período foram elaborados 348 estudos de zoneamento agrícola.

- A subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem alcançado o seu objetivo de avançar na universalização do acesso ao seguro rural privado pelos produtores rurais, induzir o uso de tecnologias adequadas e promover a modernização da gestão dos empreendimentos rurais, contribuindo para a redução da inadimplência do segmento rural junto aos agentes financeiros e fornecedores de insumos agropecuários. Os investimentos do setor público, no montante de R$ 321,4 milhões, permitiram a mitigação de riscos decorrentes dos efeitos climáticos adversos em uma área de aproximadamente 7,2 milhões de hectares segurando capitais da ordem de R$ 9,5 bilhões, contemplando mais de 65 mil apólices.

- Ampliação da disponibilidade e do acesso aos recursos do crédito rural: As adversidades climáticas ocorridas ao longo do ano afetaram diretamente os suinocultores, rizicultores e citricultores, dificultando o resgate das dívidas de safras anteriores. Ante esse quadro o governo renegociou as dívidas de custeio e investimento, além de criar linhas emergenciais de crédito, inclusive no âmbito do Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – Procap-Agro. Houve expansão nos financiamentos de investimento, o que evidencia a recuperação dessa modalidade de financiamento com incremento de 12,4%. Destaca-se também a ampliação dos financiamentos com recursos oriundos dos fundos constitucionais, com ênfase para as regiões norte, nordeste e centro-oeste, com expansão de 31,5%.

- Elaboração e execução de políticas públicas do agronegócio café: foram desenvolvidas pesquisas que permitiram, entre outras ações, o lançamento da cultivar BRS Ouro Preto, que amplia a produtividade em especial na região Norte, além de ações de transferência e validação de tecnologias desenvolvidas. Utilizando-se recursos do Funcafé, houve financiamentos ao setor de R$ 2,52 bilhões atendendo a 16.478 beneficiários entre produtores, cooperativas, indústrias, torrefadores e beneficiadores de café.

- Ampliação, diversificação e consolidação das exportações de produtos agropecuários: Foram priorizadas as negociações de abertura e de manutenção de mercados relacionados a questões sanitárias e fitossanitárias, e de produtos não tradicionais. Dentre as negociações, destacam-se os avanços obtidos para o acesso da carne suína nos mercados do Japão (maior importador mundial), do Peru e da Coréia do Sul. Foram efetivadas negociações para exportação da carne de frango junto ao mercado do sudeste asiático, da Malásia e dos Estados Unidos. As negociações com o Chile já permitiram a obtenção do *status* sanitário como livre da doença de *newclastle* para os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, habilitando-os a exportar para aquele país. Como outros fatos relevantes, destaca-se ainda a abertura das exportações de tabaco oriundos da Bahia e Alagoas para a China, considerada o maior importador mundial do produto; as exportações de soja para o mercado indiano e as negociações com o Canadá para exportação de carne *in natura*.

- Para a implementação e o monitoramento das ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC, foram utilizados dos créditos disponibilizados no Plano Agrícola e Pecuário - PAP o montante de R$ 1,5 bilhão, beneficiando a recuperação de pastagens degradadas, a Integração de Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF, o Sistema de Plantio Direto – SPD, a fixação biológica do nitrogênio, as florestas plantadas e o tratamento de resíduos dos animais. Foram criados Grupos Gestores Estaduais – CGE em 25 unidades federativas, dos quais sete já desenvolveram o plano ABC estadual, incluindo a realização de oficinas que permitiram a capacitação de 6.170 pessoas, entre técnicos, produtores, estudantes e agentes financeiros.

- As políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica tiveram como prioridade a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; a implementação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e o desenvolvimento de atividades voltadas à divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica. Para o controle da garantia da qualidade orgânica, estão credenciadas sete certificadoras que abrangem 9.007 unidades de produção controladas; quatro Sistemas Participativos de Garantia, com 1.162 unidades de produção controladas, e oitenta Organismos de Controle Social, com 1.355 unidades de produção, perfazendo um total de 11.524 unidades de produção controladas.

Para avaliação do Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, foram utilizados os indicadores a seguir:

I) Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário: As exportações do agronegócio cresceram 1,97% se comparado com 2011, em que pese a redução nas cotações internacionais dos produtos de exportação. Não obstante, houve elevação do quantitativo dos produtos exportados.

II) Área plantada com grãos: O cultivo de grãos ocupou uma área de 50,88 milhões de hectares, representando um acréscimo de 2% sobre a área cultivada na safra anterior.

III) Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros: O indicador ainda não foi aferido, entretanto estima-se que alcance 3,177 kcal/hab/dia, representando uma queda em relação a 2011, especialmente em função da redução da produção de soja.

IV) Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto): O indicador foi concebido a partir da junção de duas áreas que trabalham sob práticas e sistemas sustentáveis de produção, comparadas à área total produtiva. Para a sua consecução soma-se as áreas de Agricultura Orgânica + Plantio Direto. A área com práticas conservacionistas alcançou 65 milhões de hectares. O cultivo de agricultura orgânica ocupou uma área de 687 mil hectares e a área total cultivada foi de 154 milhões de hectares, que resultou na aferição de um indicador de 42,65%.

V) Evolução da produção de carnes: O índice aferido foi de -1,75%, principalmente em decorrência da redução da oferta do milho, um dos principais itens da alimentação animal, o que repercutiu negativamente na manutenção do plantel de aves e bovinos, dado aos altos custos das rações.

VI) Evolução da produção nacional de grãos: A safra

alcançou 166,2 milhões de toneladas, o que indica um crescimento de 2,1% sobre a safra 2011/2012. Um dos principais itens que concorreram para o acréscimo foi o milho, que teve produção recorde com expansão de 74,14% em relação à safra anterior, aliado às condições climáticas favoráveis e às inovações tecnológicas. (A seca ocorrida nos EUA reduziu a produção mundial de milho, elevando os preços internacionais e, consequentemente, favorecendo as exportações brasileiras do cereal).

VII) Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional: O índice é aferido normalmente ao final do ano subseqüente. Para fins de registro foram considerados os dados de 2011. No caso, as exportações do agronegócio brasileiro corresponderam a 5,55% do total do comércio internacional.

VIII) Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado: A subvenção do seguro rural beneficiou 51.989 produtores rurais, dando cobertura a uma área aproximada de 7,23 milhões de hectares, representado aproximadamente 11% da área total utilizada para fins agropecuários.

IX) Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária: O índice é aferido anualmente, no mês de julho, pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. O índice relativo ao ano de 2011 foi de 80 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep), acarretando um decréscimo de 3,62% se comparado com o ano anterior, decorrente de fatores mercadológicos, principalmente no que se refere ao etanol.

X) Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos: O índice aferido em 2011 foi de 12,19% e é resultante de vários fatores relacionados ao sistema de produção animal, que podem afetar a taxa de desfrute. Torna-se difícil acusar um fator preponderante para a redução de 1%, se comparada com 2010. Destarte, elencam-se alguns itens de atenção: aumento da idade de abate dos animais; manejo e qualidade das pastagens; preços dos insumos; taxa de fertilidade e a genética que afetam a médio prazo a taxa de desfrute. Outros fatores que também interferem de maneira imediata são o abate de fêmeas e o preço de reposição do bezerro. As informações para se aferir o índice são captadas no segundo semestre do ano subseqüente.

XI) Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização: O indicador alcançou 1,95%. Referido índice justifica-se pela baixa intervenção governamental em decorrência dos altos patamares de preço das principais *commodities* de preços (soja e milho). As aquisições alcançaram 562 mil toneladas de produtos (arroz e trigo)

XII) Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos: o índice ainda não aferido pelo IBGE, entretanto dado ao incremento havido praticamente em todos os produtos, estima-se que o indicador alcance 2,32%.

XIII) Área de pastagens degradadas recuperadas pelo Programa ABC: O sistema de monitoramento que permitirá a aferição do indicador ainda está em construção. Os dados que o alimentam são oriundos dos relatórios elaborados pelo Banco do Brasil, que deverão ser entregues ao longo de 2013, razão pela qual não houve possibilidade de se obter o índice.

XIV) Taxa média dos juros reais de financiamento da safra: As negociações do MAPA com a equipe econômica, quando da confecção do Programa de Apoio ao Produtor (PAP) 2012-2013, permitiram uma redução das taxas média de juros o que permitiu alcançar o indicador médio de 1,26% para o setor.

Defesa Agropecuária

O programa temático tem por meta assegurar a sanidade das populações vegetais; assegurar a saúde dos rebanhos animais; a idoneidade dos insumos dos serviços utilizados na agropecuária e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários. Dentre as atividades desenvolvidas, merecem destaque:

- A promoção da sanidade agropecuária e a manutenção das zonas livres de pragas e doenças, por meio das seguintes medidas:

  - na área animal foram desenvolvidos programas que permitiram a manutenção de grande parte territorial como livre da febre aftosa com vacinação;
  - foram intensificadas as certificações de propriedade livres de brucelose e tuberculose;
  - houve reconhecimento do país pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE com risco insignificante para a encefalopatia espongiforme bovina – EEB (doença da vaca louca);
  - foi mantido o índice de 50% do território nacional como zona livre da peste suína clássica – PSC, onde estão situadas 87% das matrizes suínas;
  - na área vegetal, manteve-se restrita ao Amapá e Roraima a incidência da praga da mosca da carambola;
  - foram desenvolvidos estudos sobre mitigação de riscos para o cancro cítrico, com estabelecimento de áreas livres da praga, além da oficialização das regiões sob erradicação ou supressão e da caracterização e manutenção da condição fitossanitária;
  - foram incrementadas ações de controle oficial da HLD (*ex-greening*), mantendo-a restrita aos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais;
  - foi mantido o sistema de manejo de risco e de zonas livres da Sigatoka Negra, propiciando o acesso de 20 unidades federativas aos mercados interno e externo de banana, ressaltando-se que 13 unidades federativas são consideradas integralmente livres da praga.

- o Sistema Unificado de Saúde Animal - SUASA evoluiu com a adesão das 27 unidades federativas ao sistema, além de 17 municípios, o que tem permitido uma maior articulação dos diversos órgãos envolvidos no processo.

- ampliação e qualificação da oferta de serviços laboratoriais - a rede nacional de laboratórios agropecuários, constituída de 6 laboratórios oficiais e os credenciados, efetuou 32,6 milhões de análises e diagnósticos laboratoriais (acréscimo de 4,15% se comparado com o exercício anterior) como suporte às atividade de fiscalização com vistas a melhorar a sanidade e a qualidade dos alimentos e dos insumos agropecuários.

- promoção da qualidade dos insumos agropecuários nas seguintes áreas:

- no segmento de defensivos agrícolas implementou-se medidas de redução de risco à segurança alimentar, priorizando-se defensivos com menor impacto toxicológico e ambiental;
- para o setor de sementes e mudas, manteve-se a fiscalização nos seguimentos de produção e comercialização, retirando de circulação os produtos de baixa qualidade;
- no âmbito dos insumos pecuários as fiscalizações foram intensificadas, houve acréscimo de 6,13% em relação ao ano anterior, com foco nos setores relativos a alimentação animal, medicamentos de uso veterinário e material genético animal;
- as fiscalizações dos resíduos e contaminantes foram ampliadas, com a coleta de 16.319 amostras, cujas análises laboratoriais apresentaram um índice de conformidade de 99,8%;

- Implementação de ações para assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas:

- no âmbito dos produtos de origem animal foram realizadas ações de combate à fraude em carnes de aves, pescado e leite, com a realização de 3.169 supervisões nos estabelecimentos, ou seja, o alcance foi de 100% dos estabelecimentos registrados no MAPA;
- para os produtos de origem vegetal manteve-se como prioridade a fiscalização dos processos produtivos, com foco na prevenção e detecção de fraudes econômicas;
- os produtos com organismos geneticamente modificados – OGM (soja e milho), representam 85% e 75%, respectivamente, da área cultivada e são controlados por meio de fiscalizações realizadas seguindo os parâmetros estabelecidos nas deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBIO e do Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS.

Para avaliação do Programa foram utilizados os indicadores que se seguem:

I) Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa: A área livre de febre aftosa corresponde a 60% do território nacional. Em que pese não ter ocorrido, pela OIE, o reconhecimento de novas áreas livres, medidas foram implementadas, em 2012, na região Nordeste e no estado do Pará com vistas ao encaminhamento de pleito àquela Organização, para fins de reconhecimento como zonas livres de aftosa com vacinação.

II) Índice de conformidade de insumos agropecuários: O índice correspondeu a 93,26%, o que representa um acréscimo de 3,26% se comparado com o índice de referência do PPA.

III) Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: O índice aferido alcançou 0,81 e se refere às ações de inspeção e coleta de amostra de todos os produtos de origem vegetal.

IV) Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários: O índice aferido de 97,08% das 1.545.646 fiscalizações realizadas nas importações e exportações.

V) Índice de fitossanidade: O índice de polaridade negativa aferido foi de 5, o que demonstra o resultado satisfatório da atuação da fiscalização do MAPA, no setor. É obtido mediante informações captadas dos órgãos estaduais de defesa, órgãos de pesquisa e produtores

VI) Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratórias e nervosa das aves): O índice aferido foi de 94,29%, representando uma melhoria de 14,4% se comparado com o índice de referência do PPA.

VII) Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA: 100% das unidades da federação aderiram ao sistema.

VIII) Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA: A taxa de adesão dos municípios ao Suasa foi de 0,30%, com adesão de 17 municípios.

IX) Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais: O índice correspondeu a 95% do total das demandas por ensaios laboratoriais.

X) Taxa de atendimento à demanda por validação de método: O índice aferido foi de 58,8%, evidenciando necessidade de melhoria nos critérios de planejamento e parâmetros do indicador.

XI) Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal: O índice aferido alcançou 98,64% o que explicita o alto nível de conformidade nas amostras coletadas e analisadas.

XII) Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa): O índice alcançou 0,90 e é acompanhado por intermédio da avaliação de relatórios encaminhados pelos serviços veterinários das unidades federativas.

XIII) Taxa de monitoramento da rede credenciada: O índice aferido alcançou 65%, com pouca alteração se comparado com o de 2011. A manutenção desse patamar deve-se ao número insuficiente de auditores capacitados na NBR ISSO/IEC 17025 e NBR ISSO/IEC 19011.

Inovações para a Agropecuária

O programa temático tem como propósito o desenvolvimento e a incorporação de conhecimentos e inovações tecnológicas e organizacionais à agropecuária, a disseminação da cultura e a ampliação do processo de inovação do setor. Dentre as iniciativas desenvolvidas para a consecução do programa temático, destacam-se:

- pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira:
  - atuação com uma carteira de 884 projetos de pesquisa e desenvolvimento que permitiram a geração de uma série de novas tecnologias que contribuirão para a agregação de valor à agricultura brasileira, dando-se ênfase a novas cultivares de fruteiras mais resistentes as pragas e com maior produtividade. Dentre elas, sobressaem-se: Platina de banana, BRS Carimbó de cupuaçu, BRS Rubi do Cerrado de maracujá, BRS fascínio e regalo de

pêssego e as BRS vitória e manga de uva, que apresentam frutas mais adocicadas, com maior produtividade e maiores perspectivas de exportação;
- desenvolvimento de pesquisas que resultaram no lançamento de novas cultivares de soja, feijão, arroz, trigo, milho, sorgo e milheto, adaptadas às diversas regiões brasileiras e com maior produtividade e resistentes a pragas;
- pesquisa agropecuária na biofortificação de alimentos, objetivando a segurança alimentar da população, com a indicação de algumas cultivares, como por exemplo: cultivar Jarí de mandioca, com até 9 microgramas de betacaroteno (pro vitamina A) por grama em raízes frescas; de feijão com o dobro de ferro; batata doce com muita vitamina A e arroz polido com altos teores de zinco;
- Transferência de Tecnologia - TT, baseada principalmente na capacitação de agentes multiplicadores de TT. Essas ações tem como foco prioritário os programas do governo federal como o Brasil Sem Miséria.

- A pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras e dos biomas Mata Atlântica e Amazônia. Para a consecução do tema, foram elaborados 142 projetos de pesquisas que resultaram na disponibilização de 42 tecnologias dentre as quais destacam-se: criação e registro do Biofungicida Tricovab com alto potencial de combate a pragas do cacaueiro e validação de atributos de melhoramento a série de clones tolerantes às pragas. As tecnologias difundidas permitiram uma elevação da produtividade média do cacau de 315 kg para 375 kg por hectare/ano.

- A modernização institucional, visando à inovação e consolidação da atuação em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I – O órgão de pesquisa deu ênfase ao aperfeiçoamento técnico e científico de seus pesquisadores, na busca do desenvolvimento de inovações tecnológicas para o aumento da produtividade e qualidade dos produtos agropecuários.

Para avaliação do Programa foram utilizados os indicadores a seguir:

I) Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT): Foram implantados e postos em execução 884 projetos de pesquisa.

II) Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas): Em 2012 foram implantados 296 projetos, sendo 132 de pesquisa em áreas temáticas diversas, 122 em pesquisas validadas e consumadas com projetos de transferência de tecnologia em execução e 42 tecnologias disponibilizadas ao setor.

III) Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras: O índice de municípios com assistência técnica em extensão rural alcançou 61%, do total da área abrangida.

IV) Índice médio de impacto ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano: O índice é aferido quando da elaboração do Balanço Social da Embrapa, que é realizado no mês de março. Dessa forma, o índice apresentado refere-se ao constante dos levantamentos efetuados em 2012, relativos a 2011, que foi de 0,63.

V) Índice médio de impacto social das tecnologias geradas e avaliadas no ano: O índice é aferido quando da elaboração do Balanço Social da Embrapa, que é realizado no mês de março. Portanto foi utilizado o índice aferido em 2011, que alcançou 1,98.

VI) Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano: O índice é aferido quando da elaboração do Balanço Social da Embrapa, que é realizado no mês de março. Em 2011, as novas tecnologias permitiram a criação/manutenção de 93.442 empregos.

VII) Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano: O índice é aferido quando da elaboração do Balanço Social da Embrapa, que é realizado no mês de março. O índice aferido no primeiro trimestre de 2012, relativo ao ano de 2011, indicou a existência de 358 tecnologias e serviços desenvolvidos pela Embrapa.

VIII) Produtividade agrícola dos grãos: O índice aferido foi de 3.265,30 kg, que evidencia um ganho de produtividade de grãos por hectare, como resultado dos constantes investimentos e incorporação de novas tecnologias.

IX) Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado: O índice é aferido quando da elaboração do Balanço Social da Embrapa, que é realizado no mês de março. O índice de retorno alcançou R$ 9,35 para cada real investido em 2011.

X) Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras: O índice aferido em 2012 foi de 0,54%.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO E SUB-FUNÇÃO

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO "20" – AGRICULTURA
2008/2012

R$ milhões

FUNÇÃO AGRICULTURA		SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
OFSS	No Exerc.	601 Promoção da produção vegetal	2.195,24	1.882,94	1.871,51	1.982,37	2.248,24	10.180,30
		602 Promoção da produção animal			0,31	0,16	0,22	0,69
		603 Defesa sanitária vegetal	25,01	48,70	57,07	61,96	46,65	239,40
		604 Defesa sanitária animal	92,87	84,74	79,02	115,18	104,70	476,52
		605 Abastecimento	624,36	2.721,28	1.298,81	930,35	730,82	6.305,62
		606 Extensão rural	2,29	4,08	5,36	5,10	12,34	29,18
		607 Irrigação					0,08	0,08
		Demais subfunções	2.985,64	3.635,26	3.910,95	4.268,19	4.571,68	19.371,71
	RPNP	601 Promoção da produção vegetal	0,46	0,75	17,25	62,78	138,18	219,42
		602 Promoção da produção animal	0,48	0,05		0,23	0,16	0,93
		603 Defesa sanitária vegetal	16,18	13,32	10,98	37,90	13,33	91,72
		604 Defesa sanitária animal	32,88	39,86	17,09	50,48	20,08	160,40
		605 Abastecimento	7,65	281,49	546,09	542,56	597,30	1.975,08
		606 Extensão rural	268,91	23,30	0,52		2,58	295,31
		607 Irrigação						
		Demais subfunções	105,29	179,36	257,37	336,06	260,79	1.138,86
OI		Total Subfunções						
TOTAL			**6.357,26**	**8.915,13**	**8.072,36**	**8.393,33**	**8.747,14**	**40.485,22**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2008/2012

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não processado
PROGRAMAS TEMÁTICOS(I)		7.825,90	9.109,16	4.769,22	3.269,05	3.130,63	1.500,17
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	6.496,21	7.568,60	4.034,79	2.875,48	2.761,52	1.159,31
2028	Defesa Agropecuária	375,18	391,26	212,71	174,70	158,18	38,01
2042	Inovações para a Agropecuária	666,21	726,64	521,54	218,71	210,81	302,83
	Demais Programas Temáticos	288,30	422,67	0,19	0,17	0,12	0,02
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO(II)		**3.926,66**	**4.452,49**	**4.362,11**	**4.296,58**	**4.235,85**	**65,53**
OPERAÇÕES ESPECIAIS(III)*		**191,36**	**379,12**	**378,22**	**196,24**	**111,19**	**181,98**
DEMAIS PROGRAMAS(IV)**		**1.296,72**	**1.325,62**	**1.322,61**	**1.322,61**	**1.316,57**	
TOTAL (I)+(II)+(III)+(IV)		**13.240,64**	**15.266,39**	**10.832,16**	**9.084,49**	**8.794,25**	**1.747,68**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi Gerencial

4.2.2. Ministério da Pesca e Aquicultura

No Brasil, a pesca e a aquicultura constituem-se pilares essenciais para a inclusão social, pois são atividades de grande potencial para o desenvolvimento. Bem ordenado e monitorado, o setor pode absorver parcela importante da população que se encontra no limiar da exclusão social. No setor pesqueiro, são cerca de um milhão de trabalhadores que têm no pescado o seu principal meio de vida, além de mais de três milhões de empregos indiretos em toda a cadeia do pescado. Na aquicultura, o Brasil, dono da maior reserva de água doce do mundo, possui um potencial imenso de crescimento e conta com aproximadamente 135.000 aquicultores.

Visando ao desenvolvimento sustentável do enorme potencial aquícola e pesqueiro e a dar caráter mais estratégico às políticas públicas para a pesca e aquicultura, foi constituído no Plano Plurianual 2012–2015 o Programa Temático da Pesca e Aquicultura, que é composto por cinco Objetivos: aumento da produção de pescado de forma sustentável; implementação de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado; promoção da inclusão social, do acesso à cidadania e qualificação profissional dos trabalhadores da pesca e aquicultura; gestão da atividade pesqueira; e a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional.

O Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA é ainda responsável por um dos objetivos do Programa Temático Defesa Agropecuária, que visa estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Além disso, o MPA conta com o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços, que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Destaca-se que no final de 2012 houve o lançamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012–2014 que, articulado com o PPA, busca superar os enfoques convencionais e setoriais baseados em infraestruturas e crédito, iniciando nova etapa no processo de fortalecimento do setor. São previstos recursos na ordem de R$ 4,1 bilhões para expandir a aquicultura, modernizar a pesca e fortalecer a indústria e o comércio pesqueiro. A meta é produzir dois milhões de toneladas anuais de pescado até 2014. Em conjunto com o Plano Brasil sem Miséria, visa retirar da linha da pobreza mais de 100 mil pescadores.

O Plano Safra amplia o crédito para investimento, custeio e comercialização, oferecendo recursos a taxas subsidiadas, carência e prazos diferenciados, além de qualificar os critérios para obtenção de crédito, desonerar a cadeia produtiva, garantir a assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, ampliar a capacidade de compras institucionais, fortalecer o cooperativismo, disponibilizar infraestrutura e equipamentos, renovar embarcações, modernizar a indústria e a comercialização e investir em ciência, tecnologia e inovação.

Com o objetivo de orientar as estratégias públicas e privadas para inovação e competitividade das cadeias produtivas da pesca e aquicultura, o MPA, como membro de um dos Conselhos de Competitividade Setoriais do Plano Brasil Maior (Agroindústria), participou, com representantes do setor privado, da construção da Agenda Setorial da Pesca e Aquicultura.

Mantendo o histórico de crescimento da produção pesqueira, em 2011 a atividade pesqueira nacional foi responsável por produzir 1.431.974,4 toneladas de pescado. Do total produzido, 628.704,3 toneladas são oriundas da atividade aquícola e 803.270,1 toneladas são da atividade de pesca extrativa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO AGRICULTURA

Cód.	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
2028	Defesa Agropecuária	15.050	17.350	14.775	4.851	4.851	9.924
2052	Pesca e Aquicultura	205.949	219.361	138.493	23.848	21.563	114.644
2113	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura	103.534	107.505	99.032	81.795	81.757	17.236
TOTAL		**324.534**	**344.216**	**252.301**	**110.495**	**108.172**	**141.805**

Fonte: Siafi Gerencial

Os dois programas destinados ao MPA e o Objetivo de estruturação dos serviços em sanidade pesqueira e aquícola apresentaram dotação orçamentária autorizada em 2012 na ordem de R$ 324.534.113,00, sendo disponibilizado para execução o limite de R$ 267.759.955,00, dos quais foram empenhados R$ 252.301.463,00, o que representa, em relação ao orçamento disponibilizado para execução, 94,2%, sendo liquidados R$ 110.495.632,00 e pago no exercício o montante de R$ 108.172.287,00.

Foram concedidos R$ 44.539.823,00 a título de destaque a outras unidades orçamentárias, o que equivale a 13,72% da dotação autorizada. O montante inscrito em Restos a Pagar em 2012 foi de R$ 153.653.640,00, sendo pagos R$ 66.097.074,00 e cancelados R$ 22.847.708,00, ou seja, 57,89%, resultando em elevado incremento para o próximo exercício na conta contábil de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Ao Programa Temático Pesca e Aquicultura, que detém ações prioritárias, foi disponibilizada dotação orçamentária, atualizada, de R$ 219.361.787,00, dos quais destacamos R$ 155.986.438,00 referente ao localizador nacional, sendo destes executados R$ 116.650.160,01, ou seja, 74,78% e R$ 63.375.349,00

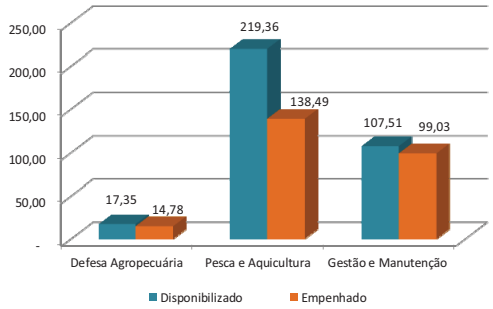
referentes a emendas, sendo empenhados R$ 21.843.188,49, ou seja, 34,47%. Em linhas gerais o total executado no Programa foi de R$ 138.493.349,00, ou seja, 63,13% do disponibilizado, destacando-se as seguintes ações:

- Apoio à Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira, cujo foco é gerar rede estratégica e regionalizada de infraestruturas para o desenvolvimento e o bom funcionamento das cadeias produtivas aquícola e pesqueira integradas, promovendo a pesquisa, o ensino, a produção, o beneficiamento, o armazenamento, a conservação, a comercialização e o consumo, com qualidade, segurança, rentabilidade e sustentabilidade. Para a realização das atividades dessa ação foram destinados recursos no valor de R$ 61.563.025,00, dos quais R$ 24.009.342,00 foram executados, ou seja 39%;
- Implantação de Terminal Pesqueiro Público, que tem por finalidade aumentar a qualidade do pescado desembarcado e o controle geral da atividade pesqueira, facilitando o transbordo, o escoamento, a comercialização de produtos, o aumento da oferta de pescado às populações nas áreas de abrangência dessas unidades e a redução dos custos; implantar infraestrutura de recepção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado, em pontos estratégicos da costa brasileira, com capacidade, qualidade operacional, estrutura de custos e receitas, capazes de garantir condições competitivas para a produção pesqueira nacional, bem como a sustentabilidade econômico-financeira dos terminais. Os recursos destinados a essa ação foram de R$ 12.542.171,00, sendo executados R$ 8.436.580,00, ou seja, 67,27% do total da dotação atualizada;
- Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras, que tem por finalidade equiparar o preço do óleo diesel doméstico ao cobrado em nível internacional, a fim de aumentar a competitividade da atividade pesqueira nacional. O montante destinado a essa ação foi de R$ 22.663.850,00, sendo executados R$ 21.013.950,00, ou seja, 92,72%;
- Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola, visando a dotar as unidades da cadeia produtiva aquícola, em âmbito local e regional, de condições físicas, operacionais e gerenciais capazes de gerar produtos de maior aceitação e maior valor agregado no mercado. Os recursos destinados à realização dessa ação foram de R$ 22.000.000,00 sendo executados R$ 20.059.816,00, ou seja, 91,18%;
- Estudos e Projetos para Implantação da Aquicultura em Águas Públicas, que têm como foco realizar estudos técnico-científicos necessários à seleção e demarcação de espaços físicos em corpos d'água marinhos e continentais para a implantação de parques aquícolas e para a produção de informações estratégicas capazes de dotar o Estado de condições efetivas para ordenar a ocupação das águas públicas, bem como viabilizar a regularização dos parques aquícolas, provendo-os de recursos operacionais e logísticos necessários para sua efetiva operação, tendo recursos liberados na ordem de R$ 8.637.668,00, sendo executado o valor de R$ 8.533.841,00, representando 98,80% e destinado a créditos concedidos o montante orçamentário de R$ 2.431.508,00;
- Apoio ao Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade e Segurança dos Produtos da Aquicultura, que tem por objetivo melhorar e garantir a qualidade da produção aquícola, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo, por intermédio da certificação, controles higiênico-sanitários, certificação de formas jovens e, por meio de análises laboratoriais, a identificação inequívoca de amostra de pescados, sendo disponibilizados e empenhados R$ 900.000,00, dos quais R$ 450.000,00 foram pagos, equivalendo a 50%;
- Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Nacional que busca manter um sistema integrado e participativo de coleta de dados e informações da atividade aquícola e pesqueira, abrangendo todo o território nacional, incluindo dados de produção, ambientais e socioeconômicos, além de uma rede de informações estratégicas sobre a atividade pesqueira entre os órgãos responsáveis pela fiscalização para disseminação dos alvos prioritários. Foram liberados recursos da ordem de R$ 9.192.487,00, sendo repassado como destaque orçamentário o valor de R$ 6.583.102,00, representando 71,61% do total;
- Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, que tem por finalidade induzir e apoiar o desenvolvimento e aplicação de tecnologias em pesca e aquicultura, gerando condições de incremento de produção e de apropriação de renda pelo pescador, observada a sustentabilidade ambiental e socioeconômica do setor; estabelecer ferramentas para projetos de pesquisa estratégicos e fortalecer estações e centros de pesquisa em aquicultura, com vistas a apoiar o seu desenvolvimento científico e tecnológico. O valor destinado ao cumprimento da ação foi de R$ 6.600.000,00, sendo executados R$ 5.749,885,98), ou seja 87,12%;
- Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca, objetivando promover a formação dos trabalhadores da pesca e aquicultura, permitindo a qualificação profissional e possibilitando melhorias na sua qualidade de vida; apoiar atividades de formação de caráter socioeconômico para pescadores artesanais e aquicultores familiares, com foco na saúde e segurança do trabalhador, equidade nas relações sociais, cidadania, acesso aos direitos, organização e sustentabilidade ambiental, entre outros; garantir o acesso de pescadores e aquicultores a conhecimentos e tecnologias adequadas à sua realidade e necessidades; valorizar e estimular o resgate dos conhecimentos tradicionais; apoiar a ampliação do número de pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca e aquicultura, viabilizando sua inserção qualificada no processo; capacitar extensionistas, agentes locais de desenvolvimento e outros atores sociais que desenvolvam atividades relacionadas à pesca e aquicultura. O montante destinado à realização da ação foi de R$ 2.230.000,00, sendo executados R$ 1.862.562,00, representando 83,52% do total investido nessa ação; e
- Destaca-se o programa Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, que tem como finalidade disponibilizar serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola – Atepa, visando o aumento sustentável de produção e da qualidade do pescado, com foco na inclusão social e melhoria das condições de vida dos pescadores artesanais e aquicultores e aquícola, sendo disponibilizado o montante de R$ 8.599.150,00, e executados o valor R$ 8.598.743,59, ou seja, 99,99% da dotação atualizada.

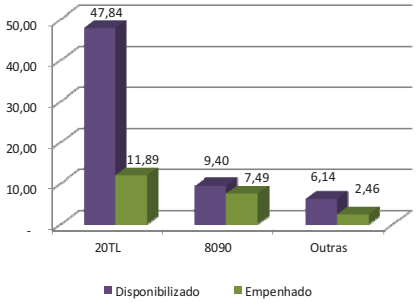
Dentro do Programa Temático Defesa Agropecuária, ao Objetivo que visa à estruturação dos serviços em sanidade pesqueira e aquícola, foram destinados recursos orçamentários no valor de R$ 17.350.000,00, sendo

executado o montante de R$ 14.775.752,00, representando 85,16%, dos quais R$ 12.984.117,00 foram descentralizados a título de destaque. Nesse objetivo destaca-se a ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Aquáticos, que tem por finalidade garantir a sustentabilidade das cadeias produtivas nacionais de animais aquáticos e o reconhecimento internacional do serviço veterinário oficial brasileiro. Para essa ação foram destinados recursos de R$ 7.550.000,00, sendo realizados R$ 7.283.000,00, dos quais 75,40% foram descentralizados a outros órgãos. Ao Programa de Gestão e Manutenção relativo ao Ministério foram destinados recursos orçamentários para realização das ações, no valor de R$ 107.505.181,00, sendo executados R$ 99.032.363,00, incluindo R$ 11.672.129,00 de créditos concedidos a outras unidades, perfazendo assim uma execução de 92,12%. Destaca-se, no exercício, a seguinte ação: Administração da Unidade, que tem por foco a constituição de um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias, onde o recurso destinado ao cumprimento dessa ação foi de R$ 68.715.995,00, sendo executados R$ 62.290.294,00, representando 90,65% sobre a dotação inicial. A seguir apresentamos Gráfico referente à dotação orçamentária atualizada e o montante empenhado no exercício de 2012, de acordo com os programas destinados ao MPA.

DOTAÇÃO AUTORIZADA X EXECUTADO
R$ milhões



DOTAÇÃO AUTORIZADA X EXECUTADO
EMENDAS



20TL - Apoio à Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira
8090 - Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola

Fonte: Siafi Gerencial

Função Agricultura	Subfunções	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
No exerc.	121 - Planejamento e Orçamento	-	-	2.681	5.222	1.374	2.502	11.780
	122 - Administração Geral	26.156	33.335	63.152	87.189	76.644	77.800	364.279
	125 - Normatização e Fiscalização	1.141	0,391	5.481	5.511	0,24	3.534	16.084
	128 - Formação de Recursos Humanos	7.801	1.629	1.330	1.317	0,115	0,239	12.433
	602 - Promoção da Produção Animal	16.388	29.520	56.227	75.430	27.834	16.805	222.207
	Outras	62.677	28.108	7.806	4.897	4.911	9.6111	118.012
TOTAL NO EXERCÍCIO		**114.165**	**92.984**	**136.680**	**179.566**	**110.905**	**110.495**	**744.797**
RPNP	121 - Planejamento e Orçamento	-	-	-	3.776	2.873	1.854	8.504
	122 - Administração Geral	1.969	4.371	4.170	6.584	5.679	5.344	28.119
	125 - Normatização e Fiscalização	-	1.741	2.744	6.373	3.228	5.251	19.341
	128 - Formação de Recursos Humanos	123	0,887	4.471	1.950	2.181	-	9.615
	602 - Promoção da Produção Animal	13.292	26.739	60.680	74.043	54.783	63.839	293.378
	Outras	926	0,732	3.795	3.957	2.860	1.512	13.784
TOTAL DE RPNP		**16.310**	**34.472**	**75.862**	**96.687**	**71.607**	**77.802**	**372.743**
TOTAL		**130.476**	**127.457**	**212.542**	**276.253**	**182.512**	**188.297**	**1.117.510**

Fonte: Siafi Gerencial

Na estrutura de funções e subfunções o MPA encontra-se alocado na Função Agricultura, a qual reflete a sua competência institucional. O desdobramento em subfunções, que caracterizam cada área da atuação governamental, visa agregar determinado subconjunto de despesas, identificando a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. Ao verificar os gastos de 2012, destacam-se as subfunções: 122 - Administração Geral, com R$ 77.800.503,80, e 602 – Promoção da Produção Animal, com R$ 16.805.689,00, representando um percentual de dispêndio de 70,41% e 15,21%, respectivamente, em relação ao total liquidado. As demais subfunções, em valor agregado, atingiram o montante de R$ 15.889.439,20, ou seja, 14,38%, totalizando o valor de R$ 110.495.631,00. O volume concentrado na ação Administrativa é justificado pelos gastos com o pagamento de servidores ativos, encargos sociais e a manutenção do Ministério.

Quanto à liquidação de valores inscritos em Restos a Pagar, verifica-se um incremento de R$ 6.194.642,00, em relação ao exercício anterior. Tal fato é justificado pelo empenho da despesa das atividades e projetos finalísticos concentrar-se no final do exercício, dado o nível de execução de 82,05% alocados na subfunção 602 – Promoção da Produção Animal.

Aumento da Produção de Pescados

O Objetivo 0567 visa a aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, mediante a implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

Uma das Iniciativas para o alcance desse Objetivo é o *Aprimoramento dos instrumentos de crédito e viabilização do acesso pelos pescadores e aquicultores*. Nesse sentido, em 2012 foram realizados ajustes no Manual de Crédito Rural - MCR para melhor atender pescadores e aquicultores interessados em obter crédito junto aos agentes financeiros operadores do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

No âmbito da Iniciativa de *Concessão de crédito aos pescadores e aquicultores*, as operações de financiamento em 2012 ultrapassaram o valor de R$ 303.639 milhões, representando 19.884 contratações.

No que se refere à Iniciativa de *Assistência Técnica e Extensão Pesqueira*, foram atendidos em 2012 cerca de 10 mil pescadores e aquicultores.

Ainda em 2012, com o objetivo de acelerar a contratação de técnicos, o MPA celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para a contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater e Atepa, por meio de Chamadas Públicas.

Em relação à Iniciativa de *Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas*, durante o ano de 2012 o MPA, concatenado com a política de inclusão social e da sustentabilidade, promoveu diversas ações, destacando-se:

- A assinatura de 587 Contratos de Cessão de Uso em Águas da União, possibilitando um incremento de 62 mil t/ano na produção de pescado, numa área de 921 hectares de espelho d'água. Esse incremento totaliza a cessão de 2.783 áreas aquícolas entregues, sendo 2.588 em parques aquícolas e 195 em áreas aquícolas. Dessas, 2.500 são áreas não onerosas com o objetivo de inclusão social, cuja produção estimada é de 80 mil t/ano, e 283 são áreas onerosas destinadas a projetos empresariais, com produção de 381 mil t/ano;
- A entrega de 581 áreas aquícolas em águas da União para o desenvolvimento da maricultura no estado de Santa Catarina. As áreas são destinadas ao cultivo de moluscos e fazem parte dos parques aquícolas demarcados nos Municípios de Florianópolis, Penha, Biguaçu, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Itapema, Palhoça, Porto Belo, São José e São Francisco do Sul;
- O estabelecimento de diversas parcerias para monitorar a influência da aquicultura na qualidade de água dos açudes públicos do Ceará, como Orós, Pentecostes, Sítios Novos, General Sampaio e Castanhão, visando a garantir a sustentabilidade da atividade.

A Iniciativa *Desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e formação de recursos humanos para o setor pesqueiro e aquícola* visa a subsidiar o desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade internacional dos setores pesqueiro e aquícola no Brasil, e conta, entre outras, com parcerias firmadas entre o MPA e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e suas agências de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. Tais parcerias resultaram no lançamento de Editais de Chamadas Públicas conjuntas, sendo que o último edital, do ano de 2012, resultou na concorrência de mais de 400 projetos, e apoio a 66. Também no escopo dessa Iniciativa, foram apoiados outros 10 projetos de pesquisa por meio de convênios e acordos de cooperação.

Foi ainda firmado o Memorando de Entendimento entre o MPA e a Petrobras Biocombustíveis para implementar programas cooperativos na área de produção, pesquisa tecnológica e inovação no sentido de contribuir com a viabilização da produção nacional de biodiesel, além de utilizar matéria-prima residual do pescado para a produção de combustível. Em 2012, a Universidade Federal do Ceará, contando com financiamento do Banco do Nordeste, desenvolveu os equipamentos para a obtenção de biodiesel, proveniente do óleo de vísceras de pescado, o qual já se encontra em demonstração no Centro de Pesquisa do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - Dnocs, em Pentecostes - CE.

Na Iniciativa *Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura*, o MPA, por meio de descentralização de recursos para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba - Codevasf, está apoiando o funcionamento e a operação do Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba - Ceraqua. A ação tem como objetivo a promoção de um grande salto tecnológico, promovendo a sustentabilidade da aquicultura, com geração de emprego e renda, levando à inclusão social por intermédio da atividade aquícola.

Outra Iniciativa importante para o alcance desse objetivo é o Apoio à regularização ambiental da aquicultura em articulação com estados e municípios. Em 2012 o MPA:

- Regularizou a situação dos parques aquícolas localizados no açude do Castanhão junto ao órgão ambiental do Ceará, garantindo a legalidade necessária para a produção e viabilizando o acesso ao crédito por produtores locais, contribuindo assim, para agregar ao mercado uma produção em torno de 30 mil t/ano;
- Promoveu a regularização dos parques aquícolas do reservatório de Ilha Solteira, no estado de Mato Grosso do Sul, e a conquista da licença prévia, primeira etapa do processo. A solicitação da Licença de Instalação e Operação também foi pleiteada, o que possibilitará a entrada em operação dos parques aquícolas do Badim, Cupins, Brejo Comprido, Ribeirão Formoso, Santa Quitéria, Rio Grande e Pântano, com produção aproximada de 36 mil t/ano;
- Para os estados de Goiás, Tocantins e Pará, foi conquistada importante ação junto ao Ibama. Emitiu-se Portaria que autoriza a criação do tambaqui em sistema de tanque-rede em reservatórios no rio Tocantins. Essa conquista permitirá a criação legal da espécie em escala comercial/industrial, devendo atrair grandes investimentos para a região, cujo potencial para produção é de aproximadamente 467 mil t/ano.

Importante meta alcançada no âmbito do Objetivo 0567, em 2012, foi o atendimento de aproximadamente 13

(treze) mil famílias de pequenos aquicultores, agricultores e assentados da reforma agrária, por meio de 25 (vinte e cinco) convênios formalizados em anos anteriores, voltados para a construção e adequação de viveiros escavados, implantação de unidades de beneficiamento, adequação e implantação de unidades de alevinos, assistência técnica e capacitação. Também ocorreu a distribuição de 124 (cento e vinte e quatro) máquinas, sendo retroescavadeiras ou escavadeiras hidráulicas. Esses convênios e maquinários foram destinados a 17 (dezessete) estados da federação, contemplando todas as regiões do País.

Além dessas metas alcançadas, foram firmados novos convênios que contemplam mais de 3 (três) mil beneficiários nos estados do Acre, Rio Grande do Sul, Roraima e no Distrito Federal, entre a maioria dos convênios para a construção e adequação de viveiros escavados com uma área aproximada de 1,5 mil hectares de lâmina de água. O MPA assinou, juntamente com o Governo do Distrito Federal, acordo de cooperação técnica e convênios que englobam a construção de Centro de Referência em Piscicultura da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Implementação de Infraestruturas de Recepção, Distribuição e Comercialização do Pescado

O Objetivo 0572 visa a implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Iniciativa importante para o alcance desse Objetivo é a *Disponibilização de equipamentos, implantação, reforma e adequação de infraestruturas de recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização de pescados*. Em 2012, encontram-se em execução seis Unidades de Beneficiamento de Pescado - UBPs: Pinhalão - PR, Três Fronteiras - SP, Dois Irmãos do Buriti - MS, Iracema - RR, Saubara - BA e Presidente Castelo Branco - SC.

Ainda foram celebrados convênios para apoio à implantação de infraestruturas em Imperatriz - MA, Pedra Grande - RN, Teodoro Sampaio - SP, Abelardo Luz - SC, Luis Eduardo Magalhães - BA e Rolim de Moura - RO.

Foram também entregues quatro fábricas de gelo com capacidade aproximada de 1,2 tonelada por dia, sendo distribuídas nos Municípios de Timbó - SC, União do Oeste - SC, Santa Luzia do Itanhi - SE e Couto Magalhães - TO, e contemplados com câmaras frias os Municípios de Prainha - PA, Óbidos - PA e Monte Alegre - PA, com capacidade aproximada para estocagem de 5 toneladas de pescado.

Com relação à Iniciativa *Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos - TPPs*, tiveram continuidade as ações para a implantação de TPPs, localizados em Belém - PA, Natal - RN, Aracaju – SE. Em 2012 foram concluídos as obras civis e o aparelhamento dos TPPs de Salvador/BA e Ilhéus-BA.

No âmbito da Iniciativa de *Promoção da gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira*, o TPP Santos possui Conselho do Terminal Pesqueiro - CTP organizado e constituído. Também foram tomadas diligências com o objetivo de constituir os demais CTPs, conforme disposto no art. 11, do Decreto nº 5.231, de 6 de outubro de 2004, sendo enviadas solicitações a todos os órgãos e entidades enumeradas no referido decreto, a fim de indicarem os seus respectivos representantes.

Promoção da Inclusão Social, do Acesso à Cidadania e Qualificação Profissional dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura

O Objetivo 0576 visa promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Uma das Iniciativas para o alcance desse Objetivo é a *Alfabetização e elevação de escolaridade de pescadores artesanais, industriais, trabalhadores da pesca amadora e aquicultores familiares, em parceria com o Ministério da Educação – MEC*. No caso da elevação da escolaridade, em 48 Telecentros da Pesca Maré são realizados cursos de Técnico em Pesca e Técnico em Aquicultura para 1.684 alunos, frutos da parceria entre o MPA, o MEC e o Instituto Federal do Paraná - IFPR. As aulas nesses Telecentros, chamados de polos de ensino a distância, iniciaram-se em 2009 e têm data de conclusão prevista para março de 2013. Em 2012, ainda foram matriculados mais 5.996 novos alunos nos cursos de pesca e aquicultura dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica - IF, ofertados em função da Política de Formação Humana na Área de Pesca e Aquicultura do MEC. Em relação à alfabetização, foram atendidos 9.092 trabalhadores da pesca e 7.108 pescadores artesanais no programa de alfabetização Pescando Letras.

A Iniciativa de *Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal*, por meio do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel, habilitou, em 2012, 1.197 embarcações pesqueiras nacionais, das quais 391 possuem arqueação bruta (AB) menor que 20 e 806 maiores que 20 AB. Foram direcionados mais de R$ 21 milhões do Orçamento da União para pagamento da subvenção, possibilitando, assim, o aumento da competitividade do pescado brasileiro no mercado internacional e o consequente aumento da rentabilidade da atividade e da renda daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira. Como medida de ampliação do Programa de Subvenção, o MPA publicou a Instrução Normativa MPA n° 7, de 7 de agosto de 2012, que isenta as embarcações artesanais da instalação dos dispositivos eletrônicos de aferição, o que dificultava o acesso dos pescadores artesanais ao Programa.

Com relação à Iniciativa de Articulação com o Ministério das Comunicações - MC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para a implantação de Telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares, em 2012 foram beneficiadas 104 comunidades pesqueiras, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades Telecentros BR (recursos do MC), com equipamentos de informática (novos ou recondicionados), mobiliário (no caso das entidades contempladas com equipamentos novos), conexão para a internet, bolsa e curso de capacitação para monitores, abrangendo 99 municípios, totalizando 104 Telecentros equipados, 18 telecentros instalados e 38 monitores formados.

Visando atender à Iniciativa de *capacitação de profissionais em aquicultura e pesca*, iniciou-se em 2012 um processo de capacitação de extensionistas de instituições públicas que pretende, até 2015, qualificar pelo menos 750 técnicos para atuarem com pesca e aquicultura. Os convênios celebrados devem contemplar 210 profissionais.

Merece destaque nessa Iniciativa o Memorando de Entendimento n° 001/2012, celebrado entre o Ministério da Defesa - MD, MEC, MPA e Marinha do Brasil, que possibilitou aos Institutos Federais da Paraíba (Campus Cabedelo), do Ceará (Campus Acaraú) e de Santa Catarina (Campus Itajaí) serem habilitados a ministrar cursos para aquaviários, fluviários e pescadores, além de reformular a matriz curricular do curso de formação de pescador, a partir de 2013.

Ação importante no âmbito da Iniciativa de *Elaboração e implantação do Plano Nacional de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional das Trabalhadoras e Trabalhadores da Pesca e Aquicultura, em parceria com os Ministérios da Saúde - MS e do Trabalho e Emprego - MTE*, foi a celebração, em 2012, do Acordo de Cooperação entre o MPA e o MS, visando ao fomento da implementação das ações de atenção integral à saúde para as comunidades de pescadores e da aquicultura familiar, em prol da saúde dos trabalhadores da pesca e aquicultura, com iniciativas que possibilitem o diagnóstico, tratamento e contínuo monitoramento de doenças relativas às atividades profissionais desenvolvidas. Dentre as ações previstas no plano de ação, encontram-se os tratamentos oftalmológico, ortopédico, odontológico, dermatológico, ginecológico e o reconhecimento e tratamento das doenças ocupacionais e a dependência química.

No que tange à Iniciativa de *Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola*, em 2012 foram celebrados convênios e parcerias que possibilitarão o atendimento e a qualificação de 36 entidades associativas, bem como o envolvimento direto de aproximadamente 1.000 pescadores e aquicultores em ações de fortalecimento das entidades ou criação de organizações.

Em relação à Iniciativa *Seguro-Desemprego do pescador artesanal (Seguro-Defeso), em parceria com o MTE*, publicou-se nova Instrução Normativa do RGP, na categoria de Pescador Profissional, desobrigando a consulta junto aos sistemas do Caged, Rais e CNIS, tendo em vista que o pescador profissional, hoje, pode ter vínculo empregatício, com o não recebimento de seguro por parte do MTE. Para a manutenção do registro é necessário apenas comprovar que é segurado especial na categoria de Pescador Profissional na pesca artesanal.

Com o intuito de prevenir a falsificação, o recebimento do Seguro-Defeso por falsos pescadores e os gastos com substituição de Carteira de Pescador, tendo em vista o fato do formato anterior ser em papel moeda, foram estabelecidos critérios e procedimentos para a atualização de dados e substituição das Licenças de Pescador Profissional Artesanal no âmbito do RGP, com o colhimento da impressão digital do pescador, por meio de material específico fornecido gratuitamente pelo MPA e posterior emissão em cartão em Policloreto de polivinila - PVC e *QR Code*.

Gestão da Atividade Pesqueira

O Objetivo 0583 visa orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros. Contribui para esse Objetivo a Iniciativa de *Elaboração de Planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros*, tendo sido criado, em 2012, o Grupo Técnico de Trabalho - GTT Tainha, com a finalidade de debater e elaborar proposta de Plano de Gestão para o uso sustentável de tainha e coordenar a execução de estudos biológico-pesqueiros para subsidiar a gestão do uso sustentável do recurso nas regiões Sudeste e Sul.

Outra Iniciativa importante para o alcance desse Objetivo é a *Estruturação do Sistema de Fiscalização da Atividade Pesqueira e Aquícola*. No tocante à fiscalização em Águas Jurisdicionais Brasileiras, no exercício de 2012 o MPA realizou diversas ações de fiscalização em parceria com o Instituto Brasileiro dos Recursos Renováveis - Ibama e as Polícias Militares Ambientais das Unidades da Federação, notadamente a fiscalização nas empresas detentoras de cotas de raias ornamentais e com fins de aquariofilia, nos Municípios de Belém - PA, Manaus - AM, Altamira - PA e São Félix do Xingu - PA, que resultará na edição de Portaria que determinará as cotas de captura para o exercício de 2013 e a fiscalização de embarcações com irregularidades na emissão do sinal do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras – PREPS em localidades do estado de Santa Catarina, cujo relatório concluiu pela recomendação de cancelamento de autorizações e permissões de parte das embarcações fiscalizadas.

Adicionalmente, formou-se a primeira turma de Agentes de Apoio à Fiscalização da Atividade Pesqueira, constituída de 57 servidores deste MPA, que atuarão em ações de apoio à fiscalização da atividade pesqueira no território nacional.

Destaca-se, ainda, a Iniciativa de *Implantação de Comitês Permanentes de Gestão – CPGs como Instrumento de Longo Prazo para a Pesca Sustentável*. Os CPGs constituem o Sistema de Gestão Compartilhada - SGC para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, estabelecido no Decreto nº. 6.981, de 13 de outubro de 2009, que regulamenta o art. 27, § 6º, inciso I, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, onde foi definida a atuação conjunta do MPA e MMA, sob a coordenação do primeiro.

O SGC dispõe sobre o formato operacional da atuação conjunta dos dois Ministérios, nos aspectos relacionados à definição de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Desde 2010, a elaboração e a implementação de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros passou a ser subsidiada pelo referido Sistema. Os CPGs possuem caráter consultivo e de assessoramento, e são constituídos por órgãos do governo e pela sociedade civil formalmente organizada. O CPG Lagosta e o CPG Atuns e Afins já se encontram instalados e, em 2012, foram criados mais quatro, sendo eles: Camarões; Demersais N/NE; Bacia Amazônica e Bacia do Rio São Francisco.

Ação importante no âmbito dessa Iniciativa foi a publicação da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 14, de 26 de novembro de 2012, que proíbe a prática de *finning* (capturar tubarões e raias para aproveitar apenas as barbatanas, que são removidas e, descartando o restante do corpo do animal no mar). A partir da publicação da INI, quem pescar tubarão tem que trazer a barbatana presa ao corpo que poderá estar eviscerado e descabeçado. Desta forma, a normativa combate a prática do *finning* (pesca ilegal para obtenção exclusiva das barbatanas dos tubarões e raias) e facilita a fiscalização dos órgãos competentes.

No caso da Iniciativa de *Implementação e Fortalecimento dos Sistemas de Monitoramento, Informação e Registro do MPA*, para operacionalizar os principais sistemas de registro, monitoramento e controle da pesca e aquicultura, o MPA possui estruturados e em operação os módulos de Sistema de Informações (SI) do Programa Nacional de Rastreamento; o SI do Programa Nacional de Observadores de Bordo; o SI do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e o Sistema de Registro do Pescador Amador, que integram uma estrutura informatizada, congregando amplo espectro de informações técnicas. Em 2012, iniciou-se ainda o planejamento para o desenvolvimento de novos módulos: SI do Regime Nacional de Certificação de Capturas e nova versão do SI da Central de Mapas de Bordo.

No que se refere aos instrumentos de monitoramento e controle da pesca, iniciaram-se os entendimentos com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para alterar a forma de entrega dos mapas de bordo, com vistas a concentrar e agilizar o processo, tornando-o mais eficiente. Em 2012, o Programa de Observadores de Bordo agregou informações de 37 embarques, e o Preps foi rediscutido no sentido de viabilizar o emprego de satélite público brasileiro em parceria com o MCTI e expandir o rastreamento às embarcações de pequeno porte. Foram emitidos 1.734 certificados de mais de 6 mil toneladas de pescado brasileiro, exportadas à União Européia, dentro do Regime Nacional de Certificação de Capturas - RCC.

Em 2012, o RGP na categoria aquicultor tornou-se totalmente informatizado, o que possibilitou maior eficiência no cadastramento e melhor controle pelo MPA.

No Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012–2014, definiu-se como condição obrigatória para acesso às linhas de financiamento o registro do pescador e do aquicultor no RGP. Estima-se também um crescimento de adesão ao RGP pela expectativa de aumento de demandas de produtores interessados nas linhas de crédito ao setor.

O ano de 2012 foi relevante para o fortalecimento institucional da pesca amadora nacional, pois foram publicados dois atos normativos que representam um marco regulatório da atividade, por meio do alinhamento das Ações Governamentais para a Pesca Amadora: a norma geral para o exercício da pesca amadora nacional (Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 9 de 13 de junho de 2012), e a regulamentação dos procedimentos de registro da atividade de pesca amadora (IN MPA °5 de 2012). Com este marco legal, políticas públicas estão sendo realizadas para o fomento desta importante atividade, que movimentou em torno de R$ 2 bilhões por meio de prestação de serviços, turismo de pesca e comércio de materiais de pesca e embarcações.

O número de pescadores amadores licenciados aumentou 20% em relação a 2011, totalizando 345.099 licenças expedidas em 2012, o que representou uma arrecadação obtida pela cobrança da taxa de licença da pesca amadora de R$ 13.889.080,00. Outra informação relevante é que, desde o segundo semestre de 2010, quando o MPA passou a emitir as licenças, houve o registro de 559.910 pescadores amadores. Ainda em 2012, foram autorizadas e efetivamente realizadas 253 competições de pesca amadora no Brasil. Dos 1.041.967 pescadores profissionais inscritos no RGP em 2012, 1.033.124 (99,16%) são artesanais, e 8.843 (0,84%), industriais. Em relação aos dados do recadastramento com a consequente emissão de carteiras com a tecnologia de colhimento de impressão digital, esses não são possíveis para o ano de 2012, haja vista que este recadastramento iniciou em fevereiro de 2013.

Como diretrizes para a pesca amadora foi realizada ampla divulgação das normas, apresentadas no sítio eletrônico do Ministério, bem como o apoio e participação em feiras e eventos. Ações estas alinhadas com o Acordo de Cooperação n° 5, de 2011, entre o MPA e o Ministério do Turismo – Mtur, com o objetivo de desenvolver o turismo de pesca.

No âmbito da Iniciativa de *Revitalização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira / Revitaliza)*, o Programa Revitaliza, que beneficia pescadores profissionais artesanais com reforma, modernização, substituição e finalização de obras de construção de embarcações de pequeno porte da frota pesqueira artesanal, graças ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mais Alimentos, passou, a partir de 2012, a contemplar também as modalidades de obras de construção e aquisição de embarcação pesqueira de até 20 AB.

Em relação ao Profrota, com a publicação da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, o Programa foi ampliado, compreendendo financiamentos para aquisição, disponibilizando crédito para investimento destinado à aquisição, construção, conversão, modernização, substituição, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras.

Os beneficiários do Profrota Pesqueira, pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas e associações, inscritas no RGP nas categorias de Armador de Pesca, Pescador Profissional, Indústria ou Empresas Pesqueiras, contam com limite do financiamento para aquisição de até 50% do valor da embarcação e limite do financiamento para construção, conversão, modernização, substituição e equipagem de até 90% do valor do projeto aprovado.

Inserção do Pescado Brasileiro no Mercado Nacional e Internacional

O Objetivo 0970 visa ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado. Como contribuição para o alcance desse Objetivo, no âmbito da Iniciativa de *Aumento da participação do pescado no mercado institucional, com foco no incentivo do consumo do pescado na alimentação escolar*, foi realizada, em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, a segunda pesquisa nacional sobre a inclusão do pescado na alimentação escolar, junto a todas as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais brasileiras. A pesquisa

mostrou que a inclusão do pescado ainda é baixa: 66% dos participantes alegaram que não houve inclusão do pescado na alimentação escolar em 2011, e os principais motivos alegados para a não inclusão foram: dificuldade de acesso a fornecedores (54%), falta de fornecedores e/ou ausência de produtos no mercado (47%), risco de espinhas (47%), custo elevado (42%) e infraestrutura inadequada para armazenamento/conservação (35%).

Em relação à Iniciativa de *Promoção dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais no mercado nacional e internacional*, realizou-se a IX Semana do Peixe, entre 3 e 17 de setembro. Essa iniciativa integra a Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado, para estimular o brasileiro a consumir mais pescado, como preconiza a Organização Mundial de Saúde - OMS.

A ação resultou, para as principais redes varejistas do País, em redução dos preços em média de 24%, e em incremento nas vendas de 15% em relação ao mês anterior ao da Campanha, colaborando para o desenvolvimento do varejo como forte canal de destino da produção de pescado do País. Com a mesma finalidade, o MPA firmou convênios de apoio à realização de eventos promocionais do setor, como o Festival do Camarão da Costa Negra – Acaraú - CE e a Feira Nacional do Camarão -Fenacam - Natal - RN.

Ainda na Iniciativa de promoção dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais, visando estimular as exportações do pescado brasileiro, o MPA patrocinou, pela primeira vez, um estande na maior Feira de Pescados do Mundo, a *European Seafood Exposition*, em Bruxelas, na Bélgica. Foram contempladas oito empresas nacionais, que expuseram seus produtos e estabeleceram exitosas relações comerciais.

Estruturação dos Serviços em Sanidade Pesqueira e Aquícola para Garantir a Sustentabilidade e a Qualidade dos Recursos Pesqueiros

No âmbito do Objetivo 0620, que visa estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros, destaca-se:

- Na Iniciativa de *Implementação da Rede Oficial de Laboratórios para Diagnóstico de Enfermidades e Análises de Resíduos e Contaminantes em Recursos Pesqueiros*, o MPA fomentou um projeto inovador e eficiente do ponto de vista de gestão pública e controle sanitário oficial: a Rede Nacional de Laboratórios do MPA - Renaqua, concretizado por meio da publicação da Instrução Normativa MPA n° 3, de 13 de abril de 2012, e Portarias MPA n°s 122, 123, 124 e 125, todas de 24 de maio de 2012. Em 2012, foram desenvolvidos e validados na Renaqua oito métodos oficiais para diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos.

- Na Iniciativa *Instituição de Normas de Controle de Sanidade Aquícola e Pesqueira*, o MPA priorizou, em 2012, a publicação de regulamentação normativa federal para a sanidade pesqueira e ações para a estruturação do serviço veterinário oficial para a execução das ações em todo o País. Para tanto, garantiu a captação de recursos para a celebração de convênios com os órgãos executores de defesa agropecuária nos estados e para a estruturação de uma rede oficial de diagnósticos e análises laboratoriais.

- Ainda, instituiu o Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves como indispensável instrumento para o ordenamento da cadeia produtiva de bivalves e para a saúde pública. A partir desse primeiro programa oficial do MPA para animais aquáticos, foi possível instituir o monitoramento contínuo e sistemático de resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 15 áreas na região Sul.

Com vistas às exportações, abriram-se dois novos mercados internacionais em 2012, o Chile e a Rússia, com o consequente estabelecimento de modelos de certificados zoossanitários internacionais para amparo às exportações brasileiras de animais aquáticos vivos e seu material de multiplicação.

Na Iniciativa *Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças de Animais Aquáticos*, com o intuito de garantir a segurança zoossanitária dos recursos pesqueiros brasileiros e evitar a introdução de patógenos que impactem negativamente a sanidade dos animais aquáticos do País, o MPA finalizou e publicou duas análises de risco de importação (ARI): uma de alevinos de tilápia originários de Cingapura e destinados à reprodução, e outra de camarão-vermelho da Argentina (*Pleoticus mülleri*), originário da pesca extrativa da Argentina e destinado ao consumo humano.

Nesse mesmo contexto, foram credenciadas seis novas estações quarentenárias para a importação e exportação de animais aquáticos e reforçado o controle do trânsito nacional de animais aquáticos em duas Unidades da Federação, que formalizaram convênio com o MPA para ações em sanidade: Ceará e Santa Catarina. Estabeleceram-se, ainda, requisitos zoossanitários para importação de diversos outros produtos de organismos aquáticos, para os quais se dispensou a realização das análises de risco.

4.3. FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.3.1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Em 2012, a Política de Assistência Social, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ratifica-se como prioridade de governo, na medida em que abriga a maior parte dos programas e projetos com enfoque na redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Esse status se evidencia com a consolidação e ampliação do Plano Brasil sem Miséria (BSM), por meio do qual se articulam as diversas ações voltadas para a erradicação da pobreza extrema no País, uma das metas prioritárias do governo.

O esforço direcionado ao objetivo de promover a inclusão social da parcela mais carente da população tem se revertido em resultados positivos, conforme demonstram os dados estatísticos que indicam um processo de redução da pobreza e melhora na redistribuição de renda ao longo da última década, tendência que se manteve no biênio 2011-2012. Esse esforço se consolida com a criação do BSM, que representa uma evolução em termos de coordenação, com mais foco e sinergia nas ações de governo, assim como uma ampliação no volume de recursos, cujos resultados são perceptíveis.

Observando-se o comportamento do coeficiente de Gini, indicador mais usado na aferição das desigualdades sociais (numa escala de 0 a 1, quanto menor o coeficiente, menor a desigualdade), verifica-se que a distância entre ricos e pobres vem diminuindo de forma consistente desde o início da década passada. O coeficiente em 2011, de 0,527, foi o menor registrado no Brasil desde o início dos anos 60. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[1], a redução da desigualdade teria sido 36% menor na última década caso não existissem as políticas de proteção social implementadas pelo Governo Federal.

Esse processo de desconcentração de renda, não obstante ter advindo em grande parte do crescimento econômico verificado na última década, ocorre de forma mais acentuada à medida em que esse crescimento se desloca para a base da pirâmide social. Em 2012, a despeito de o crescimento do PIB ter ficado em torno de 1%, a renda individual média cresceu 4,9%, sendo ainda maior em segmentos tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros e analfabetos, cujas rendas cresceram a taxas de 6,5%, 8,0% e 9,6%, respectivamente. Interessante notar que a taxa de crescimento da renda de 2012 em relação a 2011 é superior à taxa média anual observada no período de 2003 a 2012[2], de onde se infere que houve participação das políticas públicas de proteção social para a obtenção do resultado. É importante ressaltar que na composição do BSM se incluem programas que foram ampliados e aprimorados, bem como outros que foram conjugados com novas iniciativas. Os resultados obtidos até o momento estão intrinsecamente relacionados ao esforço de articulação entre os órgãos responsáveis pela condução dos diversos programas que compõem o Plano, assim como os demais entes federativos, e ao crescimento no volume de recursos alocados.

[1] Comunicado Ipea nº 155, de 25 de setembro de 2012.
[2] Comunicado Ipea nº 158, de 18 de dezembro de 2012.

Em 2012, o lançamento do Brasil Carinhoso representou um aprofundamento na estratégia do BSM de combate à extrema pobreza ao beneficiar as famílias com renda per capita familiar mensal de até R$ 70,00 que possuem crianças e adolescentes com até 15 anos de idade, compreendendo um conjunto de ações nas áreas de assistência social, saúde e educação. No que se refere à transferência de renda, o Brasil Carinhoso instituiu o benefício para superação da extrema pobreza, complementar ao Bolsa Família, com o intuito de garantir a todas as famílias uma renda per capita de no mínimo R$ 70,00, considerado o limite superior da extrema pobreza. Em grande parte, devido à introdução do referido benefício, o volume de recursos aplicados no Bolsa Família cresceu 27% no comparativo dos meses de dezembro de 2011 e 2012.

Na perspectiva do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA 2012-2015), os três eixos de atuação do BSM, garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, se encontram representados na esfera da Assistência Social por meio dos seus programas mais representativos. O eixo da garantia de renda se faz presente sobretudo com o Bolsa Família. Com relação ao acesso aos serviços públicos, estão entre as ações mais relevantes os atendimentos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), do Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. Já no eixo da inclusão produtiva, o Programa Segurança Alimentar e Nutricional apresenta ações que proporcionam um real incentivo à inserção de populações carentes no processo produtivo, especialmente no meio rural, com as ações Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PAA), bem como Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural e Acesso à Água para a Produção (“Primeira Água” e “Segunda Água”).

Plano Brasil sem Miséria

O Plano Brasil sem Miséria (BSM) é exemplo da busca pela maior efetividade dos programas sociais. Para isso, estão sendo tomadas diversas medidas sinérgicas que envolvem as três frentes de sua atuação: transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Em termos de renda, o lançamento da Ação Brasil Carinhoso, inicialmente voltada às famílias extremamente pobres com crianças de até 6 anos, posteriormente ampliada para até 15 anos, representou um passo decisivo rumo a um País sem miséria.

A ênfase nas famílias com crianças e jovens deveu-se à forte concentração da miséria que ocorria nessa faixa etária. Dados do Censo 2010 apontavam que a incidência de extrema pobreza entre esses brasileiros de até 15 anos era quatro vezes aquela observada entre pessoas com mais de 60 anos. A reduzida taxa de miséria entre os mais velhos é resultado de uma extensa e já consolidada rede de proteção social, que envolve elementos contributivos e não contributivos: aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria rural. Após décadas construindo esse sistema, o foco prioritário se volta para o público formado por crianças e adolescentes. Com o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), no âmbito do Brasil Carinhoso, aproximadamente

16,4 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza em termos de renda, entre os quais 8,1 milhões de crianças e adolescentes de até 15 anos.

Como o benefício do Brasil Carinhoso é direcionado às famílias com crianças e jovens, todos os seus membros são beneficiados, independentemente da faixa etária. Com isso, ampliou-se a renda dos cidadãos mais pobres do País em todas as faixas etárias, reduzindo desigualdades.

O Brasil Carinhoso foi concebido numa perspectiva de atenção integral que envolve, além da renda, aspectos do desenvolvimento infantil ligados a serviços públicos de saúde e educação. Na área de educação destaca-se a ampliação do acesso a creches para as crianças mais pobres, estimulada pelo aumento e pela antecipação de transferências de recursos do governo federal aos municípios proporcionados pelo Brasil Carinhoso. O Ministério da Educação repassa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para essas turmas e, com recursos do MDS, 50% a mais por vaga destinada às crianças beneficiárias do Bolsa Família, custeado por meio da ação Apoio à Manutenção da Educação Infantil. Em 2012, 2.744 municípios fizeram cadastramento para o atendimento de 381,5 mil crianças do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. Na temática da saúde, o Ministério da Saúde também ampliou a distribuição de vitamina A e sulfato ferroso, evitando o desenvolvimento de anemias e contribuindo para a melhoria da saúde na primeira infância.

No que diz respeito ao eixo de inclusão produtiva, o principal resultado são as 266,9 mil pessoas com baixa renda e pouca escolaridade inscritas nos cursos de qualificação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Brasil sem Miséria (Pronatec - BSM) em 901 municípios de todos os estados do País em 2012. Do total de inscritos, 66% são mulheres. Merece destaque também a disponibilização por parte do Pronatec de 150 mil bolsas de formação para atender pessoas com deficiência, garantindo a empregabilidade de um público que encontra dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Na Busca Ativa, desde o lançamento do BSM até novembro de 2012, 791 mil famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único e já estão recebendo o Bolsa Família, superando a meta de 640 mil famílias prevista para o final de 2012.

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família – PBF tem por objetivo contribuir para a superação da pobreza e a diminuição da desigualdade no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; estímulo à ampliação do acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper a reprodução do ciclo de pobreza entre as gerações; e integração com outras ações e programas governamentais, das três esferas, e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das capacidades das famílias mais vulneráveis.

Em dezembro de 2012 havia 13,9 milhões de famílias beneficiárias, quantitativo 1,16% superior ao número potencial, fixado pelo PPA 2012-2015, de 13,74 milhões de famílias, cabendo lembrar que no final de 2011 a cobertura era de cerca de 13,3 milhões de famílias. Embora o PBF tenha padrões elevados de focalização, ainda existem famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza que não recebem benefícios. Um dos objetivos do Plano Brasil sem Miséria - BSM é levar o Programa a todo o seu público-alvo, por meio de iniciativas governamentais de localização e identificação dessas famílias, chamadas em seu conjunto de processo de busca ativa. Ademais, a fixação de novas estimativas de pobreza por município, conhecidas com base nos dados da amostra do Censo 2010, em maio de 2012, possibilitam o aumento do acerto de focalização e a melhor quantificação das famílias pobres.

O benefício médio por família em dezembro de 2012 foi de R$ 129,78. Em 2012, os benefícios pagos representaram um volume de recursos da ordem de R$ 21,2 bilhões.

A ampliação dos valores dos benefícios do PBF foi impulsionada por duas alterações no desenho do Programa. Primeiro, a criação do benefício financeiro para superação da extrema pobreza na primeira infância, vigente entre junho e novembro de 2012. O benefício representa um dos pilares do Plano Brasil Carinhoso, componente do BSM voltado à assistência às famílias beneficiárias do PBF com crianças de até seis anos de idade, com o objetivo de aumentar a renda per capita das famílias para pelo menos R$ 70,00, retirando-as da condição de extrema pobreza. Com sua implementação, estima-se que a taxa de extrema pobreza de toda a população brasileira tenha decrescido em 39,2%. No fim de novembro de 2012, houve o aprofundamento dessa estratégia, com a substituição do benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância pelo benefício de superação da extrema pobreza, a ser transferido às famílias beneficiárias que tenham crianças e jovens com até quinze anos de idade. Com a medida, o número de famílias que receberiam o benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância até dezembro de 2012, de 2,21 milhões, deve saltar para 3,88 milhões de famílias com o novo benefício. Espera-se, com base na amostra do Censo Populacional 2010, que aquele impacto observado na queda da extrema pobreza salte para 54,8%.

Outra frente de atuação do Programa, em sintonia com os objetivos do BSM, são os acordos de cooperação entre a União e os entes federados, visando à ampliação da cobertura do Programa e sua integração com programas estaduais de transferência de renda para atendimento de famílias extremamente pobres, bem como à ampliação de seu acesso a serviços públicos promotores de oportunidades econômicas e sociais. Já haviam aderido, em 2011, além do Distrito Federal, os estados do Amapá, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo. Em 2012 um novo acordo foi firmado com o estado de Santa Catarina e seis pactos tiveram suas operações iniciadas, totalizando dez pactos em funcionamento e mais de 343,6 mil famílias. Quanto às condicionalidades do programa, na área de educação 99% de todos os municípios brasileiros acompanharam a frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos beneficiadas[3]. Dos 18,2 milhões de crianças e adolescentes nessa faixa etária, registrou-se a frequência de 15,9 milhões; ou seja, o índice de acompanhamento alcançado nacionalmente foi de 87,33% do público. Trata-se do maior público

[3] Segundo dados mais recentes desta informação (meses de agosto e setembro de 2012).

acompanhado de todos os períodos, desde 2006. Em setembro, entre o público de 6 a 15 anos, 96,3% dos acompanhados tiveram frequência acima da mínima exigida, que é de 85% das aulas. Dentre o público de 16 e 17 anos, 92,7% tiveram frequência às aulas acima dos 75% exigidos. Esses resultados só foram possíveis em virtude da mobilização, adesão, efetividade e compromisso da rede de acompanhamento da frequência escolar coordenada pelo MEC, com o apoio do MDS.

No que diz respeito à condicionalidade de saúde, no último período de acompanhamento consolidado, referente ao primeiro semestre de 2012, foram acompanhadas 7,5 milhões de famílias, o que corresponde a 72,8% do público. Trata-se do melhor resultado da série histórica da saúde. Apenas nove municípios não registraram informação do acompanhamento no Sistema Bolsa Família na Saúde e 22 municípios ficaram com acompanhamento abaixo de 20%. Das 5,7 milhões de crianças menores de sete anos, foram acompanhadas 4,2 milhões, sendo que, dessas, 99% apresentaram calendário de vacinação em dia. Das gestantes localizadas (167.562), 99,25% estavam com as consultas do pré-natal regulares.

Ao final de outubro de 2012, 106.935 famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social estavam incluídas no Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidades (Sicon), em 2.091 municípios. O acompanhamento familiar por equipes da rede de Assistência Social permite que famílias em situação de descumprimento de condicionalidades tenham as repercussões sobre os benefícios suspensas temporariamente, evitando que a interrupção do pagamento de benefícios piore ainda mais situações graves de vulnerabilidade.

Os desafios na gestão das condicionalidades são manter o grau de mobilização e intensificar a articulação federativa e intersetorial, a fim de aumentar a escala das ações de acompanhamento familiar, ampliar o processo de consolidação das informações e melhorar o encaminhamento das situações de vulnerabilidade e risco social identificadas no acompanhamento.

Com o objetivo de avançar na garantia do princípio da equidade, foi publicada a Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012, que aprimora o desenho da gestão das condicionalidades do PBF, reforçando o apoio às famílias em descumprimento de condicionalidades, pela ênfase do trabalho de acompanhamento familiar, com registro no Sicon, realizado pela rede socioassistencial dos municípios. Destaca-se que as famílias que estiverem em fase de suspensão de benefícios e continuarem descumprindo as condicionalidades por um prazo de até seis meses, reiteradamente, permanecerão sob o olhar do poder público para a oferta de serviços socioassistenciais. O objetivo é reforçar o compromisso das famílias e, em especial, do Poder Público, para a permanência dessas famílias no PBF, garantindo o acesso aos serviços sociais básicos de educação e saúde. Tendo em vista as maiores dificuldades que as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm no percurso educacional, o MEC e o MDS estabeleceram uma parceria para ampliar o acesso dos beneficiários do Bolsa Família às ações de educação integral, por meio do Programa Mais Educação, o qual tem por objetivo induzir e subsidiar a implantação da educação integral nas escolas públicas do País. A meta proposta na parceria é que, até o final de 2014, pelo menos metade das escolas que ofertam educação integral por meio do Programa sejam aquelas onde a maioria dos alunos provêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Atualmente, 54% das escolas participantes do Mais Educação são de maioria de alunos pertencentes a famílias do PBF, o que representa mais de 17 mil escolas. Este percentual supera o dos anos anteriores, que se situava ao redor dos 30% de escolas com maioria de alunos de famílias do PBF.

Ainda em termos de parcerias, a articulação entre o Ministério da Saúde (MS) e o MDS para a implementação do benefício à gestante e do benefício nutriz amplia as iniciativas do MS sobre a saúde da mulher e da criança, bem como sobre a segurança alimentar e nutricional, para o público do BSM. A Instrução Operacional Conjunta SENARC/MDS SAS/MS n° 11, de 18 de novembro de 2011, acompanhada de ações de comunicação, orientou os gestores estaduais e municipais sobre o assunto. Em outubro de 2012 foram concedidos 162 mil benefícios variável gestante.

No tocante ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), a estratégia de busca ativa para cadastramento e atualização cadastral é fundamental para atingir as metas de expansão da cobertura do Bolsa Família, pois amplifica a capacidade do Poder Público de identificar, por meio do Cadastro, as potenciais famílias beneficiárias. Ela ganha ainda mais importância considerando que o Cadastro Único, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, foi definido como base de identificação ou acompanhamento de beneficiários para todos os programas que fazem parte do BSM.

O município é o protagonista na busca ativa, pois é o responsável por identificar as famílias mais vulneráveis, coletar informações por meio dos formulários, registrar os dados no Sistema e realizar a atualização cadastral. Contudo, o esforço do BSM para buscar todas as famílias extremamente pobres, sem que elas tenham necessariamente de procurar o Poder Público, requer o apoio de outros atores. Desde o lançamento do Plano, foram estabelecidas parcerias para apoio na identificação das famílias com os Ministérios da Educação, da Saúde e da Integração Nacional, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como com empresas concessionárias de energia elétrica.

Em outubro de 2012, havia 22,4 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único, correspondendo a 80 milhões de pessoas. Com a estratégia da busca ativa, entre janeiro e outubro de 2012, foram incluídas no Cadastro Único mais de 2 milhões de famílias, sendo destas 791 mil de extrema pobreza, tendo quase atingido a meta prevista no PPA 2012-2015 de inclusão de 800 mil famílias em extrema pobreza. Entre os programas sociais que utilizam as informações do Cadastro Único para seleção de seus beneficiários estão: Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde); Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Tarifa Social de Energia Elétrica; Telefone Popular, Programa de Construção de Cisternas no Semi-Árido e Programa Água para Todos; Programa Minha Casa, Minha Vida; e aposentadoria para donas de casa de baixa renda que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico.

Para assegurar a qualidade das informações do Cadastro Único, foi dada continuidade à estratégia de realização de

averiguação cadastral, entendida como ações de cruzamento de dados entre o Cadastro Único e outras bases de dados administrativas federais, para identificação de inconsistências. Esta ação teve um público inicial de 1.680.938 famílias, das quais 349.905 famílias realizaram a atualização cadastral (20%). As famílias beneficiárias do PBF que não realizaram a atualização cadastral tiveram os benefícios bloqueados a partir da folha de pagamentos de novembro de 2012 e devem atualizar os dados cadastrais até 22 de fevereiro de 2013, sob pena de ter os benefícios cancelados.

Também teve prosseguimento, em 2012, a estratégia de revisão cadastral, rotina anual que verifica se as famílias beneficiárias mantêm as condições para recebimento do benefício, estabelecendo como prazo máximo de validade das informações cadastrais o limite de dois anos, desde a última atualização ou inscrição. O público inicial, em 2012, era de 1.527.760 famílias, das quais 961.605 famílias tiveram seus registros revisados (62,94%), segundo dados de outubro. Da mesma forma que nas atividades de averiguação cadastral, as famílias beneficiárias que não realizaram a revisão cadastral até o dia 31 de dezembro de 2012 terão os benefícios bloqueados a partir da folha de pagamentos de janeiro de 2013.

A implantação nacional da Versão 7 do Cadastro Único foi iniciada em dezembro de 2010. Até o mês de setembro de 2012, 5.515 municípios (99%) já utilizam a nova versão. Dentre os que ainda não migraram, há 43 municípios sem infraestrutura de conectividade. Para estes municípios, o MDS articulou-se com o Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia do Ministério da Defesa (CENSIPAM/MD) e o Ministério das Comunicações, por meio da iniciativa GESAC, para viabilizar internet via satélite para os operadores do PBF nessas localidades. Entre 2009 e setembro de 2012, aproximadamente 20 mil entrevistadores foram aprovados na capacitação para esta atividade. Na segunda rodada de capacitação operacional do Sistema do Cadastro Único, realizada no primeiro semestre de 2012, ocorreram 115 turmas, totalizando 2.320 pessoas capacitadas de todos os estados.

Atualmente, 16 grupos populacionais tradicionais e específicos podem ser identificados no Cadastro Único: indígenas, quilombolas, pessoas em situação de rua, famílias de ciganos, extrativistas, ribeirinhos, acampados, catadores de materiais recicláveis, entre outros; que representam 300.020 famílias cadastradas. Para orientar a identificação de novos grupos populacionais e específicos no Cadastro Único foi lançado em setembro de 2012 um guia. Para facilitar o acesso aos dados do Cadastro Único e contribuir para a transparência da gestão pública, em 2012 foi disponibilizada uma ferramenta com informações da base nacional do Cadastro Único. Há dois níveis de acesso a informação: por meio do Tabulador de Informações do Cadastro Único (Tabcad), ou do Sistema Consulta Extração Seleção de Informações do CadÚnico (Cecad). O Tabcad é uma ferramenta de livre acesso aos dados do Cadastro Único por meio do site do MDS e permite que seja feita a tabulação de dados de estados e municípios. Já o Sistema Cecad, para além das funcionalidades do Tabcad, permite pesquisar pessoas registradas no Cadastro Único e realizar a extração dos microdados do cadastro. Por ter dados identificáveis, o Cecad está disponível apenas aos municípios, estados e funcionários do MDS.

Os estados, o Distrito Federal e os municípios desempenham papel imprescindível na gestão do PBF e do Cadastro Único. Para apoiar a realização das ações de gestão a cargo desses entes federados – como o cadastramento da população em situação de pobreza e extrema pobreza e a atualização de suas informações no Cadastro Único, além do acompanhamento das condicionalidades do PBF –, o Governo Federal instituiu em 2006 um instrumento que mede a qualidade dessa gestão, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Quanto melhor o desempenho de ente federado na gestão e execução do Bolsa Família, maior é o IGD alcançado e maiores são os repasses de recursos para apoio às atividades de gestão do Programa, incorporando também incentivos específicos para estímulo às atividades de acompanhamento familiar, de apuração de irregularidades e de entrega de cartões às famílias beneficiárias. Em 2012, foram repassados para estados, Distrito Federal e municípios, a título de apoio à gestão descentralizada, mais de R$ 500 milhões.

Além disso, foram ampliadas e aprimoradas as atividades de capacitação. Desde 2009 foi estabelecida, em parceria com os estados, atividades presenciais de formação dos entrevistadores do Cadastro Único. O êxito alcançado por este modelo de capacitação levou a Secretaria a optar por expandi-lo à formação dos técnicos estaduais e municipais do PBF e do Cadastro Único, nas atividades de gestão. Assim, em 2012 a Senarc desenvolveu curso específico para este fim e formou, em setembro, os primeiros 120 instrutores de gestão do PBF e do Cadastro Único.

Benefícios e Serviços Socioassistenciais

A partir de 2005 as ações socioassistenciais foram estruturadas em um novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza em todo o território nacional a oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais e se fundamenta em distintos níveis de proteção social (básica e especial, conforme a complexidade das situações envolvidas), na centralidade da família, na territorialização, na participação social e no financiamento compartilhado pelas três esferas de governo.

Ao final de 2012, 99,7% dos municípios brasileiros (5.551) estavam habilitados em algum nível de gestão do SUAS, sendo 133 municípios (2,4%) em gestão inicial, 5.017 municípios (90,1%) em gestão básica e 401 (7,2%) em gestão plena. Cada nível de gestão apresenta requisitos, responsabilidades e incentivos distintos. No nível de gestão básica, o município assume as ações de prevenção das situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares; na gestão plena, assume a gestão do conjunto das ações; e permanecem no nível inicial os municípios que recebem cofinanciamento federal baseado em série histórica, anterior ao SUAS, que ainda não se habilitaram em algum dos dois outros níveis. O quadro a seguir permite observar o nível crescente de adesão ao SUAS e o incremento da habilitação nos níveis de gestão básica e plena, o que evidencia a consolidação do modelo de gestão adotado.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS HABILITADOS AO SUAS, POR NÍVEL DE GESTÃO - 2005 A 2012

NÍVEL DE GESTÃO	PERÍODO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Gestão Inicial	1.625	1.286	1.262	1.170	940	578	180	133
Gestão Básica	3.206	3.690	3.813	3.921	4.182	4.565	4.970	5.017
Gestão Plena	312	356	364	374	385	387	394	401
TOTAL	**5.143**	**5.332**	**5.439**	**5.465**	**5.507**	**5.530**	**5.544**	**5.551**

Fonte: Demonstrativo de Habilitação - MDS

Com a Lei nº 12.435/2011, o desenho institucional do SUAS foi incorporado à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93), adequando conceitos e regras relativos à gestão, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação. A lei também instituiu as unidades de referência na prestação de serviços (CRAS e CREAS) e os serviços ofertados nessas unidades (PAIF, PAEFI e PETI), além de criar o Índice de Gestão Descentralizada (IGD-SUAS), um incentivo ao aperfeiçoamento da gestão dos demais entes federados.

A partir de 2012, o Censo SUAS passou a coletar dados sobre todas as unidades de Acolhimento (rede de serviços de proteção social especial de alta complexidade), acrescentando um novo conjunto de informações fornecidas pelas unidades CRAS, CREAS e Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), entidades socioassistenciais privadas, gestões e conselhos municipais, estaduais e do DF.

O Censo SUAS tem se consolidado como ferramenta de extrema relevância para a Vigilância Social, viabilizando a análise da oferta dos serviços e o planejamento de intervenções.

Outro importante instrumento para a qualificação dos serviços, unidades e gestão do Sistema é o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), implantado em 2012 e que apoia a execução dos planos estaduais de capacitação, na perspectiva de agendas prioritárias de âmbito nacional.

Em 2012, o MDS transferiu aos estados e DF recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores do sistema, prioritariamente dentre os integrantes dos serviços executados por equipes volantes, equipes dos CRAS, CREAS e Centro Pop, unidades que executam serviços vinculados à agenda prioritária do Governo Federal: Plano Brasil Sem Miséria; Plano "Crack, é possível vencer" e Plano Viver Sem Limite.

Como apoio técnico ao CapacitaSUAS, foram produzidas diversas publicações (livros, cartilhas, folders, etc.), totalizando 1 milhão de exemplares (entre impressos e reimpressos), sendo distribuídos ao longo do ano aproximadamente 1.180 mil exemplares, além da disponibilização no portal do MDS na internet.

No âmbito da Rede Socioassistencial Privada, a Lei Nº 12.101/2009 transferiu do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para os Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a competência para a certificação das entidades beneficentes de assistência social, conforme a área de atuação da entidade.

Está em construção o sistema eletrônico visando à implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), que abrange, além da inscrição e da certificação, a vinculação de entidades ao SUAS. A nova estrutura do PPA 2012-2015 reuniu diversos programas que integravam a política setorial no programa temático 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujos objetivos são analisados a seguir.

Benefícios Socioassistenciais

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um direito garantido pela Constituição e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, cuja renda *per capita* familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a um quarto do salário mínimo.

Trata-se de um benefício individual, intransferível, de natureza não contributiva. Em 2012 foram investidos no BPC aproximadamente R$ 28,5 bilhões, sendo R$ 14,7 bilhões no atendimento a 2 milhões de pessoas com deficiência (PcD) e R$ 13,8 bilhões no atendimento a 1,8 milhão de pessoas idosas.

Ao mesmo tempo, a Renda Mensal Vitalícia (RMV), um benefício em extinção, demandou recursos de R$ 1,4 bilhão para um total de 193 mil beneficiários por invalidez e R$ 483,1 milhões destinados a 58 mil beneficiários por idade[4].

No agregado, esses benefícios atenderam no exercício a aproximadamente 4 milhões de pessoas, o que representa um aumento de 110 mil beneficiários em relação a 2011.

Entre 2008 e 2012, o BPC apresentou um crescimento de 33,8% no número de beneficiários por deficiência e 22,9% em relação às pessoas idosas, enquanto a RMV apresentou uma redução de 42,6% no universo de seus beneficiários, sendo 36,6% entre as pessoas com invalidez e 55,8% entre os idosos.

[4] Benefícios referentes a janeiro/2012.

BENEFÍCIOS BPC/RMV – QUANTITATIVO (2008 a 2012)

AÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
BPC PcD	1.510.682	1.625.625	1.778.345	1.907.511	2.021.721
BPC Idoso	1.423.790	1.541.220	1.623.196	1.687.826	1.750.121
SUBTOTAL	**2.934.472**	**3.166.845**	**3.401.541**	**3.595.337**	**3.771.842**
RMV invalidez	282.320	259.088	215.850	195.018	178.939
RMV idoso	114.821	99.627	71.830	59.540	50.787
SUBTOTAL	**397.141**	**358.715**	**287.680**	**254.558**	**229.726**
TOTAL	**3.331.613**	**3.525.560**	**3.689.221**	**3.849.895**	**4.001.568**

Fonte: Dataprev/Síntese

Para ampliar a proteção social aos beneficiários do BPC e suas famílias, diversas iniciativas estão sendo implementadas, como o BPC na Escola, o BPC Trabalho, sua inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico) e o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

O BPC na Escola visa promover o acesso e a permanência na escola às pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos. O cruzamento dos dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC) revela um significativo incremento das matrículas desse público alvo nas classes comuns do ensino regular: a proporção de beneficiários na escola evoluiu de 29,53% (2007) para 68,71% (2011). Em 2012 foi institucionalizado o BPC Trabalho, cujo objetivo é promover o acesso ao mundo do trabalho aos beneficiários na faixa etária de 16 a 45 anos. O programa foi iniciado como projeto piloto em nove municípios (em 2010 e 2011), cuja cobertura deverá ser expandida a partir de 2013 para todas as capitais e municípios de grande porte, articulada ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas.

Serviços de Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica (PSB) reúne um conjunto de serviços voltados ao atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço da proteção básica, cuja finalidade é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida. O PAIF é ofertado obrigatoriamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou, nos casos de territórios extensos com áreas rurais, de difícil acesso e dispersão populacional, pelas equipes volantes (equipes adicionais, vinculadas a um CRAS em funcionamento).

Ao final de 2012, o Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS) registrou a existência de 7.877 CRAS ativos, localizados em 5.410 municípios, responsáveis pela cobertura de aproximadamente 27 milhões de famílias. Em agosto/12 (mês de referência do Censo SUAS), aproximadamente 2,5 milhões de famílias estavam sendo acompanhadas pelo PAIF, segundo o Registro Mensal de Atendimentos. O cofinanciamento federal destinado à manutenção do PAIF demandou, no exercício, a alocação de aproximadamente R$ 576 milhões, aos quais se somam outros R$ 60,3 milhões, destinados à manutenção de 1.205 equipes volantes, distribuídas em 1.038 municípios.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) devem ser referenciados aos CRAS e podem ser executados por essas ou outras unidades públicas ou entidades privadas de assistência social. O SCFV é estruturado de acordo com o ciclo de vida (crianças de até 6 anos de idade, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e idosos), visando atender a demandas e necessidades específicas de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Esse serviço tem caráter preventivo e proativo, visando fortalecer vínculos familiares, incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Considerando apenas a oferta direta pelos CRAS, em agosto/2012 foram atendidos, segundo o Registro Mensal de Atendimentos, aproximadamente 114,7 mil crianças de até 6 anos, 394 mil crianças/adolescentes de 6-15 anos, 339 mil adolescentes de 15-17 anos e 421 mil idosos. Para o cofinanciamento federal desse conjunto de serviços, em 2012, o MDS alocou um montante de R$ 379,2 milhões.

Ainda em 2012 foi implantado o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), com o objetivo de promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, de forma articulada ao Pronatec Brasil Sem Miséria. Quase 300 Municípios aceitaram o cofinanciamento federal para o programa, resultando na alocação de R$ 64 milhões.

Serviços de Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) organiza, em dois níveis de complexidade (média e alta), a oferta de serviços especializados a famílias e indivíduos em situação de risco ou com direitos violados, tais como: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; e afastamento do convívio familiar, dentre outras.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de abrangência municipal ou regional, é a principal unidade pública estatal da proteção de média complexidade, sendo responsável por coordenar, articular e ofertar serviços. Os CREAS ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), com os objetivos de fortalecer a função protetiva das famílias, contribuir para a superação de padrões violadores e para a prevenção de reincidências.

Também ofertam o serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (MSE), de Liberdade Assistida e de

Prestação de Serviços à Comunidade, que visa criar condições para que os jovens atribuam novos significados aos atos infracionais e reconstruam seus projetos de vida. Por meio do serviço de Abordagem Social, as equipes buscam identificar as situações de violação de direitos em seu território de abrangência e promover o acesso dessas famílias às ações socioassistenciais e de outras políticas. Além disso, um número crescente dessas unidades atendem usuários de substâncias psicoativas e suas famílias, como resultado das ações desenvolvidas no âmbito do Programa *Crack, é possível vencer*. Ao final de 2012, o MDS cofinanciava 2.216 CREAS (municipais e regionais), localizados em 1.995 municípios, que atendiam aproximadamente 126 mil famílias e indivíduos, de 2.303 municípios, de todos os estados. Dessas unidades, 900 também atendiam a aproximadamente 70 mil adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (MSE).

Com o Plano Brasil sem Miséria, em 2011 ocorreu a implantação de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), unidades localizadas em municípios de grande porte. O serviço específico para esse segmento populacional promove orientação individual e grupal, além do acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, entre outros, proporcionando, também, endereço institucional para utilização como referência pelo usuário. Pesquisas estimam a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no País, principalmente nos grandes centros urbanos. Para atender esse público, ao final de 2012 já se encontravam em funcionamento 153 Centros Pop, distribuídos por 117 municípios com mais de 200 mil habitantes.

Além disso, por meio do Plano Viver sem Limite, 19 municípios aceitaram a oferta do MDS para implantação de Centros-Dia para pessoas com deficiência. Em 2012, para o conjunto das ações de proteção social especial de média complexidade, o Governo Federal transferiu para os municípios, estados e DF um montante de R$ 377,6 milhões.

Em relação à proteção especial de alta complexidade, são ofertados serviços de acolhimento a indivíduos e famílias que se encontrem temporariamente afastados do seu núcleo familiar ou comunitário de origem, em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Esses serviços proporcionam moradia transitória e acompanhamento técnico profissional, com vistas ao retorno dos usuários ao convívio familiar ou alcance da autonomia. Em razão das especificidades e singularidades dos usuários, as ofertas são organizadas em diferentes modalidades: acolhimento institucional (abrigo, casa-lar, casa de passagem e residência inclusiva), república, família acolhedora e serviços específicos para indivíduos e famílias em situação de rua.

Em 2012 o MDS cofinanciou serviços de acolhimento (para crianças, adolescentes, idosos, adultos com deficiência, jovens e mulheres vítimas de violência) para a oferta de aproximadamente 40,5 mil vagas, organizadas por 828 municípios e 20 governos estaduais, além do serviço específico para pessoas em situação de rua, cuja capacidade de atendimento alcançou 19,5 mil vagas, distribuídas em 119 municípios. Além disso, o Plano Viver sem Limite possibilitou o início do reordenamento dos serviços de acolhimento para pessoas com deficiência, por meio da implantação de Residências Inclusivas. Em 2012, 24 municípios aceitaram a oferta do MDS para implantação de 40 dessas unidades. Para a manutenção e expansão dos serviços de proteção especial de alta complexidade, ao longo de 2012 o Governo Federal investiu R$ 83,1 milhões.

Devem ainda ser destacadas as ações relacionadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que, no âmbito da política de assistência social, compreende a oferta de serviços de convivência (SCFV) para as crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho, a transferência de renda e o trabalho social com as famílias. Em consequência de diversos esforços, o trabalho infantil tem apresentado uma trajetória declinante no período recente: segundo a PNAD (IBGE), a proporção de crianças em situações de trabalho, na faixa etária atendida pelo PETI (6 a 15 anos), reduziu de 8,52% (2001) para 4,7% (2011). Em 2012 esses serviços foram ofertados em mais de 3.500 municípios, beneficiando 853 mil crianças e adolescentes, o que demandou recursos de R$ 277,6 milhões.

Segurança Alimentar e Nutricional

O Programa Segurança Alimentar e Nutricional reúne um conjunto de 12 ações orçamentárias, que podem ser organizadas em três eixos: apoio à produção, comercialização e consumo. Em 2012, o conjunto dessas ações contou com R$ 2,55 bilhões, tendo sido empenhado o valor de R$ 1,96 bilhão e liquidado o montante de R$ 1,20 bilhão.

O eixo de apoio à produção contempla ações de apoio ao autoconsumo alimentar e de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias de agricultores familiares, de povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar, incluindo o acesso à água para o consumo e a produção, além de fomentar ações de inclusão produtiva.

O segundo eixo, da comercialização, desenvolve, além da distribuição de alimentos a famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, a aquisição pelo poder público de alimentos produzidos por agricultores familiares e assegura sua destinação a pessoas atendidas por entidades da rede socioassistencial.

No eixo do consumo, são executadas ações de educação alimentar e nutricional, de apoio à agricultura urbana e periurbana e de estruturação das redes de equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Entre as ações do Programa Segurança Alimentar e Nutricional, destacam-se, em 2012, as ações “Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural”, “Acesso à Água para a Produção de Alimentos”, “Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar” e “Educação Alimentar e Nutricional”, esta em função da publicação do novo marco regulatório.

Acesso à Água

A ação “Acesso a Água para Consumo Humano na Zona Rural” é executada por intermédio da construção de cisternas de placas para armazenamento de água da chuva, objetivando universalizar o acesso adequado à água para consumo humano para populações rurais de baixa renda, com foco no semiárido brasileiro. As cisternas de placa conformam uma tecnologia social para

a captação e o armazenamento de água da chuva, disseminada por intermédio de metodologia participativa e educativa.

Em 2012, o MDS celebrou a ultrapassagem da importante marca de 500 mil cisternas de placas construídas no semiárido entre 2003 e 2012, resultado de um amplo esforço de vários parceiros do Governo Federal, envolvendo a sociedade civil por meio da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), governos estaduais, municipais e consórcios públicos e contando, inclusive, com o apoio da iniciativa privada e internacional.

Esse resultado demonstra, mais uma vez, que a tecnologia de captação e armazenamento de água da chuva é uma alternativa de baixo custo e viável para a promoção da saúde e da segurança alimentar das populações rurais em situação de vulnerabilidade social e do desenvolvimento dos territórios em que vivem. Cabe lembrar que os recursos do Programa de Cisternas são aplicados diretamente nos municípios – a grande maioria com menos de 10 mil habitantes – dinamizando a economia local, com a compra de materiais e a contratação de mão-de-obra.

Os investimentos alcançaram R$ 360,9 milhões de recursos empenhados em 2012, com a liquidação de R$ 150,3 milhões. Nesse período, foram contratadas cerca de 196 mil cisternas e entregues 77.458 unidades. Para tais resultados, entre outras parcerias, contribuíram a cooperação estabelecida com o programa Minha Casa, Minha Vida, no sentido de que a cisterna integrasse o projeto das residências construídas em seu âmbito, e o contrato de prestação de serviços firmado com o Banco do Nordeste, que atuará como mandatário da União e que operacionalizará contratos de repasse para a implementação de ações de água para consumo e produção. Além da ampliação das parcerias, a ação de acesso à água iniciou sua atuação nas regiões Norte e Sul.

Por sua vez, a ação "Acesso à Água para a Produção de Alimentos", do Programa Segunda Água, tem por objetivo a identificação e a implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água, de baixo custo e de comprovada eficiência técnica, que visem ampliar as condições de acesso à água para o fomento e estruturação produtiva no meio rural, aliadas a capacitações para a gestão da água, para a produção de alimentos e para o manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo intercâmbios de experiências entre beneficiários, agricultores e instituições.

Em 2012, foram entregues 8.886 equipamentos, que beneficiaram cerca de 12 mil famílias. Nesse período, foram empenhados R$ 439,9 milhões e liquidados R$ 324,3 milhões, e contratados mais de 45 mil**,** entre elas cisternas calçadão, cisternas de enxurrada, barragens subterrâneas, tanques de pedra e bombas d'água popular.

Ampliação da Participação de Agricultores Familiares, Mulheres Rurais, Povos e Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas no Mercado Institucional

Parte integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) busca incentivar a agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social, o consumo e o acesso a alimentos em quantidade e qualidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, fortalecer os circuitos comerciais locais e regionais, estimular o cooperativismo e associativismo, formar estoques públicos, valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica, com ênfase na sustentabilidade.

Seus beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos na Lei nº 11.326/2006, a Lei da Agricultura Familiar. De outro lado, seus beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

O PAA – instituído por meio da Lei nº 10.696/2003 – contou, ao longo de 2012, com aprimoramentos introduzidos pela Lei nº 12.512/11 e regulamentados pelo Decreto nº 7.775/2012. Sua execução foi redesenhada para permitir o aumento do número de beneficiários, tanto de seus fornecedores como de seus consumidores, como também para ampliar a eficiência e a efetividade do Programa. A parceria com a União se dará mediante formalização de Termo de Adesão com estados, municípios, Distrito Federal e consórcios públicos de municípios (cujo estatuto comprove atuação com a promoção de Segurança Alimentar) com vistas à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além da formação de estoques públicos. Nesse novo modelo, o pagamento pela União aos beneficiários fornecedores é feito por meio de crédito em cartão bancário específico, de instituição financeira oficial, o que permite ao gestor federal atuar sobre a governança da execução das ações que compõem o Programa. Dezoito estados e 112 municípios já haviam aderido à nova forma de operação do PAA até 31/12/2012.

O Decreto nº 7.775/2012 também introduziu uma nova modalidade de execução do PAA, a modalidade Compra Institucional. Por meio dela, órgãos públicos federais, estaduais e municipais que tenham que atender a demandas regulares de consumo de alimentos poderão adquirir produtos da agricultura familiar com dispensa de licitação por meio de editais de chamadas públicas. As compras são permitidas para instituições que fornecem refeições regularmente como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. O limite financeiro por unidade familiar/ano é de R$ 8 mil (oito mil reais), independentemente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se, portanto, de mais um instrumento de incentivo à produção de alimentos agricultura familiar, dinamizando a economia local e abrindo novas perspectivas de inclusão produtiva no meio rural.

Em 2012, foram aplicados na aquisição de alimentos R$ 923,6 milhões (empenho emitido), e R$ 640,0 milhões liquidados. O valor empenhado beneficia cerca de 184 mil agricultores familiares. No ano anterior, 162 mil agricultores familiares haviam fornecido alimentos ao PAA.

Promoção da Alimentação Saudável

A Educação Alimentar e Nutricional é uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, definidas pelo Decreto nº 7.272/2010, e suas ações tem papel relevante na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) estão sendo desenvolvidas de forma articulada e podem ser compreendidas em três componentes principais: normatização, mobilização e qualificação, conforme consta do Plano Plurianual (PPA 2012/2015) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2012/2015).

Em 2012, destaca-se a publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, seguindo um processo democrático e participativo construído com diversos setores e atores. Juntamente com o Marco de Referência, foi lançada a rede Ideias na Mesa, uma plataforma *on-line* para divulgação e compartilhamento de experiências em Educação Alimentar e Nutricional que possibilita, ainda, o georreferenciamento das experiências cadastradas.

Avaliação e Gestão da Informação

A produção e disseminação de informação, conhecimento e instrumentos de gestão são atividades fundamentais para que o MDS conheça melhor o público-alvo de suas políticas, a lógica de intervenção de seus programas, os problemas e boas práticas de implementação de suas ações e, naturalmente, os resultados e impactos do esforço governamental na área do Desenvolvimento Social.

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/SAGI realiza esse trabalho utilizando-se de recursos provenientes das ações de Avaliação e Monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no âmbito do Programa de Gestão e Manutenção do MDS.

Entre as várias iniciativas realizadas nessa área em 2012, cabe destacar o desenvolvimento de aplicativo que permite a consulta a informações de famílias inscritas no Cadastro Único e do acesso das mesmas a outros programas e serviços governamentais, ofertados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). O aplicativo para Consulta e extração de dados do Cadastro Único é outro aplicativo que tem permitido gestores e técnicos municipais a desenvolveram atividades mais específicas para prover acesso a serviços e oportunidades de capacitação ao público beneficiário e em extrema pobreza.

Outra atividade relevante foi a estruturação do Registro Mensal de Atendimentos de Serviços Socioassistenciais, que permite que os mais de 7 mil Centros de Referencia da Assistência Social de todo o País possam informar, mensalmente, *on-line*, o volume de famílias atendidas nos serviços de proteção social básica e especial, além do público específico do Plano Brasil Sem Miséria.

A integração dessas informações do Cadastro Único com outros registros de programas sociais tem permitido ao MDS construir e manter o Portal Data Social – com dados e indicadores de todas as áreas de atuação do Ministério e o Painel de Indicadores de Monitoramento do BSM, com informação granular ao nível municipal e atualizada mensalmente, outra iniciativa estratégica a registrar. Além de seu uso para acompanhamento das entregas e efeitos do Plano junto à sociedade por parte do Ministério, esses indicadores estão sendo disponibilizados para que os novos prefeitos possam acompanhar o BSM em seus municípios.

Também é relevante citar a divulgação nesse ano dos resultados finais da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, realizada em 2009 em 269 municípios em todo o País, coletando informações de mais de 11 mil famílias inscritas ou não no Cadastro Único, beneficiárias ou não do Programa Bolsa Família, já entrevistadas na primeira rodada da pesquisa, realizada em 2005. Trata-se de uma pesquisa desenhada para captar os impactos específicos do programa em várias dimensões socioeconômicas, isolando-os dos efeitos dos demais programas sociais existentes.

No que diz respeito à educação, a pesquisa revela que crianças beneficiárias do Bolsa Família apresentaram progressão escolar da ordem de seis pontos percentuais maior do que crianças de mesmo perfil socioeconômico não beneficiárias.

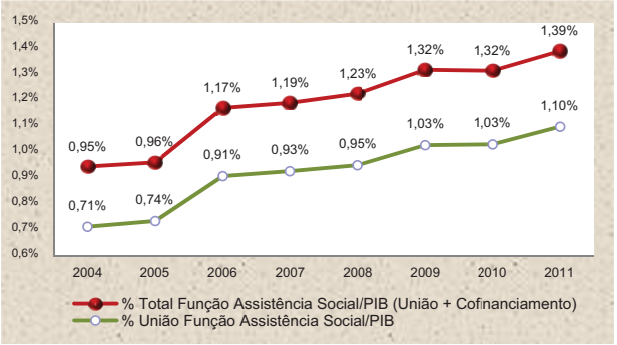
A pesquisa também mostra que o programa gerou impactos efetivos na melhoria das condições de saúde de crianças beneficiárias, reduzindo a desnutrição aguda e garantindo cumprimento mais regular do esquema vacinal. Mulheres grávidas beneficiárias do programa também se mostraram mais presentes no acompanhamento pré-natal.

Por fim cabe destacar ainda a formatação de propostas pedagógicas dos cursos de aperfeiçoamento em Serviços Socioassistenciais, Gestão Orçamentária e Financeira e de Indicadores de Diagnóstico para SUAS e BSM, assim como o credenciamento de Instituições de Ensino Superior para oferecimento dos mesmos no próximo ano, sob coordenação conjunta da Secretaria Nacional da Assistência Social e das secretarias congêneres estaduais.

Execução Orçamentária

O volume de recursos alocados na função Assistência Social, envolvendo recursos federais e o cofinanciamento de estados e municípios, apresenta permanente elevação ao longo dos últimos oito anos, conforme demonstra sua participação no PIB, tendo passado de 0,95% para 1,39% entre 2004 e 2011, o que indica sua crescente representatividade no campo das políticas públicas.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO AO PIB, EM TERMOS NOMINAIS (2004-2010)



Fonte: Siafi, SISTN/STN e IBGE
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Em 2012, houve um crescimento de 22,0% no valor liquidado na Função Assistência Social comparado ao exercício anterior, o que corresponde a um acréscimo de quase R$ 10 bilhões. De 2007 a 2011, a expansão foi de 92,9%. Os quadros a seguir demonstram a evolução da execução orçamentária do MDS, de 2008 a 2012, sob a ótica das funções orçamentárias e respectivas subfunções, bem como dos programas do PPA 2012-2015. Observando-se a função Assistência Social, verifica-se a ocorrência de atipicidades na execução orçamentária considerando-se a série histórica. Um ponto de destaque foi a redução que ocorreu em 2012 nos valores liquidados da subfunção Assistência à Criança e ao Adolescente em comparação com os exercícios anteriores. Isso aconteceu em função da exclusão das ações referentes a serviços socioeducativos e proteção social para jovens de 15 a 17 anos e crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual no PPA 2012-2015, cujos serviços foram incorporados a outras ações classificadas na subfunção Assistência Comunitária.

Outra situação relevante diz respeito ao crescimento significativo na liquidação de restos a pagar nas demais subfunções em 2012, especialmente se comparado a 2011. Nesse caso, há de considerar os seguintes fatos: a) em 2011, o volume de recursos alocados por meio de créditos adicionais para esse conjunto de subfunções foi, aproximadamente 5 vezes maior do que em 2010; b) os restos a pagar inscritos no exercício de 2012 tiveram uma forte concentração em três ações (73,6% do total): Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar; Construção de Cisternas para Armazenamento de Água; e Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – caso essas ações fossem retiradas do cômputo, em 2012, o valor inscrito de restos a pagar não processados teria crescido 87,6% confrontado com 2011, ainda elevado, porém compatível com as variações observadas na série histórica; c) para as três ações supracitadas, foram aprovados créditos adicionais no valor total de R$ 516,5 milhões no mês de outubro, equivalente a um acréscimo de 72,2% em relação ao valor alocado antes dos créditos. Portanto, o aporte de recursos ocorrido no final do exercício aliado ao fato de que nas três ações em questão a execução orçamentária se realiza predominantemente por meio de convênio, o que exige um trâmite processual complexo, justifica o alto volume de restos a pagar.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

R$ milhões

FUNÇÃO 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		SUBFUNÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
OFSS	No Exercício	Assistência ao Idoso	7.149,5	8.675,0	10.365,3	11.537,4	14.318,0	52.045,1
		Assistência ao Portador de Deficiência	8.446,0	10.037,2	11.868,8	13.578,8	16.005,7	59.936,5
		Assistência à Criança e ao Adolescente	481,0	603,7	668,8	670,9	277,6	2.701,9
		Assistência Comunitária	1.310,2	13.057,1	14.862,5	18.074,1	22.723,2	70.027,1
		Demais Subfunções	11.229,1	743,1	1.017,9	1.248,1	1.552,6	15.790,8
	RPNP	Assistência à Criança e ao Adolescente	1,1	2,9	13,3	29,9	3,8	51,0
		Assistência Comunitária	11,8	46,0	74,6	139,7	163,7	435,8
		Demais Subfunções	34,8	70,1	83,1	46,9	260,5	495,4
TOTAL			**28.663,5**	**33.235,1**	**38.954,3**	**45.325,7**	**55.304,9**	**201.483,5**

Fonte: Siafi – Data da Extração: 10/01/2013
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Com relação às demais funções executadas no âmbito do MDS, se destaca o acréscimo significativo do valor liquidado na função Encargos Especiais, ocorrido em 2010, que ocorre em virtude do pagamento de sentenças judiciais relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que antes eram pagas no âmbito das próprias ações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS

R$ milhões

FUNÇÃO 28 - ENCARGOS EPECIAIS		SUBFUNÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
OFSS	No Exercício	Outros Encargos Especiais	0,0	0,1	290,8	329,8	355,4	976,1
	RPNP	Outros Encargos Especiais	-	-	0,0	1,0	11,9	13,0
TOTAL			**0,0**	**0,1**	**290,8**	**330,8**	**367,4**	**989,1**

Fonte: Siafi – Data da Extração: 10/01/2013
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Observando-se o exercício de 2012 pelo ponto de vista dos programas, constata-se o alto índice de execução orçamentária do MDS, que se situa entre os mais elevados entre os Órgãos da União. Na função Assistência Social, o percentual de empenho com relação à dotação final foi de 97,4%, enquanto o valor liquidado correspondeu a 97,7% do valor empenhado. O quadro seguinte demonstra a execução do MDS por programa. Os programas Bolsa Família e Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tiveram índices de execução elevados, com liquidação acima de 99% do valor empenhado.

Com relação ao programa Segurança Alimentar e Nutricional, cabem algumas observações. A inscrição em Restos a Pagar ocorreu com maior intensidade nas ações de Acesso a Água para Consumo Humano na Zona Rural (1ª Água), Acesso a Água para Produção de Alimentos (2ª Água), Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar e Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos.

No caso das ações de acesso à água, o universo de parceiros que possuem experiência e capacidade técnica e operacional para a execução das mesmas é limitado. Para estabelecer novos convênios com esses parceiros, foi necessária uma análise criteriosa em relação aos convênios já firmados, bem como a avaliação de uma execução satisfatória de maneira a possibilitar novas parcerias. Esse processo estendeu-se até novembro de 2012. Além disso, ampliaram-se as ações para estados das regiões Sul e Norte, abrangendo novas tecnologias de acesso à água distintas daquelas já apoiadas pelo MDS, o que exigiu um esforço maior na elaboração e análise dos projetos. Com relação à ação de Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, é importante lembrar que está sendo reformulada a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a qual até 2011 ocorria por meio de convênios com estados, municípios e consócios públicos. A partir da aprovação da Lei nº 12.512/2011 e do Decreto nº 7.775/2012, uma nova forma de execução do Programa foi possível. Nesse novo modelo, os entes federados e os consórcios públicos passam ser responsáveis pelas operações de aquisição e destinação de alimentos e pelo registro dessas operações em sistema de informação. Já o pagamento aos fornecedores do programa passa a ser feito diretamente pela União, por meio de uma instituição financeira.

Em 2012, os recursos financeiros destinados a essa nova forma de operação somente foram pactuados no quarto trimestre, sendo que a execução das aquisições de alimentos somente foi viabilizada no mês de dezembro. Os pagamentos aos fornecedores participantes do programa em dezembro de 2012, será processada em 2013. A execução da ação de Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos deu-se por meio de contratos de repasse firmados com estados e municípios e operacionalizados pela Caixa Econômica Federal, como mandatária da União.

O MDS lançou editais e selecionou as propostas a serem contratadas. O processo foi concluído após o período eleitoral, em função das limitações impostas pela legislação. Posteriormente, os contratos de repasse foram firmados com condição suspensiva, com pendências que impediram a liquidação financeira de tais instrumentos no exercício de 2012. Assim, no exercício de 2012, foram empenhados R$ 80,4 milhões para a referida Ação, tendo sido liquidados R$ 4,6 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

R$ milhões

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)	**53.832,3**	**56.598,9**	**55.338,3**	**54.220,4**	**52.843,2**	**1.117,9**
Bolsa Família	19.264,2	21.081,1	21.063,3	20.978,6	20.978,6	84,7
Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	32.136,5	32.966,1	32.314,5	32.041,1	30.703,8	273,4
Segurança Alimentar e Nutricional	2.431,6	2.551,7	1.960,4	1.200,6	1.160,7	759,8
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)	**256,5**	**245,6**	**219,8**	**163,2**	**163,2**	**56,7**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)	**1,0**	**0,3**	**-**	**-**	**-**	**-**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)	**654,3**	**847,0**	**612,1**	**493,4**	**493,4**	**118,7**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)	**54.744,2**	**57.691,7**	**56.170,2**	**54.877,0**	**53.499,8**	**1.293,2**

Fonte: Siafi – Data da Extração: 10/01/2013
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

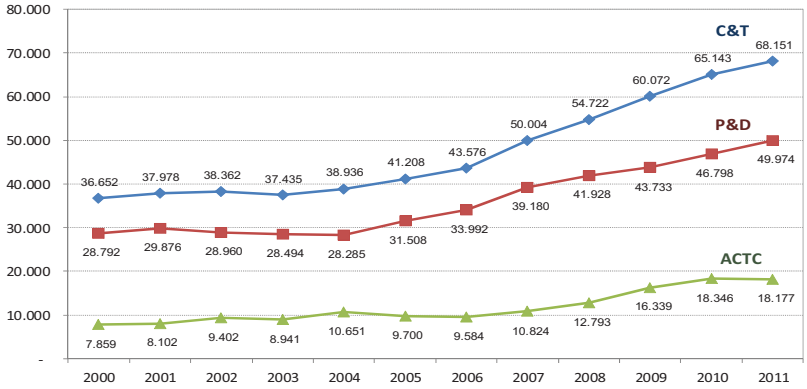
4.4. FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

4.4.1. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Governo Federal, nos últimos anos, incluiu Ciência, Tecnologia e Inovação entre suas prioridades estratégicas, determinação que se traduziu na decisão de "consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro" no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, ratificada na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que estabelece as diretrizes para orientar as ações que viabilizarão essa transformação e o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a consequente ampliação do volume de recursos alocados ao setor e obtenção de importantes avanços na área.

Os Dispêndios Nacionais em Ciência e Tecnologia (DNCT) – compostos pelos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC), incluindo os dispêndios públicos de vários órgãos (federais e estaduais) e empresariais (privados e estatais) – apresentaram um crescimento real de 4,6% em 2011, relativamente a 2010 (os dados de 2011 ainda são preliminares, devido às várias fontes de informação envolvidas). Destaca-se o aumento de 6,8% dos dispêndios em P&D, que passaram de R$ 46,8 bilhões, em 2010, para cerca de R$ 50 bilhões, em 2011, conforme gráfico a seguir.

DISPÊNDIOS NACIONAIS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 2000-2011
R$ milhões



Fontes: PIB - IBGE, extraído em 07/02/2012; Dispêndios federais: Siafi / Dispêndios estaduais: Balanços Gerais dos Estados e levantamentos realizados pelas Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia ou instituições afins; e, Dispêndios empresariais: Pesquisa de Inovação Tecnológica - Pintec/IBGE e levantamento realizado pelas empresas estatais federais, a pedido do MCT / Nota: Valores a preços de 2011, deflacionados pelo deflator implícito do PIB.
Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN) - ASCAV/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Os números preliminares, consolidados pelo MCTI, demonstram que os dispêndios empresariais em C&T tiveram crescimento médio real de 8,4% a.a., entre 2004 e 2011.

Embora essas estimativas venham a serem revistas quando o IBGE divulgar os resultados da Pesquisa de Inovação (PINTEC) 2011 e Produto Interno Bruto (PIB) 2011, já indica uma mudança na cultura empresarial e, ainda que o País tenha um longo caminho a percorrer, demonstram que as políticas de estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas empresas vêm gradativamente conseguindo atingir os seus objetivos.

Publicações de Artigos Brasileiros – participação mundial

Os avanços das políticas públicas de ciência e tecnologia têm apresentado resultados positivos para a produção científica nacional. A participação do Brasil na produção científica mundial, medida pela quantidade de artigos publicados em periódicos indexados, especialmente nas bases com cobertura internacional *Web of Science - WoS* (*Thomson Reuters Science*) e *Scopus* (*Elsevier*), demonstram que, na última década, a participação brasileira na ciência produzida mundialmente praticamente duplicou.

Os últimos dados da Thomson/ISI de que o MCTI dispõe colocam o Brasil como o 13º país com maior número de artigos indexados pela base WoS em 2009, e também entre os seis países do mundo com maior crescimento em termos de produção científica no período de 2001 a 2009.

Os dados da SCOPUS reforçam essa constatação mostrando que o Brasil aumentou sua participação % em relação ao mundo. Em 2000 era de 1,15% e em 2011 alcançou 2,28% em relação ao mundo. A fonte utilizada para indicadores da base Scopus, o Scimago (http://www.scimagojr.com/countryrank.php) ainda não divulgou dados para 2012. .[1]

Análise dos Resultados da Atuação Governamental

Em 2012, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) atingiu um orçamento (LOA + Créditos) de R$ 10,9 bilhões, sendo cerca de R$ 4,5 bilhões oriundos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Promoção da Inovação nas Empresas

No Brasil, 47,3% (2010) dos gastos em P&D são feitos pelas empresas, enquanto em vários países mais dinâmicos tecnologicamente (Estados Unidos, Alemanha, China, Coreia e Japão) essa proporção está perto de 70%, o que demonstra que a participação do setor empresarial nos esforços tecnológicos brasileiros ainda está aquém dos níveis observados internacionalmente.

O Governo Federal tem utilizado diversos instrumentos de incentivo à inovação tecnológica previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), na Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005, alterada pela Lei nº 11.487/2007) e na Lei da Informática (Lei nº 11.077/2004). A Lei de Inovação avançou ao permitir a participação de pesquisadores e a utilização da infraestrutura, dos laboratórios e equipamentos das instituições científicas e tecnológicas públicas em projetos de P&D desenvolvidos em parceria com as empresas, além de possibilitar a criação do Programa de Subvenção Econômica, que aporta recursos públicos não reembolsáveis em programas de P&D desenvolvidos diretamente pelas empresas. A Lei do Bem possibilitou a concessão de incentivos fiscais para as empresas inovadoras de forma ágil e desburocratizada, propiciando um crescimento significativo do número de empresas beneficiadas, passando de 130 empresas em 2006 para 767 em 2011. Os dados de 2012 estarão disponíveis somente no segundo semestre de 2013. A Lei da Informática permitiu a utilização de incentivos fiscais por parte das empresas que investem em P&D. Desde 2001, quando ocorreram alterações na Lei, houve aumento expressivo da demanda das empresas nacionais e estrangeiras (já instaladas no País ou novas) pelos incentivos previstos na legislação. Atualmente, o MCTI conta com cerca de 180 Instituições credenciadas beneficiárias da Lei da Informática, sendo executados anualmente mais de 3.000 projetos próprios e conveniados com alto grau de inovação tecnológica.

Seguindo as diretrizes do Plano Brasil Maior (PBM) e da ENCTI, o Marco Legal da Inovação foi aperfeiçoado com a adoção de medidas como o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotivos (INOVAR-AUTO), instituído pela Lei nº 12.715/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.819/2012 e atos complementares. O objetivo dessas medidas é apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, garantir a segurança, a proteção ao meio ambiente, à eficiência energética e a qualidade dos veículos e das autopeças. Trabalha-se ainda na conclusão do arcabouço legal e operacional que permite a emissão de debêntures por empresas que tiverem aprovados projetos de investimentos considerados prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, de acordo com a Lei nº 12.431/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.603/2011 e pela Portaria MCTI nº 868/2012.

Destaca-se a publicação de decretos concedendo margens de preferência de até 25% nas compras públicas de centenas de produtos de empresas brasileiras, inclusive com margens adicionais para produtos com tecnologia nacional, abrangendo os setores de confecções, medicamentos e fármacos, materiais e equipamentos hospitalares, caminhões, furgões para ambulância, máquinas e implementos agrícolas e rodoviários, como tratores, perfuratriz, retroescavadeira e motoniveladoras, trens urbanos, papel-moeda e disco para moeda.

Fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

A atuação da FINEP no financiamento às atividades de inovação realizadas pelas empresas brasileiras inovadoras expandiu-se significativamente. A carteira de projetos, que representa a demanda do setor produtivo em diversas fases de negociação, atingia no início do ano o montante de R$ 9 bilhões e fechou o exercício no patamar de R$ 13,5 bilhões. Deste total, foram contratados R$ 2,6 bilhões em operações crédito, o que representou um crescimento de mais de 30% em relação a 2011.

No final de 2012, foram ampliados os recursos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) destinados à FINEP, que foi autorizada a financiar R$ 6 bilhões com taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional. Somados ao apoio do PSI estão os recursos da Ação de Equalização do FNDCT, que possibilitarão à FINEP oferecer crédito subsidiado com recursos captados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de recursos próprios.

No Programa de Subvenção Econômica, foram desembolsados R$ 230 milhões em 2012 para projetos selecionados em anos anteriores. Foram avaliadas as propostas para o desenvolvimento de novas tecnologias no setor de Etanol e iniciado o processo de seleção daquelas referentes ao setor do Petróleo e Gás. Também com recursos de subvenção econômica, foi lançado o

[1] O valor de 2,69% para 2009 é proveniente da base Web Of Science. No mesmo ano, o valor para a base Scopus era 2,11%. Como destacado na nossa nota metodológica sobre produção científica (http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/5181/Nota_geral_Producao_cientifica.html), cada base possui sua cobertura própria e os números não são diretamente comparáveis entre si. Observe-se que o movimento na base Scopus é ascendente entre 2009 e 2011: de 2,11% a 2,28%. O comportamento paralelo das duas séries pode ser observado na Tabela 5.5 do portal de indicadores: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/5710/Numero_de_artigos_brasileiros_da_America_Latina_e_do_mundo_publicados_em_periodicos_cientificos_indexados_pela_ThomsonISI_e_Scopus.html.

Programa Tecnova, com objetivo de criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro e pequeno porte, com foco no apoio à inovação tecnológica e com o suporte aos parceiros estaduais. Foi dado início ao processo de credenciamento dos agentes financeiros interessados em operar o Programa INOVACRED, por meio do qual a FINEP irá oferecer financiamento a empresas de receita operacional bruta anual ou anualizada de até R$ 90 milhões, para aplicação no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos já existentes, ou ainda em inovação em marketing ou inovação organizacional. Esse apoio será concedido de forma descentralizada, por meio de agentes financeiros, que atuarão em seus respectivos estados ou regiões, assumindo o risco das operações.

EMBRAPII e SIBRATEC

Outra iniciativa que visa ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País foi a articulação para a viabilização da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), que tem como objetivo central fomentar projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais e instituições tecnológicas, voltadas para atividades de P&D, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores. Em 2012 foi dada continuidade aos esforços do Grupo de Trabalho (GT) instituído para subsidiar o MCTI na constituição da EMBRAPII. O GT, em sua atribuição de identificação do modelo mais adequado para a Empresa, testou o modelo operacional proposto, contratando, através dos três Institutos Tecnológicos envolvidos nessa fase piloto, o desenvolvimento de 12 projetos inovadores com empresas de setores industriais estratégicos, no valor total de R$ 18,1 milhões.

Já o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) intensificou os esforços para fortalecimento e aperfeiçoamento de suas Redes. Desde sua criação foram articuladas 14 Redes de Centros de Inovação (CI), 20 Redes de Serviços Tecnológicos (ST) e 22 Redes de Extensão Tecnológica (ET). Até 2012 foram implementadas, 9 Redes de CI, 17 de ST e 20 de ET, das quais 9 foram implementadas. Como resultado dos investimentos realizados, dos 21 projetos de desenvolvimento tecnológico articulados no ano anterior, de cooperação entre ICT e empresas, pelas Redes de CI, foram recomendados à FINEP/MCTI 17 projetos e aprovados sete. Desde o início de sua operação em 2010, as Redes de ST prestaram cerca de 492 mil serviços de calibração e ensaios para mais de 13 mil empresas. As Redes de ET realizaram, em 2012, cerca de 950 atendimentos a micro, pequenas e médias empresas, metade do atendimento total desde 2009, o que representa um significativo avanço.

Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas

O Brasil conta com 27 parques tecnológicos e 384 incubadoras de empresas em operação e outras dezenas em estágio de implantação, em todas as regiões brasileiras. Foram investidos pelo MCTI cerca de R$ 353 milhões no período de 2002 a 2012 para sua implantação e operação. Esses espaços abrigam aproximadamente 3 mil empresas que geram 40 mil empregos de alto valor agregado em conhecimento científico e tecnológico. Em 2012, foram apoiadas mais 11 iniciativas de incubadoras de empresas de base tecnológica, no valor de R$ 1,9 milhão. Foi realizado ainda o pagamento de R$ 13,9 milhões aos convênios firmados em 2010, para a implantação de parques tecnológicos no estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Novo Hamburgo, Lajeado, Santa Cruz e Pelotas. Cada um deles recebeu cerca de R$ 3,5 milhões.

Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova)

O Pró-Inova financia projetos de capacitação de núcleos de inovação tecnológica (NITs) para gerir a política de inovação das instituições científicas e tecnológicas (ICTs) públicas e privadas sem fins lucrativos. Em 2012, apoiou ações de suporte à Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI): formação da Rede de Núcleos de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), concedendo 35 bolsas de fomento tecnológico industrial; acompanhamento da contratação de 24 Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação e realização de Missão de Estudos de Gestão Avançada da Inovação na Alemanha. Fomentou-se a realização de 14 projetos de promoção da inovação nas empresas em todo o País, no valor de R$ 1,8 milhão. Julgamento da primeira rodada de projetos do Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE), no valor total de R$ 60 milhões.

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

O setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) constitui-se num dos principais geradores e difusores do progresso técnico e da produtividade na economia atual, presente em todos os setores econômicos. Esse setor é prioritário na implantação de políticas tecnológica, industrial e comercial das economias mais avançadas, contribuindo em 2012 com cerca de US$ 1,8 trilhão do volume de negócios da economia mundial. As TIC abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, tecnologias de redes de comunicação e os equipamentos de processamento digital de informações, além de tecnologias emergentes tais como TV Digital, tecnologias de acesso e conectividade (banda larga, wireless etc.). A participação deste setor na economia brasileira é da ordem de US$ 60 bilhões, sendo que o montante relacionado ao faturamento das empresas beneficiárias da Lei de Informática é cerca de US$ 40 bilhões.

Em semicondutores e *displays*, a política adotada visa à implantação plena desta indústria no País. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores e *Displays* (PADIS) (Lei nº 11.484/2007) aprovou, em 2012, 5 novos projetos industriais, com investimentos superiores a R$ 1 bilhão nos próximos 3 anos. Novas medidas de estímulo para a área foram aprovadas, Lei nº 12.715/2012, que possibilitará a desoneração da folha de pagamentos das empresas de projeto de circuitos integrados e a concessão dos incentivos do PADIS para a indústria de bens de capital de fabricantes de insumos para os componentes semicondutores e *displays*. Um conjunto de novas ações e medidas para essa área já foram submetidas ao Comitê e ao Conselho de Competitividade de Tecnologias da Informação e Comunicação/Complexo Eletroeletrônico do Plano Brasil Maior (PBM). Estabeleceu-se, no âmbito do Programa Prioritário de TIC, a construção de uma estratégia para o setor de *software* e serviços de TI. Assim, em 2012, o MCTI estruturou um novo programa

específico para o desenvolvimento desse setor. Lançando o Programa Estratégico de Software e Serviços de TI (TI Maior), com o objetivo de: (*i*) fortalecer o setor de *software* e Serviços de TI no País, na concepção e desenvolvimento de tecnologias avançadas, (*ii*) criar empregos qualificados, (*iii*) apoiar a geração de empresas de base tecnológica, e (*iv*) fomentar a pesquisa avançada aplicada, fortalecendo a ligação de grupos de pesquisa e empresas. Ele está baseado em cinco pilares: (*i*) desenvolvimento econômico e social, (*ii*) posicionamento internacional, (*iii*) inovação e empreendedorismo, (*iv*) competitividade e (*v*) produção científica, tecnológica e de inovação.

O Programa TI Maior, além de se integrar à ENCTI, se articula com outras políticas públicas, como a Estratégia Nacional de Defesa (END), o Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as ações do Programa Brasil Mais Saúde, as medidas de incentivo do Plano Brasil Maior, as diretrizes do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), bem como os seguintes Regimes Especiais: Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), PADIS e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD). Suas primeiras ações e medidas dizem respeito a: (*i*) Ecossistemas Digitais, (*ii*) Certificação de Tecnologia Nacional de Software e Serviços Correlatos (CERTICs), (*iii*) Star-Up Brasil, para acelerar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, (*iv*) Educação Brasil Mais TI, (*v*) Atração de Centros Globais de P&D, (*vi*) Inteligência de Mercado e (*vii*) Fundos de Investimento Integrado.

Nanotecnologia

A cooperação Brasil-China foi efetivada com a inauguração do Centro Brasil-China de Nanotecnologia que será sediado no Brasil pelo LNNANO/CNPEM e na China pelo Centro de Engenharia e Nanotecnologia de Xangai e pelo Centro de Nanociências e Tecnologia de Pequim. As ações do Governo Federal para a nanotecnologia terão gestão unificada com a criação do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN). Os objetivos e metas para a Nanotecnologia estão inseridos na Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia que está sendo debatida no Comitê Interministerial e será consolidada em 2013. Fez-se, ainda, a estruturação dos laboratórios com expertise nas diversas áreas da Nanotecnologia por meio da chamada para inscrição ao Sistema de Laboratórios de Nanotecnologia (SisNANO). Inscreveram-se 50 laboratórios dois quais a metade foi aceita para integrar o SisNANO. Lançada chamada pública - Tecnologias inovadoras na produção, prototipagem e/ou aumento de escala em nanotecnologia, no valor de R$ 5,25 milhões, que aprovou 11 propostas de pesquisadores sêniores e 13 de jovens pesquisadores.

Energia e Recursos Minerais

Foi aprofundado o detalhamento das ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação de Energia e Recursos Minerais, consolidado em 2011, sendo finalizados vários estudos setoriais, os quais visaram eliminar os principais entraves científicos e tecnológicos de setores considerados estratégicos para o País nas seguintes áreas: terras raras, eficiência energética, energia eólica, redes elétricas inteligentes (*smartgrids*) e carvão mineral. A realização de eventos que expressam a consolidação do trabalho contínuo de incentivo à P,D&I para o crescimento dessas áreas energéticas também recebeu apoio como o 5º Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB), o 8º Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel, e esse último obteve grande repercussão, com quase 1.000 artigos submetidos, número cinco vezes maior que o da primeira edição, o que evidencia a expansão e avanço das pesquisas sobre esse biocombustível. Na área de hidrogênio foram apoiados a Reunião Anual Tarefa 21 do Acordo de Hidrogênio, da Agência Internacional de Energia (IEA), projeto que consiste no desenvolvimento de pesquisas para a produção biológica de hidrogênio, e o 6º Workshop Internacional sobre Hidrogênio e Células a Combustível – WICaC 2012, o mais importante encontro de especialistas brasileiros e estrangeiros para tratar dos temas relativos à produção de hidrogênio, tecnologias de células a combustível, utilização energética de hidrogênio, políticas públicas e regulação. O evento comemorou os 10 anos de lançamento do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Economia do Hidrogênio (ProH2), coordenado pelo MCTI, e possibilitou avaliar os avanços alcançados e identificar os próximos passos para a aplicações energéticas do hidrogênio.

Mar e Zona Costeira

É fundamental promover a pesquisa científica multidisciplinar dos oceanos e suas interações com a atmosfera e continentes, o que implica dispor de infraestrutura operacional e administrativa adequada para a consecução dessas atividades. Neste sentido, destaca-se a aquisição de um novo Navio Oceanográfico, equipado com o que há de mais avançado em tecnologia de experimentação marinha, que suprirá a carência de navios para atender às demandas dos projetos científicos. O MCTI, a Marinha do Brasil, a Vale e a Petrobras assinaram Acordo de Cooperação no valor total de R$ 162 milhões para a referida aquisição (R$ 27 milhões da FINEP/MCTI, R$ 27 milhões da Marinha, R$ 38 milhões da Vale e R$ 70 milhões da Petrobras).

Recursos Naturais

O lançamento e implementação do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros (SiB-Br), lançado em abril, prevê a consolidação da infraestrutura e das tecnologias necessárias para qualificar, reunir e disponibilizar *online* e gratuitamente informação sobre biodiversidade de todos os ecossistemas brasileiros. Atuará no desenvolvimento de produtos e serviços que permitirão a integração dos objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade nas operações dos setores produtivos. O SiB-Br foi financiado com recursos na ordem de US$ 20 milhões provenientes do MCTI e US$ 8 milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

O SiB-Br é uma iniciativa que resulta do trabalho entre governo e academia. Apenas em relação às coleções biológicas nacionais, são mais de 10 milhões de espécimes depositados e fonte de muitas informações que serão disponibilizados pelo novo Sistema.

Cemaden

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), criado pelo Decreto nº 7.513/2011, realiza, em âmbito nacional, o monitoramento contínuo de condições hidrometeorológicas e climáticas

adversas capazes de deflagrar processos que produzam risco iminente de ocorrência de desastres naturais. Com base em dados e informações obtidos de pluviômetros e radares meteorológicos, o Cemaden realiza análises e emite alertas de riscos de processos geodinâmicos de escorregamentos, e alertas hidrológicos associados a enchentes, inundações, enxurradas, além de impactos de secas severas, que são enviados para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC/MI, que os retransmite para os órgãos estaduais e municipais de Defesa Civil.

O Cemaden monitora 274 municípios para os quais se dispõe de dados do mapeamento de áreas de risco elaborados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), e por outras fontes (Prefeituras Municipais, Departamento de Recursos Minerais (DRM) do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IG) etc.) e que estão inseridos na plataforma de observação. Desde o início da operação, em dezembro de 2011, já foram emitidos 281 alertas de risco de desastres naturais, 253 deles em 2012, classificados em três níveis distintos de criticidade a desastres naturais (alerta de risco moderado, alerta de risco alto e alerta de risco muito alto).

Foi iniciado o processo de compra de 9 radares meteorológicos e 1.500 pluviômetros automáticos, para serem instalados e operados a partir de 2013, cujos dados de chuva serão transmitidos continuamente (*online*) para a plataforma de dados do Cemaden; 1.100 pluviômetros semi-automáticos para o Projeto "Pluviômetros nas Comunidades"; e sendo adquiridos 100 estações hidrológicas para o monitoramento de cheias e enxurradas e conjuntos de instrumentação e sensores geotécnicos para monitoramento direto da movimentação de terrenos em áreas de risco de escorregamentos.

Ciência sem Fronteiras

Em 2012, o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), iniciativa conjunta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação, por meio de suas respectivas Agências – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concedeu 17.885 mil bolsas a estudantes para atuarem em diferentes países, como Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, Espanha, França, Holanda, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido, entre outros, superando a meta estabelecida de 16.340 bolsas.

Fortalecimento da Pesquisa e Infraestrutura Científica e Tecnológica

Uma parte expressiva dos avanços obtidos no campo da produção científica nacional deve-se à ampliação dos investimentos em infraestrutura de pesquisa, por meios de editais lançados anualmente pela FINEP, e à intensificação do fomento à pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, por meio dos programas e instrumentos utilizados pelo CNPq, com destaque para o Edital Universal, que é o programa que mais recebe propostas e coloca à disposição da comunidade científica e tecnológica o maior montante de recursos a serem distribuídos, sendo um dos principais mecanismos de fomento do CNPq para atividades de pesquisa em todas as áreas do conhecimento.

O Edital Universal de 2012 envolveu recursos, incluindo bolsas, no valor global de R$ 164 milhões, previstos no orçamento do CNPq e também provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Dos recursos aprovados, 30,5%, superior ao alcançado em 2010 que foi de 27,30%, está destinado a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. Na edição 2012, o CNPq recebeu 16.244 propostas de pesquisas e concessão de bolsas, alcançando uma demanda de R$ 781 milhões, um aumento de 38% em relação a 2008, com aprovação de 3.688 projetos, 67% a mais em relação ao mesmo ano.

Para a Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-Infra (Proinfra) de 2011 e que foi julgada em 2012, foram apresentadas propostas de 180 universidades e instituições de pesquisa, incluindo 524 subprojetos, tendo sido aprovadas 97 propostas, com 255 subprojetos, em um total de R$ 403 milhões, recursos não reembolsáveis do FNDCT (Fundo Setorial CT-Infra)., Desses recursos, 32% foram para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além das regiões de abrangência da Sudene e da Sudam.

Outra importante vertente das ações para o fortalecimento da pesquisa e infraestrutura científica e tecnológica consiste no apoio aos institutos do MCTI, constituídos por 13 Unidades de Pesquisa (UPs) diretamente subordinadas ao MCTI e cinco Organizações Sociais com contrato de gestão. Nos últimos anos, o Ministério investiu fortemente na sua modernização, o que resultou em expressivo desenvolvimento científico e tecnológico. Em 2012, foram 1.284 publicações em periódicos indexados no *Science Citation Index* (SCI) e 47 pedidos de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive naquelas de interesse imediato da sociedade, como educação, saúde, clima e previsão de tempo. Esse fenômeno se deve, também, ao alinhamento estratégico dos Planos Diretores das UPs com a ENCTI, o que viabilizou maior interação com o setor empresarial, universidades e a sociedade. Seguem alguns destaques:

- A Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) recebeu nova denominação de **Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)**, sendo responsável pela gestão dos Laboratórios Nacionais de Luz Síncrotron (LNLS), de Biociências (LNBio), de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) e de Nanotecnologia (LNNano). O LNLS e o *Canadian Light Source* (CLS) desenvolveram uma interface *web* de operação remota das linhas de luz síncrotron dos dois laboratórios, a qual permite o acesso às linhas de luz do CLS a partir de um computador instalado no LNLS. O LNLS e o LNNano implementaram infraestrutura para simulação física e caracterização avançada de materiais estruturais para aplicação na indústria de petróleo e gás, por meio de modernos espectrômetros de infravermelho utilizando radiação síncrotron. O CTBE e o LNNano desenvolveram sensores colorimétricos para determinações microscópicas de estruturas de materiais lignocelulósicos, visando contribuir para a liderança brasileira no setor de fontes renováveis de energia. O LNNano e a Academia Chinesa de Ciências implementaram o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia (CBC-Nano), considerada uma área portadora de futuro.

- Físicos do **Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)**, em colaboração com pesquisadores do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), participaram da descoberta de uma nova partícula, com características compatíveis com o almejado bóson de *Higgs*. Um grupo do CBPF integra um dos quatro experimentos do LHC (Grande Colisor de Hádrons), o maior acelerador de partículas do mundo.
- Neste período foi consolidado, por iniciativa do IMPA, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Matemática (INCTMat), que visa a articulação do avanço global e integrado da matemática brasileira, operando como um instituto virtual de excelência, reunindo os melhores grupos de pesquisa em matemática e centros em desenvolvimento de 35 instituições brasileiras.
- No **Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI)** destaca-se a inauguração do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), que tem como missão a atuação no desenvolvimento de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis à população.
- Em 2012, o **Centro de Tecnologia Mineral (Cetem)** assinou um Memorando de Entendimento com a *GLENCORE International*, uma das dez maiores empresas de mineração no mundo, para realizarem ações conjuntas de PD&I visando otimizar a produção de zinco, cobre e chumbo metálicos no Cazaquistão. Teve início o projeto Santo Amaro, que visa formular uma proposta governamental para tratar a questão da contaminação por chumbo e outros metais pesados no município de Santo Amaro - BA. O projeto é coordenado pelo Cetem, em parceria com o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), para desenvolver modelagens matemáticas, com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), para realizar investigações na linha de pesquisa da Geologia Médica; e com a Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- O **Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene)** fechou o ano contabilizando mais de R$ 10 milhões investidos no desenvolvimento de projetos e na consolidação de sua infraestrutura, uma das mais modernas do País. Entre os estudos realizados pelos laboratórios da instituição – Biofábrica Governador Miguel Arraes, Laboratório de Biocombustíveis, Laboratório para Integração de Circuitos e Sistemas (Lincs), Laboratório de Microscopia Eletrônica e Rede NanoCetene – destacam-se projetos como Cana de Meristema para o Nordeste garantindo que as mudas estejam livres de doenças, e o sistema microeletrônico para detecção do vírus da dengue e a implantação do Centro Tecnológico de Bioenergia em Caetés (PE).
- O **Instituto Nacional de Tecnologia (INT)** depositou dois pedidos de patentes internacionais, em parceria com o Instituto Militar de Engenharia (IME), consistindo na produção de biocombustíveis para substituição do querosene usado pelos aviões. Essas inovações destacam o INT em trabalhos dedicados à energia que incluem pesquisas para a produção de hidrogênio de etanol e gás natural, além de biocombustíveis de diversas oleaginosas. O INT também vem desenvolvendo tecnologias assistivas para melhorar o rendimento de atletas com deficiências. O Instituto possui um *scanner* gigante 3D a laser, único na América Latina, que viabilizou a inovação em equipamentos para atletas dos Jogos Paraolímpicos de Londres.
- No **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**, o Laboratório de Integração e Testes (LIT), que completou 25 anos, é o único laboratório do hemisfério sul capaz de integrar e realizar testes completos de satélites e seus subsistemas, tendo se consolidado como um dos laboratórios mais sofisticados para a qualificação de sistemas para aplicações espaciais com alto grau de confiabilidade.
- O **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)** inaugurou o Biotério Central para a região amazônica, com equipamentos de última geração, os quais resultam em maior confiabilidade dos resultados das pesquisas realizadas com animais.
- O **Observatório Nacional (ON)** celebrou seus 185 anos, comemorados no dia 15 de outubro de 2012, com atividades científicas, gratuitas e abertas ao público. Pesquisadores brasileiros em parceria com cientistas da colaboração *Dark Energy Survey* (DES) anunciaram o desenvolvimento da Câmera Astronômica mais Potente do Mundo (DECam), que permitiu obter as primeiras imagens do céu do hemisfério sul com alta resolução. O Brasil possui cientistas e técnicos participando do DES, por meio do LIneA, que é um Laboratório interinstitucional envolvendo o ON, o CBPF, o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA).
- Os programas da **Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)** Iniciativa Ótica Nacional (ION) e Latino Americana (IOLACT) proveram, respectivamente, a implantação da maior infraestrutura avançada de redes do País com a ativação dos enlaces do *backbone* da RNP a 10 Gigabit/s e implantação de redes transfronteiriças na América Latina interligando Porto Alegre/Buenos Aires; Argentina/Chile; Curitiba/Assunção; e Porto Alegre/Montevidéu.

Formação e Capacitação de Recursos Humanos

O CNPq tem atuado de forma estratégica e cada vez mais ampla na formação e capacitação de recursos humanos que contempla desde a iniciação de estudantes no processo da pesquisa, simultaneamente ao seu processo de educação escolar e acadêmica, passando pela pós-graduação e chegando ao estágio em que o pesquisador está formado e pronto para o exercício da pesquisa, concomitantemente ao do intercâmbio e da formação de novos membros para a comunidade científico-tecnológica e de inovação. Em 2012, o CNPq concedeu um total médio de 76.587 bolsas (bolsas/ano) em diferentes modalidades, alcançando cerca de 130 mil pessoas.

Destaque para os resultados do Programa Ciência sem Fronteiras que alcançou o número total de 11.566 bolsas concedidas só pelo CNPq em 2012, ultrapassando a meta estabelecida para a instituição para o ano. Esses resultados se apresentam mais expressivos entre as bolsas de graduação e de atração de pesquisadores estrangeiros seniores. Entre as áreas prioritárias do Programa, duas concentraram mais da metade das bolsas: Engenharias e demais áreas tecnológicas (35,8% das bolsas concedidas) e Biologia, Ciências Biológicas e da Saúde (20,1%). Merece destaque a elevada qualidade das principais universidades de destino dos bolsistas de pós-graduação do programa. Entre as 20 principais, 11

estão qualificadas entre as 50 melhores universidades do *Times Higher Education World University Rankings* e cinco entre as 10 melhores.

Em relação à estratégia de cooperação, em 2012 foram firmadas parcerias com diferentes entidades (ANVISA, CAPES, INMETRO, SEBRAE, INCRA etc.), Ministérios (MCTI, MEC, MS, MAPA, MPA, MDS, MDA etc.) e Secretarias Estaduais de Fomento, que possibilitaram a destinação de cerca de R$ 200 milhões ao trabalho da comunidade científica e tecnológica, permitindo que as políticas governamentais fossem vascularizadas pelo Brasil por meio da competência dos educadores e pesquisadores associados às diferentes instituições, públicas e privadas, de C,T&I.

Buscando apoiar jovens pesquisadores para realização de pesquisa, inovação e extensão em temáticas de interesse local, regional e nacional, o CNPq tem envidado esforços atrair e despertar a criatividade destes jovens o mais cedo possível e para tanto a ação FORMA-ENGENHARIA (parceria CNPq/Vale) foi implementada. O objetivo é estimular a formação de engenheiros no Brasil, despertando o interesse vocacional dos alunos de ensino médio pela profissão de engenheiro e pela pesquisa científica e tecnológica, atuando em forte interação com escolas do ensino médio, além de apoiar jovens pesquisadores – docentes para a execução de projetos voltados à inovação relacionados às temáticas de interesses locais, regionais ou nacional, focados nos desafios estratégico do País.

Área Espacial

A política espacial do Governo, entendida como estratégica para o desenvolvimento soberano do País, está orientada para a busca de soluções para vários problemas e desafios nacionais, mediante a aplicação das tecnologias espaciais, do domínio dos meios de acesso ao espaço e das tecnologias críticas envolvidas, com crescente participação e capacitação da indústria nacional.

A Agência Espacial Brasileira (AEB) concluiu, em 2012, a revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), documento decenal que orienta o desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil por meio de uma carteira de projetos voltada para o atendimento das demandas do País. O novo PNAE aperfeiçoa a utilização do mecanismo de compras do Estado, procurando atender às demandas socioeconômicas de forma transversal e em sinergia com as demais políticas públicas em vigor, executando projetos de natureza estruturante e mobilizadora.

Destaques da Política Espacial Brasileira no ano foram os trabalhos para a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que resultaram na criação da empresa Visiona – uma *joint-venture* formada pela empresa estatal de telecomunicações Telebrás e pela Embraer. Coube à AEB a tarefa de elaborar, juntamente com os Ministérios das Comunicações e da Defesa, o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, previsto no Decreto nº 7769/2012, que orientará o processo de capacitação e domínio das tecnologias espaciais aplicadas ao setor de telecomunicações, sempre com a participação da indústria nacional.

Para ampliar a capacidade de observação do território nacional com vistas à proteção ambiental, ao monitoramento agrícola e à gestão territorial, destacam-se também os trabalhos de integração e testes do satélite CBERS-3, com lançamento previsto para 2013, realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pela AEB, em cooperação com a China. Avanços relevantes foram registrados também na continuidade do desenvolvimento dos satélites CBERS-4 e Amazônia-1, com lançamentos previstos para 2014 e 2015, respectivamente. Também vale citar o resultado do trabalho em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), que levou à proposição de um novo sistema de satélites para atender a demanda por dados meteorológicos e hidrológicos, em continuidade ao sistema implantado nos primórdios do Programa Espacial Brasileiro pelos Satélites de Coleta de Dados.

Prosseguiram, em 2012, as tradicionais cooperações com a China (em satélites), com a Alemanha (lançadores suborbitais e experimentos em microgravidade), com a Ucrânia (implantação do sítio de lançamentos do foguete Cyclone-4 em Alcântara), com a Argentina (desenvolvimento dos satélites SABIA-Mar), e outras mais com os Estados Unidos, Rússia, Japão, nações europeias e africanas. Nos esforços para a conquista dos meios de acesso ao espaço, destacam-se o lançamento de cinco foguetes suborbitais. Foram lançados, ainda, 23 foguetes de treinamento, sendo 13 deles em Alcântara/MA e 10 em Natal/RN.

Área Nuclear

O Programa de Governo Política Nuclear é composto por diversas ações, como segurança nuclear, pesquisa, desenvolvimento e inovação, aplicações da tecnologia nuclear, produção de radiofármacos, formação de recursos humanos e gerenciamento de rejeitos radioativos.

No que tange às atividades de segurança nuclear, em 2012 foi dada continuidade às iniciativas relacionadas ao fortalecimento dos processos de licenciamento, inspeções regulatórias e controle de instalações e atividades com materiais nucleares e radioativos. Com relação às licenças e autorizações concedidas pela área de segurança nuclear, destaca-se a autorização de comissionamento de autoclave de homogeneização da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) - Unidade III, a autorização processamento de 900 kg de pós e pastilhas do UO_2 enriquecido até 2,8% de U^{235} nas instalações da Marinha do Brasil, a prorrogação de Autorização de Operação Inicial (AOI) da primeira cascata da Planta de Demonstração Industrial para enriquecimento de urânio da Marinha do Brasil, a renovação de Autorização de Operação Permanente (AOP) da fábrica das Indústrias Nucleares Brasileiras de reconversão e pastilha, a aprovação de local do estaleiro e base naval da Marinha do Brasil e a prorrogação da Autorização de Operação Inicial (AOI) da Unidade de Concentrado de Urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (URA-INB).

No segmento de aplicações da tecnologia nuclear, deve-se destacar o empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que teve início em 2009 e no ano de 2012 foi contratada a elaboração do projeto de engenharia conceitual e básico de prédios, sistemas convencionais e infraestrutura do Empreendimento. O contrato tem um valor de R$ 20 milhões e atende a convênio que utiliza

recursos do FNDCT; foi iniciada a contratação do projeto básico dos itens e sistemas nucleares do RMB, o que representa o cumprimento, pelo lado brasileiro, do Acordo de Cooperação Brasil/Argentina, no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN); e; iniciada a elaboração do estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), como também a elaboração do relatório de local para obtenção de licença de local, instrumento legal exigido pelo órgão regulador nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Na atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, a CNEN realizou 840 pesquisas científicas e tecnológicas: 325 para aplicações de técnicas nucleares na indústria, na agricultura e no meio ambiente; 61 para aplicações de técnicas nucleares na saúde; 69 em tecnologia de reatores e no ciclo do combustível nuclear, 308 em radioproteção, 62 em metrologia das radiações ionizantes, e 14 em gestão de C,T&I.

A CNEN continua contribuindo para o atendimento da demanda de radiofármacos com tempo de vida curto que possibilitam a realização do exame de *Positron Emission Tomography* (PET) para diagnóstico de neoplasias, bem como mantém o atendimento de toda a demanda brasileira por radiofármacos com tempo de vida longo, utilizados para diagnóstico e tratamento das doenças mais agudas como o câncer e as doenças cardiocirculatórias. Estima-se que aproximadamente dois milhões de procedimentos de medicina nuclear foram executados nos pacientes, em 2012.

No âmbito da produção de combustível nuclear destaca-se, o maior domínio sobre o ciclo de combustível nuclear nas Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB), com especial atenção para mineração, conversão e enriquecimento de urânio para alimentação das Usinas Nucleares para geração de energia elétrica, sendo que a atual capacidade instalada da INB atende a totalidade da demanda das Usinas de Angra 1 e 2, nas etapas de produção do concentrado de urânio, de reconversão, de fabricação de pastilhas e de montagem do elemento combustível. Com relação à etapa do enriquecimento, atende somente 20% da necessidade da Usina de Angra 1.

Em relação ao atendimento da demanda nacional de combustível nuclear, a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN), em Resende/RJ, produziu 9 e 13 Elementos Combustíveis (ECs) para a 9ª e 10ª Recargas da Usina de Angra 2, respectivamente, bem como 40 ECs para a 19ª Recarga da Usina de Angra 1 e 12 Elementos Combustíveis padrão mais 04 Elementos de controle para o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da CNEN/SP. Na Unidade de Produção de Concentrado de Urânio, em Caetité - BA foram produzidas 382,8 t de Concentrado de Urânio (U_3O_8) para uma capacidade instalada de 400 t/ano.

Com relação à implantação do ciclo completo, foram produzidos 2.293 kg de UF_6 enriquecido a 4%, equivalente a 8.495 kg de UTS – Unidade de Trabalho de Separação, com a contribuição da operação da 4ª Cascata do Módulo 1, concluída e inaugurada oficialmente em 2012, atingindo a capacidade nominal de produção de 17.500 kg UTS. Ao final do ano o progresso acumulado do projeto (fase 1, com cinco módulos e 10 cascatas) atingiu em torno de 58,5%. Ainda em relação à implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, foi concluída a instalação das bases das ultracentrífugas e da estrutura de confinamento, bem como 80% da montagem eletromecânica da Cascata 5, além da conclusão do projeto básico dos módulos 3 e 5 e da instalação das bases e da estrutura de confinamento da Cascata 6.

Outro destaque importante da política nuclear, em 2012, foi a fabricação de 2.657 toneladas de equipamentos pela Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep). Que dentre suas principais obras entregues estão o fornecimento de: 1 Feixe Tubular para Usina de ANGRA 1, e Embutidos para Usina de ANGRA 3. E como principais obras em andamento estão o fornecimento de: 4 Cascos Resistentes de Submarinos para a Marinha do Brasil; 3 Condensadores, 8 Acumuladores, Embutidos, Suportes especiais e Suporte do Reator para Usina de ANGRA 3; Cilindros 30B e 48Y para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB); e Vasos de Pressão VP1, VP2 e DZ1 para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP). Em 2012 a Nuclep renovou a certificação ASME III, da Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos, para a fabricação de equipamentos voltados para o setor nuclear. Hoje a empresa é a única do Brasil a possuir esta estratégica certificação, essencial para a participação da Nuclep em concorrências internacionais na área nuclear, ampliando a participação do produto brasileiro em projetos desenvolvidos em todo mundo.

Política de Monitoramento e Avaliação

Publicada a Portaria n° 397, de 05/06/2012, que institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação da Ciência, Tecnologia e Inovação e dispõe sobre a gestão dos Programas constantes do Plano Plurianual 2012-2015 e das ações da Lei Orçamentária anual no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Institui a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação, órgão colegiado responsável pela execução da Política de Monitoramento e Avaliação que conta com a participação de todas as secretarias, das Agências, da CNEN, AEB e Gabinete do Ministro, sob a coordenação da Secretaria Executiva. Já em 2012 a Comissão, elaborou o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação (PAMA), para o exercício de 2013. Teve inicio o levantamento e avaliação da Infraestrutura de Pesquisa das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI, que integra (PAMA).

Área de Recursos Humanos do MCTI

O MCTI é um órgão intensivo em conhecimento e para a implementação de suas políticas é fundamental a ampliação da sua força de trabalho em quantidade, mas primando também pela sua qualificação e valorização. Neste sentido, foram empreendidas algumas ações em 2012, tais como: realizado concurso público para provimento de 832 cargos na administração central e Unidades de Pesquisa, sendo 92 Analistas de C&T, 149 Tecnologistas, 69 Pesquisadores, 330 Assistentes em C&T e 192 Técnicos. Os 330 Assistentes em C&T substituirão a totalidade dos terceirizados em atividade no MCTI e suas Unidades de Pesquisa. Foi instituído um novo Plano de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, com financiamento para cursos mediante a modalidade de reembolso. Criado o Comitê de Assessoramento para as ações de capacitação, conferindo a estas melhor planejamento, impessoalidade e transparência.

Em 2012, as subfunções típicas Desenvolvimento Científico (571), Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia (572) e Difusão de Conhecimento Científico e Tecnológico (573), considerando somente o Orçamento Fiscal e da Seguridade (OFSS), foram responsáveis por 65,7% dos valores da execução orçamentária do Ministério, com destaque para a subfunção 572, responsável por 44,4% dos valores liquidados. As outras subfunções foram responsáveis por 34,3% dos empenhos liquidados. Os demonstrativos a seguir detalham a execução do orçamento do MCTI por função e subfunção.

Função "CIÊNCIA E TECNOLOGIA" - VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Ciência e Tecnologia"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	571 – Desenvolvimento Científico	765,2	965,8	1.031,1	984,2	1.400,6	5.147,0
		572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.139,0	2.123,9	2.351,6	2.191,2	2.376,4	10.182,1
		573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	53,9	39,4	29,7	26,0	20,7	169,8
		Demais subfunções	2.138,3	1.890,6	2.136,5	2.129,4	2.376,7	10.671,6
	RPNP[2]	571 – Desenvolvimento Científico	112,3	95,8	87,8	133,5	198,8	628,1
		572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	481,2	431,0	523,1	862,8	1.023,6	3.321,8
		573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	41,3	34,1	63,9	61,1	8,8	209,1
		Demais Subfunções	136,8	195,5	187,5	189,2	246,5	955,4
OI[3]		**Total Subfunções**	1.108,1	1.250,4	1.665,2	2.206,8	2.457,2	8.687,7
TOTAL			**5.976,3**	**7.026,4**	**8.076,5**	**8.784,1**	**10.109,5**	**39.972,7**

Fonte: Siafi Gerencial. Extração em 24/01/2013, base 23/01/2013.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**6.174,5**	**7.071,9**	**4.917,4**	**3.452,3**	**3.018,5**	**1.465,1**
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	4.568,1	5.157,3	3.657,0	2.635,0	2.270,6	1.022,0
2059	Política Nuclear	671,8	772,1	594,0	433,8	411,0	160,2
2056	Política Espacial	419,0	493,6	353,3	213,5	211,9	139,8
2040	Gestão de Riscos e Respostas a Desastres	100,3	196,8	99,7	17,7	8,5	82,0
2050	Mudanças Climáticas	25,0	26,1	23,0	18,0	16,1	5,0
-	Demais Programas Temáticos[1]	390,2	426,0	190,3	134,2	100,3	56,1
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**1.892,8**	**2.004,2**	**1.896,4**	**1.789,7**	**1.779,5**	**106,7**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**961,4**	**1.371,8**	**1.015,7**	**1.015,0**	**1.015,0**	**0,7**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)[2]		**390,0**	**448,5**	**441,1**	**434,1**	**434,1**	**7,1**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**9.418,7**	**10.896,5**	**8.270,6**	**6.691,0**	**6.247,0**	**1.579,6**

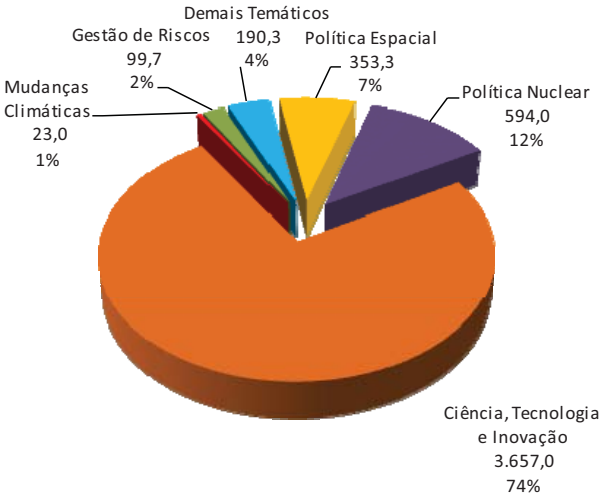
Fonte: Siafi Gerencial. Extração em 24/01/2013, base 23/01/2013.
[1] Inclui os Programas: 2018 - Biodiversidade, 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia, 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida e 2055 - Desenvolvimento Produtivo.
[2] Inclui os Programas: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 1421 - Meteorologia e Mudanças Climáticas. Este último, pertencente ao PPA 2008-2011, não constou na LOA 2012, não tendo dotação inicial, apenas dotação atualizada.

Aspectos da Execução Orçamentária dos Principais Programas - 2012

Analisando as despesas empenhadas no exercício, segundo os tipos de programas, verifica-se que, os Temáticos foram responsáveis por R$ 4,9 bilhões, o que equivale a 59,5% do total empenhado do Ministério. Já o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, as despesas empenhadas representaram 22,9% do total ou R$ 1,9 bilhão. As Operações Especiais, empenharam recursos da ordem de 1,02 bilhão, representando uma participação 12,3% do total. Aos Demais Programas, que incluem os programas 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 1421 - Meteorologia e Mudanças Climáticas, este último pertencente ao PPA 2008-2011, foram empenhados recursos da ordem de R$ 441,4 milhões ou 5,3% do total.

Quando analisados resumidamente esses programas, verifica-se que dos R$ 4,9 bilhões empenhados, o Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação foi responsável por R$ 3,7 bilhões (74,4%) do total. Em seguida vêm os Programas: 2059 – Política Nuclear, com R$ 594,0 milhões (12,1%); 2056 – Política Espacial, com R$ 353,3 milhões; Demais Programas Temáticos, com R$ 190,3 (7,2%); 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, com R$ 99,7 milhões (3,9%); e, 2050 – Mudanças Climáticas, com R$ 23,0 milhões (0,5%).

MCTI – DESPESAS EMPENHADAS SEGUNDO OS PROGRAMAS TEMÁTICOS – 2012



Fonte: Siafi Gerencial

4.5. FUNÇÃO COMUNICAÇÕES
4.5.1. Ministério das Comunicações

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

O Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), criado em 2000, é o mecanismo de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico específico para o setor de telecomunicações. Desde a sua criação, já investiu cerca de R$ 900 milhões em projetos nas áreas de TV Digital, comunicações ópticas, plataformas baseadas na conectividade IP, comunicações digitais sem fio, plataformas para gerência e operação de sistemas de telecomunicações e plataformas para produção, gerenciamento e difusão de conteúdos digitais, privilegiando projetos cooperativos entre empresas brasileiras e entidades de pesquisa, favorecendo a aproximação entre o setor produtivo e a academia e elevando significativamente o grau de transferência tecnológica. Em 2012 foram repassados recursos não reembolsáveis da ordem de R$ 86,55 milhões à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) para apoiar projetos oriundos do Plano de Aplicação de Recursos 2012-2014, representando um aumento de R$ 17,5 milhões em relação aos recursos repassados em 2011.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

R$ mil

Descrição	LOA + Créditos	Empenhado	Valores Pagos*
Gestão e Administração do Programa	1.000	653	849
Fomento - FINEP	11.670	11.670	16.698
Capacitação de recursos humanos	2.000	2.000	1.000
Fundação CPqD	72.883	72.883	44.252
Remuneração a instituições financeiras	1.447	1.447	723
TOTAL	89.000	88.653	63.522

* Inclusive restos a pagar

TV Digital

O Sistema ISDB-T de televisão digital terrestre, conhecido como o sistema nipo-brasileiro, adotado pelo Brasil por meio do Decreto n.º 5.820 de 29 de junho de 2006, já é uma realidade de norte a sul do País, proporcionando, sem nenhum custo para os cidadãos, imagem em alta definição, recepção por meio de dispositivos móveis e interatividade.

Para promover a massificação de televisores compatíveis com o sinal digital, o governo alterou o Processo Produtivo Básico (PPB) dos televisores, obrigando que estes trouxessem o conversor de sinais incorporado. A implementação gradual permitiu que a indústria nacional se adaptasse e, desde o início de 2012, todos os aparelhos de tela plana saem de fábrica com a capacidade de sintonizar os sinais da TV Digital. Com relação aos receptores móveis, que utilizam a tecnologia *one-seg* do sistema nipo-brasileiro, os fabricantes de telefones celulares também precisam cumprir, desde 2012, cotas de produção de aparelhos com televisão digital.

Por meio do mesmo instrumento – o PPB – os fabricantes também devem incorporar a funcionalidade da interatividade, através do *middleware* Ginga, em 75% dos televisores, já a partir de janeiro de 2013. A partir de 2014, 90% dos televisores fabricados no Brasil serão interativos. Com essa medida, haverá uma massificação de receptores interativos, permitindo que a indústria de conteúdo e de *software* aproveitem as oportunidades introduzidas por esta inovação brasileira. Além disso, devido à universalização da televisão no Brasil, o próprio governo poderá utilizar essa ferramenta para prover serviços informativos principalmente para a população de baixa renda.

Com a massificação de receptores digitais nas residências, cada vez mais famílias estarão preparadas para o desligamento dos transmissores analógicos. O desligamento deverá ocorrer, segundo o Decreto nº 5.820/2006, em julho de 2016 e liberará as frequências de espectro hoje utilizadas nas transmissões analógicas. Essas faixas de frequências deverão ser utilizadas de uma forma mais eficiente, inclusive em outros serviços de comunicação como a banda larga móvel, agregando um enorme valor a este bem público e escasso pertencente ao povo brasileiro. Para que esta transição de tecnologia ocorra conforme previsto na legislação foi criado um grupo de discussão para elaboração de um plano para transição do sistema analógico para digital, conhecido como *switch off*. Esse Plano será finalizado em 2013.

De 2006 a 2011, apenas cerca de 280 emissoras e retransmissoras receberam consignação para transmitir o sinal digital, de um universo de quase 6.000 entidades com canal digital designado pela Agência Nacional de Telecomunicações. Com os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho criado no final de 2011, especificamente para cuidar da consignação e licenciamento das estações digitais, este número saltou para 2.048 em um ano, segundo dados de outubro recente, quase dez vezes mais o resultado dos seis anos anteriores.

Atualmente, 66% das emissoras e quase 40% das retransmissoras analógicas já foram consignadas a operar, simultaneamente, com tecnologia digital, e 28% delas já foram licenciadas na nova tecnologia. Além disso, foram promovidas mudanças na Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com a utilização de tecnologia digital, concedendo prazo, até 30 de julho de 2013, às entidades executantes do Serviço de Retransmissão de TV analógica, em caráter primário e

secundário, para se manifestarem quanto ao interesse em executar o serviço, com tecnologia digital, a partir de 1º de julho de 2016. Ainda com o objetivo de regulamentar o disposto no Decreto nº 5.820, o Ministério das Comunicações publicou a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania por meio da Portaria nº 489, de 18 de dezembro de 2012.

Programa Nacional de Banda Larga – PNBL

O Governo tem investido na ampliação do acesso à *Internet* em alta velocidade de transmissão para todos os cidadãos, instituições da administração pública, entidades da sociedade civil e empresas, por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, visando o desenvolvimento econômico e social do País.

Em 2012, a rede da Telebrás atingiu todas as regiões brasileiras, em um total de 20 estados e 900 municípios. As fibras ópticas operadas pela empresa superaram os 12 mil quilômetros de extensão, aos quais se acrescentam os enlaces de rádio. Em cerca de 30% desse total – 300 municípios – o PNBL está sendo ofertado à população por provedores regionais, clientes da Telebrás, levando internet de alta velocidade e conectividade ao valor máximo de R$ 35,00 mensais por 1 Mbps, já incluído o ICMS. Isso significa uma queda média de 25% nos preços praticados pelos provedores na prestação de serviços de internet à população brasileira, considerando os últimos dois anos. Pode-se destacar, no período, a chegada da oferta de 1 Mbps a R$ 35,00 mensais ao estado do Amapá, o que implicou em uma redução de aproximadamente 90% no preço da banda larga praticado no estado. Para 2013, os planos de investimento preveem o aumento contínuo da capilaridade da rede de transporte até que se complete o atendimento de 4.283 municípios brasileiros em 2014. A Telebrás segue com a política de gerir uma rede de telecomunicações nacional com foco de atuação no atacado, neutra e disponível para qualquer prestadora que queira prestar o serviço de acesso em banda larga.

Os municípios não atendidos pela rede terrestre da Telebrás serão servidos pelo Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, projeto com previsão no Plano Plurianual e coordenado por um Comitê Diretor interministerial, conforme previsto no Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012. O Comitê Diretor do Projeto do SGDC, em 2012, aprovou o termo de referência e os demais aspectos do projeto, viabilizando a contratação do satélite, que deve ocorrer em 2013. A expectativa é que o lançamento desse satélite propicie uma redução de mais de 90% no preço médio do Megabit/segundo satelital no País.

Os projetos internacionais do PNBL receberam importantes impulsos em 2012. De um lado, estão praticamente concluídas as parcerias para a construção dos sistemas de cabos submarinos que ligarão o Brasil e a América do Sul à América do Norte, à África e à Europa. De outro lado, foram iniciadas as discussões técnicas a respeito do projeto de anel óptico sul-americano no Grupo de Telecomunicações do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul, cujo objetivo é interconectar os países do continente.

Os termos de compromisso de adesão ao PNBL firmados com as concessionárias de telefonia fixa geraram resultados expressivos. Até o terceiro trimestre de 2012, havia cerca de 1 milhão de clientes da oferta de varejo dos termos de compromisso, que levará 1 Mbps a R$ 35,00 mensais para todos os municípios brasileiros até 2014. Também até o terceiro trimestre de 2012, 2.284 munícipios foram atendidos com ofertas de varejo e 932 municípios com oferta no atacado.

As cidades de Boa Vista/RR e de Manaus/AM foram interligadas à infraestrutura nacional de telecomunicações, por meio de sistemas de fibras óticas, em atendimento aos condicionamentos impostos por meio do Ato nº 7.828/2008, no ano de 2012. Com as saídas interligadas por meio de fibra ótica tem-se maior confiabilidade, e maior capacidade de transmissão, constituindo-se em importante instrumento para propiciar a inclusão digital e social.

Tramitou no Senado Federal o Projeto de Lei que visa a organizar a instalação de antenas e infraestrutura de telecomunicações no Brasil, visando a criação de regras gerais para que essa implantação seja autorizada e fiscalizada pelos diversos entes federativos. Foi também sancionada a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que traz incentivos fiscais para a implantação de redes de banda larga, para a banda larga rural, para a comunicação máquina a máquina e para a inclusão digital da população pelo acesso à Internet com *smartphones* e roteadores digitais.

Com o mesmo objetivo de ampliação do acesso à Internet em alta velocidade, a Agência Nacional de Telecomunicações licitou as faixas de 2,5 GHz e 450 MHz, que levarão a banda larga para o meio urbano e para o campo. Também aprovou o Plano Geral de Metas de Competição, que imprime medidas de regulação assimétricas entre prestadoras com e sem Poder de Mercado Significativo. Pode-se destacar, ainda, o início da vigência e da fiscalização das exigências qualidade para a banda larga.

Sobre o Projeto Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas, cujo acompanhamento é feito pela Anatel em parceria com o Ministério da Educação (MEC), observa-se que em 2012, até outubro, foram ativadas conexões à internet em mais cinco mil escolas públicas urbanas, com velocidade de 2 Mbit/s, totalizando mais de 64 mil escolas conectadas desde 2008.

Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

Durante 2012, o Governo por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel alcançou avanços importantes na regulação dos serviços de telecomunicações, a seguir destacados, com impacto sobre os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços prestados.

Em relação à política de universalização do acesso aos serviços, é importante destacar a publicação da Resolução nº 586, de 05/04/2012, que aprovou o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial (Aice), do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado em regime público. Por meio do telefone popular, como ficou conhecido, famílias incluídas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal passaram a ter acesso à telefonia fixa em condições especiais, com assinatura mensal de R$ 9,50 sem impostos e entre R$ 12,62 e R$ 14,80 com impostos, dependendo do perfil tributário de cada estado. A medida pode beneficiar cerca de 22 milhões de famílias inscritas nos programas sociais

do Governo Federal. O cronograma de atendimento do Aice prevê ampliação progressiva da abrangência de famílias: com renda de até um salário mínimo, já em 2012; até dois salários mínimos, a partir de 2013; todas as famílias incluídas no Cadastro Único, a partir de 2014. No final de 2012, havia cerca de 11,5 milhões de famílias registradas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com renda de até um salário mínimo e 80% delas – 9,2 milhões de famílias – residiam em áreas urbanas atendidas pelo serviço de telefonia fixa.

A Resolução nº 598, de 23/10/2012, aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização definindo novos critérios e procedimentos para execução, acompanhamento e controle das obrigações de universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Destaca-se, também, o plano de revitalização da telefonia de uso público (orelhões) desenvolvido pelas concessionárias em atendimento à determinação da Anatel. Além disso, a sociedade pode, desde março de 2012, acompanhar a situação dos 950.298 orelhões, em todo o Brasil, por meio do Sistema 'Fique Ligado', disponível na página da Anatel na internet, que possibilita a pesquisa em mapas digitais para a localização de orelhões e a obtenção de informações sobre a condição de funcionamento de cada aparelho.

Além disso, foi editada a Resolução nº 588, de 07/05/2012, que aprovou o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do STFC.

Ainda em 2012, com o objetivo de ampliar os recursos de numeração do Serviço Móvel Pessoal, na área de registro 11, que compreende 64 municípios do estado de São Paulo – incluindo a capital –, a Anatel implementou o nono dígito, acrescentando o dígito nove à esquerda dos números de telefones celulares, o que propiciou que a capacidade de numeração aumentasse de 44 milhões para 90 milhões de números naquela área.

Merece destaque, também, a aprovação da Resolução nº 604, de 27/11/2012, que aprovou alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477/2007. Com a mudança, chamadas sucessivas feitas de celular para um mesmo número serão consideradas uma única ligação para efeitos de tarifação, com o objetivo de minimizar possíveis prejuízos dos usuários com quedas de ligações. Para serem consideradas sucessivas, as chamadas deverão ser refeitas no intervalo máximo de 120 segundos entre os mesmos números de origem e de destino, considerando-se uma única chamada. A mudança abrange apenas ligações originadas de telefones móveis, mas os números de destino poderão ser fixos ou móveis.

Também no exercício 2012, a Anatel realizou a Licitação para conferir Direito de Exploração de Satélite Brasileiro para Transporte de Sinais de Telecomunicações. Como resultado do certame, novos satélites brasileiros entrarão em operação nos próximos anos, possibilitando a ampliação da capacidade satelital disponível para o mercado brasileiro – o que favorece a competição e a aumenta o potencial de oferta aos usuários dos serviços de telecomunicações. Mais informações sobre o certame no link: *http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=24830*

Por meio da Resolução nº 599, de 30/10/2012, a Agência aprovou a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro e normatizou suas condições de operação. A norma estabeleceu parâmetros e critérios técnicos que devem ser atendidos pelas exploradoras de satélites brasileiras e estrangeiras quando do provimento de capacidade espacial sobre o território brasileiro, com vistas a contribuir para a otimização do uso dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências. Inclui-se nessa norma o estímulo à expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações em benefício da população brasileira e para a massificação do acesso à internet em banda larga, especialmente nas regiões onde a infraestrutura de telecomunicações é incipiente. A Anatel também aprovou, em 2012, a Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas, anexa à Resolução nº 593, de 07/06/2012, normatizando as condições e procedimentos para o licenciamento de estações terrenas, com o objetivo de manter um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento de serviços de telecomunicações que utilizem satélites.

Em 2012, prosseguiu-se com o acompanhamento da implementação dos compromissos assumidos pelos Grupos Oi, Telefônica, Sercomtel e CTBC, em atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Tais Grupos assumiram a obrigação de disponibilizar acesso à internet em banda larga em todos os municípios brasileiros por meio da combinação de Oferta de Atacado, Oferta de Varejo e Atendimento via Satélite, entre setembro de 2011 e dezembro de 2016. Até o terceiro trimestre de 2012, 2.284 munícipios foram atendidos com ofertas de varejo e 932 municípios com oferta no atacado.

Em 2012, a Anatel realizou a licitação das faixas de 450 MHz e de 2,5 GHz, destinadas a oferta de serviços de telecomunicações que possibilitem conexões de voz e de dados. Para a faixa de 450 MHz, vale citar, dentre os principais compromissos de abrangência, o atendimento das regiões localizadas a até 30 quilômetros das localidades sedes de todos os municípios brasileiros, incluindo áreas rurais e regiões remotas, com conexões de voz e de dados até dezembro de 2015. Ainda, até dezembro de 2017 a taxa de transmissão das conexões de dados deverá ser ampliada para pelo menos 1 Mbps de *download*. Há também a obrigação, nos mesmos prazos, de ofertar conexões de dados em escolas públicas rurais situadas na área de cobertura e disponibilizar capacidade de rede para que as concessionárias de telefonia fixa atendam suas metas de universalização.

Quanto à faixa de 2,5 GHz, as obrigações referem-se à oferta de telefonia e internet móveis em diversos municípios brasileiros (na área urbana do Distrito sede), focando inicialmente nos municípios que serão sede da Copa das Confederações de Futebol de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Esta faixa é utilizada internacionalmente para prestar serviços com tecnologias de quarta geração (4G), e possibilitará maiores taxas de transmissão que as tecnologias atualmente empregadas. Além disso, os compromissos do Edital de Licitação também garantirão a oferta de serviços móveis em todos os municípios brasileiros com tecnologias de terceira geração (3G), em complementação aos compromissos dos Editais conduzidos pela Agência em 2007 e em 2010.

O Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26/03/2012, implementou dispositivos da Lei nº 12.485/2011 – Lei da

Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado – substituindo grande parte da regulamentação até então vigente para os Serviços de TV por Assinatura. A referida Lei unificou os serviços de TV por Assinatura nas plataformas por satélite, a cabo e por micro-ondas, tornando sua oferta neutra do ponto de vista tecnológico. As novas regras criaram condições mais favoráveis para que, em cinco anos, seja ampliada, de forma significativa, a presença da TV por Assinatura nos domicílios, alcançando aproximadamente 100 milhões de brasileiros. Além disso, a ampliação da rede de fibra óptica decorrente da expansão da TV por Assinatura contribuirá para a ampliação da oferta dos serviços de internet em alta velocidade. Até o final do exercício, foram concedidas 17 novas autorizações para o SeAC. O Brasil encerrou 2012 com a marca de aproximadamente 16 milhões de domicílios atendidos pelos serviços de TV por Assinatura.

Sobre o tema competição, cabe ressaltar que o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) foi aprovado por meio da Resolução nº 600, de 08/11/2012, e define critérios e diretrizes para identificação e análise de mercados relevantes do setor de telecomunicações e dos grupos com Poder de Mercado Significativo (PMS) em cada mercado relevante, além de estabelecer mecanismos de estímulo à competição, como assimetrias regulatórias entre grupos com e sem PMS. O Plano foi elaborado com o objetivo de propor medidas de promoção da competição e da diversidade dos serviços, de modo a incrementar a oferta de telecomunicações em padrões de qualidade e preços compatíveis com a exigência dos usuários. O PGMC traça as linhas gerais de análise para verificação da competição nos diversos mercados relevantes, com objetivo de tornar as medidas regulatórias mais precisas e menos intervencionistas.

Por meio da Resolução nº 590, de 15/05/2012, a Anatel aprovou o novo Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), que estabelece regras adequadas ao atual panorama tecnológico e mercadológico nacional e à promoção da competição na oferta dos serviços de telecomunicações, com vistas a atuar, especialmente, nos conflitos entre prestadoras para disciplinar a EILD – modalidade de exploração industrial em que uma prestadora de serviços de telecomunicações fornece a outra, mediante remuneração preestabelecida, Linha Dedicada com características técnicas definidas para constituição da rede de serviços.

A respeito da qualidade na prestação dos serviços, a Anatel adotou cautelar determinando a suspensão da venda do Serviço Móvel Pessoal de prestadoras que apresentaram o pior desempenho em cada Unidade da Federação. Além disso, determinou que as prestadoras, atingidas ou não pela medida, apresentassem Plano Nacional de Ação de Melhoria da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, com medidas capazes de garantir a qualidade do serviço e das redes de telecomunicações, em especial quanto às reclamações dos usuários, ao completamento e à interrupção de chamadas.

No exercício, a Anatel deu início à implementação do projeto de medição da qualidade da banda larga fixa e móvel no Brasil, com vistas a atender ao previsto no Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal. Os resultados dessas medições permitirão à Anatel conhecer com maior precisão a qualidade do serviço em todo o País e, assim, adotar as medidas necessárias para a progressiva melhoria do serviço e o atendimento às metas estabelecidas na regulamentação. O projeto abrange usuários das prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia e do Serviço Móvel Pessoal com mais de 50 mil acessos.

No que tange ao STFC, foi aprovado o Regulamento de Gestão da Qualidade, pela Resolução n.º 605, de 26/12/2012, que traz, dentre outras inovações, a adoção da avaliação da qualidade percebida pelo usuário, de indicador de desempenho no atendimento e de Índice Comparativo, que aperfeiçoará o acompanhamento e a comparação das prestadoras desse serviço.

Relativamente às atividades de fiscalização, cumpre mencionar a Resolução nº 596, de 06/08/2012, que aprovou o Regulamento de Fiscalização – documento que estabeleceu novos procedimentos e critérios para o exercício das atividades de fiscalização, com a possibilidade de a Anatel se utilizar do acesso *on-line* a sistemas, aplicativos e facilidades tecnológicas das prestadoras, e buscou conferir maior eficiência e celeridade às atividades da Agência, com regras claras para a fiscalização da execução, da exploração, da comercialização e da fruição dos serviços, da implantação e do funcionamento das redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita, de numeração e do espectro de radiofrequências, da certificação e homologação de produtos.

Por meio da Resolução nº 589, de 07/05/2012, a Anatel aprovou o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, que aprimorou parâmetros e critérios para a aplicação de sanções administrativas e estabeleceu mecanismos de fortalecimento de sua capacidade regulatória, mediante a criação de incentivos à regularização de infrações e reparação de danos aos usuários, bem como de desincentivos à litigância administrativa e judicial, em atenção aos princípios da eficiência, celeridade e economia processual. O Regulamento traz inovações como: instituição de rito sumário para infrações de simples apuração; definição dos valores mínimos e máximos de multa com base no porte das empresas por serviço prestado e por Termo de Autorização e Contrato de Concessão ou Permissão; possibilidade de celebração de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais; e inclusão da obrigação de fazer e de não fazer no rol das sanções passíveis de aplicação pela Anatel.

No exercício, foram realizadas 10.574 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos em todas as regiões do País, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado. Como resultado dessas ações, foram instaurados 3.513 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados). Em 2012, foram julgados, pela Anatel, 5.312 Pados e, destes, 3.732 geraram sanções de multas, totalizando cerca de R$ 1,7 bilhão.

A Anatel, considerando a dinâmica própria da indústria de produtos para telecomunicações e o avanço tecnológico, publicou as Resoluções nº 597, de 02/10/2012, 601, 602, e 603, de 13/11/2012 que aprovaram novos regulamentos para a Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido utilizados em estação de telecomunicações. Esses regulamentos estabelecem os padrões técnicos mínimos desses acumuladores e

uniformizam os procedimentos de ensaio para a certificação.

No tocante ao tema "Relações com os usuários", em agosto de 2012 foi assinada a Portaria Interinstitucional nº 1 entre a Anatel e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça, com o objetivo de institucionalizar e tornar contínua a colaboração entre o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e a Anatel no que se refere à defesa dos usuários e ao aprimoramento da política regulatória para a proteção dos consumidores.

Em face dos eventos esportivos internacionais que serão sediados no Brasil, especialmente a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, a Anatel comprometeu 100% do orçamento de 2012 (R$ 45,7 milhões) disponibilizado por meio da Resolução nº 8/2012 do Grupo Executivo da Copa do Mundo Fifa de 2014 (Gecopa), e mais R$ 6,8 milhões do orçamento ordinário em projetos que atenderão as demandas da Copa. Esses investimentos contemplaram a aquisição de solução de gestão do espectro, de estações móveis de radiolocalização e radiomonitoragem, de estações de monitoração de radiação não-ionizante, de estações móveis de radiovideometria, de sistema de avaliação de cobertura e qualidade de serviços móveis, incluindo banda larga, e de analisadores de espectro de alto desempenho. Em novembro de 2012, foi iniciado processo licitatório para contratação de solução de suporte às atividades de gestão de risco relacionadas à segurança das infraestruturas críticas de telecomunicações e as atividades de monitoramento das redes de telecomunicações.

Inclusão Digital

Em dezembro do referido ano, a Secretaria de Inclusão Digital completou um ano e oito meses de criação e das ações incorporadas por ela — os Telecentros Comunitários, o Gesac e o Telecentros BR —, todas tiveram avanços na eficiência da gestão. No caso dos dois programas de telecentros, destacam-se, a repactuação com os proponentes do Telecentros BR para garantir a instalação dos telecentros já distribuídos; a conclusão dos trabalhos da Rede Nacional de Formação e estabelecimento de uma parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para reformulação da metodologia de formação para agentes de Inclusão Digital; e a publicação das novas portarias dos programas dos Telecentros BR e dos Telecentros Comunitários, buscando estabelecer uma maior coordenação entre esses dois programas.

Além disso, foi lançado um novo edital para chamamento público de novos projetos de Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), o que permitiu a seleção de cinco novos projetos e o conveniamento, ainda em 2012, com duas das proponentes dos projetos selecionados. Como forma de qualificar essa ação, também foi realizada uma sistematização das experiências dos CRC, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), dando origem a um documento com previsão de publicação em 2013, além da formação das equipes pedagógicas e o estabelecimento de rede de compartilhamento de práticas entre os CRC. Por fim, foi iniciada a implementação de um sistema de acompanhamento de recebimento, doações e descarte de material pelos CRC.

O Gesac continuou sendo um projeto estratégico para conexão à internet dos telecentros implantados, escolas públicas e demais espaços de uso público localizados em áreas rurais, remotas e de zonas urbanas de periferia com alta concentração de populações de baixa renda com dificuldades de acesso aos serviços prestados pelo mercado. Em 2012, foi formalizado um termo aditivo para prorrogação dos contratos do Gesac até agosto de 2013, o que permitiu a manutenção por mais um ano dos 16.000 pontos de presença, dos quais cerca de 9.500 estão ligados e os 1.500 restantes encontram-se em remanejamento para outros espaços, de acordo com as regras de priorização definidas em comum acordo com os parceiros governamentais. Simultaneamente, também foi dado início à elaboração do edital de licitação para o novo contrato do Gesac a ser lançado ao longo 2013, de modo a evitar a descontinuidade do fornecimento do serviço. Outra ação relevante foi a revisão da Norma do Gesac, a qual garantirá mais transparência ao processo de indicação dos espaços a serem beneficiados pelo programa.

Como parte da atribuição da Secretaria de Inclusão Digital (SID) de articular as ações do setor e buscar integração com as demais políticas sociais, o MC deu andamento à ação iniciada em 2011, em parceria com a Secretaria da Juventude, voltada ao apoio a projetos de inclusão digital para a juventude rural. Nessa perspectiva, foi realizado o repasse final de recursos para os projetos restantes, selecionados em 2011 por meio de chamada pública de universidades. Os 41 projetos financiados em conjunto (SID/SNJ) estão em andamento, os relatórios de acompanhamento estão sendo enviados e as respectivas Notas Técnicas com os resultados do monitoramento foram elaboradas e encontram-se disponíveis na secretaria. Ainda no que diz respeito às políticas para a juventude, no âmbito da articulação das políticas, representantes da SID garantiram participação nas reuniões ordinárias do Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), no Grupo de Trabalho de Juventude Rural da SNJ que reúne 7 movimentos sociais e 6 ministérios, e no Grupo de Trabalho Interministerial da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que junto com outros 7 ministérios é responsável pela elaboração de uma política nacional para a juventude rural.

Também como parte do esforço de estabelecer articulação das políticas sociais com as políticas de inclusão digital, foi estabelecida a participação nas Reuniões ordinárias do Fórum Governamental de Participação Social, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência. Além disso, foi estabelecida uma parceria com o Pronatec para capacitação com foco nas populações excluídas digitalmente. Ainda no que diz respeito à educação, foi estabelecida uma parceria com o MEC no âmbito do PROEXT no ano de 2012, que envolveu a criação de uma linha de extensão específica com temas de inclusão digital, a qual resultou em seleção de 37 projetos que terão início em 2013.

Simultaneamente, foi dado andamento a parceria com o MDS iniciada em 2011, o que envolveu o redimensionamento do Plano de Trabalho, implicando, nesse primeiro momento, a disponibilização de pontos de presença Gesac para os municípios sem conexão indicados pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/MDS, de modo a permitir que os gestores locais possam trabalhar com a nova versão online do CadÚnico. Por fim, destaca-se também a participação da Inclusão Digital como protagonista na Rio +20, em parceria com

outros órgãos de governo (MMA, SEPPIR, etc) e organizações da sociedade civil.

Das ações iniciadas pela SID com foco da melhoria da gestão das políticas de inclusão digital, destacam-se, a formalização de parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para implantação de uma central remota de monitoramento de telecentros e Cidades Digitais; uma ação coordenada pela Secretaria-Executiva, envolvendo todas as demais secretarias, que resultou na conclusão e assinatura do Prodoc com a Unesco; e o início de pesquisa, em parceria com o Comitê Gestor da Internet (CGI), para avaliar a efetividade dos telecentros. Quanto às ações estruturantes, por meio das quais se vislumbra a integração e coordenação de todas as outras ações de inclusão digital no território dos municípios, onde as políticas públicas efetivamente se realizam, duas tiveram início em 2012, com alto potencial de se consolidação ao longo de 2013: o projeto de ampliação e manutenção das Cidades Digitais e o programa Redes Digitais de Cidadania.

O projeto das Cidades Digitais tem como meta contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as prefeituras de infraestrutura de conexão à Internet, de aplicativos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade. A criação de uma rede digital interligando as cidades digitais é uma oportunidade de viabilizar, em escala nacional, a experiência de compartilhamento da gestão pública. Por outro lado, também é um canal importante para integração de outras políticas de governo que têm a inclusão digital como foco ou que dependem da inclusão digital para melhorar a sua eficiência e os seus respectivos resultados.

No âmbito desse projeto, destacam-se como realizações em 2012, a seleção, por meio de chamada pública, dos 80 municípios a serem beneficiados pelo projeto piloto, bem como a contratação das empresas integradoras, selecionadas por meio de pregão eletrônico, que ficarão responsáveis pela implantação de cada um dos projetos. Ainda em 2012, foi realizado o empenho dos recursos da ordem de R$ 44 milhões, referentes à contratação das empresas integradoras vencedoras da licitação. Além disso, foi estabelecida uma parceria com a Rede Nacional de Pesquisa para capacitação técnica e gerencial em redes avançadas, no âmbito das Cidades Digitais, e acompanhamento da implantação, visando a elaboração de um documento base com a metodologia desenvolvida pelo MC. No âmbito da formação para as Cidades Digitais, foi estabelecida uma parceria com o Programa de Pós Graduação em Administração da UnB para formação dos gestores envolvidos na implementação do projeto nos municípios; e foi realizada uma mobilização dos ofertantes do Pronatec para oferta de vagas específicas nas Cidades Digitais selecionadas. Por fim, com relação aos aplicativos para gestão das Cidades Digitais, foi indicada formalmente pela SID/MC a intenção de participar da ata de registro de preços da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG) para aquisição de aplicativos para as áreas da saúde, da educação, tributária e financeira com foco nos municípios.

A outra ação estruturante, a das Redes Digitais de Cidadania, consiste em uma parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados, envolvendo uma articulação federativa, com o fim de apoiar projetos de inclusão digital nas seguintes linhas temáticas:

- Capacitação de técnicos e gestores municipais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- Capacitação de micro e pequenas empresas no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- Qualificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos espaços públicos de uso da internet;
- Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, direcionadas à Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar; e
- Tecnologias da Informação e Comunicação, direcionadas à Cultura: preservação, promoção e acesso.

Para tanto, foi lançado um edital para seleção dos projetos apresentados pelas Fundações de Apoio à Pesquisa (FAP) dos estados, tendo sido selecionados projetos e realizados os convênios com instituições de 11 Unidades da Federação (BA, RJ, MG, GO, RS, PB, RN, SE, AM, PR e AC), envolvendo o repasse de recursos da ordem de R$ 23 milhões. Além dos 11 convênios com as FAP, foram formalizados 11 Acordos de Cooperação com as Secretarias de Ciência e Tecnologia dos respectivos estados, como forma de dar início a uma rede federativa articulada, com o objetivo de desenvolver programas coordenados de inclusão digital de forma sistêmica e integrada com os estados e municípios. O orçamento executado para realização do conjunto dessas ações encontra-se consolidado no quadro a seguir, o qual resume a execução de créditos empenhados e efetivamente pagos.

R$ milhões

Ações	LOA 2012	VALORES PAGOS
6272 - Observatório Nacional de Inclusão Digital	1,3	0,1
20ER - Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital	6,6	6,6
2184 - Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital	57,8	50,5
13ZU - Apoio a Cidades Digitais	40,0	30,3
13ZV - Apoio a Projetos de Inclusão Digital	43,1	38,3
TOTAL	**148,8**	**125,8**

Aprimoramento dos Serviços Postais

No âmbito do setor postal, em 2012, o Ministério das Comunicações passou a acompanhar as metas estabelecidas na Portaria nº 566, de 29.12.2011, de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos a serem cumpridas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). No que diz respeito às metas de universalização, a ECT propiciou, até 15 de dezembro de 2012, atendimento a 185 distritos com população igual

ou superior a 500 habitantes que não possuíam esse serviço, o que indicou superação da meta estabelecida pelo MC para o ano de 2012 de 209 novos distritos com atendimento postal. Ainda com relação ao setor postal, em 2012, o Governo participou ativamente nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP) e da União Postal Universal (UPU), organismos que regulam as relações intergovernamentais em matéria postal.

Cabe destacar a eleição do Brasil, com votação histórica, para os Conselhos de Administração e de Operações Postais da UPU, colocando o País novamente em um papel de protagonismo no setor postal internacional.

Além disso, foi aprovada uma Resolução pelo Congresso realizado pela UPU em Doha, em outubro de 2012, que objetiva levar, aos países em desenvolvimento, a experiência brasileira na implantação do projeto de exportação por via postal.

Durante o ano de 2012, diversos normativos legais relacionados ao setor postal foram expedidos, como a Portaria nº 210, de 13/04/2012, que diz respeito à criação de critérios para a utilização da Rede de Unidades de Atendimento da ECT para a intermediação na venda de produtos e prestação de serviços, na forma de parceria comercial contratada por terceiros; a Portaria Interministerial nº 472, de 22/11/2012, assinada em conjunto com o Ministério da Fazenda e que instituiu o Comitê Permanente de Contato Postal e Aduana – CCPA; além da Portaria nº 469, de 16/11/2012, que estabeleceu as modalidades de Carta, utilizadas pela ECT, incluindo dentre os usuários da Carta Social a pessoa presa, brasileira ou estrangeira, custodiada em qualquer parte do território nacional.

O programa Aprimoramento dos Serviços Postais visa assegurar a existência e disponibilidade de oferta de serviços postais básicos, em todo território Nacional, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis, buscando ampliar o serviço de atendimento postal, por meio de sua rede de Unidades, ou por outras formas de prestação de serviço, objetivando a ampliação do serviço de distribuição postal externa (de forma gradativa), por meio de entrega domiciliária, Caixa postal Comunitária ou por outras formas de prestação deste serviço.

Este Programa contempla não somente a ampliação dos pontos de atendimento, como também a modernização e acessibilidade das instalações das agências dos correios, com a instalação de equipamentos e mobiliários compatíveis com as condições desejáveis de trabalho e segurança para os empregados e usuários dos serviços dos correios.

A infraestrutura postal exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.565 municípios do País, acesso ao atendimento dos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo a possibilidade de encaminhamento e recebimento de objetos postais - cartas, telegramas e encomendas – viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras - pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos, através do Banco Postal.

Conforme estabelecido no Anexo II da Portaria/MC-566/2011, os resultados das metas de qualidade têm sido apurados e acompanhados mensalmente pela ECT, sendo que os últimos resultados apurados para os oito indicadores estabelecidos na portaria foram referentes ao mês de novembro/2012. Já em relação às metas de qualidade, a ECT apurou os seguintes resultados acumulados de janeiro a novembro de 2012, indicando superação de todas as metas estabelecidas pelo MC. O quadro apresentado a seguir, contempla os resultados acumulados de janeiro a novembro de 2012, com uma estimativa para os resultados do ano de 2012, feita com base na média de qualidade praticada pela ECT nesses onze meses.

RESULTADOS ACUMULADOS DA ECT

Natureza do objeto	Percentual de entrega (Portaria 566)	Prazos a partir da efetiva data de postagem ou hora de expedição (Portaria 566)	Quantidade de objetos		
			Total	Entregues no prazo estabelecido pela Portaria 566	%
Carta e cartão postal, simples e registrados	95,00%	Até 5 dias úteis[1]	6.691.030.310	6.439.086.847	96,2%
Carta e cartão postal simples postados e destinados à mesma UF	90,00%	Até 2 dias úteis[1]	3.089.253.066	3.010.387.639	97,4%
Carta e cartão postal registrados postados e destinados à mesma UF	90,00%	Até 3 dias úteis[1]	72.278.137	67.234.318	93,0%
Impresso simples e registrado	95,00%	Até 10 dias úteis[1]	2.010.780.118	1.957.091.325	97,3%
Impresso simples e registrado postado e destinado à mesma UF	90,00%	Até 4 dias úteis[1]	946.075.135	934.896.487	98,8%
Encomenda não urgente	95,00%	Até 10 dias úteis[1]	40.976.632	39.809.884	97,2%
Encomenda não urgente postada e destinada à mesma UF	90,00%	Até 4 dias úteis[1]	7.489.607	7.105.666	94,9%
Telegrama postado entre 8h e 17h dos dias úteis	95,00%	Até 4 horas[2,3]	6.618.867	6.331.649	95,7%

[1] A contagem de dias úteis se dará de segunda a sexta-feira.
[2] Para localidades com população inferior a cinquenta mil habitantes, o horário limite de expedição para o telegrama a ser entregue no mesmo dia será o das doze horas;
[3] Para telegramas expedidos no balcão de unidade de atendimento, são acrescidos trinta minutos nos horários mencionados no prazo de entrega;

Aos esforços empreendidos para a melhoria do atendimento são somadas as ações de integração das unidades à grande estrutura compartilhada para o tratamento e transporte dos objetos postais, de maneira que com a otimização destes recursos seja viabilizada melhoria na captação e encaminhamento dos objetos postados em todos os municípios brasileiros até a sua entrega final, seja em grande cidade do País ou até mesmo em localidade remota atendida pelos Correios.

Como um grande suporte a esta malha física, existe ainda uma grande plataforma tecnológica construída para viabilizar as operações postais e financeiras, de forma a garantir a segurança para o usuário e a ECT. Toda essa plataforma física e lógica encontra-se em constante adaptação e expansão, de forma a atender o crescimento contínuo das regiões urbanas e rurais do País.

Os projetos de Instalação de Agências de Correios Próprias e Manutenção da Rede de Atendimento, que compõem a ação adequação da Infraestrutura de Atendimento, alcançaram 71,15% em relação à dotação reprogramada, o que corresponde a R$ 13,29 milhões, aplicados na instalação de 30 novas unidades próprias e na melhoria da estrutura física das agências permitindo maior conforto aos clientes.

Destacamos que, dentre as unidades inauguradas, 16 foram instaladas em municípios com até 15 mil habitantes, correspondente ao segmento de pequenos mercados, voltadas à universalização dos serviços postais e do Banco Postal, visando assegurar os serviços bancários básicos nos municípios desassistidos desse atendimento.

A ECT investiu, em 2012, R$ 405,1 milhões, o que corresponde a 47,8% do valor previsto na LOA – Lei Orçamentária Anual e 65,8% do valor reprogramado, atingindo patamares superiores aos dos últimos seis anos.

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

R$ milhões

AÇÕES /PROJETOS /ATIVIDADES	Dotação (a)	Reprog. (b)	Execução (c)	Variação (c/a)	Variação (c/b)
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	**53,9**	**10,7**	**5,0**	**9,3%**	**46,7%**
146W - Adequação da Infraestrutura de Atendimento - Correios	19,4	4,9	3,2	16,5%	65,3%
146X - Adequação da Infraestrutura de tratamento/ Distribuição e Logística	34,4	5,8	1,9	5,5%	32,8%
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura das Empresas Estatais Federais	**793,7**	**604,9**	**400,1**	**50,4%**	**66,1%**
20PU - Manutenção da Infraestrutura Operacional	377,6	308,1	213,2	56,5%	69,2%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	187,3	119,1	73,5	39,2%	61,7%
4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	37,3	21,4	14,5	38,8%	67,5%
4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	191,5	156,3	98,9	51,6%	63,3%
TOTAL	**847,5**	**615,6**	**405,1**	**47,8%**	**65,8%**

Fonte: ERP/Dezembro de 2012

Os projetos de Instalação de Agências de Correios Próprias, que compõem a ação Adequação da Infraestrutura de Atendimento, alcançaram 65,3% em relação à dotação reprogramada, o que corresponde a R$ 3,2 milhões, contribuindo para instalação de mais 30 novas unidades próprias de atendimento.

Os projetos de instalação de unidades de tratamento, distribuição e logística, que compõe a ação Adequação da Infraestrutura de Tratamento, Distribuição e Logística, alcançaram 32,8% em relação à dotação reprogramada, no montante de R$ 1,9 milhão.

Quanto ao esforço contínuo dos Correios para atingir a qualidade no atendimento, foram investidos R$ 213,2 milhões na manutenção da infraestrutura operacional, o que inclui modernização, acessibilidade e instalação de equipamentos e mobiliários, sendo R$ 47,7 milhões referente à rede de atendimento, R$ 164,9 milhões em infraestrutura de tratamento e distribuição e R$ 0,5 em logística. Nessa atividade executou-se 69,2% da dotação reprogramada.

Dentre as demandas executadas em 2012 no programa de gestão, destacam-se: 1 - Aquisição Terreno para construção do CCE Brasília – R$ 123,3 milhões, 2 - Aquisição de Veículos (Caminhões, Furgões e Motocicletas) – R$ 92,5 milhões, 3 - Aquisição de Estações de Trabalho Convencional e Atendimento – R$ 24,0 milhões, 4 - Aquisição de Unidades de Armazenamento Storage – R$ 12,1 milhões, 5 - Aquisição de Licenças de Software Microsoft – R$ 10,7 milhões, 6 - Reforma em Unidades operacionais (CTCE Londrina e AC/REVEN Niterói) - R$ 9,9 milhões, 7 - Aquisição de Empilhadeiras - R$ 9,6 milhões, 8 - Aquisição de Software Websphere - R$ 9,5 milhões, 9 - Aquisição de Impressora Laser Mono Tipo 1 - R$ 5,6 milhões e 10 - Aquisição de Servidores X86 - R$ 3,0 milhões. Os demais investimentos que compõem o total realizado no ano referem-se, na sua maioria, a manutenção da infraestrutura existente.

Como as demais ações não concretizadas são contínuas, os valores não realizados neste exercício foram, na sua maioria, remanejados para o ano seguinte, objetivando a continuidade dos esforços da ECT para o cumprimento das metas definidas na legislação.

Em comparação aos quatro anos anteriores, sob a vigência do PPA 2008 – 2011, verificou-se variações significativas na execução orçamentária, conforme quadro a seguir:

EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA DO PPA 2008-2011

R$ milhões

Ações/Projetos/Atividades	2008	2009	2010	2011
Aprimoramento dos Serviços Postais	**79,2**	**89,8**	**80,5**	**76,3**
4094 - Manutenção de Infraestrutura Operacional	45,6	30,9	29,7	32,6
4095 - Manutenção da Infraestrutura de Atendimento	33,6	58,9	50,8	43,7
Aprimoramento dos Serviços Postais	**44,8**	**90,0**	**102,7**	**72,8**
3222 - Adequação de Infraestrutura de Produção e Distribuição	27,0	65,6	90,0	61,2
3228 - Adequação da Infraestrutura de Atendimento Correios	17,8	24,4	12,7	11,6
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura	**90,3**	**55,1**	**58,8**	**45,6**
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, informação e Teleprocessamento	56,3	30,9	31,5	36,7
4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	26,8	18,7	23,3	6,2
4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos Maquinas e Equipamentos	7,0	5,5	4,0	2,7
TOTAL	**214,3**	**234,9**	**242,0**	**194,7**

Fonte ERP/2008 a 2011

A execução orçamentária de 2012 (R$ 405,1 milhões) teve um incremento de 82,9% em relação à média dos últimos quatro anos, atualizado pelo IPCA (R$ 221,5 milhões).

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DE 2008 A 2012

R$ milhões

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012
Realizado (a)	214,3	234,9	242,0	194,7	405,1
Dotação Inicial (LOA) (b)	700,0	770,0	639,8	500,0	847,5
Dotação programada (c)	370,0	384,9	380,0	454,3	615,6
% Execução (a/b)	30,6%	30,5%	37,8%	38,9%	47,8%
% Execução (a/c)	57,9%	61,0%	63,7%	42,9%	65,8%

Fonte e ERP e LOA 2008 a 2012

Em termos percentuais, percebe-se uma evolução no índice de execução orçamentária (execução/planejamento) ao longo dos anos, com destaque para o ano de 2012.

Outorga de Serviços de Radiodifusão

Em 2012 o Ministério das Comunicações centrou seus esforços em duas frentes especificas: (i) universalizar e massificar os serviços de radiodifusão, por meio da elaboração de Planos Nacionais de Outorga - PNO e (ii) modernizar normas e regulamentos, voltados à celeridade processual e à transparência nos procedimentos, precedidos de consulta à sociedade.

Em relação às políticas de universalização, o cronograma estabelecido para cumprimento do PNO do Serviço de Radiodifusão Comunitária – 2012 - foi respeitado, contemplando 719 localidades. Foram, aproximadamente, 100 novas autorizações concedidas para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, totalizando 4.499 emissoras com autorização para executar esse Serviço.

Nos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons Imagens, com fins exclusivamente educativos, no decorrer do ano, foram publicados três Avisos de Habilitação, nos quais 64 localidades foram contempladas com FM Educativas e três com TV Educativas. As localidades contempladas com FM Educativa fazem parte do Plano Nacional de Outorgas FME 2011-2012. Com relação ao PNO TVE 2011, foram contempladas todas as localidades nos Avisos de Habilitação publicados em 2011 e 2012.

No que se refere aos Serviços de Retransmissão de Televisão e de repetição de televisão foi publicado o PNO 2012. No decorrer do ano de 2012, foram publicados quatro Avisos de Habilitação, contemplando assim um total de 148 localidades e 230 canais.

Foram promovidas modificações na regulamentação tanto dos Serviços de Radiodifusão Comercial e de Retransmissão e Repetição de Televisão, quanto nos Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Nesse sentido, foram publicados o Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, que altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, que estabeleceu novos procedimentos de outorga dos Serviços com fins educativos, a Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, que estabeleceu novo procedimento de autorização para execução dos serviços ancilares e a alteração do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, por meio do Decreto nº 7.776, de 24 de julho de 2012.

Além disso, o Ministério encaminhou ao Tribunal de Contas da União a proposta de cálculo do preço mínimo de outorga comercial, para torná-lo compatível com a realidade do mercado. A proposta ainda se encontra em análise. Do mesmo modo, o Ministério das Comunicações regulamentou, por meio da Portaria nº 354, de 11 de julho de 2012, a padronização do volume de áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Foi criado Grupo de Trabalho Técnico, formado por MC, Anatel e representantes do segmento de radiodifusão, que irá propor mecanismos de operacionalização da fiscalização após testes de campo ainda a serem realizados. Quanto às atividades de fiscalização, O Plano Plurianual - PPA

2012-2015 estabelece como meta a fiscalização de 100% das emissoras de rádio e TV. Nesse sentido foi elaborado o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2013 e criado o Comitê de Acompanhamento do Plano Anual de Fiscalização. Outro mecanismo, também criado para auxiliar o PPA, foram os Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão – SAR, que definirão os municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão serão fiscalizadas.

Ressalte-se que, durante este ano, foram aplicadas 622 multas, 129 suspensões e 2 cassações a emissoras de radiodifusão e retransmissoras de TV no que se refere a infrações de conteúdo e jurídica. Está em análise na Consultoria Jurídica - CONJUR a Norma de Sanções Administrativas, que regulamentará todos os procedimentos relativos à aplicação de sanções administrativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, no que se refere a infrações relativas ao conteúdo da programação veiculada e aspectos legais, contratuais e societários, aumentando, assim, a transparência dos procedimentos adotados pelo MC.

Em relação à digitalização do rádio, em 2012, o Ministério das Comunicações, em conjunto com o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), finalizou os testes realizados com emissoras de radiodifusão Sonora, de várias classes e potências em diferentes cidades do Brasil, referentes aos dois sistemas de rádio digital que responderam às convocações do Ministério, ou seja, o sistema DRM e o sistema IBOC.

Com o objetivo de assessorar o Ministério das Comunicações na implantação do Rádio Digital no Brasil, foi criado o Conselho Consultivo do Rádio Digital, que avaliará os resultados dos testes realizados com as duas potenciais tecnologias, firmando uma posição técnica, e debaterá questões referentes ao financiamento da transição do sistema e parâmetros internacionais.

Copa do Mundo 2014

A existência de infraestrutura de Telecomunicações e tecnologia da informação com alta capacidade e confiabilidade são fatores essenciais para a Copa do Mundo. Além de ser o meio pelo qual serão transmitidas as partidas e eventos associados (que contarão, segundo estimativas, com até três bilhões de telespectadores em todo o mundo), tal infraestrutura suportará uma série de serviços e sistemas associados à operação dos jogos, tais como segurança e bilhetagem e controle. Além disso, a Copa do Mundo aumentará o uso das redes de telecomunicações brasileiras como um todo, seja pelo afluxo de turistas, seja pelo maior uso das tecnologias pelos próprios brasileiros durante o período do evento. E gerará grandes oportunidades para a expansão da infraestrutura e a modernização dos serviços de telecomunicações.

Com o objetivo de atender ao aumento da demanda e às necessidades específicas do evento, bem como o de direcionar as oportunidades econômicas da Copa do Mundo para uma maior qualificação do setor, as ações do Ministério das Comunicações para a Copa do Mundo FIFA 2014 se distribuem em três blocos: 1) Garantia de Disponibilidade de Infraestrutura de Telecomunicações em suporte à realização do evento; 2) Ações para qualificação e modernização do setor de telecomunicações; e 3) Ações operacionais, regulatórias e fiscalizatórias relativas ao setor de telecomunicações durante o evento.

No que se refere ao primeiro ponto, o Ministério das Comunicações é signatário da Garantia 11 – Telecomunicações e Tecnologia da Informação, por meio do qual o Governo Federal se compromete a assegurar a disponibilidade de uma infraestrutura de telecomunicações para as Competições e Eventos Ancilares que atenda aos mais altos padrões e requerimentos internacionais.

Durante o ano de 2012, o Ministério acordou o limite da responsabilidade do Governo Federal e da FIFA em relação aos eventos, cristalizando-o em Memorando de Entendimentos entre as duas entidades. Para permitir o cumprimento da Garantia 11 pelo Governo Federal, foi publicada a Medida Provisória nº 600, de 28 de dezembro de 2012, que alterou a Lei Geral da Copa.

O segundo bloco de ações, por sua vez, tem por objetivo promover os investimentos no setor, modernizar os serviços existentes e ampliar a oferta de capacidade de telecomunicações no País. Trata-se de medidas essencialmente regulatórias e de articulação com o setor privado e com o poder público, que não requerem dotação orçamentária específica e são executadas em conjunto pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Entre outras medidas que poderiam ser indicadas, no ano de 2012, a licitação da faixa de 2,5 GHz exigiu a cobertura das sedes da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de maneira tempestiva, de forma a se garantir que, durante a realização dos eventos, essas cidades já tenham disponível para uso a banda larga de quarta geração. Quanto ao terceiro bloco de ações, que está sendo executado pela Anatel, a Agência, no escopo de sua competência institucional para regular e fiscalizar o setor de telecomunicações, tem buscado garantir a execução de projetos prioritários a fim de contribuir para o atendimento dos compromissos assumidos pelo País. Esses investimentos contemplaram a aquisição de solução de gestão do espectro, de estações móveis de radiolocalização e radiomonitoragem, de estações de monitoração de radiação não-ionizante, de estações móveis de radiovideometria, de sistema de avaliação de cobertura e qualidade de serviços móveis, incluindo banda larga, e de analisadores de espectro de alto desempenho.

Em novembro de 2012, foi iniciado processo licitatório para contratação de solução de suporte às atividades de gestão de risco relacionadas à segurança das infraestruturas críticas de telecomunicações e as atividades de monitoramento das redes de telecomunicações (Projeto SIEC – Segurança de Infraestruturas Críticas de Telecomunicações). O processo de construção de uma infraestrutura de alto desempenho compatível com as necessidades atuais terá continuidade em 2013, contando com um orçamento previsto de R$ 100,6 milhões.

Função "COMUNICAÇÕES"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Comunicações"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	722 - Telecomunicações	36,70	18,29	62,93	73,53	19,73	211,18
		Demais subfunções	369,93	386,08	479,57	611,12	743,08	2.589,78
	RPNP[2]	722 - Telecomunicações	135,10	3,41	28,42	22,32	39,75	229,00
		Demais subfunções	260,64	59,56	77,26	351,66	92,38	841,50
OI[3]		Total Subfunções	124,07	179,76	183,17	206,49	163,78*	857,27
TOTAL			**926,44**	**647,10**	**831,35**	**1.265,12**	**1.058,72**	**4.728,73**

Fonte: Siafi e Siest
[1]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores.
* Valores realizados até o 5º bimestre de 2012.

A execução da subfunção Telecomunicações, referente aos valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício apresentou valores decrescentes entre 2008 e 2009, influenciados pelo contingenciamento de recursos no âmbito do programa Oferta dos Serviços de Telecomunicações, e pela adoção da modalidade de licitação Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços, a qual permitiu reduzir o preço unitário dos bens necessários para a formação dos Telecentros Comunitários. Analisando 2010 (referente aos valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício), observa-se incremento na execução em função do repasse de R$ 50 milhões, no âmbito do programa Inovação Tecnológica em Telecomunicações, para a Finep, destinados aos projetos da carteira do Funttel para a pesquisa e inovações tecnológicas em telecomunicações. A variação positiva ocorrida em 2011 na subfunção 722 - Telecomunicações deveu-se ao incremento na ação "Operação do Sistema de Acesso Banda Larga", referente à prestação de serviços de comunicação biredicional e conexão de rede.

No exercício de 2012 com a implantação do novo PPA 2012-2015 a Ação 0505 - "Financiamento a Projetos de desenvolvimento de tecnologias nas telecomunicações - nacional", no valor de R$ 200 milhões, no âmbito do programa "Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia", destinados aos projetos da carteira do Funttel foi migrada para a subfunção 572 "Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia". Antes do novo PPA 2012-2015 esta ação era vinculada a subfunção 722 "Telecomunicações", o que justifica o decréscimo do valor executado na subfunção.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**980,72**	**1.182,89**	**984,16**	**762,81**	**724,35**	**221,36**
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democratização	479,24	654,22	487,99	325,34	287,00	162,66
2117	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações	501,48	528,67	496,17	437,47	437,35	58,70
-	Demais Programas Temáticos	-	-	-	-	-	-
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**353,67**	**415,21**	**101,96**	**-**	**-**	**101,96**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**2.770,42**	**2.741,04**	**957,69**	**957,64**	**957,64**	**0,05**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**4.104,81**	**4.339,14**	**2.043,81**	**1.720,45**	**1.681,99**	**323,37**

Fonte: Siafi Gerencial
Obs.: Considerando que o Siafi Gerencial não apresenta a classificação dos Programas definida no PPA 2012-2015, o Órgão/Ministério deverá classificá-los de forma a apresentar a informação nos moldes do Quadro acima, utilizando-se, para tanto, as definições constantes do PPA 2012-2015 e classificando no item "Demais Programas" os programas 0089 (Previdência de Inativos), 0999 (Reserva de Contingência) e demais programas não constantes da LOA 2012 (aqueles que não tiveram dotação inicial, apenas dotação atualizada).

4.6. FUNÇÃO CULTURA
4.6.1. Ministério da Cultura

No ano de 2012, o Ministério da Cultura – MinC pautou suas políticas públicas por ações que atendem aos objetivos previstos no PPA 2012-2015 e no Plano Nacional de Cultura - PNC, em consonância com diretrizes de fundo orientadas para a inclusão social pela via da produção e fruição dos bens culturais, pela construção de pilares que permitam o desenvolvimento de bases sustentáveis para a economia da cultura, pelos incentivos à inovação, criação e diversidade cultural e pela proteção intransigente de nosso patrimônio cultural.

Desenvolvimento e Consolidação da Política de Cultura

A implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) obteve expressivos avanços no ano de 2012. Os resultados ultrapassaram a meta estabelecida em 2011, que era a de atingir 75% dos estados e 20% dos municípios integrados ao SNC por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa. Em 31/12/2012, a adesão alcançou 23 estados (85,2%) e 1.407 municípios (25,3%). Importante mencionar que no período em análise foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Proposta da Emenda Constitucional nº 34/2012 que institui o Sistema Nacional de Cultura, entendido como um "processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade". Ainda em 2012, a SAI deu continuidade ao apoio técnico à elaboração de planos decenais de cultura de estados e municípios.

Com a colaboração das Universidades Federais de Santa Catarina e da Bahia, apoiou o desenvolvimento dos planos de cultura do Distrito Federal, de 16 estados, 12 capitais e oito municípios de regiões metropolitanas. Também teve continuidade o programa de "Fortalecimento Institucional para Implementação de Sistemas de Cultura" com a realização do Curso de Formação em Gestão Cultural, que capacitou 45 gestores e conselheiros de cultura dos estados do nordeste brasileiro, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O Ministério da Cultura trabalhou na institucionalização do Projeto Cultural Brasileiro por meio da difusão à sociedade das 53 metas do PNC. As metas, que foram pactuadas em consonância com o Sistema MinC, Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), SNC e sociedade, por meio de processos abertos de interlocução e consulta pública, deram origem a uma publicação impressa e também em formato digital para ampla distribuição gratuita. De forma didática e lúdica, as metas foram apresentadas com textos sintéticos e imagens que contribuem para sua compreensão. Os primeiros 30 mil exemplares impressos foram enviados a todas as prefeituras do País e a órgãos de cultura estaduais e municipais, conselhos de cultura, universidades, parlamentares e agentes culturais.

Esse trabalho teve como objetivo desenvolver uma política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa, conforme estabelecido no PPA.

A participação social nos processos de construção e avaliação da política pública de cultura também está presente na metodologia de monitoramento e avaliação do PNC por meio da disponibilização na internet de uma plataforma aberta para acompanhamento da execução das metas do Plano Nacional bem como dos planos territoriais e setoriais.

Duas metas do PPA — Implementação da Plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e Implementação de Plataforma Digital de Amplo Acesso para Medição e Monitoramento das Condições de Acesso à Cultura — também obtiveram avanços. Foi contratada a plataforma tecnológica para a implementação do SNIIC, consolidada a tipologia e o protótipo do Registro Aberto da Cultura e articulados e definidos os padrões e protocolos para integrar projetos de digitalização e disponibilização de acervos digitais.

Sob a mesma égide e com o intuito de conhecer as práticas educacionais das diversas regiões brasileiras, elaborar indicadores de cultura e educação e constituir uma rede de pesquisa-ação crítica e colaborativa sobre iniciativas educacionais que promovam a integração entre cultura e educação formal, o MinC realizou o mapeamento e geo-referenciamento de escolas públicas e espaços culturais em seu entorno. As informações serão utilizadas para ações da política de integração entre cultura e educação.

Essa integração de políticas está presente no acordo de cooperação formalizado com o Ministério da Educação (MEC) e que já resulta no comprometimento de oferta à sociedade de vagas para cursos técnicos nas área de cultura e artes por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Promoção da Cidadania e Preservação da Diversidade Cultural

No decorrer do ano de 2012 foi dada continuidade ao Programa Cultura Viva, com a realização das seguintes ações estratégicas:

- fomento à Rede Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com aperfeiçoamento e qualificação da gestão do Programa Cultura Viva e das parcerias com gestores de 25 redes estaduais, do Distrito Federal (76% de índice de pagamento); de 44 redes municipais (80% de índice de pagamento), e de duas redes intermunicipais com convênio vigente;
- adequação de instrumentos e procedimentos para a sustentabilidade do Programa, que integra 3.703 Pontos de Cultura fomentados, sendo 3166 já conveniados, em mais de mil municípios, com relevante impacto social;
- apoio a oito Pontões de Bens Registrados, em parceria com o IPHAN;
- implementação de 38 novos Pontos de Cultura em 38 Terras Indígenas, beneficiando 12 etnias;
- implementação da Rede Saúde e Cultura como modelo estratégico de gestão colaborativa das Políticas de Saúde e Cultura, para atuar na interface entre as redes de promoção e atenção à saúde, e as de produção, criação, fruição e difusão cultural.

Em 2012, foram honrados compromissos dos exercícios anteriores, com origem em 2004: além dos convênios de pontos, pontões e redes de pontos de cultura já mencionados, contabilizou-se o total de 4.757 prêmios pagos a grupos, entidades, mestres populares e agentes culturais, sendo R$ 92,31 milhões pagos em premiação e 966 iniciativas oriundas de 10 editais. No âmbito do Prêmio Agente Jovem, foram pagas 476 de 500 iniciativas.

No que se refere à promoção da diversidade cultural, da cidadania, da inclusão social pela via da cultura e de promoção dos direitos humanos, merecem destaque: o lançamento da 4ª edição do Prêmio de Culturas Indígenas edição Raoni Metuktire, que vai premiar 100 comunidades indígenas; e a apresentação à UNESCO do 1º Relatório periódico brasileiro sobre a implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

O MinC logrou retomar e ampliar, em 2012, o diálogo com a sociedade via estratégicas instâncias, como a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, as redes temáticas e setoriais (Culturas Populares, Povos Ciganos, Povos Indígenas, Griôs, Povos de Terreiro, LGBT, Saúde e Cultura), e os gestores estaduais das Redes de Pontos de Cultura, entre outras.

Desenvolvimento da Economia Criativa

No intuito de dar cumprimento a seus objetivos, a Secretaria da Economia Criativa, no ano de 2012, promoveu diversas ações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Economia Criativa: O Prêmio Economia Criativa com o lançamento do Edital de Apoio a Estudos e Pesquisas em Economia Criativa, que agraciou 19 trabalhos entre teses de doutorado, dissertações de mestrado ou produção científica de grupos, com uma premiação no valor total de R$ 655 mil, e do edital de Fomento a Iniciativas Empreendedoras e Inovadoras em que foram laureadas 150 iniciativas em duas modalidades: 100 na categoria Novos Modelos de Gestão de Empreendimentos e Negócios Criativos e 50 na categoria Formação para Competências Criativas, no valor total de R$ 3,6 milhões.

Observatório Brasileiro da Economia Criativa – OBEC: A instituição do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (OBEC) como instância responsável pela produção e difusão de pesquisas, dados e informações sobre a economia criativa brasileira também merece destaque entre os avanços de 2012. O OBEC atua no estímulo ao debate entre estudiosos, especialistas, agentes governamentais e representantes do setor cultural acerca do impacto da economia criativa na sociedade.

Criativas Birôs: No período em questão foram realizadas articulações e firmados convênios com os estados do RJ, BA, AC, PE, GO, MG e RS – e iniciados os processos de conveniamento com os estados do CE, PA, PR, MT, RN e DF – para a instalação do equipamento "Criativa Birô", escritório concebido para fortalecer e desenvolver a economia criativa dos estados por meio da disponibilização de informações, da realização de formações técnicas em competências de gestão, da geração de conhecimento, da prestação de serviços de consultoria e assessoria, da disponibilização de acesso a linhas de crédito, da promoção de articulações institucionais, além da criação e fortalecimento de redes e coletivos de profissionais e empreendedores criativos.

Promoção do Acesso ao Livro e Incentivo à Leitura

Nessa área é relevante mencionar a ampliação do acervo da Biblioteca Nacional em formato digital. Com a entrada em funcionamento da Hemeroteca Digital Brasileira, o acervo de um milhão de páginas de jornais e revistas dos últimos 200 anos disponíveis para consulta na Internet, no início de 2011, saltou para dez milhões em 2012. Nesse período foram incorporados ao acervo digital da Biblioteca Nacional e disponibilizados ao público mais de 8,7 milhões de páginas digitalizadas.

Em 2012, foram apoiadas 2.541 bibliotecas públicas e comunitárias e pontos de leitura com ações de ampliação de acervos e modernização em 1.532 municípios, inclusive com repasse de recursos diretamente aos estados para investimentos em infraestrutura.

Outra iniciativa relevante no período foi a concessão de bolsas para tradução e apoio à edição de 183 obras literárias nacionais e criação de quatro novos programas para ampliar a presença da literatura brasileira no exterior: i) programa de tradução para livros de ficção, humanidades e literatura infantil e juvenil; ii) programa de apoio à publicação nos países de língua portuguesa; iii) programa de residência de tradutores estrangeiros no Brasil; e iv) programa de intercâmbio de escritores brasileiros no exterior.

O Circuito Nacional de Feiras de Livro e Festivais Literários dobrou de tamanho e registrou, no ano em referência, 204 eventos. Também foram abertos editais para apoiar 158 escritores e pesquisadores, entre os quais três específicos para apoiar criadores negros. Foram ainda destinadas bolsas para 4.150 agentes mediadores de leitura.

Preservação do Patrimônio Cultural

Em relação à Preservação do Patrimônio Religioso Brasileiro foram desenvolvidas ações pelo IPHAN de preservação da Igreja Nossa Senhora da Saúde e Glória – BA, restauração da Igreja de Paracatu – MG, requalificação do Adro do Convento Santa Maria Madalena e obras de conservação e restauração do Terreiro de Alaketu – BA. Foram também aplicados vultosos recursos na recuperação de importantes equipamentos culturais, tais como: a restauração do Cine Penedo – BA, Teatro Esperança Jaguarão – RS, Cine Teatro Mussi, Laguna – SC, Theatro Sete de Abril – RS e Restauração do Cine Olinda – PE, totalizando nos equipamentos culturais aqui destacados o montante de R$ 7.561.663,16.

Importantes Inventários Nacionais de Registros Culturais (INRC) foram desenvolvidos no ano de 2012, com destaque para: INRC Pomeranos – ES, INRC de Muqui e Mimoso do Sul – ES, INRC do Marabaixo – AP, INRC Tambor de Crioula – PI, INRC dos Engenhos de Açúcar, Cachaça e Rapadura – PB e INRC Cabo de Santo Agostinho – PE (2º etapa).

Juntamente com os INRCs, o Patrimônio Imaterial lançou o Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, com o total de R$ 1.451.117,14.

Em relação ao crescimento inclusivo, pode-se destacar na área de educação: Educação e Difusão de Conhecimentos para a comunidade escolar no estado do Rio de Janeiro/RJ, que objetivou contribuir para a formação de professores e estudantes no campo de conhecimento de folclore e cultura popular brasileira e a continuidade das atividades do mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN - PEP MP.

Para o desenvolvimento regional, deve-se destacar a Modernização do Parque Histórico de Guararapes (1º etapa) que consiste na implantação de áreas de convivência, de trilhas, de equipamentos de lazer e convívio, pista de bicicross, ciclovias, mobiliário urbano e vegetação de espaços com prévia prospecção arqueológica de salvamento. Já em relação à infraestrutura ressalta-se a instalação e canalização da rede elétrica do casario do porto de Corumbá – MS. As atividades aqui destacadas alcançaram o valor de R$ 4.447.020,38.

É ainda importante ressaltar a continuidade do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, importante prêmio que reconhece os mais diversos trabalhos realizados para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Preservação da Memória Cultural

O ano de 2012 foi marcado por vários avanços para o setor museológico. Alguns grandes passos foram dados em direção à consolidação da Política Nacional de Museus, entre os quais podemos destacar o 5º Fórum Nacional de Museus, considerado o principal evento do setor no País, reunindo em novembro mais de mil participantes na cidade de Petrópolis (RJ) e traçou diretrizes para a Política Nacional de Museus no próximo biênio, enfatizando a função social dos museus e seu papel transformador.

Uma importante iniciativa é o Conexões Ibram, que desde março passou por 17 Unidades da Federação para apresentar e debater com profissionais, gestores, estudantes e militantes as políticas públicas e instrumentos de gestão oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM ao setor, contando com um público presencial de aproximadamente 1,1 mil pessoas.

A partir das discussões do Projeto Conexões Ibram, o Instituto tem gerado agendas de trabalho conjuntas com governos estaduais, formalizadas mediante assinatura de Acordos de Cooperação.

Ainda em sintonia com os princípios da Política Nacional de Museus, o Ibram lançou, também em 2012, a chamada pública para a construção do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM).

O objetivo é subsidiar a atuação profissional dos educadores de museus, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e em outros espaços culturais.

Além disso, o Ibram ampliou o Programa Pontos de Memória, voltado para ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social.

Em 2012, apoiou 11 Pontos pioneiros em parceria com a Organização dos Estados Iberoamericanos, identificou e mapeou outros 118 Pontos, premiando 48 iniciativas por meio dos Editais Pontos de Memória, que teve o segundo edital lançado este ano.

No campo do fomento e financiamento, foram cumpridas premiações e celebrações de convênios do Programa de Fomento aos Museus Ibram, no valor de cerca de R$ 5,5 milhões, destinados a apoiar e premiar iniciativas de instituições não vinculadas ao Ibram/MinC e que vão da construção e modernização de museus até a memória do esporte olímpico, passando pelo incentivo a artistas contemporâneos e a memória de grupos sociais. Foi lançado o Programa de Fomento aos Museus Ibram 2012, prevendo inicialmente o aporte de mais R$ 4 milhões em diversas iniciativas a serem premiadas em 2013.

Em 2012, o Ibram aportou mais de R$ 1,5 milhão na promoção de diversas ações de divulgação dos museus brasileiros, fomento e incentivo à universalização do acesso à memória no Brasil, a exemplo da 10ª Semana Nacional de Museus e da 6ª Primavera dos Museus, temporadas de eventos que ocorrem anualmente e têm o propósito de mobilizar os museus brasileiros para desenvolverem programações e atividades em torno de um mesmo tema.

A 10ª Semana de Museus aconteceu em maio, contando com 3.420 eventos em 1.114 museus, e a 6ª Primavera dos Museus, em setembro, com mais de 2.400 eventos em 800 instituições.

O Roteiro Cultural Museus Rio+20, que divulgou os museus do Rio de Janeiro durante a Rio+20, e os Circuitos Ciclísticos de Museus em várias cidades do País foram outros exemplos.

Além de todas essas realizações, o Ibram deu continuidade ao atendimento às suas 30 unidades museológicas vinculadas, destinando recursos de aproximadamente R$ 38,7 milhões no apoio a estruturação e modernização das unidades, fomento e promoção a projetos museológicos e programação cultural, gestão e processamento de acervos, etc.

Também elaborou plantas e projetos básicos para adequar e qualificar os museus e um diagnóstico das condições de conservação desses museus, bem como a realização, o monitoramento e a avaliação de seus inventários, identificando os principais fatores de risco para os museus, como roubo, furto e vandalismo, água, fogo, pragas, etc. Realizou ainda o monitoramento e a avaliação dos Planos Museológicos desses museus com vistas à consolidação de metodologias de gestão museal, a partir de programas institucionais, de acervo, de segurança, de arquitetura, de educação museal, entre outros.

Fomento à produção audiovisual

O setor audiovisual alcançou no Brasil, indiscutivelmente, um patamar de política estratégica de estado.

Hoje é impossível dissociá-lo das manifestações políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira.

Uma clara comprovação da importância estratégica do segmento para o País pode ser percebida com a inserção dos serviços audiovisuais no Plano Brasil Maior, considerado a maior política pública de desenvolvimento industrial brasileiro e que tem como objetivo principal o aumento da competitividade da indústria nacional, por

meio de estímulos ao investimento e à inovação; desoneração e importação de equipamentos de produção; promoção do comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno.

Importa destacar que 2012 foi um ano de grande revolução do setor: o início de vigência da Lei 12.485, de 12/09/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado e insere espaços de cota obrigatória de conteúdos brasileiros na televisão por assinatura, especialmente produzidos por produtoras brasileiras independentes, estimulando assim a competitividade, qualificação e mais pluralismo e diversidade à população.

O MinC atuou no ano de 2012 fortemente na implementação de políticas públicas refletidas no lançamento do chamamento público, que selecionou propostas, no valor total de mais de R$ 17 milhões, bem como nas articulações institucionais promovidas com a esfera pública e privada, relativas às seguintes políticas: 1) desenvolvimento sustentável do audiovisual; 2) inovação, convergência e plataformas audiovisuais; 3) capacitação, formação, qualificação e requalificação dos agentes do setor audiovisual; 4) preservação da memória audiovisual brasileira; 5) internacionalização e promoção internacional; e 6) infância e juventude.

Destacam-se também, no período, ações articuladas com outros órgãos do Governo Federal, tais como os editais em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (micro metragens e jogos eletrônicos com temática ambiental) e com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (fomento à produção de curtas-metragens para jovens afro-descendentes).

A Lei 12.485/11 passou a produzir efeitos mais amplos a partir da regulamentação de seus dispositivos, realizada pela Ancine/MinC, em 2012. A abertura do mercado audiovisual para todas as empresas de telecomunicações bem como o fortalecimento das empresas produtoras brasileiras por intermédio da garantia de espaço para exibição de conteúdo audiovisual brasileiro qualificado nos canais de TV por assinatura são duas significativas mudanças em um segmento que, devido ao crescimento da base de assinantes, aumenta cada vez mais sua importância.

O novo marco regulatório da TV paga, que tem na Lei nº 12.485/11 seu alicerce, contribui decisivamente para o desenvolvimento da indústria audiovisual no Brasil ao estimular a competição, gerar demanda e também reconhecer o fenômeno da convergência digital, integrando o setor de telecomunicações ao de difusão de conteúdo audiovisual.

Alguns dos benefícios esperados pela aplicação da legislação já podem ser observados. Especialmente para a defesa do consumidor, a regulamentação da referida lei trouxe exigências a serem cumpridas pelas empresas que atuam no setor e que visam assegurar direitos aos assinantes, tais como: o disciplinamento do tempo máximo de intervalo comercial, o carregamento de um maior número de canais de conteúdo brasileiro; diversidade de fontes de informação jornalística e a obrigação das operadoras de apresentar informações claras e detalhadas a respeito dos produtos que oferecem – pacotes de assinatura, canais e a programação veiculada.

O mercado de salas de exibição manteve o viés de crescimento observado nos últimos anos. O ritmo de abertura de novos cinemas acelerou-se: depois das 146 salas implantadas em 2011, 173 foram abertas em 2012.

Segundo dados ainda preliminares apurados pela Ancine, o parque exibidor brasileiro atingiu 2.525 salas de cinema.

O Programa Cinema Perto de Você tem contribuído para esse crescimento. Este Programa é uma ação governamental, organizada e coordenada pela Ancine, que congrega iniciativas nas áreas de financiamento, regulação e desoneração fiscal de investimentos. As linhas de crédito e investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual financiaram a implantação de 47 novas salas em 2012, em montante total de R$ 32 milhões.

Em 2012, a edição da Lei nº 12.599 e do Decreto nº 7.729 deram forma legal ao Programa. Essas normas instituíram o Recine, regime tributário especial que desonera os investimentos na implantação ou modernização de cinemas de todos os tributos federais incidentes.

Com o Recine, estima-se uma redução de 25% nos custos de implantação de um complexo cinematográfico. O regime está em funcionamento desde setembro.

O processo de digitalização dos cinemas foi outro fenômeno que demandou ação política da Agência. As iniciativas foram concentradas em dois eixos. Primeiro: a redução de custos da importação de equipamentos por meio do Recine. Segundo: a montagem de um modelo financeiro e a oferta de capital que permitam a digitalização de todo o parque exibidor brasileiro, em especial os cinemas dos pequenos exibidores. Uma linha financeira de R$ 146 milhões, a ser operada pelo BNDES, foi aprovada pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA para essa finalidade. O FSA ampliou também seus investimentos em produção e distribuição de conteúdos para cinema e televisão, em montante recorde de R$ 205 milhões.

Tais valores somaram-se aos recursos mobilizados por meio de incentivo fiscal para garantir uma cinematografia com diversidade e qualidade: 83 longas metragens foram lançados no cinema durante o ano, com desempenhos variados. Após um primeiro semestre de bilheterias ruins, os filmes nacionais recuperaram-se no segundo, fechando o ano com 15,5 milhões de bilhetes vendidos. Destaque-se, também, para além dos longas-metragens, os investimentos de R$ 55 milhões em obras para televisão. Esse suporte financeiro e os movimentos gerados pela Lei nº 12.485 induzem um desenvolvimento crescente da produção independente para TV, especialmente de obras seriadas.

Além das iniciativas financiadas com recursos do FSA e de incentivos fiscais, a Ancine promoveu outras ações financeiras, destacando-se o Prêmio Adicional de Renda – PAR, que contemplou 60 empresas entre produtoras, distribuidoras e exibidoras com recursos totais no valor de R$ 5,7 milhões, o Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro – PAQ, com sete projetos selecionados com R$ 100 mil cada, e as cooperações internacionais com a Argentina, o Uruguai e com o Fundo IBERMEDIA compreendendo o valor de R$ 2 milhões. Destaque-se ainda o apoio à participação brasileira em 44 festivais internacionais de cinema e a participação na feira de negócios Encontro de Mercado Ventana Sur, em Buenos Aires.

Fomento e Difusão das Expressões Artísticas

A valorização do artista foi o eixo principal da atuação da Fundação Cultural das Artes - Funarte em 2012, e o ponto substancial de uma política cultural abrangente que estendeu apoio ao artista consagrado, iniciante, marginal, pobre, profissional ou amador. Além de apoiar a atividade artística, de forma a impulsionar a produção, a Funarte praticou preços populares em todos os seus espaços culturais, atuando também na outra ponta para facilitar o acesso à arte. A instituição empreendeu esforços para que a arte de excelência passe a integrar, de forma definitiva, a cesta básica do cidadão brasileiro.

Os equipamentos culturais sob a administração da Funarte receberam atenção especial, a exemplo do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), adquirido pela Funarte em 2008, cujas obras de recuperação foram iniciadas, com a previsão de, já em 2013, entregar o espaço de volta à população. A Escola Nacional de Circo, centro de referência na formação circense na América Latina, teve sua sede totalmente reformada e reequipada e ampliou seu número de vagas, de forma a oferecer ainda mais oportunidades a artistas de construir uma carreira no circo.

No âmbito internacional, um grande quantitativo de artistas foi destacado pela Funarte para representar o País em eventos culturais consagrados em todo o mundo. O ponto alto dessa programação foi o Ano do Brasil em Portugal, que tem lotado casas de espetáculo e as ruas de Lisboa com arte brasileira de qualidade, e se estende até junho de 2013.

Para incentivar a música erudita, foi realizado o Prêmio de Composição Clássica que contemplou 71 composições inéditas que serão executadas nos concertos da XX Bienal de Música Contemporânea, que ocorrerá em 2013, e o Prêmio de Concertos Didáticos, que selecionou 22 projetos para a realização de 174 concertos didáticos em 154 escolas da rede pública, em diversos municípios.

Além disso, foi concedido o Prêmio de Produção Crítica em Música, que premiou 10 trabalhos com o objetivo de fomentar a reflexão, a produção e a difusão de conhecimentos sobre a música. Os 18 Painéis Funarte de Regência Coral, de Música Popular e de Bandas de Música, por sua vez, levaram o ensino da música a diversos municípios, capacitando 2.601 pessoas. Outro destaque foi a seleção de quatro projetos para ocupar as Salas de Música Sidney Miller (RJ), Guiomar Novaes (SP), Cássia Eller (DF) e Galpão I (MG). Para cada um dos espaços foi criada uma intensa programação, com 134 espetáculos e atividades complementares – como oficinas, palestras e lançamento de CDs.

Foram também concedidas 36 Bolsas de Aperfeiçoamento Técnico e Artístico em Música, a músicos e técnicos, promovendo o aperfeiçoamento dos interesses em cursos ou estágios de reconhecida qualidade, no Brasil e no exterior, visando a excelência artística e técnica, contribuindo para a qualificação do corpo de profissionais brasileiros na área da música.

Para comemorar o Centenário do “Rei do Baião”, foi concedido o Prêmio Centenário Luiz Gonzaga a 30 projetos voltados para a criação, produção e difusão de obras, atividades ou produtos.

Dezoito projetos de Artes Cênicas foram selecionados para ocupar os teatros Cacilda Becker (RJ), Teatro Duse (RJ), Glauce Rocha (RJ), Dulcina (RJ), Eugênio Kusnet (SP), Plínio Marcos (DF) e Galpão III (MG), além das Salas Carlos Miranda e Renée Gumiel (SP). Ao todo foram realizadas 553 atividades em 2012, com espetáculos, oficinas, palestras e debates. Outro destaque, foi a Capacitação Artística e Técnica em Artes Cênicas, por meio da realização de 131 oficinas de teatro, dança, circo e técnicas cênicas, em diversas cidades, visando à qualificação de 2.006 profissionais da área. Vale registrar, também, os Prêmios de Teatro Myriam Muniz, de Dança Klauss Vianna, Carequinha de Estímulo ao Circo e Artes Cênicas na Rua (Circo, Dança e Teatro), que premiaram 445 projetos beneficiando todas as regiões do País. Juntas essas ações, consideradas indispensáveis ao fortalecimento das artes cênicas no Brasil, beneficiaram grupos, companhias, trupes, empresas e artistas independentes, que podem montar e difundir espetáculos, realizar pesquisas de linguagem, promover a arte-educação e adquirir equipamentos, entre outras metas.

Destacamos ainda, os Prêmios de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça, Marc Ferrez de Fotografia, Rede Nacional de Artes Visuais e Conexões Funarte/Petrobras de Artes Visuais, que contemplaram 110 projetos voltados ao estímulo às iniciativas que contribuíram para a promoção e valorização das linguagens artísticas nacionais, por meio de sua pesquisa, informação, produção e circulação.

Para garantir a máxima abrangência de sua atuação, a Funarte aperfeiçoou os Microprojetos Mais Cultura, ação que subsidia projetos culturais de baixo custo em áreas tradicionalmente desatendidas, nos municípios que compõem a Bacia do Rio São Francisco. Ao todo foram contemplados 1.024 projetos, distribuídos nos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e Distrito Federal.

Iniciando-se em setembro de 2012 e com previsão de estenderem-se até junho de 2013, as comemorações do Ano do Brasil em Portugal têm como objetivo promover manifestações artísticas e culturais que apresentem a riqueza e vitalidade do Brasil. Estima-se que até o final de 2012, cerca de 200 mil portugueses tiveram a oportunidade de entrar em contato com a diversidade cultural brasileira. Como produtos intangíveis temos a percepção de uma imagem moderna e contemporânea do País e a possibilidade de abertura de mercado tanto na área artística como na aquisição de bens e serviços

Preservação da Cultura Afro-Brasileira

Visando atingir seus objetivos estratégicos estabelecidos a Fundação Cultural Palmares – FCP/MinC executou suas ações voltadas para os seguintes focos de atuação: Estimular, valorizar e desenvolver a cultura e o patrimônio afro-brasileiro; desenvolver ações de inclusão e sustentabilidade dos remanescentes das comunidades dos quilombos; realizar pesquisas, estudos e levantamento de dados e informações sobre a população afro-descendentes e mais especificamente, sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

Nesse sentido, a FCP promoveu em 2012, iniciativas culturais visando à preservação das expressões, celebrações, lugares e manifestações da Cultura Afro-Brasileira, dentre as quais destacamos as celebrações do

Mês da Consciência Negra nos estados de SP/RJ/BA/MA/Al e MG.

Foram publicados editais visando apoiar a realização de pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar as políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico brasileiro.

Promoveu-se a implementação de projetos locais de qualificação e capacitação de comunidades quilombolas e de terreiro e fornecido apoio a projetos voltados ao fomento à difusão de pesquisas sobre cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

Em parceria com o Ministério da Educação foi prestado apoio a realização do Seminário Internacional *Herança, Identidade, Educação e Cultura: Gestão dos Sítios e Lugares de Memória ligados ao tráfico Negreiro e à Escravidão* e ao *Festival latino Americano de Cultura e Arte – FLAAC*.

Ainda nessa linha e com recursos do Fundo Nacional de Cultura – FNC, a Fundação Cultural Palmares lançou o Edital Núcleo de Formação de Agente Cultural da juventude Negra – NUFAC, que visa à formação profissional de 2.000 jovens negros e negras na área da cultura. Estas ações foram concebidas de forma a contribuir para a inclusão social de parcela da população jovem afro-descendente no mercado de trabalho

Fortalecimento da Infra-Estrutura Cultural

A Praça dos Esportes e da Cultura, agora denominada Centro Unificados das Artes e do Esporte (CEU), é parte do Eixo Comunidade Cidadã do PAC 2 e objetiva integrar atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sociais e assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, num mesmo espaço físico, visando à promoção da cidadania e à redução da pobreza em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Em 2012 foram operacionalizados, em parceria com a Caixa Econômica Federal, 360 projetos de CEUs. Em 2012, no âmbito do Programa Mais Cultura, 67 convênios destinados à construção e fornecimento de mobiliário e equipamentos para espaço de múltiplas funções em áreas de grande vulnerabilidade social estavam em fase de execução. No decorrer do ano foram desenvolvidas ações que permitiram a celebração de convênios para a instalação de 16 novos equipamentos culturais.

Além disso, 68 projetos foram selecionados no Programa Usinas Culturais para investimentos em infraestrutura e programação cultural em municípios brasileiros com maiores números de homicídios.

Integração educação e cultura

Em 2012, foram promovidos novos estudos sobre a preservação e divulgação do patrimônio cultural e difundidas novas pesquisas sobre o conhecimento constitutivo da cultura brasileira, bem como a preservação da memória e divulgação do nosso patrimônio cultural com o apoio a novos bolsistas de iniciação científica e bolsistas especializados no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura.

Ao longo de 2012, foram investidos R$ 421,4 mil de auxílio financeiro a pesquisadores, beneficiando um total de 56 bolsistas dentro desse programa.

A política intersetorial firmada entre os Ministérios da Cultura e da Educação estabeleceu o diálogo entre os Planos Nacionais de Cultura e de Educação e promoveu ações voltadas para o ensino da arte nas escolas de educação básica, o fortalecimento do compromisso das universidades com a promoção da cultura e da diversidade, e a formação cultural para o ensino profissionalizante.

Destacam-se como principais avanços: O mapeamento e georeferenciamento de equipamentos e iniciativas culturais, escolas do Programa Mais Educação, equipamentos de assistência social e de saúde, contribuindo para a consolidação de 20 mil territórios educativos; fortalecimento da área de cultura e artes no Programa de Extensão Universitária/2012, através da elaboração de edital e seleção dos projetos concorrentes nas áreas de Cultura e Contemporaneidade e Artes e Educação, totalizando R$ 6 milhões de investimento; implementação do ensino técnico e profissionalizante, com a assinatura de acordo de cooperação técnica, pactuando a criação de 52 mil vagas de cursos em formação inicial e continuada nas áreas de cultura e artes, no âmbito do Pronatec.

INDICADORES DE DESEMPENHO 2008-2012

UNIDADE	INDICADOR	UNID. DE MEDIDA	2008	2009	2010	2011	2012
Fundação Biblioteca Nacional	Índice de preservação de acervos bibliográficos e documentais da Biblioteca Nacional	%	112,41	111,00	95,13	107,33	172,56
IPHAN	Índice de desempenho de ações de fiscalização	%	108,00	90,00	100,00	100,00	143
IPHAN	Índice de desempenho de ações de identificação	%	73,00	127,00	100,00	100,00	110
Fundação Biblioteca Nacional	Indicador de captação de acervos bibliográficos e documentais na Biblioteca Nacional	%	100,97	101,89	101,93	89,79	150,81
Fundação Biblioteca Nacional	Digitalização de Acervos Culturais da FBN	%			116,57	151,97	241,93
Fundação Biblioteca Nacional	Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica da FBN	%					166,67
Funarte	Índice de evolução da difusão das atividades artísticas por região geográfica e do país como um todo	%					3,32
Funarte	Índice de evolução da difusão compensatória das atividades artísticas por região geográfica e do país como um todo	%					25,13
Funarte	Indicador de evolução do fomento às atividades artísticas	%					43,05
Ancine	Participação da produção nacional no mercado cinematográfico no Brasil	%	10,16	14,28	11,2	13	10,62

Fonte: Registros internos das unidades do MinC

VALORES LIQUIDADOS - FUNÇÃO CULTURA 2008-2012

Função		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exerc[1]	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	48,49	40,69	62,28	47,26	66,52	265,25
		392 - Difusão Cultural	127,36	188,84	373,25	105,59	212,53	1.007,56
	RPNP[2]	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	52,67	40,69	56,98	53,63	71,55	275,52
		392 - Difusão Cultural	160,99	188,84	197,43	125,06	262,19	934,50
OI[3]		**Total Subfunções**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total			**389,51**	**459,06**	**689,94**	**331,54**	**612,79**	**2482,83**

Fonte: Siafi Gerencial – Extração em 14 de janeiro de 2013
[1]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
[3]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO CULTURA

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**1.387,01**	**2.397,64**	**1.332,97**	**361,45**	**333,09**	**971,52**
2016	Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia	0,50	0,50	0,50	0,42	0,42	0,08
2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	1.384,51	2.395,14	1.331,47	360,04	331,68	971,43
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,01
2045	Licenciamento e Qualidade Ambiental	0,50	0,50	0,50	0,50	0,49	0,01
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	0,50	0,50	-	-	-	-
	Demais Programas Temáticos	0,50	0,50	-	-	-	-
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**589,41**	**625,78**	**568,83**	**512,10**	**511,86**	**56,73**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)							
DEMAIS PROGRAMAS(IV)							
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**1.976,43**	**3.023,41**	**1.901,80**	**873,55**	**844,95**	**1.028,25**

Fonte: Siafi Gerencial – Extração em 14 de janeiro de 2013
[1]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
[3]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores

4.7. FUNÇÃO DEFESA NACIONAL
4.7.1. Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa é o Órgão responsável pela Função Defesa Nacional, que compreende as subfunções típicas: Defesa Terrestre, Defesa Naval e Defesa Aérea, as quais são executadas, principalmente, no âmbito do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa. O quadro a seguir demonstra a execução orçamentária dos Programas do Ministério da Defesa, no exercício de 2012.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012, NA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL

R$ milhões

DESCRIÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZ.	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCR. EM RPNP*
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**13.184**	**18.110**	**13.907**	**8.167**	**8.032**	**5.740**
2046	Mar, Zona Costeira e Antártida	14	91	61	50	46	11
2058	Política Nacional de Defesa	12.835	17.561	13.483	7.891	7.764	5.591
-	Demais	335	458	363	225	223	138
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**20.761**	**22.103**	**21.716**	**21.119**	**21.077**	**596**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**179**	**241**	**169**	**123**	**123**	**46**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**0**	**544**	**383**	**280**	**268**	**104**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**34.124**	**40.998**	**36.176**	**29.690**	**29.501**	**6.486**

Fonte: Siafi Gerencial – Base 10/01/2013.
(1) Demais Programas Temáticos - Contempla apenas os Programas "2055 - Desenvolvimento Produtivo", "2056 - Política Espacial", e "2057 - Política Externa", classificados no Anexo I do PPA 2012/2015 como programas temáticos, que não são de responsabilidade direta do Ministério da Defesa.
(2) Demais Programas - Contempla os programas não constantes da LOA 2012 (aqueles que não tiveram dotação inicial, apenas dotação atualizada e, os remanescentes do PPA 2008/2012).
(*) RPNP - Restos a pagar não processados.

Valores Liquidados na Função Defesa Nacional

No período de 2008 a 2012, os valores liquidados pelo Ministério da Defesa na Função Defesa Nacional ocorreram na forma apresentada na tabela a seguir.

VALORES LIQUIDADOS PELO MD NA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL - 2008 A 2012

R$ milhões

Função Defesa Nacional		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exerc. (1)	**Típicas**	**3.558**	**4.504**	**6.873**	**5.532**	**6.981**	**27.448**
		151 Defesa Aérea	1.849	2.077	2.197	1.963	3.132	11.218
		152 Defesa Naval	967	1.634	3.790	2.480	2.791	11.662
		153 Defesa Terrestre	742	793	886	1.089	1.058	4.568
		Atípicas	**16.629**	**18.759**	**21.207**	**22.407**	**22.709**	**101.711**
		122 Administração Geral	14.363	16.071	17.817	18.834	18.960	86.045
		302 Assist. Hosp. e Ambulatorial	953	1.067	1.219	1.485	1.509	6.233
		Demais	1.313	1.621	2.171	2.088	2.240	9.433
OFSS	RPNP (2)	**Típicas**	**1.347**	**1.367**	**1.847**	**2.532**	**2.937**	**10.030**
		151 Defesa Aérea	1.170	1.011	1.206	1.275	1.427	6.089
		152 Defesa Naval	44	98	226	514	759	1.641
		153 Defesa Terrestre	133	258	415	743	751	2.300
		Atípicas	**596**	**581**	**847**	**1303**	**1083**	**4.410**
		122 Administração Geral	202	196	222	358	373	1.351
		302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48	71	85	162	125	491
		Demais	346	314	540	783	585	2.568
TOTAL			**22.130**	**25.211**	**30.774**	**31.774**	**33.710**	**143.599**

Fonte: Siafi Gerencial – Base 8/01/2013.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Nos dados contidos na tabela anterior verifica-se um crescimento acentuado entre os exercícios de 2008 a 2010 na função Defesa Nacional. A situação pode ser explicada em razão da implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB (Subfunção Defesa Naval); da expansão dos gastos destinados a aquisição dos helicópteros H-X BR (Subfunção Defesa Aérea) da recomposição da remuneração militar e das despesas com a preparação e a realização dos V Jogos Mundiais Militares (Subfunção Administração Geral).

No exercício de 2012, além das despesas com o PROSUB, outras impactaram a Função Defesa Nacional, tais como: a participação das Forças Armadas na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil); a operação realizada para a manutenção da garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão e da Penha; o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, ocasionados por fortes chuvas e inundações em diversas regiões do País, e pela estiagem prolongada em municípios da Região Nordeste; as decorrentes do planejamento, preparação, organização, coordenação e da segurança da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio + 20; as ações de defesa e de segurança subsidiária na Copa do Mundo 2014; a aquisição das aeronaves H-X BR; o desenvolvimento das aeronaves KC-X; e a implantação do Sistema de Defesa Estratégico – ASTROS 2020.

Apesar disso, o crescimento das despesas na Função Defesa Nacional, nos exercícios de 2011 e 2012, em relação a 2010, apresentou-se menos significativo. S-situação, em parte, justificada pelo término, ocorrido no ano de 2010, da recomposição da remuneração dos militares, aliada às alterações na estrutura do Ministério da Defesa (MD), com a transferência das atividades relacionadas à aviação civil e da vinculação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para a Presidência da República (PR), bem como do recebimento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com a consequente transferência das respectivas dotações, o que motivou a redução das dotações orçamentárias do MD.

Principais resultados obtidos em 2012 na Função Defesa Nacional

Para melhor visualização, os resultados da função Defesa Nacional foram divididos em sete temas: Planejamento na área de: Defesa; Defesa Terrestre; Defesa Naval; Mar, Zona Costeira e Antártida; Defesa Aérea; Preparo e Emprego Conjunto das Forças Armadas e Ações de Apoio ao Desenvolvimento da Amazônia.

1) – Planejamento na área de Defesa

Os atos implementados no ano de 2012 propiciaram um grande avanço para o País nas questões relacionadas ao planejamento na área de Defesa. No mês de novembro, o Livro Branco de Defesa foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, onde se encontra, atualmente, em processo de análise. Somado à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa, o Livro Branco integra o conjunto de documentos que trata das atividades de defesa do Brasil. A elaboração do Livro Branco de Defesa teve como uma de suas motivações a necessidade de se criar novas oportunidades para o debate sobre a Defesa Nacional, além de incentivar o conhecimento e o engajamento da sociedade, na discussão do tema, que é de interesse de todos os brasileiros. Ainda em 2012, concluiu-se o desenvolvimento da metodologia para o planejamento estratégico de defesa e iniciou-se a elaboração da publicação de cenários de defesa em 2035 que servirá de base para futuros planejamentos. Em paralelo à proposta do Livro Branco de Defesa, em 2012, foram, também, encaminhadas ao Congresso Nacional as propostas de atualização da Estratégia Nacional de Defesa e da Política Nacional de Defesa, as quais reafirmam a postura do País quanto às prioridades na área de defesa; ao fomento à indústria nacional e ao relacionamento com os demais estados e governos.

2) Defesa Terrestre

Objetivo 0482 – Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das unidades militares do Exército sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar.

No ano de 2012, o Comando do Exército deu continuidade à implantação, à modernização e à adequação das Organizações Militares, bem como à estruturação do Projeto de Monitoramento das Fronteiras, ações que se alinham ao objetivo de articulação da Força. No que se refere ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON), deu-se continuidade à implantação do projeto piloto, com ênfase para a região amazônica. A despeito das dificuldades ocorridas ao longo do exercício, na parte relativa à obtenção de licenças ambientais e à contratação de serviços e mão de obra, nas regiões remotas do País, o projeto obteve resultados significativos, citando-se a título de exemplo a aquisição de meios para o sensoriamento e o início da realização de obras de infraestrutura. Os avanços obtidos em 2012 permitirão o aumento e o aprimoramento da capacidade operacional das organizações militares do Exército, com destaque para àquelas situadas na faixa de fronteira da região amazônica.

Objetivo 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

De modo geral, obteve-se um bom desempenho em 2012, graças, principalmente, aos resultados da implantação do Sistema de Defesa Cibernética. Citam-se, como principais avanços, a construção de cinco laboratórios de pesquisa forense em operação e de uma sala cofre para o Setor Cibernético no Centro de Inteligência do Exército; o desenvolvimento do antivírus nacional “Defesa BR”; a aquisição de sensores de Sistema de Prevenção de Instrução; a elaboração da Política de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa e da coordenação da Defesa Cibernética da Conferência “Rio+20”; além da realização de vários eventos relacionados à guerra eletrônica e à defesa e inteligência cibernéticas.

Objetivo 0532 – Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Com o propósito de adequar os meios operacionais do Exército Brasileiro, foram trabalhados os pilares do Plano de Aparelhamento da Força, a manutenção operativa e o

apoio e suporte na formação e capacitação de pessoal. Nesse rol insere-se a implantação do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB) e a aquisição de meios blindados.

No ano de 2012, foi iniciada a implantação do Sistema Operacional de Artilharia Antiárea, de fundamental importância para a Força. As principais realizações, no exercício, referem-se à aquisição de um centro eletrônico de operações; dez viaturas AGRALE MARRUÁ; três Viaturas Pick up 4x4 VOP2 TOYOTA HYLUX; e a elaboração dos requisitos operacionais básicos e técnicos do Sistema Operacional de Defesa Antiaérea. A meta traçada, relativa à implantação do SIAAEB foi atingida em sua plenitude, ou seja, 5% dos 20% previstos no curso do Plano Plurianual em vigor.

No decorrer do ano de 2012, deram-se sequência, no âmbito do Comando do Exército, em parceria com a empresa BAE Systems, aos projetos de modernização das viaturas blindadas de transporte de pessoal M-113.

No âmbito do Projeto Fênix, foi contratada a revitalização de dez viaturas blindadas de reconhecimento - CASCAVEL. Além disso, foram manutenidas quatorze viaturas blindadas de transporte de pessoal - URUTU e contratado o suporte logístico integrado das viaturas Leopard 1A5, para assegurar a disponibilidade da frota e a capacitação do pessoal envolvido no apoio logístico.

O contingenciamento dos recursos, na ordem de 12,85%, constituiu em fator preponderante para o não cumprimento, em sua plenitude, da meta prevista para 2012.

Ressalta-se, também, a contratação para a aquisição da nova família de blindados de rodas, integrantes do Projeto Guarani, com as aquisições de 76 viaturas blindadas sobre rodas, num total superior a 2200 viaturas; além de 81 torres REMAX; 10 torres ELBIT; e 13 torres PLATT, todas destinadas ao processo de equipamento de veículos GUARANI, o que aponta para a realização de 4% da meta fixada para o exercício.

Objetivo 0542 – Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio de sua capacitação, adestramento e logística operacional.

O Adestramento da Força Terrestre (operações singulares) visou assegurar a capacidade adequada de prontidão do Exército durante o ano, incluindo a seleção para o serviço militar e a realização de exercícios de apresentação da reserva, bem como o adestramento da tropa, trabalhos de Estado-Maior e realização de operações conjuntas.

O Comando do Exército priorizou, em 2012, seletivamente, as necessidades regionais de aprestamento da Força Terrestre, inclusive com a adequação anual de parâmetros relativos aos efetivos a serem providos pelo sistema de Serviço Militar.

Como forma de manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre foi realizada a estruturação do projeto Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER), incluindo a Requisição de Informação (Request For Information – RFI), para a confecção dos termos de referência e estimativa de orçamento, para a implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (SisCOTI), vetores esses fundamentais à proteção de infraestruturas críticas e à cooperação nos grandes eventos a serem patrocinados pelo País.

No ano de 2012, foi finalizada a 1ª fase do planejamento para a implantação de três Batalhões de Polícia do Exército, nas cidades do Rio de Janeiro RJ, Manaus-AM e Salvador-BA, visando ao preparo dos Batalhões de Polícia do Exército e companhias de guarda para emprego em eventos públicos de grande vulto, com prioridade para o Batalhão de Manaus. Essas unidades atuarão na segurança da Copa das Confederações de Futebol, na visita do Papa à Jornada Mundial da Juventude, em 2013; na Copa do Mundo, em 2014; e nas Olimpíadas de 2016. Os recursos destinados a ação, a qual não conta com meta quantitativa, permitiram o cumprimento do planejamento aprovado por conta do Objetivo 0542 em foco.

Objetivo 0552 – **Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.**

O Exército Brasileiro, por meio de inovações, produtos e serviços, deu continuidade ao processo de capacitação científico-tecnológica para ampliar a capacidade de defesa terrestre no País. Nesse contexto, no ano de 2012, houve o prosseguimento da implantação do Sistema de Comando e Controle; o aprimoramento dos sistemas corporativos; o aperfeiçoamento do Sistema Logístico de Comunicações; a implantação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército; o aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército; a condução de programas de graduação e pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia (IME) e o desenvolvimento de projetos pelo Centro Tecnológico do Exército. Essas iniciativas impulsionaram a base industrial de defesa, o que permitiu a aquisição de produtos de defesa com tecnologia nacional e moderna a um custo competitivo, inclusive, com produtos fabricados e revitalizados pelos arsenais de guerra do Exército. Em termos de meta física, foi realizado no exercício 10% do desenvolvimento do Sistema de Comando e Controle do Exército.

O desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército estimularam o mercado de ciência e tecnologia, por meio de aquisição de material e/ou contratação de serviços com empresas locais, o que beneficiou várias regiões brasileiras. Nos arsenais de guerra, situados nos municípios do Rio de Janeiro-RJ, Barueri-SP e General Câmara-RS, houve melhoria na qualificação de profissionais nas áreas de ciência e tecnologia, em virtude da demanda de mão de obra especializada, o que redundou em positivo aumento do binômio emprego e renda, inclusive, de forma direta pelo recolhimento de tributos.

A adequação dos arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de material de emprego militar, em virtude do contingenciamento de recursos, atingiu 60% do planejamento aprovado para execução no exercício. Por outro lado, as realizações ocorridas em 2012, como a manutenção, o investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para a fabricação de produtos de defesa, reduziu a defasagem tecnológica existente nos arsenais de guerra, com desenvolvimento do capital intelectual e humano dentro destas unidades fabris.

INDICADORES RELACIONADOS À DEFESA TERRESTRE

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	ÍNDICE ALCANÇADO EM 2011	2012		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PLANO (2015)
			ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO	
Adequação da Força Terrestre	Relação percentual entre o número de meios operativos existentes e a quantidade de meios previstos no Plano de Necessidades Gerais do Exército.	-	32%	27,75%	37%

Fonte: Estado-Maior do Exército / Comando do Exército / Data: 10/01/2013
Obs: Indicador instituído em 2012.

As necessidades Gerais do Exército consistem no sistema de informações que compõem o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro (SIPLEx), que contém a descrição e quantificação dos componentes necessários à geração do poder militar terrestre adequado ao País. O indicador considera a manutenção operativa e os projetos do Exército. O alcance do índice de 37%, previsto para o final do plano, significará o atendimento das necessidades gerais do Exército, na sua manutenção operativa e nos seus projetos.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS AO TEMA DEFESA TERRESTRE

R$ 1,00

PROGRAMA/AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (LOA + CRÉDITO)	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA			
13DA - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - SISFRON	172.884.745	172.704.551	99,90
13DB - AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA	33.174.766	3.832.596	11,55
147F - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA CIBERNÉTICA	110.975.667	61.600.710	55,51
14LW - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA ESTRATÉGICO ASTROS 2020	186.984.666	64.000.000	34,23
14MH - GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NOS COMPLEXOS DO ALEMÃO E DA PENHA	135.159.740	134.198.686	99,29
14N4 - RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO COMANDO DO EXÉRCITO	1.327.352.000	1.327.351.999	100,00
20PY - ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES	141.796.617	100.343.300	70,76
20PZ - AQUISIÇÃO DE MEIOS BLINDADOS	231.045.470	187.617.950	81,20
20SB - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - SISFRON	24.000.000	23.998.308	99,99
3138 - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AVIACAO DO EXERCITO	156.769.089	67.902.992	43,31
4450 - APRESTAMENTO DA FORCA TERRESTRE	565.586.037	444.643.340	78,62
TOTAL	**3.085.728.797**	**2.588.194.432**	**83,88**

Obs: As ações 14LW e 14MH receberam créditos ainda vinculados a Programas do PPA 2008-2011 (0628 e 1383, respectivamente). A execução dessas ações foram todas consideradas, no quadro anterior, como pertencentes ao Programa Temático 2058, uma vez que este substituiu os citados Programas no PPA 2012-2015.
Fonte: Siafi Gerencial / Data: 10/1/2013

13DA – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON

O valor autorizado para essa ação, em 2012, foi da ordem de R$ 172.884.745,00. Merece destaque a aquisição de equipamentos de rádio e de vigilância eletrônica; o início do desenvolvimento dos aplicativos de apoio à decisão e de gestão logística e a contratação de serviços técnicos profissionais (pesquisas de campo, planos de trabalho, projetos executivos, planos de integração e logística integrada). Quanto ao suporte da atuação integrada, destacam-se as aquisições de equipamento individual (colete, toldo, saco de campanha, mochila, saco de dormir, saco lister, manta de nylon, etc.); viaturas táticas leves, de transporte e de reboque; ônibus de polícia e guarda; cozinhas móveis de campanha; redes de camuflagem, detectores; um Radar SABER M60; um centro de operações antiaéreas e equipamentos e ferramentais para oficinas. Os principais óbices enfrentados na execução da ação recaíram na morosidade na obtenção de licenças ambientais; dificuldade da indústria nacional de atender aos picos de demanda correspondentes às necessidades do projeto; contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País; e complexidade técnica da integração dos meios de sensoriamento e apoio à decisão.

13DB – Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea

O valor destinado à ação em 2012 foi de R$ 33.174.766,00, tendo sido empenhado, no exercício, a quantia de R$ 3.832.596,00. O projeto encontra-se na fase final de confecção dos elementos de definição do Sistema Operacional Defesa Antiaérea, ou seja, a elaboração das condicionantes operacionais, dos requisitos operacionais básicos, dos requisitos técnicos básicos, do estudo de viabilidade e do anteprojeto.

147F - Implantação do Sistema de Defesa Cibernética

Em 2012, o Comando do Exército atribuiu elevada prioridade às ações vinculadas à defesa cibernética, pelos impactos positivos que representam na capacidade operacional da Força de contribuir com a sociedade neste importante e complexo setor. O orçamento de 2012 disponibilizou para essa ação o montante de R$ 110.975.667,00. A implantação do Projeto, contudo, está em fase inicial, pois sofreu forte contingenciamento. Além do contingenciamento de 55%, outras dificuldades encontradas na implantação do projeto foram: o prazo exíguo para execução da etapa; estrutura administrativa subdimensionada; a burocracia na descentralização dos recursos; a restrição de gastos com diárias e passagens; as deliberações do Tribunal de Contas da União que restringem a adesão a atas de registros de preços; a falta de capacitação em gestão de projetos e os atrasos nos processos licitatórios, dentre outros. Como principais resultados desse Projeto estão o incremento da segurança cibernética do Exército, com destaque para a realização de grandes eventos como a Conferência Rio+20; o aprimoramento na coordenação dos esforços de defesa cibernética do Estado e da sociedade e a multiplicação dos conhecimentos auferidos pelo estabelecimento de relações interagências.

14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020

Do valor aprovado no orçamento para essa ação, da ordem de R$ 186.984.666,00, foram empenhados R$ 64.000.000,00. O substancial contingenciamento ocorrido, no valor de R$ 122.984.666,00, também resultou em limitações no andamento do Projeto. Os créditos recebidos foram aplicados na aquisição de munições para o Sistema Astros; aquisição de radiossondas e balões metereológicos e de materiais elétricos; no desenvolvimento do foguete guiado e na contratação de serviço de desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro.

14MH – Garantia da Lei e da Ordem nos Complexos do Alemão e da Penha

A operação de garantia da lei e da ordem nos complexos do Alemão e da Penha empregou, no município do Rio de Janeiro, desde dezembro de 2010, mais de 1.200 militares, de forma contínua e ininterrupta. As tropas do Exército atuaram nessa operação até o encerramento ocorrido em 09 de julho de 2012. O final da operação foi realizado em etapas, a partir do mês de março de 2012, quando o Exército iniciou o processo de passagem gradual da segurança nos complexos do Alemão e da Penha às autoridades estaduais, principalmente por intermédio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

14N4 – Recuperação da Capacidade Operacional do Comando do Exército

Com o lançamento do denominado "PAC – Equipamentos" foi criada a Ação 14N4, contemplada na LOA 2012 com o valor de R$ 1.327.352.000,00. Esses recursos foram utilizados, em parte, na aquisição de caminhões, nas atividades do Sistema Astros 2020 e na produção dos blindados Guarani. A parcela remanescente dos recursos foi destinada à aquisição de 2.994 caminhões de diversos tipos, utilizados no transporte de pessoal e de carga, tais como Vtr 5Ton, Vtr Cisterna, Vtr Frigorificada, Vtr Baú e Vtr Transporte de Equinos.

20PY – Adequação de Organizações Militares

Os recursos consignados na LOA + Crédito para essa ação totalizaram R$ 141.796.617,00. Em razão do contingencimento ocorrido, no valor de R$ 40.927.567,00, o limite de empenho autorizado atingiu R$ 104.516.617,00. Dentro do valor contingenciado, o montante de R$ 7.306.667,00 refere-se ao crédito extraordinário aprovado por meio da Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, a ser reaberto no exercício de 2013. Como realizações, destaque-se a atuação do Exército, em âmbito nacional, voltada à construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNRs), à adequação de organizações militares em todas as regiões do País, dando-se prioridade para a Região Amazônica, e à conclusão das obras do novo quartel do Comando Militar do Planalto, em Brasília-DF.

Com o uso dos recursos vinculados às emendas parlamentares foram realizadas as seguintes atividades: reparação do pavilhão da enfermaria Cmdo FronAmapa/34BIS; aquisição de sistema central de ar condicionado para o pavilhão da banda de música; construção de guaritas na área do batalhão e no paiol de munições do 28º Batalhão de Infantaria Leve de Campinas – SP; aplicação em obras do complexo esportivo do 3º Pelotão Especial de Fronteira - Pacaraima – RR; adequação e reforma do estande de tiro do 12º Grupo de Artilharia de Campanha - Jundiaí – SP; adaptação do pavilhão João Severiano da Fonseca para construção de Heliponto; recuperação da pista de circuito da 11ª Brigada de Infantaria Leve - Campinas – SP; recuperação da piscina da 1ª Companhia Infantil - Paulo Afonso – BA; construção de estande de tiro e adequação do ginásio de esportes coberto do 19º Batalhão de Caçadores - Salvador – BA; adequação e cobertura do picadeiro da equoterapia do 4º Regimento de Cavalaria Blindado - São Luiz Gonzaga – RS; adequação de minicampo do complexo esportivo da 13ª Companhia de Comunicações Mecanizada - São Gabriel – RS; e a ampliação da seção de treinamento físico do Colégio Militar de Salvador – BA.

Os principais desafios enfrentados residiram na falta da previsão assegurada de recursos, exceto quanto às obras do novo quartel do Comando Militar do Planalto, na dificuldade de obtenção de licenças ambientais e na contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País.

As entregas parciais feitas à sociedade permitiram a geração de emprego e renda resultantes das obras realizadas, a ampliação da capacidade operacional da Força pela entrega de novas residências funcionais e das instalações operacionais, em todo o território nacional.

O Comando do Exército promoveu pactuações com agências e organizações relacionadas à contratação de serviços necessários à execução das obras planejadas, bem assim vem mantendo interação com os governos locais, nas diversas regiões do País, a fim de harmonizar seus esforços com as espectativas da sociedade.

20PZ – Aquisição de Meios Blindados

Em 2012, foi dada sequência aos projetos de modernização das viaturas blindadas de transporte de pessoal M-11 e ao Projeto Fênix.

20SB – Adequação de Instalações Militares para implantação do SISFRON

Os recursos disponibilizados para a ação foram aplicados na realização de estudos, projetos para início das obras do Centro de Operações da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada; do Depósito do Parque Regional de Manutenção da 9ª Região Militar; do Centro de Operações da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada; das garagens dos pelotões de Caracol-MS, da 14ª Companhia de Comunicações Mecanizadas e do 20º Regimento de Cavalaria Blindada; do 9º Batalhão de Comunicações e instalações do Comando Militar do Oeste; do Centro de Monitoramento de Fronteira; infraestrutura do 33º Batalhão de Infantaria Motorizado do Centro de Operações da 17ª Brigada de Infantaria de Selva e do Centro de Operações do Comando Militar do Sul.

3138 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército

Na execução da ação foram priorizadas as adequações das instalações da Base de Aviação de Taubaté, no estado de São Paulo, e do 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande-MS.

4450 – Aprestamento da Força Terrestre

Em 2012, os recursos disponíveisnessa ação foram alocados na instrução militar; nos exercícios da reserva mobilizada; no adestramento da tropa nas operações PURUS-JURUÁ, MARÃIWATSÉDÉ e ÁGATA IV, V e VI; no apoio a estas operações; na capacitação de pessoal; nos estágios de área; na simulação de combate; nos sistemas de proteção; na implantação do projeto de defesa das infraestruturas críticas (PROTEGER); nas aquisições de produtos de defesa; nas compras de viaturas administrativas, não blindadas e especiais; na confecção de manuais; nas despesas da desmobilização da embaixada do Congo; nas despesas com o simulador de apoio de fogo (SAFO); nas despesas de implantação do projeto do sistema do pessoal inativo e pensionistas; na aquisição de material das classes II, VI, VIII e IX; na aquisição de sistemas de radares (SABER M60); na manutenção do Sistema de Material do Exército; na administração das importações; na recuperação de fuzis 7,62 M964; na adequação de obras militares; no apoio ao deslocamento de militares; no apoio à preparação aos grande eventos; na adequação do Centro de Doutrina do Exército; no redimensionamento da rede elétrica do CCOMGEx; dentre outras realizações.

3) Defesa Naval

Objetivo 0519 – Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Criado em 2008, a partir da parceria estratégica celebrada entre os Governos do Brasil e da França, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos PROSUB compreende três áreas de atuação, quais sejam: implantação do Estaleiro e Base Naval de Submarinos (EBN), construção de quatro Submarinos Convencionais (S-BR) e construção de Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR).

O Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR) será totalmente projetado e construído no Brasil, empregando os mesmos métodos, técnicas e processos de construção desenvolvidos pelos franceses, excluídos o projeto e a construção do protótipo do reator nuclear e seus controles, que cabem exclusivamente à Marinha. Em 2012 foi dado início ao desenvolvimento do projeto, que tem conclusão prevista para 2015 e o início da construção em 2016.

Parte significativa dos equipamentos desenvolvidos para os quatro submarinos convencionais, de propulsão diesel-elétrica, será aproveitada no SN-BR. Estima-se que cada um dos submarinos a ser produzido no Brasil contará com mais de 36 mil itens, a serem fabricados localmente por mais de 100 empresas brasileiras. Entre esses equipamentos constam válvulas de casco, motores elétricos, sistemas de combate, bombas hidráulicas, quadros elétricos, sistemas de controle e baterias de grande porte, dentre outros.
O processo de capacitação da Indústria de Defesa Nacional, envolvendo transferência de tecnologia e expressiva nacionalização de equipamentos, possibilitará que a qualificação alcançada pelos profissionais brasileiros possa ser utilizada em diversos outros segmentos civis da indústria nacional, evidenciando a dualidade de aplicação da tecnologia adquirida.

Objetivo 0523 – Elevar a capacidade operativa da Marinha, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

A fim de manter a capacidade operativa da Força, os navios pertencentes às diversas Forças Distritais realizaram ações de Patrulha Naval (PATNAV), Controle de Área Marítima e Fluvial, Inspeção Naval e missões de caráter assistencial. Observou-se, neste ano, incremento da ordem de 30% no quantitativo de patrulhas realizadas nas águas jurisdicionais brasileiras.

Na área marítima de jurisdição do Comando do 1º Distrito Naval (estados do RJ, SP e ES) foram intensificadas as ações de fiscalização nas proximidades de plataformas petrolíferas, a fim de coibir a crescente presença de pesqueiros nas suas áreas de segurança.

A participação da Fragata Liberal para compor a Força Tarefa Marítima (FTM), da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), prosseguiu, em 2012, no desempenho das funções de impedir a entrada ilegal de armas e materiais afins no Líbano e de treinar a Marinha Libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais.

Apesar das restrições de recursos, a Marinha conseguiu empreender diversos programas e projetos de modernização e/ou revitalização de suas unidades navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, consubstanciados no Programa Geral de Manutenção (PROGEM) da Força, a fim de adequá-los às condições de pronto emprego.

Em 2012, o PROGEM abrangeu as seguintes unidades: Navio-Aeródromo São Paulo, Corveta Júlio de Noronha, Fragata Rademaker, Navio-Faroleiro Almirante Graça Aranha, Navio-Tanque Marajó, Navio de Desembarque-Doca Ceará, Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, Navio Hidroceanográfico Taurus, Navio Oceanográfico Antares, Navio Polar Almirante Maximiano, Submarino Tapajó, duas Aeronaves de Asa Fixa AF-1/1A Skyhawk, dois Helicópteros Super Lynx e Viaturas Blindadas Sobre Lagarta modelo M-113A.

Objetivo 0524 – Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

A criação da 2ª Esquadra atende à diretriz constante da Estratégia Nacional de Defesa, no tocante à reestruturação das Forças Armadas, que prevê o estabelecimento de uma Esquadra na região Norte/Nordeste do País, apoiada por Base Naval a ser construída o mais próximo possível da foz do Rio Amazonas. Trata-se de um projeto de magnitude estratégica para o País, que trará em seu arrasto inúmeros benefícios à região, destacando-se: o desenvolvimento socioeconômico; a geração de empregos diretos e indiretos; o incremento na arrecadação de impostos; e a contribuição para a redução do chamado "Custo Brasil", na medida em que se aumenta a segurança do comércio exterior, por via marítima, induzindo à redução dos custos de seguro e de frete. No âmbito da rede de Organizações Militares da Diretoria de Portos e Costas, em 2012, foram construídas e ativadas as novas Agências de São João da Barra (RJ), Aracati (CE) e Fluvial de Cruzeiro do Sul (AC).

Objetivo 0527 – Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Ao longo de 2012, a Marinha promoveu inúmeros eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. Tais eventos observaram os requisitos previstos na legislação nacional e nos acordos internacionais, relacionados com a segurança, inclusão social, promoção do desenvolvimento sustentável e repressão aos ilícitos transnacionais.

Na estação do verão, quando ocorre significativo incremento do trânsito de embarcações de lazer nas áreas de veraneio, nas proximidades das praias e nas águas interiores brasileiras, foram intensificadas as ações de fiscalização, organizadas na "Operação Verão", após ampla divulgação ao público em geral, dos procedimentos quanto à navegação segura, ações educativas e coibição ao uso de bebidas alcoólicas pelos condutores, concomitantemente com abordagens de 55.992 embarcações civis, em todo o território nacional.

Além da "Operação Verão", a Marinha vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações visando a elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros, quanto à preocupação com a segurança, ainda em patamares inadequados, em face da cultura existente em determinadas regiões, além do difícil acesso às fontes de informações, tanto pelas longas distâncias existentes, quanto pela baixa situação socioeconômica das comunidades que utilizam as águas como meio de locomoção e de sustento. Dentre as campanhas executadas, as de maior relevância referem-se às dirigidas à eliminação dos acidentes de escalpelamento na Região Amazônica, incentivando a cobertura dos eixos propulsores das embarcações, notadamente de pequeno porte. As demais campanhas abrangeram: a ampliação dos requisitos para a habilitação de condutores amadores, principalmente para as categorias de Motonauta e Arrais-Amador; o aumento da fiscalização em áreas de fronteira, por meio de ações conjuntas com o Exército Brasileiro, Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização e controle.

A navegação segura compreende, ainda, outras atividades de igual importância, desempenhadas pela Marinha, sendo relevante destacar: a produção de auxílios à navegação, vital para a adequada manutenção de vias navegáveis, tornando-as mais seguras, bem sinalizadas e cartografadas, aspecto vital para o comércio nacional, contribuindo para a redução do "Custo Brasil"; o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas confiáveis e tempestivas; o acompanhamento de tráfego marítimo de interesse, com o propósito de fiscalizar o cumprimento das leis nacionais e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, visando à prevenção e à repressão a ilícitos penais, como o contrabando, o tráfico de drogas e armas, a imigração ilegal e o roubo armado a navios, dentre outros.

Objetivo 0528 – Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

O Programa Nuclear da Marinha continua avançando na construção do protótipo do reator nuclear em terra e no ciclo do combustível, reforçando o preparo e a formação de recursos humanos. Em relação às principais realizações quanto ao Ciclo do Combustível Nuclear, que compreende o seu desenvolvimento, a Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) iniciou o comissionamento da sua primeira fase, consolidando o domínio do Ciclo de Combustível Nuclear no Brasil.

Fruto da parceria celebrada entre a Marinha do Brasil e as Indústrias Nucleares do Brasil, o comissionamento da quarta cascata de enriquecimento isotópico na cidade de Resende-RJ, consolida o Brasil no seleto e restrito grupo de países que detêm a tecnologia de enriquecimento de urânio, reduzindo gradativamente a dependência das outras nações. No que concerne aos avanços obtidos na Construção do Laboratório de Geração Núcleoelétrica (Labgene), que compreende a Planta de Propulsão Nuclear, as obras civis do protótipo do reator nuclear em terra, encontram-se em ritmo acelerado com a construção simultânea de sete prédios do seu complexo.

O grupo de recebimento do Labgene encontra-se em treinamento no CIANA - Centro de Instrução e Adestramento Nuclear de ARAMAR, que foi inaugurado em fevereiro de 2012, na cidade de Iperó-SP.

Ainda em 2012, foram prontificados o Prédio de Apoio Operacional (PAO), o Prédio de Preparação e Teste de Embalagens (PPTE) e o Prédio de Armazenamento Intermediário de Rejeitos (PAIR). Releva destacar, ainda que, com a edição da Lei nº 12.706/2012, foi criada a empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (AMAZUL), visando implementar as ações de promoção e desenvolvimento, necessárias à absorção, à transferência e à manutenção de tecnologias relacionadas às atividades nucleares da Marinha do Brasil, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e ao Programa Nuclear Brasileiro.

INDICADORES RELACIONADOS À DEFESA NAVAL

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	ÍNDICE ALCANÇADO EM 2011	2012		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PLANO (2015)
			ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO	
Adequação da Força Naval	Relação entre o número de meios operativos existentes e a quantidade de meios previstos no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (PAEMB)	31,92%	-	35,91%	-
Taxa de Acidentes Náuticos	Número de acidentes náuticos registrados a cada 1.000 embarcações existentes	1,15	-	1,12	-

Fonte: Marinha do Brasil - Estado-Maior da Armada e Diretoria de Portos e Costas / Data: 31/12/2012
Obs: Indicador instituído em 2012.

- Adequação da Força Naval

Indicador do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa – diz respeito à relação entre o quantitativo do inventário de meios da Marinha e o quantitativo previsto no Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil que descreve e quantifica os meios necessários para o cumprimento da missão da Força Naval, incluídos os meios de Fuzileiros Navais.

A evolução positiva do indicador decorreu da incorporação de novos meios operativos ao longo de 2012, além do esforço empreendido pela Força Naval na manutenção dos meios que necessitaram de reparos.

- Taxa de Acidentes Náuticos

Esse indicador também pertence ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa e tem como fonte a Diretoria de Portos e Costas, que adota, para fins de base de cálculo, o número de inquéritos administrativos decorrentes de acidentes e fatos da navegação instaurados a cada 1.000 embarcações registradas. A evolução positiva do indicador decorreu da prioridade estabelecida pela Marinha ao tema da segurança da navegação e salvaguarda da vida humana no mar, compreendendo as atividades de: controle e fiscalização de embarcações; preparo e instrução de aquaviários e portuários; e realização de campanhas públicas visando a elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS AO TEMA DEFESA NAVAL

R$ 1,00

PROGRAMA/ AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (LOA + CRÉDITO)	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA			
123G - IMPLANTAÇÃO DE ESTALEIRO E BASE NAVAL PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS E NUCLEARES	1.218.364.822	1.222.340.688	100,33(*)
123H - CONSTRUÇÃO DE SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR	192.681.266	186.576.205	96,83
123I - CONSTRUÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS	738.953.912	635.247.081	85,97
1421 - CONSTRUÇÃO DO PROTÓTIPO DE REATOR NUCLEAR	261.690.704	246.736.668	94,29
14N5 - RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OPERAC. DO COMANDO DA MARINHA	106.553.000	106.552.561	100,00
1N47 - CONSTRUÇÃO DE NAVIOS-PATRULHA OCEÂNICOS DE 500 T	104.606.923	61.036.221	58,35
20RY - MODERNIZAÇÃO DE MEIOS NAVAIS	37.867.359	40.866.208	107,92(*)
20SD - MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE MEIOS AERONAVAIS	68.383.899	76.978.387	112,57
20SE - ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES	37.068.954	31.015.812	83,67
2502 - REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES	10.162.500	7.828.993	77,04
8940 - AQUISIÇÃO DE MEIOS AERONAVAIS	49.494.000	58.977.849	119,16(*)
8941 - AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE APOIO	24.140.000	4.018.855	16,65
8945 - AQUISIÇÃO DE MEIOS NAVAIS	318.666.000	375.175.192	117,73(*)
8947 - AQUISIÇÃO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS	16.400.769	19.082.172	116,35(*)
TOTAL	**3.185.034.108**	**3.072.432.892**	**96,46**

(*) O índice de execução orçamentário superior 100% é decorrente da variação cambial
Fonte: Siafi / Data: 06/01/2013

A Marinha, com o propósito de atender às orientações da Estratégia Nacional de Defesa, elegeu seus Projetos Estratégicos. Em 2012 foram priorizados o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB); o Programa Nuclear da Marinha (PNM); a Obtenção de Navios-Patrulha Oceânicos de 1800 t (NPaOc 1800t); a construção de Navios-Patrulha de 500 t (NPa 500t); o desenvolvimento de Míssil Anti-Navio Ar-Superfície (MANSUP); o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz); a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); e a obtenção do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes (LMF) ASTROS CFN 2020. Com relação à execução do projeto, é relevante ressaltar a dificuldade ocorrida ao longo de todo o exercício de 2012, no que se refere aos repasses de recursos financeiros, além de dificuldade decorrente do trâmite dos Projetos de Lei, que tratam de créditos adicionais.

123G – Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

A implantação do Estaleiro e Base Naval (EBN), em Itaguaí-RJ, visa dotar o País de infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares. Para a construção, foi assinado contrato comercial entre a Marinha e o Consórcio Baía de Sepetiba, integrado pela empresa francesa Direction des Constructions Navales et Services e pela Construtora Norberto Odebrecht. O empreendimento está sendo implantado na Ilha da Madeira, município de Itaguaí, no estado do RJ, com a previsão de entrega para 2015. Ocupando uma área de cerca de 96.000m2 na área norte da Base Naval, a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), cujas instalações foram concluídas em 2012, abriga o local onde serão pré-moldadas as seções dos cascos dos submarinos.
Também em 2012, deu-se prosseguimento às obras do cais e foram retomadas as do aterro hidráulico, que estavam suspensas.

123H – Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

Em 2012 o grupo de apoio logístico integrado, formado por 19 oficiais e 2 engenheiros de tecnologia militar da Marinha, que estão envolvidos no processo de transferência de tecnologia em projetos de construção de submarinos, realizou treinamento na Escola de Projeto de Submarinos em Lorient, França. Com a inauguração do escritório técnico de projetos da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear em São Paulo, em 2012, foi dado início ao desenvolvimento do Projeto do SN-BR, com conclusão prevista para 2015, e início da construção em 2016.

123I – Construção de Submarinos Convencionais

O empreendimento compreende a aquisição de materiais para quatro unidades do Submarino Convencional Brasileiro (S-BR), respectivos sistemas e tecnologias de construção; aquisição de torpedos, despistadores de torpedos e respectivos sistemas logísticos; e gerenciamento da construção no Brasil. Quanto ao andamento do Projeto, foi iniciada a construção da primeira unidade, no País, com a fabricação das seções de ré do casco resistente na Nuclep - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. Estão sendo fabricadas na França as seções de proa do primeiro submarino, que deverão chegar ao Brasil em maio de 2013.

1421 – Construção do Protótipo de Reator Nuclear

Para a operação do submarino de propulsão nuclear, a Marinha do Brasil está construindo, no Centro Experimental Aramar, em Iperó-SP, o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), que será utilizado para validar as condições de projeto e ensaiar todas as condições de operação possíveis para uma planta de propulsão nuclear. Em 2012, foram concluídas as obras dos prédios de apoio operacional, preparação e teste de embalagens e de armazenamento intermediário de rejeitos.

14N5 – Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Marinha

Essa ação orçamentária destina-se à recuperação da capacidade operacional da Marinha, por meio da substituição de meios essenciais para sua operação, de modo a garantir maior eficácia em sua atuação institucional. No âmbito do Projeto PAC/Equipamentos, o Comando da Marinha, no exercício de 2012, deu continuidade ao processo de aquisição de 22 viaturas caminhão tanque, 200 viaturas transporte não especializado 5 ton, modelo 1725/42, e 5 viaturas cavalo mecânico, todas nacionais.

1N47 – Construção de Navios-Patrulha Oceânicos de 500t

No exercício de 2012, o Comando da Marinha deu prosseguimento ao Programa de Obtenção dos Navios-Patrulha (NPa) de 500t, tendo sido concluída a elaboração da especificação de aquisição dos navios do terceiro lote. Ao todo, está prevista, para o quadriênio do PPA 2012-2015, a construção de 7 navios, dentre eles, o NPa "Macaé" e "Macau", ambos construídos no estaleiro da Indústria Naval do Ceará (Inace), em Fortaleza-CE, que já foram incorporados à Marinha; e os NPa "Maracanã, "Mangaratiba", "Miramar", "Magé" e "Maragogipe", em construção no Estaleiro ILHA S.A. (EISA), no Rio de Janeiro-RJ.

20RY – Modernização de Meios Navais

Em 2012, a Marinha conseguiu empreender diversos programas e projetos de modernização e/ou revitalização de suas unidades navais, consubstanciados no Programa Geral de Manutenção (PROGEM), a fim de adequá-los às condições de pronto emprego.

20SD – Modernização e Revitalização de Meios Aeronavais

A Marinha do Brasil, no exercício de 2012, deu continuidade ao processo de modernização das 12 aeronaves AF-1/1A Skyhawk de seu inventário de meios, sendo que duas, desde 2010, estão na Embraer, em Gavião Peixoto-SP, e servirão de protótipos para a modernização das demais unidades. Acrescente-se que, também em 2012, uma terceira aeronave foi entregue à empresa.

20SE – Adequação de Organizações Militares Terrestres

Além das instalações voltadas para as atividades operativas, administrativas, técnicas e de ensino da Marinha, a adequação das instalações terrestres da Força contemplará, também, aquelas ligadas ao atendimento e ao apoio aos militares e seus dependentes. No Centro de Instrução Almirante Alexandrino, na cidade do Rio de Janeiro, deu-se continuidade às obras de adequação das instalações, em face ao aumento de efetivo aprovado para a Marinha do Brasil.

2502 – Registro e Fiscalização de Embarcações

Em 2012 foram executadas 148.150 ações relacionadas à Inspeção Naval e Vistorias, obtendo-se um incremento de cerca de 10% em comparação ao ano anterior. No verão 2011-2012, abrangendo o período de dezembro de 2011 a março de 2012, foram empregados cerca de 2.000 militares e 295 embarcações da Marinha em ações de fiscalização do tráfego aquaviário, com a abordagem de 55.992 embarcações civis. A título de prevenção, foram proferidas palestras e campanhas educativas em marinas, iates clubes, colônias de pesca e locais de concentração do público-alvo.

8940 – Aquisição de Meios Aeronavais

Em 2012, foram entregues ao setor operativo da Marinha quatro helicópteros MH-16 "Seahawk", recentemente adquiridos pela Força. O recebimento dessas aeronaves imprime uma significativa evolução, no que tange às capacidades operativas da Marinha. As aeronaves serão empregadas, em conjunto com os demais meios navais da Força, em proveito das operações e ações de defesa e proteção da "Amazônia Azul", na execução de tarefas de detecção, identificação, acompanhamento e, caso necessário, ataque a alvos de superfície e submarinos, além de ações de busca e salvamento.

8941 – Aquisição de Embarcações de Apoio

Em 2012 foram incorporadas à frota da Marinha do Brasil duas embarcações de desembarque de viatura e material que, de um quantitativo de cinco, se encontravam em processo de fabricação no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. No âmbito do Arsenal de Marinha se encontram em fase de construção três embarcações de desembarque de carga geral, visando à substituição daquelas atualmente empregadas em operações anfíbias.

8945 – Aquisição de Meios Navais

Em 2012 foram adquiridos da empresa inglesa BAE Systems Maritime - Naval Ships, três Navios-Patrulha Oceânicos (NPaOc). No exercício, foi recebido o NPaOc "Amazonas", que deu nome à classe do navio e também o NPaOc "Apa". O NPaOc "Araguari" têm entrega prevista para 2013. Essa aquisição proporcionou substancial economia de recursos, uma vez que os mencionados navios foram adquiridos por cerca de 2/3 do valor de mercado, além de contemplar a adoção do projeto do meio e da licença de construção no Brasil.

8947 – Aquisição de Meios de Fuzileiros Navais

Em novembro de 2012, a empresa nacional MECTRON efetuou a entrega do Sistema de Armas do Míssil Superfície-Superfície 1.2 Anticarro (MSS 1.2 AC), adquirido pela Marinha. O MSS 1.2 AC utiliza a técnica denominada *beam-rider* (seguidor de feixe), na qual o míssil é guiado em direção ao alvo por um feixe *laser* projetado no espaço pela Unidade de Tiro. Encontra-se em processo de obtenção as Viaturas Blindadas Sobre Rodas modelo PIRANHA IIIC 8x8. Em operação em diversos países, essas viaturas são altamente eficazes no transporte de tropa com proteção blindada em ambientes urbanos, sendo fundamentais em Operações de Paz, como no caso presente do Haiti, onde se encontram, atualmente, sete viaturas do Corpo de Fuzileiros Navais em operação.

4) Mar, Zona Costeira e Antártida

Objetivo 0558 – Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestres e marinhos e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Nas ilhas oceânicas, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) conduz programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano. No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), foram conduzidas dez expedições científicas à Ilha da Trindade e, no campo da meteorologia, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) instalou naquela ilha uma Estação Meteomaregráfica automatizada (marégrafo radar), que permitirá o acompanhamento de dados climatológicos locais em tempo real, contribuindo para as previsões meteorológicas do continente.

No bojo do Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipelago), foi celebrado, em 2012, o termo de cooperação da Marinha com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo por objeto o apoio à pesquisa cientifica e a manutenção operacional da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas e estudos de alto nível no âmbito do Proarquipelago. Também foi instalada, em 2012, na Ilha Belmonte, principal ilha do arquipélago, uma estação sismográfica completa que permitirá monitorar os abalos sísmicos registrados naquela remota região, contribuindo com os estudos de sismicidade do litoral Nordeste.

Objetivo 0560 – Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais

Na 179ª Sessão Ordinária da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM - foi aprovado o VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), a vigorar no quadriênio 2012-2015. O Plano, ora em tramitação para aprovação do Governo Brasileiro, é de fundamental importância, uma vez que define as diretrizes a serem desenvolvidas para transformar os recursos da "Amazônia Azul" em riquezas para o País. As Ações do PSRM contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e de gestão ambiental, criando tecnologia de ponta, novas patentes, empregos e qualificação de recursos humanos.

Objetivo 0562 – Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) passou a ter maior visibilidade perante as diversas autoridades públicas, tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva, aumentando sua importância estratégica para o País. Em continuidade aos trabalhos do LEPLAC, foi concluída, em 2012, a fase de aquisição de novos dados geofísicos que estão sendo processados e interpretados, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. Após aprovação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e autorizado pelo Governo Federal, a proposta estará pronta para ser encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), no momento oportuno. Atualmente, avalia-se em 30% o andamento dos trabalhos, com excelentes perspectivas de sucesso junto à CLPC, tendo em vista a qualidade dos dados levantados e dos trabalhos que estão sendo executados.

Objetivo 0564 – Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) vem realizando, por mais de 30 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de membro consultivo do Tratado da Antártica, assegurando a participação do País nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente. Um dos principais reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade consiste no alto nível alcançado pela previsão meteorológica feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS AO TEMA MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA

R$ 1,00

PROGRAMA/ AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (LOA + CRÉDITO)	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
2046 - MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA			
14ML - RECONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO ANTÁRTICA COMANDANTE FERRAZ	76.666.667	47.272.039	61,66
2345 - MISSÃO ANTÁRTICA	10.092.633	10.001.021	99,09
2520 - APOIO À PESQUISA NO MAR E NAS ILHAS OCEÂNICAS	2.613.900	2.613.675	99,99
TOTAL	**89.373.200**	**59.886.735**	**67,01**

Fonte: Siafi / Data: 06/01/2013

2345 – Missão Antártica

Os Recursos financeiros consignados na LOA-2012, da ordem de R$ 9,78 milhões, foram integralmente executados no apoio logístico e operacional das atividades científicas, aquisição e manutenção de equipamentos e vestimentas especiais, manutenção e reparo dos navios e aeronaves empregados na OPERANTAR XXXI e infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR. Além disso, ao final de 2012, foi aberto um crédito extraordinário de R$ 313,33 mil, por força da MP nº 598/2012, a título de antecipação de créditos da LOA-2013.

2520 – Apoio à Pesquisa no Mar e nas Ilhas Oceânicas

Os recursos financeiros recebidos na LOA-2012, da ordem de R$ 2,61 milhões, foram integralmente executados no custeio das atividades de apoio logístico, operacional e administrativo às pesquisas científicas e ambientais e na aquisição de equipamentos e vestimentas especiais.

14ML – Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF

A importância da reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) está diretamente relacionada com a capacidade do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) de apoiar a pesquisa científica de qualidade na Região Antártica. Além disso, a manutenção da presença brasileira no Continente Branco contribui para o desenvolvimento de uma capacidade logística e operacional de alcance internacional, pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, para apoio às atividades que dependem de uma complexa estrutura de apoio.

Em março de 2012, com o recebimento do crédito extraordinário de R$ 40 milhões, por meio da MP nº 560/2012, logo após o grave incêndio na EACF, iniciaram-se as atividades preparatórias de desmontagem da antiga Estação, com a aquisição e locação de diversos equipamentos, bem como a aquisição dos módulos antárticos emergenciais, que serão instalados no heliponto da EACF, destinados a apoiar em terra o pessoal envolvido na remoção dos escombros e reconstrução do corpo principal da Estação. Registre-se que esse crédito foi totalmente executado no exercício de 2012. Em dezembro de 2012, foi recebido um crédito adicional de R$ 34 milhões, dos quais R$ 4,10 milhões foram executados ainda em 2012.

O saldo remanescente (R$ 29,90 milhões) será reaberto em 2013, como forma de permitir a continuidade dos trabalhos de montagem dos módulos. Além disso, ao final de 2012, foi aberto um crédito extraordinário de R$ 2,66 milhões, como antecipação de créditos da LOA-2013.

5) Defesa Aérea

Objetivo 0462 – Elevar a capacidade operativa da Força aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego

Em termos de Preparo e Emprego da Força, realizou-se, em 2012, o aprimoramento operacional e administrativo do efetivo militar e civil, por meio de diversas operações aéreas conjuntas, do uso intensivo de simuladores e do intercâmbio com outros países, o que proporcionou o aperfeiçoamento da capacidade de pronto-emprego da Força Aérea.

A participação nas Operações Ágata 4, 5 e 6, Amazônia, Atlântico III, Cruzeiro do Sul – CRUZEX, BOLBRA II, VENBRA VI e MAPLE FLAG 45, permitiu o aprimoramento da capacidade operacional da Força Aérea, por intermédio do apoio logístico em pontos remotos do território brasileiro, do expressivo emprego de meios aéreos e do exercício do ciclo de comando e controle no âmbito do comando conjunto.

Tais operações envolveram a utilização de diversos tipos de aeronaves, sendo várias provenientes de projetos nacionais, assim como de novas tecnologias, a exemplo dos equipamentos de visão noturna, que trouxeram significativo aumento da capacidade operativa da Força.

Nessas ocasiões, as aeronaves e tripulações da Força Aérea cumpriram missões típicas de defesa aérea, reconhecimento, ataque e transporte logístico, em estreita cooperação com as demais Forças Armadas e outros Órgãos da estrutura do Governo Federal, com o objetivo de combater atos ilícitos típicos das áreas fronteiriças, como o narcotráfico, o contrabando e os crimes ambientais.

Além da ativa participação em operações conjuntas, levadas a efeito no âmbito do Ministério da Defesa, a Força Aérea Brasileira realizou, em 2012, a Operação CRUZEX C2, versão inédita de guerra aérea simulada, ocorrida no período de 5 a 16 de novembro de 2012, na Base Aérea de Natal, em que recebeu 280 militares de 12 países, Argentina, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, França, Reino Unido, Peru, Suécia, Uruguai, Venezuela e Brasil.

Objetivo 0461 – Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos sistemas de defesa aérea e controle do espaço aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais

Quanto à área de Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, em 2012, deu-se início à implantação do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados – STVD, dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta) e dos Serviços Regionais de Proteção ao Voo (SRPV), bem como a implantação do novo software do STVD, denominado de SAGITARIO, nos centros de controle de aproximação, os quais têm como objetivo controlar as aproximações via radar, das aeronaves para os aeródromos.

Com relação aos Sistemas de Proteção ao Voo, a Força Aérea Brasileira deu continuidade à modernização das torres de controle de tráfego aéreo, onde estão sendo implantados sistemas integrados de informações de última geração, em que todas as informações necessárias para a tomada de decisão do controlador estão disponíveis, de modo a aumentar a eficácia e segurança dos voos.

Na área de meteorologia, estão sendo substituídos os geradores de hidrogênio, responsáveis por inflar os balões meteorológicos, bem como estações meteorológicas de superfície, que já se encontravam próximas do limite da sua vida útil e equipamentos VOR's (Very High Frequency Omnidirectional Range), dispositivos fundamentais para que os pilotos tenham informações relativas a sua localização e distância, em relação a um ponto específico da terra.

Gradativamente, estão sendo substituídas várias estações de rádio VHF, por mais modernas, que possibilitam a comunicação entre as aeronaves com os diversos centros de controle do Sistema de Controle do Espaço Aéreo, e radares antigos por mais modernos, onde se busca oferecer maior disponibilidade operacional e o consequente aumento da capacidade de controle dos setores dos Centros de Controle de Área.

No ano de 2012, investiu-se na continuidade do desenvolvimento da Plataforma Avançada de Treinamento e Atualização Operacional - PLATAO, que visa prover os órgãos operacionais de ferramenta capaz de oferecer treinamento mais realístico e com a possibilidade de se simular situações complexas de tráfego aéreo, a fim de propiciar maior capacitação técnica ao controlador.

Nesse ponto, vale destacar a implementação da moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo) elaborados pela OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), em razão da necessidade de se alcançar índices ideais de segurança e eficiência, por força da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo, e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

Objetivo 0463 – Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea

A Indústria Aeroespacial é considerada de alta tecnologia e seu incremento implica na promoção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico. A implementação de projetos estratégicos de pesquisa e desenvolvimento, a cargo da Aeronáutica, tem como principal objetivo fortalecer a Força Aérea, além de promover a capacitação do País para desenvolver e utilizar os recursos e técnicas aeroespaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, bem como estabelecer, no País, competência técnico-científica na área da indústria de defesa.

Na área aeroespacial, em 2012, o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) e a Agência Espacial Alemã (DLR), realizaram importante campanha de lançamento de foguete, no Centro de Lançamento de Andoya, em Andenes, Noruega, para experimentos de reentrada atmosférica. Várias outras campanhas de lançamento foram realizadas no Brasil, nos Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI),

compreendendo cerca de vinte lançamentos, incluindo foguetes de treinamento e veículos suborbitais. Importante conquista do programa espacial diz respeito à conclusão da construção e o recebimento da nova Torre Móvel de Integração (TMI) do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Outras grandes conquistas protagonizadas pelo IAE incluem: campanha de ensaios de separação em solo dos quatro propulsores do primeiro estágio do VLS-1, com 100% de sucesso; desenvolvimento do Modelo Engenharia do Propulsor Sólido S50 em fibra de carbono, o qual equipará o primeiro e segundo estágios do Veículo Lançador de Microssatélites - VLM-1; conclusão do desenvolvimento do Modelo Mecânico de Voo do SARA Suborbital; conclusão do desenvolvimento do Modelo de Qualificação do Sistema de Alimentação de Motor Foguete a Propelente Líquido; e conclusão da qualificação em solo do Propulsor a Propelente Líquido L5.

No setor de defesa, substanciais ensaios de armamentos e aeronaves de combate foram realizados, reafirmando o Brasil como uma das referências mundiais no mercado de defesa. Foi realizado o voo do primeiro protótipo do Caça A-1M, modernizado pela Embraer. Segurança de ensaios também foi o foco, em missão na África do Sul, no desenvolvimento do míssil de quinta geração A-Darter. O Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV) ensaiou, junto com o IFI e IAE, novas bombas guiadas a laser, com excelente resultado, marcando um novo patamar operacional para a Força Aérea Brasileira (FAB). Ainda no setor de defesa, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) desenvolveu uma campanha para ensaios de sistemas de autodefesa tipo Chaff e Flare para a aeronave C-130, algo inédito na América do Sul. Mantendo-se na vanguarda, no que diz respeito à certificação de sistemas, o IFI também tem atuado na análise de segurança para a aeronavegabilidade do veículo aéreo não tripulado (VANT) Hermes-450WE da empresa israelense Elbit Systems.

Objetivo 0464 – Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial

No ano de 2012, o Comando da Aeronáutica teve a oportunidade de empreender uma série de projetos, diretamente relacionados com o incremento de sua capacidade estratégica. Nesse sentido, foram viabilizados projetos envolvendo a aquisição e o desenvolvimento de aeronaves, com destaque para o Projeto H-X BR, referente à aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas, ambos com ênfase no incentivo e na transferência de tecnologia à indústria nacional, tendo como Iniciativa 01IB – Aquisição de helicóptero de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR). Também foi iniciada a segunda fase do Projeto de Modernização das Aeronaves de Combate F5-BR, envolvendo um total de onze unidades adquiridas da Força Aérea da Jordânia, com a entrega de duas aeronaves à Embraer para início dos serviços contratados.

Quanto ao Projeto A-1 (AM-X), em 2012, foram entregues à Embraer as primeiras 13 aeronaves de combate de um total de 43, para início dos serviços de modernização. No que se refere ao Projeto P-3BR, foram recebidas 5 dessas aeronaves patrulha, após terem seus sistemas modernizados.

Houve, ainda, a aquisição de um sistema, com duas aeronaves remotamente pilotadas, mais conhecida por Veículo Aéreo não Tripulado (VANT), do modelo Hermes - 450WE, de fabricação israelense, ambas a serem entregues em 2013, o que dotará a FAB de equipamento capaz de executar missões de reconhecimento aéreo e fotográfico, em áreas de difícil acesso com baixo custo de operação.

INDICADORES RELACIONADOS À DEFESA AÉREA

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	ÍNDICE ALCANÇADO EM 2011	2012		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PLANO (2015)
			ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO	
Espaço Aéreo Monitorado	Relação percentual entre o espaço aéreo monitorado e o espaço aéreo brasileiro, tomando-se por base a altitude de 20.000 pés.	95%	89%	90,69%	-
Índice de Acidentes Aeronáuticos	Relação percentual entre número de acidentes ocorridos e número de aeronaves civis registradas.	1,39%	0,70%	1,72%	-
Adequação da Força Aérea	Relação entre o número de meios operativos existentes e a quantidade de meios previstos no Plano de Reaparelhamento e Fortalecimento da Força Aérea Brasileira - PROFAB.	44,88%	49,16%	44,32%	-

Fonte: Estado-Maior do Exército / Comando do Exército / Data: 10/01/2013

O percentual obtido no Indicador Espaço Aéreo Monitorado foi resultado da entrada em serviço de novos radares secundários em Barcelos/AM e Navegantes/SC. Em 2013, estima-se um índice de 92,86%, como resultado da entrada em serviço de novos radares secundários em Teresina/PI e Palmas/TO.

No que concerne ao Índice de Acidentes Aeronáuticos, cabe esclarecer que, consiste o voo em uma atividade extremamente complexa, uma vez que envolve aspectos ligados ao projeto e fabricação de aeronaves, meteorologia, controle de tráfego aéreo, operação e treinamento, infraestrutura aeroportuária, regulação, dentre outros. Todos estes aspectos interagem de forma contínua, sendo planejados e realizados por distintas organizações, e, portanto, sujeitam-se a multiplicidade de atores.

Dessa forma, a prevenção de acidentes aeronáuticos enseja a participação de todos quantos detenham influência no sucesso da atividade. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), na qualidade de órgão de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, promove atividades

de investigação e prevenção, objetivando reduzir os índices de acidentes, no entanto, não detém total controle sobre a atividade, a qual é influenciada pelo desempenho de um grande número de empresas e organizações, tanto no Brasil quanto no exterior.

Quanto ao Indicador Adequação da Força Aérea, caracterizado pela disponibilidade média dos meios operativos, em 2011, é o resultado da razão entre a média de disponibilidade dos meios operativos pelo total de meios existentes na Força durante o referido ano. O índice previsto a cada ano do PPA é acrescido de 4,28%, resultado da diferença entre 62% (meta desejada) e 44,88% (índice em 2011), dividido por quatro (pelos quatro anos do PPA). O índice permaneceu praticamente estagnado, não atingindo o desejado de 49,16% em 2012, por não ter havido a elevação esperada nos valores das Ações que suportam a atividade aérea.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS AO TEMA DEFESA AÉREA

R$ 1,00

PROGRAMA/ AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (LOA + CRÉDITO)	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA			
123B - DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X)	1.427.463.508	860.441.918	60,28
123J - AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MÉDIO PORTE DE EMPREGO GERAL (PROJETO H-X BR)	900.000.000	865.090.169	96,12
14N3 - RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA	93.649.000	93.649.000	100,00
20IH - MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES	931.877.505	719.263.465	77,18
20S9 - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES	54.025.759	34.025.676	62,98
2913 - INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	8.957.849	7.012.451	78,28
2916 - INSTRUCAO E ADESTRAMENTO DA AERONAUTICA	35.190.866	34.775.402	98,82
2923 - OPERACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO	972.297.450	668.503.689	68,76
3133 - DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	314.480.367	312.065.994	99,23
8969 - AQUISICAO DE AERONAVES	214.663.334	78.651.497	36,64
TOTAL	**4.952.605.638**	**3.673.479.261**	**74,17**

Fonte: Siafi Gerencial / Data: 10/1/2013
(*) A dotação orçamentária da ação é da UO 52101 - Ministério da Defesa, executada pelo Comando da Aeronáutica.

O Plano de Ação aprovado para 2012, no valor de R$ 16.168.590.891,00, consiste no documento síntese do processo de planejamento institucional da Aeronáutica, nele contendo o detalhamento da LOA 2012, em termos de metas físicas associadas às respectivas metas financeiras. Entretanto, os recursos destinados ao Comando da Aeronáutica, na LOA 2012, atingiram o montante de R$ 16.677.052.295,00, tendo sido contingenciados R$ 508.461.404,00.

Ação 123J – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)

Até o mês de outubro de 2012, a Força Aérea Brasileira recebeu quatro helicópteros EC-725 (HX-BR) produzidos pelo consórcio das empresas HELIBRAS (brasileira) e EUROCOPTER (francesa), fruto do Acordo de Compensação Comercial e de Cooperação Industrial envolvendo a França e o Brasil. O Projeto HX-BR prevê a aquisição, pelo Ministério da Defesa, de cinquenta helicópteros EC-725. O referido projeto tem proporcionado incentivo à indústria nacional, mediante a transferência de tecnologia.

Ação 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X)

Em 2012, o Projeto KC-X se desenvolveu em ritmo acelerado, com mais de 800 engenheiros e técnicos da Embraer engajados nos trabalhos. Os parceiros internacionais e fornecedores nacionais e estrangeiros também já alocaram recursos humanos especializados, que estão localizados com a equipe da Embraer, em São José dos Campos, na unidade de Eugênio de Mello.

Ação 14N3 – Recuperação da capacidade operacional do Comando da Aeronáutica

A ação está diretamente vinculada ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa – e foi instituída no exercício de 2012, por meio de crédito adicional. Em decorrência, iniciou-se o processo de aquisição de viaturas (caminhões) pelo Centro de Logística da Aeronáutica (Celog), com vistas à renovação da frota existente, de modo a contribuir para a elevação da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira.

Ação 20IH – Modernização e revitalização de aeronaves

Foi iniciada, em 2012, a segunda fase do Projeto de Modernização das Aeronaves de Combate F5-BR, envolvendo onze unidades adquiridas da Força Aérea da Jordânia, com a entrega de duas aeronaves à Embraer, para fins de início dos serviços contratados. Relativamente ao Projeto A-1 (AM-X), foram entregues à Embraer as primeiras 13 aeronaves de combate, de um total de 43, para início dos serviços de modernização. No que se refere ao Projeto P-3BR, foram recebidas 5 aeronaves patrulha, após terem seus sistemas modernizados.

Ação 20S9 – Adequação de instalações militares

Em 2012 foi finalizada a construção da nova Divisão Odontológica, do Hospital de Aeronáutica de Canoas – RS

(HACO); a adequação das edificações das seções de oficinas e de suprimento de equipamentos de sobrevivência, segurança e resgate, do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa - MG (PAMA – LS); e a adequação do refeitório do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos – SP, além da adequação de instalações militares de diversas organizações do COMAER.

Ação 2913 – Investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos

No exercício de 2012, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) cumpriu extenso programa de trabalho em prol da prevenção de acidentes aeronáuticos no País. Também foram realizados cursos, seminários e palestras na formação e qualificação de profissionais para o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), bem como desenvolvidos programas de gerenciamento do risco aviário, raio laser e prevenção do perigo baloeiro.

Ação 2916 – Instrução e adestramento da Aeronáutica

A Força Aérea Brasileira, em 2012, proporcionou instrução e adestramento do efetivo da Aeronáutica por meio do treinamento técnico e operacional, nas diversas áreas de atuação, como por exemplo, nas Operações reais Ágata 4, 5 e 6.

Ação 2923 – Operação e manutenção de equipamentos e Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

A FAB, em 2012, deu prosseguimento ao planejamento das manutenções programadas (preventivas e corretivas) dos diversos radares, materiais reparáveis e equipamentos de eletrônica e proteção ao voo do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). No bojo dessa ação também foi possível o recompletamento de estoque dos materiais de suprimento de eletrônica e proteção ao voo, visando à contínua operacionalidade do SISCEAB. Essa iniciativa é de extrema importância para a manutenção da operação dos diversos radares de aproximação, a fim de dar suporte aos pousos e decolagens de aeronaves em aeródromos do País, bem como dos radares de rota, localizados nos diversos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA), subordinados aos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), dentre outros equipamentos de auxílio à navegação aérea.

Ação 3133 – Desenvolvimento e modernização dos Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Em 2012, a FAB deu continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, proporcionando aos usuários dos serviços de transporte aéreo melhoria na fluidez e na segurança das operações aéreas levadas a efeito em todo o espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil. Nesse sentido, iniciou-se, em 2012, a implantação do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados - STVD dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta) e dos Serviços Regionais de Proteção ao Voo (SRPV), e, ainda, a implantação do novo *software* do STVD, denominado de SAGITARIO nos APP's (Centros de Controle de Aproximação), que tem como objetivo controlar as aproximações via radar das aeronaves para os aeródromos.

Quanto aos sistemas de proteção ao voo, foi dada a continuidade à modernização das Torres de Controle de Tráfego Aéreo (TWR) e dos Simuladores dos Sistemas de Tratamento e Visualização de Dados - STVD dos APP's (Centros de Controles de Aproximação de Aeronaves) e dos ACC's (Centros de Controle de Área).

Ainda em 2012 foram instalados novos radares de controle de tráfego aéreo nas localidades de Barcelos (AM), Navegantes (SC) e Teresina (PI), sendo que este último está em fase final de homologação para operação.

Ação 8969 – Aquisição de aeronaves

Em 2012, houve a aquisição de um sistema, com 2 Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), conhecidas por Veículo Aéreo não Tripulado (VANT), do modelo Hermes - 450WE, de fabricação israelense, dotando a FAB de equipamento capaz de executar missões de reconhecimento aéreo e fotográfico, em áreas de difícil acesso com baixo custo de operação. Também foram recebidas as últimas 4 aeronaves de ataque Super Tucano (AL-X), de um total de 99 adquiridas junto à Embraer.

6) Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas

Objetivo 0534 – Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), em 2012, promoveu a realização de dois exercícios militares focados no emprego das Forças Armadas de maneira Conjunta, ou seja, sob coordenação centralizada e comando único.

O objetivo estratégico destas operações é reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, capacitando as Forças Armadas para melhor cumprir suas missões.

Nesse enfoque, em 2012, foram realizadas a Operação AMAZÔNIA e a Operação ATLÂNTICO III, objetivando simular aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente Amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil, respectivamente.

No tocante às Operações Conjuntas em faixa de fronteira, no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, foram realizadas as operações ÁGATA 4, ÁGATA 5 e ÁGATA 6.

Entre agosto de 2011 e outubro de 2012, em seis edições, a Operação ÁGATA configurou-se como um eficiente instrumento para a intensificação da presença do Estado ao longo dos mais de 16 mil quilômetros de fronteira, contribuindo para aumentar a prevenção e a repressão aos ilícitos transnacionais nesta região do Brasil.

A fim de promover o apoio de Comando e Controle, necessário ao acompanhamento e à coordenação das operações conjuntas, missões humanitárias e de manutenção de paz, o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) utiliza os recursos humanos, bem como os enlaces do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis).

O Siscomis permaneceu ativo, suportando as demandas de transmissão de dados, de voz e de videoconferências, na área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártica, Mar do Caribe e Atlântico Sul.
Em 2012, foram aportados recursos para o Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED), responsável pela promoção da sinergia entre as diversas plataformas navais, terrestres e aéreas das Forças. O País avançou no delineamento de um empreendimento voltado ao desenvolvimento e à produção doméstica de uma família de equipamentos que empregam o conceito de *Rádio Definido por Software* (RDS), tecnologia situada na vanguarda das comunicações militares.

Apesar das dificuldades de ordem orçamentária, o objetivo foi cumprido a contento. As Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III, assim como as ações de presença na fronteira e os exercícios de simulação, foram realizados segundo o planejado, porém, com um efetivo e emprego de meios militares reduzidos. As avaliações das Doutrinas de Emprego Conjunto e de Comando e Controle, visando medidas de aperfeiçoamentos, contudo, foram realizadas conforme o esperado.
Objetivo 0547 – Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

No ano de 2012, as atividades que mais se destacaram, no âmbito da Mobilização Nacional, foram as seguintes: participação nos planejamentos estratégico, operacional e tático e na execução da Operação Amazônia; participação na Operação Atlântico III; e participação na fase de execução do exercício de mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, no Campo de Instrução de Marechal Hermes, em Três Barras-SC.

No campo da Logística, verificou-se a necessidade de se incluir no Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SILGD) ações relativas à mobilização militar, fato que motivou o início do desenvolvimento físico de um novo sistema, em substituição ao SILGD, que passou a se chamar Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Nesse caso, também, conquanto as dificuldades de ordem orçamentária, o objetivo foi cumprido a contento. Foram priorizadas as atividades consideradas mais viáveis, em termos de padronização imediata com as Forças Armadas e a convergência dos esforços junto aos Órgãos da Administração Federal e privados de interesse da logística e da mobilização voltadas para a Defesa Nacional.

Objetivo 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, no ano de 2012, atuou no sentido de fortalecer a multipolaridade e, em consequência, incrementar a atuação externa do Brasil no campo da Defesa, especialmente no entorno estratégico do Brasil na América do Sul, onde a colaboração em defesa assume as formas bilateral e multilateral. Como exemplo de cooperação bilateral, entre muitos outros, cita-se a doação pelo Brasil, ocorrida em 2012, de quatro helicópteros UH-1H para a Bolívia, devidamente autorizada pelo Congresso Nacional.

A título de cooperação com os países sul-americanos foram desenvolvidas ações nos setores de políticas de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, formação e capacitação, dentre outras, tendo sempre como balizador o respeito às particularidades de cada nação.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS AO TEMA PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

R$ 1,00

PROGRAMA/ AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (LOA + CRÉDITO)	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
2057 - POLÍTICA EXTERNA			
2C06 - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ	329.431.159	282.241.626	85,68
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA			
2385 - MANUTENÇÃO DO SISCOMIS	14.126.333	14.073.194	99,62
2872 - MOBILIZAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO	8.688.116	7.152.571	87,71
4229 - OPER. MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS (1)	32.645.999	23.474.239	71,91
5132 - IMPLANTAÇÃO DO SISCOMIS (*)	7.070.499	7.091.199	100,29
5134 - IMPLANTAÇÃO DO SIST COM MIL SEGURAS (2)	1.014.434	737.488	72,70
5136 - IMPLANTAÇÃO DO SINAMOB (3)	160.000	111.766	69,85
6515 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES LOGÍSTICAS DE DEFESA (4)	1.200.000	923.501	76,96
TOTAL	**394.336.540**	**335.805.584**	**85,16**

Fonte: Siafi Gerencial / Data: 10/1/2013
(*) Percentual de execução maior que 100%, em decorrência de variação cambial
(1) Crédito bloqueado/Controle Interno: R$ 8.816.510,46
(2) Crédito bloqueado/Controle Interno: R$ 44.267,27
(3) Crédito bloqueado/Controle Interno: R$ 48.000,00
(4) Crédito bloqueado/Controle Interno: R$ 266.094,00

Ação 4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas

Em 2012, os recursos empenhados nessa ação, da ordem de R$ 23.474.238,50 (LOA + Créditos), atenderam à realização de diversas operações e exercícios conjuntos das Forças Armadas, sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, cujo objetivo estratégico é reforçar o poder dissuasório do Estado Brasileiro e aumentar a integração e a interoperabilidade entre a Marinha, o Exército e a Força Aérea, capacitando as Forças Singulares de forma a melhor cumprir as suas missões constitucionais.

Operação AMAZÔNIA 2012

Realizada no período de 17 a 28 de setembro, a operação Amazônia 2012 visou ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de operações conjuntas, com ênfase na defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, intensificando a presença das Forças Armadas na região.

Operação ATLÂNTICO 2012

Realizada no período de 19 a 30 de novembro, nas Regiões Sudeste e Sul, a Operação Atlântico, decorrente de um complexo planejamento realizado por um Estado-Maior Conjunto, foi executada nas águas jurisdicionais e no território brasileiro. A Operação Atlântico 2012 foi mais uma etapa de emprego conjunto das Forças Armadas brasileiras, que buscou focar o adestramento dos militares para a proteção da área do pré-sal, de importantes portos da costa brasileira e de suas linhas de comunicação marítima, bem como usinas nucleares e hidrelétricas, refinarias de petróleo e redes de comunicação e de infraestruturas críticas do País.

Exercícios de Simulação

Os Exercícios de Simulação consistem em importantes ferramentas para a sedimentação, validação e teste da doutrina conjunta das Forças Armadas. No período de 5 a 14 de novembro o Ministério da Defesa, em conjunto com as três Forças Singulares e a Escola Superior de Guerra, participou do Exercício AZUVER 2012, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Operação ÁGATA 4

No período de 2 a 17 de maio, o Ministério da Defesa conduziu a Operação Ágata 4 no Norte do País, abrangendo área que faz divisa com a Venezuela, o Suriname, a Guiana Francesa e a Guiana. A realização dessa Operação resultou na identificação de, pelo menos, dez pistas clandestinas utilizadas para pousos e decolagens em áreas de garimpo na Região Norte.

Operação ÁGATA 5

A Operação Ágata 5, do Ministério da Defesa, foi realizada no período de 6 a 20 de agosto e resultou na prisão de 31 pessoas e apreensão de 6 toneladas de entorpecentes. Em 15 dias de ação, o aparato militar recolheu 182 carros e embarcações, numa área de 3,9 mil quilômetros de fronteira com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Operação ÁGATA 6

A Operação Ágata, realizada entre 09 e 22 de outubro, patrulhou 4.216 quilômetros, compreendidos de Corumbá (MS) a Mâncio Lima (AC), e foi marcada pelas apreensões de 3,7 toneladas de drogas, 67 veículos e 201 das 6.530 embarcações inspecionadas, sendo que dessas, 674 foram notificadas. Em duas semanas de operação aconteceram 35 mil vistorias de veículos e 17 mil revistas de pedestres. Na região, foram inspecionados 88 aeródromos e132 aeronaves civis.

Ação 2C06 - Participação Brasileira em Missões de Paz

Do total previsto na LOA, da ordem de R$ 329.431.159,00, foram empenhados R$ 282.241.626,06, no exercício de 2012. Esse valor financiou a participação dos contingentes brasileiros em duas Missões específicas da ONU: a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) e também em outras missões de paz.

Acrescente-se a realização, ao longo do ano, de diversas atividades com a finalidade de proporcionar o preparo e emprego de contingentes para atuar nessas duas missões, bem como de atividades visando à mobilização e à desmobilização de contingentes.

Além da Minustah e Unifil, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também têm contribuído com 68 militares e 18 policiais militares, respectivamente, em doze diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde participam como observadores integrantes de Estados-Maiores ou grupo de monitores. O efetivo militar atua nos seguintes países/regiões: Sudão do Sul; Libéria; Costa do Marfim; Timor Leste; Chipre; Líbano; Guiné Bissau; Saara Ocidental; Colômbia; Peru; Equador; Sudão; e no próprio Haiti. Para tanto, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos.

Ação 2385 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

O contingenciamento da Ação em 2012 motivou o replanejamento das atividades programadas, a fim de não degradar as comunicações militares que atendem às operações conjuntas, às operações das forças singulares, à Missão de Paz no Haiti, aos deslocamentos de navios em todo o Hemisfério Sul, incluindo a operação brasileira na Antártica e parte do Atlântico Norte.

Em 2012, os recursos dessa Ação foram empregados, prioritariamente, para honrar compromissos referentes aos contratos, no total de sete, de enlaces terrestres e espaciais do Sistema de Comunicações Militares por Satélites (Siscomis). Dos citados contratos, seis referem-se à conectividade e um à manutenção de centrais telefônicas, infraestrutura essa, que serve de suporte às comunicações militares em operações conjuntas e singulares, bem como às Missões de Paz da ONU em que há emprego de tropas brasileiras, como nos casos do Haiti e do Líbano.

Esclareça-se que, além dos encargos decorrentes da conectividade e manutenção, objetos de tais contratos, cobrem-se despesas de manutenção e renovação de equipamentos de conectividade e de aquisição de suprimentos para os terminais satelitais móveis navais, transportáveis, leves e rebocáveis. Incluem-se nesse dispêndio os recursos necessários para manter as estações terrenas de Brasília e do Rio de Janeiro.

Por conta dessa ação também foram empregados recursos na implantação do Centro de Monitoramento da Rede Operacional de Defesa (CMORD).

Ação 5132 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - Siscomis

As atividades relacionadas à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), no âmbito da Ação 5132, que atingiu o percentual de 100% de execução financeira, concentraram-se na ampliação da capacidade de comunicações com sistemas espaciais e terrestres, por intermédio da aquisição de um terminal fixo em Banda Ku, com o respectivo sistema de gerenciamento, da instalação de rede metropolitana, tipo Wi Max, em Brasília, e da aquisição de um Terminal Móvel Naval em Banda X e um em Banda Ku. Como partes da implantação do Siscomis foram adquiridos equipamentos de armazenamento e de processamento de dados para o Centro de Dados da Rede Operacional de Defesa e o Centro de Dados Alternativo, este último a ser instalado no Centro Integrado de Telemática do Exército Brasileiro (CITEx).

Ação 5134 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras

A fim de cumprir a finalidade de implantação de um sistema de comunicações militares capaz de garantir um nível seguro nas informações e mensagens táticas efetuadas entre os meios operativos de um comando combinado, foi contratada, em 2012, com o uso dos recursos da ação, uma empresa especializada para a implantação do Sistema, atividade que contou com o acompanhamento das equipes das três Forças envolvidas no projeto. Em face de realocação interna de recurso, motivada pela política de contingenciamento de despesa determinada pelo Governo Federal, foi possível o cumprimento da meta física de 2%, prevista para o exercício, relativa ao desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares.

Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

A meta estabelecida, relativamente à mencionada Ação, no período compreendido no PPA 2012 – 2015, consiste no alistamento de 7.198.400 jovens do sexo masculino, objetivando a prestação de serviço militar obrigatório, o que corresponde a meta anual de 1.799.500 jovens alistados. No ano de 2012, ocorreram 2.146.231 alistamentos, dos quais 600.000 foram submetidos à seleção geral, para fins de incorporação no ano de 2013. A Lei Orçamentária - LOA de 2012, para o cumprimento da referida meta, consignou dotação no valor de R$ 8.154.783,00, suplementada por meio de crédito adicional no valor de R$ 533.333,00, totalizando R$ 8.688.116,00. A arrecadação, com base na taxa militar de R$ 1,38, paga pelo cidadão convocado e dispensado, entretanto, não tem sido suficiente para atender a dotação prevista na LOA em cada exercício.

Ação 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - Sinamob

A referida ação sofreu impacto decorrente da limitação de recurso, tanto em face da dotação orçamentária aprovada na lei orçamentária anual não ter acompanhado o previsto na respectiva pré-proposta orçamentária, quanto pelos contingenciamentos ocorridos no decorrer do exercício, os quais reduziram o valor autorizado para cerca de 20%, em comparação ao crédito solicitado. Como consequência, em face dos desafios financeiros e operacionais não ultrapassados, a meta física executada no exercício, concernente a implantação do Sistema Nacional de Mobilização, atingiu apenas 1%, enquanto a meta planejada era de 4%.

Ação 6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa

Os recursos disponíveis da ação foram utilizados na definição dos requisitos do modelo lógico do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa, atualmente denominado Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa. A partir do modelo lógico, o qual incorporou as sugestões dos demais Setores do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, iniciou-se, no exercício, o desenvolvimento físico do Sistema.

7) Ações de apoio ao desenvolvimento da Amazônia

0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica

Criado em 1985 pelo Governo Federal com a finalidade de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da Região Amazônica, o Programa Calha Norte (PCN) vem cumprindo seus objetivos por meio de ações diversas, tais como: obras de rodovias, portos, escolas, hospitais, redes de energia elétrica, e na construção e manutenção das instalações que reforçam a segurança nas fronteiras e o combate ao narcotráfico.

O PCN, inserido no Programa Temático Política Nacional de Defesa, tem como objetivo geral aumentar a presença do Poder Público, na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa Nacional, bem assim para proporcionar assistência às suas populações e fixar o homem na região. Nesse propósito, o PCN tem como objetivos específicos o aumento da presença do Estado, a contribuição para a defesa nacional, assistência às suas populações, a promoção do desenvolvimento sustentável, a ocupação de vazios estratégicos, a integração da população à cidadania e ao conjunto nacional, a melhoria do padrão de vida das populações, a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais.

No conjunto das atividades realizadas no exercício de 2012, no âmbito do Programa Calha Norte, destacam-se: i) a aquisição e a manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distrito Naval em apoio às ações de Segurança do Tráfego Aquaviário; ii) o início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém e do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus; iii) a conclusão das principais instalações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); iv) a adequação de pelotões de fronteira; v) a aquisição e

manutenção de embarcações para a Comissão de Aeroportos da Amazônia - COMARA; vi) a construção e reforma de imóveis residenciais e dotação de infraestrutura existentes nas Vilas Residenciais; vii) a reforma de hotéis para militares em trânsito; viii) a aquisição de suprimento e contratação de serviços para a manutenção de aeronaves que dão apoio às atividades do Programa; e ix) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves e das Unidades sediadas na Região.

Objetivo 0522 - **Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira**

Projeto Cartografia da Amazônia

O Projeto Cartografia da Amazônia, iniciado em fevereiro de 2008, coordenado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), tem como órgãos executores o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e o Ministério de Minas e Energia, por meio do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). O Projeto tem como objeto a elaboração das cartografias terrestres, geológicas e náuticas dos 35% da Região Amazônica sem informações na escala 1:100.000.

O Programa tem como proposta acabar com o vazio cartográfico em uma área de 1,8 milhões de quilômetros e contribuir para desenvolvimento econômico e social e, ainda, na proteção da região amazônica. Esse espaço denominado vazio cartográfico encontra-se distribuído nos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Mato Grosso e parte do Acre, Maranhão e Roraima.

Os produtos cartográficos, elaborados a partir do Projeto de Cartografia da Amazônia auxiliam no planejamento e na execução de outros projetos, tais como: construção de rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas; além de contribuir para a demarcação de áreas de assentamentos, terras indígenas, áreas de mineração e agronegócio.

As informações colhidas auxiliam para o conhecimento da Amazônia Brasileira e no processo de geração de informações estratégicas para monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras.

Os produtos elaborados e entregues, pelo Censipam, em 2011 e 2012, serão apresentados no 1º Fórum da Cartografia da Amazônia, em Manaus, contando com a participação do Censipam e órgãos executores, com a finalidade de diagnosticar as diversas aplicações, em proveito dos órgãos federais, estaduais e municipais que atuam na região. Na oportunidade, serão convidados representantes de aproximadamente 150 órgãos nacionais e 8 representantes de países vizinhos.

0533 - **Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio à defesa da Amazônia**

Atividade de Meteorologia, Climatologia e Hidrometeorologia

Em 2012 foi ampliado o quadro de instituições que recebem dados meteorológicos sistemáticos na região, incluindo os canais de televisão e radio do estado do Pará. Da mesma forma, foram ampliados o monitoramento e prognósticos climáticos para mitigação dos danos provocados por eventos severos (cheias e secas), em apoio à Defesa Civil dos estados e do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD/MI). Nesse contexto, foram emitidos centenas de boletins especiais, voltados a subsidiar as ações de planejamento e intervenção.

Programa de Monitoramento de Áreas Especiais

No bojo desse Programa, pelo qual se monitora 125 milhões de hectares contra o desmatamento, são produzidos os dados sobre a antropização nas terras indígenas e unidades de conservação (UC) federais e estaduais. Durante o monitoramento, disparam-se alertas de desmatamento, para que os órgãos parceiros possam atuar com agilidade.

O Programa de monitoramento de áreas especiais esteve voltado, em 2012, para a emissão de relatórios sobre 68 unidades de conservação de Rondônia, entre UC's estaduais, federais e terras indígenas. O resultado divulgado para os parceiros, dentro das respectivas áreas de competência, registrou o desmatamento de 937,9 ha em UC's estaduais; 87,2 ha em UC federais e 88,2 ha em terras indígenas.

Programa SIPAM/CIDADES

Tem por objetivo fortalecer a gestão territorial e ambiental dos municípios, com a utilização de ferramentas de geotecnologias. No ano de 2012, foi elaborado o termo de referência, constando os objetivos, gerais e específicos, as justificativas, a abrangência do programa, as três etapas do plano de trabalho, a infraestrutura necessária para a execução, o número de pessoas necessárias à execução, e os resultados esperados. Apesar disso, não foi cumprida a meta de capacitar 200 técnicos, nos 700 municípios da Amazônia Legal, devido, principalmente, ao contingenciamento de recurso, que influiu determinante para o descumprimento da meta.

Bolsa Família / Cadastro Único

O Censipam e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2012, firmaram um termo de cooperação pelo qual coube ao Censipam instalar 166 antenas de comunicação via satélite provendo internet em municípios afastados ou de difícil acesso na Amazônia.

Assim, os gestores municipais poderão cadastrar as famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

No âmbito das ações de proteção à Amazônia, o Ministério da Defesa, por intermédio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, atuou como parceiro de órgãos federais e estaduais na implantação de diversos programas e projetos relacionados à segurança e a defesa nacional, em especial nas fronteiras. O Ministério da Defesa participou, também, no apoio e desenvolvimento social e econômico da Região Amazônica, citando-se, a título de exemplo: Projeto PROBACIAS, Programa Terra Legal, Arco Verde, Bolsa Família / Cadastro Único, Bolsa Verde / Compensação Ambiental e Telecentros BR.

Inteligência para o Apoio às Ações de Combate Contra Ilícitos

Durante os anos de 2011 e 2012, o Censipam atualizou seu software para torná-lo capaz de receber os dados obtidos pelos radares do Cindacta IV, assim como agregou a possibilidade de identificação de rotas aéreas de baixa altitude com o Radar Saber 60. Essa ferramenta, que ainda encontra-se em fase de recebimento e testes, demonstrou sua eficiência quando da realização de trabalhos com o Departamento de Polícia Federal. O Censipam e a ANAC estabeleceram um acordo de cooperação técnica para intercâmbio de informações. Todas essas iniciativas irão aprimorar a identificação de alvos aéreos suspeitos na região, que estejam em voo ou em solo.

Outra ferramenta implantada em 2012 foi o Portal de Fiscalização de Produtos Florestais tendo por objetivo auxiliar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama) e o Departamento de Polícia Federal na fiscalização, controle, verificação e validação da documentação obrigatória para o transporte de produtos e subprodutos de origem florestal, a qual vem sendo utilizada pelos órgãos de fiscalização, bem assim tem propiciado a apreensão de diversos metros cúbicos de madeira em tora, serrada e carvão, entre outros transportes ilícitos.

INDICADORES RELACIONADOS AO TEMA DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	ÍNDICE ALCANÇADO EM 2011	2012		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PLANO (2015)
			ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO	
CARTA PRODUZIDA	Somatório de valores unitários de cartas Geológica, Náutica e Terrestre.		2006 unidades	0,00	2.638
ÁREA MONITORADA	Cálculo: 470.000 x 12 + 1.500.000 = 7.140.000		4.170.000 km²	0,00	manter 7.140.000 por ano
SISTEMA MODERNIZADO	P = [(2 x T + 2 x S + M)/5]	-	100%	80%	100%
ESTUDO CONCLUÍDO	Compilação de ações de inteligência do período.	-	300,00	24,00	100 relatórios por ano
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	Etapas de construção do prédio	-	8%	0%	100%
SERVIDOR CAPACITADO	Valor unitário	-	200	238	200 servidores por ano
CENTRO MANTIDO	Unidades Administrativas do Censipam	-	4	4	4

Fonte: Censipam / Data: 11/01/2013
(*) Indicador do PPA 2012-2015
Obs: No ano de 2011, abrangido no quadriênio do PPA anterior , só havia um único índice global para todo o órgão, o que inviabiliza a comparações com os indicadores atuais.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS AO TEMA DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

R$ 1,00

PROGRAMA/ AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (LOA + CRÉDITO)	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA			
1211- IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CALHA NORTE	387.780.000	168.282.977	43,40
20S8- ADEQUAÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA CONTROLE, SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO FLUVIAL E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO DO CALHA NORTE	21.578.174	8.445.403	39,14
20SX- INFRAESTRUTURA DE UNIDADES MILITARES NA REGIÃO DO CALHA NORTE	41.256.000	35.799.899	86,78
2452- ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIÃO DO CALHA NORTE	16.766.908	9.841.076	58,69
20T8 - SISTEMA DE CARTOGRAFIA PARA A AMAZÔNIA LEGAL	23.832.000	22.897.878	96,08
TOTAL	**491.213.082**	**245.267.233**	**49,93**

Fonte: Siafi Gerencial / Data: 10/1/2013

Ação 1211 - Implementação de infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte:

A vertente desenvolvimentista do Programa Calha Norte, conhecida como Vertente Civil, capitaneada pela ação 1211 - Implementação de infraestrutura básica nos municípios da Região da Calha Norte, é implementada ao amparo de recursos, indicados por meio de emendas parlamentares, destinados aos estados e municípios da área de abrangência do Programa, sob a forma de convênios celebrados com a União, representada pelo Ministério da Defesa. Dos créditos autorizados na Lei Orçamentária, indicados por emendas parlamentares, somente foi liberado por conta da referida ação a quantia de R$ 168.282.977, a qual foi totalmente empenhada, em função de 243 convênios, celebrados com 71 municípios da área de abrangência do Programa, todos envolvendo projetos de cunho social.

Ação 20S8 - Adequação de embarcações para controle, segurança da navegação fluvial e infraestrutura na Região do Calha Norte.

A LOA-2012, em função da referida ação, recepcionou emenda parlamentar proposta pela Comissão de Viação e Transportes - CVT, no valor de R$ 10.130.174,00, o qual, entretanto, não foi liberado para empenho no decorrer do exercício, impactando no índice de execução, que foi corrigido para 73,77%, apurado com base nos recursos disponíveis.

Ação 20SX - Infraestrutura de unidades militares na Região do Calha Norte.

O contingenciamento de 13,23% sobre a dotação aprovada para a ação não prejudicou a execução da meta planejada, a qual, no ano de 2012, considerando os recursos aplicados pelos Comandos Militares de Área, foi classificada na condição de relevante.

Ação 2452 - Adequação da infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) da Região do Calha Norte.

A vertente militar do Programa, com foco na contribuição da soberania na Região, apesar dos recursos contingenciados, apresentou resultado satisfatório, na execução das ações empreendidas pelos Comandos Militares de Área (Marinha, Exército e Aeronáutica), que responderam pela aplicação, de forma direta, dos créditos disponíveis, mediante descentralização por parte do Programa Calha Norte.

Os dados de Lei+Créditos contemplam o valor de R$ 3.950.908, bloqueado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), para reabertura de crédito em 2013 (MP nº 528, de 27-12-2012). Dessa forma, ao considerar-se o valor desbloqueado de R$ 12.813.000 se obtém índice de execução de 78,78%, o que indica resultado positivo da ação 2452, haja vista o contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício.

Ação – 20T8 - Implantação do Sistema de Cartografia Básica para Amazônia Legal.

A implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia propiciará o conhecimento detalhado da região nos seus aspectos terrestres, náuticos e geológicos, o que contribuirá para a defesa do território, o preparo e emprego das Forças, bem como na mobilização nacional. Pela LOA - 2012 ficou autorizado o valor de R$ 23.832.000,00, incluindo ajustes internos, correspondente a 47% da necessidade do projeto. Registre-se que o valor autorizado foi integralmente repassado aos Comandos das Forças no decorrer do exercício.

4.8. FUNÇÃO DESPORTO E LAZER
4.8.1. Ministério do Esporte

O esporte é considerado uma das grandes paixões internacionais, estando em ascensão. No Brasil, é um direito social garantido pela Constituição, e tem recebido cada vez mais atenção. Nessa perspectiva, o País se estrutura para alcançar níveis de alto desenvolvimento como potência esportiva. O crescimento e a sustentação dessa área, no campo das políticas públicas, demonstram a responsabilidade com um importante instrumento de atuação no quadro de reversão da vulnerabilidade social. Os grandes eventos esportivos proporcionarão oportunidades para o desenvolvimento em vários aspectos – econômico, tecnológico, sustentável – e ainda oportunidade para universalizar a prática do esporte no Brasil, não apenas como esporte, mas como educação e saúde para a população. Esse será um grande legado, e assim poderá trazer benefícios para as condições de vida da sociedade.

A Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 têm um grande efeito na imagem do Brasil no mundo, de mostrar a civilização tolerante e democrática que estamos construindo, e que nossa diversidade cultural, étnica e racial não é motivo para divisão, e sim para unidade.

Esporte e Inclusão Social

Um objetivo importante para o Ministério do Esporte consiste em ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida. Para tal, no âmbito do Esporte Educacional, o Programa Segundo Tempo (PST), que oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover seu desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, beneficiou cerca de 2,4 milhões de crianças e jovens distribuídos em 7.500 núcleos, 7.451 escolas da Educação Básica de menor IDEB, abrangendo o Distrito Federal, 26 estados, e mais de mil municípios, com a seguinte distribuição regional: 891.866 beneficiados na região Nordeste; 719.210 beneficiados na região Sudeste; 197.011 beneficiados na região Centro-Oeste; 346.395 beneficiados na região Norte e 241.309 beneficiados na região Sul. A parceria com o MEC, que confere garantia estruturante ao PST, no contexto do Programa Mais Educação, possibilitou que 1,6 milhões de crianças e jovens fossem beneficiados.

Em 2012, as ações do PST foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, e no fortalecimento da proposta pedagógica, implementando uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e ampliando as estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional de forma a qualificar o atendimento aos beneficiados.

Foi executada uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros nas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No âmbito do esporte e lazer, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que objetiva garantir o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, de forma lúdica, participativa e comunitária, implantando núcleos para todas as idades e específicos para as Comunidades Tradicionais, direcionados aos grupos culturalmente diferenciados, atendeu em sua totalidade 660.000 beneficiados, por meio de 62 convênios, sendo um com estado, nove em capitais e 52 em municípios, distribuídos em 165 núcleos. No Programa Vida Saudável, especificamente para adultos acima de 45 anos e idosos, cujo esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012 foram atendidos 34.000 beneficiados, por meio de 13 convênios, sendo todos municipais.

Em relação ao esporte escolar, o ME apoiou um calendário de eventos e competições, atendendo aproximadamente 3.661 jovens atletas. Cabe ressaltar a realização dos XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares, que reuniu, na cidade de Natal/RN, aproximadamente 2.500 atletas de 12 países da América do Sul. No esporte universitário, foram apoiados 14 eventos internacionais em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), atendendo aproximadamente 640 atletas e 380 outros beneficiados (técnicos e dirigentes).

Além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, no âmbito da política esportiva indígena, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Esporte de Alto Rendimento

Outro objetivo estratégico tem em sua essência elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e à inovação tecnológica, à qualificação de gestão, a melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

O esporte de alto rendimento está organizado num plano nacional, instituído pela Lei nº 12.395, de 16/03/2011, que criou a Rede Nacional de Treinamento que interliga instalações esportivas existentes ou projetadas, espalhadas pelo País.

A Rede Nacional de Treinamento está constituída por centros de treinamentos de alto rendimento, nacionais, regionais ou locais articulada para treinamento de modalidades dos programas olímpico e paraolímpico, desde a base até a elite esportiva. No âmbito local da

Rede, o programa Cidade Esportiva propicia espaço para formação de atletas nos municípios brasileiros, com foco em modalidades olímpicas e paraolímpicas, para alargar a base do esporte competitivo, ampliar a participação brasileira na disputa de finais e, assim, melhorar a posição do País no cenário esportivo mundial. O objetivo é fomentar a vocação de cidades para projetos direcionados conforme a necessidade que o País tem de fortalecer determinadas modalidades para projetar-se nos resultados internacionais.

No referido plano nacional, o Bolsa Atleta é um programa que oferece cinco categorias de bolsas: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paraolímpico. Importante mencionar que a Lei nº 12.395/2011 extinguiu a proibição de bolsas para atletas com outros tipos de patrocínios e criou duas novas categorias, Atleta de Base e Atleta Pódio. Com isso, em 2012 tivemos bons resultados com medalhistas olímpicos, paraolímpicos, em competições mundiais e pan-americanos. Foram contemplados 4.852 atletas de 91 modalidades com investimento de R$ 71,8 milhões, sendo que 53 modalidades são olímpicas e paraolímpicas e 38 modalidades são pan-americanas e não-olímpicas.

Apesar da sua criação em 2011, a categoria Atleta Pódio só será efetivada a partir de 2013 para benefício do Plano Brasil Medalhas 2016, ela é destinada a atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais que estejam entre os vinte melhores do mundo em sua prova, segundo ranqueamento oficial da entidade internacional de administração da modalidade e que sejam indicados pelas respectivas entidades nacionais de administração do esporte em conjunto com o respectivo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e com o ME.

Na delegação dos Jogos Olímpicos de Londres, dos 259 atletas brasileiros que lá estiveram, 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Em relação aos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paraolímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios do País.

O desempenho do País nos Jogos de Londres, na versão olímpica, foi o maior da história, com a obtenção de 17 medalhas e a classificação em 22º pelo número de medalhas de ouro. Já na versão paraolímpica, o Brasil também superou os desempenhos anteriores e ficou em sétimo, ao conquistar 43 medalhas. Quatro anos antes, em Pequim, o Brasil olímpico havia ficado em 23º, com 15 medalhas no total. Já o Brasil paraolímpico alcançara a nona posição na China, com 47 medalhas.

Além do apoio às modalidades, do fomento à construção de infraestrutura para alta performace, da implementação do Bolsa Atleta e da estruturação da Agência Brasileira de Controle de Dopagem, em setembro de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas, que prevê aporte adicional de R$ 1 bilhão até 2016 para que o País alcance a meta de se projetar – e a partir daí manter-se – entre as potências esportivas mundiais.

Do montante a ser aplicado, R$ 690 milhões serão direcionados ao apoio ao atleta e R$ 310 milhões destinados à construção, à reforma e à operação de 22 centros de treinamento, dentre os quais 21 são centros de modalidades olímpicas e um paraolímpico, seguindo a recomendação do Comitê Paraolímpico Brasileiro, que vai unificar as modalidades em um só local de treinamento.

Grandes Eventos Esportivos
Copa do Mundo FIFA 2014

Com o objetivo de qualificar a intervenção do Governo Federal, o Ministério do Esporte coordena, monitora, e fomenta os esforços governamentais de preparação e de realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos eventos a ela relacionados.

O Governo Federal, com o apoio dos Poderes das três esferas de governo, trabalha com a intenção de preparar o Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014, de modo que o evento seja uma plataforma para acelerar o desenvolvimento do País, gerar emprego e renda, superar desigualdades e melhorar as condições de vida dos brasileiros. A Copa poderá agregar cerca de 183 bilhões ao PIB do Brasil até 2019, o que representa um acréscimo de 0,4% ao ano, considerando-se a estimativa do PIB acumulado para o período de 2010 a 2019. Estudos encomendados pelo Ministério do Esporte estimam que, deste montante, 47,5 bilhões estarão relacionados aos investimentos de infraestrutura, aos gastos incrementais dos turistas e ao consumo das famílias, enquanto que 135,7 bilhões advêm da recirculação do dinheiro na economia, do aumento do turismo e do uso dos estádios após o evento. No contexto da organização e preparação da Copa do Mundo FIFA 2014, ressalta-se que foi definida uma estrutura de governança em que o Ministério do Esporte assume papel de protagonismo na coordenação das ações.

Em 2012, no contexto da preparação e organização da Copa do Mundo FIFA 2014, o ME atuou na condição de Coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA e do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – GECOPA, priorizando o monitoramento da execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades – mobilidade urbana, arenas, portos, aeroportos, telecomunicações, turismo e segurança –, bem como o planejamento das ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento.

O Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa foi ampliado para além dos três ciclos iniciais de planejamento - infraestrutura, serviços e planos operacionais -, com a concessão de novas dimensões, visando aproveitar ao máximo o potencial de desenvolvimento propiciado ao País pela realização do evento.

Na esfera de atuação governamental, realizaram-se investimentos públicos e privados para viabilizar a infraestrutura, serviços e operações essenciais para a realização do evento, quais sejam, os três ciclos de planejamento das ações prioritárias para a Copa incorporadas à Matriz de Responsabilidades dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Para além dos investimentos, têm-se as iniciativas de políticas públicas, que potencializam a aceleração, integração e consolidação de ações de curto e médio prazo, compondo os legados econômicos, educacionais, sociais e culturais da Copa no País.

Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016

Merece destaque ainda o objetivo de coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, na promoção e na realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e a ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

O Ministério do Esporte assinou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro, termos de cooperação que estabelecem as competências dos entes federativos na construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, sob a responsabilidade do setor público.

Sob a responsabilidade do Ministério do Esporte, coube à União o financiamento, o projeto executivo, o repasse dos recursos necessários e o acompanhamento da execução financeira das obras que serão feitas a encargo do estado e do município do Rio de Janeiro, da forma que segue.

Ficou estabelecido que o Governo do Estado do Rio de Janeiro terá como compromisso a execução da infraestrutura do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), que abarca o estádio de canoagem *slalom*, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio. Sob o encargo do município do Rio de Janeiro ficaram a execução das instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando estádio de handebol, Centro Internacional de Transmissão (IBC), a pista de atletismo, o velódromo, o complexo de tênis e o parque aquático.

Aspectos Orçamentários

A Lei nº 12.595, de 19/01/2012 (Lei Orçamentária Anual 2012) - que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 - acrescida de créditos adicionais, estabeleceu para o Ministério do Esporte (ME) – Órgão 51.000 - dotação orçamentária de R$ 3.633,2 milhões, incluindo Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação.

Do total de dotação autorizada para o órgão 51000, coube à Administração Direta – Ministério do Esporte - ME, o montante de R$ 3.478,3 milhões, sendo o valor de R$ 909,8 milhões correspondente às emendas parlamentares, equivalente ao percentual de 26% do montante total, abrangendo os valores da Lei Orçamentária para 2012 e seus créditos adicionais para o ME.

No que se refere especificamente à Unidade Orçamentária 51204 – Autoridade Pública Olímpica (APO), a dotação autorizada foi de R$ 154,9 milhões. O quadro a seguir apresenta a distribuição por grupo de despesa em cada Unidade Orçamentária:

ÓRGÃO 51.000 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

R$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	APO	TOTAIS
Pessoal e Encargos Sociais	25.865.830,00	73.533.153,00	99.398.983,00
Outras Despesas Correntes	1.293.211.185,00	75.010.603,00	1.368.221.788,00
Investimentos	2.159.269.200,00	6.333.333,00	2.165.602.533,00
TOTAIS	**3.478.346.215,00**	**154.877.089,00**	**3.633.223.304,00**

Fonte: Siafi

Releva destacar, também, o valor consignado à Unidade Orçamentária 73.109 – Recursos sob a Supervisão do Ministério do Esporte, Programa Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes da Legislação Específica, Ação Transferências a Estados e Distrito Federal, no montante de R$ 131,3 milhões. Desta forma, o montante destinado às políticas desportivas perfaz o valor de R$ 3.764,5 milhões.

No decorrer do exercício de 2012, o ME buscou ajustar suas necessidades orçamentárias por meio de créditos adicionais, cujo atendimento dos pleitos encaminhados contribuiu com o acréscimo de dotações ao valor inicial da LOA 2012, em R$ 1.015,4 milhões, no âmbito do Ministério do Esporte, cabendo R$ 1.014,0 milhões à Administração Direta e R$ 1,3 milhões à Autoridade Pública Olímpica - APO.

Os créditos adicionais aprovados que mais impactaram a programação do ME foram: R$ 640,3 milhões (crédito reaberto), destinados às ações de apoio, preparação, organização e implantação de infraestrutura relativas aos eventos Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016; R$ 56,7 milhões (crédito reaberto) destinados à implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para segurança do torcedor (Projeto "Torcida Legal"); e, por último, R$ 19,1 milhões destinados à Concessão de Bolsa a Atletas (Remanejamento de Dotação). Importante também destacar a edição da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U. da mesma data, que abriu crédito extraordinário consignando o montante de R$ 316,9 milhões para a Unidade 51.101 (Administração Direta) e de R$ 1,3 milhões para a Unidade 51.204 (Autoridade Pública Olímpica - APO).

Esses recursos, incluídos no Orçamento da União para 2012, visam ao atendimento de necessidades de financiamento de parte dos investimentos no exercício de 2013, mediante reabertura de crédito – conforme estabelecido pela Portaria SOF nº 167, de 14 de dezembro de 2012 - tendo em vista a expectativa de que a aprovação da Lei Orçamentária de 2013, pelo Congresso Nacional, ocorra somente a partir de fevereiro.

O quadro a seguir registra os valores liquidados das despesas do ME na Função Desporto e Lazer, dentro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS e

Orçamento de Investimento - OI, no período de 2008 a 2012, cujo montante totaliza R$ 3,7 bilhões no período considerado. A Função "Desporto e Lazer" tem como subfunções típicas: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e a Subfunção Lazer. O quadro a seguir discrimina, além da execução nas subfunções típicas, os valores relativos às demais subfunções no âmbito da programação do Ministério do Esporte.

Função "DESPORTO E LAZER"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Desporto e Lazer"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	122 - Administração Geral	45,18	49,48	71,40	69,03	176,46	411,55
		811 - Desporto de Rendimento	42,50	13,56	66,11	130,69	140,33	393,20
		812 - Desporto Comunitário	108,54	75,63	88,57	83,88	29,36	385,99
		813 - Lazer	1,36	0,66	0,58	0,18	0,00	2,78
		Demais Funções	6,41	14,31	30,62	28,81	31,08	111,24
	RPNP[2]	122 - Administração Geral	1,79	10,34	10,44	3,82	4,64	31,04
		811 - Desporto de Rendimento	103,75	58,30	47,72	91,73	108,83	410,32
		812 - Desporto Comunitário	258,88	247,87	373,42	593,82	443,83	1.917,81
		813 - Lazer	2,00	0,70	0,91	1,28	0,22	5,11
		Demais Funções	1,77	10,78	6,97	0,94	7,23	27,7
OI		Total Subfunções	-	-	-	0,40	13,83	14,23
TOTAL			**572,18**	**481,63**	**696,74**	**1.004,58**	**955,81**	**3.710,97**

Fonte: Siafi de 06/01/2013
[1]Valores liquidados no ano relativos ao Orçamento do próprio exercício.
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Cabe registrar que os números apurados indicam significativa evolução para as despesas vinculadas à subfunção Administração Geral. Tal fato pode ser justificado pelo incremento de cerca de R$ 102,5 milhões no volume de execução nessa subfunção, por parte da Autoridade Pública Olímpica - APO, tendo em vista as necessidades para sua implantação. Os números apurados indicam evolução de investimentos no desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva e na preparação de eventos internacionais de grande magnitude, como a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. A execução orçamentária por subfunções indica que a Subfunção Desporto de Rendimento apresenta tendência de elevação dos gastos a partir de 2011, mantendo essa tendência em 2012. Este fato resulta do acréscimo de recursos destinados: ao apoio e incentivo às equipes e aos atletas, financiados pelas ações "Preparação de Atletas" e "Concessão de Bolsa a Atletas"; à preparação para realização dos eventos Copa do Mundo FIFA 2014 (ação "Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014") e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (ações "Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016" e "Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016"). O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária em 2012 para as dotações alocadas nos Programas do Ministério do Esporte, separados por Função.

FUNÇÃO "DESPORTO E LAZER"

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS(*) (I)		**2.278,48**	**3.287,02**	**1.026,23**	**170,45**	**160,02**	**0,66**
2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	2.278,38	3.286,92	1.026,13	170,45	160,02	0,66
-	Demais Programas Temáticos	0,10	0,10	0,10	-	-	-
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**292,23**	**298,74**	**231,73**	**206,78**	**206,73**	**0,04**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**1,00**	**1,00**	**-**	**-**	**-**	**-**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**2.571,72**	**3.586,75**	**1.257,96**	**377,23**	**366,75**	**0,70**

Fonte: Siafi de 06/01/2013

Com relação ao programa temático Esporte e Grandes Eventos Esportivos, a acentuada diferença entre empenhos emitidos e valores pagos, cerca de R$ 866,1 milhões, deveu-se, principalmente, à situação diferenciada que ocorre com o empenho de dotações das ações de implantação e modernização de infraestrutura esportiva, em grande parte na ação "Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional Recreativo e de Lazer", cujos pagamentos ocorrem em função do andamento da execução física das operações contratadas. Além disso, outros dois fatores concorrem para essa situação: 1) o elevado número de convênios para desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte educacional e lazer, cuja formalização ocorreu no final do exercício e o impacto financeiro, em função do cronograma estabelecido, deverá ocorrer a partir de 2013; e, 2) o reduzido limite de pagamento disponibilizado pelo Decreto nº 7.680, de 17/02/2012.

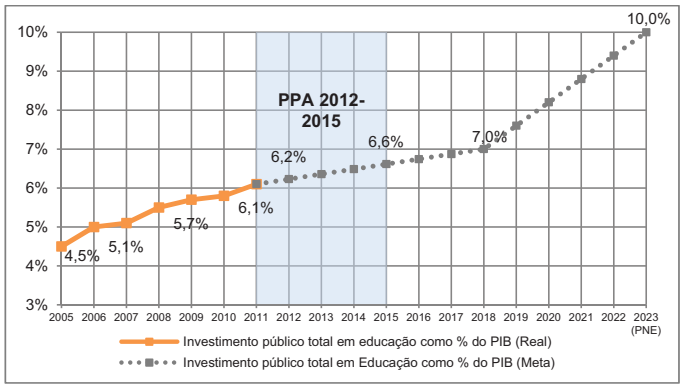
4.9. FUNÇÃO EDUCAÇÃO
4.9.1. Ministério da Educação

O aumento do investimento total em educação como percentual do PIB é uma bandeira da sociedade e um projeto de governo consubstanciado em iniciativas legislativas na busca de fontes adicionais para a educação.

Conforme pode ser verificado no gráfico a seguir, houve uma evolução considerável no investimento público total em educação nas três esferas de governo, de 4,5% em 2005, para 6,1% em 2011, um incremento de 36% no período de 5 anos em que houve importantes modificações na legislação, como a implantação do Fundeb e da queda da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação, que garantiram recursos adicionais às suas fontes de financiamento.

Convém ressaltar que a linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta no PNE irá requerer esforço conjunto entre os entes federados e aporte adicional de fonte de recursos.

INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO NASTRÊS ESFERAS DE GOVERNO (% PIB)

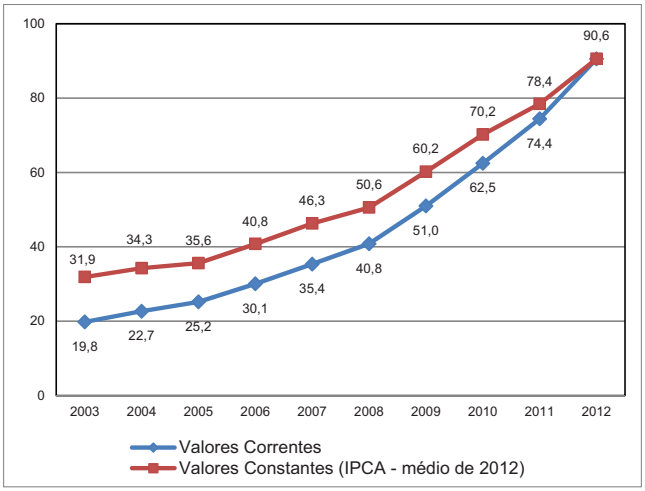


Fonte: STN/MF INEP/MEC - Elaboração: SPO/SE/MEC.
Obs: Os dados de 2012 ainda não estão disponíveis.

Nos últimos anos houve um acentuado crescimento real no orçamento total do MEC, como ilustra o gráfico a seguir. Sobretudo de 2007 a 2012, os recursos praticamente dobraram em termos reais, em grande parte por alterações em dispositivos legais acordadas ente o governo e o Congresso.

Os principais incrementos resultaram de duas medidas: a multiplicação por dez da Complementação da União ao Fundeb, em substituição ao Fundef, programada para incidir progressivamente entre 2007 e 2010; e a eliminação, também progressiva, entre 2008 e 2011, das substanciais perdas que a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e dispositivos antecedentes vinham aplicando, havia dez anos, sobre a receita de impostos federais que é reservada constitucionalmente à educação. Essas duas medidas representaram aproximadamente dois terços do incremento ocorrido nos investimentos federais em educação a partir de 2008.

ORÇAMENTO TOTAL SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO*
(EM R$ BILHÕES)



Fonte: Siafi/STN - Elaboração: SPO/SE/MEC
(*)Execução orçamentária total do órgão superior 26000, e das UOs 73107 e 74902

Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo a estados, Distrito Federal e municípios.

A esses, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas.

Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais.

Pouco mais da metade dos recursos da União é dispendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. A próxima tabela apresenta a evolução orçamentária, entre 2008 e 2012, dos valores liquidados por subfunções apenas da função "Educação". Observa-se que as variações ao longo do tempo acompanham algumas posturas gerenciais adotadas sobre política educacional, como o favorecimento do caráter sistêmico da educação, por exemplo, na introdução e na ampliação do Fundeb, direcionado a toda a Educação Básica, em substituição ao Fundef, restrito ao Ensino Fundamental, o que pode ser constatado pela triplicação do valor da subfunção "Transferências para a Educação Básica" no período.

No PPA 2012-2015, essa tendência foi reforçada com a possibilidade de não individualizar a aplicação direta e indistinta de recursos de uso comum entre diferentes etapas da Educação Básica, que vem a ser o primeiro Programa Temático, permitindo a contabilização dessas despesas numa nova subfunção abrangente para toda a "Educação Básica".

Desse modo, a tabela mostra que "no exercício" de 2012 não existe, na esfera federal, nenhuma dotação e liquidação para as subfunções do ensino fundamental, ensino médio e ensino especial, devido à consolidação na nova subfunção "Educação Básica", criada em 2012.

Função "EDUCAÇÃO"
VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO- 2008 a 2012

R$ milhões

Função "Educação"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	433	1.937	2.591	2.854	3.009	**10.824**
		306 - Alimentação e Nutrição	1.761	2.304	3.751	3.831	4.138	**15.784**
		361 - Ensino Fundamental	939	604	661	548	0	**2.753**
		362 - Ensino Médio	513	294	1.099	910	0	**2.815**
		363 - Ensino Profissional	1.379	1.862	3.026	4.181	5.789	**16.238**
		364 - Ensino Superior	11.057	12.985	15.132	17.836	18.015	**75.024**
		365 - Educação Infantil	18	27	47	339	722	**1.153**
		366 - Educação de Jovens e Adultos	321	328	630	783	630	**2.692**
		367 - Educação Especial	59	49	87	51	0	**246**
		368 - Educação Básica	0	0	0	0	4.900	**4.900**
		847 - Transferências para a Educação Básica	4.503	7.418	10.048	11.271	12.004	**45.242**
		Demais Subfunções	3.626	3.902	5.039	5.581	8.395	**26.543**
	RPNP[2]	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	27	58	57	64	177	**382**
		306 - Alimentação e Nutrição	0	0	0	3	3	**7**
		361 - Ensino Fundamental	495	386	235	407	53	**1.577**
		362 - Ensino Médio	35	143	48	101	104	**431**
		363 - Ensino Profissional	209	403	604	657	991	**2.863**
		364 - Ensino Superior	933	1.080	1.691	2.185	3.689	**9.578**
		365 - Educação Infantil	7	5	19	7	437	**475**
		366 - Educação de Jovens e Adultos	6	6	8	11	12	**42**
		367 - Educação Especial	14	30	37	39	33	**152**
		368 - Educação Básica	0	0	0	0	0	**0**
		847 - Transferências para a Educação Básica	0	26	603	1.462	2.440	**4.530**
		Demais Subfunções	483	603	684	652	1.001	**3.424**
OI		Total Subfunções	0	0	0	0	0	**0**
TOTAL			**26.817**	**34.447**	**46.098**	**53.773**	**66.542**	**227.677**

Fonte: Siafi/STN e Receita Federal / Elaboração: SPO/SE/MEC
1 Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
2 Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios

Além das despesas orçamentárias, a Educação também é destinatária de um apreciável volume de gastos tributários originados de renúncias fiscais para serviços e produtos educacionais. A evolução dos gastos tributários da educação representou um acréscimo da ordem de 10% no quinquênio analisado sobre o orçamento da educação. Em 2012 foram R$ 7,0 bilhões, ou 10,6% a mais sobre o orçamento de R$ 66,5 bilhões da Função Educação no mesmo ano, como está resumido no Quadro a seguir e apresentado com detalhamentos no Anexo II.

FUNÇÃO EDUCAÇÃO - GASTO TRIBUTÁRIO - 2008 a 2012

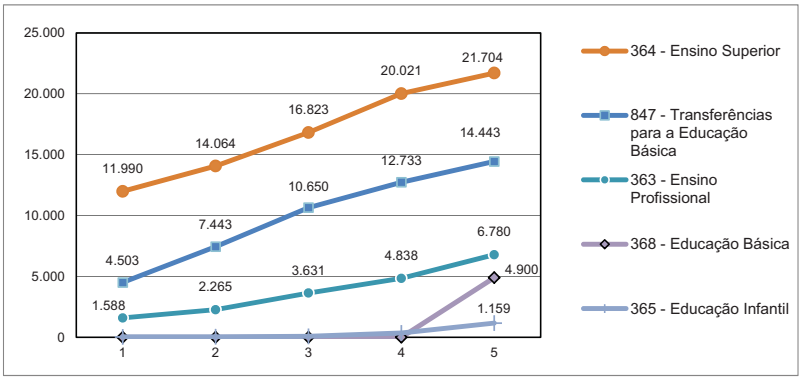
R$ milhões

Função "Educação"	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Gasto Tributário Total	3.510	4.040	5.058	4.973	7.037	**24.618**

Fonte: SRF/MF

O próximo gráfico totaliza os valores liquidados para as cinco subfunções que mais cresceram no período e que, de certa maneira, representam investimentos estratégicos da ação federal na educação. O topo da linha de evolução é ocupado pela subfunção Ensino Superior, seguida de Transferência para a Educação Básica, Ensino Profissional, Educação Básica e Educação Infantil. As cinco subfunções apresentam crescimento vigoroso, pois traduzem respectivamente os investimentos em programas de expansão do ensino superior (Reuni, Expansão da Rede Federal de Educação Superior e outros), o crescimento das transferências de recursos para a Educação Básica de estados e municípios pelo FNDE (Complementação para o Fundeb, PDDE e outros), a expansão do ensino profissional, a apropriação consolidada das despesas diretas comuns na nova subfunção Educação Básica, em 2012 (com a consequente diminuição ou extinção de dotação para as etapas de ensino fundamental, médio e educação especial, esta pela inclusão do público-alvo em classes de ensino regular) e o programa de construção de creches e estabelecimentos para pré-escola na Educação Infantil.

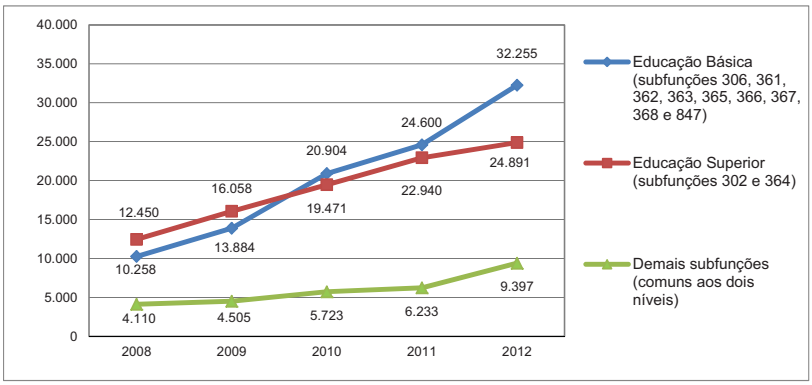
SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO
VALORES LIQUIDADOS (NO EXERCÍCIO + RPNP) – 2008 a 2012
(R$ Milhões)



Fonte: Siafi/STN. Elaboração: SPO/SE/MEC

O gráfico a seguir consolida todas as subfunções diretamente apropriáveis aos dois únicos níveis de ensino, Educação Básica e Educação Superior. As subfunções de uso geral ou comum aos dois níveis estão reunidas num subtotal "Demais subfunções". Nesse caso pode-se observar o grande crescimento (nominal) da execução orçamentária de ambos os níveis nos últimos cinco anos, com destaque maior para o nível de Educação Básica, que triplicou no período, contra o crescimento do nível de Educação Superior, que apenas dobrou de valor e foi ultrapassado pelo primeiro em 2010. A explicação para esse fenômeno tem origem na lei de implantação do Fundeb, que praticamente transformou a complementação da União (compulsoriamente aumentada em dez vezes em relação ao Fundef) numa fonte adicional de financiamento em relação ao mínimo obrigatório de vinculação tributária à educação. Pelo menos 70% do valor da complementação ao Fundeb passou a se constituir numa nova fonte de recurso orçamentário educacional, pois esse percentual foi constitucionalmente proibido de fazer parte do mínimo devido à educação. Sem o Fundeb, as aplicações totais em Educação Básica de 2012, continuariam inferiores ao total da Educação Superior.

VALORES LIQUIDADOS TOTAIS (NO EXERCÍCIO + RPNP)
POR NÍVEL DE ENSINO - 2008 a 2012 (R$ milhões)



Fonte: Siafi/STN. Elaboração: SPO/SE/ME

O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno da Educação Básica muito baixa, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante, que era igual a 10,1 em 2002, se reduzisse para 4,8 (os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período, segundo o INEP). Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.
O quadro a seguir explicita os principais programas do exercício de 2012 na função Educação:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012 - FUNÇÃO EDUCAÇÃO

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**43.651,03**	**51.231,65**	**43.394,94**	**30.707,27**	**30.370,38**	**12.687,67**
2030	Educação Básica	27.444,26	32.021,52	28.690,97	21.342,67	21.201,97	7.348,30
2031	Educação Profissional e Tecnológica	5.040,89	5.905,71	4.454,92	2.629,97	2.566,36	1.824,95
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	11.165,89	13.304,41	10.249,05	6.734,63	6.602,06	3.514,42
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**22.252,20**	**25.132,68**	**23.836,95**	**23.562,52**	**23.522,96**	**274,43**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**2.666,08**	**7.291,91**	**5.214,66**	**3.292,27**	**3.292,27**	**1.922,39**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**2,60**	**180,02**	**128,96**	**40,27**	**40,27**	**88,69**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**68.571,91**	**83.836,25**	**72.575,51**	**57.602,33**	**57.225,88**	**14.973,18**

Fonte: Siafi/STN. Elaboração: SPO/SE/MEC

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos, os quais articulam um conjunto de objetivos afins, permitem uma agregação de iniciativas governamentais mais aderentes à gestão pública e, desse modo, aprimoram a coordenação das ações de governo. No âmbito desse PPA a atuação governamental para a educação dar-se-á mediante o desempenho de três Programas: Educação Básica; Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão; e Educação Profissional e Tecnológica. Os principais atributos desses Programas são: objetivos, metas e iniciativas. Os objetivos, as iniciativas e as metas dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015, no âmbito da Educação, refletem a preocupação de responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais, mediante a universalização de uma educação de qualidade, a partir da democratização do acesso, garantia da permanência, valorização da diversidade, equidade e inclusão em todos os níveis e modalidades de ensino. Os principais resultados estratégicos da atuação governamental para a educação no âmbito dos três Programas Temáticos estão expostos a seguir.

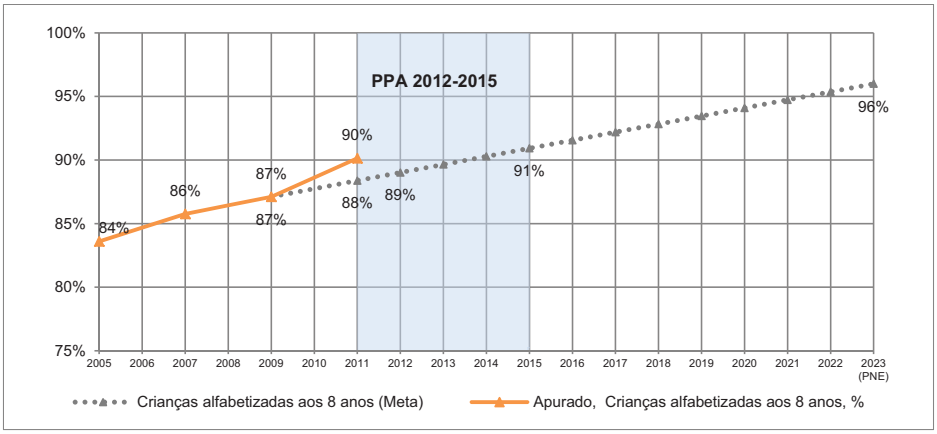
Programa Educação Básica

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, segundo preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os avanços e conquistas alcançados nos últimos anos na educação básica ainda não foram suficientes para a superação de um quadro em que persistem desigualdades educacionais relacionadas a acesso, permanência e efetividade da aprendizagem. Dessa forma, constitui meta do atual governo alcançar um patamar de políticas e investimentos necessários, que além de prover o acesso e a permanência, consolide uma educação básica de qualidade. Nesse sentido, o Ministério da Educação vem implementando diversas ações com o objetivo de enfrentar os principais desafios da educação básica brasileira - conclusão de todas as etapas de ensino na idade adequada e com qualidade na aprendizagem, oportunizando a todos que percorram seus itinerários formativos -, com destaque para o redesenho do ciclo da educação básica que ampliou o ensino fundamental para 9 anos e tornou obrigatória a educação das crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos, abrangendo, portanto, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Destacam-se, ainda, a ampliação do Fundeb para todas as etapas e modalidades desse nível de ensino; o apoio à educação integral; a valorização do magistério, com a formação inicial e continuada de professores e a regulamentação do piso salarial; os programas de alimentação e transporte escolar; a distribuição de livros didáticos e acervo bibliográfico; a oferta de creches e de pré-escolas; e a universalização da alfabetização de jovens e adultos, dentre outras ações.

Um dos principais instrumentos de apoio técnico e financeiro para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios é o Plano de Ações Articuladas (PAR). Os entes federados que aderem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação elaboram um diagnóstico da sua situação educacional, identificando suas fragilidades e planejando ações para superá-las por meio desse instrumento, que também contempla ações voltadas para educação em áreas indígenas, em áreas remanescentes de quilombos e no campo. Ressalta-se a publicação, em 2012, da Lei nº 12.695, que garante transferência direta de recursos financeiros e/ou assistência técnica, oferecendo benefícios inovadores no âmbito da administração pública. Ainda no âmbito da educação básica, a efetividade da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva está refletida no aumento, nos últimos anos, do número de matrículas desses educandos em classes regulares. De acordo com os dados da Pnad 2011, chegou-se ao patamar de 74,2% de pessoas com deficiência matriculadas em classes comuns do ensino regular. Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica, motivo pelo qual, as políticas públicas educacionais vêm sendo ampliadas e fortalecidas, como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. De 2011 a 2012 o crescimento destas matrículas foi de 11,1%. Visando promover a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência, eliminando barreiras e permitindo o acesso a bens e serviços, foi lançado, em 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, com a participação de diversos ministérios, reunindo ações estratégicas em educação, saúde,

cidadania e acessibilidade. Visando alcançar a meta de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental, prevista para o final do PNE, foi lançado, em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Como um dos eixos do Programa ressalta-se a aplicação de avaliação externa universal pelo Inep aos concluintes do 2º e do 3º ano, visando aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO AOS 8 ANOS DE IDADE



Fontes: PNAD/IBGE; INEP/MEC Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC
Obs.: os dados da PNAD 2012 somente estarão disponíveis a partir de set/2013

Segundo os dados coletados na Pnad 2011, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade vem crescendo desde 2005, ano em que atingiu o valor de 83,60%, alcançando em 2011 o valor de 90,14%.

Objetivo – Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na Educação Básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Iniciativa - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações, aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e às especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral.

Considerando as ações de infraestrutura escolar, essas têm o objetivo de ampliar a oferta de vagas e qualificar estruturalmente as redes públicas da educação básica em todas as esferas, abrangendo o público escolar do campo, das áreas indígenas, quilombolas e urbanas. No âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), são desenvolvidas ações de construção, ampliação e reforma de escolas da educação básica, bem como a aquisição de mobiliário e de equipamentos. No exercício de 2012, na esfera municipal, foram aprovadas 375 construções de escolas, sendo 276 para áreas do campo, 27 para as indígenas, 28 para áreas remanescentes de quilombo e 44 em regiões urbanas. Foram investidos, aproximadamente, R$ 132 milhões para o início das obras, atendendo 152 municípios. As ações de ampliação e reforma beneficiaram 4 escolas no campo e 35 escolas em áreas urbanas, atendendo a 5 municípios com investimento total de R$ 6 milhões.

Já no âmbito estadual foram aprovadas 262 construções de escolas, sendo 178 urbanas, 51 indígenas, 32 no campo e um em área quilombola. O investimento para as ações de construção supera R$ 773 milhões, tendo beneficiado 12 estados da federação. Para as ações de ampliação e reforma de escolas em regiões urbanas, foram investidos aproximadamente R$ 60 milhões beneficiando 106 escolas estaduais. Para as ações de construção, foram aplicados cerca de R$ 245 milhões, e, para as ampliações e as reformas, aproximadamente R$ 22 milhões.

Quanto às Emendas Parlamentares, validadas via PAR no ano de 2012, foram firmados Termos de Compromisso com estados e municípios no valor total de R$ 60.104.535,94 para ações de infraestrutura em escolas, sendo: 21 ampliações, 54 construções e 14 reformas; dos quais houve empenho de aproximadamente R$ 34,5 milhões para construção, e de aproximadamente R$10,7 milhões para ampliações e reformas. Salientamos que, na fase final da execução das construções, efetua-se o repasse dos recursos para equipar e mobiliar as escolas, incluindo os itens do conjunto escolar, berços, geladeiras, fogões, bebedouros, entre outros. Para a ação de aquisição de mobiliário e equipamentos, destinada às creches (Padrão ProInfância), foi investido mais de R$ 100 milhões, atendendo cerca de mil escolas de municípios que estão com obra concluída e em execução.

Para atender a educação infantil o Governo Federal implementa o Programa ProInfância, que prevê a construção e a aquisição de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas públicas, por meio de

assistência financeira aos municípios e ao Distrito Federal. Em 2012, encontravam-se em funcionamento 580 escolas, 788 concluídas e 566 em fase de conclusão. O Programa prevê, também, a antecipação de recursos para custeio de novas matrículas nas suas unidades. Em 2012, um total de 223 municípios receberam esses recursos, somando R$ 44 milhões.

A partir de 2011, o ProInfância passou a compor o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e teve suas metas e orçamentos ampliados. Por meio do PAC 2 ao todo já foram aprovadas 3.135 construções de unidades de educação infantil, atendendo 1.761 municípios. O investimento total é de R$3,58 bilhões a ser repassado pelo Governo Federal de acordo com a execução das obras. Neste exercício, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios e para o Distrito Federal, com investimentos de R$1,2 bilhão.

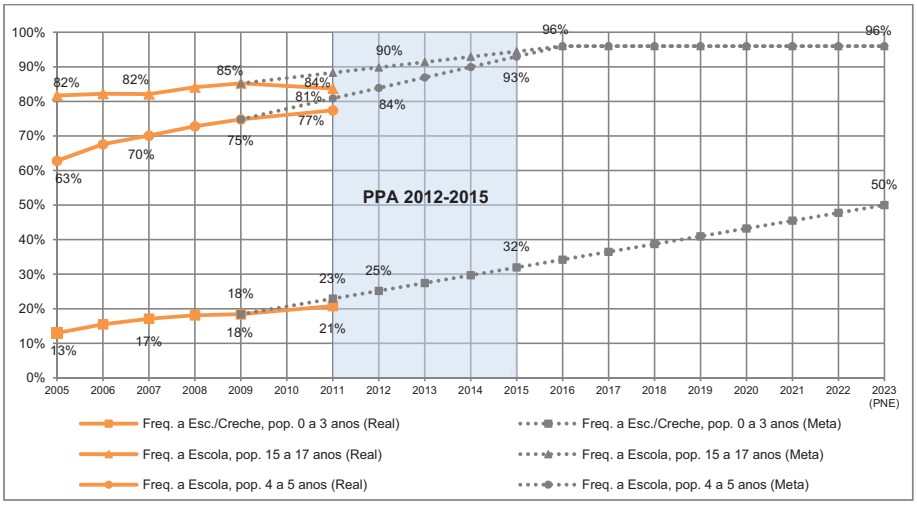
Ainda no âmbito do PAC 2, a ação de construção e coberturas de quadras esportivas escolares oferece apoio técnico e financeiro a estados e municípios. Entre 2011 e 2012, foram selecionados 4.681 projetos para construção e cobertura em 719 municípios, dos quais 3.117 unidades foram aprovadas em 2012, somando investimentos da ordem de R$ 936 milhões nesse ano.
O mobiliário escolar, inserido no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no País, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados 3 tamanhos de conjuntos escolares, além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.
No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, foram adquiridos equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais, com recursos de R$ 146,7 milhões.
Destaca-se, ainda, que 15 mil salas existentes foram atualizadas e 10 mil escolas foram atendidas com recursos financeiros para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Foram investidos R$ 3,4 milhões para aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, destinados a compor kits de atualização das Salas de Recursos Multifuncionais e, aproximadamente, R$ 3,9 milhões para aquisição de 13.500 *softwares* para a comunicação alternativa e aumentativa.

Os dois gráficos a seguir ilustram a evolução de outros indicadores vinculados ao Objetivo do Programa Temático da Educação Básica comentado anteriormente.

O propósito de elevar o atendimento escolar nas etapas da Educação Básica é ilustrado por meio de três indicadores de taxas de frequência no gráfico a seguir.

TAXAS DE FREQUÊNCIA À ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: PNAD/IBGE; INEP/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC
Obs.: Os dados da PNAD 2012 somente estarão disponíveis a partir de set/2013

Há necessidade de continuação e ampliação do esforço conjunto entre os entes federados para elevar a oferta da educação infantil. A previsão ao final proposta no PNE é de que 50% das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos estejam frequentando a creche e que o atendimento à população na faixa etária de 4 e 5 anos atinja a universalização. São metas ambiciosas quando comparamos a atual taxa de frequência escolar nesta faixa etária. No entanto, o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) tem como um dos seus objetivos ampliar a oferta de creches e de pré-escolas para crianças de até cinco anos. A previsão do PAC 2 é de investimento de R$ 7,6 bilhões para contratar a construção de 6 mil creches e pré-escolas até 2014.

O Programa Brasil Carinhoso prevê a transferência de recursos suplementares da União para os munícipios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 48 meses de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R$ 1.362. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb.

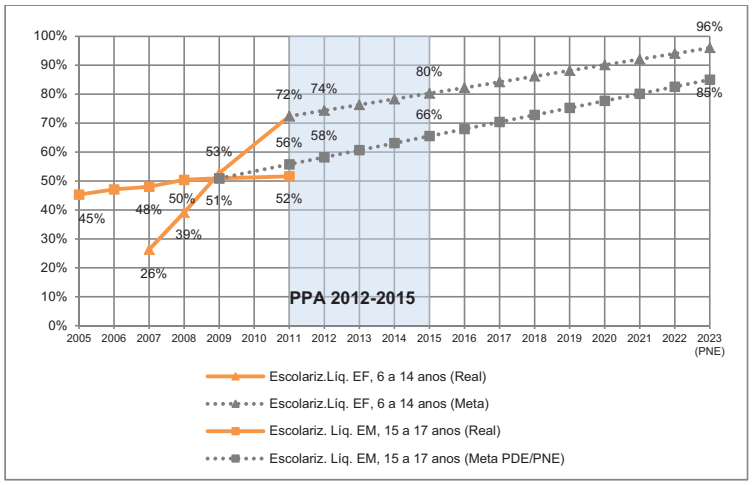
Segundo os dados coletados na Pnad 2011, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente. Em 2001, o índice apurado foi de 81,10%, atingindo em 2011 o valor de 83,7%. O PNE apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a ampliar este percentual. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de desenvolvimento de políticas que aumentem a atratividade na escola para o jovem na faixa etária de 15 a 17 anos – renovação do currículo e profissionalização.

É essencial que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos e consequentemente seus currículos, possibilitando, com isso, que o jovem veja sentido no seu processo formativo. Para que isto ocorra o MEC vem desenvolvendo ações em regime de colaboração com os estados e o Distrito Federal, dentre as quais se destacam: a ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador; a revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos; apoio as ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio; formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública; formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio; elaboração em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retidas no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração.

Espera-se que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), implantando em 2011, contribua para ampliação da qualificação profissional desta faixa etária por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, integrado ao ensino médio.

Com relação ao gráfico a seguir, Taxas de Escolarização Líquida também são indicadores adequados para avaliar o atingimento do primeiro objetivo da Educação Básica sobre atendimento, permanência e conclusão escolar, pois medem o percentual da população matriculada na idade certa em cada etapa, ensino fundamental e ensino médio, conforme se verifica a seguir:

TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA - ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS E ENSINO MÉDIO



Fonte: PNAD/IBGE; INEP/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC
Obs.: Os dados da PNAD 2012 somente estarão disponíveis a partir de set/2013

A evolução real da taxa de escolarização líquida do ensino fundamental de 9 anos, para a faixa etária de 6 a 14 anos, apresenta um crescimento acentuado, entre 2007 e 2011, em razão da introdução progressiva do ciclo de 9 anos no ensino fundamental em substituição ao ciclo de 8 anos, cujo período legal de conversão foi de 2007 a 2010.

Em 2001, a taxa de escolarização líquida no ensino médio era de 36,9% e em 2011, a taxa foi de 51,6%, o que demonstra um significativo aumento. Esse fato reflete o desenvolvimento, desde 2007, de ações diretas e intensivas com as Secretarias dos Estados e Distrito Federal, no sentido de coordenar as políticas nacionais para o ensino médio, a partir de dois desafios: o da universalização e o do alcance da qualidade. Para o regime de colaboração entre a União e os entes federados o MEC vem desenvolvendo ações a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, materializadas no

Plano de Ações Articuladas - PAR, com assistência financeira e técnica. Entre as principais realizações no sentido de alcançar a meta destacam-se: ampliação de programas de apoio e permanência do aluno na escola, como o Programa Nacional do Livro Didático, transporte e alimentação escolar e biblioteca escolar.

Ressalta-se, ainda, a ampliação progressiva do Programa Ensino Médio Inovador e a inclusão do Ensino Médio Noturno no Programa Ensino Médio Inovador com vistas ao fortalecimento da escola no período noturno para aqueles que ainda necessitam estudar neste turno. Além disso, deve-se ampliar e adequar o Pronatec às realidades estaduais na relação demanda/oferta, incluindo escolas técnicas estaduais como parte do processo no sentido de ampliar a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Objetivo Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Iniciativa: Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.

Para a melhoria da gestão e das práticas pedagógicas nas escolas do campo e quilombolas, em 2012, foi lançado o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que visa ampliar o acesso e a qualificação da oferta da educação básica por meio de um conjunto de ações articuladas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. Assim, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, o MEC apoia a formação inicial e continuada de professores, realizadas em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). No âmbito do Pronacampo, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) objetiva dar suporte à implantação de cursos regulares de licenciaturas em educação do campo em parceria com as universidades, que integrem ensino, pesquisa e extensão. Foram disponibilizados, em 2012, R$ 2 milhões, contemplando 2.198 professores em formação.

O Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologias Educacionais (ProInfo Integrado) visa a formação continuada dos professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação; a promoção da inclusão digital dos professores e gestores escolares; e a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, com vistas à melhoria da qualidade da educação básica. Em 2012 foram capacitados 124.115 professores em todo o território nacional, significando um percentual de 78,02% de cursistas concluintes. Os investimentos somaram R$ 9 milhões e foram destinados às universidades envolvidas na capacitação, produção de conteúdo e pesquisa no âmbito do Programa.

Ainda no âmbito da formação de profissionais em educação, sobretudo professores da educação básica, destaca-se o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, que visa contribuir para a inclusão das Mídias Digitais no processo ensino-aprendizagem. Em 2012, foram investidos R$ 5,5 milhões em bolsas de estudo e pesquisa para 14 universidades federais e 2 universidades estaduais, destinados à capacitação de aproximadamente 4 mil cursistas. Já o Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais (Prolind) visa formação superior de professores que atuam no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das escolas indígenas de educação básica, estimulando o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. Em 2012, foram disponibilizados R$ 6,9 milhões para atender a 2.938 professores indígenas.

Com relação à Educação de Jovens e Adultos foram investidos R$ 9,6 milhões para formação de educadores na perspectiva da educação popular, do mundo do trabalho, da economia solidária, do empreendedorismo, da educação digital, das práticas pedagógicas, dos processos avaliativos e da EJA nas instituições prisionais.Destaca-se também, em 2012, a implantação do Sistema Nacional de Formação Continuada (SINAFOR), que integra as diversas iniciativas de oferta de cursos de formação continuada do MEC. Em 2012, mais de 58 mil escolas públicas manifestaram, por meio do PDE-Interativo, suas demandas de formação. Esse modelo permite a compatibilização da oferta de cursos das três esferas de governo, por meio das universidades e dos centros de formação, com a demanda real levantada na ponta do sistema de ensino, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos.

O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas. Em 2012, foram formados 50.318 cursistas e 34.017 estão em formação por meio de 19 universidades.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) é uma iniciativa relevante no que diz respeito à qualidade e à equidade na formação de professores. Ancorada em resultados qualitativos, a demanda pelo Pibid fez crescer os números do Programa, tendo aumentado de 3.088 bolsas aprovadas em 2009 para um total acumulado de 49.818 em 2012. Atualmente, há 195 instituições de educação superior participantes, distribuídas em 390 câmpus, atendendo a 4.160 escolas públicas, muitas das quais já registram melhoria no Ideb. Em 2012, o Programa alcançou 40.092 bolsistas de iniciação à docência; 288 coordenadores institucionais; 2.498 coordenadores de área; 266 coordenadores de

gestão e 6.177 supervisores, totalizando 49.321 bolsas concedidas, com investimentos de R$ 153,7 milhões nesse exercício.

No que se refere ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), esse destina-se exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que não tenham formação superior, atuem em área distinta da sua formação inicial, e sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. Em 2012, foram matriculados 61.006 professores de 371 municípios, com investimentos de R$ 143,6 milhões. O período de 2009 a 2012 totalizou 64.928 professores matriculados. As turmas implantadas envolveram a participação de 13.387 bolsistas nas funções de coordenação e formação.

Concebido com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas em educação, que utilizassem as bases de dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), entre outros, o escopo do Observatório da Educação foi ampliado, incluindo nos grupos de pesquisa alunos de licenciatura e professores de escolas públicas de educação básica. Em 2012 foram apoiados 119 projetos que alcançam 126 instituições de ensino superior e 241 programas de pós-graduação, com a concessão de 1.822 bolsas, sendo 143 de coordenadores, 121 de doutorado, 351 de mestrado, 674 de graduação, 533 para professor de educação básica.

O Programa Novos Talentos apoia atividades extracurriculares inovadoras para professores e alunos da educação básica. No período 2011-2012, 61 instituições de ensino superior (IES) desenvolveram 982 atividades formativas, envolvendo 862 docentes das instituições-sede; 616 alunos de pós-graduação; e 1.759 alunos de graduação/licenciatura, alcançando 1.344 escolas públicas de 324 municípios, 4.983 professores e 34.217 alunos da rede pública de educação básica. Em 2012 foram investidos R$ 5 milhões.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo induzir e fomentar a modalidade Educação a Distância em IES públicas do País, promovendo a expansão e a interiorização de cursos e programas gratuitos e estimulando o emprego de tecnologias inovadoras na educação. Atualmente, o Sistema UAB é integrado por 103 instituições públicas de ensino superior e 645 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Estão em andamento 923 cursos, dos quais 371 de graduação e 552 de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Atualmente são 270 mil matrículas ativas, sendo 52,5% em cursos de licenciatura. De acordo com o Educacenso 2011, mais de 70 mil professores da rede pública da educação básica estão matriculados em cursos do Sistema UAB. O investimento total em 2012 atinge a cifra de R$ 365 milhões.

Iniciativa Consolidação e acompanhamento da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério com o fortalecimento institucional dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente e a proposição de diretrizes para a Política Nacional de Formação para Funcionários de Escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

Com a missão de apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação e para aprofundar o regime de cooperação entre os entes federados, em 2012 o MEC promoveu, entre outras ações, a pactuação e a articulação com gestores e demais profissionais da educação para adoção de estratégias de planejamento e medidas governamentais necessárias ao atingimento das metas previstas no PNE. Nesse sentido, o Ministério vem atuando no apoio e no fortalecimento do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

Tem dialogado, ainda, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a qual faz a representação sindical dos funcionários de escola, com a finalidade de construir proposta de diretrizes para a Política Nacional de Formação para os Funcionários de Escola. Além disso, tem discutido o aperfeiçoamento do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profuncionário). Tais ações empreendidas pelo MEC são fundamentais para aperfeiçoar e fortalecer os mecanismos locais de planejamento da formação, induzir a adoção de medidas sistêmicas de valorização e, portanto, contribuir para a elevação do percentual de professores da educação básica com formação específica e valorização da carreira docente nos sistemas de ensino.

Iniciativa Definir diretrizes para a Política Nacional de Saúde Ocupacional dos Profissionais de Educação e estabelecer ações voltadas para a prevenção e atenção à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os entes federados.

Em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Ministério da Educação, em parceria com grupos de pesquisadores, planeja ações voltadas para identificação dos principais problemas de saúde que influenciam no desempenho educacional e, com base nesse estudo indicar propostas de ações preventivas a serem adotadas pelas redes públicas para evitar o adoecimento e a perda da qualidade no trabalho.

Iniciativa Prestação de assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na estruturação de planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação.

O MEC contribui com os entes federados na estruturação de planos de carreira e remuneração, em apoio ao cumprimento da Lei do Piso. Nesse sentido, vem realizando estudos e pesquisas analíticas sobre os planos de carreira dos profissionais da educação das redes públicas estaduais e municipais, que resultará na elaboração de livro e de manual contendo um plano de carreira referencial e as orientações necessárias para auxiliar os gestores na estruturação de planos de carreira e remuneração dos profissionais das redes públicas municipais, estaduais e do DF. Além disso, o Ministério tem prestado assistência técnica a esses entes assessorando-os na revisão de Planos de Carreira e Remuneração, analisando as possíveis distorções e dando orientações de modo a torná-los viáveis do ponto de vista da sustentação orçamentária e financeira. Para tanto, está em andamento, além de uma proposta de um Plano de Carreira e Remuneração, referência para subsidiar os entes federativos, um estudo sobre financiamento da educação no Brasil, cujo objetivo é a avaliação dos resultados do Fundeb e das transferências

voluntárias da União aos estados e aos municípios que recebem complementação, visando apontar caminhos que possam garantir maior equidade no financiamento e na oferta educacional.

Objetivo Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Iniciativa Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização.

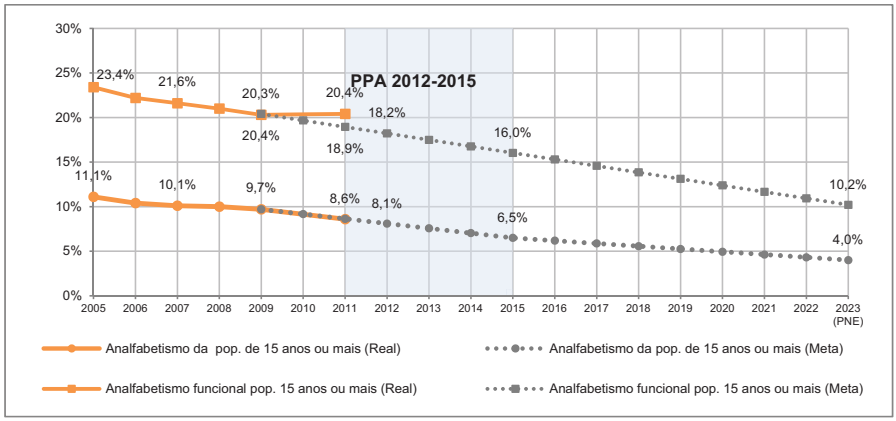
A diversidade regional e as dimensões do Brasil requerem que as ações de alfabetização desenvolvidas apresentem metodologias e práticas pedagógicas diferenciadas. Nesse sentido, o Governo desenvolve o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem como objetivo contribuir para a redução do índice de analfabetismo no País, com vistas a atingir a meta de 6,5% até 2015. A flexibilidade do desenho do Programa favorece a adequação do processo educativo às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelos entes executores. Vale salientar que o público beneficiário do PBA é majoritariamente oriundo da zona do campo.

Conforme dados da PNAD, em 2009, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, era de 9,7 e em 2011, é de 8,6%, ou seja, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Esse resultado demonstra o esforço conjunto dos entes federados na implementação do PBA. Em 2012, o Programa atendeu 1.437.735 alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o País, com investimentos de R$ 758,9 milhões.

Para a implementação do Programa são concedidas bolsas aos alfabetizadores, coordenadores e tradutores/intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras para atuação junto a 1.437.735 alfabetizandos. Em 2012, foram investidos R$ 453,2 milhões. Já para a formação de educadores e aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, foram atendidos 1.285 projetos de apoio aos sistemas de ensino que atendem turmas do Programa Brasil Alfabetizado e da Educação de Jovens e Adultos, com o montante de R$ 305,7 milhões.

Os indicadores apropriados para mensurar a oferta de alfabetização são as taxas de analfabetismo. Conforme podemos verificar no gráfico abaixo, os indicadores de analfabetismo apresentam queda contínua. A taxa de analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda significativa, realizada em cima da trajetória de tendência para as metas parcial e final do PNE. Quanto à taxa de analfabetismo funcional, seu desempenho em 2011 aponta para a importância de acréscimo nos esforços da articulação do Plano Brasil Alfabetizado com Educação de Jovens e Adultos para melhorar a tendência.

TAXAS DE ANALFABETISMO



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPO/SE/MEC
Obs.: os dados da PNAD 2012 somente estarão disponíveis a partir de set/2013

Iniciativa Consolidação das diretrizes curriculares nacionais da educação básica que contemplem a pluralidade, os direitos humanos, as especificidades regionais e locais e a elaboração das expectativas de aprendizagem, que subsidiem os sistemas de ensino na elaboração de suas propostas curriculares.

Como estratégia para o alcance dessa iniciativa, destaca-se a prioridade dada às orientações acerca do trabalho pedagógico na Educação Infantil, de forma a consolidar sua concepção como primeira etapa da educação básica, organizar e sistematizar orientações curriculares para as práticas cotidianas, implementando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Com base na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Foram ainda instituídas as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, orientando os sistemas de ensino para a implementação de projetos políticos pedagógicos e o desenvolvimento de ações que visem superar as situações de violência, de discriminação e de preconceito na escola.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20) foram homologadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental, que orientam a educação básica e superior para a promoção da cultura da sustentabilidade socioambiental, transformando as práticas pedagógicas e de gestão.

O MEC também apoiou a retomada e a continuidade das ações do pacto de cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e a União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME), que demarca a forma de colaboração dos conselhos normativos das três esferas de gestão educacional do País, visando uniformizar as normas educacionais e a consolidação das diretrizes curriculares nacionais da educação básica.

Iniciativa Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

A ação de produção e veiculação de programas, materiais pedagógicos e dos conteúdos multimídia para a educação pública visa fomentar a educação a distância por meio da utilização de materiais multimidiáticos e desenvolver metodologias educacionais inovadoras para o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) nos programas de formação inicial e continuada, nas modalidades a distância e presencial. A produção de conteúdos educativos digitais teve, no exercício de 2012, um significativo aumento em seu quantitativo, com a finalidade estratégica de alcançar todas as Tecnologias de Informação e Comunicação disponibilizadas pelo MEC. Assim, o Ministério fomentou a produção de conteúdos educativos digitais no formato transmídia, ou seja, compatíveis com todas as Tecnologias de Informação e Comunicação constantes do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo. Em 2012, foram investidos recursos da ordem de R$ 29,9 milhões para disponibilizar 9.308 materiais multimídia.

Além disso, tendo como objetivo elevar a qualidade dos ensinos fundamental e médio, o Governo Federal fomenta a realização de olimpíadas. Destaca-se a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro que, em anos pares, promove um concurso de produção de texto em diversos gêneros para alunos das escolas públicas, entre o 5º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Em 2012, realizou-se a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa, com a adesão de 5.092 municípios, com 100.968 professores e mais de 3,5 milhões de alunos participantes.

Também se destaca a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, voltada para os alunos da 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio, com a finalidade de estimular o estudo da matemática entre alunos e professores de todo o País. Em 2012, realizou-se a 8ª edição do evento, que contou com mais de 19 milhões de inscritos, oriundos de 46.728 escolas.

O Prêmio Professores do Brasil consiste na seleção e premiação das melhores experiências pedagógicas desenvolvidas ou em desenvolvimento por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, em todas as etapas da educação básica. A 6ª edição do Prêmio, em 2012, alcançou 2.609 inscrições, número 60% superior a 2011, das quais 80 experiências foram condecoradas.

Iniciativa Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, formado por recursos provenientes dos principais impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, bem como parcela financeira de recursos federais, que atende a toda educação básica, da creche ao ensino médio, inclusive Educação de Jovens e Adultos (EJA). Promove a redistribuição dos recursos vinculados à educação, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões.

Em 2012, o Fundeb, na sua integralidade, beneficiou mais de 42,7 milhões de alunos da educação básica, com um investimento de R$ 106,6, bilhões, sendo R$ 96,2 bilhões originários da contribuição de estados e municípios e R$10,4 bilhões de Complementação da União ao Fundeb, distribuídos aos entes federados nos quais o investimento por aluno é inferior ao mínimo fixado anualmente. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb.

O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os munícipios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 48 meses de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. O total de repasses foi de R$ 131 milhões em 2012, com cerca de 1,9 mil municípios beneficiados. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação

ao valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R$ 1.362,00.

Iniciativa Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos.

Para o alcance dessa iniciativa, várias ações são desenvolvidas pelo Governo Federal, merecendo destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que objetiva, por meio de oferta e de ações universalizadas de educação alimentar e nutricional, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Com seu caráter suplementar à educação, o PNAE atendeu, em 2012, 43,1 milhões de alunos das escolas estaduais e municipais com investimentos de R$ 3,3 bilhões. Além desse atendimento o PNAE também beneficiou 255 mil alunos das escolas federais com recursos da ordem de R$15, 8 milhões.

Destaca-se como importante estratégia para a ampliação da oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do seu atendimento, o lançamento, em 2012, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que ocasionou um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar nessa etapa de ensino, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R$ 0,60 para R$ 1,00 e valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R$ 0,30 para R$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com o objetivo de prover as escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental e médio, bem como aos alunos da educação de jovens e adultos das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, inclusive livros acessíveis em braille e digitais em Libras, destaca-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. A cada ano são adquiridos e distribuídos livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repostos e complementados os livros reutilizáveis para outras etapas. Dessa forma no âmbito do PNLD 2013 para o ensino fundamental houve atendimento aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano com a distribuição de 91,8 milhões de exemplares de livros didáticos e investimento de R$ 751,7 milhões. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, em sala de aula, o Programa adquiriu 17,3 milhões de exemplares nas áreas do conhecimento de Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, no total de com execução orçamentária de R$ 87,5 milhões. No ensino médio, o PNLD 2013 realizou a reposição dos livros de 1º ao 3º ano de Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia, adquirindo 40,9 milhões de exemplares de livros com investimentos de R$ 364,1 milhões. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de exemplares de dicionários da Língua Portuguesa com investimento de R$ 146,4 milhões. Ressalta-se que foram atendidos todos os alunos cuja rede de ensino tenha aderido PNLD.

Para atender o PNLD Alfabetização na Idade Certa, foram adquiridos 429.492 mil acervos, compostos de 10,7 milhões de livros literários, no valor de R$ 41,1 milhões. As obras são destinadas às salas de aula para uso das turmas do 1º ao 3º ano com objetivo de apoiar o processo de alfabetização e incentivar a formação de leitores.

No exercício 2012, o destaque foi a criação do PNLD Campo que atenderá, pela primeira vez, os alunos dos anos iniciais das escolas rurais com obras didáticas, considerando as especificidades do contexto social, cultural, ambiental, político e econômico das escolas do campo. Em 2012, foram investidos R$ 24,8 milhões para a distribuição de 4,5 milhões de livros didáticos.

Visando à ampliação do atendimento aos alunos da educação especial, os livros impressos do ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental adquiridos pelo PNLD são também produzidos no formato acessível MecDaisy. Trata-se de uma ferramenta tecnológica que permite a produção de livros em formato digital acessível e possibilita a geração de livros digitais falados.

Destaca-se, também, o Projeto Livro Acessível que visa apoiar técnica e financeiramente a produção de materiais didáticos acessíveis pelos Centros de Apoio Pedagógico aos alunos com deficiência visual e pelos Núcleos de Apoio Pedagógicos e Produção Braile, vinculados às secretarias de educação. No ano de 2012, foram disponibilizados recursos financeiros no montante de R$ 1,94 milhão. Além disso, foram adquiridos 1.589 notebooks para atender o Projeto.

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), em 2012, os alunos de alfabetização do PBA e da educação de jovens e adultos (EJA) foram beneficiados com a produção e distribuição de 12,9 milhões de livros didáticos, com investimentos de R$ 154,3 milhões. Além disso, em 2012, foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo do PNLD EJA.

Com relação ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), este objetiva prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito de toda educação básica, inclusive EJA, com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática desse nível de ensino. No exercício 2012, o destaque foi a publicação do edital do PNBE Temático, que visa à aquisição de acervos compostos com obras de referência, elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, voltadas para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, contemplando as temáticas: indígena; quilombola; campo, educação de jovens e adultos, direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, educação especial, relações étnico-raciais e juventude.

Por meio do PNBE do Professor são adquiridas obras de referência para ajudar os professores da educação básica regular e da educação de jovens e adultos na preparação dos planos de ensino e na aplicação de atividades em sala de aula com os alunos. As obras foram inscritas e avaliadas em 2012 e a aquisição e distribuição ocorrerá em 2013.

Com o objetivo de auxiliar o trabalho do professor e do gestor escolar, o PNBE Periódicos adquire e distribui revistas pedagógicas que são enviadas às escolas públicas de educação básica durante o ano letivo. Em 2012 foram adquiridos e distribuídos 15,1 milhões de periódicos, com investimento de R$ 53,3 milhões e já contratados para distribuição em 2013, 14,9 milhões de periódicos, com investimento de R$ 57,0 milhões.

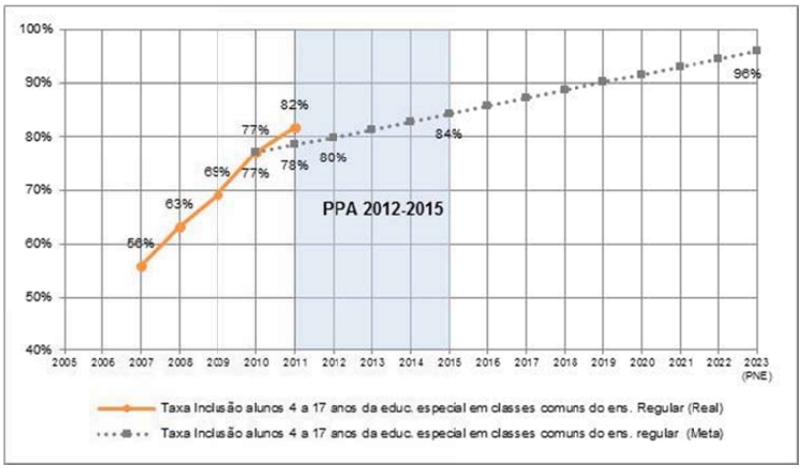
No que se refere ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola tem o objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para estados, municípios e Distrito Federal participarem do Programa: i) com recursos próprios, bastando aderir à Ata de Registro de Preços; ii) via assistência financeira, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR); e iii) por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Em 2012, foram adquiridos 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbano acessível, com investimentos de, aproximadamente, R$2,4 bilhões. Além disso, os entes adquiriram com recursos próprios 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Destaca-se, ainda, que por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Houve, também, a disponibilização do valor de R$ 3.179.323,10 para aquisição de aproximadamente 13 mil bicicletas e capacetes.

O Viver sem Limites congrega um conjunto de ações em desenvolvimento nas diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas algumas ações, dentre as quais Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, que apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial.

O gráfico a seguir mostra que a taxa de inclusão de pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas do público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular está um pouco acima do esperado, superando em 2011 a linha progressiva traçada até a meta final do PNE. Os dados do Censo de 2012 ainda não estão disponíveis, mas o forte crescimento da evolução entre 2007 e 2011 permite inferir que o resultado de 2012 deve superar também a linha de projeção da meta.

TAXA DE INCLUSÃO DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR



Fonte: Censo escolar do INEP/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC
Obs.: Os dados do Censo Escolar 2012 somente estarão disponíveis a partir de julho de 2013

Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56,00% e em 2011 atingiu 81,70%. Os resultados dos percentuais de inclusão escolar estão evoluindo de forma positiva. É fundamental melhorar o acesso das pessoas com deficiência aos direitos básicos, como educação, transporte, mercado de trabalho, qualificação profissional, moradia e saúde. Para elevar a inclusão escolar dos estudantes publico alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. A adoção de políticas como o Plano Viver Sem Limite colabora positivamente para o atingimento deste objetivo.

O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Pretende-se melhorar o acesso destes cidadãos aos direitos básicos, como educação, transporte, mercado de trabalho, qualificação profissional, moradia e saúde. Pode-se destacar a contribuição dos programas Escola Acessível, Transporte Acessível, Salas de Recursos Multifuncionais, BPC na Escola e Fundeb.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) tem o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica, residentes em área rural, que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Desde 2009 o Programa atende os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais. Em 2012, foram beneficiadas 5.114 prefeituras municipais, além de secretarias estaduais de educação, com investimentos da ordem de R$ 590,7 milhões, visando o atendimento de 4.507.241 alunos residentes na zona rural com o transporte escolar.

Visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem como objetivo prover com recursos financeiros, de forma suplementar, as escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais de educação básica, bem como as escolas privadas de educação especial mantidas por entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social, ou de atendimento direto e gratuito ao público. Esses recursos são destinados para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Em 2012, o PDDE atendeu 134.530 escolas da educação básica, com um investimento, incluindo as ações agregadas ao Programa, de R$ 2.038 bilhões. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as atividades complementares nas escolas e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Com relação à ampliação da jornada escolar e da organização curricular na perspectiva da Educação Integral, destaca-se a expansão do Programa Mais Educação em 2012, que tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem mediante a ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, por meio da oferta de educação básica em jornada ampliada. Em 2012, o Mais Educação alcançou uma adesão de 32.074 escolas, que beneficiaram 4,8 milhões de alunos, implicando repasses de R$ 901,7 milhões. Ressalta-se que a meta prevista para 2012, de alcançar a adesão de 30 mil escolas, foi superada.

No que se refere às políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida dos educandos, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), realizado em parceria com o Ministério da Saúde, a partir da perspectiva de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram destinados R$ 5,67 milhões para materiais didáticos e R$ 10,1 milhões para equipamentos e instrumentos clínicos. Foi também ofertado o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola. O valor total do projeto é de R$13,07 milhões.

Com relação à ampliação da integração entre escola e comunidade e das oportunidades de acesso à formação para cidadania e redução de violências no cenário escolar, destaca-se o Programa Escola Aberta (PEA), que incentiva e apoia a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços alternativos para o desenvolvimento de diversas atividades socioeducativas. Em 2012, o PEA atingiu 3.827 escolas em todo o País, com repasse de R$ 46,6 milhões, envolvendo aproximadamente 480 mil participantes, entre estudantes e comunidade.

O Programa Ensino Médio Inovador direciona esforços no sentido de apoiar as secretarias estaduais de educação e do Distrito Federal na busca da universalização do atendimento do ensino médio, através de ações de melhoria da qualidade do ensino médio não profissionalizante. Tem como objetivo principal a reestruturação do currículo escolar, com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Em 2012 o Programa teve adesão de 25 estados e atendeu 2.004 escolas, beneficiando um total de 1,27 milhões de alunos matriculados. Em 2012, houve o repasse de R$ 109,6 milhões no âmbito do Programa, por meio do PDDE.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano), destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, tem como objetivo a elevação da escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias, com exercício da cidadania, na forma de curso. Quanto à população de 18 a 29 anos, a PNAD 2011 registra a taxa de escolaridade média de 9,6 anos de estudos, sendo: de 8,9 anos para a população negra; de 7,8 para a indígena; de 7,3 para os 25% da população mais pobre; de 7,3 anos para a população do campo; de 8,6 anos para a população de menor escolaridade; e de 10,4 anos para a população não negra. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou no ano de 2012, 91.841 matrículas, dos quais 82,83% são negros, 54,89% são da região nordeste e 61, 89% são jovens mulheres. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino, 4.032 educadores, em 309 municípios.

Com relação ao ProJovem Campo, este oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional,

política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo. Em 2012, 9.094 estudantes concluíram o ensino fundamental. Ressalta-se que a elevação da escolaridade está acontecendo associada à qualificação social e profissional para os jovens agricultores do campo. O processo educativo é desenvolvido a partir da integração de saberes, práticas, espaços e tempos, sujeitos, escola e comunidade, escolarização e qualificação social e profissional.

No tocante ao pagamento de auxílio financeiro ao estudante matriculado no Programa, foram investidos mais de R$ 109 milhões; sendo R$ 16,2 milhões para Bolsas Educando ProJovem Campo e R$ 92,9 milhões para Bolsas Educando ProJovem Urbano.

No que se refere à educação indígena, o MEC, em diálogo com representantes dos povos indígenas, desenvolve políticas educacionais voltadas à promoção e à garantia dos direitos culturais, linguísticos e educacionais, em parceria com os sistemas de ensino, universidades públicas e institutos federais. Tais políticas objetivam o acesso, a permanência e o sucesso na aprendizagem no âmbito da educação intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada na educação básica e no ensino superior para os povos indígenas, assegurada sua participação na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas por meio de espaços institucionalizados de consulta e de interlocução, nas esferas da União, nos estados e municípios. Em 2012, foram investidos R$ 44,9 milhões para o magistério intercultural com oferta de 2.877 vagas a professores indígenas em 11 estados, e a formação continuada com oferta de 1.397 vagas a professores e gestores da educação escolar indígena em 13 estados.

No âmbito da educação para as relações étnico-raciais, destaca-se a formulação e implementação de políticas públicas para eliminação das desigualdades, com ênfase para as ações afirmativas, importante mecanismo na construção da igualdade racial. Para tanto, em 2012, foram desenvolvidas ações voltadas ao cumprimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A política de promoção da igualdade racial na educação objetiva desconstruir sentimentos de inferioridade e superioridade entre os diferentes grupos étnicos e promover a igualdade de oportunidades, contribuindo para extinguir desigualdades raciais que geram desigualdades educacionais. Para a realização de formação inicial e continuada de gestores e professores e aquisição de materiais pedagógicos foram investidos R$ 890 mil.

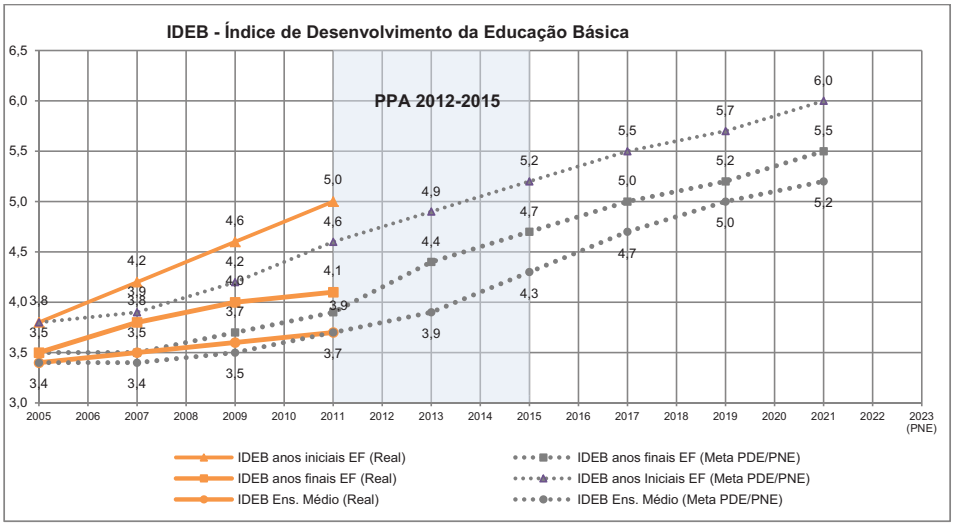
O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. No âmbito do Programa foram investidos R$13,6 milhões para a formação de, aproximadamente, 27 mil gestores e educadores e R$ 4,4 milhões para 61 municípios polo atenderem a formação de gestores e educares nas áreas de educação em direitos humanos, gênero, diversidade sexual, sustentabilidade socioambiental, educação para as relações étnico-raciais, juventude, EJA, educação especial, educação do campo, indígena e quilombola.

Quanto à educação especial, foram investidos R$ 41,5 milhões para atender a formação em Libras, em Braille e a inclusão escolar das pessoas com deficiência, assistidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e R$ 726 mil na capacitação, formação inicial e continuada de gestores e professores.

No que tange à educação ambiental, são adotados processos participativos na gestão e a inclusão da pauta socioambiental no currículo, fomentando a criação de uma cultura de sustentabilidade socioambiental no cotidiano escolar. Suas ações estão fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), cuja implementação é de responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério do Meio Ambiente. Em 2012, destaca-se a IV Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) que contou com investimentos de R$ 6,5 milhões disponibilizados aos estados e o Distrito Federal por meio do PAR. Além disso, foram investidos R$ 69,7 mil, com foco na capacitação e na formação inicial e continuada de gestores e professores.

A consolidação de uma sociedade democrática requer não apenas a garantia do acesso à educação, mas também a realização de um conjunto de práticas educativas que contribuem para o enfrentamento às violências simbólicas, às discriminações, aos preconceitos, à violação da dignidade humana e que sejam capazes de promover uma cultura de direitos humanos. Dessa forma, as ações estruturam-se em torno das temáticas de educação em direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, igualdade de gênero e diversidade sexual, sendo desenvolvidas, sobretudo, por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos para profissionais da educação básica, sistemas de ensino e rede de proteção. Em 2012, foram investidos R$ 1,4 milhão para contemplar as práticas pedagógicas para a eliminação do preconceito e da discriminação no contexto escolar.

Um dos principais instrumentos para medir a qualidade da educação nas escolas estaduais e municipais, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. O indicador é o resultado da combinação de dois outros indicadores: pontuação média dos estudantes em exames padronizados (Prova Brasil e Saeb) ao final do 1º e 2º ciclos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio; e taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino. Observa-se que os indicadores do IDEB estão evoluindo acima das metas traçadas conforme pode ser verificado no gráfico a seguir.



Fonte: INEP/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC

A partir da adesão de todos os municípios ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou aos estados e aos municípios instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação. Houve ainda priorização dos municípios com menor IDEB para transferência de recursos, melhoria na gestão e maior esforço dos entes federados.

Iniciativa Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

Para prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, foram disponibilizados equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica.

Nesse sentido, destaca-se o projeto Educação Digital – Política para Computadores Interativos e Tabletes, que tem como objetivo oferecer instrumentos e formação aos professores e gestores das escolas públicas para o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Em 2012, foram adquiridos 69.195 computadores interativos com recursos do FNDE a serem utilizados pelas escolas públicas, estaduais e municipais. Até dezembro de 2012, 25 estados e o Distrito Federal já tinham aderido e assinado os contratos de fornecimento dos tabletes, totalizando 452 mil equipamentos.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) visa promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Um dos vértices do Programa Proinfo é implantar ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas da rede pública de educação básica do País. A sociedade do conhecimento demanda de cada indivíduo saberes e habilidades relacionados ao domínio da tecnologia, imprescindível para uma inserção social digna. Por esta razão, seguindo a tendência de diversificação das Tecnologias de Informação e Comunicação, o Ministério da Educação, durante o exercício de 2012, atuou no sentido de disponibilizar aos estabelecimentos de ensino, além dos tradicionais laboratórios de informática, outras opções de mídias e de conteúdos digitais para a utilização nos processos de ensino e de aprendizagem. Estrategicamente, as ações executadas pelo Ministério da Educação durante o ano de 2012, no âmbito do Programa Proinfo, visam, portanto, à melhoria da qualidade da educação pública, à promoção da equidade e à ampliação de oportunidades de acesso à tecnologia a alunos e professores da rede pública de ensino. Em 2012, foram entregues um total de 5.509 laboratórios e 9.492 projetores para escolas, totalizando recursos da ordem de R$ 88,1 milhões.

Já o Programa Um Computador por Aluno (Prouca) tem por objetivo promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino, por meio da aquisição de computadores portáteis (laptops) pelos estados, Distrito Federal e municípios, com recurso próprio ou financiamento pelo BNDES. Desde a sua criação já foram adquiridos mais de 495 mil laptops com investimentos de R$ 205,7 milhões. Em 2012, foram investidos R$ 6,8 milhões em bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Programa, bem como aproximadamente 7 mil professores receberam capacitações de 23 universidades federais e 4 estaduais.

Objetivo Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Iniciativa Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade.

Com o objetivo de fortalecer e apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e

das políticas educacionais, destaca-se o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), que contribui para o avanço em relação às metas e aos compromissos do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Nesse sentido, visa oferecer a todos os dirigentes municipais de educação um espaço permanente de formação, troca de experiências, acesso às informações sistematizadas e à legislação pertinente, que ajude a promover a qualidade da educação básica nos sistemas públicos municipais de ensino, focando as diversas dimensões da gestão. Em 2012, o Programa ofertou 1.650 vagas.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, por sua vez, desenvolve ações que visam ao fortalecimento da gestão democrática nas escolas públicas por meio da participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica. A formação continuada de técnicos das secretarias de educação e de conselheiros escolares ocorre por meio de encontros presenciais e cursos a distância. Em 2012, foram capacitados 3.258 técnicos e conselheiros escolares por meio de encontros presenciais de formação e 4.990 técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação por meio do Curso de Extensão a Distância, realizado em parceria com universidades federais.

Já o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), com o objetivo de qualificar a atuação dos conselheiros municipais de educação, desenvolve ações de apoio à formação continuada de conselheiros por meio de encontros presenciais de formação, bem como formação a distância por meio do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação, que está sendo aperfeiçoado. Em 2012, foram capacitados 437 conselheiros por meio do curso a distância.

Vale destacar também o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, que contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram formados nestes cursos 2.299 gestores e 1.310 coordenadores, em 2012.

Iniciativa Fortalecimento do acompanhamento, do monitoramento e de ações que contribuam para o acesso e a permanência na escola, especialmente de estudantes beneficiários de programas de transferência de renda e do benefício de prestação continuada da assistência social.

A implementação do Plano Nacional Brasil sem Miséria, que prevê a inclusão de mais 800 mil famílias e 1,3 milhão de crianças e adolescentes no Programa Bolsa Família (PBF), requer esforços para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos beneficiários, cabendo ao MEC o acompanhamento da frequência escolar de todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, que devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária e dos estudantes entre 16 e 17 anos, os quais devem ter frequência de, no mínimo, 75%, condicionalidades do PBF, no âmbito da educação.

O universo atual de crianças, adolescentes e jovens entre 06 e 17 anos para acompanhamento pelo Sistema Presença é de, aproximadamente, 18 milhões em todo o País, o que corresponde a 34% do total de matrículas na educação básica. Ressalta-se que o Sistema Presença é responsável pelo acompanhamento da frequência escolar, que é umas condicionalidades para receber a renda do programa Bolsa Família. Durante o ano de 2012, o acompanhamento bimestral obteve relevantes índices de registro da frequência escolar, variando de 86% a 88% de estudantes acompanhados, o que significa que aproximadamente 13% não tiveram a frequência informada. Daqueles que tiveram a frequência informada, 97% cumpriram a frequência mínima exigida pelo programa. Para viabilizar o monitoramento bimestral de 17 milhões de estudantes, realizado por meio do Sistema Presença, em parceria com as secretarias de educação e as escolas, foram disponibilizados R$ 9,3 milhões para a aquisição de 5.591 notebooks.

Esse monitoramento tem como objetivo combater a evasão e estimular a progressão escolar, identificando as razões da baixa frequência do educando ou do abandono da escola. Com base nesses dados, o Poder Público define ações para estimular a detectar, em tempo hábil, as razões da baixa frequência ou do abandono escolar.

Ressalta-se também o Programa BPC na Escola, ação interministerial que envolve os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, contando ainda com a parceria dos municípios, estados e o Distrito Federal. Tem por objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, até 18 anos, por meio da articulação de diversas políticas. A intenção é criar condições para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência. O beneficiário deve ter garantida a sua matrícula na escola da sua comunidade. Em 2011, 69% de pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiárias do BPC, estavam matriculadas na escola.

Iniciativa Prestação de assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na definição de critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de diretores de escola, bem como as formas de participação da comunidade escolar na respectiva escolha.

Com a finalidade de alinhar os planos estaduais e municipais de educação ao novo Plano Nacional de Educação (PNE), encontra-se em elaboração documento técnico com orientações para a elaboração dos planos de educação dos entes federados, incentivando que incluam critérios técnicos para a escolha de dirigentes escolares e o exercício democrático da gestão a partir do fortalecimento da participação estudantil e de pais de alunos. Este documento será distribuído aos entes federados em 2013.

Iniciativa Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional.

O Censo Escolar da Educação Básica é um levantamento de dados sobre escolas, turmas, professores e alunos de todas as etapas e modalidades da educação básica, em todo o País, compondo um quadro detalhado que permite aos pesquisadores e aos órgãos de governo verificar a

situação atual e a evolução da educação básica, os resultados das políticas em curso, bem como direcionar a elaboração de novas políticas públicas. Em 2012, foram registradas mais de 50 milhões de matrículas na educação pública e privada – creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, educação profissional, especial e de jovens e adultos, enquanto que no ano anterior, foram 51,5 milhões de matrículas na educação básica. Esta queda no número de matrículas pode ser explicada por dois fatores: a melhora do fluxo escolar com redução da repetência e aumento do rigor técnico na coleta de informações do Censo, o que evita a duplicidade de matrículas. Os resultados da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar demonstraram que 95% dos dados declarados pelas escolas são informações fidedignas e confiáveis da realidade educacional brasileira.

Uma das medidas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa consiste na aplicação, junto aos alunos concluintes do 3º ano, de uma avaliação externa universal visando aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo. Isso possibilitará às redes implementar medidas e políticas corretivas.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem como objetivo avaliar o desempenho de alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. É utilizado também como critério de acesso ao ensino superior em universidades públicas e privadas e a programas governamentais de financiamento estudantil. Em 2012, teve mais de 5 milhões inscritos, dos quais, aproximadamente, 4,1 milhões realizaram as provas. O Exame também foi aplicado para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade e para os adolescentes sob medidas socioeducativas.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é uma avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extraescolar. Em 2012 foram divulgados os resultados do Encceja – 2011 e iniciados os trabalhos de preparação para a realização da edição 2013 a ser aplicado, igualmente, no Japão, na Espanha e nos Estados Unidos, por meio de articulação com o Ministério das Relações Exteriores - MRE. Vale ressaltar que a oferta do Encceja a brasileiros residentes no exterior tem como objetivo apoiar a reinserção dessa parcela da população no sistema educacional e no mercado de trabalho quando de seu regresso ao País.

Com relação ao Sistema de Educação Básica (Saeb)/Prova Brasil, em 2012, foram divulgados os dados de sua aplicação a mais de 5 milhões de estudantes da educação básica, cujos resultados subsidiam a formulação de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que, a partir da combinação dos dados de fluxo escolar, especificamente as taxas de aprovação e os dados de desempenho escolar, possibilita acompanhar a evolução da qualidade da educação ofertada.

Já a Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas, ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado. As escolas de todo o País receberam os kits impressos para a aplicação da Provinha Brasil de Leitura e Matemática - 2012. O kit eletrônico também já está disponível para os gestores.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), que é uma avaliação trienal realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem o objetivo principal de fornecer indicadores internacionalmente comparáveis aos países participantes. Em 2012, teve ênfase em matemática e foi aplicado para cerca de 20 mil estudantes de 856 escolas brasileiras.

Ainda em 2012, foi realizado o pré-teste de perguntas e de questionários para alunos e pais ou responsáveis, professores e diretores de escolas para o Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (TERCE), promovido pelo Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Programa Educação Profissional e Tecnológica

As exigências do atual cenário mundial têm apontado para o reconhecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como fator estratégico para o crescimento socioeconômico local e regional e para o desenvolvimento sustentável do País. Dessa forma, nos últimos anos, o Governo tem investido em ações voltadas à: expansão e reestruturação das redes estaduais e federais no âmbito da educação profissional; intensificação das ações previstas nos acordos de gratuidade do Sistema S; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação; promoção do financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.

O destaque é a criação, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto de cinco iniciativas: expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; bolsa-formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, o Governo Federal ofertará oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014.

Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação Estudante, por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos de, no mínimo, 800 horas e Bolsa-Formação Trabalhador, que oferta cursos de formação inicial e continuada de, no mínimo, 160 horas, para beneficiários do seguro-desemprego, beneficiários do Bolsa-Família, profissionais do turismo e estudantes de ensino médio das redes públicas. Os cursos são oferecidos pelas Redes federal e estadual e pelas unidades de ensino do Sistema S.

A Rede e-TEC amplia a oferta de cursos técnicos na modalidade a distância. Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de

infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas, formação de professores e aquisição de equipamentos. Por meio do Acordo de Gratuidade, Senai e Senac investiram parcela de suas receitas líquidas na oferta gratuita de vagas para estudantes de baixa renda e de trabalhadores em cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que, ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 municípios. Destaca-se, ainda, a participação desses Institutos no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Objetivo Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.

Iniciativa Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.

O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec, com investimento de R$ 81,7 milhões.

Iniciativa Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.

O Governo Federal continua a investir na Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Das 208 novas unidades previstas para entrega até 2014, 76 estão em funcionamento. Em 2012, foram inauguradas 35 unidades em 19 estados que, quando estiverem em pleno funcionamento, terão a capacidade de ofertar cerca de 1.200 matrículas, cada uma. Foram investidos R$ 820,9 milhões na expansão por meio da implantação das novas unidades e na reestruturação das já existentes.

Em 2012, mais de 530 mil brasileiros foram atendidos em 1.433 cursos ofertados pela Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, dentre os quais cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado, especialização e mestrado. Desse total de matrículas, cerca de 350 mil foram desenvolvidas em cursos técnicos. O número de matrículas na Rede Federal, em 2012, é quase cinco vezes maior do que em 2003, quando foi iniciado o processo de expansão. Com o aumento do número de unidades, as matrículas subiram de 113 mil, em 2003, para 533 mil matrículas, em 2012, havendo um crescimento de mais de 400%. Desde 2009, primeiro ano de funcionamento dos Institutos Federais (IFs), o MEC faz o acompanhamento anual da evolução dos indicadores das instituições por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). Em 2009, foram registradas 239 mil matrículas. Nos dois anos seguintes, o número de matrículas apresentou crescimento de mais de 150%, subindo de 432 mil, em 2010, para 602, em 2011. No exercício de 2012, a Rede Federal efetivou 533 mil matrículas, o que indica uma redução em relação a 2011, em função de alteração do calendário acadêmico decorrente da greve que atingiu mais de 70% dos câmpus das Instituições Federais (IFs).

Iniciativa Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.

O fomento ao desenvolvimento de pesquisa aplicada à inovação e à extensão tecnológica busca promover um espaço de criação e expansão da ciência e tecnologia baseado nos princípios ético-político e didático-pedagógico que essas ações conferem. Nesse sentido, foram disponibilizados R$ 44,8 milhões para as diversas instituições da Rede Federal que tiveram projetos aprovados com o objetivo de fortalecer a pesquisa, inovação e extensão. Pela Rede e-Tec, foram investidos R$ 1,06 milhão na produção de material didático destinados aos cursos técnicos. O Brasil Profissionalizado e a Rede e-TEC são iniciativas do Pronatec que também contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-TEC, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Com o Profuncionário, mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica foram beneficiados com a oferta de cursos técnicos também por meio da Rede e-Tec Brasil.

Iniciativa Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica com investimento em obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas, formação de professores e aquisição de equipamentos. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85 mil jovens ingressassem em cursos técnicos, com investimentos de R$ 350,8 milhões. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de

equipamentos e na instalação de 2.641 laboratórios, além da construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas. O Programa também investe na ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.

Iniciativa Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.

O Governo investiu, em 2012, mais de R$ 1,25 bilhão na oferta gratuita de vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada por meio da Bolsa-Formação do Pronatec, nas modalidades Estudante e Trabalhador. No âmbito desta ação, são ofertados cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada. Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos e 541 mil em cursos de formação inicial e continuada. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação de profissional.

Com o Fies-Técnico, a partir de 2013, serão financiados cursos técnicos de nível médio em unidades de ensino privadas e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Com o FIES-Empresa, as empresas de pequeno, médio e grande porte poderão financiar a qualificação de seus funcionários, com juros de 3,4% ao ano e carência de seis (6) meses para pagamento.

No âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), vem sendo desenvolvidas ações que contribuem para a permanência dos estudantes nos cursos das instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, foram aportados R$ 8,2 milhões à assistência estudantil para todas as ações da Rede Federal, incluindo cursos técnicos integrados e subsequentes, formação inicial e continuada e os programas de educação de jovens e adultos articulados com elevação de escolaridades, tais como o Proeja.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 16 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões. O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está em funcionamento desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do Senai e do Senac na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Com essa ação, o Governo Federal garante que parte dos recursos do Sistema S seja aplicado em oferta de qualificação profissional para a parcela da população de baixa renda. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o Senai e 45% para o Senac, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

Iniciativa Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais e habilitação de instituições privadas para fins de expansão da oferta gratuita de cursos de educação profissional e acesso a programa de financiamento estudantil.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino, 72 perfis); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

A utilização do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o Sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no País. Adicionalmente, os dados do Sistec vêm subsidiando o Ministério da Educação na avaliação e no monitoramento da execução das políticas públicas existentes e no planejamento de novas ações. As instituições de ensino privadas e o Sistema S poderão ofertar vagas de cursos técnicos para estudantes e egressos do Ensino Médio por meio do FIES. Para isso, deverão se cadastrar no SISTE e solicitar a sua habilitação ao FIES. As unidades privadas de ensino técnico que solicitarem a habilitação só serão habilitadas se estiverem regulares e se forem consideradas aptas após uma avaliação in loco que será feita pelo MEC, representados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No âmbito do Fies-Técnico, em 2012, foi realizado o processo de habilitação de 359 escolas privadas de educação profissional, do Senai e Senac.

Objetivo Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Iniciativa Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de

Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foram descentralizados R$ 1,4 milhão para dar continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluem a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático para as escolas técnicas vinculadas às universidades. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico.

A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, mais especificamente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desde então, segundo os instrumentos de monitoramento, foram atendidos 3.567 trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. Destes, 134 trabalhadores já receberam a certificação e outros 1.161 foram encaminhados para cursos de qualificação profissional (FIC) e/ou de elevação de escolaridade (Proeja FIC), para que recebam a formação complementar necessária para o recebimento do respectivo certificado. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013. De modo a possibilitar uma ampliação significativa das ações de reconhecimento de saberes, um plano de reestruturação da Rede CERTIFIC está sendo trabalhado conjuntamente entre Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego.

Programa Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

A atuação do Governo Federal, no âmbito da educação superior, se concretiza em dimensões que visam à garantia da qualidade do ensino; à expansão e manutenção das universidades federais; ao desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; à supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. No que se refere à Pós-Graduação, destaca-se o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que tem como pilares a avaliação, o fomento e o acesso à informação científica e tecnológica. O SNPG permite a titulação de mestres e doutores, contribuindo para uma maior oferta de recursos humanos altamente qualificados e, consequentemente, permite alavancar o desenvolvimento nacional no médio e longo prazo.

Objetivo Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da Educação Superior.

Iniciativa Coordenação, realização e disseminação de estudos, pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior.

O Censo da Educação Superior permite que se conheça, pormenorizadamente, a trajetória acadêmica dos alunos e docentes desse nível de ensino, constituindo-se em importante instrumento de obtenção de dados para a realização de estudos e para a gestão das instituições de ensino. Com base nos dados do Censo 2011, o número de matrículas de graduação e de cursos sequenciais em formação específica foi de 6.765.540, mostrando um incremento de 5,6% em relação ao ano anterior. O incremento no número de matrículas significa que uma parcela maior da população está tendo acesso ao ensino superior, em consonância com a meta governamental de ampliar o acesso e a permanência de estudantes nesse nível de ensino. Nas matrículas de graduação, 992.927 estão na modalidade a distância. Observa-se, ainda, que prevalecem as matrículas em cursos de Bacharelado (66,9%), seguidos dos cursos de Licenciatura (20,2%) e Tecnológicos (12,9%) e, nos cursos presenciais, mantém-se a maior participação das matrículas em cursos diurnos (63%). Para as ações realizadas no âmbito do Censo Escolar da Educação Superior foram investidos R$789,2 mil.

Iniciativa Realização de exames provas e avaliações das instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes além de e produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da Educação Superior.

A partir do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e do Censo Escolar, calculam-se os indicadores do ensino superior, destacando-se o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC) de cada uma das instituições de ensino superior brasileiras.

A avaliação da educação superior objetiva assegurar o processo nacional de avaliação dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Em 2012 foram realizadas mais de 4,5 mil visitas *in loco* com vistas à instrução dos processos de concessão de atos de credenciamento e recredenciamento de IES e autorização de cursos. Também foram publicados o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2.136 IES e os Conceitos Preliminares de Cursos (CPC) de 7.576 cursos. Nesta ação, foram aplicados recursos da ordem de, aproximadamente, R$ 87 milhões.

As atividades de avaliação da pós-graduação são pautadas pelas orientações do Plano Nacional de Pós-Graduação que está alinhado ao Plano Nacional de Educação. Dentre as ações estipuladas pelos Planos, pode-se citar o estímulo ao aumento do número de matrículas na pós-graduação e à consolidação e ampliação do número de programas. Nesse sentido, foram avaliadas 688 novas propostas de cursos de pós-graduação e as propostas recomendadas resultantes dessa análise geraram um crescimento de 15% do Sistema Nacional de Pós-Graduação, quando comparado

a 2011. Além disso, com relação à estratégia de redução de desigualdades regionais, algumas ações podem ser destacadas como resultado da política de indução promovida pelo MEC como a tendência de redução das assimetrias regionais em duas frentes: (a) aumento percentual do número de programas de pós-graduação stricto sensu nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ao longo dos últimos 4 anos; e (b) valorização da estratégia de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação stricto sensu fora dos grandes centros de ensino e pesquisa por meio da análise de mérito e aprovação de Projetos de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais - Minter e Dinter, os quais preveem uma forma de parceria entre uma instituição promotora com curso já devidamente reconhecido e consolidado e uma instituição receptora. Em 2012, foram avaliados 95 projetos de Minter/Dinter, dos quais foram aprovados 75.

No sentido de aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da pós-graduação, dentro de uma estratégia mais ampla de melhoria do sistema de avaliação da educação brasileira, foram realizados, em 2012, 59 seminários de acompanhamento dos programas de pós-graduação, envolvendo mais de 3 mil coordenadores, além de reuniões e/ou visitas de acompanhamento a 140 programas que obtiveram nota 3 nas três últimas avaliações trienais. Essas ações visam à interação entre os programas, a discussão de critérios e os esclarecimentos de questões que envolvem o processo de avaliação, assim como orientações individualizadas para o aprimoramento de fatores que impactam na melhoria de qualidade do programa.

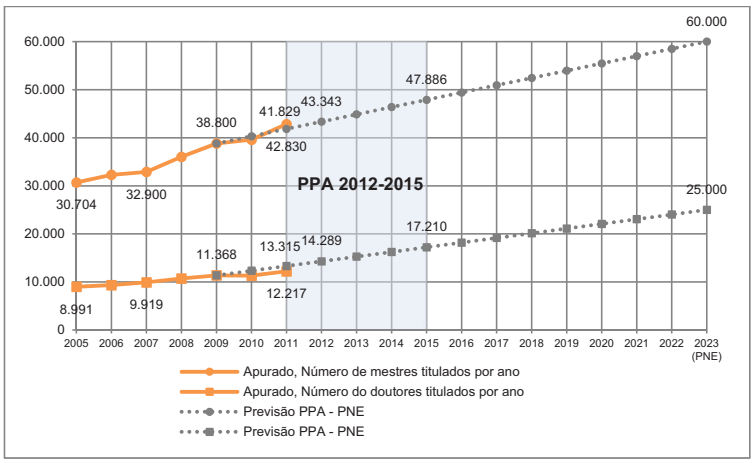
O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Em 2012 foram avaliados 587.351 estudantes concluintes de cursos, de 17 áreas do conhecimento de cursos superiores de tecnologia, tais como ciências sociais aplicadas, ciências humanas e afins. A prova foi aplicada em 1.244 municípios, totalizando14 mil cursos avaliados. O Exame proporciona um diagnóstico da aprendizagem dos alunos de ensino superior, possibilitando intervenções que proporcionam a melhoria da qualidade da educação brasileira.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituições estrangeiras de educação superior (Revalida) é um processo avaliativo padronizado realizado em articulação com o Ministério da Saúde. Em 2012, participaram da fase objetiva 884 candidatos e 94 foram aprovados para a prova de habilidades clínicas. Esta etapa, contou com 85 participantes, dos quais 77 foram aprovados e habilitados a revalidar seus diplomas em universidades parceiras. Contribui para o atingimento dos objetivos estratégicos não apenas do MEC, mas da política governamental brasileira de fortalecer a mobilidade acadêmica no âmbito da educação superior, a exemplo de programas como o Ciência sem Fronteiras.

Objetivo Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

A estratégia do objetivo de apoiar a formação de pessoal qualificado para fortalecer o sistema nacional de educação, é demonstrada no gráfico a seguir, que apresenta a evolução de alguns indicadores. Essa iniciativa contribui para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Os resultados podem ser explicados pelo fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação da Capes/MEC e pelo incentivo ao Mestrado e Doutorado dentro e fora do País. O aumento no volume de recursos investidos e na oferta de bolsas contribuiu positivamente para o alcance dos resultados.

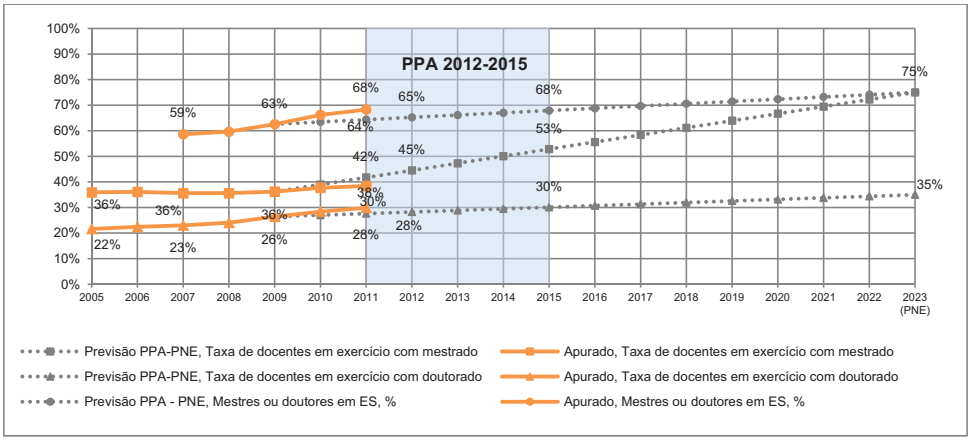
MESTRES E DOUTORES TITULADOS POR ANO



Fonte: CAPES/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC. Obs: Dados de 2012 ainda não disponíveis.

Os indicadores de docentes em exercício com mestrado/doutorado apresentados abaixo também foram impactados pelas políticas de fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação. É importante ressaltar que a quantidade de mestres ou doutores em exercício com mestrado/doutorado evolui 15% entre 2007 e 2011. A quantidade de docentes em exercício com doutorado aumentou 30% no mesmo período.

TAXAS DE DOCENTES EM EXERCÍCIO COM MESTRADO/DOUTORADO



Fonte: INEP/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC. Obs: Dados de 2012 ainda não disponíveis.

Iniciativa Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no País e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida a equidade étnico racial e de gênero.

No que se refere às ações de cooperação internacional, a concessão e a manutenção de bolsas de estudos no exterior objetiva apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Além disso, com o objetivo de fortalecer políticas de qualificação da mão-de-obra que incrementem a produtividade do trabalho e propiciem o aumento da mobilidade de trabalhadores altamente qualificados para setores produtivos, o MEC avançou na expansão do número de bolsas no exterior nas modalidades: graduação sanduíche, doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado e estágio sênior. Em 2012, cerca de 11.500 alunos receberam bolsas para desenvolver suas atividades no exterior, incluindo alunos do programa Ciência sem Fronteiras. Acrescente-se a esse número, a concessão de apoio à participação de 1.402 pesquisadores em eventos científicos no exterior, por meio do Programa de Apoio à Participação em Eventos no Exterior (PAEX).

Ressalta-se que o Programa Ciência sem Fronteiras tem como objetivos: investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

O MEC também apoia a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, ampliando a concessão e manutenção de bolsas de estudo para pós-graduação no País. Em 2012, foram concedidas 45.107 bolsas de mestrado, 28.028 de doutorado, 4.302 de pós-doutorado e 145 para professores visitantes seniores, totalizando 77.582 bolsas concedidas. Convém ressaltar a atenção dispensada às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à redução das assimetrias regionais, pois 24,6 mil bolsas foram destinadas a cursos de pós-graduação localizados nestas regiões, destacando ações como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Em consonância com as diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, foi ampliado o aporte financeiro ao Programa de Excelência Acadêmica (Proex), que investiu cerca de R$ 240 milhões em 216 programas de pós-graduação com nível de excelência e inserção internacional.

O Governo Federal também deu prosseguimento às ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos em áreas consideradas estratégicas para o País. Dentre as mais significativas, destacam-se os programas nas áreas de Nanobiotecnologia, Toxinologia, Parasitologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde e Ciências do Mar. Para estimular o incremento de projetos de pesquisa em áreas estratégicas, foram publicados novos editais em 2012, entre os quais se destacam os lançados em parceria com o Inmetro, Fiocruz e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência – SAE.

Iniciativa Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados.

Para auxiliar a integração dos estudantes, foi lançado em 2012 o programa Inglês sem Fronteiras, motivado pela necessidade de ampliar a demanda de inscritos para participar do Programa Ciência sem Fronteiras em países anglófonos. Entre as iniciativas está a aplicação de 500 mil testes de nivelamento de proficiência em língua inglesa até 2014 e o fortalecimento do ensino de línguas nas universidades. Ao longo do programa, serão desenvolvidas ações relativas ao credenciamento das

instituições de educação superior para aplicação dos testes de proficiência exigidos para o intercâmbio. Em 2012, merece destaque o Programa Pró-Equipamentos Institucional que apoiou 121 projetos de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, visando à recuperação, modernização e suprimento de equipamentos destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e pesquisa, com um investimento de R$ 100,9 milhões. Por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), foram apoiados 1.445 eventos científicos, tecnológicos e culturais, com um investimento de R$ 38,2 milhões.

Com relação ao Acesso à Informação Científica e Tecnológica, em 2012, foram beneficiadas 407 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo e disponibilizadas, por meio do Portal de Periódicos, 33,7 mil periódicos eletrônicos em textos completos, 130 bases referenciais com informações bibliográficas ou de resumos e 11 bases de patentes. Através do Portal de Periódicos também podem ser acessados mais de 153 mil títulos de livros digitais, bases de dados de estatísticas, de normas técnicas e um banco de teses e dissertações. O investimento do Portal de Periódicos, em 2012, foi de R$174,6 milhões. Nesse ano, o Portal registrou aproximadamente 72 milhões de acessos, o que representa cerca de 212 mil acessos diários.

Objetivo Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Iniciativa Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema informatizado para seleção de candidatos às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As inscrições são gratuitas e efetuadas exclusivamente via internet, por meio de processos seletivos semestrais. A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permite que os estudantes concorram a várias instituições públicas de ensino superior do País sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição, ampliando assim suas possibilidades de acesso ao ensino superior. O Sisu proporciona ainda a mobilidade estudantil, oportunizando o deslocamento dos candidatos pelo País, ampliando suas experiências acadêmicas. Na primeira edição de 2012 participaram 95 instituições públicas de ensino superior - 42 universidades federais, 39 institutos federais, 1 instituição federal isolada e 13 instituições estaduais-, as quais ofertaram 108.560 vagas . Na segunda edição, participaram 56 instituições - 21 universidades federais, 27 institutos federais e 8 instituições estaduais-, tendo sido disponibilizadas 30.548 vagas, totalizando 139.108 vagas ofertadas no ano de 2012. Ressalta-se que a segunda edição registra número menor de participantes porque algumas instituições realiza apenas um processo seletivo no ano.

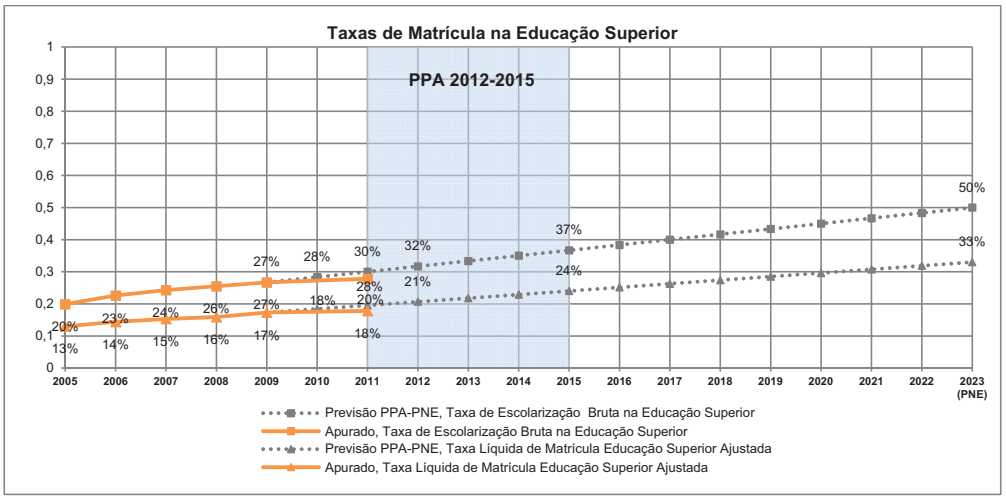
Já o Programa Universidade para Todos (Prouni), tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Desde sua criação, em 2005, já foram atendidos 1.096.359 estudantes pelo Prouni, sendo 67% com bolsas integrais. Do total de estudantes beneficiados até 2012, mais de 269 mil concluíram o curso superior. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284.622 bolsas.

Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência, que se destina aos bolsistas integrais do Prouni matriculados em curso presencial com prazo mínimo de integralização de 6 semestres e carga horária média igual ou superior a 6 horas diárias de aula. Em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente. O valor máximo da Bolsa Permanência é equiparado ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, hoje estipulado em R$ 400,00 mensais.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um dos principais instrumentos do Governo Federal para ampliação de acesso dos jovens à educação superior, ao lado de programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidades Federais (Reuni), contribuindo para diminuição dos índices de desigualdade no País.

Desde 2010, foram implementados diversos aprimoramentos no Programa. Dentre as mudanças, destaca-se a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa os estudantes de baixa renda da apresentação de fiador para contratação do financiamento, e a possibilidade de ressarcimento do financiamento com trabalho para aqueles que optarem por curso de medicina e trabalharem nas áreas de carência destes profissionais ou licenciatura, para aqueles que exercerem sua atividade na rede pública de ensino. Desde a reformulação, cerca de 600 mil estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o FIES, envolvendo investimentos da ordem de R$ 10 bilhões. Em 2012, o Fundo propiciou acesso a mais 370 mil estudantes a cursos de ensino superior em mais de 2,3 mil instituições de ensino cadastradas, com investimentos de R$ 5,5 bilhões. Além disso, 10.559 bolsistas parciais do Prouni firmaram contrato de financiamento pelo Fies. Outro importante instrumento de democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, viabilizando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Em 2012, foram investidos R$ 503,8 milhões para moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, concedendo, aproximadamente, 1,1 milhão de benefícios. A fim de assegurar o acesso com permanência às instituições estaduais públicas e gratuitas

de educação superior foi criado, em 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). Estão contempladas, assim como no PNAES, ações de assistência estudantil, tais como moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Em 2012 foram conveniadas sete instituições estaduais de educação superior, com o investimento de, aproximadamente, R$ 9,6 milhões. Convém destacar que as políticas educacionais voltadas à expansão da oferta da educação superior colaboram positivamente para a evolução dos indicadores referentes a matrículas na educação superior. Conforme podemos ver no gráfico abaixo os indicadores estão demonstrando evolução satisfatória e dentro do esperado.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPO/SE/MEC. Obs.: Dados da PNAD 2012 somente estarão disponíveis a partir de set/2013

Iniciativa Apoio à cooperação internacional das universidades, ampliação da mobilidade acadêmica em âmbito nacional e internacional, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico, a inovação e o enriquecimento da formação de nível superior.

O Programa Ciência sem Fronteiras, instituído em 2011, tem por objetivo propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação em áreas de conhecimento definidas como prioritárias. Em 2012 foram 7.203 bolsas concedidas no âmbito do Programa. Até 2014, o programa possibilitará a 101 mil brasileiros estudarem no exterior com bolsas.

Podem participar todas as instituições de ensino superior brasileiras que possuem cursos nas áreas prioritárias do Programa. Além disso, são elegíveis as instituições que promovem programas de iniciação científica e de iniciação tecnológica com apoio do CNPq, as instituições sede de núcleos de excelência e as participantes dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), assim como os Institutos e Unidades do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI). São elegíveis também as empresas brasileiras de base tecnológica. Em relação às instituições no exterior são elegíveis são aquelas informadas pelos parceiros no exterior, consideradas as melhores Universidades do país de destino, as quais estão dispostas em rankings de classificação de mérito acadêmico-científico nas áreas tecnológicas e de inovação.

Iniciativa Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação das ofertas de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho; otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos; promoção da pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.

Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. O resultado dessas iniciativas já pode ser observado no aumento da oferta de vagas em graduação presencial. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão, com foco voltado para as necessidades e as vocações econômicas de cada região. Nesse sentido destaca-se a criação de 47 novos câmpus até 2014, dos quais 13 já iniciaram suas atividades. Nestes 47 novos câmpus fazem parte os constantes das 4 novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufoba); Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC).

Os Projetos de Lei para a criação destas universidades foram encaminhados ao Congresso Nacional em 2011, e em 2012 foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação das universidades federais supracitadas.

A ação de Funcionamento das Universidades Federais tem o objetivo de prover os recursos necessários ao financiamento de ações de manutenção, funcionamento e infraestrutura física e de equipamentos, bem como fomentar as iniciativas técnico-científicas, culturais e desportivas. Em 2012 foram aplicados R$ 2,04 bilhões nesta ação.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) apoia as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Visando atender a extensão universitária com ênfase na inclusão social, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão, em 2012, com um orçamento total de R$ 70 milhões.

No campo de atuação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), destaca-se a reestruturação e expansão das universidades federais com o propósito de aumentar a oferta de vagas, promover inovações acadêmico-pedagógicas e buscar a elevação da qualidade acadêmica, em consonância com as estratégias governamentais para o desenvolvimento do País. Para tanto, foram investidos, aproximadamente, R$ 1,9 bilhão em 2012. Destaca-se o aumento do número de vagas em graduação presencial: em 2007 eram 139,9 mil vagas e em 2011 231,5 mil vagas. Dentro desse contexto, no ano de 2012, após a criação pela Lei nº 12.677 dos cargos de docentes e técnico-administrativos para atender aos programas de governo e respectivos encargos didáticos, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. O total de docentes e técnicos programados para 2012 tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, expansão de novos câmpus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte e Viver sem Limites, entre outros.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam as necessidades do próprio curso de graduação. No ano de 2012, foram apoiados 840 grupos, beneficiando 840 tutores e 10.080 bolsistas com investimento de R$ 69 milhões.

Iniciativa Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o País.

No exercício de 2012, como política de governo, foi planejada a expansão do ensino médico, que deverá ampliar, nas Universidades Federais, a oferta em 1.615 vagas por meio de 11 cursos existentes e criação de 21 novos cursos.

Na área da educação na saúde, destacam-se os investimentos na formação de especialistas por meio das Residências em Saúde e a implementação, em 2012, de força tarefa para avaliação de 1.284 programas de Residência Médica em todas as regiões do País que apresentavam pendências junto a Comissão Nacional de Residência Médica.

A partir da constituição formal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em 2011, iniciou-se o processo de assunção dos hospitais universitários federais. A EBSERH coordena o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), o qual possui, atualmente, 46 hospitais universitários vinculados a 32 instituições federais de ensino superior. Entre os hospitais da rede, 70% se caracterizam como unidades de grande porte com perfil de alta complexidade onde são realizados, entre outros serviços, 11% dos transplantes do País. Em 2012, a Empresa recebeu a adesão de 16 instituições federais de ensino superior, às quais estão vinculados 26 hospitais universitários federais.

Iniciativa Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino.

A atividade de supervisão das instituições e dos cursos superiores integrantes do sistema federal de ensino tem como principal objetivo zelar pela conformidade entre a oferta da educação superior e a legislação vigente, induzindo a melhoria necessária à garantia da qualidade do ensino e aplicando as penalidades previstas na legislação. Nesse sentido, as ações de supervisão podem ser originadas de denúncias e representações (de alunos, pais, professores, imprensa ou órgãos públicos) relativas a indícios de irregularidades ou deficiências relacionadas à qualidade e à regularidade de cursos e instituições, de acordo com a legislação educacional, e também são deflagradas a partir da divulgação dos resultados das avaliações realizadas pelo Inep. Identificadas situações de resultados insatisfatórios nos indicadores de qualidade de cursos e instituições de educação superior, o MEC adota medidas administrativas cabíveis e necessárias para induzir a melhoria das condições de oferta nessas instituições, visando à proteção da coletividade dos estudantes.

Assim, cabe registrar que, em 2012, foram editados cerca de 10.620 atos regulatórios, entre os quais, 2.662 reconhecimentos e 7.050 renovações de reconhecimento com recursos de R$3,3 milhões. Além disso, foram 61 processos de credenciamento e 245 processos de recredenciamento de instituições de educação superior.

Foram instaurados 426 procedimentos de supervisão com vistas à apuração de denúncias de irregularidades praticadas por instituições e de deficiências na oferta do curso ou por conta de resultados insatisfatórios nas avaliações educacionais.

4.10. FUNÇÃO ENERGIA
4.10.1. Ministério de Minas e Energia

A Função Energia é o reflexo orçamentário para a política energética. A execução de suas ações é essencial para a atividade econômica, uma vez que praticamente todos os setores necessitam de energia, seja a elétrica seja sob a forma de combustíveis. A maioria das funções governamentais, econômicas ou não, depende do bom funcionamento do setor energético. Além de essencial, o setor é intensivo em capital, ou seja, os montantes investidos para sua manutenção e expansão são avaliados em bilhões de reais (energia elétrica) ou dezenas de bilhões de reais (petróleo e gás). Nessa função desenvolvem-se os programas temáticos Combustíveis, Energia Elétrica e Petróleo e Gás, que contemplam todas as ações referentes ao setor energético, seja no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, seja no Orçamento de Investimentos das empresas estatais. No demonstrativo a seguir, apresenta-se a execução orçamentária da função Energia nos últimos cinco anos.

R$ milhões

FUNÇÃO ENERGIA		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
		2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	462	645	551	551	686	2.895
	RPNP	90	72	60	60	63	345
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais		50.945	67.885	80.942	78.059	91.476	369.307
TOTAL		**51.497**	**68.602**	**81.598**	**78.670**	**91.476**	**371.843**

Fonte: Siafi

R$ milhões

SUBFUNÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Total
751 – Conservação de Energia	101	79	109	108	57	454
752 - Energia Elétrica	4.285	5.991	6.067	6.967	6.338	29.648
753 – Combustíveis Minerais	41.487	51.534	62.677	61.084	75.169	291.951
754 – Biocombustíveis	257	203	96	52	24	632
Outras subfunções (atípicas)	5.367	10.794	12.648	10.458	9.887	49.154
TOTAL	**51.497**	**68.602**	**81.598**	**78.670**	**91.476**	**371.843**

Fonte: Siafi

Os dispêndios totais na função energia apresentam-se crescentes no período 2008-2012, apresentando uma pequena queda em 2011, em decorrência de redução nos investimentos do Sistema Petrobras. Contudo, em 2012 os investimentos voltaram a crescer, ficando cerca de R$ 10 bilhões acima do valor executado em 2010.

Programa Energia Elétrica
Geração e Transmissão

Foram desenvolvidas, ao longo de 2012, ações visando assegurar as condições necessárias para dotar o País de uma infraestrutura energética capaz de sustentar as taxas de crescimento do PIB previstas. Para tanto, todos os projetos de geração e transmissão são considerados estratégicos e desde o leilão, ou autorização, são inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o que lhes confere vantagens, do ponto de vista fiscal e de financiamento, além de monitoramento intensivo por parte do Ministério de Minas e Energia.

Em relação à geração de energia elétrica, várias novas usinas entraram em operação, proporcionando um incremento de 3.983 MW de capacidade instalada em 2012, sendo 1.857 MW de fonte hidráulica, 1.670 MW de fonte térmica e 456 MW de fonte eólica.

Dos empreendimentos que entraram em operação em 2012, destacam-se: UHE Santo Antônio, na qual entraram em operação 626,4 dos 3.150,4 MW da Usina, localizada no estado de Rondônia; UHE Estreito, onde entraram em operação mais 407,7 MW dos 1.087 MW previstos para a Usina; UHE Mauá, no Paraná, onde entraram em

operação 357,6 MW dos 363,1 MW totais; UHE Passo São João (77 MW), localizada no estado do Rio Grande do Sul; e UTE Porto de Pecém, localizada no estado do Ceará, onde entraram em operação 360 MW (metade da capacidade total instalada).

O investimento realizado em 2012, no âmbito das obras de geração constantes do PAC, que somam 307 empreendimentos em execução (referência de 31 de dezembro de 2012), foi de cerca de R$ 18,83 bilhões, sendo que das obras concluídas em 2012 – 32 empreendimentos - o valor do investimento realizado foi de R$ 1,61 bilhão, e das que se encontram em construção, no total de 85 usinas, o investimento foi de R$ 14,2 bilhões. O restante refere-se às usinas em fase de licenciamento ambiental de instalação e já outorgadas. Importa registrar que as usinas constantes do PAC representaram 2.580,4 MW de capacidade instalada, do total de 3.983 MW que entraram em operação em 2012.

As linhas de transmissão da Rede Básica (sistema de transporte de energia elétrica de tensão 230 kV ou superior) alcançou, ao final de 2012, a extensão de 106.874 km. Esse crescimento proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de eletricidade entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente da diversidade hidrológica do País. Além disso, foi promovida a melhoria das condições de suprimento energético, com a elevação

da qualidade e da confiabilidade de atendimento à demanda do País, proporcionando assim maior robustez ao Sistema Interligado Nacional – SIN, do qual a Rede Básica faz parte. Em 2012 foram incorporados à Rede Básica um total de 2.779 km de novas linhas (acréscimo cerca de 2% maior que o registrado em 2011) e 16.724 MVA de novos transformadores de alta tensão. A seguir é apresentado o quadro sintético da expansão das linhas de transmissão em 2012.

TENSÃO (kV)	EM OPERAÇÃO até 2011	EXPANSÃO em 2012 (km)	ACRÉSCIMO em 2012 (%)
230	46.244,3	1.879,3	4,1%
345	10.061,8	162,0	1,6%
440	6.680,7	51,8	0,8%
500	35.003,4	686,1	2,0%
600 (CC)	3.224,0	-	0,0%
750	2.683,0	-	0,0%
TOTAL	**103.897,2**	**2.779,2**	**2,7%**

Fonte: Boletim Mensal de Monitoramento – DMSE/SEE – dez/2012

Na Rede Básica foram 42 novas linhas de transmissão em 2012. Entre as linhas de transmissão construídas destacam-se: a LT 500 kV Cuiabá – Ribeirãozinho – Rio Verde, C2, com 606 km no total; a LT Porto Velho - Rio Branco 230 kV, com 487 km; a LT 230 kV Chapadão - Imbirussú, com 295 km; a LT Chapadão - Jataí, com 256 km; e a LT 230 kV Miranda – Encruzo Novo, com 240 km no total. A primeira obra reforçou o sistema de transmissão que escoa a geração excedente das usinas do Mato Grosso e do sistema Acre-Rondônia, que passará a exportar energia a partir da entrada das usinas do complexo do Rio Madeira. A segunda é importante para reforçar o suprimento ao estado do Acre, dotando de maior confiabilidade o sistema atual. Já as LTs de Chapadão para Imbirussú e Jataí têm como principal função a integração de novas usinas térmicas à biomassa localizada no Mato Grosso do Sul e em Goiás. O último destaque é a LT 230 kV Miranda – Encruzo Novo que representou novo ponto de suprimento à região Noroeste do estado do Maranhão.

Em relação às subestações na Rede Básica, em 2012 foram realizadas vinte obras de ampliações e novas instalações. Destacam-se a entrada em operação da SE Araraquara II (3.750 MVA), principal ponto de integração das usinas do Rio Madeira com a região Sudeste, no estado de São Paulo; a SE Camaçari IV (2.400 MVA), que integrará novas usinas térmicas na região da Bahia; e as SEs Jandira e Itatiba (ambas com 800 MVA), localizadas também no estado de São Paulo, que reforçam agora o atendimento de energia ao interior paulista.

A finalização da energização da Linha de Transmissão SE Coletora Porto Velho, em 2012, foi a primeira fase do complexo de obras denominado Integração do Madeira, e permitiu o início da operação das primeiras unidades geradoras da Usina Hidrolétrica (UHE) Santo Antônio (3.150 MW). A conclusão total da Interligação do Madeira (que inclui dois bipolos de corrente contínua, e os respectivos sistemas de conversão e inversão para corrente alternada) será um importante marco da engenharia nacional e do setor elétrico brasileiro, tanto pela sua complexidade técnica quanto pelo atendimento às demandas da sociedade da região. A construção desse empreendimento permitirá o abastecimento seguro da região da capital de Rondônia (historicamente uma região isolada do Sistema Interligado Nacional), a integração das UHEs Santo Antonio e Jirau, reduzirá os custos com a geração térmica local e, principalmente, viabilizará os testes dos geradores e do Bipolo 1 da interligação elétrica das usinas do Madeira. O investimento realizado na expansão da transmissão de energia elétrica em 2012, no âmbito do PAC2 (2001-2014), foi de cerca de R$ 6,69 bilhões, com índice de realização de 87% do previsto no programa. Deste total de realização do PAC2, R$ 3,38 bilhões foram de investimentos públicosa cargo das empresas estatais federais. Os empreendimentos constantes no PAC2, e concluídos em 2012, representam 1.922 km do total de 2.779 km das linhas de transmissão da Rede Básica que entraram em operação em 2012.

Luz para Todos

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural até 2008, o Programa Luz para Todos foi prorrogado para ser encerrado em 2011 para possibilitar o atendimento às novas demandas surgidas durante a execução do Programa. Porém, o Censo do IBGE, de 2010, aponta ainda um contingente sem acesso à eletricidade, majoritariamente localizado nas regiões Norte e Nordeste, motivando a edição de novo decreto instituindo uma nova fase do Luz para Todos, até o ano de 2014.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, operacionalizado pela Eletrobrás e realizado pelas concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais. Até dezembro de 2012 foram executadas 3.022.529 ligações, beneficiando cerca de 14,7 milhões de pessoas do meio rural brasileiro, conforme detalhamento a seguir:

ACUMULADO-ATENDIMENTO		
Região	**Famílias**	**Pessoas**
Norte	610.192	2.945.758
Nordeste	1.498.250	7.310.035
Sudeste	498.082	2.438.130
Sul	212.339	1.051.663
Centro-Oeste	203.666	999.066
TOTAL	**3.022.529**	**14.744.652**

Fonte: LpT/MME

Os contratos assinados entre o Governo Federal e as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em todo o País totalizaram R$ 14,373 bilhões, sendo liberados R$ 11,915 bilhões para a execução das obras.

As obras do Programa Luz para Todos também geram externalidades positivas e incrementam a economia. Estima-se que mais de 7,58 milhões de postes já foram instalados, 1,11 milhão de transformadores, 1,46 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 453 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, tenham sido criados.

Também merece destaque o efeito multiplicador advindo do Programa LPT notadamente ao ensejar aumento das vendas do segmento industrial de eletrodomésticos nas comunidades beneficiadas. O surgimento desse nicho de mercado tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural.

No ano de 2012 o Programa beneficiou aproximadamente 480.524 pessoas com a realização de 120.131 ligações.

No contexto, o Programa atendeu 151% de sua meta inicial de 2 milhões de ligações e 102% da meta estabelecida até 2011 que corresponde a 2,9 milhões de ligações.

Planejamento Energético

No âmbito do objetivo definido no Plano Plurianual (PPA), gestão 2012 a 2015, planejamento ao atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor, no exercício de 2012, destacamos os seguintes resultados:

GERAÇÃO

	Meta	Resultado
Estudos de Inventário	potencial 5.000MW	4126 MW
Estudos de Viabilidade	28 Projetos com 12.000 MW	22 projetos com 1.662

Fonte: Aneel

No tocante ao planejamento da transmissão, durante o ano de 2012, foram realizados os Leilões Aneel nº 02/2012, nº 03/2012, nº 05/2012 e nº 07/2012, que totalizaram 7.736 km de linhas de transmissão e 7.307 MVA de capacidade de transformação, conforme tabela a seguir:

TRANSMISSÃO

LEILÃO	EXTENSÃO (km)	MVA
02/2012	**3.040**	**1.560**
03/2012	**284**	**2.350**
05/2012	**589**	**1.647**
07/2012	**3.823**	**1.750**
TOTAL	**7.736**	**7.307**

Fonte: Aneel

Eficiência Energética

Em 2012, o País economizou mais de 7 bilhões de kwh de energia elétrica por meio de programas de Eficiência Energética, sendo o Selo Procel e o Programa Brasileiro de Etiquetagem os principais responsáveis por este feito.

Em junho, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Os benefícios energéticos desta medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano, equivalendo à expansão de 2.433 MW na oferta, proporcionando uma economia de aproximadamente R$ 6 bilhões em custos com geração, transmissão e distribuição. Em razão disto, as concessionárias de energia elétrica, no âmbito da Lei n° 9.991/2000, tem focado suas ações de eficiência energética na substituição das incandescentes. Somente em 2012 mais de 6 milhões de lâmpadas fluorescentes compactas foram doadas com essa finalidade, sobretudo para consumidores de baixa renda.

Da mesma forma, as ações de Eficiência Energética contidas no PAC-2 permitiram a substituição de mais de 200 mil refrigeradores obsoletos por similares mais eficientes, por meio de programas das concessionárias de energia elétrica, assim como a instalação de cerca de 14 mil Sistemas de Aquecimento Solar de Água.

Na área de Eficiência Energética de Petróleo e Derivados, o Conpet (Programa de Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural) foi responsável por uma economia de mais de 80 milhões de litros de diesel nos programas EconomizAr e TransportAr. Entretanto, nessa área, a grande notícia de 2012 foi a incorporação dos critérios de eficiência energética no novo regime automotivo. Com isso, hoje podemos dizer que mais de 70% dos automóveis vendidos no Brasil possuem etiqueta de eficiência energética, com metas de evolução progressiva de eficiência nos automóveis comercializados no País.

Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

No campo da regulamentação merece destaque, em 2012, a aprovação da metodologia de apuração da Diferença Mensal de Receita (DMR); o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras em virtude da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE); o estabelecimento de novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço no setor elétrico; a definição da estrutura ótima de capital, e o custo de capital considerado nas licitações de transmissão.

No exercício de 2012 foram realizados 51 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (39 concessionárias e 12 permissionárias) e 38 processos de revisão tarifária (28 de concessionárias de distribuição e 10 de transmissoras). Ao lado disso, foram prorrogadas as tarifas de 33 distribuidoras de energia elétrica (sete concessionárias e 26 permissionárias), além da fixação das tarifas de potência de Itaipu Binacional, da definição da receita de venda de Angra I e Angra II e do reajuste da Tarifa Anual de Referência (TAR).

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 1.674, foram realizadas 1.809 fiscalizações no ano.

Programa Petróleo e Gás

A produção de petróleo, em 2012, ficou na média de 2,15 milhões de barris/dia. A produção média de gás natural brasileira, no mesmo ano, totalizou 70,6 milhões de m³/dia, um incremento de 4,63 milhões m³/dia (7,03% maior) em relação à média diária do ano anterior, decorrente do aumento da produção dos campos de Lula, Manati, Marlim Sul e Mexilhão. Somadas às produções de petróleo e de gás natural, esta média representou em 2012 a produção de 2,6 milhões de boe/dia, valores estes praticamente idênticos ao do ano anterior. Na área do Pré-sal, a produção, no mês de novembro, foi de 227,6 mil barris/dia de petróleo e 7,1 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 272,26 mil boe/dia. Esta produção é oriunda de 13 poços, dos quais oito estão entre os 30 maiores produtores no País.

Transportes Especiais

De 2008 a 2012 a Petrobras concluiu importantes projetos de infraestrutura, tanto no que se refere a gasodutos como a Gás Natural Liquefeito (GNL), dando continuidade ao processo de expansão da oferta de gás natural no País. Em 2012 ocorreram investimentos destinados à adequação e manutenção da malha de gasodutos, destacando-se os encerramentos de contratos e desmobilizações.

Além disso, foram efetuadas obras de construção e montagem do Projeto Rota Cabiúnas - Ampliação do TECAB - Terminal de Cabiúnas, e do projeto do Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, que estão dentro do prazo previsto para início de operação.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Petrobras está comprometida na área de pesquisa e desenvolvimento como forma de ampliar a busca por novas fronteiras de produção e alcançar melhorias contínuas em suas operações. A companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras, incluindo os meios de perfuração, completação e produção de poços em águas profundas. Reconhecida como uma das que mais investem em pesquisa e desenvolvimento dentre as grandes companhias de petróleo do mundo, destinando uma parcela considerável de suas receitas em pesquisa e desenvolvimento.

P&D na área de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural:

Os principais resultados em 2012 foram:

- Conclusão de novo modelo de evolução da Margem Continental Atlântica brasileira, que tem por base dados geológicos e geofísicos integrados em ambiente de simulador computacional de última geração. Este modelo permitirá à Petrobras atuar em posição de vanguarda em áreas de fronteira exploratória *offshore* no País, com estimativas realistas dos riscos exploratórios inerentes a cada bacia sedimentar em particular;
- Aplicação de tecnologia de última geração e análises realizadas em simuladores desenvolvidos na Petrobras, que auxiliaram na perfuração do primeiro poço horizontal no Pré-sal. O emprego deste tipo de poço reduzirá os custos de desenvolvimento do Pré-sal, permitindo o aumento da produção utilizando um menor número de poços;
- Início da operação do primeiro sistema submarino de injeção de água do mar da Petrobras, desenvolvido pela Petrobras e Framo Engineering, que atualmente injeta 500 m3/d no Campo de Albacora, e que deve permitir o aumento da produção e da recuperação dos campos maduros da Bacia de Campos.

P&D na área de Abastecimento:

Os principais resultados foram:

- Aumento em 5% da produção de gasolina da Refinaria Gabriel Passos (Regap), pelo uso do novo aditivo iso-zoom, desenvolvido pela Petrobras;
- Redução do consumo de água da Regap em 420 milhões de litros por ano, equivalente ao consumo diário de oito mil pessoas. Foi a primeira aplicação no mundo de água de reuso em sistema de resfriamento de refino tratada em nível terciário por eletrodiálise reversa;
- Implementação da tecnologia SACIOT, desenvolvida pela Petrobras, na Refinaria do Planalto Paulista (Replan), que reduziu em 25% a emissão de material particulado da refinaria para a atmosfera. O SACIOT tem custo 20 vezes inferior à tecnologia convencional e antecipou o atendimento aos limites da resolução Conama 436, obrigatórios a partir de 2022.

P&D na área de Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável: O destaque principal foi a Implantação de controle avançado na unidade de amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia, com tecnologia Petrobras e apoio da UFRJ, que reduziu o consumo de gás natural da unidade em 4,6% e evitará anualmente a emissão de 17 mil toneladas de CO2.

Programa Combustíveis
Refino

O principal foco do objetivo é ampliação e modernização do parque de refino no País, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional. Embora o Brasil tenha alcançado a auto-suficiência líquida na produção de petróleo, o País ainda importa derivados. Dentre estes derivados encontram-se o óleo diesel e o querosene de aviação(QAV), cujos consumos tem forte relação com o desenvolvimento econômico do País.

Para tanto foi adotada a estratégia de produzir e comercializar derivados ao invés de óleo bruto. Neste sentido, o refino tanto pode ser feito em território nacional quanto em outros países. No primeiro caso, a agregação de valor ao produto precisa ser vista, além do ponto de vista econômico, como indutora de desenvolvimento regional e social. Como justificativas para a primeira opção busca-se a implantação de projetos próximos ao mercado a ser atendido, que está se expandindo fortemente e por tratar-se do mercado preferencial. Além do citado, haverá a geração de empregos em toda a cadeia de valor, desde o fornecimento industrial até a prestação de serviços.

No que tange à ampliação da capacidade nacional de refino, estão sendo implantados os seguintes empreendimentos:

a) Refinaria Abreu e Lima (RNEST) em Pernambuco, com capacidade de processamento de 230 mil barris/dia de petróleo pesado, produzirá até 162 mil bpd de diesel com baixíssimo teor de enxofre (atendendo às especificações internacionais), além de produção de GLP, nafta petroquímica, óleo combustível para navios e coque de petróleo, tendo sua entrada em operação prevista para 2014;

b) Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), tendo como primeira fase o trem 1 da refinaria, com capacidade de processamento de 165 mil barris/dia de petróleo pesado. Produzirá GLP, nafta, querosene, diesel, coque e enxofre, para atendimento ao mercado nacional além de fornecer matérias primas para unidades petroquímicas;
c) Refinarias Premium I e II a serem instaladas nos estados do Maranhão e do Ceará, respectivamente. Ambas deverão processar petróleo nacional, tanto os da Bacia de Campos, mais pesados, como aqueles oriundos das reservas do pré-sal. Deverão produzir derivados de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre, agregando mais 900 mil barris/dia à capacidade do parque de refino nacional, além de adicionar valor ao petróleo brasileiro e adequar a qualidade dos produtos aos padrões exigidos nos mercados nacional e internacional.

A crescente demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade adequadas exige a adoção de ações visando garantir o seu atendimento. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das

refinarias existentes de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental e maximizando o uso de matéria prima nacional, representam uma oportunidade de desenvolvimento para o País, decorrendo, assim, deste programa ganhos para a balança comercial brasileira principalmente com a redução da importação. Para avaliar o desempenho, visando medir o alcance do programa para a área de refino, são utilizados indicadores constantes extraídos de uma cesta que mede o desempenho das empresas no segmento com base em critérios técnicos, na forma:

	Unid.	1S11	1S12	Δ (1S11x1S12)
CFP (com C5+ em 2012)	mbpd	1.845	1.915	4%
Produção de GLP	mil m³/dia	21,7	22,9	5%
Produção de Gasolina	mil m³/dia	62,4	69,4	11%
Produção de Diesel	mil m³/dia	116,7	122,6	5%
S10	mil m³/dia	0,0	0,0	-
S50	mil m³/dia	4,9	6,2	25%
S500	mil m³/dia	33,7	50,3	49%
Produção de QAV	mil m³/dia	14,5	14,9	3%

Carga Fresca Processada

O valor alcançado para carga fresca processada no 1° semestre de 2012 foi de 1.915 mbpd, 4% acima da carga processada na primeira metade de 2011 (+71 mbpd), visando suportar o aumento de produção de derivados.
Esta superação ocorre pela maior disponibilidade de refino, principalmente devido à menor ocorrência de paradas programadas em 2012 quando comparado ao ano anterior. Este aumento também se deve à utilização de sobrecapacidade de projetos das unidades, remoção de gargalos do sistema e redução dos dias de cobertura de estoque de petróleo.

Produção de Derivados

- Aumento na produção de GLP, devido a maior utilização das unidades de craqueamento.
- Elevação na produção de gasolina, em função da maior utilização das unidades de craqueamento, partida da Reforma da REVAP em out/2011 e menor ocorrência de paradas programadas no 1º semestre de 2012, quando comparado ao mesmo período de 2011.
- O aumento na produção de diesel, em relação ao 1° semestre de 2011, deve-se a menor ocorrência de paradas e a maior utilização das unidades de destilação e coque em 2012.

Também houve melhora nos sistemas operacionais de logística e refino contribuindo para o aumento na produção de derivados, associada à partida de unidades da carteira de qualidade (HDS[1] de nafta e HDT[2] de diesel) no primeiro semestre de 2012, garantindo o enquadramento de produtos, principalmente os automotivos – diesel e gasolina. Baseando-se nos resultados dos indicadores de desempenho do Objetivo, no comparativo entre o 1º Semestre no ano de 2011 e o 1º Semestre no ano de 2012, demonstra-se que, de um modo geral, as Metas do Objetivo estão sendo alcançadas dentro das tolerâncias esperadas em função do volume e da complexidade dos projetos. Os resultados obtidos pelo Objetivo refletem a política de disciplina de capital e governança corporativa que vêm norteando os investimentos da Petrobras.

Biodiesel

Em 2012 concluíram-se as melhorias operacionais para ampliação da capacidade produtiva da usina de Montes Claros dos atuais 109 milhões de litros/ano para 152,2 milhões de litros/ano de biodiesel. A capacidade total de produção das cinco unidades passou para 764,9 milhões de litros/ano de biodiesel, sendo 478,0 milhões de litros/ano através de usinas próprias, representando um crescimento de 181% em relação à capacidade de 2008 (2,8 vezes a capacidade original).

Gás

Dentre as realizações no ano de 2012 que contribuíram para o desempenho deste objetivo, destacam-se as seguintes:

- Foram concluídas duas esferas de GLP, uma em Belém e outra em São Luis, cada uma com 3.200 m³, que permitem maior capacidade de recebimento de navios, reduzindo riscos operacionais e custos, além de maior confiabilidade do fornecimento para as regiões.
- Foi finalizada a Etapa 1 (GLP pressurizado) do Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento em 1,89 mil m3/dia de GLP.
- Foi finalizada obra do duto OSDUC IV, contribuindo para aumento da capacidade de escoamento para 6,07 mil m³/dia de GLP.

Transporte Marítimo

Lançamento de navios: Navio Zumbi dos Palmares no dia 23 de novembro de 2012, no Estaleiro Atlântico Sul; e Navio Anita Garibaldi no dia 27 de novembro de 2012, no Estaleiro Mauá.

Entrega de Navios: Cerimônia de entrega do navio João Cândido no dia 25 de maio de 2012; Cerimônia de entrega do navio Sérgio Buarque de Holanda no dia 9 de julho de 2012; e Entrega técnica do navio Rômulo Almeida no dia 17 de dezembro de 2012.

[1] HDS – Unidade de Hidrodessulfurização

[2] HDT – Unidade de Hidrotratamento

4.11. FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA
4.11.1. Presidência da República

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A Advocacia-Geral da União (AGU) é órgão que representa, judicial e extrajudicialmente, a União e suas autarquias e fundações, o que inclui os três Poderes e o Ministério Público da União, tendo ainda como competência as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

Em 2012, a AGU executou no programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública do PPA 2012-2015, dentro do objetivo de garantir base jurídica segura na formulação e implementação das Políticas Públicas, por meio da atuação contenciosa, na defesa do Estado Brasileiro e em benefício da sociedade. Merecem destaques diversas atividades relevantes, em especial, a atuação no Supremo Tribunal Federal, com a defesa judicial de políticas públicas, além de outros interesses da União.

A atuação também ocorreu em outras esferas do Poder Judiciário de forma a viabilizar as ações governamentais, em especial o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Copa do Mundo da FIFA 2014, e na cobrança e recuperação dos créditos públicos.

O trabalho realizado, em 2012, pela AGU alcançou números significativos em termos de arrecadação aos cofres públicos, solução de pendências judiciais e de conciliação, combate à corrupção e aos acidentes de trabalho, entre tantas outras atividades institucionais. Quanto à redução da litigiosidade, a AGU desistiu de 1.281 recursos no âmbito do TST.

Durante o exercício de 2012, no âmbito das autarquias e fundações públicas federais foi gerada economia para a União de R$ 5,04 bilhões em vitórias judiciais e R$ 282,2 milhões na celebração de 83.965 acordos, gerando uma economia total para os cofres da União da ordem de R$ 5,32 bilhões.

Por sua vez, no âmbito da União (administração direta) foi economizado o total de R$ 3,35 bilhões, sendo R$ 2,85 de ações contra a União, julgadas totalmente improcedentes e R$ 513 milhões de descontos conseguidos em acordos judiciais em que a União figurava como ré do processo.

Na atividade de cobrança e recuperação dos créditos públicos, destacam-se as seguintes medidas: i) no âmbito das autarquias e fundações, com a centralização da cobrança da dívida ativa, houve a inscrição de 54.607 créditos, no valor de R$ 1,88 bilhão, e ajuizamento de 37.932 execuções fiscais no valor de R$ 1,79 bilhão; ii) arrecadação de R$ 2,0 bilhões em contribuições sociais cobradas na Justiça do Trabalho; iii) centralização da inscrição em dívida e execução de acórdãos do TCU, totalizando R$ 147,4 milhões; iv) ajuizamento de 390 ações regressivas acidentárias, representando o montante de R$ 16,7 milhões; de 226 ações no Dia Nacional de Combate ao Acidente de Trabalho, cobrando R$ 60,4milhões; de 43 ações de improbidade administrativa para ressarcimento de R$ 15,5 milhões e de 1.176 ações de ressarcimento aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com potencial de recuperação de R$ 64,5 milhões; v) encaminhamento a protesto de 7.927 créditos, com pagamento de R$ 9,5 milhões; vi) incidência de Imposto de Renda da pessoa física sobre os juros de mora, exceto quando a verba principal não está sujeita à incidência do tributo ou quando os juros são recebidos na rescisão do contrato de trabalho por haver norma expressa de isenção; vii) possibilidade de apresentação de documentos novos na execução de sentença que reconhece o direito ao crédito-prêmio de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo necessário que tais documentos demonstrem efetivamente a ocorrência da exportação, bem como o ingresso de divisas no País, garantindo-se o contraditório; viii) impossibilidade de abatimento de créditos de Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) apurados pelo regime da não cumulatividade da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); ix) manutenção dos efeitos da medida cautelar fiscal e do arrolamento após a adesão do contribuinte a regime de parcelamento de créditos tributários; viii) possibilidade de incidência do Imposto de Renda da pessoa jurídica e da CSLL sobre a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) decorrente de depósitos judiciais; x) incidência de contribuição previdenciária sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia; xi) necessidade de que o aproveitamento do crédito-prêmio do IPI observe a sequencia legal do Decreto nº 64.833, de 9 de janeiro de 1969, iniciando-se pela compensação na escrita fiscal unicamente com o IPI e, em última hipótese, por meio de recebimento em espécie, o que se daria por meio de precatório; e xii) inclusão do valor relativo ao crédito-prêmio do IPI na base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa jurídica.

No tocante à atividade consultiva, apontam-se as participações na elaboração e análise das seguintes medidas: i) apreciação das questões jurídicas relacionadas à Comissão da Verdade, criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011; ii) parecer que trata de créditos de carbono capturados em terras indígenas; iii) assessoramento jurídico junto ao Comitê Organizador da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); iv) coordenação do Grupo de Trabalho que tratou da uniformização de entendimento, em tese, da aplicação dos critérios para concessão, renovação e cancelamento da certificação das entidades beneficentes de assistência social; v) manifestação em projetos de lei, tais como o que altera o Código de Processo Civil (CPC), o que versa sobre crimes cometidos por organizações criminosas e no regulamento da Lei de Acesso à Informação e vi) Edição de Parecer que analisou a suspensão de Estado-membro por descumprimento de compromisso democrático e a adesão de novo Estado ao Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em relação à movimentação processual da AGU em 2012, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (Sicau), o total geral foi de 5.225.318 processos e o nº de peças produzidas foi de 7.031.632 petições.

Quanto ao volume de recursos nas execuções movidas contra a União, segundo dados do Departamento de Cálculos e Perícias da AGU, do valor executado de R$ 36,7 bilhões foram impugnados 45,5% do montante, correspondentes a R$ 16,7 bilhões, resultando no valor concordado em cerca de R$ 20,0 bilhões. O ano de 2012 foi ainda um período marcado por desafios institucionais. Relevantes medidas foram adotadas para impedir qualquer ato em desacordo com a missão institucional da AGU. Entre as providências, instituiu-se a Comissão de Ética Pública da AGU; regulamentou-se a realização de reuniões, audiências e consultas externas; e estabeleceram-se novas regras para a nomeação em cargos comissionados e em funções de confiança.

FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função 03 Essencial à Justiça		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	092-Representação Judicial e Extrajudicial	19,29	21,37	27,07	28,91	29,88	126,51
		122-Administração Geral	1.696,59	1.900,09	2.022,44	2.054,70	170,83	7.844,63
		126-Tecnologia da Informação	22,58	22,90	52,58	37,31	36,02	171,39
		128-Formação de Recursos Humanos	3,43	2,56	3,37	1,33	1,92	12,60
		301-Atenção básica	3,78	3,88	5,13	6,89	7,33	27,01
		306-Alimentação e Nutrição	13,16	13,10	28,15	27,82	27,49	109,72
		331-Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2,74	2,14	2,07	1,90	1,72	10,56
		365-Educação Infantil	0,80	0,83	0,92	1,03	1,10	4,68
	RPNP	092-Representação Judicial e Extrajudicial	8,91	3,59	3,06	3,26	3,00	21,81
		122-Administração geral	17,75	31,17	17,36	12,57	8,68	87,53
		126-Tecnologia da Informação	0,61	36,74	15,16	9,91	12,06	74,47
		128-Formação de recursos humanos	0,25	0,35	0,97	0,43	0,19	2,19
		301-Atenção Básica	0	0	0	0	0	0
		306-Alimentação e Nutrição	0	0	0	0,02	0	0,02
		331-Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0	0	0	0	0	0
		365-Educação Infantil	0	0	0	0,0003	0	0,0003
TOTAL			**1.789,88**	**2.038,71**	**2.178,27**	**2.186,07**	**300,22**	**8.493,14**

Fonte: Siafi Gerencial em 22/01/2013.

O pagamento de pessoal que até o exercício de 2011 era efetuado na função essencial à justiça, a partir de 2012 passou a ser realizado na função administração.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMA TEMÁTICO		**50,33**	**49,62**	**47,91**	**29,88**	**28,84**	**18,03**
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	26,5	33,8	33,39	29,88	28,84	3,51
2020	Cidadania e Justiça	23,83	15,82	14,52	0	0	14,52
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		**240,96**	**266,26**	**264,88**	**246,41**	**240,89**	**18,47**
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	240,96	266,26	264,88	246,41	240,89	18,47
TOTAL		**291,28**	**315,88**	**312,79**	**276,29**	**269,73**	**36,5**

Fonte: Siafi Gerencial em 22/01/2013.

Os valores referentes ao programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública estão relacionados à execução das ações:

2672 - Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo, que visa uniformizar a jurisprudência administrativa acerca da aplicação da Constituição Federal, das Leis e dos demais atos normativos no âmbito do Poder Executivo e assistir às autoridades competentes no controle interno da legalidade dos seus atos, bem como daqueles oriundos de órgãos ou entidades sob sua coordenação jurídica.

A meta física prevista para essa ação foi de 87.112 documentos produzidos e a meta realizada foi de 61.262 documentos produzidos. A diferença ocorreu devido à normatização interna da Advocacia-Geral da União que limita a produção de documentos que fundamentem a cobrança de débitos inferiores ao limite estipulado resultando em 29,66% a menos que o previsto;

2673 - Correições nos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União e vinculados que tem por finalidade assegurar a regularidade e a eficácia dos serviços prestados pelos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União (AGU) e pelas consultorias jurídicas dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações, vinculadas à AGU. A meta e execução dessa ação foram de 51 correições realizadas;

2674 - Representação Judicial e Extrajudicial da União cuja finalidade é representar a União, judicial e extrajudicialmente, em território nacional e no exterior, em cumprimento ao exposto no caput do art. 131 da Constituição Federal de 1988, nos termos da Lei Complementar nº 73/93 e da Lei nº 10.480, de 02/07/02, que criou a Procuradoria-Geral Federal.

A meta prevista para essa ação foi de 2.465.240 processos judiciais analisados e a realizada foi de 3.056.864, ou seja, 24% além do previsto.

Os valores referentes ao programa Cidadania e Justiça, cujo objetivo é aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário, estão relacionados à ação: 10TN - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU, cuja finalidade é desenvolver sistema de informação para adequar a atuação jurídica dos membros da Advocacia Pública Federal ao Judiciário Eletrônico (e-JUS) munindo-o da tempestividade necessária.

A meta física prevista para essa ação foi a implantação do sistema e-AGU, que teve execução de 30% sem custo direto na ação.

No programa Cidadania e Justiça não houve execução, sendo que em dezembro de 2012 houve um empenho de R$ 14.522.568,84 para ser pago como Restos a Pagar.

4.12. FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL
4.12.1. Ministério do Meio Ambiente

Em 2012, houve avanços consideráveis na consolidação da agenda de desenvolvimento sustentável e meio ambiente no País, com destaque para algumas iniciativas, como: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); a redução histórica do desmatamento na Amazônia Legal; a aprovação do novo Código Florestal brasileiro, a evolução das políticas públicas para a mudança do clima; a avaliação dos projetos de licenciamento ambiental e a expansão das unidades de conservação.

A Rio+20 foi a maior conferência da história das Nações Unidas e a primeira a ser proposta por um País em desenvolvimento, o Brasil. O sucesso da Rio+20 deve ser avaliado por meio de seus impactos nacionais e internacionais; formais e políticos. Os mais de três mil eventos paralelos que tiveram lugar no Rio de Janeiro no período da conferência demonstram o amadurecimento do debate da sustentabilidade entre os mais diversos setores da sociedade. Parte do legado da Conferência refere-se à integração, sob a perspectiva da sustentabilidade, de discussões sobre políticas ambientais, sociais e econômicas, além de ter lançado processos internacionais de negociações importantes, tais como a definição de objetivos de desenvolvimento sustentável e a esperada negociação de um instrumento internacional sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas fora das jurisdições nacionais.

No que tange à política de controle do desmatamento, ressalta-se que, após oito anos de implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) pelo Governo Federal, a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal atingiu o menor índice da história. De acordo com os dados do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes), a taxa do ano de 2012 foi de 4.656 km². Em relação à taxa anual de desmatamento observada em 2004, de 27.772 km², a atual taxa representa uma redução de 83%.

A disponibilidade de dados e o controle dos níveis de desmatamento na Amazônia Legal só são possíveis devido ao constante aprimoramento da metodologia de monitoramento da Amazônia brasileira por satélites, resultando em subsídios importantes para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões pelo poder público, com destaque para o Prodes e para o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), responsáveis, inclusive, pela geração de subsídios para as operações de fiscalização.

O novo Código Florestal brasileiro, instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e alterado pela Lei n° 12.727, de 17 de outubro de 2012, traz disposições legais que buscam conciliar produção florestal, produção agrícola, proteção ambiental e sustentabilidade em um quadro social inclusivo. A nova legislação traz ainda maior segurança jurídica ao proprietário rural e autoriza a instituição de novos instrumentos de apoio e incentivo para impulsionar a recuperação de áreas degradadas e a conservação florestal no País. Dentre esses instrumentos, destacam-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR), os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de imóveis rurais e o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente.

No âmbito das políticas públicas que contemplam a mudança do clima, destacam-se a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima e a redução de cerca de 76% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação ao projetado para 2020. Ainda sobre os GEEs, enfatiza-se que o Governo passou a apoiar a adoção de Planos de Gestão de Carbono para as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, os quais propõem soluções para a mitigação das emissões.

Quanto ao Licenciamento Ambiental Federal (LAF), em 2012 foram colocados em prática os novos instrumentos normativos criados em 2011, com resultados positivos de interlocução com órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Fundação Palmares e a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Além disso, dois marcos regulatórios importantes foram publicados: o Planejamento Estratégico da Exploração de Petróleo e Gás, implantado com a publicação de portaria interministerial que trata da avaliação ambiental de área sedimentar e a Instrução Normativa Ibama que regulamenta a educação ambiental no LAF. Esses avanços foram fundamentais para que o LAF tivesse êxito em seus resultados.

Ao longo de 2012, foi dado continuidade ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Brasil, com foco em regiões prioritárias. Após a conclusão e institucionalização do MacroZEE da Amazônia Legal, iniciou-se o processo de elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado, que agregará a base ambiental ao planejamento do uso e ocupação da região, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais.

Duas novas Unidades de Conservação (UCs) foram criadas, respectivamente nos biomas Caatinga e Mata Atlântica: o Parque Nacional da Furna Feia, com 8.517 ha, no Rio Grande do Norte, e a Reserva Biológica de Bom Jesus, com 34.179 ha, no Paraná, totalizando 312 UCs Federais. Além disso, outras quatro unidades de conservação tiveram suas áreas ampliadas: 1) Parque Nacional do Descobrimento (BA); 2) Parque Nacional dos Campos Amazônicos (AM, RO e MT); 3) Floresta Nacional de Goytacazes (ES); e 4) Floresta Nacional de Araripe-Apodi (CE).

Ressalta-se, ainda, a implementação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, instituído pela Lei nº 12.512/2011 e inserido no âmbito do Plano Brasil sem Miséria. O Bolsa Verde, até 2012, já beneficiou cerca de 34.000 famílias e pretende atingir 73.000 famílias até 2014.

O avanço da gestão ambiental, em 2012, pode ser comprovado por meio dos indicadores apresentados nas tabelas seguintes:

ÁREA DESMATADA (KM²) NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 1988 E 2012

Ano	Área desmatada (km²)	Ano	Área desmatada (km²)
1988	21.050	2001	18.165
1989	17.770	2002	21.651
1990	13.730	2003	25.396
1991	11.030	2004	27.772
1992	13.786	2005	19.014
1993	14.896	2006	14.286
1994	14.896	2007	11.651
1995	29.059	2008	12.911
1996	18.161	2009	7.464
1997	13.227	2010	7.000
1998	17.383	2011	6.418
1999	17.259	2012	4.656
2000	18.226		

Fonte: PRODES/INPE (*)Taxa estimada

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO UCs FEDERAIS

Ano Criação e/ou Ampliação	Área (Km²)	N° de UC criada	N° de UC ampliada
Até 2002	481.976,50	235	12
2003	534,82	3	0
2004	27.938,81	8	3
2005	64.655,48	20	1
2006	111.122,45	22	3
2007	459.77	5	2
2008	57.751,75	7	2
2009	3.688,40	4	0
2010	1.901,84	6	6
2011	00,0	0	0
2012	426,96	2	3
TOTAL	**750.456,79**	**312**	**32**

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 30/12/2012. A área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelo ICMBio no CNUC. O ICMBio está revisando os limites das UCs federais, resultando em maior precisão no desenho das áreas. UCs ampliadas em 2012: Flona Goytacazes (0,074 km²); Flona Araripe (7,07 km²) e Parna do Descobrimento (15,65 km²)

UCs ESTADUAIS

Ano Criação	Área (Km²)	N° de UC criada
Até 2002	387.451,45	452
2003	44.351,83	19
2004	20.832,40	19
2005	33.517,32	24
2006	228.026,13	28
2007	4694,68	15
2008	15.178,39	25
2009	23.479,36	10
2010	4.096,67	26
2011	3.353,68	4
2012	10,88	1
TOTAL	**764.992,89**	**623**

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 30/12/2011. A área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelos órgãos gestores estaduais que finalizaram o processo de cadastramento no CNUC.

UCs MUNICIPAIS

Ano Criação	Área (Km²)	N° de UC criada
Até 2002	2.059,17	76
2003	77,45	6
2004	16,72	3
2005	3.983,38	5
2006	91,66	5
2007	47,52	9
2008	231,45	7
2009	51,18	6
2010	131,19	9
2011	52,61	10
2012	33,83	10
TOTAL	**6.776,15**	**146**

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 30/12/2011. A área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelos órgãos gestores municipais que finalizaram o processo de cadastramento no CNUC.

Aspectos Orçamentários

No exercício de 2012, a função Gestão Ambiental apresentou despesas efetivamente liquidadas no valor R$ 1.832,5 milhões, sendo que R$ 1.679,6 milhões referem-se à liquidação de despesas do exercício e R$ 152,9 milhões, à liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores liquidados na referida função, durante o período de 2008 a 2012, apontam para um crescimento de aproximadamente de 48,80%, demonstrando a crescente preocupação com a questão ambiental ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, conforme demonstram os quadros a seguir.

FUNÇÃO "GESTÃO AMBIENTAL"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Gestão Ambiental"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício [1]	541 – Preservação e Conservação Ambiental	56,1	70,2	107,4	293,7	164,0	691,4
		542 – Controle Ambiental	45,8	58,8	78,0	71,3	95,6	349,5
		543 – Recuperação de Áreas Degradadas	0,9	1,6	3,5	2,0	1,1	9,1
		544 – Recursos Hídricos	82,5	53,7	55,9	145,2	124,0	461,3
		Demais subfunções	985,8	1.064,4	1.234,3	1.383,8	1.294,9	5.963,2
	RPNP [2]	541 – Preservação e Conservação Ambiental	14,2	20,4	17,7	16,1	47,3	115,7
		542 – Controle Ambiental	5,6	5,4	8,7	5,5	18,3	43,5
		543 – Recuperação de Áreas Degradadas	0,9	0,2	1,4	1,9	2,9	7,3
		544 – Recursos Hídricos	17,4	18,8	14,9	16,9	24,8	92,8
		Demais subfunções	22,3	29,7	40,5	39,3	59,6	191,4
OI [3]		Total Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL			**1.231,5**	**1.323,2**	**1.562,3**	**1.975,7**	**1.832,5**	**7.925,2**

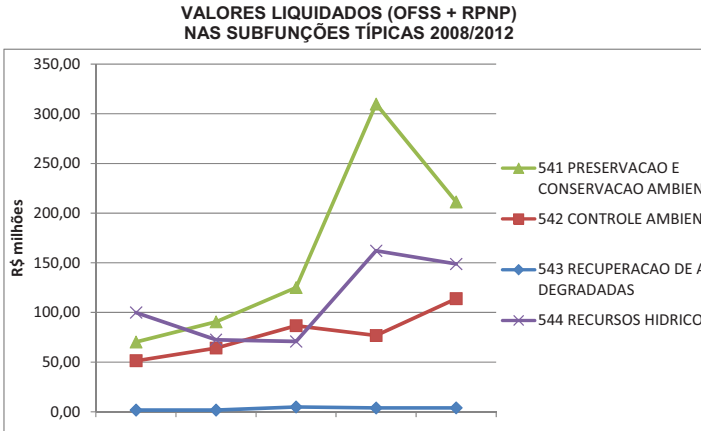
[1]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores.
Fonte: Siafi Gerencial, em 07/01/2013.

ASPECTOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "GESTÃO AMBIENTAL"

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		1.291,4	1.576,7	1.048,3	443	436,5	39,2
2018	Biodiversidade	259,6	302,7	177,9	142,6	141,1	-
2026	Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos	273,4	280,2	220,3	111,2	110,7	39,2
2036	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	155,2	238,4	155,8	139,1	134,7	-
2050	Mudanças Climáticas	405,6	528,9	393,2	12,4	12,4	-
-	Demais Programas Temáticos	197,6	226,5	101,1	37,7	37,6	-
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		1.302,6	1.338,2	1.273,4	1.225,5	1.223,3	2,2
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		42,8	37,4	33,7	25,5	25,5	-
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		1.375,1	1.408,9	342,4	339,1	338,6	-
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**4.011,9**	**4.361,2**	**2.697,8**	**2.033,1**	**2.023,9**	**41,4**

Fonte: Siafi Gerencial, em 07/01/2013

Com relação ao notável crescimento da execução na subfunção 541 – Preservação e Conservação Ambiental, no exercício de 2011, é importante ressaltar que neste exercício foi criada a Unidade Orçamentária 74916 - "Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima" cuja execução foi de R$ 200 milhões. No entanto, no exercício de 2012, apesar da dotação prevista na ação 00J4 - Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima ter sido empenhada, não foi possível a sua liquidação durante aquele exercício, haja vista que o aditivo ao contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foi assinado na segunda quinzena de dezembro, como também, os recursos financeiros só foram liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional dia 28/12/2012. O gráfico a seguir demonstra a evolução:



Outro ponto importante a se destacar é o crescimento da subfunção 544 - Recursos Hídricos a partir de 2011. Esse crescimento deve-se ao fato da publicação da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2011, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. A referida lei determina ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a elaboração, implementação e monitoramento do PNRS, um instrumento da Política, que norteará, a nível nacional, as ações de saneamento. Além disso, por meio de Consórcios Intermunicipais, o MMA deverá fomentar a implementação de aterros sanitários, até 2014, bem como fomentar a implementação da Logística Reversa, definindo diretrizes e instituindo novas normas ou promovendo a integração entre os atores que atuam no setor e implementar um Sistema de Informações Ambientais relativas a gestão integrada de resíduos (SINIR).

Já em relação ao aumento significativo da liquidação de Restos a Pagar não Processados, no exercício de 2012, cabe destacar que os valores inscritos em restos a pagar vêm aumentando ao longo dos anos devido a vários fatores: a) o limite financeiro sempre é inferior ao limite de empenho; e b) a coexistência dos restos a pagar de vários anos anteriores em um mesmo ano, conforme permitido pelos decretos editados pela Presidência da República (Decreto nº 6.708, de 23/12/2008, Decreto nº 7.057, de 29/12/2009 e Decreto nº 7.418, de 31/12/2010). Por fim, o referido crescimento se deve ao volume de valores inscrito em restos a pagar em 2012, o qual cresceu quase que 200% em relação aos de 2011, considerando que a liquidação dos restos a pagar em 2011 e 2012 manteve-se em 76% dos valores inscritos.

No que tange aos aspectos da execução orçamentária dos principais programas do MMA, destaca-se que a dotação orçamentária alocada ao Programa Biodiversidade proporcionou, ao longo de 2012, avanços significativos na busca da transversalidade da biodiversidade junto aos diferentes setores do Governo Federal. Nesse sentido, destacam-se os recursos financeiros do MMA aplicados no Programa com a finalidade de apoiar o Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade (Sisbiota), particularmente no que diz respeito à contribuição para a condução de pesquisas sobre biodiversidade, com vistas ao fornecimento de informações sobre o estado de conservação da biodiversidade brasileira. O Sisbiota é uma iniciativa conjunta entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Meio Ambiente, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de 18 fundações de amparo à pesquisa estaduais: Fapeam, Fapema, Fapepi, Fapergs, Fapes, Fapesb, Fapespa, Fapitec, Fundect, Fapemig, Facepe, Fapemat, Fapeg, Fapesc, FAPDF, Fapern, Fundação Araucária e fapesp.

Em relação ao Objetivo ligado à atualização do marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) do PPA 2012-2015, ocorreram avanços importantes na atualização de marcos regulatórios essenciais à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos seus componentes, bem como no que se refere à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos, caso do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, das Metas de Aichi de Biodiversidade e do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização.

No que se refere ao Objetivo "Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados" no Plano Plurianual, o aperfeiçoamento dos procedimentos internos referentes à tramitação de processos de análise de pedidos para autorização de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, associado pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), culminou em expressivo ganho de escala na pactuação em prol da repartição de benefícios decorrentes desse acesso. Assim, em 2012, visando dar objetividade e agilidade aos processos, foram firmados 30 Curbs, além da publicação de duas Normas (Resolução do CGEN nº 37 e nº 39).

O Objetivo "Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção", por sua vez, logrou avanços bastante significativos, com ênfase para os trabalhos realizados pelo MMA, em articulação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, relativos à definição das espécies da flora e da fauna brasileiras ameaçadas de extinção. Ademais, o MMA contribuiu para

a realização de estudos e identificação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, tanto terrestres quanto costeira e marinha, incluindo áreas de importância biológica e ecológica, bem como áreas prioritárias na Bacia do Rio Tapajós considerando o impacto das hidrelétricas.

Já os trabalhos desenvolvidos em relação ao Objetivo "Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas" permitiram a condução de estudos que visam ao aperfeiçoamento e à modernização dos instrumentos de biossegurança, tanto no que tange às espécies exóticas invasoras quanto aos organismos geneticamente modificados. As espécies exóticas invasoras, por exemplo, são consideradas atualmente a segunda maior causa de perda de biodiversidade, com elevados custos para a sociedade brasileira, tanto ambientais quanto sociais e econômicos. Nesse contexto, avançados estudos estão sendo conduzidos para o desenvolvimento de mecanismos mais seguros que possam contribuir decisivamente para a prevenção de novas introduções, monitoramento da presença de espécies nocivas ou que possam contaminar componentes da biodiversidade nativa, bem como que permitam uma melhor avaliação, manejo e controle no uso da biodiversidade e no próprio equilíbrio dos ecossistemas.

O Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios alocou dotação orçamentária em ações relacionadas às seguintes atividades: i) fortalecimento e aprimoramento da fiscalização ambiental; ii) fiscalização de atividades de desmatamento; iii) prevenção e combate à incêndios florestais e controle de queimadas; iv) monitoramento e controle do desmatamento e dos incêndios florestais; v) estruturação dos órgãos do Sisnama para a gestão florestal compartilhada; e vi) autorização e controle das atividades florestais.

Destaca-se que um dos resultados estratégicos alcançados na prevenção e combate a incêndios florestais e controle de queimadas foi o aprimoramento da capacidade de atendimento às demandas, em especial pelo investimento em capacitação do seu corpo técnico e de parceiros que atuam na temática. As metas de combate previstas para os anos 2011-2012 foram superadas em virtude, principalmente, das seguintes questões: a) aumento dos municípios atendidos com o programa de brigadas do Prevfogo/Ibama e b) aumento do número de focos de calor detectados pelo satélite referência (AQUA UMD-Tarde).

Também foram realizados cursos para a área de fiscalização atendendo a todas as unidades do Ibama no pais, inclusive sua sede. Tais cursos objetivaram o desenvolvimento crescente das competências necessárias para o desempenho da função de fiscalização ambiental federal, observando os preceitos instituídos pela Lei Complementar nº 140/2011 que delimita as competências de licenciamento e fiscalização entre os órgãos integrantes do Sisnama.

Além disso, foram concluídas licitações importantes para o apoio das atividades de fiscalização e de combate aos incêndios florestais realizadas pelo Ibama em seus diversos cenários de ação. Tais aquisições buscam aprimorar e qualificar mais os trabalhos em campo, dando melhores condições técnicas e logísticas aos servidores fiscais e brigadistas.

Ressalta-se, portanto, que os recursos alocados no Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios possibilitaram o alcance dos seguintes resultados: execução de ações fiscalizatórias que resultaram na redução da taxa anual de desmatamento na Amazônia e em outros biomas; aumento do número de atividades de prevenção dos incêndios florestais; contratação de brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais; e implementação de melhorias da estrutura de apoio às ações fiscalizatórias.

Quanto à execução do Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos, foram alcançados os seguintes resultados:

- Fortalecimento da articulação com os estados para apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos - PNRHs.
- Modernização operacional e metodológica dos mecanismos de regulação e fiscalização de usos e serviços, contemplando a ampliação do número de usuários de recursos hídricos regularizados (800 usuários regularizados).
- Aprimoramento de normas e procedimentos que induzam o comportamento dos usuários para melhor utilização da água.
- Implementação de instrumentos técnicos e metodológicos para a regulação e fiscalização da segurança de barragens, em destaque a elaboração do primeiro relatório de Segurança de barragens para subsidiar a Política Nacional de Segurança de Barragens.
- Implementação de forma integrada dos instrumentos de regulação e gestão nas bacias hidrográficas de rios de domínio da União, como planos de recursos hídricos, outorga e cobrança, ampliando o número de bacias com instrumento implementado, sendo destaque a elaboração de estudo para subsidiar a cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, bem como a preparação dos Comitês Bacia Hidrográfica Verde Grande e Paranaíba para inicio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2013.
- Consolidação da rede de monitoramento hidrológico de qualidade e quantidade de água, por meio de ações de ampliação, modernização, operação e integração com as redes atualmente existentes, sendo destaque a modernização de 166 estações hidrometeorológicas com a aquisição de equipamentos de hidrometria, dotado de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados que auxilia no processo de coleta e tratamento e disponibilização de informações hidrológicas.
- Apoio à prevenção de eventos hidrológicos críticos, ressaltando a conclusão do Atlas de Vulnerabilidade às Inundações para os nove estados da região nordeste, cujo objetivo é fornecer um diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos principais rios das bacias hidrográficas brasileiras, bem como a implantação de Salas de Situação para monitoramento de eventos críticos em 11 estados da federação.
- Avanço na consolidação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos(Singreh) e fortalecimento dos entes envolvidos, com desenvolvimento de ações de apoio à criação e estruturação de comitês e agências de bacias com

ênfase na estruturação dos novos comitês das bacias dos Rio Grande e Paranapanema.

Registram-se as iniciativas de articulação interinstitucional e intergovernamental, que representam um esforço permanente de transversalidade, com amplo processo de articulação institucional entre vários órgãos públicos do governo federal, em conjunto com os poderes estaduais e municipais e, também, com entidades da sociedade civil. Buscou-se, ainda, integrar as políticas públicas nacionais de meio ambiente e de recursos hídricos e apoiar a efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável nas bacias hidrográficas.

Por fim, destaca-se a proposta do Pacto Nacional pela Gestão das Águas que se configura como uma estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas e Órgãos Estaduais, visando à maior integração no âmbito do Singreh, que teve como marco a assinatura da Carta de Brasília em 13 de dezembro de 2011.

Em relação ao desempenho das principais ações orçamentárias do MMA, seus indicadores e metas, merece destaque os resultados apresentados a seguir:

As ações: Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria e Cadastramento, Operacionalização e monitoramento da Transferência de Renda no Âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Plano Brasil sem Miséria , conhecidas por integrarem o Bolsa Verde, compõem os objetivos e iniciativas do programa Biodiversidade no PPA 2012-2015 e estão no âmbito do Plano Brasil sem Miséria. O Bolsa Verde destina-se ao apoio à conservação ambiental e transferência de renda, por meio da destinação de R$ 300,00 reais trimestrais a famílias em situação de extrema pobreza que vivem em assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação e áreas ocupadas por comunidades tradicionais, e aquelas definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.

Para ter acesso ao benefício, é necessária a identificação pelo Governo das famílias aptas conforme as condicionantes ambientais e sociais estabelecidas, além da assinatura de termos de adesão por esses beneficiários. Um dos grandes avanços da gestão ambiental tem sido o processo de identificação, reconhecimento e acesso dessas famílias ao Programa, num esforço de aliá-lo às demais políticas do Plano Brasil sem Miséria, bem como a promoção do fortalecimento dos demais serviços voltados a essas populações. Em 2012, o esforço concentrado na identificação das famílias aptas gerou como resultado para esse indicador o mapeamento de 50.000 famílias em potencial. A partir dessa identificação, 34.000 famílias receberam o benefício do Bolsa Verde. Assim, de uma dotação correspondente a R$ 52.971.204, o programa empenhou e liquidou o valor de R$ 31.240.300, executando 60%, o que é bastante representativo, considerando-se a dificuldade de acesso às famílias beneficiárias em potencial, na maioria das vezes localizadas em regiões longínquas da Amazônia.

Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade (Probio I e II)

Visando promover a conservação de espécies brasileiras, por meio do fomento a projetos voltados para a conservação, o monitoramento, o uso e a recuperação da biodiversidade, em 2012, a Ação apoiou dois importantes projetos: o Probio II e o apoio efetuado aos projetos selecionados por meio do Edital MCT/CNPq/MMA/MEC/Capes/FNDCT – Ação Transversal/FAPs nº47/2010 – Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade (Sisbiota Brasil). O Sisbiota selecionou 38 projetos de pesquisa que irão aportar informações importantes sobre a biodiversidade brasileira.

O Probio II vem promovendo a transversalização da biodiversidade, de modo que os setores do governo envolvidos nesse processo incorporem a valoração do meio ambiente às suas políticas públicas. Ressalta-se ainda que, de uma dotação correspondente a R$ 3.755.372,00, a ação empenhou o valor de R$ 3.744.118,40 e liquidou R$ 3.696.164,70, executando, portanto, quase 100% dos recursos previstos, o que viabilizou o alcance da meta física programada de apoio a dois projetos em 2012.

Dessalinização de Água – Água Doce – Plano Brasil sem Miséria

Essa Ação, conhecida como Programa Água Doce (PAD), visa ao estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis para atender, prioritariamente, às populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

O PAD foi concebido e elaborado de forma participativa durante o ano de 2003, envolvendo instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil. Desde 2011, passou a fazer parte do Plano Brasil sem Miséria por meio do Programa Água para Todos, tendo como meta a recuperação, a implantação e a gestão de 1.200 sistemas de dessalinização até 2014, beneficiando aproximadamente 500 mil pessoas.

Em 2012, a ação firmou parcerias com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, para a implantação de 1.030 sistemas de dessalinização que beneficiarão cerca de 400 mil pessoas. No período compreendido entre março de 2004 a dezembro de 2012, o Programa já beneficiou cerca de 100 mil pessoas em 152 localidades rurais do semiárido brasileiro.

Monitoramento Contínuo das Emissões Setoriais de Gases de Efeito Estufa no Brasil

Em 2012, essa ação ocupou-se do delineamento da estratégia de monitoramento dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, previstos pelo Decreto n° 7.390/2010, a qual tem sido desenhada pelo Grupo de Trabalho de Monitoramento de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GT Monitoramento), no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx). O GT Monitoramento, coordenado pelo MMA, deliberou que os indicadores para o monitoramento e avaliação da efetividade dos Planos deveriam ser divididos de acordo com duas naturezas distintas: uma voltada para o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa dos planos setoriais, e sua desejada redução, e outra voltada para o acompanhamento dos elementos gerenciais e de execução não associados a emissões de gases de efeito estufa de maneira direta.

Destaca-se, ainda, que em 2012 foi contratado o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE para auxiliar no desenho do sistema de monitoramento de gases de efeito estufa nas ações dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação. O contrato com o CGEE busca auxiliar no acompanhamento dos Planos Setoriais, bem como elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a estratégia de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, tendo em conta a forma (banco de dados / plataforma eletrônica) e o conteúdo (metodologias empregadas) das ferramentas de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa.

Também com a intenção de intensificar as ações voltadas para o monitoramento das reduções de emissões de gases de efeito estufa associadas aos Planos Setoriais, dentre eles, o Plano ABC, o Ministério do Meio Ambiente celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a Embrapa Agrossilvipastoril a fim de promover estudos sobre a quantificação das emissões de gases de efeito estufa do solo para a atmosfera, associadas aos diferentes tipos de sistemas de manejo agrícola, especialmente o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. Tais estudos serão desenvolvidos a partir da coleta de dados realizada por sistemas automatizados de coleta e análise de gases de efeito estufa. Vale ressaltar que, em 2012, o Inpe registrou, desde o início da série histórica, uma redução de cerca de 76% das emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE em relação ao projetado para 2020 para aquele bioma. Cabe ressaltar que a Ação teve uma dotação de R$ 1.300.000,00, empenhando o valor de R$ 1.175.624,06 e liquidando R$ 135.124,81

Apoio aos Temas Ambientais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

A ação destinou-se à coordenação de estudos para subsidiar a posição brasileira na Conferência Rio+20, bem como iniciativas de comunicação social, divulgação e informação quanto aos temas ambientais, participação, promoção e organização de eventos preparatórios, nacionais e internacionais, para a Conferência. Em 2012, o Brasil se destacou no panorama internacional como País propositor e presidente da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Rio+20 configurou-se como importante plataforma de debate e apropriação de conhecimento para a composição de novas agendas na área ambiental, tendo como foco das suas discussões a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas.

A fim de apoiar a realização do evento e subsidiar o mérito das discussões, foram contratados estudos dentro das temáticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, destacando-se os acordos de cooperação com organismos internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - Cepal, o Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-Habitat. Esses acordos produziram estudos nos seguintes temas, respectivamente, i) recursos hídricos, mudanças climáticas e padrões de produção e consumo; ii) dinâmica de população e as implicações para agenda de desenvolvimento sustentável; iii) saneamento Ambiental; produção de habitação e urbanização sustentável, e mobilidade urbana sustentável. Foram também contratados estudos junto ao Banco Mundial nas áreas de mudança do clima, biodiversidade e substâncias químicas, além de um conjunto de estudos de casos que abrange diversos temas, como gestão florestal, pagamento por serviços ambientais e agricultura orgânica. Esses insumos, além de agregar ao debate, promoveram discussões importantes e incorporaram subsídios para a formulação de políticas públicas. Além da realização de estudos, a ação promoveu a execução de obras no Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, local que sediou diversos eventos da conferência. Foram disponibilizados recursos orçamentários na ordem de R$ 15.800.000,00 para esta ação, dos quais 91% (R$ 14.421.557,00) foram executados.

Fiscalização Ambiental das Atividades do Setor Pesqueiro

Considerando que a ação tem por finalidade coibir os ilícitos ambientais, prevenindo o comprometimento futuro do estoque pesqueiro, em 2012, foram atualizadas as normas que regulamentam a pesca com redes de emalhar, levando em consideração as peculiaridades da atividade pesqueira nas diferentes regiões do País e a necessidade de conservação de espécies marinhas vulneráveis. Estabeleceu-se como meta física a fiscalização de 9.380 unidades de produção do setor, tendo sido fiscalizadas 7.397, em 2012, o que corresponde à execução de 79% do programado. Além disso, a partir dessas operações de fiscalização, foram lavrados 1.021 autos de infração, totalizando um montante arrecadado de R$ 218.968.097,74. A ação teve como limite de empenho R$ 6.794.899,92, tendo sido liquidado R$ 6.521.982,86, o equivalente a 97%.

Licenciamento Ambiental Federal

Como citado anteriormente, em 2012, foram colocados em prática os novos instrumentos normativos criados em 2011 para o Licenciamento Ambiental Federal (LAF), o que facilitou a interlocução com órgãos envolvidos nos processos de licenciamento. Esses avanços foram fundamentais para que a meta de 450 licenças fosse ultrapassada, atingindo o total de 691 licenças emitidas. Atualmente, existem 1.557 projetos nas mais diversas fases do licenciamento ambiental, sendo 281 processos do PAC. No ano de 2012, 17.729 pessoas foram diretamente envolvidas nos debates sobre a avaliação ambiental dos empreendimentos em 69 reuniões e audiências públicas relacionadas aos processos em licenciamento no Ibama. Concomitantemente, foram produzidos 13.568 documentos técnicos e avaliados 718 pedidos de licença, sendo três licenças indeferidas. Neste período, cinco estudos de impacto ambiental foram devolvidos para adequações, visando aperfeiçoar o diagnóstico e medidas de mitigação dos impactos antes da tomada de decisão final. Destaca-se que a ação teve uma dotação autorizada de R$ 9.383.333,00, empenhando o valor de R$ 8.780.049,12 e liquidando R$ 7.819.325,41, tendo executado 83,33% de seus recursos. A seguir, é apresentada a apuração dos indicadores de desempenho programados para o LAF.

LICENÇAS	NÚMERO
Licenças Prévias	55
Licenças de Instalação	85
Licenças de Operação	110
Outras	441
TOTAL	**691**

Fonte: Sistema de Licenciamento (SisLic/Ibama) 31/12/2012

Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais

A ação tem por finalidade controlar, por meio do monitoramento ambiental, as atividades que geram condições para ocorrência de degradação, especialmente desmatamentos e incêndios florestais e é executada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - Ibama. Foi realizado o monitoramento da cobertura vegetal e das ocorrências de incêndios florestais, subsidiando assim as ações de combate. A análise dos dados de desmatamento permitiu verificar o aumento do mesmo, servindo de recurso fundamental para a adoção de estratégia adequada para o seu combate.

O monitoramento da Amazônia brasileira tem sido alvo constante de aprimoramento, sendo executado conjuntamente por várias instituições governamentais, destacando-se o Ibama e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O monitoramento por satélites, feito a partir dos dados gerados pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes/Inpe) e pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), resulta em subsídios importantes para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões pelo poder público.
A partir dos esforços implementados, foi possível monitorar, em 2012, 7.058.175 km², conforme previsto como meta física da ação.

A estratégia de monitoramento e controle do desmatamento faz parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), iniciado em 2004. Após oito anos de sua implementação, a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal reduziu-se acentuadamente. Esse fato é constatado quando da avaliação do seu principal indicador de desempenho. Considerando o último levantamento, em 2012, a taxa desmatada foi de 4.656 km², a menor da história. Esse dado, quando comparado ao de 2004, de 27.772 km², expressa uma redução de 83%. Destaca-se, ainda, que dos recursos alocados na ação, R$ 28.506.288,00 foram empenhados e liquidados R$ 28.261.358,39, executando-se 99%.

Fiscalização de Atividades de Desmatamento

Os recursos alocados na ação orçamentária Fiscalização de atividades de desmatamento - contribuíram de forma crucial para a execução das operações de fiscalização nos biomas brasileiros. Em virtude da importância biológica, estratégica e da grandiosidade do bioma Amazônia, grande parte da ação orçamentária possui direcionamento para o cumprimento das metas do PPCDAm, embora todos os biomas tenham sido contemplados com recursos da ação e, com isso, tenham sido alvo de ações fiscalizatórias por parte do Ibama. A meta física programada para 2012 era de 283 operações, tendo sido realizadas 502 operações no País, sendo a maioria na Amazônia Legal. A partir das operações de fiscalização, foram lavrados 3.202 autos de infração, autuando-se um montante de R$ 953.398.117,41. Como resultados dessa ação, em associação com os dados constantes fornecidos pela ação de monitoramento e controle, houve uma significativa redução na taxa de desmatamento na Amazônia legal que, de acordo com dados do sistema Prodes/Inpe, atingiu o índice de 4.656 km², o menor já registrado desde o início do monitoramento, além de uma redução de 27% em relação à taxa registrada no período de agosto de 2011 a julho de 2012. Destaca-se, ainda, a realização das seguintes operações: i) Operação Krakatoa, caracterizada pela descapitalização dos infratores, por meio do desmonte de diversas serrarias ilegais que utilizavam produtos extraídos de terras indígenas e de unidades de conservação federais, nos estados do Pará e do Maranhão; ii) Operação Toruk, baseada na fiscalização de polígonos de desmatamento não identificados pelo sistema Deter (Inpe) e no monitoramento constante de áreas prioritárias, por meio de sobrevoos táticos realizados com o uso de helicóptero; e ii) Operação Soberania Nacional, deflagrada com o objetivo de conter os sinais de aumento do desmatamento na Amazônia, nos estados do Pará (municípios de Dom Eliseu, São Félix do Xingu, Itaituba e Novo Progresso), Mato Grosso (municípios de Sinop, Juína e Barra do Garça), Rondônia (município de Porto Velho) e Amazonas (municípios de Apuí e Boca do Acre) onde foram enviados 552 Agentes Ambientais Federais ao longo do ano.

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas

As ações de combate e prevenção às queimadas e aos incêndios florestais que ocorrem no Brasil são articuladas pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). Em 2012, essas ações foram articuladas em 18 estados e no Distrito Federal, alcançando 108 municípios. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), apesar dos efeitos dos fenômenos climáticos “La Niña” e do “El Niño”, foram registrados 1.914.776 hectares queimados, o que representa 0,22% de todo o território nacional. Previu-se, para 2012, realizar 2.893 atividades de combate a incêndios florestais. Entretanto, foram realizadas 4.444 devido ao aumento no número de municípios atendidos pelo programa de brigadas, ao aumento no número dos focos de calor e por 2012 ter sido um ano bem menos chuvoso do que 2011. Dos R$ 20.796.629,00 disponíveis para a execução dessa ação, R$ 20.631.813,45 foram liquidados em 2012, correspondendo a uma execução de 99%.

Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção e Migratórias

No âmbito desta ação são desenvolvidos os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico - PAN, que são instrumentos de gestão para a troca de experiência entre os atores envolvidos, no sentido de agregar e buscar novas ações de conservação, reunindo e potencializando os esforços na conservação, e racionalizando a captação e gestão dos recursos para conservação das espécies ou ambientes focos dos planos de ação. Essas ações são pactuadas entre diferentes atores que tenham algum tipo de interferência sobre o estado de conservação da espécie, visando reverter o grau de ameaça no qual a espécie se encontra. Por meio de monitorias regulares, é verificada a implementação das ações e realizado os ajustes necessários ao plano. As monitorias são coordenadas e promovidas anualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Em 2012, o Instituto Chico Mendes coordenou a elaboração de mais cinco Planos de Ação, englobando 67 espécies ameaçadas da fauna brasileira, superando em mais de duas vezes a meta programada, que era de 25

espécies beneficiadas. Foram elaborados os Planos de Ação do Cachorro-vinagre, Rivulídeos, Herpetofauna do Nordeste, Aves da Amazônia e Aves Limícolas. Assim, até 2012, foram elaborados 43 PANs, o que resultou em 287 espécies ameaçadas contempladas com Planos de Ação diversas, resultando num aumento de 10 pontos percentuais na taxa de conservação de espécies ameaçadas de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo, migrando de uma taxa de 36%, em 2010, para 46%, em 2012.

Outras 322 espécies não ameaçadas de extinção também foram contempladas nos Planos. Em 2012, as oficinas de elaboração contaram com a presença de 180 participantes e 130 instituições envolvidas. Foram realizadas também as oficinas de monitoria de 22 Planos de Ação envolvendo a presença de 283 participantes e 155 instituições. Foram lançadas, em 2012, onze sumários executivos e quatro livros de Planos de Ação. Além disso, foram encaminhados 41 projetos para implementação dos Planos de Ação pelos Centros de Pesquisa e Unidades de Conservação do ICMBio. Essa ação teve R$ 12.900.000,00 disponibilizados em 2012, tendo executado 100% de empenho e 77,5% de liquidação, ou seja, R$ 10.010.504,79.

Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Essa ação destina-se a apoiar iniciativas de criação, gestão e implementação das Unidades de Conservação (UCs) Federais, bem como ao apoio a ações de conservação e uso sustentável no entorno dessas UCs, associado à geração de emprego e renda para as populações locais. Em 2012, foram apoiados 44 projetos, dos quais 20 Reservas particulares do Patrimônio natural foram criadas e aprovados 17 planos de manejo. Ademais, o ICMBio trabalhou na reformulação do procedimento de elaboração dos planos de manejo, havendo, atualmente, em elaboração, 64 planos em diferentes estágios. A execução orçamentária e financeira dessa ação demonstra que dos R$ 72.112.530,00 programados, 87% foram empenhados e R$ 57.088.281,75 liquidados, o que corresponde a 79%.

Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima

A ação conhecida como Fundo Clima, destina-se a fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem à redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como aqueles que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima. O Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR – 2012 do Fundo Clima estabeleceu cinco áreas de aplicação para os recursos não-reembolsáveis e seis áreas para os recursos reembolsáveis. Dos recursos reembolsáveis, foram transferidos ao BNDES R$ 360.000.000,00 e, dos recursos não-reembolsáveis, foram assinados convênios, descentralizações e contratos com entidades públicas e privadas no valor aproximado de R$ 29.000.000,00. Dessa forma, o Fundo executou 99,4% do orçamento disponível para o ano de 2012.

Além de monitorar e acompanhar os 23 projetos contratados em 2011, o Fundo Clima apoiou, em 2012, 74 projetos, ultrapassando a meta estabelecida inicialmente de apoio a 62 projetos. Merece destaque o apoio a projetos de manejo florestal comunitário e capacitação, difusão de tecnologias de combate à desertificação na região do semiárido, apoio à aquisição de imagens de satélite para a implantação do Cadastro Ambiental Rural, bem como o apoio à capacitação e treinamento para a mudança do clima e o desenvolvimento metodológico da componente de adaptação do Plano Nacional para a Mudança do Clima.

Planejamento e Gestão das Concessões Florestais

A ação visa empreender as iniciativas de gestão florestal e das concessões florestais nas florestas públicas federais, promovendo os mecanismos legais e administrativos necessários à União, aos estados e municípios. Em 2012, foram lançados dois editais para a concessão florestal de uma área correspondente a 202.300 hectares, além de se ter monitorado mais 146.000 hectares que já se encontravam sob concessão. Foi elaborado o edital da Flona Crepori para concessão de 440.000ha que será lançado no início de 2013. A ação contou com recursos da ordem de R$ 5.650.000,00, tendo sido empenhados R$ 4.544.262,81 e liquidados R$ 3.934.365,01, o que corresponde a 69,63%.

Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais

A Ação tem como finalidade consolidar as informações acerca das características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, estados e municípios, de maneira a delimitar suas áreas, registrar os imóveis e demarcar estas florestas. Em 2012, estabeleceu-se como meta o cadastro de 10 milhões de hectares, tendo sido cadastrados 10.818.801 ha de novas florestas públicas, sendo 5.009.651 ha correspondentes a Florestas Públicas Federais, com 2.825.070 ha ou 26% destinados, e 2.184.580 ha ou 20% não destinados. Os demais 5.735.642 ha correspondem a Florestas Públicas Estaduais, sendo 2.982.988 ha ou 28% destinados e 2.752.654 ha ou 25% sem destinação. Ressalta-se que foram indicadas ao Serviço Florestal Brasileiro três áreas de florestas públicas federais sem destinação, para desenvolvimento Florestal Sustentável, processo que se encontra em tramitação no MMA e na Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG. A programação orçamentária desta ação previu um limite de R$ 900.000,00, o qual teve 88% empenhado e 84% liquidado, correspondendo a R$759.064,87

Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional

A geração e disponibilização de informações florestais, por meio do Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFNBR), vem se consolidando como um importante instrumento de monitoramento da qualidade das florestas brasileiras. O IFN-BR consiste na coleta sistemática de dados biofísicos e socioambientais de campo a cada cinco anos, em todo território nacional. Com a implementação do IFN-BR serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. stabeleceu-se como meta a execução de 10% do IFN em 2012, o que foi atingido dada a sua conclusão em Santa Catarina e no Distrito Federal. Além disso, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em relação à execução orçamentária e financeira, destaca-se que do limite disponibilizado de R$ 810.000,00, R$ 797.538 foram empenhados e liquidados.

Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas – Prodes

Esta ação destina-se a reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas, a partir de critérios técnicos estabelecidos. Para o alcance de resultados exitosos, foram contratados três empreendimentos de tratamento de esgotos, compreendendo: i) Contrato nº 090/ANA/2012 - ETE Serraria - Porto Alegre - RS; ii) Contrato nº 098/ANA/2012 - ETE Central – Jacareí - SP; e iii) Contrato nº 099/ANA/2012 - ETE Patos de Minas - Patos de Minas - MG. Os três contratos compreendem uma carga poluidora contratada da ordem de 66.322 Kg/DBO/dia, superando a meta inicial programada (35.700 kg/DBO/dia). Em 2012, foi, ainda, certificada a remoção de 29.798 Kg de DBO/dia, referente aos seguintes contratos firmados em anos anteriores: i) ETE Piracicamirim - Piracica/SP; ii) ETE Barbosa Lage - Juiz de Fora/MG; iii) ETE Onça - Belo Horizonte/MG; e iv) ETE Dornelas - Muriaé/MG; v) ETE Monjolinho - São Carlos/SP. Ademais, 100% dos recursos alocados na ação foram empenhados.

Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

A ação 4925 destina-se a elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas. Além disso, os Planos são referência para a definição de projetos, obras e investimentos prioritários para a região, elaborados com ampla participação do poder público, sociedade civil e usuários de água. Atualmente, 54% do território estão cobertos por planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas interestaduais. Programou-se para 2012 a elaboração de 3 planos, os quais foram concluídos, a saber: i) o Plano da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e seus afluentes; ii) a proposta de enquadramento de corpos d'água da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e seus afluentes; iii) o informe Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, além de iniciada a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas - Açú (PB/RN).

Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

A Ação destina-se a organizar, desenvolver, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Sua meta para 2012 era a implementação de 6 subsistemas, tendo sido executada em 100%. Os seguintes resultados foram alcançados: i) finalização da implantação da evolução do Módulo de Disponibilização de Dados de Reservatórios para Sala de Situação da ANA, com alertas das estações de monitoramento; ii) desenvolvimento e remodelagem do Módulo de Manipulação de Dados Hidrometeorológicos, denominado Hidro II, do SNIRH; iii) desenvolvimento e implantação do Módulo de Divulgação de Dados, denominado HIDROWEB2, do SNIRH; iv) finalização da implantação do Módulo de Visualização de Dados Geográficos, do SNIRH; v) desenvolvimento e implantação do novo portal do SNIRH com tecnologia ArcGIS; e vi) desenvolvimento e implantação do Módulo Cadastro de Poços de Águas Subterrâneas, do SNIRH. Destaca-se, ainda, que dos R$ 25.500.000,00 disponibilizados, R$ 24.630.000,00 foram empenhados e R$ 14.650.815,22 liquidados.

Operação da Rede Hidrometeorológica

A rede hidrometeorológica nacional em operação no Brasil é o maior sistema de coleta e armazenamento de dados e informações sobre recursos hídricos de bacias hidrográficas da América do Sul e representa o principal instrumento de apoio à gestão e ao aproveitamento desses recursos. Conforme levantamento realizado em novembro de 2012, a rede totalizou 16.404 estações hidrometeorológicas em operação cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Desse total, 4.528 estações estão sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas - ANA. Para manter a operação destas estações, a ANA tem se apoiado na contratação de serviços e em termos de cooperação, com instituições públicas e privadas, sendo destaque em 2012 o termo de cooperação técnica com a CPRM e a contratação dos serviços com Cohidro, Epagri, Obeco, Eletronorte. Em relação à execução orçamentária e financeira, destaca-se que R$ 29.647.505 foram disponibilizados para empenho, sendo 94% empenhados (R$ 27.893.561,73) e 70% liquidados (R$ 20.871.359,07).

4.13. FUNÇÕES HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO
4.13.1. Ministério das Cidades

Função Habitação

O Ministério das Cidades é responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor, os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH). Esta estabelece o planejamento do setor habitacional, garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de baixa renda.

Outro ponto importante na atuação do órgão na implementação da PNH é o incentivo a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias de unidades habitacionais (UH).

Na execução dessa Política, o maior volume dos investimentos da ação governamental está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e das ações voltadas à urbanização de assentamentos precários (UAP), que tem seus fundamentos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

O PMCMV, operado na função Encargos Especiais, tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até dez salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros.

O Programa Temático Moradia Digna retrata a agenda de governo na implementação da Política Nacional de Habitação e orienta a ação governamental. O Programa contempla as diretrizes para a execução do PAC – UAP e PMCMV.

Função "HABITAÇÃO"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Funções 16 e 28"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exerc.	451 – Infraestrutura Urbana	42,31	88,70	6,39	47,13	124,18	308,71
		482 – Habitação Urbana	62,41	47,04	14,96	12,61	9,78	146,80
		846 – Outros Encargos Especiais	48,06	525,00	43,31	14,94	224,11	855,42
		845 - Transferências	-	1.593,71	100	583,98	2.250	4.527,69
	RPNP	451 – Infraestrutura Urbana	378,32	185,23	108,60	146,05	218,75	1.036,95
		482 – Habitação Urbana	89,47	194,28	130,92	96,27	83,30	594,24
		846 – Outros Encargos Especiais	284,09	193,31	523,48	493,79	593,76	2.088,43
		845 – Transferências	0,00	0,00	358,14	6.419,01	7.634,06	14.411,21
TOTAL			**904,66**	**2.827,27**	**1.285,80**	**7.813,78**	**11.137,94**	**24.503,83**

Fonte: SIAFI Gerencial – Base janeiro 2013. Valores com arredondamento.
Obs: Inclui valores em Habitação (Função 16) e PMCMV (Função 28 – Encargos Especiais)

Analisando os valores liquidados na função Habitação, especificamente na subfunção Habitação Urbana, observa-se o decréscimo ao longo dos anos dos valores liquidados, o que é explicado pelo direcionamento da execução das ações de habitação por meio de outras funções, em especial a função Encargos Especiais que engloba as ações referentes ao PMCMV.

Avaliando os valores liquidados no PMCMV é possível verificar o aumento das despesas liquidadas nesta modalidade. O principal motivo desta variação é devido ao andamento das obras contratadas entre 2009 a 2011.

Os empenhos vêm ocorrendo dentro do planejado. Entretanto, com o enfoque da análise na fase de liquidação, verifica-se uma disparidade significativa entre os recursos pactuados e aqueles em condições legais de serem quitados.

Essa baixa efetividade demonstrada na liquidação dos contratos decorre de questões ligadas ao modelo de operacionalização dos produtos disponibilizados na função Habitação que têm características de implementação plurianual, uma vez que o que se contrata em um exercício não se executa dentro do próprio exercício, fazendo com que empenho, liquidação e execução física não guardem necessariamente relação direta.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – HABITAÇÃO

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**11.953,85**	**15.492,63**	**11.801,28**	**2.608,09**	**2.605,05**	**9.193,19**
2049	Moradia Digna	11.953,85	15.492,63	11.801,28	2.608,09	2.608,05	9.193,19
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		0,60	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**11.954,45**	**15.493,23**	**11.801,28**	**2.608,09**	**2.608,05**	**9.193,19**

Fonte: SIAFI Gerencial – Base janeiro de 2013. Valores com arredondamento
Obs: Inclui valores em Habitação (Função 16) e PMCMV (Função 28 – Encargos Especiais)

O Programa Temático Moradia Digna obteve uma execução de 76,17% considerando a despesa empenhada em relação à dotação atualizada.

O PMCMV tem um papel chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. Assim, foi utilizado como resposta anticíclica à crise econômica de 2009, criando oportunidades tanto para os setores habitacionais público quanto privado atuarem de maneira conjunta. O Programa possibilitou a implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda. Com a criação do PMCMV, estabeleceram-se as condições para a ampliação de um mercado popular de habitação.

A primeira etapa do programa encerrou em 31 de dezembro de 2010 com mais de um milhão de unidades contratadas, superando a meta estipulada. Após o sucesso no cumprimento da meta proposta na primeira etapa, o PMCMV teve o lançamento de sua segunda etapa, no mês de junho de 2011, reforçando ainda mais o papel estratégico do setor habitacional e da construção civil como vetores de inclusão social e desenvolvimento econômico do País.

A meta inicial prevista na segunda etapa do PMCMV foi de contratar de 2 milhões de unidades habitacionais até dezembro de 2014, sendo 1,2 milhão para famílias com renda mensal até R$ 1.600,00. Em abril de 2012, a meta foi ampliada para 2,4 milhões.

Em 2012, o Programa Minha Casa Minha Vida superou a marca de 800 mil unidades contratadas e entregou aproximadamente 500 mil. No total, são mais de 1 milhão de moradias entregues e 2 milhões de unidades contratadas, distribuídas em 4.996 municípios.

O quadro seguinte aponta o número de unidades habitacionais contratadas e entregues no PMCMV até o final de 2012.

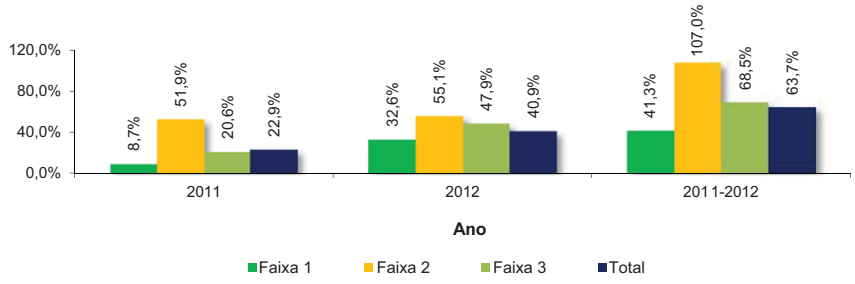
UNIDADES CONTRATADAS E ENTREGUES NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 1 E 2

Renda Mensal	Unidades Contratadas	Unidades Entregues
Faixa 1 (até R$ 1.600,00)	978.562	290.701
Faixa 2 (até R$ 3.275,00)	1.017.560	688.452
Faixa 3 (acima de R$ 3.275,00 até R$ 5.000,00)	283.584	71.240
Total	**2.072.670**	**1.050.393**

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades. Base: 31/12/2012

Ademais, pode-se verificar o bom desempenho do PMCMV por meio do indicador contratação/meta apresentado no gráfico seguinte.

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA 2: INDICADOR CONTRATAÇÃO / META MCMV2
Percentual de Contratação Anual



Fonte: Secretaria Nacional de Habitação – SNH/MCidades
Legenda: Faixa 1: até R$ 1.600,00; Faixa 2: até R$ 3.275,00; Faixa 3: acima de R$ 3.275,00 até R$ 5.000,00

Para garantir o aprimoramento, a efetividade e a eficácia do PMCMV, suas regras e operacionalização passam por reformulações constantes, dentre as quais se destacam no exercício de 2012:

1. Moradores de áreas rurais atendidos pelo PMCMV serão contemplados com 40 mil cisternas de placas. A ação beneficiará cerca de 170 mil pessoas em zonas rurais e acarretará um investimento de R$ 85,8 milhões.

2. O Governo Federal alterou os parâmetros de financiamentos para habitação popular e para concessão de subsídios, vinculados ao PMCMV. As alterações têm o objetivo de beneficiar mais famílias de baixa renda e manter o nível de crescimento da construção civil no País. Os limites de valores dos imóveis e dos subsídios (renda familiar e do valor para complementar o preço de aquisição do imóvel) foram ampliados. E, as taxas de juros dos financiamentos foram reduzidas:

- Elevação do teto dos valores dos imóveis – O valor máximo do imóvel que pode ser financiado através do programa subiu de R$ 170 mil para R$ 190 mil;
- Redução da Taxa de Juros – Para famílias com renda entre R$ 3.275,01 e R$ 5.000,00, integrantes da Faixa 3 do programa, a taxa de juros caiu para 7,16% ao ano.

Para famílias com renda de R$ 3.100,01 a R$ 3.275,00, a taxa caiu para 6% e famílias com renda entre R$ 2.325,01 e 2.455,00, houve a redução de 6% para 5% ao ano;

- Aumento do valor dos subsídios concedidos – O valor máximo do subsídio concedido à família foi reajustado de R$ 23 mil para R$ 25 mil;
- Alteração no teto de famílias integradas na faixa 2 do programa – A renda mensal das famílias que compõe a Faixa 2 do programa e têm direito a subsídio na compra de imóvel foi elevada de R$ 3.100,00 para R$ 3.275,00.

3. Para famílias com renda até R$ 1.600,00, integrantes da faixa 1, houve alteração dos valores máximos para aquisição de unidades habitacionais, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O cálculo dos novos valores levou em conta a atualização dos custos do terreno do imóvel, a edificação e a infraestrutura do local. A partir de agora, o teto das unidades habitacionais contratadas pelo FAR é R$ 76 mil, variável de acordo com a Unidade da Federação e o perfil do Município. Além disso, houve redução do valor da prestação que a família deve pagar pelo imóvel. O valor máximo da prestação do imóvel caiu de 10% para 5% da renda da família beneficiada.

4. Maior proteção à mulher chefe de família: Na faixa 1, em caso de separação, o imóvel fica registrado em nome da mulher. Exceção: Quando o marido tem a guarda exclusiva dos filhos.

5. Ampliação das faixas de renda para atendimento das famílias das operações vinculadas e das provenientes de desastres naturais (atende a famílias com renda mensal até R$ 3.100,00); e dispensa de pagamento para famílias que perderam seu único imóvel decorrente de desastres naturais.

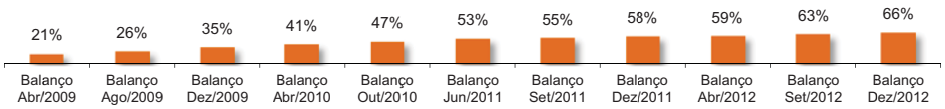
Os problemas em habitação não estão relacionados apenas a oferta de unidade habitacional, as condições de moradia em termos qualitativos também integram os desafios a serem enfrentados pelo Governo. A inadequação das habitações está relacionada ao fenômeno dos assentamentos precários, associados à ocupação de lotes irregulares e sem urbanização, em que é comum a autoconstrução de moradias com materiais não adequados, por populações sem condições de acessar o mercado formal de moradias. Por esse motivo a política habitacional tem como desafios, além de construir moradias objetivando a universalização do acesso à moradia digna, realizar medidas para urbanizar/regularizar áreas ocupadas precariamente ou irregularmente, melhorando suas condições de habitabilidade, mediante a provisão dos serviços básicos essenciais.

As ações de urbanização de assentamentos precários compreendem intervenções complexas, em locais com uma realidade social marcada historicamente pela ausência do poder público. Essas ações demandam planejamento detalhado, envolvendo desde o diagnóstico urbanístico e sócio-ambiental, até a elaboração de projetos multidisciplinares, como os de engenharia, arquitetura, urbanismo, trabalho social e recuperação ambiental das áreas ocupadas. As operações apoiadas pelo PAC buscam englobar todas essas complexidades das ações de urbanização.

Considerando as variáveis envolvidas visando à urbanização assentamento precários, suas ações são operadas nas funções Habitação e Urbanismo.

A primeira fase do PAC, referente ao quadriênio 2007-2010 e considerando a execução das ações nas funções Habitação e Urbanismo, teve previsão de contratação de investimentos da ordem de R$ 106,3 bilhões, incluindo-se recursos fiscais da União (OGU), de contrapartidas dos entes federados, de financiamentos ao setor público, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de financiamentos a pessoas físicas, com recursos do FGTS, e de financiamentos com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Nessa fase, as contratações foram da ordem de R$ 193,17 bilhões, superando a meta original em 82%. Falando somente do conjunto de operações firmado com o setor público entre 2007 a 2010, decorrente dessa fase do PAC, são 3.409 operações ativas (incluindo as ações orçamentárias operadas nas funções Habitação e Urbanismo), envolvendo investimentos da ordem de R$ 19,8 bilhões, sendo que desse valor cerca de 66% está executado conforme apresentado no gráfico seguinte.

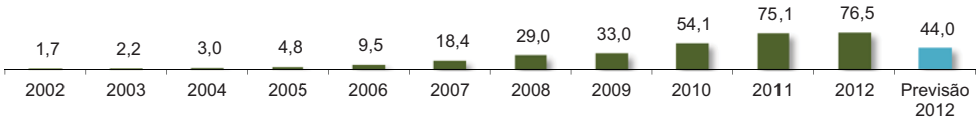
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PAC– URBANIZAÇÃO DE FAVELA DAS OPERAÇÕES FIRMADAS COM O SETOR PÚBLICO ENTRE 2007 A 2010 (PAC 1 – UAP)



Fonte: Balanço do PAC – dezembro de 2012

É importante frisar que, somente a partir desse momento, foi possível vislumbrar o tratamento adequado das favelas de maior porte do País e, portanto, de maior complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas (RM), constituindo absoluta prioridade de Governo.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO SBPE
(R$ bilhões)



Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP)/ Banco Central do Brasil (Bacen). Dados de dezembro/2012.

Já os financiamentos com recursos do SBPE representam uma evolução histórica significativa e uma superação de metas muito acima do esperado, reflexo da Política Econômica que vem sendo implementada, bem como das medidas que garantiram segurança jurídica e incentivo à produção de habitações pelo mercado, conforme demonstra o gráfico acima.

Na edição da segunda etapa do PAC, em junho de 2011, deu-se continuidade à implementação de ações voltadas à melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, sendo que a produção habitacional necessária para a urbanização desses assentamentos passou a ser realizada por meio do PMCMV. Para os investimentos em urbanização de assentamentos precários para o quadriênio 2011-2014, foram disponibilizados R$ 28,2 bilhões de recursos para aplicação, dos quais R$ 24,7 bilhões provenientes do OGU (nas funções Habitação e Urbanismo) e R$ 3,5 bilhões do FGTS. Foram, ainda, previstos R$ 176 bilhões em contratações de financiamentos com recursos do SBPE.

Nessa segunda etapa, encontram-se contratados com o setor público investimentos da ordem de R$ 8,9 bilhões, conforme grupos de municípios e grandes regiões da federação demonstradas no quadro seguinte.

Contratações com o setor público por grupos de municípios e unidades da federação – PAC 2ª etapa

Grandes Regiões	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Total	
	INVESTIM. Contratado	% Contratado	INVESTIM. Contratado	% Contratado	INVESTIM. Contratado	% Contratado	INVESTIM. Contratado	% Contratado
NORTE	619,97	8%	1,09	0%	152,24	16%	773,30	8%
NORDESTE	2.322,24	30%	116,66	32%	222,73	24%	2.661,64	29%
SUDESTE	3.621,59	46%	100,08	28%	141,99	15%	3.863,66	42%
SUL	495,97	6%	144,84	40%	261,13	28%	901,94	10%
CENTRO-OESTE	528,86	7%	0,90	0%	167,94	18%	697,69	8%
BRASIL	**7.588,6**	**97%**	**363,6**	**100%**	**946,0**	**100%**	**8.898,2**	**97%**

Fonte: Balanço do PAC
Legenda:
Grupo 1 – RMs, Capitais e Municípios acima de 70 mil hab. no N, NE e CO e acima de 100 mil hab. no S e SE
Grupo 2 – Municípios entre 50 mil e 70 mil hab. no N, NE e CO e entre 50 mil e 100 mil hab. no S e SE
Grupo 3 – Municípios abaixo de 50 mil habitantes

Os indicadores utilizados no PPA 2012-2015 para o programa Moradia Digna são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, que utiliza microdados dos censos demográficos (2000 e 2010) e das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNAD).

Os componentes que integram o cálculo do déficit podem ser efeitos de causas sociais, econômicas, culturais e ambientais, o que torna sua interpretação bastante complexa, sendo difícil relacionar os seus resultados a uma intervenção específica. Como um indicador de contexto, o Déficit Habitacional é amplo no seu escopo, multidimensional e multivariado e, principalmente, sofre influências de vários fenômenos. Esses indicadores refletem resultados de ações que não estão somente sob gestão do MCidades, e dessa forma, não são adequados para se mensurar a atuação deste, nem o impacto de seus programas. Por exemplo, a capacidade de financiamento das famílias, que é diretamente afetada pelas condições macroeconômicas e pela conjuntura econômica do País, influência positivamente os resultados do Déficit Habitacional.

Observa-se ainda, que a apuração do déficit habitacional, por envolver dados originários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ou Censo Demográfico, só é obtida com uma lacuna temporal em relação ao ano de exercício orçamentário em análise, que alinhado ao fato, anteriormente mencionado, de sua suscetibilidade de oscilação em função de um conjunto de outros fatores não tangenciados pelos resultados obtidos da implementação das ações e programas na esfera de competência do MCidades, não vem se demonstrando como um indicador que demonstre os resultados estratégicos dos programas habitacionais. De forma a exemplificar, segue tabela contendo piloto de elaboração de um conjunto de indicadores socioeconômicos, envolvendo apenas a produção habitacional de interesse social.

Indicadores	2009	2010	2011	2012*	Média anual
Empregos diretos e indiretos (pessoas)	19.073	203.302	222.926	109.738	570.619
Renda direta e indireta (R$ milhão)	475,6	4.932,2	5.280,9	2.512,5	13.715,5
Compras de materiais e serviços (R$ milhão)	299,3	3.256,2	3.637,4	1.841,2	9.204,9
Relativos					
Geração de emprego sobre o total dos postos de trabalho com carteira assinada	0,05%	0,47%	0,49%	0,23%	0,32%
Geração de emprego sobre o total de empregos gerados no ano	1,20%	8,22%	9,60%	9,19%	6,51%
Renda gerada sobre PIB (%)	0,01%	0,13%	0,13%	0,12%	0,10%

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades. Legenda: * relativo ao primeiro semestre de 2012

Ainda é importante destacar as diversas ações do Ministério com o intuito de melhor acompanhar a execução do PMCMV, dentre as quais se destacam:

Modelagem de uma nova base de dados do programa, ampliando o seu escopo que viabilizará a formulação de uma nova matriz de indicadores. A partir, desse novo conjunto de informações será possível um acompanhamento mais qualificado do atingimento das metas e objetivos do programa, incluindo o impacto socioeconômico, tais como a sua repercussão na oferta de habitações de interesse social e no enfrentamento ao déficit habitacional. Outra ação relevante para o aprimoramento do programa advém da caracterização das famílias atendidas pelo programa por meio de parceria em construção com Ministério do Desenvolvimento Social, obtidas com o cruzamento das informações do PMCMV com as existentes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, que possibilitará inclusive a apropriação de quais componentes do déficit habitacional são provenientes o público-alvo do programa.

O Programa Minha Casa Minha Vida conta ainda com o acompanhamento por meio CAPMCMV – Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, integrado por representantes dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e pela Casa Civil. Com o intuito de melhor acompanhar essa importante política pública, todos os empreendimentos contratados estão inseridos no Sistema Informatizado de Monitoramento da Presidência da República (SIM-PR), idealizado e monitorado pela Casa Civil, com a possibilidade de visualização da sua distribuição territorial com localização exata e evolução dos empreendimentos.

Função Urbanismo

Na função Urbanismo são demandados investimentos que incluem aporte de recursos para atender às políticas públicas de regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, metrôs, trens urbanos, mobilidade urbana, acessibilidade, formulação das políticas de desenvolvimento urbano, trânsito, capacitação de agentes sociais, entre outras.

Conforme consta no quadro seguinte, em 2012 houve um acréscimo de 7,56% na função Urbanismo em relação ao valor liquidado comparativamente ao exercício anterior. Esse aumento decorre de uma maior execução no total de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Considerando o valor liquidado no ano relativo ao orçamento do próprio exercício, 75,50% da execução está concentrada, de forma decrescente, nas ações de Pagamento de Pessoal Ativo da União, de Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiro, de Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS e de Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários.

Função "URBANISMO"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Urbanismo"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	451 - Infra-Estrutura Urbana	509,83	770,86	634,20	106,29	135,78	2.156,96
		452 – Serviços Urbanos	7,11	9,20	8,12	1,93	15,69	42,05
		453 - Transportes Coletivos Urbanos	395,44	582,16	882,30	890,05	404,23	3.154,18
		Demais subfunções	202,18	293,01	219,15	234,95	632,22	1.581,51
	RPNP[2]	451 - Infra-Estrutura Urbana	1.726,32	1.181,80	1.386,67	1.123,26	1.341,02	6.759,07
		452 – Serviços Urbanos	17,97	7,93	53,47	51,43	101,28	232,08
		453 - Transportes Coletivos Urbanos	395,70	325,70	378,09	290,91	283,03	1.673,43
		Demais subfunções	18,43	49,24	105,62	34,53	26,85	234,67
TOTAL			**3.272,98**	**3.219,90**	**3.667,62**	**2.733,35**	**2.940,10**	**15.833,95**

Fonte: Siafi Gerencial – Base janeiro de 2013. Valores com arredondamento.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Em 2012, em relação ao exercício anterior, o valor liquidado relativo ao orçamento do próprio exercício na subfunção Serviços Urbanos aumentou em 712,95% e o valor liquidado relativo aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores aumentou em 96,93%.

Houve aumento significativo no limite orçamentário e na execução das ações sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) que visam promover a educação para a cidadania no trânsito, o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e fomentar projetos destinados à redução de acidentes no trânsito.

Na subfunção Transportes Coletivos Urbanos houve um decréscimo no valor liquidado relativo ao orçamento do próprio exercício de 54,58% comparativamente ao exercício anterior. Em 2012, houve um decréscimo de 62,46% na liquidação do exercício na ação de Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros.

Dos R$ 404,23 milhões do total de liquidação do exercício na subfunção Transportes Coletivos Urbanos, R$ 164,80 milhões foram liquidados na ação de Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – obra de expansão entre São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Nas "Demais subfunções" houve um incremento de 169,09% em relação a 2011 no valor liquidado relativo ao orçamento do próprio exercício. Isso decorre da presença de duas ações novas na função de Urbanismo.

A ação de Pagamento de Pessoal Ativo da União foi criada no orçamento de 2012 e nela houve uma liquidação de R$ 409,34 milhões. Já a ação de Administração da Unidade foi incluída na função de Urbanismo em 2012 e nela houve uma liquidação de R$ 62,92 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO URBANISMO

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**5.336,68**	**7.102,65**	**3.565,17**	**450,79**	**376,38**	**3.114,38**
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	407,72	541,06	368,00	11,43	9,97	356,57
2048	Mobilidade Urbana e Trânsito	1.392,24	2.780,91	1.313,07	313,25	240,31	999,82
2049	Moradia Digna	1.207,74	1.069,51	770,02	116,57	116,57	653,45
2054	Planejamento Urbano	2.328,14	2.710,67	1.114,08	9,54	9,53	1.104,54
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	0,84	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**810,43**	**881,08**	**820,00**	**737,12**	**721,49**	**82,88**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,0**	**0,00**	**0,00**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,0**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**6.147,12**	**7.983,73**	**4.385,17**	**1.187,91**	**1.097,87**	**3.197,26**

Fonte Siafi Gerencial – Base janeiro de 2013. Valores com arredondamento.

O MCidades busca entregar ao poder público e à sociedade ferramentas de apoio à gestão de riscos e controle social por meio das iniciativas definidas no Programa Temático de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres do Plano Plurianual (PPA 2012-2015).

Nesse programa foi aberto um crédito extraordinário no valor de R$ 133,33 milhões. Assim, esse acréscimo na dotação, levou a um percentual de 68,01% da despesa empenhada em relação à dotação atualizada.

A partir do ano de 2011 houve significativo aumento no aporte de recursos na ação orçamentária de contenção de encostas, momento em que foi incorporada ao PAC 2.

As seleções ocorridas em 2012 superam os recursos do exercício financeiro e apontam uma tendência de investimento crescente nessa área.

No âmbito da ação de Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas, o processo da 2ª seleção de propostas do PAC 2 - Contenção de Encostas selecionou e contratou 34 operações que contemplaram 37 municípios dos estados do Amazonas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, totalizando um investimento de R$ 1,4 bilhão.

Do valor contratado em 2011 de R$ 595 milhões, 26 operações encontram-se em andamento (42% dos recursos financeiros contratados).

Os quadros seguintes demonstram os resultados da atuação governamental na ação de Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas.

MUNICÍPIOS ALCANÇADOS NA AÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM ÁREAS URBANAS

Previsto 2012	Apurado 2012	Apurado 2012 (%)	Apurado 2011
54	37	69%	71

Fonte: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos – SNAPU/MCidades

Houve significativa ampliação do recurso selecionado, apesar do menor número de municípios apoiados em relação a 2011, tendo em vista que a seleção visou à solução em municípios que apresentam problemas de maior magnitude e, portanto, maior risco, priorizando-se, assim, intervenções mais estruturantes.

RELAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS COM EXECUÇÃO FÍSICA ADIANTADA

R$ 1,00

UF	Proponente	Município beneficiado	Fonte	Investimento	Repasse	% Exec
SP	Município	Taboão da Serra	OGU	5.931.173,35	5.931.173,35	44,36
SP	Estado	Santo André	OGU	22.188.767,17	21.716.666,87	51,45
AM	Estado	Manaus	OGU	5.943.619,28	5.232.823,60	59,83
SP	Município	São Bernardo do Campo	OGU	23.032.680,64	22.557.470,87	39,59
RJ	Município	Niterói	OGU	8.912.403,88	8.912.403,88	30,87

Fonte: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos – SNAPU/MCidades

Na ação de Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Enxurradas e Deslizamentos foi celebrado o Acordo de Cooperação com o *Cities Alliance* para desenvolvimento de método de Monitoramento da Ocupação Urbana e proposição de regulamentação sobre usos de informações geradas pelo Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU). Também foram implementados testes do método de monitoramento da ocupação urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Importante ressaltar ainda a estruturação dos processos que irão viabilizar o Laboratório de Monitoramento da Ocupação Urbana, que envolve aquisições de hardwares, softwares e contratação de consultoria especializada em parcerias com o Banco Mundial e JICA (Agência de Cooperação Japonesa) para desenvolvimento de sistemas e metodologias para avaliação de riscos em áreas suscetíveis a desastres.

No Programa Temático de Mobilidade Urbana e Trânsito, foi aberto um crédito extraordinário no valor de R$ 644,31 milhões. Assim, esse acréscimo na dotação, levou a um percentual de 47,22% da despesa empenhada em relação à dotação atualizada.

No que diz respeito à regulação da área de transporte e mobilidade urbana, destaca-se a aprovação do marco regulatório da mobilidade urbana, por meio da promulgação da Lei n° 12.587/2012, que instituiu os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana; as diretrizes para regulação dos serviços de transporte público coletivo; os direitos dos usuários; as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios e as diretrizes para o planejamento e a gestão dos sistemas de mobilidade urbana. Esse marco regulatório representa uma das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Programa Temático de Mobilidade Urbana e Trânsito.

No contexto ambiental destaca-se a conclusão do Plano Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima (PSTM), versão final concluída em 2012, após consulta pública e apreciação pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. O PSTM constitui instrumento de planejamento que visa identificar políticas públicas de transporte e da mobilidade urbana com o objetivo de contribuir com o esforço nacional de mitigação e adaptação às mudanças climáticas na economia brasileira.

Em relação aos investimentos não orçamentários, foi dada continuidade aos empreendimentos de mobilidade urbana vinculados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, que se referem à implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, Bus Rapid Transit (BRT), Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego.

Até dezembro de 2012, existem 53 propostas selecionadas e 48 contratos de financiamento efetivados, perfazendo o montante de valor de financiamento contratado de R$ 6,52 bilhões. Dos contratos firmados, 47 foram efetivados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e um contrato com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Estão em andamento 42 projetos e até o final de 2012 foi desembolsado R$ 978 milhões de recursos de empréstimo. Em virtude de alterações ocorridas na Matriz de Responsabilidades, de acordo com a Resolução Gecopa nº 22, de 21/12/2012, o valor de financiamento passou a R$ 4,84 bilhões contratados.

Dentre as obras, merece destaque o empreendimento de Belo Horizonte denominado Boulevard Arrudas/Tereza Cristina que terminou o exercício com 85,52% de obra concluída. Trata-se de um corredor de ônibus com 3,5 km de extensão que facilitará a integração de toda a região oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte à área central da cidade, permitindo a estruturação do sistema de transporte coletivo em uma rede tronco alimentadora.

Os empreendimentos de mobilidade urbana vinculados à 2ª etapa do PAC, denominada Mobilidade Grandes Cidades, passaram a contar, a partir de 2011, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

O PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades tem por objetivo requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo, visando à ampliação da capacidade e promovendo a integração intermodal, física

e tarifária do sistema de mobilidade nos grandes centros urbanos.

A seleção dos empreendimentos foi concluída em abril de 2012, quando foram selecionadas 43 propostas totalizando R$ 22,43 bilhões, sendo R$ 12,16 bilhões de FGTS e R$ 10,27 bilhões de OGU. Desse montante já foram formalizadas três das propostas selecionadas.

Dos recursos provenientes do OGU foram empenhados R$ 9 milhões, marcando o início do efetivo apoio do Governo Federal à execução dos empreendimentos selecionados.

Em 2012 também foi lançada a seleção de empreendimentos do PAC 2 Mobilidade Médias Cidades e do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 2ª Etapa, disponibilizando, respectivamente, R$ 7 bilhões e R$ 5,8 bilhões de recursos de financiamento.

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 1ª Etapa, até dezembro de 2012 totalizaram 176 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R$ 1,35 bilhão. Desses, 152 contratos foram assinados em 2012, representando R$ 1,12 bilhão em valores de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Como resultado dessa ação não orçamentária, houve execução de 475 km de vias pavimentadas até o final de 2012. Cinco obras encontram-se concluídas e 39 contratos estão com execução superior a 50%.

A conclusão dessas obras irá contribuir para o cumprimento da meta de pavimentar e qualificar 4.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, referente à iniciativa prevista no PPA 2012-2015.

O índice de mobilidade urbana do PPA 2012-2015 é definido como a relação entre o número de viagens realizadas ao dia e o número de habitantes. O uso desse índice é comprometido pela impossibilidade de efetivamente medi-los, sem que exista a participação dos demais entes municipais e estaduais. É importante destacar que os componentes de cálculo do índice podem ser decorrentes de causas sociais, econômicas, culturais e ambientais, o que torna sua interpretação bastante complexa, sendo difícil relacionar os seus resultados a uma intervenção específica.

Ciente que esta restrição não permite um diagnóstico consistente do efeito das intervenções em mobilidade urbana, considerando integralmente suas dimensões sociais, econômicas e ambientais, no PPA 2012-2015 passou-se a utilizar alguns indicadores das pesquisas do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e das informações do Sistema de Mobilidade da Associação Nacional de Transporte Público (ANTP) como parâmetros balizadores para as iniciativas correntes. Em 2012 não foram divulgadas novas pesquisas com atualização dos indicadores.

A leitura conjunta dessas pesquisas aponta para a necessidade de ações estratégicas nos grandes centros urbanos que priorizem o fomento à utilização de transporte público coletivo. E é neste rumo que o Governo Federal vem priorizando os investimentos a partir de 2010. Exemplo de ações neste sentido é a alocação de mais de R$ 40 bilhões de reais, até o presente momento, a serem aplicados plurianualmente em projetos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa Mundo FIFA 2014 e nos diferentes eixos do PAC 2: Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 1ª e 2ª etapas, Mobilidade Grandes Cidades e Mobilidade Médias Cidades.

O Governo Federal vem realizando investimentos para expansão, recuperação ou modernização dos sistemas de trens urbanos de passageiros. Essa conduta está definida no PPA 2012-2015 por meio do objetivo de requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

No âmbito da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), em Recife - Linhas Centro e Sul - as obras civis e aquisição dos Veículos Leve sobre Trilhos (VLT) atingiram acumulado de 97% das ações previstas. Foram entregues os últimos quatro VLTs de sete unidades, e contratadas mais duas unidades que serão entregues no início de 2013. O Terminal de Aeroporto foi inaugurado em abril de 2012.

Em Belo Horizonte, as atividades da Linha 1 (Eldorado Vilarinho) serão retomadas a partir de 2013 com recursos oriundos de crédito extraordinário de R$ 211,00 milhões para aquisição de 10 TUEs, e crédito suplementar de R$ 4,3 milhões para fornecimento e instalação de Blindagem das Bilheterias e Salas Técnicas em 15 estações. O primeiro crédito refere-se à inclusão da Ação no PAC dos Equipamentos a partir de junho de 2012.

Em Salvador, as obras civis de implantação do Tramo I, Lapa-Acesso Norte estão praticamente concluídas. A implantação da estação Bonocô atingiu 50% de avanço físico acumulado até 2012. Na modernização/recuperação do trem de subúrbio no trecho Calçada-Paripe, foram concluídos os serviços da fabricação e montagem da superestrutura metálica da ponte São João.

Na Linha Sul de Fortaleza, como marco importante pode-se ressaltar o início da Operação Assistida em junho de 2012. Já na Linha Oeste foram realizados os testes dinâmicos dos dois últimos VLTs e a operação assistida em todo o trecho com os seis VLTs.

Maceió vem desenvolvendo ações visando ao preparo do sistema para operar com os novos veículos. Por fim, em João Pessoa e Natal os sistemas foram incluídos no PAC – Equipamentos – com o Projeto de Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros, com um crédito extraordinário em 2012 de R$ 250 milhões para aquisição de VLTs e locomotivas.

Considerando todos os sistemas sob a gestão da CBTU, os resultados apurados apontaram uma demanda de 145 milhões de passageiros transportados no ano de 2012, superando em 4% o resultado alcançado em 2011. A média diária atingiu 486 mil passageiros transportados, valor esse 6% maior que o apurado no exercício anterior.

No sistema de Porto Alegre, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) opera no eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, atendendo os municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

A obra de expansão entre São Leopoldo e Novo Hamburgo teve início de execução efetiva em fevereiro de 2009, a partir da sua inclusão no PAC. A obra de Expansão Norte da Linha 1 apresentou significativos avanços no ano de 2012, destacando-se o início da operação comercial nas estações Rio dos Sinos em São Leopoldo e Santo Afonso em Novo Hamburgo. Ao final do mês de novembro de 2012, a obra atingiu o percentual de 96,5% de execução. O empreendimento prevê, no total, mais 9,3 quilômetros da Linha 1, atingindo ao final da atual implantação um total de 43 quilômetros de extensão, de Porto Alegre a Novo Hamburgo.

Outro destaque da empresa é a implantação do Aeromóvel entre a Estação Aeroporto ao Aeroporto Salgado Filho. Em 2012, foram concluídos 87% do cronograma geral e 85% do pacote tecnológico. A execução das obras civis da estrutura de suporte e propulsão dos veículos da via elevada foram concluídas em 100%.

Em 2012, a Trensurb obteve índice de satisfação geral dos usuários de 95,75%, sendo o maior índice obtido em todos os anos pesquisados. Entre 2009 e 2012, o número de passageiros transportados pela empresa ao ano aumentou em torno de 7,5 milhões, ou seja, houve um incremento de 16,9% da demanda atendida.

Com relação ao tema Trânsito, aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é objetivo definido no PPA 2012-2015. Ao longo do ano de 2012, 171 municípios foram integrados ao SNT, atingindo o montante de 1.294 municípios, representando um aumento de 15,22% em relação ao número de municípios integrados no ano anterior. A população habitando municípios integrados até o final de 2012 era de 134.469.163, representando 70,49% da população brasileira.

Na área de segurança veicular, destacam-se os novos percentuais de implantação obrigatória dos dispositivos de segurança Air-bag e ABS aplicados à produção de veículos.

Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização no trânsito é objetivo definido no PPA 2012-2015. Nesse sentido, em setembro de 2012 foi lançada a campanha permanente pela redução de acidentes, cuja meta é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020. Esse lançamento integrou a programação da Semana Nacional de Trânsito (18 a 25 de setembro) e reforçou a participação do Brasil na Década Mundial de Ações pela Segurança no Trânsito – de 2011 a 2020 – instituída pela Organização das Nações Unidas e firmada por meio do Pacto Nacional pela Redução de Acidentes com o projeto Parada.

Ao longo do exercício de 2012 foram produzidos filmes e spots sob os slogans: a)“A Dor de um Acidente Pode Durar para Sempre”; b)“Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito – 2011/2020: Não Exceda a Velocidade, Preserve a Vida”; c)“Campanha Nacional para a Prevenção de Acidentes com Crianças no Trânsito – Paradinha”; e d)“Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito”. Essas campanhas foram veiculadas em âmbito nacional utilizando as diversas mídias (televisão, rádio, impressos).

Nessa linha de ação, foi doado à Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal - AND o quantitativo de um milhão de bafômetros descartáveis, para aplicação em campanhas educativas de trânsito realizadas pelos Departamentos de Trânsito dos Estados e Distrito Federal.

Na elaboração do PPA 2012-2015 foram construídos novos indicadores utilizando dados e informações (número de habitantes) diferentes daqueles constantes na fórmula do PPA 2008-2011 (frota), gerando apurações e resultados diferentes. Por esse motivo, não é cabível avaliar ou comparar os resultados atuais com os apurados no exercício de 2011. Além disso, o modelo do PPA vigente não inclui em seus dados a previsão de índice a ser alcançado no final do PPA 2012-2015, motivo pelo qual não foi possível confrontar os índices alcançados em 2012 com os previstos para o final do PPA 2012-2015.

No âmbito da ação de Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência foram realizadas vistorias nos Aeroportos das cidades que sediarão a Copa das Confederações 2013 quanto aos principais aspectos das condições de acessibilidade, com elaboração de relatório final. Além disso, foram selecionadas sete propostas visando prover condições de Acessibilidade em áreas contíguas às obras do PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades.

Na função Urbanismo, o Programa Temático de Moradia Digna tem participação por meio das ações de Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. Parte da última ação também é executada na função Habitação.

Considerando a dotação atualizada, com um crédito extraordinário de R$ 284,63 milhões, as despesas empenhadas foram de 72% em relação à dotação atualizada.

O MCidades, no cumprimento da Política Nacional de Habitação (PNH), propõe a elaboração e promove a implementação de programas de apoio ao setor público e entidades civis sem fins lucrativos com a finalidade de melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários.

Para alcançar os objetivos definidos no PPA 2012-2015 as ações do MCidades são executadas nas funções Habitação e Urbanismo, pois precisam combater diversas variáveis.

A melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários necessita de atuações que busquem resolver a precariedade da moradia caracterizada por vários aspectos: irregularidade fundiária ou urbanística; deficiência da infraestrutura; ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde.

No Programa Moradia Digna pode-se destacar algumas obras do PAC – Habitação cujas ações orçamentárias são executadas nas funções Habitação e Urbanismo.

INTERVENÇÕES DE URBANIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (PAC 1ª E 2ª ETAPA)

UF	Município	Tomador	Nome Intervenção	Investimento (R$ milhões)	Escopo
MA	São Luís	Estado	Margem Esquerda do Rio Anil	368,5	Projeto com proposta de resgate de vida da comunidade ribeirinha a Margem esquerda do Rio Anil.
SP	São Paulo	Município e Estado de São Paulo	Paraisópolis	318,8	Urbanização integrada da favela de Paraisópolis.
MG	Contagem	Estado (tripartite - Estado de MG/Belo Horizonte/ Contagem)	Ribeirão Arrudas	278,0	Intervenção para requalificação urbana e ambiental de trecho do fundo do Vale do Ribeirão do Arrudas.
CE	Fortaleza	Município de Fortaleza	Vila do Mar	144,8	Requalificação urbana e ambiental de toda a orla oeste da cidade de Fortaleza, nos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará.
MG	Belo Horizonte	Município de Belo Horizonte	Vila Califórnia	24,9	O Contrato beneficia 1120 famílias com a previsão de reassentar 144 e remanejar 71 famílias, assim como remover 215 famílias de áreas de risco.

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades

No Programa Temático de Planejamento Urbano, considerando a dotação atualizada, com um crédito extraordinário de R$ 384,57 milhões, foram empenhados 41,10% da dotação.

A ação orçamentária de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano é a principal responsável pela execução do programa. Essa ação consta no objetivo do PPA 2012-2015 de fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social. Em 2012, a ação sofreu forte contingenciamento. Dos R$ 2,63 bilhões da dotação atualizada, mais de 50% foram contingenciados e R$ 1,11 bilhão empenhado. Trata-se de ação vinculada em sua maior parte a emendas parlamentares que apoiam projetos de infraestrutura urbana em urbanização, abastecimento de água, drenagem e outros. Em 2012, foram apoiados 1.692 projetos. A maioria dos recursos visa apoiar estados e municípios na realização de obras de pavimentação ou calçamento de calçadas públicas.

Ainda sobre fortalecimento institucional, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), por meio da parceria com o Ministério da Educação e seu Programa de Apoio à Extensão Universitária - Proext foram apoiados 31 projetos e 28 programas de Extensão Universitária, com ênfase na capacitação de técnicos e gestores municipais de diversas áreas do desenvolvimento urbano, beneficiando vários municípios de todas as regiões brasileiras. A capacitação de técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do PNCC é uma meta estabelecida no PPA 2012-2015.

O Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br) é um ambiente virtual recém-implantado que mantém uma agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs e fóruns temáticos, e uma plataforma virtual de cursos a distância. Em 2012, foram realizados 4 cursos, 3 seminários e uma oficina, totalizando 1.156 participantes. Também houve apoio ao Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional Integrado Sustentável (PLURIS), organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU UnB), com 258 participantes.

As atividades estruturantes foram priorizadas, como a elaboração de materiais didáticos e publicações que, entre outros objetivos, irão subsidiar a nova gestão municipal em 2013. No ano de 2012, totalizaram 6.500 publicações didáticas distribuídas.

A manutenção do Conselho Nacional das Cidades é meta instituída no PPA 2012-2015 que foi alcançada em 100%. Em 2012 foram realizadas 4 reuniões ordinárias do Conselho em Brasília – DF. Na 33ª reunião ordinária foi aprovado o cronograma da 5ª Conferência Nacional das Cidades.

A promoção de regularização fundiária urbana é uma iniciativa constante no PPA 2012-2015. Em 2012 foi concluída atividade final referente ao convênio firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana do Estado de Minas Gerais (SEDRU), mediante entrega de 285 títulos registrados em cartório de posse/propriedade aos beneficiários da Comunidade Bom Jesus, no Bairro Florença do município de Ribeirão das Neves, da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foi realizada descentralização orçamentária em favor da Universidade Federal do Pará, para fins de regularização fundiária de 14.000 famílias em seis municípios do estado do Pará.

No Programa Terra Legal, o Ministério das Cidades, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, avaliou 56 áreas objeto de pedidos de doação de terras do INCRA na Amazônia Legal. Até 2012, foram aprovadas doações de 140 áreas, beneficiando uma população estimada em 335 mil moradores com a regularização fundiária de seus imóveis.

No que diz respeito à ação de Apoio ao Planejamento Territorial e à Gestão Urbana Municipal e Interfederativa, vinculada a outra iniciativa do PPA 2012-2015, houve descentralização de recursos no valor total de R$ 927,3 mil para as Universidades Federais de Ouro Preto, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, e de Santa Catarina, a fim de elaborar cartas geotécnicas nos municípios de Ouro Preto/MG, Igrejinha/RS, Ipojuca/PE e São José/SC, respectivamente.

O Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária é indicador definido no PPA 2012-2015 apurado pelo MCidades.

O valor apurado para "famílias com processo de regularização iniciado" em 2012 é de 337.976, número inferior ao informado na PCPR de 2011, de 381.175, em razão da alteração na forma de aferição do índice para o PPA 2012-2015.

Na nova forma de cálculo são consideradas somente aquelas famílias contempladas com processos de regularização fundiária que utilizem recursos da ação orçamentária Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado). Em comparação com o valor constante no PPA 2012-2015 de 243.268, aferido em 2010, houve acréscimo de 94.708 famílias, sendo 14.000 relativas ao cumprimento da meta física dessa ação para o exercício 2012, e 80.708 decorrentes da incorporação posterior ao fechamento do PPA dos valores referentes às famílias "com títulos concedidos" e "com títulos registrados".

Função Saneamento

A Lei nº 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico no País e o define como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Os investimentos no setor de saneamento básico são constituídos por recursos onerosos e não onerosos. Os recursos de fontes não onerosas são oriundos da Lei Orçamentária Anual (LOA) enquanto que os recursos onerosos são provenientes de empréstimos públicos concedidos a taxas de juros reduzidas em relação às praticadas no mercado, para investimentos em ações de saneamento básico, cujas principais fontes são o FGTS e o FAT/BNDES. Em termos de recursos não onerosos, a execução dos últimos anos é apresentada a seguir.

Função "SANEAMENTO"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012 – Recursos Não Onerosos

R$ milhões

Função "Saneamento"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	512 - Saneamento Básico Urbano	477,36	844,19	514,85	268,97	740,64	2.846,01
		Demais Funções	0,80	0,88	1,24	0,26	-	3,18
	RPNP[2]	512 - Saneamento Básico Urbano	1.047,75	780,90	1.137,44	894,18	811,81	4.672,08
		Demais Funções	-	0,06	-	-	0,06	0,12
TOTAL			**1.525,91**	**1.626,03**	**1.653,53**	**1.163,41**	**1.552,51**	**7.521,39**

Fonte: Siafi Gerencial – Base janeiro de 2013. Valores com arredondamento.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Desde o ano de 2008, tem se mantido o elevado nível de valores liquidados relativos à função Saneamento, o que pode ser explicado pela retomada dos investimentos públicos no setor, consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, que ampliou consideravelmente os recursos disponíveis para o aperfeiçoamento da política pública de saneamento básico.

Conforme se verifica no quadro acima, os investimentos realizados na função Saneamento utilizaram basicamente a subfunção Saneamento Básico Urbano, que concentra o foco de atendimento à população urbana de menor nível socioeconômico, em especial a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes e médios centros urbanos.

Em 2012, foi iniciado o processo seletivo para novos empreendimentos nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário para municípios acima de 250.000 habitantes e de regiões metropolitanas prioritárias. Esse processo encontra-se em andamento.

Foram selecionadas 30 operações a serem apoiadas com recursos não onerosos, para obras de manejo de águas pluviais, abastecimento de água e estudos e projetos, totalizando R$ 1,25 bilhão. No exercício, foram concluídas 25 operações, abrangendo recursos da ordem de R$ 79,84 milhões.

No tocante aos recursos onerosos, no âmbito do PAC, no exercício de 2012 foram firmados 235 novos contratos, totalizando R$ 4,20 bilhões, o que representa cerca de 130% a mais em relação ao ano de 2011, em termos de valor, e aproximadamente 4 vezes mais, em termos de número de contratos assinados.

Foram desembolsados (pagos) R$ 2,27 bilhões (envolvendo contratos firmados no exercício e contratos firmados em anos anteriores), dos quais 84,3% compreendem ações inseridas no PAC.

Importante destacar que a maior parcela das contratações em 2012 com recursos onerosos foi para empreendimentos de esgotamento sanitário, com 47,7% do total contratado relativo ao setor público, o que reforça a atuação do Governo Federal na melhoria de serviços de saneamento, que ainda apresentam déficits significativos.

Ademais, observa-se que a execução financeira nessa modalidade correspondeu a 44,2% da execução total no exercício em análise.

CONTRATAÇÃO E DESEMBOLSO EM 2012 POR MODALIDADE – Recursos Onerosos

R$ milhões

Modalidade	PAC						Não PAC FGTS
	Setor Público			Operações de Mercado			
	Contratos	Valor Contratado (R$ milhões)	Execução Financeira (R$ milhões)	Contratos	Valor Contratado (R$ milhões)	Execução Financeira (R$ milhões)	Execução Financeira (R$ milhões)
Esgotamento sanitário	92	1.926,4	672,5			129,3	201,5
Abastecimento de Água	77	1.316,8	344,9	2	162,6	40,1	99,8
Manejo de Águas Pluviais	8	664,3	348,5				21,5
Estudos e Projetos	55	81,1	14,3				1,4
Saneamento integrado	1	52,9	21,3			8,4	0,5
Desenvolvimento institucional			28,2			297,9	23,7
Manejo de Resíduos Sólidos			3,3			5,9	9,2
Total	**233**	**4.041,5**	**1.433,0**	**2**	**162,6**	**481,6**	**357,7**

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCidades

A função de Saneamento abrange o Programa Temático de Saneamento Básico e modalidade de manejo de águas pluviais na prevenção de risco do Programa Temático de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO SANEAMENTO
Recursos não Onerosos

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**3.063,38**	**4.231,74**	**2.637,92**	**740,64**	**738,26**	**1.897,28**
2068	Saneamento Básico	2.207,98	2.601,54	1.569,79	464,28	462,94	1.105,51
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	855,40	1.630,20	1.068,13	276,35	275,32	791,77
-	Demais Programas Temáticos						
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)							
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)							
DEMAIS PROGRAMAS (IV)							
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**3.063,38**	**4.231,74**	**2.637,92**	**740,64**	**738,26**	**1.897,28**

Fonte: Siafi Gerencial – Base janeiro de 2013. Valores com arredondamento

No Programa Temático de Saneamento Básico foi aberto um crédito extraordinário no valor de R$ 806,32 milhões. Assim, esse acréscimo na dotação, levou a um percentual de 60,34% da despesa empenhada em relação à dotação atualizada.

Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas é objetivo do programa definido no PPA 2012-2015.

As iniciativas do MCidades voltadas à implementação do programa relacionam-se a medidas que objetivam viabilizar a implantação, a ampliação e a melhoria estrutural dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; o apoio a empreendimentos de saneamento integrado; a ampliação da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos; o apoio a sistemas de manejo de águas pluviais; o apoio à elaboração de planos e projetos de saneamento; o apoio à implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas (INTERÁGUAS); o apoio à Estruturação e Implementação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA); o desenvolvimento de atividades de capacitação e assistência técnica e o apoio à elaboração e monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional.

Os municípios apoiados pelas ações do MCidades são aqueles com população superior a 50 mil habitantes, ou municípios integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões integradas de Desenvolvimento - RIDEs, ou Consórcios Públicos com população total acima de 150 mil habitantes.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) concentra a maior parte dos investimentos do Programa Temático de Saneamento Básico. Ao final de 2012, havia 1.284 termos de compromisso contratados, equivalentes a R$ 23,76 bilhões. Destes, 693 contratos estavam com obras iniciadas, envolvendo investimentos da ordem de R$ 13,64 bilhões.

No ano foram iniciados 114 empreendimentos, no valor total de R$ 2,30 bilhões e concluídos outros 25, correspondendo ao montante de R$ 79,84 milhões.

As iniciativas que concentraram o maior volume de recursos aplicados no Programa Saneamento Básico, durante o exercício de 2012, foram àquelas relativas ao apoio à implantação, ampliação e melhorias de sistemas de esgotamento sanitário, à implantação, ampliação e melhorias dos sistemas de abastecimento de água potável e ao apoio aos empreendimentos de saneamento integrado.

Para a iniciativa relativa às ações de esgotamento sanitário, foi autorizada a dotação atualizada de R$ 1,11 bilhão, tendo sido liquidado o montante de R$ 154,16 milhões relativo ao orçamento do próprio exercício e R$ 214,66 milhões correspondente a restos a pagar não processados liquidados no decorrer do exercício.

A maioria das operações dessa iniciativa, dentro do MCidades, está vinculada ao PAC, sendo que, ao final de 2012, havia 268 termos de compromisso contratados, equivalentes a R$ 6,40 bilhões. Destes, 172 contratos estavam com obras iniciadas, envolvendo investimentos da ordem de R$ 3,46 bilhões.

No ano, foram iniciadas 16 obras, no valor total de R$ 416,65 milhões e concluídas 3, correspondendo ao montante de R$ 13,36 milhões.

Com relação à iniciativa de abastecimento de água, foi autorizada a dotação atualizada de R$ 743,47 milhões, tendo sido liquidado os montantes de R$ 151,52 milhões relativos ao orçamento do próprio exercício e de R$ 154,95 milhões correspondentes a restos a pagar não processados liquidados no decorrer do exercício.

No âmbito do PAC, programa que concentra a maioria das intervenções em abastecimento de água, havia ao final de 2012, 258 termos de compromisso contratados, equivalentes a R$ 4,74 bilhões. Destes, 174 contratos estavam com obras iniciadas, envolvendo investimentos da ordem de R$ 2,55 bilhões.

No ano, foram iniciados 26 empreendimentos, no valor total de R$ 387,40 milhões, e concluídos 11, correspondendo ao montante de R$ 59,55 milhões.

No ano de 2012, foram selecionados 22 empreendimentos de obras de abastecimento de água, para mitigar os efeitos da estiagem em municípios do estado de Minas Gerais e da Região Nordeste, que totalizaram investimentos da ordem de R$ 0,6 bilhão, a serem apoiados com recursos do OGU, no âmbito do PAC.

Por fim, quanto à iniciativa saneamento integrado, foi autorizada a dotação atualizada de R$ 544,76 milhões, tendo sido liquidados os montantes de R$ 149,85 milhões relativos ao orçamento do próprio exercício e de R$ 232,27 milhões correspondentes a restos a pagar não processados liquidados no decorrer do exercício.

No âmbito do PAC, ao final de 2012, havia 130 termos de compromisso contratados, equivalentes a R$ 5,74 bilhões. Destes, 116 contratos estavam com obras iniciadas, envolvendo investimentos da ordem de R$ 5,24 bilhões. Foram iniciados, em 2012, 18 empreendimentos, no valor total de R$ 544,94 milhões.

No tocante às obras referentes ao Programa Temático de Saneamento Básico, apoiadas com recursos onerosos, destaque-se que, ao final de 2012, havia 928 empreendimentos contratados (total), o que corresponde a empréstimos da ordem de R$ 17,99 bilhões, sendo que 82%, em termos de valor, estavam com suas obras iniciadas ou concluídas.

Durante aquele ano, foram selecionados 2 empreendimentos (no valor de R$ 162,6 milhões), ambas com o setor privado. O resultado do Processo Seletivo Simplificado com o setor público, iniciado em 2012, não foi publicado até o término do referido ano. No período, foram iniciados 36 empreendimentos, correspondentes a um valor de empréstimo de R$ 1,30 bilhão.

No âmbito do PAC 1, especificamente quanto às iniciativas que concentram a maior parte dos investimentos do Programa Saneamento Básico – água, esgoto e saneamento integrado –, ainda considerando recursos onerosos, havia, ao final de 2012, 731 contratados assinados, equivalentes a R$ 13,84 bilhões. Destes, 539 contratos estavam com obras iniciadas, envolvendo investimentos da ordem de R$ 10,90 bilhões. No ano foram iniciados 21 empreendimentos, no valor total de R$ 570,8 milhões, e concluídos outros 33, correspondendo ao montante de R$ 688,3 milhões.

No que se refere aos empreendimentos incluídos no PAC 2, relativos às mesmas iniciativas, durante o ano de 2012, foram firmados 172 novos contratos a serem financiados com recursos onerosos, equivalentes a R$ 3.458,7 milhões. Desses, ao final do exercício, 155 contratos estavam em ação preparatória, 11 encontravam-se em processo de licitação da obra e outros 6 tiveram suas obras iniciadas.

No contexto legal/institucional, em 2012, deu-se continuidade ao avanço na consolidação da política federal de saneamento, com a consulta pública sobre a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), realizada pelo MCidades. A consulta pública consolida o processo participativo desenvolvido para a elaboração de um plano nacional que reflita a visão plural do conjunto dos atores sociais envolvidos com o tema do saneamento básico.

Contribuindo para fortalecer o planejamento do setor, no ano de 2012, deu-se continuidade ao apoio aos municípios e consórcios na elaboração de Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico. Deu-se prosseguimento ao monitoramento dos contratos resultantes de 95 propostas selecionadas para essa finalidade (que totalizam investimentos da ordem de R$ 70 milhões).

Cabe registrar ainda o envio, a todos os municípios, bem como às Universidades Públicas e aos Institutos Federais de Educação, de um conjunto de publicações técnicas relacionadas aos Planos de Saneamento Básico, à Lei n° 11.445/07 e ao Decreto nº 7.217/10.

Pretende-se, com essa ação, apoiar os titulares na elaboração participativa de seus Planos de Saneamento Básico, bem como subsidiar atividades de sensibilização e capacitação a serem realizadas com essa finalidade.

Em 2012, deu-se continuidade às atividades do 2º Ciclo da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA).

Quanto às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento o denominado "Trabalho Social" – foi dada continuidade às atividades que vem sendo desenvolvidas no âmbito do Programa, desde o lançamento do PAC 1. Em 2012, mais de 700 empreendimentos de saneamento financiados com recursos do PAC, em cerca de 350 municípios ou regiões metropolitanas, executaram ações do Trabalho Social.

O Trabalho Social compreende um conjunto de ações de educação ambiental e de mobilização social em saneamento, planejadas e desenvolvidas pelo proponente em função das obras de saneamento contratadas com recursos do PAC – Saneamento.

Com relação ao sistema de informações foi dada continuidade à administração do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS). No ano de 2012, foram lançados os Diagnósticos dos Serviços de Água e Esgotos, em sua décima sexta edição, e do Serviço de Resíduos Sólidos Urbanos, em sua nona edição, divulgando a base de dados anual do SNIS, ambos referentes a dados do ano de 2010.

Para os Serviços de Água e Esgotos, o Diagnóstico apurou informações sobre abastecimento de água em 4.952 municípios e sobre esgotamento sanitário em 2.734 municípios, que correspondem a 97,7% e 85,3%, respectivamente, da população urbana do País.

Por sua vez, para os Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos, 2.070 municípios participaram do Diagnóstico, cerca de 37,2% do total do País.

Em termos de população urbana este percentual sobe para 72,8%, respondendo por 117,2 milhões de habitantes urbanos. O documento apresenta ainda uma grade extensa de informações e indicadores capazes de possibilitar uma visão abrangente, de forma a se obter avaliações consistentes sobre o desempenho dos serviços de saneamento no Brasil.

Após o lançamento dos diagnósticos, foi imediatamente iniciada a coleta de dados referente ao ano de 2011. Essa fase consiste no planejamento das ações, atualização dos programas utilizados e na coleta propriamente dita. Finalizada essa etapa, serão elaborados os próximos diagnósticos dos Serviços de Água e Esgotos e Resíduos Sólidos Urbanos.

Com relação aos indicadores de acesso ao saneamento básico definidos no PPA 2012-2015, segundo a divulgação mais recente da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2011, 83,53% dos domicílios particulares permanentes brasileiros possuíam rede geral de abastecimento de água com canalização interna, número que se eleva para 92,45% de domicílios atendidos, se considerarmos apenas os domicílios localizados nas áreas urbanas.

Quanto ao esgotamento sanitário, presente em 77,15% dos domicílios particulares permanentes do País, a pesquisa revelou que 54,92% dos domicílios possuíam acesso à rede coletora e 22,23% eram conectados à fossa séptica.

Considerando-se os domicílios localizados em áreas urbanas, a pesquisa mostra que 84,84% dos domicílios eram atendidos por serviços de esgotamento sanitário. No que se refere ao serviço de coleta de resíduos sólidos em áreas urbanas, nota-se que 93,34% dos domicílios eram atendidos por este serviço.

Ressalte-se que os dados relativos aos indicadores de acesso ao saneamento básico (rede geral de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e acesso à rede coletora) são os fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que foi realizada em 2011 e tornada pública em 2012. Os dados relativos à PNAD realizada em 2012 ainda não foram publicizados pelo IBGE.

Na análise da evolução do acesso aos serviços de saneamento básico no País, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2009 e de 2011, observam-se contínuos avanços em direção à universalização dos serviços, especialmente nas áreas urbanas.

No período analisado, observa-se uma ampliação quantitativa do acesso aos serviços de abastecimento de água (com canalização interna) de 48,54 milhões de domicílios (PNAD 2009) para 51,66 milhões de domicílios (PNAD 2011), ampliação de 3,12 milhões de domicílios.

Quanto ao esgotamento sanitário, assim como no acesso ao abastecimento de água, o avanço observado foi significativo. Entre 2009 e 2011, aproximadamente 3 milhões de domicílios passaram a ter acesso aos serviços de esgotamento sanitário por rede coletora.

O número de domicílios com acesso à rede foi ampliado de 30,28 milhões de domicílios em 2009 para 33,26 milhões de domicílios em 2011. Com relação às fossas sépticas, em 2009, 9,8 milhões de domicílios tinham acesso a esta solução; número que cresceu para 11,54 milhões de domicílios em 2011.

No que se refere ao índice de tratamento dos esgotos sanitários, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2010, o Brasil coleta 55,0% do esgoto gerado, trata 68,2% do esgoto coletado, mas trata apenas 37,9% do esgoto gerado. Esses percentuais eram de 53,9%; 69,9%; e, 37,9%, respectivamente, após a consolidação dos dados em 2009. No que se refere aos dados coletados pelo SNIS, estima-se que as informações relativas ao ano de 2011 sejam disponibilizadas no curso de 2013.

O indicador tratamento de esgoto gerado tem como denominador o volume total do esgoto gerado enquanto que o indicador tratamento de esgoto coletado tem como denominador o volume do total do esgoto coletado. Essa distinção nos denominadores implica que os valores observados para as séries de cada um dos dois índices não guardam, necessariamente, proporcionalidade.

No caso em tela, em que houve a diminuição do indicador de tratamento do esgoto coletado e a manutenção do indicador do tratamento do esgoto gerado, verifica-se, em tese e de uma maneira geral, o seguinte: na soma dos municípios, o volume de esgoto coletado aumentou mais que o volume do esgoto gerado.

Como cresceu mais, o índice médio de esgoto coletado tratado caiu. Por outro lado, o volume do esgoto tratado cresceu na mesma proporção que o volume do esgoto gerado.

No que tange ao manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, ao se considerar o total de domicílios que passaram a contar com o serviço de coleta de resíduos sólidos no período de 2009 a 2011, verifica-se a ampliação da cobertura para mais de 3,5 milhões de domicílios.

No Programa Temático de Gestão de Risco e Prevenção a Desastres foi aberto um crédito extraordinário no valor de R$ 362,03 milhões. Assim, esse acréscimo na dotação, levou a um percentual de 65,52% da despesa empenhada em relação à dotação atualizada.

A iniciativa do PPA 2012-2015 contemplada no programa e executada com a contribuição do MCidades é a de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental.

Na função Saneamento, o MCidades participa da modalidade de manejo de águas pluviais na prevenção de risco.

Considerando a base de dados de 19 de dezembro de 2012, para os termos de compromisso contidos nesse Programa no âmbito do PAC 1, ao final de 2012, 80 termos de compromisso se encontravam firmados, envolvendo investimentos da ordem de R$ 1,79 bilhão.

Havia 65 empreendimentos com obras iniciadas, com investimentos da ordem de R$ 1,50 bilhão. Destas, 13 obras haviam sido iniciadas no exercício, abrangendo recursos de R$ 212,33 milhões, e 2 obras foram concluídas, envolvendo recursos de R$ 3,02 milhões.

No âmbito do PAC 2, ao final de 2012 encontravam-se firmados 81 contratos a serem apoiados com recursos do OGU, com investimentos da ordem de R$ 4,70 bilhões.

Dos 24 empreendimentos que se encontravam iniciados ao final de 2012, 23 tiveram suas obras iniciadas no exercício em questão, envolvendo recursos de R$ 728,16 milhões.

Dos empreendimentos contratados em 2012 no âmbito desse programa, a partir de recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito do PAC 2, merecem destaque, por se tratarem de obras de grande porte, os seguintes empreendimentos: i) implantação de bacia de detenção, construção de canal na Av. Tereza Cristina, adequação do sistema viário e construção de reservatório do bairro das Indústrias, em Belo Horizonte, Minas Gerais (R$ 325,22 milhões) e ii) obras de macro-drenagem nas bacias dos Rios Bengalas, Córrego D'Antas e Rio Grande em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (R$ 140,78 milhões).

No tocante aos recursos não onerosos, no âmbito do PAC 1, ao final de 2011, havia 131 termos de compromisso contratados na esfera do Programa Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial, equivalentes a R$ 3,30 bilhões. Destes, 104 contratos estavam com obras iniciadas, envolvendo investimentos da ordem de R$ 2,27 bilhões. No ano, foram iniciados 13 empreendimentos, no valor total de R$ 320,81 milhões, e concluídos outros 5, correspondendo ao montante de R$ 17,06 milhões.

No âmbito do PAC 2, durante o ano de 2012 foram firmados 8 novos contratos a serem financiados com recursos onerosos na modalidade manejo de águas pluviais, equivalentes a R$ 629,69 milhões. Desses, ao final do exercício, 1 contrato estava em ação preparatória, 6 encontravam-se em processo de licitação e 1 empreendimento iniciado.

4.14. FUNÇÕES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

4.14.1. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

A política econômica brasileira, incluída a política industrial, está realizando uma mudança potencialmente profunda do padrão de crescimento iniciada em 2011, com taxas de juros de curto prazo (em torno de 3% ao ano), um câmbio menos valorizado, e uma carga fiscal sobre a produção significativamente menor.

O Plano Brasil Maior - PBM, política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo Federal, lançado em agosto de 2011, constitui-se, em linhas gerais, em um conjunto de diretrizes e instrumentos que norteiam a implementação da estratégia de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à competitividade para o enfrentamento dos novos desafios da economia brasileira. Mais abrangente que as políticas industriais anteriores, o PBM amplia significativamente o conjunto de cadeias produtivas representadas em sua estrutura de governança. No dia 3 de abril de 2012, foram nomeados conselheiros e representantes em um total de quase setecentas pessoas, entre empresários, trabalhadores e oficiais do setor público, para dezenove Conselhos de Competitividade Setorial, organizados por cadeias produtivas que representam aproximadamente 90% do PIB brasileiro, e para nove Coordenações Sistêmicas, organizadas por temas, tais como qualificação, inovação, investimento.

Seu objetivo geral estende-se em dez objetivos estratégicos relativos a: P&D empresarial, investimento, escolaridade da força de trabalho na indústria, eficiência energética, exportações, aumento da inovação em médias, pequenas e microempresas, entre outros. A tabela a seguir apresenta os resultados dos indicadores de cada objetivo estabelecido no PBM, demonstrando que as ações empregadas estão surtindo efeitos positivos.

INDICADORES DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PBM

Objetivo	Indicador	Valor de Referência - 2010	Índice Apurado em Janeiro/2013	Meta 2014
1.Ampliar o investimento fixo em % do PIB	% FBKF/PIB	19,50%	19,30%	22,40%
2.Elevar o dispêndio empresarial em % do PIB	% P&D empres./PIB	0,55%	0,57%	0,90%
3.Aumentar a qualificação de RH	% trabalhadores com pelo menos ensino médio na indústria/total de trabalhadores na indústria	53,70%	56,10%	65%
4.Elevar participação da indústria intensiva em conhecimento no PIB industrial	% VTI média-alta e alta intensidade tecnológica/VTI total	32,90%	33,80%	35%
5.Aumentar o número de médias, pequenas e microempresas (MPMEs) inovadoras	Número de MPMEs inovadoras	37,1	37,1	58
6.Produzir de forma mais limpa	Energia consumida, em TEPs, por R$ milhão de PIB industrial	150,7	142,5	137
7.Ampliar o valor agregado nacional	% VTI/Valor bruto da produção industrial (VBPI)	43,40%	44,10%	45,30%
8.Ampliar o acesso a bens e serviços	Número de domicílios urbanos com acesso a banda larga	13,8 milhões	19,1 milhões	40 milhões
9.Elevar a participação nacional nos mercados de tecnologia, bens e serviços para energias	VTI/VBPI nas cadeias produtoras de energia	63,80%	65,20%	66,00%
10.Diversificar as exportações brasileiras	% exportações brasileiras/exportações mundiais	1,36%	1,33%	1,60%

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP/MDIC

Apesar da maioria dos indicadores evidenciar mais o impacto defasado da política industrial que precedeu o PBM, a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, e de que a grande parte das medidas atualmente adotadas só trará pleno efeito em meados de 2013, pode-se observar uma evolução favorável em todos eles, com exceção do primeiro e do último, exatamente dois indicadores mais responsivos à conjuntura, e do indicador referente à inovação em médias e microempresas, cujo índice é divulgado bianualmente e com três anos de defasagem. Todos os demais mostram uma evolução favorável, em alguns casos inclusive avançando mais rapidamente do que pressupõe a meta para 2014.

A atuação do MDIC, ao longo de 2012, foi marcada pelas diretrizes do Plano Brasil Maior – PBM, buscando assim, o desenvolvimento industrial e econômico do País.

Atuação Governamental e Aspectos Orçamentários

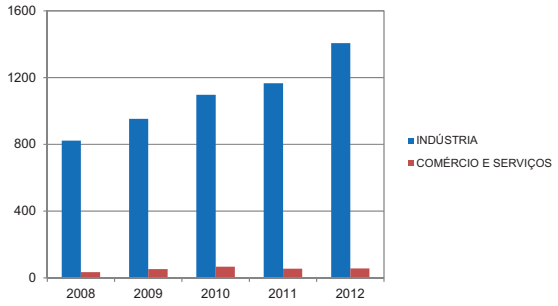
No exercício de 2012, foram autorizados recursos da ordem de R$ 3,55 bilhões para o MDIC. O limite de empenho autorizado foi da ordem de R$ 1,12 bilhão. O total de despesas liquidadas e restos a pagar não-processados liquidados em 2012 foi de R$ 1,57 bilhão. Excluído os valores liquidados de RAP e das despesas obrigatórias, o total passou para R$ 970,12 milhões, representando uma execução de 86,28% em relação ao limite de empenho disponível. Nas funções típicas vinculadas à missão institucional do MDIC, Indústria e Comércio e Serviços, os valores liquidados em 2012 somaram R$ 1,46 bilhão, o que representa 93% do valor total liquidado. A tabela a seguir demonstra a evolução da execução orçamentária por função ao longo dos últimos 5 anos. Observa-se que não houve variação significativa no período.

VALORES LIQUIDADOS (OFSS+RPNP)

R$ milhões

FUNÇÃO / DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	**75,55**	**87,54**	**93,78**	**98,08**	**107,06**
Valores Liquidados	75,55	87,54	93,78	98,08	107,06
RPNP	-	-	-	-	-
22 - INDÚSTRIA	**822,26**	**952,77**	**1.097,42**	**1.166,71**	**1.406,00**
Valores Liquidados	784,90	915,44	1.038,33	1.076,85	1.321,10
RPNP	37,36	37,33	59,09	89,86	84,90
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	**34,85**	**53,44**	**67,07**	**55,15**	**56,41**
Valores Liquidados	16,98	36,74	25,44	51,87	51,92
RPNP	17,87	16,70	41,63	3,28	4,49
28 - Encargos Especiais	**4,32**	**7,84**	**2,05**	**1,53**	**1,85**
Valores Liquidados	4,32	7,24	1,45	1,53	1,85
RPNP	-	0,60	0,60	0,00	
TOTAL ÓRGÃO 28000	**936,98**	**1.101,59**	**1.260,32**	**1.321,47**	**1.571,32**
Valores Liquidados	881,75	1.046,96	1.159,00	1.228,33	1.481,93
RPNP	55,23	54,63	101,32	93,14	89,39

Fonte: Siafi Gerencial – Base: 09/01/2013



A seguir, serão apresentados os principais resultados do MDIC, por função, considerando ainda a nova estrutura de Programas Temáticos do PPA 2012-2015, que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento industrial ao longo de 2012. A tabela a seguir traduz a execução orçamentária do MDIC no exercício de 2012 por Função e Programa Temático.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

FUNÇÃO / PROGRAMA		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp. Exec. por Inscrição em RPNP
09 - PREVIDENCIA SOCIAL		**99,17**	**110,58**	**107,06**	**107,06**	**107,06**	**-**
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	99,17	110,58	107,06	107,06	107,06	-
22 - INDÚSTRIA		**1.527,39**	**1.701,61**	**1.454,40**	**1.321,12**	**1.315,30**	**133,28**
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	3,36	5,49	3,40	1,00	1,00	2,40
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	42,09	45,09	8,88	-	-	8,88
2043	Integração Sul-Americana	0,20	0,20	-	-	-	-
2047	Micro e Pequenas Empresas	9,96	9,96	8,96	8,96	8,96	-
2055	Desenvolvimento Produtivo	618,58	711,86	600,20	554,18	549,65	46,01
2121	Programa de Gestão e Manutenção	853,20	929,01	832,97	756,98	755,69	75,99
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS		**153,63**	**155,47**	**71,16**	**51,92**	**51,92**	**19,24**
2023	Comércio e Serviços	24,80	27,30	17,08	7,19	7,19	9,89
2024	Comércio Exterior	92,01	91,35	46,04	43,21	43,21	2,83
2047	Micro e Pequenas Empresas	36,82	36,82	8,04	1,52	1,52	6,52
28 - ENCARGOS ESPECIAIS		**2,53**	**2,51**	**1,93**	**1,85**	**1,85**	**0,08**
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2,17	2,15	1,93	1,85	1,85	0,08
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0,30	0,30	-	-	-	-
2121	Programa de Gestão e Manutenção	0,06	0,06	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**1.582,04**	**1.582,04**	**-**	**-**	**-**	**-**
0999	Reserva de Contingência	1.582,04	1.582,04	-	-	-	-
TOTAL GERAL DO ÓRGÃO		**3.364,76**	**3.552,21**	**1.634,55**	**1.481,95**	**1.476,12**	**152,60**

Fonte: Siafi Gerencial – Base de dados: 09/01/2013

Função Indústria

A tabela a seguir apresenta os valores executados no período de 2008 a 2012 nas subfunções típicas da função Indústria.

VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO

R$ milhões

FUNÇÃO INDUSTRIA	SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012
No Exercício	661 - Promoção Industrial	3,34	1,76	3,80	9,54	2,99
	662 - Produção Industrial	0,01	0,13	0,32	1,35	-
	664 - Propriedade Industrial	3,76	5,89	6,05	5,52	15,08
	665 - Normalização e Qualidade	240,82	279,95	351,77	357,18	545,13
	Demais Subfunções	536,97	627,70	676,39	703,26	757,92
TOTAL (I)		**784,90**	**915,43**	**1.038,32**	**1.076,85**	**1.321,12**
RPNP	661 - Promoção Industrial	6,31	5,24	10,16	6,80	14,47
	662 - Produção Industrial	0,59	0,31	0,87	0,34	-
	664 - Propriedade Industrial	0,74	1,52	1,56	2,91	1,11
	665 - Normalização e Qualidade	2,90	5,21	2,45	27,09	5,21
	Demais Subfunções	26,82	25,05	44,05	52,72	64,11
TOTAL (II)		**37,36**	**37,33**	**59,09**	**89,86**	**84,90**
TOTAL GERAL (I+II)		**822,26**	**952,76**	**1.097,41**	**1.166,71**	**1.406,02**

Fonte: Siafi Gerencial – Base de dados: 09/01/2013

Observa-se que na função Indústria, a subfunção de maior execução é Normalização e Qualidade. Há de se considerar que o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia – Inmetro detém a maior parte de recursos disponibilizados ao MDIC, nessa subfunção. Serão apresentados a seguir os principais resultados das ações que compõem os Programas Temáticos vinculados à função Indústria.

Desenvolvimento Produtivo

Como pode ser observada, a execução orçamentária da função Indústria concentra-se no Programa Temático Desenvolvimento Produtivo, o mais aderente ao Plano Brasil Maior e o que comporta a programação orçamentária do Inmetro e do Instituto de Propriedade Industrial – INPI, programações essas, mais expressivas que a da administração direta.

O Inmetro tem papel relevante no Plano Brasil Maior. As ações executadas pelo Inmetro em 2012 foram estruturadas em três eixos para atender à política industrial: Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão; Infraestrutura Técnica para a Qualidade e Metrologia; e Apoio à Competitividade Sistêmica do Estado Brasileiro.

Entre os principais resultados estratégicos destacam-se:

- O acordo de cooperação firmado com a Receita Federal do Brasil – RFB que intensificou o intercâmbio de informações, com vistas a aprimorar as ações de fiscalização na importação e no mercado interno de produtos que não atendam aos requisitos de avaliação da conformidade. Foram priorizados 5 setores: brinquedos, capacetes para motociclistas, luvas cirúrgicas, pneus e barras e fios de aço;
- A criação da figura do registro de objetos nos programas de avaliação da conformidade, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado e aumenta a efetividade do poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória;
- A ampliação do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular que em 2012 alcançou 34 marcas e pelo menos 450 modelos, correspondendo em termos de volume de vendas, a 90% do mercado. Seu sucesso estimulou e serviu de base para a concessão de incentivos do Governo de redução diferenciada do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI do Novo Regime Automotivo (Inovar Auto); e
- O aumento da eficácia das certificações passando a contemplar grupos de produtos em vez de itens isolados. Essa alteração tem como objetivo agilizar o processo de regulamentação para produtos considerados críticos, relacionados a saúde e segurança. Entre os programas, o de eletrodomésticos engloba 160 diferentes aparelhos; o de autopeças, 12 itens e o da construção civil, 4 itens.

No que tange aos Indicadores de desempenho utilizados no processo de avaliação da atuação governamental no setor de metrologia, qualidade e tecnologia os resultados se mostram satisfatórios, como demonstra a tabela seguinte.

INDICADORES DE DESEMPENHO DO INMETRO

INDICADOR	MEMÓRIA DE CÁLCULO / CONCEITUAÇÃO	RESULTADO 2011	META 2012	RESULTADO 2012
Número de ações de produtos regulamentados	Número de ações de produtos regulamentados	654.616	540.000	819.370
Número de empresas com objetos submetidos à avaliação da conformidade	Número de empresas com selo de identificação da conformidade referente a produtos, processos, serviços, sistemas ou gestão e/ou pessoal.	7.990	7.500	10.867
Número de modelos de produtos no mercado com selo de identificação da conformidade	Número de modelos de objetos e/ou produtos com selo de avaliação da conformidade.	240.438	216.000	345.991
Índice de utilização de avaliadores externos ao Inmetro no processo de acreditação	(Número de avaliadores externos ao Inmetro utilizados no processo de acreditação) / (Número total de avaliadores utilizados no processo de acreditação).	85%	85%	83,2%*
Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma	Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma técnica.	1.030	1.050	1.123
Taxa de crescimento da receita de serviços metrológicos	Percentual de crescimento anual, em relação ao exercício anterior, da receita financeira de serviços prestados pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e qualidade, sem contabilizar multas.	10,18%	6,5	10,70%
Programa de Avaliação Desenvolvido	Somatório dos programas de avaliação desenvolvidos no exercício	15	12	16
Trabalho Publicado	Somatório dos trabalhos publicados em pesquisa, desenvolvimento e rastreabilidade em metrologia	238	210	204
Produto verificado	Somatório de Verificação de Instrumentos e pré-medidos na RBMLQ-I	22.604.623	25.988.540	26.525.071
Empresário capacitado	Número de horas de capacitação presencial e a distância para empresários	**	6400 H/h	5.257 H/h***

Fonte: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Notas: * Solicitações de acreditações em novas áreas em que há dificuldade de se identificar avaliadores/especialistas externos ao Inmetro; Candidatos a avaliadores/especialistas externos ao Inmetro que não obtiveram aprovação no processo seletivo; Avaliadores/especialistas externos ao Inmetro que passaram a trabalhar em organismos/laboratório acreditados e, portanto, não podem ser mais utilizados devido aos critérios de conflito de interesse e imparcialidade.
** Indicador resultado da negociação da nova ação no PPA 2012-2015, por isso não há resultado no exercício de 2011.
***Considerando que se trata de um indicador novo e que não havia histórico, a meta foi superestimada. Ressalta-se que alguns cursos planejados para 2012 na modalidade EAD levaram mais tempo do que o previsto na fase de design instrucional.

Em 2012, o INPI obteve importantes avanços no esforço para modernizar suas atividades, em busca de mais agilidade e segurança aos processos de concessão de direitos sobre patentes, marcas, desenhos industriais, programas de computador, circuitos integrados e indicações geográficas

Dentre as realizações do Instituto, o número de depósitos na área de patentes foi de 33.780 em 2012, representando um crescimento de 6,5% em comparação com o ano anterior. Para atender a demanda crescente e diminuir o prazo de concessão de patentes, o INPI tem se empenhado em aumentar o número de decisões dos pedidos pendentes.

Espera-se alcançar resultado com a automatização de procedimentos administrativos, implementados por um dos componentes do sistema eletrônico e-Patentes, que chegou a ser, em 2012, premiado com o 1º lugar no "XI Prêmio Excelência em Governo Eletrônico - e-Gov 2012", na categoria de e-Serviços públicos.

Em relação às marcas, o volume de pedidos em 2012 alcançou o número de 150 mil, o que torna o Brasil um dos maiores receptores de marcas no mundo. Além disso, o novo sistema interno de gestão de marcas, denominado IPAS *(Industrial Property Automation System)*, desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI deverá estar totalmente implantado em 2013.

Na área de contratos de transferência de tecnologia, as análises técnicas passaram a ser feitas apenas em meio digital. Foram também implantados procedimentos visando à integração com o Sistema de Produção de Patentes – SISCAP, possibilitando a identificação dos contratos de licenciamento de patentes pelo número do pedido ou pela classificação internacional da patente (IPC).

Em desenho industrial, foram registrados 4.334 pedidos em 2012, enquanto em 2011 foram 4.646 pedidos. Os depósitos ficaram estabilizados em cerca de 7.000 pedidos. Em relação às indicações geográficas, foram reconhecidos 21 pedidos de Indicações Geográficas. Dos

21 pedidos concedidos, 18 foram nacionais, sendo oito Denominações de Origem – DOs e dez Indicações de Procedência – IPS. Houve ainda três DOs estrangeiras.

No campo internacional, o INPI atuou fortemente no âmbito regional, plurilateral e bilateral. Na América Latina, intensificou a cooperação com vistas à criação de um sistema regional colaborativo de Propriedade Industrial, o Prosul. No grupo dos países que formam os BRICs, o INPI promoveu em 2012, juntamente com seu homólogo da China, o primeiro encontro entre as entidades de Propriedade Intelectual do Bloco. No campo bilateral, além da China, o INPI intensificou a cooperação técnica com diversas entidades de PI no mundo, somando 36 Memorandos de Entendimentos em vigor.

O Curso Geral de Propriedade Intelectual à Distância, promovido pela Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI em parceria com a OMPI, certificou cerca de 2.000 alunos em 2012, em duas edições. Cabe ainda destacar a aprovação de Programa de Doutorado da Academia pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, com o objetivo de formar pesquisadores de alto nível, capacitados a discutir, pesquisar, ensinar e formar outros pesquisadores.

Na disseminação de propriedade intelectual, destacam-se os resultados alcançados em 2012: a capacitação de 3.168 pessoas em cursos de Propriedade Intelectual; a realização de atividades de disseminação em 39 Instituições de Ensino Superior – IES e Instituições de Ciência e Tecnologia – ICTs; e a realização de 56 publicações acadêmicas.

Com vistas a promover o desenvolvimento sustentado dos diversos sistemas produtivos por meio de práticas inovadoras, o MDIC realizou em 2012 três eventos voltados ao desenvolvimento da inovação: a) o XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas; b) o XX Workshop Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores); e c) a 7ª Edição do Desafio Brasil, o maior e mais completo programa de fomento ao empreendedorismo de alto impacto, incluindo a maior competição de *startups* de base tecnológica do Brasil.

Em parceria com o Ministério da Educação – MEC, foi elaborado o projeto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Plano Brasil Maior (Pronatec-PBM), que prevê a disponibilização de recursos e da infraestrutura de todos os ofertantes de cursos do Sistema S, dos institutos federais e estaduais para o atendimento das demandas por qualificação profissional dos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior.

No que concerne aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê Nacional de Biotecnologia e do Fórum de Competitividade, destacamos a realização do estudo diagnóstico sobre escalonamento de Biotecnologia no Brasil. O objetivo foi o de mapear a oferta e a demanda de serviços de escalonamento no País, o relatório está disponível no site do MDIC para download gratuito. Ainda em 2012, o MDIC apoiou e organizou rodadas de negócios no 4º Congresso Brasileiro de Biotecnologia, realizado entre 29 de outubro e 1º de novembro.

Como resultado das reuniões do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, foi elaborado e divulgado, também no site do MDIC, o Estudo de Viabilidade de uma Planta de Insumos Nanométricos para Aperfeiçoamento de Embalagens Plásticas. A cadeia de plástico foi identificada como oportunidade para introdução de novas tecnologias com o objetivo de aperfeiçoar as propriedades e performance de embalagens plásticas, tendo em vista o impacto na exportação de produtos agro industrializados.

No que diz respeito à gestão da política industrial, o ano de 2012 foi marcado por intensa atividade decorrente da instalação do conjunto de 19 Conselhos de Competividade Setorial, e de 9 Coordenações Sistêmicas, que formam a base da estrutura de governança do Plano Brasil Maior (PBM). Diante disso, um conjunto de medidas estruturantes foi anunciado, com destaque para as desonerações da folha de pagamentos de diversos setores e segmentos produtivos e para o lançamento de um novo e arrojado regime automotivo, o Inovar-Auto. No total, desde o anúncio do PBM, 63 medidas já foram anunciadas, das quais 49 já estão operacionais desde o fim de 2012.

Em 2012, algumas medidas foram introduzidas no sentido de aperfeiçoar o Regime dos Ex-tarifários. Além de diversos procedimentos operacionais destacamos a adoção de Consultas Públicas para verificação de inexistência de produção nacional dos bens pleiteados pelos investidores e a criação de Programa para o desenvolvimento da fabricação nacional de máquinas e equipamentos com maior incidência de concessões pelo referido Regime, visando promover a substituição de importações por bens de capital produzidos pela indústria local (esse Programa encontra-se em fase inicial de implementação).

CONCESSÕES E INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO	Investimentos em Bens Importados (US$ milhões) A	Investimentos Globais Vinculados (US$ milhões) B	Pleitos Aprovados	% A/B
2007	2,62	11,06	1.210	23,67
2008	5,10	20,38	1.794	25,04
2009	5,31	51,59	1.836	10,3
2010	4,10	27,12	1.869	15,13
2011	5,62	41,59	2.847	13,52
2012	6,78	45,06	2.864	15,05

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP/MDIC)

No que se refere ao Processo Produtivo Básico – PPB, foram realizadas 196 fiscalizações entre 2007 e 2012. Em 2012 foram realizadas 40 fiscalizações, um aumento de 30% em relação a 2011. Iniciou-se também, uma melhoria na inteligência pré-fiscalização e a possibilidade de fiscalizações não presenciais como forma de mitigar esta limitação, com o objetivo de fiscalizar 10% do universo de empresas habilitadas. O aumento de 81% (11 para 20), em relação a 2011, do número de fiscalizações com detecção de irregularidades já é reflexo das novas metodologias de triagem.

É importante destacar, também, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, instrumento que alinha-se com a política de informática e o PPB. O PADIS teve apenas três projetos aprovados em 2010 e nenhum em 2011. Já em 2012, foram aprovados sete projetos, com investimentos estratégicos para o País.

Em 2012 foi instituído o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - Inovar-Auto (Regime Automotivo 2013-2017). Os beneficiários, para participar do Regime, devem atender a um conjunto de requisitos compulsórios e eletivos. No que se refere especificamente aos processos de habilitação, foram protocolizados neste Ministério 45 requerimentos de habilitação ao Inovar-Auto: 20 requerimentos de fabricantes; 16 de importadores; e 9 de projetos de investimento. Já com vistas ao início da implementação desse Plano, foram firmados, em 2012, 2 convênios, para execução de projetos de fortalecimento, qualificação e desenvolvimento de fornecedores locais do setor de autopeças para a indústria automotiva.

Cabe destacar também as diversas ações para fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs):

- lançamento da 2ª Geração de Políticas para APL, tendo como base a convergência com 3 programas: Plano Brasil Maior - PBM, com foco na inovação; Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, com foco na inclusão produtiva; e Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, com foco na redução das desigualdades regionais;
- lançamento do Observatório Brasileiro de APL, composto por 3 plataformas – um Banco de Dados Nacional (BDN), um Portal de Internet e uma Rede Social – cujo objetivo principal é ampliar a interação entre os atores dos diferentes níveis de governança. Realização de capacitação de membros de Núcleos Estaduais e do GTP APL para inserção de dados no BDN e na Rede Social;
- elaboração de estudo de Taxonomia e Indicadores, com a proposta de um Sistema de Classificação para a formulação, execução e avaliação de Políticas para APLs; e
- aprovação de 12 propostas com a finalidade de construção de 15 barracões industriais para geração de emprego e renda.

Demais Programas da Função Indústria

Os demais programas com execução na função Indústria estão relacionados à atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa nos estados abrangidos pela Amazônia Ocidental. Os resultados alcançados oriundos da política de desenvolvimento representada pela atuação do Polo Industrial de Manaus – PIM confirmam a busca incessante da consolidação da economia local. Hoje o Polo conta com aproximadamente 460 empresas em operação, cujos indicadores econômicos e sociais, resultantes do exercício de 2012, estão destacados no quadro seguinte:

POLO INDUSTRIAL DE MANAUS – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

INDICADORES	2008	2009	2010	2011	2012
Tributos Federais Arrecadados (R$ bilhões)	9,85	8,96	10,6	12,35	8,26 (1)
Tributos Totais Arrecadados no Amazonas (R$ bilhões)	15,32	15,3	18,58	21,1	14,86 (1)
Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (%)	66,15	61,69	63,8	59,39	56,59 (1)
Faturamento (US$ bilhão)	30,1	25,96	35,21	41,24	34,89 (2)
Exportação (US$ milhão)	1,192	0,857	1,119	840,64	803,66 (2)
Empregos (Médio Mensal) no Parque Industrial de Manaus (unidade)	106.893	92.670	103.563	119.713	120.265 (2)
Investimentos Totais Realizados (US$ bilhões)	7,91	7,89	9,33	10,77	10,0 (2)
Índice de Nacionalização (%)	48,06	46,37	41,47	44,53	39,59 (2)
Índice de Regionalização (%)	25,81	25,54	22,31	25,65	24,32 (2)
Taxa de Agregação do Valor Local - TAVL	2,46	2,95	2,67	2,87	2,62 (2)
Índice da Mão de Obra do PIM (%)	15,32	15,3	11,75	15,39	0,004 (2)

(1) Dados parciais até outubro
(2) Dados parciais até novembro
Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa

Os investimentos totais realizados pelas indústrias localizadas no PIM perfizeram, até novembro de 2012, o montante de US$ 10,04 bilhões. Esse resultado demonstra a robustez, a consolidação do modelo ZFM e a crescente confiança dos empresários em investir na região. A Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus que expressa a relação das exportações e importações realizadas no exercício, alcançou em 2012 o índice de 7,63%, registrando o incremento de 0,41 pontos percentuais comparativamente a 2011. Já o volume de exportação, em relação ao mesmo período de 2011, obteve um crescimento em reais de 22,63%, e, em dólar, de 4,22%, alcançando o valor de R$ 1,57 bilhão e US$ 803,66 milhões, respectivamente. Os dez principais produtos exportados foram: concentrados para bebidas não alcoólicas; motocicletas e motonetas;

telefone celular; aparelhos de barbear; cartuchos de lâminas para aparelhos de barbear; aurocianeto de potássio; papel fotográfico para fotografia; caneta esferográfica, demarcador e lápis de resina; dispensador automático de cédulas (papel moeda); e isqueiros plásticos de bolso.

O faturamento do PIM alcançou o valor de US$ 34,89 bilhões. Faturamento médio mensal de R$ 6 bilhões, crescimento de 6,6%, com expectativa de superar os R$ 70 bilhões, tornou-se o maior resultado de toda a sua história. Os principais setores responsáveis por esse faturamento foram o eletroeletrônico (35,28%), duas rodas (18,79%) e bens de informática (13,07%).

A mão de obra no PIM (média mensal) apresentou ligeiro incremento de 0,004% (552 novos postos de trabalho) em relação ao índice registrado no exercício de 2011. O mês de outubro registrou o maior pico de empregos no exercício, com 125.103 postos de trabalho. Os setores que mais empregaram foram: o eletroeletrônico, inclusive bens de informática, com 51.691 (42,95%) trabalhadores; duas rodas com 20.279 (16,85%); termoplástico com 10.845 (9,01%); mecânico com 8.433 (7,01%); e o metalúrgico com 8.420 (7,00%).
No que tange a análise e controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais, em 2012, a Suframa executou cerca de 1.400 ações de acompanhamento e avaliação de projetos industriais e de serviços. Destaca-se que neste mesmo exercício foram aprovados 269 novos projetos industriais e de serviços, sendo 103 de implantação, 166 de ampliação/diversificação/atualização, com expectativa de geração de 15.338 empregos, investimento total de US$ 6,34 bilhões e expectativa de exportação de US$ 15,7 milhões, em nível de 3º ano de produção.

Outra realização importante foi a aprovação de novos PPBs, como o de bebidas energéticas isotônicas e o de remédios, que trouxe uma nova dinâmica para o PIM, com efeitos imediatos na atração de novos investimentos. Destaca-se também, o resgate de novos produtos que, após a regulamentação do processo produtivo, em 2012, superaram entraves e ganharam novo fôlego e produtividade, como foi o caso, por exemplo, dos condicionadores split e aparelhos micro-ondas.

Em relação às atividades executadas no âmbito do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, os recursos aplicados ao longo de 2012 destinaram-se à sua manutenção, com destaque para as atividades de pesquisa dos laboratórios já implantados, mantendo por mais seis meses as 65 bolsas já existentes e a implantação de mais 16, totalizando 81 bolsas de pesquisa. Esse esforço possibilita a realização de pesquisas que envolvem o uso da biodiversidade da Amazônia para a geração de produtos e processos tecnológicos, assim como o acompanhamento do desenvolvimento de projetos relevantes em andamento, como de: a) moléculas com ação antibiótica; b) moléculas com ação antitumoral; c) insumos para produção de etanol; d) bioterápico; e) dermocosmético; e f) alimentos funcionais.

Em 2012 o CBA, por meio da Suframa, oficializou parcerias com empresas de grande porte, firmando termos de cooperação, memorandos de entendimentos, protocolos de intenção ou acordos de confidencialidade nas áreas de produtos fitoterápicos, aproveitamento de resíduos, alimentos, fitomedicamentos e dermocosméticos. Essas parcerias vão possibilitar o desenvolvimento de atividades de inovação e contribuir para a mudança de foco no uso dos produtos da biodiversidade, mediante a agregação de valor pelo incremento tecnológico.

Função Comércio e Serviços

Conforme demonstrado na tabela a seguir, mais de 83% das despesas liquidadas em 2012 na Função Comércio e Serviços ocorreram no Programa Temático Comércio Exterior, que atua com o objetivo de aumentar a competitividade das exportações brasileiras e fortalecer as ações de combate às práticas ilegais e desleais de comércio exterior. Abaixo, verifica-se a execução nas subfunções típicas da Função Comércio e Serviços. Do total de despesas liquidadas de R$ 56,40 milhões, cerca de 74% foram executados na Subfunção Comércio Exterior.

VALORES LIQUIDADOS – FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS

R$ milhões

COMÉRCIO E SERVIÇOS	SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012
No Exercício	691 - Promoção Comercial	5,15	23,27	8,21	9,17	8,69
	693 - Comércio Exterior	0,96	2,97	4,26	28,39	41,83
	Demais Subfunções	10,87	10,49	12,96	14,32	1,39
TOTAL (I)		**16,98**	**36,73**	**25,43**	**51,87**	**51,92**
RPNP	691 - Promoção Comercial	0,67	1,52	35,59	0,22	3,38
	693 - Comércio Exterior	15,61	12,43	0,18	2,50	0,02
	Demais Subfunções	1,59	2,76	5,86	0,56	1,09
TOTAL (II)		**17,87**	**16,70**	**41,63**	**3,28**	**4,49**
TOTAL (I+II)		**34,84**	**53,43**	**67,06**	**55,15**	**56,40**

Fonte: Siafi Gerencial – Base de Dados: 09/01/2013

Comércio Exterior

Em 2012, o comércio exterior brasileiro movimentou cifra de US$ 466 bilhões, abaixo apenas do valor recorde de 2011, de US$ 482 bilhões. Com o declínio dos preços internacionais de grande parte das *commodities*, interrompendo um ciclo de altas vivenciado nos anos recentes, as exportações brasileiras declinaram 5,3% em 2012 em relação ao ano anterior, recuando de US$ 256,0 bilhões para US$ 242,6 bilhões. O desempenho das vendas externas brasileiras sofreu o impacto da crise que atingiu principalmente os países europeus, fenômeno que repercutiu negativamente para todo o comércio mundial, tendo em vista a relevância desse mercado no contexto global.

Do lado das importações, também foi registrada queda no total das compras (-1,4%), passando de US$ 226,2 bilhões para US$ 223,1 bilhões. Somente as aquisições de bens de capital assinalaram incremento de 1,5%, sugerindo o aumento da capacidade produtiva do País e sinalizando, por conseguinte, a possibilidade de uma retomada de ritmo mais intenso da atividade econômica em 2013. Com esses resultados, o saldo comercial apontou superávit de US$ 19,4 bilhões, situando-se 34,8% abaixo do saldo de 2011, que atingiu US$ 29,8 bilhões.

Nesse contexto, cabe destacar que houve a retomada do crescimento da participação dos bens manufaturados na pauta exportadora, ampliando de 36,0% para 37,4%. Esse avanço dos manufaturados justifica-se pela queda menos acentuada frente às demais categorias. Enquanto as exportações de bens manufaturados caíram 1,7%, as de semimanufaturados e de básicos declinaram 8,3% e 7,4%, respectivamente. O arrefecimento da demanda mundial por commodities e a consequente queda nos preços internacionais fizeram com que a receita de exportações relativa a esses produtos apresentasse redução mais forte em 2012.

No que se refere à participação de mercados de destino relevantes, utiliza-se como parâmetro o Indicador de Concentração *Hanna & Kay*. À medida que o índice aumenta, menor a concentração das exportações, ou seja, um número maior de mercados passa a deter parte representativa das exportações. No ano de 2007, esse indicador foi de 19,7 e seguiu uma trajetória de desconcentração até 2009, ano em que o índice passou para 20,7. A partir de 2010, observou-se uma interrupção na tendência de desconcentração, atingindo 18,4 nesse ano e 16,3 em 2011. Em 2012, o índice foi de 16,6, sinalizando um estancamento da elevação do grau de concentração dos mercados iniciado em 2010, motivado substancialmente pela ascendência do *market share* chinês nas exportações brasileiras, puxada pela forte demanda de *commodities* minerais e agrícolas, como minério de ferro, petróleo, soja e açúcar.

Em 2012, houve queda da participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de *Drawback* (regime de estímulo à exportação) em relação ao valor total das exportações brasileiras, e o índice de participação passou de 23,2% para 22,2%. O desempenho desse indicador é influenciado pela existência de outros regimes aduaneiros especiais que também buscam incentivar as exportações e, portanto, concorrem com o *drawback*, como o Regime de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (RECOF), especialmente nos setores aeronáutico e automotivo.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012
PIB do Brasil (US$ bilhões)	1.651	1.626	2.144	2.475	2.253
Exportações Brasileiras (US$ bilhões)	198	153	202	256	243
Exportações de Manufaturados (US$ bilhões)	93	67	80	92	91
Importações Brasileiras (US$ bilhões)	173	128	182	226	223
Corrente de Comércio (US$ bilhões)	371	281	384	482	466
Exportações Mundiais (US$ bilhões)	15.779	12.218	14.868	17.778	18.329(*)
Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%)	46,82	44,02	39,4	36,05	37,39
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%)	1,25	1,25	1,36	1,44	1,33(**)
Grau de Abertura da Economia Brasileira (%)	22,47	17,27	17,9	19,49	20,68(***)

(*) Projeção: FMI; (**) Estimativa Secex, com base na projeção das exportações mundiais do FMI; (***) Estimativa Secex, com base na projeção do Bacen. O grau de abertura da economia corresponde à relação entre a Corrente de Comércio (Exportações + Importações) e o PIB.
Fonte: SECEX/MDIC, BACEN, FMI e OMC

Em 2012, a atuação do MDIC convergiu para diretrizes estabelecidas no Plano Brasil Maior, e várias foram as iniciativas com o objetivo de fortalecer o comercio exterior brasileiro. Em termos de sistemas, o processo de implantação do Siscomex Exportação *Web* – NOVOEX foi finalizado em 1º de fevereiro de 2012, com o desligamento total do antigo sistema para novas operações, assumindo assim, a totalidade das operações de exportação, efetivadas por intermédio dos Registros de Exportação e dos Registros de Crédito. O desenvolvimento e a melhoria dos sistemas informatizados de operações de comércio exterior são ações contínuas do MDIC. O Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio – Siscoserv, foi instituído por meio da Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012. O Sistema viabiliza o cumprimento da obrigação de prestar informações ao MDIC e ao Ministério da Fazenda – MF

relativas às transações entre residentes ou domiciliados no País e no exterior.

No sentido de promover a inserção internacional das empresas brasileiras, foram realizadas, em parceria com a APEX-Brasil, 4 missões comerciais (Catar/Arábia Saudita/Emirados Árabes Unidos, China, América do Sul e Turquia), gerando mais de 1.700 encontros empresariais e perspectivas de negócios superiores a US$ 210, milhões. Ainda em 2012, foi lançado o Plano Nacional da Cultura Exportadora – PNCE, contando com a participação de 24 unidades da federação e 16 instituições nacionais e regionais. Destaca-se também a realização de 2 Encontros de Comércio Exterior – Encomex, ocorridos em Vitória/ES e Bento Gonçalves/RS, para um público de 740 e 834 pessoas, respectivamente.

No que diz respeito ao tema desoneração tributária, é relevante destacar que o MDIC administra o Sisprom (Sistema de Registro de Informações de Promoção), benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda no pagamento de despesas com promoção comercial, comissionamento e logística de produtos brasileiros no exterior. Em 2012, foram registradas 2.126 operações no SISPROM, com renúncia fiscal estimada de R$ 14.863.443,00.

Nas negociações bilaterais com os Estados Unidos, destacam-se: a conclusão do Acordo de reconhecimento da Cachaça como bebida diferenciada ao rum nos Estados Unidos – EUA; e a criação de Diálogo com o *United States Trade Representative* sobre questões comerciais. Na administração do Sistema Geral de Preferências – SGP, o MDIC buscou a definição de novas rotinas e procedimentos para a emissão do Certificado de Origem *Form A* (SGP), sempre com o objetivo de desburocratização e facilitação de comércio.

No que diz respeito ao fortalecimento do sistema de defesa comercial brasileiro, ao longo de 2012, foram iniciadas 63 investigações de dumping, 1 investigação de salvaguardas e 1 investigação de subsídios. Nesse mesmo período, foram encerradas 1 investigação de salvaguardas, 3 investigações de subsídios, 5 investigações de circunvenção e 30 investigações de *dumping*. Desse total, 18 investigações encerraram com a aplicação de medidas de defesa comercial e 20 sem aplicação de medidas. Ao final de dezembro de 2012, 63 investigações estavam em curso, sendo 62 relativas à prática de dumping e 1 relativa a subsídios. Das 89 medidas em vigor ao final de 2012, uma era relativa à medida compensatória e as demais a direitos *antidumping*. No que se refere ao apoio a exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos 5 setores cujas exportações foram alvo de investigações de defesa comercial em outros países.

Ainda no que diz respeito à defesa comercial, ao longo de 2012 foram concluídos 15 processos de investigação de origem não preferenciais, tendo ainda mais 5 investigações em andamento. O objetivo dessas investigações é impedir o ingresso no Brasil de produtos que burlem a aplicação de uma medida de defesa comercial, por meio de uma declaração de origem incorreta.

Dentro do objetivo de aumentar a competitividade do parque produtivo nacional a partir do aumento dos investimentos, do incentivo à inovação tecnológica, da agregação de valor e da inserção das empresas brasileiras no mercado internacional, o MDIC realizou várias ações paralelas que contribuíram decisivamente para validar o bom resultado alcançado nessas iniciativas. Dentre várias visitas oficiais nacionais e internacionais, participação em foros de negócios, reuniões de cúpula, reuniões empresariais e encontros com ministros de estado estrangeiros, podemos destacar a participação na VII Reunião de CEO Forum Brasil-Estados Unidos, na Reunião de Cúpula do Mercosul e no Encontro Econômico e Empresarial Brasil-Alemanha e as visitas de Estado ao Japão, Coréia do Sul e Catar.

Atualmente, existem no Brasil 24 Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs em distintas fases pré-operacionais. Tais empreendimentos se concretizam como alternativa para agregação de valor aos produtos exportados. Por região, estão assim distribuídas: duas no Sul, três no Centro-Oeste, quatro no Norte, seis no Sudeste e nove no Nordeste. No exercício de 2012, foi aprovada a criação da Zona de Processamento de Exportação em Uberaba/MG.

Em 2012, o MDIC deu continuidade às visitas técnicas de acompanhamento de instalação das ZPEs e, dessa maneira, constatou que quatro delas encontravam-se em fase avançada de implantação, que são as de: Senador Guiomard/AC, Pecém/CE, Parnaíba/PI e Bataguassu/MS. A ZPE do Acre já está com a infraestrutura concluída e foi a única a atender todos os requisitos para o alfandegamento, além de ter tido um projeto industrial aprovado pelo Conselho Nacional de ZPEs. As obras de infraestrutura da ZPE de Pecém e da Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP encontram-se em estágio avançado, com previsão de alfandegamento da área para janeiro de 2013 e início da operação da CSP em 2015. A empresa produzirá 3 milhões de toneladas de placas de aço integralmente para a exportação, em sua primeira fase de implantação. O investimento previsto é de US$ 8,0 bilhões. Já as ZPEs de Parnaíba e Bataguassu estão em fase de construção de suas infraestruturas e contam com os investimentos necessários para a finalização das obras civis. A ZPE de Parnaíba, inclusive, já possui dois projetos industriais aprovados neste Ministério (processamento de frutas e farmacêutico).

No tocante às parcerias mantidas pelo MDIC sobre a política voltada às ZPEs destacam-se: a contratação de estudo sobre a análise comparativa entre o modelo de ZPE no Brasil e os regimes congêneres de países selecionados; e a realização de evento sobre inteligência comercial, plano de negócios e atração de investimentos voltados para as 24 ZPEs criadas, previsto para o início de 2013. Foram realizadas visitas técnicas a 5 ZPEs brasileiras, bem como à zona de livre comércio *Masan Free Trade Zone* e à zona econômica *Incheon Free Economic Zone*, ambas na Coréia do Sul.

No âmbito da Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus, destacam-se as vantagens competitivas de investimentos na região, bem como a oportunidade dos empresários da Amazônia Ocidental e dos municípios de Macapá e Santana, no estado do Amapá, referente ao conhecimento e à inserção de seus produtos em novos mercados. No exercício de 2012, a Superintendência da Zona Franca de Manaus esteve presente em 12 eventos nacionais e internacionais. Esses eventos proporcionaram a divulgação e a disseminação de informações sobre os produtos amazônicos e o fortalecimento das relações com outros mercados.

Comércio e Serviços

O Plano Brasil Maior incluiu os setores de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos em sua estrutura de governança como foco de ação para melhorar a competitividade de empresas nesses setores. Nesse sentido, em 2012 foram conduzidas as seguintes iniciativas: i) levantamento dos cursos de qualificação profissional e capacitação ofertados pelas entidades participantes; ii) viagem técnica ao Japão com a participação de lideranças empresariais, com o objetivo de conhecer as melhores práticas em automação e a gestão de processos e pessoas; iii) inclusão de segmentos do setor de serviços nas medidas para desoneração da folha de pagamentos, como *call center*, *design houses*, hotéis, tecnologia da informação e comunicação, suporte técnico de informática, manutenção e reparação de aviões, transporte aéreo, transporte marítimo e fluvial e navegação de apoio e transporte rodoviário coletivo; e iv) 1º Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços – SIMBRACS.

Em 2012, foi publicado o Decreto nº 7.708, que instituiu a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – NBS, classificador nacional dos serviços e intangíveis como produtos, viabilizando a elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas de forma integrada. Houve ainda a reformulação da legislação do Adiantamento sobre Contratos de Câmbio – ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues – ACE, estendendo-os a todos os serviços exportáveis.

No que tange os serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins, com base nos relatórios estatísticos encaminhados pelas Juntas Comerciais, em 2012 foram realizadas 538.685 constituições de empresas, 1.591.312 alterações, 214.311 extinções e 752.741 Microempreendedores Individuais – MEI, totalizando 3.097.049 atos registrados. Destaca-se também que através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foram recebidos 240.098 livros mercantis digitais para autenticação.

Micro e Pequenas Empresas

No que concerne às ações voltadas às Micro e Pequenas Empresas – MPE, destaca-se a entrada em vigor dos instrumentos de apoio às MPE trazidos pela Lei Complementar

nº 139, de 10/11/2011, com a expansão dos limites de enquadramento no Simples; a revisão de alíquotas; a criação de limite especial de exportação; e a simplificação das regras de registro e baixa de empresas. Em parceria com o Sebrae, a Lei Geral de MPE teve implementação de 76,03% em nível municipal. Com o objetivo de promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, foram lançadas durante o SIMBRACS as diretrizes finais da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios – PNEN. Foram selecionados 4 projetos, com financiamento de R$ 3 milhões para a capacitação de 5 mil empresários.

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, destaca-se a participação, em 2012, em 10 eventos de negócios, onde foram comercializadas cerca de 500 mil peças com faturamento aproximado de R$ 4,5 milhões. Por meio do Plano Nacional de Capacitação para Artesãos, foram realizadas atividades em 6 estados, com a formação de 250 artesãos e multiplicadores de metodologia. Com o intuito de fortalecer os sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, o MDIC mapeou a produção artesanal por unidade da federação, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 38/2010 celebrado com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, apontando os principais produtos por região em 18 categorias, bem como lançou uma nova versão do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB, que permitiu a emissão da carteira do artesão e do trabalhador manual, emitidas pelas coordenações estaduais.

4.14.2. Ministério do Turismo

Indicadores do Turismo Brasileiro

Apesar das incertezas e da continuidade da crise financeira nos países de economia desenvolvida a atividade turística no mundo e no Brasil continuou, em 2012, o crescimento observado nos anos anteriores. Em dezembro de 2012, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o número de turistas em todo o mundo, pela primeira vez, ultrapassou a casa de 1 bilhão de turistas – não incluindo o turismo interno.

A OMT divulgou em maio de 2012 os dados sobre viagens de turistas realizadas em 2011. Os turistas internacionais gastaram US$ 1 trilhão (um novo recorde). Este resultado é 3,8% superior ao ano de 2010, crescimento puxado pelos países das Américas com taxa de 5,7%. Em seguida, vieram Europa (5,25%), Ásia e Pacífico (4,3%), e África (2,2%). No Brasil o crescimento foi de 15% em 2011, mais que o dobro do crescimento verificado nas Américas.

Outra relevante sinalização para o desenvolvimento do turismo mundial, em 2012, foi dada durante a reunião do G-20 que, pela primeira vez, formalizou a importância do Turismo na agenda mundial destas economias. O turismo foi tratado como um dos motores do crescimento econômico e da criação de empregos. A facilitação de vistos foi um dos temas formalmente incluídos no documento final do encontro.

No Brasil, os números do turismo são expressivos, se levada em conta as condições externas das economias desenvolvidas, que são grandes emissoras de turistas para nosso País. De acordo com o IBGE, a atividade turística representa aproximadamente 3,7% do PIB brasileiro.

A Conta Viagens Internacionais, contabilizada pelo Banco Central, apresentou novos recordes em 2012: foram US$22,23 bilhões os gastos dos brasileiros no exterior; US$6,64 bilhões os gastos dos estrangeiros no Brasil; resultando em déficit de US$15.59 bilhões (em 2011 esse déficit foi de US$10,72 bilhões). No PPA 2012-2015, para 2012, a meta prevista para as receitas cambiais pelo turismo, como um dos indicadores, era US$ 7,00 bilhões para serem alcançados, o que foi praticamente realizado.

Esse expressivo déficit na Conta Viagens Internacionais é resultante do crescimento continuado da renda interna dos brasileiros, ou seja, efeito colateral do crescimento continuado da economia brasileira nessa última década. Mas registra-se que esse déficit que vinha crescendo a taxas médias muito altas, 60,6% ao ano de 2005 a 2011, cresceu apenas 6% de 2011 para 2012, resultado da desvalorização cambial ocorrida no exercício. A taxa de crescimento desse déficit em 2011 em relação a 2010 foi de 37,2%.

Os desembarques internacionais, dos voos internacionais, somaram 9.236.947 desembarques de estrangeiros no Brasil em 2012, crescimento de 2,42% em relação aos 9.018.507 de 2011. Esse total se constitui em recorde anual da série histórica. Conquanto os meses de novembro e dezembro apresentaram quedas em relação a 2011, 4,74% e 1,26%, respectivamente.

A movimentação total dos aeroportos brasileiros, em 2012,foi a maior dos últimos 14 anos. De janeiro a dezembro, os desembarques domésticos somaram 84.863.693, superando os 79.244.256 de 2011 em 7,09%. Além disso, a movimentação na maioria dos meses de 2012 foi recorde e em todos os meses (exceto dezembro) foram superiores aos meses de 2011.

Os aeroportos que mais receberam voos domésticos em 2012 foram: Internacional de Guarulhos, com 10 milhões; Congonhas, com 8,3 milhões; Internacional de Brasília, com 7,2 milhões; Internacional do Galeão, com 6,5 milhões; Santos Dumont, com 4,4 milhões.

Outros dados que apontam para o crescimento do turismo brasileiro são: a quantidade de franquias abertas relacionadas ao turismo e a construção de hotéis pelo País. De acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF), a inauguração de 192 novas franquias de negócios de turismo no ano de 2011 corrobora com outros indicadores que os serviços do setor estão em alta no Brasil.

O faturamento das 864 unidades franqueadas de hotéis e agências de viagem cresceu 85,8% - 5 vezes mais que a média dos demais segmentos. Em relação à construção de hotéis, de acordo com a *Lodging Econometrics,* o Brasil aparece em quarto lugar na lista de países que mais constroem hotéis em todo o mundo, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia. Na América Latina, o Brasil detém mais de 40% do mercado de novos hotéis.

Aspectos Orçamentários

Na execução geral, quadro seguinte, os dados são do Ministério do Turismo, Embratur, e Fungetur. Este demonstrativo traz os dispêndios com pessoal e dívida, incluindo ainda na dotação autorizada (lei + crédito) os créditos extraordinários.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012

R$ milhões

Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc.
PROGRAMA TEMÁTICO (I)	**2.576**	**3.366**	**1.121**	**187**	**186**	**934**
Turismo	2.576	3.366	1.121	187	186	934
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)	**105**	**147**	**133**	**121**	**121**	**12**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**-**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)	**24**	**24**	**19**	**19**	**19**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)	**2.707**	**3.538**	**1.275**	**329**	**328**	**946**

A execução orçamentária em 2012 atingiu 98,2% (R$1,18 bilhão) do total dos recursos disponibilizados (R$1,20 bilhão). Dessa execução orçamentária, 51% foram advindos de Emendas Parlamentares e 49% da Programação. Na destinação desse orçamento foram 76% aplicados em Infraestrutura Turística, 13% na promoção internacional do turismo brasileiro, 3% na promoção interna, 1% na qualificação e 7% em outros. O Investimento representou 75% dos recursos, e custeio, 25%. Na execução financeira, o montante foi de R$1,33 bilhão, dos quais 17% foram destinados à Programação, e 83%, para Restos a Pagar. Destes recursos o Ministério do Turismo empregou 87%, e a Embratur, 13%. Essa execução financeira teve 73% dos recursos destinados aos investimentos, e 27%, ao custeio.

A subfunção Turismo, ao longo do período 2008 a 2012, respondeu por 85% do total de valores liquidados no exercício e por 92%, no mesmo período, pelos Restos a Pagar Não Processados inscritos em exercícios anteriores. O exercício de 2012 foi um prolongamento do final de 2011, definindo orçamento e execução como condicionados a uma rearrumação estratégica de organização de seu processos gerenciais, decisórios e de planejamento.

FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇO
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ mil

Função Comércio e Serviço		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	Demais Subfunções	91.592	106.750	159.490	119.105	127.848	604.787
		695 - Turismo	390.801	465.519	503.989	133.332	180.194	1.673.836
		846 - Outros Encargos Especiais	47.051	-	-	0	0	47.051
	RPN[2]	121 - Planejamento e Orçamento	2.244	1.194	9	422	148	4.017
		Demais Subfunções	20.708	27.776	56.751	45.380	13.193	163.809
		695 - Turismo	813.905	485.569	734.768	610.015	1.162.556	3.806.812
		846 - Outros Encargos Especiais	23.563	110.013	13.495	35.572	550	183.194
OI[3]		Total Subfunções	1.387.621	1.195.631	1.468.492	943.404	1.484.340	6.479.488
TOTAL			**1.387.621**	**1.195.631**	**1.468.492**	**943.404**	**1.484.340**	**6.479.488**

[1] Valores Liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores Liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Valores Liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores

Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo

Em abril de 2012 o Ministério do Turismo - MTur divulgou o Planejamento Estratégico do Setor Turismo para o quadriênio de 2012-2015. Os atributos destes documentos guardam consonância com o PPA 2012-2015 e são compostos por um conjunto de objetivos estratégicos, iniciativas, ações, indicadores de desempenho e metas. Todo este planejamento é pautado pela visão de longo prazo: "Posicionar o Brasil como uma das 3 maiores economias turísticas do mundo até 2022", este é o ano do bicentenário da Independência. Atualmente, o País, está posicionado na 6ª colocação de acordo com o *World Travel & Tourism Council (WTTC).* No âmbito do planejamento estratégico, o Plano de Ação 2012 é composto por 29 iniciativas para fomentar, estruturar e promover o turismo brasileiro e 21 ações para modernizar a gestão do Ministério do Turismo. Sua elaboração foi orientada para os focos estratégicos: Gestão Estratégica de Pessoas, Efetividade na Aplicação dos Recursos, Excelência Administrativa, Estruturação, Fomento e Promoção e Cuidando do Turismo no Brasil. Para o Plano de Ação 2012 foram definidos os indicadores, as metas e os responsáveis de cada iniciativa ou ação, além de demonstrar o vínculo das mesmas com o PPA e a LOA. As metas foram distribuídas mensalmente ao longo do ano.

Para o acompanhamento das iniciativas e ações estratégicas foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento de Desempenho, um sistema de ferramentas gerenciais. Para cada iniciativa/ação foram definidos indicadores. Das 50 iniciativas/ações, 58% atingiram 80% ou mais da meta

estabelecida e 42% ficaram aquém dos 80% da meta. Para enfrentar esse desafio, o Ministério do Turismo vem trabalhando junto a outros órgãos governamentais, visando estimular o desenvolvimento e apresentar alternativas às dificuldades apresentadas pelo setor turismo. Neste sentido, um passo importante foi dado ao incluir a hotelaria brasileira como uma das categorias beneficiadas pelo Plano Brasil Maior. A desoneração da folha de pagamento da hotelaria prevista no Plano tem como objetivos: a redução de custos na produção e exportação de serviços; a geração de mais empregos; a formalização dos contratos de mão-de-obra; e, por fim, viabilizar a redução dos preços praticados na atividade turística, beneficiando os consumidores do produto e a expansão dessa atividade socioeconômica em condições mais competitivas com outros países.

Visando à desoneração do Setor, citam-se as seguintes iniciativas: (i) a previsão de aumento do prazo de depreciação acelerada de bens correlatos à atividade turística, como equipamentos para hotéis; (ii) discussões sobre a criação de zonas de tributação especial para determinadas regiões turísticas, nos moldes das Zonas de Processamento de Exportações relativas ao ramo industrial; e (iii) interlocução junto ao Ministério de Minas e Energia, para viabilizar a redução das tarifas de energia para empreendimentos hoteleiros que se comprometam a implantar modelos energéticos mais eficientes e sustentáveis. Todas estas medidas também visam em última análise reduzir os preços praticados ao consumidor final, estimulando o aumento do número de turistas e viagens realizadas, e, por conseguinte, o aumento da renda e do emprego nacionais.

Outras duas ações buscam aprimorar as informações disponíveis sobre o mercado turístico brasileiro: (i) levantamento, junto ao Banco Central, da estrutura de gastos dos brasileiros no exterior, com vistas a diferenciar o que realmente é gasto por brasileiros com turismo e não com consumo de outros bens. Esta análise permitirá uma nova leitura sobre a situação do Balanço Cambial do Turismo Brasileiro; e (ii) Inclusão da hotelaria no Siscoserv - Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Com a medida, os meios de hospedagem passam a encaminhar o registro de suas operações com hóspedes estrangeiros, permitindo assim conhecer melhor o impacto e a dimensão da atividade como item de exportação de serviços.

No âmbito da normatização do repasse de recursos federais, dois importantes instrumentos foram publicados. O primeiro trata-se da Portaria MTur nº 112/2012 e adequações posteriores, que estabeleceu novas regras e critérios de repasse de verbas para apoio aos programas e ações do Ministério. Entre outros aspectos, o texto unifica a sistemática a ser observada e, principalmente, define novos parâmetros para a realização de eventos com recursos da Pasta.

O segundo normativo é a Portaria MTur nº 248/2012 que estabelece novas regras para os pedidos de reanálise de prestação de contas dos convênios firmados com o Ministério do Turismo. A medida pretende desburocratizar o processo e dar maior eficiência e agilidade à análise das prestações de contas das transferências voluntárias.

Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro e Relações Internacionais

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é feita prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais, ações de publicidade e de propaganda, e produção de material institucional e de divulgação, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País, aumentando o fluxo interno. Neste sentido, em 2012, foram promovidas campanhas como: (i) Campanha de Infraestrutura Turística – divulgação; (ii) Campanha Rio+20 – Campanha de promoção do Evento; (iii) Campanha do Pronatec Copa – publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento deste programa de qualificação profissional; e (iv) Campanha Região Serrana – para estimular o turismo nesta região.

Outra iniciativa complementar às ações promocionais, com vistas à sensibilização e informação ao turista, foi o lançamento do guia Viaje Legal, versões online e impressa. No final de julho de 2012, no período de férias escolares, o MTur lançou esta iniciativa, que visa divulgar informações úteis para quem viaja de avião, ônibus, navio e automóvel. As orientações incluem como proceder em caso de extravio de bagagens, atraso e *overbooking* em voos, e cautelas na hora de contratar serviços turísticos como, por exemplo, pesquisar a situação cadastral do prestador de serviços pretendido no sistema Cadastur.

No âmbito das Relações Internacionais em Turismo, sobre a facilitação de trânsito de turistas internacionais, em 2012 foram promovidas negociações e trâmites para flexibilização de vistos entre o Brasil e os Estados Unidos da América, o segundo principal mercado emissor de turistas ao País. Por meio de uma declaração conjunta de intenções entre os países, acordou-se na criação de grupo de trabalho para debater as medidas necessárias à flexibilização ou fim dos vistos entre as duas nações.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi também um importante momento de troca de experiências e propostas entre países para o setor turístico, visando ao desenvolvimento da atividade de forma sustentável e responsável. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o MTur apresentou a campanha Passaporte Verde - Turismo Sustentável por um Planeta Vivo. O objetivo é estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade turística com base em padrões de sustentabilidade. Além do Passaporte Verde, o MTur apresentou em seu estande na Rio+20, tótens interativos para promover destinos brasileiros em diversos segmentos: ecoturismo; sol e praia; turismo de pesca; turismo rural e turismo de aventura.

Para as comparações internacionais entre países, os dados são sistematicamente defasados em mais de um ano, alguns (os primeiros) são publicados nos meados do ano subsequente. O Brasil que recebeu um número recorde de entrada de turistas estrangeiros 5,43 milhões de visitantes internacionais em 2011, com um crescimento de 5%, apresentou um taxa de crescimento acima da média mundial, segundo a OMT. A maior contribuição foi dos turistas vindos da América do Sul, com crescimento de 10%. No total, os turistas sul americanos foram

responsáveis por 48,4% do receptivo de visitantes estrangeiros, somando 2,6 milhões de turistas. O resultado ajudou a compensar o crescimento menor ou queda no número de turistas de alguns países europeus e norte-americanos, mais afetados pela crise econômica. O fluxo de turistas do continente europeu se manteve estável, com pequeno aumento, de 6 mil turistas. Já dentre os BRIC's destacam-se os números de turistas russos que visitaram o País em 2011, subiu 40% em relação ao ano anterior. A China teve crescimento de 47%, e a Índia de 14%. No entanto, o grupo ainda corresponde a aproximadamente 100 mil turistas, quantitativo que sugere a existência de margens expressivas de crescimento dos referidos mercados.

Pelo relatório anual da International Congress & Convention Association - ICCA , divulgado em maio de 2012, o Brasil subiu duas posições no ranking, de 9º para 7º colocado – sendo o único da América Latina entre os 10 primeiros. Ao todo, o País recebeu 304 eventos classificados como internacionais segundo os critérios da ICCA – o que representou um crescimento de 10% em relação ao ano anterior, quando foram realizados 275 eventos. O crescimento de eventos captados pelo País foi de 390% desde 2003. O aumento de 48 para 57 do número de cidades brasileiras que receberam congressos e convenções é outro dado positivo, porque mostra que mais destinos turísticos estão se qualificando para receber eventos internacionais.

Em 2012 foram iniciados seminários nos principais mercados, especificamente voltados para a atração de turistas para os megaeventos esportivos. Os seminários foram dirigidos para operadores de turismo, agentes de viagens e jornalistas, alcançando a marca de 1.500 participantes. Houve ampla repercussão na imprensa dos mercados já atingidos (Chile, Argentina, França, Portugal, Colômbia e Canadá). Os eventos, intitulados *GOAL TO BRASIL*, prosseguirão até maio de 2013.

Ainda tratando de eventos internacionais, os principais resultados da Pesquisa de Percepção do Brasil por Estrangeiros durante a Rio+20 foram divulgados em julho 2012. O estudo foi realizado durante Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, entre os dias 20 e 21 de junho, no Rio de Janeiro (RJ). Os resultados da pesquisa mostram que as belezas naturais, a personalidade do brasileiro e a hospitalidade são as características nacionais mais marcantes para os participantes do evento. Sobre os serviços e infraestrutura turística apresentados pelo País, 81% dos visitantes estrangeiros disseram acreditar que o País já está ou estará preparado para sediar os megaeventos programados para acontecer nos próximos anos. Quando perguntados sobre a visita ao País, 68% disseram que a experiência correspondeu ou superou as expectativas. Dos entrevistados, 59% ressaltaram que a imagem que tinham do Brasil melhorou após a visita. E quando perguntados sobre o interesse de retornar, 97% responderam que pretendem voltar para visitar o Brasil.

Os itens avaliados negativamente foram: preços; dificuldades com a língua; e o trânsito. Este, o trânsito, atingiu a pior avaliação, 81% julgaram como ruim ou muito ruim. A sinalização turística também merece atenção, já que apenas 41% avaliaram este item entre bom e muito bom.

Ao todo, foram entrevistadas 228 pessoas, entre delegados e jornalistas estrangeiros, de 42 países, entre aqueles de regiões com maior percentual de emissão de turistas para o Brasil, ou seja, América do Sul, América do Norte e Europa.

Em 2012 foi lançada a campanha publicitária "O mundo se encontra no Brasil. Venha Celebrar a Vida". Com esse *slogan*, o Brasil será apresentado em mais de 100 países às vésperas dos próximos megaeventos (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014). A campanha foi lançada em Londres, na véspera da abertura oficial dos Jogos Olímpicos, no *London Film Museum*. O objetivo da nova campanha é mostrar um País que propicia experiências únicas, a partir da soma de todos os ritmos, do sabor e das cores das nossas comidas, da arte dos museus e do talento dos nossos artistas, da acolhida propiciada pelo povo e das paisagens naturais deslumbrantes. Essa foi a linha criativa desenvolvida pelos publicitários, que está sendo utilizada em centenas de peças espalhadas pelo mundo (canais de TV, revistas, redes sociais, sites e mobiliários urbanos). Os atributos já conhecidos e utilizados nas outras campanhas (brasilidade, diversidade, modernidade e interatividade), continuam presentes na linha de comunicação. Mas foram reforçados os traços melhor avaliados nas pesquisas com turistas estrangeiros.

Resultados Indicadores do Plano de Ação 2012

Iniciativa/Ação	Meta	Indicador	Previsto	Realizado
1.1.1. Executar o plano anual de capacitação dos servidores	360 servidores capacitados	Número de servidores capacitados	359	560
1.1.2. Estruturar carreira para formulação de políticas e gestão do turismo	100% da carreira estruturada	Percentual de carreira estruturada	100%	97,00%
1.1.3. Nomear, formar e ambientar novos servidores	56 servidores formados e ambientados	Número de servidores formados e ambientados	56	59
1.2.1. Implantar política de desenvolvimento da saúde ocupacional e da qualidade de vida dos servidores	100% da política implantada	Percentual de implantação	100%	100%
1.3.1. Implantar ações para desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à responsabilidade socioambiental	100% das ações implantadas	Percentual de implantação	100%	59,30%

Iniciativa/Ação	Meta	Indicador	Previsto	Realizado
2.1.1. Implantar modelo de gestão da programação orçamentária e financeira	100% do modelo implantado	Percentual de implantação	100%	100%
2.1.2. Reduzir custos operacionais	5% de redução de custo	Percentual de redução de custo	5,00%	2,00%
2.1.3. Implantar modelo de gestão de contratos e ativos	100% do modelo implantado	Percentual de implantação	100%	62,00%
2.1.4. Implantar sistema de monitoramento de convênios	100% do sistema implantado	Percentual de implantação	100%	100%
2.1.5. Implantar modelo de supervisão das obras de infraestrutura	100% do modelo implantado	Percentual de implantação	100%	91,60%
2.2.1. Implantar o Programa de Governança em TI	100% do programa implantado	Percentual de implantação	100%	100%
3.1.1. Implantar modelo de gestão estratégica	100% do modelo implantado	Percentual de implantação	100%	94,90%
3.1.2. Implantar o plano de comunicação integrada	100% da estratégia de implementação implantada	Percentual de implantação	100%	100%
3.1.3. Implantar a Lei de Acesso à Informação	100% da lei implantada	Percentual de implantação	100%	100%
3.1.4. Atender as informações solicitadas pelos cidadãos nos prazos da Lei de Acesso à Informação	100% de atendimento	Percentual de Atendimento	100%	100%
3.2.1. Mapear e melhorar os processos organizacionais	50% dos processos mapeados	Percentual de processos mapeados	100%	79,00%
3.2.2. Simplificar, uniformizar e consolidar os normativos que regulam os atos internos	100% dos normativos consolidados	Percentual de normativos consolidados	100%	70,00%
3.3.1. Implantar sistema de monitoramento das solicitações dos órgãos de controle	100% do sistema implantado	Percentual de implantação	100%	98,00%
3.3.2. Implantar unidade de corregedoria	100% da unidade implantada	Percentual de implantação	100%	100%
3.3.3. Aperfeiçoar o controle interno a gestão de riscos e a segurança institucional	100% da estratégia de implementação implantada	Percentual de metas implantadas	100%	90,30%
3.3.4. Trabalhar processos de prestação de contas em estoque	1.500 processos em estoque trabalhados (análise, reanálise e tomada de contas especial)	Número de processos trabalhados	1.500	1.805
4.1.1. Desenvolver estudos e pesquisas da atividade turística	4 estudos realizados	Número de estudos realizados	4	4
4.1.2. Implantar plataforma interinstitucional de dados	100% da plataforma implantada	Percentual de implantação	100%	75,00%
4.2.1. Apoiar o desenvolvimento das regiões definidas no Programa de Regionalização do Turismo	100% do Programa de Regionalização do Turismo reformulado	Percentual do Programa de Regionalização do Turismo reformulado	100%	86,00%
4.2.2. Apoiar a elaboração e a implementação de planos de desenvolvimento turístico	50 projetos apoiados	Número de projetos apoiados	50	25
4.2.3. Melhorar a infraestrutura turística	10 projetos apoiados	Números de projetos apoiados	10	85
4.2.4. Mensurar a competitividade nos destinos turísticos	1 estudo realizado	Número de estudo realizado	1	0
4.2.5. Estruturar os segmentos turísticos priorizados	12 segmentos turísticos incentivados	Número de segmentos turísticos incentivados (Sol e praia, cultural, ecoturismo, aventura, negócios e eventos, náutico, rural, pesca, saúde, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, idosos, LGBT)	12	8

Iniciativa/Ação	Meta	Indicador	Previsto	Realizado
4.2.6. Melhorar a sinalização, a acessibilidade e os centros de atendimento aos turistas nas cidades-sede da Copa do Mundo	12 destinos apoiados	Número de destinos turísticos apoiados	12	12
4.3.1. Cadastrar os prestadores de serviços turísticos	45.840 prestadores de serviços cadastrados	Número de prestadores de serviço regularmente cadastrados	45.840	41.968
4.3.2. Fiscalizar os serviços turísticos	100% do sistema Implantado	Percentual de sistema de fiscalização implantado	100%	45,00%
4.3.3. Classificar e certificar os serviços e equipamentos turísticos	500 meios de hospedagens classificados	Número de meios de hospedagens classificados	500	47
4.3.4. Capacitar e qualificar profissionais e gestores do setor de turismo	6 projetos apoiados	Número de projetos apoiados	6	0
4.3.5. Incrementar as linhas de financiamento à iniciativa privada	R$ 8.303.400.000,00 em financiamentos concedidos por bancos públicos federais	Financiamentos concedidos por bancos públicos federais (R$)	8.303.400.000	9.839.465.000
4.3.6. Propor ajustes ao tratamento tributário do setor	1 estudo realizado	Número de estudo realizado	1	0
4.3.7. Atrair investimentos para o turismo brasileiro	2 estudos realizados	Número de estudos realizados	2	0
4.3.8. Qualificar os profissionais que atenderão os turistas durante a Copa do Mundo	92.000 profissionais qualificados	Número de profissionais qualificados	92.000	40.000
4.3.9. Conceder financiamento à iniciativa privada (FUNGETUR)	Conceder 32.000.000,00 (R$ milhões)	Volume de financiamento concedido	32.000.000,00	22.985.000,00
4.4.1. Realizar campanhas de promoção do turismo interno	9 campanhas realizadas	Número de campanhas realizadas	9	6
4.4.2. Apoiar eventos de comercialização	11 eventos apoiados	Número de eventos apoiados	11	3
4.4.3. Realizar ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado interno	5 projetos apoiados	Número de projetos apoiados	5	0
4.4.4. Realizar mostra dos produtos e roteiros turísticos	1 evento realizado	Número de evento realizado	1	0
4.4.5. Fortalecer a estratégia de promoção internacional do turismo brasileiro	7 bilhões de dólares em Divisas geradas	Divisas geradas (milhões de dólares)	7.000,00	6.070,00
4.4.6. Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico	50 eventos apoiados	Número de eventos apoiados	50	0
4.5.1. Combater a exploração de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo	18 unidades da federação atendidas	Número de unidades da federação atentidas	18	0
4.5.2. Integrar a produção associada na cadeia produtiva do turismo	10 projetos apoiados	Número de projetos apoiados	10	8
4.5.3. Fomentar o turismo de base comunitária	15 projetos apoiados	Número de projetos apoiados	15	1
4.5.4. Capacitar os novos servidores na temática do turismo sustentável e infância	70% dos novos servidores capacitados	Percentual de novos servidores capacitados	70,00%	100%
4.6.1. Fortalecer a gestão do turismo no Brasil	27 capacitações institucionais realizadas	Número de capacitações institucionais realizadas	27	8
4.6.2. Ampliar a cooperação técnica internacional em turismo	22 missões realizadas	Número de missões realizadas	23	18

Fonte: Portal de Monitoramento de Desempenho – Plano de Ação 2012, dados extraídos em 22/01/2013

4.14.3. Ministério de Minas e Energia

Função Indústria
Subfunção Mineração

Na área de Mineração o Ministério de Minas e Energia executa ações do Programa Temático Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, e Mar, Zona Costeira e Antártida. Com referência, apenas, à mineração, representada pelos bens primários (minérios), em 2012, as exportações somaram US$ 34 bilhões, representando 14% do total das exportações brasileiras e 60% da indústria mineral. As importações registraram US$ 8,9 bilhões.

O Brasil é importante produtor de bens minerais, o que o coloca em destaque no *ranking* mundial. Em 2012, o Setor Mineral Brasileiro manteve o nível de produção próximo ao do ano de 2011, o que pode ser constatado principalmente pela produção de minério de ferro estimada em 450 milhões de toneladas.

Embora tenha ocorrido um superávit de US$ 25 bilhões, observou-se que o saldo declinou 26%, em relação ao apresentado no ano anterior.

Tal redução é justificada principalmente pela queda nos preços e na quantidade exportada do minério de ferro (pelotas incluídas), representando 91% dessas exportações, refletida pelas perspectivas negativas de crescimento econômico e estagnação da produção siderúrgica na China, o maior mercado consumidor do Brasil.

VALORES LIQUIDADOS

R$ milhões

FUNÇÃO INDÚSTRIA		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
		2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	295,3	378,1	456,4	558,8	579,1	2.267,8
	Restos a Pagar	23,9	35,5	49,0	46,5	52,9	207,7
TOTAL		**319,2**	**413,6**	**505,4**	**605,3**	**632,0**	**2.475,5**

Fonte: Siafi Gerencial

R$ milhões

SUBFUNÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Total
663 - Mineração	49,9	71,8	81,5	96,9	86,5	386,6
Outras Subfunções (Atípicas)	269,3	341,8	423,9	508,4	545,5	2.088,9
TOTAL	**319,2**	**413,6**	**505,4**	**605,3**	**632,0**	**2.475,5**

Fonte: Siafi Gerencial

A execução orçamentária e financeira da Função Indústria tem apresentado dispêndios crescentes no decorrer do quinquênio, tanto na Subfunção Mineração, em decorrência dos investimentos efetuados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, quanto nas subfunções atípicas, que envolvem tanto gastos administrativos como investimentos no PAC (Levantamentos da Geodiversidade, Gestão da Informação Geológica e Levantamentos Hidrogeológicos).

Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral

A política pública para o setor mineral é conduzida no Programa Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral, por meio de estudos que visam à ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matéria-prima mineral, com ênfase nos minerais em que o País é dependente, na pesquisa, bem como na regulação do setor mineral.

Com base no Plano Nacional de Mineração (PNM-2030) foi elaborado o Programa Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral como parte do Plano Plurianual (PPA 2012 – 2015).

Esse Programa apresenta nove objetivos setoriais que servem de base para as políticas públicas do MME e suas entidades vinculadas voltadas ao setor mineral no horizonte do PPA 2012-2015.

Destaca-se, tanto no Plano Nacional de Mineração (PNM-2030) como no PPA 2012 – 2015 e no Plano Brasil Maior 2011-2014, a iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matéria-prima mineral, com ênfase nos minerais em que o País é dependente, principalmente nas áreas de fertilizantes.

Foram propostas medidas de normatização do uso de rochas e minerais para fornecimento de macro e micro nutrientes para o solo (rochagem, rotas alternativas para adubação de solo) e intensificação dos levantamentos temáticos de agrominerais (levantamentos geológicos, geoquímicos e aerogeofísicos) dentro da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.

Além disso, foram instituidos o Grupo de Trabalho para a Normatização da Rochagem no Brasil, constituído em parceria com vários ministérios e entidades e, o Grupo de Acompanhamento de bens Minerais Estratégicos para intensificar as ações de diagnóstico e planejamento da fiscalização nas áreas de concessão de lavra para fosfato e potássio, de manutenção de base de dados atualizada e de gestão do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM sobre disponibilidade de áreas destas substâncias minerais. Foram também fiscalizadas 23 de

73 concessões de lavra de insumos minerais para fertilizantes (18 de 64 de fosfato e 5 de 9 de potássio).

Além de várias ações da gestão pública dos recursos minerais e de toda a produção mineral brasileira, destaca-se, como mais um incremento de inclusão produtiva e social, o Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (Pronafor) e a capacitação ligada ao Projeto de Extensionismo Mineral.

O Pronafor permitiu a regularização de títulos minerários em diversos estados, enquanto no Projeto de Extensionismo foram capacitados mais de 5.000 profissionais, principalmente pequenos produtores.

Adicionalmente, tem-se apoiado o aumento da competitividade e o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas de mineração, por meio de sua organização em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral.

Para viabilizar esta ação, instituiu-se, em 2012, o Comitê Temático APLs de Base Mineral (CT APL Mineral) que tem implementado, por meio de ações de programas da parceria entre SGM/MME e SETEC/MCTI, apoio direto a 19 APLs de Base Mineral consolidados e em estágio incipiente de estruturação nas diversas Regiões do País, sendo 3 na Região Norte, 7 na Região Nordeste, 3 na Região Centro-Oeste, 3 na Região Sudeste e 3 na Região Sul do País. Destacam-se as seguintes ações: a) o apoio à implantação de Plano de Normalização, Programas de Avaliação da Conformidade e Avaliação do Ciclo de Vida, por meio de encomendas, no âmbito da ação do MCTI/SETEC/CT-Mineral, no valor de R$ 3,6 milhões, que tem reflexos sobre a melhoria da qualidade de produtos de 11 APLs de Rochas Ornamentais, 14 APLs de Gemas, Joias e Afins e 1 APL de Gesso; b) a realização do Projeto Ordenamento e Desenvolvimento Sustentável da Mineração de Rochas Ornamentais no Noroeste do Espírito Santo, realizado pela SGM/MME, no âmbito do Programa de Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME; c) Oficinas da RedeAPLmineral realizadas no Espírito Santo, Salvador e Campina Grande/PB; d) realização do IX Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VI Encontro da RedeAPLmineral, em Salvador, BA de 08 a 11/12/2012; e) Prêmio Melhores Práticas em APLs de Base Mineral 2012; e, f) Instituição dos Grupos de Trabalhos Setoriais Piloto de Rochas Ornamentais, Cerâmica Vermelha e Gemas, Joias e Afins.

Geologia e Recursos Minerais

Os levantamentos geológicos, imprescindíveis ao conhecimento do potencial mineral brasileiro, base essencial à indústria mineral e ao desenvolvimento do País, foram também direcionados, juntamente com ações relacionadas à gestão territorial, ao desenvolvimento da infraestrutura nacional e inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS – RESULTADOS ALCANÇADOS

ATIVIDADES	RESULTADOS
Levantamentos geológicos	159.000km2
Levantamentos aerogeofísicos	224.717km linhas de vôo equivalentes a uma área de 106.879km2
Levantamentos geológicos (minerais estratégicos)	120.000 km^2, nas quais foram coletadas 34.885 amostras
Levantamentos hidrogeológicos (cadastramento de poços)	Encerrou o ano com 225.868 poços cadastrados
Levantamentos geoquímicos	• amostrados: águas de abastecimento e de drenagem, solos e sedimentos de corrente numa área de 451.317 km². • coletadas 2.400 amostras de sedimento, 657 de solos: 2.300 de águas de drenagem e 468 de abastecimento, tendo sido coletadas neste ano 5.855 amostras.

Mineração – Outorga de Títulos Minerários

Em que pese as dificuldades econômicas mundiais, vividas pelo setor mineral no ano de 2012, a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM alcançou R$ 1,832bilhão, 17,4% superior ao ano anterior, sendo que o valor arrecadado com a produção de minério de ferro correspondeu a 72% desse total.

A evolução dos títulos projetada para 2012 para as diversas formas de lavra (Concessão de lavra, Permissão de Lavra Garimpeira, Registros de Extração e Licenciamento) registrou um crescimento superior a 2%.

Quando considerada especificamente as concessões de lavra, outorgadas no Ministério de Minas e Energia, o total foi de 311 concessões de lavra, número 52,5% superior às concessões outorgadas em 2011.

Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres – GRRD

Com vistas a minimizar os danos resultantes de eventos pluviométricos extremos, fez-se necessária a tomada de decisões tanto de caráter estrutural, como de ações não estruturais, em que se destacam os procedimentos de cunho preventivo.

No Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, no âmbito do MME foi realizado o mapeamento geológico-geotécnico para subsidiar o planejamento do uso do solo (Planos Diretores Municipais), fornecendo informações e orientações geotécnicas do meio físico para os mapeamentos de risco a serem realizados nos municípios afetados por processos de instabilidade de encostas e de cheias, principalmente, bem como outras intervenções, tais como a adequada expansão urbana, a implantação de aterros sanitários, etc.

Em 2012, o mapeamento de setorização de riscos alto e muito alto referentes a deslizamentos e enchentes abrangeu 286 municípios, onde foram identificadas 5.276 setores de riscos, com 347.253 moradias e 1.435.787 moradores. Foram ministrados 32 cursos de capacitação para prevenção e gerenciamento de riscos de desastres naturais no período de 2007 a 2012, com mais de 700 técnicos treinados das Defesas Civis e Secretarias Municipais.

Programa Mar, Zona Costeira e Antártida

No âmbito do Programa Mar, Zona Costeira e Antártida, são executados estudos visando ao conhecimento geológico da plataforma continental brasileira e dos fundos marinhos internacionais, necessários ao monitoramento e à logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar, assim como o desenvolvimento das ações que possibilitam a sua implementação.

RESULTADOS ALCANÇADOS

ATIVIDADES	RESULTADOS
Levantamentos geológicos marinhos	800 km lineares e 600 amostras na área da Procordilheira Na Elevação do Rio Grande, foi pesquisada aproximadamente uma área de 100.000 km2 nos montes submarinos e nos topos planos de grandes montanhas submarinas. Foram coletadas com draga de arrasto 20 toneladas de amostras de rocha com o intuito de investigar as crostas cobaltíferas. Destas, 200 amostras foram selecionadas para análise geoquímica e 150 para confecção de secções delgadas para análise petrográfica

A Plataforma Continental Jurídica Brasileira - PCJB possui uma área de 4,5 milhões de km^2, onde se concentram recursos biológicos, combustíveis fósseis e minerais de grande valor econômico.

O conhecimento geológico e ambiental dessa região, a identificação de depósitos minerais e o desenvolvimento de técnicas de explotação são de grande interesse estratégico e econômico para o Brasil.

A potencialidade mineral dessa região inclui materiais para construção civil (areias e cascalhos), insumos para agricultura (calcário, fosforitas e sais de potássio), recursos energéticos (carvão e hidratos de gás), gemas (diamantes), metálicos (ouro, titânio, zircão, vanádio), não-metálicos (monazita, sal gema) e outros. Como exemplo, somente a quantidade de potássio existente na PCJB poderia trazer a auto suficiência ao Brasil na produção desse importante insumo para a agricultura.

Só através do conhecimento do meio físico, do aproveitamento dos recursos naturais e da proteção do meio ambiente marinho da PCJB pode o Brasil efetivamente exercer a sua soberania sobre essa região.

Em 2012, destaca-se o levantamento com o emprego da técnica *Airborne Laser Bathymetry* - ALB no Arquipélago de Fernando de Noronha, permitindo a delimitação com precisão do limite do Parque Nacional Marinho, caracterização das feições morfológicas da APA (Área de Proteção Ambiental) e do sedimento de fundo, contribuindo, dessa forma, com o dimensionamento da carga de suporte do ecossistema costeiro e marinho.

4.15. FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

4.15.1. Ministério do Desenvolvimento Agrário

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) possui três programas temáticos principais: Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. As ações do Ministério são organizadas em planos safra que vão de julho de um ano a junho do ano seguinte. Em 2012, o que inclui, quando for o caso, a safra 2011/2012, cabe destacar os principais resultados alcançados pelo MDA:

- Prestação de assistência técnica e extensão rural (ATER) para 913.971 agricultores familiares (número correspondente aos 623.266 agricultores efetivamente atendidos em 2012 somados aos 290.705 agricultores familiares, que serão atendidos pelos contratos empenhados ao final de 2012), perfazendo um acréscimo de cerca de 30% sobre o exercício anterior.
- Participação de 1.035 municípios e adesão de 771.343 agricultores ao programa Garantia Safra, consistindo num acréscimo de 4,5% em relação ao período anterior, tanto para os municípios quanto para os agricultores.
- Aquisição de 27.080 toneladas de alimentos, de 8.869 agricultores familiares por meio do Programa Aquisição de Alimentos (PAA).
- Criação de 117 assentamentos da reforma agrária e a respectiva geração de 7.318 vagas para famílias.
- Assentamento efetivo de 23.075 famílias em assentamentos novos e já existentes.
- Obtenção de 56 imóveis por desapropriação, abrindo possibilidade de atender a 3.428 famílias.
- Recuperação de áreas degradadas em 375 assentamentos, beneficiando pelo menos 33,5 mil famílias, e construção ou recuperação de 18 mil habitações para famílias assentadas.
- Certificação de 6.659 imóveis rurais.
- Apoio a 2.641 municípios, por meio de 720 projetos de infraestrutura e serviços, abrangendo 152 territórios rurais[1].
- Conclusão de 10 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, alcançando o acumulado de 158 territórios rurais com planos elaborados, dentre os 165 territórios apoiados.
- Apoio à organização e ao planejamento sócio-produtivo de 450 empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar e/ou economia solidária.
- Projeto Dom Hélder Câmara (Semiárido do Nordeste): prestação de acompanhamento técnico permanente para 15.547 famílias no semiárido nordestino, atendidas por ações diversas do Projeto como elaboração de Planos Ambientais e Produtivos, Projetos de Infraestrutura Produtiva e Projetos de Incentivo Ambiental.
- Financiamento de aquisição de terras para 2.666 famílias de trabalhadores rurais, perfazendo uma área de 54.911 hectares.
- Financiamento de projetos comunitários, com foco no aumento da renda e melhoria das condições de vida, por meio do crédito fundiário, na ação de combate à pobreza rural, beneficiando 1.093 famílias.
- Incorporação de 12.444 novos imóveis rurais ao cadastro de terras e regularização fundiária, e titulação de 2.310 imóveis rurais.
- Emissão de 247.502 documentos civis e jurídicos para 95.922 trabalhadoras rurais.
- Celebração de 10 contratos para fortalecimento de 150 organizações econômicas atendendo 2.763 mulheres rurais.
- Entrega às prefeituras de 1.161 máquinas retroescavadeiras, beneficiando cerca de 1,3 milhão de agricultores familiares em 1.173 municípios, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), além da compra de mais 3.394 retroescavadeiras e 1.937 motoniveladoras a serem entregues em 2013.

Programa Agricultura Familiar

O Programa em questão visa qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. Nesse programa, destacam-se o Crédito Rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as Ações de Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais e Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais.

O MDA tem a responsabilidade de estabelecer, junto com outros agentes, as normas de operacionalização do crédito Pronaf e também de buscar fontes de financiamento para serem disponibilizadas no Crédito Pronaf. Os recursos do Crédito Pronaf são provenientes de diversas fontes: equalizáveis - Recursos Obrigatórios (MCR 6.2), Poupança de Investimento (MCR 6.4) e Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT); diretas do tesouro - Orçamento Geral da União (OGU); e os fundos constitucionais – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Quanto ao Crédito Rural, destaca-se a ampliação do acesso dos agricultores familiares ao Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, ao longo dos anos. Somada a esta ampliação, já consolidada neste importante segmento do setor econômico brasileiro, o MDA tem adotado estratégias com vistas a tornar esta importante política pública convergente com os conceitos de sustentabilidade.

Ação Contribuição ao Fundo Garantia-Safra

Visa oferecer um mecanismo de garantia de renda mínima aos agricultores familiares caso ocorra perda de safra, em razão de estiagem ou de excesso hídrico, nos municípios situados nas áreas definidas nos instrumentos legais que regem o Garantia-Safra, que tenham encaminhado comunicação de ocorrência de perda – COP e com comprovação de perda de, pelo menos, 50% da produção.

[1] Parte dos municípios contemplados com projetos de infraestrutura e serviços em 2012 está localizada fora dos 165 Territórios Rurais diretamente apoiados pelo Programa no ano. Isto se deu em decorrência, principalmente, da operacionalização de contratos de repasse referentes a emendas parlamentares, dirigidas a municípios não vinculados aos territórios apoiados

Com relação a esta ação, o ano agrícola 2011/2012 foi marcado por severa seca, com impacto vivenciado pelas famílias dos estados nordestinos e região semiárida de Minas Gerais. Este fato justifica o aumento da participação e da busca por programas e ações públicas, como esta. Na safra 2011/2012, 940 mil cotas do Fundo foram disponibilizadas, 1.035 municípios participaram, 771.343 agricultores aderiram e foram liberadas quatro parcelas extras do Garantia-Safra, no valor de R$ 140 cada. Até dezembro de 2012 a folha de pagamento totalizou R$ 63.017.080, contemplando 99% (767.835) dos agricultores aderidos (771.343). Dos 1.035 municípios participantes, tiveram perda confirmada 1.014. No final de 2012, foi aprovada a ampliação da ação para outros estados além do semiárido brasileiro.

Ação Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos

Busca garantir a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e seus empreendimentos, com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER. Para ilustrar, 61,83% dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e 87,14% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tiveram a participação da ATER. Observa-se na tabela abaixo que entre os anos de 2011 e 2012 há um aumento de 112% nos recursos empenhados para ATER, passando de R$ 159,04 milhões para R$ 338,04 milhões de reais.

Em 2012, foram atendidos 412 mil agricultores, o que representa uma diminuição de 12% em relação a 2011. A queda deve-se a dois motivos, o primeiro foi o reajuste do custo por beneficiário, que passou de R$ 225,86 em 2011 para R$ 542,37 em 2012, e o outro se refere aos contratos firmados com entidades selecionadas em chamada pública, empenhados no final do exercício, cuja execução física será iniciada em 2013, acrescendo 290.705 agricultores familiares, representando 30% a mais de beneficiados que no exercício 2011. Neste cálculo estão contempladas 200 cooperativas, em 64 municípios, totalizando recursos no valor de R$ 25 milhões.

Ação Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária

O objetivo principal desta ação é Viabilizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural às famílias dos Projetos de Assentamento, visando promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e acesso às políticas públicas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos assentamentos da reforma agrária. Em 2012 foram empenhados R$ 227 milhões, valor 142% superior a 2011, e pagos R$ 115,3 milhões, sendo R$ 56,7 milhões do orçamento e R$ 58,6 milhões de RAP de anos anteriores. Com esses recursos, a prestação de serviços de assistência técnica foi garantida a 251 mil famílias, por cerca de três mil profissionais contratados para acompanhamento e orientação produtiva de 3,9 mil assentamentos em todo o País. Também foram alcançadas em 2012 a conclusão e aprovação de 50 Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e de 90 Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA), que atenderam 8 mil famílias.

Ação Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais

Essa Ação tem o objetivo de reconhecer as mulheres como sujeitos sociais fundamentais para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, a partir da contribuição que exercem no manejo das atividades agrícolas e não agrícolas, na contribuição da preservação biodiversidade, no manejo e gestão de pequenos animais, na contribuição específica para a geração de renda e agregação de valor à unidade familiar. Em 2012 foram financiados 7 projetos de ATER específica para as Mulheres Rurais, beneficiando 2 mil mulheres em 200 grupos produtivos.

Ação Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais

Por meio dessa Ação, o MDA visa fortalecer a organização produtiva de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção. Em 2012, foram firmados 10 contratos de repasse para fortalecimento das organizações econômicas das mulheres rurais nos territórios, atendendo 2.763 beneficiadas. Além disso, o MDA aprovou 44 propostas nas modalidades Apoio a Grupos e Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária, beneficiando 150 organizações de mulheres.

APOIO A ORGANIZAÇÃO ECONOMICA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DAS MULHERES

Ação	Descrição	Unidade de medida	Previsto 2012-2015	Realizado 2012	% de execução física 2012
8400	Organização Produtiva das Trabalhadoras Rurais	Organização Produtiva Apoiada	1500	150	10%

Fonte: Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas - DPMRQ/MDA

Ação Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis

Essa ação busca qualificar e ampliar a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas das energias renováveis. Foram realizadas em 2012 parcerias no valor de R$ 8.169.743,45 em projetos de fomento das áreas de difusão e transferência de tecnologia, pesquisa, sementes, cooperativismo, voltados para o Programa de Biodiesel.

Programa Segurança Alimentar E Nutricional

Tal Programa promove o acesso à alimentação adequada e fomenta a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

As ações deste Programa, que estão sob responsabilidade do MDA e que podem ser destacadas, são Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição da Armazenagem e da Revenda de produtos da Agricultura Familiar.

Ação Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Ação Operacionalização da Aquisição da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar

A primeira ação visa adquirir produtos da agricultura familiar e dos assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos. Já a segunda ação busca custear as despesas operacionais da execução de aquisições, armazenagem e vendas de produtos adquiridos de agricultores familiares e de assentados, respectivamente. Ambas as ações fazem parte do denominado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo suas metas Produto Adquirido (Tonelada-Ton) e agricultor familiar beneficiado (AF), respectivamente. O quadro a seguir apresenta o resultado da apuração e o percentual de execução das ações do PAA com recursos do MDA, em 2011 e 2012.

META FÍSICA DAS AÇÕES DO MDA NO PAA EM 2012

Ação	Unidade	LOA 2011		LOA 2012	
		Estimativa LOA	Executado	Estimativa LOA	Executado
Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	Ton	61.435	31.568	263.958	27.000
Operacionalização da Aquisição da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar	AF	30.000	6.995	15.500	677

Fonte: SAF/MDA

Em 2012 o MDA executou aproximadamente R$ 47,0 milhões na modalidade de Aquisição de Alimentos de Apoio à Formação de Estoques, atendendo cerca de 8,8 mil agricultores familiares, perfazendo um total de 27 mil toneladas de alimentos. Com orçamento crescente percebeu-se a necessidade de ajustes operacionais para melhoria dos resultados, que vêm sendo providenciados.

Programa Biodiversidade

Esse Programa permite promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

As ações deste Programa que estão sob responsabilidade do MDA são: Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade, Valorização e Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais e Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis.

Ação Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade, Valorização e Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais

Visa à promoção do desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis, através do uso e do manejo da agrobiodiversidade, desenvolvidos por agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e processos de agregação de valor e promoção comercial das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Ela encontra-se inserida no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), executado pelo MDA e outros Ministérios. Houve avanço na emissão de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs) extrativistas e indígenas com a atualização das normas na Portaria nº 102/2012-MDA, que inclui o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e suas unidades operacionais como entidades emissoras de DAPs.

Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Esse Programa promove a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

O Programa envolve ações dos Ministérios do Trabalho, Integração Nacional, Defesa, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário, sendo denominado, no âmbito do MDA, PRONAT. Em 2012 foram apoiados 165 Territórios Rurais, organizados nas 27 unidades da federação, abrangendo 2.509 municípios, com uma população de cerca de 55,1 milhões de pessoas. Os recursos aplicados foram da ordem de R$ 481,54 milhões, considerando os valores totais empenhados no exercício e os valores inscritos em Restos a Pagar (RAP) de exercícios anteriores, pagos em 2012.

DADOS FÍSICOS DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A RESPONSABILIDADE DO MDA EM 2012

Ação Orçamentária	Dados Físicos			
	Produto da Ação	Meta 2012 (quantidade)	Realizado (Quantidade)	%
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	nº de agentes capacitados	20.000	16.658	82,93
2A99 - Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS	nº de Territórios Rurais apoiados	102	165	161,76
8991 - Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	nº de Projetos apoiados	754	720	95,46
8394 - Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócioprodutivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais.	nº de Empreendimentos apoiados	125	450	360,00
20S6 - Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	Famílias Beneficiadas	15.000	15.574	103,83

DADOS FINANCEIROS DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A RESPONSABILIDADE DO MDA EM 2012

Ação Orçamentária	Dados Financeiros 2012 (R$ 1,00)					
	Dotação Disponibilizada (A)	Despesas empenhadas (B)	Despesas Executadas (C)	RAP Pagos	% (B/A)	% (C/A)
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	5.650.906,30	5.201.274,95	5.201.274,95	0,00	92,04	92,04
2A99 - Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	21.299.129,65	21.297.280,39	21.297.280,39	7.959.918,01	99.99	99,99
8991 - Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	431.719.166,31	245.357.422,25	245.357.422,25	168.667.800,13	56,83	56,83
8394 - Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócioprodutivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais.	16.880.665,99	16.200.942,19	16.200.942,19	955.38	95,97	95,97
20S6 - Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	19.850.000,00	16.850.000,00	16.850.000,00	0,00	84,89	84,89

Fonte: Siafi Gerencial (dados de 10/01/2013)

As principais ações orçamentárias desse Programa foram: Capacitação de Agentes de Desenvolvimento, Apoio à elaboração e gestão social dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS, Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais, Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócioprodutivas da Agricultura Familiar no âmbito dos Territórios Rurais, Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste, Documentação da Trabalhadora Rural e Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000.

Ação Capacitação de Agentes de Desenvolvimento

Por meio dessa ação, o MDA visa formar e capacitar agentes de desenvolvimento para participação nos processos técnicos, sociais e políticos do desenvolvimento rural sustentável, bem como na gestão social de políticas públicas tendo como referência o planejamento, a organização, a coordenação e o controle social, com enfoque territorial. Nos Colegiados Territoriais participam cerca de 11.700 atores sociais e institucionais. Os colegiados contam ainda com cerca de 449 Comitês Setoriais e Câmaras que são o público alvo desta ação. No exercício de 2012, a execução financeira ficou em 92,04% dos recursos disponibilizados e foram capacitados 16.658 agentes de desenvolvimento, por meio da realização de eventos formativos, como seminários, encontros estaduais e nacionais, oficinas pedagógicas, reuniões técnicas, intercâmbios, palestras, assessorias, cursos, audiências públicas e conferências.

Os resultados físicos, agentes de desenvolvimento capacitados, foram potencializados, atingiram 116,00% da meta estabelecida, devido à operacionalização de projetos financiados com recursos de exercícios anteriores, efetivamente aplicados em 2012.

Ação Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS

Busca apoiar a constituição e a gestão de novos colegiados territoriais e a consolidação dos colegiados existentes e suas redes; reconhecer novos territórios rurais como unidades de referência para o

desenvolvimento sustentável; apoiar a elaboração e gestão de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável - PTDRS, fortalecendo o modelo de governança territorial e a gestão social das políticas públicas; apoiar os processos de territorialização dos estados brasileiros; aperfeiçoar o ciclo de gestão social por meio do monitoramento e da avaliação da execução das ações, bem como de seus resultados e impactos efetivos; e apoiar as atividades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.

Em 2012, foram concluídos 10 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, alcançando o acumulado de 158 territórios rurais com planos elaborados, dentre os 165 territórios apoiados. A existência de recursos de contratos de repasse de exercícios anteriores, em execução, justifica o alto índice de gestão social dos planos anteriormente elaborados, apurado na meta física.

Ação Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais

Visa apoiar investimentos na implantação e modernização de infraestrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais, ao fortalecimento da gestão social do processo de desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões: econômica, ambiental, sócio-cultural-educacional e político-institucional, e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, contribuindo para o enfrentamento das condições de pobreza no meio rural brasileiro.

No período de 2012 foram contratados e empenhados 720 Planos de Trabalho envolvendo recursos da ordem de R$ 245,35 milhões, beneficiando um total de 2.641 municípios, sendo que parte deste está em 152 territórios rurais e os demais em municípios não organizados em território e que foram contemplados com emendas parlamentares.

Os projetos financiados contemplam áreas de planejamento e gestão, produção, agroindustrialização e agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura hídricas, centros de formação, infraestrutura social.

O índice de execução financeira diz respeito aos recursos da LOA Nacional, que foram executados em sua quase totalidade, porém representam menos de 20% do total, uma vez que são acrescidos de emendas parlamentares, as quais tiveram um limite orçamentário de apenas 42% para empenho, ficando o restante dos recursos contingenciado.

Ação Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócioprodutivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais

Por essa ação, o MDA apoia a formação e a consolidação de estruturas de governança que ampliem a capacidade de coordenação horizontal - maior cooperação entre os empreendimentos da rede - e vertical - de negociação, representação e poder de barganha junto a parceiros comerciais e técnicos, visando ampliar a capacidade de troca de conhecimentos, a formação de alianças e a apropriação dos valores gerados pela agricultura familiar nos territórios. É importante registrar a viabilização do apoio a 450 empreendimentos da agricultura familiar nos territórios rurais com assessorias, especialmente em comercialização. A existência de recursos de contratos de repasse de exercícios anteriores, em execução, justifica o alto índice de execução apurado na meta física.

Ação Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste

Visa fortalecer processos locais participativos e solidários de construção social e desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras beneficiárias. Ligada ao Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), está presente em 77 municípios e 370 assentamentos e comunidades de agricultura familiar. Em 2012, foram implementadas ações de combate à pobreza e de apoio ao desenvolvimento rural sustentável no Semiárido do Nordeste, por meio de assistência técnica permanente para 15.547 famílias, com a aplicação de R$ 16,8 milhões, 84,89% dos recursos, destacando-se os seguintes resultados:

RESULTADOS DA AÇÃO

Iniciativa	Quantidade	Famílias Beneficiadas
Feiras agroecológicas	29	728
Planos Ambientais e Produtivos Estratégicos	117	1.500
Projetos de Infraestrutura Produtiva	36	2.362
Projetos de Incentivo Ambiental	34	550
Ações de manejo sustentável da caatinga	-	1.667

Fonte: SDT/MDA

Ação Documentação da Trabalhadora Rural

Por meio dessa ação, o MDA emite gratuitamente documentação civil básica e jurídica, como condição para o acesso à cidadania e a programas como o de Reforma Agrária e o de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Em 2012 o denominado Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) realizou 594 mutirões em 438 municípios, emitiu 194.762 documentos, atendendo 95.922 mulheres.

DOCUMENTAÇÂO DA TRABALHADORA RURAL

Ação	Descrição	Unidade de medida	Previsto 2012-2015	Realizado 2012	% de execução física 2012
8402	Documentação da Trabalhadora Rural	Documento Emitido	1.200.000	247.502	20,62

Fonte: DPMRQ/MDA

Ação Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000

Visa incentivar e fomentar a produção agropecuária dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária por meio da manutenção e recuperação de estradas vicinais em municípios de até 50 mil habitantes. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o MDA, nesta ação, entregou 1.161 máquinas retroescavadeiras entre janeiro e julho de 2012, beneficiando um universo de 1,3 milhão de agricultores familiares em 1.173 municípios. Estas máquinas estão contribuindo para a melhoria das estradas vicinais, facilitando o escoamento da produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, bem como o deslocamento das populações residentes nas áreas rurais. A ação foi ampliada, com a compra de mais 3.394 retroescavadeiras e 1.937 motoniveladoras, que serão entregues em 2013, superando a meta inicial do PPA. Além de conseguir uma economia média de aproximadamente 40% em relação ao valor de mercado, as licitações promovidas pelo MDA garantiram a aquisição de bens fabricados no Brasil, contribuindo para a manutenção e geração de milhares de empregos. Com relação ao Indicador do Programa definido para o PPA 2012/2015, o quadro a seguir apresenta informações referentes ao índice de referência e ao alcançado no exercício de 2012, considerando que a metodologia de elaboração do PPA atual não define índices/metas anuais para os indicadores definidos.

ÍNDICE PREVISTO E APURADO EM 2012 PARA O INDICADOR DO PRONAT NO PPA 2012-2015

Indicador no PPA 2012-2015	Descrição	Índice de Referência no PPA	Índice Apurado em 2012
Nº de Colegiados Territoriais Consolidados	Nº de Colegiados Territoriais já constituídos, com Regimento Interno Aprovado e implantado e com Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado e qualificado.	76	156

Fonte: SDT/MDA (em 11/01/2013)

Conforme citado anteriormente, a metodologia de elaboração do PPA 2012-2015 não define índices/metas a serem alcançados anualmente, de maneira que a análise acerca do indicador apresentada a seguir foi feita com base na expectativa de desempenho esperada pela SDT/MDA, que era de alcançar um índice de 165 Colegiados Territoriais Consolidados com PTDRS elaborado.

Ao se considerar os resultados atingidos ao final do presente exercício com a conclusão de 10 PTDRS, tem-se um número de 158 territórios rurais que dispõem hoje de um planejamento para o desenvolvimento rural realizado com ampla participação dos atores locais. Resultado este que indica que mais de 94% dos territórios conseguiram realizar esta etapa, aproximando muito da meta prevista pela SDT. Registre-se ainda o fato de que todos os 165 territórios rurais dispõem de colegiados territoriais constituídos, demonstrando o avanço desta nova institucionalidade na política de desenvolvimento territorial. Destes Colegiados, conforme informação consolidada ao final de 2012, um total de 156 elaboraram e aprovaram seu Regimento Interno. Portanto, em comparação com o índice de referência do PPA, observa-se que houve uma ampliação superior a 100% no indicador selecionado para aferir a efetividade deste Programa.

Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

O Programa visa aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder à certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

O Programa é desenvolvido por quatro estruturas administrativas do Ministério de Desenvolvimento Agrário: a Secretaria de Reordenamento Agrário, a Ouvidoria Agrária Nacional, a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra. O MDA trata das seguintes ações do Programa: Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário; Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil; Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras; Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; Ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária; Ação de Gestão Ambiental em Projetos de Reforma Agrária; Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento; Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais; Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas na área de abrangência da Lei n 11.952, de 2009; e Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na área de abrangência da Lei nº 11.952, de 2009.

Ação Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário

Busca qualificar os encarregados da implantação dos projetos do Crédito Fundiário, seus beneficiários e o público potencial, com vistas a otimizar o alcance dos resultados, assegurando agilidade e a correta aplicação dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Terras. É realizada por meio de convênios celebrados entre o MDA e entidades parceiras para atuar no processo de difusão, sensibilização e capacitação no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) nos estados de atuação do Programa. Aparece identificada no quadro abaixo a execução das atividades nos últimos dois anos:

EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES 2011-2012

Ação	Descrição	Unidade de medida	Previsto 2011	Realizado 2011	% de execução física 2011	Previsto 2012	Realizado 2012	% de execução física 2012
2373	Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário	Pessoa Capacitada	1.298	3.150	242	600	3.410	568

Fonte: Painel de Indicadores SRA/MDA de 18-12-2012.

O alto índice alcançado na execução da ação está relacionado às capacitações de mobilização para adesão às medidas de renegociações de dívidas, bem como a intensificação das ações de capacitação para entrada no Programa, principalmente de jovens e mulheres. O indicador de resultado do Crédito Fundiário (específico do MDA, não constando do PPA) é a Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária. O índice inicial estabelecido em 2003 foi de 4,5%, com a previsão de atingir 13,76% até o final de 2015. O resultado da apuração do índice acumulado até 2012 foi de 12,78%, conforme demonstra o quadro a seguir:

Indicador	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido até o exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%)	31/12/2003	4,5	13,76	13,76	12,78%

Fonte: SRA/MDA
Nota: O indicador foi calculado dividindo o número de famílias atendidas pelo PNCF no período 2004-2011 pela soma das famílias acampadas e cadastradas (1.011 mil famílias). Ao número final, somou-se o índice inicial estabelecido (4,5%).

Observa-se que desde 2003, a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) vem tendo um crescimento significativo, alcançando, de 2003 a 2012, a marca de mais de 43 mil contratos assinados, com o atendimento de mais de 95 mil famílias de trabalhadores rurais. Isso totalizou o financiamento de mais de 1,6 milhões de hectares, com um investimento total de mais de R$ 2,6 bilhões, sendo mais R$ 504 milhões de recursos não reembolsáveis, aplicados no combate à pobreza rural. Em 2012 foram beneficiadas 2.666 famílias de trabalhadores rurais, com o financiamento de uma área total de 54.911 hectares.

Ação Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil

Por meio dessa ação é realizado o cadastro dos imóveis rurais, permitindo o conhecimento da malha fundiária dos municípios da área de abrangência dos convênios. A ação de regularização e emissão dos títulos é de competência dos Órgãos Estaduais de Terra - OETs, por tratar-se de terras devolutas estaduais. A Ação alcançou, em 2012, a marca de 12.444 imóveis cadastrados, 12.592 georreferenciados e 2.310 titulados.

Ação	Descrição	Unidade de medida	Previsto 2011	Realizado 2011	% de execução física 2011	Previsto 2012	Realizado 2012	% de execução física 2012
20S3	Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil	Imóvel regularizado (2011) Imóvel Georreferenciado (2012)	7891	171	2,16	5.172	12.592	243%

Fonte: SRA/MDA

O indicador final considerado para tal ação é o número de imóveis georreferenciados, que ficou em torno de 243% da meta prevista para 2012, devido à mudança do produto da ação orçamentária. Cabe destacar que esta mudança de imóvel regularizado, em 2011, para imóvel georreferenciado, em 2012, possibilitou demonstrar de melhor forma as ações desenvolvidas, representado pelo presente desempenho.

Ação Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras

Promove o acesso ao livro, incentivo à leitura e formação de agentes culturais nos assentamentos, nas comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos, indígenas, ribeirinhas e em colônias de pescadores para apoiar a educação, a cultura, o trabalho e o entretenimento, contribuindo para o desenvolvimento humano no mundo rural. Referente à ação orçamentária em comento, as atividades e parcerias em 2012 alcançaram o número de 8.000 comunidades atendidas em aproximadamente 3.000 Municípios.

Já são mais de 1,8 milhões de livros distribuídos nas bibliotecas, circulando nas mãos de mais de 1 milhão de famílias rurais.

IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS RURAIS

Descrição	Unidade de medida	Previsto 2011	Realizado 2011	% de execução física 2011	Previsto 2012	Realizado 2012	% de execução física 2012
Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	Biblioteca implantada	800	781	97,6%	800	603	75,4%

Fonte: SRA/MDA

Em relação às ações do Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária executadas pela autarquia vinculada ao MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2012, foram empenhados R$ 639 milhões (R$ 278,9 milhões pagos) para ações de obtenção de terras, dos quais R$ 389 milhões para indenização inicial, nas aquisições de imóveis rurais por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, e R$ 250 milhões para o pagamento de indenizações complementares por decisão judicial. No tocante ao número de projetos de assentamento implantados/reconhecidos pelo MDA, por meio do Incra, atingiu-se um quantitativo de 8.984 projetos, com 945,3 mil famílias assentadas, que representa uma área de 88 milhões de hectares destinados aos assentamentos, distribuída em 2.094 municípios brasileiros. No caso do Ordenamento Fundiário, em 2012 a Taxa de Ocupação Territorial Aparente atingiu 70%. Em indenizações iniciais, foram pagos R$ 162,3 milhões em Títulos da Dívida Agrária – TDA e R$ 15,3 milhões em benfeitorias, referentes a 56 imóveis, que irão beneficiar 3.428 famílias, a um custo médio de R$ 51,8 mil por família. Do ponto de vista da obtenção de imóveis, 32 decretos de desapropriação foram publicados em 2012, perfazendo 66 mil hectares que em breve serão incorporados à reforma agrária, com capacidade para assentar 1.736 famílias.

Segue quadro com os principais resultados:

INDICADORES FORA DO PPA

Ação Orçamentária	Indicador	Meta 2011	Resultado 2011	Meta 2012*	Resultado 2012**
Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (ha)	2.572.000	2.669.290	2.330.330	684.719
Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias	Número de famílias assentadas	38.500	22.022	22.000	20.922
Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Número de licenças protocoladas	689	657	331	509
Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos	Número de famílias beneficiadas	36.524	39.241	19.089	21.242
Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Número de famílias com crédito disponibilizado	121.834	62.860	42.044	43.532
Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Número de títulos expedidos	11.784	46.587	17.819	18.815
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	Número de famílias atendidas	198.236	335.435	203.897	246.236
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Número de imóveis gerenciado	255.449	335.450	82.866	197.773***
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Número de servidores capacitados	3.167	2.970	863	1.581

Fonte: Incra/MDA
*A referência das metas é estipulada entre o mês de abril de 2012 a maio de 2013
** O resultado obtido foi apurado até dezembro de 2012
*** A meta inicialmente prevista para Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foi de 416.767 imóveis gerenciados, estabelecida tendo como objetivo a expansão das ações de gerenciamento dos imóveis rurais cadastrados na base do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR. Com o contingenciamento orçamentário a meta foi revista proporcionalmente ao corte e mantiveram-se os 82.866 imóveis. A meta originalmente estabelecida teve como fundamento a média histórica de gerenciamento pelas Regionais. Ocorre que nos anos de 2011-2012 o Incra pactuou Convênios de Regularização Fundiária com alguns Estados, a exemplo do Ceará, que intensificou as ações do cadastro e gerenciamento de imóveis rurais. Assim, o que explica o desempenho ter superado a meta reprogramada é o processo de modernização pelo qual passa o SNCR, no qual se destaca a funcionalidade de emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) via internet, bem como as parcerias com Estados (a exemplo do Ceará) que ampliou as atividades de regularização fundiária, com inclusão de milhares de imóveis na base do SNCR e seu consequente gerenciamento pelas Superintendências Regionais, ação essa que não estava prevista originalmente, tendo impactado positivamente na meta.

Ação Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Tem por objetivo a promoção, identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição. Em 2012, foram empenhados R$ 7,1 milhões, sendo efetuado pagamento de R$ 6,8 milhões (R$ 6,7 milhões do orçamento e 177,9 mil de Restos a Pagar). A execução física compreendeu 804 mil hectares vistoriados. A execução física dessa ação, por meio da desapropriação, também gerou a imissão na posse em 64 imóveis (129 mil hectares).

Ação Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária

Em 2012 foram empenhados R$ 3,3 milhões (93,9% pagos), o que possibilitou o cadastramento de 22,8 mil famílias candidatas a beneficiárias do Programa e o assentamento efetivo de 23.075 famílias. Foram criados 117 novos assentamentos (14,6% da meta do PPA 2012-2015), incorporando 322,3 mil hectares à reforma agrária e gerando 7.318 novas vagas para o assentamento de famílias.

Ação Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária e Ação Gestão Ambiental em Projetos de Reforma Agrária

A primeira ação busca licenciar e regularizar os assentamentos da reforma agrária nas questões ambientais e a segunda Ação visa realizar a gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, por meio do monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com o uso dos recursos naturais, promovendo a implementação do manejo sustentável da flora ou da fauna, e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agroecológica, florestal ou agroflorestal.

Foi criado, em 2012, o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia (PPCADI-Amazônia), denominado "Programa Assentamentos Verdes". A meta é o atendimento dos assentamentos inseridos nos municípios do Arco Verde, atendidos pelo Programa Bolsa Verde.

Com relação às licenças ambientais, no exercício, 630 foram protocoladas (incluindo as licenças renovadas), o que corresponde a 19,7% da meta total de 3.200 licenças protocoladas prevista no PPA 2012-2015.

Foram emitidas, no período, 336 licenças ambientais, sendo que atualmente 1.868 assentamentos dos 7.336 existentes cuja responsabilidade pelo licenciamento ambiental é do Incra (PAE, PAF, PDS e PA), excluindo-se aqueles consolidados, encontram-se efetivamente licenciados, o que corresponde a 25,5% do total. O empenho realizado para esta ação foi de R$ 4,1 milhões, sendo que houve pagamento de R$ 3,1 milhões do orçamento 2012.

Além da ação de licenciamento ambiental, foram empenhados em 2012, R$ 5,5 milhões, visando à execução de projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais, com foco na preservação da biodiversidade. Essa ação registrou pagamento de R$ 8,5 milhões (3,7 milhões do orçamento e 4,8 milhões de RAP), beneficiando diretamente mais de 31,7 mil famílias, em 375 projetos de assentamento, por conta da liquidação de RAP de exercícios anteriores, já mencionada.

Cabe destacar que o problema enfrentado por algumas Superintendências Regionais do Incra está relacionado com a Lei nº 12.651, de 25/05/2012, principalmente em relação ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, que é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, e sua implementação poderá, inclusive, alterar a metodologia de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária. A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, porém poucos estados possuem o sistema funcionando, e em sua grande maioria encontram-se em fase de implementação. Nos estados em que o sistema está implementado o protocolo das licenças ambientais são precedidos do CAR, o que também tem ocasionado um atraso na solicitação das licenças.

Ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Visa prover ou recuperar a infraestrutura básica dos projetos de assentamento rural, necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Importante diretriz assumida pelo MDA é a garantia de infraestrutura básica nos assentamentos (abastecimento de água, energia elétrica, acesso aos lotes e habitação rural) prioritariamente pela integração com os programas Água Para Todos, Luz Para Todos, Minha Casa, Minha Vida e PAC Infraestrutura (PAC-2). São complementares, ainda, as parcerias e a integração com outros programas da mesma natureza, desenvolvidos por governos estaduais e municipais ou por outras instituições. Nesse sentido, foi assinado um acordo de cooperação com o Ministério da Integração Nacional, envolvendo R$ 84 milhões (50% de cada um dos envolvidos), para atender 31 mil famílias de 575 assentamentos situados na região do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, pelo Programa Água para Todos. Apenas essa parceria será responsável por atingir 62% de toda a meta prevista para implantação de sistema de água para os assentamentos no PPA 2012/2015.

Em 2012, foram empenhados nessa ação R$ 200 milhões, sendo pago um total de R$ 210 milhões - R$ 41.970 milhões do orçamento e R$ 162,4 milhões de Restos a Pagar (RAP) - para beneficiar cerca de 19.000 famílias, com a construção ou recuperação de 4.897 km de estradas, além da implantação de 160 sistemas de abastecimento de água (5.935 famílias beneficiadas), entre outras obras.

Ação Concessão de Crédito Instalação às Famílias de Assentados

Por meio dessa ação, o MDA busca dar condições de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo Incra por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades. Com relação às oito modalidades de Crédito Instalação, foi empenhado em 2012 um total de R$ 741,5 milhões, sendo pagos R$ 357,7 milhões (R$ 113,6 milhões do orçamento do exercício e R$ 244,1 milhões de RAP).

Desse total, 16,3 mil famílias tiveram recursos disponibilizados para construções ou recuperações de habitações e 12,4 mil famílias foram atendidas com complementações nos valores do crédito já depositado em conta. Outras 31 mil famílias foram atendidas nas demais modalidades, com destaque para o apoio inicial e o fomento, que visam à estruturação inicial e produtiva das famílias.

Toda a demanda por construção de habitações nos assentamentos foi encaminhada para o Programa Minha Casa Minha Vida. Serão 70 mil famílias atendidas até 2014, aguardando apenas a retificação da portaria que regulamenta o programa e hoje veda o atendimento a assentados. O Incra garantirá o encaminhamento das condições de acesso, água e luz para essas famílias, de

forma a atender as exigências para a construção das casas. Em transição, foram disponibilizados em 2012, cerca de R$ 252 milhões do Crédito Instalação para as modalidades de Aquisição de Material de Construção e Recuperação de Materiais de Construção.

Em 2012 foram construídas ou reformadas 18 mil casas, ou seja, 15% da meta do PPA 2012-2015 para essa atividade. É importante destacar o aumento do valor da modalidade para construção de residências que, no fim do exercício, teve um reajuste de R$ 15.000,00 para R$ 25.000,00, visando à equivalência aos valores praticados pelo Minha Casa Minha Vida e, consequentemente, à melhoria na qualidade de vida dos beneficiados.

Ação Educação de Jovens e Adultos no Campo e Ação - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Permite capacitar, alfabetizar e escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Já a ação Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária visa capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Em 2012, cerca de 10,2 mil pessoas acessaram essas duas ações nos Assentamentos, integrantes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária *(*Pronera), com empenho de R$ 20,1 milhões e pagamento de R$ 15,1 milhões (R$ 10,3 milhões do Orçamento do Exercício e R$ 4,8 milhões de Restos a Pagar).

Ação Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Transfere, em caráter provisório ou definitivo, o domínio de imóveis rurais em áreas de assentamentos para os beneficiários da reforma agrária ou entidades públicas ou privadas. Foram pagos do orçamento de 2012 R$ 2,3 milhões com essa ação, gerando a concessão de 29,8 mil títulos em sua grande maioria, títulos de concessão de uso, o que permite o acesso a diferentes políticas públicas, em especial ao crédito destinado à instalação das famílias.

Ação Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Quanto a essa ação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário regulariza as ocupações rurais em terras públicas federais e estaduais, fora da Amazônia Legal, legaliza imóveis rurais e ratifica títulos na faixa de fronteira.

Foram empenhados, em 2012, R$ 4,6 milhões, sendo pagos R$ 1,5 milhão, possibilitando a regularização de 35.981 imóveis fora da Amazônia Legal. No intuito de atender as metas previstas no objetivo do PPA que visa identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas e executar a regularização fundiária nas terras federais (o encaminhamento de 200 mil imóveis para regularização fundiária em quatro anos), foram realizados em 2012: o levantamento e a identificação das áreas com maior incidência de posseiros; oficinas com os atores envolvidos nos estados (uma vez que a maior parcela de execução da regularização de terras fora da Amazônia legal é realizada em parceria com estados); discussões para evolução nos marcos legais; convênio com o estado do Pernambuco para a regularização de 35.357 imóveis; arrecadação de 782,5 hectares no estado do Rio Grande do Sul, correspondentes à Ilha de Turotama.

Ação Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Possibilita ao MDA georreferenciar imóveis rurais públicos e privados e fiscalizar esse serviço, ampliar e manter a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS, manter as atividades do Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento e dos Comitês Regionais de Certificações. Digitalizar o acervo fundiário analógico das Superintendências Regionais e dos Governos Estaduais. Em 2012 foram empenhados R$ 3,9 milhões com pagamento de R$ 63,8 milhões (R$ 3,9 milhões do orçamento e R$ 59,9 milhões de RAP). Foi realizado o georreferenciamento de 1.336 imóveis e a certificação de 6.659 imóveis, dos quais 3.604 iniciados no próprio exercício.

A certificação de imóveis rurais passou a contar, em dezembro de 2012, com a Norma de Execução nº 105/2012, de 26 de novembro de 2012, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a qual dá maior celeridade aos procedimentos. Essas mudanças impactarão diretamente o setor produtivo rural, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, uma vez que possibilitarão vencer o passivo de cerca de 40 mil processos de certificação abertos e reduzir drasticamente os prazos para novas certificações.

Ação Mediação de Conflitos Agrários; Ação Prevenção de Tensão Social e Violência no Campo; Ação Atendimento de Denúncias – Ouvidoria Agrária Nacional; Ação Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas e Ação Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais

No conjunto de Ações acima, o MDA busca, entre outros, identificar e controlar possíveis situações de tensão social ou de violência no campo, principalmente com relação aos trabalhadores rurais sem-terras, bem como apoiar as instituições de combate e prevenção à violência no campo e à tensão social, inclusive em sua estruturação. No tocante às ações referentes à manutenção da Paz no Campo, sob responsabilidade da Ouvidoria Agrária Nacional, do MDA, em 2012 foram aplicados cerca de R$ 4,56 milhões.

O principal indicador da eficiência destas ações é a redução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários, sendo que em 2011 este número foi de 12 homicídios e em 2012 foram registradas 6 mortes decorrentes de conflitos.

Ação Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas na área de abrangência da Lei n 11.952, de 2009 e Ação Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na área de abrangência da Lei n 11.952, de 2009

Estas ações tratam da regularização da Amazônia Legal e estão agrupadas no denominado Programa Terra Legal. Com isso foi possível aferir com melhor precisão as metas para o ano de 2012, ampliando as parcerias com os estados em áreas que são de interesse comum para a regularização, bem como qualificar e propor soluções para o melhor funcionamento do Programa Terra Legal. Vale destacar a realização da execução da ação abaixo:

GEORREFERENCIAMENTO E DIGITALIZAÇÃO DA MALHA FUNDIÁRIA

Indicadores do PPA	Previsão 2011	Realizado 2011	Previsão 2012	Realizado 2012
Área georreferenciada (Ha)	14.559.862	5.821.477	15.000.000	13.279.591

Fonte: Extrato do Sisterleg Geo de 07/01/2013.

Com relação aos indicadores do Programa de Reforma Agrária e Ordenamento Fundiário tem-se o seguinte quadro:

INDICADORES DE REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA – PPA 2012-2015

Indicadores	Unidade de medida	Referência		Resultado apurado em 2012
		Data	Índice	
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,5	0,25
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16	25,4
Índice de Provimento de Assist. Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32,0	26,0

Fonte: Incra

Quanto ao Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade, a redução observada, quando comparado o resultado ao valor de referência de 2010, pode ser atribuída principalmente ao aprimoramento dos procedimentos de vistoria que visam a uma maior efetividade e implicaram processos mais complexos, exigindo um período de ajuste e adaptação. Na sistemática e nos produtos das atividades de Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis foram incorporados novos parâmetros para análise da viabilidade do assentamento a ser criado, como capacidade de geração de renda, alternativas para atendimento com infraestrutura básica e indicação da trajetória até a inserção em mercados. Estes procedimentos tornam mais complexa a instrução processual da desapropriação, mas abreviam o tempo até a implantação do projeto de assentamento após a conclusão da obtenção da área.

O "Índice de Assentamentos com Licenças Ambientais em Vigor", cuja fórmula de cálculo é "número de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor dividido, dividido pelo total de assentamentos federais sob a jurisdição do Incra, multiplicado por 100", teve um aumento de 24,2 para 25,4% de assentamentos licenciados, entre 2010 e 2012.

Com relação ao Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária, no qual se obteve em 2012 um índice de 26% de famílias atendidas, frente ao índice referência de 32% em 2010, convém ressaltar que se trata de índice não cumulativo, sujeito, portanto, a variações normais.

Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Neste Programa, o MDA articula, acompanha e fortalece o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas, no que diz respeito às ações: Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades e Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

Ação Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades

Por intermédio de tal ação, o MDA busca obter terras e indenizar benfeitorias dos territórios reconhecidos e demarcados para titulação em nome das comunidades remanescentes de quilombos. Em relação a essa Ação, em 2012, três comunidades quilombolas receberam os títulos definitivos de suas terras: duas em Sergipe (Mocambo, com 113 famílias, recebeu dois títulos com total de 172,3 hectares, e Lagoa dos Campinhos, com 89 famílias, com emissão de um título com 114,6 hectares) e uma em Mato Grosso do Sul, a comunidade da Chácara Buriti, com 19 famílias situadas em uma área de 12 hectares. Foram publicados ainda 11 Decretos de Declaração de Interesse Social para fins de regularização das terras de posse de Comunidades Quilombolas, possibilitando a indenização dos ocupantes não quilombolas nessas áreas, que deverá ocorrer nos próximos exercícios. Foram beneficiadas 682 famílias e destaca-se o volume recorde de recursos empenhados para indenizar áreas já decretadas: R$ 43,1 milhões, de um total de R$ 49,3 milhões empenhados para todas as ações do Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Ação Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

Essa ação visa regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos. Foram contratados, em 2012, 73 novos relatórios antropológicos (peça integrante do Relatório Técnico de Identificação de Delimitação - RTID). Deste total, 26 são resultado de um Termo de Cooperação firmado com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, que repassou R$ 1,2 milhão para a elaboração de relatórios, com a estimativa de atender 3,4 mil famílias.

Aspectos Orçamentários

A execução orçamentária do MDA, no período abordado, 2008 a 2012, distribuiu-se em 3 funções: Previdência Social, Organização Agrária e Encargos Especiais. A Função Governamental principal do MDA está configurada na função Organização Agrária e nas suas principais subfunções: Reforma Agrária, Extensão Rural, Ordenamento Territorial e Abastecimento. Dentro da Função Organização Agrária, destaca-se a subfunção Ordenamento Territorial, que cresceu R$ 158,1 milhões em relação a 2011. Cita-se como fatores relevantes:

- o Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil aumentou R$ 10,8 milhões em relação a 2011.
- o Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) subiu R$ 7,1 milhões em comparação ao exercício anterior. Além da incorporação da ação do Projeto Dom Hélder Câmara com mais R$ 16,8 milhões, a qual migrou da subfunção da Reforma Agrária para a de Ordenamento Territorial.
- A ação do PAC 2 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 Habitantes elevou a sua execução em R$ 174,5 milhões em relação a 2011, totalizando R$ 193 milhões. Houve uma medida provisória que ampliou ainda mais a disponibilidade de recursos em 2012, possibilitando a compra de mais equipamentos, superando a meta inicial do PPA. Outra subfunção de destaque é a de Abastecimento, que correspondente à grande parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual recebeu um aumento de R$ 13,6 milhões em 2012. Os estados e municípios foram autorizados a adquirir, com recursos próprios, produtos do PAA. Dentro das demais subfunções houve um acréscimo de R$ 276,1 milhões devido ao crescimento de R$ 313,4 milhões do Garantia-Safra e R$ 10,5 milhões de Documentação da Trabalhadora Rural. A seca vivenciada em 2012 justifica o aumento da participação no Garantia-Safra, que atende as famílias em situação de perda de produção por motivo da vulnerabilidade climática.

FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA – VALORES LIQUIDADOS 2008 A 2012

R$ 1,00

Organização Agrária		Subfunções		2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exerc.	631	Reforma Agrária	860.390.944	1.466.616.842	895.606.239	1.129.456.098	624.525.686	4.976.595.809
		606	Extensão Rural	74.273.523	115.716.381	94.004.188	53.624.491	64.489.374	402.107.957
		127	Ordenamento Territorial	58.992.224	26.804.326	93.593.812	50.651.152	58.322.941	288.364.455
		605	Abastecimento	70.682.670	77.223.538	54.892.288	26.771.840	35.507.873	265.078.210
		Demais Subfunções		1.450.113.743	827.900.518	1.166.465.911	873.767.746	1.164.463.176	5.482.711.094
	RPNP	631	Reforma Agrária	189.371.838	328.388.947	674.626.605	777.549.309	505.554.032	2.475.490.731
		606	Extensão Rural	123.453.043	186.038.157	208.540.199	175.249.103	147.724.062	841.004.565
		127	Ordenamento Territoria	152.656.995	163.960.393	230.116.825	291.656.385	442.087.257	1.280.477.856
		605	Abastecimento	0	17.091.701	13.429.797	2.095.959	7.000.277	39.617.734
		Demais Subfunções		426.795.148	560.838.565	214.646.278	131.178.997	116.546.339	1.450.005.328
Total				**3.406.730.128**	**3.770.579.369**	**3.645.922.142**	**3.512.001.080**	**3.166.221.017**	**17.501.453.737**

Fonte: Siafi Gerencial. Data da extração dos dados: 16.01.2013.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

R$ 1,00

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**4.612.374.500**	**7.118.268.343**	**5.085.683.590**	**1.249.734.676**	**1.215.196.745**	**3.835.948.913**
2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	2.674.035.426	3.388.251.624	2.089.749.209	672.661.666	640.497.020	1.417.087.543
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	818.267.902	2.047.784.569	1.600.942.790	39.586.260	39.355.137	1.561.356.531
2012	Agricultura Familiar	894.129.028	1.411.623.339	1.297.118.184	494.803.748	493.292.018	802.314.437
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	163.567.144	199.900.478	48.004.719	36.188.383	35.561.110	11.816.337
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	58.875.000	67.208.333	47.989.315	6.418.755	6.415.595	41.570.560
-	Demais Programas Temáticos	3.500.000	3.500.000	1.879.372	75.865	75.865	1.803.507
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**759.141.651**	**773.885.887**	**750.557.167**	**697.574.374**	**696.700.269**	**52.982.794**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**547.834.727**	**378.097.937**	**375.851.737**	**375.451.024**	**375.451.024**	**400.713**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**362.021.292**	**379.723.796**	**379.660.453**	**379.539.326**	**379.539.326**	**121.127**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**6.281.372.170**	**8.649.975.963**	**6.591.752.947**	**2.702.299.400**	**2.666.887.364**	**3.889.453.546**

Fonte: Siafi Gerencial. Data da extração dos dados: 16.01.2013.

A programação orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Agrário está majoritariamente distribuída em 03 programas temáticos: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; e Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária. Na nova metodologia do PPA 2012-2015, a consecução de cada programa é obtida por meio da realização dos objetivos que englobam as ações orçamentárias do órgão responsável pelo objetivo. Assim, tomando como base a tabela acima, cabe salientar que a execução financeira demonstrada propiciou o alcance de resultados expressivos, podendo-se discriminar abaixo os montantes executados, correlacionando-os às principais políticas do Ministério:

Garantia-Safra – R$ 432.652.300
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos– R$ 42.508.150
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – R$ 16.640.202
PAC 2 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais – R$ 192.968.730
Projeto Dom Hélder Câmara (Semiárido Nordestino) – R$ 16.850.000
Documentação da Trabalhadora Rural – R$ 14.294.596
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – R$ 207.801.759
Crédito Fundiário – R$ 166.547.204
Obtenção de Terras – R$ 209.510.074

4.16. FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL
4.16.1. Ministério da Previdência Social

A Previdência Social, direito social previsto na Constituição Federal de 1988, tem como missão garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, bem como por previdência privada e facultativa, com objetivo de promover o bem estar social.

É organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social - RGPS (art. 201, CF/88), Regime Próprio dos Servidores Públicos - RPPS (art. 40, CF/88) e Regime de Previdência Complementar - RPC (art. 202, CF/88). Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios.

O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos: a) operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada - EAPP, com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, do Ministério da Fazenda, e; b) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresas ou grupos destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS.

A previdência complementar é um importante mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, o que amplia a capacidade de investimento do País e alavanca seu crescimento econômico, além de contribuir para a manutenção de renda das famílias.

O RGPS é gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais. O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro.

Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de todo território nacional e desempenham papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do País.

O Regime de Previdência dos Servidores Públicos, denominado RPPS é compulsório, com teto e subtetos definidos pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

Excluem-se deste grupo os empregados das empresas públicas, das sociedades de economia mista, os agentes políticos, servidores temporários e detentores de cargos em comissão (quando não ocupantes de cargo efetivo), todos filiados obrigatórios do Regime Geral.

A aposentadoria compulsória é concedida aos 70 anos para homens e mulheres e a aposentadoria por tempo de contribuição aos 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.

Os servidores que ingressaram desde 15/12/1998 estão sujeitos à idade mínima de aposentadoria de 60 anos para homens e 55 para mulheres. A administração do Sistema é pública. O RPPS é gerenciado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS do Ministério da Previdência Social e inclui mais de 9 milhões de pessoas no sistema previdenciário brasileiro, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, nos três níveis de governo.

A Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC é o órgão responsável pela formulação das políticas e diretrizes do Regime de Previdência Complementar no País.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, autarquia de natureza especial, é a entidade vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS responsável pelas atividades de fiscalização e supervisão das EFPC, bem como pela execução das políticas em matéria de fiscalização que envolvem o Regime Fechado de Previdência Complementar, operado pelas EFPC.

Resultados da Atuação Governamental e Aspectos Orçamentários

Resultados da Atuação Governamental

O Plano Plurianual do Governo Federal, referente à Previdência Social está integralmente convergente com o Plano Estratégico da Previdência Social 2012-2015, reproduzindo exatamente a mesma orientação estratégica.

O Plano Estratégico é composto por um conjunto de Objetivos Estratégicos, constantes do Mapa Estratégico, que, por sua vez, desdobram e mobilizam a execução de Ações Estratégicas com foco na melhoria de processos, com seus indicadores e metas, que possibilitam a gestão contínua dos Planos de Ações da Previdência Social.

VALORES LIQUIDADOS 2008 A 2012

R$ milhões

Função "09 - Previdência Social"	SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Do exerc.	271 - Previdência Básica	196.798	221.004	248.341	276.073	312.358	1.254.574
	272 - Previdência do Regime Estatutário	3.916	4.499	5.004	4.663	4.225	22.308
	273 - Previdência Complementar	0	0	0	0	1	1
	274 - Previdência Especial	936	1.061	1.264	1.268	1.372	5.901
	Demais Subfunções	3.655	4.400	5.251	5.647	5.611	24.564
	Subtotal	**205.306**	**230.964**	**259.860**	**287.651**	**323.567**	**1.307.348**
RPNP*	271 - Previdência Básica	71	181	323	197	112	884
	272 - Previdência do Regime Estatutário	4	1	0	1	0	6
	273 - Previdência Complementar	0	0	0	0	0	0
	274 - Previdência Especial	99	0	0	65	0	164
	Demais Subfunções	72	102	131	111	104	521
	Subtotal	**246**	**284**	**454**	**374**	**216**	**1.574**
TOTAL GERAL		**205.552**	**231.248**	**260.314**	**288.025**	**323.783**	**1.308.923**

Fonte: Siafi Gerencial 2013
*RPNP – Restos a Pagar Não-Processados

A distribuição dos valores liquidados por subfunção em 2012 foi a mesma verificada nos anos anteriores, com 96,47% dos valores concentrados em "Previdência Básica", em que estão alocadas as despesas com pagamentos de benefícios do RGPS, operados pelo INSS. Nota-se a expansão gradual das despesas em valores nominais, comportamento previsível, uma vez que, em todos os anos examinados, mais de 95% do valor executado refere-se a pagamento de benefícios previdenciários.

Objetivos Estratégicos do PPA

Os objetivos estratégicos do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, constantes do Mapa Estratégico da Previdência Social, têm os seguintes propósitos:

- Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária: garantir a universalização da cobertura, promovendo a inclusão dos trabalhadores no sistema previdenciário brasileiro, por meio do conhecimento do perfil do cidadão e do fortalecimento da educação previdenciária;
- Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito: fortalecer a credibilidade da Previdência Social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança;
- Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos: alcançar e manter o equilíbrio atuarial do Regime Geral de Previdência Social e garantir a solvência dos Fundos e Entidades dos Regimes Próprios e das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Objetivo Estratégico 01: Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

No campo da ampliação da proteção previdenciária, o foco de atuação tem sido setores da sociedade que apresentam um histórico de fragilidade, como os pequenos empreendedores (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual), trabalhadores domésticos (dedução do IR), trabalhador facultativo de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência (redução de alíquota) e trabalhadores do campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades).

Importantes alterações na legislação foram realizadas, como a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que, dentre outras medidas, reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual - MEI e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as "Donas de Casa de Família de Baixa Renda". Importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, refere-se à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R$ 36 mil para R$ 60 mil anual.

Em relação ao MEI, o programa conta atualmente com 2,665 milhões de trabalhadores inscritos, conforme dados de dezembro de 2012. Já às donas de casa, que puderam contribuir com a alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de dezembro de 2012, 372 mil segurados realizaram essa contribuição simplificada de 5% do salário mínimo.

Com a realização de ações voltada à inclusão e permanência no sistema previdenciário, espera-se uma elevação do número de contribuintes da Previdência Social, que também está relacionada com a confiança que se tem no sistema previdenciário.

Por isso algumas ações importantes foram implementadas, e se consolidarão em um futuro próximo, no sentido de melhorar a imagem da instituição, tais como: agilidade no reconhecimento de direitos, maior transparência na divulgação das contas da Previdência Social, investimento na qualificação de servidores, expansão da rede de atendimento e aperfeiçoamento e ampliação de programas de combate às fraudes previdenciárias.

Com relação ao Regime de Previdência Complementar - RPC, a aprovação da instituição desse regime aos novos servidores que ingressam no serviço público federal, com a aplicação do limite do Regime Geral de Previdência Social - RGPS aos benefícios a serem pagos a esses servidores, o Ministério da Previdência Social - MPS atuou no sentido de prestar informação, orientação, esclarecimento sobre a nova situação, com a participação em fóruns de debates, seminários, workshops sobre o tema junto a entidades de classe, universidades e outros entes da sociedade.

As políticas públicas estão voltadas à conscientização da importância da previdência complementar operada pelos Fundos de Pensão como garantia de obtenção de uma renda adicional na fase da inatividade e ao desenvolvimento social e econômico-financeiro do País.

Os resultados alcançados, referente ao objetivo "Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária", estão descritos nas metas seguintes:

METAS/2015	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	META 2012	QUANTIDADE ALCANÇADA	DATA
Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%	Secretaria de Políticas da Previdência Social - SPPS	71%	70,70%	dez/2012 (PNAD/IBGE referente a setembro de 2011 - ultimo dado disponível - dado de 2012 estará disponível apenas em setembro de 2013.)
Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados	Secretaria de Políticas da Previdência Social - SPPS	1.992.750	2.665.605	dez/2012
Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%.	Secretaria de Políticas da Previdência Social - SPPS	69,8%	69,7%	dez/2012. (PNAD/IBGE referente a setembro de 2011 - ultimo dado disponível - dado de 2012 estará disponível apenas em setembro de 2013)
Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.	Secretaria de Políticas da Previdência Complementar - SPPC	0,6%	3.051.152 (0,6%)	jun/2012

Objetivo Estratégico 02: Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Todas as ações implementadas pelo INSS estão calcadas em um único e valioso objetivo: prestar atendimento de qualidade aos trabalhadores brasileiros. Há um empreendimento de ações a fim de mitigar suas vulnerabilidades e deficiências, o equilíbrio entre as diretrizes governamentais, as expectativas dos servidores e os anseios da sociedade. Das ações empreendidas, podemos citar:

a) Novos Sistemas Operacionais de Benefícios: o INSS está investindo na consolidação e modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, utilizando as bases de informações disponíveis no governo e mecanismos de interação com o cidadão. O CNIS é o ponto de partida para uma mudança fundamental de conceitos, com vistas a armazenar e consolidar todas as informações da vida laboral do filiado, permitindo o reconhecimento automático de direitos, minimizando a necessidade de o filiado arcar com o ônus de comprovar tais informações. Uma parte fundamental dessa mudança está no desenvolvimento e implantação dos novos sistemas que substituirão as atuais aplicações de consulta e atualização dos dados do CNIS, bem como a construção do Cadastro Rural, consolidando a sistemática de validação, apropriação e disponibilização das informações, garantindo a integridade dos dados, promovendo também a integração entre órgãos e entidades para troca de informações. Os aplicativos utilizados pelo INSS atualmente estão gradativamente sendo substituídos pelo PORTAL CNIS que disponibilizará em plataforma web todas as funcionalidades desses aplicativos, agregando também novas funcionalidades, conceitos e tecnologias nas áreas de gestão de conhecimento, inclusive documental, instituindo a certificação digital e aprimorando a gestão do relacionamento com o cidadão.

b) Sistema Integrado de Benefícios - SIBE: abrange um conjunto de projetos que implementam os processos de negócios definidos pelo Novo Modelo de Gestão - NMG do INSS no que se refere ao desenvolvimento de sistemas. O SIBE substituirá todos os atuais sistemas de benefícios, promovendo a redução do Tempo Médio de Espera pelo Atendimento Agendado - TMEA, seja o da Perícia Médica, da Avaliação Social ou dos demais serviços, bem como do Tempo Médio de Concessão - TMC.

c) Novo Sistema de Agendamento - SISAGE: a metodologia do SISAGE é voltada para a melhoria na gestão da disponibilidade de vagas para os serviços prestados, uma vez que o sistema faz a distribuição dessas vagas de forma automática. Neste novo formato, os agendamentos são efetuados mediante as habilidades de cada servidor e sua disponibilidade para a execução dos serviços. Assim, ocorrem mais agendamentos para o serviço mais demandado, evitando que o tempo médio de espera para o atendimento agendado seja completamente diferente entre serviços de uma mesma unidade de atendimento. O SISAGE propicia uma melhoria no controle da amplitude entre as datas de agendamento para serviços de uma mesma agência.

d) Sistema de Informações de Registro Civil - SIRC: em 2012, deu-se continuidade à implementação do SIRC, sistema que captará as informações dos registros de nascimento, natimorto, casamento, além de óbitos, estes hoje administrados pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos, e, as respectivas averbações, anotações e retificações com vistas a constituir um cadastro dos dados civis dos cidadãos e viabilizar a promoção do processo de reconhecimento automático de direitos junto à Previdência Social.

e) Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e vinculação das novas unidades com o Plano Brasil sem Miséria: o PEX tem como foco incluir uma Agência da Previdência Social - APS em cada município com mais de 20 mil/hab. Com a ampliação da Rede de Atendimento, os segurados não precisam mais percorrer longas distâncias em busca de atendimento. Nas novas unidades, eles são atendidos em ambientes confortáveis, modernos e seguros. As novas agências contam com dispositivos de segurança e têm acesso facilitado para idosos e pessoas portadoras de deficiência. O PEX está focado na erradicação da pobreza extrema que atinge aproximadamente 16,2 milhões de brasileiros. O Plano Brasil Sem Miséria prevê como estratégia de ação aumentar as capacidades e oportunidades a esta população operando em três eixos: Eixo Garantia de Renda; Eixo Inclusão Produtiva, e; Eixo Acesso aos Serviços Públicos. Da análise comparativa das duas ações governamentais, PEX e Plano Brasil Sem Miséria, em especial suas diretrizes e objetivos, conclui-se que o PEX apresenta pontos de aderência com o Plano Brasil sem Miséria de forma a contribuir com seus objetivos, sobretudo no que tange aos eixos mencionados. Para a expansão da rede, estão sendo investidos R$ 616,5 milhões em todas as regiões do País, bem como em obras de recuperação das unidades já existentes, totalizando um investimento em torno de R$ 1,1 bilhão;

f) O Extrato Previdenciário: outra melhoria na prestação de serviços foi a implantação do extrato previdenciário, em que os trabalhadores têm acesso aos seus dados cadastrais e de vínculos empregatícios, além das informações sobre remunerações e contribuições previdenciárias, a partir de julho de 1994, constantes do CNIS. O extrato previdenciário permite, ainda, aos trabalhadores o acompanhamento permanente de sua vida laboral e possibilita a identificação de eventuais lacunas ou incorreções nos dados cadastrais ou nas contribuições previdenciárias. A consulta ao extrato previdenciário foi disponibilizada em 2012 também aos correntistas da CEF que utilizam o *Internet Banking*.

Objetivo Estratégico 03: Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

O Regime Geral de Previdência Social - RGPS, regime de previdência que protege a maior parte dos trabalhadores do País, cobre os trabalhadores assalariados urbanos, autônomos, domésticos e rurais, ou seja, é a previdência dos trabalhadores da iniciativa privada e dos empregados públicos. São mais de 47,9 milhões de contribuintes, contra 44,8 milhões de 2010. O Regime Geral é, sem dúvida, um dos mecanismos mais efetivos de proteção social no Brasil, beneficiando direta e indiretamente parcela significativa da população brasileira.

Nos últimos anos, o MPS tem buscado ampliar a cobertura previdenciária, principalmente nos setores mais fragilizados da sociedade. Uma das medidas de formalização que tem revelado excelentes resultados é quanto aos microempreendedores.

Trata-se de uma inovação no sistema tributário brasileiro, com a criação de uma nova faixa de enquadramento na base da pirâmide do Simples Nacional, que já é um sistema simplificado de enquadramento e tributação de microempresas e empresas de pequeno porte, em condições vantajosas para os trabalhadores por conta própria que pretendem se legalizar como pequenos empresários.

Na verdade, é um olhar inovador e diferenciado que o Estado passa a ter em relação a esse público, anteriormente chamado de pré-empresa.

Em 2012, o Governo Federal editou a MP nº 563 que alterou os artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546/2011, determinando novos critérios para o cálculo da contribuição social patronal. Assim, a MP nº 563, além de ampliar a desoneração para um considerável número de setores, diminuiu em alguns casos a aplicação da alíquota de 2,5% e 1,5% para 2% e 1%.

Em setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 582 com mais 15 setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento.

Com a sanção da MP nº 563 (ao ser convertida na Lei nº 12.715/2012) e promulgação da Medida Provisória nº 582 foram incluídos novos setores.

Dessa forma, é importante ressaltar que essas medidas têm o objetivo de reforçar o crescimento econômico sustentado, com geração de empregos formais de boa qualidade, que é uma condição necessária e fundamental para a continuidade da ampliação da cobertura previdenciária no País. Nesse contexto, as medidas de inclusão devem buscar a ampliação da cobertura sem comprometer a sustentabilidade fiscal e o próprio crescimento econômico.

Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, regimes que protegem os servidores públicos titulares de cargos efetivos, os chamados estatutários, vêm contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País em razão da vertiginosa capitalização solidária do sistema, em que pese o ainda volumoso déficit atuarial existente, especialmente da União e alguns estados, assim representado: (i) atualmente, existem cerca de 1.990 RPPS instituídos, abrangendo a União, todos os Estados, o Distrito Federal, as capitais e aproximadamente um terço dos demais municípios, sobretudo os de maior porte; (ii) são aproximadamente R$ 60 bilhões em valores aplicados no mercado financeiro e de capitais, além de outros ativos que, juntamente com os recursos financeiros, chegam a R$ 140 bilhões em valor presente e; (iii) existem cerca de 10 milhões de beneficiários, incluindo servidores, aposentados e pensionistas.

Outra importante meta estabelecida para a sustentabilidade do regime previdenciário foi a de regulamentar a previdência complementar para o servidor público, o que ocorreu ainda em 2012 com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, que ocorreu com a publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (FUNPRESP-EXE, FUNPRESP-LEG e FUNPRESP-JUD, respectivamente).

O efeito pretendido com a instituição das Funpresp é a redução da pressão sobre os recursos públicos crescentemente alocados à previdência, permitindo a construção de um modelo de previdência sustentável, com a possibilidade de recomposição da capacidade de gasto público em áreas essenciais ao crescimento econômico e em programas sociais.

Dessa forma, fica autorizada a aplicação do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, às aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS. Esse limite aplica-se apenas aos servidores que ingressarem no serviço público após início do funcionamento das Funpresp.

Aos demais servidores fica aberta a possibilidade de aderirem a qualquer tempo ao Regime de Previdência Complementar.

O Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE, bem como estabelece a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a FUNPRESP-EXE.

O porte e o elevado potencial de acumulação de recursos desse novo investidor institucional poderão estimular novos investimentos e a demanda por ativos no mercado financeiro e de capitais.

O Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, além da defesa da proposta durante seu trâmite no Congresso Nacional, atuou no apoio à implantação do FUNPRESP-EXE, com a participação na elaboração do Decreto de criação, do Estatuto e do Regulamento do plano a ser oferecido pela entidade.

Além disso, atuou na realização do seminário internacional sobre o tema, cuja discussão possibilitou a análise de regimes internacionais de previdência complementar para servidores públicos e suas características, dar conhecimento e divulgar a importância do FUNPRESP-EXE para o País.

Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho do PPA

O quadro a seguir apresenta o desempenho dos indicadores do Programa Temático do PPA 2012-2015 referente aos anos de 2011 e 2012, bem como a estimativa prevista.

DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PPA - 2011/2012

Indicador	Finalidade	Unidade de Medida	2011	2012	Meta PPA 2015
Taxa de Cobertura Previdenciária. Fonte: PNAD/IBGE	Medir a porcentagem da população de contribuintes em relação ao total da população ocupada.	%	65,33	70,7	77,00
Necessidade de Financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto. Fonte: SPPS/MPS e IBGE	Verificar o percentual do Produto Interno Bruto necessário para a cobertura do saldo existente entre a receita previdenciária e a despesa com o pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.	%	0,90	0,90	1,28
Necessidade de Financiamento do Regime Próprio de Previdência da União, em relação ao Produto Interno Bruto Fonte: SPPS/MPS e IBGE	Verificar o percentual do Produto Interno Bruto necessário para a cobertura do saldo existente entre a receita previdenciária e a despesa com o pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União.	%	1,41	1,37	1,26
Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados, Municípios e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto Fonte: SPPS/MPS e IBGE	Verificar o percentual do Produto Interno Bruto necessário para a cobertura do saldo existente entre a receita previdenciária e a despesa com o pagamento de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal.	%	0,80	0,96	1,90
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Fonte: Previc	Verificar a expansão do sistema de previdência complementar fechado em termos do número de participantes e beneficiários.	%	6,58	0,63	3,00
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios Previdência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto Fonte: SPPS/MPS	Verificar o percentual do Produto Interno Bruto necessário para a cobertura do saldo déficit atuarial calculado entre a receita previdenciária e a despesa com o pagamento de benefícios projetados dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	%	17,45	30,78	15,00
Taxa de Ativos Totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto Fonte: DAIR - SPPS/MPS	Verificar a relação percentual entre os ativos garantidores das obrigações previdenciárias dos RPPS em relação ao PIB.	%	3,00	3,17	5,00
Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em Relação ao Produto Interno Bruto Fonte: SPPC/MPS e IBGE	Avaliar a evolução do montante de ativos das EFPC em relação ao PIB.	%	14,23	14,93	16,00
Tempo Médio de Concessão (TMC) Fonte: INSS/SUIBE	Medir o tempo médio de análise para processos com despacho favorável (concessão).	Dias	28	30	26
Índice de Resolutividade (IRES) Fonte: INSS/SUIBE	Medir o nível de resolubilidade dos requerimentos de benefício no momento do atendimento.	%	55	57,87	52,26
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA) Fonte: INSS/SIGMA	Aferir o tempo que o cidadão aguarda entre a data de solicitação do agendamento e a data de marcação do atendimento, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável.	Dias	21	20	19
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM) Fonte: INSS/SIGMA	Aferir o tempo que o cidadão aguarda entre a data de solicitação do agendamento da Perícia Médica e a data de marcação do exame.	Dias	32	35	19
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Fonte: Previc	Mede a capacidade econômica e financeira das EFPC frente ao seu passivo atuarial, ou seja, se os recursos garantidores das EFPC são suficientes para cobrir as suas provisões matemáticas. Os recursos garantidores são formados pelo ativo disponível somado aos investimentos, deduzidos dos exigíveis operacional e contingencial dos investimentos.	%	1,16	1,19	1,20

Fonte: MPS/AGEIN

Indicadores de Desempenho de Processos

O quadro a seguir apresenta o desempenho dos indicadores dos processos do Plano Estratégico 2012-2015, referente aos anos de 2011 e 2012, bem como a estimativa prevista para 2015.

DESEMPENHO DOS INDICADORES DE PROCESSOS - 2011/2012

Objetivo Estratégico	Indicador	Unidade Medida	2011	2012	Meta 2015
Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário	Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	42,25	47,27	47,30
Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios	Índice de Recursos Administrativos do RGPS Analisados (IRAA)	%	83%	88,18%	100%
Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva	Tempo Médio de Resposta ao Pedido de Informação (TMR-PI)	Dias	(*)	8	6
Intensificar a fiscalização dos regimes próprios e das entidades fechadas de previdência complementar	Número de Fiscalizações diretas (Regimes Próprios).	Qtd.	308	387	500
Desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à responsabilidade socioambiental	Índice de Desempenho Institucional (IDI)	%	99,93%	92,56%	95,00%

Fonte: MPS, INSS e Previc

Iniciativas do PPA

Os Objetivos Estratégicos do PPA 2012-2015 estão desdobrados em Iniciativas, por conseguinte, essas têm as suas respectivas ações orçamentárias vinculadas, conforme quadro seguinte:

OBJETIVO/ INICIATIVAS/ AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Objetivo 01: Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.
Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho.
Ação 2564: Gestão de Cadastros da Previdência Social.
Ação 20HT: Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC.
Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização.
Ação 20GN: Educação Previdenciária e Financeira.
Objetivo 02: Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.
Promover o reconhecimento automático de direito.
Ação 2591: Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários.
Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios.
Ação 2015: Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social.
Ação 2294: Defesa Judicial da Previdência Social.
Garantir o pagamento de benefícios com qualidade.
Ação 009W: Compensação Previdenciária.
Ação 00H3: Pagamento de Benefícios Previdenciários.
Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva.
Ação 20HR: Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social.
Ação 2587: Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social.
Ação 4641: Publicidade de Utilidade Pública.
Ação 4405: Previdência Eletrônica.
Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários.
Ação 2563: Gestão da Melhoria Contínua.
Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social.
Ação 2593: Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social.
Objetivo 03: Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.
Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral.
Ação 2585: Serviço de Reabilitação Profissional.
Intensificar a fiscalização dos regimes próprios e das entidades fechadas de previdência complementar.
Ação 2276: Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos.
Ação 2592: Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar.
Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional.
Ação 2562: Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos.
Ação 8452: Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária.
Promover políticas de sustentabilidade do sistema previdenciário.
Ação 2274: Assistência Técnica à Ampliação e Reformas dos Regimes Próprios de Previdência.
Ação 2A43: Estudos e Pesquisas no Âmbito de Previdência Complementar.
Ação 8426: Desimobilização de Imóveis do INSS.

Fonte: Plano Plurianual - PPA 2012-2015 e Plano Estratégico da Previdência Social 2012-2015

Algumas das mais importantes **Iniciativas do PPA 2012-2015** identificadas para serem avaliadas estão descritas nos itens a seguir:

Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho.
Ação: 2564 - Gestão de Cadastros da Previdência Social.

As informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho, envolvem dados obtidos nas mais de 1.380 agências da Previdência Social, tratadas em centros de processamento de dados. A disponibilidade, a confidencialidade e a autenticidade das informações contidas nesta base de dados propiciam agilidade e segurança à operação das agências, visto que permite o reconhecimento do direito dos segurados. Os registros são realizados em um banco de dados denominado: Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, que registra diariamente 322 milhões de operações. Em 2012 a Previdência Social promoveu melhorias no CNIS para atualização e modernização das suas funcionalidades, a partir da depuração das bases cadastrais, além do alinhamento com outras bases do Governo Federal.

Dentre as ações relativas aos RPPS desenvolvidas em 2012, destaca-se a criação do Sistema dos Regimes de Previdência Social - SRPPS, com destaque para o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Próprios de Previdência Social - CNIS/RPPS, que possibilitará a manutenção de bancos de dados atualizados e consistentes, permitindo gerar informações advindas de tratamento e cruzamento de dados relativos a óbitos, benefícios e vínculos e outras informações úteis e necessárias à gestão previdenciária e de pessoas.

Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização.
Ação: 20GN - Educação Previdenciária e Financeira.

Ao longo do exercício de 2012 foram firmadas parcerias com entidades públicas e ampliados os acordos com a iniciativa privada, com o objetivo de promover a inclusão e a permanência de novos segmentos do setor informal da economia no sistema previdenciário. Ao todo, foram realizadas 6.862 ações, beneficiando 650.690 pessoas e capacitando 7.861 disseminadores do conhecimento das informações previdenciárias.

O Programa de Educação Previdenciária - PEP é uma das iniciativas de promoção de inclusão previdenciária e tem propiciado a ampliação da interlocução da Previdência Social com a sociedade, proporcionando a inclusão social a partir do alinhamento das políticas de inclusão social e digital do Governo Federal. Buscando ampliar a disseminação das informações, o programa realizou ações educativas por meio de ferramentas de ensino a distância: o curso de educação previdenciária para professores com objetivo de incentivar a inclusão da educação previdenciária em sala de aula, com conceitos básicos de segurança previdenciária à formação regular, e o curso a distância para empresas, para despertar a importância do mercado de trabalho formal e das informações previdenciárias para garantir proteção aos trabalhadores. A realização das ações nacionais tem como objetivo a mobilização de todas as equipes do PEP para realizar ações para um público determinado, em consonância com a política de inclusão previdenciária adotada no Brasil, como por exemplo, a inclusão dos empreendedores individuais e as donas de casa.

Quanto à Educação Previdenciária da Previdência Complementar, as principais ações realizadas no período consistiram na realização da Conferência Internacional "A Previdência Complementar dos Servidores Públicos", no curso "Noções Básicas de Previdência Complementar", na reedição com aperfeiçoamentos da coletânea de livros de normas de Fundos de Pensão, na apresentação do "VI e VII Seminário de Educação Financeira e Previdenciária" e na elaboração de diversos materiais educativos relacionados à Previdência Complementar.

A Educação Previdenciária da Previdência Complementar continuou, em 2012, sendo um dos pilares estratégicos da PREVIC, em linha com as melhores práticas e políticas recomendadas aos fundos de pensão, tendo como um de seus objetivos a conscientização dos participantes e assistidos nas suas tomadas de decisões previdenciárias e financeiras, bem como o incremento do número de integrantes do regime de previdência complementar fechado.

Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva.
Ação: 20HR - Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social.
Ação: 2587 - Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social.
Ação: 4405 - Previdência Eletrônica.

A constituição de Grupo de Trabalho, por meio da Portaria MPS nº 678, de 07 de dezembro de 2011, fortaleceu a integração de atividades focadas na gestão da informação e documentação no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas. O projeto contempla as etapas: (i) implementar a política de gestão documental; (ii) promover iniciativas de preservação da memória institucional; (iii) promover a adequação da infraestrutura tecnológica; (iv) desenvolver serviços modulares de gestão documental e; (v) disseminar a cultura de gestão da informação corporativa. Esta ação propicia um alinhamento estratégico a toda administração da previdência social, pois eleva o grau de compromisso quanto à importância da gestão da informação corporativa. Uma das atividades mais importantes desse projeto é o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Gestão Documental (e-DOC), que iniciou em 2012.

Em 2012, com a publicação da Lei nº 12.527, de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação, foi iniciada a implementação do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC. A Previdência Social é o segundo órgão com o maior número de demandas de solicitação de informações, contando hoje com 4.535 pedidos registrados e atendidos. O Tempo Médio de Resposta ao Pedido de Informação (TMR-PI) foi de 8 (oito) dias, com baixo número de interposição de recursos, o que resulta na efetividade das repostas encaminhadas.

Quanto aos volumes mensais de atendimentos nas Agências da Previdência Social - APS, alcança-se a casa dos 4 milhões, oriundos de diversos canais de comunicação/informação. Em 2012, foram aproximadamente 67 milhões de atendimentos realizados pelas Centrais de Atendimento 135 (*Call Center*), envolvendo desde o esclarecimento de uma simples dúvida até o agendamento do atendimento especializado nas APS. A velocidade da informação, atrelada à necessidade constante de se chegar cada vez mais rápido ao cidadão, disponibilizando de forma clara e eficiente as diversas informações produzidas diariamente, promoveu a

necessidade de organização constante de acervo documental, localizado nos Centros de Documentação Previdenciária - CEDOCPREV.

A criação da TV Corporativa é uma grande oportunidade de dotar todos os envolvidos no processo de conhecimento que irá facilitar sobremaneira o andamento das atividades institucionais do INSS, bem como aproximar o segurado das decisões, do fluxo de informações e do modelo operacional do INSS. Com base no exposto acima, bem como na avaliação individual das ações que compõem a presente iniciativa, a execução durante o exercício 2012 ocorreu de forma eficiente e planejada.

Em 2012, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social, além das manifestações cadastradas, processou mais de 23.984 manifestações em exercícios anteriores, que ainda se encontravam pendentes de resolutividade. Estas manifestações, somadas às recebidas no decorrer do ano, totalizaram 201.509 manifestações trabalhadas de janeiro a dezembro de 2012.

Promover o reconhecimento automático de direito.
Ação: 2591 - Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários.

Para atender à demanda de requerimentos de reconhecimento de direito, o INSS tem desenvolvido ações e projetos que garantem a modernização e a melhoria na qualidade e na segurança do reconhecimento dos direitos dos cidadãos. Entre essas ações, merece destaque o novo Sistema Integrado de Benefícios - SIBE, que substituirá os atuais sistemas de benefícios. O SIBE encontra-se atualmente com módulos em fase de homologação e outros em fase de implantação.

Com relação ao quantitativo de benefícios urbanos e rurais, pode-se dizer: da quantidade de 30,1 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a dezembro de 2012, 86,6% (26 milhões) foram destinadas a beneficiários do RGPS, desses, 66,6% (17,3 milhões) são beneficiários urbanos e 33,4% (8,7 milhões) são os beneficiários da área rural.

Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios.
Ação: 2015 - Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Em 2012 o Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS expandiu o funcionamento e implantação do sistema e-Recursos em todas as Juntas de Recursos e na 1ª Câmara de Julgamento, que, no período de outubro de 2011 a dezembro de 2012, julgou 26.264 processos. Os cadastrados no período referenciado representam 51.260 processos de recursos, referentes a 572 Agências da Previdência Social - APS.

A Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC realizou 12 reuniões ordinárias. Foram recebidos no ano de 2012, 14 recursos que somados ao estoque advindo do ano de 2011, totalizaram 71 recursos. No ano de 2012 foram julgados 53 recursos ordinários, aos quais 19 foram dados provimento e 34 foram negados provimento, restando pendentes de julgamento 18 recursos.

A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, apesar de trabalhar com orçamentos realísticos para suportar encargos financeiros obrigatórios, porque relacionados à atividades inerentes à defesa judicial, vem atuando para aperfeiçoar as decisões administrativas internas e as decisões judiciais, de forma a modificar entendimentos contrários ao INSS, e buscando mecanismos para prevenir litígios e reduzir demandas. A análise da execução orçamentária demonstra que os recursos destinados à Ação 2294 - Defesa Judicial da Previdência Básica são empregados em maior parte para custeio de atividades intrínsecas ao serviço jurídico prestado pela PFE/INSS perante o Poder Judiciário brasileiro, assegurando plena legitimidade dos direitos previdenciários na esfera judicial, e economia por meio de arrecadação indireta ao erário do INSS.

Garantir o pagamento de benefícios com qualidade.
Ação: 00H3 - Pagamento de Benefícios Previdenciários.
Ação: 009W - Compensação Previdenciária.

Continuamente são realizadas ações de melhoria dos processos de trabalho para garantir o correto processamento, validação e monitoramento dos valores pagos todos os meses em benefícios previdenciários e assistenciais, bem como aqueles de natureza indenizatória de responsabilidade da União, para trabalhadores urbanos e rurais. No ano de 2012 foi ultrapassada a marca de 30 milhões de beneficiários que recebem seus pagamentos mensais nas datas programadas.

A compensação previdenciária é consequência do cumprimento do preceito constitucional que garante o encontro de contas entre os regimes de previdência social (RGPS e RPPS) que acatam certidões de tempo de contribuição computadas no reconhecimento de direitos aos benefícios relativos aos tempos de atividade prestados pelos trabalhadores aos diversos regimes de previdência durante a sua vida laboral.

Em 2012 foi desembolsado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos entes federativos conveniados com o MPS, o valor de R$ 1.485.149.341,66 relativos a 289.676 casos de compensação previdenciária ativas para entes federativos que se encontram regulares perante o MPS na forma da Lei nº 9.796/99.

O INSS já decidiu aproximadamente 81% das compensações requeridas pelos entes federativos. Os entes federativos decidiram aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) das compensações requeridas pelo INSS em decorrência das Certidões de Tempo de Contribuição emitidas pelos RPPS.

Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários.
Ação: 2563 - Gestão da Melhoria Contínua.

A iniciativa em questão tem como propósito: (i) assegurar clareza e objetividade nas normas institucionais; (ii) promover a simplificação de procedimentos e garantir a uniformidade de decisões em todas as unidades e instâncias; (iii) efetivar o Gerenciamento de Processo de Negócio - BPM na organização, sejam finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleça como base essencial o **"foco do cidadão"**, por meio da realização da modelagem, análise, desenho, transformação de processos e o gerenciamento de desempenho de processos.

A definição do Escritório de Processos no MPS foi de fundamental importância para o desenvolvimento de ações de modelagem de processos. Em 2012 foram mapeados 67,5% dos processos de trabalho do MPS com foco na manualização, por conseguinte, na automação dos processos mais importantes, como foi o caso dos processos que envolvem a Lei de Acesso à Informação, foi contemplada também a construção do painel de desempenho de processos, para o monitoramento dos indicadores.

Em 2012 o INSS iniciou e deu prosseguimento a várias ações, visando à melhoria dos serviços prestados em suas unidades, tais como: (i) a reestruturação do sistema responsável pelo agendamento eletrônico dos atendimentos nas Agências da Previdência Social - APS; (ii) o aperfeiçoamento da Sala de Monitoramento, que mostra em tempo real o desempenho das unidades de atendimento; (iii) o lançamento do Projeto de Excelência no Atendimento; (iv) a estruturação das agências de atendimento de demandas judiciais, entre outras.

Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social.
Ação: 2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social.

Esta iniciativa está amparada pelo primeiro Direcionador Estratégico do Mapa Estratégico da Previdência Social - Modernização da Infraestrutura e Otimização dos Recursos - que visa, prioritariamente, a inovação e a segurança da área tecnológica, a expansão e melhoria da rede de atendimento e a otimização da utilização dos recursos, sejam eles orçamentários, financeiros ou logísticos. As ações incluídas nesta iniciativa tiveram seu desempenho prejudicado por restrições orçamentárias e financeiras.

Foram inauguradas 118 novas unidades de janeiro a dezembro de 2012, e se chegou ao total de 234 agências inauguradas de um total de 720 previstas no PEX. A expansão da rede representa maior capilaridade para os serviços garantidos ao cidadão.

A qualidade da prestação de serviços, especialmente por meio da modernização do parque tecnológico e do desenvolvimento de novos sistemas corporativos, a exemplo do sistema de agendamento eletrônico, diminuiu filas, reduziu o tempo de atendimento e possibilitou o reconhecimento de direitos em menor espaço de tempo.

Os principais resultados obtidos com a implantação das Salas de Monitoramento foram: (i) a disponibilização das informações sobre a rede de atendimento de forma padronizada; (ii) a resolução de inconformidades identificadas no fluxo padrão de atendimento das unidades, por meio de ajustes imediatos; iii) a visibilidade das informações de atendimento de forma simples e ágil para todas as esferas de gestão; (iv) a gestão do atendimento melhorada e; (v) o controle da execução do Plano de Expansão - PEX.

Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral.
Ação: 2585 - Serviço de Reabilitação Profissional.

Com o objetivo de estabelecer procedimentos regulares e ágeis para o pronto atendimento das demandas de reabilitação profissional dos segurados, em 2012 o Governo conquistou grandes avanços no que se refere à desburocratização de rotinas de trabalho.

Em 2012, referente à reabilitação profissional, foram considerados elegíveis um total de 31.401 segurados e, destes, foram reabilitados um total de 17.387, correspondendo a um índice de segurados reabilitados de 55,37%.

No ano de 2012 foram realizadas diversas ações vinculadas à saúde e segurança do trabalhador: (i) a preparação para atualizar, em 2013 e anos subsequentes, os estudos sobre as relações trabalho e agravo (revisão das listas que dão suporte à aplicação de Nexo Técnico Previdenciário - NTP, que equivale à caracterização de um benefício como de natureza acidentária); (ii) o apoio e fornecimento de subsídios para a intensificação da formulação de ações regressivas pelo INSS. As ações regressivas vão além do simples ressarcimento financeiro, pois representam importante instrumento no combate aos agravos originados pelos ambientes de trabalho no País, sendo que o percentual de vitórias judiciais é superior a 90% segundo o INSS; (iii) o estabelecimento das diretrizes do Projeto de Revitalização da Reabilitação Profissional cuja implementação está prevista para o ano de 2013; (iv) o aprofundamento nos estudos acerca do tema inclusão dos deficientes e a cobertura previdenciária; (v) a realização de estudos de impacto e avaliações quali-quantitativas a fim de acompanhar a tarifação para formação do custeio do seguro contra acidentes e doenças do trabalho (enquadramento da alíquota Riscos Ambientais do Trabalho - RAT e a evolução da despesa com os benefícios acidentários e aposentadorias especiais); (vi) o processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2012, que terá vigência durante todo o ano de 2013, de 1.029.964 empresas com FAP calculado e, entre elas 939.867 conquistaram bonificação, enquanto 90.097 obtiveram majoração na alíquota RAT em função do perfil da acidentalidade observado nos anos 2010 e 2011; (vii) o estímulo às parcerias com organismos governamentais e não-governamentais para promoção de mecanismos voltados à promoção da saúde e segurança no trabalho (TST, MP, MTE, INSS, entre outras) e; (viii) a coordenação da Comissão Tripartite Saúde e Segurança no Trabalho - CTSST, que construiu, a partir do diálogo e da cooperação entre órgãos governamentais e representantes dos trabalhadores e dos empregadores, o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PLANSAT, o qual articula ações dos mais diferentes atores sociais em busca da aplicação prática da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST divulgada em abril de 2012, juntamente com as solenidades alusivas ao Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

Intensificar a fiscalização dos regimes próprios e das entidades fechadas de previdência complementar.
Ação: 2276 - Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos.
Ação: 2592 - Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar.

No que se refere à fiscalização dos RPPS no ano de 2012, foram realizadas ações de auditoria direta nos Estados, Distrito Federal e Municípios, com o intuito de identificar possíveis impropriedades na gestão dos RPPS. Foram promovidas ações em 387 entes federativos até dezembro de 2012. As auditorias diretas geraram a emissão de 316 notificações e 148 representações administrativas encaminhadas a Tribunais de Contas, Ministério Público e

Polícia Federal. Para melhoria dos procedimentos de fiscalização e supervisão vêm sendo paulatinamente introduzidas técnicas de supervisão baseadas em risco. Em 2012 a meta relacionada à auditoria direta foi totalmente cumprida, superando o quantitativo definido pelo Programa Anual de Fiscalização.

Além das auditorias diretas, foram realizadas auditorias indiretas, que são atividades de auditoria realizadas pelos servidores nos sistemas de controle, sobre as informações obtidas do exame de processos e por meio eletrônico. Mais de 1.487 entes federativos foram objeto de auditoria indireta com o propósito específico de verificar quanto ao atendimento da exigência do equilíbrio financeiro e atuarial, representando aproximadamente 75% do total de entes que possuem RPPS.

Outra ação de auditoria compreendeu a análise de 12 mil comprovantes de repasse das contribuições previdenciárias e 356 termos de acordo de parcelamento de débitos, resultando na emissão de 2.328 notificações de irregularidade e de 30 representações administrativas ao Ministério Público, por indícios de falsidade ideológica, ações consideradas de extrema importância para a manutenção da regularidade no repasse das contribuições e para a capitalização dos RPPS.

A supervisão no âmbito da Previc é composta por licenciamento de novas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC ao sistema, da análise de alterações estatutárias e regulamentares dos planos e entidades, monitoramento do sistema sob parâmetros atuariais, contábeis e de investimentos e fiscalização direta, que constituem ações fiscais “in loco” nas EFPC, e procedimentos de supervisão contínua, que tratam de análises de processos de denúncias, representações e pendências de ações fiscais.

Outro avanço importante se refere ao desenvolvimento da matriz de risco atuarial, que classifica os planos de benefícios em 12 categorias que variam de risco atuarial reduzido a elevado. Isto permite que o monitoramento seja feito a partir dos planos que apresentem maior risco, possibilitando à Previc aplicar seus recursos com maior eficiência e agir proativamente.

Promover políticas de sustentabilidade do sistema previdenciário.
Ação: 2274 - Assistência Técnica à Ampliação e Reformas dos Regimes Próprios de Previdência.

Como ação de promoção de políticas de sustentabilidade foi aprovada a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que deu sequência aos ajustes efetuados no Sistema Brasileiro de Previdência, iniciado com a edição da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. O objetivo principal foi viabilizar a recomposição do equilíbrio dos regimes previdenciários no médio e longo prazo e garantir tratamento isonômico entre trabalhadores do setor público e privado, de forma a obter um modelo previdenciário mais justo e sustentável para o País. Com esta medida, passou a ser aplicado o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS às aposentadorias e pensões concedidas pelo RPPS.
Além disso, foram revisadas 4.740 leis e decretos enviados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que tratam da criação ou reestruturação de RPPS, definição das regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios e fixação das alíquotas de contribuição, que tiveram como resultado o encaminhamento aos entes federativos de 18 notificações de irregularidade relacionadas ao conteúdo da legislação e 611 mensagens de irregularidades relacionadas à forma de envio, sempre acompanhadas de orientação sobre os procedimentos a serem adotados para adequação.

Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional.
Ação: 2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos.
Ação: 8452 - Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária.

Em 2012 foram realizadas ações de inteligência e convergência de esforços das instituições governamentais envolvidas para o combate, de forma científica e eficaz, às ocorrências de casos de fraudes previdenciárias cada vez mais sofisticadas. As apurações realizadas em 2012 permitiram a deflagração pela Força-Tarefa Previdenciária de 61 ações de combate a fraudes previdenciárias. Tais fraudes totalizaram um prejuízo estimado de R$ 85,8 milhões. A maioria dos tipos de fraudes está relacionada à obtenção de benefícios junto ao INSS por meio da falsificação de documentos públicos e da inserção de dados falsos nos sistemas corporativos da Previdência Social.

Os controles internos, a gestão de riscos e a segurança institucional receberam incrementos consideráveis com as ações desenvolvidas pelas áreas responsáveis no tocante à prevenção, apuração e responsabilização dos atos que, por ventura, ensejaram causar prejuízos ao erário. Apesar das restrições, por vezes voltadas a recursos humanos ou financeiros, as metas previstas para o exercício foram desenvolvidas a contento, contribuindo para a eficácia dos objetivos estratégicos do INSS. Nesse sentido, destacamos as Ações de Auditoria Contínua que possibilitam, a partir da análise da base de dados, a detecção de possíveis pagamentos irregulares antes de sua liquidação, evitando a perda de recursos, ou a detecção de pagamentos irregulares em prazos relativamente curtos após a liquidação, permitindo a reconstituição do erário de forma mais tempestiva. Todas as ações realizadas são submetidas a avaliações criteriosas, que resultam em formulação de propostas de melhorias dos controles adotados e de mitigação dos riscos existentes.

A execução de 105% da meta física prevista para a Ação “Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e processos” representa um resultado satisfatório frente ao planejamento realizado, apesar das restrições orçamentárias e de pessoal enfrentadas no decorrer do exercício. As ações executadas pelas áreas envolvidas seguiram as diretrizes traçadas pela alta administração e os parâmetros estabelecidos nos planejamentos realizados. Nos esforços para vencer os desafios, pode-se destacar que o número de processos trabalhados, auditorias realizadas e demais atividades desenvolvidas, ainda que impactados pelas dificuldades já mencionadas, apresentaram resultados eficazes, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos, bem assim, para a prevenção, responsabilização e ressarcimento de eventuais prejuízos ao erário. Em relação à baixa execução financeira, 66,91%, esta se deveu, especificamente, ao contingenciamento orçamentário realizado no início do exercício, que restringiu em R$ 5.635.960,22 o montante disponível para a consecução das atividades planejadas. Dessa forma,

considerando o valor orçamentário efetivamente disponibilizado, foram executados 94,98% dos recursos disponibilizados para a Ação, avaliando o desempenho como satisfatório sob tal aspecto.

Contudo, algumas restrições foram enfrentadas no decorrer do exercício, sendo adotadas as medidas necessárias para a sua superação. Considerando que a Ação contempla as atividades de Auditoria Interna, Corregedoria e Tomada de Contas Especial, apresentamos as ponderações elaboradas por cada uma das referidas áreas: (i) As restrições apontadas pela Corregedoria-Geral estão relacionadas à redução dos recursos orçamentários/financeiros disponibilizados para o exercício, a redução do quadro de servidores, bem como em face de instaurações de procedimentos administrativos disciplinares resultantes de Operações de Força Tarefa, que demandaram longo tempo em suas conclusões. Em que pese o não atingimento das metas estabelecidas para o exercício, a Corregedoria adotou as medidas necessárias visando à superação de tais limitações, dentre as quais se destaca o Processo Seletivo Interno, objetivando a recomposição do seu quadro de servidores, com previsão de conclusão em fevereiro/2013; (ii) Na Auditoria Interna, os cortes orçamentários também representaram uma restrição à execução das ações. Contudo, a restrição foi superada mediante a utilização de bases contínuas para a identificação de fragilidades e a redução do período de trabalho em campo, possibilitando, dessa forma, a execução das atividades planejadas sem maiores prejuízos; (iii) Em relação à área de Tomada de Contas Especial, não foram observadas restrições relevantes no decorrer do exercício, tendo sido atingidas as metas propostas.

Aspectos da Execução Orçamentária

Em 2012 o Ministério da Previdência Social foi responsável pela gestão de dois programas de governo, sendo um temático e um de gestão e administração do próprio Ministério, respectivamente denominados, Programa Previdência Social e Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO POR PROGRAMA - 2012

R$ milhões

Programa	Dotação Autorizada	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RNP
Previdência social	309.409	313.994	313.346	312.910	298.268	-
Programa de gestão e manutenção do MPS	5.182	5.147	5.089	5.061	5.058	-
Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais	6.669	7.582	7.566	7.413	7.410	-
Operações especiais: serviço da dívida externa (juros e amortizações)	-	4	3	3	3	-
Operações especiais: outros encargos especiais	658	758	758	713	663	-
Reserva de contingência	2.225	5	-	-	-	-
Previdência de inativos e pensionistas da união	5.634	4.928	4.920	44.884	4.840	-
TOTAL	**329.785**	**332.419**	**331.682**	**370.983**	**316.241**	**-**

Fonte: Siafi Gerencial/2013

4.17. FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES

4.17.1. Ministério das Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem por missão institucional auxiliar a Presidenta da República na formulação da política externa, assegurar sua execução, manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses nacionais, articulando as ações do Governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção. A seguir, os resultados da atuação governamental e aspectos orçamentários do MRE:

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	DESP. EXECUTADA POR INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS
PROGRAMA TEMÁTICO (I)		**721.840**	**865.257**	**833.555**	**781.786**	**781.554**	**51.769**
2057	Política Externa	721.840	865.257	833.555	781.786	781.554	51.769
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**1.096.421**	**1.318.844**	**1.278.917**	**1.255.873**	**1.255.542**	**23.044**
2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores	1.096.421	1.318.844	1.278.917	1.255.873	1.255.542	23.044
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**251.368**	**259.268**	**259.052**	**259.052**	**254.586**	**-**
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	251.368	259.268	259.052	259.052	254.586	-
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**-**	**206.600**	**201.422**	**192.896**	**192.896**	**8.526**
0683	Gestão da Política Externa	-	200.100	196.604	192.896	192.896	3.707
1264	Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	-	6.500	4.818	-	-	4.818
TOTAL (I + II + III + IV)		**2.069.629**	**2.649.969**	**2.572.946**	**2.489.608**	**2.484.579**	**83.338**

Fonte: Siafi Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
FUNÇÃO "RELAÇÕES EXTERIORES"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Funções	2008	2009	2010	2011	2012
No Exercício	1.892.133	1.521.242	1.841.314	-	2.230.555
	12.601	10.444	17.788	-	16.291

Fonte: Siafi Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Relações Exteriores"		Subfunções		2008	2009	2010	2011	2012
OFSS	No Exerc.	122	Administração Geral	768.290	858.372	883.594	996.131	1.046.901
		211	Relações Diplomáticas	663.106	513.028	675.515	697.834	976.877
		272	Previdência do Regime Estatutário	180.037	213.244	239.321	252.910	259.052
		212	Cooperação Internacional	370.420	31.328	186.258	81.560	61.504
		301	Atenção Básica	46.867	53.829	47.855	70.589	81.774
		392	Difusão Cultural	25.101	30.270	23.424	23.308	31.036
		691	Promoção Comercial	11.780	16.151	15.711	13.142	13.594
		573	Outras Subfunções	1.156	1.381	10.386	9.049	8.958
	RPNP	211	Relações Diplomáticas	6.395	6.297	7.775	12.416	6.836
		122	Administração Geral	4.638	3.081	6.634	13.181	6.143
		128	Formação de Recursos Humanos	169	425	435	1.667	1.621
		573	Difusão do Conhec. Cient. e Tecnol.	16	3	958	2.155	375
		212	Cooperação Internacional	431	362	255	1.454	492
		392	Difusão Cultural	202		175	1.196	445
		691	Promoção Comercial	375	275	34	536	378
		126	Outras Subfunções			1.528	19	
OI		**Total Subfunções**		**2.090.895,52**	**1.752.000,25**	**2.129.300,42**	**2.188.682,92**	**2.505.901,06**
TOTAL				**10.666.780,17**				

Fonte: Siafi Gerencial

América do Sul, América Central e Caribe

A América do Sul permanece como a região prioritária para as ações da política externa brasileira. Em 2012, o Brasil buscou o aprofundamento e a ampliação de suas relações com os países e agrupamentos de países das Américas do Sul, Central e do Caribe.

A construção de um espaço regulatório e econômico integrado na região avançou de forma gradual, tendo como foco o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O ano de 2012 foi histórico para o Mercosul, com o fortalecimento do compromisso com a ordem democrática, o ingresso de um novo membro pleno, a Venezuela, e a assinatura do protocolo de adesão da Bolívia.

À frente da Presidência *Pro Tempore* do Mercosul no segundo semestre, o Brasil aprofundou a ação regional concertada em novos temas, como ciência, tecnologia, inovação e capacitação. Avançaram as negociações tanto dos mecanismos de financiamento do Plano Estratégico de Ação Social do Mecosul quanto do Plano de Ação para o Estatuto da Cidadania do Mercosul. Foram debatidos o aperfeiçoamento do controle migratório em áreas de fronteira, a harmonização de legislações trabalhistas e direitos do consumidor. Foram criados o SIMercosul, sistema de mobilidade acadêmica do bloco, e a Rede Mercosul de Pesquisas, para promover o intercâmbio científico entre os países membros.

Aprofundou-se a institucionalização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), por meio da execução de seu primeiro orçamento comum e do funcionamento de sua Secretaria-Geral, com sede em Quito. O organismo aprovou a criação de banco regional de preços de medicamentos, instituiu o Fundo de Participação Cidadã da Unasul e implantou matriz para o compartilhamento de boas práticas na área social.

Durante as reuniões de Cúpula do Mercosul e da Unasul, foram aplicadas as cláusulas de democracia vigentes para suspender o Paraguai, em razão da ruptura da ordem democrática naquele país, após o rito sumário de juízo político do Presidente Fernando Lugo. Apesar da suspensão do Paraguai, não houve prejuízo ao bem-estar do povo paraguaio. Evoluiu a construção de um sistema de transmissão elétrica de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes (próximo a Assunção), com recursos de contribuições brasileiras ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Além disso, cresceram os investimentos do Brasil no Paraguai, assim como nossas importações daquele país.

O Brasil promoveu, no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan), o diálogo entre as instituições financeiras atuantes na região, com vistas a desenvolver alternativas viáveis para a execução da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API). Adicionalmente, a atuação brasileira continuou marcada pelo apoio a projetos nos setores-chave de infraestrutura dos países vizinhos, por meio das linhas de financiamento à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Durante a Conferência Rio+20, o Governo brasileiro realizou entrega de carta consulta à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que inicia o processo de financiamento de projeto para o monitoramento integrado da cobertura florestal entre todos os países amazônicos, com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Tratar-se-á do primeiro projeto internacional do Fundo Amazônia, do BNDES.

No âmbito da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), buscou-se fortalecer o papel de representação externa regional da Comunidade, ampliando a concertação de posições nas Nações Unidas e fortalecendo a cooperação com atores estratégicos, como União Européia, China, Índia e Rússia.

Com a Argentina, foram obtidos avanços na execução de projetos de interesse comum, como o Satélite Argentino-

Brasileiro de Observação dos Oceanos (SABIA-MAR), o reator nuclear multipropósito de pesquisa e os aproveitamentos hidrelétricos de Garabi e Panambi, no trecho compartilhado do rio Uruguai. Criou-se um novo paradigma para a relação bilateral com os uruguaios, sob o Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai. Foi encomendado plano de ação para o desenvolvimento sustentável e a integração e tiveram continuidade os principais projetos de interesse comum, como a Hidrovia Uruguai-Brasil, a vinculação tanto de sistemas elétricos quanto de redes ferroviárias e nova ponte sobre o Rio Jaguarão.

No que concerne à Venezuela, vale ressaltar o estado avançado das negociações do programa bilateral de liberalização comercial. Com a Bolívia, realizaram-se reuniões sobre integração fronteiriça e teve continuidade o processo de regularização migratória de cidadãos brasileiros, incluindo o assentamento de famílias em área próxima ao Acre. Na cooperação em temas de defesa e segurança, foram doados pela Força Aérea Brasileira helicópteros que deverão ser empregados no combate ao narcotráfico.

Em 2012, o Chile prestou valioso auxílio por ocasião do incêndio da base brasileira na Antártica. Avançou a negociação do Tratado de Cooperação Antártica, que permitirá aprofundar ainda mais a parceria naquele continente. Registre-se também a assinatura de Memorando de Entendimento sobre cooperação em pesquisa agrícola, além de projeto de cooperação técnica. Na Colômbia, computaram-se expressivos investimentos diretos de empresas brasileiras de vários setores, notadamente o de exploração mineral.

Com o Equador, o ano de 2012 foi marcado pela assinatura de Acordo entre os Bancos Centrais, que permitirá o financiamento, pelo BNDES, de serviços não associados a bens, além de Acordo sobre Proteção do Patrimônio Cultural. Negociou-se, ainda, Acordo sobre Serviços Aéreos, que poderá viabilizar o estabelecimento de ligações aéreas diretas entre os dois países. Brasil e Peru intensificaram a cooperação no combate ao narcotráfico. A Operação Trapézio II resultou na apreensão de 52 toneladas de insumos químicos e na destruição de 12 laboratórios de refino de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Foi também assinado acordo com a Corporação Andina de Fomento (CAF) para a elaboração de planos de desenvolvimento sustentável para a região fronteiriça nos próximos 10 anos.

O relacionamento do Brasil com os países da América Central continuou a ganhar relevância, com base em aproximação política, cooperação técnica, assistência humanitária, comércio e financiamento a obras de infraestrutura. Com o México, foram redefinidos os termos da relação comercial no setor automotivo. No Caribe, ampliou-se a presença empresarial brasileira em Cuba e concederam-se financiamentos oficiais em infraestrutura e alimentos - o Brasil financia 80% das obras do Porto de Mariel. Prestou-se cooperação ao Haiti, com destaque para a área de saúde, estando em construção três hospitais, um centro de reabilitação e dois laboratórios de análises clínicas.

O Ministro das Relações Exteriores compareceu, na condição de convidado especial, à XV Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (COFCOR-CARICOM), em Paramaribo. Na ocasião, reafirmou a disposição do Brasil no sentido de aprofundar a cooperação com a região, especialmente em áreas como segurança alimentar e agricultura familiar.

Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais / Combate à Fome e à Pobreza / Desarmamento, não proliferação e cooperação nuclear para fins pacíficos / Operações de manutenção da paz / Direito Humanitário

No âmbito das Nações Unidas, o Governo brasileiro acompanhou atentamente os desdobramentos ocorridos em 2012 nos principais temas da agenda de paz e segurança internacional e buscou influenciar seu tratamento político por meio de contatos da PR e do MRE com seus homólogos e pronunciamentos e votos nas Nações Unidas. Ainda no âmbito da ONU, o Brasil manteve também importante presença militar na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

A política externa brasileira manteve-se engajada na promoção da agenda multilateral de desarmamento. O início de novo processo de exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em abril, permitiu ao Brasil reiterar seu chamamento à negociação de novos instrumentos jurídicos na área, com vistas a alcançar o objetivo de um mundo livre de todas as armas nucleares.

O Brasil foi, ainda, um dos vice-presidentes da II Conferência de Exame do Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos, realizada de agosto a setembro em Nova York. Viu com satisfação a adoção, por consenso, de Documento Final que reafirma os compromissos dos membros das Nações Unidas com relação ao tema e promove a cooperação e a assistência internacional no seu tratamento.

Em 25 de setembro, a Presidenta da República abriu, pela segunda vez, a Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Defendeu a reforma do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Salientou que o Brasil seguirá empenhado em trabalhar por um ambiente de democracia, paz, prosperidade e justiça social. A Presidenta também defendeu, uma vez mais, a necessidade da "responsabilidade ao proteger", conceito lançado pela Presidenta em seu discurso à AGNU em 2011, que parte da premissa de que é essencial reafirmar o compromisso com a diplomacia e o recurso aos instrumentos de solução pacífica de controvérsias.

Organização dos Estados Americanos e temas interamericanos

No contexto interamericano, o Brasil participou da VI Cúpula das Américas, realizada em Cartagena das Índias, em abril, e apoiou o debate franco e aberto sobre todos os temas apresentados, como a participação de Cuba nas próximas Cúpulas, a questão das Malvinas e o problema mundial das drogas. O Brasil participou, ainda, da XLII Assembleia-Geral da OEA (AGOEA), em Cochabamba (Bolívia), no mês de junho, cujo tema central foi "Segurança Alimentar com Soberania". Na ocasião, o País celebrou a aprovação da Carta Social das Américas, após sete anos de negociações, e a eleição do Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Combate a ilícitos internacionais

No âmbito do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil assinou, em janeiro de 2012, Memorando de Entendimento sobre assistência técnica ao "Projeto Piloto do Sistema de Controle Integrado da Redução de Cultivos Excedentes de Coca" com a Bolívia. No que concerne a outros mecanismos bilaterais, foi criado grupo de trabalho Brasil-Estados Unidos sobre segurança e combate aos ilícitos transnacionais, no âmbito do Diálogo de Parceria Global (DPG).

No plano regional, o Brasil participou, na Unasul, dos trabalhos do Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas e das discussões sobre a criação do Conselho Sul-americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional. No âmbito multilateral, o Brasil vem acompanhando as atividades do Grupo de Trabalho para a realização de um estudo abrangente sobre o problema do crime cibernético, no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Direitos Humanos e temas sociais

Na área de direitos humanos e temas sociais, o Brasil vem desempenhando importante papel nas negociações em curso, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), para o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos com o objetivo de aumentar sua previsibilidade jurídica, legitimidade e eficácia.

No âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), o Brasil foi, em maio, objeto, pela segunda vez, do mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), ocasião em que reafirmou seu compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos. Como reconhecimento desse compromisso, o País foi eleito para um assento no referido Conselho.

O Brasil organizou, ainda, a Conferência de Ministros da Juventude da Iberoamérica, em Brasília, no final do ano de 2012, quando o Brasil foi eleito Presidente do Conselho Diretor da Organização Iberoamericana de Juventude.

Apoiou, também, iniciativas em favor do combate à discriminação e à violência contra a mulher nos diversos foros multilaterais e sediou em dezembro de 2012, como Presidente *pro-tempore*, a II Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM).

Europa

O Brasil continuou a aprofundar suas relações com a Europa. A Presidenta da República realizou, em 2012, visitas oficiais à Alemanha, Espanha, França, Reino Unido e Rússia, tendo participado ainda da XXII Cúpula Ibero-americana, em Cádiz. Visitaram o Brasil Chefes de Estado ou de Governo da Bulgária, Espanha, Finlândia, Geórgia, Irlanda, Reino Unido, Rússia e Turquia, bem como os Chanceleres da Alemanha, Espanha, Estônia, Geórgia, Hungria, Letônia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, Sérvia e Ucrânia e a Alta Representante para Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (UE).

Estados Unidos da América e Canadá

A visita da Presidenta aos EUA (9 de abril de 2012) contribuiu para o avanço qualitativo nas relações bilaterais, hoje vistas como maduras e equilibradas. O lançamento da Parceria Brasil-EUA para o Século XXI simbolizou novo patamar qualitativo e quantitativo das relações bilaterais. Durante a visita, foi também inaugurada a Parceria em Aviação, mecanismo que visa ao aprimoramento dos sistemas aéreos, à troca de experiências na formação de pessoal e à promoção da cadeia industrial aeronáutica nos dois países. Foi criado, igualmente, o Grupo de Trabalho sobre Vistos (GTV), que visa à consideração de futura eliminação da necessidade de vistos em viagens. Ademais, realizaram-se reuniões de diversos mecanismos bilaterais de diálogo.

Na esteira da Visita Oficial do Primeiro-Ministro do Canadá, Stephen Harper, ao Brasil, em agosto de 2011, a relação bilateral continuou a adensar-se em 2012. Em abril, o Governador-Geral David Johnston, em visita ao Brasil realizada com comitiva de reitores de universidades canadenses, anunciou que o Canadá poderia absorver, em quatro anos, até 12 mil bolsistas brasileiros em níveis de graduação e pós-graduação, no âmbito do programa “Ciência sem Fronteiras”.

Agrupamento BRICS

O Brasil participou da IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS (Nova Delhi, 29/03/12), que reforçou a posição do BRICS como espaço de diálogo e concertação no cenário internacional. A última Cúpula permitiu o intercâmbio entre as sociedades civis, com a realização do Fórum Empresarial e do Fórum Acadêmico. Na Declaração e no Plano de Ação de Delhi, os membros do BRICS comprometeram-se a fazer avançar o Mecanismo em seus dois pilares básicos: a coordenação em temas da governança mundial e a consolidação de uma agenda própria de cooperação intra-BRICS.

No encontro de Chefes de Estado e de Governo dos BRICS, à margem da Cúpula do G-20, em Los Cabos (18/6/2012), decidiu-se que os países do Foro irão contribuir com US$ 75 bilhões para o FMI, condicionados à aceleração de seu processo de reformas, e lançou-se a ideia de se forjar um mecanismo cambial plurilateral, a fim de aumentar a capacidade dos cinco países de enfrentar a atual crise mundial.

Fórum de Diálogo Índia – Brasil - África do Sul (IBAS)

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) completará dez anos de existência em 6 de junho de 2013, a ser comemorada na VI Cúpula do Fórum, em Nova Délhi. Em sua primeira década de existência, o IBAS consolidou três vertentes de atuação: cooperação setorial, que conta com 16 grupos de trabalho sobre temas variados; coordenação política, em nível de Chanceleres e de Chefes de Estado e de Governo e em nível de missões diplomáticas em diversos foros multilaterais; e o Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, que ostenta carteira de 16 projetos em nove países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), sendo que sete concluídos e nove em execução.

As relações Brasil-China alcançaram novo patamar em 2012, com o estabelecimento de Parceria Estratégica Global, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro da China, em junho, e a criação do Diálogo Estratégico Global, em nível de Chanceleres. Foi assinado o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021), que estabelece parâmetros e metas com foco em ciência, tecnologia e inovação; investimentos produtivos e de

infraestrutura; comércio; e cooperação cultural e educacional. Realizou-se, em fevereiro, a II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mecanismo que rege os mais diversos aspectos do relacionamento bilateral.

A Presidenta da República realizou, em março, visita de Estado à Índia, ocasião em que foram definidas diretrizes para o fortalecimento da parceria estratégia entre os dois países. Ficou acordada a meta de US$ 15 bilhões para o intercâmbio bilateral até 2015, o que significará incremento de 50% em relação ao nível atingido em 2011 e foram firmados entendimentos para a implementação da cooperação ao amparo do Programa Ciência sem Fronteiras, que permitirá a colocação de estudantes e cientistas brasileiros em instituições científicas indianas de excelência. Foram ainda identificadas novas áreas de cooperação em matéria de energia, agricultura, defesa, educação, ciência e tecnologia.

No contexto do aprofundamento das relações do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), foi formalizada, em novembro, a adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), da ASEAN, passo importante para o incremento das atividades de cooperação nas áreas de comércio, turismo, esportes, ciência e tecnologia, agricultura, entre outras. Além de encontro da Presidenta da República com o Presidente da Indonésia, à margem da 67ª Assembleia Geral da ONU, o Vice-Presidente encontrou seus homólogos de Myanmar e Laos, à margem da Rio+20. Em julho, o Ministro das Relações Exteriores visitou o Vietnã, onde se encontrou com o Primeiro-Ministro e o Chanceler do País. Em agosto, visitou o Brasil o Chanceler da Tailândia.

Cúpula América do Sul -- Países Árabes (ASPA)

Ao longo de 2012, na condição de Coordenador Regional Sul-Americano, o Brasil empenhou-se na preparação da III Cúpula América do Sul – África, a realizar-se em Malabo (Guiné Equatorial), em fevereiro de 2013. Busca o Brasil tornar a III Cúpula da ASA evento de importância singular, tendo em conta o extraordinário crescimento do intercâmbio comercial com os países africanos, que passou de cerca de US$ 12 bilhões em 2005 (ano da I Cúpula ASA) para mais de US$ 27 bilhões em 2011 e a importância crescente da África para investimentos brasileiros em diversos setores, como agricultura, serviços energia, mineração e infraestrutura.

O Brasil participou da III Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), realizada em Lima (Peru), em outubro. A ASPA constitui foro de coordenação política e mecanismo para facilitar a cooperação nos campos da economia, cultura, educação, ciência, meio-ambiente e temas sociais. Constitui, hoje, plataforma privilegiada de diálogo entre as duas regiões.

A Declaração de Lima registrou as posições comuns dos dois blocos em diversos assuntos, a exemplo do uso pacífico de tecnologia nuclear, do compromisso com o desenvolvimento sustentável e da condenação ao terrorismo.

Liga dos Estados Árabes (LEA)

No contexto da implementação dos objetivos e metas do Programa de Política Externa do PPA 2012-2015, foram realizadas as diversas ações nas áreas de competência deste Ministério, sob o objetivo 0900 – Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e da cooperação bilateral.

África e Oriente Médio

União Africana (UA)

No que se refere à África, a Presidenta da República recebeu a visita de dois Presidentes africanos (Benin e Tanzânia), além de ter mantido encontros bilaterais com três Presidentes (República do Congo, Senegal e Nigéria), à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). O Senhor Vice-Presidente da República visitou três países africanos (Moçambique, Gabão e Senegal) e recebeu as visitas do Primeiro-Ministro de Moçambique e do Vice-Primeiro-Ministro da Líbia. O Ministro das Relações Exteriores visitou quatro países africanos (Tunísia, Etiópia, Mauritânia e Senegal) e recebeu as visitas de cinco altas autoridades africanas (Moçambique, Namíbia, Cabo Verde, Angola e Mauritânia). Finalmente, foram assinados atos bilaterais entre o Brasil e Angola (1), Etiópia (5) e Djibuti (1).

Em relação ao Oriente Médio, a Presidenta da República manteve encontro bilateral com o Rei da Jordânia, à margem da Cúpula América do Sul - Países Árabes, celebrada em Lima. O Ministro das Relações Exteriores visitou Israel, Jordânia e Palestina. Foram realizadas Comissões Mistas com a República do Iraque e com os Emirados Árabes Unidos.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

No âmbito da meta "Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP", foi dada continuidade ao apoio brasileiro ao Programa de Instalação, Estruturação e Manutenção da Embaixada da Guiné-Bissau no Brasil.

Com o objetivo de implementar a meta "Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", o Brasil apoiou, financeiramente e com envio de representantes, as Missões de Observação Eleitoral na Guiné-Bissau (primeiro turno das eleições presidenciais), Timor Leste (dois turnos das eleições presidenciais e eleições parlamentares) e Angola (eleições gerais). Deu também apoio financeiro ao processo eleitoral na Guiné-Bissau. Possibilitou a participação de diplomata moçambicana em estágio de formação no Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa, no contexto do apoio à Presidência *Pro-Tempore* de Moçambique na CPLP.

Com vistas à consecução da meta "Apoiar a implementação de programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura", foi dada continuidade aos programas de apoio à participação de diplomatas dos países em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) no curso de formação do Instituto Rio Branco (2 diplomatas da Angola, 2 de São Tomé e Príncipe, 1 de Cabo Verde, 1 de Moçambique e 1 de Timor Leste); ao Programa de Fomento à Iniciação Científica para Angola, Moçambique e Cabo Verde (150

bolsistas atendidos); e ao Programa das Letras e dos Números, de apoio à formação de professores do ensino básico e intermediário de países africanos de língua portuguesa (110 professores de Cabo Verde, 50 professores de São Tomé e Príncipe e 50 professores de Angola atendidos).

Com respeito ao Objetivo 0901 – "Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o País é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha", o Brasil participou da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPL P), celebrada em Maputo, em julho. Ademais, por ocasião de sua visita a Adis Abeba, o MRE participou de reuniões na sede da União Africana (UA) e também manteve, em 2012, encontro com o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA). O Brasil designou Enviado Especial junto à Organização da Cooperação Islâmica (OCI) e passou a integrar o mecanismo de cooperação "Amigos do Iêmen".

Note-se que as Ações 6090 (Relações e Negociações com os Países-Membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA), 6098 (Relações e Negociações com a China, Índia, Japão e demais Países da Ásia e Oceania), 6128 (Relações e Negociações com os Países-Membros da União Européia) e 6284 (Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - Mercosul e Associados), afetas ao Objetivo 0900 do PPA, podem ser parcialmente aferidas por meio do quantitativo dos seguintes dados: i) visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países: 6; ii) visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil: 17; iii) participação da Presidenta da República em eventos multilaterais (que incluíram, em vários casos, encontros com autoridades estrangeiras); 9; e iv) atividades do Ministro de Estado das Relações Exteriores: 55.

Tais resultados demonstram que o governo brasileiro executou, em 2012, intensa agenda de ações voltadas para o aprofundamento e a ampliação dos vínculos de diálogo com países de todas as regiões do mundo.

Meio Ambiente, Energia, Temas Científicos e Tecnológicos e Desenvolvimento Sustentável.

Na área de desenvolvimento sustentável, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012, a maior, mais participativa e mais inclusiva conferência da história das Nações Unidas. Na qualidade de Presidente da Conferência, o Brasil contribuiu de forma decisiva para a formação do consenso em torno do documento final da Rio+20, ao conduzir negociações que levaram a texto de teor equilibrado, que contêm os interesses de todos os países participantes. O documento "O Futuro que Queremos" ainda reiterou princípios estabelecidos na Rio-92, favoráveis aos países em desenvolvimento.

O Brasil participou, em outubro de 2012, da 11ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que adotou compromissos para implementar o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020.

A 18ª Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e 8ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (Doha, 26/11-8/12) permitiu encerrar fase das negociações sobre mudança do clima e inaugurar um novo capítulo referente às negociações para a elaboração de um instrumento sob a Convenção, aplicável a todas as partes, até 2015.

Na área de energia, em 2012, o Brasil participou ativamente nos principais foros internacionais relacionados ao tema, buscando fortalecer a posição do País como ator central no cenário energético mundial, dos quais se destacam: Fórum Internacional de Energia (IEF), Foro Internacional de Reguladores (IRF), G20, entre outros. O Brasil atuou também no Conselho Energético da UNASUL com vistas à elaboração do Tratado Energético Sul-Americano. Por sua vez, a multiplicação de diálogos de alto nível em 2012 com diversos países - incluindo, entre outros, Alemanha, China, Estados Unidos, Noruega e Reino Unido - demonstra o crescimento da influência brasileira no setor de energia.

O Brasil tem atuado em diversas frentes para promover e divulgar a produção e o uso sustentáveis de bioenergia, incentivando a ampliação do número de países produtores no mundo, com a realização de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis, em diversos países em desenvolvimento. O Brasil liderou iniciativas para a promoção dos indicadores de sustentabilidade para a produção de bioenergia acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP).

Para promover e fortalecer a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação, realizou-se intenso volume de ações, com troca de missões e realização de diversas atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento. Citem-se os diálogos de alto nível com os Estados Unidos e com a Índia, bem como no âmbito dos BRICS e do MERCOSUL; comissões mistas com Equador, Noruega e Peru; e diálogos e plataformas bilaterais na área de inovação com os Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Suécia.

A divulgação internacional do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T) consolidou-se no âmbito multilateral em reuniões da Conferência Intergovernamental da TV Digital Terrestre e do Fórum Internacional do ISDB-T.

Foram realizados testes comparativos de padrões de TV digital em Botsuana e reunião com o Japão, na qual se acordou o apoio daquele país ao desligamento da televisão analógica no Brasil.

O Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (DCT) conta com a Ação Orçamentária "2541 – Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (SICTEX)" do PPA 2012-2015 para a promoção da cooperação internacional em C,T&I. Foram empreendidas as seguintes ações: (i) financiamento de passagens aéreas, (ii) pagamento de serviços de hospedagem, (iii) aluguel de veículos para deslocamento das missões/delegações, (iv) contratação de consultorias, (v) aluguel de salas , (vi) contratação de serviços de tradução e (vii) apoio à publicação de periódicos sobre temas relacionados à cooperação internacional em C,T&I.

Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial – SGEC

No âmbito da Ação 2538 – "Missões Comerciais e Feiras Setoriais e Multissetoriais" foram realizados seminários e reuniões empresariais na África do Sul, Angola, Índia, Alemanha, Estados Unidos, Argentina, Espanha, França e Rússia. Mais 135 feiras no exterior e 17 feiras no Brasil que contaram com a organização/apoio do Ministério, entre as quais merecem destaque: missão conjunta (MRE/MDIC/APEX) aos países árabes (Catar, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita); Feira FOODEX (Japão); Feira SIAL (China); Feira Expomin (Chile), entre outros. A Ação 2538 (Missões Comerciais e Feiras Setoriais e Multissetoriais) almeja intensificar o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior, aumentando o número de 130 para 190, meta que deve ser alcançada até 2015.

Ao abrigo da Ação 2544 – "BrazilTradeNet" foram contratados e elaborados estudos setoriais para identificar oportunidades de negócios para potenciais exportadores brasileiros e procedeu-se à modernização e atualização em tempo real do banco de dados do Portal "BrasilGlobalNet". O cadastro do Portal conta atualmente com 90 concorrências públicas internacionais; 7678 empresas brasileiras; 47995 empresas estrangeiras – o maior banco de dados de empresas importadoras disponível no Brasil; informações sobre eventos no Brasil e no exterior; indicadores econômicos, tabelas e gráficos sobre comércio exterior; entre outras informações. A Ação 2544 objetiva ampliar a base de importadores cadastrados na rede *BrazilGlobalNet* em até 40% e cerca de 15% da meta foi alcançada em 2012.

No âmbito do Objetivo 0915 e dos projetos e atividades contidos no Programa 2057 – "Política Externa, objetivando a difusão e a divulgação da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior", no que concerne às ações e projetos finalísticos das áreas cultural e educacional, logrou-se executar 99,44% dos recursos destinados previstos na LOA.

Em 2012, foram enviados para as representações brasileiras em outros países recursos no montante de R$ 9.575.560,11, com o fim de atender à realização de eventos culturais nas áreas de música, dança, teatro, literatura e artes plásticas, entre outras. A soma total dos recursos despendidos para divulgar, promover e apoiar a presença da produção audiovisual brasileira no exterior, em 2012, foi de cerca de R$ 3.160.214,00.

Foram oferecidas 2.062 bolsas semestrais a estudantes de países em desenvolvimento da África e da América Latina, no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), totalizando R$1.578.766,14. Além disso, concederam-se passagens aéreas de retorno aos países de origem para os estudantes beneficiários da Bolsa de Mérito Acadêmico do PEC-G e para todos os estudantes formados pelo Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), totalizando R$ 211.806,84 (94 passagens).

No que concerne aos Centros Culturais Brasileiros - CCBs e à comunidade brasileira no exterior, foram despendidos recursos da ordem de R$ 610 mil e R$ 400 mil. Em 2012, deu-se prioridade à consolidação e modernização dos centros já existentes. Foi realizada seleção de leitores, que passarão a ocupar 14 vagas em prestigiadas instituições de ensino superior em 9 países, complementando os 39 leitorados existentes. Alcançou-se o estabelecimento de 53 Leitorados, que deverão começar suas atividades ao longo de 2013. Em conformidade com a meta de expandir de 5 para 16 os cursos anuais de capacitação de professores no exterior, realizaram-se 15 cursos de Formação Continuada de Professores.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), amparada no Programa: 2057 – Política Externa, Ação Orçamentária: 2533-Cooperação Técnica Internacional, tem por objetivo diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais. A consecução desses objetivos é alcançada por meio da prospecção, formulação e execução de projetos de cooperação técnica Sul-Sul com países em desenvolvimento da América Latina e Caribe, África e Ásia, bem como por meio de parcerias com governos de países desenvolvidos e organismos internacionais. Em 2012, a ABC atingiu um total de 638 instrumentos de cooperação implementados.

As atividades de intercâmbio e de cooperação esportiva coordenadas pela Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE) têm o objetivo de oferecer capacitação técnica na área esportiva a países parceiros, de promover a imagem do Brasil no exterior e de ampliar o conhecimento sobre a cultura e a sociedade brasileira.

Para tanto, são utilizadas a Ação de "Cooperação Técnica Internacional", comandada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e as ações de "Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior" e de "Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira do Exterior", comandadas pelo Departamento Cultural (DC).

No contexto de preparação para a Copa do Mundo de 2014, o Ministério participou das discussões do Projeto da Lei Geral da Copa, da elaboração do "Plano de Promoção do Brasil – A Copa do Mundo FIFA 2014 como Plataforma de Promoção do País" e da elaboração do edital e da comissão de seleção da "Chamada Pública para Seleção e Chancela de projetos de Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014".

No contexto dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012, ajudou a coordenar a programação da promoção cultural e comercial do País e a cooperação governamental com o Reino Unido. Por meio de Programa de Observadores Governamentais, 128 autoridades e técnicos de 51 instituições dos três níveis de governo visitaram Londres, para colher informações sobre a organização dos Jogos em áreas relativas a planejamento estratégico, segurança, meio ambiente, entre outras. Também foi dado seguimento à implementação de acordos de cooperação para a realização de megaeventos esportivos, já assinados com África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos e Reino Unido.

Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros – SGEF

A Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (SGEF) teve como principais objetivos de sua atuação em 2012: i) a consolidação do G20 como principal mecanismo de diálogo econômico global; ii) a preparação, coordenação e condução das negociações de acordos comerciais extrarregionais do Mercosul; e iii) a continuidade das negociações comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

A Cúpula do G20, realizada em Los Cabos, México, à qual compareceu a PR, logrou a aprovação de novo Plano de Ação, com compromissos de ação visando à recuperação da economia mundial. Na agenda do G20, também se destacaram iniciativas para a promoção do trabalho e do emprego, bem como em áreas como regulação do setor financeiro, segurança alimentar e reforma das instituições financeiras internacionais. O Brasil anunciou sua disposição de contribuir com US$ 10 bilhões para o Fundo Monetário Internacional, com vistas a reforçar a capacidade daquela instituição na prevenção e resolução de crises. Paralelamente, as missões diplomáticas brasileiras realizaram gestões junto aos membros do Fundo Monetário para que se acelerasse a implementação da reforma de 2010, a qual resultará na elevação do Brasil à posição do décimo maior cotista.

Em coordenação com os demais sócios do Mercosul, o Brasil avançou nas negociações do marco normativo do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Européia, e concluiu consultas com o Canadá, para avaliar o interesse no lançamento de negociações de um acordo de livre comércio do bloco com aquele país. Foi realizada a I Reunião do Comitê Conjunto do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, bem como foram iniciados os trâmites internos para a aprovação pelo Congresso Nacional e ratificação dos Acordos de Livre Comércio Mercosul-Egito e Mercosul-Palestina.

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil participou ativamente dos diversos Grupos Negociadores da Rodada Doha, cuja conclusão ainda não se pode prever. Por iniciativa brasileira, foi realizado, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC, seminário sobre taxas de câmbio e comércio internacional, com o objetivo de debater as distorções que as flutuações cambiais vêm gerando no comércio internacional, com efeitos negativos para a competitividade interna e externa da indústria brasileira. O Brasil teve também presença ativa no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias daquela Organização, bem como nos trabalhos dos diversos comitês da FAO e dos foros normativos internacionais de referência em matéria sanitária e fitossanitária. Foram celebrados acordos com o PNUD e a FAO para a execução de projetos em países da África, Mercosul e Haiti, financiados com recursos recebidos no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado com os EUA sobre o contencioso do algodão da OMC.

Merecem destaque ainda i) a participação do Brasil na XIII Sessão da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, realizada em Doha; ii) no 34º Período de Sessões da Cepal, realizado em El Salvador; iii) a atuação brasileira na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para o avanço nas negociações de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício de pessoas com deficiência para leitura; iv) a realização, em Washington, da primeira reunião Brasil-EUA para Comércio e Cooperação Econômica e do primeiro encontro do Diálogo sobre Investimentos entre os dois países.

Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome

No âmbito da Ação 2D28 (Operações de Assistência Especial no Exterior), foram efetuadas 107 das 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres previstas, o que representa um aumento de cerca de 118% em relação ao ano anterior. Cabe mencionar, ainda, que as doações de alimentos autorizadas na Lei nº 12.429/2011 e disponibilizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) representam cerca de 35% das ações de cooperação humanitária do exercício de 2012.

Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior – SGEX

Em 2012, foi aberto o Consulado em Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa; foram construídos imóveis para abrigar a residência e a chancelaria em Abuja (Nigéria), a residência em Maputo (Moçambique) e apartamentos funcionais em Luanda (Angola); foram feitas obras de reforma e recuperação de Próprios Nacionais nas Embaixadas brasileiras em Camberra, Caracas, Luanda, Maputo, Montevidéu, Tel-Aviv, Abuja, Paris, Buenos Aires, Lisboa, La Paz, Riade, Roma, Madri, Paramaribo, Abidjã, São Tomé, Washington, e na sede da Representação do Brasil junto à FAO e Consulado-Geral em Lagos;e foi adquirido imóvel para abrigar a nova residência da Embaixada em Pretória.

Foram realizados 96 procedimentos licitatórios, todos na modalidade pregão eletrônico, acréscimo significativo de licitações, aproximadamente 150% em relação ao ano anterior. Foi obtido resultado favorável nas licitações, como se pode observar pelos números apurados até 18 de dezembro. Obteve-se R$ 37.980.751,92 de economia, frente aos R$ 74.400.843,73 estimados nesses processos, o que representa desconto médio de 51,05%.

Durante o ano, deu-se seguimento ao acompanhamento do patrimônio do Ministério e de seus órgãos, no Brasil, e dos Postos no exterior. Quanto ao patrimônio no exterior, foram realizadas missões de verificação e orientação patrimonial nos seguintes Postos: Embaixadas em Londres e Lima; Consulados no Porto, Cochabamba e Vice-Consulado em Iquitos. Finalmente, vem sendo tomadas medidas para iniciar processo de licitação para a aquisição de novo sistema de controle de Inventário, já que o atual se encontra obsoleto e sem possibilidade de modernização.

Por fim, assinale-se a regularização da situação previdenciária dos Auxiliares Locais dos Postos no exterior, medida que possibilitou a liquidação junto ao INSS dos passivos previdenciários de 167 auxiliares locais, ao custo global de R$ 39.412.721,93.

A área administrativa do Ministério tem buscado, em sua atuação como gestor de recursos públicos, garantir não só a economicidade no uso desses recursos, mas, sobretudo, incluir, em suas licitações e contratos, preceitos de preservação ambiental, de inclusão social e de garantia de acessibilidade aos funcionários e usuários das instalações do Ministério das Relações Exteriores.

Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – SGEB

A Ação 20I5 (Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior) tencionava aumentar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) de 81,28% para 89,41%, objetivo alcançado no primeiro semestre. Houve aumento no volume de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado graças à abertura de novos postos e à disponibilização de novos serviços, antes processados fora do Sistema.

Em 2012, foram emitidos cerca de 280.000 documentos de viagem, meio milhão de vistos, além de 600.000 atos notariais e registros civis. A produção consular é realizada primordialmente nos cerca de 190 postos consulares brasileiros fixos no exterior e por consulados itinerantes pré-programados.

Os serviços contratados do Serpro se destinaram à construção de módulos do Sistema Consular Integrado – Nova Geração (SCI-NG). O novo programa, que substituirá os utilizados atualmente, deverá tornar possível a adaptação do parque produtivo das repartições consulares ao mercado de equipamentos locais.

Cabe finalmente assinalar que também foram alocados recursos para a aquisição ou reposição de equipamentos destinados à produção documental em novos postos no exterior ou em postos com intensa utilização dos equipamentos existentes. Parte dos recursos destinou-se igualmente à assistência consular a brasileiros no exterior. Tal assistência inclui a repatriação de cidadãos brasileiros, a assistência jurídica e auxílios a detentos e a cidadãos desvalidos no exterior.

Foram realizados investimentos de cerca de R$ 441.764,00, os quais foram empregados na aquisição de novos equipamentos, componentes do Sistema Consular Integrado, entre equipamentos de informática a outros periféricos. Os novos equipamentos adquiridos destinaram-se a substituições pontuais de equipamentos defasados ou defeituosos, bem como a equipar setores consulares de novos postos, abertos ao longo do exercício.

Instituto Rio Branco

No âmbito da Ação 2534 – "Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas" realizou-se concurso compreendendo 6.423 candidatos, os quais prestaram provas em 26 capitais estaduais e em Brasília. Foram selecionados 30 novos diplomatas ao fim do processo. O Curso de Formação é freqüentado pelos candidatos aprovados no Concurso de Admissão ao IRBr, que tiverem sido nomeados para o cargo inicial da Carreira de Diplomata e nele tomado posse. Já o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) é mantido pelo Instituto Rio Branco como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata. Número de participantes em 2012: 21. O Curso de Altos Estudos (CAE) é mantido pelo Instituto Rio Branco como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com o objetivo de atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes. Número de teses aprovadas em 2012: 27

A Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática, Ação 00CC.0001, procura investir na capacitação de candidatos afrodescendentes à carreira de diplomata, por meio da concessão de bolsas de estudos, com duração de dez meses, destinadas a custear cursos e aulas preparatórias ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, além da aquisição de livros e material didático. No processo seletivo do Programa de Ação Afirmativa de 2011, encerrado em março de 2012, foram concedidas 57 bolsas advindas de recursos orçamentários do IRBr, cada qual com o valor de R$ 25.000,00, pagos parceladamente entre março e dezembro de 2012.

Fundação Alexandre de Gusmão – Funag

A Fundação Alexandre de Gusmão, fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tem como atribuições e competências institucionais, "ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira", conforme consta do Objetivo n° 0916 do Programa n° 2057 – "Política Externa", no âmbito do PPA 2012-2015.

Nesse contexto, foram alcançadas as seguintes metas, previstas no Objetivo do PPA 2012-2015: i) realizados 3 (três) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros: o X Curso para Diplomatas Sul-Americanos, o I Curso para Diplomatas da ASEAN e o III Curso para Diplomatas Africanos. Assim, foram executadas 30% da meta prevista para o período 2012-2015; ii) editadas 110 (cento e dez) das 120 (cento e vinte) obras sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. Foram cumpridas, portanto, 91% da meta total para o período 2012-2015; iii) implantada a biblioteca virtual, que contém, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa. Foi também implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, o que equivale ao cumprimento de 100% da meta prevista no PPA para este item; e iv) realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 22 (vinte e dois) dos 60 (sessenta) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros e cursos. Neste item, foram cumpridos 36% da meta prevista para o período 2012-2015.

A Funag apoiou dois eventos em que foram debatidos temas de interesse para a política externa, organizou quatro exposições sobre a história diplomática brasileira, durante as comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, e apoiou a segunda edição da exposição das obras de arte que integrarão o patrimônio do MRE, no País e no exterior.

À guisa de comentário final, assinale-se que o Programa de Política Externa do MRE no PPA 2012-2015 tem como indicador o segmento "Política, Governo e Instituições" do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR), elaborado pelo IPEA. A versão mais recente do MPI-BR (junho/2012) aponta melhoria do indicador, com aumento de 25%, desde agosto de 2011, passando de 20 para 25 pontos. Em particular, no período mencionado, o indicador do IPEA registrou aumento significativo dos índices concernentes à "percepção sobre a influência do Brasil em organismos multilaterais" (aumento de 15 para 26 pontos) e à "importância do País para a América Latina" (aumento de 30 para 40 pontos).

4.18. FUNÇÃO SAÚDE
4.18.1. Ministério da Saúde

Em 2012, o Ministério buscou com a Função Saúde realizar as propostas setoriais para a ação governamental por meio de uma atuação orientada por 16 objetivos estratégicos, traçados em consonância com o Plano Plurianual 2012/2015, para nortear o desempenho setorial. Os resultados obtidos apontam efeitos demonstrados pelo comportamento de indicadores vitais influenciados pela integração das políticas sociais, a exemplo da taxa de mortalidade infantil, que tem apresentado queda expressiva.

Em 2000, a cada mil crianças nascidas vivas, 29,7 morriam antes de completar um ano. Em 2010, o número ficou em 15,6. Segundo o IBGE, o resultado obtido é reflexo das políticas públicas em saúde, da maior escolaridade das mães, do aumento da renda e do número de filhos nas famílias, reduzido de 2,38 para 1,9 em dez anos. No outro extremo dos ciclos vitais, observou-se a ampliação da esperança de vida ao nascer, de ambos os sexos, de 66,9 anos em 1991 para 73,4 anos em 2010.

A Função Saúde teve aporte de recursos orçamentários do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da ordem de R$ 95,9 bilhões, destinados à cobertura dos Programas Temáticos com participação do Ministério da Saúde (MS) e entidades vinculadas, com especial enfoque no Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Desse valor, foram empenhados R$ 86,8 bilhões, incluindo emendas, pessoal inativo e dívida, o que equivale a 90,5%. Parte dos recursos previstos - cerca de R$ 5,47 bilhões - não foi disponibilizada para empenho durante o ano em virtude de limite estipulado por meio do Decreto nº 7.680/2012, que estabeleceu a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2012.

Considerando esse limite, a execução do MS foi de aproximadamente 96%. Com relação ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais (OI), foram executados R$ 77,0 milhões pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), empresa vinculada ao MS, responsável pelo suprimento de sangue e hemoderivados para o SUS e para a atuação privada suplementar.

O demonstrativo a seguir apresenta a execução orçamentária na Função Saúde (valores liquidados) e as subfunções típicas, bem como os valores resultantes da execução dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores entre 2008 e 2012. Observa-se evolução positiva na alocação dos recursos do OSS.

FUNÇÃO SAÚDE - VALORES LIQUIDADOS NO OFSS E OI

R$ milhões

FUNÇÃO 10 - SAÚDE		SUBFUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
OFSS	No Exerc. (1)	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.765,1	26.555,3	29.517,4	33.463,0	36.387,9	149.688,7
		301 - Atenção Básica	8.120,4	8.560,3	9.749,8	11.205,1	13.309,8	50.945,4
		303 - Suporte Profilático e Terapêutico	3.877,8	4.645,9	4.853,4	6.236,9	7.246,7	26.860,7
		305 - Vigilância Epidemiológica	1.535,4	1.703,8	2.330,4	2.640,1	2.926,8	11.136,5
		306 - Alimentação e Nutrição	133,3	179,0	378,7	365,0	378,2	1.434,3
		304 - Vigilância Sanitária	223,0	237,1	250,7	279,5	257,9	1.248,2
		Demais subfunções	4.493,1	7.851,8	8.706,3	9.776,0	11.110,0	41.937,1
	RPNP (2)	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	910,9	1.608,9	1.864,5	1.137,8	1.974,6	7.496,8
		301 - Atenção Básica	230,0	458,6	543,5	424,0	1.137,5	2.793,7
		303 - Suporte Profilático e Terapêutico	550,5	765,5	1.290,6	1.155,6	740,5	4.502,7
		305 - Vigilância Epidemiológica	452,0	581,8	1.577,2	637,7	615,2	3.863,8
		306 - Alimentação e Nutrição	25,8	5,5	9,3	8,1	12,6	61,3
		304 - Vigilância Sanitária	55,2	49,8	45,1	28,7	26,8	205,6
		Demais subfunções	445,5	1.551,8	1.807,0	1.352,0	1.211,3	6.367,7
OI (3)		Total subfunções	7,0	7,8	17,8	66,8	77,0	176,4
TOTAL			**44.824,9**	**54.763,0**	**62.941,7**	**68.776,3**	**77.413,0**	**308.719,0**

Fonte: Siafi

A subfunção "Assistência Hospitalar e Ambulatorial" respondeu por cerca de 49,6% das despesas da Função Saúde em 2012, considerando os valores liquidados do exercício e dos Restos a Pagar Não Processados. Em seguida, localiza-se a subfunção Atenção Básica, que movimentou 18,7% das despesas da Função Saúde em 2012, seguindo-se as demais subfunções. No geral, houve uma evolução positiva dos valores nominais disponibilizados nas subfunções típicas da função Saúde no período analisado, com exceção das Subfunções Alimentação e Nutrição entre os anos de 2010 e 2011 e Vigilância Sanitária entre os anos de 2011 e 2012. Quanto à subfunção Alimentação e Nutrição, a variação encontrada está associada aos valores destinados a pagamento de auxílio-alimentação aos servidores e empregados, que registraram queda também nos valores empenhados, e à ação Alimentação e Nutrição para a Saúde, destinada à implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Do total alocado à subfunção Alimentação e Nutrição, foram liquidados os seguintes montantes: 2010 - R$ 352,3 milhões; 2011 – R$ 349,7 milhões e 2012 – R$ 344,5 milhões destinados à alimentação dos servidores e empregados em atuação no Ministério da Saúde. Entre as atividades dessa ação

encontra-se a implementação do Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), que demanda a compra centralizada de insumo (sulfato ferroso) para distribuição aos municípios brasileiros. No ano de 2011, não foi realizado repasse de recursos para a produção e distribuição dos insumos relacionados ao PNSF, sob responsabilidade da Fundação Oswaldo Cruz.

Já a subfunção Vigilância Sanitária apresentou queda nos valores liquidados devido ao grande volume de inscrição em restos a pagar não processados, uma vez que não houve queda dos valores empenhados em relação ao exercício de 2011. O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária dos principais programas temáticos no exercício 2012.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	INSCRIÇÃO EM RPNP
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**75.847.520,2**	**78.770.229,1**	**69.884.971,1**	**61.849.595,6**	**61.616.102,9**	**8.035.375,4**
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	73.103.421,6	75.178.417,6	67.562.358,0	60.620.594,4	60.392.112,4	6.941.763,6
2068	Saneamento Básico	1.532.648,7	2.129.316,1	1.089.500,1	472.790,6	469.074,8	616.709,5
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	684.550,0	827.702,9	763.739,3	613.190,9	612.280,0	150.548,4
2055	Desenvolvimento Produtivo	489.400,0	591.459,2	435.057,8	114.053,9	113.669,9	321.003,9
-	Demais Programas Temáticos (1)	37.500,0	43.333,3	34.315,8	28.965,8	28.965,8	5.350,0
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (II)		**9.582.026,8**	**10.244.417,3**	**10.032.087,7**	**9.767.769,6**	**9.763.930,6**	**264.318,1**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (2) (III)		**105.206,1**	**166.761,8**	**161.723,4**	**159.528,2**	**159.528,2**	**2.195,3**
DEMAIS PROGRAMAS (3) (IV)		**6.237.053,4**	**6.746.294,3**	**6.738.120,4**	**6.738.120,4**	**6.738.120,4**	**0,0**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**91.771.806,6**	**95.927.702,6**	**86.816.902,6**	**78.515.013,8**	**78.277.682,0**	**8.301.888,8**

Fonte: Siafi
(1) Programas 2067 - Resíduos Sólidos e 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional
(2) Programas 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais e 0906 - Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)
(3) Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Ministério da Saúde participou de seis programas temáticos em 2012, sendo que a dotação orçamentária do órgão para o Programa Aperfeiçoamento do SUS representou cerca de 78% do total da dotação atualizada para o gasto federal com saúde executado pela pasta no exercício. Com relação aos demais programas temáticos com atuação em saúde, o Aperfeiçoamento do SUS representou 95,44% da dotação orçamentária atualizada e as despesas liquidadas atingiram 98,01% dos valores liquidados nos programas temáticos.

O desempenho orçamentário desse programa, considerando os valores liquidados em relação aos empenhados, foi de 89,72%, o mais alto entre os Programas Temáticos, considerando apenas a participação do MS. Trata-se de um Programa finalístico que agrupa as iniciativas operacionalizadas pelas ações que respondem mais especificamente pelos objetivos da Função Saúde. A execução dessas ações é mais diretamente responsável pelos resultados estratégicos apresentados.

No que se refere aos valores inscritos em restos a pagar, o percentual de 9,5% do total da Função Saúde é bastante satisfatório levando em consideração as características da execução descentralizada da maior parte das ações dos Programas Temáticos. As inscrições em restos a pagar do Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), em torno de pouco mais de 10%, também é satisfatório considerando que grande parte dos recursos tem execução descentralizada.

No entanto, chama a atenção, pelo distanciamento da média dos demais programas, o desempenho financeiro dos Programas Saneamento Básico e Desenvolvimento Produtivo.

No Programa de Saneamento, a baixa liquidação deveu-se, entre outras dificuldades de execução, à edição da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, que acrescentou cerca de R$ 350 milhões a título de investimentos a serem executados em 2013, o que influenciou o comportamento dos valores inscritos em restos a pagar.

Com relação à execução financeira do Programa Desenvolvimento Produtivo, parte dos recursos empenhados e inscritos em restos a pagar estão na esfera da ação "Construção de Processamento Final de Imunobiológicos - Rio de Janeiro", cujos processos licitatórios dificultaram a execução da ação. Ainda nesse programa, a baixa execução da ação "Modernização do Processo Produtivo do Parque Industrial da Saúde" ocorreu por meio do apoio aos laboratórios públicos oficiais brasileiros para buscar capacidade e excelência para a produção de medicamentos e fármacos para atender às necessidade do SUS, assim como para buscar a adequação para as boas práticas de fabricação exigida pela legislação regulatória. Houve 29 projetos aprovados

com as entidades parceiras para produção e distribuição dos medicamentos e fármacos.

Dentro do exercício de 2012 foram feitas licitações para adquirir equipamentos e materiais permanentes. O pagamento por tais produtos será realizado à medida que forem sendo entregues pelos fornecedores. Dessa forma justifica-se a baixa liquidação dos recursos referentes à ação Apoio à modernização do parque produtivo e industrial da saúde em 2012 por razão da temporalidade e logística de execução.

O desempenho da função Saúde é a seguir apresentado por meio da demonstração dos resultados obtidos na operacionalização da política setorial.

Atenção básica e especializada em média e alta complexidade

Com a finalidade de garantir o acesso da população a serviços com qualidade, equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades da população, a Função Saúde desenvolve suas atividades nesse âmbito de forma descentralizada, com responsabilidade de execução das ações setoriais compartilhada com estados e municípios. Nesse contexto foram desenvolvidas linhas de atuação em todos os níveis de complexidade visando à atenção integral à saúde da população, cujos resultados a seguir apresentados, configuram a consolidação do desempenho da Função Saúde em 2012.

a) Atenção Básica

Na atenção básica, como parte integrante da Estratégia de Saúde da Família, foi ampliado o quantitativo de recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal, tendo como resultado, ao final do ano, 22.213 equipes operando em 4.903 municípios. Além disso, foram doados 1.728 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de populações vivendo em extrema pobreza.

O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) visa induzir a instituição de processos que ampliem a capacidade da gestão federal, estadual e municipal e a atuação conjunta de segmentos específicos da atenção básica, o que ocasiona a ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente.

O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) visa induzir a instituição de processos que ampliem a capacidade da gestão e de atuação conjunta de segmentos específicos da atenção básica nas três esferas de gestão. Em 2012, inscreveram-se no PMAQ 17.482 Equipes de Saúde da Família distribuídas em 3.972 municípios.

Foram entrevistados aproximadamente 17 mil profissionais integrantes das equipes básicas de atenção e em torno de 66 mil usuários com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. No mesmo ano, ocorreu a certificação e classificação de 16.938 equipes em mais de 70% dos municípios brasileiros, o que os habilitou a receber o incentivo correspondente do PMAQ.

Com o rápido crescimento das doenças crônicas e os fatores de risco associados, a iniciativa de implantação das Academias da Saúde busca a qualidade de vida por meio do incentivo à realização de práticas corporais e atividades físicas em ambientes comunitários, de forma articulada com as Unidades Básicas de Saúde. No ano de 2012, houve a aprovação de mais 1.047 polos, chegando a um total de 2.819.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

Destacam-se o credenciamento, em 2012, de 1.005 leitos de UTI em todo o Brasil, totalizando 8.941 leitos (2003-2012), com impacto financeiro de R$ 748 milhões, e a seleção de 186 portas de entrada hospitalares (Redes de Atenção as Urgências e Emergências) que estão recebendo recursos de incentivo de custeio e R$ 558 milhões de investimento.

Até outubro de 2012 constam 175 estabelecimentos de saúde certificados como hospitais de ensino, sendo 20 hospitais certificados em 2012; destes, 153 estão contratualizados no Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino (12 neste ano). Constam ainda 649 hospitais no Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos, dos quais 4 foram contratualizados em 2012.

Os projetos desenvolvidos pelos hospitais de excelência, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS), incluem capacitação e apoio à gestão de hospitais sediados nas cidades que receberão os jogos da Copa do Mundo de 2014, além de projetos de capacitação e apoio de estrutura e gestão de unidades de tratamento intensivo nas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Amazônia legal, entre outros.

Essas iniciativas colaboraram em 2012 para a realização de 9,05 milhões de internações hospitalares, 457,3 milhões de consultas ambulatoriais hospitalares e 1,9 milhão de cirurgias eletivas até outubro.

Com relação aos serviços especializados em saúde bucal, intensificou-se em 2012 a implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62, perfazendo um total de 944 Unidades em 774 Municípios, também o repasse pago por prótese para os Municípios foi ampliado, passando de R$ 100,00 para R$ 150,00.

b.1) Transplantes

O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea. Ao final de setembro de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Hoje, cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil.

Em agosto de 2012 foi lançada parceria com a rede social para incentivar a doação de órgãos e tecidos no Brasil, resultando na previsão de elevação superior a 10% do número de transplantes realizados em relação a 2011. Até o primeiro semestre de 2012, foram realizados 12.342 transplantes. Para 2013, está previsto o quantitativo de

25.458 transplantes de órgãos sólidos e tecidos. A meta de alcançar 13 doadores de órgãos por milhão de população no final de 2013 foi atingida já no primeiro semestre de 2012.

b.2) Política Nacional de Assistência Oncológica

Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Qualidade em Mamografia e Citopatologia e o Programa de Mamografia Móvel. Foram também financiados projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia de grande porte. Essas iniciativas possibilitam a criação de serviços de referência para o diagnóstico precoce do câncer do colo do útero e de mama.

Na radioterapia, por meio de sistemas de convênio, o Governo tem financiado a aquisição de novos equipamentos e a substituição dos equipamentos obsoletos, além do Plano de Expansão da Radioterapia.

Uma importante conquista no combate ao câncer foi a aprovação da Lei nº 12.732/2012, que "Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início".

Esta Lei estabelece que o paciente com neoplasia maligna deve receber, gratuitamente, pelo SUS, todos os tratamentos necessários e que o seu primeiro tratamento, seja ele cirúrgico, de quimioterapia ou radioterapia deve iniciar-se no prazo de até 60 dias.

b.3) Sangue e Hemoderivados

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de três Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a esses pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado, por meio da Hemobrás, contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento dos fatores de coagulação, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram ainda realizadas 168 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Em 2012 foram qualificados pela Hemobrás 117 serviços de hemoterapia fornecedores de plasma para uso industrial por entidades públicas e privadas. Foi também finalizada a implantação de 13 plataformas para teste dos ácidos nucleicos - NAT na Hemorrede Nacional. A 14ª plataforma, no Hemocentro Coordenador da Bahia, está em fase final de adequações na área física, testes e treinamentos e terá início da rotina NAT previsto para fevereiro de 2013. Essa iniciativa tem por objetivo que 100% das bolsas de sangue oriundas de doação voluntária nos serviços de hemoterapia públicos e privados contratados pelo SUS sejam testadas pela metodologia do NAT brasileiro, diminuindo assim o risco de transmissão de patógenos em transfusões de sangue.

Redução dos Riscos e Agravos à Saúde Por Meio das Ações de Promoção e Vigilâncias em Saúde e Sanitária

a) Vigilância em Saúde

Com finalidade de reduzir os agravos à saúde da população por meio das ações de promoção e vigilância em saúde e da regulação dos produtos e ambiente cujo uso pode afetar as condições da saúde pública, o desempenho setorial contemplou os segmentos de vigilância em saúde e de vigilância sanitária.

Nesse campo, em 2012, a ação governamental apoiou a prevenção e o controle de doenças com avanços importantes que impactam diretamente a definição do perfil de morbimortalidade da população brasileira. Nesse contexto, destacam-se: i) redução nos óbitos por dengue; ii) redução no número de casos registrados de malária; iii) aumento na cura dos casos novos de tuberculose; iv) ampliação de acesso ao teste rápido de sífilis e HIV para as gestantes, por meio da Rede Cegonha, com vistas à eliminação da sífilis congênita e à redução da transmissão vertical do HIV; v) ampliação da cobertura vacinal pelo calendário nacional de vacinação da criança; vi) maior número de unidades realizando notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras; vii) aumento da investigação de óbitos maternos e em mulheres em idade fértil; viii) aumento de centros de referência para a saúde do trabalhador rural.

As campanhas de vacinação em 2012 foram exitosas, destacando-se o alcance ou superação da meta de 80% da cobertura vacinal em todos os grupos elegíveis para a vacina influenza (crianças de seis meses a menores de dois anos, gestantes, indígenas, trabalhadores de saúde e idosos). A cobertura global ficou em 86%, correspondendo a 25,9 milhões de doses aplicadas.

Em 2012, a vacina hepatite B foi ampliada na rotina para a população de 25 a 29 anos de idade. Nesse grupo, dados provisórios em outubro de 2012 mostraram que a cobertura vacinal elevou-se de 30%, em 2011, para 45,5% (2012) e já representa 79% de cobertura na população de 1 a 29 anos de idade. A etapa nacional de vacinação contra poliomielite alcançou cobertura de 98,9%, representando 14 milhões de doses aplicadas. A vacina poliomielite inativada, antes disponível apenas nos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIES), foi introduzida na rotina do calendário básico da criança. Além disso, foi efetuada também a combinação das vacinas tetravalente com a hepatite B, compondo a vacina pentavalente, reduzindo o número de injeções na criança, ampliando a possibilidade de melhoria das coberturas vacinais e homogeneidade para essas vacinas.

A campanha de vacinação antirrábica animal (cães e gatos) foi realizada em todos os estados do País. Dados preliminares de dezembro de 2012 mostram que foram vacinados 13.871.025 animais.

Com relação ao combate à dengue, até dezembro de 2012, foram confirmados 284 óbitos, correspondendo a uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram confirmados 484 óbitos. Foram confirmados, ainda, 4.055 casos graves, o que representa uma redução de 62% em relação a 2011, quando foram confirmados 10.545 casos graves.

Quanto à malária, o número de casos registrados de janeiro a novembro de 2012 (224.440) sofreu uma redução de 9%, quando comparado com o mesmo período de 2011 (246.608). Os estados que apresentaram redução no número de casos foram Amapá (-21%), Maranhão (-38%), Mato Grosso (-23%), Pará (-30%), Rondônia (-22%), Roraima (-46%) e Tocantins (-35%) Já os estados do Amazonas e Acre apresentaram aumento no número de casos, de 44% e 18%, respectivamente. Nos assentamentos agrários, foi observada redução de 30% nos casos de malária, sendo 7% em área urbana e 15% em área rural. Nos garimpos e áreas indígenas, houve um aumento na transmissão da doença - de 9% e 20%, respectivamente. No período de janeiro a outubro de 2012 foi observada uma redução de 35% nas internações por malária em relação ao mesmo período de 2011, passando de 3.846 para 2.476 internações.

Em relação à hanseníase, o Ministério da Saúde tem o compromisso de eliminação da doença como problema de saúde pública até 2015, ou seja, alcançar menos de 1 caso por 10.000 habitantes, de acordo com o Plano Integrado de Ações Estratégicas. Em 2011, o coeficiente de prevalência foi de 1,54 casos por 10.000 habitantes. Dados preliminares de 2012 apontam um coeficiente de prevalência de 1,49 casos por 10 mil habitantes. Até o mês de abril de 2013 serão publicados os dados epidemiológicos referentes à avaliação final de 2012. O coeficiente de detecção de casos novos de hanseníase alcançou, em 2012, 15 casos novos para cada 100 mil hab. Considerando os últimos 10 anos, a redução média percentual na detecção de casos novos foi de 49,4%, com redução média anual de 5%. Ainda que haja importante diferença na endemicidade da doença segundo regiões geográficas, existe uma tendência de queda contínua no número de casos detectados em todo o País.

No controle da tuberculose, constata-se que o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, diagnosticados entre janeiro a dezembro de 2011, está em 70,6%, o que representa um acréscimo de 3,7% quando comparado com o mesmo período de 2010, cujo percentual de cura foi de 68,1% de casos novos de tuberculose. Os dados relativos ao ano de 2012 estarão disponíveis no segundo semestre de 2013.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34% em 2011 para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e treinados 1.000 multiplicadores para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de massificar a capacitação de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde.

Com relação à hepatite C, em 2012 foram tratadas 14.138 pessoas, o que corresponde a um incremento de 28,5% em relação a 2011, que teve aproximadamente 11 mil pessoas tratadas. Existem hoje cerca de 290 serviços que atendem os portadores de hepatite viral C no País.

Na área da saúde do trabalhador, foi prevista a implantação de 10 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) até 2015. Até dezembro de 2012 foram habilitados mais oito novos Cerests voltados para saúde do trabalhador rural, totalizando 10 Cerests.

A meta de 2012 sobre a investigação dos óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) foi de 60% daqueles ocorridos em 2011, para o País e para todas as unidades da federação. A média nacional foi 81%, e 24 unidades da federação superaram a meta. Dos 1.576 óbitos maternos notificados, 79% foram investigados, valor superior ao ano de 2011, quando foram investigados 73% dos casos.

A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Por meio de incentivo financeiro a estados e municípios, a Portaria nº 2938, de 20 de dezembro de 2012, descentralizou R$ 22,7 milhões, voltado para as 27 UFs, para o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, refletindo o compromisso com o desenvolvimento e acompanhamento de ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo ações de proteção e promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, análise de situação e o monitoramento da saúde das populações expostas, ou potencialmente expostas a agrotóxicos.

b) Vigilância Sanitária

Com relação à regulação sanitária, responsável pela vigilância de produtos, processos e ambientes de interesse da saúde pública, em 2012 foi reformulado o processo de gestão regulatória, visando a maior aproximação de seus propósitos com as prioridades econômicas e sociais do País, em médio e longo prazos. As Agendas Regulatórias dos biênios 2013-2014 e 2015-2016 serão estabelecidas com base em diretrizes alinhadas às do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), às das Políticas e Programas Setoriais de Saúde e às propostas aprovadas na 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2011.

As iniciativas resultantes inserem a regulação sanitária no atual programa de governo por meio do estabelecimento de procedimentos para o registro de produtos em desenvolvimento e de transferência de tecnologia, adotando parcerias intersetoriais, com finalidade de estimular a indústria brasileira na área de produtos para saúde, inclusive os farmacêuticos, diminuindo a vulnerabilidade do SUS quanto à dependência de tecnologias e de produtos externos consumidos para a preservação da saúde. Como essa ação está fundamentada na política industrial brasileira, resultará em uma economia de aproximadamente 25% no valor do que hoje o Brasil importa para o setor saúde.

Pesquisa sobre o teor de sódio em algumas categorias de alimentos indica a possibilidade de redução da quantidade desse componente em todas as categorias de alimentos que foram avaliadas. Essa pesquisa foi desenvolvida a fim de subsidiar o termo de compromisso firmado entre o MS, a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), a Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias (Abima), a Associação Brasileira da Indústria de trigo (Abitrigo) e a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP) com finalidade de reduzir o teor de sódio nas categorias de alimentos acordadas.

Em 2012 foi definida uma nova rotulagem para os medicamentos adquiridos para distribuição no SUS propiciando aos estados e municípios que também adotem o mesmo padrão visual nos medicamentos adquiridos por eles, possibilitando a criação de uma identidade nacional para esses produtos.

No mesmo ano, novas regras aplicáveis aos produtos de proteção solar garantirão maior defesa aos usuários. As novas determinações apontam um novo valor mínimo do Fator de Proteção Solar (FPS), de 2 para 6, e a proteção contra os raios UVA, que deverá ser no mínimo 1/3 do valor do FPS declarado.

Em 2012 foi cancelado o registro das próteses mamárias Rofil e *Poly Implant Prothese (PIP)* e realizado o recolhimento destes produtos em todo o País, além de terem sido estabelecidos os requisitos mínimos de identidade e qualidade de implantes mamários.

No âmbito da segurança alimentar, foram definidas as condições técnicas a serem observadas pelas empresas na condução dos estudos de resíduos de agrotóxicos em alimentos, criando critérios para preservação de amostras, apresentação de estudo de estabilidade de agrotóxico na cultura, curva de dissipação, entre outros. Além dessas medidas, foram divulgadas orientações para agricultores sobre o uso seguro dos agrotóxicos, tanto no processo de compra desses produtos, como em sua classificação toxicológica, cores de rótulo e bula.

Na atuação do Governo Federal (PAC 2), Programa Porto Sem Papel, a regulação setorial insere-se ao estabelecer norma que trata da promoção da saúde em portos e embarcações sujeitos ao controle sanitário, inclusive harmonizando o regulamento brasileiro com as normas internacionais e gerando informações de cada inspeção sanitária em formato eletrônico para disponibilização pública. Ainda nessa área, foi realizada a classificação sanitária dos 18 navios de cruzeiro que ficaram na costa brasileira durante toda a temporada 2011/2012.

Com a intensificação do tráfego de passageiros provocada pelos grandes eventos internacionais de massa que ocorrerão no País, importante iniciativa constitui-se na categorização e tratamento de riscos sanitários identificados em portos, aeroportos e fronteiras, por meio da implantação de um modelo de gestão de riscos, definido na ISO 31000, automatizado por software, constituindo o Sistema Sagarana. Nesse contexto, como preparação das atividades de vigilância sanitária para a realização desses eventos, a regulação setorial tem reforçado a articulação com estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de organizar um sistema de vigilância em saúde local capaz de detectar e minimizar o risco de ocorrências de doenças transmissíveis e agravos com impacto sobre a saúde pública.

De importante significado para a redução de ocorrências de doenças resultantes do uso do tabaco foi o estabelecimento de restrições ao emprego de aditivos em produtos derivados do tabaco comercializados no Brasil, visando à redução da iniciação de novos fumantes. Como consequência, serão retirados do mercado brasileiro em dois anos os produtos contendo substâncias flavorizantes ou aromatizantes, dentre outros aditivos que alterem as sensações táteis dos usuários. Ainda nesse âmbito, ficou proibida a utilização, em embalagens dos produtos derivados do tabaco, de qualquer expressão que possa induzir o consumidor a uma interpretação equivocada quanto aos teores contidos, a exemplo das adjetivações: ultra baixo(s) teor (es), baixo(s) teor(es), suave, light, soft, leve, teor(es).

Na área de regulação e monitoramento de medicamentos, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) credenciou até o ano de 2012, 47.422 estabelecimentos farmacêuticos que comercializam medicamentos de controle especial no Brasil, distribuídos em 4.186 municípios.

Em 2012 a ação pública regulatória executou ações de inspeção/fiscalização, concedendo autorização de funcionamento a 46.470 empresas que operam com produtos sujeitos a vigilância sanitária, 432 inspeções de plantas industriais do ramo da saúde, 22.786 concessões de renovação de registros, 259.176 licenças de importação e 1.741 certificados de boas práticas de fabricação/armazenamento e distribuição.

Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

A Rede Cegonha visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres, em todos os seus ciclos de vida, o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, o parto, o aborto e o puerpério, e, às crianças, o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Em 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 47 maternidades, construção de duas maternidades, ampliação e equipamentos de 14 Centros Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) e ampliação e equipamentos de 25 Centros de Parto Normal (CPN). Foram qualificados cerca de 3.194 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto. A Rede Cegonha investe na qualificação e na ampliação das equipes incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e as obstetrizes. No mesmo ano foram abertas 156 vagas em residência e 300 em especialização em enfermagem obstétrica. Todos os estados aderiram à rede cegonha, contemplando 4.959 Municípios com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes. Foram ampliados os exames de pré-natal de risco habitual e alto risco, destacando-se os testes rápidos de gravidez, sífilis e HIV.

Foi implantado um serviço de ouvidoria ativa que irá permanentemente ligar para todas as mulheres que tiveram parto realizado na rede SUS, com o objetivo de avaliar sua satisfação em relação ao serviço. Em 2012 foi desenvolvida a primeira pesquisa com 45 mil mulheres.

A Rede Cegonha prioriza a redução da mortalidade materna e infantil. Dados preliminares apontam uma redução no número de óbitos maternos notificados ao Sistema de Informação de Mortalidade, no período de janeiro a abril (últimos dados consolidados), passando de 494 em 2011 para 384 em 2012, no mesmo período.

No período de 2000 a 2010, houve uma redução de 12% da taxa padronizada de mortalidade feminina, passando de 4,24 para 3,72 por mil mulheres. Em 2000, a cada mil crianças nascidas vivas, 29,7 morriam antes de completar um ano. Em 2010, o número ficou em 15,6; queda de 47,6%. Com isso, o Brasil atingiu com quatro anos de antecedência uma das mais importantes metas dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que é a redução desta taxa em dois terços entre 1990 e 2015.

Em 2012, foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao

recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e mais 320 profissionais de saúde em todos os estados da Amazônia Legal e Nordeste, contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Também foi implantada, para os estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – popularmente conhecida como o teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.

Foram implementadas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher trabalhadora para implantação de sala de apoio a amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizes recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012 foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Foi instituída em 2012 a Agenda de Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil em 233 Municípios, e formado o Comitê de Especialistas e de Mobilização Social para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância.

Atenção Domiciliar – Programa Melhor em Casa.

O Programa Melhor em Casa oferece atenção domiciliar aos pacientes do SUS. Em 2012, o programa habilitou 511 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 231 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), alcançando 78 municípios em todo o País. Desse total, 159 equipes de atenção domiciliar e 74 equipes de apoio já estão garantindo a realização de mais de 86 mil internações domiciliares. Desde que o Melhor em Casa foi lançado, em novembro de 2011, já foram repassados mais de R$ 38,4 milhões a estados e municípios.

Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas – Programa Crack, é Possível Vencer.

Com finalidade de fortalecer a rede de saúde mental e dar ênfase ao enfrentamento do crack e outras drogas, em 2012 foi intensificada a atuação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com a promoção de ações do Programa *Crack, é Possível Vencer*. Foram destinados recursos financeiros para a abertura ou ampliação de 475 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas, o que representa um aumento de 23% sobre a rede existente em 2011. Essa expansão levará a capacidade operacional de todos os CAPS a 40 milhões de atendimentos por ano, dentre os quais 7,8 milhões de atendimentos em CAPS especializados nos problemas relacionados ao álcool e às outras drogas.

Foram repassados recursos para a abertura ou qualificação de 516 leitos em enfermarias especializadas de saúde mental localizadas em hospitais gerais e ampliação do valor do custeio desses leitos em até 250%. Foi incentivada a abertura de 66 Unidades de Acolhimento com permanência de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas.

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 91 novas residências terapêuticas e o incremento do seu custeio, além do aumento da rede CAPS já mencionado, o que resultou em 4.085 beneficiários do Programa de Volta para Casa, benefício mensal pago a ex-moradores de manicômios em todo o Brasil.

Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa: Garantia do Envelhecimento Ativo e Saudável e à Pessoa com Deficiência.

a) Saúde do idoso

Com finalidade de garantir a atenção integral à saúde da pessoa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção em 2012 foram desenvolvidas atividades, entre as quais destacam-se: i) a construção do projeto Observatório Nacional do Idoso, que tem como foco central a criação de um portal virtual com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de atenção à saúde da pessoa idosa no SUS; e ii) a implantação do Sistema de Monitoramento da Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos (Sisap/Monitor-Idoso), com o objetivo de oferecer informações que auxiliem o planejamento de ações e decisões voltadas à população idosa.

b) Saúde da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite

O Eixo de Atenção à Saúde integrante do Plano Viver sem Limite contempla as áreas de deficiência auditiva, física, visual, intelectual, ostomia e múltiplas deficiências, através da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS. Em 2012, ocorreram importantes avanços tais como: i) a ampliação da triagem neonatal, incluindo os testes do pezinho, da orelhinha e do olhinho; ii) lançamento das versões on-line das diretrizes de atenção à Pessoa com Síndrome de Down e a versão gráfica dos Cuidados de Saúde às Pessoas com Síndrome de Down; e a publicação on-line das Diretrizes de Atenção à Pessoa Amputada, à Pessoa com Lesão Medular e da Triagem Auditiva Neonatal; iii) a Portaria que adequa o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e inclui 7 procedimentos de adaptação e manutenção da Tabela de Procedimentos do SUS; e iv) a publicação de Portaria que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios no valor de R$ 24,5 milhões.

Dentre as ações de implantação e funcionamento dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) foram empenhadas 20 propostas para a construção e 12 propostas de qualificação de novos CER.

Atenção à saúde dos povos indígenas articulada com o SUS.

As populações indígenas tiveram atendimento por meio de um subsistema de atenção específico, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais. Foram desenvolvidas ações no sentido de prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Em 2012 foram priorizados 16 DSEI que concentraram no ano anterior 70% dos óbitos em crianças menores de um ano. Destacaram-se nesse Plano 9.700 atendimentos em regiões remotas e de difícil acesso geográfico com altos índices de mortalidade infantil, bem como a vacinação completa de 56.515 crianças menores de 7 anos, correspondente a 68,8% das crianças indígenas desta faixa etária. Houve também a estruturação e o aprimoramento das ações de segurança alimentar e vigilância nutricional nos DSEI, com distribuição e instruções de uso de 2.900 balanças.

No que se refere ao saneamento, das 4.877 aldeias cadastradas, 1.816 (38,98%) possuem Sistema de Abastecimento de Água. Em 2012, registros mais recentes computaram a contratação de 128 obras de novos Sistemas, beneficiando aproximadamente 50.000 indígenas, além da reforma de 86 sistemas existentes e da construção e/ou ampliação de 42 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

Para intensificar a participação popular destacam-se a estruturação e o funcionamento dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena, regularização de 94% dos mandatos eletivos dos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes dos conselhos, além da entrega a 15 Conselhos de kits do Programa de Inclusão Digital (computador, impressora, TV e antena parabólica).

Destacam-se ainda a implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS) nas áreas indígenas e o desenvolvimento de Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena com a execução de dois projetos piloto, aquisição de 129 itens da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) para distribuição aos 34 DSEI e aquisição e distribuição para 15 DSEI de 25 unidades odontológicas móveis.

Políticas de Alocação, Desenvolvimento e Democratização das Relações de Trabalho dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde.

Para contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde foi desenvolvida uma política de educação profissional em saúde que está centrada na qualificação dos processos formativos adequados às necessidades do SUS.

Para o desenvolvimento dessa política foi criado o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) que beneficiou 572 municípios com a contratação de 381 médicos, 129 enfermeiros, 110 cirurgiões-dentistas. Na categoria bolsista, estão em formação em Curso de Especialização em Atenção Básica nos municípios participantes 1.681 estudantes-profissionais das categorias enfermagem (1.250) e cirurgião dentista (431).

As residências profissionais da área da saúde foram desenvolvidas na linha de residência multiprofissional, com aumento de 152% da oferta de bolsas. Nessa linha foram selecionadas 69 instituições com 787 bolsas aprovadas. Especificamente na área de enfermagem obstétrica foram selecionadas 18 instituições, com um total de 156 bolsas aprovadas. Na linha da residência médica propriamente dita, foram financiadas 1.623 novas bolsas.

Entre as propostas apresentadas ao Pro-Saúde, 120 foram selecionadas, envolvendo 709 cursos de graduação; desses, 389 são novos. Na atuação do Pet-Saúde, foram concedidas 76.557 bolsas em 2012 para qualificações em saúde da família, vigilância em saúde e outras.

A política de educação permanente dos trabalhadores do SUS pretende proporcionar a transformação das práticas institucionais com vistas a melhorar a qualidade da atenção, viabilizando a atuação das equipes de saúde, de forma comprometida com o processo de trabalho e com a comunidade. Entre os profissionais de nível médio, foram qualificados 529 técnicos em radiologia, 443 em citopatologia, 82 em mamografia e 1.470 em atualização em saúde do idoso.

No âmbito da rede de atenção psicossocial, foram qualificados 1.880 agentes comunitários em práticas de saúde mental.

Para atender às necessidades da rede de urgências e emergências, foram ministrados cursos de Especialização Pós-técnica em Urgência e Emergência para 2.308 técnicos em enfermagem.

Na linha de atuação básica, foi iniciada formação em nível de especialização em saúde da família para 5.000 profissionais de saúde, 11.721 agentes comunitários de saúde, 451 técnicos em saúde bucal, 399 técnicos em vigilância em saúde e 636 técnicos em enfermagem.

Com objetivo de fomentar a modernização e qualificação do trabalho no SUS foi apoiada a ação de estruturação e qualificação da gestão do trabalho nos estados e municípios e a democratização das relações de trabalho no SUS. Em 2012, o foco foi o fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, ampliação do Programa de Estruturação e Qualificação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS – ProgeSUS e a estruturação de uma agenda para discussão da regulação do trabalho em saúde, a partir das necessidades do SUS, por meio de iniciativas como:

a) construção da política de apoio a projetos de planos de carreira e desprecarização do trabalho com repasses de recursos fundo a fundo a 13 projetos selecionados e investimento no ano de 2012 no valor de R$ 6 milhões, que corresponde a 20% do financiamento dos projetos, desenvolvimento de metodologia para instalação de mesas de negociação e estruturação da rede de negociadores;

b) qualificação em gestão das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde, com 400 gestores qualificados; realização de cursos de especialização em gestão do trabalho e educação na saúde, com a qualificação de 800 gestores; e construção do curso de aperfeiçoamento e de especialização em gestão do trabalho e educação em saúde, na modalidade à

distância, para qualificação de 700 gestores na região nordeste; e

c) realização do concurso Prêmio Inovasus Carreira com a premiação de 12 iniciativas inovadoras com R$ 200 mil cada.

Gestão Participativa, Descentralizada e por Resultados Articulada à Participação Social e Popular.

Foram realizadas diversas ações em 2012 com a finalidade de implementar instrumentos de relação federativa e um novo modelo de gestão com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável, bem como visando à qualificação dos instrumentos de execução direta para a geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. Foi incentivada a manifestação espontânea dos cidadãos por meio de telefone (136), carta, atendimento presencial e formulário eletrônico disponível no Portal da Saúde. Também foi implantada a Ouvidoria Ativa, envolvendo duas ações distintas:

a) CartaSUS: encaminhada aos cidadãos internados pelo SUS e aos que realizaram procedimentos de alta complexidade, contendo os seus dados, informações da internação e dos procedimentos e valor pago pelo SUS referente aos tratamentos e aos instrumentos de avaliação do atendimento. Foram enviadas 10.081.233 cartas e obtidas 304.735 respostas;
b) Pesquisa: com o objetivo de avaliar a implementação da Rede Cegonha, foi realizada uma pesquisa por telefone, com mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas a pré-natal, parto, pós-parto e saúde da criança. Obteve-se 69.193 respostas.

Foi implantado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com 1.090 registros e 100% de respostas. Realizadas 286 ações de capacitação, 66 adesões ao Sistema OuvidorSUS, iniciada a construção do Índice Nacional de Qualidade das Ouvidorias do SUS e da Política Nacional do Sistema Nacional de Ouvidoria e elaborado o Projeto de Qualificação das Ouvidorias Estaduais. As estatísticas de 2012 registram as seguintes manifestações recebidas:

- 7.511.982 atendimentos Eletrônicos;
- 284.780 atendimentos humanos pelo OuvidorSUS;
- 149.911 Perguntas Frequentes pelo Portal Saúde respondidas;

No âmbito da participação da sociedade, destacam-se as ações que buscaram a consolidação das políticas de promoção da equidade, da educação popular em saúde e do fortalecimento do controle social. Contribuíram com esses propósitos as seguintes iniciativas:

- Constituição de 14 Comitês Técnicos e 9 em processo de constituição, com abordagens referentes à população negra; população LGBT e população do campo e floresta;
- Celebração de convênios com a Universidade de Brasília para constituição do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, e com a Fiocruz para formação de lideranças sociais do campo e floresta;
- Construído o Sistema de Acompanhamentos dos Conselhos de Saúde (SIACS), com 2.747 Conselhos Estaduais e Municipais (49,13%) aderidos;
- Está em andamento curso de formação para 24 mil conselheiros municipais e estaduais de saúde em parceria com a Fiocruz e as Escolas Estaduais de Governo;
- Capacitação para o controle social de 61.422 pessoas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde).

No sentido de potencializar os efeitos de uma gestão eficiente e eficaz, diante da nova ordem estabelecida pela regulamentação da Lei nº 8.080/90 e da Lei nº 8.142/90, foram operacionalizadas em 2012 as determinações do Decreto nº 7508/2011, utilizando-se como principal instrumento o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), um dos dispositivos instituídos pelo mesmo Decreto. Nesse ano, o contrato foi assinado em 24 das 435 regiões de saúde constituídas. Variáveis conjunturais influenciaram no alcance de meta, a exemplo das adaptações de gestão introduzidas pelo próprio Decreto e pela Lei Complementar nº 141/2011, bem como pela ocorrência do período de transição eleitoral nos municípios, aspectos centrais para as dificuldades em concretizar o resultado esperado.

No que se refere ao controle interno, em 2012 foram realizadas 1.858 ações, sendo 903 auditorias, 354 fiscalizações, 519 visitas técnicas e 82 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS), totalizando R$ 5,06 bilhões auditados nas ações PMAQ, Farmácia Popular do Brasil, Câncer de Mama, Hanseníase, Glaucoma e CartaSUS, gerando proposições de ressarcimento no valor de R$ 162,9 milhões. Realizou-se ainda 349 ações de cooperação técnica com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA, enfatizando a realização do II Fórum Nacional de Auditoria do SUS, com 300 participantes.

Importante iniciativa para assegurar a transparência e a visibilidade nas ações e nos serviços de saúde no âmbito do SUS é o Projeto Cartão Nacional de Saúde (CNS). Em 2012, para garantir a sustentação do CNS e a integração dos Sistemas de Informação de Saúde, foi iniciado um processo de qualificação e eliminação de duplicidades em 240 milhões de registros do banco de dados dos usuários do SUS, incluindo a Saúde Suplementar, compondo-se hoje um banco com mais de 70 milhões de registros qualificados. Foi também finalizada a conclusão do desenvolvimento das funcionalidades de pesquisa, pré-cadastro e impressão do Cartão Nacional de Saúde pelo próprio cidadão, com acesso a seu histórico de registros das ações e serviços de Saúde e possibilidade do cidadão registrar informações pessoais de saúde.

Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS

A assistência farmacêutica trata de um conjunto de ações voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e ao seu uso racional. Este conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

Lançada em 2011, a campanha “Saúde Não Tem Preço” passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da

rede do Programa Farmácia Popular. Até o final de 2012, cerca de 16,6 milhões de brasileiros foram beneficiados desde que foi instituída a gratuidade, considerando todas as doenças. Também passou a contemplar esse rol medicamentos gratuitos terapêuticos para o tratamento da asma. Desde o início da gratuidade dos medicamentos para asma, em junho de 2012, mais de 400 mil brasileiros foram beneficiados com medicamentos gratuitos.

A Rede de Farmácia Popular credenciou mais 4.901 farmácias e drogarias, totalizando 25.126 credenciadas até dezembro de 2012 em 3.730 municípios, que somadas a 560 unidades próprias, atendem 4,7 milhões de pessoas por mês pelo sistema de vendas Datasus do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Dentre as ações que envolvem o componente estratégico da assistência farmacêutica, foram disponibilizados medicamentos para tratamento de Aids (220 mil pacientes), Coagulopatias (17.350 pacientes), Controle do Tabagismo (389.897 pacientes), Tuberculose (72 mil pacientes), Hanseníase (43.847 pacientes) e outras doenças (Malária, Dengue, Doença de Chagas, Cólera, Leishmaniose, Esquistossomose, Influenza, Meningite, Tracoma, Lúpus, e Geohelmintíase) totalizando cerca de R$ 1,3 bilhão.

Em 2012, foi ampliado o elenco de medicamentos fitoterápicos disponibilizados pelo SUS. Houve a inclusão de quatro novos medicamentos desse tipo na lista de medicamentos do SUS e apoiados projetos utilizando a abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Plantas Medicinais e Fitoterápicas.

O sistema HORUS foi desenvolvido no âmbito da ação de assistência farmacêutica com a finalidade de dotar estados, DF e municípios de uma ferramenta de gestão para os componentes da assistência farmacêutica – básico, estratégico e especializado. Nesse contexto houve uma importante adesão das unidades federadas, sendo 1.690 municípios, 18 estados e 24 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Com fins de fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no SUS, foram empregados, no âmbito da função saúde, recursos voltados para a pesquisa e o desenvolvimento de produtos de interesse da saúde pública.

Para fomentar a pesquisa, dos 150 temas definidos por PESS – Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde, 92 foram contemplados em contratações ou em chamadas públicas realizadas em 2012, dentre elas destacam-se: i) Fontes de Financiamento em Saúde do Setor Público e Custo Operacional Global das Entidades Filantrópicas (R$ 1,2 milhão); ii) Pesquisa em Saúde Bucal (R$ 2 milhões); iii) Pesquisa Translacional em Terapia Celular (R$ 10 milhões); iv) Pesquisa Clínica (R$ 6 milhões); v) Avaliação de Tecnologias em Saúde (R$ 4,6 milhões) e vi) Pesquisa em Doenças Negligenciadas (R$ 18 milhões). No campo da Ética em Pesquisa, o processo de revisão da resolução nº 196/1996 foi concluído com a atualização do marco regulatório para pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

No processo de incorporação de novas tecnologias no SUS foram implementadas importantes inovações, dentre elas:

a) a oferta de tecnologias segundo protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; b) o prazo máximo de 270 dias corridos para que seja concluído o processo administrativo de incorporação, exclusão ou alteração de tecnologia; e c) a relevância de evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, do produto ou do procedimento objeto do processo de avaliação. Em 2012 foram incorporadas 28 tecnologias.

Para o fortalecimento da indústria nacional de medicamentos, insumos e equipamentos, o Programa para o Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde (Procis) aportou, em 2012, cerca de R$ 259 milhões em 64 projetos destinados à infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão e da mão de obra de 14 laboratórios oficiais produtores e sete Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs). No ano de 2012 foram introduzidas inovações decisivas no marco regulatório de compras governamentais direcionados para o Complexo da Saúde, com dois destaques: a) a regulamentação da utilização das margens de preferência aplicadas para medicamentos e (bio) fármacos e para equipamentos e produtos médicos, com escalonamento até o teto de 25%, segundo importância estratégica-tecnológica para saúde; e b) a dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e não aplicação do limite temporal de criação do órgão ou entidade que integre a administração pública e que produza produtos estratégicos para o SUS, conforme a Lei nº 12.715, de setembro de 2012.

As Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) permitem negociar reduções significativas e progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida. Essa estratégia alcançou a 55 PDPs formalizadas para a produção de 47 medicamentos acabados, 1 contraceptivo DIU, 1 kit para teste rápido, 1 um projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e 5 vacinas, abrangendo 21 grupos terapêuticos. Essas parcerias envolvem atualmente 50 parceiros, 15 laboratórios públicos e 35 privados, nacionais e estrangeiros, resultando na produção de oito novos medicamentos: Tenofovir (antirretroviral), Clozapina, Quetiapina e Olanzapina (antipsicóticos), Toxina Botulínica (relaxante muscular), Tacrolimo (imunossupressor) e Rivastigmina e Donepezila (doença de Alzheimer), que, somados às três vacinas, totalizam 10 produtos oriundos de PDPs, em condições de serem adquiridos para disponibilização pelo SUS. Estima-se que as PDPs incorporem economias significativas para o SUS de cerca de R$ 2,7 bilhões anuais, em média. Estima-se que quando todas as PDPs estiverem em operação, o País deixará de importar em torno de US$ 2,25 bilhões/ano.

Atuação internacional

Em 2012 os avanços alcançados pelo Brasil no controle da Tuberculose resultaram em carta de felicitação do Secretário Geral das Nações Unidas, encaminhada à Presidência da República.

O Brasil está desenvolvendo um dos maiores projetos de Cooperação Técnica Internacional em saúde no Haiti. O objetivo é o fortalecimento das capacidades institucionais

em todos os segmentos envolvidos. Essa cooperação está pautada na transferência de tecnologia com intercâmbio das experiências exitosas do SUS.

Destaca-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

Saúde Suplementar

A participação do setor privado em complementariedade da atuação pública para a garantia da saúde da população deve ser regulada e fiscalizada para assegurar o papel articulado do mercado na saúde suplementar com finalidade de gerar maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Resultados importantes foram obtidos em 2012 com relação à execução dos projetos estratégicos da Agenda Regulatória da ANS 2011/12, com 86% de sua conclusão. Essa agenda foi estruturada com base nos referenciais: modelo assistencial, informação para o cidadão, sustentabilidade do setor e integração com o SUS.
O modelo assistencial teve como principais resultados em 2012 o monitoramento das garantias de acesso, o monitoramento de risco assistencial, a divulgação do plano do cuidado do idoso, divulgação do mapa assistencial e da assistência farmacêutica.

Nesse âmbito, foi suspensa a comercialização de 225 planos de saúde de 28 operadoras, no quarto ciclo de monitoramento das garantias de acesso.

No quarto trimestre de 2012, foram feitas 13.600 reclamações pelos beneficiários de planos de saúde referentes ao não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos. Das 1.006 operadoras médico-hospitalares existentes, 241 receberam pelo menos uma queixa. Dessas, 38 encaixaram-se na maior faixa nos últimos dois períodos de avaliação, ou seja, com indicador de reclamações 75% acima da mediana, considerando o porte e o tipo de atenção prestada.

Em junho a atividade regulatória divulgou o Prontuário de Resultados e o Painel de Indicadores do Monitoramento Assistencial, referentes ao segundo ciclo de monitoramento. O resultado mostrou que 82,33% das operadoras médico-hospitalares apresentaram baixo risco assistencial (status verde); 5,27% apresentaram risco assistencial pré-moderado (status amarelo); 6,20% estavam na faixa de risco moderado (status laranja) e 6,20% na faixa de risco alto (status vermelho).

Com relação ao plano do cuidado do idoso, foi desenvolvido o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças e de Envelhecimento Ativo ao longo do curso da vida. Após 14 meses, em dezembro de 2012, foram registrados 844 programas, com a participação de 1,3 milhão de beneficiários. Os programas implementados pelas operadoras de planos de saúde a partir do incentivo governamental, além de estimular hábitos saudáveis, podem oferecer prêmios e descontos nas mensalidades dos planos.

A qualificação da saúde suplementar, em seu componente operadoras, é mensurada pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Quarenta por cento do valor do IDSS é dado pelo desempenho da operadora na Dimensão Atenção à Saúde; 20% na Econômico-financeira; 20% na Estrutura e Operação e 20% na Satisfação dos Beneficiários.

Do ponto de vista da fiscalização pró-ativa, o Programa Parceiros da Cidadania selecionou 12 operadoras para fiscalização em âmbito nacional, perfazendo um total de 39 operadoras previstas no Programa Olho Vivo desde 2010. Essas operadoras são responsáveis pela filiação de 50,1% dos beneficiários de planos de saúde. Com relação às metas regionais, o objetivo era alcançar 9,24% dos beneficiários no mesmo período, alcançando 6,5% ao final do ciclo.

Quanto à informação para o cidadão, os principais projetos realizados foram: atribuição do cartão nacional de saúde para 90% dos beneficiários ativos da saúde suplementar já univocamente identificados; execução da pesquisa de satisfação das operadoras de médio e grande porte e lançamento do Espaço da Qualidade.

O Cartão Nacional de Saúde (CNS) para os beneficiários ativos da saúde suplementar, já univocamente identificados, contou em 2012 com a conclusão da primeira etapa, gravando, em seu Cadastro de Beneficiários, os números de cartão dos beneficiários de planos de saúde. Serão disponibilizados arquivos para as operadoras desses planos, em que constarão os números do cartão.

Com relação à integração com o SUS, o aperfeiçoamento contínuo do processo de Ressarcimento ao SUS gerou R$ 110 milhões de inscrições em Dívida Ativa no ano de 2012. Até dezembro foram gerados R$ 41,6 milhões relativos às internações hospitalares. O total arrecadado nesse período foi de R$ 71,6 milhões.

Saneamento e Saúde Ambiental para a Promoção da Saúde e Redução das Desigualdades Sociais

Com finalidade de promoção da saúde e de redução das desigualdades regionais, foram implementadas pela Função Saúde ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, que tem em sua programação orçamentária a responsabilidade pela implantação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, drenagem de águas pluviais urbanas e melhorias sanitárias domiciliares em municípios com até 50.000 habitantes, bem como Saneamento Rural em todos os municípios brasileiros.

Com relação às ações de Saneamento Rural, desenvolvidas principalmente em comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, cabe informar que as mesmas constam do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC 2, tendo suas metas estabelecidas para 2012 voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria. Os principais resultados obtidos em 2012 podem ser resumidos nos seguintes quantitativos:

- Contratação de 13.647 cisternas para armazenamento de água de chuva
- Contratação de 123 sistemas de abastecimento de água em comunidades quilombolas;

- Contratação da elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água para 154 comunidades rurais do semiárido e 11 comunidades rurais fora do semiárido.
- Contratação de sistemas de abastecimento de água para 218 comunidades rurais; e
- Contratação de estudos geofísicos e de perfuração de poços para implantação de 122 sistemas simplificados a serem contratados em 2013.

Quanto às ações de saneamento urbano para municípios com população de até 50.000 habitantes, em 2012 foram obtidos os seguintes resultados:

- 36 municípios contratados para ações de resíduos sólidos urbanos;
- 10 cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis contratadas para ações de fortalecimento da implantação de reciclagem e coleta seletiva, que incluem deste a construção de unidade de triagem, equipagem e aquisição de caminhões coletores;
- 145 municípios contratados para ações de sistema de abastecimento de água, dos quais 36 fazem parte do Programa PAC Semiárido. Deste total 65 municípios já se encontram com obras em execução;
- 145 municípios contratados para ações de sistema de esgotamento sanitário, dos quais 89 municípios já se encontram com obras em execução.
- 68 municípios contratados para ações de esgotamento sanitário/solução estática, perfazendo 100% de contratação dos selecionados.

Após a realização de visitas técnicas aos municípios selecionados, o ano foi encerrado com as licitações em andamento (fase interna) para a contratação de 764 projetos de sistemas de esgotamento sanitário e 441 projetos de sistemas de abastecimento de água.

Nessa área foram os alcançados os seguintes resultados em 2012:

- 140 municípios atendidos com recursos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, sendo que a iniciação do processo seletivo em fevereiro de 2012 possibilitou que os proponentes tivessem tempo hábil para inscrição, correção e ajustes de propostas;
- 82 municípios receberam apoio na gestão e/ou estruturação da gestão dos serviços de saneamento;
- Formação de um Consórcio em processo de regulamentação no estado do Piauí, e mais 6 Consórcios apoiados nos estados do Espírito Santo (1), Minas Gerais (1), Paraná (2) e Santa Catarina (2). Ao todo foram atendidos 108 municípios. Além de diversos tipos de apoio técnico aos municípios brasileiros.

Na área da Saúde Ambiental foram obtidos os seguintes resultados:

- 618 municípios apoiados com capacitação, análises laboratoriais, assessorias, assistência técnica nas ações de Controle da Qualidade da Água, além de 9.672 amostras coletadas e 53.583 análises de amostras de água;
- 669 comunidades especiais apoiadas com capacitação, análises laboratoriais, assessorias, assistência técnica nas ações de Controle da Qualidade da Água, além de 2.944 amostras coletadas e 17.656 análises de amostras de água;
- 3.877 técnicos de estados/municípios capacitados em 66 cursos oferecidos de Controle da Qualidade da Água;
- Apoio a 8 municípios atingidos pela situação de desastres por enchentes no estado do Rio de Janeiro e 1 no estado do Acre;
- Aquisição de 7 unidades móveis de Apoio ao Controle da Qualidade da Água;
- Reforma e construção de 2 laboratórios de análises de água nos estados do Rio de Janeiro e Maranhão, respectivamente.

Na área de Educação em Saúde Ambiental, o principal resultado alcançado foi de 567 municípios apoiados com ações de Fomento à Educação em Saúde Ambiental, tendo contribuído para o alcance deste resultado:

- Apoio técnico às equipes municipais para o desenvolvimento de ações de Educação em Saúde Ambiental em comunidades especiais (quilombolas, assentamentos e reservas extrativistas); e
- Formulação de Plano de Melhoria para a Qualidade da Água de Consumo Humano das Cisternas do Semiárido, com ênfase na estratégia de capacitação de docentes, formadores, multiplicadores e Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

4.19. FUNÇÕES SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS DA CIDADANIA
4.19.1. Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça (MJ), com vistas em garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, elabora políticas e estratégias governamentais para uma atuação conjunta entre os diversos órgãos que o compõem, bem como a sociedade. Frente à ampla abrangência de suas competências organizacionais, foram devidamente definidos os seguintes programas temáticos para o PPA 2012-2015: Segurança Pública com Cidadania; Cidadania e Justiça; Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas; e Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Dentre os objetivos alcançados em 2012, destacam-se bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, sobretudo aqueles inseridos nas funções governamentais orçamentárias, segurança pública e direitos da cidadania que, por sua vez, concentram maior volume de recursos.

Função Segurança Pública

Atuando na prevenção e no controle da violência, ganham relevância na função de segurança pública ações das seguintes Unidades do Ministério da Justiça: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com a participação da Força Nacional de Segurança Pública; Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge); Departamento de Polícia Federal (DPF); Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); Departamento Penitenciário nacional (Depen); e Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). Observa-se, ao longo dos exercícios, uma execução orçamentária crescente na referida função, conforme quadro a seguir:

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA 2008/2012

R$ milhões

Função Segurança Pública		Subfunções		2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	181	Policiamento	826	346	458	471	778	2.880
		183	Informação e Inteligência	43	59	77	25	26	230
		421	Custódia e Reintegração Social	0	0	0	0	11	11
		422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	207	130	147	67	72	623
	Restos a Pagar Não-Processados[2]	181	Policiamento	155	182	244	236	278	1.094
		183	Informação e Inteligência	66	33	39	34	11	184
		421	Custódia e Reintegração Social	0	14	4	0	7	25
		422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0	75	90	161	37	363
OI[3]		Total Subfunções		1.298	839	1.061	994	1.220	5.411
TOTAL				**2.596**	**1.678**	**2.122**	**1.988**	**2.440**	**10.822**

[1]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores.

A função Segurança Pública possui subfunções que são classificadas como típicas e atípicas, sendo aquelas de: Policiamento; Defesa Civil; e Informação e Inteligência. Já as subfunções atípicas, consideradas relevantes ao Ministério da Justiça para exercício de 2012, são as de Cooperações Internacionais e de Custódia e Reintegração Social.

Analisando os valores empenhados de 2008 a 2012 na função Segurança Pública, especificamente em suas subfunções típicas, verifica-se que estes ocorrem majoritariamente na subfunção Policiamento, uma vez que o Ministério da Justiça, com suas políticas governamentais e estratégicas, visa reforçar, sedimentar, bem como aumentar sua eficiência na área de segurança pública.

Referente à subfunção Policiamento, o Departamento de Polícia Federal deflagrou, em 2012, 287 (duzentos e oitenta e sete) operações policiais, sendo presas 1.875 pessoas, além de executados 1.711 mandados de busca e apreensão.

Na área previdenciária, deflagraram-se 19 operações policiais em 2012, desarticulando quadrilhas que atuavam em todo o País e realizou-se captação em tal tema.

Com relação às ações de prevenção e repressão a crimes contra o meio-ambiente, deflagraram-se 46 operações policiais, alcançando-se os seguintes resultados: 163 prisões em flagrante, 240 mandados de prisão cumpridos, desmonte/destruição de 26 garimpos ilegais, além de 2 serrarias e 3 acampamentos de madeireiros. Os dados mencionados contemplam a Operação Arco de Fogo, que é executada pela Polícia Federal, em parceria com a Força Nacional de Segurança Pública e o Ibama, e tem como escopo combater o desmatamento na Amazônia Legal, nas regiões críticas conhecidas como “arco do desmatamento”.

Quanto ao tráfego migratório internacional nos aeroportos, portos e pontos de fronteira, realizaram-se 22.000.000 de registros, expediram-se quase 2.000.000 de passaportes no ano. Na área de segurança privada, cadastraram-se 2.105.531 vigilantes, 1.926 empresas de vigilância, 353 empresas de transporte de valores, entre outras ações.

A Polícia Federal também fiscalizou empresas de produtos químicos, arrecadando R$ 20.814.951,62, bem como totalizando 302.616 atendimentos a empresas e a profissionais ligados à área de controle de produtos químicos.

Na atividade de repressão e combate ao tráfico de drogas, apresenta-se as estatísticas de apreensão dos últimos 3 (três) anos:

APREENSÃO DE DROGAS EM 2010, 2011 E 2012

Drogas/ ano	Cocaína (cloridrato, crack e pasta base) - (kg)	Maconha (kg)	Haxixe (kg)	Ecstasy (comp.)	Mudas de maconha (UN)	Pés de maconha (UN)
2010	27.074,21	155.071,91	143,42	2.740	1.074.416	1.776.256
2011	24.154,70	174.224,38	250,56	259.092	614.708	1.335.607
2012	19.646,17	111.233,05	200,81	322.898	735.989	616.133

Fonte: CGPRE/DICOR/DPF

Particularmente, quanto à Operação Sentinela, no período de 2010 a 2012, destaquem-se os seguintes números: instaurados 3.252 inquéritos policiais; lavrados 3.715 Autos de Prisão em Flagrante, sendo cumpridos 2.059 Mandados de Prisão e 861 Mandados de Busca e Apreensão. Ademais, logrou-se apreender 310.490 kg de maconha, 36.932 kg de cocaína e 1.752 armas de fogo, além de munições e diversos objetos produtos de contrabando.

O ano de 2012 contou também com um importante marco no combate à corrupção e ao desvio de verbas públicas pela PF: a criação do Serviço de Repressão a Desvio de Recursos Públicos – SRDP, que causam a perda de 5% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro anualmente, segundo dados da FGV. O SRDP obteve os seguintes resultados: capacitação de 440 Policiais Federais, deflagração de 21 operações policiais que apuraram desvios de recursos públicos da ordem de R$ 602.313.525,09, cumprimento de 132 mandados de prisão, 81 de condução coercitiva e 385 de busca e apreensão, além do bloqueio de R$ 25.574.837,58 em bens obtidos às custas do dinheiro desviado dos cofres públicos.

Com relação às ações de prevenção a acidentes, destaque-se a realização dos Comandos de Saúde, onde 9.202 condutores foram submetidos a avaliações para as seguintes verificações: doenças pré-existentes, utilização de medicamentos impróprios, envolvimento em acidentes, etilismo, tabagismo, pressão arterial, peso, altura, glicemia, colesterol, triglicérides, acuidade visual e auditiva, campo visual, distinção de cores, força manual, ofuscamento, visão estereoscópica, índice de massa corpórea, gordura corporal, sonolência, circunferência abdominal e cervical.

RESULTADOS ACIDENTES

Acidentes p/ 1.000.000 de veículos (frota out. 2011 / out. 2012)	Janeiro a Outubro		
Ocorrência	**2011**	**2012**	**%2011 2012**
Acidentes sem vítimas	1.429	1.241	-13,1%
Acidentes com feridos	779	698	-10,5%
Acidentes com mortos	86	76	-11,5%
Total de acidentes	2.294	2.015	-12,1%
Pessoas socorridas	108	100	-7,7%
Feridos	1.272	1.139	-10,4%
Mortos	103	94	-9,3%
TOTAL DE VÍTIMAS	**1.375**	**1.233**	**-10,3%**

Fonte: CGO/DPRF

Frente à atuação no Programa Temático “Crack: É Possível Vencer”, a Senasp realizou cursos de capacitação para profissionais de segurança pública, objetivando proporcionar um território seguro no sentido de atender às reais necessidades da população, em especial dos usuários de drogas e suas famílias.

A Senasp também organizou e coordenou cinco reuniões de monitoramento do programa e oficinas de alinhamento conceitual nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas, Acre e Santa Catarina, com participação de aproximadamente 600 pessoas. O Programa ‘Crack, é possível vencer’ também foi apresentado a órgãos colegiados e de controle do Governo Federal, tais como o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência (Conade) e Controladoria Geral da União (CGU).

Em 2012, foi aprovada a lei 12.681 que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), projeto prioritário da Senasp. A finalidade do Sistema é armazenar, tratar e integrar dados e informações em âmbito nacional para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública, sistema prisional, execução penal e enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O novo sistema, além de ampliar o escopo de informações disponíveis, possibilitando planejamentos mais complexos e o cruzamento de dados, diversos outros aprimoramentos serão implementados, tais como alimentação automatizada, maior qualidade dos dados e periodicidade fixa no envio das informações. Para tanto, o projeto envolve integração entre os entes federados e definições metodológicas para padronização dos registros entre as diferentes instituições, além de definições de tecnologia da informação.

No Plano Estratégico de Fronteiras, duas grandes ações operacionais foram desenvolvidas: Operação Sentinela e Operação Ágata. Ambas ocorrem nos pontos identificados como mais vulneráveis, dentre os quais as tríplices fronteiras, as cidades “gêmeas” e as rodovias federais e estaduais. Também foi elaborado um projeto de capacitação e bem como a doutrina de atuação no âmbito da Enafron. No total, foram investidos R$ 2.231.726,68 para a capacitação de 510 profissionais de segurança pública.

Por meio da Estratégia Nacional de Fronteiras (Enafron), também projeto prioritário do Ministério da Justiça, foram realizados em 2012: 11 convênios para aparelhamento de 387 Unidades Operacionais; definição de critérios técnicos e celebração de convênios para início da implantação de Sistema de Radiocomunicação Digital na Fronteira; Plano

de Indicadores pactuado com estados fronteiriços; 12 Cursos de Capacitação e 510 profissionais de segurança pública capacitados; foram iniciadas pesquisas; e 16 encontros técnicos nos estados de fronteira.

O programa Brasil Mais Seguro permeia os seguintes eixos centrais: enfrentamento a impunidade; aumento da sensação de segurança; controle de armas e combate a grupos de extermínio e organizações criminosas.

Em 2012 o programa teve sua experiência piloto lançado em Alagoas. A Senasp investiu R$ 38.588.753,00 para compra de equipamentos, como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico e maletas para vestígios papilares. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional. O programa prevê ainda a implantação de bases móveis e cursos de capacitação para policiais civis que irão atuar na investigação de homicídios e policiais militares que fazem o patrulhamento ostensivo. No âmbito do Poder Judiciário, foi criada a Câmara de Monitoramento de Processos.

No Distrito Federal, o Governo Federal realizou uma série de reuniões temáticas (saúde, educação, segurança pública, entre outros), com objetivo de implementar políticas públicas prioritárias. O valor empenhado é de R$ 14.498.601,62.

Ainda em 2012, foi realizado na capital paraibana, o III Colóquio do Programa Brasil Mais Seguro. Houve a assinatura da Carta da Paraíba, que apresentou as diretrizes do programa a ser implementado no estado, com a formulação de uma matriz de responsabilidades, na qual participaram gestores e profissionais de segurança pública do Estado e do Governo Federal.

Lançado em dezembro de 2011, o programa 'Crack, é possível vencer' tem como finalidade prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas e organizações criminosas e promover. A iniciativa prevê o aumento da oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e seus familiares, a redução da oferta de drogas, capacitação e ações de educação e informação. No âmbito da segurança pública, tem como finalidade a redução da oferta de drogas ilícitas no Brasil, tanto em âmbito nacional como local. Em âmbito local, fomenta-se a estratégia da polícia ostensiva de proximidade como forma de aprimorar o relacionamento entre a comunidade e os órgãos de segurança pública e criar espaços seguros nas cidades.

A Senasp promoveu 15 reuniões de pactuação com estados, Distrito Federal e capitais, das quais 14 resultaram com a assinatura do termo de adesão (Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina, Acre, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Ceará, São Paulo e Distrito Federal).

Para as ações de capacitação dos profissionais de segurança pública, a Senasp investiu R$ 1.954.822,00. Foram elaborados documentos para institucionalização dos cursos, elaborado material didático e capacitados 735 profissionais de segurança pública. Foram qualificados ainda 504 novos instrutores do Proerd. Para a aquisição de equipamentos voltados ao policiamento de proximidade, foram investidos R$ 51.101.335,00. A Senasp aguarda o resultado de pregão de videomonitoramento fixo para empenhar outros R$ 22 milhões.

A Campanha Nacional do Desarmamento organizada anualmente pelo Ministério da Justiça permitiu o recolhimento de 614.959 armas entre os anos de 2004 a 2012 e estimulou os estados a cadastrarem postos de entrega, que já somam 2.105 em todo o País. Em 2012, o valor das indenizações foi elevado para entre R$ 150,00 e 450,00.

A Senasp desenvolveu ainda diversas ações, dentre outras, nas seguintes áreas: ações para a população em situação de rua, projetos Mulheres da Paz e Protejo, Juventude Viva, política de gênero, apoio à gestão municipal, policiamento comunitário, capacitação e valorização dos profissionais, produção de conhecimento e fortalecimento da perícia.

Já na subfunção típica Informação e Inteligência, no que concerne à Polícia Federal, criaram-se as Adidâncias da Venezuela e Espanha. Procedeu-se à prisão de 60 pessoas procuradas pela Interpol; foram feitas 5 extradições ativas e 14 passivas; e concluídos 20 processos de ajuda humanitária.

Na área de Tecnologia da Informação, vários sistemas foram desenvolvidos em 2012 para serem implantados em 2013, tais como o SIS - Sistema de Interceptação de Sinais telefônicos e telemáticos, GED – Gestão Eletrônica de Documentos e SisEDS - Sistema de Emissão de Documentos de Segurança (infraestrutura única para a emissão dos diversos documentos identificação de atribuição da PF), dentre outros.

A Polícia Federal recebeu o segundo avião do Sistema de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT), entretanto, fez-se necessária a readequação e reestruturação do sistema, reavaliando o projeto e considerando a necessidade de investimentos em estrutura física e de recursos humanos.

No âmbito da perícia criminal, algumas ações merecem destaque: iniciada a construção do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses; aperfeiçoamento do Sistema de Movimentação e Transmissão de Dados Bancários – Simba; apoio técnico-científico nas tentativas de busca de desaparecidos políticos, através da participação em exames periciais. A respeito da produção da área de Criminalística como um todo, bem como das áreas de perícia e das unidades da Criminalística de maneira geral, registre-se que em 2012 confeccionaram-se 41.994 laudos, restando 7.574 pendências, alcançando-se uma produtividade de 96% em relação aos exames requisitados.

Ainda inserida na subfunção Informação e Inteligência, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - Sesge investiu em 2012 aproximadamente R$ 460 milhões em modernização de tecnologias e equipamentos, pretendendo inovar na maneira como se previne e se combate o crime no Brasil, visando a segurança nos grandes eventos.

Destaque especial se faz ao Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, onde foram investidos R$ 270.217.247,80, totalizando quase 60% do valor executado pela Secretaria em 2012. O SICC compreende um conjunto de centros para gestão integrada de operações e resposta a incidentes de segurança pública e adquiriram partes dos equipamentos em 2012. A

composição de todo o sistema será denominada SICCSGE - Sistema Integrado de Comando e Controle para Segurança dos Grandes Eventos, dessa forma para a implementação da solução integrada dos SICC foram adquiridas 23 Centros Integrados de Comando e Controle, 10 Soluções de Salas-Cofre, além de 12 Imageadores Aerotransportados e o Firewall.

Ressalte-se que as inovações não se resumem à aquisição de equipamentos, mas também às modernizações pretendidas, principalmente, quanto ao modo de atuar das instituições. A partir dos grandes eventos, as forças de segurança pública e de defesa civil passam a utilizar o conceito de protocolos integrados de atuação.

Em 2012, a Sesge também participou de reuniões, planejamentos e construção de conhecimento voltado à segurança de grandes eventos e foram executadas tratativas operacionais para o credenciamento dos eventos relacionados à Copa das Confederações 2013.

Já a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), na subfunção Informação e Inteligência, estabeleceu para o PPA 2012-2015 a seguinte meta: 100% de estados federados e Distrito Federal equipados com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação. Dessa forma, destaca-se que o indicador para aferição de tal expansão dos Laboratórios já possui percentual de alcance de 37%, atendendo 10 Estados da Federação, e com a assinatura mais 9 acordos de cooperação com outros estados. Importante mencionar a aprovação da Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012, para tornar mais eficiente à persecução penal nos crimes de lavagem de dinheiro, e a capacitação de 1.738 agentes nos estados de PR, RS, TO, PE, AP, CE, GO, MG, AC, MT, SP, MS e DF, pelo Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD).

Ainda na função Segurança Pública, pode-se destacar atuação do Ministério da Justiça nas subfunções atípicas de cooperação internacional e custódia e reintegração social. No exercício de 2012, a Secretaria Nacional de Justiça também atuou na articulação do II Plano Nacional de enfretamento ao tráfico de pessoas, no aprimoramento de sua interlocução com o tema dos migrantes, na expansão da cooperação jurídica internacional, no desenvolvimento do tema das parcerias com entidades sociais e na divulgação da política de classificação indicativa. Definido no PPA 2012-2015, o indicador "percentual de estados federados e Distrito Federal com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante", obteve-se o resultado de 22%, onde 6 unidades da federação já possuem Núcleo e Posto simultaneamente.

Já na subfunção atípica de custódia e reintegração social, por meio de ações realizadas pelo Departamento Penitenciário Nacional, o ano de 2012 destaca-se pela consolidação e ampliação do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, lançado em novembro de 2011. Este consolidou diretrizes com foco não apenas em construir novas vagas, mas também na reintegração social, capacitação profissional e questões de gênero, além de ações relacionadas às alternativas penais, estudos preparatórios sobre: monitoramento eletrônico, parcerias público-privadas e a solução de acompanhamento da execução de penas. Destaca-se ainda pelo fortalecimento do Sistema Penitenciário Federal.

Quanto às vagas no sistema prisional, sua apuração se dá por meio do indicador "déficit de vagas", definido no PPA 2012/2015, sendo sua meta estipulada para alcance até dezembro de 2014 a redução do déficit na ordem de 238 mil vagas. Até junho de 2012, o déficit apurado foi de 240.503 vagas necessárias. Cabe destacar que a polaridade de tal indicador é negativa.

Em relação à capacitação em serviços penais e pesquisa foram realizados investimentos superiores à R$ 3,6 milhões de reais para: realizar a 1ª Pós-Graduação em Gestão em Saúde Prisional para 400 pessoas; instituir do Observatório Nacional do Sistema Prisional – ONASP; ofertar cursos em EaD; Implantar 05 Escolas Estaduais de Gestão Prisional, equipar 06 Escolas de Gestão e instituir a Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN (que atuará na capacitação inicial e continuada dos servidores federais e estaduais e também em apoio às Escolas Estaduais, e fomentará a pesquisa e a produção científica);

Na área de engenharia e arquitetura, no escopo do Programa Nacional, em 2012, foram entregues 3.296 vagas e realizado um investimento de R$ 361.911.600,00 na contratação de 16.631 novas vagas nos sistemas prisionais estaduais. Foram ainda elaborados, pela equipe do Depen, 6 projetos-referência de cadeias públicas para doação às unidades da federação, com objetivo de dar mais celeridade e qualidade ao processo de aprovação e aos projetos.

Quanto à questão de gênero, estabeleceu-se, em 2012, o Projeto "Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal" para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte de gênero, entre outros.

Quanto à consolidação do Sistema Penitenciário Federal, encerrou-se 2012, com a custódia de 434 presos de alta periculosidade. Realizaram-se 338 escoltas que envolveram inclusão, transferência, devolução e escolta para audiências de internos do sistema. Ampliou-se para 163, o número de audiências realizadas por meio de videoconferências judiciais. O Depen em parceria com a DPU viabilizou 749 visitas virtuais, beneficiando familiares de internos que não possuem condições econômicas para realização de visitas presenciais. Propiciou-se para 202 presos a educação profissionalizante (incluindo cursos transversais do Senai + Proeja-FIC cursos profissionalizantes ministrados em conjunto com educação formal) entre outros.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS
FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

R$ milhões

DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos	Valores Inscritos em RP não Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)						
SEGURANÇA PÚBLICA	**3.667,56**	**3.973,39**	**2.100,45**	**1.060,18**	**1.056,31**	**1.040,27**
* Segurança Pública nas Rodovias Federais	0,00	23,00	12,15	11,91	11,91	0,24
** Modernização da Polícia Federal	0,00	4,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública com Cidadania	3.667,56	3.920,89	2.070,41	1.030,79	1.026,91	1.039,62
PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO (II)	**4.724,26**	**4.793,70**	**4.678,90**	**4.536,45**	**4.532,48**	**142,44**
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	4.724,26	4.793,70	4.678,90	4.536,45	4.532,48	142,44
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**8.391,82**	**8.767,08**	**6.779,35**	**5.596,64**	**5.588,79**	**1.182,71**

* Trata-se de Crédito Especial referente à "Rio+20" da Polícia Rodoviária Federal, aberto pela Lei nº 12.558 de 15 de dezembro de 2011, que foi reaberto em 2012 pelo Decreto de 18 de janeiro de 2012 da Presidência da República, e manteve o programa de 2011, embora não estivesse contido no PPA.
** Trata-se de Crédito Especial do Funapol (reabertura de crédito especial-Construção do Anexo da Superintendência Regional da PF no Rio de Janeiro) aberto Lei nº 12.536, de 8 de dezembro de 2011, que foi reaberto em 2012 pelo Decreto de 14 de fevereiro de 2012 da Presidência da República, e manteve o programa de 2011, embora não estivesse contido no PPA.

Função Direitos da Cidadania

O Ministério da Justiça busca, por meio de ações conjuntas do poder público e da sociedade, promover e construir direitos e políticas de justiça voltadas à garantia e ao desenvolvimento do Estado de Direito, da Democracia e da Cidadania. A fim de auxiliar na democratização e modernização do acesso à justiça e ao sistema de garantias de direitos, fortalecer a cidadania e os direitos no âmbito das relações econômicas e sociais e proteger e promover o direito dos povos indígenas ganhou destaque na função Direitos da Cidadania as seguintes Unidades do Ministério da Justiça: Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (Senad); Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon); Secretaria Nacional de Justiça (SNJ); Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ); Comissão de Anistia; Arquivo Nacional; Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Industrial (CNCP); Defensoria Pública da União (DPU); Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL); e, Fundação Nacional do Índio (Funai).

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO DIREITO DA CIDADANIA 2008/2012

R$ milhões

Função Direitos da Cidadania		Subfunções		2008	2009	2010	2011	2012	Total
		421	Custódia e Reintegração Social	18	17	27	27	21	110
	No Exercício[1]	422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	11	9	47	27	20	113
		423	Assistência aos Povos Indígenas	32	46	38	36	34	185
		421	Custódia e Reintegração Social	63	201	99	299	49	711
	Restos a Pagar Não-Processados[2]	422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1	4	4	10	13	33
		423	Assistência aos Povos Indigenas	13	15	15	19	17	80
OI[3]		Total Subfunções		139	296	231	419	161	1.246
TOTAL				**277**	**588**	**461**	**837**	**315**	**2.478**

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores.

Na referida função Direitos da Cidadania, enquadram-se as seguintes subfunções para o exercício de 2012: típicas (Direitos Individuais, Coletivos e Difusos e Assistência aos Povos Indígenas).

Sob a subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), está inserida no Programa 'Crack, é possível vencer', com a finalidade de prevenir o uso de substâncias ilícitas e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas e organizações criminosas. Tal programa possui três eixos de atuação: prevenção, autoridade e cuidado. Os dois primeiros eixos estão a cargo do Ministério da Justiça - MJ. O último eixo está sob a responsabilidade dos Ministérios da Saúde - MS e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Com o apoio da Senad, encontra-se, dentre outras ações, a implantação em instituições de ensino superior públicas do País, Centros Regionais de Referência - CRR, que objetivam qualificar profissionais de saúde, de assistência

social, de segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que atuam com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Além dos novos Centros, há 40 CRRs em funcionamento no País, oferecendo mais 12 mil vagas para formação de diferentes profissionais, além de promover o fortalecimento das estratégias de articulação da rede de atenção aos usuários de crack e outras drogas, totalizando um investimento aproximado de R$ 13 milhões.

Ainda referente à subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) busca assegurar e expandir os direitos dos migrantes, a partir da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

Nesse âmbito, destaca-se em 2012 a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça, por meio da qual se lançou o Sistema Nacional de Cadastro de Presos Estrangeiros, desenvolvido pelo CNJ e hospedado no site do Ministério da Justiça, que mapeará ao longo de 2013 os presos estrangeiros no Brasil e balizará com efetividade a implementação de políticas públicas em relação a estes.

A SNJ também buscou intensificar a cooperação internacional por meio da ampliação do número de acordos e/ou tratados envolvendo o Brasil, bem como a efetivação de pedidos de cooperação jurídica e intensificação do relacionamento com organismos internacionais, contribuindo para a efetividade da justiça dos países signatários. Nesse escopo, foram realizadas 49 negociações, entre presenciais e troca de notas. Também em 2012, parcerias com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) foram firmadas.

A Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), também com atuação na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, implantou a primeira Casa de Direitos, que prestará serviços de mediação comunitária, educação em direitos e atendimento da previdência, na Cidade de Deus, Rio de Janeiro, sendo a inauguração do equipamento programada para janeiro de 2013. Pretende-se adequar o modelo utilizado para reprodução em nível nacional.

O apoio a equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça tem o foco em disponibilizar às mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, espaços públicos especializados de atendimento. Neste contexto, a SRJ investiu até 2012 o montante de R$ 34.610.404,80 na implementação/estruturação de 112 unidades especializadas de atendimento à mulher, sendo 50 Juizados, 23 Núcleos Especializados da Defensoria Pública, 35 Promotorias ou Núcleos do Ministério Público, 1 Delegacia de Atendimento à Mulher, 1 Centro de Referência e 1 Casa Abrigo. Estão em andamento 19 convênios para a realização das atividades previstas.

Para promover formas alternativas de prevenção e solução de conflitos, foi criada em 2012 a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos.

Já referente à atuação da Comissão de Anistia em contribuir com a implementação de políticas públicas de promoção da Justiça de Transição: reparação, memória e verdade, foram apreciados mais de 1825 requerimentos de anistia, com autuação de aproximadamente 1.472 novos requerimentos de anistia e início do processo de digitalização do acervo da Comissão de Anistia. Essas ações contribuem com a realização das metas de digitalização de 100% do acervo da Comissão e de julgamento de 10.000 requerimentos de anistia, previstas no PPA 2012-2015.

Foram realizadas 13 Caravanas da Anistia com sessões públicas de julgamento nos locais onde ocorreram as perseguições, atividade em sintonia com a meta de realização de 20 Caravanas constante do PPA em vigência.

Ainda na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) assinou o Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, em maio de 2012, como parte do plano de internacionalização e continuidade do Projeto Pensando o Direito na Administração Pública Federal, sendo repassados R$ 1.000.000,00 ao Ipea. Em decorrência de tal parceria, pretende-se realizar o lançamento de Chamadas Públicas com previsão de financiamento de outras 6 pesquisas focadas na Reforma do Sistema Penal; além da realização e divulgação da atuação da SAL em encontros, palestras, congressos e intercâmbios.

Com relação aos avanços diretos para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, o ano de 2012 foi marcado por importantes avanços legislativos nas áreas de atuação do Ministério da Justiça. Como resultado, foram aprovadas normas para a concretização de direitos e garantias fundamentais e para a modernização do sistema penal. Dentre elas se destacam as Leis ordinárias sancionadas, a exemplo da Lei 12.403/2011 – Lei das Cautelares – alterou dispositivos do Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares.

Também na função Direitos da Cidadania, no âmbito da subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a atuação do Ministério da Justiça buscou o fortalecimento da defesa da concorrência e dos direitos do consumidor por meio das ações desenvolvidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

A partir do redesenho do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, em decorrência da publicação da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, tornou-se necessário proceder à reestruturação administrativa e organizacional do Cade, com a revisão de seu arcabouço normativo interno, o que foi concluído com a publicação do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012, que aprovou a nova estrutura regimental, e da Resolução nº 1, de 29 de maio de 2012, que aprovou o seu Regimento Interno.

Já a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon foi criada em 2012 e passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo. Dentre suas ações, destacam-se aquelas voltadas à proteção da saúde e segurança do consumidor, a repressão às práticas infrativas, o aperfeiçoamento das políticas regulatórias, e as ações de coordenação e integração do SNDC, por meio do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor –

SINDEC, e das atividades da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.
Em relação ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, cumpre salientar que o sistema está implantado em 25 Procons Estaduais, integrando 274 cidades brasileiras, compondo uma base de mais de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) registros. Além disso, o SINDEC está sendo utilizado pelo Governo do Uruguai, por meio de acordo de cooperação com transferência de conhecimento e tecnologia em direito do consumidor, no âmbito do Mercosul.

O CADE utilizou dois indicadores para avaliação dos resultados de sua atuação governamental: quantidade de processos administrativos referentes a condutas anticompetitivas julgados e tempo médio de tramitação de atos de concentração (AC's). Em 2011, o número de processos administrativos julgados foi de 66 e o tempo médio de tramitação de atos de concentração foi de 44 dias. Em 2012, o CADE julgou 69 processos administrativos e o tempo médio de tramitação de atos de concentração foi de 22 dias, redução que decorre da alteração do marco legal de defesa da concorrência.

Também inserido na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, o CNCP, no ano de 2012, procurou estreitar e ampliar parcerias com outros órgãos governamentais das demais esferas de governo com a assinatura de acordos de cooperação técnica e operacional, sem repasse de recurso, visando à implantação e desenvolvimento do projeto "Cidade Livre de Pirataria" com as cidades de Osasco, Rio de Janeiro, Vitória, bem como a renovação dos instrumentos já firmados com as cidades de Curitiba e Brasília. Foram realizados, ainda, cursos de capacitação no Rio de Janeiro para 580 guardas municipais, policiais civis e agentes; em Osasco para 400 policiais civis, militares, oficiais e agentes; e em Cuiabá e Várzea Grande para 78 agentes. A fim de promover o intercâmbio de ideias que pudessem enriquecer a estratégia brasileira no combate à pirataria, representantes do CNCP participaram de diversos eventos nacionais, como o "Tour de Proteção às Marcas na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014"; o "Diálogo Informal Brasil – Comunidade Européia sobre propriedade intelectual", no MRE; entre outros.

No que concerne a Defensoria Pública da União (DPU), com aferição do seu indicador "cidadão assistido com prestação jurídica gratuita", esta prestou tal assistência a 565.094 cidadãos, número 17,59% maior do que o aferido em 2011. Além disso, realizaram-se 14 edições do Projeto DPU Itinerante, que atende os cidadãos em situação de vulnerabilidade social nas localidades mais remotas do interior do País. Além disso, a partir do indicador "aumentar a cada ano, em média, 25% das unidades da DPU do total de 200 unidades almejadas até 2015", em 2012 houve aumento de 7,54%, com a criação de 789 cargos de defensor público federal. Em dezembro de 2012 foi um grande marco no sentido de dar condições à continuidade do Plano de Interiorização da DPU. O avanço do Plano (e da meta), no entanto, ainda demanda a adequação do quantitativo de servidores e a estruturação da carreira de apoio à atividade jurídica.

Já com relação a subfunção Assistência aos Povos Indígenas, a atuação do Ministério da Justiça é concentrada na Fundação Nacional do Índio (Funai).

Frente à execução dos procedimentos de regularização fundiária indígena resultaram em estudos novos e complementares de natureza antropológica com vistas à identificação, à delimitação e à caracterização da ocupação indígena de 31 terras indígenas; reconhecimento da posse permanente de grupos indígenas; homologação de demarcações realizadas em 07 terras indígenas; reconhecimento da ocupação tradicional indígena, com a publicação de resumos de relatórios circunstanciados de 13 terras indígenas, nas regiões norte, sudeste, nordeste e centro-oeste.

Frente ao indicador definido no PPA "número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios", em 2012, cerca de 10 terras indígenas foram trabalhadas, contudo, não se alcançou a efetiva extrusão dos não indígenas em decorrência de fatores externos, tais como: resistência de invasores não indígenas em sair das terras indígenas, a judicialização dos processos de regularização fundiária, contingenciamento de recursos e reduzido número de servidores especializados no processo de regularização fundiária.

As populações isoladas e de recente contato foram beneficiadas com ações de interdição com a expedição de 03 portarias de restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, região norte; foram estruturadas 6 frentes de proteção etnoambiental e monitoradas 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas.

Houve ainda a aquisição de terras para 03 comunidades indígenas das etnias Kaingang, Pataxó e Xukuru-Kariri, nas regiões sul e sudeste, que não contam com a salvaguarda da Constituição Federal de 1988 de ocupação tradicional. Ainda em 2012, foram concluídas ações de demarcação e aviventação de limites de 30 terras indígenas. Dentre essas, destaca-se as emblemáticas Terras Indígenas Cachoeira Seca e Kayabi, situadas nos estados do Pará e Mato Grosso.

Foram concluídos e registrados na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os processos de regularização fundiária de terras indígenas com destaque para a Terra Indígena Yanomami-AM/RR.

Ao longo de 2012, houve procedimentos de extrusão de não-índios que ocupavam 08 terras indígenas, nas regiões norte, sul, sudeste e nordeste, com destaque para o pagamento de benfeitorias de não-índios na Terra Indígena Apyterewa. Também foram realizadas 43 ações de fiscalização e monitoramento de terras indígenas com vistas à retirada de invasores e controle de ilícitos. Com vistas à formação de brigadas para combate e prevenção de incêndios nas terras indígenas Kadiwéu, Pirakuá – MS, Marãiwatsede – MT, Inawêbohoná – TO, foram realizados 4 cursos de capacitação de indígenas.

As ações de Promoção ao Etnodesenvolvimento contemplaram a totalidade de 116.000 indígenas e apoiaram o fomento às atividades produtivas sustentáveis, as práticas e saberes tradicionais relacionados à produção de alimentos e ao extrativismo, a estruturação de cadeias de valor e a realização de capacitações, intercâmbios e diagnósticos participativos.

Foram efetivamente implantados os Planos de Gestão Timbira e Oiapoque e encontra-se em curso a implementação de Centros de Formação Indígena nas Regiões Sul/Sudeste e no estado do Mato Grosso do Sul.

No âmbito de Licenciamento Ambiental, cerca de 615 processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram trabalhados, objetivando garantir a proteção e a promoção de direitos dos povos indígenas, na área de geração e transmissão de energia, na área de transportes e no monitoramento dos Programas de Compensação e Mitigação ambientais.

Já o Arquivo Nacional atuou, no âmbito da Gestão de Documentos Federais, prestando orientação técnica a 144 órgãos e entidades da Administração Pública Federal no que diz respeito à elaboração e análise para aprovação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, à análise para aprovação de listagens de eliminação de documentos, ao acompanhamento dos trabalhos e à atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e ao tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgãos e entidades extintos.

Destacamos a preparação, juntamente com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/Departamento de Governo Eletrônico (e-gov), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de padrões para a Estruturação de Informações de Protocolo para a Sociedade (Protocolo Integrado), que culminará com a absorção de todas as competências relativas às atividades de protocolo e arquivo pelo Sistema de Gestão de Documentos - SIGA, da administração pública federal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012 - FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA

R$ milhões

COD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos	Valores Inscritos em RP não Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)							
DIREITOS DA CIDADANIA		**670,55**	**1.176,54**	**595,55**	**85,75**	**85,09**	**509,80**
0698	* Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça	0,00	14,63	14,63	0,00	0,00	14,63
2020	Cidadania e Justiça	47,92	52,01	35,51	17,80	17,79	17,71
2060	Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas	176,70	314,28	69,53	7,44	6,84	62,09
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	99,16	94,01	63,65	38,15	38,15	25,49
2070	Segurança Pública com Cidadania	346,78	701,61	412,23	22,35	22,31	389,87
PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO (II)		**402,14**	**453,78**	**421,17**	**395,34**	**395,12**	**25,83**
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	402,14	453,78	421,17	395,34	395,12	25,83
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**1.072,70**	**1.630,32**	**1.016,72**	**481,09**	**480,21**	**535,62**

* Trata-se de crédito especial aberto pela Lei nº 12.567, de 26 de Dezembro de 2011, referente ao pagamento de Indenização à União Nacional dos Estudantes - UNE pela destruição de sua sede no Município do Rio de Janeiro, reaberto pelo decreto de 14 de fevereiro de 2012 da Presidência da República, e manteve o programa de 2011, embora não estivesse contido no PPA.

4.19.2. Presidência da República

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Programa: 2062 - Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes

Em 2012, a SDH realizou parcerias com os Estados-sede da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações de 2013, visando à expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PAIR) no contexto de grandes eventos.

Ainda, os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas foram incluídos como público prioritário para a oferta de cursos no âmbito da bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), fortalecendo as políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes. Além disso, foi sancionada, em 18 de janeiro de 2012, a Lei n° 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) em todo o território nacional e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, o que cumpre o objetivo 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos, constante do PPA 2012-2015.

No ano de 2012, atingiu-se o número de 5.534 municípios com Conselhos Tutelares, de um total de 5.563, o que representa o cumprimento de 99,47% da meta prevista no objetivo 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas defuncionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade, constante do PPA, referente à universalização dos citados Conselhos. Merece destaque, também, a sanção da Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha. Acerca das Escolas de Conselho, elas estão presentes em 15 Estados e, em 2012, tiveram cerca de 7.500 alunos.

Em relação à cooperação jurídica internacional nas áreas de adoção internacional, sequestro internacional de crianças e restituição internacional de menores, foi instituído um Grupo Permanente de Trabalho para revisar a proposta de projeto de lei que visa regulamentar o tema da subtração internacional de crianças. Além do acompanhamento de cerca de 400 casos de adoção internacional processados pelas Justiças Estaduais, a Autoridade Central Administrativa Federal/SDH realizou amplo trabalho de revisão e atualização de estatísticas sobre adoções internacionais de crianças brasileiras.

No tocante ao Sistema de Informações para Infância e Adolescência (Sipia), foram organizadas seis oficinas regionais e a edição anual da oficina de treinamento de pontos focais estaduais do Sipia, garantindo a capacidade de implantação do projeto em 15 Estados.

Atualmente, o Sipia Módulo Conselhos Tutelares está em operação em 86 dos 273 Municípios com mais de 100 mil habitantes, o que representa 31,5% da meta prevista no PPA 2012-2015.

Programa: 2063 – Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

No âmbito do Plano Nacional “Viver sem Limites”, foi inaugurado, em 2012, a unidade do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Treinamento de Cães-Guia, em Camboriú/SC.

Importante destacar também o estabelecimento da obrigatoriedade de disponibilizar legendas ocultas na programação televisiva, ampliando a acessibilidade na TV, favorecendo a legendagem de programas de grande audiência, também em relação ao objetivo 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência, constante do PPA.

Realizou-se, em consonância com o objetivo 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência, a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre 3 e 6 de dezembro, com o tema “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: Novas Perspectivas e Desafios”. O evento contou com cerca de 2.000 participantes, sendo 886 delegados, dos 26 Estados brasileiros e do DF. Cerca de 10.300 representantes da sociedade civil e do governo participaram das etapas municipais e estaduais.

Na ocasião, foi lançado o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres e seu Comitê Gestor Nacional, cujo objetivo é reduzir a vulnerabilidade desses segmentos e orientar agentes estatais, sociedade civil, setor privado e agências de cooperação internacional para que atuem em situação de riscos e desastres no desenvolvimento de ações de preparação, prevenção, resposta e recuperação, nos três níveis da Federação.

Em relação à agenda internacional, o Brasil participou da 5ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, durante a qual promoveu evento paralelo, cujo tema foi “Desenvolvimento Sustentável: Inclusivo e Acessível”.

Ademais, houve fortalecimento da Comissão Permanente de Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH), com a definição de metas comuns para 2014. Finalmente, negociou-se a adoção, pela comunidade internacional, com ativa participação do Governo brasileiro, de tratado vinculante sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício das pessoas com deficiência para leitura, que teve como um dos resultados a decisão da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) de convocar, para 2013, conferência diplomática para pactuar os termos do referido tratado.

Programa: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Sobre as políticas de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica, objetivo 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica, foi instalada, em 2012, a 218ª Unidade Interligada (UI), que implica o cumprimento de 20,7% da meta do PPA 2012-2015. A UI possibilita que a mãe saia da maternidade com o bebê já registrado e com a certidão de nascimento. Ainda, foram realizados cinco mutirões de registro civil voltados para indígenas, com cerca de 38 mil atendimentos, além de outros dois mutirões, com mais 420 atendimentos.

Acerca da política de educação em direitos humanos, conforme objetivo 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos, foram desenvolvidos oito projetos nacionalmente, com ações de formação voltadas para mulheres trabalhadoras rurais, lideranças quilombolas, indígenas, dentre outros. Além disso, promoveu-se a formação de 600 atores sociais e 270 agentes para atuação em escolas do campo.

Em 2012, foram realizadas a 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, nas 27 capitais brasileiras, com o objetivo de descentralizar e popularizar o debate sobre a temática; e a 18ª edição do Prêmio Direitos Humanos, buscando reconhecer e homenagear pessoas e entidades que tiveram destacada atuação na área, contando com 15 categorias.

No que se refere à diversidade religiosa, foram distribuídos vários materiais, dentre os quais 5.000 exemplares do livro 'Diversidade Religiosa e Direitos Humanos – reconhecer as diferenças, superar a intolerância e promover a diversidade'. Foi realizada a campanha 'Democracia, paz, religião – Respeite' e capacitou-se 160 atendentes do Disque Direitos Humanos. Na área de informações, o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos elaborou indicadores dos direitos à Saúde, à Educação, ao Trabalho, à Vida e ao Meio Ambiente. Também foi iniciado o desenvolvimento de uma matriz comum para o monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), com constituição de Grupo de Trabalho específico para tanto, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Por fim, a realização do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares consolidou a primeira base de dados nacional sobre essa importante rede de proteção.

Acerca da promoção dos direitos da pessoa idosa, objetivo 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa, elaborou-se o Protocolo Nacional para Proteção Integral de Pessoas Idosas em Situação de Riscos e Desastres, que, essencialmente, visa evitar ou minimizar os impactos desses eventos nas condições de vida das pessoas idosas. Ademais, foi criada a Matriz Referencial do Curso Cuidador de Idosos, em parceria com Instituto Federal de Brasília (IFB), com o objetivo de capacitar profissionais para atuarem no atendimento a esse público.

No âmbito do objetivo 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do PPA, foi lançado o primeiro relatório sobre violência homofóbica no Brasil. Realizou-se o 1º Seminário Nacional de Negras e Negros LGBT, em Salvador/BA, que buscou alternativas para o enfrentamento dessa violência, considerando a sobreposição de agressões motivadas não só pelo racismo como também pela homofobia.

Já estão em vigor 14 Termos de Cooperação Técnica de Enfrentamento à Homofobia com os estados, estando prevista para 2013 a implantação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia.

Em relação aos Centros de Referência em Direitos Humanos, de acordo com o objetivo 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos, foram criados, até 2012, 22 Centros, que atuaram em todas as regiões do País, em parceria com organizações não-governamentais, Prefeituras, Governos Estaduais e Universidades, atendendo a cerca de 32 mil pessoas, com auxílio à emissão de documentação civil, atendimentos jurídicos e psicossociais, recebimentos de denúncias, mediações de conflito e capacitações em direitos humanos.

A Caravana Direitos Humanos, realizada no Acre e no Mato Grosso, em 2012, consolidou uma política nacional para a área, com a inauguração de um canal direto de diálogo com poderes locais, movimentos sociais e sociedade civil sobre a política de direitos humanos em curso no País.

Sobre Direito à Memória e à Verdade, conforme objetivo 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro, destaca-se a instalação da Comissão Nacional da Verdade; a implementação da Lei de Acesso à Informação; a criação de uma Política Nacional sobre Lugares de Memórias que incentiva a participação social na identificação de locais de repressão; e o início do Projeto da Não Repetição, que visa identificar mecanismos e práticas ainda vigentes em instituições do Estado que reproduzem violações aos direitos humanos.

Em referência à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, as atividades do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) representaram avanço nas pesquisas e nas buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, especialmente no Pará. Adicionalmente, foram realizadas pesquisas para localização de desaparecidos políticos e busca de novas tecnologias para identificação humana em casos de inumações remotas.

Em 2012, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), cumprindo o objetivo 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição, priorizou a capacitação dos agentes públicos envolvidos com o tema, sendo firmado termo de parceria com a ENAMAT/TST para a discussão do Trabalho Escravo na formação inicial dos Magistrados do Trabalho, com a realização de oficinas em 6 TRTs, para cerca de 600 juízes, procuradores e auditores do trabalho. Ainda em 2012, após 8 anos, a Câmara dos Deputados aprovou em 2º turno a PEC nº 438/01, que prevê o

confisco de propriedades rurais ou urbanas onde seja constatada a exploração do trabalho escravo.

Acerca do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, presente em 18 estados e no DF, foi garantida a proteção de 700 pessoas, por meio dos 18 programas estaduais, do distrital e do federal, que atende aos casos em localidades sem programas estaduais. Já o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos acompanhou 325 lideranças de direitos humanos, com 80 casos sendo avaliados para inclusão. Oito estados possuem programas próprios e os demais são atendidos pelo programa federal. Por último, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte foi expandido para Ceará, Paraíba e São Paulo, totalizando 13 coordenações estaduais, além do Núcleo Técnico Federal. Em 2012, 464 crianças e adolescentes foram protegidos, juntamente com 806 familiares. As ações de proteção contemplam o objetivo 0974 do PPA.

No âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), com relação ao objetivo 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos, destaca-se a atuação do Grupo de Trabalho sobre a garantia do Direito Humano à Moradia Adequada. A Comissão Especial Terra do Meio aprovou o Relatório de Impressões sobre as violações referentes à questão fundiária e violência rural da referida Comissão. Foi restabelecido o Grupo de Trabalho "Atingidos por Barragens". A Comissão Especial Manoel Mattos desempenhou um papel importante na celeridade do julgamento dos cinco acusados de assassinar o defensor de direitos humanos Manoel Mattos, monitorando, em parceria com a sociedade civil, a atuação dos órgãos federais e estaduais, buscando a total implementação da decisão do Incidente de Deslocamento de Competência nº 02 – IDC, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça. O CDDPH promoveu, ainda, uma reunião extraordinária em Goiânia, para discutir a violência policial e as violações de direitos humanos no Estado. Finalmente, foram criadas a Comissão Especial sobre a Mercantilização do Direito Humano à Saúde e o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos profissionais de comunicação no Brasil.

No ano de 2012, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, juntamente com o Disque Direitos Humanos – Disque 100, realizaram 216.602 atendimentos. Desse total, 138.861 foram denúncias de violações de direitos humanos, um aumento de 73% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram encaminhadas 381.384 denúncias, superando em cinco vezes a meta prevista no PPA, especialmente em função de aperfeiçoamentos metodológicos no atendimento (envio on line, por exemplo), ampla divulgação e aceitação do serviço junto à população. Ademais, a Ouvidoria atuou em contextos de violações de direitos humanos coletivas, mediando conflitos de repercussão nacional, como no caso da desocupação da comunidade de Pinheirinhos, em São José dos Campos/SP, e da comunidade indígena Guarani Kaiowá. Realizou, também, visitas em presídios nos estados do PA, PE, SC e no DF, além de atuar no caso das adoções ilegais de Monte Santo/BA e dos 15 ativistas LGBT ameaçados de morte no Paraná.

Na seara internacional, em 2012, o Brasil foi eleito para mandato de três anos (2013-2015) no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e apresentou relatório ao II Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal sobre a situação dos direitos humanos no País. Foi elaborada resposta ao Relatório ao Subcomitê de Prevenção à Tortura e, além disso, o Governo brasileiro também renovou seu compromisso com o monitoramento internacional para o combate à tortura e a todas as formas de tratamento cruel, desumano ou degradante. Ademais, o Brasil assinou o III Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança. No marco da visita ao Brasil da Relatora Especial para Formas Contemporâneas de Escravidão foi realizado o workshop Formas Contemporâneas de Escravidão.

No tocante ao Sistema Interamericano são acompanhados 130 casos que tramitam perante aquelas instâncias, além de eventuais petições e de medidas provisórias e cautelares. Foi promovido, em 28 de novembro, o colóquio "Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: boas práticas em soluções amistosas", com a participação de representantes de países do Mercosul e da sociedade civil.

No marco da presidência pro tempore do Brasil no Mercosul, a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH) reuniu-se em Porto Alegre, entre 3 e 6 de setembro e, extraordinariamente, em Brasília, entre os dias 28 e 30 de novembro. Deu-se continuidade à ação coordenada com os Estados-membros em matéria de Direito à Memória, destacando-se a aprovação do documento "Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre os sítios de memória".

No plano bilateral, realizaram-se missões técnicas ao Haiti, com o objetivo de fortalecer a capacidade institucional e as políticas públicas daquele país na área dos direitos das pessoas com deficiência, e a El Salvador, na área da promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Foram realizados o 1º Seminário "Reflexões e Propostas sobre Cooperação Técnica Internacional em Direitos Humanos" e o "Seminário Brasil-União Europeia sobre Defensores de Direitos Humanos", que uniu o diálogo nacional à experiência internacional neste campo.

Acerca da pauta legislativa sobre temas de interesse dos direitos humanos foram aprovadas importantes legislações durante o ano de 2012, como a lei que tipifica o crime de extermínio de seres humanos; a que cria o Dia Nacional dos Direitos Humanos; a que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo, dentre outras. Finalmente, importantes projetos de lei avançaram em sua tramitação, como o que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o que proíbe uso de castigos corporais contra crianças e adolescentes, além da PEC do Trabalho Escravo, que agora aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Os quadros a seguir demonstram o volume de recursos despendidos no cumprimento dos objetivos do PPA e no desempenho de atribuições institucionais por parte da Secretaria de Direitos Humanos, bem como as informações orçamentárias na execução dos principais programas sob sua responsabilidade.

FUNÇÃO "DIREITOS DA CIDADANIA"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Direitos da Cidadania"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	121 – Planejamento e Orçamento	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	1,000
		122 – Administração Geral	26,078	18,449	33,340	36,769	40,597	155,232
		126 – Tecnologia da Informação	4,237	4,418	1,092	4,680	0,150	14,576
		128 – Formação de Recursos Humanos	12,609	13,179	7,468	3,944	0,057	37,257
		131 – Comunicação Social	1,622	5,088	8,844	4,526	0,000	20,080
		241 – Assistência ao Idoso	0,670	0,674	0,298	0,006	0,000	1,649
		242 – Assistência ao Portador de Deficiência	1,537	0,200	0,200	0,400	2,484	4,821
		243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	48,048	16,395	38,077	14,881	5,402	122,803
		301 – Atenção Básica	0,020	0,022	0,072	0,139	0,124	0,377
		306 – Alimentação e Nutrição	0,159	0,162	0,502	0,602	0,565	1,991
		331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,054	0,041	0,050	0,035	0,029	0,209
		365 – Educação Infantil	0,010	0,008	0,008	0,016	0,021	0,064
		422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	20,382	19,771	17,789	22,518	36,293	116,753
		571 – Desenvolvimento Científico	0,400	0,550	1,091	1,626	0,000	3,668
		845 - Transferências	0,000	0,000	0,005	2,471	0,200	2,676
	RPNP	122 – Administração Geral	1,310	2,111	8,720	4,728	9,696	26,565
		126 – Tecnologia da Informação	0,000	1,974	3,118	3,654	3,714	12,460
		128 – Formação de Recursos Humanos	1,394	4,228	14,060	16,126	15,304	51,111
		131 – Comunicação Social	0,000	7,309	3,340	0,358	5,775	16,782
		241 – Assistência ao Idoso	0,807	0,011	0,150	0,376	0,646	1,990
		242 – Assistência ao Portador de Deficiência	0,000	0,000	0,500	1,097	0,644	2,241
		243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	14,174	17,087	64,604	21,982	27,389	145,236
		422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	2,861	9,738	20,232	14,377	14,926	62,134
		571 – Desenvolvimento Científico	0,000	0,000	0,594	0,957	0,729	2,280
		812 – Desporto Comunitário	0,000	1,000	4,443	0,000	0,000	5,443
		845 - Transferências	0,000	0,000	0,392	0,087	0,656	1,134
OI		Total Subfunções	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
TOTAL			**136,371**	**122,414**	**228,989**	**157,355**	**165,400**	**810,531**

Fonte: Siafi Gerencial em 22.01.2013

FUNÇÃO "ENCARGOS ESPECIAIS"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

Função "Encargos Especiais"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	846 – Outros Encargos Especiais	0,000	0,000	0,048	0,076	0,072	0,196
	RPNP	846 – Outros Encargos Especiais	0,000	0,000	0,000	0,000	0,006	0,006
OI		Total Subfunções	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
TOTAL			0,000	0,000	**0,048**	**0,076**	**0,078**	**0,202**

Fonte: Siafi Gerencial em 22.01.2013, consolidando os dados da SDH, FNCA e FNI.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO "DIREITOS DA CIDADANIA"

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**274,432**	**274,432**	**135,227**	**44,380**	**43,757**	**90,847**
2062	Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente	141,829	141,829	50,753	5,402	5,355	45,350
2063	Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência	13,609	13,609	12,078	2,484	1,909	9,594
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	118,995	118,995	72,397	36,493	36,493	35,904
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**73,328**	**72,922**	**60,126**	**41,543**	**40,914**	**18,583**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**0,082**	**0,082**	**0,072**	**0,072**	**0,066**	**0,000**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**3,500**	**3,500**	**0,000**	**0,000**	**0,000**	**0,000**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**351,343**	**350,937**	**195,425**	**85,994**	**84,737**	**109,430**

Fonte: Siafi Gerencial em 22.01.2013, consolidando os dados da SDH, FNCA e FNI.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

I- Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial

Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR): A SEPPIR deu inicio à preparação para a implementação do SINAPIR, celebrando 10 convênios, num total de R$2.383.423,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais). Estes visam dotar os órgãos estaduais de promoção da igualdade racial de capacidade técnica e operacional para virem a aderir ao Sistema. Esta iniciativa está prevista no PPA 2012-2015 objetivo 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estaduais e municipais.

Campanha Igualdade Racial é pra Valer: No âmbito da Campanha, destacam-se as seguintes parcerias: (i) Petrobrás - resultou em iniciativas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial nos programas Petrobras Esporte e Cidadania e Desenvolvimento & Cidadania. (ii) BR Distribuidora - elaboração de cartilha e vídeo sobre o tema para capacitação de frentistas. (iii) Senado Federal - realização da Pesquisa de Opinião sobre a violência contra a juventude negra; curso a distancia em Introdução ao Orçamento Público, para 168 gestores de igualdade racial; lançamento da 2ª edição do livro "1823-1888 - A abolição no Parlamento: 65 anos de lutas", com uma tiragem de 500 exemplares. (iv) Caixa Econômica Federal (CEF) - veiculação de peças publicitárias de valorização da pessoa negra e indígena; inserção de cláusulas de coibição à discriminação nos contratos de prestação de serviços, de patrocínio e nos editais; circulação, nos espaços da Caixa Cultural, de projetos com as temáticas de equidade racial e de gênero. (v) Ministério da Saúde (MS) - ações de fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

A realização desta Campanha está de acordo com o objetivo 0777 – Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica nas diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Igualdade Racial e de Gênero: A SEPPIR atuou para a aprovação de legislação em favor das trabalhadoras domésticas, a exemplo da Emenda Constitucional 478 e da Convenção 189 da OIT. Com organizações da sociedade civil, elaborou o Plano de Ações Integradas para as Mulheres Negras. Também participou do Prêmio "Mulheres Negras contam sua História", iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que consiste num concurso de redação e ensaios.

Foram realizadas 16 oficinas para dirigentes e funcionários de empresas estatais, visando à ampliação do componente racial no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela SPM. Com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foram desenvolvidos quatro estudos de caso, que articulam gênero e raça, os quais passaram a fazer parte da Casoteca da ENAP. Nesse tópico, as iniciativas listadas coadunam-se ao objetivo 0776 – Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Direitos e Cidadania:A SEPPIR, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, desenvolveu o Plano Juventude Viva, que conta com mais seis ministérios responsáveis por 30 iniciativas de 25 programas federais. Em 2012, o Plano teve sua fase piloto implantada no estado de Alagoas. Nos casos de denúncias de violação de direitos da população negra, atuou por meio de sua Ouvidoria, a qual tem estimulado parcerias com órgãos similares no Governo Federal, bem como com os poderes de justiça, atendendo ao objetivo 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Na área do trabalho desenvolveu proposta para inclusão da dimensão racial na Agenda Nacional de Trabalho Decente, com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

Foi dada continuidade às ações com o MEC, o que incluiu o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), que ampliou o número de professores universitários contemplados na Linha de Pesquisa Promoção da

Igualdade Racial e a regulamentação da Lei de Cotas. Foram repassados recursos ao CNPq para a quarta edição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), que assegurou 800 (oitocentas) bolsas para alunos cotistas de 74 instituições federais de ensino superior. Na área da cultura, destacam-se os 05 editais de apoio a criadores e produtores negros, iniciativa conjunta com o Ministério da Cultura (MINC). Tais iniciativas atendem aos objetivos 0772 e 0773 – Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Cooperação Internacional: Neste âmbito, destacam-se: **(i)** o Acordo de Cooperação com o Programa das Nações Unidas (PNUD), com foco na produção de publicações, levantamentos, estudos e ferramentas de gestão que deram suporte as ações prioritárias da Secretaria. Com outras agências das Nações Unidas foram desenvolvidas ações nas áreas de educação (*Teaching Respect for All* – UNESCO), saúde da população negra (UNFPA e UNAIDS) e defesa de direitos (Unicef). **(ii)** o Plano de Ação Conjunto Brasil Estados Unidos (JAPER) aprofundou as trocas entre os dois países no tocante à pauta de igualdade racial nos Ministérios da Educação, Saúde, Justiça e Meio Ambiente. **(iii)** o Acordo com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), resultou na produção de guias e metodologias para a formação de gestores em igualdade racial e no enfrentamento ao racismo institucional, mapeamento das ações afirmativas e de políticas para a juventude e vistas ao intercâmbio técnico com a Espanha.

II – Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais

Em 2012, atendendo ao objetivo 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais, a SEPPIR elaborou o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, integrando as ações do Governo Federal nesta área. Através de chamada pública apoiou cinco projetos para o fortalecimento deste segmento, totalizando R$ 469.718,20 (quatrocentos e sessenta e nove mil setecentos e dezoitos reais e vinte centavos). Ademais, em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), investiu R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na instalação de Pontos de Leitura em 10 comunidades tradicionais. Foi dada continuidade ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), reforçado neste ano por ações que o articulam ao Plano Brasil sem Miséria, no eixo de acesso à terra foram assinados 11 Decretos de Declaração de Interesse Social e expedidos três títulos de reconhecimento de domínio, assim totalizando 206 comunidades tituladas, que correspondem a 12.804 famílias beneficiadas em 994,5 mil hectares regularizados. Na parceria com o INCRA, a SEPPIR descentralizou R$1.183.000,00 (hum milhão, cento e oitenta e três mil reais), para elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), em 26 comunidades, que totalizam 3.350 famílias. Tais iniciativas se coadunam com o cumprimento do objetivo 0984 – Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas e 0987- Realizar regularização fundiária das comunidades quilombolas, por meio da delimitação, reconhecimento, indenização das benfeitorias e imóveis, desintrusão e titulação dos territórios quilombolas.

No eixo "Direitos e Cidadania", destaca-se a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com a participação da SEPPIR, MEC e representantes quilombolas, em estrito cumprimento ao objetivo 0984. Para o fortalecimento institucional das comunidades, conforme objetivo 0985,foram apoiados, por meio de chamada pública, sete projetos num total de R$ 1.314.765,14 (hum milhão, trezentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos). Para maior comprometimento dos entes federados com o Programa, foram realizados Seminários e Oficinas com gestores federais, estaduais e municipais, além de lideranças quilombolas, em sete estados de quatro regiões do País. O trabalho com povos de cultura cigana foi definido a partir de uma plenária com a participação de representantes deste segmento, de cinco ministérios e pesquisadores.

Parte importante no fortalecimento das ações de defesa dos povos e comunidades tradicionais foi a capacitação de 70 defensores públicos e outros operadores de direito da região nordeste, realizada em conjunto com a Defensoria Pública da União, cumprindo ao objetivo 0986.

Os quadros a seguir demonstram o volume de recursos aplicados no cumprimento dos objetivos do PPA, na Função Direitos e Cidadania, por parte da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, série histórica do período de 2008 a 2012, bem como as informações orçamentárias na execução do programa 2034 – Enfrentamento do Racismo e Promoção de igualdade Racial.

FUNÇÃO "DIREITOS DA CIDADANIA"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

R$ milhões

FUNÇÃO "DIREITOS DA CIDADANIA"		SUBFUNÇÕES		2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
OFSS	No Exercício	122	Administração Geral	7,75	9,49	8,38	7,81	10,81	44,23
		422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	5,91	12,26	16,29	1,97	6,40	42,83
		Demais Subfunções		1,32	0,56	0,65	0,20	0,18	2,91
	RPNP	121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,20	0,00	0,01	0,21
		422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1,95	5,06	2,32	7,66	1,87	18,87
		Demais Subfunções		1,29	1,02	0,32	0,61	0,15	3,40
OI		Total Subfunções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				**18,22**	**28,40**	**28,16**	**18,25**	**19,42**	**112,45**

Fonte: Sistema Siafi Gerencial em 22.01.2013.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2012 - FUNÇÃO "DIREITOS DA CIDADANIA"

Cód.	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMA TEMÁTICO (I)		**38,74**	**38,33**	**11,28**	**6,40**	**6,39**	**4,89**
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	38,74	38,33	11,28	6,40	6,39	4,89
Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (II)		**16,92**	**17,66**	**12,02**	**10,99**	**10,96**	**1,03**
Operações Especiais (III)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Demais Programas (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**55,66**	**55,99**	**23,30**	**17,39**	**17,35**	**5,91**

Fonte: Sistema Siafi Gerencial em 22.01.2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres – Objetivo 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça.

Dos resultados apurados em 2012 para a igualdade no mundo do trabalho, e tendo em vista as metas previstas no objetivo 0931 do programa 2016, destaca-se a instalação da Comissão Tripartite para examinar a submissão ao Congresso Nacional da Convenção e Recomendação sobre o Trabalho Doméstico, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a designação da SPM para presidi-la. Ao lado dessa, aprovou-se a PEC 478/2010, que prevê a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas, na Comissão Especial "Igualdade de Direitos Trabalhistas", instalada em 14/09/11. Nas ações voltadas à promoção da autonomia econômica, os convênios firmados resultaram na qualificação de 1.673 mulheres e na aprovação de 43 novos convênios e um Acordo de Cooperação entre a SPM, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Some-se ainda o desenvolvimento da 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, consistindo da assinatura de Termo de Compromisso para promover a igualdade entre mulheres e homens em 81 organizações públicas e privadas participantes, o fortalecimento das organizações de mulheres rurais no âmbito do projeto "Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais" e a realização do Seminário Internacional "Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado" também como resultados de destaque da estratégia para a promoção da igualdade e da autonomia.

Saúde integral das mulheres – Objetivo 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres.

A SPM atuou em parceria com o Ministério da Saúde pelo fortalecimento e atualização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) formulada em 2004 pelo Ministério da Saúde, tendo iniciado articulações para isso em 2012, conforme previsto no objetivo 0932 do Programa 2016. Desenvolveu ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na população feminina juntamente com o Ministério da Saúde e o Fundo de População das Nações Unidas, incluindo ações voltadas para a divulgação e difusão do preservativo feminino. Aprovou 7 propostas de convênio que abrangiam ações como a capacitação de profissionais em gênero e a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A SPM também tem promovido o engajamento dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) junto à PNAISM e às políticas públicas de saúde da mulher. Para isso, promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas e técnicos dos OPMs estaduais na utilização dos dados do Datasus e estimulou as gestoras estaduais a atuarem junto às respectivas secretarias estaduais de saúde, especialmente no que se refere ao monitoramento mensal da Rede Cegonha, realizado por videoconferência pelo Ministério da Saúde e ao acompanhamento do Programa de Câncer de Colo de Útero e de Mama.

Fortalecimento de uma cultura social igualitária – Objetivo 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica.

As ações para a construção de uma cultura social igualitária resultaram, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, no Edital 2012 de fomento à pesquisa e na 8a edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, esse, com um número recorde de inscritos, a saber: 237 artigos de mestres e doutorandos; 417 de especialistas; 304 de alunos dos cursos de graduação; 4.100 redações do ensino médio e 94 projetos pedagógicos de escolas que promovem a igualdade de gênero. A SPM selecionou treze projetos de convênios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de gênero na área da educação e apoiou, em 2012, quatro projetos de estruturação dos núcleos de gêneros em Universidades Federais, de acordo com o previsto no objetivo 0933 do Programa 2016.

Promoção da gestão transversal nas políticas públicas - Objetivos 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania **e 0935 -** Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

A SPM/PR promoveu a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o período 2013-2015, em diálogo com a sociedade civil e em pactuação

com os demais ministérios e órgãos do governo federal que implementam políticas para as mulheres. Também foram reformulados o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e o SigSPM, sistema de monitoramento do PNPM, de acordo com o objetivo 0935 do Programa 2016.

As atividades do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres foram retomadas, com 162 representações no encontro destinado a promover a integração das políticas públicas para as mulheres. Foram produzidos 60.000 exemplares da plataforma "Mais Mulheres no Poder - Eu assumo esse compromisso" para promover a incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais, visando o cumprimento do objetivo 0934 do Programa 2016.

A SPM aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

À luz da nova conjuntura política, social e econômica que despontou no início de 2012, foi estabelecido um grupo de trabalho interno à SPM que procedeu a uma releitura dos eixos contidos no II PNPM, bem como dos compromissos assumidos no PPA 2013-2015 para a elaboração de uma primeira minuta do PNPM 2013-2015. Nesse movimento, reforçou-se o compromisso com o Eixo 9 – que trata do enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia –, uma das resoluções da 3ª Conferência, em função da sua relevância e pertinência. O compromisso com o fortalecimento das ações desse eixo foi materializado com a criação de uma Coordenação da Diversidade junto à Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas (Saiat), assim como de uma assessoria voltada às questões das mulheres do campo e da floresta, partes integrantes da SPM, para que estas questões tenham um acompanhamento diário e mais próximo.

Enfrentamento à violência contra as mulheres – objetivos 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil, 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência.

Finalmente, destacam-se as ações implementadas no âmbito da estratégia para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher foi assinado pelos estados do Amazonas e o Distrito Federal, em 2012, juntando-se ao Espírito Santo e a Paraíba. As demais unidades da Federação mantiveram os entendimentos para a assinatura do Pacto. Ressalta-se que essa articulação com os entes federados é fundamental para o alcance das metas previstas no objetivo 0999. A Rede Especializada de Atendimento foi ampliada para 973 serviços: 381 Delegacias Especializadas; 121 Núcleos Especializados em delegacias comuns; 219 Centros de Referência Especializados; 72 Casas-Abrigo; 58 Defensorias Públicas Especializadas; 29 Promotorias Especializadas; 45 Juizados e 48 Varas Especializadas. Na ação Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às mulheres em Situação de Violência, a principal em volume de recursos (R$ 19,1 milhões, 37% do montante orçado para o enfrentamento à violência) a execução foi de 100%. Sobre as metas físicas, foram aprovadas 82 das 192 iniciativas (42,7%), indicando ligeira concentração de recursos, motivada, em parte, pela inadimplência de alguns proponentes. A ação Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres, de um orçamento de R$ 2,3 milhões, aplicou R$ 2,0 milhões (88%) e apoiou 7 das 15 iniciativas previstas (46%).

A Ouvidoria Nacional da Mulher, criada em 2003, canal de diálogo entre a administração pública federal e a população, registrou 6.932 processos sobre diferentes formas de violação de direitos das mulheres, dos quais 1.920 referentes ao ano de 2012, respondidos aos demandantes com as respectivas orientações ou encaminhados para os órgãos competentes para providências e acompanhados até a resolução final.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um serviço de utilidade pública, criado em 2005, que já superou 3 milhões de atendimentos, apenas em 2012 foram 732.468. Uma das metas do Objetivo 0998 do Programa 2016 é ampliar a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 para o atendimento internacional. Em 2012, esse serviço passou a abranger Portugal, Itália e a Espanha e resultou na desestruturação de uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres, que operava em Ibiza, na Espanha.

Foi realizada a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica, também metas do Objetivo 0998.

Em termos orçamentários, a meta física prevista para os atendimentos de 2012 foi superada em quase 5%, mais de 732 mil atendimentos e todos os recursos orçamentários previstos para essa ação foram aplicados. Tal desempenho confirma o acerto da estratégia do Programa. Esse serviço – nacional e internacional é gratuito - tem sido cada vez mais acessado pelas mulheres vítimas da violência doméstica, contribuindo para romper o silêncio, esclarecer dúvidas sobre seus direitos e salvar a vidas de pessoas ameaçadas de morte.

A aprovação da Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012, que prevê a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal foi um avanço importante para a elucidação de crimes de violência sexual contra as mulheres e está diretamente relacionada com metas do Objetivo 0999.

O quadro a seguir discrimina os valores liquidados de 2008 a 2012, na Função "Direitos da Cidadania" e respectivas subfunções, resultantes da execução do exercício e dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Como se nota, as variações mais significativas se deram na subfunção 422, decorrente do avanço do papel da Secretaria na implementação das políticas para o enfrentamento da violência, promoção da autonomia econômica e da igualdade entre mulheres e homens, acima relatadas.

FUNÇÃO "DIREITOS DA CIDADANIA" - VALORES LIQUIDADOS - 2008 a 2012

R$ milhões

Função "Direitos da Cidadania"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	122 – Administração Geral	6,180	7,63	12,194	9,962	11,463	47,435
		126 - Tecnologias da Informação	0,133	0,642	0,000	0,000	0,000	0,776
		128 – Formação de Recursos Humanos	1,115	1,447	1,047	0,805	0,000	4,416
		131 – Comunicação Social	0,600	0,239	2,646	0,907	1,843	6,237
		422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	29,227	13,862	35,794	14,571	20,544	114,000
		Demais subfunções	0,307	0,102	0,536	0,308	0,323	1,578
	RPNP	122 – Administração Geral	0,200	0,186	1,238	0,181	0,864	2,672
		126 - Tecnologia da Informação	0,000	0,161	0,261	0,000	0,000	0,423
		128 – Formação de Recursos Humanos	0,180	1,341	2,597	0,228	0,701	5,049
		131 – Comunicação Social	0,000	2,719	4,029	0,201	1,329	8,279
		422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	4,084	6,724	36,330	19,160	30,097	96,396
		Demais subfunções	0,000	0,285	0,256	0,015	0,001	0,558
Total			**42,031**	**35,348**	**96,932**	**46,341**	**67,170**	**287,824**

Fonte: Siafi Gerencial. Posição de dezembro/2012.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – 2012

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**94,4**	**100,3**	**72,2**	**22,3**	**21,2**	**49,8**
2016	Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia	94,4	100,3	72,2	22,3	21,2	49,8
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**12,7**	**13,6**	**13,3**	**11,7**	**11,7**	**1,5**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**107,1**	**113,9**	**85,5**	**34,0**	**32,9**	**51,3**

Fonte: Siafi Gerencial. Posição de dezembro/2012, extraídos em 17/01/13.

A execução orçamentária e a realização das metas físicas de 2012 apontam para o alcance das principais metas do PPA, em especial as decorrentes da capacidade de articulação política e institucional da SPM, como a implementação das ações do PNPM 2013 -2015, - ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros de Referência, Promotorias, Varas e Defensorias Públicas Especializadas e outras metas qualitativas já mencionadas. Há evidentemente fatores de restrição que se resumem, principalmente, na capacidade operacional dos entes subnacionais e dos outros órgãos.

SECRETARIA-GERAL

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO POPULAR

No âmbito da Função Direitos da Cidadania, a Secretaria-Geral se incumbe da implementação de duas ações orçamentárias: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, vinculada ao programa 2044, e 8814 – Produção e disseminação de conhecimento em Direitos Humanos, vinculada ao programa 2064.

Juventude - Em conformidade com o previsto no objetivo 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, do programa 2044, do PPA 2012-2015, foi instituído o Plano Juventude Viva, como produto do Fórum Direitos e Cidadania e com ampla participação social. Coordenado em parceria com SEPPIR/PR, reúne um conjunto de ações de nove ministérios para a prevenção à violência contra jovens negros, tendo como prioridade 132 municípios que concentram 70% das mortes violentas desse segmento. Essas ações estão estruturadas em quatro eixos de trabalho: o primeiro se refere à desconstrução da cultura da violência, por meio da sensibilização da sociedade e da formação de rede de organizações que atuam com o tema; o segundo está voltado à inclusão, emancipação e garantia de direitos, com a destinação de programa sociais focados em jovens de 15 a 29 em situação de maior vulnerabilidade; o terceiro aborda a transformação dos territórios, com a instalação de equipamentos públicos com oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer; e, por fim, o quarto eixo envolve o aperfeiçoamento institucional para enfrentar o racismo nos órgãos públicos que se relacionam com os jovens, como escolas, sistema de saúde, penitenciário e de justiça, além de trabalhar para a redução da letalidade policial. Optou-se pela estratégia de adesão inicial do estado com maior taxa de violência – Alagoas –, e a estratégia de ampliação prevê a inclusão de outras localidades com números semelhantes.

Educação Popular - No âmbito do objetivo 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e

garantir acesso a direitos, do programa 2064, do PPA 2012-2015, numa parceria da Secretaria-Geral e a SDH/PR, desenvolveu-se um amplo processo de educação popular por intermédio da Rede de Educação Cidadã – RECID. Com a atuação de 650 educadores junto a populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outro, foram realizadas 2.018 oficinas pedagógicas de base, atingindo 45.712 pessoas, com o objetivo de discutir questões relativas aos problemas e dificuldades encontradas por estes grupos. A atuação da RECID chegou a 357 municípios. Também foram realizados 143 encontros intermunicipais, que reuniram 4.290 lideranças comunitárias e populares em torno de aprofundamento de temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular. O quadro a seguir apresenta as informações de execução orçamentária dos principais programas geridos pela Secretaria-Geral da Presidência da República, referentes à Função Direitos da Cidadania.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO "DIREITOS DA CIDADANIA"

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**9,81**	**9,81**	**9,22**	**5,94**	**5,94**	**2,87**
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	1,00	1,00	0,41	0	0	0
2064	Promoção e defesa dos Direitos Humanos	8,81	8,81	8,81	5,94	5,94	2,87
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos		0	0	0	0	0	0
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**9,81**	**9,81**	**9,22**	**5,94**	**5,94**	**2,87**

Fonte: Siafi Gerencial. Data da extração: 21/01/2013.

4.20. FUNÇÃO TRABALHO

4.20.1. Ministério do Trabalho e Emprego

O orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vincula-se basicamente à função Trabalho, na qual o valor nominal liquidado cresceu R$ 19,3 bilhões, ou seja, cerca de 88% no período compreendido entre os anos de 2008 e 2012. Ao longo do período, o gasto tributário (renúncia de receita) cresceu 2,7 vezes em termos nominais, gasto esse correspondente ao objetivo de melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT inserido no PPA 2012-2015, cuja importância vem crescendo.

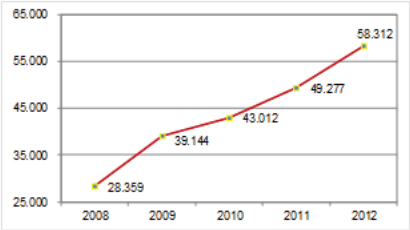
VALORES LIQUIDADOS, DESPESA REALIZADA E GASTO TRIBUTÁRIO NA FUNÇÃO TRABALHO – 2008/2012

R$ milhões

Função "TRABALHO"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exerc[1]	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	20.315,57	26.868,67	29.214,56	34.189,57	39.584,78	**150.173,15**
		332 - Relações de Trabalho	14,71	9,51	6,74	3,38	9,12	**43,46**
		333 - Empregabilidade	113,73	75,23	63,40	39,67	65,68	**357,71**
		334 - Fomento ao Trabalho	13,50	9,77	8,07	9,29	13,79	**54,43**
		Demais Subfunções	1.524,16	1.666,33	1.788,80	1.736,97	1.652,09	**8.368,36**
		TOTAL	**21.981,69**	**28.629,51**	**31.081,56**	**35.978,88**	**41.325,47**	**158.997,12**
	RPNP[2]	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	126,81	413,98	292,73	22,15	23,19	**878,87**
		332 - Relação de Trabalho	1,20	1,62	1,93	0,81	1,50	**7,06**
		333 - Empregabilidade	35,16	108,48	139,32	129,43	85,95	**498,34**
		334 - Fomento ao Trabalho	11,32	6,84	9,77	21,38	8,64	**57,95**
		Demais Subfunções	16,89	100,96	143,75	125,45	152,54	**539,59**
		TOTAL	**191,37**	**631,89**	**587,51**	**299,22**	**271,82**	**1.981,81**
	TOTAL		**22.173,07**	**29.261,40**	**31.669,07**	**36.278,10**	**41.597,30**	**160.978,94**
OI[3]			**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Gasto Tributário			**6.185,46**	**9.882,27**	**11.343,24**	**12.999,14**	**16.715,00**	**57.125,10**
TOTAL			**28.358,53**	**39.143,67**	**43.012,31**	**49.277,24**	**58.312,30**	**218.104,03**

Fonte: Siafi Gerencial - Atualização: 22.01.2013.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Despesa realizada no exercício.

VALORES LIQUIDADOS E GASTO TRIBUTÁRIO NA FUNÇÃO TRABALHO – 2008/2012

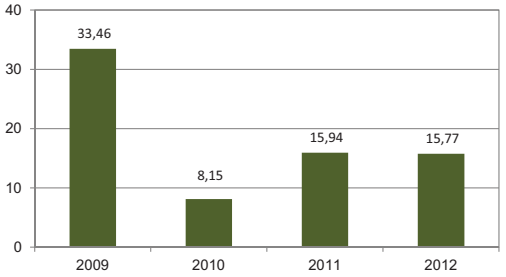


A subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador abriga ações que visam à manutenção de renda, protegendo temporariamente o trabalhador, quer por desemprego sem justa causa, por resgate de trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais), ou ainda pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação). Tal subfunção executou R$ 39,6 bilhões em 2012, o que representa 95,22% da execução na função Trabalho; tal concentração se explica pelo fato de agregar os pagamentos do seguro-desemprego e do abono salarial, os quais vêm crescendo ao longo dos anos com a política de valorização do salário mínimo[1]. Somente com o seguro-desemprego houve um dispêndio total de R$ 27,4 bilhões em 2012; comparado a 2011, quando foram gastos R$ 23,8 bilhões. Observa-se um aumento de 15,26%, o que é explicado pelo crescimento do mercado de trabalho (que gerou aproximadamente 1,3 milhão de empregos formais em 2012), pela alta taxa de rotatividade de mão de obra e pelo aumento real do salário mínimo (7,59%) de 2011 para 2012.

A subfunção Relação de Trabalho compreende 0,03% do executado na função Trabalho em 2012. Nesse ano foram realizadas em torno de 9,9 mil mediações coletivas[2], beneficiando, diretamente, 9,6 milhões de trabalhadores. No ano de 2012 foram registrados cerca de 48 mil instrumentos coletivos de trabalho, compreendendo convenções, acordos coletivos de trabalho e termos aditivos, alcançando grande melhoria no índice de resolução de conflitos.

[1] Em relação a 2011, em 2012 o salário mínimo aumentou, em termos nominais, 14,13%, passando de R$ 545,00 para R$ 622,00.
[2] A mediação é forma de composição voluntária entre entidades sindicais e entre estas e empresas; tem lugar quando as possibilidades de entendimento direto entre as partes se esgotaram, tornando necessária a intervenção de um terceiro imparcial e sem interesse direto na demanda, para auxiliá-las a encontrar a solução do conflito.

VARIAÇÃO NOMINAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL NA SUBFUNÇÃO PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR (%) 2009 – 2012



A subfunção Empregabilidade teve em 2012 um total executado de R$ 152 milhões (0,36% do total de recursos alocados na função Trabalho, considerando restos a pagar) compreendendo, dentre outras, as ações referentes à manutenção, à modernização e à ampliação da rede do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que registraram no ano um dispêndio de R$ 91,5 milhões, correspondente a 60% da despesa executada da subfunção. Como resultado, foram (re)colocados cerca de 726 mil trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio da rede de atendimento do Sine; foram ainda qualificados cerca de 70 mil trabalhadores por meio de convênios celebrados no âmbito do Plano Nacional de Qualificação.

Esta subfunção executou 17% do orçamento previsto, de R$ 385,44 milhões; todavia, cabe esclarecer que as ações mais representativas desta subfunção apresentam um hiato entre o empenho e a execução. Dito de outra forma, a execução é realizada mediante a utilização de restos a pagar, no montante de R$ 85,9 milhões no ano de 2012.

No que concerne à subfunção Fomento ao Trabalho, houve, em 2012, um dispêndio de R$ 22,4 milhões, representando 0,05% do total liquidado na função Trabalho. Uma das ações de maior importância é a de promoção do desenvolvimento local e da economia solidária, com uma execução de R$ 5 milhões (incluindo restos a pagar), correspondendo a 22% da despesa executada na subfunção.

O montante executado em outras subfunções representa 4,34% do total gasto na função Trabalho, cabendo destaque à subfunção Educação de Jovens e Adultos, que engloba a ação do Projovem, e a Normatização e Fiscalização, que busca assegurar condições dignas de trabalho.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2008 – 2012

R$ milhões

Subfunções	Execução da Função "A" por Subfunções							
	Liquidado						Total no período	%
	2008	2009	2010	2011	2012			
Subfunções típicas	**20.632,01**	**27.494,10**	**29.736,52**	**34.415,68**	**39.792,67**	**95,66%**	**152.070,99**	**94,47%**
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	20.442,38	27.282,65	29.507,30	34.211,72	39.607,97	95,22%	151.052,02	93,83%
332 - Relação de Trabalho	15,91	11,13	8,66	4,18	10,63	0,03%	50,52	0,03%
333 - Empregabilidade	148,89	183,71	202,72	169,10	151,63	0,36%	856,05	0,53%
334 - Fomento ao Trabalho	24,83	16,61	17,84	30,67	22,44	0,05%	112,39	0,07%
Demais Subfunções	**1.541,05**	**1.767,30**	**1.932,55**	**1.862,42**	**1.804,63**	**4,34%**	**8.907,95**	**5,53%**
TOTAL	**22.173,07**	**29.261,40**	**31.669,07**	**36.278,10**	**41.597,30**	**100,00%**	**160.978,94**	**100,00%**

Fonte: Siafi Gerencial - Atualização: 22.01.2013

Indicadores do Ministério do Trabalho e Emprego no PPA 2012-2015
(período de apuração anual / base geográfica nacional)

Descrição	Valor Ref.	Ano Apuração	Unidade Medida	Fonte	Valor Ref.	Data Apuração
Taxa de atividade	62,10	2009	%	PNAD/IBGE	60,00	set/11
Taxa de desocupação	8,30	2009	%	PNAD/IBGE	6,70	set/11
Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais)	53,58	2009	%	PNAD/IBGE	57,13	set/11
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	2,40	2010	%	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT) e Rais.	1,83	2011
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	5.611	2010	unidade	Sistema e Informações sobre Focos de Trabalho Infantil - SITI/MTE	6.363	2012
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	2.060.503	2009	unidade	Pnad/IBGE	1.666.750	nov/11
Trabalhadores resgastados do trabalho análogo ao de escravo	2.628	2010	unidade	Relatórios de Inspeção/MTE	2.560	2012
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	29,00	2010	%	SFIT/MTE e Rais	27,72	2011

Descrição	Valor Ref.	Ano Apuração	Unidade Medida	Fonte	Valor Ref.	Data Apuração
Taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos	33,00	2010	%	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT) e Controle de Processos em Verificação Anual (CPVA)	76,00	2012
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	21,39	2009	1/1.000	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho/MPS.	18,13	2011
Taxa de incidência específica para doenças do trabalho	0,52	2009	1/1.000	Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho/MPS.	0,38	2011
Taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos	12,45	2009	1/1.000	Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho/MPS.	10,79	2011
Taxa de mortalidade de acidentes de trabalho	7,38	2009	1/100.000	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho/MPS.	7,35	2011
Taxa de letalidade de acidentes de trabalho	3,45	2009	1/1.000	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho/MPS.	4,06	2011
Taxa de participação da população negra e parda no total de empregos formais	35,02	2009	%	RAIS/MTE	34,98	dez/12
Taxa de participação de mulheres no total de empregos formais	41,43	2009	%	RAIS/MTE	42,00	set/12
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	41,80	2009	%	RAIS/MTE	39,90	2011
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	19,48	2009	%	Pnad/IBGE	21,79	nov/11
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	15,26	2009	%	Pnad/IBGE	13,81	nov/11
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	9,44	2009	%	Pnad/IBGE	8,07	nov/11
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	58,50	2009	%	Pnad/IBGE	58,00	nov/11
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	16,10	2010	%	RAIS/MTE	23,21	2012
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	201.097	2010	unidade	RAIS/MTE	286.287	2012
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	44,00	2010	unidade	SFIT/MTE e Rais	47,20	2011
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	45,00	2010	%	RAIS/MTE	47,26	2012
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	30,00	2010	%	Caged/MTE e comprovantes das fontes alternativas geradoras de renda	30,00	2012
Razão entre a participação percentual da população de não brancos nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	1,22	2009	razão	PNAD/IBGE e DEQ/SPPE/MTE	1,34	nov/12
Razão entre a participação percentual da população de baixa escolaridade nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	0,68	2009	razão	PNAD/IBGE e DEQ/SPPE/MTE	0,87	nov/12
Razão entre a participação percentual da população de jovens (16 a 29 anos) nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	2,35	2009	razão	PNAD/IBGE e DEQ/SPPE/MTE	1,59	nov/12
Razão entre a participação percentual de mulheres nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	1,48	2009	razão	PNAD/IBGE e DEQ/SPPE/MTE	1,33	nov/12
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	1.687.035	2008	unidade	Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)	2.100.000	2011
Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado	890.560,00	2010	unidade	Banco de dados do PNMPO/MTE.	1.237.206	2011
Saldo da carteira ativa do microcrédito produtivo orientado	1.020.986.719,50	2010	R$	Banco de dados do PNMPO/MTE.	1.605.543.923,05	2011
Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado	2.015.335,00	2010	unidade	Banco de dados do PNMPO/MTE.	2.451.356	2011
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	2.848.446.204,64	2010	R$	Banco de dados do PNMPO/MTE.	3.755.106.065,62	2011

Descrição	Valor Ref.	Ano Apuração	Unidade Medida	Fonte	Valor Ref.	Data Apuração
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	745.616	2010	unidade	Sistema de acompanhamento da execução do Proger; Rais e Caged.	863.442	2011
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	6,50	2010	%	Infogem e Base de Gestão da IMO; e Caged.	3,60	nov/12
Taxa de cobertura do Abono Salarial	96,32	2010	%	Relatórios gerenciais do Abono Salarial e RAIS.	95,08	jul/12
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	78,12	2010	%	Base de Gestão do Seguro-desemprego e Caged.	76,20	nov/12

A taxa de atividade (percentual de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas com 10 anos ou mais de idade) mostra redução de 3,4% de 2009 para 2011. A taxa de desocupação (percentual de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas) caiu de 8,3% em 2009 para 6,7% em 2011, em decorrência principalmente do aumento contínuo do emprego formal nos últimos anos.

A taxa de trabalho formal (16 anos ou mais) revela aumento expressivo no grau de formalização da força de trabalho brasileira, que passou de 53,58% em 2009 para 57,13% em 2011. Tal resultado, aparentemente, não decorre de ação coercitiva exercida pelo MTE, visto que, como mostram os indicadores, em 2010, 2,4% dos vínculos trabalhistas foram formalizados em decorrência de ação fiscal, e esse índice caiu para 1,83% em 2011. Em outros campos, contudo, a fiscalização tem desempenhado um papel fundamental, como refletem alguns indicadores. De 2010 para 2012, aumentou quase 13,4% o número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho, e no triênio 2009-2012, caiu 19,1% o número de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados. No período de 2010 a 2012, observou-se uma queda de 2,59% no número de trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo, e também uma redução de 4,4% na taxa de inserção da pessoa com deficiência por ação fiscal no biênio 2010-2011.

A área de fiscalização do MTE tem conseguido agilizar seus processos de trabalho; isso se expressa na taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos, que cresceu de 33% para 76% no período compreendido entre 2010 e 2012.

Esse feito é de grande relevância porque propicia não somente arrecadação para a Administração Pública, mas, sobretudo, pelo efeito pedagógico e disciplinar sobre os infratores ou inadimplentes, além de resguardar e resgatar o direito dos trabalhadores a condições dignas de trabalho. Ao promover uma maior fluidez de tramitação processual, diminui-se o passivo de processos em tramitação e, consequentemente, reduzem-se os riscos de prescrição.

Bons resultados foram alcançados também no que diz respeito à segurança e à saúde do trabalhador, conforme expresso nos indicadores de acidentes de trabalho. Entre 2009 e 2011 a taxa de acidentes de trabalho caiu 15,2%, a de incidência específica para doenças do trabalho caiu 26,9%; e a taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos[3] caiu 13,3%. A taxa de mortalidade de acidentes de trabalho permaneceu estável, em torno de 7,4%, porém a taxa de letalidade de acidentes de trabalho cresceu 17,7% e é preocupante[4].

Com relação ao público mais vulnerável, observa-se de 2009 a 2012 uma diminuição de 1,1% na taxa de participação da população negra e parda no total de empregos formais, e um aumento de 1,4% da participação feminina. Constata-se, ainda, uma queda de 4,6% na inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, de 2009 a 2011. Nesse mesmo período, a taxa de desocupação da população jovem de 14 a 17 anos subiu 11,9%, porém na faixa etária de 18 a 24 anos, a desocupação caiu 9,5%, e na faixa etária de 25 a 29 anos caiu 14,5%. A taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados cresceu 44,2% de 2010 a 2012, e o número de aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem cresceu 42,4% nesse período. A participação da fiscalização na inserção de aprendizes no mercado de trabalho subiu de 44% em 2010 para 47,2% em 2011. Embora a fiscalização da aprendizagem tenha sido intensificada nos últimos anos, a tendência é que o índice venha a diminuir, em razão da conscientização dos empregadores da obrigatoriedade da contratação de aprendizes. Observa-se ainda, no período em análise, que cresceu 5% a taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem de 2010 para 2012.

Em relação ao Projovem Trabalhador, entre 2010 e 2012, manteve-se estável a taxa de inserção dos jovens participantes, permanecendo na faixa dos 30%. Nas ações de qualificação do trabalhador, de 2009 a 2012, nota-se um aumento de 9,8% na participação de não brancos, e de 27,9% entre os com mais baixa escolaridade; entretanto, reduziu-se em 32,34% a participação dos jovens entre 16 e 29 anos, e em 10,1% a das mulheres.

De 2008 a 2011 cresceu cerca de 24,5% o número de participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários. Os clientes ativos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) apresentaram um crescimento ainda mais expressivo, da ordem de 38,9%, de 2010 para 2011, acompanhado de um aumento de 57,3% do saldo da carteira ativa; o número de operações cresceu 21,6 %, e o volume de crédito cresceu 31,8%. Desde sua criação o PNMPO tem mostrado uma trajetória de crescimento, e a partir de outubro de 2011,

3 A taxa de incidência específica para acidentes do trabalho típicos considera somente os acidentes típicos, ou seja, aqueles decorrentes das características da atividade profissional desempenhada pelo acidentado.
4 A taxa de letalidade de acidentes de trabalho representa o percentual de acidentes do trabalho que resultam em óbitos.

com a injeção de recursos oferecida pelo Programa Crescer, o crédito pode atingir os nanoempreendedores, a exemplo dos beneficiários do Bolsa Família, que antes encontravam dificuldades para adquirir crédito.

No que tange aos trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito, houve um aumento de 15,8% de 2010 para 2011; importa destacar que este indicador busca mensurar o volume de postos de trabalho gerados ou mantidos pelas empresas e pessoas físicas beneficiárias do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).
A taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal caiu 44,6% de 2010 a novembro de 2012. É importante realizar uma análise mais acurada desse indicador após a finalização da apuração de dados do exercício; como já ocorrido também no ano de 2011. O total de colocados na intermediação de mão de obra realizada pelo Sine ainda apresenta considerável reflexo da mudança de cultura com a implantação do novo sistema web.

A taxa de cobertura do abono salarial manteve-se praticamente estável entre 2010 e julho de 2012; o período de pagamento do benefício aos trabalhadores se inicia em julho de um ano e termina em junho do ano seguinte. No caso, em 2012 (considerando o ano calendário vincendo no exercício), essa taxa subiu para 95,08%, resultado este melhor que o alcançado no exercício anterior em idêntico período, refletindo melhoria das ações implementadas em prol da efetiva realização do pagamento do benefício ao trabalhador, ou seja, mostra que a política pública de fato alcança o seu público-alvo.

A taxa de cobertura do seguro-desemprego caiu em torno de 2,5% de 2010 a novembro de 2012. Quanto a essa taxa, importante ressaltar que embora elucide em algum grau a abrangência do benefício, nem todos os trabalhadores demitidos, constantes do universo dos "desligados sem justa causa" no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), têm direito ao benefício, por não satisfazerem os pré-requisitos do Programa do Seguro-Desemprego. Assim sendo, a proxy adotada deve ser analisada com ressalvas, uma vez que a informação possui um viés de subestimação. Uma análise mais adequada pode ser realizada quando do fechamento das variáveis envolvidas, o que, no caso do seguro-desemprego, pode ocorrer até dois meses após o final do mês de habilitação do beneficiário.

Programas abordados

O MTE responde pelos objetivos do Programa Trabalho, Emprego e Renda do PPA 2012-2015, além de participar de outros programas temáticos, relacionados a outros órgãos. Segue-se uma visão das principais políticas em curso no Ministério, com o recorte dado pelo Plano Plurianual, bem como dos resultados que estão sendo alcançados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO TRABALHO

R$ milhões

CÓD.	Descrição	Dotação incial	Dotação atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Inscrição em RP não processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**40.443,62**	**41.148,43**	**40.578,93**	**39.816,88**	**36.767,23**	**762,05**
2071	Trabalho, Emprego e Renda	40.072,77	40.771,04	40.303,05	39.732,25	36.695,93	570,80
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	278,93	278,93	217,92	44,77	44,77	173,15
2067	Resíudos Sólidos	53,29	57,79	37,45	28,60	16,38	8,85
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	38,64	40,67	20,51	11,27	10,15	9,24
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**1.622,56**	**1.656,76**	**1.593,95**	**1.503,87**	**1.503,32**	**90,08**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**18.018,57**	**18.018,58**	**18.018,58**	**15.381,05**	**15.381,05**	**2.637,53**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**1.180,13**	**6.857,47**	**1.240,00**	**1.240,00**	**1.239,99**	**0,00**
TOTAL = (I) + (II) + (III) + (IV)		**61.264,88**	**67.681,23**	**61.431,46**	**57.941,80**	**54.891,58**	**3.489,66**

Fonte: Siafi, atualizado em 25.01.2013

Programa Trabalho, Emprego e Renda

No decorrer de 2012, o MTE procurou atuar de forma articulada com outras políticas públicas do governo federal, visando ao aperfeiçoamento de medidas já implementadas ou a discussão e a elaboração de outras, de forma a alcançar um público maior, priorizando o público considerado vulnerável.

Este público requer uma atuação da política de trabalho articulada com as demais políticas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e a erradicação da pobreza, bem como a promoção da cidadania. Nesse sentido, vale destacar a interação com os programas Brasil Sem Miséria, Plano Viver sem Limites e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Dentre as principais ações executadas estão aquelas no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, cujo objetivo é distribuir de modo eficiente entre os trabalhadores os riscos do desemprego, visando mitigar a perda da renda proveniente do trabalho. Para tanto, pressupõe a concessão (pagamento) do benefício do seguro-desemprego, além das ações de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional do trabalhador. No intento de fortalecer esse tripé, a implantação do Portal MTE Mais Emprego promove a integração da concessão do benefício do seguro-desemprego à qualificação social e profissional e à intermediação de mão de obra, ambas realizadas no âmbito do Sine; a concessão do benefício do seguro-desemprego passou a ser operacionalizada

também em parceria com o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC).

Quanto à concessão do benefício do seguro-desemprego, no ano de 2012, foram beneficiados 7,5 milhões de trabalhadores na modalidade formal, 913 mil pescadores artesanais, 14,2 mil empregados domésticos e 2,1 mil trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão, num dispêndio total de R$ 27,4 bilhões. Comparado com o ano de 2011, percebe-se um aumento de 15,26% dos gastos, o que é explicado pelas características dos fluxos de trabalhadores e os padrões de criação e eliminação de empregos. Existem ainda outros aspectos diretamente relacionados ao aumento do dispêndio financeiro do seguro-desemprego, valendo-se destacar:

- Crescimento do mercado de trabalho (criação de aproximadamente 16,8 milhões de novos empregos formais entre janeiro/2003 e dezembro/2012);
- Alta taxa de rotatividade de mão de obra (acima de 40%); e
- Aumento real do salário mínimo (em torno de 66% de 2003 a 2012).

Com a concessão do benefício integrada a ações de qualificação via Pronatec e intermediação de mão de obra via Sine, em 2012, foram encaminhados a vagas de emprego 250 mil trabalhadores segurados do seguro-desemprego, sendo recolocados no mercado de trabalho 39,5 mil trabalhadores. No mesmo contexto, 75,8 mil foram encaminhados a cursos de qualificação Pronatec. Com isso, pode-se perceber uma diminuição no tempo médio de desemprego, e consequentemente redução do número de parcelas pagas por segurado de 3,98 para 3,88, ou seja, em torno de 2,5 % menor que no ano anterior, significando uma economia relativa de recursos. Ademais, em 2012, foram qualificados cerca de 70 mil trabalhadores no âmbito do PNQ cadastrados em mais de 3 mil postos do Sine nos mais diversos setores e ocupações, com prioridade a pessoas em situação de maior vulnerabilidade social.

O Abono Salarial constitui-se no pagamento de benefício anual no valor de um salário mínimo, assegurado aos empregados que recebem em média até dois salários mínimos de remuneração mensal. Quanto ao pagamento desse benefício, considerando-se que o ano calendário começa em julho e termina em junho do ano seguinte, faz-se relevante apresentar o resultado do ano calendário vincendo em junho de 2012. Para esse período, foram identificados 20,4 milhões de trabalhadores, sendo beneficiados 19,4 milhões, envolvendo um dispêndio de cerca de R$ 10,4 bilhões.

Quanto ao comportamento do mercado de trabalho formal mostrado pelo Caged, em 2012, observa-se um crescimento de 3,43% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada de dezembro de 2011, o que representa uma geração de 1,3 milhão de empregos formais. Importante registrar que a Rais 2011 (divulgada em 2012) registrou 70,971 milhões de vínculos empregatícios declarados, o que representa um aumento de 6,33%, comparativamente ao resultado de 2010. A Rais abrange todo emprego formal, enquanto o Caged registra apenas empregos celetistas.

O Proger surgiu com a finalidade de estimular a democratização e ampliação do crédito a setores produtivos, priorizando os micros e os pequenos empreendimentos urbanos e rurais, mas também investindo em pessoas físicas, cooperativas e associações, médios e grandes empreendimentos, inovação e difusão tecnológica e infraestrutura, por intermédio das instituições financeiras oficiais.

Os recursos do Proger são extraorçamentários, provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob a forma de depósitos especiais. O Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) autorizou, para o exercício de 2012, a alocação de novos recursos no valor de até R$ 3,5 bilhões, somando-se a este a utilização de mais R$ 3 bilhões referentes a recursos alocados em anos anteriores nos bancos.

De forma a estimular a concessão de novos investimentos no segmento das micros e pequenas empresas, foi proposto e aprovado pelo Codefat, no final de 2011, a desoneração do spread bancário (taxa de remuneração dos agentes financeiros) nas operações cobertas pelo Funproger e pelos demais fundos de aval similares. Com expectativa de retorno de médio prazo, tal medida visou desonerar o spread, na proporção do risco de fato assumido pelo agente financeiro nas operações de crédito do Proger, incitando as instituições financeiras a concederem um volume maior de financiamento, com efeito direto na criação e/ou manutenção de postos de trabalho.

Atualmente, em virtude dos eventos esportivos internacionais que ocorrerão no Brasil a partir de 2013, o Proger prevê um aumento no volume de contratações para a iniciativa “investimento em turismo”, após a autorização pelo Conselho da criação da linha de crédito especial FAT Turismo, cujo lançamento oficial ocorreu em outubro de 2012. Essa linha tem o objetivo de financiar empreendimentos que visem ao apoio a esses eventos, de forma a gerar emprego e renda, bem como ampliar a capacidade das empresas de se preparar para atender às demandas por eles geradas.

Relacionada a tais eventos tem-se, ainda, a linha de crédito especial FAT Taxista (Pessoas Físicas), que se destina ao financiamento da aquisição de veículos, objetivando a renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi, beneficiando o profissional autônomo que atua como taxista, proporcionando-lhe a renovação e melhoria de qualidade do veículo que constitui sua ferramenta de trabalho.

No que se refere ao PNMPO, o grande público se concentra na informalidade, com índices próximos da totalidade das operações, representando 96% dos créditos concedidos. Quanto à distribuição dos clientes por ramo de atividade, a maior concentração está na categoria comércio, com 89,13% das operações realizadas no último semestre de 2012. Já no quesito gênero, há forte representação das mulheres, totalizando 64% dos clientes de operações de microcrédito. Com relação à distribuição dos clientes do microcrédito produtivo orientado por finalidade de crédito, a maior concentração está na categoria de capital de giro, com 90,59% dos créditos concedidos.

Em 2012, também foram adotadas ações indutoras ao crédito a partir da concessão de subvenção econômica pelo Programa Crescer, que reduziu consideravelmente as taxas de juros para o segmento, fortalecendo, assim, a concessão de microcrédito pelas instituições bancárias.

Essa ação permite estimular o empreendedorismo e, consequentemente, incentivar o pequeno negociante a se tornar um empreendedor individual.

Alinhado às diretrizes do Plano Brasil sem Miséria e considerando ainda a transversalidade das políticas públicas do governo federal, o PNMPO executa ações integradas para facilitar o acesso do microcrédito produtivo orientado aos beneficiários do Programa Bolsa Família e, sobretudo, estimular o empreendedorismo, contribuindo para a melhoria social desse público.

No âmbito do objetivo do PPA de "Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho", especificamente em relação à iniciativa "execução de fiscalizações do cumprimento de atributos de legislação trabalhista e arrecadação do FGTS", foi empreendida a fiscalização trabalhista de 256 mil empregadores urbanos, portuários e aquaviários, representando o cumprimento de 21,67% da meta para o período 2012-2015, resultando na inserção de 360 mil trabalhadores no mercado de trabalho. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seus vínculos de emprego formalizados. A auditoria trabalhista empreende esforços para coibir a inadimplência e a sonegação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), contribuindo para ampliar a arrecadação ao fundo.

Em 2012, o MTE inspecionou o recolhimento ao FGTS em 150,1 mil empresas. As fiscalizações resultaram em R$ 1,66 bilhões em valores notificados e recolhidos sob ação fiscal; o número de notificações de débito emitidas foi de 15,9 mil. A ação se consolida como uma das principais ferramentas de proteção do patrimônio do trabalhador.

Ainda no contexto desse objetivo, houve 12,7 mil ações fiscais específicas para o meio rural (21,87% da meta para o quadriênio 2012-2015), dirigidas prioritariamente à proteção de trabalhadores safristas, sincronizadas com o cronograma e a sazonalidade da produção agrícola, com a finalidade de verificar o cumprimento, por parte dos empregadores rurais, dos direitos trabalhistas: registro do trabalhador, jornada de trabalho, descansos, salários e conexos. As fiscalizações resultaram na formalização do vínculo de emprego de 58,8 mil trabalhadores rurais em 2012, reduzindo a informalidade no setor, que historicamente apresenta os índices mais elevados de trabalhadores laborando sem carteira de trabalho e previdência social assinada.

Com relação ao objetivo de promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes, foram realizadas, em 2012, 154,4 mil ações, superando a meta de 143 mil ações fixadas para o ano e atingindo 30,9% da meta do quadriênio 2012-2015.

Os setores econômicos mais fiscalizados foram o comércio, que tem o maior contingente de trabalhadores formais, e a construção civil, que tem a terceira maior taxa de mortalidade por acidentes do trabalho. Os dois segmentos que apresentam maior taxa de mortalidade por acidentes do trabalho, são a indústria mineral e transportes. Quanto à primeira, verificou-se um pequeno aumento no número de ações fiscais voltadas para o setor; por outro lado, com referência ao setor de transporte de carga, foi fortalecido o Grupo Especial de Fiscalização de Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas (GETRAC), utilizando dados de rastreamento de satélite. O GETRAC, ao fiscalizar dez dos maiores grupos econômico do setor, com ênfase na fiscalização de jornada e prevenção de acidentes do trabalho, alcançou 20,5 mil empresas terceirizadas.

Integrando a iniciativa para "execução das operações de auditoria em obras de infraestrutura", as ações de fiscalização da construção civil pesada foram desenvolvidas pelo Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura. Este grupo foi ampliado de duas para quatro equipes, cumprindo a meta de 44 operações de grande porte em 2012, das quais 11 em obras de usinas hidrelétricas, 5 em obras de grandes linhas de transmissão de energia, 5 em estádios e 4 em fábricas de celulose, além de ferrovias, rodovias e outras obras.

No tocante à meta de implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), foi elaborado, juntamente com os demais integrantes da Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho (CT-SST), o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Plansat), divulgado em abril, na semana que marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Esse plano tem objetivos, estratégias e ações, com prazos definidos, que vem sendo monitorados pela comissão.

Com relação à análise de acidentes do trabalho, 79,25% da meta foi atingida, produzindo 1.902 análises, número inferior à média do PPA anterior (1.915). A região Nordeste foi a que mais se aproximou do cumprimento da sua meta proporcional e o Sudeste a que ficou mais distante do planejado.

No que se refere à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), as metas quantificáveis foram atingidas em dois casos: aumento do número de estudos e implementação da PNSST. No caso da elaboração de diretrizes para os setores mais críticos, não há uma meta anual a ser alcançada no corrente ano e os trabalhos foram mais no sentido de levantar dados e estabelecer critérios para definição desses setores. Contudo, já foram estabelecidos como setores prioritários a construção civil, transporte rodoviário de cargas e frigoríficos, em razão das decisões da Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho. No caso da elaboração de estudos, embora tenha sido atingida a meta prevista, permanece o desafio de aprofundar a regionalização.

Quanto à democratização das relações de trabalho no País, em 2012, o MTE teve participação efetiva em grandes mesas de negociação coletiva, a exemplo da negociação entre a empresa General Motors (GM) e os operários ligados ao complexo da montadora em São José dos Campos, participação essa que evitou a demissão de cerca de 1,5 mil empregados. Em 2012 foram realizadas em torno de 9,9 mil mediações coletivas, com taxa de eficiência de 86,50% (percentual de mediações que resultaram em acordo em relação ao total de mediações realizadas) e taxa de eficácia de 94,64% (percentual de trabalhadores alcançados pelas mediações com acordo, em relação ao total de mediações realizadas), beneficiando, diretamente, 9,6 milhões de trabalhadores. Foram registrados ainda 48 mil instrumentos coletivos de trabalho (convenções, acordos coletivos de trabalho e termos aditivos).

Em agosto de 2012, o MTE promoveu a I Conferência de

Trabalho Decente, realizada em Brasília/DF, após a ocorrência de 273 conferências preparatórias, sendo 138 municipais, 26 estaduais, 5 microrregionais e 104 regionais. O resultado da I Conferência de Trabalho Decente representa elemento base para a elaboração de um Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

As ações de fomento e fortalecimento da economia solidária foram ampliadas em 2012 para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para cumprir essa missão foram celebrados 81 novos convênios com governos estaduais e municipais, universidades e entidades da sociedade civil sem finalidade de lucro, com o comprometimento total de transferência voluntária de R$ 171 milhões, dos quais R$ 73,3 milhões foram empenhados no exercício. Parte deste recurso foi descentralizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito das ações de Inclusão Produtiva Urbana do Brasil Sem Miséria. Com esses convênios, serão apoiados 2,6 mil empreendimentos econômicos solidários, beneficiando diretamente 54,2 mil famílias e 164,4 mil pessoas indiretamente.

Em cumprimento à meta de "aprovação de um novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho", ocorreram avanços com a sanção da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop), após 8 anos de negociações, garantindo reconhecimento de direitos e políticas públicas para essas cooperativas. Também está em andamento a regulamentação das Cooperativas Sociais (Lei nº 9867, de 10 de novembro de 1999).

Para atingir a meta de "certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário" (SNCJS), em 2012 foram selecionadas propostas que irão beneficiar 1,3 mil empreendimentos econômicos solidários, com 6,8 mil participantes diretos e 32 mil pessoas beneficiadas indiretamente. Ao todo, até 2014, 5 mil empreendimentos econômicos solidários terão benefícios nos processos de comercialização com a declaração de conformidade com os critérios e regras do SNCJS.

Em 2012 foi realizada seleção pública de propostas que visam à realização da meta de "criação e fortalecimento de 200 redes de produção e comercialização", com o apoio a 11 projetos que, até 2015, irão beneficiar 180 empreendimentos organizados em 46 redes de cooperação, com 43,6 mil participantes diretos. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SG/PR) participa dessa iniciativa com o objetivo de promover a organização e o fortalecimento de redes de cooperação solidária em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo, enquanto estratégias de viabilização de ocupação e renda para a população jovem.

Programa Autonomia e Emancipação da Juventude

O instituto da aprendizagem profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho; essa política proporciona aos maiores de 14 e menores de 24 anos, e às pessoas com deficiência (sem limite de idade) a conexão entre a formação profissional e a formalização de contrato de trabalho de natureza especial.

O dispositivo legal que embasa o programa exige que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior, técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem sua matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e a regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. Nesse sentido, o MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), as quais foram responsáveis por 140,9 mil inserções do total de 273,4 mil realizadas, o equivalente a 51,5% dos admitidos até novembro de 2012.

Ainda que fundamental, não é suficiente fiscalizar os estabelecimentos para o cumprimento das cotas legais para aprendiz. Para que se realize o potencial de vagas apontado nos registros administrativos Rais e Caged, a estratégia tem sido a promoção do diálogo em fóruns estaduais (até 2012 foram implementados quinze deles), bem como a elaboração de um Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) para ser desenvolvido até 2015.

A integração da aprendizagem profissional com outras políticas de governo (tais como o Brasil – Viver sem limites, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes e o PNMPO, para formação de novos agentes financeiros) e a integração com os cursos do Pronatec e do Projovem Trabalhador, permitem potencializar os recursos mobilizados nesses programas, garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

No ano de 2012 foram beneficiados 207,3 mil jovens, por meio de 185 parcerias assinadas em 2011, sendo 14 com estados e 171 com municípios, utilizando recursos da ordem de R$ 384,5 milhões. Em agosto de 2012, aproximadamente 37% dos jovens que foram beneficiários do Projovem estavam empregados, conforme mostram os dados do Caged.

Programa Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Em 2012, foram realizadas 7,4 mil ações fiscais (29,6% da meta do quadriênio 2012-2015), retirando da situação de trabalho cerca de 6,4 mil crianças e adolescentes. Em 2011, houve um menor número de ações, em torno de 7 mil, mas a quantidade de crianças/adolescentes afastados foi maior, alcançando 10,4 mil. Enquanto em 2011 o foco das ações foram as feiras livres, atividade predominantemente informal, onde foi constatada a ocorrência de grande número de crianças em situação de trabalho, em 2012 as ações fiscais foram focadas nas oficinas mecânicas e lava-jatos, setores da economia formalizada, onde a incidência de trabalho infantil mostrou-se menor. Ambas as atividades integram a

chamada Lista TIP, lista das piores formas de trabalho para crianças e adolescentes, conforme determinação do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

Programa Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

A responsabilidade da fiscalização está relacionada com o objetivo "Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho". Aqui, a fiscalização age no intuito de exigir do empregador o cumprimento da cota legal para contratação de pessoas com deficiência. Em 2012, como resultado do esforço da fiscalização trabalhista, foram inseridas 35,4 mil pessoas com deficiência, superando a meta anual e atingindo 22% da meta estabelecida para o período 2012-2015, sendo o resultado mais expressivo da série histórica iniciado em 2000.

Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

A erradicação do trabalho escravo é um dos temas centrais da agenda de promoção dos direitos humanos e da agenda de promoção do trabalho decente. O MTE exerce importante papel no combate a esse crime, tipificado no art. 149 do Código Penal Brasileiro, ao coordenar a fiscalização para erradicação do trabalho análogo ao de escravo. Em cumprimento à iniciativa de "execução de ações fiscais para erradicar o trabalho análogo a de escravo", no ano em questão, 2,6 mil trabalhadores foram resgatados de condições análogas a de escravo e R$ 8,7 milhões resultam no montante pago a estes trabalhadores a título de indenização. Por sua vez, em 132 operações foram inspecionados 241 estabelecimentos (25,5% da meta para 2012-2015), tanto no meio rural quanto no urbano.

Com o objetivo de dar publicidade à sociedade dos empregadores que foram flagrados mantendo trabalhadores em condições análogas a de escravo, a atualização semestral do Cadastro de Empregadores, disciplinada pela Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011, indicou, em 28 de dezembro de 2012, 56 inclusões e 31 exclusões de nomes, tanto de pessoa física quanto jurídica, seja de atuação no meio rural ou urbano. Passaram a constar do referido cadastro 410 empregadores.

Cumpre ressaltar que no mesmo ano foi lançado o Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo. Merece atenção especial o fato de o manual versar também sobre a questão do trabalhador estrangeiro e do tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho em condição análoga a de escravo.

Programa Resíduos Sólidos

Em 2012, o MTE apoiou 25 novos projetos com o empenho de R$ 35,5 milhões que irão beneficiar diretamente 249 empreendimentos com 15 mil catadores participantes. Deu-se continuidade ao Projeto Cataforte, voltado para o fortalecimento de redes de cooperação e logística solidária, beneficiando 26 redes e 187 cooperativas e associações de catadores.

4.21. FUNÇÃO TRANSPORTE
4.21.1. Ministério dos Transportes

O Ministério dos Transportes (MT), em cumprimento à sua missão de dotar o País de infraestrutura viária adequada, garantir a operação racional e segura do transporte de bens e pessoas, cooperar para o desenvolvimento socioeconômico e a integração nacional e sul-americana, definiu um conjunto de iniciativas com o objetivo de reforçar a sua governança, entre elas, a adoção de providências para implantar metodologias e ferramentas de planejamento e gestão estratégica. A iniciativa do Ministério integrou as prioridades da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC e foi traduzida na implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública no Ministério dos Transportes – PMGP/MT, contemplando, além da implementação de um processo de acompanhamento e gestão estratégica, um amplo projeto de Reestruturação Organizacional com as premissas de visão sistêmica e integração das competências do Setor.

O esforço do MT está concentrado na criação de uma rede de gestão por resultados que, em articulação com todos os seus órgãos vinculados, utilizará metodologias de *Gestão Estratégica*, de *Gestão de Projetos Estratégicos* e de *Gestão de Processos*. Como principal resultado para a sociedade, o Ministério busca atingir a Visão estabelecida em seu Planejamento Estratégico Institucional: Atuar e ser reconhecido como agente indutor do desenvolvimento sustentável brasileiro pela oferta de uma infraestrutura e serviços de transportes com padrões internacionais de excelência.

Nesse sentido, foram concluídos, em 2012, os trabalhos de "Reavaliação de Estimativas e Metas do PNLT" – Plano Nacional de Logística e Transportes. A revisão completa estendeu o horizonte de aplicação do Plano, que passou do ano de 2023 para 2031, com acréscimo de novos projetos em seu portfólio.

Lançado em agosto de 2012, o Programa de Investimentos em Logística visa melhorar a infraestrutura de transportes no País e promover a integração entre rodovias e ferrovias, reduzindo custos e aumentando a competitividade.

Com o intuito de ampliar a capacidade de planejamento, gestão e logística da Pasta, foi criada em 2012 a Empresa de Planejamento e Logística S.A – EPL que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística nacional para rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

Com a publicação do novo marco legal do setor portuário, por meio da Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, consolidou-se a incumbência do Ministério dos Transportes sobre a manutenção e administração das hidrovias interiores.

No que se refere à regulação, destaca-se, no ano, o desenvolvimento de ações vinculadas ao aprimoramento do regulamento dos usuários dos serviços de transporte ferroviário de cargas e as demais operações relacionadas ao direito de passagem e tráfego mútuo. Estas ações permitirão a utilização de maior capacidade de transporte nas linhas férreas em que haja capacidade ociosa.

Quanto à execução financeira, segue quadro demonstrativo dos valores liquidados nas subfunções típicas, do Ministério dos Transportes, nos últimos cinco anos.

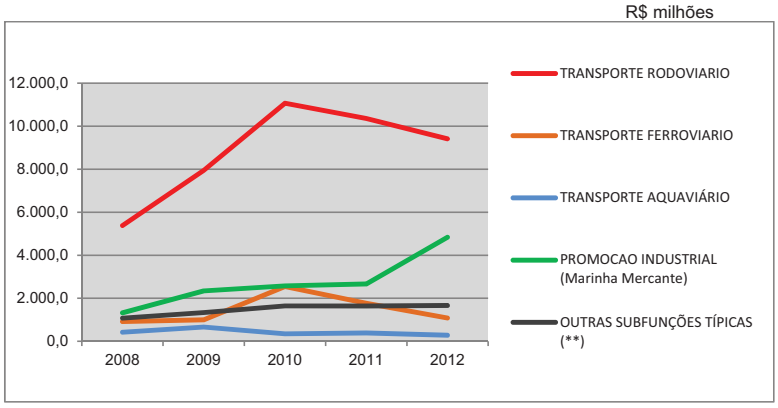
VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2008/2012

R$ milhões

SUBFUNÇÕES	2008		2009		2010		2011		2012		Total
	RP N. PROC.	LIQ. EXER.	RP N. PROC.	LIQ. EXER.	RP N. PROC.	LIQ. EXER.	RP N. PROC.	LIQ. EXER.	RP N. PROC.	LIQ. EXER.	
TRANSPORTE RODOVIARIO	1.844,0	3.537,1	4.128,9	3.812,2	5.845,6	5.223,5	5.234,1	5.124,3	4.200,5	5.212,3	**44.162,7**
TRANSPORTE FERROVIARIO	239,3	679,3	641,7	356,8	1.536,1	1.008,4	1.082,2	688,5	495,5	587,6	**7.315,5**
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	210,4	209,3	65,5	599,9	86,8	260,6	125,0	262,1	174,7	105,4	**2.099,6**
PROMOCAO INDUSTRIAL	1320,4	0,0	288,4	2.056,4	2.579,9	0,00	2495,0	167,6	4.754,3	80,4	**13.742,3**
OUTRAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS (**)	924,9	148,6	327,7	1.008,5	1.348,9	294,1	1.298,7	337,2	1.390,3	272,6	**7.351,6**
TOTAL	**4.539,0**	**4.574,2**	**5.452,2**	**7.833,8**	**11.397,4**	**6.786,5**	**10.235,0**	**6.579,7**	**11.015,3**	**6.258,3**	**74.671,6**

(*) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.
(**) Valores referentes às subfunções: Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos, Administração de Concessões, Comunicação Social, Atenção Básica, Alimentação e Nutrição, Proteção e Benefícios ao Trabalhador, Educação Infantil, Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, Controle Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Promoção Industrial, Serviços Financeiros e Outros Encargos Especiais.
Fonte: Siafi

VALORES LIQUIDADOS (*) NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2008/2012



Fonte: Siafi

Analisando os dados do gráfico acima, relativamente à subfunção Transporte Rodoviário, pode-se observar um acréscimo contínuo na execução orçamentária entre 2008 e 2010. Em 2011 e 2012, houve um decréscimo de 6,4% em relação a 2010 e 9,1% em relação a 2011, respectivamente.

Essas reduções ocorreram, por um lado devido à conclusão de diversas grandes obras no exercício de 2010 e por outro à reavaliação de projetos antes da contratação, com o objetivo de proporcionar um melhor desempenho nos exercícios subsequentes.

Com relação à subfunção Transporte Ferroviário, também foi observado um crescimento no período de 2008 a 2009 e um salto significativo de 2009 para 2010, quando foi concluído o Tramo Norte e parte do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul – FNS.

Em 2011, entretanto, houve um decréscimo de 30,4% na execução orçamentária, em relação a 2010, que se pode explicar pelo fato dos projetos estarem em sua fase inicial (Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL).

Em 2012, houve um decréscimo de 38,8% em relação a 2011, justificado pela assinatura de Termos Aditivos para repactuação de preços de superestrutura (dormentes e acessórios) e tratativas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA quanto a interferências verificadas junto a assentamentos referentes aos contratos da Ferrovia Norte-Sul – Extensão Sul.

Quanto à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Caetité-Barreiras, a obra encontra-se suspensa por determinação do Tribunal de Contas da União – TCU e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - Ibama.

A execução orçamentária na subfunção Transporte Aquaviário teve um relevante aumento nos anos de 2008 e 2009 em decorrência das obras das eclusas de Tucuruí e construção de terminais hidroviários na região amazônica. Em 2011, houve um acréscimo de 11,4% em relação a 2010, em virtude da priorização da manutenção dos corredores hidroviários. Em 2012, houve um decréscimo de 27,6% em relação ao ano de 2011, justificado pelo não repasse de R$ 100 milhões referentes ao Protocolo de Intenções firmado com o Governo do estado de São Paulo para intervenções na hidrovia Tietê-Paraná.

Relativamente à subfunção Promoção Industrial (Marinha Mercante), observou-se no período 2008 a 2011 um crescimento contínuo na execução orçamentária e um significativo incremento em 2012 (81,6%) em relação ao exercício anterior atribuído principalmente à construção de estaleiros e de embarcações de apoio *off-shore*, permitindo a renovação e ampliação da frota naval brasileira.

Como se pode observar, os valores da função Transporte demonstram um crescimento consistente no período de 2008 a 2010, estabelecendo um novo patamar de desempenho ministerial. Em 2011, houve um decréscimo de 7,5% em relação ao ano de 2010. Em 2012, houve um aumento na execução orçamentária de 2,7% em relação a 2011 em função do significativo desempenho da subfunção Promoção Industrial (Marinha Mercante).

Indicadores

A implementação, levantamento e validação de indicadores de desempenho destina-se a permitir a avaliação de desempenho dos programas de transportes. Com a implantação do novo Plano Plurianual 2012-2015 foram considerados indicadores por Programa Temático, assim distribuídos para a função Transporte:

- Desenvolvimento Produtivo – quatro indicadores;
- Transporte Ferroviário – 14 indicadores;
- Transporte Hidroviário – quatro indicadores;
- Transporte Rodoviário – 11 indicadores.

Merecem destaque os seguintes indicadores:

PROGRAMA 2072 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO

INDICADOR	FONTE	DATA DE APURAÇÃO	ÍNDICE APURADO	ÍNDICE PPA 2012/2015	UNIDADE
Índice de acidentes ferroviários	SAFF	30/11/12	12,00	15,00	acid/(milhão trens.km)
Malha Ferroviária inoperante ou subutilizada	Deliberação 124/2011-ANTT	31/12/12	5.544	18.900	km
Malha Ferroviária	Sítio da ANTT	31/12/12	28.692	29.785	km
Número de acidentes ferroviários	SAFF	31/12/12	946	951	acidentes
Percentual de carga ferroviária movimentada em TM/DP	SAFF	30/11/12	8,64	7,36	%
Produto médio anual do transporte ferroviário*	SAFF	30/11/12	35,44	0,05	R$/tku
Total da produtividade ferroviária	SAFF	30/11/12	275	279	bilhões de tku
Total da carga geral transportada**	SAFF	30/11/12	34	103,10	milhão de tu
Total da movimentação de cargas por ferrovia	SAFF	30/11/12	421	497,00	milhão de tu
Velocidade média comercial dos trens	SAFF	30/11/12	15,63	25,00	km/h
Total de movimentação de passageiros por ferrovias***	ANTT	30/09/12	1.655.005	2.484.930,00	quantidade

*indicador com a unidade modificada, conforme Nota Técnica ANTT/SUFER nº 01/2013.
**indicador com o conceito de carga geral transportada ajustado, conforme Nota Técnica ANTT/SUFER nº 01/2013.
***calculado até o 3º trimestre de 2012.
SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário

PROGRAMA 2075 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

INDICADOR	FONTE	DATA DE APURAÇÃO	ÍNDICE APURADO	ÍNDICE DO PPA 2012/2015	UNIDADE
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	ABCR/ANTT	31/12/12	5,1	4,8	km
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	DNIT/ANTT	31/12/12	89,00	57,00	%

ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias

Programas Estruturantes

Programa Transporte Rodoviário

As obras rodoviárias de infraestrutura destinam-se a melhorar as condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto. A malha rodoviária federal existente, responsável pela integração regional e interestadual de fluxos de transporte, possui caráter de grande relevância econômica para a nação. O Governo Federal priorizou ações de conservação e restauração em 2012. Relevantes empreendimentos de construção, adequação e ampliação da capacidade de rodovias tiveram continuidade, inclusive no que tange a acessos terrestres a portos por vias federais.

Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Em 2012, a estratégia adotada para as ações de manutenção da malha federal orientou-se por metas de desempenho estabelecidas para o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas – Procrema. Ficaram assim garantidas maior qualidade e vida útil para as rodovias. O Procrema se divide em dois subprogramas: CREMA 1ª etapa e CREMA 2ª etapa. O primeiro assegura a manutenção das boas condições da rodovia por um prazo de dois anos com intervenções de caráter funcional. O segundo abrange um prazo de cinco anos, possibilitando a realização de intervenções mais substantivas em grandes extensões, associadas à manutenção das vias. Ressalta-se, no período, a continuidade dos programas de Restauração e Conservação Tradicionais. Os contratos executados totalizaram 21.311 km de CREMA 1ª etapa, 11.165 km de CREMA 2ª etapa, 2.273,4 km de Restauração Tradicional e 18.631,3 km de Conservação Tradicional, correspondendo ao montante de 53.380,7 km de cobertura contratual da malha rodoviária federal.

Expansão da Malha e Adequação de Capacidade

A maioria dos investimentos realizados em 2012, nas ações de construção e adequação de rodovias, integra a carteira do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Estes tipos de empreendimentos propiciam o escoamento da produção, ampliam a fronteira agrícola, superam gargalos operacionais, integram o território nacional e o interligam aos países da América do Sul. Foram executados 392,1 km de duplicação/adequação e 525,6 km de pavimentação/construção rodoviária. Destacam-se, em 2012, as seguintes obras, por região:

Região Norte:

- BR-364/AC, trecho Sena Madureira – Feijó (189,8 km), executados 35,2 km de pavimentação;
- BR-156/AP, trecho Ferreira Gomes – Oiapoque (168,0 km), executados 55,0 km de pavimentação;
- BR-163/PA, trecho Divisa MT/PA – Santarém (947,0 km), concluídas 52 pontes e executados 62,2 km de pavimentação;
- BR-230/PA, trecho Divisa TO/PA – Rurópolis (855,0 km), executados 103,0 km de construção;

- BR-319/RO, Ponte sobre rio Madeira (1,8 km), executados 86,9% da obra;
- BR-429/RO, trecho Presidente Médici – Costa Marques (304,3 km), executados 47,3 km de pavimentação;
- BR-153/TO, travessias de Colinas do Tocantins (5,0 km) e Guaraí (4,9 km), executados 4,0 km e concluídas as obras;
- BR-153/TO, travessia de Miranorte (7,0 km), executados 7,0 km da pista principal e 11,0 km de vias marginais.

Região Nordeste:

- BR-101/AL, trecho Divisa PE/AL – Divisa AL/SE (248,5 km), executados 51,9 km de duplicação e modernização;
- BR-101/PB, trecho Divisa PB/RN – Divisa PB/PE (129,0 km), conclusão da obra de duplicação;
- BR-101/PE, trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL (199,0 km), executados 3,0 km de duplicação, uma passagem inferior e uma ponte;
- BR-101/RN, trecho Natal – Divisa RN/PB (81,0 km), conclusão das obras de duplicação e de modernização;
- BR-101/SE, trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o Contorno de Aracaju, executados 55,0 km de duplicação e modernização do trecho e concluído o contorno;
- BR-235/BA, trecho Divisa SE/BA – Divisa BA/PI (664,0 km), executados 6,5 km de pavimentação;
- BR-418/BA, trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA (72,8 km), executados 14,1 km de pavimentação e alargamento de quatro pontes;
- BR-408/PE, trecho Carpina – Entroncamento BR-232 (41,8 km), executados 19,7 km de adequação;
- BR-235/PI, trecho Gilbués – Divisa PI/MA (Santa Filomena) (130,2 km), executados 57,2 km de construção;
- BR-324/BA – Via Expressa Porto de Salvador (4,3 km), executados 1,9 km.

Região Sudeste:

- BR-101/ES, contorno rodoviário de Vitória (25,5 km), executados 2,0 km de duplicação e duas obras-de-arte especiais;
- BR-050/MG, trecho Uberlândia – Araguari – Divisa MG/GO (68,4 km), executados 21,4 km de duplicação;
- BR-364/MG, trecho Entroncamento BR-153/MG (Gurinhatã) – Divisa MG/GO (75,6 km), executados 38,0 km de pavimentação;
- BR-365/MG, trecho Uberlândia – Entroncamento BR-153 (Trevão) (79,0 km), executados 29,0 km de duplicação;
- BR-493/RJ, construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro (97,0 km): Trecho 1 – Entroncamento BR-040/RJ – Entroncamento BR-101/RJ (71,0 km), concluídas 23 obras-de-arte especiais.

Região Sul:

- BR-163/PR, Contorno Oeste de Cascavel (23,0 km), executados 14,3 km de pavimentação e conclusão da obra;
- BR-376/PR, Contorno Rodoviário de Maringá (17,6 km), executados 1.260 m de muros de contenção;
- BR-386/RS, trecho Tabaí – Estrela (38,0 km), executados 16,8 km de duplicação e 76,0% de obras-de-arte especiais;
- BR-392/RS, trecho Pelotas – Rio Grande (85,0 km), executados 42,0 km de duplicação e nove viadutos;
- BR-448/RS, trecho Sapucaia – Porto Alegre (22,0 km), executados 35% de construção e 20% de quatro viadutos;
- BR-470/RS, trecho Barracão – Lagoa Vermelha (75,0 km), executados 5,8 km de construção, com conclusão da obra;
- BR-101/SC, trecho Palhoça – Divisa SC/RS (145,6 km), executados 19,5 km de duplicação.

Região Centro-Oeste:

- BR-060/GO, trecho Goiânia – Abadia de Goiás – Jataí (315,4 km), executados 21,3 km de duplicação;
- BR-359/MS, trecho Divisa MS/GO – Entroncamento BR-163/MT, (223,9 km), obra de construção concluída;
- BR-158/MT, trecho Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (481,3 km), executados 14,0 km de pavimentação;
- BR-242/MT, trecho BR-163/MT (Sorriso) – BR-158/MT (Querência) (481,1 km), executados 57,7 km de pavimentação.

Operações Rodoviárias

Dentro da visão estratégica da Pasta de Transportes, destacam-se os seguintes objetivos na área de operação e serviços: garantir a segurança dos usuários, garantir elevados padrões de fiscalização e melhorar o nível de serviços dos modos de transportes. Assim, em 2012, buscou-se aprimorar os programas operacionais existentes.

O Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional – PROSINAL contemplou a execução de 12.500,0 km de sinalização nas rodovias federais pavimentadas.

O Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais – PRODEFENSAS abrangeu o fornecimento e a substituição de 270,0 km de defensas, contribuindo para a redução da severidade dos acidentes.

Em substituição aos Programas PROSINAL e PRODEFENSAS foi formatado, durante o ano de 2012, um grande Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária denominado BR-LEGAL. Serão contemplados mais de 100 lotes de rodovias com extensão média de 500 quilômetros cada um totalizando aproximadamente 58 mil quilômetros de rodovias federais nos 26 estados da federação e no Distrito Federal. O BR-LEGAL prevê implantar e manter sinalização horizontal, vertical e suspensa, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito. O programa inova na duração dos contratos que passam a ser de cinco anos e a contar com a previsão de instalação de sinalização turística (em inglês e espanhol) nas vias de acesso às cidades sedes da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Outro programa de destaque que contribui para a segurança nas rodovias federais é o Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade – PNCV que, em dezembro de 2012, contava com 1.310 equipamentos em operação.

Com o objetivo de manter a qualidade do pavimento, o Governo Federal realiza a fiscalização do excesso de peso dos veículos de transporte de cargas e passageiros por meio do Plano Nacional de Pesagem – PNP. Atualmente estão em funcionamento 73 Postos de

Pesagem de Veículos – PPV's, que permitiram a fiscalização de 10 milhões de veículos, em 2012.

Transporte de Passageiros

No que diz respeito à mobilidade da população, foram transportados 123,4 milhões de passageiros entre outubro de 2011 e setembro de 2012, sendo que entre janeiro e setembro de 2012, foram transportados cerca de 90,9 milhões de passageiros, em 2.648 serviços de transporte regulares ativos, operados por 253 empresas. A frota cadastrada na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT disponível para atendimento é de 16.885 ônibus. Quanto ao transporte fretado de passageiros, foram autorizadas 294.950 viagens, transportados 10.830.254 passageiros, em 23.474 ônibus habilitados, pertencentes a 3.448 empresas credenciadas.

Em 2012, foram fiscalizados 369.564 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP. Deste total, 333.713 veículos foram fiscalizados em Postos de Fiscalização e Atendimento – PFA's nos terminais rodoviários de passageiros, 32.788 fiscalizados em Comandos Operacionais nas rodovias e outros 3.063 fiscalizados em atendimento a Ordens de Serviço. Houve a lavratura de 24.849 autos de infração do TRIIP.

Transporte de Cargas

O exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas, objeto da Lei nº 11.442/2007 regulamentada pela Resolução nº 3.056/2009, exige a inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC. Até 31 de dezembro de 2012, estão regularmente inscritos no RNTRC 770 mil transportadores, dos quais 651.420 correspondem a transportadores autônomos, 117.810 a empresas de transporte e 309 a cooperativas. O respectivo registro da frota apresenta um total de 1.823.253 veículos, dos quais 838.600 são de transportadores autônomos, 971.653 de empresas de transporte e 13.000 de cooperativas.

Em relação ao transporte rodoviário internacional de cargas, existem 685 empresas brasileiras habilitadas a transportar para território estrangeiro e 1.237 empresas estrangeiras autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 65.082 veículos brasileiros e 41.530 veículos estrangeiros. Em 2012, foram concedidas 183 habilitações a empresas brasileiras e 88 habilitações a empresas estrangeiras.

Existem 420 Operadores de Transporte Multimodal de cargas – OTM, dos quais 56 foram habilitados em 2012.

Foram realizadas 16.397.667 fiscalizações do Transporte Rodoviário de Cargas – TRC, no exercício de 2012. Do total de fiscalizações realizadas nesse período, 16.164.749 referem-se à modalidade Excesso de Peso, tendo sido realizadas 16.152.565 fiscalizações em balanças rodoviárias e 12.184 fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal. Foram fiscalizados 124.635 veículos quanto à regularidade no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC. No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 34.564 veículos. Na modalidade Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC foram fiscalizados 38.054 veículos. Outros 35.665 veículos foram fiscalizados na modalidade Pagamento Eletrônico de Frete – PEF. Foram lavrados 175.588 autos relativos a infrações no TRC.

Concessões Rodoviárias

Atualmente, são administradas pela ANTT 14 concessões rodoviárias que totalizam 4.763,8 km. As concessionárias aplicaram, em 2012, R$ 3,60 bilhões em investimentos e R$ 1,25 bilhão em custos operacionais nas rodovias federais concedidas. Entre janeiro e dezembro de 2012 foram realizadas 4.327 ações de fiscalização nas Rodovias Federais Concedidas, resultando na aplicação de 95 autos de infração, 41 notificações de infração, 111 multas e 13 advertências.

Em 2012, foi dado prosseguimento a 3ª Etapa de Concessões de Rodovias Federais, que está dividida em Fase I, II e III. Em relação à Fase I (BR-040/DF/GO/MG e BR-116/MG – 1.735,5 km), os estudos, revisados em 2012 e aprovados pelo Tribunal de Contas da União, tiveram seus projetos associados, submetidos a audiências públicas.

A Fase II, composta pela BR-101/ES/BA (476 km), teve o leilão realizado em 2012 e a assinatura do contrato suspensa por liminar.

A Fase III, correspondente à ampliação do Programa de Concessões, é composta por sete lotes rodoviários, que perfazem um total de 5.748,3 km, contemplando as rodovias: BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO; BR-050/GO/MG; BR-163/MT; BR-163/262/267/MS e BR-060/153/262/DF/GO/MG, cujos estudos foram concluídos em 2012.

Regulação Rodoviária

O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – Propass Brasil propõe uma reestruturação do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, atuando nas linhas de transporte rodoviário interestadual, internacional e semiurbano (interestadual até 75 km).

Em 2012, o Plano de Outorga relativo aos serviços regulares de transporte interestadual rodoviário foi aprovado preliminarmente pelo Ministério dos Transportes, bem como pelo Tribunal de Contas da União nos termos do Acórdão nº 2903/12. Quanto aos serviços regulares de transporte semiurbano, todos os Planos de Outorga foram elaborados. O Plano de Outorga dos serviços semiurbanos do Distrito Federal e entorno foi acolhido preliminarmente pelo Ministério dos Transportes e foi objeto da Audiência Pública nº 129/12. O Plano de Outorga das demais regiões do País está sendo apreciado pelo Ministério dos Transportes. As minutas de edital e contrato de ambos os planos estão em desenvolvimento.

Avanços no marco regulatório dos serviços regulares merecem destaque: acessibilidade aos serviços; bilhete de passagem; definições de características veiculares; tipos de serviços e seus multiplicadores tarifários.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012

R$ milhões

PROGRAMA /SUBFUNÇÃO	LOA+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGOS	INSCRIÇÃO EM RP NÃO-PROCESSADOS
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	18.908,41	12.132,86	4.207,66	4.178,54	7.925,21

Fonte: Siafi

Programa Transporte Ferroviário

O modal ferroviário é um meio de transporte eficiente energeticamente, dotado de elevada capacidade e baixo custo operacional, sendo, portanto, adequado para o transporte de grandes volumes de cargas de valor agregado baixo, por longas distâncias. O Governo Federal priorizou, em 2012, a expansão da malha ferroviária com ênfase nos eixos estruturantes de transporte.

Expansão da Malha

A expansão ferroviária está sendo planejada e implementada de forma integrada aos demais modais de transporte com vistas a sua modernização e estruturação para o transporte de cargas e passageiros, de forma a atender a demanda gerada pela estrutura produtiva do País. Destacam-se, em 2012, as seguintes obras:

Ferrovia Norte-Sul

- Tramo Central: Palmas/TO – Uruaçu/GO (575,0 km), concluída a colocação dos 211,0 km restantes de grade;
- Tramo Sul: Uruaçu/GO – Anápolis/GO (280,0 km), concluída a colocação de grade.

Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP (681,0 km), executados 13,8% de infraestrutura, 0,3% de superestrutura e 13,2% de obras-de-arte especiais.

Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)

- Trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA (537,0 km), executados 11,4% de infraestrutura e 3% de obras-de-arte especiais.

Ferrovia Nova Transnordestina

- Trecho Missão Velha/CE – Salgueiro/PE (96,0 km) – executados 1% da infraestrutura, 5% de obras-de-arte especiais e 45% da superestrutura;
- Trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE (163,0 km) – executados 82% da infraestrutura, 77% de obras-de-arte especiais e 17% da superestrutura;
- Trecho Trindade/PE – Eliseu Martins/PI (420,0 km) – executados17% da infraestrutura, 13% de obras-de-arte especiais;
- Trecho Salgueiro/PE – Suape/PE (522,0 km) – executados 22% da infraestrutura, 16% das obras-de-arte especiais e 20% da superestrutura;
- Trecho Pecém/CE – Missão Velha/CE (527,0 km) – execução de 4% da infraestrutura e 3% de obras-de-arte especiais.

Ferronorte

- Trecho Alto Araguaia/MT – Itiquira/MT (163,0 km) – conclusão da obra;
- Trecho Itiquira/MT – Rondonópolis e Pátio de Rondonópolis (84,0 km) – conclusão do trecho.

Adequação da Malha

Em 2012, foram concluídas as obras de rebaixamento da Linha Férrea no município de Maringá/PR e a Transposição sobre a Linha Férrea no município de Campos Altos/MG. Ainda em 2012, teve continuidade a construção do Contorno Ferroviário e o Pátio de Tutóia no município de Araraquara/SP (35,5 km) com execução de 31,0 km; a adequação Ferroviária e o Pátio Anísio Braz no município de Barra Mansa/RJ (4,9 km de adequação e 4,8 km de pátio) com 10% de execução física; a construção de Contorno Ferroviário no município de Três Lagoas/MS (12,4 km) com execução física de 12% e a adequação Ferroviária no município de Paverama/RS com 12% executados.

Concessão Ferroviária

Em 2012, concluiu-se o Primeiro Ciclo de Revisão das Tarifas de Referência das Concessionárias de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas, dos primeiros contratos de concessão, com a publicação das Resoluções ANTT nº 3.888/2012 a nº 3.898/2012, todas de 6 de setembro de 2012.

Regulação Ferroviária

A partir da publicação da Resolução ANTT nº 3.695/2011, de 14 de julho de 2011, que aprova o regulamento das operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo do subsistema ferroviário federal, foi elaborado, em 2012, modelo da Declaração de Rede. Trata-se de documento destinado a consolidar as informações técnico-operacionais de toda a malha ferroviária brasileira concedida, com vistas a subsidiar o processo de planejamento das operações ferroviárias de forma integrada. O preenchimento e a publicação dos formulários de declaração de rede pelas concessionárias foram concluídos em 2012 e um Projeto Piloto de acompanhamento de tráfego ferroviário compartilhado foi realizado, em malha ferroviária concedida, na Baixada Santista. Em cumprimento à Resolução ANTT nº 3.696/2011, de 14 de julho de 2011, foram publicadas as Metas Anuais de Produção por Trecho e de Redução de Acidentes, para o ano de 2012, para as Concessionárias Ferroviárias, por meio das Resoluções ANTT nº 3.835/2012 a nº 3.845/2012, todas de 12 de junho de 2012.

Trem de Alta Velocidade – TAV

Foi dado prosseguimento às atividades relativas à implantação do TAV Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas e apresentada nova proposta de realização do projeto. Para tanto, foram desenvolvidos estudos com vistas à formulação de nova modelagem de concessão. Em 2012, foi realizada a Audiência Pública nº 126/2012, com sessões públicas presenciais nas cidades de Brasília, São José dos Campos, Aparecida, Rio de Janeiro, Barra Mansa, Campinas e São Paulo, com o objetivo de dar publicidade e obter subsídios e informações adicionais

para o aprimoramento das minutas do edital e do contrato de concessão. O Edital de Concessão foi publicado em dezembro de 2012, dando início ao processo licitatório para a escolha da operadora do trem de alta velocidade.Continuam em desenvolvimento os estudos socioambientais necessários à obtenção da Licença Prévia e à montagem do Plano de Gestão Ambiental do Projeto.

Ferroanel Metropolitano de São Paulo

O Ferroanel de São Paulo é um projeto de ligação ferroviária entre as principais ferrovias que cortam a Região Metropolitana de São Paulo com o objetivo de estabelecer uma conexão direta, com modernização do transporte ferroviário na região. Busca agilizar e reduzir as despesas do transporte de mercadorias, retirar caminhões de estradas e centros urbanos e melhorar o transporte coletivo de passageiros sobre trilhos na grande São Paulo. O Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico-Financeiro do Ferroanel de São Paulo, que está em fase final de entrega dos últimos relatórios, se baseia em uma visão estratégica, em que são mapeados fluxos de transporte de passagem e de origem-destino na região metropolitana de São Paulo. São avaliados também impactos diretos e indiretos do investimento, sendo todos estes quantificados em custos e benefícios reais para a sociedade. Em 2012, foram apresentadas as proposições de traçado com os elementos de projeto básico para os tramos Norte, Sul e Noroeste, tendo sido avaliados e aprovados pelo Ministério dos Transportes.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012

R$ milhões

PROGRAMA /SUBFUNÇÃO	LOA+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGOS	INSCRIÇÃO EM RP NÃO-PROCESSADOS
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	3173,4	1549,96	505,82	504,58	1.044,13

Fonte: Siafi

Programa Transporte Hidroviário

Dando continuidade às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, destaca-se o Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH, cuja atualização determinou a extensão das vias interiores navegadas comercialmente, somando um total de 20.956 km, superior aos 13.000 km anteriormente divulgados. Destacam-se ainda, em 2012, ações pontuais no campo operacional para garantir a navegabilidade em mais de 6.000 km de hidrovias federais.

Manutenção e Adequação Hidroviária

As principais intervenções de manutenção realizadas nas hidrovias correspondem à sinalização, aos destocamentos, às retiradas de obstáculos e às dragagens. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os empreendimentos hidroviários organizaram-se em torno das principais hidrovias federais, por meio de ações que realizem adequação e melhoramentos específicos nos corredores da hidrovia do Madeira, Amazonas, Tapajós, São Francisco, Tietê-Paraná, Paraguai e MERCOSUL. Ressaltam-se também obras de dragagem pontual no rio Taquari (corredor do MERCOSUL) e no tramo norte do rio Paraguai, bem como sinalizações pontuais no rio Paraná.

Terminais Fluviais

A construção de terminais fluviais, concentrada nos municípios da Região Norte, onde o modal hidroviário é preponderante, visa impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população por meio do acesso seguro, ordenado e controlado do fluxo de embarcações, passageiros e cargas das cidades contempladas. Em 2012 foram concluídos os empreendimentos de Cai n´Água/RO, de Santa Isabel do Rio Negro/AM, Manicoré/AM, Caracaraí/RR, Augusto Corrêa/PA e Monte Alegre/PA e iniciadas as obras de construção nos municípios de Apuí/AM e Japurá/AM. Cumpre destacar que em 2012 houve execução de obras nos terminais de Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Canutama, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itamarati, Itapiranga e Tapauá, todas em municípios do estado do Amazonas.

Regulação Hidroviária

No campo regulatório da área de exploração da infraestrutura portuária, foram aprovadas as seguintes normas: Resolução ANTAQ nº 2.389/2012 que estabelece parâmetros regulatórios a serem observados na prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e volumes, em instalações de uso público, nos portos organizados; Resolução ANTAQ nº 2.390/2012, que revisou a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de instalação portuária pública de pequeno porte; Resolução ANTAQ nº 2.520/2012, que revisou a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de estação de transbordo de cargas e Resolução ANTAQ nº 2.650/2012, que aprova os instrumentos de acompanhamento e controle da gestão ambiental em instalações portuárias. Na área da navegação interior, cumpre destacar a edição da Resolução ANTAQ nº 2.444/2012, que cria a possibilidade de autorização para prestação de serviços de transporte de passageiros e misto, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional, com base em contrato de afretamento a casco nu, com prazo de vigência igual ou superior a um ano.

Navegação Interior

Destaca-se o crescimento de 7,3 % no transporte de cargas em vias interiores e o aumento na participação das cargas com origem ou destino em vias interiores de 11,7% para 12,3%, divulgados no Anuário Estatístico Aquaviário, publicado em fevereiro de 2012. Em 2012 foram realizadas 566 ações de fiscalização e celebrados 22 Termos de Ajustamento de Conduta relativos à navegação interior.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012

R$ milhões

PROGRAMA /SUBFUNÇÃO	LOA+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGOS	INSCRIÇÃO EM RP NÃO-PROCESSADOS
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	520,50	138,15	19,37	19,37	118,77

Fonte: Siafi

Programa Desenvolvimento Produtivo (Marinha Mercante)

No Plano Plurianual 2012-2015 existe um programa denominado Desenvolvimento Produtivo. Dos objetivos constantes neste programa, cabe ao Ministério dos Transportes a responsabilidade por modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros, de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior. Neste contexto existem algumas ações que são imprescindíveis e o acompanhamento de seus resultados permite aferir sua eficácia.

O financiamento de embarcações para a Marinha Mercante promoveu a ampliação da frota nacional e a redução de sua idade média. Os recursos efetivamente aplicados nesta ação vêm crescendo ano a ano. Os financiamentos para construção de embarcações saltaram de R$ 577 Milhões em 2006 para R$ 3,7 Bilhões em 2012, representando um aumento de 543% e novo patamar histórico.

Em 2012, foram entregues 34 embarcações; estão em construção 99 e encontram-se contratadas, aguardando início de execução, outras 311, conforme detalhado a seguir, por unidade da federação:

- Embarcações entregues: Amazonas (1), Ceará (2), Pará (2), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (11), Santa Catarina (12), São Paulo (5), totalizando US$ 1,2 Bilhão;
- Embarcações em construção: Amazonas (1), Ceará (6), Pará (6), Pernambuco (10), Rio de Janeiro (40), Santa Catarina (17), São Paulo (11), totalizando US$ 4,0 Bilhões;
- Embarcações aguardando o início de execução: Amazonas (55), Ceará (2), Pará (47), Pernambuco (19), Rio de Janeiro (48), Santa Catarina (22), São Paulo (118), totalizando US$ 6,2 Bilhões.

O financiamento complementar de incentivo à Produção Naval e Marinha Mercante tem contribuído para o aumento da capacidade de produção da indústria naval nacional com incremento de produtividade e qualidade na construção das embarcações. Associado a esse aspecto, os investimentos realizados possibilitaram o aumento da geração de emprego e renda e o desenvolvimento tecnológico do setor. Foram desembolsados R$ 998 milhões para financiamento à construção ou à ampliação de estaleiros, representando um incremento em relação ao ano de 2006 de 183%, estabelecendo novo patamar histórico.

Em 2012 tiveram andamento a ampliação de um estaleiro em Pernambuco, a modernização de um estaleiro no Rio de Janeiro, a construção de um estaleiro em Pernambuco, dois no Rio de Janeiro, um em São Paulo e dois no Rio Grande do Sul, totalizando US$ 2,2 Bilhões.

Existem nove projetos contratados aguardando o início de execução que contemplam: a construção de um estaleiro no Rio Grande do Sul e um em Santa Catarina, a ampliação de dois estaleiros em Pernambuco e um estaleiro no Rio Grande de Sul e a construção de quatro diques flutuantes no Rio de Janeiro. Estes projetos totalizam US$ 1,2 Bilhão em financiamentos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012

R$ milhões

PROGRAMA /SUBFUNÇÃO	LOA+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGOS	INSCRIÇÃO EM RP NÃO-PROCESSADOS
PROMOÇÃO INDUSTRIAL (MARINHA MERCANTE)	6.315,04	4.708,79	4.708,32	4.701,74	0,47

Fonte: Siafi

4.21.2. Presidência da República

SECRETARIA DE PORTOS

Programa 2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO

O Governo Federal, em busca da adequação do setor portuário ao cenário global, adota ações para o alcance da infraestrutura eficiente e integradora nos portos brasileiros, visando ao atendimento ao novo dinamismo do comércio internacional. Em 2012, obteve êxito em diversos investimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, alcançando resultados em diversas obras de ampliação da infraestrutura de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de dragagem de aprofundamento de acesso aquaviário, de armazenagem e de acesso rodoferroviário e circulação nos portos públicos marítimos. O quadro a seguir apresenta o volume anual de despesas liquidadas na Função Transportes no período de 2008 a 2012, por parte da Secretaria de Portos da Presidência da República.

FUNÇÃO 26 – TRANSPORTES - VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

Função 26 - Transportes		Subfunções		2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício	121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1,2	3,8	23,8	5,2	40,8	**74,78**
		122	ADMINISTRACAO GERAL	6,1	17,1	18,0	30,7	36,0	**107,84**
		782	TRANSPORTE RODOVIARIO	0,0	0,0	40,2	0,0	0,0	**40,24**
		784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	167,9	470,5	494,0	528,2	638,5	**2.299,07**
		846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	145,7	11,0	0,0	0,0	0,0	**156,70**
			DEMAIS SUBFUNÇÕES	0,0	0,4	0,4	0,4	1,4	**2,7**
	RPNP	121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	4,3	1,1	10,7	27,1	70,5	**113,77**
		122	ADMINISTRACAO GERAL	4,3	4,6	7,8	9,3	10,1	**36,00**
		782	TRANSPORTE RODOVIARIO	5,8	0,0	19,7	0,0	0,0	**25,44**
		784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	75,6	235,5	694,1	796,4	345,7	**2.147,21**
		846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	56,5	106,5	20,4	1,9	0,0	**185,32**
			DEMAIS SUBFUNÇÕES	0,0	0,0	2,4	0,0	0,1	**2,5**
Total Subfunções				**467,29**	**850,49**	**1.331,42**	**1.399,28**	**1.143,12**	**5.191,60**
OI				**178,00**	**187,00**	**294,80**	**294,54**	**394,28**	**1.348,62**
TOTAL				**1.112,58**	**1.887,99**	**2.957,63**	**3.093,10**	**2.680,51**	**11.731,82**

Fonte: Siafi Gerencial. Extração em 14.01.2013

A Secretaria de Portos da Presidência da República tem como importante atribuição o desenvolvimento da infraestrutura aquaviária dos portos, visando à segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros. A subfunção 784 – Transporte Hidroviário é o mais significativo detalhamento da sua área de atuação. O quadro acima demonstra a execução orçamentária dos últimos cinco anos, no cumprimento do objetivo de desenvolver o transporte aquaviário.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS - EXERCICIO 2012 - FUNÇÃO TRANSPORTE

R$ milhões

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMA TEMÁTICO (I)		**486,9**	**346,6**	**200,0**	**69,0**	**55,2**	**0,0**
2074	Transporte Marítimo	486,9	346,6	200,0	69,0	55,2	0,0
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**37,2**	**39,2**	**35,7**	**21,5**	**21,3**	**0,0**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**634,3**	**740,3**	**731,3**	**626,0**	**585,9**	**0,0**
DEMAIS PROGRAMAS (IV) *		**0,0**	**3,2**	**1,1**	**0,3**	**0,3**	**0,0**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**1.158,4**	**1.129,2**	**968,1**	**716,7**	**662,7**	**0,0**

Fonte: Siafi Gerencial. Extração em 14.01.2013

* Programas 1459 (Vetor Logístico Nordeste Setentrional) e 1462 (Vetor Logístico Sul)

Durante o exercício de 2012, a execução do Programa Transporte Marítimo alcançou um Quociente de Execução de Despesa de 58%, equivalente à execução de R$ 200 milhões. A execução orçamentária da Secretaria de Portos para aumento de capital nas Companhias Docas, que também contribui para colocar os terminais portuários brasileiros no mesmo patamar de competitividade dos mais eficientes do mundo, alcançou o expressivo montante de R$ 626 milhões.

Objetivo 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

A evolução da atividade econômica do País foi sempre acompanhada do desenvolvimento da atividade portuária.

O intercâmbio comercial entre nações demanda que o País disponha de portos para o embarque e desembarque de cargas dos navios que fazem o comércio internacional marítimo. O acesso a esses portos requer que os canais de acesso aquaviário possuam profundidades compatíveis com os calados das grandes embarcações que frequentam os demais portos mundiais para que a navegação internacional encontre facilidade operacional para se desenvolver e, assim, possam ser viabilizadas as grandes rotas do comércio internacional.

No ano de 2012, contou-se com 22 investimentos em obras de dragagem de aprofundamento em canais de acesso portuário marítimo de 18 portos organizados, vez que há portos que receberam mais de uma obra de dragagem portuária, como é o caso do Porto de Santos.

Em 2012, foram alcançados os seguintes resultados: Projetos e obras concluídos – Dragagem de aprofundamento dos canais de acesso aos portos de Fortaleza (CE), Natal (RN), São Francisco do Sul (SC) e Santos (SP).

A obra no porto de Imbituba encontra-se em fase final de licitação para contratação de sua execução e 10 projetos encontram-se em fase de desenvolvimento, obras a serem realizadas nos portos de Maceió/AL; Barra do Riacho/ES; Luis Correia/PI; Paranaguá/PR; Itaguaí/RJ, no Canal Derivativo do acesso principal ao porto também no Canal das Cabras, para acesso á retaguarda portuária; Rio de Janeiro/RJ, 2ª fase da dragagem do canal principal; Areia Branca/RN e canal de acesso norte ao porto de Rio Grande/RS.

No porto de Santos/SP foram realizadas a primeira fase da obra de dragagem e obra de derrocamento de pedras no canal de acesso. A primeira fase da obra de dragagem foi para o aprofundamento do canal de acesso aquaviário ao porto e das bacias de evolução de navios para cota de -15m, ao longo dos 22 km de extensão desse canal e para o alargamento do canal para 220m, largura que permite o tráfego de embarcações em mão dupla, cujo benefício é o aumento da produtividade dos berços, já que as embarcações podem zarpar assim que estejam carregadas, sem que esperar a liberação do canal para saída. A obra foi iniciada em fevereiro de 2010 e concluída em junho de 2012, com a retirada da ordem de 20 milhões de metros cúbicos de sedimentos.

A obra de derrocamento no canal de acesso ao porto de Santos teve por propósito a explosão das pedras de Teffé e Itapema da cota de -12m para -16m e a posterior retirada dos fragmentos para áreas de despejo estabelecidas. Com a execução dessa obra, o canal de acesso passou a permitir curso mais retilíneo para as embarcações que demandam os diversos berços do porto, ganhando a navegação em segurança e o porto em produtividade, pois o tráfego de embarcações passa a poder ser feito com maior agilidade. A obra foi iniciada em setembro de 2011 e concluída em dezembro de 2012, com a retirada da ordem de 40 milhões de metros cúbicos de sedimentos.

Uma obra em execução no Porto de Suape/PE é a de dragagem de aprofundamento do canal externo de acesso marítimo de -15,0m para -20m, que viabilizará o acesso de navios petroleiros de grande porte, com até 170.000 tpb, para atender ao pólo petroquímico. Até 30/11/12 já havia sido realizado 65,4% da dragagem – 1ª fase e 18% da derrocagem. Foram concluídas as sondagens e os estudos para detalhamento do projeto da derrocagem e foi iniciada a execução, escarificação e dragagem de solos mais compactos até atingir os solos mais duros a serem derrocados.

Objetivo 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Em 2012 foram concluídas as obras de Ampliação e Adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN; Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto do Itaqui/MA; Ampliação do Píer Principal do Porto de Vila do Conde/PA; Execução de obras de recuperação e reforço do molhe norte do Porto de Itajaí/SC.

A **Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui/MA** com valor estimado em 49,4 milhões de reais consiste na construção de um terminal para granéis líquidos composto de ponte de acesso, plataformas de transição e operações, passarelas de ligação, píer para rebocadores e dolfins de atracação e amarração, para navios de até 91.671 TPB estão em fase de execução das fundações, com previsão de conclusão da obra em 2013. A obra encontra-se com uma execução físico-financeira de 21%.

O Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí/SC, obra de engenharia consistindo no alinhamento e reforço do berço 4, numa extensão de 490 m. Em dezembro/2012 foi publicada a licitação para a execução da obra que deverá ser iniciada em 2013. As ações de adequação da retroárea devem ser iniciadas somente após a conclusão do alinhamento e reforço do berço 4. As ações de adequações das instalações dos portos de Recife/PE e São Francisco do Sul/SC estão em fase de elaboração dos projetos, por parte das autoridades portuárias. Já a construção de novo alinhamento do berço 201 com 279 metros de comprimento, no Porto de São Francisco do Sul/SC, está em fase de conclusão com 97% realizados. Em novembro/2012 a obra de Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória/ES com 456 m, sendo 356 m de Recuperação/Alargamento e 100 m de Ampliação estava com 77% de realização e em 03/12/12 foi realizada primeira atracação no novo cais, com navio de passageiros.

Com a finalidade de aumentar o quantitativo e qualitativo no sistema viário da margem esquerda do Porto de Santos, no Município de Guarujá (1ª fase), ordenando a logística interna do porto, separando fisicamente o trânsito urbano, diminuindo o conflito com as interferências do modal ferroviário, e melhoramento os acessos aos terminais da região, está sendo implantada a Avenida Perimetral no Município de Guarujá, margem esquerda, contemplando a implantação da Av. Perimetral Portuária (2,54 km) e a reconstrução da Av. Santos Dumont (1,94 km). Obra com 74% realizado.

Objetivo 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Os investimentos para o PAC Copa objetivam garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para

atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.

A **Construção da Fase 2 do Terminal Marítimo de Passageiros**, Instalação de Estacionamento e Pavimentação e Urbanização do Entorno do Terminal no Porto do Recife S/A, encontra-se com 75% dos serviços executados. Já foi repassada a totalidade dos recursos da União no valor de R$ 21,8 milhões.

Em novembro foi iniciada a execução das fundações do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza/CE. A obra está em andamento e encontra-se com 47% dos serviços executados.

No Porto de Natal/RN, a obra está em andamento, com realização de 50%. Foi realizada a prova de carga, soldagem da estrutura da jaqueta metálica e escada tipo marinheiro dos dolfins de amarração; a fabricação da passarela metálica foi concluída; foi feita a recuperação do paramento frontal e lateral; Aquisição de cabeços e defensas e cravação de estacas (camisas metálicas d=1500mm e estacas pranchas) do cais e estão sendo executados as fundações e reforço estrutural do antigo armazém frigorífico do terminal de passageiros.

Foram concluídas as fundações e montagem das estruturas metálicas e em concreto armado e dado início ao projeto executivo dos serviços preliminares da Construção do Terminal de Passageiros do Porto de Salvador/BA, com 28% realizados.

Foi emitida a ordem de serviço para a construção de 1.320m de cais com larguras variáveis para promover o alinhamento de cais existente em frente às instalações da Marinha do Brasil, Terminal de Grãos e de Passageiros, a fim de otimizar a atracação de embarcações de grande porte, no Porto de Santos/SP, 6% realizados.

Objetivo 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Os projetos de inteligência logística portuária visam permitir uma gestão completa dos recursos portuários, gerando ganho de capacidade pela maior eficiência na gestão. Nesse sentido, o projeto "Porto Sem Papel" foi o passo inicial das implantações, já estando em funcionamento em 29 dos 35 portos previstos.

No âmbito da GPPR, em 2012, foram realizadas nos portos de Natal e Areia Branca atividades nas áreas de Planejamento Estratégico, *Balanced Scorecard*, Mapeamento de processos, Gestão Financeira e de Custos, Plano de Cargos e Salários, Plano de Desenvolvimento de Pessoas, Gestão do Clima, Programa de Avaliação de Desempenho – PAD e Sistema de Gestão de Segurança da Informação. Além disso, foram iniciados os trabalhos no porto de Maceió. Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), foram selecionados 6 para receberem o sistema VTMIS *(Vessel Traffic Management Information System)* para o monitoramento do tráfego marítimo. Em 2012 foram concluídos os projetos básicos para os portos do Rio de Janeiro e Vitória. O projeto básico de Salvador/Aratu está em andamento.

Objetivo 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

No ano de 2012, houve um avanço nas questões ambientais portuárias com a finalização de estudos para regularização de 5 portos (Natal, Vitória, Aratu, Ilhéus e Santos) dos 10 previstos a partir da edição da Portaria SEP/MMA 445/2011, consolidando, assim o PRGAP – Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária e iniciando os procedimentos para licenciamento operacional dos portos que não o possuem.

Em paralelo foram revistos regulamentos federais que resultaram em uma nova resolução do CONAMA redefinindo as diretrizes e parâmetros para licenciamento de dragagens portuárias. No tratamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos foram dados os primeiros passos com a consolidação de uma rede de universidades e com o diagnóstico da situação de 22 portos brasileiros quanto ao tratamento de resíduos.

Na questão de saúde deu-se continuidade no relacionamento com as Companhias Docas para instalação dos sistemas de sala de situação de monitoramento de pandemias e dos equipamentos de esterilização de resíduos (autoclaves) nos portos. No campo legal e institucional a adesão de atores para discussões específicas sobre saúde do trabalhador em cada porto. O projeto de revitalização de Santos que vem sendo realizado de forma integrada entre porto, município e outros órgãos catalisou a demanda por intervenções semelhantes em outros portos e cidades. Em Santos, a mitigação de impactos da infra-estrutura portuária evolui para a questão dos acessos como a definição conjunta de traçados e empreendimentos e a utilização dos cursos d água/hidrovias como acesso ao porto.

O Programa de Conformidade do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos (PGRS) nos portos marítimos brasileiros, em sua primeira fase, elaborou os manuais de boas práticas para gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos para cada um dos 22 portos selecionados. Foram identificados os procedimentos que os portos públicos adotam e já foram propostos novos procedimentos, que serão incorporados no PGRS para cada um dos 22 portos.

Objetivo 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o País.

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – *Master Plans* dos principais portos públicos nacionais. Ainda, a fim de que o PNLP passe por um processo sistemático de implementação, acompanhamento e manutenção que viabilize a sua perenização e a institucionalização do processo de planejamento estratégico do setor portuário nacional, foi firmada, no início de 2012, uma nova cooperação técnica para a atualização e monitoramento do planejamento

portuário e a elaboração de Planos Mestres para os demais portos públicos nacionais.

Com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, além das ações em curso iniciadas em 2011, a SEP/PR estabeleceu em 2012 com o Ministério dos Transportes, através de Portaria Interministerial, Grupo de Trabalho para o Programa de Desenvolvimento da Cabotagem (Procabotagem), com a finalidade propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação, melhoria da operação e proposição de incentivos fiscais, encaminhando-as no âmbito do CONIT.

No ano de 2012 foi iniciado um projeto com o Banco Mundial: "Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil", que atualmente está em fase Licitatória.

Objetivo 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

A meta com maior avanço deste objetivo foi a implantação de um novo porto organizado marítimo, o novo porto de Manaus, que já teve seus estudos técnicos (EVTE, Projeto Básico e Licença Prévia) enviados à ANTAQ para a elaboração de edital de licitação. O novo porto de Manaus, com investimento de R$ 450 milhões, ficará em uma área da antiga Siderúrgica do Estado do Amazonas (Siderama). Em relação às outorgas, o andamento da temática foi prejudicado pela indefinição do novo marco regulatório do setor portuário, lançado por Medida Provisória em dezembro de 2012, mas ainda em fase de regulamentação.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

Programa 2017 - AVIAÇÃO CIVIL

Até novembro de 2012, o setor de aviação civil apresentou crescimento na quantidade de passageiros transportados de 7,41% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desde 2007, o crescimento médio anual foi de quase 12%, o que torna evidente a necessidade de atuação governamental tanto para expandir a infraestrutura aeroportuária quanto para torná-la mais eficiente e adequada para atender à demanda por serviços aéreos.

Dentro das atividades de análise e melhoria do desempenho na gestão aeroportuária, em 2012, a SAC/PR realizou o processo licitatório para executar coleta de dados de desempenho aeroportuário de forma presencial, sendo avaliados indicadores qualitativos e quantitativos que permitirão a comparação entre os aeroportos brasileiros, assim como entre esses e os internacionais. Poder-se-ão estabelecer, assim, metas para órgãos públicos e coordenação de esforços para o desenvolvimento e gestão da infraestrutura aeroportuária.
Além disso, a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero) coordenou com êxito o planejamento das ações do setor de aviação civil para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Esse processo resultou na elaboração do Manual do Acordo Operacional "Planejamento para a Rio+20 Setor de Aviação Civil". Durante o evento foram tratadas 173 delegações, recepcionados 111 Chefes de Estado e 74 aeronaves extras. As ações permitiram o tratamento das autoridades em um tempo médio de 10 minutos. Destaca-se, ainda, o Projeto Eficiência Operacional Passageiros, que focalizou melhorias rápidas de gestão que no Aeroporto do Galeão refletiu uma redução de 37,9% no tempo médio de processamento dos passageiros; e em Confins a redução de 47,1% nesse índice. Nos aeroportos de Fortaleza, Congonhas e Santos Dumont, iniciaram-se os trabalhos de diagnóstico.

Acompanharam-se, ainda, as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho para a implantação de equipamentos de ILS CAT III A e ILS CAT I, que possibilitam pousos de precisão nos aeroportos de Guarulhos, Galeão e Curitiba, Joinville e Londrina em condições meteorológicas limitadas.

Concluíram-se a 1ª e a 2ª fases do programa governamental para apoiar a formação e a capacitação de profissionais para a aviação civil, visando garantir o crescimento sustentável e a segurança das operações aéreas no País. Foi desenvolvida metodologia em conformidade com as recomendações da OACI, a ser adotada para o estabelecimento, em coordenação com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica (DECEA), do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica (PNDIA), que considera a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). Com o objetivo de estimular a concorrência e o crescimento do mercado, e fomentar os investimentos em infraestrutura e a competitividade da indústria nacional, a União concluiu o processo de concessão dos aeroportos internacionais de Brasília-DF, Guarulhos-SP e Campinas-SP.

O leilão foi realizado em 6 de fevereiro de 2012 pela ANAC e operacionalizado pela BM&F/BOVESPA. O Aeroporto de Brasília obteve oferta de R$ 4,51 bilhões do consórcio Inframérica. Para o Aeroporto de Guarulhos, o Consórcio Invepar/ACSA ofereceu proposta de R$ 16,21 bilhões. O Consórcio Aeroportos Brasil venceu a disputa pelo Aeroporto de Viracopos, com oferta de R$ 3,82 bilhões. Os recursos arrecadados com o leilão somam quase cinco vezes o valor mínimo estabelecido pelo Governo, e serão recolhidos para o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

De agosto a novembro ocorreu o estágio de operação assistida e ainda no segundo semestre de 2012 tiveram início as obras exigidas dos novos concessionários, os quais assumiram a operação nos dias 15 de novembro (Viracopos e Guarulhos) e 1º de dezembro (Brasília).

Destaque-se a elaboração de metodologia de seleção de aeródromos regionais que deverão receber investimentos em infraestrutura. Foram selecionados 270 aeroportos que receberão cerca de R$ 7,3 bilhões ao longo dos próximos anos, em um modelo que envolverá a parceria com estados, municípios e iniciativa privada para gestão de aeroportos. Inicialmente, preveem-se investimentos em 67 aeroportos no Norte; 65 no Sudeste; 64 no Nordeste; 43 no Sul; e 31 no Centro-Oeste. Além das medidas já citadas, que terão impacto ao prover melhor infraestrutura em aeroportos regionais, contempla-se a elaboração de um programa de subsídios com vistas a estimular novas rotas regionais, bem como proposta de isenção de tarifas de aeroportos do interior com movimentação inferior a um milhão de passageiros ao ano, reembolsadas por meio do FNAC.

No que diz respeito à autorização para aeroportos dedicados à aviação geral, propôs-se a regulamentação da delegação para a exploração de aeródromos civis públicos que visem à aviação geral por meio de autorização. Consequentemente, houve a publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições da Lei nº 7.565, de 1986.

Entre agosto e dezembro de 2012, foram celebrados 50 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 22 novas outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União; oito novas outorgas para aeródromos recentemente construídos; 12 renovações de outorgas (modernização de Convênios já existentes); seis novas outorgas decorrentes de alteração de explorador aeroportuário (repasse da administração); dois novas outorgas decorrentes de reclassificação de aeródromos (privado para público).

Em relação ao transporte aéreo internacional, promoveu-se a expansão das negociações dos Acordos sobre Serviços Aéreos, em conformidade com o novo marco regulatório nacional para o setor aéreo, visando aumentar a oferta de serviços aéreos aos cidadãos. Esses acordos deram início ao relacionamento aerocomercial do País com Albânia, Burkina Faso e Guatemala. O Brasil negociou também a flexibilização de acordos anteriores com Equador, Peru e Uruguai. Em 8 de novembro de 2012, em Brasília, assinou-se a adesão do Brasil ao Acordo Multilateral de Céus Abertos da Comissão Latino Americana de Aviação Civil (CLAC), durante a XX Assembleia da CLAC, o qual prevê ampla flexibilização das relações aeronáuticas entre os países latino-americanos, com o intuito de promover o aumento da conectividade e a integração da região.

Encaminhou-se proposta de revisão do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a instalação, a estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e aprova o seu regulamento, além de atender ao cumprimento de aperfeiçoamentos institucionais propostos pelo Tribunal de Contas da União. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 551 foi convertida na Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, e trouxe importantes mudanças para o setor, como a criação da tarifa de conexão, a redução do percentual de incidência do adicional de tarifas aeroportuárias, entre outras medidas relevantes. Publicou-se a Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, com o fito de desonerar a folha de salários de empresas do setor de Aviação Civil.

Ressalte-se a elaboração da Portaria SAC/PR nº 18, de 23 de janeiro de 2012, que disciplina os requisitos mínimos para a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura e a forma de acompanhamento e implementação dos projetos. Acompanhou-se o processo que culminou com a Sanção Presidencial da Lei n° 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos.

Publicou-se a Portaria Interministerial n° 24, de 4 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a provisão e a remuneração dos serviços de navegação aérea. Em decorrência dessa norma, foram estabelecidos o regime tarifário aplicável às tarifas de navegação aérea (Portaria nº 1.282/GC5, de 13 de dezembro de 2012) e o Plano de Redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea (PRESNA), em fase de publicação.

Em 2012 diversas ações de estruturação do ambiente de tecnologia da informação e comunicação foram realizadas no âmbito da ANAC, no sentido de fortalecer a infraestrutura necessária ao Sistema de Aviação Civil, possibilitando maior desempenho, disponibilidade e segurança das operações, destacando-se: a elaboração dos artefatos e execução dos processos de contratação de empresas visando ao suporte, à manutenção da infraestrutura de TI e à evolução dos equipamentos de tipo servidores e de armazenamento de dados de forma a permitir a evolução da utilização dos sistemas. Quanto aos sistemas de informação, melhorias e novas implementações foram realizadas no sentido de automatizar procedimentos e garantir maior acesso as informações seja pelo público interno a Agência, seja dos entes regulados. Essas despesas totalizaram R$ 16,68 milhões em 2012, demonstradas na Tabela I, na subfunção 126 – Tecnologia da Informação.

Entre janeiro e outubro de 2012, fiscalizaram-se 15.248 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade, tendo sido liquidados no exercício de 2012 R$ 16,58 milhões na subfunção 125 – Normatização e Fiscalização, conforme Tabela I. Destaque-se que o previsto para todo o ano são 18.900 itens, o que significa que, considerando-se uma distribuição uniforme das fiscalizações, o percentual de aderência ao planejamento é de 96,8%.

Por fim, realizou-se estudo das unidades regionais por meio do quantitativo de missões de fiscalização realizadas em todas as partes do País, que provocou o desenvolvimento de um modelo que determinou a distribuição ideal das unidades regionais da ANAC ao longo do território nacional.

Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária

Objetivando adequar o segmento da infraestrutura aeroportuária regional à evolução da demanda por transporte aéreo, aprovou-se o Plano de Investimentos do PROFAA de 2012, previstos no Programa Aviação Civil, por meio da Portaria Normativa nº 139/SAC-PR, de 21 de novembro de 2012, que previu investimentos em infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual na ordem de R$ 308,4 milhões, sendo R$ 236,4 milhões destinados a investimentos em construção, reforma e adequação de aeroportos, distribuídos em 20 localidades de 13 Estados da Federação; e R$ 72,1 milhões destinados à aquisição de 48 Carros Contraincêndio de Aeródromo, distribuídos em 15 Estados do País. Os convênios necessários para a descentralização dos recursos foram celebrados em 2012, correspondendo a uma despesa empenhada de R$ 216,4 milhões, na subfunção 781 – Transporte Aéreo, porém sem nenhuma liquidação no exercício, estando registrada no Programa 2017 (Aviação Civil - não PAC).

Na esfera das principais realizações previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) incluídas as ações para a Copa das Confederações FIFA 2013 e para a Copa do Mundo FIFA 2014, foram executados pela Infraero R$ 1.180,19 milhões. Concluíram-se em 2012:

Relativo ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim: Instalação de 3 esteiras transportadoras de bagagens check-in e desembarque no terminal de passageiros; reforma geral em edificações para a instalação de elevadores e conclusão da 1ª Etapa das obras civis, instalações hidrossanitárias e sistema de combate a incêndio nas áreas desprovidas de instalações e acabamentos e em parte da área de operação do Terminal de Passageiros 2.

No Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, Governador André Franco Montoro: implantação do módulo operacional da remota central; terraplenagem para construção do terminal de passageiros; implantação do terminal remoto (fase 1 e 2); e recuperação da pista 09L/27R (1.000m), saída rápida FF da nova pista 09L/27R e ampliação da seção curta da pista de taxiamento B.
No Aeroporto Internacional de Brasília, Presidente Juscelino Kubitschek, realizaram-se: a reforma do Corpo Central do Terminal de Passageiros; e a implantação do Módulo Operacional 2.

Em outros aeroportos destacam-se: Implantação de Módulos Operacionais dos aeroportos internacionais de Cuiabá – Várzea Grande/MT e Porto Alegre/RS, e nos aeroportos de Viracopos/Campinas, Goiânia e Vitória. Conclusão dos conectores do terminal de passageiros do aeroporto internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre. E restauração das pistas de pouso e decolagem e de taxi do Aeroporto Internacional Afonso Pena/Curitiba.

Em 28 de agosto de 2012, foi celebrado com o Comando da Aeronáutica – COMAER o Termo de Cooperação nº 001/2012, que disciplina a descentralização de créditos orçamentários e repasse de recursos, no montante de R$ 146,5 milhões, para a execução do Plano de Investimentos do COMAER em infraestrutura aeroportuária de interesse federal com ações de construção, reforma, ampliação e aparelhamento de aeródromos, tendo sido empenhados R$ 126,3 milhões, registrados no programa Política Nacional de Defesa (não PAC), dos quais foram liquidados R$ 48,7 milhões na subfunção 781 – Transporte Aéreo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA / FINANCEIRA RELATIVA À FUNÇÃO TRANSPORTE

R$ milhões

Função "26" TRANSPORTE		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exerc.	122 - Administração Geral				307,93	298,52	606,45
		125 - Normatização e Fiscalização				17,56	16,58	34,14
		126 - Tecnologia da Informação				17,80	16,68	34,48
		128 - Formação de Recursos Humanos				1,83	1,19	3,02
		781 - Transporte Aéreo				8,04	48,67	56,71
		Demais Subfunções				7,82	7,24	15,07
	RPNP	122 - Administração Geral				7,37	12,31	19,68
		125 – Normatização e Fiscalização				0,91	0,27	1,19
		126 – Tecnologia da Informação				9,62	2,54	12,16
		128 – Formação de Recursos Humanos				0,46	0,32	0,78
		781 – Transporte Aéreo				0,00	2,93	2,93
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**	**379,35**	**407,26**	**786,61**
OI		**Total subfunções**	376,22	421,26	643,62	1.144,75	1.315,17	3.901,02
TOTAL			**376,22**	**421,26**	**643,62**	**1.524,10**	**1.722,43**	**4.687,62**

Fonte: Siafi Gerencial de 11.1.2013 e Infraero.
OBS.: - O Decreto de 06/03/2012 transferiu, parcialmente, dotações orçamentárias constantes do Orçamento Fiscal da União, do Ministério da Defesa, para a Presidência da República.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO TRANSPORTE

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Proc.
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**2.260,21**	**2.205,20**	**1.572,57**	**1.267,24**	**1.266,95**	**305,33**
2017	Aviação Civil (PAC)	1.731,74	1.403,39	1.128,60	1.128,60	1.128,60	0,00
2017	Aviação Civil (Não PAC)	386,52	526,02	266,07	38,39	38,39	227,68
2058	Política Nacional de Defesa (PAC)	141,96	115,20	51,59	51,59	51,59	0,00
2058	Política Nacional de Defesa (Não PAC)	0,00	160,60	126,32	48,67	48,38	77,65
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**441,65**	**552,07**	**458,85**	**436,81**	**436,64**	**22,04**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**2.701,86**	**2.757,27**	**2.031,42**	**1.704,05**	**1.703,59**	**327,37**

Fonte: Siafi Gerencial de 11.1.2013 e Infraero. Para a Infraero para as informações "Despesas Empenhadas" e "Despesas Liquidadas" foram considerados os mesmos valores de "Valores Pagos".

4.22. ATUAÇÃO - INTEGRAÇÃO NACIONAL
4.22.1. Ministério da Integração Nacional

Resultados da Atuação Governamental e Aspectos Orçamentários

No contexto do PPA 2012-2015, o ano de 2012 trouxe modificações importantes na estrutura da programação do Ministério da Integração Nacional, que pressupõem nova relação com os instrumentos da ação governamental e nova forma de comunicação com os atores envolvidos na implementação das ações.

Com o novo PPA, o Ministério da Integração Nacional – MI passou a ser responsável pela coordenação dos programas 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; 2051 - Oferta de Água; 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres e 2013 - Agricultura Irrigada, considerados estruturantes para o cumprimento de suas atribuições. Além dos programas que coordena, o MI executa, ainda, ações específicas dos programas 2052 - Pesca e Aquicultura; 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação; 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos; 2043 - Integração Sul-Americana; 2068 - Saneamento Básico; 2076 - Turismo; 2111 - Gestão e Manutenção do Min. da Integração Nacional; 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso; 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional; 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude e 2055 - Desenvolvimento Produtivo. Ressalta-se que não há uma função governamental específica associada à missão institucional do Ministério: "Promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do País, assegurando inclusão socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população". Em razão disso, os programas sob a responsabilidade do MI foram associados a funções governamentais escolhidas por sua proximidade com a área da despesa em que a ação governamental é realizada.

Função "Segurança Pública" sob a responsabilidade do MI

Em conformidade com as suas competências, a atuação do MI, nesta função, envolve atividades preventivas de defesa civil e de atendimento aos afetados por desastres. Para tanto, são desenvolvidas ações de capacitação, assistência humanitária, resposta e reconstrução, bem como obras preventivas de desastres por meio do programa "Gestão de Riscos e Resposta a Desastres."

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "SEGURANÇA PÚBLICA"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUBFUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/ 2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exerc. (1)	128 - Formação de Rec. Humanos	1,72	0,43	-74,8	2,97	584,1	0,23	-92,3	0,00	-100,0	-100,0
	182 - Defesa Civil	419,86	1.054,75	151,2	1.934,01	83,4	659,07	-65,9	777,82	18,0	85,3
	Demais	0,00	0,00		0,00		0,16		0,00	-100,0	
RPNP (2)	128 - Formação de Rec. Humanos	0,09	0,30	248,0	0,00	-100,0	0,03		2,39	7.821,3	2.667,0
	182 - Defesa Civil	134,26	266,95	98,8	477,55	78,9	426,80	-10,6	397,25	-6,9	195,9
	Demais	0,00	0,00		1,00		0,00		0,59		
TOTAL		555,92	1.322,43	137,9	2.415,53	82,7	1.086,28	-55,0	1.178,05	8,4	111,9

Fonte: Siafi - 09/01/2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Em 2012, conforme demonstrativo da função "Segurança Pública", subfunção "Formação de Recursos Humanos", o MI executou ações preventivas, tais como: i) Plano de Ação para o período de chuvas na Região Nordeste; ii) Simulados de preparação para desastres nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste; iii) Understanding Risks Brasil (Entendendo Riscos) em Belo Horizonte - MG; iv) IX Fórum Nacional de Defesa Civil em Angra dos Reis-RJ e v) Cursos e oficinas de capacitação. Também, sob o enfoque da gestão de riscos, foram capacitados 50 novos membros do Grupo de Apoio a Desastres - GADE, que, atualmente, conta com 130 especialistas em gestão, para dar suporte técnico aos estados e aos municípios nos momentos de desastre. No total foram capacitados e treinados mais de 5.000 agentes de defesa civil, profissionais e sociedade em geral em temas relacionados a riscos e desastres. Com os recursos alocados na subfunção "Defesa Civil", com enfoque em prevenção, foram formalizados termos de cooperação com as Universidades Federais de Santa Catarina e de Pernambuco, para implantação de laboratórios de gestão de Riscos de Desastres - no âmbito de seus Centros Universitários de Estudos e Pesquisas de Desastres - CEPED, mapeamento de vulnerabilidade e elaboração de plano de intervenções. Os laboratórios processarão os dados e elaborarão os mapas de risco a partir das informações contratadas pelo CENAD. Foram destacados, também, recursos para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o mapeamento da vulnerabilidade de alguns municípios da região. Também, foram celebrados convênios com 11 estados para implantação de sistema simplificado de abastecimento de água; construção de pontes; canal de drenagem; reservatório de amortecimento de cheias; canalização de córregos; execução de Talude e elaboração de projetos para redução de riscos, além de elaboração planos diretores.

Ainda na subfunção "Defesa Civil", foram implementadas ações de resposta, socorro, assistência e restabelecimento dos serviços essenciais, mediante 92

transferências obrigatórias para aquisição de colchões, medicamentos, combustível, cestas básicas, água mineral, cobertores, material de limpeza, higiene pessoal, desobstrução de vias, dentre outros, beneficiando municípios em 18 estados.

Outra ação importante foi a universalização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil/CPDC, que contou com a adesão de 532 municípios e 19 estados, e uma movimentação de quase 300 milhões. Para minimizar os efeitos da estiagem, foi realizada a Operação Carro Pipa, por meio de destaques ao Ministério da Defesa, com execução de R$ 402,2 milhões, para atendimento a mais de 700 municípios, abrangendo 3,2 milhões de habitantes do Semiárido. Além disso, foram instalados nove Comitês Integrados de Combate à Seca em oito estados do Nordeste e em Minas Gerais, os quais possibilitaram o gerenciamento das ações do Governo Federal.

No que diz respeito à reconstrução, foram realizadas 122 transferências obrigatórias para recuperação de obras de arte (ponte, pontilhão e bueiro), encostas, taludes, erosões, canalização de córrego; dentre outras, beneficiando 18 estados.

Ressalta-se, nesse contexto, que a importância do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres para o Setor está relacionada com a sua capacidade de prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos, com redução da vulnerabilidade das comunidades urbanas e rurais, cuja execução está apresentada no quadro a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "SEGURANÇA PÚBLICA"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**456,24**	**2.361,49**	**1.513,88**	**777,82**	**772,43**	**736,07**
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	456,24	1.917,56	1.072,14	573,98	568,61	498,16
-	Demais Programas Temáticos	0,00	443,93	441,74	203,84	203,82	237,91
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUT. E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**456,24**	**2.361,49**	**1.513,88**	**777,82**	**772,43**	**736,07**

Fonte: Siafi - 11/01/2013

Função "Assistência Social" sob a responsabilidade do MI

Na função "Assistência Social", subfunção "Assistência Comunitária", foram executados os recursos referentes ao Auxílio Emergencial Financeiro/AEF, reativado em 2012, no âmbito do Programa "Gestão de Riscos e Resposta a Desastres". O Auxílio é um benefício prestado às famílias residentes em municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida, cumpridos os demais critérios estipulados pelo Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro. O Auxílio, executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário atendeu, até o final de 2012, mais de 945 mil famílias.

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "ASSISTÊNCIA SOCIAL"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUBFUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exercício (1)	244- Assistência Comunitária	0,0	0,0		0,0		0,0		450,22		
	Demais	0,0	0,0		0,0		0,0		0,0		
RPNP (2)	244- Assistência Comunitária	0,0	0,0		0,0		0,0		0,0		
	Demais	0,0	0,0		0,0		0,0		0,0		
TOTAL		**0,0**	**0,0**		**0,0**		**0,0**		**450,2**		

Fonte: Siafi - 09/01/2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

O desempenho do Programa "Gestão de Riscos e Resposta a Desastres" na função "Assistência Social", apresentado na tabela a seguir, tem sua importância determinada pela necessidade de oferecer apoio às famílias atingidas por desastres, decorrentes de estiagem ou seca, submetidas a sérios danos em suas comunidades.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "ASSISTÊNCIA SOCIAL"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**0,00**	**534,00**	**463,36**	**450,22**	**373,84**	**13,14**
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	-	534,00	463,36	450,22	373,84	13,14
-	Demais Programas Temáticos	-	-	-	-	-	-
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**-**	**534,00**	**463,36**	**450,22**	**373,84**	**13,14**

Fonte: Siafi - 11/01/2013

Função "Trabalho" sob a responsabilidade do MI

Na função "Trabalho", subfunção "Formação de Recursos Humanos", a execução do Programa "Integração Sul-Americana" ocorreu por meio de repasse de recursos ao Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, visando ao fortalecimento dos Núcleos Regionais de Fronteira.

Já no âmbito do Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária", na mesma subfunção, Sudene e Sudeco atuaram no Projeto Mulheres na Construção, para inserção produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Por sua vez, a Sudeco capacitou técnicos e produtores em recuperação de áreas degradadas, operação de equipamentos agrícolas, plantio sustentável e criação de pequenos animais. Na subfunção "Empregabilidade", a Codevasf capacitou 1.506 jovens com recursos do Projeto Amanhã, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude, em sete estados brasileiros.

O aumento dos valores liquidados em 2012, em relação a 2011, na subfunção "Formação de Recursos Humanos", reflete o esforço de acompanhamento dos projetos em andamento, que reduziu a inscrição em restos a pagar e garantiu a liquidação de recursos não processados em anos anteriores.

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "TRABALHO"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUBFUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/ 2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exercício (1)	128 - Formação de Rec.Humanos	0,15	0,00		0,15		0,34	124,0	0,70	108,7	367,5
	333 - Empregabilidade	0,36	0,42	18,5	0,38	-9,2	0,31	-18,0	0,41	31,6	16,1
	334 - Fomento ao Trabalho	0,56	0,64	14,3	1,23	91,1	0,17	-85,8	0,00		
	Demais	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		
RPNP (2)	128 - Formação de Rec.Humanos	2,05	0,25	-87,8	0,25	0,2	0,11	-57,7	0,20	85,9	-90,4
	333 - Empregabilidade	7,24	0,49	-93,2	0,53	8,5	0,60	12,6	0,11	-82,3	-98,5
	334 - Fomento ao Trabalho	8,51	7,57	-11,0	14,25	88,2	4,92	-65,5	3,69	-25,1	-56,7
	Demais	0,03	0,00		0,00		0,00		0,00		
TOTAL		**18,89**	**9,38**	**-50,4**	**16,80**	**79,1**	**6,45**	**-61,6**	**5,10**	**-20,9**	**-73,0**

Fonte: Siafi - 09/01/2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

A importância do Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária", no contexto da Função "Trabalho", baseia-se no fato de suas intervenções contribuírem para a formação de quadros especializados para as necessidades de cada cadeia produtiva e de suas ações contribuírem para uma melhor inserção profissional, especialmente de públicos específicos, como mulheres, jovens, agricultores familiares e beneficiários de programas sociais do Governo Federal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "TRABALHO"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**6,60**	**7,06**	**2,73**	**1,11**	**1,10**	**1,62**
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	5,02	5,48	1,43	0,40	0,40	1,03
-	Demais Programas Temáticos	1,59	1,59	1,30	0,71	0,70	0,59
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**6,60**	**7,06**	**2,73**	**1,11**	**1,10**	**1,62**

Fonte: Siafi – 11/01/2013

Função "Urbanismo" sob a responsabilidade do MI

Na função "Urbanismo", subfunção "Assistência Comunitária", a execução no Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária" concentrou-se em ações para provimento de infraestrutura produtiva para Arranjos Produtivos Locais e apoio ao associativismo e ao cooperativismo para as populações com perfil do Plano Brasil sem Miséria.

Nessa subfunção, investiu-se, ainda, nas Rotas de Integração Nacional nos APLs de fruta e mel e na Rota do Cordeiro no Nordeste, na Rota do Peixe no Alto Solimões e na vitivinicultura no Rio Grande do Sul, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas. No exercício, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre MI e BNDES, da ordem de R$ 100 milhões, para aquisição de kits de irrigação e construção de barragens subterrâneas e biofábricas de sementes e mudas em localidades atingidas pela seca, no Nordeste e em Minas Gerais.

Na subfunção "Infraestrutura Urbana", os valores liquidados de Restos a Pagar, alocados no "Programa Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial", foram aplicados em obras de drenagem, macrodrenagem e construção de sistema contra enchentes em municípios da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, beneficiando aproximadamente 900 mil habitantes.

A variação positiva na execução da subfunção "Assistência Comunitária", observada no quadro a seguir, deu-se pela priorização das ações do Plano Brasil sem Miséria, com ganho de eficiência justificado pelo fato de o montante previsto Lei Orçamentária – LOA ter sofrido baixo contingenciamento.

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "URBANISMO"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUBFUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/ 2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exercício (1)	244 - Assist. Comunitária	2,27	4,25	87,2	55,62	1.208,4	5,47	-90,2	11,62	112,7	412,0
	451 - Infraestrutura urbana	3,50	0,87	-75,2	114,91	13.147,7	48,72	-57,6	0,00		
	Demais	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		
RPNP (2)	244 - Assist. Comunitária	0,00	67,32		168,50	150,3	192,23	14,1	107,34	-44,2	
	451 - Infraestrutura urbana	25,99	18,73	-27,9	27,19	45,1	119,82	340,7	72,78	-39,3	180,0
	Demais	9,93	0,00		0,22		0,00		0,00		
TOTAL		**41,69**	**91,17**	**118,7**	**366,43**	**301,9**	**366,23**	**-0,1**	**191,75**	**-47,6**	**359,9**

Fonte: Siafi – 09/01/2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

O Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária" colabora com a função "Urbanismo" na medida em que o desenvolvimento regional está fortemente atrelado às condições de produção, logística e escoamento. Salienta-se, ainda, a relevância das ações vinculadas à água para produção, essencial para a infraestrutura de produção das regiões atendidas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "URBANISMO"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**917,01**	**1.177,53**	**336,54**	**11,62**	**11,53**	**324,92**
2029	Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	808,45	1.006,29	263,61	11,62	11,53	251,99
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	108,56	171,24	72,93	-	-	72,93
2051	Oferta de Água						
-	Demais Programas Temáticos						
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUT. E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**917,01**	**1.177,53**	**336,54**	**11,62**	**11,53**	**324,92**

Fonte: Siafi – 11/01/2013

Função "Gestão Ambiental"
sob a responsabilidade do MI

Na Função "Gestão Ambiental", destaca-se a execução dos Programas "Oferta de Água", "Conservação e Gestão de Recursos Hídricos", "Saneamento Básico e Segurança Alimentar e Nutricional", cujas ações foram executadas prioritariamente nas subfunções "Saneamento Básico Urbano" e "Recursos Hídricos". Em 2012, também foram liquidados recursos de Restos a Pagar dos programas "Infraestrutura Hídrica", "Integração de Bacias Hidrográficas"; "Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental" e "Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso".

Na subfunção "Saneamento Básico Urbano", foram executadas pela Codevasf ações do programa "Saneamento Básico", com destaque para a conclusão de aterros sanitários em Conselheiro Lafaiete (MG), Curvelo (MG), e Irecê (BA). Além disso, foram concluídos os projetos básicos e executivos dos Consórcios da Região Itaparica/Moxotó e Moxotó/Agreste Central/Agreste Meridional. Com os recursos alocados na subfunção "Recursos Hídricos" para o Programa "Oferta de Água" foram concluídos, em 2012, os projetos: Adutora do Oeste (PE) com 292 km; Sistema Adutor Guanambi (BA) (1ª Etapa), com 265 km; Sistema Adutor Cafarnaum (BA), com 168 km; Sistema Adutor Pedro Alexandre (BA), com 77 km e Sistema Adutor do Seridó (RN), com 31 km, beneficiando um total de 680 mil habitantes.

Ademais, deu-se prosseguimento aos empreendimentos Cinturão das Águas do Ceará, Barragens Figueiredo e Fronteiras (CE); Barragem Ingazeira, Sistemas Adutores Siriji, Pajeú e do Agreste (PE); Barragem Atalaia (PI); Barragens Arroio Taquarembó e Arroio Jaguari (RS); Barragens Congonhas e Jequitaí e Sistema Norte de Minas (MG); Sistema Adutor Vertente Litorânea e Nova Camará (PB); Sistema Adutor Jacobina (BA); Sistema Adutor Alto Oeste (RN); Eixo de Integração Gavião ao Porto Pecém (Trecho V) (CE); Sistema Adutor Piaus (PI) e Adutora São Francisco (SE). Também foram selecionados novos projetos para compor o portfólio PAC do Ministério, tais como as Barragens Milagres e Tinguis (PI) e o Sistema Adutor Guanambi (2ª Etapa). Esses empreendimentos, dentre outros, terão como produto a reservação hídrica de aproximadamente 3,0 bilhões de m³ de água e 1,6 mil km de adutoras e beneficiarão uma população de 16 milhões de habitantes, incluindo as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Aracaju.

No Eixo Norte, em 2012, foram concluídos o Canal de Aproximação e o Reservatório Tucutu, dando-se continuidade às obras dos Aquedutos Mari e Terra Nova, a concretagem de 5 km do Eixo, que fazem parte da Meta 1N, e o Túnel Cuncas I da Meta 3N. No Eixo Leste, estão em execução as obras do Canal de Aproximação e do Reservatório Areias, cuja conclusão está prevista para 2013. Também encontram-se em execução as obras da Estação de Bombeamento I do Trecho V da Meta 1L , os aquedutos e 8 km do Eixo da Meta 2L. Além disso, dar-se-á início às obras para recuperação de reservatórios estratégicos existentes no perímetro do empreendimento.

Em 2012, atuou-se na construção das Vilas Produtivas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão 314 famílias, e na edificação de casas para as populações quilombolas e indígenas. A construção das Vilas Ipê, Retiro, Bartolomeu, Quixeramobim, Lafaiete, Irapuá e Jurem, que atenderão a 294 famílias, e a construção de 165 casas para as populações quilombolas e indígenas, fazem parte desse objetivo.

No programa "Conservação e Gestão de Recursos Hídricos", ainda na subfunção "Recursos Hídricos", destacam-se as ações realizadas pela Codevasf, que executou obras de estabilização de margens de rios, revegetação de bacias, proteção de encostas, recomposição de mata ciliar, aplicação de técnicas de conservação de solo e água e elaboração de diagnóstico, com aplicação de R$ 34,6 milhões. Além disso, foram concluídas a recuperação ambiental de áreas degradadas na sub-bacia do rio Pará (MG); construídas 11.610 Barraginhas na Mesorregião de Águas Emendadas no Vale do Urucuia (MG); recuperada a sub-bacia do Rio Pajeú (PE); implantada a Unidade Demonstrativa de Controle de Voçorocas em Santa Filomena (PI) e implantada a Estação de Piscicultura de Bebedouro (PE). Também foi concluída a elaboração dos projetos básicos de adequação das estradas de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra (MG) e recuperadas as áreas degradadas em municípios da Bahia.

No âmbito do Programa "Segurança Alimentar e Nutricional", também na subfunção "Recursos Hídricos", a execução orçamentária foi realizada com dotações do "Água para Todos", que atende às comunidades rurais com acesso precário à água. Em 2012, foram firmados convênios com todos os estados do Nordeste, Minas Gerais, Amazonas, Goiás, Tocantins e Rio Grande do Sul, num montante de mais de R$ 1 bilhão de reais. Nesse ano, com recursos do Programa, a Codevasf construiu 65 barreiros e instalou 47.685 cisternas, que atenderam a 49 mil famílias. O montante de recursos alocado no Programa justifica o aumento do percentual de liquidação verificado nesta função. Foi executada quantia considerável no Programa "Promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais – Promeso", oriundo do antigo PPA, incluído na LOA por meio de crédito. A integralidade dos recursos foi utilizada no Programa Água para Todos, para a implantação de cisternas de consumo, sistemas coletivos de abastecimento e barreiros para dessedentação animal. Cabe salientar que as variações observadas no quadro a seguir, deveram-se, no caso da subfunção "Saneamento Básico Urbano", à definição da carteira de projetos de Sistemas de Resíduos Sólidos e à decisão dos municípios para a formalização dos consórcios para a execução dos projetos. Por outro lado, o decréscimo observado na subfunção "Controle Ambiental" está associado à exclusão da ação "Implantação do Sistema de Monitoramento e Telecomando de Barragens do DNOCS" da LOA 2012, devido à limitação de recursos. No caso da subfunção "Recursos Hídricos", a razão do crescimento foi o término da revisão dos contratos da "Integração do Rio São Francisco", procedida no ano de 2011.

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "GESTÃO AMBIENTAL" - VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUB-FUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exerc. (1)	512 –Saneam. Básico Urbano	0,00	0,12		2,38	1.875,1	0,14	-94,0	0,85	497,2	
	542 - Controle Ambiental	0,25	0,15	-41,3	0,05	-66,8	0,02	-49,3	0,00	-83,6	-98,4
	544 – Rec. Hídricos	291,90	419,64	43,8	550,78	31,3	432,42	-21,5	1.083,25	150,5	271,1
	Demais	23,74	14,20	-40,2	58,77	313,9	14,54	-75,3	0,52	-96,4	-97,8
RPNP (2)	512 –Saneam. Básico Urbano	116,87	114,96	-1,6	64,86	-43,6	43,30	-33,2	9,52	-78,0	-91,9
	542 - Controle Ambiental	0,00	0,02		0,24	1.261,5	0,04	-83,6	0,01	-75,0	
	544 – Rec. Hídricos	620,76	1.315,54	111,9	1.943,39	47,7	962,80	-50,5	1.110,31	15,3	78,9
	Demais	59,26	41,18	-30,5	62,84	52,6	98,66	57,0	58,57	-40,6	-1,2
TOTAL		**1.112,78**	**1.905,80**	**71,3**	**2.683,31**	**40,8**	**1.551,92**	**-42,2**	**2.263,03**	**45,8**	**103,4**

Fonte: Siafi - 09/01/2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

A importância do Programa "Oferta de Água" para o Setor "Gestão Ambiental" está associada ao seu objetivo de contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de Infraestrutura hídrica, cuja execução está apresentada no quadro a seguir. Essas intervenções procuram minimizar a carência de água para consumo humano e outros usos que afetam a saúde pública e restringem as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades onde a disponibilidade desse recurso é reduzida. Por sua vez, a atuação do Programa "Conservação e Gestão de Recursos Hídricos" é de grande relevância por promover a revitalização de bacias hidrográficas, mediante a recuperação, a preservação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria das condições socioambientais do entorno das bacias.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "GESTÃO AMBIENTAL"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**3.751,73**	**5.513,81**	**3.193,49**	**1.084,62**	**1.067,20**	**2.108,87**
2013	Agricultura Irrigada	11,86	11,86	10,86	0,05	0,05	10,81
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	137,00	215,81	2,50	0,00	0,00	2,50
2051	Oferta de Água	2.325,90	3.385,75	1.855,56	418,00	406,88	1.437,56
-	**DEMAIS PROGRAMAS TEMÁTICOS**	**1.276,96**	**1.900,39**	**1.324,56**	**666,56**	**660,26**	**658,00**
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUT. E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**3.751,73**	**5.513,81**	**3.193,49**	**1.084,62**	**1.067,20**	**2.108,87**

Fonte: Siafi – 11/01/2013

Função "Ciência e Tecnologia"
sob a responsabilidade do MI

No âmbito do Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária", função "Ciência e Tecnologia", subfunção "Promoção Comercial", o foco foi a promoção de práticas produtivas ambientais sustentáveis e de investimentos em infraestrutura econômica, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Nesta subfunção, a Sudeco deu início ao projeto de construção do trem Brasília-Luziânia, a ser financiado pelo Banco Mundial, que beneficiará cerca de 500 mil moradores do Entorno Sul do Distrito Federal.

Na subfunção "Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico", foram executadas ações voltadas para o desenvolvimento de sistemas de informação da Sudam, enquanto que na subfunção "Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia", foram descentralizados recursos da Sudam para a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, para pesquisa sobre o desempenho zootécnico do peixe camurim em tanques-rede no município de Curuçá (PA). Por intermédio da Sudene, foi firmada parceria com o Estado da Paraíba para elaboração de Plano Estratégico de Consolidação dos Eixos Integrados de Desenvolvimento do Estado e com o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE, para o desenvolvimento da cadeia produtiva de biodiesel no Nordeste Brasileiro.

Considerável concentração de emendas parlamentares na subfunção "Promoção Comercial", alinhada ao acompanhamento dos projetos, garantiu liquidação superior ao registrado em exercícios anteriores.

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "CIÊNCIA E TECNOLOGIA"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUBFUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/ 2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exerc. (1)	571 – Des. Científico	0,02	0,01	-44,5	0,00		0,00		0,00		
	572- Desenv. Tecnol. e Engenharia	0,00	0,00		0,00		0,00		1,50		
	573 - Difusão do Conhec. Cient. e Tecnológico	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		
	691 - Promoção Comercial	6,99	2,27	-67,5	5,53	143,6	1,83	-67,0	10,56	478,9	51,1
	Demais	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		
RPNP (2)	571 – Des. Científico	0,03	0,02	-41,4	0,00		0,25		1,93	674,1	7.434,5
	572- Desenv. Tecnol. e Engenharia	0,00	0,00		0,00		0,37		0,00		
	573 - Difusão do Conhec. Cient. e Tecnológico	0,00	0,00		0,00		0,08		2,36	2.813 ,6	
	691 - Promoção Comercial	0,00	37,29		56,82	52,4	39,84	-29,9	22,93	-42,4	
	Demais	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		
TOTAL		**7,04**	**39,58**	**462,3**	**62,35**	**57,5**	**42,36**	**-32,1**	**39,29**	**-7,3**	**458,0**

Fonte: Siafi - 09/01/2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

A importância do Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária", na função "Ciência e Tecnologia", relaciona-se com a sua contribuição para o desenvolvimento de pesquisas ligadas às práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, à promoção da comercialização de produtos e à realização de estudos de viabilidade para projetos estruturantes para o desenvolvimento regional, como o da construção do trem Brasília-Luziânia.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "CIÊNCIA E TECNOLOGIA"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**451,66**	**458,17**	**55,91**	**12,06**	**10,53**	**43,85**
2029	Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	446,88	452,91	54,41	10,56	10,53	43,85
-	Demais Programas Temáticos	4,78	5,26	1,50	1,50	-	-
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUT. E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		-	-	-	-	-	-
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		-	-	-	-	-	-
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**451,66**	**458,17**	**55,91**	**12,06**	**10,53**	**43,85**

Fonte: Siafi – 11/01/2013

Função "Agricultura" sob a responsabilidade do MI

Na Função "Agricultura" estão inseridas as ações do Programa Agricultura Irrigada, classificadas, em sua maioria, na Subfunção "Irrigação".

Em 2012, foram investidos R$ 349,2 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, realizados nos Perímetros de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Salitre e Baixio de Irecê (BA) e Nilo Coelho e Pontal (PE).

Outras importantes ações desenvolvidas em perímetros públicos de irrigação referem-se a: i) prosseguimento de estudos e projetos de engenharia para a implantação de perímetros irrigados e obras estruturantes, com vistas à garantia hídrica em áreas já consolidadas de Itamaraty II (MS), Jonas Pinheiro (MT) e Passarão (RR); ii) elaboração do projeto de revitalização de Formoso do Araguaia (TO); iii) continuidade à implantação dos Projetos de Irrigação São João (TO), Costa Doce (RS) e Luís Alves do Araguaia (GO); iv) conclusão do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PB) e v) desenvolvimento de ações de apoio à operação inicial e à sustentabilidade na implantação da Produção Integrada de Frutas (PIF).

Em relação aos instrumentos de planejamento para orientação dos investimentos em irrigação, merece destaque o início da elaboração dos Planos Diretores dos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Paraná e o Plano Diretor Nacional, que visam fundamentar a convergência da política de uso das águas com a política ambiental e a política setorial produtiva, estabelecendo parâmetros, objetivos, diretrizes e instrumentos para a expansão e o aprimoramento da agricultura irrigada no País.

Ao longo de 2012, foram intensificadas as ações de divulgação do Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI para projetos privados de irrigação. Nesse ano, o MI recebeu os oito primeiros projetos privados de irrigação, com solicitação de enquadramento aos benefícios do REIDI. O primeiro projeto foi aprovado em agosto, com área de 378 ha de irrigação, por gotejamento, de cultura de laranja, e o segundo, em novembro, com área de 162,5 ha de irrigação, por pivô central, de cultura de cana de açúcar. Com o REIDI, o custo de aquisição de peças, materiais de construção, equipamentos e serviços contratados na implantação dos projetos de irrigação pode ter redução de até 9,25%, com a suspensão das contribuições de PIS e COFINS.

Dentre outras atividades do MI, estão a participação efetiva no Fórum Agricultura Irrigada, instância colegiada de natureza consultiva e intersetorial, responsável por contribuir com a gestão do conhecimento relacionado à agricultura irrigada e o suporte técnico às discussões sobre o Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, no Congresso Nacional, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.

A Codevasf foi responsável pela continuidade das ações de implantação do perímetro Jacaré-Curituba (SE) e do projeto Jaíba (MG) e pela administração, operação e manutenção dos perímetros Formoso, Manicoba e Curaçá, na Bahia. O Dnocs, por sua vez, desenvolveu ações de implantação dos perímetros de Santa Cruz do Apodi (RN) e Araras Norte (CE).

No programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária", na subfunção "Promoção da Produção Animal", destaca-se a operação e a manutenção de duas unidades de produção para apoio à estruturação dos arranjos produtivos locais de bovinocultura e caprinovinocultura e à agricultura familiar. A unidade do município de Brasilândia de Minas/MG visa disseminar tecnologias e material genético para o fortalecimento da bovinocultura na região. A outra unidade, o Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas do Semiárido – CEBATSA em Itaguaçu (BA), desenvolve ações de capacitação e difusão de tecnologias sociais, econômicas e ambientalmente viáveis, para a criação de caprinos e ovinos e convivência com o Semiárido.

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "AGRICULTURA"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUBFUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/ 2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exerc. (1)	602 – Promoção da Produção Animal	3,19	4,17	30,8	4,85	16,3	5,88	21,3	4,05	-31,2	27,0
	606 - Extensão Rural	0,00	0,00		59,15		0,00		0,00		
	607 - Irrigação	161,96	214,46	32,4	158,01	-26,3	136,12	-13,9	149,94	10,2	-7,4
	Demais	4,05	5,80	43,3	4,10	-29,3	3,02	-26,3	0,00		
RPNP (2)	602 – Promoção da Produção Animal	2,66	1,68	-36,6	2,9	72,0	1,98	-31,5	1,08	-45,5	-59,3
	606 - Extensão Rural	0,25	0,03	-90,1	0,00		15,38		2,37	-84,6	831,4
	607 - Irrigação	404,38	383,13	-5,3	359,93	-6,1	191,33	-46,8	189,37	-1,0	-53,2
	Demais	2,34	1,07	-54,1	0,74	-30,8	0,38	-49,2	2,37	812,6	47,1
TOTAL		**578,83**	**610,36**	**5,4**	**589,68**	**-3,4**	**354,09**	**-40,0**	**349,18**	**-1,4**	**-39,7**

Fonte: Siafi - 09/01/2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

O Programa "Agricultura Irrigada", orientado pela Política Nacional de Irrigação, contempla ações que visam incentivar o processo de desenvolvimento regional, na sua forma econômica e social, para incrementar a oferta de alimentos, a geração de empregos e a distribuição da renda, viabilizando a sustentabilidade das regiões beneficiadas. A importância do Programa deve-se, principalmente, ao fato de possibilitar, por meio de suas ações, uma sensível diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente nas zonas rurais de regiões com recursos hídricos subutilizados. Isso ocorre em função de a agricultura irrigada ser, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e à distribuição de renda, mediante geração de empregos a custos inferiores aos de outros setores da economia e, também, por proporcionar aumento da oferta de alimentos a preços menores e o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho.

Na tabela apresentada a seguir, a discrepância entre a despesa empenhada e a dotação atualizada para o programa "Agricultura Irrigada" decorre dos recursos alocados por meio de créditos extraordinários abertos pela Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, editada com o intuito de antecipar 1/3 do orçamento de investimento constante do PLOA 2013, em virtude do Congresso Nacional não ter votado a peça orçamentária e com o objetivo de se evitar paralisações e atrasos nas programações previstas para o início de 2013. No caso do expressivo valor inscrito em Restos a Pagar não processados, cabe esclarecer que se deveu às cláusulas condicionantes incluídas nos instrumentos celebrados, principalmente em relação à questão fundiária e ao licenciamento ambiental, cujas pendências não foram regularizadas pelos convenentes.

Por sua vez, o Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária" contribui para a boa execução da função "Agricultura", especialmente por sua orientação vincular-se à PNDR e contemplar ações de diversas cadeias produtivas, nas regiões prioritárias. Suas ações possibilitam a redução dos níveis de pobreza no campo, ao gerar emprego e renda e aumentar o valor agregado da produção das famílias.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "AGRICULTURA"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**640,91**	**809,12**	**441,97**	**153,99**	**149,98**	**287,98**
2013	Agricultura Irrigada	627,98	795,73	436,25	149,94	146,04	286,30
2029	Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	0,20	0,20	0,20	0,14	0,13	0,06
-	Demais Programas Temáticos	12,73	13,19	5,53	3,91	3,82	1,62
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUT. E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		-	-	-	-	-	-
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		-	-	-	-	-	-
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**640,91**	**809,12**	**441,97**	**153,99**	**149,98**	**287,98**

Fonte: Siafi – 11/01/2013

Para o Programa "Agricultura Irrigada", foi apurado o indicador "Intensidade do Uso da Infraestrutura de Agricultura Irrigada em Projetos Públicos de Irrigação" que, no ano de 2012, atingiu 59,9%.

Função "Indústria" sob a responsabilidade do MI

Na função "Indústria", subfunção "Promoção Comercial", destacam-se os projetos concebidos no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, inserido no Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária". Nessa subfunção, foram implementadas ações de incentivo à Rota do Peixe no Alto Solimões, à Rota do Cordeiro no Nordeste e aos APLs de economia criativa no entorno do DF e nos Vales do São Francisco, Parnaíba, Mearim e Itapecuru. Ressalta-se o ganho de eficiência que envolveu a aplicação desses recursos, em função de a dotação prevista na LOA ter sofrido baixo contingenciamento, o que garantiu a utilização dos recursos desde o início do exercício.

Na subfunção "Empregabilidade", foram executadas ações de fortalecimento da bovinocultura e da mandiocultura nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte; implementação do programa "Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil" na Amazônia; assistência técnica, incentivo ao acesso ao crédito e apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e ao comércio. Uma das principais ações nessa função foi a realização das Feiras da Agricultura Familiar na Bahia. Foram realizadas atividades para identificação das necessidades das associações e das vocações produtivas regionais, acompanhamento e capacitação do público beneficiado, manutenção e operação de unidades de produção, apoio à participação em eventos técnicos, publicação e divulgação de materiais técnicos, transferência de novas tecnologias e incentivo à comercialização da produção. Foram ampliadas e fortalecidas as estruturas produtivas da caprinovinocultura e da apicultura em dezenove municípios das mesorregiões do São Francisco, Araripe, Sertão Central, Moxotó e Pajeú.

Nesta função, a variação negativa na execução entre 2008 e 2012 é decorrente da redução do volume de emendas.

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "INDÚSTRIA"
VALORES LIQUIDADOS – 2008 A 2012

R$ milhões

OFSS (*)	SUBFUNÇÕES	2008	2009		2010		2011		2012		2008/ 2012
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
No Exercício (1)	333 - Empregabilidade	2,03	4,67	129,5	1,95	-58,3	0,72	-63,1	0,32	-55,8	-84,38
	691 - Promoção comercial								4,32		
	Demais		0,44								
RPNP (2)	333 - Empregabilidade		9,99		13,19	32,0	8,48		5,26	-38,1	
	691 - Promoção comercial				0,13		0,07	-43,4	2,19	2880,4	
	Demais		0,26		1,4	431,1	2,69	92			
TOTAL		**2,03**	**15,36**	**655,5**	**16,67**	**8,5**	**11,97**	**-28,2**	**12,08**	**0,9**	**493,90**

Fonte: SIAFI/Data 9.1.2013
(1) valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados
(2) valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

A atuação do "Programa "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária", na função "Indústria", ocorreu, principalmente, no contexto dos arranjos produtivos locais, e sua relevância está associada às ações do Programa, que promovem a interação de produtores para incremento da produção e da comercialização de seus produtos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012
FUNÇÃO "INDÚSTRIA"

R$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	VALOR PAGO	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADO
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		**145,97**	**139,35**	**25,62**	**4,63**	**4,63**	**20,99**
2029	Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	145,97	139,35	25,62	4,63	4,63	20,99
-	**DEMAIS PROGRAMAS TEMÁTICOS**	-	-	-	-	-	-
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUT. E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		-	-	-	-	-	-
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		-	-	-	-	-	-
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**145,97**	**139,35**	**25,62**	**4,63**	**4,63**	**20,99**

Fonte: Siafi – 11/01/2013

Função "Encargos Especiais"
Sob a Responsabilidade do MI

Nesta Função, estão alocados os recursos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Centro-Oeste – FCO e do Nordeste – FNE, e também os recursos sob supervisão do MI, referentes aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste – FDNE, os principais instrumentos de apoio ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Conforme demonstrativo a seguir, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, aplicados no período de 2008 a 2012, totalizaram R$ 86,1 bilhões, sendo registrado no último ano um incremento da ordem de 67,7% em relação ao primeiro. Esses recursos foram aplicados nos setores rural, industrial, de turismo, de infraestrutura, comercial e de prestação serviços. No exercício de 2012, o FCO, o FNE e o FNO contrataram junto aos setores produtivos das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, respectivamente, R$ 5,8 bilhões, R$ 11,9 bilhões e R$ 4,3 bilhões. Esses recursos foram aplicados nos setores rural, industrial, de turismo, de infraestrutura, comercial e de prestação de serviços.

VALORES CONTRATADOS PELOS FUNDOS - 2008 A 2012
E SUAS VARIAÇÕES ANO A ANO

R$ milhões

FUNDO	2008	2009		2010		2011		2012(*)		2008/ 2012
	VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
FCO	3.470	3.183	-8,3	4.254	33,6	5.547	30,4	5.857	5,6	68,8
FNE	7.669	9.134	19,1	10.755	17,7	11.091	3,1	11.970	7,9	56,1
FNO	2.054	2.449	19,3	2.569	4,9	1.869	-27,2	4.300	130,0	109,4
TOTAL	**13.192**	**14.766**	**11,9**	**17.578**	**19,0**	**18.506**	**5,3**	**22.127**	**19,6**	**67,7**

Fonte: Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia
(*) Valores provisórios – Exercício 2012

Com a edição da Medida Provisória nº 581, de 20/09/2012, alterações importantes foram implementadas na execução dos Fundos Constitucionais, dentre as quais se destacam a definição dos encargos financeiros e o bônus de adimplência pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio de proposta do MI, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Essa medida também estabeleceu que o CMN definirá as condições em que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais poderão negociar dívidas contratadas com os recursos desses Fundos, dentre outras medidas de grande vulto. Em consonância com as ações do Governo Federal, para redução das taxas de juros do mercado financeiro e acompanhando os programas de financiamento do BNDES, os encargos dos Fundos Constitucionais de Financiamento foram reduzidos para 2,5% a.a. nas operações de investimento no período de outubro a dezembro de 2012. O Governo Federal, buscando amenizar as dificuldades enfrentadas pelas Regiões Norte (enchente ou enxurradas) e Nordeste (seca ou estiagem), de modo tempestivo, instituiu linhas de crédito especiais, no montante de R$ 2,25 bilhões, no âmbito do FNO e do FNE, para as quais foram destinados, respectivamente, R$ 350 milhões e R$ 1,9 bilhão. Ao final do exercício de 2012, essas linhas emergenciais atingiram aplicações superiores a R$ 2,0 bilhões, sendo R$ 258,7 milhões no FNO e R$ 1,76 bilhão no FNE. Relativamente aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), entre 2008 e 2012, os projetos contratados alcançaram um montante financiado de R$ 5,0 bilhões, sendo R$ 2,6 bilhões no FDA e R$ 2,4 bilhões no FDNE, apoiando principalmente o setor de infraestrutura.

Recursos Não-Orçamentários - Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste - FINAM e FINOR

Os Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor) têm como finalidade apoiar financeiramente empreendimentos considerados prioritários ao desenvolvimento socioeconômico nas suas regiões de atuação, buscando reduzir significativamente as desigualdades inter e intrarregionais, por intermédio de aumento da diversificação bruta de capital fixo. No que se refere às liberações de recursos desses Fundos, no exercício de 2012, foram realizadas sete autorizações de liberações que atingiram o montante de R$ 195,6 milhões. Essas liberações são efetuadas pelos Bancos Operadores (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), com autorização do MI, em favor das empresas beneficiárias que comprovem aporte de recursos próprios em seus projetos. Desse total, destaca-se a destinação de R$ 61,6 milhões, ou seja, 31,5% para o projeto da Transnordestina Logística, obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que é o projeto em atividade de maior relevância na carteira dos Fundos de Investimentos Finam/Finor, por conseguinte, merecedor de uma avaliação específica e personalizada. No decorrer do ano, 20 projetos foram contemplados com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado - CEI, sendo emitidos 12 certificados para beneficiárias incentivadas pelo Finam e oito pelo Finor. O CEI é emitido em favor da empresa após o cumprimento de determinados requisitos estabelecidos pela legislação específica, considerando que: (i) a beneficiária esteja em operação; (ii) sem registro de desvio de recursos e (iii) demonstre a contrapartida de recursos próprios face aos recursos liberados do Fundo.

Recursos Não-Orçamentários - Incentivos Fiscais Especiais

As Regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com incentivos e benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, em diversas modalidades. De 2008 a 2012, foi estimado o montante de R$ 26,3 bilhões, sendo R$ 12,3 bilhões na área de atuação da Sudam e R$ 13,9 bilhões da Sudene. Ainda com a publicação da Lei nº 12.712, de 30/08/2012, esses benefícios, que tinham previsão de término para o ano de 2013, foram prorrogados por mais cinco anos. Em 2012, os incentivos fiscais também foram estendidos para os empreendimentos localizados na Região do Vale do Mucuri.

PARTE V

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

PARTE V – BALANÇO GERAL DA UNIÃO

Nesta parte, apresenta-se o Balanço Geral da União (BGU), que agrega as informações dos órgãos da administração direta, das entidades da administração indireta e dos fundos, bem como consolida as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O BGU referente ao exercício financeiro de 2012 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, exigidos pela Lei nº 4.320/64, e complementado pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas explicativas, que têm a finalidade de apresentar o regime e os critérios contábeis usados na preparação e outras informações que facilitem a sua compreensão.

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
			R$ milhares
ATIVO			
	NOTA	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO FINANCEIRO			
Disponível	1	675.212.752,40	530.259.840,18
Créditos em Circulação	2	54.990.783,34	50.415.040,89
Ativo Financeiro a Longo Prazo		30.401,55	83.976,63
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		**730.233.937,28**	**580.758.857,70**
ATIVO NÃO FINANCEIRO			
Realizável a Curto Prazo	3	203.501.597,61	464.136.312,49
Realizável a Longo Prazo	4	2.207.538.842,61	2.257.506.400,76
		2.411.040.440,22	**2.721.642.713,25**
Permanente			
Investimentos	5	286.189.940,55	273.405.330,25
Imobilizado	6	536.184.785,40	302.720.527,08
Intangível	7	921.587,14	486.058,70
Diferido		19.384,55	22.578,56
		823.315.697,64	**576.634.494,59**
TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO		**3.234.356.137,86**	**3.298.277.207,84**
ATIVO REAL		**3.964.590.075,14**	**3.879.036.065,54**
ATIVO COMPENSADO	14	**1.139.093.980,34**	**1.026.646.815,41**
TOTAL DO ATIVO		**5.103.684.055,48**	**4.905.682.880,95**

BALANÇO PATRIMONIAL			
(continuação)			R$ milhares
PASSIVO			
	NOTA	**31/12/2012**	**31/12/2011**
PASSIVO FINANCEIRO			
Depósitos	8	16.138.737,29	31.490.265,13
Obrigações em Circulação	9	189.308.770,80	149.586.015,04
Valores Pendentes a Curto Prazo	10	974.663,95	1.490.438,68
Passivo Financeiro a Longo Prazo		16.307,70	4.503,75
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO		**206.438.479,74**	**182.571.222,60**
PASSIVO NÃO FINANCEIRO			
Obrigações em Circulação	11	525.234.453,17	562.422.808,45
Exigível a Longo Prazo	12	2.469.545.009,79	2.250.674.478,09
Resultado de Exercícios Futuros		2.021.666,81	1.661.600,78
TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO		**2.996.801.129,77**	**2.814.758.887,32**
PASSIVO REAL		**3.203.239.609,51**	**2.997.330.109,92**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Patrimônio Social/Capital Social		762.532.775,60	16.599.653,35
Reservas		7.545.449,94	5.484.841,42
Ajustes de Avaliação Patrimonial		109.201,46	19.991,29
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	4.955.995,99
Resultados Acumulados		(8.836.961,38)	854.645.473,57
Resultado do Exercício		(1.828.132,03)	292.271.965,80
Resultados de Exercícios Anteriores		(7.008.829,34)	562.373.507,77
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**761.350.465,63**	**881.705.955,62**
PASSIVO COMPENSADO	14	**1.139.093.980,34**	**1.026.646.815,41**
TOTAL DO PASSIVO		**5.103.684.055,48**	**4.905.682.880,95**

5.1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
			R$ milhares
VARIAÇÕES ATIVAS			
	NOTA	31/12/2012	31/12/2011
ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	1		
Receita Tributária		374.230.594,14	353.304.116,17
Receita de Contribuições		592.692.507,85	543.187.908,54
Receita Patrimonial		81.327.735,80	66.163.746,88
Receita Agropecuária		25.386,99	21.715,95
Receita Industrial		756.186,50	562.842,89
Receita de Serviços		48.159.435,58	48.144.217,05
Outras Transferências Correntes		863.117,50	459.839,61
Outras Receitas Correntes		71.352.934,51	49.293.478,07
Receita Corrente entre Órgãos do OFSS	2	-	13.545.974,18
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		**1.169.407.898,87**	**1.074.683.839,34**
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	3	551.443.458,58	566.541.477,24
Alienação de Bens	4	14.221.009,93	1.938.954,48
Amortização de Empréstimos/Financiamentos		36.442.285,18	39.878.446,46
Outras Transferências de Capital		242.300,19	115.230,92
Outras Receitas de Capital		196.503.975,70	58.959.036,77
Receita de Capital entre Órgãos do OFSS	2	-	1.473.961,69
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		**798.853.029,59**	**668.907.107,54**
DEDUÇÕES DA RECEITA	5	**(36.905.829,75)**	**(42.594.066,83)**
MUTAÇÕES ATIVAS			
Incorporação de Ativos		78.421.417,74	78.654.347,66
Desincorporação de Passivos		851.404.664,65	790.331.918,93
TOTAL DAS MUTAÇÕES ATIVAS		**929.826.082,39**	**868.986.266,59**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		**2.861.181.181,09**	**2.569.983.146,64**
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**3.078.562,95**	**3.835.485,02**
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Incorporação de Ativos	6	1.373.238.414,86	3.303.045.747,92
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	7	387.582.667,22	257.718.459,88
Desincorporação de Passivos	6	897.715.201,62	1.031.974.000,56
Ajustes de Obrigações	8 e 17	92.515.811,89	67.087.947,07
Ajustes Monetários do Balanço		1.809,89	70.027,89
Resultado da Equivalência Patrimonial	16	30.029.220,86	45.133.215,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	6	8.076.084,20	544.661.742,55
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		**2.789.159.210,54**	**5.249.691.141,66**
TOTAL DAS VARIAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**2.792.237.773,49**	**5.253.526.626,68**
RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit	18	113.990.700,33	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS		**5.767.409.654,92**	**7.823.509.773,32**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
(Continuação)			R$ milhares
VARIAÇÕES PASSIVAS			
	NOTA	**31/12/2012**	**31/12/2011**
ORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais		189.325.586,09	182.441.407,22
Juros e Encargos da Dívida		135.057.607,41	131.122.390,20
Outras Despesas Correntes	9	753.541.076,39	680.262.861,70
Despesas entre Órgãos do OFSS	2	2.349.887,99	15.854.063,05
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		**1.080.274.157,88**	**1.009.680.722,17**
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	10	66.605.218,32	48.382.115,79
Inversões Financeiras		53.508.973,36	39.449.382,47
Amortização/Refinanciamento da Dívida	11	620.522.695,42	577.339.280,63
Despesas entre Órgãos do OFSS	2	942.586,67	1.979.825,83
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		**741.579.473,76**	**667.150.604,72**
MUTAÇÕES PASSIVAS			
Desincorporação de Ativos		87.972.468,87	82.342.376,12
Incorporação de Passivos		558.835.890,92	572.912.848,41
TOTAL DAS MUTAÇÕES		**646.808.359,79**	**655.255.224,53**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		**2.468.661.991,44**	**2.332.086.551,42**
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**5.263.926,06**	**5.818.904,68**
DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Desincorporação de Ativos	12	1.307.900.318,46	3.592.762.119,83
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	13	221.735.977,62	86.325.680,48
Incorporação de Passivos	14	1.322.159.281,09	593.121.685,80
Ajustes de Obrigações	15 e 17	411.854.305,37	368.561.587,72
Ajustes Monetários do Balanço		327.398,03	71.631,13
Resultado da Equivalência Patrimonial	16	20.682.230,65	5.853.470,88
Ajustes de Exercícios Anteriores	12	8.824.226,21	546.584.098,20
TOTAL DOS DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		**3.293.483.737,42**	**5.193.280.274,04**
TOTAL DAS VARIAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**3.298.747.663,48**	**5.199.099.178,72**
RESULTADO PATRIMONIAL			
Superávit		-	292.324.043,17
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS		**5.767.409.654,92**	**7.823.509.773,32**

5.1.3. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO				
				RS milhares
INGRESSOS				
	NOTA	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**VARIAÇÃO %**
ORÇAMENTÁRIOS				
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias		374.230.594,14	353.304.116,17	6%
Receitas de Contribuição		592.692.507,85	543.187.908,54	9%
Receitas Patrimoniais		81.327.735,80	66.163.746,88	23%
Receitas Agropecuárias		25.386,99	21.715,95	17%
Receitas Industriais		756.186,50	562.842,89	34%
Receitas de Serviços		48.159.435,58	48.144.217,05	0%
Transferências Correntes		863.117,50	459.839,61	88%
Outras Receitas Correntes		71.352.934,51	49.293.478,07	45%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	1	-	13.545.974,18	-100%
		1.169.407.898,87	**1.074.683.839,34**	**9%**
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito		551.443.458,58	566.541.477,24	-3%
Alienação de Bens		14.221.009,93	1.938.954,48	633%
Amortização de Empréstimos		36.442.285,18	39.878.446,46	-9%
Transferências de Capital		242.300,19	115.230,92	110%
Outras Receitas de Capital		196.503.975,70	58.959.036,77	233%
Receitas de Capital Intraorçamentárias	1	-	1.473.961,69	-100%
		798.853.029,59	**668.907.107,54**	**19%**
DEDUÇÕES DE RECEITA		**(36.905.829,75)**	**(42.594.066,83)**	**-13%**
TOTAL ORÇAMENTÁRIO		**1.931.355.098,70**	**1.700.996.880,05**	**14%**
EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2			
Valores em Circulação		309.030.015,28	837.678.065,97	-63%
Valores a Classificar		974.586,53	1.490.361,25	-35%
Valores Pendentes a Curto Prazo		284.946.765,43	696.509.629,67	-59%
Depósitos		16.138.737,29	31.490.265,13	-49%
Obrigações em Circulação		680.166.349,52	424.972.374,94	60%
Receita Extraorçamentária		1.419.841,77	1.979.743,20	-28%
Ajustes de Direitos e Obrigações		643.209.744,49	1.478.186.069,74	-56%
TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO		**1.935.886.040,31**	**3.472.306.509,90**	**-44%**
DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
Conta Única do Tesouro Nacional		292.947.252,57	227.869.023,53	29%
INSS		9.598.171,05	5.963.443,22	61%
Recursos à Disposição da Dívida Pública		155.248.054,07	154.541.346,30	0%
Aplicações Financeiras		42.308.989,24	37.431.408,49	13%
Outras Disponibilidades		30.157.373,25	35.935.932,28	-16%
		530.259.840,18	**461.741.153,82**	**15%**
TOTAL GERAL		**4.397.500.979,19**	**5.635.044.543,77**	**-22%**

BALANÇO FINANCEIRO				
(continuação)				R$ milhares
DISPÊNDIOS				
	NOTA	31/12/2012	31/12/2011	VARIAÇÃO %
ORÇAMENTÁRIOS				
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal e Encargos Sociais		189.325.586,09	182.441.407,22	4%
Juros e Encargos da Dívida		135.057.607,41	131.122.390,20	3%
Outras Despesas Correntes		753.541.076,39	680.262.861,70	11%
Despesas Correntes Intraorçamentárias	1	2.349.887,99	15.854.063,05	-85%
		1.080.274.157,88	**1.009.680.722,17**	**7%**
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos		66.605.218,32	48.382.115,79	38%
Inversões Financeiras		53.508.973,36	39.449.382,47	36%
Amortização da Dívida		620.522.695,42	577.339.280,63	7%
Despesas de Capital Intraorçamentárias	1	942.586,67	1.979.825,83	-52%
		741.579.473,76	**667.150.604,72**	**11%**
TOTAL ORÇAMENTÁRIO		**1.821.853.631,65**	**1.676.831.326,89**	**9%**
EXTRAORÇAMENTÁRIOS	3			
Valores em Circulação		525.941.839,44	309.016.842,13	70%
Valores a Classificar		1.490.361,25	3.255.049,35	-54%
Valores Pendentes a Curto Prazo		284.946.765,43	696.509.629,67	-59%
Depósitos		31.490.265,13	18.056.027,72	74%
Obrigações em Circulação		416.743.950,64	922.022.569,36	-55%
Despesa Extraorçamentária		5.434.282,29	6.087.369,47	-11%
Ajustes de Direitos e Obrigações		634.387.130,97	1.473.005.889,01	-57%
TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO		**1.900.434.595,14**	**3.427.953.376,70**	**-45%**
DISPONIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE				
Conta Única do Tesouro Nacional		323.685.048,10	292.947.252,57	10%
INSS		14.151.381,92	9.598.171,05	47%
Recursos à Disposição da Dívida Pública		257.750.411,37	155.248.054,07	66%
Aplicações Financeiras		48.248.765,26	42.308.989,24	14%
Outras Disponibilidades		31.377.145,75	30.157.373,25	4%
		675.212.752,40	**530.259.840,18**	**27%**
TOTAL GERAL		**4.397.500.979,19**	**5.635.044.543,77**	**-22%**

5.1.4. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RS milhares

RECEITAS

	NOTA	31/12/2012				31/12/2011				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO / INSUFICIÊNCIA ARRECADAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO / INSUFICIÊNCIA ARRECADAÇÃO	VARIAÇÃO REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES										
Receitas Tributárias		403.725.569,58	403.725.569,58	347.752.468,52	55.973.101,05	347.539.631,54	347.539.631,54	338.649.294,85	8.890.336,68	3%
Receitas de Contribuição		622.808.976,75	622.808.976,75	603.902.280,07	18.906.696,68	552.247.665,36	552.247.665,36	558.759.251,53	(6.511.586,17)	8%
Receitas Patrimoniais		67.483.216,14	67.483.216,14	81.061.148,91	(13.577.932,78)	57.481.036,49	57.481.036,49	65.713.892,10	(8.232.855,61)	23%
Receitas Agropecuárias		26.317,44	26.317,44	24.733,40	1.584,04	25.757,49	25.757,49	21.013,93	4.743,56	18%
Receitas Industriais		973.032,30	973.032,30	917.708,42	55.323,88	1.005.069,63	1.005.069,63	731.079,82	273.989,81	26%
Receitas de Serviços		47.435.937,38	47.435.937,38	47.974.758,28	(538.820,90)	44.720.516,51	44.720.516,51	48.016.053,58	(3.295.537,07)	0%
Transferências Correntes		683.472,51	683.472,51	844.444,86	(160.972,34)	289.279,07	289.279,07	450.679,06	(161.399,99)	87%
Outras Receitas Correntes		47.066.822,29	47.066.822,29	67.775.944,07	(20.709.121,78)	46.487.476,59	46.487.476,59	30.800.144,14	15.687.332,45	120%
		1.190.203.344,40	**1.190.203.344,40**	**1.150.253.486,54**	**39.949.857,86**	**1.049.796.432,67**	**1.049.796.432,67**	**1.043.141.409,00**	**6.655.023,67**	**10%**
RECEITAS DE CAPITAL										
Operações de Crédito		846.789.428,04	846.789.428,04	553.826.976,76	292.962.451,28	828.760.656,64	828.760.656,64	567.992.113,42	260.768.543,22	-2%
Alienação de Bens		5.376.244,58	5.376.244,58	14.217.901,69	(8.841.657,10)	5.430.728,99	5.430.728,99	1.959.785,70	3.470.943,29	625%
Amortização de Empréstimos		28.916.861,82	28.916.861,82	34.287.203,53	(5.370.341,71)	27.595.249,89	27.595.249,89	28.945.139,73	(1.349.889,84)	18%
Transferências de Capital		680.847,44	680.847,44	219.863,43	460.984,01	317.573,58	317.573,58	111.586,48	205.987,10	97%
Outras Receitas de Capital		78.492.141,23	78.492.141,23	196.491.556,72	(117.999.415,49)	54.115.254,43	54.115.254,43	58.846.845,71	(4.731.591,28)	234%
		960.255.523,11	**960.255.523,11**	**799.043.502,14**	**161.212.020,98**	**916.219.463,54**	**916.219.463,54**	**657.855.471,04**	**258.363.992,50**	**21%**
SUBTOTAL I	1	**2.150.458.867,51**	**2.150.458.867,51**	**1.949.296.988,67**	**201.161.878,84**	**1.966.015.896,21**	**1.966.015.896,21**	**1.700.996.880,05**	**265.019.016,17**	**15%**
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores		-	57.021.664,73	-	57.021.664,73	-	39.148.464,57	-	39.148.464,57	
Excesso de Arrecadação		-	49.236.705,50	-	49.236.705,50	-	10.131.443,97	-	10.131.443,97	
SUBTOTAL II		**2.150.458.867,51**	**2.256.717.237,73**	**1.949.296.988,67**	**307.420.249,06**	**1.966.015.896,21**	**2.015.295.804,75**	**1.700.996.880,05**	**314.298.924,70**	**15%**
DÉFICIT		-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL		**2.150.458.867,51**	**2.256.717.237,73**	**1.949.296.988,67**	**307.420.249,06**	**1.966.015.896,21**	**2.015.295.804,75**	**1.700.996.880,05**	**314.298.924,70**	**15%**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(continuação) RS milhares

DESPESAS

	NOTA	31/12/2012 DOTAÇÃO INICIAL	31/12/2012 DOTAÇÃO ATUALIZADA	31/12/2012 EXECUÇÃO	31/12/2012 ECONOMIA / EXCESSO EXECUÇÃO	31/12/2011 DOTAÇÃO INICIAL	31/12/2011 DOTAÇÃO ATUALIZADA	31/12/2011 EXECUÇÃO	31/12/2011 ECONOMIA / EXCESSO EXECUÇÃO	VARIAÇÃO EXECUÇÃO
CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais		203.240.358,16	207.125.716,26	204.401.342,63	2.724.373,63	199.765.948,12	200.162.975,43	197.481.485,24	2.681.490,19	4%
Juros e Encargos da Dívida		140.572.105,99	151.572.538,57	135.057.607,41	16.514.931,16	169.870.725,44	169.870.647,43	131.122.390,20	38.748.257,23	3%
Outras Despesas Correntes		777.279.350,43	784.572.140,07	751.280.922,78	33.291.217,29	677.682.651,54	702.183.468,43	679.266.064,52	22.917.403,91	11%
		1.121.091.814,58	**1.143.270.394,91**	**1.090.739.872,82**	**52.530.522,08**	**1.047.319.325,10**	**1.072.217.091,30**	**1.007.869.939,96**	**64.347.151,34**	**8%**
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos		80.332.821,10	82.665.422,79	58.019.830,68	24.645.592,11	62.922.507,51	65.159.923,83	47.043.622,34	18.116.301,49	23%
Inversões Financeiras		48.178.362,78	60.707.322,88	53.848.504,95	6.858.817,93	44.476.768,98	46.604.295,47	40.786.159,15	5.818.136,32	32%
Amortização da Dívida		874.165.738,46	888.318.282,32	620.522.695,42	267.795.586,90	783.918.792,68	804.216.849,68	577.339.280,63	226.877.569,05	7%
Reserva de Contingência		26.690.130,59	18.873.775,77	-	18.873.775,77	25.754.965,13	19.395.296,00	-	19.395.296,00	
		1.029.367.052,93	**1.050.564.803,76**	**732.391.031,05**	**318.173.772,71**	**917.073.034,29**	**935.376.364,98**	**665.169.062,12**	**270.207.302,87**	**10%**
CRÉDITOS ESPECIAIS										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais		-	100.300,00	100.227,03	72,97	-	300,00	-	300,00	
Juros e Encargos da Dívida		-	630,00	-	630,00	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		-	2.642.519,08	2.337.481,26	305.037,82	-	1.040.501,18	259.830,88	780.670,30	800%
		-	**2.743.449,08**	**2.437.708,29**	**305.740,79**	**-**	**1.040.801,18**	**259.830,88**	**780.970,30**	**838%**
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos		-	730.210,28	513.885,63	216.324,65	-	1.056.911,74	376.745,82	680.165,91	36%
Inversões Financeiras		-	332.607,92	93.070,19	239.537,73	-	561.759,91	341.016,31	220.743,60	-73%
		-	**1.062.818,20**	**606.955,82**	**455.862,38**	**-**	**1.618.671,65**	**717.762,13**	**900.909,52**	**-15%**
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais		-	904,44	17,10	887,34	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		-	4.577.273,34	2.644.829,31	1.932.444,03	-	1.774.881,27	1.550.951,34	223.929,93	71%
		-	**4.578.177,78**	**2.644.846,42**	**1.933.331,36**	**-**	**1.774.881,27**	**1.550.951,34**	**223.929,93**	**71%**
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos		-	31.185.205,57	8.128.920,62	23.056.284,95	-	1.394.457,55	1.013.780,47	380.677,08	702%
Inversões Financeiras		-	23.312.388,43	2.846.186,60	20.466.201,84	-	250.000,00	250.000,00	-	1038%
		-	**54.497.594,00**	**10.975.107,21**	**43.522.486,79**	**-**	**1.644.457,55**	**1.263.780,47**	**380.677,08**	**768%**
SUBTOTAL	2	**2.150.458.867,51**	**2.256.717.237,73**	**1.839.795.521,62**	**416.921.716,12**	**1.964.392.359,39**	**2.013.672.267,93**	**1.676.831.326,89**	**336.840.941,04**	**10%**
SUPERÁVIT		-	-	109.501.467,06	(109.501.467,06)	-	-	24.165.553,15	(24.165.553,15)	
TOTAL		**2.150.458.867,51**	**2.256.717.237,73**	**1.949.296.988,67**	**307.420.249,06**	**1.964.392.359,39**	**2.013.672.267,93**	**1.700.996.880,05**	**312.675.387,88**	**15%**

5.1.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
	Exercício de 2012										R$ milhares
	NOTA	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCRO	OUTRAS RESERVAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2011		**567.813.661,09**	**14.724.412,50**	**4.254.717,00**	**564.277,49**	**71.363,55**	**16.714,40**	**1.748,72**	**(5.832.923,59)**	**(776.884,56)**	**580.837.086,59**
Variação Cambial - Saldo Inicial		411.527,97	-	-	25,39	-	-	-	0,00	-	411.553,36
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	28.275,18	(33.529,89)	(14.179,28)	-	-	-	1.036.696,34	-	1.017.262,35
Correção Monetária do PL		-	-	3.055,09	24.000,09	-	-	-	8.738,98	-	35.794,15
Reavaliação de Ativos		-	-	3.525,97	37.880,33	-	-	18.242,57	3.899.084,22	-	3.958.733,08
Aumento de Capital		-	-	3.149.554,44	-	-	-	-	-	-	3.149.554,44
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	292.324.043,17	-	292.324.043,17
Constituição / Reversão de Reservas		(568.225.189,06)	2.631.387,56	(2.599.299,24)	(10.144,15)	24.650,09	-	-	568.178.100,03	-	(494,76)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(10.649,18)	-	(10.649,18)
Saldos de Integração		-	(7.537,32)	(7.769,85)	(0,00)	-	-	-	2.011,56	-	(13.295,62)
Provisão sobre o Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	(2.651,68)	-	(2.651,68)
Erros/Omissões/Mudança de Critério Contábil		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para CSLL		-	-	-	-	-	-	-	(980,29)	-	(980,29)
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2011		**0,00**	**17.376.537,91**	**4.770.253,51**	**601.859,87**	**96.013,64**	**16.714,40**	**19.991,29**	**859.601.469,56**	**(776.884,56)**	**881.705.955,62**
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2012		**-**	**17.376.537,91**	**4.770.253,51**	**601.859,87**	**96.013,64**	**16.714,40**	**19.991,29**	**859.601.469,56**	**(776.884,56)**	**881.705.955,62**
Variação Cambial - Saldo Inicial		0,00	-	-	(3,93)	-	-	-	621.374,89	-	621.370,96
Ajustes de Exercícios Anteriores		(10.030.908,66)	(0,02)	(157,02)	(66.686,29)	(51,65)	-	40.979,28	(136.337.990,83)	-	(146.394.815,18)
Correção Monetária do PL		-	(1.815,44)	76.649,81	56.166,34	663,57	-	-	185.756,04	-	317.420,33
Reavaliação de Ativos		-	-	283,03	(30.404,04)	-	-	85.496,11	131.555.778,31	-	131.611.153,41
Aumento de Capital		-	-	2.677.042,13	-	-	-	-	6.004,80	-	2.683.046,93
Resultado do Exercício		(111.904.681,68)	-	-	-	-	-	-	(2.071.795,46)	-	(113.976.477,14)
Constituição / Reversão de Reservas		867.247.818,99	622.709,07	(645.525,84)	(34.152,55)	26.784,96	-	(7.566,98)	(862.381.323,48)	-	4.828.744,17
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(16.563,15)	-	(16.563,15)
Saldos de Integração		-	-	-	-	-	-	-	702,96	-	702,96
Provisão sobre o Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	(270,89)	-	(270,89)
Erros/Omissões/Mudança de Critério Contábil		-	-	-	-	-	-	-	(2,00)	-	(2,00)
Provisão para CSLL		-	-	-	-	-	-	-	(102,13)	-	(102,13)
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido		-	-	-	-	-	-	(29.698,24)	-	-	(29.698,24)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2012	1	**745.312.228,65**	**17.997.431,51**	**6.878.545,62**	**526.779,40**	**123.410,52**	**16.714,40**	**109.201,46**	**(8.836.961,38)**	**(776.884,56)**	**761.350.465,63**

5.2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis da União apresentam as contas de todos os Poderes da República que contemplam as ações governamentais executadas pelo conjunto de órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal e recebem dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No ano de 2008 foi publicada a Portaria MF nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, pelos entes públicos, quanto aos procedimentos e práticas contábeis adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse sentido, o Decreto nº 6.976/2009 traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa nova ordem.

A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, iniciou um conjunto de mudanças na Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público. Tais mudanças provocam mais um efeito: a melhoria do nível de qualificação dos servidores envolvidos, contribuindo assim para o cumprimento do Princípio da Eficiência na Gestão do Patrimônio Público.

Respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, essas mudanças vêm ocorrendo de forma gradual e têm como principais focos:

a) A convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standard* – IPSAS), publicadas pelo *International Federation of Automatic Control* – IFAC.
b) A convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Para o aperfeiçoamento da contabilidade pública brasileira, em 2008 foram publicadas as primeiras normas, agrupadas na NBC-T-16, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes interações e impactos sobre as normas atuais. Visam contribuir para o fortalecimento e a uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, que sirvam não só ao cumprimento dos aspectos legais, mas reflitam com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio.
c) A adoção dos procedimentos contábeis padronizados por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, publicado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 e pela Portaria STN nº 437/2012.

As demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, e do Decreto-Lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

Mantidos os princípios legais que norteiam a Contabilidade Pública, e em complemento a essa legislação, também serviram de base à elaboração das demonstrações contábeis:

- Decreto nº 93.872/86, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional e atualiza e consolida a legislação pertinente;
- Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de observância obrigatória pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal;
- Manual Siafi, que trata da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública Federal;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a NBC-T16, que trata de aspectos contábeis específicos da gestão governamental, com suas diversas variações como, por exemplo, a NBC-T 16.10 sobre Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público; e
- Artigo 35 da Lei nº 4.320/64, base legal da contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que define: pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Alguns procedimentos contábeis foram utilizados com base em estimativas como, por exemplo, a taxa de depreciação dos bens adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, constante da tabela estipulada pela Secretaria do Tesouro Nacional para esse fim, cujos procedimentos continuaram nos exercícios de 2011 e 2012.

Vale ressaltar que em alguns quadros apresentados no presente relatório, os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função do critério de arredondamentos para apresentação de valores em milhares e milhões de reais.

As demonstrações contábeis são compostas por Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/64. Consta também a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que não tem obrigatoriedade, porém é um instrumento utilizado para uma análise mais apurada das variações dos elementos do patrimônio líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente o patrimônio líquido. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas notas explicativas constantes deste relatório.

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial da União em 31 de dezembro de 2012. Demonstra a posição estática dos

ativos e passivos da União no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, das reservas e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos administrativos no grupo intitulado Compensado.

A Lei nº 4.320/64, em seu Anexo 14, estabelece a estrutura do Balanço Patrimonial, destacando os grupos: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Ativo Real, Saldo Patrimonial (Passivo Real Descoberto), Ativo Compensado e Ativo Total, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Passivo Real, Saldo Patrimonial (Ativo Real Líquido), Passivo Compensado e Passivo Total.

No entanto, a STN, por competência e em função da estrutura do Plano de Contas da administração federal, adotou nova metodologia e promoveu alterações na estrutura do Balanço Patrimonial, atualmente disponibilizada no SIAFI, onde o Ativo Permanente e o Passivo Permanente passaram a se chamar Ativo não Financeiro (dependente de autorização legislativa) e Passivo não Financeiro (dívida fundada e demais passivos que dependem de autorização legislativa para serem amortizados ou resgatados), e o saldo patrimonial passou a ser o Patrimônio Líquido constante da coluna do Passivo.

Cabe lembrar que o Balanço Patrimonial demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas. Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia a definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial. Em 2012, por exemplo, os procedimentos de contabilização da depreciação, da amortização e da exaustão que vem acontecendo desde 2010, em atendimento ao Manual SIAFI, impactaram o patrimônio da União, com valores mais fidedignos, objeto de nota explicativa específica.

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações ativas e passivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial demonstrado no Balanço Patrimonial.

A Lei nº 4.320/64, em seu Anexo 15 estabelece a estrutura da DVP, demonstrando as variações ativas e as variações passivas, destacando as operações orçamentárias (resultantes da execução do orçamento) e as extraorçamentárias (independentes da execução do orçamento). Cumpre lembrar que o resultado patrimonial não deve ser confundido com o resultado orçamentário apurado no Balanço Orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais. Nele, as informações estão dispostas em uma única página, com as receitas dispostas do lado esquerdo e as despesas do lado direito, evidenciando-se somente informações orçamentárias. O Balanço está desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas, mostrando a previsão atualizada e a realização das receitas, e em Execução Orçamentária das Despesas, mostrando a fixação e a execução das despesas, considerados os créditos adicionais, com valores detalhados por tipo de crédito.

A análise do Balanço Orçamentário é de extrema importância para a definição dos indicadores de avaliação da gestão orçamentária, especialmente no que se refere à política fiscal pelo impacto da arrecadação das receitas e da execução da despesa pública.

O Balanço Financeiro tem sua estrutura definida no Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as categorias econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as funções. No entanto, no SIAFI o BF vem sendo elaborado com a estrutura de categoria econômica para a receita e para a despesa orçamentárias, em aderência à estrutura do Plano de Contas e devido à inviabilidade do desdobramento por função nesse demonstrativo.

Os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

Para fins de análise, utiliza-se, nas demonstrações contábeis consolidadas da União, critério de exclusão de itens, que elimina dos demonstrativos as transações entre os órgãos e entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, uma vez que esses valores são compensáveis dentro da nova unidade contábil.

No decorrer do exercício, foram realizados ajustes na estrutura das demonstrações contábeis, visando informações contábeis consistentes e confiáveis, sendo descritas em item específico desse relatório.

5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Depreciação, Amortização, Exaustão, Redução ao Valor Recuperável e Reavaliação de Itens do Imobilizado

Em 2010, para fiel evidenciação do Patrimônio da União, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou a macrofunção 020330 do Manual Siafi, que instrui como deve ser feita a contabilização da depreciação, da amortização, da exaustão, da redução ao valor recuperável e da reavaliação de itens do imobilizado. Conforme quadro a seguir, ficou estabelecido na norma um cronograma para o período de transição que determina os prazos máximos para o início da contabilização da depreciação dos ativos adquiridos em exercícios anteriores. Esse cronograma estabelece prazos máximos até 2013, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais terão impacto até que se concluam os testes de recuperabilidade de todo o ativo. Cabe ressaltar que os prazos de implementação dos procedimentos poderão ser alterados em decorrência de outros normativos ou de particularidades que facilitem ou causem restrição à obtenção dos valores.

Grupos De Ativos	Prazo Máximo
Aeronaves	2011
Embarcações	2011
Equipamentos de Processamento de Dados	2011
Veículos de Tração Mecânica	2011
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2012
Máquinas e Equipamentos Industriais	2012
Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	2013
Mobiliário em Geral	2013

Reconhecimento e Atualização dos Créditos Tributários da União

Em 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil passou a registrar em seu ativo, os créditos vencidos, porém ainda não inscritos em Dívida Ativa. Anteriormente esses créditos eram evidenciados apenas quando da inscrição. Apesar de tal registro não significar a adoção completa do regime de competência, expressa um avanço nesse sentido. A Secretaria do Tesouro Nacional publicou, em 2011, a macrofunção "020333 – Crédito Tributário a Receber e Provisão" do Manual Siafi, que trata dos procedimentos para registro da apropriação de créditos tributários a receber e constituição da respectiva provisão, na administração pública direta da União, suas autarquias e fundações.

No Manual Siafi, foi estabelecido um cronograma para o registro dos créditos tributários e a constituição da sua correspondente provisão, com prazo iniciando em 2012, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais sofrerão impacto até que se conclua de forma completa o reconhecimento, a mensuração e o registro. Cabe ressaltar que os prazos de implementação dos procedimentos poderão ser alterados em decorrência de outros normativos ou de particularidades que facilitem ou causem restrição à obtenção dos valores.

Reconhecimento de Ativos de Infraestrutura

Em 2011, foi criada a conta 14211.23.01 – "Bens de Uso Comum – Ativos de Infraestrutura – Rodovias" para registrar os bens de uso comum (rodovias), mas não houve tempo hábil para o reconhecimento, a mensuração e os registros desses bens no exercício de 2011. Em 2012, foram criadas e testadas as rotinas de incorporação, reavaliação e redução ao valor recuperável de rodovias. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) tem trabalhado para que os devidos lançamentos sejam efetuados, já havendo um saldo de R$ 182 bilhões.

Registro de Controle de Depósitos em Projetos de Impacto Ambiental

O Instituto Chico Mendes (ICM) registra os recursos decorrentes de depósitos realizados na Caixa Econômica Federal (CEF), em cumprimento ao art. 36 da Lei nº 9.985/2000, que estabelece que o empreendedor deve apoiar a implantação e a manutenção das unidades de conservação do grupo de proteção integral, nos casos de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental. Para tanto, até o exercício de 2012, eram utilizadas a conta contábil "19999.00.00 – Diversas Compensações, do Ativo Compensado", e a conta contábil "29990.00.00 – Compensações Diversas" do Passivo Compensado, o que impactava o Ativo e o Passivo no Balanço Patrimonial. No entanto, houve a necessidade de se criar uma nova rotina contábil, uma vez que os valores não se tratavam de atos potenciais. A partir da criação dessa nova rotina, os valores passaram a ser registrados somente no grupo do Ativo Compensado nas contas contábeis "19996.57.01 – Depósitos - Compensação Ambiental" e "19996.57.99 – Outros Controles - Compensação Ambiental", ambas do Ativo Compensado. Dessa forma, a nova rotina não gera impacto no Balanço Patrimonial, uma vez que a contrapartida do lançamento fecha dentro do próprio Ativo Compensado, tendo seu valor total sempre igual a zero.

Registro de Controle da Captação de Recursos Incentivados

Em 2012, foi criada uma rotina contábil para permitir ao Ministério da Cultura controlar os recursos recebidos de pessoas físicas e jurídicas a título de incentivos de projetos culturais no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

O Pronac foi instituído pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91), com a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções.

A Lei Rouanet instituiu o mecanismo de incentivo fiscal do Mecenato, termo normalmente utilizado para indicar o incentivo e o patrocínio de atividades artísticas e culturais. Essa norma possibilitou que o incentivo destinado a diversos segmentos culturais pudesse ser deduzido, parcial ou integralmente, do Imposto de Renda, o que configura renúncia de receita.

Visando à contabilização desses incentivos fiscais, o Ministério da Cultura e a Secretaria do Tesouro Nacional desenvolveram estudo conjunto e propuseram o seguinte elenco de contas para controlar a consequente renúncia de receita relacionada a tais incentivos culturais:

Conta Contábil	Função
19996.56.00 – Captação de Recursos Incentivados	Compreende o controle de recursos recebidos de pessoas físicas e jurídicas a título de incentivos de projetos culturais no âmbito do Ministério da Cultura.
19996.56.01 – Valor Autorizado a Captar	Registra a previsão de recursos aprovados para captação posterior.
19996.56.02 – Valor Captado	Registra os recursos captados, de acordo com os valores aprovados pelo Ministério da Cultura.
19996.56.03 – Valor Renunciável	Registra a parcela do valor captado, controlado por número do Pronac e CNPJ/CPF do patrocinador, que pode ser objeto de renúncia fiscal.
19996.56.04 – Valor Renunciado	Registra os recursos debitados no imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas.
19996.56.05 – A Comprovar	Registra os recursos depositados nas contas bancárias dos projetos culturais, ainda pendentes de comprovação quanto à sua aplicação.
19996.56.06 – A Aprovar	Registra os recursos cuja aplicação foi informada ao Ministério da Cultura para fins de comprovação, mas que ainda não foram analisados.
19996.56.07 – Aprovado	Registra os recursos que foram aprovados quanto à regularidade da aplicação dos recursos.
19996.56.08 – Inadimplência Efetiva	Registra os recursos para os quais não houve a devida prestação de contas quanto à regularidade de sua aplicação.
19996.56.09 – Valor Não Captado	Registra os recursos aprovados pelo Ministério da Cultura, mas que não tiveram captação ou realizaram captação parcial.
19996.56.10 – Valores Devolvidos	Registra a devolução de valores captados que não foram aplicados na execução do projeto, bem como a devolução de valores recolhidos pela não aprovação da prestação de contas do projeto.
19996.56.11 – Concluído	Registra os recursos aprovados quanto à regularidade da aplicação dos recursos, cuja execução e prestação de contas foram definitivamente finalizadas.
19996.56.99 – Outros Controles de Recursos Incentivados	Registra a contrapartida dos lançamentos efetuados nas contas do grupo 19996.56.00 – Captação de Recursos Incentivados

Órgãos que Reconhecem a Receita Contábil por Competência

No BGU de 2011, foi identificado no Siafi o reconhecimento ainda inicial da receita contábil por competência. A identificação foi feita a partir de um grupo de contas de créditos a receber (conta 11.210.00.00), que por sua natureza evidencia os valores reconhecidos de receitas segundo seu fato gerador, independente do seu recebimento. O quadro abaixo evidencia os órgãos e entidades que fizeram esses registros e apresentam saldo no exercício de 2012:

Órgão/Entidade	
Agência Nacional de Energia Elétrica	Fundação Oswaldo Cruz
Agência Nacional de Saúde Suplementar	Fundação Universidade Federal de Pelotas
Agência Nacional do Cinema	Fundo de Imprensa Nacional
Banco Central do Brasil	Fundo Especial do Senado Federal
Casa da Moeda do Brasil	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Comando da Marinha - Fundo Naval	Hospital Nossa Senhora da Conceição
Comissão Nacional de Energia Nuclear	Indústria de Material Bélico do Brasil
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	Indústrias Nucleares do Brasil
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia
Companhia Nacional de Abastecimento	Justiça do Trabalho
Conselho Nacional de Justiça	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte	Ministério da Fazenda
Empresa Brasil de Comunicação	Nuclebras Equipamentos Pesados
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre	Serviço Federal de Processamento de Dados
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Universidade Federal da Fronteira Sul
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	Fundação Oswaldo Cruz
Fundação Nacional de Artes	

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

5.2.3. Inclusão, Exclusão, Alteração e Reclassificação de Itens de Balanço

Devido à inclusão das contas 48520.00.00 - Integralização do Capital Social, 48521.00.00 - Integralização com Recursos do Tesouro Nacional e 48522.00.00 - Integralização com Recursos de Outras Fontes, foi incluído o item "OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL" no Balanço Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.4. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos

Em 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 600 que promoveu alterações na MP nº 581/2012, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, órgão 74919, vinculado à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, órgão 53207. O FDCO foi criado pela Lei Complementar nº 129/2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e criou em seu art. 16 o Fundo com a finalidade de assegurar recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (EMI nº 44-2012 MI MF, de 11.9.2012).

A MP nº 600/2012 promoveu também alterações na Lei nº 12.462/2011, alterando o artigo 63 que instituiu o Fundo Nacional de Aviação Civil, órgão 62901, vinculado à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, para destinação dos recursos do sistema de aviação civil. De acordo com a Lei nº 12.468/2012, que alterou a Lei nº 12.462/2011, os recursos do FNAC serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento e no fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, que, enquanto não destinados às finalidades previstas no art. 63-A da referida lei, ficarão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

Em 2012, houve a incorporação dos órgãos Hospital Cristo Redentor S/A (36208) e Hospital Fêmina S/A (36209) pelo órgão Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A (36210), todos sociedade de economia mista.

A Assembleia-Geral Extraordinária ocorreu no dia 28 de setembro de 2012 e o registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul ocorreu no dia 29 de novembro de 2012.

A transferência do saldo das contas patrimoniais para o órgão incorporador aconteceu em 10 de dezembro de 2012, e os saldos remanescentes na data de 31 de dezembro de 2012 serão baixados em 2013.

O Decreto nº 7.690/2012, que aprovou a nova estrutura regimental do Ministério da Educação, criou e extinguiu algumas UG vinculadas diretamente ao respectivo ministério, órgão 26000. Foram criadas as seguintes unidades em 2012:

a) Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE;
b) Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES;e
c) Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI.
d) Foram extintas as seguintes unidades em 2012:
e) Secretaria de Educação à Distância – SEED;
f) Secretaria de Educação Especial – SEESP;
g) Representação do Ministério da Educação no Rio de Janeiro – REMEC/RJ; e
h) Representação do Ministério da Educação em São Paulo – REMEC/SP.
i) Extintas em 1998 pelo Decreto nº 2.890, permanecem com saldo pendente de regularização as seguintes unidades, vinculadas diretamente ao Ministério da Educação (26000):
j) Delegacia do Ministério da Educação em Rondônia – DEMEC/RO (UG 150061/1);
k) Delegacia do Ministério da Educação – DEMEC/D. Avelar Brandão (UG 150080);
l) Coordenação-Geral de Serviços Gerais – CGSG (UG 150005/1); e
m) Diversidade da Universidade (UG 152009/1).

No Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão 30211, vinculado ao Ministério da Justiça, foi criada a UG 303003/30211 – Superintendência-Geral do Cade, nos termos da Lei nº 12.529/2011, que passou a vigorar a partir de 29 de maio de 2012.

Encontram-se em processo de extinção e liquidação os seguintes órgãos:

a) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (20601), vinculado ao Ministério da Integração Nacional, instituída pela Lei Complementar nº 125/2007. Em 18 de junho de 2012, foi publicada a Portaria nº 343 do Gabinete do Ministro da Integração Nacional, que criou um "Grupo de Trabalho com a finalidade de levantar, dar baixa e realizar a transferência de bens, móveis e imóveis, valores em papéis e depósitos bancários ainda existentes na extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE". De acordo com a portaria, o respectivo grupo terá o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos. No encerramento do exercício de 2012, ainda consta saldo no Balancete do referido órgão.
b) Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (20605), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, foi extinta pelo Decreto nº 6.182/2007.
c) Fundo para Aparelhamento e Operacionalização de Atividades-fins da Polícia Federal (30909), vinculado ao Ministério da Justiça, terão as suas UG desativadas em 2013; e a execução orçamentária, financeira e contábil será feita pelas UG da administração direta, gestão Tesouro.
d) Fundo Nacional de Desenvolvimento (20924), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi extinto pela Medida Provisória nº 517/2010. De acordo com informações enviadas à CCONT/STN, ainda há saldos pendentes de regularização tendo em vista que o órgão continua realizando execução em virtude de fatos gerados antes da sua extinção.
e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (26209), vinculado ao Ministério da Educação, teve os seus saldos baixados no encerramento do exercício de 2012, por ter sido transformado no Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica do Maranhão, órgão 26408,

pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Já o órgão 26218, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, transformado em Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica do Rio Grande do Norte (26435), ainda possui saldo pendente de regularização, os quais serão baixados no encerramento do exercício de 2013.

f) Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em São Paulo II (UG 170390) e Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro II (UG 170384), ambas vinculadas à Receita Federal do Brasil - RFB do Ministério da Fazenda, concluíram seus processos de extinção em 31 de maio de 2012, em atendimento à Portaria RFB nº 593/2012 e ao § 6º do art. 3º da IN/TCU nº 63/2010.

Em 2012, com a publicação da Media Provisória nº 576/2012, convertida na Lei nº 12.743/2012, houve a modificação na denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV (órgão Siafi nº 39253), autorizada pela Lei nº 12.404/2011 e criada pelo Decreto nº 7.755/2012, para Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, permanecendo o mesmo código no SIAFI.

Tal modificação visa "a adequação institucional da Administração Federal em relação ao setor de transporte, com o objetivo de dotar o País de empresa de planejamento e logística para o setor, bem como de instrumentos para a implementação de ações voltadas ao setor ferroviário, em especial o desenvolvimento de estudos e de programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade, além de ampliar as possibilidades de operação ferroviária desvinculada da exploração de infraestrutura". (EMI nº 87/MT/MP/MF, de 15 de dezembro de 2012).

A Lei nº 12.706/2012, autorizou a criação, em decorrência da cisão parcial da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Marinha, cadastrada no Siafi com o código 52233, cujos objetivos são os seguintes:

a) Promover, desenvolver, absorver, transferir e manter tecnologias necessárias às atividades nucleares da Marinha do Brasil e do Programa Nuclear Brasileiro - PNB;
b) Promover, desenvolver, absorver, transferir e manter as tecnologias necessárias à elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização da construção de submarinos para a Marinha do Brasil; e
c) Gerenciar ou cooperar para o desenvolvimento de projetos integrantes de programas aprovados pelo Comandante da Marinha, especialmente os que se refiram à construção e à manutenção de submarinos, promovendo o desenvolvimento da indústria militar naval brasileira e atividades correlatas.

5.2.5. Procedimentos Especiais

Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

As demonstrações contábeis dos órgãos com unidades no exterior são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício, observando o seguinte procedimento:

É utilizada a taxa oficial do Banco Central do último dia de dezembro, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

Desde o exercício de 2011, foram criados procedimentos que demonstram a variação cambial como causa dessa aparente desconformidade, sendo esses procedimentos evidenciados nas contas contábeis do grupo "29225.00.00 Créditos Descentralizados – Variação Cambial".

Integração de Saldos Contábeis e FUNAI – Patrimônio Indígena

Cinco entidades da administração indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não têm seus patrimônios e seu planejamento orçamentário evidenciados nas demonstrações contábeis da União, aplicadas às entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, seja pelo critério de consolidação ou das participações permanentes (investimentos). Essas cinco entidades serão abordadas neste tópico.

Quatro dessas entidades utilizam o Siafi, em sua modalidade de uso parcial, integrando seus saldos contábeis, por meio da operação denominada Integração de Balancetes, pois utilizam outros sistemas para registro de seus atos e fatos contábeis.

A quinta entidade, a Funai – Patrimônio Indígena, que também não pertence aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, processa toda sua execução orçamentária e financeira por meio do SIAFI, não necessitando se submeter ao procedimento de integração de balancetes, haja vista que seus registros contábeis têm origem naquele próprio sistema.

Em 2012, o Banco Central do Brasil – Autoridade Monetária (Órgão 25280/17280), a Fundação Habitacional do Exército (Órgão 27201/16201), a Conta de Desenvolvimento Energético (Órgão 32991/32991) e Reserva Global de Reversão (Órgão 32992/32992) que não utilizam o Siafi na modalidade total, tiveram seus saldos integrados ao Siafi, observando os procedimentos especiais de integração de saldos e tendo por base os valores contidos nos balancetes.

Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas nas demonstrações pelo valor dos Investimentos da União nestas empresas, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) ou Custo, conforme procedimentos definidos no Manual Siafi, código 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

O próximo quadro demonstra os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais com os cinco órgãos que não participam do Orçamento Fiscal e da Seguridade Fiscal e que não têm seus patrimônios evidenciados nas demonstrações consolidadas da União por meio do procedimento da consolidação ou das participações permanentes (investimentos) da União.

R$ milhões

DEMONSTRATIVO	ITENS DOS DEMONSTRATIVOS	ÓRGÃOS PERTENCENTES AO OFSS (BGU)	ORGÃOS QUE FAZEM A INTEGRAÇÃO DE BALANCETES E FUNAI (NÃO PERTENCENTES AO OFSS)					TOTAL
			25280 /17280	27201 /16201	30205 /19209	32991 /32991	32992 /32992	
			Banco Central do Brasil (Autoridade Monetária)	Fundo Habitacional do Exército	Fundação Nacional do Índio	Reserva Global de Reversão	Conta de Desenvolvimento Energético	
Balanço Patrimonial	Ativo Financeiro (1)	730.233,94	117.797,55	161,86	24,22	16.139,25	2.803,83	867.160,65
	Ativo não Financeiro (2)	3.234.356,14	1.691.150,38	2.221,78	27,05	7.510,71	817,26	4.936.083,32
	Ativo Real (1) + (2)	**3.964.590,08**	**1.808.947,92**	**2.383,64**	**51,27**	**23.649,96**	**3.621,10**	**5.803.243,97**
	Ativo Compensado (3)	1.139.093,98	462.924,11	2.749,12	12,91	0,00	0,00	1.604.780,11
	Ativo (1) + (2) + (3)	**5.103.684,06**	**2.271.872,03**	**5.132,75**	**64,18**	**23.649,96**	**3.621,10**	**7.408.024,07**
	Passivo Financeiro (4)	206.438,48	951.022,06	58,38	3,2	19.437,09	26,04	1.176.985,25
	Passivo não Financeiro (5)	2.996.801,13	824.102,08	50,19	-3,19	7,63	2.568,54	3.823.509,49
	Passivo Real (4) + (5)	**3.203.239,61**	**1.775.124,14**	**108,56**	**0,01**	**19.444,72**	**2.594,58**	**5.000.494,74**
	Patrimônio Líquido (6)	761.350,47	33.823,79	2.275,07	51,26	4.205,24	1.026,52	802.749,23
	Passivo Compensado (7)	1.139.093,98	462.924,11	2.749,12	12,91			1.604.780,11
	Passivo (4) + (5) + (6) + (7)	**5.103.684,06**	**2.271.872,03**	**5.132,75**	**64,18**	**23.649,96**	**3.621,10**	**7.408.024,07**
Demonstração das Variações Patrimoniais	Variações Ativas Orçamentárias (8)	2.861.181,18	0,00	0,00	24,5	0,00	0,00	2.861.205,68
	Variações Ativas Extraorçamentárias (9)	2.792.237,77	3.219.463,17	3.260,36	1,91	8.259,84	11.216,59	6.034.439,65
	Variações Passivas Orçamentárias (10)	2.468.661,99	0,00	0,00	18,42	0,00	0,00	2.468.680,41
	Variações Passivas Extraorçamentárias (11)	3.298.747,66	3.207.976,10	3.053,50	3,83	7.440,44	10.958,66	6.528.180,19
	Resultado Patrimonial (8) + (9) - (10) - (11)	**-113.990,70**	**11.487,07**	**206,87**	**4,17**	**819,4**	**257,93**	**-101.215,26**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Banco Central do Brasil – BACEN

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-geral de Controle da Divida Pública (CODIV), UG/Gestão 170600/00001, efetuou lançamentos na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BACEN – Custos das Reservas, gerando saldo de R$ 9,9 bilhões em 31 de dezembro de 2012, tendo em vista o registro e a liquidação dos Resultados da Equalização das Reservas/Derivativos Cambiais do Banco Central, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.803/2008, apurados nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, observada a metodologia definida na Portaria Conjunta nº 125/2008. O saldo de referida conta foi constituído conforme abaixo (em milhões):

(=)	92.835,8	Saldo em 31/12/2011
(+)	6.114,1	Atualização do Resultado do 2º semestre de 2010
(–)	52.750,6	Pagamento do Resultado do 2º semestre de 2010
(=)	46.199,3	Saldo
(+)	2.955,9	Atualização do Resultado do 1º semestre de 2011
(–)	49.155,2	Pagamento do Resultado do 1º semestre de 2011
(=)	0,0	Saldo em 30/06/2012
(=)	9.900,5	Resultado do 2º semestre de 2012

Por sua vez, o Resultado Bacen – Custos das Reservas no segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012 foram positivos em R$ 90.240 e R$ 32.210 milhões, respectivamente, registrado na conta contábil 11221.05.02 – Resultado Positivo Bacen – Custos das Reservas, sendo estes valores atualizados em R$ 1.778,50, totalizando R$ 92.018,50 milhões e atualizado em R$ 543, totalizando R$ 32.753 milhões, cujo crédito na conta única ocorreu em março e setembro de 2012, respectivamente.

Os resultados negativos se constituem em obrigação da União com o Banco Central, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional. Por sua vez, os resultados positivos são obrigação do Banco Central com a União, devendo ser objeto de crédito na Conta Única até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Dessa forma, o pagamento do Resultado Bacen – Custo das Reservas relativo ao segundo Semestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, foram pagos em janeiro e fevereiro de 2012, mediante a emissão de títulos públicos, conforme discriminado nas Portarias STN nº 50/2012 e nº 93/2012, respectivamente.

Para um melhor entendimento, seguem abaixo as definições constantes do art. 6º, §1º da Lei 11.803/2008:

"I – resultado financeiro das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil: o produto entre o estoque de reservas cambiais, apurado em reais, e a diferença entre sua taxa média ponderada de rentabilidade, em reais, e a taxa média ponderada do passivo do Banco Central do Brasil, nele incluído seu patrimônio líquido; e
II – resultado financeiro das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central do Brasil no mercado interno: a soma dos valores referentes aos ajustes periódicos dos contratos de derivativos cambiais firmados pelo Banco Central do Brasil no mercado interno, apurados por câmara ou prestador de serviços de compensação, liquidação e custódia".

No que se refere ao Resultado Patrimonial do Banco Central, apurado semestralmente em balanço, os lançamentos ocorrem nas seguintes contas contábeis:

Se positivo: 11221.05.01 – Resultado Positivo do Bacen – Balanço Apurado;

Se negativo: 21221.04.01– Resultado Negativo do Bacen – Balanço Apurado

O Resultado Bacen – Balanço Apurado no segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012 foram positivos em R$ 11.243,8 e R$ 12.321,3 milhões, respectivamente, sendo atualizados em R$ 221,6, totalizando R$ 11.465,4 milhões e atualizado em R$ 208, totalizando R$ 12.529,3 milhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março e setembro de 2012, respectivamente. Referida conta apresenta o saldo de R$ 12.172,4 milhões referente ao resultado positivo do segundo semestre de 2012.

Desvinculação das Receitas da União

Em 11 de novembro de 2009 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59 que acrescentou o § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. O percentual, que era de 20% das receitas de impostos constantes do relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal, foi de 12,5% no exercício de 2009; 5% no exercício de 2010 e foi nulo no exercício de 2011 e no exercício de 2012. Em cumprimento à referida emenda, a STN promoveu a alteração do cálculo da DRU, o qual consta do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, de periodicidade bimestral.

Compatibilização entre Receitas e Despesas de Operações Intraorçamentárias

No exercício de 2012 foi identificada uma diferença de R$ 2,2 bilhões entre o valor das despesas intraorçamentárias e das receitas intraorçamentárias, conforme demonstrado no quadro:

R$ milhares

Receitas e Despesas Intraorçamentárias	Valor
Despesas Intraorçamentárias – Valores Pagos, Inclusive RP (a)	20.143.059,83
Receitas Intraorçamentárias – Valores Brutos Arrecadados (b)	17.954.007,85
Deduções das Receitas Intraorçamentárias (c)	12.117,88
DIFERENÇA (a) – ((b) – (c))	**2.201.169,86**

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

As rotinas estabelecidas para as Receitas Intraorçamentárias e Despesas Intraorçamentárias não permitem a compatibilização de seus valores, devido a várias diferenças conceituais e operacionais.

Abaixo são descritas as principais divergências encontradas ao longo dos exercícios anteriores, que explicam a maior parte das diferenças apresentadas.

Os regimes contábeis da despesa e receita orçamentárias são diferentes, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/64, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento – no empenho – e a receita no momento do seu efetivo recebimento. Portanto, não há como conciliar os valores dentro de um mesmo exercício. Com base nesse conceito, o quadro acima foi elaborado demonstrando apenas os valores pagos da despesa intraorçamentária, inclusive os restos a pagar pagos dentro do exercício, para chegar a um valor mais próximo do que deveria ser, caso todas as rotinas fossem conciliadas.

No âmbito do INSS, órgão 37202, existe a peculiaridade de uma rotina própria, em que não há a contabilização das receitas intraorçamentárias oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades, relacionadas à prestação de serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) e àquelas da folha de pagamento. Entretanto, do outro lado, as despesas em todas as unidades são registradas como intraorçamentárias.

Outras rotinas peculiares dizem respeito ao registro de despesas com Salário-Educação, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sem o correspondente registro da receita intraorçamentária e o registro, pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de apenas 20% dos valores recebidos como receita intraorçamentária.

Na distribuição de dividendos das empresas estatais dependentes também ocorre o registro da receita intraorçamentária sem a correspondente despesa intraorçamentária nas unidades que fazem a distribuição. Além das rotinas citadas, outras também são responsáveis pela diferença entre as receitas e despesas intraorçamentárias, tais como:

a) Pagamento de multa e juros pela UG como substituto tributário;

b) Eventos em que a UG emitente é a mesma que a UG do documento nota de empenho, em que o Siafi não registra como despesa intraorçamentária, mas que poderá dar origem a uma receita intraorçamentária;

c) Imposto de renda, CSLL, Pasep sobre o lucro das empresas estatais dependentes, quando o recolhimento de tributos não guarda compatibilidade com os registros de receita intraorçamentária;

d) Diferentes códigos de Darf na fita da Receita Federal, que classificam as receitas como intraorçamentárias ou não, independente da natureza da despesa;

e) Possíveis problemas da rotina da folha de pagamento, decorrentes de reclassificação de despesa, devoluções de ordens bancárias em exercícios diferentes, entre outros.

5.2.6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações

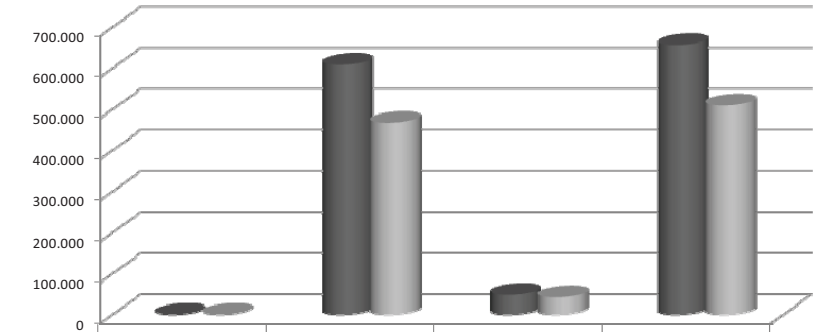
Balanço Patrimonial

Nota 1 – Ativo Financeiro – Disponível

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira. Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL

R$ milhões

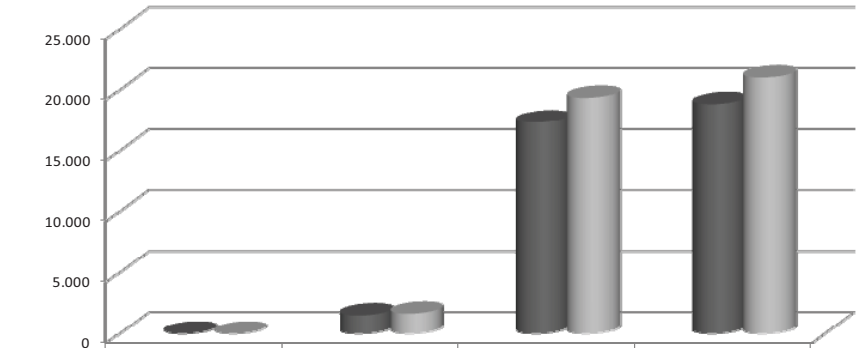


	Caixa	Bancos Conta Movimento	Aplicações Financeiras	TOTAL
31/12/2012	0,13	608.122,41	48.248,77	656.371,31
31/12/2011	0,13	466.945,76	42.308,99	509.254,88

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA

R$ milhões



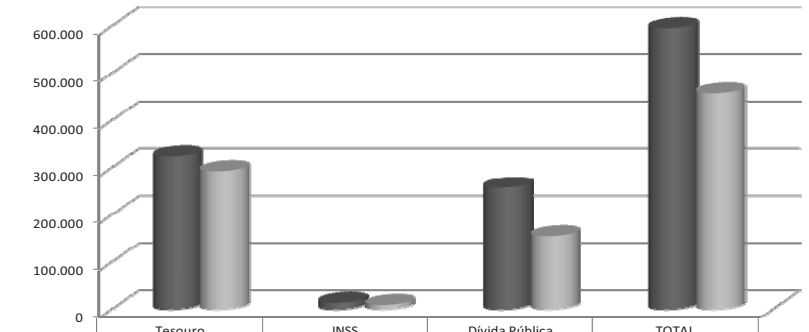
	Caixa	Bancos Conta Movimento	Aplicações Financeiras	TOTAL
31/12/2012	3,76	1.506,94	17.330,75	18.841,44
31/12/2011	3,26	1.652,80	19.348,90	21.004,96

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica "Bancos Conta Movimento" em "Disponível em Moeda Nacional". Atualmente, a conta única é subdividida em três segmentos: a destinada à administração da dívida pública, a destinada à movimentação financeira do INSS, e a destinada às demais movimentações do Tesouro Nacional. Abaixo, segue ilustração dos montantes.

DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - CONTA ÚNICA DA UNIÃO

R$ milhões



	Tesouro	INSS	Dívida Pública	TOTAL
31/12/2012	323.685,05	14.151,38	257.750,41	595.586,84
31/12/2011	292.947,25	9.598,17	155.248,05	457.793,48

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

A variação normalmente observada entre as disponibilidades do "Tesouro" e as destinadas à administração da "Dívida Pública" ocorre, principalmente, em função do procedimento utilizado para pagamento dos títulos da dívida da União. Num primeiro momento, o Tesouro Nacional efetua os pagamentos utilizando os recursos disponíveis na subconta "Tesouro", e, posteriormente, esses recursos são repostos por meio de transferência de valores da subconta "Dívida Pública", o que, geralmente, causa variações de grande volume entre essas subcontas.

Os valores disponíveis para as movimentações gerais do "Tesouro" no final do exercício (R$ 326 bilhões) apresentam diferenças em relação aos dados divulgados pelo Bacen (R$ 348 bilhões) em função dos seguintes fatos:

a) Contabilização no SIAFI de ordens bancárias para pagamento no dia útil seguinte. Tais ordens bancárias são contabilizadas no SIAFI, mas a baixa efetiva na conta única e sua respectiva atualização no SISBACEN ocorrerão somente no dia posterior. Dessa forma, os dados do SISBACEN em relação à disponibilidade do tesouro apresenta normalmente um saldo maior do que o apresentado pelo SIAFI. Essa diferença representou aproximadamente o valor de R$22,8 bilhões, no final do exercício.
b) Utilização de diferentes amostras de dados. Os dados apresentados nestas demonstrações contábeis consideram apenas os valores referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, enquanto que os valores considerados pelo SISBACEN não se limitam a este orçamento. Essa diferença representou um valor de pouco mais de R$2 bilhões em 31/12/2012 e R$22,04 milhões em 31/12/2011.
c) Ordens bancárias Tipo 58, em torno de R$8,6 milhões, referentes à folha de pagamento, cuja contabilização ocorreu em 31/12/2012, baixando o saldo no SIAFI, e o financeiro será registrado no SISBACEN somente em 2013. Isso ocorre porque a conta única no Banco Central será baixada somente no dia útil subsequente ao pagamento, no exercício seguinte.

A tabela a seguir demonstra a formação dos saldos disponíveis no Siafi na Conta Única da União, partindo dos saldos disponíveis no Sisbacen.

R$ milhões

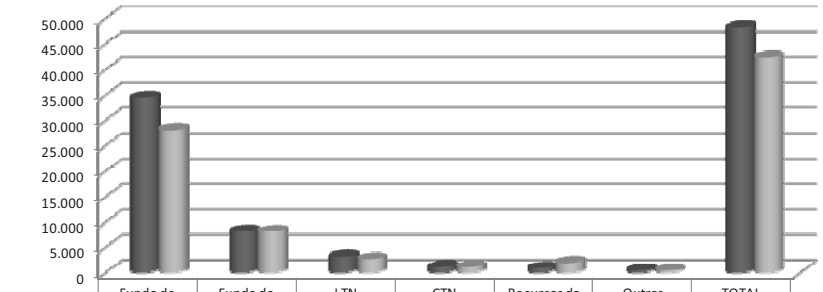
Disponível na Conta Única da União	Posição até	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo disponível no SISBACEN	348.499,50	311.301,81
– OB para pagamento no dia seguinte	(22.789,08)	(18.332,52)
– Saldo não pertencente ao OFSS	(2.016,72)	(22,04)
– OB de pagamento de pessoal	(8,64)	-
= Saldo disponível no SIAFI	323.685,05	292.947,25

Fonte: SISBACEN/Banco Central do Brasil - Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

No "Disponível em Moeda Nacional", enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (que compõe a rubrica "Fundo de Aplicação Extramercado FAT/Funcafé/FNDE"), sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, com R$ 28.064,16 milhões em 2011 e R$ 34.442,69 milhões em 2012. A seguir, pode-se vislumbrar a evolução das aplicações financeiras da União.

DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

R$ milhões

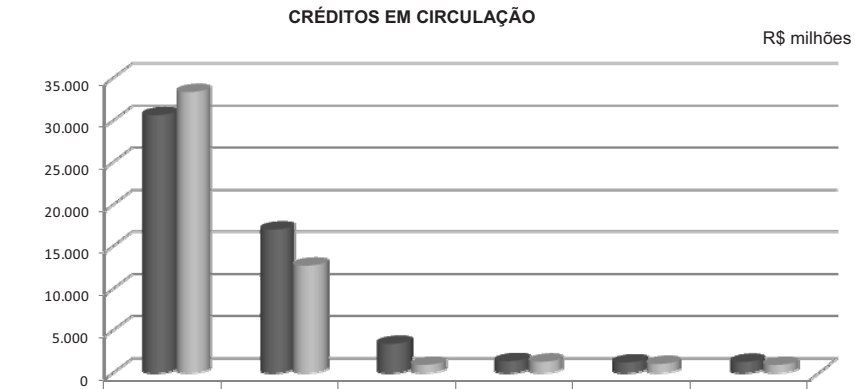


	Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFE /FNDE	Fundo de Aplicação Extramercado	LTN	CTN	Recursos da Conta Única	Outras Aplicações	TOTAL
31/12/2012	34.442,69	8.167,13	3.176,52	1.126,51	896,34	439,58	48.248,77
31/12/2011	28.064,16	8.090,07	2.667,42	1.112,08	1.974,42	400,84	42.308,99

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 2 – Ativo Financeiro – Créditos em Circulação

A composição dos Créditos em Circulação é demonstrada por meio do gráfico a seguir:



	Depósitos Especiais do FAT	Créditos a Receber	Recursos Especiais a Receber	Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	Valores em Trânsito Realizáveis	Outros
31/12/2012	30.649,43	16.960,67	3.426,20	1.396,79	1.248,20	1.309,49
31/12/2011	33.362,11	12.735,98	964,64	1.332,59	1.065,65	954,08

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

O item mais significativo se refere a depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, recolhidos ao Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste S/A, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos e Banco da Amazônia. Trata-se de uma faculdade concedida às disponibilidades financeiras do FAT pela Lei nº 8.352/91. São recursos remunerados e disponíveis para imediata movimentação.

A maior parte do item "Créditos a Receber" se refere a direitos a receber de diversas origens, como receitas arrecadadas e ainda não recolhidas à conta única; créditos tributários devidos pela aquisição de bens; benefícios pagos aos empregados a recuperar por se tratar de gastos do INSS; entre outros.

No início do exercício de 2012, o item "Créditos a Receber" teve uma redução de aproximadamente R$ 6 bilhões de reais em função do seguinte procedimento (que é executado no nível de conta contábil, e não no nível de item do balanço):

a) Ao longo do exercício, os recursos que são arrecadados entram em uma conta constante do item "Valores Pendentes a Curto Prazo", do "Passivo Financeiro", que pode apresentar saldo invertido durante o exercício – Isso ocorre devido à operacionalização da rotina de arrecadação, em que o registro da classificação da receita, que reduz o valor da conta, pode ser executado antes da entrada efetiva do financeiro, momento em que ocorre o aumento do valor dessa conta;
b) Em 31 de dezembro, o saldo dessa conta pertencente a "Valores Pendentes a Curto Prazo" é transferido para uma conta do item "Créditos a Receber" do "Ativo" – Essa transferência é necessária porque esse saldo negativo representa recursos arrecadados pela União, ou seja, um ativo, e deve ser corretamente evidenciado nas demonstrações contábeis;
c) Em janeiro do exercício seguinte, executa-se uma operação inversa, que devolve àquela conta contida em "Valores Pendentes a Curto Prazo" o valor transferido para "Créditos a Receber" – Isso permite que a contabilização executada ao longo do exercício não seja prejudicada pela transferência executada no final do exercício para fins de demonstração.

Dessa forma, com base no procedimento explicado acima, em 31 de dezembro de 2012, o item "Créditos a Receber" recebeu um lançamento de aproximadamente R$ 6 bilhões os quais serão baixados no início de 2013, no mesmo montante.

Para maiores esclarecimentos, ver a nota explicativa do item "Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo" do Balanço Patrimonial no tópico "Composição dos Principais Itens das Demonstrações".

Os valores restantes no item "Créditos a Receber" são basicamente recursos a receber por transferência, e correspondem aos saldos remanescentes nas unidades que não receberam os recursos financeiros ou não baixaram o crédito correspondente quando do recebimento dos recursos do acordo de cooperação técnica ou convênio.

Nota 3 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Créditos em Circulação

A partir de maio de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) passou a reconhecer os créditos tributários efetivamente devidos, registrando-os nos sistemas internos da SRFB, em atendimento ao artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, acrescido pela Lei Complementar nº 131/2009.

Os créditos tributários efetivamente devidos, registrados nos sistemas da SRFB e contabilizados no SIAFI no "Realizável a Curto Prazo" apresentaram uma variação negativa de aproximadamente R$ 134 bilhões. Tais créditos, apesar de considerados os registros até

dezembro de 2012, são referentes à atualização de créditos tributários a receber até novembro de 2012.

O segundo fator que mais influenciou a variação do item "Créditos em Circulação" em 2012 foi o decréscimo de pouco mais de R$ 78 bilhões no item "Resultado Positivo do Bacen", conforme informação do Bacen e planilha Geror.

O quadro a seguir evidencia as variações sofridas pelos itens do grupo "Créditos em Circulação".

R$ milhões

Ativo não Financeiro Créditos em Circulação	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Créditos Tributários a Receber	108.500,23	242.612,70	(134.112,47)	-55,3%
Empréstimos e Financiamentos	78.673,79	75.395,63	3.278,16	4,3%
Adiantamentos Concedidos	25.643,40	18.997,20	6.646,20	35,0%
Diversos Responsáveis	13.850,57	12.829,38	1.021,19	8,0%
Créditos Administrativos	1.202,94	672,73	530,21	78,8%
Fornecimentos a Receber	1.040,77	742,15	298,63	40,2%
Resultado Positivo do BACEN	12.172,45	90.240,06	(78.067,61)	-86,5%
Outros Créditos em Circulação	722,79	5.562,79	(4.840,00)	-87,0%
Diversas Provisões	(58.670,47)	(2.187,61)	(56.482,85)	2581,9%
TOTAL	**183.136,48**	**444.865,03**	**(261.728,55)**	**-58,8%**

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 4 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB iniciou a contabilização da provisão para perdas dos créditos tributários federais lançados sob sua administração. Considerando-se tal provisão e o aumento de R$ 169 bilhões na contabilização do "Crédito Tributário a Receber (LP)", teremos um aumento líquido no crédito tributário recebível da ordem de R$ 33 bilhões.

Como acontece com os "Créditos de Curto Prazo", os "Créditos Tributários a Receber (LP)", administrados pela RFB, apesar de considerados os registros até dezembro de 2012, são referentes à atualização de créditos tributários a receber até novembro de 2012.

A baixa total do valor registrado como Investimento, na conta 12313.03.00 – Fundo de Aplicação em Cotas-Renda Variável (FSB), na ordem de 15 bilhões se refere a lançamento efetuado pelo Fundo Soberano do Brasil para reclassificação de Ativo do Realizável a Longo Prazo para o Ativo Permanente conta 14124.00.00 – Cotas do FFIE Integralizadas (FSB).

R$ milhões

Créditos Realizáveis a Longo Prazo	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	|(A)| – |(B)|	(A) / (B) %
Créditos da União, Estados e Municípios	29.999,00	26.213,17	3.785,83	14,4%
Devedores - Entidades e Agentes	366,20	591,56	(225,36)	-38,1%
Empréstimos e Financiamentos	1.225.461,71	1.108.418,32	117.043,39	10,6%
Provisão para Devedores Duvidosos – LP	(74.688,84)	(74.730,64)	(41,80)	-0,1%
Créditos a Receber	17.559,19	14.337,59	3.221,60	22,5%
Provisão para Perdas Prováveis	(7.018,12)	(6.586,01)	432,12	6,6%
Investimentos	-	15.545,82	(15.545,82)	-100,0%
Divida Ativa (LP)	1.291.294,80	1.116.591,79	174.703,01	15,6%
Provisão para Divida Ativa (LP)	(965.705,71)	(600.329,22)	365.376,49	60,9%
Crédito Tributário a Receber (LP)	825.869,41	657.038,87	168.830,53	25,7%
Provisão para Crédito Tributário a Receber (LP)	(136.072,56)	-	136.072,56	-
TOTAL	**2.207.065,07**	**2.257.091,25**	**(50.026,18)**	**-2,2%**

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

O item "Dívida Ativa (LP)", está detalhado no quadro a seguir, em conjunto com a respectiva provisão para perdas:

R$ milhões

Dívida Ativa	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	|(A)| – |(B)|	(A) / (B) %
Créditos Inscritos	1.291.294,80	1.116.591,79	174.703,01	15,6%
Provisão para Perdas	(965.705,71)	(600.329,22)	365.376,49	60,9%
TOTAL	**325.589,09**	**516.262,56**	**(190.673,47)**	**-36,9%**

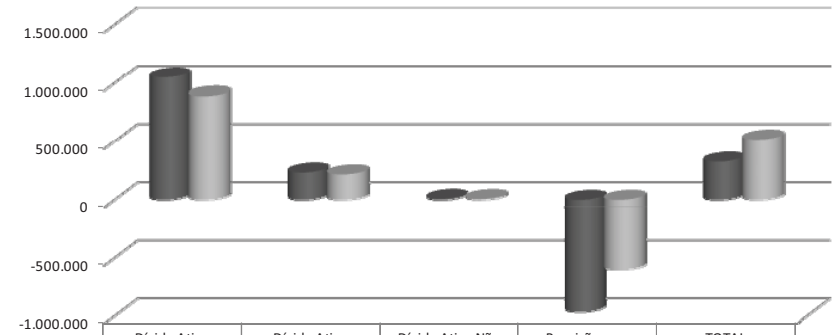
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Percebe-se um aumento de cerca de R$ 365 bilhões na provisão para perdas relacionadas ao recebimento da Dívida Ativa, em função da flutuação normal dos parâmetros utilizados para o cálculo da provisão. Esse incremento na provisão foi o principal responsável pela queda significativa nos valores recebíveis relacionados à dívida ativa.

Por outro lado, a maior parte do aumento observado na inscrição de novos créditos foi devida aos créditos tributários não previdenciários, que apresentaram um aumento de aproximadamente R$ 157 bilhões, não computada a provisão. A composição da dívida ativa está distribuída da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

R$ milhões



	Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária	Dívida Ativa Tributária Previdenciária	Dívida Ativa Não Tributária	Provisão para Perdas	TOTAL
31/12/2012	1.050.887,18	231.674,14	8.733,48	(965.705,71)	325.589,09
31/12/2011	893.902,86	215.368,99	7.319,94	(600.329,22)	516.262,56

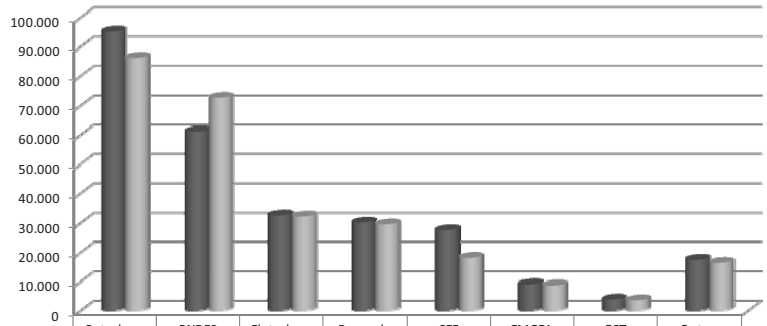
Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 5 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos

As principais participações da União em empresas, dependentes ou não-dependentes, estão demonstradas no gráfico abaixo:

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO - MEP

R$ milhões

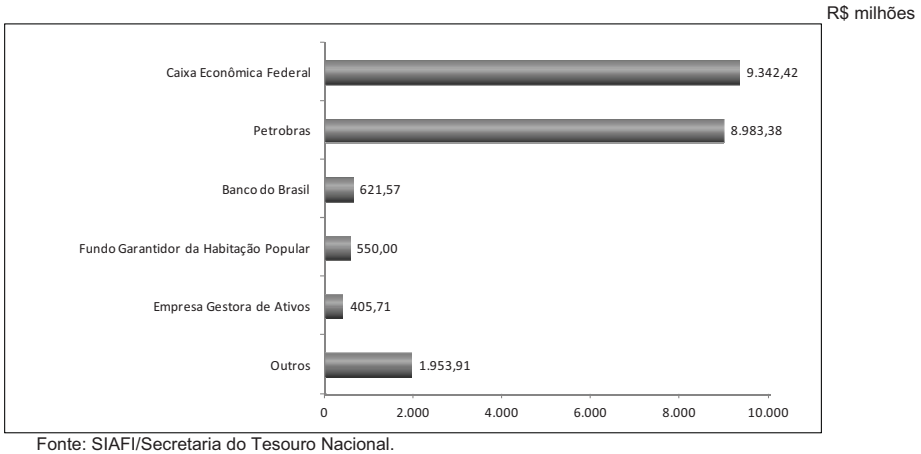


	Petrobras	BNDES	Eletrobras	Banco do Brasil	CEF	EMGEA	ECT	Outras
31/12/2012	95.222,48	61.100,64	32.614,47	30.109,69	27.460,44	9.057,99	3.869,54	17.429,01
31/12/2011	86.239,10	72.719,03	32.228,42	29.488,12	18.118,03	8.652,29	3.600,30	16.406,60

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

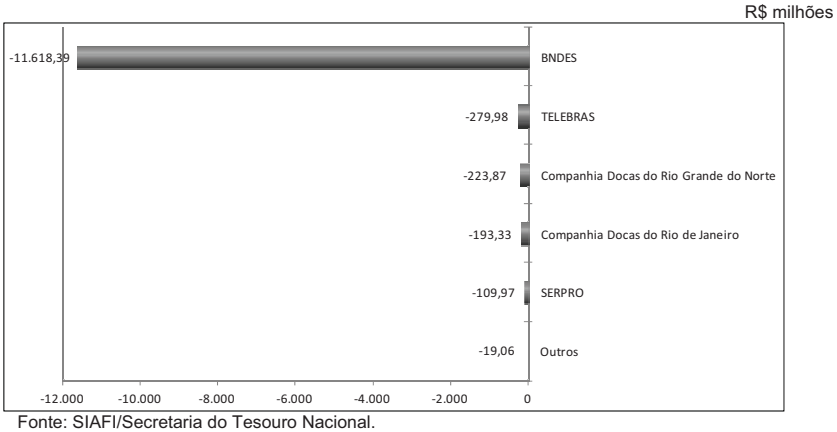
Os maiores acréscimos e decréscimos nas empresas vinculadas à Coordenação-geral de Participações Societárias (Copar), da Secretaria do Tesouro Nacional, podem ser visualizados no gráfico abaixo.

MAIORES ACRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2012



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

MAIORES DECRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2012



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

A variação positiva encontrada no item “Investimentos”, da ordem de R$ 12,8 bilhões, decorre, em grande parte, da avaliação das participações societárias da União, por meio do Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Houve ganhos de cerca de R$ 9 bilhões na participação societária da União na Caixa Econômica Federal e na Petrobrás, enquanto foram apuradas perdas da participação da União no BNDES, da ordem de R$ 11,6 bilhões.

Nota 6 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Imobilizado

A composição do “Ativo Imobilizado” da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

R$ milhões

Imobilizado	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Bens Imóveis	479.265,15	251.529,72	227.735,43	90,5%
Bens Móveis	63.335,71	55.997,17	7.338,54	13,1%
Títulos e Valores	9,07	9,07	(0,00)	0,0%
Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	(6.425,14)	(4.815,44)	(1.609,70)	33,4%
TOTAL	**536.184,79**	**302.720,53**	**233.464,26**	**77,1%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a macrofunção "02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações", em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento de depreciação pelos bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam um valor inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador deveria passar a aplicar a depreciação aos bens adquiridos em outros exercícios, após realizar o ajuste dos valores.

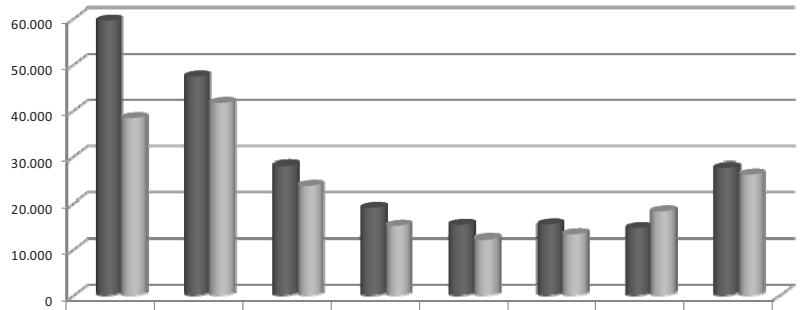
Em 2011, deu-se início aos processos de reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão de aeronaves, embarcações, equipamentos de processamento de dados e veículos de tração mecânica. Em 2012, tais processos se estenderam para aparelhos e equipamentos de comunicação e máquinas e equipamentos industriais, gerando um acréscimo no item "Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas" da ordem de R$ 1,6 bilhão. O cronograma para 2013 prevê a inclusão dos seguintes grupos de ativos: "Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares" e "Mobiliário em Geral".

Para os Ativos de Infraestrutura, em 2011 foram criadas a conta contábil 14211.23.01 – "Bens de Uso Comum – Ativos de Infraestrutura – Rodovias", bem como as rotinas de incorporação, reavaliação e redução ao valor recuperável para registrar os bens de uso comum. Em 2012, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) registrou os valores de incorporação de todas as rodovias da União no valor de R$ 182 bilhões.

A respeito dos bens imóveis, ressalta-se a variação ocorrida nos imóveis de uso especial da União, que apresentou um aumento de quase R$ 21,5 bilhões, com destaque para os seguintes itens:

IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

R$ milhões



	Fazendas, Parques e Reservas	Aquartela-mentos	Terrenos e Glebas	Imóveis de Uso Educacional	Edifícios	Imóveis Residenciais e Comerciais	Aeroportos, Estações e Aeródromos	Outros
31/12/2012	59.496,16	47.308,61	28.032,31	18.970,36	15.219,35	15.308,33	14.494,38	27.641,26
31/12/2011	38.272,42	41.656,99	23.671,86	15.014,12	12.082,50	13.121,21	18.220,51	26.162,48

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 7 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Intangível

A composição do "Ativo Intangível" da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

R$ milhares

Intangível	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Softwares	735.390,25	343.578,65	391.811,60	114,0%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	127.330,35	121.372,55	5.957,80	4,9%
Direito de Uso de Imóveis	3.139,51	3.132,14	7,36	0,2%
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	92.193,82	58.892,76	33.301,06	56,5%
Direitos Autorais	7,73	7,73	-	0,0%
Ativo Intangível em Fase de Desenvolvimento	2.707,78	-	2.707,78	-
Adiantamentos para Transferência de Tecnologia	27.621,81	4.000,00	23.621,81	590,5%
Amortizações	(66.804,10)	(44.925,13)	(21.878,97)	48,7%
TOTAL	**921.587,14**	**486.058,70**	**435.528,44**	**89,6%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No “Intangível”, destaca-se o item “Softwares”, que representa quase 80% do grupo e sua variação em 2012 em relação a 2011 representou quase 90% das variações do grupo no mesmo período. Os principais valores lançados no exercício de 2012 ocorreram nos seguintes órgãos:

a) Ministério da Fazenda: R$ 148 milhões;
b) Ministério da Defesa: R$ 44 milhões;
c) Ministério da Saúde: R$ 32 milhões;
d) Conselho Nacional de Justiça: R$ 30 milhões.

Nota 8 – Passivo Financeiro – Depósitos

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até o final do exercício. Tais recolhimentos são efetuados em cumprimento a determinações legais ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

R$ milhares

Depósitos	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Consignações	96.372,98	150.952,50	(54.579,52)	-36,2%
Recursos do Tesouro Nacional	374.485,27	584.793,25	(210.307,98)	-36,0%
Depósitos de Diversas Origens	15.547.889,19	30.634.382,09	(15.086.492,89)	-49,2%
Depósitos Compulsórios	91.473,68	91.459,22	14,47	0,0%
Bloqueio de Transferência Constitucional	28.516,16	28.678,07	(161,92)	0,0%
TOTAL	**16.138.737,29**	**31.490.265,13**	**(15.351.527,84)**	**-48,8%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Destaca-se o item “Depósitos de Diversas Origens”, que representa quase a totalidade do grupo e que apresentou um decréscimo de 49% (cerca de R$15 bilhões) no período. Tal decréscimo ocorreu devido à classificação da receita relativa ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009, efetuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil no exercício de 2012.

Nota 9 – Passivo Financeiro – Obrigações em Circulação

As “Obrigações em Circulação”, no valor aproximado de R$ 189 bilhões, representam 92% de todo o Passivo Financeiro e são constituídas pelos seguintes itens:

R$ milhões

Passivo Financeiro Obrigações em Circulação	Posição Até		Variação Sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Restos a Pagar Processados	23.789,23	23.088,67	700,57	3,0%
Restos a Pagar Não Processados	150.401,34	116.937,76	33.463,58	28,6%
A Liquidar	146.547,65	-	-	-
Em Liquidação	3.853,68	-	-	-
Credores Diversos	2.731,17	1.961,84	769,33	39,2%
Recursos Especiais a Liberar para Transferência	10.561,72	6.330,98	4.230,75	66,8%
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	380,88	464,86	(83,98)	-18,1%
Recursos Vinculados - Entidades com Termo de Coop. Técnica	781,61	614,98	166,63	27,1%
Outras Obrigações a Pagar	662,82	186,93	475,89	254,6%
TOTAL	**189.308,77**	**149.586,02**	**39.722,75**	**26,6%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Pela importância, destacam-se os valores dos restos a pagar, que representam 92% das obrigações em circulação em dezembro de 2012. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em “Restos a Pagar”, que podem ser de dois tipos:

a) Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento; e

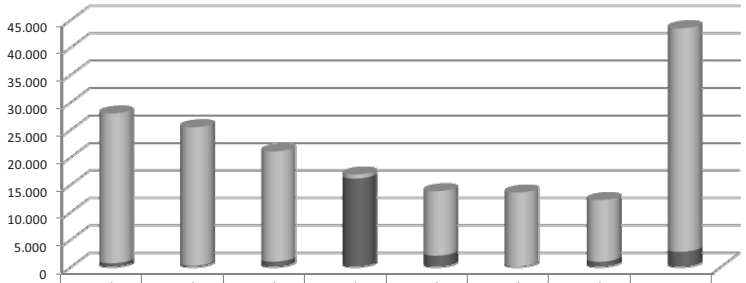
b) Os “Restos a Pagar Não Processados”, que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, mas registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei n°4.320/64. No exercício de 2012 foi criada rotina de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, conforme descrito no tópico “Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis”, item “Restos a Pagar”.

Os procedimentos e conceitos para operacionalização dos “Restos a Pagar Não Processados em Liquidação” foi descrito na Macrofunção 02.0317 – Restos a Pagar.

No gráfico seguinte, notam-se os montantes de restos a pagar inscritos por órgão superior.

PASSIVO FINANCEIRO - OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RESTOS A PAGAR

R$ milhões



	Ministério da Fazenda	Ministério das Cidades	Ministério da Educação	Ministério da Previdência Social	Ministério da Saúde	Ministério dos Transportes	Ministério da Integração Nacional	Outros
RP Não Processados	27.267,30	25.214,31	20.088,69	744,00	11.719,80	13.417,17	11.232,06	40.718,01
RP Processados	662,84	220,35	953,27	16.082,81	2.059,32	119,05	942,12	2.749,47

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que o Ministério da Previdência Social, apesar de ser apresentado no quadro acima, com aproximadamente R$ 16,8 bilhões de restos a pagar inscritos, a quase totalidade de seus restos a pagar, cerca de 96%, encontram-se processados.

O valor dos restos a pagar no final do ano é normalmente maior porque ocorre a inscrição dos saldos de empenhos a liquidar em restos a pagar não processados e dos saldos de empenhos liquidados e não pagos em restos a pagar processados. Em contrapartida, o saldo diminui ao longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

O item “Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento” refere-se a recursos a liberar pelo Órgão Central de Programação Financeira, relativos ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", registrados no "Ativo Financeiro", subgrupo "Créditos em Circulação". Esse item, juntamente com o item "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", foi incluído no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União, o que reduziu a influência desses itens no “Passivo” e no “Ativo”, respectivamente. Porém, após tal modificação, restou ainda uma diferença no “Passivo”, devido ao fato de que algumas entidades não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS utilizam a conta “Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento” dentro do OFSS, mas a sua contrapartida, a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” é utilizada fora do OFSS.

Nota 10 – Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo

O item “Valores Pendentes a Curto Prazo” tem o seu montante composto por dois itens que evidenciam a receita bruta e o recolhimento bruto.

Tanto a receita bruta quanto o recolhimento bruto são itens que evidenciam o financeiro recolhido, porém ainda não classificado. Dessa maneira, o valor do item aumenta quando há maior quantidade de financeiro sem classificação e vai diminuindo conforme esse montante é classificado. A diferença entre os dois itens está no fato de a receita bruta evidenciar o montante recolhido por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e o recolhimento bruto evidenciar o montante recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Ao longo do ano, esse item pode apresentar saldo invertido, porque, algumas vezes, no caso de recolhimento por meio de DARF, devido a questões operacionais, a informação da classificação do financeiro (que causa um débito na conta) é enviada antes da própria informação de entrada do financeiro (que causa o respectivo crédito na conta).

Para maiores esclarecimentos, ver a nota explicativa do item “Ativo Financeiro – Créditos em Circulação” do Balanço Patrimonial no tópico “Composição dos Principais Itens das Demonstrações”.

Nota 11 – Passivo Não-Financeiro – Obrigações em Circulação

No início do exercício, o item “Obrigações em Circulação” aumenta, em grande parte, devido à transferência do longo para o curto prazo, de obrigações contraídas por meio de operações de crédito. Ao longo do exercício os valores vão decrescendo em função dos pagamentos que foram efetuados.

A análise das “Obrigações em Circulação” em conjunto com o próximo item, “Exigível a Longo Prazo”, nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

R$ milhões

Passivo não Financeiro Obrigações em Circulação	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Operações de Crédito	573.572,15	488.493,02	85.079,13	17,4%
Resíduos de Contratos Liquidados - FCVS	58.555,40	58.555,40	-	0,0%
Resultado Negativo do BACEN	9.900,59	92.835,83	(82.935,24)	-89,3%
Outros Credores - Entidades e Agentes	7.112,40	7.917,09	(804,69)	-10,2%
Precatórios a Pagar (a partir de 05/05/2000)	5.865,15	8.489,65	(2.624,51)	-30,9%
Provisões	5.224,97	14.620,57	(9.395,60)	-64,3%
Benefícios Previdenciários a Pagar	3.408,32	-	3.408,32	-
Operações Especiais	2.910,55	3.790,67	(880,12)	-23,2%
Pessoal a Pagar	2.061,81	1.755,10	306,71	17,5%
Outros Débitos a Pagar	1.772,79	1.360,62	412,17	30,3%
Outras Obrigações	1.397,99	1.542,62	(144,63)	-9,4%
Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(146.547,66)	(116.937,76)	(29.609,90)	25,3%
TOTAL	**525.234,45**	**562.422,81**	**(37.188,36)**	**-6,6%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Os detalhes das operações que resultaram no decréscimo de cerca de R$ 83 bilhões no "Resultado Negativo do BACEN" estão descritos no item "Resultado do Banco Central do Brasil – BACEN" do tópico "Procedimentos Especiais"
Os "Precatórios a Pagar (a partir de 05/05/2000)" tiveram uma redução significativa (R$ 2,6 bilhões) no exercício de 2012, em relação a dezembro de 2011, sendo as principais diferenças registradas nos seguintes itens:

a) Precatórios para pagamento de terceiros: R$ 1,8 bilhões;
b) Precatórios para pagamento de benefícios previdenciários: R$ 660 milhões;
c) Precatórios para pagamento de pessoal: R$ 138 milhões.

A variação negativa verificada no item "Provisões" refere-se em grande parte a baixa de valores de Provisão para Férias e Provisão para 13º referente ao exercício de 2011, não baixados devidamente no próprio exercício.

A retificação de RP não processados a liquidar normalmente vai diminuindo ao longo do exercício, e, no final do exercício, recebe um novo lançamento que eleva significativamente o seu saldo.

Em 2012, com a separação dos Restos a Pagar Não Processados (a Liquidar e em Liquidação), o registro desse novo lançamento ocorre somente para os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, tendo em vista que sua execução ainda não havia sido iniciada. Esse procedimento, que, no exercício de 2012, gerou um acréscimo de aproximadamente R$ 30 bilhões em relação a 2011 nesse item retificador, é explicado a seguir:

a) No final do exercício, a inscrição de "RP Não Processados a Liquidar" gera um "Passivo Financeiro" para a União, afetando o cálculo do superávit financeiro no Balanço Patrimonial;
b) Nesse mesmo momento, para compensar o lançamento anterior, é executado um registro em uma conta retificadora do "Passivo Não Financeiro", para que o "Passivo" como um todo não seja afetado. Isso é necessário porque esses restos a pagar são despesas que ainda não passaram pela fase do reconhecimento do direito do credor, que ocorre quando da prestação do serviço ou entrega do bem conforme contratado.
c) Ao longo do exercício seguinte, a conta que representa os "RP Não Processados a Liquidar" vai sendo baixada em função da liquidação ou cancelamento desses restos a pagar, o que provoca a diminuição da conta retificadora correspondente no "Passivo Não Financeiro".

Ressalta-se que, pela sua natureza, os RP não processados não constituem obrigações patrimoniais, mas existem alguns valores que constituem verdadeiros passivos exigíveis, não cabendo o registro correspondente nesta conta retificadora. Isso ocorre devido a questões administrativas ou operacionais, como, por exemplo, no caso em que o bem é entregue, mas não há tempo hábil para que o seu processo de liquidação seja efetuado. Em função disso, foi implementada, no exercício de 2012, rotina para que o gestor possa identificar individualmente os casos de RP não processados que configurem verdadeiras exigibilidades. Maiores detalhes estão disponíveis no item "Restos a Pagar" do tópico "Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis".

Nota 12 – Passivo Não-Financeiro – Exigível a Longo Prazo

Ao longo dos primeiros meses do ano, são executados vários lançamentos que transferem valores de obrigações de longo para curto prazo, de acordo com as especificidades de cada contrato. Ao longo do exercício os valores do Exigível a Longo Prazo vão diminuindo, porém em razão dos pagamentos que foram efetuados.

A análise do "Exigível a Longo Prazo" em conjunto com o item anterior, "Obrigações em Circulação", nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que

novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

Para um melhor entendimento, segue abaixo a tabela com a composição das "Obrigações Exigíveis a Longo Prazo", principal componente do "Exigível a Longo Prazo".

R$ milhões

Obrigações Exigíveis A Longo Prazo	Posição Até		Variação Sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Operações de Crédito Internas	2.312.271,97	2.102.932,48	209.339,49	10,0%
Operações de Crédito Externas	85.192,41	76.585,72	8.606,69	11,2%
Obrigações Legais e Tributárias	8.230,30	8.075,72	154,58	1,9%
Obrigações a Pagar	8.002,76	9.042,53	(1.039,77)	-11,5%
Diversas Provisões	24.103,86	24.103,86	-	0,0%
Subvenções e Doações para Investimentos	115,88	105,75	10,14	9,6%
Outras Operações Exigíveis	-	299,51	(299,51)	-100,0%
TOTAL	**2.437.917,18**	**2.221.145,56**	**216.771,62**	**9,8%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 13 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo Real" e o "Passivo Real". O quadro abaixo apresenta a estrutura atual do PL:

R$ milhões

Patrimônio Líquido	Posição Até		Variação Sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Patrimônio Social/Capital Social	762.532,78	16.599,65	745.933,12	4493,7%
Reservas	7.545,45	5.484,84	2.060,61	37,6%
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	4.956,00	(4.956,00)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	109,20	19,99	89,21	446,2%
Resultados Acumulados	(8.836,96)	854.645,47	(863.482,43)	-101,0%
Resultado do Exercício	(1.828,13)	292.271,97	(294.100,10)	-100,6%
Resultados de Exercícios Anteriores	(7.008,83)	562.373,51	(569.382,34)	-101,2%
TOTAL	**761.350,47**	**881.705,96**	**(120.355,49)**	**-13,7%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Até o exercício de 2010, o subgrupo "Patrimônio Social/Capital Social" continha a conta "Patrimônio", que representava os valores do resultado acumulado da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, que compõem o patrimônio social da União. Em 2011, o resultado dessas entidades passou a ser apurado dentro do "Resultado do Exercício", juntamente com as demais entidades. Porém, considerando o disposto no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, em 2012, a contabilização dos resultados do período das Administrações Direta, Fundos, Autarquias e Fundações ocorreu na conta Patrimônio.

A alteração da forma de contabilização foi a responsável pelo incremento de quase R$ 746 bilhões no subgrupo "Patrimônio Social/Capital Social", pois decorre do "Resultado do Período" dos órgãos e entidades dos tipos de administração citados acima.

O item "Ajuste de Exercícios Anteriores" refere-se principalmente a registros referentes a mudanças de critérios contábeis e outros procedimentos sob orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União. O decréscimo de quase R$ 5 bilhões justifica-se pelo fato de que, ao final do exercício, o valor do item é transferido para o resultado do exercício em questão, procedimento esse que não foi executado no exercício anterior.

No subgrupo "Resultados Acumulados" do "Patrimônio Líquido" verificou-se uma significativa diminuição decorrente de mudança de rotina contábil, conforme explicado acima.

Ao longo do exercício, o item chamado "Resultado do Período" representa o resultado do confronto entre variações ativas e passivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. No processo de encerramento o resultado apurado no período, entre outros valores, é transferido para os itens "Patrimônio" ou "Resultado do Exercício", conforme o caso.

Nota 14 – Compensado – Ativo e Passivo

A composição do Ativo e Passivo Compensados é apresentada a seguir:

R$ milhões

Ativo Compensado	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens	150.449,76	111.106,78	39.342,98	35,4%
Garantias de Valores	248.563,41	211.050,97	37.512,44	17,8%
Direitos e Obrigações Conveniados	162.954,86	150.460,90	12.493,96	8,3%
Direitos e Obrigações Contratuais	291.207,18	278.501,71	12.705,47	4,6%
Outras Compensações	285.918,77	275.526,46	10.392,32	3,8%
TOTAL	**1.139.093,98**	**1.026.646,82**	**112.447,16**	**11,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

R$ milhões

Passivo Compensado	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	150.449,76	111.106,78	39.342,98	35,4%
Valores em Garantia	248.563,41	211.050,97	37.512,44	17,8%
Direitos e Obrigações Conveniados	162.954,86	150.460,90	12.493,96	8,3%
Direitos e Obrigações Contratadas	291.207,18	278.501,71	12.705,47	4,6%
Compensações Diversas	285.918,77	275.526,46	10.392,32	3,8%
TOTAL	**1.139.093,98**	**1.026.646,82**	**112.447,16**	**11,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Receitas Correntes

O aumento total da arrecadação das receitas correntes no exercício de 2012 em relação a 2011 foi da ordem de R$ 95 bilhões (9%).

Considerando apenas a arrecadação de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e de outras receitas recolhidas por DARF ou GPS (administradas por outros órgãos) o aumento foi de cerca de R$ 59 bilhões (6%). Destes, R$ 53 bilhões referem-se ao aumento na arrecadação das receitas administradas pela RFB, com destaque para as receitas tributárias e de contribuições, e, segundo a Receita Federal[1], decorreu, fundamentalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

a) Recolhimento, em julho de 2011, de débito em atraso relativamente à CSLL, no valor de R$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial sem contrapartida em julho de 2012;
b) Recolhimento, em junho de 2011, no valor de R$ 6,7 bilhões, em decorrência da consolidação e antecipação de parcelas de débitos do parcelamento especial previsto na Lei nº 11.941/2009;
c) Redução na lucratividade das empresas no ano de 2012 em relação ao ano de 2011. Esse fato fica evidenciado quando comparada a arrecadação de abril a dezembro de 2012, exclusiva do ano de 2012, com a de igual período de 2011, relativas ao IRPJ/CSLL das empresas obrigadas à apuração pelo lucro real (estimativa mensal e balanço trimestral). A arrecadação desses dois tributos, referente a esse grupo de contribuintes, apresentou uma redução real (atualização pelo IPCA) de R$ 5,6 bilhões, ou seja, -8,28%, em relação a igual período de 2011;
d) Desempenho do ajuste anual referente ao IRPJ/CSLL decorrente da lucratividade das empresas no ano de 2011, com recolhimento até março de 2012;
e) Desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, Cide-Combustíveis, IPI-Automóveis e IOFCrédito Pessoa Física;
f) Desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, conforme quadro a seguir:

Variação dos Indicadores em Relação ao Ano Anterior	Fato Gerador da Arrecadação	
	Nov/2012 Nov/2011	Dez 2011 a Nov 2012 Dez 2010 a Nov 2011
Produção Industrial (PIM/IBGE)	-1,0%	-2,5%
Vendas de Bens e Serviços (PMC/IBGE)	7,2%	8,0%
Massa Salarial	12,5%	13,4%
Valor em Dólar das Importações	-5,7%	0,7%

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

Nota 2 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídas por meio de regras cadastradas no SIAFI. Esse procedimento permite a eliminação das movimentações ocorridas entre os órgãos e entidades

[1] http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2012/Analisemensaldez12.pdf

pertencentes ao mesmo ente, de maneira que, na consolidação, as informações sejam apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido resultante dos saldos excluídos.

Especialmente no que se refere às receitas e às despesas intraorçamentárias, foram criadas regras de exclusão de valores comuns entre estes itens para a consolidação da Demonstração das Variações Patrimoniais. Verificou-se, em 2012, um decréscimo dos valores de despesa corrente e de capital em relação a 2011. Isso ocorreu porque as despesas intraorçamentárias de 2012 apresentavam o valor líquido, deduzido das respectivas receitas correntes e de capital intraorçamentárias. Em contrapartida, os valores das receitas intraorçamentárias foram totalmente absorvidos pelas respectivas despesas intraorçamentárias.

Nota 3 – Receitas de Capital – Operações de Crédito

As operações de crédito sofreram uma variação negativa de aproximadamente R$ 15 bilhões no exercício de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. Tais operações são contratadas pelo Tesouro Nacional, principalmente, com a finalidade de refinanciar a dívida pública, e seguem, basicamente, o seguinte procedimento:

a) Visando ao pagamento de suas dívidas, o Tesouro Nacional, para arrecadar recursos, efetua uma "operação de crédito": emite e vende títulos públicos no mercado;
b) Esses títulos podem ser emitidos para se pagar o principal da dívida, os juros da dívida ou para pagar o resultado negativo do Banco Central do Brasil (Bacen);
c) Os recursos arrecadados por meio dessas operações de crédito serão mantidos no "Caixa", na Conta Única da União, para fazer face aos futuros pagamentos da dívida, compondo uma reserva financeira comumente conhecida por "Colchão da Dívida";
d) O "Colchão da Dívida" aumenta quando recursos são arrecadados e diminui quando dívidas são pagas. Nesse processo, é comum que recursos que não foram utilizados para pagamento ao longo do ano formem um superávit financeiro ao final do exercício. Tal superávit constituirá o colchão inicial do exercício seguinte;
e) A "receita para refinanciamento" é a receita obtida por meio dessas operações de crédito (venda de títulos no mercado), para pagar a própria dívida. Por isso, o nome refinanciamento. O pagamento da dívida pode ocorrer em um momento futuro ou no mesmo momento da obtenção da receita, em uma operação casada;
f) Apesar de vinculada ao pagamento da dívida pública, a "receita para refinanciamento" não evidencia a despesa efetiva com o pagamento da dívida, porque os recursos para pagamento saem do "Colchão da Dívida", que contém, além das receitas arrecadas no exercício, o superávit do exercício anterior.

Nota 4 – Receitas de Capital – Alienação de Bens

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O demonstrativo abaixo, conforme preceitua o art. 4º, § 2º, inciso III da LRF, demonstra, em 2012, a receita de capital oriunda da alienação dos ativos, na quase totalidade referente a bens móveis. Na aplicação desses recursos, observa-se que houve uma concentração das despesas em investimentos no valor de aproximadamente R$ 1,4 bilhão e em inversões financeiras no valor de R$ 1,6 bilhão, em consonância com a chamada "Regra de Ouro" da LRF, restando ainda recursos para serem aplicados (cerca de R$12 bilhões).

R$ milhões

Receitas de Capital da Alienação de Ativos	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
	(A)	(B)	(A) – (B)
Alienação de Bens Móveis	2.099,75	14.006,48	(11.906,73)
Alienação de Bens Imóveis	3.276,49	211,42	3.065,07
TOTAL	**5.376,24**	**14.217,90**	**(8.841,66)**

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	Dotação Atualizada	Despesas Executadas	Saldo a Executar
	(C)	(D)	(C) – (D)
Despesas de Capital	5.376,25	2.951,63	2.424,62
Investimentos	2.289,68	1.365,52	924,16
Inversões Financeiras	2.635,21	1.552,22	1.082,99
Amortização/Refinanciamento da Dívida	451,36	33,89	417,47
TOTAL	**5.376,25**	**2.951,63**	**2.424,62**

Saldo Financeiro a Aplicar	2011	2012	Saldo Atual
	(E)	(F) = (B-D)	(E+F)
TOTAL	505,59	11.266,27	11.771,86

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Exercício de 2012.

Inclui despesas empenhadas, mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº4.320, de 1964. Destacamos as receitas com alienação de bens que aumentaram cerca de R$ 12 bilhões em relação ao exercício de 2011. O incremento das receitas auferidas deu-se principalmente com a alienação de títulos mobiliários (R$12,4 bilhões) registrados pelo Fundo Soberano do Brasil. Na sequência, a Secretaria do Tesouro Nacional, através da COPEC/GECAP, registrou R$ 1,5

bilhão proveniente da venda de produtos pertencentes aos Estoques Reguladores e Estratégicos, adquiridos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGF, instrumento integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

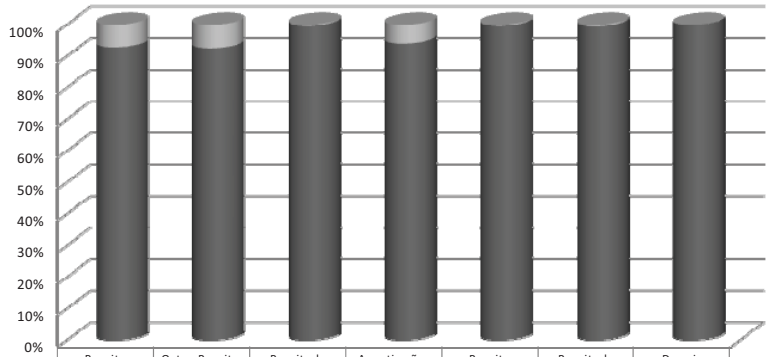
A PGPM , cuja execução está a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, funciona como importante instrumento de apoio à comercialização dos produtos, promovendo, regulando, fiscalizando, controlando e avaliando, com vistas a assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícola, na regulação do abastecimento interno.
O AGF é um programa utilizado para viabilizar a execução das políticas públicas para o abastecimento alimentar no país, no âmbito da PGPM. Seu principal objetivo é equilibrar a renda do produtor rural, do agricultor familiar e de suas cooperativas, frente à oscilação do preço no mercado. Na prática, significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regularização do mercado consumidor.

Nota 5 – Receitas Correntes – Deduções

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, as receitas orçamentárias são demonstradas separadamente por sua origem, pelo valor bruto; e as deduções são consolidadas em uma única linha destacada na demonstração, enquanto que, no Balanço Orçamentário, as receitas orçamentárias são demonstradas pelo valor líquido, ou seja, já consideradas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações e os descontos, bem como as próprias deduções da receita. O gráfico abaixo detalha as maiores deduções, por origem de receita.

DEDUÇÕES DA RECEITA POR ORIGEM ATÉ 31/12/2012

R$ milhões



	Receita Tributária	Outras Receitas Correntes	Receita de Contribuições	Amortizações de Empréstimos	Receita Patrimonial	Receita de Serviços	Demais Receitas
Deduções da Receita	26.478,63	5.408,32	2.267,45	2.155,08	281,57	241,21	73,58
Receita Líquida	347.752,47	67.775,94	603.902,28	34.287,20	81.061,15	47.974,76	766.543,19

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No exercício de 2012, as "Deduções da Receita" sofreram um decréscimo de 13% (cerca de R$ 5,7 bilhões) em relação ao mesmo período de 2011. A evolução do seu saldo está associada principalmente aos seguintes fatores:

a) Variação positiva de 8% no montante das restituições de receita, o que representou um aumento de cerca de R$ 1.516 milhões;
b) Variação positiva de 172% no montante das retificações das deduções da receita, o que representou um aumento de cerca de R$ 6.444 milhões;
c) Variação positiva de 52% no montante das compensações, o que representou um aumento de cerca de R$ 420 milhões;
d) Variação negativa de 43% no montante relacionado à concessão de incentivos fiscais, o que representou uma diminuição de cerca de R$ 71 milhões; e
e) Variação negativa de 36% no montante relacionado ao item outras deduções, o que representou uma diminuição de cerca de R$ 7.394 milhões.
f) Nesse ano, do total contabilizado de R$ 36.905 milhões, as maiores deduções foram registradas nos seguintes órgãos, assim especificadas:
g) R$ 4.100,0 milhões na Justiça Federal/1º Grau (SJ/ES), na UG 090014/000010;
h) R$ 30.642,2 milhões no Ministério da Fazenda, dos quais R$ 28.292,2 milhões na RFB, (UG 170010/00001), R$ 2.121,6 milhões na COAFI/STN (UG 170512/00001) e R$ 191,8 milhões na COFIS/STN, (UG 170705/00001); e
i) R$ 143,3 milhões no órgão FGE, na (UG 170356/00001-FGE/BNDES).

Nota 6 – Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores

Grande parte da diferença negativa de R$ 2,5 trilhões ocorrida nos Acréscimos Patrimoniais, se comparados os valores de 2012 em relação a 2011, foi identificada nos seguintes itens:

a) R$ 205 bilhões referentes à Inscrição de Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar, pela incorporação de recursos orçamentários a liberar para outras unidades;
b) (R$639) bilhões referentes à atualização de Créditos Tributários (Contribuições), dos valores a receber

oriundos da receita tributária das contribuições econômicas e sociais;

c) R$ 1.437 bilhões referentes à atualização de Créditos Tributários dos valores a receber oriundos da receita tributária de impostos, taxas e contribuições de melhoria;

d) (R$ 541) bilhões referentes à baixa da retificação de *recursos a receber* para pagamento de Restos a Pagar; e

e) Na Incorporação de Ativos destaca-se a influência da Incorporação de Direitos, que registrou uma redução de R$ 1.9 trilhão de 2012 em relação a 2011; pela baixa da retificação de *recursos a liberar* para pagamento de Restos a Pagar.

Nota 7 – Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item "Ajuste de Bens, Valores e Créditos" apresentou em 2012, em relação ao exercício anterior, uma variação de 50% (aproximadamente R$ 130 bilhões), e dois de seus subitens apresentaram variações percentuais relevantes, conforme tabela abaixo.

R$ milhões

Acréscimos Patrimoniais Ajustes de Bens, Valores e Créditos	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Reavaliações de Bens	50.467,06	20.506,34	29.960,72	146,1%
Reavaliações de Títulos e Valores	9.110,97	6.808,62	2.302,35	33,8%
Ajustes de Créditos	327.332,66	229.476,62	97.856,04	42,6%
Outros	671,98	926,88	(254,90)	-27,5%
TOTAL	**387.582,67**	**257.718,46**	**129.864,21**	**50,4%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Os "Ajustes de Créditos" influenciaram significativamente nos Acréscimos Patrimoniais, com variação positiva de quase R$ 98 bilhões (43%) em relação a 2011. Nesse item destacamos dois eventos, ficando o restante da diferença diluída em diversos órgãos:

a) Incremento, na ordem de R$ 145 bilhões, refere-se às variações que provocam aumento no estoque da dívida ativa (inscrição e reativação de inscrição), no Ministério da Fazenda;
b) Decréscimo concentrado, em grande parte, na atualização monetária em torno de R$ 79 bilhões, com destaque para atualização monetária da Dívida Ativa e de empréstimos e financiamentos.

Nesses acréscimos patrimoniais, o item "Reavaliações de Bens" apresentou uma variação de 146% (cerca de R$ 30 bilhões) em relação a 2011, decorrente da reavaliação de imóveis de uso constantes do Sistema de Patrimônio da União – SPIUNet, dos seguintes órgãos:

a) R$ 16 bilhões – Fundação Nacional do Índio (órgão 30202).
b) R$ 15 bilhões – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão 20113);
c) R$ 6 bilhões – Comando da Aeronáutica (órgão 52111);
d) R$ 3 bilhões – Comando do Exército (órgão 52121); e
e) R$ 2,5 bilhões – Comando da Marinha (órgão 52131).

No item "Reavaliações de Títulos e Valores", verificou-se um incremento da ordem de quase 34%. Este valor refere-se, em grande parte, à atualização de cotas do FFIE – Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização pelo Fundo Soberano do Brasil. Outra grande parte está concentrada no Ministério da Fazenda e refere-se a ajustes de valores relativos a aumento de capital.

Nota 8 – Acréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das "Variações Ativas" representam a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de uma redução na dívida pública, redução esta decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas "Variações Ativas", o item "Ajustes de Obrigações" teve um aumento de R$ 25 bilhões ao se comparar o exercício de 2012 com o de 2011, o que se deve, principalmente, ao aumento registrado na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstrado abaixo:

R$ milhões

Variação Ativa das Obrigações	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Obrigações Internas	83.021,76	53.745,89	29.275,88	54,5%
Atualização Monetária	10.008,32	12.955,39	(2.947,07)	-22,7%
Juros e Encargos	73.013,45	40.790,50	32.222,95	79,0%
Obrigações Externas	9.060,41	11.938,34	(2.877,92)	-24,1%
Variação Cambial	9.060,41	11.938,34	(2.877,92)	-24,1%
TOTAL	**92.082,18**	**65.684,22**	**26.397,96**	**40,2%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, do Tesouro Nacional.

Do quadro anterior, infere-se o seguinte:

a) Redução de R$ 2,9 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, uma redução na desvalorização monetária da dívida;
b) Aumento de R$ 32 bilhões nos ajustes negativos dos encargos da dívida interna. Tais ajustes diminuem a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;
c) Redução de R$ 2,9 bilhões na variação cambial negativa da dívida externa, ou seja, a dívida diminuiu menos no exercício de 2012 por efeito da variação cambial do que no exercício de 2011.

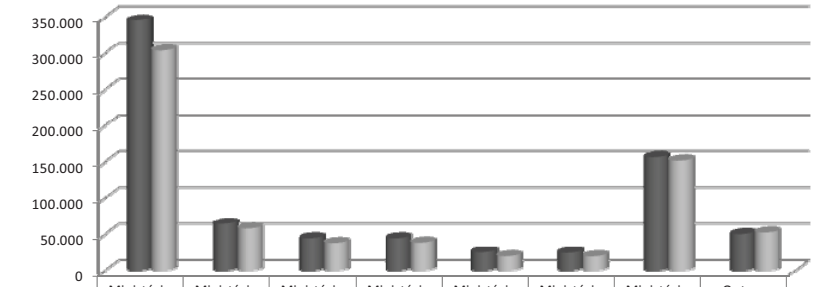
A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Ativas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico “Ajuste de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais”, ao final das notas explicativas da DVP.

Nota 9 – Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes

Em 2012, as despesas correntes sofreram um aumento de pouco mais de R$ 70 bilhões em relação a 2011, principalmente em função do aumento ocorrido no item “Outras Despesas Correntes”, o qual aumentou pouco mais de R$ 73 bilhões. No gráfico abaixo é possível visualizar as maiores alterações nesse item por órgão.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

R$ milhões



	Ministério da Previdência Social	Ministério da Saúde	Ministério do Trabalho e Emprego	Ministério da Educação	Ministério de Minas e Energia	Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	Ministério da Fazenda	Outros
31/12/2012	345.071,45	64.204,44	44.377,90	44.337,56	24.904,44	24.201,60	156.326,07	50.117,61
31/12/2011	303.387,81	57.641,18	37.982,57	38.448,16	19.496,45	19.368,89	151.637,31	52.300,49

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A tabela abaixo apresenta as principais variações positivas e negativas do item “Outras Despesas Correntes”, por elemento da despesa, e incluindo os valores referentes às operações intraorçamentárias. Percebe-se que as maiores variações foram resultado, principalmente, de reclassificações dentro do grupo, conforme detalhado mais adiante.

R$ milhões

Outras Despesas Correntes	Posição até		Variação dobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Aposentadorias do RGPS - Área Urbana	159.002,94	-	159.002,94	-
Pensões do RGPS - Área Urbana	59.157,51	-	59.157,51	-
Aposentadorias do RGPS - Área Rural	49.851,12	-	49.851,12	-
Seguro Desemprego e Abono Salarial (a)	39.950,25	-	39.950,25	-
Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	21.803,94	-	21.803,94	-
Pensões do RGPS - Área Rural	17.974,54	-	17.974,54	-
Distribuição de Receitas aos Municípios	86.900,30	80.625,90	6.274,40	7,8%
Contribuições - Fundo a Fundo - Municípios	36.717,16	31.436,68	5.280,48	16,8%
Beneficio Mensal ao Deficiente e ao Idoso	30.321,52	25.114,49	5.207,03	20,7%
Distribuição de Receitas aos Estados	86.810,97	81.633,00	5.177,97	6,3%
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	22.790,47	18.376,99	4.413,48	24,0%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	26.818,96	24.042,66	2.776,30	11,5%
Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	2.216,39	-	2.216,39	-
Compensações ao RGPS	1.790,00	-	1.790,00	-
Contribuições - Fundo a Fundo - Estados	14.149,97	12.471,28	1.678,69	13,5%
Auxilio Financeiro a Estudantes	4.830,69	3.487,46	1.343,23	38,5%
Despesas de Exercícios Anteriores - Fundo a Fundo - Municípios	772,16	2.438,59	(1.666,43)	-68,3%
Subvenções Econômicas	16.381,00	23.743,85	(7.362,85)	-31,0%
Outros Benefícios Previdenciários	-	22.783,77	(22.783,77)	-100,0%
Outros Benefícios de Natureza Social (b)	-	34.173,45	(34.173,45)	-100,0%
Pensões (c)	-	68.698,73	(68.698,73)	-100,0%
Aposentadorias, Reserva Remunerada (e)	-	182.716,26	(182.716,26)	-100,0%
Outras Despesas	78.023,34	69.333,73	8.689,61	12,5%
TOTAL	**756.263,23**	**681.076,85**	**75.186,39**	**11,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

As maiores variações positivas foram resultado da reclassificação em novos itens dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que passaram a ser divididos em benefícios da área urbana e da área rural. Dentro de cada área apresentam, de forma segregada, o valor das aposentadorias, pensões e outros benefícios. Tais valores, no exercício de 2011, constavam das rubricas "Aposentadorias, Reserva Remunerada" e "Pensões", juntamente com os valores referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Além dessas alterações, a conta contábil representada pela rubrica "Seguro Desemprego e Abono Salarial", no exercício de 2011, representava "Outros Benefícios de Natureza Social".

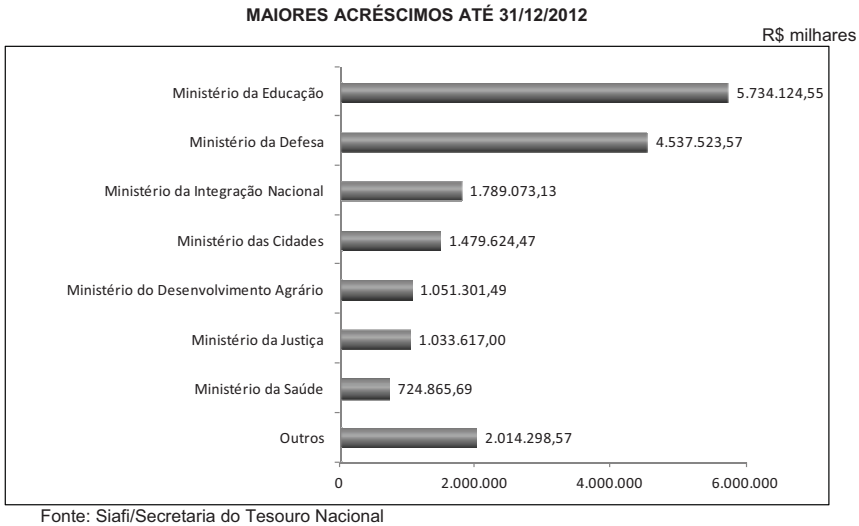
Da mesma forma, as maiores variações negativas também são consequência de reclassificações relacionadas ao RPPS e RGPS, conforme segue:

a) A rubrica "Aposentadorias RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar", que em 2011 chamava-se "Aposentadorias, Reserva Remunerada", englobava todas as aposentadorias do RGPS e RPPS;
b) A rubrica "Pensões, Exceto RGPS" chamava-se apenas "Pensões" em 2011 e também englobava valores de ambos os regimes;
c) A rubrica "Outros Benefícios Previdenciários", no exercício de 2011 englobava valores de ambos os regimes.

Os benefícios sociais pagos pelo RPPS e outros que não estão relacionados ao RGPS, que eram registrados nos três itens acima, passaram a ser contabilizados em contas relativas a "Pessoal e Encargos Sociais", por serem considerados como tal pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

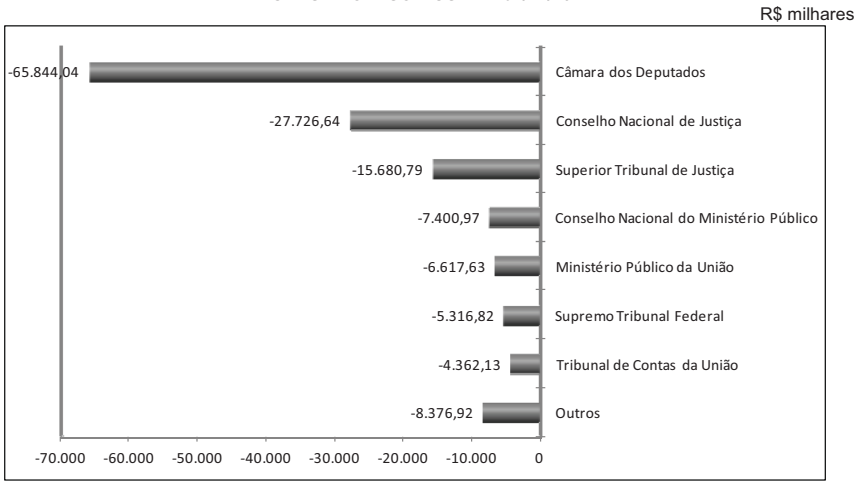
Nota 10 – Despesas de Capital – Investimentos

Comparando o valor investido em 2012 em relação ao exercício de 2011, percebe-se um aumento de 38%, o que representa um valor de aproximadamente R$ 18 bilhões a mais investidos em 2012.
No gráfico abaixo, estão demonstrados os aumentos mais relevantes em investimentos, por órgão.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No que se refere aos valores aplicados em 2012, no Ministério da Educação, destaca-se o investimento de cerca de R$ 8,7 bilhões no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e, no Ministério da Defesa, os investimentos de cerca de R$ 3,5 bilhões, R$ 3,7 bilhões e R$ 4,1 bilhões nos Comandos da Aeronáutica, Marinha e Exército, respectivamente. No gráfico abaixo, estão demonstradas as reduções mais significativas nos investimentos, por órgão.



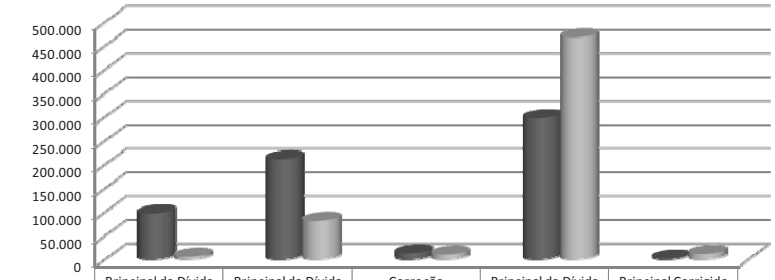
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 11 – Despesas de Capital – Amortizações

A diferença total das despesas realizadas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial de operações de crédito contratadas, mais o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, foi da ordem de R$ 43 bilhões a mais em 2012. O gráfico abaixo demonstra a composição dessa despesa, entre o valor de amortização do principal da dívida, valores referentes a correções monetárias e cambiais e os valores atinentes ao refinanciamento.

AMORTIZAÇÃO E REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA

R$ milhões



	Principal da Dívida por Contrato	Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	Correção Monetária e Cambial da Dívida Mobiliária Refinanciada	Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	Principal Corrigido Dívida Contratual Refinanciada
31/12/2012	97.240,24	211.290,91	13.001,86	297.165,00	1.824,69
31/12/2011	5.771,00	81.773,59	10.426,36	467.814,23	11.554,10

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 12 – Decréscimos Patrimoniais – Desincorporações de Ativos e Ajustes de Exercícios Anteriores

A diferença ocorrida nos decréscimos patrimoniais da ordem de R$ 1,9 trilhão foi identificada basicamente no item Desincorporações de Ativos, se comparados os valores de 2012 em relação a 2011.

Nesse item houve uma redução da ordem de R$ 2,3 trilhões, em sua quase totalidade devido à Baixa de Direitos, que apresentou saldo no Ministério da Fazenda de R$ 1,2 trilhão em 2012 contra R$ 3,5 trilhões em 2011, com destaque para os seguintes registros, ficando o restante distribuído em diversos órgãos:

a) RFB-Brasília (UG/Gestão 170010/00001) – R$ 356 bilhões;
b) SPOA-SE-MF (UG/Gestão 170013/00001) – R$ 163 bilhões;
c) STN/COFIN (UG/Gestão 170502/00001) – R$ 11 bilhões;
d) STN/COAFI (UG/Gestão 170512/00001) – R$ 7 bilhões;
e) STN/COFIS-PROJETO BIRD (UG/Gestão 170526/00001) – R$ 3 bilhões;
f) CODIV/STN (UG/Gestão 170600/00001) – R$ 180 bilhões; e
g) STN/COPEC/GEFIN (UG/Gestão 170700/00001) – R$ 30 bilhões;

O item Desincorporações de Ativos também sofreu impacto pelo saldo da Dívida Ativa Tributária, que, em 2012, apresentou o montante de R$ 59 bilhões contra R$ 12 bilhões em 2011, fechando uma variação de R$ 47 bilhões nesse período. Em 2012, a quase totalidade dos registros ocorreu na UG/Gestão 170268/00001 – PRFN/3, com R$ 48 bilhões.

O item "Ajustes de Exercícios Anteriores" apresentou uma diminuição do exercício de 2011 para 2012, da ordem de R$117 bilhões, proveniente de mudança de critério contábil. Destacamos um resíduo de R$4 bilhões no Ministério da Fazenda referente à compensação do registro de recursos diferidos e dos recursos a receber/liberar, registrados indevidamente.

Nota 13 – Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item "Ajuste de Bens, Valores e Créditos" encontra-se detalhado na tabela a seguir:

R$ milhões

Decréscimos Patrimoniais Ajustes de Bens, Valores e Créditos	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Desvalorização de Bens	16.041,77	8.396,59	7.645,19	91,1%
Desvalorização de Títulos e Valores	7.123,59	7.814,18	(690,59)	-8,8%
Ajustes de Créditos	196.581,68	68.587,27	127.994,41	186,6%
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.966,99	1.440,75	526,24	36,5%
Outros Ajustes Patrimoniais	21,94	86,89	(64,95)	-74,8%
TOTAL	**221.735,98**	**86.325,68**	**135.410,30**	**156,9%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Os lançamentos efetuados no item "Desvalorização de Bens", no exercício de 2012, referem-se, em grande parte, à desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUNET, registrada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Superintendência do Patrimônio da União.

O item "Ajustes de Créditos", que representa quase 89% do grupo, apresentou um aumento expressivo de cerca de R$ 128 bilhões, basicamente, em função de variações negativas extraordinárias da dívida ativa. Tais variações compreendem ajustes que diminuem o estoque da divida ativa, e estão relacionadas a outras ocorrências que não

sejam inclusões (inscrição e reativação da inscrição), exclusões (extinção do crédito) ou variações ordinárias, que decorrem da variação da SELIC ou do aumento do encargo legal.

Os efeitos das principais variações do item "Ajustes de Créditos" no patrimônio, em relação ao exercício de 2011, estão detalhados a seguir:

a) Principal da dívida ativa – Menor decréscimo em 2012 (cerca de R$ 2,3 bilhões);
b) Multas relacionadas à dívida ativa – Menor decréscimo em 2012 (cerca de R$ 4,5 bilhões);
c) Juros relacionados à dívida ativa – Maior decréscimo em 2012 (cerca de R$ 110 bilhões);
d) Encargos legais ajuizados – Maior decréscimo em 2012 (cerca de R$ 22 bilhões).

A "Depreciação, Amortização e Exaustão" continua apresentando variação positiva em relação a igual período anterior (37%), em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Federal, com a execução da macrofunção "02.03.30 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações".

Nota 14 – Decréscimos Patrimoniais – Incorporações de Passivos

O item "Incorporação de Passivos" apresentou um aumento de pouco mais de R$ 729 bilhões no exercício de 2012 em relação a 2011, e as principais diferenças foram verificadas nos seguintes itens:

a) Emissão de títulos da dívida interna – R$ 133 bilhões;
b) Registro de recursos a liberar para pagamento de restos a pagar – R$ 230 bilhões;
c) Constituição de provisão para perdas relacionadas à Dívida Ativa – R$ 311 bilhões.

Nota 15 – Decréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das "Variações Passivas" representam a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida pública, aumento este decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas "Variações Passivas", o item "Ajustes de Obrigações" teve um aumento de pouco mais de R$ 43 bilhões ao se comparar o exercício de 2012 com o de 2011, e esse aumento está evidenciado, principalmente, na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstram os números abaixo:

R$ milhões

Variação Passiva das Obrigações	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Obrigações Internas	386.418,86	336.679,13	49.739,73	14,8%
Atualização Monetária	205.443,01	128.496,56	76.946,46	59,9%
Juros e Encargos	180.975,85	208.182,58	(27.206,73)	-13,1%
Obrigações Externas	22.274,30	26.735,59	(4.461,29)	-16,7%
Variação Cambial	14.897,22	19.074,23	(4.177,01)	-21,9%
Juros e Encargos	7.377,08	7.661,37	(284,29)	-3,7%
TOTAL	**408.693,16**	**363.414,73**	**45.278,43**	**12,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Tesouro Nacional.

Do quadro acima, infere-se o seguinte:

a) Aumento de R$ 77 bilhões no item "Atualização Monetária", que representa, na realidade, um aumento na valorização monetária da dívida em comparação a 2011. Dessa forma, enquanto a dívida interna, no exercício de 2011, sofreu atualizações monetárias de R$ 128 bilhões, no exercício de 2012, esse valor foi de R$ 205 bilhões;
b) Redução nos ajustes positivos dos encargos da dívida interna (cerca de R$ 27 bilhões). Tais ajustes aumentam a dívida e são decorrentes do procedimento utilizado para atualização da dívida;
c) Redução de cerca de R$ 4 bilhões na variação cambial positiva da dívida externa, ou seja, a dívida aumentou menos no exercício de 2012 por efeito da variação cambial do que no exercício de 2011.
d) Redução de R$ 284 milhões nos ajustes positivos dos encargos da dívida externa.

A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Passivas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico "Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais", ao final das notas explicativas da DVP.

Nota 16 – Resultado da Equivalência Patrimonial: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais

Os acréscimos patrimoniais relacionados ao Resultado da Equivalência Patrimonial – MEP registram os aumentos no ativo permanente decorrentes de ajustes e ganhos das

participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Por outro lado, os decréscimos patrimoniais relacionados ao MEP registram as baixas no ativo permanente decorrentes de ajustes e perdas das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como os registros de perdas e ganhos impactam os dois lados na DVP, para uma melhor evidenciação do que realmente ocorreu com os ativos permanentes que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os valores foram consolidados, por tipo de ajuste, no quadro seguinte:

R$ milhões

Resultado da Equivalência Patrimonial	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Ganho/Perdas na Apuração da Equivalência	11.257,45	41.381,83	(30.124,38)	-72,8%
Variações Ativas (Ganhos)	26.589,61	44.068,39	(17.478,78)	-39,7%
Variações Passivas (Perdas)	(15.332,16)	(2.686,56)	(12.645,60)	470,7%
Ajuste para Consolidação das Participações	(1.910,46)	(2.102,09)	191,62	-9,1%
Variações Ativas (Ajustes Positivos)	3.439,61	1.064,83	2.374,78	223,0%
Variações Passivas (Ajustes Negativos)	(5.350,07)	(3.166,91)	(2.183,16)	68,9%
TOTAL	**9.346,99**	**39.279,74**	**(29.932,75)**	**-76,2%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Observa-se que, no exercício de 2011, houve um ganho considerável na apuração da equivalência patrimonial, ao contrário do ocorrido em 2012. Os ajustes, apesar de negativos, tiveram pouco impacto no total da apuração final, de forma que, no geral, a variação ocorrida no resultado apurado por MEP, de 2011 para 2012, foi negativa em R$ 30 bilhões.

Nota 17 – Ajuste de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais

Para melhor demonstrar o que ocorreu com as dívidas interna e externa, é necessário efetuar uma análise envolvendo o grupo de variações passivas, que aumentam a dívida, e o grupo de variações ativas, que diminuem a dívida.
As variações das dívidas sofrem impacto dos dois grupos devido à metodologia de cálculo dos ajustes, que podem, ao longo do exercício, aumentar ou diminuir o valor total das obrigações.

Nos quadros abaixo, as obrigações foram segregadas em “Internas” e “Externas”, e foram demonstrados os comportamentos de seus indexadores, juros e encargos e variações cambiais.

R$ milhões

Obrigações Internas	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Atualização Monetária	195.434,70	115.541,17	79.893,53	69,1%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(10.008,32)	(12.955,39)	2.947,07	-22,7%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	205.443,01	128.496,56	76.946,46	59,9%
Juros e Encargos	107.962,40	167.392,08	(59.429,68)	-35,5%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(73.013,45)	(40.790,50)	(32.222,95)	79,0%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	180.975,85	208.182,58	(27.206,73)	-13,1%
TOTAL	**303.397,10**	**282.933,25**	**20.463,85**	**7,2%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda.

R$ milhões

Obrigações Externas	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Juros e Encargos	7.377,08	7.661,37	(284,29)	-3,7%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	-	-	-	0,0%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	7.377,08	7.661,37	(284,29)	-3,7%
Variação Cambial	5.836,81	7.135,89	(1.299,08)	-18,2%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(9.060,41)	(11.938,34)	2.877,92	-24,1%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	14.897,22	19.074,23	(4.177,01)	-21,9%
TOTAL	**13.213,89**	**14.797,26**	**(1.583,37)**	**-10,7%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda.

A partir das informações apresentadas acima, é possível chegar às seguintes conclusões:

a) A dívida interna aumentou mais no exercício de 2012 do que no exercício de 2011, devido principalmente ao aumento causado pela atualização monetária;
b) A dívida externa, por outro lado, aumentou menos no exercício de 2012 em relação ao exercício de 2011, devido principalmente à variação cambial, que impactou o montante das obrigações em menos R$ 1,3 bilhão.

Nota 18 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial positivo do exercício de 2011, no valor de R$ 292 bilhões, é resultado tanto das variações orçamentárias quanto das variações extraorçamentárias.

Por outro lado, o resultado patrimonial negativo de R$ 114 bilhões no exercício de 2012, foi fortemente influenciado pelas variações extraorçamentárias ativas, que sofre um decréscimo de R$ 2,5 bilhões em relação ao exercício anterior.

Comparando-se os resultados patrimoniais em ambos os exercícios, observa-se uma queda significativa de 139%, ou cerca de R$ 406 bilhões. Porém, ao se comparar os resultados orçamentário e extraorçamentário separadamente, nota-se uma variação orçamentária positiva de R$ 154 bilhões (65%) e uma variação extraorçamentária negativa de R$ 561 bilhões, o que demonstra um comportamento bastante distinto na variação patrimonial.

O quadro seguinte evidencia essas alterações:

R$ milhões

Resultado Patrimonial	Posição até		Variação sobre 2011	
	31/12/2012	31/12/2011		
	(A)	(B)	(A) – (B)	(A) / (B) %
Resultado Orçamentário	392.519,19	237.896,60	154.622,59	65,0%
Variações Ativas	2.861.181,18	2.569.983,15	291.198,03	11,3%
Variações Passivas	(2.468.661,99)	(2.332.086,55)	(136.575,44)	5,9%
Resultado Extraorçamentário	(506.509,89)	54.427,45	(560.937,34)	-1030,6%
Variações Ativas	2.792.237,77	5.253.526,63	(2.461.288,85)	-46,9%
Variações Passivas	(3.298.747,66)	(5.199.099,18)	1.900.351,52	-36,6%
TOTAL	**(113.990,70)**	**292.324,04**	**(406.314,74)**	**-139,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Balanço Orçamentário

Nota 1 – Receitas Orçamentárias

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e de forma geral podem ser assim tratados:

a) Receitas administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB – Incluem as receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e fiscalizados pela RFB. A classificação da receita é apropriada decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da Receita Federal do Brasil. Consideram as receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social – GPS, e têm sua apropriação realizada mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev.
b) Receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos – São formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU. O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

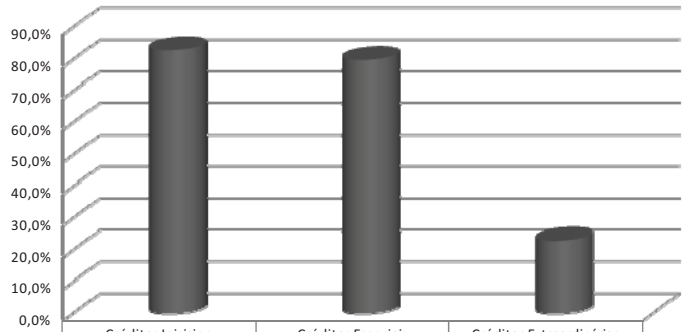
As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de DARF, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação, no SIAFI, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso. Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do tesouro com o sistema financeiro, como é o caso das operações de crédito decorrentes de emissão de títulos do tesouro. O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, as retificações, as compensações e os incentivos fiscais, sendo apresentada, no Balanço Orçamentário, pelos seus valores líquidos.

Nota 2 – Despesas Orçamentárias

A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no capítulo que trata da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Não obstante, os gráficos abaixo demonstram os percentuais de execução da despesa em relação à dotação por tipo de crédito e por grupo de natureza de despesa.

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DE CRÉDITO

R$ milhões

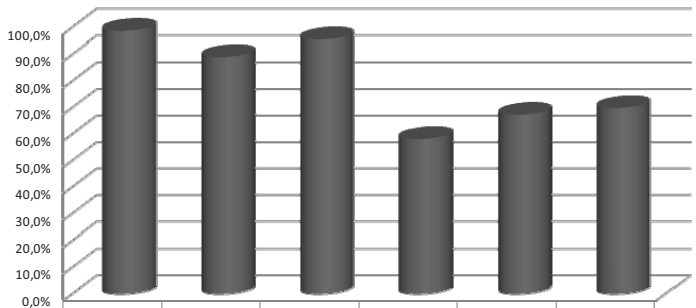


	Créditos Iniciais e Suplementares	Créditos Especiais	Créditos Extraordinários
Percentual Executado até 31/12/2012	83,1%	80,0%	23,1%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

R$ milhões



	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Percentual Executado até 31/12/2012	98,7%	89,1%	95,5%	58,2%	67,3%	69,9%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 3 – Movimentação de Créditos

Até 2010, o Balanço Orçamentário, no lado das despesas, apresentava uma divisão em duas partes, de forma que a segunda – "MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITO" – evidenciava a execução da despesa por meio de descentralização de crédito orçamentário, ou seja, a execução por unidades distintas daquelas consignadas na Lei Orçamentária Inicial – LOA, que receberam os créditos por meio de destaques e provisões, e não diretamente do orçamento.

A partir do exercício de 2011, a segunda parte (movimentação de créditos) foi retirada e os valores foram somados à primeira, de forma que a execução total da despesa orçamentária passou a constar de forma integral em apenas uma parte. Essa alteração foi feita após análise e definição pela Coordenação-geral de Contabilidade e Custos da União, na qualidade de Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e devidamente acordada junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

No Balanço Financeiro da União, utiliza-se a metodologia de saldos para os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, ou seja, são evidenciados na demonstração saldos iniciais e finais do ativo e do passivo.

Assim, para se chegar ao movimento de saldos líquidos entre os ingressos e os dispêndios é necessário verificar a diferença entre os dois lados da seguinte forma:

a) Para os grupos de contas do ativo, o saldo inicial encontra-se do lado dos ingressos e o final do lado dos dispêndios. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível dispêndio; caso contrário, um ingresso.

b) Para os grupos de contas do passivo, o saldo inicial encontra-se do lado dos dispêndios e o final do lado dos ingressos. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível ingresso; caso contrário, um dispêndio.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores, estornos e outras regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, a forma de apresentação do Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos, conforme descrito acima.

As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas detalhadamente na parte específica deste relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratarem de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

Nota 1 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no SIAFI.

Esse procedimento permite a eliminação das movimentações ocorridas entre os órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente, de maneira que na consolidação as informações sejam apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido resultante dos saldos excluídos.

Especialmente no que se refere às receitas e às despesas intraorçamentárias, foram criadas regras de exclusão de valores comuns entre estes itens para a consolidação do Balanço Financeiro. Verificou-se, em 2012, um decréscimo dos valores de despesa corrente e de capital em relação a 2011.

Isso ocorreu porque as despesas intraorçamentárias de 2012 já apresentavam o valor líquido, deduzidos das respectivas receitas correntes e de capital intraorçamentárias. Em contrapartida, os valores das receitas intraorçamentárias foram totalmente absorvidos pelas respectivas despesas intraorçamentárias.

Nota 2 – Ingressos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Os demais valores são relativos às receitas e aos ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os saldos dos direitos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

I- Valores em Circulação (cerca de R$ 309 bilhões):

a) Recursos Especiais a Receber (cerca de R$ 266 bilhões) – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem;
b) Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (cerca de R$ 33 bilhões).

II- Valores Pendentes a Curto Prazo (cerca de R$ 285 bilhões):

a) Valores Diferidos (cerca de R$ 285 bilhões) – compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse do exercício.

Dentre as obrigações que tiveram maior relevância, destacam-se as “Obrigações em Circulação” (cerca de R$ 680 bilhões), com os seguintes desdobramentos:

a) Recursos a Liberar para Pagamento de Restos a Pagar (cerca de R$ 408 bilhões) – registra o valor do recurso financeiro concedido pelo Tesouro aos órgãos e entidades, para fazer face aos pagamentos de restos a pagar inscritos no final do exercício anterior;
b) Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (cerca de R$ 147 bilhões) – são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2012, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei nº 4.320/64, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000;
c) Recursos a Liberar por Transferência (cerca de R$ 69 bilhões).

Dentre outros valores relevantes, destacam-se os “Ajustes de Direitos e Obrigações” (cerca de R$ 643 bilhões), que apresentam os seguintes desdobramentos:

a) Incorporação de Direitos (cerca de R$ 459 bilhões) – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos;
b) Desincorporação de Obrigações (cerca de R$ 175 bilhões) – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária;
c) Ajustes de Créditos (cerca de R$ 9 bilhões) – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico.

Nota 3 – Dispêndios Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Os demais valores são relativos às despesas e aos ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os valores dos direitos mais relevantes, destacam-se os grupos abaixo:

I- Valores em Circulação (cerca de R$ 526 bilhões):

a) Recursos Especiais a Receber (cerca de R$ 486 bilhões) – representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem;

b) Depósitos Especiais do FAT (cerca de R$ 31 bilhões) – são os valores dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT nas instituições financeiras oficiais federais, conforme Lei nº 8.352/91.

II- Valores Pendentes a Curto Prazo (cerca de R$ 285 bilhões):

a) Valores Diferidos (cerca de R$ 285 bilhões) – compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros do exercício seguinte.

Dentre as obrigações com maior relevância, destacam-se as "Obrigações em Circulação" (cerca de R$ 417 bilhões), com os seguintes desdobramentos:

a) Restos a Pagar Não Processados – Inscrição (cerca de R$ 117 bilhões) – são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2012, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103 da Lei n° 4.320/64;
b) Recursos a Liberar para Pagamento de RP (cerca de R$ 219 bilhões) – representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior;
c) Recursos a Liberar por Transferência (cerca de R$ 45 bilhões) – registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central.

Dentre outros valores relevantes, destacam-se os "Ajustes de Direitos e Obrigações" (cerca de R$ 634 bilhões), que apresentam os seguintes desdobramentos:

a) Recursos Diversos a Liberar (cerca de R$ 492 bilhões) – demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato;
b) Créditos Diversos a Receber (cerca de R$ 131 bilhões) – registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas realizações.
c) Ajustes Financeiros a Débito (cerca de R$ 8 bilhões);

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nota 1 – Variações ocorridas no Patrimônio Líquido

Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL é possível observar, entre outros aspectos, a movimentação ocorrida, ao longo do exercício, em cada conta que integra o Patrimônio Líquido. Embora a sua elaboração não seja obrigatória pela Lei nº 4.320/64, essa demonstração é de extrema importância para a análise contábil, uma vez que permite se avaliar a evolução do PL.

No exercício de 2012, o Patrimônio Líquido da União somou R$ 761 bilhões, compatível com o Balanço Patrimonial. Se comparado com o exercício de 2011, o PL apresentou uma variação negativa da ordem de R$ 120 milhões, cuja queda teve impacto no déficit patrimonial de R$ 114 bilhões, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais da União, nesse ano, e por R$ 146 bilhões (negativos) registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores.

Nos Ajustes de Exercícios Anteriores destacaram-se R$ 192 bilhões referentes à constituição da provisão para Crédito Tributário, UG/Gestão 170010/00001 – Secretaria da Receita Federal, em atendimento Macrofunção/SIAFI 02.03.33 – Crédito Tributário a Receber e Provisão; e, também, R$ 182 bilhões registrados no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (UG/Gestão 393003/39252), referentes à incorporação das rodovias conforme Macrofunção/SIAFI 02.03.34 – Bens de Infraestrutura.

Dos R$ 3 bilhões registrados como Aumento de Capital, destacamos R$ 1,2 bilhão na empresa VALEC-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; R$ 593 milhões na empresa Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf; R$ 295 milhões na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; e R$ 215 milhões na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb. Nesta última empresa R$ 84,6 milhões foram de Reavaliação de Ativos.

5.2.7. Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária são aquelas que decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual.

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.
As despesas orçamentárias são registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária. Dessa forma, ao longo do exercício, são reconhecidas e contabilizadas, no momento da liquidação. Ao final do exercício, por força do referido princípio, somam-se àquelas os valores das despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar não processados, o que aumenta, de forma significativa, os valores executados das despesas orçamentárias.

Destaca-se que as despesas orçamentárias não são compatíveis com o regime de competência contábil, mas perseguem o momento do efetivo pagamento das contratações e das despesas assumidas, e não a ocorrência do fato gerador.

Entradas e Saídas Independentes da Execução Orçamentária

A contabilização dessas entradas e saídas envolve os recursos que independem de sua autorização na lei orçamentária anual, como as entradas compensatórias (cauções e depósitos diversos), no ativo e passivo financeiros. Depreende-se que seja o fluxo de entradas e saídas de recursos do caixa da União, mas que não são de sua propriedade, e que tenham caráter devolutivo.

Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar,

em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não-processadas.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não-processados. Os restos a pagar não-processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64, e ainda atende aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não-processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade.

Em 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872/86, a inscrição em Restos a Pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação em cumprimento ao disposto no art. 119, § 4º, inciso II da Lei nº 12.708/2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, à Lei 4.320/64 e aos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a sua liquidação não poderia ser efetuada.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos em Circulação

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os referidos créditos estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

Está sendo adotado, de modo gradual, o procedimento de redução do valor do estoque quando o valor de mercado for menor que o valor de aquisição, de produção ou de construção.

Bens e Valores em Circulação e Valores Realizáveis a Longo Prazo

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor original.

Os referidos bens e valores estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

Provisão da Dívida Ativa[2]

Para constituição da provisão, foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos e ao Manual SIAFI. Na apuração da provisão foram utilizadas as seguintes informações relativas aos exercícios financeiros de 2010, 2011 e 2012;

Provisão	Informação Utilizada
Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária)	Utilização dos saldos SIAFI das contas 12211.03.01 – Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária) e 51312.11.00 – Recebimento de Dívida Ativa Tributária.
	Os saldos das contas 12211.03.01 e 51312.11.00 não receberam registros no mês de janeiro de 2009, tendo em vista que sua automatização iniciou-se em fevereiro de 2009.
Dívida Ativa Tributária Previdenciária	Utilização dos saldos SIAFI da conta 12211.03.02 – Dívida Ativa Tributária Previdenciária, enquanto que os recebimentos foram apurados nos mapas gerenciais encaminhados pela Coordenação-geral da Dívida Ativa da União/PGFN.

[2] Fonte: Relatório Mensal da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil do Ministério da Fazenda (dezembro de 2010).

Os créditos não tributários em função da metodologia utilizada na automatização do registro da dívida estão contabilizados conjuntamente com os créditos tributários (Não Previdenciários). Esses créditos estão inscritos na conta 12211.03.01, conta corrente PF0170995 – Série Diversas Origens. A segregação desses registros é objeto de trabalho conjunto da Coordenação-geral da Dívida Ativa/PGFN, da Setorial Contábil do MF, da Seccional Contábil da PGFN e da Coordenação-geral de Contabilidade e Custos da União/STN.

No exercício financeiro de 2012 a contabilização da Provisão para Perdas de Dívida Ativa, conta 122119000, apresentou um movimento líquido de R$ 364.970.742.586,01, correspondendo a um acréscimo em relação ao ano de 2011. Isso posto, o saldo da provisão está na ordem de R$ 963.075.931.533,05.

Provisão dos Créditos Tributários

A partir do exercício financeiro de 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, registrou a contabilização da Provisão para Perdas dos créditos tributários federais, lançados, sob sua administração em observância aos seguintes normativos:

- Lei nº 4.320/64 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Resolução do CFC nº 1.137/2008 - Aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos.

Esse procedimento impactou o Patrimônio Líquido e contempla as provisões para Créditos Tributários de Curto Prazo e de Longo Prazo e a Provisão para Perdas.
Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Na apuração da provisão foram utilizadas as seguintes bases de dados:

Dados	Informação Utilizada
Exercícios Financeiros	Exercícios de 2010 e 2011 e 1º trimestre de 2012.
Utilização dos saldos SIAFI das contas	11214.01.00 - Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, 11214.02.00 - Créditos de Contribuições a Receber, 12218.01.00 - Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Parcelados de Longo Prazo, 12218.02.00 - Créditos de Contribuições a Receber Parcelados de Longo Prazo, 12218.03.00 - Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria com Exigibilidade Suspensa de Longo Prazo, 12218.04.00 - Créditos de Contribuições a Receber com Exigibilidade Suspensa de Longo Prazo, 12218.05.00 - Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria com Pendência de Compensação de Longo Prazo e 12218.06.00 - Créditos de Contribuições a Receber com Pendência de Compensação de Longo Prazo;
Outros Dados:	Dados numéricos da arrecadação das receitas federais, fornecidos pela Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB, através da Coordenação-Geral de Estudos Econômico-tributários e de Previsão e Análise da Arrecadação. Estas informações são divulgadas à sociedade brasileira através do site oficial da RFB na internet.

Investimentos

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que também é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Imobilizado

Segundo informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União, para os imóveis da União, conforme manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, a avaliação obedece aos seguintes critérios:

a) As reavaliações dos imóveis cadastrados no Sistema SPIUnet que integram estas demonstrações são elaboradas pelas Unidades Gestoras às quais se encontram jurisdicionados, levando em consideração as alterações que agregam valor ao Patrimônio Imobiliário;
b) Os valores das reavaliações são calculados pelo Sistema conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas unidades gestoras – UG.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos Concedidos

Os ativos da União sob a responsabilidade da Coordenação-geral de Haveres Financeiros – COAFI – compõem-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da federação. Esses créditos encontram-se identificados em contas correntes individualizadas classificadas como Empréstimos Concedidos, exceto a Honra de Garantia cujo registro

ocorre em Créditos Sub-Rogados. A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo e dos encargos segundo o contrato e legislação aplicável, assim como o registro dos recebimentos e das baixas nos saldos devedores.

Dívida a Pagar

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

a) Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – foi avaliada pelo valor a pagar ao final do exercício, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e
b) Dívida Pública Federal Externa – DPFe – foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Apurou-se o equivalente em dólares americanos, de acordo com a cotação ao final do exercício.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e muitos recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010.

Por isso, está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão, respeitando-se o cronograma indicado no Manual SIAFI, sob o código "020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta Da União, Autarquias e Fundações".

Assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável.

Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado pelo Manual SIAFI, e após a realização do ajuste de seus valores.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, em casos cujo custo de registro seja pequeno, tendo em vista o benefício da informação, ou quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O administrador deverá seguir a tabela de vida útil abaixo, estabelecida para cada grupo de bens a ser depreciado. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis.

Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela abaixo.

Grupos de Ativos	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Aeronaves	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20%
Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Armazéns Estruturais – Coberturas de Lona	10	10%
Armamentos	20	15%
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	-	-
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%
Embarcações	-	-
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Equipamento de Processamento de Dados	5	10%

Grupos de Ativos	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas/Agropecuários e Rodoviários	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10%
Veículos Diversos	15	10%
Equipamentos e Material Sigiloso e Reservado	10	10%
Veículos Ferroviários	30	10%
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Carros de Combate	30	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	30	10%
Acessórios para Automóveis	5	10%
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%
Equipamentos e Sistema de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10%

Descentralização Externa de Créditos

Em outubro de 2012 foram disponibilizados para os usuários, no subsistema TRANSF do Siafi, dois novos tipos de cadastro: TERMO DE COOPERAÇÃO e TRANSFERÊNCIA LEGAL. Esses novos tipos de cadastro foram feitos para dar maior transparência e permitir o acompanhamento da comprovação/prestação de contas da descentralização de crédito externo entre órgãos e da transferência para outros entes amparados por lei específica.

Registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS da União

Considerando a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público aprovados pela Portaria STN nº 437/2012 e com o parâmetro geral estabelecido pelo Ministério da Previdência Social conforme anexos da Portaria MPS n° 916/2003, com as alterações da Portaria MPS n° 095/2007 divulgados no site do MPS, apresentamos abaixo, de forma discriminada, os valores referentes às provisões matemáticas previdenciárias do "Passivo Exigível a Longo Prazo".

R$ milhões

Provisões Matemáticas Previdenciárias (Plano Previdenciário)	Valor
Provisões de Benefícios Concedidos	442.167,64
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	465.651,60
Contribuições do Ente (Redutora)	-
Contribuições do Inativo (Redutora)	-18.854,21
Contribuições do Pensionista (Redutora)	-4.629,75
Compensação Previdenciária (Redutora)	-
Parcelamento de Débitos Previdenciários (Redutora)	-
Provisões de Benefícios a Conceder	664.935,75
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	1.197.737,23
Contribuições do Ente (redutora)	-316.097,32
Contribuições do Ativo (redutora)	-216.704,17
Compensação Previdenciária (redutora)	-
Parcelamento de Débitos Previdenciários (redutora)	-
TOTAL	**1.107.103,38**

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Os valores a serem registrados decorrem do cálculo atuarial do RPPS da União (servidores civis), elaborado pelo Ministério da Previdência Social, relativo ao exercício de 2012, com data-base posicionada em 31 de dezembro de 2011, considerando a hipótese de taxa real de juros de 6% ao ano e o rol de benefícios limitado à pensão por morte e aposentadoria, a partir dos dados cadastrais dos servidores civis, aposentados e pensionistas fornecidos pelos órgãos e entidades dos Poderes da União.

As “Provisões Matemáticas Previdenciárias” apresentam, de acordo com o resultado da avaliação atuarial, o somatório das reservas matemáticas do RPPS, dos benefícios concedidos e a conceder, significando os compromissos líquidos do plano de benefícios com projeção para 75 anos.

O “Plano Previdenciário” se refere às provisões matemáticas do plano previdenciário ou único (sem segregação da massa).

As provisões matemáticas de benefícios concedidos correspondem ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios já concedidos aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada na data da avaliação atuarial.

Para sua apuração, utiliza-se o item “Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano”, que apresenta o registro do valor presente das prestações futuras dos benefícios já concedidos, e os itens redutores “Contribuições do Ente”, “Contribuições do Inativo” e “Contribuições do Pensionista”, que registram o valor presente das contribuições (normal, suplementar ou aportes periódicos) futuras do ente, dos aposentados e dos benefícios por prazo de vigência indeterminado, para financiar os benefícios em fase de pagamento.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder referem-se ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios a conceder para a geração atual (servidores ativos). De forma simétrica às dos benefícios concedidos, correspondem à diferença entre os valores presentes do item “Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano” e dos itens redutores “Contribuições do Ente” e “Contribuições do Ativo” incidentes sobre as remunerações da geração atual.

Quando da concepção dos Anexos I e II da Portaria n° 916/2003 não se vislumbrou a necessidade de níveis mais detalhados para análise.

Porém, pelo volume de recursos envolvidos, entendemos importante melhor especificar o registro dos valores presentes das contribuições futuras dos aposentados e pensionistas – benefícios a conceder no montante de R$ 58,7 bilhões, relativos a estas contribuições apuradas no cálculo atuarial.

Considerando as contas atuais, o valor citado, foi somado ao montante de R$ 158 bilhões, correspondentes à contribuição de 11% do servidor ativo (geração atual) sobre o seu salário de contribuição, que assim deixou de corresponder à metade do valor presente da contribuição do ente (22%). Dessa forma, os valores apresentados pelo item “Contribuições do Ativo”, correspondem à contribuição do servidor ativo adicionada da contribuição de 11% sobre o valor dos proventos e pensões a serem concedidos, que excederão ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

O efeito da eventual contabilização desse passivo atuarial no “Passivo” do Balanço Patrimonial está demonstrado na tabela seguinte.

BALANÇO PATRIMONIAL		
		R$ milhares
PASSIVO		
	31/12/2012	**31/12/2011**
PASSIVO FINANCEIRO	**206.438.479,74**	**182.571.222,60**
PASSIVO NÃO FINANCEIRO		
Obrigações em Circulação	525.234.453,17	562.422.808,45
Exigível a Longo Prazo	3.576.648.394,18	2.250.674.478,09
Passivo Atuarial do RPPS	**1.107.103.384,39**	-
Outras Exigibilidades de Longo Prazo	2.469.545.009,79	2.250.674.478,09
Resultado de Exercícios Futuros	2.021.666,81	1.661.600,78
TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO	**4.103.904.514,16**	**2.814.758.887,32**
PASSIVO REAL	**4.310.342.993,90**	**2.997.330.109,92**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social/Capital Social	762.532.775,60	16.599.653,35
Reservas	7.545.449,94	5.484.841,42
Ajustes de Avaliação Patrimonial	109.201,46	19.991,29
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	3.955.995,99
Resultados Acumulados	(1.115.940.345,76)	854.645.473,57
Resultado do Exercício	(1.108.931.516,42)	292.271.965,80
Ajuste do Passivo Atuarial	**(1.107.103.384,39)**	-
Resultado Exceto Passivo Atuarial	(1.828.132,03)	292.271.965,80
Resultados de Exercícios Anteriores	(7.008.829,34)	562.373.507,77
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(345.752.918,76)**	**881.705.955,62**
PASSIVO COMPENSADO	**1.139.093.980,34**	**1.026.646.815,41**
TOTAL DO PASSIVO	**5.103.684.055,48**	**4.905.682.880,95**

PARTE VI

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES – CONTAS DE 2011

PARTE VI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTAS DE 2011

Apresentam-se nesta parte, as providências adotadas pelos órgãos/ entidades da Administração Pública Federal quanto às recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo do exercício de 2011.

Também, apresentam-se as providências adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o atendimento das recomendações constantes dos itens 9.1, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão nº 1.979/2012 – TCU – Plenário.

Ainda, o Acórdão nº 1.891/2012 do Tribunal de Contas da União – TCU/Plenário determinou à Controladoria-Geral da União (CGU) que informasse, na Prestação de Contas da Presidenta da República relativa ao exercício de 2012, as providências adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto às ocorrências de diferenças não identificadas das fontes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos exercícios de 2003 a 2010 e do primeiro semestre de 2011. Nesse sentido, apresenta-se, neste tópico, a informação requerida pelo TCU.

6.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES/ CONTAS 2011

Em 23 de maio de 2012, o Tribunal de Contas da União emitiu pronunciamento sobre as Contas de Governo relativas ao exercício de 2011, ocasião em que o Ministro-Relator expediu 22 (vinte e duas) recomendações a órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo Federal, em decorrência das ressalvas apontadas e das informações evidenciadas no texto do respectivo Relatório Prévio. A par dessas recomendações, as unidades do Poder Executivo encaminharam os esclarecimentos transcritos a seguir.

I. ao Banco Central do Brasil que:

a) reconheça a receita de senhoriagem na Demonstração de Fluxo de Caixa e faça sua mensuração pelo conceito de senhoriagem monetária (item 2.5);

A questão foi abordada inicialmente por aquele Tribunal no Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo de 2010, quando recomendou: *"... ao Banco Central do Brasil, que inclua em suas demonstrações financeiras e contábeis a evidenciação dos fluxos relativos às receitas decorrentes da senhoriagem obtida na emissão de moeda."*

Considerando que na determinação do TCU não havia a menção a um conceito específico, foi empreendido estudo técnico por parte do Departamento Econômico (Depec) e do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi) sobre as metodologias de apuração de receitas de senhoriagem, com o propósito de se concluir sobre qual a forma mais apropriada ao caso do Banco Central do Brasil. Embora outras derivações tenham sido consideradas, o estudo se concentrou mais especificamente nas três principais medidas de receitas de senhoriagem encontradas na literatura, sintetizadas no quadro a seguir:

Formas de apuração da receita de senhoriagem

Senhoriagem Monetária:

$$S^m = \frac{M_t - M_{t-1}}{P_t}$$

Senhoriagem pelo custo de oportunidade:

$$S^o = i \quad \frac{M_t}{P_t}$$

Senhoriagem pelo conceito de imposto inflacionário:

$$S^i = \P \quad \frac{M_t}{P_t}$$

Onde: ***M*** equivale ao estoque da base monetária; ***P*** é o nível de preços; ***i*** corresponde à taxa de juros nominal (taxa de retorno) da economia; ¶ é a taxa de inflação; e ***t*** é o subscrito que indica o período.

Na ocasião, se concluiu por adotar o conceito de custo de oportunidade, justificando-se a escolha do critério pelas seguintes razões:

- é o conceito de senhoriagem mais utilizado por bancos centrais, embora a maioria não publique dados sobre o assunto e não entre em detalhes operacionais;
- as estatísticas fiscais divulgadas pelo Depec, ao incluírem os ativos e passivos do Banco Central – inclusive base monetária – consideram implicitamente a receita de senhoriagem pelo conceito de custo de oportunidade, tendo em vista a remuneração recebida sobre os ativos adquiridos com a emissão monetária, cabendo destacar que a remuneração efetiva destes não é necessariamente a obtida pela aplicação da taxa representativa do custo de oportunidade no cálculo da senhoriagem;
- a compatibilidade com o tratamento contábil dispensado à base monetária – as reservas bancárias e o meio circulante são considerados passivos desta autarquia.

Essa informação foi publicada sob a forma de nota explicativa às demonstrações financeiras de 31/12/2011. Como é um dado estranho às informações contábeis requeridas pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), os auditores independentes firmaram a seguinte observação em seu relatório:

"As informações suplementares incluídas nas Notas Explicativas nº 38 e 40, apresentadas sob responsabilidade da Administração do Bacen, não

> *são informações requeridas pelas IFRS. Essas informações suplementares, exceto quanto às informações gerenciais correspondentes às receitas de senhoriagem descritas na Nota Explicativa nº 38, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo "Responsabilidade dos Auditores Independentes" e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos materiais em relação às demonstrações financeiras consideradas em seu conjunto."*

Como se percebe, além da nota explicativa sobre senhoriagem, outra nota estranha aos requisitos das IFRS foi incluída nas demonstrações financeiras, tratando de informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De se ressaltar, porém, que no caso das informações relativas à LRF, os auditores independentes atestaram a fidedignidade das informações, enquanto que sobre a senhoriagem se abstiveram de realizar qualquer tipo de teste de avaliação dos valores apresentados.

Essa diferença de tratamento por parte dos auditores se justifica pelo fato de que as informações relativas à LRF, embora não exigidas pelas IFRS, são cotejáveis com os dados contábeis, enquanto a receita de senhoriagem não observa os padrões contábeis em sua apuração.

Não obstante as providências adotadas, no exame das Contas do Poder Executivo de 2011 o Tribunal voltou a tratar da questão, julgando insuficientes a forma de evidenciação empregada e o conceito utilizado para a mensuração da receita de senhoriagem, recomendando ao Banco Central que:

> *"Reconheça a receita de senhoriagem na Demonstração de Fluxo de Caixa e faça sua mensuração pelo conceito de senhoriagem monetária."*

Para a análise dos impactos dessa recomendação em relação à prática contábil adotada pelo Banco Central, o assunto é abordado a partir dos seguintes tópicos: (i) da decisão do Bacen em adotar os padrões do IASB; (ii) da inaplicabilidade dos conceitos de senhoriagem à Estrutura Conceitual da Contabilidade; (iii) da não elaboração de Demonstração de Fluxo de Caixa em moeda local por parte do Bacen; (iv) do conceito a ser utilizado para a mensuração da receita de senhoriagem; e (v) das possíveis formas de evidenciação.

Da decisão em adotar os padrões do Iasb:

Historicamente, o Banco Central adotava, como regra geral, as normas contábeis brasileiras para o registro de suas operações, com a possibilidade de agir de forma diferente se dispositivo legal específico assim dispusesse ou se o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizasse prática distinta para atender a uma situação determinada.

Por meio do Voto CMN 053/2002, porém, foi deliberado que o Bacen passasse a adotar as normas divulgadas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb). O argumento para essa decisão foi que a adoção de práticas contábeis específicas trazia dificuldades para a compreensão e a comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira em nível internacional e que era interesse do Banco Central que suas demonstrações financeiras fossem adequadamente avaliadas também no exterior.

Com isso, as práticas contábeis adotadas pelo Bacen seguem os padrões estabelecidos pelo Iasb, eliminando-se as possibilidades de excepcionalidades determinadas ou autorizadas pelo CMN, como admitido no modelo anterior. Esse aspecto tem se caracterizado como elemento essencial de credibilidade das demonstrações financeiras do Banco Central, principalmente no exterior.

Como exceção ao modelo de divulgação financeira disciplinado pelo Iasb, o Bacen vem divulgando as informações requeridas na LRF, por óbvia observância aos ditames legais. Isso não tem comprometido a credibilidade das demonstrações do Banco, tendo em vista que, como são dados cotejáveis com as informações contábeis, os auditores independentes têm atestado a fidedignidade dos valores divulgados, apenas destacando que se trata de evidenciação não requerida nos padrões do Iasb (ver itens 6 e 7).

Da inaplicabilidade dos conceitos de senhoriagem à Estrutura Conceitual da Contabilidade do Iasb:

A respeito da senhoriagem, não há, na literatura, uma conceituação clara, sendo definida ora como o lucro ora como a receita do governo proveniente do monopólio de emissão de moeda. A diferença entre as duas definições decorre da consideração ou não dos custos de produção e emissão. Na presente Nota é utilizado o conceito de "receita", tendo em vista o teor das recomendações do TCU, com a ressalva de que como os gastos de produção e emissão são geralmente insignificantes em relação ao valor total emitido, a distinção entre esses conceitos não é considerada relevante.

Como se percebe, a receita de senhoriagem é um conceito econômico, calculada em função do valor da base monetária – estoque ou variação, conforme a forma de mensuração adotada.

Na contabilidade, a base monetária é tratada como passivo do Banco Central, sendo o seu registro associado ao aumento de um ativo, o que é mais comum, ou à redução de outro passivo. Assim, o ganho de senhoriagem é reconhecido na contabilidade de forma indireta – as receitas obtidas com os ativos incorporados ao patrimônio ou a redução das despesas associadas ao passivo eliminado em contrapartida ao reconhecimento do aumento da base monetária.

Essa prática guarda relação com os preceitos definidos na Estrutura Conceitual da Contabilidade do Iasb, que define "receitas" da seguinte forma:

> *"Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais."*

O conceito definido pelo Iasb é claro ao vincular o reconhecimento contábil das receitas à entrada de recursos ou ao aumento de ativos ou à diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido.

Em síntese, embora a senhoriagem, em seu conceito monetário, se origine no momento da emissão de moeda, do ponto de vista contábil a receita só pode ser

reconhecida em função da valorização dos ativos originados pelo aumento da base monetária. Isso se justifica pelo fato de que o aumento da base monetária caracteriza um fato permutativo, não resultando em aumentos do patrimônio líquido, que é uma condição básica para o reconhecimento de uma receita contábil.

Considerando a senhoriagem pelo custo de oportunidade ou de imposto inflacionário, a incongruência com os preceitos contábeis é menos gritante, mas continua evidente. A incompatibilidade é menos acentuada pelo fato de que nesses conceitos, a receita de senhoriagem não se daria no momento de emissão da moeda, mas no momento seguinte, mediante a aplicação de uma taxa representativa do custo de oportunidade do dinheiro ou do índice inflacionário ao estoque da base monetária.

O problema é que de acordo com a Estrutura Conceitual da Contabilidade, o reconhecimento de receitas deve ser decorrente de entrada de recursos ou ao aumento de ativos ou à diminuição de passivos. A receita de senhoriagem pelo custo de oportunidade ou como imposto inflacionário não atende a nenhuma dessas três pré-condições para se avaliar a possibilidade de reconhecimento de uma receita do ponto de vista contábil.

Por tudo isso, conclui-se pela impossibilidade de reconhecimento contábil da receita de senhoriagem, independentemente do conceito utilizado para mensurá-la. Deve se esclarecer, contudo, que esses ganhos são reconhecidos indiretamente na contabilidade, como já destacado.

Da não elaboração de Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) em moeda local:

Outro aspecto a se destacar do conteúdo da recomendação do Tribunal é que as receitas de senhoriagem sejam reconhecidas na Demonstração de Fluxo de Caixa. Nesse particular, há que se destacar o fato de que, com base nos estudos técnicos realizados no processo de adoção das normas editadas pelo IASB, o Banco Central não elabora DFC em moeda local. É divulgada a DFC em moeda estrangeira.

Essa prática, que contou com o respaldo da consultoria externa contratada à época para auxiliar no processo de implementação dos padrões contábeis internacionais pelo Bacen, bem como dos auditores independentes que têm examinado as demonstrações financeiras da instituição, vem sendo justificada nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, desde 30/06/2005, com o seguinte texto:

> *"O objetivo da Demonstração de Fluxo de Caixa é demonstrar a capacidade de uma entidade de gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em vista que o Bacen é a instituição responsável pela liquidez do sistema financeiro e, portanto, detentor do direito de emissão, a Administração entende que a demonstração referente às suas operações deve se limitar àquelas em moedas estrangeiras, pois essas se encontram fora de sua prerrogativa de emissão."*

A respeito desse tema, pode ser destacado o estudo comparativo sobre as práticas de divulgação financeira por parte de bancos centrais, realizado pela KPMG ("*Central bank accountability and transparency: a comparative study of central bank financial reporting practices",* United Kingdom - KPMG, 2009). A respeito da elaboração de Demonstração de Fluxo de Caixa, o estudo destaca que é possível se questionar a utilidade da DFC para os usuários das demonstrações financeiras de instituições bancárias. Em se tratando de bancos centrais, esse questionamento é ainda mais pertinente.

Como exemplo desse tipo de situação, o estudo da KPMG destaca o caso do *Federal Reserve System* (FRS), que inclui uma explicação em suas demonstrações financeiras para a não elaboração de DFC. Nesse posicionamento, é destacado que a liquidez e a posição de caixa dos bancos que integram o FRS não são objeto de preocupação, considerando que suas atribuições e responsabilidades são únicas e devem ser exercidas, razão pela qual a DFC não proverá informação relevante adicional.

Percebe-se, portanto, um alinhamento direto entre os argumentos utilizados pelo *Federal Reserve System* para não elaborar Demonstração de Fluxo de Caixa e os usados pelo Banco Central do Brasil para não divulgar a DFC em moeda local. A diferença entre as instituições é que no caso brasileiro é elaborada a DFC em moeda estrangeira, enquanto no FRS não há esse tipo de demonstração. Exatamente por divulgar a DFC em moeda estrangeira, o Bacen é citado no estudo da KPMG como um dos exemplos de práticas inovadoras que aumentam a utilidade da informação para os usuários.

Outro exemplo de prática inovadora destacada no estudo é o caso do Banco Central do Chile, que elabora as DFC em moeda local e em moeda estrangeira. De se ressaltar, porém, que aquela instituição não elabora suas demonstrações financeiras de acordo com os padrões editados pelo Iasb. O *framework* utilizado é composto pelas normas do próprio *board* da instituição e dos princípios contábeis geralmente aceitos naquele país, denominado de *chilean GAAP*.

Dado o exposto, entendemos não haver argumentos técnicos que justifiquem a necessidade de mudança na prática adotada pelo Bacen de publicar a DFC apenas em moeda estrangeira, tendo em vista que esse procedimento: (i) atende aos preceitos do *framework* do IASB; (ii) foi suportado nos estudos técnicos realizados no momento de adoção das normas internacionais de contabilidade, conduzidos por consultoria externa especializada; (iii) vem sendo referendado pelos auditores independentes desde junho de 2005; (iv) é coerente com a prática adotada internacionalmente por instituições congêneres; (v) é citado como prática inovadora entre os bancos centrais, no intuito de aumentar o poder informacional das informações contábeis; e (vi) o exemplo do Banco Central do Chile não pode ser utilizado como referência, pois aquela instituição utiliza um modelo contábil próprio, como ocorria anteriormente no Bacen, antes da decisão de se adotar o modelo do IASB.

Ademais, cabe ressaltar que a norma IAS 8 do Iasb prevê que a mudança de uma política contábil adotada só deve ocorrer se: (a) for exigida pelas próprias normas internacionais de contabilidade; ou (b) resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis. Considerando todos os argumentos listados, entendemos que a elaboração da DFC em moeda local não atende a nenhuma dessas condições, o que impediria o Bacen de modificar essa política contábil.

Sendo assim, entendemos que esse segundo aspecto da recomendação do TCU – o reconhecimento das receitas

de senhoriagem na Demonstração de Fluxo de Caixa – é de difícil implementação e não traz ganho informacional relevante.

Do conceito a ser utilizado para a mensuração da receita de senhoriagem:

Como destacado no item 8 o TCU especifica, na recomendação mais recente, a forma de mensuração da receita de senhoriagem que entende mais apropriada – o conceito de senhoriagem monetária. O argumento exposto no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República para essa determinação é o *"atendimento à convenção da objetividade, segundo a qual entre um critério subjetivo, mesmo ponderável, e outro objetivo, o contador deverá optar pela hipótese mais objetiva"*, no caso, a senhoriagem monetária.

Não obstante compartilharmos dos argumentos levantados no estudo realizado pelo Depec e Deafi, que justificaram a adoção do conceito de senhoriagem pelo custo de oportunidade, entendemos não haver maiores problemas em se seguir a determinação do Tribunal de se divulgar as receitas de senhoriagem com base no conceito monetário.

Das possíveis formas de evidenciação:

Sobre a forma de evidenciação das receitas de senhoriagem, o Banco Central divulgou as receitas de senhoriagem nas demonstrações financeiras de 31/12/2011 por meio de nota explicativa específica. O Tribunal julgou insuficiente e recomendou que isso fosse feito em Demonstração de Fluxo de Caixa, sendo que a dificuldade de se atender a essa determinação é discutida ao longo desta Nota.

Ressaltamos, porém, que mesmo a evidenciação em nota explicativa deveria ser repensada, de forma a evitar a divulgação de informações que não são atestadas pelos auditores independentes. Esse tipo de preocupação se justifica pelo fato de que a afirmação do auditor independente de que não testou tal informação possa contaminar indiretamente a credibilidade do conjunto das demonstrações. É natural que a ressalva em relação a uma informação gere dúvidas em relação às demais.

Outro fato a se destacar é que a inclusão de informações sobre receitas de senhoriagem nas demonstrações financeiras, no nosso entendimento, pode confundir o leitor. Como exemplo ilustrativo dessa potencial "confusão", podemos citar o caso das demonstrações financeiras de 31/12/2011. Na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) foi divulgado um lucro de R$ 23.471.410 mil, sendo que nesse resultado não há menção a receitas de senhoriagem. Com a publicação de nota explicativa informando uma receita de senhoriagem de R$ 20.291.041 mil, um leitor menos avisado poderia concluir, equivocadamente, que é uma receita adicional não incluída na DRE, o que deveria elevar o resultado do Banco para R$ 43.762.451 mil. Como demonstrado, o impacto dos ganhos de senhoriagem impactam o resultado do Bacen de forma indireta.

Sendo assim, sugerimos que seja discutida com o TCU a possibilidade de publicação das informações sobre as receitas de senhoriagem por meio de outros instrumentos de divulgação já existentes, como o relatório de administração, ou mesmo a criação de um relatório específico a ser divulgado na página do Banco Central na internet.

Síntese das conclusões:

Tendo em vista o exposto ao longo da presente Nota, é possível se concluir, no nosso entendimento:

i. pela impossibilidade técnica de reconhecimento contábil das receitas de senhoriagem, com a ressalva de que esses ganhos são reconhecidos indiretamente na contabilidade ao se registrar as receitas associadas aos ativos originados pela expansão da base monetária;

ii. pela dificuldade de se divulgar informações sobre a senhoriagem na Demonstração de Fluxo de Caixa, tendo em vista que o Bacen não elabora tal demonstração em moeda local e não há argumentos técnicos que justifiquem a mudança de política contábil;

iii. pela possibilidade de atendimento à recomendação do TCU de se divulgar a receita de senhoriagem pelo conceito monetário, não obstante entendermos mais apropriado ao Bacen o conceito do custo de oportunidade; e

iv. pela inconveniência de se divulgar as informações sobre receitas de senhoriagem no conjunto das demonstrações financeiras, mesmo que apenas em nota explicativa, de forma a evitar a evidenciação de informações que não sejam atestadas pelos auditores independentes, que pode comprometer a credibilidade das demonstrações do Bacen perante o usuário externo.

b) informe à Controladoria-Geral da União, a cada exercício, os valores do estoque dos créditos inscritos em dívida ativa de forma acumulada, para fins de registro na Prestação de Contas do Presidente da República, visando ao cumprimento do art. 71, inciso I, da Constituição Federal (item 3.3.2.3);

A PGBC vem conduzindo projeto denominado Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros (BCJUR II).

O escopo desse projeto contemplava, basicamente, o desenvolvimento dos seguintes módulos de novo sistema de registros jurídicos e controles financeiros (BCJUR 2) que substituirá o atual sistema utilizado pela PGBC no particular, com significativos avanços: Módulo Consultoria Legal; Módulo Feitos Judiciais, Provisão, Contabilidade e Atualização de Valores; Módulo Dívida Ativa; e Módulo Precatórios.

Tendo em vista inclusive entendimentos mantidos com a própria CGU e com o TCU, no curso do processo de elaboração, pela Corte de Contas, do seu Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2011, tem sido antecipada a execução do referido Módulo Dívida Ativa, reformulado, ademais, como Módulo Gestão de Créditos, no contexto do mencionado Projeto BCJUR II.

Quando concluído o módulo em questão, será possível apurar de forma acumulada, e de modo consistente, preciso e atualizado, os valores do estoque dos créditos do Banco Central inscritos em Dívida Ativa.

Com efeito, o módulo contemplará: (i) possibilidade de vincular a cada crédito, com a necessária flexibilidade, diante da heterogênea composição do estoque de Dívida Ativa desta Autarquia, a metodologia de cálculo de atualização correspondente ao respectivo regime de correção monetária, juros, encargos, etc.; (ii) apuração consistente do saldo devedor de créditos pagos parcialmente, com vinculação da metodologia de amortização cabível; e (iii) sensibilização contábil eficaz em decorrência de eventos de inscrição, pagamento, parcelamento e cancelamento, mediante automatização de procedimentos e vinculação de ações do sistema à realização adequada de etapas do fluxo de trabalho relacionado àqueles eventos.

De acordo com o atual cronograma do Projeto BCJUR II, a conclusão do Módulo Gestão de Créditos do novo sistema está prevista para o segundo semestre de 2013.

A par do atendimento estrutural da recomendação do TCU em apreço, com a adoção da providência descrita, tem-se buscado, ainda, estimar o estoque de Dívida Ativa do Banco Central com base nos sistemas atualmente disponíveis e, portanto, com o necessário complemento de diligências manuais, para suprir de modo mais imediato a necessidade de informação apontada pela Corte de Contas.

É importante esclarecer, a propósito, que o estoque da Dívida Ativa do Banco Central, como referido, apresenta considerável heterogeneidade no tocante ao regime de atualização dos créditos que o compõem. Há (i) créditos oriundos de multas administrativas aplicadas pela Autarquia no desempenho de atividades de regulação e fiscalização, cujo regime de atualização segue certo padrão, e (ii) outros créditos, sobretudo decorrentes de contratos com instituições submetidas a liquidação extrajudicial, na forma da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, sobre os quais incidem regimes de atualização específicos.

Cumpre destacar que até mesmo quanto aos créditos oriundos de multas administrativas, a avaliação dos relatórios emitidos pelo atual sistema BCJUR tem revelado inconsistências cuja correção, solicitada ao Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf) desta Autarquia, gerou relatório retificado que se encontra sob exame, para efeito de validação. Há previsão de que essa etapa esteja concluída em meados de outubro, quando então se disporá de estimativa mais consistente do estoque de Dívida Ativa do Banco Central oriundo daquelas multas.

Quanto aos créditos de outras origens, vem-se apurando de forma individualizada o valor atualizado de cada crédito do estoque. Para tanto, os analistas que atuam na área de cálculos da PGBC estão elaborando planilhas de atualização de cada uma das 202 dívidas que constituem os referidos créditos não decorrentes de multas administrativas.

Após a conclusão dessas ações, haverá conferência final e consolidação dos dados, no âmbito desta Gerência de Registros Jurídicos e Controles Financeiros da PGBC (Gecon), para obtenção de estimativa do estoque global de Dívida Ativa do Banco Central.

Conforme Despacho nº 981/2013-BCB/PGBC, de 31/01/2013, os procedimentos relativos às providências que estavam em curso e as que seriam adotadas para efeito de apuração do estoque de dívida ativa do Banco Central foram finalizados, resultando na apuração dos dados a seguir.

DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS	ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R$							
	EXERCÍCIO DE 2011[1]				EXERCÍCIO DE 2012[2]			
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
MULTAS, CONTRATOS E OUTROS	9.588,34	0,00	861.237,13	0,00	37.786.860,97	443.238,26	51.139.280,84	0,00

1.Valores retirados do Memo PGBC-51/2012.
2.Valores apropriados pela Autarquia no exercício de 2012.

DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS	ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R$							
	EXERCÍCIO DE 2011[1]				EXERCÍCIO DE 2012[3]			
	PARCELADOS***		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS[4]		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
MULTAS, CONTRATOS E OUTROS	37.311,55	0,00	102.638.569,31	2.190.329,80	512.204.921,42	89.581.581,54	38.661.188.695,22	79.399.172,57

3.Valores atualizados para dezembro de 2012.
4.Saldo devedor apurado subtraindo-se os pagamentos do valor da dívida atualizado.

II. à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento que, em conjunto com os órgãos setoriais que executam as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), adotem as medidas que se fizerem necessárias para que sejam efetivamente priorizadas as execuções das ações definidas como prioritárias no Plano Plurianual 2012-2015 (item 3.2.1);

No âmbito da Casa Civil:

A Casa Civil solicitou aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Fazenda a adoção das providências necessárias ao cumprimento da recomendação.

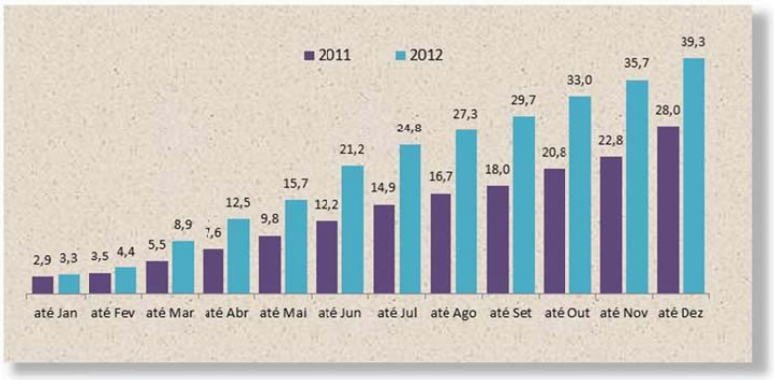
Ademais, diante da relevância do tema, as ações prioritárias dos Programas de Aceleração do Crescimento

e Brasil Sem Miséria foram incluídas no monitoramento realizado pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Por fim, destaque-se que tanto o PAC quanto o PBSM possuem um comitê gestor em funcionamento, sob coordenação, respectivamente, do MP e do MDS, que encaminharão ao Tribunal de Contas os relatórios sobre a execução das ações prioritárias, conforme solicitação da Casa Civil.

No âmbito do Ministério da Fazenda:

Quanto às execuções das ações do Programa de Aceleração do Crescimento, o Ministério da Fazenda reúne as informações agregadas, que englobam todas as ações do Programa. O gráfico seguinte apresenta o incremento na execução total no ano de 2012, da ordem de 40,3%.

INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
Valores Pagos – Brasil – 2011/2012 – R$ Bilhões



No âmbito do PAC, o Ministério da Fazenda é o executor direto da ação 00CZ de Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHAB). No ano de 2011, a execução dessa ação específica foi de R$ 200 milhões e de R$ 550 milhões em 2012 (crescimento de 175%). Trata-se da única ação integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sob responsabilidade do Ministério da Fazenda.

O Ministério da Fazenda não executa nenhuma das ações do Plano Brasil Sem Miséria.

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Em resposta à recomendação do TCU, cabe esclarecer que o Governo Federal tem adotado uma série de ações para garantir a priorização e a efetiva implementação do PAC e do PBSM, programas declarados no PPA como prioridades da Administração Pública Federal para o quadriênio 2012-2015. Dentre as medidas adotadas, merecem destaque:

- A nova estrutura do PPA que permite maior integração entre ele e os demais documentos de planejamento, como os programas e planos setoriais, incluídos PBSM e PAC, ao criar condições para que os compromissos desses documentos pudessem ser incorporados ao PPA tal como concebidos inicialmente pelo Governo.

- A estratégia de monitoramento do PPA 2012-2012, focada nos objetivos e metas declarados pelo Governo para o próximo quadriênio em substituição ao acompanhamento restrito ao binômio da execução física e financeira anual das ações orçamentárias, abrindo espaço para uma visão sistêmica de políticas públicas tratadas nos programas temáticos do novo Plano.

- O monitoramento intensivo realizado sobre o PAC e o PBSM por meio de instâncias especificamente criadas para o acompanhamento dessas agendas.

- A divulgação de balanços periódicos sobre a implementação das ações previstas para os dois Programas, garantindo maior transparência e controle por parte da sociedade.

- A possibilidade de acompanhamento da execução das ações orçamentárias que financiam empreendimentos do PAC por meio de marcadores específicos no Orçamento.

- As medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento, à melhoria no ambiente de investimento, bem como as relacionadas a desonerações tributárias e a medidas fiscais de longo prazo adotadas pelo PAC no intuito de potencializar a implementação do Programa.

- A garantia de recursos para a implementação dos dois Programas. A LDO 2013 estabelece em seu art. 3º que a meta de superávit do orçamento de 2013 poderá ser reduzida até o montante de R$ 45,2 bilhões para financiamento do PAC e do PBSM, o que favorece a prática de não contingenciamento orçamentário para esses Programas.

- A criação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e a posterior ampliação de sua utilização para as obras do PAC, permitindo maior celeridade nas licitações e celebrações de contratos, além de maior economia aos cofres públicos.

O PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil – estabelece como prioridades da Administração Pública Federal o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), bem como as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias – LDO. A Lei que instituiu as diretrizes orçamentárias para 2013 (LDO 2013), por sua vez, não estabelece outras prioridades para a Administração, além das já mencionadas na Lei do Plano. Sendo assim, PAC e PBSM passaram a constituir as prioridades de Governo para o próximo triênio, fato que provavelmente motivou a recomendação do TCU à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que, em conjunto com os órgãos setoriais que executam as ações do PAC e do PBSM, adotem as medidas necessárias para a execução das ações prioritárias definidas no PPA 2012-2015.

Em resposta ao Tribunal, primeiramente cabe esclarecer que o PPA 2012-2015 possui uma estrutura inovadora que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas executadas no período recente pelo Governo Federal, como o PAC e o Programa Bolsa Família. Outra influência importante na construção do Plano Mais Brasil deriva da interpretação que se faz da natureza do PPA, concebido como instrumento constitucional destinado a organizar e viabilizar a ação pública com vistas a cumprir os fundamentos e objetivos da República.

A nova estrutura do PPA promove o aumento da transparência e a melhora da comunicação com a introdução de novas categorias de informação com capacidade de explicitar, em linguagem acessível a todos, os resultados e ganhos para a sociedade, decorrentes dos gastos previstos no orçamento e outras medidas do Governo. Essas modificações permitiram, inclusive, maior integração entre o PPA e os demais documentos de planejamento, como os programas e planos setoriais, incluídos PBSM e PAC, ao criar condições para que os compromissos desses documentos pudessem ser incorporados ao PPA tal como concebidos inicialmente pelo Governo.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça relações mais adequadas com todos os insumos necessários à viabilização das políticas, os Programas Temáticos do PPA 2012-2015 estão organizados em Objetivos que, por sua vez, são detalhados em Metas e Iniciativas. Os Objetivos expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública, orientando taticamente a ação do Estado para a consecução das metas estabelecidas. Por meio deles, o PPA declara os principais desafios para o país no período do Plano e também busca relacionar o planejar ao fazer, uma indução à associação entre formulação e implementação, com vistas a apontar os caminhos para a execução das políticas e, assim, nortear a ação governamental.

Ao tornar-se um instrumento de planejamento que comunica objetivos e metas em uma linguagem que explica a dimensão da eficácia da política pública, entendida como a declaração das entregas para a sociedade promovidas pela ação governamental, o PPA cria um novo referencial para a realização do acompanhamento das ações de governo. O paradigma do monitoramento que foca apenas no binômio da execução física e financeira anual das ações orçamentárias deixa de ocupar o centro da estrutura de monitoramento do PPA, abrindo espaço para uma visão sistêmica de políticas públicas tratadas nos programas temáticos no novo Plano.

O conteúdo do monitoramento do PPA terá no Sistema de Informações de Planejamento e Orçamento (Siop) um de seus pilares de sistematização. O sistema foi ampliado para incorporar a organização das novas informações de monitoramento, tanto das categorias do PPA quanto do orçamento anual. Os módulos de monitoramento/acompanhamento do Plano e do Orçamento são complementares, ou seja, as informações captadas no nível de localizador da ação ajudam a explicar a situação das Iniciativas de caráter orçamentário e contribuem para a análise do alcance do Objetivo e da Meta associada. O objetivo central do monitoramento temático é ser um instrumento para a gestão do PPA, com informações abrangentes e em linguagem acessível sobre o andamento geral do Plano, possibilitando comunicação de resultados, controle social e cumprimento das exigências legais. Serão atividades periódicas do monitoramento temático:

- Apuração dos indicadores correspondentes aos Programas Temáticos;
- Análise situacional dos Objetivos de cada Programa;
- Averiguação do alcance das Metas declaradas no Plano;
- Análise situacional dos Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

Os princípios adotados para o monitoramento temático do plano incluem, por exemplo: a complementaridade com outros sistemas de monitoramento e avaliação já existentes na Administração Pública Federal; a dimensão estratégica dos indicadores temáticos e os macrodesafios do PPA 2012-2015; a participação da sociedade e a comunicação de resultados. A atividade de monitoramento perseguida pelo Ministério do Planejamento inspira-se na compreensão de que monitoramento é, antes de tudo, fonte de aprendizado sobre a realidade de implementação e execução das políticas públicas, que visa – por suposto – a produção de informações tempestivas para o processo complexo de tomada de decisões por parte das instâncias deliberativas de governo. Tido como "mito dos manuais", a assertiva anterior se mostra factível se a atividade de monitoramento, uma vez institucionalizada como atributo indissociável da prática cotidiana de planejamento governamental, for capaz de realizar-se de modo dinâmico, sistêmico e abrangente.

Propõe-se, assim, a mudança do monitoramento como controle burocrático, automatizado e minimizado, para o monitoramento como parte do planejamento do órgão, gerando entendimento amplo e qualificado sobre as políticas públicas.

Dessa forma, aprimorando a linguagem e ampliando sua capacidade de informar, o PPA e suas dimensões de monitoramento e de avaliação trazem uma percepção sistêmica dos programas de governo, como o PAC e o PBSM. Essa nova visão, que abre espaço para a integração de dimensões específicas de monitoramento – como a análise de desempenho financeiro, a eficiência da execução orçamentária, a eficácia do desempenho das metas, a eficiência da política pública no longo prazo analisada pelos indicadores de programas temáticos – criam uma nova possibilidade de gestão governamental. Programas como o PAC e o PBSM possuem um escopo multissetorial e com amplo alcance no território nacional,

exigindo formas de monitoramento que envolvem diversos olhares, todos de extrema relevância e pertinência. A organização temática dos programas do PPA criou a possibilidade de outros enfoques para o monitoramento e avaliação que passa pela definição do escopo dos programas por meio: da contextualização do tema; dos indicadores que retratam a realidade sobre a qual o programa atua; da explicitação de agendas transversais e da abertura de espaço para a incorporação dos diversos programas e políticas setoriais.

Essa abordagem advém do posicionamento do plano em uma ordem de complexidade adequada para permitir a consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

Além da nova estrutura do PPA – que permite explicitar as prioridades do Governo tal como declaradas em outros programas estratégicos – e do modelo de monitoramento do novo Plano, há que se ressaltar que PAC e PBSM possuem instâncias próprias que coordenam um monitoramento intensivo sobre essas duas agendas.

O monitoramento do PAC está estruturado nas seguintes instâncias:

- Presidenta da República;
- Comitê Gestor de Ministros (CGPAC). Coordenação: MP;
- Grupo Executivo (Gepac). Coordenação: MP;
- Salas de Situação. Coordenação: MP; e
- Comitê Gestor do PAC nos Ministérios. Coordenação: Secretaria-Executiva do Ministério setorial.

A Sala de situação, coordenada pelo MP, é uma instância designada para acompanhar as ações de um determinado setor. Ela realiza o acompanhamento de cronograma físico e financeiro para assegurar prazos e resultados, gerenciar restrições que possam afetar o desempenho do Programa e subsidiar a decisão das instâncias superiores.

O monitoramento do PAc inclui o acompanhamento dos diversos estágios de uma obra, que vão desde a seleção dos empreendimentos até a sua conclusão. Os resultados do monitoramento são publicizados a cada quatro meses através da publicação de balanços quadrimestrais e das cartilhas estaduais que são disponibilizados na página do Programa e na página do MP.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira das ações do PAC também pode ser realizado por meio dos indicadores de resultado primário (RP) 3 e 5, o primeiro referente ao orçamento fiscal e da seguridade e o segundo relativo ao orçamento de investimento das estatais, conforme estabelece a LDO 2013.

Ainda no sentido de potencializar a implementação do Programa, o Governo Federal tem promovido uma série de ações tais como medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento, melhorias no ambiente de investimento de uma forma geral, desonerações tributárias e medidas fiscais de longo prazo. Os balanços quadrimestrais do PAC dão um panorama dessas medidas.

A gestão e o acompanhamento do PBSM, de forma análoga ao PAC, também possui uma série de instâncias, dentre as quais merecem destaque:

- O comitê Gestor do PBSM, composto pelos ministros do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e tem a atribuição de coordenar as ações necessárias à implementação e execução dos programas e iniciativas previstas no PBSM;

- O Grupo Executivo do PBSM, formado por representantes da Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza (Sesep/MDS) e Secretarias do MP, MF e CC, tendo como objetivo a definição de questões orçamentárias e legais e outras medidas institucionais, além da validação de metas e acompanhamento dos resultados do PBSM; e

- O Grupo interministerial de Acompanhamento, formado por representantes da (Sesep/MDS) e Secretarias dos demais ministérios setoriais que fazem parte do PBSM: Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho, Emprego e Renda e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse grupo tem a função de consolidar as ações, definir metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PBSM.

Além das instâncias decisórias descritas acima, a estrutura de gestão e o acompanhamento do PBSM é constituída também pelas denominadas salas de situação, semelhantes às do PAC.

A divulgação periódica de dados segue o modelo já consagrado pelo PAC e tem a função de oferecer a prestação de contas do Plano, possibilitando o acompanhamento pelo setor público, privado e pela sociedade civil.

Outro ponto que merece destaque é a garantia de recursos para a execução dos dois Programas estabelecida pelo Governo Federal. A LDO 2013 estabelece, em seu art. 3º, que a meta de superávit do orçamento de 2013 poderá ser reduzida até o montante de R$ 45,2 bilhões para financiamento do PAC e do PBSM, o que favorece a prática de não contingenciamento orçamentário para esses Programas.

Por fim, cabe comentar sobre a aprovação da Lei nº 12.462/2012 que estabelece o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Esse novo regime foi inicialmente instituído pela ser aplicado nas licitações e contratos relacionados à Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e também nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Recentemente, a utilização do regime foi estendida às obras do PAC. Por meio do RDC, são evitados, por exemplo, conluios e outras práticas anti-concorrenciais, pois o orçamento estimado não é divulgado pera os participantes durante a licitação.

O detalhamento do orçamento é disponibilizado somente para os órgãos de controle e é divulgado normalmente após o encerramento do processo. A mesma regra é adotada pela União Europeia, para os contratos de empreitada, e pelo regime de compras públicas utilizado nos Estados Unidos.

Nesse regime, o contratado assume a execução de todas as etapas da obra e riscos associados. A obra deve ser entregue à Administração, no prazo e pelo preço contratadas e em condições de operação imediata. De

acordo com a legislação do RDC, são proibidos aditivos por falha na elaboração dos projetos e nas etapas de execução.

Dessa forma, o Governo Federal adota estratégias, metodologias e técnicas quem em seus diversos níveis de complexidade e agregação da ação pública, permitem identificar, priorizar, monitorar e acompanhar as políticas prioritárias do PAC e PBSM.

III. à Casa Civil da Presidência da República, que:

a) as propostas de projeto de lei ou medidas provisórias que contemplem a concessão ou ampliação de benefícios tributários, previdenciários, financeiros e creditícios contenham a identificação do órgão gestor da renúncia, assim como seus objetivos, metas, indicadores, formas de avaliação de resultados e prazos de vigência (item 3.3.4);

A Casa Civil sugeriu ao Ministério da Fazenda a construção conjunta com o Tribunal de Contas da União de proposta metodológica para o cumprimento da recomendação.

b) na qualidade de presidente do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID), operacionalize esse fórum ou avalie a necessidade de criação de outro espaço para realizar a coordenação multissetorial para as ações do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) (item 6.2.1);

A Casa Civil solicitou ao Ministério das Comunicações a elaboração e envio, com brevidade, de proposta de restruturação da coordenação das ações do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

c) avalie a conveniência e a oportunidade de que o monitoramento das ações do PNBL seja realizado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) (item 6.2.1);

A Casa Civil informou que a concepção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é focada nos eixos de logística, energia e infraestrutura social e urbana, não fazendo parte de seu escopo as ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), de acordo com o entendimento da Secretaria do PAC. Ressalte-se, ainda, que o PNBL possui modelo próprio de monitoramento no Ministério das Comunicações, em conjunto com a Casa Civil, o Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria de Comunicação Social, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Saúde e da Fazenda. Não obstante, foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de análise da recomendação.

d) adote as providências de sua competência para efetivar o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit), tendo em vista a importância dessa instância de articulação sobre a integração das políticas de transportes do país, em conformidade com art. 99 da Lei 10.233/2001 (item 6.2.2);

e) adote as providências de sua competência para assegurar a elaboração dos planos setoriais de transportes e sua consolidação e coesão com o plano nacional estratégico de transportes, haja vista os efeitos negativos que a ausência desses planos pode acarretar para a implementação da intermodalidade ou da integração da malha multimodal de transportes, imprescindível para melhorar o equilíbrio da matriz de transporte de cargas do Brasil (item 6.2.2);

Quantos às letras “d” e “e”, a Casa Civil esclareceu que o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit) está ativo e, conforme edição do Decreto 7.789, de 15 de agosto de 2012, foi reformulado recentemente para lhe conferir as condições necessárias à efetivação de uma política multimodal de transportes. Para tanto, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) incumbiu-se de secretariar o Conit, com a função principal de implementar suas proposições. Adicionalmente, a própria EPL teve seu escopo ampliado para prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País. Nesse contexto, foi elaborado pela Casa Civil, pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelos respectivos Ministérios setoriais o Plano Nacional de Logística Integrada, que consolida as diretrizes gerais para os modais rodoviário, ferroviário, aeroviário, portuário e hidroviário e orienta os Programas de Investimentos em Logística para rodovias e ferrovias, portos e aeroportos.

f) adote medidas que fortaleçam as instâncias de coordenação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, inclusive por intermédio da retomada da atuação da Câmara de Políticas de Desenvolvimento Regional, nos termos estabelecido pelo Decreto 4.733/2003 (item 6.5);

A Casa Civil destacou que a formulação e implementação de políticas regionais são executadas por diversos Ministérios setoriais e seus resultados tem visivelmente garantido o desenvolvimento econômico e social e a redução das desigualdades regionais nos últimos anos. Exemplo disso é o documento “Ações Desenvolvidas nas Mesorregiões Diferenciadas, Sub-Regiões e Regiões Integradas de Desenvolvimento de que trata o Decreto nº 6.047/2007 (2007-2012)”, que compila algumas das políticas de desenvolvimento regional e os principais indicativos de sucesso dessas ações.

A atuação do Governo Federal neste tema não se limita às reuniões da Câmara de Políticas de Desenvolvimento Regional, sendo esta um espaço a mais de análise, formulação e acompanhamento das políticas setorialmente desenvolvidas.

g) coordene a atuação dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que elaborem um planejamento conjunto de longo prazo para as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I), que extrapole os períodos quadrienais que até hoje caracterizaram as políticas nessa área, e que integre as políticas de inovação e industrial (item 6.6);

A Casa Civil solicitou análise e manifestação conjunta sobre a recomendação aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

IV. ao Ibama que verifique a existência de pendências de inscrição de devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e adote medidas urgentes para promover a inserção dos inadimplentes no referido cadastro (item 3.3.2.3);

Em atendimento ao Acórdão do TCU nº 1817/2010-P, as providências adotadas pelo Ibama para concluir os procedimentos de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e reduzir o risco de prescrição nos processos de autos de infração consistiram em:

a) Demanda da Administração Central às unidades descentralizadas nos estados para agilização da apuração, constituição e cobrança dos créditos decorrentes de autos de infração, com especial ênfase nos seguintes procedimentos:

- Inscrição dos devedores no Cadin;
- Julgamento dos autos de infração e análise de defesa/impugnação;
- Notificação administrativa dos débitos em vias de prescrição;
- Envio dos processos à Procuradoria-Geral Federal - PGF para as inscrições em Dívida Ativa, Protesto de Certidões de Dívida Ativa - CDAs e Cobrança Judicial.

b) Constituição de forças-tarefas para redução do passivo na análise de processos de autos de infração:

Para tratar da prescrição nos processos administrativos, foram realizadas várias ações, consistindo a primeira em reunião envolvendo as seguintes unidades do Ibama: Presidência, Auditoria, Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, Coordenação-Geral de Finanças e Arrecadação, Coordenação de Cobrança e Controle de Créditos Administrativos, Centro Nacional de Telemática e Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto. Essas ações estenderam-se ao longo de 2012.

Para plena implementação das medidas e comunicação das unidades descentralizadas, foram editados os seguintes atos administrativos, tendentes à agilização dos processos de apuração, constituição e cobrança, com vistas a evitar a prescrição, além de chamar a atenção para a inscrição dos devedores aptos a tal no Cadin:

1) Memo-Circular nº 089/2011/DIPLAN/IBAMA, de 17 de junho de 2011 - Assunto - processos de autos de infração (análise, conclusão, cobrança e prescrição);
2) Memo-Circular nº 242/11/GP-IBAMA, de 22/06/2011 - Assunto - revisão do passivo de débitos, cobrança de AI e prescrição;
3) Memo-Circular nº 09/2011-COARR/CGFIN/DIPLAN, de 13/06/2011 - Assunto: processos de autos de infração (análise, conclusão e cobrança e prescrição);
4) Memo-Circular nº 15/2011-IBAMA/DIPLAN/COARR, de outubro de 2011 - Assunto: inscrição no CADIN/Prescrição;
5) Memo-Circular nº 015/2011-COARR/CGFIN/DIPLAN, de 21/10/2011 - Assunto: inscrição no CADIN/prescrição);
6) Memo-Circular nº 16/2011-IBAMA/DIPLAN/COARR, de 28/11/2011.
7) Memos nºs 09/11 e 015/11-IBAMA/DIPLAN/COARR (CADIN/prescrição); e
8) Memo-Circular nº 207/12/GP-IBAMA, de 06/09/2012.

Destacamos, ainda, que a Coordenação de Controle e Cobrança dos Créditos Administrativos (COADM) possui demanda junto ao Centro Nacional de Telemática para o aprimoramento de relatórios do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (Sicafi), com vistas ao melhor gerenciamento dos débitos com risco de prescrição intercorrente. A ferramenta indicará para o usuário do Sicafi os débitos nessa situação (risco de prescrição). Atualmente, tanto a indicação quanto a baixa no sistema são feitas mediante análise do processo físico, em especial quando da confecção de manifestações técnicas instrutórias.

V. às entidades de regulação e fiscalização federais, Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde (ANS), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Banco Central do Brasil (Bacen), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Superintendência de Seguros Privados (Susep), que adotem medidas para priorizar a cobrança de multas nos âmbitos administrativo e judicial, sobretudo no que se refere aos casos cuja prescrição seja iminente, com vistas a evitar prejuízos ao Tesouro Nacional (item 3.3.2.3);

No âmbito da Agência Nacional de Águas (ANA):

No que concerne ao item V (item 3.3.2.3), que versa sobre a recuperação de créditos, precipuamente aqueles que estejam com a prescrição iminente, verifica-se pela leitura do relatório do acórdão que não se faz menção à Agência Nacional de Águas, desta forma entendemos que possa ter ocorrido algum equívoco quanto ao item referenciado.

Mas a título argumentativo convém destacar a peculiaridade da atividade da Agência Nacional de Águas, visto que a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos é definida pelo respectivo Comitê de Bacia e aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, onde o usuário também tem assento e voto. Ademais, todo o valor arrecadado é repassado à Agência de Bacia para aplicação no âmbito da própria Bacia, sem ingerência do Poder Público, que faz um controle apenas a posteriori de sua aplicação. Percebe-se, logo, que não foi o escopo da Lei de Águas o tradicional comando-controle da atividade fiscalizatória da Agência e sim a descentralização das decisões, com a necessária participação popular, o que também subsidiará a resposta ao item VI (item 3.3.2.4), que trata de arrecadação de multas, no qual o próprio Tribunal de Contas da União reconheceu a peculiaridade da Agência Nacional de Águas e teceu alguns comentários a seguir transcritos:

> *""Em parte devido à diversidade das atribuições de regulação e fiscalização, verifica-se que as quantidades de multas aplicadas varia bastante de uma entidade para outra. Nos dois extremos da tabela estão o INMETRO, com 322.382 multas, e a ANA, com 55, ficando em 14.666 a quantidade média de multas aplicadas por cada entidade."*

"No extremo interior da tabela encontra-se o valor bastante reduzido das multas aplicadas pela ANA, no total de R$ 85,3 mil ao longo de quatro anos. Trata-se da única entidade cujo montante acumulado de multas no período não alcançou a casa do milhão de reais, o que está compatível com o reduzido número de multas aplicadas pela agência, conforme já demonstrado."

"O volume de arrecadação mais elevado coube ao INMETRO, com R$ 541 milhões nos quatro anos avaliados, o que representa cerca de 32% do total arrecadado. Mantendo a tendência verificada em 2010, no extremo inferior aparecem três entidades com valores bem menores que as demais: a ANTAQ, a ANCINE e a ANA, que arrecadaram R$ 1.212 mil, R$ 421 mil e R$ 63 mil, quantias que, somadas, correspondem a 0,1% do total arrecadado por todas as entidades. Note-se ainda que o ente com maior arrecadação alcançou um valor mais de 8.600 vezes superior ao da entidade com o menor recolhimento de multas."

"Embora haja exceções no decorrer do período ou em anos específicos, no geral a situação não é satisfatória, já que, das dezessete entidades, quinze arrecadaram menos de 50% do montante aplicado, sendo que doze ficaram abaixo de 20%. Como se vê, o maior percentual de arrecadação de multas coube ao INMETRO, com 88,7%, o que é especialmente relevante quando se considera que a entidade se destaca também pela grande quantidade de multas aplicadas no período, no total de 322.382, e pelo expressivo valor recolhido, que alcançou R$ 541 milhões. Por sua vez, a ANA, com o segundo maior percentual de recebimento de multas, aplicou apenas 55 penalidades pecuniárias e arrecadou R$ 63 mil reais no período."" (grifo não constante do original)

Nesse diapasão, considerando que do total de multas aplicadas pela ANA soma o valor de R$ 85,3 mil – houve a arrecadação efetiva de R$ 63 mil, e ainda, cancelamentos pela área competente de multas que totalizam o valor de R$ 16 mil, sendo as restantes encaminhadas para cobranças administrativas e judiciais, desta forma entende-se que são indevidas as recomendações, pois a questão não versa sobre medidas de priorização para aumentar a efetividade, seja nos campos administrativos ou judiciais de cobranças, mas sim de aplicação de multas, pois se considerarmos as canceladas, em face do acatamento de recursos administrativos, a arrecadação efetiva da cobrança alcançou 90,91%.

Faz-se mister ressaltar, como dito anteriormente, que a atividade fiscalizatória da ANA, que se restringe constitucionalmente somente às águas superficiais de corpos hídricos de domínio da União, não tem por força legal como subsídio o tradicional comando-controle e sim primar pela orientação aos usuários, a educação hídrica e a participação popular, entendendo-se que esta Agência tem atendido de maneira satisfatória esse objetivo.

No âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac):

i. a ANAC, em 2009, buscou no mercado público uma solução tecnológica para a gestão dos créditos de sua titularidade e customizou/adaptou às suas peculiaridades o Sistema Integrado de Gestão de Crédito (Sigec), desenvolvido pela Anatel, que cedeu os 'códigos fontes' do sistema para a Agência.

ii. a Anac editou normas dispondo sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades, como a Resolução ANAC nº 25/2008 e a Instrução Normativa Anac nº 08/2008, ambas alteradas, posteriormente, pela Resolução ANAC nº 114/2009, a primeira e, pela Instrução Normativa nº 09/2008, a segunda.

iii. implantou no site da Anac, na internet, o NADA CONSTA DE MULTAS por infração ao Código Brasileiro de Aeronáutica – CBAer que informa, em tempo real, a situação de todos os entes regulados.

iv. foi editada a Portaria PGF nº 095, de 02 de fevereiro de 2009, instituindo Grupo de Trabalho para proceder, no período de 1º de março a 31 de julho de 2009, à análise, inscrição em dívida ativa e ajuizamento dos créditos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Instalada a dívida ativa da referida autarquia federal e concluídas as atividades do aludido Grupo de Trabalho, restaram estas a cargo da antiga Gerência Técnica de Inscrição em Dívida Ativa – GTDA da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil – PF/ANAC, sucedida pelo Núcleo de Inscrição em Dívida Ativa – NDA da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil – PF/ANAC.

v. foi editada a Portaria PGF nº 914, de 16 de setembro de 2009, centralizando nas Procuradorias Regionais Federais – PRFs e nas Procuradorias Federais nos Estados – PFs, as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, a partir de 21 de setembro de 2009.

vi. tem-se buscado adotar procedimentos céleres para fins de remessa dos expedientes entre a autarquia federal e as unidades da Procuradoria-Geral Federal (PGF), procurando-se priorizar a análise e a tramitação de processos administrativos encaminhados à Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil – PF/ANAC referentes a fatos antigos e procedendo-se, por exemplo, em hipóteses de urgência a encaminhamentos às Procuradorias Regionais Federais - PRFs e às Procuradorias Federais nos Estados – PFs pela via digital, a fim de se salvaguardar os créditos públicos. Nesse sentido, inclusive, já foi formulada demanda à Superintendência de Tecnologia da Informação – STI (chamado nº 11.215), visando à integração do Sistema de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad) e do Sistema Integrado de Gestão de Créditos (Sigec), para que a remessa da integralidade dos processos administrativos para as Procuradorias Regionais Federais – PRFs e para as Procuradorias Federais nos Estados – PFs se dê pela via digital, enquanto não incorporados os créditos da autarquia federal ao Sistema Único da Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

No âmbito da Agência Nacional do Cinema (Ancine):

i. Prioridade à cobrança de multas nos âmbitos administrativo e judicial, sobretudo no que se refere

aos casos cuja prescrição seja iminente: A Superintendência de Fiscalização tem priorizado conferir celeridade aos processos mais antigos, mitigando o risco da prescrição, nos processos em curso.

ii. Aperfeiçoamento dos sistemas de informação: encontra-se em curso na Ancine a substituição dos sistemas de protocolo e acompanhamento de processos, o que também surte efeito no andamento dos processos na SFI, vez que será possível otimizar o acompanhamento de prazos processuais, e por consequência, evitar a ocorrência da prescrição. O novo sistema encontra-se em fase de aquisição.

iii. Adoção do instituto da infração continuada na caracterização dos ilícitos administrativos: esta medida permite à Superintendência de Fiscalização a possibilidade de aplicar multa em patamares mais razoáveis e proporcionais diante da ocorrência de multiplicidade de infrações da mesma natureza praticadas por um mesmo agente econômico (infração continuada), fato comum no setor do audiovisual, diante da estrutura posta no marco regulatório.

iv. Adoção da desconsideração da personalidade jurídica, nas hipóteses de abuso da personalidade jurídica: uma vez caracterizado, em processo administrativo, o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, ambos dolosamente praticados pelos sócios, a desconsideração da personalidade jurídica constitui medida que inibe a prática fraudulenta de agentes que, em conluio e dolo, buscam se esquivar do pagamento de multas fixadas em processos sancionadores ou do recolhimento do valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). Nesta hipótese, a constituição de nova pessoa jurídica, pelos mesmos sócios, não representa barreira para que a Fiscalização redirecione o processo de cobrança de multa administrativa em face dos sócios. A implementação aguarda a incorporação de dispositivo específico na Instrução Normativa de penalidades que se encontra em fase de revisão.

A Procuradoria-Geral Federal na Ancine (PF-ANCINE), por meio da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB), está em estágio avançado de implantação do Sistema Único de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais (Sisdat), ferramenta que possibilitará melhor controle e gestão dos créditos inscritos em dívida ativa. Não houve, até o encerramento do exercício de 2012, constatação de prescrição de créditos relativos a multas inscritas em dívida ativa.

Em 2012, como parte integrante das medidas preventivas de controle, inscrição, acompanhamento e execução fiscal dos créditos da Ancine, houve esforço específico para priorizar o registro de devedores no Cadin e a cobrança judicial. Houve no período priorização da análise de processos mais antigos em relação aos mais novos para evitar a prescrição.

Foi publicada a Instrução Normativa nº 109/2012, que prevê o parcelamento de multas administrativas, que resultou na arrecadação de 1/3 do total arrecadado, a aplicação de sanções mais compatíveis com a capacidade de pagamento das empresas reguladas e a concessão de desconto de 20% aos agentes sancionados que abdicam expressamente do direito de interpor recurso contra decisões administrativas de aplicação de multa.

No âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel):

A Superintendência de Administração e Finanças (SAF) já adota medidas efetivas quanto ao controle e cobrança de multas lavradas pela Aneel, como por exemplo: implantação de sistema informatizado de acompanhamento de multas; melhora no controle de prazos de inscrição no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no cadastro de inadimplência setorial, e melhoria na comunicação com a Procuradoria-Geral da Agência intentando uma inscrição em Dívida Ativa mais tempestiva.

No âmbito da Agência Nacional de Petróleo (ANP):

i. Superintendência de Definição de Blocos (SDB): Todas as multas aplicadas pela SDB são decorrentes de sanções administrativas no bojo de processos licitatórios, sendo regidas pela legislação referente a licitações e contratos, principalmente pela Lei nº 8.666/93. Neste diapasão, são priorizadas todas as medidas administrativas de competência da Superintendência para a percepção dos créditos pelo erário. Em regra, as multas são recolhidas por Guia de Recolhimento da União (GRU) ou descontadas da garantia contratual ou, ainda, das faturas pendentes de pagamento pela ANP. Porém, nos casos de não pagamento no prazo estipulado e insuficiência ou inexistência de valores a receber pela empresa e/ou garantia contratual foram solicitadas à Advocacia Geral da União (AGU) as inscrições dos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

   Quanto às medidas judiciais relacionadas à cobrança de multas ressaltamos que não competem a SDB, mas à Coordenação-Geral de Cobranças e Recuperação de Créditos (CGCOB). Segundo a área, não houve a ocorrência de impropriedades ou falhas nos procedimentos adotados pela SDB na cobrança de multas, nem casos em que se operou a prescrição por inércia da Superintendência.

ii. Superintendência das Participações Governamentais - A SPG iniciou o processo de aplicação de multas em 2008, não havendo até o presente momento qualquer caso de prescrição iminente.

iii. Coordenadoria de Conteúdo Local(CCL): A Coordenadoria de Conteúdo Local adotou como providências, a partir de 2011, a reestruturação das atividades de fiscalização dos compromissos contratuais relativos à cláusula 20 dos contratos de concessão. A CCL elaborou uma varredura de todos os blocos disponíveis para fiscalização e verificou aqueles que se encontravam em iminente estágio de prescrição, isto é, blocos cujas datas de devolução ou de encerramento de fase estavam próximas de completar o 5º ano. Todos os blocos que apresentaram risco iminente de prescrição foram devidamente identificados e fiscalizados.

   Adicionalmente a CCL criou procedimentos através de notas técnicas (NT nº1 e NT nº4 de 2011) definindo os critérios de classificação, escolha e ranqueamento dos

blocos a serem fiscalizados. Com isso, os blocos que apresentaram elevado potencial de geração de multas tiveram prioridade de fiscalização.

Durante o ano de 2011, 63 blocos foram fiscalizados sendo que em 47 houve aplicação de multas. Todas as multas foram pagas pelos operadores em decisão de 1ª instância com 30% de desconto por não ter havido solicitação de recurso da decisão.

Durante o 1º semestre de 2012, outros 29 blocos foram fiscalizados, sendo que 23 foram multados. Apenas um único operador (Petrosynergy) optou por abrir mão dos 30% de desconto e solicitou recurso da decisão de 1ª instância.

O objeto foi julgado pela Diretoria Colegiada da ANP que manteve a multa ao operador que, apesar de ter sido condenado em 2ª instância, optou por não pagar a multa levando o caso para esfera judicial, neste caso a ANP inscreveu o operador na Dívida Ativa da União.

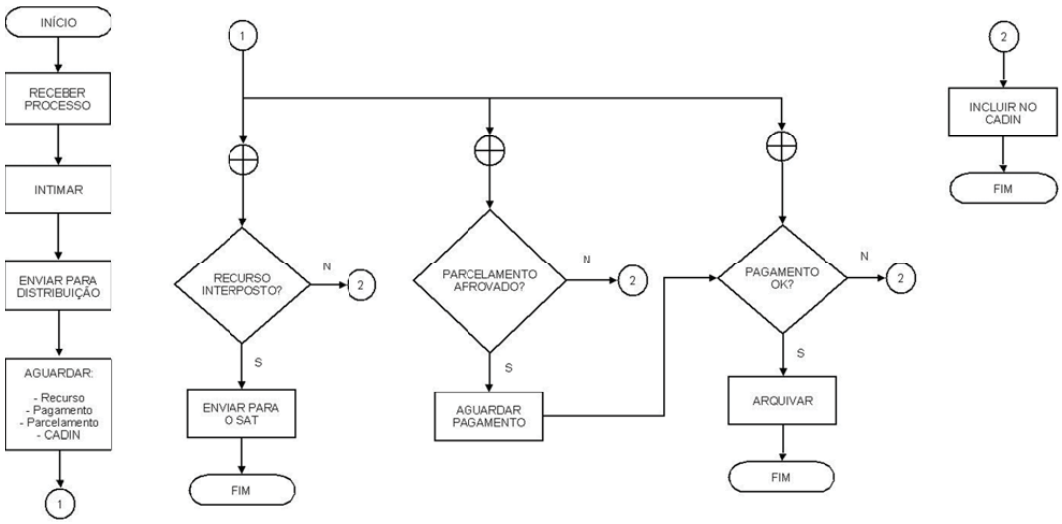
A estatística apresentada mostra que 98,5% das multas aplicadas pela CCL foram devidamente pagas pelos operadores sem solicitação de recurso.

iv. Escritório Sede da ANP- SFA/EDF: A SFA/EDF é o setor que realiza a cobrança administrativa das multas oriundas dos processos de Fiscalização do Abastecimento.

Os procedimentos administrativos utilizados para arrecadação das multas estão resumidamente representados no fluxograma abaixo. Uma breve explicação pode ser dada para melhor compreensão do INÍCIO e do FIM do processo.

INÍCIO: A cobrança administrativa se inicia com o estabelecimento da multa pelo Setor de Análise Técnica – SAT, subordinado à Superintendência de Fiscalização - SFI. Ou seja, após a emissão do auto de infração em ação fiscal é concedido ao autuado o direito a ampla defesa e apenas a seguir é emitida a decisão de 1ª Instância onde a pena é adequadamente dimensionada. Na seqüência, o processo é encaminhado à SFA/EDF para a intimação e cobrança dos autuados.

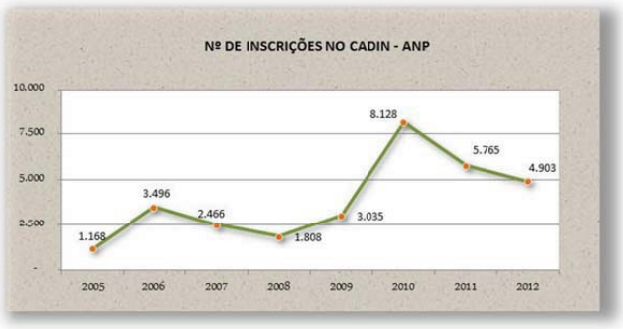
FIM: A Inscrição no Cadin dos autuados inadimplentes determina o término da cobrança administrativa, pois a partir deste momento o processo seguirá para inscrição em Dívida Ativa e posterior execução fiscal pela Procuradoria.



A ANP, no que se refere à arrecadação de multas oriundas dos processos de Fiscalização do Abastecimento, teve uma evolução positiva nos últimos três anos. A seguir os gráficos que trazem a série histórica de arrecadação, inscrições no Cadin e número de parcelamentos homologados.



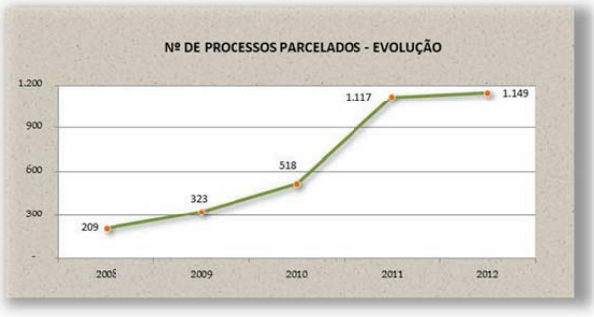
2012 - Projeção com base na média dos meses anteriores
Valor arrecadado até o mês de agosto - R$ 37,80 milhões



2012 - Projeção com base na média dos meses anteriores



2012 - Projeção com base na média dos meses anteriores



2012 - Projeção com base na média dos meses anteriores

Fica claro pelos gráficos de arrecadação e inscrição no Cadin que os exercícios de 2009 e 2010 apresentaram grande discrepância quando comparado com o período de 2008, pois entre 2009 e 2010 os passivos existentes no setor foram consumidos e todos os processos pendentes de cobrança foram inscritos no Cadin e encaminhados para cobrança judicial. Ou seja, foram enviados à Procuradoria para inscrição em Dívida Ativa e posterior Execução Fiscal.

Ainda em 2009 a SFA/EDF apresentou demanda ao Núcleo de Informática (NIN), solicitando aplicativo para realizar o gerenciamento de créditos. A demanda foi aprovada, porém, até o presente momento, não temos o aplicativo disponível, pois devido às questões de orçamento ainda não foi possível realizar a aquisição para a construção da ferramenta adequada. Sendo assim, a SFA/EDF depende dos recursos humanos aqui alocados para manter os riscos administrativos presentes no processo de cobrança, dentre eles a prescrição, em níveis baixos.

Cabe ressaltar também o crescimento bastante significativo do número de processos parcelados e do volume financeiro homologado. Este crescimento exigiu do setor adaptações e respostas ao mercado, pois com as ferramentas atuais seria muito difícil atender à demanda mantendo o controle administrativo e gerencial desta atividade. Sendo assim, foi contratado um desenvolvedor para produção de um aplicativo destinado ao gerenciamento e ao controle dos processos parcelados. O desenvolvimento deste aplicativo será concluído em outubro/2012.

Diante do exposto a SFA/EDF esclareceu que apesar da falta de aplicativos de cobrança adequados, tem conseguido realizar o gerenciamento do setor por meio de sistemas paralelos e por meio do seu corpo de funcionários altamente comprometido com as demandas, não havendo até o momento risco iminente de prescrição por inércia do setor.

v. Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, Seus Derivados e Gás Natural (SCM): A SCM prioriza o julgamento tempestivo dos processos administrativos gerados a partir dos autos de infração lavrados por seus servidores visando o cumprimento dos prazos processuais. Dada a necessidade de acompanhar os processos administrativos gerados a partir dos autos de infração, até a sua efetiva conclusão, representantes desta SCM participam de um grupo de trabalho para implementação de mudanças e melhorias no sistema JPF. Além de cadastrar os autos de infração no sistema JPF, a SCM registra em planilha Excel todos os autos de infração emitidos com os respectivos temas para controle interno e agilização na disponibilização de informações a outros órgãos, de modo a dar transparência às atividades da ANP.

vi. Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP): No segmento do refino, processamento de gás natural e biocombustíveis, as multas são aplicadas quando há condutas violadoras praticadas pelos agentes econômicos. Essas condutas são tipificadas na Lei 9.847, de 26 de outubro de 2009, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis. Tendo sido detectada qualquer conduta violadora mencionada, a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP) lavra o auto de infração e passa a acompanhar o processo até o julgamento de subsistência da infração e a consequente fixação do valor da multa. Superada esta etapa, a SRP encaminha o processo para a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa-DF (SFA/DF) notificar a empresa a pagar o valor da multa aplicada e, quando não efetuado o pagamento, tomar as medidas cabíveis.

vii. Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP): O órgão da Procuradoria Federal lotado junto à ANP sugeriu um modelo de intimação do devedor da decisão do recurso que estabelece a data de vencimento do pagamento da multa aplicada. A data de vencimento a ser estabelecida é de 90 (noventa) dias após a decisão de primeira instância, já que é este o prazo para inscrição no Cadin (75 dias para inscrição + 15 dias da presunção de recebimento da comunicação), referido no art. 27 do Decreto 2.953/99. Assim, poderão ser cobrados os acréscimos financeiros previstos em outras normas próprias da cobrança caso o pagamento não se efetue imediatamente após a intimação da decisão de segunda instância.

viii. Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM): No âmbito da Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM), a cobrança de multas aplicadas é prioritária. Todas as medidas cabíveis, dentro de sua atribuição, são tomadas tão logo haja decisão administrativa penalizando o agente regulado, a saber: a) Imediatamente após à prolatação da decisão que aplicou a penalidade, como consectário lógico desta, a própria SSM informa ao infrator o prazo legal para o pagamento da multa, bem como a possibilidade da incidência do desconto legal, se for o caso; e b) Caso a multa não seja paga, total ou parcialmente, no prazo concedido, o processo é remetido para a Procuradoria-Geral da ANP para a tomada de medidas cabíveis para cobrança do crédito remanescente (inscrição na Dívida Ativa da União, encaminhamento para a SFA efetuar a inscrição no Cadin).

A cobrança na esfera judicial é de atribuição da Procuradoria-Geral da ANP. A área informou que nenhuma multa deixou de ser paga até o momento ou está pendente da adoção das medidas supracitadas no sentido de sua cobrança.

ix. Superintendência de Exploração (SEP): Segundo a área não ocorreram, até a presente data, a circunstância de iminência de prescrição de penalidades aplicadas.

No âmbito da Agência Nacional de Saúde (ANS):

A Diretoria de Fiscalização (Difis), com o objetivo de conferir maior segurança jurídica para os processos que futuramente poderiam dar origem à cobrança de multas, caso julgados procedentes, e também aos servidores que detinham a posse de tais demandas, pois não havia um posicionamento efetivo no que tange ao instituto de prescrição, elaborou em dezembro de 2008 a Nota n° 39/2008/DIFIS/Assessoria, que visava disciplinar o tema em questão no âmbito da Difis.

A partir do estabelecimento e consolidação dessa Nota, inclusive com a sua adoção pela Procuradoria Federal por

meio do Parecer n° 348/2010, ratificado pela Diretoria Colegiada da ANS, foram criados sistemas de controle dos prazos prescricionais, uniformizando entendimentos, culminando na criação pela Gerência-Geral de Fiscalização (GGFIS) de uma tabela dinâmica apta a controlar os prazos dos processos recebidos por essa Gerência-Geral.

Vale citar que a referida tabela é utilizada pelos Núcleos estaduais, permitindo uma efetiva padronização do controle efetuado por esta Diretoria e que tem por base o Parecer da Procuradoria Federal, devidamente ratificado pela Diretoria Colegiada. Além disso, sua efetividade foi percebida, haja vista que não há mais registros de processos prescritos quando de posse dos Núcleos ou da GGFIS.

Outro meio de controle eficiente e confiável, que está em contínuo processo de aprimoramento, é o Sistema Integrado de Fiscalização (SIF) que permite que o processo físico seja visualizado digitalmente, em todas as suas fases e documentos, e, ainda, possui dispositivo eletrônico que alerta os gestores com antecedência razoável a possibilidade de prescrição.

No que tange à Secretaria-Geral (Seger), que abrange a etapa dos processos sancionadores em que há recurso à Diretoria Colegiada da ANS, foram tomadas as seguintes providências: (i) Análise Eficiente dos Processos (AEP); (ii) Criação do módulo Circuito Deliberativo no SIF e (iii) Criação de novas funcionalidades no Sistema de Apoio ao Processo Decisório da Diretoria Colegiada – SDCOL/Reunião.

i. Análise Eficiente dos Processos (AEP): A partir da constatação de que a grande maioria dos processos tratava de negativa de cobertura e cerca de 15% eram intempestivos, representando um montante de aproximadamente R$ 34 milhões em multas passíveis de cobrança, e visando simplificar o fluxo dos processos sancionadores, foi proposta, pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial (DIDES) e pela Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada – COADC, subordinada à Seger, a Análise Eficiente dos Processos (AEP), instituída pela IS DICOL nº 01/2011.

   Em síntese, o procedimento instituiu dois modelos: i) para votos intempestivos de relatoria, com a assinatura de todos os demais diretores no mesmo documento; e ii) para relatorias tempestivas de negativa de cobertura, em que temos uma relatoria simplificada para um grupo de processos de uma mesma operadora dentro de um mesmo ano, que são votados em pauta.

ii. Criação do módulo Circuito Deliberativo no SIF – Sistema de Fiscalização: A COADC não contava com um sistema para gerenciamento do fluxo de trabalho dos processos sancionadores. Assim sendo, o sistema que era utilizado em primeira instância não englobava as etapas ocorridas quando do encaminhamento para julgamento da Diretoria Colegiada.

   Com a criação do módulo do SIF – Circuito Deliberativo pela SEGER/COADC, o sistema já utilizado em primeira instância passou a ser utilizado também nos processos em segunda instância. Assim, hoje é possível gerenciar os processos recebidos e os assuntos discutidos pela Diretoria Colegiada, com relatórios que possuem uma menor margem de erro no que se refere ao trabalho da informação obtida a partir de seus registros.

iii. Criação de novas funcionalidades no Sistema de Apoio ao Processo Decisório da Diretoria Colegiada – SDCOL/Reunião: O SDCOL/Reunião é sistema que organiza as Reuniões de Diretoria Colegiada na medida em que disponibiliza com antecedência para assessores normativos e diretores o conteúdo dos itens a serem julgados em segunda instância (reunião presencial).

   Com a necessidade de simplificação dos procedimentos e celeridade no julgamento de processos, a equipe da COADC, em parceria com a Gerência de Segurança e Tecnologia de Informação – GESTI desenvolveu uma série de melhorias no sistema que permitirá a geração automática da ata, extratos de ata e decisão, ou seja, documentos antes feitos manualmente serão elaborados automaticamente e armazenados no SDCOL para acesso e histórico dos gestores do sistema e da própria ANS. As funcionalidades já se encontram em fase de homologação para ajustes pela equipe da COADC.

   Por último, a Procuradoria-Geral Federal junto à ANS adotou as seguintes medidas: (i) Regulamentação da realização de mutirão para inscrição em dívida ativa; (ii) Alteração dos fluxos de trabalho com estipulação de metas para 2012 e (iii) Solicitação à ANS de integração de sistemas, conforme detalhamento a seguir.

i. Regulamentação da realização de mutirão para inscrição em dívida ativa: Distribuição dos processos administrativos relativos aos créditos cuja cobrança seja atribuída por Lei à ANS para todos os Procuradores Federais integrantes da Procuradoria Federal junto à ANS, visando análise para fins de inscrição em dívida ativa. Para regulamentar o mutirão foi editada a Instrução de Serviço nº 8, de 24 de outubro de 2011, publicada no Boletim de Serviço da ANS nº 108, de 31.10.2011.

ii. Alteração dos fluxos de trabalho com estipulação de metas para 2012:

   Implementação de mudanças no fluxo de trabalho da dívida ativa e estipulação da meta de 3000 (três mil) inscrições para o ano de 2012. Para o alcance da meta proposta, além das alterações dos fluxos de trabalho até então praticados, foram fixadas cotas individuais, com o monitoramento contínuo da produtividade.

iii. Solicitação à ANS de integração dos sistemas: O sistema disponível para inscrição em dívida ativa – Sistema de Controle da Dívida Ativa (SCDA), depende de alimentação manual. Para cada crédito, a ANS utiliza um sistema distinto para cobrança administrativa. Como forma de conferir maior agilidade às atividades de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, se faz necessária a total integração entre os diversos sistemas de informática utilizados na fase administrativa da cobrança dos créditos da ANS, com o sistema criado pela ANS para a Procuradoria – o SCDA, como forma de evitar a alimentação manual de formulários eletrônicos.

Comprovação da efetividade:

A meta foi superada ao final de 2012, tendo sido realizadas:

a) 1396 inscrições no Registro da Dívida Ativa da ANS referente a multas pecuniárias administrativas. Essas inscrições representam um montante financeiro de R$ 217.123.523,39 (duzentos e dezessete milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos). Desse total inscrito no ano de 2012, 58 inscrições já foram quitadas, totalizando arrecadação de R$ 5.119.064,44 (cinco milhões, cento e dezenove mil, sessenta e quatro Reais e quarenta e quatro centavos).

b) 475 inscrições em dívida ativa de Taxa de Saúde Suplementar, representando um montante financeiro de R$ 22.970.269,25 (vinte e dois milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e sessenta e nove Reais e vinte e cinco centavos). Desse total, foram arrecadados no ano de 2012 R$ 173.602.96 (cento e setenta e três mil, seiscentos e dois Reais e noventa e seis centavos) referentes a 12 inscrições;

c) 1194 inscrições de ressarcimento ao SUS (art. 32 da Lei 9656/98), representando um montante financeiro de R$ 105.899.692,18 (cento e cinco milhões, oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e dois Reais e dezoito centavos). Desse total, foram arrecadados no ano de 2012 R$ 5.892.067,43 (cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, sessenta e sete Reais e quarenta e três centavos) referentes a 110 inscrições; e

d) 65 inscrições de ressarcimento de adiantamento de despesas a operadoras em regimes especiais, representando um montante financeiro de R$ 8.884.349,35 (oito milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove Reais e trinta e cinco centavos). Desse total, foram arrecadados no ano de 2012 R$ 230.278,70 (duzentos e trinta mil, duzentos e setenta e oito Reais e setenta centavos) referente a uma inscrição.

No âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel):

A cobrança de multas no âmbito administrativo, realizada a partir do esgotamento das instâncias recursais (trânsito em julgado administrativo), é instrumentalizada mediante a inscrição dos devedores no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - Cadin e na Dívida Ativa da União.

A Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002, dispõe sobre a inscrição no Cadin e também disciplina os procedimentos inerentes a notificação expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou pela Procuradoria-Geral Federal, dando conhecimento ao devedor da existência do débito ou de sua inscrição em Dívida Ativa.

A referida Lei estabelece, em apertada síntese, que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta procederão, segundo normas próprias e sob sua exclusiva responsabilidade, às inclusões no Cadin, 75 (setenta e cinco) dias após a comunicação ao devedor da existência do débito passível de inscrição naquele Cadastro, fornecendo-se todas as informações pertinentes ao débito, devendo cada órgão ou entidade manter sob sua responsabilidade cadastro contendo informações detalhadas sobre as operações ou situações que tenham registrado no Cadin.

Em atendimento às determinações legais, a Anatel estabeleceu rigorosa sistemática de registro de débitos, controle de prazos, expedição de notificações e efetivação de inscrições no Cadin e de encaminhamento de débitos para inscrição em Dívida Ativa pela Procuradoria Geral Federal, estando todos esses procedimentos e rotinas materializados no Sistema de Gestão de Créditos - SIGEC, em uso atualmente na Agência.

Nada obstante a responsabilidade atribuída pela Lei aos órgãos públicos e as autarquias federais no que concerne a gestão de débitos, a Anatel vem movendo esforços, em escopo mais amplo, no sentido de revisar e atualizar a regulamentação atinente as praticas sancionatórias desenvolvidas pela Agência no exercício de seu mister regulatório. Nessa esteira, o Conselho Diretor aprovou e publicou o novo Regulamento de Sanções Administrativas, anexo a Resolução n° 589, de 7 de maio de 2012.

O novo Regulamento estabeleceu parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas por infrações à Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e demais normas aplicáveis, bem como por inobservância dos deveres decorrentes dos contratos de concessão, dos atos de designação ou dos atos e termos de permissão, de autorização de serviço, de autorização de uso de radiofrequência, de direito de exploração de satélite, e dos demais atos administrativos de efeitos concretos expedidos pela Agência.

Nessa recente revisão regulamentar levou-se em consideração a necessidade de fortalecimento da capacidade regulatória da Agência, mediante a criação de incentivos à regularização de infrações e à reparação de danos aos usuários, bem como de desincentivos à litigância administrativa e judicial, em atenção aos princípios da eficiência, celeridade e economia processual.

Entre as diversas inovações trazidas, que vão ao encontro da recomendação contida no Acórdão nº 1.204/2012-TCU, no sentido da "adoção de medidas para priorizar a cobrança de multas nos âmbitos administrativo e judicial", destacam-se a inserção de atenuantes e descontos nos valores originais das sanções aplicadas, que podem variar de 5% a 90%, de acordo com as medidas adotadas pelo infrator, primordialmente no sentido de cessar ou minimizar os efeitos prejudiciais advindos de sua conduta infracional e, também, no sentido de demonstrar a sua boa-fé e interesse em não estender as lides administrativas de forma meramente protelatória, reconhecendo e quitando na primeira oportunidade as multas impostas pela Agência.

Adicionalmente, ressalta-se que a Anatel tem envidado esforços para conferir maior celeridade e efetividade aos PADOs, como se depreende das disposições do novo Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n° 589, de 7 de maio de 2012. Nesse sentido, podem ser apontados os seguintes dispositivos:

(1) Art. 3°, IV e V; Art. 15; Art. 16: dispõem sobre as sanções de obrigação de fazer e de não fazer;
(2) Art. 5°: prevê a possibilidade de celebração de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais;

(3) Art. 6°: prevê expressamente a possibilidade de adoção de medidas cautelares, sem a prévia manifestação do interessado;
(4) Arts. 25 a 30: dispõem sobre a decisão sumária e consequente arquivamento, caso cumpridas todas as condições previstas no Regulamento, para infrações de simples apuração definidas em Portaria do Conselho Diretor;
(5) Art. 33, §5°: prevê um fator de redução de 25% (vinte e cinco por cento) no valor da multa aplicada para o infrator que renuncie expressamente ao direito de recorrer da decisão de primeira instância, caso cm que o PADO será arquivado após o recolhimento da multa, com impacto positivo para a celeridade tanto de tramitação do processo, quanto de recolhimento do valor devido.

Há que ser citada, ainda, a formação, no mês de maio deste ano, de Grupo de Trabalho, composto por representantes das unidades envolvidas nos processos sancionatórios e de arrecadação, com o objetivo de debater e implementar novos procedimentos e rotinas, incluindo ferramentas sistêmicas, que visam melhorar os procedimentos de constituição e cobrança das multas aplicadas e constituídas.

Outra ação que vem sendo desenvolvida pela Anatel refere-se à melhoria dos relatórios gerenciais de multas. Estes tem como pressuposto identificar os estágios possíveis de uma sanção - exigibilidade suspensa, cobrança administrativa, arrecadada, etc. - e indicar ações a serem adotadas pelos gestores do crédito.

Desta feita, visam municiar as áreas da Anatel com informações relevantes para tomada de decisão e aperfeiçoamento dos processos de gestão das sanções.

Por oportuno, merece destaque a proposta de alteração do Regimento Interno da Anatel, ora em análise das contribuições recebidas durante a Consulta Publica n° 20/2012, com vistas a aprimorar, entre outros aspectos, a sistemática de instâncias recursais; a divisão das competências por processos e não mais por serviços; e a alocação das principais atividades da Agenda em Superintendências específicas, de modo a descentralizar o poder decisório, o que, por certo, trará maior celeridade ao tramite processual e reduzirá o quantitativo de multas pendentes de decisão definitiva.

Tal proposta prevê, ainda, a formalização de Procedimento Administrativo de Acompanhamento e Controle que objetiva: a) a retirada do foco do controle repressivo, passando para o controle preventivo; b) o estímulo a melhoria contínua da prestação dos serviços e a solução das inconformidades detectadas; e c) a reparação ou minimização dos eventuais danos a prestação dos serviços de telecomunicações ou aos seus usuários.

Tais inovações vêm ao encontro da celeridade, do prazo razoável do processo, da economia de recursos públicos, da eficiência, além de representar evidentes benefícios em termos de cobrança e recolhimento de multas aplicadas pela Anatel.

No âmbito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq):

Em 2010, A Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq) por ocasião da preparação das primeiras informações sobre as multas arrecadadas para envio ao TCU, à vista do Acórdão TCU nº 1817/2010, a Diretoria Colegiada da Antaq, acatando sugestão da Procuradoria Federal junto à Antaq – PFA criou GRUPO de TRABALHO com a finalidade de realizar diagnóstico da arrecadação das multas aplicadas pela ANTAQ e propor melhorias.

Como produto do GRUPO DE TRABALHO, foi criada e aprovada no âmbito da Agência, a Resolução nº 2.186/2011 – ANTAQ, e apresentada uma proposta de projeto de sistema informatizado de acompanhamento da tramitação das multas a ser compartilhado por todas as áreas envolvidas na cobrança.

Em 2011, a PFA, em parceria com a Coordenação Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da AGU-CGCOB/AGU, tornou a Antaq uma das primeiras Autarquias a aderir ao sistema unificado de inscrição em dívida ativa dos créditos das autarquias e fundações federais, o Sistema Único de Dívida Ativa da Procuradoria Geral Federal (Sisdat).

Foram tomadas todas as providências internas necessárias, cadastrados e treinados servidores da Antaq e procuradores, tendo o sistema sido implantado na Agência em agosto de 2011.

Os créditos para inscrição em dívida ativa relativos ao ano de 2012 foram cadastrados no Sisdat e encaminhados à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, responsável pela inscrição em dívida ativa e posterior ajuizamento da execução fiscal.

No âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT):

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) adotou as seguintes medidas:

Implantação do modelo de gestão: Consiste em formalizar e uniformizar procedimentos e técnicas, nos níveis operacional, tático e estratégico, de forma a otimizar a eficiência, eficácia e efetividade das atividades relacionadas ao processamento de autos de infração.

Organização de arquivo. Nessa organização todos os processos foram separados por ano de lavratura do Auto de infração e por Modal (espécie da multa), e dentro de cada modal organizados por ordem numérica crescente. Esta separação, de enorme dificuldade de realização tendo em vista o elevado número de processos, viabiliza um controle prescricional ágil e eficaz, sendo que coloca os processos em uma visível ordem cronológica, e facilita a mensuração do volume que corre risco de prescrição.

Outra medida tomada foi a criação de um grupo de trabalho, PROAUT/2012, responsável pelo processamento dos autos de infração lavrados em 2012 cujo objetivo é processar utilizando o tempo mínimo dos prazos estipulados pela legislação para a tramitação dos processos de multa, evitando a formação de novos passivos e afastando definitivamente problema da prescrição.

Destaca-se a criação de um Núcleo de Atendimento ao Infrator/Usuário, onde foram designadas pessoas para resolver os problemas que os infratores enfrentam ao procurar a Agência para questões de multas.

Este grupo é responsável pela geração e encaminhamento de boletos para pagamento, orientação a respeito de inscrição e exclusão no Serasa e Cadin,

assim como objetiva facilitar e agilizar o pagamento das multas.

A Agência está estudando a possibilidade de publicação de edital conciliatório, para suspender o prazo prescricional e, assim, poder cobrar administrativamente os processos. A referida medida ensejará, ainda, o andamento processual dos autos acima elencados, evitando a prescrição e assegurando a cobrança judicial dos débitos. Tal medida tem como propósito, além de conciliar suas multas aumentando a arrecadação, evitar a ocorrência da prescrição dos créditos que, por conseguinte, imporia a perda definitiva de recursos públicos relativos a multas aplicadas pela entidade em seu poder de polícia e redução da arrecadação esperada. De forma a demonstrar a eficiência e efetividade na cobrança extrajudicial implantada pela ANTT apresentamos, a seguir, a evolução na arrecadação na fonte 174 – receita de multas decorrentes das infrações dos serviços de transportes rodoviários de cargas e passageiros, no período de 2010 a Dezembro 2012, além de comparativo entre os últimos 03 exercícios, nos quais a atividade de cobrança foi implementado.

R$ 1,00

COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO – JANEIRO A DEZEMBRO			
	ARRECADADO JAN A DEZ 2010	ARRECADADO JAN A DEZ 2011	ARRECADADO JAN A DEZ 2012
FONTE 174	16.501.362	28.762.620	60.455.156

Fonte: Siafi/GEFIN/ANTT

A evolução na arrecadação demonstrada é resultado das ações de organização do arquivo físico, processamento dos autos e encaminhamento dos processos para cobranças extrajudiciais implementadas pela ANTT, resultando na celeridade nas inscrições dos autos em aberto, atualizações dos débitos e demais procedimentos preparatórios para inscrição em Dívida Ativa, além do aumento na emissão de Certidões de Dívida Ativa com protesto e execução fiscal dos autos em aberto. Destacam-se os quantitativos dos processos de cobrança extrajudicial, a seguir:

RESUMO DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO OUT/2011 A DEZ/2012	
Total de processos aptos para cobrança	75.979
Total de processos TRABALHADO (*)	71.588
Total de processos inscritos Serasa	64.671
Total de processos pagos após Serasa	33.113
Percentual de processos pagos após Serasa	51%

Fonte: Serasa/GETIN/ANTT
(*) quantitativo de processos trabalhados pelo Núcleo de Gestão de Dívida, com cobrança administrativa/extrajudicial.

Desta forma, os processos pagos após inscrição no Serasa somam 33.113. Existem processos a serem consolidados, no total de 17.827, que estão em fase de atualização de débitos, para posterior envio à Procuradoria da República junto à Agência, visando à inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial. O quantitativo encaminhado para Dívida Ativa corresponde a 19.250 processos.

No âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa):

As providências adotadas pela Anvisa compreendem as seguintes ações:

- Revisão e racionalização do processo de trabalho de cobrança administrativa;
- Articulação com as unidades organizacionais regimentalmente competentes para as atividades de lavratura, julgamento e cobrança de multas administrativas, com vistas a harmonização de procedimentos;
- Iniciativas destinadas à automação de tarefas de cobrança administrativa;
- Realocação da força de trabalho interna, aumentando o efetivo atuante na atividade de cobrança administrativa;
- Adequação dos sistemas informatizados, com ênfase na disponibilização de serviços em ambiente web, visando facilitar o acesso aos administrados;
- Simplificação dos procedimentos de adesão e pagamento parcelado, conforme preceitos legais, com a finalidade de fomentar o cumprimento das obrigações dos administrados, contribuindo, ainda, para reduzir o número de inscrições no CADIN, na Dívida Ativa e de Ações de Execução Fiscal;
- Realização de capacitações e treinamentos com o objetivo de uniformização de procedimentos, bem como de julgamento dos processos administrativos;
- Instituição da Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias – CADIS, que concentrará a execução de atividades administrativas – até então realizadas de forma redundante pelas unidades organizacionais regimentalmente competentes para a lavratura e o julgamento de autos de infração sanitária;
- Unificação dos processos em uma única planilha, com a junção das áreas (GFIMP e GGPRO), para que, da mesma forma, o gestor possa ter uma melhor visualização do quantitativo de processos de toda a área, bem como dos prazos de prescrição de cada processo;
- Atendimento ao Manual de Instrução Processual (Portaria nº 772/2007), como forma de contínuo

processo de aprimoramento da execução das atividades;

- Em que pese os esforços envidados com vistas a promover maior efetividade na arrecadação de multas administrativas na forma das medidas descritas, ressalte-se que as atividades são prejudicadas também pelo déficit de servidores das unidades organizacionais envolvidas nas fases do processo de constituição ou cobrança dos referidos créditos.

No âmbito do Banco Central:

Antes mesmo de 2009, quando foram iniciados, com a instauração do Processo TC-022.631/2009-0, trabalhos mais abrangentes do TCU sobre a arrecadação de multas administrativas por órgãos e entidades federais de regulação e fiscalização, o Banco Central já vinha adotando uma série de providências tendentes à priorização do assunto.

Após a apresentação do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2009, aprovado em 9 de junho de 2010, que trazia em suas págs. 100-110 o tópico "Arrecadação de Multas", com considerações sobre deficiências verificadas no particular, tendo sido secundado a esse respeito pelo Acórdão nº 1.817/2012, proferido pelo Plenário do TCU em 28 de julho de 2010, o Banco Central intensificou aquelas providências, o que vem reportando à Corte de Contas desde então, na forma dos Ofícios PGBC-7076, de 15 de outubro de 2010, PGBC-1120, de 14 de fevereiro de 2011, e PGBC-1288, de 14 de fevereiro de 2012, acompanhados dos respectivos Relatórios PGBC-232/2010, PGBC-33/2011 e PGBC-23/2012, daquelas mesmas datas.

Como resultado das medidas adotadas nesse contexto, a comparação entre os montantes de multa arrecadados por esta Autarquia e os valores das penalidades aplicadas vem evoluindo de forma consistente, como destacado no próprio Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2011, à sua pág. 112, na forma do seguinte quadro:

COMPARAÇÃO ENTRE OS MONTANTES DE MULTAS ARRECADAS E VALORES APLICADOS – 2008 A 2011

ENTIDADE	2008	2009	2010	2011	TOTAL
INMETRO	103,5%	81,4%	85,2%	89,6%	88,7%
ANA	86,4%	87,6%	100,9%	64,3%	73,6%
ANAC	17,6%	36,0%	48,4%	55,0%	45,3%
ANVISA	33,2%	32,1%	61,1%	29,5%	33,1%
ANTAQ	71,4%	47,5%	57,2%	10,3%	22,2%
ANTT	8,6%	9,4%	9,4%	27,7%	19,5%
SUSEP	47,0%	47,9%	24,1%	9,8%	19,0%
ANP	13,9%	17,2%	15,6%	13,4%	14,8%
ANEEL	26,6%	16,1%	2,8%	9,4%	10,8%
BACEN	5,7%	6,6%	27,2%	46,1%	8,7%
TCU	7,1%	12,7%	6,7%	13,6%	8,3%
ANATEL	11,4%	2,0%	4,5%	9,4%	4,9%
CADE	56,3%	12,9%	1,0%	29,7%	4,9%
ANCINE	1,5%	0,6%	2,7%	8,2%	2,7%
ANS	1,8%	1,8%	3,9%	1,3%	2,4%
CVM	0,3%	4,9%	9,3%	17,6%	1,5%
IBAMA	0,2%	0,4%	0,5%	1,8%	0,7%
Acumulado	**5,1%**	**4,3%**	**4,7%**	**10,4%**	**5,7%**

Entre as providências reportadas nos mencionados Relatórios PGBC-232/2010, PGBC-33/2011 e PGBC-23/2012, destacam-se as seguintes:

➢ Projeto Recuperação de Créditos:

O Projeto Recuperação de Créditos (PRC) do Banco Central, aprovado nos termos do Voto BSB nº 103/2006, de 31 de março de 2006, foi iniciado em 14 de agosto daquele ano, com o objetivo de aprimorar a cobrança de valores devidos a esta Autarquia, contemplando inclusive o exame de todas as suas execuções fiscais e a adoção das providências administrativas e judiciais cabíveis em relação a cada uma delas.

Concluído em 14 de novembro de 2011, o projeto permitiu recuperar, como decorrência direta de sua execução, cerca de R$ 300 milhões, de 2006 a 2011, com um investimento total de aproximadamente R$ 3 milhões. Além disso, o legado da iniciativa, que otimizou de modo permanente procedimentos de cobrança, contribuiu para a arrecadação de mais de R$ 1,5 bilhão após seu encerramento. Para se ter uma ideia do salto evolutivo, o Banco Central havia arrecadado apenas R$ 2 milhões de 2000 a 2005.

Ao longo do projeto, várias atividades foram desenvolvidas, com destaque para as seguintes:

i. visitas presenciais – foram visitadas todas as 316 comarcas sede de execuções fiscais de responsabilidade do Banco Central. Todas as execuções fiscais (2.987, em data-base de 2006) foram examinadas e, para cada uma delas, foi preenchido um Formulário de Acompanhamento das Execuções Fiscais (FAE), onde foram resumidas informações constantes dos processos judiciais, para subsidiar subsequentes atividades do projeto;

ii. apresentação do Relatório das Execuções Fiscais do Banco Central – o relatório foi traduzido em quadros e tabelas que proporcionaram uma visão panorâmica do conjunto de execuções fiscais conduzidas pela PGBC;

iii. contato com outras Procuradorias arrecadadoras – foram visitados dirigentes de outras Procuradorias arrecadadoras, com reconhecida experiência na recuperação de créditos, para análise dos seus métodos e do sucesso de procedimentos que poderiam ser adotados pela PGBC;

iv. apresentação do Relatório dos Procedimentos para o Aprimoramento da Recuperação de Créditos do Banco Central – desse relatório resultou a proposição de duas medidas que aprimoram sensivelmente a gestão da dívida ativa da Autarquia. Uma, a criação de Coordenação específica, na PGBC, para cuidar dos processos administrativos destinados à apuração da liquidez e da certeza de créditos a serem inscritos em dívida ativa, bem como para as execuções fiscais do Banco Central. O manual, inicialmente instituído pela Ordem de Serviço nº 4.320, de 28 de setembro de 2007, e hoje consolidado como anexo à Ordem de Serviço nº 4.461, de 12 de maio de 2009, estabeleceu diretrizes iniciais, discriminou diligências a serem adotadas pelos membros da PGBC nos processos de execução fiscal, apresentou minutas de expedientes relacionados a esses feitos e, a par dos normativos de regência, destacou rotinas aplicáveis ao pagamento e ao parcelamento da Dívida Ativa;

v. identificação de bens e localização de devedores – empresa especializada foi contratada para dar suporte À atuação da PGBC no particular;

vi. avaliação de resultados – os resultados do projeto, concluído em novembro de 2011, foram objeto de avaliações bimestrais e anuais para análise do andamento de suas atividades e do grau de alcance dos correlatos indicadores;

vii. edição das Portarias nº 48.651, de 30 de dezembro de 2008, e nº 52.547, de 18 de agosto de 2009 – a primeira definiu, para os efeitos do art. 14 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, os débitos considerados de pequeno valor ou de comprovada inexequibilidade, oriundos de multas administrativas de competência do Banco Central, e a segunda dispôs sobre as diligências necessárias à verificação dessa inexequibilidade;

viii. elaboração de mais de 75.000 documentos (petições, planilhas, pareceres, relatórios, notas jurídicas, notas técnicas, despachos e ofícios), até o presente momento, para movimentação de processos.

Ainda no contexto do projeto, foram estabelecidas e alcançadas as seguintes metas:

i. adoção de diligências para a realização de citações pendentes em execuções fiscais, com prioridade para processos próximos de completar 5 anos de trâmite e ações com mais tempo de ajuizamento;

ii. impulso de processos parados por mais de 6 meses, com prioridade para execuções com maior probabilidade de retorno financeiro;

iii. exame de processos com mais de 10 anos de ajuizamento, para análise do eventual decurso de prazos prescricionais e apuração dos créditos considerados inexequíveis;

iv. baixa de processos referentes a créditos considerados de pequeno valor (inferiores a R$ 10.000,00);

v. visita a órgãos judiciais em que tramitavam processos dotados de garantia, para estabelecimento de contato com os juízes dos feitos;

vi. saneamento do conjunto de processos para verificação de execuções de créditos prescritos, sem localização de bens ou promovidas contra devedores falidos, insolventes ou submetidos a liquidação extrajudicial, sem patrimônio suficiente;

vii. impulso de processos com garantia, com o exame de sua qualidade.

Como resultado dos esforços decorrentes da execução do Projeto, obteve-se volume de arrecadação considerável, como visto, além dos ganhos permanentes relacionados à mudança no padrão de acompanhamento das execuções fiscais do Banco Central e de gestão de sua dívida Ativa.

- Sistema de Gerenciamento de Multas (SGM)

O SGM é o sistema que reúne, de modo unificado, informações necessárias ao tratamento das penalidades aplicadas pelo Banco Central. Ele permite o controle dessas sanções após sua aplicação por unidades da Autarquia, sendo passível de interface com sistemas departamentais empregados na detecção de infrações e na automatização de procedimentos conducentes à aplicação de penalidades.

Antes do advento do sistema, a ausência de informações gerenciais sobre as multas implicava dificuldades para o acompanhamento da situação de uma sanção específica e para a consolidação de informações relacionadas a conjunto de penalidades, além de problemas na contabilização de parte das multas, em razão da utilização de processos manuais não padronizados para sua realização.

O SGM foi desenvolvido, então, diante desse quadro, com o objetivo de permitir o controle do lançamento das penalidades, o armazenamento de informações sobre a situação das multas (vencida, vincenda, paga, em recurso, inscrita na dívida ativa, etc.) e sobre prazos de vencimento, além de viabilizar a sua contabilização e a atualização de valores, emitindo ainda relatórios gerenciais. O impacto do início de seu funcionamento, em 30 de março de 2007, fez-se sentir, inclusive, ao longo do processo de coleta de informações para subsidiar os trabalhos mais sistemáticos iniciados pelo TCU, em 2009, sobre a arrecadação de multas aplicadas por órgãos e entidades federais de regulação e fiscalização.

- Projeto Saneamento do Universo Fiscalizável pelo Banco Central do Brasil (Sanea)

O Projeto Sanea, instituído com base no Voto BCB nº 143/2010, foi concebido com o objetivo de promover adequado processo de saída do Sistema Financeiro Nacional (SFN) de instituições que não mais reúnam condições de nele permanecer, seja por insuficiência

patrimonial, que inviabiliza sua sustentabilidade no mercado, seja por inobservância da legislação.

Nesse sentido, o Projeto Sanea estabeleceu mecanismo estruturado e uniforme de acompanhamento e análise de entidades, para detecção daquelas que tenham deixado de apresentar condições de permanecerem atuando no mercado, de modo que pudesse ser adotada, com fluidez e celeridade, a medida administrativa de saneamento mais apropriada e que envolvesse menores riscos e custos para o Banco Central e para a sociedade.

O Projeto, para cuja execução foram previstas quatro fases, foi iniciado com a elaboração de diagnóstico do universo fiscalizável do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (Desuc) do Banco Central, visando à identificação daquelas instituições que seriam objeto do saneamento, com sua organização em categorias reunidas por similaridade de situação, para efeito de sistematização das análises técnicas e jurídicas pertinentes. Na fase seguinte, foram definidas novas rotinas de trabalho entre os Departamentos envolvidos, tendo-se inclusive, criado Comitê Interdepartamental para examinar e propor as providências de saneamento mais adequadas a cada instituição financeira. Na terceira fase, que se encontra em curso, vem sendo promovida a capacitação dos operadores de medidas saneadoras, com liquidantes, membros de comissões de inquérito e servidores designados para o desempenho do trabalho de monitoramento e análise do universo saneável. A última fase, que também se encontra em curso, destina-se à sistematização do marco normativo relacionado ao escopo do projeto, por meio de medidas de revisão, regulamentação e interpretação da legislação.

Já contaram com o envolvimento de participantes do Projeto Sanea, em seu processo de elaboração, normas como as Resoluções nº 4.019, de 29 de setembro de 2011, e nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), relativas, respectivamente, a medidas prudenciais para garantia da estabilidade do SFN e à disciplina dos procedimentos para constituição, autorização e cancelamento de autorização para funcionamento de instituições financeiras e congêneres, entre outras questões.

A meta quantitativa estabelecida para o projeto, em novembro de 2010, para alcance até novembro de 2012, envolvia a adoção de medidas de saneamento do SFN em relação a 80% do conjunto de 367 instituições identificadas como passíveis de ações da espécie. Essa meta já foi superada, tendo-se atingido um percentual de atuações saneadoras que já abrange 82% daquelas instituições no corrente mês de setembro de 2012.

O resultado já alcançado com o Sanea, em termos de depuração do universo de instituições sob a supervisão do Banco Central, vem contribuindo positivamente para o desempenho da Autarquia na arrecadação de multas. Afinal, até passado relativamente recente, a coleta de dados necessários ao monitoramento do SFN lidava com gama muito ampla de instituições que já não atuavam efetivamente no mercado, inclusive pequenas cooperativas de crédito e consórcios de existência nem sempre estável. Isso ocasionava contraproducente aplicação de sucessivas multas por reiterado não fornecimento de informações, por exemplo, em decorrência do fato de que a instituição apenada não mais se encontrasse em funcionamento, a despeito de constar formalmente como atuante no SFN e, portanto, submetida ao dever de prestar informações ao Banco Central.

Esse tipo de situação, por óbvio, não encontrava seu enfrentamento mais adequado no ineficiente e ineficaz exercício de uma atuação sancionadora carente de propósito e de perspectivas plausíveis de efetivação. Nem era necessária ao monitoramento do SFN, por óbvio, a prestação de informações por parte de instituições que, em verdade, não mais atuavam, nem seria plausível que multas eventualmente aplicadas a instituições nessa situação, certamente já desprovidas de patrimônio ou de receitas, apresentassem nível considerável de arrecadação.

Em hipótese da espécie, a aplicação de penalidades pecuniárias representava prática sancionadora dispersiva, hoje evitada em virtude de considerável depuração do universo fiscalizável, em decorrência da execução do Projeto Sanea. Isso, por certo, tende a continuar gerando ganhos de eficiência e racionalidade no que concerne à aplicação e À arrecadação de multas, em virtude da concentração desse tipo de mecanismo regulador onde se mostre cabível e efetivo.

No âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade):

A presente análise se concentrará nas medidas já adotadas ou que podem ser adotas pelo Cade para a consecução das finalidades apontadas pelo TCU. Para este objetivo é preciso estabelecer, desde já, que, nos termos do art. 60 da Lei 8.884/94 e do art. 93 da Lei 12.529/2011, as decisões do CADE constituem título executivo extrajudicial.

De outro lado, de acordo com os arts. 50 da Lei 8.884/94 e 9º, § 2º, da Lei 12.529/2011, as decisões do Cade não comportam revisão no âmbito do Poder Executivo. Não há, portanto, possibilidade de recurso administrativo que suspenda a exigibilidade da multa. As decisões Cade são, desta forma, passíveis de execução judicial tão logo sejam descumpridas. Assim, uma vez aplicada uma multa de caráter sancionador, há, basicamente, três caminhos para a sua efetiva arrecadação: (i) a parte multada cumpre voluntariamente com a sua obrigação e paga a multa no prazo legal; (ii) a parte multada não cumpre espontaneamente com a sua obrigação no prazo legal e queda-se inerte em relação ao seu direito de perseguir em juízo a anulação do ato que deu origem à multa, obrigando o órgão público a iniciar um processo judicial de cobrança; (iii) a parte multada não somente não cumpre espontaneamente com a sua obrigação no prazo legal, como também procura ativamente a anulação, pelo Poder Judiciário, do ato que deu origem à multa.

Existem, portanto, três espécies de medidas essenciais que podem ser tomadas, uma para cada tipo de situação acima narrada, com o intuito de incrementar a arrecadação de um órgão público. O Cade concentra o seu poder arrecadatório, qualquer que seja o caminho adotado pelo agente multado (itens i, ii e iii) em um mesmo setor, a saber, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade.

É a procuradoria que, em linhas gerais, instrumentaliza os pagamentos espontâneos de multas (item i), inscreve em divida ativa e executa as multas não espontaneamente recolhidas nem ativamente contestadas (item ii), defende a validade das decisões que impõem multas e estão

sendo objeto de contestação judicial ativa pela parte multada (item iii).

Por esta razão, a maioria das medidas para tornar a cobrança do Cade mais tempestiva e eficaz são tomadas, ou podem ser tomadas, no âmbito da Procuradoria. A seguir uma análise relativa a cada um dos itens acima citados.

Item i: do pagamento espontâneo:

O pagamento espontâneo (item i), por definição, está estritamente relacionado à percepção da parte multada sobre a adequação dessa conduta aos seus interesses.

No período legal de cumprimento da obrigação, enquanto inexistente a mora, não há nenhuma medida a ser tomada pelo Cade, exceto aguardar a atitude da parte multada e se adequar para esclarecer eventuais dúvidas procedimentais, facilitando, o quanto possível, o pagamento espontâneo. Para este último ponto, a Procuradoria dispõe de email e estrutura de procuradores/auxiliares encarregados de realizar o atendimento ao público.

Não obstante, o eventual pagamento espontâneo da multa, em regra, advém de um conjunto de variáveis estranhas ao conhecimento e influência do agente público. Contudo, é certo que uma maior percepção, por parte do agente multado, sobre as dificuldades que poderá enfrentar caso opte pelos outros dois caminhos disponíveis (itens ii e iii), influenciará sua eventual adesão espontânea à obrigação de recolher a multa. Em outras palavras, se a parte compreende que diante de eventual inércia será executada prontamente pelo Poder Público (item ii) e se a sua chance de sucesso no contencioso judicial é baixa (item iii), então a opção pelo pagamento espontâneo se torna mais atraente.

Sobre estes outros dois caminhos, o órgão público tem razoável conhecimento e influência e pode, consequentemente, adotar uma série de medidas que, bem elaboradas e executadas, ampliem a sua capacidade arrecadatória, inclusive aquela decorrente de pagamentos espontâneos.

Item 2: da ausência de pagamento tempestivo e do ajuizamento de execução fiscal da multa:

De acordo com a organização do poder arrecadador do Cade, atualmente, o procedimento padrão a ser seguido quando da imposição de multa é a procuradoria aguardar o cumprimento espontâneo da obrigação no prazo concedido à parte multada e, eventualmente, constatado o não cumprimento espontâneo, proceder imediatamente à inscrição do crédito em dívida ativa, comunicar a mora aos sistemas de cadastro de inadimplentes mantidos pela administração federal – assim como à parte multada – e ajuizar a execução fiscal da multa.

É preciso destacar, já neste ponto, que, dada a sistemática de trabalho da procuradoria, estas medidas são tomadas em caráter virtualmente imediato. Ou seja, findo o prazo para pagamento espontâneo da multa, em regra, o ajuizamento da execução fiscal para cobrança em juízo dá-se em questão de dias.

Atualmente, todas as multas do Cade – de qualquer natureza – não suspensas por ordem judicial estão devidamente inscritas em cadastro próprio e são objeto de execuções fiscais ajuizadas.

Pode-se afirmar que, no que se refere à tempestividade da cobrança administrativa e judicial, o trabalho desenvolvido pelo Cade e sua procuradoria é completamente coerente com a maximização da capacidade arrecadatória do órgão e do poder dissuasório da política de defesa da concorrência que esta autarquia executa.

Não obstante, a Procuradoria está a realizar nos próximos meses uma nova correição nos processos administrativos e judiciais, analisando caso a caso, para certificar, mais uma vez, a inexistência de créditos exigíveis e não executados.

A eficácia da arrecadação, por sua vez, quando inserida dentro de um processo de execução fiscal, está sujeita a uma série de circunstância alheias ao controle do Cade.

Uma vez executada uma multa em juízo, assiste à parte multada, mesmo que tenha inicialmente se quedado inerte, buscar a anulação da multa aplicada na sua defesa no processo judicial de execução, através da oposição de embargos, que equivalem a uma nova ação de autoria da parte devedora. Neste caso, a lógica da cobrança se assemelha bastante àquela que sucede quando a parte adota a postura descrita no item iii, pois, em ambos os casos, a arrecadação da multa estará atrelada aos rumos de um processo judicial iniciado por vontade da parte multada.

Assim, por questão de conveniência na apresentação, esta circunstância será abordada na sessão abaixo.

Item iii: da existência de processo judicial onde a parte busca a anulação da multa aplicada pelo Cade:

É direito constitucional de qualquer parte multada por um ente administrativo, tal qual o Cade e os órgãos pesquisados pelo TCU, contestar em juízo todos os aspectos relacionados à multa que entenda pertinente. Este direito pode ser exercido, como já dito, dentro dos processos de execução ajuizados pelo Cade diante do não pagamento espontâneo da multa.

No que concerne ao Cade, na maior parte das vezes, antes mesmo de esgotado o prazo para cumprimento espontâneo desta obrigação, as partes vão ao Poder Judiciário para obstar a capacidade de cobrança do órgão público. Nesta circunstância – assim como quando a parte se defende no processo de execução – a capacidade de arrecadar a multa fica condicionada ao desfecho do processo judicial, que normalmente se estende por anos e mesmo por mais de uma década. Sobre o curso do processo judicial também incide um conjunto de variáveis estranhas ao órgão público que aplica a multa.

No caso do Cade, a tramitação de processo em juízo está sujeita a algumas peculiaridades que requerem atenção especial.

Como dito, as multas aplicadas pelo Cade são geradas através de decisões lavradas na forma de acórdãos, que podem ser executados em caso de não cumprimento espontâneo. Quando alguém vai a juízo contra a aplicação de multa pelo Cade, é o acórdão que é atacado no processo judicial.

Por força de disposições legais específicas, a obrigação de recolher uma multa aplicada pelo Cade no prazo assinalado no acórdão só é suspensa até o final do processo judicial se a parte oferecer garantia em juízo no valor da multa aplicada. Esta assertiva se aplica tanto aos casos em que a parte multada ataca judicialmente a decisão do Cade (item iii), quanto aos casos em que permanece inerte, é executada pelo Cade (item ii) e passa a se defender dentro do processo judicial de execução. Aqui já se pode determinar um campo para a adoção de medidas para incrementar a eficácia da cobrança judicial.

É crucial, da parte do Cade, exigir que toda discussão judicial se desenrole através do oferecimento de garantia idônea pela parte multada.

Garantida a multa em juízo, o crédito será arrecadado pelo Cade tão logo obtenha a vitória no processo judicial, não importando quanto tempo este dure. Além disso, a necessidade de oferecer garantia já no início do processo judicial interfere negativamente, em algum grau, no interesse da parte multada de adotar as vias descritas nos itens ii e iii, fortalecendo, por implicação, o pagamento espontâneo (item i).

De todo modo, a dinâmica do processo judicial permite divisar dois tipos de multas aplicadas pelo Cade não espontaneamente pagas: a) as que não estão suspensas e podem ser objeto de constrição judicial; b) as que estão suspensas por determinação judicial.

As multas previstas no "item a" devem ser objeto de pedidos de execução imediata, inclusive, se for o caso, com o uso da intervenção judicial prevista no art. 96 da Lei 12.529/2011.

Já as multas previstas no item b, podem ser divididas em duas categorias: b1) as que estão suspensas sem a apresentação de garantia; b2) as que estão suspensas mediante a apresentação de garantia idônea.

Diante desse quadro, uma vez iniciado o processo judicial, todos os esforços iniciais devem se dar no sentido de evitar a declaração de suspensão judicial da multa ou, se houver declaração judicial, de assegurar que a suspensão se dê através da apresentação de garantia idônea no valor da multa aplicada. Em coerência com este entendimento, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade tem como meta declarada impedir que toda e qualquer liminar a ser apreciada em processos contra o Cade não seja apreciada sem que antes o Cade seja ouvido pelo juiz competente.

A aplicação deste preceito às atividades da Procuradoria em juízo tem levado a que aproximadamente oitenta por cento das multas aplicadas pelo CADE suspensas pelo Poder Judiciário estejam garantidas.

Apenas a título de título de exemplo, dos R$ 2,8 bilhões de reais em multas aplicadas desde 2008, R$ 2,3 bilhões referem-se, exclusivamente, a 5 multas aplicadas aos integrantes do chamado "Cartel dos Gases". Todos ingressaram com ações judiciais contra a decisão do Cade e todos tiveram que oferecer garantia em juízo.

Além destes, a Ambev foi condenada em um processo administrativo, totalizando multa de aproximadamente R$ 353 milhões. A Ambev também contesta a decisão do Cade em juízo e ofereceu garantia idônea no processo. O efetivo recolhimento dos valores aos cofres públicos somente terá efeito ao fim do processo judicial.

Não obstante, a Procuradoria está realizando uma nova correição nos processos judiciais para reavaliar as garantias ofertadas e adotar providências em relação a eventuais processos não garantidos ou com garantias consideradas insatisfatórias.

Pode-se dizer, portanto, que, excluída a incerteza que caracteriza o curso de todo e qualquer processo judicial, o Cade possui grande probabilidade de arrecadar parcela substancial de todas as multas que aplica e que estão sendo discutidas em juízo.

No âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Esta Autarquia já vem adotando ao longo dos últimos anos, medidas específicas com vistas a conferir maior celeridade no trâmite da cobrança administrativa e judicial das multas aplicadas em decorrência do seu poder de polícia. Nesse sentido, cumpre ressaltar que já existe uma rotina estabelecida, tanto na fase administrativa, como na dívida ativa, para controle do prazo prescricional. Esta rotina vem, sistematicamente, sendo aperfeiçoada, através de novas versões dos nossos sistemas, a fim de que os créditos relacionados às multas tenham prioridade de tramitação, tanto na fase administrativa, quanto na de dívida ativa. Em virtude da adoção de tais medidas, inexiste no âmbito administrativo, bem como na dívida ativa, multa aplicada e com perigo iminente de prescrição.

No âmbito do Instituto Bras. do Meio Ambiente e dos Recursos Nat. Renováveis (Ibama):

Quanto às medidas adotadas pelo Ibama para priorizar a cobrança de multas nos âmbitos administrativo e judicial, sobretudo no que se refere aos casos cuja prescrição seja iminente, com vistas a evitar prejuízos ao Tesouro Nacional, observar a resposta constante no item IV, deste documento.

No âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro):

Observa-se que o Inmetro atingiu índice de recuperação dos seus créditos, em especial, de penalidades pecuniárias, de mais de 89%, praticamente repetindo os índices dos Relatórios do TCU dos anos de 2008 a 2010, quando recuperou 88,3% das multas que aplicou.

Em análise comparativa com os demais entes de direito público relacionados no citado Relatório, principalmente em relação aos maiores credores, a recuperação dos créditos pecuniários do Inmetro foram significativamente relevantes.

Especificamente no que diz respeito ao item V do Acórdão nº 1.204/2012-TCU, há que se ressaltar que no Inmetro, consoante política institucional, foi implantado um sistema de tecnologia da informação em todos os órgãos delegados, destinado ao controle dos créditos da Autarquia e à sistematização das cobranças administrativas e judiciais.

Para a aplicabilidade eficiente de tal sistema, foram treinados agentes dos Órgãos delegados e procuradores federais em todo o território nacional, no que concerne a sua operacionalidade. A Procuradoria Federal utiliza o sistema TI do Inmetro, via web, em todo o país para o

controle, inscrição em Dívida Ativa e posterior cobrança administrativa e/ou judicial dos créditos (taxas/preços públicos/multas) do Inmetro.

Ao assumir a gestão da Autarquia, a receita anual da Dívida Ativa (DA) era de, aproximadamente, R$ 4 milhões ao ano e tínhamos, ao longo de 30 anos da Instituição, algo em torno de 140 mil inscrições em Dívida Ativa. Atualmente as inscrições superam a casa de 1 milhão de títulos executivos extrajudiciais e a receita, somente de Dívida Ativa, ultrapassará R$ 40 milhões, no exercício de 2012.

Recuperamos quantia expressiva de nosso passivo e efetuamos a baixa dos créditos prescritos, sendo que a parceria com a Procuradoria-Geral Federal (PGA) tem evitado as prescrições dos créditos do Inmetro.

No âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep):

"No início de 2012, houve a implantação de rotina de trabalho para análise dos processos administrativos sancionadores, de forma que fosse observada a ordem de prescrição, com vistas a evitar a prescrição de processos, sem a conclusão do julgamento e/ou cobrança das multas aplicadas.

Atualmente, a seleção, pela ordem de prescrição, é feita manualmente, por ocasião do recebimento dos processos administrativos sancionadores na CGJUL, no entanto, já foi solicitado à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGETI) o desenvolvimento de uma ferramenta, visando à elaboração de relatórios referentes aos processos em estoque, visando aprimorar o controle e a mitigar o risco de prescrição.

Em sua manifestação, a CGETI esclareceu que, desde 2010, estão sendo realizadas alterações nos principais sistemas da Susep. O objetivo dessas alterações foi tornar os sistemas mais confiáveis e mais alinhados com as regras do negócio. Entre as alterações, foram relatadas:

i) Melhorias no controle de processos, proporcionando, inclusive, uma maior proteção das informações do banco de dados;
ii) Criação de um sistema de acompanhamento do Cadin;
iii) Realização de alterações importantes no Sistema de Penalidades da Susep (SisPen), possibilitando um melhor alinhamento às regras do negócio;
iv) Controle do valor da multa no nível da infração e não apenas no do processo;
v) Cálculo, pelo Sistema, do valor da multa e suas correções com envio diretamente para o Sistema Integrado de Arrecadação da Susep (Sias), de forma a associar os pagamentos realizados ao processo e suas infrações; e
vi) Permissão do lançamento de valores para infrações sem valor definido.

Foram realizadas alterações no Sistema Integrado de Arrecadação da Susep – Sias, das quais relacionamos:

i) Integração entre os sistemas SisPen (controle de penalidades) e Sias (arrecadação), através da geração automática de solicitações de GRU para as cobranças de multas, pelo SisPenm e consequente leitura e preenchimento automático de campo na criação de GRU's, no sistema SIAS;
ii) Criação da consulta/listagem de solicitações de GRU's específicas de multa já "tratadas" pelo sistema (já convertidas em GRU's) e/ou canceladas;
iii) Criação do módulo para informação de valores devolvidos e criação da consulta/relatório de valores devolvidos por período;
iv) Criação de módulo para informar manualmente pagamento de GRU, para ser utilizado (acesso restrito) nos casos de falha no processo de importação de dados dos arquivos de conciliação fornecidos pelo Banco do Brasil;
v) Melhoria no esquema de segurança do sistema, com restrição do acesso a algumas funcionalidades, e revisão de permissões com relação aos perfis de acesso existentes;
vi) Módulo de geração de GRU's em lote, inicialmente apenas para GRU's de taxa de fiscalização; importação de planilha de dados de taxas fornecida pela Coordenação de Arrecadação (Corar);
vii) Alteração do sistema para permitir que outros setores/usuários façam o cadastro de alguns tipos específicos de GRU's (ex.: GRU's multa pecuniária – CGJUL/COJUL).

A CGETI acrescentou, ainda, que todas as alterações criadas tiveram como objetivo aumentar a confiabilidade dos sistemas, no entanto, acredita que uma solução definitiva somente será alcançada com a criação de um novo sistema, que englobe os sistemas atuais, baseado em regras de negócio bem definidas. O novo sistema a ser implantado foi discutido no Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), que decidiu por aguardar o mapeamento dos processos, que está sendo realizado pela Susep.

A Procuradoria Federal junto à Susep, em sua manifestação, esclareceu que recentemente alocou mais um procurados no setor de dívida ativa, a fim de agilizar os trabalhos e que possui a meta de inscrever qualquer débito no prazo máximo de 60 dias da chegada do Processo Administrativo na Procuradoria.

Na sistemática atual, definida pela Procuradoria-Geral Federal, a PF-Susep realiza a inscrição do crédito em dívida ativa e, posteriormente, encaminha para as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais, Procuradorias Seccionais ou Escritórios de Representação (dependendo do local do domicílio do devedor) para que aquela unidade da PGF promova o ajuizamento da execução fiscal. A PF-Susep fica aguardando a confirmação do ajuizamento, de modo que, caso essa confirmação não ocorra no prazo de 30 dias, a PF-Susep reitera o contato com a unidade da PGF responsável.

A PF-Susep acrescentou que eventuais créditos por ela recebidos com a informação de que estão próximos ao prazo prescricional, são priorizados para imediata inscrição em dívida ativa.

VI. às entidades de regulação e fiscalização federais, Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde (ANS), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa), Banco Central do Brasil (Bacen), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Superintendência de Seguros Privados (Susep), em conjunto com a Procuradoria Geral Federal, que avaliem a adoção de medidas extrajudiciais para aumentar a efetividade da cobrança das multas aplicadas (item 3.3.2.3);

No âmbito da Agência Nacional de Águas (ANA):

Ver item V das recomendações.

No âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac):

A Procuradoria-Geral Federal (PGF), por meio da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB), instituiu projetos tendentes à utilização de meios extrajudiciais para a cobrança de créditos de titularidade das 156 autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), a exemplo do protesto de certidões de dívida ativa; da criação do Grupo de Cobrança de Grandes Devedores; do desenvolvimento do Sistema Único de Dívida Ativa; e, da Conciliação Prévia e em Ações de Execução Fiscal.

No âmbito da Agência Nacional do Cinema (Ancine):

a) Obrigação de adimplência com os regulamentos da ANCINE para acesso aos recursos do FSA: Visando tornar mais efetivo o cumprimento das obrigações contidas nas normas regulatórias da Agência por parte de seus regulados, foi publicada em 10 de dezembro de 2010 a Deliberação ANCINE nº 239, determinando que devem estar em situação de adimplência empresas selecionadas à contratação com os Agentes Financeiros do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Desse esforço, que entrou em operação no início de 2011, restou um sensível aumento no recolhimento das multas aplicadas.

b) Possibilidade de parcelamento de multas: de efeito positivo e de curto prazo, objetiva oferecer ao regulado alternativa menos gravosa na forma do pagamento da multa. Já foram instaurados 28 processos de parcelamento em virtude de requerimento feito por agentes econômicos, O total de créditos incluídos em parcelamento foi de R$ 386.803,86, tendo já 15 processos encerrados com o pagamento de aproximadamente R$ 110.363,06.

No âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel):

A Procuradoria-Geral da Aneel (PGE) criou a Coordenadoria de Dívida Ativa, cujas atribuições referem-se à prestação de consultoria e de assessoramento jurídico em procedimentos relacionados à cobrança e à recuperação de créditos da Aneel. O Regimento Interno da PGE dispõe, de forma detalhada, sobre as competências da CDA:

Art. 14-A. À Coordenadoria de Dívida Ativa (...) compete, especialmente:

I. Prestar consultoria jurídica nas atividades relacionadas à cobrança e à recuperação de créditos da Aneel até a conclusão de seu procedimento de constituição e inclusão de nome dos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin);

II. Articular-se com a Coordenadoria Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) e com as Procuradorias Regionais Federais, órgãos de execução da Procuradoria Geral Federal, para fins de inscrição em dívida ativa, de saneamento do processo administrativo, bem como para acompanhamento das execuções fiscais e ações ordinárias relacionadas à Dívida Ativa da Aneel;

III. Prestar consultoria jurídica nas consultas formuladas em matéria de recursos humanos, incluindo processos administrativos disciplinares.
(...)

Com efeito, ocorre interação entre a PGE e a SAF, que demanda constantemente a prestação de assessoramento jurídico, seja por meio de consultas formais ou agendamento de reuniões ou encontros. Há também bastante interação entre a CDA e a CGCOB/PGF; esta última criou recentemente o Projeto de Acompanhamento de processos judiciais e administrativos que discutem créditos relacionados aos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais, ainda em fase de implantação, e do qual a Aneel foi convidada a participar do projeto piloto, regulado pela Portaria AGU nº 469/2012. Portanto, os processos judiciais, inclusive as execuções fiscais, que envolvem créditos indicados como créditos de grandes devedores, segundo os critérios estabelecidos pela AGU, já estão sob o acompanhamento do Grupo de Trabalho dos Grandes Devedores, criado pela PGF, e, portanto, recebem tratamento diferenciado com vistas a maior efetividade na arrecadação desses créditos.

Cumpre destacar que, entre os créditos de multa que estavam com exigibilidade suspensa por ordem judicial no ano de 2011, 82% delas (ou seja, 82% das multas discutidas em juízo) estavam com alguma espécie de garantia aportada, sendo que 88% das garantias apresentadas correspondem ao depósito da integralidade dos créditos. Portanto, ainda que não inscritos em dívida ativa, encerrada a discussão judicial, com decisão favorável a Aneel, bastará que se proceda ao levantamento do crédito com direcionamento imediato à Conta de Desenvolvimento Energético, gerida pela Eletrobrás, conforme determina a legislação setorial.

Observa-se, ainda, que o art. 22 da Lei nº 11.457, de 16/03/2007, estabeleceu que a Procuradoria-Geral Federal assumisse, até 17/03/2009, de forma centralizada, a execução da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, mediante o apoio técnico, logístico e financeiro dessas entidades. Assim, a PGF editou a Portaria nº 267, de 16/03/2009, dispondo no seu art. 1º que “as Procuradorias Regionais Federais – PRFs, as Procuradorias Federais nos Estados – PFs, as Procuradorias Seccionais Federais – PSFs e os Escritórios de Representação – Ers, por meio dos respectivos Serviços ou Seções de Cobrança e Recuperação de Créditos, assumirão integralmente a representação judicial e extrajudicial relativa às atribuições previstas nos artigos 8 e 9 do Ato Regimental AGU nº 02, de 2007, no tocante às autarquias e fundações públicas federais”.

Nesse contexto, a Coordenadoria de Dívida Ativa, desde a sua criação, realiza a gestão continuada dos processos encaminhados à Procuradoria Regional Federal da 1ª

Região, por meio de sua Coordenação de Cobrança, para confirmação tempestiva das respectivas inscrições dos créditos da Aneel na Dívida Ativa da União. No caso específico da Aneel, a interação com os demais órgãos da PGF foi disciplinada pela Portaria Conjunta nº 1, de 26/05/2009.

Com efeito, foi disponibilizado um canal de informação entre os demais órgãos da PGF e a PGE/Aneel, por meio do endereço eletrônico institucional dividaativa@aneel.gov.br, também disponibilizado à SAF/Aneel.

Operacionalmente, como regra, essa troca de informações inicia-se somente após a remessa dos autos pela SAF, quando a multa já estaria, em princípio, devidamente constituída como crédito da Aneel e apta à cobrança judicial. A CDA procede À análise prévia de legalidade e verifica se existem ações judiciais que discutem a validade do crédito. A partir daí, os créditos que já puderam ser inscritos em dívida são remetidos à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, órgão responsável pela lavratura dos Termos de Inscrição, seguidos de relatórios semanais informando, detalhadamente, quais processos foram enviados.

Quando a exigibilidade do crédito está suspensa, a informação é inserida na planilha de controle criada pela Coordenação, mas realizado, ainda, de forma manual. A partir daí, passa a ocorrer uma interação contínua entre a PGE/Aneel, SAF, PRR 1ª Região e demais órgãos descentralizados responsáveis pelo acompanhamento e representação judicial da Aneel nas demandas judiciais relacionadas. Com a revogação de ordem judicial impeditiva da inscrição, o crédito é imediatamente inscrito e executado judicialmente, promovendo-se, em seguida, a ciência da SAF para a adoção das medidas administrativas cabíveis.

No que se refere ao controle e acompanhamento de créditos enviados para inscrição, inscritos ou com exigibilidade suspensa por ordem judicial, a CDA já realizou requerimento à SGI para adequação dos sistemas da Aneel a fim de que comportem a inserção das informações relativas à dívida ativa. A despeito da ausência de sistema informatizado apto a atender as demandas da CDA, esta procede ao controle manual das informações pertinentes aos processos administrativos e judiciais aos créditos da Aneel.

A PRF 1ª Região também envia, por meio eletrônico e periodicamente, a relação dos processos inscritos em dívida ativa e encaminhados para ajuizamento da execução fiscal. Oportuno esclarecer que a execução fiscal é ajuizada no foro do domicílio do devedor por meio dos órgãos descentralizados da PGF. Esses órgãos são orientados a informar a PGE, quando do ajuizamento, encaminhando informações sobre o processo e número da Certidão de Dívida Ativa ou cópia da petição inicial e da CDA. Todas as informações também são trocadas mediante sistema informatizado da Advocacia-Geral da União (Sicau). As informações são anexadas aos autos do respectivo processo administrativo e informadas nas planilhas de controle e gestão da dívida ativa da PGE. Por fim, essas informações são repassadas à SAF na medida em que chegam ao conhecimento da PGE.

Segundo o controle do CDA, não existem créditos de multa que apresentem risco de sobre eles incidir a prescrição da pretensão de cobrança. A CDA é coordenada por um Procurador Federal, sendo composta, atualmente, de dois servidores de apoio administrativo e dois estagiários.

Diante do exposto, verifica-se que a Coordenação de Dívida Ativa, desde a sua criação, vem adotando medidas tendentes a garantir maior efetividade ao controle e à cobrança e recuperação de créditos de multas aplicadas pela Aneel.

No âmbito da Agência Nacional de Petróleo (ANP):

I – Superintendência de Definição de Blocos (SDB) - As medidas extrajudiciais adotadas pela SDB para aumentar a efetividade da cobrança das multas aplicadas são aquelas que lhe são legalmente atribuídas no tocante à sua competência administrativa. Desta forma, conforme preconiza o artigo 87, §1º, da Lei nº 8.666/93, em se tratando de contratado pela Administração, as multas devidas são descontadas da garantia prestada e/ou dos pagamentos devidos. Informamos que, diligentemente, os contratos administrados por esta Superintendência que têm como objeto a prestação de serviços de grande vulto e por etapas definidas no cronograma de execução possuem cláusula específica prevendo a retenção de percentual do valor devido por cada etapa, sendo pago somente quando a empresa completa todo o serviço contratado. Esta medida coíbe a empresa de incorrer na inexecução parcial e resguarda a Administração quanto a cobrança dos prejuízos causados caso esse fato venha a ocorrer, evitando que o contratado se locuplete à custa do erário.

Em relação às demais medidas extrajudiciais cabíveis, como protesto da certidão de dívida ativa, conciliação prévia, acordos extrajudiciais, cobrança de grandes devedores e implementação do sistema único de dívida ativa, elucidamos que são de responsabilidade da CGCOB, consoante ao exposto no Despacho nº 38/2012 do Coordenador Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Por derradeiro, a SDB informou que não possui impropriedades e/ou falhas a serem sanadas no que diz respeito às atividades de cobrança de multas de sua competência.

II - Superintendência de Participações Governamentais (SPG) - As multas lavradas por esta superintendência, no período de 2008 a 2011, em sua grande maioria quitadas pelas concessionárias autuadas, sendo que as multas não quitadas se encontram judicializadas.

III - Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL) - A Coordenadoria de Conteúdo Local tem a informar que adotou como providências a orientação contínua aos operadores e suas associações, antes e durante os processos de fiscalização de forma a conferir ampla transparência das ações tomadas pelo agente regulador. No único caso específico onde o operador optou por não pagar a multa, a CCL buscou entrar em contato com o agente econômico que confirmou sua posição de não pagar a multa e buscar a esfera judicial, pois em seu entendimento a multa era indevida.

IV - Escritório Sede da ANP- SFA/EDF - A SFA/EDF, juntamente com um desenvolvedor de aplicativos de informática, está trabalhando na produção de um sistema que irá gerenciar toda a cadeia de cobrança de processos parcelados, independente da norma a que o processo se

enquadre. Esta ferramenta irá disponibilizar ao autuado, pelo envio de e-mail, as guias de recolhimento devidamente atualizadas mensalmente. Além disso, todas as informações referentes aos parcelamentos estarão atualizadas e disponíveis aos servidores, o que facilitará os procedimentos de rescisão e conclusão de parcelamentos.

Além da medida acima, que trata da melhora na infraestrutura do setor com a disponibilização de aplicativo de informática, a SFA/EDF depende da manutenção do seu corpo de colaboradores para continuar a realizar os procedimentos de cobrança de forma adequada como vem fazendo.

Cabe ainda esclarecer, que todas as medidas de coerção são rigorosamente aplicadas, com o objetivo de recuperação dos créditos, ou seja, cumprido o prazo de 90 dias contados da intimação do Agente Econômico autuado, nos casos de inadimplência, é realizada a inclusão do CNPJ do devedor no CADIN/SISBACEN, inscrição do débito na Dívida Ativa e posterior Execução Fiscal, independente de nova comunicação.

Ocorre que cabe, ao Agente Econômico autuado, a decisão de pagar e de quando pagar, não tendo esta Agência nenhum poder sobre esta decisão.

V – Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP) - A SRP já adotou algumas medidas que aumentaram a efetividade da cobrança das multas aplicadas e melhoraram o gerenciamento da cobrança destes créditos pela ANP:

- Aprimorou seu processo de análise e julgamento dos processos envolvendo autuações, tornando todo trâmite mais célere e eficaz, o que pode resultar em condutas reincidentes ficando as empresas passíveis de penalidades mais severas.

- Estabeleceu nas Resoluções ANP que regulam as atividades sob sua responsabilidade (refino de petróleo, processamento de gás natural, produção de solventes, formulação de combustíveis, produção de biodiesel, produção de combustíveis em centrais de matéria-prima petroquímica e etanol) um artigo que limita as empresas em mora de débito exigível perante a ANP obter autorização para o exercício das atividades citadas. Segue, como exemplo, o artigo 3º da Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010, publicado no DOU de 11 de junho de 2010, que estabelece a regulamentação da atividade de refino de petróleo e exemplifica o descrito acima:

> *"Art. 3º As empresas ou consórcios de empresas, constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, conforme o art. 5º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, estarão habilitados a solicitar autorização para o exercício das atividades de construção, modificação, ampliação de capacidade e operação de Refinaria de Petróleo.*
> *§ 1º Sem prejuízo das demais disposições legais, não poderão exercer a atividade de refino de Petróleo empresas ou consórcios de empresas em cujo quadro de administradores, acionistas ou sócios participe pessoa física ou jurídica que:*
> *I - esteja em mora de débito exigível perante a ANP decorrente do exercício de atividades reguladas por esta Agência;*

Ou seja, caso exista registro de multa pendente, é negada qualquer Autorização para as distintas atividades reguladas pela SRP/ANP. Tal atitude força o pagamento dos débitos para a continuidade do processo.

VI - Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) - É adotada pela área a determinação do § 3° do art. 4° da Lei n.° 9.847/99 para incentivar o pagamento da multa, concedendo o desconto de 30% ao autuado que renuncie expressamente ao direito de recorrer da decisão proferida.

VII - Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM) - A Superintendência, no intuito de manter um constante aprimoramento de seus processos, vem mantendo contato com outras áreas afins da ANP para consolidação de um padrão mais efetivo de cobrança das multas administrativas aplicadas. Contudo, diante do expressivo percentual de multas pagas (todas as multas foram pagas no ano de 2011), consideramos efetivo o atual procedimento de cobrança empregado.

VIII - Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI) - Em relação ao trâmite processual antes da caracterização efetiva do crédito, caracterizado pela aplicação das penalidades previstas na Lei 9.847/1999, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento solicitou ao NIN – Núcleo de Informática – a implantação de módulos de geração de relatórios de controle de prazos prescricionais no sistema JPF – Julgamento Processual de Fiscalização. Enquanto tais relatórios não são disponibilizados no sistema JPF, o controle vem sendo realizado pela SFI através de planilhas eletrônicas e inventários físicos atualizados trimestralmente.

IX - Superintendência de Exploração (SEP) - Segundo a área serão iniciadas articulações com a PRG/DF e a SFA/DF para melhorar o acompanhamento dos processos administrativos de sanções na Fase de Exploração quando aqueles processos são tramitados para cobrança judicial e inscrição na dívida ativa.

No âmbito da Agência Nacional de Saúde (ANS):

A Secretaria de Gestão (SEGER) implantou as seguintes ações: (i) Notificação Unificada e (ii) Revisão administrativas. Além disso, estão em processo de implantação as seguintes medidas: (iii) criação de nova coordenação; (iv) Integração com o Sistema de Arrecadação (Siar) e o Sistema de Cadastro de Dívida Ativa (SCDA), e (v) Assinatura Eletrônica.

(i) Notificação unificada - foram alteradas as etapas de notificação e cobrança dos processos levados ao julgamento da Diretoria Colegiada.

Anteriormente, a operadora era notificada do conteúdo da decisão em 2ª Instância pela COADC e, apenas após a chegada do aviso de recebimento (AR), o processo era encaminhado para a Gerência de Finanças (Gefin), para nova notificação quanto ao débito, o que gerava atrasos significativos na cobrança e retrabalho para ambos os setores.

Hoje, as operadoras de plano de saúde são notificadas sobre o conteúdo das decisões de 2ª instância e do débito concernente à multa numa única notificação. Os processos são notificados pela Seger quanto ao débito relativo à multa aplicada, acompanhados da Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento e publicação da decisão no Diário Oficial.

As operadoras, ao receberem a GRU, têm prazo já estabelecido na notificação para pagamento, sob pena de inscrição no Cadin e/ou em Dívida Ativa.

(ii) Revisão administrativa - o reexame pela Diretoria Colegiada de matéria já decidida em segunda instância era comum, antes das alterações promovidas.

Na prática, o reexame da matéria decidida em primeira instância pela Difis era estendido pelos sucessivos pedidos de revisão: para tanto, bastava que a operadora interpusesse sucessivos pedidos de revisão, na maioria das vezes, com finalidade meramente protelatória.

Assim, após a decisão da Diretoria Colegiada, um novo recurso da operadora fazia retornar o processo à COADC, que o encaminhava ao relator do processo para análise e manifestação quanto à presença ou não de fatos novos ou circunstâncias relevantes. Após essa análise, o relator devolvia o processo à COADC, para notificação quanto à negativa de seguimento da revisão.

Somente após, o processo era encaminhado para cobrança. Ressalte-se que esse fluxo se repetia a cada novo pedido de revisão pela operadora, com o retorno do processo à COADC, sendo a cobrança da multa suspensa enquanto não era julgado o recurso.

Hoje, esse fluxo se acelera com o seguimento do processo independente da petição da operadora. Ao receber qualquer petição que seja posterior à decisão de 2ª instância, com o trânsito em julgado da instância administrativa, o processo recebe uma etiqueta de "Revisão Administrativa" e segue os trâmites usuais de cobrança até sua inscrição em Dívida Ativa, só retornando à COADC com a CDA - Certidão de Dívida Ativa já lançada. Evitamos assim, a interposição de petições meramente protelatórias e a prescrição de processos.

Com a mudança no fluxo já podemos observar sensíveis mudanças no comportamento de algumas operadoras que passam a optar pelo pagamento com desconto à interposição de recurso, ou que mesmo recorrendo optam pelo pagamento quando indeferidos os recursos em 2ª instância.

(iii) Criação de Nova Coordenação - foi proposta pela Seger a alteração do Regimento Interno da ANS, objetivando incrementar as competências regimentais, bem como reorganizar a estrutura administrativa da Secretaria-Geral, com a criação de nova coordenação que atenda ao aumento da demanda de processos em julgamento pela Diretoria Colegiada, além de outras atribuições.

À nova coordenação caberá a gestão do processo decisório da Diretoria Colegiada no que diz respeito aos processos de sancionadores, dentre outros como doença e lesão preexistente, taxa e ressarcimento.

No intuito de buscar continuamente maior celeridade no julgamento, a nova coordenação realizará a organização de ata e pauta de reunião colegiada eletrônica (não presencial) e organizará o andamento dos processos em 2ª instância. Além disso, terá competência regimental para: i) propor melhorias nos sistemas de 2ª instância; ii) promover integração entre as áreas e a Procuradoria, de forma a consolidar entendimentos; e ii) produzir informações, boletins informativos, relatórios e notas sobre as suas atividades.

(iv) Integração com o Sistema de Arrecadação (SIAR) e o Sistema de Cadastro em Dívida Ativa (SCDA): o SIAR é o sistema utilizado pela Gerência de Finanças e o SCDA é o sistema utilizado pela Dívida Ativa da ANS (Procuradoria Federal) para gerar a Certidão de Dívida Ativa (CDA). Esses sistemas envolvem todo o processo de cobrança que começa dentro do SIF, portanto, necessitam ser integrados para que todo fluxo possa ser feito via sistema, aproveitando as funcionalidades hoje já utilizadas em segunda instância e o gerenciamento de todo o fluxo, do começo ao fim do processo administrativo sancionador.

(v) Assinatura Eletrônica - funcionalidade está em homologação pela equipe de informática e será implementada no SIF, agilizando o trâmite e remessa de documentos de processos em 2ª instância.

Adicionalmente, cabe mencionar que, em 18 de novembro de 2011, foi publicada a Resolução Normativa – RN nº 278, que instituiu o Programa de Conformidade Regulatória, com o objetivo de incentivar as operadoras a manterem-se regulares junto à ANS em diversas obrigações. O incentivo se dá pela possibilidade de livre movimentação dos ativos garantidores das provisões técnicas, hoje bloqueados junto à ANS.

Para obter a livre movimentação dos ativos garantidores, as operadoras devem estar em dia com as seguintes obrigações, entre outras: (a) Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); (b) Pagamento das multas pecuniárias aplicadas pela ANS; (c) Pagamento da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde - TPS; e (d) Pagamento das parcelas dos débitos referente ao ressarcimento ao SUS, à TPS e às multas pecuniárias aplicadas pela ANS, parcelados nos termos e na forma da regulamentação setorial em vigor.

Com essas medidas, é esperada uma forte adesão das operadoras que possuem grandes volumes de ativos bloqueados junto à ANS, notadamente, operadoras de grande porte, que são as operadoras que possuem maior volume de débitos junto à Agência.

Cabe ressaltar que a livre movimentação de ativos garantidores das provisões técnicas não representa uma diminuição da segurança financeira do mercado. Em mercados mais desenvolvidos, como o mercado de seguros privados regulado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), as seguradoras já têm a possibilidade de movimentar livremente esses recursos.

A Gerência de Finanças (Gefin), por sua vez, ratificando o que foi relatado anteriormente pela Seger, informou que no intuito de agilizar o processo de cobrança de multas no âmbito desta Gerência de Finanças, estabeleceu um procedimento em conjunto com a COADC que consiste na emissão de um documento único, compreendendo a comunicação da decisão de 2ª instância e a correspondente notificação para pagamento sob pena de inscrição em dívida ativa e Cadin.

Tal documento nos permite eliminar o período de espera correspondente ao envio da antiga notificação da Gefin, retorno do AR (Aviso de Recebimento) da mesma e nova espera de 30 dias pelo pagamento, o que gera uma economia de tempo de cerca de 4 meses.

Esta maior integração entre Gefin e COADC também permite um retorno mais rápido no tocante às solicitações

de parcelamento, visto que, muitas vezes, a operadora já entra em contato com a COADC, ao receber a decisão de 2ª instância/notificação para pagamento, e manifesta a intenção de parcelar. A COADC anexa aos autos o e-mail ou carta da operadora, já com as devidas informações necessárias para a geração do parcelamento, e nos encaminha os autos imediatamente, tornando mais célere e eficaz a constituição do parcelamento.

A Procuradoria-Geral Federal (PGF) implantou os seguintes projetos com vistas a contribuir com o aumento da arrecadação, bem como no aprimoramento da gestão dos valores a serem recolhidos, com maior eficiência e celeridade: (i) Protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDAs); (ii) Projeto de Conciliações Prévias e em Execuções Fiscais; (iii) Criação de Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores; (iv) Implantação do Sistema Único de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais e (v) Autuação judicial e arrecadação.

(i) O Protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDAs), protesto extrajudicial, ampliou o poder dos cartórios, permitindo-os protestar títulos e outros documentos de dívida, inclusive aqueles originados unilateralmente pela Fazenda Pública (Certidão de Dívida Ativa). Vale apontar que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em decisão tomada na 103a sessão ordinária, reconheceu a legalidade do protesto extrajudicial da certidão de dívida ativa.

(ii) O Projeto de Conciliações Prévias e em Execuções Fiscais – consiste em acrescentar uma fase de tentativa de conciliação antes da propositura da execução fiscal. Assim, após os créditos das Autarquias e Fundações Públicas serem inscritos em dívida ativa e, antes da propositura da execução fiscal, o judiciário notifica os devedores para comparecer à justiça federal para uma tentativa de conciliação.

(iii) Criação de Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores – após a percepção da necessidade de conferir tratamento diferenciado a determinados créditos, e inspirado na extinta Divisão de Cobrança dos Grandes Devedores do INSS, foi desenvolvido um projeto de criação no Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais, com a elaboração de uma minuta de Portaria, a qual foi submetida à apreciação do Procurador-Geral Federal e do Advogado-Geral da União, sendo acolhida e publicada (Portaria AGU n° 204, de 24/05/2012).

(iv) Implantação do Sistema Único de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais – trata-se da centralização das informações numa única plataforma. O fundamento do sistema é o gerenciamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, possibilitando à Procuradoria Geral Federal (PGF) conhecer a realidade da dívida ativa de todas as entidades representadas com base nas informações contidas em um único banco de dados.

(v) Autuação judicial e arrecadação – desde 2011, a PGF faz controle de todos os atos praticados por suas unidades centralizadas, pela gestão das informações encaminhadas à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB), por meio de tabelas contendo informações acerca de execuções fiscais (ações e valores), inscrições em dívida ativa (n° de inscrições e valores), parcelamentos (n° de ações e valores), impropriedade administrativa (n° de ações e valores), ações de ressarcimento ao erário, entre outras. Assim, tem-se o controle gerencial possível de todas as atividades de cobrança das Autarquias e Fundações Públicas Federais. Além disso, por meio do SIAFI, tem-se a gestão de dados dos valores arrecadados em dívida ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais.

No âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel):

Inicialmente, faz-se necessário apresentar uma análise geral das multas constituídas pela Agência durante o período compreendido entre os exercícios de 2000 a 2012. Entende-se por multas constituídas aquelas apuradas e consolidadas por meio de regular processo administrativo em que não seja mais cabível qualquer recurso, encontrando-se, assim, superada a fase do contencioso administrativo. Somente após o trânsito em julgado, a sanção torna-se líquida, certa e exigível.

Dessa forma, considerando-se o período em referência, constata-se que a Agência constituiu o quantitativo de 33.676 multas, o equivalente a 62% do total aplicado (aproximadamente 54.300 multas).

O quadro seguinte apresenta a situação, em 25/9/2012, das multas constituídas pela Anatel:

MULTAS CONSTITUÍDAS ANATEL
2000 – 2012

MONTANTE ARRECADADO INTEGRALMENTE (A)			
SITUAÇÃO	**FINANCEIRO (R$)**	**FÍSICO**	**PERCENTUAL (FÍSICO)**
Multas Arrecadadas	320.882.916,59	16.756	49,76%
MONTANTE ARRECADADO PARCIALMENTE (B)			
SITUAÇÃO	FINANCEIRO (R$)	FÍSICO	PERCENTUAL (FÍSICO)
Suspensas judicialmente	356.259,97	6	0,02%
Parceladas	45.719,77	73	0,22%
CADIN e/ou Dívida Ativa	226.287,46	268	0,80%
Comunicado (CADIN) expedido	111.997,92	94	0,28%
Comunicado (CADIN) pendente de expedição	13.133,91	17	0,05%
MONTANTE NÃO ARRECADADO (C)			
SITUAÇÃO	FINANCEIRO (R$)	FÍSICO	PERCENTUAL (FÍSICO)
Suspensas judicialmente	894.710.970,28	370	1,10%
Parceladas	2.987.846,96	610	1,81%
CADIN e/ou Dívida Ativa	33.951.955,96	12.655	37,58%
Comunicado (CADIN) expedido	361.645.466,99	2,290	6,80%
Comunicado (CADIN) pendente de expedição	307.929.841,95	537	1,59%
TOTAL – (A) + (B) + (C)	1.922.862.397,76	33.676	100%

1, O levantamento reflete o histórico das multas em 25/09/2012
2. Os montantes integralmente e parcialmente arrecadados correspondem ao valor principal recolhido, sem o acréscimo de juros e correção monetária.
3. O montante ainda não arrecadado corresponde ao saldo devedor principal, desconsiderando os acréscimos monetários.

Das sanções aplicadas e constituídas, 49,76% foram integralmente quitadas, o que corresponde a uma arrecadação de R$ 320.882.916,59. Acrescenta-se a esse montante o valor de R$ 753.399,03, equivalente a parcela das multas quitadas parcialmente.

Em relação ao quantitativo ainda não arrecadado, a Anatel tem adotado as medidas de cobrança necessárias. Desta forma, das 16.920 multas ainda não quitadas, a Agência já inscreveu 38,37% no Cadin e/ou em Dívida Ativa e 2,03% estão parceladas.

Destaca-se que para o quantitativo de 2.384 muitas, equivalente a R$ 361.757.464,91, foram expedidos os comunicados para os devedores informando que o não pagamento deste débito implica a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor publico federal - Cadin, no prazo de 75 dias (art. 2°, § 2°, da Lei n° 10.522/02), podendo acarretar, ainda, a inscrição do nome do devedor em Dívida Ativa (art. 201 do Código Tributário Nacional) e providências judiciais cabíveis.

Após esse prazo legal, caso não haja o pagamento, a Anatel realiza a inscrição do devedor no Cadin e encaminha o processo a Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel, órgão responsável para realizar o procedimento de inscrição em Dívida Ativa e ajuizamento de execução fiscal, ressalvados os casos em que o valor do crédito seja inferior aos limites mínimos previstos no art. 1° da Portaria n° 685/2006/STN (iguais ou superiores a R$ 1.000,00 para Cadin) e no art. 3°, § 1° da Portaria n° 377/2011/AGU (limite de R$ 500,00 para Dívida Ativa) (Obs. Em algumas Unidades da Federação, a Anatel também já iniciou o encaminhamento de processos para inscrição em Dívida Ativa e realização de protesto extrajudicial).

As muitas em fase de notificação (Comunicado Cadin pendente de expedição), de modo geral, correspondem a créditos recentemente constituídos de forma definitiva para os quais ainda não foi expedido o comunicado para inscrição no Cadin. Nessa situação, encontram-se 554 muitas que correspondem a 1,59% do total constituído.

Relativamente ao quantitativo de muitas suspensas judicialmente, este representa 1,12% do total de muitas. A Anatel, por meio de sua Procuradoria, vem atuando na esfera judicial para, a partir da decisão final, adotar as medidas de cobrança que porventura se façam necessárias.

Em termos financeiros estas respondem por 46,55% do montante constituído. Esta relação decorre do fato de que as empresas de grande porte, as quais tendem a recorrer ao Judiciário, respondem por muitas de alto valor.

Cumpre ressaltar, ainda em relação as muitas suspensas judicialmente, que a interrupção da sua exigibilidade pode estar embasada pelo depósito em juízo dos valores devidos. Neste contexto, tem-se como exemplo que, somente na Justiça Federal do Rio de Janeiro (TRF da 2ª Região), até a data de 17/09/2012, já foram depositados R$ 955,7 milhões, referentes às multas aplicadas em Pados (Processo Administrativo de Apuração de Descumprimento de Obrigação) instaurados contra as empresas do Grupo Oi.

O inadimplemento das obrigações para com a Anatel pode ensejar outras implicações, tais como: restrição da certidão negativa de débitos e o impedimento no licenciamento de novas estações.

A regularidade fiscal das prestadoras constitui-se em condição para participar de licitações, requerer outorgas, bem como celebrar contratos com a Agência. Tal requisito se traduz em incentivo à regularização dos débitos das empresas.

No âmbito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq):

A Procuradoria Federal junto à Antaq – PFA (juntamente com outras Procuradorias de Autarquias) tem participado de diversas reuniões de trabalho com a CGCOB/AGU para discutir melhorias na cobrança das multas administrativas, sendo que a última delas ocorreu em 04/07/2012, por ocasião da Reunião do Fórum de Procuradores Chefes das Agências Reguladoras.

Um dos resultados de tais providências é que a Antaq aderiu ao protesto em cartório das multas com valor de até R$ 10.000,00, que será realizado pelas unidades da AGU.

Cabe informar, que a Antaq por meio de sua área de orçamento e finanças, tem exercido um papel de cobrança por via direta aos Agentes Regulados, de forma a proporcionar mais agilidade no pagamento dos débitos inadimplentes.

Em vista disso, no exercício de 2012, foram emitidas 134 Guias de Recolhimento à União (GRU) encaminhando multas, devidamente atualizadas, aos Agentes Regulados no montante de R$ 2.675.546,32 (dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos) dos quais 28,91% foram quitados e recolhidos aos cofres públicos, ou seja, R$ 773.483,75 (setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		VALOR		RECEBIDAS	
	Nº	%	R$	%	R$	VARIAÇÃO-%
Emitidas	117	87,31	2.313.113,16	86,45	608.207,42	26,29
Emitidas e Parceladas	17	12,69	335.100,00	12,52	147.876,69	44,13
Atualização/Juros	-	-	27.333,16	1,02	17.399,64	63,66
TOTAL	**134**	**100,00**	**2.675.546,32**	**100,00**	**773.483,75**	**28,91**

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Essas medidas adotadas pela Antaq em conjunto com a Procuradoria Geral Federal vem no sentido de priorizar a cobrança de multas nos âmbitos administrativo, judicial e extrajudicial, conforme recomendações oriundas do TCU.

No âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT):

O Núcleo de Dívida Ativa da Procuradoria Geral da ANTT vem promovendo a ampliação dos mecanismos de cobrança administrativa, com vistas à implementação de melhorias que possam contribuir para o aumento da eficácia e do desempenho na arrecadação proveniente das multas aplicadas.

A Agência contratou, por intermédio de licitação, empresa para apoiar a Coordenação Jurídica da Dívida Ativa, com a conferência de documentos constantes dos processos administrativos remetidos à Procuradoria-Geral para inscrição em Dívida ativa.

Esta contratação deu celeridade aos procedimentos de inscrição em Dívida Ativa, bem como na identificação daqueles débitos que, em razão de baixo valor, estão dispensados de cobrança, contribuindo para que não haja prejuízos ao erário.

A referida empresa iniciou o apoio à Coordenação Jurídica da Dívida Ativa em novembro de 2011. Desde então a sua contribuição possibilitou a movimentação de milhares de processos, dentre os quais, muitos com risco de prescrição.

Ademais, tendo em vista a necessidade de disciplinar os procedimentos relativos à cobrança de débitos dos processos administrativos sob a responsabilidade da ANTT, e, principalmente, visando maximizar resultados e simplificar procedimentos, a Diretoria-Geral desta Agência Reguladora editou a Portaria nº 102, de 27 de abril de 2012. A referida norma, tendo por base o disposto no art. 3º, §1º, da Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, determinou a dispensa do encaminhamento à Procuradoria-Geral (PRG) dos processos cujos valores atualizados não ultrapassem o montante de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Desta feita, possibilitou-se que os processos objeto desta determinação seguissem os demais trâmites ordinários para sua cobrança no âmbito desta ANTT, e evitaram-se tanto a morosidade, como os ônus decorrentes de eventual cobrança judicial.

Por oportuno, ressalte-se que no ano de 2011 foram inscritos 1.219 débitos em Dívida Ativa da ANTT (valor correspondente a R$ 3.027.770,51), ao passo que no ano de 2012 foram inscritos 4.627 débitos em Dívida Ativa (valor correspondente a aproximadamente R$ 11.964.985,37), havendo um incremento de 379,57% na inscrição dos débitos na Dívida Ativa e 395,18% no valor total de inscrição no período.

No âmbito da Procuradoria-Geral, algumas propostas no sentido de aumentar a arrecadação desta Agência foram apresentadas, tais como a instituição de protesto de títulos e a inscrição de débitos em órgãos restritivos ao crédito (Serasa). Tais medidas ocasionaram melhoria considerável de arrecadação.

O quadro a seguir demonstra a evolução da arrecadação da receita com multas nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que aponta acréscimo significativo. Tomando-se por base o exercício de 2010, houve um acréscimo de arrecadação com multas de 90,25% em 2011 e de 369,68% em 2012.

R$ 1,00

ARRECADAÇÃO DE MULTAS	2010	2011	2012
Multas Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros (Fonte 174)	16.501.362,32	28.762.620,06	60.455.156,00
Multas Descumprimento Contratual/ Regulatório (Fonte 250)	152.860,19	2.922.477,41	1.112.237,00
TOTAL	**16.654.222,51**	**31.685.097,47**	**61.567.393,19**

Fonte: Siafi.

No âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa):

As providências adotadas pela Anvisa compreendem as seguintes ações:

- Produção de pareceres e despachos visando uniformizar e tornar mais claro o entendimento dos servidores da autarquia sobre os aspectos jurídicos das atividades envolvendo a constituição e recuperação de créditos, em especial, no que se refere à prescrição dos créditos decorrentes da aplicação de multa no exercício do poder de polícia;
- Realização de treinamentos de capacitação dos servidores, com enfoque nos aspectos jurídicos e práticos relacionados À prevenção da prescrição dos créditos;
- Recriação da Coordenação de Dívida Ativa na Procuradoria, com a formação da respectiva equipe de servidores e estagiários, que contribuiu significativamente para a melhoria das condições e rotinas de trabalho;
- Realização da migração das atividades de inscrição em dívida ativa para o sistema Sisdat da PGF, a ser concluído de forma gradativa, o que contribuirá para a modernização e eficiência das atividades de cobrança na fase de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial;
- Realização de correições internas em diversas frentes de trabalho, visando identificar e corrigir possíveis falhas procedimentais ocorridas no passado, assim como obtenção de informações para o aprimoramento constante das rotinas internas de trabalho.

No âmbito do Banco Central do Brasil (Bacen):

Foi elaborado, no âmbito da PGBC, estudo sobre o atual estágio das atividades de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos do Banco Central, o qual apontou algumas oportunidades de melhoria com a implantação de novas rotinas de trabalho e a alteração de outras já existentes.

Cumpre pontuar que a adoção dessas novas práticas depende da aprovação de medidas pela Diretoria Colegiada desta Autarquia, consoante o especificado no mencionado estudo, com vistas a prover a PGBC da estrutura material e de pessoal necessária a um melhor cumprimento dos consequentes encargos adicionais.

Dentre as principais propostas do mencionado estudo, destacam-se: (i) centralização da cobrança dos créditos na PGBC, mesmo antes da eventual deliberação por sua cobrança em juízo; (ii) adoção de rotina para protestar créditos extrajudicialmente e incluir o registro do devedor em cadastros como SPC e Serasa; (iii) celebração de convênios com diversas instituições para acesso a bancos de ênfase dados visando obter informações sobre os devedores, sobretudo em relação a sua capacidade de pagamento do crédito; (iv) ênfase na realização de pesquisas em momento anterior à propositura da execução fiscal, tal como hoje já previsto, em certa medida, no Manual de Procedimentos para as Execuções Fiscais do Banco Central, visando à obtenção de informações que auxiliem a definição de estratégias processuais mais eficaz e a promoção de execuções fiscais somente quando houver potencial de resultado efetivo; e (v) desenvolvimento de sistema para acompanhamento das novas rotinas de trabalho, integrando-se com sistemas externos para coleta de dados e automatização de procedimentos.

Com a implantação dessas medidas, o desempenho da cobrança judicial e extrajudicial de créditos desta Autarquia tende a seguir evoluindo para patamares crescentes de efetividade, em linha com o propósito das recomendações do TCU a respeito e sem prejuízo da manutenção das providências que hoje já são adotadas no particular, como a notificação dos devedores pelo Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (Decap) acerca da aplicação da multa e do prazo para pagamento; o encaminhamento do crédito não quitado, pela mesma área técnica ao Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (Desig), para inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin); e a realização de diligências de pesquisa pela PGBC, bem como a busca por eventual acordo extrajudicial, na forma da legislação, antes mesmo do ajuizamento da execução fiscal, conforme o especificado no item III do Capítulo I do referido Manual de Procedimentos para as Execuções Fiscais do Banco Central.

No âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade):

Além das condutas descritas para a recomendação V, vale mencionar dois mecanismos utilizados com maior intensidade pelo Cade nos últimos anos e que tem contribuído para uma maior arrecadação de valores pelo órgão.

O Cade possui política de realização de acordos em processos administrativos ainda em trâmite (chamado Termo de Compromisso de Cessação - TCC), nos termos do art. 53 da Lei 8.884/94, que eventualmente incluem o pagamento de contribuição pelas partes requerentes.

No ano de 2011 foram firmados três TCCs com pagamento de contribuições: um no valor R$ 30.900.000,00; outro no valor de R$ 200.000,00; e outro no valor de R$ 16.752.565,05; que totalizam o valor de R$ 47.852.565,05. No entanto, cabe esclarecer que apenas os dois últimos foram integralmente recolhidos e que o primeiro encontra-se em fase de pagamento parcelado, tendo sido recolhidos até dezembro de 2011, o valor de R$ 694.090,31.

O Cade também realiza acordos judiciais em processos que discutem a aplicação de multa. Tais acordos também possuem impacto na arrecadação.

No exercício de 2011 considerando as multas recolhidas e o pagamento de parcelas relativas a acordos judiciais e termos de compromisso de cessação, foi arrecadado o valor de R$ 30.536.112,68. Desse total, R$ 8.157.048,55 são oriundos do cumprimento de acordos judiciais.

Vale ressaltar que, dada a política do Cade de autorizar o parcelamento do pagamento de acordos judiciais e TCCs, há previsão de arrecadação anual, considerada apenas essas fontes, de valores superiores a R$ 25.000.000,00 até o ano de 2015.

Diante do exposto, considera-se que as medidas de aperfeiçoamento das atividades de cobrança judicial e extrajudicial do CADE, realizadas por meio da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, envolvem:
(i)Aprimorar os serviços prestados no sentido de auxiliar as partes que tenham a intenção de realizar pagamentos voluntários;
(ii) Manter a análise de cumprimento de decisão conectada com o setor de ajuizamento de execuções fiscais, para permitir uma reação rápida do Cade no caso de não pagamento das multas no prazo legal;
(iii) Realizar correições frequentes para garantir que nenhum crédito deixe de ser executado de forma célere;
(iv) Aprimorar a cultura de se pronunciar rapidamente em processos judiciais, antes da apreciação de pedidos de liminar, de forma a manter em um padrão elevado a quantidade créditos garantidos em juízo;
(v) Realizar correições frequentes nos processos judiciais para verificar a idoneidade e manutenção das garantias fornecidas.
(vi) Fortalecer os programas de negociação de TCCs e de acordos judiciais.

No âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Com relação à recomendação para que a CVM, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal, avalie a adoção de medidas extrajudiciais para aumentar a efetividade da cobrança das multas aplicadas, constante do item VI do mencionado acórdão, informamos que a CVM, por intermédio de sua Procuradoria Federal Especializada, está inserida no projeto da Procuradoria-Geral Federal que visa ao protesto cartorário de Certidões de Dívida Ativa cujo valor não ultrapasse R$ 10.000,00 (dez mil reais). A implementação de medidas extrajudiciais de cobrança requer alguns ajustes no sistema de dívida ativa, que já se encontram em fase de desenvolvimento. A expectativa é de que iniciemos a nova modalidade de cobrança ainda no exercício de 2012.

No âmbito do Instituto Bras. Do Meio Ambiente e dos Recursos Nat. Renováveis (Ibama):

Quanto à avaliação pelo IBAMA da adoção de medidas extrajudiciais para aumentar a efetividade da cobrança das multas aplicadas, observar a resposta constante no item IV, deste documento.

No âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro):

Ressaltamos que o Inmetro, de forma pioneira na administração pública, desde o ano de 2006, passou a protestar seus títulos executivos extrajudiciais, o que foi interrompido em determinado período, uma vez que a Procuradoria-Geral Federal, que sustentou a necessidade de se adotar esta medida extrajudicial, informando àquele Conselho os resultados obtidos pelo Inmetro quando da implantação da sistemática, tendo atingido percentuais de 58% de adimplência dos títulos protestados.

O CNJ acolheu a proposição da PGF, recomendando que a prática fosse adotada para todos os entes de direito público federais representados pela PGF.

A partir deste momento a própria PGF envidou esforços para retomar o protesto dos títulos do Inmetro, como um projeto piloto que, tão logo implementado, trouxe resultados significativos, não só em relação à arrecadação, mas, principalmente, pela contribuição à mudança de cultura junto aos cidadãos e à efetividade do poder de polícia administrativa.

As medidas extrajudiciais à cobrança e recuperação dos créditos do Inmetro, também se efetivaram de forma sistêmica em todo o país, com a recobrança dos créditos em controle no sistema de TI implantado em todas as Unidades da Federação. Caso o crédito não seja quitado, efetivamos a inscrição do crédito em DA para posterior protesto e, se for o caso, a execução fiscal.

Do mesmo modo, utilizamos a ferramenta do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados (Cadin), via sistema de TI, para compelir os devedores à quitação de seus débitos.

Assim, entendemos que as medidas adotadas pelo Inmetro, desde o ano de 2006, tem se mostrado eficazes à recuperação de nossos créditos, o que está nitidamente demonstrado no próprio relatório do TCU.

No âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep):

"Em sua manifestação, a Coordenação-Geral de Julgamento (CGJUL) esclareceu que, antes de solicitar a inscrição do débito em Dívida Ativa da União, faz cobrança ao ente fiscalizado, por meio de Ofício de Intimação, informando que, caso não haja o pagamento, o débito será inscrito em Dívida Ativa e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

Apesar de a legislação vigente estabelecer que cada devedor deverá ser cadastrado uma única vez por órgão ou entidade credora, independentemente da quantidade de operações existentes em seu nome passíveis de inscrição no Cadin, a Susep mantém um cadastro próprio no qual são anotadas as dívidas subsequentes à primeira, a qual efetivamente gerou a inscrição no Cadin. Dessa forma, havendo a quitação de uma das obrigações e, caso constem outras dívidas registradas no cadastro Susep, o devedor continuará inscrito no Cadin.

A CGJUL acrescentou que o sistema de cobrança administrativa da Susep é eficiente, quando aplicado às entidades que estão operando normalmente dentro do Sistema Nacional de Seguros. A dificuldade existe quanto às entidades que não estão mais operando, a exemplo daquelas empresas que tiveram decretada a liquidação extrajudicial. Nesses casos, os processos sancionadores a elas vinculados seguem a tramitação normal. Todavia, havendo o trânsito em julgado, os autos são

encaminhados À Procuradoria Federal junto à Susep para que o crédito seja inscrito em Dívida Ativa da União, Devido aos normativos que regem o regime de liquidação extrajudicial, os créditos das sociedades sob este regime são inexigíveis pelo tempo que ele perdure, sendo somente inscrito no Quadro Geral de Credores.

A Procuradoria Federal junto à Susep, em sua manifestação, esclareceu que as medidas extrajudiciais possíveis por parte desta PF-Susep seriam a cobrança amigável, que sempre é feita pela PF-Susep, e o protesto do crédito. Acrescentou que a resposta fornecida em relação ao Acórdão 1.325/2012 é suficiente para os esclarecimentos necessários, não havendo necessidade de maiores digressões sobre a matéria.

Sendo assim, transcrevemos, a seguir, a manifestação da Procuradoria contida no Expediente nº 90-000005/2012 cujo objeto foi o "Protesto de Certidões de Dívida Ativa dos Créditos da SUSEP" (resposta referente ao item 9.2.7 do Acórdão TCU nº 1.325/2012.

"Quanto ao Protesto extrajudicial, vislumbra-se que a Lei nº 9.242/97 trouxe modificações ao instituto permitindo o protesto de títulos e outros documentos de dívida, não somente de natureza cambial, entendendo o e. Conselho Nacional de Justiça – CNJ pela legalidade do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, em decisão da 103ª Sessão Ordinária, de 20 de abril de 2012 (Ato n º 0007390-36.2009.2.00.0000).

Nesse contexto, após pesquisa e colheita de informações sobre normativos da AGU e da PGF que tratassem do tema, nos deparamos com o Memorando-Circular n° 11/PGF/AGU de 31 de agosto de 2010, que instituiu projeto piloto para o protesto de CDAs pelo prazo de 120 dias, disciplinando a matéria no ambiente de competência da Procuradoria Geral Federal quanto aos créditos das Autarquias e Fundações Públicas.

O referido Memorando-Circular, (...), autoriza no âmbito da Procuradoria Geral Federal projeto para efetivação de protesto das CDAs referentes aos créditos inscritos em dívida ativa, sem execução fiscal ajuizada, apenas com relação aos seguintes órgãos: INMETRO, DNIT e ANP.

Tal relação se mostrou taxativa e exclusiva, sendo limitada a autorização apenas às unidades regionais da PGF localizadas no RJ e em SP, com relação àqueles órgãos, sendo pormenorizadas regras e orientações para o protesto por aquelas procuradorias regionais.

O Manual de Cobrança e Recuperação de Créditos, constante da página da PGF na internet e elaborado pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB), nos traz um resumo da questão em seu Capítulo XVIII, explicando que "o Memorando-Circular PGF/AGU n°11 de 31/08/2010 regulamentou essa questão estabelecendo, inicialmente, um projeto piloto de 120 dias envolvendo somente as CDAs do INMETRO, ANP e DNIT até RS 10.000,00 (dez mil reais) a serem protestadas somente pelas PRFs da 2ª e 3ª Regiões. Tal medida foi adotada para que tenhamos mais segurança no projeto e não corramos o risco de enviarmos títulos nulos para protesto."

Ocorrida a Implantação e execução deste projeto piloto, foi expedido o Memo-Circular/AGU/PGF/CGCOB n° 73/2010, de 19 de novembro de 2010, divulgando o primeiro relatório do protesto de CDAs, informando sobre o sucesso obtido com a nova medida e sobre a intenção de "estender essa ferramenta para outras unidades da PGF, hem como para outras Entidades por nos representadas" (...).

No mesmo diapasão, foi editada a Portaria Interministerial n° 574-A, de 20 de dezembro de 2010, onde o Sr. Ministro de Estado da Fazenda e o Sr. Advogado-Geral da União resolvem que as CDAs da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, independentemente do valor, poderão ser levadas a protesto extrajudicial, determinando a PGFN e a PGF, no âmbito de suas respectivas atribuições, a expedição de normas e orientações concernentes a matéria (...).

Dessa feita, após a edição da referida Portaria não logramos localizar outro normativo da PGF que regulamentasse a matéria, estendendo a determinação de protesto das CDAs a outras Procuradorias e Autarquias.

Inobstante, colhemos informações junto a Procuradoria Regional Federal da 2ª Região – PRF2, a qual estamos vinculados, dando conta que a definição de quais autarquias fariam parte do projeto, bem como a fixação de diretrizes e orientações, seriam feitas pela CGCOB/PGF através de ato próprio.

Tal informação se coaduna com o disposto no Despacho do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos n° 38/2012, lançado dentro do processo n° 00400.006960/2012-12, aprovado em 23 de agosto de 2012 pelo Sr. Procurador-Geral Federal, onde ao responder a recomendação do TCU, coloca em seu item 2.1, entre as metas da PGF para o ano corrente, a inclusão de todas as unidades estaduais da PGF em que haja autorização administrativa do Tribunal de justiça local ou Lei do respectivo Estado autorizando os cartórios a não cobrarem os emolumentos prévios da União, dentro do projeto de Protesto das CDAs, bem como incluindo também algumas das autarquias e fundações públicas federais representadas. Não sendo citada, contudo, a SUSEP (...).

O mencionado Despacho traça, ainda, como um dos objetivos finais a criação de módulo de protesto de CDAs, dentro do Sistema Único de Divida Ativa da PGF (SISDAT), proporcionando o envio automático dos 35ncontra inscritos em divida ativa de todas as 156 (cento e cinquenta e seis) entidades representadas diretamente para as centrais dos tabelionatos de protesto dos Estados, tornando a atividade plena.

Assim, de todo o exposto acima restam claras algumas conclusões. Quais sejam: (i) que a Portaria PGFN n° 321/2006 não se aplica aos créditos da SUSEP, administrados e cobrados pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), mas sim aos créditos administrados e cobrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); (ii) que a efetivação do protesto dos créditos das Autarquias e Fundações Públicas, ainda esta em fase inicial no âmbito da PGF, não tendo sido estendido a todas as entidades por ela defendidas; (iii) que cabe a PGF/CGCOB a administração e indicação de quais procuradorias e autarquias ou fundações farão parte do programa, de acordo com critérios objetivos definidos; (iv) que a determinação e regulamentação de como será efetivado o protesto dos créditos da SUSEP dependerá de ato próprio da PGF/CGCOB; e (v) que se encontra nos planos e metas de curto prazo da PGF/CGCOB a efetivação do protesto dos créditos de todas as 156 entidades representadas pela PGF.

Dessa forma ,(...), ponderando que esta Procuradoria Federal junto a SUSEP depende de ato a ser editado pela PGF/CGCOB, normatizando e regulamentando o protesto de certidões de dívida ativa para a autarquia, de modo a possibilitar o cumprimento da recomendação contida no item 9.2.7 do v. Acórdão do TCU n ° 1.325/2012, o que, ao que tudo indica, está no plano de metas para este ano da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF."

VII. à Secretaria da Receita Federal do Brasil que informe à Controladoria-Geral da União, a cada exercício, os valores do estoque dos créditos tributários e previdenciários parcelados decorrentes das Leis 11.941/2009 e 11.960/2009, para inclusão na Prestação de Contas do Presidente da República, visando ao cumprimento do art. 71, inciso I, da Constituição Federal (item 3.3.2.3);

No âmbito do TC nº 018.336/2012-4, que trata do acompanhamento da conformidade da evolução da arrecadação de receitas, o Tribunal de Contas da União, no corrente ano, já havia solicitado, por intermédio do

Ofício de Requisição nº 03-742/2012-TCU/SEMAG, de 11/07/2012, o montante do estoque de parcelamentos, previdenciários e não previdenciários, até o mês de junho de 2012, especificados por programa de parcelamento.

A resposta ao Ofício de Requisição citado constou da Nota Técnica RFB/Codac/Dapar nº 172, de 24 de agosto de 2012, encaminhada ao Tribunal por intermédio do Ofício nº 51/2012-RFB/Audit/Diaex, de 3 de setembro de 2012. Dessa Nota Técnica, extraímos as seguintes informações, referentes a julho de 2012, as quais evidenciam que esta Secretaria da Receita Federal do Brasil adotou providências para levantar os valores dos estoques de parcelamentos, atendendo, também, às recomendações constantes do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo:

> **XI)** Lei nº 11.941/09 (unidade: R$ 1,00 milhão)

- Estoque de créditos de origem previdenciária: 16.845,30;
- Estoque de créditos de origem fazendária: 53.237,14;
- Total do estoque de créditos: 70.082,44.

Informamos que o sistema destinado ao programa de parcelamento da Lei nº 11.941/2009 foi concluído; porém, o gerencial destinado ao controle do estoque desses parcelamentos ainda está sendo implementado. Os valores acima apresentados correspondem ao valor consolidado na negociação nos períodos de abril a agosto de 2011, subtraído da arrecadação até o mês de julho de 2012. Trata-se, portanto, de valores estimados.

b) Parcelamentos previdenciários não consolidados (Lei nº 11.960/09 – Órgãos do Poder Público, Instituições de Ensino Superior, Santas Casas de Misericórdia, Ingresso Simples Nacional 2009 e estoque residual do Ordinário em fase de consolidação) (unidade: R$ 1,00 milhão).

- Estoque de créditos de origem previdenciária: 17.150,01.

Em relação aos parcelamentos previdenciários da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, informamos que o montante acima informado também se trata de valor estimado. O sistema destinado ao controle desse programa de parcelamento possui cronograma de desenvolvimento previsto para ser concluído até junho de 2013.

Além disso, ressaltamos que o valor supracitado totaliza parcelamentos previdenciários referentes a várias leis, conforme discriminação realizada.

VIII. à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, que realizem estudos para estabelecer critérios e métodos que permitam a adequada classificação dos benefícios tributários e previdenciários por função orçamentária (item 3.3.4);

No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB):

Foram realizados contatos por parte desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de previsão e Análise de Arrecadação, com a Secretaria de Orçamento Federal, com vistas a debater sobre classificação dos gastos tributários por função orçamentária. Os dados estão sendo levantados. Por motivo de incompatibilidades anteriores de agenda, as reuniões entre os representantes das duas Secretarias ainda serão realizadas.

No âmbito da Secretaria de Orçamento Federal (SOF):

O que é a classificação funcional da despesa

A Classificação Funcional da despesa é uma estrutura de classificação da despesa pública que intenta demonstrar as funções ou objetivos socioeconômicos que uma dada unidade de governo visa atender mediante sua política de dispêndios. Pode ser utilizada tanto no âmbito das estatísticas fiscais quanto no do orçamento público. Ao lado da classificação econômica, é considerada um dos esquemas de classificação do gasto público necessários à geração de estatísticas fiscais, de acordo com o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional de 2001 (GSFM 2001) .

Na década de 40, do século passado, esta classificação inaugura o que a literatura denomina de “orçamento por desempenho”, tendo sido sistematizada em âmbito internacional, primeiramente, no Manual para Classificação Econômica e Funcional das Transações Governamentais (Manual da ONU/58), publicado em 1958 pela Organização das Nações Unidas (ONU). A introdução da classificação funcional no Brasil remete ao Decreto nº 2.416, de 1940, o qual trazia um embrião da estrutura funcional na forma de uma tabela de classificação por serviços. Entretanto, será a Lei nº 4.320/1964 o primeiro normativo a referir-se, literalmente, a uma estrutura funcional.

Na mesma linha, o Manual de Orçamento por Programas e Realizações , publicado em 1971 pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Geral com base em edição da ONU, dispõe que a classificação funcional agrega as ações governamentais por serviços definidos prestados ao público, independentemente da unidade institucional por elas responsável. Por serviço, entende-se a finalidade imediata ou de curto prazo da atuação estatal, de maneira que não é propósito da classificação funcional informar os objetivos governamentais de longo prazo. Como dispõe Machado Jr. (1979) , se assim o fosse, as próprias categoriais funcionais tornar-se-iam esvaziadas de conteúdo e as distinções a que se prestam (quanto se aplicou em educação? Ou em saúde?) perderiam sua razão de ser.

Machado Jr. (1967, a), ao analisar a classificação funcional, afirma sua insuficiência para o acompanhamento das políticas de gastos do governo, pois a funcional não evidencia objetivos e parâmetros definidos para avaliação das políticas. Aponta, assim, a necessidade de uma classificação complementar que evidencie, em termos de custos e objetivos/metas, aquilo o governo deve realizar, o que se materializa na estrutura programática. Desta forma, é comum a apresentação conjunta das classificações funcional e programática, em geral associadas ao modelo do orçamento-programa.

História recente da utilização da classificação funcional no Brasil

A classificação funcional foi introduzida no que Core (2004) caracteriza como a primeira reforma orçamentária do Brasil, com o advento da Lei nº 4.320/1964. Em verdade, já anteriormente, o Decreto nº 2.416/1940 , ao estabelecer princípios fundamentais para a elaboração e

padronização dos orçamentos estaduais e municipais, trazia uma estrutura de classificação cujos grupos de contas eram denominados de serviços e subserviços (MACHADO Jr., 1979), em abordagem semelhante a uma classificação funcional. Em que pese o caráter modernizador do Decreto nº 2.416/1940, prevaleceu uma prática orçamentária assente no controle dos meios. (CORE, 2004).

É na Lei nº 4.320/1964, norma geral de direito financeiro aplicável a todos os entes federativos, que um esquema funcional de classificação foi, expressamente, mencionado. Em seu Anexo V, elenca um rol de funções e subfunções, assemelhado ao contido no Manual da ONU/58 então vigente (MACHADO Jr, 1967,b) . Nas duas tabelas, cada função contém uma subfunção "Administração", a agrupar as atividades de unidades centrais não alocáveis em uma subfunção particular. As despesas não funcionais são delimitadas em ambos os instrumentos: no Manual da ONU/58, mediante um grupo próprio de funções, e na Lei, por meio da função "Encargos Gerais" e seus desdobramentos. Quanto ao restante, a despeito das distintas nomenclaturas e subdivisões, o teor dos planos é bastante aproximado, variando o grau de agregação dos serviços, o que pode ser observado no Apêndice II. A discriminação na classificação da Lei nº 4.320/1964 dos setores de indústria de base/infraestrutura condiz com o estágio da economia brasileira à época e a ênfase nos planos de industrialização. Não havia menção à matricialidade na operação dos sistemas.

De acordo com Machado Jr. (1967,a; 1979), no entanto, a estrutura funcional assumia, no contexto da Lei nº 4.320/1964, caráter subsidiário em face da classificação econômica, na medida em que em nada se ocupou o legislador com a definição, na Lei, do seu conteúdo. De toda forma, os avanços em relação ao rol do Decreto nº 2.416/1940 eram notáveis.

A edição do Decreto-Lei nº 200/1967 – referência do segundo movimento de reforma do sistema orçamentário brasileiro, ao positivar o orçamento-programa (CORE, 2001; 2004) – e os orçamentos federais a ele subsequentes, entretanto, concederam vida curta ao esquema funcional constante da Lei nº 4.320/1964. Como anota Machado Jr. (1979), o orçamento da União para o exercício de 1969, a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 16 do Decreto-Lei nº 200/1967, continha um rol próprio de programas e não aludia a funções, com o que "aboliu, sem nenhum ato formal de revogação, o rol de funções aprovado pela Lei nº 4.320/64, em seu Anexo V. Resultou daí que a padronização, tão querida por essa lei, deixou de existir quanto às categorias funcionais". (MACHADO Jr., 1979, p. 61-62). Em seguida, Estados e Municípios passaram a trabalhar com estruturas singulares de classificação, afetando a análise consolidada do setor público nacional e a uniformidade da linguagem orçamentária utilizada no Brasil. (CORE, 2004).

No intuito de contornar o problema, a União criou, em 1973, o Projeto SOF com o objetivo de desenvolver uma nova classificação funcional para todos os entes da federação. Dos trabalhos, resultou a edição da Portaria nº 09/1974, a qual, além de padronizar a estrutura funcional-programática, estabeleceu as categorias que comporiam o orçamento-programa. Quatro eram os níveis de classificação do sistema: a função; o programa; o subprograma; e o projeto/atividade, sendo que os três primeiros, além de exaustivamente arrolados na Portaria, associavam-se conforme o princípio da tipicidade. (MACHADO Jr, 1979). Isso induziu a que as estruturas funcional e programática, distintas, como mencionado anteriormente, passassem a ser tratadas como um único esquema híbrido (CORE, 2004) , e, sobretudo, tornou o ato de classificar algo meramente formal e sem substância, dado que o rol de funções, programas e subprogramas estava previamente definido e, assim, apartado de qualquer exercício de formulação de políticas e definição de objetivos. (CORE, 2001; 2004). A Portaria nº 09/1974 sofreria atualizações posteriormente sem que, contudo, fosse alterado seu modelo.

A partir dos anos 80, as iniciativas de reforma gerencial do Estado dão início à reorientação dos sistemas de planejamento e orçamento. (CORE, 2001; 2004) em que o eixo central do sistema de orçamento-planejamento tornou-se o programa, unidade básica de gestão. Tal inovação, contudo, exigiria alterações na classificação funcional-programática então vigente, devido à rigidez que impunha pela padronização da estrutura de programas aos diversos entes da federação. (CORE, 2001; 2004). Assim, em 1999 é publicada a Portaria MOG nº 42/1999, ainda em vigor, desmembrando a classificação funcional-programática nas duas classificações originais: a funcional, representada pelas funções e subfunções, válidas para todos os entes da federação, e com o propósito de consolidar as despesas públicas por áreas; e a programática, de livre elaboração por cada ente, conforme os problemas a serem enfrentados.

A Portaria MOG nº. 42/1999 atualizou o plano de classificação funcional da Lei nº 4.320/1964 e definiu conceitos de função e subfunção:

Função: entende-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
Subfunção: representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

O elenco de contas da Portaria MOG nº 42/1999 trouxe 28 funções, com número variado de subfunções associado a cada uma delas, preservando boa parte dos títulos que já compunham elencos anteriores instituídos pela SOF. Manteve-se a função "Encargos Especiais", a englobar despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações, transferências, operações de crédito e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. Com isso, uma parcela importante de gastos vinculados a setores de políticas não aparece vinculada a sua respectiva função no orçamento do ente transferidor, subestimando os dispêndios por função.

Em consonância com a Portaria nº 09/1974, a estrutura funcional da Portaria MOG nº 42/1999 é apresentada com base no princípio da tipicidade, e possibilitou, da mesma forma, a livre combinação entre funções e subfunções (no que se denomina de matricialidade), preservando, desse modo, uma distorção.

A Portaria MOG nº 42/1999 não cuidou de estabelecer a descrição de cada função e subfunção da classificação funcional, limitando-se aos títulos, como apontado na Lei nº 4.320/1964. Atualmente, a classificação funcional é obrigatoriamente apresentada, nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), para cada ação, por comando das respectivas LDOs e sua alteração depende da abertura de

créditos adicionais. Mais uma vez, a classificação funcional, em princípio um esquema classificatório voltado, marcadamente, para evidenciação consolidada do dispêndio público, incorporou-se a estrutura programática do orçamento, objeto de aprovação, enrijecendo-o.

COFOG – Classification of the Functions of Government:

Dentro do esforço de produzir e aprimorar a padronização metodológica das estatísticas nacionais, a ONU, publicou em 2000, uma versão mais recente de esquema de classificação funcional de despesas públicas, denominada de Classification of Functions of Government (COFOG, na sigla em inglês). Essa proposta de classificação, foi por sua vez, adotado pelo Government Finance Statistics Manual (GFSM) que é uma publicação do Fundo Monetário Internacional (FMI) que estabelece metodologia e orientações para o levantamento de estatísticas fiscais, sendo sua última versão de 2001.

A COFOG apresenta três níveis: o primeiro, formado por dez divisões; o segundo, por grupos que especificam o nível anterior; e o último, por classes . Similarmente a sistemas funcionais anteriores, a classificação de uma despesa pela COFOG independe da forma como é executada, possibilitando a análise de tendência dos gastos públicos ao longo do tempo, uma vez que trata a transação ou conjunto de transações em si, independentemente da unidade organizacional por elas responsável. Pelo mesmo motivo, favorece ainda a possibilidade de comparações internacionais.

Uma característica importante da COFOG, é que a mesma apresenta uma descrição relativamente detalhada dos gastos que são passíveis de serem classificados em cada uma de suas classes, indicando ainda as despesas que não podem ser classificadas em cada dessas mesmas classes. Tal expediente além de facilitar tarefa de classificação de uma dada despesa pública, reduz muito a imprecisão e discricionalidade do agente classificador.

Gastos Tributários:

A Constituição Federal (CF/88), em seu art. 165, § 6º, determina que o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), por sua vez, determina que se inclua no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias Anuais (LDO), demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e, em seu art. 14, estabelece regras e define conceitos relativos à matéria. Nos termos do §1º do citado dispositivo, "... a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado."

A Lei Orçamentária Anual (LOA) traz, a título de informações complementares, o Demonstrativo dos Gastos Tributários (DGT), em cumprimento ao art. 165, §6º, da CF/88. Nele estimam-se todos os benefícios tributários vigentes, apresentados por tributo, modalidade, função orçamentária e região. O tratamento de renúncias de receitas como um gasto, de natureza tributária, encontra amplo respaldo na literatura econômica. De acordo com Jimenez e Podestá , subjaz à terminologia a idéia de que os montantes renunciados poderiam ter sido arrecadados e aplicados com o mesmo ou diferente propósito ; há, pois, em alguns casos, na decisão de renúncia, um custo de oportunidade implícito, o que justificaria sua evidenciação em âmbito orçamentário.

A OCDE, em documento dedicado ao tema publicado em 2004, conceitua gasto tributário como a transferência de recursos públicos realizados mediante a redução de obrigações tributárias, tendo por referência um marco analítico amplo e unificado. Constituem os gastos tributários uma das modalidades do que se denomina "back door expenditures": despesas públicas custeadas com receitas que integram o orçamento público, mas autorizadas, materialmente, por leis dissociadas do processo ou ciclo orçamentário.

O reconhecimento de um gasto tributário implica um exercício de discriminação; dado um tributo, faz-se necessário distinguir seu marco analítico (benchmark), ou, em outras palavras, os aspectos gerais que o qualificam, de eventuais desvios ou exceções que caracterizam um gasto tributário. Em todo caso, no entanto, subsiste algum grau de imprecisão quanto aos componentes estruturais de um tributo, o que sujeita a estimativa do gasto a divergências metodológicas.

Classificação Funcional Brasileira atual – Algumas limitações:

A classificação funcional de despesa utilizada atualmente pelo Brasil possuiu algumas características, que torna o seu uso mais apropriado para a classificação de despesas orçamentárias. A utilização dessa estrutura de classificação para outros tipos de despesas comporta inevitavelmente graus variados de imprecisão.

O modelo atualmente utilizado pelo Brasil foi concebido e está voltado para primordialmente a utilização nas despesas orçamentárias. Não se pensou em classificações genéricas ou que envolvessem outros tipos de dispêndios além dos previstos na lei orçamentária anual. Isso pode ser facilmente verificado se consideramos que nenhumas das classificações funcionais utilizadas no Brasil, e em particular a atual, se preocuparam em estabelecer uma tipificação ou descrição, ainda que sucinta, das despesas públicas que deveriam ser classificadas no âmbito de cada função e/ou subfunção. Tal característica torna o trabalho de classificação bastante impreciso, a não ser que se utilizem as informações disponibilizadas nas demais classificações da despesa orçamentária, como a categoria econômica, a institucional e a principalmente a descrição e o objetivo da ação orçamentária onde está alocada a referida despesa. Essas informações só existem para as despesas orçamentárias, não sendo possível, obtê-las para dispêndios não orçamentários.

Outro aspecto importante que se pode observar da atual sistemática de classificação funcional adotada pelo Brasil, é que essa classificação, define as funções de governo de forma aderente a estrutura de organização dos Poderes, particularmente do Poder Executivo. Desta forma existe quase uma ligação direta entre as funções de governo e a estrutura ministerial. Tal procedimento, adequa-se perfeitamente para a classificação de despesas orçamentárias, permitindo a ligação entre as ações desenvolvidas pelos diversos Ministérios as funções e subfunções. No entanto, para as despesas não

orçamentárias, tal situação traz dificuldades para a realização da classificação, permitindo várias interpretações e classificações possíveis.

Análise da utilização da Classificação Funcional na DGT:

Os gastos tributários, como já foi mencionado, podem ser definidos como a utilização do "sistema tributário para promover determinados objetivos políticos, como incentivar a poupança estimular o emprego e proteger a indústria nacional. Neste caso, em vez de dar um subsídio ou transferência para os contribuintes que pretendam beneficiar, se optar por reduzir suas obrigações fiscais ; ".

Portanto os gastos tributários não são despesas orçamentarias e sim uma não realização de receita tributária, com vista à realização de uma política pública. Poucos países do mundo utilizam à classificação funcional orçamentaria para classificar esses gastos. Isso se deve a dificuldades inerentes a esse processo, particularmente quando se trata de impostos e contribuições indiretos.

Desta forma quando se pretende utilizar a classificação funcional para esses gastos, há de se assumir um grau maior imprecisão e discricionalidade do classificador que, no entanto não resulta em erros de classificação, apenas em uma escolha particular do classificador.

A Receita Federal do Brasil – RFB é responsável pela mensuração das renúncias de receitas federais. Com efeito, em atendimento ao art. 165, § 6º da Constituição Federal, publica em sua página de internet, anualmente, o Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT). Este apresenta a previsão para o exercício subsequente dos montantes de gasto tributário, discriminados por região geográfica, por tributo e associados às funções orçamentárias governamentais. Ademais, a RFB publica anualmente, o Demonstrativo de Gastos Tributários – Bases Efetivas, que apresenta a estimativa de gastos tributários produzida com base em dados efetivos, relativa aos exercícios anteriores.

A RFB, responsável pela publicação do Demonstrativo dos Gastos Tributários, efetua a classificação das renúncias tributárias no rol de funções orçamentárias previstas na Classificação Funcional.

Os Gastos Tributários, como já assinalado, são dispêndios governamentais indiretos, realizados por meio do sistema tributário. Podem ser entendidos como dispêndios não-orçamentários e conforme exposto anteriormente, não apresentam aquele conjunto de informações adicionais para subsidiar sua Classificação Funcional.

Dessa maneira, a tarefa de classificar as renúncias em funções orçamentárias deve ser apoiada na análise da norma desonerativa, com o objetivo de identificar suas principais características, exemplificadas a seguir: (i) a situação fática desonerada; (ii) os tributos envolvidos; (iii) o objeto favorecido; (iv) os sujeitos e os beneficiários da medida; (v) a área geográfica de abrangência; (vi) o prazo de aplicação; (vii) o alcance e os objetivos da política.

De posse dos elementos disponíveis resultantes dessa análise, após discussão interna, efetua-se a associação da renúncia com a função orçamentária que mais se aproxima do objetivo da ação governamental.

Em função da ausência de elementos objetivos para a classificação, o resultado da análise pode gerar argumentos para a classificação da renúncia em diferentes funções orçamentárias.

Caso Específico: Lei da Informática (8.248/91):

A motivação do Tribunal de Contas da União – TCU para efetuar a recomendação em questão está exposta no Relatório do Acórdão nº 1204/2012 – Plenário, no item 3.3.4 – Renúncias de Receitas.

Na análise efetuada pela equipe técnica do TCU, a renúncia tributária decorrente da Lei 8.248/1991 (Lei de Informática) deve ser associada à função orçamentária Ciência e Tecnologia, enquanto o DGT atribui o mesmo benefício à função Indústria. Esse caso é um exemplo onde é possível classificar o gasto tributário em mais de uma função orçamentária.

Como argumentos a favor da classificação na função Indústria apontamos: (i) os beneficiários da renúncia são as empresas fabricantes dos bens de informática e automação; (ii) a lista de bens é ampla, englobando até telefones celulares e injeção eletrônica; (iii) os bens devem ser produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, (iv) os objetivos dessa renúncia também se entrelaçam com a Política Industrial.

Como argumentos a favor da classificação na função Ciência e Tecnologia apontamos: (i) para usufruir dos benefícios é exigido investimento em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação; (ii) lista de bens ampla, englobando produtos de tecnologia; (iii) alinhamento dos objetivos com a Política de Ciência e Tecnologia; (iv) gestão do benefício a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT (concessão, acompanhamento, prestação de contas).

Dessa forma, pode-se afirmar que esse benefício possui argumentos para ser classificado tanto na função orçamentária Indústria, quanto Ciência e Tecnologia. A associação a uma dessas decorre da escolha do analista em dar maior ou menor peso e ênfase aos argumentos apresentados.

Conclusão e Recomendação:

Assim, como o objetivo de avançar na análise para enquadramento mais adequado na Classificação Funcional dos gastos tributários, a sugestão seria adotar, como um critério objetivo para a classificação, a existência de órgão gestor da renúncia.

Desse modo, se na legislação instituidora do benefício que resulte em renúncia fiscal houver a indicação de órgão gestor, esta renúncia será associada à função orçamentária gerida pelo órgão governamental responsável.

A adoção desse critério se coaduna com as características da Classificação Funcional da despesa orçamentária direta, visto que aproxima as funções de governo com a estrutura ministerial, da mesma forma que iria ao sentido de atender à recomendação do Tribunal de Contas.

Diante do exposto, a RFB conduzirá estudo interno com o objetivo de revisar a classificação por função orçamentária, devendo constar a motivação para cada classificação e destaques de eventuais reclassificações.

Esses mesmos dados integrarão o anexo metodológico do DGT PLOA e serão explicitados no corpo do texto dessa publicação, na seção destinada à descrição dos gastos tributários incluídos no relatório.

IX. ao Ministério da Fazenda, em conjunto com o Banco Central do Brasil e a Procuradoria-Geral Federal, que adotem providências visando à elaboração de plano de ação conjunta, no prazo de 90 dias, para que sejam conciliados os valores de arrecadação da dívida ativa constante do Siafi com aqueles registrados nos sistemas próprios de dívida ativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Bacen, quantificando os valores das ocorrências de situações que impactam ou não o Siafi, decorrentes dos sistemas próprios de dívida ativa (item 3.3.2.3);

Providências adotadas no âmbito do Banco Central:

O Banco Central do Brasil, por meio de seu sistema de contabilidade, manterá o envio sistemático das informações sobre a arrecadação da Dívida Ativa por parte da Autarquia ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), conforme o definido em reunião presencial ocorrida em suas dependências, em 9 de agosto de 2012, da qual participaram o Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira do Banco Central (Deafi) e o Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (Semag).

Providências adotadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN):

Conforme Anexo I da Nota Técnica PGFN/CDA nº 93/2013, encaminhada juntamente com o Ofício nº 402/PGFN/PG, de 25/02/2013, o plano de ação da PGFN foi registrado por meio da Nota Técnica PGFN/CDA nº 1517/2012. Entre as etapas para o trabalho que foram descritas na nota em questão estão: o levantamento das fontes que compõem os dados de arrecadação, confrontação dos mesmos dados nos diferentes sistemas e elaboração de nota explicativa quanto às divergências eventualmente encontradas e as providências tomadas.

O prazo final para o término do trabalho previsto na nota técnica em questão culminaria no dia 31 de janeiro de 2012. Contudo, o prazo previsto não foi suficiente, pois se mostrou complexo o levantamento das fontes de arrecadação dos sistemas da PGFN, da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Siafi. O trabalho de cruzamento de dados dos referidos sistemas, de modo a serem identificadas as divergências, evidenciou-se igualmente difícil.
Para que se entenda melhor a dificuldade, cabe destacar que o foco do trabalho atual é o levantamento de todos os códigos de receita que alimentam os dados de arrecadação da PGFN e 40ncontra-los nas contas contábeis do Siafi. Até o presente momento, foi possível realizar esta atividade quanto aos créditos tributários e não tributários registrados no sistema de controle de créditos SIDA da PGFN, bem como quanto aos parcelamentos especiais que contém créditos inscritos em DAU, cujos sistemas de controle são administrados pela RFB.

Quanto aos créditos previdenciários, ainda não foi possível realizar o confronto dos códigos de receita próprios da DAU com os registros constantes do Siafi. Será realizada reunião com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para esclarecimento de como os valores de arrecadação são classificados e registrados.

Provavelmente, ao término do processo de localização dos registros do Siafi relativos aos códigos de receita, o trabalho terá que ser o de identificar as formas de alimentação do Siafi e identificar aquelas que são compatíveis com a maneira pela qual a PGFN informa a arrecadação na prestação de contas.

Identificou-se que o TCU apurou no Siafi, para obter as informações de arrecadação, o valor líquido global por naturezas orçamentárias de Dívida Ativa. Cuida-se de dado relevante, visto que apenas parte da arrecadação informada pela PGFN, para a elaboração da prestação de contas, é líquida, o que, de imediato, demonstra a existência de divergência. Este é um dos fatores que será considerado pelo trabalho de conciliação contábil que está em andamento.

Assim que for possível concluir o trabalho que busca obter a conciliação contábil e a eventual informação quanto aos dados que não estão registrados nos sistemas, a PGFN e os demais órgãos do MF envolvidos trabalharão para expor as conclusões do trabalho de conciliação contábil em questão.

X. aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e de Minas e Energia, supervisores das empresas Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Caixa Econômica Federal (Caixa), Cobra Tecnologia S.A., Innova S.A., Boa Vista Energia S.A. (BVEnergia), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás), Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), que orientem suas supervisionadas no sentido de, na execução do Orçamento de Investimento, observarem a dotação autorizada para as respectivas programações, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal e com vistas a evitar a perda de controle dos gastos dessas entidades (item 3.3.6);

Providências adotadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Ceagesp:

"No que se refere à execução de despesas sem suficiente dotação no Orçamento de Investimento das empresas estatais, em desacordo com o disposto no inciso II do art. 167 da Constituição Federal, informamos que a CEAGESP, que utiliza o Código de detalhamento das fontes de financiamento 61100000 – Geração Própria – investimentos realizados com recursos próprios, executou suas despesas de acordo com o orçamento aprovado, atingindo o percentual de 97%.

Todavia, destacamos que, com relação ao item "Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional", houve um gasto excedente de 7% (Programado: R$ 4.768.420,00 x Realizado: R$ 5.109.132,00), totalizando R$ 340.712,00. Considerando-se o total do grupo, este

valor foi absorvido pelas demais rubricas que não atingiram 100% do programado, mantendo, assim, o equilíbrio.

Por fim, informamos que serão adotadas as providências necessárias visando a manutenção da referida recomendação."

Providências adotadas pelo Ministério da Fazenda:

O Ministério da Fazenda encaminhou às suas empresas supervisionadas o Ofício-Circular nº 989/2012/SE-MF, de 29/08/2012, solicitando àquelas Estatais que se abstivessem de realizar despesas ou de assumir obrigações diretas, sem a devida autorização orçamentária; bem como, apresentassem à Secretaria Executiva do MF, no prazo de 20 dias, avaliação quanto ao cumprimento, no exercício de 2012, do disposto no inciso II do art. 167 da CF, informando, ainda, sobre a necessidade de melhorias nos controles implantados para acompanhamento da execução das despesas acima das respectivas dotações autorizadas.

Nesse sentido, as Estatais informaram:

- Empresa Gestora de Ativos – EMGEA (Ofício nº 905/2012 – PRESI, de 12/09/2012) – Informou que: i) desde sua criação, sempre executou as despesas com investimentos aquém dos montantes autorizados; ii) a área de orçamento exerce rígido controle no acompanhamento do realizado nas despesas citadas, de forma a evitar gastos acima dos limites autorizados; iii) executou, até agosto do corrente, 29,3% (R$ 341,72 mil contra R$ 1.268,00 milhão) da dotação aprovada para o presente exercício com investimentos em ativos imobilizados, sem previsão de gastos além do autorizado, em cumprimento ao inciso II do art. 167 da CF.

- Casa da Moeda do Brasil – CMB (Of. PRESI/222/2012, de 06/11/2012) – Informou que tem observado os limites autorizados pela Lei Orçamentária Anual e, por força de cenários menos oportunos, executado seu Orçamento de Investimento – OI em valores aquém das expectativas, conforme dados a seguir apresentados para os três últimos exercícios (valores em R$ milhões):

Exercício	Aprovado	Realizado	% de Realização
2009	457,860	225,224	49,19
2010	349,860	244,279	69,82
2011	285,399	202,790	71,10

Relativamente ao último exercício, os subtítulos do OI da CMB também observaram realização aquém dos limites autorizados. Para o exercício de 2012, conforme encaminhado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA desse Ministério, pelo Of. DIRAD nº 019/2012, de 20/09/2012, a CMB promovei reformulação do OI, readequando seus limites às atuais necessidades operacionais da empresa.

Desta forma, são estimados gastos de R$ 264,500 milhões para dezembro de 2012, destacando que as dotações são consignadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que se baliza pelos valores estritamente autorizadas para as Ações Orçamentárias decorrentes do Planejamento da Empresa. Quanto aos procedimentos implantados para fins de controle e acompanhamento da execução do OI, a CMB informa que os mesmos têm-se mostrado suficientes para evitar que os correspondentes gastos se realizem acima das respectivas dotações autorizadas.

- Caixa Econômica Federal – CAIXA (Ofício nº 009/2012/SUMAV, de 14/09/2012) – Informou que detém o total controle dos recursos aprovados na lei orçamentária anual por intermédio do seu sistema de planejamento econômico-financeiro, o SIPLO, onde são alocados os orçamentos aprovados para as respectivas UF's cuja a realização da execução depende de empenho prévio, tendo como premissa que nenhum Dispêndio, seja de Investimento ou de Custeio, ultrapassará o orçamento aprovado. Ressalta-se, inclusive, que os normativos internos da Caixa responsabilizam qualquer uso indevido de recursos e, ainda, possui trilha de auditoria para acompanhamento dos compromissos assumidos.

- Banco da Amazônia S.A – Basa (Ofício nº 2012/316, de 17/09/2012) – Quanto à avaliação ao cumprimento no exercício 2012, do disposto no inciso II do art. 167 da CF, o Banco mantém controle orçamentário e de gestão com vistas a evitar a extrapolação do teto do orçamento de investimento definido na LOA. Até agosto de 2012 foram executados R$ 1,2 milhão. A Instituição tem cumprido com o que dispõe o inciso II do art. 167 da CF de não realizar investimentos sem a devida autorização orçamentária. Em função de cancelamento e/ou adequação do cronograma de execução de projetos, foi encaminhado ao Ministério da Fazenda proposta de reprogramação com redução de R$ 12 milhões do orçamento aprovado. Quanto à necessidade de melhorias nos controles implantados para acompanhamento da execução do Orçamento de Investimento, o Banco determina, internamente, a obrigatoriedade de prévia anuência dos gestores responsáveis pelo controle do orçamento, sobre a existência de saldo orçamentário disponível para prover dispêndios. Este procedimento objetiva evitar a possibilidade de descumprimento dos limites orçamentários aprovados. Para melhorias de controles, o Banco está remodelando ferramenta de gestão do orçamento, cujo objetivo é estabelecer mecanismos, automatizados, de controle e acompanhamento que permitirão maior pró-atividade e eficiência do processo orçamentário.

- Banco do Brasil – BB (Documento Diretoria de Controladoria – 2012/011.181, de 18/09/2012) – Informou sobre a avaliação da execução de investimento do BB, quanto ao acumulado no exercício de 2012, demonstrado a seguir. Os controles implantados para acompanhamento da execução das despesas com investimentos observam o disposto no Art. 167, inciso II, da Constituição Federal, e não permitem a realização de despesas ou assunção de obrigações sem a respectiva dotação orçamentária.

R$ 1,00

CÓD. DEST	INSTAL. DE PONTOS DE ATENDIM.	INSTAL. DE COMPLEXO DATACENTER, CONSÓRCIO BB-COBRA	MANUT. E ADEQ. DE BENS IMÓVEIS	MANUT. E ADEQ. DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQ. E EQUIP.	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	MANUT. E INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	TOTAL
ORÇADO	296.700.400	250.000.000	308.898.801	95.581.063	535.753.988	1.540.714.969	3.027.649.220
REALIZADO ACUMULADO ATÉ AGOSTO/2012	102.336.284	-	97.804.568	47.603.333	236.848.300	456.156.796	940.749.260

- Banco Nordeste do Brasil - BNB (Ofício Gapre-2012/1248, de 20/09/2012) – Apresentou as seguintes ações já adotadas com o objetivo de cumprir à recomendação: i) por meio do processo atual do controle do orçamento de investimentos, temos adotado as providências necessárias, junto às áreas integrantes do orçamento, com vistas a identificar as necessidades de cancelamentos ou suplementações orçamentárias de modo a não extrapolar as dotações legalmente autorizadas; ii) controle de bens e materiais de Tecnologia da Informação, por meio da conformidade dos saldos das contas orçamentárias em relação aos processos de Investimentos e de Despesas Administrativas, antes da aprovação pelo Comitê de Apreciação de Processos de Investimentos e de Despesas Administrativas (CODAD); iii) nos termos do Decreto 3.555, as propostas de licitação e contratação contém documento de Termo de Referência com elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato, conforme definição normativa constante em 3502- Manual de Procedimentos-Recursos Logísticos – Título 2 – Apreciação de Processos de Investimentos e de Despesas Administrativas – Capítulo 1 – Definições e Conceitos; e iv) ainda de acordo com a definição normativa constante em 1501 – Manual Básico – Recursos Logísticos – Título 2 – Políticas e Diretrizes, a programação de obras e serviços de engenharia desta estatal é consubstanciada num Plano Anual de Investimentos, elaborado pelo Ambiente de Gestão do Patrimônio, a partir do Programa de Ação Empresarial e submetido à apreciação das Superintendências Estaduais e à aprovação da Superintendência de Logística. Ressalte-se que as prioridades para inclusão no Plano Anual de Investimentos são estabelecidas levando-se em conta a disponibilidade de recursos orçamentários.

  O BNB apresentou, ainda, as ações a serem adotadas, com o intuito de controlar mais detalhadamente o planejamento e a execução orçamentária daquela Entidade: i) definição de requisitos para desenvolvimento e aquisição complementar de solução informatizada que possibilite às diversas áreas da Direção Geral programar, reprogramar e remanejar os valores orçados de forma eficiente e com fluxo de trabalho de decisão e aprovação, permitindo, ainda, o gerenciamento efetivo mensal dos valores realizados; e, ii) definição e execução de capacitação dos responsáveis por itens e contas orçamentárias apresentando os conceitos, os prazos, os objetivos e as consequências da elaboração e gerenciamento de um orçamento empresarial financeiro.

- Brasil Resseguros S.A - IRB (Ofício PRESI nº 153/2012, de 21/09/2012) – Informou que algumas ações estão sendo realizadas para que as despesas não excedam os créditos orçamentários, dentre elas destacam-se: i) realização de reuniões periódicas com áreas que apresentam interface com o processo do Orçamento de Investimento OI dentro da Empresa; ii) análise mensal da realização observada. Se o limite fixado atingir mais de 90% de realizações, todas as novas solicitações, devidamente motivadas, precisam passar pela aprovação expressa da Diretoria Executiva do IRB-Brasil Re; iii) desenvolvimento de atividades contínuas referentes à verificação da movimentação das contas de ativos imobilizados, intangíveis e imobilizações em andamento, bem como à verificação junto às áreas de compras dos procedimentos de contabilização e, ainda, à identificação de possíveis despesas lançadas como investimento e vice-versa; iv) melhorias nos controles estão sendo realizadas, bimestralmente, pela Auditoria Interna do IRB-Brasil Re, além de auditorias de acompanhamento orçamentário, que alertam e advertem sobre fragilidades na utilização do orçamento previsto para o ano vigente.

Providências adotadas pelo Ministério de Minas e Energia:

O MME monitora a execução do Orçamento de Investimento de suas entidades vinculadas, recomendando reiteradamente que respeitem os limites estabelecidos pela Lei Orçamentária e que somente promovam a adequação desses valores com o respaldo da LDO.

XI. aos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia e à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, supervisores das empresas Cobra Tecnologia S.A., Boa Vista Energia S.A. (BVEnergia), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia

Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímicasuape), Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Mangue Seco 2), Furnas – Centrais Elétricas S.A., Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), Porto Velho Transmissora de Energia S.A. (PVTE), Refinaria Abreu e Lima S.A. (RNEST), Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que orientem suas supervisionadas no sentido de, na execução do Orçamento de Investimento, observarem o montante aprovado para as respectivas fontes de financiamento na Lei Orçamentária, ou promoverem a adequação desses valores de acordo com o disposto no art. 55 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011', com vistas a evitar a perda de controle das fontes de recurso dessas entidades (item 3.3.6);

Providências adotadas pelo Ministério da Fazenda:

Ver item X das Recomendações.

Providências adotadas pelo Ministério de Minas e Energia:

O MME monitora a execução do Orçamento de Investimento de suas entidades vinculadas, recomendando reiteradamente que respeitem os limites estabelecidos pela Lei Orçamentária e que somente promovam a adequação desses valores com o respaldo da LDO. O Ministério de Minas e Energia oficiou as empresas holding no sentido de observarem o disposto no art. 167, inciso II da Constituição Federal.

Providências adotadas pela Secretaria de Aviação Civil:

As providências adotadas pela Infraero compreendem:

"I. Classificação dos itens do Plano de Investimentos da Empresa por Ação e por Fontes de Financiamento de forma que durante a execução do Orçamento de Investimentos seja observado o montante aprovado para as respectivas fontes, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal;

II. Acompanhamento da execução mensal do Orçamento de Investimentos, por Ação e por Fonte de Financiamento, de modo a evitar que seja extrapolada a dotação prevista por fonte. Da mesma forma, será possível identificar a necessidade de correção para que sejam adotadas as devidas providências no decorrer do exercício, caso necessário;

III. Acompanhamento trimestral da execução física e financeira do Orçamento de Investimentos inclusive com a apresentação e análise das justificativas, contemplando o acompanhamento das metas, as considerações sobre os valores realizados, perspectivas de realização no exercício e restrições que poderão dificultar a execução até o final do exercício.

Vale registrar que a Infraero deixou consignado que a implementação das providências acima discriminadas proporcionou melhores condições para se atingir os objetivos da Empresa, minimizando os riscos inerentes às suas atividades, além de propiciar maior controle no acompanhamento da execução do Orçamento de Investimentos (OI 2012), destacando que não ocorreram inconsistências nos valores orçados e realizados por ação e que a execução do Orçamento de Investimentos do exercício de 2011 manteve-se dentro dos limites aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA 2011), cujo montante aprovado e revisado foi de R$ 1.513 milhões e o realizado de R$ 1.144 milhões."

XII. à Secretaria do Tesouro Nacional que:

a) informe no Relatório Anual da Dívida Pública Federal os valores efetivos referentes à necessidade bruta, segregada em dívida externa, dívida interna em mercado e encargos no Banco Central do Brasil; aos recursos orçamentários; e, à necessidade líquida de financiamento do Tesouro Nacional (item 2.5);

Será inserido a partir do próximo Relatório Anual da Dívida Pública as informações sobre a necessidade líquida de financiamento do Tesouro Nacional, conforme recomendado.

b) redirecione o processo de reforma da contabilidade federal, empregando maior grau de precaução em novos procedimentos que aumentem o ativo e maior esforço institucional para viabilizar o registro contábil de passivos e variações patrimoniais diminutivas que ainda não são evidenciados adequadamente (item 5.2);

Informamos que em atendimento a esta recomendação, a Subsecretaria de Contabilidade Pública está envidando os seguintes esforços:

Gestões junto à RFB para o reconhecimento da Provisão para Perdas do Crédito Tributário;
Gestão junto à SPU para o reconhecimento da Depreciação para os Bens Imóveis da União;
Gestão junto ao Ministério da Previdência com vistas ao reconhecimento do passivo atuarial.

c) institua procedimento contábil específico para exclusão dos saldos decorrentes de operações intragovernamentais quando da elaboração de demonstrações contábeis consolidadas da União, em cumprimento ao disposto no art. 50, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, c/c o art. 15, inciso I, da Lei 10.180/2001 e o art. 3º, inciso I, do Decreto 6.976/2009 (item 5.2);

A Subsecretaria de Contabilidade Pública informa que a exclusão dos saldos decorrentes de operações intragovernamentais atualmente está sendo feita através da transação CONCONSOL, no Siafi. E que nas demonstrações contábeis de 2012 serão feitas as exclusões na Demonstração das Variações Patrimoniais d no Balanço Financeiro.

d) efetue estudos conjuntos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Secretaria de Política Econômica e os órgãos gestores de renúncias de receitas que julgar pertinentes, com vistas à elaboração de uma política e ao estabelecimento de procedimentos para evidenciação contábil das renúncias de receitas dos órgãos e entidades federais, em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 15 da Lei 10.180/2001 e no inciso VIII do art. 3º do Decreto 6.976/2009 (item 5.2);

No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil:

Foi realizada uma primeira reunião entre representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Secretaria de Política Econômica, para iniciar a discussão sobre a contabilização das renúncias. Nessa reunião, ficou acordado que os participantes iriam estudar, individualmente, o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo, para que, na próxima reunião, seja delineado o trabalho a ser desenvolvido e apresentado ao TCU.

e) inclua notas explicativas sobre eventuais divergências entre o saldo de disponibilidade da União registrado na Conta Única do Tesouro Nacional e o saldo do passivo do Banco Central do Brasil perante o Tesouro Nacional referente à manutenção da Conta Única (item 5.2);

Em resposta ao Ofício nº 123/2012-TCU-Semag, de 29/03/2012 – TC-032.084/2011-0, a STN enviou o Ofício nº 91/2012/COGER/GABIN, de 10/04/2012, mediante o qual esclarece que tais divergências se devem a emissões de ordens bancárias em dezembro de 2011 com saque à Conta Única em janeiro de 2012. Ressalta-se que a recomendação foi atendida por meio de Notas Explicativas apresentadas nas Demonstrações Contábeis da União – DCU, referentes ao 1º trimestre/2012, já divulgadas.

f) estabeleça regras rígidas para pagamentos com contabilização no Tesouro Nacional em dezembro e saque e contabilização no Banco Central do Brasil somente em janeiro, com o objetivo de mitigar os riscos de distorção de indicadores fiscais decorrentes da transição de exercícios com montantes materialmente relevantes de disponibilidades financeiras em movimento (item 5.2);

A STN esclarece que a metodologia de apuração do resultado primário 'acima da linha' (pagamento efetivo), não representa risco de distorções de indicadores fiscais. Os pagamentos realizados ao final de dezembro de um determinado exercício reflete a execução orçamentária de despesa cuja competência pertence ao exercício corrente. A apuração do resultado primário sob a ótica do pagamento efetivo – que identifica todos os pagamentos com saque à Conta Única – é efetuada por metodologia distinta da registrada nas contas contábeis que refletem a realização de despesa do exercício ao qual pertence o orçamento executado.

g) concilie as informações sobre o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna em poder do público constante no Balanço Geral da União e no Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, referente a dezembro de 2011, e que evidencie em notas explicativas às demonstrações contábeis do Ministério da Fazenda e da União as divergências metodológicas e os seus efeitos sobre a análise da evolução e composição da Dívida Pública Mobiliária Federal interna em poder do público (item 5.2);

h) elabore e apresente a esta Corte de Contas um plano de ação, no prazo de noventa dias, com as medidas necessárias para harmonizar as metodologias adotadas, avaliando, inclusive, a necessidade de alterações na legislação vigente, de modo que seja possível evidenciar nas demonstrações contábeis do Ministério da Fazenda e da União o valor justo da dívida mobiliária federal (item 5.2);

Para os itens "g" e "h", informamos que o BGU reflete os dados registrados na contabilidade da União constantes do SIAFI, calculados pelo Sistema DPI pelo método da apropriação.

No cálculo do estoque por apropriação, a metodologia é a seguinte: registram-se os valores de entrada, ou de emissão, como os "valores líquidos" emitidos. Sobre este valor, faz-se aplicação da atualização do indexador do título (quando este possuir indexador associado), a apropriação do deságio (dado pela diferença entre o valor nominal e o valor líquido no momento da emissão) e do próximo juro vincendo. Em relação a essa metodologia de cálculo cabem alguns esclarecimentos. O padrão de contagem de tempo utilizado é o de dias corridos/365. As taxas utilizadas para se chegar ao valor do título são a própria taxa dos cupons (quando houver), além da taxa do deságio do principal, apropriada exponencialmente até a data de vencimento.

Por sua vez, no Relatório Mensal da Dívida Pública (RMDP), cuja divulgação foi assumida isoladamente pela STN a partir de 2007, mantivemos a metodologia criada pelo Bacen quando gestor da dívida pública, posto que suas informações são utilizadas mais para fins estatísticos pelos agentes de mercado, evitando descontinuar as séries estatísticas. Basicamente, a metodologia incorpora ao valor nominal de cada um dos títulos a variação do indexador no período entre a data de emissão e a data de cálculo do estoque. Em seguida, calcula cada um dos fluxos individuais com base no valor nominal atualizado. E por fim, cada um dos fluxos atualizados é descontado entre a sua data de vencimento e a data de referência (data de cálculo do estoque), com base na taxa interna de retorno – TIR de emissão dos títulos. O RMDP utiliza, para geração dos fluxos, a contagem de tempo o padrão dias úteis/252 para todos os títulos da dívida interna, com exceção dos cambiais, que utiliza o padrão 30/360. O segundo critério que deve ser explicitado é a taxa utilizada para o desconto dos títulos a valor presente. Nesse caso, a taxa utilizada é a TIR de emissão de cada título (taxa anualizada). Como as informações estatísticas eram calculadas e divulgadas pelo Banco Central, referidas divergências metodológicas estão explicitadas e disponíveis para consulta e informações no seguinte endereço:
http://www.tesouro.gov.br/hp/downloads/divida_publica/glossario_dpmfi.pdf

Fazendo-se uma comparação das duas metodologias de cálculo, pode-se constatar que a forma distinta de cálculo do estoque dos títulos faz com que os resultados somente possam ser comparados no caso de utilização de taxa única pelas duas metodologias, além da utilização do mesmo padrão de contagem de tempo. Todas as outras formas levam a resultados distintos na comparação entre a apropriação e o desconto.

Sendo assim, nosso plano de ação para a harmonização das metodologias de estoque caminha em conjunto com a implantação e efetiva entrada em produção do SID, o qual integrará as taxas e padrão de contagem de tempo das duas metodologias. Atualmente estamos no processo de migração dos dados dos sistemas legados para o Sistema SID, que deverá ser concluído até o final de outubro/2012, quando passaremos à etapa de homologação, verificando a consistência das informações geradas pelo Sistema.

Nossa expectativa é de que até o final de março/13 todos os dados tenham sido homologados e que o Sistema SID esteja gerando estatísticas íntegras e confiáveis, prevendo-se ainda uma margem de segurança de 03 meses para que o Sistema esteja operando de forma estável e segura. Desta forma, entendemos que a partir de julho/13 todas as informações estatísticas da dívida pública possam ser geradas pelo SID, permitindo harmonizar as duas metodologias de cálculo de estoque da Dívida Pública Federal.

i) reforce, junto às setoriais contábeis, os procedimentos de verificação e ajustes referentes ao encerramento do exercício, a fim de certificar que esse tipo de inconsistência entre os valores de imóveis de uso especial registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e no Sistema de Patrimônio da União (Spiunet) não volte a ocorrer nos próximos exercícios (item 5.2);

A STN envia mensalmente os arquivos dos bens imóveis do SPIUNet para a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, e adota o procedimento de verificação pelas Setoriais Contábeis, quando ocorrem registros no SPIUNet. As Setoriais Contábeis têm que ratificar no Siafi, fato que pode gerar restrições na conformidade contábil. Quando há alguma divergência entre as informações do SPIUNet e Siafi, a SPU informa à CCONT/STN, que analisa e efetua os ajustes, quando necessário. Entretanto, com vistas a evitar possíveis inconsistências, a STN efetuará o monitoramento diário dos lançamentos no SIAFI pelo SPIUNet.

XIII. ao Instituto Nacional do Seguro Social e aos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Previdência Social que elaborem uma política e estabeleçam procedimentos de contabilização para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, em consonância com o que dispõe o art. 250 da Constituição Federal, c/c o § 1ºdo art. 68 e o inciso IV do art. 50 da Lei Complementar 101/2000 (item 5.2);

Providências adotadas no âmbito da STN:

Com relação a esta recomendação, destacamos as seguintes ações: criação no Siafi do Órgão FRGPS – 37904; criação das Unidades Setoriais Orçamentária, Financeira e Contábil; criação de CNPJ do FRGPS – 16727230/001-97; transferência do patrimônio do FRGPS para as novas unidades vinculadas ao Órgão; criação da estrutura organizacional do FRGPS; segregação da Folha de Benefícios Administrados pelo INSS; e implantação do Sistema de Pagamentos de Benefícios.

Providências adotadas no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Técnicos do Ministério participaram de reuniões com representantes do Ministério da Fazenda e com representantes do Ministério da Previdência Social. As discussões das reuniões resultaram na elaboração da Nota Técnica nº 006/2012 CCONT/CGOFC/DIROFL/INSS, de 25 de setembro de 2012, já enviada pelo Ministério da Previdência aos órgãos de controle. Na referida Nota (ver providências no âmbito do INSS), estão detalhadas as medidas já adotadas e as outras necessárias para atendimento da recomendação em tela.

Providências adotadas no âmbito do INSS:

Não obstante as disposições legais da Lei Complementar nº 101/2000, o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) não é gerido na sua totalidade pelo INSS. No atual cenário a gestão do FGRPS permeia mais de um órgão.

Na forma da Lei nº 11.457/2007, transcrita a seguir, compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) a administração da receita das contribuições previstas no art. 11 da Lei nº 8.212/1991.

> *"Art. 2º. Além das competências atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição. (vide Decreto nº 6.103, de 2007)."*

Assim sendo, em relação à receita arrecadada para pagamentos dos benefícios previdenciários (FRGPS) encontra-se sob gestão da RFB.

O art. 16 e seguintes da Lei nº 11.457/2007 atribuiu à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a competência para gerir a Dívida Ativa referente às contribuições previstas no art. 11 da Lei nº 8.212/1991.

Ao INSS compete gerir o reconhecimento do direito do trabalhador brasileiro. Uma vez reconhecido tal direito, inicia-se a execução orçamentária, financeira e contábil (empenho, liquidação e pagamento dos benefícios reconhecidos). Neste sentido, a gestão da folha de benefícios previdenciários é de competência e responsabilidade do INSS.

Além das atribuições vinculadas ao FRGPS, o INSS administra outros benefícios tratados nesta nota como "não previdenciários". São estes os benefícios assistenciais, decorrentes das disposições da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), bem como benefícios custeados pela União, decorrentes de leis específicas, dos quais destacamos:

1. Anistiado: Lei nº 6.683/79, regulamentada pelo Decreto nº 84.143/79. Emenda Constitucional nº 26, de 27.11.85, art. 8º ADCT-CF/88, Lei nº 10.599/2002;

2. Ferroviário: Lei nº 10.487/2002;

3. Seringueiro: Lei nº 7.986/89;

4. Talidomida: Lei nº 7.070/82, MP nº 2.129/2001, Lei nº 12.190/2010 e Decreto nº 7.235/2010;

5. Caruaru: Lei nº 9.422/96;

6. Hanseníase: Lei nº 11.520/2007.

Atualmente, a estruturação do INSS no Siafi é composta de Unidades na Direção Central, Superintendências Regionais – SUPER, Gerências Executivas (GEX) e Agências da Previdência Social (APS), assim detalhadas:

Na Direção Central:

Seis Unidades Gestoras (UG);

Uma Setorial Orçamentária, uma Setorial Financeira (onde ocorre também a execução da folha de benefícios administrados pelo INSS), uma Unidade Gestora da Folha de Pessoal e uma Unidade Gestora das Despesas de Custeio/Manutenção da Direção Central;

Uma Setorial Contábil do Órgão; e

Uma Setorial de Auditoria do Órgão.

Nas Superintendências Regionais:

Cinco Unidades Gestoras e suas respectivas Setoriais Contábeis nas Superintendências Regionais (Super).

Nas Gerências Executivas:

104 Unidades Gestoras e suas respectivas Setoriais Contábeis nas Gerências Executivas (GEX).

Agências da Previdência Social:

1.343 Agências da Previdência Social.

Ações e seus respectivos impactos

- Criação no Siafi de novo órgão, FRGPS, vinculado ao INSS. Demanda junto à COSIS/STN. Ressalte-se que esta ação já foi concretizada, sendo criado o Órgão 37904 – Fundo do Regime Geral de Previdência Social, Unidade Orçamentária 33904.

- Criação de unidades setoriais do FRGPS, setoriais orçamentária, financeira e contábil. Demanda junto à COSIS/STN. Ressalte-se que esta ação já foi concretizada, sendo criadas as Unidades Gestoras 513001 – COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO FRGPS, 513002 – SETORIAL ORÇAMENTÁRIA DO FRGPS e 513003 – COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE DO FRGPS.

- Criação de uma Unidade Gestora – UG vinculada ao Órgão FRGPS, destinada à execução orçamentária, financeira e contábil da folha de benefícios previdenciários. Demanda interna do INSS, sem grandes impactos.

- Duplicação das Unidades Gestoras das Superintendências e vinculação das novas UG ao FRGPS. Demanda interna do INSS, sem grandes impactos.

- Duplicação das Unidades Gestoras das Gerências Executivas e vinculação das novas UG ao FRGPS. Demanda interna do INSS, de grande impacto operacional, pois serão criadas 104 novas Unidades Gestoras.

- Em se tratando das Agências da Previdência Social, cabe uma avaliação criteriosa no sentido de identificar quais delas realizam pagamento de benefícios, previdenciários e não previdenciários, ensejando a necessidade de criação de novas unidades, de modo a segregar a execução orçamentária, financeira e contábil entre as UG do Órgão FRGPS e do INSS.

- Mapeamento e posterior transferência de todo o patrimônio pertencente ao FRGPS para as novas UG vinculadas ao novo Fundo.

- Segregação da folha de benefícios administrados pelo INSS, em benefícios previdenciários e não previdenciários. Demanda interna e externa. Internamente, faz-se necessária a segregação da Folha de Benefícios Administrados pelo INSS em Folha de Benefícios Previdenciários e Folha de Benefícios Não-Previdenciários, de forma a permitir a execução orçamentária, financeira e contábil (empenho, liquidação e pagamento) em órgãos diferentes – INSS para os benefícios não previdenciários, e FRGPS para os benefícios previdenciários.

  Não obstante, é imprescindível que as devoluções de benefícios não pagos também sejam realizadas de forma segregada, considerando que os destinos destas devoluções serão órgãos distintos. Externamente, portanto, há envolvimento em dois agentes:

  Rede Bancária: responsável direto pela entrega do dinheiro aos beneficiários, bem como pela devolução do dinheiro não pago. Com este agente o impacto será bem relevante, considerando que duplicará todo o processo atual. Hoje, a rede recebe uma fita consolidada com benefícios previdenciários e não previdenciários, e as devoluções também são feitas de forma consolidada. Faz-se necessário segregar ambas as informações.

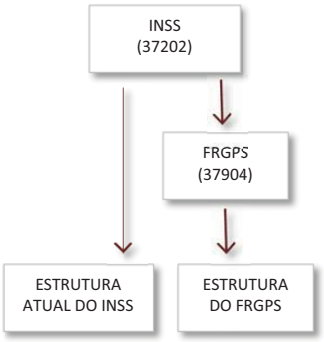
  Dataprev: empresa responsável pela emissão da fita da Folha de Benefícios Administrados pelo INSS, destinada ao INSS e à Rede Bancária, de forma a garantir os pagamentos de todos os benefícios, bem como pelo recebimento das informações de benefícios não pagos. Estas informações também são geradas de forma consolidada e é necessário segregá-las.

- Vale ressaltar, por absolutamente importante, que a rotina de pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV realizadas pelos Tribunais Federais não é realizada pelo INSS e sim pelos próprios TRF. Assim, não constará registro nos demonstrativos contábeis do novo órgão de despesas com Precatórios e RPV pagos diretamente pelos TRF.

- A Receita Previdenciária hoje é gerida pela RFB, e a contabilização da receita se dá nas unidades do INSS. Portanto, haverá alteração da destinação da arrecadação, vinculando-a às novas unidades pertencentes ao FRGPS. Tais mudanças ocorrerão em duas frentes operacionais: no âmbito do INSS, com relação às alterações do sistema de apropriação da receita, de forma a direcionar a contabilização do produto arrecadado via GPS pagas na Rede Bancária; e na Coordenação de Programação Financeira da STN, quanto À destinação dos recursos arrecadados via GPS intra-Siafi.

- Créditos Administrativos são créditos decorrentes das cobranças administrativas registrados nas contas de controle, onde necessariamente deverá ser feita uma conciliação das origens destes créditos, a fim de possibilitar a transferência dos créditos de origem previdenciária ou em matéria de benefícios previdenciários para o novo órgão, permanecendo registrados no órgão INSS os créditos administrativos de origem não previdenciária.

- Em observância aos princípios da Administração Pública, em destaque ao da segregação de funções, julgamos imprescindível uma estrutura organizacional com foco específico na gestão orçamentária, financeira e contábil do novo órgão FRGPS. O diagrama a seguir demonstra com ficará a estrutura do INSS com a inclusão do novo órgão no Siafi.



Diante de todo o exposto, tem-se como principal premissa para o sucesso da demanda a segregação da fita de processamento de benefícios em previdenciários e não previdenciários, tanto no envio à Rede Bancária como no retorno de benefícios não pagos, visto que somente com estas segregações será possível a execução das despesas em órgãos distintos. Não implementar tais medidas significaria inviabilizar todo o processo de criação do órgão.

Resta óbvio que o desenvolvimento das ações elencadas anteriormente, cada qual com a sua competência para realização e nível de impacto, pressupõe várias intervenções operacionais por parte dos agentes envolvidos (INSS, STN, DATAPREV e Rede Bancária), o que exige tempo e utilização de recursos humanos e tecnológicos.

Exemplo maior e imprescindível desses esforços é o desenvolvimento, por parte do INSS e Datapreve, do chamado Sistema de Pagamento e Benefícios, que possibilitará a mencionada segregação das informações entre benefícios previdenciários e não previdenciários, e proporcionará segurança quanto ao registro orçamentário, financeiro e contábil, bem como eficiente controle do físico, relacionados ao pagamento da Folha de Benefícios (Maciça) e retorno de benefícios não pagos. Tal desenvolvimento é composto de cinco etapas, estando em curso a primeira delas, cujo pacote destina-se a "Preparar e Executar Pagamentos (Folha de Benefícios, Antecipação de Benefícios decorrentes de Calamidade Pública e Acordo Internacional do MERCOSUL)", com período de homologação previsto para novembro do corrente exercício. O cronograma de implantação prevê que a Folha de Pagamento de Benefícios da competência dezembro/2013 seja executada por meio desse novo sistema.

Iniciaram-se também negociações junto à Rede Bancária para adequação dos seus sistemas e aplicativos, de forma a receberem e processarem as informações dos benefícios segregados entre previdenciários e não previdenciários, inclusive o retorno dessas informações em compatibilidade com o novo sistema de pagamentos. A interlocução ocorre com cada agente pagador, e a decisão envolve aspectos tecnológicos das alterações e os custos decorrentes da sua implementação. Também neste sentido há um caminho a percorrer, e, conquanto exista diversidade entre os recursos técnicos utilizados pelas instituições financeiras, as negociações iniciais sinalizam que os ajustes para a nova sistemática de processamento ocorrerão com pleno êxito, embora demandem tempo superior ao curto prazo.

Ainda sobre o envolvimento de agentes externos ao INSS, em reunião realizada entre MPS (MPS e INSS) e MF (MF, STN, PGFN e RFB) na Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN, houve um debate referente aos créditos administrativos e os inscritos em dívida ativa, decorrentes das contribuições previdenciárias, verificou-se a necessidade de um estudo mais aprofundado no tocante a legalidade para identificar qual órgão deve constar os registros. A proposta é que o estudo em pauta seja concluído dentro do cronograma apresentado para implantação do FRGPS.

Quanto à apropriação da receita, ressaltamos as ações voltadas à Coordenação de Programação Financeira da STN (Cofin/STN), quanto à destinação dos recursos arrecadados via GPS Intra-Siafi, para que tais ingressos vinculem-se às novas unidades pertencentes ao órgão FRGPS.

Internamente, havemos de promover alteração de grande impacto representada pela duplicação das Unidades Gestoras das Gerências Executivas, criando as correspondentes a serem vinculadas ao FRGPS, em número de 104 novas UG, o que acarretará também uma demanda externa de solicitações junto à Receita Federal do Brasil, pois tais unidades, na condição de executoras de orçamento da União, necessariamente deverão ser inscritas no CNPJ.

Ainda no âmbito do INSS, torna-se indispensável a criação de uma estrutura organizacional própria para manter a execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo do Regime Geral da Previdência Social apartada das demais ações de execução inerentes ao INSS, resguardando-se assim a independência, o princípio da segregação de funções e, por conseguinte, proporcionando-se um controle imprescindível, eficaz e diferenciado, tendo sempre em vista a relevância das despesas do novo órgão. Considerando o atendimento às diversas premissas aqui apontadas, que brevemente sintetizamos:

- Ações junto à COSIS/STN, relacionados à criação de Unidades Gestoras, a exemplo da inclusão de subórgãos e domicílios bancários;
- Procedimentos de inscrição de novas UG Executoras no CNPJ, por meio de solicitações à RFB;
- Ações junto à PGFN, relacionadas aos créditos inscritos em Dívida Ativa, a serem contabilizados no FRGPS;
- Ações junto à COFIN/STN, relativas às receitas arrecadadas por meio de GPS INTRA-SIAFI, a serem registradas no FRGPS;
- Criação no INSS de estrutura organizacional própria para o FRGPS;
- Conclusão do desenvolvimento do Sistema de Pagamento de Benefícios;
- Ajustes tecnológicos nos sistemas e aplicativos dos agentes pagadores (Rede Bancária), de modo a promover a compatibilidade com o Sistema de Pagamento de Benefícios.

E considerando, acrescente-se a observância do princípio da anualidade orçamentária, estimamos como razoável a implantação do Fundo do Regime Geral da Previdência Social para janeiro/2014, enfatizando que a ausência de atendimento das premissas referidas anteriormente é fator impeditivo dessa implantação.

XIV. ao Instituto Nacional do Seguro Social que elabore e encaminhe a esta Corte de Contas, no prazo de noventa dias, um plano de ação com o cronograma de implementação da entidade contábil específica para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (item 5.2);

INSS

Ver item XIII das recomendações. Providências adotadas pelo INSS.

XV. à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério da Previdência Social e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, conjuntamente e sob a coordenação do primeiro (item 5.2):

a) institucionalizem os procedimentos de contabilização do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores federais, inclusive com a inclusão de dispositivos nos manuais emitidos pela STN;

b) elaborem e encaminhem a esta Corte de Contas um plano de ação, no prazo de noventa dias, com as medidas necessárias para o registro contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal do passivo atuarial do Regime Próprio da Previdência Social dos servidores civis da União, avaliando quais os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários para tanto; e,

c) enquanto não houver registro contábil do passivo atuarial, apresentem em notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas da União as projeções atuariais e os efeitos decorrentes da eventual contabilização sobre o patrimônio líquido da União;

Até aqui já foram realizadas várias reuniões entre STN, MPS e SOF. A STN informa que já existe a rotina contábil para permitir os registros contábeis do Passivo Atuarial. A CCONT enviou ofício ao MPS solicitando as informações do passivo atuarial nas "máscaras" do BGU, para compor as Notas Explicativas do BGU 2012. Está em elaboração a Nota Técnica consolidando o entendimento e demais ações a serem tomadas em atendimento ao recomendado pelo TCU.

Esclarecimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Houve participação de técnicos deste Ministério com representantes dos demais órgãos, sendo acertado que o Ministério da Fazenda se manifestará sobre as medidas necessárias para a implementação das alíneas "a" e "b" da mencionada recomendação. A elaboração de nota explicativa, conforme consta da alínea "c" já será adotada para o Balanço Geral da União de 2012.

XVI. ao Ministério de Minas e Energia (MME), que conclua com brevidade todos os estudos requeridos para a tomada de decisão sobre as medidas que serão adotadas em função do vencimento das concessões do setor elétrico, dado o impacto que a demora ou a inadequação dessas medidas podem causar sobre o desenvolvimento nacional (item 6.2.1);

Foi apresentada a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nos 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993. Em 14/09/2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamenta a medida provisória 579/2012.

XVII. ao Ministério de Minas e Energia MME e à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que (item 6.2.1):

a) com vistas a subsidiar, com elementos técnicos e transparentes, os debates que decorrem da decisão por construir, por exemplo, usinas hidrelétricas e centrais geradoras com base em energia nuclear, explicitem, no planejamento do setor elétrico, os custos econômicos e socioambientais decorrentes não só da construção desses empreendimentos, mas também os custos decorrentes das alternativas para essa fonte, no caso de sua não implementação;

A EPE considera no planejamento do setor elétrico, os custos econômicos e socioambientais das fontes geradoras. No horizonte decenal, por exemplo, é considerado o portfólio das diversas fontes disponíveis para atender a demanda de energia elétrica prevista, estabelecendo-se um elenco indicativo fundamentado nos seguintes atributos: segurança energética, modicidade tarifária e sustentabilidade ambiental.

A implementação ou não deste elenco indicativo de fontes, depende do resultado dos leilões de energia nova que são realizados anualmente, visando contratar energia com antecedência de três e cinco anos em relação à data de entrega, havendo também outros leilões com prazos de entrega menores para ajustes nos requisitos das distribuidoras.

No processo de habilitação técnica para os leilões, a EPE analisa os dados de custos dos estudos de viabilidade dos empreendimentos hidrelétricos, constituindo os custos ambientais uma rubrica orçamentária específica. Ressalta-se que a Licença Prévia (LP) ambiental é um pré-requisito para a participação nos leilões, de modo que, ao estabelecer seus preços no processo competitivo, os empreendedores consideram uma estimativa dos custos decorrentes dos condicionantes ambientais estipulados na LP. Por outro lado, os orçamentos das usinas são objeto de auditoria técnica pelo TCU na fase que antecede os leilões.

Observa-se, finalmente, que as informações dos órgãos de planejamento do setor elétrico são, de fato, disponibilizadas para subsidiar o debate sobre a instalação de uma determinada fonte, por exemplo,

hidrelétrica ou nuclear, conforme sugere a recomendação em pauta. Pode-se citar o caso recente da UHE Belo Monte, quando o MME disponibilizou um conjunto de dados técnicos, econômicos e ambientais como contribuição para o processo de discussão da sociedade, mostrando elementos comparativos com outras fontes (ref.http://www.mme.gov.br/mme/menu/belo_monte.html).

b) priorizem as atividades voltadas para elaboração e publicação do primeiro Plano Decenal de Expansão da Malha Dutoviária Brasileira (Pemat) para ampliação da infraestrutura de transporte por dutos, de modo a prover concorrência e otimização do acesso à malha existente;

Dentre as providências para a elaboração e publicação do primeiro Plano Decenal de Expansão da Malha Dutoviária do País (Pemat), podemos citar:

- Organização e realização do Seminário de Gás Natural, em 29 de novembro de 2011, em Brasília, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a fim de disseminar informações e dirimir dúvidas dos agentes sobre a Lei do Gás e o Planejamento de Expansão da Malha de Transporte;

- Aperfeiçoamento da capacitação institucional da EPE para a elaboração dos estudos do Pemat.

Adicionalmente, estão sendo promovidos vários encontros entre a EPE e o MME para definição de todos os aspectos relativos à elaboração do Plano.

XVIII. ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabeleça diretrizes governamentais para o uso racional e sustentado do gás natural, de modo a desenvolver mercado consumidor cativo (item 6.2.1);

A Casa Civil solicitou ao Ministério de Minas e Energia que avalie a conveniência e oportunidade da recomendação, em razão da Presidência exercida pelo Órgão no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

XIX. ao Ministério das Comunicações que defina metas mais detalhadas, indicadores, prazos e responsáveis por cada uma das ações previstas no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como estabeleça, para esse Programa, maior horizonte temporal de planejamento, atualize-o periodicamente e divulgue, conforme previsto no art. 3º, inciso V do Decreto 7.175/2010, relatório anual de acompanhamento de suas ações, metas e resultados (item 6.2.1);

Para acompanhamento do Programa, pode-se utilizar como indicador o percentual de domicílios com acesso à Internet em banda larga. O dado pode ser obtido anualmente por meio da Pesquisa TIC Domicílios e Usuários, do CETIC.br. A última publicação da pesquisa está disponível em http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf. A publicação de 2010 pode ser obtida em http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2010.pdf. Outros indicadores para acompanhamento dos programas de comunicação são citados no Plano Plurianual - PPA: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Anexo_I.pdf (...) Adicionalmente informo que há uma discussão em curso no governo sobre o papel do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital – CGPID, que, conforme art. 3º do Decreto nº 7.175, de 2010, tem competência para definir ações, metas e prioridades do PNBL e acompanhar a execução do Programa. (...)

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foi instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, com o objetivo de promover o acesso à banda larga com aumento de cobertura e qualidade dos serviços, a preços acessíveis ao consumidor. Ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID) coube, nos termos do art. 2º do mencionado Decreto, a competência de definir as ações que nortearão a implementação do PNBL.

Em cumprimento à sua responsabilidade, definida no Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, o Ministério das Comunicações tem trabalhado em articulação com outros órgãos do Poder Executivo (especialmente aqueles que compõem o CGPID) no sentido de propor instrumentos concretos para execução das ações definidas pelo Comitê. Sobre o assunto, este Departamento já se manifestou em outro momento, anotando que:

> *(...) a Secretaria de Telecomunicações formula e propõe instrumentos concretos para a execução das ações relacionadas À ampliação do acesso à banda larga, ficando a cargo do CGPID o estabelecimento de diretrizes bem como o acompanhamento e a avaliação global dos programas de inclusão digital (...)*

Ainda que instrumentos específicos tenham sido incluídos na agenda de trabalho do Ministério das Comunicações, o Departamento de Banda Larga entende que o planejamento de referência das ações e metas do Programa Nacional de Banda Larga permanece sendo o documento construído pelo CGPID:

> *Do ponto de vista do Departamento de Banda Larga, as ações, metas e prioridades do PNBL contidas no documento "Brasil Conectado" referido na Solicitação de Audiência permanecem vigentes, dado que não houve edição de novo documento que consolide ações, metas e prioridades do Programa até o momento. É esse conjunto de ações que serve de referência para a condução das atividades cotidianas do Departamento, conforme explanado anteriormente.*

Assim, mesmo que formalmente o planejamento de ações do Programa Nacional de Banda Larga seja de competência do CGPID, o Ministério das Comunicações pretende acatar, adstrito ao seu campo de ação definido legalmente, a recomendação de atualização e divulgação periódica do andamento das ações do Programa, com anotação de indicadores, instituições responsáveis e estimativa de prazos, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União. O Ministério pretende, inclusive, realizar a referida atualização em prazo menor do que o previsto legalmente para o CGPID apresentar ações, metas e resultados do Programa.

Este trabalho, em fase de formatação, aproveitará em grande medida do recente esforço de conclusão do planejamento estratégico do Ministério das Comunicações, que constitui ferramenta central de gestão e monitoramento de suas ações. O planejamento estratégico está alinhado com os programas e projetos do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 do Governo Federal, sendo um instrumento de comunicação com a sociedade

brasileira e com prestadores de serviço do setor de comunicações. Sua íntegra está disponível para download no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (o arquivo pode ser acessado em www.mc.gov.br/o-ministerio/planejamento-estrategico).

Por último, no que se refere à necessidade de considerar um horizonte maior de planejamento para o PNBL, o Departamento de Banda Larga estuda a extrapolação das metas do Programa para além de 2014. Este estudo, de iniciativa do Ministério, está em fase preliminar e dependerá para sua concretização de concertação com outros atores relevantes que formatam a política pública de expansão do acesso à banda larga no país (incluindo com os órgãos componentes do CGPID).

De outro lado, a equipe técnica da Secretaria de Telecomunicações tem conduzido um estudo para atualização das metas e instrumentos do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. A realização da tarefa atende a necessidade de considerar um horizonte maior de planejamento para o Programa Nacional de Banda Larga, indicada pelo Tribunal de Contas da União.

É fato que o Programa tem promovido um avanço significativo no acesso à Internet em banda larga. Desde o lançamento do PNBL, em maio de 2010, o número de acessos à banda larga móvel cresceu mais de 250%, alcançando a marca de 53 milhões de acessos, aproximadamente (dados atualizados até julho de 2012). A quantidade de acessos À banda larga fixa também cresceu expressivamente: em julho de 2012 atingimos mais de 19 milhões de acessos, uma variação de 46% em relação à época de lançamento do Programa. Segundo dados da pesquisa TIC Domicílios 2011, o Brasil possuía até janeiro de 2012 cerca de 38% dos domicílios conectados (com aproximadamente 90% das conexões à Internet em banda larga). Nesse ritmo de crescimento, a meta de atingir 70%> dos domicílios brasileiros com acesso à banda larga, prevista no PPA 2012-2015, pode ser alcançada ainda em 2014.

Não obstante, a dinâmica tecnológica do setor de comunicações evolui pari passu à necessidade de consumo e compartilhamento de informações da sociedade. Nesse contexto, a equipe técnica do Ministério das Comunicações tem trabalhado em uma revisão das metas e instrumentos que conferem concretude aos objetivos do Programa, dispostos no Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. Ainda que não seja possível detalhar tais metas e instrumentos específicos, na medida em que não estão completamente formulados, é possível adiantar que três preocupações devem guiar os próximos passos do Programa, na visão da Secretaria de Telecomunicações: (i) o uso do acesso à banda larga como ferramenta para o desenvolvimento social, especialmente nas áreas de saúde e educação; (ii) a demanda por aumento da velocidade de acesso pelo usuário médio; e (iii) a ampliação do acesso para a população de baixa renda.

Tanto o trabalho de acompanhamento e divulgação periódica das ações do Programa quanto o estudo para atualização de suas metas e instrumentos devem prosseguir nos próximos meses, de modo que a Secretaria de Telecomunicações se põe à disposição para informar a evolução dessas atividades aos órgãos de controle, sempre que provocada.

Em 07,02.2013, a STE se manifestou:

"O arquivo também contém planilhas que detalham as 21 ações do Planejamento Estratégico associadas a ações do PNBL e que são de responsabilidade da Secretaria de Telecomunicações (STE) do MC. Cada uma dessas planilhas apresenta o cronograma de atividades, prazos previstos e realizados de entrega de produtos, indicadores de acompanhamento (quando disponíveis), caracterização da complexidade da ação, entre outras informações. Todos os planos de ação são atualizados periodicamente – em 2012, por exemplo, foram realizadas 4 atualizações.

Cumpre destacar que o Planejamento Estratégico do ano de 2013, ainda em fase de elaboração, inclui uma ação voltada à sistematização e divulgação de informações sobre as diversas ações do PNBL. Um dos resultados esperados é a elaboração de relatório de acompanhamento do Programa (embora a competência de acompanhamento das ações e publicação do relatório anual de ações, metas e resultados do Programa seja atribuição do CGPID, conforme o art. 3º do Decreto nº 7.175/2010).

Por fim, conforme destacado na Nota Técnica nº 17, de 19 de setembro de 2012, está em andamento a elaboração de uma proposta de atualização das metas e ações do PNBL. A referida atualização pretende conter metas mais específicas e ter em vista um horizonte maior de planejamento – uma diretriz alinhada às recomendações do Tribunal de Contas da União contidas no Acórdão 1.204/2012-TCU. Se aprovada, a proposta de atualização será amplamente divulgada para toda a sociedade e posta à disposição dos órgãos de controle.".

XX. ao Ministério da Integração Nacional que considere, no atual processo de revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a necessidade de adotar instrumentos de gestão e controle que permitam atacar o conjunto de causas identificadas pelos órgãos gestores da política e especialistas no tema, como o déficit de infraestrutura produtiva, os níveis regionais inferiores de educação e a reduzida qualificação institucional dos territórios menos desenvolvidos (item 6.5);

A resposta a seguir foi encaminhada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, unidade da estrutura do Ministério da Integração Nacional:

Esta Secretaria adotou as seguintes providências:

A realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, precedida de conferências em todas as vinte e sete unidades federadas, assim como nas cinco macrorregiões do país, é um momento privilegiado para a construção participativa de uma nova PNDR. Uma política elaborada a partir de um amplo debate sobre o futuro que se deseja para o país.

Com a elaboração participativa de uma nova política regional, o Ministério da Integração Nacional reitera o seu compromisso com a retomada plena da questão regional como prioridade do Estado Brasileiro, lançando um olhar detalhado à redução das desigualdades regionais e ao encontro com sua missão institucional: promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do país, assegurando inclusão socioeconômica, melhoria da

qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população.

Os princípios balizadores da PNDR seguem, em geral, os mesmos princípios que têm norteado o conjunto dos Planos Nacionais (de Educação, Saúde, Saneamento Básico, etc.) elaborados no país, assim como as políticas públicas federais de promoção do desenvolvimento socioeconômico, sintetizados no Plano Plurianual – PPA federal (2012-2015), quais sejam:

- Transparência nos objetivos, nos processos e resultados;
- Monitoramento e avaliação das políticas por meio de comissões e instâncias competentes e designadas;
- Competitividade-equidade;
- Participação da sociedade civil além dos entes federados e dos órgãos governamentais, a PNDR;

Neste processo de revisão da PNDR, tendo em vista a necessidade de adotar instrumentos de gestão e controle da política, a Conferência propõe as seguintes diretrizes:

- Estruturar o sistema Nacional de Desenvolvimento Regional (SNDR) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR);
- Explorar amplamente a diversidade como ativo para o desenvolvimento territorial e regional, promovendo o desenvolvimento produtivo a partir da identificação e exploração das oportunidades e potencialidades locais e regionais, não somente as oportunidades já reveladas, mas também aquelas implícitas e não reveladas que possam contribuir para mudar o futuro das regiões;
- Combinar os princípios de equidade e competitividade nas estratégias de desenvolvimento produtivo territorial e regional;
- Aprimorar os critérios de concessão de financiamentos e incentivos fiscais de PNDR, integrando os diversos mecanismos, ampliando sua seletividade espacial e setorial, bem como as exigências de contrapartida dos beneficiados;
- Definir Pactos de Metas com os governos em todas as suas esferas e com a sociedade civil, nos campos de infraestrutura, educação e capacitação de recursos humanos, e do fortalecimento dos sistemas regionais, estaduais e locais de inovação, bem como da universalização de serviços públicos básicos, tendo em vista a transformação das realidades das regiões menos desenvolvidas do país;
- Desenvolver e implementar sistemas de informações e de monitoramento e avaliação permanente da eficiência, eficácia e efetividade da PNDR.

Os debates são estruturados em torno de quatro Eixos Temáticos abaixo especificados que tendem a corroborar para o aprimoramento da gestão e controle da política de desenvolvimento regional. Os eixos são os seguintes:

Governança, Participação Social e Diálogo Federativo – Enfrentar as profundas desigualdades regionais no Brasil importa em enormes desafios em termos de governança, envolvendo uma gama enorme de aspectos, como por exemplo: concepção e implantação de mecanismos democráticos de participação social, modelos de gestão, montagem e aplicação de arranjos institucionais de cooperação vertical e horizontal, entre outros.

Financiamento do Desenvolvimento Regional – No que se refere às demandas de financiamento para o desenvolvimento regional, pode-se elencar aquelas referentes às necessidades de expansão e aprimoramento da infraestrutura social, econômica e urbana, assim como de fortalecimento dos sistemas regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ainda entre as demandas de financiamento regional estão as necessidades de crédito e financiamento diferenciados e de incentivos fiscais para o desenvolvimento das atividades produtivas, bem como aquelas referentes à promoção da organização e cooperação local para a ativação da capacidade produtiva nos territórios.

Desigualdades Regionais e Critérios de Elegibilidade – Os critérios de elegibilidade pemitem elencar e priorizar os espaços territoriais objeto da política. A partir deles, serão definidas as Regiões Programa (RPs) que contarão com Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), construídos de forma amplamente participativa e com suas ações implementadas via Carteiras de Projetos Estratégicos de Infraestrutura (CPEIs) com metas de gestão pactuadas, referindo-se claramente a prazos, responsáveis e fontes de recursos.

Vetores de Desenvolvimento Regional Sustentável – A estratégia da nova política regional brasileira, em linha com o federalismo cooperativo e solidário que a orientará, e tendo em vista a natureza transversal de sua atuação, será guiada por quatro vertentes de ação fundamentais, são elas: i) estrutura produtiva; ii) educação; iii) ciência, tecnologia e inovação; iv) infraestrutura. Assim, objetiva-se atacar de forma abrangente os limitantes estruturais do desenvolvimento regional.

E ainda, com o intuito de contribuir para a concretização dos objetivos da PNDR, a SDR-MI apresenta o projeto Rodas de Integração Nacional, cujo objetivo maior é promover a estruturação produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento.

As Rotas de Integração Nacional constituem-se em espaços de articulação, convergência e coordenação das diversas iniciativas de fomento ao desenvolvimento socioeconômico e superação da pobreza, conduzidas por órgãos públicos, empresas privadas e organizações da sociedade civil em um território comum.

As Rotas apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção: o recorte territorial e setorial em sua concepção: o recorte territorial das Rotas define o espaço comum a ser trabalhado e o modelo de governança adotado, enquanto o recorte setorial sinaliza o conteúdo das ações a serem definidas e trabalhadas de modo integrado e cooperativo.

Dessa forma, buscamos fortalecer as redes de Arranjos Produtivos Locais (APLs) nos territórios selecionados. Os APLs envolvem a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras e clientes finalísticos.

O projeto Rotas de Integração Nacional consiste na viabilização de redes de APLs nas regiões prioritárias da PNDR. O projeto busca criar consistência e complexidade nos APLs identificados, por meio da aproximação e envolvimento dos atores relevantes de modo a equacionar os gargalos da cadeia produtiva priorizada, seja no campo

da produção, do crédito, da infraestrutura, da inovação, da formação profissional ou da comercialização.

XXI. à Casa Civil e ao Ministério da Ciência e Tecnologia que considerem, na análise sobre a necessidade de se criar uma nova instituição para fomentar o compartilhamento de riscos para projetos de inovação (a futura Embrapii), as diversas estruturas já existentes no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como a reestruturação que está sendo promovida na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com vistas à prover a empresa de instrumentos de fomento diversificados, integrados, ágeis e flexíveis, avaliando se as funções previstas para a nova instituição poderiam ser exercidas por uma das estruturas já disponíveis (item 6.6);

No âmbito da Casa Civil:

A Casa Civil solicitou ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a análise da recomendação.

No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

Um dos principais fóruns das tratativas institucionais a respeito da criação da Embrapii, criação essa que surge no bojo dos esforços estratégicos do Governo Federal para maximizar as condições para um expressivo fomento dos processos inovativos no país, é o Grupo de Trabalho denominado GT-Embrapii, instituído por meio da Portaria MCTI 593/2011, publicada no DOU de 05/08/2011, seção I, pág. 43. A Casa Civil da Presidência da República tem acompanhado esses trabalhos e a discussão mais ampla e estratégica sobre o assunto, sendo permanentemente informada por meio do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva do MCTI.

Na base das avaliações sobre a questão firmam-se entendimentos importantes e que esclarecem os questionamentos trazidos pelo TCU na Recomendação supra. Em primeiro lugar, trata-se da convicção de que o elo da cadeia de inovação que apresenta o maior risco de insucesso encontra-se nas fases intermediárias dos processos inovativos, dentre as quais se incluem, por exemplo, as provas de conceito de produtos, as etapas piloto e os escalonamentos da produção.

Entende-se, também, que as estruturas já existentes no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, tanto no caso das agências de fomento como das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) - dados os seus regramentos e características de gestão, de atuação e de interação com as empresas - não suprem adequadamente as condições e, sobretudo, os meios de financiamento e compartilhamento de riscos necessários e suficientes a essas fases de maior risco.

É, portanto, indicada a concepção de uma nova entidade, com gestão compartilhada entre os setores público e privado e que possa, com uma abordagem mais sistêmica e com a agilidade e flexibilidade adequadas, atuar na prospecção de cenários e negócios e na busca de parcerias para captação de projetos e recursos, em interlocução e articulação dinâmicas e pronunciadas com a iniciativa privada, com foco bem definido no desenvolvimento de produtos inovadores. Tal modelo de atuação encontra bons referenciais e exemplos em países exportadores de bens e serviços com alto valor agregado e que têm tido significativo sucesso no fomento à inovação, como é o caso da Alemanha (Instituto Fraunhofer) e da Coréia (Instituto Kaist).

As ponderações acima buscam esclarecer a necessidade de criação de uma nova entidade, e outros detalhes e informações sobre a iniciativa já foram fornecidos à CGU. Destacam-se, dentre esses, os atinentes ao modelo institucional a ser assumido pela nova entidade, o qual se encontra ainda em discussão, e os relativos à realização de um projeto-piloto, em andamento e com encerramento previsto para julho/2013, por meio do qual se busca testar o maior número possível de variáveis do processo. Esse piloto reúne a Confederação Nacional da Indústria (CNI), no papel da nova entidade a ser criada, e o Instituto de Pesquisa Tecnológico (IPT), o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Cimatec/Senai), e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), exercendo o papel de institutos afiliados, executando projetos de desenvolvimento tecnológico a partir de demandas especificadas e contratadas por empresas.

XXII. ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ao Ministério da Educação que avaliem a conveniência de direcionar, sempre que possível, os alunos pleiteantes a bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras para as instituições mais reconhecidas mundialmente em suas respectivas áreas de interesse (item 6.6).

No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

Foram promovidas tratativas entre este Ministério e o da Educação, ouvindo-se, nos respectivos âmbitos setoriais, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em síntese, as informações a serem apresentadas a respeito da recomendação são as seguintes.

As Agências executoras do Programa Ciência sem Fronteiras - CsF, ao longo do planejamento e implantação do Programa, têm dedicado uma atenção especial à seleção das Instituições responsáveis pelo acolhimento dos bolsistas no exterior, como é da tradição da Capes e do CNPq ao longo das suas existências, sempre primar pela qualidade.

Neste caso, pelo volume das metas estabelecidas e ainda pelo cronograma temporal a ser cumprido para o envio dos bolsistas ao exterior, foi necessário um ajuste a este procedimento, o qual se dava de forma individualizada, incorporando outros atores - as parecerias internacionais, com suas respectivas expertises no sentido de agregar valor às escolhas feitas.

Assim, a escolha ou seleção da instituição de destino é compartilhada com os parceiros estrangeiros levando em conta a indicação de instituições bem classificadas em *rankings* internacionais, considerando ainda e especialmente as áreas de competência em que o estudante está se propondo a realizar seu programa bem como do nível de proficiência no idioma estrangeiro. Portanto, os estudantes e pesquisadores participantes do CsF estão realizando suas atividades de estudo nas melhores instituições disponíveis, prioritariamente entre as mais bem conceituadas para cada grande área do

conhecimento, de acordo com os principais *rankings* internacionais disponíveis. Tais instituições são caracterizadas pela excelência na produção científica e tecnológica e na formação de recursos humanos para o mercado de trabalho.

O sítio eletrônico *www.cienciasemfronteiras.gov.br* já continha informações sobre o critério de que trata a recomendação do TCU e, buscando torná-las mais claras e precisas, os textos ali disponíveis foram recentemente ajustados, encontrando-se na aba "O Programa", item "Instituições de Destino", os seguintes registros e *links* que abrem mais informações a respeito:

> *"Os estudantes e pós-doutores do Ciência sem Fronteiras terão o seu treinamento nas melhores instituições e grupos de pesquisa disponíveis, prioritariamente entre as mais bem conceituados para cada grande área do conhecimento de acordo com os principais rankings internacionais, tais como o Times High Education e QS World University Rankings.*
>
> *Os parceiros no exterior são organizações tradicionais no campo de colocação e suporte de estudantes ou mesmo consórcios das principais universidades locais, os quais são responsáveis por definir, juntamente com a CAPES e CNPq, os melhores cursos e instituições nos seus respectivos países.*
>
> *Para os bolsistas de Pós-Graduação, as Instituições de destino são analisadas por comissões de especialistas da CAPES e CNPq considerando as propostas apresentadas pelos candidatos."*

Sobre os dois *rankings* destacados nos *links* acima mencionados, os quais estão entre os principais *rankings* internacionais adotados pelo Programa, apresentamos as seguintes informações:

> *1. Times Higher Education (http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/)*
>
> *Trata-se de um ranking desenvolvido pela Thomson Reuters (http://thomsonreuters.com/about/) que visa classificar as principais universidades do mundo quanto aos seguintes aspectos: ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectiva internacional. O ranking toma como base 13 indicadores de desempenho cuidadosamente calibrados para fornecer as comparações mais abrangentes e equilibradas possíveis, que são validados por estudantes, acadêmicos, líderes universitários, indústrias e governos. Este ranking é atualizado anualmente, trazendo uma lista de cerca de 400 universidades em todo o mundo, divididas por regiões geográficas e áreas do conhecimento.*
>
> *2. QS World University Rankings (http://www.topuniversities.com/university-rankings)*
>
> *É um ranking com as 700 melhores universidades do mundo, segundo Symonds Quacquarelli (http://www.qs.com/), publicado desde 2004. O QS Ranking toma como base 6 indicadores de desempenho, tais como reputação acadêmica, empregabilidade e produção científica e tecnológica das instituições avaliadas. Com atualização anual, este ranking traz também a possibilidade de comparar-se instituições por grande área do conhecimento.*

Na eventualidade de uma instituição não constar em um dos *rankings* adotados, mas apresentar cursos em áreas contempladas pelo CsF que se suponham de excelência, o CNPq poderá fazer consulta a especialistas sobre a qualidade daqueles cursos, podendo apoiar a ida de estudantes caso se confirme a excelência dos mesmos. Para os bolsistas de pós-graduação e pós-doutorado, as instituições de destino são avaliadas por comissões de especialistas (peer review) das duas agências, considerando as propostas apresentadas pelos candidatos. É importante registrar, ainda, que o tema das instituições de destino está em permanente discussão no Comitê Executivo do Programa Ciência sem Fronteiras (Decreto 7.642/2011, Art. 7º, inciso II), em busca contínua de aprimoramentos para o Programa.

No âmbito do Ministério da Educação:

As Agências executoras do Programa Ciências sem Fronteias, ao longo do planejamento e implantação do Programa, têm dedicado uma atenção especial à seleção das Instituições responsáveis pelo acolhimento dos bolsistas no exterior, como é da tradição da Capes e do CNPq ao longo das suas existências, sempre primar pela qualidade. Neste caso, pelo volume das metas estabelecidas e ainda pelo cronograma temporal a ser cumprido para o envio dos bolsistas ao exterior, foi necessário um ajuste a este procedimento, o qual se dava de forma individualizada, incorporando outros atores, as parecerias internacionais, com suas respectivas expertises no sentido de agregar valor nas escolhas feitas.

Existem dois casos bem definidos no que diz respeito à escolha das Instituições de destino dos bolsistas:

Caso 1: Graduação Sanduíche

Participação da Instituição de origem do candidato - o critério para participação das IES de origem é que a mesma tenha cursos que sejam aderentes às áreas e setores prioritários estabelecidos no CsF. Portanto, o Programa solicitará que todas elas, em tendo candidatos, fizessem a adesão ao Programa e homologassem seus estudantes candidatos via sistema próprio, disponibilizados pelas Agências.

Seleção da Instituição de destino do candidato – Quanto à Instituição de destino, esta escolha é compartilhada com os parceiros estrangeiros levando em conta a indicação de instituições bem classificadas em rankings internacionais, considerando ainda e especialmente as áreas de competência em que o estudante está se propondo a realizar seu programa bem como do nível de proficiência no idioma estrangeiro.

Caso 2: Pós-Graduação

Neste caso, as Instituições de destino são analisadas por comitês especializados das duas Agências no escopo da proposta apresentada pelos candidatos. Os procedimentos até o momento adotados têm se mostrado adequados podendo ser aperfeiçoados e adotados para seleção de instituições em outros países que vierem a participar do esforço de recepção de estudantes no âmbito do Programa.

6.2. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES - ACÓRDÃO Nº 1.979/2012-TCU-PLENÁRIO

Abaixo, apresenta-se as providências adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o atendimento das recomendações constantes dos itens 9.1, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão nº 1.979/2012 – TCU – Plenário.

"9.1. Recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que, com base no art. 18, inciso IV, da Lei 10.180/2001, c/c o art. 7º, inciso III, do Decreto 6.976/2009, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Serviço Federal de Processamento de Dados, elabore e encaminhe a este Tribunal plano de ação, acompanhado do respectivo cronograma de implantação, visando à contabilização das sucessivas alterações na previsão de receita resultantes das avaliações bimestrais de que trata o art. 9º da Lei Complementar 101/2000."

Foi enviado o Ofício nº 14/SEAFI/SOF/MP, de 21 de fevereiro de 2013, à SEMAG/TCU, encaminhando a Nota Técnica Conjunta nº 01/SEAFI/SOF/MP e SUCON/STN/MF, datada de 21.02.2013.

"9.4. Recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria Federal de Controle Interno que efetuem estudos conjuntos para avaliar as intersecções entre as competências da contabilidade e do controle interno, inclusive quanto ao posicionamento organizacional das setoriais contábeis nos órgãos e entidades federais, com o objetivo de segregar de forma adequada tais funções no Sistema de Contabilidade Federal e no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal."

A partir de 2013 será criado um Grupo de Trabalho, envolvendo servidores da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria Federal de Controle Interno, com o objetivo, no primeiro momento, de estudar a segregação das funções no Sistema de Contabilidade Federal e no Sistema de Controle Interno.

"9.6. Recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que:

9.6.1. Avalie os riscos de descontinuidade da atual reforma da contabilidade federal em razão da fragilidade normativa das novas políticas e procedimentos contábeis."

A Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação (CCONF), da Secretaria do Tesouro Nacional, elaborou o documento INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – IPC-00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade, que se encontra disponibilizado nos endereços eletrônicos a seguir.

As IPCs são publicações de caráter técnico e orientador, que irão auxiliar os entes da Federação na implantação dos principais procedimentos da Nova Contabilidade Pública.

A IPC-00 orientará os profissionais de contabilidade na execução dos registros e na elaboração das demonstrações contábeis a partir da adoção das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, em cumprimento aos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público, nos termos da Resolução CFC nº 1.111/2007, e ao MCASP.

Junto com a IPC-00 foi publicado um modelo de PCASP para Estados e Municípios, com um detalhamento até o 7º nível. Esse trabalho foi fruto de um estudo realizado ao longo de 2012, que contou com a ajuda de diversos servidores do Brasil.

Além disso, o Anexo I da IPC-00 trás uma lista exaustiva dos dispositivos legais e normativos que reportam a atual reforma da contabilidade pública no Brasil.
https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Contabilidade_Publica/arquivos/Anexo_2_-_IPC00.xls
https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Contabilidade_Publica/arquivos/IPC00.pdf

"9.6.2. Desenvolva estratégia para a mitigação dos riscos de descontinuidade operacional nas unidades do Sistema de Contabilidade Federal em razão de escassez e/ou de rotatividade de pessoal."

Em 03/01/2013, a Secretaria do Tesouro Nacional protocolou, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma proposta de Medida Provisória para fortalecimento dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Contabilidade e do Sistema de Custos do Poder Executivo Federal, que contém medidas para reestruturação de pessoal.

"9.6.3. Estabeleça e normatize os requisitos mínimos para a indicação de responsáveis pela conformidade de registros de gestão, em complemento ao disposto no art. 8º da Instrução Normativa STN 6, de 31/10/2007."

A partir de 2013 serão iniciados estudos para tratar da Conformidade de Registros de Gestão.

"9.6.4. Amplie o uso de equações na transação Consultas Contas a Regularizar (Concontir) do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a fim de abranger o máximo possível de verificações de forma automática e evitar conferências manuais de igualdades contábeis."

O rol de equações contábeis, constantes da transação Concontir, foi ampliado em 30 equações, passando de 178 para, aproximadamente, 208 equações. Para a conformidade contábil do BGU, o rol passou de 53 equações para 115. Foi criada também, a transação Conindbal, que contém 33 equações com o objetivo de verificar a consistência dos itens dos demonstrativos contábeis.

"9.6.5. Identifique e estabeleça o nível ótimo de detalhamento de itens de informação, com vistas a tornar as demonstrações contábeis consolidadas inteligíveis e de fácil análise para seus usuários, permitindo a comparação direta entre a situação patrimonial e os desempenhos orçamentário, financeiro e patrimonial da União com outras entidades contábeis de natureza e porte econômico semelhantes."

Em diversos itens dos demonstrativos contábeis (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais), foi incluída uma codificação referente aos itens das notas explicativas, remetendo o leitor diretamente para o texto que contém as explanações e interpretações sobre a evolução dos números de cada demonstrativo.

Nesse sentido, já existem as rotinas e procedimentos de elaboração do BGU Gerencial, que terá efetiva publicação, de forma periódica, a partir do exercício de 2013.

'9.6.6. Proceda à revisão do funcionamento da Conformidade Contábil, com o intuito de segregar restrições segundo sua natureza, em especial aquelas relacionadas a deficiências em controles internos contábeis e administrativos, falhas de contabilização, erros materialmente relevantes nas demonstrações contábeis e irregularidades na gestão financeira."

Em 2012, foi criado um grupo de trabalho na CCONT/STN, denominado GT-Conformidade Contábil, para estudo e definição de propostas para reformulação das restrições contábeis e da reformulação da macrofunção da conformidade contábil.

O resultado do trabalho será implantado no Siafi, no primeiro trimestre de 2013, assim como a publicação da respectiva macrofunção.

"9.6.7. Estabeleça requisitos mínimos informacionais para o preenchimento do campo "Observação" dos documentos de entrada do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, de tal modo que seja possível identificar a natureza das transações registradas e a documentação pertinente."

Em 2013 serão iniciados os estudos para identificar quais regras serão implantadas no Novo Siafi, para viabilizar o atendimento desta recomendação.

'9.6.8. implemente sistema informatizado que possibilite um controle mais adequado das participações societárias por parte da equipe da Coordenação-Geral de Participações Societárias."

Resposta da Coordenação-Geral de Participações Societárias (Copar/STN):

"Em atenção à mensagem enviada por essa Unidade, informo que o Tesouro Nacional, juntamente com o Serpro, iniciou o processo de especificação do Sistema de Participações Societárias em agosto de 2012. A concepção do projeto foi o de desenvolver um sistema integrado para acompanhamento e controle das Participações Societárias da União, inclusive os processos de Dividendos, Investimentos, Resultado Fiscal e identificação de Riscos Fiscais das empresas estatais, incluindo a coleta de dados do Sistema de Informações das Estatais – SIEST e integração com o SIAFI (extração e envio de dados), bem como o registro, o acompanhamento e a avaliação de desempenho dos conselheiros fiscais representantes do Tesouro Nacional.

A implantação do Sistema está prevista para ser desenvolvida em três etapas/módulos: 1- Controle de Participações Societárias; 2 – Conselhos Fiscais; e 3 – Análise Econômico Financeira. No estágio atual, o Tesouro Nacional está em fase final de revisão dos documentos de especificação para o desenvolvimento do módulo de Controle de Participações Societárias, com previsão de término para março corrente. O referido módulo tem caráter prioritário, face a relevância dos investimentos mobiliários da União na contabilidade governamental."

"9.6.9. Por intermédio do Ministro da Fazenda, atualize o seu Regimento Interno de modo a retratar sua estrutura e seu funcionamento atuais."

Em 20 de julho de 2012, foi publicada a Portaria MF nº 244, de 16/07/2012, que aprova o Regimento Interno da STN, DOU de 20/07/2012, Seção 1, páginas 17 a 27.

"9.6.10. Crie setorial contábil específica para a análise da conformidade contábil de suas demonstrações contábeis, em especial no que se refere aos registros das participações societárias e da dívida federal."

A partir de 2013 serão iniciados estudos, com vistas ao atendimento do item em referência.

6.3. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES - ACÓRDÃO Nº 1.891/2012-TCU-PLENÁRIO

O Acórdão nº 1.891/2012 do Tribunal de Contas da União – TCU/Plenário determinou à Controladoria-Geral da União (CGU) que informasse, na Prestação de Contas do Presidente da República relativa ao exercício de 2012, as providências adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto às ocorrências de diferenças não identificadas das fontes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos exercícios de 2003 a 2010 e do primeiro semestre de 2011.

Pronunciamento quanto às providências adotadas em relação às ocorrências de diferenças não identificadas das fontes dos orçamentos fiscal e da seguridade social dos exercícios de 2003 a 2010 e primeiro semestre de 2011, conforme item 1.7 do Acórdão nº 1.891/2012-TCU-Plenário (TC-023.234/2010-5):

A propósito do assunto, a STN esclarece que vem, ao longo dos últimos anos, envidando esforços no sentido de realizar continuamente a conciliação contábil da disponibilidade de todas as fontes de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Esta conciliação implica a análise minuciosa de documentos e rotinas contábeis e inclui a apresentação semestral de Demonstrativo ao TCU, nos termos do Acórdão nº 2.315/2007.

O trabalho desenvolvido tem permitido o constante aprimoramento da metodologia adotada na referida apuração, com a identificação de rotinas que não estavam impactando a equação de conciliação e, desta forma, reduzindo as diferenças apresentadas entre o saldo da conta contábil de Disponibilidades por Fontes de Recursos constante do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e o valor calculado para a mesma. Além disso, sempre que identificados problemas em rotinas contábeis, são tempestivamente tomadas as providências necessárias às suas correções. O quadro a seguir apresenta as diferenças que remanescem não identificadas.

R$ 1,00

FONTE	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
00	127.214,03	962,04	20.484.105,07	4.873.958,00	50.547,06	82.582.778,71	58.515.440,93	248.015,43	24.444,02
02	-	-	-	-	0,02	-	-	-	-
12	-	593,37	-	9.883,69	-	-	-	-	-
56	-	-	-	-	-	163,50	-	-	-
74	-	1.957.965,28	-	-	-	-	-	-	-
77	-	228.898,13	-	-	-	-	1.379.442,55	-	-
90	-	2.116.504,53	1.874.698,18	11.281,52	-	40.394.605,63	10.258.006,27	-	-
TOTAL	**127.214,03**	**4.304.923,35**	**22.358.803,25**	**4.895.123,21**	**50.547,08**	**122.977.547,84**	**70.152.889,75**	**248.015,43**	**24.444,02**

Conforme pode ser observado, houve redução significativa da diferença apresentada para o ano de 2010, relativamente ao valor constante do relatório encaminhado anteriormente ao TCU. A diferença de R$ 56.230.848,35, concentrada na Fonte de Recursos 00 – Recursos Ordinários, foi reduzida para o valor de R$ 248.015,43. Tal redução se deve à alteração na metodologia de cálculo justificada pela mudança nas rotinas de restituição e compensação de receitas previdenciárias. Persiste ainda o trabalho de análise para a identificação do valor remanescente de R$ 248.015,43.

Por sua vez, o valor não identificado no ano de 2011 foi o menor de toda a série sob análise, alcançando o valor de R$ 24.444,02. Em particular, cabe ressaltar que não houve diferença entre o valor apurado e o valor constante do SIAFI em todo o primeiro semestre de 2011, estando toda a diferença localizada no mês de dezembro daquele ano.

É oportuno registrar que a identificação das referidas diferenças demanda grande esforço da equipe técnica, uma vez que requer o estudo detalhado da movimentação dos documentos registrados pelas mais diferentes Unidades Gestoras que operam no Siafi. No caso de algumas fontes de recursos, o volume de documentos diário é tão elevado que a extração dos mesmos, para fins de análise, poderia eventualmente suscitar demandas onerosas ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), custo este que deveria ser justificado pelos seus potenciais benefícios.

Tal dificuldade fica manifesta se comparadas as diferenças remanescentes nas apurações realizadas ao volume arrecadado em cada uma das fontes de recursos. Nos anos de 2003, 2007, 2010 e 2011, as diferenças remanescentes, que somadas não chegam a R$ 500,0 mil, representam menos de 0,0002% do volume arrecadado em cada um destes exercícios na fonte de recursos 00 – Recursos Ordinários. Em 2010, por exemplo, o volume de recursos que ingressou nesta fonte alcançou R$ 191,7 bilhões. Em 2004 e 2006, por sua vez, quando os valores não identificados foram da ordem de R$ 4 milhões, a receita realizada nas fontes em que há valores não identificados foi de R$ 108,2 e R$ 135,4 bilhões, respectivamente. Mesmo para o ano de 2008, em que a diferença totalizou R$ 123,0 milhões em três diferentes Fontes de Recursos, esta diferença representa menos de 0,1% do total arrecadado nas fontes de recursos respectivas, face à arrecadação correspondente de R$ 179,7 bilhões.

Destarte, esta STN ratifica seu compromisso de prosseguir no intento de aperfeiçoar a metodologia de conciliação da disponibilidade por Fonte de Recursos, bem como dar continuidade na apuração das diferenças ora existentes.

PARTE VII

SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL

PARTE VII – SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL

7.1. CONTEXTO

À medida que a economia mundial se torna cada vez mais interligada cresce a importância dos governos como parceiros relevantes no processo de desenvolvimento das nações. Nesse contexto, a gestão eficiente dos recursos públicos se torna imperativa, e a temática de custos ganha foco e relevância como instrumento capaz de melhorar a qualidade do gasto público.

Na legislação brasileira encontramos diversos regramentos que direcionam a geração de informações de custos, com a definição dos principais objetos de custeio, programas e as unidades administrativas; o objetivo, promover uma avaliação da gestão governamental; e o Sistema de Contabilidade Federal como ator responsável pela evidenciação desses custos.

> *Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:*
>
> *"Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão";*
> *Decreto nº 93.872, de 23 dezembro de 1986:*
> *"Art . 137. A contabilidade deverá apurar o custo dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão (Decreto-Lei nº 200/67, art. 69):*
> *§ 1º A apuração do custo dos projetos e atividades terá por base os elementos fornecidos pelos órgãos de orçamento, constantes dos registros do Cadastro Orçamentário de Projeto/Atividade, a utilização dos recursos financeiros e as informações detalhadas sobre a execução física que as unidades administrativas gestoras deverão encaminhar ao respectivo órgão de contabilidade, na periodicidade estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.*
> *§ 2º A falta de informação da unidade administrativa gestora sobre a execução física dos projetos e atividades a seu cargo, na forma estabelecida, acarretará o bloqueio de saques de recursos financeiros para os mesmos projetos e atividades, responsabilizando-se a autoridade administrativa faltosa pelos prejuízos decorrentes."*
>
> *Lei Complementar n º 101, de 04 de maio de 2000, artigo 50:*
>
> *"§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial."*
> *Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001:*
> *"Art.15 O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar:*
> *V - os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal;"*

Buscando estabelecer uma nova visão do setor público, o governo federal implementou em 2010 o Sistema de Informações de Custos (SIC), com objetivo de subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público. Este Sistema tem como grande diferencial a integração de vários sistemas estruturantes do Governo Federal em uma única base de dados, permitindo assim o tratamento dos dados sob uma análise de execução física, financeira e gerencial.

O SIC é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, atualmente constam dados do Siape, Siafi, Siorg e SIGPlan, este último substituído pelo Siop a partir do exercício de 2012. A ferramenta verifica espaços para a melhoria de serviços destinados à população, bem como proporciona instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso recursos públicos.

A partir do exercício de 2010 foi realizado o processo de homologação da base de dados do SIC e, quando da sua conclusão, a capacitação dos Comitês criados no âmbito dos ministérios para validação dos dados do sistema. Este trabalho exigiu um esforço conjunto da Secretária do Tesouro Nacional e das equipes que constituíram os Comitês de Custos no âmbito dos demais órgãos da administração pública federal, sendo concluído com êxito em agosto de 2011. Após a validação dos dados foi iniciado o processo de constituição dos órgãos setoriais de custo.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou em 09 de março de 2011 a Portaria nº 157, que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, uma vez que se encontra sob a gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

Por meio dessa estrutura matricial de gestão governamental, integram-se a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central, e as unidades de gestão interna do Poder Público da União, como órgãos setoriais; os quais se tornam responsáveis pelo uso do SIC enquanto ferramenta de suporte tecnológico. Dessa forma ficou estabelecida a metodologia de custos adotada pelo governo federal, com o tripé composto pelo modelo legal, conceitual e operacional citado anteriormente.

O processo de mensuração propicia o conhecimento em nível estratégico e constitui informação relevante para elaboração do orçamento mais próximo da realidade dos órgãos porque promove uma reflexão sobre os insumos utilizados para geração de produtos e prestação de serviços a sociedade.

É de uso crítico também pelos órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), que podem se utilizar dos dados existentes para a comparação de custos dos órgãos, com o apontamento de eventuais divergências observadas, possibilitando orientação sobre a utilização racional e responsável dos recursos e direcionando para o aumento da produtividade.

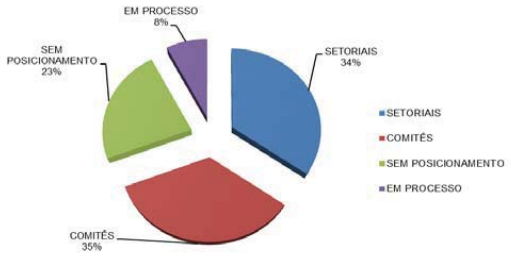
O Sistema de Custos do Governo Federal continua evoluindo haja vista que se encontra no processo de disseminação e consolidação, com previsão de disponibilização, em 2013, de consultas públicas por meio de Portal de Custo do Governo Federal.

7.1.1. Posição Atual do Processo de Implantação das Setoriais de Custos no Âmbito do Governo Federal

A Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou a cada Ministério o Ofício-Circular nº 14, de 24 de novembro de 2011, orientando sobre a de implantação dos órgãos setoriais de custos e solicitou posicionamento sobre sua

atual situação. De acordo com as respostas obtidas os órgãos foram classificados em quatro grupos (setorial, comitês, sem posicionamento e em processo), conforme demonstrado no gráfico e tabelas abaixo.

POSIÇÃO ATUAL DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS SETORIAIS DE CUSTOS DO EXECUTIVO



CLASSIFICAÇÃO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO
SETORIAIS	9	-	-
COMITÊS	9	-	-
SEM POSICIONAMENTO	6	3	8
EM PROCESSO	2	-	-
TOTAL	**26**	**3**	**8**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Segue abaixo relação dos órgãos que compõem o Sistema de Custos do Governo Federal:

SETORIAIS
EXECUTIVO
- Presidência da República
- Advogacia-Geral da União
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Ministério dos Esportes
- Ministério da Educação
- Ministério da Previdência Social
- Ministério da Saúde
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério da Cultura

COMITÊS
EXECUTIVO
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Ministério das Comunicações
- Ministério da Pesca e Aquicultura
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério dos Transportes
- Ministério da Integração Nacional
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério do Turismo

SEM POSICIONAMENTO
EXECUTIVO
- Ministério da Defesa
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Ministério da Justiça
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério de Minas e Energia

EM PROCESSO
EXECUTIVO
- Ministério das Cidades
- Ministério da Fazenda

Segue abaixo relação dos órgãos que poderão compor o Sistema de Custos do Governo Federal:

JUDICIÁRIO
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho Nacional do Ministério Público
- Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- Supremo Tribunal Federal
- Superior Tribunal de Justiça
- Superior Tribunal Militar
- Tribunal Superior Eleitoral
- Tribunal Superior do Trabalho

LEGISLATIVO
- Câmara dos Deputados
- Senado Federal
- Tribunal de Contas da União

7.1.2. Relatórios

A seguir apresentaremos dois relatórios gerados a partir do SIC. O primeiro tem como objeto de custo as Funções de Governo e o segundo os Órgãos Superiores, segundo a perspectiva do Sistema Integrado de Administração Financeira (siafi).

Relatório de Custos por Função de Governo

Este relatório foi gerado para todo o orçamento governamental, apresentando os recursos financeiros consumidos para consecução das funções de governo. O objeto de custo é a função de governo como máximo nível de agregação e o custo da função é o somatório da despesa orçamentária do ano liquidada na respectiva função com os valores liquidados no ano dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O relatório apresenta os custos diretos das funções para o exercício do balanço em comparação com o anterior.

RELATÓRIO DE CUSTOS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

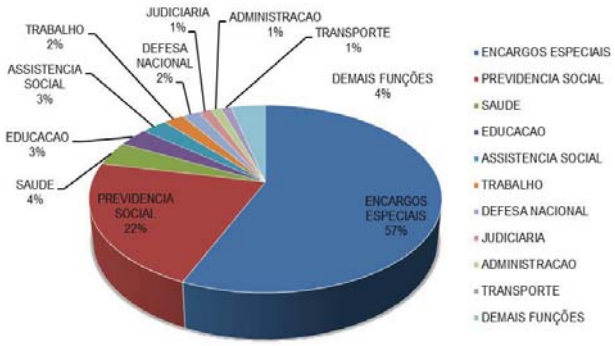
FUNÇÃO		CUSTO DIRETO		
		2011	2012	TOTAL
01	LEGISLATIVA	5.946.345.275,00	6.083.014.225,48	12.029.359.500,48
02	JUDICIARIA	22.271.234.010,43	23.982.689.514,98	46.253.923.525,41
03	ESSENCIAL A JUSTICA	5.597.678.740,26	3.989.937.717,15	9.587.616.457,41
04	ADMINISTRACAO	18.654.510.563,34	19.501.262.595,03	38.155.773.158,37
05	DEFESA NACIONAL	31.449.845.969,67	33.448.767.717,14	64.898.613.686,81
06	SEGURANCA PUBLICA	7.470.678.899,65	7.391.992.727,95	14.862.671.627,60

Cont.

FUNÇÃO		CUSTO DIRETO		
		2011	2012	TOTAL
07	RELACOES EXTERIORES	1.790.735.408,71	2.189.867.658,72	3.980.603.067,43
08	ASSISTENCIA SOCIAL	45.325.673.787,62	55.754.473.032,05	101.080.146.819,67
09	PREVIDENCIA SOCIAL	359.826.934.914,33	399.782.396.518,91	759.609.331.433,24
10	SAUDE	68.696.761.296,04	77.231.552.354,94	145.928.313.650,98
11	TRABALHO	36.280.627.145,75	41.822.321.997,06	78.102.949.142,81
12	EDUCACAO	53.738.381.720,73	66.447.822.055,85	120.186.203.776,58
13	CULTURA	927.438.430,20	1.294.929.289,74	2.222.367.719,94
14	DIREITOS DA CIDADANIA	1.562.742.311,86	862.699.530,73	2.425.441.842,59
15	URBANISMO	2.926.726.556,86	2.726.925.680,81	5.653.652.237,67
16	HABITACAO	302.083.813,12	427.266.072,20	729.349.885,32
17	SANEAMENTO	1.163.850.849,27	1.465.558.855,24	2.629.409.704,51
18	GESTAO AMBIENTAL	3.143.003.072,63	3.943.413.541,15	7.086.416.613,78
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	6.573.863.754,46	7.653.470.980,06	14.227.334.734,52
20	AGRICULTURA	13.944.171.526,91	14.394.941.184,75	28.339.112.711,66
21	ORGANIZACAO AGRARIA	3.510.127.602,17	3.127.370.946,30	6.637.498.548,47
22	INDÚSTRIA	1.833.152.167,90	2.110.362.215,65	3.943.514.383,55
23	COMERCIO E SERVICOS	2.459.696.839,60	3.085.568.330,89	5.545.265.170,49
24	COMUNICACOES	1.060.469.231,90	861.092.681,84	1.921.561.913,74
25	ENERGIA	610.605.368,08	739.107.263,51	1.349.712.631,59
26	TRANSPORTE	18.192.897.860,48	18.486.638.510,84	36.679.536.371,32
27	DESPORTO E LAZER	1.004.186.609,36	910.383.265,08	1.914.569.874,44
28	ENCARGOS ESPECIAIS	930.100.893.988,00	992.952.922.218,79	1.923.053.816.206,79
TOTAL		**1.646.365.317.714,33**	**1.792.668.748.682,84**	**3.439.034.066.397,17**

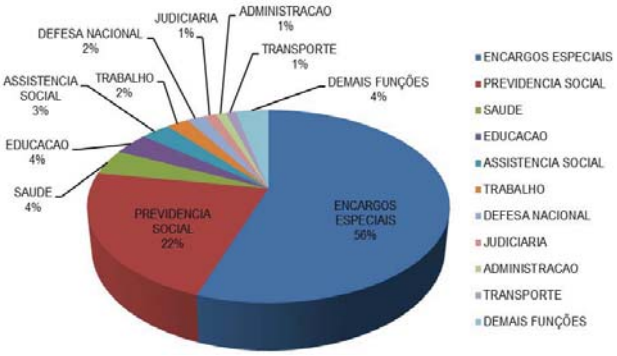
Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

CUSTO DIRETO DAS FUNÇÕES DE GOVERNO (EXERCÍCIO DE 2011)



Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

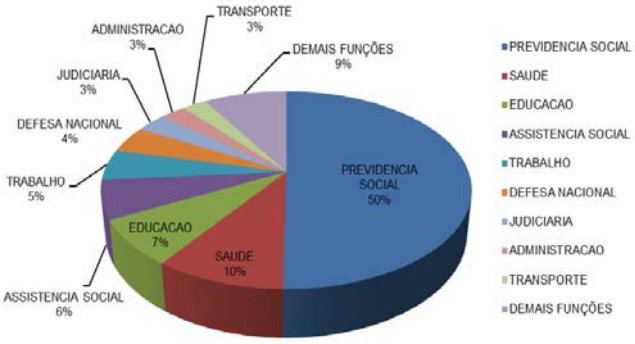
CUSTO DIRETO DAS FUNÇÕES DE GOVERNO (EXERCÍCIO DE 2012)



Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

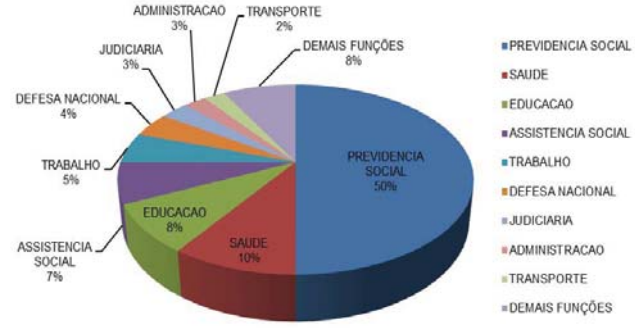
A função Encargos Especiais corresponde a mais da metade do custo direto. Para melhor visualização das demais funções, podemos observar o mesmo sem essa função.

CUSTO DIRETO DAS FUNÇÕES DE GOVERNO – EXCETO ENCARGOS ESPECIAIS (EXERCÍCIO DE 2011)



Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

CUSTO DIRETO DAS FUNÇÕES DE GOVERNO – EXCETO ENCARGOS ESPECIAIS (EXERCÍCIO DE 2012)



Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

O mesmo relatório pode ser visualizado também sob a ótica dos Programas, conforme a seguir:

RELATÓRIO DE CUSTO DIRETO DOS PROGRAMAS

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
0016	GESTAO DA POLITICA DE SAUDE	484.286.898,97	228.737.916,60	713.024.815,57
0052	EDUCACAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS	5.101.422,14	187.819,06	5.289.241,20
0068	ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	273.854.698,72	2.202.111,87	276.056.810,59
0073	ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANCAS E ADOLESCE	82.764.256,83	6.672.232,25	89.436.489,08
0083	PREVIDENCIA SOCIAL BASICA	276.261.128.248,67	92.008.737,73	276.353.136.986,40
0085	QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS	300.998.865,06	81.888.695,71	382.887.560,77
0086	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	19.076.032,20	764.559,19	19.840.591,39
0087	GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL	53.437.182,38	16.753.470,76	70.190.653,14
0088	INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIA	1.274.088.740,15	115.448,52	1.274.204.188,67
0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	75.991.817.233,00	79.861.346.282,40	155.853.163.515,40
0099	INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E REN	33.183.084.691,95	98.732.993,48	33.281.817.685,43
0101	QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL	82.483.398,51	28.076.794,22	110.560.192,73
0102	REDE DE PROTECAO AO TRABALHO	22.280.896,64	1.055.791,15	23.336.687,79
0103	CREDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERACAO DE EMPREGO E	339.377,08	154.630,18	494.007,26
0104	RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS	1.273.760.126,78	91.249,77	1.273.851.376,55
0106	GESTAO DA POLITICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	167.600.391,76	30.479.478,11	198.079.869,87

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
0107	ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO	8.224.857,28	1.521.098,65	9.745.955,93
0120	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	10.262.309,39	750.000,00	11.012.309,39
0122	SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO	1.413.765.879,97	757.814.275,21	2.171.580.155,18
0135	ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	770.654.486,88	44.015.403,84	814.669.890,72
0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	767.211.383,03	423.921.179,36	1.191.132.562,39
0138	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA E DESTINACAO DE TERRAS	126.827.215,01	74.496.986,13	201.324.201,14
0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	22.948.234,54	2.968.683,27	25.916.917,81
0150	PROTECAO E PROMOCAO DOS POVOS INDIGENAS	799.260.902,17	74.302.497,84	873.563.400,01
0152	SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENT	45.318.474,58	16.346.707,83	61.665.182,41
0153	SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	16.763.112,98	8.296.446,63	25.059.559,61
0154	GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	8.871.428,62	8.483.365,34	17.354.793,96
0155	GESTAO DA POLITICA DE DIREITOS HUMANOS	11.813.619,53	3.773.582,98	15.587.202,51
0156	PREVENCAO E ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	24.199.490,32	14.566.273,16	38.765.763,48
0167	BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	36.344.594,72	33.643.202,68	69.987.797,40
0168	LIVRO ABERTO	34.312.281,49	62.314.069,22	96.626.350,71
0169	BRASIL, SOM E IMAGEM	161.098.419,16	88.494.012,43	249.592.431,59
0171	MUSEU MEMORIA E CIDADANIA	34.598.391,42	13.035.815,03	47.634.206,45
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	14.763.940,83	1.710.163,63	16.474.104,46
0173	GESTAO DA POLITICA DE CULTURA	40.779.878,64	7.195.947,86	47.975.826,50
0181	BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEAO	912.417.477,14	132.834.821,63	1.045.252.298,77
0220	MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL	3.715.089,71	641.447,23	4.356.536,94
0225	GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES	396.757.614,79	191.371.005,15	588.128.619,94
0229	CORREDOR SAO FRANCISCO	248.326,27	-	248.326,27
0230	CORREDOR LESTE	16.181.931,75	-	16.181.931,75
0231	CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	10.357,38	179.525,78	189.883,16
0233	CORREDOR MERCOSUL	26.086.853,75	1.149.778,47	27.236.632,22
0235	CORREDOR NORDESTE	18.370.380,14	421.628,24	18.792.008,38
0236	CORREDOR OESTE-NORTE	2.133.113,01	-	2.133.113,01
0237	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	1.725.961,58	6.030.661,44	7.756.623,02
0238	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	11.748.359,90	5.017.142,75	16.765.502,65
0257	UNIVERSALIZACAO DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	1.345,80	-	1.345,80
0271	QUALIDADE DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE PETROLEO, SEUS DE	345.815.122,48	34.678.786,95	380.493.909,43
0272	QUALIDADE DO SERVICO DE ENERGIA ELETRICA	180.329.664,17	10.672.989,41	191.002.653,58
0273	LUZ PARA TODOS	1.929.744,21	625.473,24	2.555.217,45
0276	GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA	10.677.974,07	2.935.320,72	13.613.294,79
0310	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	496.339.451,91	640.508.390,26	1.136.847.842,17
0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	1.766.953.021,77	144.827.441,50	1.911.780.463,27
0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.525.157.788,34	1.350.024.651,28	3.875.182.439,62
0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	4.215.422.590,20	1.519.800.289,48	5.735.222.879,68
0355	PROMOCAO DAS EXPORTACOES	12.987.112,57	368.401,08	13.355.513,65
0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	77.920.446,94	16.162.343,46	94.082.790,40
0357	SEGURANCA DA SANIDADE NA AGROPECUARIA	209.123.576,31	23.485.808,42	232.609.384,73
0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	48.912.505,88	10.845.708,22	59.758.214,10
0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	22.344.455,67	7.165.788,48	29.510.244,15
0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	329.613.210,07	6.457.301,51	336.070.511,58
0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVICOS AGROPECUARIOS	16.103.605,78	6.604.744,48	22.708.350,26
0379	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	312.455.417,26	150.952.667,46	463.408.084,72
0390	METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIACAO DA CONFORMIDADE	580.905.285,19	15.202.601,80	596.107.886,99
0391	MINERACAO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	210.580.814,56	4.888.316,60	215.469.131,16
0392	POLO INDUSTRIAL DE MANAUS	58.996.872,07	1.982.218,43	60.979.090,50
0393	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	204.106.331,26	12.307.315,55	216.413.646,81
0411	GESTAO DAS POLITICAS INDUSTRIAL, DE COMERCIO E DE SERVICOS	10.207.857,19	3.074.301,54	13.282.158,73
0412	DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADOR	1.390.777.769,28	454.776.802,15	1.845.554.571,43
0413	GESTAO DAS POLITICAS DE ESPORTE E DE LAZER	4.422.306,69	666.748,84	5.089.055,53
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE	15.487.227,24	12.806.506,00	28.293.733,24

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
	PEQUENO E MED			
0460	FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIENCIA, TEC	860.039.794,46	114.592.693,66	974.632.488,12
0461	PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNO	575.594.527,12	230.542.911,02	806.137.438,14
0464	NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	348.134.462,65	147.641.941,71	495.776.404,36
0471	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA INCLUSAO E DESENVOLVIMEN	104.993.882,00	27.064.651,05	132.058.533,05
0472	PROANTAR	10.876.005,23	2.616.135,94	13.492.141,17
0473	GESTAO DA POLITICA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	25.574.633,65	3.205.702,02	28.780.335,67
0474	RECURSOS DO MAR	4.961.070,81	185.048,06	5.146.118,87
0476	DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DO SETOR DE ENERGIA	129.320,45	-	129.320,45
0496	INFORMACOES INTEGRADAS PARA PROTECAO DA AMAZONIA	69.677.886,99	14.373.972,32	84.051.859,31
0497	GESTAO DA POLITICA NACIONAL DE RECURSOS HIDRICOS	1.279.719,49	14.065,85	1.293.785,34
0503	PREVENCAO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCENDIOS F	95.858.781,38	3.154.315,50	99.013.096,88
0506	NACIONAL DE FLORESTAS	34.623.116,22	3.261.273,05	37.884.389,27
0508	CONSERVACAO E USO SUSTENTAVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURS	26.558.442,59	4.214.173,25	30.772.615,84
0511	GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE	48.657.136,36	18.058.286,21	66.715.422,57
0512	ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO	1.825.236,57	1.340.697,39	3.165.933,96
0515	INFRA-ESTRUTURA HIDRICA	471.566.876,65	238.103.202,94	709.670.079,59
0550	CONTROLE EXTERNO	911.760.879,10	934.445.113,07	1.846.205.992,17
0551	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.124.925.481,36	2.152.637.073,05	4.277.562.554,41
0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	2.909.658.914,54	2.995.932.039,36	5.905.590.953,90
0565	PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	345.925.232,21	342.616.962,85	688.542.195,06
0566	PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	192.361.821,46	221.606.027,86	413.967.849,32
0567	PRESTACAO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.359.473.903,64	1.474.184.896,73	2.833.658.800,37
0568	PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	665.335.784,69	711.881.678,50	1.377.217.463,19
0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	6.182.613.210,18	6.503.219.290,92	12.685.832.501,10
0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	3.572.539.474,49	4.239.836.518,54	7.812.375.993,03
0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	9.800.412.612,67	10.338.228.034,45	20.138.640.647,12
0580	DEFESA JURIDICA DA UNIAO	2.186.069.305,80	23.634.094,55	2.209.703.400,35
0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	3.177.066.400,28	3.396.533.515,67	6.573.599.915,95
0620	PREPARO E EMPREGO DA FORCA TERRESTRE	1.121.196.759,67	399.356.437,25	1.520.553.196,92
0621	PREPARO E EMPREGO DA FORCA AEREA	943.375.342,11	302.440.676,86	1.245.816.018,97
0622	PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	815.957.476,14	261.579.592,92	1.077.537.069,06
0623	SEGURANCA DE VOO E CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO	987.026.363,18	456.574.284,11	1.443.600.647,29
0625	GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL	14.263.553,99	1.868.212,46	16.131.766,45
0626	REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL	2.154.340.899,65	497.949.633,14	2.652.290.532,79
0627	TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	287.313.016,28	31.142.353,54	318.455.369,82
0628	REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO	448.552.082,58	277.408.227,93	725.960.310,51
0629	TECNOLOGIA DE USO NAVAL	239.883.447,20	18.640.724,58	258.524.171,78
0630	DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL	331.078.933,64	15.364.388,85	346.443.322,49
0631	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	239.784.373,22	75.693.687,80	315.478.061,02
0632	REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA	821.622.424,90	540.560.007,34	1.362.182.432,24
0633	ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	38.326.602,07	7.606.881,16	45.933.483,23
0637	SERVICO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS	1.743.204.175,24	117.426.546,75	1.860.630.721,99
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO	46.508.092,47	3.877.719,41	50.385.811,88
0639	SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA	112.006.947,80	10.299.421,41	122.306.369,21
0640	ENSINO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	20.261.381,80	10.557.476,51	30.818.858,31
0641	INTELIGENCIA FEDERAL	354.284.474,22	12.261.891,43	366.546.365,65
0642	TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	107.246.824,72	46.707.351,18	153.954.175,90
0643	CALHA NORTE	113.320.235,46	72.383.541,73	185.703.777,19
0647	PRODUCAO DE MATERIAL BELICO	30.375.228,57	10.526.610,36	40.901.838,93
0660	SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE	212.591.709,81	80.191.493,39	292.783.203,20
0661	APRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL	113.229.521,67	50.653.464,39	163.882.986,06
0662	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	245.230.540,67	90.857.618,72	336.088.159,39
0663	SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	355.685.132,36	130.840.321,26	486.525.453,62

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
0665	GESTAO DA POLITICA NACIONAL SOBRE DROGAS	43.472.399,53	10.383.839,55	53.856.239,08
0670	PROTECAO A PESSOAS AMEACADAS	31.414.463,86	10.808.272,96	42.222.736,82
0682	DIFUSAO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	26.292.319,88	457.937,14	26.750.257,02
0683	GESTAO DA POLITICA EXTERNA	77.361.796,23	194.020.992,02	271.382.788,25
0685	ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	4.525.059,00	1.552.772,50	6.077.831,50
0695	DEFESA ECONOMICA E DA CONCORRENCIA	13.271.331,03	588.103,28	13.859.434,31
0697	DEFESA DO CONSUMIDOR	16.172.020,97	615.517,12	16.787.538,09
0698	GESTAO E APOIO INSTITUCIONAL NA AREA DA JUSTICA	35.249.915,90	2.441.797,07	37.691.712,97
0699	ASSISTENCIA JURIDICA INTEGRAL E GRATUITA	222.754.010,02	11.445.049,52	234.199.059,54
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	55.138.579.577,78	926.302.869,99	56.064.882.447,77
0752	GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO	148.681.039,52	55.660.978,97	204.342.018,49
0753	DIVULGACAO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUCAO GRAFICA	64.144.298,13	6.724.364,43	70.868.662,56
0757	GESTAO DA POLITICA DE INTEGRACAO NACIONAL	12.376.576,39	12.173.927,98	24.550.504,37
0770	ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA	8.140.190.000,44	301.192.360,49	8.441.382.360,93
0771	GESTAO DAS POLITICAS MONETARIA, CAMBIAL E DE CREDITO	10.408.447,53	-	10.408.447,53
0773	GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA	206.443.697,65	2.302.063,02	208.745.760,67
0775	RECUPERACAO DE CREDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	480.867.408,31	19.903.423,98	500.770.832,29
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.539.633.647,52	-	1.539.633.647,52
0777	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS EM FINANCAS PUBLICAS E AR	23.235.475,22	7.279.810,99	30.515.286,21
0778	DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	123.705.948,27	7.348.646,48	131.054.594,75
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEM	116.694.972,35	1.563.629,93	118.258.602,28
0780	GESTAO DA POLITICA DE REGULACAO DE MERCADOS	2.255.202,35	231.669,80	2.486.872,15
0794	GESTAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIAO	41.385.535,09	7.495.328,81	48.880.863,90
0796	INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOCIENTIFICAS	1.045.156.747,16	15.067.076,61	1.060.223.823,77
0797	PROSPECCAO E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS	182.411.483,80	9.499.093,88	191.910.577,68
0798	COMPRAS GOVERNAMENTAIS	64.701.039,98	11.489.783,80	76.190.823,78
0801	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS EM GESTAO PUBLICA	35.845.695,79	1.218.473,88	37.064.169,67
0802	GESTAO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORCAMENTOS DA UNIAO	21.119.382,64	5.239.993,09	26.359.375,73
0807	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESA	133.568.016,24	207.439.308,36	341.007.324,60
0810	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	3.176,50	-	3.176,50
0812	COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	4.393.131,98	1.898.709,75	6.291.841,73
0813	MONUMENTA	46.006.860,80	30.272.552,39	76.279.413,19
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	15.431.854.641,05	15.170.617.268,81	30.602.471.909,86
0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	22.935.503.855,78	30.770.924.372,49	53.706.428.228,27
0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	171.779.246.332,72	180.810.492.745,25	352.589.739.077,97
0905	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORT	218.105.666.068,72	342.473.473.802,93	560.579.139.871,65
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	20.091.932.198,98	11.496.972.269,63	31.588.904.468,61
0907	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	460.942.733.083,28	292.875.234.658,45	753.817.967.741,73
0908	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	6.871.016.700,52	4.289.762.378,57	11.160.779.079,09
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	14.989.470.973,13	116.894.961.997,05	131.884.432.970,18
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS IN	501.859.243,84	513.196.525,18	1.015.055.769,02
0911	OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	-	576.826.989,63	576.826.989,63
0913	OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS F	254.152.648,03	494.549.577,65	748.702.225,68
1001	GESTAO DA POLITICA DE TURISMO	8.270.788,07	1.221.190,44	9.491.978,51
1003	GESTAO DA POLITICA NA AREA DE PLANEJAMENTO	31.315.100,04	8.670.145,52	39.985.245,56
1004	GESTAO DE POLITICAS NA AREA DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	15.923.329,62	6.135.256,76	22.058.586,38
1006	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOM	57.344.176,66	13.855.415,92	71.199.592,58
1008	INCLUSAO DIGITAL	102.642.204,20	77.212.180,16	179.854.384,36
1009	REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, EST	5.624.271,04	-	5.624.271,04
1016	ARTESANATO BRASILEIRO	824.593,16	259.623,93	1.084.217,09

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
1020	INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AREA DE ATUACAO DA SUFR	29.641.118,61	22.198.816,12	51.839.934,73
1025	PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROM	93.311.976,64	257.339.392,24	350.651.368,88
1027	PREVENCAO E PREPARACAO PARA DESASTRES	149.911.915,97	99.513.072,42	249.424.988,39
1029	RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUCAO	1.010.149.756,47	565.342.323,93	1.575.492.080,40
1030	DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO ARQUIVISTICA GOVERNAME	63.194.781,80	2.808.451,52	66.003.233,32
1032	DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIO	459.001.978,38	48.895.077,88	507.897.056,26
1036	INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	515.447.891,12	515.909.314,81	1.031.357.205,93
1038	TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO	2.291.643,83	-	2.291.643,83
1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	1.523.732,35	3.140.505,48	4.664.237,83
1049	ACESSO A ALIMENTACAO	1.102.392.090,20	257.998.227,91	1.360.390.318,11
1054	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE	65.014.768,43	16.749.816,11	81.764.584,54
1057	COMUNICACOES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGENCIA NAS FORCAS AR	18.337.468,45	3.496.222,08	21.833.690,53
1060	BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	786.234.952,52	12.475.706,88	798.710.659,40
1061	BRASIL ESCOLARIZADO	16.982.552.668,54	2.273.368.295,20	19.255.920.963,74
1062	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	5.310.083.155,83	976.467.791,31	6.286.550.947,14
1065	EDUCACAO NA PRIMEIRA INFANCIA	25.000,00	-	25.000,00
1067	GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO	123.731.522,82	16.179.922,43	139.911.445,25
1068	GESTAO DA TRANSVERSALIDADE DE GENERO NAS POLITICAS PUBLICAS	2.870.054,32	1.620.100,60	4.490.154,92
1069	GESTAO DA POLITICA DE GEOLOGIA, MINERACAO E TRANSFORMACAO MI	153.980,51	3.104,30	157.084,81
1073	BRASIL UNIVERSITARIO	24.098.938.560,88	3.520.281.240,72	27.619.219.801,60
1078	NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	2.774.231,16	3.889.815,87	6.664.047,03
1079	EDUCACAO PREVIDENCIARIA	1.383.080,71	332.244,51	1.715.325,22
1080	COMBATE A DESERTIFICACAO	389.542,98	859.134,33	1.248.677,31
1083	REFORMA DO JUDICIARIO	3.510.462,88	3.690.358,82	7.200.821,70
1086	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	2.882.711,97	2.794.994,55	5.677.706,52
1088	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTAO PUBLICA	12.857.269,02	7.401.277,80	20.258.546,82
1102	AGENDA 21	1.125.587,70	10.182,21	1.135.769,91
1107	PROBACIAS - CONSERVACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	134.185.727,53	26.972.338,19	161.158.065,72
1109	MASSIFICACAO DA CERTIFICACAO DIGITAL ICP-BRASIL	14.510.187,68	2.202.024,10	16.712.211,78
1113	NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.343.223.406,66	141.589.823,73	1.484.813.230,39
1115	GEOLOGIA DO BRASIL	394.108.537,45	47.275.949,65	441.384.487,10
1116	CREDITO FUNDIARIO	420.240.343,06	44.075.495,83	464.315.838,89
1120	PAZ NO CAMPO	4.836.927,15	960.943,03	5.797.870,18
1122	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO APLICADAS AOS RECURSOS NATURA	57.183.632,45	20.553.034,70	77.736.667,15
1127	SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP	225.432.640,00	164.247.921,83	389.680.561,83
1128	URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTA	1.242.105.963,90	725.148.246,63	1.967.254.210,53
1132	DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	3.432.700,69	156.108,19	3.588.808,88
1133	ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	52.357.559,27	19.697.746,05	72.055.305,32
1136	FORTALECIMENTO DA GESTAO URBANA	10.028.201,31	5.052.566,60	15.080.767,91
1137	REABILITACAO DE AREAS URBANAS CENTRAIS	410.343,88	433.414,38	843.758,26
1138	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSAO MARITIMA E FLUVIAL	369.201.934,02	261.613.634,89	630.815.568,91
1141	CULTURA VIVA - ARTE, EDUCACAO E CIDADANIA	49.950.118,75	52.113.287,62	102.063.406,37
1142	ENGENHO DAS ARTES	100.697.402,21	104.694.224,40	205.391.626,61
1143	PROMOCAO DA ETICA PUBLICA	265.277,76	22.359,76	287.637,52
1145	COMUNIDADES TRADICIONAIS	4.539.397,04	760.543,48	5.299.940,52
1156	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTA	404.549.003,80	140.585.501,93	545.134.505,73
1157	QUALIDADE DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	50.202.771,60	11.035.929,94	61.238.701,54
1161	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E AGROINDUSTRIAL PAR	25.284.268,66	16.347.671,22	41.631.939,88
1163	BRASIL: DESTINO TURISTICO INTERNACIONAL	122.831.225,70	45.626.841,09	168.458.066,79
1164	PREVENCAO E COMBATE A LAVAGEM DE DINHEIRO	2.792.568,11	1.212.549,89	4.005.118,00
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	810.520.506,36	1.040.772.799,21	1.851.293.305,57
1172	FORTALECIMENTO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIP	88.097.849,51	91.450,43	88.189.299,94

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
1173	CONTROLE INTERNO, PREVENCAO E COMBATE A CORRUPCAO	626.412.395,67	13.096.937,23	639.509.332,90
1184	SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO	69.286.817,40	2.227.956,45	71.514.773,85
1185	REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTAR	205.239.333,90	22.550.224,97	227.789.558,87
1186	PREVENCAO E CONTROLE DAS DOENCAS IMUNOPREVENIVEIS	17.432.434,21	-	17.432.434,21
1201	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO COMPLEXO DA SAUDE	345.751.754,00	105.247.953,38	450.999.707,38
1214	ATENCAO BASICA EM SAUDE	11.312.804.796,37	1.115.453.952,10	12.428.258.748,47
1216	ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	1.016.315,48	147.025,39	1.163.340,87
1220	ASSISTENCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	34.443.828.154,06	1.909.805.009,29	36.353.633.163,35
1245	INCLUSAO SOCIAL PELO ESPORTE	14.187.038,01	1.580.000,00	15.767.038,01
1246	RUMO AO PAN 2007	712.594,63	-	712.594,63
1250	ESPORTE E LAZER DA CIDADE	491.962.937,56	349.062.083,76	841.025.021,32
1264	RELACOES E NEGOCIACOES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO C	566.411.800,16	5.217.970,91	571.629.771,07
1266	GESTAO DA POLITICA ECONOMICA	2.617.376,97	248.052,05	2.865.429,02
1279	ANALISE E DIFUSAO DA POLITICA EXTERNA BRASILEIRA	18.096.158,78	504.674,44	18.600.833,22
1287	SANEAMENTO RURAL	144.580.626,79	72.865.985,92	217.446.612,71
1289	VIGILANCIA E PREVENCAO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUCAO E D	308.115.203,90	28.232.260,63	336.347.464,53
1291	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADO	374.274.054,48	200.822.205,43	575.096.259,91
1293	ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	6.834.677.733,13	512.203.089,92	7.346.880.823,05
1295	DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBA	1.244.520.219,48	218.112.588,20	1.462.632.807,68
1305	REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERA	390.964.921,15	166.883.054,61	557.847.975,76
1311	EDUCACAO PERMANENTE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL NO SISTEMA U	107.455,48	-	107.455,48
1312	PROMOCAO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZACAO NA ATENCA	50.619.582,83	42.147.931,55	92.767.514,38
1314	PARTICIPACAO POPULAR E INTERSETORIALIDADE NA REFORMA SANITAR	-	7.399,35	7.399,35
1332	CONSERVACAO E RECUPERACAO DOS BIOMAS BRASILEIROS	100.091.952,34	15.073.346,82	115.165.299,16
1334	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	270.198.348,37	366.903.365,15	637.101.713,52
1335	TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMILIA	17.199.925.610,21	81.693.934,87	17.281.619.545,08
1336	BRASIL QUILOMBOLA	45.954.081,74	3.801.662,47	49.755.744,21
1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	80.303.292,23	57.373.641,84	137.676.934,07
1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	26.367.999,85	7.238.789,78	33.606.789,63
1344	GESTAO DA POLITICA AQUICOLA E PESQUEIRA	15.990.872,82	8.433.118,71	24.423.991,53
1346	QUALIDADE AMBIENTAL	23.307.761,55	28.642.742,30	51.950.503,85
1350	EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	13.836.795,73	6.900.381,77	20.737.177,50
1353	MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL	65.991.054,63	47.629.959,85	113.621.014,48
1355	IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	7.285.314,03	1.661.606,47	8.946.920,50
1374	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	100.512.968,27	33.655.286,43	134.168.254,70
1375	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIE	1.758.335.925,07	571.849.006,41	2.330.184.931,48
1376	**********	202.085,00	-	202.085,00
1377	EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	49.792.404,07	19.399.580,32	69.191.984,39
1383	ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORCAS ARMADAS A SOCIEDADE	362.030.358,42	355.759.907,76	717.790.266,18
1384	PROTECAO SOCIAL BASICA	25.789.041.938,17	37.263.663,33	25.826.305.601,50
1385	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	288.521.837,35	11.522.858,87	300.044.696,22
1386	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	80.191.044,44	26.844.232,30	107.035.276,74
1387	MICROCREDITO PRODUTIVO ORIENTADO	1.884.014,45	983.817,97	2.867.832,42
1388	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRI	2.321.385.909,81	654.548.561,86	2.975.934.471,67
1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	152.571.971,09	151.116.105,13	303.688.076,22
1391	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	716.765,91	3.361.690,00	4.078.455,91
1401	REPARACAO DE VIOLACOES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	993.755.399,52	7.896.522,99	1.001.651.922,51
1402	EDUCACAO EM DIREITOS HUMANOS	15.864.142,56	11.885.469,19	27.749.611,75
1404	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.534.643,72	1.137.418,62	2.672.062,34
1409	DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	37.376.516,27	27.904.055,90	65.280.572,17
1413	PROMOCAO DA JUSTICA E DA CIDADANIA	3.261.130,44	1.871.655,43	5.132.785,87

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
1421	METEOROLOGIA E MUDANCAS CLIMATICAS	34.327.775,45	17.434.745,90	51.762.521,35
1426	CONSERVACAO, MANEJO E USO SUSTENTAVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	13.592.398,64	3.472.005,34	17.064.403,98
1427	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	230.157.956,34	147.233.715,08	377.391.671,42
1430	DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTAVEL	4.038.982,70	17.308.348,76	21.347.331,46
1432	PROMOCAO DE POLITICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	8.871.818,43	1.164.253,60	10.036.072,03
1433	CIDADANIA E EFETIVACAO DE DIREITOS DAS MULHERES	22.691.392,98	28.852.799,82	51.544.192,80
1436	APERFEICOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCACAO NA SAUDE	370.174.478,50	196.277.251,55	566.451.730,05
1437	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO NO COMERCIO INTERNACIONAL	4.987.767,22	144.396,22	5.132.163,44
1442	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO AGRONEGOCIO	4.349.269,45	3.663.662,90	8.012.932,35
1444	VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS	3.559.051.871,77	626.541.775,13	4.185.593.646,90
1446	IMPLEMENTACAO DA POLITICA DE PROMOCAO DA SAUDE	31.073.146,70	11.425.023,78	42.498.170,48
1448	QUALIDADE NA ESCOLA	2.138.724.518,35	1.370.159.046,46	3.508.883.564,81
1449	ESTATISTICAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS	540.705.191,04	38.415.462,41	579.120.653,45
1453	NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.199.583.991,11	94.467.592,03	1.294.051.583,14
1456	VETOR LOGISTICO AMAZONICO	1.783.795.557,08	740.221.351,15	2.524.016.908,23
1457	VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE	1.801.393.188,15	913.822.411,52	2.715.215.599,67
1458	VETOR LOGISTICO LESTE	3.000.160.177,72	1.076.613.560,20	4.076.773.737,92
1459	VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.550.155.993,86	884.767.224,42	2.434.923.218,28
1460	VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL	769.047.771,09	593.302.093,58	1.362.349.864,67
1461	VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE	2.107.125.939,45	831.330.809,39	2.938.456.748,84
1462	VETOR LOGISTICO SUL	1.491.831.664,82	796.181.696,36	2.288.013.361,18
1463	QUALIDADE DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	62.371.342,12	17.602.442,81	79.973.784,93
1470	GESTAO DA POLITICA PORTUARIA	47.770.459,74	62.367.519,26	110.137.979,00
2012	AGRICULTURA FAMILIAR	-	1.647.952.507,60	1.647.952.507,60
2013	AGRICULTURA IRRIGADA	-	151.077.354,65	151.077.354,65
2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	-	4.426.109.236,41	4.426.109.236,41
2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	-	60.620.567.320,24	60.620.567.320,24
2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	-	22.811.222,42	22.811.222,42
2017	AVIACAO CIVIL	-	33.263.024,82	33.263.024,82
2018	BIODIVERSIDADE	-	145.706.722,41	145.706.722,41
2019	BOLSA FAMILIA	-	20.978.642.692,63	20.978.642.692,63
2020	CIDADANIA E JUSTICA	-	93.971.234,84	93.971.234,84
2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	-	2.636.463.341,39	2.636.463.341,39
2022	COMBUSTIVEIS	-	46.490.629,29	46.490.629,29
2023	COMERCIO E SERVICOS	-	7.189.977,89	7.189.977,89
2024	COMERCIO EXTERIOR	-	1.016.328.277,64	1.016.328.277,64
2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	-	452.270.853,51	452.270.853,51
2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	-	134.768.030,73	134.768.030,73
2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	-	359.962.280,33	359.962.280,33
2028	DEFESA AGROPECUARIA	-	179.546.790,31	179.546.790,31
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	-	159.135.130,32	159.135.130,32
2030	EDUCACAO BASICA	-	21.474.048.736,56	21.474.048.736,56
2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	-	2.629.970.993,91	2.629.970.993,91
2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	-	6.736.269.393,95	6.736.269.393,95
2033	ENERGIA ELETRICA	-	36.077.521,35	36.077.521,35
2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	-	12.814.677,40	12.814.677,40
2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	-	170.451.247,20	170.451.247,20
2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	-	142.710.563,70	142.710.563,70
2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	-	32.041.099.283,81	32.041.099.283,81
2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	-	177.665.901,53	177.665.901,53
2039	GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINAN	-	357.065.986,39	357.065.986,39
2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	-	1.119.353.948,10	1.119.353.948,10
2041	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMA	-	72.970.743,91	72.970.743,91

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	-	218.711.269,82	218.711.269,82
2043	INTEGRACAO SUL-AMERICANA	-	300.000,00	300.000,00
2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	-	51.675.834,13	51.675.834,13
2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	-	17.955.410,67	17.955.410,67
2046	MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	-	52.821.156,90	52.821.156,90
2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	-	10.472.795,46	10.472.795,46
2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	-	313.246.016,75	313.246.016,75
2049	MORADIA DIGNA	-	2.724.655.424,10	2.724.655.424,10
2050	MUDANCAS CLIMATICAS	-	30.422.311,34	30.422.311,34
2051	OFERTA DE AGUA	-	418.003.849,73	418.003.849,73
2052	PESCA E AQUICULTURA	-	27.906.997,14	27.906.997,14
2053	PETROLEO E GAS	-	50.707.362,88	50.707.362,88
2054	PLANEJAMENTO URBANO	-	9.655.255,67	9.655.255,67
2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	-	5.545.997.233,20	5.545.997.233,20
2056	POLITICA ESPACIAL	-	215.441.472,29	215.441.472,29
2057	POLITICA EXTERNA	-	933.783.256,25	933.783.256,25
2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	-	7.892.954.863,41	7.892.954.863,41
2059	POLITICA NUCLEAR	-	434.224.412,66	434.224.412,66
2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	-	7.440.361,17	7.440.361,17
2061	PREVIDENCIA SOCIAL	-	312.910.150.916,29	312.910.150.916,29
2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	-	290.993.967,99	290.993.967,99
2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	-	2.653.154,34	2.653.154,34
2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	-	45.673.345,44	45.673.345,44
2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	-	653.546.147,13	653.546.147,13
2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	-	672.661.478,09	672.661.478,09
2067	RESIDUOS SOLIDOS	-	29.386.977,66	29.386.977,66
2068	SANEAMENTO BASICO	-	1.048.312.604,23	1.048.312.604,23
2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	-	1.766.455.694,00	1.766.455.694,00
2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	-	1.053.138.497,44	1.053.138.497,44
2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	-	39.959.581.080,23	39.959.581.080,23
2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	-	505.824.710,95	505.824.710,95
2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	-	19.372.666,59	19.372.666,59
2074	TRANSPORTE MARITIMO	-	68.994.238,99	68.994.238,99
2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	-	4.207.656.826,60	4.207.656.826,60
2076	TURISMO	-	187.002.705,04	187.002.705,04
2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	-	44.363.695,95	44.363.695,95
2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	-	4.312.883.282,40	4.312.883.282,40
2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	-	41.542.794,69	41.542.794,69
2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	-	10.992.158,50	10.992.158,50
2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	-	11.787.645,62	11.787.645,62
2105	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA	-	4.296.582.485,02	4.296.582.485,02
2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	-	1.789.700.244,61	1.789.700.244,61
2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	-	512.099.313,21	512.099.313,21
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	-	21.496.694.416,87	21.496.694.416,87
2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	-	23.562.518.379,06	23.562.518.379,06
2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	-	11.804.846.297,55	11.804.846.297,55
2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	-	710.108.226,33	710.108.226,33
2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	-	5.157.837.185,81	5.157.837.185,81
2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	-	81.792.819,46	81.792.819,46
2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	-	5.060.786.205,80	5.060.786.205,80
2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	-	9.767.769.596,97	9.767.769.596,97

CÓD.	PROGRAMA	CUSTO DIRETO		TOTAL
		2011	2012	
2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	-	739.007.774,56	739.007.774,56
2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	-	437.492.207,88	437.492.207,88
2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	-	1.224.142.075,13	1.224.142.075,13
2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	-	1.065.416.054,40	1.065.416.054,40
2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	-	697.407.951,86	697.407.951,86
2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	-	756.981.102,15	756.981.102,15
2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	-	163.174.285,01	163.174.285,01
2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	-	206.777.830,29	206.777.830,29
2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	-	1.225.487.303,41	1.225.487.303,41
2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	-	2.718.750.785,17	2.718.750.785,17
2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	-	1.582.263.913,78	1.582.263.913,78
2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	-	1.503.867.221,02	1.503.867.221,02
2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	-	121.027.233,72	121.027.233,72
6001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUEN	15.159.361,54	14.020.035,80	29.179.397,34
6002	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE MEDIO	2.805.301,39	3.655.385,87	6.460.687,26
6003	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	511.710.371,55	407.536.857,93	919.247.229,48
6035	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	108.520,80	-	108.520,80
8002	GOVERNO ELETRONICO	6.566.107,35	3.625.328,88	10.191.436,23
8006	GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACOES	16.627.351,19	7.850.877,75	24.478.228,94
8007	RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	61.282.238,26	86.417.155,05	147.699.393,31
8010	EDUCACAO FISCAL	177.723,70	127.988,00	305.711,70
8025	INOVACAO TECNOLOGICA EM TELECOMUNICACOES	103.939.086,90	26.340.730,46	130.279.817,36
8026	MOBILIZACAO PARA DEFESA NACIONAL	6.251.991,45	1.866.531,04	8.118.522,49
8028	SEGUNDO TEMPO	185.566.275,51	83.949.220,41	269.515.495,92
8032	PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORCAS ARMADAS	380.418.884,59	61.197.516,58	441.616.401,17
8034	NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM	764.668.613,82	93.739.170,49	858.407.784,31
8768	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDUSTRI	2.931.091.244,41	80.770.664,86	3.011.861.909,27
9989	MOBILIDADE URBANA	9.547.570,87	23.913.476,49	33.461.047,36
9991	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	108.893.514,26	82.293.138,79	191.186.653,05
TOTAL		**1.646.365.317.714,33**	**1.792.668.748.682,84**	**3.439.034.066.397,17**

Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

Relatório dos Custos de Estrutura sob a Ótica de Órgão Superior (Adm. Direta, Autarquias, Fundações e Fundos)

Este relatório foi gerado para todo o orçamento governamental, apresentando os recursos financeiros consumidos para suporte das estruturas de governo. Os objetos de custo são os Órgãos Superiores e o custo destas estruturas sendo definido a partir do orçamento de custeio. O custo vem detalhado nos respectivos objetos de gasto do orçamento corrente: Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes.

O relatório apresenta um comparativo entre os exercícios de 2012 e 2011, demonstrando o percentual relativo do custo de cada unidade em relação ao custo total da estrutura.

A abrangência do relatório é para toda Administração Direta e mais as Autarquias, Fundações e Fundos do Governo Federal.

RELATÓRIO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA POR ÓRGÃO SUPERIOR (ADM. DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS)

ÓRGÃO SUPERIOR		CATEGORIA DE GASTO	2011		2012	
			CUSTO	% TOTAL	CUSTO	% TOTAL
1000	CAMARA DOS DEPUTADOS	Pessoal e Encargos Sociais	2.164.517.515,99	0,36%	2.213.937.704,64	0,33%
		Outros Custos Correntes	596.332.145,19	0,10%	630.131.095,65	0,09%
		Total	**2.760.849.661,18**	**0,46%**	**2.844.068.800,29**	**0,42%**
2000	SENADO FEDERAL	Pessoal e Encargos Sociais	1.648.566.544,11	0,27%	1.546.967.635,85	0,23%
		Outros Custos Correntes	361.643.944,16	0,06%	440.105.391,41	0,07%
		Total	**2.010.210.488,27**	**0,33%**	**1.987.073.027,26**	**0,29%**
3000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	Pessoal e Encargos Sociais	728.758.615,57	0,12%	740.214.530,35	0,11%
		Outros Custos Correntes	128.266.705,58	0,02%	150.435.450,73	0,02%
		Total	**857.025.321,15**	**0,14%**	**890.649.981,08**	**0,13%**
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Pessoal e Encargos Sociais	186.560.361,73	0,03%	188.572.484,47	0,03%
		Outros Custos Correntes	133.380.658,75	0,02%	129.970.389,15	0,02%
		Total	**319.941.020,48**	**0,05%**	**318.542.873,62**	**0,05%**
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	Pessoal e Encargos Sociais	501.631.380,01	0,08%	495.243.473,64	0,07%
		Outros Custos Correntes	158.468.324,14	0,03%	223.289.120,92	0,03%
		Total	**660.099.704,15**	**0,11%**	**718.532.594,56**	**0,11%**
12000	JUSTICA FEDERAL	Pessoal e Encargos Sociais	8.786.016.033,53	1,46%	8.716.136.029,48	1,29%
		Outros Custos Correntes	9.786.269.436,46	1,63%	10.356.046.619,37	1,54%
		Total	**18.572.285.469,99**	**3,09%**	**19.072.182.648,85**	**2,83%**
13000	JUSTICA MILITAR	Pessoal e Encargos Sociais	138.235.762,68	0,02%	148.046.086,08	0,02%
		Outros Custos Correntes	44.886.314,54	0,01%	52.503.651,17	0,01%
		Total	**183.122.077,22**	**0,03%**	**200.549.737,25**	**0,03%**
14000	JUSTICA ELEITORAL	Pessoal e Encargos Sociais	2.420.195.205,44	0,40%	2.645.511.176,13	0,39%
		Outros Custos Correntes	1.053.614.373,62	0,18%	1.470.014.914,08	0,22%
		Total	**3.473.809.579,06**	**0,58%**	**4.115.526.090,21**	**0,61%**
15000	JUSTICA DO TRABALHO	Pessoal e Encargos Sociais	9.290.474.215,47	1,54%	8.685.597.155,02	1,29%
		Outros Custos Correntes	1.225.996.303,76	0,20%	1.499.107.576,76	0,22%
		Total	**10.516.470.519,23**	**1,75%**	**10.184.704.731,78**	**1,51%**
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	Pessoal e Encargos Sociais	1.042.649.954,36	0,17%	1.102.452.327,53	0,16%
		Outros Custos Correntes	194.928.436,90	0,03%	228.263.163,73	0,03%
		Total	**1.237.578.391,26**	**0,21%**	**1.330.715.491,26**	**0,20%**
17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	Pessoal e Encargos Sociais	19.351.819,57	0,00%	25.073.651,25	0,00%
		Outros Custos Correntes	53.131.214,90	0,01%	52.971.118,47	0,01%
		Total	**72.483.034,47**	**0,01%**	**78.044.769,72**	**0,01%**
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Pessoal e Encargos Sociais	2.384.040.884,16	0,40%	2.350.763.338,33	0,35%
		Outros Custos Correntes	734.288.957,16	0,12%	739.893.700,18	0,11%
		Total	**3.118.329.841,32**	**0,52%**	**3.090.657.038,51**	**0,46%**
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Pessoal e Encargos Sociais	865.128.236,05	0,14%	927.720.189,79	0,14%
		Outros Custos Correntes	347.930.812,00	0,06%	437.222.914,26	0,06%
		Total	**1.213.059.048,05**	**0,20%**	**1.364.943.104,05**	**0,20%**
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	Pessoal e Encargos Sociais	1.855.493.919,59	0,31%	1.945.052.802,75	0,29%
		Outros Custos Correntes	1.178.301.047,01	0,20%	1.200.912.984,09	0,18%
		Total	**3.033.794.966,60**	**0,50%**	**3.145.965.786,84**	**0,47%**
22000	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	Pessoal e Encargos Sociais	1.620.371.388,58	0,27%	1.630.234.693,70	0,24%
		Outros Custos Correntes	768.422.990,33	0,13%	657.100.541,55	0,10%
		Total	**2.388.794.378,91**	**0,40%**	**2.287.335.235,25**	**0,34%**
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Pessoal e Encargos Sociais	1.056.051.994,40	0,18%	1.044.224.200,08	0,15%
		Outros Custos Correntes	2.980.500.352,48	0,50%	3.513.567.065,40	0,52%
		Total	**4.036.552.346,88**	**0,67%**	**4.557.791.265,48**	**0,68%**
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	Pessoal e Encargos Sociais	9.427.736.053,76	1,57%	9.195.362.037,81	1,36%
		Outros Custos Correntes	8.995.065.353,02	1,49%	12.538.573.651,62	1,86%
		Total	**18.422.801.406,78**	**3,06%**	**21.733.935.689,43**	**3,22%**
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	Pessoal e Encargos Sociais	19.463.410.016,03	3,23%	20.916.771.098,85	3,10%
		Outros Custos Correntes	28.151.565.055,85	4,68%	32.253.025.047,59	4,78%
		Total	**47.614.975.071,88**	**7,91%**	**53.169.796.146,44**	**7,89%**
28000	MINISTERIO DO DESENV,IND.	Pessoal e Encargos Sociais	390.121.667,62	0,06%	401.028.657,03	0,06%

ÓRGÃO SUPERIOR		CATEGORIA DE GASTO	2011		2012	
			CUSTO	% TOTAL	CUSTO	% TOTAL
	E COMERCIO EXTERIOR	Outros Custos Correntes	743.242.841,32	0,12%	928.008.053,88	0,14%
		Total	**1.133.364.508,94**	**0,19%**	**1.329.036.710,91**	**0,20%**
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	Pessoal e Encargos Sociais	4.380.188.815,11	0,73%	4.403.330.758,92	0,65%
		Outros Custos Correntes	2.166.437.457,97	0,36%	1.896.578.924,76	0,28%
		Total	**6.546.626.273,08**	**1,09%**	**6.299.909.683,68**	**0,93%**
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	Pessoal e Encargos Sociais	492.540.749,47	0,08%	513.975.658,55	0,08%
		Outros Custos Correntes	418.922.907,98	0,07%	669.380.598,50	0,10%
		Total	**911.463.657,45**	**0,15%**	**1.183.356.257,05**	**0,18%**
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	Pessoal e Encargos Sociais	5.441.425.317,23	0,90%	4.997.359.843,02	0,74%
		Outros Custos Correntes	302.967.150.490,46	50,35%	344.741.812.625,37	51,14%
		Total	**308.408.575.807,69**	**51,25%**	**349.739.172.468,39**	**51,88%**
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	Pessoal e Encargos Sociais	2.318.280.988,29	0,39%	2.395.483.026,21	0,36%
		Outros Custos Correntes	581.878.974,63	0,10%	667.490.268,25	0,10%
		Total	**2.900.159.962,92**	**0,48%**	**3.062.973.294,46**	**0,45%**
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	Pessoal E Encargos Sociais	605.925.542,28	0,10%	597.992.646,52	0,09%
		Outros Custos Correntes	1.440.612.635,16	0,24%	1.903.783.765,46	0,28%
		Total	**2.046.538.177,44**	**0,34%**	**2.501.776.411,98**	**0,37%**
36000	MINISTERIO DA SAUDE	Pessoal e Encargos Sociais	7.525.985.451,20	1,25%	7.646.934.191,23	1,13%
		Outros Custos Correntes	53.246.967.250,73	8,85%	62.487.003.518,78	9,27%
		Total	**60.772.952.701,93**	**10,10%**	**70.133.937.710,01**	**10,40%**
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Pessoal e Encargos Sociais	1.265.423.850,76	0,21%	1.263.394.683,35	0,19%
		Outros Custos Correntes	37.749.602.329,51	6,27%	40.650.783.130,25	6,03%
		Total	**39.015.026.180,27**	**6,48%**	**41.914.177.813,60**	**6,22%**
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	Pessoal E Encargos Sociais	706.012.687,83	0,12%	705.727.899,62	0,10%
		Outros Custos Correntes	949.627.908,96	0,16%	942.930.167,27	0,14%
		Total	**1.655.640.596,79**	**0,28%**	**1.648.658.066,89**	**0,24%**
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	Pessoal e Encargos Sociais	316.712.861,04	0,05%	330.940.256,30	0,05%
		Outros Custos Correntes	249.422.719,61	0,04%	288.613.216,66	0,04%
		Total	**566.135.580,65**	**0,09%**	**619.553.472,96**	**0,09%**
42000	MINISTERIO DA CULTURA	Pessoal e Encargos Sociais	293.679.090,54	0,05%	304.766.389,28	0,05%
		Outros Custos Correntes	488.711.262,11	0,08%	740.492.149,17	0,11%
		Total	**782.390.352,65**	**0,13%**	**1.045.258.538,45**	**0,16%**
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	Pessoal e Encargos Sociais	914.431.077,64	0,15%	899.520.610,46	0,13%
		Outros Custos Correntes	740.935.989,86	0,12%	812.138.228,01	0,12%
		Total	**1.655.367.067,50**	**0,28%**	**1.711.658.838,47**	**0,25%**
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	Pessoal e Encargos Sociais	474.506.796,54	0,08%	475.082.454,52	0,07%
		Outros Custos Correntes	828.459.921,68	0,14%	1.122.829.212,76	0,17%
		Total	**1.302.966.718,22**	**0,22%**	**1.597.911.667,28**	**0,24%**
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	Pessoal e Encargos Sociais	30.317.014,25	0,01%	106.584.763,36	0,02%
		Outros Custos Correntes	381.286.684,87	0,06%	386.893.619,89	0,06%
		Total	**411.603.699,12**	**0,07%**	**493.478.383,25**	**0,07%**
52000	MINISTERIO DA DEFESA	Pessoal e Encargos Sociais	17.622.885.666,17	2,93%	17.744.461.103,54	2,63%
		Outros Custos Correntes	6.271.449.304,94	1,04%	6.507.892.128,23	0,97%
		Total	**23.894.334.971,11**	**3,97%**	**24.252.353.231,77**	**3,60%**
52111	COMANDO DA AERONAUTICA	Pessoal e Encargos Sociais	920.615,55	0,00%	946.083,94	0,00%
		Outros Custos Correntes	1.314.127,29	0,00%	1.066.576,87	0,00%
		Total	**2.234.742,84**	**0,00%**	**2.012.660,81**	**0,00%**
52121	COMANDO DO EXERCITO	Pessoal e Encargos Sociais	5.841.073,22	0,00%	6.113.939,58	0,00%
		Outros Custos Correntes	801.882.782,24	0,13%	865.930.756,92	0,13%
		Total	**807.723.855,46**	**0,13%**	**872.044.696,50**	**0,13%**
52131	COMANDO DA MARINHA	Outros Custos Correntes	329.986.901,04	0,05%	420.029.974,42	0,06%
		Total	**329.986.901,04**	**0,05%**	**420.029.974,42**	**0,06%**
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	Pessoal e Encargos Sociais	271.709.168,39	0,05%	273.024.460,95	0,04%
		Outros Custos Correntes	406.310.287,55	0,07%	950.612.178,54	0,14%
		Total	**678.019.455,94**	**0,11%**	**1.223.636.639,49**	**0,18%**
54000	MINISTERIO DO TURISMO	Pessoal e Encargos Sociais	36.312.500,97	0,01%	40.207.906,71	0,01%
		Outros Custos Correntes	278.991.261,41	0,05%	329.008.289,43	0,05%

ÓRGÃO SUPERIOR		CATEGORIA DE GASTO	2011		2012	
			CUSTO	% TOTAL	CUSTO	% TOTAL
		Total	**315.303.762,38**	**0,05%**	**369.216.196,14**	**0,05%**
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	Pessoal e Encargos Sociais	45.383.348,73	0,01%	44.941.112,78	0,01%
		Outros Custos Correntes	19.172.670.119,52	3,19%	23.666.539.656,83	3,51%
		Total	**19.218.053.468,25**	**3,19%**	**23.711.480.769,61**	**3,52%**
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	Pessoal e Encargos Sociais	46.205.652,64	0,01%	39.116.597,37	0,01%
		Outros Custos Correntes	7.710.191.725,08	1,28%	8.662.249.628,43	1,29%
		Total	**7.756.397.377,72**	**1,29%**	**8.701.366.225,80**	**1,29%**
58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	Pessoal e Encargos Sociais	31.182.807,55	0,01%	31.507.231,05	0,00%
		Outros Custos Correntes	81.008.029,02	0,01%	68.203.549,55	0,01%
		Total	**112.190.836,57**	**0,02%**	**99.710.780,60**	**0,01%**
59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	Pessoal e Encargos Sociais	16.706.133,06	0,00%	23.916.364,87	0,00%
		Outros Custos Correntes	12.353.525,53	0,00%	20.939.234,52	0,00%
		Total	**29.059.658,59**	**0,00%**	**44.855.599,39**	**0,01%**
TOTAL			**601.744.298.641,43**	**100,00%**	**674.068.581.103,79**	**100,00%**

Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

Relatório dos Custos de Estrutura sob a Ótica de Órgão Superior (Administração Direta)

Este relatório foi gerado para todo o orçamento governamental, apresentando os recursos financeiros consumidos para suporte das estruturas de governo. Os objetos de custo são os Órgãos Superiores e o custo destas estruturas sendo definido a partir do orçamento de custeio. O custo vem detalhado nos respectivos objetos de gasto do orçamento corrente: Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes. O relatório apresenta um comparativo entre os exercícios de 2012 e 2011, demonstrando o percentual relativo do custo de cada unidade em relação ao custo total da estrutura. A abrangência do relatório é para toda Administração Direta do Governo Federal.

RELATÓRIO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA POR ÓRGÃO SUPERIOR (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

ÓRGÃO SUPERIOR		CATEGORIA DE GASTO	2011		2012	
			Custo	% TOTAL	CUSTO	% TOTAL
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	Pessoal e Encargos Sociais	2.164.517.515,99	1,14%	2.213.937.704,64	1,06%
		Outros Custos Correntes	593.060.375,73	0,31%	626.395.785,83	0,30%
		Total	**2.757.577.891,72**	**1,45%**	**2.840.333.490,47**	**1,37%**
02000	SENADO FEDERAL	Pessoal e Encargos Sociais	1.648.566.544,11	0,87%	1.546.967.635,85	0,74%
		Outros Custos Correntes	358.239.571,35	0,19%	434.792.813,23	0,21%
		Total	**2.006.806.115,46**	**1,06%**	**1.981.760.449,08**	**0,95%**
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	Pessoal e Encargos Sociais	728.758.615,57	0,38%	740.214.530,35	0,36%
		Outros Custos Correntes	128.266.705,58	0,07%	150.435.450,73	0,07%
		Total	**857.025.321,15**	**0,45%**	**890.649.981,08**	**0,43%**
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Pessoal e Encargos Sociais	186.560.361,73	0,10%	188.572.484,47	0,09%
		Outros Custos Correntes	133.380.658,75	0,07%	129.970.389,15	0,06%
		Total	**319.941.020,48**	**0,17%**	**318.542.873,62**	**0,15%**
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	Pessoal e Encargos Sociais	501.631.380,01	0,26%	495.243.473,64	0,24%
		Outros Custos Correntes	158.468.324,14	0,08%	223.289.120,92	0,11%
		Total	**660.099.704,15**	**0,35%**	**718.532.594,56**	**0,35%**
12000	JUSTICA FEDERAL	Pessoal e Encargos Sociais	8.786.016.033,53	4,63%	8.716.136.029,48	4,19%
		Outros Custos Correntes	9.786.269.436,46	5,15%	10.356.046.619,37	4,98%
		Total	**18.572.285.469,99**	**9,78%**	**19.072.182.648,85**	**9,17%**
13000	JUSTICA MILITAR	Pessoal e Encargos Sociais	138.235.762,68	0,07%	148.046.086,08	0,07%
		Outros Custos Correntes	44.886.314,54	0,02%	52.503.651,17	0,03%
		Total	**183.122.077,22**	**0,10%**	**200.549.737,25**	**0,10%**
14000	JUSTICA ELEITORAL	Pessoal e Encargos Sociais	2.420.195.205,44	1,27%	2.645.511.176,13	1,27%
		Outros Custos Correntes	1.053.614.373,62	0,55%	1.470.014.914,08	0,71%
		Total	**3.473.809.579,06**	**1,83%**	**4.115.526.090,21**	**1,98%**
15000	JUSTICA DO TRABALHO	Pessoal e Encargos Sociais	9.290.474.215,47	4,89%	8.685.597.155,02	4,18%
		Outros Custos Correntes	1.225.996.303,76	0,65%	1.499.107.576,76	0,72%
		Total	**10.516.470.519,23**	**5,54%**	**10.184.704.731,78**	**4,90%**
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	Pessoal e Encargos Sociais	1.042.649.954,36	0,55%	1.102.452.327,53	0,53%
		Outros Custos Correntes	194.928.436,90	0,10%	228.263.163,73	0,11%
		Total	**1.237.578.391,26**	**0,65%**	**1.330.715.491,26**	**0,64%**
17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	Pessoal e Encargos Sociais	19.351.819,57	0,01%	25.073.651,25	0,01%
		Outros Custos Correntes	53.131.214,90	0,03%	52.971.118,47	0,03%
		Total	**72.483.034,47**	**0,04%**	**78.044.769,72**	**0,04%**

ÓRGÃO SUPERIOR		CATEGORIA DE GASTO	2011		2012	
			Custo	% TOTAL	CUSTO	% TOTAL
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Pessoal e Encargos Sociais	2.384.040.884,16	1,26%	2.350.763.338,33	1,13%
		Outros Custos Correntes	734.288.957,16	0,39%	739.893.700,18	0,36%
		Total	**3.118.329.841,32**	**1,64%**	**3.090.657.038,51**	**1,49%**
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Pessoal E Encargos Sociais	550.483.493,18	0,29%	542.845.270,24	0,26%
		Outros Custos Correntes	154.699.867,18	0,08%	202.510.626,06	0,10%
		Total	**705.183.360,36**	**0,37%**	**745.355.896,30**	**0,36%**
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	Pessoal E Encargos Sociais	1.041.538.845,71	0,55%	1.131.715.672,16	0,54%
		Outros Custos Correntes	936.306.122,26	0,49%	968.961.605,90	0,47%
		Total	**1.977.844.967,97**	**1,04%**	**2.100.677.278,06**	**1,01%**
22000	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	Pessoal e Encargos Sociais	1.620.371.388,58	0,85%	1.630.234.693,70	0,78%
		Outros Custos Correntes	696.397.512,93	0,37%	579.783.213,53	0,28%
		Total	**2.316.768.901,51**	**1,22%**	**2.210.017.907,23**	**1,06%**
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Pessoal e Encargos Sociais	550.782.842,08	0,29%	540.523.763,97	0,26%
		Outros Custos Correntes	611.861.751,67	0,32%	744.955.890,72	0,36%
		Total	**1.162.644.593,75**	**0,61%**	**1.285.479.654,69**	**0,62%**
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	Pessoal e Encargos Sociais	7.992.633.778,64	4,21%	7.774.186.800,74	3,74%
		Outros Custos Correntes	8.555.381.454,13	4,51%	11.706.008.157,37	5,63%
		Total	**16.548.015.232,77**	**8,72%**	**19.480.194.958,11**	**9,37%**
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	Pessoal e Encargos Sociais	154.979.423,53	0,08%	160.182.434,48	0,08%
		Outros Custos Correntes	304.804.396,05	0,16%	365.390.507,87	0,18%
		Total	**459.783.819,58**	**0,24%**	**525.572.942,35**	**0,25%**
28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	Pessoal e Encargos Sociais	105.708.544,71	0,06%	103.619.149,95	0,05%
		Outros Custos Correntes	99.815.107,53	0,05%	115.866.246,79	0,06%
		Total	**205.523.652,24**	**0,11%**	**219.485.396,74**	**0,11%**
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	Pessoal e Encargos Sociais	4.136.990.061,77	2,18%	4.148.879.317,58	2,00%
		Outros Custos Correntes	1.636.686.001,72	0,86%	1.302.489.551,55	0,63%
		Total	**5.773.676.063,49**	**3,04%**	**5.451.368.869,13**	**2,62%**
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	Pessoal e Encargos Sociais	97.228.293,02	0,05%	92.256.670,92	0,04%
		Outros Custos Correntes	126.700.928,02	0,07%	403.622.301,10	0,19%
		Total	**223.929.221,04**	**0,12%**	**495.878.972,02**	**0,24%**
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	Pessoal e Encargos Sociais	59.346.677,14	0,03%	61.905.214,75	0,03%
		Outros Custos Correntes	111.254.450,23	0,06%	108.536.679,49	0,05%
		Total	**170.601.127,37**	**0,09%**	**170.441.894,24**	**0,08%**
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	Pessoal e Encargos Sociais	2.318.280.988,29	1,22%	2.395.483.026,21	1,15%
		Outros Custos Correntes	581.878.974,63	0,31%	667.490.268,25	0,32%
		Total	**2.900.159.962,92**	**1,53%**	**3.062.973.294,46**	**1,47%**
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	Pessoal e Encargos Sociais	600.161.291,76	0,32%	592.015.494,55	0,28%
		Outros Custos Correntes	1.428.263.987,62	0,75%	1.893.272.483,67	0,91%
		Total	**2.028.425.279,38**	**1,07%**	**2.485.287.978,22**	**1,20%**
36000	MINISTERIO DA SAUDE	Pessoal e Encargos Sociais	5.387.221.677,48	2,84%	5.465.127.800,42	2,63%
		Outros Custos Correntes	50.760.468.714,40	26,74%	59.936.876.110,77	28,83%
		Total	**56.147.690.391,88**	**29,57%**	**65.402.003.911,19**	**31,46%**
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Pessoal e Encargos Sociais	1.224.456.566,15	0,64%	1.221.185.922,37	0,59%
		Outros Custos Correntes	3.054.658.969,79	1,61%	651.568.132,58	0,31%
		Total	**4.279.115.535,94**	**2,25%**	**1.872.754.054,95**	**0,90%**
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	Pessoal e Encargos Sociais	142.709.665,05	0,08%	135.183.872,44	0,07%
		Outros Custos Correntes	129.844.282,80	0,07%	112.567.081,08	0,05%
		Total	**272.553.947,85**	**0,14%**	**247.750.953,52**	**0,12%**
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	Pessoal e Encargos Sociais	61.294.818,49	0,03%	68.521.210,40	0,03%
		Outros Custos Correntes	87.553.793,13	0,05%	100.522.975,78	0,05%
		Total	**148.848.611,62**	**0,08%**	**169.044.186,18**	**0,08%**
42000	MINISTERIO DA CULTURA	Pessoal e Encargos Sociais	56.171.903,02	0,03%	58.916.981,07	0,03%
		Outros Custos Correntes	133.321.938,71	0,07%	151.005.007,49	0,07%
		Total	**189.493.841,73**	**0,10%**	**209.921.988,56**	**0,10%**
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	Pessoal e Encargos Sociais	72.891.858,21	0,04%	80.634.315,68	0,04%
		Outras Despesas Correntes	94.598.261,55	0,05%	169.963.519,53	0,08%
		Total	**167.490.119,76**	**0,09%**	**250.597.835,21**	**0,12%**
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	Pessoal e Encargos Sociais	31.713.469,26	0,02%	33.440.688,87	0,02%
		Outros Custos Correntes	350.584.230,29	0,18%	685.739.202,86	0,33%
		Total	**382.297.699,55**	**0,20%**	**719.179.891,73**	**0,35%**
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	Pessoal e Encargos Sociais	30.020.356,65	0,02%	96.717.747,60	0,05%
		Outras Despesas Correntes	381.179.773,92	0,20%	382.949.540,28	0,18%
		Total	**411.200.130,57**	**0,22%**	**479.667.287,88**	**0,23%**

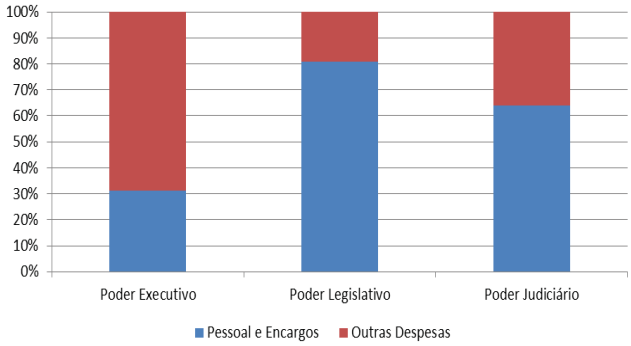
ÓRGÃO SUPERIOR		CATEGORIA DE GASTO	2011		2012	
			Custo	% TOTAL	CUSTO	% TOTAL
52000	MINISTERIO DA DEFESA	Pessoal e Encargos Sociais	17.550.218.832,77	9,24%	17.744.461.103,54	8,53%
		Outros Custos Correntes	6.216.221.020,01	3,27%	6.507.892.128,23	3,13%
		Total	**23.766.439.852,78**	**12,52%**	**24.252.353.231,77**	**11,67%**
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	Pessoal e Encargos Sociais	58.494.820,89	0,03%	53.648.430,60	0,03%
		Outros Custos Correntes	344.315.082,27	0,18%	877.759.748,51	0,42%
		Total	**402.809.903,16**	**0,21%**	**931.408.179,11**	**0,45%**
54000	MINISTERIO DO TURISMO	Pessoal e Encargos Sociais	25.245.568,34	0,01%	27.267.928,25	0,01%
		Outros Custos Correntes	168.176.619,89	0,09%	167.945.877,61	0,08%
		Total	**193.422.188,23**	**0,10%**	**195.213.805,86**	**0,09%**
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	Pessoal e Encargos Sociais	45.383.348,73	0,02%	44.941.112,78	0,02%
		Outros Custos Correntes	17.389.008.712,88	9,16%	21.337.280.754,24	10,26%
		Total	**17.434.392.061,61**	**9,18%**	**21.382.221.867,02**	**10,28%**
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	Pessoal e Encargos Sociais	46.205.652,64	0,02%	39.116.597,37	0,02%
		Outros Custos Correntes	7.618.808.870,91	4,01%	8.553.523.323,28	4,11%
		Total	**7.665.014.523,55**	**4,04%**	**8.592.639.920,65**	**4,13%**
58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	Pessoal e Encargos Sociais	31.182.807,55	0,02%	31.507.231,05	0,02%
		Outros Custos Correntes	81.008.029,02	0,04%	68.203.549,55	0,03%
		Total	**112.190.836,57**	**0,06%**	**99.710.780,60**	**0,05%**
59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	Pessoal e Encargos Sociais	16.706.133,06	0,01%	23.916.364,87	0,01%
		Outros Custos Correntes	12.353.525,53	0,01%	20.939.234,52	0,01%
		Total	**29.059.658,59**	**0,02%**	**44.855.599,39**	**0,02%**
TOTAL			**189.850.104.451,28**	**100,00%**	**207.904.258.431,56**	**100,00%**

Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

COMPOSIÇÃO POR PODER DOS CUSTOS DE ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO GOVERNO FEDERAL

CUSTOS DE ESTRUTURA POR PODER (EXERCÍCIO DE 2011)

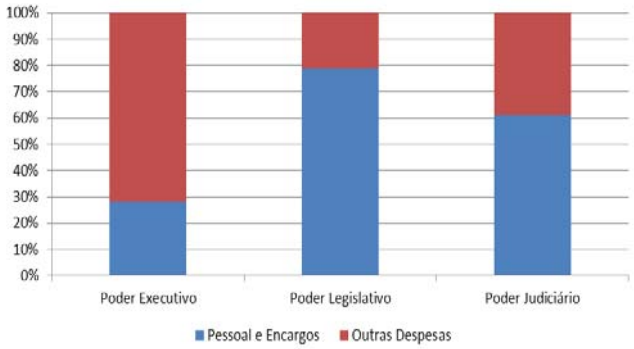
Elemento de Custo	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário
PESSOAL E ENCARGOS	46.392.463.990,86	4.541.842.675,67	22.385.114.732,79
OUTROS CUSTOS	102.800.441.336,23	1.079.566.652,66	12.650.675.063,07



Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

CUSTOS DE ESTRUTURA POR PODER (EXERCÍCIO DE 2012)

Elemento de Custo	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário
PESSOAL E ENCARGOS	46.649.198.154,89	4.501.119.870,84	22.006.632.383,60
OUTROS CUSTOS	119.523.517.418,79	1.211.624.049,79	14.012.166.553,65



Fonte: SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

ANEXOS DA REALIZAÇÃO DA RECEITA - OFSS

Realização da Receita por Natureza de Receita
Realização da Receita Regionalizada por Origem - Corrente
Realização da Receita Regionalizada por Origem - Capital

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	1.175.024.995.847,00	1.169.407.898.865,45	(34.690.564.087,72)	1.134.717.334.777,73	40.307.661.069,27
1100.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	403.725.419.115,00	374.230.594.140,76	(26.478.570.582,88)	347.752.023.557,88	55.973.395.557,12
1110.00.00 IMPOSTOS	394.942.333.558,00	367.336.181.966,04	(26.434.704.545,37)	340.901.477.420,67	54.040.856.137,33
1111.00.00 IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR	33.928.548.558,00	31.068.726.063,57	16.766.341,36	31.085.492.404,93	2.843.056.153,07
1111.01.00 IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	33.882.738.912,00	31.036.861.738,88	(41.423.517,91)	30.995.438.220,97	2.887.300.691,03
1111.01.01 REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT.	33.878.740.627,00	30.938.603.153,41	(41.423.517,91)	30.897.179.635,50	2.981.560.991,50
1111.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO IMPORTACAO	3.998.285,00	98.258.585,47		98.258.585,47	(94.260.300,47)
1111.02.00 IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	45.809.646,00	31.864.324,69	58.189.859,27	90.054.183,96	(44.244.537,96)
1111.02.01 REC. DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A EXPORTACAO	45.303.641,00	25.589.066,36	58.189.859,27	83.778.925,63	(38.475.284,63)
1111.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO EXPORTACAO	506.005,00	6.275.258,33		6.275.258,33	(5.769.253,33)
1112.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	270.875.339.622,00	260.172.862.428,90	(23.922.052.638,15)	236.250.809.790,75	34.624.529.831,25
1112.01.00 IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	544.469.377,00	609.468.888,68	(30.398,78)	609.438.489,90	(64.969.112,90)
1112.01.01 ITR - MUNICIPIOS CONVENIADOS	426.840.484,00	427.483.747,90		427.483.747,90	(643.263,90)
1112.01.02 ITR - MUNICIPIOS NAO-CONVENIADOS	117.628.893,00	181.985.140,78	(30.398,78)	181.954.742,00	(64.325.849,00)
1112.04.00 IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQ.NAT.	270.330.870.245,00	259.563.393.540,22	(23.922.022.239,37)	235.641.371.300,85	34.689.498.944,15
1112.04.10 PESSOAS FISICAS	23.934.530.259,00	22.515.227.179,78	(256.033.232,09)	22.259.193.947,69	1.675.336.311,31
1112.04.11 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPF	29.506.790,00	5.940.279,75		5.940.279,75	23.566.510,25
1112.04.21 PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS	113.172.409.627,00	100.542.977.768,51	(13.980.890.280,07)	86.562.087.488,44	26.610.322.138,56
1112.04.22 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPJ	383.490.049,00	3.486.965.030,98	(9.061,22)	3.486.955.969,76	(3.103.465.920,76)
1112.04.23 IRPJ - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL		2.137.573.375,33	(1.334.598,76)	2.136.238.776,57	(2.136.238.776,57)
1112.04.31 RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	64.627.389.903,00	75.669.847.476,11	(11.156.454.915,74)	64.513.392.560,37	113.997.342,63
1112.04.32 RETIDO NAS FONTES - CAPITAL	43.050.910.683,00	32.442.774.639,95	854.040.550,14	33.296.815.190,09	9.754.095.492,91
1112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR	17.192.200.541,00	14.654.257.462,46	547.808.356,57	15.202.065.819,03	1.990.134.721,97
1112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS	7.866.160.066,00	7.471.502.061,30	70.850.941,80	7.542.353.003,10	323.807.062,90
1112.04.35 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRRF	74.272.327,00	636.328.266,05		636.328.266,05	(562.055.939,05)
1113.00.00 IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	90.138.445.378,00	76.094.593.473,57	(2.529.418.248,58)	73.565.175.224,99	16.573.270.153,01
1113.01.00 IMPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI	51.033.773.012,00	45.361.766.574,86	(2.794.991.466,96)	42.566.775.107,90	8.466.997.904,10
1113.01.01 IPI - PRODUTOS DO FUMO	5.347.267.784,00	4.077.214.803,39	2.062.119,90	4.079.276.923,29	1.267.990.860,71
1113.01.02 IPI - BEBIDAS	3.075.818.644,00	3.146.946.725,43	69.691.632,72	3.216.638.358,15	(140.819.714,15)
1113.01.03 IPI - VEICULOS	8.094.483.404,00	4.138.838.192,32	241.068.105,75	4.379.906.298,07	3.714.577.105,93
1113.01.04 IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO	17.787.055.672,00	15.967.556.517,70	(37.877.252,42)	15.929.679.265,28	1.857.376.406,72
1113.01.09 IPI - OUTROS PRODUTOS	16.627.290.991,00	16.498.862.831,30	(3.069.546.954,08)	13.429.315.877,22	3.197.975.113,78
1113.01.10 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IPI	101.856.517,00	1.153.502.168,18	(53,95)	1.153.502.114,23	(1.051.645.597,23)
1113.01.11 IPI - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL		378.845.336,54	(389.064,88)	378.456.271,66	(378.456.271,66)
1113.03.00 IMPOSTO S/OP.CRED.CAMB.SEG.OU REL.TIT.VAL.MOB	39.104.672.366,00	30.732.826.898,71	265.573.218,38	30.998.400.117,09	8.106.272.248,91
1113.03.01 IOF - COMERCIALIZACAO DO OURO	8.520.772,00	10.830.971,02		10.830.971,02	(2.310.199,02)
1113.03.09 IOF - DEMAIS OPERACOES	39.084.838.682,00	30.593.515.427,94	265.573.218,38	30.859.088.646,32	8.225.750.035,68
1113.03.10 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IOF	11.312.912,00	128.480.499,75		128.480.499,75	(117.167.587,75)
1120.00.00 TAXAS	8.783.085.557,00	6.894.412.174,72	(43.866.037,51)	6.850.546.137,21	1.932.539.419,79
1121.00.00 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	7.706.302.850,00	5.441.928.312,01	(32.489.961,10)	5.409.438.350,91	2.296.864.499,09
1121.02.00 TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	5.035.344.782,00	3.022.105.432,57	(29.710,85)	3.022.075.721,72	2.013.269.060,28
1121.02.01 TAXA DE FISCALIZACAO DE INSTALACAO	1.449.897.668,00	738.141.061,64	(15.874,18)	738.125.187,46	711.772.480,54
1121.02.02 TAXA DE FISCALIZACAO DE FUNCIONAMENTO	3.585.447.114,00	2.283.964.370,93	(13.836,67)	2.283.950.534,26	1.301.496.579,74
1121.03.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZ. DE PROD.QUIMICOS	23.174.754,00	21.599.168,06	(137.030,05)	21.462.138,01	1.712.615,99
1121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	54.477.468,00	51.477.842,42	(112.526,18)	51.365.316,24	3.112.151,76
1121.04.01 TX.DO DEPART.DE POLíCIA FEDERAL - SEG.PRIVADA	47.612.868,00	42.919.817,34	(82.410,08)	42.837.407,26	4.775.460,74
1121.04.02 TX.DO DEPART.DE POLICIA FED. - SIST.NAC.ARMAS	6.864.600,00	8.558.025,08	(30.116,10)	8.527.908,98	(1.663.308,98)
1121.05.00 TAXAS DECORRENTES DE SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO	536.280.400,00	358.074.795,11	(1.499.380,53)	356.575.414,58	179.704.985,42
1121.10.00 TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC.RADIOATIVO INSTAL	6.285.894,00	9.572.483,39	(2.132.281,37)	7.440.202,02	(1.154.308,02)
1121.11.00 TX.FISCALIZ. E CONTR. DA PREV.COMPL - TAFIC	41.378.279,00	46.091.344,82	(3.665.714,50)	42.425.630,32	(1.047.351,32)
1121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO	18.000.000,00	18.933.951,06	(39.784,28)	18.894.166,78	(894.166,78)
1121.14.00 TAXA FISCAL.MERC.TITULOS E VAL. MOBILIARIOS	230.255.882,00	211.084.781,65	(411.384,99)	210.673.396,66	19.582.485,34

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1121.15.00 TAXA FISCAL.MERC.SEG.CAP.PREVID.PRIV.ABERTA	124.242.151,00	144.669.287,71		144.669.287,71	(20.427.136,71)
1121.16.00 TAXA FISCAL. DOS SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	459.905.828,00	482.395.093,54	(20.771.850,47)	461.623.243,07	(1.717.415,07)
1121.17.00 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	359.234.350,00	334.195.909,51	(2.634.949,92)	331.560.959,59	27.673.390,41
1121.20.00 TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	85.442.809,00	88.083.286,78	(36.964,89)	88.046.321,89	(2.603.512,89)
1121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE	75.991.224,00	78.148.641,48	(35.940,10)	78.112.701,38	(2.121.477,38)
1121.20.02 TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO	3.208.610,00	2.271.730,49	(1.024,79)	2.270.705,70	937.904,30
1121.20.03 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE PRODUTO	5.178.637,00	6.321.822,15		6.321.822,15	(1.143.185,15)
1121.20.04 TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA	114.021,00	60.000,00		60.000,00	54.021,00
1121.20.05 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE OPERADORA	316.296,00	709.212,56		709.212,56	(392.916,56)
1121.20.06 TAXA POR PEDIDO DE REAJ.DE CONTRAPR.PENCUNIAR	634.021,00	571.880,10		571.880,10	62.140,90
1121.21.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	220.195.497,00	179.331.910,18	(679.237,17)	178.652.673,01	41.542.823,99
1121.22.00 TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - TSA	508.205.687,00	468.317.765,10	(85.421,07)	468.232.344,03	39.973.342,97
1121.24.00 TX DE FISCALIZ.S/ DISTRIB. GRAT.PREM. SORTEIO	3.879.069,00	5.995.260,11	(253.724,83)	5.741.535,28	(1.862.466,28)
1122.00.00 TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.076.782.707,00	1.452.483.862,71	(11.376.076,41)	1.441.107.786,30	(364.325.079,30)
1122.01.00 EMOLUMENTOS CONSULARES	194.040.000,00	192.717.493,63		192.717.493,63	1.322.506,37
1122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO	1.194.205,00	1.787.051,08	(84,65)	1.786.966,43	(592.761,43)
1122.03.00 TX SIST.CONTR. ARREC.ADIC.FRETE REN.MAR.MERC.	25.485.467,00	22.207.468,58		22.207.468,58	3.277.998,42
1122.04.00 TAXA DE AVALIACAO DO ENSINO SUPERIOR	30.649.144,00	19.435.172,40	(365.645,00)	19.069.527,40	11.579.616,60
1122.06.00 TAXA JUDICIARIA DA JUSTICA DO DISTR. FEDERAL	664.239,00				664.239,00
1122.07.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTICA DO DF	16.632.796,00	19.180.730,50		19.180.730,50	(2.547.934,50)
1122.08.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	466.444.684,00	487.481.616,05	(8.088.357,78)	479.393.258,27	(12.948.574,27)
1122.11.00 TX UTIL. SISTEMA INT.COM.EXTER.-SISCOMEX	247.266.210,00	644.832.689,89	(6.105,79)	644.826.584,10	(397.560.374,10)
1122.12.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRAT.	36.527.416,00	28.665.164,91	(90.000,00)	28.575.164,91	7.952.251,09
1122.12.01 EMOLUMENTOS/CUSTAS APRECIACAO ATOS E CONTRATO	36.527.416,00	28.665.164,91	(90.000,00)	28.575.164,91	7.952.251,09
1122.15.00 TAXA MILITAR	2.982.511,00	3.050.722,27		3.050.722,27	(68.211,27)
1122.19.00 TAXA DE CLASSIFICACAO DE PRODUTOS VEGETAIS	4.483.187,00	3.673.152,62		3.673.152,62	810.034,38
1122.21.00 TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	9.470.360,00	5.188.040,54		5.188.040,54	4.282.319,46
1122.22.00 TAXA DE SERVICOS DE PESCA E AQUICULTURA	14.108.928,00	16.637.065,67	(958.245,34)	15.678.820,33	(1.569.892,33)
1122.99.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	26.833.560,00	7.627.494,57	(1.867.637,85)	5.759.856,72	21.073.703,28
1200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUICOES	607.836.725.375,00	592.692.507.848,09	(2.267.300.000,80)	590.425.207.847,29	17.411.517.527,71
1210.00.00 CONTRIBUICOES SOCIAIS	590.124.701.092,00	581.211.277.644,67	(2.349.895.138,11)	578.861.382.506,56	11.263.318.585,44
1210.01.00 CONTRIBUICOES PARA FINANC. SEGURIDADE SOCIAL	174.355.583.552,00	173.988.060.382,30	637.937.045,02	174.625.997.427,32	(270.413.875,32)
1210.01.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. P FIN. SEG. SOCIAL	173.275.218.481,00	168.464.241.536,70	637.937.045,02	169.102.178.581,72	4.173.039.899,28
1210.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS	1.080.365.071,00	5.523.818.845,60		5.523.818.845,60	(4.443.453.774,60)
1210.02.00 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	15.553.468.058,00	14.923.583.903,57	(149.074.943,53)	14.774.508.960,04	778.959.097,96
1210.04.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL	265.558.216,00	526.593.484,56	(50.646.360,87)	475.947.123,69	(210.388.907,69)
1210.05.00 CONTRIBUICAO PARA O ENSINO AEROVIARIO	117.054.960,00	115.891.156,66	(4.056.182,16)	111.834.974,50	5.219.985,50
1210.06.00 CONTRIBUICAO PARA DESENV.ENS.PROFIS.MARITIMO	99.741.482,00	127.183.718,23	(4.449.895,35)	122.733.822,88	(22.992.340,88)
1210.09.00 CONTRIBUICAO S/ARREC.FUNDOS INVEST.REGIONAIS	1.425.946,00	544.293,59		544.293,59	881.652,41
1210.13.00 CONTRIB.PROVIS.MOV.TR.VLR.CR.DIR.NAT.FIN.	-	208.749.241,86	(470.348.495,21)	(261.599.253,35)	261.599.253,35
1210.13.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. S/ MOV. FINANCEIRA		56.158.828,44	(470.348.495,21)	(414.189.666,77)	414.189.666,77
1210.13.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CPMF		152.590.413,42		152.590.413,42	(152.590.413,42)
1210.15.00 CONTRIB.PARA CUSTEIO DAS PENSOES MILITARES	2.435.329.072,00	2.001.211.420,36		2.001.211.420,36	434.117.651,64
1210.17.00 CONT.S/REC. SORTEIOS REALIZ. P/ ENT. FILANTR.	410.103,00	404.004,65		404.004,65	6.098,35
1210.18.00 CONTRIBUICOES S/ RECEITA CONCURSO PROGNOSTICO	4.245.696.034,00	3.763.189.239,85	(33.332,24)	3.763.155.907,61	482.540.126,39
1210.18.01 CONTRIBUICAO S/RECEITA DA LOTERIAL FEDERAL	85.759.202,00	64.924.274,05		64.924.274,05	20.834.927,95
1210.18.02 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA ESPORTIVA	57.520.581,00	30.314.077,46		30.314.077,46	27.206.503,54
1210.18.04 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIAS DE NUMEROS	3.781.565.452,00	3.385.337.535,36		3.385.337.535,36	396.227.916,64
1210.18.05 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA INSTANTANEA	71.263.936,00	59.211.964,02		59.211.964,02	12.051.971,98
1210.18.06 PREMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS	213.513.262,00	190.919.096,78		190.919.096,78	22.594.165,22
1210.18.08 CONTR.S/REC.CONC.PROG.DEST.PRAT.DESP-MOD.FUTE	27.362.919,00	26.049.611,61	(36.291,90)	26.013.319,71	1.349.599,29
1210.18.09 OUTROS PREMIOS PRESCRITOS	8.710.682,00	6.432.680,57	2.959,66	6.435.640,23	2.275.041,77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1210.29.00 CONTRIB. REGIME PROPRIO PREVID. SERV. PUBLICO	10.356.328.936,00	9.501.525.833,64	(110.109,26)	9.501.415.724,38	854.913.211,62
1210.29.01 CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR AT.CIVIL - RPPS	61.170.706,00	13.383.226,87	(20,00)	13.383.206,87	47.787.499,13
1210.29.07 CONTR.DO SERV. ATIVO CIVIL P/ REGIME PROPRIO	7.459.484.536,00	7.047.584.550,75	344,94	7.047.584.895,69	411.899.640,31
1210.29.09 CONTRIBUICAO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL - RPPS	1.813.116.358,00	1.747.413.924,73	(50.126,75)	1.747.363.797,98	65.752.560,02
1210.29.11 CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA CIVIL - RPPS	590.019.464,00	542.934.277,86	(17.171,64)	542.917.106,22	47.102.357,78
1210.29.17 CONTR.SERV.ATIVO CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS	297.007.046,00	74.990.436,65	(32.446,57)	74.957.990,08	222.049.055,92
1210.29.18 CONTR.SERV.INAT.CIVIL - PAGTO SENT. JUDICIAIS	125.351.787,00	57.302.259,76	(3.296,93)	57.298.962,83	68.052.824,17
1210.29.19 CONTR.PENSIONISTA CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS	10.179.039,00	17.917.157,02	(7.392,31)	17.909.764,71	(7.730.725,71)
1210.30.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS P/ O RGPS	270.438.133.494,00	268.877.797.299,91	(1.095.535.031,18)	267.782.262.268,73	2.655.871.225,27
1210.30.01 CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. -CONTR. INDIV.	4.527.865.627,00	5.227.135.232,97	(11.030.921,15)	5.216.104.311,82	(688.238.684,82)
1210.30.02 CONTRIBUICOES DO SEGURADO - ASSALARIADO	55.257.820.587,00	53.163.601.161,25	(5.924.586,54)	53.157.676.574,71	2.100.144.012,29
1210.30.03 CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	103.577.307.586,00	103.220.770.535,18	(28.956.387,97)	103.191.814.147,21	385.493.438,79
1210.30.04 SIMPLES	23.011.670.815,00	22.701.847.216,04	(10.794.187,45)	22.691.053.028,59	320.617.786,41
1210.30.05 EMPRESAS - ESPETACULOS ESPORTIVOS	101.720.866,00	123.305.605,86		123.305.605,86	(21.584.739,86)
1210.30.06 CONTRIBUICAO SOBRE PRODUCAO RURAL	3.177.303.939,00	3.067.353.298,33	(314.747,92)	3.067.038.550,41	110.265.388,59
1210.30.07 CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RGPS	4.647.233.769,00	5.485.552.501,30	3.261.445,46	5.488.813.946,76	(841.580.177,76)
1210.30.08 SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	15.776.064.989,00	14.510.185.309,40	(2.473.165,04)	14.507.712.144,36	1.268.352.844,64
1210.30.09 RECLAMATORIA TRABALHISTA	6.417.625.804,00	2.429.005.663,31	(4.499.458,03)	2.424.506.205,28	3.993.119.598,72
1210.30.10 CONTRIB. DEBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICIPIOS		7.260.393,23	(7.260.393,23)		-
1210.30.11 CONTRIBUICAO PREVID.SEGURADO OBRIG.-EMPRESAR.	5.852,00	186.565,33	(186.893,99)	(328,66)	6.180,66
1210.30.12 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO	1.017.858.072,00	1.207.059.687,63	(1.037.478,29)	1.206.022.209,34	(188.164.137,34)
1210.30.13 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL	8.236.765,00	7.457.546,95	(1.591,96)	7.455.954,99	780.810,01
1210.30.14 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEG.OBRIG.-EMP.DOMEST	2.741.386.284,00	2.550.650.441,03	(238.701,17)	2.550.411.739,86	190.974.544,14
1210.30.15 CONTRIB. PREV. DOS ORGAOS DO PODER PUBLICO	22.306.085.887,00	22.421.919.304,02	(14.538.868,04)	22.407.380.435,98	(101.294.548,98)
1210.30.16 CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTROPICAS	2.388.337.381,00	2.412.169.982,83	(3.200.074,11)	2.408.969.908,72	(20.632.527,72)
1210.30.17 CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGACAO	21.575.115.056,00	22.988.415.926,26	(283.435.853,97)	22.704.980.072,29	(1.129.865.016,29)
1210.30.18 ARRECADACAO FIES-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC.	550.921.019,00	316.678.757,03		316.678.757,03	234.242.261,97
1210.30.19 ARRECADACAO FNS-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC.		156,55	(156,55)		-
1210.30.21 CONTR.PREV.NA FORMA DE DEP.JUD.,REC. E CUSTAS	1.488.490.656,00	2.395.730.687,44	(698.191.584,86)	1.697.539.102,58	(209.048.446,58)
1210.30.22 CONTRIB.PREVID. DAS COOP.TRAB. DESC.COOPERADO		1.303,70	(1.303,70)		-
1210.30.23 RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL	1.820.142.059,00	1.485.488.127,63	(87.565,91)	1.485.400.561,72	334.741.497,28
1210.30.24 CONTR.PREV. EMPRESA S/ SEGURADO S/REC.BRUTA		3.107.692.677,68	203.610,96	3.107.896.288,64	(3.107.896.288,64)
1210.30.99 OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	46.940.481,00	48.329.218,96	(26.826.167,72)	21.503.051,24	25.437.429,76
1210.31.00 CONTRIBUICOES P/O FUNDO DE SAUDE - PMDF/BMDF	20.433.480,00	20.780.619,29	(27,70)	20.780.591,59	(347.111,59)
1210.31.01 CONTRIBUICOES P/O FUNDO DE SAUDE - PMDF	11.938.061,00	12.595.872,22	(27,70)	12.595.844,52	(657.783,52)
1210.31.02 CONTRIBUICOES P/O FUNDO DE SAUDE - BMDF	8.495.419,00	8.184.747,07		8.184.747,07	310.671,93
1210.32.00 CONTRIBUICOES RURAIS	1.337.988.862,00	1.246.186.388,83	(43.614.623,04)	1.202.571.765,79	135.417.096,21
1210.32.01 CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL	233.770.942,00	249.277.986,76	(8.722.829,11)	240.555.157,65	(6.784.215,65)
1210.32.03 ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.104.217.920,00	996.908.402,07	(34.891.793,93)	962.016.608,14	142.201.311,86
1210.37.00 CONTRIBUICOES PARA O PIS/PASEP	46.389.013.454,00	46.368.687.139,96	(16.478.578,71)	46.352.208.561,25	36.804.892,75
1210.37.01 REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP	46.169.721.684,00	44.612.818.623,08	(16.443.681,27)	44.596.374.941,81	1.573.346.742,19
1210.37.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - PIS/PASEP	219.291.770,00	1.755.868.516,88	(34.897,44)	1.755.833.619,44	(1.536.541.849,44)
1210.38.00 CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	61.605.389.353,00	56.761.618.058,77	(1.153.484.603,88)	55.608.133.454,89	5.997.255.898,11
1210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ	61.403.323.754,00	54.925.920.792,08	(1.153.484.603,88)	53.772.436.188,20	7.630.887.565,80
1210.38.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CSSL PJ	202.065.599,00	1.835.697.266,69		1.835.697.266,69	(1.633.631.667,69)
1210.45.00 CONTRIBUICAO SOBRE JOGOS DE BINGO		1.400,00		1.400,00	(1.400,00)
1210.47.00 CONTR.REL.A DESPED.DE EMPREG. S/ JUSTA CAUSA	2.823.008.401,00	2.388.246.608,06		2.388.246.608,06	434.761.792,94
1210.48.00 CONTR. SOBRE REMUNERACAO DEVIDA AO TRABALH.	80.137.689,00	390.887.387,77		390.887.387,77	(310.749.698,77)
1210.99.00 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS		136.062,81		136.062,81	(136.062,81)
1220.00.00 CONTRIB. DE INTERVENÇÃO NO DOMINIO ECONOMICO	17.712.024.283,00	11.481.230.203,42	82.595.137,31	11.563.825.340,73	6.148.198.942,27
1220.01.00 CONTRIBUICAO PARA O PIN	28.801.704,00	91.787,66		91.787,66	28.709.916,34
1220.02.00 CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA	19.201.135,00	61.192,22		61.192,22	19.139.942,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1220.03.00 CONTRIBUICOES DESENV.APERF.ATIVID.FISCALIZ.	756.484.554,00	351.642.218,62	(1.032.846,61)	350.609.372,01	405.875.181,99
1220.03.01 SELO ESPECIAL DE CONTROLE	521.564.784,00	136.139.538,38	(650.659,73)	135.488.878,65	386.075.905,35
1220.03.02 LOJAS FRANCAS ENTREP.ADUAN. DEP.ALFANDEGADOS	234.919.770,00	215.502.680,24	(382.186,88)	215.120.493,36	19.799.276,64
1220.05.00 CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS	752.640,00	611.552,10	(18,22)	611.533,88	141.106,12
1220.06.00 CONTRIB.P/DESENV.DA IND.CINEMATOGRAF.NACIONAL	57.462.887,00	909.506.289,50	(2.842.093,20)	906.664.196,30	(849.201.309,30)
1220.06.01 RECEITA REMESSA DE REND. EXPLORACAO DE OBRAS	1.494.000,00	6.358.364,93	(134,92)	6.358.230,01	(4.864.230,01)
1220.06.02 RECEITA VEICULACAO DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS	55.968.887,00	83.559.432,19	(2.837.918,28)	80.721.513,91	(24.752.626,91)
1220.06.03 REC.DIST.AUDIOVISUAIS POR PRESTADOR DE SERV.		819.588.492,38	(4.040,00)	819.584.452,38	(819.584.452,38)
1220.18.00 COTA-PARTE ADIC.FRETE P/ RENOV.MARIN.MERCANTE	2.732.578.581,00	2.877.970.224,74	(0,10)	2.877.970.224,64	(145.391.643,64)
1220.24.00 CONTRIBUIção S/REC.CONCESS.PERMISS.ENERG.ELET	1.113.829.236,00	895.249.747,12	(1.930.176,01)	893.319.571,11	220.509.664,89
1220.25.00 CONTRIBUIção P/ LIC.USO,AQUIS.OU TRANSF.TECN.	1.477.020.111,00	1.872.944.644,40	89.498.664,33	1.962.443.308,73	(485.423.197,73)
1220.26.00 CONTRIB. REC. EMPR. PREST. SERV. TELECOMUNIC.	1.551.553.320,00	1.520.184.552,37	(1.319,68)	1.520.183.232,69	31.370.087,31
1220.26.01 CON. S/REC.OPER.BRUTA DECOR.PRES.SERV.TELECOM	1.003.069.579,00	976.404.210,35		976.404.210,35	26.665.368,65
1220.26.02 CON. S/REC.OPER.BRUTA EMPR.PREST.SERV.TELECOM	548.483.741,00	543.780.342,02	(1.319,68)	543.779.022,34	4.704.718,66
1220.28.00 CONT.REL.AT.IMP.COM.PETR.DER.GAS NAT.ALC.CARB	9.834.564.600,00	2.879.709.124,96	(942.078,96)	2.878.767.046,00	6.955.797.554,00
1220.28.01 CONTR.REL.ATIV.IMP.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	555.620.716,00	382.722.642,62	(942.078,96)	381.780.563,66	173.840.152,34
1220.28.02 CONTR.REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	9.277.003.693,00	2.485.918.911,69		2.485.918.911,69	6.791.084.781,31
1220.28.03 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CIDE COMBUSTIVEL	1.940.191,00	11.067.570,65		11.067.570,65	(9.127.379,65)
1220.30.00 CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB		4.080.072,02	(3.860,75)	4.076.211,27	(4.076.211,27)
1220.41.00 CONTRIBUICAO-EMPRESAS INSTALADAS NA AMAZONIA	27.027.142,00	37.457.048,17	(150.751,28)	37.306.296,89	(10.279.154,89)
1220.41.01 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - PRINCIPAL	21.451.404,00	28.555.544,38	(150.751,28)	28.404.793,10	(6.953.389,10)
1220.41.02 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - EXCEDENTE		16.070,70		16.070,70	(16.070,70)
1220.41.03 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - RESIDUAL	3.139.721,00	602.038,58		602.038,58	2.537.682,42
1220.41.04 CONTR-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA-PARCELAMENTO	2.436.017,00	8.283.394,51		8.283.394,51	(5.847.377,51)
1220.42.00 CONTR.-EMPRESAS INSTALADAS DEMAIS REGIOES	112.737.679,00	131.721.256,04	(382,21)	131.720.873,83	(18.983.194,83)
1220.42.01 CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-PRINCIPAL	74.065.174,00	84.318.473,92	(382,20)	84.318.091,72	(10.252.917,72)
1220.42.02 CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-EXCEDENTE	130.789,00	337.684,23		337.684,23	(206.895,23)
1220.42.03 CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-RESIDUAL	1.107.316,00	4.158.802,83		4.158.802,83	(3.051.486,83)
1220.42.04 CONTR-EMP.INSTAL.DEMAIS REGIOES-PARCELAMENTO	37.434.400,00	42.906.295,06	(0,01)	42.906.295,05	(5.471.895,05)
1220.99.00 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	10.694,00	493,50	-	493,50	10.200,50
1220.99.01 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	10.694,00	493,50		493,50	10.200,50
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	67.480.842.562,00	81.327.735.801,77	(281.076.926,17)	81.046.658.875,60	(13.565.816.313,60)
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	1.073.347.212,00	1.222.521.359,74	(8.191.031,40)	1.214.330.328,34	(140.983.116,34)
1311.00.00 ALUGUEIS	110.565.148,00	133.841.884,68	(3.651.443,01)	130.190.441,67	(19.625.293,67)
1312.00.00 ARRENDAMENTOS	173.288.131,00	337.130.584,25	(1.268.596,75)	335.861.987,50	(162.573.856,50)
1313.00.00 FOROS	81.822.943,00	77.498.180,48	(30.768,18)	77.467.412,30	4.355.530,70
1314.00.00 LAUDEMIOS	306.687.410,00	364.098.026,74	(333.287,53)	363.764.739,21	(57.077.329,21)
1315.00.00 TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	311.350.889,00	307.995.763,26	(2.768.027,44)	305.227.735,82	6.123.153,18
1315.10.00 TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO	16.316,00	18.957,28		18.957,28	(2.641,28)
1315.20.00 TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	88.285.324,00	63.690.228,66	(178.150,25)	63.512.078,41	24.773.245,59
1315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	223.049.249,00	244.286.577,32	(2.589.877,19)	241.696.700,13	(18.647.451,13)
1319.00.00 OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	89.632.691,00	1.956.920,33	(138.908,49)	1.818.011,84	87.814.679,16
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	31.301.335.644,00	42.002.293.366,33	(267.828.661,99)	41.734.464.704,34	(10.433.129.060,34)
1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	711.053.949,00	515.644.177,63	(13.324,13)	515.630.853,50	195.423.095,50
1322.00.00 DIVIDENDOS	20.418.830.231,00	28.160.032.237,50	(142.442.314,02)	28.017.589.923,48	(7.598.759.692,48)
1323.00.00 PARTICIPACOES	8.169.769,00	7.205.390,40		7.205.390,40	964.378,60
1325.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	7.963.811.485,00	11.289.657.451,02	(125.373.023,84)	11.164.284.427,18	(3.200.472.942,18)
1326.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	2.002.770.000,00	1.819.391.491,16		1.819.391.491,16	183.378.508,84
1327.00.00 REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS	196.700.210,00	159.516.336,33		159.516.336,33	37.183.873,67
1329.00.00 OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		50.846.282,29		50.846.282,29	(50.846.282,29)
1330.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	2.077.047.088,00	2.064.391.862,85	(4.761.249,82)	2.059.630.613,03	17.416.474,97
1331.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	1.171.556.923,00	1.676.586.179,93	(4.429.870,41)	1.672.156.309,52	(500.599.386,52)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1331.01.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE TRANSPORT	27.527.636,00	29.157.396,78	(916.713,04)	28.240.683,74	(713.047,74)
1331.01.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TRANSP. FERROV.	27.527.636,00	29.157.396,78	(916.713,04)	28.240.683,74	(713.047,74)
1331.02.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.	1.144.029.287,00	1.647.428.783,15	(3.513.157,37)	1.643.915.625,78	(499.886.338,78)
1331.02.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	1.048.199.624,00	1.347.753.885,98	(3.462.100,92)	1.344.291.785,06	(296.092.161,06)
1331.02.02 REC.OUT.SERV.RADIODIFUSAO SONORA SONS IMAGENS		37.629.621,72		37.629.621,72	(37.629.621,72)
1331.02.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA	84.359.450,00	30.635.580,12	(39.828,37)	30.595.751,75	53.763.698,25
1331.02.04 REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.USO RADIOFREQ	328.263,00	281.010,00		281.010,00	47.253,00
1331.02.05 REC.TRANSF.CONC/PERM/AUTOR-RODOVIAS OU OBRAS	985.002,00	999.138,27		999.138,27	(14.136,27)
1331.02.06 RECEITA OUTORGA UTILIZAÇÃO POSIÇÕES ORBITAIS	385.452,00	219.200.000,00		219.200.000,00	(218.814.548,00)
1331.02.99 OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC	9.771.496,00	10.929.547,06	(11.228,08)	10.918.318,98	(1.146.822,98)
1332.00.00 REC. CONCESSAO PERMISSAO - EXPLOR. RECUR NAT	902.217.090,00	381.441.455,81	(237.538,14)	381.203.917,67	521.013.172,33
1332.01.00 REC. OUTOR. SERV. EXPL. PROD PETR. GAS NATURA	682.232.060,00	198.533.200,80	(5.000,00)	198.528.200,80	483.703.859,20
1332.01.01 BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSAO	500.000.000,00				500.000.000,00
1332.01.02 PAGAMENTO P/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD	182.232.060,00	198.533.200,80	(5.000,00)	198.528.200,80	(16.296.140,80)
1332.02.00 REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. HIDR.	65.744.824,00	53.257.880,67	(1.966,72)	53.255.913,95	12.488.910,05
1332.03.00 REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PRESQ. MINER	146.562.417,00	127.629.098,59		127.629.098,59	18.933.318,41
1332.04.00 RECEITA DE CONCESSAO FLORESTAL	7.677.789,00	2.021.275,75	(230.571,42)	1.790.704,33	5.887.084,67
1332.04.01 REC. CONCESS. FLORESTAS NACIONAIS - VALOR MIN		941.905,68	(94.287,88)	847.617,80	(847.617,80)
1332.04.02 REC. CONCESS. FLOREST. NACION. - DEMAIS VALOR	6.069.322,00	1.079.370,07	(136.283,54)	943.086,53	5.126.235,47
1332.04.05 REC. CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSAO FLORESTAL	1.608.467,00				1.608.467,00
1333.00.00 REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB	3.273.075,00	6.364.227,11	(93.841,27)	6.270.385,84	(2.997.310,84)
1333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	3.273.075,00	3.640.176,67	(71.937,11)	3.568.239,56	(295.164,56)
1333.04.00 PERMISSAO DE USO AREA DA UNIAO CURTA DURACAO		1.459.823,95	(21.904,16)	1.437.919,79	(1.437.919,79)
1333.05.00 RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO		1.264.226,49		1.264.226,49	(1.264.226,49)
1340.00.00 COMPENSACOES FINANCEIRAS	32.562.935.093,00	35.720.861.870,04	(6.611,82)	35.720.855.258,22	(3.157.920.165,22)
1340.01.00 UTIL.RECURSO HIDRICOS - ITAIPU	386.991.335,00	484.088.851,96		484.088.851,96	(97.097.516,96)
1340.02.00 UTIL.RECURSO HIDRICOS - DEMAIS EMPRESAS	1.704.256.271,00	1.727.439.330,00		1.727.439.330,00	(23.183.059,00)
1340.03.00 EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS	2.010.842.921,00	1.833.807.729,99	(0,01)	1.833.807.729,98	177.035.191,02
1340.04.00 ROYAL.PROD.PETRO.GAS.NAT. EM TERRA(CONCESSAO)	663.974.593,00	759.761.595,43		759.761.595,43	(95.787.002,43)
1340.05.00 ROYAL.PROD.PETR.GAS.NAT.PLATAFORMA(CONCESSAO)	6.192.315.681,00	7.204.302.680,85	(6.446,07)	7.204.296.234,78	(1.011.980.553,78)
1340.05.02 ROYAL.PROD.PETR.GAS.NAT.PLATAF(CONCESSAO)2010		602.721.105,23	(4.570,82)	602.716.534,41	(602.716.534,41)
1340.05.03 ROYAL.PROD.PETR.GAS.NAT.PLATAF(CONCESSAO)	6.192.315.681,00	6.601.581.575,62	(1.875,25)	6.601.579.700,37	(409.264.019,37)
1340.06.00 ROYAL.EXCED.PROD.PETR.GAS.NAT.TERRA-CONCESSAO	598.683.740,00	683.699.495,55		683.699.495,55	(85.015.755,55)
1340.07.00 ROYAL.EXCED.PROD.PETR.GAS.NAT.PLATA-CONCESSAO	6.104.730.146,00	7.094.862.957,05	(165,74)	7.094.862.791,31	(990.132.645,31)
1340.07.02 ROYAL.EXCED.PROD.PETR.GAS.NAT.PLATA-CONC.2010		587.833.678,89		587.833.678,89	(587.833.678,89)
1340.07.03 ROYAL.EXCED.PROD.PETR.GAS.NAT.PLATA-CONCESSAO	6.104.730.146,00	6.507.029.278,16	(165,74)	6.507.029.112,42	(402.298.966,42)
1340.08.00 PART.ESPEC.PROD.PETRO.OU GAS NAT (CONCESSAO)	13.642.470.515,00	15.932.899.229,21	-	15.932.899.229,21	(2.290.428.714,21)
1340.08.02 PART.ESPEC.PROD.PETRO.OU GAS NAT.CONCES.2010		336.116.841,08	65.276.782,28	401.393.623,36	(401.393.623,36)
1340.08.03 PART.ESPEC.PROD.PETRO.OU GAS NAT.CONCESSAO	13.642.470.515,00	15.596.782.388,13	(65.276.782,28)	15.531.505.605,85	(1.889.035.090,85)
1340.10.00 RECEITA DE PRODUCAO PETROLEO OU GAS NATURAL	1.258.669.891,00	-	-	-	1.258.669.891,00
1340.10.02 ROYAL.PROD.PETR. OU GAS NATU - EM PLATAFORMA	291.046.205,00				291.046.205,00
1340.10.04 ROYAL.EXCED.PROD.PETR. OU GAS NAT. - EM PLATA	285.318.106,00				285.318.106,00
1340.10.05 PART.ESPECIAL P/ PROD.PETRO OU GAS NATURAL	682.305.580,00				682.305.580,00
1360.00.00 RECEITA DE CESSAO DE DIREITOS	185.120.000,00	276.755.987,42	(1.670,45)	276.754.316,97	(91.634.316,97)
1361.00.00 RECEITA CESSAO DIREITO OPERACIONALIZACAO PGTO	185.120.000,00	276.755.987,42	(1.670,45)	276.754.316,97	(91.634.316,97)
1361.01.00 RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO FOPAG	110.000.000,00	101.189.311,85	(1.190,45)	101.188.121,40	8.811.878,60
1361.02.00 REC.CESSAO DIR.OPER.FOPAG DE BENEFICIOS	75.120.000,00	175.566.675,57	(480,00)	175.566.195,57	(100.446.195,57)
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	281.057.525,00	40.911.355,39	(287.700,69)	40.623.654,70	240.433.870,30
1400.00.00 RECEITA AGROPECUARIA	26.317.443,00	25.386.994,11	(653.590,79)	24.733.403,32	1.584.039,68
1410.00.00 RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	15.655.421,00	15.203.455,42	(607.800,94)	14.595.654,48	1.059.766,52
1420.00.00 RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.609.182,00	10.167.091,55	(45.540,35)	10.121.551,20	487.630,80
1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	52.840,00	16.447,14	(249,50)	16.197,64	36.642,36

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1500.00.00 RECEITA INDUSTRIAL	832.810.075,00	756.186.497,36	(142.827,96)	756.043.669,40	76.766.405,60
1520.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	832.810.075,00	756.186.497,36	(142.827,96)	756.043.669,40	76.766.405,60
1520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	651.184.730,00	573.361.899,72	(39.033,38)	573.322.866,34	77.861.863,66
1520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA	36.657.651,00	32.487.046,37	(1.550,00)	32.485.496,37	4.172.154,63
1520.21.00 RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E VETERINARIOS	97.000.107,00	86.778.657,61	(34.507,88)	86.744.149,73	10.255.957,27
1520.21.01 RECEITA DA INDÚST. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	96.952.904,00	86.748.446,69	(34.507,88)	86.713.938,81	10.238.965,19
1520.21.02 RECEITA DA INDÚST. DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	47.203,00	30.210,92		30.210,92	16.992,08
1520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMOQUIMICOS	1.342.415,00	1.161.304,86	(969,70)	1.160.335,16	182.079,84
1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	2.771.903,00	2.233.965,49		2.233.965,49	537.937,51
1520.27.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	326.167,00	359.091,06	(61.637,52)	297.453,54	28.713,46
1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	43.104.698,00	58.575.003,17	(5.129,48)	58.569.873,69	(15.465.175,69)
1520.30.00 RECEITA DA INDUSTRIA ELETRONICA		190.380,63		190.380,63	(190.380,63)
1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	422.404,00	1.039.148,45		1.039.148,45	(616.744,45)
1600.00.00 RECEITA DE SERVICOS	47.376.163.505,00	48.159.435.577,00	(239.734.510,29)	47.919.701.066,71	(543.537.561,71)
1600.01.00 SERVICOS COMERCIAIS	75.726.663,00	74.185.060,32	(72.152,75)	74.112.907,57	1.613.755,43
1600.01.01 SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	4.451.491,00	4.192.067,84		4.192.067,84	259.423,16
1600.01.02 SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	15.532.235,00	17.504.152,13	(40.064,90)	17.464.087,23	(1.931.852,23)
1600.01.03 SERVICOS DE COMERC. E DISTRIB. PROD. AGROPEC.	991.405,00	232.307,55		232.307,55	759.097,45
1600.01.06 SERV.COMERCIAIS DE PROD.DADOS E MAT.INFORMATI	48.174.305,00	45.195.561,60	(252,30)	45.195.309,30	2.978.995,70
1600.01.10 RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FARDAMENTOS	6.577.227,00	7.060.971,20	(12.326,91)	7.048.644,29	(471.417,29)
1600.01.99 OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	-	-	(19.508,64)	(19.508,64)	19.508,64
1600.02.00 SERVICOS FINANCEIROS	40.842.744.634,00	40.512.506.097,10	(193.256.665,10)	40.319.249.432,00	523.495.202,00
1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	33.730.092.181,00	33.503.073.667,54	(193.256.665,10)	33.309.817.002,44	420.275.178,56
1600.02.03 SERV.FINANC.DE COMPENS.DE VARIACOES SALARIAIS	46.491,00	45.559,90		45.559,90	931,10
1600.02.06 SERVICOS DE REMUNERACAO REP. PROG.DES.ECONOM.	7.105.860.000,00	7.002.231.147,70		7.002.231.147,70	103.628.852,30
1600.02.99 OUTROS SERVICOS FINANCEIROS	6.745.962,00	7.155.721,96		7.155.721,96	(409.759,96)
1600.03.00 SERVICOS DE TRANSPORTE	214.237.209,00	217.871.503,34	(4.313.309,49)	213.558.193,85	679.015,15
1600.03.01 SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	307.435,00	317.518,37	(2.190,00)	315.328,37	(7.893,37)
1600.03.02 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	209.012.830,00	215.604.000,95	(4.310.774,49)	211.293.226,46	(2.280.396,46)
1600.03.03 SERVICOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO	8.878,00	4.779,50		4.779,50	4.098,50
1600.03.04 SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	4.908.066,00	1.945.204,52	(345,00)	1.944.859,52	2.963.206,48
1600.04.00 SERVICOS DE COMUNICACAO	53.101.846,00	62.193.008,09	-	62.193.008,09	(9.091.162,09)
1600.04.01 SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	23.043.194,00	22.054.143,00		22.054.143,00	989.051,00
1600.04.02 SERVICOS DE RADIODIFUSAO	30.000.457,00	40.086.567,48		40.086.567,48	(10.086.110,48)
1600.04.03 OUTROS SERVICOS DE COMUNICACAO	58.195,00	52.297,61		52.297,61	5.897,39
1600.05.00 SERVICOS DE SAUDE	179.775.319,00	183.045.740,78	(11.555.459,81)	171.490.280,97	8.285.038,03
1600.05.01 SERVICOS HOSPITALARES	132.180.371,00	129.195.013,15	(11.522.827,08)	117.672.186,07	14.508.184,93
1600.05.03 SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	2.815.005,00	1.042.474,61	(42,00)	1.042.432,61	1.772.572,39
1600.05.05 SERV ASSIST SAUDE SUPLEMENTAR SERVIDOR CIVIL	44.600.338,00	52.808.203,02		52.808.203,02	(8.207.865,02)
1600.05.99 OUTROS SERVICOS DE SAUDE	179.605,00	50,00	(32.590,73)	(32.540,73)	212.145,73
1600.06.00 SERVICOS PORTUARIOS	257.184,00	379.038,45		379.038,45	(121.854,45)
1600.07.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM	39.835.274,00	18.224.745,18	(31.914,17)	18.192.831,01	21.642.442,99
1600.08.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	47.194.147,00	53.953.031,44	(368.952,34)	53.584.079,10	(6.389.932,10)
1600.09.00 SERVICOS DE SOCORRO MARITIMO	126.507,00	44.421,68		44.421,68	82.085,32
1600.11.00 SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	451.986.416,00	443.210.203,60	(281.493,15)	442.928.710,45	9.057.705,55
1600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	405.784.021,00	406.077.220,36	(258.362,44)	405.818.857,92	(34.836,92)
1600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	2.510.663,00	2.577.878,96	(1.776,95)	2.576.102,01	(65.439,01)
1600.11.03 METROLOGIA LEGAL	8.929.960,00	5.293.124,53	(1.490,81)	5.291.633,72	3.638.326,28
1600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	34.375.826,00	29.168.534,51	(19.862,95)	29.148.671,56	5.227.154,44
1600.11.05 INFORMACAO TECNOLOGICA	385.946,00	93.445,24		93.445,24	292.500,76
1600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA	13.896.439,00	12.892.848,00	(68.978,90)	12.823.869,10	1.072.569,90
1600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.182.909.521,00	1.080.799.085,37	(8.575.990,13)	1.072.223.095,24	110.686.425,76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	128.091.067,00	135.989.901,25	(6.554.048,82)	129.435.852,43	(1.344.785,43)
1600.15.00 SERVICOS DE METEOROLOGIA	534.174,00	94.752,82	(9,00)	94.743,82	439.430,18
1600.16.00 SERVICOS EDUCACIONAIS	241.366.987,00	249.639.119,46	(1.730.324,57)	247.908.794,89	(6.541.807,89)
1600.17.00 SERVICOS AGROPECUARIOS	6.448.355,00	6.498.806,95	(6.574,31)	6.492.232,64	(43.877,64)
1600.18.00 SERVICOS DE REPARACAO,MANUTENCAO E INSTALACAO	6.867.397,00	6.470.144,30	(114.517,26)	6.355.627,04	511.769,96
1600.19.00 SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	38.914.854,00	39.618.775,63	(155.068,11)	39.463.707,52	(548.853,52)
1600.20.00 SERVICOS CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJETOS	94.377.149,00	74.163.004,33	(2.971,01)	74.160.033,32	20.217.115,68
1600.20.01 SERV.CONS,ASS.TEC.E AN.PROJ-APLICAÇÕES LIVRES	56.928.205,00	71.208.390,14	(2.971,01)	71.205.419,13	(14.277.214,13)
1600.20.02 SERV.CONS,ASS.TEC.E AN.PROJ-ATIV.PESQ.DESENV.	37.448.944,00	2.954.614,19		2.954.614,19	34.494.329,81
1600.21.00 SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	47.346.506,00	41.771.263,65	(1.975.914,55)	39.795.349,10	7.551.156,90
1600.22.00 SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	131.144.082,00	79.538.174,68	(1.131.554,44)	78.406.620,24	52.737.461,76
1600.23.00 SERVICOS REG. MARCAS,PAT.TRANSF.DE TECNOLOGIA	231.862.267,00	247.038.392,77	(681.204,88)	246.357.187,89	(14.494.920,89)
1600.23.01 SERVICOS DE PATENTES	102.580.298,00	116.568.781,16	(80.720,90)	116.488.060,26	(13.907.762,26)
1600.23.02 SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS	109.632.724,00	110.627.526,41	(128.823,61)	110.498.702,80	(865.978,80)
1600.23.03 SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	19.249.072,00	14.888.109,91	(470.220,37)	14.417.889,54	4.831.182,46
1600.23.04 SERVICOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRAFICAS	25.053,00	33.745,00		33.745,00	(8.692,00)
1600.23.05 SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	375.120,00	426.951,00	(140,00)	426.811,00	(51.691,00)
1600.23.06 SERVICOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL		2.832.401,00	(1.300,00)	2.831.101,00	(2.831.101,00)
1600.23.08 SERVICOS DE REMESSA DE DEPOSITOS OFICIAIS		1.654.192,56		1.654.192,56	(1.654.192,56)
1600.23.99 OUTROS SERV.REGIST.MARCAS,PATENTES,TRANSF.TEC		6.685,73		6.685,73	(6.685,73)
1600.24.00 SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	45.410.026,00	38.439.256,05	(54.668,51)	38.384.587,54	7.025.438,46
1600.25.00 SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	70.695.601,00	285.029.937,22	(562.403,61)	284.467.533,61	(213.771.932,61)
1600.26.00 SERVICOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	5.610.966,00	5.624.571,93		5.624.571,93	(13.605,93)
1600.27.00 SERVICOS DE PERFURACAO E INSTALACAO DE POCOS		16.466,72		16.466,72	(16.466,72)
1600.28.00 SERVICOS DE GEOPROCESSAMENTO	1.454.297,00	445.636,29		445.636,29	1.008.660,71
1600.30.00 TARIFA DE UTILIZACAO DE FAROIS	77.533.701,00	92.553.001,65	(555.931,58)	91.997.070,07	(14.463.369,07)
1600.31.00 TARIFA E ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	881.480.970,00	1.237.801.148,19	(6.245,41)	1.237.794.902,78	(356.313.932,78)
1600.31.01 TARIFA AEROPORTUARIA	107.939,00	772.172,02	(6.245,41)	765.926,61	(657.987,61)
1600.31.02 ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	611.327.800,00	935.401.302,87		935.401.302,87	(324.073.502,87)
1600.31.03 PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	270.045.231,00	301.627.673,30		301.627.673,30	(31.582.442,30)
1600.32.00 SERVICOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	17.003.393,00	14.038.080,08	(601,07)	14.037.479,01	2.965.913,99
1600.33.00 TARIFAS USO COMUN.AUX.A NAVEG.AEREA EM ROTA	978.400.184,00	1.445.164.030,71	(844,23)	1.445.163.186,48	(466.763.002,48)
1600.33.01 TARIF USO COMUN E AUX.NAVEGACAO AEREA EM ROTA	536.397.732,00	1.412.283.635,74	(844,23)	1.412.282.791,51	(875.885.059,51)
1600.33.02 ADICIONAL S/ TARIFA USO COM E AUX NAVEG AEREA	442.002.452,00	32.880.394,97		32.880.394,97	409.122.057,03
1600.35.00 SERVICO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS	187.581.782,00	138.032,28		138.032,28	187.443.749,72
1600.36.00 PREST. DE SERV. PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	179.367.925,00	172.721.554,98	-	172.721.554,98	6.646.370,02
1600.36.01 TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORM.DO BACEN	162.380.188,00	148.032.675,82		148.032.675,82	14.347.512,18
1600.36.02 TARIFA PELO USO DO SIST.DE TRANSF. RES. BACEN	16.987.737,00	24.688.879,16		24.688.879,16	(7.701.142,16)
1600.37.00 GARANTIAS E AVAIS	447.497.996,00	990.635.403,13	(9.510,87)	990.625.892,26	(543.127.896,26)
1600.37.02 CONCESSAO GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA	60.770.774,00	69.755.995,58		69.755.995,58	(8.985.221,58)
1600.37.03 COMISSOES PELA PRESTACAO DE GARANTIA	8.860,00	224,32		224,32	8.635,68
1600.37.05 RECEITA DE SEGURO DE CREDITO AA EXPORTACAO	386.718.362,00	920.879.183,23	(9.510,87)	920.869.672,36	(534.151.310,36)
1600.38.00 CREDENCIAMENTO EMP.PREST.SERVICOS DE VISTORIA	2.385.733,00	252.360,00	(19.152,00)	233.208,00	2.152.525,00
1600.39.00 SERVICOS VETERINARIOS	456.303,00	5.008,00		5.008,00	451.295,00
1600.40.00 CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO DE PROD. TELECOM.	2.048.130,00	1.637.500,00		1.637.500,00	410.630,00
1600.50.00 TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	417.701.390,00	301.384.622,92	(5.758.908,05)	295.625.714,87	122.075.675,13
1600.56.00 CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO ATIVIDADE MINERAL	3.996.433,00	3.615.866,16	(349.978,07)	3.265.888,09	730.544,91
1600.60.00 SERV.INOV.A.PESQ.AMBIENT.PROD.-INST.CIEN.TEC.	-	139.445,00	-	139.445,00	(139.445,00)
1600.60.02 SERV.DECORREN.PARCEIR.C/OUTRAS INST.PUB.PRIV.		139.445,00		139.445,00	(139.445,00)
1600.70.00 TAR.COMP.UTIL.ATIV.PESQ.INOV.-INST.CIEN.TEC.	-	1.088,50	-	1.088,50	(1.088,50)
1600.70.01 COMP.LAB.AFINS.C/MICR.EMP.PEQ.PORT.ATIV.INOV.		1.088,50		1.088,50	(1.088,50)
1600.99.00 OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	28.794.678,00	29.665.448,00	(1.539.164,10)	28.126.283,90	668.394,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	683.472.514,00	863.117.498,21	(18.672.641,96)	844.444.856,25	(160.972.342,25)
1720.00.00 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	588.400,00	-	588.400,00	(588.400,00)
1723.00.00 TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	-	588.400,00	-	588.400,00	(588.400,00)
1723.99.00 OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS		588.400,00		588.400,00	(588.400,00)
1730.00.00 TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	36.979.992,00	68.921.714,74	(1.623,37)	68.920.091,37	(31.940.099,37)
1740.00.00 TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	66.155.300,00	9.681.020,62	(763,19)	9.680.257,43	56.475.042,57
1750.00.00 TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	529.196,00	544.361,49	(2.000,00)	542.361,49	(13.165,49)
1760.00.00 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	579.558.026,00	782.716.810,47	(18.668.255,40)	764.048.555,07	(184.490.529,07)
1761.00.00 TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	33.971.144,00	451.096.696,30	(1.787.282,91)	449.309.413,39	(415.338.269,39)
1762.00.00 TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	73.905.096,00	78.835.734,08	(10.122.641,35)	68.713.092,73	5.192.003,27
1763.00.00 TRANSF.CONV.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADEDES	49.706.107,00	48.873.840,35	(1.304.339,60)	47.569.500,75	2.136.606,25
1764.00.00 TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	421.975.679,00	203.910.539,74	(5.453.991,54)	198.456.548,20	223.519.130,80
1770.00.00 TRANSFERENCIAS PARA O COMBATE A FOME	250.000,00	665.190,89	-	665.190,89	(415.190,89)
1772.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURIDICAS	120.000,00	43.678,65		43.678,65	76.321,35
1773.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FISICAS	10.000,00	14.454,41		14.454,41	(4.454,41)
1774.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	120.000,00	607.057,83		607.057,83	(487.057,83)
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.063.245.258,00	71.352.934.508,15	(5.404.413.006,87)	65.948.521.501,28	(18.885.276.243,28)
1910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA	19.970.082.195,00	27.861.559.628,92	738.216.408,09	28.599.776.037,01	(8.629.693.842,01)
1911.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	3.875.694.636,00	7.000.524.314,47	435.495.267,79	7.436.019.582,26	(3.560.324.946,26)
1911.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/A IMPORTACAO	68.914.725,00	192.027.722,79	371.361,71	192.399.084,50	(123.484.359,50)
1911.01.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO	64.335.510,00	115.082.972,15	374.385,49	115.457.357,64	(51.121.847,64)
1911.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA IMP IMP	4.579.215,00	76.944.750,64	(3.023,78)	76.941.726,86	(72.362.511,86)
1911.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA-IMP.RENDA E PROV. NAT.	3.354.390.478,00	5.522.471.500,99	411.436.235,81	5.933.907.736,80	(2.579.517.258,80)
1911.02.01 MULTAS E JUROS DE MORA - IRPF	321.157.974,00	1.289.273.075,81	31.185.178,06	1.320.458.253,87	(999.300.279,87)
1911.02.02 MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ	1.901.710.873,00	1.464.654.343,56	300.941.957,11	1.765.596.300,67	136.114.572,33
1911.02.03 MULTA E JUROS DE MORA - IRRF	529.683.964,00	361.395.416,46	79.250.378,46	440.645.794,92	89.038.169,08
1911.02.04 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPJ	507.776.240,00	2.104.748.391,74		2.104.748.391,74	(1.596.972.151,74)
1911.02.05 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA IR FONTE	80.305.473,00	268.978.936,18		268.978.936,18	(188.673.463,18)
1911.02.06 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPF	13.755.954,00	11.816.581,38		11.816.581,38	1.939.372,62
1911.02.07 MULTA E JUROS DE MORA SIMPLES FED. E NAC-IRPJ		21.604.755,86	58.722,18	21.663.478,04	(21.663.478,04)
1911.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IPI	268.152.189,00	1.034.584.300,07	17.637.061,34	1.052.221.361,41	(784.069.172,41)
1911.03.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI	183.917.167,00	256.260.772,40	17.645.525,58	273.906.297,98	(89.989.130,98)
1911.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IPI	84.235.022,00	773.964.248,04		773.964.248,04	(689.729.226,04)
1911.03.03 MULTA E JUROS DE MORA-SIMPLES FED. E NAC.-IPI		4.359.279,63	(8.464,24)	4.350.815,39	(4.350.815,39)
1911.04.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMP.OP.CRED.CAMBIO SEG	75.883.027,00	163.924.861,31	5.387.139,88	169.312.001,19	(93.428.974,19)
1911.04.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP OP CRED - IOF	67.903.936,00	98.329.930,59	5.393.956,04	103.723.886,63	(35.819.950,63)
1911.04.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IOF	7.979.091,00	65.594.930,72	(6.816,16)	65.588.114,56	(57.609.023,56)
1911.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMPOSTO S/A EXPORTACAO	35.834,00	7.533.263,29	1.029.161,59	8.562.424,88	(8.526.590,88)
1911.07.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP EXPORTACAO	17.966,00	267.588,61	1.029.712,14	1.297.300,75	(1.279.334,75)
1911.07.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA DO IMP EXP	17.868,00	7.265.674,68	(550,55)	7.265.124,13	(7.247.256,13)
1911.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERRIT.RURAL	37.802.677,00	41.817.741,76	-	41.817.741,76	(4.015.064,76)
1911.08.01 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR MUNICIPIOS CONVE	29.635.686,00	23.921.795,38		23.921.795,38	5.713.890,62
1911.08.02 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR - MUNIC NAO CONV	8.166.991,00	17.895.946,38		17.895.946,38	(9.728.955,38)
1911.31.00 MULTAS E JUROS MORA TX.FISC.TELECOMUNICACAO	1.597.512,00	857.669,55		857.669,55	739.842,45
1911.32.00 MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX	145.898,00	239.439,48		239.439,48	(93.541,48)
1911.34.00 MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.SEG.CAPIT.PREV.ABER	65.519,00	362.275,92	(126,21)	362.149,71	(296.630,71)
1911.35.00 MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANITARIA		2.233,80		2.233,80	(2.233,80)
1911.36.00 MUL.JUR.MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	1.035.760,00	6.241.805,40	(312.449,64)	5.929.355,76	(4.893.595,76)
1911.37.00 MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.TIT. E VAL. MOBILI.	12.008,00	6.127,98		6.127,98	5.880,02
1911.99.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	67.659.009,00	30.455.372,13	(53.116,69)	30.402.255,44	37.256.753,56
1911.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	3.347.901,00	108.971,49	(53.116,69)	55.854,80	3.292.046,20
1911.99.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA OUTROS TRIB	64.311.108,00	30.346.400,64		30.346.400,64	33.964.707,36

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1912.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES	5.756.954.499,00	10.384.821.901,52	421.764.592,95	10.806.586.494,47	(5.049.631.995,47)
1912.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIB. PREVIDENC.	649.075.809,00	1.102.284.550,75	102.221.561,94	1.204.506.112,69	(555.430.303,69)
1912.01.01 MULTAS E MORA DA CONTR. FINAC.PREV. - COFINS	570.569.535,00	828.645.737,61	102.221.561,94	930.867.299,55	(360.297.764,55)
1912.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA COFINS	78.506.274,00	273.638.813,14		273.638.813,14	(195.132.539,14)
1912.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONT.SALARIO-EDUCACAO		504.181,59	419,38	504.600,97	(504.600,97)
1912.03.00 MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	834.683,00	6.083.902,88	1.014.833,19	7.098.736,07	(6.264.053,07)
1912.03.01 REC.MULTA/MORA CONTR S/ CIDE - COMBUSTIVEL	758.769,00	1.256.526,82	1.014.833,19	2.271.360,01	(1.512.591,01)
1912.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	75.914,00	4.827.376,06		4.827.376,06	(4.751.462,06)
1912.07.00 MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF	-	12.404.857,42	313.676,23	12.718.533,65	(12.718.533,65)
1912.07.01 REC.MULTA/MORA CONTR S/MOV.FIN - CPMF		10.787.268,22	313.676,23	11.100.944,45	(11.100.944,45)
1912.07.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF		1.617.589,20		1.617.589,20	(1.617.589,20)
1912.10.00 MULTAS/JUROS DAS CONTRIB. S/ SERV. TELECOMUN.	607.104,00	6.043.841,49	(61,16)	6.043.780,33	(5.436.676,33)
1912.29.00 MULTA/JUROS MORA CONTR.REG.PROP. PREV. SERV.	1.156.692,00	4.562.616,92	(1.671,63)	4.560.945,29	(3.404.253,29)
1912.29.02 MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV	1.156.692,00	4.562.616,92	(1.671,63)	4.560.945,29	(3.404.253,29)
1912.30.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONT.PARA O RGPS	1.458.400.308,00	2.059.107.917,65	248.117,57	2.059.356.035,22	(600.955.727,22)
1912.30.01 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEG.OBRIGAT.C.INDIV.	43.765.861,00	27.180.224,44		27.180.224,44	16.585.636,56
1912.30.02 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEGURADO ASSALARIADO	350.792.956,00	397.554.992,00	1.355,53	397.556.347,53	(46.763.391,53)
1912.30.03 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG.ASSAL.	415.277.121,00	464.622.007,44	9.876,90	464.631.884,34	(49.354.763,34)
1912.30.04 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA OPT. SIMPLES		388.567.285,37	(15.540,45)	388.551.744,92	(388.551.744,92)
1912.30.05 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ ESPET. DESPORTIVO	266.076,00	277.118,35		277.118,35	(11.042,35)
1912.30.06 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUCAO RURAL	19.790.306,00	18.390.073,22		18.390.073,22	1.400.232,78
1912.30.07 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM REG. PARCEL. DEB.	102.357.314,00	209.783.559,66		209.783.559,66	(107.426.245,66)
1912.30.08 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.	64.083.639,00	67.998.120,48	508,32	67.998.628,80	(3.914.989,80)
1912.30.09 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALH.	56.783.077,00	53.282.621,39		53.282.621,39	3.500.455,61
1912.30.12 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO	4.635.665,00	1.429.451,85		1.429.451,85	3.206.213,15
1912.30.13 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEGURADO ESPECIAL	135.652,00	29.751,44		29.751,44	105.900,56
1912.30.14 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.-EMPR.DOM	43.579.258,00	9.588.413,33		9.588.413,33	33.990.844,67
1912.30.15 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ORGAOS PODER PUBL.	167.670.894,00	154.957.788,03		154.957.788,03	12.713.105,97
1912.30.16 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTR.	21.381.747,00	23.961.636,80		23.961.636,80	(2.579.889,80)
1912.30.17 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/NF-SUBROGACAO	167.595.906,00	199.794.220,41		199.794.220,41	(32.198.314,41)
1912.30.18 MULTAS/J.MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOURO	273.807,00				273.807,00
1912.30.21 MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV. DEP.JUD/REC/CUST	11.029,00	181,09		181,09	10.847,91
1912.30.24 MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV.EMPRESA S/ASSALAR		13.518.844,14	2.737,13	13.521.581,27	(13.521.581,27)
1912.30.99 MULTAS E J. MORA DE OUTRAS CONTR. PREVIDENC.		28.171.628,21	249.180,14	28.420.808,35	(28.420.808,35)
1912.31.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIB. DO PIS/PASEP	214.216.261,00	339.321.512,54	41.927.143,26	381.248.655,80	(167.032.394,80)
1912.31.01 REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP	196.966.887,00	263.407.981,65	41.927.143,26	305.335.124,91	(108.368.237,91)
1912.31.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA PIS/PASEP	17.249.374,00	75.913.530,89		75.913.530,89	(58.664.156,89)
1912.32.00 MULTAS E JUROS S/CONTR.SOCIAL S/LUCRO DE PJ	452.611.078,00	486.677.963,95	71.798.766,53	558.476.730,48	(105.865.652,48)
1912.32.01 REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ	430.497.429,00	371.151.890,90	71.798.766,53	442.950.657,43	(12.453.228,43)
1912.32.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CSLPJ	22.113.649,00	115.526.073,05		115.526.073,05	(93.412.424,05)
1912.33.00 MULTA E JUROS DE MORA S/CONT.DOS CONC.E PROG.	-	953.639,09	(2.840,29)	950.798,80	(950.798,80)
1912.33.07 MULTAS JUR.MORA DA CONTR. SOBRE OUT.CONC.PROG		953.639,09	(2.840,29)	950.798,80	(950.798,80)
1912.34.00 MUL.JUR.MORA CONT.REC.CONCES.ENERGIA ELETRICA	7.122.177,00	18.786.890,30	(1.076.096,32)	17.710.793,98	(10.588.616,98)
1912.35.00 MUL.JUR.MORA DA COTA-PARTE DA CONTR.SINDICAL		300.922,64		300.922,64	(300.922,64)
1912.36.00 MUL.JUR.MORA CONTR.S/REC.SORTEIOS ENT.FILANTR	34.528,00	68.483,90	(12.096,66)	56.387,24	(21.859,24)
1912.52.00 MUL.JU.MORA COTA-PARTE FRETE REN.MAR.MERCANTE	71.499,00	85,86		85,86	71.413,14
1912.53.00 MULT. J.MORA CONTR.REL.DESP.EMP. S/ J.CAUSA	33.203.280,00	2.333.766,18		2.333.766,18	30.869.513,82
1912.54.00 MULT. J.MORA CONTR. S/ REMUN. DEVIDA AO TRAB.	20.860.795,00	2.731.090,32		2.731.090,32	18.129.704,68
1912.55.00 JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DE CONTRIB.	2.866.437.370,00	6.331.345.849,22	205.397.789,83	6.536.743.639,05	(3.670.306.269,05)
1912.55.01 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. FIN. SEG.SOCIAL	831.255.849,00	672.393.576,21	94.332.166,97	766.725.743,18	64.530.105,82
1912.55.02 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENT COFINS	630.984.001,00	2.862.525.922,96		2.862.525.922,96	(2.231.541.921,96)
1912.55.03 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.S/ MOVIM. FINANC		28.484.544,37	559.321,27	29.043.865,64	(29.043.865,64)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1912.55.04 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM DA CPMF		22.162.449,84		22.162.449,84	(22.162.449,84)
1912.55.05 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP	354.056.792,00	284.953.664,77	51.180.666,48	336.134.331,25	17.922.460,75
1912.55.06 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM PIS/PASEP	154.395.858,00	1.025.554.490,37		1.025.554.490,37	(871.158.632,37)
1912.55.07 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ	749.450.835,00	413.864.430,26	59.325.635,11	473.190.065,37	276.260.769,63
1912.55.08 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENTO CSLL	146.294.035,00	1.021.406.770,44		1.021.406.770,44	(875.112.735,44)
1912.56.00 MULTA/JUROS DE COMPENS. FINANCEIRAS RG/RPPS	25.267,00	1.425.669,42		1.425.669,42	(1.400.402,42)
1912.99.00 MULTAS E JUROS DE MORA - OUTRAS CONTRIBUICOES	52.297.648,00	9.884.159,40	(64.948,92)	9.819.210,48	42.478.437,52
1912.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIBUICOES	51.943.894,00	2.202.892,74	(64.948,92)	2.137.943,82	49.805.950,18
1912.99.02 PARC - MULTAS/JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIB	353.754,00	7.681.266,66		7.681.266,66	(7.327.512,66)
1913.00.00 MUL. E JUR. MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	745.460.765,00	1.994.093.754,49	206.537.871,71	2.200.631.626,20	(1.455.170.861,20)
1913.01.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMPOSTO IMPORTACAO	8.836.775,00	37.237.687,96	895.673,26	38.133.361,22	(29.296.586,22)
1913.01.01 REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/IMPORTACAO.	4.503.611,00	6.856.912,20	895.673,26	7.752.585,46	(3.248.974,46)
1913.01.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA II	4.333.164,00	30.380.775,76		30.380.775,76	(26.047.611,76)
1913.02.00 MUL. JUR.MORA DIV.ATIVA IR S/PROV.QQ.NATUREZA	587.313.233,00	1.485.686.640,13	198.109.406,67	1.683.796.046,80	(1.096.482.813,80)
1913.02.01 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA FISICA	68.287.850,00	229.587.713,45	46.109.282,65	275.696.996,10	(207.409.146,10)
1913.02.02 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA JURIDICA	246.596.377,00	256.226.133,31	112.983.789,81	369.209.923,12	(122.613.546,12)
1913.02.03 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-RETIDO NA FONTE	92.614.251,00	41.833.434,33	39.016.334,21	80.849.768,54	11.764.482,46
1913.02.04 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPJ	163.195.089,00	820.431.611,27		820.431.611,27	(657.236.522,27)
1913.02.05 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRRF	9.192.881,00	134.014.155,78		134.014.155,78	(124.821.274,78)
1913.02.06 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPF	7.426.785,00	3.544.067,18		3.544.067,18	3.882.717,82
1913.02.07 MULTAS DIVIDA ATIVA IRPJ - SIMPLES NACIONAL		13.693,89		13.693,89	(13.693,89)
1913.02.08 JUROS MORA DIVIDA ATIVA IRPJ SIMPLES NACIONAL		35.830,92		35.830,92	(35.830,92)
1913.03.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP. PROD.INDUSTR.	71.617.131,00	428.039.113,31	2.793.261,39	430.832.374,70	(359.215.243,70)
1913.03.01 REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/PROD INDUS-IPI	31.338.455,00	53.987.920,56	2.793.261,39	56.781.181,95	(25.442.726,95)
1913.03.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IPI	40.278.676,00	374.028.465,16		374.028.465,16	(333.749.789,16)
1913.03.03 MULTAS DIVIDA ATIVA DO IPI - SIMPLES NACIONAL		6.297,48		6.297,48	(6.297,48)
1913.03.04 JURO MORA DIVIDA ATIVA IPI - SIMPLES NACIONAL		16.430,11		16.430,11	(16.430,11)
1913.04.00 MUL.JUR.MORA DIV.AT.IMP.OP.CR.CAM.SEG.VAL.MOB	1.326.125,00	20.603.602,76	2.387.654,56	22.991.257,32	(21.665.132,32)
1913.04.01 REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IOF	1.296.721,00	1.969.284,40	2.387.654,56	4.356.938,96	(3.060.217,96)
1913.04.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IOF	29.404,00	18.634.318,36		18.634.318,36	(18.604.914,36)
1913.07.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMPOSTO EXPORTACAO	16.777,00	7.511.263,78	13.727,48	7.524.991,26	(7.508.214,26)
1913.07.01 REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IE	4.903,00	7.888,81	14.668,55	22.557,36	(17.654,36)
1913.07.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IE	11.874,00	7.503.374,97	(941,07)	7.502.433,90	(7.490.559,90)
1913.08.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP.PROP.TER.RURAL	20.015.288,00	12.194.231,87	521.502,57	12.715.734,44	7.299.553,56
1913.08.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA ITR-MUNIC.CONVENIADOS	20.015.288,00	45.293,66		45.293,66	19.969.994,34
1913.08.02 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA ITR-MUNIC.NAO CONVEN.		12.148.938,21	521.502,57	12.670.440,78	(12.670.440,78)
1913.09.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA TX FISC.TELECOMUN.		20.153,89		20.153,89	(20.153,89)
1913.99.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	56.335.436,00	2.801.060,79	1.816.645,78	4.617.706,57	51.717.729,43
1914.00.00 MUL.E JUR.MORA DA DIV.ATIVA DAS CONTRIBUICOES	1.023.726.397,00	4.376.738.206,08	291.852.213,76	4.668.590.419,84	(3.644.864.022,84)
1914.01.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTRIB. PREVIDENC.	70.831.156,00	269.266.656,10	50.731.832,68	319.998.488,78	(249.167.332,78)
1914.01.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. FIN.SEG.SOCIAL	53.054.118,00	77.709.062,67	50.731.935,08	128.440.997,75	(75.386.879,75)
1914.01.02 REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATIVA COFINS	17.777.038,00	191.557.593,43	(102,40)	191.557.491,03	(173.780.453,03)
1914.03.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTRIB.MOV.FINAN.	-	1.490.126,35	568.666,36	2.058.792,71	(2.058.792,71)
1914.03.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. S/ MOV. FINANC		1.438.522,87	568.666,36	2.007.189,23	(2.007.189,23)
1914.03.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CPMF		51.603,48		51.603,48	(51.603,48)
1914.04.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DO RGPS	143.939.475,00	200.765.889,13	(899.919,70)	199.865.969,43	(55.926.494,43)
1914.04.01 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OB.C.I.	556.575,00	402.289,95		402.289,95	154.285,05
1914.04.02 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ASSALAR	35.309.345,00	33.414.790,76		33.414.790,76	1.894.554,24
1914.04.03 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR.SEG.AS	77.224.602,00	76.802.812,94		76.802.812,94	421.789,06
1914.04.04 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR-SIMPLE	26.121,00	64.181.612,88	23.847,28	64.205.460,16	(64.179.339,16)
1914.04.05 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.ESPET.DESPO	160.599,00	254.915,25		254.915,25	(94.316,25)
1914.04.07 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.REG.PARC.DE	5.831,00	10.542,13		10.542,13	(4.711,13)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1914.04.08 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRA	14.636.475,00	12.617.977,33		12.617.977,33	2.018.497,67
1914.04.11 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP	83.790,00	51.616,56		51.616,56	32.173,44
1914.04.13 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA	52.461,00	9.530,34		9.530,34	42.930,66
1914.04.14 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.-EMP.DOM	72.090,00	61.977,82		61.977,82	10.112,18
1914.04.15 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ORG.POD.PUBL	15.811.586,00	12.202.187,60		12.202.187,60	3.609.398,40
1914.04.24 MUL.JUR.DA.CONTR.PREV.EMPRESAS S/ REC.BRUTA		123,87		123,87	(123,87)
1914.04.99 MULTAS J.M.DIV.AT.DE OUTRA CONTRIB.PREVIDENC.		755.511,70	(923.766,98)	(168.255,28)	168.255,28
1914.05.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA PIS/PASEP	20.959.236,00	58.664.830,03	6.574.653,65	65.239.483,68	(44.280.247,68)
1914.05.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. P/ PIS/PASEP	16.226.952,00	26.090.529,78	6.574.653,65	32.665.183,43	(16.438.231,43)
1914.05.02 REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATI PIS/PASEP	4.732.284,00	32.574.300,25		32.574.300,25	(27.842.016,25)
1914.06.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR.SOC.LUCRO PJ.	27.632.708,00	98.048.829,85	19.225.830,94	117.274.660,79	(89.641.952,79)
1914.06.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. SOC. LUCRO PJ	22.998.111,00	46.021.648,28	19.225.830,94	65.247.479,22	(42.249.368,22)
1914.06.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CSLL	4.634.597,00	52.027.181,57		52.027.181,57	(47.392.584,57)
1914.10.00 MULT.J.MORA DIV.AT.COTA ADIC.FR.MARINHA MERC.	2.310,00	1.577.691,85	206.912,49	1.784.604,34	(1.782.294,34)
1914.11.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE	12.716,00	2.733.107,95	(9.577,41)	2.723.530,54	(2.710.814,54)
1914.11.01 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE - COMBUSTIVEL	1.710,00		(9.577,41)	(9.577,41)	11.287,41
1914.11.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CIDE	11.006,00	2.733.107,95		2.733.107,95	(2.722.101,95)
1914.12.00 JUROS DE MORA DO FUNDAF - DIV.ATIVA DAS CONTR	728.457.151,00	3.712.595.179,24	215.426.868,32	3.928.022.047,56	(3.199.564.896,56)
1914.12.01 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA COFINS	222.717.276,00	219.626.246,71	158.139.158,42	377.765.405,13	(155.048.129,13)
1914.12.02 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV AT COFINS	192.170.139,00	2.210.347.215,22		2.210.347.215,22	(2.018.177.076,22)
1914.12.03 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA CPMF		7.307.386,85	1.637.823,88	8.945.210,73	(8.945.210,73)
1914.12.04 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV ATIV CPMF		6.311.884,70		6.311.884,70	(6.311.884,70)
1914.12.05 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA PIS/PASEP	74.880.459,00	86.228.528,65	11.252.762,61	97.481.291,26	(22.600.832,26)
1914.12.06 JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV AT PIS/PASEP	53.720.298,00	406.521.678,94		406.521.678,94	(352.801.380,94)
1914.12.07 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA CSLL	125.681.350,00	115.914.782,14	44.397.123,41	160.311.905,55	(34.630.555,55)
1914.12.08 JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV ATIV DA CSLL	59.287.629,00	660.337.456,03		660.337.456,03	(601.049.827,03)
1914.99.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATI.OUTRAS CONTRIBUICOES	31.891.645,00	31.595.895,58	26.946,43	31.622.842,01	268.802,99
1914.99.01 MULTA E JURO DE MORA DIV.ATIV.OUTRAS CONTRIB.	17.977.809,00	884.300,70	26.946,43	911.247,13	17.066.561,87
1914.99.02 PARC - MULTAS/JUROS MORA DIV ATI OUTRAS CONTR	13.913.836,00	30.711.594,88		30.711.594,88	(16.797.758,88)
1915.00.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	176.180.449,00	808.116.590,07	(555.125.952,10)	252.990.637,97	(76.810.188,97)
1915.01.00 MULT.J.MORA DIV.AT. MULTAS INFR.A LEG. TRAB.	2.318.055,00	45.379.814,88		45.379.814,88	(43.061.759,88)
1915.02.00 MULT.J.MORA DIV.AT. EXPLOR. RECURSOS MINERAIS	648,00	2.781,00		2.781,00	(2.133,00)
1915.03.00 MULT.J.MORA DIV.AT.OUTOR.DIR.EXPL.E PESQ.MIN.		2.578,64		2.578,64	(2.578,64)
1915.04.00 MULT.J.MORA DIV.AT.MULT.PREV.LEGIS.MINERARIA	4.440,00	8.677,35		8.677,35	(4.237,35)
1915.05.00 MULT.J.MORA DIV.AT.SERVI.INSP.FISC.ATIV.MINER	181,00	421,99		421,99	(240,99)
1915.08.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.COD.BRAS.AERONAUTICA	18.048,00	178.424,80	(1.700,08)	176.724,72	(158.676,72)
1915.12.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.CONTRIB.P/IND.CINEMA		19,12		19,12	(19,12)
1915.18.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.-LEGISL.LUBR/COMBUST	1.501.020,00	2.298.769,86	(23.349,66)	2.275.420,20	(774.400,20)
1915.19.00 MULTA/JUROS DIV.ATIVA COMPENS.FINANC.RG/RPPS	8,00				8,00
1915.99.00 OUTRAS MULT. E J.MORA DIV.AT. DE OUTRAS REC.	172.338.049,00	760.245.102,43	(555.100.902,36)	205.144.200,07	(32.806.151,07)
1915.99.01 OUTRAS MULT.JUR.MORA DIV.ATIV.OUTR.RECEITAS	168.720.644,00	669.148.477,88	(555.100.902,36)	114.047.575,52	54.673.068,48
1915.99.02 PARCEL-OUTRAS MULTA/J DE MORA DIV AT OUT REC	3.617.405,00	91.096.624,55		91.096.624,55	(87.479.219,55)
1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS	361.216.148,00	485.124.808,27	(903.352,81)	484.221.455,46	(123.005.307,46)
1918.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS	160.264,00	296.800,03	(92,62)	296.707,41	(136.443,41)
1918.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	526.180,00	489.488,15	(155.078,61)	334.409,54	191.770,46
1918.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOS	1.252.662,00	1.543.568,84	(5.522,90)	1.538.045,94	(285.383,94)
1918.04.00 MULTAS JUR.MORA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM. UNIAO	-	157.244,94	(53.625,49)	103.619,45	(103.619,45)
1918.04.01 MULTA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM.UNIAO		123.778,79	(52.937,49)	70.841,30	(70.841,30)
1918.04.02 JUROS ALIEN.BENS IMOVEIS DOM.UNIAO		33.466,15	(688,00)	32.778,15	(32.778,15)
1918.05.00 MUL.JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS	75.795,00	2.356,10		2.356,10	73.438,90
1918.06.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO		3.226,13	(6.809,43)	(3.583,30)	3.583,30
1918.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS	4.768.732,00	6.580.589,90	(196.680,65)	6.383.909,25	(1.615.177,25)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1918.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	10.096.026,00	12.535.762,82	(1.645,30)	12.534.117,52	(2.438.091,52)
1918.09.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS		1.532.072,70		1.532.072,70	(1.532.072,70)
1918.11.00 MULT.JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP		533.662,08	11.791,66	545.453,74	(545.453,74)
1918.12.00 MULT. JUROS MORA REC.DECORR. BENS APREENDIDOS	598.680,00	753.297,07	(30.501,00)	722.796,07	(124.116,07)
1918.14.00 MULT.J.MORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS	5.072,00	6.550,04		6.550,04	(1.478,04)
1918.15.00 MULT.J.MORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL		445,33		445,33	(445,33)
1918.17.00 MULT.J.MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO	-	5.365,71	-	5.365,71	(5.365,71)
1918.17.01 MULTA MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO		4.547,62		4.547,62	(4.547,62)
1918.17.02 JUROS MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO		818,09		818,09	(818,09)
1918.18.00 MULT.J.MORA INDEN.POSSE OU OCUP.ILIC.BENS UNI	-	66.856,58	-	66.856,58	(66.856,58)
1918.18.01 MULTA INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO		40.297,82		40.297,82	(40.297,82)
1918.18.02 JUROS INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO		26.558,76		26.558,76	(26.558,76)
1918.19.00 MULTAS E JUROS - AUTO DE INFRACAO PREV COMPL		10.482,57		10.482,57	(10.482,57)
1918.20.00 MULT.J.MORA REC.SUSPENSAO DIR.PROPR.INTELEC		6.591,03	(8.024,08)	(1.433,05)	1.433,05
1918.21.00 MULT.J.MORA RESSARC.DE ACOES REGRES.REL.TRAB.		2.065,21		2.065,21	(2.065,21)
1918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	343.732.737,00	460.598.383,04	(457.164,39)	460.141.218,65	(116.408.481,65)
1919.00.00 MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	8.030.849.301,00	2.812.140.054,02	(61.404.233,21)	2.750.735.820,81	5.280.113.480,19
1919.01.00 MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA	127.553.498,00	191.740.579,29	(136.048,50)	191.604.530,79	(64.051.032,79)
1919.02.00 MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO	3.696.096,00	5.328.132,41	(1.990,00)	5.326.142,41	(1.630.046,41)
1919.03.00 MULTA DE POLUICAO DE AGUAS	50.774,00	39.750,00		39.750,00	11.024,00
1919.06.00 MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	24.488.619,00	40.948.024,32	(1.286.807,58)	39.661.216,74	(15.172.597,74)
1919.08.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVICO MILITAR	4.122.711,00	4.047.655,48		4.047.655,48	75.055,52
1919.09.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN.	52.546.942,00	60.383.126,98	(45.109,33)	60.338.017,65	(7.791.075,65)
1919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA	19.211.351,00	23.023.342,80	(584.761,66)	22.438.581,14	(3.227.230,14)
1919.12.00 MULTAS PREVISTAS LEGIS.DE REGISTRO COMERCIO		1.221,69	(500,00)	721,69	(721,69)
1919.13.00 MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF.E COMBUSTIVEIS	46.490.862,00	49.011.265,02	(6.378.082,13)	42.633.182,89	3.857.679,11
1919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA	210.905.220,00	218.760.891,99	(1.062.412,79)	217.698.479,20	(6.793.259,20)
1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAC. DE TRANSITO	787.734.616,00	717.200.214,33	(43.816.278,74)	673.383.935,59	114.350.680,41
1919.16.00 MUL. PREVISTAS NA LEG.SEG.DESEMP.AB. SALAR.	28.453.716,00	31.192.108,31	70.290,65	31.262.398,96	(2.808.682,96)
1919.26.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGIS.DEFESA DIR. DIFUSOS	42.671.722,00	56.706.124,13	-	56.706.124,13	(14.034.402,13)
1919.26.01 MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS TRABALHIST	142.060,00	164.375,04		164.375,04	(22.315,04)
1919.26.02 MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	42.529.662,00	56.541.749,09		56.541.749,09	(14.012.087,09)
1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	19.181.935,00	67.487.332,89	(2.501.019,13)	64.986.313,76	(45.804.378,76)
1919.28.00 MULTAS DEC.OP.TRANSP.ROD.PASSAGEIROS E CARGAS	24.289.300,00	57.585.741,75	(562.545,06)	57.023.196,69	(32.733.896,69)
1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO COD.BRAS. DE AERONAUTICA	11.407.031,00	10.825.359,03	(643,94)	10.824.715,09	582.315,91
1919.31.00 MULTA DE TARIFA PEDAGIO	3.242.212,00	4.876.341,01	(2.315,00)	4.874.026,01	(1.631.814,01)
1919.32.00 MULTA APLICADA NO AMBITO DE PROCESSO JUDICIAL	5.459.037,00	5.986.676,42	(78.826,24)	5.907.850,18	(448.813,18)
1919.32.10 MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS PENAIS CONDEN		5.986.676,42	(78.826,24)	5.907.850,18	(5.907.850,18)
1919.32.20 MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS	5.459.037,00				5.459.037,00
1919.33.00 MULTA DE QUEBRA DE FIANCA	356.945,00	1.330.452,26	(3.595,20)	1.326.857,06	(969.912,06)
1919.35.00 MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	57.812.123,00	81.216.639,46	(706.649,30)	80.509.990,16	(22.697.867,16)
1919.35.10 MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	57.812.123,00	80.950.020,21	(706.649,30)	80.243.370,91	(22.431.247,91)
1919.35.20 MULTAS JUDICIAIS POR DANOS AMBIENTAIS		266.619,25		266.619,25	(266.619,25)
1919.36.00 MULTA E DE SEGURANCA PRIVADA	7.012.440,00	6.730.766,72	(53.317,11)	6.677.449,61	334.990,39
1919.37.00 MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERC JURISDICAO		707.005,81	(28.050,75)	678.955,06	(678.955,06)
1919.41.00 MULTAS POR INFRACOES A LEG. CINEMATOGRAFICA	221.627,00	817.574,10	(61.104,04)	756.470,06	(534.843,06)
1919.48.00 MUL.APLIC.PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	3.610.105,00	24.902.808,74	(156.987,79)	24.745.820,95	(21.135.715,95)
1919.49.00 MULT.PREV. LEG. S/ REG. PREV. PRIV. COMPLEM.	354.060,00	483.841,05	(91.996,82)	391.844,23	(37.784,23)
1919.50.00 MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO	107.831.380,00	90.933.966,62	(6.025.229,38)	84.908.737,24	22.922.642,76
1919.51.00 MULTA POR FALTA/ATRASO NA APRESENTACAO GFIP		7.033.684,95	14.710,48	7.048.395,43	(7.048.395,43)
1919.52.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO MINERARIA	16.058.516,00	12.806.120,23	(349,92)	12.805.770,31	3.252.745,69
1919.53.00 MULTAS DECORRENTES DE SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO		14.408.567,13	(593.286,17)	13.815.280,96	(13.815.280,96)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1919.99.00 OUTRAS MULTAS	6.426.086.463,00	1.025.624.739,10	2.688.672,24	1.028.313.411,34	5.397.773.051,66
1920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.527.011.950,00	8.576.492.064,61	(4.362.432.338,83)	4.214.059.725,78	(1.687.047.775,78)
1921.00.00 INDENIZACOES	118.512.879,00	105.658.420,92	(3.958.401,49)	101.700.019,43	16.812.859,57
1921.06.00 INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	4.844.934,00	14.994.462,73	(269.166,53)	14.725.296,20	(9.880.362,20)
1921.07.00 INDENIZ. POSSE OU OCUPAÇÃO ILIC. BENS UNIAO		1.768.214,34	2.905,66	1.771.120,00	(1.771.120,00)
1921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES	113.667.945,00	88.895.743,85	(3.692.140,62)	85.203.603,23	28.464.341,77
1922.00.00 RESTITUICOES	2.408.499.071,00	8.470.833.643,69	(4.358.473.937,34)	4.112.359.706,35	(1.703.860.635,35)
1922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS	1.057.372.509,00	1.620.921.154,18	(94.654.503,57)	1.526.266.650,61	(468.894.141,61)
1922.02.00 RESTITUICOES DE BENEFICIOS NAO DESEMBOLSADOS	91.908.206,00	543.551.975,82	(5.931.762,94)	537.620.212,88	(445.712.006,88)
1922.03.00 RESTITUICAO DE CONTRIB. PREVID.COMPLEMENTARES		177.486.053,40		177.486.053,40	(177.486.053,40)
1922.05.00 RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST. SAUDE	741.838,00	72.505.201,75		72.505.201,75	(71.763.363,75)
1922.06.00 RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO	74.000.000,00	84.293.100,07	(16.093.128,03)	68.199.972,04	5.800.027,96
1922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	630.897.223,00	995.026.846,32	(55.948.059,53)	939.078.786,79	(308.181.563,79)
1922.08.00 RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	17.512.844,00	4.125.721.068,94	(4.100.031.131,30)	25.689.937,64	(8.177.093,64)
1922.09.00 RESSAR DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	19.192.692,00	20.980.430,39	(97.557,80)	20.882.872,59	(1.690.180,59)
1922.10.00 COMP.FIN.REGIME GERAL E PROPRIO PREV.SERV.	1.234.529,00	11.536.079,73	-	11.536.079,73	(10.301.550,73)
1922.10.01 REC.COMPENS.FINANC.ENTRE O RG/RPPS-PRINCIPAL	1.232.847,00	11.296.777,62		11.296.777,62	(10.063.930,62)
1922.10.02 REC.COMPENS.FINANC.ENTRE RG/RPPS-PARCELAMENTO	1.682,00	239.302,11		239.302,11	(237.620,11)
1922.11.00 RESTIT.PARC.SEGURO DESEMPREGO RECEB INDEVIDAM	210.630.000,00	39.519.179,82	(6.846,52)	39.512.333,30	171.117.666,70
1922.20.00 RECUPERACAO DE SINISTROS	17.863.782,00	9.272.456,83	(1.049.556,02)	8.222.900,81	9.640.881,19
1922.21.00 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DEPORTAÇÃO	41.411,00	20.638,21		20.638,21	20.772,79
1922.22.00 RESSARC. ACOES REGRES. ORIUNDAS DA REL. TRAB.		1.598.183,06		1.598.183,06	(1.598.183,06)
1922.23.00 RESTITUICAO DE RECURSOS DE FOMENTO		3.639.914,36		3.639.914,36	(3.639.914,36)
1922.30.00 DEV.RECURSOS DE RESTITUICOES/INCENTIVOS DO IR		230.609.388,37	(11.374.177,79)	219.235.210,58	(219.235.210,58)
1922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES	287.104.037,00	534.151.972,44	(73.287.213,84)	460.864.758,60	(173.760.721,60)
1930.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA	7.948.710.039,00	15.247.539.343,14	(600.005.968,72)	14.647.533.374,42	(6.698.823.335,42)
1931.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	4.470.832.332,00	4.014.178.582,93	(1.591.519.679,94)	2.422.658.902,99	2.048.173.429,01
1931.01.00 RECEITA DIV.ATIVA IMP. RENDA E PROV. QQ NAT.	700.946.853,00	1.646.650.525,92	419.689.675,62	2.066.340.201,54	(1.365.393.348,54)
1931.01.01 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESSOA FISICA	225.736.536,00	192.749.958,46	61.432.533,84	254.182.492,30	(28.445.956,30)
1931.01.02 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESS.JURIDICA	274.461.185,00	331.964.263,76	286.823.862,59	618.788.126,35	(344.326.941,35)
1931.01.03 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA RETIDO FONTE	103.966.960,00	39.888.953,98	71.433.279,19	111.322.233,17	(7.355.273,17)
1931.01.04 RECEITA PARCELAMENTOS - DIVIDA ATIVA DO IRPJ	84.583.974,00	929.686.829,15		929.686.829,15	(845.102.855,15)
1931.01.05 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRRF	4.130.411,00	151.379.989,59		151.379.989,59	(147.249.578,59)
1931.01.06 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRPF	8.067.787,00	980.530,98		980.530,98	7.087.256,02
1931.02.00 RECEITA DIV.ATIVA DO IPI	79.198.923,00	660.851.258,70	76.256.571,53	737.107.830,23	(657.908.907,23)
1931.02.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPI - PRINCIPAL	43.216.568,00	86.118.763,94	76.256.571,53	162.375.335,47	(119.158.767,47)
1931.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IPI	35.982.355,00	574.732.494,76		574.732.494,76	(538.750.139,76)
1931.03.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO IOF	1.167.608,00	70.606.707,47	3.893.536,94	74.500.244,41	(73.332.636,41)
1931.03.01 REC.DIVIDA ATIVA IOF - PRINCIPAL	1.024.669,00	1.524.304,34	3.893.536,94	5.417.841,28	(4.393.172,28)
1931.03.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IOF	142.939,00	69.082.403,13		69.082.403,13	(68.939.464,13)
1931.04.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR	21.551.158,00	4.935.887,47	4.685.433,75	9.621.321,22	11.929.836,78
1931.04.02 REC.DIVIDA ATIVA DO ITR-MUNIC.NAO CONVENIADOS	21.551.158,00	4.935.887,47	4.685.433,75	9.621.321,22	11.929.836,78
1931.05.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/ IMPORTACAO	7.359.879,00	27.276.849,65	12.638.657,70	39.915.507,35	(32.555.628,35)
1931.05.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.IMPORTACAO - PRINCIPAL	3.690.515,00	2.617.456,79	12.638.657,70	15.256.114,49	(11.565.599,49)
1931.05.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO II	3.669.364,00	24.659.392,86		24.659.392,86	(20.990.028,86)
1931.06.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DO IMPOSTO S/ EXPORTACAO	409.375,00	3.514.716,44	13.524,03	3.528.240,47	(3.118.865,47)
1931.06.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.EXPORTACAO - PRINCIPAL	246.393,00	7.320,89	13.524,03	20.844,92	225.548,08
1931.06.02 REC DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IMP EXP	162.982,00	3.507.395,55		3.507.395,55	(3.344.413,55)
1931.07.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	1.457.929,00	1.473.067,69	439.359,07	1.912.426,76	(454.497,76)
1931.08.00 RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM.		4.255,42		4.255,42	(4.255,42)
1931.99.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	3.658.740.607,00	1.598.865.314,17	(2.109.136.438,58)	(510.271.124,41)	4.169.011.731,41
1931.99.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	3.658.740.015,00	1.598.858.751,76	(2.109.136.438,58)	(510.277.686,82)	4.169.017.701,82

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1931.99.02 PARCELAMENTOS - RECEITA DIV ATIV OUTROS TRIB	592,00	6.562,41		6.562,41	(5.970,41)
1932.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	3.477.877.707,00	11.233.360.760,21	991.513.711,22	12.224.874.471,43	(8.746.996.764,43)
1932.01.00 REC.DIV.ATIVA CONT.EMPREG.TRAB. P/SEG.SOC.	1.627.898.459,00	3.935.476.826,68	5.667.511,77	3.941.144.338,45	(2.313.245.879,45)
1932.01.01 REC.DIV.ATIVA CONT.SEG.OBRIG.-CONTR.INDIVIDUA	276.871,00	217.090,93		217.090,93	59.780,07
1932.01.02 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO	139.988.389,00	277.198.114,57		277.198.114,57	(137.209.725,57)
1932.01.03 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIAD	259.467.360,00	574.797.557,44		574.797.557,44	(315.330.197,44)
1932.01.04 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.OPTANTE-SIMPLES	58.532,00	69.101.915,84	3.509.490,97	72.611.406,81	(72.552.874,81)
1932.01.05 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SOBRE ESPETAC.ESPORT.	123.426,00	587.477,89		587.477,89	(464.051,89)
1932.01.07 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS	10.945,00	2.018.529.036,12	13.521.901,28	2.032.050.937,40	(2.032.039.992,40)
1932.01.08 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.	35.399.663,00	71.358.880,64		71.358.880,64	(35.959.217,64)
1932.01.11 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO OBRIG.EMPRES	32.480,00	20.237,41		20.237,41	12.242,59
1932.01.13 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. DO SEGURADO ESPECIAL	17.037,00	3.380,51		3.380,51	13.656,49
1932.01.14 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEG.OBRIG.EMPR. DOM.	53.785,00	43.698,40		43.698,40	10.086,60
1932.01.15 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ORGAOS DO PODER PUBL.	11.196.021,00	8.363.433,85		8.363.433,85	2.832.587,15
1932.01.21 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.-DEP.JUD,REC.E C.JUD.	7.293.150,00	20.204.706,06	(11.032.963,18)	9.171.742,88	(1.878.592,88)
1932.01.22 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.- PARCELAMENTOS	1.173.980.800,00	894.666.956,17		894.666.956,17	279.313.843,83
1932.01.24 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPRESA SOBRE REC.BRT		384.340,85	(330.917,30)	53.423,55	(53.423,55)
1932.02.00 REC DIV.AT. DA CONTR. P/ FINANC. SEG. SOCIAL	665.290.427,00	4.902.283.843,49	501.737.720,46	5.404.021.563,95	(4.738.731.136,95)
1932.02.01 REC.DIVIDA ATIVA COFINS - PRINCIPAL	449.914.784,00	362.941.020,60	501.737.720,46	864.678.741,06	(414.763.957,06)
1932.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIV DA COFINS	215.375.643,00	4.539.342.822,89		4.539.342.822,89	(4.323.967.179,89)
1932.04.00 REC. DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIB.MOV.FINANC.	-	19.200.656,29	42.491.843,80	61.692.500,09	(61.692.500,09)
1932.04.01 REC.DIVIDA ATIVA CPMF - PRINCIPAL		6.085.295,80	42.491.843,80	48.577.139,60	(48.577.139,60)
1932.04.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CPMF		13.115.360,49		13.115.360,49	(13.115.360,49)
1932.05.00 REC. DA DIV.AT. DAS CONTR. PARA O PIS/PASEP	442.377.199,00	829.721.065,41	109.458.515,78	939.179.581,19	(496.802.382,19)
1932.05.01 REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIS E PASEP	385.529.146,00	124.992.302,80	109.458.515,78	234.450.818,58	151.078.327,42
1932.05.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV ATIV DO PIS/PASEP	56.848.053,00	704.728.762,61		704.728.762,61	(647.880.709,61)
1932.06.00 REC. DA DIV.AT. DA CONTR.SOC. S/LUCRO DAS PJ.	207.882.887,00	756.571.503,53	275.933.138,73	1.032.504.642,26	(824.621.755,26)
1932.06.01 REC. DIV. ATIVA DA CSLL DAS PESSOAS JURIDICAS	160.983.842,00	217.739.735,81	275.933.138,73	493.672.874,54	(332.689.032,54)
1932.06.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CSLL	46.899.045,00	538.831.767,72		538.831.767,72	(491.932.722,72)
1932.08.00 REC. DA DIV.AT. MULT.COD.ELEIT. E LEIS CONEX.	13.962.369,00	20.804.019,57	1.604.388,82	22.408.408,39	(8.446.039,39)
1932.09.00 REC.DIV.AT. COTA-PARTE AD.FR.P/REN MAR. MERC.	1.838.494,00	3.169.789,64	1.998.251,36	5.168.041,00	(3.329.547,00)
1932.10.00 REC.DIV.AT. CONTR. S/ APOSTA EM COMP. HIPICAS		36.656,31		36.656,31	(36.656,31)
1932.16.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIB.	10.653.143,00	29.458.971,60	492.835,90	29.951.807,50	(19.298.664,50)
1932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUICOES	9.025.625,00	204.088,23	492.835,90	696.924,13	8.328.700,87
1932.16.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV AT OUTRAS CONTRIB	1.627.518,00	29.254.883,37		29.254.883,37	(27.627.365,37)
1932.17.00 REC.DA DIV.AT.DAS MULTAS P/INFR.A LEG.TRAB.	175.387.275,00	293.617.328,57	10.129.602,75	303.746.931,32	(128.359.656,32)
1932.20.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CIDE	267.932,00	4.646.776,33	1.973.638,35	6.620.414,68	(6.352.482,68)
1932.20.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA CIDE COMBUSTIVEL			1.973.638,35	1.973.638,35	(1.973.638,35)
1932.20.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CIDE	267.932,00	4.646.776,33		4.646.776,33	(4.378.844,33)
1932.21.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA ATIVIDADE MINERAL	42.450,00	10.916.380,85	(11.008,37)	10.905.372,48	(10.862.922,48)
1932.21.01 REC.DIVIDA ATIVA EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		2.327.764,04		2.327.764,04	(2.327.764,04)
1932.21.02 REC.DIV.ATIV.OUTORG.DIREIT.EXPL.PESQ.MINERAL		4.023.019,47	(28,91)	4.022.990,56	(4.022.990,56)
1932.21.04 REC.DIVIDA ATIVA MULTAS PREV.LEGIS.MINERARIA		4.516.202,18	(10.979,46)	4.505.222,72	(4.505.222,72)
1932.21.05 REC.DIV.ATIV.SERVIC.INSP.FISC.ATIV.MINERAL	42.450,00	49.395,16		49.395,16	(6.945,16)
1932.24.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NO C.B.A.	819.813,00	3.771.544,49	(335.822,13)	3.435.722,36	(2.615.909,36)
1932.28.00 REC.DIV.ATIV.-CONTRIB P/DESENV DA IND.CINEMAT		53.154,13		53.154,13	(53.154,13)
1932.34.00 REC.DIV.ATIV.-MULTA PREV. LEG. LUB. E COMBUST	6.373.433,00	15.790.046,39	(476.274,52)	15.313.771,87	(8.940.338,87)
1932.35.00 REC. DIVIDA ATIVA DE COMPENS. FINANC. RG/RPPS	5.352,00	12.979,17		12.979,17	(7.627,17)
1932.36.00 REC.DIV.ATIVA MULTAS POR INFRAÇÃO-CONT. ADMIN		9.282,02	(9.232,02)	50,00	(50,00)
1932.38.00 REC.DIV.ATIVA RESSARCIMENTO AO ERARIO		21.875,00	(192,24)	21.682,76	(21.682,76)
1932.39.00 REC.DIV.ATIVA RESSARC.ERARIO-DECISAO TCU		463,68	(100,00)	363,68	(363,68)
1932.44.00 REC.DIV.ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA		27.765,13		27.765,13	(27.765,13)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1932.45.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTROS SERVIÇOS		348,97		348,97	(348,97)
1932.47.00 REC.DIV.ATIVA MULTAS-APLIC. AMB.PROC.JUDICIAL	-	58.459,77	(71.639,65)	(13.179,88)	13.179,88
1932.47.20 REC.DIV.ATIVA MULTAS DECOR.SENTENCA.JUDICIAIS		58.459,77	(71.639,65)	(13.179,88)	13.179,88
1932.99.00 REC. DA DIV. ATIVA NAO-TRIB. DE OUTRAS REC.	325.078.474,00	407.711.023,19	40.930.532,43	448.641.555,62	(123.563.081,62)
1932.99.01 REC.DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS REC	323.848.886,00	252.333.056,19	40.930.801,56	293.263.857,75	30.585.028,25
1932.99.02 PARCELAMENTOS - DIV ATIV NAO TRIB OUTRAS REC	1.229.588,00	155.377.967,00	(269,13)	155.377.697,87	(154.148.109,87)
1990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	16.617.441.074,00	19.667.343.471,48	(1.180.191.107,41)	18.487.152.364,07	(1.869.711.290,07)
1990.01.00 RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS	32.967.555,00	30.118.728,18		30.118.728,18	2.848.826,82
1990.02.00 REC. DE ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	545.058.064,00	749.779.097,80	138.375.178,20	888.154.276,00	(343.096.212,00)
1990.02.01 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	466.520.673,00	668.319.479,04	139.147.056,78	807.466.535,82	(340.945.862,82)
1990.02.02 RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	78.537.391,00	81.459.618,76	(771.878,58)	80.687.740,18	(2.150.349,18)
1990.03.00 RECEITA DECORRENTE ALIENACAO BENS APREENDIDOS	125.933.724,00	220.104.655,05	(1.637.180,07)	218.467.474,98	(92.533.750,98)
1990.03.01 REC. DE LEILOES DE MERCADORIAS APREENDIDAS	106.658.696,00	204.816.858,22	(1.611.301,04)	203.205.557,18	(96.546.861,18)
1990.03.02 REC. DE ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	8.235.078,00	12.214.540,10	(25.526,79)	12.189.013,31	(3.953.935,31)
1990.03.04 REC.ALIEN.BENS APREE.TRAF.ILIC.ENT.DROG.AFINS	11.039.950,00	3.073.256,73	(352,24)	3.072.904,49	7.967.045,51
1990.04.00 PRODUTO DEP.ABANDONADO(DINHEIRO/OBJETO VALOR)	1.183.618,00	722.509,59	(40.427,12)	682.082,47	501.535,53
1990.05.00 REC. BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR UNIAO	883.403,00	2.037.406,89	(4.457,10)	2.032.949,79	(1.149.546,79)
1990.06.00 REC.DECOR.NAO APLIC.INC.FIS.PROJ.CULT.IND.CIN	3.192.930,00	1.912.370,27		1.912.370,27	1.280.559,73
1990.07.00 REC DIREITOS ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSAT	258.117.695,00	284.241.291,23	(1.835.700,58)	282.405.590,65	(24.287.895,65)
1990.10.00 REC SUSPENSAO DE DIREITOS PROP. INTELECTUAL		7.683,70	(7.203,01)	480,69	(480,69)
1990.16.00 RECEITA PART. SEGURO-DPVAT-SIST.NAC. TRANSITO	4.737.610.615,00	3.518.248.237,77	(69.496,96)	3.518.178.740,81	1.219.431.874,19
1990.18.00 RESERVA GLOBAL DE REVERSAO	69.878.127,00	68.504.698,51		68.504.698,51	1.373.428,49
1990.19.00 COTA-PARTE DO SERV.NO FUNDO DE SAUDE MILITAR	1.019.803.136,00	1.006.752.505,86	(21.829,85)	1.006.730.676,01	13.072.459,99
1990.20.00 CONTRIBUICAO VOLUNTARIA - MONTEPIO CIVIL	2.283.221,00	1.817.020,75	(783,02)	1.816.237,73	466.983,27
1990.21.00 REC.SEGUROS DECOR. INDENIZAÇÃO POR SINISTRO		1.476.286,82	(1.343,40)	1.474.943,42	(1.474.943,42)
1990.24.00 RECEITA DE LEILAO DE COTAS DE IMPORTACAO	9.305.148,00	4.261.588,76		4.261.588,76	5.043.559,24
1990.25.00 REC.RECOL E TRANSF.DEP.JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL	776.151.073,00	1.154.592.447,91	(454.505.714,54)	700.086.733,37	76.064.339,63
1990.26.00 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA ELEITORAL	-	766.100,86	(5,19)	766.095,67	(766.095,67)
1990.26.01 PRESTAÇÃO DE CONTAS - FONTES VEDADAS		495.665,38		495.665,38	(495.665,38)
1990.26.02 PRESTAÇÃO DE CONTAS-FONTES NÃO IDENTIFICADAS		270.435,48	(5,19)	270.430,29	(270.430,29)
1990.96.00 VARIACAO CAMBIAL		893.782.084,70		893.782.084,70	(893.782.084,70)
1990.98.00 OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		21.941.490,81	(85.430,46)	21.856.060,35	(21.856.060,35)
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	9.035.072.765,00	11.706.277.266,02	(860.356.714,31)	10.845.920.551,71	(1.810.847.786,71)
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	960.232.474.714,00	798.853.029.590,03	(2.203.147.780,73)	796.649.881.809,30	163.582.592.904,70
2100.00.00 OPERACOES DE CREDITO	846.766.379.639,00	551.443.458.584,75	(102.149,69)	551.443.356.435,06	295.323.023.203,94
2110.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	843.386.373.012,00	541.726.937.192,90	(83.623,99)	541.726.853.568,91	301.659.519.443,09
2111.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	843.378.373.012,00	541.726.937.192,90	(83.623,99)	541.726.853.568,91	301.651.519.443,09
2111.01.00 TIT.RESP.T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	655.485.955.671,00	372.030.449.324,65	(83.623,99)	372.030.365.700,66	283.455.589.970,34
2111.02.00 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA - TDA	540.000.000,00	263.154.845,59		263.154.845,59	276.845.154,41
2111.03.00 TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES	187.352.417.341,00	169.433.333.022,66		169.433.333.022,66	17.919.084.318,34
2114.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	8.000.000,00				8.000.000,00
2120.00.00 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	3.380.006.627,00	9.716.521.391,85	(18.525,70)	9.716.502.866,15	(6.336.496.239,15)
2122.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	-	7.642.234.753,80	(15.910,70)	7.642.218.843,10	(7.642.218.843,10)
2122.01.00 TIT. RESP. REFINAN. DIVIDA PUBLICA FEDERAL		4.713.825.063,91	(13.159,90)	4.713.811.904,01	(4.713.811.904,01)
2122.02.00 TITULOS TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICACOES		2.928.409.689,89	(2.750,80)	2.928.406.939,09	(2.928.406.939,09)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	3.380.006.627,00	2.074.286.638,05	(2.615,00)	2.074.284.023,05	1.305.722.603,95
2200.00.00 ALIENACAO DE BENS	5.376.244.582,00	14.221.009.928,52	(3.108.242,26)	14.217.901.686,26	(8.841.657.104,26)
2210.00.00 ALIENACAO DE BENS MOVEIS	2.099.752.361,00	14.008.623.034,10	(2.144.397,21)	14.006.478.636,89	(11.906.726.275,89)
2211.00.00 ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS		12.400.000.003,38		12.400.000.003,38	(12.400.000.003,38)
2212.00.00 ALIENACAO DE ESTOQUES	2.088.000.000,00	1.578.024.899,64	-	1.578.024.899,64	509.975.100,36
2212.01.00 ALIENACAO ESTOQ. POLIT. GARANTIA PC MIN. PGPM	2.000.000.000,00	1.447.220.767,36	-	1.447.220.767,36	552.779.232,64
2212.01.01 ALIENACAO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM	2.000.000.000,00	454.104.904,28		454.104.904,28	1.545.895.095,72

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
2212.01.02 ALIENACAO DE ESTOQUES ESTRATEGICOS - PGPM		993.115.863,08		993.115.863,08	(993.115.863,08)
2212.07.00 ALIEN. ESTOQ. PROG. AQUISICAO ALIMENTOS - PAA	18.000.000,00	45.058.378,09	-	45.058.378,09	(27.058.378,09)
2212.07.02 ALIENACAO ESTOQUES ADQUIR. AGRICUL. FAMILIAR	18.000.000,00	45.058.378,09		45.058.378,09	(27.058.378,09)
2212.09.00 ALIENACAO DE ESTOQUE DE CAFE - FUNCAFE	70.000.000,00	85.745.754,19	-	85.745.754,19	(15.745.754,19)
2212.09.02 ALIENACAO DE ESTOQUES PROPRIOS DO FUNCAFE	70.000.000,00	85.745.754,19		85.745.754,19	(15.745.754,19)
2214.00.00 ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	2.303.330,00	1.737.229,62	(120,00)	1.737.109,62	566.220,38
2215.00.00 ALIENACAO DE VEICULOS	5.497.133,00	22.970.068,09	(707.368,87)	22.262.699,22	(16.765.566,22)
2216.00.00 ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	63.106,00	2.160.481,76	(2.400,00)	2.158.081,76	(2.094.975,76)
2217.00.00 ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	40.000,00	1.266.189,94	(68,00)	1.266.121,94	(1.226.121,94)
2219.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	3.848.792,00	2.464.161,67	(1.434.440,34)	1.029.721,33	2.819.070,67
2220.00.00 ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	3.276.492.221,00	212.386.894,42	(963.845,05)	211.423.049,37	3.065.069.171,63
2221.00.00 ALIENACAO IMOV.RURAIS P/ COLON. E REF.AGRARIA	28.100.000,00	26.211.464,45	(109.278,76)	26.102.185,69	1.997.814,31
2222.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS DE DOMINIO DA UNIAO	3.000.000.000,00	103.298.381,85	(740.061,02)	102.558.320,83	2.897.441.679,17
2222.01.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM PLENO	2.973.517.901,00	83.907.877,60	(148.326,39)	83.759.551,21	2.889.758.349,79
2222.02.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM UTIL		2.177.110,46	(6.663,42)	2.170.447,04	(2.170.447,04)
2222.03.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM DIRET		91.497,07	(159,34)	91.337,73	(91.337,73)
2222.04.00 REC.ALIEN.IMOV. RESID. DA UNIAO FRHB	26.482.099,00	17.121.896,72	(584.911,87)	16.536.984,85	9.945.114,15
2224.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS RURAIS	3.741.641,00	2.272.512,89	(789,86)	2.271.723,03	1.469.917,97
2225.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	214.433.304,00	80.495.208,68	(2.024,40)	80.493.184,28	133.940.119,72
2229.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	30.217.276,00	109.326,55	(111.691,01)	(2.364,46)	30.219.640,46
2300.00.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	28.916.861.824,00	36.442.285.180,24	(2.155.081.646,97)	34.287.203.533,27	(5.370.341.709,27)
2300.10.00 BEA/BIB	12.467.459,00	13.566.908,22		13.566.908,22	(1.099.449,22)
2300.30.00 AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS-ESTADOS/MUNICIPIOS	20.349.530.111,00	24.049.634.658,83	(1.921.296.636,68)	22.128.338.022,15	(1.778.807.911,15)
2300.40.00 AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP MEDIO E DE LP	394.248.656,00	621.892.970,50	(91.197.119,14)	530.695.851,36	(136.447.195,36)
2300.50.00 PROGRAMAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	1.118.644.000,00	1.897.884.819,89		1.897.884.819,89	(779.240.819,89)
2300.70.00 OUTRAS AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	2.458.376.898,00	8.092.237.819,28	(128.870.887,21)	7.963.366.932,07	(5.504.990.034,07)
2300.70.02 AMORTIZACOES DE CONTRATOS	2.458.376.898,00	8.092.237.819,28	(128.870.887,21)	7.963.366.932,07	(5.504.990.034,07)
2300.80.00 AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS	1.328.364.030,00	1.618.871.103,77	(378.795,58)	1.618.492.308,19	(290.128.278,19)
2300.80.01 AMORTIZACOES DE BENS	1.202.951.232,00	1.435.830.294,72		1.435.830.294,72	(232.879.062,72)
2300.80.02 AMORTIZACOES DE PROJETOS	125.412.798,00	183.040.809,05	(378.795,58)	182.662.013,47	(57.249.215,47)
2300.99.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	3.255.230.670,00	148.196.899,75	(13.338.208,36)	134.858.691,39	3.120.371.978,61
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	680.847.436,00	242.300.191,54	(22.436.761,63)	219.863.429,91	460.984.006,09
2460.00.00 TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS	4.600.240,00	5.104.449,79	(696,23)	5.103.753,56	(503.513,56)
2470.00.00 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	676.247.196,00	237.195.741,75	(22.436.065,40)	214.759.676,35	461.487.519,65
2471.00.00 TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO DE S/ENTIDADES	664.851.020,00	53.740.061,71	(2.103.686,40)	51.636.375,31	613.214.644,69
2472.00.00 TRANSF.DE CONV.DOS ESTADOS,DF E S/ENTIDADES	4.806.997,00	1.523.571,04		1.523.571,04	3.283.425,96
2473.00.00 TRANSF.DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/ENTIDADES	4.428.589,00	3.593.525,45	(2.400.000,00)	1.193.525,45	3.235.063,55
2474.00.00 TRANSF.DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	2.160.590,00	178.338.583,55	(17.932.379,00)	160.406.204,55	(158.245.614,55)
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	78.492.141.233,00	196.503.975.704,98	(22.418.980,18)	196.481.556.724,80	(117.989.415.491,80)
2530.00.00 RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	42.439.000.000,00	148.767.263.518,25	-	148.767.263.518,25	(106.328.263.518,25)
2530.10.00 RES.BCO CENTRAL-OPER.C/RESERV.E DER.CAMBIAIS		124.772.408.735,16		124.772.408.735,16	(124.772.408.735,16)
2530.20.00 RESULTADO DO BANCO CENTRAL-DEMAIS OPERAÇÕES	42.439.000.000,00	23.994.854.783,09		23.994.854.783,09	18.444.145.216,91
2540.00.00 REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES TES.NACIONAL	36.052.841.233,00	47.668.079.301,35	(22.487.137,36)	47.645.592.163,99	(11.592.750.930,99)
2550.00.00 REC.DIV.ATIVA PROV.DE AMORTIZ.EMPREST.FINANC.		821.972,38	65.754,84	887.727,22	(887.727,22)
2560.00.00 RECEITA DIV ATIVA ALIENACAO ESTOQUES DE CAFE	300.000,00	714.120,03	2.402,34	716.522,37	(416.522,37)
2570.00.00 RECEITA TITULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADO		58.491.453,98		58.491.453,98	(58.491.453,98)
2590.00.00 OUTRAS RECEITAS		8.605.338,99		8.605.338,99	(8.605.338,99)
7000.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	15.178.348.548,00	15.548.269.641,63	(12.117.882,57)	15.536.151.759,06	(357.803.211,06)
7100.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	150.464,00	503.508,87	(58.542,47)	444.966,40	(294.502,40)
7110.00.00 IMPOSTOS	-	44.361,71	(46.519,46)	(2.157,75)	2.157,75
7112.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	-	31.091,63	(32.626,27)	(1.534,64)	1.534,64
7112.04.00 IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQ.NAT.	-	31.091,63	(32.626,27)	(1.534,64)	1.534,64

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7112.04.21 PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS		260,59		260,59	(260,59)
7112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR		10.555,69	(30.788,48)	(20.232,79)	20.232,79
7112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS		20.275,35	(1.837,79)	18.437,56	(18.437,56)
7113.00.00 IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	-	13.270,08	(13.893,19)	(623,11)	623,11
7113.01.00 IMPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI	-	13.270,08	(13.893,19)	(623,11)	623,11
7113.01.02 IPI - BEBIDAS		10.671,65	(12.891,86)	(2.220,21)	2.220,21
7113.01.04 IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO		2.598,43	(1.001,33)	1.597,10	(1.597,10)
7120.00.00 TAXAS	150.464,00	459.147,16	(12.023,01)	447.124,15	(296.660,15)
7121.00.00 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	150.464,00	208.627,94	(4.546,50)	204.081,44	(53.617,44)
7121.02.00 TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	150.464,00	154.983,91	(1.112,27)	153.871,64	(3.407,64)
7121.02.01 TAXA DE FISCALIZACAO DE INSTALACAO	150.464,00	26.896,24	(823,63)	26.072,61	124.391,39
7121.02.02 TAXA DE FISCALIZACAO DE FUNCIONAMENTO		128.087,67	(288,64)	127.799,03	(127.799,03)
7121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL		1.020,00		1.020,00	(1.020,00)
7121.10.00 TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC.RADIOATIVO INSTAL		6.770,00	(370,00)	6.400,00	(6.400,00)
7121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO		21.170,00		21.170,00	(21.170,00)
7121.17.00 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA		2.000,00		2.000,00	(2.000,00)
7121.20.00 TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	-	22.684,03	(3.064,23)	19.619,80	(19.619,80)
7121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE		22.684,03	(3.064,23)	19.619,80	(19.619,80)
7122.00.00 TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	-	250.519,22	(7.476,51)	243.042,71	(243.042,71)
7122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO		101,58		101,58	(101,58)
7122.08.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		250.417,64	(7.476,51)	242.941,13	(242.941,13)
7200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUICOES	14.972.251.377,00	13.477.217.607,38	(145.382,45)	13.477.072.224,93	1.495.179.152,07
7210.00.00 CONTRIBUICOES SOCIAIS	14.972.251.377,00	13.477.124.832,58	(132.615,92)	13.476.992.216,66	1.495.259.160,34
7210.29.00 CONTRIB. P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV. PUBLICO	14.972.251.377,00	13.477.012.373,30	(32.029,56)	13.476.980.343,74	1.495.271.033,26
7210.29.01 CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	14.408.758.941,00	13.352.959.483,81	(32.029,56)	13.352.927.454,25	1.055.831.486,75
7210.29.16 CONTR.PATRONAL - PAGTO SENTENCAS JUDICIAIS	563.492.436,00	124.052.889,49		124.052.889,49	439.439.546,51
7210.37.00 CONTRIBUICOES PARA O PIS/PASEP	-	52.604,38	2.766,49	55.370,87	(55.370,87)
7210.37.01 REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP		52.604,38	2.766,49	55.370,87	(55.370,87)
7210.38.00 CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	-	59.854,90	(103.352,85)	(43.497,95)	43.497,95
7210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ		59.854,90	(103.352,85)	(43.497,95)	43.497,95
7220.00.00 CONTRIBUICOES ECONOMICAS	-	92.774,80	(12.766,53)	80.008,27	(80.008,27)
7220.06.00 CONTRIB.P/DESENV.DA IND.CINEMATOGRAF.NACIONAL	-	4.980,00	-	4.980,00	(4.980,00)
7220.06.03 REC.DIST.AUDIOVISUAIS POR PRESTADOR DE SERV.		4.980,00		4.980,00	(4.980,00)
7220.30.00 CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB		87.794,80	(12.766,53)	75.028,27	(75.028,27)
7300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	2.373.575,00	14.980.150,32	(490.112,39)	14.490.037,93	(12.116.462,93)
7310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	2.247.260,00	3.309.907,80	(468.553,60)	2.841.354,20	(594.094,20)
7311.00.00 ALUGUEIS	911.383,00	766.913,76	(71.288,80)	695.624,96	215.758,04
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	151.065,00	57.664,30		57.664,30	93.400,70
7315.00.00 TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	1.184.812,00	2.485.329,74	(397.264,80)	2.088.064,94	(903.252,94)
7315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	1.184.812,00	2.485.329,74	(397.264,80)	2.088.064,94	(903.252,94)
7320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	-	11.359.238,98	(88,25)	11.359.150,73	(11.359.150,73)
7322.00.00 DIVIDENDOS		11.359.238,98	(88,25)	11.359.150,73	(11.359.150,73)
7330.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	126.315,00	311.003,54	(21.470,54)	289.533,00	(163.218,00)
7331.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	-	152.509,52	(2.145,66)	150.363,86	(150.363,86)
7331.02.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.	-	152.509,52	(2.145,66)	150.363,86	(150.363,86)
7331.02.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO		419,22		419,22	(419,22)
7331.02.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA		148.683,16	(578,52)	148.104,64	(148.104,64)
7331.02.04 REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.RADIOF.INTRA		1.647,14	(1.567,14)	80,00	(80,00)
7331.02.99 OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC		1.760,00		1.760,00	(1.760,00)
7333.00.00 REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB	126.315,00	158.494,02	(19.324,88)	139.169,14	(12.854,14)
7333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	126.315,00	158.494,02	(19.324,88)	139.169,14	(12.854,14)
7500.00.00 RECEITA INDUSTRIAL	140.222.226,00	167.706.557,15	(6.041.802,13)	161.664.755,02	(21.442.529,02)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7520.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	140.222.226,00	167.706.557,15	(6.041.802,13)	161.664.755,02	(21.442.529,02)
7520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	23.701.038,00	37.458.755,14	(5.999.966,60)	31.458.788,54	(7.757.750,54)
7520.21.00 RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E VETERINARIOS	4.241.848,00	4.622.331,56	(4.621,89)	4.617.709,67	(375.861,67)
7520.21.01 RECEITA DA INDÚST. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	4.241.848,00	4.622.331,56	(4.621,89)	4.617.709,67	(375.861,67)
7520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD.FARMOQUIMICOS		8.283,41	(229,04)	8.054,37	(8.054,37)
7520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	108.381.200,00	124.293.877,49	(36.984,60)	124.256.892,89	(15.875.692,89)
7520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	3.898.140,00	1.323.309,55		1.323.309,55	2.574.830,45
7600.00.00 RECEITA DE SERVICOS	59.773.876,00	56.535.855,06	(1.478.644,13)	55.057.210,93	4.716.665,07
7600.01.00 SERVICOS COMERCIAIS	304.390,00	43.072,25	-	43.072,25	261.317,75
7600.01.02 SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	259.554,00	43.072,25		43.072,25	216.481,75
7600.01.99 OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	44.836,00				44.836,00
7600.03.00 SERVICOS DE TRANSPORTE	96.327,00	-	-	-	96.327,00
7600.03.04 SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	96.327,00				96.327,00
7600.04.00 SERVICOS DE COMUNICACAO	-	225.809,03	(225.809,03)	-	-
7600.04.01 SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL		225.809,03	(225.809,03)		-
7600.05.00 SERVICOS DE SAUDE	33.914.355,00	26.370.484,17	(325.639,98)	26.044.844,19	7.869.510,81
7600.05.01 SERVICOS HOSPITALARES	33.914.355,00	26.370.484,17	(325.639,98)	26.044.844,19	7.869.510,81
7600.07.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM	336.617,00	407.421,48	(4.300,61)	403.120,87	(66.503,87)
7600.08.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.462,00	64.966,74		64.966,74	(54.504,74)
7600.11.00 SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	467.074,00	699.497,37	(38.578,14)	660.919,23	(193.845,23)
7600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	315.022,00	342.983,03	(30.925,50)	312.057,53	2.964,47
7600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	116.440,00	318.381,86	(2.460,96)	315.920,90	(199.480,90)
7600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	35.612,00	38.132,48	(5.191,68)	32.940,80	2.671,20
7600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA	242.414,00	154.522,33	(47.446,76)	107.075,57	135.338,43
7600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS	5.118.005,00	3.500.452,94	(356.587,53)	3.143.865,41	1.974.139,59
7600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	29.623,00	7.613,45		7.613,45	22.009,55
7600.16.00 SERVICOS EDUCACIONAIS	7.313.520,00	5.933.082,77	(87.609,41)	5.845.473,36	1.468.046,64
7600.17.00 SERVICOS AGROPECUARIOS	189.661,00	196.410,20		196.410,20	(6.749,20)
7600.18.00 SERVICO DE REPARACAO, MANUTENCAO E INSTALACAO		14.548,50		14.548,50	(14.548,50)
7600.20.00 SERV. CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJ.-INTRA		2.892,60	(2.892,60)		-
7600.21.00 SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	29.440,00	93.981,00	(75,00)	93.906,00	(64.466,00)
7600.22.00 SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	4.250.368,00	5.165.333,35	(325.520,00)	4.839.813,35	(589.445,35)
7600.23.00 SERVICOS REG. MARCAS,PAT.TRANSF.DE TECNOLOGIA	302.064,00	532.258,33	-	532.258,33	(230.194,33)
7600.23.01 SERVICOS DE PATENTES	266.184,00	496.653,33		496.653,33	(230.469,33)
7600.23.02 SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS	35.064,00	30.425,00		30.425,00	4.639,00
7600.23.03 SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA		455,00		455,00	(455,00)
7600.23.05 SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	816,00	2.690,00		2.690,00	(1.874,00)
7600.23.06 SERVICOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL		2.035,00		2.035,00	(2.035,00)
7600.25.00 SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	3.536,00	65,00		65,00	3.471,00
7600.50.00 TAR.INSCR.CONCURSOS E PROC. SELETIVOS - INTRA	6.925.736,00	12.713.993,00	(300,00)	12.713.693,00	(5.787.957,00)
7600.99.00 OUTRAS RECEITAS DE SERVICOS	240.284,00	409.450,55	(63.885,07)	345.565,48	(105.281,48)
7900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.577.030,00	1.831.325.962,85	(3.903.399,00)	1.827.422.563,85	(1.823.845.533,85)
7910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA	6.769,00	1.681.570,90	(1.363.541,58)	318.029,32	(311.260,32)
7911.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	-	413.650,48	(389.227,76)	24.422,72	(24.422,72)
7911.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/A IMPORTACAO	-	2.090,74	(7.020,10)	(4.929,36)	4.929,36
7911.01.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO		2.090,74	(7.020,10)	(4.929,36)	4.929,36
7911.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA-IMP.RENDA E PROV. NAT.	-	386.621,23	(381.855,78)	4.765,45	(4.765,45)
7911.02.02 MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ		332.577,40	(329.491,76)	3.085,64	(3.085,64)
7911.02.03 MULTA E JUROS DE MORA - IRRF		54.043,83	(52.364,02)	1.679,81	(1.679,81)
7911.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IPI	-	16.494,97	(351,88)	16.143,09	(16.143,09)
7911.03.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI		16.494,97	(351,88)	16.143,09	(16.143,09)
7911.31.00 MULTAS E JUROS MORA TX.FISC.TELECOMUNICACAO		8.443,54		8.443,54	(8.443,54)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7912.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES	-	740.988,21	(13.100,12)	727.888,09	(727.888,09)
7912.29.00 MULTA/JUROS MORA CONTR.REG.PROP. PREV. SERV.	-	548.305,49	(313,55)	547.991,94	(547.991,94)
7912.29.01 MULTAS/JUROS CONTR.PATRONAL REGIME PROP.PREV		548.305,49	(313,55)	547.991,94	(547.991,94)
7912.31.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIB. DO PIS/PASEP	-	158.776,60	-	158.776,60	(158.776,60)
7912.31.01 REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP		158.776,60		158.776,60	(158.776,60)
7912.32.00 MULTAS E JUROS S/CONTR.SOCIAL S/LUCRO DE PJ	-	16.234,56	(7.872,10)	8.362,46	(8.362,46)
7912.32.01 REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ		16.234,56	(7.872,10)	8.362,46	(8.362,46)
7912.55.00 JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DE CONTRIB.	-	17.671,56	(4.914,47)	12.757,09	(12.757,09)
7912.55.05 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP		15.392,06	250,95	15.643,01	(15.643,01)
7912.55.07 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ		2.279,50	(5.165,42)	(2.885,92)	2.885,92
7918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS	6.769,00	500.445,55	-	500.445,55	(493.676,55)
7918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	6.769,00	500.445,55		500.445,55	(493.676,55)
7919.00.00 MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	-	26.486,66	(961.213,70)	(934.727,04)	934.727,04
7919.09.00 MULTAS ANATEL - RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS		3.936,99	(314,05)	3.622,94	(3.622,94)
7919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA		12.000,00		12.000,00	(12.000,00)
7919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA		120,60		120,60	(120,60)
7919.99.00 OUTRAS MULTAS		10.429,07	(960.899,65)	(950.470,58)	950.470,58
7920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.568.301,00	38.798.982,07	(2.413.821,80)	36.385.160,27	(32.816.859,27)
7922.00.00 RESTITUICOES	3.568.301,00	38.798.982,07	(2.413.821,80)	36.385.160,27	(32.816.859,27)
7922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS	2.830.037,00	35.366.662,67	(1.297.858,93)	34.068.803,74	(31.238.766,74)
7922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	327.294,00	1.093.655,25	(96.640,00)	997.015,25	(669.721,25)
7922.08.00 RESSARC PGTO DE HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS		21.045,30	(3.096,91)	17.948,39	(17.948,39)
7922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES	410.970,00	2.317.618,85	(1.016.225,96)	1.301.392,89	(890.422,89)
7950.00.00 RECEITAS DECOR.APORTE PER.P/COMP.RGPS		1.790.000.000,00		1.790.000.000,00	(1.790.000.000,00)
7990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.960,00	845.409,88	(126.035,62)	719.374,26	(717.414,26)
7990.02.00 RECEITAS ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	-	47.215,40	-	47.215,40	(47.215,40)
7990.02.01 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS		47.215,40		47.215,40	(47.215,40)
7990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.960,00	798.194,48	(126.035,62)	672.158,86	(670.198,86)
8000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS	23.048.398,00	2.393.620.325,91	-	2.393.620.325,91	(2.370.571.927,91)
8100.00.00 OPERACOES DE CREDITO	23.048.398,00	2.383.620.325,91	-	2.383.620.325,91	(2.360.571.927,91)
8110.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	23.048.398,00	2.383.620.325,91	-	2.383.620.325,91	(2.360.571.927,91)
8111.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	23.048.398,00	2.383.620.325,91	-	2.383.620.325,91	(2.360.571.927,91)
8111.01.00 TIT.RESP.T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	23.048.398,00	2.383.620.325,91		2.383.620.325,91	(2.360.571.927,91)
8500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	10.000.000,00	-	10.000.000,00	(10.000.000,00)
8520.00.00 INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL	-	10.000.000,00	-	10.000.000,00	(10.000.000,00)
8521.00.00 INTEGRALIZACAO COM REC. DO TESOURO NACIONAL		10.000.000,00		10.000.000,00	(10.000.000,00)
Total	2.150.458.867.507,00	1.986.202.818.423,02	(36.905.829.751,02)	1.949.296.988.672,00	201.161.878.835,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM
SUBTITULO	RECEITAS CORRENTES (INCLUI RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS)
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA AGROPECUÁRIA	RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA DE SERVICOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES
CENTRO-OESTE	346.811.097.926,84	600.221.773.163,51	77.346.000.185,03	18.348.179,48	250.917.835,61	45.841.017.095,99	771.379.576,33	66.872.475.754,36	1.138.133.009.717,15
DISTRITO FEDERAL	346.811.097.926,84	600.221.773.163,51	77.343.624.843,24	17.671.563,24	250.905.458,54	45.809.055.113,13	746.428.246,47	66.870.103.972,57	1.138.070.660.287,54
GOIAS	-	-	897.689,65	408.218,39	11.932,07	17.466.969,29	-	1.079.199,13	19.864.008,53
MATO GROSSO	-	-	1.170.503,85	64.646,85	445,00	7.579.208,96	-	221.497,80	9.036.302,46
MATO GROSSO DO SUL	-	-	307.148,29	203.751,00	-	6.915.804,61	24.951.329,86	1.071.084,86	33.449.118,62
NORDESTE	-	-	37.100.004,58	1.264.973,37	125.484,76	119.255.677,08	6.057.412,29	33.590.525,41	197.394.077,49
ALAGOAS	-	-	445.672,74	39.511,05	-	6.019.158,65	-	519.321,43	7.023.663,87
BAHIA	-	-	3.448.177,67	540.133,22	123.890,01	19.879.996,52	34.800,00	6.728.881,75	30.755.879,17
CEARA	-	-	2.230.505,93	216.561,33	1.572,75	11.568.419,35	193.462,90	13.092.217,62	27.302.739,88
MARANHAO	-	-	1.460.235,12	124.204,11	-	21.108.246,08	35.936,40	1.088.743,26	23.817.364,97
PARAIBA	-	-	1.054.283,94	92.007,23	-	7.673.288,21	4.100.000,00	1.334.587,11	14.254.166,49
PERNAMBUCO	-	-	22.395.802,52	165.651,31	22,00	23.664.933,79	295,00	6.665.365,66	52.892.070,28
PIAUI	-	-	284.040,69	-	-	5.307.802,34	-	2.123.716,47	7.715.559,50
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	5.167.800,23	36.368,75	-	20.688.890,94	607.296,28	494.301,57	26.994.657,77
SERGIPE	-	-	613.485,74	50.536,37	-	3.344.941,20	1.085.621,71	1.543.390,54	6.637.975,56
NORTE	468.232.344,03	-	5.219.192,94	258.970,17	71.806,36	103.842.930,57	5.413.157,58	34.619.081,61	617.657.483,26
ACRE	-	-	35.547,10	-	-	446.109,90	104.300,00	6.228.382,71	6.814.339,71
AMAPA	-	-	244.892,04	-	-	996.708,28	-	140.773,43	1.382.373,75
AMAZONAS	468.232.344,03	-	3.994.271,16	20.990,00	928,60	7.461.541,83	103.133,32	22.936.721,74	502.749.930,68
PARA	-	-	650.677,35	15.484,98	30.210,92	88.819.050,07	5.191.944,26	2.653.095,64	97.360.463,22
RONDONIA	-	-	80.693,95	65.947,34	-	1.203.445,12	13.780,00	331.536,07	1.695.402,48
RORAIMA	-	-	140.906,43	-	-	1.690.767,17	-	149.429,98	1.981.103,58
TOCANTINS	-	-	72.204,91	156.547,85	40.666,84	3.225.308,20	-	2.179.142,04	5.673.869,84
SUDESTE	473.138.253,41	3.680.506.908,71	3.642.607.343,96	3.193.498,73	665.640.277,15	1.707.159.673,66	46.026.661,00	814.452.908,74	11.032.725.525,36
ESPIRITO SANTO	-	-	3.061.952,39	762.744,01	477.049,44	18.829.548,77	11.087.831,54	1.777.645,27	35.996.771,42
MINAS GERAIS	-	-	20.726.073,43	2.066.947,97	2.239.636,79	126.955.675,59	27.829.747,39	15.592.334,62	195.410.415,79
RIO DE JANEIRO	473.138.253,41	3.680.506.908,71	3.613.966.538,74	363.806,75	662.923.590,92	1.551.742.349,18	6.967.144,39	795.662.564,82	10.785.271.156,92
SAO PAULO	-	-	4.852.779,40	-	-	9.632.100,12	141.937,68	1.420.364,03	16.047.181,23
SUL	-	-	30.222.187,02	1.667.781,57	953.020,54	203.482.900,34	15.568.049,05	20.805.795,01	272.699.733,53
PARANA	-	-	8.860.101,42	304.539,64	-	49.373.968,22	10.129.223,35	1.831.483,16	70.499.315,79
RIO GRANDE DO SUL	-	-	18.298.419,84	930.343,12	425.162,62	131.014.515,70	3.373.447,50	17.222.555,38	171.264.444,16
SANTA CATARINA	-	-	3.063.665,76	432.898,81	527.857,92	23.094.416,42	2.065.378,20	1.751.756,47	30.935.973,58
TOTAL	347.752.468.524,28	603.902.280.072,22	81.061.148.913,53	24.733.403,32	917.708.424,42	47.974.758.277,64	844.444.856,25	67.775.944.065,13	1.150.253.486.536,79

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM
SUBTITULO	RECEITAS DE CAPITAL (INCLUI RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS)
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ALIENAÇÃO DE BENS	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL
CENTO-OESTE	553.106.488.580,32	14.211.911.942,14	32.613.219.333,93	108.546.869,29	196.491.556.724,80	796.531.723.450,48
DISTRITO FEDERAL	553.106.488.580,32	14.211.880.194,14	32.613.219.333,93	108.401.179,29	196.491.556.724,80	796.531.546.012,48
GOIAS	-	-	-	145.690,00	-	145.690,00
MATO GROSSO	-	31.748,00	-	-	-	31.748,00
NORDESTE	-	1.872.619,48	32.758.467,83	-	-	34.631.087,31
CEARA	-	1.516.313,48	-	-	-	1.516.313,48
MARANHAO	-	65.570,00	-	-	-	65.570,00
PERNAMBUCO	-	1.350,00	32.758.467,83	-	-	32.759.817,83
RIO GRANDE DO NORTE	-	134.226,00	-	-	-	134.226,00
SERGIPE	-	155.160,00	-	-	-	155.160,00
NORTE	-	726.326,47	55.966.767,22	-	-	56.693.093,69
AMAZONAS	-	726.326,47	-	-	-	726.326,47
PARA	-	-	55.966.767,22	-	-	55.966.767,22
SUDESTE	720.488.180,65	3.233.185,84	1.585.258.964,29	110.159.750,58	-	2.419.140.081,36
ESPIRITO SANTO	-	-	-	966.225,13	-	966.225,13
MINAS GERAIS	-	117.586,92	-	1.193.525,45	-	1.311.112,37
RIO DE JANEIRO	720.488.180,65	3.115.598,92	1.585.258.964,29	108.000.000,00	-	2.416.862.743,86
SUL	-	157.612,33	-	1.156.810,04	-	1.314.422,37
PARANA	-	(12.000,00)	-	-	-	(12.000,00)
RIO GRANDE DO SUL	-	69.030,00	-	1.156.810,04	-	1.225.840,04
SANTA CATARINA	-	100.582,33	-	-	-	100.582,33
TOTAL	553.826.976.760,97	14.217.901.686,26	34.287.203.533,27	219.863.429,91	196.491.556.724,80	799.043.502.135,21

ANEXOS DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DA DESPESA - OFSS

Dotação da Despesa por Programa Regionalizado
Dotação da Despesa por Poder e Órgão
Dotação da Despesa por Função e Subfunção
Dotação da Despesa por Fonte de Recursos
Dotação da Despesa por Unidade Orçamentária
Dotação da Despesa por Órgão Superior da UG Executora
Execução da Despesa por Programa Regionalizado
Execução da Despesa por Poder e Órgão
Execução da Despesa por Função e Subfunção
Execução da Despesa por Fonte de Recursos

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
CENTRO-OESTE	27.799.479.054,00	862.093.507,00	38.683.922,00	117.924.504,00	28.818.180.987,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	882.542.506,00	146.996.000,00	-	-	1.029.538.506,00
0550 CONTROLE EXTERNO	18.300.000,00	-	-	8.137.815,00	26.437.815,00
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	-	-	-	333.333,00	333.333,00
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	135.000.000,00	-	-	41.030.001,00	176.030.001,00
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	33.987.200,00	-	-	2.000.000,00	35.987.200,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00	2.000.000,00
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	308.595.963,00	58.112.863,00	12.500.000,00	-	379.208.826,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	55.134.172,00	(300.000,00)	-	38.959.837,00	93.794.009,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	88.978.880,00	7.114.569,00	503.883,00	1.358.120,00	97.955.452,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	120.531.123,00	7.925.189,00	8.796.323,00	613.334,00	137.865.969,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	102.540.060,00	1.410.716,00	5.159.471,00	5.000.667,00	114.110.914,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	28.670.822,00	(2.184.869,00)	-	-	26.485.953,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.958.557.346,00	-	-	-	1.958.557.346,00
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	9.967.887.188,00	-	-	-	9.967.887.188,00
1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	14.672.191,00	-	-	100.000,00	14.772.191,00
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	-	-	724.245,00	-	724.245,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	-	-	11.000.000,00	-	11.000.000,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	123.358.871,00	(81.765.528,00)	-	8.058.063,00	49.651.406,00
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	84.176.192,00	-	-	-	84.176.192,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	4.070.184.936,00	(38.474.835,00)	-	-	4.031.710.101,00
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	500.000,00	-	-	-	500.000,00
2018 BIODIVERSIDADE	1.711.696,00	-	-	-	1.711.696,00
2019 BOLSA FAMÍLIA	986.523.000,00	98.652.300,00	-	-	1.085.175.300,00
2020 CIDADANIA E JUSTIÇA	305.000,00	-	-	-	305.000,00
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	15.950.000,00	-	-	-	15.950.000,00
2022 COMBUSTÍVEIS	1.008.846,00	2.416.154,00	-	-	3.425.000,00
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	14.450.000,00	-	-	-	14.450.000,00
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.100.000,00	-	-	-	1.100.000,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	27.190.000,00	(500.000,00)	-	-	26.690.000,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	305.522.191,00	17.400.000,00	-	-	322.922.191,00
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	311.210.540,00	11.290.673,00	-	-	322.501.213,00
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	297.534.644,00	22.013.131,00	-	-	319.547.775,00
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	1.021.942.972,00	122.406.688,00	-	-	1.144.349.660,00
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	400.000,00	-	-	-	400.000,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	121.889.000,00	-	-	-	121.889.000,00
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	75.547.448,00	(2.553.539,00)	-	-	72.993.909,00
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	145.262.151,00	(150.000,00)	-	-	145.112.151,00
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	25.500.000,00	(5.020.000,00)	-	-	20.480.000,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	1.050.000,00	-	-	-	1.050.000,00
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	4.100.000,00	-	-	-	4.100.000,00
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	65.950.000,00	-	-	-	65.950.000,00
2049 MORADIA DIGNA	82.955.924,00	(8.700.000,00)	-	-	74.255.924,00
2051 OFERTA DE ÁGUA	88.000,00	(88.000,00)	-	-	-
2052 PESCA E AQUICULTURA	1.600.000,00	-	-	-	1.600.000,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	320.548.531,00	-	-	-	320.548.531,00
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	1.250.000,00	(200.000,00)	-	-	1.050.000,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	46.000.000,00	(1.000.000,00)	-	9.666.667,00	54.666.667,00
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.700.000,00	-	-	-	1.700.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	27.942.344,00	(1.802.293,00)	-	-	26.140.051,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	700.000,00	-	-	-	700.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
2068 SANEAMENTO BÁSICO	290.639.562,00	(77.175.813,00)	-	-	213.463.749,00
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	250.000,00	-	-	-	250.000,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	76.830.174,00	(25.950.000,00)	-	-	50.880.174,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.720.000,00	-	-	-	1.720.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO

EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	798.578.330,00	109.500.000,00	-	-	908.078.330,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.144.779.376,00	302.823.682,00	-	-	2.447.603.058,00
2076 TURISMO	187.974.921,00	(487.500,00)	-	-	187.487.421,00
2100 CONTROLE DA ATUAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	12.000.000,00	(1.200.000,00)	-	1.666.667,00	12.466.667,00
2107 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	50.000,00	-	-	-	50.000,00
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	1.100.000,00	-	-	-	1.100.000,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	2.335.859.464,00	208.883.919,00	-	-	2.544.743.383,00
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	100.000,00	-	-	-	100.000,00
2117 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÓES	13.750.000,00	-	-	-	13.750.000,00
2119 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINASE ENERGIA	1.530.572,00	-	-	-	1.530.572,00
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	15.910.918,00	(800.000,00)	-	-	15.110.918,00
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	14.056.000,00	(6.500.000,00)	-	-	7.556.000,00
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	100.000,00	-	-	-	100.000,00
EXTERIOR	10.640.684,00	-	6.500.000,00	-	17.140.684,00
1264 RELAÇÓES E NEGOCIAÇÓES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	-	-	6.500.000,00	-	6.500.000,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	8.300.000,00	-	-	-	8.300.000,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	500.000,00	-	-	-	500.000,00
2041 GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL	160.000,00	-	-	-	160.000,00
2046 MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA	250.000,00	-	-	-	250.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	230.684,00	-	-	-	230.684,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
2076 TURISMO	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
NACIONAL	1.967.962.649.449,00	39.054.956.831,00	3.098.069.905,00	57.601.648.400,00	2.067.717.324.585,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	65.920.924.889,00	3.838.847.890,00	-	-	69.759.772.779,00
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHOE RENDA	-	-	39.530,00	-	39.530,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	-	-	7.500.000,00	-	7.500.000,00
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	-	-	130.250.000,00	-	130.250.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	-	-	7.500.000,00	-	7.500.000,00
0550 CONTROLE EXTERNO	937.424.579,00	(2.901.547,00)	-	9.899.661,00	944.422.693,00
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.286.537.083,00	(31.647.837,00)	-	14.390.281,00	2.269.279.527,00
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.050.779.710,00	51.747.664,00	-	29.920.626,00	3.132.448.000,00
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	394.743.160,00	(9.640.000,00)	-	12.385.100,00	397.488.260,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	213.023.496,00	15.123.503,00	-	2.794.513,00	230.941.512,00
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.123.250.335,00	47.669.400,00	-	18.272.033,00	1.189.191.768,00
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	759.505.509,00	(9.604.258,00)	-	11.271.619,00	761.172.870,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	6.312.827.691,00	198.934.582,00	-	41.859.566,00	6.553.621.839,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	3.466.851.605,00	91.209.420,00	1.140.104,00	56.338.303,00	3.615.539.432,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	8.551.000.663,00	642.273.000,00	83.420.000,00	107.339.309,00	9.384.032.972,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	3.181.452.908,00	71.161.501,00	-	32.443.337,00	3.285.057.746,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	-	-	164.860.000,00	-	164.860.000,00
0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL	-	-	9.000.000,00	-	9.000.000,00
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	-	-	200.100.000,00	-	200.100.000,00
0901 OPERAÇÓES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	16.324.095.816,00	(1.065.413.272,00)	300.000,00	904.440,00	15.259.886.984,00
0902 OPERAÇÓES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	18.465.079.890,00	3.400.796.000,00	-	10.155.808.254,00	32.021.684.144,00
0903 OPERAÇÓES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	189.105.877.659,00	3.230.372.571,00	-	-	192.336.250.230,00
0905 OPERAÇÓES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES)	244.409.631.623,00	129.925.160.000,00	-	-	374.334.791.623,00
0906 OPERAÇÓES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES)	14.239.734.653,00	5.615.648.673,00	630.000,00	-	19.856.013.326,00
0907 OPERAÇÓES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	639.490.064.816,00	(110.387.909.231,00)	-	-	529.102.155.585,00
0908 OPERAÇÓES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	12.747.988.408,00	-	-	-	12.747.988.408,00
0909 OPERAÇÓES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	115.493.604.191,00	(1.339.368.099,00)	1.975.800.000,00	971.949.999,00	117.101.986.091,00
0910 OPERAÇÓES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	570.012.211,00	76.027.828,00	-	227.597.263,00	873.637.302,00
0911 OPERAÇÓES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	790.671.032,00	547.662.318,00	-	693.096.818,00	2.031.430.168,00
0913 OPERAÇÓES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACION	2.343.126,00	-	-	1.254.836.050,00	1.257.179.176,00
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.578.844.703,00	(12.705.068.933,00)	-	-	18.873.775.770,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	-	-	123.805.581,00	-	123.805.581,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	-	-	-	139.840.000,00	139.840.000,00
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	-	-	-	337.010.127,00	337.010.127,00
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	-	-	3.901.000,00	-	3.901.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	-	-	88.331.000,00	-	88.331.000,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	-	-	-	927.046,00	927.046,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	-	-	3.758.550,00	-	3.758.550,00
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	-	-	7.235.196,00	-	7.235.196,00
1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	-	(1.500.000,00)	1.500.000,00	-	-
1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	209.256.710,00	(43.990.502,00)	-	24.247.804,00	189.514.012,00
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	-	-	1.691.433,00	6.000.000,00	7.691.433,00
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	3.933.783.023,00	506.675.271,00	-	655.985.707,00	5.096.444.001,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	130.684.283,00	(3.928.605,00)	-	237.246.902,00	364.002.580,00
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	9.171.188.770,00	169.160.000,00	-	1.118.728.464,00	10.459.077.234,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	16.479.564.656,00	1.320.114.265,00	-	1.640.236.257,00	19.439.915.178,00
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	78.412.473,00	-	-	5.920.333,00	84.332.806,00
2017 AVIAÇÃO CIVIL	213.377.549,00	12.800.000,00	-	367.931.370,00	594.108.919,00
2018 BIODIVERSIDADE	302.844.665,00	38.747.991,00	-	4.771.517,00	346.364.173,00
2019 BOLSA FAMÍLIA	594.608.433,00	(44.951.925,00)	-	1.377.333,00	551.033.841,00
2020 CIDADANIA E JUSTIÇA	164.875.181,00	(4.730.710,00)	-	5.285.139,00	165.429.610,00
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	4.312.947.040,00	175.842.875,00	-	431.502.269,00	4.920.292.184,00
2022 COMBUSTÍVEIS	47.187.966,00	-	-	467.475,00	47.655.441,00
2023 COMÉRCIO E SERVIÇOS	24.808.905,00	956.905,00	-	1.533.333,00	27.299.143,00
2024 COMÉRCIO EXTERIOR	1.368.007.124,00	1.352.444.166,00	-	501.892.713,00	3.222.344.003,00
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	643.969.424,00	66.386.311,00	-	137.235.292,00	847.591.027,00
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	262.315.567,00	6.322.135,00	-	7.660.000,00	276.297.702,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	1.077.010.179,00	483.203.986,00	-	528.368.617,00	2.088.582.782,00
2028 DEFESA AGROPECUÁRIA	390.026.936,00	-	-	18.379.343,00	408.406.279,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	4.449.535.218,00	(97.778.191,00)	-	3.112.457.107,00	7.464.214.134,00
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	22.882.272.056,00	1.061.740.657,00	-	3.608.945.987,00	27.552.958.700,00
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2.486.997.374,00	126.352.907,00	-	542.264.571,00	3.155.614.852,00
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	3.647.993.888,00	219.533.665,00	-	996.127.571,00	4.863.655.124,00
2033 ENERGIA ELÉTRICA	86.365.124,00	-	-	100.050.000,00	186.415.124,00
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	90.125.000,00	(415.000,00)	-	8.333.333,00	98.043.333,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	1.373.616.476,00	695.113.080,00	-	313.920.513,00	2.382.650.069,00
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	156.035.300,00	21.782.750,00	-	61.950.642,00	239.768.692,00
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	31.106.947.139,00	825.361.134,00	3.200.000,00	36.640.143,00	31.972.148.416,00
2038 DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	376.645.713,00	3.857.219,00	102.957.920,00	20.679.243,00	504.140.095,00
2039 GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMAFINANCEIRO NACIONAL	402.990.325,00	5.782.198,00	-	25.115.675,00	433.888.198,00
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	707.100.932,00	173.997.142,00	-	2.548.918.580,00	3.430.016.654,00
2041 GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL	136.382.820,00	(2.037.541,00)	-	7.676.470,00	142.021.749,00
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	615.513.108,00	5.020.000,00	-	60.427.280,00	680.960.388,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	290.421.952,00	-	1.200.000,00	2.820.000,00	294.441.952,00
2045 LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	39.765.371,00	-	-	711.853,00	40.477.224,00
2046 MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA	47.761.297,00	(119.000,00)	34.000.000,00	43.917.287,00	125.559.584,00
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	37.373.530,00	-	-	-	37.373.530,00
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	568.648.031,00	(7.726.000,00)	-	1.365.309.860,00	1.926.231.891,00
2049 MORADIA DIGNA	11.336.986.364,00	77.850.000,00	-	3.882.706.334,00	15.297.542.698,00
2050 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	429.319.782,00	-	-	124.572.500,00	553.892.282,00
2051 OFERTA DE ÁGUA	117.406.000,00	24.927.435,00	-	1.112.476.957,00	1.254.810.392,00
2052 PESCA E AQUICULTURA	137.274.539,00	(6.413.290,00)	-	21.315.189,00	152.176.438,00
2053 PETRÓLEO E GÁS	286.043.440,00	(73.670.000,00)	-	1.112.000,00	213.485.440,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	97.843.905,00	(1.350.000,00)	-	384.631.667,00	481.125.572,00
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	5.450.519.053,00	119.374.022,00	-	2.180.268.363,00	7.750.161.438,00
2056 POLÍTICA ESPACIAL	310.270.536,00	-	-	46.021.723,00	356.292.259,00
2057 POLÍTICA EXTERNA	957.871.287,00	133.280.671,00	1.500.000,00	120.136.000,00	1.212.787.958,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	12.177.455.938,00	1.130.458.250,00	-	3.762.566.820,00	17.070.481.008,00
2059 POLÍTICA NUCLEAR	577.141.399,00	72.268.705,00	-	30.847.936,00	680.258.040,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	74.700.000,00	1.410.000,00	131.930.000,00	4.240.566,00	212.280.566,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	309.349.521.125,00	4.504.540.961,00	4.000.000,00	80.024.000,00	313.938.086.086,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	286.203.504,00	(9.104.074,00)	-	21.805.706,00	298.905.136,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	28.678.997,00	-	-	466.667,00	29.145.664,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	117.115.378,00	(338.000,00)	-	600.000,00	117.377.378,00
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	783.337.910,00	89.596.192,00	-	48.944.474,00	921.878.576,00
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	2.578.105.426,00	(184.820.000,00)	-	899.036.198,00	3.292.321.624,00
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	225.612.622,00	(6.000.000,00)	-	13.398.258,00	233.010.880,00
2068 SANEAMENTO BÁSICO	1.462.106.473,00	165.264.681,00	-	1.275.524.311,00	2.902.895.465,00
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	3.614.076.001,00	(139.025.355,00)	-	772.420.787,00	4.247.471.433,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3.512.601.843,00	3.403.009,00	-	641.011.509,00	4.157.016.361,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	40.410.667.531,00	709.527.631,00	-	8.748.832,00	41.128.943.994,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	169.800.351,00	113.200.000,00	532.751,00	694.933.334,00	978.466.436,00
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	23.078.167,00	-	-	161.500.000,00	184.578.167,00
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	105.015.200,00	(17.650.000,00)	300.000,00	151.796.668,00	239.461.868,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	567.897.096,00	(119.687.988,00)	7.686.840,00	4.734.246.446,00	5.190.142.394,00
2076 TURISMO	886.486.659,00	(33.603.970,00)	-	824.206.207,00	1.677.088.896,00
2100 CONTROLE DA ATUAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	51.966.679,00	7.755.089,00	-	1.333.333,00	61.055.101,00
2101 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	4.708.143.227,00	47.443.236,00	-	68.912.080,00	4.824.498.543,00
2102 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	73.128.096,00	(405.681,00)	-	1.315.905,00	74.038.320,00
2103 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDAD	16.916.905,00	747.360,00	-	730.560,00	18.394.825,00
2104 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	12.732.000,00	877.010,00	-	60.820,00	13.669.830,00
2105 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIM	3.926.664.381,00	515.063.709,00	-	10.764.333,00	4.452.492.423,00
2106 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1.892.805.210,00	93.936.788,00	-	17.502.834,00	2.004.244.832,00
2107 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	547.431.673,00	25.560.039,00	-	9.868.027,00	582.859.739,00
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	21.177.378.925,00	1.249.686.782,00	-	72.696.149,00	22.499.761.856,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	3.901.066.355,00	835.035.452,00	-	57.787.267,00	4.793.889.074,00
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	11.706.606.079,00	512.313.382,00	-	404.621.685,00	12.623.541.146,00
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	803.444.477,00	44.660.323,00	-	18.855.423,00	866.960.223,00
2112 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	5.374.959.000,00	105.733.253,00	-	22.251.615,00	5.502.943.868,00
2113 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA PESCAE AQÐICULTURA	103.534.225,00	2.198.500,00	-	1.772.456,00	107.505.181,00
2114 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.181.938.417,00	(38.579.401,00)	-	3.459.888,00	5.146.818.904,00
2115 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	8.925.935.737,00	477.667.095,00	-	35.111.110,00	9.438.713.942,00
2116 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	631.172.329,00	43.075.254,00	-	23.296.664,00	697.544.247,00
2117 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÓES	487.728.849,00	18.204.253,00	-	8.991.805,00	514.924.907,00
2118 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÓES EXTERIORES	1.096.420.803,00	198.124.127,00	-	24.299.400,00	1.318.844.330,00
2119 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINASE ENERGIA	1.213.307.850,00	72.704.242,00	-	41.799.381,00	1.327.811.473,00
2120 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	758.691.651,00	7.377.570,00	-	7.366.666,00	773.435.887,00
2121 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉ	766.337.252,00	65.972.403,00	-	24.824.638,00	857.134.293,00
2122 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE	262.537.532,00	(14.216.715,00)	-	2.697.905,00	251.018.722,00
2123 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE	292.234.802,00	2.142.000,00	-	4.359.666,00	298.736.468,00
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1.249.334.856,00	16.647.006,00	-	19.224.944,00	1.285.206.806,00
2125 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	4.154.203.935,00	(1.042.069.389,00)	-	1.784.997.033,00	4.897.131.579,00
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	2.525.165.540,00	(77.467.689,00)	-	253.525.786,00	2.701.223.637,00
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.619.361.879,00	28.940.000,00	-	5.257.914,00	1.653.559.793,00
2128 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO	104.734.965,00	37.293.597,00	-	4.483.333,00	146.511.895,00
NORDESTE	57.871.611.373,00	1.090.339.112,00	117.700.850,00	1.181.724.426,00	60.261.375.761,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.351.464.893,00	212.025.000,00	-	-	2.563.489.893,00
0550 CONTROLE EXTERNO	3.940.000,00	-	-	666.667,00	4.606.667,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	2.500.000,00	-	-	833.333,00	3.333.333,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	15.712.215,00	(515.000,00)	1.422.961,00	700.000,00	17.320.176,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	309.980.542,00	17.473.193,00	3.476.929,00	9.485.457,00	340.416.121,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	487.924.778,00	12.542.063,00	3.481.240,00	56.154.016,00	560.102.097,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	32.347.813,00	(2.336.690,00)	2.290.000,00	8.883.900,00	41.185.023,00
0901 OPERAÇÓES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	25.398.306,00	(1.567.652,00)	-	-	23.830.654,00
0902 OPERAÇÓES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	5.875.672.514,00	-	-	1.031.432.410,00	6.907.104.924,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	183.800.425,00	44.000.000,00	-	-	227.800.425,00
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	-	-	29.720,00	-	29.720,00
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	-	-	17.000.000,00	-	17.000.000,00
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	2.600.000,00	-	-	-	2.600.000,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	326.299.099,00	15.338.454,00	-	-	341.637.553,00
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	238.155.549,00	-	-	-	238.155.549,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	16.374.163.695,00	(319.820.715,00)	-	-	16.054.342.980,00
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	4.540.000,00	-	-	-	4.540.000,00
2017 AVIAÇÃO CIVIL	69.000.000,00	-	-	-	69.000.000,00
2018 BIODIVERSIDADE	745.000,00	-	-	-	745.000,00
2019 BOLSA FAMÍLIA	9.725.692.000,00	966.445.000,00	-	-	10.692.137.000,00
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	63.426.851,00	-	-	-	63.426.851,00
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	62.800.000,00	-	-	-	62.800.000,00
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	160.000,00	-	-	-	160.000,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	133.749.702,00	-	-	-	133.749.702,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	654.350.486,00	-	-	-	654.350.486,00
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	1.534.093.023,00	7.960.852,00	-	-	1.542.053.875,00
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	890.263.744,00	82.042.573,00	-	-	972.306.317,00
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	1.643.134.777,00	200.720.713,00	-	-	1.843.855.490,00
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	2.750.000,00	-	-	-	2.750.000,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	293.703.185,00	-	-	-	293.703.185,00
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	750.000,00	-	-	-	750.000,00
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	358.517.202,00	(12.514.328,00)	-	-	346.002.874,00
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	313.359.608,00	1.222.442,00	90.000.000,00	-	404.582.050,00
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	3.500.000,00	-	-	-	3.500.000,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	5.236.000,00	-	-	-	5.236.000,00
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	2.550.000,00	-	-	-	2.550.000,00
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	359.041.870,00	-	-	-	359.041.870,00
2049 MORADIA DIGNA	529.500.974,00	(87.057.871,00)	-	-	442.443.103,00
2050 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1.250.000,00	-	-	-	1.250.000,00
2051 OFERTA DE ÁGUA	2.121.689.376,00	(55.325.188,00)	-	-	2.066.364.188,00
2052 PESCA E AQUICULTURA	16.550.000,00	-	-	-	16.550.000,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	597.051.035,00	-	-	-	597.051.035,00
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	72.400.000,00	(4.500.000,00)	-	-	67.900.000,00
2056 POLÍTICA ESPACIAL	112.011.455,00	-	-	28.566.485,00	140.577.940,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	6.190.000,00	-	-	-	6.190.000,00
2059 POLÍTICA NUCLEAR	37.377.912,00	(7.475.000,00)	-	7.415.907,00	37.318.819,00
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	43.974.851,00	-	-	-	43.974.851,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.850.000,00	(1.000.000,00)	-	-	16.850.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	98.937.548,00	(8.076.313,00)	-	-	90.861.235,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	800.000,00	-	-	-	800.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	4.100.000,00	-	-	-	4.100.000,00
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	700.000,00	-	-	-	700.000,00
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	60.430.000,00	-	-	-	60.430.000,00
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
2068 SANEAMENTO BÁSICO	860.445.996,00	(77.225.477,00)	-	-	783.220.519,00
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	38.546.800,00	-	-	-	38.546.800,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	87.540.522,00	(59.000,00)	-	-	87.481.522,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	6.904.000,00	-	-	-	6.904.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	1.199.670.689,00	(434.000.000,00)	-	-	765.670.689,00
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	111.740.000,00	(13.360.000,00)	-	34.086.667,00	132.466.667,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.622.850.226,00	95.651.092,00	-	-	3.718.501.318,00
2076 TURISMO	949.765.628,00	(300.000,00)	-	-	949.465.628,00
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	2.050.000,00	-	-	-	2.050.000,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	4.884.123.563,00	474.678.010,00	-	-	5.358.801.573,00
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	27.546.302,00	(14.482.925,00)	-	3.499.584,00	16.562.961,00
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	2.041.219,00	(144.121,00)	-	-	1.897.098,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
2116 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	200.000,00	-	-	-	200.000,00
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	3.050.000,00	-	-	-	3.050.000,00
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
NORTE	20.417.333.786,00	214.091.676,00	15.635.282,00	84.830.407,00	20.731.891.151,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.501.358.126,00	84.268.967,00	-	-	1.585.627.093,00
0550 CONTROLE EXTERNO	970.287,00	-	-	626.667,00	1.596.954,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	32.229.470,00	(775.000,00)	-	166.667,00	31.621.137,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	124.105.839,00	11.157.837,00	-	2.891.723,00	138.155.399,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	110.622.489,00	6.469.456,00	3.152.282,00	4.716.307,00	124.960.534,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	13.526.000,00	1.333.279,00	3.000.000,00	2.433.333,00	20.292.612,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	16.845.561,00	(1.293.626,00)	-	-	15.551.935,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.958.557.345,00	-	-	-	1.958.557.345,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	54.007.130,00	12.000.000,00	-	-	66.007.130,00
0911 OPERAÇÕES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	81.000,00	-	-	-	81.000,00
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	-	-	5.500.000,00	-	5.500.000,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	-	-	2.452.000,00	-	2.452.000,00
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	300.000,00	-	-	-	300.000,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	33.299.125,00	(11.352.000,00)	-	-	21.947.125,00
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	220.574.400,00	-	-	-	220.574.400,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	4.371.529.127,00	(147.980.826,00)	-	-	4.223.548.301,00
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	1.700.000,00	-	-	-	1.700.000,00
2017 AVIAÇÃO CIVIL	30.500.000,00	-	-	-	30.500.000,00
2018 BIODIVERSIDADE	36.616.939,00	-	-	-	36.616.939,00
2019 BOLSA FAMÍLIA	2.194.025.000,00	219.402.500,00	-	-	2.413.427.500,00
2020 CIDADANIA E JUSTIÇA	6.500.000,00	-	-	-	6.500.000,00
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	73.038.291,00	1.800.000,00	-	2.629.737,00	77.468.028,00
2024 COMÉRCIO EXTERIOR	21.600.000,00	-	-	-	21.600.000,00
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	6.320.000,00	-	-	-	6.320.000,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	23.610.000,00	-	-	-	23.610.000,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	512.643.099,00	3.000.000,00	-	-	515.643.099,00
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	566.262.744,00	27.771.495,00	-	-	594.034.239,00
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	291.846.508,00	22.233.156,00	-	-	314.079.664,00
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	753.364.617,00	73.529.631,00	-	-	826.894.248,00
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	650.000,00	-	-	-	650.000,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	130.950.000,00	(500.000,00)	-	-	130.450.000,00
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	91.413.262,00	(3.029.788,00)	-	-	88.383.474,00
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	145.641.532,00	9.393.000,00	-	-	155.034.532,00
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	2.500.000,00	-	-	-	2.500.000,00
2043 INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	2.950.000,00	-	-	-	2.950.000,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	500.000,00	-	-	-	500.000,00
2045 LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	200.000,00	-	-	-	200.000,00
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	100.000,00	-	-	-	100.000,00
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	25.000.000,00	-	-	-	25.000.000,00
2049 MORADIA DIGNA	179.523.494,00	(48.700.000,00)	-	-	130.823.494,00
2051 OFERTA DE ÁGUA	2.600.000,00	-	-	-	2.600.000,00
2052 PESCA E AQUICULTURA	49.695.349,00	(1.100.000,00)	-	-	48.595.349,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	309.451.375,00	-	-	-	309.451.375,00
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	4.580.000,00	(200.000,00)	-	-	4.380.000,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	438.406.000,00	(2.000.000,00)	-	-	436.406.000,00
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	15.980.174,00	-	-	-	15.980.174,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	12.900.000,00	(1.500.000,00)	-	-	11.400.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	20.886.016,00	(1.353.240,00)	-	-	19.532.776,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	7.038.600,00	-	-	-	7.038.600,00
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	31.850.000,00	-	-	-	31.850.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
2068 SANEAMENTO BÁSICO	309.926.984,00	(14.731.950,00)	-	-	295.195.034,00
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	30.315.000,00	-	-	-	30.315.000,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	225.078.065,00	4.173.966,00	-	-	229.252.031,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.214.000,00	-	-	-	4.214.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	9.863.283,00	-	-	-	9.863.283,00
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	302.894.137,00	27.100.000,00	1.531.000,00	70.600.000,00	402.125.137,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.302.742.175,00	(150.292.965,00)	-	-	2.152.449.210,00
2076 TURISMO	139.687.125,00	-	-	-	139.687.125,00
2101 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.000.000,00	(400.000,00)	-	765.973,00	2.365.973,00
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	2.800.000,00	-	-	-	2.800.000,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.356.839.016,00	142.587.767,00	-	-	1.499.426.783,00
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.202.590.294,00	(37.559.453,00)	-	-	1.165.030.841,00
2120 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	450.000,00	-	-	-	450.000,00
2121 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉ	80.680.108,00	(8.740.000,00)	-	-	71.940.108,00
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	300.000,00	-	-	-	300.000,00
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	16.104.700,00	(620.530,00)	-	-	15.484.170,00
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	600.000,00	-	-	-	600.000,00
SUDESTE	53.267.980.100,00	1.031.942.833,00	508.062.804,00	45.373.722,00	54.853.359.459,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	3.498.275.804,00	266.901.600,00	-	-	3.765.177.404,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	-	-	15.800.000,00	-	15.800.000,00
0550 CONTROLE EXTERNO	-	-	-	500.000,00	500.000,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	28.881.993,00	(3.204.931,00)	8.200.000,00	6.215.490,00	40.092.552,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	290.948.322,00	20.245.403,00	-	30.000,00	311.223.725,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	599.992.921,00	24.548.004,00	925.570,00	9.626.715,00	635.093.210,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	19.700.000,00	(340.000,00)	2.000.000,00	5.166.667,00	26.526.667,00
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	-	-	3.700.000,00	-	3.700.000,00
0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	-	-	25.000.000,00	-	25.000.000,00
0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	-	-	23.000.000,00	-	23.000.000,00
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	-	-	14.632.671,00	-	14.632.671,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50.657.789,00	(1.703.023,00)	-	-	48.954.766,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	489.004.575,00	(13.000.000,00)	12.867.797,00	-	488.872.372,00
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	105.088,00	18.481,00	-	-	123.569,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	-	-	87.433.333,00	-	87.433.333,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	-	-	300.000,00	-	300.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	-	-	4.500.000,00	-	4.500.000,00
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	-	-	292.269.740,00	-	292.269.740,00
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	-	-	33.693,00	-	33.693,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	-	-	15.000.000,00	-	15.000.000,00
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	9.130.005,00	-	-	-	9.130.005,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	13.724.000,00	(2.995.000,00)	-	-	10.729.000,00
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	312.655.280,00	-	-	-	312.655.280,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	23.461.223.819,00	(308.642.084,00)	-	-	23.152.581.735,00
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	6.880.000,00	-	-	-	6.880.000,00
2018 BIODIVERSIDADE	2.564.000,00	28.420,00	-	-	2.592.420,00
2019 BOLSA FAMÍLIA	4.363.221.000,00	435.872.300,00	-	-	4.799.093.300,00
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	61.130.777,00	1.000,00	-	13.100,00	61.144.877,00
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	24.595.000,00	-	-	-	24.595.000,00
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	45.344.637,00	426.865,00	-	-	45.771.502,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	104.414.000,00	(250.566,00)	-	-	104.163.434,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	84.402.345,00	(5.540.000,00)	-	-	78.862.345,00
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	1.607.290.887,00	69.253.140,00	-	-	1.676.544.027,00
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	697.752.708,00	40.707.640,00	-	-	738.460.348,00
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	2.635.451.348,00	381.057.819,00	-	-	3.016.509.167,00
2033 ENERGIA ELÉTRICA	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	3.690.000,00	-	-	-	3.690.000,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	249.294.915,00	-	-	-	249.294.915,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	5.079.600,00	-	-	-	5.079.600,00
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	356.520.249,00	(12.613.215,00)	-	-	343.907.034,00
2038 DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	350.000,00	-	-	-	350.000,00
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	635.822.205,00	301.075.504,00	-	-	936.897.709,00
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	4.100.000,00	-	-	-	4.100.000,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	13.670.000,00	(1.200.000,00)	-	-	12.470.000,00
2045 LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	1.330.000,00	2.280,00	-	-	1.332.280,00
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	2.650.000,00	-	-	-	2.650.000,00
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	208.728.693,00	4.300.000,00	-	-	213.028.693,00
2049 MORADIA DIGNA	794.833.707,00	(339.050.000,00)	-	-	455.783.707,00
2051 OFERTA DE ÁGUA	69.208.621,00	(34.850.621,00)	-	23.000.000,00	57.358.000,00
2052 PESCA E AQUICULTURA	6.328.530,00	55.350,00	-	-	6.383.880,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	695.025.830,00	(750.000,00)	-	-	694.275.830,00
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	104.050.000,00	(17.400.000,00)	-	-	86.650.000,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	166.353.000,00	(12.398.255,00)	-	-	153.954.745,00
2059 POLÍTICA NUCLEAR	58.154.045,00	(3.370.000,00)	-	821.750,00	55.605.795,00
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	36.590.000,00	-	-	-	36.590.000,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.900.000,00	(1.500.000,00)	-	-	20.400.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	26.294.812,00	(1.371.699,00)	-	-	24.923.113,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	130.000,00	-	-	-	130.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	8.400.000,00	-	-	-	8.400.000,00
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	1.600.000,00	-	-	-	1.600.000,00
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	2.100.000,00	-	-	-	2.100.000,00
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	100.000,00	-	-	-	100.000,00
2068 SANEAMENTO BÁSICO	784.674.860,00	(157.580.072,00)	-	-	627.094.788,00
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.770.000,00	-	-	-	4.770.000,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	61.600.000,00	(15.000.000,00)	-	-	46.600.000,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	14.160.000,00	-	-	-	14.160.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	639.579.139,00	(149.586.840,00)	2.400.000,00	-	492.392.299,00
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	125.445.639,00	(80.827.484,00)	-	-	44.618.155,00
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	104.200.000,00	(1.400.000,00)	-	-	102.800.000,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.792.084.169,00	(2.690.009,00)	-	-	2.789.394.160,00
2076 TURISMO	217.560.000,00	-	-	-	217.560.000,00
2102 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	200.000,00	-	-	-	200.000,00
2107 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	41.930.062,00	937.269,00	-	-	42.867.331,00
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	3.860.000,00	-	-	-	3.860.000,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	6.347.835.693,00	656.303.983,00	-	-	7.004.139.676,00
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	84.625.247,00	(8.617.968,00)	-	-	76.007.279,00
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
2115 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	118.260.000,00	11.840.000,00	-	-	130.100.000,00
2121 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉ	6.240.000,00	(6.240.000,00)	-	-	-
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	37.104.786,00	489.542,00	-	-	37.594.328,00
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	500.000,00	-	-	-	500.000,00
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	500.000,00	-	-	-	500.000,00
SUL	23.129.173.061,00	1.125.743.420,00	26.160.981,00	36.887.642,00	24.317.965.104,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.359.355.591,00	121.196.900,00	-	-	1.480.552.491,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	11.737.944,00	2.200.000,00	-	3.333.334,00	17.271.278,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	121.760.643,00	3.500.067,00	7.578.000,00	533.332,00	133.372.042,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	279.525.432,00	(7.332.221,00)	5.000.000,00	15.554.309,00	292.747.520,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	9.142.764,00	4.282.000,00	950.000,00	5.133.334,00	19.508.098,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	130.695.761,00	75.184.944,00	-	-	205.880.705,00
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÕES)	424.951,00	77.000,00	-	-	501.951,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	-	-	7.000.000,00	-	7.000.000,00
1462 VETOR LOGÍSTICO SUL	-	-	3.122.981,00	-	3.122.981,00
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	1.850.000,00	-	-	-	1.850.000,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	14.080.000,00	7.145.704,00	-	-	21.225.704,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	308.335.000,00	-	-	-	308.335.000,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	8.338.455.353,00	(70.436.000,00)	-	-	8.268.019.353,00
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	2.900.000,00	-	-	-	2.900.000,00
2019 BOLSA FAMÍLIA	1.400.179.000,00	140.017.900,00	-	-	1.540.196.900,00
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	50.186.000,00	-	-	-	50.186.000,00
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	3.500.000,00	-	-	-	3.500.000,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	18.200.000,00	(200.000,00)	-	-	18.000.000,00
2028 DEFESA AGROPECUÁRIA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	74.276.157,00	-	-	-	74.276.157,00
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	543.127.254,00	28.795.640,00	-	-	571.922.894,00
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	376.495.714,00	29.208.559,00	-	-	405.704.273,00
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	1.465.536.514,00	145.187.803,00	-	-	1.610.724.317,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	112.430.000,00	-	-	-	112.430.000,00
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	100.000,00	-	-	-	100.000,00
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	147.554.492,00	(4.931.935,00)	-	-	142.622.557,00
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	126.937.231,00	72.211.585,00	-	-	199.148.816,00
2042 INOVAÇÓES PARA A AGROPECUÁRIA	15.100.000,00	-	-	-	15.100.000,00
2043 INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	2.800.000,00	-	-	-	2.800.000,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	400.000,00	-	-	-	400.000,00
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	164.870.000,00	26.783.871,00	-	-	191.653.871,00
2049 MORADIA DIGNA	237.795.936,00	(76.500.000,00)	-	-	161.295.936,00
2051 OFERTA DE ÁGUA	14.911.400,00	(10.292.400,00)	-	-	4.619.000,00
2052 PESCA E AQUICULTURA	7.710.000,00	-	-	-	7.710.000,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	312.718.000,00	-	-	-	312.718.000,00
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	19.800.000,00	-	-	-	19.800.000,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	3.950.000,00	-	-	-	3.950.000,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.500.000,00	-	-	-	5.500.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17.161.336,00	(1.292.372,00)	-	-	15.868.964,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.950.000,00	-	-	-	1.950.000,00
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	1.550.000,00	-	-	-	1.550.000,00
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	152.448,00	-	-	-	152.448,00
2068 SANEAMENTO BÁSICO	327.358.623,00	(6.594.185,00)	-	-	320.764.438,00
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	52.686.927,00	(300.000,00)	-	-	52.386.927,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.400.000,00	-	-	-	1.400.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	31.929.768,00	(15.000.000,00)	2.000.000,00	-	18.929.768,00
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	9.576.003,00	-	-	-	9.576.003,00
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	165.950.000,00	(108.390.000,00)	150.000,00	12.333.333,00	70.043.333,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.479.836.662,00	130.123.672,00	360.000,00	-	2.610.320.334,00
2076 TURISMO	194.178.000,00	-	-	-	194.178.000,00
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	400.000,00	-	-	-	400.000,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	3.426.473.539,00	505.203.006,00	-	-	3.931.676.545,00
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	7.379.402,00	(5.660.000,00)	-	-	1.719.402,00
2115 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	537.831.104,00	137.472.300,00	-	-	675.303.404,00
2116 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	182.118.112,00	4.081.582,00	-	-	186.199.694,00
2119 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINASE ENERGIA	3.000.000,00	-	-	-	3.000.000,00
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	2.500.000,00	-	-	-	2.500.000,00
TOTAL	2.150.458.867.507,00	43.379.167.379,00	3.810.813.744,00	59.068.389.101,00	2.256.717.237.731,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
Poder Executivo	2.111.419.723.461,00	42.527.944.961,00	3.620.885.102,00	58.534.103.829,00	2.216.102.657.353,00
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.292.666.748,00	1.312.854.252,00	115.560.621,00	1.587.003.409,00	11.308.085.030,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	8.292.666.748,00	1.312.854.252,00	115.560.621,00	1.587.003.409,00	11.308.085.030,00
20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	5.864.206.053,00	1.224.469.252,00	115.560.621,00	1.585.507.409,00	8.789.743.335,00
20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.713.831,00	490.000,00	-	66.667,00	9.270.498,00
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.419.746.864,00	87.895.000,00	-	1.429.333,00	2.509.071.197,00
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	15.833.984.156,00	(4.218.145.619,00)	48.834.900,00	2.506.372.333,00	14.171.045.770,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	14.159.226.815,00	(4.245.883.120,00)	48.834.900,00	2.499.706.702,00	12.461.885.297,00
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	14.159.226.815,00	(4.245.883.120,00)	48.834.900,00	2.499.706.702,00	12.461.885.297,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.674.757.341,00	27.737.501,00	-	6.665.631,00	1.709.160.473,00
20202 FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	43.576.435,00	1.173.000,00	-	741.792,00	45.491.227,00
25205 FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	1.631.180.906,00	26.564.501,00	-	5.923.839,00	1.663.669.246,00
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	13.240.643.271,00	685.384.055,00	130.250.000,00	1.210.116.087,00	15.266.393.413,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	5.283.800.759,00	164.776.738,00	-	83.954.675,00	5.532.532.172,00
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	5.283.800.759,00	164.776.738,00	-	83.954.675,00	5.532.532.172,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.956.842.512,00	520.607.317,00	130.250.000,00	1.126.161.412,00	9.733.861.241,00
22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.099.911.501,00	372.006.963,00	-	58.901.998,00	2.530.820.462,00
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	2.962.542.616,00	148.600.354,00	130.250.000,00	7.063.333,00	3.248.456.303,00
22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.894.388.395,00	-	-	1.060.196.081,00	3.954.584.476,00
24000 MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	9.418.669.479,00	507.975.891,00	1.691.433,00	968.125.398,00	10.896.462.201,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	2.033.045.617,00	67.800.000,00	1.691.433,00	125.400.955,00	2.227.938.005,00
24000 MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	2.033.045.617,00	67.800.000,00	1.691.433,00	125.400.955,00	2.227.938.005,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.385.623.862,00	440.175.891,00	-	842.724.443,00	8.668.524.196,00
20301 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	766.303.400,00	24.530.187,00	-	7.128.589,00	797.962.176,00
20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	242.237.743,00	90.260.338,00	-	2.207.999,00	334.706.080,00
20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	744.119.586,00	127.248.464,00	-	35.030.219,00	906.398.269,00
20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	348.780.683,00	-	-	58.754.874,00	407.535.557,00
20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	1.417.888.303,00	189.693.997,00	-	12.189.014,00	1.619.771.314,00
24209 CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	118.487.755,00	8.442.905,00	-	6.921.293,00	133.851.953,00
24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	3.747.806.392,00	-	-	720.492.455,00	4.468.298.847,00
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.231.437.560.815,00	19.949.949.413,00	1.875.800.000,00	2.637.496.852,00	1.255.900.807.080,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.215.573.431.615,00	19.897.223.261,00	1.875.800.000,00	2.591.503.497,00	1.239.937.958.373,00
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.202.654.332.180,00	30.240.834.301,00	1.875.800.000,00	2.591.503.497,00	1.237.362.469.978,00
90000 RESERVA DE CONTINGENCIA	12.919.099.435,00	(10.343.611.040,00)	-	-	2.575.488.395,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	15.864.129.200,00	52.726.152,00	-	45.993.355,00	15.962.848.707,00
25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	2.574.604.245,00	35.407.453,00	-	38.631.262,00	2.648.642.960,00
25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	296.394.790,00	22.215.357,00	-	2.849.518,00	321.459.665,00
25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	189.558.132,00	(4.896.658,00)	-	4.512.575,00	189.174.049,00
25901 FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	510.750.949,00	-	-	-	510.750.949,00
25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	148.999.013,00	-	-	-	148.999.013,00
25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	2.175.934.883,00	-	-	-	2.175.934.883,00
25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	9.967.887.188,00	-	-	-	9.967.887.188,00
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	85.915.595.837,00	9.219.210.631,00	176.488.578,00	6.654.909.432,00	101.966.204.478,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.540.475.023,00	237.384.043,00	-	83.592.055,00	3.861.451.121,00
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	3.540.475.023,00	237.384.043,00	-	83.592.055,00	3.861.451.121,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	82.375.120.814,00	8.981.826.588,00	176.488.578,00	6.571.317.377,00	98.104.753.357,00
26201 COLEGIO PEDRO II	388.699.598,00	26.388.375,00	-	5.315.333,00	420.403.306,00
26230 FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	76.312.082,00	11.791.964,00	-	5.779.243,00	93.883.289,00
26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	529.734.016,00	47.763.201,00	-	8.443.757,00	585.940.974,00
26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.058.354.215,00	87.867.820,00	-	12.994.116,00	1.159.216.151,00
26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.119.976.795,00	29.924.166,00	-	25.071.561,00	1.174.972.522,00
26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	659.520.711,00	65.352.826,00	-	8.208.389,00	733.081.926,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	832.479.431,00	51.271.029,00	-	19.947.169,00	903.697.629,00
26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.342.868.019,00	103.808.903,00	-	21.733.524,00	1.468.410.446,00
26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	651.213.290,00	115.432.750,00	87.433.333,00	39.299.139,00	893.378.512,00
26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.457.473.893,00	129.798.197,00	-	24.195.358,00	1.611.467.448,00
26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	894.089.527,00	43.253.702,00	-	21.227.571,00	958.570.800,00
26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.043.355.798,00	76.478.553,00	-	10.380.256,00	1.130.214.607,00
26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	1.118.748.700,00	85.451.101,00	-	14.957.638,00	1.219.157.439,00
26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.063.793.076,00	137.933.354,00	-	17.603.443,00	1.219.329.873,00
26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.028.785.232,00	79.277.236,00	-	20.611.354,00	1.128.673.822,00
26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.128.627.068,00	88.802.973,00	-	15.717.741,00	1.233.147.782,00
26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2.442.403.212,00	195.948.886,00	-	18.770.416,00	2.657.122.514,00
26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.018.732.878,00	122.421.166,00	-	17.504.548,00	1.158.658.592,00
26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	805.442.474,00	57.618.770,00	-	15.417.369,00	878.478.613,00
26248 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	323.274.935,00	30.159.469,00	-	18.937.569,00	372.371.973,00
26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	384.255.819,00	29.904.379,00	-	8.097.748,00	422.257.946,00
26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	127.474.775,00	8.955.704,00	-	4.450.613,00	140.881.092,00
26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	180.500.626,00	18.499.766,00	-	4.138.291,00	203.138.683,00
26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	436.561.778,00	31.972.520,00	-	10.466.417,00	479.000.715,00
26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	133.288.002,00	4.450.457,00	-	16.066.173,00	153.804.632,00
26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	276.343.592,00	32.447.850,00	-	6.876.994,00	315.668.436,00
26255 UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	119.534.722,00	32.740.104,00	-	24.413.397,00	176.688.223,00
26256 CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	201.226.409,00	16.427.643,00	-	5.403.965,00	223.058.017,00
26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	229.242.830,00	16.365.944,00	-	7.680.687,00	253.289.461,00
26258 UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	419.264.599,00	64.285.648,00	-	19.551.309,00	503.101.556,00
26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	151.676.868,00	12.391.503,00	-	4.731.140,00	168.799.511,00
26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	129.315.966,00	16.934.357,00	-	6.810.211,00	153.060.534,00
26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	755.900.403,00	58.052.640,00	-	18.271.063,00	832.224.106,00
26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	221.858.147,00	24.533.972,00	-	9.851.838,00	256.243.957,00
26264 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	145.828.162,00	12.909.069,00	-	16.642.531,00	175.379.762,00
26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	149.111.956,00	13.766.743,00	-	10.039.834,00	172.918.533,00
26267 UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	130.613.541,00	23.862.978,00	-	15.935.840,00	170.412.359,00
26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	173.292.665,00	11.220.880,00	-	4.405.567,00	188.919.112,00
26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	297.058.850,00	30.824.932,00	-	5.842.043,00	333.725.825,00
26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	457.816.910,00	61.906.085,00	-	14.855.900,00	534.578.895,00
26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.389.551.543,00	192.319.873,00	-	27.536.719,00	1.609.408.135,00
26272 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	489.526.448,00	58.006.208,00	-	16.718.706,00	564.251.362,00
26273 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	373.880.246,00	52.157.529,00	-	11.934.250,00	437.972.025,00
26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	829.572.075,00	87.447.117,00	-	24.761.539,00	941.780.731,00
26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	212.710.839,00	33.185.141,00	-	6.304.751,00	252.200.731,00
26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	564.563.575,00	47.320.458,00	-	21.323.228,00	633.207.261,00
26277 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	244.731.721,00	19.967.092,00	-	4.850.893,00	269.549.706,00
26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	467.639.262,00	42.625.632,00	-	7.254.217,00	517.519.111,00
26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	433.401.655,00	45.784.577,00	-	9.332.717,00	488.518.949,00
26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	358.994.132,00	27.528.765,00	-	9.236.406,00	395.759.303,00
26281 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	385.613.475,00	45.782.637,00	-	17.455.321,00	448.851.433,00
26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	539.294.742,00	44.032.581,00	-	9.995.175,00	593.322.498,00
26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	455.874.623,00	47.891.558,00	-	8.212.016,00	511.978.197,00
26284 FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	69.487.355,00	16.105.517,00	-	5.140.336,00	90.733.208,00
26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	160.042.807,00	19.420.375,00	-	8.192.352,00	187.655.534,00
26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	86.976.320,00	11.534.164,00	-	5.164.444,00	103.674.928,00
26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	765.698.972,00	20.403.898,00	724.245,00	14.865.586,00	801.692.701,00
26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.506.642.351,00	329.420.333,00	-	55.515.329,00	3.891.578.013,00
26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	106.376.351,00	3.669.367,00	-	2.111.516,00	112.157.234,00
26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	494.112.786,00	136.014.020,00	-	23.970.624,00	654.097.430,00
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	39.685.594.578,00	4.467.033.666,00	88.331.000,00	5.182.442.038,00	49.423.401.282,00
26350 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	162.776.236,00	14.588.470,00	-	8.029.259,00	185.393.965,00
26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	120.387.946,00	10.757.423,00	-	13.572.784,00	144.718.153,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26352 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	223.134.706,00	26.898.847,00	-	21.587.458,00	271.621.011,00
26402 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	176.001.760,00	25.313.605,00	-	9.884.646,00	211.200.011,00
26403 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	162.407.285,00	15.724.927,00	-	16.040.743,00	194.172.955,00
26404 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	143.404.686,00	27.876.150,00	-	7.089.112,00	178.369.948,00
26405 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	276.282.503,00	34.201.256,00	-	19.499.998,00	329.983.757,00
26406 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	267.825.256,00	90.679.675,00	-	9.050.758,00	367.555.689,00
26407 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	116.692.408,00	16.690.611,00	-	9.133.066,00	142.516.085,00
26408 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	262.548.983,00	30.924.530,00	-	16.194.993,00	309.668.506,00
26409 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	165.194.311,00	21.048.817,00	-	14.071.645,00	200.314.773,00
26410 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	91.822.237,00	21.709.903,00	-	6.004.281,00	119.536.421,00
26411 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	139.669.052,00	25.047.727,00	-	4.526.581,00	169.243.360,00
26412 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	116.406.657,00	16.447.372,00	-	7.849.480,00	140.703.509,00
26413 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	89.999.391,00	16.552.536,00	-	4.637.108,00	111.189.035,00
26414 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	167.146.565,00	36.926.155,00	-	10.668.938,00	214.741.658,00
26415 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	46.819.449,00	21.394.036,00	-	8.593.431,00	76.806.916,00
26416 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	203.662.188,00	24.772.433,00	-	15.040.973,00	243.475.594,00
26417 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	213.304.430,00	33.495.745,00	-	13.047.892,00	259.848.067,00
26418 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	258.739.037,00	42.643.192,00	-	14.565.031,00	315.947.260,00
26419 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	157.688.127,00	23.168.942,00	-	12.897.115,00	193.754.184,00
26420 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	100.841.124,00	15.986.825,00	-	4.672.249,00	121.500.198,00
26421 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	63.357.566,00	11.970.718,00	-	6.345.511,00	81.673.795,00
26422 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	125.234.774,00	16.371.240,00	-	8.491.092,00	150.097.106,00
26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	126.956.792,00	20.590.723,00	-	8.567.458,00	156.114.973,00
26424 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	89.235.685,00	11.291.599,00	-	8.446.728,00	108.974.012,00
26425 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	34.333.727,00	18.559.147,00	-	3.754.167,00	56.647.041,00
26426 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	25.294.495,00	10.231.696,00	-	4.155.549,00	39.681.740,00
26427 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	239.217.099,00	32.611.898,00	-	20.121.924,00	291.950.921,00
26428 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	118.512.788,00	23.413.205,00	-	15.651.732,00	157.577.725,00
26429 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	170.039.045,00	37.462.699,00	-	8.526.928,00	216.028.672,00
26430 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	66.901.820,00	18.580.689,00	-	4.500.876,00	89.983.385,00
26431 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	155.421.741,00	27.274.660,00	-	12.921.603,00	195.618.004,00
26432 INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	150.419.645,00	30.759.051,00	-	17.050.888,00	198.229.584,00
26433 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	185.918.441,00	24.797.483,00	-	5.894.801,00	216.610.725,00
26434 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	168.675.524,00	26.081.953,00	-	7.859.146,00	202.616.623,00
26435 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	228.749.149,00	33.547.242,00	-	6.744.116,00	269.040.507,00
26436 INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	191.222.408,00	25.499.448,00	-	9.273.442,00	225.995.298,00
26437 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	60.544.484,00	11.020.699,00	-	4.282.888,00	75.848.071,00
26438 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	220.136.335,00	39.654.555,00	-	10.566.304,00	270.357.194,00
26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	287.461.765,00	59.158.948,00	-	21.467.668,00	368.088.381,00
26440 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	118.609.657,00	33.908.649,00	-	25.461.122,00	177.979.428,00
26441 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	86.868.551,00	6.804.563,00	-	8.411.119,00	102.084.233,00
26442 UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	68.584.232,00	(2.877.577,00)	-	22.224.535,00	87.931.190,00
26443 EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	6.333.328,00	15.416.000,00	-	54.975.021,00	76.724.349,00
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	3.364.760.593,00	142.530.378,00	-	44.922.684,00	3.552.213.655,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.613.389.440,00	1.211.065,00	-	6.959.380,00	1.621.559.885,00
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	1.613.389.440,00	1.211.065,00	-	6.959.380,00	1.621.559.885,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.751.371.153,00	141.319.313,00	-	37.963.304,00	1.930.653.770,00
20603 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	574.928.558,00	5.318.737,00	-	15.208.666,00	595.455.961,00
28500 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	113.682.210,00	-	-	-	113.682.210,00
30203 INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	790.635.735,00	98.080.289,00	-	20.667.000,00	909.383.024,00
30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	272.124.650,00	37.920.287,00	-	2.087.638,00	312.132.575,00
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	12.436.253.312,00	118.084.198,00	199.062.671,00	679.720.470,00	13.433.120.651,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	9.751.811.042,00	(179.561.442,00)	37.632.671,00	494.359.803,00	10.104.242.074,00
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	2.757.410.901,00	(293.910.499,00)	14.632.671,00	332.450.747,00	2.810.583.820,00
30108 DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	4.179.317.071,00	20.550.157,00	-	65.438.248,00	4.265.305.476,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
30802 DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	2.815.083.070,00	93.798.900,00	23.000.000,00	96.470.808,00	3.028.352.778,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.684.442.270,00	297.645.640,00	161.430.000,00	185.360.667,00	3.328.878.577,00
30202 FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	519.394.682,00	24.236.508,00	-	16.611.145,00	560.242.335,00
30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	29.970.747,00	4.639.132,00	-	999.999,00	35.609.878,00
30905 SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR FUNDO	50.876.791,00	-	-	182.861,00	51.059.652,00
30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	435.267.845,00	250.000.000,00	-	105.766.910,00	791.034.755,00
30909 FUNDO P/APAR.E OPERAC.ATIV.FIM.POL.FEDERAL	706.800.763,00	17.360.000,00	29.500.000,00	-	753.660.763,00
30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	757.168.923,00	-	-	57.559.186,00	814.728.109,00
30912 FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	184.962.519,00	1.410.000,00	131.930.000,00	4.240.566,00	322.543.085,00
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	28.865.659.391,00	3.216.159.251,00	-	154.372.648,00	32.236.191.290,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	22.562.306.185,00	3.214.185.148,00	-	131.129.098,00	25.907.620.431,00
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	22.562.306.185,00	3.214.185.148,00	-	131.129.098,00	25.907.620.431,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.303.353.206,00	1.974.103,00	-	23.243.550,00	6.328.570.859,00
29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	1.062.389.515,00	29.588.811,00	-	13.802.046,00	1.105.780.372,00
32205 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	4.157.493.322,00	(65.674.039,00)	-	5.193.006,00	4.097.012.289,00
32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	489.610.808,00	801.871,00	-	1.780.058,00	492.192.737,00
32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	502.659.751,00	33.026.782,00	-	1.609.614,00	537.296.147,00
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	91.199.810,00	4.230.678,00	-	858.826,00	96.289.314,00
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	329.784.715.600,00	2.547.209.931,00	4.000.000,00	83.483.888,00	332.419.409.419,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	383.794.878,00	(7.093.441,00)	-	2.333.333,00	379.034.770,00
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	383.794.878,00	(7.093.441,00)	-	2.333.333,00	379.034.770,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	329.400.920.722,00	2.554.303.372,00	4.000.000,00	81.150.555,00	332.040.374.649,00
33206 SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	41.770.564,00	5.387.395,00	-	1.483.888,00	48.641.847,00
37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	329.359.150.158,00	2.548.915.977,00	4.000.000,00	79.666.667,00	331.991.732.802,00
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.941.628.106,00	4.095.080,00	9.073.750,00	59.061.238,00	4.013.858.174,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.941.628.106,00	4.095.080,00	9.073.750,00	59.061.238,00	4.013.858.174,00
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.941.628.106,00	4.095.080,00	9.073.750,00	59.061.238,00	4.013.858.174,00
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.069.628.931,00	244.404.798,00	209.600.000,00	126.335.400,00	2.649.969.129,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	2.052.204.401,00	243.798.766,00	209.600.000,00	126.302.067,00	2.631.905.234,00
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.052.204.401,00	243.798.766,00	209.600.000,00	126.302.067,00	2.631.905.234,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	17.424.530,00	606.032,00	-	33.333,00	18.063.895,00
35201 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	17.424.530,00	606.032,00	-	33.333,00	18.063.895,00
36000 MINISTERIO DA SAUDE	91.771.806.614,00	1.972.023.784,00	300.000,00	2.183.572.196,00	95.927.702.594,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	83.498.020.408,00	1.436.958.088,00	300.000,00	1.628.459.183,00	86.563.737.679,00
36000 MINISTERIO DA SAUDE	83.498.020.408,00	1.436.958.088,00	300.000,00	1.628.459.183,00	86.563.737.679,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	8.273.786.206,00	535.065.696,00	-	555.113.013,00	9.363.964.915,00
36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.704.303.523,00	(76.801.950,00)	-	110.953.003,00	2.738.454.576,00
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	105.702.496,00	44.431.480,00	-	-	150.133.976,00
36209 HOSPITAL FEMINA S/A	59.805.241,00	34.980.580,00	-	-	94.785.821,00
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	446.225.367,00	136.777.760,00	-	42.000.000,00	625.003.127,00
36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	4.039.382.905,00	387.569.734,00	-	385.365.667,00	4.812.318.306,00
36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	692.141.366,00	7.488.092,00	-	7.440.265,00	707.069.723,00
36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	226.225.308,00	620.000,00	-	9.354.078,00	236.199.386,00
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	61.273.837.152,00	781.792.280,00	1.200.000,00	5.633.366.237,00	67.690.195.669,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	5.841.413.689,00	89.910.000,00	1.200.000,00	8.687.334,00	5.941.211.023,00
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	5.841.413.689,00	89.910.000,00	1.200.000,00	8.687.334,00	5.941.211.023,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	55.432.423.463,00	691.882.280,00	-	5.624.678.903,00	61.748.984.646,00
37201 FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	96.701.863,00	1.454.649,00	-	1.473.701,00	99.630.213,00
38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	55.335.721.600,00	690.427.631,00	-	5.623.205.202,00	61.649.354.433,00
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	26.665.885.529,00	45.294.287,00	93.164.081,00	7.894.809.482,00	34.699.153.379,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.740.930.738,00	116.097.608,00	300.000,00	250.519.999,00	4.107.848.345,00
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	3.740.930.738,00	116.097.608,00	300.000,00	250.519.999,00	4.107.848.345,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	22.924.954.791,00	(70.803.321,00)	92.864.081,00	7.644.289.483,00	30.591.305.034,00
29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	2.424.139.848,00	(177.688.898,00)	2.452.000,00	658.099.998,00	2.907.002.948,00
39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	441.054.340,00	930.000,00	7.500.000,00	3.699.999,00	453.184.339,00
39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	98.204.869,00	4.261.329,00	-	36.113.006,00	138.579.204,00
39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	15.410.649.748,00	83.194.248,00	82.912.081,00	4.811.556.903,00	20.388.312.980,00
39253 EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	90.290.746,00	(31.500.000,00)	-	97.091.000,00	155.881.746,00
49901 DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE	4.460.615.240,00	50.000.000,00	-	2.037.728.577,00	6.548.343.817,00
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	5.692.082.026,00	34.271.092,00	-	200.051.395,00	5.926.404.513,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.591.525.200,00	11.716.937,00	-	100.866.667,00	1.704.108.804,00
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.591.525.200,00	11.716.937,00	-	100.866.667,00	1.704.108.804,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.100.556.826,00	22.554.155,00	-	99.184.728,00	4.222.295.709,00
41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	3.650.067.066,00	22.554.155,00	-	30.035.338,00	3.702.656.559,00
41903 FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES	450.489.760,00	-	-	69.149.390,00	519.639.150,00
42000 MINISTERIO DA CULTURA	2.149.849.414,00	485.970.799,00	-	538.236.644,00	3.174.056.857,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	740.035.332,00	(4.792.341,00)	-	147.518.249,00	882.761.240,00
42000 MINISTERIO DA CULTURA	740.035.332,00	(4.792.341,00)	-	147.518.249,00	882.761.240,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.409.814.082,00	490.763.140,00	-	390.718.395,00	2.291.295.617,00
20203 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	86.781.130,00	18.820.000,00	-	2.691.467,00	108.292.597,00
20403 FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	35.089.502,00	926.979,00	-	334.112,00	36.350.593,00
20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	107.732.019,00	5.252.601,00	-	1.346.666,00	114.331.286,00
20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES	29.830.092,00	660.000,00	-	103.800,00	30.593.892,00
20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	321.746.915,00	8.712.659,00	-	98.700.000,00	429.159.574,00
20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	101.435.321,00	2.692.273,00	-	1.577.833,00	105.705.427,00
34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA	502.699.768,00	450.000.000,00	-	284.097.508,00	1.236.797.276,00
42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	224.499.335,00	3.698.628,00	-	1.867.009,00	230.064.972,00
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	4.014.267.376,00	89.029.299,00	23.035.196,00	237.501.322,00	4.363.833.193,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.543.569.101,00	36.356.564,00	23.035.196,00	46.549.946,00	1.649.510.807,00
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.494.450.568,00	36.326.564,00	23.035.196,00	45.014.946,00	1.598.827.274,00
44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	49.118.533,00	30.000,00	-	1.535.000,00	50.683.533,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.470.698.275,00	52.672.735,00	-	190.951.376,00	2.714.322.386,00
20701 INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	1.179.746.226,00	(3.827.538,00)	-	61.490.554,00	1.237.409.242,00
44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	10.465.036,00	-	-	630.334,00	11.095.370,00
44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	350.876.047,00	14.821.583,00	-	484.929,00	366.182.559,00
44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	53.653.310,00	831.012,00	-	884.856,00	55.369.178,00
44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	482.230.656,00	40.847.678,00	-	4.044.036,00	527.122.370,00
44902 FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	393.727.000,00	-	-	123.416.667,00	517.143.667,00
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	6.281.372.170,00	(355.701.445,00)	-	2.724.305.238,00	8.649.975.963,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	2.116.379.020,00	(37.547.159,00)	-	1.925.400.711,00	4.004.232.572,00
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.116.379.020,00	(37.547.159,00)	-	1.925.400.711,00	4.004.232.572,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.164.993.150,00	(318.154.286,00)	-	798.904.527,00	4.645.743.391,00
22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.164.993.150,00	(318.154.286,00)	-	798.904.527,00	4.645.743.391,00
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	2.749.146.024,00	697.095.080,00	-	318.280.179,00	3.764.521.283,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	2.749.146.024,00	697.095.080,00	-	318.280.179,00	3.764.521.283,00
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	2.749.146.024,00	697.095.080,00	-	318.280.179,00	3.764.521.283,00
52000 MINISTERIO DA DEFESA	64.973.782.373,00	3.147.985.322,00	494.829.740,00	4.062.362.595,00	72.678.960.030,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	64.973.782.373,00	3.147.985.322,00	494.829.740,00	4.062.362.595,00	72.678.960.030,00
52000 MINISTERIO DA DEFESA	2.191.835.364,00	127.780.261,00	157.110.000,00	323.286.208,00	2.800.011.833,00
52111 COMANDO DA AERONAUTICA	17.075.667.122,00	716.181.451,00	3.700.000,00	974.886.346,00	18.770.434.919,00
52121 COMANDO DO EXERCITO	28.018.171.291,00	1.052.946.471,00	300.019.740,00	2.224.439.678,00	31.595.577.180,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
52131 COMANDO DA MARINHA	17.688.108.596,00	1.251.077.139,00	34.000.000,00	539.750.363,00	19.512.936.098,00
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	21.002.699.043,00	(50.221.923,00)	221.305.581,00	9.676.951.645,00	30.850.734.346,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	8.227.701.977,00	(110.386.699,00)	213.805.581,00	4.003.643.630,00	12.334.764.489,00
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	8.227.701.977,00	(110.386.699,00)	213.805.581,00	4.003.643.630,00	12.334.764.489,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	12.774.997.066,00	60.164.776,00	7.500.000,00	5.673.308.015,00	18.515.969.857,00
22203 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1.331.904.140,00	48.086.391,00	7.500.000,00	334.156.947,00	1.721.647.478,00
22204 DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.125.302.258,00	9.732.639,00	-	175.689.516,00	1.310.724.413,00
53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	176.862.091,00	1.968.895,00	-	467.860.961,00	646.691.947,00
53203 SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	166.093.189,00	721.851,00	-	679.048.216,00	845.863.256,00
53207 SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	182.048.183,00	(345.000,00)	-	578.444.333,00	760.147.516,00
53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	1.958.557.345,00	-	-	687.621.611,00	2.646.178.956,00
53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	1.958.557.346,00	-	-	687.621.611,00	2.646.178.957,00
53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	5.875.672.514,00	-	-	2.062.864.820,00	7.938.537.334,00
54000 MINISTERIO DO TURISMO	2.706.633.734,00	2.915.813,00	-	828.689.540,00	3.538.239.087,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	2.479.416.109,00	(831.000,00)	-	817.138.899,00	3.295.724.008,00
54000 MINISTERIO DO TURISMO	2.479.416.109,00	(831.000,00)	-	817.138.899,00	3.295.724.008,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	227.217.625,00	3.746.813,00	-	11.550.641,00	242.515.079,00
20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	195.098.138,00	3.746.813,00	-	483.333,00	199.328.284,00
54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	32.119.487,00	-	-	11.067.308,00	43.186.795,00
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	55.129.821.734,00	2.373.567.787,00	11.529.080,00	538.422.979,00	58.053.341.580,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	22.369.123.485,00	1.629.838.996,00	8.329.080,00	504.432.979,00	24.511.724.540,00
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	22.369.123.485,00	1.629.838.996,00	8.329.080,00	504.432.979,00	24.511.724.540,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	32.760.698.249,00	743.728.791,00	3.200.000,00	33.990.000,00	33.541.617.040,00
55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	32.760.698.249,00	743.728.791,00	3.200.000,00	33.990.000,00	33.541.617.040,00
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	22.010.370.703,00	(419.420.216,00)	-	6.957.636.893,00	28.548.587.380,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	19.015.841.658,00	(212.490.536,00)	-	5.976.430.369,00	24.779.781.491,00
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	19.015.841.658,00	(212.490.536,00)	-	5.976.430.369,00	24.779.781.491,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.994.529.045,00	(206.929.680,00)	-	981.206.524,00	3.768.805.889,00
29205 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	317.210.112,00	40.126.486,00	-	282.280.859,00	639.617.457,00
29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	801.854.923,00	121.243.834,00	-	526.014.332,00	1.449.113.089,00
56901 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	921.007.923,00	(73.000.000,00)	-	74.833.333,00	922.841.256,00
56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	954.456.087,00	(295.300.000,00)	-	98.078.000,00	757.234.087,00
58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	324.534.113,00	(5.314.790,00)	-	24.997.645,00	344.216.968,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	324.534.113,00	(5.314.790,00)	-	24.997.645,00	344.216.968,00
58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	324.534.113,00	(5.314.790,00)	-	24.997.645,00	344.216.968,00
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	71.869.217,00	(1.054.467,00)	5.159.471,00	3.000.000,00	78.974.221,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	71.869.217,00	(1.054.467,00)	5.159.471,00	3.000.000,00	78.974.221,00
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	71.869.217,00	(1.054.467,00)	5.159.471,00	3.000.000,00	78.974.221,00
Poder Judiciário	30.074.945.511,00	580.916.227,00	164.928.642,00	428.780.221,00	31.249.570.601,00
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	525.207.236,00	-	307.200,00	14.385.100,00	539.899.536,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	525.207.236,00	-	307.200,00	14.385.100,00	539.899.536,00
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	525.207.236,00	-	307.200,00	14.385.100,00	539.899.536,00
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	964.712.754,00	9.834.497,00	934.275,00	11.271.619,00	986.753.145,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	964.712.754,00	9.834.497,00	934.275,00	11.271.619,00	986.753.145,00
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	964.712.754,00	9.834.497,00	934.275,00	11.271.619,00	986.753.145,00
12000 JUSTICA FEDERAL	7.279.847.920,00	138.892.005,00	16.422.811,00	91.234.894,00	7.526.397.630,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	7.279.847.920,00	138.892.005,00	16.422.811,00	91.234.894,00	7.526.397.630,00
12000 JUSTICA FEDERAL	7.279.847.920,00	138.892.005,00	16.422.811,00	91.234.894,00	7.526.397.630,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
13000 JUSTICA MILITAR	388.205.646,00	19.535.802,00	336.350,00	4.627.846,00	412.705.644,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	388.205.646,00	19.535.802,00	336.350,00	4.627.846,00	412.705.644,00
13000 JUSTICA MILITAR	388.205.646,00	19.535.802,00	336.350,00	4.627.846,00	412.705.644,00
14000 JUSTICA ELEITORAL	5.398.864.227,00	132.386.050,00	16.550.491,00	70.636.935,00	5.618.437.703,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	5.398.864.227,00	132.386.050,00	16.550.491,00	70.636.935,00	5.618.437.703,00
14000 JUSTICA ELEITORAL	5.398.864.227,00	132.386.050,00	16.550.491,00	70.636.935,00	5.618.437.703,00
15000 JUSTICA DO TRABALHO	13.525.956.290,00	281.218.737,00	117.521.165,00	194.003.990,00	14.118.700.182,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	13.525.956.290,00	281.218.737,00	117.521.165,00	194.003.990,00	14.118.700.182,00
15000 JUSTICA DO TRABALHO	13.525.956.290,00	281.218.737,00	117.521.165,00	194.003.990,00	14.118.700.182,00
16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.756.308.454,00	54.953.721,00	12.831.350,00	18.272.033,00	1.842.365.558,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.756.308.454,00	54.953.721,00	12.831.350,00	18.272.033,00	1.842.365.558,00
16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.756.308.454,00	54.953.721,00	12.831.350,00	18.272.033,00	1.842.365.558,00
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	235.842.984,00	(55.904.585,00)	25.000,00	24.347.804,00	204.311.203,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	235.842.984,00	(55.904.585,00)	25.000,00	24.347.804,00	204.311.203,00
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	235.842.984,00	(55.904.585,00)	25.000,00	24.347.804,00	204.311.203,00
Poder Legislativo	8.964.198.535,00	270.306.191,00	25.000.000,00	105.505.051,00	9.365.009.777,00
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	4.234.169.286,00	150.580.451,00	12.100.000,00	70.950.627,00	4.467.800.364,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	4.113.172.238,00	150.580.451,00	12.100.000,00	33.950.627,00	4.309.803.316,00
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	4.113.172.238,00	150.580.451,00	12.100.000,00	33.950.627,00	4.309.803.316,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	120.997.048,00	-	-	37.000.000,00	157.997.048,00
01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	120.997.048,00	-	-	37.000.000,00	157.997.048,00
02000 SENADO FEDERAL	3.353.657.687,00	119.620.110,00	8.600.000,00	14.723.614,00	3.496.601.411,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.353.657.687,00	119.620.110,00	8.600.000,00	14.723.614,00	3.496.601.411,00
02000 SENADO FEDERAL	3.353.657.687,00	119.620.110,00	8.600.000,00	14.723.614,00	3.496.601.411,00
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.376.371.562,00	105.630,00	4.300.000,00	19.830.810,00	1.400.608.002,00
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.376.371.562,00	105.630,00	4.300.000,00	19.830.810,00	1.400.608.002,00
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.376.371.562,00	105.630,00	4.300.000,00	19.830.810,00	1.400.608.002,00
TOTAL	2.150.458.867.507,00	43.379.167.379,00	3.810.813.744,00	59.068.389.101,00	2.256.717.237.731,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
01 LEGISLATIVA	6.504.014.786,00	(48.814.847,00)	-	105.505.051,00	6.560.704.990,00
031 ACAO LEGISLATIVA	901.801.900,00	(32.239.428,00)	-	31.510.908,00	901.073.380,00
032 CONTROLE EXTERNO	127.939.513,00	(7.895.600,00)	-	9.899.661,00	129.943.574,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	4.890.529.006,00	(35.148.298,00)	-	50.961.150,00	4.906.341.858,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	58.602.550,00	(5.181.850,00)	-	333.333,00	53.754.033,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	13.033.550,00	1.429.849,00	-	-	14.463.399,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	52.574.000,00	15.876.460,00	-	12.799.999,00	81.250.459,00
301 ATENCAO BASICA	218.605.166,00	12.825.600,00	-	-	231.430.766,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	220.776.020,00	355.000,00	-	-	221.131.020,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.590.021,00	-	-	-	1.590.021,00
365 EDUCACAO INFANTIL	17.612.060,00	1.163.420,00	-	-	18.775.480,00
722 TELECOMUNICACOES	16.000,00	-	-	-	16.000,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	935.000,00	-	-	-	935.000,00
02 JUDICIARIA	24.387.083.195,00	773.334.728,00	139.597.292,00	428.780.221,00	25.728.795.436,00
032 CONTROLE EXTERNO	38.500.000,00	3.450.000,00	-	480.700,00	42.430.700,00
061 ACAO JUDICIARIA	2.965.413.211,00	110.286.067,00	-	91.689.645,00	3.167.388.923,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	19.311.902.962,00	536.542.620,00	139.597.292,00	243.130.998,00	20.231.173.872,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	512.474.529,00	9.240.726,00	-	90.244.140,00	611.959.395,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	87.301.246,00	1.449.498,00	-	136.420,00	88.887.164,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	108.670.018,00	(5.460.820,00)	-	3.098.318,00	106.307.516,00
301 ATENCAO BASICA	407.257.258,00	40.119.611,00	-	-	447.376.869,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	814.826.369,00	74.809.144,00	-	-	889.635.513,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	17.848.289,00	1.111.753,00	-	-	18.960.042,00
365 EDUCACAO INFANTIL	122.889.313,00	1.786.129,00	-	-	124.675.442,00
03 ESSENCIAL A JUSTICA	4.067.262.650,00	39.305.446,00	13.399.471,00	63.490.571,00	4.183.458.138,00
032 CONTROLE EXTERNO	22.130.000,00	(90.000,00)	-	1.333.333,00	23.373.333,00
062 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO	593.540.423,00	437.695,00	-	22.363.636,00	616.341.754,00
091 DEFESA DA ORDEM JURIDICA	4.700.000,00	(250.000,00)	-	-	4.450.000,00
092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	26.495.884,00	6.940.175,00	-	366.667,00	33.802.726,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	2.956.728.855,00	37.691.579,00	13.399.471,00	37.250.568,00	3.045.070.473,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	16.500.000,00	(3.300.000,00)	-	1.420.367,00	14.620.367,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	64.366.648,00	(2.922.675,00)	-	729.333,00	62.173.306,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	14.080.140,00	490.000,00	-	-	14.570.140,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	47.360.000,00	(4.219.000,00)	-	26.667,00	43.167.667,00
301 ATENCAO BASICA	43.008.432,00	646.068,00	-	-	43.654.500,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	154.825.800,00	3.496.208,00	-	-	158.322.008,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	5.751.628,00	(2.109.000,00)	-	-	3.642.628,00
365 EDUCACAO INFANTIL	24.170.666,00	(921.604,00)	-	-	23.249.062,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	93.354.174,00	3.466.000,00	-	-	96.820.174,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	250.000,00	(50.000,00)	-	-	200.000,00
04 ADMINISTRACAO	23.703.843.640,00	(2.447.471.600,00)	202.957.920,00	3.542.184.148,00	25.001.514.108,00
092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	29.606.180,00	(4.767.907,00)	-	22.413.334,00	47.251.607,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	69.074.905,00	(1.035.350,00)	-	1.757.477.116,00	1.825.516.671,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	18.281.133.409,00	(1.468.651.319,00)	202.957.920,00	217.696.450,00	17.233.136.460,00
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	50.587.884,00	731.725,00	-	1.869.519,00	53.189.128,00
124 CONTROLE INTERNO	24.570.145,00	3.172.504,00	-	4.917.280,00	32.659.929,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	175.112.518,00	(20.317.325,00)	-	117.724.167,00	272.519.360,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.628.729.063,00	491.489.779,00	-	161.217.018,00	2.281.435.860,00
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	49.757.961,00	(940.000,00)	-	1.836.311,00	50.654.272,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	47.028.331,00	29.848.184,00	-	50.000,00	76.926.515,00
129 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	181.510.048,00	(20.000.000,00)	-	-	161.510.048,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	211.470.448,00	5.578.000,00	-	-	217.048.448,00
182 DEFESA CIVIL	885.403,00	-	-	166.667,00	1.052.070,00
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	1.975.059,00	-	-	-	1.975.059,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	2.333.126,00	-	-	1.254.836.050,00	1.257.169.176,00
301 ATENCAO BASICA	219.273.441,00	3.852.332,00	-	-	223.125.773,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	319.072.200,00	(7.250.847,00)	-	-	311.821.353,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	35.186.080,00	(147.387,00)	-	-	35.038.693,00
332 RELACOES DE TRABALHO	2.500.000,00	(500.000,00)	-	-	2.000.000,00
364 ENSINO SUPERIOR	45.303.034,00	-	-	-	45.303.034,00
365 EDUCACAO INFANTIL	9.461.160,00	1.382.246,00	-	-	10.843.406,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	655.678,00	651.135,00	-	487.014,00	1.793.827,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	718.468,00	(17.965,00)	-	-	700.503,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	51.434.344,00	(680.000,00)	-	1.154.333,00	51.908.677,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	5.610.500,00	(51.135,00)	-	5.556,00	5.564.921,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	24.100.000,00	(1.565.000,00)	-	333.333,00	22.868.333,00
694 SERVICOS FINANCEIROS	109.583.000,00	-	-	-	109.583.000,00
722 TELECOMUNICACOES	224.777.724,00	8.842.312,00	-	-	233.620.036,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.902.393.531,00	(1.467.095.582,00)	-	-	435.297.949,00
05 DEFESA NACIONAL	34.155.281.098,00	3.087.395.975,00	494.829.740,00	4.062.362.595,00	41.799.869.408,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.800.000,00	-	-	433.334,00	2.233.334,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	18.397.403.705,00	1.178.042.195,00	-	66.989.170,00	19.642.435.070,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	33.048.580,00	6.000.000,00	-	4.835.980,00	43.884.560,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	122.976.524,00	7.816.220,00	-	20.975.667,00	151.768.411,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	134.553.962,00	(2.000.000,00)	-	25.265.828,00	157.819.790,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	2.534.000,00	-	-	100.000,00	2.634.000,00
151 DEFESA AEREA	4.831.164.667,00	704.103.274,00	3.700.000,00	932.482.961,00	6.471.450.902,00
152 DEFESA NAVAL	3.650.836.829,00	293.859.199,00	-	337.783.025,00	4.282.479.053,00
153 DEFESA TERRESTRE	1.846.169.872,00	73.315.342,00	300.019.740,00	2.307.854.504,00	4.527.359.458,00
182 DEFESA CIVIL	-	-	-	82.924.557,00	82.924.557,00
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	20.547.528,00	3.093.965,00	-	1.149.509,00	24.791.002,00
211 RELACOES DIPLOMATICAS	-	-	157.110.000,00	-	157.110.000,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	240.160.159,00	93.400.000,00	-	20.036.667,00	353.596.826,00
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	3.430.000,00	-	-	-	3.430.000,00
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	988.272.666,00	-	-	34.383.334,00	1.022.656.000,00
301 ATENCAO BASICA	70.576.384,00	(1.150.751,00)	-	-	69.425.633,00
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.747.023.228,00	42.125.731,00	-	3.166.667,00	1.792.315.626,00
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	15.259.013,00	(66.000,00)	-	218.333,00	15.411.346,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	653.974.000,00	7.323.428,00	-	-	661.297.428,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	358.587.600,00	50.816.513,00	-	-	409.404.113,00
333 EMPREGABILIDADE	11.783.312,00	-	-	100.000,00	11.883.312,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	4.113.198,00	-	-	-	4.113.198,00
362 ENSINO MEDIO	5.118.876,00	-	-	-	5.118.876,00
363 ENSINO PROFISSIONAL	88.352.928,00	-	-	1.286.451,00	89.639.379,00
364 ENSINO SUPERIOR	12.657.977,00	-	-	2.522.257,00	15.180.234,00
365 EDUCACAO INFANTIL	62.256.000,00	1.056.859,00	-	-	63.312.859,00
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.800.000,00	-	-	33.333,00	4.833.333,00
368 EDUCACAO BASICA	-	-	-	725.667,00	725.667,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	6.854.000,00	-	-	-	6.854.000,00
482 HABITACAO URBANA	232.633.172,00	660.000,00	-	78.252.862,00	311.546.034,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	23.832.000,00	-	-	8.850.760,00	32.682.760,00
545 METEOROLOGIA	330.000,00	-	-	-	330.000,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	41.113.342,00	-	34.000.000,00	43.147.287,00	118.260.629,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	322.722.306,00	-	-	85.649.639,00	408.371.945,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	3.838.024,00	-	-	-	3.838.024,00
722 TELECOMUNICACOES	24.851.266,00	-	-	3.194.803,00	28.046.069,00
781 TRANSPORTE AEREO	171.000.000,00	629.000.000,00	-	-	800.000.000,00
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	20.364.980,00	-	-	-	20.364.980,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	341.000,00	-	-	-	341.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
06 SEGURANCA PUBLICA	9.244.529.962,00	(217.214.700,00)	151.500.000,00	2.325.998.279,00	11.504.813.541,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	5.033.228.225,00	(29.150.596,00)	4.500.000,00	11.213.277,00	5.019.790.906,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	25.300.000,00	500.000,00	-	-	25.800.000,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	402.727.000,00	(134.217.720,00)	-	-	268.509.280,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	250.000,00	-	-	-	250.000,00
181 POLICIAMENTO	2.104.626.029,00	3.254.804,00	48.000.000,00	377.873.267,00	2.533.754.100,00
182 DEFESA CIVIL	440.442.650,00	38.038.301,00	90.000.000,00	1.777.206.236,00	2.345.687.187,00
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	730.740.480,00	(79.376.100,00)	9.000.000,00	159.705.499,00	820.069.879,00
301 ATENCAO BASICA	57.716.474,00	6.780.760,00	-	-	64.497.234,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	93.360.000,00	(1.077.000,00)	-	-	92.283.000,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	4.320.000,00	(600.000,00)	-	-	3.720.000,00
365 EDUCACAO INFANTIL	5.676.000,00	-	-	-	5.676.000,00
421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	24.000.000,00	(6.000.000,00)	-	-	18.000.000,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	320.668.104,00	(15.367.149,00)	-	-	305.300.955,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	1.475.000,00	-	-	-	1.475.000,00
07 RELACOES EXTERIORES	1.818.260.931,00	236.504.798,00	209.600.000,00	126.335.400,00	2.390.701.129,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	906.885.530,00	175.080.000,00	-	17.566.500,00	1.099.532.030,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.049.750,00	-	-	-	1.049.750,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.550.150,00	190.000,00	-	-	6.740.150,00
211 RELACOES DIPLOMATICAS	714.079.120,00	38.128.766,00	209.600.000,00	106.460.567,00	1.068.268.453,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	78.012.256,00	(5.000.000,00)	-	2.100.000,00	75.112.256,00
301 ATENCAO BASICA	50.507.802,00	28.605.732,00	-	-	79.113.534,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.454.848,00	(503.000,00)	-	-	5.951.848,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	378.000,00	-	-	-	378.000,00
365 EDUCACAO INFANTIL	134.640,00	3.300,00	-	-	137.940,00
392 DIFUSAO CULTURAL	30.747.329,00	-	-	166.667,00	30.913.996,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	9.540.000,00	-	-	33.333,00	9.573.333,00
691 PROMOCAO COMERCIAL	13.921.506,00	-	-	8.333,00	13.929.839,00
08 ASSISTENCIA SOCIAL	54.761.062.266,00	2.398.261.152,00	10.899.080,00	1.072.422.979,00	58.242.645.477,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	13.336.296,00	1.137.000,00	-	730.166,00	15.203.462,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	189.497.954,00	(9.032.818,00)	-	1.866.666,00	182.331.802,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	27.768.307,00	(2.776.830,00)	-	-	24.991.477,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	68.982.581,00	(2.200.000,00)	-	1.377.333,00	68.159.914,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	380.000,00	-	-	-	380.000,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	33.533.769,00	(3.353.376,00)	-	-	30.180.393,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	7.801.354,00	(1.410.135,00)	-	-	6.391.219,00
241 ASSISTENCIA AO IDOSO	13.355.482.336,00	1.089.649.146,00	-	-	14.445.131.482,00
242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	16.242.883.400,00	(213.226.000,00)	-	-	16.029.657.400,00
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	297.896.900,00	(20.000.000,00)	-	-	277.896.900,00
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	22.172.018.510,00	1.709.165.085,00	7.101.000,00	601.934.313,00	24.490.218.908,00
301 ATENCAO BASICA	704.040,00	30.000,00	-	-	734.040,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	1.124.807.298,00	(111.865.729,00)	-	12.834.462,00	1.025.776.031,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	360.000,00	-	-	-	360.000,00
333 EMPREGABILIDADE	60.000.000,00	(6.000.000,00)	-	-	54.000.000,00
334 FOMENTO AO TRABALHO	266.419.257,00	(24.523.191,00)	3.798.080,00	-	245.694.146,00
365 EDUCACAO INFANTIL	114.000,00	15.626,00	-	238.497.000,00	238.626.626,00
511 SANEAMENTO BASICO RURAL	825.600.000,00	-	-	215.183.039,00	1.040.783.039,00
605 ABASTECIMENTO	73.476.264,00	(7.347.626,00)	-	-	66.128.638,00
09 PREVIDENCIA SOCIAL	391.762.225.809,00	9.302.662.623,00	4.000.000,00	83.483.888,00	401.152.372.320,00
092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	21.500.000,00	4.300.000,00	-	7.000.000,00	32.800.000,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	4.857.680.843,00	(38.287.976,00)	-	3.459.888,00	4.822.852.755,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.762.566,00	(191.230,00)	-	-	2.571.336,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	463.327.648,00	(21.231.732,00)	-	-	442.095.916,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	26.646.650,00	(1.014.609,00)	-	-	25.632.041,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCICIO	MES
		2012	DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO	PAGINA
		31/12/2012	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
131 COMUNICACAO SOCIAL	20.299.915,00	(297.480,00)	-	-	20.002.435,00
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	143.437.400,00	(597.480,00)	-	-	142.839.920,00
271 PREVIDENCIA BASICA	308.680.587.695,00	4.528.649.305,00	4.000.000,00	72.000.000,00	313.285.237.000,00
272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	74.879.101.260,00	4.518.051.357,00	-	1.000.000,00	79.398.152.617,00
273 PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	840.000,00	(100.000,00)	-	24.000,00	764.000,00
274 PREVIDENCIA ESPECIAL	2.332.162.258,00	314.649.706,00	-	-	2.646.811.964,00
301 ATENCAO BASICA	134.734.968,00	3.492.897,00	-	-	138.227.865,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	141.300.000,00	(2.263.113,00)	-	-	139.036.887,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	39.510.000,00	(3.150.000,00)	-	-	36.360.000,00
365 EDUCACAO INFANTIL	3.924.000,00	105.355,00	-	-	4.029.355,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	302.171,00	-	-	-	302.171,00
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	13.826.235,00	547.623,00	-	-	14.373.858,00
845 OUTRAS TRANSFERENCIAS	282.200,00	-	-	-	282.200,00
10 SAUDE	85.429.797.081,00	1.401.227.200,00	300.000,00	2.183.572.196,00	89.014.896.477,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	24.000.000,00	-	-	153.333,00	24.153.333,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	9.117.180.332,00	668.906.650,00	-	70.278.049,00	9.856.365.031,00
124 CONTROLE INTERNO	16.700.000,00	(3.772.500,00)	-	166.667,00	13.094.167,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	44.000.000,00	820.000,00	-	8.992.834,00	53.812.834,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	263.515.000,00	17.600.000,00	-	14.043.675,00	295.158.675,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	350.250.000,00	(9.965.000,00)	-	18.588.000,00	358.873.000,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	218.700.000,00	13.500.000,00	-	444.500,00	232.644.500,00
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	267.000.000,00	(134.600.000,00)	-	15.463.333,00	147.863.333,00
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	25.000.000,00	(1.000.000,00)	-	-	24.000.000,00
301 ATENCAO BASICA	16.842.820.508,00	(64.910.000,00)	-	596.489.386,00	17.374.399.894,00
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	41.729.992.753,00	231.187.327,00	300.000,00	787.495.001,00	42.748.975.081,00
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	8.446.500.834,00	395.298.725,00	-	95.862.094,00	8.937.661.653,00
304 VIGILANCIA SANITARIA	345.412.000,00	131.865,00	-	2.308.334,00	347.852.199,00
305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	3.985.785.000,00	(97.059.200,00)	-	14.521.120,00	3.903.246.920,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	394.380.000,00	(4.265.590,00)	-	-	390.114.410,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	85.212.000,00	(8.045.665,00)	-	-	77.166.335,00
364 ENSINO SUPERIOR	305.200.000,00	53.535.388,00	-	-	358.735.388,00
365 EDUCACAO INFANTIL	9.540.000,00	(224.000,00)	-	-	9.316.000,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	6.000.000,00	-	-	976.330,00	6.976.330,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	81.400.000,00	3.900.000,00	-	1.400.000,00	86.700.000,00
423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	599.400.000,00	115.000.000,00	-	18.666.667,00	733.066.667,00
511 SANEAMENTO BASICO RURAL	192.350.000,00	47.486.192,00	-	62.775.000,00	302.611.192,00
512 SANEAMENTO BASICO URBANO	1.457.448.654,00	180.801.808,00	-	330.924.001,00	1.969.174.463,00
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	8.150.000,00	-	-	333.333,00	8.483.333,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	308.110.000,00	17.290.647,00	-	29.656.039,00	355.056.686,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	282.250.000,00	(23.300.000,00)	-	110.564.000,00	369.514.000,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	23.500.000,00	2.910.553,00	-	3.470.500,00	29.881.053,00
11 TRABALHO	42.428.936.607,00	737.237.631,00	1.200.000,00	5.633.903.887,00	48.801.278.125,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.528.538.243,00	26.540.000,00	-	4.391.247,00	1.559.469.490,00
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	45.991.423,00	(20.000,00)	-	-	45.971.423,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	35.748.646,00	419.129,00	-	-	36.167.775,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	42.276.796,00	-	-	-	42.276.796,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	7.734.634,00	(50.000,00)	-	534.317,00	8.218.951,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	25.017.000,00	-	-	-	25.017.000,00
301 ATENCAO BASICA	25.566.636,00	4.800.000,00	-	-	30.366.636,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	32.280.000,00	(765.000,00)	-	-	31.515.000,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	39.581.201.345,00	688.792.631,00	-	-	40.269.993.976,00
332 RELACOES DE TRABALHO	26.760.716,00	(419.129,00)	-	333.493,00	26.675.080,00
333 EMPREGABILIDADE	388.827.873,00	(2.143.299,00)	-	12.177.173,00	398.861.747,00
334 FOMENTO AO TRABALHO	394.486.752,00	20.000.000,00	-	5.614.926.157,00	6.029.412.909,00
365 EDUCACAO INFANTIL	900.000,00	-	-	-	900.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	275.408.543,00	(556.701,00)	1.200.000,00	-	276.051.842,00
392 DIFUSAO CULTURAL	500.000,00	-	-	8.333,00	508.333,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	200.000,00	-	-	-	200.000,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	10.510.000,00	1.540.000,00	-	666.500,00	12.716.500,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	2.480.000,00	-	-	-	2.480.000,00
661 PROMOCAO INDUSTRIAL	4.500.000,00	(900.000,00)	-	866.667,00	4.466.667,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.000,00	-	-	-	8.000,00
12 EDUCACAO	68.571.914.013,00	8.436.607.134,00	176.488.578,00	6.651.240.175,00	83.836.249.900,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	4.767.418.441,00	266.906.303,00	-	57.494.150,00	5.091.818.894,00
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	140.453.117,00	67.050.000,00	-	-	207.503.117,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	107.000.000,00	10.000.000,00	-	-	117.000.000,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	65.032.018,00	12.398.842,00	724.245,00	126.451,00	78.281.556,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	27.000.000,00	2.700.000,00	-	-	29.700.000,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	33.468.050,00	802.500,00	-	-	34.270.550,00
301 ATENCAO BASICA	369.291.830,00	33.770.602,00	-	-	403.062.432,00
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.078.646.952,00	165.145.123,00	15.000.000,00	112.388.682,00	3.371.180.757,00
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	2.600.000,00	-	-	-	2.600.000,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	4.142.092.341,00	61.234.536,00	-	-	4.203.326.877,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	141.834.000,00	3.217.299,00	-	-	145.051.299,00
363 ENSINO PROFISSIONAL	7.614.667.610,00	993.075.867,00	-	443.191.617,00	9.050.935.094,00
364 ENSINO SUPERIOR	21.255.241.424,00	2.174.920.672,00	72.433.333,00	983.707.222,00	24.486.302.651,00
365 EDUCACAO INFANTIL	2.110.897.040,00	(31.123.394,00)	-	661.400.000,00	2.741.173.646,00
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	1.119.100.000,00	71.585.975,00	-	-	1.190.685.975,00
368 EDUCACAO BASICA	7.198.343.459,00	874.532.923,00	-	965.410.394,00	9.038.286.776,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	207.691.478,00	35.380.225,00	-	-	243.071.703,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	183.801.208,00	(2.580.202,00)	-	166.666,00	181.387.672,00
694 SERVICOS FINANCEIROS	2.164.688.457,00	3.400.796.000,00	-	1.683.716.400,00	7.249.200.857,00
847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA	13.842.646.588,00	296.793.863,00	88.331.000,00	1.743.638.593,00	15.971.410.044,00
13 CULTURA	1.979.585.616,00	508.750.728,00	-	538.773.792,00	3.027.110.136,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.932.000,00	290.566,00	-	-	7.222.566,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	551.707.422,00	49.191.377,00	-	9.868.027,00	610.766.826,00
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.783.807,00	10.500.000,00	-	-	13.283.807,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	4.841.569,00	4.700.000,00	-	470.000,00	10.011.569,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	400.000,00	-	-	-	400.000,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.127.500,00	-	-	-	10.127.500,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	5.420.000,00	2.200.000,00	-	-	7.620.000,00
301 ATENCAO BASICA	8.724.474,00	(942.737,00)	-	-	7.781.737,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	13.308.000,00	(410.000,00)	-	-	12.898.000,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	3.682.800,00	(64.021,00)	-	-	3.618.779,00
365 EDUCACAO INFANTIL	254.400,00	68.882,00	-	-	323.282,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	313.546.671,00	250.000,00	-	101.113.815,00	414.910.486,00
392 DIFUSAO CULTURAL	626.293.225,00	168.178.227,00	-	88.857.776,00	883.329.228,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.830.000,00	(150.566,00)	-	-	1.679.434,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	350.000,00	-	-	-	350.000,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	6.461.400,00	3.539.000,00	-	-	10.000.400,00
691 PROMOCAO COMERCIAL	122.422.348,00	271.400.000,00	-	205.130.841,00	598.953.189,00
813 LAZER	300.500.000,00	-	-	133.333.333,00	433.833.333,00
14 DIREITOS DA CIDADANIA	1.596.590.170,00	280.712.621,00	146.562.671,00	162.050.255,00	2.185.915.717,00
031 ACAO LEGISLATIVA	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	448.851.784,00	43.834.319,00	-	14.992.289,00	507.678.392,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	8.745.399,00	1.700.000,00	-	1.171.428,00	11.616.827,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	4.534.000,00	-	-	-	4.534.000,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	69.139.425,00	(1.260.000,00)	-	-	67.879.425,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	18.366.519,00	-	-	-	18.366.519,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	11.000.000,00	(9.900.000,00)	-	-	1.100.000,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
241 ASSISTENCIA AO IDOSO	11.200.000,00	-	-	-	11.200.000,00
242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	13.608.997,00	-	-	466.667,00	14.075.664,00
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	141.828.660,00	-	-	21.805.706,00	163.634.366,00
301 ATENCAO BASICA	11.960.580,00	(741.830,00)	-	-	11.218.750,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	19.534.176,00	408.267,00	-	-	19.942.443,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.800.560,00	2.200,00	-	-	2.802.760,00
365 EDUCACAO INFANTIL	652.800,00	6.700,00	-	-	659.500,00
392 DIFUSAO CULTURAL	2.442.000,00	-	-	-	2.442.000,00
421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	327.375.299,00	260.270.000,00	-	105.766.910,00	693.412.209,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	410.025.710,00	982.965,00	146.562.671,00	14.829.691,00	572.401.037,00
423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	79.831.922,00	(14.090.000,00)	-	3.017.564,00	68.759.486,00
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	5.985.839,00	(500.000,00)	-	-	5.485.839,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.156.500,00	-	-	-	2.156.500,00
812 DESPORTO COMUNITARIO	3.500.000,00	-	-	-	3.500.000,00
845 OUTRAS TRANSFERENCIAS	550.000,00	-	-	-	550.000,00
15 URBANISMO	7.064.124.808,00	(349.812.279,00)	-	2.446.943.338,00	9.161.255.867,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	3.310.000,00	(400.000,00)	-	-	2.910.000,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	504.709.882,00	49.840.574,00	-	5.049.999,00	559.600.455,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	114.178.000,00	(25.000.000,00)	-	66.667,00	89.244.667,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	9.207.000,00	-	-	-	9.207.000,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	18.890.000,00	30.000.000,00	-	60.000.000,00	108.890.000,00
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	808.445.993,00	(55.395.000,00)	-	252.756.666,00	1.005.807.659,00
301 ATENCAO BASICA	12.223.295,00	(956.136,00)	-	-	11.267.159,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	24.720.000,00	1.770.000,00	-	-	26.490.000,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.560.000,00	(90.000,00)	-	-	1.470.000,00
365 EDUCACAO INFANTIL	984.000,00	100.000,00	-	-	1.084.000,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	838.425,00	(338.000,00)	-	-	500.425,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.096.477.928,00	(364.589.588,00)	-	807.091.481,00	4.538.979.821,00
452 SERVICOS URBANOS	29.048.705,00	(800.000,00)	-	14.000.000,00	42.248.705,00
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.433.431.580,00	16.045.871,00	-	1.307.978.525,00	2.757.455.976,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	5.900.000,00	-	-	-	5.900.000,00
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	200.000,00	-	-	-	200.000,00
16 HABITACAO	954.456.087,00	(295.300.000,00)	-	98.078.000,00	757.234.087,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	604.000,00	-	-	-	604.000,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	587.942.092,00	(11.200.000,00)	-	74.166.667,00	650.908.759,00
482 HABITACAO URBANA	365.909.995,00	(284.100.000,00)	-	23.911.333,00	105.721.328,00
17 SANEAMENTO	3.072.181.417,00	7.000.000,00	-	1.241.692.367,00	4.320.873.784,00
512 SANEAMENTO BASICO URBANO	3.072.181.417,00	7.000.000,00	-	1.241.692.367,00	4.320.873.784,00
18 GESTAO AMBIENTAL	6.348.753.837,00	4.945.980,00	154.340.777,00	1.949.316.944,00	8.457.357.538,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	925.000,00	-	-	-	925.000,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.225.566.089,00	14.316.750,00	-	7.224.944,00	1.247.107.783,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	73.909.027,00	(653.194,00)	-	59.333.333,00	132.589.166,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	12.280.918,00	-	-	-	12.280.918,00
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.952.935,00	-	-	50.000,00	3.002.935,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	25.735.824,00	520.580,00	-	38.334,00	26.294.738,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	110.000,00	-	-	-	110.000,00
301 ATENCAO BASICA	17.461.791,00	4.155.798,00	-	-	21.617.589,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	29.052.000,00	(1.780.000,00)	-	-	27.272.000,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.946.040,00	(200.000,00)	-	-	1.746.040,00
365 EDUCACAO INFANTIL	1.368.000,00	(174.000,00)	-	-	1.194.000,00
511 SANEAMENTO BASICO RURAL	88.000,00	10.000.000,00	-	-	10.088.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
512 SANEAMENTO BASICO URBANO	11.876.535,00	(10.127.989,00)	-	-	1.748.546,00
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	927.584.703,00	38.355.741,00	23.035.196,00	189.734.745,00	1.178.710.385,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	115.643.407,00	22.000.000,00	-	518.520,00	138.161.927,00
543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	14.215.792,00	-	-	2.564.924,00	16.780.716,00
544 RECURSOS HIDRICOS	3.867.470.498,00	(71.675.126,00)	123.805.581,00	1.688.930.478,00	5.608.531.431,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.629.500,00	207.420,00	-	400.000,00	6.236.920,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	1.461.875,00	-	-	521.666,00	1.983.541,00
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	1.362.403,00	-	-	-	1.362.403,00
607 IRRIGACAO	11.863.500,00	-	7.500.000,00	-	19.363.500,00
754 ALCOOL	250.000,00	-	-	-	250.000,00
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	9.452.191.753,00	401.746.849,00	1.691.433,00	972.669.731,00	10.828.299.766,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	39.732.035,00	7.272.850,00	-	-	47.004.885,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.750.198.056,00	80.510.070,00	-	17.502.834,00	1.848.210.960,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	11.467.252,00	-	-	1.683.423,00	13.150.675,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	110.503.700,00	-	-	1.042.367,00	111.546.067,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	15.427.083,00	250.000,00	-	33.333,00	15.710.416,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	9.790.000,00	-	-	-	9.790.000,00
182 DEFESA CIVIL	400.000,00	-	-	220.333,00	620.333,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	6.555.461,00	-	-	16.667,00	6.572.128,00
301 ATENCAO BASICA	27.339.048,00	1.126.094,00	-	-	28.465.142,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	36.596.028,00	573.468,00	-	-	37.169.496,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	20.001.600,00	3.676.290,00	-	-	23.677.890,00
365 EDUCACAO INFANTIL	1.221.360,00	528.016,00	-	-	1.749.376,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	8.326.000,00	-	-	820.809,00	9.146.809,00
543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	14.097.675,00	-	-	1.278.054,00	15.375.729,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.581.069.998,00	222.226.152,00	1.691.433,00	245.553.615,00	2.050.541.198,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	4.431.086.502,00	(7.519.572,00)	-	657.419.325,00	5.080.986.255,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	185.985.754,00	-	-	2.555.934,00	188.541.688,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	628.708.095,00	99.010.022,00	-	19.228.903,00	746.947.020,00
663 MINERACAO	47.569.076,00	(6.886.541,00)	-	7.481.085,00	48.163.620,00
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	5.200.000,00	-	-	-	5.200.000,00
691 PROMOCAO COMERCIAL	415.122.191,00	1.980.000,00	-	2.277.666,00	419.379.857,00
753 PETROLEO	102.610.872,00	-	-	15.555.383,00	118.166.255,00
754 ALCOOL	3.183.967,00	(1.000.000,00)	-	-	2.183.967,00
20 AGRICULTURA	19.371.743.137,00	1.129.923.294,00	130.250.000,00	1.597.475.364,00	22.229.391.795,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	7.862.021,00	500.000,00	-	-	8.362.021,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	3.752.123.242,00	484.550.190,00	-	12.205.999,00	4.248.879.431,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	76.931.885,00	(1.814.000,00)	-	6.980.182,00	82.098.067,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	41.528.000,00	-	-	-	41.528.000,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	22.944.500,00	(20.000,00)	-	-	22.924.500,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	21.664.250,00	454.100,00	-	330.790,00	22.449.140,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	150.000,00	-	-	-	150.000,00
301 ATENCAO BASICA	73.786.470,00	5.457.820,00	-	-	79.244.290,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	114.480.000,00	25.693.906,00	-	-	140.173.906,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	15.237.144,00	(780.000,00)	-	-	14.457.144,00
363 ENSINO PROFISSIONAL	2.500.000,00	-	-	-	2.500.000,00
365 EDUCACAO INFANTIL	10.608.000,00	2.235.793,00	-	-	12.843.793,00
367 EDUCACAO ESPECIAL	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	3.756.600,00	-	-	-	3.756.600,00
545 METEOROLOGIA	28.508.082,00	-	-	2.585.717,00	31.093.799,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	553.753.324,00	6.000.000,00	-	54.293.997,00	614.047.321,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	124.416.434,00	(6.000.000,00)	-	4.674.668,00	123.091.102,00
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	5.799.907.226,00	628.500.000,00	-	55.000.000,00	6.483.407.226,00
602 PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	189.139.046,00	(5.947.940,00)	-	-	183.191.106,00
603 DEFESA SANITARIA VEGETAL	73.475.812,00	(4.896.000,00)	-	-	68.579.812,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
604 DEFESA SANITARIA ANIMAL	155.551.124,00	4.896.000,00	-	-	160.447.124,00
605 ABASTECIMENTO	7.542.756.584,00	69.000.000,00	130.250.000,00	4.396.667,00	7.746.403.251,00
606 EXTENSAO RURAL	14.981.822,00	-	-	-	14.981.822,00
607 IRRIGACAO	627.213.878,00	(77.556.975,00)	-	245.304.965,00	794.961.868,00
608 **	-	-	-	1.195.583.218,00	1.195.583.218,00
609 **	-	-	-	16.119.161,00	16.119.161,00
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	107.469.618,00	-	-	-	107.469.618,00
691 PROMOCAO COMERCIAL	7.798.075,00	(189.600,00)	-	-	7.608.475,00
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	2.200.000,00	(160.000,00)	-	-	2.040.000,00
21 ORGANIZACAO AGRARIA	5.371.516.151,00	(203.667.159,00)	-	2.724.305.238,00	7.892.154.230,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	80.432.922,00	(2.800.000,00)	-	-	77.632.922,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	635.805.209,00	15.450.000,00	-	7.366.666,00	658.621.875,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	7.500.000,00	-	-	-	7.500.000,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	15.000.000,00	-	-	-	15.000.000,00
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	871.529.572,00	-	-	1.236.240.001,00	2.107.769.573,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	32.466.200,00	(2.400.000,00)	-	-	30.066.200,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	4.500.000,00	-	-	-	4.500.000,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	130.000.000,00	-	-	497.130.080,00	627.130.080,00
301 ATENCAO BASICA	21.526.320,00	(4.100.000,00)	-	-	17.426.320,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	23.640.000,00	(1.200.000,00)	-	-	22.440.000,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	4.422.000,00	-	-	-	4.422.000,00
363 ENSINO PROFISSIONAL	22.200.000,00	1.800.000,00	-	3.200.000,00	27.200.000,00
365 EDUCACAO INFANTIL	738.000,00	27.570,00	-	-	765.570,00
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	3.800.000,00	380.000,00	-	7.620.000,00	11.800.000,00
392 DIFUSAO CULTURAL	300.000,00	-	-	-	300.000,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	38.182.900,00	-	-	550.000,00	38.732.900,00
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	5.750.005,00	-	-	-	5.750.005,00
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	21.285.150,00	-	-	-	21.285.150,00
605 ABASTECIMENTO	148.344.344,00	-	-	36.333.334,00	184.677.678,00
606 EXTENSAO RURAL	706.179.300,00	(22.624.729,00)	-	42.188.960,00	725.743.531,00
631 REFORMA AGRARIA	2.534.617.856,00	(186.500.000,00)	-	893.676.197,00	3.241.794.053,00
691 PROMOCAO COMERCIAL	48.484.700,00	(500.000,00)	-	-	47.984.700,00
754 ALCOOL	11.311.673,00	(1.200.000,00)	-	-	10.111.673,00
22 INDUSTRIA	2.395.248.992,00	180.137.729,00	-	55.147.885,00	2.630.534.606,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.269.527.804,00	101.814.124,00	-	14.951.839,00	1.386.293.767,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	4.325.359,00	-	-	-	4.325.359,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	24.785.520,00	(1.100.000,00)	-	3.901.334,00	27.586.854,00
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.996.000,00	(636.000,00)	-	2.487.378,00	4.847.378,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	19.329.317,00	2.230.000,00	-	-	21.559.317,00
130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	1.201.000,00	2.100.000,00	-	-	3.301.000,00
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	300.000,00	-	-	-	300.000,00
301 ATENCAO BASICA	17.495.970,00	2.098.650,00	-	-	19.594.620,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	26.580.000,00	1.598.980,00	-	-	28.178.980,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.580.000,00	760.342,00	-	-	3.340.342,00
333 EMPREGABILIDADE	129.729.414,00	(7.140.000,00)	-	166.667,00	122.756.081,00
365 EDUCACAO INFANTIL	1.296.000,00	95.353,00	-	-	1.391.353,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	94.920,00	-	-	-	94.920,00
544 RECURSOS HIDRICOS	13.300.000,00	(820.000,00)	-	1.500.000,00	13.980.000,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	2.280.000,00	1.800.000,00	-	-	4.080.000,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	4.000.000,00	(1.350.000,00)	-	-	2.650.000,00
661 PROMOCAO INDUSTRIAL	89.050.028,00	-	-	12.475.333,00	101.525.361,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	600.000,00	-	-	-	600.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
663 MINERACAO	127.234.893,00	2.627.280,00	-	2.980.000,00	132.842.173,00
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	33.332.973,00	(3.441.000,00)	-	-	29.891.973,00
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	539.345.875,00	78.000.000,00	-	16.337.334,00	633.683.209,00
691 PROMOCAO COMERCIAL	19.993.476,00	-	-	348.000,00	20.341.476,00
693 COMERCIO EXTERIOR	14.010.000,00	-	-	-	14.010.000,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	50.660.443,00	1.500.000,00	-	-	52.160.443,00
23 COMERCIO E SERVICOS	4.124.219.357,00	1.356.303.198,00	-	1.332.115.586,00	6.812.638.141,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	7.050.000,00	-	-	-	7.050.000,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	100.702.544,00	37.121.470,00	-	4.483.333,00	142.307.347,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	6.300.000,00	(1.855.834,00)	-	233.333,00	4.677.499,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	8.047.400,00	-	-	-	8.047.400,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	88.068.866,00	(18.180.000,00)	-	-	69.888.866,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	4.200.000,00	-	-	-	4.200.000,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	745.000,00	-	-	-	745.000,00
301 ATENCAO BASICA	835.621,00	64.000,00	-	-	899.621,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	2.005.200,00	39.690,00	-	-	2.044.890,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	354.000,00	42.507,00	-	-	396.507,00
365 EDUCACAO INFANTIL	87.600,00	5.930,00	-	-	93.530,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	4.000.000,00	-	-	-	4.000.000,00
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	1.300.000,00	-	-	-	1.300.000,00
691 PROMOCAO COMERCIAL	49.809.169,00	956.905,00	-	1.533.333,00	52.299.407,00
693 COMERCIO EXTERIOR	1.371.127.124,00	1.354.300.000,00	-	501.892.713,00	3.227.319.837,00
695 TURISMO	2.479.586.833,00	(16.191.470,00)	-	823.972.874,00	3.287.368.237,00
24 COMUNICACOES	1.342.506.521,00	63.673.699,00	-	146.684.730,00	1.552.864.950,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	2.700.000,00	-	-	-	2.700.000,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	468.557.566,00	18.811.366,00	-	9.325.138,00	496.694.070,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	52.530.674,00	20.101.064,00	-	23.910.200,00	96.541.938,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	7.500.000,00	-	-	-	7.500.000,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.890.000,00	(400.000,00)	-	-	6.490.000,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	7.174.000,00	-	-	-	7.174.000,00
301 ATENCAO BASICA	10.972.275,00	(992.542,00)	-	-	9.979.733,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	8.179.008,00	632.791,00	-	-	8.811.799,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.044.000,00	137.638,00	-	-	1.181.638,00
333 EMPREGABILIDADE	6.608.250,00	-	-	-	6.608.250,00
365 EDUCACAO INFANTIL	336.000,00	15.000,00	-	-	351.000,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	24.056.686,00	(2.405.668,00)	-	-	21.651.018,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	249.553.000,00	35.000.000,00	-	69.116.057,00	353.669.057,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	39.160.000,00	3.916.000,00	-	25.333.333,00	68.409.333,00
722 TELECOMUNICACOES	103.936.062,00	-	-	19.000.002,00	122.936.064,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	353.309.000,00	(11.141.950,00)	-	-	342.167.050,00
25 ENERGIA	1.092.121.676,00	(53.528.280,00)	-	123.760.988,00	1.162.354.384,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	9.912.204,00	(567.200,00)	-	422.417,00	9.767.421,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	572.697.923,00	26.285.197,00	-	8.047.473,00	607.030.593,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	93.586.762,00	5.467.378,00	-	468.667,00	99.522.807,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.816.986,00	-	-	-	5.816.986,00
130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	18.573.343,00	-	-	743.334,00	19.316.677,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	3.112.500,00	-	-	-	3.112.500,00
301 ATENCAO BASICA	3.384.720,00	(134.365,00)	-	-	3.250.355,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	7.570.920,00	668.643,00	-	-	8.239.563,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	259.560,00	-	-	-	259.560,00
365 EDUCACAO INFANTIL	394.800,00	128.725,00	-	-	523.525,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	66.400.000,00	(6.239.280,00)	-	13.995.764,00	74.156.484,00
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	4.001.419,00	481.500,00	-	-	4.482.919,00
752 ENERGIA ELETRICA	52.520.439,00	(5.948.878,00)	-	100.050.000,00	146.621.561,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
753 PETROLEO	253.888.100,00	(73.670.000,00)	-	33.333,00	180.251.433,00
754 ALCOOL	2.000,00	-	-	-	2.000,00
26 TRANSPORTE	25.924.695.463,00	(179.369.412,00)	83.598.985,00	8.602.873.913,00	34.431.798.949,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	625.538.950,00	(128.779.438,00)	-	161.733.333,00	658.492.845,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.910.086.376,00	50.937.268,00	7.500.000,00	129.788.519,00	2.098.312.163,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	164.512.277,00	(3.348.954,00)	-	5.706.333,00	166.869.656,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	43.332.773,00	-	-	-	43.332.773,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	16.810.571,00	-	-	1.333.333,00	18.143.904,00
130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	3.834.211,00	746.842,00	-	1.600.000,00	6.181.053,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	12.090.998,00	4.210.000,00	-	200.000,00	16.500.998,00
301 ATENCAO BASICA	44.716.381,00	(1.498.897,00)	-	-	43.217.484,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	30.641.760,00	(247.898,00)	-	-	30.393.862,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	8.241.324,00	(1.950.000,00)	-	-	6.291.324,00
365 EDUCACAO INFANTIL	1.110.120,00	19.035,00	-	-	1.129.155,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	300.000,00	-	-	-	300.000,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	98.860.030,00	(64.000.000,00)	-	-	34.860.030,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	-	-	-	20.000.000,00	20.000.000,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	27.555.208,00	-	-	-	27.555.208,00
661 PROMOCAO INDUSTRIAL	4.288.987.742,00	50.000.000,00	-	2.037.624.243,00	6.376.611.985,00
781 TRANSPORTE AEREO	230.627.900,00	173.400.000,00	-	362.491.704,00	766.519.604,00
782 TRANSPORTE RODOVIARIO	13.880.508.786,00	266.596.484,00	41.580.533,00	4.734.246.446,00	18.922.932.249,00
783 TRANSPORTE FERROVIARIO	2.897.741.410,00	(437.636.840,00)	29.384.751,00	694.933.334,00	3.184.422.655,00
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.639.198.646,00	(87.817.014,00)	5.133.701,00	429.816.668,00	1.986.332.001,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	-	23.400.000,00	23.400.000,00
27 DESPORTO E LAZER	2.571.718.378,00	696.755.080,00	-	318.280.179,00	3.586.753.637,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	10.539.392,00	-	-	-	10.539.392,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	235.302.985,00	8.250.000,00	-	4.359.666,00	247.912.651,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.339.341,00	(8.000,00)	-	-	2.331.341,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	43.320.750,00	(6.100.000,00)	-	-	37.220.750,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
301 ATENCAO BASICA	710.334,00	-	-	-	710.334,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	1.140.000,00	-	-	-	1.140.000,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	240.000,00	-	-	-	240.000,00
365 EDUCACAO INFANTIL	42.000,00	-	-	-	42.000,00
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	1.034.193.297,00	696.413.080,00	-	241.689.001,00	1.972.295.378,00
812 DESPORTO COMUNITARIO	1.242.890.279,00	(1.800.000,00)	-	72.231.512,00	1.313.321.791,00
28 ENCARGOS ESPECIAIS	1.279.384.157.403,00	28.836.928.724,00	1.889.597.797,00	10.478.941.401,00	1.320.589.625.325,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	925.618.932,00	(23.500.000,00)	-	-	902.118.932,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	534.649.249,00	75.973.809,00	-	227.592.692,00	838.215.750,00
334 FOMENTO AO TRABALHO	15.061.301.166,00	-	-	-	15.061.301.166,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.000.000,00	-	-	-	5.000.000,00
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	172.000.000,00	329.610.000,00	85.800.000,00	-	587.410.000,00
607 IRRIGACAO	200.000,00	-	-	-	200.000,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	2.693.413.000,00	267.914.000,00	-	-	2.961.327.000,00
694 SERVICOS FINANCEIROS	38.708.828,00	-	-	-	38.708.828,00
752 ENERGIA ELETRICA	376.000.000,00	-	-	-	376.000.000,00
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	50.000,00	-	-	-	50.000,00
841 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	639.490.064.816,00	(110.387.909.231,00)	-	-	529.102.155.585,00
842 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	12.747.988.408,00	-	-	-	12.747.988.408,00
843 SERVICO DA DIVIDA INTERNA	244.409.631.623,00	129.925.160.000,00	-	-	374.334.791.623,00
844 SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	14.240.159.604,00	5.615.725.673,00	630.000,00	-	19.856.515.277,00
845 OUTRAS TRANSFERENCIAS	168.200.799.315,00	2.466.372.571,00	-	3.015.000.000,00	173.682.171.886,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	140.897.379.606,00	567.581.902,00	1.803.167.797,00	7.236.348.709,00	150.504.478.014,00
847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA	39.591.192.856,00	-	-	-	39.591.192.856,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	31.578.844.703,00	(12.705.068.933,00)	-	-	18.873.775.770,00
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	31.578.844.703,00	(12.705.068.933,00)	-	-	18.873.775.770,00
TOTAL	2.150.458.867.507,00	43.379.167.379,00	3.810.813.744,00	59.068.389.101,00	2.256.717.237.731,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
00 RECURSOS ORDINARIOS	280.941.938.049,00	9.873.635.663,00	521.143.568,00	32.951.987.528,00	324.288.704.808,00
01 IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	161.829.879.828,00			3.449.508.042,00	165.279.387.870,00
02 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	540.157.361,00	23.243.737,00			563.401.098,00
06 CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	16.346.795,00				16.346.795,00
08 RECURSOS DO FUNDO SOCIAL	513.489.272,00	(513.489.272,00)			
11 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	7.868.096.339,00	(1.477.835.239,00)	20.533.693,00		6.410.794.793,00
12 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	44.579.070.106,00	(3.219.489.428,00)	176.488.578,00	2.621.745.242,00	44.157.814.498,00
13 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	15.553.468.058,00	569.371.799,00		485.565.689,00	16.608.405.546,00
15 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	38.402.279,00	(36.156.279,00)		12.735.520,00	14.981.520,00
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	65.925.608,00				65.925.608,00
17 REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	2.283.221,00				2.283.221,00
18 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	3.396.912.532,00	911.147.000,00		722.263.188,00	5.030.322.720,00
19 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	8.520.772,00	3.366.830,00			11.887.602,00
20 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.140.759,00			25.467,00	1.166.226,00
23 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	1.948.263.265,00				1.948.263.265,00
27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	485.199.648,00				485.199.648,00
29 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.048.773.825,00	1.805.546.000,00		335.301.577,00	3.189.621.402,00
30 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	45.970.319,00	400.000.000,00		243.139.701,00	689.110.020,00
31 SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	605.187.651,00	(332.600.000,00)			272.587.651,00
32 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	3.680.629.866,00	(8.600.000,00)		149.223.914,00	3.821.253.780,00
33 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	24.338.667,00			193.499,00	24.532.166,00
34 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.901.904.734,00	124.148.897,00		16.878.933,00	2.042.932.564,00
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	2.187.592.704,00	863.447.000,00		809.161.928,00	3.860.201.632,00
39 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	120.354.228,00			19.764.475,00	140.118.703,00
40 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	37.863.882.940,00			5.612.827.157,00	43.476.710.097,00
41 COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.010.848.641,00			8.145.279,00	2.018.993.920,00
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	27.202.174.675,00	2.936.980.244,00		563.263.273,00	30.702.418.192,00
43 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	655.485.955.671,00	(106.327.700.000,00)			549.158.255.671,00
44 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	187.352.417.341,00	11.328.309.000,00		37.666.667,00	198.718.393.008,00
45 REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	745.180.619,00	705.604.215,00			1.450.784.834,00
46 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	8.000.000,00			2.000.000,00	10.000.000,00
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.658.823.957,00	1.548.218.266,00		112.910.623,00	3.319.952.846,00
49 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	1.721.182.670,00	89.300.000,00		21.992.095,00	1.832.474.765,00
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	14.912.231.144,00	862.573.628,00	5.869.906,00	791.383.121,00	16.572.057.799,00
51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	49.834.812.848,00	454.637.228,00	930.000,00	1.846.505.905,00	52.136.885.981,00
52 RESULTADO DO BACEN	42.439.000.000,00	106.328.000.000,00			148.767.000.000,00
53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	140.592.624.784,00			326.163.218,00	140.918.788.002,00
54 CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	273.830.285.083,00				273.830.285.083,00
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	10.296.323.906,00	(23.000.000,00)			10.273.323.906,00
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	506.978.160,00	28.000.000,00		28.124.705,00	563.102.865,00
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1.047.767.044,00	(50.000.000,00)			997.767.044,00
59 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	20.195.707.439,00	3.056.793.000,00			23.252.500.439,00
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.468.239.261,00		130.250.000,00	325.069.014,00	3.923.558.275,00
62 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	26.482.099,00	14.625.000,00			41.107.099,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
64 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	540.000.000,00	(42.500.000,00)		348.133.333,00	845.633.333,00
67 NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE		1.675.000,00			1.675.000,00
69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	15.033.422.083,00				15.033.422.083,00
71 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	607.905.265,00				607.905.265,00
72 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	3.432.700.282,00			516.374.210,00	3.949.074.492,00
73 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	35.203.156.470,00	3.904.000.000,00			39.107.156.470,00
74 TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	4.313.954.991,00	9.979.865,00	4.500.000,00	243.442.499,00	4.571.877.355,00
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	418.193.680,00	(21.442.464,00)		111.023.207,00	507.774.423,00
76 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.456.274.830,00	(104.820.000,00)		143.306.184,00	1.494.761.014,00
78 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	6.198.127.637,00	12.360.812,00		118.536.762,00	6.329.025.211,00
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	23.221.260.215,00	1.277.896.685,00		3.376.367.355,00	27.875.524.255,00
81 RECURSOS DE CONVENIOS	1.257.907.519,00	329.820.348,00	110.427.049,00	197.717.214,00	1.895.872.130,00
82 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	651.694.705,00	(5.461.219,00)			646.233.486,00
83 PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	189.342.872,00	6.000.000,00			195.342.872,00
84 CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	2.365.768.146,00				2.365.768.146,00
86 OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	590.473.166,00	2.573.074.457,00		410.904.746,00	3.574.452.369,00
87 ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		1.399.000,00			1.399.000,00
88 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	36.052.841.233,00	3.092.460.582,00	2.840.670.950,00	2.029.021.127,00	44.014.993.892,00
93 PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	148.303.632,00			63.785.303,00	212.088.935,00
94 DOACOES PARA COMBATE A FOME	250.000,00	532.700,00		71.213,00	853.913,00
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	67.202.995,00	15.415.217,00		3.321.324,00	85.939.536,00
96 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	36.285.256,00	139.498.107,00		12.838.864,00	188.622.227,00
97 DIVIDENDOS UNIAO	20.071.038.362,00	2.251.201.000,00			22.322.239.362,00
TOTAL	2.150.458.867.507,00	43.379.167.379,00	3.810.813.744,00	59.068.389.101,00	2.256.717.237.731,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
01101 CAMARA DOS DEPUTADOS	4.113.172.238,00	150.580.451,00	12.100.000,00	33.950.627,00	4.309.803.316,00
01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	120.997.048,00			37.000.000,00	157.997.048,00
02101 SENADO FEDERAL	3.353.657.687,00	119.620.110,00	8.600.000,00	14.723.614,00	3.496.601.411,00
03101 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.376.371.562,00	105.630,00	4.300.000,00	19.830.810,00	1.400.608.002,00
10101 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	525.207.236,00		307.200,00	14.385.100,00	539.899.536,00
11101 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	964.712.754,00	9.834.497,00	934.275,00	11.271.619,00	986.753.145,00
12101 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU	5.727.111.843,00	68.117.290,00	16.422.811,00	40.126.238,00	5.851.778.182,00
12102 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO	356.583.029,00	16.400.800,00		39.743.231,00	412.727.060,00
12103 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO	297.727.193,00	7.533.591,00		2.293.663,00	307.554.447,00
12104 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO	461.586.815,00	19.526.338,00		4.060.647,00	485.173.800,00
12105 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO	265.232.186,00	18.864.276,00		1.078.262,00	285.174.724,00
12106 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO	171.606.854,00	8.449.710,00		3.932.853,00	183.989.417,00
13101 JUSTICA MILITAR	388.205.646,00	19.535.802,00	336.350,00	4.627.846,00	412.705.644,00
14101 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1.314.210.700,00	(169.225.813,00)	3.851.575,00	35.901.866,00	1.184.738.328,00
14102 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	37.018.437,00	12.404.548,00		1.608.072,00	51.031.057,00
14103 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	104.331.505,00	6.759.163,00	620.073,00	1.119.288,00	112.830.029,00
14104 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS	79.141.936,00	8.123.661,00		834.519,00	88.100.116,00
14105 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA	224.019.886,00	6.850.972,00	2.426.789,00	938.512,00	234.236.159,00
14106 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA	167.320.099,00	10.076.098,00	51.231,00	4.376.962,00	181.824.390,00
14107 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DIST. FEDERAL	77.397.159,00	2.627.322,00	140.407,00	545.174,00	80.710.062,00
14108 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO	76.542.841,00	15.072.507,00		871.077,00	92.486.425,00
14109 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS	125.303.321,00	1.540.452,00	583.883,00	1.282.624,00	128.710.280,00
14110 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO	115.609.876,00	19.417.585,00		2.017.102,00	137.044.563,00
14111 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO	78.507.620,00	11.155.587,00		807.550,00	90.470.757,00
14112 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G. DO SUL	73.941.233,00	4.113.957,00		903.704,00	78.958.894,00
14113 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS	370.886.530,00	10.132.755,00		1.363.677,00	382.382.962,00
14114 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA	122.830.189,00	17.287.361,00		1.293.126,00	141.410.676,00
14115 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA	99.348.256,00	4.311.959,00		662.534,00	104.322.749,00
14116 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA	199.425.902,00	10.301.420,00	1.990.000,00	1.117.162,00	212.834.484,00
14117 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	182.055.071,00	(176.342,00)	426.533,00	2.835.653,00	185.140.915,00
14118 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI	105.403.974,00	4.731.705,00		1.566.437,00	111.702.116,00
14119 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO	400.973.708,00	35.705.800,00		838.874,00	437.518.382,00
14120 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	96.928.875,00	4.237.474,00	460.000,00	3.968.765,00	105.595.114,00
14121 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO SUL	189.365.950,00	7.506.577,00	6.000.000,00	842.023,00	203.714.550,00
14122 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA	55.251.135,00	15.432.989,00		1.222.718,00	71.906.842,00
14123 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	126.055.154,00	2.907.687,00		979.263,00	129.942.104,00
14124 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO	459.991.416,00	12.679.465,00		313.529,00	472.984.410,00
14125 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	63.006.645,00	15.632.225,00		726.379,00	79.365.249,00
14126 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS	60.183.243,00	12.326.306,00		1.164.766,00	73.674.315,00
14127 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA	35.061.515,00	11.573.886,00		268.933,00	46.904.334,00
14128 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA	34.012.543,00	9.770.735,00		266.646,00	44.049.924,00
14901 FUNDO PARTIDARIO	324.739.508,00	29.108.009,00			353.847.517,00
15101 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1.817.574.991,00	(979.316.472,00)	12.745.750,00	7.097.990,00	858.102.259,00
15102 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO	1.285.984.531,00	172.784.044,00		6.020.050,00	1.464.788.625,00
15103 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO	1.531.888.703,00	160.369.892,00		9.854.732,00	1.702.113.327,00
15104 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO	1.148.836.812,00	60.240.783,00		2.226.499,00	1.211.304.094,00
15105 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO	1.030.422.933,00	101.440.565,00	5.000.000,00	10.765.822,00	1.147.629.320,00
15106 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO	888.932.626,00	62.103.188,00	100.000,00	51.825.090,00	1.002.960.904,00
15107 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO	517.908.710,00	54.467.931,00		3.117.986,00	575.494.627,00
15108 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO	255.719.360,00	23.951.818,00		1.266.666,00	280.937.844,00
15109 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO	367.881.156,00	76.913.052,00		6.204.106,00	450.998.314,00
15110 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO	632.730.166,00	64.730.632,00		13.322.472,00	710.783.270,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
15111 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIAO	383.964.856,00	45.287.819,00	1.730.376,00	1.755.001,00	432.738.052,00
15112 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIAO	303.082.329,00	26.450.489,00	1.421.906,00	8.349.241,00	339.303.965,00
15113 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIAO	459.559.060,00	86.451.119,00		5.474.315,00	551.484.494,00
15114 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO	275.368.896,00	17.902.527,00		2.019.982,00	295.291.405,00
15115 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIAO	211.857.683,00	36.049.462,00	320.000,00	1.112.334,00	249.339.479,00
15116 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO	992.439.594,00	103.567.724,00	83.925.570,00	4.584.334,00	1.184.517.222,00
15117 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO	138.954.119,00	12.404.457,00		3.069.010,00	154.427.586,00
15118 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO	214.093.615,00	12.807.031,00		4.066.667,00	230.967.313,00
15119 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO	246.110.382,00	28.976.994,00	3.350.000,00	4.230.530,00	282.667.906,00
15120 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO	136.390.629,00	18.697.532,00		5.344.208,00	160.432.369,00
15121 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO	110.176.382,00	14.887.415,00		699.966,00	125.763.763,00
15122 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO	159.817.216,00	20.236.760,00	3.481.240,00	1.156.444,00	184.691.660,00
15123 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO	111.882.880,00	7.291.120,00		11.776.667,00	130.950.667,00
15124 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIAO	157.170.214,00	31.031.496,00	5.426.460,00	251.067,00	193.879.237,00
15125 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIAO	147.208.447,00	21.491.359,00	19.863,00	1.124.733,00	169.844.402,00
15126 CONSELHO SUPERIOR DA JUSTICA DO TRABALHO				27.288.078,00	27.288.078,00
16101 TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL	1.746.308.454,00	56.765.060,00	12.831.350,00	17.936.960,00	1.833.841.824,00
16103 JUSTICA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE	10.000.000,00	(1.811.339,00)		335.073,00	8.523.734,00
17101 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	235.842.984,00	(55.904.585,00)	25.000,00	24.347.804,00	204.311.203,00
20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	639.416.026,00	(3.509.426,00)		20.742.734,00	656.649.334,00
20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.713.831,00	490.000,00			9.203.831,00
20107 SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	56.343.538,00	768.705.000,00			825.048.538,00
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.419.746.864,00	87.895.000,00			2.507.641.864,00
20118 AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN	527.714.638,00	(35.055.581,00)	9.000.000,00	1.684.333,00	503.343.390,00
20121 SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS	300.266.776,00	(405.681,00)			299.861.095,00
20122 SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS P/MULHERES	107.164.473,00	877.010,00			108.041.483,00
20125 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	686.099.599,00	20.781.591,00			706.881.190,00
20126 SECRETRIA ESP. POL. PROM DA IGUALDADE RACIAL	55.656.905,00	332.360,00			55.989.265,00
20128 SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR	1.158.445.809,00	(32.834.791,00)	3.602.701,00		1.129.213.719,00
20204 INST.NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	18.962.376,00	509.509,00		333.334,00	19.805.219,00
20214 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC	464.478.288,00	(3.445.343,00)			461.032.945,00
20225 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA	312.200.339,00	5.381.945,00	102.957.920,00		420.540.204,00
20415 EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	416.332.681,00	49.952.237,00		19.333.335,00	485.618.253,00
20927 FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	248.046.300,00	23.465.595,00		333.333,00	271.845.228,00
20928 FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E ADOLESCENTE	46.676.060,00				46.676.060,00
20929 FUNDO NACIONAL DO IDOSO - FNI	4.400.000,00				4.400.000,00
20930 FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - FNAC	308.512.973,00	429.714.827,00		170.785.337,00	909.013.137,00
22101 MINISTERIO DA AGRIC.PECUARIA E ABASTECIMENTO	5.283.800.759,00	164.776.738,00		83.954.675,00	5.532.532.172,00
22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.099.911.501,00	372.006.963,00		58.901.998,00	2.530.820.462,00
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	2.962.542.616,00	148.600.354,00	130.250.000,00	7.063.333,00	3.248.456.303,00
22906 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	30.675.052,00			16.667,00	30.691.719,00
24101 MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	2.033.045.617,00	67.800.000,00	1.691.433,00	125.400.955,00	2.227.938.005,00
24201 CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLOGICO	1.417.888.303,00	189.693.997,00		12.189.014,00	1.619.771.314,00
24204 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN	766.303.400,00	24.530.187,00		7.128.589,00	797.962.176,00
24205 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	348.780.683,00			58.754.874,00	407.535.557,00
24206 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB	744.119.586,00	127.248.464,00		35.030.219,00	906.398.269,00
24207 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP	242.237.743,00	90.260.338,00		2.207.999,00	334.706.080,00
24209 CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	118.487.755,00	8.442.905,00		6.921.293,00	133.851.953,00
24901 FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	2.814.743.197,00			367.512.839,00	3.182.256.036,00
25101 MINISTERIO DA FAZENDA	6.497.905.082,00	1.348.557.688,00		845.201.737,00	8.691.664.507,00
25103 RECEITA FEDERAL DO BRASIL	8.027.263.275,00	401.167.259,00		285.918.772,00	8.714.349.306,00
25104 PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL	852.417.587,00	89.638.516,00		28.749.705,00	970.805.808,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL	2.574.604.245,00	35.407.453,00		38.631.262,00	2.648.642.960,00
25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	296.394.790,00	22.215.357,00		2.849.518,00	321.459.665,00
25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	186.256.632,00	(5.072.677,00)		3.308.575,00	184.492.530,00
25903 FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	510.750.949,00				510.750.949,00
25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	148.999.013,00				148.999.013,00
25913 FUNDO ESPECIAL DE TREINAM. E DESENVOLVIMENTO	36.309.512,00	35.000.000,00		869.797,00	72.179.309,00
25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - FGE	2.175.934.883,00				2.175.934.883,00
26101 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	3.389.580.064,00	214.275.096,00		78.790.615,00	3.682.645.775,00
26104 INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	89.808.169,00	21.650.105,00		3.400.000,00	114.858.274,00
26105 INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	61.086.790,00	1.458.842,00		1.401.440,00	63.947.072,00
26201 COLEGIO PEDRO II	388.699.598,00	26.388.375,00		5.315.333,00	420.403.306,00
26230 FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	76.312.082,00	11.791.964,00		5.779.243,00	93.883.289,00
26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	451.726.956,00	44.604.167,00		8.443.757,00	504.774.880,00
26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	930.392.616,00	79.275.666,00		12.197.125,00	1.021.865.407,00
26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	974.623.138,00	14.762.687,00		25.071.561,00	1.014.457.386,00
26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	569.683.127,00	58.408.447,00		7.959.230,00	636.050.804,00
26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	718.157.948,00	47.426.966,00		19.947.169,00	785.532.083,00
26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.165.444.614,00	92.622.675,00		21.488.524,00	1.279.555.813,00
26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	571.099.539,00	113.075.644,00	72.433.333,00	32.632.472,00	789.240.988,00
26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.249.142.295,00	115.882.052,00		23.862.025,00	1.388.886.372,00
26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	821.013.578,00	38.859.114,00		21.158.545,00	881.031.237,00
26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	902.143.758,00	70.155.446,00		10.372.953,00	982.672.157,00
26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	922.989.879,00	75.105.522,00		13.894.305,00	1.011.989.706,00
26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	906.844.179,00	118.796.330,00		15.870.109,00	1.041.510.618,00
26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	904.722.103,00	78.850.378,00		20.611.354,00	1.004.183.835,00
26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.128.627.068,00	88.802.973,00		15.717.741,00	1.233.147.782,00
26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2.050.408.910,00	192.394.859,00		18.770.416,00	2.261.574.185,00
26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	885.456.648,00	110.638.216,00		16.837.881,00	1.012.932.745,00
26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	669.710.961,00	51.528.813,00		15.417.369,00	736.657.143,00
26248 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	323.274.935,00	30.159.469,00		18.937.569,00	372.371.973,00
26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	384.255.819,00	29.904.379,00		8.097.748,00	422.257.946,00
26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	127.474.775,00	8.955.704,00		4.450.613,00	140.881.092,00
26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	180.500.626,00	18.499.766,00		4.138.291,00	203.138.683,00
26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	384.002.802,00	33.101.879,00		10.466.417,00	427.571.098,00
26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	133.288.002,00	4.450.457,00		16.066.173,00	153.804.632,00
26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	166.690.293,00	25.064.407,00		6.132.769,00	197.887.469,00
26255 UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	119.534.722,00	32.740.104,00		24.413.397,00	176.688.223,00
26256 CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA	201.226.409,00	16.427.643,00		5.403.965,00	223.058.017,00
26257 CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE MINAS GERAIS	229.242.830,00	16.365.944,00		7.680.687,00	253.289.461,00
26258 UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	419.264.599,00	64.285.648,00		19.551.309,00	503.101.556,00
26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	151.676.868,00	12.391.503,00		4.731.140,00	168.799.511,00
26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - MG	129.315.966,00	16.934.357,00		6.810.211,00	153.060.534,00
26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	450.509.683,00	191.396.181,00		18.271.063,00	660.176.927,00
26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	221.858.147,00	24.533.972,00		9.851.838,00	256.243.957,00
26264 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	145.828.162,00	12.909.069,00		16.642.531,00	175.379.762,00
26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	149.111.956,00	13.766.743,00		10.039.834,00	172.918.533,00
26267 UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	130.613.541,00	23.862.978,00		15.935.840,00	170.412.359,00
26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	173.292.665,00	11.220.880,00		4.405.567,00	188.919.112,00
26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	240.748.984,00	26.213.276,00		5.842.043,00	272.804.303,00
26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	377.120.774,00	58.345.109,00		11.512.263,00	446.978.146,00
26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.300.795.466,00	191.886.164,00		27.492.453,00	1.520.174.083,00
26272 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	422.115.810,00	52.455.803,00		16.552.039,00	491.123.652,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26273 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	328.060.295,00	47.997.529,00		11.934.250,00	387.992.074,00
26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	625.706.999,00	78.958.527,00		18.094.873,00	722.760.399,00
26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	212.710.839,00	33.185.141,00		6.304.751,00	252.200.731,00
26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	483.776.917,00	43.336.495,00		14.237.895,00	541.351.307,00
26277 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	244.731.721,00	19.967.092,00		4.850.893,00	269.549.706,00
26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	413.218.414,00	41.501.379,00		3.920.884,00	458.640.677,00
26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	426.063.946,00	45.323.819,00		9.332.717,00	480.720.482,00
26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	358.994.132,00	27.528.765,00		9.236.406,00	395.759.303,00
26281 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	345.183.048,00	40.753.215,00		17.455.321,00	403.391.584,00
26282 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	539.294.742,00	44.032.581,00		9.995.175,00	593.322.498,00
26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED.DE MATO GROS.DO SUL	370.552.116,00	42.755.134,00		8.144.148,00	421.451.398,00
26284 FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	69.487.355,00	16.105.517,00		5.140.336,00	90.733.208,00
26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	160.042.807,00	19.420.375,00		8.192.352,00	187.655.534,00
26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	86.976.320,00	11.534.164,00		5.164.444,00	103.674.928,00
26290 INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS	765.698.972,00	20.403.898,00	724.245,00	14.865.586,00	801.692.701,00
26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.506.642.351,00	329.420.333,00		55.515.329,00	3.891.578.013,00
26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	106.376.351,00	3.669.367,00		2.111.516,00	112.157.234,00
26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	494.112.786,00	136.014.020,00		23.970.624,00	654.097.430,00
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	28.050.372.168,00	999.237.666,00	88.331.000,00	3.498.725.638,00	32.636.666.472,00
26350 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	123.538.509,00	(6.043.841,00)		5.862.593,00	123.357.261,00
26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	120.387.946,00	10.757.423,00		13.572.784,00	144.718.153,00
26352 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	223.134.706,00	26.898.847,00		21.587.458,00	271.621.011,00
26358 HOSPITAL UNIVERSITARIO ALBERTO NUNES	78.007.060,00	3.159.034,00			81.166.094,00
26359 COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA	127.961.599,00	8.592.154,00		796.991,00	137.350.744,00
26362 HOSPITAL UNIVERSITARIO VALTER CANTIDIO	94.051.094,00	8.419.893,00			102.470.987,00
26363 MATERNIDADE ASSIS CHATEAUBRIAN	51.302.563,00	6.741.586,00			58.044.149,00
26364 HOSPITAL UNIVERSIT. CASSIANO ANTONIO MORAIS	89.837.584,00	6.944.379,00		249.159,00	97.031.122,00
26365 HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFGO	114.321.483,00	3.844.063,00			118.165.546,00
26366 HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	177.423.405,00	11.186.228,00		245.000,00	188.854.633,00
26367 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF	80.113.751,00	2.357.106,00	15.000.000,00	6.666.667,00	104.137.524,00
26368 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFMG	208.331.598,00	13.916.145,00		333.333,00	222.581.076,00
26369 HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO	62.389.595,00	4.142.588,00		55.693,00	66.587.876,00
26370 HOSPITAL UNIVERSITARIO BETINA FERRO SOUZA	10.686.354,00	252.000,00		13.333,00	10.951.687,00
26371 HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY	141.212.040,00	6.323.107,00		7.303,00	147.542.450,00
26372 HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR	190.215.925,00	7.688.566,00		1.063.333,00	198.967.824,00
26373 HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPE	156.948.897,00	19.137.024,00		1.733.334,00	177.819.255,00
26374 COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRN	124.063.129,00	426.858,00			124.489.987,00
26378 COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRJ	391.994.302,00	3.554.027,00			395.548.329,00
26385 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFGD	39.237.727,00	20.632.311,00		2.166.666,00	62.036.704,00
26386 HOSPITAL UNIVER.POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO	133.276.230,00	11.782.950,00		666.667,00	145.725.847,00
26387 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFSM	135.731.513,00	6.089.957,00			141.821.470,00
26388 HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO	52.558.976,00	(1.129.359,00)			51.429.617,00
26389 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFTM	109.653.299,00	7.383.443,00		744.225,00	117.780.967,00
26391 HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE	56.309.866,00	4.611.656,00			60.921.522,00
26392 HOSPITAL GETULIO VARGAS	80.696.136,00	3.560.976,00		3.343.637,00	87.600.749,00
26393 HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA	88.756.077,00	433.709,00		44.266,00	89.234.052,00
26394 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUMA	67.410.638,00	5.550.405,00		166.667,00	73.127.710,00
26395 HOSPITAL UNIVERSITARIO MIGUEL RIET JUNIOR	45.819.951,00	4.160.000,00			49.979.951,00
26396 HOSP.DAS CLINICAS DA UNIV.FED.DE UBERLANDIA	203.865.076,00	8.488.590,00		6.666.666,00	219.020.332,00
26397 HOSPITAL JULIO MULLER	80.786.658,00	3.983.963,00		7.085.333,00	91.855.954,00
26398 HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	54.420.848,00	1.124.253,00		3.333.333,00	58.878.434,00
26399 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFPI	7.337.709,00	460.758,00			7.798.467,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26400 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFSE	40.430.427,00	5.029.422,00			45.459.849,00
26401 HOSPITAL UNIVERSITARIO MARIA PEDROSSIAN	85.322.507,00	5.136.424,00		67.868,00	90.526.799,00
26402 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	176.001.760,00	25.313.605,00		9.884.646,00	211.200.011,00
26403 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	162.407.285,00	15.724.927,00		16.040.743,00	194.172.955,00
26404 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	143.404.686,00	27.876.150,00		7.089.112,00	178.369.948,00
26405 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	276.282.503,00	34.201.256,00		19.499.998,00	329.983.757,00
26406 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	267.825.256,00	90.679.675,00		9.050.758,00	367.555.689,00
26407 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	116.692.408,00	16.690.611,00		9.133.066,00	142.516.085,00
26408 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	262.548.983,00	30.924.530,00		16.194.993,00	309.668.506,00
26409 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	165.194.311,00	21.048.817,00		14.071.645,00	200.314.773,00
26410 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	91.822.237,00	21.709.903,00		6.004.281,00	119.536.421,00
26411 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	139.669.052,00	25.047.727,00		4.526.581,00	169.243.360,00
26412 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	116.406.657,00	16.447.372,00		7.849.480,00	140.703.509,00
26413 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	89.999.391,00	16.552.536,00		4.637.108,00	111.189.035,00
26414 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	167.146.565,00	36.926.155,00		10.668.938,00	214.741.658,00
26415 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	46.819.449,00	21.394.036,00		8.593.431,00	76.806.916,00
26416 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	203.662.188,00	24.772.433,00		15.040.973,00	243.475.594,00
26417 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	213.304.430,00	33.495.745,00		13.047.892,00	259.848.067,00
26418 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	258.739.037,00	42.643.192,00		14.565.031,00	315.947.260,00
26419 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	157.688.127,00	23.168.942,00		12.897.115,00	193.754.184,00
26420 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	100.841.124,00	15.986.825,00		4.672.249,00	121.500.198,00
26421 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	63.357.566,00	11.970.718,00		6.345.511,00	81.673.795,00
26422 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	125.234.774,00	16.371.240,00		8.491.092,00	150.097.106,00
26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	126.956.792,00	20.590.723,00		8.567.458,00	156.114.973,00
26424 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	89.235.685,00	11.291.599,00		8.446.728,00	108.974.012,00
26425 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	34.333.727,00	18.559.147,00		3.754.167,00	56.647.041,00
26426 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	25.294.495,00	10.231.696,00		4.155.549,00	39.681.740,00
26427 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	239.217.099,00	32.611.898,00		20.121.924,00	291.950.921,00
26428 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	118.512.788,00	23.413.205,00		15.651.732,00	157.577.725,00
26429 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	170.039.045,00	37.462.699,00		8.526.928,00	216.028.672,00
26430 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	66.901.820,00	18.580.689,00		4.500.876,00	89.983.385,00
26431 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	155.421.741,00	27.274.660,00		12.921.603,00	195.618.004,00
26432 INSTITUTO FEDERAL DO PARANA - IFPR	150.419.645,00	30.759.051,00		17.050.888,00	198.229.584,00
26433 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	185.918.441,00	24.797.483,00		5.894.801,00	216.610.725,00
26434 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	168.675.524,00	26.081.953,00		7.859.146,00	202.616.623,00
26435 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	228.749.149,00	33.547.242,00		6.744.116,00	269.040.507,00
26436 INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	191.222.408,00	25.499.448,00		9.273.442,00	225.995.298,00
26437 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	60.544.484,00	11.020.699,00		4.282.888,00	75.848.071,00
26438 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	220.136.335,00	39.654.555,00		10.566.304,00	270.357.194,00
26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	287.461.765,00	59.158.948,00		21.467.668,00	368.088.381,00
26440 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	118.609.657,00	33.908.649,00		25.461.122,00	177.979.428,00
26441 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	86.868.551,00	6.804.563,00		8.411.119,00	102.084.233,00
26442 UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	68.584.232,00	(2.877.577,00)		22.224.535,00	87.931.190,00
26443 EMPRESA BRASIL.DE SERV.HOSPITALARES - EBSERH	6.333.328,00	15.416.000,00		54.975.021,00	76.724.349,00
26444 HOSP.E MATERN.VICTOR FERREIRA DO AMARAL-HMVFA	5.542.896,00	2.657.013,00			8.199.909,00
26445 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIFESP	305.390.720,00	(133.343.541,00)			172.047.179,00
28101 MINIST.DO DESENVOLVIMENTO, INDUST. E COMERCIO	1.613.389.440,00	1.211.065,00		6.959.380,00	1.621.559.885,00
28202 INSTIT.NAC. DE METROL. QUALID. E TECNOLOGIA	790.635.735,00	98.080.289,00		20.667.000,00	909.383.024,00
28203 INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	272.124.650,00	37.920.287,00		2.087.638,00	312.132.575,00
28233 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	574.928.558,00	5.318.737,00		15.208.666,00	595.455.961,00
28904 FUNDO DE GAR.P/PROMOC.DA COMPETITIVIDADE-FGPC	113.682.210,00				113.682.210,00
30101 MINISTERIO DA JUSTICA	2.433.815.620,00	(309.052.025,00)	14.632.671,00	331.525.399,00	2.470.921.665,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
30103 ARQUIVO NACIONAL	71.530.823,00	5.506.467,00		925.348,00	77.962.638,00
30107 DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	2.815.083.070,00	93.798.900,00	23.000.000,00	96.470.808,00	3.028.352.778,00
30108 DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	4.179.317.071,00	20.550.157,00		65.438.248,00	4.265.305.476,00
30109 DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	252.064.458,00	9.635.059,00			261.699.517,00
30202 FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	519.394.682,00	24.236.508,00		16.611.145,00	560.242.335,00
30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	29.970.747,00	4.639.132,00		999.999,00	35.609.878,00
30905 FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	50.876.791,00			182.861,00	51.059.652,00
30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN	435.267.845,00	250.000.000,00		105.766.910,00	791.034.755,00
30909 FUNDO P/APAR. E OPERAC. ATIV.-FIM POL.FEDERAL	706.800.763,00	17.360.000,00	29.500.000,00		753.660.763,00
30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	757.168.923,00			57.559.186,00	814.728.109,00
30912 FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	184.962.519,00	1.410.000,00	131.930.000,00	4.240.566,00	322.543.085,00
32101 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	1.734.973.232,00	10.423.144,00		131.129.098,00	1.876.525.474,00
32202 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	1.062.389.515,00	29.588.811,00		13.802.046,00	1.105.780.372,00
32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	502.659.751,00	33.026.782,00		1.609.614,00	537.296.147,00
32265 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP	4.157.493.322,00	(65.674.039,00)		5.193.006,00	4.097.012.289,00
32266 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL	489.610.808,00	801.871,00		1.780.058,00	492.192.737,00
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE	91.199.810,00	4.230.678,00		858.826,00	96.289.314,00
33101 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	383.794.878,00	(7.093.441,00)		2.333.333,00	379.034.770,00
33201 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	13.253.620.168,00	(615.882.559,00)	4.000.000,00	79.666.667,00	12.721.404.276,00
33206 SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	41.770.564,00	5.387.395,00		1.483.888,00	48.641.847,00
33904 FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	316.105.529.990,00	3.164.798.536,00			319.270.328.526,00
34101 MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	2.394.207.097,00	(95.697.728,00)	5.012.900,00	28.321.337,00	2.331.843.606,00
34102 MINISTERIO PUBLICO MILITAR	152.795.292,00	15.563.464,00	950.000,00	4.333.333,00	173.642.089,00
34103 MINISTERIO PUB.DO DIST.FEDERAL E DOS TERRIT.	436.602.637,00	38.184.029,00	110.850,00	2.827.334,00	477.724.850,00
34104 MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO	949.938.080,00	46.045.315,00	3.000.000,00	20.789.233,00	1.019.772.628,00
34105 ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO	8.085.000,00			2.790.001,00	10.875.001,00
35101 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.052.204.401,00	243.798.766,00	209.600.000,00	126.302.067,00	2.631.905.234,00
35201 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	17.424.530,00	606.032,00		33.333,00	18.063.895,00
36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.704.303.523,00	(76.801.950,00)		110.953.003,00	2.738.454.576,00
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	105.702.496,00	44.431.480,00			150.133.976,00
36209 HOSPITAL FEMINA S/A	59.805.241,00	34.980.580,00			94.785.821,00
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	446.225.367,00	136.777.760,00		42.000.000,00	625.003.127,00
36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	4.039.382.905,00	387.569.734,00		385.365.667,00	4.812.318.306,00
36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	692.141.366,00	7.488.092,00		7.440.265,00	707.069.723,00
36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	209.225.308,00	620.000,00		2.487.411,00	212.332.719,00
36901 FUNDO NACIONAL DE SAUDE	83.498.020.408,00	1.436.958.088,00	300.000,00	1.628.459.183,00	86.563.737.679,00
38101 MINISTERIO DO TRABALHO	5.841.413.689,00	89.910.000,00	1.200.000,00	8.687.334,00	5.941.211.023,00
38201 FUND.JORGE DUPRAT FIG.DE SEG.E MED.DO TRAB.	96.701.863,00	1.454.649,00		1.473.701,00	99.630.213,00
38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	55.335.721.600,00	690.427.631,00		5.623.205.202,00	61.649.354.433,00
39101 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	3.740.930.738,00	116.097.608,00	300.000,00	250.519.999,00	4.107.848.345,00
39207 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	2.424.139.848,00	(177.688.898,00)	2.452.000,00	658.099.998,00	2.907.002.948,00
39250 AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES ANTT	441.054.340,00	930.000,00	7.500.000,00	3.699.999,00	453.184.339,00
39251 AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS-ANTAQ	98.204.869,00	4.261.329,00			102.466.198,00
39252 DEPTO.NAC.DE INFRA ESTRUT.DE TRANSPORTES-DNIT	15.410.649.748,00	83.194.248,00	82.912.081,00	4.811.556.903,00	20.388.312.980,00
39253 EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	90.290.746,00	(31.500.000,00)		97.091.000,00	155.881.746,00
39901 FUNDO DA MARINHA MERCANTE	183.200.000,00	50.000.000,00		104.334,00	233.304.334,00
41101 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.591.525.200,00	11.716.937,00		100.866.667,00	1.704.108.804,00
41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	2.062.800.256,00	22.554.155,00		30.035.338,00	2.115.389.749,00
41902 FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV.DE TELECOMUN. FUST	1.587.266.810,00				1.587.266.810,00
41903 FUNDO P/O DESENV.TECNOL.DAS TELECOM.-FUNTTEL	250.489.760,00			2.482.723,00	252.972.483,00
42101 MINISTERIO DA CULTURA	740.035.332,00	(4.792.341,00)		147.518.249,00	882.761.240,00
42201 FUNDACAO CASA RUI BARBOSA	35.089.502,00	926.979,00		334.112,00	36.350.593,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
42202 BIBLIOTECA NACIONAL	107.732.019,00	5.252.601,00		1.346.666,00	114.331.286,00
42203 FUNDACAO CULTURAL PALMARES	29.830.092,00	660.000,00		103.800,00	30.593.892,00
42204 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	321.746.915,00	8.712.659,00		98.700.000,00	429.159.574,00
42205 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	101.435.321,00	2.692.273,00		1.577.833,00	105.705.427,00
42206 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE	86.781.130,00	18.820.000,00		2.691.467,00	108.292.597,00
42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	224.499.335,00	3.698.628,00		1.867.009,00	230.064.972,00
42902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA	483.399.768,00	372.600.000,00		232.430.841,00	1.088.430.609,00
44101 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.494.450.568,00	36.326.564,00	23.035.196,00	45.014.946,00	1.598.827.274,00
44102 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB	46.690.804,00	30.000,00		1.535.000,00	48.255.804,00
44201 INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVAVEIS	1.179.746.226,00	(3.827.538,00)		61.490.554,00	1.237.409.242,00
44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ANA	350.876.047,00	14.821.583,00		484.929,00	366.182.559,00
44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	53.653.310,00	831.012,00		884.856,00	55.369.178,00
44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	482.230.656,00	40.847.678,00		4.044.036,00	527.122.370,00
44901 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	10.465.036,00			630.334,00	11.095.370,00
44902 FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	29.706.000,00			3.416.667,00	33.122.667,00
47101 MINISTERIO DO ORCAMENTO E GESTAO	6.550.785.482,00	(3.641.699.757,00)	48.834.900,00	2.272.109.439,00	5.230.030.064,00
47205 FUNDACAO INST.BRAS.DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA	1.631.180.906,00	26.564.501,00		5.923.839,00	1.663.669.246,00
47210 ESCOLA NACIONAL DA ADMINISTRACAO PUBLICA-ENAP	43.576.435,00	1.173.000,00		741.792,00	45.491.227,00
49101 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.816.379.020,00	(37.547.159,00)		1.825.400.711,00	3.604.232.572,00
49201 INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA	3.218.993.150,00	(318.154.286,00)		483.571.194,00	3.384.410.058,00
51101 MINISTERIO DO ESPORTE	2.464.304.289,00	697.095.080,00		316.946.846,00	3.478.346.215,00
51204 AUTORIDADE PUBLICA OLIMPICA - APO	153.543.756,00			1.333.333,00	154.877.089,00
52101 MINISTERIO DA DEFESA	1.963.802.584,00	106.255.705,00	157.110.000,00	317.672.690,00	2.544.840.979,00
52111 COMANDO DA AERONAUTICA	15.029.541.285,00	785.996.752,00		749.672.161,00	16.565.210.198,00
52121 COMANDO DO EXERCITO	26.722.416.738,00	1.014.534.794,00	300.019.740,00	2.159.869.383,00	30.196.840.655,00
52131 COMANDO DA MARINHA	16.912.854.783,00	1.192.412.408,00		417.355.533,00	18.522.622.724,00
52133 SECRET.DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	14.498.000,00		34.000.000,00	43.193.954,00	91.691.954,00
52211 CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	5.764.438,00	31.142,00		250.000,00	6.045.580,00
52221 INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL-IMBEL	187.237.072,00	16.113.447,00		11.349.999,00	214.700.518,00
52222 FUNDACAO OSORIO	11.637.427,00	1.021.382,00		44.001,00	12.702.810,00
52232 CAIXA DE CONST.DE CASAS DO PESSOAL DA MARINHA	13.766.659,00			1.383.333,00	15.149.992,00
52233 AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.				723.333,00	723.333,00
52901 FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	2.696.706,00			130.184,00	2.826.890,00
52902 FUNDO DE ADM. DO HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	217.181.291,00	21.524.556,00		4.950.001,00	243.655.848,00
52903 FUNDO DO SERVICO MILITAR	8.154.783,00			533.333,00	8.688.116,00
52911 FUNDO AERONAUTICO	2.038.861.399,00	(69.846.443,00)	3.700.000,00	224.464.185,00	2.197.179.141,00
52921 FUNDO DO EXERCITO	1.096.880.054,00	21.276.848,00		53.176.295,00	1.171.333.197,00
52931 FUNDO NAVAL	420.318.507,00	45.164.731,00		12.931.645,00	478.414.883,00
52932 FUNDO DE DESENV.DO ENS.PROFISSIONAL MARITIMO	149.153.575,00	13.500.000,00		2.719.783,00	165.373.358,00
53101 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	4.720.707.462,00	(110.386.699,00)	213.805.581,00	4.003.643.630,00	8.827.769.974,00
53201 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1.331.904.140,00	48.086.391,00	7.500.000,00	334.156.947,00	1.721.647.478,00
53202 SUPERINTEND.DO DESENVOLV.DA AMAZONIA-SUDAM	176.862.091,00	1.968.895,00		2.023.334,00	180.854.320,00
53203 SUPERINT. DO DESENVOLV. DO NORDESTE - SUDENE	166.093.189,00	721.851,00		4.887.671,00	171.702.711,00
53204 DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.125.302.258,00	9.732.639,00		175.689.516,00	1.310.724.413,00
53207 SUPERINT. DE DESENV. DO CENTRO-OESTE - SUDECO	182.048.183,00	(345.000,00)		100.444.333,00	282.147.516,00
54101 MINISTERIO DO TURISMO	2.479.416.109,00	(831.000,00)		817.138.899,00	3.295.724.008,00
54201 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	195.098.138,00	3.746.813,00		483.333,00	199.328.284,00
55101 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	22.369.123.485,00	1.629.838.996,00	8.329.080,00	504.432.979,00	24.511.724.540,00
55901 FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.760.698.249,00	743.728.791,00	3.200.000,00	33.990.000,00	33.541.617.040,00
56101 MINISTERIO DAS CIDADES	19.015.841.658,00	(212.490.536,00)		5.976.430.369,00	24.779.781.491,00
56201 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	317.210.112,00	40.126.486,00		282.280.859,00	639.617.457,00
56202 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU	801.854.923,00	121.243.834,00		526.014.332,00	1.449.113.089,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2012 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
56901 FUNDO NACIONAL DE SEG. E EDUCACAO DO TRANSITO	921.007.923,00	(73.000.000,00)		74.833.333,00	922.841.256,00
56902 FUNDO NAC.DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL-FNHIS	954.456.087,00	(295.300.000,00)		98.078.000,00	757.234.087,00
58101 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	324.534.113,00	(5.314.790,00)		24.997.645,00	344.216.968,00
59101 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO-CNMP	71.869.217,00	(1.054.467,00)	5.159.471,00	3.000.000,00	78.974.221,00
60101 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA				66.667,00	66.667,00
61101 SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS				258.334,00	258.334,00
61201 INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA				1.321.000,00	1.321.000,00
62101 SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL				866.667,00	866.667,00
62201 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL				6.070.393,00	6.070.393,00
62901 FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL				746.945.366,00	746.945.366,00
63101 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - AGU				1.429.333,00	1.429.333,00
64101 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH/PR				22.156.944,00	22.156.944,00
64901 FUNDO NAC. P/A CRIANCA E O ADOLESCENTE - FNCA				2.031.334,00	2.031.334,00
65101 SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES-SPM				5.981.153,00	5.981.153,00
66101 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - CGU/PR				6.999.919,00	6.999.919,00
67101 SEC.DE POLITICAS DE PROM.DA IGUALDADE RACIAL				730.560,00	730.560,00
68101 SECRETARIA DE PORTOS - SEP				578.933.333,00	578.933.333,00
68201 AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS-ANTAQ				36.113.006,00	36.113.006,00
71101 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - EFU	363.910.156.832,00	136.216.528.527,00	1.875.800.000,00	26.666.667,00	502.029.152.026,00
71102 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MPOG	533.994.249,00	75.973.809,00		227.597.263,00	837.565.321,00
71103 ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS	7.074.447.084,00	(680.157.172,00)			6.394.289.912,00
71104 REMUN.DE AGENTES FINANC. - REC.SOB SUPERV./MF	790.752.032,00	547.662.318,00		693.096.818,00	2.031.511.168,00
71901 FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA RFFSA	53.005.092,00				53.005.092,00
71902 FUNDO SOBERANO DO BRASIL	7.048.800,00				7.048.800,00
71903 FUNDO SOCIAL - FS	513.489.272,00				513.489.272,00
73101 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - TRF.MF	6.920.574.249,00	(421.343,00)			6.920.152.906,00
73104 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MME-TR.EST.DF MUN.	20.827.332.953,00	3.203.762.004,00			24.031.094.957,00
73107 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MEC	9.332.080.836,00				9.332.080.836,00
73108 TRANSF.CONSTITUCIONAIS-REC.SOB SUP. M.FAZENDA	154.867.648.495,00	26.610.567,00			154.894.259.062,00
73109 RECURSOS SOB SUPERV.MIN.DO ESPORTE E TURISMO	131.297.979,00				131.297.979,00
73111 RECURSOS SOB SUPERV. DO MIN. DO MEIO AMBIENTE	2.427.729,00				2.427.729,00
73901 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL-FCDF	9.967.887.188,00				9.967.887.188,00
74101 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - OOC/MF	8.253.198.000,00	1.964.000.000,00		654.333.334,00	10.871.531.334,00
74102 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINIST.DA FAZENDA	200.000.000,00			56.666.667,00	256.666.667,00
74201 RECURSOS SOB SUPER.DA SUP.DE SEGUROS PRIVADOS	3.301.500,00	176.019,00		1.204.000,00	4.681.519,00
74202 RECURSOS SOB SUPERVISAO DA ANS	17.000.000,00			6.866.667,00	23.866.667,00
74203 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO INCRA/MDA	946.000.000,00			315.333.333,00	1.261.333.333,00
74204 REC.S/SUP. CAIXA CONST.CASAS P/PESSOAL DA MB	177.517.072,00			61.442.782,00	238.959.854,00
74205 REC.SOB SUP.CAIXA DE FIN.IMOB.DA AERONAUTICA	1.500.000,00			500.000,00	2.000.000,00
74901 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNCAFE/MAPA	2.863.713.343,00			1.060.179.414,00	3.923.892.757,00
74902 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FIES	2.303.141.574,00	3.467.796.000,00		1.683.716.400,00	7.454.653.974,00
74904 REC.SOB SUPERV.DO FUNDO DA MAR.MERCANTE/MT	4.277.415.240,00			2.037.624.243,00	6.315.039.483,00
74905 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNTTEL	200.000.000,00			66.666.667,00	266.666.667,00
74906 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO BANCO DA TERRA/MDA	300.000.000,00			100.000.000,00	400.000.000,00
74907 RECURSOS SOB SUPERV.DO MIN.DA INTEG.NACIONAL	3.506.994.515,00				3.506.994.515,00
74908 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNGETUR/MTUR	32.119.487,00			11.067.308,00	43.186.795,00
74910 REC.S/SUP.DO FUNDO NAC.DES.CIENT.E TEC.-FNDCT	933.063.195,00			352.979.616,00	1.286.042.811,00
74912 RECURSOS SOB SUPERV. DO FUNDO NAC. DE CULTURA	19.300.000,00	77.400.000,00		51.666.667,00	148.366.667,00
74913 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FNO	1.958.557.345,00			687.621.611,00	2.646.178.956,00
74914 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FCO	1.958.557.346,00			687.621.611,00	2.646.178.957,00
74915 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FNE	5.875.672.514,00			2.062.864.820,00	7.938.537.334,00
74916 REC.S/SUP.DO FUNDO NAC. S/MUDANCAS DO CLIMA	364.021.000,00			120.000.000,00	484.021.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
74917 FDA				465.837.627,00	465.837.627,00
74918 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FDNE				674.160.545,00	674.160.545,00
74919 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE-FDCO				478.000.000,00	478.000.000,00
75101 RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINIST. DA FAZENDA	652.238.053.224,00	(110.387.909.231,00)			541.850.143.993,00
90000 RESERVA DE CONTINGENCIA	12.919.099.435,00	(10.343.611.040,00)			2.575.488.395,00
TOTAL	2.150.458.867.507,00	43.379.167.379,00	3.810.813.744,00	59.068.389.101,00	2.256.717.237.731,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	4.234.169.286,00	150.580.451,00	12.100.000,00	70.950.627,00	4.467.800.364,00
02000 SENADO FEDERAL	3.353.657.687,00	119.620.110,00	8.600.000,00	14.723.614,00	3.496.601.411,00
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.376.371.562,00	105.630,00	4.300.000,00	19.830.810,00	1.400.608.002,00
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	525.207.236,00		307.200,00	14.385.100,00	539.899.536,00
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	964.712.754,00	9.834.497,00	934.275,00	11.271.619,00	986.753.145,00
12000 JUSTICA FEDERAL	7.279.847.920,00	138.892.005,00	16.422.811,00	91.234.894,00	7.526.397.630,00
13000 JUSTICA MILITAR	388.205.646,00	19.535.802,00	336.350,00	4.627.846,00	412.705.644,00
14000 JUSTICA ELEITORAL	5.398.864.227,00	132.386.050,00	16.550.491,00	70.636.935,00	5.618.437.703,00
15000 JUSTICA DO TRABALHO	13.525.956.290,00	281.218.737,00	117.521.165,00	194.003.990,00	14.118.700.182,00
16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.756.308.454,00	54.953.721,00	12.831.350,00	18.272.033,00	1.842.365.558,00
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	235.842.984,00	(55.904.585,00)	25.000,00	24.347.804,00	204.311.203,00
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.292.666.748,00	1.312.854.252,00	115.560.621,00	1.587.003.409,00	11.308.085.030,00
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	15.833.984.156,00	(4.218.145.619,00)	48.834.900,00	2.506.372.333,00	14.171.045.770,00
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	13.240.643.271,00	685.384.055,00	130.250.000,00	1.210.116.087,00	15.266.393.413,00
24000 MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	9.418.669.479,00	507.975.891,00	1.691.433,00	968.125.398,00	10.896.462.201,00
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.231.437.560.815,00	19.949.949.413,00	1.875.800.000,00	2.637.496.852,00	1.255.900.807.080,00
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	85.915.595.837,00	9.219.210.631,00	176.488.578,00	6.654.909.432,00	101.966.204.478,00
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	3.364.760.593,00	142.530.378,00		44.922.684,00	3.552.213.655,00
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	12.436.253.312,00	118.084.198,00	199.062.671,00	679.720.470,00	13.433.120.651,00
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	28.865.659.391,00	3.216.159.251,00		154.372.648,00	32.236.191.290,00
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	329.784.715.600,00	2.547.209.931,00	4.000.000,00	83.483.888,00	332.419.409.419,00
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.941.628.106,00	4.095.080,00	9.073.750,00	59.061.238,00	4.013.858.174,00
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.069.628.931,00	244.404.798,00	209.600.000,00	126.335.400,00	2.649.969.129,00
36000 MINISTERIO DA SAUDE	91.771.806.614,00	1.972.023.784,00	300.000,00	2.183.572.196,00	95.927.702.594,00
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	61.273.837.152,00	781.792.280,00	1.200.000,00	5.633.366.237,00	67.690.195.669,00
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	26.665.885.529,00	45.294.287,00	93.164.081,00	7.894.809.482,00	34.699.153.379,00
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	5.692.082.026,00	34.271.092,00		200.051.395,00	5.926.404.513,00
42000 MINISTERIO DA CULTURA	2.149.849.414,00	485.970.799,00		538.236.644,00	3.174.056.857,00
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	4.014.267.376,00	89.029.299,00	23.035.196,00	237.501.322,00	4.363.833.193,00
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	6.281.372.170,00	(355.701.445,00)		2.724.305.238,00	8.649.975.963,00
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	2.749.146.024,00	697.095.080,00		318.280.179,00	3.764.521.283,00
52000 MINISTERIO DA DEFESA	64.973.782.373,00	3.147.985.322,00	494.829.740,00	4.062.362.595,00	72.678.960.030,00
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	21.002.699.043,00	(50.221.923,00)	221.305.581,00	9.676.951.645,00	30.850.734.346,00
54000 MINISTERIO DO TURISMO	2.706.633.734,00	2.915.813,00		828.689.540,00	3.538.239.087,00
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	55.129.821.734,00	2.373.567.787,00	11.529.080,00	538.422.979,00	58.053.341.580,00
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	22.010.370.703,00	(419.420.216,00)		6.957.636.893,00	28.548.587.380,00
58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	324.534.113,00	(5.314.790,00)		24.997.645,00	344.216.968,00
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	71.869.217,00	(1.054.467,00)	5.159.471,00	3.000.000,00	78.974.221,00
TOTAL	2.150.458.867.507,00	43.379.167.379,00	3.810.813.744,00	59.068.389.101,00	2.256.717.237.731,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
CENTRO-OESTE	28.818.180.987,00	25.536.920.007,29	1.960.505.583,20	3.371.318.977,91
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.029.538.506,00	975.072.227,07	54.466.278,93	15.161.529,15
0550 CONTROLE EXTERNO	26.437.815,00	17.318.510,69	981.489,31	14.559.814,20
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	333.333,00	-	-	-
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	176.030.001,00	15.678.805,51	119.321.194,49	7.312.362,75
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	35.987.200,00	4.773.454,78	29.213.745,22	1.727.595,09
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	2.000.000,00	40.439,66	959.560,34	-
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	379.208.826,00	351.645.080,87	27.563.745,13	94.841.936,04
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	93.794.009,00	52.581.135,12	2.253.036,88	51.914.802,09
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	97.955.452,00	90.716.594,64	5.880.737,36	20.441.844,63
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	137.865.969,00	124.680.309,48	12.572.325,52	8.465.662,69
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	114.110.914,00	94.848.500,53	14.261.746,47	35.645.885,02
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	26.485.953,00	26.425.166,57	60.786,43	1.746,50
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.958.557.346,00	1.742.295.874,23	216.261.471,77	77.062.107,91
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	9.967.887.188,00	9.951.680.841,10	16.206.346,90	251.576.716,87
1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	14.772.191,00	13.112.914,74	1.559.276,26	13.112.914,74
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	724.245,00	469.931,89	254.313,11	28.175,16
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	11.000.000,00	8.700.000,00	2.300.000,00	8.700.000,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	49.651.406,00	41.043.343,00	8.608.063,00	38.043.343,00
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	84.176.192,00	31.553.190,07	33.060.809,93	28.233.967,96
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	4.031.710.101,00	3.659.926.144,73	227.983.956,27	129.555.149,93
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	500.000,00	-	500.000,00	-
2018 BIODIVERSIDADE	1.711.696,00	1.711.696,00	-	1.441.696,00
2019 BOLSA FAMÍLIA	1.085.175.300,00	1.085.175.300,00	-	-
2020 CIDADANIA E JUSTIÇA	305.000,00	100.000,00	205.000,00	100.000,00
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	15.950.000,00	180.000,00	1.070.000,00	-
2022 COMBUSTÍVEIS	3.425.000,00	127.697,66	3.297.302,34	127.697,66
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	14.450.000,00	7.000.000,00	7.450.000,00	7.000.000,00
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.100.000,00	98.887,60	1.001.112,40	98.887,60
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	26.690.000,00	5.559.442,00	21.130.558,00	5.409.500,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	322.922.191,00	19.543.341,04	127.806.658,96	19.105.428,58
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	322.501.213,00	304.265.671,95	18.235.541,05	15.349.898,44
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	319.547.775,00	287.269.591,06	32.278.183,94	151.254.716,68
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	1.144.349.660,00	912.521.237,62	231.828.422,38	215.713.092,12
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	400.000,00	-	400.000,00	-
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	121.889.000,00	29.189.111,00	24.599.889,00	29.039.733,22
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	72.993.909,00	69.593.720,00	3.400.189,00	9.162.440,93
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	145.112.151,00	43.812.286,98	37.399.864,02	32.104.284,48
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	20.480.000,00	5.780.000,00	14.700.000,00	5.780.000,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	1.050.000,00	-	1.050.000,00	-
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	4.100.000,00	1.099.952,20	3.000.047,80	1.099.952,20
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	65.950.000,00	961.319,70	50.288.680,30	961.319,70
2049 MORADIA DIGNA	74.255.924,00	70.867.764,17	3.388.159,83	60.680.786,10
2052 PESCA E AQUICULTURA	1.600.000,00	500.000,00	1.100.000,00	500.000,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	320.548.531,00	60.575.700,87	65.234.299,13	60.575.700,87
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	1.050.000,00	250.000,00	800.000,00	250.000,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	54.666.667,00	31.343.574,02	13.656.425,98	20.006.337,44
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	250.000,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.700.000,00	-	-	-
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	26.140.051,00	23.329.928,00	2.810.123,00	8.228.228,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	700.000,00	700.000,00	-	700.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.200.000,00	299.732,00	900.268,00	299.732,00
2068 SANEAMENTO BÁSICO	213.463.749,00	164.853.748,11	8.510.000,89	131.199.776,39
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	250.000,00	250.000,00	-	250.000,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	50.880.174,00	21.821.463,14	29.058.710,86	21.819.195,92
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.720.000,00	-	1.720.000,00	-
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	908.078.330,00	747.950.938,43	104.927.391,57	371.912.244,83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.447.603.058,00	1.992.736.841,59	113.630.655,63	1.216.802.797,61
2076 TURISMO	187.487.421,00	41.169.445,89	71.393.054,11	41.096.623,39
2100 CONTROLE DA ATUAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	12.466.667,00	506.000,00	10.294.000,00	461.595,83
2107 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	50.000,00	-	50.000,00	-
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	1.100.000,00	1.099.983,69	16,31	300.152,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	2.544.743.383,00	2.375.611.158,91	169.132.664,36	127.034.867,68
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	100.000,00	3.710,81	96.289,19	-
2117 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÓES	13.750.000,00	9.583.412,93	4.166.587,07	6.168.719,32
2119 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINASE ENERGIA	1.530.572,00	640.058,84	890.513,16	340.863,72
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	15.110.918,00	11.124.826,40	3.986.091,60	8.308.993,77
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	7.556.000,00	4.900.000,00	-	3.998.161,70
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	100.000,00	-	100.000,00	-
EXTERIOR	17.140.684,00	11.982.086,88	4.988.626,06	7.642.623,85
1264 RELAÇÓES E NEGOCIAÇÓES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	6.500.000,00	4.818.238,48	1.532.038,90	4.818.238,48
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	8.300.000,00	6.444.631,23	1.855.368,77	2.724.385,37
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	500.000,00	488.595,05	-	-
2041 GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL	160.000,00	8.315,46	151.684,54	-
2046 MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA	250.000,00	-	250.000,00	-
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	230.684,00	100.000,00	130.684,00	100.000,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	200.000,00	122.306,66	68.849,85	-
2076 TURISMO	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
NACIONAL	2.067.717.324.585,00	1.675.042.281.907,31	367.467.155.792,92	84.221.874.812,52
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	69.759.772.779,00	69.563.700.858,10	196.218.921,70	106.579.390,57
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHOE RENDA	39.530,00	-	39.530,00	-
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	7.500.000,00	7.008.433,54	491.566,46	6.380.810,24
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	130.250.000,00	-	130.250.000,00	-
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	7.500.000,00	4.989.641,45	2.510.358,55	4.986.965,45
0550 CONTROLE EXTERNO	944.422.693,00	920.790.402,32	13.735.157,10	29.351.805,19
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.269.279.527,00	2.158.883.918,41	96.005.327,59	53.535.582,06
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.132.448.000,00	2.938.144.135,26	164.383.238,74	101.253.622,04
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	397.488.260,00	337.085.067,82	48.024.982,74	27.321.621,45
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	230.941.512,00	220.991.485,29	7.155.513,71	9.559.804,10
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.189.191.768,00	1.161.806.645,79	9.113.089,21	16.111.819,51
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	761.172.870,00	707.092.411,02	42.808.839,98	35.625.088,19
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	6.553.621.839,00	6.444.532.068,12	67.230.204,88	276.526.906,51
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	3.615.539.432,00	3.389.191.340,82	170.015.074,90	219.306.053,34
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	9.384.032.972,00	9.202.244.898,18	74.448.764,82	411.302.139,18
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	3.285.057.746,00	3.194.317.303,18	58.297.105,82	178.998.378,33
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	164.860.000,00	63.999.999,96	100.860.000,04	30.000.000,00
0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL	9.000.000,00	3.987.787,40	3.412.837,60	-
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	200.100.000,00	196.603.552,99	5.005.026,14	3.707.371,56
0901 OPERAÇÓES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	15.259.886.984,00	15.013.995.942,24	245.891.041,76	309.258.296,88
0902 OPERAÇÓES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	32.021.684.144,00	21.358.782.706,26	507.093.183,74	1.975.846.279,76
0903 OPERAÇÓES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	192.336.250.230,00	173.902.264.149,35	18.433.986.080,65	8.644.831.531,09
0905 OPERAÇÓES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES)	374.334.791.623,00	344.999.963.725,93	29.334.827.897,07	2.548.621.150,69
0906 OPERAÇÓES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES)	19.856.013.326,00	11.508.982.951,50	8.340.429.859,49	9.903.880,79
0907 OPERAÇÓES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	529.102.155.585,00	292.875.234.658,45	236.226.920.926,55	-
0908 OPERAÇÓES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	12.747.988.408,00	4.289.762.378,57	8.458.226.029,43	-
0909 OPERAÇÓES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	117.101.986.091,00	113.307.843.913,32	3.609.108.845,68	7.177.815.804,58
0910 OPERAÇÓES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	873.637.302,00	677.985.288,42	195.672.038,30	199.962.988,56
0911 OPERAÇÓES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	2.031.430.168,00	1.273.603.506,58	757.826.661,42	696.776.516,95
0913 OPERAÇÓES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACION	1.257.179.176,00	422.966.870,50	834.212.305,50	5.875.000,00
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	18.873.775.770,00	-	18.873.775.770,00	-
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	123.805.581,00	92.399.522,36	31.406.058,64	43.968.975,36
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	139.840.000,00	137.839.264,40	2.000.735,60	136.866.542,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	337.010.127,00	337.386.703,44	281.670,08	110.465.294,52
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	3.901.000,00	3.901.000,00	-	3.153.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	88.331.000,00	37.530.197,45	50.800.802,55	-
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	927.046,00	927.039,68	6,32	-
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	3.758.550,00	3.758.550,00	-	2.116.531,90
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	7.235.196,00	-	7.235.196,00	-
1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	189.514.012,00	120.995.662,40	44.270.545,60	42.240.986,72
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	7.691.433,00	7.587.801,30	103.631,70	7.051.531,54
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	5.096.444.001,00	4.361.233.147,66	609.979.458,25	2.713.280.640,06
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	364.002.580,00	110.664.538,38	249.007.093,62	46.464.655,22
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	10.459.077.234,00	7.178.687.303,35	2.216.705.148,90	2.803.319.789,81
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	19.439.915.178,00	16.320.827.847,06	2.287.391.797,98	4.820.972.860,77
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	84.332.806,00	64.235.467,73	14.177.005,27	41.849.245,31
2017 AVIAÇÃO CIVIL	594.108.919,00	260.441.696,36	280.121.189,64	227.178.671,54
2018 BIODIVERSIDADE	346.364.173,00	184.038.503,64	82.555.920,05	38.879.431,25
2019 BOLSA FAMÍLIA	551.033.841,00	533.314.577,28	16.341.930,72	84.701.884,65
2020 CIDADANIA E JUSTIÇA	165.429.610,00	148.380.880,29	11.810.050,46	54.411.889,76
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	4.920.292.184,00	3.592.649.316,30	896.438.119,40	992.823.886,00
2022 COMBUSTÍVEIS	47.655.441,00	47.004.192,31	183.773,69	513.563,02
2023 COMÉRCIO E SERVIÇOS	27.299.143,00	17.082.314,00	8.683.496,00	9.892.336,11
2024 COMÉRCIO EXTERIOR	3.222.344.003,00	2.680.986.977,74	39.463.217,64	1.665.024.870,04
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	847.591.027,00	655.912.655,80	54.443.079,20	203.641.802,29
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	276.297.702,00	224.633.193,26	37.601.438,79	118.807.475,85
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	2.088.582.782,00	1.264.957.888,57	522.569.412,61	908.682.314,67
2028 DEFESA AGROPECUÁRIA	408.406.279,00	227.484.125,05	162.543.340,17	47.937.334,74
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	7.464.214.134,00	5.004.815.692,77	672.131.334,23	4.879.985.059,57
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	27.552.958.700,00	24.487.525.512,73	2.222.318.353,01	7.223.588.735,36
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	3.155.614.852,00	2.189.259.588,74	424.090.692,26	756.669.729,00
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	4.863.655.124,00	3.501.555.262,52	381.546.378,12	853.792.409,17
2033 ENERGIA ELÉTRICA	186.415.124,00	51.841.741,80	134.523.382,20	15.764.220,45
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	98.043.333,00	57.534.213,15	32.175.786,85	44.719.535,75
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	2.382.650.069,00	670.918.951,77	1.630.974.258,11	501.624.641,11
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	239.768.692,00	160.070.535,69	76.747.514,31	17.359.971,99
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	31.972.148.416,00	31.378.093.247,20	557.415.025,80	170.609.320,96
2038 DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	504.140.095,00	244.564.954,83	234.323.959,21	66.899.053,30
2039 GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMAFINANCEIRO NACIONAL	433.888.198,00	363.852.783,72	44.937.704,28	6.786.797,33
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	3.430.016.654,00	2.098.219.973,54	782.024.154,89	1.094.068.945,27
2041 GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL	142.021.749,00	131.786.747,35	10.196.425,13	58.824.318,90
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	680.960.388,00	513.580.668,83	106.966.881,99	294.965.487,93
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	294.441.952,00	241.516.578,67	50.105.373,33	190.253.934,48
2045 LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	40.477.224,00	25.724.261,70	14.041.109,30	7.777.729,80
2046 MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA	125.559.584,00	89.766.886,20	36.588.112,59	36.900.470,95
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	37.373.530,00	14.208.064,39	23.165.465,61	3.735.268,93
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	1.926.231.891,00	960.484.361,51	955.909.195,49	791.160.512,70
2049 MORADIA DIGNA	15.297.542.698,00	11.403.050.584,29	3.894.492.113,71	8.917.475.115,02
2050 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	553.892.282,00	415.062.546,77	4.257.235,23	384.640.235,43
2051 OFERTA DE ÁGUA	1.254.810.392,00	83.929.645,81	1.168.323.090,19	80.495.644,32
2052 PESCA E AQUICULTURA	152.176.438,00	110.741.955,28	18.979.173,59	87.753.373,24
2053 PETRÓLEO E GÁS	213.485.440,00	95.059.103,13	117.314.336,87	44.351.740,25
2054 PLANEJAMENTO URBANO	481.125.572,00	337.145.840,69	89.348.064,31	331.725.060,37
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	7.750.161.438,00	5.847.753.809,44	344.754.749,69	323.271.144,62
2056 POLÍTICA ESPACIAL	356.292.259,00	244.192.746,34	66.089.224,29	53.038.428,72
2057 POLÍTICA EXTERNA	1.212.787.958,00	1.115.796.505,75	113.078.639,11	156.938.755,77
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	17.070.481.008,00	13.354.104.834,00	2.399.080.495,06	5.438.283.428,95
2059 POLÍTICA NUCLEAR	680.258.040,00	556.346.297,88	93.069.986,81	125.941.225,69
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	212.280.566,00	59.108.448,86	148.931.551,14	51.668.087,69
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	313.938.086.086,00	313.338.257.558,90	549.804.527,10	428.590.530,85

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	298.905.136,00	178.280.319,37	98.819.089,63	29.525.848,72
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	29.145.664,00	10.748.546,74	17.930.471,26	8.095.392,40
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	117.377.378,00	80.231.978,53	36.545.399,47	34.562.286,08
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	921.878.576,00	830.220.511,52	64.713.590,48	176.674.364,39
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	3.292.321.624,00	2.074.103.269,79	550.004.818,11	1.402.831.085,30
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	233.010.880,00	76.712.256,74	142.900.365,26	47.372.067,08
2068 SANEAMENTO BÁSICO	2.902.895.465,00	1.570.334.603,31	1.309.327.527,69	952.235.658,41
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.247.471.433,00	2.951.999.555,97	1.070.907.339,03	1.203.716.433,58
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4.157.016.361,00	2.383.210.650,72	1.075.814.448,28	1.354.428.804,63
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	41.128.943.994,00	40.637.908.416,47	482.285.520,89	678.449.457,34
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	978.466.436,00	49.997.896,03	922.468.536,97	13.230.284,12
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	184.578.167,00	28.019.436,00	142.058.731,00	24.105.687,58
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	239.461.868,00	70.018.044,36	169.443.823,64	34.797.854,34
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5.190.142.394,00	454.299.359,54	4.687.973.348,46	333.612.116,75
2076 TURISMO	1.677.088.896,00	719.263.292,35	830.754.588,45	539.313.178,78
2100 CONTROLE DA ATUAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	61.055.101,00	59.196.847,83	524.920,17	14.877.556,05
2101 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	4.824.498.543,00	4.586.557.540,95	172.991.663,04	273.680.848,89
2102 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	74.038.320,00	60.125.866,98	12.596.858,71	18.583.035,28
2103 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDAD	18.394.825,00	12.017.264,00	5.647.001,00	1.025.105,50
2104 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	13.669.830,00	13.336.686,12	273.371,53	1.548.966,31
2105 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIM	4.452.492.423,00	4.362.114.539,56	79.614.706,62	65.531.648,91
2106 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.004.244.832,00	1.896.408.299,84	90.333.829,56	106.707.988,95
2107 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	582.859.739,00	531.276.386,35	41.714.723,45	46.089.482,27
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	22.499.761.856,00	22.100.181.908,51	351.369.543,01	590.347.170,87
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	4.793.889.074,00	4.020.202.367,53	715.899.439,47	129.895.442,64
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	12.623.541.146,00	11.687.896.533,65	531.024.033,82	1.024.162.595,50
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	866.960.223,00	774.871.457,19	73.850.009,81	65.377.627,50
2112 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	5.502.943.868,00	5.352.024.943,69	128.667.385,02	194.187.701,40
2113 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA PESCAE AQDICULTURA	107.505.181,00	99.032.362,55	7.036.166,87	17.236.588,44
2114 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.146.818.904,00	5.089.255.269,41	54.103.746,59	28.469.063,61
2115 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	9.438.713.942,00	9.227.322.517,06	176.280.314,94	245.484.772,47
2116 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	697.544.247,00	642.030.048,11	48.950.867,89	72.647.550,08
2117 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÓES	514.924.907,00	486.911.469,31	19.021.632,69	52.833.955,04
2118 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÓES EXTERIORES	1.318.844.330,00	1.278.916.908,28	62.273.006,02	23.044.122,24
2119 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINASE ENERGIA	1.327.811.473,00	1.126.553.318,61	159.810.229,80	61.521.184,77
2120 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	773.435.887,00	750.557.167,07	15.790.251,40	52.982.793,53
2121 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉ	857.134.293,00	789.478.510,48	42.831.144,52	60.502.503,54
2122 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE	251.018.722,00	219.842.151,25	28.489.050,70	56.660.566,94
2123 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE	298.736.468,00	231.297.459,87	63.115.287,00	24.517.430,24
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1.285.206.806,00	1.225.243.530,38	40.719.956,64	37.964.219,74
2125 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	4.897.131.579,00	4.531.513.572,21	321.253.594,69	1.812.762.723,18
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	2.701.223.637,00	2.138.979.225,48	525.202.616,18	565.474.447,10
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.653.559.793,00	1.593.136.474,89	55.165.404,11	89.325.360,87
2128 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO	146.511.895,00	133.166.831,88	8.862.846,79	12.138.606,39
NORDESTE	60.261.375.761,00	51.354.989.515,37	4.598.672.751,26	7.882.593.713,58
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.563.489.893,00	2.541.135.203,70	22.354.689,30	-
0550 CONTROLE EXTERNO	4.606.667,00	2.000.000,00	1.940.000,00	2.000.000,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	3.333.333,00	2.500.000,00	-	2.434.085,90
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	17.320.176,00	13.520.826,73	3.099.349,27	11.725.883,83
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	340.416.121,00	290.738.741,70	40.191.922,30	93.203.756,57
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	560.102.097,00	289.314.491,33	214.633.589,67	14.689.638,69
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	41.185.023,00	26.496.823,56	5.804.299,44	26.223.746,95
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	23.830.654,00	23.793.764,33	36.889,67	111.580,94
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	6.907.104.924,00	5.226.887.652,50	648.784.861,50	224.688.663,40
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	227.800.425,00	227.800.425,00	-	44.000.000,00
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	29.720,00	-	29.720,00	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	17.000.000,00	17.000.000,00	-	17.000.000,00
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	2.600.000,00	1.204.598,90	1.395.401,10	1.204.598,90
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	341.637.553,00	276.495.058,74	58.642.494,26	192.733.993,96
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	238.155.549,00	111.364.740,23	81.826.259,77	105.975.267,01
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	16.054.342.980,00	14.672.358.210,88	753.284.769,12	425.008.846,69
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	4.540.000,00	2.321.499,50	2.218.500,50	2.321.499,50
2017 AVIAÇÃO CIVIL	69.000.000,00	500.000,00	-	500.000,00
2018 BIODIVERSIDADE	745.000,00	-	745.000,00	-
2019 BOLSA FAMÍLIA	10.692.137.000,00	10.692.137.000,00	-	-
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	63.426.851,00	14.267.584,34	19.684.415,66	11.760.447,40
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	62.800.000,00	11.200.000,00	4.600.000,00	11.200.000,00
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	160.000,00	9.912,00	150.088,00	5.823,52
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	133.749.702,00	15.597.090,75	37.702.909,25	14.597.090,75
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	654.350.486,00	237.780.091,78	184.158.798,22	205.559.503,32
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	1.542.053.875,00	1.460.542.164,24	81.511.710,76	40.482.929,79
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	972.306.317,00	748.811.706,65	223.494.610,35	356.669.677,48
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	1.843.855.490,00	1.479.969.794,87	363.873.094,79	606.725.704,81
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	2.750.000,00	600.000,00	2.150.000,00	600.000,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	293.703.185,00	124.498.208,00	115.530.125,00	124.180.933,00
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	750.000,00	504.831,98	245.168,02	504.831,98
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	346.002.874,00	333.911.131,20	12.091.742,80	18.371.549,63
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	404.582.050,00	149.243.014,17	84.805.760,83	43.421.059,04
2042 INOVAÇÓES PARA A AGROPECUÁRIA	3.500.000,00	870.000,00	2.630.000,00	826.662,60
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	5.236.000,00	855.297,01	4.380.702,99	486.511,18
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	2.550.000,00	1.687.000,00	863.000,00	1.687.000,00
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	359.041.870,00	194.119.146,66	36.970.011,34	166.245.647,25
2049 MORADIA DIGNA	442.443.103,00	423.411.702,01	6.031.400,99	318.977.837,12
2050 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1.250.000,00	1.125.000,00	125.000,00	1.125.000,00
2051 OFERTA DE ÁGUA	2.066.364.188,00	1.737.035.850,90	165.520.096,10	1.339.080.173,27
2052 PESCA E AQUICULTURA	16.550.000,00	6.592.741,23	9.957.258,77	3.538.741,86
2054 PLANEJAMENTO URBANO	597.051.035,00	226.580.995,02	197.362.337,98	224.660.697,22
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	67.900.000,00	20.849.361,71	25.550.638,29	16.775.329,45
2056 POLÍTICA ESPACIAL	140.577.940,00	111.986.295,19	85.106,17	87.698.360,96
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	6.190.000,00	1.999.534,51	4.190.465,49	1.290.396,17
2059 POLÍTICA NUCLEAR	37.318.819,00	-	29.902.912,00	-
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	43.974.851,00	3.000.000,00	9.500.000,00	3.000.000,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.850.000,00	2.250.000,00	-	1.766.111,76
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	90.861.235,00	89.215.721,00	1.645.514,00	3.461.365,72
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	800.000,00	600.000,00	200.000,00	600.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	4.100.000,00	1.349.995,80	2.750.004,20	1.346.342,81
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	700.000,00	-	700.000,00	-
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	60.430.000,00	2.800.000,00	8.100.000,00	2.800.000,00
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
2068 SANEAMENTO BÁSICO	783.220.519,00	521.530.574,41	42.789.944,59	344.382.140,32
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	38.546.800,00	32.620.603,52	5.926.196,48	14.598.031,91
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	87.481.522,00	8.839.638,07	12.751.361,93	4.626.663,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	6.904.000,00	2.000.000,00	4.904.000,00	2.000.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	765.670.689,00	478.190.777,63	287.479.911,37	449.526.923,61
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	132.466.667,00	37.680.000,00	48.086.667,00	8.040.000,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.718.501.318,00	2.996.289.392,97	382.887.324,64	2.074.863.362,58
2076 TURISMO	949.465.628,00	203.463.300,43	213.876.699,57	196.837.342,13
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	2.050.000,00	1.243.254,16	806.745,84	506.847,92
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	5.358.801.573,00	5.238.558.481,74	120.243.091,26	7.180.521,39
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	16.562.961,00	8.396.386,81	4.666.990,19	2.429.513,83
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	1.897.098,00	1.479.291,52	417.806,48	868.605,69
2116 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	200.000,00	-	200.000,00	-
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	3.050.000,00	3.050.000,00	-	2.707.971,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO

EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	2.000.000,00	814.605,99	1.185.394,01	758.498,99
NORTE	20.731.891.151,00	16.723.700.492,97	2.030.364.408,62	2.907.915.532,89
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.585.627.093,00	1.574.199.982,34	11.427.110,66	-
0550 CONTROLE EXTERNO	1.596.954,00	970.287,00	-	957.287,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	31.621.137,00	8.483.350,74	22.971.119,26	4.720.618,02
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	138.155.399,00	131.648.498,66	3.615.177,34	33.232.292,91
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	124.960.534,00	100.074.668,36	20.169.558,64	3.533.175,16
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	20.292.612,00	16.007.242,88	1.852.036,12	14.116.530,99
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	15.551.935,00	15.263.798,41	288.136,59	-
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.958.557.345,00	1.742.295.874,23	216.261.470,77	77.062.107,91
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	66.007.130,00	43.754.530,00	305.470,00	12.036.940,00
0911 OPERAÇÕES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	81.000,00	-	81.000,00	-
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	5.500.000,00	-	5.500.000,00	-
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	2.452.000,00	2.452.000,00	-	2.452.000,00
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	300.000,00	-	300.000,00	-
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	21.947.125,00	-	-	-
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	220.574.400,00	58.381.560,00	48.398.440,00	57.178.250,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	4.223.548.301,00	3.683.471.515,71	401.776.785,29	254.116.748,73
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	1.700.000,00	200.000,00	1.500.000,00	200.000,00
2017 AVIAÇÃO CIVIL	30.500.000,00	-	15.500.000,00	-
2018 BIODIVERSIDADE	36.616.939,00	381.639,30	474.300,70	381.639,30
2019 BOLSA FAMÍLIA	2.413.427.500,00	2.413.427.500,00	-	-
2020 CIDADANIA E JUSTIÇA	6.500.000,00	2.959.283,15	3.540.716,85	2.959.283,15
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	77.468.028,00	50.674.284,80	24.164.006,20	15.696.489,56
2024 COMÉRCIO EXTERIOR	21.600.000,00	1.000.000,00	100.000,00	632.674,76
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	6.320.000,00	1.500.000,00	4.820.000,00	1.500.000,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	23.610.000,00	7.450.000,00	16.160.000,00	7.450.000,00
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	515.643.099,00	35.535.067,00	81.360.907,00	34.571.567,00
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	594.034.239,00	556.265.227,38	37.769.011,62	17.921.393,83
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	314.079.664,00	270.945.422,62	43.134.241,38	117.151.573,17
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	826.894.248,00	618.787.165,51	208.107.082,49	308.973.592,80
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	650.000,00	-	650.000,00	-
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	130.450.000,00	37.024.750,00	37.225.250,00	37.003.812,50
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	88.383.474,00	83.466.798,02	4.916.675,98	8.578.662,24
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	155.034.532,00	22.434.532,00	100.000,00	18.510.700,66
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	2.500.000,00	550.000,00	1.950.000,00	550.000,00
2043 INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	2.950.000,00	100.000,00	2.850.000,00	-
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	500.000,00	-	500.000,00	-
2045 LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	200.000,00	-	200.000,00	-
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	100.000,00	-	100.000,00	-
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	25.000.000,00	-	-	-
2049 MORADIA DIGNA	130.823.494,00	86.240.630,76	2.082.863,24	57.252.782,48
2051 OFERTA DE ÁGUA	2.600.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00
2052 PESCA E AQUICULTURA	48.595.349,00	17.851.696,21	10.098.303,79	16.842.878,21
2054 PLANEJAMENTO URBANO	309.451.375,00	52.546.700,00	53.063.300,00	52.546.700,00
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	4.380.000,00	927.968,50	3.452.031,50	927.968,50
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	436.406.000,00	184.438.630,37	149.005.752,26	172.506.165,55
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	15.980.174,00	2.950.000,00	2.400.000,00	2.950.000,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.400.000,00	1.000.000,00	-	1.000.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	19.532.776,00	15.138.787,83	4.393.988,17	1.253.295,77
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.200.000,00	183.270,68	1.016.729,32	183.270,68
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	7.038.600,00	534.341,45	6.504.258,55	534.341,45
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	31.850.000,00	10.597.939,18	752.060,82	9.208.457,44
2068 SANEAMENTO BÁSICO	295.195.034,00	142.723.034,00	11.272.000,00	96.165.674,82
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	30.315.000,00	3.469.853,00	30.147,00	3.469.853,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	229.252.031,00	52.714.140,00	17.040.000,00	44.472.730,94
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.214.000,00	340.000,00	3.874.000,00	340.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	9.863.283,00	2.136.779,75	7.726.503,25	-
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	402.125.137,00	67.907.757,47	324.217.379,53	52.448.839,30
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.152.449.210,00	1.929.321.456,58	81.451.842,38	1.313.036.957,19
2076 TURISMO	139.687.125,00	23.106.975,81	44.633.024,19	23.106.975,81
2101 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.365.973,00	1.600.000,00	-	1.593.098,31
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	2.800.000,00	2.799.183,78	816,22	1.740.838,28
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.499.426.783,00	1.469.138.320,14	30.288.462,86	2.598.015,89
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.165.030.841,00	1.118.924.692,55	46.106.148,45	366.356,87
2120 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	450.000,00	-	450.000,00	-
2121 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉ	71.940.108,00	43.488.186,80	7.167.300,20	15.483.091,59
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	300.000,00	-	300.000,00	-
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	15.484.170,00	12.415.170,00	3.069.000,00	4.899.901,12
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	600.000,00	-	600.000,00	-
SUDESTE	54.853.359.459,00	49.339.184.311,76	3.543.642.428,20	6.322.928.357,40
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	3.765.177.404,00	3.741.353.423,38	23.823.980,62	-
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	15.800.000,00	14.421.557,12	1.378.442,88	3.269.839,18
0550 CONTROLE EXTERNO	500.000,00	-	-	-
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	40.092.552,00	22.286.536,62	11.590.525,38	18.637.385,58
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	311.223.725,00	302.335.298,99	8.858.426,01	76.912.007,97
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	635.093.210,00	598.995.972,52	26.470.522,48	55.928.439,73
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	26.526.667,00	16.847.700,00	4.512.300,00	10.376.030,39
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	3.700.000,00	-	3.700.000,00	-
0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	25.000.000,00	17.890.973,64	780.182,36	403.615,41
0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	23.000.000,00	12.152.323,46	276.149,54	243.456,92
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	14.632.671,00	14.632.671,00	-	14.632.671,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	48.954.766,00	47.564.731,91	1.390.034,09	310.350,96
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	488.872.372,00	472.564.742,93	16.307.629,07	49.247.371,49
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	123.569,00	121.941,40	1.627,60	91.835,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	87.433.333,00	87.433.333,00	-	87.433.333,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	300.000,00	-	300.000,00	-
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	4.500.000,00	-	4.500.000,00	-
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	292.269.740,00	236.076.923,41	6.399.812,79	33.720.175,65
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	33.693,00	-	33.693,00	-
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	15.000.000,00	7.146.566,42	7.853.433,58	7.146.566,42
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	9.130.005,00	4.550.000,00	4.580.005,00	4.550.000,00
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	10.729.000,00	5.996.047,73	4.732.952,27	5.879.641,02
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	312.655.280,00	102.576.959,55	92.258.320,45	97.102.209,55
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	23.152.581.735,00	21.639.425.721,40	1.083.556.013,60	1.071.166.277,27
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	6.880.000,00	3.753.413,00	3.126.587,00	3.453.413,00
2018 BIODIVERSIDADE	2.592.420,00	1.200.320,69	1.392.099,31	922.538,53
2019 BOLSA FAMÍLIA	4.799.093.300,00	4.799.093.300,00	-	-
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	61.144.877,00	4.302.853,80	20.428.923,20	3.894.657,01
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	24.595.000,00	5.900.000,00	18.695.000,00	5.900.000,00
2026 CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	45.771.502,00	30.255.491,74	15.516.010,26	1.317.266,90
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	104.163.434,00	32.786.264,25	51.377.169,75	30.662.451,13
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	78.862.345,00	23.540.893,99	33.821.451,01	22.858.397,79
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	1.676.544.027,00	1.558.600.674,84	117.943.352,16	117.231.707,21
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	738.460.348,00	611.374.187,44	127.086.160,56	287.624.656,22
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	3.016.509.167,00	2.472.645.951,63	543.863.215,37	948.998.947,36
2033 ENERGIA ELÉTRICA	2.000.000,00	-	2.000.000,00	-
2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	3.690.000,00	1.136.490,00	2.553.510,00	1.136.490,00
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	249.294.915,00	100.546.831,65	108.748.083,35	100.236.834,65
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	5.079.600,00	1.449.368,70	3.630.231,30	1.449.368,70
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	343.907.034,00	311.154.205,66	32.752.828,34	49.660.235,37

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
2038 DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	350.000,00	-	350.000,00	-
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	936.897.709,00	730.880.066,27	37.517.642,73	550.227.469,93
2042 INOVAÇÓES PARA A AGROPECUÁRIA	4.100.000,00	661.411,03	3.438.588,97	661.411,03
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	12.470.000,00	2.465.497,02	10.004.502,98	2.421.092,91
2045 LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	1.332.280,00	102.187,00	1.230.093,00	93.308,23
2047 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	2.650.000,00	-	2.650.000,00	-
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	213.028.693,00	3.840.000,00	5.810.000,00	3.840.000,00
2049 MORADIA DIGNA	455.783.707,00	430.167.778,51	5.115.928,49	346.913.725,80
2051 OFERTA DE ÁGUA	57.358.000,00	29.456.108,36	27.901.891,64	13.155.889,31
2052 PESCA E AQUICULTURA	6.383.880,00	3.882.848,12	2.501.031,88	3.026.377,30
2054 PLANEJAMENTO URBANO	694.275.830,00	255.356.184,90	313.919.645,10	255.159.084,90
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	86.650.000,00	85.351.658,57	1.298.341,43	67.899.337,68
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	153.954.745,00	36.967.988,14	116.986.756,86	36.691.428,64
2059 POLÍTICA NUCLEAR	55.605.795,00	38.201.586,97	16.583.015,18	34.383.240,48
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	36.590.000,00	4.117.972,09	11.972.027,91	4.117.972,09
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	20.400.000,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	24.923.113,00	22.036.802,99	2.886.310,01	5.713.432,99
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	130.000,00	-	130.000,00	-
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	8.400.000,00	1.600.000,00	6.800.000,00	1.600.000,00
2065 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	1.600.000,00	-	1.600.000,00	-
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	2.100.000,00	900.000,00	1.200.000,00	900.000,00
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	100.000,00	-	100.000,00	-
2068 SANEAMENTO BÁSICO	627.094.788,00	395.794.086,93	22.200.701,07	229.986.898,48
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.770.000,00	2.260.000,00	2.510.000,00	2.260.000,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	46.600.000,00	11.196.944,06	18.903.055,94	3.646.944,06
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	14.160.000,00	5.500.000,00	8.660.000,00	5.500.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	492.392.299,00	269.557.813,92	159.834.485,08	208.436.506,27
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	44.618.155,00	42.218.154,52	2.400.000,48	42.218.154,52
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	102.800.000,00	81.058.283,00	21.741.717,00	78.924.234,03
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.789.394.160,00	2.408.127.117,57	55.499.243,04	1.195.317.207,52
2076 TURISMO	217.560.000,00	63.013.146,23	109.046.853,77	62.771.454,42
2102 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	200.000,00	-	200.000,00	-
2107 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	42.867.331,00	37.557.352,56	5.309.978,44	10.644.943,43
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	3.860.000,00	3.547.480,24	312.519,76	3.166.340,77
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	7.004.139.676,00	6.861.227.486,24	142.912.189,76	6.096.686,81
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	76.007.279,00	40.462.891,03	35.544.387,97	24.287.236,10
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	1.200.000,00	1.200.000,00	-	1.200.000,00
2115 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	130.100.000,00	129.372.583,80	727.729,20	5.672.195,87
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	37.594.328,00	36.989.209,82	605.118,18	1.597.613,42
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	500.000,00	-	500.000,00	-
2127 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	500.000,00	-	500.000,00	-
SUL	24.317.965.104,00	21.786.463.294,39	1.373.682.813,83	3.864.123.385,03
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.480.552.491,00	1.470.935.187,16	9.617.303,84	3.942.628,97
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	17.271.278,00	13.832.056,07	105.887,93	6.192.010,90
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	133.372.042,00	130.403.540,78	2.435.169,22	31.215.524,84
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	292.747.520,00	255.550.639,71	21.642.571,29	15.978.674,41
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	19.508.098,00	14.209.257,90	165.506,10	12.840.148,98
0901 OPERAÇÓES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	205.880.705,00	202.945.446,55	2.935.258,45	1.210.383,84
0906 OPERAÇÓES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES)	501.951,00	491.382,19	10.568,81	-
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	7.000.000,00	5.580.824,04	1.419.175,96	4.675.208,17
1462 VETOR LOGÍSTICO SUL	3.122.981,00	1.122.970,84	2.000.010,16	856.069,54
2012 AGRICULTURA FAMILIAR	1.850.000,00	1.249.859,20	600.140,80	1.249.859,20
2013 AGRICULTURA IRRIGADA	21.225.704,00	13.997.016,31	7.228.687,69	13.997.016,31
2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	308.335.000,00	151.214.090,08	73.620.909,92	115.821.600,00
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	8.268.019.353,00	7.579.903.940,17	390.015.358,43	238.219.349,63
2016 POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EAUTONOMIA	2.900.000,00	2.250.000,00	650.000,00	2.125.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
2019 BOLSA FAMÍLIA	1.540.196.900,00	1.540.196.900,00	-	-
2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	50.186.000,00	350.000,00	12.720.000,00	350.000,00
2025 COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	3.500.000,00	500.000,00	3.000.000,00	500.000,00
2027 CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	18.000.000,00	4.631.530,00	13.368.470,00	4.631.530,00
2028 DEFESA AGROPECUÁRIA	200.000,00	-	200.000,00	-
2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	74.276.157,00	26.843.377,04	11.366.622,96	26.843.377,04
2030 EDUCAÇÃO BÁSICA	571.922.894,00	533.447.274,60	38.475.619,40	12.369.518,80
2031 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	405.704.273,00	347.260.083,45	58.444.189,55	155.579.233,50
2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	1.610.724.317,00	1.264.688.644,56	346.035.726,84	580.383.474,48
2035 ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	112.430.000,00	63.779.324,68	48.650.675,32	63.422.027,68
2036 FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	100.000,00	-	100.000,00	-
2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	142.622.557,00	138.307.452,50	4.315.104,50	17.045.061,64
2040 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	199.148.816,00	163.698.816,00	4.950.000,00	116.004.394,39
2042 INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	15.100.000,00	100.000,00	-	47.248,48
2043 INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	2.800.000,00	750.000,00	2.050.000,00	550.000,00
2044 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	400.000,00	-	400.000,00	-
2048 MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	191.653.871,00	153.666.046,00	379.825,00	37.617.377,47
2049 MORADIA DIGNA	161.295.936,00	157.553.810,77	3.742.125,23	145.336.599,89
2051 OFERTA DE ÁGUA	4.619.000,00	3.843.179,20	775.820,80	3.529.227,64
2052 PESCA E AQUICULTURA	7.710.000,00	4.601.000,00	3.109.000,00	4.601.000,00
2054 PLANEJAMENTO URBANO	312.718.000,00	183.030.164,83	70.079.835,17	180.913.087,28
2055 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	19.800.000,00	7.850.000,00	1.450.000,00	7.850.000,00
2058 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	1.000.000,00	199.957,00	800.043,00	190.368,40
2060 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE	3.950.000,00	100.000,00	3.850.000,00	100.000,00
2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.500.000,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00
2062 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	15.868.964,00	14.537.999,00	1.330.965,00	3.363.419,00
2063 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00
2064 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.950.000,00	1.100.000,00	850.000,00	1.100.000,00
2066 REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	1.550.000,00	1.348.000,00	202.000,00	1.348.000,00
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	152.448,00	143.570,69	8.877,31	96.782,69
2068 SANEAMENTO BÁSICO	320.764.438,00	154.146.557,80	19.917.880,20	147.099.851,91
2069 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.000.000,00	1.200.000,00	800.000,00	1.050.000,00
2070 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	52.386.927,00	4.849.746,00	9.650.254,00	499.746,00
2071 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.400.000,00	200.000,00	1.200.000,00	200.000,00
2072 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	18.929.768,00	2.125.460,71	12.804.307,29	1.028.996,69
2073 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	9.576.003,00	-	9.576.003,00	-
2074 TRANSPORTE MARÍTIMO	70.043.333,00	11.200.000,00	28.343.333,00	9.200.000,00
2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.610.320.334,00	2.352.090.593,58	31.158.137,64	1.791.575.493,58
2076 TURISMO	194.178.000,00	70.972.721,58	47.597.278,42	70.850.846,58
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	400.000,00	400.000,00	-	400.000,00
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	3.931.676.545,00	3.872.207.401,30	59.469.143,70	1.621.120,12
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.719.402,00	555.591,39	1.163.810,61	143.091,39
2115 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	675.303.404,00	675.392.583,13	(89.179,13)	13.161.118,68
2116 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	186.199.694,00	179.854.542,31	6.345.151,69	10.229.265,78
2119 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINASE ENERGIA	3.000.000,00	354.755,27	2.645.244,73	268.651,13
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	2.500.000,00	2.500.000,00	-	2.500.000,00
TOTAL	2.256.717.237.731,00	1.839.795.521.615,97	380.979.012.404,09	108.578.397.403,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
Poder Executivo	2.216.102.657.353,00	(13.854.499.343,02)	1.786.853.960.093,82	106.510.327.169,41
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	78.974.221,00	(1.527.292,38)	58.175.582,63	14.724.507,19
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	78.974.221,00	(1.527.292,38)	58.175.582,63	14.724.507,19
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	78.974.221,00	(1.527.292,38)	58.175.582,63	14.724.507,19
58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	344.216.968,00	(44.539.822,72)	207.814.980,47	115.324.305,19
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	344.216.968,00	(44.539.822,72)	207.814.980,47	115.324.305,19
58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	344.216.968,00	(44.539.822,72)	207.814.980,47	115.324.305,19
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	28.548.587.380,00	7.284.928,08	18.996.101.315,24	14.297.228.165,29
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	24.779.781.491,00	152.892.785,09	16.413.582.782,59	12.937.864.836,06
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	24.779.781.491,00	152.892.785,09	16.413.582.782,59	12.937.864.836,06
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.768.805.889,00	(145.607.857,01)	2.582.518.532,65	1.359.363.329,23
29205 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	639.617.457,00	5.582.549,36	630.699.248,60	274.254.211,09
29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1.449.113.089,00	(1.000,00)	1.321.028.844,04	678.182.366,33
56901 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	922.841.256,00	(125.919.347,71)	90.784.669,16	270.940,38
56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	757.234.087,00	(25.270.058,66)	540.005.770,85	406.655.811,43
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	58.053.341.580,00	(31.544.475.076,84)	25.106.117.029,38	1.016.826.617,56
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	24.511.724.540,00	(1.116.778.411,91)	22.478.235.527,88	820.392.987,76
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	24.511.724.540,00	(1.116.778.411,91)	22.478.235.527,88	820.392.987,76
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	33.541.617.040,00	(30.427.696.664,93)	2.627.881.501,50	196.433.629,80
55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	33.541.617.040,00	(30.427.696.664,93)	2.627.881.501,50	196.433.629,80
54000 MINISTERIO DO TURISMO	3.538.239.087,00	(5.500.428,97)	1.272.562.645,38	947.753.529,48
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.295.724.008,00	(3.966.532,80)	1.057.716.872,12	917.392.142,61
54000 MINISTERIO DO TURISMO	3.295.724.008,00	(3.966.532,80)	1.057.716.872,12	917.392.142,61
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	242.515.079,00	(1.533.896,17)	214.845.773,26	30.361.386,87
20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	199.328.284,00	(1.533.896,17)	182.726.286,26	30.361.386,87
54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	43.186.795,00	-	32.119.487,00	-
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	30.850.734.346,00	(309.553.716,68)	19.028.072.606,78	7.323.188.691,60
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	12.334.764.489,00	(4.138.568.669,56)	4.190.421.709,41	2.372.345.561,70
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	12.334.764.489,00	(4.138.568.669,56)	4.190.421.709,41	2.372.345.561,70
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	18.515.969.857,00	3.829.014.952,88	14.837.650.897,37	4.950.843.129,90
22203 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1.721.647.478,00	320.795.783,08	1.456.024.060,28	729.329.512,84
22204 DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.310.724.413,00	253.308.662,12	1.276.110.080,35	517.524.610,45
53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	646.691.947,00	1.272.760.769,93	1.312.588.695,86	1.282.806.350,27
53203 SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	845.863.256,00	1.983.195.928,56	2.050.338.192,56	2.014.332.907,01
53207 SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	760.147.516,00	(1.046.190,81)	31.110.467,36	28.036.870,11
53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	2.646.178.956,00	-	1.742.295.874,23	77.062.107,91
53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	2.646.178.957,00	-	1.742.295.874,23	77.062.107,91
53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	7.938.537.334,00	-	5.226.887.652,50	224.688.663,40
52000 MINISTERIO DA DEFESA	72.678.960.030,00	2.522.485.892,12	68.578.150.608,84	7.931.854.702,16
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	72.678.960.030,00	2.522.485.892,12	68.578.150.608,84	7.931.854.702,16
52000 MINISTERIO DA DEFESA	2.800.011.833,00	(1.413.169.484,83)	554.906.209,28	189.173.989,36
52111 COMANDO DA AERONAUTICA	18.770.434.919,00	1.347.923.357,67	17.485.363.480,33	2.033.814.152,95
52121 COMANDO DO EXERCITO	31.595.577.180,00	1.866.650.008,02	31.809.859.767,84	4.167.193.273,28
52131 COMANDO DA MARINHA	19.512.936.098,00	721.082.011,26	18.728.021.151,39	1.541.673.286,57
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	3.764.521.283,00	(104.768.529,15)	1.331.485.909,21	853.537.776,27
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.764.521.283,00	(104.768.529,15)	1.331.485.909,21	853.537.776,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	3.764.521.283,00	(104.768.529,15)	1.331.485.909,21	853.537.776,27
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	8.649.975.963,00	(454.364.771,77)	6.127.611.113,74	3.847.257.468,74
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	4.004.232.572,00	(337.547.676,01)	2.856.935.858,84	2.282.818.078,60
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	4.004.232.572,00	(337.547.676,01)	2.856.935.858,84	2.282.818.078,60
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.645.743.391,00	(116.817.095,76)	3.270.675.254,90	1.564.439.390,14
22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.645.743.391,00	(416.817.095,76)	2.970.675.794,90	1.390.987.134,36
49001 FUNDO TERRAS E DA REF.AGRARIA-BANCO DA TERRA	-	300.000.000,00	299.999.460,00	173.452.255,78
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	4.363.833.193,00	(51.340.558,52)	2.645.134.524,39	651.454.894,48
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.649.510.807,00	30.356.104,94	361.729.007,34	118.913.990,86
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.598.827.274,00	51.808.633,64	349.471.062,45	110.061.118,74
44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	50.683.533,00	(21.452.528,70)	12.257.944,89	8.852.872,12
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.714.322.386,00	(81.696.663,46)	2.283.405.517,05	532.540.903,62
20701 INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	1.237.409.242,00	(39.222.467,13)	1.079.897.831,01	16.349.346,61
44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	11.095.370,00	(756.198,76)	6.523.633,79	5.602.364,18
44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	366.182.559,00	(27.023.531,48)	294.827.953,81	107.266.939,86
44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	55.369.178,00	637.646,05	53.078.534,59	6.486.587,73
44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	527.122.370,00	5.344.445,78	480.672.737,25	28.430.838,64
44902 FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	517.143.667,00	(20.676.557,92)	368.404.826,60	368.404.826,60
42000 MINISTERIO DA CULTURA	3.174.056.857,00	(34.478.174,92)	2.012.069.000,41	1.024.055.370,16
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	882.761.240,00	(6.004.853,86)	595.677.704,94	324.365.629,02
42000 MINISTERIO DA CULTURA	882.761.240,00	(6.004.853,86)	595.677.704,94	324.365.629,02
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.291.295.617,00	(28.473.321,06)	1.416.391.295,47	699.689.741,14
20203 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	108.292.597,00	476.770.157,70	561.193.417,20	488.535.259,85
20403 FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	36.350.593,00	1.387.000,00	35.233.660,78	3.097.015,94
20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	114.331.286,00	7.592.541,99	103.934.382,76	15.286.313,57
20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES	30.593.892,00	2.610.838,56	23.265.115,22	5.489.017,09
20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	429.159.574,00	6.556.608,26	322.666.126,95	108.743.039,62
20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	105.705.427,00	65.752.775,19	168.142.149,73	12.981.151,28
34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.236.797.276,00	(598.239.340,91)	72.147.878,60	45.104.726,28
42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	230.064.972,00	9.096.098,15	129.808.564,23	20.453.217,51
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	5.926.404.513,00	1.169.099,97	2.052.679.481,08	324.817.276,50
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.704.108.804,00	2.138.799,59	1.325.518.672,66	222.945.292,38
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.704.108.804,00	2.138.799,59	1.325.518.672,66	222.945.292,38
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.222.295.709,00	(969.699,62)	727.160.808,42	101.871.984,12
41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	3.702.656.559,00	(342.516,00)	443.019.888,22	78.710.167,16
41903 FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES	519.639.150,00	(627.183,62)	284.140.920,20	23.161.816,96
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	34.699.153.379,00	(221.122.383,31)	23.417.672.601,53	9.622.753.870,14
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	4.107.848.345,00	(640.468.008,28)	3.099.601.594,65	50.061.647,58
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	4.107.848.345,00	(640.468.008,28)	3.099.601.594,65	50.061.647,58
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	30.591.305.034,00	419.345.624,97	20.318.071.006,88	9.572.692.222,56
29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	2.907.002.948,00	-	1.655.615.550,41	1.033.724.410,88
39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	453.184.339,00	(12.093.221,51)	322.810.015,03	40.721.977,36
39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	138.579.204,00	(2.964.835,05)	95.781.072,19	4.724.386,83
39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	20.388.312.980,00	429.654.922,49	13.286.393.066,45	8.458.899.586,82
39253 EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	155.881.746,00	-	28.210.362,74	24.101.164,60
49901 DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE	6.548.343.817,00	4.748.759,04	4.929.260.940,06	10.520.696,07

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	67.690.195.669,00	565.879.947,08	62.001.193.777,57	3.789.393.949,82
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	5.941.211.023,00	572.193.559,18	6.371.126.123,09	3.147.021.469,37
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	5.941.211.023,00	572.193.559,18	6.371.126.123,09	3.147.021.469,37
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	61.748.984.646,00	(6.313.612,10)	55.630.067.654,48	642.372.480,45
37201 FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	99.630.213,00	3.631.237,00	87.641.943,51	4.946.476,28
38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	61.649.354.433,00	(9.944.849,10)	55.542.425.710,97	637.426.004,17
36000 MINISTERIO DA SAUDE	95.927.702.594,00	(2.478.100.748,33)	84.439.591.906,59	7.583.531.978,93
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	86.563.737.679,00	(3.094.511.858,26)	75.889.239.792,11	5.911.582.719,13
36000 MINISTERIO DA SAUDE	86.563.737.679,00	(3.094.511.858,26)	75.889.239.792,11	5.911.582.719,13
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9.363.964.915,00	616.411.109,93	8.550.352.114,48	1.671.949.259,80
36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.738.454.576,00	604.154.646,15	3.175.667.236,11	780.349.943,11
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	150.133.976,00	(14.340.001,49)	135.893.974,51	-
36209 HOSPITAL FEMINA S/A	94.785.821,00	(10.718.979,34)	84.216.841,66	-
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	625.003.127,00	178.518.444,66	759.821.408,74	41.733.923,33
36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	4.812.318.306,00	(55.022.270,03)	3.616.867.947,01	778.046.942,66
36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	707.069.723,00	(86.180.730,02)	559.700.236,88	47.347.883,95
36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	236.199.386,00	-	218.184.469,57	24.470.566,75
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.649.969.129,00	115.791.203,39	2.618.455.951,33	81.997.427,02
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	2.631.905.234,00	115.782.745,39	2.601.224.582,45	81.529.948,25
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.631.905.234,00	115.782.745,39	2.601.224.582,45	81.529.948,25
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	18.063.895,00	8.458,00	17.231.368,88	467.478,77
35201 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	18.063.895,00	8.458,00	17.231.368,88	467.478,77
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	4.013.858.174,00	(74.586,48)	3.874.851.899,10	280.205.268,07
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	4.013.858.174,00	(74.586,48)	3.874.851.899,10	280.205.268,07
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	4.013.858.174,00	(74.586,48)	3.874.851.899,10	280.205.268,07
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	332.419.409.419,00	23.662.136.664,44	355.224.544.730,94	695.981.692,11
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	379.034.770,00	11.517.305,86	335.438.703,85	38.197.758,84
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	379.034.770,00	11.517.305,86	335.438.703,85	38.197.758,84
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	332.040.374.649,00	23.650.619.358,58	354.889.106.027,09	657.783.933,27
33206 SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	48.641.847,00	7.932.339,40	46.322.200,55	4.115.743,51
37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	331.991.732.802,00	23.642.687.019,18	354.842.783.826,54	653.668.189,76
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	32.236.191.290,00	337.677.753,82	25.934.069.237,68	1.667.841.995,32
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	25.907.620.431,00	273.708.805,68	24.508.524.909,91	1.484.799.859,09
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	25.907.620.431,00	273.708.805,68	24.508.524.909,91	1.484.799.859,09
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.328.570.859,00	63.968.948,14	1.425.544.327,77	183.042.136,23
29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	1.105.780.372,00	16.291.684,48	456.759.304,78	93.025.583,87
32205 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	4.097.012.289,00	26.009.282,43	394.335.476,90	51.687.301,84
32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	492.192.737,00	21.893.498,42	227.615.617,80	24.130.567,22
32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	537.296.147,00	(225.517,19)	270.155.347,99	11.699.197,64
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	96.289.314,00	-	76.678.580,30	2.499.485,66
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	13.433.120.651,00	(41.220.549,03)	10.504.930.271,35	1.712.959.996,01
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	10.104.242.074,00	472.024.742,76	8.875.992.209,92	1.159.012.733,78
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	2.810.583.820,00	(20.766.759,34)	1.738.944.290,00	646.566.849,97
30108 DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	4.265.305.476,00	495.464.625,39	4.381.689.127,24	328.417.901,58
30802 DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	3.028.352.778,00	(2.673.123,29)	2.755.358.792,68	184.027.982,23

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.328.878.577,00	(513.245.291,79)	1.628.938.061,43	553.947.262,23
30202 FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	560.242.335,00	(2.873.505,57)	500.974.997,42	47.519.142,62
30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	35.609.878,00	600.844,27	28.366.862,01	3.888.152,28
30905 SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR FUNDO	51.059.652,00	(1.295.192,36)	4.286.546,79	1.251.403,64
30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	791.034.755,00	(10.958.205,16)	405.488.711,17	386.404.261,04
30909 FUNDO P/APAR.E OPERAC.ATIV.FIM.POL.FEDERAL	753.660.763,00	(477.617.912,93)	269.818.193,27	-
30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	814.728.109,00	19.678.277,11	391.079.433,24	86.382.705,35
30912 FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	322.543.085,00	(40.779.597,15)	28.923.317,53	28.501.597,30
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	3.552.213.655,00	(2.343.618,00)	1.632.798.451,76	152.625.378,08
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.621.559.885,00	(3.238.994,67)	301.349.611,99	51.806.468,17
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	1.621.559.885,00	(3.238.994,67)	301.349.611,99	51.806.468,17
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.930.653.770,00	895.376,67	1.331.448.839,77	100.818.909,91
20603 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	595.455.961,00	(1.207.318,00)	195.714.443,44	37.840.127,44
28500 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	113.682.210,00	-	9.000.000,00	-
28501 FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO	-	5.649.806,12	5.649.806,12	405.406,12
30203 INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	909.383.024,00	(1.278.795,86)	844.078.018,07	37.011.297,34
30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	312.132.575,00	(2.268.315,59)	277.006.572,14	25.562.079,01
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	101.966.204.478,00	3.081.081.630,15	93.543.511.829,84	17.644.048.073,96
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.861.451.121,00	(1.200.772.842,03)	1.148.751.267,84	132.512.606,35
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	3.861.451.121,00	(1.200.772.842,03)	1.148.751.267,84	132.512.606,35
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	98.104.753.357,00	4.281.854.472,18	92.394.760.562,00	17.511.535.467,61
26201 COLEGIO PEDRO II	420.403.306,00	(3.483.868,72)	395.687.388,92	34.357.545,83
26230 FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	93.883.289,00	32.129.016,08	118.192.095,20	38.701.074,38
26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	585.940.974,00	40.730.030,64	579.399.084,74	32.655.758,13
26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.159.216.151,00	189.333.739,88	1.290.918.923,67	105.140.805,03
26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.174.972.522,00	171.191.723,32	1.268.198.854,99	178.502.086,10
26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	733.081.926,00	90.700.564,51	769.240.429,17	64.454.189,52
26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	903.697.629,00	83.226.020,75	927.898.471,00	74.294.204,30
26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.468.410.446,00	107.250.312,40	1.508.075.127,79	115.115.007,04
26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	893.378.512,00	95.091.855,73	868.908.040,29	308.028.407,27
26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.611.467.448,00	299.777.248,44	1.845.200.699,88	228.661.936,38
26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	958.570.800,00	93.621.802,43	986.437.523,42	86.435.480,85
26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.130.214.607,00	53.597.140,68	1.156.559.017,25	63.987.411,52
26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	1.219.157.439,00	133.514.269,42	1.257.166.595,29	85.896.096,86
26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.219.329.873,00	102.469.209,54	1.177.707.670,36	139.778.536,61
26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.128.673.822,00	131.398.553,96	1.213.774.423,70	112.235.842,92
26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.233.147.782,00	69.374.386,60	1.237.824.613,48	84.116.001,42
26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2.657.122.514,00	188.799.227,93	2.717.114.040,05	159.033.751,85
26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.158.658.592,00	223.574.144,33	1.286.615.223,33	190.204.428,76
26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	878.478.613,00	84.804.717,57	932.443.185,59	88.739.956,29
26248 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	372.371.973,00	11.158.762,07	349.089.024,89	32.515.052,36
26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	422.257.946,00	16.170.890,72	427.713.591,71	22.240.112,78
26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	140.881.092,00	10.880.719,46	142.627.531,99	42.356.692,47
26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	203.138.683,00	3.334.995,64	174.265.093,48	31.035.180,08
26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	479.000.715,00	24.219.839,18	468.651.971,40	32.491.301,39
26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	153.804.632,00	8.738.261,70	141.863.857,73	21.699.040,41
26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	315.668.436,00	94.327.197,90	388.419.195,22	54.071.332,93
26255 UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	176.688.223,00	9.929.248,10	159.766.908,56	48.511.399,35
26256 CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	223.058.017,00	(3.188.975,65)	197.957.167,15	17.902.638,74
26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	253.289.461,00	13.343.409,31	248.299.075,56	31.840.035,56
26258 UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	503.101.556,00	3.963.640,69	468.094.657,02	52.550.727,94
26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	168.799.511,00	4.213.465,88	119.424.551,07	13.290.561,34
26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	153.060.534,00	6.698.525,88	146.235.052,08	29.062.807,15

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	832.224.106,00	166.699.167,86	942.000.884,66	138.897.364,66
26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	256.243.957,00	12.791.093,47	252.986.247,49	74.179.654,27
26264 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	175.379.762,00	4.458.584,84	159.441.996,37	30.314.412,18
26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	172.918.533,00	5.269.952,97	165.633.120,53	38.236.305,59
26267 UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	170.412.359,00	(242.097,13)	107.165.616,65	67.896.039,02
26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	188.919.112,00	2.500.307,65	152.834.947,67	24.705.373,80
26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	333.725.825,00	28.782.917,43	344.630.408,73	34.441.787,86
26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	534.578.895,00	43.705.990,68	542.178.519,77	68.020.433,53
26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.609.408.135,00	146.879.796,31	1.522.055.956,58	128.097.749,48
26272 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	564.251.362,00	154.916.543,22	664.952.382,16	72.046.493,40
26273 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	437.972.025,00	17.045.263,23	419.220.352,81	78.472.095,22
26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	941.780.731,00	158.696.129,89	993.013.805,64	106.598.046,26
26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	252.200.731,00	1.770.604,78	191.874.704,77	24.926.869,78
26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	633.207.261,00	32.825.408,65	621.737.090,04	61.022.311,26
26277 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	269.549.706,00	25.964.707,03	284.960.977,37	23.762.077,14
26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	517.519.111,00	48.803.994,46	524.480.231,98	43.712.514,24
26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	488.518.949,00	9.020.633,50	467.175.920,56	25.193.140,05
26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	395.759.303,00	(451.352,65)	375.893.354,94	33.917.693,46
26281 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	448.851.433,00	30.389.877,87	440.920.800,19	49.678.318,92
26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	593.322.498,00	13.200.840,82	573.611.662,83	42.236.650,44
26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	511.978.197,00	88.935.357,54	532.019.887,25	45.235.554,88
26284 FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	90.733.208,00	14.003.888,15	80.297.239,91	12.564.260,50
26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	187.655.534,00	11.576.632,44	177.437.564,62	36.836.936,73
26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	103.674.928,00	3.729.794,57	83.903.212,43	24.310.222,93
26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	801.692.701,00	(28.219.603,02)	629.194.899,01	177.888.760,98
26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.891.578.013,00	(323.101.031,08)	3.199.600.098,35	504.137.060,08
26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	112.157.234,00	(7.833,05)	95.934.773,58	5.174.330,72
26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	654.097.430,00	205.797.350,16	820.593.193,02	69.544.066,87
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	49.423.401.282,00	271.613.161,77	44.162.637.644,93	11.012.203.679,26
26350 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	185.393.965,00	31.760.512,03	194.847.606,49	39.854.319,55
26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	144.718.153,00	22.740.553,31	149.623.122,53	25.754.070,11
26352 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	271.621.011,00	11.054.703,42	238.680.484,28	99.243.346,82
26402 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	211.200.011,00	15.712.420,45	207.983.288,38	47.814.642,25
26403 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	194.172.955,00	11.198.950,15	177.351.867,28	18.245.236,43
26404 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	178.369.948,00	11.699.150,97	165.579.148,99	40.446.639,38
26405 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	329.983.757,00	40.777.945,38	330.216.025,11	81.002.844,18
26406 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	367.555.689,00	14.841.845,19	334.553.919,10	41.884.560,32
26407 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	142.516.085,00	37.596.504,53	161.137.417,18	51.582.624,41
26408 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	309.668.506,00	22.727.913,66	290.137.114,12	60.268.859,83
26409 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	200.314.773,00	(747.405,79)	180.713.777,83	37.901.434,89
26410 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	119.536.421,00	13.528.545,63	115.505.601,69	31.532.119,63
26411 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	169.243.360,00	11.801.461,92	160.506.595,41	32.593.925,84
26412 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	140.703.509,00	33.179.410,65	163.394.990,53	43.058.054,19
26413 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	111.189.035,00	10.887.848,06	107.563.125,84	16.988.031,76
26414 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	214.741.658,00	11.901.431,33	199.872.454,74	47.228.524,02
26415 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	76.806.916,00	3.671.521,70	58.173.841,76	17.826.075,07
26416 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	243.475.594,00	11.218.841,41	231.692.578,52	46.036.987,31
26417 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	259.848.067,00	15.411.960,12	248.209.779,87	50.757.453,06
26418 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	315.947.260,00	7.820.512,17	252.898.879,70	28.321.320,40
26419 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	193.754.184,00	11.721.724,70	183.117.879,50	31.665.275,74
26420 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	121.500.198,00	25.685.628,95	135.824.613,94	30.273.591,83
26421 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	81.673.795,00	25.152.504,54	97.687.989,51	39.006.526,06
26422 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	150.097.106,00	9.887.470,99	147.685.935,62	27.912.116,07
26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	156.114.973,00	5.249.616,16	129.737.114,62	23.175.617,74
26424 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	108.974.012,00	15.432.535,77	113.107.049,69	29.217.779,77
26425 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	56.647.041,00	(2.608.035,00)	36.812.624,03	9.330.097,30
26426 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	39.681.740,00	1.590.407,35	29.473.752,50	10.639.974,83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
26427 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	291.950.921,00	56.047.221,32	319.686.691,28	88.600.937,57
26428 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	157.577.725,00	5.124.552,51	145.066.842,74	65.505.039,03
26429 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	216.028.672,00	37.535.497,28	238.470.523,63	51.189.974,42
26430 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	89.983.385,00	5.621.335,58	72.866.443,19	7.364.222,36
26431 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	195.618.004,00	16.567.778,36	188.289.759,45	37.380.365,65
26432 INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	198.229.584,00	49.812.774,24	192.474.672,83	79.769.769,81
26433 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	216.610.725,00	4.434.052,24	202.780.858,08	32.487.548,58
26434 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	202.616.623,00	24.603.298,34	208.709.141,38	39.537.489,77
26435 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	269.040.507,00	63.282.562,80	319.870.274,76	78.734.487,36
26436 INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	225.995.298,00	15.780.839,50	227.441.064,48	25.253.257,93
26437 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	75.848.071,00	785.146,26	61.647.315,86	9.532.965,62
26438 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	270.357.194,00	18.326.741,22	267.257.415,83	45.410.480,89
26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	368.088.381,00	7.110.124,23	292.408.595,73	67.444.594,84
26440 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	177.979.428,00	352.344,13	150.646.404,22	60.281.308,86
26441 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	102.084.233,00	3.419.969,82	94.384.283,91	39.599.194,99
26442 UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	87.931.190,00	1.400.913,52	57.387.818,74	39.251.205,31
26443 EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	76.724.349,00	2.506.682,35	15.127.296,31	10.474.968,76
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.255.900.807.080,00	(1.262.647.360,95)	943.834.553.635,27	19.275.158.407,99
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.239.937.958.373,00	(1.243.365.611,67)	930.454.342.323,72	18.953.150.659,95
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.237.362.469.978,00	(1.243.365.611,67)	930.454.342.323,72	18.953.150.659,95
90000 RESERVA DE CONTINGENCIA	2.575.488.395,00	-	-	-
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	15.962.848.707,00	(19.281.749,28)	13.380.211.311,55	322.007.748,04
25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	2.648.642.960,00	(38.162.080,27)	2.517.076.061,31	-
25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	321.459.665,00	(581.926,00)	183.904.127,67	11.686.697,12
25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	189.174.049,00	(3.155.549,61)	174.530.638,35	4.938.025,38
25901 FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	510.750.949,00	-	510.750.949,00	49.716.329,37
25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	148.999.013,00	-	20.799.854,74	1.470,00
25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	2.175.934.883,00	15.951.989,00	15.103.021,78	1.644.810,11
25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	9.967.887.188,00	-	9.951.680.841,10	251.576.716,87
25916 FUNDO CONTIGENTE DA EXTINTA RFFSA-FCMP.	-	6.365.817,60	6.365.817,60	2.443.699,19
71902 FUNDO SOBERANO DO BRASIL	-	300.000,00	-	-
24000 MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	10.896.462.201,00	159.678.038,62	8.433.224.410,55	1.599.355.760,47
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	2.227.938.005,00	252.807.220,17	1.773.976.663,29	245.004.453,79
24000 MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	2.227.938.005,00	252.807.220,17	1.773.976.663,29	245.004.453,79
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	8.668.524.196,00	(93.129.181,55)	6.659.247.747,26	1.354.351.306,68
20301 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	797.962.176,00	12.967.691,65	750.614.194,46	48.080.732,52
20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	334.706.080,00	-	314.330.193,01	-
20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	906.398.269,00	(11.082.968,36)	751.269.970,75	146.398.358,50
20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	407.535.557,00	(147.715.232,32)	134.888.950,89	72.539.824,95
20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	1.619.771.314,00	740.307.912,47	2.329.355.432,03	446.709.277,27
24209 CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	133.851.953,00	23.536.530,46	98.867.006,93	24.083.375,81
24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	4.468.298.847,00	(711.143.115,45)	2.279.921.999,19	616.539.737,63
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	15.266.393.413,00	678.032.724,10	11.495.768.775,98	1.906.079.506,28
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	5.532.532.172,00	(10.181.946,00)	4.418.130.216,23	797.542.401,91
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	5.532.532.172,00	(10.181.946,00)	4.418.130.216,23	797.542.401,91
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9.733.861.241,00	688.214.670,10	7.077.638.559,75	1.108.537.104,37
22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.530.820.462,00	17.708.738,57	2.352.154.777,55	330.740.843,40
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	3.248.456.303,00	665.529.968,51	2.127.493.264,00	269.517.743,36
22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	3.954.584.476,00	4.975.963,02	2.597.990.518,20	508.278.517,61
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	14.171.045.770,00	(8.175.666.521,95)	4.729.893.938,33	390.568.245,03

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	12.461.885.297,00	(8.150.451.459,85)	3.104.306.705,05	372.368.502,85
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	12.461.885.297,00	(8.150.451.459,85)	3.104.306.705,05	372.368.502,85
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.709.160.473,00	(25.215.062,10)	1.625.587.233,28	18.199.742,18
20202 FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	45.491.227,00	364.972,39	40.945.247,10	2.011.499,60
25205 FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	1.663.669.246,00	(25.580.034,49)	1.584.641.986,18	16.188.242,58
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	11.308.085.030,00	(253.993.084,79)	7.752.923.878,45	1.759.802.315,56
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	11.308.085.030,00	(253.993.084,79)	7.752.923.878,45	1.759.802.315,56
20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.789.743.335,00	(250.143.291,50)	5.295.735.859,07	1.714.291.254,32
20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	9.270.498,00	(797.330,98)	7.974.622,71	827.451,61
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.509.071.197,00	(3.052.462,31)	2.449.213.396,67	44.683.609,63
Poder Judiciário	31.249.570.601,00	14.420.742.231,33	44.082.984.366,14	1.825.765.011,87
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	204.311.203,00	(3.451.810,54)	130.702.069,75	54.550.037,92
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	204.311.203,00	(3.451.810,54)	130.702.069,75	54.550.037,92
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	204.311.203,00	(3.451.810,54)	130.702.069,75	54.550.037,92
16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.842.365.558,00	(524.829,23)	1.786.892.614,91	126.413.815,98
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.842.365.558,00	(524.829,23)	1.786.892.614,91	126.413.815,98
16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.842.365.558,00	(524.829,23)	1.786.892.614,91	126.413.815,98
15000 JUSTICA DO TRABALHO	14.118.700.182,00	583.709.872,29	14.121.154.176,50	550.456.213,56
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	14.118.700.182,00	583.709.872,29	14.121.154.176,50	550.456.213,56
15000 JUSTICA DO TRABALHO	14.118.700.182,00	583.709.872,29	14.121.154.176,50	550.456.213,56
14000 JUSTICA ELEITORAL	5.618.437.703,00	(23.612.374,20)	5.288.230.192,79	479.528.547,01
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	5.618.437.703,00	(23.612.374,20)	5.288.230.192,79	479.528.547,01
14000 JUSTICA ELEITORAL	5.618.437.703,00	(23.612.374,20)	5.288.230.192,79	479.528.547,01
13000 JUSTICA MILITAR	412.705.644,00	(1.042.285,71)	398.793.322,04	12.394.405,85
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	412.705.644,00	(1.042.285,71)	398.793.322,04	12.394.405,85
13000 JUSTICA MILITAR	412.705.644,00	(1.042.285,71)	398.793.322,04	12.394.405,85
12000 JUSTICA FEDERAL	7.526.397.630,00	13.802.942.473,57	20.917.210.876,77	519.464.318,87
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	7.526.397.630,00	13.802.942.473,57	20.917.210.876,77	519.464.318,87
12000 JUSTICA FEDERAL	7.526.397.630,00	13.802.942.473,57	20.917.210.876,77	519.464.318,87
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	986.753.145,00	61.794.975,01	990.798.682,25	52.761.608,15
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	986.753.145,00	61.794.975,01	990.798.682,25	52.761.608,15
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	986.753.145,00	61.794.975,01	990.798.682,25	52.761.608,15
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	539.899.536,00	926.210,14	449.202.431,13	30.196.064,53
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	539.899.536,00	926.210,14	449.202.431,13	30.196.064,53
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	539.899.536,00	926.210,14	449.202.431,13	30.196.064,53
Poder Legislativo	9.365.009.777,00	(977.947,35)	8.858.577.156,01	242.305.221,90
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.400.608.002,00	(986.187,88)	1.363.126.074,12	51.143.655,05
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	1.400.608.002,00	(986.187,88)	1.363.126.074,12	51.143.655,05
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.400.608.002,00	(986.187,88)	1.363.126.074,12	51.143.655,05
02000 SENADO FEDERAL	3.496.601.411,00	8.240,53	3.383.567.222,20	62.135.582,06
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	3.496.601.411,00	(3.976.015,88)	3.379.598.967,14	60.265.442,24
02000 SENADO FEDERAL	3.496.601.411,00	(3.976.015,88)	3.379.598.967,14	60.265.442,24
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	3.984.256,41	3.968.255,06	1.870.139,82
02001 FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	-	3.984.256,41	3.968.255,06	1.870.139,82

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	4.467.800.364,00	-	4.111.883.859,69	129.025.984,79
ÓRGÃOS DA ADMISTRAÇÃO DIRETA	4.309.803.316,00	-	4.105.541.444,09	126.216.279,24
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	4.309.803.316,00	-	4.105.541.444,09	126.216.279,24
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	157.997.048,00	-	6.342.415,60	2.809.705,55
01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	157.997.048,00	-	6.342.415,60	2.809.705,55
TOTAL	2.256.717.237.731,00	565.264.940,96	1.839.795.521.615,97	108.578.397.403,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
01 LEGISLATIVA	6.560.704.990,00	6.054.336.059,19	400.866.407,23	209.520.473,24
031 ACAO LEGISLATIVA	901.073.380,00	697.795.953,60	171.766.518,40	119.049.779,55
032 CONTROLE EXTERNO	129.943.574,00	108.479.860,82	11.566.579,60	22.880.240,40
122 ADMINISTRACAO GERAL	4.906.341.858,00	4.702.434.306,06	152.946.401,94	41.805.721,48
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	53.754.033,00	31.321.790,59	22.098.909,41	9.624.828,53
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	14.463.399,00	11.395.490,01	3.067.908,99	1.047.828,72
131 COMUNICACAO SOCIAL	81.250.459,00	42.428.983,90	26.021.476,10	7.871.075,08
301 ATENCAO BASICA	231.430.766,00	224.161.816,02	7.268.949,98	7.018.398,32
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	221.131.020,00	216.695.965,11	4.435.054,89	123.305,28
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.590.021,00	1.516.672,12	73.348,88	58.718,86
365 EDUCACAO INFANTIL	18.775.480,00	18.097.220,96	678.259,04	40.577,02
722 TELECOMUNICACOES	16.000,00	8.000,00	8.000,00	-
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	935.000,00	-	935.000,00	-
02 JUDICIARIA	25.728.795.436,00	24.381.174.130,94	918.853.261,34	1.596.902.668,79
032 CONTROLE EXTERNO	42.430.700,00	33.971.563,50	7.978.436,50	8.539.221,78
061 ACAO JUDICIARIA	3.167.388.923,00	2.873.024.155,19	202.687.300,09	514.586.582,62
122 ADMINISTRACAO GERAL	20.231.173.872,00	19.426.014.719,72	562.028.154,28	773.210.846,62
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	611.959.395,00	427.731.346,11	93.983.908,89	237.999.881,47
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	88.887.164,00	77.898.693,03	10.852.050,97	13.056.365,28
131 COMUNICACAO SOCIAL	106.307.516,00	67.943.352,19	35.265.845,81	17.920.508,43
301 ATENCAO BASICA	447.376.869,00	445.913.013,58	1.463.855,42	28.915.502,44
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	889.635.513,00	887.670.685,06	1.964.827,94	1.825.273,62
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	18.960.042,00	18.320.862,74	639.179,26	401.692,76
365 EDUCACAO INFANTIL	124.675.442,00	122.685.739,82	1.989.702,18	446.793,77
03 ESSENCIAL A JUSTICA	4.183.458.138,00	4.019.713.627,00	100.253.940,00	377.954.284,13
032 CONTROLE EXTERNO	23.373.333,00	21.596.119,94	443.880,06	5.015.074,17
062 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO	616.341.754,00	570.277.359,18	23.700.758,82	155.329.754,08
091 DEFESA DA ORDEM JURIDICA	4.450.000,00	2.289.303,96	2.160.696,04	1.049.698,19
092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	33.802.726,00	33.391.434,93	44.624,07	3.513.861,51
122 ADMINISTRACAO GERAL	3.045.070.473,00	2.942.199.934,40	65.619.970,60	127.627.108,20
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	14.620.367,00	9.578.609,93	3.621.390,07	9.578.609,93
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	62.173.306,00	60.701.695,03	742.277,97	24.681.585,52
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	14.570.140,00	13.299.453,05	1.270.686,95	2.344.506,89
131 COMUNICACAO SOCIAL	43.167.667,00	42.096.603,80	1.044.396,20	24.683.952,09
301 ATENCAO BASICA	43.654.500,00	43.521.240,10	133.259,90	703.576,36
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	158.322.008,00	157.798.288,75	523.719,25	131.146,63
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	3.642.628,00	3.465.784,99	176.843,01	13.809,12
365 EDUCACAO INFANTIL	23.249.062,00	23.218.325,83	30.736,17	90.131,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	96.820.174,00	96.103.153,11	717.020,89	23.187.630,44
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	200.000,00	176.320,00	23.680,00	3.840,00
04 ADMINISTRACAO	25.001.514.108,00	22.149.432.697,32	2.305.392.475,08	3.422.883.467,71
092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	47.251.607,00	23.210.165,19	1.628.107,81	5.396.045,47
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.825.516.671,00	1.761.420.223,66	19.619.740,48	1.727.003.092,83
122 ADMINISTRACAO GERAL	17.233.136.460,00	15.973.710.720,01	1.042.734.534,47	835.415.686,16
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	53.189.128,00	21.780.646,24	24.538.962,76	6.694.538,57
124 CONTROLE INTERNO	32.659.929,00	27.216.717,55	526.928,33	1.185.001,31
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	272.519.360,00	94.362.266,96	60.432.926,04	16.509.146,24
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.281.435.860,00	2.038.636.487,78	109.216.315,22	583.432.845,11
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	50.654.272,00	20.954.120,81	27.863.249,20	7.447.845,72
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	76.926.515,00	36.580.433,03	40.296.081,97	9.117.807,32
129 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	161.510.048,00	82.252.282,45	79.257.765,55	14.807.666,22
131 COMUNICACAO SOCIAL	217.048.448,00	212.932.708,74	4.115.739,26	81.747.144,00
182 DEFESA CIVIL	1.052.070,00	498.027,26	387.375,74	105.723,91
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	1.975.059,00	1.846.873,06	128.185,94	244.395,04

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.257.169.176,00	422.966.870,50	834.202.305,50	5.875.000,00
301 ATENCAO BASICA	223.125.773,00	217.306.001,61	5.819.771,39	1.619.055,30
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	311.821.353,00	306.427.241,41	5.394.111,59	1.968.282,33
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	35.038.693,00	30.151.204,94	4.887.488,06	2.358.517,90
332 RELACOES DE TRABALHO	2.000.000,00	200.000,00	1.800.000,00	192.420,90
364 ENSINO SUPERIOR	45.303.034,00	35.611.296,27	9.691.737,73	31.973,94
365 EDUCACAO INFANTIL	10.843.406,00	9.831.237,25	1.012.168,75	1.500,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	1.793.827,00	851.575,21	455.237,79	321.714,47
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	700.503,00	700.502,33	17.965,67	59.747,72
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	51.908.677,00	45.412.536,15	5.342.984,74	6.699.737,07
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	5.564.921,00	4.827.308,56	732.056,44	1.562.612,60
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	22.868.333,00	19.952.603,97	2.582.396,03	4.619.002,36
694 SERVICOS FINANCEIROS	109.583.000,00	109.583.000,00	-	16.066.077,81
722 TELECOMUNICACOES	233.620.036,00	228.241.842,64	9.378.193,36	58.749.165,85
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	435.297.949,00	421.967.803,74	13.330.145,26	33.651.721,56
05 DEFESA NACIONAL	41.799.869.408,00	36.976.781.252,93	3.207.054.567,18	7.287.033.763,17
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	2.233.334,00	509.629,46	1.290.873,76	11.535,87
122 ADMINISTRACAO GERAL	19.642.435.070,00	19.320.146.210,97	279.246.930,23	360.579.665,99
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	43.884.560,00	35.598.625,80	3.451.401,57	6.558.022,81
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	151.768.411,00	94.025.568,05	36.805.425,27	40.793.251,59
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	157.819.790,00	131.713.328,56	1.767.015,35	23.749.905,42
131 COMUNICACAO SOCIAL	2.634.000,00	1.999.999,99	534.000,01	22.883,96
151 DEFESA AEREA	6.471.450.902,00	4.753.886.923,78	1.094.652.827,66	1.622.028.273,94
152 DEFESA NAVAL	4.282.479.053,00	3.814.303.144,33	469.493.016,02	1.022.982.747,13
153 DEFESA TERRESTRE	4.527.359.458,00	3.520.231.368,62	462.437.824,80	2.462.678.632,57
182 DEFESA CIVIL	82.924.557,00	83.418.755,09	157.694,86	39.950.379,40
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	24.791.002,00	10.036.756,39	13.604.930,95	4.032.667,83
211 RELACOES DIPLOMATICAS	157.110.000,00	100.226.316,86	6.087.441,49	7.167.251,04
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	353.596.826,00	286.337.310,32	49.152.859,29	105.569.407,79
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	3.430.000,00	2.893.387,30	536.612,70	1.159.282,92
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.022.656.000,00	261.641.382,61	647.715.354,80	193.781.394,74
301 ATENCAO BASICA	69.425.633,00	68.594.108,13	831.524,87	1.015.229,32
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.792.315.626,00	1.735.197.993,28	54.488.122,24	225.843.803,34
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	15.411.346,00	13.887.069,13	1.305.943,87	3.351.451,03
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	661.297.428,00	661.006.681,59	657.367,48	130.730.267,02
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	409.404.113,00	402.187.559,24	7.216.553,76	239.584,94
333 EMPREGABILIDADE	11.883.312,00	11.479.774,24	303.537,76	3.551.690,71
361 ENSINO FUNDAMENTAL	4.113.198,00	4.105.719,18	7.478,82	325.197,69
362 ENSINO MEDIO	5.118.876,00	4.591.646,40	527.229,60	890.606,92
363 ENSINO PROFISSIONAL	89.639.379,00	87.458.886,72	894.041,28	13.491.427,97
364 ENSINO SUPERIOR	15.180.234,00	11.340.024,80	1.333.777,63	6.320.106,24
365 EDUCACAO INFANTIL	63.312.859,00	63.209.145,81	103.713,19	174.428,02
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.833.333,00	4.490.858,85	309.141,15	699.509,34
368 EDUCACAO BASICA	725.667,00	-	-	-
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	6.854.000,00	6.848.592,01	5.431,73	951.443,43
482 HABITACAO URBANA	311.546.034,00	223.700.333,50	9.592.838,50	75.300.952,41
542 CONTROLE AMBIENTAL	32.682.760,00	22.897.878,38	949.541,04	15.368.474,70
545 METEOROLOGIA	330.000,00	149.405,30	180.543,84	52.160,67
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	118.260.629,00	88.396.618,32	30.659.425,47	17.015.292,78
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	408.371.945,00	301.556.355,06	29.642.732,89	85.955.104,24
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	3.838.024,00	3.779.735,24	58.288,76	558.560,38
722 TELECOMUNICACOES	28.046.069,00	23.906.444,15	985.280,04	10.625.651,65
781 TRANSPORTE AEREO	800.000.000,00	800.000.000,00	-	800.000.000,00
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	20.364.980,00	20.749.834,20	4.725,77	3.364.638,63
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	341.000,00	277.881,27	63.118,73	142.878,74

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
06 SEGURANCA PUBLICA	11.504.813.541,00	8.647.311.336,69	1.360.194.202,02	1.927.409.511,07
122 ADMINISTRACAO GERAL	5.019.790.906,00	4.884.267.514,41	124.310.190,30	185.670.060,10
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	25.800.000,00	13.933.402,93	11.866.597,07	7.793.625,01
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	268.509.280,00	215.481.548,14	32.527.731,86	43.319.059,70
131 COMUNICACAO SOCIAL	250.000,00	11.400,00	238.600,00	-
181 POLICIAMENTO	2.533.754.100,00	1.438.368.334,41	620.975.678,59	660.551.649,89
182 DEFESA CIVIL	2.345.687.187,00	1.514.088.598,64	222.260.093,36	736.271.091,20
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	820.069.879,00	327.731.991,85	126.991.668,15	286.839.190,22
301 ATENCAO BASICA	64.497.234,00	63.240.708,06	1.256.525,94	377.766,89
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	92.283.000,00	91.722.949,93	560.050,07	1.059.230,09
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	3.720.000,00	3.550.338,17	169.661,83	92.999,03
365 EDUCACAO INFANTIL	5.676.000,00	5.490.256,84	185.743,16	55.999,79
421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	18.000.000,00	11.071.171,32	6.928.828,68	132.475,37
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	305.300.955,00	77.452.368,65	211.348.586,35	5.246.363,78
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	1.475.000,00	900.753,34	574.246,66	-
07 RELACOES EXTERIORES	2.390.701.129,00	2.313.893.579,44	132.870.134,05	83.338.436,34
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.099.532.030,00	1.063.835.824,70	50.687.060,96	16.934.799,69
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.049.750,00	218.518,26	841.618,47	-
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.740.150,00	5.715.567,20	1.103.728,19	2.025.171,09
211 RELACOES DIPLOMATICAS	1.068.268.453,00	1.037.607.324,65	63.989.448,23	60.729.982,93
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	75.112.256,00	63.002.107,07	13.953.371,08	1.498.517,77
301 ATENCAO BASICA	79.113.534,00	81.788.080,94	897.476,73	14.184,55
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	5.951.848,00	5.684.280,69	267.567,31	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	378.000,00	218.680,78	159.319,22	-
365 EDUCACAO INFANTIL	137.940,00	99.801,40	38.138,60	-
392 DIFUSAO CULTURAL	30.913.996,00	31.961.496,57	529.837,50	925.478,05
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	9.573.333,00	9.340.314,06	199.685,94	382.387,65
691 PROMOCAO COMERCIAL	13.929.839,00	14.421.583,12	202.881,82	827.914,61
08 ASSISTENCIA SOCIAL	58.242.645.477,00	56.633.741.536,35	1.311.792.975,60	1.306.547.104,63
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	15.203.462,00	8.096.908,11	6.400.729,25	5.011.647,58
122 ADMINISTRACAO GERAL	182.331.802,00	167.184.890,75	13.280.245,25	26.212.020,85
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	24.991.477,00	18.303.444,19	6.688.032,81	2.075.653,27
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	68.159.914,00	60.749.800,82	6.032.780,18	12.179.743,31
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	380.000,00	270.326,50	109.673,50	25.498,08
131 COMUNICACAO SOCIAL	30.180.393,00	22.536.468,50	7.643.924,50	21.684.738,11
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	6.391.219,00	4.882.184,08	1.451.090,53	2.622.932,84
241 ASSISTENCIA AO IDOSO	14.445.131.482,00	14.317.971.047,58	127.160.434,42	6.196,50
242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	16.029.657.400,00	16.005.988.602,34	23.668.797,66	321.912,00
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	277.896.900,00	277.650.000,00	246.900,00	82.000,00
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	24.490.218.908,00	23.677.692.179,67	647.184.783,31	504.316.693,74
301 ATENCAO BASICA	734.040,00	611.675,04	122.364,96	25.919,38
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	1.025.776.031,00	943.944.858,13	68.996.710,87	291.047.440,24
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	360.000,00	260.496,07	99.503,93	-
333 EMPREGABILIDADE	54.000.000,00	-	54.000.000,00	-
334 FOMENTO AO TRABALHO	245.694.146,00	108.051.079,57	137.643.066,43	30.701.510,11
365 EDUCACAO INFANTIL	238.626.626,00	209.791.863,21	28.834.762,79	78.643.833,64
511 SANEAMENTO BASICO RURAL	1.040.783.039,00	800.821.644,59	125.034.604,41	326.256.784,64
605 ABASTECIMENTO	66.128.638,00	8.934.067,20	57.194.570,80	5.332.580,34
09 PREVIDENCIA SOCIAL	401.152.372.320,00	400.074.968.126,77	975.467.306,03	634.930.052,28
092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	32.800.000,00	29.713.280,96	3.086.719,04	2.221.306,72
122 ADMINISTRACAO GERAL	4.822.852.755,00	4.772.828.887,07	46.563.979,93	26.772.782,20
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.571.336,00	2.019.782,63	551.553,37	22.346,40
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	442.095.916,00	442.095.916,00	-	78.320.158,74
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	25.632.041,00	17.506.123,50	8.125.917,50	1.864.130,60

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
131 COMUNICACAO SOCIAL	20.002.435,00	18.812.515,00	1.189.920,00	13.277.409,44
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	142.839.920,00	141.308.181,07	1.531.738,93	15.914.045,60
271 PREVIDENCIA BASICA	313.285.237.000,00	312.683.084.334,43	504.552.665,57	324.598.984,01
272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	79.398.152.617,00	79.048.429.448,31	348.870.169,49	89.393.497,42
273 PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	764.000,00	594.283,25	145.716,75	86,55
274 PREVIDENCIA ESPECIAL	2.646.811.964,00	2.592.555.560,07	54.256.403,93	81.710.848,64
301 ATENCAO BASICA	138.227.865,00	137.130.384,42	1.097.480,58	634.239,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	139.036.887,00	138.520.884,26	516.002,74	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	36.360.000,00	35.705.058,23	654.941,77	-
365 EDUCACAO INFANTIL	4.029.355,00	3.975.358,96	53.996,04	-
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	302.171,00	115.177,12	186.993,88	115.177,12
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	14.373.858,00	10.572.951,49	3.800.906,51	85.039,84
845 OUTRAS TRANSFERENCIAS	282.200,00	-	282.200,00	-
10 SAUDE	89.014.896.477,00	79.917.058.749,22	5.892.938.848,42	8.299.693.514,30
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	24.153.333,00	18.095.714,92	5.904.285,08	12.852.012,56
122 ADMINISTRACAO GERAL	9.856.365.031,00	9.347.075.084,15	439.012.210,85	337.266.473,18
124 CONTROLE INTERNO	13.094.167,00	7.603.514,89	5.323.985,11	3.546.141,05
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	53.812.834,00	38.435.852,61	6.384.147,39	11.145.706,41
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	295.158.675,00	262.450.283,27	18.664.716,73	69.891.947,93
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	358.873.000,00	231.067.921,60	109.720.659,65	148.452.738,79
131 COMUNICACAO SOCIAL	232.644.500,00	202.815.271,21	29.384.728,79	48.837.989,21
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	147.863.333,00	30.939.218,74	101.460.781,26	22.570.776,95
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	24.000.000,00	20.626.538,41	3.373.461,59	11.179.371,52
301 ATENCAO BASICA	17.374.399.894,00	14.462.081.729,76	1.430.110.445,24	1.152.252.733,17
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	42.748.975.081,00	39.294.346.142,34	2.722.677.216,26	2.906.479.333,48
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	8.937.661.653,00	8.648.450.332,19	193.349.226,81	1.401.783.608,64
304 VIGILANCIA SANITARIA	347.852.199,00	332.876.717,22	12.735.728,95	74.945.196,94
305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	3.903.246.920,00	3.722.048.166,93	166.677.633,07	795.198.583,21
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	390.114.410,00	385.823.980,97	4.290.429,03	7.582.262,75
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	77.166.335,00	77.105.840,81	60.494,19	297.822,88
364 ENSINO SUPERIOR	358.735.388,00	346.303.071,17	12.076.191,45	182.770.018,63
365 EDUCACAO INFANTIL	9.316.000,00	9.180.658,21	135.341,79	108.528,10
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	6.976.330,00	5.980.173,68	19.826,32	1.699.055,78
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	86.700.000,00	44.170.867,86	41.129.132,14	18.165.101,52
423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	733.066.667,00	710.623.063,60	3.776.936,40	99.836.762,32
511 SANEAMENTO BASICO RURAL	302.611.192,00	184.314.142,92	108.297.049,08	165.111.431,47
512 SANEAMENTO BASICO URBANO	1.969.174.463,00	958.044.550,42	436.063.245,58	504.658.986,80
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	8.483.333,00	5.144.225,17	3.005.774,83	4.675.647,89
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	355.056.686,00	318.877.224,97	6.523.109,03	129.149.388,18
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	369.514.000,00	226.478.659,09	32.471.340,91	184.977.971,37
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	29.881.053,00	26.099.802,11	310.750,89	4.257.923,57
11 TRABALHO	48.801.278.125,00	42.502.434.898,90	664.929.270,97	948.639.835,70
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.559.469.490,00	1.503.933.980,74	51.144.262,26	75.739.389,02
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	45.971.423,00	45.746.196,23	225.226,77	6.905.942,34
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	36.167.775,00	28.766.520,59	7.401.254,41	895.093,31
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	42.276.796,00	41.230.382,23	1.046.413,77	5.331.556,10
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.218.951,00	3.135.664,83	4.548.969,17	1.041.206,78
131 COMUNICACAO SOCIAL	25.017.000,00	22.596.213,90	2.420.786,10	14.224.825,07
301 ATENCAO BASICA	30.366.636,00	29.517.761,75	848.874,25	112.241,40
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	31.515.000,00	31.033.204,96	481.795,04	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	40.269.993.976,00	39.954.941.829,90	315.052.146,10	370.162.342,00
332 RELACOES DE TRABALHO	26.675.080,00	21.270.722,53	5.070.864,47	12.146.117,29
333 EMPREGABILIDADE	398.861.747,00	240.465.090,39	146.209.415,48	174.367.777,06
334 FOMENTO AO TRABALHO	6.029.412.909,00	351.054.681,90	63.432.070,10	110.053.886,80
365 EDUCACAO INFANTIL	900.000,00	818.425,46	81.574,54	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	276.051.842,00	217.664.110,00	58.387.732,00	173.153.147,80
392 DIFUSAO CULTURAL	508.333,00	-	500.000,00	-
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	200.000,00	42.073,27	157.926,73	400,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	12.716.500,00	8.316.266,23	3.733.733,77	4.430.840,01
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	2.480.000,00	1.430.657,29	1.049.342,71	75.070,72
661 PROMOCAO INDUSTRIAL	4.466.667,00	471.116,70	3.128.883,30	-
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.000,00	-	8.000,00	-
12 EDUCACAO	83.836.249.900,00	72.575.509.224,10	7.153.323.681,61	14.973.176.257,64
122 ADMINISTRACAO GERAL	5.091.818.894,00	4.241.274.216,28	793.050.967,99	194.150.093,82
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	207.503.117,00	176.535.870,00	30.967.247,00	60.586.475,53
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	117.000.000,00	111.000.000,00	6.000.000,00	-
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	78.281.556,00	50.721.530,92	27.433.574,08	10.302.790,28
131 COMUNICACAO SOCIAL	29.700.000,00	29.572.137,23	127.862,77	2.307.390,62
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	34.270.550,00	33.420.251,40	850.298,60	-
301 ATENCAO BASICA	403.062.432,00	380.645.485,85	22.416.946,15	4.585.868,95
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.371.180.757,00	3.120.642.485,79	138.149.643,61	111.271.580,25
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	2.600.000,00	2.600.000,00	-	1.229.260,84
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	4.203.326.877,00	4.142.209.458,73	61.117.418,27	3.955.313,50
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	145.051.299,00	130.847.097,54	14.204.201,46	20.892,04
363 ENSINO PROFISSIONAL	9.050.935.094,00	7.614.032.929,03	994.637.593,97	1.824.949.586,05
364 ENSINO SUPERIOR	24.486.302.651,00	21.394.804.081,75	2.111.332.307,64	3.379.742.867,87
365 EDUCACAO INFANTIL	2.741.173.646,00	1.859.170.144,61	882.003.501,39	1.137.414.314,99
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	1.190.685.975,00	1.097.567.825,96	93.118.149,04	467.517.586,68
368 EDUCACAO BASICA	9.038.286.776,00	7.224.363.677,61	1.238.046.037,39	2.324.577.176,68
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	243.071.703,00	186.441.623,96	56.621.884,30	89.193.594,45
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	181.387.672,00	180.246.059,35	13.003.668,30	24.116.160,21
694 SERVICOS FINANCEIROS	7.249.200.857,00	5.180.918.061,26	384.566.395,74	1.922.387.813,03
847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA	15.971.410.044,00	15.418.496.286,83	285.675.983,91	3.414.867.491,85
13 CULTURA	3.027.110.136,00	1.904.727.526,34	710.460.244,69	1.029.161.384,21
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	7.222.566,00	5.342.166,12	1.880.399,88	1.660.533,80
122 ADMINISTRACAO GERAL	610.766.826,00	538.416.880,23	62.481.316,57	47.604.685,29
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	13.283.807,00	12.438.807,00	845.000,00	12.438.807,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	10.011.569,00	7.290.691,47	2.251.479,73	5.968.029,40
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	400.000,00	-	400.000,00	-
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.127.500,00	6.269.129,67	3.858.370,33	1.963.483,90
131 COMUNICACAO SOCIAL	7.620.000,00	4.620.000,00	3.000.000,00	4.606.910,00
301 ATENCAO BASICA	7.781.737,00	7.043.698,99	738.038,01	652.167,58
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	12.898.000,00	12.209.673,60	688.326,40	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	3.618.779,00	3.278.807,98	339.971,02	-
365 EDUCACAO INFANTIL	323.282,00	258.036,54	65.245,46	-
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	414.910.486,00	189.797.178,98	139.049.790,02	121.256.752,70
392 DIFUSAO CULTURAL	883.329.228,00	431.231.947,57	341.707.300,46	218.704.871,62
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.679.434,00	527.198,53	1.152.235,47	227.520,69
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	350.000,00	-	350.000,00	-
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	10.000.400,00	5.729.890,04	4.270.509,96	950.144,18
691 PROMOCAO COMERCIAL	598.953.189,00	383.499.419,62	10.322.928,38	376.940.542,08
813 LAZER	433.833.333,00	296.774.000,00	137.059.333,00	236.186.935,97
14 DIREITOS DA CIDADANIA	2.185.915.717,00	1.330.182.470,86	594.548.485,23	705.665.769,45
031 ACAO LEGISLATIVA	1.500.000,00	1.225.501,20	274.498,80	242.508,55
122 ADMINISTRACAO GERAL	507.678.392,00	465.552.097,71	27.135.363,63	41.722.880,88
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	11.616.827,00	10.072.388,02	373.010,98	2.060.626,65
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	4.534.000,00	786.005,88	3.747.994,12	636.005,88
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	67.879.425,00	56.350.644,54	11.528.780,46	48.468.756,60
131 COMUNICACAO SOCIAL	18.366.519,00	9.727.091,87	8.639.427,13	7.883.325,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	1.100.000,00	15.692,40	1.084.307,60	2.437,65
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.000.000,00	823.394,60	176.605,40	50.873,22
241 ASSISTENCIA AO IDOSO	11.200.000,00	2.249.441,56	8.950.558,44	2.249.441,56
242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	14.075.664,00	12.077.769,36	1.531.227,64	9.593.602,36
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	163.634.366,00	50.752.565,48	91.076.094,52	45.350.238,29
301 ATENCAO BASICA	11.218.750,00	10.104.057,30	1.114.692,70	13.058,36
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	19.942.443,00	19.601.616,07	340.826,93	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.802.760,00	2.508.691,79	294.068,21	-
365 EDUCACAO INFANTIL	659.500,00	593.150,70	66.349,30	-
392 DIFUSAO CULTURAL	2.442.000,00	1.902.099,23	539.900,77	752.894,46
421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	693.412.209,00	407.104.686,62	143.963.313,38	386.144.923,92
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	572.401.037,00	226.862.747,32	268.150.033,43	137.813.884,30
423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	68.759.486,00	46.946.367,96	18.795.554,04	21.724.983,95
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	5.485.839,00	2.624.077,29	2.861.761,71	854.002,67
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.156.500,00	2.102.384,00	54.116,00	101.324,40
812 DESPORTO COMUNITARIO	3.500.000,00	-	3.500.000,00	-
845 OUTRAS TRANSFERENCIAS	550.000,00	199.999,96	350.000,04	-
15 URBANISMO	9.161.255.867,00	4.721.703.467,06	2.716.755.334,94	3.522.176.951,18
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	2.910.000,00	1.021.231,90	1.888.768,10	802.378,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	559.600.455,00	510.133.905,91	46.083.217,09	20.876.171,85
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	89.244.667,00	85.178.000,00	4.000.000,00	-
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	9.207.000,00	1.621.742,60	7.585.257,40	422.155,74
131 COMUNICACAO SOCIAL	108.890.000,00	108.890.000,00	-	91.645.614,12
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.005.807.659,00	263.611.775,56	355.850.496,44	251.988.060,66
301 ATENCAO BASICA	11.267.159,00	10.851.540,87	415.618,13	165.200,10
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	26.490.000,00	26.446.081,23	43.918,77	214.651,56
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.470.000,00	1.167.263,53	302.736,47	1.718,52
365 EDUCACAO INFANTIL	1.084.000,00	1.033.825,81	50.174,19	-
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	500.425,00	-	500.425,00	-
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.538.979.821,00	2.323.806.802,87	1.257.251.077,13	2.188.030.542,55
452 SERVICOS URBANOS	42.248.705,00	18.434.154,68	22.814.550,32	2.748.548,28
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	2.757.455.976,00	1.363.625.453,02	1.019.750.784,98	959.400.220,72
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	5.900.000,00	5.881.689,08	18.310,92	5.881.689,08
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	200.000,00	-	200.000,00	-
16 HABITACAO	757.234.087,00	565.275.829,51	128.958.257,49	431.303.904,29
122 ADMINISTRACAO GERAL	604.000,00	-	604.000,00	-
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	650.908.759,00	510.885.169,21	77.023.589,79	386.700.842,15
482 HABITACAO URBANA	105.721.328,00	54.390.660,30	51.330.667,70	44.603.062,14
17 SANEAMENTO	4.320.873.784,00	2.653.720.246,76	1.267.753.537,24	1.913.082.384,25
512 SANEAMENTO BASICO URBANO	4.320.873.784,00	2.653.720.246,76	1.267.753.537,24	1.913.082.384,25
18 GESTAO AMBIENTAL	8.457.357.538,00	5.529.943.871,63	2.425.109.439,13	2.765.584.585,25
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	925.000,00	0,01	924.999,99	0,01
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.247.107.783,00	1.200.538.896,80	39.325.567,22	38.200.927,63
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	132.589.166,00	69.652.115,00	62.603.718,00	6.557.122,21
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	12.280.918,00	11.258.528,58	1.022.389,42	8.308.993,77
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	3.002.935,00	1.605.535,40	1.347.399,60	775.376,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	26.294.738,00	17.533.161,15	8.720.172,90	2.324.625,01
131 COMUNICACAO SOCIAL	110.000,00	-	110.000,00	-
301 ATENCAO BASICA	21.617.589,00	21.279.117,86	338.471,14	103.139,18
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	27.272.000,00	25.722.871,13	1.549.128,87	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.746.040,00	1.447.691,68	298.348,32	-
365 EDUCACAO INFANTIL	1.194.000,00	905.822,50	288.177,50	-
511 SANEAMENTO BASICO RURAL	10.088.000,00	2.594.267,08	7.493.732,92	2.128.150,56

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
512 SANEAMENTO BASICO URBANO	1.748.546,00	919.594,68	828.951,32	73.261,54
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	1.178.710.385,00	614.644.472,25	265.054.269,44	450.599.882,53
542 CONTROLE AMBIENTAL	138.161.927,00	119.630.949,60	18.012.457,40	23.992.929,18
543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	16.780.716,00	4.523.160,36	9.692.631,64	3.311.758,77
544 RECURSOS HIDRICOS	5.608.531.431,00	3.417.527.758,04	1.999.384.254,96	2.210.275.819,90
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	6.236.920,00	4.040.007,22	1.796.912,78	3.122.559,62
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	1.983.541,00	8.047,62	1.453.827,38	-
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	1.362.403,00	136.262,71	1.226.140,29	16.381,70
607 IRRIGACAO	19.363.500,00	15.850.611,96	3.512.888,04	15.793.657,64
754 ALCOOL	250.000,00	125.000,00	125.000,00	-
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	10.828.299.766,00	7.810.566.602,40	1.503.176.161,53	1.622.799.257,34
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	47.004.885,00	43.829.810,09	3.175.074,91	24.093.801,58
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.848.210.960,00	1.750.480.721,08	80.227.536,32	77.819.686,38
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	13.150.675,00	8.584.464,50	2.882.787,50	3.206.143,27
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	111.546.067,00	34.392.621,66	29.111.078,34	18.433.149,27
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	15.710.416,00	12.875.608,69	2.801.474,31	2.287.230,81
131 COMUNICACAO SOCIAL	9.790.000,00	5.737.916,65	4.052.083,35	1.069.489,18
182 DEFESA CIVIL	620.333,00	400.000,00	-	327.795,50
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	6.572.128,00	5.523.136,10	1.032.324,90	351.595,68
301 ATENCAO BASICA	28.465.142,00	27.757.224,72	707.917,28	687.417,88
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	37.169.496,00	36.897.746,56	271.749,44	648.305,95
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	23.677.890,00	23.114.952,15	562.937,85	925.503,76
365 EDUCACAO INFANTIL	1.749.376,00	1.701.939,63	47.436,37	-
542 CONTROLE AMBIENTAL	9.146.809,00	7.451.092,57	874.907,43	2.813.030,26
543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	15.375.729,00	10.932.180,45	3.165.494,55	3.417.889,06
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.050.541.198,00	1.660.364.008,98	84.900.506,19	259.731.179,13
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	5.080.986.255,00	3.388.032.589,16	933.822.135,92	1.010.112.844,89
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	188.541.688,00	57.056.089,88	113.039.745,25	36.224.433,54
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	746.947.020,00	622.610.891,65	94.607.225,35	118.869.930,00
663 MINERACAO	48.163.620,00	10.531.419,68	30.151.115,32	3.880.665,74
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	5.200.000,00	3.358.672,14	1.843.970,77	2.346.845,87
691 PROMOCAO COMERCIAL	419.379.857,00	52.712.806,95	57.317.193,05	42.148.268,46
753 PETROLEO	118.166.255,00	44.428.204,25	58.190.004,99	12.742.885,89
754 ALCOOL	2.183.967,00	1.792.504,86	391.462,14	661.165,24
20 AGRICULTURA	22.229.391.795,00	16.474.062.001,65	4.009.350.326,11	5.961.301.453,14
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	8.362.021,00	6.047.921,34	2.314.099,66	3.273.423,28
122 ADMINISTRACAO GERAL	4.248.879.431,00	4.156.356.756,68	80.328.575,12	64.819.566,76
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	82.098.067,00	32.612.861,04	46.365.023,96	7.788.878,43
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	41.528.000,00	36.651.473,12	4.876.526,88	11.001.880,61
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	22.924.500,00	14.046.248,32	8.879.328,81	7.237.742,84
131 COMUNICACAO SOCIAL	22.449.140,00	18.872.744,58	3.576.395,42	4.569.153,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	150.000,00	96.287,95	53.712,05	3.889,20
301 ATENCAO BASICA	79.244.290,00	78.791.718,77	452.571,23	548.093,24
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	140.173.906,00	139.837.346,85	336.559,15	145.235,22
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	14.457.144,00	13.982.257,62	474.886,38	45.787,10
363 ENSINO PROFISSIONAL	2.500.000,00	2.400.518,43	99.481,57	1.694.253,41
365 EDUCACAO INFANTIL	12.843.793,00	12.759.605,76	84.187,24	113.384,00
367 EDUCACAO ESPECIAL	1.000.000,00	14.400,00	985.600,00	-
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	3.756.600,00	1.866.904,46	1.889.695,54	1.409.160,75
545 METEOROLOGIA	31.093.799,00	25.408.160,85	3.099.921,15	8.569.343,64
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	614.047.321,00	473.711.749,05	71.056.017,77	278.819.695,30
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	123.091.102,00	54.788.336,28	63.628.097,72	28.780.572,63
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	6.483.407.226,00	6.007.593.366,26	475.813.859,74	2.606.588.828,96
602 PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	183.191.106,00	124.217.583,14	33.328.053,73	103.146.254,37
603 DEFESA SANITARIA VEGETAL	68.579.812,00	56.398.003,17	12.182.338,05	9.747.151,25

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
604 DEFESA SANITARIA ANIMAL	160.447.124,00	143.181.355,88	17.265.768,12	33.631.442,39
605 ABASTECIMENTO	7.746.403.251,00	4.608.115.542,25	2.754.249.900,75	2.496.509.434,83
606 EXTENSAO RURAL	14.981.822,00	13.335.907,81	1.645.914,19	998.239,51
607 IRRIGACAO	794.961.868,00	436.335.033,65	325.848.761,35	286.311.957,32
608 **	1.195.583.218,00	-	-	-
609 **	16.119.161,00	-	-	-
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	107.469.618,00	9.059.101,33	98.410.516,67	3.449.968,93
691 PROMOCAO COMERCIAL	7.608.475,00	5.840.935,06	1.804.415,86	358.234,17
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	2.040.000,00	1.739.882,00	300.118,00	1.739.882,00
21 ORGANIZACAO AGRARIA	7.892.154.230,00	5.836.240.756,80	1.061.487.249,48	3.888.931.706,86
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	77.632.922,00	69.651.160,92	8.259.214,28	20.330.000,20
122 ADMINISTRACAO GERAL	658.621.875,00	631.929.119,61	19.326.833,66	29.325.992,15
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	7.500.000,00	1.504.579,78	5.995.420,22	136.888,33
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	15.000.000,00	7.018.485,79	7.981.514,21	1.365.316,89
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.107.769.573,00	1.626.778.750,83	269.803.995,87	1.568.455.809,89
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	30.066.200,00	20.491.835,35	9.574.364,65	12.072.047,98
131 COMUNICACAO SOCIAL	4.500.000,00	3.000.000,00	1.500.000,00	1.709.770,09
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.500.000,00	1.469.000,00	31.000,00	222.934,00
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	627.130.080,00	627.130.080,00	-	215.330.080,00
301 ATENCAO BASICA	17.426.320,00	17.287.398,70	138.921,30	626.106,58
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	22.440.000,00	22.382.612,09	57.387,91	564.778,61
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	4.422.000,00	4.376.596,29	45.403,71	181.937,69
363 ENSINO PROFISSIONAL	27.200.000,00	18.376.522,58	8.823.477,42	9.832.877,72
365 EDUCACAO INFANTIL	765.570,00	682.215,08	83.354,92	34.258,35
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	11.800.000,00	3.708.178,84	8.091.821,16	1.158.856,92
392 DIFUSAO CULTURAL	300.000,00	167.062,69	132.937,31	122.388,31
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	38.732.900,00	26.302.060,07	11.880.839,93	17.484.745,11
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	2.000.000,00	1.759.372,00	240.628,00	1.759.372,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	5.750.005,00	4.037.595,66	1.712.409,34	3.642.649,69
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	21.285.150,00	11.266.344,07	10.018.805,93	9.804.432,87
605 ABASTECIMENTO	184.677.678,00	47.324.194,59	101.020.149,41	11.816.321,64
606 EXTENSAO RURAL	725.743.531,00	622.169.816,37	95.008.986,54	557.680.442,39
631 REFORMA AGRARIA	3.241.794.053,00	2.021.690.793,95	489.400.392,25	1.397.165.107,57
691 PROMOCAO COMERCIAL	47.984.700,00	36.932.740,79	11.051.959,21	23.956.210,01
754 ALCOOL	10.111.673,00	8.804.240,75	1.307.432,25	4.152.381,87
22 INDUSTRIA	2.630.534.606,00	2.174.769.376,15	209.522.061,76	263.090.670,72
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.386.293.767,00	1.262.498.481,56	109.043.553,96	67.415.485,21
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	4.325.359,00	4.276.455,44	48.796,04	882.363,11
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.586.854,00	21.218.513,99	6.368.340,01	7.553.581,02
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	4.847.378,00	2.226.722,54	2.620.655,46	792.592,72
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	21.559.317,00	6.471.503,10	2.087.813,90	3.323.569,01
130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.200.000,00	1.200.000,00	-	427.498,51
131 COMUNICACAO SOCIAL	3.301.000,00	591.236,49	2.709.763,51	311.282,80
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	300.000,00	300.000,00	-	-
301 ATENCAO BASICA	19.594.620,00	18.815.279,85	779.340,15	208.039,97
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	28.178.980,00	27.870.046,19	308.933,81	255.923,54
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	3.340.342,00	3.211.369,41	128.972,59	842,12
333 EMPREGABILIDADE	122.756.081,00	12.538.701,06	9.550.712,94	12.221.009,86
365 EDUCACAO INFANTIL	1.391.353,00	1.365.892,21	25.460,79	5.552,08
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	94.920,00	22.469,79	72.450,21	-
544 RECURSOS HIDRICOS	13.980.000,00	11.612.691,95	2.367.308,05	6.001.320,50
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	4.080.000,00	3.914.000,00	166.000,00	2.914.000,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	2.650.000,00	2.268.443,28	381.556,72	851.197,66
661 PROMOCAO INDUSTRIAL	101.525.361,00	21.108.556,00	15.156.851,00	18.115.168,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	600.000,00	600.000,00	-	600.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
663 MINERACAO	132.842.173,00	123.902.435,95	8.939.737,05	72.992.203,82
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	29.891.973,00	23.616.391,64	6.396.207,27	8.535.000,11
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	633.683.209,00	579.341.557,14	38.004.317,86	34.215.725,10
691 PROMOCAO COMERCIAL	20.341.476,00	16.831.128,56	3.162.347,44	12.264.932,85
693 COMERCIO EXTERIOR	14.010.000,00	14.010.000,00	-	7.203.382,73
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	52.160.443,00	14.957.500,00	1.202.943,00	6.000.000,00
23 COMERCIO E SERVICOS	6.812.638.141,00	3.961.232.576,14	1.395.819.518,71	2.628.157.183,18
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	7.050.000,00	114.983,62	6.935.016,38	55.401,53
122 ADMINISTRACAO GERAL	142.307.347,00	129.687.111,79	8.138.018,88	12.119.262,39
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	4.677.499,00	1.401.523,20	3.042.642,80	465.119,26
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	8.047.400,00	4.965.187,10	3.082.212,90	678.050,59
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	69.888.866,00	15.166.460,55	54.722.405,45	12.913.201,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	4.200.000,00	-	4.200.000,00	-
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	745.000,00	346.077,23	398.922,77	295.000,00
301 ATENCAO BASICA	899.621,00	834.945,18	64.675,82	-
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	2.044.890,00	1.927.431,14	117.458,86	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	396.507,00	330.708,25	65.798,75	-
365 EDUCACAO INFANTIL	93.530,00	74.169,07	19.360,93	-
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	4.000.000,00	879.219,37	3.124.488,87	-
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	1.300.000,00	99.656,31	1.200.343,69	60.086,01
691 PROMOCAO COMERCIAL	52.299.407,00	20.885.703,44	29.879.275,94	12.195.756,85
693 COMERCIO EXTERIOR	3.227.319.837,00	2.680.471.556,50	24.455.567,50	1.665.521.017,30
695 TURISMO	3.287.368.237,00	1.104.047.843,39	1.256.373.329,17	923.854.288,25
24 COMUNICACOES	1.552.864.950,00	1.096.329.272,30	309.850.947,70	329.458.248,13
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	2.700.000,00	2.400.000,00	300.000,00	-
122 ADMINISTRACAO GERAL	496.694.070,00	467.864.111,46	19.504.820,54	53.410.179,06
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	96.541.938,00	60.350.467,72	12.281.270,28	39.016.935,79
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	7.500.000,00	7.296.972,93	203.027,07	5.369.348,77
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.490.000,00	3.958.313,95	2.531.686,05	2.208.220,64
131 COMUNICACAO SOCIAL	7.174.000,00	2.979.190,07	4.194.809,93	2.635.976,26
301 ATENCAO BASICA	9.979.733,00	9.445.209,95	534.523,05	98.925,89
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	8.811.799,00	8.532.667,31	279.131,69	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.181.638,00	1.139.479,19	42.158,81	-
333 EMPREGABILIDADE	6.608.250,00	6.607.716,08	533,92	5.195.029,79
365 EDUCACAO INFANTIL	351.000,00	342.127,45	8.872,55	-
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	21.651.018,00	21.636.453,25	14.564,75	2.176.633,48
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	353.669.057,00	282.109.813,09	2.443.186,91	21.151.001,16
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	68.409.333,00	38.185.959,08	4.890.040,92	34.895.377,37
722 TELECOMUNICACOES	122.936.064,00	81.519.082,41	22.416.979,59	61.338.911,56
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	342.167.050,00	101.961.708,36	240.205.341,64	101.961.708,36
25 ENERGIA	1.162.354.384,00	795.838.239,95	342.906.504,94	109.639.097,35
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	9.767.421,00	3.903.707,85	5.441.296,15	858.535,24
122 ADMINISTRACAO GERAL	607.030.593,00	562.633.845,31	36.500.623,58	35.216.149,58
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	99.522.807,00	90.410.498,61	8.643.641,39	10.326.451,43
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.816.986,00	5.530.686,94	286.299,06	416.210,68
130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	19.316.677,00	17.137.564,50	1.435.778,50	419.686,35
131 COMUNICACAO SOCIAL	3.112.500,00	3.112.499,76	0,24	-
301 ATENCAO BASICA	3.250.355,00	3.072.158,22	178.196,78	201.230,54
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	8.239.563,00	8.013.237,01	226.325,99	34.501,95
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	259.560,00	196.261,14	63.298,86	3.145,57
365 EDUCACAO INFANTIL	523.525,00	496.367,36	27.157,64	-
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	74.156.484,00	12.663.551,57	47.497.168,43	12.121.640,32
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	4.482.919,00	2.512.893,22	1.970.025,78	265.747,98
752 ENERGIA ELETRICA	146.621.561,00	21.391.413,30	125.180.147,70	6.044.551,45

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
753 PETROLEO	180.251.433,00	64.763.555,16	115.454.544,84	43.731.246,26
754 ALCOOL	2.000,00	-	2.000,00	-
26 TRANSPORTE	34.431.798.949,00	22.413.943.814,77	8.735.262.143,95	10.293.021.683,21
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	658.492.845,00	332.997.952,67	313.294.892,33	257.949.167,92
122 ADMINISTRACAO GERAL	2.098.312.163,00	1.847.104.988,19	189.668.654,81	323.546.006,09
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	166.869.656,00	114.696.609,51	46.466.713,49	25.342.024,03
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	43.332.773,00	24.114.916,36	19.217.856,64	7.430.429,29
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	18.143.904,00	6.192.028,65	10.618.542,35	1.995.830,91
130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	6.181.053,00	3.325.774,40	1.255.278,60	943.371,19
131 COMUNICACAO SOCIAL	16.500.998,00	12.333.334,00	3.967.664,00	8.369.503,33
301 ATENCAO BASICA	43.217.484,00	42.470.247,48	747.236,52	1.294.033,16
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	30.393.862,00	29.743.069,07	650.792,93	384.965,92
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	6.291.324,00	5.946.956,03	344.367,97	113.430,63
365 EDUCACAO INFANTIL	1.129.155,00	968.350,23	160.804,77	46.462,59
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	300.000,00	-	300.000,00	-
542 CONTROLE AMBIENTAL	34.860.030,00	32.950.816,82	1.909.213,18	29.628.830,79
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	20.000.000,00	-	-	-
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	27.555.208,00	25.795.727,00	1.759.481,00	13.823.927,00
661 PROMOCAO INDUSTRIAL	6.376.611.985,00	4.762.726.230,74	221.755.866,26	8.473.639,22
781 TRANSPORTE AEREO	766.519.604,00	344.934.314,25	290.000.878,19	296.267.383,71
782 TRANSPORTE RODOVIARIO	18.922.932.249,00	12.136.216.585,65	5.361.114.502,97	7.935.663.374,48
783 TRANSPORTE FERROVIARIO	3.184.422.655,00	1.548.052.844,11	1.508.169.807,89	1.052.546.699,81
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.986.332.001,00	1.143.373.069,61	740.459.590,05	329.202.603,14
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	23.400.000,00	-	23.400.000,00	-
27 DESPORTO E LAZER	3.586.753.637,00	1.257.353.636,97	2.026.344.567,78	880.124.412,40
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	10.539.392,00	3.371.255,73	7.168.554,55	1.648.286,52
122 ADMINISTRACAO GERAL	247.912.651,00	188.399.087,04	55.189.424,55	11.942.046,16
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.331.341,00	1.517.090,38	814.250,62	177.772,51
131 COMUNICACAO SOCIAL	37.220.750,00	37.220.750,00	-	10.842.612,55
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
301 ATENCAO BASICA	710.334,00	530.166,70	180.167,30	50.483,01
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	1.140.000,00	996.856,76	143.143,24	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	240.000,00	129.934,20	110.065,80	-
365 EDUCACAO INFANTIL	42.000,00	32.110,00	9.890,00	-
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	1.972.295.378,00	488.210.637,91	1.409.059.392,97	347.878.412,40
812 DESPORTO COMUNITARIO	1.313.321.791,00	536.945.748,25	552.669.678,75	507.584.799,25
28 ENCARGOS ESPECIAIS	1.320.589.625.325,00	1.005.023.276.707,83	310.243.994.783,88	31.166.869.343,22
122 ADMINISTRACAO GERAL	902.118.932,00	895.739.549,62	6.379.382,38	-
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	838.215.750,00	644.686.978,42	193.548.796,30	200.054.823,56
334 FOMENTO AO TRABALHO	15.061.301.166,00	15.061.301.166,00	-	-
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.000.000,00	-	5.000.000,00	-
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	587.410.000,00	587.410.000,00	-	375.895.360,52
607 IRRIGACAO	200.000,00	-	200.000,00	-
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	2.961.327.000,00	2.961.327.000,00	-	2.947.053.321,78
694 SERVICOS FINANCEIROS	38.708.828,00	36.975.497,00	1.733.331,00	13.059.099,62
752 ENERGIA ELETRICA	376.000.000,00	350.000.000,00	26.000.000,00	15.964.266,66
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	50.000,00	-	50.000,00	-
841 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	529.102.155.585,00	292.875.234.658,45	236.226.920.926,55	-
842 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	12.747.988.408,00	4.289.762.378,57	8.458.226.029,43	-
843 SERVICO DA DIVIDA INTERNA	374.334.791.623,00	344.999.963.725,93	29.334.827.897,07	2.548.621.150,69
844 SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	19.856.515.277,00	11.509.474.333,69	8.340.440.428,30	9.903.880,79
845 OUTRAS TRANSFERENCIAS	173.682.171.886,00	155.499.391.956,71	18.145.832.799,29	12.239.895.255,67
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	150.504.478.014,00	139.025.226.235,70	6.200.425.565,30	10.477.678.997,64
847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA	39.591.192.856,00	36.286.783.227,74	3.304.409.628,26	2.338.743.186,29

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	18.873.775.770,00	-	18.873.775.770,00	-
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	18.873.775.770,00	-	18.873.775.770,00	-
TOTAL	2.256.717.237.731,00	1.839.795.521.615,97	380.979.012.404,09	108.578.397.403,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
00 RECURSOS ORDINARIOS	324.288.704.808,00	271.845.640.585,43	37.442.282.287,60	61.885.158.703,54
01 IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	165.279.387.870,00	143.909.900.188,47	17.931.379.639,53	6.120.985.758,79
02 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	563.401.098,00	563.401.098,00		46.898.677,70
06 CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	16.346.795,00	15.979.169,76	367.625,24	7.331.757,94
11 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	6.410.794.793,00	4.379.683.038,81	2.031.111.754,19	2.131.116.019,65
12 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	44.157.814.498,00	38.079.583.057,55	4.524.475.632,39	7.781.047.933,27
13 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	16.608.405.546,00	15.969.844.796,96	152.995.060,04	2.269.442.262,50
15 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	14.981.520,00		14.981.520,00	
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	65.925.608,00	50.577.918,74	15.347.689,26	1.122.263,82
17 REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	2.283.221,00		2.283.221,00	
18 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	5.030.322.720,00	3.832.214.244,41	455.670.440,09	575.258.416,65
19 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	11.887.602,00	11.887.602,00		1.341.786,07
20 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.166.226,00		1.140.759,00	
23 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	1.948.263.265,00	1.948.263.265,00		
27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	485.199.648,00	448.722.127,07	36.477.520,93	84.072.542,42
29 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	3.189.621.402,00	2.137.451.081,85	1.050.202.076,15	65.019.986,96
30 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	689.110.020,00	365.076.134,37	80.894.184,63	361.921.398,48
31 SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	272.587.651,00	263.329.420,15	9.258.230,85	
32 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	3.821.253.780,00	3.500.477.413,96	171.552.452,04	251.955.755,28
33 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	24.532.166,00	18.097.406,16	6.241.260,84	4.117.994,89
34 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	2.042.932.564,00	1.930.771.968,24	95.285.094,65	124.413.898,02
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	3.860.201.632,00	2.921.835.088,24	129.204.615,76	12.597.043,38
39 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	140.118.703,00	70.423.165,47	49.931.062,53	42.061.224,83
40 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	43.476.710.097,00	37.549.167.994,14	314.714.945,86	370.162.342,00
41 COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.018.993.920,00	1.811.611.651,22	199.236.989,78	118.700.417,26
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	30.702.418.192,00	23.486.516.374,43	6.728.309.495,31	2.213.767.595,07
43 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	549.158.255.671,00	298.989.692.006,51	250.163.358.101,61	
44 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	198.718.393.008,00	171.734.804.193,55	26.944.527.195,32	167.606.999,71
45 REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.450.784.834,00	937.295.562,00	513.489.272,00	144.166.579,58
46 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	10.000.000,00		8.000.000,00	
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	3.319.952.846,00	1.820.678.791,59	1.386.363.431,41	120.439.719,30
49 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	1.832.474.765,00	1.790.296.728,93	308.542.634,59	931.890.200,34
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	16.572.057.799,00	11.302.952.614,37	3.674.199.839,11	1.977.089.475,75
51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	52.136.885.981,00	48.120.342.228,94	2.997.129.201,97	6.069.857.481,33
52 RESULTADO DO BACEN	148.767.000.000,00	146.966.698.913,48	1.800.301.086,52	
53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	140.918.788.002,00	138.961.140.265,99	1.775.337.796,61	1.788.425.062,74
54 CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	273.830.285.083,00	273.472.843.324,65	357.441.758,35	127.839.659,46
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	10.273.323.906,00	10.248.333.633,11	25.137.273,69	1.500.374,75
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	563.102.865,00	531.510.076,88	3.468.083,12	104.377.506,50
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	997.767.044,00	997.722.987,58	44.056,42	
59 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	23.252.500.439,00	23.228.412.714,77	24.087.724,23	
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.923.558.275,00	1.722.395.459,08	1.876.093.801,92	276.019.046,14
62 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	41.107.099,00	14.625.000,00	26.482.099,00	
64 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	845.633.333,00	617.638.856,97	99.861.143,03	353.944.255,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2012	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
67 NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE	1.675.000,00	1.675.000,00		
69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	15.033.422.083,00	14.968.248.435,25	65.173.647,75	4.021.915,83
71 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	607.905.265,00	607.905.265,00		
72 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	3.949.074.492,00	1.467.292.500,42	1.965.409.753,52	425.554.049,57
73 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	39.107.156.470,00	39.107.156.470,00		2.548.532.703,23
74 TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	4.571.877.355,00	2.971.400.358,39	1.446.923.467,81	725.359.909,32
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	507.774.423,00	339.186.792,74	57.572.320,13	29.231.860,99
76 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.494.761.014,00	1.039.973.393,08	322.302.615,03	480.967.411,40
78 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	6.329.025.211,00	3.845.561.661,38	2.363.871.843,60	251.927.943,40
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	27.875.524.255,00	20.730.865.869,01	4.416.953.810,91	1.261.095.801,15
81 RECURSOS DE CONVENIOS	1.895.872.130,00	635.865.309,36	1.119.284.606,64	362.905.344,72
82 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	646.233.486,00	595.791.679,57	50.441.806,43	362.921.662,56
83 PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	195.342.872,00	180.720.053,01	14.619.749,04	108.057.238,82
84 CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	2.365.768.146,00	2.365.768.146,00		2.110.025.783,96
86 OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	3.574.452.369,00	1.749.103.140,89	1.672.876.720,49	65.638.263,85
87 ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	1.399.000,00	1.399.000,00		
88 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	44.014.993.892,00	39.983.168.478,80	3.965.794.140,64	3.162.257.662,32
93 PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	212.088.935,00	147.784.015,15	519.616,85	
94 DOACOES PARA COMBATE A FOME	853.913,00	782.700,00	71.213,00	250.000,00
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	85.939.536,00	12.389.166,83	70.229.045,17	7.835.632,88
96 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	188.622.227,00	153.406.670,26	19.759.990,51	140.164.079,89
97 DIVIDENDOS UNIAO	22.322.239.362,00	22.322.239.362,00		
TOTAL	2.256.717.237.731,00	1.839.795.521.615,97	380.979.012.404,09	108.578.397.403,18

ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - OI

Demonstrativo Consolidado por Função
Demonstrativo Consolidado por Subfunção
Demonstrativo Consolidado por Função/Subfunção
Demonstrativo Consolidado por Programa
Demonstrativo Consolidado por Órgão
Demonstrativo Consolidado da Estimativa e Execução das Fontes de Financiamento

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria Executiva - SE
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em
31/12/2012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO
Gestão :	

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO			APROVADA FINAL	Varia-ção(%)	REALIZADA	%
		Suplementar	Especial	Extraordinário				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)	(e/a)	(f)	(f/e)
05 Defesa Nacional	6.335.000	0	0	0	6.335.000	0,0	6.330.288	99,9
09 Previdência Social	100.000.000	0	0	30.000.000	130.000.000	30,0	122.977.200	94,6
10 Saúde	263.838.715	0	0	0	263.838.715	0,0	76.651.994	29,0
20 Agricultura	19.267.810	0	0	903.384	20.171.194	4,7	18.913.592	93,8
22 Indústria	1.368.144.000	0	0	751.622.000	2.119.766.000	54,9	2.087.311.747	98,5
23 Comércio e Serviços	4.786.262.872	25.904.804	0	-25.978.450	4.786.189.226	0,0	3.347.708.564	70,0
24 Comunicações	1.245.361.042	0	0	-363.620.937	881.740.105	-29,2	542.703.334	61,6
25 Energia	95.830.084.962	1.360.097.618	173.800.636	-3.188.432.849	94.175.550.367	-1,7	90.024.390.436	95,6
26 Transporte	3.211.160.629	330.633.776	6.683.984	-339.845.993	3.208.632.396	-0,1	1.741.022.870	54,3
TOTAIS	106.830.455.030	1.716.636.198	180.484.620	-3.135.352.845	105.592.223.003	-1,2	97.968.010.025	92,8

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria Executiva - SE
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em
31/12/2012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR SUBFUNÇÃO
Gestão :	

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO			APROVADA FINAL	Varia-ção(%)	REALIZADA	%
		Suplementar	Especial	Extraordinário				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)	(e/a)	(f)	(f/e)
122 Administração Geral	1.532.204.551	-66.726.460	1.444.943	395.715.002	1.862.638.036	21,6	1.357.052.091	72,9
126 Tecnologia da Informação	3.182.900.566	154.934.481	0	-396.208.754	2.941.626.293	-7,6	2.531.201.949	86,0
303 Suporte Profilático e Terapêutico	259.691.915	0	0	0	259.691.915	0,0	75.779.241	29,2
662 Produção Industrial	2.131.429.000	0	0	247.207.000	2.378.636.000	11,6	2.332.144.860	98,0
692 Comercialização	841.298.000	982.000	0	-59.383.000	782.897.000	-6,9	782.723.325	100,0
694 Serviços Financeiros	2.641.109.620	0	0	8.189.224	2.649.298.844	0,3	1.590.498.544	60,0
721 Comunicações Postais	431.499.920	0	0	-112.744.855	318.755.065	-26,1	217.613.557	68,3
722 Telecomunicações	353.309.000	0	0	-111.859.422	241.449.578	-31,7	129.905.651	53,8
751 Conservação de Energia	100.118.000	-12.106.000	0	-14.540.000	73.472.000	-26,6	57.369.550	78,1
752 Energia Elétrica	10.360.566.088	60.333.118	173.800.636	-1.807.446.784	8.787.253.058	-15,2	6.369.357.246	72,5
753 Combustíveis Minerais	75.076.760.000	1.157.113.000	0	-95.210.000	76.138.663.000	1,4	75.265.361.428	98,8
754 Biocombustíveis	139.039.000	0	0	-57.206.000	81.833.000	-41,1	24.309.838	29,7
781 Transporte Aéreo	1.943.096.666	-12.554.717	4.239.041	-386.639.883	1.548.141.107	-20,3	1.185.311.951	76,6
784 Transporte Hidroviário	2.417.751.704	335.633.776	1.000.000	-437.349.373	2.317.036.107	-4,2	1.281.431.674	55,3
785 Transportes Especiais	5.419.681.000	99.027.000	0	-307.876.000	5.210.832.000	-3,8	4.767.949.120	91,5
TOTAIS	106.830.455.030	1.716.636.198	180.484.620	-3.135.352.845	105.592.223.003	-1,2	97.968.010.025	92,8

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria Executiva - SE
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
Gestão :	

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO			APROVADA FINAL	Varia-ção(%)	REALIZADA	%
		Suplementar	Especial	Extraordinário				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)	(e/a)	(f)	(f/e)
05 Defesa Nacional	6.335.000	0	0	0	6.335.000	0,0	6.330.288	99,9
122 Administração Geral	6.335.000	0	0	0	6.335.000	0,0	6.330.288	99,9
09 Previdência Social	100.000.000	0	0	30.000.000	130.000.000	30,0	122.977.200	94,6
122 Administração Geral	40.000.000	0	0	-15.000.000	25.000.000	-37,5	21.566.496	86,3
126 Tecnologia da Informação	60.000.000	0	0	45.000.000	105.000.000	75,0	101.410.704	96,6
10 Saúde	263.838.715	0	0	0	263.838.715	0,0	76.651.994	29,0
122 Administração Geral	2.800.000	0	0	0	2.800.000	0,0	694.509	24,8
126 Tecnologia da Informação	1.346.800	0	0	0	1.346.800	0,0	178.244	13,2
303 Suporte Profilático e Terapêutico	259.691.915	0	0	0	259.691.915	0,0	75.779.241	29,2
20 Agricultura	19.267.810	0	0	903.384	20.171.194	4,7	18.913.592	93,8
122 Administração Geral	18.652.710	0	0	508.775	19.161.485	2,7	17.963.597	93,8
126 Tecnologia da Informação	615.100	0	0	394.609	1.009.709	64,2	949.995	94,1
22 Indústria	1.368.144.000	0	0	751.622.000	2.119.766.000	54,9	2.087.311.747	98,5
122 Administração Geral	50.000.000	0	0	-18.500.000	31.500.000	-37,0	22.615.896	71,8
126 Tecnologia da Informação	30.000.000	0	0	-4.500.000	25.500.000	-15,0	10.761.686	42,2
662 Produção Industrial	1.288.144.000	0	0	774.622.000	2.062.766.000	60,1	2.053.934.165	99,6
23 Comércio e Serviços	4.786.262.872	25.904.804	0	-25.978.450	4.786.189.226	0,0	3.347.708.564	70,0
122 Administração Geral	702.574.756	-3.095.196	0	-32.034.028	667.445.532	-5,0	480.885.732	72,0
126 Tecnologia da Informação	1.442.578.496	29.000.000	0	-2.133.646	1.469.444.850	1,9	1.276.324.288	86,9
694 Serviços Financeiros	2.641.109.620	0	0	8.189.224	2.649.298.844	0,3	1.590.498.544	60,0
24 Comunicações	1.245.361.042	0	0	-363.620.937	881.740.105	-29,2	542.703.334	61,6

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria Executiva - SE
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
Gestão :	

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO			APROVADA FINAL	Varia-ção(%)	REALIZADA	%
		Suplementar	Especial	Extraordinário				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)	(e/a)	(f)	(f/e)
122 Administração Geral	228.762.879	0	0	-51.016.008	177.746.871	-22,3	113.398.857	63,8
126 Tecnologia da Informação	231.789.243	0	0	-88.000.652	143.788.591	-38,0	81.785.269	56,9
721 Comunicações Postais	431.499.920	0	0	-112.744.855	318.755.065	-26,1	217.613.557	68,3
722 Telecomunicações	353.309.000	0	0	-111.859.422	241.449.578	-31,7	129.905.651	53,8
25 Energia	95.830.084.962	1.360.097.618	173.800.636	-3.188.432.849	94.175.550.367	-1,7	90.024.390.436	95,6
122 Administração Geral	437.958.105	-68.435.500	0	400.173.000	769.695.605	75,8	614.194.119	79,8
126 Tecnologia da Informação	1.353.903.769	118.184.000	0	-346.969.065	1.125.118.704	-16,9	996.968.633	88,6
662 Produção Industrial	843.285.000	0	0	-527.415.000	315.870.000	-62,5	278.210.695	88,1
692 Comercialização	841.298.000	982.000	0	-59.383.000	782.897.000	-6,9	782.723.325	100,0
751 Conservação de Energia	100.118.000	-12.106.000	0	-14.540.000	73.472.000	-26,6	57.369.550	78,1
752 Energia Elétrica	10.360.566.088	60.333.118	173.800.636	-1.807.446.784	8.787.253.058	-15,2	6.369.357.246	72,5
753 Combustíveis Minerais	75.076.760.000	1.157.113.000	0	-95.210.000	76.138.663.000	1,4	75.265.361.428	98,8
754 Biocombustíveis	139.039.000	0	0	-57.206.000	81.833.000	-41,1	24.309.838	29,7
784 Transporte Hidroviário	1.347.506.000	5.000.000	0	-427.363.000	925.143.000	-31,3	898.493.290	97,1
785 Transportes Especiais	5.329.651.000	99.027.000	0	-253.073.000	5.175.605.000	-2,9	4.737.402.312	91,5
26 Transporte	3.211.160.629	330.633.776	6.683.984	-339.845.993	3.208.632.396	-0,1	1.741.022.870	54,3
122 Administração Geral	45.121.101	4.804.236	1.444.943	111.583.263	162.953.543	261,2	79.402.597	48,7
126 Tecnologia da Informação	62.667.158	7.750.481	0	0	70.417.639	12,4	62.823.130	89,2
781 Transporte Aéreo	1.943.096.666	-12.554.717	4.239.041	-386.639.883	1.548.141.107	-20,3	1.185.311.951	76,6
784 Transporte Hidroviário	1.070.245.704	330.633.776	1.000.000	-9.986.373	1.391.893.107	30,0	382.938.384	27,5
785 Transportes Especiais	90.030.000	0	0	-54.803.000	35.227.000	-60,9	30.546.808	86,7
TOTAIS	106.830.455.030	1.716.636.198	180.484.620	-3.135.352.845	105.592.223.003	-1,2	97.968.010.025	92,8

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria Executiva - SE
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em
31/12/2012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA
Gestão :	

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO			APROVADA FINAL	Varia-ção(%)	REALIZADA	%
		Suplementar	Especial	Extraordinário				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)	(e/a)	(f)	(f/e)
0295 Energia na Região Sul	0	0	44.026.251	0	44.026.251	0,0	41.778.776	94,9
0297 Energia na Região Norte	0	0	108.543.502	0	108.543.502	0,0	23.882.166	22,0
0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	0	-307.000	4.239.041	-916.412	3.015.629	0,0	759.364	25,2
0781 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.641.109.620	0	0	8.189.224	2.649.298.844	0,3	1.590.498.544	60,0
0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	5.516.661.294	88.208.021	1.444.943	-142.559.978	5.463.754.280	-1,0	4.406.561.742	80,6
2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	1.687.153	0	0	0	1.687.153	0,0	1.925	0,1
2017 Aviação Civil	1.801.137.489	1.741.901	0	-372.955.929	1.429.923.461	-20,6	1.132.962.996	79,2
2022 Combustíveis	34.540.367.000	14.562.000	0	-1.276.063.000	33.278.866.000	-3,6	32.106.702.526	96,5
2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	407.176.060	0	0	-155.038.051	252.138.009	-38,1	135.151.312	53,6
2033 Energia Elétrica	10.199.940.858	48.227.118	21.230.883	-1.890.393.397	8.379.005.462	-17,8	6.104.175.267	72,8
2053 Petróleo e Gás	46.200.690.000	1.370.796.000	0	1.227.865.000	48.799.351.000	5,6	48.720.979.991	99,8
2055 Desenvolvimento Produtivo	4.202.653.762	-123.236.000	0	-582.151.000	3.497.266.762	-16,8	3.125.375.134	89,4
2058 Política Nacional de Defesa	141.959.177	-13.989.618	0	-12.767.542	115.202.017	-18,8	51.589.591	44,8
2074 Transporte Marítimo	1.070.245.704	330.633.776	1.000.000	-9.986.373	1.391.893.107	30,0	382.938.384	27,5
2119 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	106.826.913	0	0	71.424.613	178.251.526	66,9	144.652.307	81,2
TOTAIS	106.830.455.030	1.716.636.198	180.484.620	-3.135.352.845	105.592.223.003	-1,2	97.968.010.025	92,8

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria Executiva - SE
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR ÓRGÃO
Gestão :	

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		APROVADA INICIAL	CRÉDITO			APROVADA FINAL	Varia-ção(%)	REALIZADA	%
			Suplementar	Especial	Extraordinário				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)	(e/a)	(f)	(f/e)
20000	Presidência da República	3.118.061.094	330.633.776	6.683.984	-292.314.183	3.163.064.671	1,4	1.709.456.657	54,0
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	19.267.810	0	0	903.384	20.171.194	4,7	18.913.592	93,8
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	28.680.000	0	0	0	28.680.000	0,0	2.047.115	7,1
25000	Ministério da Fazenda	5.023.865.511	25.904.804	0	-76.967.105	4.972.803.210	-1,0	3.550.326.087	71,4
28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	93.717.361	0	0	-44.511.345	49.206.016	-47,5	29.258.603	59,5
32000	Ministério de Minas e Energia	96.928.258.962	1.360.097.618	173.800.636	-2.396.113.849	96.066.043.367	-0,9	91.908.325.750	95,7
33000	Ministério da Previdência Social	100.000.000	0	0	30.000.000	130.000.000	30,0	122.977.200	94,6
36000	Ministério da Saúde	263.838.715	0	0	0	263.838.715	0,0	76.651.994	29,0
39000	Ministério dos Transportes	390.000	0	0	0	390.000	0,0	31.468	8,1
41000	Ministério das Comunicações	1.247.201.042	0	0	-356.349.747	890.851.295	-28,6	543.177.168	61,0
52000	Ministério da Defesa	7.174.535	0	0	0	7.174.535	0,0	6.844.391	95,4
	TOTAIS	106.830.455.030	1.716.636.198	180.484.620	-3.135.352.845	105.592.223.003	-1,2	97.968.010.025	92,8

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria Executiva - SE
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2012

Título :	ESTIMATIVA E EXECUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSRATIVO CONSOLIDADO
Gestão :	

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ESTIMADA INICIAL	CRÉDITO			ESTIMADA FINAL	Varia-ção(%)	REALIZADA	%
		Suplementar	Especial	Extraordinário				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)	(e/a)	(f)	(f/e)
6.1.0.0.0.0.0.0 Recursos Próprios	87.840.526.737	-860.102.923	1.444.943	-2.897.127.721	84.084.741.036	-4,3	80.005.034.764	95,2
6.1.1.0.0.0.0.0 Geração Própria	87.840.526.737	-860.102.923	1.444.943	-2.897.127.721	84.084.741.036	-4,3	80.005.034.764	95,2
6.2.0.0.0.0.0.0 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	11.422.017.630	3.041.011.859	28.378.312	342.092.622	14.833.500.423	29,9	12.109.346.724	81,6
6.2.1.0.0.0.0.0 Tesouro	1.617.577.335	1.185.745.859	1.000.000	-21.288.547	2.783.034.647	72,0	621.250.389	22,3
6.2.1.1.0.0.0.0 Direto	1.217.919.000	541.446.192	0	29.002.826	1.788.368.018	46,8	141.513.748	7,9
6.2.1.3.0.0.0.0 Saldos de Exercícios Anteriores	399.658.335	644.299.667	1.000.000	-50.291.373	994.666.629	148,9	479.736.641	48,2
6.2.2.0.0.0.0.0 Controladora	9.804.440.295	1.855.266.000	27.378.312	363.381.169	12.050.465.776	22,9	11.488.096.335	95,3
6.3.0.0.0.0.0.0 Operações de Crédito de Longo Prazo	4.991.676.853	-309.237.382	74.968.257	-648.474.339	4.108.933.389	-17,7	3.485.178.836	84,8
6.3.1.0.0.0.0.0 Internas	2.916.986.103	-309.237.382	74.968.257	-602.102.110	2.080.614.868	-28,7	1.438.794.922	69,2
6.3.2.0.0.0.0.0 Externas	2.074.690.750	0	0	-46.372.229	2.028.318.521	-2,2	2.046.383.914	100,9
6.9.0.0.0.0.0.0 Outros Recursos de Longo Prazo	2.576.233.810	-155.035.356	75.693.108	68.156.593	2.565.048.155	-0,4	2.368.449.701	92,3
6.9.1.0.0.0.0.0 Debêntures	76.284.000	0	71.454.067	0	147.738.067	93,7	49.042.265	33,2
6.9.2.0.0.0.0.0 Controladora	1.647.007.561	0	0	-584.016.407	1.062.991.154	-35,5	858.335.681	80,8
6.9.9.0.0.0.0.0 Outras Fontes	852.942.249	-155.035.356	4.239.041	652.173.000	1.354.318.934	58,8	1.461.071.755	107,9
TOTAIS	106.830.455.030	1.716.636.198	180.484.620	-3.135.352.845	105.592.223.003	-1,2	97.968.010.025	92,8

ANEXOS - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial
Demonstração das Variações Patrimoniais
Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	1.159.149.890.392,48	680.870.588.802,97	PASSIVO FINANCEIRO	768.309.889.930,65	400.269.045.601,42
DISPONIVEL	566.347.950.107,69	445.740.293.743,64	DEPOSITOS	7.595.626.754,19	27.077.394.327,72
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	547.842.952.745,64	425.057.123.595,31	CONSIGNACOES	17.370.956,87	12.418.835,88
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	18.504.997.362,05	20.683.170.148,33	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	44.148.978,78	313.307.204,07
CREDITOS EM CIRCULACAO	380.846.971.036,58	179.172.403.634,05	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.414.116.975,42	26.631.530.998,55
CREDITOS A RECEBER	9.535.453.814,20	7.010.255.109,04	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.473.684,45	91.459.215,46
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	17.749.679.000,62	15.100.147.613,67	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.516.158,67	28.678.073,76
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	344.596.259.697,97	153.867.825.221,85	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	561.291.996.063,73	326.203.954.524,45
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.070.727.575,79	897.341.986,63	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.267.068.710,26	3.225.637.372,32
LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG	5.817,86	27.513,53	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	602.022.674,24	701.590.787,93
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	631.060.885,44	416.247.114,23
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	4.488.749.473,24	1.061.251.982,38	CONVENIOS A PAGAR	618.910.714,82	803.480.527,28
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	104.675.720,59	108.143.625,10	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	201.977.675,74	342.991.069,78
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.220.538.653,03	1.042.077.857,10	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	13.902.297,30	11.562.807,73
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	211.954.969.248,21	55.957.891.425,28	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	1.200.675,61	1.009.820,29
VALORES DIFERIDOS	211.954.969.248,21	55.957.891.425,28	PRECATORIOS	47.575.363,96	33.699.689,99
ATIVO NAO FINANCEIRO	2.292.877.653.885,16	2.783.572.468.426,31	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	33.069,85	164.350,26
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-182.409.872.546,46	273.582.197.241,20	PROVISOES DIVERSAS	3.889,80	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-195.361.968.043,48	261.928.120.080,95	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.262,66	3.398,42
FORNECIMENTOS A RECEBER	344.665,01	337.630,56	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	47.930.881,55	74.495.607,61
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-344.596.259.697,84	-153.867.825.221,73	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	152.427,37	1.914.144,83
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-3.070.727.575,79	-897.341.986,63	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	89.006.113,56	107.068.034,69
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	4.362.705,48	14.784.328,41	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	581.809.313,08	504.748.849,66
DIVERSOS RESPONSAVEIS	6.988.902.964,73	6.537.900.503,45	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	430.401.643,09	226.661.169,62
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	63.224.841.876,20	61.334.155.048,62	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	1.075.822,19	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	15.931.253.062,42	11.903.377.904,52	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	93.331.783.325,65	72.368.462.121,16
RECURSOS VINCULADOS	5.213.862,79	2.592.744,79	A LIQUIDAR	90.327.903.599,72	72.368.462.121,16
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	108.452.010.324,44	0,00	EM LIQUIDACAO	3.003.879.725,93	0,00
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	-50.236.448.886,44	0,00	CREDORES DIVERSOS	1.142.611.470,85	1.219.700.177,68
RESULTADO POSITIVO DO BACEN	12.172.450.768,17	90.240.058.952,83	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	2.252.486,27	1.369.920,85
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	1.767.889.994,37	4.089.842.914,49	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	8.495.529.596,40	4.866.465.433,08
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-6.005.802.107,02	-738.072,86	RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO	58.375.159.019,73	39.138.654.010,32
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	12.949.618.812,00	11.652.250.949,33	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	390.875.493.791,92	203.547.516.106,89
ESTOQUES	12.726.619.932,01	11.383.072.584,71	RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	5.817,86	27.513,53
TITULOS E VALORES	74.029,57	34.777,82	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	4.488.749.473,24	1.061.251.982,38
MATERIAIS EM TRANSITO	222.924.850,42	269.143.586,80	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	781.606.654,54	614.978.812,80
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.476.685,02	1.826.210,92	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	531.735.717,01	159.891.073,44
DESPESAS ANTECIPADAS	2.476.685,02	1.826.210,92	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	199.407.440.694,69	46.984.643.399,36
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.942.431.070.352,81	2.015.764.608.216,71	RESTITUICOES E COMPENSACOES	793.891.843,65	1.304.806.408,11
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	10.195.378,94	9.499.206,72	VALORES DIFERIDOS	198.613.548.851,04	45.679.836.991,25
RECURSOS VINCULADOS	10.195.378,94	9.499.206,72	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	14.826.418,04	3.053.349,89
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.942.420.874.973,87	2.015.755.109.009,99	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	14.826.418,04	3.053.349,89

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	28.902.151.141,23	25.275.355.361,60	PASSIVO NAO FINANCEIRO	2.525.814.486.699,72	2.525.202.011.946,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	227.131.741,83	443.743.718,40	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	118.222.031.282,10	334.398.164.148,85
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	984.115.800.029,63	901.605.398.382,33	FORNECEDORES A PAGAR	156.018.699,68	162.321.609,15
CREDITOS A RECEBER	845.017.718,95	887.400.898,62	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	162.482.572,99	190.947.145,47
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-6.032.563.597,33	-5.615.336.659,43	PESSOAL A PAGAR	2.052.979.416,28	1.745.195.357,85
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-74.408.155.442,93	-74.408.155.442,93	PROVISOES	973.372.938,31	10.885.182.771,71
DIVIDA ATIVA (LP)	1.282.052.299.641,92	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-390.875.493.791,74	-203.547.516.106,71
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-963.075.931.533,05	0,00	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-390.875.493.791,74	-203.547.516.106,71
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	825.867.688.696,42	0,00	OPERACOES DE CREDITO	573.329.746.375,78	488.255.119.063,22
PROVISAO PARA CREDITO TRIB. A RECEBER (L	-136.072.563.422,80	0,00	INTERNAS	566.041.473.140,61	479.519.950.161,31
PERMANENTE	532.856.456.078,81	494.225.662.968,40	EXTERNAS	7.288.273.235,17	8.735.168.901,91
INVESTIMENTOS	280.766.908.249,80	267.635.762.013,72	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	6.219.887.081,10	7.257.665.969,01
PARTICIPACAO SOCIETARIA	280.766.705.309,15	267.635.548.459,85	OUTROS DEBITOS A PAGAR	135.593.191,13	8.164.505,10
OUTROS INVESTIMENTOS	202.940,65	213.553,87	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	210.910,91	2.618.362,56
IMOBILIZADO	251.441.741.973,20	226.306.378.865,69	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	630.885.495,05	482.927.547,75
BENS MOVEIS E IMOVEIS	253.769.045.681,93	227.760.682.021,79	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	5.863.657.424,07	8.488.165.619,80
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-2.327.303.708,73	-1.454.303.156,10	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-90.327.903.599,72	-72.368.462.121,16
INTANGIVEL	647.805.855,81	283.522.088,99	RESULTADO NEGATIVO DO BACEN	9.900.594.568,26	92.835.834.425,10
ATIVO REAL	3.452.027.544.277,64	3.464.443.057.229,28	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.407.592.455.417,62	2.190.803.847.797,31
			DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.627.830.054,31	29.528.918.753,40
			OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	2.375.964.625.363,31	2.161.274.929.043,91
			OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	2.283.467.796.255,32	2.076.330.985.869,41
			OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	85.128.060.907,58	76.518.336.195,78
			OBRIGACOES A PAGAR	7.368.768.200,41	8.425.606.978,72
			PASSIVO REAL	3.294.124.376.630,37	2.925.471.057.547,58
			PATRIMONIO LIQUIDO	157.903.167.647,27	538.971.999.681,70
			PATRIMONIO/CAPITAL	157.849.398.738,72	0,00
			PATRIMONIO	157.849.398.738,72	0,00
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5.648.445.375,30
			RESERVAS	53.768.908,09	50.565.607,19
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,46	533.272.988.699,21
			RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	234.138.633.553,24
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,46	299.134.355.145,97
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	3.452.027.544.277,64	3.464.443.057.229,28
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-3.452.027.544.277,64	-3.464.443.057.229,28
ATIVO COMPENSADO	671.490.260.160,66	619.257.570.717,61	PASSIVO COMPENSADO	671.490.260.160,66	619.257.570.717,61
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	671.490.260.160,66	619.257.570.717,61	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	671.490.260.160,66	619.257.570.717,61
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.592.505.655,92	3.436.669.900,03	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.592.505.655,92	3.436.669.900,03
GARANTIAS DE VALORES	199.129.307.697,13	166.897.324.626,80	VALORES EM GARANTIA	199.129.307.697,13	166.897.324.626,80
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	65.466.893.700,61	56.126.321.569,54	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	65.466.893.700,61	56.126.321.569,54

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO

EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	3

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	200.795.870.831,48	198.842.816.853,06	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	200.795.870.831,48	198.842.816.853,06
OUTRAS COMPENSACOES	202.505.682.275,52	193.954.437.768,18	COMPENSACOES DIVERSAS	202.505.682.275,52	193.954.437.768,18
ATIVO	4.123.517.804.438,30	4.083.700.627.946,89	PASSIVO	4.123.517.804.438,30	4.083.700.627.946,89

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	730.233.937.283,04	580.758.857.698,63	PASSIVO FINANCEIRO	206.438.479.744,88	182.571.222.601,60
DISPONIVEL	675.212.752.397,64	530.259.840.175,83	DEPOSITOS	16.138.737.291,42	31.490.265.126,97
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	656.371.310.371,92	509.254.881.566,94	CONSIGNACOES	96.372.983,32	150.952.498,86
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	18.841.442.025,72	21.004.958.608,89	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	374.485.270,91	584.793.250,52
CREDITOS EM CIRCULACAO	54.990.783.335,63	50.415.040.889,23	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	15.547.889.194,07	30.634.382.088,37
CREDITOS A RECEBER	16.960.669.765,91	12.735.977.013,64	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.473.684,45	91.459.215,46
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.426.204.320,54	964.636.258,62	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.516.158,67	28.678.073,76
LIMITE DE SAQUE BACEN	908.750.982,87	671.111.728,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	189.308.770.802,13	149.586.015.044,38
RECURSOS DA UNIAO	400.736.547,87	282.964.077,33	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.789.233.982,01	23.088.668.951,77
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.396.788.795,50	1.332.591.894,86	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.476.483.389,58	1.573.463.879,90
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	30.649.432.803,44	33.362.111.215,50	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	864.150.950,00	632.077.292,44
BANCO DO BRASIL S/A	6.023.412.532,87	7.983.973.747,18	CONVENIOS A PAGAR	1.609.255.658,93	2.142.269.125,49
BANCO DO NORDESTE S/A	661.009.034,96	622.389.657,19	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	326.644.175,06	501.425.011,37
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	20.648.396.848,68	21.046.590.413,96	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.450.151.729,04	2.663.814.615,18	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	273.455.370,92	446.000.801,83
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	834.766.797,86	1.012.896.028,34	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	4.402.786,70	10.636.911,53
BANCO DA AMAZONIA	31.695.860,03	32.446.753,65	PRECATORIOS	48.728.923,50	39.124.011,78
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.248.200.119,50	1.065.648.701,05	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.976.275,69	4.537.171,27
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	30.401.549,77	83.976.633,57	PROVISOES DIVERSAS	1.158.393,47	1.708.752,39
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	653.264,68	566.735,83	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	870.015,53	6.072.916,88
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	28.912.057,13	82.573.669,78	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	15.925.141.538,37	13.522.927.671,34
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	836.227,96	836.227,96	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	547.191.258,54	1.154.595.582,60
ATIVO NAO FINANCEIRO	3.234.356.137.861,51	3.298.277.207.844,89	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	1.084.750,84	5.310.537,83
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	203.501.597.611,33	464.136.312.490,04	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.154.754.253,46	1.887.816.084,13
CREDITOS EM CIRCULACAO	183.136.483.140,96	444.865.031.967,88	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	29.737.100,17	26.220.096,97
FORNECIMENTOS A RECEBER	1.040.774.163,22	742.147.008,42	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	983.685.332,54	880.694.192,26
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-24.973.581,48	-29.612.652,68	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	432.824.573,98	245.089.636,98
RECURSOS A RECEBER	59.077.375,56	31.342.927,77	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	1.389.450,99	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-3.426.204.320,54	-964.636.258,62	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	1.216.160,21	0,00
CREDITOS PARCELADOS	51.251.424,79	78.756.296,30	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	150.401.343.046,88	116.937.762.548,58
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.202.936.261,78	672.731.197,01	A LIQUIDAR	146.547.658.788,45	116.937.762.548,58
DIVERSOS RESPONSAVEIS	13.850.567.396,06	12.829.380.331,38	EM LIQUIDACAO	3.853.684.258,43	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	78.673.790.708,69	75.395.628.565,79	CREDORES DIVERSOS	2.731.165.596,12	1.961.836.771,50
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	25.643.404.463,79	18.997.202.344,21	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.971.332,77	3.464.524,19
RECURSOS VINCULADOS	114.946.815,79	53.866.101,26	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	10.561.724.887,99	6.330.979.855,50
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO	380.878.669,79	464.855.269,20
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	108.500.234.635,51	0,00	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	781.606.654,54	614.978.812,80
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	-50.236.607.975,79	0,00	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	658.846.632,03	183.468.310,84
RESULTADO POSITIVO DO BACEN	12.172.450.768,17	90.240.058.952,83	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	974.663.954,84	1.490.438.676,65
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	3.923.720.616,73	6.363.463.456,23	RESTITUICOES E COMPENSACOES	793.891.843,65	1.304.806.408,11
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-95.287.112,30	-136.780.973,55	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	180.694.685,54	185.554.842,89
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-8.312.020.216,70	-2.019.641.194,45	OUTROS VALORES PENDENTES	77.425,65	77.425,65

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	20.344.631.661,32	19.248.211.242,77	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	16.307.696,49	4.503.753,60
ESTOQUES	17.675.655.775,21	16.743.636.542,21	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	16.307.696,49	4.503.753,60
TITULOS E VALORES	1.407.916.588,79	1.359.832.125,14	PASSIVO NAO FINANCEIRO	2.996.801.129.769,86	2.814.758.887.321,29
MATERIAIS EM TRANSITO	1.263.948.630,83	1.149.397.101,76	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	525.234.453.167,91	562.422.808.447,87
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.889.333,51	-4.654.526,34	FORNECEDORES A PAGAR	251.571.295,10	661.885.093,99
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	20.482.809,05	23.069.279,39	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	163.336.039,77	191.800.612,25
DESPESAS ANTECIPADAS	5.326.100,88	7.443.436,51	PESSOAL A PAGAR	2.061.811.506,02	1.755.098.193,18
CUSTOS A APROPRIAR	3.593.110,48	3.808.283,72	PROVISOES	5.224.966.143,16	14.620.568.933,69
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	11.563.597,69	11.817.559,16	OPERACOES DE CREDITO	573.572.145.010,12	488.493.015.518,44
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.207.538.842.611,72	2.257.506.400.764,77	INTERNAS	566.282.001.791,77	479.751.740.200,22
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	473.770.616,34	415.150.726,46	EXTERNAS	7.290.143.218,35	8.741.275.318,22
DEPOSITOS COMPULSORIOS	2.370.760,51	2.243.274,66	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	339.161.696,79	194.493.379,81
RECURSOS VINCULADOS	471.399.855,83	412.907.451,80	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	7.112.400.377,26	7.917.092.157,93
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.207.065.071.995,38	2.257.091.250.038,31	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.772.787.453,31	1.360.615.902,63
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	29.998.998.526,80	26.213.172.613,19	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	3.458.189,22	4.291.741,50
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	366.197.658,14	591.558.196,41	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	631.163.053,56	483.431.303,02
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.225.461.712.932,30	1.108.418.319.639,02	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	5.865.145.523,99	8.489.653.719,72
CREDITOS A RECEBER	17.559.190.367,23	14.337.587.978,35	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-146.547.658.788,45	-116.937.762.548,58
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-7.018.123.223,94	-6.586.006.040,99	OPERACOES ESPECIAIS	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-74.688.835.229,15	-74.730.638.520,81	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	9.296.340,12	6.713.672,32
INVESTIMENTOS	0,00	15.545.818.663,69	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	3.408.322.193,56	0,00
DIVIDA ATIVA (LP)	1.291.294.800.291,56	0,00	RESULTADO NEGATIVO DO BACEN	9.900.594.568,26	92.835.834.425,10
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-965.705.713.957,02	0,00	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	825.869.408.052,26	0,00	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.469.545.009.788,75	2.250.674.478.089,82
PROVISAO PARA CREDITO TRIB. A RECEBER (L	-136.072.563.422,80	0,00	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.627.830.054,31	29.528.918.753,40
PERMANENTE	823.315.697.638,46	576.634.494.590,08	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	2.437.917.179.734,44	2.221.145.559.336,42
INVESTIMENTOS	286.189.940.547,71	273.405.330.254,98	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	2.312.271.968.639,21	2.102.932.479.116,96
PARTICIPACAO SOCIETARIA	282.720.229.534,63	272.833.563.696,10	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	85.192.411.248,71	76.585.716.809,29
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	2.853.616.101,91	59.962,45	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	8.230.303.558,39	8.075.721.563,34
OUTROS INVESTIMENTOS	616.094.911,17	571.793.194,31	OBRIGACOES A PAGAR	8.002.756.857,84	9.042.526.685,59
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	0,00	-86.597,88	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
IMOBILIZADO	536.184.785.402,77	302.720.527.077,06	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	115.882.309,66	105.745.176,79
BENS MOVEIS E IMOVEIS	542.600.861.068,72	307.526.895.076,02	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	0,00	299.512.863,82
TITULOS E VALORES	9.068.858,62	9.073.271,70	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	2.021.666.813,20	1.661.600.783,60
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-6.425.144.524,57	-4.815.441.270,66	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	2.030.365.337,13	1.665.841.041,14
INTANGIVEL	921.587.142,26	486.058.700,29	CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-8.698.523,93	-4.240.257,54
DIFERIDO	19.384.545,72	22.578.557,75	PASSIVO REAL	3.203.239.609.514,74	2.997.330.109.922,89
ATIVO REAL	3.964.590.075.144,55	3.879.036.065.543,52	PATRIMONIO LIQUIDO	761.350.465.629,81	881.705.955.620,63
			PATRIMONIO/CAPITAL	762.532.775.603,73	16.599.653.350,92
			PATRIMONIO	745.312.228.650,49	0,00
			CAPITAL REALIZADO	17.220.546.953,24	16.599.653.350,92
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	18.164.745.324,43	17.376.537.912,11

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	3

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			CAPITAL A REALIZAR	-167.313.810,00	0,00
			COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-776.884.561,19
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	4.955.995.993,27
			RESERVAS	7.545.449.941,66	5.484.841.420,42
			RESULTADOS ACUMULADOS	-8.836.961.375,98	854.645.473.570,44
			RESULTADO DO EXERCICIO	-1.828.132.031,08	292.271.965.802,84
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-7.008.829.344,90	562.373.507.767,60
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	109.201.460,40	19.991.285,58
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	4.247.944.930.286,94	3.983.012.226.293,21
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-4.247.944.930.286,94	-3.983.012.226.293,21
ATIVO COMPENSADO	1.139.093.980.340,19	1.026.646.815.406,12	PASSIVO COMPENSADO	1.139.093.980.340,19	1.026.646.815.406,12
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	1.139.093.980.340,19	1.026.646.815.406,12	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	1.139.093.980.340,19	1.026.646.815.406,12
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	150.449.764.261,76	111.106.782.712,07	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	150.449.764.261,76	111.106.782.712,07
GARANTIAS DE VALORES	248.563.406.807,29	211.050.966.402,88	VALORES EM GARANTIA	248.563.406.807,29	211.050.966.402,88
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	162.954.859.479,40	150.460.902.932,04	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	162.954.859.479,40	150.460.902.932,04
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	291.207.176.961,07	278.501.706.788,78	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	291.207.176.961,07	278.501.706.788,78
OUTRAS COMPENSACOES	285.918.772.830,67	275.526.456.570,35	COMPENSACOES DIVERSAS	285.918.772.830,67	275.526.456.570,35
ATIVO	5.103.684.055.484,74	4.905.682.880.949,64	PASSIVO	5.103.684.055.484,74	4.905.682.880.949,64

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	79.901.872.851,11	72.051.460.323,67	PASSIVO FINANCEIRO	75.270.444.449,25	59.295.199.769,94
DISPONIVEL	3.784.159.130,77	8.761.072.003,82	DEPOSITOS	4.565.459.686,19	4.047.273.980,01
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	3.784.157.530,77	8.761.070.403,82	CONSIGNACOES	16.028.317,60	5.982.748,13
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	1.600,00	1.600,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	263.867.908,13	208.755.160,21
CREDITOS EM CIRCULACAO	72.815.869.318,25	60.024.056.020,12	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.285.563.460,46	3.832.536.071,67
CREDITOS A RECEBER	3.730.159.356,01	2.190.824.405,19	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	63.989.479.899,83	50.776.988.266,00
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	29.452.410.924,79	13.992.754.953,59	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	17.293.286.155,20	15.885.569.813,55
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	37.193.242.694,61	41.959.835.683,46	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	396.258.090,51	439.733.458,99
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	355.050.431,72	33.276.521,40	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	122.735.558,01	149.833.073,05
LIMITE DE SAQUE BACEN	908.750.982,87	671.111.728,23	CONVENIOS A PAGAR	231.064.993,10	481.587.865,86
RECURSOS DA UNIAO	10.105,18	10.105,18	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.176.242.623,07	1.176.242.623,07	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	79.568.714,29	185.859.650,34
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	2.200,00	0,00	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	908.971,19	955.844,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.273.819.389,54	3.238.080.877,44	PRECATORIOS	1.153.559,54	1.153.559,89
VALORES DIFERIDOS	3.273.819.389,54	3.238.080.877,44	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.008.392,37	1.468.507,50
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	28.025.012,55	28.251.422,29	PROVISOES DIVERSAS	10.249,89	10.249,89
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	27.223.039,62	27.449.449,36	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	103.004,67	101.329,01
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	801.972,93	801.972,93	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	15.925.138.923,54	13.522.925.056,51
ATIVO NAO FINANCEIRO	230.789.428.694,58	29.374.344.010,02	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	221.878.360,13	910.202.910,17
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-23.051.644.504,50	-30.289.160.295,90	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	5.359.402,12	11.637.794,22
CREDITOS EM CIRCULACAO	-25.745.109.887,17	-32.749.019.311,81	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	205.687.530,90	171.401.238,91
FORNECIMENTOS A RECEBER	378.001.343,84	378.343.494,20	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-37.193.242.694,61	-41.959.835.683,46	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	13.152,61	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-355.050.431,72	-33.276.521,40	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	34.412.053.278,84	24.277.870.715,34
CREDITOS PARCELADOS	46.379.419,43	74.200.338,98	A LIQUIDAR	34.233.740.067,55	24.277.870.715,34
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.196.440.507,07	656.310.819,60	EM LIQUIDACAO	178.313.211,29	0,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS	3.863.560.204,81	3.574.543.439,46	CREDORES DIVERSOS	70.892.331,07	69.048.172,14
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	126.248.784,03	114.268.690,15	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.292.757,33	1.065.057,01
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.889.286.401,44	4.143.754.459,11	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	538.998.952,71	534.333.349,03
RECURSOS VINCULADOS	6.052.027,56	4.390.460,77	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	11.590.935.221,32	9.922.066.583,21
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	46.347.711,37	0,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	299.332.158,38	301.688.986,50	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	1.139.920,08	1.701.850,97
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-48.465.318,77	-43.614.814,64	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.714.761.947,11	4.470.163.195,53
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.681.777.489,85	2.447.947.915,92	VALORES DIFERIDOS	6.586.451.092,21	4.373.510.486,82
ESTOQUES	359.164.671,95	309.501.549,23	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	128.310.335,27	96.652.189,08
TITULOS E VALORES	1.312.565.576,13	1.270.871.905,99	OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
MATERIAIS EM TRANSITO	1.010.047.241,77	867.593.296,30	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	742.916,12	774.328,40
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	0,00	-18.835,60	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	742.916,12	774.328,40
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.687.892,82	11.911.099,99	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-13.068.061.391,91	-7.061.698.170,69
DESPESAS ANTECIPADAS	124.776,49	95.689,80	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-41.979.199.779,27	-33.775.063.245,21
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	11.563.116,33	11.815.410,19	FORNECEDORES A PAGAR	78.650.777,90	73.765.765,86
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	29.898.835.841,92	24.454.864.108,85	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	853.466,78	853.466,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	12.192.335,90	12.026.355,20	PROVISOES	93.712.450,68	96.969.527,01
DEPOSITOS COMPULSORIOS	865.722,23	825.850,37	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-11.590.935.221,32	-9.922.066.583,21
RECURSOS VINCULADOS	11.326.613,67	11.200.504,83	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-11.590.935.221,32	-9.922.066.583,21
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	29.886.643.506,02	24.442.837.753,65	OPERACOES DE CREDITO	223.831.317,32	218.197.981,89
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	431.771.378,04	487.259.907,73	INTERNAS	223.831.317,32	216.605.429,26
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	61.750.937,37	43.246.612,54	EXTERNAS	0,00	1.592.552,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.631.432.895,65	9.104.516.796,92	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	30.830,55	30.830,55
CREDITOS A RECEBER	9.167.489.987,08	9.088.245.998,88	OUTROS DEBITOS A PAGAR	39.754.235,54	34.529.443,43
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.118,00	0,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	9.951,98	0,00
DIVIDA ATIVA (LP)	9.221.885.561,01	0,00	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	215.039,37	431.791,90
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-2.629.404.490,97	0,00	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	95.245,92	95.245,92
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	1.719.355,84	0,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-34.233.740.067,55	-24.277.870.715,34
PERMANENTE	223.942.237.357,16	35.208.640.197,07	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	3.408.322.193,56	0,00
INVESTIMENTOS	283.157.306,49	229.413.121,83	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	28.911.138.387,36	26.713.365.074,52
PARTICIPACAO SOCIETARIA	283.080.884,23	229.336.699,57	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	28.911.138.387,36	26.713.365.074,52
OUTROS INVESTIMENTOS	76.422,26	76.422,26	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	28.674.831.395,70	26.475.077.283,61
IMOBILIZADO	223.583.475.502,55	34.940.017.802,43	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	0,00	2.191.132,11
BENS MOVEIS E IMOVEIS	224.183.777.027,23	35.250.456.000,77	OBRIGACOES A PAGAR	236.306.991,66	236.096.658,80
TITULOS E VALORES	274.666,57	279.079,65	PASSIVO REAL	62.202.383.057,34	52.233.501.599,25
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-600.576.191,25	-310.717.277,99	PATRIMONIO LIQUIDO	248.488.918.488,35	49.192.302.734,44
INTANGIVEL	75.605.983,16	39.155.247,89	PATRIMONIO/CAPITAL	248.304.392.596,76	0,00
DIFERIDO	-1.435,04	54.024,92	PATRIMONIO	248.304.392.596,76	0,00
ATIVO REAL	310.691.301.545,69	101.425.804.333,69	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-606.098.460,41
			RESERVAS	184.525.891,59	184.525.346,59
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	49.613.875.848,26
			RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	28.167.383.281,07
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	21.446.492.567,19
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	310.691.301.545,69	101.425.804.333,69
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-310.691.301.545,69	-101.425.804.333,69
ATIVO COMPENSADO	147.945.860.338,88	135.369.978.784,93	PASSIVO COMPENSADO	147.945.860.338,88	135.369.978.784,93
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	147.945.860.338,88	135.369.978.784,93	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	147.945.860.338,88	135.369.978.784,93
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	1.326.137.423,24	1.228.911.725,62	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	1.326.137.423,24	1.228.911.725,62
GARANTIAS DE VALORES	24.994.528.419,74	23.688.056.797,65	VALORES EM GARANTIA	24.994.528.419,74	23.688.056.797,65
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	54.914.013.418,86	53.152.868.492,51	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	54.914.013.418,86	53.152.868.492,51
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	64.617.479.027,74	55.354.264.620,53	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	64.617.479.027,74	55.354.264.620,53
OUTRAS COMPENSACOES	2.093.702.049,30	1.945.877.148,62	COMPENSACOES DIVERSAS	2.093.702.049,30	1.945.877.148,62
ATIVO	458.637.161.884,57	236.795.783.118,62	PASSIVO	458.637.161.884,57	236.795.783.118,62

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	6.597.942.165,05	5.716.317.108,73	PASSIVO FINANCEIRO	5.792.212.776,62	5.026.769.982,97
DISPONIVEL	163.320.017,39	101.985.460,77	DEPOSITOS	90.741.991,16	140.968.238,91
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	162.804.662,98	101.065.973,78	CONSIGNACOES	7.522.858,61	3.379.190,45
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	515.354,41	919.486,99	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	50.930.144,48	36.471.327,07
CREDITOS EM CIRCULACAO	6.411.182.971,32	5.589.316.089,25	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	32.288.988,07	101.117.721,39
CREDITOS A RECEBER	397.327.427,06	387.433.891,68	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.665.452.867,31	4.851.292.280,81
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	542.705.064,10	466.241.127,11	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	350.524.803,00	474.467.023,40
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	5.070.373.760,61	4.442.916.237,76	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	143.743.065,94	210.376.724,87
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	0,00	8.978.085,17	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	57.232.280,69	31.329.883,06
RECURSOS DA UNIAO	400.726.442,69	282.953.972,15	CONVENIOS A PAGAR	24.914.506,24	41.451.215,63
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	50.276,86	792.775,38	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	632.689,96	15.848.411,56
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	23.439.176,34	25.015.558,71	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	13.564,74	13.639,83
VALORES DIFERIDOS	23.439.176,34	25.015.558,71	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.786.888,30	1.966.551,09
ATIVO NAO FINANCEIRO	9.922.122.378,53	10.216.110.704,74	PROVISOES DIVERSAS	1.144.253,78	1.698.502,50
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.140.327.894,18	397.934.374,84	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	73.403,59	5.671.090,01
CREDITOS EM CIRCULACAO	-4.100.996.955,66	-3.494.989.410,26	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	836.538,47	3.183.924,46
FORNECIMENTOS A RECEBER	231.192.073,44	164.807.551,17	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.008.363,81	8.510.750,48
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-885.094,11	-3.250.191,66	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	118.139.247,48	154.416.329,91
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-5.070.373.760,61	-4.442.916.237,76	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	4.058.900.391,72	3.483.392.533,54
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	0,00	-8.978.085,17	A LIQUIDAR	4.058.030.571,35	3.483.392.533,54
CREDITOS PARCELADOS	304.407,45	338.063,01	EM LIQUIDACAO	869.820,37	0,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS	3.002.160,66	63.883.847,01	CREDORES DIVERSOS	1.149.327,99	1.115.374,45
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	553.706,50	483.725,10	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	151.353,51	439.989,33
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	542.597.165,44	488.978.146,78	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	2.979.190,07	60.295,00
RECURSOS VINCULADOS	5.814.025,41	3.991.863,44	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.250.897.015,75	890.993.776,55
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	850.785,27	823.288,54
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.876.599,70	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	35.743.619,34	34.235.675,22
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	-159.089,35	0,00	VALORES DIFERIDOS	35.743.619,34	34.235.675,22
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	197.211.433,65	239.088.806,88	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	274.298,81	273.788,03
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-10.552.301,52	-1.360.411,62	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	274.298,81	273.788,03
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.955.170.109,77	3.884.393.426,62	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-521.547.036,90	1.130.049.734,54
ESTOQUES	2.850.934.510,34	3.790.749.504,90	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-885.512.951,72	572.049.593,44
TITULOS E VALORES	93.112.803,76	87.320.741,79	FORNECEDORES A PAGAR	10.680.364,55	8.570.056,33
MATERIAIS EM TRANSITO	14.012.129,18	10.958.870,67	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.889.333,51	-4.635.690,74	PROVISOES	450.657.018,04	442.710.574,34
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.498.951,71	8.530.358,48	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-1.250.897.015,75	-890.993.776,55
DESPESAS ANTECIPADAS	1.905.841,23	4.722.074,76	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.250.897.015,75	-890.993.776,55
CUSTOS A APROPRIAR	3.593.110,48	3.808.283,72	OPERACOES DE CREDITO	1.869.983,18	4.513.863,68
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	670.383.865,90	575.038.714,17	EXTERNAS	1.869.983,18	4.513.863,68
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	219.943.922,62	207.969.723,96	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	59.919.190,73	31.186.169,79
DEPOSITOS COMPULSORIOS	1.344.083,37	1.263.171,69	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	869.271.789,12	636.019.676,69
RECURSOS VINCULADOS	218.599.839,25	206.706.552,27	OUTROS DEBITOS A PAGAR	120.467.109,86	32.674.464,49

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	450.439.943,28	367.068.990,21	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	0,00	88.141,56
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	5.068.575,63	15.411.939,61	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-4.058.030.571,35	-3.483.392.533,54
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	40.414.319,53	70.091.143,20	OPERACOES ESPECIAIS	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	23.942.746,17	22.653.269,12	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	329.216.247,15	535.754.741,59
CREDITOS A RECEBER	407.006.973,15	285.926.084,59	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	329.216.247,15	535.754.741,59
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-20.695.253,36	-21.680.310,54	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	61.021.630,45	54.973.382,94
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-5.297.417,84	-5.333.135,77	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	197.251.298,17	134.337.267,94
PERMANENTE	10.392.066.406,81	9.243.137.615,73	OBRIGACOES A PAGAR	41.114.024,60	75.821.112,60
INVESTIMENTOS	254.219.486,14	256.095.726,12	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	29.829.293,93	47.042.462,29
PARTICIPACAO SOCIETARIA	202.367.997,24	202.367.997,24	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	0,00	223.580.515,82
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	59.962,45	59.962,45	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	34.749.667,67	22.245.399,51
OUTROS INVESTIMENTOS	51.791.526,45	53.754.364,31	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	43.448.191,60	26.485.657,05
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	0,00	-86.597,88	CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-8.698.523,93	-4.240.257,54
IMOBILIZADO	10.048.830.960,05	8.926.213.827,45	PASSIVO REAL	5.270.665.739,72	6.156.819.717,51
BENS MOVEIS E IMOVEIS	11.763.648.597,01	10.491.184.000,56	PATRIMONIO LIQUIDO	11.249.398.803,86	9.775.608.095,96
TITULOS E VALORES	8.794.118,76	8.794.118,76	PATRIMONIO/CAPITAL	7.741.836.098,12	7.657.215.595,23
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.723.611.755,72	-1.573.764.291,87	CAPITAL REALIZADO	7.741.836.098,12	7.657.215.595,23
INTANGIVEL	88.348.152,45	59.978.276,25	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	7.786.836.098,12	7.657.215.595,23
DIFERIDO	667.808,17	849.785,91	CAPITAL A REALIZAR	-45.000.000,00	0,00
ATIVO REAL	16.520.064.543,58	15.932.427.813,47	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-3.766.463,46
			RESERVAS	6.122.353.235,17	3.845.010.862,14
			RESULTADOS ACUMULADOS	-2.667.311.766,13	-1.741.094.463,58
			RESULTADO DO EXERCICIO	-922.833.233,66	-702.138.867,40
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.744.478.532,47	-1.038.955.596,18
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	52.521.236,70	18.242.565,63
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	16.520.064.543,58	15.932.427.813,47
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-16.520.064.543,58	-15.932.427.813,47
ATIVO COMPENSADO	17.618.686.015,99	18.489.231.657,28	PASSIVO COMPENSADO	17.618.686.015,99	18.489.231.657,28
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	17.618.686.015,99	18.489.231.657,28	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	17.618.686.015,99	18.489.231.657,28
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.821.267.937,29	4.904.472.674,84	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.821.267.937,29	4.904.472.674,84
GARANTIAS DE VALORES	754.040.765,02	755.411.361,07	VALORES EM GARANTIA	754.040.765,02	755.411.361,07
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	2.244.698.441,80	1.946.422.857,81	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	2.244.698.441,80	1.946.422.857,81
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	10.706.881.278,56	10.806.457.630,96	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	10.706.881.278,56	10.806.457.630,96
OUTRAS COMPENSACOES	91.797.593,32	76.467.132,60	COMPENSACOES DIVERSAS	91.797.593,32	76.467.132,60
ATIVO	34.138.750.559,57	34.421.659.470,75	PASSIVO	34.138.750.559,57	34.421.659.470,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	9.286.120.368,24	9.839.011.666,49	PASSIVO FINANCEIRO	9.357.096.362,99	9.972.127.017,88
DISPONIVEL	464.953.905,26	412.640.477,74	DEPOSITOS	30.025.761,48	39.618.216,98
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	258.730.490,82	225.848.566,22	CONSIGNACOES	4.354.838,20	4.833.390,32
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	206.223.414,44	186.791.911,52	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	5.594.276,26	14.331.667,26
CREDITOS EM CIRCULACAO	8.647.554.973,10	9.368.886.399,64	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.076.647,02	20.453.159,40
CREDITOS A RECEBER	1.442.638.231,26	1.248.627.918,31	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.951.493.296,14	9.705.686.005,00
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	950.112.866,13	769.221.438,48	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.931.916.904,21	2.626.884.381,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	6.254.660.213,33	7.328.186.708,41	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	141.058.882,36	88.477.097,88
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	0,00	22.706.672,06	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	37.994.793,20	27.268.141,75
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	143.662,38	143.662,38	CONVENIOS A PAGAR	404.993.364,57	594.689.855,10
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	173.610.872,35	57.484.171,58	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	4.759.415,50	269.114,48
VALORES DIFERIDOS	173.610.872,35	57.484.171,58	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	24.009,62	34.531,45
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	617,53	617,53	PRECATORIOS	0,00	4.270.761,90
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	617,53	617,53	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.001.117,60	937.762,42
ATIVO NAO FINANCEIRO	43.121.812.682,84	22.563.910.482,19	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	2.614,83	2.614,83
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.550.895.508,28	-3.751.147.692,57	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	241.612.876,09	121.081.503,06
CREDITOS EM CIRCULACAO	-2.936.976.710,99	-4.721.487.881,18	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.055.499.830,33	1.760.286.218,45
FORNECIMENTOS A RECEBER	2.115.709,58	2.916.619,18	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	44.970.000,11	29.566.780,14
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.254.660.213,32	-7.328.186.708,40	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	5.889.184.810,79	5.847.292.736,52
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	0,00	-22.706.672,06	A LIQUIDAR	5.857.220.324,83	5.847.292.736,52
CREDITOS PARCELADOS	4.567.597,91	4.217.894,31	EM LIQUIDACAO	31.964.485,96	0,00
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.873.214,16	1.320.372,39	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	218.984,63	274.518,36
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.707.552.170,60	1.465.541.042,95	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	368.176.919,45	263.214.682,95
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.584.792.951,10	1.134.470.279,80	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	761.358.394,87	967.965.697,15
RECURSOS VINCULADOS	7.095.758,45	11.845.283,18	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	637.282,19	53.988,56
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	9.985.156,61	9.094.007,47	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	375.497.882,64	226.746.178,73
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-299.056,08	0,00	VALORES DIFERIDOS	323.113.532,37	137.843.524,92
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.386.070.541,37	970.338.039,64	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	52.384.350,27	88.902.653,81
ESTOQUES	1.385.603.152,50	969.434.385,76	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	79.422,73	76.617,17
TITULOS E VALORES	467.388,87	467.238,87	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	79.422,73	76.617,17
MATERIAIS EM TRANSITO	0,00	436.415,01	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-6.526.241.489,16	-6.749.832.038,60
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.661,34	2.148,97	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-6.549.984.380,27	-6.774.522.276,56
DESPESAS ANTECIPADAS	10.179,98	0,00	FORNECEDORES A PAGAR	324.594,20	0,00
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	481,36	2.148,97	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	24.240.640,06	17.492.498,56	PROVISOES	66.461.847,27	38.918.814,94
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.781.869,90	1.641.782,60	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-761.358.394,87	-967.965.697,17
DEPOSITOS COMPULSORIOS	110.324,96	103.622,65	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-761.358.394,87	-967.965.697,17
RECURSOS VINCULADOS	2.671.544,94	1.538.159,95	OUTROS DEBITOS A PAGAR	352.524,82	352.524,82
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	21.458.770,16	15.850.715,96	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	62.519,14	71.963,37
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	128.619,77	128.619,77	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	1.392.854,00	1.392.854,00
CREDITOS A RECEBER	1.353.089,53	815.870,49	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-5.857.220.324,83	-5.847.292.736,52
DIVIDA ATIVA (LP)	20.354.993,86	0,00	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	23.742.891,11	24.690.237,96

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-377.933,00	0,00	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	23.742.891,11	24.690.237,96
PERMANENTE	44.648.467.551,06	26.297.565.676,20	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	3.328.710,68	10.216.098,46
INVESTIMENTOS	708.823,24	717.304,09	OBRIGACOES A PAGAR	20.414.180,43	14.474.139,50
PARTICIPACAO SOCIETARIA	610.735,67	618.749,58	PASSIVO REAL	2.830.854.873,83	3.222.294.979,28
OUTROS INVESTIMENTOS	98.087,57	98.554,51	PATRIMONIO LIQUIDO	49.577.078.177,25	29.180.627.169,40
IMOBILIZADO	44.611.083.195,79	26.267.188.243,08	PATRIMONIO/CAPITAL	49.513.427.079,22	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	44.966.464.858,46	26.438.066.437,87	PATRIMONIO	49.513.427.079,22	0,00
TITULOS E VALORES	73,29	73,29	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-45.573.509,07
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-355.381.735,96	-170.878.268,08	RESERVAS	63.651.098,01	63.382.575,09
INTANGIVEL	36.675.532,03	29.642.229,03	RESULTADOS ACUMULADOS	0,02	29.162.818.103,38
DIFERIDO	0,00	17.900,00	RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	6.366.544.075,39
ATIVO REAL	52.407.933.051,08	32.402.922.148,68	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,02	22.796.274.027,99
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	52.407.933.051,08	32.402.922.148,68
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-52.407.933.051,08	-32.402.922.148,68
ATIVO COMPENSADO	28.321.617.426,12	26.936.404.524,58	PASSIVO COMPENSADO	28.321.617.426,12	26.936.404.524,58
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	28.321.617.426,12	26.936.404.524,58	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	28.321.617.426,12	26.936.404.524,58
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.420.904.051,05	2.829.051.717,18	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.420.904.051,05	2.829.051.717,18
GARANTIAS DE VALORES	312.931.792,10	275.736.996,97	VALORES EM GARANTIA	312.931.792,10	275.736.996,97
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	20.356.427.513,22	20.399.553.634,18	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	20.356.427.513,22	20.399.553.634,18
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.065.698.533,98	3.312.837.546,81	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	4.065.698.533,98	3.312.837.546,81
OUTRAS COMPENSACOES	165.655.535,77	119.224.629,44	COMPENSACOES DIVERSAS	165.655.535,77	119.224.629,44
ATIVO	80.729.550.477,20	59.339.326.673,26	PASSIVO	80.729.550.477,20	59.339.326.673,26

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	1.850.181.260,47	1.130.164.533,49	PASSIVO FINANCEIRO	1.770.359.856,20	1.028.492.621,02
DISPONIVEL	105.975.196,58	80.549.686,60	DEPOSITOS	23.807.394,78	23.603.697,90
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	105.975.196,58	80.549.686,60	CONSIGNACOES	1.527.833,17	932.882,54
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.741.830.144,20	993.890.252,28	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.295.674,09	11.752.392,38
CREDITOS A RECEBER	87.090.077,51	99.879.793,53	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.983.887,52	10.918.422,98
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	67.020.933,08	50.145.885,82	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.742.266.176,39	998.222.152,38
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.472.042.621,01	795.251.799,58	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.798.221,28	27.621.900,68
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	0,00	1.343.564,42	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	121.639.496,25	22.830.027,87
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	115.676.512,60	47.269.208,93	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	8.752.934,26	4.475.036,96
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,86	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	20.352,94	1.345,04
VALORES DIFERIDOS	0,00	0,86	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	1.345,04	0,00
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	2.375.919,69	55.724.593,75	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	107.312,30	0,00
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	652.647,15	566.118,30	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	688.344,61	297.099,44
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	1.689.017,51	55.124.220,42	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.020,28	18.390,37
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	34.255,03	34.255,03	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	3.586.415,60	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	5.445.203.712,78	5.507.200.356,90	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	0,00	1,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-981.821.638,71	-390.436.624,57	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.402.878.167,01	696.628.201,37
CREDITOS EM CIRCULACAO	-1.256.286.996,93	-600.920.190,54	A LIQUIDAR	1.136.161.687,93	696.628.201,37
FORNECIMENTOS A RECEBER	70.448.309,32	61.642.513,78	EM LIQUIDACAO	266.716.479,08	0,00
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-24.088.487,37	-26.362.461,02	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	4.320,12	0,00
RECURSOS A RECEBER	59.077.375,56	31.342.927,77	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	198.049.301,32	273.956.612,91
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.472.042.621,01	-795.251.799,58	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	6.536.166,66	15.437,42
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	0,00	-1.343.564,42	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.286.285,03	6.666.770,74
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.620.465,88	28.274,04	VALORES DIFERIDOS	4.286.285,03	6.666.770,74
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	17.335.094,63	93.939.365,54	PASSIVO NAO FINANCEIRO	3.984.388.282,83	3.549.064.374,79
RECURSOS VINCULADOS	90.771.141,58	31.045.749,08	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.001.533.974,50	2.668.706.583,23
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	6.401.968,19	4.681.273,50	FORNECEDORES A PAGAR	4.756.065,45	7.778.021,69
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-925.274,64	-583.613,83	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-4.884.969,07	-58.855,40	PESSOAL A PAGAR	8.832.089,74	9.902.835,33
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	273.662.908,66	209.722.134,39	PROVISOES	2.756.309.307,98	2.354.801.038,55
ESTOQUES	272.194.834,23	208.889.750,28	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-198.049.301,32	-273.956.612,91
TITULOS E VALORES	1.468.074,43	832.384,11	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-198.049.301,32	-273.956.612,91
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	802.449,56	761.431,58	OPERACOES DE CREDITO	16.697.333,84	15.184.609,65
DESPESAS ANTECIPADAS	802.449,56	761.431,58	INTERNAS	16.697.333,84	15.184.609,65
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	466.668.298,48	239.163.498,34	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	194.120.199,58	97.276.636,15
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	228.618.410,59	183.974.959,59	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	23.241.507,04	23.406.512,23
DEPOSITOS COMPULSORIOS	50.629,95	50.629,95	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.319.254.793,67	1.122.642.834,21
RECURSOS VINCULADOS	228.567.780,64	183.924.329,64	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	3.237.326,33	1.585.237,38
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	238.049.887,89	55.188.538,75	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.136.161.687,93	-696.628.201,37
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	182.723.323,08	20.144,05	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	9.296.340,12	6.713.672,32
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	35.300.631,60	33.601.392,02	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	929.626.935,90	837.990.328,83
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.686.045,89	14.756.183,44	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	929.626.935,90	837.990.328,83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
CREDITOS A RECEBER	7.888.586,66	9.251.175,34	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	129.340.988,19	126.415.963,94
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.154.239,90	-2.097.777,14	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	380.076.949,96	288.408.985,14
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-394.459,44	-342.578,96	OBRIGACOES A PAGAR	334.155.982,02	288.530.317,25
PERMANENTE	5.960.357.053,01	5.658.473.483,13	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	86.053.015,73	58.702.714,50
INVESTIMENTOS	308.388,85	331.570,37	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	0,00	75.932.348,00
PARTICIPACAO SOCIETARIA	285.017,83	308.199,35	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	53.227.372,43	42.367.462,73
OUTROS INVESTIMENTOS	23.371,02	23.371,02	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	53.227.372,43	42.367.462,73
IMOBILIZADO	5.869.740.014,20	5.563.514.172,74	PASSIVO REAL	5.754.748.139,03	4.577.556.995,81
BENS MOVEIS E IMOVEIS	7.282.822.053,29	6.866.838.570,21	PATRIMONIO LIQUIDO	1.540.636.834,22	2.059.807.894,58
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.413.082.039,09	-1.303.324.397,47	PATRIMONIO/CAPITAL	6.548.112.856,60	6.011.839.757,17
INTANGIVEL	71.590.477,37	72.970.893,10	CAPITAL REALIZADO	6.548.112.856,60	6.011.839.757,17
DIFERIDO	18.718.172,59	21.656.846,92	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	6.670.426.666,60	6.011.839.757,17
ATIVO REAL	7.295.384.973,25	6.637.364.890,39	CAPITAL A REALIZAR	-122.313.810,00	0,00
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-36.954.876,24
			RESERVAS	1.105.493.364,29	1.325.594.692,08
			RESULTADOS ACUMULADOS	-6.169.649.610,37	-5.242.420.398,38
			RESULTADO DO EXERCICIO	-905.298.797,42	-442.836.834,82
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-5.264.350.812,95	-4.799.583.563,56
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	56.680.223,70	1.748.719,95
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	7.295.384.973,25	6.637.364.890,39
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-7.295.384.973,25	-6.637.364.890,39
ATIVO COMPENSADO	5.913.809.327,07	5.464.662.349,67	PASSIVO COMPENSADO	5.913.809.327,07	5.464.662.349,67
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	5.913.809.327,07	5.464.662.349,67	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	5.913.809.327,07	5.464.662.349,67
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	75.335,21	58.428,25	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	75.335,21	58.428,25
GARANTIAS DE VALORES	49.278.005,85	63.974.200,53	VALORES EM GARANTIA	49.278.005,85	63.974.200,53
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.586.302.455,08	1.584.186.325,81	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.586.302.455,08	1.584.186.325,81
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.273.929.450,77	3.812.307.559,30	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	4.273.929.450,77	3.812.307.559,30
OUTRAS COMPENSACOES	4.224.080,16	4.135.835,78	COMPENSACOES DIVERSAS	4.224.080,16	4.135.835,78
ATIVO	13.209.194.300,32	12.102.027.240,06	PASSIVO	13.209.194.300,32	12.102.027.240,06

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	165.158.175.825,39	133.824.911.673,16	PASSIVO FINANCEIRO	37.648.721.948,87	29.653.184.018,25
DISPONIVEL	104.346.394.039,95	75.163.298.803,26	DEPOSITOS	3.833.075.703,62	161.406.665,45
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	104.216.689.745,13	75.029.223.341,21	CONSIGNACOES	49.568.178,87	123.405.451,54
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	129.704.294,82	134.075.462,05	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.648.289,17	175.499,53
CREDITOS EM CIRCULACAO	55.446.682.253,97	53.784.335.116,01	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.781.859.235,58	37.825.714,38
CREDITOS A RECEBER	1.768.000.859,87	1.798.955.895,89	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	18.587.389.860,52	15.567.718.437,86
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	9.232.351.561,22	8.295.287.722,45	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	811.639.188,06	848.488.460,36
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	13.768.811.449,94	10.303.420.009,28	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	71.761.180,28	110.455.782,36
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	426.313,03	989.428,94	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	6.374.498,40	2.924.043,39
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	30.649.432.803,44	33.362.111.215,50	CONVENIOS A PAGAR	329.372.080,20	221.059.661,62
BANCO DO BRASIL S/A	6.023.412.532,87	7.983.973.747,18	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	124.666.499,32	158.433.941,59
BANCO DO NORDESTE S/A	661.009.034,96	622.389.657,19	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	174.571.900,93	232.459.472,68
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	20.648.396.848,68	21.046.590.413,96	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	2.254.220,50	8.623.075,53
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.450.151.729,04	2.663.814.615,18	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	39.495,27	0,00
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	834.766.797,86	1.012.896.028,34	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	34.930.582,02	45.613.246,93
BANCO DA AMAZONIA	31.695.860,03	32.446.753,65	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	3.396.393,00
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	27.659.266,47	23.570.843,95	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	294.128,04	313.286,29
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.365.099.531,47	4.877.277.753,89	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	29.737.100,17	26.220.096,97
VALORES DIFERIDOS	5.365.099.531,47	4.877.277.753,89	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	33.079.240,97	20.560.992,64
ATIVO NAO FINANCEIRO	243.844.526.070,31	228.345.738.204,54	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.422.930,89	18.428.467,36
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.280.769.266,15	5.889.489.826,85	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	1.203.007,60	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	4.182.431.297,88	5.805.893.020,53	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	11.306.543.072,87	10.264.116.240,65
FORNECIMENTOS A RECEBER	358.672.062,03	134.099.199,53	A LIQUIDAR	10.934.602.537,07	10.264.116.240,65
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-13.768.811.449,92	-10.303.420.009,26	EM LIQUIDACAO	371.940.535,80	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-426.313,03	-989.428,94	CREDORES DIVERSOS	1.516.512.466,21	671.973.047,23
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	259.835,07	315.676,61	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	51.430,91	315.038,64
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.285.929.429,38	1.187.483.224,47	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	1.156.040.229,36	666.906.095,44
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.322.146.341,96	13.946.721.101,92	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.678.656.712,29	3.094.936.883,63
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.678.139.788,76	1.232.682.188,46	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	117.946.760,82	20.982.671,91
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	1.642.899.905,53	1.719.067.467,39	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	15.227.871.743,94	13.923.733.244,83
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-94.361.837,66	-136.197.359,72	VALORES DIFERIDOS	15.227.794.837,92	13.923.656.338,81
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-2.242.016.464,24	-1.973.869.039,93	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	98.331.799,67	83.558.776,87	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	384.640,79	325.670,11
ESTOQUES	81.138.674,18	81.988.767,33	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	384.640,79	325.670,11
TITULOS E VALORES	228.716,03	305.076,56	PASSIVO NAO FINANCEIRO	78.762.714.267,97	79.991.855.814,90
MATERIAIS EM TRANSITO	16.964.409,46	1.264.932,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	45.070.194.585,26	46.636.037.983,93
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.168,60	38.029,45	FORNECEDORES A PAGAR	1.140.793,32	409.449.640,96
DESPESAS ANTECIPADAS	6.168,60	38.029,45	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	234.047.643.612,55	216.455.233.728,14	PROVISOES	884.452.580,88	801.986.207,14
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-3.678.656.712,31	-3.094.936.883,64
RECURSOS VINCULADOS	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.678.656.712,31	-3.094.936.883,64
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	234.047.604.914,16	216.455.195.029,75	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	85.091.475,93	65.999.743,32

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	477.284.108,82	435.125.260,20	OUTROS DEBITOS A PAGAR	157.365.598,29	162.252.130,58
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.471.408,04	746.710,48	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-10.934.602.537,07	-10.264.116.240,65
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	227.675.851.214,96	197.670.995.007,21	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
CREDITOS A RECEBER	7.130.434.011,86	4.065.947.950,43	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-962.708.015,35	-946.891.293,88	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-274.987.908,94	-316.807.363,15	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	7.652.975.310,26	7.652.975.310,26
INVESTIMENTOS	0,00	15.545.818.663,69	OBRIGACOES A PAGAR	1.997.478,72	1.997.478,72
DIVIDA ATIVA (LP)	260.094,77	0,00	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
PERMANENTE	5.516.113.191,61	6.001.014.649,55	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	1.933.689.773,10	1.596.987.921,36
INVESTIMENTOS	4.884.638.293,19	5.283.010.518,85	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	1.933.689.773,10	1.596.987.921,36
PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.467.179.590,51	4.765.383.590,51	PASSIVO REAL	116.411.436.216,84	109.645.039.833,15
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	2.853.556.139,46	0,00	PATRIMONIO LIQUIDO	292.591.265.678,86	252.525.610.044,55
OUTROS INVESTIMENTOS	563.902.563,22	517.626.928,34	PATRIMONIO/CAPITAL	292.575.608.234,31	2.930.597.998,52
IMOBILIZADO	629.913.756,98	717.214.165,67	PATRIMONIO	289.645.010.235,79	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	635.102.850,80	719.668.044,82	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52	2.930.597.998,52
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-5.189.093,82	-2.453.879,15	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.559,71	3.707.482.559,71
INTANGIVEL	1.561.141,44	789.965,03	COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-776.884.561,19
ATIVO REAL	409.002.701.895,70	362.170.649.877,70	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-56.072,85
			RESERVAS	15.657.444,51	15.762.337,33
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,04	249.579.305.781,55
			RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	24.744.380.595,36
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,04	224.834.925.186,19
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	409.002.701.895,70	362.170.649.877,70
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-409.002.701.895,70	-362.170.649.877,70
ATIVO COMPENSADO	267.803.747.071,47	221.128.967.372,05	PASSIVO COMPENSADO	267.803.747.071,47	221.128.967.372,05
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	267.803.747.071,47	221.128.967.372,05	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	267.803.747.071,47	221.128.967.372,05
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	138.288.873.859,05	98.707.618.266,15	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	138.288.873.859,05	98.707.618.266,15
GARANTIAS DE VALORES	23.323.320.127,45	19.370.462.419,86	VALORES EM GARANTIA	23.323.320.127,45	19.370.462.419,86
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	18.386.523.949,83	17.251.550.052,19	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	18.386.523.949,83	17.251.550.052,19
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.747.317.838,54	6.373.022.578,12	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.747.317.838,54	6.373.022.578,12
OUTRAS COMPENSACOES	81.057.711.296,60	79.426.314.055,73	COMPENSACOES DIVERSAS	81.057.711.296,60	79.426.314.055,73
ATIVO	676.806.448.967,17	583.299.617.249,75	PASSIVO	676.806.448.967,17	583.299.617.249,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	155.456.230.492,96	125.724.098.726,28	PASSIVO FINANCEIRO	28.209.931.058,10	21.712.770.558,55
DISPONIVEL	104.246.590.131,07	75.107.962.656,56	DEPOSITOS	3.833.075.703,62	161.406.665,45
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	104.116.885.836,25	74.973.887.194,51	CONSIGNACOES	49.568.178,87	123.405.451,54
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	129.704.294,82	134.075.462,05	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.648.289,17	175.499,53
CREDITOS EM CIRCULACAO	45.844.540.830,42	45.738.858.315,83	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.781.859.235,58	37.825.714,38
CREDITOS A RECEBER	85.224.929,68	116.179.965,70	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.823.546.569,35	10.302.849.694,84
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	6.356.030.684,15	4.999.968.423,48	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	811.556.604,60	848.405.876,90
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	8.725.766.833,65	7.236.038.438,26	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	71.761.180,28	110.455.782,36
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	426.313,03	989.428,94	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	6.374.498,40	2.924.043,39
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	30.649.432.803,44	33.362.111.215,50	CONVENIOS A PAGAR	329.372.080,20	221.059.661,62
BANCO DO BRASIL S/A	6.023.412.532,87	7.983.973.747,18	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	124.666.499,32	158.433.941,59
BANCO DO NORDESTE S/A	661.009.034,96	622.389.657,19	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	174.571.900,93	232.459.472,68
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	20.648.396.848,68	21.046.590.413,96	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	2.254.220,50	8.623.075,53
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.450.151.729,04	2.663.814.615,18	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	39.495,27	0,00
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	834.766.797,86	1.012.896.028,34	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	34.847.998,56	45.530.663,47
BANCO DA AMAZONIA	31.695.860,03	32.446.753,65	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	3.396.393,00
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	27.659.266,47	23.570.843,95	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	294.128,04	313.286,29
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.365.099.531,47	4.877.277.753,89	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	29.737.100,17	26.220.096,97
VALORES DIFERIDOS	5.365.099.531,47	4.877.277.753,89	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	33.079.240,97	20.560.992,64
ATIVO NAO FINANCEIRO	241.295.866.938,20	226.865.862.726,05	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.422.930,89	18.428.467,36
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	9.166.740.347,63	8.916.364.583,49	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	1.203.007,60	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	9.068.402.379,36	8.832.767.777,17	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	6.052.720.623,37	5.647.600.291,32
FORNECIMENTOS A RECEBER	358.672.062,03	134.099.199,53	A LIQUIDAR	5.680.780.087,57	5.647.600.291,32
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-8.725.766.833,63	-7.236.038.438,24	EM LIQUIDACAO	371.940.535,80	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-426.313,03	-989.428,94	CREDORES DIVERSOS	6.574.208,00	23.702.837,00
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	259.835,07	315.676,61	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	51.430,91	315.038,64
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.285.929.429,38	1.187.483.224,47	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	1.156.040.229,36	666.906.095,44
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.165.072.807,15	13.903.483.346,22	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.678.656.712,29	3.094.936.883,63
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.678.139.788,76	1.232.682.188,46	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	117.946.760,82	20.982.671,91
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	1.642.899.905,53	1.719.067.467,39	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.552.924.144,34	11.248.188.528,15
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-94.361.837,66	-136.197.359,72	VALORES DIFERIDOS	12.552.847.238,32	11.248.111.622,13
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-2.242.016.464,24	-1.971.138.098,61	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	98.331.799,67	83.558.776,87	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	384.640,79	325.670,11
ESTOQUES	81.138.674,18	81.988.767,33	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	384.640,79	325.670,11
TITULOS E VALORES	228.716,03	305.076,56	PASSIVO NAO FINANCEIRO	84.016.536.717,47	84.608.371.764,23
MATERIAIS EM TRANSITO	16.964.409,46	1.264.932,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	50.324.017.034,76	51.252.553.933,26
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.168,60	38.029,45	FORNECEDORES A PAGAR	1.140.793,32	409.449.640,96
DESPESAS ANTECIPADAS	6.168,60	38.029,45	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	226.613.013.398,96	211.948.483.493,01	PROVISOES	884.452.580,88	801.986.207,14
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-3.678.656.712,31	-3.094.936.883,64
RECURSOS VINCULADOS	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.678.656.712,31	-3.094.936.883,64
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	226.612.974.700,57	211.948.444.794,62	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	85.091.475,93	65.999.743,32

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	477.284.108,82	435.125.260,20	OUTROS DEBITOS A PAGAR	157.365.598,29	162.252.130,58
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.471.408,04	746.710,48	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-5.680.780.087,57	-5.647.600.291,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	220.241.481.096,14	193.164.504.866,85	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
CREDITOS A RECEBER	7.130.434.011,86	4.065.947.950,43	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-962.708.015,35	-946.891.293,88	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-274.987.908,94	-316.807.363,15	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	7.652.975.310,26	7.652.975.310,26
INVESTIMENTOS	0,00	15.545.818.663,69	OBRIGACOES A PAGAR	1.997.478,72	1.997.478,72
PERMANENTE	5.516.113.191,61	6.001.014.649,55	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
INVESTIMENTOS	4.884.638.293,19	5.283.010.518,85	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	1.933.689.773,10	1.596.987.921,36
PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.467.179.590,51	4.765.383.590,51	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	1.933.689.773,10	1.596.987.921,36
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	2.853.556.139,46	0,00	PASSIVO REAL	112.226.467.775,57	106.321.142.322,78
OUTROS INVESTIMENTOS	563.902.563,22	517.626.928,34	PATRIMONIO LIQUIDO	284.525.629.655,59	246.268.819.129,55
IMOBILIZADO	629.913.756,98	717.214.165,67	PATRIMONIO/CAPITAL	284.509.972.211,04	2.930.597.998,52
BENS MOVEIS E IMOVEIS	635.102.850,80	719.668.044,82	PATRIMONIO	281.579.374.212,52	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-5.189.093,82	-2.453.879,15	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52	2.930.597.998,52
INTANGIVEL	1.561.141,44	789.965,03	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.559,71	3.707.482.559,71
ATIVO REAL	396.752.097.431,16	352.589.961.452,33	COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-776.884.561,19
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-56.072,85
			RESERVAS	15.657.444,51	15.762.337,33
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,04	243.322.514.866,55
			RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	23.871.083.004,55
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,04	219.451.431.862,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	396.752.097.431,16	352.589.961.452,33
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-396.752.097.431,16	-352.589.961.452,33
ATIVO COMPENSADO	267.739.181.585,62	221.128.967.372,05	PASSIVO COMPENSADO	267.739.181.585,62	221.128.967.372,05
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	267.739.181.585,62	221.128.967.372,05	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	267.739.181.585,62	221.128.967.372,05
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	138.288.873.859,05	98.707.618.266,15	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	138.288.873.859,05	98.707.618.266,15
GARANTIAS DE VALORES	23.323.320.127,45	19.370.462.419,86	VALORES EM GARANTIA	23.323.320.127,45	19.370.462.419,86
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	18.386.523.949,83	17.251.550.052,19	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	18.386.523.949,83	17.251.550.052,19
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.747.317.838,54	6.373.022.578,12	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.747.317.838,54	6.373.022.578,12
OUTRAS COMPENSACOES	80.993.145.810,75	79.426.314.055,73	COMPENSACOES DIVERSAS	80.993.145.810,75	79.426.314.055,73
ATIVO	664.491.279.016,78	573.718.928.824,38	PASSIVO	664.491.279.016,78	573.718.928.824,38

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	9.701.945.332,43	8.100.812.946,88	PASSIVO FINANCEIRO	9.438.790.890,77	7.940.413.459,70
DISPONIVEL	99.803.908,88	55.336.146,70	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.763.843.291,17	5.264.868.743,02
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	99.803.908,88	55.336.146,70	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	82.583,46	82.583,46
CREDITOS EM CIRCULACAO	9.602.141.423,55	8.045.476.800,18	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS A RECEBER	1.682.775.930,19	1.682.775.930,19	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	82.583,46	82.583,46
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	2.876.320.877,07	3.295.319.298,97	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	5.253.822.449,50	4.616.515.949,33
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	5.043.044.616,29	3.067.381.571,02	A LIQUIDAR	5.253.822.449,50	4.616.515.949,33
ATIVO NAO FINANCEIRO	2.548.659.132,11	1.479.875.478,49	CREDORES DIVERSOS	1.509.938.258,21	648.270.210,23
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-4.885.971.081,48	-3.026.874.756,64	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
CREDITOS EM CIRCULACAO	-4.885.971.081,48	-3.026.874.756,64	VALORES DIFERIDOS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-5.043.044.616,29	-3.067.381.571,02	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-5.253.822.449,50	-4.616.515.949,33
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	157.073.534,81	43.237.755,70	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-5.253.822.449,50	-4.616.515.949,33
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	0,00	-2.730.941,32	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	7.434.630.213,59	4.506.750.235,13	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-5.253.822.449,50	-4.616.515.949,33
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	7.434.630.213,59	4.506.750.235,13	PASSIVO REAL	4.184.968.441,27	3.323.897.510,37
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.434.370.118,82	4.506.490.140,36	PATRIMONIO LIQUIDO	8.065.636.023,27	6.256.790.915,00
DIVIDA ATIVA (LP)	260.094,77	0,00	PATRIMONIO/CAPITAL	8.065.636.023,27	0,00
ATIVO REAL	12.250.604.464,54	9.580.688.425,37	PATRIMONIO	8.065.636.023,27	0,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	6.256.790.915,00
			RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	873.297.590,81
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5.383.493.324,19
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	12.250.604.464,54	9.580.688.425,37
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-12.250.604.464,54	-9.580.688.425,37
ATIVO COMPENSADO	64.565.485,85	0,00	PASSIVO COMPENSADO	64.565.485,85	0,00
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	64.565.485,85	0,00	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	64.565.485,85	0,00
OUTRAS COMPENSACOES	64.565.485,85	0,00	COMPENSACOES DIVERSAS	64.565.485,85	0,00
ATIVO	12.315.169.950,39	9.580.688.425,37	PASSIVO	12.315.169.950,39	9.580.688.425,37

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
14/03/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	97.636.116.644,87	88.736.953.632,38	PASSIVO FINANCEIRO	92.190.113.445,06	75.322.589.391,81
DISPONIVEL	4.518.408.250,00	9.356.247.628,93	DEPOSITOS	4.710.034.833,61	4.251.464.133,80
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	4.311.667.881,15	9.168.534.630,42	CONSIGNACOES	29.433.847,58	15.128.211,44
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	206.740.368,85	187.712.998,51	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	328.688.002,96	271.310.546,92
CREDITOS EM CIRCULACAO	89.616.437.406,87	75.976.148.761,29	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.351.912.983,07	3.965.025.375,44
CREDITOS A RECEBER	5.657.215.091,84	3.926.766.008,71	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	80.348.692.239,67	66.332.188.704,19
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	31.012.249.788,10	15.278.363.405,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	19.710.526.083,69	19.014.543.119,09
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	49.990.319.289,56	54.526.190.429,21	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	802.699.535,06	761.417.309,61
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	355.050.431,72	66.304.843,05	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	226.715.566,16	212.906.134,82
LIMITE DE SAQUE BACEN	908.750.982,87	671.111.728,23	CONVENIOS A PAGAR	660.972.863,91	1.117.728.936,59
RECURSOS DA UNIAO	400.736.547,87	282.964.077,33	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.292.113.074,91	1.224.448.269,76	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	84.981.172,69	201.978.521,42
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	2.200,00	0,00	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	947.890,59	1.004.015,71
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.470.869.438,23	3.320.580.608,59	PRECATORIOS	1.153.559,54	5.424.321,79
VALORES DIFERIDOS	3.470.869.438,23	3.320.580.608,59	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.903.710,57	4.372.821,01
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	30.401.549,77	83.976.633,57	PROVISOES DIVERSAS	1.154.503,67	1.708.752,39
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	653.264,68	566.735,83	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	864.752,87	6.069.518,46
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	28.912.057,13	82.573.669,78	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	15.925.141.538,37	13.522.927.671,34
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	836.227,96	836.227,96	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	464.329.794,97	1.034.486.728,06
ATIVO NAO FINANCEIRO	289.278.567.468,73	67.661.565.553,85	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.065.454.011,86	1.780.434.763,15
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-26.724.689.545,67	-34.032.810.238,20	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	368.796.778,49	355.384.349,96
CREDITOS EM CIRCULACAO	-34.039.370.550,75	-41.566.416.793,79	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	0,00
FORNECIMENTOS A RECEBER	681.757.436,18	607.710.178,33	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	13.152,61	0,00
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-24.973.581,48	-29.612.652,68	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	45.763.016.648,36	34.305.184.186,77
RECURSOS A RECEBER	59.077.375,56	31.342.927,77	A LIQUIDAR	45.285.152.651,66	34.305.184.186,77
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-49.990.319.289,55	-54.526.190.429,20	EM LIQUIDACAO	477.863.996,70	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-355.050.431,72	-66.304.843,05	CREDORES DIVERSOS	72.041.659,06	70.163.546,59
CREDITOS PARCELADOS	51.251.424,79	78.756.296,30	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.667.415,59	1.779.564,70
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.198.313.721,23	657.631.191,99	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	910.155.062,23	797.608.326,98
DIVERSOS RESPONSAVEIS	5.575.735.001,95	5.103.996.603,46	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	13.801.239.933,26	12.054.982.669,82
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	126.802.490,53	114.752.415,25	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	8.034.011.612,61	5.861.142.251,23	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	9.164.154,20	2.594.565,49
RECURSOS VINCULADOS	109.732.953,00	51.273.356,47	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.130.289.734,12	4.737.811.820,22
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	VALORES DIFERIDOS	6.949.594.528,95	4.552.256.457,70
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	48.224.311,07	0,00	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	180.694.685,54	185.554.842,89
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	-159.089,35	0,00	OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	512.930.716,83	554.553.074,35	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	1.096.637,66	1.124.733,60
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-925.274,64	-583.613,83	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	1.096.637,66	1.124.733,60
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-64.201.645,44	-45.034.081,66	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-16.131.461.635,14	-9.132.416.099,96
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	7.296.681.049,65	7.512.401.516,57	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-46.413.163.136,76	-37.308.829.345,10
ESTOQUES	4.867.897.169,02	5.278.575.190,17	FORNECEDORES A PAGAR	94.411.802,10	90.113.843,88
TITULOS E VALORES	1.407.613.843,19	1.359.492.270,76	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	853.466,78	853.466,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
MATERIAIS EM TRANSITO	1.024.059.370,95	878.988.581,98	PESSOAL A PAGAR	8.832.089,74	9.902.835,33
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.889.333,51	-4.654.526,34	PROVISOES	3.367.140.623,97	2.933.399.954,84
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.999.955,43	21.205.039,02	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-13.801.239.933,26	-12.054.982.669,84
DESPESAS ANTECIPADAS	2.843.247,26	5.579.196,14	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-13.801.239.933,26	-12.054.982.669,84
CUSTOS A APROPRIAR	3.593.110,48	3.808.283,72	OPERACOES DE CREDITO	242.398.634,34	237.896.455,22
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	11.563.597,69	11.817.559,16	INTERNAS	240.528.651,16	231.790.038,91
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	31.060.128.646,36	25.286.558.819,92	EXTERNAS	1.869.983,18	6.106.416,31
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	463.536.539,01	405.612.821,35	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	254.070.220,86	128.493.636,49
DEPOSITOS COMPULSORIOS	2.370.760,51	2.243.274,66	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	892.513.296,16	659.426.188,92
RECURSOS VINCULADOS	461.165.778,50	403.369.546,69	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.479.828.663,89	1.190.199.266,95
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	30.596.592.107,35	24.880.945.998,57	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	3.247.278,31	1.673.378,94
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	619.563.276,75	502.691.991,39	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	277.558,51	503.755,27
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	137.594.508,27	147.067.767,53	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	1.488.099,92	1.488.099,92
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.670.061.687,71	9.141.926.249,48	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-45.285.152.651,66	-34.305.184.186,77
CREDITOS A RECEBER	9.583.738.636,42	9.384.239.129,30	OPERACOES ESPECIAIS	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-22.851.611,26	-23.778.087,68	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	9.296.340,12	6.713.672,32
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-5.691.877,28	-5.675.714,73	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	3.408.322.193,56	0,00
DIVIDA ATIVA (LP)	9.242.240.554,87	0,00	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	30.193.724.461,52	28.111.800.382,90
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-2.629.782.423,97	0,00	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	30.193.724.461,52	28.111.800.382,90
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	1.719.355,84	0,00	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	28.804.172.383,89	26.601.493.247,55
PERMANENTE	284.943.128.368,04	76.407.816.972,13	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	64.350.341,13	67.380.613,51
INVESTIMENTOS	538.394.004,72	486.557.722,41	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	577.328.248,13	422.746.253,08
PARTICIPACAO SOCIETARIA	486.344.634,97	432.631.645,74	OBRIGACOES A PAGAR	631.991.178,71	614.922.228,15
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	59.962,45	59.962,45	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	115.882.309,66	105.745.176,79
OUTROS INVESTIMENTOS	51.989.407,30	53.952.712,10	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	0,00	299.512.863,82
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	0,00	-86.597,88	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	87.977.040,10	64.612.862,24
IMOBILIZADO	284.113.129.672,59	75.696.934.045,70	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	96.675.564,03	68.853.119,78
BENS MOVEIS E IMOVEIS	288.196.712.535,99	79.046.545.009,41	CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-8.698.523,93	-4.240.257,54
TITULOS E VALORES	9.068.858,62	9.073.271,70	PASSIVO REAL	76.058.651.809,92	66.190.173.291,85
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-4.092.651.722,02	-3.358.684.235,41	PATRIMONIO LIQUIDO	310.856.032.303,68	90.208.345.894,38
INTANGIVEL	272.220.145,01	201.746.646,27	PATRIMONIO/CAPITAL	312.107.768.630,70	13.669.055.352,40
DIFERIDO	19.384.545,72	22.578.557,75	PATRIMONIO	297.817.819.675,98	0,00
ATIVO REAL	386.914.684.113,60	156.398.519.186,23	CAPITAL REALIZADO	14.289.948.954,72	13.669.055.352,40
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	14.457.262.764,72	13.669.055.352,40
			CAPITAL A REALIZAR	-167.313.810,00	0,00
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-692.393.309,18
			RESERVAS	7.476.023.589,06	5.418.513.475,90
			RESULTADOS ACUMULADOS	-8.836.961.376,48	71.793.179.089,68
			RESULTADO DO EXERCICIO	-1.828.132.031,08	33.388.951.654,24
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-7.008.829.345,40	38.404.227.435,44
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	109.201.460,40	19.991.285,58
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	3

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	386.914.684.113,60	156.398.519.186,23
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-386.914.684.113,60	-156.398.519.186,23
ATIVO COMPENSADO	199.799.973.108,06	186.260.277.316,46	PASSIVO COMPENSADO	199.799.973.108,06	186.260.277.316,46
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	199.799.973.108,06	186.260.277.316,46	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	199.799.973.108,06	186.260.277.316,46
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	8.568.384.746,79	8.962.494.545,89	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.568.384.746,79	8.962.494.545,89
GARANTIAS DE VALORES	26.110.778.982,71	24.783.179.356,22	VALORES EM GARANTIA	26.110.778.982,71	24.783.179.356,22
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	79.101.441.828,96	77.083.031.310,31	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	79.101.441.828,96	77.083.031.310,31
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	83.663.988.291,05	73.285.867.357,60	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	83.663.988.291,05	73.285.867.357,60
OUTRAS COMPENSACOES	2.355.379.258,55	2.145.704.746,44	COMPENSACOES DIVERSAS	2.355.379.258,55	2.145.704.746,44
ATIVO	586.714.657.221,66	342.658.796.502,69	PASSIVO	586.714.657.221,66	342.658.796.502,69

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	5.510.253.836.917,94	4.893.167.822.864,47	ORCAMENTARIAS	5.484.131.547.222,33	4.971.941.702.246,28
RECEITAS CORRENTES	840.366.475.694,86	757.495.934.597,81	DESPESAS CORRENTES	578.957.179.181,79	552.718.847.349,64
RECEITA TRIBUTARIA	368.722.141.105,56	347.252.201.457,57	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.827.266.655,49	125.778.481.806,04
RECEITA DE CONTRIBUICOES	300.892.700.476,41	281.775.459.216,48	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	135.049.686.381,13	131.114.378.907,09
RECEITA PATRIMONIAL	61.101.456.041,33	48.537.654.154,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	304.271.214.300,67	286.733.824.317,33
RECEITA AGROPECUARIA	717.143,03	523.427,41	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	9.092.162.319,18
RECEITA DE SERVICOS	35.688.763.800,86	37.035.290.685,46	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.858.431.431,64
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	476.603.658,84	302.189.282,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	233.730.887,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.929.176.573,29	29.241.691.285,43	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	10.809.011.844,50	0,00
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	13.350.925.088,97	DESPESAS DE CAPITAL	664.596.963.729,39	603.449.906.204,30
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	3.420.080,79	INVESTIMENTOS	31.330.755.271,24	21.094.910.548,47
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	13.279.316.900,01	INVERSOES FINANCEIRAS	12.470.719.331,04	4.545.503.362,90
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	4.138.396,59	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	620.506.275.800,71	577.287.703.813,45
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	1.696,41	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	521.788.479,48
RECEITA DE SERVICOS	0,00	22.889.690,42	INVESTIMENTOS	0,00	44.358.509,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	41.158.324,75	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	477.429.970,48
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	13.554.916.895,54	0,00	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	289.213.326,40	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	784.887.491.130,15	665.652.174.705,94	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.607.932.944.587,88	3.175.281.338.614,91
OPERACOES DE CREDITO	551.443.458.584,75	566.508.617.064,56	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.592.042.962.629,87	3.170.453.953.870,69
ALIENACAO DE BENS	1.602.369.007,97	1.789.765.399,14	COTA CONCEDIDA	1.707.448.884.515,95	1.547.177.834.948,09
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	32.834.573.140,30	37.014.318.419,89	REPASSE CONCEDIDO	596.164.435.045,94	521.499.507.472,72
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	179.521.912,63	37.981.295,86	SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.039.643.924.812,14	969.351.291.186,53
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	196.443.948.158,59	58.850.856.181,35	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	50.172.056.865,95	86.745.483.272,10
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.450.636.345,14	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	198.613.661.389,89	45.679.836.991,25
OPERACOES DE CREDITO	0,00	1.450.636.345,14	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	15.889.981.958,01	4.827.384.744,22
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	2.383.620.325,91	0,00	MUTACOES PASSIVAS	632.644.459.723,27	640.491.610.077,43
DEDUCOES DA RECEITA	-34.980.055.673,36	-29.859.470.802,34	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	79.733.647.877,73	74.099.852.620,47
INTERFERENCIAS ATIVAS	3.084.315.838.039,61	2.710.899.993.077,76	ALIENACAO DE BENS	229.941,00	16.362.829,57
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.068.425.856.081,60	2.706.072.608.333,54	LIQUIDACAO DE CREDITOS	79.733.417.936,73	74.083.489.790,90
COTA RECEBIDA	1.707.448.884.515,95	1.547.177.834.948,09	INCORPORACOES DE PASSIVOS	552.910.811.845,54	566.391.757.456,96
REPASSE RECEBIDO	68.796.437.778,19	65.079.395.051,90	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.992.519.063.198,90	6.624.092.842.607,75
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.039.643.924.812,14	969.351.291.186,53	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.297.921.176,55	1.696.394.436,19
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	40.581.630.491,60	68.506.195.721,74	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	1.297.921.176,55	1.696.394.436,19
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	211.954.978.483,72	55.957.891.425,28	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.983.569.701.269,18	1.683.513.444.966,43
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	15.889.981.958,01	4.827.384.744,22	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	9.056.319.694,28	9.673.324.425,78
MUTACOES ATIVAS	835.664.087.726,68	788.979.191.285,30	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	99.795.200.848,06	86.741.497.622,16
INCORPORACOES DE ATIVOS	29.126.765.160,72	33.891.011.726,74	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.874.718.180.726,84	1.587.098.622.918,49
AQUISICOES DE BENS	14.202.968.719,21	13.357.564.984,74	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.007.651.440.753,17	4.938.883.003.205,13
INCORPORACAO DE CREDITOS	14.920.221.318,68	20.530.713.971,83	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.127.311.282.783,72	3.409.679.477.161,46
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	103.978,18	2.116,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	4.376.756.679,54	10.506.076.945,90
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	3.471.144,65	2.730.654,17	BAIXA DE BENS MOVEIS	14.159.477.941,09	13.488.078.259,90
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	806.537.322.565,96	755.088.179.558,56	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	1.589.756,46	21.878.572,21

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.776.834.821.586,01	6.937.373.480.716,87	BAIXA DE TITULOS E VALORES	1.514.091.094,93	9.723.754.231,26
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.290.875.710.278,83	1.955.124.795.420,75	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	228.515.824,27	1.026.094.445,42
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	9.345.816.803,43	10.097.152.342,66	BAIXA DE DIREITOS	1.048.230.159.684,58	3.362.661.106.785,42
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	373.206.037.358,38	327.559.708.873,28	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	58.800.691.802,85	12.252.487.921,35
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.908.323.856.117,02	1.617.467.934.204,81	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	209.237.550.064,02	69.970.741.052,47
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.485.959.111.307,18	4.982.248.685.296,12	DESVALORIZACAO DE BENS	15.234.389.637,58	3.431.975.970,62
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.175.789.838.491,64	3.109.070.136.780,31	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	42.512.563,69	234.642.205,11
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	10.074.452.311,06	23.185.282.040,66	AJUSTES DE CREDITOS	192.724.844.951,91	65.373.459.605,45
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	8.739.835.772,97	8.670.586.046,23	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	21.878.810,37	0,00
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	155.476.748,37	71.613.666,86	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.213.924.100,47	843.833.840,32
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	841.864.928,11	10.609.325.738,34	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.231.408.339.363,51	541.151.785.962,49
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	225.035.730,25	64.699.647,91	AJUSTES DE OBRIGACOES	411.176.770.882,85	367.757.324.174,32
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.155.752.933.260,61	3.066.467.004.350,68	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	20.682.230.647,64	5.853.470.881,93
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	239.740,27	1.625.289,63	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.835.267.011,43	544.470.203.972,46
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	351.071.305.168,48	236.056.864.516,96	AJUSTES FINANCEIROS	7.308.149.401,39	543.165.833.094,79
REAVALIACOES DE BENS	29.370.455.866,29	10.448.990.047,75	AJUSTES NAO FINANCEIROS	527.117.610,04	1.304.370.877,67
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	2.666.958.383,88	3.449.563.102,95	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	234.506.758.727,31
AJUSTES DE CREDITOS	318.411.798.461,77	221.279.280.819,03	SUPERAVIT	0,00	234.506.758.727,31
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	622.092.456,54	879.030.547,23			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	829.999.613.438,83	983.074.608.025,57			
AJUSTES DE OBRIGACOES	92.482.534.353,72	67.054.183.543,27			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	24.361,92	0,00			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	30.029.220.860,47	45.133.215.789,77			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.586.574.632,12	541.859.676.640,24			
AJUSTES FINANCEIROS	6.584.694.702,47	541.844.933.160,29			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	1.879.929,65	14.743.479,95			
RESULTADO PATRIMONIAL	189.561.951.917,28	0,00			
DEFICIT	189.561.951.917,28	0,00			
VARIACOES ATIVAS	10.476.650.610.421,23	11.830.541.303.581,34	VARIACOES PASSIVAS	10.476.650.610.421,23	11.830.541.303.581,34

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	2.861.181.181.090,64	2.569.983.146.639,30	ORCAMENTARIAS	2.468.661.991.437,52	2.332.086.551.422,49
RECEITAS CORRENTES	1.169.407.898.865,45	1.074.683.839.337,21	DESPESAS CORRENTES	1.080.274.157.884,36	1.009.680.722.173,33
RECEITA TRIBUTARIA	374.230.594.140,76	353.304.116.171,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	189.325.586.093,28	182.441.407.223,83
RECEITA DE CONTRIBUICOES	592.692.507.848,09	543.187.908.538,51	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	135.057.607.411,00	131.122.390.200,10
RECEITA PATRIMONIAL	81.327.735.801,77	66.163.746.877,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	753.541.076.389,29	680.262.861.697,77
RECEITA AGROPECUARIA	25.386.994,11	21.715.950,34	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	15.854.063.051,63
RECEITA INDUSTRIAL	756.186.497,36	562.842.888,13	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	15.040.078.006,89
RECEITA DE SERVICOS	48.159.435.577,00	48.144.217.053,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	813.985.044,74
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	863.117.498,21	459.839.613,91	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	2.349.887.990,79	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71.352.934.508,15	49.293.478.066,61	DESPESAS DE CAPITAL	741.579.473.762,73	667.150.604.718,92
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	13.545.974.177,20	INVESTIMENTOS	66.605.218.318,26	48.382.115.787,83
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	3.694.682,62	INVERSOES FINANCEIRAS	53.508.973.357,06	39.449.382.468,20
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	13.279.351.018,52	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	620.522.695.417,25	577.339.280.627,97
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	5.768.580,91	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.979.825.834,92
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	172.340.359,21	INVESTIMENTOS	0,00	52.032.849,57
RECEITA DE SERVICOS	0,00	41.376.792,67	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.927.792.985,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	43.442.743,27	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	942.586.670,16	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	798.853.029.590,03	668.907.107.540,36	MUTACOES PASSIVAS	646.808.359.790,43	655.255.224.530,24
OPERACOES DE CREDITO	551.443.458.584,75	566.541.477.236,93	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	87.972.468.867,25	82.342.376.119,14
ALIENACAO DE BENS	14.221.009.928,52	1.938.954.477,33	ALIENACAO DE BENS	111.718.965,21	101.882.830,47
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	36.442.285.180,24	39.878.446.455,60	LIQUIDACAO DE CREDITOS	82.005.794.648,32	76.419.885.078,82
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	242.300.191,54	115.230.917,44	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	3.932.563.374,44	3.644.851.702,25
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	196.503.975.704,98	58.959.036.766,26	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.674.736.282,88	1.916.914.026,01
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.473.961.686,80	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	247.655.596,40	258.842.481,59
OPERACOES DE CREDITO	0,00	1.450.636.345,14	INCORPORACOES DE PASSIVOS	558.835.890.923,18	572.912.848.411,10
ALIENACAO DE BENS	0,00	23.325.341,66	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	3.298.747.663.477,87	5.199.099.178.722,54
DEDUCOES DA RECEITA	-36.905.829.751,02	-42.594.066.832,18	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.263.926.058,14	5.818.904.680,35
MUTACOES ATIVAS	929.826.082.386,18	868.986.266.593,91	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	4.064.308.454,97	4.278.063.915,62
INCORPORACOES DE ATIVOS	78.421.417.738,56	78.654.347.660,64	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	1.199.617.603,17	1.519.677.214,35
AQUISICOES DE BENS	23.732.598.902,30	25.296.697.246,70	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	0,00	21.163.550,38
INCORPORACAO DE CREDITOS	54.010.343.691,50	52.742.897.520,73	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.293.483.737.419,73	5.193.280.274.042,19
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	666.732.675,06	592.301.305,78	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.307.900.318.459,90	3.592.762.119.829,79
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	11.742.469,70	22.451.587,43	BAIXA DE BENS IMOVEIS	14.367.102.518,35	16.365.659.673,69
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	851.404.664.647,62	790.331.918.933,27	BAIXA DE BENS MOVEIS	19.191.203.911,32	17.792.204.151,03
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	2.792.237.773.492,67	5.253.526.626.676,86	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	17.495.383,95	25.356.878,06
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.078.562.954,30	3.835.485.019,76	BAIXA DE TITULOS E VALORES	17.436.436.919,92	10.561.334.879,04
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	2.838.911.219,25	3.557.698.084,17	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	309.401.525,25	1.111.427.235,17
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	239.651.735,05	277.786.935,59	BAIXA DE DIREITOS	1.197.777.986.398,26	3.534.653.649.091,45
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.789.159.210.538,37	5.249.691.141.657,10	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	58.800.691.802,85	12.252.487.921,35
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.373.238.414.857,16	3.303.045.747.917,55	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	221.735.977.623,31	86.325.680.484,01
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	19.917.841.128,02	27.645.097.755,19	DESVALORIZACAO DE BENS	16.041.773.853,22	8.396.588.724,64
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	13.586.655.880,20	12.603.205.655,65	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	7.123.592.054,09	7.814.178.923,14

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	203.612.526,94	107.283.477,22	AJUSTES DE CREDITOS	196.581.680.956,88	68.587.271.847,52
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	1.935.988.248,69	11.838.516.369,78	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	21.939.503,95	0,00
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	85.332.724,75	90.773.454,99	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.966.991.255,17	1.440.746.605,11
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	13.407.825.643,34	12.388.100.889,53	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.322.159.281.085,17	593.121.685.798,88
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.323.941.112.666,11	3.238.310.369.104,70	AJUSTES DE OBRIGACOES	411.854.305.365,97	368.561.587.722,22
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	153.963.787,06	59.616.712,52	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	327.398.027,09	71.631.125,00
DIFERIDO	6.082.252,05	2.784.497,97	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	20.682.230.647,64	5.853.470.881,93
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	387.582.667.221,28	257.718.459.881,95	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.824.226.210,65	546.584.098.200,36
REAVALIACOES DE BENS	50.467.059.600,25	20.506.342.876,13	AJUSTES FINANCEIROS	7.679.322.511,62	544.732.851.211,72
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	9.110.972.226,61	6.808.618.452,28	AJUSTES NAO FINANCEIROS	1.144.903.699,03	1.851.246.988,64
AJUSTES DE CREDITOS	327.332.659.437,56	229.476.618.245,10	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	292.324.043.171,13
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	671.975.956,86	926.880.308,44	SUPERAVIT	0,00	292.324.043.171,13
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	897.715.201.620,29	1.031.974.000.555,77			
AJUSTES DE OBRIGACOES	92.515.811.892,19	67.087.947.069,22			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	1.809.888,63	70.027.889,15			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	30.029.220.860,47	45.133.215.789,77			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.076.084.198,35	544.661.742.553,69			
AJUSTES FINANCEIROS	7.559.908.940,63	544.348.382.269,71			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	516.175.257,72	313.360.283,98			
RESULTADO PATRIMONIAL	113.990.700.332,08	0,00			
DEFICIT	113.990.700.332,08	0,00			
VARIACOES ATIVAS	5.767.409.654.915,39	7.823.509.773.316,16	VARIACOES PASSIVAS	5.767.409.654.915,39	7.823.509.773.316,16

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	810.962.520.635,33	721.800.921.873,44	ORCAMENTARIAS	502.207.681.192,09	438.000.332.627,78
RECEITAS CORRENTES	308.147.490.075,79	275.510.664.630,13	DESPESAS CORRENTES	428.942.540.130,18	379.933.972.805,01
RECEITA TRIBUTARIA	5.036.159.428,78	5.543.792.222,96	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.362.653.150,29	34.723.108.616,58
RECEITA DE CONTRIBUICOES	285.227.653.488,26	256.868.634.861,41	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	496.433,37	485.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.913.016.514,83	5.127.496.293,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	387.918.367.585,47	340.719.428.480,72
RECEITA AGROPECUARIA	7.165.784,91	7.126.585,42	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	4.490.950.707,71
RECEITA INDUSTRIAL	87.407.127,32	80.944.906,64	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.154.532.680,24
RECEITA DE SERVICOS	2.126.437.313,25	1.887.492.684,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	336.418.027,47
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	81.655.284,33	62.565.221,31	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	4.661.022.961,05	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.864.776.409,89	5.923.462.080,50	DESPESAS DE CAPITAL	33.131.397.361,70	23.367.862.013,66
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	9.149.773,83	INVESTIMENTOS	26.086.254.668,36	19.336.853.648,21
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	238.191,83	INVERSOES FINANCEIRAS	4.007.994.720,35	2.613.849.508,71
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	852,31	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	389.859,13	515.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	863.018,47	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.416.643.856,74
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	3.965.285,85	INVESTIMENTOS	0,00	846.972,17
RECEITA DE SERVICOS	0,00	3.115.635,89	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.415.796.884,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	966.789,48	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	3.036.758.113,86	0,00
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.803.218.724,22	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	37.479.987.725,86	31.662.436.961,77
RECEITAS DE CAPITAL	289.566.590,78	339.267.756,34	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	37.479.987.725,86	31.662.436.961,77
OPERACOES DE CREDITO	0,00	3.360.420,18	REPASSE CONCEDIDO	974.020.825,07	1.223.034.069,59
ALIENACAO DE BENS	91.660.893,89	110.268.938,66	SUB-REPASSE CONCEDIDO	26.864.538.319,10	23.111.054.641,86
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	148.379.123,70	116.229.147,33	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.054.977.489,48	2.954.837.763,50
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.411.915,13	3.493.899,34	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.586.451.092,21	4.373.510.486,82
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	48.114.658,06	105.915.350,83	MUTACOES PASSIVAS	2.653.755.974,35	3.036.060.847,34
DEDUCOES DA RECEITA	-1.568.214.841,39	-1.565.204.720,77	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	451.509.020,75	317.486.391,45
INTERFERENCIAS ATIVAS	465.180.317.653,69	417.324.921.403,32	ALIENACAO DE BENS	87.031.261,76	43.521.322,31
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	465.180.317.653,69	417.324.921.403,32	LIQUIDACAO DE CREDITOS	274.161.361,27	189.804.038,41
REPASSE RECEBIDO	431.426.137.606,22	375.198.370.822,77	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	135.965,66	178.911,07
SUB-REPASSE RECEBIDO	26.864.538.319,10	23.111.054.641,86	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	884.645,79	632.013,77
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.615.822.338,83	15.777.415.061,25	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	89.295.786,27	83.350.105,89
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.273.819.389,54	3.238.080.877,44	INCORPORACOES DE PASSIVOS	2.202.246.953,60	2.718.574.455,89
MUTACOES ATIVAS	38.913.361.156,46	30.191.272.804,42	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	723.887.301.741,14	681.947.303.856,29
INCORPORACOES DE ATIVOS	10.916.191.584,28	10.914.766.752,80	INTERFERENCIAS PASSIVAS	585.559.447.367,45	537.951.833.206,93
AQUISICOES DE BENS	4.842.908.105,38	6.920.001.136,09	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	590.446.494,35	1.162.062.490,45
INCORPORACAO DE CREDITOS	6.073.045.211,55	3.994.565.707,40	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	310.242.376.522,53	275.661.238.056,22
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	4.003,00	0,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	274.726.624.350,57	261.128.532.660,26
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	234.264,35	199.909,31	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	138.327.854.373,69	143.995.470.649,36
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	27.997.169.572,18	19.276.506.051,62	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	82.324.611.529,37	110.574.452.972,57
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	432.777.115.988,02	425.939.652.567,76	BAIXA DE BENS IMOVEIS	3.881.054.958,94	5.013.179.537,26
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	89.810.566,62	87.130.061,78	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.443.993.886,21	1.559.046.907,79
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	89.810.566,62	87.130.061,78	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	3.193.382,92	508.493,07
INTERFERENCIAS ATIVAS	285.390.249.744,09	270.212.392.271,95	BAIXA DE TITULOS E VALORES	452.198.352,32	769.984.491,63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	590.398.399,38	1.162.173.433,22	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	80.881.283,28	85.332.724,75
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	34.655.082.530,02	30.473.604.848,27	BAIXA DE DIREITOS	76.463.289.665,70	103.146.400.818,07
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	250.144.768.814,69	238.576.613.990,46	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	939.063.855,78	4.930.266.707,32
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	147.297.055.677,31	155.640.130.234,03	DESVALORIZACAO DE BENS	624.001.225,36	4.667.097.486,31
INCORPORACOES DE ATIVOS	100.927.012.398,86	114.748.397.408,31	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	33.268,06	89,87
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	3.045.948.574,25	2.104.293.246,49	AJUSTES DE CREDITOS	62.306.563,59	71.352.908,14
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.783.777.956,32	1.622.932.667,14	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	60.693,58	0,00
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	17.678.051,24	13.884.485,67	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	252.662.105,19	191.754.018,37
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	317.482.624,32	481.454.069,91	INCORPORACAO DE PASSIVOS	54.784.082.035,58	28.095.768.023,93
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	85.332.724,75	90.773.454,99	AJUSTES DE OBRIGACOES	7.567.138,83	10.113.024,42
INCORPORACAO DE DIREITOS	95.676.792.467,98	110.435.059.484,11	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	272.529.814,13	384.869.921,12
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	3.976.173.534,37	6.795.768.500,57	AJUSTES FINANCEIROS	241.551.340,85	169.181.248,36
REAVALIACOES DE BENS	3.030.468.383,71	6.097.181.243,42	AJUSTES NAO FINANCEIROS	30.978.473,28	215.688.672,76
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	637.278,41	16.238,84	RESULTADO PATRIMONIAL	17.644.653.690,12	27.792.937.957,13
AJUSTES DE CREDITOS	944.195.880,57	697.668.134,56	SUPERAVIT	17.644.653.690,12	27.792.937.957,13
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	871.991,68	902.883,75			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	41.604.448.524,27	33.384.863.800,50			
AJUSTES DE OBRIGACOES	698.166,13	488.929,20			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	0,00	471,03			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	788.723.053,68	710.611.124,42			
AJUSTES FINANCEIROS	779.663.254,80	694.863.567,27			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	9.059.798,88	15.747.557,15			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	1.243.739.636.623,35	1.147.740.574.441,20	VARIACOES PASSIVAS	1.243.739.636.623,35	1.147.740.574.441,20

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	21.479.457.772,44	19.719.257.183,29	ORCAMENTARIAS	23.455.576.046,35	22.017.784.801,25
RECEITAS CORRENTES	401.998.171,54	435.677.353,33	DESPESAS CORRENTES	5.901.042.687,49	5.219.863.988,62
RECEITA TRIBUTARIA	381,19	7.067,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.998.709.732,08	2.636.186.808,34
RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.183.554,85	2.901.070,16	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.331.773,87	1.050.351,59
RECEITA PATRIMONIAL	37.370.393,51	23.011.348,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.177.995.146,86	1.937.202.985,36
RECEITA AGROPECUARIA	17.279.936,67	13.582.556,81	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	645.423.843,33
RECEITA INDUSTRIAL	38.444.966,33	42.905.043,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	581.006.866,43
RECEITA DE SERVICOS	135.533.542,25	135.073.717,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	64.416.976,90
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.740.830,90	9.855.445,15	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	723.006.034,68	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	123.530.344,43	142.580.108,32	DESPESAS DE CAPITAL	3.823.069.609,47	4.432.267.252,97
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	65.760.995,37	INVESTIMENTOS	3.005.308.664,56	2.993.339.622,95
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	33.266,20	INVERSOES FINANCEIRAS	809.465.952,78	1.431.386.862,10
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	354.549,15	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	5.012.505,84	2.386.722,42
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	64.800.500,76	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	5.154.045,50
RECEITA DE SERVICOS	0,00	418.958,34	INVESTIMENTOS	0,00	4.987.915,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	153.720,92	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	166.130,30
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	39.914.221,41	0,00	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	3.282.486,29	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	93.383.727,73	84.612.658,30	INTERFERENCIAS PASSIVAS	7.529.287.570,33	5.458.354.717,93
ALIENACAO DE BENS	21.244.995,31	25.120.697,50	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.529.287.570,33	5.458.354.717,93
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	51.761.936,50	59.491.960,80	REPASSE CONCEDIDO	17.885.250,31	9.431.308,65
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.376.795,92	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	7.474.173.845,06	5.397.787.433,81
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	10.000.000,00	0,00	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.484.855,62	16.900.300,25
DEDUCOES DA RECEITA	-20.755.346,15	-17.441.756,16	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	35.743.619,34	34.235.675,22
INTERFERENCIAS ATIVAS	14.216.085.539,75	12.151.599.730,71	MUTACOES PASSIVAS	6.202.176.179,06	6.907.298.841,73
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.216.085.539,75	12.151.599.730,71	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.198.571.783,46	3.681.820.051,58
REPASSE RECEBIDO	6.711.823.634,96	6.702.818.220,15	ALIENACAO DE BENS	11.263.186,81	4.792.732,36
SUB-REPASSE RECEBIDO	7.474.173.845,06	5.397.787.433,81	LIQUIDACAO DE CREDITOS	6.096.557,71	5.948.699,95
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	6.648.883,39	25.978.518,04	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.821.932.370,75	1.841.008.210,76
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	23.439.176,34	25.015.558,71	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.283.763.933,34	1.714.996.980,86
MUTACOES ATIVAS	6.788.745.679,57	7.064.809.197,11	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	75.515.734,85	115.073.427,65
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.306.283.682,35	2.952.888.247,86	INCORPORACOES DE PASSIVOS	3.003.604.395,60	3.225.478.790,15
AQUISICOES DE BENS	2.075.652.791,79	2.719.224.610,42	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	31.346.584.602,77	27.602.338.331,85
INCORPORACAO DE CREDITOS	226.882.998,71	227.378.106,70	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	962.273.045,31	1.289.867.695,40
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	720,00	3.962,50	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	962.273.045,31	1.289.513.792,51
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	3.747.171,85	6.281.568,24	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	0,00	353.902,89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.482.461.997,22	4.111.920.949,25	INTERFERENCIAS PASSIVAS	11.848.844.790,37	12.287.633.390,65
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	32.371.421.204,47	29.246.000.184,73	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	199.992.959,40	90.158.171,92
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.489.128.548,03	3.273.264.215,74	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.283.103.661,86	4.616.336.805,23
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	2.421.483.724,70	3.172.497.273,16	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	7.365.748.169,11	7.581.138.413,50
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	67.644.823,33	100.766.942,58	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	18.535.466.767,09	14.024.837.245,80
INTERFERENCIAS ATIVAS	11.865.603.636,30	12.356.573.087,91	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	10.814.639.468,68	8.648.138.918,43
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	200.130.126,50	90.158.171,92	BAIXA DE BENS IMOVEIS	361.952.689,92	419.835.611,63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.313.736.339,06	4.702.342.315,84	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.617.957.732,63	1.052.979.696,35
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	7.351.737.170,74	7.564.072.600,15	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	746.994,51	2.672.710,18
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	18.016.689.020,14	13.616.162.881,08	BAIXA DE TITULOS E VALORES	47.924.572,75	34.204.011,09
INCORPORACOES DE ATIVOS	12.508.039.351,55	10.559.780.608,24	BAIXA DE DIREITOS	8.786.057.478,87	7.138.446.889,18
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	808.434.757,29	1.080.311.151,13	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	320.822.833,49	186.387.854,66
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.278.371.468,54	751.081.545,30	DESVALORIZACAO DE BENS	47.785.620,52	2.525.119,93
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	18.972.829,75	11.831.673,24	AJUSTES DE CREDITOS	94.890.853,55	24.258.393,70
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	33.057.584,47	37.947.513,54	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	178.146.359,42	159.604.341,03
INCORPORACAO DE DIREITOS	10.364.746.400,61	8.674.336.412,80	INCORPORACAO DE PASSIVOS	6.823.207.226,07	4.518.328.734,75
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	0,00	1.487.814,26	AJUSTES DE OBRIGACOES	286.609.414,50	395.868.722,30
DIFERIDO	4.456.310,89	2.784.497,97	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	95.545.075,64	40.900.761,37
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	98.170.208,17	53.728.753,14	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	194.642.748,71	235.212.254,29
REAVALIACOES DE BENS	61.392.874,05	13.159.950,80	AJUSTES FINANCEIROS	74.039.555,09	226.592.025,17
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	9.251,20	4.542,66	AJUSTES NAO FINANCEIROS	120.603.193,62	8.620.229,12
AJUSTES DE CREDITOS	19.371.648,01	30.514.049,59	SUPERAVIT	0,00	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	17.396.434,91	10.050.210,09			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.271.560.424,39	2.813.535.620,65			
AJUSTES DE OBRIGACOES	7.063.729,96	10.160.242,97			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	675.975,30	82.554,88			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	131.179.330,77	178.875.101,20			
AJUSTES FINANCEIROS	34.800.945,11	81.221.304,95			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	96.378.385,66	97.653.796,25			
RESULTADO PATRIMONIAL	951.281.672,21	654.865.765,08			
DEFICIT	951.281.672,21	654.865.765,08			
VARIACOES ATIVAS	54.802.160.649,12	49.620.123.133,10	VARIACOES PASSIVAS	54.802.160.649,12	49.620.123.133,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	33.062.332.136,98	30.242.518.155,75	ORCAMENTARIAS	31.491.347.146,16	28.465.105.928,06
RECEITAS CORRENTES	1.059.942.764,33	617.415.512,58	DESPESAS CORRENTES	22.601.570.852,73	20.654.469.699,52
RECEITA PATRIMONIAL	60.926.285,48	55.951.003,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.471.529.459,01	9.933.390.416,36
RECEITA AGROPECUARIA	224.129,50	482.590,70	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	61.107,13	205.193,21
RECEITA INDUSTRIAL	3.143.494,55	573.960,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.594.036.520,00	9.239.125.752,14
RECEITA DE SERVICOS	398.237.460,22	276.744.985,60	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.481.748.337,81
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	261.319.829,86	38.887.344,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.345.780.592,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	314.768.926,95	232.715.549,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	135.967.745,52
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	12.060.078,69	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.535.943.766,59	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	97.325,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.729.642.639,48	2.905.980.198,86
RECEITA DE SERVICOS	0,00	11.065.435,07	INVESTIMENTOS	2.720.994.469,60	2.860.641.824,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	897.318,62	INVERSOES FINANCEIRAS	2.177.647,00	9.102.464,12
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	21.322.637,77	0,00	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	0,00	419.418,79
RECEITAS DE CAPITAL	7.658.336,75	13.271.637,36	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	35.816.491,03
ALIENACAO DE BENS	2.906.961,26	3.608.116,19	INVESTIMENTOS	0,00	1.416.491,03
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.751.375,49	9.663.521,17	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	34.400.000,00
DEDUCOES DA RECEITA	-48.347.497,69	-20.511.935,61	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	6.470.522,88	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	26.402.285.630,13	23.285.126.590,53	INTERFERENCIAS PASSIVAS	5.542.756.058,19	4.555.212.228,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	26.402.285.630,13	23.285.126.590,53	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.542.756.058,19	4.555.212.228,00
REPASSE RECEBIDO	21.174.692.487,18	19.140.442.705,60	REPASSE CONCEDIDO	187.946.473,40	351.035.458,66
SUB-REPASSE RECEBIDO	4.995.212.758,55	4.017.237.180,58	SUB-REPASSE CONCEDIDO	4.995.212.758,55	4.017.237.180,58
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	58.769.512,05	69.962.532,77	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	36.483.293,87	49.096.063,84
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	173.610.872,35	57.484.171,58	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	323.113.532,37	137.843.524,92
MUTACOES ATIVAS	5.640.792.903,46	6.347.216.350,89	MUTACOES PASSIVAS	617.377.595,76	349.443.801,68
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.815.664.220,59	1.781.246.293,43	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	617.377.595,76	349.443.801,68
AQUISICOES DE BENS	1.231.055.055,84	1.215.082.704,83	ALIENACAO DE BENS	12.894.418,85	16.539.271,94
INCORPORACAO DE CREDITOS	554.458.078,79	540.663.809,99	LIQUIDACAO DE CREDITOS	7.603.064,66	46.308.944,22
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	27.133.328,16	13.610.378,95	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	587.740.931,36	278.286.559,18
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	3.017.757,80	11.889.399,66	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	3.069.763,87	4.796.202,56
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.825.128.682,87	4.565.970.057,46	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	6.069.417,02	3.512.823,78
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	48.411.458.520,54	26.159.356.756,85	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	29.651.679.895,34	21.570.224.909,12
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	8.899.606,91	9.395.206,23	INTERFERENCIAS PASSIVAS	756.913.719,39	667.398.374,86
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	3.564.058,62	4.648.620,51	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	80.364.916,90	97.519.789,32
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	5.335.548,29	4.746.585,72	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	389.123.838,23	413.831.150,16
INTERFERENCIAS ATIVAS	652.099.033,36	603.503.749,79	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	287.424.964,26	156.047.435,38
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	80.413.916,90	97.448.763,60	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	28.894.766.175,95	20.902.826.534,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	317.911.852,84	405.972.112,77	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	18.559.994.260,59	15.146.569.545,77
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	253.773.263,62	100.082.873,42	BAIXA DE BENS IMOVEIS	5.609.747.481,17	204.307.239,15
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	47.750.459.880,27	25.546.457.800,83	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.106.812.087,77	1.124.806.954,61
INCORPORACOES DE ATIVOS	22.967.174.066,48	18.513.903.629,87	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	3.487.138,34	1.251,97
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	5.793.934.101,09	1.019.000.557,33	BAIXA DE TITULOS E VALORES	6.281,02	0,02
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.317.029.631,78	1.148.223.853,57	BAIXA DE DIREITOS	11.839.941.272,29	13.817.454.100,02

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	4.515.360,38	5.222.222,27	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	515.635.568,67	411.531.077,11
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	540,00	0,00	DESVALORIZACAO DE BENS	135.041.859,69	285.288.378,28
INCORPORACAO DE DIREITOS	15.745.787.075,57	16.339.132.048,23	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	1.375.882,47	41.314,77
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	105.907.357,66	2.324.948,47	AJUSTES DE CREDITOS	184.615.584,92	3.465.097,66
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	18.196.739.587,97	4.035.877.530,83	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	194.602.241,59	122.733.538,40
REAVALIACOES DE BENS	17.965.783.836,31	3.944.717.567,85	INCORPORACAO DE PASSIVOS	9.388.652.369,72	5.013.324.831,95
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	1.780.034,67	163.280,76	AJUSTES DE OBRIGACOES	619.494,58	6.853.396,71
AJUSTES DE CREDITOS	210.861.814,68	67.273.588,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	429.864.482,39	324.547.682,72
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	18.313.902,31	23.723.094,22	AJUSTES FINANCEIROS	30.294.500,93	62.783.218,44
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	6.148.973.049,56	2.711.292.341,35	AJUSTES NAO FINANCEIROS	399.569.981,46	261.764.464,28
AJUSTES DE OBRIGACOES	8.724.835,02	587.955,85	RESULTADO PATRIMONIAL	20.330.763.616,02	6.366.544.075,42
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	428.848.341,24	284.796.342,93	SUPERAVIT	20.330.763.616,02	6.366.544.075,42
AJUSTES FINANCEIROS	82.851.813,12	128.801.510,73			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	345.996.528,12	155.994.832,20			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	81.473.790.657,52	56.401.874.912,60	VARIACOES PASSIVAS	81.473.790.657,52	56.401.874.912,60

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	4.948.593.294,33	4.265.983.840,45	ORCAMENTARIAS	5.000.175.351,85	4.015.537.069,37
RECEITAS CORRENTES	811.045.766,53	633.986.241,00	DESPESAS CORRENTES	2.766.512.185,06	2.359.853.320,73
RECEITA PATRIMONIAL	15.636.267,17	19.814.430,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.495.359.021,48	1.227.360.850,23
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	790,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.031.715,50	6.270.748,21
RECEITA INDUSTRIAL	568.979.183,26	389.143.228,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.143.552.843,14	1.015.504.202,75
RECEITA DE SERVICOS	217.414.306,83	209.072.360,90	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	110.717.519,54
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	169.760,42	194.031,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	95.647.234,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.712.015,80	15.644.357,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	15.070.285,16
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	117.042,40	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	121.568.604,94	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	116.712,40	DESPESAS DE CAPITAL	1.230.748.296,25	621.493.479,71
RECEITA DE SERVICOS	0,00	330,00	INVESTIMENTOS	1.219.257.927,26	573.190.756,68
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	134.233,05	0,00	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	11.017.251,57	48.255.673,31
RECEITAS DE CAPITAL	44.097,39	58.027,42	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	47.049,72
ALIENACAO DE BENS	44.097,39	58.027,42	INVESTIMENTOS	0,00	47.049,72
DEDUCOES DA RECEITA	-4.655.481,18	-4.274.418,84	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	473.117,42	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.293.500.053,20	2.337.020.042,23	INTERFERENCIAS PASSIVAS	149.230.874,30	250.904.877,11
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.293.500.053,20	2.337.020.042,23	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	149.230.874,30	250.904.877,11
REPASSE RECEBIDO	2.159.661.411,74	2.101.977.728,43	REPASSE CONCEDIDO	11.215.947,81	33.496.567,13
SUB-REPASSE RECEBIDO	133.728.641,46	210.682.564,64	SUB-REPASSE CONCEDIDO	133.728.641,46	210.682.564,64
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	110.000,00	24.359.748,30	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	58.974,60
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	0,86	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.286.285,03	6.666.770,74
MUTACOES ATIVAS	1.848.658.858,39	1.299.193.948,64	MUTACOES PASSIVAS	853.683.996,24	783.285.391,82
INCORPORACOES DE ATIVOS	874.295.390,17	722.619.589,06	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	293.499.101,92	317.543.656,88
AQUISICOES DE BENS	605.074.687,93	494.271.925,43	ALIENACAO DE BENS	276.352,49	20.592.053,02
INCORPORACAO DE CREDITOS	202.508.170,04	172.669.601,39	LIQUIDACAO DE CREDITOS	579.256,82	747.746,43
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	65.440.401,15	54.328.006,19	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	64.939.699,23	104.644.690,40
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	1.272.131,05	1.350.056,05	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	153.163.047,49	139.304.047,52
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	974.363.468,22	576.574.359,58	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	74.540.745,89	52.255.119,51
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	7.149.550.738,39	4.466.426.004,63	INCORPORACOES DE PASSIVOS	560.184.894,32	465.741.734,94
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	228.746.788,01	215.344.408,38	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	8.232.705.658,81	5.156.181.779,74
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	153.958.112,90	137.239.313,79	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	20.809.647,49
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	74.788.675,11	78.105.094,59	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	0,00	20.809.647,49
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.177.853.389,32	276.610.349,67	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.184.320.630,77	311.360.096,61
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	44.032,57	0,00	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	44.032,57	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	329.095,18	4.189.255,78	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.366.546,25	30.578.992,86
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	2.177.480.261,57	272.421.093,89	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	2.181.910.051,95	280.781.103,75
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.742.950.561,06	3.974.471.246,58	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	6.048.385.028,04	4.824.012.035,64
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.715.100.946,53	2.000.085.345,74	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	2.820.973.535,11	2.134.504.447,32
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	94.389.158,74	101.088.666,87	BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.004.475,53	37.630.634,45
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	194.235.845,02	158.370.399,61	BAIXA DE BENS MOVEIS	510.065.135,15	310.858.281,01
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	2.613.521,72	4.595.780,26	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	1.627.086,92	10.652,28
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	58.337.495,59	21.003.441,79	BAIXA DE TITULOS E VALORES	35.330.592,87	20.740.432,67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	1.451.118,04	0,00	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.417,70	65,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	2.315.073.033,29	1.661.796.040,97	BAIXA DE DIREITOS	2.271.941.826,94	1.765.264.381,91
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	47.374.832,97	53.231.016,24	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	131.144.732,12	137.960.004,51
DIFERIDO	1.625.941,16	0,00	DESVALORIZACAO DE BENS	316.156,76	1.897.800,35
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	52.239.304,84	25.720.454,84	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	63.317,63	18.010,15
REAVALIACOES DE BENS	37.113.090,26	2.227.049,03	AJUSTES DE CREDITOS	5.771.017,94	14.605.031,64
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	72.552,73	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	124.994.239,79	121.439.162,37
AJUSTES DE CREDITOS	6.848.162,76	16.281.921,80	INCORPORACAO DE PASSIVOS	2.442.585.489,42	2.051.319.581,62
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	8.205.499,09	7.211.484,01	AJUSTES DE OBRIGACOES	382.738.435,21	391.233.286,47
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.888.115.206,78	1.806.359.942,99	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	231.852.951,45	30.730.363,63
AJUSTES DE OBRIGACOES	16.790.807,36	22.526.397,93	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	39.089.884,73	78.264.352,09
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	1.109.551,41	69.944.863,24	AJUSTES FINANCEIROS	245.913,07	37.909.246,76
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	69.594.744,14	49.834.241,84	AJUSTES NAO FINANCEIROS	38.843.971,66	40.355.105,33
AJUSTES FINANCEIROS	6.734.128,73	20.619.538,41	SUPERAVIT	0,00	0,00
AJUSTES NAO FINANCEIROS	62.860.615,41	29.214.703,43			
RESULTADO PATRIMONIAL	1.134.736.977,94	439.309.004,03			
DEFICIT	1.134.736.977,94	439.309.004,03			
VARIACOES ATIVAS	13.232.881.010,66	9.171.718.849,11	VARIACOES PASSIVAS	13.232.881.010,66	9.171.718.849,11

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	278.342.985.791,51	215.997.692.472,61	ORCAMENTARIAS	220.244.209.936,63	182.857.138.500,46
RECEITAS CORRENTES	34.169.216.034,03	39.990.161.002,36	DESPESAS CORRENTES	56.653.582.488,74	48.793.715.009,81
RECEITA TRIBUTARIA	472.293.225,23	508.115.422,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.170.068.074,93	8.142.878.726,28
RECEITA DE CONTRIBUICOES	6.568.970.328,57	4.540.913.390,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.435.909.993,15	40.617.775.959,47
RECEITA PATRIMONIAL	14.199.330.299,45	12.399.819.648,29	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	33.060.324,06
RECEITA INDUSTRIAL	58.211.725,90	49.275.749,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.679.201,91
RECEITA DE SERVICOS	9.593.049.153,59	8.600.542.619,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	28.381.122,15
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	36.628.133,86	46.148.288,75	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	47.604.420,66	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.111.970.237,79	13.737.384.685,20	DESPESAS DE CAPITAL	38.461.272.452,35	32.373.095.569,42
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	107.961.197,94	INVESTIMENTOS	2.242.647.317,24	1.523.179.386,60
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	36.410,00	INVERSOES FINANCEIRAS	36.218.615.705,89	30.849.540.270,37
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	198.579,30	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	375.912,45
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	103.572.876,19	INVESTIMENTOS	0,00	375.912,45
RECEITA DE SERVICOS	0,00	3.886.742,95	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	9.429,22	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	266.589,50	INTERFERENCIAS PASSIVAS	121.292.448.673,79	98.002.802.350,99
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	128.762.929,64	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	121.287.127.795,11	97.997.016.994,61
RECEITAS DE CAPITAL	15.968.506.033,14	2.817.722.755,00	REPASSE CONCEDIDO	32.225.953.591,81	26.769.223.984,09
OPERACOES DE CREDITO	0,00	29.499.752,19	SUB-REPASSE CONCEDIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45
ALIENACAO DE BENS	12.502.783.972,70	10.133.298,42	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	3.459.332.916,24	2.747.898.888,38	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.795.561.356,99	1.539.956.683,68
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.853.051,79	4.600.240,27	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	15.227.794.837,92	13.923.656.338,81
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.536.092,41	2.265.234,08	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	5.320.878,68	5.785.356,38
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	23.325.341,66	MUTACOES PASSIVAS	3.836.906.321,75	3.687.525.570,24
ALIENACAO DE BENS	0,00	23.325.341,66	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.677.863.487,63	3.576.229.597,08
DEDUCOES DA RECEITA	-283.800.911,25	-11.127.163.198,46	ALIENACAO DE BENS	23.804,30	74.621,27
INTERFERENCIAS ATIVAS	187.518.628.573,97	149.212.388.906,16	LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.983.936.471,13	2.093.585.858,91
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	187.513.307.695,29	149.206.603.549,78	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.457.814.407,44	1.420.733.330,84
REPASSE RECEBIDO	99.312.704.216,05	81.662.724.331,99	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	233.854.892,39	57.184.781,30
SUB-REPASSE RECEBIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	2.233.912,37	4.651.004,76
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58	INCORPORACOES DE PASSIVOS	159.042.834,12	111.295.973,16
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	13.797.582.636,04	6.902.421.475,87	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	127.905.662.592,92	112.079.894.528,71
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.365.202.834,81	4.877.277.753,89	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.003.731.836,28	2.811.832.901,27
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	5.320.878,68	5.785.356,38	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.766.387.278,42	2.581.669.479,43
MUTACOES ATIVAS	40.970.436.061,62	35.104.583.007,55	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	237.344.557,86	230.163.421,84
INCORPORACOES DE ATIVOS	33.382.217.700,45	28.391.815.050,75	INTERFERENCIAS PASSIVAS	30.876.106.434,85	38.617.937.255,44
AQUISICOES DE BENS	774.939.542,15	590.551.885,19	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	450.815.636,05	538.081.383,35
INCORPORACAO DE CREDITOS	32.033.227.913,73	27.276.906.323,42	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	902.693.480,90	752.722.064,27
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	574.050.244,57	524.356.842,14	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	29.327.148.922,19	37.154.089.398,86
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.588.218.361,17	6.712.767.956,80	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	195.448.395,71	173.044.408,96
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	109.488.739.667,25	103.691.317.736,94	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	94.025.824.321,79	70.650.124.372,00
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	261.977.444,73	250.351.127,63	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	66.068.816.882,43	46.578.976.784,24
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	259.905.323,03	243.312.876,71	BAIXA DE BENS IMOVEIS	135.586.233,25	184.629.705,30

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	2.072.121,70	7.038.250,92	BAIXA DE BENS MOVEIS	352.897.128,47	256.434.051,37
INTERFERENCIAS ATIVAS	23.833.818.130,11	34.775.732.410,85	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	6.851.024,80	285.198,35
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	161.180.454,77	114.213.549,42	BAIXA DE TITULOS E VALORES	15.386.886.026,03	12.651.712,37
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.121.767.722,35	5.070.387.284,96	BAIXA DE DIREITOS	50.186.596.469,88	46.124.976.116,85
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	20.355.421.557,28	29.418.087.167,51	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.591.760.569,23	10.688.793.787,94
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	195.448.395,71	173.044.408,96	DESVALORIZACAO DE BENS	239.353,31	7.803.969,15
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	85.392.944.092,41	68.665.234.198,46	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	7.079.607.022,24	7.579.477.303,24
INCORPORACOES DE ATIVOS	58.331.249.602,10	48.153.444.145,08	AJUSTES DE CREDITOS	3.509.251.984,97	3.100.130.810,93
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	100.682.225,59	155.122.092,71	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	2.662.208,71	1.381.704,62
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	273.405.205,57	252.011.143,80	INCORPORACAO DE PASSIVOS	17.312.414.600,87	12.291.158.664,14
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	4.356.015,48	135.648,92	AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	195.118,00
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	685.245.076,20	688.785.606,20	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.832.269,26	1.091.000.017,68
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	13.181.338.795,05	12.323.401.241,62	AJUSTES FINANCEIROS	25.041.800,29	1.070.552.378,20
INCORPORACAO DE DIREITOS	44.085.780.428,05	34.733.040.767,91	AJUSTES NAO FINANCEIROS	27.790.468,97	20.447.639,48
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	441.856,16	947.643,92	RESULTADO PATRIMONIAL	39.681.852.929,21	24.751.977.180,38
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	14.188.039.417,45	10.750.500.125,61	SUPERAVIT	39.681.852.929,21	24.751.977.180,38
REAVALIACOES DE BENS	1.845.549,63	67.017,28			
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	6.441.514.725,72	3.358.871.287,07			
AJUSTES DE CREDITOS	7.739.583.469,77	7.385.599.732,12			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	5.095.672,33	5.962.089,14			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	12.802.490.976,46	8.183.340.824,71			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	71.164.096,40	1.577.949.103,06			
AJUSTES FINANCEIROS	71.164.096,40	1.577.943.188,06			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	5.915,00			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	387.831.725.458,76	319.689.010.209,55	VARIACOES PASSIVAS	387.831.725.458,76	319.689.010.209,55

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	270.360.331.241,23	207.349.458.313,74	ORCAMENTARIAS	214.287.884.040,29	177.133.824.012,34
RECEITAS CORRENTES	32.227.386.835,02	37.269.981.114,20	DESPESAS CORRENTES	56.653.582.488,74	48.793.715.009,81
RECEITA TRIBUTARIA	472.293.225,23	508.115.422,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.170.068.074,93	8.142.878.726,28
RECEITA DE CONTRIBUICOES	5.592.566.118,22	3.639.838.949,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.435.909.993,15	40.617.775.959,47
RECEITA PATRIMONIAL	13.367.868.675,89	10.680.738.097,17	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	33.060.324,06
RECEITA INDUSTRIAL	58.211.725,90	49.275.749,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.679.201,91
RECEITA DE SERVICOS	9.592.230.403,59	8.599.723.838,05	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	28.381.122,15
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	36.628.133,86	46.148.288,75	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	47.604.420,66	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.978.904.669,97	13.638.214.289,56	DESPESAS DE CAPITAL	35.179.894.155,61	29.399.356.000,29
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	107.926.479,51	INVESTIMENTOS	2.242.647.317,24	1.523.179.386,60
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	36.410,00	INVERSOES FINANCEIRAS	32.937.237.409,15	27.875.800.701,24
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	174.322,63	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	375.912,45
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	103.572.876,19	INVESTIMENTOS	0,00	375.912,45
RECEITA DE SERVICOS	0,00	3.886.742,95	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	9.429,22	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	256.127,74	INTERFERENCIAS PASSIVAS	118.617.501.074,19	95.327.257.634,31
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	128.683.882,36	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	118.612.180.195,51	95.321.472.277,93
RECEITAS DE CAPITAL	15.866.174.099,20	2.727.678.638,50	REPASSE CONCEDIDO	32.225.953.591,81	26.769.223.984,09
OPERACOES DE CREDITO	0,00	29.499.752,19	SUB-REPASSE CONCEDIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45
ALIENACAO DE BENS	12.502.783.972,70	10.133.298,42	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	3.357.000.982,30	2.657.854.771,88	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.795.561.356,99	1.539.956.683,68
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.853.051,79	4.600.240,27	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	12.552.847.238,32	11.248.111.622,13
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.536.092,41	2.265.234,08	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	5.320.878,68	5.785.356,38
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	23.325.341,66	MUTACOES PASSIVAS	3.836.906.321,75	3.613.495.367,93
ALIENACAO DE BENS	0,00	23.325.341,66	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.677.863.487,63	3.502.199.394,77
DEDUCOES DA RECEITA	-265.371.315,16	-11.126.825.842,15	ALIENACAO DE BENS	23.804,30	74.621,27
INTERFERENCIAS ATIVAS	184.843.083.857,29	146.347.780.964,77	LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.983.936.471,13	2.019.555.656,60
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	184.837.762.978,61	146.341.995.608,39	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.457.814.407,44	1.420.733.330,84
REPASSE RECEBIDO	99.312.704.216,05	81.662.724.331,99	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	233.854.892,39	57.184.781,30
SUB-REPASSE RECEBIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	2.233.912,37	4.651.004,76
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58	INCORPORACOES DE PASSIVOS	159.042.834,12	111.295.973,16
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	11.122.037.919,36	4.037.813.534,48	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	112.333.484.395,44	102.110.386.421,95
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.365.202.834,81	4.877.277.753,89	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.003.731.836,28	2.811.832.901,27
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	5.320.878,68	5.785.356,38	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.766.387.278,42	2.581.669.479,43
MUTACOES ATIVAS	37.689.057.764,88	32.130.843.438,42	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	237.344.557,86	230.163.421,84
INCORPORACOES DE ATIVOS	33.382.217.700,45	28.391.815.050,75	INTERFERENCIAS PASSIVAS	28.201.920.770,12	34.939.640.181,74
AQUISICOES DE BENS	774.939.542,15	590.551.885,19	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	450.815.636,05	538.081.383,35
INCORPORACAO DE CREDITOS	32.033.227.913,73	27.276.906.323,42	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	902.096.363,82	709.900.826,55
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	574.050.244,57	524.356.842,14	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	26.653.560.374,54	33.518.613.562,88
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.306.840.064,43	3.739.028.387,67	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	195.448.395,71	173.044.408,96
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	94.882.727.783,51	95.765.835.125,06	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	81.127.831.789,04	64.358.913.338,94
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	261.977.444,73	250.351.127,63	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	58.326.297.678,06	42.430.703.619,26
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	259.905.323,03	243.312.876,71	BAIXA DE BENS IMOVEIS	135.586.233,25	184.629.705,30

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	2.072.121,70	7.038.250,92	BAIXA DE BENS MOVEIS	352.897.128,47	256.434.051,37
INTERFERENCIAS ATIVAS	23.082.827.369,26	33.740.970.563,34	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	6.851.024,80	285.198,35
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	161.180.454,77	114.213.549,42	BAIXA DE TITULOS E VALORES	15.386.886.026,03	12.651.712,37
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.121.767.722,35	4.954.434.710,39	BAIXA DE DIREITOS	42.444.077.265,51	41.976.702.951,87
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	19.604.430.796,43	28.499.277.894,57	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.591.086.920,75	10.683.144.797,91
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	195.448.395,71	173.044.408,96	DESVALORIZACAO DE BENS	239.353,31	7.803.969,15
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	71.537.922.969,52	61.774.513.434,09	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	7.079.607.022,24	7.579.477.303,24
INCORPORACOES DE ATIVOS	47.576.751.618,35	42.295.229.048,38	AJUSTES DE CREDITOS	3.508.578.336,49	3.094.481.820,90
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	100.682.225,59	155.122.092,71	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	2.662.208,71	1.381.704,62
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	273.405.205,57	252.011.143,80	INCORPORACAO DE PASSIVOS	12.157.614.920,97	10.153.869.786,09
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	4.356.015,48	135.648,92	AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	195.118,00
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	685.245.076,20	688.785.606,20	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.832.269,26	1.091.000.017,68
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	13.181.338.795,05	12.323.401.241,62	AJUSTES FINANCEIROS	25.041.800,29	1.070.552.378,20
INCORPORACAO DE DIREITOS	33.331.282.444,30	28.874.825.671,21	AJUSTES NAO FINANCEIROS	27.790.468,97	20.447.639,48
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	441.856,16	947.643,92	RESULTADO PATRIMONIAL	38.621.690.589,01	23.871.083.004,51
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	13.597.865.366,19	10.307.986.729,95	SUPERAVIT	38.621.690.589,01	23.871.083.004,51
REAVALIACOES DE BENS	1.845.549,63	67.017,28			
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	6.441.514.725,72	3.358.871.287,07			
AJUSTES DE CREDITOS	7.149.409.418,51	6.943.086.336,46			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	5.095.672,33	5.962.089,14			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	10.292.141.888,58	7.593.348.552,70			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	71.164.096,40	1.577.949.103,06			
AJUSTES FINANCEIROS	71.164.096,40	1.577.943.188,06			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	5.915,00			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	365.243.059.024,74	303.115.293.438,80	VARIACOES PASSIVAS	365.243.059.024,74	303.115.293.438,80

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	7.982.654.550,28	8.648.234.158,87	ORCAMENTARIAS	5.956.325.896,34	5.723.314.488,12
RECEITAS CORRENTES	1.941.829.199,01	2.720.179.888,16	DESPESAS DE CAPITAL	3.281.378.296,74	2.973.739.569,13
RECEITA DE CONTRIBUICOES	976.404.210,35	901.074.441,19	INVERSOES FINANCEIRAS	3.281.378.296,74	2.973.739.569,13
RECEITA PATRIMONIAL	831.461.623,56	1.719.081.551,12	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
RECEITA DE SERVICOS	818.750,00	818.781,78	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	133.065.567,82	99.170.395,64	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	34.718,43	MUTACOES PASSIVAS	0,00	74.030.202,31
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	24.256,67	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	74.030.202,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	10.461,76	LIQUIDACAO DE CREDITOS	0,00	74.030.202,31
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	79.047,28	0,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	15.572.178.197,48	9.969.508.106,76
RECEITAS DE CAPITAL	102.331.933,94	90.044.116,50	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.674.185.664,73	3.678.297.073,70
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	102.331.933,94	90.044.116,50	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	597.117,08	42.821.237,72
DEDUCOES DA RECEITA	-18.429.596,09	-337.356,31	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	2.673.588.547,65	3.635.475.835,98
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	12.897.992.532,75	6.291.211.033,06
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	7.742.519.204,37	4.148.273.164,98
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39	BAIXA DE DIREITOS	7.742.519.204,37	4.148.273.164,98
MUTACOES ATIVAS	3.281.378.296,74	2.973.739.569,13	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	673.648,48	5.648.990,03
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.281.378.296,74	2.973.739.569,13	AJUSTES DE CREDITOS	673.648,48	5.648.990,03
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	14.606.011.883,74	7.925.482.611,88	INCORPORACAO DE PASSIVOS	5.154.799.679,90	2.137.288.878,05
INTERFERENCIAS ATIVAS	750.990.760,85	1.034.761.847,51	RESULTADO PATRIMONIAL	1.060.162.340,20	880.894.175,87
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	115.952.574,57	SUPERAVIT	1.060.162.340,20	880.894.175,87
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	750.990.760,85	918.809.272,94			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	13.855.021.122,89	6.890.720.764,37			
INCORPORACOES DE ATIVOS	10.754.497.983,75	5.858.215.096,70			
INCORPORACAO DE DIREITOS	10.754.497.983,75	5.858.215.096,70			
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	590.174.051,26	442.513.395,66			
AJUSTES DE CREDITOS	590.174.051,26	442.513.395,66			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.510.349.087,88	589.992.272,01			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	22.588.666.434,02	16.573.716.770,75	VARIACOES PASSIVAS	22.588.666.434,02	16.573.716.770,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	870.452.903.839,08	776.028.681.052,93	ORCAMENTARIAS	562.154.779.736,45	492.498.760.426,46
RECEITAS CORRENTES	310.420.476.778,19	277.197.743.737,04	DESPESAS CORRENTES	460.211.665.855,46	408.168.159.813,88
RECEITA TRIBUTARIA	5.036.159.809,97	5.543.799.290,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.328.251.362,86	48.520.046.691,51
RECEITA DE CONTRIBUICOES	285.230.837.043,11	256.871.535.931,57	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.921.029,87	8.011.293,01
RECEITA PATRIMONIAL	6.026.949.460,99	5.226.273.074,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	401.833.952.095,47	352.911.261.420,97
RECEITA AGROPECUARIA	24.669.851,08	21.192.522,93	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	6.728.840.408,39
RECEITA INDUSTRIAL	697.974.771,46	513.567.139,07	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	6.176.967.373,34
RECEITA DE SERVICOS	2.877.622.622,55	2.508.383.748,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	551.873.035,05
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	349.885.705,51	111.502.043,13	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	7.041.541.367,26	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.311.787.697,07	6.314.402.095,98	DESPESAS DE CAPITAL	40.914.857.906,90	31.327.602.945,20
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	87.087.890,29	INVESTIMENTOS	33.031.815.729,78	25.764.025.852,76
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	238.191,83	INVERSOES FINANCEIRAS	4.819.638.320,13	4.054.338.834,93
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	34.118,51	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	16.419.616,54	51.576.814,52
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.431.605,02	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.457.661.442,99
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	68.765.786,61	INVESTIMENTOS	0,00	7.298.428,12
RECEITA DE SERVICOS	0,00	14.600.359,30	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.450.363.014,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	2.017.829,02	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	3.046.984.240,45	0,00
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.864.589.816,45	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	50.701.262.228,68	41.926.908.784,81
RECEITAS DE CAPITAL	390.652.752,65	437.210.079,42	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	50.701.262.228,68	41.926.908.784,81
OPERACOES DE CREDITO	0,00	3.360.420,18	REPASSE CONCEDIDO	1.191.068.496,59	1.616.997.404,03
ALIENACAO DE BENS	115.856.947,85	139.055.779,77	SUB-REPASSE CONCEDIDO	39.467.653.564,17	32.736.761.820,89
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	148.379.123,70	116.229.147,33	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.092.945.638,97	3.020.893.102,19
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	57.925.227,12	72.649.381,31	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.949.594.528,95	4.552.256.457,70
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	58.491.453,98	105.915.350,83	MUTACOES PASSIVAS	10.326.993.745,41	11.076.088.882,57
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	10.000.000,00	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.560.957.501,89	4.666.293.901,59
DEDUCOES DA RECEITA	-1.641.973.166,41	-1.607.432.831,38	ALIENACAO DE BENS	111.465.219,91	85.445.379,63
INTERFERENCIAS ATIVAS	508.092.188.876,77	455.098.667.766,79	LIQUIDACAO DE CREDITOS	288.440.240,46	242.809.429,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	508.092.188.876,77	455.098.667.766,79	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	2.474.748.967,00	2.224.118.371,41
REPASSE RECEBIDO	461.472.315.140,10	403.143.609.476,95	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.440.881.390,49	1.859.729.244,71
SUB-REPASSE RECEBIDO	39.467.653.564,17	32.736.761.820,89	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	245.421.684,03	254.191.476,83
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.681.350.734,27	15.897.715.860,36	INCORPORACOES DE PASSIVOS	5.766.036.243,52	6.409.794.980,98
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.470.869.438,23	3.320.580.608,59	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	793.118.271.898,06	736.276.048.877,00
MUTACOES ATIVAS	53.191.558.597,88	44.902.492.301,06	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	962.273.045,31	1.310.677.342,89
INCORPORACOES DE ATIVOS	15.912.434.877,39	16.371.520.883,15	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	962.273.045,31	1.289.513.792,51
AQUISICOES DE BENS	8.754.690.640,94	11.348.580.376,77	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	0,00	21.163.550,38
INCORPORACAO DE CREDITOS	7.056.894.459,09	4.935.277.225,48	INTERFERENCIAS PASSIVAS	600.349.526.507,98	551.218.225.069,05
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	92.578.452,31	67.942.347,64	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	870.848.403,22	1.349.740.451,69
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	8.271.325,05	19.720.933,26	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	314.916.970.568,87	280.721.985.004,47
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	37.279.123.720,49	28.530.971.417,91	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	284.561.707.535,89	269.146.499.612,89
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	520.709.546.451,42	485.811.435.513,97	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	191.806.472.344,77	183.747.146.465,06
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.816.585.509,57	3.585.133.892,13	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	114.520.218.793,75	136.503.665.884,09
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	2.579.005.896,22	3.314.385.207,46	BAIXA DE BENS IMOVEIS	9.854.759.605,56	5.674.953.022,49

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	237.579.613,35	270.748.684,67	BAIXA DE BENS MOVEIS	4.678.828.841,76	4.047.691.839,76
INTERFERENCIAS ATIVAS	300.085.805.803,07	283.449.079.459,32	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	9.054.602,69	3.193.107,50
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	870.986.475,35	1.349.780.368,74	BAIXA DE TITULOS E VALORES	535.459.798,96	824.928.935,41
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	39.287.059.817,10	35.586.108.532,66	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	80.885.700,98	85.332.789,75
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	259.927.759.510,62	246.513.190.557,92	BAIXA DE DIREITOS	99.361.230.243,80	125.867.566.189,18
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	217.807.155.138,78	198.777.222.162,52	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.906.666.990,06	5.666.145.643,60
INCORPORACOES DE ATIVOS	139.117.326.763,42	145.822.166.992,16	DESVALORIZACAO DE BENS	807.144.862,33	4.956.808.784,87
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	9.742.706.591,37	4.304.693.621,82	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	1.472.468,16	59.414,79
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	4.573.414.901,66	3.680.608.465,62	AJUSTES DE CREDITOS	347.584.020,00	113.681.431,14
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	43.779.763,09	35.534.161,44	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	60.693,58	0,00
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	408.878.244,38	540.405.025,24	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	750.404.945,99	595.531.060,17
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	85.332.724,75	90.773.454,99	INCORPORACAO DE PASSIVOS	73.438.527.120,79	39.678.741.172,25
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	1.451.118,04	0,00	AJUSTES DE OBRIGACOES	677.534.483,12	804.068.429,90
INCORPORACAO DE DIREITOS	124.102.398.977,45	137.110.323.986,11	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	327.398.027,09	71.631.125,00
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	153.282.190,63	57.043.778,97	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	936.126.929,96	1.022.894.210,22
DIFERIDO	6.082.252,05	2.784.497,97	AJUSTES FINANCEIROS	346.131.309,94	496.465.738,73
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	22.323.322.635,35	10.911.095.239,38	AJUSTES NAO FINANCEIROS	589.995.620,02	526.428.471,49
REAVALIACOES DE BENS	21.094.758.184,33	10.057.285.811,10	RESULTADO PATRIMONIAL	35.889.398.655,99	33.065.307.263,44
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	2.499.117,01	184.062,26	SUPERAVIT	35.889.398.655,99	33.065.307.263,44
AJUSTES DE CREDITOS	1.181.277.506,02	811.737.693,95			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	44.787.827,99	41.887.672,07			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	54.913.097.205,00	40.716.051.705,49			
AJUSTES DE OBRIGACOES	33.277.538,47	33.763.525,95			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	1.785.526,71	70.027.889,15			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.418.345.469,83	1.224.116.810,39			
AJUSTES FINANCEIROS	904.050.141,76	925.505.921,36			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	514.295.328,07	298.610.889,03			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	1.391.162.450.290,50	1.261.840.116.566,90	VARIACOES PASSIVAS	1.391.162.450.290,50	1.261.840.116.566,90

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	840.366.475.694,86	757.495.934.597,81	DESPESAS CORRENTES	578.957.179.181,79	552.718.847.349,64
RECEITA TRIBUTARIA	368.722.141.105,56	347.252.201.457,57	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.827.266.655,49	125.778.481.806,04
RECEITA DE CONTRIBUICOES	300.892.700.476,41	281.775.459.216,48	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	135.049.686.381,13	131.114.378.907,09
RECEITA PATRIMONIAL	61.101.456.041,33	48.537.654.154,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	304.271.214.300,67	286.733.824.317,33
RECEITA AGROPECUARIA	717.143,03	523.427,41	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	217.294.163.676,10	202.677.949.159,96
RECEITA DE SERVICOS	35.688.763.800,86	37.035.290.685,46	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.383.174.371,32	1.103.078.705,23
OUTRAS TRANSFERENCIAS	476.603.658,84	302.189.282,03	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.832.179,83	1.401.245,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.929.176.573,29	29.241.691.285,43	OUTRAS DESPESAS	85.591.044.073,42	82.951.395.206,26
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	13.350.925.088,97	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	9.092.162.319,18
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	3.420.080,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.858.431.431,64
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	13.279.316.900,01	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	233.730.887,54
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	4.138.396,59	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	10.809.011.844,50	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	1.696,41	DESPESAS DE CAPITAL	664.596.963.729,39	603.449.906.204,30
RECEITA DE SERVICOS	0,00	22.889.690,42	INVESTIMENTOS	31.330.755.271,24	21.094.910.548,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	41.158.324,75	INVERSOES FINANCEIRAS	12.470.719.331,04	4.545.503.362,90
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	13.554.916.895,54	0,00	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	620.506.275.800,71	577.287.703.813,45
RECEITAS DE CAPITAL	784.887.491.130,15	665.652.174.705,94	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	521.788.479,48
OPERACOES DE CREDITO	551.443.458.584,75	566.508.617.064,56	INVESTIMENTOS	0,00	44.358.509,00
ALIENACAO DE BENS	1.602.369.007,97	1.789.765.399,14	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	477.429.970,48
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	32.834.573.140,30	37.014.318.419,89	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	289.213.326,40	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	179.521.912,63	37.981.295,86	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	5.470.490.634.395,61	4.842.155.785.649,43
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	196.443.948.158,59	58.850.856.181,35	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	3.592.042.962.629,87	3.170.453.953.870,69
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.450.636.345,14	COTA CONCEDIDA	1.707.448.884.515,95	1.547.177.834.948,09
OPERACOES DE CREDITO	0,00	1.450.636.345,14	REPASSE CONCEDIDO	596.164.435.045,94	521.499.507.472,72
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	2.383.620.325,91	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.039.643.924.812,14	969.351.291.186,53
DEDUCOES DA RECEITA	-34.980.055.673,36	-29.859.470.802,34	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	1.039.643.924.812,14	969.351.291.186,53
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	5.254.196.394.667,65	4.649.679.113.645,12	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	50.172.056.865,95	86.745.483.272,10
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	3.068.425.856.081,60	2.706.072.608.333,54	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	198.613.661.389,89	45.679.836.991,25
COTA RECEBIDA	1.707.448.884.515,95	1.547.177.834.948,09	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	15.889.981.958,01	4.827.384.744,22
REPASSE RECEBIDO	68.796.437.778,19	65.079.395.051,90	INCORPORACAO DE RECEITA	1.544.818.628,37	1.751.605.740,28
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.039.643.924.812,14	969.351.291.186,53	TRANSFERENCIA DE CREDITOS FINANCEIROS	14.345.163.329,64	3.075.779.003,94
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	1.039.643.924.812,14	969.351.291.186,53	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.862.557.689.807,73	1.666.874.447.034,52
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	40.581.630.491,60	68.506.195.721,74	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	7.500.960.252,43	8.209.458.276,82
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	211.954.978.483,72	55.957.891.425,28	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	5.567.830.646,21	5.619.764.406,00
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	15.889.981.958,01	4.827.384.744,22	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.933.129.606,22	2.589.693.870,82
DESINCORPORACAO DE RECEITA	1.544.818.628,37	1.751.605.740,28	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.855.056.729.555,30	1.658.664.988.757,70
TRANSFERENCIA DE DEBITOS FINANCEIROS	14.345.163.329,64	3.075.779.003,94	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.536.817.115.295,14	3.103.113.312.493,75
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.169.880.556.628,04	1.938.779.120.567,36	VALORES EM CIRCULACAO	380.850.024.386,47	179.174.044.377,10
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	4.025.853.897,12	2.685.804.622,05	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.016.052.612,00	6.033.407.005,60
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	569.146.921,87	595.877.795,31	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	373.423.768.531,12	171.902.507.680,00
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.456.706.975,25	2.089.926.826,74	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.220.538.653,03	1.042.077.857,10
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	2.165.854.702.730,92	1.936.093.315.945,31	CREDITOS TRIBUTARIOS	747.228,08	671.836,84

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.526.999.243.146,68	3.115.090.378.645,37	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	307.008,48	262.904,66
VALORES EM CIRCULACAO	179.187.230.052,09	707.430.755.046,31	OUTROS CREDITOS	307.008,48	262.904,66
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.033.407.005,60	7.856.801.871,24	RECURSOS VINCULADOS	107.721.414,80	109.776.712,47
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	171.902.507.680,00	698.327.554.907,44	RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	80.881.283,28	85.332.724,75
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.042.077.857,10	1.041.560.413,24	RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68
CREDITOS TRIBUTARIOS	671.836,84	3.010.834,37	VALORES A CLASSIFICAR	1.304.806.408,11	3.126.031.300,83
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	262.904,66	490.983,05	RECEITA A CLASSIFICAR	1.304.806.408,11	3.126.031.300,83
OUTROS CREDITOS	262.904,66	490.983,05	RESTITUICOES DA GR	0,00	1.300,26
RECURSOS VINCULADOS	122.962.387,46	110.552.902,53	COMPENSACOES	644.365.566,04	2.859.179.508,87
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	85.332.724,75	90.773.454,99	RETIFICACOES DARF	660.440.842,07	266.850.491,70
RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	9.679,45	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	257.634.806.239,46	664.542.091.370,37
VALORES A CLASSIFICAR	793.891.843,65	1.304.806.408,11	VALORES DIFERIDOS	257.634.806.239,46	664.542.091.370,37
RECEITA A CLASSIFICAR	793.891.843,65	1.304.806.408,11	DEPOSITOS	27.077.394.327,72	14.274.926.199,63
RESTITUICOES DA GR	-333.725,29	0,00	CONSIGNACOES	12.418.835,88	12.086.948,92
COMPENSACOES	131.647.513,35	644.365.566,04	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	26.631.530.998,55	13.889.525.485,18
RETIFICACOES DARF	662.578.055,59	660.440.842,07	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.459.215,46	91.422.955,15
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	254.571.440.276,32	673.210.806.279,30	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	313.307.204,07	253.953.824,46
VALORES DIFERIDOS	254.571.440.276,32	673.210.806.279,30	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.678.073,76	27.936.985,92
DEPOSITOS	7.595.626.754,19	27.077.394.327,72	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	333.932.383.563,18	847.818.612.898,84
CONSIGNACOES	17.370.956,87	12.418.835,88	FORNECEDORES	3.104.701.698,02	3.797.537.268,18
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.414.116.975,42	26.631.530.998,55	DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.117.837.902,16	1.452.010.866,14
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.473.684,45	91.459.215,46	CONVENIOS A PAGAR	803.480.527,28	1.251.512.186,98
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	44.148.978,78	313.307.204,07	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	342.991.069,78	275.545.877,21
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.516.158,67	28.678.073,76	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	1.914.144,83	842.389,61
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	575.279.578.488,25	335.849.796.647,61	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	107.068.034,69	178.203.980,96
FORNECEDORES	3.156.417.269,53	3.104.701.698,02	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	504.748.849,66	403.794.282,28
DO EXERCICIO	602.022.674,24	701.590.787,93	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	226.661.169,62	235.127.685,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	631.060.885,44	416.247.114,23	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	500.000,00
CONVENIOS A PAGAR	618.910.714,82	803.480.527,28	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	46.436.668,27	92.817.873,76
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	201.977.675,74	342.991.069,78	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	72.368.462.121,16	64.517.122.439,80
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	152.427,37	1.914.144,83	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.151.510.233,42	1.309.719.673,48
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	89.006.113,56	107.068.034,69	VALORES EM TRANSITO	1.369.920,85	1.873.245,76
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	581.809.313,08	504.748.849,66	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.398,42	465,63
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	430.401.643,09	226.661.169,62	RESTITUICOES DE RECEITAS A PAGAR	0,00	65.469,45
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	1.075.822,19	0,00	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	44.005.119.443,40	38.895.985.949,61
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	62.711.406,72	46.436.668,27	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	203.547.516.106,89	734.833.842.694,36
RESTOS A PAGAR	100.090.535.797,12	81.752.820.641,49	RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG	27.513,53	39.077,71
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	90.327.903.599,72	72.368.462.121,16	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.061.251.982,38	3.151.433.113,45
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	3.003.879.725,93	0,00	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	614.978.812,80	304.027.338,18
CANCELADO	6.758.752.471,47	9.384.358.520,33	OUTROS DEBITOS	74.188.028,86	143.627.923,53
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.063.001.962,00	1.151.510.233,42	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	7.728.429.038,73	260.725.042,93
VALORES EM TRANSITO	2.252.486,27	1.369.920,85	OUTRAS OBRIGACOES	228.388.596,45	509.795.323,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.262,66	3.398,42	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	1.676.528.376,11	2.213.169.156,56
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	66.870.688.616,13	44.005.119.443,40	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	1.297.921.176,55	1.696.394.436,19
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	390.875.493.791,92	203.547.516.106,89	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	378.607.199,56	516.774.720,37
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	5.817,86	27.513,53	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	534.341.171.994,09	1.391.964.437.190,42
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	4.488.749.473,24	1.061.251.982,38	BAIXA DE DIREITOS	82.543.937.087,03	606.507.580.405,73
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	781.606.654,54	614.978.812,80	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	82.315.421.262,76	605.481.485.292,11
OUTROS DEBITOS	46.601.779,18	74.188.028,86	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	228.515.824,27	1.026.095.113,62
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	7.228.829.953,05	261.483.602,83	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	443.045.711.890,30	241.489.377.482,12
PROVISOES FINANCEIRAS	3.889,80	0,00	EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	1.046,92
OUTRAS OBRIGACOES	612.674.328,23	228.388.596,45	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	442.968.859.472,70	241.346.115.760,83
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	321.515.748,20	486.836.520,31	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	76.852.417,60	143.260.674,37
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	321.515.748,20	486.836.520,31	AJUSTES DE OBRIGACOES	8.751.523.016,76	543.967.479.302,57
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	509.249.959.983,98	1.369.729.983.416,01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00	6.641.648,93
INCORPORACAO DE DIREITOS	366.047.250.053,89	164.287.932.877,80	VARIACAO CAMBIAL	1.112.866.095,13	39.776.151,69
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	365.737.020.275,71	163.613.460.578,80	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	7.638.656.921,63	543.921.061.501,95
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	310.229.778,18	674.472.299,00			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	135.261.817.028,50	663.117.888.334,30			
EXERCICIOS ANTERIORES	293.583.281,48	200.721.299,19			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	134.724.307.181,32	662.723.045.266,26			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	243.926.565,70	194.121.768,85			
AJUSTES DE CREDITOS	7.940.892.901,59	542.324.162.203,91			
VARIACAO CAMBIAL	1.239.248.523,30	438.981.109,56			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	6.701.644.378,29	541.885.181.094,35			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	445.740.293.743,64	389.120.014.648,86	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	566.347.950.107,69	445.740.293.743,64
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	259.620.912.399,05	200.267.030.859,85	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	274.930.260.904,26	259.620.912.399,05
INSS	9.598.171.046,49	5.963.443.219,60	INSS	14.151.381.921,22	9.598.171.046,49
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	155.248.054.066,40	154.541.346.302,79	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	257.750.411.369,27	155.248.054.066,40
APLICACOES FINANCEIRAS	29.165.878,28	28.179.687,65	APLICACOES FINANCEIRAS	29.198.049,04	29.165.878,28
OUTRAS DISPONIBILIDADES	21.243.990.353,42	28.320.014.578,97	OUTRAS DISPONIBILIDADES	19.486.697.863,90	21.243.990.353,42
INGRESSOS	8.817.209.842.709,62	9.547.178.145.440,76	DISPENDIOS	8.817.209.842.709,62	9.547.178.145.440,76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	1.169.407.898.865,45	1.074.683.839.337,21	DESPESAS CORRENTES	1.080.274.157.884,36	1.009.680.722.173,33
RECEITA TRIBUTARIA	374.230.594.140,76	353.304.116.171,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	189.325.586.093,28	182.441.407.223,83
RECEITA DE CONTRIBUICOES	592.692.507.848,09	543.187.908.538,51	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	135.057.607.411,00	131.122.390.200,10
RECEITA PATRIMONIAL	81.327.735.801,77	66.163.746.877,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	753.541.076.389,29	680.262.861.697,77
RECEITA AGROPECUARIA	25.386.994,11	21.715.950,34	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	249.080.494.325,17	230.352.198.413,75
RECEITA INDUSTRIAL	756.186.497,36	562.842.888,13	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.449.122.119,30	1.170.781.187,53
RECEITA DE SERVICOS	48.159.435.577,00	48.144.217.053,98	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	310.404.068.755,91	274.198.767.647,88
OUTRAS TRANSFERENCIAS	863.117.498,21	459.839.613,91	OUTRAS DESPESAS	192.607.391.188,91	174.541.114.448,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71.352.934.508,15	49.293.478.066,61	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	15.854.063.051,63
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	13.545.974.177,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	15.040.078.006,89
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	3.694.682,62	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	813.985.044,74
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	13.279.351.018,52	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	2.349.887.990,79	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	5.768.580,91	DESPESAS DE CAPITAL	741.579.473.762,73	667.150.604.718,92
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	172.340.359,21	INVESTIMENTOS	66.605.218.318,26	48.382.115.787,83
RECEITA DE SERVICOS	0,00	41.376.792,67	INVERSOES FINANCEIRAS	53.508.973.357,06	39.449.382.468,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	43.442.743,27	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	620.522.695.417,25	577.339.280.627,97
RECEITAS DE CAPITAL	798.853.029.590,03	668.907.107.540,36	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.979.825.834,92
OPERACOES DE CREDITO	551.443.458.584,75	566.541.477.236,93	INVESTIMENTOS	0,00	52.032.849,57
ALIENACAO DE BENS	14.221.009.928,52	1.938.954.477,33	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.927.792.985,35
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	36.442.285.180,24	39.878.446.455,60	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	942.586.670,16	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	242.300.191,54	115.230.917,44	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.900.434.595.142,29	3.427.953.376.698,76
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	196.503.975.704,98	58.959.036.766,26	VALORES EM CIRCULACAO	525.941.839.436,15	309.016.842.127,14
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.473.961.686,80	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.030.646.391,31	6.050.768.837,52
OPERACOES DE CREDITO	0,00	1.450.636.345,14	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	485.737.985.652,63	266.402.047.316,52
ALIENACAO DE BENS	0,00	23.325.341,66	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.248.200.119,50	1.065.648.701,05
DEDUCOES DA RECEITA	-36.905.829.751,02	-42.594.066.832,18	CREDITOS TRIBUTARIOS	348.880.912,00	333.486.382,54
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.935.886.040.306,73	3.472.306.509.901,09	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	400.736.547,87	282.964.077,33
VALORES EM CIRCULACAO	309.030.015.276,77	837.678.065.972,74	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	13.381.627,25	14.779.796,64
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.050.768.837,52	7.866.604.529,27	OUTROS CREDITOS	13.381.627,25	14.779.796,64
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	266.402.047.316,52	789.971.431.236,79	RECURSOS VINCULADOS	1.401.284.893,42	1.335.718.786,04
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.065.648.701,05	1.058.084.579,80	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	30.649.432.803,44	33.362.111.215,50
CREDITOS TRIBUTARIOS	333.486.382,54	364.934.947,37	RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	80.881.283,28	85.332.724,75
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	282.964.077,33	94.149.612,87	RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.779.796,64	19.176.850,84	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	30.401.549,77	83.976.633,57
OUTROS CREDITOS	14.779.796,64	19.176.850,84	VALORES A CLASSIFICAR	1.490.361.251,00	3.255.049.346,11
RECURSOS VINCULADOS	1.348.891.935,67	1.312.286.276,16	RECEITA A CLASSIFICAR	1.490.361.251,00	3.255.049.346,11
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	RESTITUICOES DA GR	0,00	1.300,26
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	85.332.724,75	90.773.454,99	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	185.554.842,89	129.028.267,87
RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	9.679,45	COMPENSACOES	644.365.566,04	2.859.179.508,87
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	83.976.633,57	61.135.200,07	RESTITUICOES	0,00	-10.222,59
VALORES A CLASSIFICAR	974.586.529,19	1.490.361.251,00	RETIFICACOES DARF	660.440.842,07	266.850.491,70
RECEITA A CLASSIFICAR	974.586.529,19	1.490.361.251,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	284.946.765.431,32	696.509.629.667,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RESTITUICOES DA GR	-333.725,29	0,00	VALORES DIFERIDOS	284.946.688.005,67	696.509.552.242,13
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	180.694.685,54	185.554.842,89	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	77.425,65	77.425,65
COMPENSACOES	131.647.513,35	644.365.566,04	DEPOSITOS	31.490.265.126,97	18.056.027.719,08
RETIFICACOES DARF	662.578.055,59	660.440.842,07	CONSIGNACOES	150.952.498,86	35.044.885,82
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	284.946.765.431,32	696.509.629.667,78	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	30.634.382.088,37	17.366.907.150,27
VALORES DIFERIDOS	284.946.688.005,67	696.509.552.242,13	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.459.215,46	91.422.955,15
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	77.425,65	77.425,65	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	584.793.250,52	534.715.741,92
DEPOSITOS	16.138.737.291,42	31.490.265.126,97	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.678.073,76	27.936.985,92
CONSIGNACOES	96.372.983,32	150.952.498,86	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	416.743.950.637,49	922.022.569.359,43
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	15.547.889.194,07	30.634.382.088,37	FORNECEDORES	7.903.065.132,15	10.802.658.539,86
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.473.684,45	91.459.215,46	DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.205.541.172,34	3.339.488.067,35
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	374.485.270,91	584.793.250,52	CONVENIOS A PAGAR	2.142.269.125,49	4.051.399.191,33
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.516.158,67	28.678.073,76	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	501.425.011,37	286.485.139,51
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	680.166.349.518,97	424.972.374.940,42	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	8.699.274,78	108.969.898,82
FORNECEDORES	6.983.309.419,29	7.903.065.132,15	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	5.310.537,83	4.239.247,49
DO EXERCICIO	1.476.483.389,58	1.573.463.879,90	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.887.816.084,13	2.065.747.587,04
DE EXERCICIOS ANTERIORES	864.150.950,00	632.077.292,44	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	26.220.096,97	32.627.239,05
CONVENIOS A PAGAR	1.609.255.658,93	2.142.269.125,49	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	880.694.192,26	675.639.216,12
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	326.644.175,06	501.425.011,37	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	245.089.636,98	237.562.953,15
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	500.000,00
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	1.084.750,84	5.310.537,83	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	500.298.896,41	509.026.654,89
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.154.754.253,46	1.887.816.084,13	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	116.937.762.548,58	103.282.259.889,53
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	29.737.100,17	26.220.096,97	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	69.047.000,00	115.960.200,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	983.685.332,54	880.694.192,26	EM CONTRATOS	69.047.000,00	115.960.200,00
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	432.824.573,98	245.089.636,98	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.823.484.452,79	1.309.720.673,48
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	1.389.450,99	0,00	VALORES EM TRANSITO	3.464.524,19	3.715.496,78
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	1.216.160,21	0,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.072.916,88	1.612.886,81
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	331.563.356,81	500.298.896,41	RESTITUICOES DE RECEITAS A PAGAR	0,00	65.469,45
RESTOS A PAGAR	162.225.282.085,69	132.038.062.615,38	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	45.469.633.865,82	39.958.526.102,91
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	146.547.658.788,45	116.937.762.548,58	BENEFICIOS A PAGAR	13.424.761.594,04	12.738.981.152,65
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	3.853.684.258,43	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	218.697.435.660,34	746.763.794.690,60
CANCELADO	11.823.939.038,81	15.100.300.066,80	RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG	27.513,53	39.077,71
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	70.890.550,00	69.047.000,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	85.332.724,75	90.773.454,99
EM CONTRATOS	70.890.550,00	69.047.000,00	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.061.251.982,38	3.151.433.113,45
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	2.579.516.209,28	1.823.484.452,79	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	614.978.812,80	304.027.338,18
VALORES EM TRANSITO	3.971.332,77	3.464.524,19	OUTROS DEBITOS	219.822.474,33	291.340.358,82
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	870.015,53	6.072.916,88	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	8.640.088.970,99	1.770.487.799,04
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	68.936.883.907,72	45.469.633.865,82	PROVISOES FINANCEIRAS	1.708.752,39	1.331.902,48
BENEFICIOS A PAGAR	15.831.544.474,93	13.424.761.594,04	OUTRAS OBRIGACOES	1.285.712.815,12	926.814.557,80
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	408.355.390.437,47	218.697.435.660,34	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	5.434.282.285,80	6.087.369.468,99
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	5.817,86	27.513,53	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	4.064.308.454,97	4.278.063.915,62
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	962.265.013,09	1.289.510.640,51

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	4.488.749.473,24	1.061.251.982,38	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	407.708.817,74	519.794.912,86
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	781.606.654,54	614.978.812,80	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	634.387.130.973,56	1.473.005.889.010,23
OUTROS DEBITOS	306.913.892,76	219.822.474,33	BAIXA DE DIREITOS	132.277.996.727,76	667.626.779.745,41
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	8.114.332.316,24	1.768.213.207,12	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	131.211.814.748,35	666.195.224.929,01
PROVISOES FINANCEIRAS	1.158.393,47	1.708.752,39	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	1.066.181.979,41	1.431.554.816,40
OUTRAS OBRIGACOES	1.073.479.898,09	1.285.712.815,12	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	492.717.717.387,92	259.731.139.375,84
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	1.419.841.773,84	1.979.743.199,54	EXERCICIOS ANTERIORES	35,76	1.046,92
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.012.132.956,10	1.459.948.286,68	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	492.397.177.012,13	258.897.081.849,84
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	407.708.817,74	519.794.912,86	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	320.540.340,03	834.056.479,08
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	643.209.744.485,22	1.478.186.069.742,64	AJUSTES DE OBRIGACOES	9.391.416.857,88	545.647.969.888,98
INCORPORACAO DE DIREITOS	458.750.387.435,84	246.995.145.017,31	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	218.771,61	8.294.750,22
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	444.302.256.115,30	233.406.064.247,53	VARIACAO CAMBIAL	1.324.430.418,00	72.966.261,65
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	14.448.131.320,54	13.589.080.769,78	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	8.066.767.668,27	545.566.708.877,11
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	175.306.158.174,35	686.267.215.463,74			
EXERCICIOS ANTERIORES	900.506.371,99	1.422.290.441,63			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	174.161.570.224,00	684.646.110.555,99			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	244.081.578,36	198.814.466,12			
AJUSTES DE CREDITOS	9.153.198.875,03	544.923.709.261,59			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	265.557,23	346.129,29			
VARIACAO CAMBIAL	1.448.872.788,41	500.476.784,46			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	7.704.060.529,39	544.422.886.347,84			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	530.259.840.175,83	461.741.153.820,36	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	675.212.752.397,64	530.259.840.175,83
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	292.947.252.573,14	227.869.023.529,16	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	323.685.048.096,12	292.947.252.573,14
INSS	9.598.171.046,49	5.963.443.219,60	INSS	14.151.381.921,22	9.598.171.046,49
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	155.248.054.066,40	154.541.346.302,79	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	257.750.411.369,27	155.248.054.066,40
APLICACOES FINANCEIRAS	42.308.989.244,34	37.431.408.488,07	APLICACOES FINANCEIRAS	48.248.765.257,44	42.308.989.244,34
OUTRAS DISPONIBILIDADES	30.157.373.245,46	35.935.932.280,74	OUTRAS DISPONIBILIDADES	31.377.145.753,59	30.157.373.245,46
INGRESSOS	4.397.500.979.187,02	5.635.044.543.766,84	DISPENDIOS	4.397.500.979.187,02	5.635.044.543.766,84

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	308.147.490.075,79	275.510.664.630,13	DESPESAS CORRENTES	428.942.540.130,18	379.933.972.805,01
RECEITA TRIBUTARIA	5.036.159.428,78	5.543.792.222,96	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.362.653.150,29	34.723.108.616,58
RECEITA DE CONTRIBUICOES	285.227.653.488,26	256.868.634.861,41	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	496.433,37	485.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.913.016.514,83	5.127.496.293,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	387.918.367.585,47	340.719.428.480,72
RECEITA AGROPECUARIA	7.165.784,91	7.126.585,42	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	28.696.227.372,93	25.405.947.979,45
RECEITA INDUSTRIAL	87.407.127,32	80.944.906,64	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	50.355.520,23	42.424.913,58
RECEITA DE SERVICOS	2.126.437.313,25	1.887.492.684,83	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	310.383.217.016,13	274.181.213.162,59
OUTRAS TRANSFERENCIAS	81.655.284,33	62.565.221,31	OUTRAS DESPESAS	48.788.567.676,18	41.089.842.425,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.864.776.409,89	5.923.462.080,50	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	4.490.950.707,71
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	9.149.773,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.154.532.680,24
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	238.191,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	336.418.027,47
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	852,31	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	4.661.022.961,05	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	863.018,47	DESPESAS DE CAPITAL	33.131.397.361,70	23.367.862.013,66
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	3.965.285,85	INVESTIMENTOS	26.086.254.668,36	19.336.853.648,21
RECEITA DE SERVICOS	0,00	3.115.635,89	INVERSOES FINANCEIRAS	4.007.994.720,35	2.613.849.508,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	966.789,48	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	389.859,13	515.000,00
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.803.218.724,22	0,00	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.416.643.856,74
RECEITAS DE CAPITAL	289.566.590,78	339.267.756,34	INVESTIMENTOS	0,00	846.972,17
OPERACOES DE CREDITO	0,00	3.360.420,18	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.415.796.884,57
ALIENACAO DE BENS	91.660.893,89	110.268.938,66	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.036.758.113,86	0,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	148.379.123,70	116.229.147,33	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	621.471.865.896,92	563.584.442.904,04
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.411.915,13	3.493.899,34	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	37.479.987.725,86	31.662.436.961,77
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	48.114.658,06	105.915.350,83	REPASSE CONCEDIDO	974.020.825,07	1.223.034.069,59
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			SUB-REPASSE CONCEDIDO	26.864.538.319,10	23.111.054.641,86
DEDUCOES DA RECEITA	-1.568.214.841,39	-1.565.204.720,77	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	26.864.538.319,10	23.111.054.641,86
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	748.701.460.716,18	680.795.254.650,11	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.054.977.489,48	2.954.837.763,50
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	465.180.317.653,69	417.324.921.403,32	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.586.451.092,21	4.373.510.486,82
REPASSE RECEBIDO	431.426.137.606,22	375.198.370.822,77	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	583.991.878.171,06	531.922.005.942,27
SUB-REPASSE RECEBIDO	26.864.538.319,10	23.111.054.641,86	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	3.518.309.571,16	3.182.054.673,12
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	26.864.538.319,10	23.111.054.641,86	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.776.510.431,58	2.863.070.189,52
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.615.822.338,83	15.777.415.061,25	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.741.799.139,58	318.984.483,60
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.273.819.389,54	3.238.080.877,44	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	580.473.568.599,90	528.739.951.269,15
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	283.521.143.062,49	263.470.333.246,79	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	194.860.187.832,34	178.607.620.596,95
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	4.864.311.707,71	4.385.567.305,54	VALORES EM CIRCULACAO	72.844.668.659,20	60.053.129.280,61
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.482.596.080,94	3.272.321.186,66	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	71.635.000.071,01	58.843.181.610,75
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	381.715.626,77	1.113.246.118,88	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	2.200,00	0,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	278.656.831.354,78	259.084.765.941,25	CREDITOS TRIBUTARIOS	3.131.996,20	3.165.230,68
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	217.858.775.806,73	192.002.416.694,79	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	10.105,18	10.105,18
VALORES EM CIRCULACAO	60.053.050.358,53	61.021.875.106,46	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.482.322,79	1.456.450,44
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	58.843.181.610,75	59.813.751.230,59	OUTROS CREDITOS	1.482.322,79	1.456.450,44
CREDITOS TRIBUTARIOS	3.165.230,68	583.310,74	RECURSOS VINCULADOS	1.177.016.951,47	1.177.064.461,27
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	10.105,18	10.105,18	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	28.025.012,55	28.251.422,29

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.456.450,44	2.259.901,30	VALORES A CLASSIFICAR	96.652.189,08	106.387.757,11
OUTROS CREDITOS	1.456.450,44	2.259.901,30	RECEITA A CLASSIFICAR	96.652.189,08	106.387.757,11
RECURSOS VINCULADOS	1.176.985.539,19	1.177.019.136,36	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	96.652.189,08	106.387.757,11
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	28.251.422,29	28.251.422,29	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.647.330.395,99	19.707.072.328,55
VALORES A CLASSIFICAR	128.310.335,27	96.652.189,08	VALORES DIFERIDOS	7.647.329.876,36	19.707.071.808,92
RECEITA A CLASSIFICAR	128.310.335,27	96.652.189,08	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	128.310.335,27	96.652.189,08	DEPOSITOS	4.047.273.980,01	3.529.463.169,40
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	9.824.532.489,28	7.476.694.411,46	CONSIGNACOES	5.982.748,13	8.443.710,70
VALORES DIFERIDOS	9.824.531.969,65	7.476.693.891,83	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.832.536.071,67	3.402.352.338,83
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	208.755.160,21	118.667.119,87
DEPOSITOS	4.565.459.686,19	4.047.273.980,01	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	51.546.254.615,59	44.777.252.582,07
CONSIGNACOES	16.028.317,60	5.982.748,13	FORNECEDORES	1.262.892.705,81	2.764.023.614,24
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.285.563.460,46	3.832.536.071,67	DE EXERCICIOS ANTERIORES	589.566.532,04	1.474.019.358,03
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	263.867.908,13	208.755.160,21	CONVENIOS A PAGAR	481.587.865,86	1.076.280.953,58
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.610.779.176,77	54.629.538.761,02	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	8.699.274,78	108.969.898,82
FORNECEDORES	1.063.515.979,58	1.262.892.705,81	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	0,00	464,88
DO EXERCICIO	396.258.090,51	439.733.458,99	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	11.637.794,22	61.295.005,24
DE EXERCICIOS ANTERIORES	122.735.558,01	149.833.073,05	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	171.401.238,91	43.457.933,69
CONVENIOS A PAGAR	231.064.993,10	481.587.865,86	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	189.437.562,16	234.728.110,99
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	24.277.870.715,34	19.955.336.805,19
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	5.359.402,12	11.637.794,22	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	69.047.000,00	115.960.200,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	205.687.530,90	171.401.238,91	EM CONTRATOS	69.047.000,00	115.960.200,00
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	0,00	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.172,14	1.000,00
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	13.152,61	0,00	VALORES EM TRANSITO	1.065.057,01	996.451,37
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	82.639.637,39	189.437.562,16	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	101.329,01	120.675,88
RESTOS A PAGAR	37.012.768.972,90	26.931.597.533,64	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	534.333.349,03	523.472.685,75
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	34.233.740.067,55	24.277.870.715,34	BENEFICIOS A PAGAR	13.424.758.979,21	12.738.978.537,82
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	178.313.211,29	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	9.922.066.583,21	6.955.645.440,75
CANCELADO	2.600.715.694,06	2.653.726.818,30	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	85.332.724,75	90.773.454,99
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	70.890.550,00	69.047.000,00	OUTROS DEBITOS	9.162.969,34	7.138.154,36
EM CONTRATOS	70.890.550,00	69.047.000,00	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	769.266.349,59	1.023.321.367,07
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.781,07	1.172,14	PROVISOES FINANCEIRAS	10.249,89	10.249,89
VALORES EM TRANSITO	1.292.757,33	1.065.057,01	OUTRAS OBRIGACOES	1.000.907.869,10	366.745.833,77
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	103.004,67	101.329,01	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	25.066.286,69	538.964,79
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	538.998.952,71	534.333.349,03	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	25.066.286,69	538.964,79
BENEFICIOS A PAGAR	15.831.541.860,10	13.424.758.979,21	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	58.652.941.705,78	50.433.776.514,42
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	11.590.935.221,32	9.922.066.583,21	BAIXA DE DIREITOS	26.878.953.392,99	38.946.658.104,03
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	26.878.726.983,25	38.946.655.919,14
OUTROS DEBITOS	17.991.019,34	9.162.969,34	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	226.409,74	2.184,89
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	20.583.582,88	1.198.823.676,72	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	31.532.433.839,77	11.317.914.438,78
PROVISOES FINANCEIRAS	10.249,89	10.249,89	EXERCICIOS ANTERIORES	12,36	0,00
OUTRAS OBRIGACOES	298.624.324,31	1.000.907.869,10	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	31.415.630.354,18	11.206.443.714,43

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	63.497.021,28	26.732.524,34	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	116.803.473,23	111.470.724,35
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	63.497.021,28	26.732.524,34	AJUSTES DE OBRIGACOES	241.554.473,02	169.203.971,61
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	76.613.146.739,41	64.703.649.722,42	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	3.132,17	22.723,25
INCORPORACAO DE DIREITOS	49.574.008.896,82	44.925.535.005,04	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	241.551.340,85	169.181.248,36
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	49.574.008.896,82	44.925.535.005,04			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	26.259.474.587,79	19.083.251.150,11			
EXERCICIOS ANTERIORES	129.237.849,09	73.918.910,46			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	26.130.235.390,60	19.005.612.139,87			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	1.348,10	3.720.099,78			
AJUSTES DE CREDITOS	779.663.254,80	694.863.567,27			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	779.663.254,80	694.863.567,27			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	8.761.072.003,82	7.172.571.312,88	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	3.784.159.130,77	8.761.072.003,82
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	7.253.476.478,58	5.740.638.543,36	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	2.150.422.730,24	7.253.476.478,58
APLICACOES FINANCEIRAS	1.497.122.079,88	1.420.761.135,00	APLICACOES FINANCEIRAS	1.622.034.004,96	1.497.122.079,88
OUTRAS DISPONIBILIDADES	10.473.445,36	11.171.634,52	OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.702.395,57	10.473.445,36
INGRESSOS	1.282.190.150.351,91	1.154.254.970.323,48	DISPENDIOS	1.282.190.150.351,91	1.154.254.970.323,48

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	401.998.171,54	435.677.353,33	DESPESAS CORRENTES	5.901.042.687,49	5.219.863.988,62
RECEITA TRIBUTARIA	381,19	7.067,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.998.709.732,08	2.636.186.808,34
RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.183.554,85	2.901.070,16	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.331.773,87	1.050.351,59
RECEITA PATRIMONIAL	37.370.393,51	23.011.348,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.177.995.146,86	1.937.202.985,36
RECEITA AGROPECUARIA	17.279.936,67	13.582.556,81	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	16.588.414,26	4.781.548,23
RECEITA INDUSTRIAL	38.444.966,33	42.905.043,99	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	4.543.500,00	3.849.241,14
RECEITA DE SERVICOS	135.533.542,25	135.073.717,36	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	133.048,95	133.222,92
OUTRAS TRANSFERENCIAS	6.740.830,90	9.855.445,15	OUTRAS DESPESAS	2.156.730.183,65	1.928.438.973,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	123.530.344,43	142.580.108,32	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	645.423.843,33
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	65.760.995,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	581.006.866,43
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	33.266,20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	64.416.976,90
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	354.549,15	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	723.006.034,68	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	64.800.500,76	DESPESAS DE CAPITAL	3.823.069.609,47	4.432.267.252,97
RECEITA DE SERVICOS	0,00	418.958,34	INVESTIMENTOS	3.005.308.664,56	2.993.339.622,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	153.720,92	INVERSOES FINANCEIRAS	809.465.952,78	1.431.386.862,10
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	39.914.221,41	0,00	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	5.012.505,84	2.386.722,42
RECEITAS DE CAPITAL	93.383.727,73	84.612.658,30	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	5.154.045,50
ALIENACAO DE BENS	21.244.995,31	25.120.697,50	INVESTIMENTOS	0,00	4.987.915,20
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	51.761.936,50	59.491.960,80	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	166.130,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.376.795,92	0,00	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.282.486,29	0,00
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	17.679.611.980,99	15.849.685.716,22
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	10.000.000,00	0,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	7.529.287.570,33	5.458.354.717,93
DEDUCOES DA RECEITA	-20.755.346,15	-17.441.756,16	REPASSE CONCEDIDO	17.885.250,31	9.431.308,65
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	24.382.954.670,24	22.611.869.349,34	SUB-REPASSE CONCEDIDO	7.474.173.845,06	5.397.787.433,81
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	14.216.085.539,75	12.151.599.730,71	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	7.474.173.845,06	5.397.787.433,81
REPASSE RECEBIDO	6.711.823.634,96	6.702.818.220,15	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.484.855,62	16.900.300,25
SUB-REPASSE RECEBIDO	7.474.173.845,06	5.397.787.433,81	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	35.743.619,34	34.235.675,22
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	7.474.173.845,06	5.397.787.433,81	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	10.150.324.410,66	10.391.330.998,29
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	6.648.883,39	25.978.518,04	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	52.312.174,51	170.741.411,28
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	23.439.176,34	25.015.558,71	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	9.134.698,95	8.880.545,12
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	10.166.869.130,49	10.460.269.618,63	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	43.177.475,56	161.860.866,16
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	83.569.091,17	274.874.031,03	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	10.098.012.236,15	10.220.589.587,01
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	80.841.023,76	270.880.206,93	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	18.729.115.782,76	14.615.205.156,64
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.728.067,41	3.993.824,10	VALORES EM CIRCULACAO	6.408.300.194,71	5.586.382.192,01
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	10.083.300.039,32	10.185.395.587,60	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	5.719.177.479,66	5.036.053.749,40
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	21.336.593.393,97	17.032.653.868,41	CREDITOS TRIBUTARIOS	287.834.375,95	266.127.389,40
VALORES EM CIRCULACAO	5.586.433.823,42	4.536.232.186,65	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	400.726.442,69	282.953.972,15
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	5.036.053.749,40	4.137.823.643,14	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	237.831,52	231.638,28
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	1.115,00	OUTROS CREDITOS	237.831,52	231.638,28
CREDITOS TRIBUTARIOS	266.127.389,40	303.733.373,92	RECURSOS VINCULADOS	324.064,89	1.015.442,78
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	282.953.972,15	94.139.507,69	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	57.674.851,56	107.250.792,24
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	231.638,28	236.951,32	VALORES DIFERIDOS	57.674.851,56	107.250.792,24

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
OUTROS CREDITOS	231.638,28	236.951,32	DEPOSITOS	140.968.238,91	66.263.401,04
RECURSOS VINCULADOS	1.067.074,19	297.595,58	CONSIGNACOES	3.379.190,45	8.818.676,40
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	60.759.178,05	104.625.487,20	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	101.117.721,39	13.979.840,82
VALORES DIFERIDOS	60.759.178,05	104.625.487,20	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	36.471.327,07	43.464.883,82
DEPOSITOS	90.741.991,16	140.968.238,91	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.851.312.300,81	4.072.110.688,80
CONSIGNACOES	7.522.858,61	3.379.190,45	FORNECEDORES	446.084.903,95	348.549.652,56
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	32.288.988,07	101.117.721,39	DE EXERCICIOS ANTERIORES	241.706.607,93	169.641.503,55
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	50.930.144,48	36.471.327,07	CONVENIOS A PAGAR	41.451.215,63	63.597.339,25
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.038.409.162,52	4.978.006.966,72	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	8.510.750,48	0,00
FORNECEDORES	345.037.464,16	446.084.903,95	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	154.416.329,91	115.310.809,76
DO EXERCICIO	143.743.065,94	210.376.724,87	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	17.828.602,48	16.480.466,70
DE EXERCICIOS ANTERIORES	57.232.280,69	31.329.883,06	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	3.483.392.533,54	2.890.919.381,49
CONVENIOS A PAGAR	24.914.506,24	41.451.215,63	VALORES EM TRANSITO	439.989,33	83.481,35
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.008.363,81	8.510.750,48	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.671.090,01	95.996,40
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	118.139.247,48	154.416.329,91	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	60.295,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	3.433.143,00	17.828.602,48	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	890.993.776,55	810.198.927,42
RESTOS A PAGAR	4.431.831.431,06	3.610.107.219,45	OUTROS DEBITOS	3.166.131,83	244.480,70
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.058.030.571,35	3.483.392.533,54	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	20.020,00	2.261.976,19
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	869.820,37	0,00	PROVISOES FINANCEIRAS	1.698.502,50	1.321.652,59
CANCELADO	372.931.039,34	126.714.685,91	OUTRAS OBRIGACOES	1.956.455,62	1.954.673,40
VALORES EM TRANSITO	151.353,51	439.989,33	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	962.265.013,09	1.289.511.717,43
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	73.403,59	5.671.090,01	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	962.265.013,09	1.289.510.640,51
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	2.979.190,07	60.295,00	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	0,00	1.076,92
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.250.897.015,75	890.993.776,55	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.308.595.183,68	3.493.686.365,12
OUTROS DEBITOS	602.388,55	3.166.131,83	BAIXA DE DIREITOS	3.257.821.928,09	2.257.900.658,62
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	25.255,87	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.444.824.568,25	1.892.160.085,86
PROVISOES FINANCEIRAS	1.144.253,78	1.698.502,50	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	812.997.359,84	365.740.572,76
OUTRAS OBRIGACOES	2.234.263,18	1.956.455,62	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	2.942.904.104,59	953.332.202,15
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	1.012.209.915,10	1.459.950.440,52	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	2.912.776.352,03	901.004.218,07
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.012.132.956,10	1.459.948.286,68	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	30.127.752,56	52.327.984,08
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	76.959,00	2.153,84	AJUSTES DE OBRIGACOES	107.869.151,00	282.453.504,35
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	8.548.039.323,72	5.812.870.548,41	VARIACAO CAMBIAL	674.933,30	1.005.859,73
INCORPORACAO DE DIREITOS	6.410.060.278,58	5.258.186.116,47	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	107.194.217,70	281.447.644,62
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.479.290.448,20	4.703.631.079,25			
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	930.769.830,38	554.555.037,22			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	2.102.447.013,50	472.364.418,21			
EXERCICIOS ANTERIORES	15.092.255,77	22.423.918,17			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	2.087.201.093,17	449.183.951,44			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	153.664,56	756.548,60			
AJUSTES DE CREDITOS	35.532.031,64	82.320.013,73			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	123.512,33	92.491,44			
VARIACAO CAMBIAL	297.957,06	824.798,14			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	35.110.562,25	81.402.724,15			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	101.985.460,77	71.636.102,00	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	163.320.017,39	101.985.460,77
APLICACOES FINANCEIRAS	92.865.532,32	61.582.310,53	APLICACOES FINANCEIRAS	158.593.067,78	92.865.532,32
OUTRAS DISPONIBILIDADES	9.119.928,45	10.053.791,47	OUTRAS DISPONIBILIDADES	4.726.949,61	9.119.928,45
INGRESSOS	46.296.160.078,10	40.219.007.575,22	DISPENDIOS	46.296.160.078,10	40.219.007.575,22

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	1.059.942.764,33	617.415.512,58	DESPESAS CORRENTES	22.601.570.852,73	20.654.469.699,52
RECEITA PATRIMONIAL	60.926.285,48	55.951.003,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.471.529.459,01	9.933.390.416,36
RECEITA AGROPECUARIA	224.129,50	482.590,70	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	61.107,13	205.193,21
RECEITA INDUSTRIAL	3.143.494,55	573.960,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.594.036.520,00	9.239.125.752,14
RECEITA DE SERVICOS	398.237.460,22	276.744.985,60	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	206.960.881,28	161.426.227,58
OUTRAS TRANSFERENCIAS	261.319.829,86	38.887.344,87	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	9.882.225,35	9.766.078,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	314.768.926,95	232.715.549,61	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	22.392,00	0,00
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	12.060.078,69	OUTRAS DESPESAS	10.377.171.021,37	9.067.933.446,19
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	97.325,00	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.481.748.337,81
RECEITA DE SERVICOS	0,00	11.065.435,07	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.345.780.592,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	897.318,62	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	135.967.745,52
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	21.322.637,77	0,00	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.535.943.766,59	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.658.336,75	13.271.637,36	DESPESAS DE CAPITAL	2.729.642.639,48	2.905.980.198,86
ALIENACAO DE BENS	2.906.961,26	3.608.116,19	INVESTIMENTOS	2.720.994.469,60	2.860.641.824,92
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.751.375,49	9.663.521,17	INVERSOES FINANCEIRAS	2.177.647,00	9.102.464,12
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	0,00	419.418,79
DEDUCOES DA RECEITA	-48.347.497,69	-20.511.935,61	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	35.816.491,03
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	26.876.727.193,78	23.781.016.445,38	INVESTIMENTOS	0,00	1.416.491,03
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	26.402.285.630,13	23.285.126.590,53	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	34.400.000,00
REPASSE RECEBIDO	21.174.692.487,18	19.140.442.705,60	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	6.470.522,88	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	4.995.212.758,55	4.017.237.180,58	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	6.122.118.079,02	5.123.865.652,36
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	4.995.212.758,55	4.017.237.180,58	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	5.542.756.058,19	4.555.212.228,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	58.769.512,05	69.962.532,77	REPASSE CONCEDIDO	187.946.473,40	351.035.458,66
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	173.610.872,35	57.484.171,58	SUB-REPASSE CONCEDIDO	4.995.212.758,55	4.017.237.180,58
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	474.441.563,65	495.889.854,85	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	4.995.212.758,55	4.017.237.180,58
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	287.280.049,51	402.877.854,13	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	36.483.293,87	49.096.063,84
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	252.652.470,11	344.751.338,02	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	323.113.532,37	137.843.524,92
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	34.627.579,40	58.126.516,11	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	579.362.020,83	568.653.424,36
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	187.161.514,14	93.012.000,72	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	384.115.944,19	411.577.796,27
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	32.057.742.702,92	29.448.779.650,61	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	247.420.405,11	326.403.419,79
VALORES EM CIRCULACAO	9.368.966.439,90	8.822.247.046,80	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	136.695.539,08	85.174.376,48
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.367.861.058,53	8.821.295.132,67	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	195.246.076,64	157.075.628,09
CREDITOS TRIBUTARIOS	427.189,55	263.932,95	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	28.448.078.501,34	25.000.358.007,64
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	454.489,18	439.876,17	VALORES EM CIRCULACAO	8.647.632.207,80	9.368.994.143,58
OUTROS CREDITOS	454.489,18	439.876,17	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	8.646.429.501,10	9.367.861.058,53
RECURSOS VINCULADOS	223.085,11	220.279,55	CREDITOS TRIBUTARIOS	490.782,00	427.189,55
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	617,53	27.825,46	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	491.027,62	454.489,18
VALORES A CLASSIFICAR	52.384.350,27	88.902.653,81	OUTROS CREDITOS	491.027,62	454.489,18
RECEITA A CLASSIFICAR	52.384.350,27	88.902.653,81	RECURSOS VINCULADOS	220.279,55	250.788,79
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	52.384.350,27	88.902.653,81	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	617,53	617,53
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	380.597.703,95	225.455.844,06	VALORES A CLASSIFICAR	88.902.653,81	22.631.009,66
VALORES DIFERIDOS	380.597.703,95	225.455.844,06	RECEITA A CLASSIFICAR	88.902.653,81	22.631.009,66

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
DEPOSITOS	30.025.761,48	39.618.216,98	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	88.902.653,81	22.640.510,76
CONSIGNACOES	4.354.838,20	4.833.390,32	RESTITUICOES	0,00	-9.501,10
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.076.647,02	20.453.159,40	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	311.454.397,27	252.289.863,38
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	5.594.276,26	14.331.667,26	VALORES DIFERIDOS	311.454.397,27	252.289.863,38
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.296.226.740,45	10.058.866.809,88	DEPOSITOS	39.618.216,98	143.435.214,56
FORNECEDORES	1.684.516.870,57	2.500.288.093,32	CONSIGNACOES	4.833.390,32	4.662.867,45
DO EXERCICIO	141.058.882,36	88.477.097,88	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.453.159,40	31.790.733,31
DE EXERCICIOS ANTERIORES	37.994.793,20	27.268.141,75	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	14.331.667,26	106.981.613,80
CONVENIOS A PAGAR	404.993.364,57	594.689.855,10	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.705.686.005,00	8.917.400.274,14
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.055.499.830,33	1.760.286.218,45	FORNECEDORES	2.500.288.093,32	3.224.229.039,79
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	44.970.000,11	29.566.780,14	DE EXERCICIOS ANTERIORES	115.745.239,63	155.084.675,37
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	5.784.542,72	5.512.170,25	CONVENIOS A PAGAR	594.689.855,10	1.209.990.402,43
RESTOS A PAGAR	6.233.918.255,10	6.200.473.541,40	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.760.286.218,45	1.826.127.374,73
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.857.220.324,83	5.847.292.736,52	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	29.566.780,14	33.026.587,26
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	31.964.485,96	0,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	5.512.170,25	51.734.483,15
CANCELADO	344.733.444,31	353.180.804,88	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	5.847.292.736,52	4.597.454.126,35
VALORES EM TRANSITO	218.984,63	274.518,36	VALORES EM TRANSITO	274.518,36	547.468,90
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	368.176.919,45	263.214.682,95	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	1.040,35
BENEFICIOS A PAGAR	2.614,83	2.614,83	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	263.214.682,95	229.562.939,94
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	761.358.394,87	967.965.697,15	BENEFICIOS A PAGAR	2.614,83	2.614,83
OUTROS DEBITOS	241.373.232,22	120.901.034,41	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	967.965.697,15	674.608.865,05
OUTRAS OBRIGACOES	876.926,06	234.457,21	OUTROS DEBITOS	120.901.034,41	139.198.166,10
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	56.771,15	3.972,46	OUTRAS OBRIGACOES	234.457,21	61.529,68
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	56.771,15	3.972,46	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	9.654.785.020,48	6.295.607.502,32
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	12.929.484.935,72	10.213.685.106,62	BAIXA DE DIREITOS	4.381.105.513,34	4.951.207.532,86
INCORPORACAO DE DIREITOS	7.954.294.016,03	8.750.694.154,43	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.381.105.513,34	4.951.180.324,93
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.954.294.016,03	8.750.694.154,43	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	0,00	27.207,93
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	4.687.451.680,26	1.276.926.133,51	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	5.058.322.083,79	1.277.134.456,48
EXERCICIOS ANTERIORES	424.809.955,96	878.906.625,29	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	5.036.398.627,22	1.271.926.628,34
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	4.262.641.724,30	397.803.819,04	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	21.923.456,57	5.207.828,14
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	215.689,18	AJUSTES DE OBRIGACOES	215.357.423,35	67.265.512,98
AJUSTES DE CREDITOS	287.739.239,43	186.064.818,68	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	215.638,80	607.739,52
VARIACAO CAMBIAL	203.985.665,92	56.553.232,17	VARIACAO CAMBIAL	184.306.873,82	3.463.098,61
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	83.753.573,51	129.511.586,51	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	30.834.910,73	63.194.674,85
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	412.640.477,74	257.342.725,80	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	464.953.905,26	412.640.477,74
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	220.724.426,73	181.083.535,74	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	252.249.715,24	220.724.426,73
APLICACOES FINANCEIRAS	478.967,69	4.203.932,79	APLICACOES FINANCEIRAS	509.470,76	478.967,69
OUTRAS DISPONIBILIDADES	191.437.083,32	72.055.257,27	OUTRAS DISPONIBILIDADES	212.194.719,26	191.437.083,32
INGRESSOS	60.366.363.977,83	54.097.314.036,12	DISPENDIOS	60.366.363.977,83	54.097.314.036,12

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	811.045.766,53	633.986.241,00	DESPESAS CORRENTES	2.766.512.185,06	2.359.853.320,73
RECEITA PATRIMONIAL	15.636.267,17	19.814.430,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.495.359.021,48	1.227.360.850,23
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	790,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.031.715,50	6.270.748,21
RECEITA INDUSTRIAL	568.979.183,26	389.143.228,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.143.552.843,14	1.015.504.202,75
RECEITA DE SERVICOS	217.414.306,83	209.072.360,90	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	0,00	446.361,47
OUTRAS TRANSFERENCIAS	169.760,42	194.031,80	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	17.864.119,00	16.020.016,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.712.015,80	15.644.357,55	OUTRAS DESPESAS	1.125.688.724,14	999.037.824,79
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	117.042,40	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	110.717.519,54
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	116.712,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	95.647.234,38
RECEITA DE SERVICOS	0,00	330,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	15.070.285,16
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	134.233,05	0,00	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	121.568.604,94	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	44.097,39	58.027,42	DESPESAS DE CAPITAL	1.230.748.296,25	621.493.479,71
ALIENACAO DE BENS	44.097,39	58.027,42	INVESTIMENTOS	1.219.257.927,26	573.190.756,68
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	11.017.251,57	48.255.673,31
DEDUCOES DA RECEITA	-4.655.481,18	-4.274.418,84	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	47.049,72
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.529.049.835,96	2.360.539.484,31	INVESTIMENTOS	0,00	47.049,72
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	2.293.500.053,20	2.337.020.042,23	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	473.117,42	0,00
REPASSE RECEBIDO	2.159.661.411,74	2.101.977.728,43	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	391.247.898,51	309.174.066,13
SUB-REPASSE RECEBIDO	133.728.641,46	210.682.564,64	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	149.230.874,30	250.904.877,11
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	133.728.641,46	210.682.564,64	REPASSE CONCEDIDO	11.215.947,81	33.496.567,13
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	110.000,00	24.359.748,30	SUB-REPASSE CONCEDIDO	133.728.641,46	210.682.564,64
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	0,86	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	133.728.641,46	210.682.564,64
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	235.549.782,76	23.519.442,08	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	58.974,60
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	329.095,18	1.226.246,53	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.286.285,03	6.666.770,74
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	146.780,69	0,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	242.017.024,21	58.269.189,02
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	182.314,49	1.226.246,53	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	2.366.546,25	27.519.632,60
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	235.220.687,58	22.293.195,55	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	146.780,69	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	4.949.180.767,14	3.497.260.178,58	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.219.765,56	27.519.632,60
VALORES EM CIRCULACAO	1.049.614.846,03	1.236.106.693,39	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	239.650.477,96	30.749.556,42
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	17.361.831,92	9.802.658,03	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.870.731.096,04	3.268.911.768,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	861.480.715,90	1.108.771.934,63	VALORES EM CIRCULACAO	1.744.206.063,89	1.049.614.846,03
CREDITOS TRIBUTARIOS	63.094.736,07	57.343.495,39	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	14.593.779,31	17.361.831,92
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.683.759,46	3.461.960,99	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.547.996.564,14	861.480.715,90
OUTROS CREDITOS	4.683.759,46	3.461.960,99	CREDITOS TRIBUTARIOS	56.676.529,77	63.094.736,07
RECURSOS VINCULADOS	47.269.208,93	23.870.692,03	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.886.758,38	4.683.759,46
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	55.724.593,75	32.855.952,32	OUTROS CREDITOS	6.886.758,38	4.683.759,46
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.286.285,89	26.725.745,34	RECURSOS VINCULADOS	115.676.512,60	47.269.208,93
VALORES DIFERIDOS	4.286.285,89	26.725.745,34	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	2.375.919,69	55.724.593,75
DEPOSITOS	23.807.394,78	23.603.697,90	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.666.770,74	44.682.373,92
CONSIGNACOES	1.527.833,17	932.882,54	VALORES DIFERIDOS	6.666.770,74	44.682.373,92
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.983.887,52	10.918.422,98	DEPOSITOS	23.603.697,90	24.196.777,08
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.295.674,09	11.752.392,38	CONSIGNACOES	932.882,54	983.729,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.879.863.267,95	1.097.440.390,57	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.918.422,98	11.916.142,43
FORNECEDORES	133.978.846,11	27.305.065,83	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	11.752.392,38	11.296.905,65
DO EXERCICIO	121.639.496,25	22.830.027,87	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.104.058.878,90	1.255.983.383,31
DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.752.934,26	4.475.036,96	FORNECEDORES	27.305.065,83	114.443.678,13
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	3.586.415,60	0,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	27.305.064,83	36.471.655,47
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	0,00	1,00	CONVENIOS A PAGAR	0,00	65.348.812,66
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	129.010,28	1.345,04	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	0,00	9.209,00
RESTOS A PAGAR	1.434.638.532,05	762.455.964,18	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1,00	12.614.001,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.136.161.687,93	696.628.201,37	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.345,04	10.725,83
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	266.716.479,08	0,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	696.628.201,37	765.776.340,67
CANCELADO	31.760.365,04	65.827.762,81	VALORES EM TRANSITO	0,00	3.935,62
VALORES EM TRANSITO	4.320,12	0,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	297.099,44	1.394.708,55
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	688.344,61	297.099,44	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	273.956.612,91	339.666.203,68
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	198.049.301,32	273.956.612,91	OUTROS DEBITOS	18.390,37	906.996,37
OUTROS DEBITOS	2.020,28	18.390,37	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	105.836.726,52	33.403.091,11
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	105.836.726,52	33.390.475,38	OUTRAS OBRIGACOES	15.437,42	377.703,35
OUTRAS OBRIGACOES	6.536.166,66	15.437,42	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	992.195.684,61	894.434.387,66
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.991.608.972,49	1.113.383.651,38	BAIXA DE DIREITOS	524.547.229,89	564.931.618,48
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.538.839.181,63	899.430.460,23	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	500.104.844,33	525.241.881,28
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.513.046.264,70	862.778.268,37	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	24.442.385,56	39.689.737,20
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	25.792.916,93	36.652.191,86	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	459.727.846,65	286.493.406,01
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	445.875.349,70	192.996.171,69	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	459.727.846,65	286.466.283,74
EXERCICIOS ANTERIORES	6.744.774,57	2.587.748,69	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	27.122,27
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	439.130.575,13	190.408.423,00	AJUSTES DE OBRIGACOES	7.920.608,07	43.009.363,17
AJUSTES DE CREDITOS	6.894.441,16	20.957.019,46	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,64	1.022.638,52
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	142.044,90	253.637,85	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	7.920.607,43	41.986.724,65
VARIACAO CAMBIAL	5.217,84	0,00			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	6.747.178,42	20.703.381,61			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	80.549.686,60	152.412.808,70	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	105.975.196,58	80.549.686,60
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	11.070.030,22	12.086.904,49	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	9.523.624,63	11.070.030,22
APLICACOES FINANCEIRAS	69.360.010,92	140.191.911,34	APLICACOES FINANCEIRAS	96.323.432,49	69.360.010,92
OUTRAS DISPONIBILIDADES	119.645,46	133.992,87	OUTRAS DISPONIBILIDADES	128.139,46	119.645,46
INGRESSOS	8.365.214.672,44	6.639.982.321,17	DISPENDIOS	8.365.214.672,44	6.639.982.321,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	34.169.216.034,03	39.990.161.002,36	DESPESAS CORRENTES	56.653.582.488,74	48.793.715.009,81
RECEITA TRIBUTARIA	472.293.225,23	508.115.422,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.170.068.074,93	8.142.878.726,28
RECEITA DE CONTRIBUICOES	6.568.970.328,57	4.540.913.390,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.435.909.993,15	40.617.775.959,47
RECEITA PATRIMONIAL	14.199.330.299,45	12.399.819.648,29	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	2.866.553.980,60	2.101.647.137,06
RECEITA INDUSTRIAL	58.211.725,90	49.275.749,06	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.166.502,40	11.662.249,21
RECEITA DE SERVICOS	9.593.049.153,59	8.600.542.619,83	OUTRAS DESPESAS	44.568.189.510,15	38.504.466.573,20
OUTRAS TRANSFERENCIAS	36.628.133,86	46.148.288,75	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	33.060.324,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.111.970.237,79	13.737.384.685,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.679.201,91
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	107.961.197,94	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	28.381.122,15
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	36.410,00	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	47.604.420,66	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	198.579,30	DESPESAS DE CAPITAL	38.461.272.452,35	32.373.095.569,42
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	103.572.876,19	INVESTIMENTOS	2.242.647.317,24	1.523.179.386,60
RECEITA DE SERVICOS	0,00	3.886.742,95	INVERSOES FINANCEIRAS	36.218.615.705,89	30.849.540.270,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	266.589,50	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	375.912,45
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	128.762.929,64	0,00	INVESTIMENTOS	0,00	375.912,45
RECEITAS DE CAPITAL	15.968.506.033,14	2.817.722.755,00	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	9.429,22	0,00
OPERACOES DE CREDITO	0,00	29.499.752,19	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	149.882.130.571,34	134.581.075.670,22
ALIENACAO DE BENS	12.502.783.972,70	10.133.298,42	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	121.287.127.795,11	97.997.016.994,61
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	3.459.332.916,24	2.747.898.888,38	REPASSE CONCEDIDO	32.225.953.591,81	26.769.223.984,09
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.853.051,79	4.600.240,27	SUB-REPASSE CONCEDIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.536.092,41	2.265.234,08	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	23.325.341,66	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58
ALIENACAO DE BENS	0,00	23.325.341,66	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.795.561.356,99	1.539.956.683,68
DEDUCOES DA RECEITA	-283.800.911,25	-11.127.163.198,46	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	15.227.794.837,92	13.923.656.338,81
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	209.351.021.738,58	182.376.236.084,14	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	5.320.878,68	5.785.356,38
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	187.513.307.695,29	149.206.603.549,78	INCORPORACAO DE RECEITA	5.320.878,68	5.785.356,38
REPASSE RECEBIDO	99.312.704.216,05	81.662.724.331,99	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	28.589.681.897,55	36.578.273.319,23
SUB-REPASSE RECEBIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	867.633.973,29	695.802.292,59
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	786.800.244,57	525.972.195,01
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	80.833.728,72	169.830.097,58
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	13.797.582.636,04	6.902.421.475,87	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	27.722.047.924,26	35.882.471.026,64
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.365.202.834,81	4.877.277.753,89	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	117.709.366.634,67	103.347.968.675,78
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	5.320.878,68	5.785.356,38	VALORES EM CIRCULACAO	55.447.007.924,08	53.784.677.287,81
DESINCORPORACAO DE RECEITA	5.320.878,68	5.785.356,38	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	24.765.613.505,60	20.390.962.501,94
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	21.832.393.164,61	33.163.847.177,98	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	27.659.266,47	23.570.843,95
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	3.064.354.621,14	4.946.804.023,40	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.976.678,46	7.690.554,62
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	3.002.459.929,74	4.860.260.228,52	OUTROS CREDITOS	3.976.678,46	7.690.554,62
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	61.894.691,40	86.543.794,88	RECURSOS VINCULADOS	325.670,11	342.171,80
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	18.768.038.543,47	28.217.043.154,58	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	30.649.432.803,44	33.362.111.215,50
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	132.684.504.489,29	115.235.020.863,33	VALORES A CLASSIFICAR	0,00	-721,49
VALORES EM CIRCULACAO	53.784.719.756,80	54.630.849.893,13	RECEITA A CLASSIFICAR	0,00	-721,49
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	20.390.962.501,94	17.762.234.388,32	RESTITUICOES	0,00	-721,49

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	23.570.843,95	16.523.051,56	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.288.832.776,30	11.856.242.939,32
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.690.554,62	12.287.178,01	VALORES DIFERIDOS	19.288.755.870,28	11.856.166.033,30
OUTROS CREDITOS	7.690.554,62	12.287.178,01	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
RECURSOS VINCULADOS	384.640,79	325.670,11	DEPOSITOS	161.406.665,45	17.742.957,37
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	CONSIGNACOES	123.405.451,54	48.953,35
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	20.105.149.497,83	15.465.321.900,42	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.825.714,38	17.342.609,70
VALORES DIFERIDOS	20.105.072.591,81	15.465.244.994,40	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	175.499,53	351.394,32
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	15.604.255.274,01	15.181.209.532,27
DEPOSITOS	3.833.075.703,62	161.406.665,45	FORNECEDORES	561.792.665,22	553.875.286,96
CONSIGNACOES	49.568.178,87	123.405.451,54	DE EXERCICIOS ANTERIORES	113.379.825,75	52.260.008,79
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.781.859.235,58	37.825.714,38	CONVENIOS A PAGAR	221.059.661,62	384.669.496,43
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.648.289,17	175.499,53	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	158.433.941,59	10.939.262,30
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	21.061.492.683,03	18.358.725.364,62	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	3.396.393,00	3.396.393,00
FORNECEDORES	599.842.989,34	561.792.665,22	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	313.286,29	112.017,11
DO EXERCICIO	71.761.180,28	110.455.782,36	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	26.220.096,97	32.627.239,05
DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.374.498,40	2.924.043,39	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	20.560.992,64	67.435.602,13
CONVENIOS A PAGAR	329.372.080,20	221.059.661,62	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	18.428.467,36	2.435.268,15
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	124.666.499,32	158.433.941,59	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	241.082.548,21	113.254.994,46
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	3.396.393,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	10.264.116.240,65	10.555.650.796,03
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	294.128,04	313.286,29	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	671.973.047,23	0,00
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	29.737.100,17	26.220.096,97	VALORES EM TRANSITO	315.038,64	210.913,78
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	33.079.240,97	20.560.992,64	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	666.906.095,44	309.504.527,61
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.422.930,89	18.428.467,36	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.094.936.883,63	3.149.832.559,34
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	1.203.007,60	0,00	OUTROS DEBITOS	12.385.919,52	224.637,76
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	176.865.616,70	241.082.548,21	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	36.536.836,15	450.776.321,74
RESTOS A PAGAR	13.021.589.097,46	12.780.607.715,22	OUTRAS OBRIGACOES	54.209.999,32	47.879.494,59
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	10.934.602.537,07	10.264.116.240,65	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	2.770.422.609,91	2.584.149.630,21
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	371.940.535,80	0,00	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.766.387.278,42	2.581.669.479,43
CANCELADO	1.715.046.024,59	2.516.491.474,57	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	4.035.331,49	2.480.150,78
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.516.512.466,21	671.973.047,23	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	24.437.441.384,92	19.923.947.050,29
VALORES EM TRANSITO	51.430,91	315.038,64	BAIXA DE DIREITOS	14.691.631.576,42	14.398.501.425,69
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	1.156.040.229,36	666.906.095,44	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.691.631.576,42	14.398.501.425,69
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.678.656.712,29	3.094.936.883,63	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	9.678.617.622,82	4.406.887.390,30
OUTROS DEBITOS	343.453,19	12.385.919,52	EXERCICIOS ANTERIORES	23,40	0,00
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	759.056.797,92	274.515.452,19	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	9.603.784.359,35	3.885.125.244,43
OUTRAS OBRIGACOES	152.533.889,65	54.209.999,32	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	74.833.240,07	521.762.145,87
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	22.562.318,11	6.219.741,91	AJUSTES DE OBRIGACOES	67.192.185,68	1.118.558.234,30
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	22.562.318,11	6.219.741,91	VARIACAO CAMBIAL	26.582.515,75	28.721.151,62
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	33.877.504.529,90	26.612.497.297,80	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	40.609.669,93	1.089.837.082,68
INCORPORACAO DE DIREITOS	27.225.935.008,89	22.873.366.403,34			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.044.596.213,84	10.549.965.161,64			
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	13.181.338.795,05	12.323.401.241,70			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	6.549.092.514,60	2.123.789.255,92			
EXERCICIOS ANTERIORES	31.038.255,12	243.731.939,83			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	6.518.054.259,48	1.880.056.956,38			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	359,71			
AJUSTES DE CREDITOS	102.477.006,41	1.615.341.638,54			
VARIACAO CAMBIAL	5.335.424,29	4.117.644,59			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	97.141.582,12	1.611.223.993,95			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	75.163.298.803,26	64.967.176.222,12	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	104.346.394.039,95	75.163.298.803,26
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	25.841.069.238,56	21.668.183.685,72	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	46.342.591.121,75	25.841.069.238,56
APLICACOES FINANCEIRAS	40.619.996.775,25	35.776.489.510,76	APLICACOES FINANCEIRAS	46.342.107.232,41	40.619.996.775,25
OUTRAS DISPONIBILIDADES	8.702.232.789,45	7.522.503.025,64	OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.661.695.685,79	8.702.232.789,45
INGRESSOS	467.052.746.187,05	394.259.153.728,49	DISPENDIOS	467.052.746.187,05	394.259.153.728,49

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	32.227.386.835,02	37.269.981.114,20	DESPESAS CORRENTES	56.653.582.488,74	48.793.715.009,81
RECEITA TRIBUTARIA	472.293.225,23	508.115.422,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.170.068.074,93	8.142.878.726,28
RECEITA DE CONTRIBUICOES	5.592.566.118,22	3.639.838.949,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.435.909.993,15	40.617.775.959,47
RECEITA PATRIMONIAL	13.367.868.675,89	10.680.738.097,17	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	2.866.553.980,60	2.101.647.137,06
RECEITA INDUSTRIAL	58.211.725,90	49.275.749,06	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.166.502,40	11.662.249,21
RECEITA DE SERVICOS	9.592.230.403,59	8.599.723.838,05	OUTRAS DESPESAS	44.568.189.510,15	38.504.466.573,20
OUTRAS TRANSFERENCIAS	36.628.133,86	46.148.288,75	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	33.060.324,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.978.904.669,97	13.638.214.289,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.679.201,91
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	107.926.479,51	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	28.381.122,15
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	36.410,00	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	47.604.420,66	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	174.322,63	DESPESAS DE CAPITAL	35.179.894.155,61	29.399.356.000,29
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	103.572.876,19	INVESTIMENTOS	2.242.647.317,24	1.523.179.386,60
RECEITA DE SERVICOS	0,00	3.886.742,95	INVERSOES FINANCEIRAS	32.937.237.409,15	27.875.800.701,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	256.127,74	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	375.912,45
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	128.683.882,36	0,00	INVESTIMENTOS	0,00	375.912,45
RECEITAS DE CAPITAL	15.866.174.099,20	2.727.678.638,50	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	9.429,22	0,00
OPERACOES DE CREDITO	0,00	29.499.752,19	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	145.281.680.075,08	129.072.159.033,88
ALIENACAO DE BENS	12.502.783.972,70	10.133.298,42	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	118.612.180.195,51	95.321.472.277,93
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	3.357.000.982,30	2.657.854.771,88	REPASSE CONCEDIDO	32.225.953.591,81	26.769.223.984,09
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.853.051,79	4.600.240,27	SUB-REPASSE CONCEDIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.536.092,41	2.265.234,08	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	23.325.341,66	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58
ALIENACAO DE BENS	0,00	23.325.341,66	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.795.561.356,99	1.539.956.683,68
DEDUCOES DA RECEITA	-265.371.315,16	-11.126.825.842,15	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	12.552.847.238,32	11.248.111.622,13
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	206.673.169.029,12	179.321.965.867,24	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	5.320.878,68	5.785.356,38
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	184.837.762.978,61	146.341.995.608,39	INCORPORACAO DE RECEITA	5.320.878,68	5.785.356,38
REPASSE RECEBIDO	99.312.704.216,05	81.662.724.331,99	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	26.664.179.000,89	33.744.901.399,57
SUB-REPASSE RECEBIDO	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	867.036.856,21	688.084.258,50
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	69.017.383.008,39	55.706.331.880,45	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	786.800.244,57	518.254.160,92
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	20.435.000,00	57.848.107,58	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	80.236.611,64	169.830.097,58
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	11.122.037.919,36	4.037.813.534,48	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	25.797.142.144,68	33.056.817.141,07
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.365.202.834,81	4.877.277.753,89	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	95.145.734.780,34	87.260.760.618,22
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	5.320.878,68	5.785.356,38	VALORES EM CIRCULACAO	45.844.866.500,53	45.739.200.487,63
DESINCORPORACAO DE RECEITA	5.320.878,68	5.785.356,38	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	15.163.472.082,05	12.345.485.701,76
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	21.830.085.171,83	32.974.184.902,47	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	27.659.266,47	23.570.843,95
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	3.064.354.621,14	4.946.804.023,40	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.976.678,46	7.690.554,62
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	3.002.459.929,74	4.860.260.228,52	OUTROS CREDITOS	3.976.678,46	7.690.554,62
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	61.894.691,40	86.543.794,88	RECURSOS VINCULADOS	325.670,11	342.171,80
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	18.765.730.550,69	28.027.380.879,07	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	30.649.432.803,44	33.362.111.215,50
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	106.898.160.326,10	96.827.111.324,82	VALORES A CLASSIFICAR	0,00	-721,49
VALORES EM CIRCULACAO	45.739.242.956,62	48.070.902.075,31	RECEITA A CLASSIFICAR	0,00	-721,49
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	12.345.485.701,76	11.202.286.570,50	RESTITUICOES	0,00	-721,49

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	23.570.843,95	16.523.051,56	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	16.613.288.059,62	8.991.634.997,93
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.690.554,62	12.287.178,01	VALORES DIFERIDOS	16.613.211.153,60	8.991.558.091,91
OUTROS CREDITOS	7.690.554,62	12.287.178,01	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
RECURSOS VINCULADOS	384.640,79	325.670,11	DEPOSITOS	161.406.665,45	17.742.957,37
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	CONSIGNACOES	123.405.451,54	48.953,35
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.430.201.898,23	12.789.777.183,74	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.825.714,38	17.342.609,70
VALORES DIFERIDOS	17.430.124.992,21	12.789.700.277,72	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	175.499,53	351.394,32
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.339.386.530,99	10.975.140.405,89
DEPOSITOS	3.833.075.703,62	161.406.665,45	FORNECEDORES	561.792.665,22	553.875.286,96
CONSIGNACOES	49.568.178,87	123.405.451,54	DE EXERCICIOS ANTERIORES	113.379.825,75	52.260.008,79
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.781.859.235,58	37.825.714,38	CONVENIOS A PAGAR	221.059.661,62	384.669.496,43
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.648.289,17	175.499,53	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	158.433.941,59	10.939.262,30
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	13.548.966.623,66	12.253.864.349,59	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	3.396.393,00	3.396.393,00
FORNECEDORES	599.842.989,34	561.792.665,22	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	313.286,29	112.017,11
DO EXERCICIO	71.761.180,28	110.455.782,36	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	26.220.096,97	32.627.239,05
DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.374.498,40	2.924.043,39	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	20.560.992,64	67.435.602,13
CONVENIOS A PAGAR	329.372.080,20	221.059.661,62	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	18.428.467,36	2.435.268,15
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	124.666.499,32	158.433.941,59	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	241.082.548,21	113.254.994,46
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	3.396.393,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	5.647.600.291,32	6.775.842.539,20
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	294.128,04	313.286,29	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	23.702.837,00	0,00
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	29.737.100,17	26.220.096,97	VALORES EM TRANSITO	315.038,64	210.913,78
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	33.079.240,97	20.560.992,64	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	666.906.095,44	309.504.527,61
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.422.930,89	18.428.467,36	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.094.936.883,63	3.149.832.559,34
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	1.203.007,60	0,00	OUTROS DEBITOS	12.303.336,06	224.637,76
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	176.865.616,70	241.082.548,21	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	36.536.836,15	24.515.452,19
RESTOS A PAGAR	7.767.766.647,83	7.574.099.493,88	OUTRAS OBRIGACOES	54.209.999,32	47.879.494,59
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.680.780.087,57	5.647.600.291,32	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	2.770.422.609,91	2.584.149.630,21
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	371.940.535,80	0,00	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.766.387.278,42	2.581.669.479,43
CANCELADO	1.715.046.024,46	1.926.499.202,56	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	4.035.331,49	2.480.150,78
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	6.574.208,00	23.702.837,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	19.416.364.413,84	18.952.892.860,68
VALORES EM TRANSITO	51.430,91	315.038,64	BAIXA DE DIREITOS	12.181.282.488,67	13.427.704.237,50
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	1.156.040.229,36	666.906.095,44	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.181.282.488,67	13.427.704.237,50
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.678.656.712,29	3.094.936.883,63	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	7.167.889.739,49	4.406.630.388,88
OUTROS DEBITOS	260.869,73	12.303.336,06	EXERCICIOS ANTERIORES	23,40	0,00
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	10.374.029,85	24.515.452,19	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	7.093.435.271,60	3.885.125.244,43
OUTRAS OBRIGACOES	152.533.889,65	54.209.999,32	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	74.454.444,49	521.505.144,45
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	22.562.318,11	6.045.323,95	AJUSTES DE OBRIGACOES	67.192.185,68	1.118.558.234,30
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	22.562.318,11	6.045.323,95	VARIACAO CAMBIAL	26.582.515,75	28.721.151,62
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	26.324.110.825,86	23.545.115.726,78	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	40.609.669,93	1.089.837.082,68
INCORPORACAO DE DIREITOS	22.182.890.392,60	19.805.984.832,32			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	9.001.551.597,55	7.482.583.590,62			
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	13.181.338.795,05	12.323.401.241,70			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	4.038.743.426,85	2.123.789.255,92			
EXERCICIOS ANTERIORES	31.038.255,12	243.731.939,83			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	4.007.705.171,73	1.880.056.956,38			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	359,71			
AJUSTES DE CREDITOS	102.477.006,41	1.615.341.638,54			
VARIACAO CAMBIAL	5.335.424,29	4.117.644,59			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	97.141.582,12	1.611.223.993,95			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	75.107.962.656,56	64.614.042.216,15	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	104.246.590.131,07	75.107.962.656,56
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	25.785.733.091,86	21.315.049.679,75	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	46.242.787.212,87	25.785.733.091,86
APLICACOES FINANCEIRAS	40.619.996.775,25	35.776.489.510,76	APLICACOES FINANCEIRAS	46.342.107.232,41	40.619.996.775,25
OUTRAS DISPONIBILIDADES	8.702.232.789,45	7.522.503.025,64	OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.661.695.685,79	8.702.232.789,45
INGRESSOS	436.507.481.630,84	369.633.953.318,76	DISPENDIOS	436.507.481.630,84	369.633.953.318,76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	1.941.829.199,01	2.720.179.888,16	OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	976.404.210,35	901.074.441,19	DESPESAS DE CAPITAL	3.281.378.296,74	2.973.739.569,13
RECEITA PATRIMONIAL	831.461.623,56	1.719.081.551,12	INVERSOES FINANCEIRAS	3.281.378.296,74	2.973.739.569,13
RECEITA DE SERVICOS	818.750,00	818.781,78	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.600.450.496,26	5.508.916.636,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	133.065.567,82	99.170.395,64	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	34.718,43	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	24.256,67	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.925.502.896,66	2.833.371.919,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	10.461,76	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	597.117,08	7.718.034,09
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	79.047,28	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	7.718.034,09
RECEITAS DE CAPITAL	102.331.933,94	90.044.116,50	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	597.117,08	0,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	102.331.933,94	90.044.116,50	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.924.905.779,58	2.825.653.885,57
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	22.563.631.854,33	16.087.208.057,56
DEDUCOES DA RECEITA	-18.429.596,09	-337.356,31	VALORES EM CIRCULACAO	9.602.141.423,55	8.045.476.800,18
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.677.852.709,46	3.054.270.216,90	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.602.141.423,55	8.045.476.800,18
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39	VALORES DIFERIDOS	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.307.992,78	189.662.275,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.264.868.743,02	4.206.069.126,38
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	2.307.992,78	189.662.275,51	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	4.616.515.949,33	3.779.808.256,83
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	25.786.344.163,19	18.407.909.538,51	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	648.270.210,23	0,00
VALORES EM CIRCULACAO	8.045.476.800,18	6.559.947.817,82	OUTROS DEBITOS	82.583,46	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	8.045.476.800,18	6.559.947.817,82	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	426.260.869,55
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	5.021.076.971,08	971.054.189,61
VALORES DIFERIDOS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68	BAIXA DE DIREITOS	2.510.349.087,75	970.797.188,19
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	7.512.526.059,37	6.104.861.015,03	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.510.349.087,75	970.797.188,19
RESTOS A PAGAR	5.253.822.449,63	5.206.508.221,34	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	2.510.727.883,33	257.001,42
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.253.822.449,50	4.616.515.949,33	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	2.510.349.087,75	0,00
CANCELADO	0,13	589.992.272,01	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	378.795,58	257.001,42
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.509.938.258,21	648.270.210,23			
OUTROS DEBITOS	82.583,46	82.583,46			
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	748.682.768,07	250.000.000,00			
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	174.417,96			
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	0,00	174.417,96			
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	7.553.393.704,04	3.067.381.571,02			
INCORPORACAO DE DIREITOS	5.043.044.616,29	3.067.381.571,02			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.043.044.616,29	3.067.381.571,02			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	2.510.349.087,75	0,00			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	2.510.349.087,75	0,00			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	55.336.146,70	353.134.005,97	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	99.803.908,88	55.336.146,70
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	55.336.146,70	353.134.005,97	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	99.803.908,88	55.336.146,70
INGRESSOS	30.545.264.556,21	24.625.200.409,73	DISPENDIOS	30.545.264.556,21	24.625.200.409,73

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
14/03/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	310.420.476.778,19	277.197.743.737,04	DESPESAS CORRENTES	460.211.665.855,46	408.168.159.813,88
RECEITA TRIBUTARIA	5.036.159.809,97	5.543.799.290,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.328.251.362,86	48.520.046.691,51
RECEITA DE CONTRIBUICOES	285.230.837.043,11	256.871.535.931,57	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.921.029,87	8.011.293,01
RECEITA PATRIMONIAL	6.026.949.460,99	5.226.273.074,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	401.833.952.095,47	352.911.261.420,97
RECEITA AGROPECUARIA	24.669.851,08	21.192.522,93	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	28.919.776.668,47	25.572.602.116,73
RECEITA INDUSTRIAL	697.974.771,46	513.567.139,07	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	64.781.245,58	56.040.233,09
RECEITA DE SERVICOS	2.877.622.622,55	2.508.383.748,69	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	310.401.236.576,08	274.197.366.402,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS	349.885.705,51	111.502.043,13	OUTRAS DESPESAS	62.448.157.605,34	53.085.252.669,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.311.787.697,07	6.314.402.095,98	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	6.728.840.408,39
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	87.087.890,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	6.176.967.373,34
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	238.191,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	551.873.035,05
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	34.118,51	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	7.041.541.367,26	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.431.605,02	DESPESAS DE CAPITAL	40.914.857.906,90	31.327.602.945,20
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	68.765.786,61	INVESTIMENTOS	33.031.815.729,78	25.764.025.852,76
RECEITA DE SERVICOS	0,00	14.600.359,30	INVERSOES FINANCEIRAS	4.819.638.320,13	4.054.338.834,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	2.017.829,02	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	16.419.616,54	51.576.814,52
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.864.589.816,45	0,00	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	1.457.661.442,99
RECEITAS DE CAPITAL	390.652.752,65	437.210.079,42	INVESTIMENTOS	0,00	7.298.428,12
OPERACOES DE CREDITO	0,00	3.360.420,18	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.450.363.014,87
ALIENACAO DE BENS	115.856.947,85	139.055.779,77	DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.046.984.240,45	0,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	148.379.123,70	116.229.147,33	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	645.664.843.855,44	584.867.168.338,75
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	57.925.227,12	72.649.381,31	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	50.701.262.228,68	41.926.908.784,81
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	58.491.453,98	105.915.350,83	REPASSE CONCEDIDO	1.191.068.496,59	1.616.997.404,03
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			SUB-REPASSE CONCEDIDO	39.467.653.564,17	32.736.761.820,89
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	10.000.000,00	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	39.467.653.564,17	32.736.761.820,89
DEDUCOES DA RECEITA	-1.641.973.166,41	-1.607.432.831,38	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.092.945.638,97	3.020.893.102,19
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	802.490.192.416,16	729.548.679.929,14	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.949.594.528,95	4.552.256.457,70
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	508.092.188.876,77	455.098.667.766,79	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	594.963.581.626,76	542.940.259.553,94
REPASSE RECEBIDO	461.472.315.140,10	403.143.609.476,95	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	3.957.104.236,11	3.791.893.513,27
SUB-REPASSE RECEBIDO	39.467.653.564,17	32.736.761.820,89	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.033.212.316,33	3.198.354.154,43
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	39.467.653.564,17	32.736.761.820,89	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.923.891.919,78	593.539.358,84
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.681.350.734,27	15.897.715.860,36	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	591.006.477.390,65	539.148.366.040,67
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.470.869.438,23	3.320.580.608,59	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	245.908.113.212,48	221.492.095.529,23
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	294.398.003.539,39	274.450.012.162,35	VALORES EM CIRCULACAO	89.644.807.125,60	76.058.120.462,23
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	5.235.489.943,57	5.064.545.437,23	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	14.593.779,31	17.361.831,92
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.816.236.355,50	3.887.952.731,61	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	87.548.603.615,91	74.108.577.134,58
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	419.253.588,07	1.176.592.705,62	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	2.200,00	0,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	289.162.513.595,82	269.385.466.725,12	CREDITOS TRIBUTARIOS	348.133.683,92	332.814.545,70
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	276.202.292.670,76	241.981.110.392,39	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	400.736.547,87	282.964.077,33
VALORES EM CIRCULACAO	76.058.065.467,88	75.616.461.033,30	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	9.097.940,31	6.826.337,36
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	17.361.831,92	9.802.658,03	OUTROS CREDITOS	9.097.940,31	6.826.337,36
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	74.108.577.134,58	73.881.641.941,03	RECURSOS VINCULADOS	1.293.237.808,51	1.225.599.901,77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
14/03/2013	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	1.115,00	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	30.401.549,77	83.976.633,57
CREDITOS TRIBUTARIOS	332.814.545,70	361.924.113,00	VALORES A CLASSIFICAR	185.554.842,89	129.018.766,77
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	282.964.077,33	94.149.612,87	RECEITA A CLASSIFICAR	185.554.842,89	129.018.766,77
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.826.337,36	6.398.689,78	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	185.554.842,89	129.028.267,87
OUTROS CREDITOS	6.826.337,36	6.398.689,78	RESTITUICOES	0,00	-9.501,10
RECURSOS VINCULADOS	1.225.544.907,42	1.201.407.703,52	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.023.126.415,56	20.111.295.358,09
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	83.976.633,57	61.135.200,07	VALORES DIFERIDOS	8.023.125.895,93	20.111.294.838,46
VALORES A CLASSIFICAR	180.694.685,54	185.554.842,89	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
RECEITA A CLASSIFICAR	180.694.685,54	185.554.842,89	DEPOSITOS	4.251.464.133,80	3.763.358.562,08
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	180.694.685,54	185.554.842,89	CONSIGNACOES	15.128.211,44	22.908.983,55
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.270.175.657,17	7.833.501.488,06	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.965.025.375,44	3.460.039.055,39
VALORES DIFERIDOS	10.270.175.137,54	7.833.500.968,43	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	271.310.546,92	280.410.523,14
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	67.207.311.800,30	59.022.746.928,32
DEPOSITOS	4.710.034.833,61	4.251.464.133,80	FORNECEDORES	4.236.570.768,91	6.451.245.984,72
CONSIGNACOES	29.433.847,58	15.128.211,44	DE EXERCICIOS ANTERIORES	974.323.444,43	1.835.217.192,42
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.351.912.983,07	3.965.025.375,44	CONVENIOS A PAGAR	1.117.728.936,59	2.415.217.507,92
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	328.688.002,96	271.310.546,92	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	8.699.274,78	108.969.898,82
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	83.825.278.347,69	70.763.852.928,19	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	0,00	464,88
FORNECEDORES	3.227.049.160,42	4.236.570.768,91	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.780.434.763,15	1.887.431.588,97
DO EXERCICIO	802.699.535,06	761.417.309,61	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	355.384.349,96	204.409.331,71
DE EXERCICIOS ANTERIORES	226.715.566,16	212.906.134,82	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	212.779.679,93	302.953.786,67
CONVENIOS A PAGAR	660.972.863,91	1.117.728.936,59	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	34.305.184.186,77	28.209.486.653,70
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	69.047.000,00	115.960.200,00
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.065.454.011,86	1.780.434.763,15	EM CONTRATOS	69.047.000,00	115.960.200,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	368.796.778,49	355.384.349,96	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.172,14	1.000,00
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	0,00	VALORES EM TRANSITO	1.779.564,70	1.631.337,24
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	13.152,61	0,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.069.518,46	1.612.421,18
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	91.986.333,39	212.779.679,93	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	797.608.326,98	753.035.625,69
RESTOS A PAGAR	49.113.157.191,11	37.504.634.258,67	BENEFICIOS A PAGAR	13.424.761.594,04	12.738.981.152,65
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	45.285.152.651,66	34.305.184.186,77	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	12.054.982.669,82	8.780.119.436,90
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	477.863.996,70	0,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	85.332.724,75	90.773.454,99
CANCELADO	3.350.140.542,75	3.199.450.071,90	OUTROS DEBITOS	133.248.525,95	147.487.797,53
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	70.890.550,00	69.047.000,00	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	875.123.096,11	1.058.986.434,37
EM CONTRATOS	70.890.550,00	69.047.000,00	PROVISOES FINANCEIRAS	1.708.752,39	1.331.902,48
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.781,07	1.172,14	OUTRAS OBRIGACOES	1.003.114.219,35	369.139.740,20
VALORES EM TRANSITO	1.667.415,59	1.779.564,70	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	987.331.299,78	1.290.050.682,22
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	864.752,87	6.069.518,46	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	962.265.013,09	1.289.510.640,51
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	910.155.062,23	797.608.326,98	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	25.066.286,69	540.041,71
BENEFICIOS A PAGAR	15.831.544.474,93	13.424.761.594,04	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	75.608.517.594,55	61.117.504.769,52
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	13.801.239.933,26	12.054.982.669,82	BAIXA DE DIREITOS	35.042.428.064,31	46.720.697.913,99
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	34.204.761.909,17	46.315.238.211,21
OUTROS DEBITOS	259.968.660,39	133.248.525,95	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	837.666.155,14	405.459.702,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	126.445.565,27	1.232.214.152,10	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	39.993.387.874,80	13.834.874.503,42
PROVISOES FINANCEIRAS	1.154.503,67	1.708.752,39	EXERCICIOS ANTERIORES	12,36	0,00
OUTRAS OBRIGACOES	308.271.680,21	1.003.114.219,35	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	39.824.533.180,08	13.665.840.844,58
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	1.075.763.707,53	1.486.686.937,32	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	168.854.682,36	169.033.658,84
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.012.132.956,10	1.459.948.286,68	AJUSTES DE OBRIGACOES	572.701.655,44	561.932.352,11
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	63.630.751,43	26.738.650,64	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	218.771,61	1.653.101,29
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	100.082.279.971,34	81.843.589.028,83	VARIACAO CAMBIAL	184.981.807,12	4.468.958,34
INCORPORACAO DE DIREITOS	65.477.202.373,06	59.833.845.736,17	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	387.501.076,71	555.810.292,48
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	64.520.639.625,75	59.242.638.507,09			
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	956.562.747,31	591.207.229,08			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	33.495.248.631,25	21.025.537.873,52			
EXERCICIOS ANTERIORES	575.884.835,39	977.837.202,61			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	32.919.208.783,20	20.043.008.333,35			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	155.012,66	4.692.337,56			
AJUSTES DE CREDITOS	1.109.828.967,03	984.205.419,14			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	265.557,23	346.129,29			
VARIACAO CAMBIAL	204.288.840,82	57.378.030,31			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	905.274.568,98	926.481.259,54			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	9.356.247.628,93	7.653.962.949,38	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	4.518.408.250,00	9.356.247.628,93
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	7.485.270.935,53	5.933.808.983,59	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	2.412.196.070,11	7.485.270.935,53
APLICACOES FINANCEIRAS	1.659.826.590,81	1.626.739.289,66	APLICACOES FINANCEIRAS	1.877.459.975,99	1.659.826.590,81
OUTRAS DISPONIBILIDADES	211.150.102,59	93.414.676,13	OUTRAS DISPONIBILIDADES	228.752.203,90	211.150.102,59
INGRESSOS	1.397.217.889.080,28	1.255.211.274.255,99	DISPENDIOS	1.397.217.889.080,28	1.255.211.274.255,99

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	801.418.096.125,00	801.418.096.125,00	807.555.467.495,84	-6.137.371.370,84	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.541.775.483.824,00	1.570.243.411.045,04	1.232.638.426.017,15	337.604.985.027,89
RECEITAS TRIBUTARIAS	390.165.114.104,00	390.165.114.104,00	342.276.982.626,31	47.888.131.477,69	DESPESAS CORRENTES	603.689.944.675,00	619.035.965.371,25	574.194.466.114,69	44.841.499.256,56
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	290.202.809.981,00	290.202.809.981,00	313.448.111.851,45	-23.245.301.870,45	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	138.778.161.005,00	139.300.636.795,42	137.425.585.692,31	1.875.051.103,11
RECEITAS PATRIMONIAIS	47.514.244.200,00	47.514.244.200,00	61.108.857.261,20	-13.594.613.061,20	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	140.560.644.359,00	151.560.716.359,00	135.049.686.381,13	16.511.029.977,87
RECEITAS AGROPECUARIAS	819.640,00	819.640,00	715.143,03	104.496,97	OUTRAS DESPESAS CORREN	324.351.139.311,00	328.174.612.216,83	301.719.194.041,25	26.455.418.175,58
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.129.658,00	1.129.658,00	0,00	1.129.658,00	DESPESAS DE CAPITAL	938.085.539.149,00	951.207.445.673,79	658.443.959.902,46	292.763.485.771,33
RECEITAS DE SERVICOS	33.891.729.479,00	33.891.729.479,00	35.520.759.358,55	-1.629.029.879,55	INVESTIMENTOS	41.949.511.440,00	42.288.035.843,71	25.781.932.826,90	16.506.103.016,81
TRANSFERENCIAS	439.675.677,00	439.675.677,00	475.008.728,53	-35.333.051,53	INVERSOES FINANCEIRAS	7.573.851.490,00	13.600.750.293,08	12.155.751.274,85	1.444.999.018,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	39.202.573.386,00	39.202.573.386,00	54.725.032.526,77	-15.522.459.140,77	AMORTIZACAO DA DIVIDA	874.149.534.651,00	888.301.059.651,00	620.506.275.800,71	267.794.783.850,29
RECEITAS DE CAPITAL	955.954.755.610,00	955.954.755.610,00	782.718.443.655,81	173.236.311.954,19	RESERVA DE CONTINGENCIA	14.412.641.568,00	7.017.599.886,00	0,00	7.017.599.886,00
OPERACOES DE CREDITO	846.703.493.310,00	846.703.493.310,00	553.826.976.760,97	292.876.516.549,03	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	3.071.461.072,32	2.802.502.744,49	268.958.327,83
ALIENACAO DE BENS	5.018.607.242,00	5.018.607.242,00	1.601.382.514,31	3.417.224.727,69	DESPESAS CORRENTES	0,00	2.487.163.507,97	2.364.918.129,79	122.245.378,18
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	25.140.376.491,00	25.140.376.491,00	30.708.837.168,30	-5.568.460.677,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	100.300.000,00	100.227.029,27	72.970,73
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	600.437.334,00	600.437.334,00	159.786.191,00	440.651.143,00	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	630.000,00	0,00	630.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	78.491.841.233,00	78.491.841.233,00	196.421.461.021,23	-117.929.619.788,23	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	2.386.233.507,97	2.264.691.100,52	121.542.407,45
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	584.297.564,35	437.584.614,70	146.712.949,65
					INVESTIMENTOS	0,00	484.897.564,35	344.514.426,22	140.383.138,13
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	99.400.000,00	93.070.188,48	6.329.811,52
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	27.075.865.665,42	8.113.214.150,89	18.962.651.514,53
					DESPESAS CORRENTES	0,00	4.185.611.829,83	2.397.794.938,56	1.787.816.891,27
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	904.440,00	17.103,66	887.336,34
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	4.184.707.389,83	2.397.777.834,90	1.786.929.554,93
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	22.890.253.835,59	5.715.419.212,33	17.174.834.623,26
					INVESTIMENTOS	0,00	16.693.114.473,15	5.255.027.192,39	11.438.087.280,76
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	6.197.139.362,44	460.392.019,94	5.736.747.342,50
SUBTOTAL I	1.757.372.851.735,00	1.757.372.851.735,00	1.590.273.911.151,65	167.098.940.583,35	SUBTOTAL I	1.541.775.483.824,00	1.600.390.737.782,78	1.243.554.142.912,53	356.836.594.870,25
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	53.859.059.443,00	0,00	53.859.059.443,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	46.006.175.575,00	0,00	46.006.175.575,00					
TOTAL	1.757.372.851.735,00	1.857.238.086.753,00	1.590.273.911.151,65	266.964.175.601,35	TOTAL	1.541.775.483.824,00	1.600.390.737.782,78	1.243.554.142.912,53	356.836.594.870,25
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	346.719.768.239,12	-346.719.768.239,12
TOTAL GERAL	1.757.372.851.735,00	1.857.238.086.753,00	1.590.273.911.151,65	266.964.175.601,35	TOTAL GERAL	1.541.775.483.824,00	1.600.390.737.782,78	1.590.273.911.151,65	10.116.826.631,13

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.190.203.344.395,00	1.190.203.344.395,00	1.150.253.486.536,79	39.949.857.858,21	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	2.150.458.867.507,00	2.193.835.198.667,00	1.823.130.903.877,58	370.704.294.789,42
RECEITAS TRIBUTARIAS	403.725.569.579,00	403.725.569.579,00	347.752.468.524,28	55.973.101.054,72	DESPESAS CORRENTES	1.121.091.814.582,00	1.143.270.394.905,00	1.090.739.872.822,97	52.530.522.082,03
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	622.808.976.752,00	622.808.976.752,00	603.902.280.072,22	18.906.696.679,78	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	203.240.358.158,00	207.125.716.261,00	204.401.342.633,90	2.724.373.627,10
RECEITAS PATRIMONIAIS	67.483.216.137,00	67.483.216.137,00	81.061.148.913,53	-13.577.932.776,53	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	140.572.105.992,00	151.572.538.572,00	135.057.607.411,00	16.514.931.161,00
RECEITAS AGROPECUARIAS	26.317.443,00	26.317.443,00	24.733.403,32	1.584.039,68	OUTRAS DESPESAS CORREN	777.279.350.432,00	784.572.140.072,00	751.280.922.778,07	33.291.217.293,93
RECEITAS INDUSTRIAIS	973.032.301,00	973.032.301,00	917.708.424,42	55.323.876,58	DESPESAS DE CAPITAL	1.029.367.052.925,00	1.050.564.803.762,00	732.391.031.054,61	318.173.772.707,39
RECEITAS DE SERVICOS	47.435.937.381,00	47.435.937.381,00	47.974.758.277,64	-538.820.896,64	INVESTIMENTOS	80.332.821.096,00	82.665.422.790,00	58.019.830.682,76	24.645.592.107,24
TRANSFERENCIAS	683.472.514,00	683.472.514,00	844.444.856,25	-160.972.342,25	INVERSOES FINANCEIRAS	48.178.362.783,00	60.707.322.881,00	53.848.504.954,60	6.858.817.926,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	47.066.822.288,00	47.066.822.288,00	67.775.944.065,13	-20.709.121.777,13	AMORTIZACAO DA DIVIDA	874.165.738.459,00	888.318.282.321,00	620.522.695.417,25	267.795.586.903,75
RECEITAS DE CAPITAL	960.255.523.112,00	960.255.523.112,00	799.043.502.135,21	161.212.020.976,79	RESERVA DE CONTINGENCIA	26.690.130.587,00	18.873.775.770,00	0,00	18.873.775.770,00
OPERACOES DE CREDITO	846.789.428.037,00	846.789.428.037,00	553.826.976.760,97	292.962.451.276,03	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	3.806.267.278,00	3.044.664.105,25	761.603.172,75
ALIENACAO DE BENS	5.376.244.582,00	5.376.244.582,00	14.217.901.686,26	-8.841.657.104,26	DESPESAS CORRENTES	0,00	2.743.449.075,00	2.437.708.285,77	305.740.789,23
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	28.916.861.824,00	28.916.861.824,00	34.287.203.533,27	-5.370.341.709,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	100.300.000,00	100.227.029,27	72.970,73
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	680.847.436,00	680.847.436,00	219.863.429,91	460.984.006,09	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	630.000,00	0,00	630.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	78.492.141.233,00	78.492.141.233,00	196.491.556.724,80	-117.999.415.491,80	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	2.642.519.075,00	2.337.481.256,50	305.037.818,50
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.062.818.203,00	606.955.819,48	455.862.383,52
					INVESTIMENTOS	0,00	730.210.283,00	513.885.631,00	216.324.652,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	332.607.920,00	93.070.188,48	239.537.731,52
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	59.075.771.786,00	13.619.953.633,14	45.455.818.152,86
					DESPESAS CORRENTES	0,00	4.578.177.782,00	2.644.846.418,49	1.933.331.363,51
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	904.440,00	17.103,66	887.336,34
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	4.577.273.342,00	2.644.829.314,83	1.932.444.027,17
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	54.497.594.004,00	10.975.107.214,65	43.522.486.789,35
					INVESTIMENTOS	0,00	31.185.205.571,00	8.128.920.618,70	23.056.284.952,30
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	23.312.388.433,00	2.846.186.595,95	20.466.201.837,05
SUBTOTAL I	2.150.458.867.507,00	2.150.458.867.507,00	1.949.296.988.672,00	201.161.878.835,00	SUBTOTAL I	2.150.458.867.507,00	2.256.717.237.731,00	1.839.795.521.615,97	416.921.716.115,03
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	57.021.664.727,00	0,00	57.021.664.727,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	49.236.705.497,00	0,00	49.236.705.497,00					
TOTAL	2.150.458.867.507,00	2.256.717.237.731,00	1.949.296.988.672,00	307.420.249.059,00	TOTAL	2.150.458.867.507,00	2.256.717.237.731,00	1.839.795.521.615,97	416.921.716.115,03
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	109.501.467.056,03	-109.501.467.056,03
TOTAL GERAL	2.150.458.867.507,00	2.256.717.237.731,00	1.949.296.988.672,00	307.420.249.059,00	TOTAL GERAL	2.150.458.867.507,00	2.256.717.237.731,00	1.949.296.988.672,00	307.420.249.059,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	307.338.215.623,00	307.338.215.623,00	306.579.988.574,91	758.227.048,09	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	438.069.297.265,00	475.078.698.019,41	457.753.442.896,27	17.325.255.123,14
RECEITAS TRIBUTARIAS	3.262.098.345,00	3.262.098.345,00	5.004.958.822,59	-1.742.860.477,59	DESPESAS CORRENTES	401.119.885.119,00	432.783.504.590,58	428.649.848.115,94	4.133.656.474,64
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	289.569.236.646,00	289.569.236.646,00	283.941.748.045,36	5.627.488.600,64	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	39.983.951.001,00	41.204.013.684,27	40.653.079.561,60	550.934.122,67
RECEITAS PATRIMONIAIS	7.258.920.876,00	7.258.920.876,00	5.784.919.090,99	1.474.001.785,01	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	2.257.138,00	2.257.138,00	496.433,37	1.760.704,63
RECEITAS AGROPECUARIAS	9.152.409,00	9.152.409,00	7.136.700,67	2.015.708,33	OUTRAS DESPESAS CORREN	361.133.676.980,00	391.577.233.768,31	387.996.272.120,97	3.580.961.647,34
RECEITAS INDUSTRIAIS	102.833.613,00	102.833.613,00	92.010.295,37	10.823.317,63	DESPESAS DE CAPITAL	36.949.412.146,00	42.295.193.428,83	29.103.594.780,33	13.191.598.648,50
RECEITAS DE SERVICOS	2.862.321.849,00	2.862.321.849,00	2.102.230.009,52	760.091.839,48	INVESTIMENTOS	26.228.283.355,00	28.508.373.185,63	23.909.136.221,47	4.599.236.964,16
TRANSFERENCIAS	126.625.640,00	126.625.640,00	65.881.235,45	60.744.404,55	INVERSOES FINANCEIRAS	4.555.619.369,00	7.634.479.294,20	5.194.068.699,73	2.440.410.594,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	4.147.026.245,00	4.147.026.245,00	9.581.104.374,96	-5.434.078.129,96	AMORTIZACAO DA DIVIDA	584.000,00	584.000,00	389.859,13	194.140,87
RECEITAS DE CAPITAL	410.384.037,00	410.384.037,00	288.853.250,27	121.530.786,73	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.164.925.422,00	6.151.756.949,00	0,00	6.151.756.949,00
OPERACOES DE CREDITO	58.307.500,00	58.307.500,00	0,00	58.307.500,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	271.700.659,00	184.378.880,20	87.321.778,80
ALIENACAO DE BENS	234.422.266,00	234.422.266,00	91.357.858,43	143.064.407,57	DESPESAS CORRENTES	0,00	109.423.042,00	57.876.359,88	51.546.682,12
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	110.779.994,00	110.779.994,00	148.268.818,65	-37.488.824,65	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	109.423.042,00	57.876.359,88	51.546.682,12
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	6.874.277,00	6.874.277,00	1.111.915,13	5.762.361,87	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	162.277.617,00	126.502.520,32	35.775.096,68
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	48.114.658,06	-48.114.658,06	INVESTIMENTOS	0,00	162.277.617,00	126.502.520,32	35.775.096,68
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	13.315.016.533,21	4.136.115.715,41	9.178.900.817,80
					DESPESAS CORRENTES	0,00	346.690.052,00	234.815.654,36	111.874.397,64
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	346.690.052,00	234.815.654,36	111.874.397,64
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	12.968.326.481,21	3.901.300.061,05	9.067.026.420,16
					INVESTIMENTOS	0,00	10.523.372.264,65	2.052.393.961,47	8.470.978.303,18
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	2.444.954.216,56	1.848.906.099,58	596.048.116,98
SUBTOTAL I	307.748.599.660,00	307.748.599.660,00	306.868.841.825,18	879.757.834,82	SUBTOTAL I	438.069.297.265,00	488.665.415.211,62	462.073.937.491,88	26.591.477.719,74
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	2.447.602.765,00	0,00	2.447.602.765,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	590.978.805,00	0,00	590.978.805,00					
TOTAL	307.748.599.660,00	310.787.181.230,00	306.868.841.825,18	3.918.339.404,82	TOTAL	438.069.297.265,00	488.665.415.211,62	462.073.937.491,88	26.591.477.719,74
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	155.205.095.666,70	-155.205.095.666,70	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	307.748.599.660,00	310.787.181.230,00	462.073.937.491,88	-151.286.756.261,88	TOTAL GERAL	438.069.297.265,00	488.665.415.211,62	462.073.937.491,88	26.591.477.719,74

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 19/02/2013 | PAGINA: 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.203.814.667,00	1.203.814.667,00	381.409.645,80	822.405.021,20	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	11.284.881.798,00	13.087.046.643,77	9.604.869.815,86	3.482.176.827,91
RECEITAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	381,19	-381,19	DESPESAS CORRENTES	4.482.139.204,00	6.116.824.814,74	5.892.117.904,04	224.706.910,70
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	0,00	0,00	3.239.066,67	-3.239.066,67	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	2.977.479.345,00	3.701.381.259,60	3.676.550.355,67	24.830.903,93
RECEITAS PATRIMONIAIS	838.539.299,00	838.539.299,00	36.997.693,58	801.541.605,42	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	1.034.299,00	1.395.879,00	1.331.773,87	64.105,13
RECEITAS AGROPECUARIAS	14.985.761,00	14.985.761,00	16.657.430,12	-1.671.669,12	OUTRAS DESPESAS CORREN	1.503.625.560,00	2.414.047.676,14	2.214.235.774,50	199.811.901,64
RECEITAS INDUSTRIAIS	72.228.625,00	72.228.625,00	69.804.965,78	2.423.659,22	DESPESAS DE CAPITAL	6.802.742.594,00	6.970.221.829,03	3.712.751.911,82	3.257.469.917,21
RECEITAS DE SERVICOS	158.419.273,00	158.419.273,00	134.092.358,14	24.326.914,86	INVESTIMENTOS	3.786.268.088,00	3.955.604.266,44	2.897.459.302,42	1.058.144.964,02
TRANSFERENCIAS	13.063.230,00	13.063.230,00	6.716.989,10	6.346.240,90	INVERSOES FINANCEIRAS	2.370.205.000,00	2.367.329.194,59	810.280.103,56	1.557.049.091,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	106.578.479,00	106.578.479,00	113.900.761,22	-7.322.282,22	AMORTIZACAO DA DIVIDA	4.027.705,00	5.046.567,00	5.012.505,84	34.061,16
RECEITAS DE CAPITAL	107.908.517,00	107.908.517,00	93.216.907,32	14.691.609,68	RESERVA DE CONTINGENCIA	642.241.801,00	642.241.801,00	0,00	642.241.801,00
OPERACOES DE CREDITO	23.048.398,00	23.048.398,00	0,00	23.048.398,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	203.507.280,00	39.340.862,81	164.166.417,19
ALIENACAO DE BENS	18.460.123,00	18.460.123,00	21.078.174,90	-2.618.051,90	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	203.507.280,00	39.340.862,81	164.166.417,19
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	66.399.996,00	66.399.996,00	51.761.936,50	14.638.059,50	INVESTIMENTOS	0,00	73.257.280,00	39.340.862,81	33.916.417,19
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	20.376.795,92	-20.376.795,92	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	130.250.000,00	0,00	130.250.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	1.292.360.558,37	79.901.618,29	1.212.458.940,08
					DESPESAS CORRENTES	0,00	14.725.666,17	8.924.783,45	5.800.882,72
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	14.725.666,17	8.924.783,45	5.800.882,72
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.277.634.892,20	70.976.834,84	1.206.658.057,36
					INVESTIMENTOS	0,00	1.247.921.149,20	70.976.834,84	1.176.944.314,36
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	29.713.743,00	0,00	29.713.743,00
SUBTOTAL I	1.311.723.184,00	1.311.723.184,00	474.626.553,12	837.096.630,88	SUBTOTAL I	11.284.881.798,00	14.582.914.482,14	9.724.112.296,96	4.858.802.185,18
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	1.827.691,00	0,00	1.827.691,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	90.501.530,00	0,00	90.501.530,00					
TOTAL	1.311.723.184,00	1.404.052.405,00	474.626.553,12	929.425.851,88	TOTAL	11.284.881.798,00	14.582.914.482,14	9.724.112.296,96	4.858.802.185,18
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	9.249.485.743,84	-9.249.485.743,84	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.311.723.184,00	1.404.052.405,00	9.724.112.296,96	-8.320.059.891,96	TOTAL GERAL	11.284.881.798,00	14.582.914.482,14	9.724.112.296,96	4.858.802.185,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	813.200.157,00	813.200.157,00	1.014.008.396,59	-200.808.239,59	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	23.590.136.173,00	27.413.188.337,00	25.326.998.190,55	2.086.190.146,45
RECEITAS PATRIMONIAIS	59.183.844,00	59.183.844,00	60.901.570,06	-1.717.726,06	DESPESAS CORRENTES	20.392.186.434,00	23.571.852.279,51	22.597.455.551,07	974.396.728,44
RECEITAS AGROPECUARIAS	1.358.926,00	1.358.926,00	224.129,50	1.134.796,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	11.391.006.350,00	12.126.010.395,31	11.866.430.403,36	259.579.991,95
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.377.651,00	1.377.651,00	3.130.125,25	-1.752.474,25	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	98.550,00	98.550,00	61.107,13	37.442,87
RECEITAS DE SERVICOS	503.418.333,00	503.418.333,00	411.655.555,42	91.762.777,58	OUTRAS DESPESAS CORREN	9.001.081.534,00	11.445.743.334,20	10.730.964.040,58	714.779.293,62
TRANSFERENCIAS	48.933.140,00	48.933.140,00	260.043.372,26	-211.110.232,26	DESPESAS DE CAPITAL	3.197.949.739,00	3.841.336.057,49	2.729.542.639,48	1.111.793.418,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	198.928.263,00	198.928.263,00	278.053.644,10	-79.125.381,10	INVESTIMENTOS	3.140.601.734,00	3.833.311.057,49	2.722.864.992,48	1.110.446.065,01
RECEITAS DE CAPITAL	7.356.418,00	7.356.418,00	5.245.206,80	2.111.211,20	INVERSOES FINANCEIRAS	57.348.005,00	8.025.000,00	6.677.647,00	1.347.353,00
OPERACOES DE CREDITO	4.578.829,00	4.578.829,00	0,00	4.578.829,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	103.762.179,52	804.259,52	102.957.920,00
ALIENACAO DE BENS	242.000,00	242.000,00	2.894.871,31	-2.652.871,31	DESPESAS CORRENTES	0,00	804.259,52	804.259,52	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.535.589,00	2.535.589,00	2.350.335,49	185.253,51	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	804.259,52	804.259,52	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	102.957.920,00	0,00	102.957.920,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	102.957.920,00	0,00	102.957.920,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	871.598.453,00	3.411.042,12	868.187.410,88
					DESPESAS CORRENTES	0,00	3.312.634,00	3.311.042,12	1.591,88
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	3.312.634,00	3.311.042,12	1.591,88
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	868.285.819,00	100.000,00	868.185.819,00
					INVESTIMENTOS	0,00	867.941.291,00	100.000,00	867.841.291,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	344.528,00	0,00	344.528,00
SUBTOTAL I	820.556.575,00	820.556.575,00	1.019.253.603,39	-198.697.028,39	SUBTOTAL I	23.590.136.173,00	28.388.548.969,52	25.331.213.492,19	3.057.335.477,33
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	13.980.473,00	0,00	13.980.473,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	282.109.707,00	0,00	282.109.707,00					
TOTAL	820.556.575,00	1.116.646.755,00	1.019.253.603,39	97.393.151,61	TOTAL	23.590.136.173,00	28.388.548.969,52	25.331.213.492,19	3.057.335.477,33
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	24.311.959.888,80	-24.311.959.888,80	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	820.556.575,00	1.116.646.755,00	25.331.213.492,19	-24.214.566.737,19	TOTAL GERAL	23.590.136.173,00	28.388.548.969,52	25.331.213.492,19	3.057.335.477,33

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	876.503.546,00	876.503.546,00	806.390.285,35	70.113.260,65	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	2.717.155.468,00	3.460.182.454,83	3.246.837.851,31	213.344.603,52
RECEITAS PATRIMONIAIS	20.225.363,00	20.225.363,00	15.736.530,86	4.488.832,14	DESPESAS CORRENTES	2.132.985.575,00	2.837.621.637,19	2.766.512.185,06	71.109.452,13
RECEITAS AGROPECUARIAS	707,00	707,00	0,00	707,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	1.164.033.637,00	1.618.534.675,40	1.605.166.655,18	13.368.020,22
RECEITAS INDUSTRIAIS	640.005.637,00	640.005.637,00	568.979.183,26	71.026.453,74	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	8.071.646,00	8.070.646,00	6.031.715,50	2.038.930,50
RECEITAS DE SERVICOS	210.823.690,00	210.823.690,00	213.098.768,52	-2.275.078,52	OUTRAS DESPESAS CORREN	960.880.292,00	1.211.016.315,79	1.155.313.814,38	55.702.501,41
TRANSFERENCIAS	172.102,00	172.102,00	169.760,42	2.341,58	DESPESAS DE CAPITAL	584.169.893,00	622.560.817,64	480.325.666,25	142.235.151,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	5.276.047,00	5.276.047,00	8.406.042,29	-3.129.995,29	INVESTIMENTOS	572.577.790,00	610.968.714,64	469.308.414,68	141.660.299,96
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	44.097,39	-44.097,39	AMORTIZACAO DA DIVIDA	11.592.103,00	11.592.103,00	11.017.251,57	574.851,43
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	44.097,39	-44.097,39	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	887.533.409,00	750.422.630,00	137.110.779,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	4.837.600,00	0,00	4.837.600,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	4.837.600,00	0,00	4.837.600,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	882.695.809,00	750.422.630,00	132.273.179,00
					INVESTIMENTOS	0,00	882.695.809,00	750.422.630,00	132.273.179,00
SUBTOTAL I	876.503.546,00	876.503.546,00	806.434.382,74	70.069.163,26	SUBTOTAL I	2.717.155.468,00	4.347.715.863,83	3.997.260.481,31	350.455.382,52
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	87.864.406,00	0,00	87.864.406,00					
TOTAL	876.503.546,00	964.367.952,00	806.434.382,74	157.933.569,26	TOTAL	2.717.155.468,00	4.347.715.863,83	3.997.260.481,31	350.455.382,52
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	3.190.826.098,57	-3.190.826.098,57	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	876.503.546,00	964.367.952,00	3.997.260.481,31	-3.032.892.529,31	TOTAL GERAL	2.717.155.468,00	4.347.715.863,83	3.997.260.481,31	350.455.382,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	78.553.514.277,00	78.553.514.277,00	33.916.222.138,30	44.637.292.138,70	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	133.021.912.979,00	104.552.672.166,95	94.560.329.106,44	9.992.343.060,51
RECEITAS TRIBUTARIAS	10.298.357.130,00	10.298.357.130,00	470.526.694,19	9.827.830.435,81	DESPESAS CORRENTES	89.274.673.575,00	58.924.626.211,73	56.639.472.952,17	2.285.153.259,56
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	43.036.930.125,00	43.036.930.125,00	6.509.181.108,74	36.527.749.016,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	8.945.726.820,00	9.175.139.451,00	9.174.529.965,78	609.485,22
RECEITAS PATRIMONIAIS	11.792.102.555,00	11.792.102.555,00	14.053.736.766,84	-2.261.634.211,84	OUTRAS DESPESAS CORREN	80.328.946.755,00	49.749.486.760,73	47.464.942.986,39	2.284.543.774,34
RECEITAS INDUSTRIAIS	155.457.117,00	155.457.117,00	183.783.854,76	-28.326.737,76	DESPESAS DE CAPITAL	43.747.239.404,00	45.628.045.955,22	37.920.856.154,27	7.707.189.800,95
RECEITAS DE SERVICOS	9.809.224.757,00	9.809.224.757,00	9.592.922.227,49	216.302.529,51	INVESTIMENTOS	4.655.578.689,00	3.469.129.722,09	2.239.128.924,81	1.230.000.797,28
TRANSFERENCIAS	55.002.725,00	55.002.725,00	36.624.770,49	18.377.954,51	INVERSOES FINANCEIRAS	33.621.338.919,00	37.096.739.099,13	35.681.727.229,46	1.415.011.869,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	3.406.439.868,00	3.406.439.868,00	3.069.446.715,79	336.993.152,21	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.470.321.796,00	5.062.177.134,00	0,00	5.062.177.134,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.775.118.530,00	3.775.118.530,00	15.937.699.017,62	-12.162.580.487,62	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	155.836.087,16	17.637.358,23	138.198.728,93
ALIENACAO DE BENS	104.512.951,00	104.512.951,00	12.501.144.169,92	-12.396.631.218,92	DESPESAS CORRENTES	0,00	146.058.265,51	14.109.536,58	131.948.728,93
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	3.665.705.339,00	3.665.705.339,00	3.430.097.546,32	235.607.792,68	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	146.058.265,51	14.109.536,58	131.948.728,93
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.600.240,00	4.600.240,00	4.853.051,79	-252.811,79	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.777.821,65	3.527.821,65	6.250.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	300.000,00	300.000,00	1.604.249,59	-1.304.249,59	INVESTIMENTOS	0,00	9.777.821,65	3.527.821,65	6.250.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	15.633.397.167,00	536.888.476,43	15.096.508.690,57
					DESPESAS CORRENTES	0,00	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.610.397.167,00	536.888.476,43	15.073.508.690,57
					INVESTIMENTOS	0,00	970.160.584,00	0,00	970.160.584,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	14.640.236.583,00	536.888.476,43	14.103.348.106,57
SUBTOTAL I	82.328.632.807,00	82.328.632.807,00	49.853.921.155,92	32.474.711.651,08	SUBTOTAL I	133.021.912.979,00	120.341.905.421,11	95.114.854.941,10	25.227.050.480,01
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	699.194.355,00	0,00	699.194.355,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	2.179.075.474,00	0,00	2.179.075.474,00					
TOTAL	82.328.632.807,00	85.206.902.636,00	49.853.921.155,92	35.352.981.480,08	TOTAL	133.021.912.979,00	120.341.905.421,11	95.114.854.941,10	25.227.050.480,01
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	45.260.933.785,18	-45.260.933.785,18	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	82.328.632.807,00	85.206.902.636,00	95.114.854.941,10	-9.907.952.305,10	TOTAL GERAL	133.021.912.979,00	120.341.905.421,11	95.114.854.941,10	25.227.050.480,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	76.966.247.467,00	76.966.247.467,00	31.979.215.836,49	44.987.031.630,51	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	131.434.646.169,00	99.684.027.060,21	91.278.950.809,70	8.405.076.250,51
RECEITAS TRIBUTARIAS	10.298.357.130,00	10.298.357.130,00	470.526.694,19	9.827.830.435,81	DESPESAS CORRENTES	89.272.073.575,00	58.922.026.211,73	56.639.472.952,17	2.282.553.259,56
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	42.234.474.459,00	42.234.474.459,00	5.532.776.898,39	36.701.697.560,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	8.945.726.820,00	9.175.139.451,00	9.174.529.965,78	609.485,22
RECEITAS PATRIMONIAIS	11.220.773.127,00	11.220.773.127,00	13.223.956.500,05	-2.003.183.373,05	OUTRAS DESPESAS CORREN	80.326.346.755,00	49.746.886.760,73	47.464.942.986,39	2.281.943.774,34
RECEITAS INDUSTRIAIS	155.457.117,00	155.457.117,00	183.783.854,76	-28.326.737,76	DESPESAS DE CAPITAL	42.162.572.594,00	40.762.000.848,48	34.639.477.857,53	6.122.522.990,95
RECEITAS DE SERVICOS	9.808.415.540,00	9.808.415.540,00	9.592.103.477,49	216.312.062,51	INVESTIMENTOS	4.655.578.689,00	3.469.129.722,09	2.239.128.924,81	1.230.000.797,28
TRANSFERENCIAS	55.002.725,00	55.002.725,00	36.624.770,49	18.377.954,51	INVERSOES FINANCEIRAS	33.621.338.919,00	33.815.360.802,39	32.400.348.932,72	1.415.011.869,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	3.193.767.369,00	3.193.767.369,00	2.939.443.641,12	254.323.727,88	RESERVA DE CONTINGENCIA	3.885.654.986,00	3.477.510.324,00	0,00	3.477.510.324,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.775.118.530,00	3.775.118.530,00	15.848.973.782,57	-12.073.855.252,57	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	155.836.087,16	17.637.358,23	138.198.728,93
ALIENACAO DE BENS	104.512.951,00	104.512.951,00	12.501.144.169,92	-12.396.631.218,92	DESPESAS CORRENTES	0,00	146.058.265,51	14.109.536,58	131.948.728,93
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	3.665.705.339,00	3.665.705.339,00	3.341.372.311,27	324.333.027,73	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	146.058.265,51	14.109.536,58	131.948.728,93
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.600.240,00	4.600.240,00	4.853.051,79	-252.811,79	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.777.821,65	3.527.821,65	6.250.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	300.000,00	300.000,00	1.604.249,59	-1.304.249,59	INVESTIMENTOS	0,00	9.777.821,65	3.527.821,65	6.250.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	14.015.398.995,00	536.888.476,43	13.478.510.518,57
					DESPESAS CORRENTES	0,00	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	13.992.398.995,00	536.888.476,43	13.455.510.518,57
					INVESTIMENTOS	0,00	970.160.584,00	0,00	970.160.584,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	13.022.238.411,00	536.888.476,43	12.485.349.934,57
SUBTOTAL I	80.741.365.997,00	80.741.365.997,00	47.828.189.619,06	32.913.176.377,94	SUBTOTAL I	131.434.646.169,00	113.855.262.142,37	91.833.476.644,36	22.021.785.498,01
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	699.194.355,00	0,00	699.194.355,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	2.143.258.635,00	0,00	2.143.258.635,00					
TOTAL	80.741.365.997,00	83.583.818.987,00	47.828.189.619,06	35.755.629.367,94	TOTAL	131.434.646.169,00	113.855.262.142,37	91.833.476.644,36	22.021.785.498,01
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	44.005.287.025,30	-44.005.287.025,30	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	80.741.365.997,00	83.583.818.987,00	91.833.476.644,36	-8.249.657.657,36	TOTAL GERAL	131.434.646.169,00	113.855.262.142,37	91.833.476.644,36	22.021.785.498,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.587.266.810,00	1.587.266.810,00	1.937.006.301,81	-349.739.491,81	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.587.266.810,00	4.868.645.106,74	3.281.378.296,74	1.587.266.810,00
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	802.455.666,00	802.455.666,00	976.404.210,35	-173.948.544,35	DESPESAS CORRENTES	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	571.329.428,00	571.329.428,00	829.780.266,79	-258.450.838,79	OUTRAS DESPESAS CORREN	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00
RECEITAS DE SERVICOS	809.217,00	809.217,00	818.750,00	-9.533,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.584.666.810,00	4.866.045.106,74	3.281.378.296,74	1.584.666.810,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	212.672.499,00	212.672.499,00	130.003.074,67	82.669.424,33	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	3.281.378.296,74	3.281.378.296,74	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	88.725.235,05	-88.725.235,05	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.584.666.810,00	1.584.666.810,00	0,00	1.584.666.810,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	0,00	0,00	88.725.235,05	-88.725.235,05	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	1.617.998.172,00	0,00	1.617.998.172,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.617.998.172,00	0,00	1.617.998.172,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.617.998.172,00	0,00	1.617.998.172,00
SUBTOTAL I	1.587.266.810,00	1.587.266.810,00	2.025.731.536,86	-438.464.726,86	SUBTOTAL I	1.587.266.810,00	6.486.643.278,74	3.281.378.296,74	3.205.264.982,00
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	35.816.839,00	0,00	35.816.839,00					
TOTAL	1.587.266.810,00	1.623.083.649,00	2.025.731.536,86	-402.647.887,86	TOTAL	1.587.266.810,00	6.486.643.278,74	3.281.378.296,74	3.205.264.982,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	1.255.646.759,88	-1.255.646.759,88	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.587.266.810,00	1.623.083.649,00	3.281.378.296,74	-1.658.294.647,74	TOTAL GERAL	1.587.266.810,00	6.486.643.278,74	3.281.378.296,74	3.205.264.982,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	310.231.733.993,00	310.231.733.993,00	308.781.796.902,65	1.449.937.090,35	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	475.661.470.704,00	519.039.115.455,01	495.932.148.753,99	23.106.966.701,02
RECEITAS TRIBUTARIAS	3.262.098.345,00	3.262.098.345,00	5.004.959.203,78	-1.742.860.858,78	DESPESAS CORRENTES	428.127.196.332,00	465.309.803.322,02	459.905.933.756,11	5.403.869.565,91
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	289.569.236.646,00	289.569.236.646,00	283.944.987.112,03	5.624.249.533,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	55.516.470.333,00	58.649.940.014,58	57.801.226.975,81	848.713.038,77
RECEITAS PATRIMONIAIS	8.176.869.382,00	8.176.869.382,00	5.898.554.885,49	2.278.314.496,51	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	11.461.633,00	11.822.213,00	7.921.029,87	3.901.183,13
RECEITAS AGROPECUARIAS	25.497.803,00	25.497.803,00	24.018.260,29	1.479.542,71	OUTRAS DESPESAS CORREN	372.599.264.366,00	406.648.041.094,44	402.096.785.750,43	4.551.255.344,01
RECEITAS INDUSTRIAIS	816.445.526,00	816.445.526,00	733.924.569,66	82.520.956,34	DESPESAS DE CAPITAL	47.534.274.372,00	53.729.312.132,99	36.026.214.997,88	17.703.097.135,11
RECEITAS DE SERVICOS	3.734.983.145,00	3.734.983.145,00	2.861.076.691,60	873.906.453,40	INVESTIMENTOS	33.727.730.967,00	36.908.257.224,20	29.998.768.931,05	6.909.488.293,15
TRANSFERENCIAS	188.794.112,00	188.794.112,00	332.811.357,23	-144.017.245,23	INVERSOES FINANCEIRAS	6.983.172.374,00	10.009.833.488,79	6.011.026.450,29	3.998.807.038,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	4.457.809.034,00	4.457.809.034,00	9.981.464.822,57	-5.523.655.788,57	AMORTIZACAO DA DIVIDA	16.203.808,00	17.222.670,00	16.419.616,54	803.053,46
RECEITAS DE CAPITAL	525.648.972,00	525.648.972,00	387.359.461,78	138.289.510,22	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.807.167.223,00	6.793.998.750,00	0,00	6.793.998.750,00
OPERACOES DE CREDITO	85.934.727,00	85.934.727,00	0,00	85.934.727,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	578.970.118,52	224.524.002,53	354.446.115,99
ALIENACAO DE BENS	253.124.389,00	253.124.389,00	115.375.002,03	137.749.386,97	DESPESAS CORRENTES	0,00	110.227.301,52	58.680.619,40	51.546.682,12
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	110.779.994,00	110.779.994,00	148.268.818,65	-37.488.824,65	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	110.227.301,52	58.680.619,40	51.546.682,12
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	75.809.862,00	75.809.862,00	55.224.187,12	20.585.674,88	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	468.742.817,00	165.843.383,13	302.899.433,87
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	68.491.453,98	-68.491.453,98	INVESTIMENTOS	0,00	235.534.897,00	165.843.383,13	69.691.513,87
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	233.207.920,00	0,00	233.207.920,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	16.366.508.953,58	4.969.851.005,82	11.396.657.947,76
					DESPESAS CORRENTES	0,00	369.565.952,17	247.051.479,93	122.514.472,24
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	369.565.952,17	247.051.479,93	122.514.472,24
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.996.943.001,41	4.722.799.525,89	11.274.143.475,52
					INVESTIMENTOS	0,00	13.521.930.513,85	2.873.893.426,31	10.648.037.087,54
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	2.475.012.487,56	1.848.906.099,58	626.106.387,98
SUBTOTAL I	310.757.382.965,00	310.757.382.965,00	309.169.156.364,43	1.588.226.600,57	SUBTOTAL I	475.661.470.704,00	535.984.594.527,11	501.126.523.762,34	34.858.070.764,77
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	2.463.410.929,00	0,00	2.463.410.929,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	1.051.454.448,00	0,00	1.051.454.448,00					
TOTAL	310.757.382.965,00	314.272.248.342,00	309.169.156.364,43	5.103.091.977,57	TOTAL	475.661.470.704,00	535.984.594.527,11	501.126.523.762,34	34.858.070.764,77
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	191.957.367.397,91	-191.957.367.397,91	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	310.757.382.965,00	314.272.248.342,00	501.126.523.762,34	-186.854.275.420,34	TOTAL GERAL	475.661.470.704,00	535.984.594.527,11	501.126.523.762,34	34.858.070.764,77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	298.703.871.816,34	0,00	510.389,27	46.178.340,98	0,00	0,00	298.750.560.546,59
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	391.178.652,14	0,00	0,00	25.390,07	0,00	0,00	391.204.042,21
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-17.101,11	-12.066,96	0,00	0,00	-29.168,07
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	-350.236,69	4.230.892,02	0,00	0,00	3.880.655,33
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-299.134.355.145,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-299.134.355.145,93
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	39.304.677,45	0,00	0,00	-0,39	0,00	0,00	39.304.677,06
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	143.051,47	50.422.555,72	0,00	0,00	50.565.607,19

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	143.051,47	50.422.555,72	0,00	0,00	50.565.607,19
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	-3.931,79	0,00	0,00	-3.931,79
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-192.475.235.563,46	0,00	-145.051,47	0,00	0,00	0,00	-192.475.380.614,93
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	2.000,00	3.245.391,34	0,00	0,00	3.247.391,34
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-189.561.951.916,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-189.561.951.916,81
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	539.886.586.218,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539.886.586.218,99
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	104.892,82	0,00	0,00	104.892,82
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	157.849.398.738,72	0,00	0,00	53.768.908,09	0,00	0,00	157.903.167.646,81

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	298.750.560.546,59	0,00	0,00	0,00	0,00	298.750.560.546,59
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	391.204.042,21	0,00	0,00	0,03	0,00	391.204.042,24
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-29.168,07	0,00	0,00	1.556.768.420,61	0,00	1.556.739.252,54
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	3.880.655,33	0,00	0,00	4.091.676.954,69	0,00	4.095.557.610,02
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	234.506.758.727,55	0,00	234.506.758.727,55
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-299.134.355.145,93	0,00	0,00	299.134.355.145,93	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	39.304.677,06	0,00	0,00	-368.125.174,30	0,00	-328.820.497,24
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	50.565.607,19	0,00	0,00	538.921.434.074,51	0,00	538.971.999.681,70

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	50.565.607,19	0,00	0,00	538.921.434.074,51	0,00	538.971.999.681,70
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-3.931,79	0,00	0,00	595.978.272,93	0,00	595.974.341,14
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-192.475.380.614,93	0,00	0,00	-135.959.243.331,90	0,00	-328.434.623.946,83
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	3.247.391,34	0,00	0,00	-50.867.673.002,72	0,00	-50.864.425.611,38
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-189.561.951.916,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-189.561.951.916,81
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	539.886.586.218,99	0,00	0,00	-353.059.655.359,36	0,00	186.826.930.859,63
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	104.892,82	0,00	0,00	369.159.347,00	0,00	369.264.239,82
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	157.903.167.646,81	0,00	0,00	0,46	0,00	157.903.167.647,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	567.813.661.090,63	14.724.412.500,92	4.254.716.996,23	564.277.487,64	71.363.550,58	15.649.516,10	587.444.081.142,10
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	411.527.969,69	0,00	0,00	25.390,07	0,00	0,00	411.553.359,76
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	28.275.176,81	-33.529.889,56	-14.179.276,94	0,00	0,00	-19.433.989,69
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	3.055.088,12	24.000.087,40	0,00	0,00	27.055.175,52
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.525.966,22	37.880.325,41	0,00	0,00	41.406.291,63
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-568.225.189.060,32	2.631.387.559,13	-2.599.299.240,04	-10.144.148,12	24.650.093,46	0,00	-568.178.594.795,89
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	-7.537.324,75	-7.769.853,04	-0,39	0,00	0,00	-15.307.178,18
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	17.376.537.912,11	4.770.253.511,59	601.859.865,07	96.013.644,04	15.649.516,10	22.860.314.448,91

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	17.376.537.912,11	4.770.253.511,59	601.859.865,07	96.013.644,04	15.649.516,10	22.860.314.448,91
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	-3.931,79	0,00	0,00	-3.931,78
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-10.030.908.657,35	-19,00	-157.015,10	-66.686.291,26	-51.654,00	0,00	-10.097.803.636,71
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	-1.815.444,69	76.649.811,36	56.166.344,17	663.573,14	0,00	131.664.283,98
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	283.031,55	-30.404.042,05	0,00	0,00	-30.121.010,50
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.677.042.127,03	0,00	0,00	0,00	2.677.042.127,03
RESULTADO DO EXERCICIO	-111.904.681.681,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-111.904.681.681,46
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	867.247.818.989,29	622.709.066,01	-645.525.843,28	-34.152.545,72	26.784.957,19	0,00	867.217.634.623,49
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	745.312.228.650,49	17.997.431.514,43	6.878.545.623,15	526.779.398,42	123.410.520,37	15.649.516,10	770.854.045.222,96

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	587.444.081.142,10	1.064.883,62	1.748.719,95	-5.832.923.593,92	-776.884.561,19	580.837.086.590,56
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	411.553.359,76	0,00	0,00	0,10	0,00	411.553.359,86
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-19.433.989,69	0,00	0,00	1.036.696.341,60	0,00	1.017.262.351,91
CORRECAO MONETARIA DO PL	27.055.175,52	0,00	0,00	8.738.979,34	0,00	35.794.154,86
REAVALIACAO DE ATIVOS	41.406.291,63	0,00	18.242.565,63	3.899.084.218,97	0,00	3.958.733.076,23
AUMENTO DE CAPITAL	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	292.324.043.171,38	0,00	292.324.043.171,38
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-568.178.594.795,89	0,00	0,00	568.178.100.034,63	0,00	-494.761,26
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-10.649.175,24	0,00	-10.649.175,24
SALDOS DE INTEGRACAO	-15.307.178,18	0,00	0,00	2.011.557,97	0,00	-13.295.620,21
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-2.651.679,50	0,00	-2.651.679,50
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-980.291,62	0,00	-980.291,62
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	22.860.314.448,91	1.064.883,62	19.991.285,58	859.601.469.563,71	-776.884.561,19	881.705.955.620,63

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	22.860.314.448,91	1.064.883,62	19.991.285,58	859.601.469.563,71	-776.884.561,19	881.705.955.620,63
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-3.931,78	0,00	0,00	621.374.893,80	0,00	621.370.962,02
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-10.097.803.636,71	0,00	40.979.282,40	-136.337.990.825,92	0,00	-146.394.815.180,23
CORRECAO MONETARIA DO PL	131.664.283,98	0,00	0,00	185.756.041,50	0,00	317.420.325,48
REAVALIACAO DE ATIVOS	-30.121.010,50	0,00	85.496.106,97	131.555.778.310,06	0,00	131.611.153.406,53
AUMENTO DE CAPITAL	2.677.042.127,03	0,00	0,00	6.004.801,15	0,00	2.683.046.928,18
RESULTADO DO EXERCICIO	-111.904.681.681,46	0,00	0,00	-2.071.795.458,84	0,00	-113.976.477.140,30
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	867.217.634.623,49	0,00	-7.566.976,44	-862.381.323.481,95	0,00	4.828.744.165,10
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-16.563.154,00	0,00	-16.563.154,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	702.956,87	0,00	702.956,87
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-270.890,59	0,00	-270.890,59
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00	-2.000,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-102.131,77	0,00	-102.131,77
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	-29.698.238,11	0,00	0,00	-29.698.238,11
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	770.854.045.222,96	1.064.883,62	109.201.460,40	-8.836.961.375,98	-776.884.561,19	761.350.465.629,81

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	21.322.267.997,50	0,00	6.405.796,57	180.130.132,28	0,80	90,10	21.508.804.017,25
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-2.497.262,70	-68.100,21	0,00	0,00	-2.565.362,91
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	554.689,75	0,00	0,00	0,00	554.689,75
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-21.446.492.567,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21.446.492.567,19
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	124.224.569,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.224.569,69
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	4.463.223,62	180.062.032,07	0,80	90,10	184.525.346,59

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	4.463.223,62	180.062.032,07	0,80	90,10	184.525.346,59
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	182.354.164.570,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.354.164.570,34
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	545,00	0,00	0,00	0,00	545,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	17.644.653.690,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.644.653.690,12
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	48.305.574.336,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.305.574.336,30
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	248.304.392.596,76	0,00	4.463.768,62	180.062.032,07	0,80	90,10	248.488.918.488,35

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	21.508.804.017,25	0,00	0,00	0,00	0,00	21.508.804.017,25
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.565.362,91	0,00	0,00	-423.136.794,74	0,00	-425.702.157,65
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	554.689,75	0,00	0,00	-182.961.665,67	0,00	-182.406.975,92
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	27.792.937.957,13	0,00	27.792.937.957,13
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-21.446.492.567,19	0,00	0,00	21.446.492.567,19	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	124.224.569,69	0,00	0,00	374.445.323,94	0,00	498.669.893,63
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	184.525.346,59	0,00	0,00	49.007.777.387,85	0,00	49.192.302.734,44

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	184.525.346,59	0,00	0,00	49.007.777.387,85	0,00	49.192.302.734,44
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	182.354.164.570,34	0,00	0,00	-688.507.625,12	0,00	181.665.656.945,22
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	545,00	0,00	0,00	182.430.568.933,90	0,00	182.430.569.478,90
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	6.004.801,15	0,00	6.004.801,15
RESULTADO DO EXERCICIO	17.644.653.690,12	0,00	0,00	0,00	0,00	17.644.653.690,12
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	48.305.574.336,30	0,00	0,00	-230.053.640.446,23	0,00	-181.748.066.109,93
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-702.203.051,55	0,00	-702.203.051,55
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	248.488.918.488,35	0,00	0,00	0,00	0,00	248.488.918.488,35

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	0,00	4.997.552.859,29	3.534.824.787,76	121.119.000,46	71.363.549,78	0,00	8.724.860.197,29
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	28.275.176,81	-30.988.521,75	-14.099.109,77	0,00	0,00	-16.812.454,71
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	3.055.088,12	0,00	0,00	0,00	3.055.088,12
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.734.459.136,54	0,00	0,00	0,00	2.734.459.136,54
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	2.631.387.559,13	-2.599.299.240,04	-1.138.806,04	24.650.093,46	0,00	55.599.606,51
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	7.657.215.595,23	3.642.051.250,63	105.881.084,65	96.013.643,24	0,00	11.501.161.573,75

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	7.657.215.595,23	3.642.051.250,63	105.881.084,65	96.013.643,24	0,00	11.501.161.573,75
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-4.751.550,83	-51.654,00	0,00	-4.803.204,83
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	76.649.811,36	18.231.691,14	663.573,14	0,00	95.545.075,64
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.287.701.586,73	0,00	0,00	0,00	2.287.701.586,73
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	84.620.502,89	-107.437.280,16	-20.448.761,54	26.784.957,19	0,00	-16.480.581,62
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	0,00	7.741.836.098,12	5.898.965.368,56	98.912.463,42	123.410.519,57	0,00	13.863.124.449,67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	8.724.860.197,29	1.064.883,62	0,00	-1.000.595.069,77	0,00	7.725.330.011,14
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-16.812.454,71	0,00	0,00	-17.895.292,08	0,00	-34.707.746,79
CORRECAO MONETARIA DO PL	3.055.088,12	0,00	0,00	9.570.496,44	0,00	12.625.584,56
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	18.242.565,63	643.672,15	0,00	18.886.237,78
AUMENTO DE CAPITAL	2.734.459.136,54	0,00	0,00	0,00	0,00	2.734.459.136,54
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-654.865.765,08	0,00	-654.865.765,08
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	55.599.606,51	0,00	0,00	-55.599.606,51	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-10.649.175,24	0,00	-10.649.175,24
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-11.838.215,83	0,00	-11.838.215,83
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-2.651.679,50	0,00	-2.651.679,50
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-980.291,62	0,00	-980.291,62
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	11.501.161.573,75	1.064.883,62	18.242.565,63	-1.744.860.927,04	0,00	9.775.608.095,96

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	11.501.161.573,75	1.064.883,62	18.242.565,63	-1.744.860.927,04	0,00	9.775.608.095,96
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-4.803.204,83	0,00	40.979.282,40	29.003.986,56	0,00	65.180.064,13
CORRECAO MONETARIA DO PL	95.545.075,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.545.075,64
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	866.365,11	1.112.546,82	0,00	1.978.911,93
AUMENTO DE CAPITAL	2.287.701.586,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.287.701.586,73
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-947.036.182,51	0,00	-947.036.182,51
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-16.480.581,62	0,00	-7.566.976,44	11.425.835,16	0,00	-12.621.722,90
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-16.563.154,00	0,00	-16.563.154,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-20.848,76	0,00	-20.848,76
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-270.890,59	0,00	-270.890,59
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-102.131,77	0,00	-102.131,77
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	13.863.124.449,67	1.064.883,62	52.521.236,70	-2.667.311.766,13	0,00	11.249.398.803,86

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	22.803.336.353,13	0,00	11.667.864,19	48.393.197,74	0,00	0,00	22.863.397.415,06
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.076.517,44
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.321.513,16	0,00	0,00	0,00	3.321.513,16
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-22.809.416.161,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.809.416.161,04
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	3.290,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.290,47
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	14.989.377,35	48.393.197,74	0,00	0,00	63.382.575,09

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	14.989.377,35	48.393.197,74	0,00	0,00	63.382.575,09
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.677.274,67	0,00	-11.963,63	0,00	0,00	0,00	-2.689.238,30
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	280.486,55	0,00	0,00	0,00	280.486,55
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	20.330.763.616,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.330.763.616,03
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	29.185.340.737,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.185.340.737,86
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	49.513.427.079,22	0,00	15.257.900,27	48.393.197,74	0,00	0,00	49.577.078.177,23

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	22.863.397.415,06	0,00	0,00	-13.142.133,09	0,00	22.850.255.281,97
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,04	0,00	6.076.517,48
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-36.863.521,20	0,00	-36.863.521,20
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	3.321.513,16	0,00	0,00	-8.709.987,87	0,00	-5.388.474,71
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	6.366.544.075,39	0,00	6.366.544.075,39
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-22.809.416.161,04	0,00	0,00	22.809.416.161,04	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	3.290,47	0,00	0,00	0,00	0,00	3.290,47
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	63.382.575,09	0,00	0,00	29.117.244.594,31	0,00	29.180.627.169,40

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	63.382.575,09	0,00	0,00	29.117.244.594,31	0,00	29.180.627.169,40
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	14.659.678,07	0,00	14.659.678,07
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.689.238,30	0,00	0,00	-40.030.579,43	0,00	-42.719.817,73
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	280.486,55	0,00	0,00	-8.230.167,94	0,00	-7.949.681,39
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	20.330.763.616,03	0,00	0,00	0,00	0,00	20.330.763.616,03
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	29.185.340.737,86	0,00	0,00	-29.137.077.990,49	0,00	48.262.747,37
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	53.436.465,50	0,00	53.436.465,50
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00	-2.000,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	49.577.078.177,23	0,00	0,00	0,02	0,00	49.577.078.177,25

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	0,00	6.019.377.081,92	701.308.158,44	168.343.904,85	0,00	0,00	6.889.029.145,21
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-27.004,00	0,00	0,00	0,00	-27.004,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	24.000.087,40	0,00	0,00	24.000.087,40
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	33.649.433,39	0,00	0,00	33.649.433,39
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	415.095.307,12	0,00	0,00	0,00	415.095.307,12
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	-9.005.342,08	0,00	0,00	-9.005.342,08
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	-7.537.324,75	-7.769.853,04	0,00	0,00	0,00	-15.307.177,79
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	6.011.839.757,17	1.108.606.608,52	216.988.083,56	0,00	0,00	7.337.434.449,25

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	6.011.839.757,17	1.108.606.608,52	216.988.083,56	0,00	0,00	7.337.434.449,25
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-19,00	0,00	-61.934.740,43	0,00	0,00	-61.934.759,43
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	-1.815.444,69	0,00	37.934.653,03	0,00	0,00	36.119.208,34
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-33.649.433,39	0,00	0,00	-33.649.433,39
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	389.340.540,30	0,00	0,00	0,00	389.340.540,30
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	538.088.563,12	-538.088.563,12	-13.703.784,18	0,00	0,00	-13.703.784,18
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	0,00	6.548.112.856,60	959.858.585,70	145.634.778,59	0,00	0,00	7.653.606.220,89

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	6.889.029.145,21	0,00	1.748.719,95	-4.819.186.391,06	0,00	2.071.591.474,10
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-27.004,00	0,00	0,00	-42.176.470,99	0,00	-42.203.474,99
CORRECAO MONETARIA DO PL	24.000.087,40	0,00	0,00	-831.517,10	0,00	23.168.570,30
REAVALIACAO DE ATIVOS	33.649.433,39	0,00	0,00	-1.508.681,48	0,00	32.140.751,91
AUMENTO DE CAPITAL	415.095.307,12	0,00	0,00	0,00	0,00	415.095.307,12
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-439.309.004,03	0,00	-439.309.004,03
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-9.005.342,08	0,00	0,00	8.510.580,82	0,00	-494.761,26
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-15.307.177,79	0,00	0,00	15.126.209,22	0,00	-180.968,57
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	7.337.434.449,25	0,00	1.748.719,95	-5.279.375.274,62	0,00	2.059.807.894,58

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	7.337.434.449,25	0,00	1.748.719,95	-5.279.375.274,62	0,00	2.059.807.894,58
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-61.934.759,43	0,00	0,00	228.003.186,38	0,00	166.068.426,95
CORRECAO MONETARIA DO PL	36.119.208,34	0,00	0,00	185.756.041,50	0,00	221.875.249,84
REAVALIACAO DE ATIVOS	-33.649.433,39	0,00	84.629.741,86	0,00	0,00	50.980.308,47
AUMENTO DE CAPITAL	389.340.540,30	0,00	0,00	0,00	0,00	389.340.540,30
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-1.124.759.276,33	0,00	-1.124.759.276,33
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-13.703.784,18	0,00	0,00	-179.274.287,30	0,00	-192.978.071,48
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	-29.698.238,11	0,00	0,00	-29.698.238,11
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	7.653.606.220,89	0,00	56.680.223,70	-6.169.649.610,37	0,00	1.540.636.834,22

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	224.984.184.923,66	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	228.707.429.820,70
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.272.800,11
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-224.834.925.186,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-224.834.925.186,16
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-163.532.537,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-163.532.537,61
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	3.723.244.897,04

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	3.723.244.897,04
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	92.839.610,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.839.610,44
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	39.681.852.929,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.681.852.929,20
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	249.870.317.696,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.870.317.696,14
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-104.892,82	0,00	0,00	-104.892,82
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	289.645.010.235,79	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	293.368.150.240,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	228.707.429.820,70	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	227.930.545.259,51
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,03	0,00	14.272.800,14
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-56.072,85	0,00	-56.072,85
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	24.751.977.180,42	0,00	24.751.977.180,42
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-224.834.925.186,16	0,00	0,00	224.834.925.186,16	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-163.532.537,61	0,00	0,00	-7.596.585,06	0,00	-171.129.122,67
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	3.723.244.897,04	0,00	0,00	249.579.249.708,70	-776.884.561,19	252.525.610.044,55

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	3.723.244.897,04	0,00	0,00	249.579.249.708,70	-776.884.561,19	252.525.610.044,55
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	10.736.942,80	0,00	10.736.942,81
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	92.839.610,44	0,00	0,00	92.783.537,59	0,00	185.623.148,03
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	39.681.852.929,20	0,00	0,00	0,00	0,00	39.681.852.929,20
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	249.870.317.696,14	0,00	0,00	-249.963.101.233,73	0,00	-92.783.537,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-104.892,82	0,00	0,00	280.331.044,68	0,00	280.226.151,86
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	293.368.150.240,01	0,00	0,00	0,04	-776.884.561,19	292.591.265.678,86

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	219.437.159.061,86	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	223.160.403.958,90
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.272.800,11
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-219.451.431.861,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-219.451.431.861,97
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	3.723.244.897,04

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	3.723.244.897,04
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	92.839.610,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.839.610,44
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	38.621.690.589,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.621.690.589,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	242.864.844.013,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242.864.844.013,07
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-104.892,82	0,00	0,00	-104.892,82
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	281.579.374.212,52	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	285.302.514.216,74

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	223.160.403.958,90	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	222.383.519.397,71
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,03	0,00	14.272.800,14
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-56.072,85	0,00	-56.072,85
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	23.871.083.004,55	0,00	23.871.083.004,55
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-219.451.431.861,97	0,00	0,00	219.451.431.861,97	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	3.723.244.897,04	0,00	0,00	243.322.458.793,70	-776.884.561,19	246.268.819.129,55

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	3.723.244.897,04	0,00	0,00	243.322.458.793,70	-776.884.561,19	246.268.819.129,55
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	10.736.942,80	0,00	10.736.942,81
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	92.839.610,44	0,00	0,00	92.783.537,59	0,00	185.623.148,03
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	38.621.690.589,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.621.690.589,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	242.864.844.013,07	0,00	0,00	-242.957.627.550,66	0,00	-92.783.537,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-104.892,82	0,00	0,00	-468.351.723,39	0,00	-468.456.616,21
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	285.302.514.216,74	0,00	0,00	0,04	-776.884.561,19	284.525.629.655,59

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2012 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 19/02/2013 | PAGINA: 1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	5.547.025.861,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.547.025.861,80
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-5.383.493.324,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.383.493.324,19
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-163.532.537,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-163.532.537,61
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	1.060.162.340,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060.162.340,20
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	7.005.473.683,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.005.473.683,07
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	8.065.636.023,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
19/02/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	5.547.025.861,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.547.025.861,80
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	880.894.175,87	0,00	880.894.175,87
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-5.383.493.324,19	0,00	0,00	5.383.493.324,19	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-163.532.537,61	0,00	0,00	-7.596.585,06	0,00	-171.129.122,67
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	0,00	6.256.790.915,00	0,00	6.256.790.915,00

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	0,00	6.256.790.915,00	0,00	6.256.790.915,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	1.060.162.340,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060.162.340,20
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	7.005.473.683,07	0,00	0,00	-7.005.473.683,07	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	748.682.768,07	0,00	748.682.768,07
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	8.065.636.023,27	0,00	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	44.125.604.350,63	11.016.929.941,21	4.254.206.606,96	517.986.235,33	71.363.550,58	90,10	59.986.090.774,81
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.076.517,44
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	28.275.176,81	-33.512.788,45	-14.167.209,98	0,00	0,00	-19.404.821,62
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	3.055.088,12	24.000.087,40	0,00	0,00	27.055.175,52
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.876.202,91	33.649.433,39	0,00	0,00	37.525.636,30
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-44.255.908.728,23	2.631.387.559,13	-2.599.299.240,04	-10.144.148,12	24.650.093,46	0,00	-44.209.314.463,80
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	124.227.860,16	-7.537.324,75	-7.769.853,04	0,00	0,00	0,00	108.920.682,37
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	13.669.055.352,40	4.770.110.460,12	551.324.398,02	96.013.644,04	90,10	19.086.503.944,68

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	13.669.055.352,40	4.770.110.460,12	551.324.398,02	96.013.644,04	90,10	19.086.503.944,68
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	182.351.487.295,67	-19,00	-11.963,63	-66.686.291,26	-51.654,00	0,00	182.284.737.367,78
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	-1.815.444,69	76.649.811,36	56.166.344,17	663.573,14	0,00	131.664.283,98
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	281.031,55	-33.649.433,39	0,00	0,00	-33.368.401,84
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.677.042.127,03	0,00	0,00	0,00	2.677.042.127,03
RESULTADO DO EXERCICIO	37.975.417.306,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.975.417.306,15
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	77.490.915.074,16	622.709.066,01	-645.525.843,28	-34.152.545,72	26.784.957,19	0,00	77.460.730.708,36
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	297.817.819.675,98	14.289.948.954,72	6.878.545.623,15	473.002.471,82	123.410.520,37	90,10	319.582.727.336,14

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2012	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
14/03/2013	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	59.986.090.774,81	1.064.883,62	1.748.719,95	-5.832.923.593,92	0,00	54.155.980.784,46
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,04	0,00	6.076.517,48
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-19.404.821,62	0,00	0,00	-520.072.079,01	0,00	-539.476.900,63
CORRECAO MONETARIA DO PL	27.055.175,52	0,00	0,00	8.738.979,34	0,00	35.794.154,86
REAVALIACAO DE ATIVOS	37.525.636,30	0,00	18.242.565,63	-192.536.662,87	0,00	-136.768.460,94
AUMENTO DE CAPITAL	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	33.065.307.263,41	0,00	33.065.307.263,41
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-44.209.314.463,80	0,00	0,00	44.208.819.702,54	0,00	-494.761,26
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-10.649.175,24	0,00	-10.649.175,24
SALDOS DE INTEGRACAO	108.920.682,37	0,00	0,00	377.733.317,33	0,00	486.653.999,70
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-2.651.679,50	0,00	-2.651.679,50
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-980.291,62	0,00	-980.291,62
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	19.086.503.944,68	1.064.883,62	19.991.285,58	71.100.785.780,50	0,00	90.208.345.894,38

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	19.086.503.944,68	1.064.883,62	19.991.285,58	71.100.785.780,50	0,00	90.208.345.894,38
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	14.659.678,07	0,00	14.659.678,07
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	182.284.737.367,78	0,00	40.979.282,40	-471.531.031,61	0,00	181.854.185.618,57
CORRECAO MONETARIA DO PL	131.664.283,98	0,00	0,00	185.756.041,50	0,00	317.420.325,48
REAVALIACAO DE ATIVOS	-33.368.401,84	0,00	85.496.106,97	182.423.451.312,78	0,00	182.475.579.017,91
AUMENTO DE CAPITAL	2.677.042.127,03	0,00	0,00	6.004.801,15	0,00	2.683.046.928,18
RESULTADO DO EXERCICIO	37.975.417.306,15	0,00	0,00	-2.071.795.458,84	0,00	35.903.621.847,31
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	77.460.730.708,36	0,00	-7.566.976,44	-259.358.566.888,86	0,00	-181.905.403.156,94
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-16.563.154,00	0,00	-16.563.154,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-648.787.434,81	0,00	-648.787.434,81
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-270.890,59	0,00	-270.890,59
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00	-2.000,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-102.131,77	0,00	-102.131,77
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	-29.698.238,11	0,00	0,00	-29.698.238,11
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	319.582.727.336,14	1.064.883,62	109.201.460,40	-8.836.961.376,48	0,00	310.856.032.303,68

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 892 páginas

(OS: 11413/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL